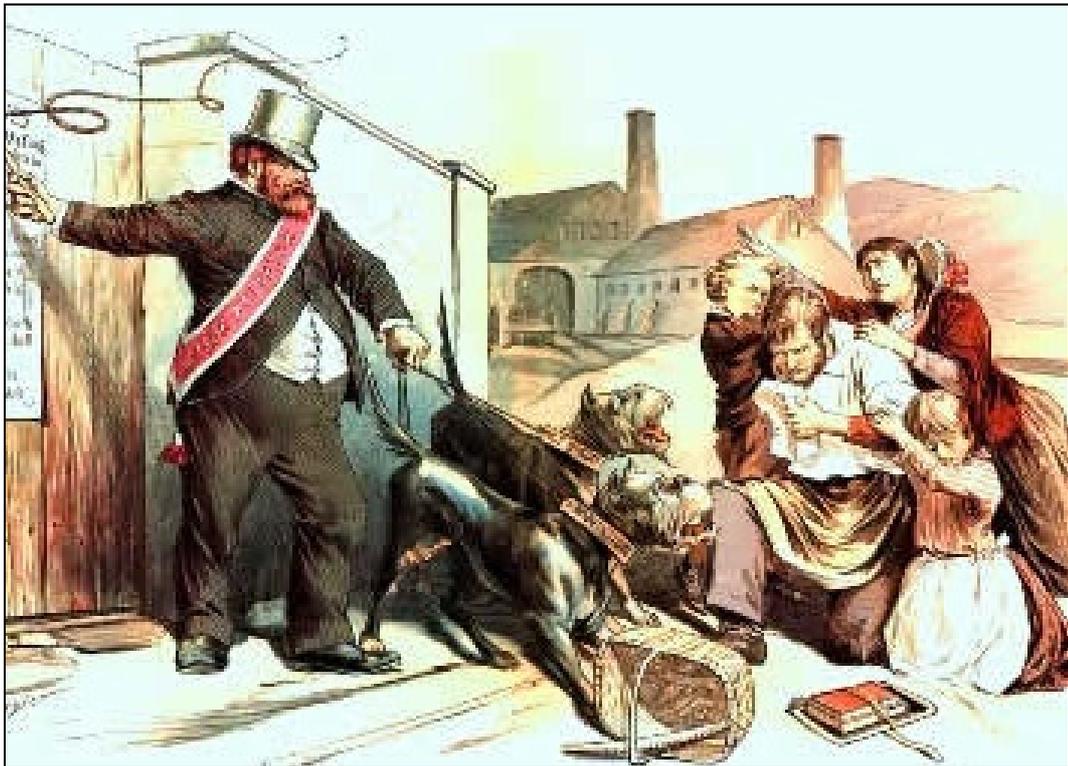


HISTÓRIA DO CAPITALISMO

*Das Origens até a Primeira
Guerra Mundial*



Osvaldo Coggiola

São Paulo

2015

A Leonel Itaussu de Almeida Mello, Mestre e Lutador

Naquela época, as coisas custavam como lama. Quem comprava um pão por um as não conseguia comê-lo inteiro, nem dividindo por dois. Os de agora? Já vi olhos de boi maiores! Ai, ai, cada dia pior! Esta colônia cresce para trás, como a cauda de um novilho. Por que temos um edil que não vale três figos de Caunus, que prefere um as à nossa vida? Alegra-se em casa, recebe mais dinheiro num dia que todo o patrimônio de uma pessoa. E sei bem como ele conseguiu mil denários de ouro. Se nós tivéssemos culhões, não seria tão fácil para ele. Mas o povo, agora, é leão em casa e raposa fora. No que se refere a mim, já comi minhas roupas e, se continuar esta carestia, venderei minhas casinhas. O que será do futuro, se nem os deuses, nem os homens, tiverem piedade desta colônia? Pois ninguém mais acha que o céu é céu, ninguém observa o jejum, ninguém dá a mínima para Júpiter, mas todos, de olhos abertos, contam seus bens

(Petrônio, **Satyricon**, 60?)

O dinheiro é a verdadeira inteligência de todas as coisas; quem tem poder sobre as pessoas inteligentes, não é mais inteligente do que elas? O modo de produção capitalista conclui por identificar-se com a venalidade geral, isto é, com a troca em potencial de todos os produtos, coisas, sentimentos e relações. Esta prostituição geral é uma fase necessária

(Karl Marx, **Contribuição à Crítica da Economia Política**, 1859)

Well now give me money (that's what I want) / A lot of money (that's what I want) / Wow, yeah you know I need money (that's what I want) / Oh, now give me money now (that's what I want)

(John Lennon / Paul McCartney, **Money**, 1964)

Money, it's a crime / Share it fairly but don't take a slice of my pie / Money, so they say / Is the root of all evil today / But if you ask for a raise it's no surprise / that they're giving none away

(Roger Waters, **Money**, 1973)

Oh Lord give me money / A please give me money / So sick and tired bein' poor / I just can't take it no more

(Ego, **Lord Give Me Money**, 2011)

Índice

1. **COMÉRCIO, VALOR E CAPITAL, 5**
2. **TRABALHO E CAPITALISMO, 16**
3. **CAPITALISMO E HISTÓRIA, 33**
4. **CAPITALISMO, ECONOMIA E SOCIOLOGIA, 48**
5. **O MATERIALISMO HISTÓRICO, 68**
6. **CAPITALISMO, HISTÓRIA ECONÔMICA E ECONOMIA MUNDIAL, 89**
 7. **MERCADO E RELIGIÃO, 104**
 8. **ORIGENS DO ESTADO NACIONAL, 116**
 9. **GUERRA, REVOLUÇÃO, COERÇÃO, 129**
10. **ACUMULAÇÃO ORIGINÁRIA E MITOLOGIA EUROPEIA, 143**
 11. **EXPANSÃO INTEROCEÂNICA E ACUMULAÇÃO, 162**
12. **COLONIALISMO, ESCRAVIDÃO AFRICANA E TRANSFORMAÇÃO DA EUROPA, 176**
13. **CONQUISTA DA AMÉRICA E UNIFICAÇÃO DO MUNDO, 198**
 14. **O “HOMEM” E SEU DUPLO, 217**
15. **DA ACUMULAÇÃO COMERCIAL À ACUMULAÇÃO CAPITALISTA, 235**
 16. **TRABALHO COMPULSÓRIO, ESCRAVIDÃO E PIRATARIA, 258**
 17. **A CRISE DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL, 275**
 18. **A REVOLUÇÃO FRANCESA, 296**
 19. **INGLATERRA E A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, 320**
 20. **CIÊNCIA, URBANIZAÇÃO, NATUREZA, 340**
 21. **DA EUROPA NAPOLEÔNICA À SANTA ALIANÇA, 354**
22. **A INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA FRANCO-HISPANO-PORTUGUESA, 373**
 23. **A CLASSE OPERÁRIA, 392**
 24. **DA CLASSE AO MOVIMENTO OPERÁRIO, 407**
 25. **CRISE ECONÔMICA E REVOLUÇÃO: 1848, 428**
26. **O RECUO DA REVOLUÇÃO EUROPEIA E O BONAPARTISMO, 448**
 27. **A PEQUENA PRIMAVERA LIBERAL, 465**
 28. **SOCIALISMO, COMUNISMO, MARXISMO, 478**
 29. **O IMPÉRIO BRITÂNICO, 493**
30. **DO COLONIALISMO AO IMPERIALISMO FINANCEIRO, 512**
31. **CAPITALISMO TARDIO: A ALEMANHA E A ORDEM EUROPEIA, 530**
 32. **UNIFICAÇÃO NACIONAL TARDIA: A ITÁLIA, 551**
 33. **O CAPITALISMO NA ÁSIA: O JAPÃO, 566**
 34. **AS ORIGENS DO CAPITALISMO NORTE-AMERICANO, 582**
 35. **A FRUSTRAÇÃO DO ESTADO LATINO-AMERICANO, 597**
36. **OS EUA: EXPANSÃO TERRITORIAL, GUERRA CIVIL E CAPITALISMO, 623**
 37. **A INTERNACIONAL OPERÁRIA E A COMUNA DE 1871, 640**
 38. **A DERROTA DA COMUNA E SUAS CONSEQUÊNCIAS, 655**
 39. **A “GRANDE DEPRESSÃO” E AS CRISES CAPITALISTAS, 674**

40.	O IMPERIALISMO CAPITALISTA,	694
41.	IMPERIALISMO, TEORIAS E IDEOLOGIAS,	711
42.	O NOVO MOVIMENTO OPERÁRIO E A INTERNACIONAL SOCIALISTA,	731
43.	A GESTAÇÃO DE UM NOVO CENÁRIO MUNDIAL,	752
44.	CAPITALISMO PERIFÉRICO: A RÚSSIA,	767
45.	GUERRA E REVOLUÇÃO SOCIAL,	790
46.	O NOVO IMPERIALISMO: OS EUA,	811
47.	GRANDE GUERRA, “SOCIAL-PATRIOTISMO” E INTERNACIONALISMO,	838
48.	A QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO,	864
49.	O LIMITE HISTÓRICO DO CAPITAL,	877
	Bibliografia,	896

1. COMÉRCIO, VALOR E CAPITAL

*Poupei, poupei, isto é, retransformai a maior parte possível da mais-valia e do mais-produto em capital!
A acumulação pela acumulação, produção pela produção, nessa fórmula a economia clássica expressou
a vocação histórica do período burguês (Karl Marx, O Capital)*

Toda análise objetiva da história contemporânea deve partir de sua determinante fundamental, o *capital*. Esse ponto de partida determina também, indiretamente, a abordagem das eras precedentes da sociedade humana e de seu substrato comum, o *trabalho*. Na produção material em geral, o trabalho concreto - enquanto atividade humana, ou práxis - é o único elemento ativo para a criação da riqueza, para a produção de qualquer *valor de uso*. Essa produção material, dentro do "reino da necessidade", é comum a todas as formas sociais historicamente desenvolvidas. O capital, por sua vez, é a relação social específica da sociedade burguesa, na qual o *valor*, existente em todas as sociedades, se valoriza (incrementa) através da exploração (uso) da força de trabalho livre (assalariada). O termo designa também esse mesmo valor medido monetariamente, como trabalho alheio coagulado sob a forma de dinheiro e de mercadorias, incluída nelas a própria força de trabalho. *Capital* é o valor capaz (susceptível) de produzir uma mais-valia, o valor capaz de produzir mais-valor.

O *capitalismo*, a sociedade dominada pelo capital, é um modo de produção da vida social que, nas suas características gerais (as comuns a todas as formações econômico-sociais modernas) se constitui como objeto da análise teórica, que o caracteriza pelas *forças produtivas* que ele suscita e mobiliza, e pelas *relações de produção* sobre as quais se assenta. *Modo de produção* é um conceito que, com Marx, passou a designar as formas sociais historicamente existentes para produzir e reproduzir as condições materiais de existência da sociedade. Cada modo de produção corresponde tanto ao nível de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade (meios de produção, técnicas de organização do trabalho, etc.) quanto às relações sociais que organizam as relações de trabalho (de produção).

A relação social fundamental e fundante do capitalismo é a existente entre trabalho assalariado e capital. A diferença específica que o modo capitalista de produção impõe ao trabalho enquanto elemento geral da vida humana está na sua forma histórica antitética como trabalho alienado, processo objetivo de venda da capacidade de trabalho para outros. O trabalho assalariado é a manifestação socialmente determinada da venda de trabalho para outros. A história das sociedades contemporâneas está determinada, de modo geral, pelas relações sociais estabelecidas com base nesse fundamento, por sua dinâmica e contradições. Modernidade, mobilidade social, carreira baseada no mérito, vínculo direto entre educação e ascensão social, igualdade de oportunidades, flexibilidade profissional, mercantilização geral, egoísmo hedonista, etc., são suas manifestações derivadas e contingentes.

Como relação social entre capitalistas e trabalhadores "livres", o capital existiu embrionariamente desde as primeiras sociedades históricas. É possível encontra-lo no Egito dos faraós, na Grécia clássica ou no Império Romano. Boa parte dos construtores das pirâmides do Egito, por exemplo, era composta por trabalhadores assalariados (pagos por tempo de trabalho ou por empreitada); o Egito antigo, porém, não era uma sociedade capitalista, mas uma sociedade baseada em formas diversas de trabalho compulsório, inclusive a escravidão.¹ Sobre essa base, diversas sociedades desenvolveram uma economia mercantil. Considerando as "formas antediluvianas do capital" (o capital comercial ou o usurário) como plenamente capitalistas, diversos autores postularam a atemporalidade/naturalidade do capitalismo, como um sistema econômico-social que se poderia projetar indefinidamente em

¹ A escravidão no Egito antigo chegou a estar regida por uma espécie de contrato realizado por escrito, que estabelecia a vontade do escravo em submeter-se a essa condição (geralmente para fugir do trabalho forçado, que constituiu a principal forma de trabalho na construção das grandes obras egípcias). Em nenhuma hipótese isso pode ser assemelhado ao contrato de trabalho celebrado pelo capital com o trabalhador "livre", pois consistia na negação dessa liberdade, embora apresentada como um ato de vontade do próprio escravo.

direção do passado (e, hipoteticamente, também do futuro), considerando capitalista qualquer sociedade em que existissem dinheiro e capital comercial ou portador de juros. Em *O Capital* Karl Marx criticou Theodor Mommsen, historiador da Roma clássica, “que descobre um modo de produção capitalista em qualquer economia monetária”.

A atividade mercantil existiu nas sociedades humanas desde que estas superaram o estágio da caça e da recolecção. Há aproximadamente dez mil anos, inicialmente no atual Oriente Médio, a “revolução neolítica” ensejou a passagem de uma economia de caça e colheita (chamada de “economia de presa”, *économie de proie*)² para uma economia baseada na agricultura e na criação/domesticação de animais, isto é, para uma era histórica em que a *produção* atingiu correspondência com seu conceito, o da transformação do meio natural circundante pelo trabalho humano, fazendo da natureza o corpo inorgânico do homem, destacado este de seu entorno natural.³ O *trabalho* é a base de qualquer produção, e esta deve entender-se não só no seu sentido puramente material, mas como “o conjunto complexo de relações mutuamente dependentes entre natureza, trabalho, trabalho social e organização social”.⁴

A transformação que fez do trabalho a base da organização social operou-se de maneira lenta e progressiva, “quase imperceptível”, ao longo de séculos e através de um “deslizar sincrônico”, da caça para a criação de animais (pecuária) e da colheita para a agricultura.⁵ O trabalho humano, que já era *social*, ganhou uma nova qualidade: a capacidade de criar bens além das necessidades imediatas da comunidade, isto é, de criar um excedente *econômico*. Isso criou, simultaneamente, a possibilidade de uma casta ociosa dirigente, de uma aparelho estatal, e das trocas comerciais. A antropologia política questionou a identificação do excedente produtivo com o comércio e com o surgimento de castas sociais *dirigentes* (ou seja, com relações de *poder*) mostrando a existência de sociedades de caçadores-coletores (especialmente americanas, ou ameríndias) em que existiam abundância e acumulação de recursos de subsistência sem estruturas de poder, questionando assim a noção de “economia de subsistência”: “A ideia de economia de subsistência pertence ao campo ideológico do Ocidente moderno, de modo algum ao arsenal conceitual de uma ciência”.⁶

² Charles Parain. *La Méditerranée: les Hommes et Leurs Travaux*. Paris, Gallimard, 1936.

³ O que não significa afirmar que o Crescente Fértil do Oriente Médio seja o berço da civilização humana, que não tem “berço” definido. Objetos de argila cozida já eram produzidos na... Sibéria, muitos anos antes do que no Oriente Médio. A “revolução neolítica” foi produto de processos cumulativos milenares, em diversos pontos do planeta, relacionados ou não entre si, que se concentraram e aceleraram nessa região.

⁴ Eric Wolf. *Europa y la Gente sin História*. México, Fondo de Cultura Económica, 1994: “No mundo antigo prevalecia uma cosmovisão organicista e sexuada: ‘A Terra concebe pelo Sol e dele se torna grávida, dando luz todos os anos’. A riqueza era um dom da natureza, impossível de ser criada e reproduzida através da intervenção do homem que se limitava a descobri-la, explorá-la e consumi-la. Os materiais que asseguravam ao ser humano sua reprodução existiam como resultado do vínculo entre a Terra e os movimentos celestes. Era a partir da união entre o Céu e a Terra que se deveria buscar a origem dos animais, plantas ou minerais ‘paridos’ por esta última; mitos e lendas atribuem ao homem esta mesma origem. A mitologia da fecundidade da agricultura, do arado e da metalurgia se inscreve já sob o domínio do deus forte, do macho fecundador, da Mãe-Terra, do deus do céu que cravava na terra seu machado e seu martelo, dando assim origem ao raio e ao trovão” (Pablo Rieznik. Trabalho, economia e antropologia. *Entre Passado & Futuro* nº 2, São Paulo, Xamã-CNPq, setembro de 2002).

⁵ André Leroi-Gourhan. *Le Geste et la Parole*. Paris, Albin Michel, 1964. Em termos gerais, houve três grandes etapas históricas evolutivas do trabalho social: a) as manifestações iniciais do homem na preparação e melhoramento de ferramentas semi-naturais que permitiram um princípio de sobrevivência diferenciado como espécie biológica, sem que ainda surgisse com caracteres definidos uma divisão social do trabalho, além da ditada pela diferença dos sexos; b) o período neolítico, com a sociedade humana que se afina em um terreno e que se organiza como tal na produção e nos ciclos próprios da agricultura e da criação de animais; c) o nascimento da indústria e o deslocamento moderno do centro da produção do campo para a cidade.

⁶ Pierre Clastres. *La Sociedad contra el Estado*. Buenos Aires, Tierra del Sur, 2011, p. 22. O autor questionou a noção de poder da politologia moderna, devida ao “etnocentrismo cultural do pensamento ocidental, vinculado a uma visão exótica das sociedades não ocidentais”, no qual incluiu a própria teoria marxista. Um questionamento, por outro lado, que não permite entender a dominação-destruição dessas sociedades francamente idealizadas pelas sociedades ocidentais, ou melhor, europeias.

Vere Gordon Childe, antropólogo australiano, analisou o processo de nascimento de castas dirigentes e de um aparelho estatal em três regiões: o Vale do Nilo, a bacia do Indo e o Crescente Fértil do Oriente Médio, onde, por volta de 4000 a.C., "a necessidade de grandes obras públicas para secar e irrigar a terra, e proteger as aldeias, tendeu a consolidar a organização social e centralizar o sistema econômico. Ao mesmo tempo, os habitantes do Egito, Suméria e da bacia do Indo foram obrigados a organizar alguma forma de sistema regular de comércio ou troca, para garantir o abastecimento de matérias-primas essenciais".⁷ No Egito e no Grande Zimbábue (África), na Suméria (Ásia), no México, a intensificação da agricultura permitiu o surgimento de um superávit alimentar que sustentou grandes castas de governantes, soldados e sacerdotes (do ponto de vista da cultura material, a única coisa em comum entre essas sociedades foi o uso de artefatos de cobre, na chamada Idade do Bronze). O passo seguinte foi dado em áreas periféricas a esses centros civilizacionais mais antigos, na Pérsia por exemplo, com a adoção de instrumentos agrícolas, ferramentas artesanais e armas confeccionadas em ferro, dando origem (aproximadamente 1.300 anos antes da era cristã) à Idade do Ferro, que viu nascerem os impérios indiano e chinês.

A expansão das sociedades urbanas baseou-se no incremento da primitiva atividade comercial, quando ela atingiu um caráter sistemático e maior raio de ação. Comércio mercante de longa distância já existiu no segundo milênio A.C, com os mercadores assírios e, depois, com os comerciantes fenícios. Estes foram responsáveis pela criação de rotas comerciais entre o Mediterrâneo ocidental (onde criaram numerosas colônias), a Grécia e o Oriente Médio, que era seu local de origem. Na posterior civilização helênica uma vasta rede comercial chegou a unir cidades espalhadas por todas as costas do Mediterrâneo. De modo geral: "O estágio da produção mercantil, com o qual começa a civilização, distingue-se pela introdução: 1) da moeda metálica e com ela do capital-dinheiro, do empréstimo, do juro e da usura; 2) dos mercadores, como classe intermediária entre os produtores; 3) da propriedade territorial e da hipoteca; 4) do trabalho escravo, como forma dominante da produção".⁸ Essa produção, porém, não era ainda uma produção capitalista, embora fosse direcionada para o *mercado*: "Falar de 'capitalismo' antigo ou medieval, porque havia financistas em Roma ou mercadores em Veneza é um abuso de linguagem. Esses personagens jamais dominaram a produção social de sua época, assegurada em Roma pelos escravos e na Idade Média pelos camponeses, sob os diversos estatutos da servidão. A produção industrial da época feudal era obtida quase exclusivamente sob a forma artesanal ou corporativa. O mestre artesão comprometia seu capital e seu trabalho e alimentava em sua casa seus companheiros e seus aprendizes. Não há separação entre os meios de produção e o produtor, não há redução das relações sociais a simples laços de dinheiro: portanto, não há capitalismo".⁹

A produção mercantil se desenvolveu na Roma antiga e, com a expansão do Império Romano, foi ampliada para quase toda a Europa, Ásia Menor e o Norte da África. Essa produção não era, porém, o centro de gravidade da economia romana. Esta se assentava, economicamente, sobre o trabalho dos escravos, que fornecia o mínimo necessário para a produção e reprodução da sociedade, independentemente da escravidão ser ou não socialmente dominante em cada região ou período do Império. O fim do Império Romano ocidental sinalizou o colapso desse modo de produção na Europa, para além das suas circunstâncias históricas imediatas: "A máquina militar e burocrática ampliada no final do Império cobrou um preço terrível de uma sociedade cujos recursos econômicos haviam declinado. A chegada dos coletores de impostos fiscais urbanos enfraqueceu o comércio e a produção artesanal nas cidades. Um conjunto de taxaões caiu infatigável e insuportável sobre o campesinato... O Império foi fendido por crescentes dificuldades econômicas e uma polarização social nos

⁷ Vere Gordon Childe. *A Evolução Cultural do Homem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1986, p. 143.

⁸ Friedrich Engels. *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro, Vitória, 1962.

⁹ Pierre Vilar. A transição do feudalismo ao capitalismo. In: Charles Parain et al. *Capitalismo Transição*. São Paulo, Moraes, sdp, p. 40.

últimos anos do século IV. Mas foi somente no Ocidente que esses processos atingiram seu fim crucial, com o colapso de todo o sistema imperial diante dos bárbaros invasores. O Império do Ocidente sucumbiu aos bandos de invasores primitivos que o atravessaram no século V, enquanto, no Oriente, o Império – contra o qual seus ataques haviam sido muito mais perigosos – escapava e sobrevivia. A resposta a esta questão repousa em todo o desenvolvimento histórico anterior das duas zonas do sistema imperial romano”. Com o fim do Império Romano ocidental e “com a formação do colonato, a trama central de todo o sistema econômico passou para outro lugar, para o relacionamento entre o produtor rural dependente, o senhor e o Estado”,¹⁰ do que resultou um novo modo de produção que dominou Europa ocidental durante o milênio subsequente.

Após o colapso do Império no Ocidente, a economia de seu território passou a ser controlada pelos poderes feudais locais; o comércio interno e externo do apêndice europeu da Eurásia entrou em declínio. Junto à sobrevivência do Império Romano oriental, o grande comércio a longa distância foi revigorado na emergente Arábia: os árabes estabeleceram rotas comerciais de longo percurso com Egito, Pérsia e Bizâncio. Com a expansão do Islã no século VII, esse comércio espalhou-se rapidamente para a Espanha, Portugal, Norte da África e Ásia. Nos grandes impérios americanos pré-colombianos, intercâmbios ou transporte de bens em longos percursos também eram realizados. No mesmo período, na Europa ocidental verificou-se um retrocesso comercial e produtivo que se estendeu ao longo de sete a oito séculos, do século IV até o século XI, na Alta Idade Média europeia: “É difícil dar cifras ao comércio antigo [extra europeu] de longa distância, quando comparado com a produção. Esta incerteza permitiu minimizar sua importância, considerando esses intercâmbios como limitados apenas aos produtos de luxo, isto é, negócios marginais entre elites dirigentes. Essa negligência é muito lamentável e solidária do eurocentrismo. Ela permitiu considerar anedótica, na evolução econômica da Europa, seu recuo do grande comércio entre os séculos IV e XII, aproximadamente. Nesses oito séculos, o restante do continente eurasiático conheceu uma expansão inédita do comércio à distância, e uma sofisticação de seus atores e técnicas”.¹¹

O vazio deixado pelo antigo Império Romano na Europa foi, finalmente, preenchido. A conquista árabe-islâmica, que começou no século VII,¹² rompeu a unidade do Mediterrâneo existente na Antiguidade, destruiu a síntese cristão-romana e propiciou o surgimento de uma nova sociedade na Europa, dominada por potências setentrionais (a Alemanha e a França carolíngias), cuja “missão”, segundo Henri Pirenne, teria sido a de retomar a defesa do “Ocidente” contra seus inimigos histórico-culturais.¹³ “O que Pirenne deixou, infelizmente, de dizer, é que a criação dessa nova linha de defesa do Ocidente aproveitou inúmeros elementos do humanismo, da ciência, filosofia, sociologia e historiografia do Islã, que já se haviam interposto entre o mundo de Carlo Magno e a antiguidade clássica. O Islã está dentro do Ocidente desde o início, como foi obrigado a admitir o próprio Dante, grande inimigo de Maomé, quando situou o Profeta no próprio coração de seu Inferno”.¹⁴

¹⁰ Perry Anderson. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1989, pp. 92-93.

¹¹ Philippe Norel. *L'Histoire Économique Globale*. Paris, Seuil, 2009, p. 48.

¹² O império árabe (dito “islâmico”) formou-se junto com o surgimento do islamismo; antes disso, a Arábia era composta por povos semitas que, até o século VII, viviam em diferentes tribos relativamente isoladas umas das outras. Antes de Maomé operar a unificação da península arábica através do islamismo, a região era extremamente fragmentada e nela coexistiam diversos reinos e povos autônomos. Apesar de falarem aproximadamente a mesma língua, esses povos possuíam diferentes estilos de vida e de crenças. Os beduínos eram nômades e levavam uma vida difícil no deserto, utilizando como meio de sobrevivência o camelo, animal do qual retiravam seu alimento (leite e carne) e vestimentas (feitas com o pêlo). Com suas caravanas, praticavam o comércio de vários produtos pelas cidades da região. Já as tribos *koreichitas* habitavam a região litorânea e viviam do comércio fixo: delas surgiu a impulsão comercial expansiva que deu origem ao império árabe.

¹³ Henri Pirenne. *História Econômica e Social da Idade Média*. São Paulo, Mestre Jou, 1966.

¹⁴ Edward Said. *Orientalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

Certamente, tanto como Europa “aproveitou” conhecimentos e rotas marítimas traçadas pelos chineses, assim como novos produtos trazidos das Américas: o Ocidente pós-medieval criou, com base nessas e outras apropriações, uma “nova civilização”, baseada num *novo modo de produção*. A Europa pós-medieval não foi a continuidade linear independente de uma mítica “Europa”, supostamente nascida na antiguidade greco-romana. A partir do século XI se produziu um renascimento do comércio interno na região europeia, especialmente ocidental, quando as cidades italianas quebraram o monopólio marítimo dos árabes no Mediterrâneo: “Do século VII ao XI, o Ocidente se esvaziara de metais preciosos, mas o ouro e a prata retornam com as Cruzadas. Os meios monetários crescem, a moeda de ouro recomeça sua circulação. São Luis a oficializa na França; o ducado de Veneza e o florim de Florença, moedas de ouro, jogam um papel só comparável na história antiga ao do dracma em Atenas”.¹⁵

As peculiaridades do processo histórico ensejaram nesse período e nessa região a passagem para um sistema econômico-social em que as relações mercantis se apossaram da esfera produtiva, como não aconteceu, por variados motivos, em outras sociedades nas quais o comércio interno e externo chegou a atingir importantes dimensões. Essa passagem percorreu várias etapas, plurisseculares, e afetou decisivamente o trabalho social. O trabalho mudou seu estatuto econômico, social e ideológico. Para compreendê-lo, é preciso se referir brevemente aos estatutos precedentes do trabalho. Na Antiguidade clássica, o trabalho para a manutenção da vida era concebido como uma compulsão, tarefa obrigatória e penosa, exercício próprio da degradação, estranho àquele que caracterizava o estado mais elevado da humanidade. Na Grécia clássica, o *trabalhador* era o escravo, não era o *homem*; o homem não trabalhava.

Não há, por isso, na língua grega clássica uma expressão que designe o trabalho humano com a mesma conotação atual. Três substantivos designavam, cada um a seu modo, atividades identificadas com o ato do trabalho: *labor*, *poesis* e *praxis*.¹⁶ “O conceito de trabalho não existia na Grécia antiga, onde se distinguia [conceitualmente] entre as atividades do camponês, do artesão, do guerreiro e do cidadão... Os gregos nominaram as atividades humanas significativas, as definiram e hierarquizaram sem um termo equivalente ao termo *trabalho* como categoria universal e abstrata. As atividades do escravo não podem ser assimiladas ao trabalho (como fez [Hannah] Arendt), pois o escravo não é humano, é um ‘instrumento vivo’, as atividades dos escravos não são atividades humanas, e não se pensa [nos antigos gregos] em nominá-las e categorizá-las”.¹⁷ Nos inventários de herança do Império Romano, os escravos eram listados como “animais falantes”, ao lado de vacas e porcos. O autor citado lembra que o “trabalho”, como conceito abstrato, é “uma invenção da modernidade” (e não apenas referido às atividades produtivas, mas também à ciências físico-naturais). Uma modernidade que seria definida, exatamente, a partir do trabalho.

¹⁵ Albert Dauphin-Menier. *Histoire de la Banque*. Paris, PUF, 1968, p. 41.

¹⁶ Pablo Rieznik. *Op. Cit.* *Labor* se referia à disposição corporal nas tarefas pertinentes do homem para manter seu ciclo vital, a perpetuação de sua espécie, sob o domínio dos ritmos próprios da natureza e do metabolismo humano. O camponês exercia um *labor* quando, mediante sua intervenção, era possível obter os frutos da terra; mas também se expressava como *labor* a atividade da mulher que dava a luz um novo ser. O *labor* excluía uma atitude ativa e um propósito próprio de transformar a natureza ou a conformá-la às necessidades humanas. Implicava passividade e adaptação do agricultor às leis supra-humanas que determinam a fertilidade da terra e dos ciclos naturais. *Poesis* definia, por sua vez, o trabalho que não se vincula às demandas da sobrevivência; é o fazer e a criação do artista, do escultor, daquele que produz um testemunho perene e livre (não associado às exigências imediatas da reprodução de sua vida). *Poesis* era a transcendência do ser, muito além dos limites de sua existência, o que se manifestava em uma obra perene, um modo de afirmar-se no mundo natural e sobrenatural. *Praxis*, finalmente, era a identificação da mais humana das atividades. Seu instrumento era também algo especificamente humano: a linguagem, a palavra; seu âmbito privilegiado, a vida social e política da comunidade, da *polis*. Mediante a *praxis* o homem se mostrava em sua verdadeira natureza de homem livre e, conseqüentemente, de animal político, de cidadão, de membro de uma coletividade, o que lhe confere um sentido para sua vida individual. O conceito de “direito natural do indivíduo” era ininteligível para os gregos.

¹⁷ Rolande Pinard. *La Révolution du Travail*. De l’artisan au manager. Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2000, p. 23.

Na tradição de origem judaico-cristã prevalecente na Europa medieval, o trabalho se apresentava como carga, pena e sacrifício impostos em virtude da perda e queda do homem para uma condição de miséria na vida terrena (o “vale de lágrimas”, em que é necessário “ganhar o pão com o suor da frente”). Quando o cristianismo se impôs no decadente Império Romano, essa tradição se tornou funcional à sociedade que emergiu do declínio do Império. Na sociedade medieval, a riqueza não era identificada com o trabalho:¹⁸ a questão essencial era a segurança dos bens e das pessoas, que não mais podia ser garantida pelo poder imperial central. Da dissolução desse poder surgiram “microssociedades” locais marcadas pelo declínio demográfico, pela escassez de moeda e o retrocesso da economia monetária, pela forte contração dos intercâmbios comerciais, fenômenos que afetaram todos os territórios antes dominados pelo Império Romano de Ocidente.

A população europeia, na Idade Média, se transformou em virtude das grandes invasões externas que deram conta do Império Romano. Os restos do antigo Império eram uma fortaleza sitiada, pelo Sul, pelos árabes (ou “sarracenos”), pelo Norte pelos vikings escandinavos, pelo Leste pelos germânicos e hunos, cujos avanços vieram configurar, através de sucessivas ocupações e misturas étnicas, a população da Europa moderna. A partir do ano 800, aproximadamente, impôs-se a lógica feudal na maioria das regiões da Europa. As autarquias das unidades feudais, com a diminuição do comércio e o retrocesso da economia monetária, fizeram do escambo a modalidade típica das trocas e transações nas feiras ocasionais, situação que dominou Europa ocidental e central pelo menos até o século XI da era cristã. Os cultivadores, os servos da gleba, se achavam presos à pessoa e à terra do senhor, a quem deviam corveias ou outras prestações em trabalho ou em espécie. Em troca, o senhor devia-lhes apoio e proteção contra os perigos externos à comunidade. O sistema feudal funcionava como uma espécie de “seguro de vida natural”. O “direito de propriedade” da época, diverso da propriedade burguesa moderna, incluía um direito sobre a pessoa do vassalo; a vassalagem percorria a complexa escala social até o topo, através das suseranias, pelas quais os senhores eram vassalos de outros senhores superiores.¹⁹

O último degrau da escala social feudal era o servo, vinculado vitaliciamente com os seus familiares à pessoa do senhor e à terra na que vivia e trabalhava. Todos os relacionamentos entre amos e subordinados da hierarquia feudal eram regidos por redes de *direitos naturais*, não por transações *livres* (isto é, operadas através do mercado, uma noção quase totalmente ausente na Europa da Alta Idade Média): “A servidão é a forma de trabalho e de existência no modo feudal de produção”.²⁰ As economias rurais fechadas próprias do feudalismo europeu eram regidas pela necessidade e a ordem da hierarquia.²¹ A funcionalidade econômica e política (inclusive bélica) do sistema eram levadas ao ponto em que, em diversos locais e períodos, a dominação senhorial pouco mais era do que uma extorsão brutal, incluindo a vida privada dos servos, muito mais do que uma “troca” de deveres e garantias. Nessas sociedades sitiadas do exterior e dominadas interiormente pela Igreja cristã, a consideração do trabalho era ainda influenciada pela herança greco-romana, ou seja, pela ideologia de uma sociedade que vivia da escravatura e se orgulhava do ócio.

A ideologia cristã-medieval, herdeira dessa herança, depunha contra o trabalho, pois ele não era um *valor*, não havia, como na Grécia antiga, nem palavra (ou conceito abstrato-simbólico) para designá-lo. Na cultura cristã, o trabalho era “instrumento de penitência”: “O trabalho de Deus é a Criação. Portanto, toda profissão que não *cria* era má ou inferior”, ideia que se chocava diretamente com os ofícios em gestação, considerados “vis” pelo cristianismo. Na lista de profissões ilícitas da Igreja, além do mercador havia taverneiros (que vendiam vinho e

¹⁸ Pablo Rieznik. *Op. Cit.*

¹⁹ Marc Bloch. *La Société Féodale*. Paris, Payot, 1939.

²⁰ Rodney Hilton. *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 13.

²¹ Bernard H. Slicher Van Bath. La costituzione agraria del feudalesimo. In: Ciro Manca (ed.). *Formazione e Trasformazione dei Sistemi Economici in Europa dal Feudalesimo al Capitalismo*. Padua, CEDAM, 1995.

licores) e professores (que comercializavam conhecimento e ciência, "dom de Deus" que, segundo a Igreja, não poderia ser vendido). Esses dogmas foram se alterando conforme surgiam novas profissões, aumentando a produção material e o comércio. A lista de ofícios vetados diminuiu e os clérigos começaram a justificar os "lucros dos mercadores", inclusive a "amaldiçoada usura".²² Socialmente, entre os séculos IX e XIV, predominaram na Europa os pequenos conflitos cotidianos entre senhores e camponeses, e começaram os confrontos, cada vez mais sérios e intensos, entre os habitantes dos burgos (*burgenses*), dedicados às atividades comerciais, e a Igreja.

O grande comércio "retornou" à Europa ocidental e central a partir do século XI, acentuando-se no século XIV, com a expansão mercantil dos países ibéricos, de Holanda e de algumas cidades costeiras italianas, que foram as verdadeiras pioneiras do renascimento comercial (e também cultural): "Do século VII até o X, a reduzida importância da economia de troca andou *pari passu* com a economia senhorial, sobre a qual se fundamentava o sistema feudal; o renascimento das cidades ocidentais se produziu em um mundo constante e descontinuamente sacudido, entre os séculos IX e X, pelas invasões normandas, húngaras e sarracenas... A partir dos últimos anos do século X começou um período de expansão demográfica que a redução das invasões não basta para explicar. Essa expansão trouxe um crescimento da população urbana, devido não só ao incremento natural, mas também à emigração do campo para a cidade (que) deu origem e desenvolveu uma *burguesia* que se ocupava do comércio ou fazia carreira administrativa".²³

As muralhas das sitiadas cidades medievais "se expandiram" (em círculos concêntricos) ou simplesmente caíram (na medida em que as condições de segurança assim o permitiam), as cidades passaram a ser divididas em paróquias, com um aparelho administrativo mais complexo do que a simples obediência a um *capo* ou ao bispo; devido aos numerosos homônimos generalizou-se o uso de sobrenomes patronímicos (originados em ofícios ou ocupações, locais de nascimento, etc.). As cidades-fortaleza medievais se transformavam em cidades-estados. Não se tratava ainda de economias nem de sociedades capitalistas, embora fossem economias em que a produção mercantil possuía amplo espaço, sustentada, porém, sobre relações de produção (de trabalho) servis ou corporativas. Comércio, moeda, lucro e formas primitivas do salário, precederam, portanto, ao capitalismo. O impacto do renascimento do grande comércio externo europeu afetou crescentemente as relações econômicas e sociais, determinando um declínio irreversível do feudalismo, e a tendência para a organização da economia em unidades mais amplas, baseadas na economia monetária e mercantil.

Para propiciar uma revolução econômica e social, esse processo ensejou também uma revolução conceitual (pois toda revolução autêntica cria seu próprio sistema de conceitos). *Todas* as economias mercantis se caracterizam pela produção de *valores*. No entanto, o conceito de *valor* é tão histórico quanto qualquer outro, e variável para cada disciplina ou campo do conhecimento. O valor *econômico* como propriedade intrínseca de um produto de oferecer alguma utilidade funcional se refere só ao seu *valor de uso*, derivado das propriedades específicas (*qualitativas*) da mercadoria, diferenciado de seu *valor de troca*, ou capacidade potencial de um objeto de ser intercambiado por outros. A distinção entre ambos "tipos" de valor já existia na filosofia grega clássica, embora sem desenvolver, por razões históricas, todas suas consequências lógicas. Esses desdobramentos apareceram só com a vitória do capitalismo, o modo de produção em que a tensão existente na *forma mercadoria* se exterioriza na *forma valor* como *dinheiro* (forma fenomênica do valor de troca, ou simplesmente valor) e, simultaneamente como *mercadoria* (forma fenomênica do valor de

²² Jacques Le Goff. *Para uma Outra Idade Média*. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Rio de Janeiro, Vozes, 2013.

²³ Yves Renouard. *Le Città Italiane dal X al XIV Secolo*. Milão, Rizzoli, 1975, pp. 17-20.

uso). No capitalismo, a mercadoria é uma forma social que comporta tanto o valor de troca como o valor de uso, mas essa forma *aparece* só como valor de uso, material e “coisificado”. O dinheiro, por sua vez, aparece como portador exclusivo do *valor*, como a manifestação da abstração da mercadoria, sendo, porém, só a forma fenomênica da dimensão de valor da própria mercadoria. As relações sociais do capitalismo aparecem, assim, fundadas na oposição entre a abstração monetária do valor e a concretude da natureza material da produção.

O valor (de troca), considerado abstratamente, supõe a existência de um padrão de medida (*quantitativo*) comum a *todas* as mercadorias: “Consideremos duas mercadorias, por exemplo, ferro e trigo. As proporções em que elas são trocáveis podem sempre ser representadas por uma equação em que uma dada quantidade de trigo é igualada a certa quantidade de ferro. O que nos diz tal equação? Diz-nos que, em duas coisas diferentes – em um quartel de trigo e x quintais de ferro, existe em quantidades iguais algo comum a ambos. As duas coisas devem, portanto ser iguais a uma terceira, que em si mesma não é uma nem outra. Cada uma delas, no que se refere ao valor de troca, deve ser redutível a esta terceira coisa. Esse algo em comum não pode ser uma propriedade natural das mercadorias. Tais propriedades são consideradas apenas à medida que afetam a utilidade de tais mercadorias, em que as tornam valores de uso. Mas a troca de mercadorias é evidentemente *um ato caracterizado por uma abstração total do valor de uso*”.²⁴

O trabalho concreto, base do valor de uso, não fornece a *medida de valor* das mercadorias, pois o que se destaca nele são suas características *qualitativas*. Para encontrar a medida (*quantitativa*) do valor se deve abstrair o trabalho de sua forma concreta. A economia política filha da revolução mercantil fez essa operação, que foi corrigida e completada por Marx: “Um valor de uso ou um bem possui valor apenas porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato”. Para chegar a essa conclusão, deve-se previamente estabelecer que o trabalho, na sociedade mercantil, tem um caráter dual: Marx considerou essa distinção do trabalho produtor de mercadorias, simultânea e contraditoriamente trabalho *concreto* e trabalho *abstrato*, expressão da contradição da própria mercadoria (simultaneamente valor de uso e valor), e ausente na precedente economia política (chamada de “clássica”),²⁵ seu diferencial epistemológico para a análise do capital, e sua base para a fundamentação de uma teoria do valor baseada no trabalho (que já existia na economia política clássica, embora não com esse fundamento),²⁶: “Eu fui o primeiro a assinalar o duplo caráter do trabalho representado na mercadoria”, escreveu no prefácio a *O Capital*.

Ou seja, o trabalho humano transformado em mercadoria contém a contradição, a “dupla face”, da própria mercadoria (valor de uso/valor de troca), por ser ele próprio, como força de trabalho, uma mercadoria: essa contradição consiste em que, por um lado, como em todo e qualquer modo de produção, ele é trabalho específico ou *concreto*, gerador de um produto útil, trabalho que tem de ser realizado de determinada forma para alcançar o seu objetivo final; é também, por outro lado, trabalho *social*, que tem como resultado a incorporação de *valor* à mercadoria, ou seja, trabalho *abstrato*, não importando sua forma (qualidade) específica: “Os objetos de uso se tornam mercadorias por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros. O complexo desses trabalhos privados forma o trabalho social total. Como os produtores somente entram em contato social mediante a troca dos produtos de seu trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca. Em outras palavras, os trabalhos

²⁴ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol. 1, assim como as citações sucessivas, salvo indicação em contrário.

²⁵ “O erro de Ricardo é que ele está interessado somente na magnitude do valor. O que Ricardo não investiga é a forma específica na qual o trabalho se manifesta como o elemento comum nas mercadorias” (Karl Marx. *Teorias sobre a Mais-Valia*. São Paulo, Difel, 1985).

²⁶ David Ricardo já havia afirmado que o valor era criado pelo trabalho, e era dividido entre salários e lucros. O trabalho era, para ele, como depois para Marx, a fonte da mais-valia. Contudo, ele definiu os salários como o valor *real* do trabalho (não distinguindo entre os conceitos de trabalho e força de trabalho).

privados só atuam, de fato, como partes do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores”.

Esse “algo em comum” que permite às mercadorias serem medidas umas em relação às outras é o *trabalho* ou, mais precisamente, o trabalho em geral (*trabalho abstrato*), desprovido de quaisquer características específicas, conceito que Marx distinguiu do *trabalho concreto*, em que essas características ficam preservadas, ao se considerar o trabalho só como produtor de valores de uso: “Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou *trabalho humano abstrato* gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob uma forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho humano concreto útil produz valores de uso”.

Como valor de uso, cada mercadoria expressa sua *particularidade* através do uso específico que lhe é atribuído socialmente. Como *valor*, ela expressa seu caráter *geral e comum* em relação às outras mercadorias, isto é, o *quantum* de trabalho nela contido que a torna suscetível de intercâmbio, por representar certa quantidade de tempo de trabalho realizado em sua produção. O valor se apresenta, assim, como *a representação do trabalho abstrato*, da “geleia de trabalho indiferenciado” da sociedade que torna possível o intercâmbio das mercadorias. Quando este intercâmbio se generaliza, passa a ser realizado através da mediação geral do dinheiro, o que conclui ocultando sua origem social. Não é o dinheiro que reproduz a mercadoria como dinheiro, mas o trabalho reduzido ao valor de troca que o faz: é o trabalho que constitui o valor a partir da produção da mercadoria e da sua transformação em dinheiro. A lei básica de movimento das sociedades mercantis é, por isso, sua *lei do valor*. Na economia clássica (que teve em Adam Smith e David Ricardo seus representantes principais), o escopo da teoria do valor era a determinação do “poder de compra de outros bens” que a posse de certa mercadoria conferia ao seu proprietário, poder situado para esses economistas no trabalho incorporado nela,²⁷ e não, como pretendiam seus predecessores fisiocratas (Turgot, Quesnay, Destutt de Tracy) nas suas propriedades *naturais*. Marx, preservando o avanço teórico realizado pela economia clássica em relação ao pensamento econômico precedente, resolveu o problema de modo ainda mais diverso, determinando de modo teoricamente mais aprofundado o fator comum que permite confrontar e medir relativamente o valor das mercadorias: a *quantidade de trabalho socialmente necessário* para produzi-las, que estabelece a relação de sua troca com outras mercadorias, relação que só no capitalismo é necessariamente expressa em *dinheiro*.²⁸

O que essa lei nos diz é que o trabalho (considerado abstratamente) incorpora à mercadoria o mesmo valor, no mesmo tempo, independentemente de sua especificidade (a qualificação do trabalho opera como um multiplicador *quantitativo* dessa relação).²⁹ As trocas das

²⁷ “É a quantidade comparativa de mercadorias que a mão de obra produz a que determina seu valor relativo presente ou passado” (David Ricardo. *Principles of Political Economy*. Londres, Everyman’s Edition, 1933).

²⁸ O dinheiro aparece como uma mercadoria especial que possa cumprir a função de equivalente geral de todas elas: “O desenvolvimento histórico da troca impõe cada vez mais aos produtos do trabalho o caráter de mercadoria, e desenvolve ao mesmo tempo a oposição que sua natureza encerra, entre valor de uso e valor. A própria necessidade do comércio força a dar corpo a esta antítese, tende a fazer nascer uma forma valor palpável e não deixa nem repouso nem trégua até que essa forma seja atingida pela separação entre mercadoria e dinheiro” (Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Volume 1).

²⁹ “O trabalho complexo nada mais é do que o trabalho simples potenciado ou, melhor, multiplicado, de modo que uma pequena quantidade de trabalho complexo pode equivaler a uma quantidade grande de trabalho simples. A experiência demonstra que essa redução do trabalho complexo para trabalho simples é um fenômeno que acontece todos os dias a toda hora. Por mais complexo que seja o trabalho a que deve sua existência uma mercadoria, o valor a equivale logo ao produto do trabalho simples; como valor só representa, portanto, uma determinada quantidade de trabalho simples. As diversas proporções em que diversas classes de trabalho se reduzem à unidade de medida do trabalho simples se estabelecem através de um processo social (o mercado) que age às costas dos produtores, e isto os induz a pensar que são o fruto do hábito... Consideraremos sempre a força

mercadorias, realizadas de acordo com a *quantidade* de tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las, constitui a “lei da gravidade” das sociedades em que prevalece a produção para o mercado: “A lei do valor estabelece um mecanismo de regulação *ex post facto*, que só se verifica depois da produção, quando os produtos se encaminham para o mercado. A lei se cumpre, pois, à revelia dos próprios produtores, e retrata a anarquia intrínseca ao regime de produção de mercadorias”. “Produção para o mercado”, no entanto, como já vimos, é quase tão antiga quanto as sociedades humanas, não sendo sinônimo de capitalismo. A emergência do capitalismo exigiu uma revolução na produção mercantil, e foi baseada nela. Foi só na Europa ocidental, a partir do século XII e da generalização dessa produção, e sem interrupções desde então, que se originou o processo histórico que deu lugar a um sistema social e econômico orientado para a *acumulação* de riqueza baseado no *crescimento permanente da capacidade produtiva*, que concluiu sendo conhecido como *capitalismo*. O que foi *específico*, isto é, definidor, do capitalismo? O capitalismo nasceu da apropriação da esfera da produção pelo capital, substituindo os modos de produção precedentes (feudal e corporativo, no caso europeu): “A subordinação da produção ao capital e o aparecimento da relação de classe entre os capitalistas e os produtores devem ser considerados o divisor de águas entre o velho e o novo modo de produção”.³⁰

Nas sociedades mercantis pré-capitalistas, em que os trabalhadores eram proprietários de seus instrumentos de trabalho (de seus meios de produção), o direito à propriedade aparecia fundado no próprio trabalho. Bastou que entre a propriedade e o trabalho se interpusesse o *capital*, para que “a lei da apropriação ou lei da propriedade privada, que se fundamenta na produção e circulação de mercadorias, se invertesse, obedecendo à sua própria dialética interna e inevitável, em seu contrário direto”. O direito à propriedade fundamentado no próprio trabalho se transformou desse modo no direito à propriedade fundado no trabalho de outrem, ou seja, na propriedade *burguesa*. Quando um trabalhador se encontra completamente despojado de seus instrumentos de trabalho, todas suas faculdades físicas e mentais capazes de produzir um determinado bem não apresentam para si nenhum valor de uso, pois mesmo possuindo tais faculdades não poderá produzir nada. Estas faculdades físicas e mentais são, então, postas a venda no mercado e o patrão passa a ser o proprietário da força de trabalho do indivíduo. Apropria-se, portanto, das qualidades físicas e intelectuais do trabalhador. A *sociedade capitalista* (ou *burguesa*) é aquela em que as relações sociais capitalistas, baseadas na contratação (e exploração) da força de trabalho *livre*, são socialmente dominantes (pelo menos tendencialmente), tendo como consequência a produção de uma *mais-valia*, que é o produto do *sobre-trabalho* fornecido pelo trabalhador assalariado *dentro* do processo de produção; essa *mais-valia* se apresenta ao capitalista na forma de *lucro do capital*.

O *sobre-trabalho* é a diferença existente entre a parte da jornada (ou período) de trabalho em que o trabalhador produz valores equivalentes àqueles necessários para a produção e reprodução de sua existência, e os valores produzidos por esse mesmo trabalhador na totalidade de sua jornada (ou período) de trabalho. A origem da *mais-valia capitalista* é a exploração *econômica* da força humana de trabalho, força adquirida na esfera da *circulação* (como qualquer outra mercadoria) e utilizada (valor de uso) na esfera da *produção*. Tanto quanto permanecemos no reino da circulação, a exploração capitalista é invisível. É somente quando adentramos o “local oculto da produção, em cujo limiar se pode ler: *No admittance except on business* que as coisas mudam”. A exploração é possível por causa da propriedade peculiar da mercadoria vendida pelo trabalhador, a força (potencialidade) de trabalho, notadamente do fato de que seu valor de uso é o trabalho como fonte de valor e de *mais-valia*. É na produção que a força de trabalho é posta em movimento.

de trabalho, em qualquer modalidade, como expressão direta da força de trabalho simples, poupando-nos o trabalho de reduzi-la à sua unidade” (Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Cap. 1, Ap.2).

³⁰

Maurice Dobb. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974, p. 143.

A troca de equivalentes, que aparecia como a operação mercantil originária (valor da mercadoria A = x valor da mercadoria B) se falsifica a tal ponto que a nova troca (salário = valor da mercadoria/trabalho) só se efetua na aparência da circulação de mercadorias, posto que, em primeiro lugar, a mesma parte de capital trocada por força de trabalho é só uma parte do trabalho alheio apropriado sem equivalente e, em segundo lugar, seu produtor, o trabalhador/operário, não só tem que reintegrá-la, mas também reintegrá-la com um novo excedente. A relação de troca entre o capitalista e o produtor de mercadorias converte-se em uma aparência correspondente ao processo de circulação, uma mera forma que é estranha ao seu conteúdo: “A propriedade aparece agora, por parte do capitalista, como o direito de apropriar-se do trabalho alheio não pago ou de seu produto; por parte do operário, como a impossibilidade de apropriar-se de seu próprio produto. A divisão entre propriedade e trabalho converte-se na consequência necessária de uma lei que partia aparentemente de uma identidade entre ambas”. A *lei geral da acumulação capitalista* é a consequência necessária da lei do valor da sociedade mercantil, e ao mesmo tempo é sua negação.

O *capital* é a *acumulação de mais-valia produzida pelo trabalho*; essa acumulação pode tomar a forma de dinheiro, mercadorias ou meios de produção, usualmente uma combinação dos três: “O valor de uso não deve ser nunca considerado como o objetivo imediato do capitalista, nem tampouco o lucro isolado; e sim o movimento incessante do lucro sempre renovado. Essa tendência absoluta ao enriquecimento e essa perseguição apaixonada do valor de troca são comuns ao capitalista e ao entesourador. Mas, enquanto este não é mais que um capitalista maníaco, o capitalista é um entesourador racional. A vida eterna do valor que o entesourador crê assegurar-se salvando seu dinheiro dos perigos da circulação, o capitalista, mais hábil, ganha-a lançando sempre de novo o dinheiro na circulação”. O capital, assim, atua *permanentemente* para assegurar sua acumulação posterior, ou seja, a *autoexpansão* de valor. O objeto de Marx ao analisar o processo capitalista de produção foi o capital *em geral* como distinto dos capitais particulares. Isso era uma abstração, mas não “uma abstração arbitrária, mas uma abstração que apanha as características específicas que distinguem o capital de todas as outras formas de riqueza - ou modos pelos quais a produção social se desenvolve. Esses são os aspectos comuns a cada capital enquanto tal, ou que transformam cada soma específica de valores em capital”. O tipo de sociedade baseada nessa relação social é mais recente do que os exemplos mencionados inicialmente. A economia política clássica tomou como dada e inquestionável a existência de mais-valia originada no trabalho alheio, pois partia da oposição entre a produção capitalista e os estágios produtivos precedentes. A explicação de Marx acerca da mais-valia baseou-se, ao contrário, na análise da relação entre o capital e o trabalho assalariado. Os aspectos comuns a cada capital surgem da autoexpansão do valor, produto da exploração do trabalhador na produção. O que distingue o capital dos outros modos pelos quais a produção social se desenvolveu é a mais-valia enquanto “forma econômica específica na qual trabalho excedente não pago é extraído dos produtores diretos”.

O termo e o conceito de “capitalismo” levaram a melhor sobre outras definições que foram também usadas (liberalismo, sociedade industrial, sociedade livre, sociedade aberta, e um belo etc.), para definir a sociedade burguesa, por fazer referência à sua relação (oposição) social *determinante*: a existente entre capital e trabalho assalariado, e ao polo dominante (determinante) dessa contradição. A economia capitalista é um “sistema” (um modo de produção) dividido em unidades de produção independentes e concorrentes entre si. No interior de cada unidade de produção existe divisão (oposição) entre o proprietário dos meios de produção e os produtores, isto é, entre capital e trabalho assalariado. Vejamos essa oposição mais de perto.

2. TRABALHO E CAPITALISMO

*O valor ou valia [value or worth] de um homem é, como para todas as outras coisas, o seu preço: isto é, tanto quanto seria dado pelo uso do seu poder (Thomas Hobbes, **Leviatã**)*

*O objetivo fundamental do processo capitalista de produção é a maior autovalorização possível do capital, a produção da maior mais-valia possível e, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho (Karl Marx, **O Capital**)*

A primeira mudança revolucionária no trabalho social foi a superação do nomadismo, possibilitada pelo domínio do cultivo da terra e da domesticação dos animais. A segunda, nos alvares da história presente, foi a Revolução Industrial. Sua forma particular é a que corresponde ao modo de produção capitalista, ou seja, à separação dos produtores de seus meios de produção e ao surgimento da classe trabalhadora moderna, resultante da expropriação dos trabalhadores (camponeses, artesãos) de suas condições e meios (instrumentos) de trabalho. O trabalho moderno é o trabalho assalariado, a conversão da capacidade de trabalhar em mercadoria e sua delimitação, em consequência, como atividade remunerada, numa esfera definida da vida social. A identificação do trabalho com a produção ativa da vida humana, ou seja, com a vida produtiva, apresenta-se, à primeira vista, em oposição ao caráter degradado que adota a existência do trabalhador na sociedade moderna, em que o trabalho produtivo se identifica, como veremos adiante, com a produção (ou extração) de mais-valia.

Quais são as condições histórico-estruturais que permitem esse fenômeno? Isto é, em que se baseia a extração de mais-valia? No fato de que o que o trabalhador vende ao capitalista, em troca do salário, não é seu trabalho, mas sua *força de trabalho*: "O valor de uso que o trabalhador tem para oferecer ao capitalista não está materializado em um produto, não existe de nenhum modo separado dele; existe, portanto, somente como potencialidade, como capacidade. Torna-se realidade somente quando posto em movimento pelo capital".³¹ O *capitalismo* (o modo de produção baseado na hegemonia do capital sobre todas as outras relações sociais) não é qualquer sistema econômico dinamizado pela procura de lucro, mas só aquele baseado nas relações de produção capitalistas, no qual o lucro se origina na mais-valia extraída (extorquida) *na* e *pela* exploração da força de trabalho livremente contratada e remunerada por um salário: "Para o capital o trabalhador não constitui uma condição da produção, apenas o trabalho o é. E se este puder ser executado pelo maquinário, ou mesmo pela água e pelo ar, tanto melhor. O capital se apropria não do trabalhador mas de seu trabalho, e não diretamente, mas por meio da troca".³²

Diversamente das sociedades que o precederam, no capitalismo o processo de trabalho apresenta uma face dupla e contraditória: ele é, como em todas as sociedades precedentes, *processo de trabalho* (criador de valores de uso) e também, diversamente dessas sociedades, *processo de valorização* (criador de valor). A compra e venda da força de trabalho, por sua vez, depende da separação do trabalhador dos meios de produção, sua condição prévia. Desse modo, o trabalhador é "livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho". A troca entre capital e trabalho assalariado pressupõe "a distribuição dos elementos da própria produção, os fatores materiais que estão concentrados de um lado, e a força de trabalho isolada, de outro".

No capitalismo os produtos do trabalho tomam a forma de *mercadorias*. Uma mercadoria, como vimos, não tem apenas um valor de uso. Mercadorias são feitas, não para serem

³¹ Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Vol. 1, assim como as citações sucessivas sem indicação de fonte.

³² Karl Marx. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. México, Siglo XXI, 1987, p. 93.

consumidas diretamente, mas para serem vendidas no mercado. São produzidas para serem trocadas. Desse modo cada mercadoria tem um *valor de troca*, "a relação quantitativa, a proporção em que valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo". A produção de mercadorias, no entanto, pode existir sem o capitalismo. Dinheiro e comércio são encontrados amplamente, como vimos, em sociedades pré-capitalistas. Todavia, a troca de mercadorias em tais sociedades é principalmente um meio de obter *valores de uso*.

A circulação de mercadorias em tais circunstâncias toma a forma de M-D-M, onde M é mercadoria e D dinheiro. Cada produtor troca sua mercadoria por outra (no caso do escambo) ou a vende em troca de dinheiro para comprar outra mercadoria de outro produtor. O dinheiro é, aqui, apenas o intermediário na transação. Onde as relações de produção capitalistas prevalecem, a circulação de mercadorias toma outra forma: D-M-D'. Dinheiro é investido para produzir mercadorias que são, então, trocadas por mais dinheiro.

O D', o dinheiro que o capitalista (ou "investidor") consegue após a transação é maior do que D ($D < D'$), o dinheiro investido inicialmente. O dinheiro "extra" ($D' - D$), ou *lucro*, é chamado de *mais-valia*. Nos dois extremos da relação aparece o dinheiro, que aparentemente se autorreproduz. A circularidade do dinheiro, considerado o primeiro motor da reprodução e acumulação de capital, é, no entanto, aparente. O ΔD ($D' - D$) não é produzido na esfera da circulação (comércio baseado no dinheiro) mas na esfera da produção, pelo mais-trabalho fornecido pelo trabalhador.

Com a inauguração da lógica de "comprar para vender" (para obter um lucro), que passou a ser a finalidade da troca, surgiu um encadeamento de ações, também conhecido como *fórmula geral do capital*, que pode ser sintetizado no circuito: D-M-D'. A finalidade das trocas não é mais se conseguir um bem substancialmente distinto daquele que se produzia, e sim um "salto quantitativo" – uma vez que o circuito só se realiza, e ganha sentido, se D' for maior que D, sendo $D' = D + \Delta D$, onde ΔD é o mais-valor, mais-valia ou *lucro*. Esta modalidade de lucro, quando se viabiliza pela violação da lei das trocas de equivalentes, se localiza na esfera comercial, que não produz ou cria mais-valia. A sociedade capitalista propriamente dita iniciou-se com a generalização da produção de mais-valia para se conseguir que D' fosse superior a D. A produção de mais-valia, no capitalismo, só é possível porque, ainda que o intercâmbio de bens se dê respeitando a lei das trocas equivalentes, uma mercadoria especial ao ser comprada pelo seu valor, e posta em uso - revelando o seu valor de uso - *cria* (agrega) mais valor: a força de trabalho. Ela é a única mercadoria cujo valor de uso, revelado no seu consumo, é a *geração de valor*. Seu valor de troca é sua própria garantia de subsistência e reprodução, ou seja, o salário.

O mais-valor extraído na circulação simples de mercadorias, mediante a troca de mercadorias por valores distintos dos seus, desaparece; o lucro passa a ser obtido de maneira sistemática respeitando-se a lei das trocas de equivalentes. Isto se produz só quando a mais-valia é extraída no *processo produtivo*. Sendo o trabalho o verdadeiro - e único - responsável pela criação de valor, a introdução do trabalho assalariado, divorciando definitivamente a propriedade da força de trabalho da propriedade dos meios de produção, torna possível a generalização do mecanismo de geração, e imediata expropriação, do valor. Isto porque a mais-valia é obtida da diferença entre o valor que a força de trabalho incorpora aos meios de produção e o valor pago para a sua reprodução. Em outras palavras, a diferença entre o valor pago pelo capitalista pela mercadoria força de trabalho e o mais-valor, ou mais-valia, criado pela utilização dessa mercadoria, pelo trabalho em si. Segue o circuito que representa o processo de produção capitalista:

$$D - M \dots P \dots M' - D'$$

Onde P = produção. O surgimento da mais-valia segue o roteiro que segue: "O capital C tem dois componentes. Um deles é a soma c, gasta com os meios de produção, e o outro é a soma v, gasta com a força de trabalho; c representa a parte que se transformou em capital constante

e v é a parte que se transformou em capital variável. A princípio, então, $C = c + v \dots$ Quando o processo de produção acaba, obtemos uma mercadoria (C'), cujo valor é igual a $(c + v) + s$, sendo s a mais-valia”.

A *massa de mais-valia* é o montante de valor criado durante o processo produtivo. A sua mensuração é possível pela divisão da jornada de trabalho - que é o tempo total que o capitalista usufrui da força de trabalho comprada, mais ainda não paga - em duas partes. Uma é o período no qual o trabalhador produz mercadorias que igualam o valor pago pela sua força de trabalho, denominada *trabalho necessário*. A outra parte da jornada de trabalho é destinada à criação de mais valor, de mais-valia, e chamada de *trabalho excedente*. Esta é a parte da jornada em que o fruto do trabalho do assalariado lhe é expropriado pelo capitalista, e constitui a fração do trabalho que não é remunerada. Para estabelecer a taxa de mais-valia (m), deve-se fazer a razão entre trabalho excedente e trabalho necessário, o que equivale à razão entre a massa de mais-valia (M), e o capital variável (v), como segue:

$$m = \frac{\text{trabalho excedente}}{\text{trabalho necessário}} = \frac{M}{v}$$

A taxa de mais-valia é a expressão do grau de exploração da força de trabalho pelo capital, ou do trabalhador pelo capitalista. Porém, a relação que interessa ao capitalista é a percepção contábil da rentabilidade do seu capital total, e não sua aferição em termos de geração de valor. Para tanto, é a taxa de lucro (π) o indicador que orienta seus cálculos e tomadas de decisão. Pode-se definir a taxa de lucro como segue (sendo c capital constante e v capital variável):

$$\pi = \frac{M}{C(c + v)}$$

A sociedade capitalista, como foi chamada a partir da segunda metade do século XIX, ou seja, o *sistema* em que a relação entre trabalho assalariado e capital domina e dinamiza o conjunto das relações sociais, é fenômeno histórico relativamente recente. Nos séculos XIV e XV ela fez sua aparição em várias cidades mediterrâneas (especialmente nas cidades costeiras italianas), mas a *era histórica* em que se projetou mundialmente data do século XVI, quando a *acumulação de capital* se transformou na alavanca da transformação econômica de algumas sociedades europeias (que, impelidas por essa acumulação e suas conseqüências, se lançaram à conquista do mundo), atingindo nelas tanto a produção como a distribuição e o consumo dos bens. Os padrões de troca, distribuição e consumo são, no capitalismo, derivados da produção.³³

A base do *modo de produção* capitalista é a produção de mais-valia para valorizar o capital, valor em processo, valor que procura se valorizar como condição de sobrevivência, valor que entra na circulação para crescer e se acumular. A análise do valor está direcionada a caracterizar o que faz do capitalismo uma forma de produção social única e diferenciada. O seu foco é "a real estrutura interna das relações burguesas de produção". Seu propósito é mostrar que "como valores, as mercadorias são magnitudes sociais, relações entre homens na sua atividade produtiva". O trabalho é *a origem e a fonte da mais-valia*. O motor e o objetivo da produção capitalista é a *acumulação ilimitada de mais-valia*.³⁴ Em carta a Friedrich Engels (de

³³ "A produção se expande tanto a si mesma como se alastra aos demais momentos. O processo começa de novo sempre a partir dela. Que a troca e o consumo não possam ser o elemento predominante compreende-se por si mesmo. O mesmo acontece com a distribuição. Uma forma determinada de produção determina formas determinadas de consumo, da distribuição, de troca, assim como relações determinadas desses fatores entre si". Produção, distribuição, troca e consumo não são idênticos, mas "elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade", com predomínio determinante da produção (Karl Marx. *Introducción a la Crítica de la Economía Política (1857)*. Córdoba, Pasado y Presente, 1973).

³⁴ Numa definição comum "o capitalismo é um sistema econômico em que os meios de produção e distribuição são de propriedade privada e com fins lucrativos; decisões sobre oferta e demanda, preço, distribuição e investimentos não são feitos pelo Estado, os lucros são distribuídos para os proprietários que investem em

agosto de 1867), Marx resumiu a inovação teórica de sua obra principal, *O Capital (Crítica da Economia Política)*: “O que há de melhor no meu livro é: 1) (e é sobre isso que repousa toda a compreensão dos fatos) sublinhar, desde o primeiro capítulo, o duplo caráter do trabalho segundo ele se expresse como valor de uso ou como valor de troca; 2) a análise da mais-valia, independente de suas formas particulares: lucro, juros, renda da terra, etc.”.

O trabalho em geral (ou *abstrato*) dominante na produção caracteriza a era do capitalismo, em que o próprio trabalho (ou melhor, a capacidade de exercê-lo) é ele próprio transformado em mercadoria, cujo valor de uso consiste em produzir *valores* superiores ao seu próprio valor. Nas sociedades pré-capitalistas, ao contrário, o objetivo da atividade econômica era primeiramente a produção de valores de uso, cada comunidade podia satisfazer todas ou a maior parte de suas necessidades a partir do trabalho de seus membros; a força de trabalho não era, portanto, uma mercadoria: “Na indústria rural patriarcal de uma família camponesa que produz para seu próprio uso cereal, gado, fio, linho, peças de roupa, etc., diferenças de sexo e de idade e as condições naturais do trabalho que mudam com as estações do ano regulam sua distribuição dentro da família e o tempo de trabalho dos membros individuais da família”. A distribuição do trabalho é regulada, nessas sociedades, coletivamente ou sob uma imposição autoritária. O trabalho não é diferenciado, é pouco especializado, e não é uma mercadoria.

Pela transformação da força de trabalho em mercadoria, o capital criou, pela primeira vez na história, um *modo de produção* baseado na exploração *universal*: “A força de trabalho nem sempre foi uma mercadoria. O trabalho nem sempre foi trabalho assalariado, isto é, trabalho livre. O escravo não vendia sua força de trabalho ao proprietário de escravos, assim como o boi não vende seus esforços ao camponês. O escravo é vendido, com a sua força de trabalho, de uma vez para sempre, ao seu proprietário. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as mãos de outro. Ele próprio é uma mercadoria, mas a força de trabalho não é uma mercadoria sua. O servo só vende uma parte da sua força de trabalho. Não é ele quem recebe um salário do proprietário da terra: pelo contrário, o proprietário da terra é que recebe dele um tributo. O servo pertence à terra e rende frutos ao dono da terra”.

Diversa é a situação no capitalismo: “O operário livre, pelo contrário, vende-se a si mesmo, e além disso por partes. Vende em leilão oito, dez, doze, quinze horas da sua vida, dia após dia, a quem melhor pagar, ao proprietário das matérias-primas, dos instrumentos de trabalho e dos meios de vida, isto é, ao capitalista. O operário não pertence nem a um proprietário nem à terra, mas oito, dez, doze, quinze horas da sua vida diária pertencem a quem as compra. O operário, quando quer, deixa o capitalista ao qual se alugou, e o capitalista despede-o quando acha conveniente, quando já não tira dele proveito ou o proveito que esperava. Mas o operário, cuja única fonte de rendimentos é a venda da força de trabalho, não pode deixar toda a classe dos compradores, isto é, a classe dos capitalistas, sem renunciar à existência. Ele não pertence a este ou àquele capitalista, mas à classe dos capitalistas, e compete-lhe a ele encontrar quem o queira, isto é, encontrar um comprador dentro dessa classe dos capitalistas”.³⁵

“A riqueza das sociedades modernas em que domina o modo de produção capitalista se apresenta como um imenso acúmulo de mercadorias, e cada mercadoria singular como sua forma elementar”: essa constatação foi o ponto de partida de *O Capital* de Karl Marx. A produção generalizada de mercadorias, isto é, que todas as coisas real ou imaginariamente úteis revestissem a forma mercantil, exigiu como base histórica que a própria força de trabalho fosse uma delas: “O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. (...) O processo que cria o sistema

empresas e os salários são pagos aos trabalhadores pelas empresas”. Essa seria uma boa definição do liberalismo econômico, mas não da especificidade histórica do capitalismo.

³⁵ Karl Marx. *Trabajo Asalariado y Capital*. Pequim, Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1976.

capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos”.

A sociedade capitalista não é qualquer sociedade em que exista produção mercantil, mas só aquela em que a *força de trabalho* humana é transformada, de modo geral, em *mercadoria*. O *segredo* da produção capitalista é a produção de *mais-valia*, base do lucro capitalista, obtida no processo de produção pelo *uso* da mercadoria *força de trabalho*, cuja peculiaridade ou *qualidade* específica consiste em ser a única mercadoria que cria novo valor, isto é, capaz de criar valores superiores àqueles necessários para produzi-la e reproduzi-la.³⁶ "Dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles requerem sua transformação em capital. Mas essa transformação mesma só pode realizar-se em determinadas circunstâncias, que se reduzem ao seguinte: duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; do outro lado, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista”.³⁷

O dinheiro empregado para comprar a força de trabalho é o *capital variável*; enquanto o dinheiro investido para a compra de prédios, equipamentos, matérias-primas e outros meios de produção constitui o *capital constante*. O capital investido na compra da força de trabalho é *variável* por ser ela a mercadoria que é fonte de criação de valor, a que *expande* o valor inicial (o “investimento”). O capital constante não realiza essa tarefa: a produção capitalista envolve tanto trabalho vivo como trabalho morto, acumulado nos meios de produção. O trabalho morto é o trabalho realizado pelos trabalhadores que fabricaram os meios de produção. Como a maquinaria deteriora-se gradualmente através de seu uso para produzir novas mercadorias, seu valor é só transferido (como “custos de produção”) para elas. Só o uso da força de trabalho cria novo valor e, portanto, mais-valia.

O salário é a expressão monetária do *valor* da força de trabalho, sendo “regulado por uma lei natural: seu limite mínimo está dado pelo mínimo físico de meios de subsistência que o trabalhador deve receber para conservar e reproduzir sua força de trabalho, isto é, uma quantidade determinada de mercadorias. O valor delas está determinado pelo tempo de trabalho necessário para sua produção, ou seja, pela parte de trabalho agregado *ex novo* aos meios de produção, ou ainda pela parte da jornada de trabalho da qual o trabalhador tem necessidade para produzir ou reproduzir o equivalente de valor dos seus meios necessários de subsistência... O seu valor [da força de trabalho], como o de qualquer outra mercadoria, estava determinado antes de ela entrar em circulação, pois determinado quantum de trabalho social havia sido gasto para a produção da força de trabalho, mas o valor de uso consiste na exteriorização posterior dessa força... O valor de uso da força de trabalho é o trabalho, e uma

³⁶ Crítico liberal do marxismo, Raymond Aron afirmou que nenhuma sociedade poderia remunerar o trabalho pelo valor efetivamente produzido por ele, pois toda sociedade deve destinar uma parte do seu produto social à renovação dos meios de produção, à amortização do capital, à ampliação deste, etc, o que, além de óbvio, invalidaria, segundo Aron, a teoria marxista da mais-valia, pois esta não seria especificamente capitalista, caracterizando toda e qualquer sociedade. A análise marxista da mais-valia capitalista estaria, segundo Aron, a serviço “da noção vaga, insinuante (!) de uma injustiça intrínseca das *economias ocidentais*” (Raymond Aron. *Plaidoyer pour l'Europe Décadente*. Paris, Robert Laffont, 1977, p. 130). *No comments*. Em Marx, a análise da mais-valia desvenda a origem do benefício capitalista como também a lógica da acumulação do capital, assim como a dinâmica de conjunto do sistema.

³⁷ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol. 1

vez que o trabalhador tenha sido empregado, o capitalista coloca-o para trabalhar. Mas o trabalho é a fonte de valor e, além disso, o trabalhador criará durante um dia de trabalho mais valor do que o capitalista pagou por seu dia de trabalho. Mas o decisivo [para o capitalista] é o valor de uso específico de esta mercadoria ser fonte de valor, e de mais valor do que ela mesma tem”.³⁸

Na sociedade capitalista, a reprodução do capital implica necessariamente na reprodução da força de trabalho na medida necessária à acumulação de capital: “A reprodução da força de trabalho constitui, de fato, um momento da própria reprodução do capital”. Marx distinguiu conceitualmente, como vimos, entre *trabalho* e *força de trabalho*, distinção que constitui a base para uma teoria objetiva (científica) do salário: “Para que fosse vendido no mercado como mercadoria, o trabalho teria que existir antes de ser vendido. Mas se o trabalhador pudesse dar ao trabalho uma existência autônoma, o que venderia seria uma mercadoria, e não trabalho. No mercado, o que se contrapõe diretamente àquele que possui dinheiro não é, na realidade, o trabalho, e sim o operário. O que o operário vende é sua força de trabalho. Nem bem começa efetivamente o seu trabalho, este já não pertence mais ao operário que, portanto, já não pode mais vendê-lo. O trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele próprio não possui valor algum. O que a economia denomina valor do trabalho, na realidade, é o valor da força de trabalho, que é tão diferente da sua função, o trabalho, quanto uma máquina o é de suas operações”,³⁹ ou ainda “o valor de uso que o trabalhador tem para oferecer ao capitalista não está materializado em um produto, não existe de nenhum modo separado dele; existe, portanto, somente como potencialidade, como capacidade. Torna-se realidade somente quando posto em movimento pelo capital”.⁴⁰

O *salário* mantém a ficção de que o capitalista comprou apenas as operações da máquina, quando o que comprou, na verdade, é a própria máquina, a força de trabalho do operário, que deixou de lhe pertencer pelo período em que a vendeu ao capital, por ser aquela uma mercadoria que possui a característica *única* de criar mais valores do que aqueles necessários para produzi-la (e reproduzi-la): a diferença entre essas duas magnitudes é a mais-valia embolsada pelo capitalista.

O salário cumpre a função de *ocultar socialmente* o trabalho não pago retido pelo capital. Aparece como pago do trabalho realizado pelo operário, mas na realidade é o pago da produção e reprodução de sua força de trabalho, ou seja, dos meios de subsistência necessários para manter o assalariado vivo, trabalhando e se reproduzindo. O capitalismo “não é apenas um sistema de produção para o mercado – um sistema de produção de mercadorias – mas um sistema sob o qual a própria capacidade de trabalho se torna uma mercadoria comprada e vendida no mercado como qualquer outro objeto de troca. Seu pré-requisito histórico é a concentração da propriedade, dos meios de produção, em mãos de uma classe que consiste apenas numa pequena parte da sociedade, e o aparecimento consequente de uma classe destituída de propriedade, para a qual a venda de sua força de trabalho é a única fonte de subsistência”.⁴¹

³⁸ *Idem*: “Que é então, o valor da força de trabalho? Como o de qualquer outra mercadoria, seu valor é determinado pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la. A força de trabalho de um homem existe apenas na sua individualidade viva. Certa massa de meios de subsistência tem de ser consumida por um homem para crescer e manter a vida. Mas o homem, tal como a máquina, desgasta-se e terá de ser substituído por outro homem. Para além da massa de meios de subsistência requeridos para a sua própria manutenção, ele necessita de outro montante, os meios de subsistência para criar certa quota de filhos que o substituirão no mercado de trabalho e de perpetuar a raça dos trabalhadores. Além disso, para desenvolver a sua força de trabalho e adquirir uma dada habilidade, tem de ser despendido outro montante de valores. Para o nosso propósito, basta considerar apenas o trabalho médio cujos custos de educação e desenvolvimento são grandezas ínfimas”.

³⁹ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol. 1.

⁴⁰ Karl Marx. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política* (Grundrisse). México, Siglo XXI, 1987.

⁴¹ Maurice Dobb. *Op. Cit.*, p. 17.

A sociedade burguesa é aquela em que a relação social baseada no *trabalho assalariado* domina sobre as outras, em que o trabalhador deve, pela compulsão *econômica*, vender sua força de trabalho para o capitalista e dele receber um salário, resultado de um contrato aparentemente livre, mas essencialmente opressor: o contrato determina como e quanto tempo o operário deve trabalhar. As categorias do capitalismo derivam dessa relação social, cuja “segredo” é a *produção de mais-valia*. O salário se apresenta, em geral, em forma monetária, mas é uma relação referida a quantias materiais, horas de trabalho e meios de subsistência, não existindo relação de reciprocidade quantitativa entre capital e salário. O *salário relativo* (o salário medido como percentual da totalidade da riqueza produzida) é o outro lado da *taxa de exploração* da força de trabalho, sendo ambas as formas de relações sociais quantitativamente expressadas, cuja magnitude muda com as relações de força que as classes sociais estabelecem (através da luta) entre si.⁴²

Taxa de mais-valia, por sua vez, foi o nome dado por Marx para a razão existente entre a mais-valia obtida e o capital variável, isto é, o capital investido na compra da força de trabalho. Ela mede a exploração do trabalho, ou seja, o grau em que o capitalista foi bem sucedido em extrair mais-valia do trabalhador. Se o trabalho necessário (para produzir e reproduzir a força de trabalho) for de 4 horas diárias, e o trabalho excedente de outras 4 horas, a taxa de mais-valia é 4/4, ou seja, de 1=100%.

O que se considera “meio de subsistência” (para a reprodução da força de trabalho) varia de um país ou região para outra, de uma época histórica para outra. Diferentemente das outras mercadorias, na determinação do valor da força de trabalho ingressa um elemento histórico e moral: “Deve-se levar em conta todos os fatores que determinam a mudança na magnitude alcançada pela força de trabalho: preço e quantidade das necessidades vitais elementares, natural e historicamente desenvolvidas. Custos da educação do operário, papel desempenhado pelo trabalho feminino e infantil, produtividade do trabalho, magnitude deste trabalho em extensão e intensidade”, ou ainda “o volume das chamadas necessidades imprescindíveis, assim como a índole da sua satisfação, é um produto histórico e depende portanto, em grande parte, do nível cultural de um país e também, entre outras coisas, das condições sob as quais se formou a classe dos trabalhadores livres e, portanto, de seus hábitos e aspirações vitais”.⁴³

A luta dos trabalhadores para melhorar suas condições de vida, por outro lado, pode fazê-los chegar a conquistas estáveis cujos resultados começam a fazer parte dos “meios de subsistência”. Mas isto não significa necessariamente um aumento do valor da força de trabalho, ou seja, uma queda da taxa de mais-valia. Esta se expressa de modo inverso no salário relativo:

<p><i>Taxa de mais-valia</i> = mais-valia / capital variável</p> <p><i>Salário relativo</i> = capital variável / mais-valia</p>

A primeira igualdade mede o grau de exploração do trabalho assalariado, a segunda a proporção (percentual) em que o operário trabalha para sua sobrevivência em relação àquela em que o fez para o capital, ou seja, a proporção em que os trabalhadores apoderam-se da riqueza por eles criada. Isto é indicado, de modo indireto, pela participação dos assalariados na renda nacional. Qualquer aumento do poder aquisitivo do salário pode ficar compensado pela diminuição da participação dos assalariados na renda nacional e mundial, ou seja, pela diminuição do salário relativo e o aumento da taxa de mais-valia, isto devido aos ganhos em produtividade, ou seja, ao aumento da *mais-valia relativa*. Marx distinguiu esse conceito daquele de *mais-valia absoluta*. Esta é resultado da imposição, por parte do capital, de um

⁴² Maurizio Donato. La relazione nascosta. Sulla natura materiale del salario e dello sfruttamento. *Dialettica e Filosofia*, Teramo, 2013.

⁴³ Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Volume 1.

aumento sem compensação do gasto de força humana de trabalho (através do alongamento da jornada de trabalho, como foi característico no alvorecer do capitalismo, ou da intensificação dessa jornada, através do aumento dos ritmos de produção, “produtivismo”, como é a característica hodierna).

Já a mais-valia *relativa* refere-se às inovações técnicas e tecnológicas (dependentes, por sua vez, do desenvolvimento científico, ou do “intelecto geral” da sociedade) que permitem aumentar a produtividade sem aumento equivalente da jornada ou do ritmo de trabalho, ou seja, ao aumento *relativo* do capital constante em relação ao capital variável. As duas formas de aprofundamento da exploração do trabalho assalariado, embora conceitual e economicamente diversas (e também com consequências econômicas e sociais diversas) coexistem e se sobrepõem permanentemente no processo de produção capitalista, sendo uma ou outra forma a privilegiada relativamente pelo capital na dependência de condições históricas e/ou regionais (nacionais) específicas.

A distinção conceitual não é capciosa, ou produto de um excesso de sofisticação teórica. O capitalismo apresenta sempre uma tendência para o aumento da mais-valia, sob qualquer uma de suas formas (geralmente as duas) e, portanto, para a *queda do salário relativo*: “A distribuição da riqueza social entre o capital e o trabalho torna-se ainda mais desigual. Com o mesmo capital, o capitalista controla uma quantidade maior de trabalho. O poder da classe capitalista sobre a classe operária cresceu, a posição social do trabalhador piorou, desceu um degrau mais abaixo da do capitalista”.⁴⁴ Essa tendência para a *miséria social relativa*, em determinados períodos, se transforma em tendência para a *miséria social absoluta*. A tendência não se expressa só de modo matemático, mas também prático, no incremento dos ritmos de produção, e na desqualificação (desvalorização) do trabalho operário, em consequência do aumento da produtividade.

A desvalorização crescente da força de trabalho expressa a tendência para sua *alienação crescente* no processo de produção capitalista. Vejamos como. Sendo o exercício do trabalho em qualquer regime econômico um dispêndio físico de energia, somente no regime capitalista a força de trabalho humana possui a particularidade de ser fonte de valor. O valor, no capitalismo, é um fenômeno puramente social; o valor de um produto é, portanto, uma função social, não uma função natural adquirida por representar um valor de uso, ou trabalho no sentido fisiológico ou técnico-material. O *trabalho abstrato* (produtor de valor e mais-valia) não possui um átomo de materialidade, sua forma é puramente social, é especificamente uma categoria da economia mercantil-capitalista. O trabalho abstrato, porém, não prescinde do trabalho concreto, produtor de valores de uso, pois este constitui seu suporte.

Na produção material em geral, o trabalho concreto é o único elemento ativo para a criação da riqueza, para a produção de qualquer valor de uso. Essa produção material é comum a todas as formas sociais historicamente desenvolvidas. Em cada época sempre se tratou de trabalho em sentido próprio. Porém, tal trabalho é dúplice, sendo próprio à sua sociabilidade conferir um significado histórico determinado à sua invariante materialidade. Só assim não se relega esta última ao limbo da indeterminação. A diferença específica que o modo capitalista de produção impõe ao trabalho enquanto elemento geral constitutivo da sociedade está na forma histórica antitética dele como trabalho *alienado*, ou seja, como processo objetivo de venda da capacidade de trabalho para outros (*aliens*).

O controle do *tempo de trabalho* pela capital implica numa prerrogativa de controle do *tempo de vida* em geral, diversa também dos regimes sociais precedentes. O trabalho assalariado é a manifestação socialmente determinada do trabalho abstrato. Responsável pela criação de *valor* na sociedade capitalista, a realização do trabalho abstrato depende da consumação do modo capitalista de produção, que permite sua medição pelo *tempo*. O tempo, como categoria

⁴⁴ Karl Marx. *Trabajo Asalariado y Capital*, ed. cit.

econômica simples, é concreta unidade do múltiplo, condição real da produção material. O tempo concreto (o tempo histórico) é uma categoria mutável.⁴⁵

O tempo capitalista, conceitualmente diverso dos tempos das sociedades que o precederam, é medido em horas, minutos e até segundos: “O relógio não é só um instrumento que mede as horas que passam; é um meio para sincronizar a ação humana. O relógio, não a locomotiva, é o instrumento-chave da modernidade industrial. Em relação à quantidade determinável de energia, à padronização, aos automatismos, ao seu produto peculiar, à medida apurada do tempo, o relógio foi de longe a máquina mais importante da técnica moderna. Está em primeiro lugar na lista porque atinge uma perfeição para a qual tendem todas as outras máquinas”.⁴⁶ A determinação *capitalista* do tempo consiste na apropriação do tempo de trabalho alheio como *valor* e *mais-valia*.⁴⁷ A determinação do trabalho na sociedade capitalista é diferente do conceito de “trabalho humano” em geral. O trabalho assalariado é a expressão economicamente *pura* da exploração da força de trabalho. A forma *privada* da propriedade (a propriedade burguesa) - e a sua antítese, a *não propriedade* - manifesta-se na era do capital como *apropriação privada de tempo de trabalho* alheio. A tendência, por parte do capital, a se apropriar de cada vez mais tempo de trabalho, e seu contrário, (a luta dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho) refere-se à propriedade do *tempo de vida* dos trabalhadores.

Sendo o capital *valor* que se expande de modo indefinido (*sine die* e sem limites quantitativos), seu valor deveria ao menos ser reproduzido e conservado, mas por força da circulação e da concorrência, somente a preservação do valor não é possível: é necessário que o capital se reproduza e se expanda, não apenas através da reprodução *simples* (em que os valores dos capitais constante e variável são repostos permanentemente na produção, sem incremento nem redução), mas necessariamente como reprodução *ampliada*, como acumulação de valor e mais-valia, ou seja, como “reinvestimento” da mais-valia ou *acumulação de capital*. O senhor feudal se satisfazia quando ele recebia suficiente renda de seus camponeses para sustentar a ele próprio, sua família e seus empregados, dentro do estilo de vida ao qual estavam acostumados. O capitalista, entretanto, tem um “apetite voraz”, uma “fome de lobisomem por

⁴⁵ “O tempo tornado absoluto não é mais temporal. O tempo como tal é rumor e fumaça” (Karl Marx. *Diferenças entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro*. São Paulo, Global Editora, sdp). Para Hegel: “O tempo é o ser que enquanto é, não é, enquanto não é, é”. Cf. Alessandro Mazzone. *La temporalità specifica del modo di produzione capitalistico. Marx e i Suoi Critici*. Urbino, Quattroventi, 1987: “A circulação do capital sem tempo de circulação - completa em tempo nulo, e portanto sem dinheiro - é a tendência do próprio capital. Ela, todavia, é uma tendência contraditória, enquanto é irrealizável, mas significativa porque mostra como o tempo do capital é o tempo real da produção e da submissão a si mesmo do trabalho alheio. Este é o tempo de trabalho que não se deve perder. Fora da produção, fora do trabalho, o tempo do capital é pura perda: ‘Este desperdício por parte do capital não significa outra coisa senão que este perde um tempo inutilizado durante o qual, em intercâmbio com o trabalho vivo, poderia apropriar-se de tempo de trabalho suplementar, de trabalho alheio’. Os que acreditando poder abstrair categorialmente o tempo da sua especificidade social contemporânea não percebem que, nas formas de sociedade nas quais predomina o modo de produção capitalista, o próprio tempo conta na medida em que se transmuta em mais valia. Esta é a eficiência capitalista que se transmuta no mote: ‘o tempo é dinheiro’. O tempo não é um recurso natural e eterno, uma riqueza enquanto tal: se é este o ‘tempo real e concreto’ que se entende, chega-se a uma falsa abstração”.

⁴⁶ Lewis Mumford. *Technics and Civilization*. Chicago, University of Chicago Press, 2010. O relógio “moderno” (diverso dos antigos relógios baseados no sol, na água, na areia, sistemas mecânicos, etc.) nasceu de uma revolução científica, isto é, “a Grande Invenção: o uso de um movimento oscilante (para cima e para baixo, para frente e para trás) para fixar o fluxo temporal. Caberia ter esperado algo bem diferente: para medir o tempo, fenômeno contínuo e unidirecional, o instrumento mais adequado, deveria também basear-se em um fenômeno contínuo e unidirecional” (David. S. Landes. *L’Orologio nella Storia*. Milão, Oscar Mondadori, 2009, p. 11). A noção de tempo do ponto de vista da mecânica, por sua inseparabilidade dos fenômenos do movimento, permite distinguir, em uma sucessão de eventos, a ordem ou a contemporaneidade da sua ocorrência. Se se considerasse o tempo só desta maneira, se permaneceria ancorado nos conceitos fundamentais e absolutos da física clássica. Na medida em que aquele movimento dos fenômenos considerados fosse relativamente diverso da sua propagação, pela sua distância, o próprio tempo sofreria uma dilatação, em uma unidade espaço-temporal.

⁴⁷ Gianfranco Pala. *Zibaldone del Tempo di Lavoro*. Milão, Franco Angeli, 2000.

mais-trabalho", que brota da necessidade de se igualar aos seus concorrentes, com vistas a superá-los, ou ir à falência.

No capitalismo, a *realização da lei do valor* - a troca de mercadorias proporcionalmente ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las - depende da *competição* entre mercadorias e capitais em dois aspectos. Marx distinguiu entre o valor de uma mercadoria e seu preço de mercado. O valor é o trabalho social despendido nela; o preço de mercado é a quantidade de dinheiro que ela alcançará num determinado momento. Frequentemente os dois irão diferir, porque o preço de mercado flutua em resposta às oscilações na oferta e na procura: essas flutuações, no entanto, cancelam umas às outras no decorrer do tempo.

Sob o regime do capital, a lei do valor atua através do mecanismo dos *preços de produção*. O preço é a expressão monetária do valor, representa a grandeza do valor numa determinada soma em dinheiro. O preço da mercadoria deve corresponder ao seu valor; as variações de preços e do valor da moeda não alteram o fato de que a soma total dos preços se corresponde com a soma total dos valores produzidos. O valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho que, em média, é necessário para produzi-la, incluindo todo o trabalho anterior (para produzir as matérias primas, máquinas, prédios, o capital chamado *fixo* usado na produção da mesma). O preço da mercadoria reproduz a quantidade de tempo de trabalho nela coagulado.

No capitalismo, a pressão da concorrência mútua dos capitais entre si força os produtores a adotarem métodos de produção similares ou superiores aos dos seus rivais, para rebaixarem seus preços ou elevarem sua qualidade (real ou supostamente, esta última através da publicidade ou "propaganda", não por acaso definida como "a alma do negócio") e poderem competir uns contra os outros. Consequentemente, o valor das mercadorias é determinado não pela quantidade total de trabalho usada para produzir cada uma delas em separado, mas sim pelo tempo de trabalho socialmente necessário, isto é, o tempo de trabalho "requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho". Um produtor ineficiente que usa mais do que o tempo de trabalho socialmente necessário obterá um preço pela mercadoria que "não compensa" seu trabalho extra. No capitalismo, somente o trabalho medido pelo tempo socialmente necessário é *trabalho social*.

Todas as categorias econômicas da produção (valor, mais-valia, salário, tempo de trabalho, e todas suas distinções conceituais inerentes) se apresentam ao capital de uma forma puramente quantitativa, reduzidas a *dinheiro*. Este, como vimos, é bem mais antigo do que o capitalismo, mas somente no capitalismo desenvolve todas suas potencialidades, e somente nele aparece totalmente desprovido de qualquer relação com sua origem e função econômica e social original. O "senso comum" fixa os valores de uso como valores puramente de troca no cálculo contábil, que orienta as atividades práticas do que os economistas denominam "agentes econômicos". Nesses valores, apagam-se as qualidades sensoriais dos produtos. Mas o valor é uma relação social só idealmente autônoma em face aos elementos relacionados. No intercâmbio concreto, a contradição entre o caráter específico de valor de uso da mercadoria e o seu caráter genérico de valor exige a mediação de uma abstração objetivada. O valor é uma relação social que precisa ser representada, simbolizada em um signo de valor, concreto, que a realize.

A cisão que torna autônomo o valor de troca, dando-lhe existência própria e separada, é simbolizada pelo *dinheiro* como potência autônoma, poder externo e estranho aos produtores de mercadorias. A forma natural e a forma social dos produtos são, através dele, contrapostas: "O valor de troca cindido das próprias mercadorias e existente ele mesmo junto a elas é: *dinheiro*. Todas as propriedades da mercadoria enquanto valores de troca se apresentam no dinheiro como um objeto distinto dela, como uma forma de existência social cindida de sua

forma de existência natural”.⁴⁸ Quando uma mercadoria particular fixa-se no papel de equivalente universal, ela se torna dinheiro: “A representação da mercadoria enquanto dinheiro implica que as diferentes magnitudes de valores-mercadoria estão todas expressas em uma forma na qual ela existe como a *corporificação de trabalho social*”

No primeiro livro de *O Capital* Marx abordou o caráter da *reprodução capitalista*: “O processo de produção capitalista reproduz, mediante seu próprio procedimento, a separação entre força de trabalho e condições de trabalho. Ele reproduz e perpetua, com isso, as condições de exploração do trabalhador”. O produto social “abrange, ao mesmo tempo, a reprodução (isto é, manutenção) da classe capitalista e da classe trabalhadora e, portanto, também a reprodução do caráter capitalista do processo de produção global”. A reprodução dos fatores imediatos da produção (meios de produção e força de trabalho) e a reprodução das relações sociais de produção capitalistas (separação entre produtor e meios de produção, apropriação privada do produto social) são duas faces da mesma moeda. A reprodução abrange e é determinada pela materialidade dos elementos do capital produtivo, mas é inseparável da reprodução das relações jurídicas, dos valores culturais, da ideologia, que a permitem e perpetuam. A reprodução da força de trabalho, portanto, inclui a reconstituição perene dos mores expressivos da sua submissão ao capital: a ideologia da submissão, da hierarquia no processo de produção e reprodução, da direção desse processo, do seu comando, da disciplina social.

A natureza das leis tendenciais que governam a produção capitalista não é *aparente*, isto é, imediatamente perceptível, porque as relações sociais em que o trabalho concreto/útil é subordinado à abstração do trabalho se expressam através de categorias *fetichizadas*, em primeiro lugar do *fetichismo da mercadoria*: os produtores tem a ilusão de que as relações de troca existem e se realizam por características intrínsecas às próprias mercadorias:⁴⁹ “As relações sociais entre indivíduos aparecem na falsa forma de relações sociais entre coisas; a ação social dos produtores assume a forma de ação dos objetos que dominam os produtores, em vez de serem dominados por eles”.⁵⁰ Diversamente, no feudalismo (ou em outros modos de produção pré-capitalistas), “o trabalho e os produtos entram na engrenagem social como serviços e pagamentos *in natura* (...) Como quer que se julguem as máscaras que os homens revestem, as relações sociais entre as pessoas em seus trabalhos aparecem em qualquer caso como suas próprias relações pessoais, e não são disfarçadas em relações sociais das coisas, dos produtos de trabalho”.

Já na produção mercantil, o que é *realmente* uma relação social entre homens proprietários de mercadorias *aparece* como uma relação entre às próprias mercadorias, independente da ação e da vontade humana. O capitalismo não possui mecanismos através dos quais a sociedade pudesse decidir coletivamente o quanto de seu trabalho será direcionado a tarefas particulares. O desenvolvimento da divisão de trabalho significa que a produção em cada local de trabalho é altamente especializada e separada dos outros locais de trabalho: cada produtor não pode satisfazer suas necessidades a partir de sua própria produção. O fetichismo da

⁴⁸ Karl Marx. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. México, Siglo XXI, 1987, p. 70.

⁴⁹ “Como valores, as mercadorias são magnitudes sociais, relações entre homens na sua atividade produtiva (...) Onde o trabalho é comunal as relações entre homens em sua produção social não se manifestam como ‘valores’ das coisas”(Karl Marx. *Teorias sobre a Mais-Valia*. São Paulo, Difel, 1985).

⁵⁰ Ronald Meek. *Studi sulla Teoria del Valore-Lavoro*. Milão, Feltrinelli, 1973, p. XI. Na obra de Marx, “o conceito de alienação, tão importante nos *Manuscritos* (de 1844) e no qual se reconhece a influência hegeliana, desaparece na obra de maturidade, *O Capital*, substituído pelo conceito de fetichismo da mercadoria (que) vincula explicitamente a crítica da divisão do trabalho à forma que ela assume na economia capitalista, na qual não só a rede de intercâmbios entre as diversas unidades produtivas passa através do mercado, mas também o próprio trabalhador é constrangido a vender no mercado sua atividade de trabalho e a comprar no mercado seus meios de subsistência” (Alessandro Roncaglia. *La Ricchezza delle Idee*. Storia del pensiero economico. Bari, Laterza, 2011, p. 264).

mercadoria se desenvolve plenamente na produção capitalista, onde o processo de produção se torna totalmente autônomo do valor de uso dos produtos: “Uma mercadoria é algo misterioso simplesmente porque nela o caráter social do trabalho dos homens aparece a eles como uma característica objetiva estampada no produto deste trabalho; porque a relação dos produtores com a soma total de seu próprio trabalho é apresentada a eles como uma relação social que existe, não entre eles, mas entre os produtos de seu trabalho”.

Daí se deriva que: “A existência das coisas enquanto mercadorias, e a relação de valor entre os produtos de trabalho que os marca como mercadorias, não têm absolutamente conexão alguma com suas propriedades físicas e com as relações materiais que daí se originam. A forma valor e a relação de valor dos produtos do trabalho não têm absolutamente nenhuma semelhança com sua natureza física. É uma relação social definida entre os homens que assume, a seus olhos, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. A fim de encontrar uma analogia, devemos recorrer às regiões enevoadas do mundo religioso. Neste mundo, as produções do cérebro humano aparecem como seres independentes dotados de vida, e entrando em relações tanto entre si quanto com a espécie humana. O mesmo acontece no mundo das mercadorias com os produtos das mãos dos homens. A isto dou o nome de *fetichismo* que adere aos produtos do trabalho, tão logo eles são produzidos como mercadorias, e que é inseparável da produção de mercadorias”.⁵¹

A ideia e o conceito de fetiche deu a base para uma teoria do conhecimento fundada na distinção e contraposição entre a essência das relações sociais e sua forma fenomênica, adaptando para a análise histórica e social a ideia fundante da ciência em geral, a distinção entre essência e aparência dos fenômenos. O fetichismo mercantil é próprio de toda sociedade em que exista produção para o mercado. O fetichismo da mercadoria, porém, só se realiza plenamente no capitalismo, através do *fetichismo do capital*, da ilusão ideológica pela qual as propriedades da força humana de trabalho não se manifestam enquanto tais, mas *aparecem* como propriedades e potências do capital, realizando de modo pleno a sujeição *ideológica* dos proprietários da força de trabalho ao capital e às relações sociais dele oriundas (cujo tecido constitui a sociedade burguesa ou capitalista). Essas relações *aparecem* como *naturais*, velando desse modo seu caráter classista e *histórico*.⁵²

Aparência e essência do modo de produção, portanto, não coincidem: a tarefa da teoria é de revelar e desvendar a essência do fenômeno, oculta pela sua inversão (aparência) ideológica. O desvendamento do caráter fetichista das categorias econômicas da era do capital foi a base da crítica da economia política burguesa; e foi também a base de uma nova inteligibilidade da história, que só se tornou possível com o advento da era capitalista: “A forma valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata, mas também a mais geral, do modo de produção burguês que, por esse fato, se caracteriza como um gênero particular de produção social e, pelo mesmo motivo, *histórico*”.⁵³

Na economia política clássica, a distinção entre *valor de uso* e *valor* aparecia ainda de modo abstrato e metafísico, não histórico, incapaz, portanto, de criar uma base para a compreensão da produção capitalista como uma forma particular e histórica da produção social. Na forma criticamente desenvolvida por Marx a lei do valor passou a ser o ponto de partida para uma teoria em que o trabalho não foi mais considerado de modo formal e unilateral, mas na sua plena realidade material, como objeto principal da investigação científica. A teoria do valor de Marx deu conta do fator central da dinâmica do capitalismo, ou seja, da forma social onde as coisas existentes se convertem *universalmente* em mercadorias. Nessa dinâmica é central a análise da exploração do trabalho e da concorrência entre os capitais. A compreensão

⁵¹ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol. I.

⁵² Cf. Alessandro Mazzone. Il fetichismo del capitale: una struttura storico formale. *Problemi Teorici del Marxismo*. Roma, Editori Riuniti, 1976.

⁵³ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol. I.

conjunta dos dois fenômenos levou à concepção dos preços efetivos e de seu movimento como a manifestação sintética dessa dinâmica. Esses preços são a expressão monetária indireta das quantidades ponderadas de trabalho que a reprodução social exige empregar para a reprodução de cada tipo de mercadoria. Cada preço individual se determina através das interrelações entre todas as mercadorias - incluída a força de trabalho humana -, e a dos movimentos de cada unidade de capital em busca do máximo lucro possível, movimento só possível a partir do momento em que a livre exploração do trabalho pelo capital foi um fato (tendencialmente) *universal*.

A determinação histórica da exploração *capitalista* do trabalho permitiu considera-lo como fator primordial da dinâmica da história e como protoforma de toda atividade *humana*, contendo em si o conjunto das categorias tanto da sociabilidade como do próprio indivíduo. O *trabalho social* é o ponto em comum de todas as sociedades humanas, sem distinções históricas nem geográficas. O que diferencia o trabalho humano do animal é que “não temos frente a nós mesmos aquelas formas primitivas e instintivas de trabalho que nos remetem às dos animais... Pressupomos o trabalho numa forma que o faz exclusivamente humano. Uma aranha realiza operações que se assemelham às do tecelão e uma abelha intimida um arquiteto na construção de suas colmeias, mas o que distingue o pior dos arquitetos da melhor das abelhas está no fato de o arquiteto levantar sua estrutura na imaginação antes de erguê-la na realidade. No final de todo processo de trabalho temos um resultado que já existia na imaginação do trabalhador desde o início. Este não só efetua uma mudança de forma no material sobre o qual se trabalha como também realiza um propósito próprio que rege seu *modus operandi*, ao qual deve subordinar sua vontade”.⁵⁴

O trabalho do homem repousa em seu caráter *único*, a partir da sua capacidade de pensamento conceitual (abstrato) e de representação simbólica, próprias do homem como espécie, cuja origem se situa na natureza diferenciada e única do *cérebro* humano (geneticamente, o homem pouco se diferencia das espécies primatas mais próximas). O trabalho como ação deliberada, guiada pela inteligência, é o produto específico da humanidade. O trabalho que transcende à mera atividade instintiva é a força histórica com a qual o homem criou a natureza *humanizada*: “O trabalho (deixando de lado todo selo particular que tenha podido imprimir-lhe uma ou outra fase do progresso econômico da sociedade) é, antes do mais, um ato que tem lugar entre o homem e a natureza. Ao trabalhar, o homem desempenha frente à natureza o papel de um poder natural, pondo em ação as forças de que está dotado seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de assimilar-se às matérias, dando-lhes uma forma útil para sua vida. Ao mesmo tempo em que atua, mediante esse processo, sobre a natureza exterior e a transforma, transforma também sua própria natureza ao desenvolver as próprias faculdades em que nela repousam”.⁵⁵

A identificação da riqueza com o trabalho só começou a existir com o capitalismo e com o conseqüente surgimento da economia política (o “capitalismo pensado”). A Reforma Protestante expressou religiosamente a virada na consideração do trabalho própria da nascente sociedade burguesa, em que se distinguiu por primeira vez o trabalho das outras atividades humanas, com sua fisionomia (conceito) própria. O trabalho moderno permitiu entender o trabalho pretérito, iluminar o que nas condições históricas precedentes não podia ser pensado, ou melhor, transformado em categoria do pensamento.

O Iluminismo e a filosofia clássica alemã completaram o movimento negativo da concepção precedente, movimento sintetizado na *Fenomenologia do Espírito* de Hegel, em que a prática material produtiva do trabalho foi considerada atividade humana na medida em que era portadora do “Espírito Absoluto”, de cuja realização a história era portadora, embora de modo alienado: “Surge a relação amo-escravo; esta dependência mútua é o começo do

⁵⁴ Karl Marx e Friederich Engels. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

⁵⁵ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol. I.

desenvolvimento do espírito pelo trabalho humano. O amo escraviza o objeto independente, usando o escravo como instrumento. O escravo submete as coisas a um tratamento que fora anteriormente planejado deliberadamente, no Espírito; mas realiza essa tarefa imposta pelo amo e senhor, é só o segundo quem verdadeiramente assimila o objeto em si, usando-o. Nesse processo, que parece afirmar o objeto como extensão espiritual do amo, ocorre o contrário do que caberia esperar da relação amo-escravo. O trabalho significa uma abstenção de ócio, a repressão do desejo; no caso do escravo, é uma perpétua abstenção pelo temor ao amo mas, neste temor, o auto-conhecimento do escravo atinge o ser-em-si e a repressão dá forma aos objetos; o escravo considera o ser das coisas como uma exteriorização de sua própria consciência, desta forma o ser-em-si é devolvido à consciência como algo próprio. No trabalho, que é, por assim dizer, a espiritualização das coisas, o auto-conhecimento do escravo descobre seu próprio significado, embora *aparecendo como só realizando o significado do outro*. No trabalho servil, o homem aperfeiçoa-se a si próprio como humanidade mediante a ativa assimilação espiritual do objeto e pela aptitude para a ascese”.⁵⁶

Hegel foi o primeiro representante da filosofia clássica a se ocupar das transformações históricas advindas com a Revolução Francesa e o período napoleônico, assim como da Revolução Industrial inglesa, relacionando as revoluções econômicas e políticas com os problemas mais gerais da filosofia.⁵⁷ Todavia, a humanização do trabalho através de sua espiritualização superava a concepção religiosa ainda de modo mistificado e idealista.⁵⁸ O capitalismo se constituiu fazendo da potência do trabalho uma configuração social específica, criando uma classe trabalhadora completamente separada das condições e instrumentos do seu próprio trabalho, que só pode existir vendendo sua capacidade de trabalhar.⁵⁹ Na história precedente à era do capital, como vimos acima, o trabalho não era sequer concebido como algo próprio da atividade humana, como atributo específico da ação do homem destinado a gerar as condições de sua própria vida. A riqueza não era pensada como produzida ou acumulada pelo homem; a ideia de evolução e progresso se encontrava quase ausente nas ideologias anteriores à modernidade, ou tinha um caráter difuso e secundário.

Prevalecia, pelo contrário, a ideia da degeneração progressiva da sociedade humana, tanto na sua versão religiosa como na sua versão profana: “Há um momento em que, quase subitamente, o tema do progresso parece passar da intuição imprecisa e marginal para à teoria, uma ruptura essencial que anunciou e condicionou todas as evoluções ulteriores, e que se realizou na alvorada das Luzes, entre a ‘Querrela dos Antigos e Modernos’ do fim do século XVII e os anos 1730-1735”.⁶⁰ Na *Querelle*, iniciada em 1687 na França, tratava-se de definir a “consciência de um tempo presente, novo e transitório, que não mais se pautava pelo caráter paradigmático da Antiguidade”,⁶¹ sobre cuja base nasceu uma *filosofia do progresso*.

O período coincidiu com o nascimento da ciência moderna, que anunciava sua osmose com a produção material através da tecnologia, fusão característica da produção capitalista, em que o *progresso* da produtividade social se tornou evidência e objetivo universal: “A ideia explícita de progresso se desenvolve entre o nascimento da imprensa no século XV e a Revolução Francesa. Esta ideia não só está longe de se ter espalhado entre todos os intelectuais da época, mas mesmo os que a exprimem o fazem com importantes limitações, conscientes ou inconscientes, contendo muitas vezes contradições implícitas. Até o início do século XVII, os obstáculos a uma teoria consciente do progresso continuaram a ser determinantes; de 1620 a

⁵⁶ Leszek Kolakowski. *Las Principales Corrientes del Marxismo*. Madrid, Alianza, 1980, p. 71.

⁵⁷ Györg Lukács. *El Joven Hegel y los Problemas de la Sociedad Capitalista*. México, Grijalbo, 1969.

⁵⁸ Adolfo Sánchez Vázquez. *Filosofia da Práxis*. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

⁵⁹ Maurice Dobb. La formación del proletariado. In: Ciro Manca (ed.). *Formazione e Trasformazione dei Sistemi Economici in Europa dal Feudalesimo al Capitalismo*. Padua, CEDAM, 1995.

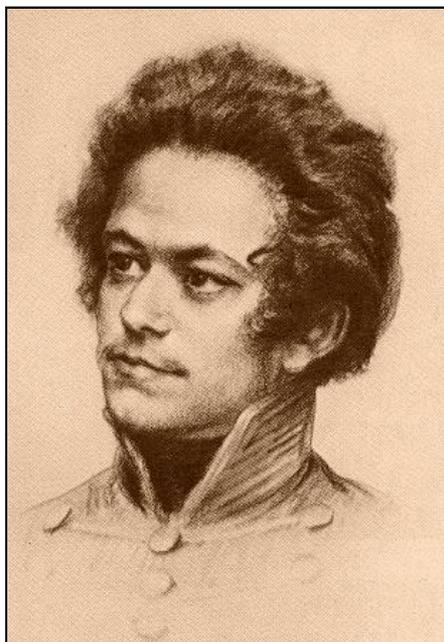
⁶⁰ Frédéric Rouvillois. *L’Invention du Progrès 1680-1730*. Paris, CNRS, 2010, p. 13.

⁶¹ Reinhart Koselleck. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.

1720, aproximadamente, a ideia de progresso se afirma antes de mais nada no domínio científico; depois de 1740, o conceito de progresso tende a generalizar-se e se difunde aos domínios da história, da filosofia e da economia política. Ao longo do período, com avanços e recuos, o que favorece o nascimento da ideia de progresso são, em primeiro lugar, as invenções, a começar pela imprensa, depois o nascimento da ciência moderna tendo como episódios espetaculares o sistema copernicano, a obra de Galileu o cartesianismo e o sistema de Newton. E também o crescimento da confiança na razão e a ideia de que o mundo físico, moral e social é governado por leis”.⁶²

A ideologia do progresso foi elaborada em paralelo à ciência que fez do *trabalho em geral* o fundamento de toda riqueza social (a economia política).⁶³ A superação da concepção que identificava humanidade com ociosidade, e da história humana concebida como a história das classes exploradoras e ociosas, de seus avatares e de suas ideologias, conquanto necessária, foi realizada na “filosofia do progresso” de modo unilateral. A concepção dialética do trabalho e da história a completou, negou e superou. O desenvolvimento da indústria capitalista, expressão moderna do progresso econômico, desqualificou crescentemente o trabalho (as habilidades concretas de cada trabalhador passaram a ser secundárias na medida em que se desenvolveu o maquinismo) tornando possível, através de sua equalização, sua abstração teórica. Com essa base *histórica* Marx superou a concepção hegeliana, considerando o trabalho como mediador entre o homem social e a natureza e, através da humanização desta, como o fator primordial da autoconstrução da humanidade, em que o trabalho passou a ser considerado, usando a fórmula de Gyorg Lukács, o “fundamento ontológico do ser social”.

Para Marx, o trabalho era uma “categoria totalmente simples”, a “mais simples e antiga em que os homens aparecem como produtores”. O caráter *universal objetivo* da categoria de trabalho é anterior ao capitalismo, mas não seu significado econômico moderno: “O trabalho parece ser uma categoria totalmente simples. Também a representação do trabalho na sua universalidade - como trabalho em geral - é muito antiga. Porém, considerando essa simplicidade do ponto de vista econômico, o trabalho é uma categoria tão moderna quanto as relações que dão origem a essa abstração simples”.⁶⁴



O jovem Karl Marx

⁶² Jacques Le Goff. *História & Memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 2013, pp. 227-228.

⁶³ John Bury. *La Idea del Progreso*. Madri, Alianza, 1973.

⁶⁴ Karl Marx. *Introducción a la Crítica de la Economía Política (1857)*. Córdoba, Pasado y Presente, 1973.

A distinção entre trabalho simples e complexo (qualificado), e entre trabalho *produtivo* e *improdutivo*, atingiu sua maturidade com a realização do domínio do capital na esfera da produção. A indústria se tornou, no capitalismo, o polo dinâmico da reprodução do capital; o lucro comercial ou os juros bancários deixaram de ser seu momento predominante. As categorias de trabalho produtivo e improdutivo adquiriram assim sua maturidade histórica: é produtivo o trabalho assalariado que produz mais-valor, e improdutivo aquele que não o faz.

O capital só considera “produtivo aquele trabalho, e só trabalhador produtivo aquele que diretamente produza mais-valor; só aquele trabalho que seja diretamente consumido no processo de produção com vistas à valorização do capital”.⁶⁵ Não são produtivos os trabalhadores estatais, cujos salários não provêm da mais-valor capitalizada, e sim dos impostos cobrados pelo Estado a toda a população: “Todo trabalhador produtivo é um assalariado, mas nem todo assalariado é um trabalhador produtivo... A diferença entre trabalho produtivo e improdutivo consiste tão somente em que, no primeiro caso, o trabalho é trocado por dinheiro enquanto capital, isto é, por dinheiro que é em si capital”.⁶⁶

Os trabalhadores assalariados se dividem em dois grandes agrupamentos. O primeiro é composto pelos trabalhadores que transformam diretamente a natureza e os que, no setor de serviços, produzem mais-valor, desde artistas sob contrato de empresas até professores da escola privada. O segundo é composto: 1) pelos trabalhadores que exercem as atividades de controle e vigilância dos trabalhadores; 2) pelos trabalhadores dos serviços que não produzem mais-valor (os empregados domésticos, por exemplo); 3) pelos trabalhadores do Estado; 4) pelos empregados do comércio e dos bancos. Todos esses trabalhadores não produzem mais-valor: representam “custos” de produção (*faux frais*). Os trabalhadores *improdutivos* compõem uma massa de assalariados mais numerosa e heterogênea do que a dos trabalhadores produtivos, porque o capitalismo precisa de um sistema de controle hierárquico sobre o trabalho e a sociedade como um todo: desde as carteiras de identidade e passaportes, até o controle minucioso dos operários no interior das fábricas, a sociedade burguesa desenvolve um enorme mecanismo de controle da sociedade, que torna imprescindível o crescimento e hipertrofia do setor improdutivo.

A peculiaridade histórica do capitalismo torna o trabalho improdutivo indispensável para sua reprodução. A distinção entre o trabalho produtivo e improdutivo não radica no fato de ambos serem necessários ao capital, o que os iguala, mas nas distintas funções sociais que exercem do ponto de vista do capital: o primeiro produz mais-valor, o segundo não. Daí a tendência do capital em privatizar todas as áreas de atividade potencialmente “rentáveis”, incluídas a saúde, a educação e até a punição (custódia) dos criminosos, para transformá-las em áreas produtoras de mais-valor suscetível de se acumular e valorizar o capital. A distinção entre as funções que os diversos tipos de trabalho exercem na reprodução do capital já existia na economia política clássica, mas de modo incompleto e unilateral, ao não considerar o caráter histórico do capital. A relação entre o capital e a humanidade não é uma relação de identidade, mas de alienação mútua; a reprodução do capital não é idêntica à reprodução do ser social.

A sociabilidade, em geral, tem no intercâmbio orgânico com a natureza (o trabalho) sua categoria fundante. O trabalho funda o ser social em sua universalidade: o trabalho primitivo funda as sociedades primitivas, o trabalho escravo funda a escravidão, o trabalho servil o feudalismo e, por fim, o trabalho assalariado funda o modo de produção capitalista. Os diversos modos de produção tem em comum o fato de que sem a transformação da natureza em meios de produção e de subsistência não há reprodução social. Se a produção de mais-

⁶⁵ Karl Marx. *Capítulo VI Inédito d'O Capital*. Porto, Escorpão, 1975.

⁶⁶ *Idem*: “Um professor de escola que ensina aos outros não é um trabalhador produtivo. Mas um professor de escola que é contratado junto com outros para valorizar mediante seu trabalho o dinheiro do empresário da instituição que negocia com o conhecimento, é um trabalhador produtivo”.

valia é a mediação pela qual se reproduz o capital, isto não cancela o fato de que a reprodução da sociabilidade capitalista depende de sua capacidade em continuar transformando a natureza em meios de produção e de subsistência. As duas dimensões da vida social se sobrepõem pela mediação do capital: se quase toda transformação da natureza se transformou em trabalho assalariado, nem todo trabalho assalariado converte a natureza em meios de produção e de subsistência; se toda conversão da natureza em meios de produção e de subsistência por meio do trabalho assalariado produz mais-valia, nem toda geração de mais-valia ocorre no intercâmbio com a natureza.

A historicidade do modo de produção do capital implica na historicidade do trabalho assalariado. A categoria do “não-trabalho”, na sua antítese ao trabalho, é a determinação central da transição do “reino da necessidade” dominado pelo capital, ao “reino da liberdade” em que aquele fica eliminado. A transição passa através da *liberdade condicionada por uma necessidade conhecida*: “O reino da liberdade começa somente onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e por uma finalidade exterior: encontra-se, portanto, além da esfera da produção material. A liberdade neste campo somente pode consistir em que o homem socializado, isto é, os produtores associados, regulem racionalmente o seu intercâmbio orgânico com a natureza, conduzam-no sob seu controle comum, ao contrário de serem dominados por uma força cega; que eles executem seu dever com o menor emprego de energia e nas condições mais adequadas à sua natureza humana e dignas dessa. Mas isto permanece sempre um reino da necessidade. Além disso, começa o desenvolvimento das capacidades humanas, que é um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, que, todavia, pode florescer somente sobre as bases daquele reino da necessidade. Condição fundamental de tudo isso é a redução da jornada de trabalho”.⁶⁷

Nas eras pré-capitalistas, o trabalho manual era uma atividade que não se apresentava como resultado social de um determinado desenvolvimento produtivo (que permitia que o homem livre não trabalhasse porque subsistia graças ao trabalho dos outros).⁶⁸ Trabalho e não trabalho encontravam-se em oposição dada para sempre e irredutível, natural e eterna. Somente em sua forma moderna, quando ele se apresentou como indiferente em relação a um trabalho determinado, como facilidade de passar de um trabalho para outro devido ao domínio da máquina (com a conseqüente desqualificação do trabalho, transformado num apêndice daquela), como meio *geral* de criar riqueza, como *trabalho abstrato* e não como destino particular do indivíduo, é que se pôde produzir teoricamente uma categoria “tão moderna quanto as relações que lhe dão origem”.

As abstrações mais gerais surgem somente a partir do desenvolvimento mais rico do concreto ou, para dizê-lo com Darwin (e também com Marx), a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. Com o trabalho social como sua base motora, o acontecer humano ganhou uma nova inteligibilidade, que se impôs à autoconsciência da sociedade no tempo que chamamos de *história*.

⁶⁷ Karl Marx. *O Capital*, Livro III.

⁶⁸ Ao contrário, o trabalho intelectual, que se identificava com a liberdade e a essência do homem, apresentava-se em oposição à natureza servil e humilhante do trabalho físico. A tarefa do artesão, ainda que não se tratasse de um escravo, não era uma manifestação livre do produtor, posto que era uma elaboração dirigida e condicionada à satisfação de uma necessidade imediata do consumidor e, ao mesmo tempo, um recurso ou meio para o sustento do mesmo produtor. Escravo do objeto e das necessidades do usuário, o artesão não se diferenciava das ferramentas e dos meios de trabalho de que dispunha. Importava no processo do trabalho nada além de seu resultado, que não aparecia como criação, mas como configuração determinada pela realidade independente ou determinante do objeto a ser usado ou consumido. A atividade *livre* era a que não gerava *nada* e se manifestava externamente à compulsão física do objeto ou da necessidade material.

3. CAPITALISMO E HISTÓRIA

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos (Karl Marx, O 18 de Brumário de Luís Bonaparte)

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar (Karl Marx e Friedrich Engels, Manifesto Comunista)

Cronologicamente, o capitalismo foi identificado com as chamadas eras “moderna” e “contemporânea” dos manuais escolares. Definir essas eras como a época do capitalismo é condição necessária, mas não suficiente, para compreender sua dinâmica. É necessária para definir sua *especificidade*, não constituindo só um entre vários ângulos possíveis. A periodização corrente da história humana (Pré-História, Antiguidade, Idade Média, Era Moderna, Era Contemporânea), esboçada na modernidade, foi definida pressupondo uma história *única* para todo o gênero humano. Mas a era da *história mundial* propriamente dita, em que todas as regiões do mundo e todas as sociedades humanas passaram a interagir, direta ou indiretamente, umas com as outras, integrando-se paulatinamente em um único processo histórico-universal, e em que as sociedades passaram a ter nos conflitos de classes sociais economicamente definidas (ou seja, não mais definidas como estamentos jurídica ou religiosamente diferenciados) a mola mestra de sua dinâmica, teve no capitalismo sua base determinante. Para alguns autores, o capitalismo seria “o modo de organização social que admite a propriedade privada (individual ou comunitária) dos bens de produção”, para concluir em que “a característica essencial do sistema capitalista (é) afirmar sua existência e sua particularidade sobre a possibilidade, transformada rapidamente em realidade, de uma grande desigualdade social”.⁶⁹ A consequência (a desigualdade social) é apresentada no lugar da causa (uma determinada forma histórica da exploração do trabalho): a propriedade, característica dos mais diversos modos de produção, desvincula-se assim da sua forma histórica específica.

A definição histórica do capitalismo foi e é, porém, objeto de controvérsias. Para Karl Polanyi, diversamente de Marx, o capitalismo é diferente do “mercantilismo” que o precedeu devido à mercantilização da terra, da mão de obra e da moeda-crédito (chamadas por Polanyi de “mercadorias fictícias”).⁷⁰ “O trabalho, a terra e o dinheiro [...] de acordo com a definição empírica de mercadoria, não são mercadorias. O trabalho é apenas outro nome para uma atividade humana que é parte da própria vida, a qual por sua vez não é produzida para a venda, mas por razões inteiramente diversas, e esta atividade não pode ser destacada do resto da vida, ser armazenada ou mobilizada; a terra é apenas um outro nome para a natureza, que

⁶⁹ Alain Cotta. *Le Capitalisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1977.

⁷⁰ “Falta às mercadorias fictícias um atributo essencial que um bem deve ter para ser mercadoria: o de ser produzido para ser trocado. O trabalho, a terra e o crédito, de acordo com a definição empírica de mercadoria, não são mercadorias. O trabalho é apenas outro nome para uma atividade humana que é parte da própria vida, a qual por sua vez não é produzida para a venda, mas por razões inteiramente diversas, e esta atividade não pode ser destacada do resto da vida, ser armazenada ou mobilizada; a terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem; o dinheiro real é apenas um símbolo de poder de compra que, de maneira geral, não é produzido, mas passa a existir através do mecanismo dos bancos ou da finança estatal. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do crédito como mercadorias é inteiramente fictícia” (Karl Polanyi. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 1988).

não e produzida pelo homem; o dinheiro real por fim, é apenas símbolo de poder de compra que, de maneira geral, simplesmente não é produzido, mas passa a existir através do mecanismo dos bancos ou da finança estatal. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadoria é inteiramente fictícia.”

Para esse autor, o capitalismo teria chegado à sua forma madura como resultado dos problemas que surgiram quando os sistemas de produção industrial necessitaram de investimentos de longo prazo, envolvendo riscos no âmbito do comércio internacional. Polanyi considerou o capitalismo como histórica e plenamente “implantado” só a partir de 1834, na Inglaterra (quando foram abolidas diversas formas de subsídio contra a pobreza). Outros autores de destaque abordaram o capitalismo de modo ainda mais diverso.

Fernand Braudel, historiador da *École des Annales*, privilegiou, na sua indagação sobre a relação entre *civilização material, economia e capitalismo* (título de sua principal obra, na qual ele cita Karl Marx mais do que qualquer outro autor), “os usos repetidos, os procedimentos empíricos, as velhas receitas, as soluções vindas da noite dos tempos, como a moeda ou a divisão cidade-campo”. O capitalismo não seria um conceito histórico “suficiente”, pois deveriam ser relacionados três planos diversos, o da “vida material”, o da “vida econômica” e, finalmente, o “jogo capitalista”: segundo Braudel, “é impossível chegar a uma boa compreensão da vida econômica se não se analisam antes as bases do edifício”.⁷¹ O capitalismo estaria assim sobre determinado pelo processo da “vida material” (constituída pelo intercâmbio e situado na “longa duração” histórica)⁷² onde a imutabilidade e até o atavismo seriam tão determinantes que não poderia haver “leis de movimento”, porque praticamente não haveria movimento perceptível.

O capitalismo seria, nessa concepção, um “caso particular” dentro de uma estrutura histórica geral, não uma ruptura histórica em relação às sociedades precedentes. Suas estruturas e leis específicas seriam, portanto, relativamente irrelevantes. Braudel reconheceu a influência do economista russo Nikolai Kondratiev e de sua teoria das “ondas longas” da economia, elaborada no início da década de 1920 tendo como referência a teoria das crises econômicas de Marx, na formulação do conceito da “longa duração”.⁷³ Nos *Annales*, o conceito de longa duração teve sua origem em Ernest Labrousse, historiador marxista pioneiro da história serial quantitativa, nos seus trabalhos sobre os movimentos seculares dos preços na França.⁷⁴ Braudel extrapolou o conceito do campo exclusivo da história econômica onde Labrousse o tinha confinado e, com base nele, contrapôs sua visão “tridimensional” (de três planos) da história à visão “bidimensional” de Marx, baseada na sucessão histórica dos modos de produção, supostamente mais limitada, pois carente da “espessura” dada pela “terceira dimensão” constituída pela longa duração.

A relação entre os “três planos” da história é, porém, o que há de mais obscuro na vasta e detalhada obra historiográfica de Braudel; ela é, na verdade, feita de observações incidentais ou empíricas, sem fundamento metodológico ou teórico claro, chegando a formulações de caráter subjetivo: “Para mim, o capitalismo é um fenômeno de superestrutura, um fenômeno

⁷¹ Fernand Braudel. *La Dynamique du Capitalisme*. Paris, Artaud, 1985.

⁷² Sobre a diferença que Braudel estabeleceu entre capitalismo e vida econômica, e as diferenças entre Braudel e Marx, ver: Bolivar Echeverria. El concepto de capitalismo en Marx y en Braudel; e também: Immanuel Wallerstein. Braudel sobre el capitalismo o todo al revés. In: Carlos A. Aguirre. *Primeras Jornadas Braudelianas*. Buenos Aires, Instituto Mora, sdp.

⁷³ Fernand Braudel. História e ciências sociais: a longa duração. *Revista de História*, São Paulo, Universidade de São Paulo, XXXI, (62), 1965: “Para além dos ciclos e interciclos, existe o que os economistas chamam, sem contudo estudá-la, a tendência secular. Mas ela só interessa, por enquanto, a raros economistas, e suas considerações sobre as crises estruturais, não tendo passado pela prova das verificações históricas, apresentam-se como esboços ou hipóteses, apenas enterradas no passado recente, até 1929, quando muito até os anos 1870. Oferecem, todavia, uma útil introdução à história de longa duração. Elas são como que uma primeira chave”.

⁷⁴ Ernest Labrousse. *Esquisse du Mouvement des Prix et des Revenus en France au XVIII Siècle*. Paris, Dalloz, 1933.

de minoridade, um fenômeno de altitude”. O que quer que Braudel entendesse por “altitude”, “minoridade” e “superestrutura”, e sobre o que esses conceitos tivessem em comum, o capitalismo seria para ele um fenômeno não definidor ou determinante da dinâmica histórica contemporânea (ou de qualquer época): “(Em Braudel) da quase imóvel presença do espaço e do clima até os acontecimentos políticos cotidianos, não há nexos que nos expliquem como esses elementos de um plano atuam sobre outros, para uni-los numa explicação global”. Assim, para Braudel, o capitalismo, a partir dos “jogos das trocas”, seria uma atividade espontânea da sociedade humana, eterno e atemporal, pois consubstancial com sua natureza: “Privilégio da minoria, o capitalismo é impensável sem a cumplicidade ativa da sociedade”, escreveu, sendo assim uma espécie de circuito fechado que se autorreproduziria *sine die*. Foi também apontado que, em Braudel e nos *Annales*, a preocupação com a história econômica é descritiva e superficial, sempre limitada à *circulação*, sem tocar nos problemas da *produção*.⁷⁵

Braudel limitou a discutível pertinência da teoria de Marx ao capitalismo moderno,⁷⁶ uma hipótese baseada numa indistinção qualitativa entre as diversas fases ou formas do capital (comercial, financeiro, usurário, industrial). Para Braudel, como para Henri Pirenne,⁷⁷ a era capitalista teria nascido já no século XII, com o renascimento comercial dos centros urbanos europeus, quando, na Itália setentrional e nas cidades de Flandres e da Alemanha norte ocidental, grandes comerciantes, que eram frequentemente também banqueiros, atingiram um papel social e econômico determinante, influenciando a produção artesanal e manufatureira, subtraindo-a progressivamente da tutela dos grandes proprietários de terra e da nobreza, e mudando também a mentalidade geral a respeito das atividades econômicas produtivas, até então desprezadas como “vis” pelas classes dominantes. A era do capital comercial (integrado ao sistema feudal, e ao mesmo tempo fator de sua dissolução) seria, para esses autores, plenamente capitalista. A especificidade do capitalismo na esfera da *produção* ficava assim diluída.

Braudel identificou como capitalista a expansão da economia comercial e monetária medieval, acrescida da “mudança de mentalidade” econômica, ideia que fora já argumentada no início do século XX, com maior fundamento teórico, pelos representantes da sociologia alemã (Tönnies e, sobretudo, Troeltsch),⁷⁸ por Werner Sombart e, finalmente, por Max Weber, embora sem coincidir com a recuada cronologia braudeliana do capitalismo. Para Sombart, o *bourgeois*, o homem econômico moderno, aliou a condição de cidadão (*bürger*, habitante da cidade) à de empresário, a “santa economicidade”, que seria possível identificar já na *masseria* de Florença no século XV. Ora, isso já existia antes: “A meados do século XIII já existiam em Florença oitenta companhias dedicadas à banca... Nos negócios florentinos se usavam, com frequência, contratos singulares: acordava-se em trocar, em data determinada, trigo por óleo, tecidos por lã, e completar com dinheiro a diferença resultante do preço em curso entre as duas mercadorias. Era uma espécie de jogo de Bolsa”.⁷⁹ A moral dos negócios (previsibilidade, respeito pela palavra dada) e a mentalidade calculadora, que tudo tende a quantificar, originaram, para Sombart, o “espírito de empresa”: as campanhas militares e as atividades de curso deram origem, entre outras, ao “espírito capitalista”. Neste coexistem o desejo de enriquecimento, a paixão pelo *dinheiro* (substituindo à cobiça mercantilista pelo

⁷⁵ Josep Fontana. *Historia: Análisis del Pasado y Proyecto Social*. Barcelona, Crítica, 1982.

⁷⁶ O que dominou a produção dos *Annales* nas décadas de 1950 e 1960 foi “a ideia de construir um modelo de transição da Europa do Antigo regime para a civilização industrial que, compartilhando com o marxismo então em voga a prioridade das dimensões materiais da existência, polemizara com aquele quanto aos fatores essenciais do processo, dando ênfase a uma chave de leitura neo-malthusiana que confrontasse (ou substituísse) a leitura marxista no debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo” (Fernando Devoto. *Braudel y la Renovación Histórica*. Buenos Aires, CEAL, 1991).

⁷⁷ Henri Pirenne. *História Econômica e Social da Idade Média*. São Paulo, Mestre Jou, 1966; onde o autor se referiu à “tendência para a continua acumulação de riqueza, a que chamamos de capitalismo”.

⁷⁸ Ernst Troeltsch. *Protestantisme et Modernité*. Paris, Gallimard, 1991.

⁷⁹ Georges Renard. *Historia del Trabajo en Florencia*. Buenos Aires, Heliasta, 1980, p. 98.

ouro), o espírito inventivo, inovador, conquistador e organizador, o sentido de oportunidade, o engenho, a inspiração. O “burguês”, um novo tipo histórico, criou uma época à sua imagem e semelhança.⁸⁰

Já segundo Max Weber, o capitalismo moderno nasceu no século XVI na Europa ocidental, quando o entesouramento do dinheiro foi deslocado pelo investimento, pelo uso do dinheiro como *capital*; o que definiu o capitalismo moderno não foi a busca de lucro em geral, mas a *acumulação de capital*, ponto em comum a Weber, Sombart e Marx. Henri Hauser também situou o nascimento do capitalismo no século XVI.⁸¹ Jean-Baptiste Say, na primeira metade do século XIX, já definia o “capitalista” (o termo “capitalismo” ainda não era usado) como aquele proprietário que “reinveste seu lucro” (em vez de gastá-lo ou entesourá-lo). Para Weber, o *quid* do sistema capitalista era, porém, um elemento espiritual, religioso: o moderno capitalismo foi uma consequência não desejada, um efeito “perverso”, da nova ética protestante, que abriu as portas dos conventos deixando sair deles uma religiosidade exaltada e ascética que contagiou à existência social. O “capitalismo racional”, baseado no cálculo, foi, para Weber, filho involuntário desse “ascetismo mundano”, transformado em religião laica.

Para Jacques Le Goff, a Idade Média europeia teria durado, na verdade, até o século XVIII (e não até o século XV, durante o qual os grandes descobrimentos ultramarinos são considerados habitualmente o fim da era medieval e o início da “era moderna”), pois antes dessa época o “sistema econômico” não era reconhecido como tal. Entre esses séculos, as concepções de tempo e de trabalho da teologia cristã foram adaptadas pela Igreja Católica às novas realidades econômicas, mudando o significado do tempo no mundo rural medieval, que começava a se urbanizar. As zonas urbanas já estavam se consolidando a partir do século X, no Norte da Itália e da França, no Sul da Inglaterra e da Alemanha. O tempo medieval existia de acordo com os ciclos agrícolas e com noções rudimentares de marcação, como dia e noite, inverno e verão. Seguia também os ofícios religiosos (a palavra *hora* se origina do latim *oratio*, oração), os sinos das igrejas guiavam os moradores medievais, era um “tempo sem pressa”. Nesse contexto, o surgimento da figura do mercador foi decisivo para as mudanças econômicas, sociais e religiosas. Negociante que vivia da usura, ele entrou em conflito com a teologia católica, pois seu tempo baseado no cálculo se contrapunha ao tempo religioso.

Os clérigos sustentavam que a usura era pecaminosa e não poderia existir, pois o ganho do mercador “supõe uma hipoteca sobre um tempo que só a Deus pertence”. A condenação dessa atividade não se realizava pela cobrança abusiva de juros, mas pela posse e direito que Deus tinha do tempo. Aliado ao surgimento dos primeiros sobressaltos inflacionários e a multiplicação das moedas, esse novo mundo exigiu um tempo diferente, medido matematicamente. Daí o aparecimento dos relógios a partir do século XIV, que começaram a ser instalados em torres públicas. Seus sinos marcavam com exatidão as horas das transações comerciais e dos turnos operários. Assim, “o velho sino, voz de um mundo que morre, vai passar a palavra a uma nova voz”, a dos relógios. Perder tempo passou a ser pecado grave já na Baixa Idade Média, que criou sua “moral calculadora”: “O tempo que só pertencia a Deus agora era propriedade do homem”.⁸² Em todas essas concepções (ou “visões”) o renascimento comercial europeu da Baixa Idade Média, origem indiscutida da era capitalista, teria se transformado no capitalismo moderno *graças* à intervenção de um ou vários fatores ideológicos (inclusive religiosos). Não se trata, porém, de discutir a indiscutível existência destes, mas sua relação de causalidade recíproca com a forma social da produção material.

Para Marx, a passagem para o modo de produção capitalista foi produto de transformações econômicas que acarretaram mudanças ideológicas (inclusive mudanças religiosas), não o

⁸⁰ Werner Sombart. *El Burgués*. Contribución a la historia espiritual del hombre económico moderno. Madri, Alianza, 1993.

⁸¹ Henri Hauser. *Les Débuts du Capitalisme*. Paris, Félix Alcan, 1931.

⁸² Jacques Le Goff. *Op. Cit.*; e: *A Bolsa e a Vida*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

contrário: o capitalismo, para Marx, não era a verdade enfim revelada da vocação humana, mas um estágio histórico da produção da vida social. A análise marxista abstraiu da história as determinações que permitissem analisar o capital como objeto teórico, de modo a transformá-lo em um instrumento não empírico de análise. A distinção entre gênese histórica e categorias lógicas da economia, ausente em Braudel (assim como em Polanyi, ou mesmo em Max Weber) foi realizada por Marx: "Seria impraticável e errôneo alinhar as categorias econômicas na ordem em que foram historicamente determinantes. Sua ordem de sucessão está, por outro lado, determinada pelas relações que existem entre elas na sociedade burguesa moderna, e é exatamente o inverso do que pareceria sua ordem natural ou do que corresponderia à sua ordem de sucessão no curso do desenvolvimento histórico. Não se trata da posição que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das distintas formas de sociedade. Muito menos de sua ordem de sucessão "na Ideia" (uma representação nebulosa do movimento histórico). Trata-se de sua articulação no interior da sociedade burguesa moderna".⁸³

Marx considerava que o método científico correto era o de "ascender do abstrato ao concreto". Desse modo, partiu da sociedade burguesa moderna, de uma *abstração* teórica de suas características determinantes, para depois se dirigir ao *concreto pensado* (uma combinação historicamente determinada de abstrações), isto é, ao capitalismo como etapa da história da sociedade humana, e às suas diversas modalidades e fases históricas. A *mais-valia*, sua categoria central definidora, é, como vimos, materialização de tempo de trabalho não pago, ou rendimento de trabalho alheio acumulado. O processo de produção capitalista é o processo de *produção* de mais-valia e, através da realização desta (pela venda das mercadorias) de *valorização* do capital. O motor da produção capitalista é a obtenção permanente de mais-valor; a origem do mais-valor é a exploração da força de trabalho transformada em mercadoria, decorrente da divisão de classes correspondente à forma de apropriação da riqueza social gerada pela relação antitética entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. Antes que essas categorias se tornassem tendencialmente dominantes, não se poderia falar em capitalismo, mas só em produção mercantil e economia monetária.

A noção de "capital" tem sua origem no latim *capitale, capitalis* ("principal, primeiro, chefe"), que vem, por sua vez, do indo-europeu *kaput*, "cabeça". É a mesma etimologia da "cidade capital" (ou "primeira cidade") das nações modernas, ou do italiano *capo*. Em sentido amplo, "capital" foi usado como sinônimo de riqueza, sob qualquer forma em que ela se apresentasse ou como quer que ela fosse usada. Em seu sentido moderno, o conceito surgiu na Itália nos séculos XII e XIII, designando estoques de mercadorias, somas de dinheiro ou dinheiro com direito a juros. No século XIII já se falava, na Itália, em "capital de bens" de uma firma comercial. O jurista francês Beumanoir usou o termo no século XIII para referir-se ao "capital" de uma dívida. Seu uso se generalizou depois nesse sentido, isto é, o da soma do dinheiro emprestado, diferenciada e oposta aos juros pagos pelo empréstimo. O termo "capitalista", por sua vez, refere-se ao proprietário de capital, seu uso é anterior ao do conceito de capitalismo, datando de meados do século XVII. O *Hollandische Mercurius* usou-o, pioneiramente (Holanda foi uma das nações pioneiras do capitalismo), entre 1633 e 1654, para se referir aos proprietários de capital. David Ricardo, nos *Principles of Political Economy and Taxation* (de 1817) também o usou.⁸⁴ Seu grande predecessor, Adam Smith, porém, não o

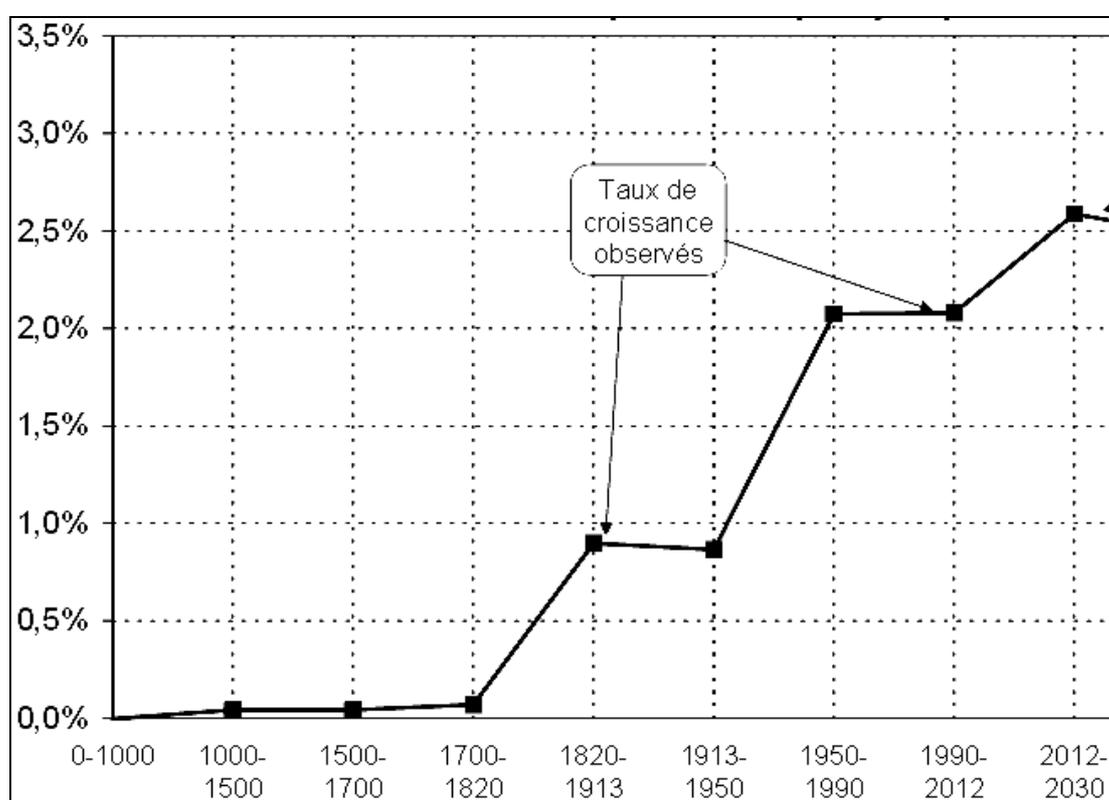
⁸³ Karl Marx. *Introducción a la Crítica de la Economía Política (1857)*. Córdoba, Pasado y Presente, 1973.

⁸⁴ O termo "capitalista" foi usado em 1753 na *Encyclopaedia Britannica*, como "estado de quem é rico". Rousseau o usou em 1759, em sua correspondência, assim como depois também o fez Mirabeau. Pierre-Joseph Proudhon usou-o em *O que é a propriedade?* (1840) para se referir aos proprietários em geral. Benjamin Disraeli, futuro premiê da Grã-Bretanha, o usou em seu romance-manifesto *Sybil* (1845), também chamado *The Two Nations*, em que o pano de fundo é constituído pelas condições atrozes de existência da nova classe operária da Inglaterra. Karl Marx e Friedrich Engels falaram do *Kapitalist* no *Manifesto Comunista* (1848) para se referir aos proprietários privados de capital. O termo foi também usado por Louis Blanc, socialista republicano, em 1850. Marx

usou em *A Riqueza das Nações* (1776), livro considerado uma sorte de Antigo Testamento da moderna economia política, onde Smith se referiu ao novo sistema econômico como “liberalismo”. Na França, porém, o termo “capitalista” já era usado desde meados do século XVIII para se referir aos proprietários dos meios de produção industrial.

A mudança *qualitativa* representada pelo capitalismo na história da produção da riqueza social, baseada no aumento da produtividade do trabalho, desvinculado este de quaisquer obrigações compulsórias (ou seja, “livre”), foi apontada por Marx (na economia política clássica, essa constatação era realizada apenas de modo quantitativo), e foi confirmada pelas abordagens quantitativas ulteriores. Segundo as estimativas de Angus Maddison,⁸⁵ em se considerando um valor de referência equivalente a 100 em 1500, a produção mundial teria atingido um valor de 11.668 em 1992, ou seja, teria havido mais do que uma centuplicação da produção econômica (bens e serviços) em cinco séculos (os séculos da era capitalista), sendo que o “100” inicial tinha sido atingido em milênios de história humana.

Taxa de crescimento da produção mundial por habitante⁸⁶

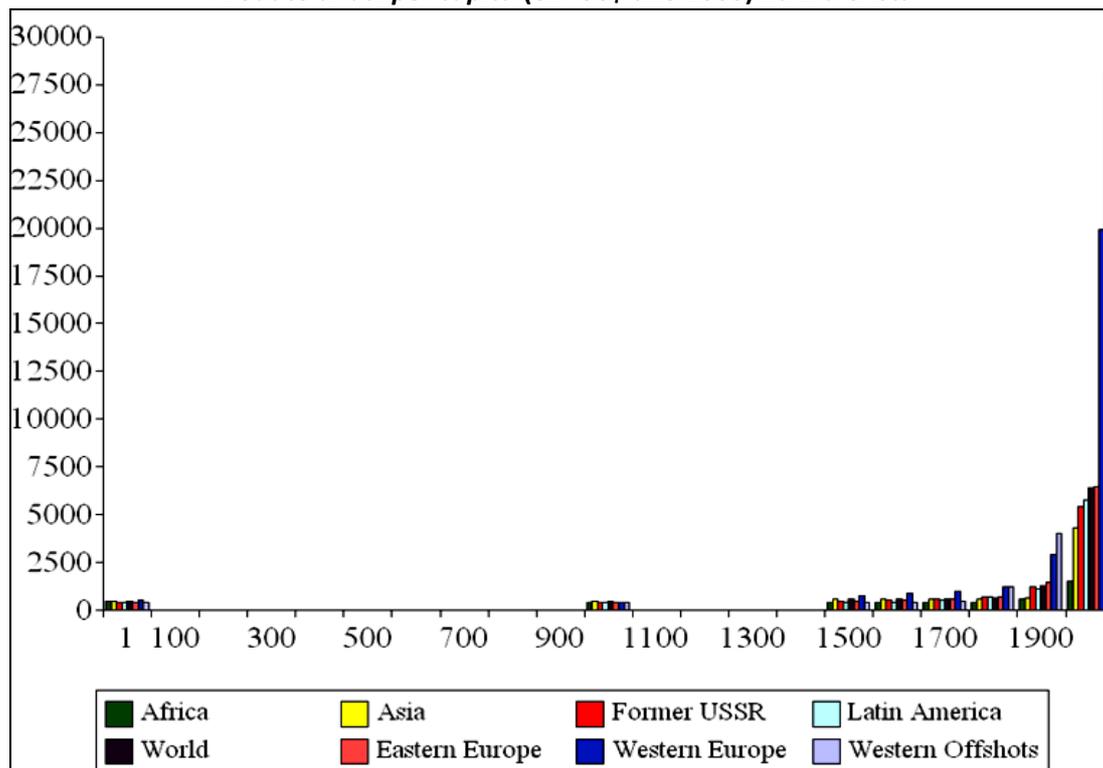


e Engels se referiram ao sistema capitalista (*Kapitalistisches System*) e ao modo de produção capitalista (*Kapitalistische Produktionsform*) em *Das Kapital* (1867): o termo "capitalismo" aparece, porém, só duas vezes no volume I dessa obra. Finalmente, “por volta de 1860, uma nova palavra entrou no vocabulário econômico e político do mundo: *capitalismo*” (Eric J. Hobsbawm. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 21).

⁸⁵ Angus Maddison. *Monitoring the World Economy 1820-1992*. Paris, OECD Development Center, 1995.

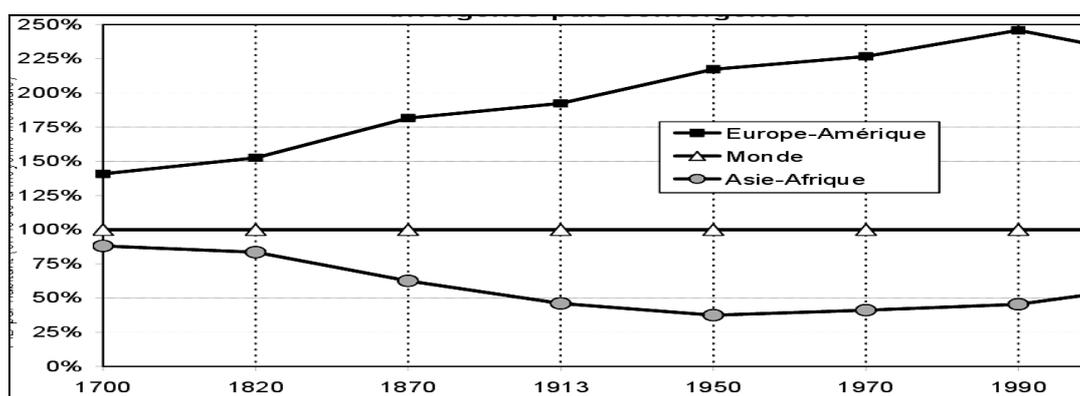
⁸⁶ Thomas Piketty. *Le Capital au XXI^e Siècle*. Paris, Seuil, 2012.

Produto anual *per capita* (em US\$ ano 2000) na Era Cristã



A liberação do potencial produtivo do trabalho de qualquer entrave extra econômica foi o papel histórico do capitalismo, revelando o trabalho social em sua capacidade praticamente ilimitada de transformar (e, eventualmente, destruir) a natureza: “A burguesia, na sua dominação de classe de um escasso século, criou forças de produção mais massivas e mais colossais do que todas as gerações passadas juntas. Subjugação das forças da natureza, maquinaria, aplicação da química à indústria e à lavoura, navegação a vapor, estradas de ferro, telégrafos elétricos, arroteamento de continentes inteiros, navegabilidade dos rios, populações inteiras deslocadas - que século anterior teve ao menos um pressentimento de que estas forças de produção estavam adormecidas no seio do trabalho social?”⁸⁷

PIB per capita como percentual da média mundial⁸⁸



A vitória do capitalismo significou um crescimento sem precedentes nas desigualdades regionais de desenvolvimento econômico, como ilustrado pelo quadro acima, e também nas desigualdades sociais. A liberação da força produtiva do trabalho social, no entanto, foi o *papel histórico* do capital: “O grande sentido histórico do capital foi criar esse trabalho

⁸⁷ Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto Comunista*. São Paulo, Ched, 1980.

⁸⁸ Thomas Piketty. *Op. Cit.*

excedente, supérfluo, do ponto de vista da mera subsistência”.⁸⁹ O trabalho humano e seus resultados materiais foram transformados em potência prática sem precedentes em qualquer período histórico anterior, com um crescimento vertiginoso da produtividade do trabalho. As condições estruturais para o modo de produção capitalista foram a separação do produtor dos meios de produção e a acumulação de capital no polo social oposto, o polo dos *não produtores* (ou capitalistas), condições sem as quais o *dinheiro* (o “equivalente geral” da troca de mercadorias) não poderia atuar como *capital*. O dinheiro como moeda de metal surgiu no século VI A.C., na Ásia Menor, acompanhando o desenvolvimento comercial das cidades costeiras gregas em contato com os ricos reinos do interior da Anatólia. Antes disso, outros objetos menos apropriados foram usados como meio universal de troca, sendo progressivamente descartados pelo progresso do comércio.

Os metais preciosos conquistaram universalmente o papel de mercadoria-dinheiro através de um longo processo histórico: “Na origem, serve como moeda a mercadoria mais trocada como objeto necessário, aquela que mais circula, a que, em uma determinada organização social, representa a riqueza por excelência: o sal, os couros, o gado, os escravos (...) A utilidade específica da mercadoria, seja como objeto particular de consumo (os couros), seja como instrumento de produção imediato (os escravos) a transforma em dinheiro. Mas, na medida em que o desenvolvimento avança, ocorre o fenômeno inverso: a mercadoria que menos é objeto de consumo ou instrumento de produção passa a desempenhar melhor aquele papel, pois responde às necessidades da troca como tal. No primeiro caso, a mercadoria se converte em dinheiro por causa de seu valor de uso específico; no segundo, seu valor de uso específico decorre do fato de servir como dinheiro. Durável, inalterável, passível de ser dividida e somada, transportável com relativa facilidade, pode conter um valor de troca máximo em um volume mínimo; tudo isso torna os metais preciosos particularmente adequados nesse último estágio”.⁹⁰ Foi nesse estágio da troca e de ampliação das funções do dinheiro que se tornou *possível* o surgimento do modo de produção capitalista, ou seja, a reprodução ampliada e a acumulação de capital.

A criação das condições históricas para o capitalismo foi um processo secular, desenvolvido inicialmente no cenário europeu, e depois no palco mundial, a partir do século XV. Jean Meyer situou o nascimento do “capitalismo ocidental” nas cidades medievais europeias no fim da Idade Média, entre os séculos XIV e XV. A “invenção do capitalismo” foi italiana, realizada nas cidades comerciais costeiras da península, mas seu desenvolvimento no interior da Europa deveu-se à forte emergência comercial do Norte da Europa, o que corresponde à passagem da preponderância das cidades-estados italianas para a de Estados organizados e “racionalizados” do século XVII europeu.⁹¹ Durante esses três séculos foram reunidas as condições do capitalismo como modo *de produção* (isto é, como capitalismo industrial), a saber, a gestação dos dois polos da sociedade capitalista, os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores livres e despossuídos de meios de trabalho.

A libertação da força de trabalho dos diversos modos pré-capitalistas de exploração do trabalho, transformando-a em mercadoria comerciável, apta para ser livremente explorada, liberou a produtividade do trabalho até limites sequer sonhados nas fases históricas precedentes, revolucionando por completo a economia, a sociedade e a cultura, e impondo também uma desigualdade econômica vertiginosamente crescente entre as diversas classes sociais e regiões do planeta, desigualdade supostamente baseada na “livre concorrência” entre elas. A mudança econômica e social imposta pela emergência do capital foi gradual, mas veloz,

⁸⁹ Karl Marx. *Introducción a la Crítica de la Economía Política (1857)*. Córdoba, Pasado y Presente, 1973.

⁹⁰ Karl Marx. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. México, Siglo XXI, 1987.

⁹¹ Jean Meyer. *Les Capitalismes*. Paris, Presses Universitaires de France, 1981.

e alterou decisivamente a existência humana. Por esse motivo, desde o século XVII, a compreensão da história humana sofreu mudanças fundamentais.

As transformações intelectuais acompanharam as mudanças econômicas e sociais: no estudo da história, por exemplo, a expansão do comércio e da produção exigia *teoria*, mais do que pura erudição histórica factual. O primeiro movimento do pensamento histórico, nessas condições alteradas, foi a *negação* da inteligibilidade histórica precedente. Fontenelle (em 1790) criticou a suposição de que o saber histórico consistisse em “comprimir na cabeça fato após fato, reter datas com exatidão, imbuir-se do espírito das guerras, tratados de paz, matrimônios, genealogias”. Voltaire comentou que a leitura de três ou quatro mil descrições de batalhas em nada contribuía para a instrução das pessoas e da nação (ele próprio, filósofo, escreveu sobre história, tendo como modelo explícito a *História de Inglaterra* de David Hume, também filósofo).⁹² Já no século XIX, Fénelon zombou do “árido e triste escritor de anais (que) não conhece outra ordem senão a da cronologia”, propondo “observar as mudanças na nação como um todo, mais do que relatar fatos particulares”.⁹³

Nas primeiras fases da era capitalista, desse modo, os *filósofos* passaram a se ocupar de história, levando para esse terreno o *conceito* e a *teoria*. A própria filosofia foi também inoculada pela história, o que atingiu seu cume com Hegel. A perspectiva histórica dos *philosophes* estava, no entanto, limitada pelo horizonte *nacional* (ainda historicamente insuperável) em que se situavam. A expansão mundial do capital alterou esse quadro, e exigiu novas bases de interpretação de *toda* a história humana, imersa em uma corrente doravante única. A história, para os filósofos iluministas, deveria se por à altura das ciências naturais experimentais que estavam mudando a face e a compreensão do mundo. O homem social deveria ser objeto da análise científica, tanto quanto já o eram o homem físico e sua natureza circundante.

O *materialismo histórico* de Marx, como veremos, foi a culminação crítica desse processo, marcada inicialmente pela crítica do pensamento iluminista realizada pelo romantismo e pelo historicismo alemão: “A crítica historicista alemã contra o Iluminismo centrou-se na separação que este último havia estabelecido entre razão e história... A razão, no Iluminismo, havia desembocado num conceito abstrato de *natureza humana* e seu conceito pretendia ser a forma e a norma dos fatos sociais. Na Alemanha, o apriorismo de Kant era o paradigma dessa separação, na desarticulação que o mesmo Kant havia estabelecido entre teoria e prática da razão. O historicismo enfrentou essa tese com a afirmação de que, por um lado, a unidade do conceito de natureza humana não contém a riqueza da pluralidade e das diferenças históricas, nacional-populares, culturais e individuais, e por outro, que sua identidade prescinde das contradições e dos conflitos reais”.⁹⁴ Para Johann Wolfgang Goethe, representante por excelência do romantismo alemão, “o mais humilde dos homens é um homem completo”, ideia contraposta ao ideal iluminista da perfeição humana a ser atingida pela Razão.

Quanto mais profunda e extensa a foi difusão das relações de produção capitalistas, mais forte foi a tendência para atribuir à própria “natureza humana” as características específicas da “cultura capitalista” (o “espírito de concorrência”, a tendência predadora – o uso da noção de “primata assassino” para definir a espécie humana –, o individualismo egoísta) constituindo uma *ideologia* com expressões vulgares (ou “populares”) e também com expressões pretensamente científicas. Em reação a isso se desenvolveu uma posição que, situando-se no mesmo plano metafísico, partiu da crítica à existência de uma suposta “natureza humana” egoísta sublinhando o caráter social do comportamento humano desde as origens da espécie.

⁹² Cujo principal discípulo foi, não por acaso, Adam Smith, cuja obra deu origem à moderna economia política.

⁹³ Georges Lefebvre. *El Nacimiento de la Historiografía Moderna*. Barcelona, Martínez Roca, 1974.

⁹⁴ Arlison Silva de Oliveira. O historiador Max Weber: indologia e historicismo na obra weberiana. *Revista de História* nº 162, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1º semestre de 2010..

Mas isto significava postular essa sociabilidade como constitutiva de uma espécie de “essência humana” não histórica.

Ambas as postulações (o “egoísmo” ou o “socialismo” *naturais* do homem) são igualmente mistificadoras, tendo em comum a pretensão de fazer tabula rasa das contradições da existência e da história humanas. Definir o capitalismo simplesmente como uma violação da natureza social do ser humano, de origem artificial e egoísta, e das relações “naturais” entre a humanidade e meio ambiente, significa negar as contradições da existência humana e natural. A história humana, continuidade *diferenciada* da história natural, é apresentada completamente separada desta. A suposta rebelião egoísta dos filhos contra a “natureza mãe” dota o meio natural de personalidade própria. O deísmo final dessa postura não é difícil de perceber.

O determinismo social/cultural, tanto quanto o determinismo biológico/natural, parte de uma postura metafísica. Conceber o capitalismo como um fenômeno (desvio) “antinatural”, não como uma fase da produção e reprodução da vida social historicamente determinada, conclui numa crítica anticapitalista concebida como uma utopia naturalista que se acomoda com as propostas políticas mais diversas, inclusive as mais reacionárias (foi um dos elementos ideológicos do nazismo). Ambas as posturas compartilham de uma análise não histórica do capitalismo. Contra os críticos românticos do capitalismo, Marx elogiou David Ricardo por “ter seus olhos postos unicamente para o desenvolvimento das forças produtivas”: “Afirmar, como fizeram os oponentes sentimentais de Ricardo, que a produção como tal não é o objeto, é esquecer que a produção por seu próprio fim não é nada senão o desenvolvimento das forças produtivas humanas, em outras palavras, o desenvolvimento da riqueza da natureza humana como um fim em si”.

A natureza humana só é pensável em sua relação com a natureza circundante, e em seu desenvolvimento contraditório. O trabalho produz a natureza humana na mesma medida em que a delimita e a diferencia da natureza puramente animal, através de uma apropriação específica do próprio mundo natural: “A universalidade do homem se manifesta praticamente na universalidade pela qual toda a natureza se transforma em seu corpo inorgânico”. Um fato que se verifica é que enquanto “o animal se faz de imediato um com sua atividade vital... o homem faz de sua própria atividade vital o objeto de sua vontade e de sua consciência; tem uma atividade vital consciente: não existe uma esfera determinada com a qual imediatamente se confunde”.⁹⁵

Tony Andréani propôs “reabilitar a ideia de natureza humana” – como prólogo e prolongamento de uma teoria geral (da história) – buscando as necessidades comuns a todos os homens de todos os tempos, o que Marx chamava de “necessidades genéricas”, para analisar em seguida como essas necessidades conhecem destinos particulares nas sociedades de classe. Determinar essas necessidades humanas genéricas permitiria estabelecer “conceitos comuns a toda sociedade” (independentes dos modos de produção de cada fase histórica específica), sobre os quais Marx não teria deixado mais do que “indicações dispersas”, “remodelando o espaço do social em duas grandes esferas: a esfera da *produção social*, atravessada por relações de poder e por relações ideológicas, e a esfera do *político*, concebida como o campo da reprodução/transformação das relações sociais. Ao mesmo tempo, verificar-se-ia a intuição marxiana do primado do *processo de produção imediato*”. Esse trabalho permitiria encontrar “a boa articulação entre, de um lado, o indivíduo, suas necessidades e relações intersubjetivas e, de outro, o homem como portador de funções e agente de relações sociais”.⁹⁶

⁹⁵ Karl Marx. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. In: *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

⁹⁶ Tony Andréani. *De la Société à l'Histoire*. Paris, Méridiens Klincksieck, 1989, vol. I (Les concepts comuns à toute société): para o autor, nos *Manuscritos de 1844* (chamados de “econômico-filosóficos”) de Marx, existe de

Uma *teoria histórica geral* é o pressuposto necessário de uma *teoria histórica do capitalismo*; a continuidade da história humana só pode estar baseada em elementos (ou tendências) comuns a todas suas fases. Por história deve se entender um processo *único*, embora multifacetado: as teorias, como a de Vico, de reiteração dos ciclos históricos, puderam surgir no passado, disse Trotsky, “devido ao caráter provinciano e episódico de todo o processo”. Isto (o caráter provinciano...) fazia com que “efetivamente se repetissem até certo ponto as distintas fases da cultura nos novos núcleos humanos”. Por teoria deve entender-se um *método*, suscetível de mudanças e modificações, não um sistema fechado dentro do qual caberia “encaixar” todo o acontecer histórico.

Nenhuma “ciência dos homens no tempo”, para citar a definição de Lucien Febvre, poderia existir postulando seu caráter não metódico, pois assim careceria do atributo fundante de qualquer ciência. Em sua formulação mais geral a respeito, Marx postulou que “o total do que se chama história do mundo não é mais do que *a criação do homem através do trabalho humano*”;⁹⁷ assim, “não procederia do próprio Marx a tradição forte entre os marxistas de negar a existência de qualquer natureza humana *strictu sensu*: a própria tendência dos humanos a agir no sentido de reter forças produtivas superiores uma vez obtidas, mediante mudanças das relações de produção, afirmada por Marx, se parece a um postulado sobre a natureza humana, mesmo sendo sua realização concreta muito variável ao longo do tempo”.⁹⁸ Deve-se notar que Marx rejeitou toda e qualquer teleologia deduzida de uma suposta “natureza humana” postulada aprioristicamente.

Uma noção geral de *humanidade* vinculada ao *trabalho*, e perpassando suas diversas fases históricas, no entanto, estava presente em Marx ao afirmar que “a máquina, dotada da propriedade maravilhosa de reduzir e tornar mais frutífero o trabalho humano, provoca a fome e o esgotamento do trabalhador. As fontes de riqueza recém descobertas se convertem, por artes de um estranho malefício, em fontes de privações... Todos os meios de desenvolvimento da produção se transformam em meios de domínio sobre os produtores e de exploração; eles mutilam o trabalhador, tornando-o um fragmento de homem, degradam-no ao nível de um apêndice da máquina, destroem todos os resquícios de encanto do seu trabalho, que passa a ser uma labuta odiosa; eles o alienam das potencialidades intelectuais do processo de trabalho na mesma proporção em que a ciência é incorporada neste, como força independente; eles distorcem as condições nas quais ele trabalhou, sujeitando-o, durante o processo de trabalho, a um despotismo tanto mais odioso quanto mais humilhante; eles transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, esmagando sua esposa e filhos sob as engrenagens do capital”.⁹⁹

A situação do trabalhador sob o regime do capital foi caracterizada por Marx como a completa *negação* de sua natureza *humana*: a produção ilimitada de riqueza na forma de mercadoria, propiciada pela era do capital, teve como contrapartida a produção ilimitada de miséria social

modo implícito o conceito de uma natureza humana em geral, baseada em necessidades genéricas e ancorada em estruturas não econômicas, ainda que ela se produza e reproduza pelo trabalho.

⁹⁷ Karl Marx. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. In: *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

⁹⁸ Ciro F. S. Cardoso: Porque os seres humanos agem como agem? As respostas baseadas na natureza humana e seus críticos. *Revista de História* nº 167, São Paulo, FFLCH-USPP, julho/dezembro de 2012.

⁹⁹ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol. 1. Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, Marx abordou a propriedade privada burguesa como a forma acabada da alienação humana: “A propriedade privada tornou-nos tão estúpidos e unilaterais que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando é imediatamente possuído, comido, bebido, vestido, habitado, em resumo, utilizado por nós. O ser humano teve que ser reduzido a esta absoluta pobreza, para que pudesse dar à luz a sua riqueza interior partindo de si [...] A superação da propriedade privada é por isso a emancipação total de todos os sentidos e qualidades humanos; mas é precisamente esta emancipação, porque todos estes sentidos e qualidades se fizeram humanos, tanto objetiva como subjetivamente. O olho fez-se um olho humano, assim como seu objeto se tornou um objeto social, humano, vindo do homem para o homem”.

em todas suas formas possíveis, e a alienação completa do homem do produto de seu trabalho social. É em Marx onde encontramos a apreciação do trabalho humano alienado como contraditório em relação à humanidade, e em contradição interna com a própria caracterização sobre o significado único e específico do trabalho do homem.

O projeto teórico de Marx, desenvolvido em meados do século XIX, não foi alheio ao espírito da sua época. Baseou-se nos resultados já atingidos pela teoria social e política precedente (assim como nos resultados metodológicos da filosofia clássica alemã), submetidos, porém, ao crivo da crítica à luz dos desenvolvimentos históricos contemporâneos. Os primeiros “cientistas sociais” da era moderna perceberam que o modo de produção da vida social constituía a resolução do *ethos* grego ou do “espírito das leis” de Montesquieu (“Várias coisas governam os homens; o clima, a religião, as leis, as máximas de governo, os exemplos do passado, os costumes, as maneiras; e assim forma-se um *espírito geral*, como resultado disso tudo”),¹⁰⁰ tal como fez William Robertson,¹⁰¹ coetâneo e conterrâneo de Adam Smith, em 1790: “Em toda investigação sobre a ação dos homens enquanto juntos em sociedade, o primeiro objeto de atenção deve ser o seu *modo de subsistência*. Segundo as variações deste, suas leis e políticas serão diversas”.

A passagem da noção de “modo de subsistência”, presente nos precursores das ciências sociais, para a noção de *modo de produção*, foi marcada pela crítica que Antoine Barnave fizera ao primeiro conceito, a partir da análise do conflito entre agricultura e comércio nos tempos modernos,¹⁰² abrindo, com outros críticos da época, o caminho para um novo conceito de inteligibilidade da história. Essa nova inteligibilidade não era só uma ruptura em relação às visões precedentes. Era, também, a expressão de uma *crise* no campo mais geral do conhecimento, ou do “saber”.¹⁰³

Marx inverteu o método dos *idéologues* (que pretendiam impor socialmente os conceitos surgidos da “razão pura” aos “erros” da realidade histórica), partindo da complexidade e das contradições do real para chegar às suas determinações mais simples: a produção e reprodução da vida social através do trabalho, diferenciado as fases históricas segundo o *modo de produção* prevalecente em cada uma delas: “No primeiro livro de *O Capital*, Marx limitou apenas formalmente sua pesquisa ao processo de produção do capital. Na verdade, selecionou e apresentou como totalidade, nesta parte, também o todo do modo de produção capitalista e

¹⁰⁰ Charles de Montesquieu. *O Espírito das Leis*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

¹⁰¹ William Robertson (1721-1793) foi historiador escocês, ministro da Igreja da Escócia e decano da Universidade de Edimburgo. Segundo D. B. Horn: “Os 30 anos durante os quais presidiu a Universidade são talvez o ponto mais alto da história desta instituição”. Seu trabalho mais conhecido foi a *História da Escócia 1542-1603*, publicado em 1759. Foi uma figura importante do Iluminismo escocês e do Partido Moderado da Igreja da Escócia (Ian Simpson Ross. *Adam Smith*. Uma biografia. Rio de Janeiro, Record, 1999).

¹⁰² Antoine Barnave. *Introduction à la Révolution Française*. Paris, Association Marc Bloch, 1977.

¹⁰³ “Na época clássica, desde o projeto de uma análise da representação até o tema da *mathesis universalis*, o campo do saber era perfeitamente homogêneo: todo conhecimento, qualquer que fosse, procedia às ordenações pelo estabelecimento das diferenças e definia as diferenças pela instauração de uma ordem; isso era verdadeiro para as matemáticas, verdadeiro também para as taxinomias (no sentido lato) e para as ciências da natureza; mas igualmente verdadeiro para todos esses conhecimentos aproximativos, imperfeitos e em grande parte espontâneos, que atuam na construção do menor discurso ou nos processos cotidianos da troca; era verdadeiro, enfim, para o pensamento filosófico e para essas longas cadeias ordenadas que os ideólogos, não menos que Descartes ou Spinoza, ainda que de outro modo, pretenderam estabelecer a fim de conduzir necessariamente das ideias mais simples e mais evidentes até as verdades mais complexas. Mas, a partir do século XIX, o campo epistemológico se fragmenta ou, antes, explode em direções diferentes. Dificilmente se escapa ao prestígio das classificações e das hierarquias lineares à maneira de Comte; mas buscar alinhar todos os saberes modernos a partir das matemáticas é submeter ao ponto de vista único da objetividade do conhecimento a questão da positividade dos saberes, de seu modo de ser, de seu enraizamento nessas condições de possibilidade que lhes dá, na história, a um tempo, seu objeto e sua forma” (Michel Foucault. *As Palavras e as Coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo, Martins Fontes, 1981, pp. 361-363). Foucault chamou de “era clássica” àquela definida como tal pelos manuais escolares (os séculos XVI e XVII, a era dos absolutismos monárquicos na Europa), o período que Marx chamara de alvorecer da era burguesa.

da sociedade burguesa derivada dele, com todas suas manifestações econômicas, jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em soma, ideológicas. Esta é uma consequência necessária do método dialético de exposição”.¹⁰⁴

Sintetizando a contribuição marxiana, Emmanuel Terray propôs definir: 1) O modo de produção, como a combinação de uma base econômica e das superestruturas políticas e ideológicas correspondentes; 2) A base econômica do modo de produção como uma relação determinada entre os diferentes fatores do processo de trabalho: força de trabalho, objeto de trabalho, meio de trabalho - relação que deveria ser considerada sob uma dupla relação: a da transformação da natureza pelo homem - e deste ponto de vista ela aparece como um sistema de forças produtivas - e o do controle dos fatores da produção - e sob este ângulo, ela se apresenta como um conjunto de relações de produção; 3) A superestrutura jurídica-política como o conjunto das condições políticas e ideológicas da reprodução dessa relação.¹⁰⁵

Noutro enunciado sintético: “Um modo de produção é uma estrutura que expressa um tipo de realidade social total, que engloba elementos, em relações quantitativas e qualitativas, que se regem em uma interação contínua: 1) As regras que presidem a obtenção pelo homem de produtos da natureza, e a distribuição social desses produtos; 2) As regras que presidem as relações dos homens entre eles, por intermédio de agrupamentos espontâneos ou institucionalizados; 3) As justificações intelectuais ou míticas que [os homens] dão dessas relações, com diversos graus de consciência e de sistematização, os grupos que as organizam e se aproveitam delas, e que impõem a grupos subordinados”.¹⁰⁶ Considerado historicamente, isto é, como modo de produção, o capitalismo é o sistema de produção de mercadorias com vistas à obtenção de lucro destinado à *acumulação de capital*. A *formação econômico-social*, combinação concreta de modos de produção diversos numa dada sociedade ou numa dada conjuntura histórica, é o *modus operandi* do conceito de modo de produção na análise histórica concreta.¹⁰⁷

Através desses conceitos, a economia (o metabolismo material entre a natureza e a sociedade, organizado por esta, mas determinado por aquela) entrava assim na história, ao ponto de se propor que: “A teoria econômica é o domínio ideal que deve guiar o historiador, se ele não quer se perder na massa dos fatos, proceder empiricamente e às cegas, se ele quer encontrar as estruturas históricas que dão sentido aos acontecimentos. Mas, reciprocamente, a diversidade dos fatos históricos provoca a reelaboração das categorias econômicas, sua retomada histórica. Essa circularidade é constitutiva do conhecimento racional, mas dentro desse duplo retorno está a teoria econômica como conjunto ideal de conceitos econômicos, que é o campo operatório essencial para penetrar na massa dos fatos e apreender sua origem interna, para fazer obra de historiador da economia. A teoria econômica permite constituir modelos de funcionamento de um sistema econômico, e esses modelos devem servir de hipóteses de trabalho para o historiador. Quando este encontra um conjunto de fatos incompatíveis com o conteúdo das categorias, será levado a reelaborá-las, e a se tornar ele mesmo autor da ciência econômica. A ciência histórica se desenvolve por esse movimento sintético que supera a divisão do trabalho intelectual, condição e resultado de seu desenvolvimento. Esse movimento sintético chega a um melhor conhecimento do objeto estudado e ao aprofundamento das condições desse conhecimento, isto é, ao enriquecimento da metodologia do campo operatório abstrato do cientista”.¹⁰⁸

A redução do conceito de *modo de produção* à uma noção puramente econômica, fazendo da

¹⁰⁴ Karl Korsch. Introdução al ‘Capital’. In: *Dialettica e Scienza nel Marxismo*. Bari, Laterza, 1974, p. 52.

¹⁰⁵ Emmanuel Terray. *O Marxismo diante das Sociedades Primitivas*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

¹⁰⁶ Pierre Vilar. *Iniciación al Vocabulario del Análisis Histórico*. Barcelona, Crítica, 1982.

¹⁰⁷ Cesare Luporini e Emilio Sereni. *El Concepto de Formación Económico-Social*. México, Pasado y Presente, 1976.

¹⁰⁸ Maurice Godelier. *Racionalidade e Irracionalidade na Economia*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, sdp.

formulação marxista uma espécie de “determinismo econômico”, chegou a apoiar-se na formulação de Engels sobre o caráter determinante “em última instância” da economia: “Engels admitiu a interação entre fatores econômicos e extra econômicos, e afirmou que a concepção materialista da história proclamava unicamente que ‘em última instância’ era o elemento econômico o que determinava o curso dos acontecimentos históricos. Era uma atitude difícil de defender. Uma vez aceita a existência de efeitos circulares, de modo que, por exemplo, os fatores econômicos influem nos fatores políticos, e estes, por sua vez, afetam a economia, a afirmação de uma “última instância” se torna impossível. Não existe ‘primeiro’ ou ‘último’ em um círculo, especialmente se a realidade econômica oferece ao observador uma multiplicidade de círculos que se cruzam, e de círculos dentro de outros círculos. Noutras palavras, o problema passa a ser verdadeiramente metodológico: averiguar por onde resultará mais vantajoso para o estudioso da história econômica romper o círculo, ou melhor, a massa de círculos entrelaçados. Resulta então uma questão discutível se começar pelo fator econômico dará ou não resultados ótimos na investigação. É verdade que a medida que se procede para trás ao longo das cadeias causais, quase sempre se chega a um ponto em que se descobre uma causa econômica. Mas isto não significa que em todos os casos seja o melhor continuar a investigação até esse ponto, ou detê-la nele. A resposta variará, seguramente, segundo a época, lugar e matéria do estudo”.¹⁰⁹

Nesse fragmento, assim como em outros de cunho semelhante, sob o pretexto de crítica ao “mecanicismo econômico” do companheiro de ideias e lutas de Marx, propunha-se um ecletismo em que a determinação histórica pelas fases da produção social da riqueza era substituída por uma indeterminação multicausal. Norberto Bobbio, de modo pertinente, observou que “quaisquer que sejam os reajustes póstumos, as correções oportunas, as interpretações moderadas das relações entre a base e a superestrutura, o que quer que se diga, a verdade é que o marxismo tem sido e continua a ser a teoria do primado do econômico sobre o político. Para ser marxista não basta sustentar o primado da economia; contudo, basta negar esse primado para não ser marxista”.¹¹⁰

A determinação “em última instância” pela infraestrutura produtiva (“economia”), por outro lado, se refere ao curso da história em geral, não à análise de cada conjuntura ou de cada aspecto considerado, que deve ser realizado de acordo com sua especificidade, na qual a economia pode estar em primeiro, segundo o último plano. A formulação de Engels (contida em uma carta a Franz Mehring, na década de 1890) buscava “temperar” certo “economicismo” já presente em análises que se inspiravam no método de Marx, e indicar que a correlação entre desenvolvimento econômico e história política era complexa e “necessariamente uma fonte de erros”. Deve-se acrescentar que Marx se opôs explicitamente ao transporte do organicismo naturalista para o âmbito da história humana.

Oswald Spengler e Arnold Toynbee, seus principais representantes, consideraram as “civilizações” como seres vivos que nascem, florescem e morrem. Segundo Spengler, uma civilização se desenvolve quando os elementos que a constituem evoluem no mesmo ritmo e concordam cada vez mais; atinge seu cume quando apresenta uma unidade concertada de seus elementos, e declina e morre quando eles se desordenam, alguns deles tomando demasiada importância em detrimento de outros (a religião se torna opressiva, ou a sede material prevalece sobre outras preocupações). Nesses esquemas historiográficos (excepcionalmente eruditos, no caso de Toynbee), não há verdadeiramente *história*, mas eterna reprodução de ciclos civilizacionais, que reproduziam esquemas básicos dos ciclos naturais: “As falhas do materialismo abstrato fundado sobre as ciências naturais, excluindo o processo histórico, são logo percebidas quando nos detemos nas concepções abstratas e ideológicas de seus porta-vozes, sempre que se aventuram a ultrapassar os limites da sua

¹⁰⁹ Alexander Gerschenkron. *Atraso Económico e Industrialización*. Barcelona, Ariel, 1970.

¹¹⁰ Norberto Bobbio. *O Conceito de Sociedade Civil*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

especialidade”.¹¹¹

A historiografia institucional chegou atrasada a esses debates. Ela se mantinha como uma disciplina baseada na erudição, não na teoria. Nos manuais universitários de finais do século XIX,¹¹² no quadro sinóptico que pretendia dar conta do conjunto dos estudos históricos, eram enumeradas como “ciências auxiliares da história”: a geografia, a cronologia, a arqueologia, a epigrafia, a numismática, a diplomática, a paleografia, a genealogia, a heráldica. Nenhuma palavra sobre a economia ou, pelo menos, sobre a sociologia (no entanto já consolidada na área acadêmica). Isso mudou na virada para o século XX.

Seu exemplo, talvez principal, foi Henri Berr, historiador francês precursor da *École des Annales*, com sua proposta de “síntese histórica”, desenvolvida a partir de 1900 na *Revue de Synthèse Historique*, que abalou o terreno da história acadêmica e preparou as mudanças na historiografia que atingiram seu ponto alto com Marc Bloch e Lucien Febvre: “O erudito leva a cabo uma tarefa indispensável, preparando os materiais dos que a ciência precisa para constituir-se, sem os quais a síntese não seria outra coisa que metafísica ou literatura. Não se poderia opor a erudição à síntese histórica, do mesmo modo que, nas ciências da natureza, não se opõe a observação à generalização. Uma repousa sobre a outra. Para a história ‘historizante’ as coisas são diversas. É uma forma de história que, se bastando a si mesma, pretende também bastar para o conhecimento histórico. Buscar causas particulares dos fatos particulares não é um trabalho *científico*, é só descritivo (mas) buscar o papel de certas causas que, intervindo de modo geral no decurso dos fatos humanos, não poderiam deixar de ter agido, esse trabalho, verdadeiramente científico, deve repousar sobre um estudo prévio da causalidade, sobre o conhecimento das diversas ordens de causa, sobre um método consciente, isto é, sobre a teoria ou a lógica da história”.¹¹³

A inovação teórica realizada por Marx foi longamente ignorada na academia, mas finalmente “contagiou” a historiografia institucional: “toda história é história contemporânea” (ou, nas palavras de Fernand Braudel, “o novo programa de história dos últimos anos apresenta-se como uma explicação do mundo atual”). No entanto, a definição marxiana do capitalismo como a forma histórica mais desenvolvida da produção social apareceu nessa historiografia, como veremos adiante, desprovida de seu caráter histórico, ou seja, das rupturas (mudanças qualitativas) que lhe deram origem. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco, mas *não é* a anatomia do macaco. Os resultados teóricos mais gerais obtidos pelas ciências sociais e do “espírito” anteriores e contemporâneas a Marx se baseavam na consideração não histórica das relações sociais e econômicas da era capitalista. Na época em que Marx as estudou esse traço não correspondia necessariamente (ainda) a uma lógica apologética do capitalismo, pois atendia às necessidades práticas e ideológicas da luta da burguesia contra o Antigo Regime.

Na medida em que as relações sociais capitalistas se foram convertendo em freios do desenvolvimento das forças produtivas sociais, foram os aspectos ideológicos da ciência social os que começaram a adquirir primazia. Para superá-los, a *crítica da economia política* se constituiu no núcleo duro central da nova teoria social, no seu ponto de irradiação para todos os campos do pensamento.

¹¹¹ Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Volume 1.

¹¹² Cf. Jean Möller. *Traité des Études Historiques*. Louvain, Librairie de Ch. Peeters, 1887.

¹¹³ Henri Berr. *L’Histoire Traditionnelle et la Synthèse Historique*. Paris, Librairie Félix Alcan, 1921.

4. CAPITALISMO, ECONOMIA E SOCIOLOGIA

A indústria fornece o material que a poupança acumula (Adam Smith, **A Riqueza das Nações**, 1776)

Dizemos que se trata de uma sociedade, e saímos por aí professando abertamente a mais completa separação, o mais completo isolamento. Nossa vida não é de ajuda mútua, mas sim – disfarçada sob as chamadas leis da guerra, batizadas de “competição justa” e coisas do gênero – de hostilidade mútua. Por toda parte esquecemos totalmente que os pagamentos em dinheiro não são a única relação entre os seres humanos (Thomas Carlyle, **Past and Present**, 1843)

Essa economia política, ou ciência do enriquecimento, nascida da inveja mútua e da ganância dos mercadores, traz na testa a marca do mais detestável egoísmo (Friedrich Engels, **Outlines of a Critique of Political Economy**, 1843)

A passagem da economia feudal para uma economia crescentemente mercantil, e posteriormente para a economia capitalista, determinou o nascimento da moderna disciplina econômica, a “economia política”, tornada necessária para compreender e dominar as novas forças históricas em ação. Segundo Charles Gide, a primeira obra em que o termo *economia* foi usado em seu sentido moderno foi o *Traicté d’Économie Politique*, de Antoine de Montchrétien, dramaturgo de profissão, publicado em 1615. O conceito já existia nos antigos gregos, derivado de *oikos* (‘casa’, originalmente, ou ‘lar familiar’; o termo *economia* tem essa raiz etimológica e nomotética: *oikos-nomos*), tornada conhecida pela *oikonomia* de Xenofonte, transformada em sua tradução para diversas variantes do latim medieval em “aconome” (usada em 1337), ou “yconomie” (usada em 1370).

Os antigos gregos, porém, entendiam-no principalmente como *economia doméstica*. O qualificativo de *política*, usado por Montchrétien, indicava que já não mais se tratava da economia “do lar” (privada), mas daquela da sociedade (*polis*); essa nova denominação coincidia com outra transição histórica: o surgimento dos Estados modernos ainda sob a sua forma pré-nacional ou territorial-absolutista. A moderna *economia política* buscou realizar a união do *oikos* e da *polis*, tentando eliminar a oposição entre interesse (ou vida) privado, e interesse (ou vida) público ou, em termos de filosofia moral, entre egoísmo e altruísmo.

O texto de Montchrétien precedeu em mais de um século à obra do depois considerado - “com exagero”, segundo Gide - o “pai da economia política”, *A Riqueza das Nações* de Adam Smith, filósofo moral da Universidade de Glasgow (assim, a economia moderna teria sido inventada, ao longo de um século, por um dramaturgo e por um moralista, atividades com mais de um ponto em comum). No curso universitário seguido por Adam Smith na Universidade de Glasgow, em meados do século XVIII, o estudo da ética compreendia: “1. A doutrina dos direitos privados, ou as leis predominantes na liberdade natural; 2. *Oeconomicks*, ou as leis e direitos dos diversos membros de uma família; 3. *Politicks*, mostrando os diversos planos do governo civil, e os direitos de cada estado em relação aos outros”.¹¹⁴ O gênio do moralista escocês consistiu, como veremos, em unir o segundo e terceiro aspectos, sobre a base do primeiro, em uma síntese superadora, transformando-os na base da economia moderna.

A limitação tradicional atribuída ao conceito de economia nos antigos gregos não levou em conta que o conceito já possuía neles um caráter *social*, embora limitado pelo horizonte doméstico da economia grega, que ainda marcou Aristóteles, o filósofo que de modo mais abrangente formulou o alcance do *oikos* como sinônimo de interesse privado geral, “de família”, no mundo antigo: “O horizonte dessa economia era rigidamente doméstico, seja como referida ao *oikos*, seja como direcionada a uma *polis* que, se não pode ser reduzida a uma soma de famílias, na medida em que se propunha finalidades de crescimento e de desenvolvimento moral que diziam respeito ao Estado enquanto tal, no plano da esfera das necessidades não estava longe ainda da totalidade da soma das necessidades das muitas

¹¹⁴

Ian Simpson Ross. *Op. Cit.*, p. 99.

famílias que o compõem”.¹¹⁵ Em Aristóteles, a economia era, como em Platão, indissociável da ética.

Para os filósofos clássicos gregos, o enriquecimento pessoal fugia da “economia”, e era assunto sem interesse para a filosofia, pois pressupunha um desequilíbrio carente de lógica entre produção e posse de bens e satisfação das necessidades gerais da sociedade. Platão associou a organização ideal da *polis* à felicidade coletiva baseada na divisão social do trabalho e na propriedade comum dos bens (isto é, a propriedade comum dos *cidadãos*, o que excluía os escravos). Aristóteles, por sua vez, “distinguiu entre dois tipos de atividades econômicas. Uma delas, a que chamou de doméstica, envolvia a produção e consumo de tudo o que os seres humanos necessitavam para viver. A quantidade de alimento de que alguém precisa é medida pela necessidade natural e não pelo desejo, isto é, existem limites naturais à quantidade de alimento que alguém consegue ingerir... A produção, a distribuição e o consumo de alimentos era uma atividade econômica humana natural e, uma vez que era natural, era boa. Uma virtude semelhante aplicava-se às roupas, às casas e produtos similares... O outro tipo de atividade econômica (era) o comércio a varejo (que) não se encontrava sujeito a limites naturais. A medida desse comércio era o dinheiro, e não há limite natural para a quantidade de dinheiro que se pode desejar; o comércio a varejo não era natural. O pior tipo de comércio a varejo era o próprio dinheiro... comercializá-lo, emprestá-lo com juros, não trazia qualquer tipo de bem, sendo por isso tal atividade completamente antinatural”.¹¹⁶ A concepção aristotélica sobreviveu, adaptada, no Império Romano e na cristandade medieval.

Embrionário nos filósofos, o conceito do “econômico” era implícito nos historiadores gregos, pois a ideia de um desenvolvimento econômico desigual das sociedades pode ser traçada até eles. Tucídides, por exemplo, já se referia à disparidade entre a sua civilização e os “povos bárbaros”, situados numa etapa inferior de desenvolvimento econômico-social, como fundamento para a compreensão da diversidade histórica.¹¹⁷ Não existia, porém, no mundo antigo, um espaço econômico autônomo e, portanto, uma reflexão autônoma sobre a economia. Essa reflexão surgiu embrionária, ainda não separada do todo ético-político, no momento em que a crise da sociedade grega deu à luz a filosofia grega clássica, na polêmica contra os sofistas, os quais, no entanto, “como corrente descobriram, na Grécia, o significado e a importância das relações sociais e econômicas; a essa corrente deve-se creditar a descoberta da cisão criada na Grécia, na virada do século V a.C, entre momento político e momento econômico-social do viver”.¹¹⁸

Platão, crítico dos sofistas como seu mestre Sócrates, “tentou apaixonadamente resolver o

¹¹⁵ Em Platão, «o sentido da economia não reside em si mesma, mas em outra parte; o momento econômico não possui em si mesmo o próprio valor, nem o próprio fim, mas reside na realidade ético-política que se expressa e manifesta nele» (Giovanna Fabris. *Economia di sussistenza, rapporti di scambio e istituzioni politiche*. Un'indagine su Platone. In: Luigi Ruggiu. *Genese dello Spazio Economico*. Napoles, Guida Editori, 1982).

¹¹⁶ Charles Van Doren. *Uma Breve História do Conhecimento*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2012, p. 286.

¹¹⁷ Ou seja, uma correspondência entre desenvolvimento econômico e cultural. Chamou-se, nesse sentido, “lei da correspondência” à que estabelece esse vínculo: “A lei da correspondência foi descoberta na Antiguidade, de modo parcial, e se encontra em muitas das obras mais importantes das ciências sociais produzidas depois. Em termos gerais, postula que os diversos níveis da atividade social do homem formam uma totalidade, na qual as transformações operadas em um nível, econômico, político, ideológico, etc, repercutem nos outros níveis, gerando câmbios correspondentes, que tendem a manter a coerência do conjunto. Tucídides explicou em forma análoga à de muitos autores de nossos dias os processos históricos em função das forças econômicas, e afirmou que a ascensão dos caudilhos políticos chamados tiranos que substituíram os monarcas hereditários na etapa de maturidade da *polis* grega, foi resultado do desenvolvimento econômico. Dessa maneira, a historiografia grega do século V a.C. já mostrava consciência da relação dos processos econômicos com os políticos” (Manuel Cazadero. *Desarrollo, Crisis e Ideología en la Formación del Capitalismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986).

¹¹⁸ Luigi Ruggiu, *Op. Cit.* Marx, em *O Capital* (vol. 1, Livro 1), afirmou que “Aristóteles não podia formular a teoria do valor-trabalho porque a sociedade grega se baseava no trabalho servil, portanto tinha como base natural a desigualdade entre os homens e sua força de trabalho”.

problema criado, no mundo grego, pelo desenvolvimento da riqueza comercial. Discípulo de Sócrates, Platão adotou um ponto de vista moral: seria preciso eliminar da vida social toda possibilidade de cometer ações que contaminassem e corrompessem a alma humana, em primeiro lugar toda atividade comercial; mas, com singular e significativa contradição, quer também conservar tudo que de bom garantem as instituições do seu tempo, isto é, a igualdade dos cidadãos perante a lei, sem nenhum privilégio de nascimento”.¹¹⁹ Daí a fazer de Platão o primeiro “comunista” ou o primeiro formulador do projeto de uma sociedade totalitária foi só um pulo, que não poucos ousaram (inconveniente e inadequadamente) dar.

Para Aristóteles, por sua vez, a economia não derivava do caráter ilimitado das necessidades ou das aspirações do ser humano, e da escassez (absoluta ou relativa) de bens. O intercâmbio comercial surgia, para ele, do desejo *não natural* de fazer dinheiro (desejo ilimitado pela sua própria natureza), enquanto os preços deveriam ser regulados de acordo com as normas da “justiça”: essa formulação o condenava a um impasse no desenvolvimento da reflexão, embora “Aristóteles tentasse dominar teoricamente os elementos de um novo e complexo fenômeno social no seu *statu nascendi*. A economia, quando pela primeira vez atraiu o interesse filosófico, na forma do intercâmbio comercial e da variação de preços, estava já destinada a seguir seu próprio caminho, em direção da sua realização, vinte séculos depois. No embrião, Aristóteles antecipava o modelo completamente desenvolvido”.¹²⁰ No mesmo período, e no mesmo movimento intelectual, surgia na Grécia a noção de *história*, separada do relato mítico ou da crônica “sem tempo”, próprios das antigas civilizações orientais (com sua contínua repetição dos ciclos econômico-naturais), dotada de um *tempo* e de um *continuum* específico.

O “pulo de gato” geralmente dado a partir da poética “luz grega” (e da sua “prosaica” codificação romana, segundo Hegel) diretamente para o Iluminismo e a modernidade europeia (com sua filha temporã, a economia política clássica), sobrevoando o “hiato medieval” no estudo da história do pensamento econômico e político, não é só uma injustiça para com os pensadores (cristãos) da Idade Média europeia. Ele é, principalmente, uma omissão de natureza eurocêntrica para com o pensamento da civilização bizantina, e, sobretudo, da civilização árabe (ou “islâmica”, incluindo os povos não árabes, como os indianos) clássica,¹²¹ tradicionalmente identificada com o fatalismo religioso ou com a violência fanática (ou “bárbara”), identidade desmentida pela presença, já desde o século VIII da era cristã (ou século I da Hejira), de “um forte espírito crítico no domínio religioso no seio dessa civilização”,¹²² com representantes como o escritor Ibn al-Muqaffa.

A herança intelectual grega sobreviveu no Império Bizantino, e foi retomada pelos pensadores árabes desde o século X (Ashrite al-Gazali, Averroes, Avicena, etc.). Na visão tradicional, ainda vigente, “os árabes não tiveram uma arte, uma ciência, uma filosofia próprias, assimilaram tudo dos gregos, dos egípcios, dos bizantinos, embora soubessem fundir e reelaborar o todo na sua própria língua”.¹²³ “Fundir e reelaborar” significa também *criar*; a língua árabe foi a do Islã, o credo que permitiu unificar as energias dispersas de uma região que já possuía, no entanto, uma unidade cultural precedente: “Os últimos imperadores romanos elevaram o cristianismo até a categoria de credo universal, mas seus decretos não tiveram o mesmo efeito

¹¹⁹ Henri Denis. *Storia del Pensiero Economico*. Milão, Mondadori, 1980.

¹²⁰ Karl Polanyi. Aristotele scopre l'economia. In: Mario Vegetti. *Marxismo e Società Antica*. Milão, Feltrinelli, 1981.

¹²¹ A identificação da civilização árabe com a religião islâmica se deve a que foi após a morte do profeta Maomé, em 632, que a Arábia foi unificada. A partir dessa união, foi iniciada a expansão do império árabe. Os seguidores do Alcorão expandiram sua religião ao Iêmen, Pérsia, Síria, Omã, Egito e Palestina. Em 711, dominaram grande parte da península ibérica, espalhando sua cultura pela região da Espanha e Portugal. Em 732, foram vencidos pelos francos, que barraram a expansão islâmica pelo norte da Europa. O “império” islâmico foi perdendo sua força expansiva, nos séculos sucessivos e sob o domínio cada vez mais conflitivas e conflitantes dinastias.

¹²² Dominique Urvoy. *Les Penseurs Libres dans l'Islam Classique*. Paris, Flammarion, 1996.

¹²³ Ferdinando Schettino. *Medio Oriente*. L'epicentro della storia. Roma, Idea, 2008.

nas rotas de caravanas que viajavam para o Oriente. Em finais do século V d.C. a fé religiosa na Arábia evoluíra em direção de um fervente pluralismo. Havia comunidades judias e cristãs, mas muitos beduínos adoravam ídolos transportáveis, árvores e pedras... centenas de deidades para se encomendar, deuses lunares, deuses das viagens e lendas sobre deuses celestiais. Sobretudo na Meca, a metade caminho de uma das principais rotas comerciais, se organizavam encontros religiosos. Os promotores da cidade logo perceberam que uma única feira religiosa anual, com todas as deidades, despertaria mais atenção e mais renda. O rito anual, transformado no *hajj* com o nascimento do Islã, começou sendo uma tumultuosa feira devota a centenas de deuses... Um deles – um deus de deuses, não representado por nenhum ídolo – chamava-se Alá. Ainda antes das revelações do Corão, Maomé convenceu-se de que Alá era o único deus verdadeiro, e que as centenas de ídolos adorados na região eram falsos”. Nascia assim a terceira religião mundial monoteísta, que manifestou nos seus primeiros séculos uma vitalidade e expansão expansionista sem par na história. Seis séculos depois, no entanto, “os príncipes egípcios e otomanos obtiveram o controle do *hajj* a partir do século XIII; seu estilo lembrava o dos festivais pré-islâmicos: marchas, festas opulentas e uma ênfase manifesta no proveito econômico”.¹²⁴

Antes disso, durante seu período de conquistas e expansão, a cultura árabe ampliou seu conhecimento através da absorção das culturas de outros povos, sem limitar-se a “passa-las adiante”, pois também as desenvolveram *qualitativamente*, inclusive no domínio da história e da economia. No período de declínio da civilização islâmica, quatro séculos antes de Adam Smith, Ibn Khaldun (nascido em Túnis, em 1332), considerado o primeiro “historiador universal” (isto é, do seu “universo” acessível, o universo mediterrâneo da expansão do islamismo), submeteu a história dos povos mediterrâneos à análise explícita de seus fundamentos sociais e econômicos. Ibn Khaldun fez isso numa obra que manteve a tensão entre a razão analítica e a visão profética (islâmica), o que não lhe impediu pesquisar os fundamentos pré-islâmicos da civilização árabe. Ibn Khaldun se propôs construir um “discurso sobre a história universal”, a partir da história do mundo islâmico do Norte da África: “Ibn Khaldun se inclina com maior frequência pela estrutura dos grupos do que pela personalidade dos grandes personagens. Sem subestimar a importância das forças espirituais, mostra os fatores materiais que fazem delas forças políticas atuantes. Ibn Khaldun prefere uma história singularmente prosaica, na qual os grandes acontecimentos nascem do fundo constituído pela vida econômica e organização social, à uma História trágica, grandiosa, a História dos príncipes e das batalhas”. Antes do Iluminismo europeu, ele fez a primeira reflexão sistemática acerca da dinâmica, progressiva ou regressiva, da sociedade humana, reflexão que ficaria geograficamente confinada devido à limitação da expansão (e, posteriormente, derrota e colonização pelas potências europeias) da sociedade “islâmica”: “Embora consagrada à África do Norte, a obra de Ibn Khaldun apresenta uma significação universal. Ao estudar porque, nessa região, uma sucessão de peripécias históricas não conseguiu provocar, no longo prazo, uma verdadeira evolução histórica, Ibn Khaldun descreveu uma das formas do fenômeno do bloqueio estrutural que, com exceção da Europa ocidental, conheceu durante séculos o mundo inteiro”.¹²⁵

¹²⁴ Steve Coll. *Los Bin Laden*. Una família árabe en un mundo sin fronteras. Barcelona, RBA, 2008, pp. 90-91.

¹²⁵ Ibn Khaldun “evita a alegoria, o emprego do termo nobre ou poético, para utilizar um vocabulário técnico (numa) obra de reflexão, um esforço de investigação e compreensão. Esse estilo não é consequência da pouca habilidade do autor: Ibn Khaldun nos deixou fragmentos de uma poesia refinada, escritos com irreprochável elegância de estilo. Sua obra (histórica), ao contrário de Tucídides, não está em modo algum animada pelas preocupações artísticas. Ibn Khaldun não se detém em descobrir as molas eternas da alma humana, nem em desenvolver, nos «discursos», a profunda verdade de alguns grandes atores de uma tragédia. Não se preocupa tanto dos «grandes» acontecimentos, dos protagonistas prodigiosos e de seu comportamento psicológico, como da evolução social e de seus mecanismos gerais, obscuros e desprovidos de todo prestígio trágico” (Yves Lacoste. *El Nacimiento del Tercer Mundo: Ibn Jaldun*. Barcelona, Península, 1971, p. 11). Sobre Ibn Khaldun, ver também: Anouar Abdel Malek. Ibn Khaldun, fundador da ciência histórica e da sociologia. In: François Chatelet (ed.). *História*

Ibn Khaldun se tornou pensador universal não só pelo escopo geo-histórico de seu objeto, mas pela profundidade de seu tratamento conceitual. Ele escreveu sua obra durante o canto de cisne da expansão da civilização islâmica, provavelmente impelido por ele: “O Islã foi um produto necessário da história, instrumento do progresso humano. Surgiu como a ideologia de uma relação social nova que revolucionou a mente do homem. Mas da mesma maneira em que tinha subvertido e substituído culturas mais velhas e deterioradas, no curso de tempo, o Islã, por sua vez, foi ultrapassado também por desenvolvimentos sociais novos e em consequência teve que repassar sua liderança espiritual para outras ideologias, produto de condições mais novas. Mas contribuiu para a criação de instrumentos ideológicos novos, que provocaram a revolução social subsequente. Esses instrumentos eram a ciência experimental e a filosofia racionalista. Se deve creditar à cultura islâmica por ter sido instrumental na promoção da ideologia de uma nova revolução social”.

Segundo o mesmo autor: “O modo capitalista de produção salvou a Europa do caos do barbarismo medieval. Lutou e no final das contas derrotou a teologia cristã e o monopólio espiritual da Igreja Católica com a arma potente de sua filosofia racionalista. Esta arma, inventada pelos antigos sábios da Grécia, veio à posse dos fundadores de civilização moderna através dos estudiosos árabes, que não só tinham preservado o precioso patrimônio, mas também o enriqueceram. A batalha histórica, começada pelos nômades do deserto árabe, sob a bandeira religiosa do Islã, foi lutada passo a passo através de mil anos espalhados nos três continentes, para ser ganha finalmente na Europa sob o padrão profano do Iluminismo do século XVIII e da revolução burguesa”.¹²⁶ A civilização árabe (ou islâmica, considerada sua extensão na África, na Índia e na Insulíndia), certamente, não se limitou, como muitos ainda supõem, a preservar e transmitir a herança da Antiguidade clássica, como se fosse um bibliotecário que empregasse sete séculos para por ordem em seus volumes, ou como se a invenção do zero e da álgebra (bases epistemológicas de todas as ciências exatas modernas) fossem meros detalhes secundários.

No *Al-Muqaddimah* (“prolegômenos” ou “Introdução à História Universal”),¹²⁷ Ibn Khaldun situou no *trabalho* a origem da riqueza humana: “Tudo vem de Deus. Mas o trabalho humano é necessário para a sobrevivência do homem”: “A história tem como objeto o estudo da sociedade humana, ou seja, da civilização universal. Versa sobre tudo o que se refere à natureza desta civilização, isto é: a vida selvagem e a vida social, as particularidades devidas ao espírito de clã e as modalidades pelas quais um grupo humano domina outro. Este último ponto conduz ao exame do nascimento do poder, das dinastias e das classes sociais. Na sequência a história se interessa, também, pelas profissões lucrativas e pelas maneiras de se ganhar a vida, que formam parte das atividades e dos esforços do homem, assim como pela ciência e pelas artes; enfim, tem por objeto tudo o que caracteriza a civilização”.

O texto de Ibn Khaldun se estrutura em seis grandes capítulos, que estudam a civilização humana em geral, as nações selvagens (a civilização beduína), a monarquia e a função pública, a civilização sedentária (vilas e cidades), a economia e, finalmente, as ciências e o saber. Essa visão vinculava os fatos da história a um conjunto de fatores globais: a sociedade, o clima, a religião, a cultura; e analisava detidamente as causas complexas dos acontecimentos. A crise da civilização árabe impediu que a obra de Ibn Khaldun tivesse continuidade. Mas cabe

da Filosofia. Vol. 2: A filosofia medieval. Rio de Janeiro, Zahar, 1983, pp. 130-151; e, sobretudo: Claude Horrut. *Ibn Khaldûn, um Islam des “Lumières”?* Bruxelas, Complexe, 2006. Na coletânea de Chatelet, Ibn Khaldun é situado anacronicamente no meio da filosofia medieval (europeia): a classificação moderna não conseguiu fugir à ordem eurocêntrica.

¹²⁶ M. N. Roy. Historical role of Islam: an essay on islamic culture. In: *Marxists Internet Archive* [2006]. Manabendra Nath Roy ((1887-1954) [nascido Narendra Nath Bhattacharya], escritor e dirigente político indiano, co-redigiu, com Lênin, em 1922, as “teses sobre a questão nacional e colonial” da Internacional Comunista. Foi também fundador do Partido Comunista Mexicano.

¹²⁷ Ibn Jaldún. *Introducción a la Historia Universal*. Al-Muqaddimah. México, Fondo de Cultura Económica, 1997.

constatar que, no pensamento histórico e filosófico, nos países árabes se colocaram, antes do que no próprio “Ocidente”, as questões (separação da ciência da religião, independência e autossuficiência do pensar e do fazer humano, separação da esfera público-estatal da esfera religiosa) que o Renascimento italiano e o Iluminismo colocariam como base ideológica da modernidade secular e, finalmente, das revoluções democráticas.

A *divisão do trabalho* (base do progresso na economia política smithiana) já se encontrava presente na reflexão do pensador árabe: “O que é obtido através da cooperação de um grupo de seres humanos satisfaz as necessidades de um número muitas vezes maior do que o desse grupo”. A prosperidade geral e a habilidade específica progrediam conjuntamente com a especialização. Ibn Khaldun foi ainda mais longe: os aumentos da produtividade baseados na especialização eram determinados pelo tamanho do mercado (ou, nas suas palavras, “pelo grau de civilização [urbana]”). A especialização (divisão do trabalho), assim, era filha da *demanda*, ideia que a economia política “europeia” demoraria ainda 400 anos para formular. Daí, para Khaldun, a prosperidade maior nas cidades do que no campo. Os elementos teóricos, como se vê, já estavam presentes em Khaldun, mas, na civilização islâmica, a economia não se constituiu ainda como *sistema* teórico independente, uma “especialização” que precisou aguardar o desenvolvimento maior da economia mercantil na Europa (e, a partir desta, no mundo todo) até se transformar em economia *capitalista*.

Charles Gide identificou, no específico contexto europeu, o acontecimento histórico que permitiu, ou melhor, *criou* (por suas implicações econômicas) a necessidade do desenvolvimento da economia política como disciplina autônoma: “A descoberta da América provocou, pela primeira vez, no decorrer do século XVI e, sobretudo, do século XVII, a elaboração de uma verdadeira teoria econômica, de um *sistema*, ou seja, que os conselhos [dos sábios] tomaram a forma de um conjunto de preceitos coordenados e arrazoados”.¹²⁸ As viagens interoceânicas sistemáticas criavam as precondições materiais para a existência do *mercado mundial*, que criou o espaço econômico para a emergência do *capital* como relação social dominante, ou seja, para a completa separação do momento econômico das restantes esferas da produção e reprodução da vida social. A lógica histórica do capitalismo foi o desenvolvimento *dialético* (isto é, baseado em negações e rupturas sucessivas) de sua gênese histórica: “Não há dúvida de que as grandes revoluções do século XVI e XVII, assim como as descobertas geográficas e suas consequências no comércio e no desenvolvimento do capital mercantil, constituem um fator que acelerou a passagem do modo de produção feudal para o capitalista. A base deste último é o próprio mercado mundial. Por outro lado, a necessidade imanente do capital de produzir numa escala cada vez maior incitou para uma expansão permanente do mercado mundial, de maneira que não é mais o comércio que revoluciona a indústria, mas o contrário”.¹²⁹

De *instrumento* da expansão comercial, a indústria passou a ser sua mola propulsora: essa inversão da função econômica da indústria marcou a passagem do capitalismo comercial para o modo de produção capitalista. A primeira economia política europeia (chamada de “clássica”) carecia, no entanto, desse enfoque dialético. Adolphe-Jerôme Blanqui, economista francês do século XIX, assinalou que as viagens interoceânicas, junto com a pólvora e a impressão de textos, mudaram a face da Europa, dando lugar a um “processo de regeneração social”, em face do qual se tornava incompreensível que se datasse o nascimento da economia política só no final do século XVIII (com Adam Smith), intuindo que “o erro geral deriva-se de que os escritores do século XVIII acreditaram ter achado o segredo da ciência social, porque analisaram, com sagacidade até então desconhecida, alguns fenômenos essenciais da produção”.¹³⁰ Essa “sagacidade” vinculava-se a processos históricos que tinham sua base em

¹²⁸ Charles Gide. *Principes d'Économie Politique*. Paris, Librairie de la Société du Recueil Sirey, 1916.

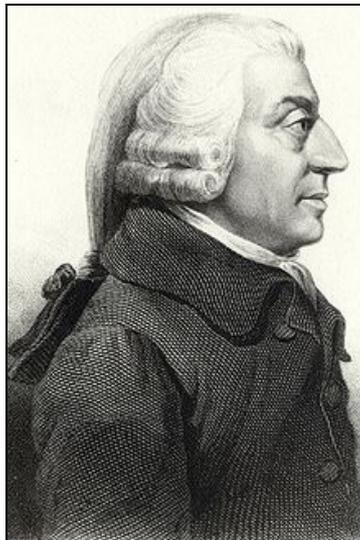
¹²⁹ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol. 1.

¹³⁰ Adolphe-Jerôme Blanqui. *Histoire de l'Économie Politique en Europe*. Depuis les anciens jusqu'à nos jours. Paris, Librairie Guillaumin, 1882. O autor era irmão do célebre revolucionário francês Louis-Auguste Blanqui.

uma revolução em curso na área da produção.

A revolução da ciência econômica do século XVII foi produto de processos seculares cumulativos, não exclusiva nem principalmente europeus, tal como aconteceu em outras áreas do saber e da produção material. A pólvora foi inventada pelos chineses vários séculos antes de seu uso bélico pelos europeus ocidentais, que também não tiveram o primado mundial das viagens interoceânicas. O carvão mineral, combustível da Revolução Industrial inglesa, era usado na China pelo menos três séculos antes daquela, as chamadas “pedras de fogo” descritas por Marco Polo.¹³¹ A imprensa, por sua vez, não foi inventada por Gutemberg (1398-1468); cinco séculos antes dele os chineses já tinham desenvolvido a técnica de carimbar textos em papel (este também uma invenção chinesa). Gutenberg inventou sim a produção profusa e barata de tipos gráficos com base numa liga de chumbo, antimônio e estanho, trabalhada com martelo, punção, buril e cinzel, técnicas já usadas na ourivesaria medieval. O livro já tinha evoluído, na sua época, do rolo para a pilha de folhas costuradas na margem (códex). A invenção de Gutenberg democratizou o acesso ao saber, afrouxando o privilégio aristocrático e clerical do conhecimento de fatos e ideias. A imprensa de tipos móveis facilitou, sobretudo, a difusão de ideias novas em todos os campos, religioso, científico e político e econômico.

A “revolução intelectual” europeia do século XVIII teve lugar sobre a base de conhecimentos preexistentes, inclusive no que respeita ao uso de categorias econômicas, mas também criando algo novo, correspondente ao novo tipo de produção tendencialmente dominante. A gênese da economia política moderna se situa na operação teórica realizada pelos seus primeiros expoentes, os economistas chamados “clássicos”, protagonistas de uma *ruptura epistemológica*, pois eles a transformaram de ramo da arte do governo (como era para mercantilistas e fisiocratas) em disciplina que passou a indagar a coerência profunda de sistemas lógicos abstratos. Smith e Ricardo foram os primeiros que colocaram as hipóteses que, ao reduzir o sistema a elementos simples, permitiram submetê-lo à análise lógica abstrata. A economia começou a estruturar-se como ciência a partir da formulação dos fisiocratas na França, com Turgot e Quesnay. Entretanto, só teve uma sistematização satisfatória a partir de *A Riqueza das Nações* de Adam Smith, em 1776.



Adam Smith

Esse salto teórico foi parte de um fenômeno mais geral: “O que foi o que deu unidade às ideias sobre a estrutura e o desenvolvimento da sociedade nascidas na Europa no incrível século que vai da revolução inglesa à revolução francesa, ideias denominadas tradicionalmente como

¹³¹ Nayan Chanda. *Sem Fronteira*. Os comerciantes, missionários, aventureiros e soldados que moldaram a globalização. Rio de Janeiro, Record, 2011, p. 229.

Ilustração? Fundamentalmente, foi um interesse comum: aplicar ao estudo do homem e da sociedade esses métodos ‘científicos’ de investigação que haviam demonstrado recentemente seu valor e importância no campo das ciências naturais. O principal suposto dos ‘filósofos’ franceses e escoceses era que, ao igual do que acontecia no reino físico, na sociedade e na história todas as coisas estavam unidas por uma intrincada corrente de causas e efeitos, e que desentranhá-la era a principal tarefa dos que se dedicavam ao estudo do homem e da sociedade, os científicos sociais (sob a ideia de que) o que acontecia na história era resultado da ação humana, mas não a execução de um plano humano”.¹³²

A humanidade se emancipava da submissão à providência divina, para incluir-se na natureza e na história, e estas dentro do campo da ciência. O projeto enciclopedista estava animado pelo mesmo espírito de sistematização que incorporava os conhecimentos oriundos das ciências físico-naturais assim como os que ulteriormente seriam postos na área das “ciências humanas”: “O projeto de reunir todos os conhecimentos humanos estruturando-os em torno da nova fé ilustrada no homem e na natureza apareceu na França na primeira metade do século XVIII, expressa por homens e grupos em aparência diversos e longínquos. Chegavam até essa ideia pelo comum desejo de uma grande prova de força, que animava a todos. Sabiam que estavam vivendo um momento excepcional da história: finalmente chegara o século das luzes, era natural que nascesse o sonho de erigir um grande monumento em que ficassem registrados todos os frutos da atividade humana, que atingia seu cume, consciente de si mesma e liberada dos obstáculos que nos séculos passados tinham entravado seu livre desenvolvimento”.¹³³

A formulação fisiocrata, como as ulteriores formulações clássicas, foram expressões teóricas do liberalismo *econômico*: a presença do Estado na economia deveria ser reduzida: o mercado deveria ser deixado ao jogo de suas livres forças (*laissez-faire, laissez passer*).¹³⁴ A doutrina *liberal* surgiu na época do iluminismo contra o Estado absolutista: indicava que a razão humana e o direito inalienável à ação e realização própria, livre e sem limites, eram o melhor caminho para a satisfação dos desejos e necessidades da humanidade. Esse otimismo da razão exigia não só a liberdade de pensamento mas também a liberdade política e econômica. O liberalismo político abriu o caminho ideológico para o liberalismo econômico, postulando uma via para o progresso da humanidade a partir da livre concorrência de indivíduos, contrária às determinações impostas pelas autoridades (religiosas ou estatais) sobre a conduta do indivíduo, tanto no campo moral como no material, devido à sua desconfiança básica em relação a todo o tipo de obrigação coletiva. A atomização (individualização) da sociedade era a base do pensamento liberal.¹³⁵ O liberalismo político fundamentou-se na necessidade de *equilibrar* os sentimentos humanos guiados pela irracionalidade: a superação do feudalismo e do jusnaturalismo auxiliou as primeiras declarações de direitos individuais; a “paixão liberal” se concentrou na formulação dos direitos fundamentais do indivíduo, isoladamente considerado.

¹³² Ronald Meek. *Los Orígenes de la Ciencia Social*. Madrid, Siglo XXI, 1981.

¹³³ Franco Venturi. *Los Orígenes de la Enciclopedia*. Barcelona, Crítica, 1980, p. 14; “A história da cultura revela-se dividida em dois grandes períodos, um caracterizado por uma submissão geral da ciência físico-natural à filosofia, este submetida por sua vez à teologia, o outro pela progressiva aquisição de autonomia das ciências, no quadro de uma tendência para a laicização de todo tipo de saber” (Umberto Cerroni. *Introducción a la Ciencia de la Sociedad*. Barcelona, Crítica, 1978, p. 11). Cf. também: Owen Chadwick. *The Secularization of the European Mind in the 19th Century*. Nova York/Melbourne, Cambridge University Press, 1993.

¹³⁴ A expressão indica a origem francesa da doutrina: “Essa ‘seita’ [os fisiocratas], e não [Adam] Smith, insistia em que o *laissez faire*, a completa liberdade de comércio, era necessário para reconduzir a economia ao seu curso natural. [Smith] achava que em geral a ‘seita’ era doutrinária em sua preferência pela agricultura em detrimento da indústria e do comércio” (Ian Simpson Ross. *Op. Cit.*, p. 25).

¹³⁵ Na sua tese de doutorado (de 1842), Marx tratou da filosofia da natureza de Epicuro em oposição ao atomismo mecanicista de Demócrito, na medida em que a primeira permite pensar a liberdade humana. Epicuro era qualificado como o iluminista da Antiguidade: na sua crítica a Demócrito, Marx indica os limites da concepção filosófica atomística e, por extensão, da liberdade do indivíduo singular abstrato.

O surgimento de uma burguesia capitalista acompanhou a gênese dos “direitos individuais”.¹³⁶ A ideia liberal teve enorme vigência histórica, porque atacou diretamente os fundamentos econômicos e ideológicos do Antigo Regime, as entranhas que bloqueavam a emergência das novas forças produtivas sociais e de sua ideologia baseada na valorização do esforço e talento individuais, na “carreira aberta para o talento”, sem privilégios de nascença. Apesar da sua semelhança doutrinária “filosófica” (liberal), existe uma relevante diferença entre a abordagem econômica clássica e a abordagem fisiocrata: a inexistência de uma teoria do valor (ou do valor/trabalho) por parte desta última, o que a conduziu à doutrina da produtividade exclusiva da agricultura. O *Tableau Économique* de Quesnay (1759) opunha as “despesas produtivas” às “improdutivas”, para provar que apenas a indústria agrícola era produtiva, por criar riqueza maior àquela consumida por ela. Na indústria e no comércio, portanto, não havia criação de valor. Haveria três classes sociais, a “produtiva”, dos produtores agropecuários que pagavam receitas aos proprietários; a “dos proprietários”, donos ou usufruidores do solo; finalmente, a classe “estéril”, composta por industriais, comerciantes, artesãos, profissionais liberais. Estes não acrescentavam valor aos produtos extraído do solo. Dai se deduzia que os impostos que pesavam sobre a agricultura deviam ser baixos, o que não se aplicava para as outras atividades econômicas. O pensamento fisiocrata foi o primeiro a configurar um “sistema econômico”, e também o primeiro a classificar as classes sociais pelo seu lugar econômico, não pelos seus direitos e privilégios políticos de nascença.



Montesquieu

Na segunda metade do século XVIII, Adam Smith superou as formulações econômicas francesas. Seu programa sobre filosofia moral apresentado na Universidade de Glasgow estava subdividido em quatro seções: teologia natural, ética, direito e economia política (termo que já era de uso corrente). Suas duas obras principais, *Teoria dos Sentimentos Morais* (de 1759) e *A Riqueza das Nações* (de 1776) são a exposição sistemática do segundo e quarto tópicos, e podem ser consideradas respostas ao *selfish system* de Thomas Hobbes, que postulava que o comportamento humano possuía como objetivo central a autoconservação egoísta de cada indivíduo, sendo o Estado necessário para evitar uma guerra geral exterminadora entre os

¹³⁶ Inicialmente, a desconfiança liberal em relação ao poder partia da constatação de que seu exercício revelava-se corruptor e abusador. Montesquieu escreveu no capítulo IV de *O Espírito das Leis*: “Para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder trave o poder”. No capítulo IX analisou os méritos da constituição inglesa: “Há em cada Estado três espécies de poderes - o legislativo, o executivo das coisas dependentes do direito das pessoas e o executivo dependente do direito civil”. A este último chamamos hoje de poder judicial. Com essa distinção Montesquieu elaborou uma tipologia dos governos: *despótico*, quando os três poderes estavam concentrados nas mãos de uma única entidade. Quando dois desses poderes se confundiam, classificou o tipo de governo resultante como *moderado*. Se, por fim, os três poderes se distinguem uns dos outros, o governo seria *livre*, como o da Inglaterra.

seres humanos.¹³⁷ Smith “inventou” a economia buscando a *lei objetiva* que conciliasse a busca egoísta da satisfação individual com a defesa do interesse geral (social) – objetivo que ele encontrou na “mão invisível” do mercado. A explicitação dessa lei implicava numa pesquisa aprofundada sobre as relações econômicas e sobre o valor das mercadorias, nas condições de generalização da produção mercantil que eram as de seu tempo histórico. A concepção hobbesiana era moderna, mas se acomodava ainda com o predomínio nobiliário e o absolutismo monárquico: Smith expressou os interesses sociais e ideológicos, nessa altura *científicos*, da burguesia ascendente.

A economia política inglesa superou a fisiocracia francesa postulando o *trabalho* como o fator criador do valor em todas as áreas da atividade econômica. A partir dessa premissa, e só a partir dela, podia surgir uma *teoria econômica geral*. A constituição da economia política como disciplina exigia uma reflexão teórica não diretamente vinculada aos seus efeitos práticos: pagou inicialmente o preço da sua não historicidade, no que se manifestava como uma legítima filha das Luzes, ou seja, da suposta vitória definitiva da Razão na História. O ponto de partida da nova ciência era, por isso, abstrato; Marx viu nisso uma manifestação de uma sorte de “espírito do século XVIII” (ou seja, do Iluminismo na sua forma mais desenvolvida), o individualismo abstrato, o espírito anti-histórico: “O caçador ou o pescador isolado com o qual começam Smith e Ricardo pertencem à imaginação privada de fantasia que produziu as robinsonadas do século XVIII”.¹³⁸ Smith, como depois também David Ricardo, concebeu a acumulação capitalista baseada no trabalho assalariado produtor de mercadorias, mas a relação capital/trabalho não ocupou, nesses autores, o lugar central na análise econômica (como aconteceria com Karl Marx), orientada neles para as relações entre capital fixo e capital circulante, e dirigida a desvendar a formação e dinâmica dos *preços*, não do *valor*.¹³⁹

O caráter não histórico da nova disciplina teórica se explicava pela função ideológica da primeira economia política: “O mundo econômico não tem ideologia. A economia burguesa, em sua primeira juventude, combatia pelo fim dos motivos e das representações não econômicas, as ideias metafísicas, morais, religiosas, etc. Se os homens seguissem sua própria natureza (a de serem livres, razoáveis, sociáveis, etc.) ou simplesmente obedecessem a seus interesses pessoais, seus cálculos de prazer e de penalidades, eles renunciariam às concepções atrasadas e difusas, não teriam mais necessidade de religião ou de moral, mas apenas de uma filosofia natural, cujos fundamentos seriam fornecidos pela ciência econômica. Os grandes economistas militavam pela morte das ideologias, do mundo exterior à vida econômica, pelo conhecimento verdadeiro e pela vitória da cultura (termo que surgiu em sua conotação moderna justamente no século XVIII)”.¹⁴⁰ Um predecessor do século XVII da economia política clássica, muito inferior teoricamente a ela, James Steuart, podia, como aristocrata consciente de seus (ameaçados) interesses de classe, se situar mais sobre o terreno histórico do que os economistas clássicos posteriores, evitando as ingenuidades atemporais de Smith e Ricardo. A economia política do século XIX devia sintetizar, superando-as, as teorias dos dois séculos

¹³⁷ Cf. Claudio Napoleoni. *Smith, Ricardo, Marx*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

¹³⁸ O mito do homem capaz de sobreviver sem ajuda nem cooperação como indivíduo foi difundido na literatura universal em heróis como Robinson Crusóe, personagem do romance clássico de Daniel Defoe: o homem que conseguiu, sozinho, e através do uso da *razão*, utilizar a natureza a seu favor e sobreviver sem auxílio. Mas o imaginário Robinson Crusóe era um homem adulto, que crescera em uma sociedade complexa, na qual dependia de outras pessoas. Ele aprendeu os conhecimentos necessários para a sua sobrevivência na ilha deserta através do contato prévio com experiências de outras pessoas, de uma vida em sociedade, e com o conhecimento acumulado de gerações.

¹³⁹ Outros autores sustentaram que os precursores da economia política clássica trataram praticamente todos os problemas econômicos: “As ideias estavam, mas o sistema estava ausente. As hipóteses existiam, mas não o paradigma. Ou, para usar uma terminologia kuhniana [do filósofo da ciência Thomas S. Kuhn], os elementos existiam, mas não existia a ‘matriz disciplinar’. A emergência de um paradigma dominante se identifica com o aparecimento de um texto básico, e esta foi a realização de Adam Smith” (Homa Katouzian. *Ideology and Method in Economics*. Londres, MacMillan Press, 1980).

¹⁴⁰ Tony Andréani. *Op.Cit.*, p. 49.

precedentes, mas só poderia realizar isso como crítica da própria economia, despojando-a do lastre ideológico com que tinha se desenvolvido até então.

Entre os economistas “clássicos”, por outro lado, existia diferença entre Smith, e Ricardo e Malthus (este, o primeiro catedrático de economia política da Inglaterra), determinada pela Revolução Industrial (e as transformações sociais que ela acarretou): “[Os segundos] já pertenciam ao século dezanove, no qual Ricardo e Hegel descobriram, a partir de ângulos opostos, a existência de uma sociedade que não estava sujeita às leis do Estado, mas, ao contrário, sujeitava o Estado às suas próprias leis. É verdade que Adam Smith tratou da riqueza material como um campo de estudo separado; o fato de fazê-lo, e com um grande senso de realismo, tornou-o o fundador de uma nova ciência, a economia. Apesar disso, para ele a riqueza era apenas um aspecto da vida da comunidade, a cujas finalidades ela permanecia subordinada; ela era um complemento das nações que lutavam pela sobrevivência na história, e delas não podia ser dissociada. Em sua opinião, um conjunto de condições que governavam a riqueza das trações derivava da situação de progresso, estacionária ou declinante, do país como um todo. Outro conjunto derivava da importância da segurança e da estabilidade, assim como da necessidade de equilíbrio de poder. Outro conjunto, ainda, era a política do governo, conforme ela favorecia a cidade ou o campo, a indústria ou a agricultura”.¹⁴¹

Para Adam Smith a questão da riqueza tinha o significado do bem estar material do “grande organismo do povo”. O liberalismo econômico não era a época, como explicou Amartya Sen, um fim em si mesmo, mas um meio para atingir o bem-estar. A teoria de Smith não deixava entrever que eram os interesses econômicos dos capitalistas os que organizavam a sociedade, como uma espécie de porta-vozes seculares da providência que governava o mundo econômico. Os economistas posteriores abandonaram os fundamentos “humanistas” (e as conclusões otimistas) de Adam Smith. A lei populacional de Malthus e a lei dos rendimentos decrescentes de Ricardo que, para eles, conduzia à sociedade para a autodestruição (Thomas Malthus) ou para o estado estacionário (David Ricardo), tornaram a produtividade do homem e a fertilidade do solo elementos constituintes de um novo domínio de estudos: a *sociedade econômica*, separada do *Estado político*. Se Adam Smith se situava ainda sobre o terreno do otimismo iluminista do século XVIII, a economia política moderna propriamente dita, surgida na virada para o século XIX, foi batizada de “ciência do pessimismo”, e marcou um ponto de inflexão em relação ao pensamento iluminista do qual nascera.



David Ricardo

O otimismo iluminista, porém, não desapareceu de vez. Na utopia industrial saintsimoniana (e no socialismo dito “utópico” em geral) da primeira metade do século XIX, a negatividade

¹⁴¹ Karl Polanyi. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.

inserida pelos clássicos britânicos na dinâmica econômica se perdeu em uma espécie de retorno ao linear otimismo iluminista. Se Charles Fourier tentava convencer os poderosos do mundo da validade das suas receitas socialistas (cheias de imaginação e de antecipações geniais), Saint-Simon proclamava: “O que na França deve ser aperfeiçoado é a instituição da realeza. Na Inglaterra, deve ser reconstituída a dignidade dos pares. Na França, a realeza deve revestir-se do caráter industrial e abandonar completamente o caráter feudal; na Inglaterra, antes de qualquer outra instituição, é a dignidade dos pares a que deve se despojar inteiramente do caráter feudal, para adotar a marcha industrial”.¹⁴²

Para os siantsimonianos, as reformas políticas acompanhadas do desenvolvimento industrial poderiam dar conta das contradições sociais e abrir uma era de progresso harmonioso de duração indefinida. Os economistas clássicos, mais realistas, incorporavam a ideia de que a economia, enquanto ciência, não podia simplesmente contornar os problemas sociais, e que o objetivo fundamental da disciplina seria o de aumentar a prosperidade geral mediante uma melhor compreensão do seu funcionamento. Adam Smith entendia perfeitamente que a sociedade liberal-mercantil (ainda não chamada de capitalista) compreendia interesses conflitantes. No capítulo VIII de *A Riqueza das Nações*, por exemplo, afirmou que o conflito de interesses entre capitalistas e trabalhadores seria inevitavelmente vencido pelos primeiros. David Ricardo também incorporou à teoria econômica a discussão sobre o conflito de interesses entre as classes, os capitalistas e os proprietários de terra, ao propor a liberação das importações de cereais na Inglaterra. As contradições sociais do capitalismo, porém, não eram para eles um fator decisivo, porque ainda não ocupavam o centro do palco histórico. Mas isso veio a acontecer de modo rápido.

O desenvolvimento econômico desigual dos países europeus e as contradições do próprio capitalismo inseriram finalmente a história no pensamento econômico. A passagem para a *história econômica* deu-se notadamente com o economista alemão Friedrich List, nascido em 1789 (duas gerações depois de Smith, e uma depois de Ricardo), cuja obra principal, o *Sistema Nacional de Economia Política*, foi publicada em 1841, cinco anos antes da sua morte. List, e outros economistas alemães, expressaram teoricamente a emergência do capitalismo alemão e, mais amplamente, o surgimento da *concorrência capitalista entre nações*: “Reconhecendo a liderança de Adam Smith, os economistas alemães se irritaram pelo que consideravam estreiteza insular e autoconfiança da escola ricardiana. Ressentiam em particular a forma como os defensores ingleses do comércio livre supunham tacitamente que uma proposição que fora estabelecida a respeito de uma nação manufatureira, como a Inglaterra, podia ser transmitida sem modificação aos países agrícolas. O gênio brilhante e o entusiasmo nacional de List desfizeram essa presunção, mostrando que os ricardianos tinham prestado pouca atenção aos efeitos indiretos do comércio livre... Na Alemanha, e ainda mais na América, muitos dos efeitos indiretos eram nefastos, esses males eram superiores aos benefícios diretos”.¹⁴³

A negação da “teoria das vantagens comparativas” do liberalismo ricardiano pelos economistas alemães teve razões políticas (nacionalistas). List foi acérrimo crítico das teorias livre-cambistas de Adam Smith e do francês Jean-Baptiste Say, que segundo ele só favoreciam a expansão comercial de Inglaterra e França em prejuízo da Alemanha. List, porém, não se limitou a ser um defensor do protecionismo, postulando também uma estratégia de “desenvolvimento integral” para que os países com potencialidades não exploradas chegassem

¹⁴² Conde de Saint-Simon [Claude Henri de Rouvroy]. *Catecismo Político de los Industriales*. Buenos Aires, Aguilar, 1964.

¹⁴³ Alfred Marshall. *Principles of Economics*. Nova York, Amherst, 1997. Nessa obra, o decimonônico autor inglês, professor em Cambridge e considerado o pai da economia profissional ou “institucional” (até então, a economia fazia parte do currículo de “ciências morais e históricas”), buscou reunir num todo coerente as teorias da oferta e da demanda, da utilidade marginal e dos custos de produção, tornando-se o manual de economia mais adotado na Inglaterra desde finais do século XIX. John Maynard Keynes e A. C. Pigou foram discípulos de Marshall.

ao nível dos países economicamente mais avançados, o que deveriam fazer como condição de sobrevivência nacional. Em uma enciclopédia do século XX, se disse de List que “com exceção de Marx, nenhum outro economista enfatizou tão vigorosamente a estreita relação existente entre a teoria econômica e os fatores políticos”. Definido como o primeiro dos “economistas do desenvolvimento”, List acusou Adam Smith de “cosmopolitismo, materialismo, particularismo, individualismo” e, defendendo o papel do Estado como promotor do desenvolvimento e da infraestrutura econômica, necessários à independência nacional, estabeleceu as bases de uma *teoria das etapas do desenvolvimento econômico*. Que a obra de Friedrich List coincidissem com o auge do romantismo alemão não deve nada ao acaso

Para chegar a esse resultado “estatista” (List atribuía, a diferença dos liberais, um papel primordial ao Estado na economia), o economista alemão postulou inicialmente que “um bom sistema [de economia política] precisa absolutamente de *uma firme base histórica*”. O “Livro Primeiro” do *Sistema* de List se chamou, justamente, “A História”: nele, o autor analisou a história econômica dos principais países europeus e dos EUA, concluindo com um capítulo chamado “Os Ensinamentos da História”. Só no “Livro Segundo” List se debruçou sobre “A Teoria”. List cunhou o conceito de “desenvolvimento das forças produtivas” (ausente em Adam Smith) que seria central na teoria do materialismo histórico de Marx, julgando a partir dele os resultados da história econômica do seu tempo. Com List e os economistas alemães, o “liberalismo” (econômico) deixou de ser a denominação *objetiva* de um sistema econômico, como o era para Adam Smith, para ser, doravante, a denominação de uma *tendência* do pensamento econômico e social.

Segundo List: “A História nos revela, finalmente, como as nações dotadas com todos os recursos naturais exigidos para levar sua riqueza e poder até o grau mais elevado, sem entrar em contradição com seus esforços, podem e devem alterar seus sistemas, à medida que vão progredindo, elevando-se, mediante o comércio livre com nações mais adiantadas, até sair da barbárie e aperfeiçoar sua agricultura, estimulando mediante limitações o auge de suas manufaturas, de suas pescarias, de sua navegação e de seu comércio exterior, e depois de ter atingido o mais alto nível de riqueza e poder, podem efetuar um paulatino retorno ao princípio do livre câmbio e da livre concorrência, tanto no mercado próprio como no estrangeiro, protegendo seus agricultores, industriais e comerciantes contra a indolência, e estimulando-os a defender o predomínio adquirido. Vemos como Espanha, Portugal e Nápoles [ainda não existia a Itália] se encontram no primeiro estágio; no segundo, Alemanha e a América do Norte; França parece perto dos limites da última etapa, que na atualidade só foi plenamente atingida pela Inglaterra”.¹⁴⁴ Não havia em List, no entanto, nenhuma análise acerca da natureza social (capitalista) do “sistema industrial”, e muito menos das suas contradições sociais. Politicamente antissocialista, List denunciava, porém, que o “cosmopolitismo comercial” era “mais perigoso que o proletariado” (visto à época como a “classe perigosa” e a ameaça de dissolução social).

O passo seguinte da teoria econômica foi a substituição do *sistema econômico* dos primeiros economistas modernos pela *crítica da economia política*. Ela operou-se em outro ponto de virada histórica, o do desenvolvimento pleno do potencial produtivo do capital, que tornou manifestas suas contradições imanentes. Previamente, e como precondição de método, os sistemas filosóficos já tinham sido atacados pela crítica, não só deste ou daquele sistema, mas dos *sistemas* como um todo, pondo a *crítica* no centro do pensamento. Sobre essa base, a crítica da economia política operou também uma mudança no *sujeito social* da crítica. Em meados do século XIX, a perspectiva de um desenvolvimento progressivo, pacífico e “racional”, no novo marco liberal da economia, sofreu um abalo sísmico com as crises econômicas e com a constituição, reivindicativa e revolucionária, do movimento dos trabalhadores industriais como um novo sujeito histórico, provocando um cataclismo na percepção das relações entre

¹⁴⁴

Friedrich List. *Sistema Nacional de Economia Política*. México, Fondo de Cultura Económica, 1997.

Estado, economia e sociedade, e exigindo uma adequação intelectual, que só poderia se realizar como *crítica* do pensamento econômico e social precedente, de um ponto de vista *de classe*.

A teoria marxista surgiu no marco da *crise ideológica* de meados do século XIX, e como parte dela, propondo uma análise global da sociedade e da sua dinâmica, em que a produção e reprodução da vida social passaram a ser consideradas como fundamento da história humana. Foi desenvolvida como suporte teórico da crítica revolucionária da sociedade burguesa, que reconhecia numerosos antecedentes fragmentários, inacabados ou não teóricos. Partindo da dialética hegeliana e da teoria ricardiana do valor e criticando-as, Karl Marx construiu uma análise medular do funcionamento do capitalismo e da sua lógica de reprodução em escala ampliada, a acumulação de capital, construindo uma ampla e detalhada crítica da economia política, e tornando a teoria do valor-trabalho de origem ricardiana, devidamente corrigida e superada, irreconciliável com uma suposta harmonia tendencial do capitalismo.

A construção de um espaço teórico correspondente à crítica da sociedade burguesa foi o gigantesco esforço empreendido, principal e centralmente, por Karl Marx. Que um teórico contemporâneo tenha definido *O Capital* como “manual técnico primário” não muda em nada a questão.¹⁴⁵ A crítica marxista articulou em uma síntese superadora conceitos já formulados previamente: a origem do conceito de mais-valia se encontra no ricardiano de esquerda William Thompson, a origem da luta de classes como lei da história nos historiadores liberais franceses (sobretudo François Guizot, em sua obra *Pourquoi la révolution d'Angleterre a-t-elle réussi?* e Augustin Thierry, na sua *Histoire du Tiers État*), e o conteúdo do comunismo nos chamados “socialistas utópicos”. Outra coisa é afirmar que ambiguidades pesaram (metodologicamente) sobre a crítica marxista da economia política: segundo alguns críticos, apesar de Marx ser consciente das condições de constituição de um espaço vetorial de medida, condição para uma disciplina científica (o contrário seria pretender construir uma disciplina que se fixa o objetivo medir um certo número de magnitudes, sem se interrogar sobre a própria magnitude nem sobre a sua medida), “aquelas não estão explicitamente expostas, mas apenas postas em prática nos primeiros parágrafos de *O Capital*”, quando Marx explica a natureza e a mensurabilidade do valor com ajuda de exemplos tirados da física, da geometria e da química, que reduzem, para poder medi-las, diversas propriedades da matéria a pontos de um espaço vetorial. Esse capítulo de *O Capital*, reconhecido pela sua aridez expositiva e pela sua dificuldade teórica, teria certamente se tornado ainda mais árido se tivesse sido satisfeita essa exigência. Marx, segundo os críticos dessa ambiguidade, teve, no entanto, o mérito de ter sido “o primeiro economista consciente das condições de elaboração de um espaço de medida”, ou seja, das precondições para a elaboração de uma base metodológica científica, a diferença “do empirismo que caracterizava todas as escolas da economia política”.¹⁴⁶

Foi sobre a base da crítica das ideias econômicas e sociais precedentes que nasceu a crítica marxista da economia política, e também do socialismo utópico que a precedeu, isto é, das teorias que buscavam superar o capitalismo não sobre a base da luta de classe, mas sobre a base do humanitarismo abstrato. A crítica marxista partiu da *historização* do capitalismo (ou da “sociedade burguesa”) como um modo de produção qualitativamente diferenciado dos precedentes, tão transitório e perecível quanto eles: “Em todas as formas de sociedade há um tipo específico de produção que predomina sobre as outras, e cujas relações de produção

¹⁴⁵ Peter Sloterdijk. *Colère et Temps*. Paris, Libella-Maren Sell, 2007.

¹⁴⁶ Gilles Dostaller. *Marx, la Valeur et l'Économie Politique*. Paris, Anthropos, 1978. Backhaus e Heinrich, de modo análogo, sustentam que a última revisão feita por Marx ao capítulo I de *O Capital*, destinada a tornar mais compreensível a forma valor, concluiu em uma espécie de vulgarização realizada em detrimento de uma concepção mais sólida da teoria do valor (In: Marcello Musto. *Tras las Huellas de un Fantasma*. La actualidad de Karl Marx. México, Siglo XXI, 2011).

determinam uma posição e uma influência sobre as restantes”.¹⁴⁷ O aspecto peculiar do modo de produção do capital é que ele tem que ser acumulado, crescer, independentemente das preferências subjetivas dos capitalistas, ou, em caso contrário, desaparecer. O capitalista individual, porém, não tem consciência do que faz (contribuir, pela acumulação e centralização do capital, a sentar as bases de sua superação), ele segue as determinações estruturais da acumulação de capital, que exigem e implicam concorrência dentro de si mesmo (ou seja, concorrência entre os diversos capitais). A contradição intrínseca do capital torna-se evidente com seu próprio desenvolvimento. À diferença do que acontecera nas eras históricas (modos de produção) pré-capitalistas, as contradições imanentes do capital foram passíveis de análise científica.

Na sociedade burguesa, a relação social dominante, diversamente das sociedades precedentes, é a própria “contradição em processo”, a mudança perpétua, na qual o capital encontra sua própria base (condição) de existência: “O capital aparece, cada vez mais, como uma potência social - da qual o capitalista é o agente - que perdeu qualquer relação proporcional com aquilo que pode produzir o trabalho de um indivíduo singular; mas como uma potência social alheia, independente, que se contrapõe à sociedade como entidade material e como potência dos capitalistas através dessa entidade material. A contradição entre a potência geral social à qual se eleva o capital e o poder privado do capitalista sobre as condições sociais da produção se torna cada vez mais evidente e deve levar à dissolução dessa relação e à transformação das condições de produção em condições de produção sociais, comuns, gerais. Essa transformação é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas no modo capitalista de produção e da maneira em que esse desenvolvimento acontece. A produção capitalista possui uma tendência para o desenvolvimento absoluto das forças produtivas, independentemente do valor e da mais-valia contidas, independentemente também das condições sociais desse desenvolvimento. Ao mesmo tempo essa produção tem como escopo a conservação do valor-capital existente e sua máxima valorização. Se o modo de produção capitalista é assim um meio histórico para o desenvolvimento das forças produtivas materiais e a criação do mercado mundial correspondente, é também a *contradição constante* entre essa tarefa histórica e as relações sociais de produção correspondentes”.¹⁴⁸

Devido à sua análise das *contradições* do modo de produção do capital, Marx introduziu a dimensão *histórica* na economia como *componente estrutural* de uma ciência que, isso fazendo, negava seus pressupostos ideológicos, transformando-se em crítica teórica do real, cuja anatomia encontrava-se na economia política, ciência por excelência do capital. A crítica desta tornava-se o suporte teórico da crítica prática, revolucionária e proletária, da sociedade burguesa: “Marx não tratou de demonstrar a debilidade de uma escola particular de economistas, indicando correções ao seu trabalho. Sua tarefa foi demonstrar que a própria ideia da economia política era louca. Suas categorias não eram ‘erros’: eram insanas (*verrückt*) porque sistematizavam formas de pensamento que aceitavam como ‘natural’ uma forma de vida que negava a própria humanidade”.¹⁴⁹ Isso, porém, era apenas o primeiro passo da crítica.

A natureza histórica do capital se encontrava deturpada pelo método dos “economistas políticos”: “A sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos estão edificados, e cujos vestígios não ultrapassados levam de arrastão, desenvolvendo tudo que fora antes apenas esboçado, que toma assim toda a sua significação. A anatomia do homem é a chave da

¹⁴⁷ Karl Marx. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. México, Siglo XXI, 1987.

¹⁴⁸ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol. 1.

¹⁴⁹ Neil Smith. *O Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao contrário, ser compreendido senão quando se conhece a forma superior. A economia burguesa fornece a chave da economia da antiguidade, etc. Porém, não conforme o método dos economistas que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e vêm a forma burguesa em todas as formas de sociedade. Pode-se compreender o tributo, o dízimo, quando se compreende a renda da terra. Mas não se deve identificá-los”.¹⁵⁰

Com a obra de Marx “o caráter *estrutural* e *histórico* das condições do desenvolvimento econômico se impôs, com toda evidência, à reflexão”.¹⁵¹ Até um seu adversário teórico reconheceu que “Marx inseriu os dados históricos na entranha própria da argumentação de que faz derivar suas conclusões. Foi o primeiro economista de grande categoria que reconheceu e mostrou sistematicamente como a teoria econômica poderia transformar-se em análise histórica, e como a exposição histórica poderia transformar-se em história arrazoada”.¹⁵² A economia política deixava de ser atemporal, não histórica, mas só conseguia isso através da crítica de seus fundamentos, ou seja, de sua *negação*: “É talvez impossível encontrar um enfoque relativo, histórico, das leis econômicas na história do pensamento econômico, antes de Marx”.¹⁵³ Introduzindo novamente a história onde os economistas clássicos a tinham ignorado, Marx planejou estudar: “1) As determinações abstratas gerais que correspondem em maior ou menor medida a todas as formas de sociedade; 2) As categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa e sobre as quais repousam as classes fundamentais. Capital, trabalho assalariado, propriedade territorial. Suas relações recíprocas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. Comércio entre elas. Circulação. Crédito (privado); 3) Síntese da sociedade burguesa sob a forma do Estado, considerado em relação consigo mesmo. As classes “improdutivas”. Impostos. Dívida nacional. Crédito público. A população. As colônias. Emigração; 4) Relações internacionais de produção. Divisão internacional do trabalho. Comércio internacional. Exportação e importação. Curso do comércio; 5) O mercado mundial e a crise”.¹⁵⁴

Esse plano original e monumental, além de mudado no seu percurso, nunca foi realizado por completo. Na sua própria história da análise econômica, *Theorien uber den Mehrwert* (“Teorias sobre a Mais-Valia”, cadernos de notas comentadas dos economistas clássicos produzidos para preparar a redação de *O Capital*), Marx constatou que o desenvolvimento dos elementos realmente científicos na economia política fora interrompido em 1830 e que, daí em diante, começaram a predominar a superficialidade teórica e a apologética. Se referindo à obra de David Ricardo, constatou: “Com ele, a ciência burguesa da economia atinge um limite que não pode ultrapassar”. Joseph A. Schumpeter, contrariamente, argumentou que, a despeito de numerosas perturbações e desvios, podia-se discernir um desenvolvimento mais ou menos contínuo da análise científica, tendo sido o desenvolvimento especialmente rápido e impressionante precisamente no período posterior a 1830. Schumpeter, certamente, levava em conta principalmente a microeconomia, desenvolvida no último quartel do século XIX.

A economia política moderna nascera da crítica da dimensão naturalista do pensamento fisiocrata, fundamentando a economia como uma “ciência social”, separada das ciências naturais. Marx superou a economia política clássica não só através do prisma histórico, mas também reintroduzindo a *dimensão natural* na ciência econômica, considerando metodologicamente o trabalho humano como a manifestação de uma potência da história natural, e reconsiderando em consequência o papel econômico do valor de uso na análise da *contradição* da mercadoria, simultaneamente “valor de uso” e “valor”, categoria não contraditória no pensamento clássico. A crítica da fisiocracia realizada pela economia clássica

¹⁵⁰ Karl Marx. *Op. Cit.*

¹⁵¹ Pierre Vilar. *Sviluppo Economico e Analise Storica*. Bari, Laterza, 1978.

¹⁵² Joseph A. Schumpeter. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

¹⁵³ Witold Kula. *Problemas y Métodos de la Historia Económica*. Barcelona, Península, 1974.

¹⁵⁴ Karl Marx. *Introducción a la Crítica de la Economía Política (1857)*. Córdoba, Pasado y Presente, 1973.

era unilateral, e considerava o trabalho como fonte *única* do valor, que ficava assim reduzido a um só de seus polos constitutivos. Contra esse reducionismo, Marx sublinhou que “o trabalho não é a fonte de toda riqueza; a natureza é, tanto quanto o homem, a fonte do valor de uso (e) o trabalho não é senão a *expressão de uma força natural*”. A separação abstrata da história (o homem social) da natureza era incompatível com um pensamento que partisse do princípio dialético da *totalidade*, ausente nos economistas clássicos, que partiam de uma base empirista.

No âmbito da investigação social, tratava-se de problema semelhante ao que a ciência físico-natural da época tentava resolver ao se transformar em *tecnologia de produção*: “O objetivo fundamental é o mesmo: encontrar uma medida comum do valor do trabalho e do gasto de energia, relacionando um ao outro para obter uma *ratio* expressando a eficiência produtiva. Trata-se nos dois casos de tornar compatível uma teoria do equilíbrio com uma teoria do movimento e da transformação. Na teoria mecânica, a dinâmica se fundamenta na estática, isto é, na noção de equilíbrio, porém, evidentemente, o movimento não pode ser plenamente expresso dessa maneira; o estudo dos processos termodinâmicos (e a transformação da ‘força viva’ em ‘trabalho’ já é de certa maneira um processo desse tipo) vai complicar ainda mais esse problema. Em matéria econômica, a interrogação central da obra de Marx é também a insuficiência da teoria da troca tal como ela é apresentada pelos liberais clássicos. A troca, efetivamente, repousa ontologicamente sobre um princípio de equivalência; ora, se a atividade econômica não é senão uma série de trocas, como explicar o aparecimento de uma mais-valia?”¹⁵⁵

A nova abordagem das relações de produção capitalistas realizada por Marx foi determinada pelas mudanças sociais determinadas pelo desenvolvimento capitalista, e baseada no acervo acumulado pelo pensamento teórico, científico e social. Seu conhecimento e crítica permitiram a Marx salvar do naufrágio apologético os princípios científicos e revolucionários do desenvolvimento teórico anterior (a dialética de Hegel, a teoria econômica de Smith, a teoria do valor e da mais-valia de Ricardo, o materialismo enciclopedista francês e feuerbachiano, principalmente). A crítica marxista se apoiou também na crítica das contradições do capitalismo já desenvolvida pelos “utopistas”, superando e preservando a condenação *moral* das relações capitalistas realizada por eles (presente também na crítica da sociedade burguesa realizada por autores como Thomas Carlyle ou os românticos alemães); na crítica da economia política clássica feita pelo missionário owenista (partidário do “socialista utópico” Robert C. Owen) John Watts (*The Facts and Fiction of Political Economists*), de 1842; inspiradoras de “um primeiro genial esboço de crítica das categorias da economia política” (nas palavras de Marx) redigido por Friedrich Engels em 1843 (conhecido como *Outlines of a Critique of Political Economy*, ou *Para a Crítica da Economia Política*),¹⁵⁶ seguido logo depois por *The Logic of Political Economy* (de 1844) de Thomas de Quincey.

A crítica marxista se encontrava enraizada no *geist* de sua conjuntura histórica. Simultaneamente à sua formulação, na França, o alfaiate alemão Wilhelm Weitling introduzia a visão comunista cristã na Liga dos Proscritos, organização secreta republicano-comunista herdeira da tradição do revolucionário jacobino Gracchus Babeuf, ao mesmo tempo em que socialistas utopistas como Charles Fourier ou Étienne Cabet (os seguidores deste foram os primeiros a serem popularmente chamados de “comunistas”) propunham, e levavam à prática, a organização de comunidades (“falanstérios”, na versão de Fourier) baseadas na propriedade e usufruto em comum dos bens disponíveis. Paralela a eles, e mais duradoura no tempo, foi a influência do panfleto *O que é Propriedade?* (1840) do artesão-sapateiro Pierre-Joseph Proudhon, que respondia “um roubo” à pergunta formulada no título da obra. O texto de

¹⁵⁵ François Vatin. *Le Travail*. Économie et physique. Paris, Presses Universitaires de France, 1993, p.107.

¹⁵⁶ Cf. Tristram Hunt. *Comunista de Casaca*. A vida revolucionária de Friedrich Engels. Rio de Janeiro, Record, 2010.

Proudhon se transformou no objeto principal do debate literário parisiense. Afirmar que a originalidade de Marx e Engels consistiu só em “demonstrar o verdadeiro poder de uma forma de socialismo que misturava rebelião com razão e modernidade”,¹⁵⁷ significa limitar a contribuição destes, e ignorar a batalha teórica multifrontal que se viu obrigada a sustentar em sua afirmação no pensamento econômico e social.

Na segunda metade do século XIX, a sociologia comtiana na França, o historicismo alemão, o utilitarismo de Jeremy Bentham e o empirismo lógico de John Stuart Mill (que direcionou o positivismo francês para a psicologia) na Inglaterra, e outras vertentes teóricas, desaguaram, na passagem do século XIX para o século XX, na fundamentação geral da área das doravante denominadas ciências “sociais” ou “humanas”, tentando absorver nelas a economia, a filosofia, a história e até a geografia. O positivismo de Comte foi sua formulação mais abrangente. O método geral proposto por Auguste Comte consistia na observação dos fenômenos, opondo-se igualmente ao racionalismo e ao idealismo até então hegemônicos, por meio da promoção do primado da experiência sensível, única capaz de produzir, a partir dos dados concretos (*positivos*), a verdadeira ciência, sem qualquer atributo teológico ou metafísico, subordinando a imaginação à observação, e tomando como base apenas o mundo físico ou material.

O positivismo comtiano negou à ciência qualquer possibilidade de investigar a causa dos fenômenos naturais e sociais, considerando-a inútil e inacessível, voltando-se para a descoberta e o estudo das *leis* (isto é, das relações constantes entre os fenômenos observáveis). Em seu *Apelo aos Conservadores* (1855), Comte definiu “positivo” como equivalente a “real, útil, certo, preciso, relativo, orgânico e simpático”.¹⁵⁸ O caráter supostamente não ideológico do positivismo ocultava seu caráter perfeitamente ideológico. Marx conheceu o *Cours de Philosophie Positive* de Comte trinta anos depois de sua publicação e, impelido “pelo barulho que franceses e ingleses fazem a respeito” manifestou que lhe merecia “como homem de partido, uma atitude plenamente hostil” e, “como homem de ciência, uma péssima opinião”, rejeitando de chofre “as receitas de Comte para a estalagem do futuro”.¹⁵⁹ A rejeição marxiana estendeu-se à vulgarização do “comtismo” realizada na Inglaterra por John Stuart Mill e Herbert Spencer, pelas mesmas razões: “Auguste Comte concebeu a missão do positivismo como o estabelecimento de uma Religião da Humanidade que poderia temperar a divisão entre classes, desbaratando o mundo da Revolução Industrial”.¹⁶⁰ O positivismo foi o berço da reação “cientista” diante das contradições e lutas sociais já evidentes da sociedade capitalista.

A obra de Max Weber, em quem a sociologia acadêmica buscou sua fundamentação mais abrangente, integrou todas as vertentes precedentes, num diálogo de oposição, geralmente implícito, com Marx, que era até o século XX um autor quase totalmente ignorado pela

¹⁵⁷ David Priestland. *A Bandeira Vermelha*. A história do comunismo. São Paulo, Leya, 2012, p. 23.

¹⁵⁸ O positivismo comtiano formulou uma “lei dos três estados”. O entendimento humano teria passado por três estágios: 1) Teológico: o ser humano explica a realidade por meio de entidades supranaturais (os “deuses”), buscando respostas às questões básicas da existência; 2) Metafísico: no lugar dos deuses há entidades abstratas para explicar a realidade: “o Éter”, “o Povo”, etc. Continuava-se a procurar responder a questões básicas procurando o absoluto, a busca da razão e destino das coisas; 3) Positivo: etapa final e definitiva, não se busca mais o “porque” das coisas, mas o “como”, por meio da descoberta e do estudo das leis naturais, ou seja, das relações constantes de sucessão ou de coexistência. A imaginação subordina-se à observação e busca-se apenas o que é observável e concreto. No *Discurso sobre o Espírito Positivo* (1848), Comte afirmou que ele seria maior e mais importante que a cientificidade, na medida em que esta abrange apenas questões intelectuais e aquele compreende, além da inteligência, também os sentimentos (a subjetividade) e as ações práticas. No *Sistema de Política Positiva* (1854) Comte instituiu sua “Religião da Humanidade”. As religiões do passado eram, para ele, apenas formas provisórias da única e verdadeira religião, a religião positiva; aquelas não se caracterizavam basicamente pelo sobrenatural, mas pela busca da unidade moral humana. A nova religião apresentava um novo conceito do “Ser Supremo” concebido pela Revolução Francesa em seu momento mais radical.

¹⁵⁹ Apud Karl Korsch. *Karl Marx*. Barcelona, Folio, 2004.

¹⁶⁰ Perry Anderson. *La Pensée Tiède*. Un regard critique sur la culture française. Paris, Seuil, 2005.

universidade e pela academia em geral (com as exceções de praxe, como a crítica do economista acadêmico austríaco Eugen Böhm-Bawerk à lei do valor de Marx, criticada por sua vez pelo marxista Rudolf Hilferding); um autor contemporâneo chamou Max Weber de “Marx da burguesia”.¹⁶¹ Caberia qualificar *in toto* todo este desenvolvimento de “vulgar”, tal como Marx fizera com a economia neoclássica? Certos desenvolvimentos filosóficos, como o pragmatismo e o utilitarismo, deram a base epistemológica para a transformação “marginalista”, que Marx chamou de “vulgar”, da economia. Mas isso não é simplesmente generalizável.



Max Weber

Desde o seu início no último quartel do século XIX, a tradição das “ciências sociais” - na longa linhagem que passa por Comte, Durkheim, Weber, e depois Talcott Parsons e Claude Lévi-Strauss - defendeu a existência de um ponto ideal a partir do qual o investigador poderia estudar imparcial e objetivamente os fenômenos sociais, com a condição de liberar-se das noções e prejuízos devidos a sua educação e origem social. Para a crítica marxista, isso seria, na melhor das hipóteses, “algo comparável à cosmologia matemática antes da teoria da relatividade. As disciplinas chamadas ‘ciências sociais’ produziram saberes fragmentários consideráveis, mas suas teorias globais continuaram delimitadas pelo horizonte das sociedades existentes e tributárias da ideologia que garante sua sustentação... A pretendida conciliação entre ciências sociais e marxismo é comparável ao casamento da água com o fogo, que só pode resultar na extinção do fogo. Com o marxismo é possível integrar os saberes fragmentários das ciências sociais, enquanto que trabalhando com as ciências sociais é completamente impossível ‘integrar’ o marxismo... As ‘ciências sociais’ nasceram do esforço histórico da burguesia para estender os métodos da ciência matemática da natureza aos fenômenos humanos. Não é possível compreender seus limites senão a partir da ideologia do Século das Luzes. Diante das ‘ciências sociais’, tributárias, na sua sistematização global, da tradição especulativa, isto é, da ideologia dominante, o marxismo tornou possível o acesso à ciência, sob a condição de ser compreendido como unidade viva da teoria (materialismo histórico) e da prática (luta de classes)”.¹⁶²

No quadro da organização capitalista da sociedade e suas instituições, as ciências humanas acadêmicas foram pressionadas para a busca de uma “tecnologia social”, oriunda da pesquisa

¹⁶¹ Julian Freund. *Sociologia di Max Weber*. Introduzione al “Marx della borghesia”. Milão, Alberto Mondadori, 1968. Max Weber reconheceu, muito de passagem, sua dívida para com Marx a respeito do vínculo entre economia e história.

¹⁶² Pierre Fougereyrolas. *Sciences Sociales et Marxisme*. Paris, Payot, 1979, pp. 11 e 16. O mesmo autor produziu uma crítica de conjunto das ciências humanas contemporâneas: *L’Obscurantisme Contemporain*. Lacan, Lévi-Strauss, Althusser. Paris, SPAG-Papyrus, 1983.

sociológica, econômica, antropológica, política, histórica, e até filosófica,¹⁶³ o que foi evidente na economia, “que multiplicou trabalhos sobre a economia do crime, do casamento, educação, suicídio, meio ambiente ou bibelôs (que) apenas indicam que a economia é hoje encarada como disciplina universal de serviços, e não que ela possa compreender o que faz a humanidade no seu cotidiano de vida, ou como se transformam suas atividades”.¹⁶⁴ Nesse destino comum a todas as ciências institucionalizadas, as “humanidades” se distinguiram, porém, pelo seu conflito latente ou explícito com a ideologia dominante.¹⁶⁵ A teoria marxista, nesse quadro, ganhou destaque crescente, polêmico e incontornável.

¹⁶³ Cf: Murray Leaf. *Uma História da Antropologia*. Rio de Janeiro/São Paulo, Zahar/Edusp, 1981; Paul Mercier. *História de la Antropologia*. Barcelona, Península, 1989.

¹⁶⁴ Eric J. Hobsbawm. *Historiadores e economistas. Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 2013, p. 153, O autor acrescenta: “Divorciada da história, a economia é um navio desgovernado e os economistas não têm muita noção de para onde o navio navega”.

¹⁶⁵ “As ciências sociais, e certamente a sociologia, raramente foram institucionalizadas como as ciências naturais, e mesmo até onde chegaram, os cientistas sociais pareceram muito mais capazes de resistir à pressão que seus colegas. Num dos casos, o discordante é ignorado e não recompensado. No outro, ele é aplaudido e respeitado” (Geoffrey Hawthorn. *Iluminismo e Desespero*. Uma história da sociologia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 17).

5. O MATERIALISMO HISTÓRICO

Não é a História, mas os seres humanos vivos os que têm posses, agem e travam batalhas. Não existe uma entidade independente chamada História, que usa a humanidade para alcançar seus objetivos; a história é apenas a atividade proposital dos seres humanos (Karl Marx e Friedrich Engels, **A Sagrada Família, 1845**)

Temos de começar por constatar a primeira premissa de toda a existência humana e, portanto, também, de toda a história, a premissa de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem "fazer história". Mas da vida fazem parte, sobretudo, comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos. Assim, a primeira coisa a fazer em qualquer concepção da história é observar este fato fundamental em todo o seu significado e em toda a sua dimensão, e atribuir-lhe a importância que lhe é devida... A própria primeira necessidade satisfeita, a ação da satisfação e o instrumento já adquirido da satisfação, conduz a novas necessidades - e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico (Karl Marx e Friedrich Engels, **A Ideologia Alemã, 1845**)

É tão incorreto acusar a concepção materialista da história de 'parcialidade', quanto criticar os físicos pela sua 'parcialidade' ao reduzir os diversos movimentos dos corpos animados e inanimados à lei da gravidade, sem levar em conta as mudanças provocadas por fatores secundários. Da mesma maneira que as leis da física devem à sua 'unilateralidade' o fato de poderem ser aplicadas na tecnologia, as 'leis' que regem as conexões entre os diversos setores da vida social, que os pesquisadores materialistas descobriram, e que lhes serviram como princípios heurísticos nas suas análises empíricas (históricas) dos fatos sociais, devem justamente ao seu caráter unilateral o fato de serem aplicáveis teórica e praticamente (...) essa qualidade particular, a 'unilateralidade', é inerente a toda teoria nova e revolucionária, destinada a fazer época (Karl Korsch, **Karl Marx, 1938**)

A razão universal, mas abstrata, de Saint-Just e Rousseau, foi substituída no pensamento alemão por uma noção menos artificial, mas também mais ambígua, o universal concreto. A razão, até lá, voava sobre os fenômenos que se referiam a ela; doravante ela ficava incorporada ao fluxo dos acontecimentos históricos, que ela esclarecia ao mesmo tempo em que eles lhe forneciam um corpo (Albert Camus, **L'Homme Révolté, 1951**)

Não é possível nenhuma discussão séria da história que não se reporte a Marx ou, mais precisamente, que não parta de onde ele partiu. E isso significa, basicamente, uma concepção materialista da história (Eric J. Hobsbawm, **Sobre História, 1984**)

A crítica histórica marxista teve como precondição a evidenciação das contradições econômicas e sociais da sociedade burguesa. Antes disso, os aspectos críticos e materialistas da filosofia e da teoria social moderna tinham (até, pelo menos, meados do século XIX) um caráter fragmentado e empírico. Eles atingiram um estatuto teórico independente e coerente com a formulação do *materialismo histórico*, método de investigação que resultou do trabalho comum de Karl Marx e Friedrich Engels, focado na compreensão e explicação da natureza da história e da sociedade, especialmente os motivos e causas históricas das grandes transformações sociais. Essa questão orientou uma sistemática colaboração intelectual e política entre eles. Sem a formulação de um fundamento teórico próprio, a crítica anticapitalista não poderia propor uma alternativa social e histórica *real*: o materialismo histórico visou preencher essa função.

O seu núcleo teórico se constituiu a partir da premissa de que os homens produzem a si mesmos à medida que produzem socialmente as condições de suas vidas, dando a essa consideração o status teórico de que carecia até esse momento. A expressão "materialismo histórico" nunca apareceu na obra de Marx; só veio a ser usada por Engels, na fase final de sua vida, para a doutrina que até então era só chamada pelos seus fundadores de "nova teoria": "O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual" era seu conceito central. Engels o resumiu: "As causas profundas de todas as

transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na ideia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca”.

Essa formulação constituía um itinerário original de estudo e pesquisa da história da humanidade: “A primeira premissa de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a se constatar é, portanto, a organização física destes indivíduos e a relação que existe com o resto da natureza... Toda historiografia tem de partir destas bases naturais e de sua modificação ao longo da história pela ação dos homens. Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião - por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os seus meios de vida, passo este que é condicionado pela sua organização física. Ao produzirem seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material”.

“O modo como os homens produzem seus meios de vida depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir. Este modo de produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já de uma forma determinada da atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimirem sua vida, de um determinado modo de vida dos mesmos. Como exprimem a sua vida, assim os indivíduos são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, com o que produzem e também com como o produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção. Esta produção só surge com o aumento da população. Ela própria pressupõe um intercâmbio [*Verkehr*] dos indivíduos entre si. A forma deste intercâmbio é, por sua vez, condicionada pela produção”.¹⁶⁶

Sobre essa base epistemológica, a história e seu estudo mudavam seu foco. Com a produção de ferramentas, o homem transpôs as fronteiras de seu próprio corpo biológico e começou a deixar na natureza a marca de sua mão (trabalho). A natureza se tornou assim “antropomórfica”, o segundo corpo ou “corpo inorgânico” do homem. O trabalho constituiu-se como mediador do metabolismo entre o homem e a natureza, fundamento da própria existência humana diferenciada. A formação de um excedente do produto do trabalho, depois de cobrir os gastos de sustentação do próprio trabalho e permitir a constituição e o crescimento, com base nesse excedente, de um fundo social de produção e reserva, passou a ser considerado o fundamento de todo progresso social, político e intelectual: “Na história, até hoje, esse fundo social vem sendo patrimônio de uma classe privilegiada que possui, com ele, o poder político e a direção espiritual da sociedade”.

O sobreproduto social foi produto da exploração do trabalho alheio e não o contrário: essa exploração do trabalho de outrem foi, por isso, a base do progresso econômico da humanidade. Seu produto histórico foi o *Estado*. Em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e o Estado* Engels analisou, para a Grécia antiga, a passagem da sociedade gentílica para a dominação de classe, transformação realizada entre o XII e o VIII séculos A.C.¹⁶⁷ As formas (privadas ou estatais) de apropriação do trabalho excedente foram qualitativamente diferentes nas diversas etapas históricas, devido aos diversos patamares da produtividade social, dependentes por sua vez do grau de desenvolvimento da força produtiva do trabalho.

Numa etapa de baixa produtividade do trabalho social, seria impossível a existência de uma renda excedente importante e regular para sustentar uma classe ociosa que não colaborasse com a produção, a menos que se baseasse na compulsão dos produtores. A sociedade escravocrata baseou-se nessa compulsão. Numa sociedade predominantemente agrícola, as

¹⁶⁶ Karl Marx e Friederich Engels. *A Ideologia Alemã*, ed. cit.

¹⁶⁷ É a era descrita nos poemas homéricos, que a filologia tentou dificultosamente situar na história: o contexto explícito da *Ilíada* é micênico, mas a descrição feita por Homero do armamento de Aquiles mostrava uma sociedade ulterior, dotada de dinheiro, direito, agricultura intensiva e outras características não próprias dessa época.

relações sociais decisivas estão vinculadas à posse da terra. Na medida em que a divisão do trabalho e as trocas estavam pouco desenvolvidas, o trabalho excedente era apropriado de maneira direta, como obrigação pessoal do servo para com o seu senhor, ou sob a forma de uma parte do produto entregue pelo camponês, como tributo em espécie, ao mesmo senhor (feudalismo).

Os princípios do materialismo histórico foram formulados em polêmica com a filosofia idealista alemã de seu tempo, tributária do sistema hegeliano. Os temas de investigação priorizados por Marx e Engels estiveram diretamente relacionados com a questão da transformação social e com suas próprias experiências vividas nas revoluções do século XIX. Antes, porém, eles criticaram não só o idealismo filosófico, mas também o materialismo puramente teórico (representado na crítica do sistema hegeliano realizada por Ludwig Feuerbach), lhe opondo a *práxis revolucionária*, ou "materialismo prático" (ativo): "Na realidade, para o materialista prático, isto é, *para o comunista*, trata-se de revolucionar o mundo existente, de atacar e transformar na prática as coisas que encontra no mundo. Se em Feuerbach, por vezes, se encontram tais ideias, a verdade é que estas nunca vão além de conjeturas isoladas e têm uma influência demasiado reduzida no seu modo geral de ver para que possam ser consideradas algo mais do que embriões capazes de se desenvolverem. A "concepção" de Feuerbach do mundo sensível limita-se, por um lado, à mera contemplação deste, e, por outro, à mera sensação; ele diz "o Homem" em vez de os "homens históricos reais"¹⁶⁸.

A explícita identidade *de classe* do materialismo histórico o distinguiu e distanciou das teorias que postulavam uma atitude neutra na produção do conhecimento, dotando-o de uma crítica do capitalismo e também das teorias positivistas que dominaram a historiografia e a filosofia da segunda metade do século XIX. Isso, associado à contribuição ativa de Marx e Engels na formulação do programa e da organização da revolução proletária, pesou para que sua teoria impactasse muito mais nos movimentos socialistas e operários do que na academia e os círculos intelectuais de seu tempo. O surgimento da teoria do materialismo histórico moderno, por outro lado, não deveu nada ao acaso; vinculou-se, ao contrário, com a profunda crise social que percorria à Europa, expressa no surgimento do proletariado como classe socialmente diferenciada e militante e com as revoluções de 1848. Captando o caráter social e histórico da crise que dilacerava a sociedade burguesa, a crítica marxista firmou-se como *teoria da revolução social*, e por ter abarcado todos os campos (econômico, filosófico, social, político) em que essa crise se manifestava, a nova teoria pôde se constituir como científica.

Seu ponto de partida foi assim resumido por Engels: "O fato evidente de que os homens, antes do mais, comem, bebem, se alojam e se vestem e que devem trabalhar antes de poder lutar pelo poder, se ocupar de política, de religião e de filosofia, esse fato manifesto, até hoje completamente negligenciado, enfim obteve seu lugar na história"; "A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, como da alheia, na procriação, surge imediatamente como uma dupla relação: por um lado como relação natural, por outro como relação social, no sentido em que se entende a cooperação de vários indivíduos seja em que circunstância for e não importa de que modo e com que fim. Dai resulta que um determinado modo de produção, ou fase industrial, está sempre ligado a um determinado modo da cooperação, ou fase social, e este modo de cooperação é ele próprio uma "força produtiva"; e que a quantidade das forças produtivas acessíveis aos homens condiciona o estado da sociedade e, portanto, a "história da humanidade" tem de ser sempre estudada e tratada em conexão com a história da indústria e da troca"¹⁶⁹.

¹⁶⁸ *Idem.*

¹⁶⁹ Ou, ainda: "A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas sociais, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz ou pelo modo de trocar os seus produtos" (*Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*).

O caminho que levou até essas formulações não foi simples. Tornou-se moeda corrente afirmar que o marxismo foi o herdeiro crítico do desenvolvimento precedente da filosofia e da teoria social e política; somente apoiando-se nas conquistas teóricas e culturais já realizadas, a nova teoria poderia desenvolver-se de uma forma científica, e é por isso que seus primeiros representantes não poderiam ter surgido da classe operária e sim da *intelligentsia* burguesa dilacerada pela crise ideológica da sociedade.

O que veio a ser chamado de *marxismo* não foi a continuidade linear desse desenvolvimento cultural, mas sua continuidade pela oposição crítica, conservando, ao mesmo tempo, seus elementos crítico-científicos, e operando sua “superação” mediante a exposição positiva dos novos princípios. Sucintamente, as etapas percorridas pela crítica marxista (que são, ao mesmo tempo, outras tantas etapas cumpridas na construção da nova teoria) foram: a crítica da religião de um ponto de vista filosófico; a crítica da filosofia de um ponto de vista político; a crítica da política de um ponto de vista econômico e, enfim, a crítica da economia política. Essas “etapas” apenas têm valor esquemático para indicar o matiz dominante, já que na *démarche* do próprio Marx sobrepuseram-se permanentemente: têm valor também para indicar o caminho que assentou os fundamentos da nova teoria. Na *Introdução à Crítica da Economia Política* (de 1857), Marx apresentou os resultados mais gerais da sua indagação, na exposição breve mais célebre de sua teoria, que merece ser citada *in extenso*, pelo seu caráter de chave sintética para compreender a nova abordagem teórico-metódica da história:

Minhas investigações conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas nem pela evolução geral do espírito humano; estas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais da existência, que Hegel, a exemplo dos franceses e ingleses do século XVIII, entende, em conjunto, como “sociedade civil”, e que a anatomia da sociedade civil deve ser procurada, por sua vez na *economia política* [...]. O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de suas vontades, relações de produção que correspondem a um grau de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas determinadas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona, em geral, o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o ser social, mas ao contrário, o ser social que determina a sua consciência. Num certo estágio do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, a que nada mais é que a expressão jurídica destas relações, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até então desenvolvido. As relações de produção se transformam de formas de desenvolvimento das forças produtivas, em entraves a este desenvolvimento. Abre-se então uma época de revolução social. A modificação na base econômica transtorna, mais ou menos rapidamente, toda a enorme superestrutura.

Quando se consideram tais transformações, é preciso distinguir sempre entre a transformação material – que se pode constatar de maneira cientificamente rigorosa – das condições econômicas da produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim. Do mesmo modo que não se julga um indivíduo pela ideia que faz de si mesmo, não se pode julgar uma época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. Ao contrário, é preciso explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma formação social jamais desaparece sem que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que ela tem a capacidade de conter; jamais as relações de produção novas e superiores substituem as antigas, antes de as condições de existência material destas relações se terem esgotado no próprio seio da velha sociedade.

Esta a razão porque a humanidade não se propõe senão os problemas que pode resolver,

pois, ao se fazer uma análise mais de perto, verifica-se sempre, que o próprio problema surgiu exatamente onde já existiam condições materiais para a sua resolução ou, pelo menos, elas estavam em vias de existir. Em grandes traços, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno, podem ser qualificados como épocas progressivas da formação social econômica. As relações de produção burguesa são a última forma contraditória do processo de produção social, contraditória não no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos; porém, as formas produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esta contradição. Com esta formação social, termina a pré-história da sociedade humana.

A formulação proposta por Marx situava a era do capital em sua historicidade. Isto implicava também a formulação de um novo princípio heurístico para o estudo da história humana em geral: “Marx se preocupou em estabelecer o mecanismo geral de todas as transformações sociais, isto é, a formação das relações sociais de produção que correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das forças produtivas materiais; o desenvolvimento periódico de conflitos entre as forças produtivas e as relações de produção; as ‘épocas de revolução social’, em que as relações de produção se ajustam novamente ao nível das forças produtivas. Esta análise geral não implica nenhuma formulação sobre períodos históricos específicos nem sobre relações de produção e forças produtivas concretas. Assim, a palavra ‘classe’ nem sequer é mencionada [no texto citado acima], na medida em que as classes são apenas casos especiais das relações sociais de produção em períodos históricos específicos, embora, de certo, muito longos. A única referência a formações e períodos históricos consiste em uma breve e não explicada nem justificada relação de ‘épocas no progresso da formação econômica da sociedade’, expressas como os modos de produção ‘asiático antigo, feudal e burguês moderno’, este último representando a forma antagonista final do processo social de produção”.¹⁷⁰

Como considerar, nesse quadro, a consciência e a cultura humanas, ou seja, as questões ditas “espirituais” (ou “não materiais”)? Significaria uma declaração de inutilidade ou de futilidade das chamadas “ciências do espírito”? Deixemos, novamente, os fundadores da teoria com a palavra: “O “espírito” tem consigo de saída a maldição de estar “preso” à matéria, que nos surge na forma de camadas de ar em movimento, de sons, numa palavra, da linguagem. A linguagem é tão velha como a consciência - a linguagem é a consciência real prática que existe também para outros homens e que, portanto, só assim existe também para mim, e a linguagem só nasce, como a consciência, da necessidade, da carência física do intercâmbio com outros homens. Onde existe uma relação, ela existe para mim, o animal com nada se “relaciona”, nem sequer se “relaciona”. Para o animal, a sua relação com outros *não existe como relação*. A consciência é, pois, logo desde o começo, um produto social, e continuará a sê-lo enquanto existirem homens. A consciência, naturalmente, começa por ser apenas consciência acerca do ambiente sensível imediato e consciência da conexão limitada com outras pessoas e coisas fora do indivíduo que se vai tornando consciente de si; é, ao mesmo tempo, consciência da natureza, que a princípio se opõe aos homens como um poder completamente estranho, todo-poderoso e inatacável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e pelo qual se deixam amedrontar como os animais; é, portanto, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural)”.

Ora, “a religião natural ou essa determinada relação com a natureza é condicionada pela forma de sociedade e vice-versa. Aqui, como em toda a parte, também se manifesta tanto a identidade de natureza e homem que a relação limitada dos homens com a natureza condiciona a sua relação limitada uns com os outros, e a sua relação limitada uns com os outros condiciona a sua relação limitada com a natureza, precisamente porque a natureza mal está ainda historicamente modificada; e, por outro lado, a consciência da necessidade

¹⁷⁰

Eric J. Hobsbawm. *Como Mudar o Mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

[*Notwendigkeit*] de entrar em ligação com os indivíduos à sua volta é o começo da consciência do homem de que vive de fato numa sociedade. Este começo é tão animal como a própria vida social dessa fase, é mera consciência de horda, e o homem distingue-se aqui do carneiro apenas pelo fato de a sua consciência lhe fazer as vezes do instinto, ou do seu instinto ser consciente. Esta consciência de carneiro, ou tribal, recebe o seu desenvolvimento e formação posterior do aumento da produtividade, da multiplicação das necessidades e do aumento da população que está na base desta e daquele.

“Desse modo se desenvolve a divisão do trabalho, que originalmente nada era senão a divisão do trabalho no ato sexual, e depois a divisão espontânea ou "natural" do trabalho em virtude da disposição natural (por exemplo, a força física), de necessidades, acasos, etc. A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão do trabalho material e espiritual. A partir deste momento, a consciência pode realmente dar-se à fantasia de ser algo diferente da consciência da práxis existente, de representar realmente alguma coisa sem representar nada de real - a partir deste momento, a consciência é capaz de se emancipar do mundo e de passar à formação da teoria "pura", da teologia, da filosofia, da moral, etc., "puras". E, mesmo quando esta teoria, teologia, filosofia, moral, etc., entram em contradição com as relações vigentes, isso só pode acontecer pelo fato das relações sociais vigentes ter entrado em contradição com a força de produção existente”.¹⁷¹

O ponto de partida histórico materialista consiste em considerar o homem social como parte destacada da natureza, e ainda parte dela; o homem é, antes do mais, um animal, a história humana é parte da história natural. Sua particularidade específica, que o diferencia dos outros animais é o *trabalho*. O homem é, em primeiro lugar, um animal que trabalha. Esta especificidade, porém, não é senão um aspecto da própria natureza: sob esse ângulo, o estudo da história humana encontra sua fronteira fluída com o estudo biológico da evolução das espécies e com o estudo da chamada “pré-história humana”. Através do trabalho social, o homem produz e reproduz a si próprio como ser social.

Na fase histórica burguesa, essa reprodução social se realiza como momento da *reprodução do capital*.¹⁷² Seu direcionamento e finalidades sociais se manifestam (aparecem) como vontade e prática do capital. A crítica social realizada com essa base metodológica devia começar necessariamente pela forma mais abstrata e sublimada da cultura humana, através da qual o homem se auto-excluiu da história natural, a saber, a religião: “A crítica da religião é a condição primeira de toda crítica”, escreveu Marx na *Crítica da Filosofia do Direito* de Hegel (1843). Marx e Engels aprofundaram a abordagem materialista da religião já realizada por Ludwig Feuerbach, com o qual tomaram inicialmente partido em favor do materialismo. O

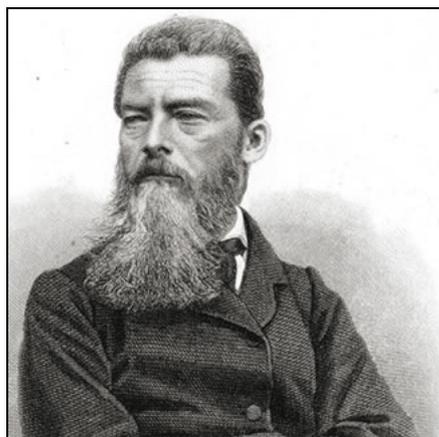
¹⁷¹ Karl Marx. *A Ideologia Alemã*, ed. cit. No século XX, a obra de Michel Foucault buscou fazer uma história de tudo aquilo que nos cerca e nos parece essencial e sem história – os sentimentos, a moral, a verdade etc.. Esses elementos aparentemente universais ou imunes à passagem do tempo são contingências históricas, coisas que foram criadas em um dado momento, em circunstâncias precisas. Sem dizê-lo explicitamente, há uma convergência com as observações de Marx acerca das ideologias. Foucault, porém, analisa os mecanismos da opressão-exploração da “era clássica” (e do presente), assim como as formas e os meios de seu ocultamento-internalização social, sem remete-los a uma classe social determinada, mas como meios de sustentação de um igualmente indeterminado (do ponto de vista de classe) “poder”, com seus correspondentes “micropoderes”, pressupondo uma dispersão do poder por todas as instâncias da sociedade. Autores contemporâneos propuseram que a “microfísica do poder” foucaultiana poderia dar consistência (ou coerência) política às análises econômicas de Marx (através da sua análise do disciplinamento dos corpos ao trabalho assalariado) que seriam seu lastro material (Pierre Dardot; Christian Laval. *La Nouvelle Raison du Monde*. Essai sur la société néolibérale. Paris, La Découverte, 2010). Segundo Étienne Balibar: “Os procedimentos disciplinares fazem crescer a utilidade dos corpos neutralizando sua resistência e, mais geralmente, permitindo a unificação dos dois processos de acumulação dos homens e de acumulação do capital. A ‘disciplina’ e o ‘micropoder’ vêm inserir-se exatamente no ponto do ‘curto-circuito’ operado por Marx entre a economia e o político, a sociedade e o Estado, em sua análise do processo de produção (permitindo assim conferir-lhe a consistência de uma ‘prática’)”.

¹⁷² Roberto Fineschi. Concetti hegeliani e materialismo storico. *La Contraddizione* nº 140, Roma, julho-setembro 2012.

ataque de Feuerbach à religião sustentava que a *Essência do Cristianismo* (o título de sua obra principal) não devia ser procurada nos céus, mas no próprio homem, cuja religião não era senão o reflexo “alienado” de sua própria existência realmente alienada no seio da natureza, fora da qual nada existe.

Ludwig Feuerbach antecipava grande parte do “segundo momento” da crítica, ao afirmar que a filosofia não era outra coisa que a religião posta sob a forma de ideias, embora ele próprio permanecesse, ao mesmo tempo, prisioneiro da filosofia (“O que me desagrade em Feuerbach é que fala demasiado de filosofia e demasiado pouco de política”, escreveu o jovem Karl Marx). O erro (ou incompletude) do método de Feuerbach, para Marx, consistia em que seu materialismo tinha um caráter meramente “naturalista”, concebia a natureza como objeto e não como *sujeito*, ou seja, não a concebia “como atividade humana sensorial, como prática” (ou, em termos hegelianos, não concebia a substância como sujeito, como processo interno). Feuerbach concebia o “Homem” abstratamente, como “ser humano em geral” e não concretamente, em sua relação ativa com a natureza através da indústria e do comércio, isto é, mediante sua organização social (“A essência humana... é o conjunto das relações sociais”, escreveu Marx nas suas *Teses sobre Feuerbach*).

Na história da filosofia, o idealismo tinha prevalecido filosoficamente sobre o materialismo por ter atentado para o lado ativo da condição humana: o fundador do movimento idealista na filosofia clássica alemã tinha sido Immanuel Kant, que fundamentou sua teoria do conhecimento sobre o sujeito e não sobre o objeto. O materialismo contemplativo (feuerbachiano), que era sua crítica mais avançada, mantinha-se ainda no plano da abstração. O materialismo prático (ou *dialético*), o materialismo *ativo*, só poderia estar fundamentado na *práxis política de classe*.



Ludwig Feuerbach

A crítica marxiana ao materialismo contemplativo foi concluída em *A Ideologia Alemã*, onde, além de realizar a passagem do “homem em geral” para o “homem social”, Marx resolveu diversamente a contradição religiosa (a contradição entre céu e terra), formulada por Feuerbach, na contradição existente na própria “terra”: “Feuerbach parte do fato da auto alienação religiosa, da duplicação do mundo em religioso e terreno. Seu trabalho consiste em dissolver o mundo religioso em seu fundamento terreno. Mas o fato de que o fundamento terreno se separe de si mesmo para plasmar-se como um reino autônomo que flutua nas nuvens, é algo que só se pode explicar pelo próprio auto dilaceramento e autocontradição desse fundamento terreno. Por conseguinte, é necessário tanto compreendê-lo em sua própria contradição como revolucioná-lo praticamente. Assim, por exemplo, uma vez descoberto que a família terrestre é o segredo da família sagrada, deve ser aniquilada teórica e praticamente a primeira”.

Nas *Teses sobre Feuerbach*, Marx situou por isso na “prática revolucionária” a categoria central da crítica teórica e social: “Feuerbach não compreende a importância da atividade

‘revolucionária’, da atividade ‘crítico-prática’ (...) *Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo*”. Marx e Engels já identificavam socialmente, nessa altura (1845), os executores da “crítica revolucionária”, os agentes da “transformação do mundo”, que não seriam os filósofos (nem a filosofia), mas “os operários comunistas de Manchester e Lyon e as associações por eles criadas”.¹⁷³ Se todas as contradições “celestiais”, “ideológicas” e jurídicas remetiam à contradição da vida social dos homens, não era na teologia, na filosofia ou no direito onde os verdadeiros agentes da revolução encontrariam as armas teóricas para cumprir sua tarefa, mas na “anatomia da sociedade civil”: a teoria marxista, que já adotara conscientemente o ponto de vista do proletariado, encontrou nesse momento, com perfeita lógica, sua base material e científica na *crítica da economia política*.

A importância da passagem da crítica da filosofia para a crítica da política e da economia política, realizada com *Trabalho Assalariado e Capital* e *Miséria da Filosofia* (trabalhos de 1847), e concluída em *O Capital* (publicado em 1867), consistiu em que esse redirecionamento teórico coincidiu historicamente com a passagem histórico-política da revolução burguesa jacobina (do idealismo revolucionário em geral), que tinha pretendido resolver as questões sociais e satisfazer as necessidades dos trabalhadores *sub specie rei publicae*, para a ação independente do proletariado moderno. Na crítica da economia política se encontravam explicitadas tanto as raízes da opressão que sofria, como a via não menos específica de sua emancipação, e considerando todas as outras formas de ação social (inclusive a política) como meios subordinados à sua ação *econômica* (isto é, sua ação na esfera da produção).

Analisando teoricamente todas as contradições da sociedade burguesa, concentrando-as na contradição inerente à mercadoria, fundamentando essa contradição não na propriedade privada em geral, mas no caráter “despossuído” do trabalho assalariado, expondo a “lei do movimento” da sociedade moderna, enfim, sustentando a crítica à “ideologia” contida nas formas da vida social e intelectual no caráter fetichista da mercadoria, a nova crítica da economia política ou “economia política da classe operária” (como em algum momento Marx a chamou) construiu uma base científica para a ação operária contra o capitalismo e pela propriedade social dos meios de produção.

Essa crítica de todas as determinações da sociedade burguesa pôde ser realizada por Marx devido a duas condições. A crítica marxista à sociedade burguesa (que abrangeu desde as formas mais “elevadas” da ideologia religiosa ou filosófica e da superestrutura jurídico-política, até a “base” econômica) não se cumpriu como uma aproximação progressiva da “verdade” que residiria, em última instância, na base econômica, mas como momentos de uma unidade, como crítica da totalidade da vida social; ademais, não rejeitou simplesmente os resultados anteriores da investigação científica em cada um destes campos, mas os “superou” criticamente conservando seus conteúdos realistas (objetivamente revolucionários) graças ao seu esforço voltado para a caracterização histórica da sociedade burguesa, analisando em sua gênese e desenvolvimento as tendências que conduziam ao seu desaparecimento.

Cumprir essa tarefa só foi possível graças ao *método dialético* que, quanto à sua *forma*, havia sido desenvolvido por Hegel na sua *Lógica* e na *Fenomenologia do Espírito* (a análise do desenvolvimento através de suas contradições inerentes, da transformação da quantidade em qualidade, dos saltos qualitativos, do domínio do todo sobre as partes). O atraso e as contradições do desenvolvimento capitalista da Alemanha (em relação à França e à Inglaterra), eivando de contradições sua vida econômica e social (contradição entre o relativamente elevado desenvolvimento da indústria capitalista nas cidades e a sobrevivência de formas de propriedade pré-capitalistas no campo, e entre formas antigas e modernas de organização política) facilitou o surgimento de uma teoria social baseada na *contradição*: “Foi graças a sua ligação com Hegel que o novo materialismo proletário pode apropriar-se da soma do

¹⁷³

Karl Marx e Friedrich Engels. *A Sagrada Família*. São Paulo, Boitempo, 2010.

pensamento social burguês tal como tinha se desenvolvido no período precedente. Conseguiu-o sob a forma do antagonismo, da mesma maneira em que, na mesma época, o movimento social da classe burguesa foi prolongado pela ação política do proletariado”.¹⁷⁴

O princípio metodológico da *dialética* se originou na filosofia clássica grega desde o V século A.C.,¹⁷⁵ como método para se chegar ao conhecimento a partir da análise da realidade considerada em sua totalidade e em sua mudança constante, e no confronto de opostos como seu motor de desenvolvimento, e também como princípio cognitivo (*omnis determinatio est negatio*: Spinoza), o princípio de que o único invariável é o próprio *movimento*, oposto às concepções fixistas, metafísicas ou escolásticas, que dominaram a filosofia *ocidental* por longos séculos. A análise do movimento da totalidade do real a partir de suas contradições ganhou vigor e complexidade nos séculos XVII e XVIII,¹⁷⁶ na era de mudanças radicais que alumbrou o nascimento da sociedade burguesa, especialmente na filosofia clássica alemã, até atingir sua formulação mais completa em Hegel.

A lógica dialética - formulada por Hegel com o intuito de compreender e expressar o mundo real, em constante contradição, transformação e evolução - é a lógica do movimento, que não admite fórmulas fixas nem mesmo para si: “As leis e ideias da dialética, por mais precisas e claramente delineadas que estejam, nunca podem ser mais que aproximadamente corretas. Não podem ser universais e eternas. Dado que a dialética refere-se a uma realidade sempre em transformação, complexa e contraditória, suas fórmulas têm limitações intrínsecas”. Isso não significava que a dialética não estivesse sujeita a leis que pudessem ser formuladas em termos claros; significava apenas que, na medida em que para a dialética “a verdade sempre é concreta... ela se mostra melhor em conexão com a análise de questões concretas em campos de experiência específicos e através destes”.¹⁷⁷ A Revolução Francesa foi a expressão histórica mais completa das mudanças sociais e políticas em curso: “Nossa filosofia alemã não é senão o sonho da Revolução Francesa”, resumiu Heinrich Heine em 1831.

Numa era revolucionária, o próprio conceito também deveria sê-lo para exprimi-la, e isso foi o que deu base ao pensamento dialético contemporâneo: “A verdadeira importância e o caráter revolucionário da filosofia hegeliana [reside em que] todos os Estados históricos sucessivos são apenas estágios transitórios do curso infinito do desenvolvimento da sociedade humana, que parte do inferior para o superior. Em relação [à dialética] nada é final, absoluto, sagrado”.¹⁷⁸ A base da dialética marxista não era, porém, o desenvolvimento da “ideia”, como o fora na sua formulação hegeliana, mas o desenvolvimento *material*, isto é, o desenvolvimento histórico-natural do *real*. Em Hegel, o princípio dinâmico (o método dialético) se enclausurava finalmente no *sistema* que arrematava sua filosofia, eliminando (ideal ou imaginariamente) as contradições do real: “Em todos os filósofos, é precisamente o ‘sistema’ o perecível, pela simples razão de que surge de um eterno desejo do espírito humano: o de superar todas as

¹⁷⁴ Karl Korsch. *Dialettica e Scienza nel Marxismo*. Bari, Laterza, 1974.

¹⁷⁵ Diz Hegel, no final da *Ciência de Lógica*, que foi Platão quem originou a dialética, e, nas suas *Lições sobre a História da Filosofia* (em citação livre de Hector Benoit): a dialética é uma ciência cujas formas platônicas vagaram por mais de dois mil anos baldias e incompreensíveis. Hegel as retomou dessa travessia. Elas estão também presentes em Spinoza, embora não de modo explícito.

¹⁷⁶ Novamente Spinoza: “Em primeiro lugar, devemos conceber a ideia geral de tudo o que é ou pode ser, para depois examinar os diversos aspectos que assume esse Todo”: “Se a ciência de Descartes é mecânica, a de Spinoza é dinâmica tanto no mundo do pensamento, onde as ideias não são innatas, mas nos invadem, com sua própria espontaneidade, como também no reino dos corpos extensos, aos quais Descartes negou força espontânea de movimento; para Spinoza, ao contrário, só adquirimos extensão graças à força que atua neles em estado de repouso ou de movimento” (Carl Gebhardt. *Spinoza*. Buenos Aires, Losada, 1977, p. 47). A categoria de *totalidade* e de sua dinâmica *intrínseca* é a premissa metodológica do pensamento dialético (cf. Györg Lukács. *¿Que es marxismo ortodoxo? Historia y Conciencia de Clase*. México, Grijalbo, 1968). Para Hegel, “a verdade é o Todo” (*das Wahre ist das Ganze*). O “pai do marxismo russo”, Plekhanov, definiu o materialismo histórico como um “spinozismo expurgado do panteísmo”.

¹⁷⁷ George Novack. *Introducción a la Lógica Dialéctica*. Bogotá, Pluma, 1976, pp. 75-78.

¹⁷⁸ Friedrich Engels. *Socialisme Utopique et Socialisme Scientifique*. Paris, Editions Sociales, 1973.

contradições”.¹⁷⁹

A dialética hegeliana expressou o caráter revolucionário de sua época, ao mesmo tempo em que suas limitações burguesas, que pretendiam fixar (deter) a revolução nos resultados (burgueses) já atingidos: sua superação deveria partir da constatação teórica e empírica da *permanência* da mudança (da vigência da revolução), invertendo, para isso, seu princípio epistemológico, deslocando-o da Ideia (da “Razão”) para o mundo material concreto e suas contradições. Superada a era revolucionária burguesa, a dialética idealista só poderia subsistir como um formalismo historicista absoluto e fechado, que marcou, por exemplo, sua tardia versão italiana, a filosofia de Benedetto Croce, cuja escola se caracterizou por um “historicismo absoluto e, conseqüentemente, uma forma de *totalitarismo mental*”.¹⁸⁰ Croce expulsou da história de Europa todo o que não se encaixasse na sua filosofia progressista da história.¹⁸¹

Não foi arbitrariamente que Marx e Engels fundamentaram na dialética de Hegel não só o método de sua investigação materialista da sociedade, como também a forma mais geral das leis de seu desenvolvimento. Essas leis que, para Hegel, indicavam o desenvolvimento atemporal da Ideia Absoluta, na realidade expressavam o curso do desenvolvimento revolucionário da sociedade, só que de maneira mistificada, “idealista” e abstrata. Não era a forma do desenvolvimento (suas leis), mas o objeto a que pretendiam se referir (não a sociedade humana e seus fundamentos materiais, e sim a “Ideia”), o lado “mistificado” da dialética idealista: “A compreensão não consiste, como pensa Hegel, em reconhecer em toda parte as determinações da noção lógica, mas em conceber *a lógica especial do objeto especial*”.¹⁸² A dialética, a filosofia, só poderia ser instrumento válido de conhecimento quando referida à realidade permanentemente mutante e às suas especificidades (ou “especialidades”).

O aspecto ideológico da teoria hegeliana coexistia com um avanço decisivo na história do pensamento: a constituição de um sistema em que, pela primeira vez, natureza, sociedade e pensamento se encontravam submetidos a uma única investigação e a leis únicas de desenvolvimento. O caráter contraditório do sistema de Hegel tinha por base a natureza revolucionária do avanço científico no alvorecer da época burguesa e também seus limites de classe: “A filosofia clássica alemã tentou, de maneira mística e abstrata, ultrapassar intelectualmente os limites do pensamento burguês. Como a lei do valor de Ricardo, o ‘método dialético’, elaborado no mesmo período revolucionário da sociedade burguesa, ultrapassava esta por suas conseqüências (do mesmo modo que o movimento revolucionário prático da burguesia superava em parte, em seus objetivos, a sociedade burguesa, enquanto o movimento revolucionário proletário não se constituía ainda como movimento independente)”.¹⁸³

A teoria revolucionária não podia encontrar sua expressão acabada senão na revolução proletária, criticando teoricamente o que esta revolução criticava praticamente. Assim encontrava sua resolução a proposição hegeliana que o jovem Marx tornou sua: “A forma não tem valor se não é a forma do seu conteúdo”. Utilizado para as novas finalidades do novo sujeito do desenvolvimento social (o proletariado), aplicado não à análise do desenvolvimento abstrato da Ideia e sim do desenvolvimento concreto da sociedade, o velho método dialético não podia deixar de revelar seus aspectos conservadores e “glorificadores do existente” (“tudo

¹⁷⁹ Friedrich Engels. *Anti-Dühring*. Buenos Aires, Claridad, 1967.

¹⁸⁰ Carlo Cassola. *La Lezione della Storia*. Milão, Rizzoli, 1978.

¹⁸¹ Benedetto Croce. *Storia d'Europa nel Secolo Decimonono*. Roma, Adelphi, 1993. Croce foi, sucessiva e transitoriamente, socialista, fascista e democrata, e considerou o fascismo como uma “parêntese” da história italiana e europeia, em que esta teria ficado como que suspensa. Cf. Antonio Gramsci. *Il Materialismo Storico e la Filosofia di Benedetto Croce*. Turim, Einaudi, 1953.

¹⁸² Karl Marx. Critique de la philosophie de l'État de Hegel. *Oeuvres Philosophiques*. Paris, Costes, 1948.

¹⁸³ Karl Korsch. *Karl Marx*. Barcelona, Folio, 2004.

o que é real é racional”) e a eliminação deles seria a forma pela qual se expressaria sua “desmistificação” (ou “des-ideologização”) materialista: “Na sua forma racional... ela [a dialética] é um escândalo e uma abominação para as classes dirigentes e seus ideólogos doutrinários, porque na concepção positiva das coisas existentes, ela inclui também a inteligência de sua negação fatal, de sua destruição necessária, porque apreende o próprio movimento do qual toda forma não é senão uma configuração transitória; porque ela é essencialmente crítica e revolucionária”.¹⁸⁴

O “sistema filosófico”, que encontrou sua máxima expressão em Hegel, esgotara já em meados do século XIX sua função progressista. A partir da sua crítica *materialista*, a dialética podia ser emancipada de sua cápsula sistêmica (sistema fechado) idealista, e se transformar em princípio *aberto*. O método dialético *materialista* significa, em primeiro lugar, a especificação *histórica* de todas as relações econômicas e sociais, e a análise de sua dinâmica baseada nas suas contradições: “Quando um marxista demonstra de que modo o camponês livre da época capitalista descende do servo da gleba, e como este, por sua vez, descende do escravo, põe em funcionamento sua dialética; mas quando demonstra como o direito, a política, a sociedade e a literatura da era feudal derivavam-se da economia feudal, veste suas roupas de materialista”.¹⁸⁵ Marx concebeu todas as instituições, relações e circunstâncias da sociedade burguesa na sua particularidade histórica, criticando todas as teorias econômicas e sociais em que esse caráter histórico ficasse diluído. Polemizando com David Ricardo, por exemplo, Marx destacou que esse autor aplicava a ideia especificamente burguesa da renda da terra (*rent*) “à propriedade imobiliária de todos os tempos e de todos os países. Este é o erro de todos os economistas que apresentam como eternas as relações e circunstâncias da produção burguesa”.

A tarefa crítica proposta pela época foi realizada de modo amplo graças a que sua concepção não consistia em uma simples ou simplista análise de todos os fenômenos sociais e intelectuais por sua base econômica, mas em uma compreensão do conjunto da vida social em todas as suas manifestações, que possuía por base analítica a *produção material da vida social*: “A própria história da religião, feita abstração dessa base material, não tem critério; é bem mais fácil encontrar, através da análise, o conteúdo, o núcleo terrestre das *conceptions nuageuses* (nebulosas) da religião, que de fazer evidente pela via invertida como as condições reais da vida se revestem pouco a pouco de uma forma etérea. Mas este é o único método materialista e, em consequência, científico”. A apropriação dos conteúdos científicos das teorias filosóficas precedentes foi possível porque estas não eram apenas um acúmulo de “*conceptions nuageuses*”: sob diversas formas, generalizavam o desenvolvimento das forças produtivas que se operava no terreno da produção material e de sua organização social, e suas consequências.

O desenvolvimento inicial da filosofia burguesa da história era consciente de sua conexão objetiva com a história de seu tempo, ou seja, com a revolução em curso. Para Hegel, com a Revolução Francesa: “O pensamento e o conceito de direito se fizeram valer, e o velho edifício das iniquidades não pôde resistir. No Direito, uma constituição se apresenta, e tudo deveria doravante repousar sobre essa base. Desde que o sol está no céu e os planetas lhe giram ao redor, nada havia sido visto de parecido: o *homem de ponta-cabeça*, confiando na Ideia e emoldurando a realidade com ela... Era um amanhecer magnífico. Todos os seres pensantes celebraram essa época. Uma emoção sublime reinou, o entusiasmo do espírito apropriou-se do mundo, como se só nesse momento se chegasse à verdadeira reconciliação do divino e do mundo”.¹⁸⁶

A relação consciente da filosofia idealista clássica com sua época não era ainda a consciência da sua relação com uma *classe social* determinada. Daí que essa filosofia, que pela sua

¹⁸⁴ Karl Marx. *O Capital*, prefácio.

¹⁸⁵ Michael M. Postan. *Storia e Scienze Sociali*. Turim, Einaudi, 1976.

¹⁸⁶ G.W.F. Hegel. *Lecciones sobre Filosofia de la Historia Universal*. Madri, Revista de Occidente, 1974.

natureza objetiva não podia deixar passar em branco os novos antagonismos de classe (burguesia-proletariado), já perfilados no próprio decurso da revolução burguesa, considerava-os, contudo, como inevitáveis e “naturais” à própria existência social. A especificidade teórica do marxismo foi compreender esses antagonismos, não como naturais e imutáveis, mas como *históricos* e *superáveis* mediante uma revolução não mais só *política* e sim também *social*; revolução que deveria estar dotada de uma teoria conscientemente referida não apenas à sua época, mas também a uma classe social *particular* de sua época.

O desenvolvimento posterior da filosofia só manteve a característica conservadora de sua antecessora revolucionária, eliminando, no curso de seu desenvolvimento, inclusive a referência à sua época progressiva, convertendo-se pouco a pouco em uma especulação, pretensamente a-histórica e atemporal, em torno, principalmente, da linguagem e de sua possibilidade de expressar as coisas e os conceitos. Reflete nessa forma “teórica” um fato histórico real: “Com Hegel, a filosofia atingiu seu ponto culminante e sua morte. Depois, ela sobrevive através das formas degradadas da repetição : Husserl repete Descartes e Kant, se fechando em uma interminável propedéutica a uma impossível filosofia; Heidegger repete Nietzsche e Husserl combinando-os, mas sem chegar a restaurar a ontologia que deseja. Durante a fase imperialista dos últimos cem anos, esse automatismo da repetição ideológica se agravou : não há mais filósofos mas, na melhor das hipóteses, historiadores do que foi a filosofia”.¹⁸⁷

Diante do impasse, era necessário reformular os caminhos do pensamento e da ação. Marx e Engels concebiam a ação humana sujeita às condições que eram criadas pelo viver coletivo e, por isso, inapropriadas de serem entendidas a partir dos métodos das ciências naturais. Assim, os trabalhos que inicialmente deram forma ao materialismo histórico contrastaram com o método historiográfico hegemônico no século XIX, cuja preocupação se concentrava em alicerçar uma história baseada na tarefa de estabelecer a fidedignidade aos fatos. O materialismo histórico partiu, diversamente, da noção de que o modo com que o homem produz sua vida material condiciona todas as dimensões da sua vida.

Diversos críticos qualificaram tal pressuposto como determinista, alegando que o método de Marx consistiria em reduzir toda a história humana à economia, ou em propor um esquema econômico reducionista válido para todas as sociedades humanas, “adornadas com este ou aquele traço específico. Muito pelo contrário: Marx renunciou a definir um modelo deste tipo; em vez de abordar a sociedade como objeto dado e na forma em que ele se apresenta, analisou os processos de produção e de reprodução da vida social, criando assim o terreno necessário para abordar cientificamente ‘a lógica especial do objeto especial’, a lógica concreta das contradições e do desenvolvimento de uma dada formação social”.¹⁸⁸

Nessa medida, é unilateral e falso supor que o materialismo histórico se limitou a propor a superação da filosofia pela economia, ou que postulou a redução de todos os fenômenos sociais, políticos, culturais e ideológicos à sua base econômica (“reduccionismo”). Toda a obra de Marx consistiu (ou tentou consistir) numa superação da “economia”. Em Marx, a economia foi superada numa ciência diretamente histórica e social do desenvolvimento da produção material e da *luta de classes*. O *capital* e o próprio capitalismo deixavam de estar situados fora ou por cima da história, para transformar-se numa *relação social*, característica do período histórico em que a extração de *mais-valia* do trabalho assalariado constituiu o fundamento e o objetivo do modo de produção dominante, e o determinante da sua dinâmica.

A crítica radical das sociedades classistas, que havia sido antecipada por vários antecedentes ideológicos e de ação (os chamados “socialistas utópicos” e, antes deles, Gracchus Babeuf, Thomas Münzer, os teólogos comunistas anabatistas) não podia ser formulada de maneira

¹⁸⁷ Pierre Fougereyrollas. *L'Obscurantisme Contemporain*, ed. cit.

¹⁸⁸ Antoine Pelletier; Jean-Jacques Goblot. *Materialismo Histórico e História das Civilizações*. Lisboa, Estampa, 1970, p. 159.

completa e científica senão numa época de desenvolvimento adulto da sociedade capitalista: foi somente nas condições próprias a uma época histórica onde, de um lado, a produção material tinha sido objetivamente socializada em proporções até então desconhecidas (“a época que criou o individualismo como ideologia é, na verdade, precisamente aquela em que as relações sociais atingiram seu maior desenvolvimento”),¹⁸⁹ e onde, por outro lado, a esfera da produção material fora completamente separada das outras esferas da vida social, só nessa época as relações sociais diretamente originadas da própria produção material, e a conexão que existe entre essas relações e as condições políticas, jurídicas e outras delas derivadas, poderiam transformar-se em objeto de uma análise crítica.

A natureza de uma sociedade é a expressão das suas formas (modos) de produção, formas a partir das quais se torna possível conhecer suas relações de poder, de dominação social e de exploração do trabalho, que estruturam a própria sociedade. Com esse método para o estudo da história seria possível entender a existência das classes sociais, dos modos de produção, das ideologias, do Estado, do capital, enfim, de todos os elementos relevantes para a pesquisa e a reflexão históricas. Marx e Engels se opuseram à prática que substituíra o trabalho de investigação histórica por conceitos transformados numa filosofia da história cuja “virtude suprema consiste em ser ela mesma supra história”. Marx alertou, por exemplo, que “a população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc”. As abstrações teóricas deviam partir da história real, não serem elaboradas a priori para lhe serem impostas.

Ao adotar consciente e explicitamente o ponto de vista da classe que sofre “a forma mais radical da opressão social”, a teoria marxista não tirava uma simples conclusão “moral”, mas adotava o único ângulo possível para dar um caráter científico à sua investigação teórica. A concepção materialista da história, como método e atitude intelectual geral (ou “visão do mundo”) foi a forma do seu conteúdo, e esse conteúdo particular se constituiu através da teoria e a *práxis* da ação de classe do proletariado. A teoria marxista não poderia encontrar sua expressão mais acabada senão na revolução proletária, na *práxis* revolucionária, criticando teoricamente o que essa revolução já criticava praticamente.

A mudança consciente e *explícita* do ponto de vista (posição) social da teoria, foi o elemento decisivo da “inversão materialista” da dialética de Hegel levada a cabo por Marx. Referida ao desenvolvimento histórico real da sociedade, baseado na evolução e revolução de sua produção material, a ideal e idealista “contradição” hegeliana transformou-se na luta real entre as classes sociais, a “negação” dialética no proletariado (negação da sociedade burguesa): a revolução proletária não foi mais considerada uma aposta aleatória no futuro, mas a síntese dialética do desenvolvimento social contraditório do capitalismo, expressa positivamente na passagem para a sociedade socialista. Essa “dialética concreta” era a única que podia servir de instrumento teórico ao proletariado.

A dialética hegeliana, a despeito e *contra* seu método, culminava a história no congelamento do Estado moderno (e no fechamento do próprio método dialético), considerado como realização do Espírito através da História, como “realização da ideia moral”; não era uma dialética da revolução, mas uma filosofia da conservação. A consideração crítica do Estado moderno foi o ponto de ruptura de Marx com Hegel: “O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que ele repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre a vida pública e privada, entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o trabalho, cessa o seu poder. Mais ainda: frente às consequências que brotam da natureza antissocial

189

Karl Marx. *Introdução à Crítica da Economia Política*, 1857, ed. cit.

dessa vida civil, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa rapina recíproca das diferentes esferas civis, a impotência é a lei natural da administração.

“Essa dilaceração, essa infâmia, essa escravidão da sociedade civil é o fundamento natural em que se apoia o Estado moderno, assim como a sociedade civil da escravidão era o fundamento no qual se apoiava o Estado antigo. A existência do estado e a existência da escravidão são inseparáveis. O Estado antigo e a escravidão antiga – as fracas antíteses clássicas – não estavam fundidos entre si mais estreitamente do que o Estado moderno e o moderno mundo de traficantes – hipócritas antíteses cristãs. Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência de sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela”.¹⁹⁰

A crítica do Estado (ou seja, da opressão social cuja existência o Estado constrói e consagra) levou Marx à ruptura com a filosofia de Hegel, isto é, com a ideia de um desenvolvimento autônomo das relações jurídicas e das formas do Estado. Marx, ao contrário de Hegel, buscou a gênese e compreensão dessas formas nas relações materiais da existência humana. A dialética materialista se constituiu desse modo no conteúdo mais geral da nova teoria da revolução social. O materialismo histórico não teve, por isso, necessidade de uma filosofia “prévia” ou “fundante” - um “fundamento normativo” - para justificar alguma proposição atemporal ou válida para todos os tempos (*supra* histórica): pôde, ainda assim, reclamar-se como continuidade crítica da filosofia clássica alemã, ao fundar a objetividade de suas proposições em sua filiação consciente a uma *época* precisa (o capitalismo) e a uma *classe social* determinada (a classe operária), não em uma “coerência lógica” interna. A filosofia clássica alemã fora a expressão geral mais ampla do desenvolvimento histórico burguês (das forças e relações produtivas capitalistas); a nova teoria definiu-se como a expressão *teórica* da principal força produtiva criada pelo domínio do capital, o proletariado.

Com esse método, Marx e Engels articularam o passado ao presente na perspectiva de perceber as possibilidades históricas do tempo futuro. Como em outras teorias, o passado ajudaria a explicar o presente (*historia est magistra vitae*), mas não o legitimaria. O passado requeria um tipo de interpretação que pusesse em evidência todos os ângulos possíveis e as visões de todas as classes e forças sociais que davam forma aos acontecimentos históricos. Seu objetivo declarado era o de fundamentar a organização da rebelião vitoriosa das forças produtivas sociais contra as relações capitalistas de produção ou, o que não é senão sua expressão concentrada, o Estado: “A organização revolucionária dos proletários como classe contém em si todas as forças produtivas que o sistema social é capaz de conter”.¹⁹¹ O marxismo não superou a filosofia burguesa lhe contrapondo outras (opostas) verdades “eternas”, mas sim propostas reconhecidas na sua conexão com uma época e com uma classe social que qualificava como transitória sua própria existência.

De nossos dias, o chamado “fim do comunismo” das décadas finais do século XX encontrou sua expressão teórica mais ousada de modo pouco original, através de uma espécie de tentativa de retorno *aggiornato* às proposições e método hegelianos. A tese de Francis Fukuyama, em *The End of History and the Last Man*, pretendeu partir de Hegel, ou melhor, do comentário deste feito pelo filósofo franco-russo Alexandre Kojève, que situou o centro da filosofia hegeliana nas noções de *satisfação* e *reconhecimento*. Para Hegel o “fim da História” teria sido atingido em 1804, com a batalha de Iéna (vitória napoleônica sobre as tropas prussianas), que marcaria a vitória definitiva do Estado liberal, como “estado de reconhecimento universal” (dos indivíduos entre si). Segundo Fukuyama, “muito do que costumávamos ver como

¹⁹⁰ Karl Marx. *Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”* (1844). São Paulo, Expressão Popular, 2010, pp. 60-61.

¹⁹¹ Karl Marx. *Poverty of Philosophy*. Moscou, Progress Publishers, 1966.

motivações econômicas emerge, na verdade, daquilo que Platão chamava de *thymos*, ou desejo de reconhecimento".¹⁹²

Também Marx, segundo Fukuyama, teria sido autor de uma teoria do "fim da história" (identificando este "fim" com o comunismo). Na verdade, Marx afirmou que com "o salto do reino da necessidade para o reino da liberdade" finalizava a pré-história da sociedade humana e começava a sua verdadeira história. A distinção não era só terminológica: ela refletia a completa inversão do método (e, portanto, do resultado) hegeliano feita por Marx. Marx criticou, na Filosofia do Direito de Hegel, a ideia do Estado moderno como "encarnação da ideia moral" (ou seja, como estágio final da evolução política da sociedade humana). A distorção hegeliana, porém, não era uma distorção arbitrária, mas uma expressão da realidade: "O formalismo do Estado hegeliano, a distorção representativista de suas assembleias que são uma ilusão de representatividade e de democracia autênticas, não são distorções que afetem apenas o Estado conceitualizado por Hegel, mas distorções que pertencem efetivamente à estrutura do Estado moderno, e só por isso passaram para a cabeça de Hegel".¹⁹³

Na sua *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Marx compreendeu que as "distorções da estrutura do Estado" refletiam as contradições da sua infra-estrutura (que Hegel chamava de sociedade civil), e que tinham a sua base "na formação de uma classe com correntes radicais, de uma classe da sociedade civil que não é uma classe da sociedade civil, de um Estado que é a dissolução dos Estados, de uma esfera que possui caráter universal pelo universal do seu sofrimento, e que não reivindica para si nenhum direito especial, uma vez que contra ela não se cometeu nenhum desaforo particular, mas o desaforo em si, absoluto... Essa decomposição da sociedade, enquanto classe particular, é o proletariado". A apologia do Estado moderno (na verdade, da monarquia constitucional prussiana) realizada por Hegel, no entanto, punha em questão o próprio princípio dialético da sua filosofia, como já fora notado, em 1829, por um discípulo seu, Christian Weisse: "Se a dialética é progresso sem fim (*ein unendlicher Progresz*) como será compatível com esse movimento o fechamento imposto pelo Sistema (hegeliano)? A exigência de um crescimento pela negatividade dialética só arbitrariamente pode ser interrompida. É forçoso constatar que o mestre desmentiu o que é mais profundo em seu pensamento".

A contradição da filosofia hegeliana, porém, para Marx, não punha em questão seu próprio princípio metodológico, que deveria ser resgatado do seu invólucro idealista, resolvendo a ambiguidade do termo *fim*, que significava simultaneamente termo final e objetivo: "Pode-se falar do fim do Estado, para dizer que o Estado é ele próprio um fim, o termo de um processo do qual constitui a realização mais acabada... Hegel não é um pensador do fim do saber nem do fim da história. Ele não se furta - como poderia fazê-lo um dialético? - à contradição inerente ao conceito de fim, que designa ao mesmo tempo e contraditoriamente um objetivo e um termo, o momento de uma realização e o de um desaparecimento".¹⁹⁴

A chave metodológica do materialismo histórico encontra-se em ter resolvido a contradição hegeliana, situando a universalidade humana, não na superestrutura (política) mas na infraestrutura (produtiva) da sociedade humana, e definindo a especificidade *natural* dessa universalidade: "O homem é um ente-espécie não apenas no sentido de que ele faz da comunidade seu objeto, tanto prática quanto teoricamente, mas também no sentido de tratar-se a si mesmo como a espécie vivente, atual, como um ser universal conseqüentemente livre... Sem dúvida, os animais também produzem (mas) só o estritamente indispensável a si mesmos ou aos filhotes. Só produzem em uma única direção, enquanto o homem produz

¹⁹² Francis Fukuyama. *The End of History and the Last Man*. Nova York, The Free Press, 1992.

¹⁹³ João L. Alves. *Rousseau, Hegel e Marx*. Lisboa, Horizonte, 1983, p. 195.

¹⁹⁴ Jean P. Lefebvre e Pierre Macherey. *Hegel et la Société*. Paris, Presses Universitaires de France, 1987, pp. 85-87.

universalmente. Só produzem sob a compulsão da necessidade física direta, ao passo que o homem produz quando livre da necessidade física e só produz, na verdade, quando livre dessa necessidade. Os animais só produzem a si mesmos, enquanto o homem reproduz toda a natureza”.

O *trabalho* produz o homem enquanto homem: “Os frutos da produção animal pertencem diretamente a seus corpos físicos, ao passo que o homem é livre ante seu produto. Os animais só constroem de acordo com os padrões e necessidades da espécie a que pertencem, enquanto o homem sabe produzir de acordo com os padrões de todas as espécies e como aplicar o padrão adequado ao objeto. Assim, o homem constrói também em conformidade com as leis do belo... O objetivo do trabalho, portanto, é a objetivação da vida-espécie do homem, pois ele não se reproduz a si mesmo apenas intelectualmente, como na consciência, mas ativamente e em sentido real, e vê seu próprio reflexo em um mundo por ele construído. Por isso, enquanto o trabalho alienado afasta o objeto da produção do homem, também o afasta sua vida-espécie, sua objetividade real como ente-espécie, e muda sua superioridade sobre os animais em uma inferioridade”.¹⁹⁵

Hegel teorizou a história a partir do conceito de que "o gradual progresso em direção à realização da unidade (entre essência e existência) constitui o significado da história".¹⁹⁶ Cabe acrescentar que, ainda dando um lugar subordinado, não primordial, ao trabalho produtivo na história humana, Hegel não caiu no erro de dividir abstratamente as necessidades humanas em "econômicas" e "timóticas" (de reconhecimento), mas tentou construir uma teoria das necessidades humanas unitária e historicamente determinada, isto é, uma teoria que levasse em conta as mudanças das situações históricas e das necessidades humanas decorrentes de cada uma delas. Depois de deformar e deturpar Hegel, Fukuyama lhe criticou ter situado o "fim da história" dois séculos antes da sua efetiva ocorrência (com o “fim do comunismo” e de todas, ou quase todas, as barreiras ao capitalismo liberal, isto é, dos “desafios sistêmicos” ao capitalismo).

As necessidades derivadas do *thymos*, "o espírito que se situa entre a razão e o desejo na topografia platônica da alma" (ou a paixão), não podem ser arbitrárias e abstratamente separadas das necessidades "racionais" - que Fukuyama chamou de "econômicas" - visto que estas não são atemporais ou metafísicas, mas históricas, não mensuráveis em termos puramente fisiológicos (caso no qual equivaler-se-iam às necessidades animais). Pois elas integram "a satisfação do homem em e através do reconhecimento de todos, e de cada um por todos e cada um (que) permanecem vigentes até hoje (pela) sua base comum: a necessidade de libertação do homem, necessidade condicional, se devem subsistir a civilização, a organização e a liberdade positiva. O problema da alienação humana, do patrimônio (não a propriedade no sentido hegeliano), ou seja, do capital, são vistos tanto por Hegel como por Marx, e reconhecidos desde então por toda teoria e toda prática política consciente...

Ao elaborar o conceito de luta de classes, Marx transformou em conceito científico o que para Hegel continuava sendo um conceito filosófico, e até no limite da filosofia: a *paixão*... Para Hegel, a paixão é a força que movimenta a história. Para Marx, essa paixão está determinada em cada ponto da história. Para Hegel, só a paixão realizada, e desse modo compreendida, determinando-se, é conhecível cientificamente. A paixão do presente é só um resíduo, um resto a ser assimilado pela consciência de si da realidade histórico-moral do Estado moderno. Para Marx, esse Estado é o da alienação, e a paixão não é somente necessária para realizar a liberdade, mas está determinada, na sua tendência, pela forma concreta da realidade em e contra a qual ela se desencadeia: as linhas de força - segundo as quais a paixão deve atacar, se

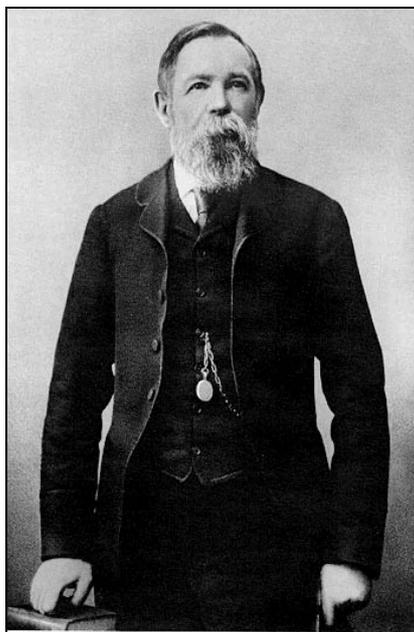
¹⁹⁵ Karl Marx. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. In: *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

¹⁹⁶ Shlomo Avineri. *Hegel's Theory of the Modern State*. Londres, Cambridge University Press, 1974, p. 221.

quer continuar sendo a paixão da liberdade concreta - podem ser conhecidas cientificamente".¹⁹⁷

Esse conceito-limite da filosofia transformado em instrumento da análise histórica, foi o que expôs Walter Benjamin, nas suas *Teses Sobre o Conceito de História*: "A luta de classes, sempre presente no espírito de um historiador inspirado em Marx, tem por objetivo as coisas concretas e materiais sem as quais as coisas do espírito, e todos os refinamentos, não poderiam existir. Mas elas não aparecem na luta de classes como a imagem de um prêmio a ser ganho pelo vencedor. Elas vivem no coração dessa luta como confiança, coragem, humor, astúcia e perseverança. Seu eco repercute na noite dos tempos passados. Elas virão sempre pôr em questão as vitórias das quais saíram os dominadores". As virtudes morais derivadas da paixão positiva existem e agem historicamente.

O novo conteúdo "materialista e científico" da dialética reconvertida por Marx, tinha outra consequência metodológica: já não era possível tratar acerca deste método fazendo abstração do seu objeto concreto. Esta era uma consequência natural do caráter conscientemente histórico da dialética: "Se se considera deste ponto de vista histórico a 'passagem' da dialética burguesa de Hegel para a dialética proletária de Marx, vê-se o absurdo de se representar a dialética materialista como um sistema independente. Uma dialética verdadeiramente 'materialista' não pode estritamente dizer nada das determinações do pensamento em si mesmo, nem das relações que elas mantêm entre si, abstração feita de seu conteúdo histórico concreto... Simultaneamente com a transformação da realidade e da praxis histórica, se transformam também as categorias do pensamento e todas suas relações. Negligenciar essa correspondência histórica, e pretender fazer entrar as determinações do pensamento e suas relações em um sistema abstrato, equivaleria a sacrificar a dialética 'materialista', proletária e revolucionária, equiparando-a com um modo de pensar que só tirou um benefício teórico da inversão materialista, e que permanece sendo, na realidade prática, a velha dialética idealista da filosofia burguesa. A dialética materialista do proletariado não pode ser ensinada de maneira abstrata, nem com ajuda dos pretensos exemplos, como uma ciência particular com seu objeto próprio. Só pode ser utilizada de maneira concreta na praxis da revolução proletária, numa teoria que é uma parte constitutiva da mesma".¹⁹⁸



Friedrich Engels em 1891

¹⁹⁷

Eric Weil. *Hegel y el Estado*. Córdoba, Nagelkop, 1970, p. 139.

¹⁹⁸

Karl Korsch. *Op. Cit.*

Ao tratar de todas as formações econômico-sociais e do complexo sistema de formas de consciência social e ideologias que se erguem sobre este fundamento, em sua especificidade histórica ou, o que é o mesmo, com a análise das tendências que conduzem ao seu desenvolvimento e desaparecimento, o marxismo também oferecia a base metodológica necessária para a aplicação a si mesmo, isto é, para a compreensão de sua especificidade histórica. Para Norberto Bobbio “quaisquer que sejam os reajustes póstumos, as correções oportunas, as interpretações moderadas das relações entre a base e a superestrutura, o que quer que se diga, a verdade é que o marxismo tem sido e continua a ser a teoria do primado do econômico sobre o político. Para ser marxista não basta sustentar o primado da economia; contudo, basta negar esse primado para não ser marxista”.¹⁹⁹ No entanto, a interação entre diversos fatores e instâncias de natureza política, econômica, social e cultural, na perspectiva marxiana, aparecem como distintos momentos de uma mesma totalidade. Essa remissão permanente à totalidade do real delimita as possibilidades de vigência de um enfoque reducionista, em qualquer uma de suas manifestações.

Em virtude de todo o precedente, Marx e Engels não esboçaram nenhum projeto “acabado” para uma futura sociedade socialista ou comunista, ou seja, um “plano ideal” para essa sociedade (socialistas utópicos e anarquistas, ao contrário, foram prolíficos na elaboração de projetos desse tipo). A pretensão de estabelecer precisamente o conteúdo e as formas de uma organização social resultante da superação da exploração e da alienação do trabalho ignoraria a magnitude das mudanças que sua vitória introduziria em todos os aspectos da vida social. A revolução social, em que pese a determinação materialista de suas condições e de suas formas de desenvolvimento, permaneceu sendo um “salto”, certamente não um salto do reino absoluto da necessidade para o reino absoluto da liberdade, mas um salto desde um sistema de relações sociais esclerosadas, transformadas em entraves históricas, para um sistema flexível de formas novas e mais plásticas de vida social, com um grande espaço para o desenvolvimento controlado das forças produtivas sociais, assim como para o aparecimento de novas atividades humanas.

A tarefa posta pela história não consistia em imaginar sociedades ideais para um futuro indeterminado, ou para serem exemplarmente realizadas em pequena escala, mas em determinar, a partir da sociedade real, as tendências e condições que preparavam sua superação *em escala universal*. O caráter cada vez mais profundo das crises capitalistas evidenciava que, tendo o capital e a burguesia cumprido suas duas grandes tarefas históricas - a libertação da força produtiva do trabalho social, através da transformação da força de trabalho em mercadoria, e a criação, com o mercado mundial, do marco histórico para a plena expansão das novas forças produtivas sociais - tinha criado o cenário histórico adequado para a eliminação dos modos de produção da vida social baseados na exploração do trabalho: “Na sociedade cooperativa baseada na propriedade comum dos meios de produção, os produtores já não trocam seus produtos; o trabalho dispensado na produção das coisas já não aparece como valor desses produtos, como uma de suas qualidades materiais, porque a essa altura, ao contrário do que ocorre na sociedade capitalista, o trabalho individual existe como uma parte do trabalho social total de uma forma direta ou imediata, e já não de uma forma indireta”.²⁰⁰

O aprofundamento da contradição da mercadoria evidenciava o desvario entre a potencialidade de um desenvolvimento enorme da riqueza, que permitiria o melhoramento das condições de vida e de trabalho, e a sua “miserável base” burguesa. Para reafirmar a predominância da utilização da riqueza material sobre sua produção, seria necessário repor as bases da recomposição da unidade dialética entre trabalho e não-trabalho, entre produção e consumo; a reafirmação dessa predominância só poderia ser realizada em uma forma social de

¹⁹⁹ Norberto Bobbio. *Ensaios Escolhidos*. São Paulo, Cardim Editora, sdp.

²⁰⁰ Karl Marx. *Crítica do Programa de Gotha*. *Textos*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

tipo superior, na qual se chegasse a um desenvolvimento sem entraves sociais das capacidades humanas.

Dentro de uma sociedade em transformação de caráter socialista, o valor de uso poderia começar a mostrar o que significaria retomar sua supremacia sobre o valor de troca, porém sem conseguir ainda suplantá-lo de imediato. A centralidade do trabalho deveria superar dialeticamente a separação violenta que a falsa universalidade do capital fez aparecer em confronto com o não-trabalho e com as condições de vida em geral. E todavia, a assim chamada superação dialética - a *Aufhebung* da transição - seria ainda parcial, enquanto que o não-trabalho ainda não pudesse reunir-se ao trabalho como desenvolvimento das capacidades humanas. O trabalho, ainda que não alienado, permaneceria sendo ainda trabalho necessário, por si mesmo e para si mesmo, todavia, entendido não individualmente mas num sentido de classe.

As relações sociais burguesas, determinadas pelo predomínio da produção da riqueza abstrata sobre sua utilização, exprimem a impossibilidade da recomposição da unidade entre trabalho e não-trabalho. Somente a reafirmação do predomínio da utilização da riqueza material sobre a produção poria as bases da identidade dialética entre trabalho e não-trabalho, e portanto entre as diversas porções do tempo, entre produção e consumo. A afirmação desse predomínio só seria possível em uma forma social de tipo superior, na qual os produtores seriam eles mesmos proprietários, não mais a título privado. Somente nessa forma social as necessidades sociais seriam satisfeitas por uma produção imediatamente social, não mais subordinada à mediação da apropriação privada e, por isso, à necessidade da troca. De fato, “é só quando a sociedade controla eficientemente a produção, regulando-a antecipadamente, que cria a ligação entre a medida do tempo de trabalho social dedicada à produção de determinado artigo e a extensão da necessidade social que tal artigo deve satisfazer”.²⁰¹

Marx assinalou a possibilidade de superação, nesse contexto e através do *comunismo*, da fragmentação alienante da ciência, e também entre possuidores e não possuidores do “saber”: “Toda a história serviu para preparar e desenvolver a transformação do ‘homem’ tanto em objeto da consciência sensível quanto da necessidade do ‘homem como homem’ em necessidade natural concreta. A própria história é parte da história natural, da transformação da natureza em homem. As ciências da natureza compreenderão depois tanto as ciências humanas, quanto as ciências humanas compreenderão as ciências da natureza. Haverá uma só ciência”.²⁰² O sistema social capaz de abolir a alienação do trabalho, encerrando a divisão entre trabalho manual e intelectual, teria como consequência a abolição da divisão entre ciências exatas, físico-naturais e sociais, e entre as cada vez mais diversas e fragmentadas disciplinas que as compõem.

Os precursores do materialismo histórico tinham consciência da importância de sua obra na história do pensamento, não apenas do pensamento social: “Assim como Darwin descobriu a lei de desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei de desenvolvimento da história humana” – foram as palavras de Engels no funeral de seu amigo e companheiro de ideias, lutas e pesquisas, em 1883. Isto não significa que ambos tivessem cunhado uma série de textos e proposições concluídas e fechadas. Cheia de temas e propostas teóricas apenas indicadas ou esboçadas, um traço marcante da produção marxiana foi seu caráter inacabado. Não é ninguém menos que Marx o afirmou. Dois anos antes de sua morte, consultado por Karl Kautsky a respeito da possibilidade de publicação de suas “obras completas”, contestou dizendo que essas obras deveriam antes ser escritas “em sua inteireza”. A incompletude da obra marxiana, somada às dificuldades da publicação integral do que fora efetivamente escrito pelo teórico alemão, e a pouca repercussão intelectual que ela teve com seu principal autor ainda vivo, foram geradoras, a partir de sua morte, de várias tentativas de interpretar e

²⁰¹ Karl Marx. *O Capital*. Livro III.

²⁰² Karl Marx e Friederich Engels. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

completar seu corpo teórico.

Marx, por exemplo, nunca escreveu um estudo sistemático e específico sobre o Estado, embora abrigasse projetos com esse objetivo. Em mais de um século e meio, por outro lado, o materialismo histórico sofreu certamente de petrificação burocrática, ou de formalização acadêmica (na qual Marx é cortado em fatias, cada uma delas ocupando seu lugar nas diversas linhagens econômicas, sociológicas, historiográficas, filosóficas, e outras tantas em que se dividem as ciências sociais). Deve-se isso, ao menos em parte, ao fato de que “na tradição teórica oriunda de Marx, o perigo de deslizar em uma filosofia ruim foi particularmente grande ao se fazer evidente a tendência para sufocar problemáticas filosóficas em favor de uma concepção cientista da ciência. Em Marx, a herança da filosofia da história se faz sentir de modo não refletido; esse objetivismo histórico irrompeu sobretudo nas teorias evolucionistas da Segunda Internacional, por exemplo em Kautsky, e no *Diamat* (materialismo dialético)”?

O autor citado apontou uma “lacuna” na herança teórica de Marx, indevidamente preenchida depois dele pelos seus pretensos continuadores, motivo pelo qual “se hoje retomarmos as asserções fundamentais histórico-materialistas sobre a evolução social, devemos fazê-lo com a máxima atenção”. Certamente, isso deve ser feito por esse motivo, e por muitos outros (a “máxima atenção” é um dever científico e humano básico).

Para o mesmo autor, “ficou obscurecido desde seu início o fundamento normativo da teoria marxiana da sociedade, que não queria renovar as pretensões ontológicas do iusnaturalismo clássico, nem satisfazer as [pretensões] descritivas das ciências nomotéticas, para ser, diversamente, uma teoria ‘crítica’ da sociedade, mas só na medida em que conseguisse fugir das falsas inferências naturalistas de teorias implicitamente valorativas. Marx acreditava ter resolvido este problema com um golpe de mão, declarando sua apropriação materialista da lógica hegeliana. É também verdade que não teve necessidade de ocupar-se particularmente dessa tarefa, podendo, para seus fins práticos de pesquisa, contentar-se de tomar literalmente e criticar de modo imanente, o conteúdo normativo das teorias burguesas dominantes, o direito natural moderno e a economia política... No meio-tempo a consciência burguesa virou *cínica*, sendo entulhada até o fundo de conteúdos normativos vinculantes, como se vê nas ciências sociais, em especial no positivismo jurídico, na economia neoclássica e na teoria política recente”.²⁰³

Caberia, pois, acrescentar ao materialismo histórico a crítica ao cinismo burguês hodierno (e não foram poucos os que isto fizeram) e/ou dotá-lo de um “fundamento normativo”? Seria como pretender dotá-lo da atemporalidade (não classista) que a ciência burguesa pretendia (e pretende) para si própria. Pois o caráter inconcluso do materialismo histórico não foi só produto das circunstâncias e percalços de sua concepção e desenvolvimento, ele faz parte de sua própria natureza, baseada na reinterpretação constante e permanente da realidade para transformá-la. Nunca foi fórmula acabada, mas método para interpretar e subverter uma realidade histórica em perpétua mudança pela sua própria natureza, e suscetível ele próprio de mudança.

Desde sua formulação inicial, o materialismo histórico coexistiu com exigências e pressões contraditórias: 1) Seu necessário aprofundamento que, segundo Rosa Luxemburgo (em um breve artigo chamado *Avanços e Retrocessos do Marxismo*),²⁰⁴ só poderia resultar da sua confrontação com os novos problemas teóricos suscitados pela luta de classes, um enunciado que foi considerado restritivo e limitador por alguns autores marxistas (por deixar pouca ou nenhuma margem para a atividade puramente teórica); 2) Sua formalização e sistematização teórica acabadas, isto é, sua transformação num “sistema”, oriunda de sua penetração

²⁰³ Jürgen Habermas. *Per la Ricostruzione del Materialismo Storico*. Milão, Etas Libri, 1979, pp. 12-13.

²⁰⁴ Rosa Luxemburgo. *Obras Escogidas*. Bogotá, Pluma, 1978.

acadêmica, especialmente marcante na segunda metade do século XX.²⁰⁵ A primeira exigência está imbuída do perigo do dogmatismo e do fechamento teórico; a segunda, de sua formalização estéril. Nenhuma teoria revolucionária, porém, sobreviveu sem enfrentar e dar resposta a essas exigências e desafios.

²⁰⁵ Exemplos dessa tendência: Gerald A. Cohen. *Karl Marx's Theory of History: a Defense*. Princeton, Princeton University Press, 1978; John Roemer. *Analytical Marxism*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986; e bem antes deles, Nikolai Bukhárin. *Teoria do Materialismo Histórico*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1970. Vivek Chibber (O que vive e o que está morto na teoria marxista da história. *Crítica Marxista* nº 35, São Paulo, outubro 2012) postulou que “a teoria marxista da história consiste em duas subteorias analiticamente distintas: uma teoria das formas sociais e uma teoria das transições de uma forma social a outra. A primeira preocupa-se com a individuação dos diferentes tipos de sistemas sociais ou modos de produção; a segunda tem como objeto o mecanismo pelo qual a história se move por meio dos modos de produção”. A escolha dessas “subteorias” é arbitrária; poderia ser acrescida de outras igualmente importantes (a teoria das relações entre base produtiva e superestrutura ideológica, entre outras possíveis). As “subteorias”, por sua vez, poderiam ser subdivididas em outras sub-subteorias, e assim por diante. A teoria histórica materialista desenvolveu-se através de seu confronto (não necessariamente diametralmente oposto ou inteiramente crítico) com outras teorias sociais e filosóficas, uma linha iniciada por Marx e Engels e largamente continuada por Plekhánov, Bukhárin ou Gramsci, por exemplo; ou pela análise teórica das novas questões postas pelo desenvolvimento histórico: Hilferding, Lênin, Trotsky, o mesmo Gramsci (ou, na América Latina, José Carlos Mariátegui) comparecem nessa linhagem. Para não falar da pleiade de historiadores marxistas que deixaram importantes obras acerca de diversos períodos e processos históricos, questionando inclusive conceitos usados pelos fundadores da teoria (os debates acerca do estatuto teórico do “modo de produção asiático”, conceito incidentalmente usado por Marx, por exemplo).

6. CAPITALISMO, HISTÓRIA ECONÔMICA E ECONOMIA MUNDIAL

O período burguês da história está chamado a assentar as bases materiais de um novo mundo: a desenvolver, de um lado, o intercâmbio universal, baseado na dependência mútua do gênero humano, e os meios para realizar este intercâmbio; e, outro, desenvolver as forças produtivas do homem e transformar a produção material num domínio científico sobre as forças da natureza. A indústria e o comércio burgueses vão criando essas condições materiais de um novo mundo do mesmo modo que as revoluções geológicas criavam a superfície da Terra. E somente quando uma grande revolução social apropriar-se das condições da época burguesa, do mercado mundial e das modernas forças produtivas, submetendo-os ao controle comum dos povos mais avançados, somente então o progresso humano terá deixado de assemelhar-se a esse horrível ídolo pagão que só bebia o néctar no crânio do sacrificado (Karl Marx, **O Capital**)

Não é verdade que a economia mundial represente apenas a simples soma de frações nacionais uniformes. Não é verdade, que os traços específicos não passem de um ‘complemento dos traços gerais’, uma espécie de verruga no rosto. Na realidade, as particularidades nacionais formam a originalidade dos traços fundamentais da evolução mundial [...]. Não se pode reorganizar nem mesmo compreender o capitalismo nacional sem encará-lo como parte da economia mundial. As particularidades econômicas dos diferentes países não têm uma importância secundária. É suficiente comparar a Inglaterra com a Índia, os Estados Unidos com o Brasil. Os traços específicos da economia nacional, por mais importantes que sejam, constituem, em escala crescente, os elementos de uma unidade mais alta que se chama economia mundial (Leon Trotsky, **A Revolução Permanente**)

A história econômica foi filha da reviravolta operada na historiografia em inícios do século XX, e teve uma dupla base. De um lado, “a formação da moderna ciência da economia política”, ao mesmo tempo em que “a economia irrompe na história (quando) as massas, ao se lançar na luta pelos seus direitos, tiveram que buscar para si a legitimação histórica”: “nos inícios do século XX a história econômica configurou-se como disciplina independente”, e só “depois da Primeira Guerra Mundial a história econômica se emancipou de modo rápido e definitivo”, emancipação que, na área acadêmica, se atingiu com a publicação, nos EUA, do *Journal of Economic and Business History* (1926), na Inglaterra, da *Economic History Review* (1927) e, sobretudo, com a publicação, na França, dos *Annales d’Histoire Économique et Sociale*, a partir de 1929.²⁰⁶ A história econômica firmou-se como disciplina em momentos em que na teoria econômica predominava o enfoque neoclássico, que excluía qualquer teoria do valor baseada no trabalho, e mais ainda qualquer consideração da transitoriedade histórica do capitalismo.

A vinculação entre economia e história, por outro lado, foi frequentemente realizada de modo mecânico. Charles Morazé definiu a economia como base *natural* da “lógica da história”: “O fator econômico surge como a base universal, o quadro permanente. É o esqueleto cujo desenvolvimento preliminar e indispensável a qualquer outro progresso do qual ele é, entretanto, função. Destarte, na origem de todas as grandes questões históricas encontramos esses problemas da vida cotidiana, cujo sentido nos cumpre tratar de demonstrar. É para sua felicidade que o homem trabalha, felicidade por ele baseada, sem dúvida, na descoberta de um ideal de elevação variável, porém subordinado também, na imensa maioria dos casos, à satisfação, mais ou menos requintada, das necessidades imediatas de sua natureza”.²⁰⁷

A noção de *modo de produção*, conceito abrangente da produção histórica da vida social, ficava desse modo reduzida a uma espécie de economicismo, no qual as “ciências humanas” jogavam um papel auxiliar da disciplina sintética por excelência, a história, esta possuindo sua lógica numa “economia” baseada na satisfação das “necessidades imediatas” de uma “natureza humana”, que consistiria numa universal e atemporal “busca da felicidade”. O conceito é arbitrário, abstrato e não histórico (afinal, só pode conhecer o verdadeiro

²⁰⁶ Witold Kula. *Op. Cit.*

²⁰⁷ Charles Morazé. *Lógica da História*. São Paulo, Difel, 1970.

significado e valor da felicidade aquele que conheceu a infelicidade que, obviamente, não é “buscada”...). Não era com base nessa “lógica” ou em conceitos semelhantes que se poderia compreender a passagem das sociedades pré-capitalistas para o modo de produção capitalista, nem a própria lógica do capitalismo, isto é, a história da economia mundial.

As forças produtivas suscitadas pelo modo de produção capitalista não podiam ficar contidas dentro das áreas confinadas dos velhos Estados dinásticos da Europa. O surgimento do capitalismo, e a industrialização dos países avançados a que foi conduzido, geraram um mercado mundial e uma divisão internacional do trabalho. Foi através de sua relação com o mercado mundial que os Estados capitalistas nacionais adquiriram sua fisionomia específica, e que as áreas menos desenvolvidas, a medida que entravam em contato com o mercado mundial, assumiram uma posição de dependência. Ao mesmo tempo, a burguesia, a classe dirigente capitalista, estabeleceu-se politicamente através do Estado Nacional, e assim surgiu um sistema de Estados que encarnavam diferentes interesses nacionais. O Estado se definiu na esfera econômica mediante suas próprias leis, sistema monetário, tarifas e restrições ao movimento dos fatores de produção. Havia, portanto, uma contradição entre as tendências internacionais unificadoras das novas tecnologias e a influência constritora do Estado Nacional. Isto se manifestou em rivalidades e tensões entre as principais potências, na expansão colonial, em alianças e preparativos de guerra e finalmente na própria guerra.

A economia mundial é, assim, consequência do nascimento e expansão do regime capitalista. A história mundial, por isso, se transformou em fato empírico imediato só na era do capital. O desenvolvimento do comércio internacional criou as bases de um mercado mundial, e teve um efeito destrutivo sobre as relações de produção feudais na Europa ao introduzir as relações mercantis em larga escala, exigindo que a produção se desenvolvesse em uma escala qualitativamente mais ampla (para atender às necessidades do crescimento comercial interno e externo). O capitalismo, e os próprios Estados Nacionais, nasceram no quadro da economia mundial. Antes que ficassem estruturados os Estados modernos, o comércio internacional já tinha um desenvolvimento importante. Esse comércio foi um dos fatores que impulsionou as revoluções inglesas do século XVII. O capitalismo e os Estados Nacionais nasceram obrigados a terem uma política externa, e a aliarem-se uns contra outros, em função de seus interesses comerciais contraditórios, e em relação com a autodeterminação dos países atrasados, ou seja, nasceram com base em uma política *mundial*.

A grande indústria, “criou de fato a história mundial, na medida em que fez depender do mundo inteiro cada nação civilizada e cada indivíduo para satisfazer suas necessidades, e na medida em que aniquilou nas diversas nações a identidade própria que até então lhes era natural”:²⁰⁸ “Uma vez que não haja intercâmbio transcendendo a vizinha imediata, cada invenção é feita separadamente em sua respectiva localidade. Em tais condições basta que ocorram simples incidentes como as irrupções de povos bárbaros, ou mesmo guerras corriqueiras para que um país que tenha atingido um nível avançado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais tenha que recomeçar tudo do ponto de partida. (...) Apenas quando o intercâmbio houver se transformado em intercâmbio universal e sua base se assentar sobre a grande indústria, quando todas as nações forem arrastadas para o interior da concorrência, a permanência das conquistas produtivas estará assegurada”.

O capitalismo unificou o planeta não só economicamente. A economia mundial como fator histórico determinante, e as relações internacionais como fator político dominante, se impuseram no século XIX: Marx e Engels, como outros autores, imprimiram um enfoque internacional ao estudo das sociedades de seu tempo. Só se poderia falar em história universal a partir do momento em que a própria história criasse “homens empiricamente universais, históricos”, forçados a viver “no plano de história mundial” e não mais “no plano da vida local”. A história mundial foi criada pela grande indústria moderna, através da qual o

²⁰⁸

Karl Marx; Friedrich Engels. *A Ideologia Alemã*. ed. cit., p. 7.

capitalismo tornou a trajetória dos povos e países capítulos de uma mesma história mundial, que tinha na internacionalização da economia (criação de um mercado mundial) baseada na grande indústria, seu ponto de partida. A “história mundial” deve ser distinguida do que se chama de “história do mundo” ou “história da humanidade”, ou seja, os registros dos feitos do *homo sapiens* na Terra desde que passou a ter a capacidade necessária para efetuar tais registros através da escrita ou da tradição oral.

A história mundial se impôs, com a expansão internacional do capital, como evidência *direta*, não só como reconstrução ulterior da trajetória das sociedades a partir da consciência da unidade da espécie humana. Foi sob a influência de Hegel que Marx iniciou sua formulação da ideia de *história universal*. Em Hegel, o desenvolvimento de uma *Weltgeschichte* correspondia a um movimento do *espírito universal* (*Weltgeist*) no sentido de sua objetivação. Tal movimento poderia ser reconhecido em determinados períodos da história quando, sob a hegemonia cultural greco-romana e a supremacia político-militar do Império Romano, constituiu-se um marco do advento de uma época histórica universal, que possibilitara o aparecimento de “indivíduos histórico-universais” (como Alexandre Magno ou Júlio César).²⁰⁹

As matrizes dessa interpretação remontavam à obra de Políbio, historiador romano do terceiro século de nossa era. A superação dessa concepção implicava uma delimitação simultânea do idealismo hegeliano e do romantismo: uma das premissas do materialismo histórico foi a crítica da teoria dos “indivíduos históricos” de Thomas Carlyle, realizada por Friedrich Engels no início da década de 1840. Carlyle, fortemente influenciado pelo romantismo alemão, com sua “teoria do grande homem” exposta em *Heroes, Hero-worship, and the Heroic in History* (1841) tratou de contrapor a figura do herói à presença ascendente das massas. Para ele, o homem comum, a célula da massa, de nada valia a não ser como peão ou degrau para assegurar a projeção do herói e respaldar sua realização. Este é quem fazia a história. A consequência política disto foi sua condenação à democracia, “império do vulgar” na Terra, e sua consequente (e reacionária) apologia da elite.



Georg Wilhelm Friedrich Hegel

Marx acolheu a reflexão hegeliana sobre o advento de uma *Weltgeschichte*, mas distanciou-se da identificação desse processo com o movimento de objetivação do *Weltgeist*. A configuração da história universal tinha fundamento, para ele, no desenvolvimento das forças produtivas sociais. Na obra que dedicou, conjuntamente com Friedrich Engels, ao ajuste de contas filosófico com o idealismo hegeliano, ofereceu uma nova base para a compreensão do advento da *história universal*: “A transformação da história em história universal não é, sob qualquer aspecto, um simples ato abstrato da parte da autoconsciência do espírito universal ou de qualquer outro espectro metafísico, mas um ato material, empiricamente verificável. Um ato

²⁰⁹ Muniz Gonçalves Ferreira. *Engels, Marx e a História Mundial de seu Tempo*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 1996.

comprovado por cada indivíduo na medida em que este vem e vai, come, bebe e veste a si mesmo”.²¹⁰

A unificação do mundo amadurecia também as condições para uma *revolução universal*, tão universal quanto a contradição da qual nascia. A unificação do mundo concluída pelo proletariado vitorioso seria o fato mais importante da história de seu tempo, o triunfo do progresso sobre a estreiteza da sociedade pré-capitalista com seus particularismos antiquados e seu isolamento nacional ou local. Também era a base necessária para a existência do proletariado moderno e do comunismo como projeto histórico real, não utópico, que só poderia triunfar no plano universal. Com as relações universais já estabelecidas pelo capitalismo, o comunismo não era mais uma utopia, mas uma previsão fundada sobre a tendência real do desenvolvimento histórico. A “filosofia do progresso” iluminista era superada através de uma continuidade diferenciada do projeto *revolucionário*.

O mercado mundial criou as bases materiais para a história mundial, isto é, para a unificação da dinâmica histórica do gênero humano. Na sua forma real, desenvolvida, esse mercado foi produto da *indústria* capitalista, não da expansão comercial potenciada. Lutando contra um eurocentrismo recorrente nas ciências humanas, foi afirmado que “o Oriente tornou possível a ascensão do Ocidente através de dois processos de difusão/assimilação e de apropriação. Os orientais criaram, depois do século VI de nossa era, uma economia global e uma rede global de comunicações graças às quais os portfólios orientais de recursos avançados (ideias, instituições e tecnologias) se difundiram no Oeste, onde foram assimilados através do que chamo de mundialização oriental. Em sequência, o imperialismo ocidental, a partir de 1492, conduziu os europeus a apropriar-se de todos os recursos econômicos do oriente, o que permitiu a ascensão do ocidente. Devido a isso, o Oeste não foi nunca o pioneiro autônomo de seu próprio desenvolvimento, pois sua emergência teria sido inconcebível sem a contribuição do Oriente”.²¹¹

A economia e as comunicações “globais”, criadas pelos “orientais” (quais? O Oriente é muito vasto e variado...), nunca incluíram a América, nem outras regiões do globo. A apropriação ocidental (europeia ocidental, seria melhor dizer) das técnicas e recursos científicos e intelectuais orientais não faz a menor dúvida, mas sua expansão mundial a partir da Europa não foi produto de uma vocação imperialista diferenciada, mas do fato que essa expansão se apoiava sobre novas forças produtivas sociais criadas pela indústria e as relações capitalistas, a “produção pela produção”, que *obrigaram* Europa a criar uma rede econômica mundial para alimentar e dar vazão a uma produção constantemente realimentada pelo seu próprio objetivo, o lucro capitalista. E isto faltou, ou não ultrapassou um estágio incipiente, no “Oriente”, como quer que ele seja definido ou indevidamente homogeneizado. A unificação econômica mundial criou também uma ordem política baseada nos acordos interestatais, ordem submetida a constantes reformulações, derivadas das próprias desigualdades de desenvolvimento e das crises capitalistas, e de suas expressões geopolíticas. O caráter cada vez mais profundo delas evidenciava que, tendo o capital e a burguesia realizado suas duas grandes tarefas históricas – a libertação da força produtiva do trabalho social e a criação, com o mercado mundial, do marco histórico para a plena expansão das novas forças produtivas sociais – tinha criado o cenário histórico adequado para a eliminação dos modos de produção baseados na exploração do trabalho.

A fisiocracia, o mercantilismo e a economia política clássica haviam tomado em consideração a existência de relações econômicas internacionais: a teoria das “vantagens comparativas” de David Ricardo, por exemplo, foi a base ideológica do liberalismo econômico como teoria do comércio internacional. Para os economistas clássicos, no entanto, a economia (o mercado) mundial não era uma categoria independente da economia nacional, que emprestava inclusive

²¹⁰ Karl Marx e Friederich Engels. *Op. Cit.*

²¹¹ J. M. Hobson. *The Eastern Origins of Western Civilization*. Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

seu nome à “economia política” (*nationalökonomie*, em alemão). A existência de relações econômicas de abrangência mundial era considerada uma consequência da expansão europeia a partir do século XVI (denominada enganosamente pelos historiadores como “europeização do mundo”): a economia mundial era, nessa concepção, um subproduto ou um epifenômeno de um processo de natureza política e militar. Para Marx, ao contrário, a *universalidade* da produção capitalista era a expressão de sua realidade *histórica*, impensável nas categorias da economia política. Marx rompeu com a economia clássica na consideração do caráter tendencialmente *mundial* do modo de produção capitalista, o que significava que só o *mercado mundial* oferecia o *locus* adequado para a expansão das modernas forças produtivas, expansão que, para o capital – diferentemente dos modos de produção precedentes – constituía uma condição de sobrevivência.

Uma vez consolidado o capitalismo, sua expressão “científica” se tornou teoricamente regressiva. Depois do surgimento e difusão da teoria marxista, a teoria *neoclássica* originou uma nova vertente de pensamento econômico, adequada à ideia de funcionamento “ideal” do mercado, este sendo reduzido a um marco nacional, do qual as relações internacionais seriam uma função aleatória. Paralela e necessariamente, economistas da “escola austríaca”, como Ludwig Von Mises, criticaram também a teoria do valor-trabalho dos clássicos: o valor seria o resultado, não do *quantum* de trabalho incorporado no produto, mas da utilidade e raridade do bem ou serviço produzido. E, sendo o trabalho um “serviço”, seria também um bem negociável, sem distinção conceitual entre trabalho e força de trabalho. A operação teórica realizada pelos economistas neoclássicos foi a de recuperar, mutilada, a doutrina liberal clássica e apresenta-la sob outra forma, adaptada à nova situação histórica (capitalismo monopolista e depressão econômica mundial). A “revolução marginalista” no final do século XIX foi uma tentativa de restabelecer, em novas bases, uma análise que não remetesse em questão o funcionamento do capitalismo, resgatando o mercado como base natural da dinâmica econômica. Os “neoclássicos” propuseram uma teoria do valor coerente com a filosofia utilitarista desenvolvida pelo filósofo inglês Jeremy Bentham, a teoria do *valor-utilidade*.²¹² Derivada dela, a teoria subjetiva do valor e da utilidade marginal da mercadoria foi desenvolvida simultânea e separadamente por Leon Walras, Stanley Jevons e Carl Menger, na década de 1870.

Os economistas neoclássicos se inspiraram na teoria subjetiva do valor e na fragmentação da análise econômica (que resultou na mudança do nome da disciplina de “economia política”, para *economia* pura e simples), assim como na introdução da ideia de uma sociedade composta apenas pela soma de indivíduos, onde não mais existia nenhuma classe social vivendo do trabalho de outra classe. Carl Menger, Leon Walras, William Jevons, F. Von Wieser e Eugen Böhm-Bawerk, principais expoentes da “escola austríaca da economia”, passaram a buscar o fundamento da teoria econômica na resolução do “paradoxo do valor”, que consistiria em que a determinante última dos preços é a valoração dos bens pelo consumidor final. Seu princípio teórico foi chamado por Schumpeter e Hayek de “individualismo metodológico”, consistente na elaboração de teorias com base nas decisões particulares e subjetivas dos indivíduos.

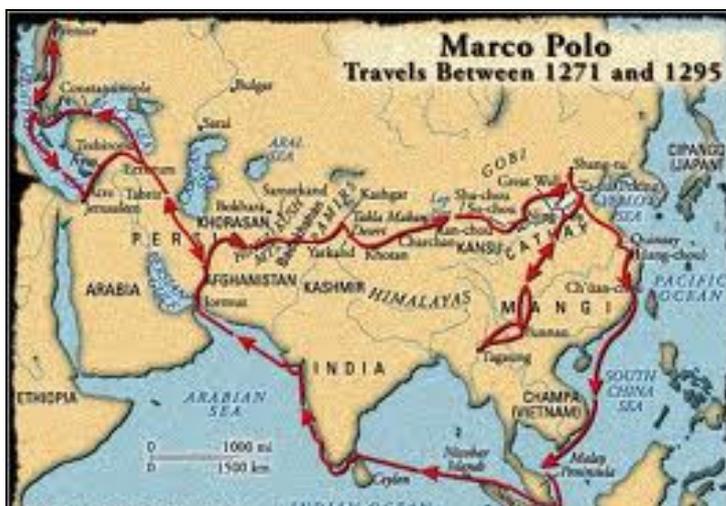
A tarefa da pesquisa econômica seria a de elaborar teorias capazes de explicar o comportamento humano e institucional em termos de motivos individuais (ou institucionais). Os dinamismos coletivos seriam desimportantes, senão simplesmente inexistentes. A avaliação dos consumidores foi a base da “teoria subjetiva do valor” austríaca. A economia dava o passo final da análise da esfera da produção para a esfera do consumo, da objetividade para a

²¹² Jeremy Bentham. Article on utilitarianism. In: Amnon Goldworth. *Deontology*. Oxford, Clarendon Press, 1983; e também: *Manuel de Sophismes Politiques*. Paris, LGDJ, 1996.

subjetividade.²¹³

A “lei dos mercados”, de Jean-Baptiste Say, reviveu e passou a funcionar como base metodológica e epistemológica única do pensamento econômico: “A partir de 1890, a economia, de economia política que era – portanto, relativamente aberta a fatores políticos e sociais nas suas análises – tendeu a transformar-se em disciplina taxativamente separada das outras ciências sociais e humanas, crescentemente matematizada e girando em torno dos conceitos de escassez e utilidade, bem como da abstração conhecida como *homo oeconomicus*, um homem totalmente informado, totalmente racional em suas escolhas e marcado pelo hedonismo (entendido como busca do máximo de satisfação mediante o menor dispêndio possível de esforço e fatores de produção), limitando-se cada vez mais ao estudo dos sistemas de mercados e do processo de formação de preços em tais mercados, bem como à noção universalizada de recursos escassos”.²¹⁴

A economia neoclássica não permitia pensar a economia mundial senão como uma abstração derivada das opções possíveis de uma economia “ideal”. A abstração dessa teoria carecia de fundamento empírico. Historicamente, a estruturação do mercado mundial não sobreveio de modo repentino nem aleatório. Representou um salto qualitativo em relação aos processos cumulativos que lhe deram origem: a expansão das suseranias do Império Chinês no Extremo Oriente, a expansão comercial da civilização islâmica na era de seu esplendor, a retomada das rotas comerciais internas e, sobretudo, externas, da Europa cristã a partir do século XI, que levou inúmeros comerciantes (italianos, em especial) a tentar estabelecer conexões comerciais permanentes com os centros de produção de tecidos finos (seda) e especiarias de Oriente. A epopeia oriental de Marco Polo (século XIII) foi o símbolo e testemunho literário dessas empreitadas fundadoras da modernidade,²¹⁵ assim como as viagens no século XIV do navegante árabe Ibn Battuta.²¹⁶



²¹³ Cf. José Maria Rodriguez Ramos. *Contribuição para a Metodologia da Economia*. São Paulo, Edusp, 1993, pp. 68-69.

²¹⁴ Ciro F. S. Cardoso. *Op. Cit.*

²¹⁵ Marco Polo. *O Livro das Maravilhas*. Porto Alegre, L&PM, 1985.

²¹⁶ Ibn Battuta (1304-1377) nasceu em Tânger, no Marrocos. Partiu da sua cidade natal em 1325 para a sua primeira grande viagem, cuja rota englobou o Egito, a Meca e o Iraque. Mais tarde, correu o Iémen, a África Oriental, as margens do rio Nilo, a Ásia Menor, a costa do Mar Negro, a Crimeia, a Rússia, o Afeganistão, a Índia - onde visitou Calcutá -, as ilhas da Sonda (Indonésia) e a região de Cantão, na China. Nos últimos anos de vida, esteve em Granada, Espanha, quando esta era ainda a capital do reino nasrida (dinastia muçulmana ibérica). Realizou depois a travessia do deserto do Saara pelo trilho das caravanas de Tumbuctu. Morreu na cidade de Fez. Como testemunho das suas viagens deixou a obra ditada e escrita pelo seu secretário, *Tuhfat annozzâr fi ajaib alamsâr*, que relata as epopeias e jornadas de sua vida de viajante explorador (Ross E. Dunn. *The Adventures of Ibn Battuta*. Los Angeles, University of California Press, 2005).



A tendência para o estabelecimento de laços econômicos mundiais era recorrente na história, tendo sido diversas vezes frustrada pela estagnação econômica de seu centro de irradiação, e sendo finalmente bem sucedida a partir da Europa na era das grandes navegações: as viagens ocidentais de Colombo e seus sucessores, no final do século XV, marco inicial do estabelecimento de relações econômicas mundiais (pois abriram a via para a estruturação de um circuito comercial Europa – Oriente – África – América) tinham o mesmo objetivo que animara Marco Polo e seus coetâneos dois séculos antes. O *Livro das Maravilhas do Mundo* de Marco Polo foi levado por Colombo em sua primeira viagem à América (na qual ele se propunha encontrar uma rota ocidental da Europa para a deslumbrante e rica Ásia descrita pelo comerciante veneziano).

As viagens além-mar se produziram no contexto “de liberdade de ideias sobre o Atlântico que compartilhavam os cartógrafos, os cosmógrafos e os exploradores da cristandade latina durante o século XV. Contra esse pano de fundo, o projeto de Colombo de atravessar o oceano parece inteligível e até previsível. O espaço atlântico exercia uma poderosa atração sobre as imaginações da cristandade latina. Os cartógrafos semeavam suas representações do oceano com massas de terra especulativas e, a partir de 1424, deixavam espaços vazios a serem preenchidos com novas descobertas. Na medida em que cresceu o interesse por esse espaço, também o fez a consciência da possibilidade de explorá-lo. As primeiras colônias europeias duradouras foram fundadas nas Ilhas Canárias em 1402 e nas Açores em 1439. O ritmo dos esforços se acelerou na segunda metade do século”.²¹⁷

As viagens de Cristóvão Colombo e Bartolomeu Dias foram o arremate desse processo e, sobretudo, deram início a outro, de alcance universal. A expedição de Fernão de Magalhães (1480–1521), navegador português a serviço da Espanha, realizou a primeira viagem de circunavegação do globo, iniciada em 1519 e concluída em 1521. O próprio Magalhães não completou a viagem: após contornar o estreito que leva seu nome ao sul do continente americano e atravessar o Pacífico, acabou morrendo no meio do caminho, nas recém-descobertas Ilhas Filipinas. Sua tripulação seguiu viagem, chegando em 1520 à “Ilha das Especiarias”, ou Ilhas Molucas, na atual Indonésia, e a seguir cruzou o Oceano Índico rumo à Espanha. Mas mundo se “unificou” não só pelo estabelecimento de rotas marítimas mundiais, mas, sobretudo ao compasso de sua divisão pelas potências colonizadoras europeias.

Buscando uma rota alternativa para a China, os europeus “descobriram” um novo continente, a América, que conquistaram e colonizaram, inicialmente, em função subsidiária de sua busca e penetração do mercado chinês e extremo-oriental. As primeiras cartografias do “novo” continente foram elaboradas para determinar o ponto de passagem mais adequado para o Extremo Oriente. A organização de sua exploração buscou, antes do mais, extrair dele os metais preciosos que lubrificassem o ansiado comércio com as maravilhas orientais. Fazendo isto, no entanto, os colonizadores-exploradores europeus realizaram, sem ter plena

²¹⁷ Felipe Fernández-Armesto. *Cristóbal Colón*. Barcelona, Folio, 2004, p. 53.

consciência do fato, outro objetivo, o estabelecimento, pela primeira vez na história, de um circuito econômico mundial: “Potosí fez muito mais do que enriquecer os homens que o controlavam, e lançar o restante numa luta mortal de uns contra outros. Em primeiro lugar, enriqueceu a Espanha, mas também financiou a consolidação do império espanhol na América do Sul, custeou a travessia do Pacífico até as Filipinas, e levou as economias das Américas, da Europa e da Ásia, antes separadas, a um condomínio de fato. *Isso aconteceu sem que ninguém o pretendesse*. A prata ganhou uma vida global só sua, enquanto os indivíduos improvisavam diante das oportunidades e da compulsão de manter o fluxo do metal precioso”.²¹⁸

A economia política clássica inverteu o processo histórico real, apresentando a economia mundial como consequência (opcional ou acidental) das economias nacionais. A economia neoclássica transformou essa opção numa abstração completa. Na concepção econômica clássica (assim como depois na economia neoclássica) a abertura externa das economias era uma *alternativa*. Ela correspondia a uma escolha racional que elevava as curvas coletivas do bem estar dos parceiros comerciais e econômicos. Mesmo em David Ricardo, a apresentação dos custos e vantagens comparativas vinha dissociada da dinâmica econômica de longo prazo, na medida em que o livre comércio era a condição que permitia contrabalançar a de outro modo inelutável emergência do estado econômico estacionário. No entanto, o raciocínio que permitia que prevalecesse tal solução estava apresentado *in abstracto*,²¹⁹ não como produto do curso de circunstâncias históricas derivadas da produção.

Marx partiu de uma hipótese diferente. O desenvolvimento do comércio exterior, a existência de um mercado mundial, era condição inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e das economias nacionais: “Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprimiu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou à indústria a sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São substituídas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias primas nacionais, mas sim matérias primas vindas das regiões mais distantes, cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades que reclamam para a sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolve-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura universal”.²²⁰

Na *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859) Marx definiu o mercado mundial como base orgânica da dinâmica de conjunto do capital. Em *O Capital* (1867) foi mais longe, pondo o mercado mundial como *condição de existência* do próprio capital, assinalando que “a extensão do comércio exterior, *base inicial do modo de produção capitalista*, surgiu desse mesmo modo de produção, que se desenvolveu em virtude das necessidades que lhe são inerentes, em

²¹⁸ Timothy Brook. *O Chapéu de Vermeer*. O século XVII e o começo do mundo globalizado. Rio de Janeiro, Record, 2012, p. 161.

²¹⁹ “Ricardo e seus seguidores aplicavam os conceitos de Adam Smith de um crescimento ordenado e de um equilíbrio do mercado ao sistema econômico internacional. Só a rivalidade nacional, com seus arancéis, restrições comerciais e guerras podia interferir com o processo de desenvolvimento. Resulta irônico que a parte de sua teoria, considerada a mais importante por Ricardo – a teoria do crescimento econômico – tenha sido descartada em grande medida pelos economistas modernos, embora conservassem seu interesse na acumulação do capital. Ao contrário, a teoria do equilíbrio econômico internacional, que era só uma parte secundária da análise original, continua constituindo uma parte integrante da economia moderna, *quase na sua forma original*” (Daniel R. Fusfeld. *La Época del Economista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1978).

²²⁰ Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto Comunista*. São Paulo, Ched, 1980.

particular da necessidade de um mercado cada vez mais extenso”. Em vez de considerar abstrata e isoladamente o desenvolvimento do comércio mundial, Marx ponderou a ruptura que esse desenvolvimento produzia no quadro histórico, pondo as relações comerciais internacionais num novo patamar: “Se, no século XVI, e ainda em parte no século XVII, a súbita extensão do comércio e a criação de um novo mercado mundial exerceram uma influência preponderante sobre o declínio do antigo modo de produção e no surgimento do sistema capitalista, isto se inverteu sobre a base do modo de produção capitalista, uma vez criado este. *A base deste último esta constituída pelo mercado mundial*”.²²¹

A constituição do mercado mundial e o advento da grande indústria foram os marcos do ingresso da humanidade na era da história mundial. Atribuindo um papel central ao desenvolvimento do sistema mundial de trocas e à grande produção industrial, Marx viu na constituição do mercado mundial (*Weltmarkt*) o seu pressuposto, enfatizando o papel unificador do mercado mundial e das potencialidades civilizatórias engendradas pela atividade industrial: “Uma vez que não há intercâmbio transcendendo a vizinhança imediata, cada invenção é feita separadamente em sua respectiva localidade. Em tais condições, basta que ocorram simples incidentes, como as irrupções de povos bárbaros, ou mesmo guerras corriqueiras, para que um país que tenha atingido um nível avançado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais tenha que recomeçar tudo do ponto de partida. Apenas quando o intercâmbio se transformou em intercâmbio universal e sua base se assentou sobre a grande indústria, quando todas as nações forem arrastadas para o interior da concorrência, a permanência das conquistas produtivas foi assegurada”.²²²

A superação dos particularismos nacionais e o ingresso da humanidade na época da história mundial constituíram a especificidade da sociedade burguesa: “As demarcações e os antagonismos nacionais entre os povos desaparecem cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade do comércio e o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e as condições de existência que lhe correspondem”. O significado histórico da constituição do mercado mundial superou suas características geográficas concretas, “é a extensão mundial do capital, como realização de um processo que o torna adequado ao seu conceito como referência universal da relação capitalista e como relação de classe (qualitativa), não como simples dominação espacial (quantitativa). No mercado mundial, a produção é posta como *totalidade*, assim como cada um dos seus momentos, ao mesmo tempo em que todas as suas contradições se põem em movimento. O comércio e o mercado mundial constituem seu pressuposto histórico e abrem, no século XVI, a história moderna do capital, iniciada, porém, só onde as condições gerais para a sua existência estavam sendo criadas no interior das formas precedentes. O significado do mercado mundial - como categoria lógica do raciocínio - é iluminado pela *dominação* que o capital exerce sobre todos os outros modos de produção”.²²³

O capitalismo representou uma ruptura histórica no modo de produção da vida social, na sua escala e no seu âmbito geográfico. Para Fernand Braudel, ao contrário, a constituição do mercado mundial não foi uma ruptura histórica, nem esteve especificamente vinculada ao surgimento do capitalismo, devido a que “não existia um só capitalismo, mas diversos capitalismos (que) conviviam, cada um com sua própria zona, seus próprios circuitos. Estão vinculados, mas não se penetram mutuamente, nem sequer se sustentam uns aos outros”. Junto a isto “perfilou-se uma tendência para uma vida unitária em escala mundial, seguida por uma queda”. Tanto o capitalismo quanto o próprio mercado mundial não seriam senão o desenvolvimento “mais amplo” de fenômenos pré-existentes, sem real ruptura histórica.

²²¹ Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Vol. 1.

²²² Karl Marx e Friederich Engels. *A Ideologia Alemã*, ed. cit.

²²³ Gianfranco Pala. *Economia Nazionale e Mercato Mondiale*. Napoles, Laboratorio Politico, 1995, pp. 44-45.

A hodierna teoria da “economia-mundo”, defendida por autores como Immanuel Wallerstein ou Giovanni Arrighi, foi tributária da visão braudeliana, considerando as relações econômicas mundiais como projeções internacionais de uma economia regional ou nacional. Nessa concepção, a *história da economia mundial* não poderia conquistar estatuto de disciplina com entidade própria, tanto na ciência econômica quanto na ciência histórica, assim como transformar-se no ponto de partida de toda análise histórica do capitalismo. O traço marcante do desenvolvimento capitalista foi seu caráter extremamente desigual segundo os países e regiões atingidos por ele. O caráter mundial da economia capitalista não se constituiu pela soma das economias nacionais.

O funcionamento da economia capitalista, por outro lado, nunca foi harmônico: há países que simplesmente são varridos do mapa por crises avassaladoras ou pela perda histórica de competitividade. A chamada “globalização” se refere a pelo menos duas dimensões, uma, espacial, e outra, temporal: um encurtamento das distâncias entre os mercados, é também um aumento da velocidade do fluxo de mercadorias, pessoas e informações, que se aceleram quando o capital mercantil, primeiro, mais tarde o capital produtivo, passaram a determinar a dinâmica da formação social na qual se inseriram. Como realidade independente, isto é, com vida própria, a economia mundial só se impôs à academia pelos abalos do mercado mundial. A economia neoclássica carecia de uma consideração específica da economia mundial (ou do mercado mundial), o que fazia com que ela aparecesse, nos manuais universitários, de modo subordinado, sob os itens de “comércio exterior” e de “relações econômicas internacionais”, como um apêndice da consideração das relações econômicas em geral. A crise de 1929, e a consequente grande depressão econômica da década de 1930, abalou esse enfoque (sem que isso impeça manuais universitários hodiernos continuar a afirmar que “a economia do mundo refere-se à economia de todos os países em conjunto”, isto é, à soma ou articulação das economias *nacionais*).

Economia mundial, Estados (e mercados) nacionais aparecem, na economia acadêmica, como elementos complementares, não contraditórios, sendo a primeira uma opção dos segundos. O caráter *mundial* das forças produtivas capitalistas, e o caráter *nacional* da organização de suas relações de produção (o Estado nacional), porém, constituem a contradição intrínseca incontornável do modo de produção capitalista, que se põe em primeiro plano na era de seu declínio histórico: “Os três móveis da política de conquista dos Estados capitalistas contemporâneos são o agravamento da concorrência pela posse dos mercados de bens manufaturados, dos mercados de matérias primas e das esferas de investimentos de capital — eis a que chegou o novo desenvolvimento do capitalismo e sua transformação em capitalismo financeiro. Ora, essas três raízes da política do capitalismo financeiro constituem, no fundo, nada mais que três aspectos do mesmo fenômeno: o conflito entre o desenvolvimento [mundial] das forças produtivas e a limitação nacional da organização produtiva”.²²⁴

Uma crise econômica mundial, devido a isso, não poderia se explicar como simples contágio de crises econômicas nacionais: ela é, pela sua natureza, uma crise das *relações econômicas internacionais*. No final da década de 1920, o capitalismo mundial ingressou numa profunda crise, que não encontrava uma explicação abrangente e satisfatória no arcabouço teórico convencional, herdado das teorias neoclássicas, que excluía tanto a consideração da economia mundial como determinante das economias nacionais, quanto às próprias crises como fenômenos orgânicos da era capitalista.

Em decorrência disso, em 1930, Simon Kuznets lançou (em seu livro *Movimentos Seculares na Produção e nos Preços*) a proposta de voltar à análise do crescimento econômico,²²⁵ esquecido pelos economistas “marginalistas” neoclássicos, limitados que estavam aos problemas do

²²⁴ Nikolai Bukhárin. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. São Paulo, Nova Cultural, 1986.

²²⁵ Cf. Robert Fogel et al. *Political Arithmetic: Simon Kuznets and the Empirical Tradition in Economics*. Chicago, University of Chicago Press, 2000.

equilíbrio do sistema econômico (que havia desabado), buscando assim uma explicação mais profunda para a crise: “Em seus aspectos mais matizados, o pensamento que se inspira no modelo [econômico] do equilíbrio não ignora as considerações de longa duração, mas não lhe resultam cômodas. O longo prazo não constitui a base de suas investigações e, quando lhe confere um estatuto, o faz quase sempre para deixá-lo de lado, mais do que para elaborar sua teoria”.²²⁶

Teoricamente, era uma situação insustentável para a teoria econômica. Celso Furtado, analisando os problemas do desenvolvimento econômico, defendeu que os conceitos, e o próprio objeto, da história econômica contemporânea, não poderiam ser construídos a partir do arcabouço neoclássico, para o qual o aumento da produtividade do trabalho (com o decorrente aumento do salário real) seria consequência da acumulação de capital que, por sua vez, dependeria do índice de remuneração previsto para os novos capitais e do preço de oferta da poupança. A acumulação de capital, provocando o aumento dos salários reais, tenderia a incrementar a participação dos assalariados no produto, assim como a reduzir o índice médio de rendimento do capital. Mas diminuindo o “preço de demanda” do capital, se deixaria de estimular a poupança e se produziria a consequente diminuição no ritmo de acumulação do capital. Retrocederíamos assim à teoria ricardiana do estancamento.

Lucro, acumulação, desenvolvimento, por isso, não cabiam no modelo neoclássico senão como consequência de um afastamento da posição de equilíbrio. Nesta, a remuneração do capital tem que ser igual em todas suas aplicações, correspondendo à taxa de juros. Na medida em que, dentro de determinado setor, existam lucros superiores à média, caberia deduzir que não haveria distribuição ótima dos recursos produtivos, já que seria possível aumentar a produtividade de um fator transferindo-o de um setor para outro. A acumulação, o investimento líquido, só se realiza com a perspectiva de lucro, sendo evidente que a utilização ótima dos recursos seria incompatível com uma economia em crescimento. No modelo clássico, o estancamento constituía o limite ao qual tendia uma economia em desenvolvimento; no modelo neoclássico, diversamente, constituiria condição necessária ao funcionamento da economia.²²⁷

Mas não foi só para uma teoria do desenvolvimento econômico dos países atrasados, como a que propunha Celso Furtado, que o arcabouço neoclássico se tornara um anacronismo. A insuficiência desse modelo para toda e qualquer economia nacional se tornou evidente com as crises econômicas mundiais. Dai que, reformulando o problema do equilíbrio econômico, a teoria de Keynes passasse a ocupar, depois da crise de 1929 e da depressão mundial da década de 1930, um lugar central no pensamento econômico.²²⁸ Utilizando o sistema keynesiano, no final da década de 1930 e depois da Segunda Guerra Mundial, alguns economistas (Hansen, Harrod, Hicks, Kaldor, Lerner) realizaram numerosos trabalhos sobre os problemas do *ciclo econômico*.

As flutuações da taxa de investimento, a rigidez do mercado de trabalho, as relações preços-salários, estão no centro das teorias sobre as flutuações econômicas. Mas foi, sobretudo, para a análise dos investimentos, como fator maior de instabilidade do sistema, que se voltaram as atenções: no papel do capital fixo e de suas variações ao longo do ciclo, a referência principal é Keynes. Para este, porém, em última instância, as razões do “ciclo” vinculam-se, não a leis objetivas da dinâmica econômica, mas a “características da natureza humana”, a principal das quais seria que “as atividades positivas dependem de um otimismo espontâneo”. Iniciada como uma variante da teoria da desproporcionalidade, a teoria keynesiana concluiu como uma psicologia social: quando Keynes entende a “propensão descendente ao consumo” e a

²²⁶ Fernand Dumont. *La Dialéctica del Objeto Económico*. Barcelona, Península, 1972.

²²⁷ Celso Furtado. *Desarrollo y Subdesarrollo*. Buenos Aires, Eudeba, 1964.

²²⁸ John Maynard Keynes. *The General Theory of Employment, Interest, and Money*. Nova York, Harcourt, Brace, 1964.

“propensão crescente à poupança” como resultados psicológicos de um incremento no ingresso encobre, de maneira direta, a diferença entre ingresso salarial e renda (lucro) de capital.

A política econômica “keynesiana” partiu da postulação de uma sólida política fiscal, que teria o objetivo de manter e ampliar os níveis macroeconômicos de renda e emprego, conduzindo a economia ao pleno emprego de recursos e mão de obra. Keynes, no entanto, formou-se a partir do referencial teórico de Alfred Marshall e da teoria neoclássica decimonônica. Rompeu parcialmente com essa tradição ao formular uma teoria que abandonava a hipótese do “equilíbrio econômico geral” como tendência básica do capitalismo. Depois de Keynes, sua “escola” acabou dividindo-se em duas interpretações básicas e divergentes, a neokeynesiana e a pós-keynesiana. A primeira teve seu ponto de partida nas abordagens de John Hicks e Alvin Hansen, e foi denominada de “síntese neoclássica”.

A interpretação pós-keynesiana inaugurou-se com a economista britânica Joan Robinson e procurou resgatar os aspectos de incerteza e instabilidade, presentes na *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* de Keynes. Através dela e de outros autores, essa linha se vinculou, crítica e distanciadamente, com a teoria marxista, que não mais podia ser ignorada. A teoria econômica acadêmica contemporânea ficou assim dividida em algumas grandes linhas-mestras: a clássica/neoclássica, traduzida pelo *monetarismo* inspirado na obra de Milton Friedman e pelo “modelo de expectativas racionais” de Robert Lucas; a neokeynesiana, cujos representantes mais conhecidos foram Paul A. Samuelson e Franco Modigliani; e a pós-keynesiana, representada principalmente por Paul Davidson e Hyman Minsky, onde o aspecto de incerteza inerente ao capitalismo possui destaque.

Simultaneamente, na universidade, a vanguarda da história econômica foi tomada das mãos dos economistas pelos historiadores, *et pour cause*, graças ao dinamismo dos *Annales*, influenciados pela teoria marxista, dinamismo inicialmente restrito à França e depois internacional. Analisando a história da França e a Revolução Francesa, Ernest Labrousse, um de seus precursores, propôs a análise das tendências econômicas seculares como chave histórica interpretativa. A influência do marxismo nos *Annales* foi, porém, decrescente. A ideia de “economia-mundo”, elaborada posteriormente por Fernand Braudel, não se equivale à teoria marxista da economia e do mercado mundiais. Segundo Braudel, a “economia-mundo” europeia apareceu o final do século XV, e inícios do século seguinte; para Wallerstein existiram economias-mundo antes, mas transformaram-se sempre em impérios: China, Pérsia, Roma.

Uma “economia-mundo” seria um sistema político contendo territórios extensos e centralizados, personificado no imperador ou nas suas instituições políticas centrais. Nessa “entidade autônoma”, os fluxos econômicos iriam da periferia para o centro. A economia-mundo se constituiria como um sistema social onde as pessoas são ligadas economicamente; por isso, seria *não política*, e também delimitada geograficamente. Por “economia-mundo” Braudel entendia a economia de uma parte do planeta capaz de formar um sistema autossuficiente. Mas se, para Braudel, o poder político era a base da constituição de um centro imperial, Wallerstein invocou os exemplos do Renascimento e da Reforma para explicar que a crise do feudalismo acabara com o princípio imperial e com a supremacia da política: esta teria se transformado em um simples instrumento para recolher o excedente econômico. Para esse autor, a “economia-mundo” capitalista se distinguiria das precedentes por “possuir fronteiras mais vastas do que qualquer unidade política”: “No sistema capitalista não existe nenhuma autoridade política capaz de exercer uma autoridade sobre o conjunto”.²²⁹ Metodologicamente, essa abordagem teórica tem uma raiz weberiana-sombartiana, embora não explícita.

Na economia acadêmica anglo-saxã, menos preocupada com questões teóricas ou metodológicas, a preocupação com a abordagem histórica desenvolveu-se mais no segundo

²²⁹

Immanuel Wallerstein. *The Capitalist World Economy*. Nova York, Cambridge University Press, 1979.

pós-guerra através da questão do “desenvolvimento” e da “modernização”, movimento iniciado em 1950 com a criação, nos EUA, da *Commission on Economic Growth* do *Social Science Research Council*, institucionalizada em 1952 com a criação da revista *Economic Development and Social Change*. Nos anos 1950 e 1960, a história econômica institucionalizada se ocupou de modo privilegiado do crescimento e do desenvolvimento. A posta em perspectiva histórica do processo de industrialização levou W. W. Rostow a tentar uma periodização das fases do crescimento, marcadas pela ultrapassagem de determinados limites, em especial em matéria de investimento.

A “nova história econômica”, por sua vez, celebrizada pelo seu uso dos *contrafactuais*, surgiu também nos EUA nesse clima de privilégio concedido ao “quantitativo”, e também contra a crescente influência da historiografia marxista (ou daquela julgada como tal). O historiador “econométrico” (ou “cliométrico”) deveria formular uma hipótese e considerar os fatos relevantes para sua validade. No passado, segundo os “cliometras”, os historiadores procediam de forma diferente: tomavam um largo número de fatos relacionados com o período com o qual eles estavam interessados, ou com problemas muito mal definidos. Não aceitavam qualquer teste rigoroso de relevância para uma hipótese. Os eixos da nova história econômica poderiam ser agrupados em três grandes categorias: crescimento econômico, instituições econômicas e políticas governamentais. Grande parte do trabalho da nova história econômica pode ser visto como uma refutação de generalizações prévias acerca do “crescimento econômico”, criticadas pela sua carência de fundamento teórico. Numa etapa (a do imediato pós-segunda guerra mundial) caracterizada por um alto grau de intervenção estatal nas economias capitalistas, “a insatisfação dos institucionalistas norte-americanos com a economia neoclássica residia (em) uma convicção no controle mais social dos negócios, principalmente dos grandes negócios, e numa intervenção estatal maior do que a visada pelos neoclássicos. Os historicistas alemães, que inspiraram grande parte do historicismo norte-americano, eram essencialmente adeptos de uma mão visível e não de uma mão oculta – o Estado. Esse elemento ideológico... levou heréticos da economia a tratar o neoclassicismo pós-keynesiano como pouco mais do que um exercício de relações públicas para o capitalismo do *laissez-faire*, uma visão inadequada, ainda que não totalmente implausível para leitores de Mises e Hayek”.²³⁰

A economia clássica utilizava o raciocínio *dedutivo* para produzir generalizações sobre o mundo a partir de proposições abstratas. A economia histórica, como vimos, teve sua origem na Alemanha, com List, baseada no princípio da *indução*: do estudo dos casos históricos específicos era esperado o surgimento de leis econômicas. A “história econométrica” norte-americana, embora postulasse e defendesse sua completa originalidade, pertence à família da economia clássica, e se atribuiu a exclusividade científica na matéria, obtendo enorme sucesso nas universidades anglo-saxãs, partindo da seguinte premissa: “A nova história econômica é a ciência que se atribui como tarefa o estudo dos fatos econômicos do passado à luz de modelos explícitos testados segundo os critérios rigorosos da econometria”.²³¹ A cliometria postulou uma abordagem hipotético-quantitativa capaz de incorporar para o estudo da sociedade métodos semelhantes, senão idênticos, aos das disciplinas científicas em geral,²³² e se firmou como alternativa explícita à teoria histórica marxista, dominante (ou “excessivamente influente”, segundo seus representantes) nas universidades europeias, lhe opondo uma espécie história quantitativa absoluta, que foi objeto de críticas ferozes. Para Pierre Chaunu, um dos pioneiros da história econômica serial, “essa pretensa história mal pode ser chamada de história” (Pierre Vilar, menos diplomático ainda, chamou-a de “econometria retroativa”).

²³⁰ Eric J. Hobsbawm. Historiadores e economistas. *Sobre História*, ed. cit., pp. 145-146.

²³¹ Jean Heffer. *La Nouvelle Histoire Économique*. Paris, Gallimard, 1977, p. 9.

²³² Cf. Ralph L. Andreano. *La Nuova Storia Economica*. Problemi e metodi. Turim, Einaudi, 1975. Para uma crítica da “nova história econômica”, ver: Josep Fontana. La nueva historia económica. In: *Historia: Análisis del Pasado y Proyecto Social*. Barcelona, Grijalbo-Crítica, 1972.

Não foram as únicas críticas. A reação, também acadêmica, contra outras variantes do quantitativismo foi forte. Em meados dos anos 1960, o economista holandês André Gunder Frank iniciou uma série de críticas à “teoria da modernização”, que contribuiu para seu descrédito.²³³ O que derrubou, porém, a hegemonia acadêmica de “modernizadores” e “institucionalistas” nas universidades anglo-saxãs foi bem menos isso do que a ofensiva vitoriosa, política e ideológica, do neoliberalismo a partir de finais da década de 1970, postulado como “uma maneira de viver, sentir, pensar. ... O neoliberalismo define uma norma de vida nas sociedades ocidentais e em todas as que as seguem no caminho da ‘modernidade’. Essa norma impele todos a viver em um mundo de competição generalizada, incita às populações a entrar em luta econômica umas contra as outras, remodela as relações sociais de acordo com o modelo mercantil, transforma até o indivíduo, chamado a conceber-se como uma empresa”.²³⁴

Os “produtos” do neoliberalismo no campo da história econômica, porém, são de escasso valor informativo e de nulo valor teórico (os velhos textos e manuais de Hayek e Von Mises continuaram a ser sua principal referência teórica).²³⁵ As teorias bombásticas de Francis Fukuyama acerca do “fim da história”, produzidas nesse esteio, se situam em outro campo disciplinar.²³⁶ O vendaval crítico contra as teorias econômicas do “despegue” (*take off*) ou da “modernização”, motivado pela distância econômica cada vez maior entre as nações avançadas e as atrasadas, e também pela vigência das crises e retrocessos econômicos, achou também seu *pendant* na crítica da história: “Se a experiência elementar da força histórica das estruturas e dos processos socioeconômicos coletivos existia já a partir das revoluções industriais e sociopolíticas do tardio século XVIII, até o nosso século [XX] ela não chegou a florescer na consciência dos historiadores. Até que os impulsos revolucionários e diretamente políticos aceleraram essa transformação, a historiografia dependia de processos em que a pretensão da relativa autonomia das ideias e do Estado tornou-se problemática, entre outros motivos, por causa das duas guerras mundiais e das repercussões da segunda revolução industrial que generalizou o sentimento da ampla dependência do indivíduo das relações gerais. Cada vez com mais frequência, e transbordando as fronteiras nacionais, a história se entendeu como história das sociedades, e a ciência histórica como ciência histórico-social”.²³⁷

A reviravolta teórica postulada pelo pós-modernismo e pelo “individualismo metodológico”, isto é, a tendência para o relativismo ou para a fragmentação mais ou menos arbitrária do objeto e do método das ciências humanas e sociais, que acompanhou e tentou expressar a crise e o fim do chamado “mundo socialista”, identificada também com a suposta crise (e fim) do marxismo, acompanhou a ofensiva neoliberal, mas não alterou decisivamente esse quadro: o materialismo histórico e a crítica marxista da economia política ganharam, ao longo do século XX, uma batalha no reconhecimento geral, ocupando uma trincheira na luta das ideias, importante, mas não definitiva. Fragmentar *a piacere* o objeto e o método da história da sociedade humana, considerando-a como um conjunto de “histórias” desconexas e

²³³ “Não existe mudança social em geral, seja para as nações, seja para os sistemas mundiais. Existem só processos de época, como os processos de formação dos Estados e a acumulação capitalista, que reformaram o mundo moderno nos últimos séculos” (Charles Tilly. *Coercion, Capital and European States*. Nova York, Basil Blackwell, 1991).

²³⁴ Pierre Dardot e Christian Laval. *La Nouvelle Raison du Monde*. Essai sur la société néolibérale. Paris, La Découverte, 2010.

²³⁵ Ludwig von Mises. *Ação Humana*. Um tratado de economia. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1990; Friedrich Hayek. *Individualism and Economic Order*. Londres, Routledge Press, 1949; *The Road to Serfdom*. Chicago, University of Chicago Press, 1980.

²³⁶ Para uma crítica, cf. Perry Anderson. *O Fim da História*. De Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992; e Osvaldo Coggiola. Capitalismo e fim da história. *Estudos* nº 34, São Paulo, Centro de Estudos do Terceiro Mundo (FFLCH/USP), novembro 1992.

²³⁷ Jürgen Kocka. Losses, gains and opportunities: social history today. *Journal of Social History*, Vol. 37, nº 1, outono 2003.

independentes, não suscetíveis de compreensão e narração geral, foi um procedimento que gerou derivações numerosas e variadas no campo da pesquisa histórica.

A teoria marxista se desenvolveu de modo relativamente independente dos avatares acadêmicos. Durante o boom econômico de pós-guerra “o interesse no marxismo foi revivido em resposta à aparente capacidade do Estado de bem-estar keynesiano em gerenciar a economia nas sociedades capitalistas avançadas, e ao alegado ‘fim da ideologia’ que acompanhou o crescimento econômico. Os marxistas inicialmente buscaram provar que, não obstante o boom, os Estados contemporâneos não poderiam realmente suspender as contradições do capital e suas tendências à crise e que o Estado permanecia um fator chave na dominação de classe”.²³⁸ A crítica marxista achou nesses anos “prósperos” seu terreno mais acessível na sociologia e na ciência política. Na última década do século passado, porém, ganhou novo fôlego “econômico” através da análise da economia mundial e da acumulação de capital em escala global (durante a chamada “globalização” ou “mundialização” do capital) e, sobretudo, pela análise da *crise*, depois do estouro da crise financeira, das Bolsas de Valores e dos débitos privados e públicos, em 2007-2008, iniciando um renascimento teórico.

A estruturação de uma economia mundial, sobre a base da expansão universal do capital, criou as bases para uma história mundial. À maioria dos povos do planeta a “unificação do mundo” lhes foi imposta de modo compulsório e sangrento, pela conquista, a colonização e a submissão às potências colonizadoras. Doravante, as especificidades históricas de cada população integrar-se-iam numa dinâmica geral em que a história de cada grupo populacional, como quer que ele fosse delimitado (nação, etnia, classe social, grupo de qualquer tipo ou espécie) seria de modo *direto* parte da história do gênero humano em seu conjunto. Essa foi, para o melhor e para o pior, a realização histórica da era do capital: “Neste processo de unificação do mundo, que seria concluído pelo proletariado vitorioso, residia, para Marx e Engels, o fato mais importante da história de seu tempo. Significava o triunfo do progresso sobre a estreiteza da sociedade pré-capitalista com seus particularismos antiquados, seu isolamento nacional, ou mesmo provincial. Era também a base necessária para a existência do proletariado moderno e do comunismo, o qual, cabe lembrar, não poderia triunfar segundo nossos autores em nível local, mas apenas no plano universal. (...) E era precisamente porque estas relações universais já estavam estabelecidas pela burguesia, segundo Marx, que o comunismo não era mais uma utopia, mas uma previsão científica fundada sobre a tendência real do desenvolvimento histórico”.²³⁹

A unificação (“mundialização”) da história humana, por outro lado, não uniformizou sua diversidade; antes acentuou e sublinhou suas diferenças e contradições (nacionais, regionais, de classe, étnicas, sexuais, etc.) ao torná-las claras e prementes, no sentido da solução das relações de opressão delas nascidas, devido à sua evidência clara e mais ou menos explícita, evidência antes oculta pela distância (geográfica, econômica ou social), pela separação histórica, ou pela ideologia dominante (religiosa ou baseada nas “hierarquias naturais”). A era histórica do capital fundiu em um conjunto único, aguçando suas especificidades, as contradições da história humana precedente, dentro das relações oriundas das relações capitalistas de produção, criando, devido a essa interconexão geral, a possibilidade de uma emancipação humana igualmente universal. Essa emancipação, na era do capital, não seria concebível senão a partir e através da emancipação do trabalho assalariado.

²³⁸ Bob Jessop. O Estado e a construção de Estados. *Outubro* nº 15, São Paulo, 2007.

²³⁹ Miklós Molnár. *Marx, Engels et la Politique Internationale*. Paris, Gallimard, 1975.

7. MERCADO E RELIGIÃO

O Papado podia denunciar os usurários, mas, sendo o centro do sistema administrativo mais organizado da época, recebendo remessas de toda a Europa, e recebendo-as em dinheiro, não podia dispensá-los.

Dante colocou os prestamistas Caorsini no inferno, mas um Papa lhes concedeu o título de ‘filhos especiais da Igreja Romana’. Grossetête repreendeu os banqueiros lombardos, e um bispo de Londres os expulsou, mas a proteção papal os trouxe de volta (R. H. Tawney, **A Religião e o Surgimento do Capitalismo**)

O capital desintegrou impiedosamente os múltiplos laços feudais que ligavam o homem a seus “superiores naturais” e não deixou nenhum outro nexos entre o homem e seu semelhante além do egoísmo crasso, do frio pagamento à vista. Afogou os êxtases mais celestiais do fervor religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês, nas águas geladas do cálculo egoísta (Karl Marx e Friedrich Engels, **Manifesto Comunista**, 1848)

Durante a era feudal, “a adesão dos imperadores ao cristianismo afetou a noção de soberania (*majestas*). Enquanto para os pagãos a soberania do Império emanava do povo, para os cristãos, a soberania pertencia a Deus. A *majestas* imperial foi redimensionada à medida que o imperador se reconheceu primeiramente como servidor da divindade, condição expressa pela fórmula *cristianíssimo*. A alteração da noção de soberania conjugada à de ministério/serviço divino, modificou de forma decisiva e progressiva a concepção de paz, que passou a ser uma obrigação não mais derivada do poder legítimo estabelecido pelo povo, mas, simultaneamente, uma delegação do poder de Deus e uma ordem sua. Essa ligação estabelecida na Antiguidade tardia entre soberania divina e concepção ministerial do poder, cujas funções se circunscreviam essencialmente à manutenção da paz e da justiça, constituiu o núcleo de concepções relativas ao poder que vigorou durante a Idade Média”.²⁴⁰ A superação revolucionária do feudalismo implicou, por isso, numa espécie de retorno ao fundamento da soberania estatal da Antiguidade, como se observou nas ideologias das principais revoluções democráticas.

A passagem do feudalismo para o capitalismo não fez simples *tabula rasa* do passado. As instituições dominantes na era pré-capitalista buscaram se adaptar à emergência do capital, o que criou uma ilusão de continuidade histórica linear. Na miragem criada, a emergência das relações sociais capitalistas teria se limitado a impor, num conjunto preexistente, a *racionalidade* como princípio de organização. Chamou-se por isso “Idade da Razão” ao período começado em inícios do século XVII, baseado em um clima geral de confiança no esforço produtivo humano, guiado pela própria razão.

Ela continuou o desabrochar do otimismo e da realização iniciados no Renascimento italiano, afastando a visão rebaixada de uma humanidade composta de pecadores, dominante no Medievo, substituída por uma cosmovisão celebrante dos feitos e do potencial humanos. Ela foi um fator revolucionário ao criticar as superstições e os preconceitos religiosos sobre cujas bases ideológicas se assentava a ordem feudal. A mudança social foi impulsionada pelo desenvolvimento das ciências físico-naturais, da tecnologia, do pensamento teórico (filosofia), em especial da renascente filosofia política, e das artes em geral. Ao se considerar só o caráter cumulativo (gradual) desse processo, a *especificidade* da era capitalista fica diluída, ignorando-se seu caráter de *ruptura* histórica em relação às eras precedentes.

Para Immanuel Wallerstein, por exemplo, o capital sempre existiu (não teria havido, portanto, acumulação originária), sendo o capitalismo o “sistema” em que “o capital veio a ser usado (investido) de forma muito específica”. O “capitalismo histórico” (isto é, o capitalismo que se impôs historicamente) significaria “a mercantilização generalizada dos processos que

²⁴⁰

Néri de Barros Almeida. *Que vêm os Historiadores que Estudam a Violência Guerreira Medieval?* Texto apresentado no Simpósio “Guerra e História”, realizado no Departamento de História da USP, em setembro de 2010.

anteriormente haviam percorrido vias que não as de um mercado”: “Nos sistemas históricos (‘civilizações’) mais importantes existiu sempre certo nível de mercantilização, portanto de comercialização. Em consequência, sempre houve pessoas que buscavam benefícios no mercado. Mas existe uma diferença abismal entre um sistema histórico em que existem alguns empresários ou mercadores, ou capitalistas, e outro em que domina o *ethos* e a prática capitalista. Antes do sistema-mundo moderno o que ocorria em cada um desses outros sistemas históricos era que, no momento em que um estrato capitalista se tornava demasiadamente rico ou tinha demasiado sucesso, ou adquiria demasiada influência sobre as instituições existentes, outros grupos institucionais, culturais, religiosos, militares ou políticos o atacavam, utilizando sua quota de poder e seus sistemas de valores, para afirmar a necessidade de conter e frear o estrato orientado para o lucro. O resultado era que esses estratos viam frustradas suas tentativas de impor suas práticas no sistema histórico como uma prioridade. Por ocasiões, se lhes tirou cruel e brutalmente o capital acumulado e, em qualquer caso, se lhes obrigou a obedecer aos valores e às práticas que os mantinham marginalizados”.²⁴¹

Sempre teria havido, segundo essa visão “sistêmica”, “estratos dominantes” capitalistas, sem, no entanto, que eles conseguissem impor seu *ethos* à sociedade como um todo até a emergência do *sistema mundial* contemporâneo.²⁴² Este teria resultado, segundo essa linhagem teórica, da desagregação das “economias-mundo” precedentes. Na Europa, berço original do “sistema mundial contemporâneo”, a queda do Império Romano de Ocidente significou o retrocesso econômico europeu com a extinção da maioria das rotas de comércio externo. O Império Romano de Oriente (Bizâncio) permaneceu aberto às trocas comerciais com o exterior através das rotas do Mediterrâneo.²⁴³ A posterior expansão islâmica não originou um modo de produção capitalista, embora desenvolvesse amplamente o comércio de longo percurso. Os impérios orientais não originaram um espaço econômico capitalista, mesmo com o desenvolvimento neles de amplas redes comerciais.

O Império Otomano, último avatar da expansão islâmica, se manteve anacronicamente como parasita de seus domínios externos por vários séculos. Devido aos testemunhos dos contemporâneos, o século XVI foi tradicionalmente considerado como o que marcou o início do declínio do Império da Sublime Porta. A historiografia mais recente apontou que foi a partir desse século, no entanto, que as autoridades imperiais iniciaram um processo de “modernização”, com a sistematização administrativa de seus domínios, a instauração de um sistema universal de taxas e impostos, a organização de um sistema de arrecadação impositiva cobrindo todas as províncias do império (imposto rural que no Egito era chamado de *kharaj*, dando origem a uma palavra de uso muito corrente nas línguas portuguesa e castelhana).²⁴⁴

Essas medidas, no entanto, não alteraram as bases sociais e produtivas do império (nem sua superestrutura política), que continuaram marcadas pelo arcaísmo social e pela incipiência localizada da produção industrial, destinada quase exclusivamente a abastecer o aparelho militar que mantinha a segurança e as fronteiras do Império, que era ainda uma potência internacional em finais do século XVIII, ao ponto de Napoleão Bonaparte chegar a esboçar um plano de condomínio internacional (um “império mundial”) da França aliada com a Sublime Porta, contra a hegemonia britânica nos sete mares. No século XIX, a “moderna” “Lei da Terra de 1858 [das autoridades turcas] foi o equivalente a um elefante guiado por um cego”.²⁴⁵

²⁴¹ Immanuel Wallerstein. *O Capitalismo Histórico*. São Paulo. Brasiliense, 1995.

²⁴² Definindo a *ética* como a essência do capitalismo, o método de Wallerstein revela sua raiz weberiana, embora faça referência constante a Marx (para quem o capital não foi o produto de uma *ética*, mas de uma *relação social* historicamente determinada).

²⁴³ Georg Ostrogorsky. *Storia dell'Impero Bizantino*. Turim, Einaudi, 2005.

²⁴⁴ Suraiya Faroqhi. The ruling elite between politics and “the economy”. In: Suraiya Faroqhi et al. *An Economic and Social History of the Ottoman Empire*. Nova York, Cambridge University Press, 1994.

²⁴⁵ Donald Quataert. *The Ottoman Empire*. Nova York, Cambridge University Press, 2000.

assim permaneceu o Império Otomano, o “gigante doente da Europa”, até sua dissolução nas primeiras décadas do século XX.

Nos séculos do declínio otomano, as condições para um novo modo de produção se desenvolveram na sua vizinha e dividida Europa, que se autodefiniu por seu dinamismo em oposição à paralisia (estagnação) dos domínios do califado. O desenvolvimento de uma burguesia de negócios e de redes comerciais nos grandes impérios orientais, por si só, não foi fator suficiente para o surgimento de um novo modo de produção. O capitalismo, como sistema desenvolvido de forma incremental remonta ao século XVI na Europa, embora setores econômicos protocapitalistas já existissem no mundo antigo, e aspectos iniciais do capitalismo mercantil já tivessem florescido na Europa, durante a Baixa Idade Média. Com o renascimento urbano e comercial dos séculos XII, XIII e XIV, surgiu na Europa, especialmente na parte ocidental, uma nova classe social: a *burguesia*.

Essa nova classe buscava inicialmente realizar lucro através de atividades exclusivamente comerciais. Seu desenvolvimento crescente, ainda no interior da economia feudal, foi impondo mudanças sociais e políticas que foram o alicerce de sua futura dominação política: “O burguês sentia a necessidade de assegurar sua defesa sem recorrer à tradicional proteção do senhor. O comércio não se desenvolve sem segurança. Um dos primeiros direitos que os burgueses reclamaram foi o de construir muralhas e fortificações. Todas as cidades ostentam nas suas armas uma coroa de muralhas, símbolo da paz urbana, garantida por uma verdadeira coligação de seus habitantes; a sua aliança, como a do senhor com seus vassalos, firma-se no juramento que implica a obrigação de se defenderem mutuamente recorrendo às armas se for o caso. Os comerciantes tinham também necessidade, para decidir seus litígios, de tribunais mais expeditos e mais integrados na vida dos negócios do que os tribunais eclesiásticos e as justiças feudais. Foi dessas diferentes aspirações que surgiu o movimento comunal”.²⁴⁶ Nesse movimento foi deitando suas raízes a noção de *cidadania* (ou seja, direitos da cidade, *locus* do desenvolvimento econômico da burguesia, e direitos dos *membros* da cidade) que seria posteriormente a base jurídica das constituições das nações modernas.

Para que o novo modo de produção vingasse, foi necessário que houvesse uma transformação no caráter autossuficiente das propriedades feudais na Europa ocidental, ou seja, uma *crise* histórica do antigo modo de produção: as terras começaram a ser arrendadas e a mão de obra começou a ser remunerada com um salário. O dinheiro começou a circular e penetrar todas as relações econômicas: o homem medieval, antes disso, mal conhecia seu significado. Entre os séculos IV e XVI, numa sociedade dominada pelo cristianismo, a Igreja doutrinou a atitude que um cristão deveria ter perante o dinheiro, tendo em vista as várias passagens bíblicas que o condenam.

A moeda começou a se desenvolver na Europa nos séculos XII e XIII, quando as cidades cresceram com o comércio. Isto não significa que houvesse já um capitalismo no alto medievo, por exemplo, na monetarização nas ordens mendicantes: nesse período, a distinção social se dava ainda entre “poderosos e fracos” e não entre “ricos e pobres”.²⁴⁷ As mudanças econômicas da Baixa Idade Média ensejaram o surgimento de uma classe de comerciantes e artesãos que vivia à margem da unidade econômica feudal, habitando uma região externa, chamada de *burgo* (a palavra vem do latim *burgus*, que significa “pequena fortaleza” ou “povoado”; no dialeto latino-germânico, *burgs* adquiriu o significado de cidadela fortificada) de onde surgiu a nova classe social. A burguesia medieval implantou paulatinamente uma nova configuração na economia, na qual a busca pelo lucro e a circulação de bens a serem comercializados em diferentes regiões se transformaram no seu motor dinâmico.²⁴⁸

²⁴⁶ Regine Pernoud. *As Origens da Burguesia*. Lisboa, Europa-América, 1973, p. 22.

²⁴⁷ Jacques Le Goff. *A Idade Média e o Dinheiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993.

²⁴⁸ Cf. Maurice Dobb. La ripresa degli scambi. In: Ciro Manca (ed.). *Formazione e Trasformazione dei Sistemi Economici in Europa dal Feudalesimo al Capitalismo*. Padua, CEDAM, 1995.

Os burgueses compravam dos senhores feudais os direitos para suas atividades: “Durante os séculos XI e XII, centenas de novas cidades, que se organizavam como comunas, alcançaram a proeminência na Itália, na Alemanha e em Flandres. Exigiram autonomia aos antigos senhores feudais e conquistaram-na. A burguesia inovadora não apenas criou nova riqueza com o comércio, também subsidiou as invenções de empreendedores engenhosos nos campos da alquimia (antepassada da moderna química), da conversão de energia, dos transportes e da metalurgia. O uso de ferro tornou-se comum, mesmo na casa dos pobres. Por todos os lugares construíram-se moinhos de vento e de água, para converter a energia das forças naturais em trabalho útil. Um novo tipo de arreio permitiu pela primeira vez que se utilizassem cavalos para puxar carroças e arados. Na Boêmia, na Suécia e na Cornualha, novas técnicas de mineração permitiram que se abrissem poços profundos até depósitos mais ricos de ferro, cobre, estanho e chumbo. A nova classe urbana tornou-se empregadora da mão de obra excedente que a crescente população agrícola produzia, enquanto os agricultores aumentavam a própria eficiência graças a novas invenções. Como resultado, os trabalhadores agrícolas viram os rendimentos crescerem, à medida que nova riqueza era criada nas cidades”.²⁴⁹

Para proteger seus interesses, os burgueses organizavam-se em associações, as *guildas*. Os artesãos urbanos, por sua vez, se organizaram em *corporações*, que defendiam seus membros da concorrência externa e fiscalizavam a qualidade e o preço dos produtos. Nas cidades maiores, onde a indústria de seda ou lã era desenvolvida, os mestres contratavam diaristas que recebiam pagamento por jornada de trabalho; os jornaleiros foram os primeiros antecessores dos modernos operários assalariados. Para eles, a luta pela vida se confundia com a *luta pelo tempo*: “Para o trabalhador medieval, o relógio da torre distinguia de modo neto seu tempo do tempo do patrão”.²⁵⁰



Burgo medieval

A moderna *burguesia capitalista* não foi o desenvolvimento linear da classe burguesa

²⁴⁹ Charles Van Doren. *Op. Cit.*, p. 128.

²⁵⁰ David S. Landes. *Op. Cit.*, p. 103.

comercial surgida no Medievo, mas sua negação como produto de uma ruptura histórica. O início da era capitalista coincidiu, temporal e historicamente, com o declínio das “cidades soberanas” da Idade Média, as *comunas*, declínio que precedeu o surgimento dos Estados modernos: “O capitalismo moderno tirou seu ímpeto inicial da indústria têxtil inglesa e não descende diretamente dos principais centros medievais. Suas bases foram lançadas na indústria rural doméstica que fugira dos centros urbanos tradicionais... As restrições impostas pelas guildas foram razões para a mudança do centro de gravidade da cidade para o campo”.²⁵¹ O centro da dinâmica econômica deslocou-se inicialmente do feudo agrário para a proto-cidade, para daí voltar ao campo, e só depois deslocar-se, transformado em *capital*, para a cidade. O termo e o conceito de *capitalismo* só se tornaram usuais muito depois, no último quartel do século XIX. A transição histórica que lhe deu origem, porém, situou-se pelo menos três séculos antes.

Não faltaram autores que viram nos comerciantes medievais europeus os antecedentes diretos de capitalismo: “Nessa tese, a passagem da riqueza mercantil ao capital é contínua, linear e quantitativa; vê-se o desenvolvimento do capitalismo como uma expansão de processos já operantes no modo tributário. Essa é, essencialmente, a postura adotada por [Max] Weber, [Immanuel] Wallerstein e [André Gunder] Frank. Se, ao contrário, se considera a mudança de riqueza mercantil em capital como algo que leva em si não só crescimento quantitativo, mas também uma grande alteração nos processos determinantes, o capitalismo aparece como um fenômeno qualitativamente novo, um novo modo de mobilizar o trabalho social no curso da transformação da natureza. Essa foi a posição que adotou Marx”.

“Deste ponto de vista, a história do dinheiro criando dinheiro não é mais do que a ‘pré-história do capital’. A riqueza mercantil não funcionou como capital enquanto a produção esteve dominada por relações de parentesco ou por relações tributárias. O que não era consumido pelos produtores ou pelos tomadores de tributos podia ser levado ao mercado de outro lugar e trocado por produtos excedentes, o que permitia aos comerciantes ficar com as diferenças de preço obtidas na operação. Para Wallerstein, a forma em que se desenvolve o trabalho social na produção de excedentes é coisa secundária, pois para ele todos os produtores de excedente que operam sob as relações capitalistas são ‘proletários’, e todos os tomadores de excedente, são ‘capitalistas’. Esses modelos dissolvem o conceito de modo de produção capitalista”.²⁵² O capitalismo foi a *negação* (a ruptura) dos modos tributários ou corporativos que lhe precederam, embora se originasse neles.

Para o capitalismo nascer, foi necessária a expansão do mercado, que foi produto da expansão da potência da produção. A nova prática comercial burguesa, geralmente urbana, determinou uma nova lógica econômica: a “economia” começou a se basear em quantias (números) que determinavam o valor de cada mercadoria, calculando-se custos e lucros a serem convertidos em uma determinada quantia monetária. Em 1494, Luca Pacioli, autor de uma *Summa Matematica* (oposta à *Summa Teologica* tomista) definiu o sistema contábil de dupla entrada (crédito/débito) sobre cuja base se desenvolveu a contabilidade empresarial até o presente.

Nesse contexto, surgiram também os banqueiros e cambistas modernos, cujos ganhos estavam relacionados ao dinheiro em circulação, numa economia monetária em pleno desenvolvimento. Em 1558, Thomas Gresham, agente financeiro da rainha Elizabeth 1ª, disse que o “dinheiro ruim expulsa o bom”, e observou que, se duas moedas têm valor legal idêntico, mas com conteúdos metálicos diferentes, aquelas com maior densidade de metal nobre seriam entesouradas, o que prejudicaria a circulação comercial. O capital, que já se identificava (alienadamente) com a riqueza monetária, nascia apelando (conscientemente) para o auxílio *do Estado*. A nova burguesia comercial, e também os cambistas e banqueiros, no entanto, foram elementos embrionários do sistema capitalista, do sistema econômico

²⁵¹ Rodney Hilton. *Op. Cit.*, p. 156.

²⁵² Eric Wolf. *Europa y la Gente sin História*. México, Fondo de Cultura Económica, 1994.

simultaneamente baseado no lucro, no acúmulo de riquezas, no controle dos sistemas de produção e na expansão permanente dos negócios.

Foi só com a transformação da *força de trabalho* em mercadoria livremente negociada, aumentando qualitativamente o potencial produtivo geral, que se estabeleceu a ponte de passagem para o *modo de produção* capitalista, através de violentos conflitos que eliminaram os elementos comunitários da vida rural europeia: “A implantação da ‘sociedade do mercado’ surgiu como uma confrontação entre classes, entre aquelas cujos interesses se expressavam na nova economia política do mercado e aquelas que a contestavam, colocando o direito à subsistência acima dos imperativos do lucro”.²⁵³

Qual foi o papel da religião (e das ideologias, em geral) nesse processo? Já vimos como Marx e Engels lhes concederam um caráter *derivado* na mudança histórica. Para Engels, “o dogma calvinista satisfazia as necessidades da burguesia mais avançada da época. Sua doutrina da predestinação era a *expressão religiosa* do fato de que, no mundo comercial da concorrência, o sucesso e o insucesso não dependem nem da atividade, nem da habilidade do homem, mas de circunstâncias alheias ao seu controle. Estas circunstâncias não dependem nem de quem quer, nem de quem trabalha; estão à mercê de poderes econômicos superiores e desconhecidos”.²⁵⁴ Werner Sombart produziu em 1902 uma síntese historiográfica, *O Capitalismo Moderno*,²⁵⁵ postulando que em cada época reinaria uma mentalidade econômica diferente; esse “espírito” adquiriria uma forma especial apropriada que modelaria a organização econômica correspondente, ele seria o impulso dominante de cada época. Nessa concepção, o “espírito” era posto no lugar do desenvolvimento das forças produtivas (a produção e reprodução da vida social) como motor da dinâmica histórica: “O espírito que domina os sujeitos econômicos foi sempre muito diverso. As diversas eras da vida econômica se diferenciam pelo espírito concreto dominante em cada uma delas”: o espírito dominante na era do capital compreenderia questões como o desejo de lucro, o espírito de empresa e as virtudes (frugalidade, ambição) burguesas.²⁵⁶

Max Weber realizou, na mesma época, uma abordagem ainda mais abrangente, pondo a “ética” de origem religiosa onde Sombart situava o “espírito”. A vulgarização das teorias de Max Weber fez dele, erroneamente, um defensor da causalidade *exclusiva* da ética protestante no surgimento do capitalismo. Que era sim, para Weber, sua causa *principal*: “Max Weber descobriu a fonte da nova ética [capitalista] na Reforma Protestante, que transplantou o ideal cristão da vida ascética das celas dos conventos para a vida cotidiana de todo cristão. Criou uma nova ética que Weber chamou de ascetismo laico”.²⁵⁷ O capitalismo seria, para Weber, filho da radical transformação da mentalidade econômica produzida pela Reforma Protestante. Certamente, a moral cristã vigente na Idade Média defendia ainda o aristotélico “preço justo” e proibia a usura; João Calvino, na versão mais radical da Reforma cristã, justificou o comércio lucrativo e o empréstimo a juros, no pressuposto de que fazer o sucesso comercial era um sinal da eleição (predestinação) divina:²⁵⁸ “Se o homem atingir alguma

²⁵³ Ellen Meiskins Woods. *The Origins of Capitalism. A longer view*. Londres, Verso Books, 2002.

²⁵⁴ Friedrich Engels. *Socialisme Utopique et Socialisme Scientifique*. Paris, Editions Sociales, 1973.

²⁵⁵ Werner Sombart. *Le Capitalisme Moderne*. Paris, Payot, 1932.

²⁵⁶ Werner Sombart. *El Burgués*. Madri, Alianza Editorial, 1982.

²⁵⁷ Oskar Lange. *Economia Política*. México, Fondo de Cultura Económica, 1976.

²⁵⁸ O calvinismo (tradição reformada, fé reformada ou teologia reformada) foi tanto um movimento religioso quanto uma ideologia cultural com raízes na reforma religiosa iniciada por Calvino em Genebra no século XVI, desenvolvida também por outros teólogos: Martin Bucer, Heinrich Bullinger, Pietro Martire Vermigli e Ulrich Zwingler. Este criticou severamente os programas de ajuda aos pobres desenvolvidos pela prefeitura genebrina. Calvino exerceu uma influência internacional no desenvolvimento da Reforma Protestante, com uma coleção maciça de comentários sobre a Bíblia. Calvino apoiou-se em Paulo, “pela fé sereis salvos”, ideia que tinha sido retomada pouco antes dele por Martin Lutero, pai do protestantismo. O calvinista deveria ser um profundo conhecedor da Bíblia, com todas as suas ações determinadas pela sua relação *individual* com a moral cristã. Dessa forma proclamou, no terreno religioso, o princípio da liberdade individual face à Igreja Romana. O calvinismo foi o

prosperidade, não a deve atribuir à sua diligência nem à sua habilidade ou fortuna [sorte], mas deve reconhecer que ela provém de Deus. Por outro lado, se não conseguir progredir, enquanto os outros se elevam até a altura de seus desejos; ou mesmo se lhe acontecer de regredir, deverá suportar sua pobreza com paciência e moderação maiores do que aquelas que um não crente exibiria diante de riquezas medíocres, inferiores aos seus desejos... Pensará que todas as coisas são estabelecidas por Deus de acordo como convêm à sua salvação”, escreveu Calvino na sua *Instituição da Religião Cristã* (1536).

Com base na ideia calvinista de predestinação, Max Weber elaborou a tese de que a ética e as ideias puritanas influenciaram decisivamente o nascimento e desenvolvimento do capitalismo, ao ponto de se tornar seu fator desencadeante. O calvinismo militante da Europa setentrional depois da Reforma Protestante foi também apontado como um estímulo decisivo ao trabalho e à acumulação de riquezas.²⁵⁹ Weber, quando acentuou o papel da ética protestante não eliminou as causas de natureza econômica, embora sua explicação da origem do capitalismo obedeça a uma causalidade diversa daquela proposta por Marx, pois em Weber a produção e reprodução da vida social jogam um papel subordinado dentro de uma construção histórica determinada pela ideologia (religiosa, em primeiro lugar). Tradicionalmente, na Igreja Católica Romana, a devoção religiosa estava acompanhada da rejeição dos assuntos mundanos, incluindo a ocupação econômica. Weber definiu o “espírito do capitalismo” como as ideias e hábitos que favoreceram, de forma ético-religiosa, a procura racional de ganho econômico: tal espírito não estava, para ele, limitado à cultura ocidental, mas na Europa ela se realizou plenamente, “não pela ação de indivíduos isolados, mas como uma forma de vida comum aos grupos de homens”.

Havia, portanto, motivo suficiente para se procurar as origens do capitalismo nas ideias da Reforma Protestante. Montesquieu, Buckle, Keats e outros tinham já sugerido a afinidade entre o protestantismo e o desenvolvimento do “espírito comercial”. Weber pretendeu demonstrar que certos tipos de protestantismo (em especial o calvinismo) favoreciam o comportamento econômico racional, pois neles esse comportamento recebia um significado espiritual e moral positivo. O calvinismo, por exemplo, trouxe para a religião cristã a ideia de que as habilidades humanas deveriam ser percebidas como dádiva divina, e por isso incentivadas. Este resultado não era o objetivo-fim dessas ideias religiosas, era um subproduto delas. Mas isso foi causa ou consequência do alvorecer do capitalismo?

Para Weber, a resposta era clara: em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, sua obra principal, a ética calvinista e o conceito de *Beruf* (profissão como vocação) são vistos como fator decisivo para a difusão de uma conduta de vida ascético-racional, pressuposto do “espírito” capitalista moderno.²⁶⁰ As teses sombartianas e weberianas foram objeto de diversas críticas: “Há mais de um modo de ter sucesso numa economia moderna. A tese de Werner Sombart, que atribuiu a emergência do capitalismo aos judeus, repousa sobre uma exageração além de toda proporção; o vínculo exclusivo estabelecido por Weber entre a ética protestante e o espírito do capitalismo põe seu acento sobre uma relação de causalidade histórica, negligenciando o papel dos judeus contemporâneos”,²⁶¹ sem falar em que ambas as

resultado da evolução das ideias protestantes no espaço europeu de língua francesa. A expressão “calvinismo” foi usada pela primeira vez em 1552 pelo pastor alemão Joachim Westphal (Cf. Bernard Cottret. *Calvin: A Biography*. Grand Rapids, B. Eerdmans, 2000).

²⁵⁹ Cf. Maurizio Brignoli. Dio, proprietà, povertà e lavoro: etica protestante e assetti capitalistici. *La Contraddizione* nº 137, Roma, outubro-dezembro 2011.

²⁶⁰ Max Weber. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1976.

²⁶¹ Yuri Slezkine. *Le Siècle Juif*. Paris, La Découverte, 2009, p. 78. O papel dos judeus no surgimento das premissas do capitalismo (não do próprio capitalismo) foi más prático do que ideológico: “Desde o início do século XVI, as colônias marranas estavam presentes em cada centro comercial importante da Europa, da América e do Extremo Oriente; a extensão de sua atividade na Europa era incomensurável com seu número. Uma mesma língua e uma mesma cultura fundamental impregnavam, em cada porto, comunidades pequenas ou grandes. Um indivíduo podia ir de Hamburgo a Bordeaux, de Bordeaux a Livorno, sem grandes mudanças. Também podia corresponder-se

teses ignoram, do ponto de vista religioso, o papel da filosofia árabe dita anacronicamente “medieval” na origem das heresias e cisões do cristianismo europeu, incluído o protestantismo. O papel econômico medieval dos judeus europeus estava, por outro lado, vinculado a atividades pré-capitalistas, derivadas da sobrevivência (e funcionalidade) da doutrina aristotélica na Igreja cristã, a saber, “a ilegalidade e o aspecto pecaminoso da usura (que) forçou grande parte do negócio do empréstimo de dinheiro com juros a cair nas mãos dos judeus, que não tinham qualquer preconceito com a usura. Consideravam que cobrar juros pelo empréstimo de dinheiro não era diferente de cobrar renda pelo uso da terra, algo considerado natural pelos cristãos... Aos judeus era proibida por lei a posse da terra, a única outra forma de riqueza além do dinheiro, por isso dirigiram os esforços e a engenhosidade para as finanças, na qual se tornaram especialistas. No entanto, mesmo sendo a usura legal segundo a lei judaica, continuou a ser ilegal pela lei cristã, o que muitas vezes serviu de desculpa aos devedores para renegarem as dívidas”.²⁶²

As protoformas do capitalismo já existiam em escala considerável em períodos históricos prévios às reformas protestantes: “Max Weber viu a impulsão decisiva do moderno nas revoluções espirituais do século XVI. Werner Sombart acreditou que o começo do capitalismo devia ser situado muito antes, no século XIV, que inicia a cultura municipal italiana. Todas as transformações políticas e econômicas só podem desfraldar um efeito, profundo e amplo, se forem precedidas por um cambio da imagem central do mundo (o que) advoga em favor da data posterior: só no século XVI tem lugar o cambio fundamental da concepção do mundo, mudança que arrastou consigo todo o mais. Sem dúvida, o mundo medieval fez amadurecer fenômenos econômicos que parecem pertencer à Época Moderna. No século XIV, nas cidades do norte da Itália, na indústria têxtil haviam surgido grandes estabelecimentos fabris que se assemelhavam às empresas capitalistas. No desenvolvimento das formas jurídicas racionais das cidades mercantis, a Idade Média já havia criado organizações nas quais apareceu pela primeira vez o tipo de cálculo moderno. Porém, todos estes indícios aparentes de uma nova época pertencem ao círculo de estilo e formas da Idade Média”.²⁶³

Nas cidades-estados italianas, efetivamente, e antes da Reforma Protestante, o capital comercial e o capital bancário se expandiram com o advento das sociedades por ações, das letras de câmbio e da escrita contável em duas colunas, nascida no século XV; a dívida pública aumentou também os recursos do Estado e as possibilidades de investimento para os cidadãos com rendimentos acima das necessidades imediatas de sobrevivência. As letras de câmbio nasceram em Gênova, no século XII, constituindo-se em “um instrumento universal sem o qual não se poderia imaginar um capitalismo comercial (ou qualquer outro). São simultaneamente instrumento de cambio de moedas, meios de compensação dos negócios (evitando os deslocamentos lentos e difíceis das moedas metálicas), meios de empréstimo a juros e, finalmente, meio de circulação fiduciária que joga o papel de moeda paralela graças aos diversos procedimentos de endosso e de desconto. Elas foram o grande (mas não único) paliativo para a insuficiência quantitativa de moeda metálica e para a lentidão de sua circulação”.²⁶⁴

na mesma língua com a metade do mundo civilizado. A maior parte das grandes famílias era cosmopolita e tinha seus próximos instalados em todos os grandes centros urbanos. O ‘crédito’, no sentido literal, era uma realidade social que apoiava automaticamente as trocas comerciais. As relações econômicas se desenvolviam, mesmo com Espanha e Portugal, sob o nome de empréstimos. Formou-se uma rede que não tem outro equivalente na história a não ser o da Liga Hanseática. Alguns setores comerciais encontravam-se quase que inteiramente sob o monopólio das comunidades marranas. Desde meados do século XVII, os judeus de origem espanhola ou portuguesa constituíam figuras eminentes do mercado bancário europeu, em cuja criação haviam contribuído ao fundar os grandes bancos nacionais” (Cecil Roth. *História dos Marranos*. Os judeus secretos da península ibérica. Porto, Civilização, 2001, p. 183).

²⁶² Charles Van Doren. *Op. Cit.*, p. 287.

²⁶³ Alfred Muller-Armack. *Genealogia de los Estilos Económicos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986.

²⁶⁴ Jean Meyer. *Op. Cit.*, p. 85.

Uma forte burguesia financeira se desenvolveu a custa da Igreja antes da sua cisão: “O Papa tinha perpétua necessidade de dinheiro para manter a suntuosidade de sua corte e para sustentar sua luta mortal contra o Imperador. Precisava de ouro para pagar soldados e comprar aliados. Também o precisavam os prelados, agentes ordinários de sua política, que gastavam suas rendas, e mais ainda, em festas, recepções e viagens aos túmulos dos apóstolos. Os banqueiros florentinos devoraram ou absorveram as propriedades circundantes dos grandes conventos, e depois se disputaram ansiosamente os clientes de Roma. Chegaram a ser uma potência europeia”.²⁶⁵ Desse modo, o “cálculo moderno” (projetos econômicos realizados com base no cálculo prévio de custos e benefícios), condição para qualquer empreendimento mercantil de envergadura, não caracterizou especificamente o capitalismo.

Como mostrou Maurice Dobb, nem sequer caracterizou um “espírito de cálculo econômico” filho da Reforma Protestante (o suposto “espírito do capitalismo”), pois cálculos contábeis e projeções econômicas bastante complexas já eram realizados na Idade Média, em diversos países, bem antes da Reforma Protestante. O papado medieval não só era o centro de um sistema de poder temporal, era também o centro de um vasto sistema de arrecadação financeira e de investimento. No entanto, em *An Essay on Projects*, de 1697, Daniel Defoe situou o início da “era dos projetos” só em 1680 (o que poderia ser considerado válido para sua Inglaterra natal). E, em relação às culturas extra europeias supostamente refratárias à modernização capitalista, Maxime Rodinson criticou a afirmação de Max Weber referente à “ideologia islâmica” como inimiga da atividade comercial lucrativa e “racionalizada”.²⁶⁶

A unilateralidade weberiana não se refere apenas ao fator propulsor do capitalismo, mas também à sua ideologia, centrada para Weber no cristianismo reformado. Certamente, “dado o papel ainda relevante da religião na elaboração ideológica das diversas classes sociais, a luta contra o sistema feudal, representado religiosamente pela Igreja Católica, requereu, com o surgimento de novas classes e modos de produção, uma legitimação religiosa que se manifestou nas vestes da Reforma Protestante ou da heresia”.²⁶⁷ O Islã “herético” foi, no entanto, o berço da ruptura religiosa cristã europeia. Os primeiros passos de um enciclopedismo laico devem ser buscados na cultura árabe, ainda durante a Alta Idade Média europeia. Avicena (Ibn Siná, 980-1037), além de conhecido filósofo, criou o cânone da medicina secular: em *al-Sifa* (“a cura”) recolheu, de modo sistemático, o saber filosófico existente; seu *Al-Qanun* (“o cânone”) foi o maior compêndio da medicina árabe e, com sua tradução ao latim no século XII (realizada em Toledo entre 1150 e 1187) influenciou decisivamente os conceitos e a prática medicinal na Europa, além de legar seu nome (“cânone”) às sínteses paradigmáticas do saber em qualquer área do conhecimento.

²⁶⁵ Georges Renard. *Op. Cit.*

²⁶⁶ Maxime Rodinson. *Islam y Capitalismo*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1973. E não se limitou a isso. O Alcorão islâmico representava, segundo ele, a visão idealizada de uma pessoa que morou no deserto de Arábia nas condições sociais da época de Maomé; descreve como tal pessoa imaginaria um lugar ideal para passar a eternidade. Essa percepção não representava a visão ou o testamento de algum deus eterno, onisciente, onipresente e onipotente, mas a de um ser humano, refletindo as condições naturais e sociais em que viveu. Esse monoteísmo é, portanto, diverso do judeu ou cristão. Rodinson apontou como, a partir do século XVII, o Islã, diferentemente do cristianismo, foi visto no Ocidente como o epítome da tolerância e razão. O Ocidente ficou fascinado pela ênfase do Islã “no equilíbrio entre a adoração e as necessidades da vida, e entre as necessidades morais e éticas e as necessidades corporais, e entre o respeito ao indivíduo e a ênfase sobre o bem-estar social”. A conciliação entre o imperativo religioso e o imperativo econômico já existia, portanto, antes do protestantismo.

²⁶⁷ Maurizio Brignoli. Capitalismo e protestantesimo. *La Contraddizione* nº 135, Roma, abril-junho 2011. Na luta contra a heresia forjou-se a Igreja-Estado, que antecipou as formas que tomaria a repressão no Estado Moderno: “A ortodoxia incitava à heresia por condená-la e denomina-la... porque punia, porque caçava as pessoas, pôs em uso um arsenal que, quando ganhava vida própria, sobrevivia à heresia que supostamente estava combatendo... esses organismos encobertos e seus especialistas muitas vezes eram ex-heréticos pagando seus pecados. Por caçar e punir pessoas, a ortodoxia também instilava atitudes mentais particulares, um pavor da heresia, a convicção de que a heresia é hipócrita porque é oculta, devendo ser detectada a qualquer custo e por quaisquer meios” (Georges Duby. *L’Europe Pré-industrielle XIe-XIIIe Siècles*. Paris, Mouton, 1968, p. 404).

O nome maior de filosofia árabe foi Averroes (Ibn Rochd) (1126-1198), natural de Córdoba, Espanha. O clero islâmico acusou-o de heresia, deportando-o até sua morte em Marrocos, pois Averroes tinha tentado conciliar a filosofia com o dogma religioso, chegando à teoria da “dupla verdade”, segundo a qual uma tese poderia ser verdadeira em teologia e falsa em filosofia, e vice-versa. Isso implicava a possibilidade de um conflito entre a verdade revelada pela fé, e aquela a que se chega através da razão. O vírus averroísta penetrou rapidamente a teologia cristã: “Aceitando como verdadeira a doutrina de Agostinho sobre as duas cidades, haverá uma única verdade para ambas ou será que precisam de verdades separadas e diferentes? Se algo for verdadeiro para uma cidade, terá de ser verdadeiro para a outra? Ou, se existirem duas verdades distintas, será uma mais importante do que a outra? Assim, será que um indivíduo terá de escolher entre elas?”²⁶⁸ Concebendo a eternidade do mundo e da matéria (da qual o intelecto humano seria um atributo), Averroes negava de fato a criação do mundo a partir do nada, ou a possibilidade de demonstrar essa tese através da razão. Era, implicitamente, um ataque em regra ao teísmo de qualquer natureza. O que há de eterno no indivíduo pertenceria, para Averroes, inteiramente ao seu intelecto, o que negava a ideia de imortalidade pessoal.

As teses averroístas, divulgadas na Europa, foram condenadas no século XIII pelas autoridades eclesiásticas cristãs, que tiveram que conviver com “a irrupção de um Aristóteles arabizado nas universidades europeias”,²⁶⁹ durante o século de nascimento e expansão dessas instituições. Através de diversas escolas, a influência do averroísmo se fez sentir na Europa até começos do século XVII; foi contra ela que foi elaborada, no século XIII, a maior síntese da teologia cristã, a *Summa Teologica* de Tomás de Aquino, “síntese definitiva do aristotelismo e da revelação cristã”. Averroes foi, na Europa, a partir do século XIII, o grande divisor de águas, e suas ideias tiveram peso decisivo nas ideias e na filosofia do Renascimento.²⁷⁰

Na hodierna *Enciclopédia Britânica* se afirma que “os movimentos de tradução árabe-latinos da Idade Média levaram à transformação das disciplinas filosóficas no mundo latino medieval. O impacto dos filósofos árabes na filosofia ocidental foi particularmente forte na filosofia natural, na psicologia e na metafísica, mas se estendeu também para a lógica e a ética”. As heresias orientais (árabes ou outras), no entanto, não originaram uma ruptura econômico-social nos seus países ou “civilizações” de origem: ou seja, mudanças e rupturas intelectuais são condição necessária, mas não suficiente, para tanto.

A dissolução do feudalismo (que liberou as novas forças produtivas sociais contidas no seu bojo), um processo não específica, mas sim inicialmente, europeu, foi a base tanto do capitalismo como do surgimento dos Estados Nacionais. A expansão e a tendência para a unificação e uniformização dos mercados internos, de um lado, e o crescente volume do comércio externo, de outro, constituíram sua base. O desenvolvimento dos Estados, em dado momento, constituiu-se como impulsor do crescimento dos mercados. Um fator de significativa ampliação de mercados, conectado ao aumento extensivo contínuo da produção de mercadorias, foi a formação dos *estados territoriais*, antecessores dos Estados Nacionais, no século XVI. A burguesia capitalista deparou-se, já em seu nascedouro, com um desenvolvido aparelho estatal burocrático-militar, radicado em um arcabouço tributário-fiscal público diverso da renda feudal privada. A história da formação desse aparelho estatal

²⁶⁸ Charles Van Doren. *Op. Cit.*, p. 138: “Averroes era um muçulmano devoto. Nunca deixava de insistir que, fosse o que fosse que Aristóteles parecesse estar sugerindo, na verdade apenas existia uma verdade, contida no Corão. O que parecia verdade na esfera natural não passava de uma sobre de uma verdade maior; (mas) cresceu no Ocidente a ideia de que Averroes propunha a doutrina das duas verdades, uma de Deus, outra da natureza, com duas lógicas distintas e dois métodos diferentes. Acreditava-se também que Averroes pensava que a verdade da natureza era igualmente honrada. Averroes não pensava tal coisa, mas bastava que os cristãos ocidentais assim o acreditassem” (*Idem*, p. 145).

²⁶⁹ Roland Corbisier. *Enciclopédia Filosófica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987, p. 25.

²⁷⁰ Manuel Cruz Hernández. *Historia del Pensamiento en el Mundo Islámico*. Madri, Alianza, 1996; José Maria López Piñero. *La Medicina en la Historia*. Madri, La Esfera de los Libros, 2002.

remonta ao início da Idade Moderna, com o Estado monárquico absolutista. O evolucionismo antropológico, posteriormente, supondo um padrão comum de etapas evolutivas a ser percorrido por *todas* as sociedades, desvinculou-se dessa explicação.

Para Marshall Sahlins, por exemplo, o feudalismo não seria “a etapa geral da evolução que precedeu a civilização elevada (moderna)”, mas “uma etapa apenas num sentido específico”. A etapa que precedeu os Estados Nacionais modernos seria, para ele, a representada por civilizações clássicas como Roma, China, Suméria ou o Império Inca. O feudalismo não passaria, para esse autor, de uma forma atrasada dotada de “um nível de desenvolvimento geral mais baixo do que as civilizações da China, do Egito antigo ou da Mesopotâmia, embora tenha surgido posteriormente a essas civilizações e tenha conduzido a uma forma ainda mais elevada do que qualquer uma delas”.²⁷¹ No “neoevolucionismo”, um tipo ideal (weberiano) foi sobreposto à história real, que os neoevolucionistas negligenciam ou simplesmente suprimem em favor de um evolucionismo cultural relativista e comparativo, buscando transportar mecanicamente para a sociedade humana as leis da evolução biológica.

Qualquer que fosse sua avaliação, a difusão das teorias de Weber no século XX polarizou os debates a respeito da origem e significado do capitalismo. Seguiu-se uma longa controvérsia: Alexander Gerschenkron definiu como inútil o debate acerca de se do capitalismo nasce “o espírito do capitalismo”, ou o contrário, ou seja, adotou uma posição eclética para a qual o conhecimento acadêmico parece ter uma tendência pronunciada. Para Marx, diversamente de Weber, as origens da sociedade capitalista não estavam em uma “sociedade dotada do comportamento econômico frugal e abstinência de uma elite moral”, mas na formação de uma classe sem propriedades e de outra classe, capitalista, que a explora economicamente. Contra as teses organicistas, Marx e Engels determinaram a base do advento da era burguesa na Europa nas transformações na esfera da produção da vida social, das quais as transformações ideológicas (incluindo as religiosas) foram consequência, não causa.

Na formulação sintética do historiador marxista Pierre Vilar: “A vitória do protestantismo ajudou a acabar com o universo animista e mágico, enxergando a religião como fator propiciador. Daí em diante, Deus e alma individual ficaram cara a cara. O sentimento de pecado subsistiu; fez-se, na verdade, mais abrumador, por ter de se enfrentar individualmente ao pecado. Mas o sentimento de pecado era também o de liberdade potencial. Magos, sacerdotes e santos não poderiam fazer nada, mas Deus sim. Suas promessas eram livres e seguras. Os puritanos continuaram sendo terrivelmente conscientes de sua natureza pecadora, inclusive quando tentavam identificar sua vontade com a vontade de Deus, examinando cuidadosamente os motivos de suas ações... A convicção simultânea da própria maldade e da própria honradez não criou personagens atraentes, mas forneceu um estímulo vital e produtivo em países onde o capitalismo estava se desenvolvendo, em uma época em que a indústria só existia em pequena escala, artesã e irracional. Os homens de negócios da Idade Média morriam com sentimento de culpa e deixavam seu dinheiro à Igreja, que o usava improdutivamente. Os negociantes protestantes já não morriam envergonhados de suas atividades produtivas; na sua morte, deixavam seu dinheiro para ajudar outros que os imitassem”.²⁷²

As transformações econômicas que levaram a esses resultados precederam às transformações religiosas, na Europa. O declínio das formas compulsórias de expropriação do excedente econômico coincidiu com (e foi devido ao) renascimento comercial europeu, que exigiu uma adequação das formas institucionais (estatais) existentes, como condição para sua sobrevivência e desenvolvimento. No plano econômico, a partir do século XI a Europa

²⁷¹ Marshall Sahlins. *Evolution and Culture*. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1960. Para uma crítica metodológica de Sahlins, ver: Norman Yafee. *Mitos do Estado Arcaico*. São Paulo, Edusp, 2013.

²⁷² Pierre Vilar. El protestantismo y el desarrollo del capitalismo. In: *Estudios sobre el Nacimiento y Desarrollo del Capitalismo*. Madri, Ayuso, 1978, p. 72.

medieval conheceu um renascimento das rotas comerciais internas e externas, e um crescimento sustentado da produção mercantil. Este crescimento econômico tornou-se visível no chamado “manto branco” de igrejas e catedrais monumentais que começou a cobrir o continente europeu, contrastando com a relativa modéstia das construções religiosas precedentes. Alguns autores (Lynn White, Perry Anderson)²⁷³ relacionaram o renascimento econômico europeu com uma nova atitude da Igreja Cristã, que misturava uma concepção penitencial do trabalho com uma dessacralização da natureza, atitude que teria predisposto à sociedade para a inovação científica e técnica (realizada, em primeiro lugar, nas grandes obras eclesiásticas, as igrejas góticas e outras construções monumentais) na Baixa Idade Média.

²⁷³ Lynn White. *Medieval Technology and Social Change*. Oxford, Clarendon Press, 1962; Perry Anderson. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto, Afrontamento, 1984.

8. ORIGENS DO ESTADO NACIONAL

A “revolução técnico-científica” da era capitalista teve origem medieval: Brunelleschi revolucionou (no século XIV) a engenharia e a arquitetura, fusionando arte, artesanato e matemática para construir a cúpula do *duomo* de Florença. A origem medieval da revolução científica levou alguns autores a negar a própria existência de revoluções científicas, advogando em favor de uma concepção linear do progresso científico e técnico. Mas não é possível separar ciência, técnica e tecnologia de produção do processo histórico que preparou a emergência econômica e política de algumas regiões europeias na Baixa Idade Média. O crescimento econômico e demográfico europeu a partir do século XI iniciou o caminho de recuperação dos 75 milhões de habitantes do Império Romano de Ocidente na sua era de esplendor. A população europeia caiu, depois da queda do Império, durante a Alta Idade Média, para 23 milhões de habitantes, divididos em unidades econômicas relativamente isoladas (feudos) em meio a um declínio da circulação comercial continental, e também do intercâmbio comercial da Europa com o restante do mundo (conhecido). A *relance* econômica da Europa foi preparada através de uma série de processos e acontecimentos que condicionaram sua reemergência mercantil.

G. M. Trevelyan situou na conquista de Inglaterra pelos normandos (povo de origem nórdica que ocupava o Noroeste da França desde o século X) a vinculação da história das ilhas britânicas, vinculadas aos reinos escandinavos desde o fim do Império Romano, à história da Europa ocidental, ao mesmo tempo em que “o *Common Law* foi um desenvolvimento característico da Inglaterra; o Parlamento, conjuntamente com o *Common Law* deu-nos definitivamente uma vida política própria em forte contraste com os desenvolvimentos ulteriores da civilização latina”,²⁷⁴ vida política independente originada, no entanto, em uma invasão externa. A monarquia inglesa teria firmado seu caráter proto-nacional antes das monarquias católicas continentais (“latinas”) ao mesmo tempo em que iniciou o reconhecimento dos direitos populares (*commons*).

Os normandos, no entanto, para legitimarem religiosamente sua conquista, se vincularam ao movimento de reforma da Igreja Romana impulsionado pelo papado, no contexto da chamada reforma gregoriana, isto é, do movimento pelo qual o Vaticano buscou afirmar sua primazia sobre qualquer poder concorrente. Tal trajetória ocorreu em um contexto marcado pelo combate aos hereges e às minorias religiosas (judeus e muçulmanos). Sublinhando o suposto “privilégio inglês”, a mitologia *whig* (liberal) inglesa declarou que a monarquia britânica já possuía uma origem contratual (ou seja, não apenas baseada em direitos hereditários) expressa no *Witan*, Conselho Real, desde antes da invasão normanda.

Onde e quando quer que se situe sua origem, a impulsão para a formação do Estado Moderno começou na Inglaterra no século XIII, com a sanção da Magna Carta (*Great Charter*), em 1215,²⁷⁵ firmada pelo rei John, dito *Sem Terra*, quinto gênito da dinastia Plantagenet, sucessora francófona da dinastia normanda inaugurada por William o Conquistador, que em 1066 derrotara os anglo-saxões. A Magna Carta, uma proto-constituição, determinava que o rei não poderia, exceto em casos muito especiais, instituir tributos sem a anuência dos súditos. Daí surgiu o princípio de representação política, representado no parlamento representativo. Inglaterra estava nesse momento dividida em 60.215 “feudos de cavaleiros”. O representante da dinastia estrangeira (de origem francesa) tentou, com a Carta, resolver o conflito que a opunha a casa real ao *Parlamento*, representação composta pelos barões anglo-saxões enfrentados aos senhores estrangeiros francófonos. Para resolver o impasse e impor a hegemonia monárquica, a *Carta* reconhecia os direitos e liberdades da Igreja, dos nobres e dos

²⁷⁴ G. M. Trevelyan. *History of England*. Londres, Longman, 1956, p. 136.

²⁷⁵ A Carta Magna possuía antecedentes: em 1188, Henry II fixou uma taxa (a *Saladin Tith*e), controlada por um jurado composto de representantes dos taxados: nascia assim a conexão *entre impostos e representação política* (Courtenay Ilbert e Cecil Carr *Parliament*. Londres, Oxford University Press, 1956).

simples súditos, configurando a primeira “constituição” ocidental. No ano 1254, Henry III, por ocasião de uma crise financeira da monarquia inglesa, estendeu a representação parlamentar aos representantes dos *counties*, os condados (“*each sheriff was required to send two knights from his county to consider what aid they would give the king in his great necessity*”).

Em 1265, Simon de Montfort impôs ao Parlamento que fossem aceitos também representantes das cidades e aldeias (*boroughs*), inaugurando a representação política dos *commons*. Inglaterra passou da histórica condição de país ocupado (pelos escandinavos e franceses) à condição histórica de invasor, com a “Guerra dos Cem Anos” contra a França, iniciada em 1337 pelo rei Eduardo III, que reivindicou para si a sucessão da coroa francesa. A nobreza inglesa foi muito debilitada nessa guerra e na posterior “Guerra das Duas Rosas”. No final do século XIV, o trono inglês já conseguira dissolver as tropas feudais e destruir os castelos-fortaleza dos barões, que tiveram que se submeter ao rei. Nascia o *absolutismo monárquico*, a par com a representação política.

A nova forma política inicialmente “inglesa” dava uma saída ao declínio das formas arcaicas de domínio político, tanto as “supranacionais” (como o Sacro Império Romano-Germânico) como as “infranacionais”, exemplificadas pelos principados territoriais próprios do *feudalismo* (palavra esta inventada pelos revolucionários franceses de 1789), formas que eram próprias de uma economia baseada em trocas locais e ocasionais, lhes opondo instituições que pretendiam repousar sobre bases territoriais amplas, os *Estados territoriais*, que foram engendrando o chamado “sentimento nacional” e a ideia de *soberania nacional*. Nas unidades políticas e sociais da Antiguidade clássica ou da Idade Média, ou nos impérios orientais, incluído o Império Otomano, que se estendia pelos Bálcãs e pela Europa Oriental, não existia ainda ideia de *soberania nacional* (e nada era mais alheio à aristocracia nobiliária europeia do que a ideia de nacionalidade) e muito mais estava ausente ainda a ideia de *cidadania*, quer baseada no *ius solis* ou no *ius sanguinis*.

Os passos iniciais da nação soberana (e de sua forma política correspondente, o Estado Nacional soberano) foram dados na Inglaterra, na França (com a dinastia dos Capetos) e nos reinos ibéricos, entre os séculos XIII e XIV. A tradição romana de propriedade estatal (as minas e os minerais pertenciam ao Estado por direito de conquista) deitou novas raízes através de decretos: do Imperador Federico I, do Sacro Império Romano Germânico, no século XII; na Inglaterra, pelos reis Ricardo I e João, na transição do século XII para o XIII. Do século XIV até o século XVII, os países pioneiros foram seguidos pelos Países Baixos, Polônia e Alemanha (com a ascensão do Estado prussiano). Esse período foi marcado pela concentração do poder nas monarquias e o fortalecimento político e econômico do Estado, pelo declínio da nobreza feudal (para Engels, “foi o período em que a nobreza feudal foi levada a compreender que o período de sua dominação política e social chegara ao fim”), pelo declínio concomitante dos privilégios das cidades-estados e do papado, assim como do Sacro Império Romano-Germânico.

Em que pesem alguns enxertos de representação política plebeia, não se tratava ainda de Estados modernos ou nacionais (e, menos ainda, de Estados democráticos), mas de Estados absolutistas,²⁷⁶ com duas características “modernas”: a *soberania* (que garantia sua independência em relação às dinastias e sua superioridade com relação a elas) e uma espécie de constituição (ou “carta”), que regulamentava as normas para o acesso ao poder (e, numa medida menor, as condições de seu exercício).²⁷⁷ “A aceitação da soberania estatal tem o efeito de desvalorizar os elementos mais carismáticos da liderança política que tinham sido previamente de fundamental importância para a teoria e a prática do governo em toda a Europa Ocidental. Entre os pressupostos que foram deslocados, o mais importante foi a pretensão de que a soberania estava conceitualmente conectada com sua exibição, que a

²⁷⁶ Cf. Piero Pieri. *Formazione e Sviluppo delle Grande Monarchie Europee*. Milão, Marzorati, 1964.

²⁷⁷ Jean-Louis Thireau. *Introduction Historique au Droit*. Paris, Flammarion, 2009, pp. 154-155.

majestade servia em si mesma como força ordenadora... Foi impossível às crenças do carisma associado à autoridade pública sobreviverem depois da transferência dessa autoridade para a instituição impessoal - a 'pessoa puramente moral' de Rousseau – do Estado moderno".²⁷⁸

As formas estatais arcaicas eram um empecilho para a acumulação de capital. A insegurança face à voracidade dos reis e senhores era um motivo para esconder a riqueza, portanto para gastar e acumular menos.²⁷⁹ O *Leviatã* de Thomas Hobbes foi uma expressão teórica do nascimento do Estado Moderno (o teórico inglês teve partidários em toda a Europa, chamados de *hobbesistas*),²⁸⁰ usando nele, nas palavras de Quentin Skinner, "por primeira vez, de modo sistemático e não apologético, o tom abstrato e uniforme do teórico moderno do Estado soberano", que fazia seus contemporâneos nobres conservadores queixarem-se de que a Inglaterra fosse abandonada "a um Rei sem esplendor monárquico" como cabeça do Estado: "O poder do Estado centralizado, com seus múltiplos órgãos, como o exército permanente, a polícia, a burocracia, o clero e a magistratura, órgãos forjados segundo o plano de uma divisão de trabalho hierárquica e sistemática, tem sua origem nos tempos da monarquia absoluta, ao serviço da sociedade da classe média nascente, como arma poderosa nas suas lutas contra o feudalismo".²⁸¹

A ascensão social da burguesia valeu-se do Estado absolutista: "Uma parcela cada vez mais significativa da burguesia europeia, os empresários capitalistas, vinha redefinindo sua identidade social como a de uma *classe*, não mais a de um *Estado*.... Sejam quais forem os efeitos negativos da interferência absolutista no mercado sobre os interesses da classe em pauta, eles foram amplamente compensados por uma política interna e externa que favorecia a acumulação e a preservação do controle privado sobre a maioria do capital de uma nação. A exigência política burguesa sintetizada como *laissez faire, laissez passer* foi, de fato, dirigida menos *contra* o sistema absolutista do que *a favor* dele; em sua fase subsequente, ele esforçar-se-ia ao máximo por acomodar-se a essa exigência".²⁸²

O poder do Estado centralizado ampliou-se. Na França, François I ordenou o estabelecimento do registro do estado civil das pessoas (nascimentos, matrimônios, mortes), até então inexistente. Seu sucessor Henri II obrigou às mulheres grávidas a declarar seu estado. A administração centralizada avançava a passos largos; embora esses decretos fossem inicialmente pouco respeitados, sua existência fazia nascer uma crescente camada de

²⁷⁸ Quentin Skinner. *El Nacimiento del Estado*. Buenos Aires, Gorla, 2003, p. 115.

²⁷⁹ Uma pequena história, contada por Lamberto de Hersfeld, cronista eclesiástico do século XI, ilustra isso. O arcebispo da cidade alemã de Colônia queria uma embarcação para seu amigo e hóspede, o bispo de Münster, e mandou seus soldados requisitarem a nau. Possivelmente contrariando os costumes, o filho do dono da embarcação recusou-se a cedê-la, gerando o uso da força por parte do bispo. Entretanto, o jovem saiu pela cidade, discursando e levantando a comunidade mercantil de Colônia contra o bispo, acusando-o de impor obrigações injustas a homens honrados e de privar inocentes de suas propriedades. Incidentes como este devem ter feito as autoridades aprender que era mais racional tributar dentro de leis estabelecidas do que arbitrariamente (David S. Landes. *A Riqueza e a Pobreza das Nações*. Por que algumas são tão ricas e outras tão pobres. Rio de Janeiro, Campus, 1998).

²⁸⁰ Embora precedido pelo francês Jean Bodin, o primeiro autor a dar ao tema da soberania um tratamento sistematizado, em *Les Six Livres de la République*, publicado em 1576. Segundo Bodin, a *soberania* (estatal) é um poder perpétuo que tem como únicas limitações a lei divina e a lei natural. A soberania seria absoluta dentro dos limites estabelecidos por essas leis. A ideia de "poder absoluto" se vinculava à necessidade de concentrar o poder totalmente nas mãos do governante; o poder soberano só existiria quando o povo se despoja do seu poder soberano, transferindo-o inteiramente ao governante: o poder conferido ao soberano seria o reflexo do poder divino; os súditos deveriam total obediência ao seu soberano. Daí derivaria uma terceira regra, pela qual o príncipe soberano seria limitado pelos *contratos* que celebra, seja com seus súditos, seja com estrangeiros, e deveria respeitar tais acordos. A fonte do poder seria, assim, *contratual*; su legitimação, *divina*.

²⁸¹ Karl Marx. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo, Boitempo, 2011. O soberano, para Hobbes, era "aquele Leviatã... aquele Deus mortal". Os primeiros a criticar Hobbes foram monarquistas que sentiam que suas teorias minavam as estruturas de autoridade existentes.

²⁸² Gianfranco Poggi. *A Evolução do Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, pp. 89-91.

administradores públicos (*fonctionnaires*) encarregados de implementá-los (mesmo que não o fizessem). Sua irmã gêmea, a corrupção estatal, nasceu de modo simultâneo.

O crescimento de uma burocracia parasita no novo Estado soberano foi notado desde o seu início, motivando a crítica de Fromenteau (no seu opúsculo *Le Secret des Finances en France*) já no século XVII: “Existem, na França, para a administração da justiça, cinco ou seis mil funcionários dos que é possível prescindir. Temos cinco ou seis mil mestres de costas, ouvidores, corregedores, tesoureiros, pagadores, receptores, dos quais não precisamos; mais de cinco mil advogados, mais de quinze mil procuradores supérfluos, mais de seis mil tabeliães, mais de doze mil sargentos, mais de seis mil solicitantes [despachantes], mais de dez mil escriturários e secretários. Em resumo, temos mais de cinquenta mil homens completamente inúteis que os Estados [classes organizadas] não reconhecem; são roedores, consumidores e destruidores do Estado do Rei e de seu pobre povo”.²⁸³ Mas, sem essa burocracia, o “Estado do Rei” não funcionaria nem poderia impor sua hegemonia contra os representantes das formas “políticas” ultrapassadas. A burocracia estatal parasita cresceu antes e mais rápido do que a própria burguesia.



Niccolò Machiavelli, segundo Santi di Tito

Em *O Príncipe* (1513),²⁸⁴ Nicolas Maquiavel (1469-1527) já não mais se preocupava com o governo ideal (preocupação dominante na teoria da justiça, desde a Antiguidade), e sim em analisar as formas pelas quais os líderes realmente existentes exerciam seu poder: “Toda cidade é dividida pelo desejo dos grandes de oprimir e comandar, e o desejo do povo de não ser oprimido nem comandado”. O príncipe (ou o Rei) não deveria se deter (ou melhor, já não se detinha) diante de nenhum obstáculo na luta para conquista ou conservação do controle do Estado, mesmo que isso implicasse no uso da força e da violência contra seus adversários. Não se tratava só de *realpolitik*. *O Príncipe* expressou o ressurgimento moderno da política como saber autônomo, liberado da ética e da teoria da justiça, e com uma razão própria, a *razão de Estado*. Sua codificação como direito público e como direito internacional foi, no entanto, favorecida pela expansão e desenvolvimento da produção mercantil que precedeu à revolução capitalista, isto é, pelo desenvolvimento de um novo padrão das forças produtivas sociais. Este, no entanto, não teria alumbrado um novo modo de produção, com sua correspondente “superestrutura jurídico-ideológica” sem o desenvolvimento a fundo do conflito de classes entre senhores, burgueses e camponeses do mundo feudal. A violência concentrada no e do Estado foi o fórceps do novo modo de produção.

²⁸³ Apud Alfred Sauvy. *La Burocracia*. Buenos Aires, Eudeba, 1976, p. 18.

²⁸⁴ Nicolau Maquiavel. *O Príncipe*. Porto Alegre, L&PM, 1998.

Qual era o mistério dessa força estatal concentrada? A *razão política* de Maquiavel só explicava um lado, o do exercício da força. O outro, o da aceitação dessa força, foi pioneiramente abordado por um jovem francês que Montaigne (filósofo e conselheiro real) chamou “o maior homem do século (XVI)”. Étienne de La Boétie (1530-1563), algumas décadas depois de Maquiavel, propôs que, independentemente de como chegassem ao poder, o *modus operandi* dos governantes era sempre o mesmo: considerar o povo como uma presa a ser dominada, e depois um rebanho que naturalmente lhes pertenceria: “Para que os homens, enquanto neles resta vestígio de homem, se deixem sujeitar, é preciso uma das duas coisas: que sejam forçados ou iludidos. Iludidos, eles também perdem a liberdade; menos frequentemente pela sedução de outrem do que por sua própria cegueira”.



O Príncipe, em edição de 1550

O povo cairia em tão profundo esquecimento de seus “direitos naturais” que se tornaria quase impossível acordá-lo. Serviria tão mansamente e de tão bom grado que, ao observá-lo no torpor da servidão, poder-se-ia dizer, não que tivesse perdido a liberdade, mas que nunca a conhecera: “No início serve-se contra a vontade e à força; mais tarde, acostuma-se, e os que vêm depois, nunca tendo conhecido a liberdade, nem mesmo sabendo o que é, servem sem pesar e fazem voluntariamente o que seus pais só haviam feito por imposição. Assim, os homens que nascem sob o jugo, alimentados e criados na servidão, sem olhar mais longe, contentam-se em viver como nasceram; e como não pensam ter outros direitos nem outros bens além dos que encontraram em sua entrada na vida, consideram como sua condição natural a própria condição de seu nascimento”.²⁸⁵ O *direito natural* (iusnaturalismo), ideologia revolucionária do século XVI, consistiu no resgate dos princípios jurídicos básicos da existência social humana de sua deturpação ou negação servil: “Desde a *Política* de Platão ao *Príncipe* de Maquiavel os vários autores políticos trataram o problema do Estado principalmente do ponto de vista dos governantes (...) A alteração radical, a descoberta da outra face da Lua, até aí escondida, surgiu no início da Idade Moderna, com a doutrina dos diretos naturais”.²⁸⁶

A primeira razão da “servidão voluntária” do povo aos governantes (e aos poderosos em geral) seria, pois, o *hábito*, que ensina a servir e ser escravizado. É o *costume* que, à medida em que o

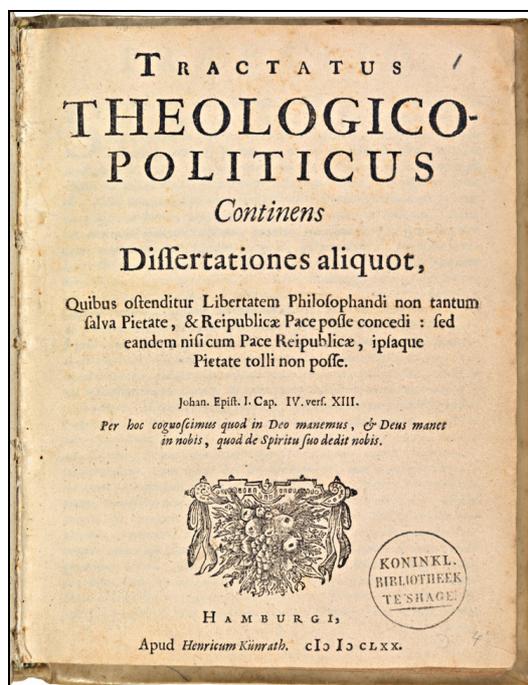
²⁸⁵ Étienne de La Boétie. *Discours de la Servitude Volontaire*. Paris, Flammarion, 2010.

²⁸⁶ Norberto Bobbio, *apud* Carlos A. M. R. Zeron. A outra face da Lua. *Revista de História* nº 170, São Paulo, FFLCH-USP, janeiro-junho 2014. Em Portugal, os judeus haviam reindicado a liberdade de pensamento: Izaque de Castro, em 1646, dizia aos seus juizes do Tribunal do Santo Ofício: “A liberdade de consciência é um *direito natural*” (*Apud* Edgar Morin. *O Mundo Moderno e a Questão Judaica*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007, p. 32).

tempo passa, levaria não somente a aceitar a servidão, mas até mesmo a desejá-la. A política (o Estado) oscilaria perpetuamente entre a coerção (imposição) e o consenso (aceitação): isto não era, obviamente, novo; o *novo* era pensá-lo em termos claros e explícitos, e fazer disso a base da reflexão *política*. Esse pensamento inaugurou a política moderna, a moderna ideia de Estado e, através de sua força material e moral (consensual), a transição para um novo modo de produção sustentado na imposição e aceitação, simultâneas e contraditórias, de suas relações sociais.

As revoluções inglesas do século XVII acrescentaram ao Estado Nacional em vias de nascimento o princípio essencial da representação político-parlamentar, que se desenvolveu inicial e paralelamente na Europa continental nas Províncias Unidas (Holanda) emancipadas do jugo espanhol em 1579.²⁸⁷ “Os funcionários públicos que acudiam como deputados às reuniões dos Estados provinciais e gerais acreditavam instintivamente que as províncias tinham direito à independência, e que a defesa desse direito era a justificação da União das províncias. As cidades de Holanda também consideravam implícito que a riqueza das províncias, responsável por metade do orçamento federal e por mais da metade da dívida [pública], lhes concedia responsabilidades especiais e um direito à direção [dos assuntos de Estado]”.²⁸⁸

Depois de emancipada da Espanha, a Holanda viveu um forte enfrentamento interno entre a aristocracia “regente”, apoiada no poder mercantil-colonial, e a fração “orangista” (da casa do duque de Orange) que se apoiava no exército e na igreja calvinista e seus fiéis. Os aristocratas, contra o fanatismo cristão reformado, adotaram a defesa do liberalismo religioso (que deu espaço aos judeus e a todas as dissidências religiosas e filosóficas, das quais a mais importante e duradoura foi a de Baruch de Spinoza). A luta entre orangistas e regentes se transformou na luta entre o Estado e a Igreja. A hegemonia liberal se traduziu no governo de Johan de Witt, que teve Spinoza como principal aliado intelectual o próprio Spinoza. De Witt era graduado em Direito e Matemática, na Universidade de Leiden. Estabeleceu-se em Haia, e em 1653, passou a ocupar o posto de *raadpensionaris*, tornando-se o líder do governo holandês.



Tratado Teológico-Político, de Spinoza (1670)

²⁸⁷ Cf. J. W. Smit. La revolución en los Países Bajos. In: J. H. Elliot et al. *Revoluciones y Rebeliones en la Europa Moderna*. Madrid, Alianza, 1984.

²⁸⁸ John Stoye. *Europe Unfolding 1648-1688*. Londres, Collins Sons & Co., 1969.

Sob a orientação de De Witt (que foi também um matemático de destaque) e de De Graeff, a República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos proclamou, em 1656, um decreto proibindo a confusão entre teologia e filosofia (ou seja, estabelecendo a liberdade de pensamento). Os interesses do matemático e do estadista se encontraram em 1671, quando publicou *Waardije van Lyf-renten naer Proportie van Los-renten*, em que apresenta um estudo sobre o pagamento de rendas vitalícias, vendidas pelo Estado. Em 1672, após os Países Baixos serem ocupados pela tropa francesa de Luís XIV na terceira guerra anglo-holandesa, Johan de Witt e seu irmão Cornelius foram assassinados brutalmente por uma multidão enfurecida. O principal escrito político e filosófico desse período convulsionado foi o *Tratado Teológico-Político* de Spinoza,²⁸⁹ do qual Gebhardt disse que “como *De Revolutionibus Orbium Coelestium*, de Nicolas Copérnico (1543), pode-se dizer que a partir dela a história do mundo divide-se em duas metades”.

Um novo mundo nascia, o pensamento acompanhava esse nascimento: “Ninguém sabe por natureza que deve obediência a Deus, nem pode chegar a isso pelo exercício da razão, mas somente pela revelação confirmada por sinais... O estado de natureza não deve ser confundido com o estado de religião, mas concebido sem religião e sem lei, e conseqüentemente sem pecado ou erro... Se um soberano recusa obedecer a Deus tal como revelado pela Sua lei, ele o faz por sua própria conta e risco, mas sem violar nenhum direito natural ou civil, porque o direito civil depende de seu próprio origem e objetivo, e o direito natural depende das leis da natureza, não adaptadas à religião, cujo único objetivo é o bem da humanidade, mas à ordem da natureza, isto é, à criação e vontade eterna de Deus, que nos é desconhecida”.²⁹⁰

No esteio dessas mudanças políticas e ideológicas, no final do século XVII, a “inquieta calma de Europa ocidental” começou a mostrar os contornos de uma crise que engendrou, no século sucessivo, um prolongado processo de guerras e revoluções democráticas, que culminaria na Revolução Francesa. O “Estado Nacional”,²⁹¹ na sua forma desenvolvida, no entanto, só tomou forma no século XIX; ele foi preparado por uma longa série de transformações nos séculos precedentes. Juridicamente, o estabelecimento do Estado Moderno e de sua soberania supôs uma dupla superação, a do “direito” supranacional enraizado nos impérios precedentes (o Império Romano e seu pretense sucessor, o Sacro Império Romano-Germânico) e também do direito consuetudinário feudal, enraizado nos particularismos locais próprios da Idade Média europeia, onde diversas ordens jurídicas para classes diferentes nada tinham de estranho: “A classe de pequenos nobres - cavaleiros resolvia suas querelas recorrendo à guerra privada, não raro deflagrada por um insulto pessoal, mas sempre com o objetivo de obter terra e butim. Outro meio de enriquecimento era o pedágio cobrado aos mercadores pelo direito de cruzar

²⁸⁹ “O objetivo [fim] do Estado não consiste em transformar os homens de seres racionais em animais ou autômatos, mas em fazer com que seu espírito e seu corpo possam desenvolver suas forças sem entraves, para que usem livremente sua razão e para que não se combatam com cólera, ódio ou astúcias, nem se sintam inimigos entre si. O fim do Estado é, na realidade, a liberdade” (Baruch de Spinoza. *Tratado Político*. São Paulo, Martins Fontes, 2009). Segundo o autor, a liberdade do espírito é virtude do indivíduo, “a virtude do Estado é a segurança”. Segurança significa paz, mas, segundo o próprio Spinoza, “se for chamada de paz a barbárie, escravidão e miséria do Estado governado de modo tirânico, então nada há de mais desperzível aos homens do que a paz”. Como conciliar segurança (paz) com liberdade? Eis a questão que o racionalismo não resolveu.

²⁹⁰ Benedict de Spinoza. *A Theologico-Political Treatise. A Political Treatise*. Nova York, Dover Publications, 1951, pp. 210-211.

²⁹¹ O termo *nação* tem origem latina (*natio*, de nascer). Designava os povos situados no exterior e na fronteira do Império. Na Idade Média era utilizado pelos estudantes universitários que se organizavam em grupos, *nationes*, por terem origem regional comum. Em cada “nação” falava-se a língua materna dos estudantes, e elas eram regidas pelas leis dos seus países. A ampliação dessa noção deu origem ao seu uso moderno, já presente no livro de Adam Smith publicado em 1776, *A Riqueza das Nações*, que usa o termo para designar a organização moderna da sociedade, considerada como o princípio social que organiza as relações econômicas.

as terras do senhor, muitos dos quais descobriram que um castelo proporcionava um quartel general para um bando de assaltantes cavaleirescos”.²⁹²

O direito nascido da prática (hábito) de origem indeterminada ou consuetudinária (portanto irracional) devia ser superado pela *lei* baseada na Razão; “Trata-se do direito legal, reservado aos Estados, de determinar as regras que governam as relações sociais de produção no interior de sua jurisdição territorial”.²⁹³ Somente com base nestas últimas o *direito* atinge correspondência com seu conteúdo: “A constituição do Estado político e a desagregação da sociedade civil em indivíduos independentes, cujas relações têm por base o direito, tanto como as relações humanas, sob o regime de ordens e corporações, tinham por base o privilégio, se realizam em um único e mesmo ato”.²⁹⁴ Na sociedade dominada pelas relações mercantis, mediadas pelo dinheiro, “o direito é a forma através da qual se organiza o vínculo social no qual os indivíduos são considerados como ‘átomos’ independentes uns dos outros”.²⁹⁵



Baruch (Bento) de Spinoza (שפינוזה ברוך)

A combinação de supranacionalidade com “infranacionalidade” (particularismo feudal) própria da era medieval foi específica (ou mais marcante) no “continente” europeu, no que diversos autores identificaram a causa de o Estado Moderno (ou, na sua forma desenvolvida, o Estado Nacional) ter nascido, inicialmente, na Europa, ou seja, fosse *europeu* na sua gênese. Outros autores relacionaram esse fato histórico com uma suposta superioridade (supra histórica) da “civilização europeia”.²⁹⁶ Certamente, “não em todas as culturas, mas só em algumas, encontramos o direito como prática humana específica, campo ou zona do saber e do agir em que se realizam operações técnicas determinadas. A autonomia relativa do direito é uma característica da civilização de Ocidente. As coisas são diversas em outras áreas: indiana ou chinesa, hebraica ou islâmica”.²⁹⁷ Max Weber insistiu especificamente nessa questão. Mas isso não é produto de alguma “essência civilizacional” não histórica, mas de um desenvolvimento

²⁹² Michael E. Tigar e Madeleine Levy. *O Direito e a Ascensão do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 72.

²⁹³ Immanuel Wallerstein. *Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2001, p. 44.

²⁹⁴ Karl Marx. *A Questão Judaica*. São Paulo, Boitempo, 2011.

²⁹⁵ Antoine Artous. *Marx, l'État et la Politique*. Paris, Syllepse, 1999, p. 105.

²⁹⁶ Indicar em alguma especificidade a origem de uma “superioridade” foi uma das bases de legitimação do colonialismo europeu, ao pretender justificar a dominação na “universalidade” do dominador.

²⁹⁷ Mario Bretone. *Derecho y Tiempo en la Tradición Europea*. México, Fondo de Cultura Económica, 2000, p. 162.

histórico, por natureza específico, e desigual dentro de cada civilização: o direito não nasceu simultaneamente em todas as áreas e regiões do “Ocidente”, ao contrário, foi imposto na maioria delas pelo fogo e pela espada.²⁹⁸ A inteligência histórica, por outro lado, não consiste em constatar o óbvio, mas em desvendar (desmitificar) suas origens históricas e culturais. Ou seja, em responder à pergunta: “Porque e como se constituíram as formas de vida social e os modos de pensar, nos quais o Ocidente vê sua origem, acredita poder se reconhecer, e que servem ainda hoje à cultura europeia como referência e justificação?”.²⁹⁹

O direito civil, inicialmente “europeu”, nasceu das necessidades derivadas da expansão mercantil centrada nas cidades. A palavra *urbanidade*, por isso, passou a designar as práticas e atitudes sociais que o acompanhavam. Para que o conceito de territorialidade próprio do absolutismo monárquico europeu se impusesse foi necessário que o comércio levasse vantagem com um mercado unificado maior, tornando necessárias leis comuns, moeda, pesos e medidas estabelecidos por um Estado dotado de meios para tanto, com uma segurança oriunda do Rei-Estado. O Estado absolutista paulatinamente foi adquirindo o monopólio do uso da violência, impedindo assim que os cidadãos fossem objeto da arbitrariedade de poderes locais: “A existência na França e na Itália de homens e mulheres de formação jurídica a serviço da burguesia era inútil sem um mercado nacional unificado e uma forte máquina estatal jungida aos interesses burgueses. Tais condições prevaleciam na Inglaterra, onde a ideologia política da burguesia transformou-se em justificação expressa do exercício do poder pelo Estado em seu interesse”.³⁰⁰ Foi um processo multissecular. A aristocracia nobiliária conservou durante os séculos do eclipse de sua dominação privilégios fiscais, aduaneiros e militares em várias regiões da Europa, até o fim do século XIX.³⁰¹

O absolutismo monárquico desenvolveu uma política que foi chamada de *mercantilista*, consistente em tentar reter em suas fronteiras a maior quantidade possível de ouro e prata (moeda universal), incentivando a obtenção de um superávit comercial, sobre a base da suposição então corrente de que a “riqueza das nações” era uma quantia invariável, e quanto mais uma nação possuísse, menos possuiriam as outras (as nações rivais). Essa fase de expansão comercial esteve associada a políticas protecionistas nas relações interestatais. A forma estatal que serviu de quadro histórico para a vitória do capital foi, finalmente, o *Estado Nacional*, forma atingida depois de um processo histórico no qual Europa criou um modelo estatal que se estenderia para as outras regiões do planeta: “*Natio* é um velho e tradicional conceito, herdado da Antiguidade romana, que qualifica originariamente o nascimento ou a ascendência como a característica diferenciadora de grupos de qualquer tipo... Junto a outras denominações, como *gens* ou *populus*, esse uso do termo deu origem ao significado medieval tardio de *nationes*, referido aos grandes povos europeus que, por sua vez, podiam abranger diversas *gentes*. As fronteiras de uma *natio* foram durante muito tempo imprecisas. Mas o uso do termo se consolidou em seu exato significado latino originário como a comunidade de direito à qual se pertence por nascimento”.³⁰²

No novo tipo de Estado, a burguesia, enquanto classe dominante, não se confundia com o próprio Estado, como ocorria com a classe nobre armada do período feudal (ainda que a própria noção abstrata de “Estado” fosse totalmente alheia à consciência dessa classe, composta majoritariamente por analfabetos “nobres”). A burguesia capitalista, ainda assim, necessitava da proteção do Estado como garantia social de sua propriedade dos meios de produção. Tal “anomalia” se resolveu mediante a imposição de *representantes* da burguesia na

²⁹⁸ O exército napoleônico, a *Grande Armée* francesa, por exemplo, impôs o Código Civil no restante da Europa continental na ponta da baioneta.

²⁹⁹ Jean-Pierre Vernant. *As Origens do Pensamento Grego*. São Paulo, Difel, 1986.

³⁰⁰ Michael E. Tigar e Madeleine Levy. *Op. Cit.*, p. 217.

³⁰¹ Cf. Arno J. Mayer. *A Força da Tradição*. A persistência do Antigo Regime. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

³⁰² Hagen Schulze. *Estado y Nación en Europa*. Barcelona, Grijalbo-Crítica, 1997, pp. 88-89.

direção do aparelho burocrático-militar do Estado. Daí o conceito de “representação política” e de democracia representativa eminentemente burguesa. O capitalismo (a sociedade burguesa) é o segredo da “democracia ocidental”, da divisão de poderes, da autonomia (relativa) do direito, de toda sua superestrutura jurídica e política. A burguesia tendeu a se constituir ou a favorecer o Estado Nacional porque era a forma estatal que correspondia melhor aos seus interesses, a que garantia um maior desenvolvimento das relações capitalistas.

A *Nação*, por sua vez, foi lentamente criada, entre os séculos XV e XVIII, graças a uma aliança entre a potência política da monarquia centralizada (os Estados absolutistas) e o crescente poder econômico e social da burguesia, aliança que se desdobrou e fragmentou, transformando-se num conflito, ao fim do qual a burguesia derrubou (revolucionariamente ou não) o Antigo Regime e se erigiu em nova classe dominante, dotando-se do Estado-Nação (termos assimilados, mas não semelhantes) moderno: “Historicamente, o Estado Nacional surgiu com a sociedade burguesa. Não apenas o Estado enquanto aparelho centralizado de força, como também elementos do Estado ‘nacional’, são, em certo grau, pressupostos do capitalismo e base de seu surgimento. Entretanto, o papel do Estado Nacional formado pode ser considerado produto das relações de capital, estando intimamente ligado a elas. A construção de uma ‘identidade nacional’, capaz de abranger todos os membros da sociedade, tem a função de ofuscar os antagonismos de classe e neutralizar sua luta”.³⁰³ O *nacionalismo* levou essa marca de dissolução dos conflitos de classe desde os seus inícios.

Assim, “a emergência de novas comunidades, qualificáveis como *nacionais*, começou a acontecer na Europa, no final da Idade Média, graças a uma convergência singular de diversos fatores históricos, desfavoráveis simultaneamente à manutenção da coesão étnica e ao predomínio de uma entidade religiosa globalizante. De fato, a Europa medieval era *a única parte do mundo onde, por longo tempo, havia prevalecido completamente a pulverização do poder político entre uma multidão de principados e senhorios a que chamamos de feudalismo*. No mesmo período, os impérios e reinos da China, da Índia, da Pérsia, e de vastas regiões da África permaneceram como Estados, se não fortemente centralizados, ao menos suficientemente unidos como para não poderem ser qualificados de feudais”.³⁰⁴

Essa foi a verdadeira *particularidade europeia*. A ideia de nação e o nacionalismo firmaram-se na Europa para designar a identidade de cada povo, o que não significa que cada povo (dotado de língua ou tradição comum) fosse considerado consensualmente como uma nação (isto é, como “digno” ou legitimamente habilitado de/para possuir seu próprio Estado Nacional): “As unidades políticas e sociais da antiguidade não eram mais que nações em potencial. A nação, no sentido estrito, é um produto direto da sociedade capitalista, que surge e se desenvolve onde surge e se desenvolve o capitalismo (...) A burguesia tende a se constituir em Estado nacional porque é a forma que corresponde melhor aos seus interesses e que garante um maior desenvolvimento das relações capitalistas. Os movimentos de emancipação nacional exprimem esse tendência (e) representam um aspecto da luta geral contra as sobrevivências feudais e pela democracia (...) Quando a criação de grandes Estados corresponde ao desenvolvimento capitalista e o favorece, constitui um fato progressivo”.³⁰⁵

Na Europa, uma série de critérios e fatores permitiam a um povo ser considerado uma nação, “sempre que fosse suficientemente grande para passar da porta de entrada”:³⁰⁶ 1. Sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável; 2. A existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse uma língua vernácula administrativa e literária escrita; 3. Uma prova da capacidade

³⁰³ Joachim Hirsch. *Teoria Materialista do Estado*. Rio de Janeiro, Revan, 2010, p. 79.

³⁰⁴ Pierre Fougereyrollas. *La Nation*. Essor et déclin des sociétés modernes. Paris, Payot, 1987, p. 17.

³⁰⁵ Andreu Nin. *Los Movimientos de Emancipación Nacional*. Barcelona, Fontamara, 1977.

³⁰⁶ Eric J. Hobsbawm. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

para a *conquista*. Para se constituir uma nação era preciso, portanto, já existir um “Estado de fato”, que possuísse uma língua e uma cultura comuns, além de demonstrar *força militar*. Foi em torno desses três pontos que se formaram as identidades nacionais europeias. A construção de uma identidade nacional passou, assim, por uma série de mediações que permitiram a invenção (eventualmente até a *imposição*) de uma língua comum, uma história cujas raízes fossem (miticamente) as mais longínquas possíveis, um folclore, uma natureza (um meio natural) particular (e exclusivo), uma bandeira e outros símbolos oficiais ou populares: “O que constitui a nação é a transmissão, através das gerações, de uma herança coletiva e inalienável. A criação das identidades nacionais consistiu em inventariar esse patrimônio comum, isto é, de fato, em *inventá-lo*”.³⁰⁷

O mundo da *razão* nasceu, assim, com base no *mito*; e o modo de produção (capitalista) *universal*, com base no *particularismo* (nacional); duas contradições das quais o capitalismo não poderia mais se livrar, e que explodiriam na forma de conflitos nacionais com bases obviamente irracionais. A “invenção” (termo usado por Eric Hobsbawm e Benedict Anderson, entre outros) do *mito* nacional foi um ato perfeitamente *racional*. Racionalidade e irracionalidade mítica nunca foram opostas excludentes, como supôs, (com boas razões, isto é, razões revolucionárias à época) o pensamento iluminista europeu. Para Anderson, a nação é “uma comunidade política *imaginada* - e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”. Seus “membros” nunca conhecerão todos os demais (por isso é “imaginada”), mas possuem uma imagem da comunidade da qual participam.

A nação é limitada em suas fronteiras por outros territórios; uma nação não poderia abranger toda humanidade, seria inviável um sentimento nacionalista abarcar toda humanidade. E é soberana porque o surgimento do nacionalismo está relacionado ao declínio dos sistemas tradicionais de governabilidade (monarquia, na Europa, ou administração colonial na Ásia e nas Américas) e à construção de uma nacionalidade baseada na identificação étnica, racial e/ou cultural. Esta identificação se baseia nas diferenças de um povo para o outro. A soberania nacional é um símbolo da liberdade frente às estruturas de dominação antigas - gerando novas estruturas de dominação, como a administração estatal, a divisão intelectual do trabalho e o surgimento de práticas de controle estatal (censos da população, mapas do território e museus para a cultura). A nação é concebida enquanto estrutura horizontal: é possível membros de diferentes classes sociais imaginarem ocupar um mesmo âmbito nacional e estarem vinculados por um projeto em comum.³⁰⁸

No caso alemão, por exemplo, foi “descoberta” uma “Germânia” imemorial nos escritos do historiador latino Tácito: “Até então não existia uma tribo alemã da que pudesse originar-se uma nação alemã, de modo semelhante à linhagem franca [da tribo ou povo dos francos] da qual tinha surgido a França. ‘Alemão’ (*deutsch*) era a denominação global dos dialetos populares germanos, um mero termo artificial. Os germanos de Tácito passaram a serem os antepassados dos alemães; à Germânia dos romanos correspondia, portanto, uma Alemanha (*Deutschland*), cujo nome apareceu pela primeira vez por volta de 1500 em singular. Até então se usava só correntemente a expressão ‘terra alemã’ (*deutsches Land*)”.³⁰⁹ Essa “invenção das tradições” foi um aspecto central da ideologia nacionalista e do romanticismo político do século XIX, contrastando e em conflito com o economicismo cru da economia política liberal. A “invenção” dessas “comunidades imaginadas” não foi simples manipulação ideológica, mas bandeira de luta contra o *Ancien Régime*, apoiada no desenvolvimento histórico de

³⁰⁷ Anne-Marie Thiesse. A criação das identidades nacionais na Europa. *Entre Passado e Futuro* nº 5, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003. Cf. também: Eric J. Hobsbawm e Terence Ranger. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

³⁰⁸ Benedict Anderson. *Comunidades Imaginadas*. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México, Fondo de Cultura Económica, 1993.

³⁰⁹ Hagen Schultze. *Op. Cit.*, p. 112.

comunidades que foram superando, de um lado, o estreito marco local e, de outro, a subordinação ao poder temporal-universal atribuído à Igreja cristã.

O desenvolvimento linguístico, a diferenciação independente das línguas chamadas nacionais, foi um aspecto central desse processo. Não há mercado unificado sem comunicação unificada, idiomática em primeiro lugar, assim como sem unificação das unidades de medida. As línguas nacionais europeias nasceram da cisão crescente entre o falar erudito (realizado em latim clássico, língua franca intelectual, religiosa, política e administrativa do Império Romano) e a fala popular, que acentuou sua diversidade “regional” com a dissolução do Império e o isolamento econômico e social da era feudal. Elas não se impuseram, porém, “naturalmente”, pois a escolha de uma só língua (popular) entre várias outras, como língua *nacional*, foi um processo político, seguido de uma imposição estatal, que se estendeu até o século XIX (período de formação dos modernos Estados Nacionais) e inclusive até o século XX (no caso, por exemplo, da Espanha franquista). O processo abrangeu sete séculos, durante os quais as línguas populares (que sempre acompanharam à língua erudita, no antigo Império Romano) adquiriram estatuto e normas gramaticais próprias, consagradas nas traduções da Bíblia (a inglesa atribuída ao Rei James, ou a alemã de Martin Lutero) ao ponto de criarem sua própria expressão literária “cultura” (erudita) e de se revelarem portadoras de vantagens comunicacionais, inclusive no terreno “culto”, em relação à velha língua (morta) do Império Romano, constatadas muito antes de sua consagração como línguas oficiais de quaisquer comunidades políticas.

No século XIII, em *De Vulgari Eloquentia* (escrito em latim), Dante Alighieri defendeu a língua popular (na qual redigiu sua obra magna, a *Divina Comédia*) contra a erudita (o latim): “O latim conhece a língua popular de modo genérico, mas não em profundidade, porque se o conhecesse profundamente conheceria todas as línguas populares, porquanto não faria sentido que conhecesse uma mais que a outra. E assim, qualquer um que dominasse o latim deveria ter igualmente o mesmo conhecimento de todas as línguas populares. Mas não é assim, porquanto um conhecedor do latim não distingue, se for italiano, a língua popular inglesa da alemã; nem o alemão haverá de distinguir a língua popular itálica da língua provençal. Por conseguinte, o latim não é conhecedor da língua popular”. Para o poeta florentino, o contrário não era verdadeiro: “Desses dois falares é, portanto, mais nobre o popular, como aquele que por primeiro foi usado pelo gênero humano e do qual todos se beneficiam, embora dividido em vocábulos e fraseados diversos. É melhor ainda porque o popular é mais natural a todos, enquanto o outro é mais artificial”.

Uma “comunidade de povo” (nacional) só poderia ser fundada sobre uma língua popular, transformada em língua *nacional*, mas a escolha de uma entre outras (o toscano, por exemplo, dentre os catorze idiomas principais listados por Dante na península itálica) foi o resultado de um processo político e cultural, coroado por uma imposição estatal. A diferenciação das línguas nacionais foi o instrumento da emergência histórica de um novo sujeito, a *comunidade nacional*, solidificada e diferenciada pela língua. Para um dos primeiros filósofos da língua, Wilhelm Von Humboldt: “Sem *unidade de forma* não seria concebível nenhuma língua; falando, os homens recolhem necessariamente seu falar em uma unidade”. A forma da língua foi o elemento diferenciador das comunidades nacionais, estabelecendo diferenças (fronteiras) *formais* entre dialetos que, por vezes, pouco se diferenciavam. A *forma* perpassa toda a língua, e “a língua não é o instrumento para designar objetos já pensados, mas o órgão formativo do pensamento”. Sobre a língua nacional, erguia-se a personalidade (incluído o chamado “gênio” ou “alma”) *nacional*, diverso da unidade religiosa, que uma nação pode eventualmente compartilhar com outra.³¹⁰

O falar (e escrever) erudito, em latim ou grego, opunha-se ao progresso educacional e científico, como o constatou um “homem de Estado” de inclinações iluministas na Espanha do

³¹⁰

Wilhelm von Humboldt. *La Diversità delle Lingue*. Bari, Laterza, 1991.

século XVIII, tão tardiamente quanto tardio foi o iluminismo espanhol: “O ensino das ciências seria melhor em castelhano do que em latim. A língua nativa será sempre para o homem o instrumento mais apropriado de comunicação, as ideias dadas ou recebidas nela serão sempre melhor exprimidas pelos mestres e melhor recebidas pelos discípulos. Seja, pois, o aspirante, bom latino e bom grego, e até capaz de entender a língua hebraica; acuda às fontes da antiguidade, mas receba e expresse suas ideias na língua própria”.³¹¹ As “línguas mortas” ficavam reservadas à interpretação dos textos religiosos ou à erudição; o saber *moderno* ficava reservado para as línguas *nacionais*. O latim clássico, por ser língua morta (não falada popularmente) carecia da flexibilidade e da plasticidade que teriam lhe permitido expressar os novos conceitos, não apenas em palavras, mas também em construções gramaticais novas e suscetíveis de mudança: sua sobrevivência acadêmica era um entrave ao desenvolvimento da cultura. Os números romanos, já caídos em desuso, eram uma entrave ao progresso científico e econômico (contábil, em primeiro lugar) devido à sua incapacidade em representar frações inferiores à unidade, quantias infinitesimais, ou mesmo quantias enormes, necessárias para medições científicas e econômicas: foram substituídos com grande vantagem pelos números arábicos.³¹²

Modernidade e nacionalidade surgiam no bojo do mesmo processo histórico. A laicização da cultura (expressa pelas línguas nacionais em oposição ao latim clássico usado na liturgia religiosa cristã) implicava também na superação da dominação religiosa (cristã) em todos os terrenos da vida política e social. A música sinfônica, por exemplo, nasceu da secularização da arte musical, ou seja, de sua emancipação das cerimônias religiosas. Os códigos consuetudinários deveriam ser substituídos por um *direito público*: das cinzas da antiga *Respublica Christiana* nascia o *ius publicum europaeum*, o direito colocava-se pela primeira vez como prerrogativa imprescindível da soberania.

O “direito internacional” (ainda chamado de “direito cosmopolita”) era, contudo, um artifício produzido pela vontade estatal; o ente soberano não era obrigado a observar qualquer limite, agindo também fora de suas fronteiras. Não importava o meio utilizado para combater, mas o resultado conseguido; não importavam os instrumentos de batalha, mas a vitória: “Os primeiros pensadores do Estado, notadamente Maquiavel, Hobbes, Rousseau, Smith, Hamilton e Hegel, voltaram [depois dos filósofos gregos] a apreciar o homem como vetor de paixões valorizantes, a vontade de glória, a vaidade, o amor próprio, a ambição e a exigência de reconhecimento. Nenhum desses autores ignorou os perigos associados a esse tipo de afetos, mas a maioria arriscou salientar seus aspectos produtivos para a coexistência humana”.³¹³ Depois de cinco séculos de movimento (inicialmente lento) em direção das nacionalidades modernas, no século XVIII fizeram sua aparição as primeiras teorias da nação, que afunilaram em duas vertentes hegemônicas: a concepção dita “subjativa”, de origem francesa (ela está implicitamente presente em Sieyès e nas primeiras constituições republicanas da França, e de modo mais explícito em Renan, já no século XIX) que fundamentou a nação na vontade comum, na adesão a ela (sem importar o local do nascimento nem a origem dos ancestrais) e na memória coletiva; e a concepção chamada “objetiva”, de origem alemã (foi teorizada, entre outros, por Fichte e Herder), mais tardia, que vinculou o conceito de nação a fatores como a origem étnica (o sangue, *ius sanguinis*), ao local de nascimento (solo, *ius solis*), e a uma língua em comum (ou a uma família diferenciada delas).

³¹¹ Gaspar Melchor de Jovellanos. *Escritos Políticos y Filosóficos*. Buenos Aires, Orbis, 1982, p. 83.

³¹² No século VII um matemático muçulmano da Índia criou o conceito do “zero”. Isto revolucionou o estudo da matemática. A invasão árabe da Europa fez com que se propagasse nela o uso dos algarismos arábicos, cuja memorização era facilitada pelo fato da quantidade de ângulos de cada um corresponder ao valor expresso. Cf. Alfred. W. Crosby. *A Mensuração da Realidade*. A quantificação e a sociedade ocidental 1250-1600. São Paulo, Unesp-Cambridge University Press, 1999.

³¹³ Peter Sloterdijk. *Colère et Temps*. Paris, Libella-Maren Sell, 2007, p. 31.

9. GUERRA, REVOLUÇÃO, COERÇÃO

Les Anglais, tous actionnaires; les Allemands, tous factionnaires; les Français, tous fonctionnaires (Ditado popular francês)

Há quem aconselhe que a criança deve apertar as nádegas para reprimir a flatulência. Nada de educação nisso. Pode até parecer urbanidade, mas estás a provocar uma disfunção. Se for possível afastar-se um pouco, então alivie-se isoladamente. Caso contrário, de acordo com um antigo costume, dissimula-se, com a tosse, a crepitação. De outro lado, por que não preceituar que se esvazie o intestino, já que retardar tal situação é mais danoso que comprimir o ventre? (Erasmus, **De Civilitate Morum Puerilium**, 1530)

As precondições da produção capitalista e do mercado nacional foram impostas pela força concentrada do Estado. O uso dessa força dependeu de fatores políticos e bélicos (da “continuação da política por outros meios”). O protecionismo econômico foi imposto pelos Estados: os Tudor, construtores do Estado moderno inglês, expulsaram de Londres os comerciantes hanseáticos: nada de “livre comércio” contra o nascente Estado nacional. A distância que separava o “estado de natureza”, *ius naturalis*, da anarquia era curta: a guerra emergiu na modernidade como elemento estrutural da história, enquanto a paz representava um “tempo suspenso”, residual, onde o sucesso não conhecia pudor (“Os que vencem, não importa como vençam, nunca adquirem vergonha”, resumiu Maquiavel). A guerra moldou a era moderna. A nova tecnologia da pólvora, a profissionalização militar, o surgimento de academias, a extensão do tamanho dos exércitos, a consequente necessidade de financiamento para o seu custeio e, para isso, a imposição de um sistema fiscal e o endividamento do Estado com credores privados: tal foi o cenário que emergiu na Europa na passagem do século XV para o XVI.

Thomas Hobbes, um dos primeiros filósofos do Estado Moderno, identificou na “força e na fraude” as únicas características da guerra: “Dessa forma, a guerra ganhava um papel decisivo para o nascimento do Estado moderno. As concretas razões políticas que levavam o Estado absoluto à guerra podiam ser das mais variadas e não eram suscetíveis a críticas: objetivos territoriais, conflitos dinásticos, controvérsias religiosas ou, simplesmente, aumento do prestígio nacional das dinastias que esvaziavam os cofres públicos para pagar salários a imensos exércitos profissionais engajados em guerras de conquista sem fim. Frequentemente existia uma motivação subterrânea que conduzia ao conflito, que é consubstancial à comunidade política do Estado como ente unitário: a guerra resolvia os conflitos internos às entidades do Estado, promovia sua coesão interna, afastava o perigo de uma dissolução do Estado identificando um alvo externo às suas fronteiras territoriais. O conflito não servia apenas a gerar um Estado soberano através de indistintas entidades políticas, mas favorecia o fortalecimento de sua comunidade política ou, ao contrário, determinava sua dissolução. A guerra não apenas presidiu o nascimento do Estado soberano, mas garantiu também sua manutenção”.³¹⁴

Esse longo parto da entidade estatal moderna processou-se dentro de uma sociedade dominada pela fé religiosa. O novo surgiu no invólucro do velho: “A teocracia feudal, ou o feudalismo teocrático, tinha demasiadas instabilidades próprias para sobreviver muito tempo à desordem criativa da época. (No entanto) tal como acontecia havia tanto tempo, a preocupação essencial continuou a ser o estudo e a especulação teológicas. Mesmo no novo mundo que nascia, as mais antigas das questões, relacionadas com o conflito entre a fé e a razão, a vontade de Deus e a natureza da verdade, mantinham o fascínio e ofuscavam tudo o mais que acontecia”.³¹⁵

³¹⁴ Mario Fiorillo. *Guerra e Direito*. Texto apresentado no Simpósio “Guerra e História”, realizado no Departamento de História da USP, em setembro de 2010.

³¹⁵ Charles Van Doren. *Op. Cit.*

A emergência das nacionalidades e Estados modernos implicou, por isso, transformações em todas as ordens da vida social, incluída (e principalmente) a *religião*. A religiosidade feudal ligada ao cristianismo medieval identificava-se com uma estrutura que se ordenava em grupos sociais avessos a mudanças, cuja base econômica era a terra e a produção, urbana ou rural, artesanal. Nessa sociedade o tempo era lento, sem grandes mudanças, e a religião cristã constituía o centro do pensamento e da legitimidade política e intelectual. A religiosidade medieval tinha uma instituição - a Igreja Católica - que determinava a constituição do que era sagrado. A centralização de poder no bispo de Roma (o Papa) era a forma de controle da religiosidade. Essa cultura religiosa entrou em crise no final do século XV.³¹⁶ As lutas religiosas no final da Idade Média se centraram na tentativa de libertação desse centro de poder, e tiveram um desenvolvimento superior na laicização do pensamento que caracterizou a filosofia política moderna, depois de um percurso que teve por leito a religião cristã e suas dissidências internas. A Igreja Católica passou a ser alvo de críticas por pensadores como Erasmo de Roterdã (1466-1536), que no *Elogio da Loucura* condenava a corrupção existente na Igreja, ou no âmbito da sátira literária, onde François Rabelais (1494-1533), em *Gargântua e Pantagruel*, questionava a concepção criacionista que a Igreja divulgava e defendia.

Foi na Itália de Maquiavel, inicialmente, que floresceram as cidades relativamente emancipadas do poder feudal, mas o fenômeno se estendeu por outras cidades portuárias da Europa, e depois em centros comerciais urbanos mediterrâneos. A autonomia política dessas cidades exerceu papel fundamental na formação de uma religiosidade independente do modelo feudal centrado no Vaticano, um novo tipo de religiosidade de relações comunitárias mais livremente criadas. No feudalismo, o modo de produção dominante se baseava na produção agrária baseada no sistema de rodízio das culturas e nos contratos de servidão, existindo uma terra comum aos camponeses. A ascensão do capitalismo ensejou a dissolução das relações comunitárias: “O mundo moderno desconhece a comunidade. O modo de produção capitalista dá origem à *sociedade*, cuja marca primeira é a existência de indivíduos separados uns dos outros por seus interesses e desejos. Sociedade significa isolamento, fragmentação ou atomização de seus membros, forçando o pensamento moderno a indagar como indivíduos isolados podem se relacionar, se tornar *sócios* [e levando] à invenção da ideia de pacto ou contrato social firmado entre os indivíduos, instituindo a sociedade”.³¹⁷ A substituição de relações comunitárias por relações sociais mudou todas as esferas do pensamento e da ação.

Na Alemanha, a partir da ascensão das cidades, o território foi aglutinado em duas ligas, a Liga das Cidades do Sul e a Liga Hanseática, por meio das quais a burguesia ascendente conquistou influência política. As cidades imperiais, a partir de 1489, passaram a participar do *Reichstag*. Por meio do intercâmbio cultural e comercial, as grandes cidades germânicas estavam conectadas com outras capitais europeias; e, por sua vez, as influenciavam. O crescimento e a projeção das cidades provocou seu proporcional distanciamento do campo, onde os camponeses no mesmo período lutavam pela revisão dos antigos direitos e deveres feudais, reivindicando liberdades essenciais. Essa foi a origem da revolta agrária de Borgegui, no Alto Reno, em 1493. O movimento camponês foi negligenciado pela burguesia cidadina, que lutava por liberdades semelhantes para si própria. O conflito religioso, crônico no cristianismo medieval, assumiu, nesse contexto, novas formas, explosivas.

³¹⁶ “Na Idade Média, a esfera religiosa estava rigidamente enquadrada dentro de um sistema hierárquico, o qual, se, de um lado, dava concreção, sensibilidade, plasticidade e variedade às relações do ser humano em face de Deus, por outro lado tornava tais relações muito complicadas e difíceis. Para chegar a Deus era necessário passar por uma série de intermediários, peregrinações, jejuns, abstinências, etc. Enquanto os diversos elementos desse complexo sistema conservavam seu crédito e seu prestígio, o cristão não tinha dificuldade em aceita-los e servir-se deles para se pôr em contato com Deus e obter sua graça. Mas quando sua credibilidade começou a vacilar, ganhou terreno nos espíritos a convicção de que a relação com Deus não pode ser dificultada por um sistema tão complicado de estruturas” (Battista Mondin. *Curso de Filosofia*. São Paulo, Paulus, 1982, Vol. I).

³¹⁷ Marilena Chauí. *Cultura e democracia. Crítica y Emancipación* nº 1, Buenos Aires, CLACSO, junho 2008.

As novas condições políticas o favoreceram, pois “tendeu a se estabelecer, na Alemanha, uma aparência de rigor e método. Na dieta de Augsburg de 1500 proclamou-se a constituição do Império, o *Reichsregiment*: o Rei dos Romanos seria o presidente rodeado pelos delegados dos grandes vassalos, dos bispos e abades dos grandes mosteiros, dos condes, das cidades livres e dos seis círculos. Sob Maximiliano surgiram outras instituições: a *Reichskammer* ou câmara do Império, o *Hofrat* ou conselho da Corte, a *Hofkammer* ou câmara da Corte, encarregada da administração da fazenda pública; finalmente, a chancelaria imperial ou *Hofkanzlei*”.³¹⁸ A institucionalização do Império coexistindo com a subordinação ao clero de Roma tornavam-se um anacronismo.

O frade alemão Martin Lutero se opôs à indulgência e a remissão (parcial ou total) do castigo temporal imputado pela Igreja a alguém por conta dos seus pecados: o Papa havia concedido indulgência plenária para quem doasse certa quantia para a reforma da Basílica de São Pedro. Johann Tetzel, enviado do Vaticano para arrecadar fundos na Alemanha, afirmava: "Assim que uma moeda tilinta no cofre, uma alma sai do purgatório". Lutero proferiu três sermões contra as indulgências; em 31 de outubro de 1517, foram afixadas suas 95 Teses na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg, condenando a avareza e o paganismo na Igreja, e pedindo um debate teológico. As teses foram traduzidas para o alemão e amplamente copiadas e impressas. Ao cabo de duas semanas se haviam espalhado por toda a Alemanha e, em dois meses, por toda a Europa. Este foi o primeiro episódio da história europeia em que a imprensa teve papel fundamental, pois facilitou a distribuição ampla do documento luterano. A abertura cultural e comercial facilitou também a disseminação e rápida propagação das ideias luteranas por toda a Europa.

Leão X ordenou, em 1518, ao frade dominicano Silvestro Mazzolini que investigasse o assunto. Este denunciou que Lutero se opunha de maneira implícita à autoridade do Sumo Pontífice, por discordar de suas bulas. Declarou ser Lutero um herege e escreveu uma refutação acadêmica às suas teses, mantendo o princípio da autoridade papal sobre a Igreja e condenando as teorias de Lutero como uma apostasia. Lutero replicou de igual forma, dando assim início à controvérsia que deu forma à Reforma Protestante. Na convenção dos agostinianos em Heidelberg, apresentou uma tese sobre a escravidão do homem ao pecado e a graça divina. No decorrer da controvérsia sobre as indulgências, o debate pôs em dúvida o poder absoluto e a autoridade do Papa, pois a venda das indulgências se baseava na bula papal *Unigenitus*, de 1343, do Papa Clemente VI.

Lutero foi qualificado de herege, pois negava a autoridade papal e apelava para que fosse realizado um Concílio. Também declarava que o papado não formava parte da essência imutável da Igreja Cristã original. Um encontro com o representante papal Karl Von Miltitz, em 1519, levou Lutero a guardar temporariamente silêncio. Também escreveu uma humilde carta ao Papa, que não continha nenhuma retratação; no tratado que compôs mais tarde, negou qualquer efeito das indulgências no purgatório. Lutero finalmente negou que a salvação da alma fosse exclusiva da Igreja Católica sob a autoridade do Papa; ela se mantinha também na Igreja Ortodoxa, do Oriente, em semelhança com a doutrina do tcheco Johann Huss, queimado na fogueira da Inquisição.

Os escritos de Lutero circularam amplamente, alcançando França, Inglaterra e Itália; os estudantes dirigiam-se a Wittenberg para escutar a prédica de Lutero. As controvérsias levaram Lutero a desenvolver mais sua doutrina, ampliando o significado da eucaristia para incluir também nela o perdão dos pecados e o fortalecimento da fé. Lutero se mostrou contrário à doutrina católica das boas obras e dos atos como meio de perdão, mantendo que as obras do crente são verdadeiramente boas se ordenadas por Deus. A disputa teológica em Leipzig, em 1519, pôs Lutero em contato com humanistas como Melanchthon, Reuchlin e, sobretudo, Erasmo de Roterdã, que já influenciara o nobre alemão Franz Von Sickingen.

³¹⁸ Jean Babelon. *Carlos V*. Barcelona, Vitae, 2003, p. 125.

Confrontando os nobres alemães, Lutero escreveu *À Nobreza Cristã da Nação Alemã* (1520), onde recomendava ao laicado que fizesse a reforma eclesiástica requerida por Deus, abandonada pelo papa e pelo clero; nesse texto, Lutero referiu-se já ao papa como o Anticristo, e propôs a diminuição do número de cardeais e outras exigências: a abolição das rendas do papa; o reconhecimento do governo secular; a renúncia da exigência papal pelo poder temporal; a abolição dos Interditos e abusos relacionados com a excomunhão; a abolição das peregrinações nocivas; a eliminação dos excessivos dias santos; a supressão dos conventos para freiras, da mendicância e da suntuosidade; a reforma das universidades; o fim do celibato do clero; e uma reforma geral na moralidade pública.



Lutero, como Jesus Cristo, predicando a frente do templo

Várias das propostas religiosas-políticas de Lutero convergiam com os interesses de alguns setores da nobreza alemã, revoltada com a submissão ao Papa e, principalmente, com o fato de terem que enviar regularmente tributos a Roma. Em 1521, por ocasião da Dieta de Worms (uma audiência imperial), o imperador Carlos V da Alemanha (I da Espanha) aprovou o Edito de Worms: qualquer pessoa estaria livre para matar Lutero sem sofrer qualquer sanção penal. A querela religiosa virou guerra política, opondo o cristianismo secularizado e protonacional de Lutero ao poder temporal europeu do papado. Diante das ameaças à sua vida, Lutero encontrou refúgio junto a nobres que aderiram à sua doutrina, resumida no *Livro de Concórdia*. Em 1523 (*Sobre a Autoridade Secular*) Lutero, tentando proteger a religião da ação dos governos, propôs estabelecer áreas separadas e fins distintos para o governo secular e o espiritual.

O movimento religioso reformista, já espalhado na Europa, teve diversas variantes regionais e temporais. O calvinismo marcou a segunda fase da Reforma Protestante, quando as igrejas protestantes começaram a se formar, na sequência da excomunhão de Lutero da Igreja Católica Romana, mas foi originalmente um movimento luterano. O próprio Calvino assinou a confissão luterana de Augsburg de 1540. A influência independente de Calvino começou a fazer sentir-se na reforma religiosa suíça, que não foi luterana, seguindo a orientação de Ulrich Zwingli: a doutrina das igrejas reformadas tomava uma direção independente da de Lutero, graças à influência de numerosos escritores e reformadores, dentre os quais Calvino foi o mais eminente. Lutero não concordou com a proposta de Calvino, pois queria (inicialmente) só

reformatar a Igreja Católica, enquanto Calvino afirmava que a Igreja estava tão degenerada que não havia como reformá-la.

Calvino (Jean Calvin) se propunha organizar uma nova Igreja que, na sua doutrina e costumes, fosse idêntica à Igreja primitiva. Lutero fundou o protestantismo, que não seguia tradições históricas específicas, mas apenas a doutrina registrada na Bíblia. Em abril de 1523, Lutero ajudou doze freiras a escaparem do cativeiro no Convento de Nimbschen. Entre elas encontrava-se Catarina Von Bora, filha de nobre família, com quem Lutero se casou, em junho de 1525. Dessa união nasceram seis filhos. Nada melhor para ilustrar pelo exemplo o fim do celibato eclesiástico. A crise “eclesiástica” era a forma religiosa, ideológica, da crise do feudalismo europeu, dentro da qual tomou forma a revolta dos oprimidos (camponeses) contra a Igreja e os grandes senhores, revolta que se traduziu em movimentos insurrecionais. Só três séculos depois Marx e Engels interpretaram os motins e insurreições camponesas, como as *jacqueries* e rebeliões da Baixa Idade Média e do início da modernidade, antes deles qualificadas de criminosas e irracionais, como movimentos sociais construídos conscientemente por sujeitos coletivos. Essa mudança de enfoque esteve presente no estudo de Engels sobre as lutas camponesas na Alemanha ao longo do século XVI, até então abordada exclusivamente como uma querela religiosa entre católicos e reformadores. A proposta de identificar e discutir os interesses materiais envolvidos nas disputas pelo controle da fé e da doutrina religiosa ressaltou as demandas camponesas por antigos direitos que lhes asseguravam a posse da terra, sem a contrapartida da prestação de serviços e de tributos considerados excessivos pelos próprios camponeses. A *guerra de classe* dos camponeses alemães (1524-1525) tomou como base política os discursos de Lutero e de outros reformadores.

Revoltas de camponeses com bases antifeudais já tinham existido em pequena escala em Flandres (1321-1323), na França (1358), na Inglaterra (1381-1388), e durante as guerras hussitas do século XV.³¹⁹ Muitos clérigos vinculados aos oprimidos do campo julgaram que os ataques verbais de Lutero à Igreja e sua hierarquia significavam que os reformadores iriam igualmente apoiar um ataque à hierarquia social, por causa dos fortes laços existentes entre a nobreza hereditária e os líderes da Igreja Romana. Nessa guerra revolucionária se perfilaram três partidos: “No partido *católico conservador* se reuniram todos os elementos interessados na manutenção da ordem existente, ou seja, o poder imperial, os príncipes eclesiásticos e uma parte dos príncipes laicos, a nobreza mais rica, os prelados e o patriciado urbano; em torno da bandeira da *Reforma luterana burguesa moderada* se encontravam os elementos proprietários da oposição, a massa da pequena nobreza, a burguesia e até uma parte dos príncipes laicos que esperava enriquecer com o confisco dos bens eclesiásticos, e que desejava ademais aproveitar a ocasião para conquistar maior independência do trono imperial. Os camponeses e os plebeus, enfim, se agruparam em torno do *partido revolucionário* (comandado por Thomas Münzer)”³²⁰.

A burguesia urbana lutava contra o feudalismo se opondo à grande propriedade eclesiástica, assim como também o fazia a baixa nobreza. A rebelião das classes mais baixas explodiu depois da derrota da revolta da baixa nobreza, encabeçada por Sickingen e Hutten. A rebelião camponesa incubou-se ao longo de meio século, no qual aconteceram várias revoltas localizadas. Os camponeses revoltados iam além da burguesia e da pequena nobreza, propondo a expropriação de toda a grande propriedade. Assim, em 1522, enquanto Lutero ainda estava em Wartburg, seu inicial seguidor Thomas Münzer (1490-1525) comandou enormes massas camponesas contra a nobreza imperial, propondo uma sociedade sem diferenças entre ricos e pobres nem propriedade privada. Os pelotões armados dos camponeses eram a primeira força militar popular da história alemã, comandada por servos,

³¹⁹ George Holmes. *Europa: Jerarquia y Revuelta 1320-1450*. Madrid, Siglo XXI, 1978.

³²⁰ Friedrich Engels. *La Guerra de Campesinos en Alemania*. Buenos Aires, Claridad, 1971.

taverneiros, artesãos e trabalhadores mineiros. Lutero não pretendia ir tão longe: defendia que a existência de senhores e servos era vontade divina, e argumentou com a nobreza e com os próprios camponeses alertando-os contra uma possível revolta e também sobre Münzer, qualificando-o de “profeta do assassinio”, na sua *Terrível História e Juízo de Deus sobre Thomas Münzer*. Na iminência da revolta camponesa, em 1524, Lutero escreveu a *Carta aos Príncipes da Saxônia sobre o Espírito Revoltoso*, mostrando a tirania dos nobres que oprimiam o povo e a loucura dos camponeses em reagir através da força e a confiar em Münzer como pregador.

Ainda em 1524, Thomas Münzer mudou-se para a cidade imperial de Mühlhausen, oferecendo-se como pregador. Lutero escreveu a *Carta Aberta aos Burgomestres, Conselho e toda a Comunidade da Cidade de Mühlhausen*, alertando aos poderosos da cidade sobre as intenções revolucionárias de Münzer. O principal texto dos camponeses em revolta eram os *Doze Artigos*, elaborados na cidade de Memmingen em 1525, onde suas reivindicações eram expostas. Nelas havia artigos de fundo religioso (o direito de ouvir o Evangelho através de pregadores chamados por eles próprios) e artigos que tratavam dos maus tratos infringidos aos trabalhadores pelos nobres (inclusive a exploração através dos altos impostos). Os artigos eram fundamentados com passagens bíblicas. Lutero escreveu sobre os "Doze Artigos" no opúsculo *Exortação à Paz: Resposta aos Doze artigos do Campesinato da Suábia*, de 1525, atacando os príncipes e senhores por cometerem injustiças contra os camponeses, e atacando também os camponeses pela sua rebelião e desrespeito à autoridade. A guerra dos camponeses (*Deutscher Bauernkrieg*) de 1524-1526 na Alemanha consistiu, tal como o movimento *Bundschuh* precedente e as guerras hussíticas, um conjunto de revoltas com causas econômicas e sociais, protagonizadas por camponeses, cidadãos e nobres descontentes.

O conflito teve lugar em áreas no Sul, no Centro e no Oeste da Alemanha, mas também afetou áreas nas vizinhas Suíça e Áustria, e envolveu no seu auge, no verão de 1525, 300 mil camponeses revoltados, violentamente reprimidos pelos senhores: algumas estimativas situam o número de mortes em cem mil. Sob uma forma religiosa (crítica dos privilégios e da corrupção da Igreja Católica Romana), a guerra camponesa refletiu o profundo descontentamento social contra o poder dos nobres locais; o desejo dos líderes das cidades (os *burgueses*) pela liberdade em relação ao poder eclesiástico e à nobreza; as tensões dentro das cidades entre as massas e as elites urbanas, e rivalidades dentro da própria nobreza.

Com Thomas Münzer imobilizado em Mühlhausen, o militante anabatista Henry Pfeiffer organizou uma “Liga dos Eleitos” visando assumir o controle da cidade. Quando a cidade caiu em poder dos combatentes igualitários, Münzer colocou-se à frente de deles, preparando Mühlhausen para aderir à revolta dos camponeses, que se aproximava, e cuja vitória ele profetizava. Na primeira semana de maio de 1525, o exército camponês, entre oito e dez mil pessoas, entrou em Frankenhäusen, que tinha sido tomada por revolucionários de Mühlhausen. O duque Johann, e outros príncipes das vizinhanças, levantaram um exército sob o comando de Filipe, proprietário de terras em Hesse, que imediatamente marchou contra os camponeses. No dia 15, Filipe atacou com cerca de cinco mil artilheiros e dois mil cavaleiros. À frente dos camponeses, Münzer, que não tinha conhecimentos militares, enfrentou os exércitos da nobreza com oito canhões sem munição, uma bandeira com o símbolo do arco-íris e simples espadas. Os camponeses foram derrotados. Cinco mil morreram no campo de batalha, seiscentos foram capturados, e o restante fugiu para as florestas da Turíngia. O exército de Filipe perdeu apenas seis homens. Thomas Münzer foi preso, torturado e decapitado a 27 de maio de 1525. Assim morreu o primeiro líder revolucionário moderno da Alemanha, de cuja vida pouco se sabe além de sua fase final (não existe sequer um seu retrato contemporâneo dele). Sua perspectiva histórica era superior à seu tempo: "Quando o analisamos enquanto homem de ação, destacam-se nele o presente e o absoluto, numa perspectiva mais altaneira e mais ampla do que numa experiência demasiado vivida, e apesar

disto, com vigor idêntico, Münzer é, antes de tudo, História, no sentido fecundo, para comprometer-nos, entusiasmar-nos, para apoiar, sempre mais amplamente, nosso desígnio".³²¹

O movimento camponês-religioso acabou sendo derrotado; as cidades e os nobres dissidentes fizeram sua própria paz com os exércitos do Imperador, que restauraram a velha ordem, frequentemente de forma ainda mais dura, sob a soberania de Carlos V, representado nos assuntos alemães pelo seu irmão Fernando. A revolta camponesa alemã, de extensão e alcance nacional, mas geograficamente dispersa, não encontrou uma liderança cidadina à altura da situação revolucionária que ela criou, e das exigências sociais dos revoltados: "Sua doutrina política correspondia exatamente à sua concepção religiosa revolucionária e superava as relações sociais e políticas vigentes, assim como sua teologia superava as concepções religiosas da época... Seu programa - que era menos a síntese das reivindicações do plebeus da época e mais uma genial antecipação das condições de emancipação dos elementos proletários que se encontravam em estado rudimentar entre estes plebeus - exigia a instauração imediata na terra do Reino de Deus, do reinado milenar dos profetas, mediante o retorno da Igreja à sua origem e a supressão de todas as instituições que estivessem em contradição com esta Igreja, supostamente primitiva, mas, na realidade, completamente nova. Para Münzer, o reinado de Deus nada mais era que urna sociedade na qual não haveria mais nenhuma diferença de classes, nenhuma propriedade privada ou nenhum poder de Estado estrangeiro, autônomo, em oposição aos membros da sociedade".³²² Segundo Franz Mehring, o protestantismo alemão adquiriu sua forma definitiva como ideologia da contrarrevolução, devido à derrota das massas populares na guerra camponesa, apontando para a fatal aliança "entre o trono e o altar" que deu base ao poder político reacionário dos anos vindouros: Lutero teria sancionado essa aliança com sua capitulação diante dos príncipes e a legitimação doutrinária de sua dominação.³²³



Retrato imaginário de Thomas Münzer, o teólogo da revolução

A cisão protestante e a revolta social camponesa provocaram, por outro lado, movimentos de reação no catolicismo, conhecidos genericamente como a Contrarreforma. Seu principal componente, a ordem dos jesuítas foi reconhecida pelo Vaticano em 1540, em pleno

³²¹ Ernst Bloch. *Thomas Münzer, Teólogo da Revolução*. São Paulo, Tempo Brasileiro, 1973.

³²² Friedrich Engels. *Op. Cit.*

³²³ Franz Mehring. *Absolutism and Revolution in Germany 1525-1848*. Londres, New Park, 1975; Janos Bak (ed.). *The German Peasant War of 1525*. Nova York, Routledge, 2013.

desenvolvimento das cisões protestante e calvinista (Inácio de Loyola, seu fundador, chegou a coexistir na Universidade de Paris com o próprio Jean Calvin). Tinha sido constituída pouco antes como “ordem guerreira” a serviço do Papa e da expansão da fé em Cristo: a *Societas Jesu*, ou “Ordem de Jesus” (como a chamava seu fundador) se organizou como um exército, comandado por um general vitalício ao qual se devia obediência absoluta; um exército de alcance e abrangência mundial em defesa da Igreja Romana, no período da Contrarreforma.

A ordem fora fundada em 1534 por Ignácio de Loyola, que tinha sido um militar de origem nobre, em um contexto de profunda crise da Igreja católica, quando a cúpula do clero estava coberta por denúncias de corrupção, cuja denúncia por Martin Lutero originou o protestantismo. Nesse contexto de crise, a Companhia de Jesus e seus membros alinharam-se completamente à alta hierarquia católica no combate aos protestantes. Os jesuítas passam a realizar, além dos votos comuns de qualquer religioso (obediência, pobreza e castidade) um quarto voto, de obediência total ao Papa. Inácio de Loyola escreveu, em 1554, as constituições jesuítas, dando origem a uma organização rigidamente disciplinada, abnegada, e disposta a realizar qualquer sacrifício para defender o Papa e a Igreja como instituição.³²⁴ Na crise da ordem feudal europeia, ordem da qual a Igreja cristã era expressão concentrada, a Contrarreforma preservou a Igreja da ruína completa, transformando-a, delimitando-a, engessando sua doutrina, sua moral, seus ritos e sua organização. A Igreja Católica se distanciou paulatinamente de sua base social medieval, elevando-se e contrapondo-se a ela: como um sinal dos tempos, a própria Igreja se fez *Estado*.

A Alemanha não ficou alheia a isso: em 1563, organizou-se a Contrarreforma religiosa na Baviera. Como resposta, em 1608 foi instituída a *União Protestante* e, com retórica apaziguadora, em 1609, uma Carta do Rei assegurou a liberdade religiosa para os protestantes. Nesse conflituoso contexto, havia ascendido ao trono Carlos V, eleito graças ao apoio de senhores feudais que viam na renovação religiosa a possibilidade de ter atendidas suas ambições de poder. As diferenças religiosas acabaram sendo agravadas com a presença francesa no Oeste e a turca no Leste. A obrigatoriedade em firmar compromissos com os franceses e com os turcos não pôs termo às diferenças, antes as acentuaram, provocando a revolta dos senhores feudais protestantes, desencadeada na Boêmia, e que rapidamente degenerou em guerra. Num período de trinta anos, o conflito armado interno dizimou o território germânico, deixando-o vulnerável às potências estrangeiras, e retardando sua unificação nacional, o que teria consequências longo alcance histórico.

Na Inglaterra, o movimento da reforma religiosa radical adquiriu feição na mistura entre igrejas independentes e calvinismo, criando o movimento *puritano*, composto por presbiterianos, setores da Igreja Anglicana, *levellers*, *diggers*, membros da “Quinta Monarquia”, batistas, brownistas, *quackers* e outros agrupamentos. Os acontecimentos que levaram à Revolução Puritana e o seu desenvolvimento deram o tom do pensamento dos grupos que povoaram as novas colônias inglesas na América. Três pregadores estrangeiros foram os filósofos da revolução puritana: Samuel Hartlib (polonês), John Dury (escocês) e Jan Amos Komensky (ou “Comênio”) (tcheco). O primeiro defendia a ideia de progresso, o segundo a ideia de unidade do movimento político e religioso, levando a revolução para toda a Europa.

A Reforma Protestante na Alemanha e a explosão do calvinismo na Inglaterra foram das primeiras batalhas de conjunto na Europa contra a ordem eclesiástico-feudal. Inglaterra fora o primeiro país a romper com os sistemas de produção agrícola não comercial, diminuindo sensivelmente a cultura de subsistência e acabando com as terras comuns (*commons*). A

³²⁴ Sua legislação fundamental, conhecida como a “Fórmula do Instituto”, estabeleceu os objetivos da Ordem: “Militar para Deus sob a bandeira da cruz e servir só ao Senhor e à Igreja, sua Esposa, baixo o Pontífice Romano, Vigário de Cristo na terra”. Neste marco, o próprio lema dos jesuítas - Para a maior glória de Deus - sustenta-se no princípio organizativo de ser “disciplinado como um cadáver” (*perindeaccadaver*). Desde então, os jesuítas são conhecidos como os “soldados do Papa”, pois sua subordinação ao Pontífice católico é incondicional e representa um princípio sagrado para a congregação.

produção agrícola em larga escala, fez com que os camponeses desapropriados das suas terras se deslocassem para os centros industriais para procurar trabalho. A transformação na vida social e econômica com o fim do feudalismo foi acompanhada pela revolução política, cuja característica foi a participação de diversos agrupamentos religiosos, que desenvolveram uma ideologia política e tiveram participação significativa no movimento da “revolução puritana” na Inglaterra (1642-1649): “Uma comunidade ou Estado político (*civitas*) era uma coletividade religiosa e ao mesmo tempo secular. Compunha-se de súditos cristãos e governantes que reconheciam os deveres da alma, bem como os do corpo. Tendo acabado por decreto com a autoridade espiritual e temporal do papa sobre seus súditos e a jurisdição e as imunidades clericais sobreviventes, os governantes dos Estados reformados simplesmente tomaram para si a suprema liderança de ‘suas’ Igrejas”.³²⁵

A Reforma Protestante, porém, não era um movimento homogêneo ou unitário. Além das três grandes forças reformadoras – o luteranismo, o calvinismo e o anglicanismo – vários outros pequenos movimentos reformistas se espalharam pela Europa, com a formação de comunidades por meio de livre adesão, batizando apenas pessoas adultas; a disciplina eclesiástica com o objetivo da formação de uma Igreja “pura”; a não aceitação da doutrina dos sacramentos nem dos santos; a ênfase na formação de uma “comunidade de santos”. A comunhão, sim, mas não a missa. A fraternidade dos fiéis, não a hierarquia da Igreja. A lembrança dos mortos, mas não as orações pelos mortos; a rejeição da intermediação com Deus através da Virgem e dos santos. Não havia mais personagens pictoricamente “representáveis” para enfeitar os templos: “Disso resulta, se não uma condenação da arte religiosa, uma tendência para a austeridade, para a gravidade sem graça”. Estava rompido, na arte plástica, “o equilíbrio aparentemente conseguido pelo Renascimento italiano”. A Contrarreforma católica, por sua vez, não foi um simples movimento de reação, pois um simples retorno ao passado era já impossível: “Em que pese reagir contra o paganismo, que constituía um dos aspectos do Renascimento, não renegou integralmente dele. Tornou disponíveis suas lições para uma nova arte religiosa. Assim reapareceu a suntuosidade do Renascimento na *arte barroca*”.³²⁶ Nenhum *aggiornamento* romano podia, porém, deter a semente protestante, baseada em interesses de *classe* já instalados no cenário histórico.

Para os membros das novas comunidades religiosas protestantes, o sofrimento era tido como um modo de se manifestar da fé religiosa. Viviam de forma comunitária, atendiam aos pobres e viviam do seu trabalho. Na procura de estabelecer padrões de vida comunitários, acabaram participando de movimentos revolucionários, pensando assim estabelecer o reino milenar de Cristo na Terra. Isso inspirou, por exemplo, a comunidade fundada pelo *digger* Gerrard Winstanley em terras comunais (*commons*) em Surrey, durante a guerra civil inglesa de 1649. Os agrupamentos religiosos desse tipo foram perseguidos pelos senhores e muitos acabaram emigrando e se refugiando em lugares onde havia relativa tolerância religiosa, como os Países Baixos, onde esses agrupamentos sofreram a influência dos calvinistas (conceitos calvinistas foram aceitos por alguns desses grupos, principalmente o de predestinação). Embora derrotado em suas vertentes social e politicamente mais radicais, o movimento de reforma religiosa e de secularização da sociedade se impôs finalmente em uma série de países, limitado aos seus objetivos burgueses (ou seja, não igualitários).

Sua forma religiosa foi o protestantismo, sua forma política, o *liberalismo*. As primeiras ondas do liberalismo popularizaram o *individualismo*, ao mesmo tempo em que expandiam os governos constitucionais e a autoridade parlamentar, propondo a substituição da natureza caprichosa dos governos monárquicos e absolutistas pela tomada de decisões codificada em leis escritas. Liberais procuraram e estabeleceram de fato uma ordem constitucional que

³²⁵ Harro Höpfl. João Calvino: o Estado disciplinado. In: Brian Redhead (ed.). *O Pensamento Político de Platão à OTAN*. Rio de Janeiro, Imago, 1989, p. 91.

³²⁶ Victor-Lucien Tapié. *El Barroco*. Buenos Aires, Eudeba, 1981, pp. 40-44.

prezava pelas liberdades individuais, como a liberdade de expressão e a de associação, um poder judiciário independente e julgamento por um júri público, além da abolição dos privilégios aristocráticos. Essas mudanças radicais na autoridade política marcaram a transição do absolutismo para a ordem constitucional, que deveria acompanhar a expansão e promoção dos mercados livres. Antes que pudessem estabelecer novas estruturas de mercado, no entanto, os liberais tiveram que destruir as antigas estruturas econômicas: os liberais lutaram para acabarem com as políticas mercantilistas, monopólios reais e diversas outras restrições sobre as atividades econômicas, também tentaram abolir as barreiras internas ao comércio, eliminando as guildas, tarifas locais e as proibições sobre a venda de terras.

O liberalismo econômico e o individualismo político foram o arremate do processo de laicização das relações sociais, que identificaram a modernidade com a afirmação da liberdade individual: “O formalismo romano, a tendência para criar sólidas estruturas convencionais para conformar o sistema da convivência, deixou uma marca profunda no espírito ocidental. A própria Igreja não teria subsistido sem essa tendência do espírito romano alheio às vagas e imprecisas explosões dos sentimentos, e as formas do Estado ocidental registraram de modo perdurável essa mesma influência. Por trás do formalismo se ocultava um realismo muito vigoroso que descobria com certa intuição as relações concretas do homem com a natureza, e dos homens entre si. Esse realismo - também implícito na casuística jurídica e na ideia das relações entre o homem e as divindades - operava eficazmente sobre a vida prática conferindo à experiência um alto valor, muito por cima da pura especulação. Esta atitude frente à natureza e a sociedade, seria legada pela romanidade ao mundo ocidental, informando um ativismo radical e, a partir de certa época, um individualismo acentuado”.³²⁷

Essas concepções tiveram vertentes diversas, que Norberto Bobbio reduziu a duas:³²⁸ a liberdade como ausência de limites (liberalismo radical), e a liberdade cidadã de se auto impor seus próprios limites: Thomas Hobbes, com o direito absoluto do soberano; John Locke, com o direito dos homens se auto organizarem como bem entendessem. A nascente filosofia política nasceu dentro do leito religioso, até se tornar independente dele, em primeiro lugar na Inglaterra, reconhecendo no próprio homem e nas suas relações o princípio organizador da sociedade e do Estado, sem intervenção divina.³²⁹ Nisto, como sói acontecer, a vida imitou a arte; a “invenção do humano” verificou-se inicialmente na poesia e na literatura: “Antes de Shakespeare, a personagem literária muda pouco; se representa às mulheres e aos homens envelhecendo e morrendo, mas não mudando porque sua relação com eles próprios, mais do que com os deuses ou com Deus, tenha mudado. Em Shakespeare, os personagens se *desenvolvem* mais que se desfraldam, porque se concebem novamente a si próprios. Às vezes isto acontece porque se ouvem falar, a si mesmos ou mutuamente. Observar-se a si próprios falando é seu caminho real para a *individuação*”.³³⁰ A individuação literária do ser humano precedeu sua individuação política liberal.

A individuação do homem fixou-se no centro da filosofia política inglesa. Para Thomas Hobbes (1588-1679), considerado pai da filosofia política laica, os atos humanos não possuíam outro objetivo natural que não o egoísmo (*homo lupus homini*). Isto tornava impossível a constituição de qualquer sociedade sem a intervenção coercitiva do Estado.³³¹ A política seria

³²⁷ José Luis Romero. *La Cultura Occidental*. Buenos Aires, Legasa, 1986, p. 17.

³²⁸ Norberto Bobbio. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo, Brasiliense, 2006.

³²⁹ Cf. Pierre Mesnard. *L'Essor de la Philosophie Politique au XVI^e Siècle*. Paris, Vrin, 1977.

³³⁰ Harold Bloom. *Shakespeare*. La invención de lo humano. Bogotá, Norma, 2001, p. 17.

³³¹ “O fim último, causa final e desígnio dos homens (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a consequência necessária das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito às leis de natureza” (Thomas Hobbes. *O Leviatã*. São Paulo, Martins Fontes, 1991).

o meio pelo qual todos os homens seriam encaminhados pelo temor como contrapartida à tendência *natural* para a desagregação. A política era, para Hobbes, a fonte da vida social; inexistiria uma sociedade civil que, naturalmente, precedesse ao Estado. É em virtude da constituição do Estado que se forma a sociedade, aquele precede esta, que subsiste apenas enquanto os homens sejam capazes de renunciar à sua própria liberdade, ou seja, às suas tendências centrífugas e destrutivas, em favor da autoridade estatal. Para John Locke (1632-1704), a definição de um “estado natural egoísta” em Hobbes representava um resíduo metafísico contraposto à sua orientação empirista. O “estado humano natural” de Locke era essencialmente bom; não existia uma perversidade natural dos homens, esta se manifestava só pela avareza da sua natureza física. O Estado não era a fonte da sociedade civil, mas a garantia de sua propriedade, que cada ser humano podia conquistar através do trabalho.

O Estado de Locke era a suposta garantia da permanência ordenada da sociedade com o uso da força da lei, que poderia enfrentar a ameaça contra a propriedade, permitindo o pleno desenvolvimento da ordem natural. O Estado lockeano, portanto, não postulava qualquer alienação da liberdade dos seres humanos, configurando o instrumento através do qual essa liberdade poderia se desenvolver em forma plena. As bases do liberalismo político, com Locke, estavam plenamente lançadas.³³² As relações entre estado e economia, sociedade política e sociedade civil, foram o objeto privilegiado de reflexão da filosofia política moderna, nos marcos do liberalismo político e da “razão de Estado”. Maquiavel, Hobbes, Locke, Rosseau e Hegel, entre outros, se empenharam em determinar a gênese e a natureza da sociedade política, em estabelecer as conexões determinantes entre poder estatal e poder econômico, na perspectiva de estabelecer uma forma política ideal, como condição e garantia da sociabilidade.

Afirmando a perenidade do Estado e da “sociedade política” como o valor supremo e definitivo da vida coletiva do homem, essa tendência do pensamento moderno, onde se misturaram as teorias jusnaturalistas de “racionalização do Estado”, as teorias realistas de “estatização da razão” e ainda o triunfo da razão no Estado e na História, como foi realizado de modo supremo em Hegel, constituiu-se o que Bobbio denominou *concepção positiva do Estado*, considerado como o fator civilizador por excelência da sociedade. A idealização do Estado (punitivo) pelo liberalismo político foi o prólogo necessário do uso pleno da força do Estado para a imposição do liberalismo econômico (isto é, do capitalismo). O Estado modernizado, porém, revelou-se um ninho de contradições, um campo em disputa entre classes e frações sociais, inicialmente aliadas na luta contra o Antigo Regime.

O pensamento liberal não podia superar nem suprir essas contradições: “O grande esforço do pensamento jurídico-político no decorrer do século XVIII para demonstrar de que modo, a partir dos sujeitos do direito individual, do direito natural, poder-se-ia chegar à constituição de uma unidade política definida pela existência de um soberano, individual ou não, detentor de uma parte da totalidade de seus direitos individuais e, ao mesmo tempo, princípio da limitação desses direitos, toda essa vasta problemática, em resumo, não é completada pela problemática da economia. A problemática da economia e do interesse econômico obedece a outra configuração, a uma lógica completamente diversa, a um raciocínio e a uma racionalidade de outro gênero. O mundo jurídico-político e o mundo econômico, de fato, a partir do século XVIII, apareceram como mundos heterogêneos e incompatíveis. A ideia de uma ciência econômico-jurídica é rigorosamente impossível, e por outro lado nunca se constituiu efetivamente”.³³³

³³² John Locke. *Dois Tratados sobre o Governo Civil*. Lisboa, Edições 70, 1984.

³³³ Michel Foucault. *Nascita della Biopolitica*. Milão, Feltrinelli, 2005, p. 232: “A partir da nova razão de governo, o governo não deve mais intervir, não possui uma conexão direta sobre as coisas ou as pessoas. Não pode tê-la, nem está legitimado para tanto, sendo autorizado a intervir sobre a base do direito e da razão na medida em que o interesse, os interesses, ou o jogo dos interesses, transformam certo indivíduo, uma dada coisa, um dado bem, uma dada riqueza, um dado processo de algum interesse para indivíduos singulares, ou para o conjunto dos

A organização *política* dos interesses *de classe* foi a resposta ao impasse da abstração racional-liberal. No período de constituição do Estado Moderno, para arregimentar seus representantes na direção do aparelho burocrático-militar, a burguesia organizou-se aos poucos em partidos políticos, instituições inexistentes em períodos anteriores à irrupção da democracia representativa. A burguesia não inventou o Estado burocrático-militar, com exército permanente e fundado em um tributo nacional público; ao contrário, deparou-se historicamente com seus alicerces já delineados no Estado absolutista ainda sob o domínio da nobreza que, ao constatar a tendência declinante da renda feudal, decorrente da paulatina e inexorável monetarização da economia, tomou (seus setores mais poderosos e conscientes) as rédeas da constituição do Estado absolutista: “Na monarquia absoluta a burocracia foi apenas o meio para preparar o domínio de classe da burguesia”.³³⁴ Esse itinerário foi percorrido mais no continente europeu do que na Inglaterra. O caso inglês apresenta o exemplo de Estado mais politicamente coeso e centralizado, que investiu militarmente no continente, como na “Guerra dos Cem Anos” em território francês.

O Estado absolutista britânico apresentou o molde mais desmilitarizado, burocraticamente rarefeito e menos longevo da Europa ocidental. França já dispunha no século XVI de um imposto nacional (a *taille*) e de um exército permanente; a Inglaterra somente viu nascer seu exército profissional no século XVII, com o advento do Exército de Novo Tipo, *New Model Army*, baseado em um imposto nacional sobre o consumo (o imposto de renda, *Income Tax*, só nasceu no século XVIII). Com sua promoção interna baseada no merecimento e não por direito de nascença, profissionalizado e sustentado regularmente por um imposto, aberto à discussão e debates entre seus membros para a definição dos objetivos bélicos e da disciplina de caserna, mas também dotado de uma disciplina férrea de comando, o “exército de novo tipo” de Oliver Cromwell foi de fato o embrião do novo Estado democrático com hegemonia burguesa: ele trazia em seu âmago os elementos de uma nova sociedade em gestação, representada pela pequena nobreza *gentry* associada aos setores burgueses ligados à manufatura têxtil.

Facilitando sua ascensão social e política, ao contrário do que se verificou no continente europeu, a burguesia inglesa não se deparou com um grande Estado burocrático-militar já estabelecido e impermeável à sua influência. A ela coube a tarefa histórica de constituir o exército permanente de um Estado já sensível à sua ingerência por intermédio da democracia representativa. Na esteira desse exército e do Parlamento revolucionário constituíram-se os antecedentes dos modernos partidos políticos, frações (armadas) que lutavam pelo controle e direção do novo Estado. Os realistas, os presbiterianos, os independentes, os *levellers*, os *diggers*, foram embriões dos partidos políticos institucionalmente vinculados à democracia representativa burguesa. A agremiação dos *levellers*, por exemplo, esgrimia uma democracia representativa radical para a época, defendendo o voto universal masculino nas eleições parlamentares. O exército de novo tipo constituiu, durante a guerra civil inglesa, o embrião do novo Estado democrático-representativo britânico, possuindo em seu bojo os germes dos futuros partidos políticos. O princípio da representação política foi lentamente se fusionando com o princípio de nacionalidade. Somente interpretando as nações a partir da sua base histórico-econômica é possível compreender o fenômeno da universalização da nação como forma política, assim como a difusão mundial da aspiração à construção de Estados Nacionais, que teve por base o caráter tendencialmente mundial da produção capitalista. A internacionalização do capital, no entanto, só adquiriu uma base efetiva com a Revolução Industrial iniciada na Inglaterra no século XVIII. Sua expansão pela Europa e alhures fez do século XIX o “século do nacionalismo”, em todas as ordens da vida social.

indivíduos, ou para os interesses de certo indivíduo em confronto com o interesse de todos. O governo passa a interessar-se apenas pelos interesses” (p. 52).

³³⁴

Karl Marx. *As Lutas de Classe na França 1848-1850*. São Paulo, Boitempo, 2012.

O nacionalismo, no entanto, procurou, como vimos, suas raízes na era pré-industrial, para delinear os contornos de uma “alma nacional”; culturalmente, a música (popular ou erudita) foi seu elemento central: “O nacionalismo musical, aceitando as conquistas enormes e fecundas do sinfonismo, tentou renovar em cada país a arte musical, explorando sistematicamente os ricos tesouros virgens do canto e da dança populares. Nessa música nascida diretamente do instinto e da tradição é fácil achar o caráter moral de cada povo. Quando a arte sábia se apropriou desse fecundo legado poético do sentimento comum, transformou-o com suas pautas e regularidades técnicas até quase fazê-lo perder seus elementos pitorescos e nacionais... Esse nacionalismo musical estendeu-se a quase todos os povos que cultivaram com sucesso a música”.³³⁵

A noção de Estado soberano, de soberania nacional, e a concepção do homem como centro mutante de sua própria vida e de sua história, o individualismo político liberal, preanunciaram e acompanharam o advento da era capitalista. O desenvolvimento permanente e autossustentado de uma economia capitalista, porém, só se tornou possível quando ela pôde produzir artigos (mercadorias) de forma geometricamente crescente para satisfazer mercados igualmente crescentes. Isso só aconteceu quando a sociedade substituiu o modo de produção baseado na economia agrária, em pequenas unidades econômicas fundamentadas no trabalho e na habilidade manual de artesãos, por uma economia capitalista moderna, orientada para o mercado e baseada na indústria e na fabricação mecanizada. Nação, livre concorrência entre sujeitos econômicos e políticos, Estado soberano (territorial e historicamente), liberdade econômica, produção industrial, constituíram as precondições complementares e mutuamente dependentes da vitória da modernidade identificada com o modo de produção capitalista.

Situou-se alternativamente o nascimento da “Era Moderna” nas inovações artísticas e científicas do Renascimento italiano, nas grandes viagens de descobrimento a partir de Cristóvão Colombo (na América) e Bartolomeu Dias (na África), na ideia protestante e calvinista de autorresponsabilidade do indivíduo, na libertação iluminista da superstição irracional e no racionalismo em geral, no surgimento da democracia moderna na França e nos EUA, ou na Revolução Industrial inglesa. As datações históricas factuais, no entanto, são controversas e não raro arbitrárias. A “modernidade” é filha do capitalismo, do tempo histórico em que, na metáfora célebre do *Manifesto Comunista*, “tudo o que é sólido desmancha no ar”. Ela se constituiu como uma concepção da sociedade a partir de finais do século XVIII, enfatizando a liberdade individual, a humanidade como sujeito pensante, vendo no desenvolvimento científico e técnico a via para superar as deficiências humanas; a técnica passou a ser sinônimo de eficiência.

A modernidade constituiu-se como tempo histórico *novo*, e como *consciência* dessa novidade: “A experiência da modernidade somente se inicia com a descoberta da história em si mesma, ao mesmo tempo seu próprio sujeito e objeto... Foi a filosofia do processo histórico quem primeiro separou a modernidade nascente de seu passado e, ao mesmo tempo, inaugurou a nossa modernidade como um novo futuro. Nos séculos que correspondem ao período entre 1500 e 1800 ocorre uma temporalização da história e, ao final desse período, existe aquela forma peculiar de aceleração que caracteriza a modernidade”.³³⁶ Assim como o homem “inventado” por Shakespeare, a *história* do homem passava a ter sua própria estrutura temporal imanente, sobre uma nova base econômico-social.

A violência institucional (a guerra) presidiu o nascimento do Estado Moderno. A filosofia moderna tentou, em resposta, investigar as condições da paz: Immanuel Kant, em *A Paz Perpétua* (1795) propôs que o direito cosmopolita se circunscrevesse às condições de uma “hospitalidade universal”. A pessoa que estava em seu território poderia repelir o visitante se este interferisse em seu domínio. No entanto, caso o visitante se mantivesse pacífico, não seria

³³⁵ Mariano Antonio Barrenechea. *Historia Estética de la Música*. Buenos Aires, Claridad, 1944, pp. 412-413.

³³⁶ Reinhart Koselleck. *Op. Cit.*

possível hostilizá-lo, pois todos os homens teriam o direito de apresentar-se na sociedade. O direito de cada um na superfície terrestre poderia ser limitado, mas incluiria tolerar a presença do outro, sem interferir nele: mesmo em um espaço limitado, os indivíduos deveriam se comportar pacificamente com o intuito de alcançar a paz e o convívio mútuo. O direito público da humanidade poderia criar as condições para o favorecimento de uma paz perpétua, na esperança e no objetivo de um “estado pacífico absoluto”.³³⁷ A filosofia da era moderna conseguiu formular um princípio *ideal* que se espatifou contra as condições históricas *reais* imperantes na era das nações e do capital.

³³⁷ Immanuel Kant. *A Paz Perpétua*. Porto Alegre, L&PM, 2010: “Compare-se a conduta inospitaleira dos Estados civilizados da nossa parte do mundo, principalmente os comerciantes; a injustiça que demonstram na visita a terras e povos estrangeiros (o que para eles vale a mesma coisa que conquistá-los) vai além do horror. A América, os países negros, as Molucas, o Cabo, eram, para eles, na época de seu descobrimento, terras que não pertenciam a ninguém, pois contavam os habitantes por nada” (p. 39).

10. ACUMULAÇÃO ORIGINÁRIA E MITOLOGIA EUROPEIA

*A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constituiu a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição esta liberou os elementos daquela. O produtor direto, o trabalhador somente pode dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser servo ou dependente de outra pessoa. Para tornar-se livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde houver mercado para ela, ele precisava ainda ter escapado do domínio das guildas, de seus regulamentos para aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Assim, o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém-libertados só se tornaram vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhe foram roubados. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (Karl Marx, **O Capital**)*

*Ao examinar os Estados do mundo moderno, encontramos que sempre oferecem o espetáculo de um grande número de homens obedecendo, dentro de um território definido, a um pequeno número de outros homens. Achamos também que as leis feitas por esse pequeno número... possuem a condição de, caso sejam vulneradas, o pequeno número de homens poder usar toda a coação necessária para vindicar sua autoridade. Cada Estado é uma sociedade territorial dividida entre governo e súditos, sendo o governo um conjunto de pessoas dentro do Estado que aplicam os imperativos legais em que se baseia o Estado; ao contrário de qualquer outra comunidade de pessoas dentro da sociedade territorial, está capacitado para empregar a coação no objetivo de que sejam obedecidos esses imperativos (Harold J. Laski, **Introdução à Política**)*

A condição básica para o surgimento do modo de produção capitalista é a existência de duas classes de possuidores de mercadorias: de um lado os donos de meios de produção (matérias primas, ferramentas ou máquinas, propriedades fundiárias) e que os valorizam mediante o emprego de força de trabalho assalariada; de outro, trabalhadores cuja única mercadoria é sua própria força de trabalho (a capacidade física e intelectual de transformar matérias primas brutas em produtos manufaturados, em mercadorias prontas para satisfazer as necessidades de consumo de outrem, mediante o esforço físico e mental, operando instrumentos de trabalho e máquinas). O aparecimento dessas duas classes sociais deu-se por vias e processos históricos longos e complexos. O feudalismo estava baseado na unidade entre o produtor e os meios de produção. Por mais que estivessem submetidos ideológica e militarmente aos senhores feudais, os trabalhadores eram donos de seus instrumentos de trabalho, estavam vinculados à terra em que viviam (embora não fossem donos dela), ditavam seu ritmo de trabalho e produziam a maior parte daquilo que consumiam. O capital exigia o contrário disso: trabalhadores destituídos de meios de trabalho (pois como seriam obrigados a trabalhar para um capitalista se eram donos de suas condições de trabalho?); camponeses sem terra, pessoas «livres» para trabalhar em troca de um salário monetário e para comprar as mercadorias produzidas pelas empresas em formação.

Para que essas condições aparecessem, foi preciso a expropriação dos camponeses, ou seja, a separação violenta entre eles e as terras onde trabalhavam, em parte para si próprios. Já no fim do século XIV, a servidão tinha se alterado profundamente. Os camponeses tornavam-se relativamente livres, trabalhando numa pequena faixa de terra, além de ter acesso às terras comunais, usadas indiscriminadamente por qualquer pessoa desde tempos ancestrais. O florescimento da manufatura flamenga de lã e a conseqüente alta dos preços desse produto incentivou a transformação, particularmente na Inglaterra, de lavouras em pastagem de ovelhas, expulsando dessas terras milhares de camponeses. Muitas leis reais tentaram garantir aos camponeses um pedaço de terra junto à sua cabana, mas o interesse capitalista interditava

a manutenção de uma classe social de camponeses autônomos. Era preciso transformá-los em consumidores da indústria que surgia nas cidades.

A irrupção do modo de produção capitalista na Europa foi um processo desenvolvido num teatro mundial, principalmente durante os séculos XVI e XVII: Marx, seguindo alguns economistas clássicos, o chamou de “acumulação capitalista primitiva (ou originária)”, que teve, para ele (diversamente dos mesmos economistas) seu signo dominante na *violência do Estado*. A indagação de Marx sobre o modo de produção capitalista partiu de uma pergunta que questionava o aparentemente óbvio: “Como é que surge este fenômeno *estranho* de encontrarmos no mercado um conjunto de compradores - possuidores de terra, de maquinaria, de matéria-prima e de meios de subsistência, coisas que, todas elas, salvo a terra no seu estado bruto, são produtos do trabalho - e, por outro lado, um conjunto de vendedores, que não têm nada para vender exceto a sua força de trabalho, os seus braços e cérebros que trabalham? De um conjunto de homens que compra continuamente com vistas a ter lucro e a enriquecer-se, enquanto o outro conjunto continuamente vende para ganhar a vida?”.

Ele próprio respondeu que “a investigação sobre essa questão seria uma investigação sobre aquilo que os economistas chamam de acumulação prévia ou original, mas que deveria ser chamada *expropriação original*. Verificaríamos que a chamada acumulação original não significa senão uma série de processos históricos resultantes numa decomposição da união original existente entre o homem trabalhador e os seus instrumentos de trabalho... Uma vez estabelecida a separação entre o homem de trabalho e os instrumentos de trabalho, semelhante estado de coisas manter-se-á e reproduzir-se-á numa escala constantemente crescente, até que uma nova e fundamental revolução no modo de produção o derrube de novo e restaure a união original numa forma histórica nova”.³³⁸

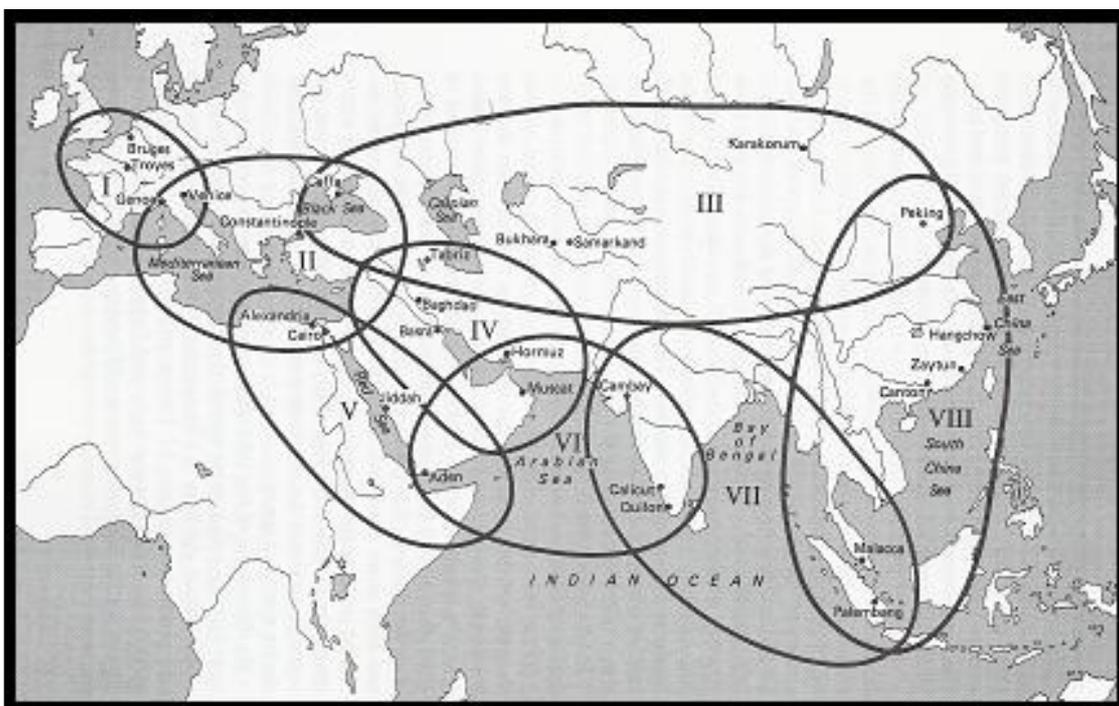
As condições estruturais que propiciaram o surgimento do capitalismo industrial foram a crescente divisão social do trabalho, o desenvolvimento amplo do intercâmbio (troca comercial) e a progressiva separação do produtor independente da terra e dos seus instrumentos de produção (ferramentas e máquinas elementares); separação que transformou os antigos produtores em potenciais proletários, desprovidos de qualquer meio de produção: “Expropriação e proletarização: são os dois termos da acumulação primitiva no estado puro, a perfeita separação, mediante a violência legalizada, do produtor de seus meios de produção”.³³⁹ Com essa base se originou um sistema de produção que progressivamente se estendeu por todo o planeta, pois só poderia ter um mercado planetário (mundial) como escopo adequado para seu potencial produtivo. O mercado mundial, porém, desenvolveu suas bases materiais antes do surgimento da era capitalista; foi a mola propulsora de seu nascimento. A acumulação capitalista originária esteve alicerçada na constituição de relações

³³⁸ Karl Marx. Salário, preço e lucro. In: Karl Marx e Friedrich Engels. *Obras Escolhidas*. Lisboa, Avante, 1985. O questionamento do aparentemente “inquestionável” foi a condição que T. S. Kuhn apontou para caracterizar uma “revolução científica” (ou “mudança de paradigma científico”). Quando um paradigma é exigido até seu limite, suas anomalias e incapacidade de dar conta dos fenômenos observados começam a acumular-se, o que é julgado por aqueles que praticam essa disciplina. Os cientistas não perdem sua fé no paradigma existente enquanto não exista uma alternativa convincente. Em qualquer comunidade científica há indivíduos que se arriscam mais que a maioria. São os que, considerando que existe de fato uma crise, adotam uma “ciência revolucionária”, procurando encontrar alternativas às suposições aparentemente óbvias e inquestionáveis nas quais se embasava o paradigma estabelecido. Isto dará lugar a um marco conceitual que rivaliza com ele. O novo paradigma proposto parecerá possuir numerosas anomalias, por estar ainda incompleto. A maioria da comunidade científica se oporá a qualquer mudança conceitual. Para uma discussão acerca da aplicabilidade do conceito de Kuhn para as ciências humanas, ver: Barry Barnes. *T.S. Kuhn and Social Sciences*. Londres, Macmillan Press, 1982.

³³⁹ Pierre Vilar. A transição do feudalismo ao capitalismo. In: Charles Parain et al. *Op. Cit.*, p. 44.

econômicas mundiais sobre a base da colonização europeia do mundo,³⁴⁰ ou seja, na implicitamente suposta superioridade da “civilização europeia”.

Trata-se de um mito que, como todos eles, também possui sua história. Para a etapa que precedeu a expansão mercantil da Europa, Janet Abu-Lughod³⁴¹ constatou a existência, no período entre 1250 e 1350 D.C. na Eurásia e na África, de oito circuitos econômicos articulados, nos quais o comércio e a divisão do trabalho configuravam sistemas econômicos “desenvolvidos”. Desses oito circuitos, seis estavam localizados em áreas dominadas pelo Islã, que era à época, junto com a China imperial, a área mais desenvolvida do mundo (Europa estava menos desenvolvida economicamente, e seus contatos comerciais com o restante do mundo não eram contínuos).³⁴² Immanuel Wallerstein negou aos circuitos econômicos árabe-islâmicos dos séculos XIII e XIV, e a circuitos semelhantes contemporâneos, assinalados em baixo (conforme Abu-Lughod), o caráter de “economias-mundo”, que só seria atingida, para ele, com a destruição desses circuitos pela expansão europeia.



Os oito circuitos econômicos 1250-1350

³⁴⁰ Cf. Josif M. Kulischer. La proiezione mondiale dell'economia europea. In: Ciro Manca (ed.). *Formazione e Trasformazione dei Sistemi Economici in Europa dal Feudalesimo al Capitalismo*. Padua, CEDAM, 1995. “A construção do sistema-mundo moderno envolveu uma expansão de Europa, que era simultaneamente militar, política, econômica e religiosa. Dentro deste contexto, missionários cristãos atravessaram o globo, mas eram notoriamente mais bem sucedidos em partes do mundo que não foram dominadas através das denominadas religiões mundiais. O número de convertidos em países largamente islâmicos, budistas, hindus e zonas confuciano-taoístas, eram relativamente poucos, e particularmente poucos em zonas islâmicas” (Immanuel Wallerstein. *Islam, the West, and the World*. Lecture in series “Islam and World System,” Oxford Centre for Islamic Studies, outubro de 1998).

³⁴¹ Janet L. Abu-Lughod. *Before European Hegemony*. The world system 1250-1350. Nova York, Oxford University Press, 1989.

³⁴² A conquista da Espanha (entre os anos 711 e 714 de nossa era) marcou o apogeu do império islâmico, que existia havia apenas oitenta anos, mas que já dominava uma região maior do que o antigo Império Romano. Com o advento das Cruzadas e da formação dos Estados Nacionais europeus, os árabes foram sendo expulsos de parte dos seus domínios. Durante cinco séculos, o Islã foi dominante num vasto império que abrangia desde a Espanha até a Índia, território possuidor de uma cultura e uma língua comum, a língua árabe. Foi impossível, no entanto, que essa extensão territorial fosse governada por um único poder central: na “época de ouro” do califato abasida (750-1258) cada região era governada por uma dinastia local, que reconhecia, formalmente, o governo de Bagdá. De 1096 até 1250, o império resistiu às cruzadas cristãs, mas recebeu um golpe decisivo com a invasão dos mongóis, em 1258.

Os maiores circuitos econômicos se encontravam na China, onde uma estagnação econômica, acompanhada de epidemias de fome recorrentes, foram sucedidas por uma destruição provocada por investidas externas. Na China, as revoltas camponesas percorreram toda sua história moderna. Essas revoltas foram o motor da história chinesa durante séculos. Quando geograficamente restritas, eram facilmente isoladas e reprimidas. Mas às vezes atingiam várias regiões ou quase o país inteiro; nesses casos faziam entrar em colapso as autoridades locais e até a própria dinastia. Essas lutas de classes, porém, não provocavam a substituição de uma classe por outra no Estado, pois os camponeses não conseguiam articular-se nacionalmente, eles mesmos, como uma classe social capaz não só de lutar, como também de mudar radicalmente o sistema social através do exercício do poder. E não existia outra classe social, nas cidades, ou de âmbito nacional, que enfrentasse as dinastias, opondo outro sistema de produção (por exemplo, o desenvolvimento de indústrias baseadas no trabalho assalariado), pois as classes possuidoras (principalmente comerciantes) preferiam investir, seguindo a tradição chinesa, em terras.

As revoltas camponesas reivindicavam a propriedade comum da terra e a distribuição igualitária dos seus frutos. Às vezes, elas provocavam a queda da dinastia, que era substituída por outra. A paz, a solidez, a aparente eficiência do Império Chinês, eram precisamente seu grave elemento de fraqueza em relação à Europa agitada pelas contraditórias pressões com que nascia a sociedade moderna: na China, os problemas não podiam resolver-se no âmbito da situação existente, e não existiam as forças, ou pelo menos as forças suficientes, para criar uma situação nova. Nem tudo ficava como antes, após a revolta. As rebeliões contra o poder central foram criando uma tradição de revolta contra o arbítrio das autoridades, que se cristalizou nas sociedades secretas de ajuda e proteção mútuas, espalhadas pela China inteira. Estas sociedades alcançaram poder suficiente para pôr em xeque as próprias autoridades, chegando a ter grande importância nas rebeliões da China moderna.

As revoltas e os colapsos econômicos foram preparando o terreno para mudanças no sistema econômico e social. Em 1645 deu-se a conquista do poder pela dinastia Manchu, que submeteu os povos "tradicionais" da China Central (os manchus provinham da região Norte da China, a Manchúria). A dinastia Manchu governou o país até o século XX. A máxima expansão da civilização chinesa foi conseguida no século XVIII, quando foram conquistadas as vastas regiões interiores da Mongólia, do Sinkiang e do Tibete. No século XIX, porém, começou a instalar-se uma estagnação econômica. A erosão varria as colheitas e inundava os sistemas de irrigação, nas aldeias começava a fazer-se notar um excesso de população. As indústrias de consumo não deram lugar a um surto tecnológico, e a utilização de trabalho assalariado não se difundiu significativamente. Os extraordinários avanços da economia na dinastia Sung (nos séculos X-XIII), sobretudo na metalurgia, tinham se consumido a si próprios nas épocas subsequentes, e a transformação radical da indústria e da sociedade que pareciam prometer nunca se verificou. Na China, a acumulação capitalista primitiva ficou no seu estágio inicial, e não houve Revolução Industrial.³⁴³

Nas regiões "islâmicas", a quase "economia política" de Ibn Khaldun, como vimos acima, foi a expressão intelectual mais relevante do desenvolvimento industrial e mercantil da civilização árabe, localizado e fragmentado geograficamente, e sem projeção mundial devido ao esgotamento de sua dinâmica interna. Perry Anderson elencou os motivos possíveis do declínio da "economia islâmica": falta de autonomia municipal ou de ordem cívica nas cidades, que careciam de estrutura interna coerente, administrativa e até arquitetônica; ausência de associações comerciais ou profissionais que agrupassem os proprietários; múltiplos Estados de origem nômade, "por tendência, essencialmente guerreiros e saqueadores; sua razão de ser e sua estrutura eram militares".³⁴⁴ Era, a dos povos árabes, uma atomização em movimento

³⁴³ Cf. Perry Anderson. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto, Afrontamento, 1984.

³⁴⁴ Perry Anderson. *Op. Cit.*, pp. 588-591.

permanente, em caravanas que iam da China até o sul da África: o profeta do islamismo foi o instrumento da emergência árabe, o suscitador das energias do seu povo, que soube extrair das tribos pobres e dispersas do Ara-Bar uma força capaz de derrubar qualquer obstáculo que encontrasse.³⁴⁵

Esse era seu ponto forte e, simultaneamente, seu ponto fraco. A conquista do Norte da África, provocou o surgimento da “África Branca”, a irradiação dos povos semitas da Arábia e Egito até o Maghreb; a destruição definitiva de Cartago (previamente destruída pelos romanos; depois de ficar por vários anos desocupada, foi revivida por Júlio César) para a construção, no mesmo lugar, de Túnis; a criação de portos importantes para o ataque a ilhas do Mediterrâneo e regiões costeiras da Europa; além da conquista da Espanha e do fechamento do Mediterrâneo à navegação europeia. As tentativas ulteriores de expansão islâmica fracassaram, e teve início um lento declínio dessa civilização, pontuado por sobressaltos de um novo esplendor. Houve um reflorescimento na parte ocidental do império, terminada com a reconquista de Espanha pelos cristãos, em 1492.

Depois dessa data, ainda, o Império Turco Otomano continuou a expandir-se em direção da Europa (nos Bálcãs, chegando a ameaçar Viena), e ressurgiram entidades políticas islâmicas de grande envergadura na Pérsia e na Índia, dominantes até a irrupção do império britânico na região. Sem falar na expansão do islamismo em direção de Sumatra e de toda a Indonésia, e até em regiões da China, cujo fechamento religioso tinha sido quebrado pela invasão dos mongóis, no século XIII.³⁴⁶ Entre os séculos XIII e XIV, a era “mameluca” fez o Egito conhecer um extraordinário esplendor nas artes e na cultura, e ainda na economia, graças, sobretudo, ao comércio de especiarias com o Ocidente europeu. Essa etapa teve fim entre os séculos XIV e XVI, quando teve início uma estagnação econômica, social e cultural. Em 1517 o Egito foi ocupado e conquistado pelo exército do sultão Selim I.

Sob a dominação otomana, o Egito passou a ser uma província autônoma do Império Otomano. A dominação otomana do Egito, porém, foi acompanhada pelo início do declínio do último grande império islâmico, no mesmo século XVI: “O lento declínio do Império Otomano foi determinado pela superioridade econômica e militar da Europa absolutista. Em curto prazo foi na Ásia que sofreu os piores reveses. A guerra dos Trinta Anos contra a Áustria, entre 1593 e 1606, constituiu um dispendioso empate; mas as guerras com a Pérsia, mais longas e destruidoras, que duraram de 1578 a 1639, com breves interrupções, conduziram à derrota e à frustração. A consolidação vitoriosa de um Estado Safávida na Pérsia marcou o ponto de viragem para os destinos do Estado Otomano. As guerras com a Pérsia, de que acabou de resultar a perda do Cáucaso, infligiram danos incomensuráveis ao exército e à administração da Porta”.³⁴⁷

O Império Otomano era, para Maquiavel, a antítese perfeita da monarquia (absolutista) europeia, matriz do surgimento dos Estados Nacionais capitalistas: “O Império Otomano era um instrumento no comércio africano e oriental de longo curso, que levou à expansão do Império e, no século XV, à descoberta da América; ambos os processos se relacionaram intimamente com a transição do feudalismo ao capitalismo na Europa Ocidental. Nos séculos XV e, especialmente, no XVI, as regiões ribeirinhas no Mediterrâneo ao Norte também se tornaram proeminentes no comércio e nas atividades a ele associadas. No século XVII, a totalidade da área do Mediterrâneo e seus povos ribeirinhos no Sul da Europa, no Norte da África e no Oriente Médio ou Ásia Ocidental, perderam seu lugar e sua participação

³⁴⁵ Francesco Gabrielli. *Maometto e le Grande Conquista Árabe*. Roma, Newton & Compton, 1996.

³⁴⁶ Paolo Branca. Islam. In: Massimo Salvadori (ed.). *Enciclopedia Storica*. Bologna, Zanichelli, 2005, pp. 848-852.

³⁴⁷ Perry Anderson. *Op. Cit.*, p. 444.

destacadas... Eles experimentaram uma involução diferente de acordo com a diversidade de suas estruturas internas”.³⁴⁸

Desse modo, o desenvolvimento econômico desigual gerou um processo de concorrência e luta, através do qual o capitalismo “europeu”, diversamente dos impérios orientais precedentes, unificou efetiva e economicamente o planeta.³⁴⁹ A afirmação comum de que se tratou de uma “europeização” do mundo esquece que foi esse processo que criou a “Europa” no sentido moderno do termo: “Hoje, imaginamos que a África e a Europa são dois continentes completamente diferentes, separados por um abismo de civilização, mas até bem pouco tempo essa distinção não faria sentido. Por muitos séculos, bens e homens se moveram mais facilmente na água do que por terra, e o comércio e o império reuniram os povos do Mediterrâneo”.³⁵⁰

Não foi, em definitiva, a Europa que criou a expansão mercantil mundial, mas essa expansão a que criou a “Europa” como conceito moderno. A noção geográfica de Europa existiu desde os tempos da Grécia clássica, mas só para designar a civilização helênica: “Os antigos não saíram de uma noção formal de Europa, sem noção de uma Europa humana, definida em termos humanos, pelo simples fato de que essa Europa não existia... Grécia inventou a Europa, mas o mundo grego não era um mundo europeu. Vejamos no mapa todas as localidades e nomes das cidades coloniais fundadas pelos gregos. Como extrair de sua distribuição a noção de uma Europa distinta da Ásia e da África, de uma Europa europeia, se metade dessas localidades se encontra exatamente nas costas da Ásia, nas margens da Ásia Menor, e nas costas da África, ao longo da África Menor?”.³⁵¹

Somente nos séculos XVI-XVII o termo e o conceito de *Europa* adquiriu sua conotação atual (o Congresso de Viena de 1815, por sua vez, designou o limite oriental da Europa nos Urais). Antes disso, a consciência difusa de um continente separado (não geográfica, mas culturalmente) e, eventualmente, superior, tinha uma base religiosa, a *christianitas* (cristandade): o Império Carolíngio adotara um calendário em que os tempos eram contados a partir do nascimento do Cristo redentor (*anno domini*). Essa cristandade separada se definia em relação à cristandade grega (ortodoxa) e ao Islã. A divisão da antiga *romanitas*, ainda em tempos imperiais, fez nascer os conceitos de “Oriente” e “Ocidente”: “A partir do século XII, a Europa é uma realidade unit[ária que possui a mesma extensão da cristandade latina. Mas sua

³⁴⁸ André Gunder Frank. *Acumulação Mundial 1492-1789*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977, p. 41.

³⁴⁹ Immanuel Wallerstein identificou a origem do “sistema mundial moderno” na Europa e na América do século XVI: uma ligeira superioridade de acumulação de capital no Reino Unido e França (semelhante, diríamos, à leve superioridade de matéria sobre antimatéria que provocou o “big-bang” que deu origem ao universo), devida a circunstâncias políticas internas no final do feudalismo nesses países, teria desencadeado um processo de expansão que culminou em um sistema global de trocas econômicas que, no século XIX, incorporou todos os territórios do planeta.

³⁵⁰ Nigel Cliff. *Guerra Santa*. Como as viagens de Vasco da Gama transformaram o mundo. São Paulo, Globo, 2012. O autor lembra que foram cronistas dessa época os que usaram pela primeira vez o termo *europenses* para se referir aos homens de Charles Martel que enfrentaram as incursões muçulmanas na atual “Europa”, derrotando-as finalmente em Poitiers. Até então, o termo não era comumente usado. Os defensores da suposta “Europa eterna” (o mito substitutivo das antigas “França” ou “Germânia” eternas) se basearam nas linhas de divisão geográfica traçadas pelos gregos clássicos que, naturalmente greco-cêntricos, nomearam as terras ao Leste como Ásia, as do Sul como África, e o restante como *Europa*, noção que, no entanto, englobava parte da África e se estendia até as fronteiras do Egito no Nilo, isto é, até onde chegava a civilização helênica, excluindo a península ibérica. A divisão geo-civilizatória grega, que caiu em desuso já antes da Era Cristã, foi retomada na era moderna, pretendendo estabelecer, anacronicamente, uma linha de continuidade histórica direta entre a “Europa” grega com a Europa Ocidental moderna e, mais adiante, com os Estados que compõem a hodierna União Europeia (UE); o Mediterrâneo teria separado, desde sempre, o “Ocidente civilizado” do “Oriente bárbaro” (em reação simétrica, o fundamentalismo islâmico se opõe à “ocidentalização” em defesa de suas próprias tradições). A falsificação histórica é óbvia, pois o Mediterrâneo foi, desde o alvorecer dos tempos históricos, local de intercâmbios e misturas, não barreira entre civilizações. Na suposta e mítica “França eterna” fala-se uma língua que deve várias centenas de palavras ao árabe, e menos de cinquenta à antiga língua dos francos.

³⁵¹ Lucien Febvre. *L'Europa*. Storia di una civiltà. Milão, Feltrinelli, 1999, p. 30.

recente unidade não é política. O espaço latino era um aglomerado de entidades de diversas dimensões, sujeitas a poderes de estatuto varável, reunidos ou divididos segundo estratégias dinásticas, cujas relações gerais não se deixavam encerrar em nenhuma fórmula geral”.³⁵²

Só na era moderna a *christianitas* passou a ser definida em termos mundiais: “O evento que, mais que nenhum outro, pôs em discussão o conceito segundo o qual os cristãos eram membros de um clube que se identificava com a Europa foi a Reforma que, a partir da terceira década do século XVI, dividiu a cristandade não ortodoxa em áreas católica e protestante, cada uma das quais promovendo uma sincera e tirânica campanha de renovação da fé, da conduta moral, da prática religiosa. Na década de 1560, Calvino, o mais rígido dos promotores da Reforma, de seu observatório de Genebra contemplava o embate resumindo o escopo político-social dessa fratura irreversível com a expressão *Europae Concussio* – a concussão da Europa, não do cristianismo”.³⁵³

O anacronismo consistente em projetar a “Europa” contemporânea para o passado, fazendo dela uma espécie de abstração histórico-metafísica, se encontra, em geral, ao serviço da proclamação da *superioridade* da civilização “europeia” (ou ocidental, considerando-se sua projeção americana), uma “superioridade” cuja natureza e função históricas raramente são explicitadas. De modo geral, os autores que defendem esse tipo de abordagem são eles próprios europeus ou, mais precisamente, franceses, o que tem a ver com a história francesa do século XIX e com sua pretensão de representar Europa, que representaria, por sua vez, o mundo civilizado. Não é esse, porém, o caso da anatomia humana que explica à do macaco, pois a própria linhagem histórica “europeia” suposta é o produto de uma manipulação ou, pelo menos, de uma deturpação. Um autor representativo, Louis Rougier, proclamou que 25 séculos de “civilização europeia” haviam provado que “só ela se afirmou como perpetuamente ascendente, enquanto as outras cresceram, se espalharam, culminaram, e depois declinaram e periclitaram”.³⁵⁴ Houve assim outras civilizações, mas sem a “vitalidade” europeia (que lhe permitiu, para esse autor paradigmático, superar a *bête noire* obscurantista importada do Oriente, o cristianismo).

Esse resultado seria devido à mentalidade especial dos europeus, simbolizada pelos mitos de Prometeu e do Fausto, uma mentalidade inimiga do dogmatismo e esforçada em compreender o mundo para melhor agir sobre ele, o que caracterizaria a tendência para o raciocínio abstrato, o gosto pela superação, o desejo de progresso, “o senso agudo da liberdade e o respeito do indivíduo”, que seriam exclusivamente europeus, pelo menos na sua origem. O raciocínio se apoia numa suposta continuidade histórica linear e exclusiva entre a Grécia do século de Péricles e as potências europeias (ou “ocidentais”) *qui est toute à démontrer*, suposição baseada num “milagre grego” fundador, de origem indeterminada, e também num igualmente suposto monopólio europeu da apropriação e continuidade histórica do dito “milagre” (um termo de óbvia ressonância religiosa), que fez alguém chamar à primeira estrofe da *Iliada* homérica de “primeira palavra da Europa”...³⁵⁵

Émile Bréhier, num diapasão levemente diverso mas semelhante, definiu o helenismo, a lei romana e o cristianismo, como bases da “civilização europeia”, ressaltando, porém, que eles foram preservados durante a Idade Média, não na Europa ocidental, mas no “oriental” Império Bizantino, “cuja filosofia foi a forma cristã do pensamento, a razão e o espírito da Grécia”.³⁵⁶

Para Louis Rougier, pagão (que não ateu), diversamente, a base da superioridade da civilização ocidental se encontraria na sua “convicção profunda de que a via da salvação reside no

³⁵² Krzysztof Pomian *L'Europa e le sue Nazioni*. Milão, Arnoldo Mondadori, 1990, p. 50.

³⁵³ John Hale. *La Civiltà del Rinascimento in Europa 1450-1620*. Milão, Arnoldo Mondadori, 1994, p. 9.

³⁵⁴ Louis Rougier. *Le Génie de l'Occident*. Paris, Robert Laffont, 1969.

³⁵⁵ Peter Sloterdijk. *Op. Cit.*, p. 9. O autor deveria levar em conta, pelo menos, que a Grécia de Homero não chegava só até o Bósforo. O império de Alexandre atingiu a Babilônia (o Iraque) e Persépolis (na Pérsia, o atual Irã), onde também deixou marcas de sua presença (e vice-versa)

³⁵⁶ Basil Tatakis. *Byzantine Philosophy*. Indianapolis, Hackett Publishing, 1984.

Conhecimento” (com “C”) do qual Europa teria tido o monopólio moderno.³⁵⁷ O respeito do “indivíduo” na Europa só se firmou, por outro lado, no período das revoluções democráticas e dos “direitos do homem”, depois de séculos de massacres internas e de falta de respeito “europeu” pelos indivíduos (e, sobretudo, as coletividades) do mundo não europeu, desrespeito que continuou bem depois de proclamados os direitos individuais na Europa.

A igualdade jurídico-formal dos cidadãos foi introduzida paralela e internamente ao modo de produção capitalista através de duas determinações econômicas. Acima de tudo, na forma do mercado, essa igualdade aparece representada na troca que parece justa em cada mercado, e também no mercado de trabalho. Na *aparência* da produção, a mesma igualdade formal da troca econômica aparece na apresentação do trabalho como um “serviço” produtivo entre outros. A categoria de “serviço” atribuída ao trabalho, junto a homólogos serviços fornecidos pela terra e pelo capital, é realizada sem referência alguma à propriedade dos três “fatores de produção”. Europa foi o berço dos “direitos humanos” por ter sido também o berço das modernas relações capitalistas e das aparências ideológicas que lhe são próprias. A “expansão europeia” foi *a forma* que adotou a tendência para a unificação geográfica e econômica (depois política e social) do mundo.

Ela gerou a ideia da superioridade mundial europeia e/ou cristã e transformou-a em sua ideologia, transformada depois num anacronismo e, finalmente, em um preconceito ignorante, que abstraiu Europa da história para introduzi-la no *mito*, respaldado por alguns historiadores de destaque: “Europa encontrou na sua história tradições para responder à maior parte dos desafios do mundo moderno, incluso quando esses desafios adquiriram formas e potências até então desconhecidas. Desde o fim da Idade Média, Europa conheceu esse risco e desde então manifestou seus remédios. O contrapeso da ética (ciência sem conhecimento é a ruína da alma) e a subordinação da dimensão econômica e tecnológica à política no quadro do bem comum mantiveram em alta o orgulho *prometeico*”.³⁵⁸

No mesmo registro, para Raymond Aron o ideal da modernidade foi “a ambição *prometeica* de sermos senhores e possuidores da natureza mediante a ciência e a técnica”.³⁵⁹ David S. Landes também denominou o deslanche industrial europeu de “*Prometeu Desacorrentado*”.³⁶⁰ O apelo para um mito fundador como base para um processo histórico não é casual numa hipótese em que se prescinde de fundamento histórico comprovado. A insistência em uma espécie de força vital originada no mito (prometeico), ou em qualquer outra raiz “cultural”, não faz jus ao esforço dos historiadores na elucidação da questão.

³⁵⁷ Com consequências políticas para nada misteriosas: Samuel P. Huntington escreveu um texto polêmico, *Clash of Civilizations*, onde defendeu o conceito de uma ordem mundial baseada no conflito entre civilizações originado pelas diferenças culturais. Huntington defendeu que os valores tidos como basilares do Ocidente têm pouca projeção ou aceitação junto às outras “civilizações”, pelo que o Ocidente deveria estar preparado para defende-los, quer dizer, preparado para um conflito mundial radicado nas diferenças “civilizacionais”: “A ideia que proponho é que a fonte fundamental de conflitos neste novo mundo não será de natureza principalmente ideológica, nem econômica. As grandes divisões entre a humanidade e a fonte predominante de conflito serão culturais. Os Estados-Nação continuarão a ser os atores mais poderosos nos assuntos mundiais, mas os principais conflitos da política global vão se dar entre países e grupos que fazem parte de civilizações distintas. O choque de civilizações vai dominar a política mundial. As linhas divisórias entre as civilizações formarão as frentes de batalha do futuro” (Samuel P. Huntington. *Lo Scontro delle Civiltà e il Nuovo Ordine Mondiale*. Roma, Gli Elefanti Saggi, 1998).

³⁵⁸ Jacques Le Goff. *L'Europa Medievale e il Mondo Moderno*. Bari, Laterza, 1994, p. 60. Para Le Goff, “Europa foi o berço original da razão na Grécia antiga”, o que é dito sem mais provas do que a própria afirmação.

³⁵⁹ Raymond Aron. *Plaidoyer pour l'Europe Décadente*. Paris, Robert Laffont, 1977; obra onde o autor, curiosamente, qualifica de “mitos” as análises marxistas. Lembremos que na mitologia grega, Prometeu, um titã, roubou o fogo de Zeus e dos deuses olímpicos para dá-lo à humanidade, despertando a ira de Zeus, que pretendia manter sua ordem numa humanidade submissa. O castigo de Prometeu foi ser acorrentado a uma rocha, onde diariamente uma águia devorava seu fígado, que sempre se regenerava, num sofrimento infinito.

³⁶⁰ Davis S. Landes. *Prometeu Desacorrentado*. Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até nossa época. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.

A expansão mundial europeia foi dinamizada por mitos? Certamente, não pelo mito pagão-prometeico, mas por mitos religiosos cristãos (como o do lendário rei cristão Prestes João, com seus supostos domínios situados alternativamente nas Índias Orientais ou no chifre da África), “obsessão, sonho e esperança do Ocidente durante vários séculos” (Jacques Heers), um “rei” em quem se pensava como um potencial e poderoso aliado contra os reinos “infiéis” do Oriente; ou também pela expectativa de maravilhas naturais, que eram, porém, pensadas como fontes de eventuais ganhos comerciais, assim como o mito de Eldorado (isto é, o mito do nada mítico ouro) impulsionou os conquistadores espanhóis pelo interior da América do Sul, incluído o lendário Lope de Aguirre (apelidado “cólera de Deus” por sua falta de respeito pelos direitos e pela pessoa de quem quer que fosse).

Dentro desse invólucro “mitológico” avançava um pensamento científico, econômico e político-estratégico: “Depois de dois séculos, no Ocidente, especialmente na França e na Inglaterra, em consequência da curiosidade imperante, começaram a se multiplicar as obras enciclopédicas que procuravam continuar ou transcrever a herança dos antigos. Como *num primeiro humanismo*, houve um extraordinário florescimento de textos didáticos, manuais e dicionários, que se apoiavam fundamentalmente nas autoridades e nas tradições, mas que em nenhum momento pretendiam contradizer ou questionar as verdades admitidas, ou seja, o fundo de fábulas ou maravilhas que faziam parte da bagagem cultural da época. Trata-se de um aspecto da mentalidade coletiva que hoje rejeitamos como um signo de obscurantismo; naquele tempo, a investigação dos conhecimentos se acomodava muito bem com a crença em coisas maravilhosas”.³⁶¹ Os primeiros “enciclopedistas” avançaram no conhecimento buscando monstros nunca antes vistos (suas feições imaginárias povoaram os ornamentos externos das catedrais góticas e as primeiras cartas oceânicas) ou terras de riquezas desconhecidas e inesgotáveis, assim como a química moderna avançou a partir da alquimia (na qual Isaac Newton acreditava de pés juntos).

A formulação política contemporânea da Europa unificada prescindiu de um fundamento religioso (judaico-cristão), reforçando, no seu projeto de constituição comum (de 2003) a singularidade (superior) de Europa sobre outras bases: “Europa é um continente portador de civilidade; seus habitantes, reunidos por ondas sucessivas desde a alvorada da humanidade, desenvolveram os valores que estão na base do humanismo: igualdade entre os seres humanos, liberdade, respeito da razão”.³⁶² A defesa da *igualdade* humana é realizada, assim, com argumentos que proclamam, simultaneamente, a *superioridade* europeia, ignorando, de passagem, todas as contribuições “não europeias” para o humanismo renascentista.³⁶³

Como sair dessa quadratura do círculo? Da única maneira possível: através da história real, ou seja, não mítica, mas que também seja capaz de explicar os mitos. A história do nascimento e expansão mundial da Europa moderna se identifica com a história da *acumulação originária* de

³⁶¹ Jacques Heers. *Marco Polo*. Barcelona, Folio, 2004, p. 272.

³⁶² Gabriella Galante. La questione delle radici giudaico-cristiane nel prisma dell’integrazione europea. In: Giuseppe Marazzita. *Il Processo di Integrazione Europea dopo il Trattato di Lisbona*. Roma, Edizioni Scientifiche Italiane, 2012. Cf. também J. H. H. Weiller. *Un’Europa Cristiana*. Milão, Mondadori, 2003. Pretender fundamentar a “identidade europeia” no cristianismo, uma ideia adequada aos tempos das guerras de religião, é ignorar que este nasceu de uma cisão do judaísmo nascido, por sua vez, na “oriental” Palestina, sendo este, por sua vez, herdeiro não declarado de outras sínteses religiosas mais “orientais” ainda (o zoroastrismo persa e as antigas mitologias da Mesopotâmia, retomadas largamente no Antigo Testamento). Dizer que se trata só do cristianismo de Paulo (o da “carta aos romanos”), não daquele de Jesus (personagem provavelmente mítico, afinal) não resolve nada, pois esse cristianismo primitivo converteu antes os povos da Etiópia (berço do *homo sapiens*, europeus incluídos), e alguns povos eslavos, antes de se impor no “ocidental-europeu” Império Romano, que se estendia nas duas margens do Mediterrâneo, incluídas África do Norte, Ásia Menor e Oriente Médio, excluindo a maioria das regiões (e populações) da atual Europa (a Europa do Norte, a do Leste, e a *Mitteleuropa*, e boa parte dos povos da Europa do Sul), povoadas por “povos bárbaros”. A maioria das *nações* da atual Europa foram convertidas ao cristianismo tardiamente. Para não falar dos povos atuais da Europa, que resultaram de uma intensa mistura étnico-migratória posterior a essa conversão (conceito, ademais, referido a adoção dessa religião pelo *Estado*, não pelo povo).

³⁶³ Cf. Jack Goody. *Rinascimenti*. Uno o molti? Roma, Donzelli, 2010.

capital, e somente pode ser compreendida a partir dela. Durante a Idade Média, Europa ocidental era uma região relativamente pobre e ameaçada por outros impérios.³⁶⁴ Por que ela “deslanchou” industrialmente à frente das outras? Por que o capitalismo não floresceu primeiro em outras regiões do mundo? Para Fernand Braudel, pesou a superioridade de algumas das instituições econômicas europeias (as bolsas de valores e as diversas formas de crédito, que facilitaram o desenvolvimento do capital comercial). Em *Civilização e Capitalismo*, Braudel apontou, por exemplo, como causa do atraso chinês a ausência de um sistema monetário complexo, sem operações cambiais, contrastando com Europa, em cuja Idade Média esse sistema se desenvolveu, determinado pelas necessidades comerciais renascentes entre as sociedades europeias, e entre estas e o mundo muçulmano. Enfim, não há dúvidas de que causas religiosas (ideológicas), segundo autores inspirados em Max Weber, também se fizeram valer, e certamente não existe mudança histórica sem ideologias.

A secularização europeia, base sobre a qual se apoiou o domínio crescente das forças naturais e, a partir da produção de armas e técnicas militares avançadas, o domínio de “civilizações” definidas como rivais (pela expansão das potências econômicas e militares da Europa) não foi, porém, um processo inevitável inscrito num *continuum* de 25 séculos, mas uma história de contradições e lutas cujo resultado não estava dado de antemão pela “longa duração” do “gênio ocidental (ou europeu)”: “A secularização não aparece com o fenômeno complexo que estrutura o mercado capitalista: é anterior a ele. Mas as raízes de sua difusão massiva afundam nele”.³⁶⁵ “O momento e o local nos quais se detecta a vantagem europeia são motivos de grandes desacordos entre os historiadores da economia”; o problema consiste em que o próprio autor citado não toma partido nessa controvérsia, concluindo eclética e salomonicamente por perguntar-se “se realmente precisamos do conceito de capitalismo”,³⁶⁶ uma operação intelectual certamente tão válida e útil quanto eliminar a noção de realidade. As bases do mercado (mundial) capitalista foram criadas pela expansão *comercial* (interna e externa) de Europa; essa expansão poderia ter simplesmente recuado (como já acontecera com as rotas comerciais e de comunicação do Império Romano, ou com a expansão da civilização islâmica ou de outras) se transformações na esfera *interna* da *produção* não tivessem lhe fornecido o motor de sua ampliação *tendencialmente* contínua.

A chamada “expansão europeia” iniciou-se na Baixa Idade Média ou, nas palavras de Pierre Chaunu, “tudo começa na Itália do século XI”: “Saindo do Mediterrâneo para o Atlântico, pelo caminho marítimo, o comércio italiano muda de registro. A anexação a seu domínio, até então estreitamente mediterrâneo e oriental, do grande comércio marítimo do Norte, em plena mudança de crescimento é, *mutatis mutandis*, a anexação de uma América. Para fazer frente a esta mudança dimensional, é necessário adaptar os meios existentes e inventar outros. Eis um conjunto de técnicas em que *a cristandade latina precede o resto do mundo, inclusive a China*. Se se quiser, isto se chama a revolução do mais antigo capitalismo comercial... O século XI italiano instalou os instrumentos mais rudimentares do capitalismo comercial. Ao lado do imemorial empréstimo sob penhora e do câmbio de moedas, a comandita foi comprovada em Veneza por um texto de 976. São numerosos os contratos de parceria conservados desde o século XI. Para o grande comércio havia o empréstimo marítimo, ou o de pesados riscos que

³⁶⁴ A Europa não é um continente geográfico, separado da Ásia, da qual constitui uma grande península (o continente geográfico é a Eurásia): ela é um continente histórico. Na Alta Idade Média, nada indicava que os (proto) “europeus” pudessem dominar o mundo. Divididos em dois impérios mais importantes, o Carolíngio e o Bizantino, e em vários reinos bárbaros, logo viram os muçulmanos à sua porta: no século VII, estes já dominavam a maior parte da península ibérica. Séculos depois, Europa sofreu invasões de turcos e mongóis. Foi o (sangrento) processo interno consecutivo ao igualmente sangrento afastamento do perigo externo que permitiu a reviravolta que transformou os dominados (ou muito ameaçados de sê-lo) de outrora, os europeus, em dominantes do mundo.

³⁶⁵ Rubén Zorrilla. *Historia Social de Occidente*. Origen y formación de la sociedade moderna. Buenos Aires, Need, 1997, p. 253.

³⁶⁶ Jack Goody. *O Roubo da História*. Como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente. São Paulo, Contexto, 2008, pp. 235-242.

onera com eles o prestamista de fundos, esse pré-capitalista... A primeira regra é a do *salva eunte navi*. Ela lança o risco sobre o comanditário capitalista... numa sociedade feita entre um capitalista que fornece todo o capital sem se deslocar e um comerciante que se desloca sem entrar com nenhum capital, operação geralmente chamada de comandita”.

Nessa fase histórica, coincidem na prática as figuras do comerciante e a figura do navegante com conhecimentos técnicos de ambas as atividades. No entanto: “A mudança técnica, mais importante do que a transformação da caravela, da bússola e do quadrante, chama-se banco de depósito, letra de câmbio, redes de mercadores cambistas, grandes companhias com sucursais, capitalismo português de Estado... [Houve] aumento do número de homens [na Europa], tal vez quadriplicação, do ano mil até 1350; pelo menos duplicação da produção por pessoa, decuplicação dos intercâmbios. Para seguir a tendência de tais necessidades, foi necessária uma reserva monetária quarenta vezes maior em 1300 do que por volta do ano mil. A Europa, no seu crescimento, correu atrás do metal monetário. Tal parece ser a razão profunda de *uma longa crise estrutural que é um sinal de saúde*. Há outras razões para essa crise: o déficit crônico (do período helenístico à aurora da Revolução Industrial) dos intercâmbios entre a bacia do Mediterrâneo e o distante oriente, um movimento que por dois mil anos levou o precioso metal (primeiro a prata e depois o ouro) do Oeste para o Leste...

“De 1000 a 1500, as duas partes do mundo mediterrâneo (cristiandade-Europa; Império Bizantino e mundo muçulmano) pertencem a dois universos monetários opostos, no entanto, estreitamente solidários. Há cunhagem da prata no Oeste, com exclusão do ouro; a Leste, cunhagem do ouro, com exclusão da prata... *A grande permuta do século XIII* [é precedida pela] dupla escassez [que] passa por um paroxismo no século XII. A partir do último quartel deste século, observam-se os primeiros sinais de uma inversão de tendência... O ouro e a prata não são metais intercambiáveis. A preferência dada a um o outro é cheia de significado. O ouro leva o estandarte de uma economia ambiciosa, a prata põe em ebulição a estreiteza de uma economia regional, talvez mais sólida, porém mais modesta”.³⁶⁷ “Europa” foi, antes do mais, a região da economia do ouro, que impulsionou o capitalismo; o Oriente do Mediterrâneo ficou simultaneamente estagnado, como uma “economia regional”.

A expansão comercial europeia, assim, diferenciou-se qualitativamente dos grandes circuitos econômicos precedentes. Foi a “cultura europeia” o motor desse processo? Para Jacques Le Goff, Europa conseguiu aproveitar “as técnicas, as ciências e a filosofia que os árabes *haviam herdado* dos gregos, indianos, persas, egípcios e judeus. Essas contribuições permitiram à Europa ocidental, que soube adaptá-las, assimilá-las, recriá-las e encontrar dentro de si outros recursos, realizar o extraordinário desenvolvimento que na Idade Média lhe permitiu superar a potência e igualar a civilidade das grandes áreas político-culturais chinesa, indiana, muçulmana e bizantina”,³⁶⁸ uma enumeração em que a cultura aparece como o motor da história, em que os árabes ficam reduzidos a meros herdeiros e transmissores culturais em benefício de um mundo que teve o gênio europeu por demiurgo, e da qual está ausente, sintomaticamente, a América (sem a qual a Europa moderna seria incompreensível, pois simplesmente não teria existido).

Ao longo do período compreendido entre os séculos VI e XI Europa quase só conheceu o comércio de curta distância, em que não existia relação mensurável entre abundância e escassez, estas provocadas por fenômenos basicamente extra econômicos (variações de clima, pestes, guerras). A partir do século XI houve a abertura de rotas de comércio entre Oriente e “Itália” (especialmente as cidades de Amalfi e Veneza) e de Itália para toda a Europa. O comércio via cidades marinheiras italianas irradiou e impactou outras regiões europeias. As cidades italianas cresceram por meio de tratados econômicos tanto com potências cristãs como muçulmanas. Pisa e Gênova concentraram o comércio com o Oriente, enfrentando a

³⁶⁷ Pierre Chaunu. *Expansão Europeia do Século XIII ao XV*. São Paulo, Pioneira, 1975, PP. 238-243.

³⁶⁸ Jacques Le Goff. *Op. Cit.*

presença veneziana em Constantinopla. As Cruzadas, nos séculos sucessivos, beneficiadas pelo poder marítimo das cidades-estados italianas, abriram uma nova fase no comércio europeu ocidental, da qual não haveria retorno. Assim, na Idade Média europeia apareceram algumas formas protocapitalistas, que amadureceram em diferentes formações econômico-sociais e emergiram como *capital* antes de despontar a era capitalista: o capital usurário e o capital mercantil, com uma relação quase sempre externa com o modo de produção, ainda independente do comércio e relativamente intocado pelo capital.

O comerciante era apenas “o homem que removia os artigos produzidos pelas guildas ou pelos camponeses”, para ganhar com as diferenças de preços existentes entre as diversas zonas produtoras. O *judeu* europeu, privado da posse ou propriedade da terra, foi confinado a essa função, razão pela qual Werner Sombart lhe atribuiu impropriamente a paternidade do capitalismo. O judeu, na Europa, teve o papel de “nômade funcional” que em outras latitudes foi assumido por outros povos: “São grupos de produtores não primários, especializados no fornecimento de bens e serviços às populações agrícolas ou pastoris circundantes. Seu principal recurso é o capital humano, não os frutos da natureza, e são todos expertos em ‘política externa’. São todos também dignos descendentes de Hermes (Mercúrio), o deus de todos os que não praticam a criação, nem o trabalho agrícola, nem os ofícios da espada; o patrão dos transgressores de normas, dos atacadistas de fronteira e dos intermediários; o protetor dos que vivem de sua agilidade de espírito, de seus talentos e de sua arte”.³⁶⁹ A particularidade (e, no século XX, a desgraça única) do judeu teria sido, para o autor citado, a de assumir esse papel no continente que foi o berço do capitalismo, a Europa.

No início do novo milênio, no século XI, Europa oriental viu-se ocupada pelos otomanos. Paralelamente, a China tinha uma civilização brilhante, pioneira em inúmeras descobertas científicas (como a bússola, o astrolábio, a pólvora, o papel, a imprensa, etc.). Nesse momento inicial de seu “deslanche”, Europa ocidental era ainda uma região pobre e ameaçada por outros povos. Novamente, por que deslanchou à frente das outras? Constata-se que certas premissas do capitalismo foram observadas na Europa e não em outros lugares, mas isso não responde por que tais premissas não surgiram em outras regiões. O surgimento do capital, no interior do feudalismo europeu, foi inerente à expansão de mercados que antes eram apenas locais. O comércio de longa distância com o Oriente, simbolizado pela lendária viagem oriental de Marco Polo, foi uma primeira fase dessa expansão, na qual coube um papel central à (ainda inexistente) Itália: as cidades-estados italianas se caracterizaram mais pelo desenvolvimento das suas atividades mercantis do que pela sua própria indústria. Marco Polo, qualquer que seja a percentual de verdade e a de fabulação de suas obras literárias, era antes do mais um (entre muitos outros) comerciante veneziano.

Havia colônias de comerciantes italianos em todas as cidades situadas entre Londres e Alexandria (inclusive nas principais cidades ibéricas, o que, como veremos, seria um fator importante no início dos empreendimentos ultramarinos de Espanha e Portugal). Na primeira metade do século XIV, viagens de comerciantes “italianos” pela Ásia, a partir do Mar Negro até a China, eram habituais. O “Oriente” era então bem menos misterioso do que o seria depois que o Império Otomano elevou uma muralha para os deslocamentos asiáticos dos europeus, no Leste mediterrâneo. O Norte da África estava dentro da esfera do comércio italiano como fornecedor de ouro. Havia rotas comerciais regulares tri continentais (Ásia-África-Europa). Gênova tentou a circunavegação da África dois séculos antes que os portugueses o fizessem, mas sem sucesso. Em 1277, essa cidade estabeleceu relações comerciais regulares com o Nordeste europeu, atravessando o estreito de Gibraltar.

O transporte marítimo era mais barato e eficiente do que o baseado em carruagens e animais de carga. Veneza seguiu, logo depois, o exemplo genovês. A característica peninsular de Itália favoreceu a vocação marítima de suas cidades (três séculos depois, não uma península, mas

³⁶⁹ Yuri Slezkine. *Op. Cit.*, p. 20.

uma ínsula, a Inglaterra, levaria essa vocação até as últimas consequências, mas baseada em um poderoso desenvolvimento produtivo interno e em uma forte unidade estatal-nacional, que o possibilitou, e dos quais Itália carecia).

Um fator de significativa ampliação de mercados, conectado ao aumento extensivo contínuo da produção de mercadorias voltada a eles, foi a formação dos estados territoriais, entre os séculos XIV e XVI. Portugal, em 1387, criou o imposto de sisa, o primeiro imposto “nacional” da Europa. Esses estados, no entanto, não eram nacionais, no sentido atual da palavra. A Espanha dos Reis Católicos (1492), Fernando e Isabel, não era ainda uma nação, mas uma união dinástica. A França do século XVI era um território com vários “países franceses”, com algumas tradições comuns, mas onde estava ausente uma consciência e uma unidade nacional: era o monarca que representava a unidade do território. As justificativas para isso eram místicas: o corpo espiritual e o corpo real do rei simbolizavam a unidade e continuidade da França (depois de sua morte, fragmentos do corpo eram conservados como relíquias).³⁷⁰

A formação dessas unidades territoriais serviu aos interesses dos primeiros capitalistas. O comércio levou vantagem com um mercado unificado maior, com leis comuns, moeda, pesos e medidas estabelecidos pelo Estado, com uma segurança oriunda do rei, que paulatinamente foi adquirindo o monopólio do uso de toda violência, impedindo assim que os cidadãos se vissem objeto da arbitrariedade de senhores locais. Mas a expansão do capital comercial exclusivamente dentro dessas fronteiras territoriais não teria bastado para consolidar um novo modo de produção; ele precisava de um cenário econômico mais amplo.

Foi o cenário econômico *mundial* a mola mestra para a impulsão do capitalismo *industrial*: “A descoberta da América, a circunavegação da África, ofereceram à burguesia ascendente um novo campo de ação. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e das mercadorias, imprimiram um impulso desconhecido até então ao comércio, à indústria, à navegação, e desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição. A antiga organização feudal da indústria, em que ela era circunscrita a corporações fechadas, já não podia satisfazer às necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados. A manufatura a substituiu. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante de divisão do trabalho dentro de própria oficina (...) A grande indústria criou o mercado mundial preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Esse desenvolvimento reagiu, por sua vez, sobre a extensão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas, se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando ao segundo plano as classes legadas pela Idade Média”.³⁷¹

O processo mostrou que as atividades continuadas e diversificadas de comércio internacional, a partir de cidades e regiões situadas na Europa, os sofisticados mercados de câmbio e a ampla gama de atividades levadas adiante por mercadores-banqueiros, indicavam já desde o século XI a existência de uma vida econômica que cada dia superava os limites regionais, e eram fenômenos que já haviam demonstrado sua capacidade de expansão. O capitalismo (certamente europeu, na sua origem), porém, não foi o produto da simples expansão da produção mercantil e do comércio internacional precedente; seu nascimento pressupôs a reunião prévia de suas condições históricas. Por *acumulação originária (ou primitiva) de capital* entende-se o processo histórico de separação dos produtores dos meios de produção (ou “a separação dos trabalhadores das condições de realização de seu trabalho”) e de concentração de *valores* (massas monetárias e/ou metais preciosos passíveis de se transformarem em tais) suscetíveis de serem transformados em *capital*. Ela não consistiu

³⁷⁰ Marc Bolch. *Les Rois Thaumatourges*. Paris, Gallimard, 1983.

³⁷¹ Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto Comunista*. São Paulo, Ched, 1980.

simplesmente na proletarianização de alguns setores da população ou na destruição dos ressaibos de modos de produção pré-capitalistas: a categoria de acumulação originária se refere ao processo de surgimento do capitalismo, ao parto ou ato de nascimento desse modo de produção como um todo.

Tratou-se de um fenômeno global-universal, ainda que constituído de uma enorme quantidade de singularidades. Marx colocou a questão da seguinte forma: "A acumulação do capital pressupõe a mais valia, a produção capitalista, e esta a pré-existência de massas de capitais relativamente grandes em mãos dos produtores das mercadorias. Todo o processo, pois, parece girar em um círculo vicioso do qual podemos sair apenas supondo uma acumulação 'originária' prévia à 'acumulação capitalista' (*previous accumulation*, segundo Adam Smith), uma acumulação que não é o resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida". A separação dos produtores dos meios de produção assumiu sua forma "clássica" na Inglaterra, onde a ruptura entre o rei Henrique VIII e o papa Clemente VII deu novo impulso ao processo de expropriação dos camponeses. As terras da igreja foram confiscadas, seus trabalhadores expulsos, e, depois da intervenção militar na França (1543), vendidas para arrecadar recursos para o Estado. Todo esse processo ficou conhecido como «cercamentos» das terras comunais, ou seja, a apropriação privada de um bem público desde tempos imemoriais. Isso não ocorreu apenas no século XVI. O processo começou antes, e se estendeu até meados do século XIX.

A nascente economia política, porém, velou as origens do processo através de uma "robinsonada" teo-teleológica: "A acumulação primitiva desempenha, em economia política, mais ou menos o mesmo papel que o pecado original desempenhou em Teologia. Adão comeu a maçã e, desde então, o pecado recaiu sobre a raça humana. Admite-se que a origem dessa história seja apenas uma anedota do passado. Há muito tempo atrás, havia duas espécies de pessoas: umas diligentes, inteligentes e, acima de tudo, formadoras de uma elite frugal; outras eram velhacas, preguiçosas, que gastavam tudo o que tinham levando uma vida devassa. O primeiro tipo de pessoa acumulou riqueza e o segundo tipo só tinha sua pele para vender. Desse pecado original é que veio a pobreza da grande maioria que, apesar de todo o seu trabalho, até agora continua nada tendo para vender, a não ser ela própria, bem como a riqueza de uns poucos, que aumenta sempre. Na história concreta, é visível que a conquista, a escravidão, o roubo, o assassinato, em suma, a força, é que entram em cena. Os métodos de acumulação primitiva nada têm de poéticos".³⁷²

O capital mercantil começou a vincular-se ao modo de produção, em parte para explorá-lo de modo mais eficiente, ou para transformá-lo no interesse de lucros maiores ou de mercados mais amplos. Essa mudança seguiu dois caminhos alternativos. No primeiro, "o realmente revolucionário" segundo Marx, uma parte dos produtores (urbanos ou rurais) acumulou capital e passou a exercer também funções comerciais, contratar empregados, começando a organizar a produção sobre bases capitalistas, livres das restrições artesanais das guildas. No segundo, uma parte da classe comercial existente começou a "tomar posse diretamente da produção", servindo historicamente como um estágio de transição, mas tornou-se finalmente "um obstáculo ao modo de produção realmente capitalista, declinando com o desenvolvimento deste último". Nesse quadro histórico de transição, na Europa ocidental, surgiu a distinção entre *posse* e *propriedade*, postulada por juristas pandectistas alemães, que seria depois a base jurídica da *propriedade privada burguesa*, forma de propriedade caracterizada pelo seu caráter alienável e comerciável.

Quando se diz que a lógica do capital mercantil passou a imperar no fim da Idade Média, deve-se atentar para o fato de que isso só ocorreu numa pequena franja da Europa ocidental: o capital expandiu-se a partir de uma estreita faixa de terra cujo dinamismo, certamente, não se explica por fatores exclusivamente econômicos. Durante a época medieval (feudal), na Europa,

³⁷²

Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Seção VII.

predominou, em geral, a unidade orgânica da exploração econômica com a coerção político-legal: sobre a base de uma incipiente divisão social do trabalho, a classe proprietária da terra extraía o excedente econômico da classe trabalhadora camponesa (que mantinha a posse direta dos meios de produção) mediante o recurso extra econômico da violência direta. A nobreza medieval não tinha a posse direta da terra nem dirigia diretamente o processo produtivo, em um ambiente de divisão do trabalho pouco desenvolvido e prioritariamente voltado à produção de valores de uso, onde a *forma mercadoria* apenas se esboçava nas margens do sistema.

Por volta de 1500, mais de 90% do consumo do camponês europeu provinha de um círculo de cinco quilômetros de rádio ao redor de sua moradia. Só 1% do grão produzido na Europa deslocava-se para mercados situados a uma distância considerável. O acesso às feiras era feito a pé, por isso elas nunca se encontravam a mais de 40 quilômetros da casa do feirante. As comunidades medievais ocupavam, em média, uma superfície de doze quilômetros quadrados. A violência das armas da nobreza protegia e garantia a propriedade fundiária da classe dominante, que não atuava economicamente na produção direta da vida material da sociedade. Extração do excedente econômico e proteção da propriedade fundiária eram realizadas mediante o uso da violência pela classe proprietária da terra. O “Estado” feudal coincidia de fato com a classe nobiliária armada. A função social da guerra medieval fundava-se na necessidade de incremento do excedente econômico pela expansão territorial e pelo acréscimo da propriedade fundiária.

A riqueza fundamental na Idade Média era a propriedade da terra, e esta só podia ser aumentada mediante a conquista, a violência era *permanente*.³⁷³ “Os termos guerra e paz não são adequados para retratar o mundo medieval. Ainda que possam ser encontrados na análise histórica, essa oposição esconde uma falácia. Trata-se de uma sociedade onde os antagonismos são tão marcados, onde as bruscas mudanças não rompem com a ordem estabelecida, mas, ao contrário, se interpenetram de tal maneira que é impossível dissociá-los sem anular o frágil equilíbrio existente. Violência é o conceito que reveste melhor essa sociedade. A violência é inerente às relações sócio- políticas medievais; produtora e resultado da composição do bando armado, que através dela (ou em razão dela) impõe um domínio sobre a terra e seus produtores diretos, exercendo sua coerção extra econômica. Violento é o cotidiano, as formas de punição e justiça, as maneiras de se lavar a honra ofendida, violenta é a vida com seu sabor amargo”.

A guerra não era, portanto, uma atividade diferenciada, nem suscetível de alterar o modo de produção nem as relações de classe. Isso mudou decisivamente com o nascimento e expansão do modo de produção capitalista. A Idade Média europeia foi governada pelos que faziam a guerra ou detinham o monopólio da violência, o que era praticamente a mesma classe, e pelos que rezavam, não por aqueles que trabalhavam: “A aristocracia, classe dominante no Ocidente medieval, se caracterizava pelo *comando sobre os homens, o poder sobre a terra, e a atividade guerreira*”.³⁷⁴ A multissecular Guerra de Reconquista espanhola, as Cruzadas, e a Guerra dos Cem Anos, foram conflitos que tinham, obviamente, mais do que motivações religiosas. A função social da nobreza era guerrear, não possuía nenhuma outra. Nessas condições sociais e “políticas”, o capital-dinheiro, formado por meio da usura e do comércio, era ainda impedido de se transformar em capital industrial pelo sistema feudal no campo, e pela organização corporativa da produção na cidade.

Esses entraves caíram com a dissolução das vassalagens feudais, com a expropriação e expulsão parcial das populações rurais, e com a destruição dos privilégios corporativos, num

³⁷³ Carlos R. F. Nogueira. *Guerra e Paz na Idade Média*, texto apresentado no Simpósio “Guerra e História”, realizado no Departamento de História da USP, em setembro de 2010.

³⁷⁴ Jérôme Baschet. *La Civilisation Féodale*. De l’an mil à la colonisation de l’Amérique. Paris, Champs Histoire, 2006, p. 139.

processo de violência ainda maior, se considerado socialmente, do que o estado de “guerra permanente” característico do Medieval. A origem do modo de produção capitalista não esteve vinculada a uma “racionalização da divisão do trabalho social” impulsionada pelo setor esclarecido da sociedade, mas a um processo violento de expropriação da produção familiar, artesanal, camponesa, corporativa, processo que separou o produtor direto dos seus meios de produção e criou enormes massas de indigentes e desocupados, uma volumosa reserva de força de trabalho livre, disponível para ser “comprada”. Por outro lado, a exploração das colônias ultramarinas através de saques, especulação comercial, tráfico de escravos e monopólios mercantis, propiciou enormes oportunidades de enriquecimento para a parcela mais dinâmica e ambiciosa da burguesia.

Porque esse processo não aconteceu paralelamente em outras regiões do planeta? Segundo Ernest Mandel: “Porque a agricultura mais avançada do Oriente levou a um maior incremento da população que tornou imperativas as obras de irrigação; por conseguinte, a centralização do excedente agrícola; por conseguinte, a debilidade política da burguesia; por conseguinte, a descontinuidade no processo de acumulação capitalista primitiva. No Ocidente, a menor produtividade do trabalho na agricultura, com uma população mais limitada, tornou possível a centralização do poder político, possibilitando assim a ascensão de uma burguesia politicamente mais poderosa, assim como uma grande inversão na acumulação de capital que, no século XV, passou de um processo descontínuo para um processo contínuo”.³⁷⁵ A centralização da violência em um Estado de abrangência territorial ampla (um “poder político centralizado”) e de raio de ação além de suas fronteiras foi condição para o surgimento do capitalismo.

O cruzadismo, a Guerra da Reconquista na Espanha e o avanço germânico em direção ao Leste europeu dinamizaram o comércio à longa distância, um dos fatores responsáveis pelo colapso econômico da estrutura feudal. Já no final do século XII, em algumas cidades francesas, “revolucionários” assumiram o controle dos edifícios protestando contra taxas, extorsões e restrições à sua liberdade de trabalhar e comerciar. Em que pese seu fracasso inicial, a ação deu lugar para uma onda de rumores e de terror acerca de novos movimentos desse tipo: os revolucionários eram, segundo o Papa, “os chamados burgueses” ou, nas palavras do arcebispo de Chateaufort, *potentiores burgenses*, os poderosos dos burgos. O capital comercial da Idade Média, porém, não buscava a destruição do sistema econômico dominante, mas apenas participar de uma parte da renda feudal operando a partir do intercâmbio desigual entre regiões e setores produtivos.

A continuidade incremental no processo de acumulação de capital foi garantida pelas transformações políticas operadas no Estado, em confronto com as novas realidades sociais e políticas: “As cidades não se desenvolveram apenas como ambientes ecologicamente distintos, como densos povoamentos dedicados a atividades produtivas e comerciais especificamente urbanas, mas também como entidades politicamente autônomas. A ascensão das cidades marcou o ingresso de uma nova força política num sistema até então dominado pelos dois parceiros da relação senhor-vassalo. (As cidades) afirmaram-se tipicamente – ou reafirmaram-se, após séculos de decadência e abandono – de um modo que era novidade, na medida em que envolveu a criação ou reativação política de centros de ação solidária por indivíduos sem ajuda e sem poder... como agregados formados e mantidos continuamente em ação pela fusão voluntária de vontades, e conjugação de recursos, de iguais igualmente desprovidos de poder. Uma instituição bárbara inspirou o acordo original e regulamentou sua execução... a ‘corporação’, a ‘confraria’. Nas áreas de línguas neolatinas, a natureza do acordo é melhor indicada pelo termo *communis* e seus derivados (que) indica uma consciência comum de interesses que suplantam qualquer poder individual e requerem a conjugação voluntária de

³⁷⁵

Apud André Gunder Frank. *Op. Cit.*, pp. 42-43.

recursos materiais e morais”.³⁷⁶ A *comuna* imentou a base do novo poder social das classes burguesas comerciais.

A situação objetiva do mercador, unindo os polos de produção e de consumo, determinou a sua consciência social, dada por seu interesse em manter as condições pré-capitalistas em que se fundamentava o seu lucro, condições dadas pelo papel dos bens de prestígio no consumo senhorial, pelo regime corporativista da produção artesanal nos grêmios, pelo fracionamento da soberania política e pelo monopólio comercial: os burgueses que se rebelaram nos séculos XI e XII não alteraram o modo de produção, mas inscreviam-se nos parâmetros de reprodução do sistema feudal dominante.³⁷⁷ Os combates pelas autonomias urbanas contra as autoridades eclesiásticas ensejaram um amplo repertório de estratégias anticlericais que aproximavam estes movimentos das heresias ocorridas a partir do ano 1000. E, depois de um recuo econômico e social transitório no século XIV, marcado na Europa pela Guerra dos Cem Anos (1337-1453) e pela Peste Negra (1347-1350), que fez retroceder em termos absolutos a população europeia, e que poderia ter devolvido à Europa aos patamares econômicos da Alta Idade Média, a retomada comercial do continente experimentou um salto espetacular a partir do século XV.

A Peste Negra foi, paradoxalmente, um fator dinamizador da economia e das relações mercantis. Ela penetrou na Europa pela Sicília, em 1347, trazida por mercadores genoveses que fugiam de um cerco de tropas húngaro-mongóis (portadoras da doença) na Crimeia, eliminando rapidamente metade da população da ilha italiana. Espalhou-se pelo Norte da Itália em 1348, quando também atingiu o Norte da África. No final desse ano, alcançou a França e os países bérlicos. Em 1349, progredindo em razão de dez quilômetros por dia, atingiu Áustria, Hungria, Suíça, Alemanha, Holanda e Inglaterra. Estima-se que tenha dizimado entre um quarto e metade da população europeia, ou seja, entre 25 e 40 milhões de pessoas. Com certeza, metade dos trabalhadores agrícolas europeus morreram: “Os sobreviventes viram um grande aumento dos ordenados, pois tinham agora a possibilidade de regatear os préstimos com os habitantes das cidades, que precisavam desesperadamente dos alimentos que apenas os servos produziam... A doença matou pessoas, mas não danificou a propriedade. Tudo que os mortos tinham possuído pertencia agora a outros. A nova riqueza dos sobreviventes lançou-os numa das maiores fúrias gastadoras da história. Os últimos 25 anos do século XIV foram assim uma época de prosperidade. O consumismo desmedido foi alimentado pelo relaxamento da moral que se seguiu à epidemia. Quando estamos cercados pela morte não é fácil impor regras à família, aos vizinhos ou aos súditos”.³⁷⁸

Quem diz consumo diz comércio, portanto moeda e, portanto, metais preciosos, além de artigos de consumo. Nessa fase embrionária o capitalismo se identificava com o capital comercial, dominante na Europa do século XIV até o século XVIII, uma fase, porém, em que a burguesia mercante europeia começou sistematicamente a buscar riquezas em terras fora da Europa. Os comerciantes estavam à procura de ouro, prata, especiarias e matérias-primas não encontradas em solo europeu: financiados por reis, nobres e banqueiros, começaram um ciclo de exploração cujo objetivo principal era o enriquecimento e o acúmulo de capital, com busca de lucros comerciais e uso cada vez maior de mão de obra assalariada, com moeda substituindo o sistema de trocas, relações incipientemente bancárias e financeiras, fortalecimento do poder econômico da burguesia em geral. Foi a partir do século XV que se acelerou a acumulação primitiva de capital na Inglaterra, onde havia uma legislação que congelava o valor das terras da nobreza: a nobreza enfraquecia economicamente, já que subia o preço do que consumia, enquanto sua renda continuava a mesma.

³⁷⁶ Gianfranco Poggi. *Op. Cit.*, pp. 50-51.

³⁷⁷ Carlos Astarita. O conflito social no feudalismo. *História & Luta de Classes* nº 14, Cândido Rondon, setembro de 2012.

³⁷⁸ Charles Van Doren. *Op. Cit.*, p. 181.

Entre os séculos XIV e XVI, os movimentos urbanos de revolta social continuaram, agora protagonizados por setores urbanos enriquecidos que tratavam de obter um lugar no patriciado para participar do governo das cidades. A par destas lutas, surgiram revoluções de outra natureza que, pela primeira vez, questionavam o modo de produção feudal. Foram dirigidas por proto “empresários” capitalistas e junto a elas tiveram lugar as lutas camponesas. Com estas manifestações teve início o longo ciclo de revoluções burguesas da Idade Moderna que geraram, finalmente, as duas classes antagonistas da sociedade capitalista, a burguesia e o proletariado.

Giovanni Arrighi identificou quatro ciclos sistêmicos de acumulação do capitalismo.³⁷⁹ O primeiro foi o das cidades italianas Gênova e Veneza (séculos XV a XVII), o segundo foi o holandês (séculos XVI a XVIII), o terceiro foi o britânico (séculos XVIII a XX) e o quarto o norte-americano (século XIX até os dias de hoje). Nos quatro casos, para esse autor, quando a expansão material atingiu o seu ápice, houve uma “financeirização” do modo de acumulação e a conseqüente queda do centro acumulador. Em Gênova, a *Casa di San Giorgio*, no século XV, era uma instituição privada dirigida por banqueiros que controlava as finanças públicas da cidade-estado, ou seja, controlava a *dívida pública*. O período situado entre os séculos XVI e XVIII foi o do chamado *mercantilismo*, conceito associado com a exploração geográfica mundial da “Era dos Descobrimentos” e a exploração dos novos territórios por mercadores, especialmente da Inglaterra e dos Países Baixos; com a colonização europeia da África e das Américas, e com o rápido crescimento no comércio externo dos países europeus.

O mercantilismo foi, além de uma política, um sistema teórico baseado na defesa do comércio com fins lucrativos, embora as mercadorias fossem ainda produzidas com base em um modo de produção não capitalista. Um dos aspectos da teoria mercantilista era o bulionismo, doutrina que salientava a importância de acumular metais preciosos. Os mercantilistas argumentavam que o Estado devia exportar mais bens do que importava, para que os estrangeiros tivessem que pagar a diferença em metais preciosos. Seus teóricos afirmavam que somente matérias-primas que não pudessem ser extraídas no próprio país deveriam ser importadas, e promoveram, a partir do governo, subsídios e concessão de monopólios comerciais a grupos de empreendedores, assim como tarifas protecionistas, para incentivar a produção nacional de bens manufaturados. Os “empresários” europeus, apoiados por controles, subsídios e monopólios estatais, realizavam ainda a maioria dos seus lucros a partir da compra e venda de mercadorias.

Segundo Francis Bacon, o objetivo do mercantilismo era “a abertura e o equilíbrio do comércio, o apreço dos fabricantes, o banimento da ociosidade, a repressão dos resíduos e excesso de leis suntuárias, a melhora e administração do solo; a regulamentação dos preços”. Práticas semelhantes de arregimentação econômica tinham começado nas cidades medievais. No mercantilismo, e com a ascensão contemporânea do absolutismo monárquico, o nascente *Estado* substituiu as corporações locais como regulador da economia. Antes disso, as *guildas* funcionavam essencialmente como um cartel que monopolizava a quantidade de artesãos que poderiam exercer determinado ofício, valorizando seu “salário”.

Para Leo Huberman, o mercantilismo era “um número de teorias econômicas aplicadas pelo Estado num momento ou outro, num esforço para conseguir riqueza e poder. A Espanha foi no século XVI o país mais rico e poderoso do mundo. A resposta para isso estava na exploração do ouro e da prata”.³⁸⁰ Schumpeter reduziu as proposições mercantilistas a três preocupações principais: controle do câmbio, monopólio de exportação e saldo da balança comercial. Todos os processos mencionados tiveram por palco fundamental a Europa ocidental que foi, por isso,

³⁷⁹ Giovanni Arrighi. *O Longo Século XX*. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro, Contraponto/UNESP, 1996.

³⁸⁰ Leo Huberman. *História da Riqueza do Homem*. São Paulo, LTC, 1986.

o centro histórico da acumulação capitalista primitiva sustentada e, depois, o centro de irradiação mundial do modo de produção capitalista.

A acumulação primitiva de capital, assim, se desenvolveu a partir de dois pressupostos intimamente vinculados: por um lado, a concentração de uma grande quantidade de recursos (sobretudo dinheiro e terras) na mão de um pequeno setor, que futuramente viria a ser a burguesia; pelo outro, pela formação de um contingente de indivíduos que foram compulsoriamente despossuídos das terras de propriedade comunal (por meio da espoliação e dos cercamentos, realizados pela aliança da burguesia nascente com a chamada *gentry*, pequena e média nobreza feudal, e com o Estado absolutista inglês) e que, portanto, se viam obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver.

11. EXPANSÃO INTEROCEÂNICA E ACUMULAÇÃO

A acumulação originária é o processo de produção das condições de existência do capital, portanto o processo do vir-a-ser do capital. A acumulação do capital é o processo de reprodução dessas mesmas condições, portanto o processo de sua posição pelo capital que veio-a-ser (Karl Marx, **Elementos Fundamentais para a Crítica da Economia Política – Grundrisse**)

O outro elemento decisivo do processo de acumulação capitalista originária foi externo à Europa; a conquista e colonização da América, com a complementação ou base decisiva da submissão da África, principal fonte de fornecimento de mão de obra escrava para essa colonização: “Com a descoberta da América, a vida toma uma nova dimensão: vai-se da geometria plana para a geometria do espaço. Antes de 1503, os homens se movimentavam em pequenos cantos, estavam num curral, navegavam em lagos. De 1500 em diante, surgem continentes e mares oceanos. É como a passagem do terceiro para o quarto dia no primeiro capítulo do *Gênesis*”,³⁸¹ disse um autor latino-americano seduzido pelo lado “europeu” romântico desse episódio. Certamente, havia razões inerentes ao feudalismo que condicionaram as conquistas, na Europa, e depois no Oriente e nos continentes “descobertos”. A Igreja Cristã foi pilar da expansão, na Alta Idade Média, quando Europa mobilizou-se nas Cruzadas contra os “infiéis” do Oriente, na ambição de “evangelizar” seus mercados. A Inquisição aniquilou 0,3% da população europeia da sua época, sob pretexto de “heresia”. Motor fundamental da conquista de América, santificou e ficou imensamente rica com ela.

Carne africana e riqueza metálica americana se transformaram no binômio mágico e infernal da “expropriação original”. A expansão ultramarina ainda trazia no seu bojo a mentalidade feudal de conquista de territórios: nobres associaram-se a comerciantes e queriam usar as viagens além-mar para dilatar a fé cristã e combater os infiéis (mulçumanos ou outros) caso os encontrassem nas terras longínquas: a expansão europeia certamente se imbricou com motivações extra econômicas que constituíram sua *ideologia*, sem a qual não teria acontecido. O primeiro país “europeu” a definir suas fronteiras modernas foi vanguarda do processo. Em 1139, durante a reconquista cristã da península ibérica, foi fundado o Reino de Portugal a partir do condado Portucalense, entre os rios Minho e Douro. A estabilização das suas fronteiras em 1297 tornou Portugal o país europeu com as fronteiras mais antigas do continente.

Como pioneiro da exploração marítima na “era dos descobrimentos”, Portugal expandiu seus territórios entre os séculos XV e XVI, estabelecendo o primeiro império “global” da história, com possessões em África, na América do Sul, na Ásia e na Oceania.³⁸² Em 1415 as forças do rei D. João I conquistaram Ceuta, no Norte de África, movidas pelo espírito de continuação da reconquista e pelo interesse comercial. Foi o início do expansionismo português. À medida que os muçulmanos retaliavam e desviavam as rotas comerciais, Portugal investiu na exploração por mar ao longo da costa africana. Para dirigir a exploração foi nomeado o Infante D. Henrique. A partir de 1419, com o incentivo do infante, navegadores experientes e os mais avançados desenvolvimentos náuticos e cartográficos da época, exploraram a costa ocidental de África sistematicamente, cada vez mais para Sul. Em 1418/19 chegaram ao arquipélago da Madeira e em 1427 aos Açores onde estabeleceram capitânias que prosperaram da agricultura e de uma florescente indústria de açúcar.

³⁸¹ Germán Arciniegas. *Biografía del Caribe*. Buenos Aires, Sudamericana, 1973.

³⁸² Martin Page. *The First Global Village*. How Portugal changed the world. Lisboa, Casa das Letras, 2002. Em 1580 uma crise de sucessão resultou na União Ibérica de Portugal com Espanha. Sem autonomia para defender as suas posses ultramarinas face à ofensiva holandesa, o reino perdeu muita da sua riqueza e status. Em 1640 foi restaurada a independência do país sob a nova dinastia de Bragança. A nação portuguesa, situada à beira da Europa, constituiu uma “zona de transição”, segundo Sérgio Buarque de Holanda, entre esse continente e o resto do mundo: não apresentava algumas características observadas em outras sociedades europeias, como a rígida coesão social, privilégios hereditários e hierarquização social marcada (Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 55).

Gil Eanes transpôs o difícil Cabo Bojador em 1434, deixando atrás temível obstáculo geográfico até então intransponível que povoava a temente imaginação dos portugueses que, finalmente, venceram o *medo*. A coragem dos navegantes interoceânicos foi tudo menos uma lenda. Após aperfeiçoar a caravela em meados do século, em 1479 passaram o Equador. Em 1471 no Golfo da Guiné foi estabelecida a feitoria de São Jorge da Mina para apoiar um florescente comércio de ouro de aluvião. Partindo da Mina Diogo Cão fez o primeiro contacto com o Reino do Congo. Os portugueses intensificaram então a busca de um caminho marítimo para as "Índias", alternativo ao Mediterrâneo - dominado pelas repúblicas marítimas italianas, pelos otomanos, pelos mouros e por piratas- para participar no lucrativo comércio de especiarias. Finalmente, após sucessivas viagens exploratórias, em 1488 Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança, entrando pela primeira vez no Oceano Índico a partir do Atlântico.

Quando, em 1486, o rei português Dom João II deu a Bartolomeu Dias o comando de uma expedição marítima, fê-lo com o motivo explícito de encontrar e estabelecer relações com o lendário rei cristão africano conhecido como Prestes João (quer ele acreditasse ou não na existência dele), mas também para explorar o litoral africano e encontrar uma rota para as Índias. As duas caravelas (barco rápido, pequeno e de fácil manobra) de 50 toneladas e sua nave auxiliar (ao todo três naus, assim como na primeira expedição colombina financiada pela Espanha) de Dias passaram primeiro pela atual baía de Spencer e o Cabo das Voltas (a Guiné, de cujo armazém português Dias tornar-se-ia administrador) até serem atingidas por um temporal que as deixou sem controle durante treze dias. Passado o percalço, navegaram para leste em busca da costa, mas só encontraram mar. Bartolomeu Dias percebeu que tinha passado pelo extremo sul da África, até então desconhecido para os europeus, superando o que ele chamou de "Cabo das Tormentas": o rei português, com uma ideia mais precisa (ou seja, uma ideia econômico-estatal) do que acontecera, mudou esse nome para "Cabo de Boa Esperança" (o mesmo lugar onde Bartolomeu Dias encontraria a morte numa expedição posterior, em 1500): as possibilidades comerciais que o domínio dessa nova rota indiana abria para a coroa peninsular eram a maior das esperanças. Depois das viagens de Colombo, Portugal realizou viagens de reconhecimento do novo continente, com Duarte Pacheco Pereira em 1498 e Cabral em 1500.

Circunavegação africana e descoberta da América pareceram "casuais" ou aleatórias naquele momento: motivações econômicas, estratégicas e ideológico-religiosas dos grandes processos da história, no entanto, não se misturam numa ordem arbitrária. Os fatos decisivos (com peso histórico determinante) foram que a "descoberta" e conquista da América, assim como a circunavegação da África, se produziram contra o pano de fundo de:

- 1) A crise do sistema feudal imperante na Europa. Do ano 1000 ao 1350 houve um crescimento de quatro vezes da população europeia, uma duplicação na produtividade, um aumento de dez vezes nas trocas comerciais e, conseqüentemente, uma necessidade monetária multiplicada em quarenta vezes. Esse quadro de explosão e crescimento geral só foi interrompido por volta de 1350, devido, entre outros fatores, a Peste Negra (1347-1350): a fome, a peste, o desabastecimento e as carnificinas guerreiras reduziram, no século XIV, à população europeia a um terço do que era nos séculos precedentes.³⁸³ A decadência da produção agrícola feudal gerou surtos de fome, notadamente em 1316 e 1318, acompanhados de pestes, das quais a mais conhecida foi a "Peste Negra" de 1348, que exterminou quase metade da população europeia. Segundo Maurice Dobb: "Após 1300, na maior parte da Europa ocidental, a população, em vez de aumentar como sucedera desde o ano 1000, pareceu ter entrado em declínio acentuado [sem se saber] se isso esteve relacionado com um declínio da produtividade do trabalho nas terras dos camponeses, em virtude

³⁸³ Ou, para dizê-lo com Marx: "O crescimento (ou retrocesso) da população resume o desenvolvimento (ou crise) das forças produtivas de sociedade".

do crescimento demográfico dos séculos anteriores, ou se era um resultado direto das imposições feudais maiores sobre os camponeses. Seu efeito imediato foi ameaçar a sociedade feudal com uma retração da renda e precipitar uma crise da economia feudal no século XIV. Mas o declínio começara algumas décadas antes do início da Peste Negra [e] evidentemente tinha raízes econômicas”.³⁸⁴ “O aperfeiçoamento dos meios de exploração era necessário para garantir a reprodução social da nobreza como classe dominante, mas acabava comprometendo a reprodução material da sociedade como um todo. A maior parcela do sobretrabalho açambarcado dos produtores diretos era destinada ao consumo improdutivo ou à intensificação da força militar. A necessidade de receita da nobreza tendia a crescer mais rápido que suas fontes de renda, o que resultava em crises econômicas crônicas. Como resultado dessa avidez por maiores rendimentos, a parcela do produto que devia ser entregue ao senhor fazia que muito pouco sobrasse para o consumo do camponês, o que, por muitas vezes, deixava-o abaixo do nível de suas necessidades fisiológicas. Tanta pressão gerava revoltas e deserções em massa, o que levava a nobreza a investir ainda mais na intensificação da coerção, acelerando a deterioração do modo feudal de produção. O incremento da exploração feudal foi contemporâneo à ascensão das cidades, que agiam como polo atrator de mão de obra, por possibilitar melhora na condição social (o que) com a intensificação da exploração dos produtores, fez com que a fuga dos camponeses tomasse proporções alarmantes, enfraquecendo ainda mais o poder do senhor, em virtude da redução do número de produtores diretos a seu serviço e os crescentes gastos para ampliar seu poder de repressão”.³⁸⁵

- 2) A crise simultânea do renascimento mercantil e comercial europeu. O retrocesso econômico e populacional foi acompanhado de falências das manufaturas, desemprego, escassez de gêneros, revoltas urbanas e camponesas (as *jacqueries* na França, as revoltas camponesas na Alemanha) e conflitos militares, principalmente a "Guerra dos Cem Anos", que dificultaram a acumulação de capital por parte da ainda frágil e emergente burguesia mercantil. O horizonte de uma “Nova Idade Média” apareceu claramente no cenário histórico europeu. A superação dessa crise só foi possível pela expansão comercial e colonial ultramarina.
- 3) O surgimento de novas forças produtivas sociais, que preparavam o advento do modo capitalista de produção (a manufatura e a indústria em suas fases iniciais), forças que se chocavam com os entraves postos pelas relações feudais e senhoriais de produção, cuja crise estava evidenciada, no plano econômico, pela crescente monetarização das prestações feudais e, no plano político, pelo surgimento das monarquias (Estados) absolutistas, que enfraqueciam a nobreza feudal, absolutismo do qual a monarquia dos Reis Católicos da Espanha foi o protótipo (a unificação do Estado espanhol já havia se iniciado com a união dos reinos de Aragão e Castela, em 1469). A monetarização das obrigações feudais e o surgimento de uma produção artesanal para o mercado dinamizaram consideravelmente a economia urbana europeia no século XV. A monetarização já tinha latentes possibilidades no sistema econômico das cidades, e

³⁸⁴ Maurice Dobb. *Op. Cit.* A urbanização multiplicou os efeitos devastadores da peste, ao mesmo tempo em que a diferenciou socialmente: “A partir da segunda metade do século XV, pouco mais de um século depois de sua chegada à Europa, a peste cessou de ser uma doença capaz de golpear indistintamente pobres e ricos, jovens e velhos, como tinha sido em 1348... A peste golpeava mais duramente os pobres do que os ricos; não só porque os primeiros dispunham de menos meios para se defender e tendiam para uma atitude passiva e fatalista (enquanto quem podia abandonava as cidades empesteadas), mas também porque frequentemente a epidemia começava nos bairros mais humildes” (Guido Alfani. *Crisi demografiche, politiche di popolazione e mortalità differenziale (1400-1630)*. *Popolazione e Storia* 1/2009, Udine, 2009).

³⁸⁵ Eduardo Barros Mariutti. *Balanço do Debate: a Transição do Feudalismo ao Capitalismo*. São Paulo, Hucitec, 2004, p. 34.

pôde se desenvolver ainda mais em face da retomada de mineração na Europa oriental.

Houve de fato duas fases na Baixa Idade Média europeia: uma de ascensão e crescimento (até inícios do século XIV) e outra de regressão (a partir dessa data e até meados do século XV). Nas estimativas atuais, a população do continente passou de 79 milhões de habitantes em 1340 para 55 milhões em 1400, voltando até 75 milhões em 1500, recuperando a cifra de dois séculos atrás: “A expansão excessiva da população europeia depois do ano 1000 teria induzido ao cultivo de terras marginais, de menor fertilidade, para garantir sua alimentação, o que deixou a subsistência geral dependente de um frágil equilíbrio”.³⁸⁶ Nesse contexto de expansão comercial e urbana, no meio e imediatamente depois de uma crise de grande envergadura, ocorreram as grandes navegações interoceânicas, determinadas pelas urgentes necessidades internas e pelas rivalidades comerciais europeias. Estas, por sua vez, se transformaram numa poderosa mola de impulsão das novas forças produtivas sociais.

A acumulação originária de capital imbricou processos internos e externos de economias europeias em estado de expansão/retrocesso espasmódico. Ellen Meiskins Woods sugeriu que em Marx coexistiram duas narrativas diferentes da origem do capitalismo:³⁸⁷ a da revolução burguesa de alcance mundial (exposta no *Manifesto Comunista*),³⁸⁸ e a da acumulação primitiva baseada na expropriação dos produtores diretos na Inglaterra, exposta em *O Capital*. Tratava-se, no entanto, em Marx, de ênfases diversas, adequadas a cada contexto de exposição, não de “narrativas” (ou teorias históricas) diversas e contraditórias. Elencando a sucessão dos países cujo domínio econômico, político e militar criou as bases materiais do mercado mundial (Veneza-Gênova-Pisa, Espanha, Portugal, Holanda, França, Inglaterra), Marx identificou o caráter da acumulação de capital em cada fase histórica da nascente era burguesa: o domínio internacional de cada país ou região resumia o caráter de uma época. Inglaterra, finalmente, no final do século XVII, mostrou uma combinação sistemática de todas as características dos impérios ou potências precedentes: colonialismo, economia estatal baseada na dívida pública, arrecadação fiscal moderna, crédito internacional e protecionismo alfandegário.

O capitalismo moderno se constituiu como uma mistura de mercado “selvagem” e de intervenção despótica (violenta) do Estado, que acelerou artificialmente o processo de transformação da velha sociedade. A dívida pública, instrumento formidável de concentração de capital monetário, fez da burguesia financeira a classe mais poderosa no início da modernidade.³⁸⁹ Jacob Fugger de Augsburg (1459-1525), “o homem mais rico do mundo”, foi seu símbolo vivo. Ele converteu o negócio familiar herdado de seu pai na banca mais potente de Europa, dominando o comércio de prata do Tirol e de cobre da Hungria. Conselheiro imperial sob Maximiliano I, foi ele (seu dinheiro) o verdadeiro eleitor por trás de Carlos V, o monarca do império “onde o sol nunca se punha”, de quem também foi conselheiro (chegando a lhe lembrar, em carta pessoal ao rei mais poderoso da história, que devia seu lugar no trono

³⁸⁶ Josep Fontana. *A Europa diante do Espelho*. Bauru, Edusc, 2005, p. 75.

³⁸⁷ Ellen Meiskins Woods. *The Origins of Capitalism. A longer view*. Londres, Verso Books, 2002.

³⁸⁸ “A burguesia, pelo rápido melhoramento de todos os instrumentos de produção, pelas comunicações infinitamente facilitadas, arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização. Os preços baratos das suas mercadorias são a artilharia pesada com que deita por terra todas as muralhas da China, com que força à capitulação o mais obstinado ódio dos bárbaros ao estrangeiro. Compele todas as nações a apropriarem o modo de produção da burguesia, se não quiserem arruinar-se; compele-as a introduzirem no seu seio a chamada civilização, isto é, a tornarem-se burguesas. Numa palavra, ela cria para si um mundo à sua própria imagem”.

³⁸⁹ A continuidade do fluxo financeiro imanente à punção fiscal configura uma situação econômica única. As pessoas nascem e morrem e as empresas podem falir. O Estado, por muitas dificuldades financeiras que tenha, não vai à falência, não “fecha”, pois tem sempre como suporte, suscetível de saque, o patrimônio e os rendimentos da população. Um contrato em que o Estado figura como devedor é uma maravilha para os credores: o domínio ou a influência do capital garante condições favoráveis aos credores (com maior ou menor envolvimento da corrupção estatal).

ao seu dinheiro). Seus ganhos foram de 50% anuais, sobre um capital em progressão geométrica, ao longo de três décadas. Seu primeiro investimento ascendeu a 17.500 florins-ouro; ao morrer, sua companhia possuía um capital de dois milhões de florins (o melhor artesão alemão recebia, à época, 30 florins *anuais*). O capital monetário já estava à espera de se apropriar da esfera da produção: essa concentração de capital oriundo do comércio e da finança não teve paralelo em nenhuma outra economia comercial do mundo (e daí o capitalismo ter nascido na Europa).

O poder, o exército e o dinheiro: ao redor desses elementos surgiu o Estado Absolutista que modelou a futura Europa capitalista, unificando território, língua e religião com o uso da coerção, do consentimento e da corrupção. Um cronista do império comercial e militar holandês no século XVII viu a chave para o sucesso do seu país no que ele chamava de aliança entre Marte e Mercúrio, o deus da guerra e o deus do comércio. Colbert, ministro de Luís XIV, antecipando Clausewitz, dizia que o comércio era a guerra por outros meios. A centralização da violência no Estado foi, simultaneamente, condição, premissa e primeiro passo histórico do novo modo de produção. A inovação das armas de fogo, mediante o uso da pólvora (que os chineses já conheciam, mas não usaram com esse fim) destruiu as formas militares de dominação pré-capitalistas, tornando anacrônica a cavalaria feudal. John Keegan resumiu em seis as diversas formas de organização militar, correspondentes por sua vez a formas sócio históricas diversas: guerreiro, mercenário, escravo, tropa regular, recruta e milícia.³⁹⁰ As últimas formas criaram, ou melhor, expressaram as condições para o domínio iminente do capital. Quando entraram em cena as armas à distância com "cano de fogo", muito mais eficazes que as precedentes, foi selado o destino dos exércitos montados a cavalo e trajados de armaduras.

A produção e a mobilização dos novos sistemas de armas não eram possíveis mediante estruturas locais e descentralizadas, elas exigiam uma organização inteiramente nova da sociedade. Os grandes canhões não podiam ser produzidos em pequenas oficinas como as armas brancas ou as armas de arremesso pré-modernas. Desenvolveu-se assim uma *indústria* de armamentos, que produzia canhões e mosquetes em fábricas. Ao mesmo tempo, surgiu uma nova arquitetura militar de defesa, com baluartes que deviam resistir às canhoneadas. A guerra impulsionou o desenvolvimento tecnológico e produtivo, mediante a disputa inovadora entre armas ofensivas e defensivas e a corrida armamentista entre os modernos Estados nascentes. A "revolução militar" teve por terrenos principais a tática, o tamanho dos exércitos, a estratégia e as repercussões sociais e políticas da guerra.³⁹¹ A adoção da pólvora em mosquetes e canhões foi introduzida na Europa no século XV, durante a Guerra dos Cem Anos, entre França e Inglaterra. A primeira batalha a ter sido decidida pelo uso dos canhões foi a de Castillon, vencida pelos franceses em 1453, ao perfilarem uma bateria de 300 canhões contra os ingleses. Esse uso se generalizou após Carlos VIII empregar a artilharia móvel na invasão da Itália em 1494.

A revolução militar não consistiu apenas nas inovações na técnica das armas de fogo, das fortalezas, do assédio e da marinha de guerra, mas também nas suas consequências sociais e econômicas mais gerais: o exército passou a ser custeado por um orçamento obtido com um sistema fiscal crescente e com relações de débito com banqueiros, criando o sistema da dívida pública:³⁹² "Por volta da metade do século XVI, 80% das rendas do Estado espanhol destinava-

³⁹⁰ John Keegan. *Uma História da Guerra*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

³⁹¹ Geoffrey Parker. *La Revolución Militar*. Las innovaciones militares y el apogeo de Occidente, 1500-1800, Barcelona, Crítica, 1990.

³⁹² "Como a dívida pública se respalda nas receitas do Estado, que precisam cobrir os juros e demais pagamentos anuais, o moderno sistema tributário tornou-se um complemento necessário do sistema de empréstimos nacionais" (Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Vol. 1).

se às despesas militares”.³⁹³ Ao mesmo tempo, criava-se um exército profissional, um sistema político administrativo, uma magistratura profissional e centralizada e uma rede diplomática. Todos estes pilares do Estado se orquestraram em torno a um eixo: o do poder militar e repressivo.³⁹⁴ Alterou-se também a estrutura dos exércitos. Os beligerantes não podiam mais se equipar por si próprios e tinham de ser abastecidos em armas por um poder social concentrado e centralizado.

A organização militar da sociedade separou-se da organização civil. Em lugar dos vassalos mobilizados para as campanhas militares dos senhores locais, com suas famílias atreladas armadas, surgiram os "exércitos permanentes", as futuras "forças armadas"; o exército tornou-se um corpo cada vez mais estranho à sociedade. O oficialato militar transformou-se: de dever pessoal de cidadãos ricos virou paulatinamente uma profissão moderna. O contingente dos exércitos cresceu vertiginosamente. Os contingentes armados de modo permanente (ou "profissional"), entre 1500 e 1700, decuplicaram: Florença, "para defender-se e para conservar seu domínio sobre as demais cidades da Toscana, tinha de recorrer a capitães de fortuna [*condottieri*] com suas milícias mercenárias. Estas combatiam pelo soldo e, se tinham a possibilidade de ganhar mais passando para o campo inimigo, faziam-no sem vacilar".³⁹⁵

O novo "complexo industrial militar", desvinculado da "sociedade civil", exigia uma economia de guerra. Essa nova economia estendeu-se sobre as estruturas das antigas sociedades agrárias baseadas na economia natural, afogando-as. O armamento e o exército permanentes tinham de ser abastecidos com recursos obtidos anonimamente em grandes espaços, passaram a depender assim da mediação do *dinheiro*. Produção de mercadorias e economia monetária como elementos básicos do capitalismo receberam um impulso decisivo por meio do desencadeamento da economia militar. A permanente carência financeira da economia de guerra conduziu, na sociedade civil, ao aumento dos capitalistas financeiros e comerciais, dos grandes tomadores de dinheiro e financiadores da guerra.

Os exércitos dos Estados absolutistas superaram qualitativamente os *condottieri* e outras forças de mercenários. Antes deles, as escaramuças militares eram lentas, e o uso da artilharia tão aproximativo que para derrotar um castelo às vezes se empregava todo um verão, e muitos confrontos militares, segundo Francesco Guicciardini, "concluía com pequena quantidade de feridos e quase nenhuma morte". Com a invasão da Itália (1494) pelo exército francês, composto por 40 mil homens, "as guerras se tornaram violentíssimas e esvaziar cidades, graças ao novo uso muito mais eficaz das artilharias, tornou-se questão de dias ou até de horas. *Tanto a guerra quanto a política ganharam uma rapidez e uma dureza extremas*". Os antigos combatentes de origem camponesa transformaram-se em "soldados", em pessoas que recebiam o "soldo". Eles foram, na verdade, os primeiros trabalhadores assalariados modernos, que reproduziam sua vida exclusivamente pela renda monetária e pelo consumo de mercadorias, e lutavam somente por dinheiro. A eles era indiferente a quem matar, pois só o soldo contava; "com isso eles se tornaram os primeiros representantes do "trabalho abstrato" no moderno sistema produtor de mercadorias".³⁹⁶

A renda dos butins guerreiros tinha de ser maior do que os custos com a guerra, o que introduziu a necessidade de cálculos econômicos amplos e complexos. Os generais e comandantes do exército do início da era moderna investiam com lucro o produto de seus butins e tornavam-se sócios do capital monetário e comercial. Não foi o "empreendedor individual" que marcou o início do capitalismo: do mesmo modo em que os "soldados" foram os protótipos do assalariado moderno, os comandantes de exército multiplicadores de

³⁹³ Perry Anderson. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto, Afrontamento, 1984. Max Weber situou entre 66% e 70% o percentual das receitas públicas europeias consagradas a despesas militares, nesse período.

³⁹⁴ Henrique Carneiro. *A Guerra na Formação do Mundo Moderno*, texto apresentado no Simpósio "Guerra e História", realizado no Departamento de História da USP, em setembro de 2010.

³⁹⁵ Maurizio Viroli. *Nicolás Maquiavel*. Barcelona, Tusquets, 2002, p. 26.

³⁹⁶ Robert Kurz. Canhões e capitalismo. *Controvérsia* nº 84, São Paulo, 16 de janeiro de 2013.

dinheiro foram os protótipos do empresariado moderno. O múltiplo e contraditório sentido da palavra “empresa”, que inclui as empreitadas militares, reflete essas origens. Os “livres empresários” da guerra dependiam das guerras dos poderes estatais centralizados e de sua capacidade de financiamento. Nascia assim a relação moderna entre mercado e Estado. Os guerreiros cederam lugar aos atiradores profissionais, aos mercenários e às primeiras tropas regulares, as *compagnies d’ordonnance* que surgiram na França. No decorrer dos séculos XVI e XVII, os exércitos cresceram enormemente: para financiar as indústrias de armamento e os baluartes defensivos, os gigantescos exércitos e a guerra, os Estados modernos tinham de espremer ao máximo sua população: no lugar dos antigos impostos em espécie, a tributação passou a ser *monetária*. As pessoas (os camponeses) foram obrigadas a “ganhar dinheiro” para poder pagar seus impostos ao Estado. A economia de guerra forçou o nascimento da “economia de mercado”. Entre os séculos XVI e XVIII, a tributação das populações nos países europeus cresceu em até 2000%. A repressão estatal, com seu poder qualitativamente aumentado, “integrou” à população aos exércitos, ensejou a permanente insurreição popular, e também a guerra intestina permanente: “O preço a ser pago eram as rebeliões, abertas ou latentes, das cidades submetidas, e as guerras, com as enormes somas que eram necessárias para conservar o domínio militar”.³⁹⁷

Para extorquir os novos e crescentes tributos, os poderes estatais tiveram de construir um forte aparato de polícia e uma administração de novas dimensões. A autoadministração local foi substituída pela administração centralizada e hierárquica, a cargo de uma burocracia cujo núcleo foi formado pelos aparelhos de tributação e de repressão. A ulterior Revolução Industrial foi herdeira da economia dos exércitos estatais modernos. As sucessivas fases hegemônicas na nascente economia mundial se alicerçaram sobre bases militares. Após os tratados de Westfalia, os exércitos se tornaram a principal força das potências comerciais ascendentes, especialmente com as armadas (marinha de guerra); o controle dos mares se tornou o critério para a hegemonia mundial.

A segurança militar foi condição do sucesso mercantil. Veneza, uma das cidades-estados italianas em que nasceu um terreno fértil e precoce para o capitalismo nos séculos X e XI, graças à sua posição geográfica (ponto de passagem obrigatório dos produtos provenientes do Oriente para a Europa do Norte) virou o centro do capitalismo mercantil: especiarias, tecidos, objetos prezados de todo tipo, se acumulavam em seus enormes depósitos, diante dos quais negociantes de toda a Europa faziam fila.³⁹⁸ Veneza controlava as rotas marítimas do Mediterrâneo através de uma potente frota de navios de comércio, usando remos ou velas, defendidos por mercenários contratados como empregados permanentes assalariados. O arsenal de Veneza foi a primeira grande indústria mundial, um exemplo de complexo produtivo com estrutura centralizada, que empregava milhares de operários assalariados. Era, nas palavras de Braudel, a maior manufatura do mundo no século XVI. A guerra sofria sua maior transformação e crescimento em escala com a sua transformação em negócio capitalista. Mas o arsenal veneziano era ainda uma “linha de montagem” de partes construídas por artesãos reunidos em corporações, com certo nível de uniformização. Seu ciclo produtivo global, embora enorme para a época, não era ainda propriamente capitalista.

Na primeira metade do século XV, Veneza possuía 45 galeões militares, 300 navios comerciais de grande tonelagem e 3.000 veleiros menores para a navegação costeira. O número dos navios de guerra venezianos foi duplicado com a ascensão do Império Otomano depois da queda de Constantinopla (1453) e foi reduplicado no século XVI, em resposta à ameaça conjunta dos otomanos no Oriente e dos espanhóis no Ocidente. Isto ampliou o arsenal veneziano, não com objetivos produtivos, mas para manter uma reserva de até cem galeões

³⁹⁷ *Idem.*

³⁹⁸ Ciro Manca. *L’economia mercantile marittima. Formazione e Trasformazione dei Sistemi Economici in Europa dal Feudalesimo al Capitalismo*. Padua, CEDAM, 1995.

"secos", prontos a navegar de imediato. Mas a hegemonia de Veneza era frágil, pois estava baseada quase exclusivamente sobre a mobilidade naval; sua riqueza comercial e financeira derivava do fato de que as outras potências a usavam como ponto nevrálgico para seus negócios. Estava bem defendida, mas o fluxo de suas mercadorias se apoiava no controle comercial e militar numa única direção, a do Oriente.

A "via da seda" continental e as rotas marítimas extracontinentais eram complementares, e eram percorridas e controladas por Veneza em acirrada e violenta concorrência com Pisa e Gênova. A descoberta e localização de rotas alternativas foi, por esse motivo, suficiente para atingir a supremacia de Veneza. A quase contemporânea descoberta das rotas para a América, e do sucesso das tentativas portuguesas de circunavegar a África, provocaram o deslocamento do comércio mundial em direções opostas: os oceanos viraram o local do protagonismo comercial na Europa, deslocando relativamente o Mediterrâneo e o Mar Negro. Espanha e Portugal, potências "emergentes", se viram favorecidas, suas economias receberam um choque de vigor já antes da ascensão da burguesia na Inglaterra, sob a rainha Elizabeth I, e da consolidação da potência continental da França sob Henrique IV. A hegemonia ibérica, porém, precisou esperar: a potência capitalista nascente era, na verdade, a Holanda, destino dos fluxos monetários dos banqueiros venezianos. Não conseguindo mais concorrer com os novos adversários, a *Serenissima Repubblica* (Veneza) se transformou em potência rentista, mantendo em forma monetária seus excedentes econômicos, que depois se transformaram em *capital de crédito internacional*, financiando os concorrentes, em especial a Holanda, já possuidora de uma larga base econômica (industrial e comercial) local.

A explosão mercantil, produtiva e financeira holandesa se apoiou sobre a produção de mercadorias para o comércio externo. Já no final do século XIII, a área de Flandres até as cidades hanseáticas havia conhecido um crescimento de sua produção e comércio externo. O eixo entre os países escandinavos e Veneza através de Lübeck (cidade membro da Liga Hanseática) apresentava um grande volume de intercâmbios: para o Norte iam o sal e as especiarias, além da produção de luxo da França e da Itália, e para o Sul vinham lãs, metais, peles, corantes. As vias do tráfico setentrional eram disputadas entre Dinamarca, Holanda, Inglaterra e França. Mas Dinamarca já tinha recuado territorialmente no século XIV, Inglaterra não era ainda uma potência naval, e França estava bloqueada pelas suas lutas internas.

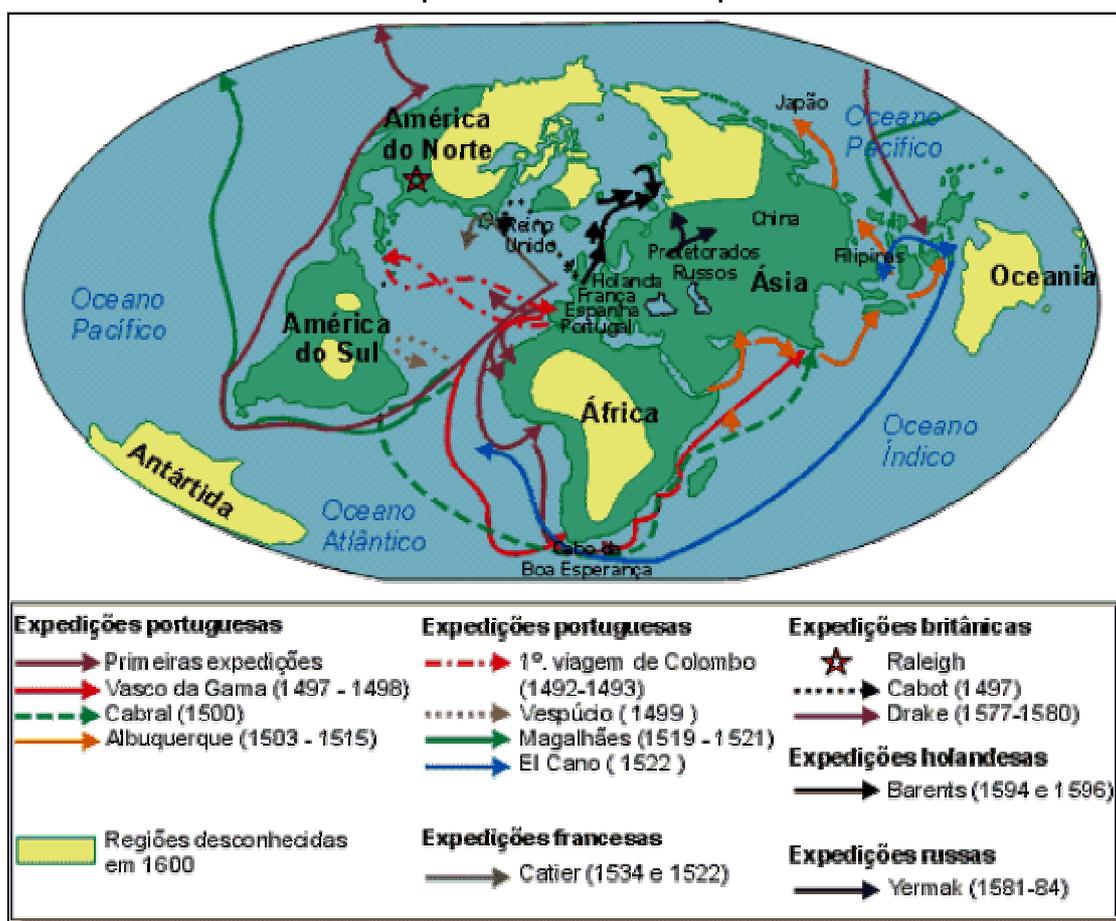
Só sobrava a Holanda como potencial unidade política fornecedora de navios e de capitais para financiar a exportação de mercadorias europeias. A Liga Hanseática conquistou o monopólio do comércio no eixo Báltico-Mediterrâneo, incrementando a acumulação de capital. A Liga Hanseática, porém, era só uma federação (não um Estado) regida por uma *lex mercatoria*, enquanto Holanda era um Estado que, na primeira metade do século XVI, compreendia Artois, Flandres, Luxemburgo e os territórios do Norte até a Frísia. Seu crescimento comercial determinou seu reforço estatal e militar, assim como o crescimento de suas manufaturas. Mas foram as novas potências ibéricas (Espanha e Portugal) as que definiram uma nova etapa histórica da expansão do comércio mundial.

Assim como nas hegemonias comerciais e militares precedentes, seu ponto de partida foi pobre, modesto e problemático: a península ibérica, invadida pelos árabes no século VII, estava constituída, durante a maior parte da guerra de Reconquista, por um punhado de pobres reinos montanhosos cercados por uma vibrante civilização árabe. Filósofos e matemáticos mulçumanos nada deviam ao pensamento teórico-científico europeu, eram superiores a ele em diversos domínios, e realizavam a fusão de saberes de origens diversas em locais de cruzamento cultural, como a escola de tradutores de Toledo. O esgotamento (interno) da civilização islâmica e, conseqüentemente, de sua expansão externa, propiciou e alimentou a "reconquista" cristã da península.

Derrotados e expulsos os árabes da península, no final do século XV, as potências ibéricas foram as principais protagonistas da expansão marítima mundial, organizando ou financiando

as expedições e viagens interoceânicas, realizadas por marinheiros ibéricos ou por marinheiros estrangeiros a serviço dos Estados peninsulares (como o célebre genovês Cristóvão Colombo). Portugal tomou a dianteira do processo de expansão, atingindo Guiné em 1460, em 1471 Costa de Marfim, em 1482 o Congo, em 1488 o Cabo de Boa Esperança (atual África do Sul), em 1498 Calicute (Calcutá), com Vasco da Gama, em 1500 o Brasil (com Pedro Álvares Cabral), em 1512 as Ilhas Molucas (centro de produção das especiarias); expulsaram os árabes de Sofala e de Zanzibar, destruíram a frota egípcia, abrindo as rotas do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico.

A expansão interoceânica europeia



Em 1513 os portugueses chegaram à China e em 1541 ao Japão: “(Eles) tiraram a sorte grande em relação ao comércio de especiarias; em 1571, o Estado (português) estabeleceu instalações permanentes no porto de Nagasaki, administrado pelos jesuítas, para explorá-lo. No início, a coroa concedeu, por mérito no serviço, licenças para viagens da Índia não só ao Japão, mas também a Macau, como presente para funcionários portugueses ou oficiais. Portugal apreciou rápido o potencial do comércio Japão-China em prata e seda, e lutou para extrair o máximo de vantagem... Estimava-se em 200 mil ducados o retorno de uma única viagem de ida e volta, mais da metade do que Portugal pagara à Espanha para renunciar em caráter permanente a suas reivindicações pelas Ilhas da Especiarias”.³⁹⁹

Os portugueses raramente avançaram além das costas, mas passaram a controlar 20 mil quilômetros de costas em três continentes. O financiamento estatal da empresa colonial ibérica foi precedido pelo financiamento privado (em especial por parte de colônias comerciais italianas instaladas em cidades hispano-portuguesas, assim como por comerciantes sefarditas

³⁹⁹ William J. Bernstein. *Uma Mudança Extraordinária*. Como o comércio revolucionou o mundo. Rio de Janeiro, Elsevier, 2009, p. 160.

ou cristãos-novos) das primeiras expedições atlânticas (que abriram o caminho para as epopeias de Cristóvão Colombo ou Bartolomeu Dias) e teve como pré-condição a criação de fortes unidades estatais e territoriais em Portugal (1383) e Espanha (1492). O sucesso das primeiras expedições chamou a atenção e mobilizou os governantes de ambos os países.

Para além de suas circunstâncias imediatas deflagradoras, considerada em escala histórica, a “unificação mundial” através das viagens dos países ibéricos foi o produto da crise do feudalismo europeu e da emergência da produção mercantil em larga escala, que criava a necessidade de fontes de abastecimento de metais preciosos e de outros produtos. Nesse contexto, a “descoberta da América” transformou-se em conquista e colonização, que tiveram uma função essencial no surgimento do novo modo de produção. A provável chegada prévia dos chineses à América (em 1421) não possuía a mola propulsora de uma crise histórica (com o surgimento de novas forças produtivas sociais) semelhante à existente na Europa, razão pela qual não propiciou um estabelecimento permanente da China imperial no “Novo Mundo”.

O saque e colonização europeia das Américas, realizados inicialmente pelos países ibéricos, esteve precedido neles por uma crise de grande envergadura. Em 1348, a peste negra dizimara as populações urbanas e rurais portuguesas. Em 1375, dom Fernando regulamentou através da Lei das Sesmarias a distribuição de terras abandonadas entre os privilegiados do Reino. As concessões eram livres de ônus, fora a obrigação de explorá-las em prazo determinado. Mais de um século depois, a primitiva doação *sesmeira* portuguesa foi a responsável pela introdução da desconhecida apropriação privada da terra nas regiões descobertas por Portugal ao sul do Equador, onde, por supostamente trazerem a civilização cristã às populações locais, os lusitanos consideravam-se com o direito a tudo, inclusive de não pecar ao transgredirem o sexto mandamento com as mulheres do lugar. No Brasil, o padrão colonial *sesmeiro* foi propriedade de três léguas de campo, ou seja, *treze mil hectares* de terras contíguas. Tratava-se de dom que jamais se destinou aos que pretendessem viver do esforço de seus braços. Queria-se fundar no Novo Mundo a sociedade de classes vigente no Velho Continente.

A acumulação de capital em mãos de produtores particulares de mercadorias constituiu uma condição preliminar do modo de produção capitalista. Na Europa, as vias da acumulação originária foram constituídas pela ruína e expropriação compulsória de camponeses e artesãos, que criou a força de trabalho livre, e pela acumulação de capital monetário limitado por parte da burguesia. A exploração da América, da Ásia e da África, lhe forneceu a outra condição histórica: a posse de “grandes quantidades de capital”.

A exploração de territórios ultramarinos não só foi uma condição para o nascimento do capitalismo, mas também um meio para sua expansão: “As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais, e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa, são os acontecimentos que marcaram o alvorecer da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva... Os métodos (da acumulação primitiva) se baseavam em parte na violência mais brutal, como é o caso do sistema colonial. Mas todos eles utilizavam o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção no modo capitalista, abreviando assim as etapas de transição. O sistema colonial fez prosperar o comércio e a navegação. As sociedades dotadas de monopólio eram poderosas alavancas de concentração de capital. As colônias asseguravam mercado às manufaturas em expansão e, graças ao monopólio, uma acumulação acelerada. As riquezas apossadas fora da Europa pela pilhagem, escravização e massacre, refluíam para a metrópole, onde se transformavam em capital”.⁴⁰⁰

Essa base econômica criou as condições para o processo mais violento da história da humanidade: “Se o dinheiro nasceu com manchas naturais de sangue no rosto, como disse

⁴⁰⁰ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, capítulo XXIV.

Auger, o capital veio ao mundo jorrando sangue e barro por todos os poros, dos pés até a cabeça”.⁴⁰¹ A nascente “identidade europeia” (cuja definição primeira coincidiu com a expansão colonial desse continente) era assim “descoberta” junto com o mundo extra europeu na base do genocídio, da tortura, no saque da África e na escravidão no continente americano, e no progresso da acumulação originária de capital na Europa por essa via sangrenta.

A catástrofe demográfica africana começou no antigo sistema colonial erguido a partir do século XV, com a conquista da cidade de Ceuta, no Norte da África, em 1415, estendendo-se em seguida, pela costa africana, e transformando sua população negra, nos séculos posteriores, na principal *commodity* da economia mundial. A população da África “negra” era, no final do século XIX, de três a quatro vezes menor do que no século XVI. A conquista colonial (com uso de artilharia contra, no máximo, armas brancas e de arremesso, e bem depois alguns fuzis, dos povos coloniais), o trabalho forçado multiforme e generalizado, a repressão das numerosas revoltas por meio do ferro e do fogo, a subalimentação, as diversas doenças locais, as doenças importadas e a continuação do tráfico negreiro oriental, reduziram ainda mais a população, que baixou para quase um terço da anteriormente existente, nas regiões afetadas pelo tráfico.

A escravidão africana em larga escala⁴⁰² teve sua origem no prévio massacre de povos ameríndios: “Poucos anos depois da descoberta da América, quando a crueldade e a voracidade da exploração dos colonos espanhóis literalmente exterminou a frágil população indígena, foi ideado o recurso de trazer da África, como escravos, uma mão de obra mais forte, capaz de realizar trabalhos nas minas e nos engenhos de cana de açúcar. A mesma necessidade foi advertida, anos mais tarde, nos grandes domínios espanhóis do continente (americano)”.⁴⁰³ A sociedade baseada no trabalho livre surgiu, desse modo, com base no trabalho escravo. Dale W. Tomich propôs uma formulação para superar essa dicotomia, ou seja, os enfoques que “fragmentam teoricamente a conexão interna entre a escravidão, o mercado mundial e o desenvolvimento capitalista. Com isso obscurecem tanto as origens da escravidão na economia mundial como as origens escravistas da economia mundial”.

O autor distingue entre a teoria histórica, “preocupada em formular as categorias teóricas que são apropriadas para a compreensão de um objeto de investigação historicamente distinto”, e a história teórica, que consiste no “uso de tais categorias para reconstruir os processos de desenvolvimento histórico”: “A preocupação de Marx consiste antes em delinear a estrutura teórica da relação do capital. Por isso, ele prioriza o desenvolvimento lógico da sua forma. Teoricamente, o capital requer para o seu desenvolvimento uma dada massa de mercadorias em circulação e uma dada divisão do trabalho, mas não requer necessariamente a escravidão. Marx, portanto, trata a escravidão como uma contingência externa e a exclui da exposição lógica. No entanto, historicamente, a escravidão foi uma meio-chave para expandir a produção de mercadorias, criando um mercado mundial e fornecendo as condições substantivas para o desenvolvimento da forma capital-trabalho assalariado”.⁴⁰⁴

⁴⁰¹ *Idem.*

⁴⁰² A escravidão, como se sabe, existiu desde as mais remotas sociedades, na Assíria, Babilônia, Egito, Israel, Índia e China. Conviveu com a Grécia clássica e floresceu em Roma e seu império, considerada como uma consequência natural da submissão de povos “bárbaros” ou mais fracos. Ela sobreviveu, inclusive, no mundo europeu do Renascimento. Em nenhum desses exemplos ela atingiu a escala da era moderna, em que a escravidão passou a ter uma função direta na produção comercial, ou seja, na produção para o mercado (e não principalmente para o consumo dos proprietários, como era o caso da escravidão antiga, asiática ou medieval).

⁴⁰³ José Luis Martínez. *Pasajeros de Indias. Viajes transatlánticos en el siglo XVI*. Madri, Alianza, 1983, p. 181.

⁴⁰⁴ Dale W. Tomich. *Pelo Prisma da Escravidão*. Trabalho, capital e economia mundial. São Paulo, Edusp, 2011, p. 42: “A hierarquia histórica entre as formas de trabalho não é, e não pode ser, a mesma que a hierarquia teórica. Ainda que a relação trabalho assalariado-capital forme o eixo teórico da análise de Marx, não se pode presumir que seja essa relação o ‘primeiro-motor’ do capitalismo histórico”.



Nesse marco histórico, o sofrimento e a tragédia *particular* dos ameríndios e dos africanos, transformou-se em tragédia histórica *universal*, que alumbrou o surgimento da era do capital: “Uma das condições indispensáveis para a formação da indústria manufatureira era a acumulação dos capitais; e esta veio facilitada pela descoberta da América e pela invasão do mercado pelos seus metais preciosos. As necessidades comerciais do novo mercado mundial determinaram o extermínio e a redução à escravidão das populações aborígenes, sepultada nas minas”, como também “o saque das Índias Orientais, a transformação da África em uma reserva de caça comercial de negros”,⁴⁰⁵ à qual se seguiu a guerra comercial das nações europeias, com o globo terráqueo como teatro, que continuou até o século XIX, nas guerras contra a China. O mercado mundial atingiu seu ponto culminante, sua “densidade crítica”, com base na guerra colonial e na escravidão africana e ameríndia.

Sobre essa base, “a revolução geográfica (do século XVI) produziu uma revolução econômica cujo agente essencial foi o comércio marítimo”.⁴⁰⁶ Com a fundação da *Casa de Contratación* em Sevilha, em 1504, as viagens atlânticas interoceânicas ganharam voo meteoricamente: 226 idas e voltas às Antilhas em 1506-1510; 279 em 1511-1515; 446 em 1516-1520, antes da conquista mexicana. Entre 1503 e 1520 o ouro legalmente ingressado à Espanha por Sevilha se elevou a 14.113 quilos; somado aos ingressos precedentes e ao já importante contrabando, a soma total atingiu 30.000 quilos, ou trinta toneladas, quantia superior à produzida simultaneamente na Europa e à recolhida pelos portugueses na África. Quando o ouro inca e chibcha da América do Sul entrou em cena, as remessas de metálico americano aumentaram: 15.000 quilos entre 1541 e 1550; mais de 25.000 quilos nas duas décadas posteriores, com as entradas de prata (muito usada no comércio asiático dos europeus) já superando às de ouro (303 toneladas contra 42 entre 1551 e 1560). O valor do ouro, porém, equivalia a onze vezes o da prata de igual peso; seu valor monetário, portanto, manteve-se superior ao da prata até 1570. A exploração aurífera continuou por isso sendo o *motto* da colonização americana.

⁴⁰⁵ Karl Marx. *Poverty of Philosophy*. Moscou, Progress Publishers, 1966.

⁴⁰⁶ Bartolomé e Lucile Bensusan. 1492. Un monde nouveau? Paris, Perrin, 1991.

O sistema colonial facilitava, através das remessas metálicas, as bases para o desenvolvimento comercial e industrial europeu. A produção de mais-valia transformou-se “no fim último e único da humanidade”, em condições em que o saque colonial financiava o auge comercial da Europa inteira, não só o das potências coloniais circunstancialmente hegemônicas no comércio interoceânico. A Espanha não industrializada, mas colonizadora, logo não conseguiu satisfazer a demanda de produtos vinda de seus territórios coloniais, que passou a ser atendida através de compras da metrópole ibérica (que conservou seu monopólio colonial americano) em outros países europeus. Colônias de comerciantes, em especial genoveses, se instalaram em Sevilha, principal porto espanhol para as Américas, com esse objetivo, assim como em Portugal. Expansão comercial multilateral, colonização externa e acumulação de capital se integraram, pela primeira vez, num complexo histórico articulado.

Europa recebia o ouro e a prata americana, mas não retinha esses metais: “Boa parte da prata que chegava a Lisboa e Sevilha seguia rapidamente para Lisboa ou Amsterdã, mas não se demorava por lá. Passava por elas e seguia para o destino final, o lugar que os europeus chamaram de ‘túmulo do dinheiro europeu’: a China. A China foi o destino global da prata europeia por duas razões. O poder da prata de comprar ouro nas economias asiáticas era maior do que na Europa. Se doze unidades de prata eram necessárias para comprar uma unidade de ouro na Europa, o mesmo volume podia ser comprado por seis ou menos unidades na China. A prata vinda da Europa comprava duas vezes mais [mercadorias] na China... A segunda razão para a China ser o destino era que os mercadores europeus tinham pouca coisa a mais para vender no mercado chinês. Com exceção das armas de fogo, os produtos europeus não podiam competir em qualidade e custo com as manufaturas chinesas. As manufaturas europeias pouco ofereciam além da novidade. A prata era a única mercadoria capaz de competir com o produto nativo, pois ali a produção de prata era pequena”.⁴⁰⁷ Para superar essa condição de compradora, dependente dos fluxos de metálico americano, Europa devia vender mais barato, e só poderia conseguir isso revolucionando as bases de sua produção.

O comércio internacional europeu virou a mola mestra da transformação econômico-industrial de seus países protagonistas, até esta se transformar, por sua vez, na mola propulsora desse comércio. O Estado foi posto e se pôs a serviço dessa transformação em alguns países europeus, em primeiro lugar na Inglaterra e Holanda. Antes da Revolução Industrial, portanto, Europa ocidental vinha gerando um meio capitalista havia pelo menos dois séculos. Seus fatores de destaque eram: 1) Os comerciantes e os mercadores europeus passaram a ser vistos internacionalmente como os principais manufaturadores e comerciantes do mundo, detendo também a confiança e reciprocidade dos governantes quanto à manutenção da economia em seus Estados; 2) A existência de um mercado em expansão para seus produtos, com a Índia, a África, a América do Norte e a América do Sul, crescentemente integradas à expansão econômica europeia; 3) O contínuo crescimento de sua população, que oferecia um mercado sempre crescente de bens manufaturados, além de uma reserva adequada (eventualmente até excedente) de mão de obra livre para ser contratada.

Os reinos ibéricos ficaram quase totalmente fora desse processo. A política da Coroa portuguesa permitiu que uma “Coroa pobre, mas ambiciosa em seus empreendimentos (e que) procurava apoio nos vassalos, vinculando-os às malhas das estruturas de poder e à burocracia do Estado patrimonial”,⁴⁰⁸ construísse um império colonial. Esses vassalos foram os colonos, que assumiram, por sua conta, os riscos do empreendimento colonial, embora recebendo vantagens e privilégios. Foi sobre essas bases que se desenvolveu a economia do *antigo sistema colonial* durante seus primeiros três séculos (desde o século XVI até o século XVIII). Por volta de 1700, esses elementos eram os seguintes: 1) Uma série de enclaves de mineração no México e no Peru; 2) Áreas de agricultura e pecuária situadas na periferia dos

⁴⁰⁷ Timothy Brook. *Op. Cit.*, p. 162.

⁴⁰⁸ Florestan Fernandes. *Circuito Fechado*. São Paulo, Hucitec, 1977.

enclaves de mineração e voltadas para fornecimento de gêneros alimentícios e matérias primas; 3) Um sistema comercial planejado para permitir o escoamento da prata e do ouro para a Espanha que, de posse dessa riqueza, adquiriria os artigos produzidos na Europa ocidental, escoados através dos portos espanhóis para as colônias americanas.⁴⁰⁹

O colonialismo peninsular configurou um sistema de saque e exploração das colônias, e de fortalecimento do setor comercial da burguesia metropolitana, em detrimento do seu setor industrial (capitalista), o que se transformou num empecilho para revolucionar as relações de produção nas metrópoles ibéricas. Os reinos peninsulares, inicialmente centros do poder europeu, transformaram-se em colônias econômicas dos países mais desenvolvidos industrialmente. No quadro da acumulação originária de capital, realizada através da centralização e modernização estatal da violência, usada tanto nas metrópoles europeias como nas colônias, esses foram os ingredientes da duradoura hegemonia europeia em um mundo em proa à sua unificação geográfica e econômica.

⁴⁰⁹ Stanley e Bárbara Stein. *A Herança Colonial da América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 30.

12. COLONIALISMO, ESCRAVIDÃO AFRICANA E TRANSFORMAÇÃO DA EUROPA

Os franceses reclamam que a sorte não lhes deu a América. Estão errados. Na realidade, a Espanha desempenha o papel das Índias para a França (Baltazar Gracián, **El Criticón**, 1651)

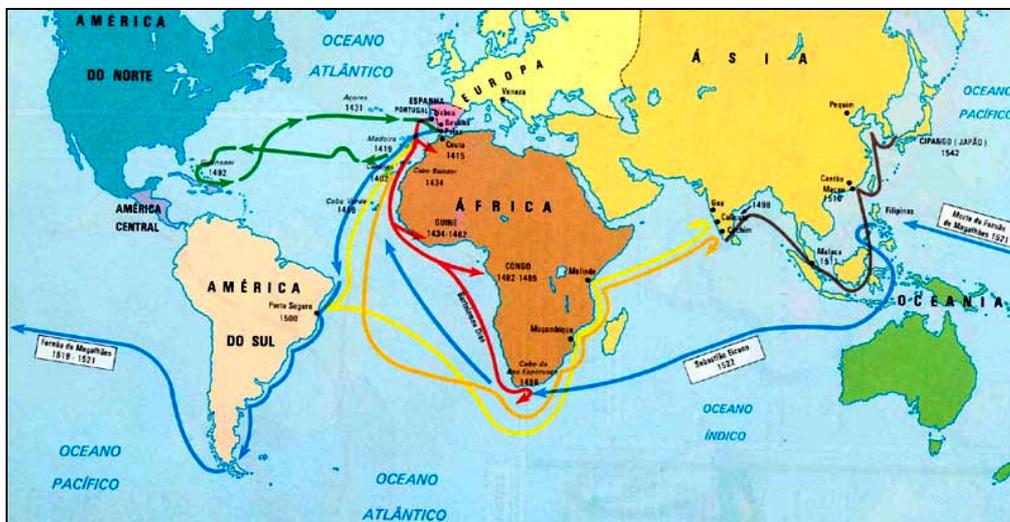
A acumulação originária de capital foi um processo desenvolvido em escala mundial: ele não só alterou para sempre o curso histórico da África e da América, mas também a própria Europa, seu centro impulsionador, e suas históricas relações com o Oriente asiático. No seu decorrer operou-se o deslocamento do Mediterrâneo ocidental para o Oeste atlântico como centro de gravidade econômico e, portanto, também geopolítico. A partilha do butim da expansão atlântica foi concordada antecipadamente (depois de áspera disputa) pelos países ibéricos com a Igreja, com decretos como o do papa Nicolau V (em 1456) beneficiando o rei de Portugal, corrigidos pelos papas sucessivos. Pondo fim à guerra da sucessão de Castela, foi firmado o Tratado de Alcáçovas, em 4 de setembro de 1479, entre Afonso V de Portugal e os Reis Católicos, Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela. O tratado firmava a paz entre Portugal e Castela, assim como formalizava a renúncia do soberano português e de sua mulher às suas pretensões ao trono castelhano. O Tratado de Alcáçovas também regulamentava as possessões dos dois países no Atlântico, reconhecendo o domínio de Portugal sobre a ilha da Madeira, os Açores, Cabo Verde e a Costa da Guiné, ao mesmo tempo em que atribuía as ilhas Canárias a Castela. Como Castela renunciava também a navegar ao sul do Cabo Bojador, traçava-se na prática uma linha ao Norte da qual as terras pertenceriam a Castela e, ao Sul, a Portugal.

Pela primeira vez se regulamentava a posse de terras por descobrir, procedimento que seria retomado depois. Em 1493, atendendo a demandas de Portugal e Espanha (união de Castela e Catalunha-Aragão), o papa Alexandre VI emitiu uma bula, dirigida a toda a cristandade, em que reconhecia os direitos dos dois reinos sobre as terras descobertas e por descobrir não pertencentes, até o Natal de 1492, a nenhum outro soberano cristão. A bula *Inter Coetera* traçava uma linha fictícia, de Norte a Sul, distante 100 léguas a ocidente dos Açores e de Cabo Verde, ilhas atlânticas então pertencentes a Portugal, por meio da qual se atribuíam à Espanha todas as terras descobertas e por descobrir situadas a Oeste desse meridiano e a Portugal, as terras situadas a Leste. Em fins do século XV, quando as relações internacionais entre os Estados eram ainda incipientes, fazia-se necessária a bênção do papado para qualquer iniciativa política internacional, ainda que fosse meramente proforma. A linha da bula *Inter Coetera* passava no meio do Oceano Atlântico e praticamente não incorporava terras do Novo Mundo ao quinhão de Portugal, algo que nesse momento os governantes de ambos os países, em tese, não sabiam, mas que provavelmente fosse já de conhecimento da monarquia portuguesa.

Como o papa Alexandre VI não atendera com a bula todas as reivindicações do soberano de Portugal, os portugueses pressionaram por uma nova negociação com a Espanha com vistas a rever a posição do meridiano recém-traçado. Essa reconfiguração vinculou-se à primeira tentativa de dividir o mundo inteiro, mediante contrato entre Espanha e Portugal via o papado, contrato finalmente realizado em 1494. O *Tratado de Tordesilhas*, firmado pelo rei D. João II de Portugal e os Reis Católicos, D. Fernando e Dona Isabel, redefiniu a distribuição do mundo entre as duas potências ibéricas. O meridiano de Tordesilhas foi estipulado a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, ampliando assim as 100 léguas originalmente dispostas pela Bula *Inter Coetera*. As terras a Oeste pertenceriam à Espanha e as terras a Leste, a Portugal. Ratificado pelo papa Júlio II em 1506, o Tratado de Tordesilhas determinava ainda que todas as descobertas feitas por um e outro país, dentro da zona definida, pertenceriam ao país que a ela tivesse direito. Decidiu-se também proceder à determinação exata do meridiano dentro de dez meses da assinatura do documento.

Na prática, o meridiano de Tordesilhas resultou na incorporação de uma grande fração do território do *Novo Mundo* aos domínios de Portugal, as terras que mais tarde receberiam o nome de Brasil. A linha de Tordesilhas nunca foi demarcada com precisão durante o período colonial, variando a interpretação dos cartógrafos que se debruçaram sobre a empreitada. Medições modernas indicaram que o meridiano original passava pelas atuais cidades de Belém do Pará e Laguna, em Santa Catarina. No entanto, a descoberta das Ilhas Molucas (as ilhas das especiarias) levantou um questionamento sobre a extensão da linha de Tordesilhas, que dividia o orbe ao meio, mas cujo traçado do outro lado do mundo (o hemisfério Sul) permanecia indefinido. Até onde alcançavam os domínios de Portugal e Espanha? Como na época não existiam técnicas de medição de longitudes, o que seria inventado pelos holandeses depois, foi necessário resolver a questão por meio da barganha diplomática, da que resultou o Tratado de Zaragoza, de 22 de abril de 1529, firmado por D. João III de Portugal e Carlos V, Sacro-Imperador Romano-Germânico e rei da Espanha. Por esse acordo Portugal pagaria à Espanha pela posse das Ilhas Molucas, enquanto que o meridiano de Zaragoza seria traçado a partir das Ilhas das Velas, próximas às Molucas.

Primeiras viagens interoceânicas hispano-portuguesas



Com essas bases jurídicas, a primeira grande expansão colonial europeia se produziu na época moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa, para configurar o “antigo sistema colonial da era mercantilista... Nem toda colonização se processa, efetivamente, dentro dos quadros do sistema colonial. A colonização se dá nas mais diversas situações históricas. Nos tempos modernos, contudo, tal movimento se processa travejado por um sistema específico de relações, assumindo assim a forma mercantilista de colonização, e esta dimensão torna-se para logo essencial no conjunto da expansão colonizadora europeia”.⁴¹⁰ Essa expansão foi, no século XVI, principalmente ibérica. Com a batalha de Lepanto (1571) – “o maior evento testemunhado na era passada, presente e futura”, segundo Miguel de Cervantes, ferido gravemente na batalha – nas costas gregas,⁴¹¹ e a entrada de Felipe II de Espanha em Lisboa, o

⁴¹⁰ Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1979, p. 58.

⁴¹¹ Vencida pelos “cristãos”, encabeçada pela Espanha, a batalha de Lepanto foi o evento maior da derrota muçulmana na luta contra os “ocidentais” pelo controle do Mediterrâneo; ela concluiu em “uma cena de devastação impressionante, como uma pintura bíblica do fim do mundo. A escala do massacre deixou até mesmo os vencedores exaustos, abalados e chocados com a obra de suas mãos. Eles tinham testemunhado uma matança em escala maciça. Em quatro horas, havia 40 mil homens mortos, cerca de cem embarcações destruídas e 137 navios muçulmanos capturados pela Liga Santa. Dos mortos, 25 mil eram otomanos; apenas 3.500 foram pegos vivos. Outros 12 mil cristãos escravos foram libertados. A colisão definitiva no mar Branco deu ao povo no início do mundo moderno um vislumbre do Armagedom por vir. Só em 1915, em Loos, na França, durante a Primeira Guerra

movimento geopolítico se definiu. O primeiro “império mundial” da história tinha sua capital em Madri e seus portos em Lisboa e Sevilha, sobre o Atlântico, e dava as costas ao Mediterrâneo. O centro de gravidade econômico, por sua vez, se deslocava para o Mar do Norte: com a entrada de Inglaterra, Holanda e França na expansão colonial, Fernand Braudel datou em 1650 a passagem do “mundo mediterrâneo” para a *história mundial* (da Europa).⁴¹²

A produção e o comércio coloniais financiaram a revolução comercial europeia. E não só a revolução comercial. A riqueza conseguida pela coroa e pela burguesia francesa no comércio com a Espanha, em seguida à conquista e saque da América pelos ibéricos, permitiu investimentos estatais e não estatais em arte, ciência e universidades, que mudaram a cultura e a política do país, e depois da Europa. Na Universidade de Bourges, Jacques Cujas e seus alunos iniciaram o reestudo sistemático do Direito Romano em uma perspectiva humanista. O direito costumeiro e consuetudinário fora em suas origens a “lei da terra”, a lei dos bens de raiz. Entre 1500 e 1600 ele se tornou a “lei da Terra”, incorporando princípios elaborados nas esferas comercial e marítima. A transformação, gradual e lenta, nem por isso foi menos avassaladora, criando aos poucos uma nova ordem jurídica na Europa ocidental, baseada na *razão* e coincidente com os interesses do capital em expansão, em detrimento da lei costumeira protetora da nobreza feudal.

A “vitória da Razão”, a “libertação de Prometeu”, a pretensa superioridade da “civilização europeia”, no entanto, tiveram por base a barbárie colonial. Pierre Vilar insistiu não só no caráter compulsório, baseado na violência, da acumulação de dinheiro (metais preciosos) vinda de América, mas também na sua função central na revolução comercial europeia dos séculos XVI e XVII: “O ouro (das Américas) sempre foi obtido: 1) por pilhagem e desentesouramento forçado; 2) pela simples troca e sem autêntico mercado econômico; 3) pela procura de pepitas em areias auríferas. A chegada, primeiro a Lisboa, depois a Sevilha, do ouro africano e mais tarde do ouro americano foi o começo de uma atração, de uma vivificação comercial, e de uma alta dos preços fomentando a iniciativa. Porque será o ouro necessário para o comércio internacional? Porque, ainda que todas as transações se realizem por compensações escriturais, em um dado momento fica um saldo que o país beneficiário insiste em cobrar em forma de moeda válida internacionalmente”.⁴¹³

A expansão asiática de Portugal, e a expansão americana da Espanha, provocaram uma explosão da demanda comercial na Europa. Para atendê-la, a produção asiática duplicou, *mas os seus preços triplicaram*. O comércio mundial da Ásia (subordinado às compras da Europa), portanto, *sextuplicou* (monetariamente) em apenas meio século. Nem Espanha, e menos ainda Portugal, tinham a possibilidade de monetizar semelhante tráfico comercial. As potências ibéricas tinham, por assim dizer, dado um passo mais longo do que suas pernas, ou produzido mais história da que podiam consumir. Mas, à época, ignoraram natural e olímpicamente esse fato e tentaram, por todos os meios, resolver o problema, encontrado na solução o seu próprio túmulo enquanto potências europeias hegemônicas. Quando Vasco da Gama chegou à Índia, os comerciantes locais riram dos produtos europeus que ele ofereceu para troca comercial, e lhe sugeriram que oferecesse ouro em vez dessas “mercadorias”. Esse ouro, finalmente, veio da América. Europa dependeu durante séculos, até a Revolução Industrial do século XVIII, do ouro e da prata americanos para pagar suas (imprescindíveis) importações da Ásia. No século XVI os “conquistadores” ibéricos foram iludidos com a promessa de riqueza e ganhos materiais enormes, derivados dessa necessidade.

Mundial, essa taxa de mortandade seria superada” (Roger Crowley. *Impérios do Mar*. A batalha final entre cristãos e muçulmanos pelo controle do Mediterrâneo 1521-1580. São Paulo, Três Estrelas, 2014, p. 378).

⁴¹² Fernand Braudel. *El Mediterráneo y el Mundo Mediterráneo en la Época de Felipe II*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992. Charles R. Boxer definiu Portugal como o primeiro “império global”: a primeira expansão oceânica portuguesa, anterior à espanhola, no entanto, teve mais caráter comercial (com enclaves) do que colonial.

⁴¹³ Pierre Vilar. *Ouro e Moeda na História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pp. 93 e 139.

A conquista espanhola da América foi vasta e incrivelmente rápida. Os espanhóis tinham, sobre os nativos americanos, a vantagem de possuírem armas de fogo e cavalos, e se aproveitaram das divisões entre os indígenas. Não tardou muito para que a guerra e as doenças dizimassem várias populações nativas. A Coroa espanhola estava ávida em recolher os frutos da conquista, mas exerceu um papel relativamente pequeno na sua organização. Após as viagens de Colombo, a expansão do império espanhol foi em grande parte o trabalho de pequenos bandos privados de aventureiros armados, operando “espontaneamente”. Os bandos de conquistadores ibéricos eram em geral licenciados pela Coroa, mas eram recrutados e financiados por conquistadores, individualmente ou em parceria. Os líderes destes bandos provinham em geral das camadas mais baixas da aristocracia, e estavam ansiosos em adquirir o estilo de vida senhorial ao qual se acreditavam merecedores: “As *entradas* e *cabalgadas* militares dos europeus [na América] são manifestamente próximas do capitalismo. São ‘bandos’ de tipo medieval sob a forma de associações em comandita, ou até de sociedades por ações”.⁴¹⁴ Próximas, possivelmente, mas não propriamente capitalistas.

Em 1543, usando a rota aberta no final do século precedente por Bartolomeu Dias, navios portugueses, em viagem comercial à China, chegaram, graças a um desvio provocado por uma tempestade, ao Japão, onde encontraram “o melhor dos povos descobertos até o presente, e certamente não acharemos melhor entre os infiéis. São de comércio agradável; geralmente bons, carecem de malícia e se sentem orgulhosos de sua honra, que estimam mais do que qualquer outra coisa”. O comércio português com os japoneses, que incluiu até a troca de palavras (o *arigatô* japonês ou o *sha* português) se estendeu até o fim do século XVI, e foi acompanhado da evangelização cristã, que adquiriu tons agressivos, criticando ao budismo japonês sua não crença na vida após a morte, e sua permissividade para com “o vício de Sodoma”. Em 1590 já havia, segundo os jesuítas (já constituídos em guardiões mundiais do papado), 300 mil cristãos no Japão, recrutados tanto na casta dos grandes senhores quanto no povo. No final do século as relações comerciais luso-japonesas entraram em declínio, graças, primeiro, à chegada dos holandeses, comerciantes “modernos” que não faziam questão de misturar comércio com proselitismo religioso, e depois à unificação do país sob a égide do xogun Tokugawa, que pôs fim ao “século cristão” do Japão.⁴¹⁵ A presença portuguesa no Extremo Oriente continuou na ilha de Macau, concedida só para uso comercial pelo imperador chinês.

As potências ibéricas se concentraram na exploração das “novas terras”, destinando a isso o melhor do seu esforço nacional. A riqueza inicial do império espanhol na América, baseada no saque, teria sido de curta duração se, a partir de 1530, os conquistadores não tivessem achado veios de prata nas colônias: assim, “transformaram-se, querendo-o ou não, de *bandidos* em mineiros”.⁴¹⁶ A necessidade de metais preciosos por parte de Europa estava determinada pela sua baixa produtividade, especialmente agrícola, em relação ao Oriente, produtividade cujo aumento era o primeiro passo necessário para garantir a alimentação mínima de todos os membros da sociedade e, em seguida, para propiciar a existência de muitas pessoas alimentadas pelos excedentes agrícolas e empregadas em atividades administrativas, militares, sacerdotais, comerciais, artesanais e industriais. Desde a Antiguidade, Europa não tinha produtos que pudessem atrair os orientais, enquanto os “europeus”, começando pela Grécia antiga, sempre ambicionaram comprar os produtos orientais (tecidos de seda, algodão e lã de melhor qualidade, por causa do desenvolvimento da tecnologia têxtil oriental) mais aperfeiçoados do que os produtos ocidentais, isso sem contar as especiarias e outros produtos que, no Oriente, eram populares, mas no Ocidente eram de luxo, como o chá e o açúcar.

⁴¹⁴ Jean Meyer. *Op. Cit.*, p. 126.

⁴¹⁵ Xavier de Castro. *La Découverte du Japon par les Européens (1543-1551)*. Paris, Chandeigne, 2013.

⁴¹⁶ Carlo M. Cipolla. *Conquistadores, Piratas, Mercaderes*. México, Fondo de Cultura Económica, 2001.

Europa (especialmente Europa ocidental) sempre fora uma região compradora. Exportava pouco e importava muito, por isso dependia de obter ouro e prata para pagar as importações orientais. Assim ocorria porque o desenvolvimento maior da produtividade agrícola no Oriente propiciou um excedente maior de população, que podia se dedicar a atividades não agrícolas. Essa produtividade foi conseguida porque os produtores agrícolas eram proprietários de sua gleba, sem que a escravidão e a servidão agrícolas tivessem o peso esmagador que tiveram no Ocidente, em Grécia, em Roma, e na Europa da Idade Média. Isso possibilitou um maior desenvolvimento, no Oriente, do comércio, da monetarização e da cobrança de tributos em dinheiro, não em trabalho ou produtos, e da aplicação de recursos em investimentos tecnológicos.⁴¹⁷

A colonização espanhola da América, dirigida a obter metais preciosos (ou seja, moeda para o comércio interno e externo europeu), esteve baseada e focada nas cidades, que funcionavam como centro organizador do saque ou da extração de metais. Sempre que uma expedição conquistava um território, a primeira ação de seu líder era fundar uma cidade. Os colonizadores espanhóis e portugueses também aspiravam a um estilo de vida opulento e de ostentação, obviamente urbano e não rural. O núcleo urbano tornou-se fundamental para o imperialismo ibérico. Praticamente todas as repúblicas latino-americanas modernas possuem cidades importantes e capitais que remontam a mais de 400 anos e a uma fundação por um conquistador. O ouro e a prata encontrados tornaram-se um importante fator na consolidação dos assentamentos europeus. As minas precisavam de trabalhadores, e as cidades coloniais em crescimento precisavam ser abastecidas. Os ibéricos estabeleceram para isso suas próprias fazendas. As populações americanas nativas foram vistas como fontes de mão de obra tanto para a mineração como para a agricultura. Grupos de índios foram distribuídos entre os principais colonizadores para serem “cristianizados” e “civilizados”. Os colonizadores governaram diretamente por um curto período de tempo; depois, as coroas ibéricas assumiram o controle do novo império, impondo instituições aos territórios conquistados. Governadores espanhóis e portugueses, burocratas e oficiais do tesouro assumiram seus postos na estrutura emergente do novo governo imperial das colônias; os conquistadores foram postos de lado, recompensados com títulos ou terras.

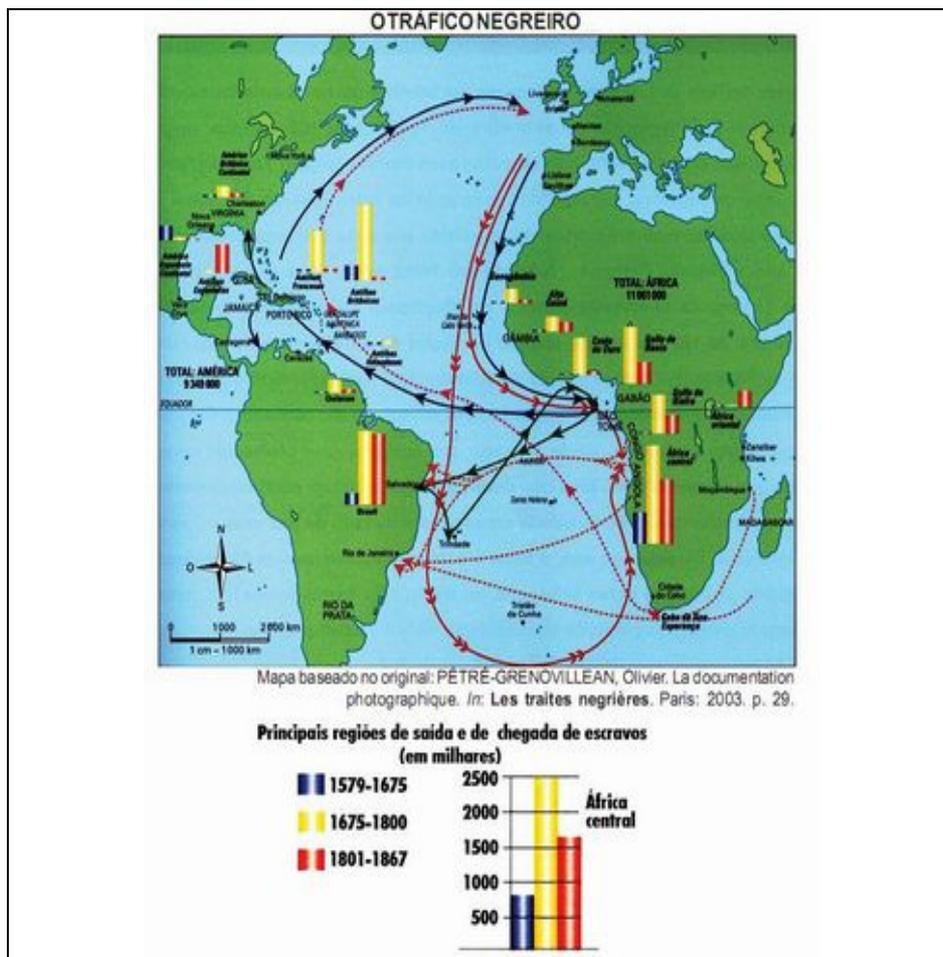
A Igreja Católica assumiu uma posição fundamental no novo império, adquirindo grandes propriedades fundiárias e um enorme poder. A exploração da prata e do ouro se expandiu após 1550. Durante duzentos anos as frotas realizaram viagens anuais de ida e volta a um pequeno número de portos autorizados. Os principais centros do império espanhol na América após 1580 eram as capitais dos vice-reinados do México e Lima. O de Lima se estendia por toda a América do Sul espanhola exceto a costa da Venezuela (só no século XVIII mais dois vice-reinados foram criados). Nessas condições econômicas, os sociais grupos mais explorados da sociedade colonial eram os índios e os escravos negros concentrados no Caribe, na costa do Peru e no Brasil. A camada intermediária da sociedade colonial consistia basicamente em mestiços. As classes altas eram predominantemente espanholas ou portuguesas. Estas divisões eram, no entanto, mais de classe do que de raça. Um mestiço com dinheiro o bastante podia tornar-se “espanhol” ou “português”.

A população indígena americana encolheu (sofreu uma catástrofe demográfica) nos séculos XVI e XVII, passou depois por um período de estabilização, após o qual começou uma lenta recuperação no século XVIII. O outro grande alicerce do processo de exploração do “Novo Mundo” foi a escravidão africana, que desarticulou e destruiu as unidades políticas existentes nesse continente. Na parte meridional das florestas centrais africanas existiram, entre os anos

⁴¹⁷ Clive Ponting. *World. History. A new perspective*. Nova York, Chatto & Windus, 2000. Uma discussão sobre a não ocorrência da Revolução Industrial no Oriente, em especial na China, encontra-se em: Perry Anderson. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto, Afrontamento, 1984; assim como em: Kenneth Pomeranz. *The Great Divergence*. China, Europe and the making of the modern world economy. Nova Jersey, Princeton University Press, 2000

1000 até 1500, reinos que controlavam áreas equivalentes às da maioria dos países modernos da Europa. O reino do Congo, que se localizava na foz do rio Congo e em Angola, era um dos maiores. Existia ainda o reino Luba, e outro grupo de reinos menores que ficavam ao redor dos grandes lagos dos países que são hoje o Burundi, a Ruanda, a Tanzânia e o Uganda.

O reino do Caranga, chamado às vezes de Império de Muanamutapa, estava localizado onde é hoje o Zimbábue, sua capital era a “Grande Zimbábue”, o mais importante centro comercial da África subsaariana, que legou seu nome ao território da antiga colônia inglesa de Rhodesia. O reino do Caranga vendia ouro para os comerciantes que viviam no litoral oriental, era o único reino da parte meridional que se contatava com o mundo exterior. Outros reinos meridionais africanos ficaram isolados, sem contatar com os grandes centros onde se desenvolvia a produção e o comércio da África. A expansão europeia os conectou com o mundo através da caça aos escravos, além de desagregar progressivamente os grandes centros políticos da África pré-colonial.



Pela bula *Dum Diversas*, de 1452, o papa Nicolau V concedeu ao rei de Portugal D. Afonso V, e seu sucessores, a faculdade de conquistar e subjugar as terras dos "infiéis" e de reduzi-los à escravatura. Já em meados da década de 1470 os portugueses tinham começado a comerciar escravos no golfo do Benin, na África, e a frequentar o delta do rio Níger e os rios que lhe ficavam a Oeste, negociando escravos. As primeiras excursões portuguesas à África subsaariana foram pacíficas (o marco da sua chegada foi a construção da fortaleza de São Jorge da Mina, em Gana, em 1482), os portugueses muitas vezes casavam com mulheres nativas e eram aceitos pelas lideranças locais. Os investimentos na navegação da costa do Oeste da África foram inicialmente estimulados pela crença de que a principal fonte de lucro seria a exploração de minas de ouro, expectativa que não se realizou. Deu-se início, assim, ao comércio de escravos, que se estabeleceu e desenvolveu no Atlântico entre 1450 e a segunda

metade do século XIX, e que contabilizou, nesse período, a venda (estimada) de 11.313.000 indivíduos, transportados da África para as Américas. Destes, 4.860.000 foram destinados ao Brasil, que recebeu quase 40% dos seres humanos embarcados como escravos na África.

Em torno do comércio de escravos estabeleceu-se o comércio de outros produtos com a África, como marfim, tecido, tabaco, armas de fogo e peles. Os comerciantes usavam como moeda pequenos objetos de cobre, manilhas e contas de vidro, trazidas de Veneza. Quer por meios violentos ou pacíficos, o comércio dos países ibéricos era sempre um comércio de intermediários. E a principal riqueza obtida pelos europeus na África foi a mão de obra demandada pelas colônias americanas. Essa demanda lhes deu um bom motivo para os investimentos em explorações marítimas, que os portugueses já vinham fazendo desde o século XIV. Dessa forma, embora já no século XV escravos fossem vendidos na Europa, foi só com a exploração das colônias americanas que o tráfico escravagista atingiu grandes proporções. O investimento europeu em guerras externas geradoras de escravos modificou profundamente a África e também as Américas.

Cidades africanas atacavam outras cidades, escravizando a população para vendê-la aos europeus. Desde muito antes da chegada dos portugueses a Gana, a escravidão articulada com a expansão do Islã esteve calcada em moldes sexuais diferenciados. Os árabes vendiam os homens e ficavam com as mulheres, que eram absorvidas pelas comunidades. Os filhos destas costumavam ser assimilados pela sociedade muçulmana. A preferência dos traficantes árabes por cativas do sexo feminino foi um fator para que, no início, os europeus comprassem mais homens do que mulheres. Outro fator importante foi a constatação de que os homens eram mais resistentes às péssimas condições de salubridade a que eram submetidos nas longas viagens de travessia do Oceano Atlântico em navios negreiros. Também por isso, as populações de escravos nas Américas não tinham como se sustentar por meio da reprodução biológica, o que gerava uma constante substituição dos escravos por novas levas, e girava a máquina dos negócios dos traficantes.

Dessa forma, o trabalho escravo esteve diretamente relacionado à consolidação da infraestrutura comercial necessária para sua exportação. Contrariando Sérgio Buarque de Holanda, Arno e Maria José Wehling afirmaram que a sociedade portuguesa era estamental, apresentava uma ordem social rígida. Em sua instalação alhures, esses estamentos teriam sido afrouxados, em virtude da “sensação de liberdade do Novo Mundo, onde as peias sociais seriam mais frouxas, a mobilidade mais fácil, a presença do Estado mais tênue, sensação resumida na expressão que afirmava não haver pecado ao sul do Equador”.⁴¹⁸ Haveria, portanto, separação rígida entre senhores e escravos, que implicava em regras de conduta e respeito, sob pena de castigo: o negro era propriedade de seu senhor, e este fazia o que quisesse dele. O negro tornou-se o elemento produtivo e trabalhador do Brasil colonial porque o colono não tinha interesse em trabalhar (ele queria ostentar riqueza fácil e títulos de nobreza de forma fácil e que não necessitasse o seu próprio esforço) e também porque os índios, bons caçadores, pescadores e extrativistas, não se adaptaram ao trabalho metódico que exigia as lavouras de cana e a produção açucareira. O negro constituiu, assim, uma necessidade produtiva na colônia.

Espanha, primeiro, e Portugal, depois, iniciaram, com esses métodos e com um século de antecedência em relação às outras potências colonizadoras (Inglaterra, Holanda, França), a conquista e colonização das novas terras americanas, e em outros continentes. A instalação dos portugueses em Nagasaki (Japão) se realizou em 1570, ao mesmo tempo em que o espanhol Miguel López de Legazpi iniciava a colonização espanhola das Ilhas Filipinas, realizando logo depois a fundação de Manila, ainda hoje sua capital. Parecia que as potências ibéricas, donas do mundo, iriam finalmente chocar pelo poder mundial no teatro asiático. Mas eram, na verdade, potências de pés de barro. Outros processos e acontecimentos, de raízes

⁴¹⁸ Arno e Maria José Wehling. *Formação do Brasil Colonial*. São Paulo, Nova Fronteira, 1994, p. 120.

mais profundas, se interpuseram. Em 1602, quando 102 puritanos ingleses desembarcavam do *Mayflower* na América do Norte, um século depois do estabelecimento dos portugueses no Brasil, em uma terra sem qualquer outra população a não ser a de pequenos povoados indígenas ainda no estágio econômico da coleta e de caça, os soberanos espanhóis que, nessa época, eram também os de Portugal, reinavam já desde havia um século sobre um império de mais de 29 milhões de km² e haviam submetido a seu domínio milhões de indígenas de alta civilização, de quem exploravam o trabalho e confiscavam as riquezas. O ímpeto colonizador das outras potências europeias se originou a partir da criação da Companhia Britânica das Índias Orientais e da Companhia das Índias Orientais Holandesas, no século XVII. Um novo tipo de colonização tinha início. Os motivos da inicial primazia ibérica foram a boa tradição marinheira, a tensão demográfica e as lutas sociais internas, as técnicas marítimas (entre as que se destacou a *carabela*, o navio que possibilitou as viagens interoceânicas) e científicas.

O primeiro objetivo dos conquistadores ibéricos foi a obtenção de metais preciosos, atendendo às necessidades das monarquias europeias, que deles precisavam para financiar seus gastos. Esses gastos tinham crescido muito desde que se transformaram em monarquias territoriais, superando as muitas divisões próprias da Idade Média: a organização dos exércitos reais, para submeter à nobreza feudal, e empreender contínuas guerras pela supremacia na Europa, implicava em gastos monetários enormes. Assim, Espanha recebeu de suas colônias americanas, no período compreendido entre 1503 e 1660, 181.133 kg. de ouro e 16.886.815 kg. de prata. Pierre Chaunu calculou em 85 a 90 mil toneladas (90 milhões de kg.), em valor prata, a produção de metais preciosos da América colonial de 1500 a 1800, isto é, o equivalente a algo entre 80% e 85% da produção mundial nesse mesmo período. Essa entrada enorme de metais preciosos na Europa constituiu um dos episódios maiores da história moderna: “Foi esse fato que desencadeou a crise dos preços do século XVI, e salvou a Europa de uma nova Idade Média, permitindo a reconstituição de seu estoque metálico”.⁴¹⁹

A crise suscitada por essa “revolução dos preços” (que quadruplicaram na Europa, ao longo do século XVI) contribuiu, através da inflação,⁴²⁰ para a ruína de inúmeros artesãos ou pequenos proprietários, criando uma das condições da passagem para o capitalismo: o aparecimento de trabalhadores livres, despossuídos de qualquer propriedade a não ser a sua força de trabalho. O total de ouro circulante na Europa entre 1500 e 1650 saltou de cinco mil para 180 mil toneladas, e a prata de 16 mil para 60 mil toneladas.⁴²¹ Parte importante desviou-se para comprar importações de mercadorias do Oriente, mas outra grande parte alimentou o orçamento dos Estados que o despenderam em exércitos e armadas, emprestando dos banqueiros e criando o déficit fiscal como regra. Na Europa ocidental, o preço médio do trigo quadruplicou na segunda metade do século XVI. Os preços em geral quadruplicaram na Espanha nesse século; na Itália, o preço do trigo multiplicou-se por 3,3; por 2,6 na Inglaterra, e por 2,2 na França.

A rota da inflação acompanhou a rota de entrada e de transporte dos metais preciosos americanos na Europa, que na Idade Média não tinha conhecido aumentos de preço dessa magnitude: “A descoberta e a conquista puseram em movimento um enorme fluxo de metal precioso da América à Europa, e o resultado foi uma grande elevação de preços - uma inflação ocasionada por um aumento da oferta do melhor tipo de dinheiro de boa qualidade. Quase ninguém na Europa estava tão afastado das influências do mercado para não sentir algum efeito sobre o seu salário, sobre o que vendia, ou sobre qualquer pequeno objeto que quisesse comprar. Os aumentos de preços ocorreram inicialmente na Espanha, onde os metais

⁴¹⁹ Pierre Chaunu. *História da América Latina*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1981.

⁴²⁰ Cf. Michel Beaud. *Histoire du Capitalisme*. Paris, Seuil, 1981; e, sobretudo: Fernand Braudel. *Il tesoro americano e la rivoluzione dei prezzi*. In: Ciro Manca (ed.). *Formazione e Trasformazione dei Sistemi Economici in Europa dal Feudalesimo al Capitalismo*. Padua, CEDAM, 1995.

⁴²¹ Earl J. Hamilton. *El Tesoro Americano y la Revolución de los Precios en España 1501-1650*. Barcelona, Crítica, 2000.

chegaram em primeiro lugar; a seguir, à medida que eram carregados pelo comércio (ou, talvez em menor escala, pelo contrabando ou por conquista) à França, aos Países Baixos e à Inglaterra, a inflação os seguiu. Na Andaluzia, entre 1500 e 1600, os preços subiram cinco vezes. Na Inglaterra, se tomássemos como 100 os preços da última metade do século XV, isto é, antes das viagens de Colombo, à altura da última década do século XVI estariam a 250; oitenta anos mais tarde, ou seja, na década de 1673 a 1682, estariam a 350, três vezes e meia acima do que haviam alcançado antes de Colombo, Cortez e Pizarro. Após 1680, estabilizaram-se e assim permaneceram, pois tinham caído muito antes na Espanha. Esses preços, não os relatos dos conquistadores, representaram a notícia de que a América tinha sido descoberta, para a grande maioria dos europeus”.⁴²²

Na época, a maioria dos senhores feudais europeus já recebiam as contribuições anuais dos servos em moeda, uma taxa fixa por pessoa. Ao dobrar a quantidade de ouro, permanecendo pouco alterada a produção de bens, os preços duplicaram igualmente, reduzindo pela metade os rendimentos (o poder de compra) dos senhores feudais: “A crise econômica da nobreza feudal deu início a uma grande transferência de riqueza, cujo exemplo macroscópico foi a venda dos feudos. Para piorar a condição econômica da aristocracia e aumentar os ganhos especulativos da burguesia comercial surgira uma circunstância muito particular: o rápido aumento da massa de capital circulante, que se seguiu à importação massiva de metais preciosos, determinando um amplo fenômeno de inflação dos preços que se repercutiu negativamente nos valores fundiários feudais”.⁴²³

A “revolução dos preços” produziu uma transferência de renda dos senhores feudais para a classe capitalista comercial emergente, debilitando os primeiros e fortalecendo a segunda, que não deixou de advertir o potencial político da simultânea rebelião popular contra os senhores: “No início do século XVI a ordem estabelecida parecia ameaçada na Europa. A velha pressão da nobreza e a pressão renovada de alguns soberanos que reclamavam mais impostos e mais soldados, pesavam duramente sobre as camadas populares, especialmente sobre os camponeses. Seu mal-estar se expressava em revoltas cada vez mais frequentes, quase uma por ano. Essas revoltas eram cada vez mais conscientes e radicais, com frequência delineavam exigências de reforma social. Não importa que reivindicassem uma ‘economia moral’ ilusória que supunham que os senhores tinham tornado vulnerável, ou que invocassem a lei divina e que fizessem uma leitura igualitária dos evangelhos, o que dava um caráter ‘tradicional’ a seu discurso. Por trás desses argumentos existia a esperança de uma nova sociedade na qual os homens seriam iguais em direitos, as autoridades eleitas e a religião não seria um instrumento de controle social nas mãos dos clérigos”.⁴²⁴ Uma revolução social estava a caminho, alicerçada na rebelião popular no campo.

Os séculos XVI e XVII são comumente descritos respectivamente como períodos de expansão, e depois de depressão, da economia europeia. Essas descrições em “preto e branco” possuem um fundo de verdade, mas mascaram uma realidade mais complexa, e impossibilitam perceber o que foi a principal característica da economia europeia no início da era moderna: a reviravolta do equilíbrio tradicional do poder econômico, e a mudança do eixo econômico preponderante do Mediterrâneo para o Mar do Norte; o declínio da Espanha e da Itália e a emergência dos “Países Baixos do Norte” (Holanda) e da Inglaterra. A crise europeia do século XVII, identificada com a “revolução dos preços”, a crise da agricultura, o estancamento populacional, ensejou o declínio final do feudalismo no continente, o auge do capital comercial

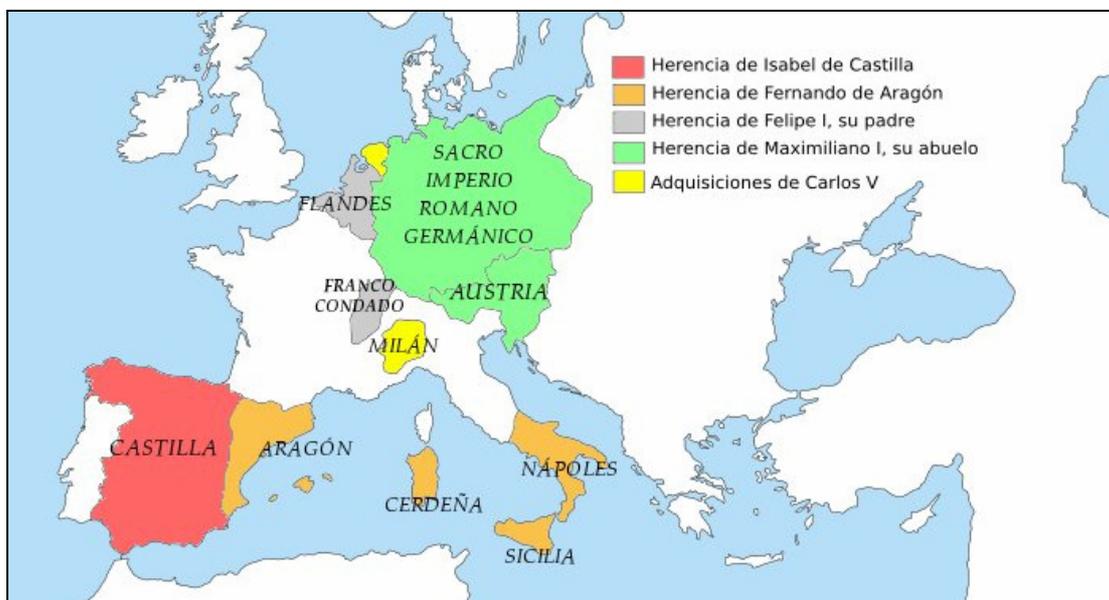
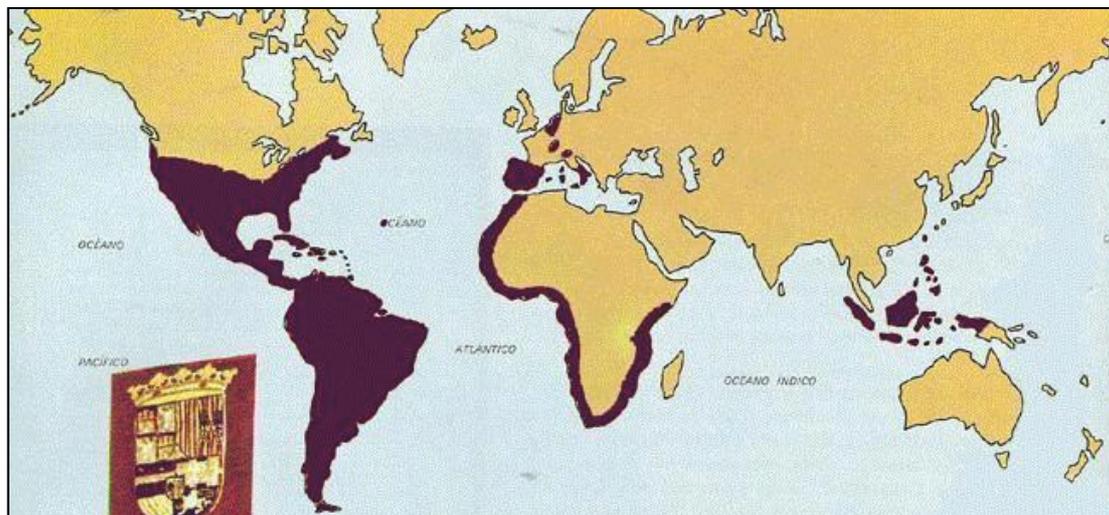
⁴²² John K. Galbraith. *Moeda*. De onde veio, para onde foi. São Paulo, Pioneira, 1977.

⁴²³ Giuliano Conte. *Da Crise do Feudalismo ao Nascimento do Capitalismo*. Lisboa, Presença, 1979, p. 79.

⁴²⁴ Josep Fontana. *Op. Cit.*, p. 89.

e o que foi chamado de “protoindustrialização”, sintomas anunciadores de um novo modo de produção (nascido, justamente, dessa crise).⁴²⁵

Império espanhol de Felipe II (acima) e herança europeia de Carlos V (em baixo)



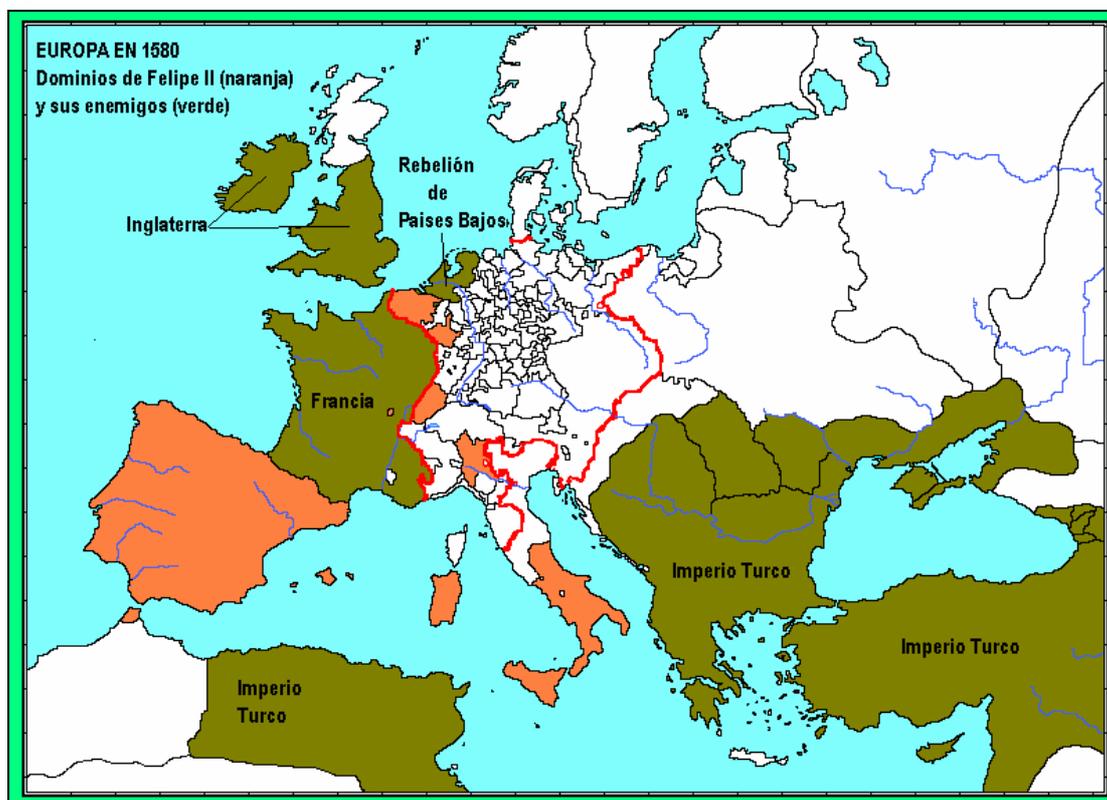
No final de seu reinado (e de sua vida), “Carlos V deixou restaurado seu império na Europa. Tinha Espanha, Itália, metade da Alemanha e os Países Baixos sob o seu controle ou o do seu irmão Fernando. O Império das Índias, embora ninguém usasse essa expressão, estava na prática sob direção espanhola. Algumas de suas partes eram economicamente prósperas, sobretudo depois do emprego de um amálgama de mercúrio que facilitou a mineração de prata. Zacatecas e Potosí eram grandes fontes produtoras de prata. Em 1558, as Antilhas espanholas produziam 60 mil arrobas anuais de açúcar que se exportavam a Sevilha”.⁴²⁶ Na segunda metade do século XVII houve pronunciada queda dos preços na Europa, com aumento do poder aquisitivo dos metais preciosos, o que levou a uma “apaixonada busca de ouro e prata na África, América e Extremo Oriente”.⁴²⁷ Com a guerra de sucessão espanhola, França estabeleceu um vínculo direto, através do Pacífico austral, com os centros mineiros

⁴²⁵ Peter Kriedte. *Feudalismo Tardío y Capital Mercantil*. Líneas maestras de la historia económica europea desde el siglo XVI hasta finales del XVIII. Barcelona, Crítica, 1982; cf. También: Eric J. Hobsbawm. A crise geral da economia europeia no século XVII. In: Charles Parain et al. *Op. Cit.*

⁴²⁶ Hugh Thomas. *El Imperio Español de Carlos V*. Buenos Aires, Planeta, 2011, p. 582.

⁴²⁷ Pierre Vilar. *Op. Cit.*

peninsulares na América: “Os ganhos fabulosos dessas expedições afetaram todo o clima mercantil francês”,⁴²⁸ afiançando a hegemonia francesa no continente e consolidando o declínio das potências ibéricas. Espanha, apesar do enorme estímulo que recebera com a injeção de metais preciosos vindos da América, não conseguiu se desenvolver economicamente (isto é, produtivamente): houve um significativo aumento da procura por bens manufaturados, mas, para satisfazer essa exigência, recorreu-se às importações. Grassou nos *fidalgos* espanhóis a ideia de que Espanha não precisava produzir, cabendo a outras nações realizar tal tarefa, supostamente “inferior”.



A sistematização econômica do imenso espaço americano conquistado pelos espanhóis pode ser assim resumida: distribuição de terras em quantidade quase ilimitada aos conquistadores, e atribuição aos mesmos de um grande número de índios obrigados ao trabalho forçado nessas terras. Findo o momento violento da conquista, não se pode dizer que a colonização se desenvolveu com base em princípios diferentes. O “absolutismo ilustrado” dos Bourbon, que substituíram a Casa dos Áustria na Espanha, racionalizou e aperfeiçoou esse sistema, sem mudar suas bases. A situação se tornou cada vez mais anacrônica: “A segunda metade do século XVIII conheceu uma forte expansão da produção e da exportação de bens de origem americana (...) movimentos que não dão lugar a fenômenos de desenvolvimento, mas apenas de crescimento. Não houve nenhuma mudança na estrutura social”.⁴²⁹ Felipe II tinha oferecido ao mundo ocidental uma demonstração da mentalidade espanhola de seu tempo: ao homenagear o mártir São Lourenço, o filho de Carlos V mandou construir o monumental Mosteiro de Escorial, sem dúvida alguma o maior, mais rico e mais imponente da Europa de seu tempo. Essa tendência esbanjadora não sofreu solução de continuidade, com a ascensão dos Bourbon à coroa da Espanha.

⁴²⁸ Carlos Malamud. *Cádiz y Saint Malô en el Comercio Colonial Peruano (1698-1725)*. Madri, Universidad Complutense, 1986.

⁴²⁹ Ruggiero Romano. Le rivoluzioni del centro e sudamerica. In: *Le Rivoluzioni Borghesi*. Milão, Fratelli Fabbri, 1973, pp. 162-163.

Fernand Braudel, no entanto, considerou Felipe II o primeiro estadista europeu no sentido moderno,⁴³⁰ o primeiro rei absolutista que não se deslocava com sua pesada e dispendiosa Corte pelos seus domínios (semeando castelos à sua passagem), mas que administrava seu império mundial católico, erguido contra a heresia protestante e a infidelidade muçulmana, sem sair de sua sede madrilenha: “O Estado moderno de Felipe II, universal e descentralizado, não podia funcionar sem uma classe dirigente à sua medida. Universidades proveram os letrados, os dirigentes civis minuciosos e trabalhadores que ocuparam todos os postos intermediários até as altas hierarquias... A essa grande nobreza espanhola o Rei associou as cabeças mais brilhantes da nobreza italiana, flamenca e borgonhesa, seus outros vassallos, encontrando-se também ao seu serviço grandes vassallos de outros reinos, como França, e nobres dos principados alemães e centro europeus. Desde 1580, os nobres portugueses trabalharam também com o grande Rei. Na convulsionada Flandres se sucedem no governo o espanhol Duque de Alba, o meio-irmão alemão do Rei, Don Juan de Áustria, e depois seu sobrinho flamenco-italiano, Alejandro Farnesio. As suas frotas mediterrâneas eram comandadas pelo Almirante genovês Andrea Doria. E, ao chegar o tempo da política para o Atlântico, o conselheiro e suporte do Rei seria o cardeal Antoine Perrenot de Granvelle, nascido e criado no Franco Condado. A dança desta grande nobreza foi um instrumento de poder de primeira magnitude com representação do rei sedentário... O Estado Universal de Felipe II atingiu assim seus traços fundamentais, um governo moderno e descentralizado, e uma classe dirigente à sua medida”.⁴³¹

Se a transformação política que levava para o Estado moderno tinha por teatro fundamental a potência ibérica, a transformação econômica tinha outros teatros. Eles eram a França, a Inglaterra e a Holanda, que auferiram grandes lucros com a exportação de produtos manufaturados para a Espanha. A esfera da produção marginalizada no reino ibérico fazia aumentar o abandono das terras e o desemprego, sempre mascarado pelo Estado através do crescimento da burocracia estatal, e pela Igreja Católica espanhola pelo crescimento do número de seus clérigos. Com a queda da produção de metais, e com a queda da importação (demanda) das colônias, que passaram a produzir os bens que antes importavam da metrópole, a situação do tesouro espanhol, já minado por uma série de guerras, tornou-se crítica desde o século XVII.

A derrota da Armada Invencível em 1588 apenas anunciou o declínio irreversível da potência ibérica. As quantidades de ouro e prata americanos chegados em Sevilha caíram duas vezes entre 1550 e 1650. O comércio sevilhano caiu de 55 navios anuais e 20 mil toneladas transportadas em 1600-1604, para oito navios e 2.500 toneladas em 1701-1710. O aumento dos impostos não conseguiu equilibrar o orçamento real. A população espanhola recuou para seis milhões de habitantes em finais do século XVI. O recuo econômico espanhol foi rapidamente acompanhado pelo seu recuo militar e geopolítico, na guerra europeia contra protestantes, suecos e franceses, e na guerra marítima contra Inglaterra e Holanda. A culminação do império colonial espanhol fez com que a guerra fosse travada quase simultaneamente em quatro continentes e nos sete mares, “uma luta seiscentista que bem poderia ser chamada de primeira guerra mundial”.⁴³² Que culminaria num progressivo e diplomático recuo da principal potência ibérica, que não se limitou a ser uma redistribuição de esferas e de áreas de poder nos diversos continentes, mas inaugurou uma nova *ordem europeia*, baseada, além disso, sobre *novos princípios políticos*.

Na Itália, o processo de declínio econômico se verificou já no século XV. Entre 1454 e 1538 a península italiana foi assolada por uma série de guerras que desorganizaram a produção de

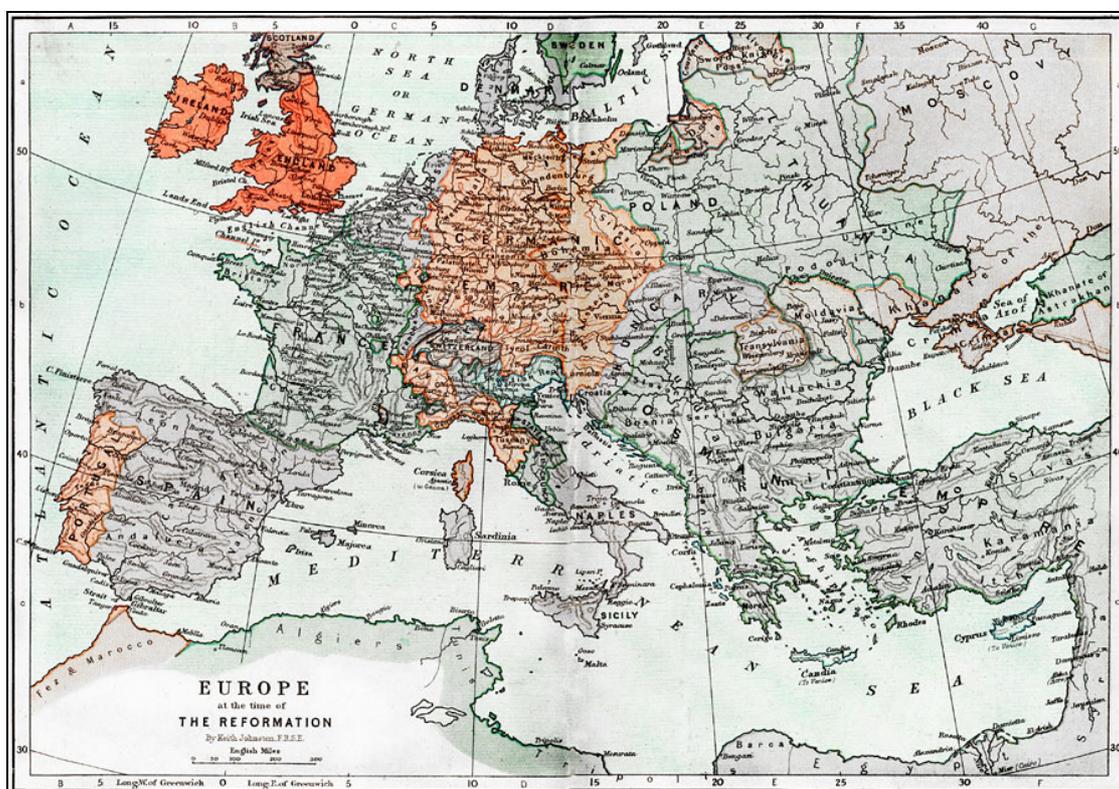
⁴³⁰ Fernand Braudel. *El Mediterráneo y el Mundo Mediterráneo en la Época de Felipe II*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992.

⁴³¹ Daniel Larriqueta. *La Argentina Renegada*. Buenos Aires, Debolsillo, 2004, pp. 124-126.

⁴³² Charles R. Boxer. *The Dutch Seaborne Empire 1600-1800*. Londres, Penguin Books, 1990.

bens manufaturados. Nesse século, o “espírito de iniciativa” dos comerciantes experimentou uma queda: eles passaram a preferir os investimentos fundiários baseados na renda segura da agricultura, em vez de arriscar em viagens ou em investimentos externos. Antonio Gramsci apontou dois fatores que contribuíram para isso: 1) As lutas de classes nas comunas (cidades) e a falência dos devedores; 2) A ausência de um grande Estado que protegesse investimentos e súditos italianos no exterior. Diversamente da França, o Estado comunal não se desenvolveu em um forte Estado territorial.⁴³³

Contudo, após 1538 houve uma recuperação da economia italiana, beneficiada pelo fato dos reinos italianos se consolidarem como nós do comércio europeu, com Milão como *plaque tournante* da economia continental e a Itália do Sul como sua via principal para o comércio com o Levante. Mas a recuperação italiana trouxe em si um elemento que no futuro seria uma nova causa de estagnação. O novo surto de prosperidade fez com que houvesse um fortalecimento das corporações de ofícios, cujo comportamento resistente às inovações tecnológicas, protetor dos salários e partidário de evitar a concorrência, tornou os produtos italianos pouco competitivos, porque caros. Os produtos ingleses e holandeses, inferiores em qualidade, mas mais baratos, tinham maior aceitação nos mercados externos.



Europa antes da “Paz de Westfalia”

Enquanto Inglaterra resolvia seus problemas de unificação interna e segurança externa, e no marco do recuo internacional “latino”, Holanda reconstruiu a rede das finanças e do comércio mundiais, chegando até a Índia. A Companhia das Índias Orientais foi criada em Amsterdã em 1602 quando, em apenas uma semana, os comerciantes da cidade reuniram com esse fim 6,5 milhões de florins, o equivalente à metade do dinheiro circulante na França. Como isso foi possível? Já desde finais do século XVI representantes comerciais dos Países Baixos navegavam pelo Ártico e faziam negócios na China. Com a fundação, em 1621, da Companhia das Índias Ocidentais, os holandeses estenderam ainda mais suas rotas marítimas, consolidando um novo império comercial e financeiro baseado em companhias privadas de navegação. Fortes espalhados por todos os cantos do mundo, armazéns, plantações, um exército particular de

⁴³³ Antonio Gramsci. *Il Risorgimento*. Roma, Riuniti, 1979, p. 11.

dez mil homens, quarenta navios de guerra e 150 navios mercantes garantiam um patrimônio instalado nos mais diversos pontos do planeta: o Cabo (na África), a Índia, o Golfo Pérsico, as Índias Orientais, Japão, Nova York (chamada inicialmente de Nova Amsterdã), Ceilão e até o Mar do Caribe, onde nasceram as “Antilhas Holandesas”, com Curaçao como centro econômico vital, numa ilha antilhana situada a apenas sessenta quilômetros das costas venezuelanas (ou seja, das colônias americanas da Espanha).⁴³⁴

Assim, foi no final século XVI que a burguesia se projetou como classe dominante no cenário mundial, graças ao capital comercial holandês. A burguesia holandesa cresceu na luta contra o absolutismo espanhol, entre 1527 e 1609, depois da cisão da Valônia, propiciada pela ideologia calvinista reinante nos Países Baixos. Em 1596 os holandeses tomaram o controle das Índias Orientais. Sem nenhuma preocupação evangelizadora, como a que pretextaram seus predecessores ibéricos, os colonizadores dos Países Baixos, organizados em modernas companhias, fincaram o pé na Indonésia, na Índia, na África ocidental e meridional e no Norte do Brasil, disputando com os espanhóis a Guiana e com os ingleses a Baía de Hudson. Sem perder muito tempo com posições que julgavam comercialmente pouco lucrativas, os holandeses reforçaram sua presença em Java ao mesmo tempo em que abandonaram Austrália, Pernambuco, Nova Amsterdã ou Taiwan (Formosa). Em guerras contra Inglaterra, perderam depois a colônia do Cabo, Ceilão e a Malásia, mas não a Indonésia.

Os holandeses eram comerciantes coloniais, intermediários, repassadores de mercadorias e caçadores de lucros; suas companhias por ações possuíam direitos soberanos nos territórios conquistados: partilhavam neles o poder com as dinastias ou senhores locais e com a “burguesia compradora” que surgia entre os nativos, mantendo intocada a estrutura social, política e religiosa que encontravam nos novos territórios. Além de capital intelectual da Europa, Holanda tornou-se sua maior potência naval; os holandeses ficaram conhecidos como “o quinto elemento do mundo”, por aparentemente estarem em toda parte do mundo conhecido. Inglaterra, por sua vez, desde a Baixa Idade Média produzia a melhor lã da Europa, e aos poucos foi reduzindo suas importações e incrementando sua atividade manufatureira, estimulada pela crescente procura externa na primeira metade do século XVI, uma vez que Itália, sua principal concorrente, estava envolvida em guerras internas. Assim como os Países Baixos, Inglaterra também foi beneficiada pelo fluxo migratório decorrente das perseguições religiosas empreendidas em Espanha e Portugal (os antepassados de David Ricardo, futuro economista e paladino do liberalismo econômico inglês, eram portugueses judeus dedicados ao comércio vinícola na ilha), além de desenvolver uma habilidade para se apropriar de novas tecnologias, e aperfeiçoá-las.⁴³⁵

As novas relações de força geopolíticas mundiais impactaram na “ordem europeia”, que consagrou o retrocesso da potência ibérica. Durante a “Guerra dos Trinta Anos” (1618-1648), chamada de “a última guerra de religião”,⁴³⁶ diversos países europeus travaram uma série de sangrentos conflitos, especialmente na Alemanha, por motivos vários alegados: rivalidades religiosas, dinásticas, territoriais e comerciais. As rivalidades entre católicos e protestantes e

⁴³⁴ Charles R. Boxer. *Op. Cit.*

⁴³⁵ Carlo M. Cipolla. *História Econômica da Europa Pré-industrial*. Lisboa, Edições 70, 1984; cf. também: B. H. Licher van Bath. *História Agrária da Europa Ocidental (500-1850)*. Lisboa, Presença, 1984.

⁴³⁶ As guerras religiosas tiveram seu epicentro na França, no século XVI, quando uma série de oito conflitos devastaram o reino na segunda metade do século, opondo católicos e protestantes, e marcando um período de declínio do país. O desenvolvimento do humanismo no Renascimento permitira o florescimento de um pensamento crítico e individualista e o surgimento de uma corrente da Reforma Protestante na França, contra a a ignorância do clero, a vida pouco exemplar dos clérigos e o acúmulo de privilégios eclesiais. A oposição entre o catolicismo tradicional e o protestantismo, na França, desembocou em uma terrível guerra civil. As guerras religiosas ocorreram entre 1562 e a promulgação do Édito de Nantes (1599), entrecortadas por curtos períodos de paz. Houve prolongamentos desse conflitos, ao longo do século XVII (o Cerco de la Rochelle, entre 1627 e 1628, e novas perseguições aos protestantes, após a revogação do Édito de Nantes, em 1685) e do século XVIII (Guerra dos *Camisards*), até o Édito de tolerância (1787), sob Luís XVI, considerado o marco do fim dos confrontos.

assuntos constitucionais germânicos foram gradualmente transformados numa luta europeia. Apesar de os conflitos religiosos serem formalmente a causa da guerra, Suécia e França procuravam na verdade diminuir a força da dinastia dos Habsburgos, que governavam a Áustria. As hostilidades causaram sérios problemas econômicos e demográficos na Europa Central: a guerra foi responsável pela redução da população germânica de 15 para 10 milhões de habitantes (a guerra matou quase metade da população da Europa Central e deixou vazias grandes áreas da Espanha e da França).⁴³⁷ A principal guerra europeia do século XVII girou na verdade em torno de um duelo de poder continental entre os Habsburgo e os Bourbon: os senhores da Áustria, os Habsburgo, haviam aos poucos estendido seu poder sobre a Boêmia e a Hungria.

O conflito religioso acabou tornando-se uma luta pelo poder na Europa: “Não só os interesses temporais do estado francês, mas a crença apaixonada em que a França seria a nação eleita, motivaram Richelieu e Tremblay a prolongar as guerras religiosas dos anos 1620 por trinta anos, matando vasta proporção da população da Europa Central (...) Se a Guerra dos 30 Anos foi genuinamente guerra religiosa, de católicos contra protestantes, a França, como o mais poderoso país católico, deveria ter apoiado a Áustria católica. Mas a França não podia apoiar a demanda das dinastias Habsburgo austríaca e espanhola, que queriam o título imperial e o direito de representar a Cristandade. E a França, em vez de apoiar, decidiu arruinar a Áustria e a Espanha, para estabelecer-se ela mesma. Como os franceses, a corte espanhola também acreditava que a Espanha era a nação escolhida por Deus como sua Procuradoria terrena. O monge e teórico político Juan de Salazar escreveu, em 1619, em seu *Tratado de Política Española* que ‘os espanhóis foram eleitos para realizar o Novo Testamento assim como Israel foi eleita para realizar o Velho Testamento. Os milagres com que a Providência favoreceu a política espanhola confirmam essa analogia do povo espanhol com o povo judeu, de modo que a similaridade dos eventos em todas as épocas, e o modo singular como Deus manteve a escolha e o governo do povo espanhol, declaram que esse é o povo escolhido pela lei da graça, assim como o outro foi o escolhido antes, no tempo das escrituras’”.⁴³⁸

Os conflitos concluíram na Paz de Westfália, que foi negociada durante três anos pelos representantes dos católicos e protestantes, reunidos em Münster (onde tinha precedência a França católica) e em Osnabrück (onde tinha precedência a Suécia protestante). As conversações de paz, iniciadas em 1644 em Münster e Osnabrück, envolviam o fim da Guerra dos Oitenta Anos entre Espanha e Países Baixos e da “Guerra dos Trinta Anos” na Alemanha. O tratado de paz entre Espanha e Países Baixos foi assinado em 30 de janeiro de 1648; em 24 de outubro foi assinado o tratado de paz entre o Sacro Império Romano-Germânico, os outros príncipes alemães, a França e a Suécia. Os tratados concluídos nessas duas cidades foram depois reunidos no Ato Geral de Westfália, em Münster, a 24 de outubro de 1648. A assinatura da paz ratificou as cláusulas do Tratado de Augsburg de 25 de setembro de 1555, incluindo o calvinismo e garantindo a protestantes e católicos a liberdade de culto. O mapa religioso da Europa ficaria imóvel; a eventual conversão dos soberanos não acarretaria mudanças religiosas nos respectivos domínios.

Não só o equilíbrio de poderes no continente europeu se viu alterado - Espanha cedeu a posição dominante à França - como também certas fronteiras foram redefinidas. A diplomacia e os exércitos franceses obrigaram os Habsburgos a se concentrar nos territórios austríacos e a se expandir em direção ao Império Turco. Na qualidade de árbitro do equilíbrio internacional, a França conseguiu alguns ganhos territoriais: tomou o Roussillon à Espanha, tomou posse de toda a Lorena e de quase toda Alsácia e obteve o reconhecimento dos "Três Bispos" (Metz, Toul e Verdun). A Suécia ampliou seu controle sobre o Báltico e recebeu a Pomerânia ocidental

⁴³⁷ Georges Livet. *Las Guerras de Religión*. Barcelona , Oikos-Tau, 1971; Peter Wilson. *The Thirty Years War. Europe's tragedy*. Londres, Belknap Press, 2011.

⁴³⁸ David P. Goldman. *How Civilizations Die*. Washington, Regnery Publishing, 2011.

alemã, além de importantes portos situados em rios alemães, dilatando assim seus domínios para fora da Escandinávia. O poder sueco seria recompensado com concessões feitas ao eleitor (príncipe ou bispo que participava da eleição do imperador) de Brandemburgo, dono das vias de acesso entre a Prússia e o Reno. A Espanha perdeu não só os Países Baixos mas sua posição de domínio no oeste da Europa e o controle dos mares. Várias nações, entre as quais os Países Baixos e a Suíça, viram reconhecida a sua independência.

O novo e precário equilíbrio dos poderes europeus reconheceu oficialmente as Províncias Unidas (Frísia, Groningen, Gueldres, Holanda, Overijssel, Utrecht, Zelândia) e a Confederação Suíça. O Tratado de Westfalia desintegrou o *Reich* alemão com a formação de uma Confederação de Estados soberanos que se organizavam a partir de um *Reichstag* permanente; anunciou ainda a Paz Religiosa de Augsburg, a liberdade dos príncipes diante de um poder centralizador e a separação da Áustria, Holanda e Suíça do *Reich*. A vitória da Áustria sobre os turcos galvanizou a formação de um Estado soberano que abrangia 11 povos, dando-lhe preponderância e projeção na EEuropa central. Na nova ordem política europeia, entre 1658 e 1705, o Sacro Império Romano Germânico teve como soberano Leopoldo I da Áustria, um Habsburgo, eleito em Frankfurt um ano após a morte de seu pai, o imperador Fernando III. O território designado como Prússia, que remontava à dissolução da Ordem dos Cavaleiros Teutônicos, originando o ducado de Brandemburgo, teve como primeiro duque (1618-1619) João Sigismundo, o oitavo eleitor de Hohenzollern. Os territórios foram expandidos e consolidados por Frederico Guilherme e, em 1701, foi organizado politicamente como reino independente sob Frederico I, o primeiro rei da Prússia, coroado em Königsberg. Desde seu primeiro reinado, o Estado Prussiano projetava-se ambicioso e disciplinadamente como um Estado de orientação protestante que ia para além da “unidade espiritual” para projetar-se também como potência militar.⁴³⁹

O Tratado dos Pirineus (1659), que encerrou a guerra entre França e Espanha, também é considerado como parte da Paz de Westfalia. Os tratados de Westfalia, dos Pirineus e de Nimiega (este assinado em 1678) foram definindo o recuo espanhol na Europa, diante da ascensão continental do absolutismo francês, da Áustria imperial na Europa central, e do poderio marítimo da Inglaterra. Europa continuava a olhar majoritariamente para Madri, mas os homens de Estado (os “políticos”, que surgem nessa era como profissionais do Estado, ainda não totalmente “descolados” de outras funções) já olhavam também com atenção para Versalhes e para Londres, onde Louis XIV e Charles II começam a definir ambições internacionais para seus tronos e países.⁴⁴⁰

Esse conjunto de *diplomas* westfalianos (de onde se origina o termo “diplomacia”) inaugurou o “moderno sistema internacional”, ao acatar consensualmente noções e princípios como o de soberania estatal, ou seja, o início *de facto* da existência do Estado Nação. Nesse conjunto de tratados, embora o imperativo da paz tenha surgido em decorrência de uma longa série de conflitos generalizados, surgiu também a noção de que uma paz duradoura derivava de um *equilíbrio de poder* que deveria ser almejado pelas potências. A Paz de Westfalia foi apontada como o marco fundador da diplomacia moderna, pois por primeira vez reconheceu a soberania de cada um dos Estados envolvidos. O primeiro ponto em que os diplomatas concordaram foi o de que as três confissões religiosas dominantes no Sacro Império Romano-Germânico (o catolicismo, o luteranismo e o calvinismo) seriam consideradas doravante iguais. Tal princípio revogava a disposição anterior, firmada na Paz de Augsburg (1555) segundo a qual o povo tinha que seguir a religião do seu príncipe (*cujus regio, ejus religio*). Isto não só feria o despotismo monárquico, mas também abria o caminho para a tolerância religiosa que, no século seguinte, tornou-se bandeira dos filósofos iluministas. O segundo ponto do tratado

⁴³⁹ Francis L. Carsten. *Le Origini della Prussia*. Bolonha, Il Mulino, 1982.

⁴⁴⁰ R. A. Stardling. *Europa y el Declive de la Estructura Imperial Española*. Madri, Cátedra, 1983.

westfaliano referiu-se aos conflitos entre o Imperador do Sacro Império Romano-Germânico e seus súditos, dando a estes uma maior autonomia.

Por último, a Paz de Westfalia assegurou um novo ordenamento jurídico entre os reinos europeus, formulando a ideologia do *Estado Soberano*: a chamada *Razão de Estado*, exposta e defendida pelo Cardeal Richelieu, que dizia que um reino tem interesses permanentes que o colocam acima das motivações religiosas circunstanciais. As guerras posteriores ao acordo não mais tiveram como causa principal a religião, giraram em torno de questões de Estado. Isto permitiu pela primeira vez que potências católicas e protestantes pudessem se aliar. Também fortaleceu as divisões internas da Alemanha, impedindo-a de formar um Estado unificado: “O principal propósito do Tratado era prevenir que os príncipes alemães exercessem uma soberania ilimitada que pudesse ameaçar a paz confessional do Império e por conseguinte toda a balança de poder europeia. Ele foi celebrado também para impedir que Alemanha fosse unificada sob uma autoridade imperial, nativa ou estrangeira, suscetível de aspirar a uma monarquia universal de toda a cristandade”.⁴⁴¹ O Tratado manifestou a obsolescência do princípio de que o Sacro Império Romano-Germânico dominasse secularmente o mundo cristão,⁴⁴² substituído pelo princípio da *soberania do Estado*.

A Paz de Westfalia foi também o marco político internacional da expansão comercial holandesa, e da preparação da ulterior hegemonia comercial inglesa. Marx observou que o esforço de contenção do “formidável” absolutismo francês,⁴⁴³ depois de 1648, criou o sistema de aliança entre Inglaterra e Holanda, as potências marítimas, com a Áustria, que predominou entre 1680 e 1740, sistema em torno do qual os demais atores das disputas de poder europeias tiveram que gravitar. Nesse marco político internacional, o desenvolvimento dos Países Baixos (Holanda) esteve intimamente ligado ao comércio através do mar Báltico, um comércio de importação e exportação para toda a Europa e para o mundo. O comércio externo holandês estava ligado ao setor manufatureiro, mas, ao contrário do caso italiano, os holandeses perceberam que era preferível obter lucros mais modestos por unidade, baratear os custos ao máximo, e assim tornar os produtos mais competitivos no mercado internacional.

Com o desenvolvimento do fanatismo religioso espanhol, que estimulou a fuga de milhares de “infiéis” do Sul europeu, a economia holandesa foi enormemente favorecida não apenas pela injeção de dinheiro, mas, principalmente, pela injeção de “capital humano”: marinheiros, comerciantes, artesãos, etc. Sem falar nos intelectuais e filósofos que, como Baruch Spinoza (de família judia oriunda de Portugal), contribuíram para a nova compreensão “racional” do mundo incentivada pelo clima de *relativa* tolerância religiosa e de pensamento existente nas cidades holandesas, em especial em Amsterdã. René Descartes se instalou na Holanda em 1625, onde escreveu o *Discurso sobre o Método* (1637) e as *Meditações Metafísicas* (1641): “Holanda foi o primeiro país da Europa que realizou com sucesso uma revolução contra a ordem feudal ao se emancipar do império espanhol. Seu Estado se alicerçou sobre a liberdade burguesa, embora a burguesia não tardasse em repassar o governo à grande burguesia. Adotou pela primeira vez a ideia de liberdade de consciência, como proclamada pela União de

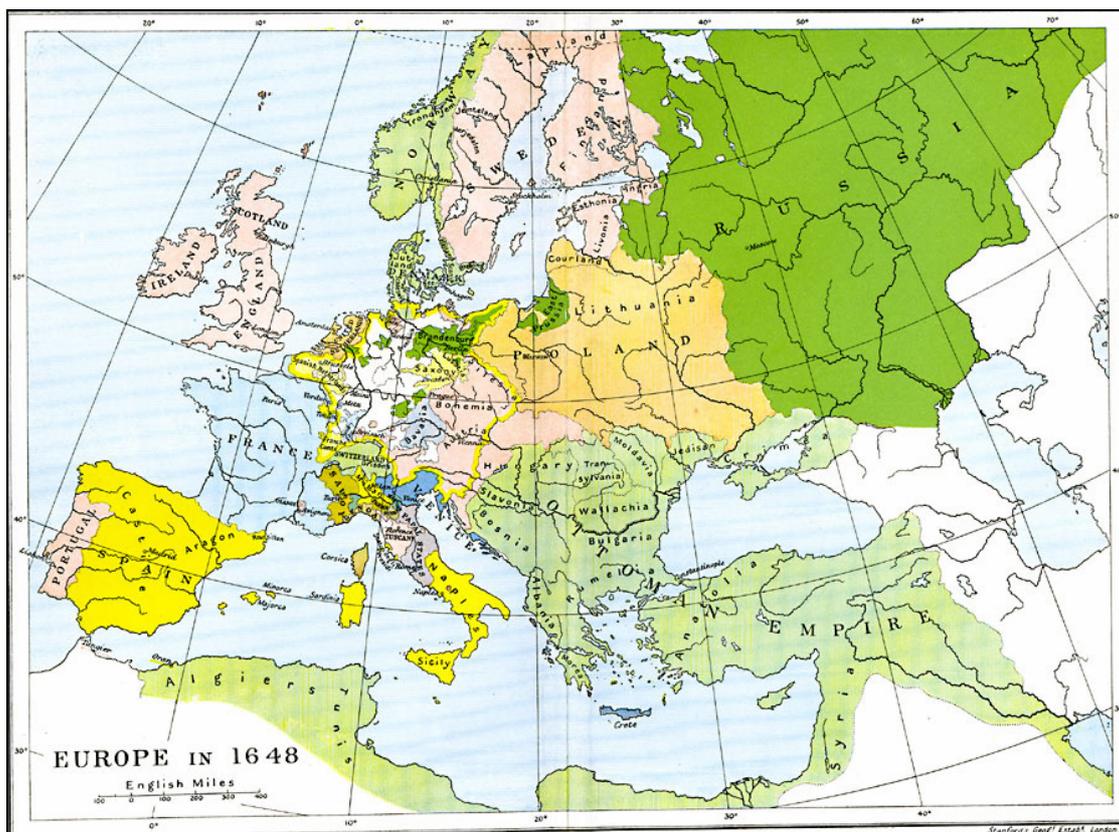
⁴⁴¹ Brendan Simms. *Europe*. The struggle for supremacy 1453 to the present. Londres, Penguin Books, 2014, p. 38.

⁴⁴² Ideia que remontava ao século IX, quando “os soberanos europeus identificaram o Império com a figura de Carlo(magno)... Embora o restaurado império germânico compreendesse só Europa central e parte da Itália, a antiga ideologia universalista permaneceu viva. No Oriente o nome Carlos passou a designar diretamente o soberano. Nas línguas eslavas Kral (Karl) não significou mais Carlos, mas Rei” (Heinrich von Fichtenau. *L’Impero Carolingio*. Bari, Laterza, 1972, p. 364).

⁴⁴³ A expansão territorial da França entre os séculos XIII e XVI constituiu o principal processo geopolítico europeu desse período. O Languedoc-Roussillon foi conquistado em 1229; Montpellier foi comprado aos reis de Maiorca em 1349; a Borgonha foi ocupada em 1477, e o território de Anjou legado aos reis da França em 1481, o que se completou com a já mencionada anexação da Bretanha em 1492. Quando os reinos ibéricos se expandiam pelo mundo, França se tornava no maior país (potência) da Europa ocidental. A “nação francesa” como tal surgiu só em 1600.

Utrecht na Constituição dos Países Baixos de 1579, concedendo a cada cidadão a liberdade de culto e o direito de não ser incomodado pelas suas crenças religiosas. O calvinismo, baseado na autodeterminação da comunidade, foi, como em outras partes, o criador do Estado; sua fé na predestinação manifestou-se num ativismo que pôs o pequeno país na primeira fila das grandes potências, dando-lhe um rico império colonial. A sensibilidade da nova época engendrou uma arte que, em vez de glorificar os símbolos do mundo celestial, glorificou sua própria existência no retrato, na paisagem, no quadro de gênero e na natureza morta”.⁴⁴⁴ Enquanto isso, a Igreja Católica reinante na península ibérica, e dominante na Itália e na França, punha Erasmo de Roterdã no *Index* (1599), queimava Giordano Bruno como herege (1600), punha Campanella na prisão (1599-1629) e obrigava Galileu Galilei a abjurar seus erros e “heresias” (1633) sob a pressão do Tribunal do Santo Ofício.

Na segunda metade do século XVI, a disponibilidade monetária, o elevado grau de centralização política e a forte produção manufatureira, haviam permitido a construção de uma poderosa frota na Holanda. No século seguinte, sua hegemonia mercantil e bancária internacional exigiu bem mais do que a simples repetição do progresso “modelo veneziano”. Enquanto Veneza se limitara a reciclar os obsoletos galeões militares de propulsão mista (remos e velas) para fazer deles navios comerciais, a possante frota holandesa se compôs exclusivamente de inovadores modelos de navios militares e, sobretudo, de meios de transporte a vela, mais leves, velozes e operacionais, com equipagens menores e menos custosas. Seus navios eram construídos em série, na base de um protótipo baseado em módulos pré-fabricados, montados não por corporações artesanais, mas por uma massa de trabalhadores integrados a um sistema industrial, um diferencial qualitativo de produção que afastou por mais de um século toda concorrência.



Europa em 1648, depois de Westfalia: nações e proto-nações

As condições internacionais (concorrência entre potências colonialistas e entre companhias comerciais marítimas, desenvolvimento da pirataria) determinaram mudanças comerciais, que

⁴⁴⁴ Carl Gebhardt. *Spinoza*. Buenos Aires, Losada, 1977, p. 37.

reagiram sobre essas mesmas condições, obrigando a mudanças tecnológicas e produtivas. Com igual peso, as navios holandesas transportavam, graças às suas vantagens tecnológicas, mais canhões e mais mercadorias (carga pagante). O *fluyt*, nave de 300 toneladas extremamente prática, multiplicou as possibilidades para o crescimento frenético do mercado mundial. Seu sucesso abriu espaço para o *katschip*, embarcação ainda mais simples, leve e veloz. O *oostvarder*, de peso maior, adaptado às águas baixas dos portos holandeses, se revelou um navio perfeito para penetrar nos estuários fluviais de países longínquos. Inglaterra, ainda não concorrente neste terreno, desenvolveu mais tarde navios pesados, mas manobráveis, velozes e, sobretudo, muito bem armados (com mais de cem canhões).

Holanda atingiu, nos mares, a supremacia numérica e técnica: “Com o declínio na Espanha em fins do século XVI a pequena Holanda passou ao primeiro lugar como potência da época. Era pequena, mas rica e forte, e uma das razões de sua força era a capacidade marítima. Os habitantes da Holanda, como os de Veneza, eram obrigados, pelas suas condições geográficas, a saber tudo sobre embarcações. O mar do norte, com seu maravilhoso tesouro de peixes, atraía constantemente o holandês. A corrente de produtos do norte que ia para o mediterrâneo, e vice-versa, passava quase que exatamente no meio da Holanda – e sem dúvida os dinâmicos holandeses aproveitaram a oportunidade. Lançaram-se ao mar e tornaram-se os transportadores de mercadorias mundiais. Barcos holandeses iam em toda parte – levando mercadorias a todo mundo e todo lugar”.⁴⁴⁵

Na segunda metade do século XVI, Holanda passou a dominar os mares do Norte até o Báltico e seus mercados costeiros, iniciando uma veloz expansão comercial e financeira que durou mais de um século. Holandeses prestavam serviços marítimos à Inglaterra e França por dinheiro. Com a fundação da cidade do Cabo, em 1652, e a implantação da colônia sul-africana da Holanda, a concorrência inglesa no Oriente recuou. Holanda possuía 75% da tonelagem naval do mundo, o primeiro banco de depósitos e de descontos internacional (criado em 1609) e a primeira Bolsa de Valores do mundo moderno. Amsterdam virou o maior centro mundial de negócios e acumulação de capital. Essa enorme riqueza e o aumento de sua população se chocaram com a escassez de terras, iniciando-se então as obras hidráulicas para subtrair ao mar áreas de cultura e habitação, que permitiram aviar a agricultura mais intensiva do mundo (o modelo para a ulterior “revolução agrária” inglesa, que foi a base e o prólogo da Revolução Industrial).

A marinha militar holandesa foi concebida e organizada para defender suas rotas marítimas comerciais orientais, europeias e até atlânticas (as rotas para o “Novo Mundo”), onde Holanda enfrentou a concorrência da França, Inglaterra, Portugal e Espanha, além da guerra corsária (pirataria estatal e privada). Paralelamente desenvolveu técnicas militares de terra, dividindo o exército em unidades táticas menores para facilitar a disciplina e racionalizar o uso de armas de fogo, com movimentos ensaiados previamente. Firmou-se também o protestantismo calvinista já vigente no país, que isentava de culpa em relação à riqueza acumulada. Os holandeses alargaram a esfera de suas operações, não se limitando, como os venezianos, a intermediar entre Oriente e Ocidente no comércio de seus produtos típicos, mas também monopolizando a produção e o comércio de algumas mercadorias-chave universais, grãos, especiarias, sal, vidro, papel e, finalmente, e sobretudo, escravos para o Novo Mundo.

Libertada dos vínculos com a Espanha, e proclamada a nova *República das Províncias Unidas*, Holanda virou, com sua base portuária e capital em Amsterdã, o empório e o banco mundial de grande parte do comércio internacional. A arte, já liberada por Veneza do humanismo renascentista no século XVI, foi lançada ao mercado internacional, transformando-se em mercadoria no século XVII. Milhares de pinturas “flamengas” (na época Flandres, hoje dividido entre a França, a Bélgica e a Holanda, estava unido nas Províncias Unidas), produzidas em série nos *ateliers* holandeses, ilustrando a vida cotidiana e os fastos da burguesia dos Países Baixos,

⁴⁴⁵

Leo Huberman. *Op. Cit.*, p. 183.

percorreram as mesmas estradas de outras mercadorias e, sobretudo, dos capitais holandeses. Entre 1610 e 1660 a *Dutch East India Company* (VOC) exportou quase 500 toneladas de prata para a Ásia, para comprar especiarias que se vendiam bem nos mercados europeus, além das porcelanas visíveis nas pinturas dos mestres holandeses; no século XVIII esses itens perderam espaço para os tecidos, o chá e o café.⁴⁴⁶

A territorialmente pequena Holanda, porém, não estava sozinha na Europa e no mundo. A luta pela supremacia marítima virou fatalmente guerra aberta entre as potências navais europeias. As guerras de disputa de hegemonia entre Inglaterra, Espanha, França e Holanda, foram travadas num cenário mais amplo, o do globo terrestre como um todo, como guerras pela hegemonia colonial. França tentou breçar a exuberância holandesa, sob o reinado de Luís XIV. Seu alto conselheiro para a economia e a frota era Colbert, quem escreveu, em 1669, três anos antes da explosão da guerra contra Holanda: “O comércio mundial se realiza por meio de 20 mil navios. Este número não pode ser aumentado. Cada país se esforça em obter sua parte e em superar os outros. Atualmente os holandeses combatem esta guerra comercial com 15-16 mil navios, os ingleses com 3-4 mil, os franceses com 500-600. Os dois últimos só poderiam melhorar seu comércio aumentando o número de seus navios, e só poderiam fazer isso reduzindo o número de navios holandeses”.⁴⁴⁷

A guerra franco-holandesa prejudicou mais à França do que à Holanda; ainda assim Colbert conseguiu duplicar a frota francesa, taxando fortemente os habitantes de seu país, inclusive os nobres. França não tinha alternativa: a Inglaterra de Cromwell proclamara em 1651 o Ato de Navegação, excluindo os países concorrentes do comércio com Inglaterra e suas colônias. Isto fez explodir a guerra britânica contra a Holanda (em 1652) e potenciou a frota inglesa, que fez mais duas guerras (1665 e 1672) contra esse país. Holanda venceu as duas guerras, mas seria finalmente derrotada pela exuberância do desenvolvimento capitalista nos países geograficamente maiores, a Inglaterra e depois a França. O calcanhar de Aquiles das pretensões mundiais do capital holandês, no entanto, foi a estreiteza de seu mercado nacional, insuficiente para o desenvolvimento de uma manufatura em grande escala.



Marinus van Reymerswaele, *O Banqueiro e sua Esposa*

⁴⁴⁶ Timothy Brook. *Op. Cit.*, p. 163.

⁴⁴⁷ Charles Wilson. *La Repubblica Olandese*. Roma, Il Saggiatore, 1968.

Potente e rica nos mares, Holanda não podia impor aos seus vizinhos imediatos, e maiores, suas exigências comerciais. Apesar de seu grande desenvolvimento econômico para a época, na Holanda não tinha sido ainda superado o predomínio da burguesia comercial sobre a industrial, nem sua concentração em Amsterdã e nos portos, com um *hinterland* ainda pré-capitalista: o capitalismo holandês estava ainda marcado pela era das cidades-estados, que eram, na definição de Hobsbawm, “economias feudais de negócios”: “O problema (holandês) foi agravado pelo fato de o poder industrial ter se concentrado em poucas mãos... A decadência espalhou-se por toda sua economia como uma peste. Com menos navios levando açúcar das Índias Ocidentais, o número de usinas de açúcar de Amsterdã diminuiu de 34 em 1668 para 20 em 1680. Nas décadas de 1720 e 1730 os holandeses enfrentaram um colapso grave de seu setor industrial. Na segunda metade do século XVIII, a decadência industrial era generalizada”.⁴⁴⁸

A abundância do capital financeiro investido pelos Países Baixos, no entanto, fez deles o principal centro internacional dos negócios cambiais e da Bolsa, muito tempo depois de seu recuo no cenário comercial mundial, e em detrimento de sua expansão industrial. Assim foi se exaurindo e eclipsando a potência das Províncias Unidas, Estado federal europeu criado em 1579, compreendendo o Norte dos Países Baixos (Holanda, Zelândia, Utrecht, Gueldre, Frisia, Overijssel e Gröningen) e que conheceu, no século XVII, um impressionante desenvolvimento econômico baseado na sua posição geograficamente favorável ao comércio, na sua forte produção manufatureira e na criação do primeiro sistema bancário e financeiro moderno. Os numerosos conflitos bélicos enfraqueceram as Províncias Unidas no século XVIII, notadamente as guerras contra a Inglaterra e a França, até torná-las uma potência de segunda ordem e, finalmente, fragmentá-las. O fator fundamental da decadência holandesa foi econômico: o capital rentista neerlandês passou a ser investido no século XVIII nas mais dinâmicas Inglaterra e França; em 1795 a *Dutch East India Company* foi dissolvida, com suas posses e débitos absorvidos pela recém-criada República Batava, que marcou o desaparecimento definitivo das Províncias Unidas do mapa político europeu, e o recuo mundial do *Dutch Seaborne Empire*. A expansão colonial francesa, por sua vez, seguiu, distanciadamente, a expansão holandesa, com Sully no Canadá, sob o governo do Cardeal Richelieu; também nas Antilhas e no Senegal africano, e finalmente nas Índias e na Louisiana, no Norte do continente americano.

No século XVII, a expansão francesa favoreceu o crescimento da sua burguesia comercial portuária, não submetida, como a espanhola, ao poder absolutista da Coroa; suas rendas foram a base do desenvolvimento inicial da indústria manufatureira francesa. Mas esse desenvolvimento foi limitado pelos grillhões impostos pelo Antigo Regime da monarquia absolutista francesa. Só no final de século XVIII a Revolução Americana, finalmente, libertaria às colônias francesas de sua dependência do decadente absolutismo aristocrático, depois do recuo colonial francês em benefício da Inglaterra na Índia e na América do Norte.⁴⁴⁹ Nesse contexto concorrencial e bélico geral, nos séculos XVI e XVII foram reunidas, através de um processo mundial, as condições históricas para o desenvolvimento do capitalismo industrial. As burguesias bancárias e mercantis puderam dispor cada vez mais de grandes fortunas e de redes bancárias e financeiras. A acumulação capitalista propriamente dita, baseada na compulsão econômica do trabalho livre, foi substituindo a forçada “expropriação original” que fora sua base. A expansão e a exploração colonial lhe forneceu suas bases econômicas. A barbárie colonial, no entanto, não cedeu espaço. A devastação e queda da população seguiram à presença holandesa em Java, e à presença inglesa nas Índias Orientais, que produziu patrimônios, sem antecipação de um *shilling*, por valor de seis milhões de libras esterlinas, entre 1757 e 1766, em apenas uma década.

⁴⁴⁸ Greg Clydesdale. *Cargas*. A história do transporte de mercadorias de 618 até hoje. Rio de Janeiro, Record, 2012, pp. 164-165.

⁴⁴⁹ A segunda onda colonial francesa, a partir de 1830 no Norte da África, repousou sobre novas bases econômicas, de tipo predominantemente capitalista.

Através de um violento processo de reordenamento das relações políticas internas e de expansão mundial, os antecedentes absolutistas e territoriais dos modernos Estados Nacionais surgiram dispendo de meios materiais e ideológicos de conquista e dominação internacional. Em virtude disso, ganharam espaço uma cultura e uma ideologia (de vertente tanto religiosa como laica) valorizadoras da riqueza e do enriquecimento. A era mundial do capitalismo começou no século XVI, através das guerras internas europeias e da expansão colonial de suas potências marítimas. A acumulação originária de capital foi, assim, um processo de expropriação dos produtores (rurais e urbanos) independentes; de expansão marítima, militar e comercial de alguns países da Europa no mundo; de confisco, escravização e dizimação das populações “periféricas” (em relação aos “centros” capitalistas); de guerras sistemáticas entre as potências colonizadoras, e de guerras privadas entre os grupos de exploradores e colonizadores, quer eles fossem originários de um mesmo país ou não. O capital veio ao mundo da mão de uma violência generalizada em quase todos os Estados constituídos, incluindo todos os estratos sociais da Europa do Antigo Regime, e em todos os recantos do planeta atingidos pela sua expansão.

13. CONQUISTA DA AMÉRICA E UNIFICAÇÃO DO MUNDO

*Um cronista, reconstituindo a batalha de Rosebud, no decorrer da qual as tropas do general Cook foram derrotadas pelos sioux de Cavalo Louco, perguntou aos guerreiros deste porque não tinham perseguido as tropas quando se retiraram, o que as teria dispersado. A resposta: - Estavam cansados e tinham fome, então voltaram para a sua casa (H.H. Jackson, **Um Século de Desonra**)*

Consagrado à memória de Lynn S. Love, quem, no decorrer da sua vida, matou 98 índios que lhe foram dados pelo Senhor. Ele esperava elevar essa cifra para 100 antes do final do ano, quando, na sua casa, adormeceu nos braços de Jesus (Epitáfio no túmulo de um colonizador puritano inglês do século XVII)

*América é filha da Idade Média e mãe da Modernidade (Robert Fossier, **Le Moyen Âge**)*

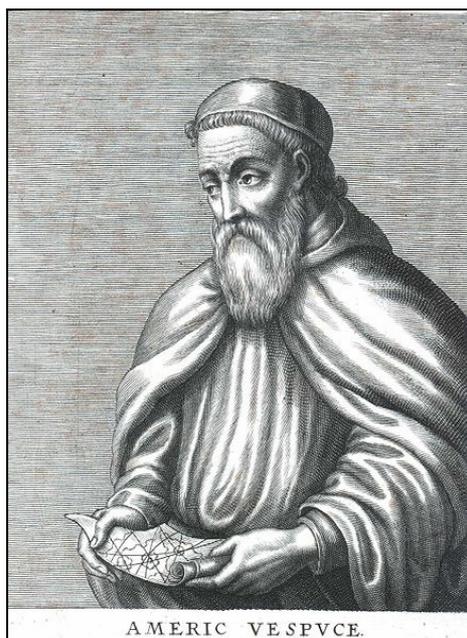
A incorporação econômica da América ao restante do planeta deu nascimento à história mundial propriamente dita. A “descoberta” americana foi por isso qualificada como “o mais importante episódio da história humana depois do nascimento do Cristo”. Cristóvão Colombo aparece às vezes dotado de características quase sobre-humanas (ele próprio parece ter acreditado em maravilhas sobrenaturais no Novo Mundo).⁴⁵⁰ A unificação geográfica e cartográfica do mundo, que foi consequência da descoberta, porém, não foi realizada de uma vez só, ou num breve período de tempo; nem teve por protagonistas ativos exclusivos os “intrépidos europeus (ou ibéricos)”. Os relatos de viagem de Colombo, assim como os de outros viajantes de longo percurso coetâneos, se caracterizam pelo realismo, relativa sobriedade, e pelo seu caráter marcadamente econômico (no duplo sentido do termo).

O mapa-múndi do alemão Martin Waldseemüller, considerado o marco inicial da unificação cartográfica do mundo, desenhado em 1507, era ainda uma reedição da *Cosmografia* grega de Ptolomeu, atualizada com as notícias e descrições das travessias através do Atlântico e das novas terras avistadas, usando principalmente o texto *Mundus Novus* do florentino Amerigo Vespucci, vinte páginas escritas em latim, que conheceu várias edições em diversos países na primeira metade do século XVI. A carta geográfica de Waldseemüller, a primeira a incluir a “quarta parte do mundo” (as outras eram Ásia, Europa e África, às vezes denominadas por outros nomes) reduzia América a dimensões muito menores daquelas que de fato tinha, como uma espécie de ilha alongada com escassa distância entre suas costas atlântica e pacífica (esta, além disso, ainda desconhecida). O mesmo erro cometeu Colombo ao calcular a distância entre Europa e Ásia pelo Oeste: como se a imensidão das distâncias devesse se adaptar àquelas usuais na Europa, limitadas ao estreito marco geográfico mediterrâneo. É provável, no entanto, que Colombo “encurtasse” propositalmente as distâncias atlânticas para convencer às coroas peninsulares a financiar seu projeto de viagem ultramarina.

Durante o século XVI, Vespucci deslocou Colombo da condição de “descobridor” das novas terras. A epopeia colombina foi, no início, recebida de modo confuso (Colombo pensava ter atingido ilhas que configuravam o extremo oriental da Ásia) e quase silencioso, eclipsada por acontecimentos como a conquista de Granada pelos Reis Católicos (que punha fim à “reconquista” da península ibérica dos mouros), a expulsão de judeus e mouriscos da Espanha, a eleição de um novo papa (espanhol) ou a anexação de Bretanha à França, além da morte de Lorenzo de Medici, “o Magnífico”, em Florença, logo depois das imprecisões lançadas contra ele desde o púlpito pelo frade Savonarola, todos esses acontecimentos de 1492, e vinculados entre si por mais de um fio. Foram necessárias duas décadas para que a opinião científica majoritária na Europa admitisse que as viagens colombinas (e as imediatamente sucessivas) tinham, na verdade, revelado um novo continente. Este foi pensado, inicialmente, como uma sorte de grande península da Ásia: “Dez anos depois do retorno de Colombo, não existia na Europa nenhuma consciência nem ideia de América, apenas a vaga suspeita de uma terra nova. Fora da Espanha, as viagens do Almirante não suscitavam nenhuma paixão”.⁴⁵¹

⁴⁵⁰ Na América do Norte, o 12 de outubro (data de sua chegada à América) é celebrado como *Columbus Day*.

⁴⁵¹ Bartolomé e Lucile Bennassar. 1492. Un monde nouveau? Paris, Perrin, 1991, p. 26.



Américo Vesputi: “Americ(a)”

A escola geográfica italiana considerou como inspirador e pai teórico da descoberta de América o geógrafo, médico e matemático florentino Paolo dal Pozzo Toscanelli, que morreu em 1482; ele gozou de grande prestígio científico em Itália, manteve prolongada correspondência com o cônego português Fernão Martins, consultado por D. Afonso V de Portugal sobre a possibilidade de chegar à Índia pelo Oeste. Colombo fracassou, na década de 1480, em obter financiamento e apoio português para sua empreitada de chegar ao Oriente via Ocidente: foi em Portugal que Colombo começou a conceber seu projeto de viagem transoceânico, inspirado pelo ambiente febril de navegações, descobrimentos, comércio e desenvolvimento científico, que converteram Lisboa, na segunda metade do século XV, num rico e ativo porto marítimo e mercantil, de dimensão internacional, e Portugal no país dos melhores, mais audazes e experientes marinheiros, com os maiores conhecimentos náuticos da época.

O projeto de Colombo não surgiu de forma repentina, mas gradual, provavelmente em colaboração com o seu irmão Bartolomeu. A presença de Colombo em Lisboa é registrada desde 1476, vinculado à colônia genovesa dedicada a negócios baseados no transporte marítimo (importação de madeira das ilhas atlânticas, por exemplo).⁴⁵² Colombo foi, antes do mais, *um comerciante*. Obteve informações de marinheiros que afirmavam ter encontrado terras a oeste, e também se baseou nas várias tentativas para descobrir ilhas no Atlântico, comuns por aqueles anos. Colombo observou em viagens comerciais e permanências nessas ilhas indícios, condições dos ventos e correntes marítimas, que evidenciavam a proximidade de terra firme, e também as rotas mais favoráveis. O projeto de Colombo consistia simplesmente em atravessar o oceano - o único conhecido à época, o Atlântico - em direção da Ásia.

Depois de formulado o projeto, Colombo teve que aguardar durante sete anos o apoio da coroa espanhola, cujos cientistas de Corte afirmavam, com razão, que os cálculos geográficos de Colombo estavam errados, pois supunham uma distância muito mais curta do que a distância real entre as costas atlânticas da Europa e o extremo Oriente, de acordo com o cálculo (aproximadamente correto) feito por Ptolomeu, na Antiguidade, da circunferência terrestre. A última palavra a respeito do projeto de Colombo coube, no entanto, aos conselheiros financeiros dois reis católicos: a coroa estava endividada (pelas guerras da

⁴⁵²

George Holmes. *Op.Cit.*

Reconquista e pela unificação da Espanha), a proposta colombina tinha baixo custo e acenava com enormes ganhos potenciais.

Foi isso, menos do que a possibilidade de continuar a guerra contra os infiéis no além-mar (que teve um peso ideológico importante *ex post facto*) que inclinou a balança em favor de Colombo, cujo projeto se baseava mais na intuição do que no cálculo. As necessidades financeiras da coroa falavam mais alto do que a ciência (e tinham mais peso do que a religião). Os termos da contratação de Colombo pela coroa espanhola tornavam-no Almirante dos mares da Índia a descobrir, governador e vice-rei das terras do Oriente a que se propunha chegar. O projeto foi concebido em competição com os portugueses que exploravam a rota africana do Cabo.

Os prováveis ganhos econômicos derivados da empreitada foram sua impulsão decisiva. O novo Estado espanhol unificado se encontrava em situação de emergência. A expulsão, em 1492, dos 200 mil judeus espanhóis, fato imediatamente posterior à ocupação de Granada e imediatamente anterior à saída do Porto de Palos da quase brancaleônica expedição de três modestas naus (*Pinta, Niña e Santa Maria*) do capitão genovês, privava à coroa espanhola de uma importante fonte financeira, pois os sobretaxados judeus peninsulares pagavam uma quantidade equivalente de impostos à do restante da população (cristã) dos reinos de Castela e Aragão. Eles ocupavam também um importante lugar no comércio, na finança e na nascente indústria urbana peninsular, e na própria área financeira da Corte. Por todos estes motivos, os judeus consideravam altamente improvável a adoção de um decreto de expulsão por parte dos reis católicos, que até então tinham seguido uma política de relativa proteção da minoria judia, fazendo esquecer os brutais “pogroms” antisemitas de 1391 nas principais cidades espanholas.

Os líderes judeus fecharam os olhos para a criação pelo papa Sixto IV, em 1480, do Tribunal do Santo Ofício (vulgo “Inquisição”), por pedido dos “protetores” reis católicos da Espanha que, no mesmo ano de 1492, estenderam a jurisdição do Ofício para toda a península, com a criação de 17 tribunais regionais em seu território. Argumentando que os judeus exerciam uma nefasta influência sobre os *marranos* (judeus conversos), fazendo-os praticar uma espécie de cripto-judaísmo, os tribunais deram um mês de prazo aos judeus espanhóis para converter-se ao cristianismo ou partir para o exterior, levando os pertences que pudessem carregar, mas não ouro nem metais preciosos, que também estavam proibidos de exportar. A grande maioria optou por partir (a conversão era, na verdade, apenas o início de um calvário de novas suspeitas e perseguições), devendo mal vender (quase presentear) suas casas e seus pertences de maior volume a ricos especuladores cristãos que, claro, juravam e perjuravam pela “religião dos pobres” nascida em Jerusalém.

Os judeus expulsos levaram consigo poucos pertences (que perderam, ou lhes foram roubados, no caminho do exílio), além de conhecimentos científicos, médicos, empreendedorismo e engenhosidade, dos quais Espanha sentiria enorme falta nos séculos posteriores, quando se transformou num atrasado entreposto de metais preciosos vindos de além-mar. Uns poucos judeus ricos conseguiram transportar letras de câmbio canceláveis no exterior, enquanto alguns de seus líderes, como Abraham Senior, chefe da comunidade judaica de Castela, e o rabino Mayr, se converteram ao cristianismo, com os reis católicos oficiando generosamente, doações mediante, como padrinhos na cerimônia de batismo, não desaproveitando a magnífica chance de unir fervor religioso com receitas financeiras oferecidas pelo tribunal cristão da fé. Na Europa ocidental, os judeus só seriam doravante tolerados em Avignon, em alguns estados italianos (Veneza e o Estado pontifício), antes de novas perseguições acontecerem. A diáspora judia ibérica se encaminhou majoritariamente para o mundo muçulmano, sobretudo o Império Otomano, onde as maiores comunidades sefarditas se instalaram em Istambul e Tessalônica.



O “gênio europeu”: a Inquisição

Nesse quadro, política, religiosa e economicamente convulsionado, as naus espanholas de Cristóvão Colombo (1451-1506), saídas de Espanha à noite do 3 de agosto de 1492, chegaram às terras (ilhas) americanas a 12 de outubro, aportando em Guanahani (hoje parte das ilhas Bahamas) e dirigindo-se depois às atuais Cuba e Haiti.⁴⁵³ Depois de voltar à Espanha em março de 1493, Colombo voltou ao mar em setembro desse ano, desta vez ao comando de 17 naus e novamente em proa para o Caribe (que ele ainda supunha ser a parte extremo-oriental da Ásia). Os Reis Católicos e os comerciantes espanhóis, desta vez, abriram os bolsos, diante das perspectivas (comerciais, e também estratégicas, no caso da coroa) que as descobertas traziam. Foram, ao todo, quatro viagens colombinas, que não deram, no entanto, nenhum imediato reconhecimento ao seu comandante, morto pouco depois do retorno de sua última viagem (1504) sem ter sido, nem os seus descendentes (dois), concedido de direitos em relação às terras para as quais ele abriu o caminho da conquista e colonização. O escasso reconhecimento da empresa de Colombo à época se reflete nas polêmicas acerca do lugar em que foi de fato sepultado, e no caráter duvidoso dos seus supostos retratos, o que não aconteceria se Colombo tivesse morrido como um “grande homem” publicamente reconhecido.

Amerigo Vespucci (1454-1512), que inicialmente tirou a primazia de Colombo na “descoberta” americana (e deu seu nome a “nova terra”), era um cartógrafo representante de armadores florentinos que se encarregou, em Sevilha, do aprovisionamento de navios para a segunda e a terceira viagens atlânticas de Colombo em direção do Oeste. Supõe-se que tenha participado de viagens interoceânicas atlânticas já desde 1497. Em 1499 passou ao largo da costa norte da América do Sul, acima do rio Orinoco, como membro da expedição espanhola de Alonso de Ojeda. Em 1501, já a serviço de Manuel I de Portugal, partiu em agosto de Lisboa na expedição de Gaspar de Lemos ou de André Gonçalves, composta de três naus, destinada a explorar e estudar as possibilidades produtivas das costas do Brasil. A expedição chegou em inícios de 1502 na baía do Rio de Janeiro, que a essa circunstância deve seu nome. Supõe-se que a

⁴⁵³ Colombo partiu de Palos de la Frontera, com três navios: uma nau maior, Santa María, apelidada Gallega, e duas caravelas menores, Pinta e Santa Clara, apelidada de Niña por ser seu proprietário Juan Niño de Moguer. As naus eram propriedade de Juan de la Cosa e dos irmãos Pinzón (Martín Alonso e Vicente Yáñez), mas os monarcas forçaram os habitantes de Palos a contribuir para a expedição. Colombo navegou inicialmente para as ilhas Canárias, que eram propriedade da Castela, onde reabasteceu as provisões e fez reparos. Em 6 de setembro, partiu de San Sebastián de la Gomera para o que acabou por ser uma viagem de cinco semanas através do oceano. Simon Wiesenthal, supondo-lhe uma origem judia, lhe atribuiu postumamente uma suposta missão secreta de encontrar terras despovoadas para a diáspora judia, fazendo de Colombo um improvável predecessor de Theodor Herzl.

expedição da qual Vespucci fazia parte atingiu o Cabo de São Roque, e desceu o litoral sul americano até a Patagônia.

Em 1503, Vespucci retornou ao Brasil, desta vez comandando um navio da frota de Gonçalo Coelho, armada por cristãos-novos (judeus portugueses convertidos ao cristianismo) associados a Fernando de Noronha. Perdendo-se do restante da frota, carregou seu navio de pau-brasil da Baía de Todos os Santos (atual Bahia) até Lisboa, onde aportou em junho de 1504. Em 1505, o florentino Vespucci naturalizou-se espanhol, e de 1508 até sua morte em 1512 foi o piloto-mor da Casa de Contratação das Índias de Sevilha. Suas viagens ao longo da costa oriental da América do Sul convenceram-no (provavelmente junto a outros viajantes) de que os europeus estavam diante de um novo continente. Vespucci deu forma definida a uma convicção coletiva que germinou lentamente na primeira década do século XVI, depois da morte de Colombo. As fantasias do cartógrafo florentino não ficavam devendo nada às do navegante genovês: Vespucci, ao lado de suas descobertas geográficas, deixou relatos sobre mulheres (americanas) centenárias que amamentavam seus recém-nascidos,⁴⁵⁴ ou sobre pegadas de monstros gigantescos que segundo ele habitavam as novas terras.

Apesar da primazia “latina” (luso-hispano-florentino-genovesa) no conhecimento da América ao longo do século XVI, a cartografia flamenca (“holandesa”) foi claramente superior à das outras potências europeias, visando um objetivo explícito: fornecer conhecimentos geográficos (de acidentes costeiros e de fortificações militares, sobretudo) para *ganhar a guerra*, na Europa e no mundo todo, contra as potências comerciais concorrentes: “Buscando vantagens sobre os (países) adversários, as cartas geográficas eram objeto de todas as cobiças. Os cartógrafos, detentores de conhecimentos preciosos e vitais para os Estados, eram cortejados. Alguns, por cupidez, interesse ou convicção, não vacilaram em trair sua pátria para vender seus segredos à melhor oferta”.⁴⁵⁵ Se Martin Waldseemüller foi creditado pela “revolução” da visão da Terra proporcionada pela inclusão da América na geografia mundial, só se atingiu uma versão cartográfica avançada no início do século XVII com o *Atlas* de Gérard [Gerardus] Mercator, cartógrafo estabelecido em Duisburg.

Sobre a primazia da chegada à América dos *vikings* escandinavos, cuja presença na América Norte séculos antes dos europeus do Sul é aceita, existe controvérsia sobre se eles apenas “tocaram” América em suas viagens, nos séculos XI e XII, ou se de fato tentaram uma mal sucedida colonização no continente. A polêmica se centra em torno de um suposto mapa escandinavo que representa um território chamado de *Vinlândia*, mas houve discussão acerca da sua veracidade. O território que teria sido ocupado pelos vikings no século XIV, que aparece no polêmico mapa a oeste da Europa, seria o litoral Leste do Canadá, ou ilhas próximas à América. Um texto no documento também reforça a tese segundo a qual o povo viking teria sido o primeiro a cruzar o Atlântico Norte. A historiografia em geral rejeita os indícios de que os vikings pudessem ter feito essa viagem, e credita o feito da “descoberta” a Colombo.⁴⁵⁶

Gavin Menzies, investigador inglês (e marinho de profissão) sustentou que as expedições náuticas organizadas pelo imperador chinês Zhou Di, em 1421-1423, chegaram a percorrer boa parte dos litorais do Atlântico e do Pacífico das Américas, deixando em diversas regiões parte da sua tripulação (que teria se integrado paulatinamente às populações nativas) e vestígios da

⁴⁵⁴ Juan Ponce de León (1460-1521), convencido pelas imagens de Vespucci (e por outros relatos semelhantes) buscou por isso a “fonte da eterna juventude” nos novos territórios americanos, e acreditou tê-la achado na atual Florida, que ele fundou, e cuja principal cidade atual, Miami, parece uma ilustração anacrônica dessa ilusão.

⁴⁵⁵ Olivier Thomas. *Le monde aux mains des cartographes. L'Histoire* nº 379, Paris, setembro 2012. O cartógrafo escocês John Elder traiu seu país vendendo a Henry VIII de Inglaterra um mapa detalhado destinado a invadir a Escócia.

⁴⁵⁶ Alguns estudos sugerem que o mapa poderia ser realmente do século XV, datado em 1434, 58 anos antes da chegada de Colombo às Antilhas. Outros acreditam que o documento seja uma farsa montada no início do século XX.

sua passagem: “Há indícios linguísticos de visitas chinesas à América do Sul. O navio a vela é (chamado de) *chambam* na Colômbia, *sampan* na China; uma balsa, *balsa* na América do Sul, e *palso* na China; uma balsa de troncos é *jangada* no Brasil e *ziangada* em tâmil. Até fins do século XIX, moradores de aldeias montanhosas do Peru falavam chinês [!]. Uma montanha de provas - destroços de naufrágios, grupos sanguíneos, arquitetura, pinturas, costumes, técnicas, línguas, roupas, artefatos, corantes, plantas e animais transferidos entre a China e a América do Sul, apontam para uma influência geral chinesa ao longo de toda a extensão litoral das Américas Central e do Sul banhadas pelo Pacífico e também no interior. Tão ampla e profunda foi essa influência, que podemos talvez chamar o continente daquela era de “América chinesa”...”.

As provas apontadas por Menzies são de difícil constatação, mas segundo ele: “Há uma massa de provas no sentido de que os chineses não só tiveram relações comerciais com as Américas, como também estabeleceram uma série de colônias da Califórnia ao Peru”,⁴⁵⁷ o que não teria tido continuidade histórica devido a uma crise interna da própria China, que “fechou-se” dentro das suas fronteiras a partir de 1423, embora Menzies não esclareça os motivos de fundo dessa mudança do “Império do Meio” (*Chi'in*), além de motivos políticos (internos) e militares (externos) circunstanciais. Setenta anos depois dos hipotéticos expedicionários chineses Colombo partiu à procura pelo Oeste da “Índia”.

Nos séculos sucessivos, todos os textos espanhóis sobre o novo continente (inclusive os textos legais) referiram-se a ele como “Índias”: “Dei aos *índios* uns gorros coloridos e umas miçangas que puseram no pescoço, além de outras coisas de pouco valor, o que lhes causou grande prazer e ficaram que era uma maravilha (...). Enfim, tudo aceitavam e davam do que tinham com maior boa vontade. Mas me pareceu que era gente que não possuía praticamente nada. Andavam nus como a mãe lhes deu à luz; inclusive as mulheres, embora só tenha visto robustas raparigas”,⁴⁵⁸ relatou Colombo sobre seus primeiros contatos com os ameríndios, inaugurando uma terminologia que persiste até hoje. Na sua quarta viagem à América, em 1502, partindo do extremo sul de Cuba, Colombo buscou uma passagem para o Oceano Índico. Mas já em 1493, apenas sete meses depois da chegada de Colombo às Antilhas, a bula do Papa se referia às “ilhas e terras firmes, situadas nas partes ocidentais do Mar Oceano, em direção das Índias”, circunstância a que deveriam seu nome genérico os habitantes originários do continente americano. Progressivamente descartada a “hipótese asiática” dos primeiros expedicionários europeus, Colombo sustentou seriamente ter achado o Paraíso Terreno (na boca do atual Orinoco),⁴⁵⁹ e foi naquele momento quase esquecido. Foi assim que a epopeia colombina foi também esquecida durante a primeira metade do século XVI.

Colombo não foi sequer mencionado nas primeiras grandes obras científicas e literárias que fizeram referência ao “Novo Mundo”: a *Utopia*, de Thomas Morus, de 1516 (romance no qual Amerigo Vespucci aparece como personagem), e *De Revolutionibus Orbium Coelestium*, de

⁴⁵⁷ Gavin Menzies. 1421. O ano em que a China descobriu o mundo. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007, pp. 240 – 241. Os “almirantes eunucos”, de origem mongol, chefes da expedição ordenada pelo imperador da China, eram Hong Bao (o “verdadeiro” descobridor da América do Sul, segundo Menzies), Zhou Man, Zhou When (o “verdadeiro” descobridor da América do Norte) e Yang Qing.

⁴⁵⁸ Cristóvão Colombo. *Diários da Descoberta da América*. Porto Alegre, L&PM, 1991, p.44, onde acrescentou: “Não andam com armas, que nem conhecem, pois lhes mostrei espadas, que pegaram pelo fio e se cortaram pela ignorância. Não tem nenhum ferro: as suas lanças são varas sem ferro. Devem ser bons serviçais e habilidosos, pois noto que repetem o que a gente diz e creio que depressa se fariam cristãos; me pareceu que não tinham religião”.

⁴⁵⁹ Colombo esteve longe de ser uma exceção, ou de estar fora do espírito de seu tempo. Diversos exploradores que o sucederam se deram à busca da “cidade de ouro” (Eldorado) – a busca de metálico era o objetivo central dessas viagens – ou das míticas guerreiras amazonas (cujo mito deu nome ao rio conhecido por esse nome). Colombo desiludiu seus contemporâneos ao relatar que em suas quatro viagens interoceânicas não tinha achado monstros marinhos, cuja existência nos “mares incógnitos” era garantida nos textos da Antiguidade clássica; nem monstros humanoides em terra.

Nicolas Copérnico, de 1543. A própria família Colombo, encabeçada pelo seu filho Diego, foi despojada de seus “direitos americanos” pelo Conselho de Índias, em 1523, ocasião em que o já finado Cristóvão Colombo foi também privado de seu título de “almirante da mar oceano”.⁴⁶⁰

Na *Utopia*, Morus (ou More, na versão inglesa de seu sobrenome) deu vida a um personagem, Raphaël Hythlodée, que dava a volta ao mundo abandonando uma expedição de Vespucci, descobrindo lugares (incluía a “Utopia”) maravilhosos, superando a mítica viagem de Ulysses. O livro de More foi publicado exatamente três anos antes da partida da expedição (espanhola) do (português) Fernão de Magalhães, apoiada por Carlos I da Espanha (e V da Alemanha), que depois de atravessar o Atlântico chegou ao Pacífico pelo estreito que leva até hoje o nome do capitão da frota, e voltou a Sevilha via Filipinas (onde Magalhães morreu), tocando as Ilhas das Especiarias (as Molucas) e o Sul da África, até atingir seu ponto de partida com apenas uma das cinco naus originais, e 17 dos 270 homens que compunham a tripulação inicial, sob o comando de Juan Sebastián El Cano, em 1522: a “volta ao mundo” foi finalmente realizada, a esfericidade do planeta foi demonstrada praticamente; a *Utopia* foi realizada apenas seis anos depois de (literariamente) concebida por More, mas não do modo “maravilhoso” com que este a pensara.

Edmundo O’Gorman, que defendeu Vespucci contra a ulteriormente admitida primazia de Colombo, protestou diante do fato de que “em que pesem às novas exigências metodológicas e as muitas investigações que enriqueceram a historiografia colombina, desde finais do século XIX manteve-se a interpretação tradicional baseada na unânime crença de que Colombo descobriu América quando, em 1492, encontrou uma ilha que acreditou pertencer a um arquipélago vizinho ao Japão”.⁴⁶¹ Toda a história da América estaria presidida por um equívoco, uma espécie de “mito fundador”.⁴⁶² As implicações disso se fariam sentir, segundo ele, até o presente.



Provável retrato de Colombo, de Alejo Fernandes (primeira metade do século XVI)

⁴⁶⁰ Hugh Thomas. *Op. Cit.*, p. 138.

⁴⁶¹ Edmundo O’Gorman. *La Invención de América*. México, Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 41. O autor afirma que “o problema fundamental da história americana consiste em explicar satisfatoriamente o aparecimento de América na cultura ocidental, pois essa questão implica a maneira em que se conceba o ser da América e o sentido a ser concedido à sua história”. A conclusão extrapola a premissa. Os mitos a respeito das novas terras estavam determinados pela esperança das riquezas que se obteriam através da sua conquista e ocupação (ver, por exemplo: Luigi Avonto. *La sierra de la Plata: contributo italiano alla formazione di un mito della conquista americana. Quaderni* n° 5. São Paulo, Istituto Italiano di Cultura, outubro 1993).

⁴⁶² O’Gorman prefere usar o termo “invenção”, para sublinhar a natureza mítica do ato fundador da modernidade.

O qualificativo de “novo continente” (ou “Novo Mundo”) deve-se àquele que supostamente chegou primeiro a ele - não às ilhas às quais chegou Colombo – constatando e declarando efetivamente sua natureza continental, fato reconhecido em 1507 por Waldseemüller: “A quarta parte do mundo que, desde que descoberta por Amerigo (Vespucci), merece chamar-se *América*”.⁴⁶³ Um século depois, Colombo substituiu Vespucci como “descobridor”, mas essa vitória historiográfica significou a mudança do nome do novo continente. A partir da década de 1520, a conquista revelou lentamente a extensão do continente “descoberto”, determinando a produção de um novo saber cartográfico baseado na “unificação do mundo”. O opúsculo de Vespucci, *Mundus Novus*, publicado em 1502, atingiu doze edições em 1504, 22 em 1505, e cinquenta antes de 1550. A unificação cartográfica do mundo,⁴⁶⁴ foi um reflexo do processo que Jean Chesneaux denominou “a história mundial, transformada em história da dominação europeia do mundo”. Era o começo da história mundial entendida como um processo único envolvendo a totalidade das populações do planeta: “Em meados do século XVI, já não há mais dúvidas: o ‘mundo’ é o ‘globo’”. O sentimento de uma *comunidade humana* generalizou-se: as descobertas demonstravam “contra a posição cristã, cujo maior expoente tinha sido (Santo) Agostinho, que existia uma pluralidade de mundos terrestres”.⁴⁶⁵

As civilizações americanas, algumas das quais - incas, chibchas, astecas, por exemplo, sem falar na antiga civilização maia - haviam atingido um alto grau de desenvolvimento antes do contato com Europa, foram logo compulsivamente incorporadas à história mundial pela conquista, através da sua destruição: os *mexicas* (também chamados de astecas), com uma população de 25 milhões em 1517, ficaram reduzidos a 2,6 milhões em 1568; os incas do Peru, incluídos os povos a eles submetidos, de nove milhões que eram em 1532, foram reduzidos para 1,3 milhão em 1570.⁴⁶⁶ Ainda assim, tiveram melhor sorte do que os *caribes* e os *tainos*, habitantes das primeiras ilhas alcançadas por Colombo (as Bahamas, Haiti, a Dominicana, Jamaica, Cuba ou “Juana”) literalmente exterminados pelo “golpe microbiano” que lhes foi proporcionado pelos expedicionários europeus; em contrapartida, ou em troca, os nativos americanos repassaram a eles a sífilis, que grassou na Europa nos séculos sucessivos: a primeira epidemia de sífilis europeia de que há notícia ocorreu em 1495, dois anos após o regresso de Colombo de sua viagem de descobrimento, coincidência temporal que deu origem à teoria de sua provável origem americana.

Na época da chegada de Colombo às terras americanas, Espanha e Portugal já se encontravam em disputa para ganhar direitos sobre eventuais “descobertas” e conquistas ultramarinas. Em 1481, Portugal tinha obtido do Papa Inocêncio VIII a bula *Æterni Regis*, que separava as terras já descobertas e aquelas a serem descobertas por um paralelo na altura das ilhas Canárias, dividindo o mundo em dois hemisférios: o Norte, para a Coroa de Castela, e o Sul, para a Coroa de Portugal. Definiram-se assim dois ciclos da expansão: o chamado ciclo oriental, pelo qual a Coroa portuguesa garantia seu progresso para o Sul e o Oriente, contornando a costa africana, e o ciclo ocidental, pelo qual a Espanha se aventurou no oceano Atlântico, em direção do Oeste. Foi como resultado desse esforço espanhol que Colombo chegou às terras americanas. Logo depois do feito, em 1493, Espanha enviou mensageiros ao Papa exigindo que concedesse

⁴⁶³ Marianne Mahn-Lot. *La Découverte de l'Amérique*. Paris, Flammarion, 1970, p. 124. Uma biografia clássica de Colombo é: Samuel Eliot Morrison. *El Almirante de la Mar Océano*. Vida de Cristóbal Colón. Buenos Aires, Hachette, 1945.

⁴⁶⁴ Que coroou um esforço secular. No século XIV, na Itália, se desenvolveram duas correntes geográficas concorrentes, uma “tradicional”, consciente das mudanças políticas e territoriais e da ampliação dos horizontes asiáticos, que pretendia adaptar e ajustar o saber herdado da Antiguidade clássica, mas sem mudar sua base; e uma “geografia com novas ambições”, a dos humanistas, que renunciaram a essa síntese, preferindo um enfoque exaustivo e classificatório da totalidade dos conhecimentos (Cf. Nathalie Bouloux. *Culture et Savoirs Géographiques dans l'Italie du XIVe Siècle*. Turnhout, Brepols, 2001).

⁴⁶⁵ Ruggiero Romano e Alberto Tenenti. *Los Fundamentos del Mundo Moderno*. México, Siglo XXI, 1992, p. 179.

⁴⁶⁶ Claude Bernard e Serge Gruzinski. *Histoire du Nouveau Monde*. Paris, Fayard, 1991.

à Espanha o direito sobre as novas terras, que ainda se supunham asiáticas, pois os antigos papas já haviam dado aos portugueses o direito à África e às terras do Leste.

À disputa espanhola contra Portugal se acrescentou logo outra, que se revelou, com o tempo, bem mais perigosa (para as ambições de Espanha): em 1497, o também genovês “Jean” Cabot, autorizado e financiado pela coroa de Inglaterra, atingiu a Terra Nova (ou o Labrador, no atual Canadá) no norte da (ainda não chamada) América, à procura de uma passagem mais setentrional em direção das “ilhas das especiarias”. E, em 1500, o português Pedro Álvares Cabral, capitão-mor da armada que fez a primeira expedição portuguesa às Índias depois do retorno de Vasco da Gama, chegou ao Brasil com treze navios e 1.200 homens (compare-se com os menos de cem homens em três navios da primeira expedição colombina), a maior frota até então organizada em Portugal, com a missão de fundar uma feitoria na suposta “Índia”. Depois de instalada, Cabral seguiu para a África e Calicute, onde capturou barcos árabes e carregou produtos locais e especiarias, retornando a Lisboa em junho de 1501. A “corrida pelo mundo” estava lançada, e o número de inscritos cresceu com rapidez.

O novo papa, Alexandre VI Borgia (1492-1503), espanhol, emitiu uma série de quatro bulas estabelecendo uma política em favor da Espanha. As duas primeiras bulas davam à Espanha o título das descobertas de Colombo e de outras terras ocidentais, desde que a população nativa fosse convertida ao cristianismo. A terceira bula limitou a área ocidental para todas as terras descobertas, começando cem léguas a Oeste das ilhas de Cabo Verde e Açores. Essa bula deu aos espanhóis o direito às terras orientais através da circunavegação pelo Ocidente. A quarta bula, a *Dudum Siguidem*, editada mais tarde, em agosto de 1493, anulava quaisquer ordens prévias do papa que favorecessem os portugueses. Com o controle espanhol do Caribe e do Golfo do México garantido, Espanha procedeu à colonização das ilhas dessa área (Hispaniola, Porto Rico, Jamaica e Cuba), “convertendo” ao cristianismo seus habitantes, não raro exterminando-os proposital ou acidentalmente (pela transmissão de doenças europeias contra as quais os nativos não possuíam defesas orgânicas). O declarado propósito da expansão era a cristianização dos índios, como sacramentado pelo Papa. Os primeiros habitantes americanos “descobertos” andavam quase nus e não viviam em cidades, ou seja, eram *pobres*, não aptos para o saque ou o para o comércio lucrativo, um “detalhe” central para os europeus.

Essa ideia mudou rapidamente, quando as expedições no continente americano revelaram os impérios e as cidades astecas (México), chibchas (Colômbia) e incas (Peru, Bolívia, norte argentino e chileno). Os relatórios das jornadas litorâneas de Francisco Hernandez de Córdoba e Juan de Grijalba, relatando a opulência dos impérios mexicanos, provocaram no governo espanhol uma enorme ambição com respeito à exploração do interior daquele país. A exaltação religiosa voltou ao primeiro plano. Ao colocar nas mãos de Castela as terras das “Índias Ocidentais”, Colombo tinha oferecido aos ibéricos a oportunidade de continuar a “guerra santa” da Reconquista. Outra fronteira da fé cristã surgia. Tratava-se dos indígenas americanos, cujas características religiosas se supunham marcadas pelo fetichismo. Ramon Pané, clérigo participante da segunda viagem colombina (1493), que viveu dois anos entre os aborígenes *taínos* (foi, segundo Bartolomé e Lucile Bennassar, “o primeiro etnógrafo da América”) foi o primeiro a constatar que os ritos e crenças deles nada tinham a ver com o que se sabia da religiosidade dos povos asiáticos, ou seja, o primeiro a dar um indício, nascido não do conhecimento geográfico, mas de uma espécie de proto-antropologia, da existência de um novo continente.

A mentalidade das Cruzadas, vigente no período da Reconquista, assumiu sentido missionário na América. A expansão da fé católica, no entanto, era só o motivo explícito, ou “ideológico”, dos ibéricos. Ampliar os horizontes da cristandade tornou-se o grande *motto* da colonização espanhola na América, mas, dentro dele, a perspectiva do enriquecimento (nomeada com insistência nos documentos da época dos conquistadores) aparecia como expressão da vontade e da glória divinas. A conciliação entre a fé cristã e o enriquecimento foi realizada pela Igreja de Roma. A expansão do cristianismo nos ricos territórios americanos tinha bases e

objetivos para nada celestiais: o *ouro*. O ápice áureo da Igreja Católica foi atingido entre os séculos XIV e XVII, quando ela chegou a controlar quase 60% de todo o ouro extraído ao longo da história.⁴⁶⁷ A exploração das riquezas da América esteve no centro desse enriquecimento.

O relacionamento entre espanhóis e índios, em que pese a determinação de Isabel “a Católica” no sentido de considerá-los súditos da coroa de Castela, provocou polêmicas teológicas e jurídicas. As viagens de Colombo foram posteriormente consideradas como a “descoberta” porque precederam e abriram o caminho para a conquista e colonização da América, o que não aconteceu nos “contatos” anteriores, inclusive os realizados por não europeus. Entrincheirando-se na Europa ocidental depois do cisma protestante, a Igreja Católica conquistou simultaneamente a condição de ponta de lança da colonização ibérica do Oriente e, sobretudo, da América, alicerçando através dela sua pretensão de religião única e universal. Nesse processo, a Ordem Jesuíta expandiu-se e cresceu ao compasso de cada vez mais importantes missões que lhe eram encomendadas. Foi desse modo que chegaram ao Reino do Congo (1547), ao Ceilão e ao Marrocos (1548), à China (1552), à Etiópia (1555) e ao Japão (1580). Na América, a conquista, o extermínio e a submissão indígena a trabalhos forçados (na forma da escravidão, ou em outras) foram feitos em nome da cruz cristã. A Igreja Católica (e, depois, as igrejas protestantes na América do Norte) assumiu assim responsabilidade direta na submissão indígena.

A razão foi que as viagens de Colombo tinham um propósito econômico definido: "Colombo buscava ouro? Pode-se responder *sim* com toda tranquilidade. As páginas de seu diário, entre 12 de outubro de 1492, quando ele tomou a primeira ilha, e o 17 de janeiro de 1493, quando iniciou seu regresso, contém, pelo menos, 65 relatos sobre o ouro".⁴⁶⁸ Relatos fantasiosos, na sua maior parte (Colombo voltou apenas com seis quilos e meio de ouro da sua primeira viagem, o que provocou uma enorme decepção na corte espanhola). Depois das novas decepções auríferas da sua segunda viagem, Colombo voltou com algumas dezenas de nativos americanos para vendê-los como escravos (na sua primeira viagem, tinha trazido alguns poucos aborígenes, com um interesse cristão [batismo] e “antropológico”). Colombo observou nas suas anotações: “O ouro é a melhor coisa do mundo. Ele até pode enviar as almas para o Paraíso”. Quem o acharia em grande quantidade na América, não nas ilhas do Caribe e sim no continente, seriam seus sucessores *conquistadores*: Hernán Cortés, Diego de Almagro, Francisco Pizarro e *tanti altri*. Não em baixo da terra, nem no leito dos rios, mas nas casas e vestimentas dos povos que conquistaram e, em boa medida, também destruíram.

Resumindo, e considerando sua motivação real (objetiva), “a descoberta da América deveu-se à sede de ouro que anteriormente tinha lançado os portugueses para a África, porque a indústria europeia, enormemente desenvolvida nos séculos XIV e XV, e o comércio correspondente, reclamavam mais meios de troca do que podia fornecer a Alemanha, a grande produtora de prata entre 1450 e 1550”.⁴⁶⁹ Entre 1503 e 1660 chegaram ao porto de São Lucas de Barrameda 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de quilos de prata vindos da América, obtidos basicamente mediante a violência contra as populações nativas do continente, pelo saque ou pela exploração na produção mineira. Os germes e micróbios europeus foram substituídos pela cobiça e pela exploração de igual origem.

O mecanismo de conquista dos ibéricos levou em conta as diferenças entre essas populações. Os povos americanos eram variados: sedentários, semisedentários e não sedentários. As áreas mais valorizadas inicialmente pelos espanhóis eram aquelas que estavam já socialmente organizadas: “As colônias que, primeiro, Portugal e Espanha, depois França e Inglaterra, estabeleceram na América, eram um fato novo. A diferença de seus precedentes no mundo antigo, eram longínquas e controladas a grande distância, satisfaziam a aparentemente

⁴⁶⁷ Claudio Rendina. *L'Oro del Vaticano*. Roma, Newton & Compton, 2013.

⁴⁶⁸ Pierre Vilar. *Ouro e Moeda na História 1450-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 80.

⁴⁶⁹ Carta de Friedrich Engels a Conrad Schmidt, 27 de outubro de 1890.

insaciável necessidade de metais preciosos dos europeus, e também uma ambição de mudar as crenças religiosas dos indígenas que os antigos dificilmente teriam compreendido”.⁴⁷⁰

Os povos inca e asteca faziam parte dos povos sedentários, “organizados”, quando os europeus chegaram do Caribe. As ilhas oceânicas da América foram o primeiro lugar onde os espanhóis (que traziam um conhecimento ocupações realizadas previamente em algumas regiões da África) puseram em prática seus sistemas de dominação no novo mundo. A trajetória da conquista europeia nas Américas seguiu as linhas da riqueza aurífera ou de prata. A conquista se iniciou na colônia Hispaniola - atual República Dominicana - em 1492, e partiu depois para duas áreas de atuação. Uma ao sul, no sentido de Bogotá (1537), Quito (1534), Peru (1532-33), Chile (1535-58), Buenos Aires (1536). Paraguai (1537), e outra ao norte. Acima do Equador, os espanhóis ocuparam Nicarágua (1523-24), Guatemala (1524) e o centro do México (1519-1521). O entorno geográfico e ecológico foi decisivo para determinar as linhas de ocupação do continente. Várias espécies não nativas das Américas foram introduzidas na conquista, como os coqueiros e as mangueiras, que vieram de outros continentes, por causa da sua utilidade econômica.

As linhas geográficas e políticas da conquista, e as características da ocupação territorial, no entanto, foram determinadas pelas relações políticas internacionais e pela cultura metropolitana, de Espanha e Portugal, incluindo a organização das colônias, a construção das cidades, e a ocupação do litoral Leste da América do Sul pelos portugueses em virtude do Tratado de Tordesilhas.⁴⁷¹ Em 1513, Núñez de Balboa atravessou o istmo de Panamá e “descobriu” o “mar do Sul” (o Pacífico, já conhecido pelas suas costas asiáticas, sem que Balboa o soubesse) ainda ignorando ter encontrado a passagem mais estreita e rápida por terra entre o Atlântico e o Pacífico. Mais de uma década depois, Gonzalo Fernández de Oviedo finalmente aventurava dizer que “a nova terra não é parte da Ásia nem uma extensão da Ásia da velha cosmografia. Poder-se-ia dizer que a terra firme dessas Índias é outra parte do mundo”. Mais de três décadas tinham se passado desde a “descoberta” colombiana.

A conquista do México ficou associada ao nome de Hernán Cortés, nascido na região de Extremadura, em 1485, no seio da pequena nobreza. O que se sabe sobre ele se encontra nas cartas que remeteu a Carlos V, rei da Espanha desde 1516 e Imperador do Sacro Império Romano-Germânico. Cortés aportou em abril de 1519 na atual Veracruz (México). Em suas andanças pela península de Yucatán, Cortés recebeu presentes dos nativos, incluídas escravas encarregadas de satisfazerem o apetite sexual dos espanhóis. Entre elas estava Malintzin ou Malinche, que foi tomada por esposa por Cortés, a quem deu um filho. “Marina” era muito inteligente e culta, falava maia e *nahuatl*, a língua do império asteca, além de espanhol.

Cortés percebeu que utilizando Malinche e Aguilar, um espanhol que ficara por sete anos em poder dos maias e havia aprendido sua língua, poderia se comunicar com os chefes das cidades tributárias astecas. Conversando com eles, Cortés percebeu que eram vassalos obrigados pela força. Esta descoberta mudou os rumos da campanha do conquistador, que passou a praticar uma política de sistemática aliança com os povos enfrentados com o poder asteca: “Mandei dois nativos falar com os senhores principais... Prometi-lhes que se se tornassem vassalos de Vossa Majestade seriam muito bem tratados. Três dias depois vieram algumas pessoas principais e pediram perdão [por ter inicialmente resistido] dizendo que haviam feito o que seu senhor lhes determinara, mas que dali em diante passavam a servir a Vossa Majestade muito lealmente”,⁴⁷² relatou Cortés a Carlos V, rei de Espanha.

⁴⁷⁰ Anthony Pagden. *Signori del Mondo*. Ideologie dell’Impero in Spagna, Gran Bretagna e Francia 1500-1800. Bolonha, Il Mulino, 2005, p. 37.

⁴⁷¹ Cf. Stuart Schwartz e James Lockhart. *A América Latina na Época Colonial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

⁴⁷² Hernan Cortez. *O Fim de Montezuma*. Relatos da conquista do México. Porto Alegre, L&PM, 1996, p. 82.

A civilização asteca impressionou os conquistadores espanhóis pelas dimensões dos seus templos e pela sua organização política. Para os conquistadores espanhóis oriundos da pequena nobreza, a conquista representava, além da obtenção de riquezas, ampliação do seu poder político junto à coroa. Quando os espanhóis chegaram à capital asteca (Tenochtitlan) ficaram impressionados com sua riqueza e precisão arquitetônica. O chefe Moctezuma impediu qualquer tipo de atitude contrária aos espanhóis, pois acreditava que eram enviados do deus Quetzalcoatl. O governador de Cuba enviou soldados sob o comando de Pánfilo de Narvaez para prender Hernán Cortés por insubordinação, mas ele e seu pequeno exército os derrotaram. Após a derrota, o remanescente da tropa vencida juntou-se a Cortés, com a promessa de dividir a pilhagem que deveriam fazer em Tenochtitlan, onde irrompera uma luta intestina durante sua ausência. A conquista da cidade foi facilitada pelas divisões existentes entre as tribos mexicanas.

Os espanhóis trouxeram consigo reforços, armas, cavalos e escravos, e um escravo negro, de Cuba, que estava com varíola: o escravo morreu logo, mas os índios, que não tinham anticorpos para a doença, começaram a morrer também. Cuauhtémoc, sucessor de Moctezuma, não pode obviamente conter a epidemia de varíola, nem suprir a falta de água potável (os espanhóis haviam destruído os aquedutos que a levavam para Tenochtitlan). O cerco final da cidade durou 93 dias, a queda final foi em 13 de agosto de 1521, data simbólica (e real) da morte do império asteca. A diferença de capacidade militar entre os indígenas e os conquistadores era grande. Os espanhóis empregavam animais no combate, não só cavalos que lhes conferiam maior agilidade e poder contra infantarias, mas também cachorros. Treinados para matar, os cães eram soltos no campo de batalha onde, além de aterrorizarem os índios, faziam grandes estragos.

As técnicas de batalha dos espanhóis foram outro fator de sua vitória: os astecas lutavam para fazer prisioneiros, que eventualmente sacrificavam depois, enquanto os invasores lutavam para matar o maior número de indivíduos, procedimento mais fácil e rápido do que a captura em massa. A superioridade tecnológica dos espanhóis em relação aos astecas era enorme, com armas de fogo e de ferro contra arcos, flechas e armas de sílex e madeira, sem falar na “guerra biológica” que os espanhóis travaram com os índios. A política de alianças com lideranças indígenas de Cortés foi um dos seus maiores trunfos, sendo também usada por Francisco Pizarro na conquista do Tawantinsuyu, o império inca. Ela trouxe para o lado dos espanhóis todos os povos descontentes com a dominação asteca. Os astecas nada faziam para assimilar outras culturas, criando a base para a revolta dos povos dominados por eles, da qual Cortés tirou proveito.

A civilização destruída por eles espantou os conquistadores. Seu principal cronista (“Nenhum capitão nem soldado passou por esta Nova Espanha três vezes seguidas, uma atrás da outra, como eu; de maneira que sou o mais antigo descobridor e conquistador que tenha havido ou que haja na Nova Espanha.... o que hoje vi e com que estive lutando, como boa testemunha ocular e o descreverei, com a ajuda de Deus, muito sinceramente, sem torcer nem para uma parte nem outra”) relatou que, ao chegar em Tenochtitlan, a cidade sobre as águas, capital asteca, viram *“cosas nunca oídas, ni vistas, ni aun soñadas. No sabíamos qué decir o si era verdade lo que por delante parecía... Entre nosotros hubo soldados que habían estado en muchas partes del mundo, en Constantinopla y en toda Italia y Roma, y dijeron que plaza tan bien comparada y con tanto concierto y también tamaña y llena de gente no habían visto”*.⁴⁷³

O real conquistador de Tenochtitlan, à frente de um grande número de guerreiros, foi o chefe indígena “mexicano” antiasteca Ixtlixóchtli. A fome, a sede e a peste tinham se abatido sobre um povo cansado de uma contínua e prolongada luta. Enquanto os astecas foram incapazes de unificar realmente seu império senão pela coerção, os espanhóis obtiveram sucesso com um trabalho aplicado, com a colaboração dos primeiros missionários franciscanos. Depois de sua

⁴⁷³

Bernal Díaz del Castillo. *Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España*. México, Porrúa, 1955.

vitória, Cortés buscou, através da conversão ao cristianismo dos indígenas, manter os povos unidos tanto no México como no sudoeste norte-americano. Em 1528, enquanto Carlos V estabelecia a primeira *Audiência*,⁴⁷⁴ na “Nova Espanha”, Cortés voltou para a península ibérica com o título de marquês do Vale de Oaxaca. Quando o conquistador do México retornou ao Novo Mundo, explorou a Califórnia em 1534. Em 1541 voltou ao novo continente e ainda conduziu uma força militar. Morreu em dezembro de 1547.⁴⁷⁵

Antes da conquista do México, os espanhóis só haviam se deparado com populações indígenas no estágio da caça e da coleta, chegando a acreditar que os indígenas eram pouco mais do que macacos. Segundo o clérigo espanhol Juan Ginés de Sepúlveda, os índios, assim como os negros, não tinham alma, não eram, portanto, passíveis de salvação, não eram filhos de Deus, o que autorizava sua escravização, mas se contrapunha à política papal. Depois da conquista do império asteca e dos povos maias de Yucatán (o que aconteceu simultaneamente com a descoberta e início da guerra contra os incas, no Tawantinsuyu), outro clérigo, o domínico Bartolomé de Las Casas, escreveu sua *Brevíssima Relação da Destruição das Índias*. Ambos os clérigos protagonizaram um importante e definidor debate na Espanha.

Las Casas mostrava que a organização social desses grandes povos e sociedades americanas era extremamente complexa, que possuíam sistemas capazes de concentrar populações gigantescas: Tenochtitlan, na época da conquista era, provavelmente, a segunda maior cidade do mundo, perdendo apenas para Chang’na (Xangai), na China. A teoria de Las Casas teve eco na Europa, mudando a visão sobre os indígenas americanos. Sob sua influência, a escravização dos ameríndios foi proibida pela Igreja, abrindo caminho para o lucrativo tráfico negreiro. Os colonizadores foram obrigados a importarem os negros da África, enriquecendo, dentre outros, a própria Igreja Católica. Os colonizadores espanhóis, que nunca levaram a sério a proibição eclesiástica, inventaram subterfúgios para escravizar os aborígenes.

Na América do Sul, o império inca havia se consolidado setenta anos antes da chegada dos espanhóis. Estendia-se pelos Andes e incorporava as terras da Colômbia, Norte do Chile, Bolívia, Equador, Norte da Argentina e Peru – todos conectados por um vasto sistema de estradas. O conquistador Francisco Pizarro conseguiu com poucos homens a derrota do exército inca em 1532. O verdadeiro golpe pode ter vindo uma década antes, quando os invasores europeus involuntariamente desencadearam uma epidemia de varíola que pode ter matado até 90% dos incas. Documentos da época descrevem os incas como construtores e planejadores de terra, capazes de produzir uma agricultura montanhosa extremamente sofisticada e a construção de cidades, com pessoas que se especializavam no planejamento dos usos agrícolas. Construíram fazendas nas encostas das montanhas cujas culturas – de batata a milho e amendoim à abóbora – foram escolhidas para prosperar nas temperaturas médias para diferentes altitudes, e cultivavam árvores para manter o solo fino em bom estado. Os arquitetos incas projetaram e levantaram enormes pirâmides, sofisticados sistemas hidráulicos, e criaram enormes templos, como Machu Picchu. Com exceções costeiras incorporadas ao império, não havia nenhuma classe comercial na sociedade inca. Alguns produtos tinham de ser importados, para o que o império criou colônias nas zonas de produção específicas, permitindo o comércio de longa distância. A produção, distribuição e uso de matérias-primas eram controlados centralmente. A chave do sistema parece ter sido o sistema tributário: todo membro do império era obrigado a fornecer mão de obra. Nobres estavam isentos, assim como outros membros proeminentes da sociedade inca: os nobres ainda poderiam possuir propriedades, e seus familiares podiam continuar a acumular riqueza.

⁴⁷⁴ As *Reais Audiências* eram órgãos criados pela Coroa para a administração de justiça, integradas por um Presidente, que era o vice-rei ou governador, e de três a cinco *Oidores* (juizes).

⁴⁷⁵ Hernán Cortés era curioso e sensível em relação à comunicação; tornou-se assim o *estrategista* da colonização espanhola. Cortés mostrou-se sempre esquivo com seus interlocutores; obteve informação sobre os índios, mas impediu que eles soubessem de suas intenções. Cortés usou da dissimulação e fez do seu “discurso” um meio para atingir seus objetivos: foi o verdadeiro “político” da conquista espanhola.

À semelhança dos “impérios hidráulicos” do Oriente, os investimentos e inovações giravam em torno da agricultura, para evitar a fome, em vez de estimular o comércio.

No momento da chegada dos espanhóis, o Tawantinsuyu vivia uma guerra civil pelo poder entre os irmãos Wascarr e Atahualpa, ambos supostos descendentes do *Inka*, o mítico líder sagrado inicial. Francisco Pizarro tinha começado a realizar missões de reconhecimento nas costas do Tawantinsuyu no ano de 1524. As expedições de reconhecimento do litoral consistiam simplesmente em chegar até uma praia e manter contato com algum nativo encontrado. Esse contato podia ser por escambo, tentativa de evangelização ou estabelecimento de conversação, estupro e até sequestro de algum índio, para com o contato prolongado aprender o idioma local. Essas expedições, apesar de não passarem do litoral, não servindo para conhecer nenhuma cidade, espalhavam boatos por todo o Tawantinsuyu, e traziam doenças desconhecidas aos ameríndios. Da mesma forma que ocorreu com os astecas, os incas não tinham anticorpos naturais para protegê-los delas, uma simples gripe podia dizimar toda uma cidade.

Em 1528, quatro anos antes de iniciar-se a conquista do império incaico pelos espanhóis, já tinham morrido, numa epidemia, 200 mil índios do Tawantinsuyu, dentre os quais o líder Wayna Kapaq e seu filho mais velho. A morte de Wayna Kapaq foi vista como uma catástrofe pelos nativos. A luta pela sucessão se iniciou em 1529: os povos conquistados pelos incas nas regiões periféricas começaram a se rebelar. Devido ao filho mais velho de Wayna Kapaq também ter morrido (provavelmente de varíola), a liderança foi disputada por Wascarr e Atahualpa, quem finalmente venceu. Pizarro e seus homens foram avançando desde o litoral sem sofrer nenhuma resistência séria por parte dos nativos. Em 15 de novembro de 1532, ele tomou Cajamarca, enviando seu irmão Hernando Pizarro e Hernando de Soto até Quito para convidarem Atahualpa para uma reunião. Em Cajamarca, Atahualpa foi recebido apenas pelo padre Vicente Valverde que imediatamente exigiu que ele e seu séquito se convertessem ao cristianismo e se submetessem à soberania do rei espanhol.

De acordo com a lei espanhola, a recusa permitiria que os espanhóis oficialmente declarassem guerra aos incas. Surpreendido diante da arrogância dos estrangeiros, Atahualpa jogou no chão a Bíblia que lhe foi oferecida. Na guerra que se seguiu, mais de seis mil soldados incas foram imediatamente dizimados e Atahualpa acabou aprisionado no “Templo do Sol”. Em troca da sua liberdade, ele concordou em encher de peças de ouro o grande aposento que ocupava, e se comprometeu com Pizarro a lhe entregar o dobro daquela quantia em prata. Como Wascarr ainda estivesse vivo, Atahualpa determinou a execução do seu irmão, demonstrando que ainda mantinha autoridade. O fato deu oportunidade a Pizarro para mandá-lo executar, sob a acusação de ter cometido doze crimes, dentre eles o de rebelião contra o Reino da Espanha, praticar idolatria e fratricídio. Com a morte de Atahualpa, a invasão espanhola ganhou a adesão de praticamente todas as etnias andinas contrárias aos incas.

O novo *Inka* recebeu os invasores nas portas de Cuzco e, em troca de apoio, ajudou militarmente Pizarro contra os incas que resistiam aos espanhóis: a campanha não foi rápida, custou dois anos de luta aos espanhóis até, em 1535, derrotarem finalmente as tropas fieis ao finado Atahualpa. Devido a que Cuzco estava muito distante da costa, Pizarro fundou Lima, capital do novo vice-reinado, em janeiro de 1535. A cidade solidificou o domínio espanhol sobre o Peru,⁴⁷⁶ foi destinada a capital do vice-reinado e base operacional para as tropas espanholas recém-chegadas. As forças indígenas incas ainda resistentes foram derrotadas por Diego de Almagro: se desatou então uma guerra entre os partidários deste e os de Pizarro, luta

⁴⁷⁶ O nome Peru, dado pelos espanhóis ao vice-reinado que compreendia o antigo Tawantinsuyu, foi criado num dos primeiros contatos dos espanhóis com povos sul-americanos, a partir de uma palavra nativa, que designava um rio. O mesmo vale para México (de *mexica*, povo local), Yucatán (que significa “não te compreendo” em *nahuatl*), etc.

que culminou com a morte de Almagro em 1538. Seu filho, depois, vingou a morte de seu pai, invadindo o palácio de Pizarro e matando-o em 1541. Os indígenas derrotados nos combates contra as tropas espanholas fugiram rumo à floresta amazônica, onde Manko Inka fundou a cidade de Vitcos, capital do novo (e fugaz) Império Inca, Vilcabamba. O reduto manteve a capacidade dos incas de fustigar e ameaçar as autoridades coloniais por mais de duas décadas. Em 1568, assumiu o comando do Peru o vice-rei Francisco de Toledo, que havia feito a última tentativa de paz com os incas por meio dos freis agostinianos. Toledo reuniu uma força militar e liderou a expedição que adentrou em Vilcabamba, tomou Vitcos e capturou Tupac Amaru, o último *Inka*. Apesar das súplicas de sacerdotes cristãos e indígenas, Toledo executou Tupac Amaru em maio de 1572.

A morte de Tupac Amaru marcou o estabelecimento definitivo do regime colonial espanhol no Peru. Existiam ao redor de nove milhões de habitantes no Tawantinsuyu quando da chegada dos espanhóis (existem estimativas que elevam a população indígena até 20 milhões). Certamente havia grande disparidade “tecnológica” (militar) entre europeus e incas, e as doenças foram também um fator de destruição. Para os incas, por outro lado, a guerra consistia num ritual que só podia ser praticado à luz do dia, e requeria diversos preparos anteriores, como gritos e cantorias de desafio ao inimigo. Para os espanhóis, a guerra fazia parte de seu cotidiano desde a Reconquista da Espanha dos árabes. Os espanhóis, por outro lado, de fato, tiveram participação efetiva em poucas batalhas: na maioria das vezes, eles colocavam as etnias dominadas pelos incas para combatê-los. A guerra dos espanhóis pela conquista do “Novo Mundo” foi, assim, uma perfeita “continuação da política por outros meios”. Uma guerra que não vacilou em levar à prática, quando necessário, uma política de extermínio geral e deliberada. A *lenda negra* da conquista americana não foi uma lenda.

A superioridade *política* dos espanhóis (dos europeus em geral) diante dos povos americanos consistia na sua determinação, nascida de sua motivação, que não hesitava diante do genocídio: já para os ameríndios, o extermínio dos soldados vindos do além-mar *não fazia nenhum sentido*. Na colonização francesa da América do Norte, por exemplo, “o objetivo de Champlain era aniquilar os *mohawks*, não vencê-los numa batalha. A guerra europeia não se contentava em apenas humilhar o inimigo e deixá-lo fugir, coisa que a guerra indígena aceitava. O objetivo da guerra indígena era ajustar as fronteiras ecológicas entre as tribos da região. Ao contrário, a meta de Champlain era estabelecer uma posição inatacável para os franceses no interior [do atual Canadá]. Queria matar o máximo possível de *mohawks* não para conquistar a glória do guerreiro, mas para impedir os *mohawks* de interferir no monopólio comercial francês. E tinha a arma para isso: o arcabuz”.⁴⁷⁷

A determinação ibérico-europeia estava vinculada à sua motivação econômica, que se vinculava à expansão ultramarina da Europa. A motivação religiosa foi sua necessária *ideologia*. Além de ideias, porém, foi necessária uma *política*. Pizarro sabia da disputa que estava ocorrendo no império inca, fato que usou para formular uma política de alianças semelhante à que Cortés utilizara anos antes no México. Por meio de sua teia de alianças, Pizarro soube aproveitar o papel que os próprios nativos lhe deram. Finalmente, não utilizou Cuzco, cidade impregnada da presença inca, como capital, mas edificou Lima, adequada para uma terra conquistada a partir de um Estado situado além-mar. Lima, por estar próxima da costa, facilitava a recepção de tropas e materiais vindos das diversas partes do novo império colonial, ou até da própria Espanha. O atual Peru sofreu uma desintegração geral de sua cultura nativa como resultado do choque da invasão espanhola, através da implantação de estruturas sociais justapostas às antigas redes sociais do império inca.

A desintegração começou por uma série de mudanças nos sistemas econômicos, como a eliminação da redistribuição estatal que caracterizava o mundo inca, a implantação da moeda para o pagamento de tributo; ao mesmo tempo se exigia da população local o trabalho de

⁴⁷⁷ Timothy Brook. *Op. Cit.*, p. 47.

exploração das minas de prata e de ouro. As populações nativas começaram a abandonar territórios, deixando-os como “terra de ninguém” que a coroa espanhola confiscou para logo vendê-los aos mesmos espanhóis. A implantação de *encomiendas*,⁴⁷⁸ e a percepção de tributos permitiu despojar os índios. O processo de evangelização desestruturou a cultura e a sociedade indígena, que foi levada a praticar seus cultos de forma escondida: a desconfiança dos índios para com a Igreja Católica era obviamente devida a que esta era “a maior associada na exploração colonial”.⁴⁷⁹ Os sacerdotes católicos aproveitavam sua posição para cobrar tributos dos índios para a construção de seus templos; ao mesmo tempo se implantava a Inquisição, como método para prevenir os cultos nativos, já que sobre todos pendia a ameaça de um juízo por heresia.

“O sistema econômico trazido pelos invasores europeus substituiu uma economia baseada principalmente nos valores de uso por uma economia baseada principalmente nos valores de permuta. Ideologicamente, o que podemos caracterizar como uma relação social com a natureza, baseada no respeito ao mundo natural, foi substituída por uma visão instrumental da natureza, uma natureza ordenada por Deus talvez, mas criada para a dominação humana”.⁴⁸⁰ no romantismo *après la lettre* dessa afirmação, os ameríndios, dotados de grande diversidade histórica e cultural, são dissolvidos *in toto* na categoria de “produtores de valores de uso em condições de respeito da natureza”, povos sem história.

Os colonizadores europeus, na verdade, não substituíram na América uma ideologia naturalista com outra instrumentalista, mas expropriaram, mediante violência extrema, as populações indígenas de suas posses e instrumentos de produção. Fizeram isso, não porque pensassem (se é que pensavam algo a respeito) instrumentalmente em relação à natureza, mas porque pensavam comercialmente em relação aos motivos que os levaram, arriscadamente, para terras longínquas com o apoio, e a partir das necessidades, de suas metrópoles, sem as quais jamais teriam vindo arriscar a pele além-mar.

Ouro e prata, não Deus ou uma almejada humanização da natureza, eram as molas propulsoras da conquista e da colonização ibero-americana. Ao contrário de outras nações colonizadoras, Espanha conseguiu localizar e dominar vastas áreas mineradoras, onde a população já trabalhava na extração de metais preciosos. Era necessário ampliar essa capacidade de extração, com a finalidade de abastecer a metrópole. Tomaram-se algumas medidas que engendraram uma poderosa máquina burocrática. No entanto, a máquina emperrava devido às distâncias e à cobiça dos funcionários. Durante a fase da conquista, a Coroa não despendeu maiores recursos. Os *adelantados* ficaram encarregados de conquistar territórios, apropriando-se de suas riquezas e de sua população, podendo utilizá-las como bem entendessem, desde que obrigados a pagar determinados impostos à Coroa.

Para fazer frente aos desmandos e à cobiça dos *adelantados*, a coroa espanhola, na metade do século XVI, procurou substituí-los por funcionários nos quais pudesse confiar, sobretudo no relativo aos repasses que os colonizadores deviam realizar. Foram então criados os Vice-Reinados e as Capitanias Gerais. A *audiência*, que primitivamente era um simples tribunal, passou a acumular funções não só judiciárias: era formada pelo Vice-Rei (quando sua sede era a mesma sede do Vice-Reinado) e vários ouvidores, isto é, juízes. Suas funções podem ser resumidas em fiscalização e vigilância sobre todos os funcionários. As cidades passaram a ser administradas pelos *cabildos*, uma espécie de câmara municipal dos colonizadores, presidida por um alcaide e composta por um número variável de regedores. Os mecanismos de poder

⁴⁷⁸ A *encomienda* consistia na “atribución de cierta cantidad de indios o una comunidad entera a señorios españoles, que pasaban a dominar sus tierras y usufructuar el producto de su trabajo”.

⁴⁷⁹ Darcy Ribeiro. *Las Americas y la Civilización*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1985, p. 149.

⁴⁸⁰ Larissa V. Brown. Plantações, pastos e portos: economia colonial e mudanças ambientais no Brasil. In: John M. Monteiro e Francisca L. N. de Azevedo (orgs.). *Raízes da América Latina*. São Paulo, Edusp, 1996, p. 247.

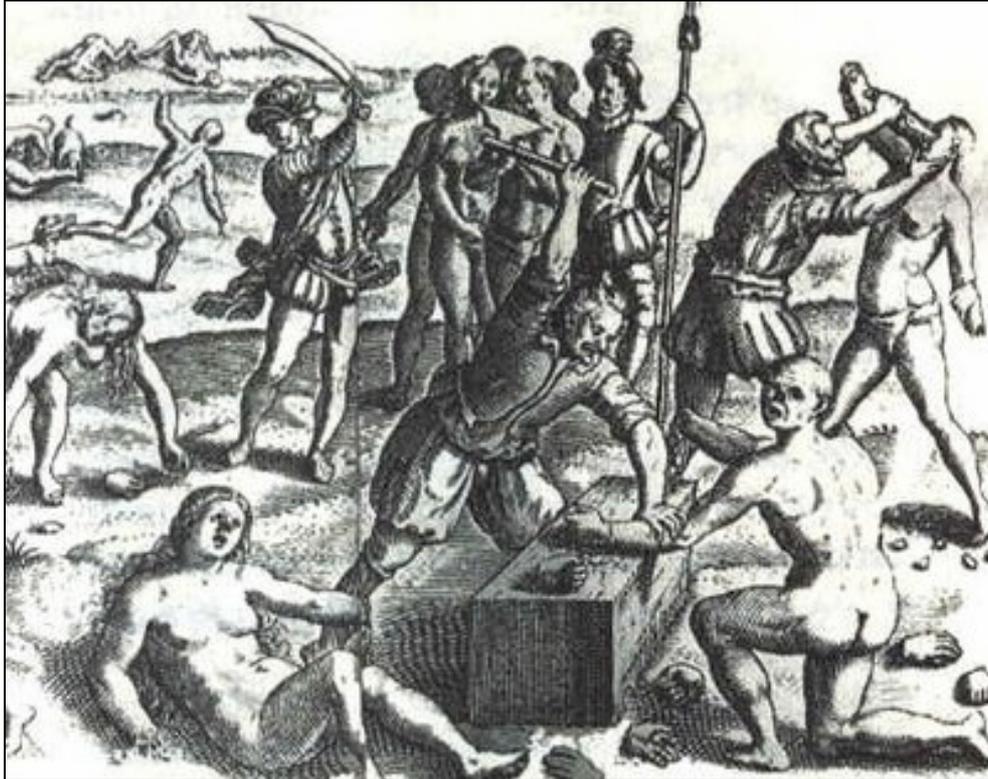
colonial se alicerçavam também em dois grupos sociais nativos privilegiados, os *kurakas* e os *yanacunas*, compostos por setores já dominantes na antiga ordem social do império incaico.

Os *kurakas* eram os intermediários entre a reciprocidade do Inka com os *ayllus*. Ao se estabelecer a colônia espanhola, findo o domínio do Inka, o *kuraka* começou a tomar as funções deste, estabelecendo com os espanhóis uma relação de servilismo, como intermediário entre o *hacendado* ou *encomendero* espanhol e o índio do *ayllu*. O *kuraka* afirmava sua autoridade de forma despótica, obrigando os índios a trabalhar fora do âmbito da reciprocidade, pois precisavam buscar rendas fora de suas comunidades. Houve na América a prática do *indirect rule*, consistente em investir autoridade derivada do poder colonial a líderes tradicionais dos grupos nativos. Os *yanacunas*, autoridades indígenas na colônia, durante o Império Inca eram meros servidores da autoridade.

Na colônia espanhola que sucedeu o império, eles aumentaram em número, até configurarem uma classe social diferenciada. O *yana* tinha sido um servidor da casta dirigente incaica; como servidores dos espanhóis não pagavam tributo e não iam à *mita*, trabalho compulsório para os colonizadores, configurando-se como uma categoria social privilegiada. O estatuto de *yana* permitia escapar do tributo, mas não vinculava com nenhuma comunidade, o que significava que não podia cultivar terras de sua comunidade de origem, vagando pelos caminhos do vice-reinado, formando uma comunidade amorfa e móvel. Isto foi criando uma grande massa de índios descontentes. A antiga sociedade inca, fortemente hierarquizada, passou a ser mais nivelada, diferenciando-se em errantes, submetidos ao controle espanhol, e sedentários, sob a exploração do *kuraka*. Manteve-se o *ayllu*, organização comunitária submetida à autoridade central, mas em um contexto diferente, sem as antigas reciprocidades e redistribuição da riqueza. Essa foi a solução empírica achada pelos colonizadores espanhóis para criarem um sistema de dominação estável na colônia.

Nos trinta anos posteriores à primeira viagem de Colombo, os espanhóis ocuparam também as Grandes Antilhas. Apenas a Ilha de São Domingo tinha estimados quase 500 mil habitantes indígenas. O trabalho forçado imposto pelos espanhóis, e as doenças por eles trazidas, fizeram com que em 1510 ficassem reduzidos a 50 mil; na década de 1530, eram apenas 16 mil. Na época do descobrimento, a população indígena total da América Latina teria sido de 80 milhões de habitantes, segundo certas estimativas.⁴⁸¹

⁴⁸¹ Os historiadores hispanófilos, contrários à chamada “Lenda Negra da Conquista”, defenderam que a população indígena americana era só de 11 a 13 milhões ao momento da chegada de Colombo, enquanto os “indigenistas” apontaram entre 90 e 112 milhões. Ponderações mais realistas supõem que América tinha 80 milhões de habitantes em 1492 (Heraclio Bonilla, *Los Conquistados. 1492 y la población indígena de las Américas*. Bogotá, FLACSO, 1992).



Contato entre civilizações

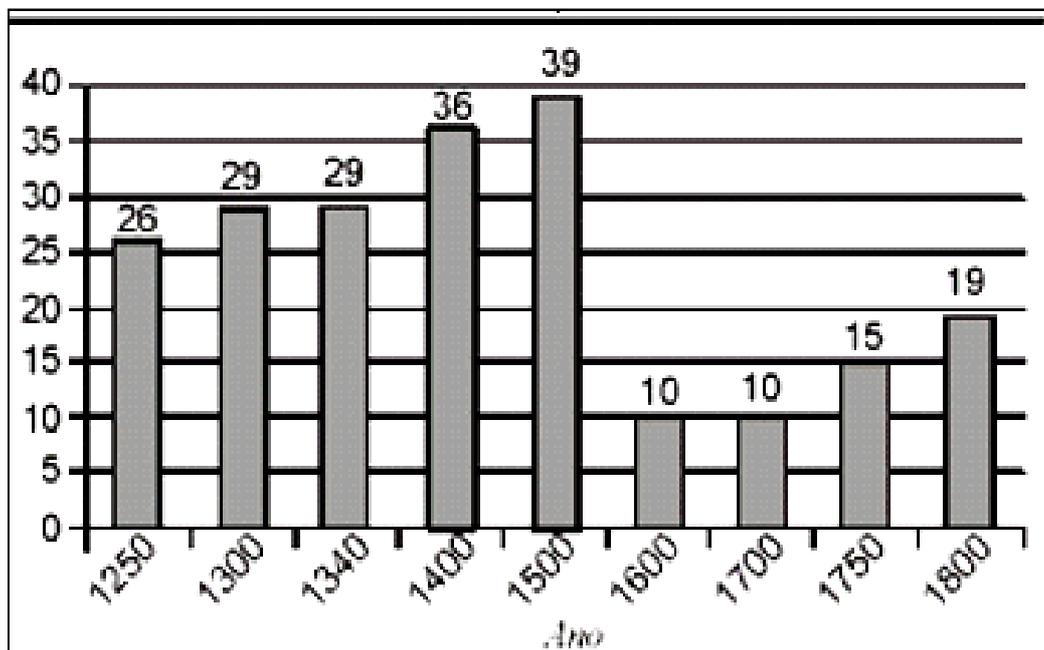
Em 1800, a população total do subcontinente era de apenas 15 milhões, incluindo também os brancos, negros e mestiços. Com base nessas estimativas, a destruição dos indígenas americanos atingiu entre 2/3 a 3/4 da sua população. Outro fator da catástrofe indígena foi a migração e o deslocamento involuntário. Em suas campanhas, os conquistadores os levavam junto para que carregassem seus apetrechos, cozinhassem e os servissem. Em Bogotá, por exemplo, chegaram indígenas *mexicas*, incas e quéchuas, acompanhando os conquistadores em suas expedições. As grandes distâncias geográficas que percorreram determinaram o falecimento de muitos nativos. Muitos indígenas do entorno das cidades espanholas foram também levados pelos *encomenderos*, a quem a Coroa dava posse sobre um ou vários povos indígenas para que os servissem.

A população das cidades espanholas na América dos séculos XVI e XVII era majoritariamente indígena. Muitos residiam nas casas dos espanhóis, que chegavam a ter até 30 ou 40 índios como serviçais. As mulheres eram a maioria, os indígenas se estabeleceram nos bairros ao redor das residências dos espanhóis. Possuíam lotes, por eles comprados ou doados por seus amos, onde construíram choupanas circulares, semelhantes às que tinham nos povoados de origem. Nos testamentos dos indígenas colombianos, bem como nos das demais regiões da América hispânica, emerge com especial importância a miscigenação, que surgiu muito cedo. As mulheres indígenas contavam em seus testamentos os relacionamentos com seus amos e a prole que com eles conceberam. Os mestiços, filhos da conquista, tiveram vidas diferentes. Poucos foram reconhecidos pelos pais e receberam algum legado testamental.

A maioria, como todos os filhos nascidos ilegítimos, cresceu ao lado de suas mães e de suas famílias indígenas. As mulheres indígenas tiveram papel central na nascente sociedade colonial. Muitas viveram aprisionadas no serviço doméstico. Outras se empregaram no comércio varejista, percorrendo cidades e centros mineiros. Outras vendiam diferentes produtos em lojas e feiras. Houve também as que administravam alguma hospedaria, onde indígenas, mestiços e mesmo espanhóis pobres faziam as refeições. Havia ainda as que emprestavam pequenas quantias em dinheiro para obter alguma renda. O desempenho econômico das mulheres indígenas resultou fundamental para o sustento das suas famílias,

como suporte dos mais fracos, dos que sucumbiam ao licor ou ao jogo, como escapatória diante da opressão da sociedade colonial. As mães indígenas legavam frequentemente a seus filhos sua casa, com uma cláusula obrigatória: nunca poderiam vendê-la.

Evolução estimada da população das Américas (em milhões de habitantes) 1250-1800



Tzvetan Todorov chamou o massacre e morticínio dos povos originários americanos de “maior genocídio da história da humanidade”.⁴⁸² O processo foi multifacetado. Após a destruição e/ou submissão das populações autóctones, os colonizadores obrigaram-nas a trabalhar forçadamente para eles, num regime de semiescravidão, facilitado pela Coroa espanhola através dos institutos criados para o disciplinamento e exploração da mão de obra indígena, pelos quais as comunidades indígenas deviam fornecer mão de obra, durante certo período do ano, para os empreendimentos da colonização (as minas, em primeiro lugar). Este regime, junto com os constantes deslocamentos de população, e suas condições horrosas de trabalho, foram fatores decisivos do extermínio dos indígenas americanos.

O novo mundo do capital, originado (concebido) na Europa, mas nascido no mundo, ergueu-se sobre o pedestal de milhões de mortes e do aniquilamento de povos e culturas extra europeias, uma marca de nascença que o acompanharia em todo seu percurso histórico. A repulsa que na América Latina provoca a celebração oficial da conquista e colonização do continente, cinco séculos depois de acontecidas, o movimento de emancipação negra, presente não só na África, mas também em todos os continentes para onde escravos africanos foram transportados,⁴⁸³ são a prova da vigência desse passado na memória coletiva.

⁴⁸² Tzvetan Todorov. *A Conquista da América*. A questão do Outro. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

⁴⁸³ Em finais do século XIX, foi na América que surgiu o pensamento panafricanista, com dois líderes negros que vincularam África com sua diáspora no Caribe: Silvestre Williams e George Padmore. O primeiro era advogado, nascido em Trinidad Tobago. Em 1900, organizou em Londres uma conferência para protestar contra o acaparamento das terras da África pelos europeus, que foi o ponto de partida do pan-africanismo político, retomado pelo afroamericano W.E. Du Bois, de família haitiana, nos EUA. Na mesma época, Marcus Garvey, nascido na Jamaica, fundou nos EUA a UNIA (Associação Universal para a Superação do Negro); o movimento pela emancipação negra se expandiu simultaneamente na África, na Europa e na América.

14. O “HOMEM” E SEU DUPLO

O sistema colonial jogou de uma só vez pela janela todos os velhos ídolos. Proclamou a produção de mais-valia como a finalidade última e única da humanidade (Karl Marx, **O Capital**)

Durante a colonização da América, a Coroa espanhola alarmou-se com a rápida diminuição da população indígena. À Coroa não convinha esse extermínio indígena (que só produzia enormes ganhos de curto prazo aos seus executores, os colonizadores), mas a implantação de um sistema tributário sobre as comunidades (compostas de aborígenes e colonos), viável no longo prazo. A autoridade real aprovou uma série de leis visando conter a voracidade dos colonizadores peninsulares, reunidas na "Compilação de Leis de Índias". A Igreja, em especial os jesuítas, contribuiu com esse esforço, enviando contingentes evangelizadores que, ao mesmo tempo, visavam o cumprimento dessas leis. As missões jesuíticas no Paraguai permitiram poupar a vida de boa parte da população indígena da região - os guaranis - da fúria exploradora dos colonizadores. A ordem dos jesuítas surgira em 1540, em pleno desenvolvimento das cisões protestantes do cristianismo,⁴⁸⁴ como “ordem guerreira” a serviço do papado. Na sua certamente perigosa tarefa americana, os membros da ordem deram vazão à sua vocação para o martírio “*ya ofrecida la vida por atraer a Dios Nuestro Señor a esta desamparada gente*”, nas palavras do sacerdote jesuíta Roque González.

Na conquista do México, depois de derrubado o império asteca, os sacerdotes cristãos instaram os nativos a se converterem ao verdadeiro Deus (o cristão), por ser ele infinitamente bom, abandonando os cultos politeístas baseados na idolatria (incluindo “deuses maus”) e suas práticas “bárbaras” (sacrifícios humanos, principalmente). A esse argumento tipicamente monoteísta e humanista, “os mexicas responderam que lhes parecia injusto que se lhes pedisse que abandonassem cerimoniais e rituais que seus ancestrais tinham elogiado e considerado como bons”. Depois de acenar com um possível levantamento popular caso esse abandono fosse proposto, “repetiram que já era difícil o bastante admitir a derrota e que antes de renunciar aos seus deuses preferiam morrer”.⁴⁸⁵

A esse problema, principal, somou-se outro. O choque entre os religiosos, especialmente os jesuítas em missão, e os colonos europeus, era inevitável. Os colonizadores ibéricos só podiam migrar para América se recebessem autorização real (estatal): “A colonização espanhola da América constitui um exemplo de política metropolitana de migração e povoamento fixada por lei”.⁴⁸⁶ As primeiras *audiências* espanholas na América (instituições representativas dos colonizadores, de poderes limitados) se queixaram à Coroa da péssima qualidade humana dos contingentes colonizadores, em que predominavam criminosos e vagabundos de toda espécie, que agiam em detrimento da obra evangelizadora e construtora supostamente almejada pela metrópole para os novos territórios.⁴⁸⁷

A Companhia de Jesus se tornou a principal força política na sociedade colonial, nos séculos XVI e XVII, diante de uma desorganizada administração colonial e dos próprios colonos, divididos e enfrentados em seus interesses imediatos:⁴⁸⁸ “A lei natural, inscrita no coração dos homens e reconhecida pela razão, está nitidamente separada da lei humana, pois esta é instaurada pela vontade do soberano. Essa noção tomista de lei e de direito natural foi a resposta dos teólogos da segunda escolástica para retirar legitimidade à prática predatória dos conquistadores, ao mesmo tempo em que validou juridicamente o processo de formação das sociedades coloniais americanas. Quando Francisco de Vitoria [de quem falaremos adiante]

⁴⁸⁴ Ignacio de Loyola, fundador da ordem jesuíta, coexistiu na Universidade de Paris com Jean Calvin.

⁴⁸⁵ Hugh Thomas. *Op. Cit.*, p. 63.

⁴⁸⁶ Richard Konezke. *América Latina*. La época colonial. Madri, Siglo XXI, 1979, p. 50.

⁴⁸⁷ A coroa inglesa destinou para vários de seus territórios ultramarinos criminosos comuns cuja manutenção em prisões onerava o orçamento estatal (por exemplo, os contingentes iniciais enviados para a Austrália).

⁴⁸⁸ Carlos A. M. R. Zeron. *Linha de Fé*. A Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial. São Paulo, Edusp, 2011.

fundamentou no direito natural o 'perfeito domínio' das sociedades ameríndias, a sua soberania, abriu-se a via para a Coroa de Castela se contrapor aos conquistadores, os quais haviam sido úteis, num primeiro momento, para tomar posse das novas terras, mas em seguida se tornaram concorrentes da monarquia, ao impedirem a pacificação da terra e se tornarem insubmissos".⁴⁸⁹

Os conflitos entre alguns setores religiosos e os colonos foram, no entanto, anteriores à fundação da ordem jesuíta. Antonio Montesino (1475-1540), frade dominicano que chegara à América no primeiro contingente missionário, pronunciou um histórico sermão na véspera do Natal de 1511: "*¿Con que derecho y con que justicia tenéis en tan cruel y horrible servidumbre aquestos índios? ¿Con que autoridad habéis hecho tan detestables guerras a estas gentes que estaban en sus tierras mansas y pacíficas?*". O sermão teve forte repercussão na metrópole, obrigando a intervenção do monarca espanhol, Fernando o Católico (1452-1516).

As *Leyes de Burgos* foram por isso promulgadas em dezembro de 1512, e foram complementadas por quatro preceitos ditados pela Corte em Valladolid, em julho de 1513. O conjunto das chamadas "Leis de Índias" buscava organizar e regulamentar o uso da força de trabalho indígena para explorar o novo continente em proveito da metrópole, ou "reformular para conservar", educando e disciplinando a elite colonial: "A grande novidade desse corpo geral legislativo ou corpo básico do estatuto indígena radica em tratar-se da primeira ordenação trabalhista de caráter social publicada no mundo, sem precedentes na Europa. Foi também a primeira ditada para o Novo Mundo, sob ordem expressa, ademais, de ser impressa e divulgada o mais amplamente que fosse possível".⁴⁹⁰ Em 1537, uma Bula do Papa Paulo III declarou os índios da América "creaturas humanas e livres", insusceptíveis portanto de escravização.

Antonio Montesino teve influência em Bartolomé de Las Casas, frade dominicano que exerceu responsabilidades administrativas nas colônias da Espanha (na capitania de Guatemala), e veio a ser chamado de "protetor dos índios" devido à sua defesa destes, na polêmica com o padre Ginés de Sepúlveda, e à sua oposição à escravidão indígena. Deve-se, contudo, assinalar que a ação humanitária da Igreja não punha em questão os institutos do trabalho forçado dos indígenas. Na sua versão mais favorável aos índios, a do frade Las Casas, propunha, no máximo, a substituição do trabalho indígena por escravos importados da África, e considerava a ação evangelizadora o objetivo legitimador da colonização.⁴⁹¹ Las Casas denunciou: "A causa pela qual os espanhóis destruíram tal infinidade de almas foi unicamente não terem outra finalidade última senão o ouro, para enriquecer em pouco tempo, subindo de um salto a posições que absolutamente não convinham às suas pessoas. Não foi senão sua avareza que causou as perdas desses povos, e quando os índios acreditaram encontrar algum acolhimento favorável entre esses bárbaros, viram-se tratados pior que os animais e como se fossem menos ainda que o excremento das ruas; e assim morreram sem fé e sem sacramentos tantos milhões de pessoas".⁴⁹²

Com o decorrer do tempo, a preocupação de Las Casas com a "religião verdadeira" (e seus sacramentos) cedeu o passo a preocupação humanista. Pois o frade dominicano, embora

⁴⁸⁹ Carlos A. M. R. Zeron. A outra face da Lua. *Revista de História* nº 170, São Paulo, FFLCH-USP, janeiro-junho 2014.

⁴⁹⁰ Luis Arranz Márquez. *Alonso del Espinar y las Leyes de 1512-1513*. Madri, Alianza, 1987. Cf. também: Bartolomé de Las Casas. *Historia de las Indias*. Madri, BAE, 1957; Maria L. Martínez Salinas. *Las Leyes de Burgos de 1512*. Burgos, Imprensa, 1991.

⁴⁹¹ Jorge Luis Borges ironizou a posição de Las Casas no relato que abre sua *Historia Universal da Infâmia*: "Em 1517 o P. Bartolomé de las Casas teve muita pena dos índios que se extenuavam nos laboriosos infernos das minas de ouro antilhanas, e propôs ao imperador Carlos V a importação de negros que se extenuassem nos laboriosos infernos das minas de ouro antilhanas".

⁴⁹² Bartolomé de Las Casas. *O Paraíso Destruido*. A sangrenta história da conquista da América. Porto Alegre, L&PM, 2001, p. 32.

influyente, foi exceção dentro de sua instituição: “O endosso religioso de uma política escravista com fundamentos racistas foi uma condição importante para que as relações de trabalho entre as raças fossem o que foram”, pois “dados os parâmetros religiosos de época, essa imposição seria difícil de aceitar caso as populações em causa fossem etnicamente semelhantes”. Uma das consequências da catástrofe demográfica ocorrida na América nos séculos XVI e XVII foi que “a queda da população possibilitou a formação de extensos latifúndios, com proprietários brancos, espanhóis ou *criollos*, mas quase nunca índios ou negros. A escassez de mão de obra, juntamente com a abundância de terra, gerou a utilização desta última como forma de garantir a primeira. Expandiram-se as múltiplas formas de parceria, inquilinato, colonato, agregatura, *yanaconazgo*, etc. Institucionalizou-se o minifúndio no interior do latifúndio, instrumento deste para manter mão de obra barata e constante. A irrelevância demográfica, produto do extermínio, combinada com o baixo poder aquisitivo da população, fez com que América Latina participasse da expansão do capitalismo internacional fundamentalmente como exportador de matérias primas, e não como mercado”.⁴⁹³

A conquista e a submissão indígena a trabalhos forçados (na forma da escravidão, ou em outras) foram feitos em nome da cruz cristã. A Igreja Católica (e, depois, as igrejas protestantes na América do Norte) assumiram responsabilidade direta na submissão indígena. Quanto às leis “humanitárias” da Coroa, “a fórmula dos colonos era: obedece-se, mas não se cumpre. O argumento era que o futuro econômico de todo o sistema seria comprometido pela aplicação das leis de proteção ao índio, e que o importante era proteger a obra colonizadora (incluída a evangelização) contra as visões irrealistas da metrópole. Muitos teólogos e pregadores apoiavam esse ponto de vista”.⁴⁹⁴ Eis a opinião de uma testemunha dos fatos: “Os atos de barbárie e os perversos ultrajes perpetrados pelas chamadas raças cristãs em todas as regiões do mundo, e contra todos os povos que puderam subjugar, não encontram paralelo em nenhuma época da história universal, e em nenhuma raça, por mais selvagem e inculta, impiedosa e impudica que fosse”.

A ideia da inferioridade indígena era absolutamente estendida entre os colonizadores, que tratavam os nativos “como animais estúpidos”, segundo uma carta de frades franciscanos e dominicanos à época; para os europeus, os “índios” eram “não dotados para o casamento ou para receber a fé”: “Os cristãos dizem isso para que se pense que eles só são capazes de extrair ouro, tarefa para a qual lhes ensinaram muito mais do que para a assimilação da fé”.⁴⁹⁵ Incapaz de financiar com recursos próprios o processo de doutrinação, pacificação, reorganização social e legitimação política empreendida pela Igreja, a Coroa espanhola outorgou a esta o direito de arrecadar em seu próprio proveito o dízimo.

Mais de mil *mayorazgos* foram criados ao longo do período colonial, radicados a maioria em propriedades rurais de modestas dimensões, estabelecidas por agricultores, religiosos e membros das elites de província. Não obstante, os *mayorazgos* mais importantes, que consolidaram verdadeiros estados territoriais propriedade de uma só família, foram originariamente fundados pelos descendentes dos primeiros conquistadores e encomendeiros, que possuíam relações familiares com os ricos mineiros e funcionários. A colonização do Novo Mundo mudou também a cultura e o cotidiano europeu, em primeiro lugar a agricultura e a alimentação: o milho, a batata, o tomate, muitas espécies de feijão, a pimenta vermelha, o cacau e o tabaco trouxeram mudanças significativas no cardápio europeu, inclusive nos mais humildes. Essas novidades produziram modos alimentares diferenciados dos que existiam na Idade Média, elevando o conteúdo calórico, a expectativa de vida, e fortalecendo a complexão física dos europeus.

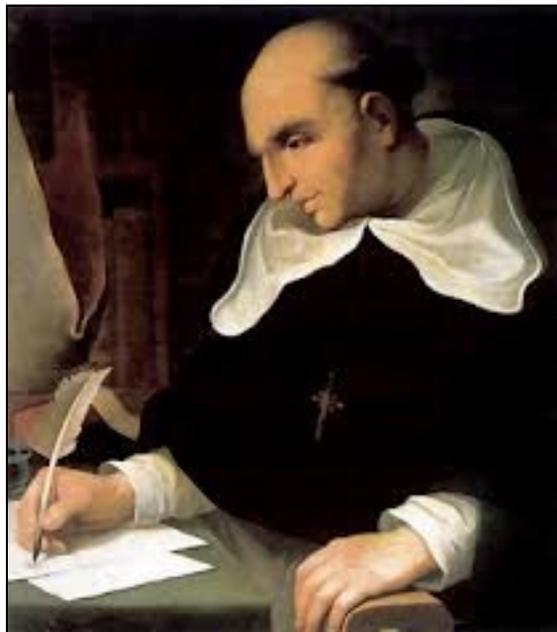
⁴⁹³ Gláucio Ary Dillon Soares. *A Questão Agrária na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, pp. 38-39.

⁴⁹⁴ Pierre Vilar. *Op. Cit.*, p. 159.

⁴⁹⁵ *Apud* Gustavo Gutiérrez. *Dieu ou l'Or des Indes Occidentales*. Las Casas et la conscience chrétienne. Paris, Cerf, 1992, p. 37.

No final do século XVI, o jesuíta José de Acosta ainda defendia a continuidade geográfica entre Ásia e América, “por uma motivação religiosa, porque a teologia excluía a possibilidade de uma humanidade poli genética; a explicação do povoamento de América poderia ser explicada por uma migração de origem asiática”,⁴⁹⁶ o que suporia um insuspeitado e precoce conhecimento jesuíta da genética. A população americana era, de fato de origem asiática. O problema não era sua origem, mas sua cultura. A descoberta de povos “completamente diferentes” (“outros”), o fenômeno da “alteridade”, foi considerada um fato decisivo para o nascimento do chamado “espírito moderno”, na sua versão religiosa (Bartolomé de Las Casas) ou, bem depois, laica (Rousseau e o mito do “bom selvagem”).⁴⁹⁷

O “espírito das Luzes” alimentou-se nessa vertente: “Las Casas transcende a sua época, porque admite plenamente que índios fossem 'outros', diversos dos europeus, tendo o direito de conservar sua originalidade; (inquietação) que se tornou laica no mito do bom selvagem que aparece em Montaigne e Rabelais, desenvolvido nos séculos XVII e XVIII”.⁴⁹⁸ Mas é questionável a atribuição de uma universalidade humanista ao cristianismo “modernizado” e ao racionalismo moderno dele derivado.⁴⁹⁹ O contato com os indígenas americanos, de fato, pôs um problema de princípios que o pensamento (laico ou religioso) da época não conseguiu resolver.



Bartolomé de Las Casas

⁴⁹⁶ Bartolomé e Lucile Bennisar, *Op. Cit.*

⁴⁹⁷ O humanismo italiano já tinha reproposto o “antropocentrismo” a partir do Renascimento. Entre os séculos XIV e XVI, os avanços científicos e técnicos (Galileu, Paracelso, Gutenberg) nos campos da matemática, física, medicina, começaram a tomar espaço na cultura europeia. A filosofia e a literatura em geral despontaram como uma atividade intelectual renovada no interesse pelos autores, filósofos ou poetas, da Antiguidade clássica.

⁴⁹⁸ Marianne Mahn-Lot. *Op. Cit.*, pp. 91-93.

⁴⁹⁹ Não cabe aqui estender-se acerca do racionalismo, fator central da cosmovisão moderna, definido como a atitude filosófica que afirma que tudo o que existe tem uma causa inteligível, mesmo que não possa ser demonstrada. O racionalismo privilegia a razão em detrimento da experiência do mundo sensível como via de acesso ao conhecimento, e considera a dedução como o método superior de investigação. René Descartes (1596-1650), Baruch Spinoza (1632-1677), Wilhelm Leibniz (1646-1716), Immanuel Kant (1724-1804) foram seus principais representantes: “Diante das abstrações conceituais da escolástica, levantou-se repentinamente uma filosofia objetiva que analisou a consciência humana, encontrando nela não só a certeza do conhecimento claro, mas também a da existência de Deus” (Carl Gebhardt. *Op. Cit.*, p. 45). G. W. F. Hegel (1770-1831) identificou o racional ao real, supondo a total inteligibilidade deste último. O racionalismo é baseado nos princípios da busca da certeza e da demonstração, sustentados por um conhecimento a priori, ou seja, conhecimentos que não provêm da experiência, sendo elaborados somente e exclusivamente pela razão.

“A fraqueza dos índios tem uma dimensão descomunal na interpretação lascasiana. Em seu propósito de convencer que o índio é um ser desarmado e impessoal, Las Casas chega a pintá-lo simplesmente como um imbecil”.⁵⁰⁰ Não só isso: “Os suicídios coletivos, os abortos praticados pelas mulheres índias, mencionados por Las Casas circunstancialmente (na *História das Índias*) são sempre atribuídos ao medo-pânico que os índios tinham do espanhol. Às vezes, o dominicano faz menção das doenças que dizimaram as populações, que os historiadores assinalam como a causa principal da catástrofe demográfica da América. Essa imagem da destruição e da violência está irremediavelmente associada a uma visão derrotista da América que se perfila como componente de uma historiografia que tem privilegiado muito mais o primeiro termo da relação entre conquistadores e conquistados. Nesse sentido, a obra de Las Casas exerceu uma influência notável entre historiadores, ensaístas e romancistas do continente. *As Veias Abertas da América Latina* de [Eduardo] Galeano, não é mais que a reedição (em sentido figurado), quatrocentos anos depois, da *Brevíssima Relação*. Encoberta pela destruição e o genocídio, os dois temas prediletos do discurso lascasiano, se desenvolve a ideia de que a conquista abateu-se sobre povos pusilânimes, covardes, de antemão destinados à derrota”.⁵⁰¹

No debate ocorrido em 1550, em Valladolid, Las Casas se opôs às teses do padre Ginés de Sepúlveda, que considerava América como uma região inóspita povoada de seres inferiores, e era defensor da ideia da desigualdade dos índios em relação aos europeus (recorrendo à autoridade de Aristóteles, como faziam os humanistas da época, declarou àqueles “escravos por natureza”) e incentivador da ideia de “guerra justa”. A *guerra santa* dos cristãos ibéricos contra os muçulmanos era assim substituída pela guerra justa (*bellum iustum*). A antiga noção de “guerra santa” tinha sido tomada emprestada pelo cristianismo ibérico de seus antigos senhores árabes: após a morte de Maomé, os califas (substitutos do “enviado de Alá”) utilizaram-se das guerras, admitidas no Alcorão na propagação do islamismo (“guerras santas”), para unificar a península arábica e iniciar uma expansão que, no final da Idade Média, envolvia a península ibérica, o Norte da África e o Oriente Médio. Através das conquistas no Norte da África, ocorreu um aumento enorme da extensão do império, bem como uma revolução na máquina de guerra islâmica; os berberes (povo do Norte da África, da região da Numídia) se converteram ao islamismo e tomaram para si a responsabilidade de invadir a Espanha visigótica.

Conquistada Espanha pelos árabes (no século VIII), sua dominação na península durou oito séculos, que forjaram uma língua e uma civilização multi-étnica e multi-cultural sem par na Europa ou no próprio Império Islâmico. O conflito permanente que a permeou desaguou na “Guerra de Reconquista” conduzida pelos príncipes cristãos, concluída em finais do século XV, da qual a conquista e colonização da América se considerou continuadora. A equação política monarquia-nobreza-clero-burguesia urbana nascida dessas circunstâncias foi também original.

⁵⁰⁰ Héctor Hernán Bruit. América Latina: 500 anos entre a resistência e a revolução. *Revista Brasileira de História* n° 20, São Paulo, março 1990.

⁵⁰¹ Héctor Hernán Bruit. Visão ou simulação dos vencidos? *Anais V Congresso ADHILAC*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1990. O que em Las Casas era limitação histórica, virou simples encobrimento em autores contemporâneos. O romancista mexicano Carlos Fuentes dedicou *El Espejo Enterrado*, aos “homens que se dedicaram a desentranhar, no solo obscuro do continente, os veios de luminosidade, partindo sempre da Espanha, mãe-pátria, que nos deu, pelo menos, a metade de nosso ser”. Fuentes, para encobrir a violação sistemática de mulheres indígenas escravizadas ou submetidas, praticada pelos colonizadores, abusou da falácia mais reiterada: “A ausência de hostilidade sexual de espanhóis e portugueses logo criou uma maioria mestiça”. A primeira sociologia e historiografia brasileira utilizou o argumento da permissividade sexual consensual, no quadro da escravidão negra e índia, para explicar a “miscigenação” do país. Todo religioso que criticasse os hábitos de um senhor ou propusesse casamento ou oficialização de sua relação com negras ou índias, era expulso das terras, ofendido e até perseguido. O senhor não aceitava ordens, nem mesmo dos representantes de Deus. Quem decidia sobre sua vida e atuação era ele, e mais ninguém, configurando um paternalismo em que o exclusivismo senhorial a respeito das coisas que envolvem suas terras, quem nelas habita e seus costumes. Os padres geralmente não apoiavam o concubinato praticado pela elite senhorial, mas não conseguiram combatê-lo.

As Cortes peninsulares possuíam relativa independência respeito do poder real, e nelas o peso da burguesia urbana era maior do que nos Estados absolutistas europeus. No final desse século, os Reis Católicos criaram a *Santa Hermandad* entre as Cortes cidadãos de Espanha, com vistas a acelerar a guerra contra os “mouros”, e a fortalecer à burguesia em seu conflito contra a nobreza, para debilitar ambas as classes em favor do poder absolutista dos reis.

No século seguinte, o Império ibérico se consolidou com Carlos I (V da Alemanha) cujo super-absolutismo entrou inevitavelmente em conflito com as Cortes: “Quando Carlos I voltou da Alemanha, onde tinha recebido a dignidade imperial, as Cortes se reuniram em Valladolid para receber seu juramento às antigas leis [de relativa independência das Cortes] e para coroá-lo. Carlos não compareceu, e enviou seus representantes, para eles receberem o juramento de lealdade das Cortes. As Cortes não os receberam e comunicaram ao monarca que se não se apresentasse e jurasse as leis do país, não seria reconhecido como rei da Espanha. Carlos se submeteu; apresentou-se às Cortes e prestou juramento de muito má vontade. As Cortes lhe responderam: ‘*Habéis de saber, señor, que el Rey no es más que un servidor retribuido de la nación*’”.

Revertendo a aliança precedente (monarquia-burguesia versus nobreza) a nobreza passou a apoiar o rei contra a burguesia cidadina. As insurreções vitoriosas dos *comuneros*, burguesia urbana, chegaram a convocar uma Assembleia das Cortes (1520), exatamente em Tordesilhas, o que motivou Carlos I a privar todos seus deputados de direitos pessoais. A aristocracia ficou como observadora do conflito, até os *comuneros* agitarem os movimentos agrários anti-senhoriais e chamarem às armas, deflagrando uma guerra civil que concluiu na vitória da nobreza em Villalar (abril de 1521) e na decapitação dos principais líderes rebeldes (Bravo, Padilla e Maldonado). A grande consequência desse desfecho foi a consolidação da aliança monarquia-nobreza que deixou doravante Castela, sede da monarquia, ancrada em um conservadorismo social e econômico medieval: “Carlos voltou-se então contra os nobres que o haviam ajudado a destruir as liberdades das cidades, nobres que conservavam uma influência política considerável. Um motim em seu exército por falta de pagamento obrigou-o a convocar as Cortes para obter fundos. Mas as Cortes, indignadas pelo fato de subsídios precedentes terem sido utilizados em operações alheias aos interesses espanhóis, recusaram-se a aprovar a solicitação. Carlos, irado, as dissolveu; aos nobres que insistiam em manter o privilégio da isenção impositiva, lhes respondeu excluindo-os do direito de fazer parte das Cortes, excluindo-os delas”.⁵⁰²

Foi um golpe mortal contra as Cortes, reduzidas desde esse momento, por vários séculos, à realização de cerimônias obsequentes de palácio, e a consolidação do absolutismo monárquico. O terceiro setor das Cortes, o clero católico, que desde os tempos de Fernando o Católico pusera à Santa Inquisição a serviço da Espanha nobre, ganhou um novo lugar de destaque, convertendo à Igreja no mais poderoso instrumento do absolutismo real de Carlos e de seus sucessores, e ganhando para si um estatuto dominante decisivo no Estado. As velhas liberdades urbanas foram queimadas nas fogueiras da Inquisição, os *fueros* das cidades desapareceram sob o brilho sinistro dos *autos de fé*.

A colonização da América espanhola foi realizada sob a égide da hegemonia clerical, daí a importância da Igreja e do clero católico nela. E daí que o conflito suscitado pelo questão do estatuto civil do conquistado/colonizado da América se refletisse, em primeiro lugar, em termos religiosos (cristãos). Na nova interpretação ibérico-católica da guerra expansiva (a “guerra justa”), o índio fazia *ius* à vida desde que aceitasse os fundamentos de fé católica. A evangelização tornou-se, portanto, a “grande missão” e justificativa dos conquistadores e colonizadores. Não foi por outra razão que o frade Sepúlveda fez a defesa teológica da conquista espanhola na América. A religião organizada sempre fomentou a empatia coletiva

⁵⁰² Karl Marx, no *New York Daily Tribune*, 9 de setembro de 1854, assim como a citação precedente (In: Karl Marx e Friedrich Engels. *La España Revolucionaria*. Moscou, Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1972).

entre seus membros, ao mesmo tempo em que limitou o sentimento empático pelos indivíduos que não fazem parte do mesmo grupo. A posição de Sepúlveda não era e expressão de um anacronismo medieval, mas de uma modernidade ainda expressa em termos religiosos, isto é, limitadores da capacidade empática de ver o *outro* como semelhante na partilha de determinados sentimentos, desejos e angústias.

O “outro inferior” não foi uma anomalia, mas uma componente orgânica da modernidade. Sepúlveda citou um dos princípios da *Política* de Aristóteles para justificar sua posição: “Quando os homens diferem entre si tanto quanto a alma difere do corpo, ou um homem de um animal, eles [os ‘animais’] são escravos por natureza, porque é melhor que estejam sob a autoridade de um senhor”. Na *bellum iustum* proposta pelo clero eram legítimas as sanções contra os vencidos, incluída a escravidão. A Igreja, porém, introduziu uma distinção: só poderiam ser escravizados os índios “infiéis” (ou “pagãos”), os que aceitaram a fé cristã só podiam ser obrigados a pagar um “resgate” (mediante a *encomienda* e outros institutos de trabalho forçado). Sepúlveda tinha certamente uma concepção hierárquica da sociedade e considerava natural que homens superiores, representantes da perfeição, da força e da virtude (os espanhóis) dominassem os inferiores, sinônimos de imperfeição, fraqueza e vício (os índios).

Isso não significa que Sepúlveda possuísse uma visão da humanidade baseada em conceitos pretéritos. A “guerra justa” era legitimada por Sepúlveda em termos “modernos”, na medida em que os valores dos homens superiores seriam os valores *universais* e, ao impô-los à força sobre os outros, estariam fazendo um bem à humanidade. Bartolomé de Las Casas, ao contrário, era partidário da ideia da igualdade entre todos os homens, e tomava como linha de argumentação os ensinamentos de Cristo. A guerra contra os índios era injusta, pois eles se limitavam a viver nas suas terras ancestrais e não haviam agredido os espanhóis. Seguindo Tomás de Aquino, Las Casas afirmava que a fé era “um ato livre da vontade” (Aristóteles era para ele um grande filósofo, mas não tinha conhecido o Deus verdadeiro revelado por Cristo). A única colonização admissível era a pacífica, como a que Las Casas tentou realizar na Guatemala. Para rejeitar a justificativa da “guerra justa” contra os ameríndios, Las Casas enfatizava as virtudes, o caráter meigo e pacífico dos índios, vendo a possibilidade de eles se tornarem bons e verdadeiros cristãos.

Ao comparar as duas visões opostas, Tzvetan Todorov concluiu que elas não trouxeram conhecimento sobre o “outro”, pois em nenhuma delas esse “outro” era reconhecido pelo estatuto de ser humano simultaneamente semelhante e diferente. Enfatizando a desigualdade, Sepúlveda construía para o índio uma imagem de não humano, o que justificaria poder escravizá-lo e tomar posse de suas terras e riquezas. Por outro lado, enfatizando a igualdade, Las Casas queria provar que os índios eram naturalmente talhados para a cristianização, e com isso se negava a admitir e a reconhecer a identidade própria do “outro”. Las Casas, para seus críticos, amava nos índios a possibilidade que eles ofereciam de concretizar seu ideal de evangelização. Ele identificava-se aos índios porque via nesse “outro” a projeção de si mesmo. Em sua velhice, porém, o frade dominicano enunciou uma transformação: passou a reconhecer que cada cultura tinha seus próprios valores, e caberia a seus integrantes escolher seu próprio futuro. Após sua longa convivência com os índios, ele chegara à conclusão de que o ponto comum, universal e igualitário entre os homens, não era o Deus da religião cristã, mas sim a própria ideia de divindade. Las Casas, afinal, foi exceção dentro da norma: a função do “humanismo cristão” foi, em última instância, complementar e não contraditória com “a cruz e a espada”.

Na América portuguesa, o clérigo Manuel da Nóbrega defendeu que os índios possuíam memória, entendimento e vontade, as três potencialidades agostinianas da alma, confirmando sua condição humana. A evangelização indígena se justificava. Em 1537 a Igreja, pela bula *Sublimis Deus* do papa Paulo III, reconheceu que os “índios” americanos eram “homens verdadeiros, não somente capazes de abraçar a fé do Cristo, mas também inclinados a fazê-lo”

(sem especificar, claro, como era conseguida tal “inclinação”) e que esses “homens”, “embora estejam fora da fé em Cristo não devem ser privados da liberdade e posse de seus bens, ao contrário, devem poder usufruir livremente dessa liberdade e dessas posses, sem serem reduzidos à servidão”. Na América, clérigos e leigos interpretavam essas normas à sua maneira. Manuel da Nóbrega, no Brasil, e o já mencionado José de Acosta, na América espanhola, defenderam o trabalho compulsório indígena em sua função “civilizadora”, para tornar perene e efetiva a catequese cristã, obstaculizada pela suposta inconstância e maus hábitos dos nativos americanos.

A norma cristã, na conquista, foi exemplificada pela conversão forçada dos índios *pueblo*. Subindo pela costa do Golfo do México, os exploradores espanhóis, sempre acompanhados de monges e padres, entraram em contato com essa tribo no território do atual estado norte-americano do Novo México: diferentes dos índios nômades das planícies do Norte e de outros indígenas mais combativos que os espanhóis encontraram no México e na América do Sul, os *pueblo* viviam em aldeias (os *pueblos*) de casas de tijolos com dois ou três andares, eram pacíficos e praticavam a agricultura. Seguiam uma religião na qual se venerava o "Pai do Céu" e a "Terra Mãe", temiam os demônios que andavam pela crista das montanhas ao pôr do sol, e veneravam os corvos como reencarnação dos seus antepassados. Os *pueblo* tinham, também, um rico templo de deuses, sendo o seu deus principal a “mulher-aranha”. Os clérigos espanhóis, claro, não aceitaram o beijo da mulher-aranha.

As cerimônias “religiosas” indígenas da tribo eram celebradas em pequenas igrejas familiares. Esses pacíficos agricultores logo se tornaram objeto das atenções dos padres espanhóis: os pajés índios foram acusados de bruxaria e executados, as *kivas* (templos indígenas) foram destruídas. Os cultos tradicionais foram proibidos, sob a ameaça (e a prática) de pena de mutilação (os indígenas que não respeitassem a proibição tinham um braço ou um pé “cristianamente” cortados). Apesar disso, alguns índios continuariam a praticar seus cultos, em segredo e à noite. Os padres católicos aproveitaram o fato para dizer que a religião dos índios era a das trevas, pois seu culto era realizado sempre à noite, enquanto o cristianismo era a religião da luz. Revoltas sangrentas pontuaram a cristianização dos *pueblo*, submetidos a uma perseguição religiosa que só cessou depois da anexação do território pelos EUA... em 1847. A perseguição religiosa aos indígenas tornou-se independente de sua original função legitimadora colonial.

Os missionários vindos inicialmente à América, no entanto, já traziam consigo conceitos abstratos sobre Estado, lei e direito natural, que foram sendo especificados no contexto achado na colônia, onde sofreram modificações que foram sendo incorporadas pela teologia jurídica metropolitana e pela nascente filosofia política, voltando depois à América, onde caucionaram escolhas que já vinham sendo realizadas, na prática, desde o século XVI.⁵⁰³ O confronto metropolitano sobre os nativos americanos foi decisivo na formação do direito internacional moderno e do seu conceito fundamental, a *soberania* (soberania nacional sobre seu próprio território, e soberania sobre territórios conquistados situados além-fronteiras). Esse direito nasceu, na verdade, do processo de expansão colonial europeu, mais do que dos conflitos internos na Europa.

O debate sobre a legitimidade da conquista da América se expressou formalmente em termos *teológicos* (nos sermões de Montesinos ou no debate entre Las Casas e Sepúlveda), mas teve um conteúdo *moderno*, laico, que esteve na base do Direito Público Internacional contemporâneo, desde o século XVI. Nas suas lições de 1542 sobre *A Guerra Justa*, o teólogo dominicano Francisco de Vitoria defendeu o *direito natural* dos índios às suas terras, e rejeitou a “Doutrina do Descobrimento”, que concedia aos europeus títulos e direitos de propriedade sobre as Américas. Segundo Vitoria, o dom divino da razão outorgara aos povos nativos, enquanto seres humanos, direitos e obrigações, entre os que se incluía a propriedade e o

⁵⁰³

Carlos A. M. R. Zeron. *Op. Cit.*

domínio das suas terras. Quando os povos nativos resistissem a essas normas (obrigações incluídas), que eles obviamente não conheciam, as guerras contra eles estavam justificadas, incluídas as guerras de conquista.⁵⁰⁴ Considerado (com Hugo Grotius e Alberico Gentili) um dos fundadores do Direito Internacional, Vitoria alicerçou e elucidou a legitimidade da colonização na distinção entre títulos *ilegítimos* (os referidos à conquista e ocupação dos novos territórios) e *legítimos* (os referidos à colonização e civilização dos povos indígenas).⁵⁰⁵

As guerras contra os indígenas americanos já tinham acontecido, mas não com essa justificativa. Francisco Pizarro conduziu as guerras contra os incas para lhes impor formalmente a obediência e o respeito pela autoridade universal do Papa e do imperador espanhol, o que Vitoria rejeitou por princípio. Pizarro e Cortés escravizaram os aborígenes americanos e se apoderaram de seus bens (ouro, sobretudo) para punir sua rebelião contra o imperador (Carlos V), cujo direito de posse americano se apoiava na “doação” do máximo pontífice (Tratado de Tordesilhas) e ocuparam suas terras, “repartindo” seus habitantes para evangelizá-los, segundo o mandado papal. Na negação desse argumento, Vitoria lançou uma primeira pedra, decisiva, contra o poder temporal da Igreja, contra a “cidade de Deus” agostiniana (um ataque que, depois, se estenderia, por outras mãos, para o poder espiritual). Nas *Relectiones sobre Indias* (1539), ele desmontou a argumentação que justificara o comportamento dos conquistadores, o *Requerimiento* (aos “índios”) dos juristas espanhóis Palacios Rubio e Matias de Paz. Carlos V não era, segundo Vitoria, senhor do mundo, nem poderia privar os índios de suas propriedades e soberania em virtude de um mandato papal. Não poderia sequer lhes impor tributos com essa base. Os americanos nativos teriam até o direito de rebelião contra essas medidas, caso lhes fossem impostas.

Tão tomista quanto Bartolomé de Las Casas, Francisco de Vitoria reconheceu que os espanhóis tinham se defrontado, na América, com sociedades urbanas organizadas, com leis, poder político e religiões próprias. Os indígenas estavam, portanto, dotados de razão. Seus territórios e posses não poderiam ser investidos nem expropriados. A prática da sodomia (denominação para a homossexualidade) por parte dos aborígenes não poderia justificar uma agressão armada, porque era um pecado como tantos outros e tão disseminado que, caso justificasse a guerra, levaria a uma guerra constante contra todos os países e povos. Já o canibalismo e os sacrifícios humanos, constatados nos aborígenes americanos, não eram moralmente suportáveis, e autorizavam a guerra para proteger os sacrificados: Vitoria introduzia assim o *direito de tutela* que, doravante, não só justificaria a colonização externa, mas também as “guerras humanitárias”. A servidão (ou escravidão) natural proposta por Sepúlveda era uma condição perene, a tutela proposta por Vitoria previa a emancipação (potencial e/ou futura) do indivíduo tutelado.

Sobre a base do *ius societatis et communicationis* configurou-se a filosofia “moderna” da conquista ibérica da América. Partindo da *humanidade* dos indígenas, Vitoria expôs os direitos e deveres políticos comuns a colonizadores e colonizados, por ele tratados como *iguais*. Os índios não poderiam ser expropriados de seus bens, pela sua suposta falta de cultura ou de fé verdadeira. Eles só poderiam ser confiados à tutela do poder colonizador se estivessem em situação de miséria ou de atraso, sendo esta necessariamente reconhecida pelas suas lideranças (ou representantes), cujo consenso se tornou parte integral da empresa colonizadora espanhola.⁵⁰⁶ As teses de Vitoria foram elaboradas depois do conhecimento dos relatos sobre a conquista do Império Inca e sobre a morte de Atahualpa por Pizarro. Antes da conquista do Peru já existia a norma do assassinato, punição, de cem indígenas para cada

⁵⁰⁴ Anthony Anghie. *Imperialism, Sovereignty and the Making of International Law*. Nova York, Cambridge University Press, 2005

⁵⁰⁵ Margarita Cantarelli. Francisco de Vitoria, a doutrina colonial para o Novo Mundo. In: Claudio Brandão et al (eds.). *História do Direito e do Pensamento Jurídico em Perspectiva*. São Paulo, Atlas, 2012, p. 167.

⁵⁰⁶ Luciano Pereña. Il processo alla conquista dell'America. In: Laureano Robles (ed.). *E la Filosofia Scoprì l'America*. L'incontro-scontro tra filosofia europea e culture precolombiane. Milão, Jaca Book, 2003.

cristão assassinado, norma praticada pelos conquistadores desde a segunda viagem antilhana de Colombo. As teses vitorianas serviram de base, junto à doutrina lascasiana, para as “Leis Novas” de novembro de 1542, que restringiam as encomendas e a escravidão dos indígenas, mas que davam sustento duradouro à imposição do poder imperial-colonial sobre eles. Do humanismo teísta até o ulterior iluminismo laico, a *razão* europeia balançou entre esses argumentos relativos à legitimidade da empresa colonial e à escravidão indígena e africana.

A modernização da colonização ibérica não mudou o eixo da submissão das populações nativas: “Na transição do índio selvagem ao índio civilizado e cristão, as normas jurídicas que ordenavam as práticas sociais no espaço da redução não eram leis civis, mas leis canônicas e, sobretudo, leis naturais... Esse eixo jurídico, é fundamental notar, teve validade durante todo o período colonial, incluindo as reformas pombalinas e borbônicas. Pois a Igreja, como o Estado, repôs incessantemente a distância entre o índio e o vassalo cristão durante todo o período colonial, à semelhança do paradoxo de Zenão entre Aquiles e a tartaruga. Quanto àqueles índios que resistiram à missão e à colonização, eles não deixaram de ser incorporados, ainda que a sua revelia, pois se tornavam alvos de guerras justas determinadas pelo direito natural de gentes: toda a margem dos impérios ibéricos na América tornou-se assim um imenso repositório de mão de obra escrava legítima, recrutada entre caribes, araucanos, mindanaos, chichimecas, apaches, aimorés”.⁵⁰⁷



Francisco de Vitoria

O Iluminismo não representou a superação dessa legitimação. Michel Foucault apontou que a razão cartesiana pretendeu dar conta, desde seu nascimento, do Outro, isto é, daquilo que o mundo clássico percebeu e qualificou como o “Mal”.⁵⁰⁸ Michel de Montaigne (1533-1592), descendente de judeus conversos, foi exceção no seu tempo ao apontar as virtudes dos ameríndios e criticar a barbárie europeia, capaz de supliciar (vide Inquisição) inimigos vivos, enquanto aqueles se limitavam a comer inimigos já mortos.⁵⁰⁹ As ciências humanas baseadas

⁵⁰⁷ Carlos A. M. R. Zeron. *Op. Cit.*

⁵⁰⁸ Michel Foucault. *Histoire de la Folie à l'Âge Classique*. Paris, Gallimard, 1977.

⁵⁰⁹ Michel de Montaigne. *Essais*. Paris, InLibroVeritas, 2005 (Capítulo XXX: “Des cannibales”): “Chacun rapporte pour son trophée la tête de l'ennemi qu'il a tué, et l'attache à l'entrée de son logis. Après avoir longtemps bien traité leurs prisonniers, et de toutes les commodités dont ils se peuvent aviser, celui qui en est le maître, fait une grande assemblée de ses connaissances ; il attache une corde à l'un des bras du prisonnier, par le bout de laquelle il le tient éloigné de quelques pas, de peur d'en être offensé, et donne au plus cher de ses amis l'autre bras à tenir de

na ideia da unidade da espécie humana, ideia consagrada pela antropologia, são recentes “porque seu objeto é bastante recente: o homem como objeto científico foi uma ideia surgida apenas no século XIX. Até então, tudo quanto se referia ao humano era estudado pela filosofia”.⁵¹⁰

Tirar o *Homem* do céu da religião ou da metafísica, ao preço de transformá-lo numa abstração científica foi um passo tão incontornável quanto libertar a força produtiva do trabalho humano do trabalho compulsório pela via da exploração do trabalho assalariado; foi realizado com o nascimento das “ciências humanas” e da filosofia moderna como saberes que atestaram a invenção do conceito de homem, transformando o ser humano, ao mesmo tempo, em sujeito do conhecimento e em objeto do saber (o que é o dogma da modernidade filosófica). Marx, no século XIX, deu o passo que o humanismo não conseguiu realizar: “O homem não é um ser abstrato, exterior ao mundo real. O homem é o mundo do homem, o Estado, a sociedade. Este Estado, esta sociedade, produz a religião, uma consciência errada do mundo, porque eles próprios constituem um mundo falso. A religião é a teoria geral deste mundo, seu *compendium* enciclopédico, sua lógica sob a forma popular, seu ponto de honra espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua razão geral de consolação e de justificação. É a realização fantástica da essência humana, porque a essência humana não tem realidade verdadeira”.⁵¹¹

Na “Filosofia das Luzes”, “o eurocentrismo estava constantemente presente, e não era senão através da própria cultura que o europeu percebia a realidade do ‘mundo selvagem’ que, em si mesmo, continuava estranho e inacessível (o que estava em jogo era menos a condição do selvagem, e mais o status do civilizado e o sentido da história humana). Daí a metamorfose do homem selvagem em homem primitivo, como uma maneira de se fazer dele um ser histórico num estágio primitivo de evolução, mas apto para ser civilizado, através do qual o homem europeu poderia se reconhecer, e aprender a se conhecer. O homem primitivo sempre foi o objeto, e o civilizado o sujeito. Quando se denunciava (nas Luzes) o homem civilizado como corrompido e infeliz, longe de se propor a descivilização, o que se defendia era uma sociedade civil digna desse nome”.⁵¹²

O eurocentrismo dos colonizadores, porém, não era um racismo juridicamente explícito. Para Walter Mignolo, houve um “racismo implícito” na divisão tripartite do mundo realizada pelo cristianismo conquistador: indígenas americanos e escravos negros africanos foram classificados desde a perspectiva do homem branco como modelo universal. Nos impérios coloniais modernos, a opressão étnica foi um claro desdobramento da opressão (exploração) *de classe*: os impérios foram concebidos como uma comunidade política “que incluía os indígenas e as castas, não existia um racismo institucionalizado contra eles”.⁵¹³ A noção de

même ; et eux deux, en présence de toute l'assemblée, l'assomment à coups d'épée. Cela fait, ils le rôttissent et en mangent en commun et en envoient des lopins à ceux de leurs amis qui sont absents. Ce n'est pas, comme on pense, pour s'en nourrir, ainsi que faisaient anciennement les Scythes ; c'est pour représenter une extrême vengeance. Et qu'il soit ainsi, ayant aperçu que les Portugais, qui s'étaient ralliés à leurs adversaires, usaient d'une autre sorte de mort contre eux, quand ils les prenaient, qui était de les enterrer jusques à la ceinture, et tirer au demeurant du corps force coups de trait, et les pendre après, ils pensèrent que ces gens ici de l'autre monde, comme ceux qui avaient sexué la connaissance de beaucoup de vices parmi leur voisinage, et qui étaient beaucoup plus grands maîtres qu'eux en toute sorte de malice, ne prenaient pas sans occasion cette sorte de vengeance, et qu'elle devait être plus aigre que la leur, commencèrent de quitter leur façon ancienne pour suivre celle-ci. Je ne suis pas mari que nous remarquons l'horreur barbaresque qu'il y a en une telle action, mais oui bien de quoi, jugeant bien de leurs fautes, nous soyons si aveugles aux nôtres”.

⁵¹⁰ Marilena Chauí. *Convite à Filosofia*. São Paulo, Ática, 1994, p. 281.

⁵¹¹ Karl Marx. *Critique de la philosophie de l'État de Hegel. Oeuvres Philosophiques*. Paris, Costes Éditeur, 1948.

⁵¹² Isabel Alexandre. A colonização científica: algumas considerações. *Estudos* n° 4, São Paulo, FFLCH-USP, outubro 1986.

⁵¹³ Manuel Velázquez Castro. Las promesas del proyecto decolonial o las cadenas de la esperanza. *Crítica y Emancipación* n° 1, Buenos Aires, CLACSO, junho 2008.

superioridade europeu-cristã se alicerçava em argumentos religiosos (cristianismo) e também *econômicos*, isto é, *modernos*.

A mestiçagem não foi a superação do racismo. Raramente surgiam relações fixas entre brancos e negras, ou entre os primeiros e as índias. A miscigenação subordinou-se, então, ao poder de mando e desmando do colono, ao sentimento de propriedade e posse que ele estabelecia em relação aos índios e negros. Usufruiu a hora que quisesse de suas escravas e das índias, não se envolvia com elas mais do que alguns momentos que lhe davam prazer. Não há aqui a afetividade presente na obra de Gilberto Freyre. Daí a definição de Darcy Ribeiro: os primeiros brasileiros o eram por carência, visto que nem seu pai (o branco) nem sua mãe (índia ou negra) o reconheciam como fruto de um amor, de uma afetividade, enfim de uma relação duradoura. Serge Gruzinski retomou conceitos freyreanos usando-os sobre o México colonial, para realizar a análise da criação de uma "identidade mestiça" por meio do processo de ocidentalização: a chave da mescla cultural permitiria decifrar o que muitos chamaram de "desordem de estilos" no México colonial.

Na mesma linha, buscando demonstrar a originalidade do pensamento ocidental, genuinamente "mestiço", gerado nos dois lados do Atlântico desde o século XVI, investe contra a ideia de que a ocidentalização foi disruptiva. "A ocidentalização", diz Gruzinski, "não foi apenas uma irrupção destrutiva ou um empreendimento normalizador, já que participou da criação de formas mestiças de expressão". O mesmo valeria mais amplamente para a colonização ibérica, que para o autor foi "uma negociação ininterrupta, uma sequência de compromissos com a realidade indígena".⁵¹⁴ Estas ingenuidades não são, lamentavelmente, inocentes, pois legitimam a empresa colonizadora, com argumentos "renovados". Em alguns casos, os senhores chegavam a adotar escravas ou índias como suas amantes habituais, mas não restringiam a escravidão destas e a prática sexual regada a violência e obrigação de atender à vontade do senhor.

A colonização da América e o debate sobre o estatuto dos povos americanos foi um elemento central na determinação da modernidade. Dirigida contra o obscurantismo clerical teocêntrico, a modernidade emergiu também voltada para a racionalidade, representada pelo homem europeu, "civilizado" e definido em contraposição ao *outro*, desconhecido e "bárbaro". Thomas Hobbes, John Locke e Adam Smith, contribuíram, em momentos diversos, para a ideia do ser humano de natureza racional, autônomo, utilitário e voltado principalmente para a satisfação egoísta de seus próprios interesses. Isto era o resultado, certamente lógico e necessário, da operação de colocar o homem no centro da realidade e do pensamento, em lugar do Deus onisciente e onipresente da era medieval, um homem cujo lugar no mundo não mais se encontrava na sua linhagem familiar, mas naquilo que conquistava através de seu esforço e capacidade de *trabalho*.

A exaltação do individualismo e o egoísmo humano era, nessas condições históricas, a única superação possível do obscurantismo religioso, e o pilar necessário do surgimento da ciência moderna. Mas esse homem "antropocêntrico" foi identificado com o europeu, e este, por sua vez, definiu-se na sua oposição ao *não europeu*. Para Montesquieu, (escrevendo em... 1748): "Se eu tivesse que defender o direito que tivemos de escravizar os negros, eis o que diria: o açúcar seria muito caro, se não se cultivasse a planta que o produz por intermédio de escravos. Aqueles a quem nos referimos são negros da cabeça aos pés e tem o nariz tão achatado que é quase impossível lamentá-los. Não podemos aceitar a ideia de que Deus, que é um ser muito sábio, tenha introduzido uma alma, sobretudo boa, num corpo completamente negro (...) É impossível supormos que tais gentes sejam homens, pois, se os consideramos homens, começaríamos a acreditar que não somos cristãos".⁵¹⁵ Em que pese essa profissão de fé, a obra

⁵¹⁴ Serge Gruzinski. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002; contrapor com: Stuart Schwartz. *Segredos Internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo, Companhia das Letras, 1985.

⁵¹⁵ Charles de Montesquieu. *O Espírito das Leis*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

de Montesquieu, uma das definidoras da modernidade política, foi posta no Índice do Vaticano em 1751.

O racionalismo moderno teve seus expoentes decisivos em Descartes e Newton, mas atingiu sua mais desenvolvida expressão na filosofia da história de Hegel, que definiu o “homem moderno” como o dono absoluto da história, em oposição, justamente, aos antigos habitantes do Novo Mundo: “Os americanos vivem como filhos, que se limitam a existir, longe de tudo o que signifique pensamento e fins elevados”.⁵¹⁶ Isso não expressava apenas um preconceito geral e difuso (embora não inocente), um “eurocentrismo”. O americano seria uma criatura humana, mas não um homem no sentido pleno do termo. A vontade de Deus, expressa através do Papa, poderia legitimar a guerra de conquista contra os “infiéis” adultos, mas não a colonização baseada no direito de *tutela* de criaturas consideradas infantis. A necessidade histórica, baseada na mudança da necessidade material implicava a mudança da *ideologia*.

O “homem moderno” (europeu) era o adulto, o ameríndio, a criança, precisando esta ser *tutelada*: foi dessa maneira que o racionalismo burguês conciliou a exigência dos nascentes direitos humanos com a realidade da escravidão e da servidão colonial, que “jogou pela janela os velhos ídolos”. Hegel tratou de modo semelhante os negros africanos, postos eles também numa espécie de infância irresponsável da história humana que, para ele, começava na China Antiga. Certamente, não se tratava ainda do explícito racismo ulterior (originado no século XIX), que se baseou na suposta superioridade de uma “raça”, como quer que ela fosse definida, pois o racionalismo postulava a superioridade do *direito natural*, nascido da substituição da superstição e do hábito, pela Razão. O pensamento burguês emergente, tanto na sua versão laica como na sua vertente religiosa, o racionalismo abstrato, foi por isso incapaz de pensar a unidade concreta da espécie humana, isto é, sua unidade multifacetada, desigual e contraditória, baseada no *desenvolvimento desigual* de uma única espécie, dotada das mesmas qualidades e natureza humanas.

O racionalismo moderno foi também incapaz, pelo mesmo motivo, de criticar senão tardiamente a escravidão, o outro alicerce da exploração da América e da África: entre os séculos XVI e XIX, como vimos, mais de 11 milhões de escravos africanos foram “exportados” para a América (contra 2,5 milhões de europeus, não escravos). Os traslados se faziam nos porões de barcos superlotados (onde os negros viajavam acorrentados), que provocaram uma mortandade imensa de africanos. A escravidão moderna começou a ser usada no Caribe, depois da oposição oficial ao uso dos índios (quase totalmente exterminados) para trabalhar nas grandes lavouras. A instituição estendeu-se depois para quase toda a América. Ainda no século XIX, quando a escravidão já tinha sido abolida em quase todo o continente, ela foi mantida nos EUA e no Brasil. Em três séculos e meio, quase 400 mil escravos africanos foram importados para a América do Norte, mais de um milhão e meio para a América Central, quase 3,8 milhões para o Caribe, e mais de 3,6 milhões para o Brasil.

Os *philosophes* europeus preconizaram o fim da escravidão ao mesmo tempo em que os próprios administradores coloniais o faziam. E, sobre o genocídio indígena, afirmava-se ainda no avançado século XX: “Quaisquer que tenham sido os defeitos dos colonizadores, o governo espanhol, na metrópole, apoiado pela Igreja Católica, fez o melhor que pôde para proteger os interesses de seus novos súditos [os índios], se bem que seus decretos não eram respeitados pelos *criollos*”.⁵¹⁷ Os *criollos* teriam sido, então, os agentes do mal, os culpados por ignorância dos verdadeiros fins elevados da Igreja ou do Estado no processo colonizador.

Os aspectos “humanitários” da política indígena metropolitana, na verdade, se alicerçaram sobre a recomendação de Las Casas, a substituição do índio pelo negro africano, o que fez nascer esse “negro” indiferenciado como categoria humana separada e sobreposta à diversidade social e cultural preexistente na África subsaariana, que poucos criticaram de

⁵¹⁶

G.W.F. Hegel. *Lecciones sobre Filosofía de la Historia Universal*. Madri, Revista de Occidente, 1974.

⁵¹⁷

J. Halcro Ferguson. *El Equilibrio Racial em América Latina*. Buenos Aires, EUDEBA, 1963, p. 45.

modo radical: “Os historiadores tratam, de hábito, todas as classes de escravos como se mostrassem semelhança monolítica, mas poucos desses historiadores adotariam o único princípio justificável de tal procedimento - *os negros são negros*”.⁵¹⁸ O *negro* contemporâneo foi criado pela escravidão colonial moderna, tanto quanto o *índio* foi criado pela colonização “europeia” que, por sua vez, criou o *uropeu*, apresentado pela filosofia como o “homem moderno”, o suposto único portador da universalidade humana.

Os limites do humanitarismo religioso eram objetivos, isto é, determinados não pela doutrina cristã, mas pela realidade e necessidades objetivas das potências colonizadoras. Os primeiros franciscanos que chegaram ao México, em 1524, impregnados de *joaquinismo*, consideravam próxima a “última era do mundo”, isto é, um período de paz, de reconciliação e de conversão geral ao cristianismo, que precederia o fim da história humana. Os dois franciscanos mais conhecidos na “conquista espiritual” do México no século XVI, Motolonia e Mendieta, tinham a convicção de poder reconstituir a idade de ouro da Igreja primitiva do outro lado do Atlântico, longe da cristandade europeia perversa, com os índios pobres e simples. Mendieta sonhou levar os indígenas da “Nova Espanha” a viver “na virtude e na paz; ao serviço de Deus, como num paraíso terrestre”, o que era também a esperança dos jesuítas que criaram as “reduções” do Paraguai, em benefício dos índios guaranis.

Os jesuítas haviam estabelecido no Paraguai um pequeno império particular feito de reduções (redutos), pequenas aldeias fortificadas na floresta, onde viviam os índios convertidos ao cristianismo, mas a correção das fronteiras coloniais colocou alguns desses redutos em território português. Portugal, país católico, mantinha à época a escravatura: os portugueses tentaram roubar aos jesuítas os índios para depois vendê-los como escravos; Espanha aprovou. O Papa interveio em favor de Portugal, excomungando os jesuítas das reduções. Depois, um exército, com os canhões e espadas benzidas pelos padres a serviço do Estado, atacou as reduções, massacrou os jesuítas e tomou os índios como escravos. Um *Te Deum* solene celebrou a vitória. Pouco depois o Papa interditou a ordem dos jesuítas, culpada por não ter servido com lealdade à família Bourbon, reis de França e de Espanha, monarcas absolutos e grandes amigos da Igreja Católica. Onde existiu, a piedade religiosa sucumbiu diante dos imperativos da “razão de Estado”, incluída a razão do Vaticano, ainda poder temporal. O papel da Companhia de Jesus na gestão colonial da mão de obra indígena foi um fator da progressiva laicização da Igreja que preparou o advento do Estado laico na Europa.⁵¹⁹

Para Tzvetan Todorov, a superioridade da *comunicação* dos europeus lhes permitiu a conquista da América mediante o massacre das populações locais. O índio teria sido incapaz de conceber “o outro”, porque “devido às viagens marítimas para Ásia e África, os conquistadores europeus estavam mais preparados para a diversidade e tinham maior ‘abertura de espírito’ que os índios americanos. Ao perceberem que os estrangeiros não eram inferiores e que não podiam ser submetidos, os índios passaram a divinizar-los”.⁵²⁰ Para Todorov: “Isto é tão importante que torna sem sentido comemorarmos a descoberta *ou condenarmos o genocídio que se seguiu*. Este foi o início dos tempos modernos, de nossa história moderna”.⁵²¹

⁵¹⁸ Eugenio D. Genovese. *O Mundo dos Senhores de Escravos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 18.

⁵¹⁹ Marcel Gauchet. *Le Désenchantement du Monde*. Une histoire politique de la religion. Paris, Gallimard, 1985.

⁵²⁰ A explicação beira a idiotice. Tocamos aqui o limite da tentativa estruturalista de explicar um fato histórico: o estruturalismo “nega os nexos existentes entre a sociedade e a língua e, ao subtrair esta última da prática social na qual se manifesta [distingue] a língua das outras instituições baseadas na realidade social objetiva”. Ora, “a comunicação é ato social par excellence, onde se encontram as próprias relações sociais. Seu estudo permite compreender as relações sociais que nela se exprimem”, mas as relações sociais e sua evolução histórica estão fora do escopo da abordagem estruturalista (Florence Carboni. *Estruturalismo e linguagem: a negação do homem*. In: CEM/RS. *Os Trabalhos e os Dias*. Ensaios de interpretação marxista. Passo Fundo, UPS, 2000).

⁵²¹ Tzvetan Todorov. *Op. Cit.* A concepção de “alteridade” não era especificamente ibérica, nem europeia. Ela já caracterizava a civilização árabe. Segundo Karen Armstrong, Maomé ofereceu os árabes uma espiritualidade nova, que foi ajustada em forma especial às suas próprias tradições. As caravanas eram importantes para entender

Outra expressão desse ponto de vista encontra-se no escritor mexicano Octavio Paz, para quem nem caberia falar em genocídio, dado que na conquista “a circunstância mais significativa (é) o *suicídio* do povo asteca. (Os povos indígenas) estão presos do mesmo horror, que se expressa quase sempre *como uma fascinada aceitação da morte*”.⁵²² Além de ser uma generalização indevida, que esquece ou ignora a secular resistência de diversos povos indígenas (particularmente nos extremos meridional e setentrional da América), também não é correta a afirmação de que o índio não entendia o que acontecia durante a colonização por sua incapacidade para assimilar a “alteridade”: “No Nordeste americano, e desde o começo do século XIX, os indígenas estavam em contato com os ‘viajantes’ franco-canadenses para o comércio de peles. Estes eram gente pobre, pequenos traficantes, mas que tinham com os indígenas um contato muito íntimo. É muito surpreendente ver quanto o pensamento ameríndio se alimentou pela boca desses viajantes, transformou e integrou uma parte de suas narrativas na sua própria mitologia”.⁵²³

O discurso do suposto “suicídio indígena” reproduz, em sua essência, o raciocínio exposto por Bartolomé de Las Casas acerca da passividade ignorante dos ameríndios, semelhante à de certas espécies animais que foram exterminadas pelos expedicionários europeus devido à sua falta de contato prévio com a espécie humana. Acontece que “o índio não era tão pacífico, obediente e desenganado como o pintou Las Casas. Na realidade, a destruição e o assassinato foram produto, entre outras causas bastante conhecidas, de uma *relação de guerra* que se desenvolveu porque existiam combatentes de um lado e do outro. O conquistador matava porque o índio lhe opôs diversas formas de resistência, a começar pela militar, até as subreptícias, como a ruptura da comunicação verbal”.⁵²⁴

No sul da Patagônia, os *tehuelches* e os *onas* possuíam uma organização social e produtiva que lhes permitiu manter, durante séculos, importantes contingentes populacionais organizados em sociedades, em condições particularmente inóspitas. Foram os últimos povos andinos a serem derrotados, e dizimados, no final do século XIX, depois de terem resistido aos “cristãos”, com os quais não se negavam, no entanto, a coexistir, chegando a aceitar os *gauchos* fugitivos da “lei” nas suas *tolderías* (como o relata a saga argentina do *gaucho* Martín Fierro, de José Hernández).⁵²⁵

A complexa elaboração da mitologia *tehuelche* não surpreende quando se constata a extraordinária habilidade desse povo para assimilar as táticas militares de combate dos

a idiosincrasia do povo árabe. Ao passo delas semeava-se “cultura em desenvolvimento”, os árabes não só precisam de um mercado, mas também e ao mesmo tempo de um conhecimento universal para poder comerciar, por isto o povo muçulmano seria “multicultural”, como garantia de sobrevivência comercial, rasgo que desenvolve a sua tolerância, como forma de vida em frente ao “outro”, sua compactuação com a alteridade (*A History of God*. Londres, Vintage Books, 1999). O *alter* concebido pelos europeus não era um potencial comerciante, vendedor ou comprador, mas um ser a ser conquistado e despojado de seus bens e territórios: a concepção de alteridade da modernidade europeia se alicerçava em bases diferentes da árabe ou da chinesa.

⁵²² Octavio Paz. *O Labirinto da Solidão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 87. Nos 500 anos da “descoberta” da América, o presidente do Uruguai, Julio Maria Sanguinetti, responsabilizou à “unificação microbiana” pelo extermínio indígena, comparando-a às pestes que assolaram a Europa entre 1360 e 1460; e declarando que “a população indígena recuperou-se ao ponto de, três séculos depois, atingir uma cifra parecida à existente na chegada de Colombo”, concluindo que “não se pode falar em genocídio porque ninguém teve vontade de matar”. Para Ernesto Sábato, “se a Lenda Negra [da Conquista] fosse verdadeira, os descendentes desses indígenas submetidos deveriam manter ressentimentos atávicos em relação à Espanha (o que) não é o caso”. O novelista peruano Mario Vargas Llosa chegou a se perguntar “como foi possível que culturas tão poderosas e refinadas, como a dos antigos mexicanos e peruanos, desmoronassem tão facilmente ao primeiro choque com as pequenas hostes de aventureiros europeus? Nesta resposta pode estar a chave do ‘subdesenvolvimento’ da América Latina, esse continente que até agora foi incapaz de materializar todas as esperanças e os sonhos que acompanharam sua história”. E por aí vai (ou foi).

⁵²³ Claude Lévi-Strauss. *Histoire de Lynx*. Paris, Plon, 1991.

⁵²⁴ Hector Hernán Bruit. *Op. Cit.* Para o caso do México, ver: Miguel Leon-Portilla. *Visión de los Vencidos*. Relaciones indígenas de la conquista. México, UNAM, 1992.

⁵²⁵ Cf. Arnoldo Canclini. *Leyendas de la Patagonia*. Buenos Aires, Planeta, 1998.

europeus, fator que lhes permitiu opor resistência militar e manter sua própria organização social durante quase quatro séculos de conquista e colonização espanholas (e, depois, argentina). O sufixo *che*, que na língua *mapuche* e *tehuelche* designa o “homem” em geral, incorporou-se na era colonial ao castelhano e ao português falado no Cone Sul da América Latina, como maneira de dirigir-se familiarmente a outra pessoa, e ao imaginário mundial, séculos depois, através da figura de Ernesto *Che* Guevara.

A derrota dos povos indígenas diante de exércitos inferiores em número, mas vindos de sociedades com maior desenvolvimento das forças produtivas sociais (e, portanto, também da ciência, da técnica e da arte militar) deveu-se a diversos fatores, dos quais um foi, no entanto, o decisivo, o *político*: “As vitórias mais extraordinárias (dos conquistadores) foram exatamente aquelas que opuseram um pequeno número de espanhóis a um grande número de índios organizados em exércitos regulares. A vitória era mais fácil contra exércitos mais poderosos ou estados mais sólidos, e muito mais difícil contra tribos não organizadas, esparsas e nômades. Os antigos impérios dominavam rigorosamente numerosas populações. Para estas, era aceitar com ingenuidade e um pouco depressa demais, substituir o antigo *señorío* por outro. Era a oportunidade para se vingar dos antigos opressores”.

A vitória dos conquistadores/colonizadores foi *política*, antes de ser *militar* e *social*. No sul chileno e noroeste argentino, e nos atuais EUA e Canadá, no entanto, a resistência indígena foi feroz (a Coroa espanhola autorizou, por isso, a escravidão dos índios “bravos” e “de guerra”; a própria Igreja possuiu numerosos escravos dessa origem), e “essas zonas de resistência nos revelam a extraordinária capacidade de assimilação do mundo indígena no plano militar para se apropriar dos meios de defesa, do aprendizado de montar a cavalo ao das armas de fogo; da construção de defesas fixas à aquisição de uma mobilidade extrema: toda a ciência militar espanhola foi assimilada com perfeição e *até mesmo ultrapassada*” (grifo nosso).⁵²⁶ A conquista da América, efetuada pelas armas, devia ser mantida e organizada por outros meios.

O papel da Igreja foi por isso essencial para manter a dominação ibérica dos indígenas americanos (as exceções - Las Casas e os jesuítas - confirmaram a norma), e essa foi sua responsabilidade específica. Quais eram as *políticas* em disputa no conflito entre europeus e ameríndios? Para as potências colonizadoras, tratava-se de submeter a qualquer custo o continente e suas populações, em virtude da lógica de expansão da produção e da circulação mercantil na Europa. Para os índios, nada disso se colocava como alternativa histórica. Claude Lévi-Strauss deu o exemplo das belicosas tribos do Canadá: “Nos conflitos que sempre as opuseram aos canadenses vindos da Europa, eles não pararam de dizer que eles nunca recusaram a chegada dos brancos, que nunca foram seus inimigos. Eles jamais se lamentaram da presença dos brancos, *mas apenas do fato que estes os haviam excluído*”.⁵²⁷

Essa foi a razão central da “superioridade (ou seja, da vitória) militar” dos europeus, e da aparentemente inexplicável derrota dos indígenas americanos: “Para o índio, a guerra é um ritual que não se leva ao extremo. Uma vez o inimigo derrotado, ele é abandonado, pois os guerreiros que demonstraram superioridade estão satisfeitos. Os índios não possuíam o conceito da aquisição territorial, não podendo, portanto, se apropriar da ideia de guerra metódica no estilo europeu”.⁵²⁸ A resistência índia na era colonial americana, que teve um episódio gigantesco com o levantamento de Tupac Amaru e dos Kataris, em finais do século

⁵²⁶ Ruggiero Romano. *Mecanismos da Conquista Colonial*. São Paulo, Perspectiva, 1973, pp. 15-17. Os cronistas indígenas da América do Sul (como Huamán Poma de Ayala) ou mestiços (como Garcilaso de la Vega) pintaram um império inca idílico, onde não havia lugar para divisões de classe, contrapondo-se à exaltação dos feitos dos conquistadores pelos historiadores peninsulares (Aníbal Jáuregui. *La lenta agonía del Tahuantinsuyu*. *Todo es Historia* n° 213, Buenos Aires, janeiro 1985).

⁵²⁷ Claude Lévi-Strauss. *Op. Cit.*

⁵²⁸ Helen H. Jackson. *Un Siècle de Dishonneur*. Paris, UGE, 1972. A autora era esposa de um oficial militar dos EUA. Para o extermínio dos índios do sul chileno e argentino, ver: Liborio Justo. *Pampas y Lanzas*. Buenos Aires, Palestra, 1962.

XVIII na região andina da América do Sul, mudou de conteúdo, porém, ao calor das novas configurações internacionais e das novas relações de classe na América colonizada.

Não só a estratificação e opressão social prévia dos nativos americanos, mas também aspectos de sua cultura foram usados, devidamente reformulados, para sustentar a empresa colonial europeia. No caso das populações dos Andes, a necessidade dos espanhóis de impor a submissão levou à tolerância para com o consumo da coca na cultura indígena: “Ainda hoje nos Andes meridionais, quando dois camponeses indígenas se encontram, primeiro trocam folhas de coca e somente depois começam as saudações. Trocar palavras antes de trocar coca seria uma falta de educação”.⁵²⁹ O uso da coca nos ritos cerimoniais e outras práticas mágicas eram generalizados desde a época das culturas pré-incaicas.

Esse uso se explica pelo caráter da natureza prevaiente: “Ecologicamente, o território das repúblicas andinas parece à primeira vista um dos ambientes menos propícios para o homem: a costa é um verdadeiro deserto e os altiplanos são muito altos, secos e frios”.⁵³⁰ A coca se transformou em um analgésico e tonificante, de caráter natural, frente aos desafios permanentes de uma natureza adversa. Os povos nativos conheciam as propriedades purificadoras de muitas plantas, mas foi a versatilidade da coca o que acabou transformando-a em uma planta “sagrada”.⁵³¹

No mundo indígena andino, as plantações e o consumo das folhas de coca mantinham gravitação em quase todas as atividades da vida social. As primeiras folhas de coca nova se queimavam em oferenda aos deuses tutelares da *Pachamama* (Mãe-Terra). Mascar folhas de coca era um cerimonial solene que se iniciava com o *k'intu*, a forma em que se tomam as folhas apertando-as com o polegar e o indicador. Primeiro, os mais idosos devem *acullicar* ou *coquear* as folhas, depois os compadres e os dirigentes, ao final todos os membros da comunidade. O ato de “acullicar” a coca orientava os seres humanos na evolução da jornada diária, mas também no universo das relações sociais.

No início do processo colonial, os espanhóis viram no uso da coca uma prática supersticiosa e um vício. Sua condena moral, porém, se rendeu à evidência de que eram maiores os benefícios que prestava ao sistema econômico colonial, economizando alimentos para os índios submetidos e explorados nas minas, e propiciando a formação de fortunas (pelo comércio em grande escala da coca) das quais se beneficiaram os *encomenderos*, os mineiros e a Igreja. A coca permitia transformar os *homens* indígenas em *bestas* de carga. E, assim como aconteceu com o ópio vindo da papoula indiana, de consumo generalizado na Inglaterra vitoriana, a transformação comercial da produção da coca andina acabou virando, com a cocaína, a base de um portentoso comércio mundial, de redes criminosas internacionais, e da alienação em massa da juventude, principalmente (mas não só) nas antigas metrópoles coloniais.

A conquista da América, que chegou a ser celebrada como a maior empresa de “civilização” da história,⁵³² supôs a destruição de populações inteiras, no que foi a maior catástrofe demográfica da história humana: algumas estimativas, provavelmente exageradas, calculam que a população ameríndia caiu quase 90% durante o primeiro século de ocupação colonial europeia. Dobyens estimou que, nas principais regiões da atual América Latina, um 95% da população indígena (32,5 milhões de pessoas) foi exterminado.⁵³³ A conquista e a colonização europeias da América foram uma empresa diante de cujo horror a própria Igreja Católica (que

⁵²⁹ José Sánchez Parga. El uso de la droga en las tradicionales sociedades andinas: una lección para la historia. In: AAVV. *Narcotráfico y Deuda Externa*. Las plagas de América. Quito, CERG-CECCA, 1990, p. 67.

⁵³⁰ John V. Murra. *La Organización Económica del Estado Inca*. México, Siglo XXI, 1980, p. 29.

⁵³¹ Brian Inglis. *El Juego Prohibido*. Historia social de las drogas. Gerona, Tikal, 1994. Segundo o autor: “El cambio de actitud hacia las drogas, por el cual llegaron a ser consideradas una amenaza más que algo positivo para la sociedad, tuvo que ver con la decadencia del chamanismo y la aparición en su lugar de religiones organizadas y de sus sacerdotes”.

⁵³² Jan Carew. Columbus and the origins of racism in América. *Race and Class* n° 4, Londres, 1988.

⁵³³ H. F. Dobyens. *The Number Become Thinned*. Knoxville, University of Tennessee Press, 2004.

deveu e deve à conquista americana sua expansão mundial e sua pretensão de exclusividade como religião monoteísta “universal”) recuou da sua intenção inicial de canonizar Isabel de Castela (chamada de “a Católica” por especial licença papal nesse sentido) e Cristóvão Colombo.

O horror da conquista americana só se tornou plenamente compreensível à luz de sua função no nascimento do mundo da mercadoria e do capital, no qual o “ser humano por excelência”, o capitalista, só existe como personificação do *capital*, isto é, como personificação de uma relação social de exploração. A desumanização *real* do negro e do índio (e, depois, do “oriental”) na expansão europeia mundial foi o pedestal histórico da vitória do modo de produção em que o ser humano prostrar-se-ia, desligado da necessidade de deuses intermediários, diante da criação de sua atividade produtiva, libertando economicamente o trabalho humano e realizando simultaneamente sua completa alienação.

A controvérsia sobre a humanidade do “homem não europeu” durante a colonização de América e da África foi o prólogo apropriado para a era capitalista iniciada na Europa: a negação da humanidade do colonizado precedeu e acompanhou a negação da humanidade na classe social explorada pelo capital. O Iluminismo, a ideologia da ascendente burguesia de negócios, nunca quis enfrentar seus limites *de classe*, dos quais era, por outro lado, perfeitamente consciente: “*On n’a jamais prétendu éclairer les cordonniers et les servantes; c’est le partage des apôtres*”, escreveu Voltaire a D’Alembert em 1768.

Apenas dois anos depois, porém, o abade francês Thomas Guillaume Raynal publicava sua *Histoire Philosophique et Politique des Établissements et du commerce des Européens dans les Deux Indes*, depois completada por Diderot e outros autores iluministas (que inspirou a “filosofia da história” de Herder, com sua defesa da dignidade de todas as culturas) celebrando os efeitos civilizadores do comércio internacional e condenando de modo virulento as aventuras coloniais europeias, que ambos autores consideravam não complementares mas antitéticas com o livre comércio. Em 1813, Benjamin Constant declarava que “a guerra é anterior ao comércio”, sendo a primeira “impulsão selvagem”, e “cálculo civil” o segundo. Simultaneamente, numerosas vozes se erguiam na Europa contra a escravidão africana e o comércio negreiro. A acumulação primitiva já tinha concluído, e devia ceder seu lugar ao “civilizado” comércio, e a acumulação comercial devia abrir o caminho para a acumulação capitalista. Mas os efeitos sociais e ideológicos da acumulação primitiva sobreviveram à sua vigência histórica, e se prolongaram até a era contemporânea.

Os povos que pagaram o custo da acumulação capitalista originária esperaram séculos para terem reconhecida sua história pré-colonial, não apenas na forma “antropológica” de coletâneas e compilações de anedotas, mitos ou tradições folclóricas, mas também na forma histórica. Essa história, porém, lhes fora reconhecida formalmente pelos primeiros teóricos da colonização moderna, como Francisco de Vitoria. Sua “incorporação ao circuito histórico” só a partir da sua colonização pelos Estados europeus é uma ideia ainda largamente vigente. O moderno colonialismo europeu, baseado em preceitos iluministas, produziu uma constituição hierárquica da realidade; todas as culturas, povos e territórios do planeta, foram integrados numa “universalidade radicalmente excludente”,⁵³⁴ ou seja, uma “humanidade” abstrata, baseada no modelo do colonizador, declarado norma *universal* com funções corretivas e punitivas.⁵³⁵

⁵³⁴ Walter D. Mignolo A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: Edgardo Lander. *A Colonialidade do Saber*. Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

⁵³⁵ A reação “posmoderna” a esse universalismo abstrato tomou, séculos mais tarde, a forma de um particularismo reacionário, negador, em última instância, da universalidade do ser e da experiência humana. O oposto simétrico, não superador, da exploração e da opressão, é a postulação de uma nova forma opressiva de caráter corretivo.

15. DA ACUMULAÇÃO COMERCIAL À ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

O emprego da mais-valia como capital, ou a transformação da mais-valia em capital, chama-se acumulação de capital (Karl Marx, O Capital)

A atividade social chamada comércio, por mal vista que esteja hoje pelos teóricos das sociedades impossíveis, é, contudo, um dos dois característicos distintivos das sociedades chamadas civilizadas. O outro característico distintivo é o que se denomina cultura (Fernando Pessoa, Sociologia do Comércio)

O poeta português abstraiu, no fragmento citado na epígrafe, o comércio (e a cultura) da história. O comércio (como a própria cultura) não foi igual em todas as épocas, nem preencheu nelas as mesmas funções. Referindo-se ao comércio pré-capitalista, Karl Polanyi observou que "o mercantilismo, com toda sua tendência para a comercialização, nunca atacou as salvaguardas que protegeram os dois elementos básicos do trabalho de produção e da terra de se tornarem elementos do comércio"; a defesa mercantilista da regulamentação da economia estava ainda mais próxima das atitudes feudais, "eles (os mercantilistas) discordavam apenas sobre os métodos de regulação".⁵³⁶ A acumulação capitalista teve que superar (destruir) a regulamentação comercial mercantilista, e só conseguiu fazê-lo graças ao uso da força do Estado. A acumulação originária de capital se desenvolveu a partir dos pressupostos da concentração dos recursos (dinheiro e terras) nas mãos de um pequeno número de proprietários, e da formação de um grande contingente de indivíduos despossuídos de bens e obrigados a vender sua força de trabalho. Isso foi possível graças às riquezas acumuladas pelos negociantes europeus com o tráfico de escravos africanos, com o saque colonial, com a apropriação privada das terras comunais dos camponeses, com a proteção das manufaturas nacionais, e com o confisco e/ou venda a baixo preço das terras da Igreja.

O desenvolvimento amplo do comércio favoreceu esse processo, favorecido, por sua vez, pela Inquisição peninsular, que ajudou a deslocar o centro internacional do comércio, dos países ibéricos noutras direções: "Na aurora dos tempos modernos, a diáspora judaica favoreceu as redes de confiança propícias ao desenvolvimento dos bancos e do comércio. A expulsão ocorrida na Espanha (1492) e em Portugal (1496) dos judeus que recusaram a conversão criou uma diáspora na Toscana (Livorno), nos Países Baixos (Amsterdã), em Londres, em Hamburgo, em Veneza, no Império Otomano (Tessalônica, Izmir, Istambul, Alexandria, Túnis), em Marrocos. Nos séculos XVI e XVII marranos deixaram Espanha e Portugal, estabelecendo-se em Amsterdã e em Livorno, onde certo número deles se rejudaizou livremente; em Bordeaux, Londres e Hamburgo mantiveram sua dupla identidade – publicamente cristã e, em privado, judaica. Na França, Colbert favoreceu a implantação de judeus e de cristãos novos para desenvolver o comércio internacional em proveito da economia francesa. Entretanto, depois de sua queda a perseguição é retomada... Marranos e judeus vão então para Amsterdã ou Londres one, juntando-se aos marranos rejudaizados, contribuem para o impulso marítimo dos Países Baixos e da Inglaterra".⁵³⁷

Os economistas clássicos não viam a acumulação originária de capital a partir desse ângulo, pois não conseguiam ir além das aparências que velavam a essência do fenômeno. Identificavam o capital com o dinheiro e, em outros casos, com os meios de produção (capital fixo): daí que pensassem que o capitalismo (como quer que o chamassem) existia desde que o homem conseguira elaborar os primeiros instrumentos de trabalho. Adam Smith, por exemplo, quando estudou a *previous accumulation* referiu-se exclusivamente à acumulação de dinheiro e instrumentos de trabalho em mãos dos capitalistas. Com isto ficava limitada à sua faceta *aparente* a investigação sobre o processo de surgimento do capitalismo. Em outros momentos da história conseguiu-se acumular em poucas mãos grandes quantidades de dinheiro, mas isto

⁵³⁶

Karl Polanyi. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.

⁵³⁷

Edgar Morin. *O Mundo Moderno e a Questão Judaica*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007, pp. 37-38.

não deu lugar ao surgimento do capitalismo, sistema em que a acumulação de dinheiro se assentou sobre relações de produção de novo tipo.

A sociedade feudal caracterizava-se pela prestação compulsória de trabalho excedente imposta aos produtores. Com o crescimento da produtividade do trabalho, mudaram as formas de apropriação privada do trabalho excedente. Com o desenvolvimento da divisão do trabalho e das trocas, todos os produtos do trabalho social tenderam a se transformar em mercadorias (objetos destinados à compra e venda no mercado). E com a expropriação dos meios de produção das mãos dos produtores, a própria força de trabalho destes tendeu a se transformar em mercadoria. Já não era mais necessário, portanto, que a apropriação do trabalho excedente se realizasse através da compulsão direta do trabalhador. A forma compulsória de exploração do trabalho alheio foi entrando em crise a partir do século XII, na Europa, com o renascimento do comércio, o desenvolvimento das cidades, o aumento das trocas com o Oriente, em especial depois das Cruzadas, e a consequente expansão da economia monetária.

O poder do senhor feudal não radicava em sua renda, mas na sua quantidade de súditos tributáveis. O prelúdio da revolução que originou o capitalismo ocorreu na Europa no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. A velha nobreza foi devorada pelas guerras feudais. Os pastos para as ovelhas substituíram as terras das lavouras. O processo violento de expropriação do povo recebeu impulso na Inglaterra no século XVI, com a Reforma Protestante e com o saque dos bens da Igreja Católica que a acompanhou. A propriedade da Igreja Romana constituía o baluarte religioso das antigas relações de propriedade. Ao cair aquela, estas não poderiam mais se manter. A cisão religiosa foi a ideologia de uma mudança (revolução) econômica.

Na Idade Média, na Europa ocidental, nas poucas regiões mais desenvolvidas comercialmente (por exemplo, as planícies mediterrâneas), o capital mercantil (que se valorizava exclusivamente na circulação das mercadorias, através da troca) passou a assumir uma importância cada vez maior, embora se situasse no interior de uma formação social feudal, na qual a riqueza principal era a terra, e a produção dominante era feita em unidades produtivas (os feudos) voltadas para a autossuficiência, embora raramente fossem de fato responsáveis pela produção de tudo o que consumiam. As cidades eram ainda um apêndice da economia rural local, as trocas mediadas pela moeda eram secundárias face ao grosso do intercâmbio que era feito de modo natural e direto (escambo); o Estado, do ponto de vista técnico ou jurídico, não existia. O feudalismo era um modo de produção baseado na propriedade da terra por parte de um estamento dominante, a nobreza. A esta nobreza submetiam-se camponeses através de laços de servidão, expressos numa série de obrigações. Essas obrigações servis consistiam na entrega, forçada ou voluntária, por parte dos servos, daquela parte da produção que excedia à manutenção de suas necessidades básicas (o excedente econômico). Além disso, havia privilégios aristocráticos, cuja efetividade variou geográfica e historicamente. O fato primordial é que a economia feudal era por natureza localizada, autocentrada e pouco adequada ao comércio de longa distância. A vida da maior parte das pessoas era passada em aldeias, seu universo de intercâmbio era limitado, e isso continuou acontecendo, para a maior parte da população mundial, até meados do século XIX: o mercado de âmbito nacional e a internacionalização do comércio não eram inerentes ao modo de produção feudal.⁵³⁸

A partir dos séculos XI e XII fizeram sua entrada em cena elementos (econômicos e sociais) que propiciaram a progressiva dissolução do feudalismo europeu. Firmou-se a tradição de que os servos que conseguissem escapar ao senhor adquirissem sua liberdade se conseguissem sobreviver sem serem apanhados e devolvidos ao senhor durante um ano e um dia. Nesses séculos, também, uma série de fatores (paz relativa, clima adequado)⁵³⁹ favoreceram um

⁵³⁸ Witold Kula. *Teoria Econômica do Sistema Feudal*. Lisboa, Presença-Martins Fontes, 1994.

⁵³⁹ Cf. Pascal Acot. *Historia del Clima*. Buenos Aires, El Ateneo, 2005.

importante aumento da população. Na Itália, no Norte da Europa, muitos filhos de servos fugiram para as comunas urbanas (“o ar da cidade é livre”, dizia-se). Os mercadores citadinos ou “cidadãos” (os primeiros “burgueses”) costumavam emprega-los e protege-los durante seu período de insegurança devida à fuga. Os jovens “livres” passavam a trabalhar em troca de um salário (monetário, pois os mercadores não conseguiam paga-los de outro modo) e costumavam passar de um emprego para outro: eles inauguravam, simultaneamente, o moderno trabalho assalariado e a rotatividade (felicidade) trabalhista. Esse processo se acelerou com a abundância de servos libertos depois da população europeia ter sido dizimada pela Peste Negra, no século XIV.

Desse modo, a progressiva monetarização das obrigações feudais, e o surgimento de uma crescente produção artesanal para o mercado, dinamizaram consideravelmente a economia urbana no século XV. As funções da cidade se desenvolveram em decorrência da circulação de mercadorias entre grandes mercados urbanos. O transporte não era uma atividade improdutivo, pois agregava valor às mercadorias transportadas (incluindo a mercadoria força de trabalho). Era uma atividade produtiva, que ocorria dentro do processo de circulação: nele há acumulação de capital produtivo, assim como em certas funções de estoque e conservação. A circulação de mercadorias foi elemento prévio da valorização do capital na indústria; o enriquecimento baseado no comércio fazia parte, do ponto de vista do capital global, dos *faux frais* (falsos custos) da produção capitalista.⁵⁴⁰

O comércio punha em movimento novas potências da produção, independentemente do volume ou da eficácia do capital investido. Ele se tornou o ímã do crescimento da produção, das trocas e da concentração populacional nas cidades. Para isso era necessário os produtos assumissem, progressivamente, a forma de mercadoria. O entrelaçamento produtivo dos indivíduos (divisão social do trabalho) tornou-se maior, desaparecendo progressivamente as relações de dependência pessoal, e aparecendo em seu lugar a interdependência recíproca dos produtores, mediada pelo valor de troca dos produtos. As trocas eram mediadas pelo dinheiro, ele passou a ser o alfa e o ômega da produção. Sem ele não se comprava nada e não se vendia nada: “À autonomização do valor de troca no dinheiro, desvinculado dos produtos, corresponde a autonomização do comércio como função desvinculada daqueles que trocam”.⁵⁴¹

O comércio existe na fração de tempo que separa o ato da produção daquele do consumo, para mediar as relações entre os que produzem e os que consomem. “A finalidade do comércio não é diretamente o consumo, mas a aquisição de dinheiro, de valores de troca”. O comerciante, aproveitando-se de circunstâncias de mercado ou do simples lucro comercial (dedução da mais valia gerada na produção), ou ainda do simples logro, podia apoderar-se, caso fosse bem sucedido, da produção. O comércio desenvolvido em algumas regiões europeias provocou o acúmulo de capitais nas mãos de grandes comerciantes, que foram aplicando seus lucros nas manufaturas. O capital forjado na circulação de mercadorias (capital comercial) apoderou-se aos poucos do ainda embrionário capital produtivo. Nas cidades costeiras italianas e do Norte da Europa, primeiro, em Espanha e Portugal, depois; mais tarde nos Países Baixos e na Inglaterra, houve um grande acúmulo de capitais gerados no comércio. Primeiro das especiarias provenientes do Oriente (tecidos, pimenta, canela, cravo), depois da produção colonial americana (metais preciosos, madeira, tinta, açúcar, tabaco).

Inglaterra, depois da Revolução de 1640, preparou-se para monopolizar o comércio marítimo internacional, conseguindo grandes somas de capital: foi assim que surgiram alguns centros

⁵⁴⁰ “O transporte é um ramo inusual da indústria. Ele não produz uma coisa objetiva, como trigo ou barras de ferro, e é consumido à medida que é produzido (seu tempo de circulação é zero), mas produz valor. O produto do transporte é a mudança na configuração espacial” (David Harvey. *Para Entender “O Capital”*. São Paulo, Boitempo, 2014, p. 107).

⁵⁴¹ Esta e as citações que seguem neste capítulo foram extraídas de *O Capital*, de Karl Marx, Livro I, Volume 1, salvo indicação em contrário.

para onde afluía a maior parte dos capitais acumulados, e muitas periferias onde esses capitais se valorizavam mediante a troca desigual de mercadorias:⁵⁴² o comércio interno de Portugal, por exemplo, ainda que fosse um país pioneiro das expedições ultramarinas, era ainda superior ao comércio internacional das especiarias, e era basicamente feito de trocas diretas, não através da intervenção do dinheiro. A maior parte dos produtores continuou por muito tempo consumindo parte de sua produção ou, no máximo, trocando mercadorias em mercados limitados. O escasso e desestruturado mercado interno de alguns países foi deixando-os na rabeira da corrida comercial.



Desde o século XIV, com o início da expansão comercial europeia, centro dinâmico do capitalismo em gestação, a crescente internacionalização da economia tornou-se fato a ser considerado nas políticas dos governos. A diminuição das distâncias fez-se acompanhar da especialização de países e regiões em busca de suas “vantagens comparativas”, e da reordenação das economias locais, provocada pela abertura de novos mercados, que fizeram com que alguns setores da economia prosperassem e outros desfalcessem. No século XVI verificou-se o impacto dos descobrimentos ultramarinos americanos e do novo caminho para Oriente na economia europeia. A acumulação de capitais nas mãos dos comerciantes e a abertura dos mercados proporcionada pela expansão marítima estimularam o crescimento da produção, exigindo mais mercadorias e preços menores.

Gradualmente, passou-se do artesanato disperso para a produção em oficinas, e destas para as manufaturas e para a produção mecanizada nas fábricas. O artesanato se desenvolveu no fim da Idade Média com o renascimento comercial e urbano. Tratava-se de uma produção ainda independente; o produtor possuía os meios de produção: instalações, ferramentas e matéria prima. Em casa, sozinho ou com a família, o artesão realizava todas as etapas da produção: desde o preparo da matéria prima até o acabamento final, quase não havia divisão do trabalho ou especialização. Em algumas situações o artesão tinha um ajudante, não assalariado, que realizava o mesmo trabalho pagando uma taxa pela utilização das

⁵⁴²

Immanuel Wallerstein. *The Capitalist World Economy*. Nova York, Cambridge University Press, 1979.

ferramentas. A produção artesanal estava sob o controle das corporações de ofício; o comércio se encontrava sob o controle de associações, limitando o desenvolvimento da produção.

A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu *na e da crise* da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição do feudalismo liberou os elementos para o surgimento do capital: “Os que se emanciparam só se tornaram vendedores de si mesmos depois que lhes roubaram todos os seus meios de produção e os privaram de todas as garantias que as velhas instituições feudais asseguravam à sua existência. A história da expropriação que sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade. Os capitalistas industriais tiveram que tirar o domínio que os mestres das corporações e os próprios senhores tinham dos mananciais das riquezas. A ascensão do capitalista representa uma vitória contra os mestres e senhores, contra as corporações e os feudos. O homem agora poderia ser livremente explorado. O processo que produziu o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador. A expropriação do produtor rural, do camponês, que ficava assim privado de suas terras, constituiu a base de todo o processo. Em finais do século XIV, a servidão tinha desaparecido praticamente da Inglaterra”. Preenchida essa primeira condição, ficava aplainado o caminho para as outras.

A manufatura resultou da ampliação do consumo, que levou o artesão a aumentar a produção, e o comerciante a dedicar-se também à produção industrial. Ela resultou também do aumento do comércio monetário. Com a manufatura houve aumento na produtividade do trabalho, devido à divisão técnica da produção no estabelecimento manufatureiro, onde cada trabalhador realizava uma etapa na confecção de um único produto. A ampliação do mercado consumidor relacionou-se diretamente ao alargamento do comércio, tanto interno como em direção do Oriente ou da América. Outra característica foi o surgimento da interferência direta do capitalista no processo produtivo, passando a comprar a matéria prima e a determinar o ritmo de produção. Mercadorias e dinheiro não são, *per se*, capital. O processo que criou o sistema capitalista consistiu no processo que transformou em capital os meios sociais de subsistência e os de produção, e converteu em assalariados os produtores diretos. Isto já acontecia, em certa medida, nas cidades italianas, em Flandres e na Inglaterra, nos séculos XVI e XVII; os benefícios do setor capitalista da economia, porém, ainda provinham majoritariamente do comércio e das finanças, não da manufatura ou da indústria.

A acumulação capitalista primitiva foi, como vimos, o processo histórico que dissociou o trabalhador dos meios de produção. O "segredo da acumulação originária" consiste em que: "O dinheiro e a mercadoria não são capital desde um primeiro momento, como tampouco o são os meios de produção e de subsistência. Requerem ser transformados em capital. Mas esta transformação só pode se operar em circunstâncias coincidentes: era necessário que se enfrentassem e entrem em contato duas classes muito diferentes de possuidores de mercadorias; de um lado os proprietários de dinheiro, de meios de produção e de subsistência, a quem compete valorizar, mediante a aquisição de força de trabalho alheia, a soma de valor da qual se apropriaram; do outro lado, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho".

A acumulação originária de capital foi o parto da sociedade capitalista, não um processo isolado de dissolução de relações de produção pré-capitalistas em determinado setor econômico; esse fenômeno continuou ocorrendo nas economias capitalistas durante muito tempo, sem que isto signifique que exista uma "acumulação originária" permanente.⁵⁴³ Sem

⁵⁴³ Werner Bonefeld (La permanencia de la acumulación primitiva: fetichismo de la mercancía y constitución social. *Theomai* nº 26, Buenos Aires, julho-dezembro de 2012), por exemplo, sustentou que “a visão de Marx segundo a qual uma grande proporção do capital, que aparece hoje nos EUA sem certificado de nascimento, foi ontem, na Inglaterra, a sangria capitalista das crianças, continua sendo um juízo potente das condições contemporâneas. A acumulação primitiva não apenas descreve o período de transição que conduz à emergência do capitalismo. A acumulação primitiva é, nos fatos, a base das relações sociais capitalistas, e é por isto a formação

esse “salto” ou *revolução* (e não se pode “saltar permanentemente”, a não ser que se permaneça suspenso no ar) não teria existido a economia capitalista. Marx fez a previsão histórica de seu futuro desenvolvimento (negação), no capítulo de *O Capital* referido à “tendência histórica da acumulação capitalista”, onde novamente tocou a acumulação originária, mas desta vez a partir da perspectiva do desenvolvimento futuro do capitalismo: “O modo capitalista de produção e de apropriação e, portanto, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, fundada no trabalho próprio. A negação da propriedade capitalista se produz por si própria, com a necessidade de um processo natural. É a negação da negação”.

A formação do polo social do “proprietário de dinheiro, meios de produção e de subsistência”, ou seja, do capitalista, foi baseada no exemplo mais antigo, o inglês: a “gênese do arrendatário capitalista” (isto é, do capitalista agrícola) passou por um processo de metamorfose que se iniciou no servo capataz e administrador, passando pelo “arrendatário livre” e pelo “meeiro”, até concluir no “arrendatário propriamente dito”, que já tinha capital próprio, contratava trabalhadores assalariados e pagava uma renda, em dinheiro ou em espécie, ao proprietário de terras. A gênese do arrendatário capitalista se desenvolveu na Inglaterra desde seu estágio primitivo no *bailif*, ainda servo, passando pela sua substituição durante a segunda metade do século XV pelo colono. O colono logo se tornou parceiro, que também desapareceu para dar lugar ao arrendatário que procurava expandir seu capital empregando trabalhadores assalariados e entregava ao *landlord* uma parte do produto excedente, em dinheiro ou em produtos, como *renda da terra*.

O arrendatário capitalista surgiu, desse modo, das fileiras dos servos da Idade Média. Maurice Dobb acentuou esse aspecto, ao afirmar que os embriões do capital estavam na pequena produção mercantil existente ainda no feudalismo, na economia de pequenos produtores separados e relativamente autônomos, submetidos por mecanismos extra econômicos (principalmente religiosos e militares) aos senhores feudais. Estes viviam da extração do excedente econômico produzido pelos servos. Daí a contradição básica do sistema feudal, a que opunha os servos aos senhores. À medida em que os camponeses conseguiam a emancipação da exploração feudal, através de revoltas camponesas e de condições que lhes favoreciam (como a “peste negra” do século XIV, que tornou escassa, e por isso mais valorizada, a força de trabalho), eles podiam guardar para si parcelas maiores de sua produção, acumular um pequeno excedente, usar seus lucros para melhorar o cultivo e acumular algum capital.

Alguns camponeses enriqueceram, e passaram a usar o trabalho de outros para acumularem mais capital. Passaram, progressivamente, a pagar suas obrigações servis aos senhores feudais em dinheiro, na forma de uma renda pelo uso da terra do senhor. Assim se consolidaram os arrendatários capitalistas (que arrendavam as terras da aristocracia e lhes repassavam uma parte de seus lucros na forma de uma renda pelo seu uso) ao mesmo tempo em que a multiplicação de trabalhadores rurais assalariados, que compunham um mercado de força de trabalho e também um mercado consumidor em expansão, acelerando a passagem para uma economia monetária geral. O século XVI inglês marcou a ascensão do arrendatário capitalista, que enriqueceu com a mesma rapidez com que a população rural empobreceu.

social através da qual subsiste a exploração do trabalho... *A acumulação primitiva é um componente necessário do capitalismo. A acumulação originária é uma acumulação que se reproduz permanentemente...* é uma acumulação constantemente reproduzida, seja em termos da renovada separação de novas populações dos meios de produção e de subsistência, ou em termos da reprodução das relações salariais nas relações estabelecidas do capital”. O capitalismo, assim, estaria “continuamente nascendo”. Nos *Grundrisse*, diversamente, Marx distinguiu entre “história contemporânea” e “história do vir-a-ser”: na ordem do vir-a-ser, cada modo de produção parte de elementos liberados pela dissolução dos modos de produção precedentes, tendo uma gênese externa e temporal; na história contemporânea os pressupostos históricos do modo de produção são sempre por ele repostos; o modo de produção se autonomiza em relação a seus pressupostos, passando a repô-los por sua conta e vivendo da recriação das próprias condições de sua reiteração.

A usurpação das pastagens, os contratos de arrendamento de longo prazo, a depreciação contínua dos metais preciosos (“revolução dos preços”), o rebaixamento dos salários, a elevação contínua dos preços dos produtos agrícolas, e a renda que tinha de se pagar ao *landlord*, fixada pelo valor monetário antigo, foram os fatores responsáveis pelo surgimento de uma classe avantajada de arrendatários em finais do século XVI. A expropriação dos camponeses de seus meios de subsistência promoveu a ruína da indústria doméstica rural, fazendo surgir a indústria e consigo o capitalista industrial. Surgiu um mercado interno originado pela ruína dessa indústria doméstica. Com o processo de dissociação dos trabalhadores de seus meios de produção, o capitalismo garantiu também a existência da indústria.

A “revolução capitalista” teve sua origem no campo: “Um aumento geral das rendas [monetárias] agrícolas representa uma elevação nas rendas da maioria da população; a mudança tecnológica na agricultura afeta a maioria dos produtores; uma baixa no preço dos produtos agrícolas tende a baixar o custo das matérias primas para os setores fora da agricultura e dos gêneros alimentícios para os assalariados em geral”.⁵⁴⁴ A revolução agrícola acompanhada do crescimento da indústria capitalista trouxe consigo o aumento gradativo na exploração do trabalho e a elevação do número de excluídos da propriedade, proporcionando o exército industrial de reserva de mão de obra de que a indústria moderna necessitava para sua existência e expansão. A origem do capitalista industrial não se restringiu somente aos mestres de corporações, artesãos e assalariados que se transformaram em capitalistas através da exploração ampliada do trabalho assalariado: ela abrangeu também o capitalista rural e o comerciante transformado em empresário industrial.

O centro de estruturação do polo burguês da nova sociedade em gestação constituiu a gênese do capitalista industrial. A transformação gradual e progressiva dos mestres, artesãos independentes, ex-servos da gleba, em capitalistas, era um método demasiadamente lento para a acumulação de capital. Os métodos usados na acumulação originária pularam etapas. Os comerciantes ingleses investiram capital nas Companhias das Índias Orientais outras semelhantes, impulsionadas e protegidas pelo Estado, buscando um retorno sobre o investimento. David Hume e seu discípulo Adam Smith, em meados do século XVIII, desafiaram as doutrinas mercantilistas; a crença, por exemplo, de que o montante da riqueza mundial permanecia constante e que um Estado só podia aumentar a sua riqueza em detrimento de outro Estado. A riqueza geral podia também crescer de modo constante, e até ilimitado.

O Estado - violência organizada e concentrada da sociedade classista - exerceu um papel central no processo da acumulação originária, não somente através do sistema colonial, mas também da dívida pública, do moderno sistema impositivo e do sistema protecionista. O protecionismo se converteu em “um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar trabalhadores independentes, de capitalizar os meios de produção e de subsistência nacionais, de abreviar pela violência a transição entre o modo de produção antigo e o moderno”: “A violência é a parteira de toda sociedade velha prenhe de uma nova. *Ela própria é uma potência econômica*”. A acumulação originária do capital foi, em essência, a formação do polo proletário e do polo burguês da sociedade moderna (burguesa).

A “Gloriosa Revolução” (1688) de Guilherme de Orange inaugurou uma nova era em que se expandiram em escala colossal os roubos às terras do Estado, até então praticados em dimensões mais modestas. Essa usurpação das terras da Coroa e o saque aos bens da Igreja constituíram a origem dos grandes domínios da oligarquia agrária inglesa. Os primeiros capitalistas, por sua vez, ajudaram a transformar a terra em artigo de comércio: “A violência que se assenhoreia das terras comuns (da época feudal), seguida em regra pela transformação das lavouras em pastagens, começa no fim do século XV e prossegue no século XVI. O progresso do século XVIII consiste em ter tornado lei o veículo do roubo das terras

⁵⁴⁴

Phyllis Deane. *A Revolução Industrial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 63.

pertencentes ao povo. O roubo assume a forma parlamentar que lhe dão as leis relativas ao cerco das terras comuns, que são decretos de expropriação do povo”. A terra deixava de ser condição natural de produção para se tornar mercadoria. Na Inglaterra, foi necessário um golpe parlamentar para tornar as terras comuns em propriedades privadas: “O roubo sistemático das terras comuns, aliado ao furto das terras da Coroa, contribuiu para aumentar aqueles grandes arrendamentos, chamados, no século XVIII, de *fazendas de capital* ou *fazendas comerciais*”. Os trabalhadores eram expulsos de suas terras e obrigados a procurar empregos nas cidades: “No século XIX, perdeu-se naturalmente a lembrança da conexão que existia entre agricultura e terra comunal. O último grande processo de expropriação dos camponeses é finalmente a chamada limpeza das propriedades, que consiste em varrer destas os seres humanos. Todos os métodos ingleses culminaram nessa limpeza”.

A terra antes povoada por trabalhadores agora era pasto para ovelhas: “O ser humano vale menos que uma pele de carneiro”, dizia-se à época. A “limpeza das propriedades” se alastrou por toda Europa: “O roubo dos bens da igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna, levada a cabo com terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos da acumulação primitiva”. Esses métodos incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de proletários despossuídos de qualquer propriedade de que precisava. O processo de formação das classes despossuídas foi tão violento quanto a acumulação originária, e fez parte dela. Os homens que foram expulsos das terras com a dissolução das vassalagens feudais não foram absorvidos, na mesma proporção e com a mesma velocidade, pelo trabalho industrial, doméstico ou comercial. Nesse processo e nas lutas entre os artesãos e suas corporações, alguns artesãos se enriqueceram a custa de outros que perdiam seus meios de trabalho (de produção). Os que “perdiam” ficavam apenas com sua força de trabalho e viravam proletários, os que ganhavam conseguiam acumular recursos para novos investimentos, podendo também perder seus negócios para outros competidores.

Na Inglaterra do século XVI, a técnica produtiva evoluiu, a produção de lã se expandiu e a nação preparou-se para o processo que, dois séculos mais tarde, culminaria na Revolução Industrial. O comércio internacional induziu a expansão da criação de ovelhas e, com a expropriação das terras, os senhores ampliaram em grande escala sua criação, que só necessitava de poucas pessoas empregadas nas vastas pastagens das grandes propriedades. As lãs eram usadas nas manufaturas, na fabricação de tecidos e de outros produtos têxteis. Com o crescimento do mercado de lã, cresceram também os rebanhos de ovelhas, limitados inicialmente pelas autoridades reais, que determinaram um máximo de duas mil cabeças por criador. Com a expulsão dos servos-camponeses “excedentes”, estes se dirigiram para as cidades em busca de trabalho: as cidades não tinham como empregar todos os novos desempregados, que foram assim empurrados ao roubo e à mendicância. Foram então promulgadas as leis denominadas “dos pobres”, surgidas na Inglaterra no final do século XV e durante o século XVI, e depois nos outros países que passaram pela transformação capitalista de suas economias. Essas leis foram consequência direta das transformações sociais decorrentes da exploração dos recursos naturais do Novo Mundo e da abertura de novos mercados de consumo, que favoreceram a expansão do comércio e da indústria manufatureira.

Desse modo, a população rural, expropriada e expulsa de suas terras, compelida à vagabundagem, foi enquadrada na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado por meio de um terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura. Muitas áreas agrícolas, antes cultivadas e que garantiam a subsistência de inúmeras famílias de camponeses, foram cercadas e transformadas em pastagens. Sem condições de adaptar-se à rígida disciplina da manufatura ou mesmo à vida urbana, muitos camponeses se transformaram em mendigos; sucederam-se leis e decretos para diminuir essa categoria de

habitantes das cidades. As leis proibiam a existência de desempregados, punindo-os com severas penas. Henrique VIII estabeleceu em lei que "doentes e velhos incapacitados têm direito a uma licença para pedir esmolas, mas vagabundos sadios serão flagelados e encarcerados" (os reincidentes tinham, ademais, metade da orelha decepada).

A primeira "lei dos pobres" inglesa, sob o reinado de Elizabeth I, preparou, sob o pretexto de ajuda obrigatória à pobreza, as futuras "casas de trabalho", onde o pobre foi colocado à disposição do produtor industrial. Na França, Michel Foucault situou o processo de criação compulsória da (potencial e futura) classe operária dentro de um processo mais geral de disciplinamento da sociedade, necessário e requerido para a emergência da ordem burguesa, durante a "era clássica" (o século XVII, chamado de *Grand Siècle*). Junto à repressão da "vadiagem", o pauperismo se transformou em questão de *ordem pública*, com o Estado substituindo à Igreja na organização administrativa da caridade. O cardeal Richelieu e ministro das finanças Colbert, homens de Estado, se distinguiram na tarefa, que cobriu a Europa toda, com o *hôpital general* na França, o *spinnhuis* ou o *rasphuis* na Alemanha, a *workhouse* na Inglaterra, todas concebidas como métodos de encerramento e *correção* (social)

Diz Foucault: "Sabe-se que o século XVII criou grandes internados; sabe-se menos que mais de um habitante de Paris a cada cem foi internado neles por vários meses... Vemos assim se inscrever nas instituições da monarquia absoluta, aquelas mesmas que depois viraram o símbolo de sua arbitrariedade, a grande ideia burguesa, e logo depois republicana, de que a virtude é uma questão de Estado (com) significados políticos, sociais, religiosos, econômicos e morais que dizem respeito ao mundo clássico em sua totalidade".⁵⁴⁵ O *biopoder* seria o estilo de governo que regulamentou a população em todos os aspectos da vida humana: nos séculos XVIII e XIX, a população tornou-se num objeto de estudo e de gestão política. As relações *de poder* permearam a partir de então toda a sociedade. O biopoder seria a prática do Estado moderno na regulação dos que a ele estão sujeitos por meio de "uma explosão de técnicas numerosas e diversas para obter a subjugação dos corpos e o controle de populações". O saber médico e psiquiátrico, a patologização e a medicalização como formas modernas de dominação sobre seres econômica e socialmente inconvenientes, os "loucos" (ou presumidos tais), foram integrados a esse processo. A formação compulsória da força de trabalho livre não foi um processo "setorial", mas um disciplinamento geral da sociedade.⁵⁴⁶

Economicamente, um fator que aumentou os ganhos dos arrendatários capitalistas foi a "revolução dos preços" do século XVI, um fenômeno inflacionário de alcance secular. Como a economia não estivesse ainda preparada para ajustar todos os rendimentos em função da inflação, aqueles que vendiam suas mercadorias (trabalhadores assalariados e capitalistas) lucraram de maneira desigual; aqueles que compravam, perderam (os consumidores em geral, e em parte os mesmos assalariados e capitalistas, só que estes ganhavam muito mais e perdiam muito menos). Só os que viviam de rendas fixas e apenas compravam, arruinaram-se (basicamente o Estado absolutista e a aristocracia). O Estado teve que criar outras formas de arrecadação (venda de títulos da dívida pública, e a venda de cargos e títulos de nobreza, que antes eram monopolizados pela nobreza de nascimento).

⁵⁴⁵ Michel Foucault. *Surveiller e Punir*. Nascimento della prisione. Turim, Einaudi, 2005. Nessa análise, a prisão e outras instituições de confinamento não são considerados um avanço nos sentimentos morais e humanitários, mas uma mudança de estratégia do poder, visando o *disciplinamento e a docilização dos corpos*.

⁵⁴⁶ Michel Foucault. *Histoire de la Folie à l'Âge Classique*. Paris, Gallimard, 1977, pp. 64-86. Foucault pensou o "sistema de encerramento isolado" da era clássica-burguesa de modo social e ideologicamente mais abrangente, como base de uma "microfísica do poder": "Sonha-se que essas fortalezas ideais não tenham contato com o mundo real: inteiramente fechadas nelas mesmas, viveriam só dos recursos do mal, numa suficiência capaz de prevenir o contágio e dissipar o terror. Formariam, em seu microcosmo independente, uma imagem invertida da sociedade: o vício, o constrangimento e o castigo refletiriam como em um espelho a virtude, a liberdade e as recompensas que fazem a felicidade dos homens".

Paul Mantoux⁵⁴⁷ acentuou o papel do comércio e das cidades no surgimento do capitalismo. As cidades, disse Braudel, “nutriram-se do movimento”. Os grandes mercados urbanos surgiam das rotas percorridas pelos mercadores. A transição para compras e vendas contínuas teve início nas cidades europeias em fins do século XVIII. Essa nova forma comercial sofreu influência e também propiciou o desenvolvimento das ferrovias e da navegação a vapor; o grande entrave que impedia a expansão da economia era a falta de comunicação. A economia se organizava em torno dos mercados e feiras locais: os mercados eram semanais e as feiras anuais, duravam três semanas normalmente. O fraco e lento fluxo do comércio exigia ser confinado e conduzido por canais bem definidos. Com o desenvolvimento dos transportes no século XIX, as feiras e mercados se tornariam obsoletos na Europa ocidental (as feiras russas, porém, mantiveram sua importância por mais tempo, até já entrado o século XX).

Os métodos comerciais passaram por uma revolução. As bolsas de produtos aos poucos foram tomando lugar das feiras, funcionando diária e permanentemente, não poucas semanas ao ano. As compras se davam por amostras: os artigos vendidos às vezes nem existiam. O comércio se tornava mais especulativo. Surgiu a venda de títulos e termos ou transações de seguro, mediante as quais o produtor se garantia quanto a qualquer perda que pudesse sofrer através de flutuações no preço da matéria prima. Os seguros garantiam o pagamento de uma multa pré-estabelecida se o preço caísse; o comprador, por sua vez, garantia uma cobertura no valor eventualmente alterado do produto que desejava comprar. Havia um crescimento da confiança nos compromissos comerciais e na “honestidade dos negócios”. O mercado se diversificava, havia uma maior quantidade de suprimentos para ser vendidos. Com a modificação dos transportes a variedade de produtos provenientes de lugares diferentes era muito maior. Os comerciantes começaram a se dedicar somente às vendas, se especializando em alguns setores. As bolsas de produtos utilizavam os telégrafos ou outros novos métodos de comunicação para se relacionar com outras bolsas: isso acarretou a criação de um preço único internacional para os produtos, já que qualquer oscilação era notificada a todos os mercados. Os viajantes comerciais usavam novos meios de transporte para buscar compradores, o caixeiro-viajante surgiu no início do século XIX. A bolsa de produtos e o viajante comercial foram para a feira o que a ascensão das lojas permanentes foi para o mercado semanal.

As lojas foram se tornando variadas, passaram a ser dirigidas por um comerciante de artigos especializado: se tornavam assim *empresas* comerciais. Inicialmente pequenas e especializadas, se tornaram ulteriormente grandes e múltiplas. A loja múltipla representou um tipo diferente de organização, um exemplo de concentração de capital desacompanhado da ampliação da unidade comercial: as lojas passaram a ter múltiplas filiais. A *circulação* acelerada de mercadorias foi elemento prévio e condição da valorização do capital na indústria e no comércio.

Com a dissolução das vassalagens feudais, desmoronou-se o sistema feudal no campo e a organização corporativa na cidade. Com isso, o capital dinheiro oriundo do comércio através de todos os meios possíveis instalou-se nas manufaturas aproveitando-se do velho sistema urbano e da organização corporativa: “A transformação dos meios de produção individualmente dispersos em meios socialmente concentrados, da propriedade minúscula de muitos na propriedade gigantesca de poucos; a expropriação da grande massa da população, despojada de suas terras, de seus meios de subsistência e de seus instrumentos de trabalho, essa terrível e difícil expropriação, constituiu a pré-história do capital”.⁵⁴⁸ Esse processo econômico ganhou fôlego graças à impulsão decisiva que recebeu por parte do Estado absolutista, em primeiro lugar na Inglaterra, onde houve uma paulatina transformação social da aristocracia no século XVII, “ainda que naquele momento, como agora, ela se denominasse aristocracia, estava há muito tempo se transformando naquilo que foi Luís Felipe [da França]

⁵⁴⁷ Paul Mantoux. *A Revolução Industrial no Século XVIII*. São Paulo, Hucitec, 1988.

⁵⁴⁸ Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Vol. 1.

muito mais tarde: "O primeiro burguês do reino"⁵⁴⁹. No século XVI aconteceu uma cisão na nobreza da Inglaterra. A grande aristocracia do Norte aferrou-se a suas tradições feudais e, durante a década de 1530, beneficiou-se de uma reforma administrativa empreendida pela dinastia Tudor, por meio da qual parte de seus membros passou a ocupar cargos na nova estrutura burocrática do Conselho Privado, da Câmara Estrelada e do Tribunal de Alta Comissão. Os Tudor mantinham o aparato estatal não com base em um tributo nacional à moda francesa (a *taille*), mas com a venda de monopólios sobre certos artigos e sobre o comércio exterior, bem como com empréstimos compulsórios e confisco de terras eclesiásticas.

A dinastia iniciada por Henrique VIII (1509-1547), composta por Mary ("a sanguinária") e Elizabeth ("a Rainha Virgem") encetou a ruptura histórica que conduziu para o Estado Moderno ou "Nacional". Henrique VIII não herdou a Coroa, ele a conquistou (mandando executar o último dos Plantagenet). Derrotou Ricardo III no último episódio da guerra entre as casas reais de Lancaster e a de York (a "Guerra das Rosas"). Para conquistar apoio interno, apoiou-se em três classes sociais: a *gentry* (nobreza sem título), os *yeomen* (proprietários rurais sem títulos de nobreza) e os grandes comerciantes. Concluiu um tratado comercial com a Holanda (o *Magnus Intercursus*) considerado o primeiro marco da política internacional dos tempos modernos, visando a conquista dos mercados externos. Todos os reis da dinastia se empenharam no desenvolvimento da marinha e na conquista de mercados externos. Eles participaram da primeira expansão colonial europeia, rivalizando com França e Espanha, e o fizeram mais para o enriquecimento do reino do que para o domínio territorial, outra característica moderna.

Fato decisivo, Henrique VIII rompeu com o Vaticano, sob o pretexto da não anulação de seu matrimônio com Catalina de Aragão, convocando (1529) o Parlamento para legislar internamente contra o clero fiel a Roma, nascendo assim o anglicanismo, com o rei britânico sendo declarado "chefe supremo da Igreja e do clero da Inglaterra": a *nação* inglesa encetava seus primeiros passos mediante a ruptura com o poder supremo da Idade Média europeia, a Igreja de Roma, e a criação de uma igreja *nacional*. Junto com isso, Henrique VIII promoveu o desenvolvimento da administração estatal, reforçando a dimensão burocrática (portanto impessoal) do Estado. No Sul da Inglaterra, a pequena nobreza progressista, a *gentry*, não enveredou pelo parasitismo do Estado e passou a dedicar-se com vigor à produção de lã para a auspiciosa indústria de tecido voltada para o mercado interno e externo.

A inserção da *gentry* no âmbito da circulação de mercadorias está na raiz dos cercamentos de terra, ou *enclosures*. O entrelaçamento dos interesses econômicos da nobreza do Sul com a burguesia manufatureira e comercial do Norte deveu-se à origem burguesa dessa fração nobre recentemente criada, que havia ingressado na *gentry* mediante compra de terras confiscadas e de títulos nobiliárquicos. Os cercamentos típicos do século XVI foram acompanhados pela difusão coetânea da grande manufatura têxtil na zona rural, longe dos óbices à sua expansão inerentes às rígidas regras das corporações de ofício das cidades. Floresceu assim o denominado "sistema doméstico" de manufatura têxtil. A "revolução agrária" inglesa se transformou no prólogo da Revolução Industrial. Paralela e organicamente com o processo de mudança interno, Inglaterra envidou sua expansão internacional. Henrique VIII concedeu cartas patentes a John (Jean) Cabot para descobrir uma rota setentrional que levasse a Catai (nome então dado à China) e às ilhas das especiarias. Os ingleses começaram sua política colonial durante seu reinado, que promoveu a indústria naval, como forma de expandir o comércio para além das Ilhas Britânicas.

Sua chegada às rotas mediterrâneas que conectavam Europa com Ásia Menor e o Oriente Médio desafiou o monopólio de Veneza, questionado a partir da explosão do conflito turco-veneziano (1566-1573): "A convergência de interesses políticos e comerciais entre os ingleses

⁵⁴⁹

Friedrich Engels. *Socialisme Utopique et Socialisme Scientifique*. Paris, Editions Sociales, 1973, p. 41.

e o Império Otomano mostrou-se fundamental para lançar as bases da supremacia inglesa no tráfico mediterrâneo, graças à comum hostilidade de ingleses e turcos contra os espanhóis. Os ingleses conseguiram obter condições muito convenientes nas capitulações com o Império (1580), cujo governo estava interessado no fornecimento pela Inglaterra de material estratégico, essencial para seu esforço bélico contra Espanha e as outras potências católicas. A proibição papal de vender armas aos muçulmanos não era respeitada pela Inglaterra protestante. As naves inglesas, aproveitando tarifas alfandegárias privilegiadas (de 3%, contra 5% para franceses ou venezianos) começaram a exportar para o Império chumbo, estanho, aço e até pólvora e armas de todo tipo. Relevante para a guerra corsária inglesa contra os espanhóis se revelou o apoio logístico dado a Inglaterra nos portos sob o controle otomano (da Albânia até o Norte da África), que lhes garantiu bases de reabastecimento assim como novos mercados”.⁵⁵⁰

Em 1592 nasceu em Londres a *Levant Company*, produto da fusão da *Turkey Company* com a *Venice Company*, que dinamizou o comércio inglês na região, diversificando-o: às matérias primas mencionadas se agregaram produtos têxteis, ou seja, *manufaturados*: os leves e coloridos tecidos ingleses, mais baratos e chamativos que os locais, conheceram grande sucesso no Império Otomano e em toda a Ásia Central. Uma indústria nascia e crescia na ilha britânica, baseada num mercado *internacional* quase que de saída. A acumulação comercial preparava o terreno para a grande indústria, ou seja, para a *acumulação capitalista*.

As primeiras *colônias* britânicas propriamente ditas foram fundadas durante o reinado de Isabel I, quando Francis Drake circunavegou o globo nos anos entre 1577 e 1580 (Fernão de Magalhães já tinha realizado o feito em 1522). Em 1579, Drake chegou à Califórnia e proclamou a região de “colônia da Coroa”, chamando-a de *New Albion* (“Nova Inglaterra”), mas não promoveu sua ocupação. Humphrey Gilbert chegou à Terra Nova em 1583 e declarou a colônia inglesa, enquanto Walter Raleigh organizou a colônia da Virgínia em 1587, mas ambas tiveram pouco tempo de vida, sendo abandonadas por falta de comida e encontros hostis com as tribos indígenas do continente americano. No século seguinte, durante o reinado de Jaime I da Inglaterra, depois da derrota da Armada Invencível de Espanha (1588), foi assinado o Tratado de Londres, permitindo o estabelecimento inglês sobre bases firmes da colônia americana da Virgínia em 1607.

A dinastia Stuart, que sucedeu a dos Tudor, procurou acentuar seus poderes incrementando o parasitismo da grande aristocracia feudal do Norte, mediante a extensão dos monopólios, inclusive para abroquelar os tecidos; a expansão dos empréstimos compulsórios; a instituição de um imposto sobre o comércio, o *ship money*, que em 1637 John Hampden recusou-se a pagar, sendo por isso punido e tornando-se uma espécie de mártir da burguesia em ascensão. Tais medidas funcionaram como o estopim da crise entre a monarquia e o Parlamento, no início da década de 1640, que culminou na deflagração da guerra civil em 1642.

A “primeira revolução inglesa” (1642-1649) teve sua origem na oposição do Parlamento (dominado pelos puritanos) ao rei Charles I (1600-1649), defensor da monarquia absoluta e da Igreja da Inglaterra, ainda próxima dos ritos romanos. Charles I foi derrubado pelos revoltosos e executado em 1649. Oliver Cromwell (1599-1658), como “Lorde Protetor”, impôs na sequência (1653) um regime puritano autoritário na Inglaterra, Escócia e Irlanda, acompanhado por “um singular grupo de homens (que) se compunha de fervorosos republicanos. No ato de escravizar o país, enganavam-se com a crença de que o emancipavam. O livro que mais veneravam [a Bíblia] lhes fornecia um precedente que estava frequentemente em suas bocas” (a ditadura de Moisés sobre o fraco, ingrato e descrente povo judeu, que foi a base de sua “salvação”).⁵⁵¹

⁵⁵⁰ Maria Fusaro. *Reti Commerciali e Traffici Globali in Età Moderna*. Bari, Laterza, 2008, pp. 44-45.

⁵⁵¹ Thomas Babington Macaulay. *The History of England*. Londres, Penguin Classics, 1986.

A guerra civil inglesa demarcou em campos opostos duas forças militares representativas das duas tendências históricas em confronto, nessa época de transição: de um lado a cavalaria realista organizada pela grande aristocracia feudal e, de outro, o Exército de Novo Tipo (*New Model Army*) sob a direção de Oliver Cromwell.

A vitória das tropas de Cromwell foi decisiva para a história ulterior da Inglaterra, pois encetou uma revolução *social*: “No sentido militar a guerra foi ganha pela artilharia (que só o dinheiro podia comprar) e pela cavalaria de Cromwell constituída por pequenos proprietários rurais. Sob o comando do Príncipe Rupert, os cavaleiros realistas atacaram com energia e destemor, mas eram completamente indisciplinados e desintegraram-se para se entregarem à pilhagem logo após o primeiro ataque. Na guerra como na paz, a pequena nobreza feudal não podia resistir à perspectiva de saquear. Ao contrário, a disciplina dos cavaleiros mais humildes de Cromwell não tinha falhas, porque era auto imposta. Graças à absoluta liberdade de discussão existente no exército, ‘sabiam pelo que lutavam e amavam o que sabiam’. Assim, atacavam na altura devida, só fazendo fogo no último momento, voltavam a formar e a atacar, até o inimigo ser vencido. As lutas do Parlamento foram ganhas devido à disciplina, unidade e elevada consciência política das massas organizadas no Novo Exército Modelo. Uma vez devidamente organizado e pago com regularidade, dotado de um comissariado e de técnicas eficientes, e com Cromwell nomeado chefe indispensável, o Novo Exército Modelo avançava rapidamente para a vitória, e os realistas foram definitivamente derrotados em Naseby”.⁵⁵²

No momento mais radical da revolução inglesa do século XVII, uma maioria parlamentar chegou a apoiar os *levellers* (“igualitários” ou “niveladores”), que procuravam levar as ideias democráticas à sua conclusão lógica, atacando todos os privilégios e proclamando a terra como uma herança natural dos homens. Os *levellers* se concentraram na reforma política, mas o *socialismo* implícito da sua doutrina ainda se exprimia em linguagem religiosa. Seus herdeiros radicais foram os *diggers* (“cavadores”), muito mais precisos em relação à sociedade que desejavam estabelecer e que, totalmente descrentes de uma ação política de tipo normal, pois só acreditavam na ação direta.

A revolução inglesa do século XVII deteve-se, porém, nos limites políticos impostos pela classe economicamente ascendente (a burguesia), conciliou-se finalmente com a monarquia, e eliminou suas alas radicais, obedecendo, nas palavras de Isaac Deutscher, a uma constante histórica também verificada em outros processos revolucionários: “A revolução desperta o anseio popular latente de igualdade. O momento mais crítico em seu desenvolvimento é aquele em que os líderes sentem que não podem satisfazer esse anseio e manobram para sufoca-lo. Fazem o trabalho que alguns adversários chamam de traição da revolução... Dai a extraordinária veemência com que Cromwell atacou os igualitários de seu tempo”. O fantasma revolucionário da igualdade, no entanto, estava apenas dando seus primeiros passos modernos na Inglaterra do século XVII. Depois da Revolução Industrial, ele reencarnaria em uma classe social de contornos muito mais definidos.

Acrescente-se a isso que, depois da “Revolução Gloriosa” de 1688, a burguesia inglesa se fortaleceu ainda mais, e o país passou a ter a mais importante zona livre de comércio da Europa. O sistema financeiro era dos mais avançados. Na Inglaterra coincidiram assim a disponibilidade e a possibilidade de uma exploração ótima do capital líquido, com uma impulsão decisiva para o aproveitamento econômico das inovações e das descobertas técnicas. O capital comercial inglês acumulado era originado menos no crescimento da demanda externa e no comércio com as colônias do que na expansão do comércio interno. Os câmbios revolucionários estiveram precedidos pela revolução agrária e pelo crescimento da população, que registraram uma evolução paralela, causada pela exploração das terras disponíveis mediante métodos de cultivo mais intensivos.

⁵⁵²

Christopher Hill. *O Mundo de Ponta Cabeça*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

Assim, ao longo do século XVII, através de duas revoluções e de uma série de medidas político-institucionais que se cumularam gradativamente, criaram-se na Inglaterra as condições históricas para a produção capitalista: em 1628, a Petição de Direitos; em 1651, os Atos de Navegação (protecionismo econômico); em 1679, o *Habeas Corpus Act*; em 1689, o *Bill of Rights*. As medidas protegem a produção inglesa e a livre iniciativa do empresário individual, que adotariam a formado liberalismo econômico (consagrado mais tarde na fórmula francesa *laissez faire, laissez passer*) e do liberalismo político (livre arbítrio individual). Em 1694, em apoio ao sistema de dívida pública, foi criado o Banco da Inglaterra, que concedia créditos ao Estado, detendo o monopólio de emissão de moeda escritural (fiduciária) na região londrina e controlando financeiramente os bancos de outras regiões inglesas, agindo como um poderoso fator de unidade do mercado nacional.

Parte do processo "clássico" de acumulação originária se realizou através da transformação dos senhores feudais em proprietários burgueses; assim, na Revolução Gloriosa houve um compromisso entre os setores burgueses e os setores aristocráticos da sociedade inglesa. A aristocracia ficou com os cargos "decorativos" e sem transcendência do novo regime, crescentemente burguês. Inglaterra, além disso, no fim do século XVII, impôs uma política externa sistemática com vistas à dominação das colônias da América, por meio de um sistema moderno de tributação, comércio de escravos, dívida pública, protecionismo e ação do Estado.

A atuação do capital comercial na acumulação primitiva é visível também no tráfico de escravos negros originários da África, ou nas relações comerciais entre as colônias e as metrópoles. No fim do século XVII, o comércio de escravos e a sede dos europeus por metais preciosos proporcionavam grandes lucros: foi um período de acumulação acelerada, baseada na alta de preços, nos lucros elevados e nos salários muito baixos. No mesmo século o comércio triangular Europa-África-América proporcionou uma grande acumulação de dinheiro, que estabeleceu as bases de financiamento do capitalismo industrial: "Conquista, pilhagem, exterminação; esta é a realidade de onde vem o afluxo de metais preciosos para a Europa no século XVI. Através dos tesouros reais da Espanha e de Portugal, das caixas dos mercadores, das contas dos banqueiros, esse ouro estava totalmente 'lavado' quando chegava aos cofres dos financistas de Gênova, de Antuérpia ou de Amsterdã".⁵⁵³

Nesses primeiros centros financeiros da Europa, especialmente em Amsterdã, os inícios da acumulação capitalista em grande escala vieram acompanhados das *crises*. Inicialmente, elas foram atribuídas a fenômenos aleatórios, como foi o caso da *crise das tulipas*, a primeira crise moderna registrada, há 400 anos. Como foi que uma simples flor pôde originar uma crise comercial de envergadura? Uma flor é apenas um bem de consumo (até morrer). Um bulbo é um investimento (na mão de um cultivador) ou um bem patrimonial (na mão de um particular), um *capital*. As tulipas haviam chegado à Europa vindas do Oriente, em meados do século XVI. A flor, hoje identificada com a Holanda, era objeto de culto na Turquia, onde era chamada de *dulbend* pela semelhança da sua forma com o turbante, virou *tulband* nos Países Baixos, e daí, "tulipa" ("tulipán", em espanhol), a "flor de Deus".

No começo do século XVII, a flor já era muito usada na decoração de jardins e também na medicina. Tornada Holanda independente, depois da guerra contra Espanha, o novo pequeno país teve uma imediata vocação marítima, devido à sua localização geográfica, e também pela fraqueza momentânea das então potências do mar (Inglaterra, França e Espanha). Holanda virou logo um *carrefour* marítimo e comercial: com o saque do porto belga de Anvers pelos espanhóis, Amsterdã se transformou na "loja da Europa", sendo aí criada a primeira Bolsa de Mercadorias e de Valores moderna. A tulipa se tornou um artigo de luxo e um símbolo de status social nos Países Baixos. Houve uma competição nas classes altas pela posse das variedades mais raras. Os preços dispararam: "Uma isca dourada físgou tentadoramente um a um. Todos correram para os mercados de tulipas, como abelhas para um pote de mel",

⁵⁵³ Michel Beaud. *Histoire du Capitalisme*. Paris, Seuil, 1981.

escreveu Charles Mackay, num relato do evento escrito no século XIX. Em 1623, um bulbo podia custar milhares de florins, era trocado por terras ou animais, chegando até custar mais do que uma casa. Comerciantes de tulipas conseguiam lucrar seis mil florins mensais (a renda média anual era de 150 florins). Em 1635, foram vendidos 40 bulbos por 100 mil florins (uma tonelada de manteiga custava 100 florins; oito porcos custavam 240 florins). O bulbo *Semper Augustus* foi vendido por 6.000 florins (uma unidade!) em Haarlem. As tulipas eram vendidas nas Bolsas de numerosas cidades holandesas, muitas pessoas vendiam suas posses no intuito de especular no mercado.

Alguns dos compradores-especuladores tiveram lucro, outros perdiam quase tudo o que tinham. Passaram a serem vendidos bulbos recém-plantados, ou ainda não plantados (contratos futuros de tulipa, preanunciando a Bolsa de Mercadorias e Futuros): isso foi chamado de "negócio de vento", nas tavernas se usava uma lousa para indicar as ofertas de preço. Até chegar a "crise das tulipas", que transcorreu entre 1636 e 1637. Em fevereiro de 1637, os comerciantes de tulipas não conseguiram mais aumentar os preços de seus bulbos, e começaram a vendê-los. A Bolsa estourou, propagando-se o pânico no mercado. Banqueiros deixaram de segurar contratos para compra de tulipas, estabelecidos a preços dez vezes maiores do que os preços de mercado atualizados; outros possuíam bulbos cujo preço virara bem inferior ao preço pago por eles.

Milhares de pessoas ruíram financeiramente. Muitos juízes consideraram os débitos maiores como tendo sido contratados em condições de especulação, portanto ilegais. Os contratos "podres" eram comprados por 10% de seu valor nominal. Foi a primeira "crise de sobreprodução" moderna a ser registrada nos anais históricos: os comerciantes estavam abarrotados de bulbos comprados antes da quebra, pois a Corte holandesa não obrigava a execução do pagamento desses contratos. Versões menores da "tulipomania" também ocorreram em outras partes da Europa, embora não nesse nível. Um dos seus efeitos foi a sofisticação do sistema financeiro (através dos contratos de seguro) e a criação de mecanismos como o mercado de opções. Primeira explosão especulativa da história, a crise das tulipas revelou a natureza intrínseca do mercado capitalista, sua cegueira básica e sua periódica necessidade de ajustes através de *crises*. Essa crise e as seguintes não teriam sido possíveis sem o novo papel histórico do *dinheiro*.

O dinheiro é quase tão antigo quanto a troca comercial, na medida em que esta supera o limite do escambo ocasional ou daquele realizado entre comunidades imediatamente vizinhas; a moeda apareceu como uma mercadoria especial que pudesse cumprir a função de equivalente geral de todas elas: "O desenvolvimento histórico da troca impõe cada vez mais aos produtos do trabalho o caráter de mercadoria, e desenvolve ao mesmo tempo a oposição que sua natureza encerra, entre valor de uso e valor. A própria necessidade do comércio força a dar corpo a esta antítese, tende a fazer nascer uma forma valor palpável e não deixa nem repouso nem trégua até que essa forma seja atingida pela separação entre mercadoria e dinheiro".⁵⁵⁴ Do uso de objetos diversos de uso comum como moeda, passou-se para os metais preciosos, e daí para o papel moeda fiduciário prometendo pagar ouro ou prata, seguido pelo papel moeda de curso forçado, experimentado pela primeira vez, no ocidente, na França de inícios do século XVIII, embora haja evidências de seu uso na China um milênio antes. O valor dos metais preciosos se converteu na referência da moeda fiduciária.

A teoria pioneira do padrão-ouro, chamada de "teoria quantitativa da moeda", foi elaborada por David Hume em 1752, sob o nome de "modelo de fluxo de moedas metálicas" e destacava as relações entre moeda e níveis de preço (base dos fenômenos da inflação e deflação). Nesse padrão, cada banco era obrigado a converter as notas bancárias por ele emitidas em ouro (ou prata), sempre que solicitado pelo cliente. O dinheiro, finalmente, só na sociedade burguesa desenvolveu todas suas potencialidades como expressão da forma *total* ou *desenvolvida* do

⁵⁵⁴

Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Volume 1.

valor (pois as trocas comerciais podiam se realizar sem dinheiro, não assim a acumulação capitalista), potencialidades já presentes na mercadoria-dinheiro, reconhecida socialmente por todas as outras como tal, e como forma monetária do valor.⁵⁵⁵ São funções do dinheiro, em sua forma plenamente desenvolvida:

1. *Medida de valor*: dá às mercadorias a medida na qual expressam seus valores, sob uma mesma denominação e fazendo-as comparáveis desde o ponto de vista da quantidade. A forma *moeda* tem sua origem nessa função;

2. *Meio de circulação*: ao estabelecer um equivalente geral mundialmente reconhecido, o dinheiro, facilita e acelera a circulação das mercadorias, que antes se realizava por simples troca, ou utilizando equivalentes ocasionais. Ao mesmo tempo, divide o ato da troca em dois atos distintos: a compra e a venda. É nessa divisão que aparece a possibilidade da crise, isto é, a interrupção da circulação de mercadorias; ou seja, quando um vendedor, que obteve dinheiro pela venda de sua mercadoria, não se transforma em comprador, preferindo guardar o dinheiro. É nessa função que tem sua origem o símbolo emitido pelo Estado (e, antes dele, por financiadores particulares) que pode substituir a mercadoria-dinheiro: o papel-moeda;

3. *Meio de pagamento*: quando um vendedor entrega sua mercadoria contra uma promessa de pagamento futuro - o comprador não possui a totalidade do dinheiro porque espera consegui-lo vendendo suas mercadorias, cuja produção leva mais tempo, etc. -, "o vendedor se transforma em credor, o comprador, em devedor. Como a metamorfose da mercadoria toma aqui um novo aspecto, o dinheiro adquire também uma nova função: transforma-se em meio de pagamento";

4. *Meio de entesouramento*: "Desde que se desenvolva a circulação de mercadorias, se desenvolve também a necessidade e o desejo de conservar o produto da primeira metamorfose, a mercadoria se transforma em crisálida de ouro ou de prata. A partir de agora as mercadorias são vendidas não só para comprar outras, mas também para substituir a forma mercadoria pela forma dinheiro. A moeda retida em sua circulação petrifica-se, por assim dizer, e se transforma em tesouro, e o vendedor se transforma em entesourador";

5. *Dinheiro mundial*: como meio de troca entre diferentes mercados (países), a moeda assume toda a sua força. "No marco da circulação nacional, não é mais do que uma mercadoria que pode servir como medida de valor e conseqüentemente como moeda. No mercado do mundo, reina uma dupla medida de valor, o ouro e a prata". Quando acontece uma transferência de riqueza de um país para outro através da moeda, esta por fim funciona como a forma abstrata absoluta da riqueza, ou como "signo absoluto".

No comércio mundial, finalmente, as mercadorias desfraldam universalmente seu valor, e sua forma autônoma de valor se apresenta como moeda mundial. O dinheiro funciona plenamente como mercadoria cuja forma natural é simultaneamente forma imediatamente social de realização do trabalho humano abstrato. O comércio internacional, o desdobramento do mercado em mercado mundial, provoca o desenvolvimento do dinheiro em dinheiro mundial e do trabalho abstrato em trabalho social: o trabalho concreto se transforma em uma totalidade de diversos modos de trabalho. Quando desfralda todas suas funções potenciais, finalmente, o dinheiro pode funcionar universalmente como *capital*.

Longe de atemporal, o dinheiro é também um produto histórico, de caráter mutável. Marx zombou dos teóricos (ingleses e franceses) que procuravam "a essência do dinheiro", como

⁵⁵⁵ "O ouro não desempenha o papel de moeda diante das mercadorias, a não ser porque já desempenhava diante delas o papel de mercadoria. Igual a elas, funcionava também como equivalente, às vezes acidentalmente em trocas isoladas, às vezes como equivalente particular com outros equivalentes. Pouco a pouco começa a funcionar como equivalente geral, dentro de limites mais ou menos amplos. Desde que conquista o monopólio dessa posição na expressão do valor do mundo das mercadorias, transforma-se em mercadoria-dinheiro, e é só a partir do momento em que já se transformou em mercadoria-dinheiro que a forma geral do valor se transforma em forma monetária" (Karl Marx, *O Capital*. Livro I, Volume I).

quem procura a “essência do amor”, fora do tempo e do espaço. O neokantiano Georg Simmel, no início do século XX, publicou a que foi chamada de “obra prima da filosofia dos valores”, a *Filosofia do Dinheiro*. O comércio seria o elemento decisivo da civilização; os homens civilizados seriam “animais que praticam o intercâmbio”. A *troca* absorveria a violência social-animal preexistente nos seres humanos, e o *dinheiro* universalizaria a troca. A modernidade se caracterizaria por traços intrinsecamente ligados a vida monetária, como a aceleração do tempo, a monetarização das relações sociais, a ampliação dos mercados, a racionalização e quantificação da vida e inversão de meios e fins. O dinheiro seria o deus da vida moderna, pois na modernidade tudo gira ao redor do dinheiro e, ao mesmo tempo, o dinheiro faz tudo girar.⁵⁵⁶

O dinheiro seria, assim, a categoria transcendental realmente existente da socialização humana. Ele não teria vindo ao mundo, como disse o poeta citado por Marx, com sangue em uma de suas faces, mas com um convite a bater na outra. Na “filosofia dos valores” de Simmel, o capitalismo não seria uma ruptura histórica em relação às fases econômico-sociais precedentes, mas um fenômeno desenvolvido de um “processo civilizatório” sem solução de continuidade. O ponto nodal da passagem para a sociedade civilizada seria, assim, a passagem da economia natural para a economia monetária. Nessa abordagem, a ruptura histórica provocada pelo capitalismo fica deturpada, e a produção capitalista (extração de mais-valia) fica velada. No reino do capital, a mercadoria-dinheiro não é *fim*, mas *meio* da acumulação de capital. Desprovido de suas características históricas, o dinheiro se transforma em mistério insondável. Historicamente, o capital veio ao mundo a partir da, e *graças a*, uma forte tendência para a *perda de valor* do dinheiro, conhecida popularmente como *inflação*.

A inflação é a queda do valor de mercado ou poder de compra do dinheiro, que se expressa como aumento no nível geral de preços, um processo no qual ocorre aumento generalizado nos preços dos bens e serviços, provocando perda do poder aquisitivo da moeda. Isso faz com que o dinheiro valha cada vez menos, sendo necessária uma quantidade cada vez maior dele para adquirir os mesmos produtos, o que estaria vinculado a um aumento no suprimento de dinheiro e a expansão monetária, visto como a causa do aumento de preços. Externamente, a inflação se traduz por uma desvalorização da moeda local frente a outras; internamente ela se exprime no aumento do volume de dinheiro e no aumento dos preços. Hiperinflação é uma inflação “fora de controle”, com encarecimento rápido dos produtos, recessão, e desvalorização acentuada da moeda. A inflação é tão velha quanto o uso da moeda, e foi enormemente acentuada com o surgimento da moeda fiduciária: crises inflacionárias já afetavam o Império Romano.⁵⁵⁷

Para o surgimento do capitalismo, foi decisivo o fenômeno inflacionário de alcance europeu motivado pelo afluxo de metais preciosos, consecutivo à conquista da América. Se os efeitos da “revolução dos preços” do século XVI estão fora de discussão, não acontece o mesmo com suas causas. Para explica-las se atribuiu o surto inflacionário aos metais preciosos, mas H. Licher Van Bath não concordou: a alta geral dos preços teria sido anterior à vinda deles à Europa, o fluxo americano de metais preciosos não a explicaria. Os preços dos produtos

⁵⁵⁶ Georg Simmel. *Zur Philosophie der Kunst*. Potsdam, Kiepenheuer, 1922. Simmel era considerado o símbolo do anacrônico liberalismo alemão, “com seu desprezo pelo militarismo e pelo materialismo e arrogando-se a superioridade de seus valores espirituais. Os seus representantes constituíam a casta dos professores, do clero, dos médicos e advogados, que se consideravam a *Geistaristokratie* (aristocracia do espírito) superiores aos ricos vulgares, aos nobres vulgares e às massas vulgares. Despreocupados com os problemas sociais, sem quaisquer compromisso em política, satisfaziam-se com um liberalismo portas adentro, que não travava batalhas e que se exprimia em uma abstrata oposição ao regime (imperial), no desprezo pelo Kaiser e nas caricaturas antimilitaristas do *Simplicissimus*” (Barbara W. Tuchman. *La Torre del Orgullo 1890-1914*. Barcelona, Península, 2007, p. 333).

⁵⁵⁷ Um aumento de preços no Império Romano foi causado pela desvalorização dos denários que, antes confeccionados em ouro puro, passaram a ser fabricados com todo tipo de impurezas. O imperador Diocleciano culpou a avareza dos mercadores pela alta dos preços, promulgando em 301 d.C. um edito que punia com a morte qualquer um que praticasse preços acima dos fixados pelo governo.

agrícolas aumentaram antes disso mais do que os bens manufaturados e, também, mais do que os salários.⁵⁵⁸ A explicação (o fator desencadeante) da “revolução dos preços” seria, para Van Bath, a explosão demográfica: o aumento da população teria levado ao aumento da procura por produtos de subsistência e, conseqüentemente, a um aumento nos preços. Por outro lado, com o crescimento da população houve uma maior oferta de mão de obra, o que levou a uma depreciação dos salários. Houvera assim um forte estímulo à produção agrícola de subsistência, evidenciado pelo aumento da área cultivada, e também pelo aumento do conhecimento agrônômico.

A teoria de Van Bath foi proposta pelo “neoliberalismo” do século XX como alternativa à explicação da origem do capitalismo pela acumulação originária de capital, ou seja, pela violência estatal, tentando fundamentar o desenvolvimento da troca comercial e da acumulação de capital como uma tendência “natural e espontânea” da sociedade humana para superar o estágio da selvageria: segundo Friedrich Hayek o mercado seria uma tendência espontânea das sociedades para sair do estado tribal (a teoria do dinheiro como diferencial de civilização, de Simmel, encontrou também acolhida nessa seara).⁵⁵⁹ Uma divergência historiográfica discutível sobre a origem de um processo inflacionário (porque minimiza o efeito da multiplicação por 30 do numerário circulante na Europa durante o século XVI, e cala sobre as origens econômicas do crescimento demográfico) foi erigida em evidência para fundamentar a atemporalidade do capitalismo.

A inflação secular provocada pela “revolução dos preços” foi, acima das controvérsias sobre sua origem, uma reviravolta crucial da economia europeia em direção do capitalismo: “Europa se expandiu nas Américas. Isto pode não ter sido determinante em si mesmo, mas foi importante. O ouro e a prata do Novo Mundo permitiram a Europa viver acima de suas possibilidades, investir acima de sua poupança, e aumentá-la por meio da revolução [alta] dos preços e o atraso dos salários. O próprio ouro era uma mercadoria, uma expansão geral do comércio subjaz a prosperidade do século XVI, que não foi um jogo nem uma miragem, nem tampouco uma ilusão monetária”.⁵⁶⁰

Não foi uma ilusão, certamente, mas sim uma maldição para seus agentes (Espanha e Portugal, as principais potências colonizadoras), cujas economias ficaram atreladas à *circulação* de mercadorias, deixando para outras economias a *produção* delas, sendo estas economias as que tomaram a dianteira na transição para o capitalismo. Segundo Fragoso e Florentino, isto correspondeu a um projeto das classes dominantes metropolitanas: “Como resposta inicial às dificuldades de uma sociedade aristocrática abalada pela crise do século XIV e à necessidade de afirmação de um jovem Estado Nacional, a expansão marítima e a ulterior colonização americana modificariam a antiga sociedade e economia lusitanas para preservá-las no tempo. Eis o papel da transferência da renda colonial para a Metrópole: a manutenção de uma estrutura parasitária, consubstanciada em elementos como a hipertrofia do Estado; a hegemonia dos grandes da aristocracia que, direta ou indiretamente, viviam dos recursos do ultramar”.⁵⁶¹

Significa isso que a colonização europeia das Américas foi um empreendimento capitalista, inclusive de modo “involuntário” ou indireto, como sustentaram diversos autores (entre eles,

⁵⁵⁸ H. Licher Van Bath. *História Agrária da Europa Ocidental (500-1850)*. Lisboa, Presença, 1984.

⁵⁵⁹ Cf. Murray N. Rothbard. Down with primitivism: a thorough critique of Polanyi. *Mises Daily*, Londres, setembro 2004; W. H. B. Court. *A Concise Economic History of Britain*. Londres, Cambridge University Press, 1954. O desenvolvimento do comércio nas sociedades ditas tribais não encontra lugar algum nessas teorias.

⁵⁶⁰ Immanuel Wallerstein. *Op. Cit.*

⁵⁶¹ João Fragoso e Manolo Florentino. *O Arcaísmo como Projeto*. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. Eles acrescentam que “havia uma aliança tácita entre os fidalgos e o pequeno comércio, no sentido de prevenir o crescimento dos grandes mercadores, e, pois, contrária à modernização que eles porventura pudessem implementar”. O caráter polêmico da tese não apaga os elementos reais em que se baseia.

o historiador brasileiro Caio Prado Jr, ou o argentino Sergio Bagú, entre outros)? A produção colonial majoritariamente voltada para o mercado mundial em expansão foi base comum das diversas sustentações dessa tese, acrescida da dissolução das relações feudais em curso nas metrópoles. Mas isto não significa que o capitalismo já vicejasse nos reinos ibéricos. Definir a empresa colonial como “capitalista” e a sociedade emergente como “capitalismo colonial”, significa não apenas não levar em conta esse pressuposto, mas sobretudo fazer tabula rasa do sistema de escravidão e trabalhos forçados em que se baseou o saque europeu da América. A colonização, por outro lado, não foi homogênea.⁵⁶² No Brasil, “virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra que precisa: indígenas ou negros importados”.⁵⁶³ O trabalhador branco que migrou para os trópicos, segundo esse autor, ao contrário daquele que migrou para o Norte, não veio empreender, mas explorar, negociar. Sua percepção sob a sociedade que emergia era de “tirar proveito”, não de permanência.

Milcíades Peña resumiu os argumentos da linha de pensamento que identifica o caráter capitalista da empresa colonial: “Bem entendido, não se trata do capitalismo industrial. É um capitalismo de *factoria*, capitalismo colonial que, a diferença do feudalismo não produz em pequena escala e antes do mais para o consumo local, mas em grande escala, utilizando grandes massas de trabalhadores, e com o olhar posto no mercado; geralmente o mercado mundial ou, senão, o mercado local estruturado em torno aos estabelecimentos que produzem para a exportação. Estas são características decisivamente capitalistas, embora não do capitalismo industrial, que se caracteriza pelo salário livre”.⁵⁶⁴ Para Sergio Bagú, “o regime colonial de trabalho se assemelhava muito mais ao capitalismo que ao feudalismo”.⁵⁶⁵

A produção colonial tinha certamente um objetivo comercial (não de autosustentação) e um alvo mundial, mas era assente em relações de trabalho compulsório, ou na escravidão colonial. Tratava-se, portanto, de uma forma híbrida ou *de transição*, tal como aquela existente nas antigas cidades-estados italianas, embora com uma temporalidade bem mais longa. O domínio do capital comercial caracteriza à fase prévia do capitalismo conhecida como mercantilismo. O desenvolvimento autônomo do capital comercial é inversamente proporcional ao desenvolvimento da produção capitalista. Outros autores sustentaram por isso que: “Quando a metrópole decidiu lançar-se na empresa colonial não lhe restava alternativa política senão a de transplantar para a América o modo de produção dominante no além-mar”, isto é, o feudalismo, com a peculiaridade de que “na impossibilidade de contar com o servo da gleba, o *feudalismo colonial* teve de regredir ao escravismo”.⁵⁶⁶

⁵⁶² Carlos S. Assadourian et al. *Modos de Producción en América Latina*. Córdoba, Pasado y Presente, 1973.

⁵⁶³ Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1971. O que caracterizou o sistema colonial, na perspectiva desse autor, é: a) a relação senhor-escravo, marco da estrutura social em formação, que estabelece as relações de poder e assegura as condições de viabilizar a colônia como empreendimento comercial; b) a relação centro (metrópole) e a periferia (colônia), o Pacto Colonial, garantia do monopólio do comércio internacional, pela reserva aos mercadores metropolitanos a primazia das transações coloniais. Celso Furtado adotou esse pressuposto, reiterando que o comércio exterior, do qual as metrópoles europeias detinham o controle, tinha como eixo de funcionamento a economia escravista: para se reproduzir, o capital mercantil estava subordinado à lógica de se apropriar do trabalho escravizado, dos grandes estoques de terra e da produção em regime de monocultura para sua acumulação.

⁵⁶⁴ Milcíades Peña. *Antes de Mayo*. Formas sociales do transplante español para el Nuevo Mundo. Buenos Aires, Fichas, 1973: “(Se afirma) que a sociedade colonial produzia para o mercado, mas que (ainda assim) as relações de produção das quais brotava a mercadoria (as relaciones entre os trabalhadores e os proprietários dos meios de produção) eram feudais, posto que se baseavam na sujeição pessoal do trabalhador. O erro deste critério reside em que a servidão não era o regime dominante na colônia. A obra de Bagú e as investigações de Silvio Zabala (entre outras) revelam categoricamente que nas colônias espanholas predominou a escravidão na forma de salário bastardo, sendo de menor importância a escravidão legal dos negros e o salário livre. Mariátegui reconheceu isto parcialmente”.

⁵⁶⁵ Sergio Bagú. *La Sociedad Colonial*. Buenos Aires, Emecé, 1950.

⁵⁶⁶ Alberto Passos Guimarães. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, pp. 28-29.

Com relação à suposta existência desse “feudalismo colonial”, foi observado que diferentemente dos senhores feudais, que extraíam um excedente da população submetida ao seu controle para utilizá-lo de uma ou outra forma na mesma região, o objetivo principal do espanhol que empreendia a conquista ou recebia a encomienda era extrair um excedente que pudesse ser transferido para a Europa. Ou seja, que não houve feudalismo colonial.

A sociedade capitalista caracteriza-se pelo trabalho livre ou assalariado: o trabalhador é coagido economicamente a vender sua força de trabalho ao capitalista: não era essa a relação social predominante na colônia. Não se tratava, tampouco, de uma sociedade feudal, onde imperava a servidão em relação ao “senhor”, e uma produção primordialmente voltada a satisfazer as necessidades do feudo: na América, o trabalho forçado de indígenas ou escravos visava a produção em grande escala para o mercado mundial. A América não era uma exceção dentro das regiões colonizadas pelas potências: a acumulação originária de capital, e a primeira fase do capitalismo (cujo berço é a Europa), se fizeram notar pela imposição violenta do trabalho forçado nos países economicamente atrasados e colonizados (escravidão na África e na América, trabalho forçado na Ásia e na própria América), onde não tinham se desenvolvido previamente as premissas do modo de produção capitalista.

Para esses países, contudo, essa imposição significou um retrocesso social e econômico, um retrocesso histórico, feito em benefício do avanço econômico da Europa, como exposto por José Carlos Mariátegui, nos seus *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*: “A destruição da economia incaica - e da cultura que alimenta-va-se dela - é uma das responsabilidades menos discutíveis da colonização, não por ter significado a destruição das formas autóctones, mas por não tê-las substituído por formas superiores. O regime colonial desorganizou e aniquilou a economia agrária incaica, sem instalar uma economia de maiores rendimentos. Sob a aristocracia indígena, os nativos compunham uma nação de 10 milhões de homens, com um Estado eficiente e orgânico, cuja ação chegava a todos os âmbitos da sua soberania; sob a aristocracia estrangeira, os nativos foram reduzidos a uma massa dispersa e anarquizada de um milhão de pessoas, numa situação de servidão e *fellahismo*”.

No contexto desse debate historiográfico, ao “capitalismo colonial” acima exposto, foi oposto o “feudalismo colonial” (Passos Guimarães ou Rodolfo Puiggrós) e até o “escravismo colonial” (Jacob Gorender): este autor (um dos principais do pensamento marxista brasileiro) sustentou a existência de traços peculiares de um *modo de produção escravista colonial*: a) A especialização na produção de gêneros comerciais destinados ao mercado mundial; b) O trabalho por equipes sob comando unificado; c) A conjunção do cultivo agrícola e do beneficiamento do produto no mesmo estabelecimento; d) A divisão do trabalho quantitativa e qualitativa. Na escravidão moderna (colonial), “o escravo o é por toda a vida e sua condição social se transmite aos filhos. No direito romano e nos regimes escravistas que nele se inspiram, a transmissão hereditária da condição servil se dava pela linha materna”.⁵⁶⁷

A organização econômica da produção de gêneros comerciais visava atender o mercado e não consistia em prover o consumo imediato dos produtores. Outra característica da produção escravista moderna, para Gorender, foi o estabelecimento da exploração senhorial, cujo trabalhador não dispunha de nenhuma autonomia, nem sobre o tempo de serviço, tampouco sobre os meios de produção, diferentemente da organização típica feudal, em que a produção era baseada nas unidades familiares, possuidoras dos meios de produção, autônomas e estáveis, constituindo assim a base do sistema produtivo. Decorre disso o alto custo da vigilância. Pois, diferentemente dos outros processos de trabalho, no escravismo colonial a vigilância intensiva visava o maior aumento da produção e evitar fugas de escravos, tendo em

⁵⁶⁷ Jacob Gorender. *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ática, 1994, p. 91. Outra característica da produção escravista moderna, para Gorender, é o estabelecimento da exploração senhorial, cujo trabalhador não dispõe de nenhuma autonomia, nem sobre o tempo de serviço, tampouco sobre os meios de produção, diferentemente da organização típica feudal, em que a produção era baseada nas unidades familiares, possuidoras dos meios de produção, autônomas e estáveis, constituindo assim a base do sistema produtivo.

vista as perdas dos dias não trabalhados do escravo fugitivo e os custos com a busca e captura. A mecanização da produção, abrangendo o cultivo da planta e a transformação da matéria-prima, ou seja, a produção em grande escala, fez surgir o aperfeiçoamento técnico da atividade agrícola e de beneficiamento, “que envolvia notável complexidade nos engenhos de açúcar, desde a moagem aos sucessivos cozimentos, purificações, purgas, cristalização, clarificações, secagem, prensagem e encaixotamento”, traço característico da divisão social do trabalho no modo de produção escravista colonial, segundo Gorender. Bastam essas características para definir um modo de produção historicamente diferenciado, ou estamos diante de uma forma híbrida de transição, como no restante da América colonial?

Com relação à economia colonial em geral, “analisando-se o quadro mais geral do período e levando-se em conta ser seu traço fundamental a inauguração de uma economia mercantil de dimensões geográficas mundiais, constatamos configurações *sui-generis* e irreduzíveis, quer ao feudalismo, quer ao capitalismo. Trata-se de período de acumulação primitiva de capitais, quando a economia mercantil ganhava espaço e disseminava-se, porém, a produção não se regia pelo capital enquanto relação social, mas apenas como riqueza acumulada no circuito mercantil”.⁵⁶⁸ O hibridismo de diversos modos de produção (escravidão, servidão, trabalho independente ou pequena produção mercantil, trabalho assalariado) foi a característica dos regimes coloniais. Nas colônias mais produtivas para as metrópoles, aquelas cuja produção destinava-se diretamente para o mercado mundial, aquelas, portanto, que davam seu sentido e função histórica ao sistema colonial, o regime de trabalho dominante, no qual se assentava a produção, foi a escravidão.

Pires e Da Costa sugeriram, por isso, outra categoria de análise: “O *capital escravista-mercantil* caracteriza-se por ser produtor de mercadorias e extrator de mais-valia, mas o faz pondo em movimento mão de obra cativa. A produção de mercadorias – exportáveis ou não – no Brasil escravista decorreria, portanto, da ação dessa forma do capital, a qual dominaria, além esfera produtiva propriamente dita, a circulação interna. No entanto, o capital escravista-mercantil possuía uma importante peculiaridade: ele não garantia sua própria reprodução no tempo. Isso ocorria porque sua área de atuação restringia-se ao plano interno à colônia, estando isolado do plano externo, do qual necessitava para realizar a produção exportável e obter mão de obra. Para pôr-se em contato com a economia internacional, portanto, ele necessitava da mediação do capital comercial, que atuava como uma interface entre a colônia e os mercados externos. O capital comercial, além de desempenhar essa função de interface, também teria sido o responsável pelo estabelecimento da empresa colonial, através do povoamento e da valorização das terras do Novo Mundo. Depois de realizada essa tarefa inicial, porém, passou-se progressivamente a desenvolver o capital escravista-mercantil no plano interno da colônia”.⁵⁶⁹

O domínio relativo do capital mercantil significava que o capital ainda não tinha penetrado decisivamente a esfera da produção. Com relação à suposta existência de um “feudalismo colonial”, já foi observado que diferentemente dos senhores feudais, que extraíam um excedente da população submetida ao seu controle para utilizá-lo de uma ou outra forma na mesma região, o objetivo principal do espanhol ou do português que empreendia a conquista, e recebia a *encomienda* ou importava escravos, era extrair um excedente que pudesse ser transferido para a Europa. A polêmica, em boa medida, esqueceu o caráter eminentemente parasitário (saqueador) do sistema colonial implantado pelo capital comercial, que carecia das características que deram base de sustentação histórica ao feudalismo ou ao capitalismo na Europa.

⁵⁶⁸ Vera Lúcia A. Ferlini. *Terra, Trabalho e Poder*. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 27.

⁵⁶⁹ Julio Manuel Pires e Iraci del Nero da Costa. *O Capital Escravista-Mercantil e a Escravidão nas Américas*. São Paulo, EDUC, 2010, p. 145.

O parasitismo econômico das potências europeias pioneiras do antigo sistema colonial foi também um obstáculo para sua transformação capitalista (sua “modernização”): “À medida que o século [XVII] avançava, pessoas ponderadas detectaram uma mudança operar-se na Espanha metropolitana, primeiro lentamente, e depois numa convulsão. A prosperidade, que parecia ter subsistido na posse dos metais preciosos, tinha simplesmente deixado a Espanha de lado. O país tinha se tornado, numa formulação da época, nas Índias do estrangeiro, irremediavelmente indigente, explorado pelos vizinhos, fraco, endividado e árido: era como se a prata fosse uma doença contagiosa, como a sífilis que os homens pensavam que Colombo tinha trazido de volta, e não menos destrutiva. A prata de Potosí entrava através de Cádiz e Sevilha e passava rapidamente através dos portos costeiros da Cantábria e do Mediterrâneo, em troca de produtos importados de qualidade inferior a preços sempre mais altos, e salários dos trabalhadores em ascensão; ou era esbanjada nos exércitos atolados no lodo da Holanda tentando debelar a revolta holandesa”. Entre 1531 e 1570 a prata americana representou entre 85% e 97% do metálico importado por Europa.⁵⁷⁰

Como concluiu esse processo? “A partir da virada do século XVII, os preços em Sevilha eram provavelmente cerca de quatro vezes o que tinham sido quando Colombo partiu em direção ao ocidente. Don Gerónimo de Uztáriz, secretário do Conselho de Índias, estimou mais tarde que cerca de cinco bilhões de dólares tinham vindo da América para a Espanha desde 1492, dos quais, a partir de 1724, apenas cerca de um bilhão permanecia em moeda e em prataria doméstica e eclesiástica. No grande retábulo dourado da catedral de Sevilha ou nas igrejas barrocas do México, Peru e Equador, veem-se os vestígios de um esforço psicológico desesperado: o de esterilizar os metais americanos do seu conteúdo monetário e dirigir o resíduo ornamental para as sensações de admiração e fé. Isso, essencialmente, é o barroco na arquitetura religiosa. Quanto ao remanescente, foi para a França, a Holanda, Inglaterra e o Báltico”.⁵⁷¹

Isso já era notado pelo espanhol Cantillón, em 1780: “A conquista de América fez elevar os salários nos séculos XV e XVI, quadruplicando o preço dos produtos alimentícios [na Espanha] no século de Carlos V e Felipe II. Como as outras nações não tinham incrementado a massa de dinheiro, seus salários não se elevaram significativamente, e puderam desenvolver alegremente sua indústria, enquanto a nossa declinava. Espanha ganhou momentaneamente riquezas em moeda corrente, mas perdeu suas manufaturas e, gradualmente, seu consumo”.⁵⁷² Quando essas palavras eram escritas, a Revolução Industrial inglesa se encontrava em andamento.

A colonização da América e da África agiu decisivamente para impulsionar o capitalismo na Europa. Mas, se Espanha, junto a Portugal, foi impulsionadora da “revolução comercial” que acelerou a crise geral do feudalismo europeu, se esses países foram os primeiros em conquistar sua unidade territorial e enfraquecer a nobreza, e as primeiras potências colonizadoras da América, não foram, porém, as principais beneficiárias desta, pelo fato de carecerem de uma burguesia capitalista capaz de se impor sobre o antigo regime de produção e de impor um sistema econômico baseado no trabalho livre. A conquista e a colonização fortaleceram nesses países o capital (burguesia) comercial, forma precedente e antagônica do capital como modo *de produção*: “A lei segundo a qual o desenvolvimento autônomo do capital comercial é inversamente proporcional ao desenvolvimento da produção capitalista se

⁵⁷⁰ Earl J. Hamilton. *Op. Cit.*, p. 40.

⁵⁷¹ James Buchan. *Desejo Congelado*. Uma investigação sobre o significado do dinheiro. Rio de Janeiro, Record, 2000. A expressão “dólares” encontra-se no texto, provavelmente se trate de pesos espanhóis, transformados em dólares pelo tradutor da obra (antes da criação formal do dólar, era dado esse nome genérico de origem alemã aos pesos espanhóis, nas ex colônias inglesas).

⁵⁷² *Apud* Pierre Vilar. *Estudios sobre el Nacimiento y Desarrollo del Capitalismo*. Madri, Ayuso, 1978, p. 45.

verifica mais claramente nos povos nos quais o comércio é um comércio de intermediários”,⁵⁷³ o que era exatamente o caso dos países ibéricos.

O papel que justificou e explicou o surgimento e funcionamento do sistema colonial era a geração de recursos por meio do comércio de produtos agrícolas que elas produziam, e da venda de manufaturas metropolitanas para as mesmas, gerador da acumulação primitiva de capitais, estes surgidos do movimento comercial e empregados no processo de avanço tecnológico das manufaturas. Essa transformação levou o Antigo Regime a uma crise econômica estrutural, a partir da qual o capitalismo comercial deu lugar ao capitalismo industrial, centrado no lucro fabril. O papel da colonização dos trópicos foi montar bases estáveis para a produção de bens agrícolas que gerassem lucros mercantis às suas metrópoles.

A acumulação capitalista que esse regime proporcionou levou, mais tarde, ao inevitável avanço tecnológico e ao deslocamento do núcleo gerador de capital: este passou a ser fruto da fábrica e da produção em série das máquinas, que inaugurou um novo regime econômico, social e produtivo na Europa. O fundamento e objetivo das colônias, ou melhor, do sistema colonial, foi o de produzir lucros mercantis e servir como escoadouro da crescente produção manufaturada. Fernando Novais argumentou que o papel que justifica e explica o surgimento e funcionamento das colônias (e do próprio sistema colonial) foi a geração de recursos por meio do comércio de produtos agrícolas que elas produzem, e da venda de manufaturas metropolitanas para as mesmas, gerador da acumulação primitiva de capitais, surgidos do movimento comercial, e empregados no processo de avanço tecnológico das manufaturas. Essa transformação levou o Antigo Regime a uma crise histórica; o papel da colonização dos trópicos foi montar bases estáveis para a produção de bens agrícolas que gerassem lucros mercantis às suas metrópoles. A acumulação que esse regime proporcionava levou, mais tarde, ao inevitável avanço tecnológico e ao deslocamento do mecanismo gerador de capital.

O capitalismo industrial nasceu das necessidades de se tentar novos métodos de acumulação de capital, visto que a concorrência entre nações europeias para vender produtos agrícolas aumentava, e já não havia o exclusivismo de um país ou outro nesse comércio (muitos outros países as produziam na América), o que provocava baixa de preços; grande número de conflitos internacionais, desestruturando suas economias; excessiva acumulação de capital (principalmente no caso inglês) que não comportava vultosos investimentos agrícolas (área econômica instável) e procurava novas alternativas. As contradições e deficiências econômicas do capitalismo comercial geraram outro capitalismo, o industrial, que mantinha os mesmos parâmetros (objetivos) de funcionamento, mas possuía também enormes diferenças. As colônias não mais geravam capitais, mas matérias-primas para as indústrias; era mais lucrativo dispor delas não como territórios acoplados à metrópole, mas como países cujas economias fossem dela dependentes, como fornecedoras de insumos e escoadouro de produtos manufaturados.⁵⁷⁴ O sistema colonial, nascido de necessidades comerciais das potências europeias, prologou e deu base econômica à acumulação capitalista.

⁵⁷³ Karl Marx. *O Capital*, Livro III.

⁵⁷⁴ Cf. Fernando Novais. *Estrutura e Dinâmica do Sistema Colonial*. Séculos XVI-XVII. Lisboa, Livros Horizonte, sdp.

16. TRABALHO COMPULSÓRIO, ESCRAVIDÃO E PIRATARIA

A escravidão assalariada dos operários na Europa exigia, como pedestal, a escravidão sans phrase no Novo Mundo (Karl Marx, **O Capital**)

Todo livro de história é um relato de crime, tortura e injustiça; todo jornal, um ensopado de sangue e vergonha (Isaac B. Singer, **Amor e Exílio**)

O sistema colonial americano fez prosperar como nunca no passado o comércio e a navegação mundiais. No período manufatureiro a supremacia comercial era a que proporcionava o predomínio industrial, antes da indústria capitalista se transformar na mola propulsora do comércio internacional. A dívida pública, cujas origens estão em Gênova e Veneza, apoderou-se de toda a Europa durante esse período: ela tornou-se “o credo do capital” (“Ela infunde força criadora no dinheiro improdutivo e o transforma, assim, em capital, sem que, para isso, tenha que se expor aos esforços e riscos inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária”).⁵⁷⁵ Converteu-se em uma das alavancas mais poderosas da acumulação capitalista, pois criou uma classe de capitalistas ociosos; enriqueceu, de improviso, os agentes financeiros que serviam de intermediários entre o governo e a nação, deu origem ao sistema internacional de crédito: “O sistema colonial, a dívida pública, os impostos pesados, o protecionismo, as guerras comerciais, etc., esses rebentos do período manufatureiro desenvolveram-se extraordinariamente no período infantil da indústria moderna”.⁵⁷⁶

A *conquista* da América impulsionou decisivamente esse processo que, por sua vez, reagiu sobre aquela, transformando-a em *colonização*. Dada a abundância quase ilimitada de terras no Novo Mundo, as instituições coloniais tiveram que enfrentar o problema da obtenção e disciplinamento do *trabalho*, fator de produção mais escasso da empresa colonial. Todas as potências colonialistas, sem exceção, resolveram esse problema através de institutos de trabalho compulsório ou de escravidão das populações indígenas, e da escravidão africana. Os primeiros embarques de ouro americano foram obtidos através do saque e do extermínio das altas culturas indígenas americanas (incas, maias, astecas) localizadas no Peru, América Central e México. O saque sangrento das altas culturas ameríndias e a submissão sangrenta das tribos “atrasadas” foram as bases da conquista espanhola.

A colonização do “novo continente” exigiu meios mais estratégicos: “A colonização organizou-se no sentido de promover a primitiva acumulação capitalista nos quadros da economia europeia, estimular o progresso burguês nos quadros da sociedade ocidental. É esse sentido profundo que articula todas as peças do sistema: em primeiro lugar, o regime de comércio desenvolve-se nos quadros do exclusivo metropolitano. Daí, a produção colonial orientar-se para aqueles produtos indispensáveis ou complementares das economias centrais; a produção organizava-se de molde a permitir o funcionamento global do sistema. Não bastava produzir os produtos com procura crescente nos mercados europeus, era indispensável produzi-los de modo que sua comercialização promovesse estímulos à originária acumulação burguesa nas economias europeias. Não se tratava apenas de produzir para o comércio, mas para uma forma especial do comércio, o comércio colonial; é o sentido último (aceleração da acumulação primitiva de capital) que comanda todo o processo de colonização. Isto obrigava as economias coloniais a organizarem-se de molde a permitir o funcionamento do sistema de exploração colonial, o que

⁵⁷⁵ “O sistema colonial, com seu comércio marítimo e suas guerras comerciais, serviu-lhe de incubadora. Assim, ele se consolidou primeiramente na Holanda. A dívida pública, isto é, a alienação do Estado - seja ele despótico, constitucional ou republicano – imprime sua marca sobre a era capitalista. A única parte da assim chamada riqueza nacional que realmente integra a posse coletiva dos povos modernos é... sua dívida pública. Daí que seja inteiramente coerente a doutrina moderna segundo a qual um povo se torna mais rico quanto mais se endivida. O crédito público se torna o credo do capital. E ao surgir o endividamento do Estado, o pecado contra o Espírito santo, para o qual não há perdão, cede seu lugar para a falta de fé na dívida pública” (Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Seção VII).

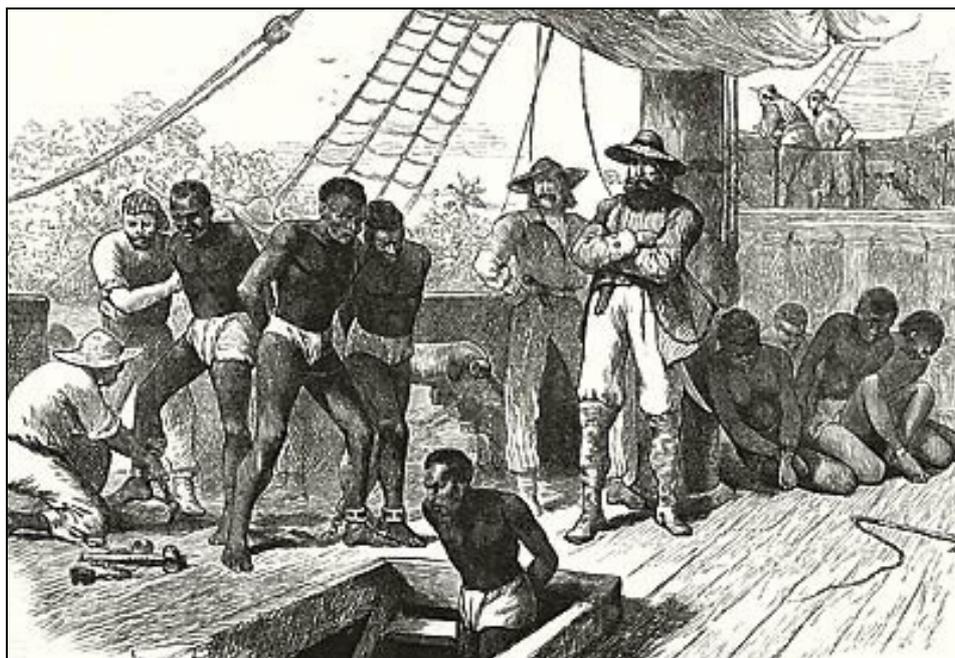
⁵⁷⁶ *Idem*, Seção I.

impunha a adoção de *formas de trabalho compulsório* ou, na sua forma limite, o *escravismo*".⁵⁷⁷ Segundo uma anedota famosa, um grande capitalista inglês, o Sr. Peel, "pegou 50 mil libras, trezentos trabalhadores e lá se foi para a colônia do Swan River na Austrália. O sr. Peel imaginava que os homens iriam trabalhar para ele, como acontecia na Inglaterra. Mas, chegando à Austrália, com terras abundantes — até demais —, seus peões preferiram trabalhar por conta própria, como pequenos sitiantes, em vez de ser assalariados do sistema capitalista. A Austrália não era a Inglaterra, e não sobrou um criado sequer para arrumar a cama ou trazer água para o proprietário." A solução para evitar que os trabalhadores se dispersassem e fossem "rapar a terra" foi a escravidão.

A escravidão assalariada na Europa exigia como base a escravidão pura e simples nas colônias. Ela assumiu dimensões de hecatombe demográfica na África e na América. Na África, a captura para venda de escravos negros começara em 1441, quando Afetam Gonçalves sequestrou um casal na costa ocidental do Saara para presentear o rei de Portugal, que o recebeu com prazer e aguçada visão comercial da potencialidade do "negócio". Pois desde o século XIV existia na Europa do Sul um ativo mercado de escravos animado por traficantes árabes. A mão de obra era um bem raro e requisitado na Europa depois da dizimação populacional provocada pela Peste Negra (1347), e bolsões de escravidão tinham sobrevivido à queda do Império Romano nas atividades domésticas e nas zonas de agricultura intensiva.

Na África, a caça de potenciais escravos contou com a cumplicidade inicial de reis e mandantes locais, já habituados a usá-la "em casa" devido ao sub-povoamento do continente, que havia imposto o trabalho forçado ou escravo como meio de gestão e disciplinamento da mão de obra escassa na África subsaariana. O tráfico negreiro no Atlântico em direção das Américas, porém, atingiu dimensões qualitativamente muito superiores, perfazendo cifras que provocaram uma hecatombe demográfica e social na África:

1519-1600: 266.000 escravos africanos exportados à América
1601-1700: 1.252.800 escravos africanos exportados à América
1701-1800: 6.096.200 escravos africanos exportados à América
1801-1867: 3.446.800 escravos africanos exportados à América
Total 11.061.800 escravos africanos exportados à América



577

Fernando Novais. *Op. Cit.*, p. 56.

A média de escravos mortos durante a travessia atlântica nos navios negreiros foi estimada, para o período 1630-1803, em quase 15%. Qual foi o impacto demográfico desse “comércio” na África? Devido à falta ou a raridade dos censos populacionais no continente, existem só estimativas muito amplas, no entanto bem significativas. Em 1700, a região da África Ocidental submetida à caça de escravos devia contar com 25 milhões de habitantes. Um quarto deles foi caçado e escravizado. Um século e meio depois, em 1850, a população da região tinha caído para apenas 20 milhões de habitantes. As regiões mais afetadas foram Angola e o Golfo de Bénin. Mais impressionantes são as cifras relativas à participação percentual africana na população mundial. Considerando-se a população da Europa, África, Oriente Médio e as Américas, a população africana caiu, entre 1600 e 1900, de 30% para 10% da população “mundial” total.

O percentual seria menor se fosse considerada a China (excluída da estimativa), devido à sua grande população em constante crescimento durante o período contemplado. Considerado um crescimento demográfico médio, “normal”, a África subsaariana deveria ter tido, em meados do século XIX (quando aconteceu o fim, ao menos legal, do tráfico de escravos), uma população de 100 milhões de habitantes: tinha, nessa época, metade dessa cifra.⁵⁷⁸ Ou seja, a “África Negra” foi amputada, durante e graças ao tráfico negreiro, de metade de sua população real ou potencial, com consequências irreversíveis para seu desenvolvimento, em todos os sentidos possíveis da palavra. De todas as etnias africanas, os iorubas do Oeste africano foram os mais afetados pelo tráfico, mas houve também contribuições significativas de grupos da Senegâmbia (os mandenka), que aportaram mais de 30% dos escravos chegados à América espanhola depois de 1630, da África do Sul (falantes da língua bantu) e do Leste africano (falantes da língua bantu queniana). Oito vezes mais africanos do que portugueses compuseram o futuro Brasil, principal destino do tráfico negreiro. Estes movimentos de migração compulsória foram acompanhados de uma importante migração europeia em direção das Américas, destacando-se as migrações espanhola (com uma importante presença basca, segundo revelaram estudos genéticos recentes coordenados pelo biólogo Cristian Capelli [*Unravelling the hidden ancestry of America admixed populations*]) e britânica, que se misturaram em graus diversos com as populações locais e com a população de origem africana, com mais força no Caribe e em algumas regiões da América do Sul, configurando uma vasta população mestiça que, junto aos ameríndios e os africanos, foi majoritária em quase todas as regiões americanas até a grande migração europeia da segunda metade do século XIX, o maior movimento migratório da história mundial.

Porque existia a necessidade de escravos nas Américas? O povoamento das terras conquistadas por Castela foi dificultado pela falta de disponibilidade demográfica da Espanha na época da colonização: não havia excedentes de população suficientes para atender à necessidade da ocupação das novas regiões; situação diametralmente oposta ocorreu no início da colonização inglesa na América do Norte: no início do século XVII havia “gente sobrando” na Inglaterra. Na Espanha, ao contrário, não havia “excesso de população”. O mecanismo usado para a solução do problema da valorização de territórios americanos da Espanha foi a exploração compulsória dos nativos: os *repartimientos* e as *encomiendas* atuaram de forma eficaz nesse sentido. A exploração do índio como força de trabalho sempre foi justificada para obtenção de recursos necessários à expansão do cristianismo. As exportações mineradoras se caracterizaram como atividade-meio para esse fim. Seu objetivo atendia ao financiamento da construção de um grande império colonial espanhol e católico. A existência deste condicionava a hegemonia da Espanha no contexto europeu, e facultava ao país a liderança no processo da Contrarreforma no continente. O Tribunal do Santo Ofício alcançou assim as áreas coloniais, a exemplo da cidade de Lima, onde a Inquisição teve um papel significativo. Por outro lado, a Coroa aplicava grande parte de seus ingressos na edificação de monumentos religiosos.

⁵⁷⁸

John Iliffe. *Les Africains*. Histoire d'un continent. Paris, Flammarion, 2009, pp. 273-276.

Segundo Celso Furtado, os primeiros 150 anos da colonização espanhola foram aqueles de predomínio da produção mineira (no Brasil, a primeira fundição de ouro foi criada em 1694; a cana-de-açúcar, no entanto, tinha sido introduzida desde 1530). Esse século e meio foi, segundo o mesmo autor, “marcado por grandes êxitos econômicos para a Coroa, e para a minoria espanhola que participou diretamente da conquista”. Nos seguintes 150 anos assistimos ao declínio da produção mineira e à redução da interdependência das regiões. Mas o caminho aberto pela mineração seria percorrido por outros tipos de produção primária. O povoamento do Chile, baseado inicialmente produção de ouro, encontrou uma base permanente na agricultura de exportação, cujo mercado era o pólo econômico peruano. América espanhola compreendia quatro vice-reinados: os da Nova Espanha (México), Nova Granada (Colômbia), Peru e o do Rio da Prata (Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia). A produção agropecuária implicava uma ocupação efetiva do território, com um assentamento efetivo da população.⁵⁷⁹

A colonização efetiva do Brasil, por sua vez, não começou antes de meados do século XVI. Antes desse período, Portugal pouco se ocupou com o Brasil, preocupando-se mais com as rotas orientais de obtenção de especiarias e artigos de luxo. A descoberta do Brasil era questão de importância secundária para a metrópole. O mapa *Terra Brasilis* do *Atlas Miller* (de 1519) registrou desde cedo a geografia da extração de *pau brasil* (usado na Europa para obter a cor púrpura para o tingimento de vestimentas, até esse momento vinda unicamente de Oriente) entre Pernambuco e Cabo Frio, extração concedida e regulamentada pela Coroa portuguesa desde 1502. A expedição do espanhol Juan Diaz de Solís (1515), que descobriu o Rio da Prata, constatou a existência de um florescente comércio de *pau brasil* no litoral brasileiro. Foi assim que o topônimo original de *Terra da Santa Cruz* foi substituído pela denominação de *Brasil* para denominar as novas terras americanas de posse de Portugal. Tratava-se ainda de empresas comerciais só litorâneas, deixadas na mão de particulares: só em 1513 foi designado um comissário da Coroa com o encargo de perceber impostos dos extratores-comerciantes. Os esforços portugueses de controlar também militarmente a costa brasileira foram uma ação de defesa, que visava impedir o estabelecimento de enclaves costeiras da França e da Inglaterra. Estes países não aceitavam a divisão do Novo Mundo entre os países ibéricos e estavam também interessados na extração do pau brasil, utilizado na fabricação e tingimento de lãs na Inglaterra e nos Países Baixos.

Durante a conquista, a aquisição de terra não fora o principal objetivo dos espanhóis, que estabeleceram no Novo Mundo uma sociedade organizada em torno de núcleos urbanos, a semelhança dos existentes no Sul da Espanha. Esses centros dependiam da população indígena camponesa, que proporcionava o abastecimento de alimentos. O sistema de *encomienda* parecia ser a fórmula ideal para as relações hispano-indígenas, ou seja, para submeter os indígenas ao trabalho compulsório. Assim, os encomendeiros percebiam tributos ou serviços pessoais, e deviam cuidar da instrução e evangelização do índio “encomendado”. Como instituição legal, a *encomienda* não implicava direitos sobre as terras dos índios, “beneficiados” pelas novas leis espanholas. Durante longo tempo, a demanda de terra foi limitada, em vista da grande densidade de agricultores indígenas em comparação aos diminutos grupos dos colonos europeus. Ainda assim, a redistribuição da terra foi uma característica do processo da fundação dos *pueblos* sul americanos.

Em meados do século XVI, a emigração espanhola para o Novo Mundo se elevou, multiplicando os assentamentos urbanos de espanhóis. Aumentou a demanda de alimentos, em particular dos produtos que os agricultores indígenas não podiam providenciar, como carne, trigo, açúcar e vinho. Um número crescente de espanhóis “encomendeiros” aproveitava o mecanismo legal da distribuição de terra, que os favorecia. As novas propriedades destinadas para pastos foram chamadas de *estancias*, enquanto as destinadas a vinhedos,

⁵⁷⁹

Celso Furtado. *A Economia Latino-americana*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

cultura de grãos e vegetais foram chamadas de *chacras*.⁵⁸⁰ A atividade mineira criou as condições para a manutenção de uma estrutura agropastoril, desenvolvida para o abastecimento daquela, o maior mercado consumidor estruturado a partir da fixação da dominação espanhola.



O Cerro Rico de Potosí, centro colonial espanhol da mineração de prata, e financiador principal da revolução capitalista na Europa

Em Potosí, principal centro mineiro produtor de prata na América do Sul, os espanhóis utilizaram a técnica nativa das *guayras*, e também fizeram uso das folhas de coca e das lhamas, que tiveram seus usos originais reorientados. As folhas de coca serviam como paliativo da superexploração à qual os nativos eram submetidos, seu mercado consumidor era garantido pelas minas; as lhamas desempenhavam papel essencial, principalmente por representarem o meio de transporte do cerro do Potosí com as mais diversas localidades. Espanha, metrópole mercantilista, necessitava que os envios de prata tivessem continuidade, haja vista que seus gastos com a manutenção da vasta região que compunha os domínios do reino eram muito elevados. Os núcleos abastecedores surgidos para atender à demanda potosina também exigiam a continuidade da sua extração. A exploração do “Cerro Rico” começou em 1545 e “durante o período colonial superou em produção total acumulada a soma de seus dois concorrentes, as jazidas mexicanas de Zacatecas e Guanajuato... com um grande auge em finais do século XVI, ao qual se seguiu um rápido esgotamento e inexorável queda da produção ao longo do século XVIII e do primeiro terço do século XVIII”.⁵⁸¹

O vice-rei Francisco de Toledo introduziu a amálgama do mercúrio para a produção de prata, o que desencadeou uma grande elevação na produção: Potosí consolidou-se como centro gerador de intercâmbios, pois além dos núcleos agro-pastoris, foram estruturados vínculos vitais com Huancavélica e sua produção mercurial. Houve também o traslado da Casa da Moeda de Lima para o cerro argentífero. Potosí retratou o exemplo da opulência e da miséria colonial simultâneas: uma localidade onde houve a morte violenta de milhares de pessoas, índios, mestiços ou brancos, mas economicamente essencial para Espanha e para o vice-reinado peruano.

A transformação econômica e ecológica da América em virtude da colonização, ou seja, da completa reorientação de sua atividade produtiva, foi enorme. A primeira revolução que

⁵⁸⁰ Magnus Mörner. *Economía rural y sociedad colonial en las propiedades españolas de América del Sur*. In: Leslie Bethell (ed.). *Historia de América Latina*. Barcelona, Crítica, 1990 (cap. 4).

⁵⁸¹ Enrique Tandeter. *Coacción y Mercado*. La minería de la plata en el Potosí colonial 1692-1826. Madrid, Siglo XXI, 1992, p. 13. Cf. também: Silmara Marchetti. *Potosí: Central Productora de Prata e Geradora de Intercâmbios (1560-1570)*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1997.

transformou o solo da Mesoamérica foi a invenção da própria agricultura pelos povos emigrados que ocuparam o continente dez milênios antes da era cristã. Com a colonização europeia se produziu a segunda revolução, que combinou o descenso brutal da população nativa com a penetração dos espanhóis em seu território, e a propagação de plantas e animais europeus. As sementes europeias se expandiram inicialmente pelas terras altas e irrigadas do México. Em poucos anos os grãos transformaram a paisagem tradicional dos campos indígenas, inauguraram a exploração de riquíssimas terras, introduziram o uso permanente de técnicas de cultivo espanholas, tais como o arado, a irrigação e a parelha de animais. Em meados do século XVII, as terras antes desoladas do Bajío mexicano haviam-se convertido nas terras agrícolas mais modernas, importantes e prósperas de *Nueva España*. A cana de açúcar foi outro veículo que contribuiu para a grande transformação do meio natural e social. Introduzida desde a década de 1530, exigiu fortes investimentos para converter o suco da cana em cristais açucarados.

A penetração da colonização europeia nas terras temperadas e quentes foi estimulada pela demanda europeia de produtos tropicais, como o tabaco, o cacau, o índigo, o anil, o *palo tinte* e outras plantas, que desde a segunda metade do século XVI passaram a serem exploradas em escala comercial. O impacto mais violento sofrido pela paisagem de Nova Espanha, no entanto, foi a introdução do gado, que chegou através das Antilhas. Entre as muitas surpresas que aguardavam aos colonizadores, nenhuma teve o impacto da prodigiosa multiplicação das vacas, cavalos, ovelhas, cabras, porcos, mulas e burros, que em poucos anos povoaram o continente e mudaram a fauna original e o uso do solo. O gado se espalhou pelo México e pela região da Bacia do Rio da Prata (onde, na piada de Milcíades Peña, se as vacas tivessem imaginação, teriam ali situado o Paraíso Terrenal) pela ação dos agricultores, os animais invadiram e destroçaram o cultivo aberto dos índios, transformaram terras de cultivo em campos de pastoreio, deslocaram o sistema de assentamento e reduziram os recursos alimentícios dos indígenas. Criaram-se estâncias de *ganado mayor* em terras baixas da zona tropical mexicana, onde diversas epidemias já haviam dizimado a população nativa.

Em finais do século XVI, nos novos territórios europeus no México, já havia mais de cem mil ovelhas, cavalos, cabras e vacas. Uma nova e extensa porção de terra foi incorporada à economia colonial. O gado, a agricultura e, sobretudo, as minas de prata, levaram, de modo diverso, numerosas ondas de população branca, índia e negra a esses territórios, completando o processo de colonização. Surgiu o homem a cavalo, o vaqueiro ou gaúcho (nas planícies da região da Bacia do Rio da Prata) que, junto ao mineiro e ao missioneiro, foram as figuras centrais da colonização ibérica. Os animais constituíram a primeira força de tração usada no México, para o transporte e processamento do açúcar. As lãs proporcionaram comércio de exportação. Missioneiros franciscanos, dominicanos, agostinhos, jesuítas, carmelitas, tiveram papel importante na introdução de plantas e animais e de técnicas agrícolas e de irrigação (para as plantações de laranja, limão, peras, vinhedos e vegetais). A rápida transformação da agricultura americana, a produção de açúcar, a ligação entre pecuária, agricultura e mineração, as transformações econômicas provocadas pela pecuária, e o papel dos religiosos como introdutores de conhecimentos, alteraram para sempre a distribuição da terra.⁵⁸²

Logo depois da conquista do México, o colonizador Hernán Cortês se apoderou para si e seus soldados das melhores terras, as que haviam pertencido aos chefes e funcionários militares e religiosos astecas. Os espanhóis não se interessaram pela agricultura: a agricultura indígena era suficiente para satisfazer a demanda. Plantavam com dificuldade e irregularmente, e de maneira frequente deixavam seus cultivos para dedicar-se a atividades mais lucrativas, como os saques dos indígenas. Cortês dispôs a repartição de terras em *peonías*, concedidas a todos os soldados *de pés* que haviam participado da conquista, e *caballerías* (cinco vezes maiores

⁵⁸² Enrique Florescano. Formación y estructura económica de la hacienda en Nueva España. In: Leslie Bethell (ed.). *Historia de América Latina*, v. 3. Barcelona, Crítica, 1990, pp. 92-121.

que as *peonías*), para aqueles que haviam combatido montados em cavalos. A partir da segunda metade do século XVI, o desinteresse dos espanhóis pela terra e pelas atividades agrícolas foi desaparecendo. Na segunda metade desse século ocorreu uma maior distribuição de terras, coincidindo com as grandes epidemias e a dizimação indígena, e provocando a definitiva limitação do espaço indígena. As transformações na distribuição e no uso da terra, como consequência da extensão da pecuária, estimuladas pela Coroa e pelos *virreyes* (vice-reis) que a representavam nas colônias, foram radicais. Grande parte dessas enormes extensões de terra redistribuídas, no entanto, não foi cultivada ou dedicada à pecuária, mas apenas ocupada.

A decisão da Coroa de levar a cabo uma massiva distribuição da terra entre os colonos institucionalizou o processo de ocupação desordenada da terra, e deu estabilidade aos proprietários agrícolas, em um momento em que o descobrimento dos veios de metais preciosos e a exploração das minas, a expansão colonizadora e a decadência da agricultura nativa requeriam a criação de recursos alimentícios. A demanda e oferta de mercês de cavalaria e estâncias atraíram tanto velhos como novos colonos, dedicados principalmente a abastecer os centros mineiros. Do mesmo modo, a alta nos preços dos alimentos, e a abundante disponibilidade de terra, estimulou a formação das *haciendas* e ranchos mistos, quer dizer, com agrícola e pecuária, que rodearam as cidades e capitais administrativas. Durante o século XVI, a ocupação de terras sem título legal foi a prática mais comum para estender a propriedade.

No México, em 1591, aprovou-se a lei de regulamentação da posse das terras, e começou o pagamento de impostos. A distribuição das terras determinou, finalmente, as formas de exploração da mão de obra. A *hacienda* pôde estabilizar-se quando conseguiu criar seu próprio sistema de atração, manutenção e reposição dos trabalhadores. Tardou mais do que um século em consegui-lo, devido à luta mantida pela comunidade indígena, fornecedor principal de energia humana, em defesa de suas terras e organização social. Misturaram-se a utilização de mão de obra indígena por *encomenderos*, com os trabalhos temporais, forçados e especializados. À medida que os trabalhos oferecidos pelos espanhóis requeriam mais mão de obra permanente, os encomendeiros perderam lugar para o uso do escravo, tanto índio como africano. O *repartimiento* era um sistema mediante o qual os índios deviam trabalhar principalmente nas explorações espanholas: se não o fizessem voluntariamente, as autoridades coloniais poderiam forçá-los a fazê-lo.

A adoção do novo sistema de trabalho introduziu mudanças radicais nos povos e comunidades indígenas, devido principalmente a que antes da conquista, e ainda durante o período da *encomienda*, os índios produziam seus próprios meios de subsistência, como também os excedentes requeridos por seus dominadores, em um mesmo espaço e com os mesmos métodos de produção. Deixaram assim o lugar ocupado em comum para participar da economia espanhola em funções específicas (mineração, agricultura e pecuária). A transferência massiva de trabalhadores para a economia colonial espanhola reduziu a capacidade de auto-sustentação que a comunidade indígena americana havia desfrutado anteriormente. Qualquer semelhança com a destruição dos *commons* na Inglaterra dos Tudor e dos Stuart não é mera coincidência.

A extração constante de trabalhadores impediu as comunidades ameríndias de produzir para o seu próprio consumo, incrementando sua dependência dos bens produzidos pela economia espanhola. Nos finais do século XVI e nas primeiras décadas do século XVII, os *hacendados* começaram a opor-se à repartição forçosa dos trabalhadores indígenas, levada adiante pelos *corregidores*, e reclamaram o direito de contratação em um mercado livre de trabalho, sem interferência das autoridades. A principal dificuldade continuou sendo a inexistência de um verdadeiro mercado de trabalho, pois os índios que podiam constituí-lo dispunham de seus próprios meios de subsistência, e compartilhavam uma cultura camponesa que tinha como base a organização da comunidade indígena. Posteriormente, a propriedade das minas e a

expansão das *haciendas* que as abasteciam atraiu um fluxo contínuo de homens desarraigados, produtos da mestiçagem étnica.

As *haciendas*, as minas e centros urbanos, foram o crisol onde se forjou a nova população. As *haciendas* requeriam principalmente trabalhadores fixos; o grande problema das propriedades agrícolas era o de dispor de um número considerável de jornaleiros sazonais para as temporadas de semeadura, roçado e colheita. No século XVII, os *hacendados* (fazendeiros) mexicanos resolveram o problema mediante o arrendamento de parte de suas terras aos camponeses, sob um compromisso no qual estes se comprometiam a trabalhar para a fazenda durante períodos sazonais. Os mecanismos usados para atrair e reter os operários de forma permanente nas *haciendas* favoreceram a existência de um mercado livre de trabalho e o predomínio de uma remuneração em meios de subsistência (empréstimos, rações, moradia e direito de usufruto das terras da *hacienda*), ou seja, de uma mudança na composição da força de trabalho.

A força de trabalho permanente das *haciendas* não foi extraída dos povos indígenas, que conservaram seus próprios meios de produção e praticavam uma economia de auto-subsistência, mas daqueles grupos que, por sua origem étnica ou social, careciam do direito à terra. Finalmente, quando a terra não foi suficiente para manter os habitantes da comunidade indígena, em virtude de seu crescimento demográfico e da limitação do espaço indígena, os índios tiveram que migrar para as *haciendas*, para as minas, ou para as cidades. A estratégia dos *hacendados* espanhóis foi a de apoderar-se das terras da comunidade indígena, para forçar esse processo, ou seja, obrigar os nativos americanos a trabalhar para eles, em um sistema que misturava a coação econômica com a compulsão extra econômica.

Grande parte do êxito econômico da *hacienda* foi consequência do valor excedente extraído da longa jornada de trabalho dos peões, e da exploração da família e da comunidade indígena. O restante vinha dado pela crescente adaptação da *hacienda* ao mercado. Depois da *encomienda*, a necessidade de trabalho permanente levou à compulsão do trabalho. A partir de 1630, os índios passaram a residir nas fazendas, como peões *encasillados*, surgindo a peonagem por dívidas (por adiantamento de roupas e dinheiro). A pressão sobre as comunidades indígenas vinculava-se à necessidade de trabalhadores. Onde houve grandes investimentos, ou concentração de riqueza importante, mas a população não aumentou, os reduzidos mercados originaram só pequenas estâncias pecuárias, que requeriam pouco investimento e escassa mão de obra; a maior parte dos alimentos que entrava na cidade procedia de agricultores indígenas. O restante da região era terra de pequenos agricultores e de comunidades de índios, ou seja, de população produtora e consumidora de seus próprios produtos.

O desenvolvimento regional desigual da colônia se explica pela função desta no sistema colonial como um todo. O setor agrícola mercantil de Nova Espanha (México) se concentrou em torno dos eixos que vinculavam a colônia com a metrópole: os complexos mineiros e os centros político-administrativos. Nos anos de abundância, o comércio de grãos diminuía consideravelmente nos mercados urbanos, devido a que boa parte da população indígena e mestiça podia contar com seus próprios cereais, cultivados em pequenas partes de propriedade familiar ou individual. Assim, uma boa colheita significava milho abundante e barato e contração do mercado devido o autoconsumo. Como toda empresa dedicada à venda de seus produtos, a *hacienda* se organizou para obter um excedente que deveria beneficiar os proprietários.

Para a obtenção desse excedente se requeria incrementar o volume da produção comercial, dentro da própria *hacienda*, e ampliar a gama de artigos necessários para a produção e consumo doméstico. Os *hacendados* precisavam aumentar os benefícios das vendas, e reduzir ao mínimo a compra de insumos, para assim poder manter sua categoria e condição social, e adquirir os artigos europeus que eles não produziam. Uma maneira de atingir esses objetivos foi através da ampliação territorial da fazenda. As perdas ou ganhos das *haciendas* eram

imprevisíveis, e dependiam das oscilações climáticas e das irregularidades da oferta e da demanda. Os proprietários buscavam prover suas *haciendas* com recursos necessários para combater os efeitos que produziam os fatores desestabilizadores. A aquisição de enormes extensões de terras serviu aos *hacendados* para combater seus concorrentes. As grandes extensões de terras das *haciendas*, e os numerosos hectares que esta mantinha em lavouras, eram o produto de uma lógica econômica.

A usurpação das terras dos índios era a melhor forma de gerar mãos trabalhadoras para a *hacienda*, e o meio adequado para multiplicar os consumidores de seus produtos. Para os índios despojados de suas terras não havia mais alternativas do que alugar-se como peões nas *haciendas*, ou ir às cidades e engrossar o número de consumidores urbanos, ou fugir e refugiar-se nas zonas isoladas do país. Mas na selva, nas montanhas ou no deserto, os cultivos dos índios não competiam com os da *hacienda*. Assim, durante os séculos XVI e XVII, quando os mercados eram pequenos, a demanda fraca e os preços baixos, a maioria dos pequenos agricultores se concentrou no aproveitamento máximo dos setores dedicados ao autoconsumo, reduzindo os espaços dedicados a atividades comerciais. O dinheiro foi, assim, usado na colônia americana apenas como medida de valor, sem que cambiasse efetivamente de mãos, obstaculizando e/ou impedindo o processo de acumulação originária de capital.

Os grandes *hacendados* e os poderosos comerciantes das capitais, que monopolizavam a venda das mercadorias importadas de Europa, concentravam a riqueza e o dinheiro. Frequentemente o próprio *hacendado* abria um comércio na região, e tratava com os outros produtores nos mesmos termos em que o fazia o comerciante da capital, recebendo produtos agrícolas em troca de bens manufaturados. O custo do intercâmbio desigual recaía sobre a mão de obra e sobre a comunidade indígena. Em última instância, ganhava a metrópole, onde finalmente fluíam os excedentes de toda a economia colonial. Ganhavam também, menos, a cidade colonial e seus intermediários. Perdiam os agricultores e, sobretudo, os trabalhadores e os povos índios. Os agricultores, além de vender grandes volumes de suas colheitas aos comerciantes, dispunham de mercados locais, que ao longo do ano lhes permitiam obter alguma receita monetária. Os grandes possuidores de terras controlaram o monopólio da oferta, devido ao monopólio das melhores terras perto dos mercados urbanos, o acesso que tinham ao crédito, e também graças aos nexos familiares e econômicos que possuíam com os funcionários encarregados do abastecimento alimentar das cidades.

Durante o século XVI, as principais cidades da região central do antigo império asteca, México e Puebla, eram abastecidas pelos agricultores indígenas; já nos séculos XVII e XVIII, elas passaram a ser abastecidas pela produção das *haciendas* que haviam crescido em seus arredores. Este processo se consolidou pela contínua simbiose de interesses entre *hacendados* e autoridades da cidade, que permitiu aos primeiros ocupar os cargos políticos principais, determinando que os regulamentos que regulavam o sistema de abastecimento favorecessem os grandes proprietários. A proeminência produtiva dos grandes proprietários de terras induziu a construir moinhos para a moenda do trigo, que se converteram pontos de venda e centros de armazenamento da farinha que se consumia nas cidades. O monopólio da produção se completou com o controle do mercado urbano. Ao longo do século XVIII, o monopólio dos grandes *hacendados* se debilitou na capital, assim como em outras cidades importantes da colônia.

Nos finais do século XVIII as principais transações comerciais estavam nas mãos dos comerciantes. Se o proprietário não possuísse terras extensas, férteis e diversificadas, se não reduzisse ao mínimo seus gastos, não disporia de dinheiro acumulado ou crédito suficientes para investir na compra de terras e equipamento, e assim superar os períodos de queda da demanda e dos preços, sua *hacienda* não seria mais um bom negócio: não produziria excedentes monetários para obter os bens e serviços impostos pelo estilo de vida da elite colonial urbana, em que o consumo suntuoso era uma das manifestações do poder e da posição social. A história da *hacienda* está vinculada à propriedade de capital monetário e de

facilidades de crédito. As grandes propriedades não surgiram somente dos recursos gerados pela agricultura, destino da inversão dos rendimentos provenientes da *encomienda*, dos cargos públicos, da mineração e do comércio.

As autoridades metropolitanas proibiram intercambiar produtos entre as possessões espanholas da América. Isto tornou mais agudos os efeitos do ciclo das colheitas, das oscilações de preços e da demanda. Outra medida que repercutiu negativamente no desenvolvimento comercial da região foi a proibição da fabricação de qualquer artigo de consumo suscetível de competir com as manufaturas exportadas pela metrópole. Na realidade, essas medidas restringiam a agricultura única e exclusivamente ao cultivo de produtos básicos para abastecer os centros urbanos e mineiros, forçando-a a atuar só como subsidiária da produção de prata e outros produtos exportáveis e submetidos à taxaço metropolitana. A concessão do monopólio aos comerciantes do tráfico mercantil com a Espanha, com a Ásia e com as possessões do sul do continente e do Caribe, permitiu a eles realizar as maiores transações em dinheiro e recolher as maiores ganâncias resultantes do intercâmbio desigual do comércio entre Espanha e suas colônias. A relação entre Igreja e agricultura aprofundou as distorções do desenvolvimento agrário e fez mais instável a situação da *hacienda*. Os comerciantes acabaram sendo os principais beneficiários da mineração: o monopólio do crédito, do dinheiro e do comércio exterior nas mãos dos comerciantes acabou por criar instabilidade na propriedade da *hacienda*.

Excluindo a Igreja, os comerciantes ocupavam o topo da hierarquia colonial, impedindo, primeiro, os agricultores de participarem do comércio exterior, e logo os deslocando também do comércio interno. Ao mesmo tempo em que a colonização, o assentamento de migrantes e o crescimento populacional favoreciam o desenvolvimento da atividade agrícola e agropecuária, os colonizadores espanhóis e portugueses nunca perderam de vista o objetivo fundamental da obtenção de metais preciosos, através, inicialmente, do saque, e depois, da exploração da mão de obra indígena ou escrava com vista a arrancá-los da própria terra, que se supunha abundante em metais preciosos e nobres. Alguns nomes geográficos na América (Rio da Prata, escoadouro da produção desse metal para a metrópole espanhola; Argentina, de *argentum*, terra [via] da prata) indicavam o objetivo ambicioso dos colonizadores, alimentado pela lenda de *Eldorado*, a cidade supostamente feita em ouro maciço.

As regiões que, em função desse objetivo econômico, tinham uma posição marginal, eram submetidas a tantas limitações que todo desenvolvimento econômico tornava-se impossível. Foi o caso de Buenos Aires, especialmente durante o século XVII,⁵⁸³ uma “cidade” (ou melhor, uma “grande aldeia”) que só conseguiu sobreviver (afetada como estava por um déficit comercial crônico de enormes dimensões em relação à sua magra economia) graças ao contrabando com o Rio de Janeiro (e com o Brasil em geral). Com a instalação da “*aduana seca*” (alfândega) em Córdoba, ao Norte de Buenos Aires, a relação econômica entre as regiões mineradoras do Alto Peru e o litoral atlântico das possessões espanholas da América do Sul foi duramente afetada, o que, junto com a precariedade do sistema de *Flotas y Galeones* que garantia a comunicação com a metrópole, suscitou a expansão dos portugueses do Brasil em direção ao Oeste, conquistando imensas regiões que juridicamente pertenciam à coroa espanhola (e também determinou a circulação de grandes quantidades de prata no planalto paulista).

O latifúndio, como vasta extensão de terra adquirida à espera de valorização, e cuja função principal era a especulação imobiliária e não a produção agrícola, foi a característica fundiária da América de colonização espanhola. A queda da população possibilitou a formação de extensas propriedades do grupo étnico dominante. Nasceu desse modo o latifúndio extenso,

⁵⁸³ Emanuel Soares da Veiga Garcia. Buenos Aires no século XVII. *Estudos* nº 15, São Paulo, FFLCH-USP, dezembro 1989. Em 1652, quando a população de Buenos Aires era de 3100 habitantes, houve 446 óbitos (um para cada sete habitantes); nessa mesma década houve apenas oito matrimônios...

com proprietários brancos, espanhóis ou *criollos* (brancos nascidos na América), mas quase nunca índios ou negros. A escassez de mão de obra, junto à abundância de terras, gerou a utilização desta última como forma de assegurar a primeira. Institucionalizou-se então o *minifúndio* (posse de extensões minúsculas de terra) no interior do latifúndio, para assegurar mão de obra barata e constante. A par desse processo, observou-se a “minifundização da periferia da formação social”, derivado da tentativa dos indígenas de escapar às relações sociais de submissão a um grupo étnico diferente. Esses padrões sobreviveram durante muito tempo. A consequência fundamental da despopulação é a de que o trabalho -e não a terra- passou a ser o fator de produção mais escasso. As instituições-chave da colônia foram aquelas que garantiram trabalho, a *mita*, o *repartimento*, e não as que garantiram terra, como as *mercedes de tierra*. A principal função da *encomienda* foi prover mão de obra e não território físico. Nessa situação, o trabalho livre teria que ser relativamente bem remunerado.

Dada a condição histórica de que o trabalho manual era pouco aceitável para os peninsulares, e dada a desigualdade fundamental no sistema de forças, devida às diferenças de armamento e treinamento, a escravidão se impôs como a solução lógica: “As instituições da colônia obedeceram a essa lógica, que não derivou das características intrínsecas do tipo de atividade econômica -mineração de prata aqui, plantação de açúcar ali- mas do fato de que o trabalho era o fator escasso de produção (...) A área cultivada foi tremendamente reduzida, dando-se origem ao latifúndio improdutivo e, nas regiões mais afastadas dos centros consumidores e das rotas de transporte, as terras foram simplesmente abandonadas, já que seu valor como bem de produção ou como bem de inversão era zero”.⁵⁸⁴ Latifúndio, terras improdutivas ou desérticas, trabalho forçado ou servil, opressão étnica, estão unidos como elos da mesma corrente no sistema colonial americano.

Na metrópole espanhola, seu sistema econômico colonial a transformou crescentemente em intermediária da acumulação comercial mundial com centro na Inglaterra: “A debilidade congênita da Espanha, que se origina em sua estrutura econômica de exportadora de matérias primas (lã), e importadora de produtos manufaturados, se agravou com a conquista da América; a Espanha passou a contar com recursos monetários suficientes sem poder, contudo, abastecer suas colônias com os produtos manufaturados de que necessitam. A partir do século XVI, Espanha se converteu cada vez mais em simples intermediária entre as colônias americanas e a Europa comercial e manufatureira”.⁵⁸⁵ Apesar de sua debilidade relativa na concorrência mundial, os reinos ibéricos protegeram zelosamente suas possessões americanas, contra as investidas das mais dinâmicas Holanda e Inglaterra.

As relações entre a Coroa portuguesa e seus representantes com os colonos, na montagem do processo de colonização, eram marcadas pela concessão de prêmios e benefícios por parte da Coroa aos colonos que desempenhassem serviços variados, necessários à consolidação do domínio colonial. As principais recompensas eram a posse de terras distribuídas através de *sesmarias*; o provimento de cargos públicos; a concessão de títulos nobiliárquicos, dos quais o mais ambicionado era o hábito da Ordem de Cristo, embora fossem distribuídos hábitos das outras ordens, além do foro de cavaleiro-fidalgo e moço da casa real; a distribuição de *tenças*, pensões em dinheiro que, em geral, acompanhavam o hábito da Ordem de Cristo. Eram também solicitados direitos sobre a exploração da mão de obra indígena e a isenção de impostos, assim como a concessão de cargos e prebendas eclesíásticas (em virtude do padroado recebido pela Coroa portuguesa, a Igreja colonial se confundia com o aparelho de Estado).

As recompensas reais que permitiram a colonização portuguesa do Brasil eram solicitadas a posteriori, e o serviço prestado - que podia ir da participação numa guerra colonial até uma contribuição financeira à Coroa- era utilizado como justificativa. A Coroa também usava a

⁵⁸⁴ Gláucio Ary Dillon Soares. *Op. Cit.*

⁵⁸⁵ Ignácio Sotelo. *Sociologia da América Latina*. Rio de Janeiro, Pallas, 1975.

possibilidade de mercês como forma de atrair pessoas para suas iniciativas. Os pedidos podiam ser feitos diretamente ao rei, ao Conselho Ultramarino ou, ainda, na própria colônia, aos representantes régios. A Coroa procurou criar normas para estes pedidos, principalmente após as guerras holandesas. A divisão das recompensas e a forma de acesso a elas indicam a distinção entre o “homem metropolitano e o homem colonial”, como entre estes e colonos com ambições mais limitadas ainda, mas que recebiam pequenas parcelas desses benefícios.

Na colônia portuguesa americana, as *entradas* e *bandeiras* procuravam abrir o caminho, frequentemente deixando um rasto de sangue, em direção da rápida riqueza. No caso português, o ouro brasileiro ia para Portugal e dali - para pagar o excedente das importações sobre as exportações, ou déficit comercial, da metrópole - para a Inglaterra. Brasil e Portugal não foram apenas clientes muito importantes para as manufaturas inglesas, cujo crescimento estimularam na época em que o mercado europeu tendia ainda a recusá-las, mas apoiaram também seu desenvolvimento. Esse ouro, além de lubrificar as engrenagens da riqueza britânica durante o período que precedeu a Revolução Industrial, financiou largas parcelas do renascimento britânico no comércio do Oriente, através do qual o país importou tecidos de algodão mais leves para reexportá-los para os climas mais quentes da Europa, África, as Américas, e para os quais não tinha outros meios de pagamento a não ser o ouro brasileiro.⁵⁸⁶

A descoberta do ouro, em fins do século XVII, inaugurou um novo ciclo da economia colonial brasileira, o da colonização mineira (a exportação de açúcar estava em crise pela concorrência das Antilhas anglo-francesas). Diferentemente da colonização hispânica do Alto Peru (o Potosí, na atual Bolívia) não se exploraram minas através de técnica complexa e abundante mão de obra. Tratava-se de um trabalho artesanal: retirar o metal de aluvião, depositado no fundo dos rios, e se utilizavam poucos escravos (no entanto, chegaram muitos colonos brancos, cuja população pela primeira vez ultrapassou a africana). Este novo ciclo colonizador ampliou a área colonizada ao penetrar pelo interior brasileiro à cata de rios auríferos.

Desde o início da colonização portuguesa na América, o governo sempre esteve preocupado com o descobrimento de minas de metais preciosos. Somente depois das *entradas* e *bandeiras* foram descobertas as primeiras grandes jazidas de ouro na América portuguesa. Entrando continente adentro, buscavam principalmente índios que eram absorvidos pelo crescente mercado consumidor. Porém, havia também sempre o interesse por metais e pedras preciosas. Em 1696, finalmente foram localizadas as primeiras jazidas consideráveis de ouro. A notícia se espalhou pela colônia e pelo Reino e grandes ondas migratórias surgiram desde Portugal, das ilhas atlânticas, de outras partes da colônia e de países estrangeiros. De 1700 a 1760, calcula-se que por volta de 700.000 pessoas tenham imigrado para o Brasil tendo como destino as Minas Gerais, fora os escravos africanos. Tais dados, se considerados proporcionalmente com a população do Reino, e mesmo colonial, são de grande vulto, visto que a população total do Reino não passava dos dois milhões de habitantes. No início, o governo português viu com bons olhos a imigração para a zona mineradora, visto que havia um excedente populacional em determinadas áreas, como as ilhas atlânticas, e desejava-se o quanto antes o crescimento da mineração.

Logo se observou que era necessário que se freasse o fluxo populacional, que gerava o abandono dos campos em Portugal e na colônia, assim como o crescimento do processo inflacionário devido à grande busca por produtos de primeira necessidade por parte dos mineradores com grande quantidade de dinheiro em mãos: "Não é fácil abastecer centros populacionais nascidos quase da noite para o dia. Havia gente demais para ser alimentada, vestida, calçada e abrigada. O abastecimento das minas tornou-se um problema que por vezes se apresentou quase insolúvel, sobrevivendo crises agudíssimas de fome, decorrentes da total

⁵⁸⁶ André Gunder Frank. *Acumulação Mundial 1492-1789*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. Cf. também: Virgilio Noya Pinto. *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979.

carência de gêneros mais indispensáveis à vida".⁵⁸⁷ Essas crises de fome afligiram a zona mineradora por longos períodos, quando se chegou a interromper os trabalhos extrativistas para a produção de gêneros alimentares. As crises de fome foram fortes no anos de 1697-1698, 1700-1701 e em 1713. As primeiras crises aconteceram quando os núcleos urbanos e as rotas para as Minas Gerais ainda eram extremamente precários.

A situação continuou a mesma por muito tempo, devido inclusive à ganância da Coroa portuguesa que prejudicou a população para defender monopólios lucrativos, como o do sal. Outro grande problema foi o despovoamento de grandes áreas devido às migrações internas para a região das Minas: regiões como as de Taubaté, Guaratinguetá e Itú foram fortemente abaladas devido ao descobrimento das minas auríferas. Mesmo o Nordeste, tradicional centro econômico da colônia, sofreu profundas alterações devido às minas. Os senhores de engenho, abatidos com a crise da cana de açúcar e interessados em grandes lucros, passaram a vender grande parte de sua mão de obra escrava para a próspera região das Minas, despovoando assim os canaviais. Este comércio era ilegal e combatido. O contrabando, de escravos e gêneros de toda espécie, foi muito grande entre as regiões mineradoras e as dos canaviais. Provas disso são as suntuosas igrejas construídas por todo o Nordeste com o ouro das Minas.

Os principais problemas enfrentados pelos mineiros foram o afastamento dos centros de produção, a pequena produção nas zonas abastecedoras, a pouca tradição de comércio interno à Colônia, dificuldade de obtenção de moedas, poucos e precários meios de transporte, dificuldades na conservação de víveres e problemas com pesados impostos para a importação. Apesar disso, a zona mineradora conseguiu manter uma rotina de rotas de comércio que a mantinham sempre abastecida de todo o tipo de produtos necessários e supérfluos. Isto se deveu principalmente à rápida concentração de capitais, o que chamou a atenção de toda a colônia, que passou a produzir muitas vezes em função do mercado mineiro. A partir do rearranjo interno da colônia, não ocorreram mais as crises de fome, que geravam alta dos preços, paralisação dos trabalhos extrativos, dispersão dos mineradores, criação de roças locais, retorno de migrantes às suas regiões de origem e mortes por inanição.

Um problema enfrentado pela Coroa com relação às Minas Gerais foi relacionado à moeda. Inicialmente, adotou-se o ouro em pó como moeda, porém este sistema burlava facilmente o Real Erário, que buscava principalmente o imposto do quinto (como vimos, um quinto da produção mineira era destinado à Coroa): um truque muito comum foi o de adição de outros metais ao ouro em pó, especulando-se assim sobre o metal. Procurou-se impedir a livre circulação do ouro em pó a partir da criação das casas de fundição em Vila Rica, Sabará, São João Del Rey e Vila do Príncipe, dentro do centro minerador. Desta forma, as barras de ouro com o selo real passaram a ser a moeda local, sendo o ouro em pó permitido somente em pequenas quantidades.

O sistema de coleta de impostos da Coroa era extremamente rígido na zona mineradora, pois o ouro e os diamantes eram transportados facilmente. Para evitar isso, criou-se uma cota anual obrigatória de 100 arrobas -aproximadamente uma tonelada e meia- de ouro. Quando tal taxa não era alcançada, supunha-se que a evasão havia aumentado e assim dividia-se entre a população a quantia "devida" ao governo. Os mineiros passaram a comprar escravos em um sistema de pagamento a prazo, com juros exorbitantes de cerca de 25 a 30% ao ano. Imaginando que quantos mais escravos tivessem, mais ouro obteriam, muitos mineiros se endividaram e acabaram perdendo tudo o que tinham, inclusive escravos e jazidas. Outro fator foi a sonegação por parte dos próprios escravos, que muitas vezes escondiam parte do produto de seu trabalho e gastavam-no. Passaram a chegar à região produtos das mais variadas origens, desde louças e tapeçarias da China e da Índia, até veludos, vinhos e queijos da Europa. Devido aos altos preços dos produtos e às crises de fome, muitas vezes animais e

⁵⁸⁷ Mafalda P. Zemella. *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo, Hucitec-Edusp, 1990, p. 191.

escravidão passavam necessidades diretas por falta de alimentação e de itens muito importantes, tais como o sal.

Os escravos se revoltavam ou roubavam para tentarem amenizar sua situação. A suposta harmonia inter-classista e inter-racial da sociedade escravocrata, baseada na “cordialidade” do português-brasileiro, vê-se desmentida por essa história. A suposta progressividade desse enfoque torna-se relativa diante da sua consideração do escravo como puro objeto, incapaz de reação social organizada contra a exploração econômica e suas decorrências. Essa reação foi objeto, inicialmente, apenas da atenção de historiadores e sociólogos negros, como Abdias do Nascimento, Joel Rufino dos Santos ou Clóvis Moura.⁵⁸⁸ Enquanto muitas negras - escravas e forras - vendiam diretamente seus produtos nas jazidas propriamente ditas, lojas e vendas ajudaram a formar as primeiras aglomerações populacionais, que depois se tornaram vilas e cidades.

Um dos primeiros reflexos do *boom* econômico da zona mineradora foi a escassez de produtos e serviços, além da inflação nas demais capitanias da colônia portuguesa na América. As outras capitanias mantiveram-se estagnadas e sofreram com a debandada de alimentos, animais e prestadores de serviço. Passado o momento inicial de caos econômico, a colônia se reformulou em torno ao novo mercado consumidor, o que possibilitou o desenvolvimento de zonas especializadas na criação, engorda ou negociação de animais; o Rio Grande do Sul incorporou-se então ao Brasil em gestação como fornecedor de gado, charque e alimentos (suas primeiras indústrias foram a produção de ferramentas e implementos para o mundo rural e o beneficiamento de matérias primas agropastoris). Tal especialização na produção pôde ser vista em todas as regiões da colônia. Enquanto o Sul se afirmava cada vez mais como o centro produtor de animais de carga e tração em grandes fazendas produtoras, a região de Curitiba passou a engordá-los.

O Rio de Janeiro foi o maior porto negreiro do mundo, fazendo com que o polo econômico da colônia se deslocasse do Nordeste para o Sudeste, entre os séculos XVIII e XIX: somente a futura “cidade maravilhosa” foi capaz, nas palavras de Luiz Felipe de Alencastro, de “transferir a energia humana” necessária para alimentar os mercados e as explorações mineiras do Sudeste; o Nordeste colonial não conseguiu acompanhar seu ritmo, facilitado pelo fato das viagens entre África e o Rio serem 40% mais curtas do que a partir das Antilhas (outro grande centro consumidor de mão de obra escrava) e também do que dos iniciais centros coloniais situados no Nordeste brasileiro.⁵⁸⁹ Rio de Janeiro se tornou a principal cidade da colônia portuguesa devido à influência direta do próximo mercado consumidor mineiro, que com a abertura do *Caminho Novo* passou a se utilizar do porto carioca para as suas importações e exportações, em detrimento de Santos, no litoral paulista. A região de Sorocaba, especializou-se na comercialização dos animais de carga, criou uma grande feira de animais, que ocorria anualmente entre os meses de abril e maio; 30.000 animais eram vendidos anualmente, metade proveniente da região dos pampas. Até o surgimento deste novo mercado, a diminuta produção paulista era restrita ao seu próprio mercado interno. Após as Minas Gerais, São Paulo foi conquistando cada vez mais força e poder dentro da nova ordem econômica e social, passando em 1709 a ser uma província distinta do Rio de Janeiro.

As relações econômicas dentro do Brasil colonial sofreram grande incremento a partir da ação dos *tropeiros*, responsáveis pela formação de um grande movimento de comércio que acabou interligando diferentes e longínquas áreas da colônia.⁵⁹⁰ Sua ação teve como base a comercialização de bens importados da Europa, além do comércio de mulas provenientes das

⁵⁸⁸ Clóvis Moura. *As Injustiças de Clio*. O negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, em especial o capítulo “Historiadores como intelectuais orgânicos do sistema escravista”.

⁵⁸⁹ Luiz Felipe de Alencastro. *O Trato dos Videntes*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

⁵⁹⁰ Gabriel Passetti. Interligando a colônia: a ação dos tropeiros no Brasil dos séculos XVIII e XIX. *Klepsidra* nº 4, São Paulo, FFLCH-USP, outubro 2000.

grandes fazendas produtoras no Rio Grande do Sul. O destino dos produtos era o mercado consumidor das Minas Gerais, aquecido pelas descobertas das jazidas auríferas e diamantinas. Não havendo produção de tais mercadorias na área mineradora, cresceu a força e a importância dos tropeiros, que passaram a abastecer a região tanto de produtos de necessidade básica para a alimentação quanto produtos de luxo procurados pelos novos ricos no auge da febre mineradora. A ação dos tropeiros, no século XVIII, com seus mercados em São Paulo e destino final nas Minas Gerais, resultou finalmente na unificação dos diversos núcleos coloniais portugueses, e possibilitou assim a criação de um conjunto colonial relativamente interligado.

Surgiram cidades especializadas em fornecer tropeiros: Mogi-Mirim, Campinas e Jundiá, onde concentrava-se grande parte da mão de obra que após as feiras era empregada para levar as mulas até a região onde seriam vendidos e utilizados: "Outra característica da economia mineira, de profundas consequências para as regiões vizinhas, radicava em seu sistema de transporte. Localizada a grande distância do litoral, dispersa em região montanhosa, a população mineira dependia para tudo de um complexo sistema de transporte. A tropa de mulas constitui autêntica infra-estrutura de todo o sistema. (...) Criou-se, assim, um grande mercado para animais de carga".⁵⁹¹ Primeiramente, os tropeiros se utilizavam do lombo escravo como meio de transporte para as suas mercadorias, mas com a abertura de novos caminhos e melhora dos antigos, passou a ser utilizado substancialmente o lombo das mulas para tal tarefa. Com a abertura do "Caminho Novo", do Rio de Janeiro diretamente para as Minas, o tempo de viagem caiu drasticamente para entre 10 a 17 dias dependendo do clima. São Paulo lutou pela extinção do novo caminho, mas as forças econômicas da metrópole falaram mais alto e o mantiveram. O comércio paulista praticamente faliu. Isto não ocorreu devido à descoberta de minas de ouro nas regiões de Goiás e Mato Grosso, locais que se tornaram praticamente monopólios de paulistas e incentivaram o crescimento da província.

Nas colônias ibéricas, em geral, Holanda e Inglaterra promoveram ativamente o contrabando, introduzindo suas manufaturas e comprando matérias primas, apesar do monopólio de Espanha e Portugal. Não conformadas com isso, atacaram e tentaram apropriar-se repetidas vezes de territórios coloniais ibéricos, na América Central, no Brasil (como tentaram os holandeses no século XVII no Nordeste) e inclusive na América do Sul colonizada por Espanha: o corsário inglês Francis Drake atacou o Peru no século XVI, enquanto a frota inglesa invadiu o Rio da Prata no início do século XIX. O que Inglaterra não conseguiu através do comércio ilegal ou da invasão territorial, tentou consegui-lo promovendo, oficialmente, a *pirataria*. Sir Walter Raleigh e Sir William Walker destacaram-se nessa atividade (criminosa por qualquer lei que se possa imaginar) enobrecida pela Coroa inglesa, mas o louvor coube sir Francis Drake, o pirata que tornou lendária a Ilha de Tortuga (no Mar do Caribe), seu quartel-geral para as pilhagens que o levaram pelos quatro cantos da América. Do fim do século XVI até o século XVIII, o Mar do Caribe foi um terreno de caça para piratas que atacavam primeiramente os navios espanhóis, e posteriormente aqueles de todas as nações com colônias e postos avançados de comércio na área.

As grandes cargas de ouro e prata que a Espanha começou a enviar do Novo Mundo para a Europa logo chamaram atenção dos piratas. Muitos deles eram oficialmente autorizados por nações em guerra com a Espanha, mas a linha entre a pirataria "oficial" e a oficiosa (não autorizada por qualquer Estado) era bastante indefinida. Os Estados absolutistas buscaram distinguir entre ambas outorgando "cartas (patentes) de corso", considerando e declarando como pirataria só a atividade que fosse realizada sem essa autorização. O século XVII foi a era de ouro da pirataria "legal", depois da conquista de Jamaica por Inglaterra, em 1655.

O mais célebre dos *corsários* foi o galês Henry Morgan, que saqueou Portobelo, Puerto Príncipe, Maracaibo e Panamá, entre 1668 e 1671. Piratas de outras nacionalidades continuaram a operar a partir da Ilha de Tortuga, como o holandês Mansveldt e o francês "El Olonés". O primeiro chegou

⁵⁹¹

Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.

a associar-se com Morgan. Modyford, governador inglês da Jamaica, alentava e legalizava a atividade corsária de Morgan, que chegou a reunir mais de mil homens em suas tripulações, e a empregar mulheres, velhos, frades e freiras como escudos humanos contra a defesa das fortificações espanholas. Quando vencedor, não só saqueava seus alvos empregando as piores torturas contra civis, para que revelassem os esconderijos de seus pertences, como também passava pelas armas todos os soldados adversários sobreviventes.

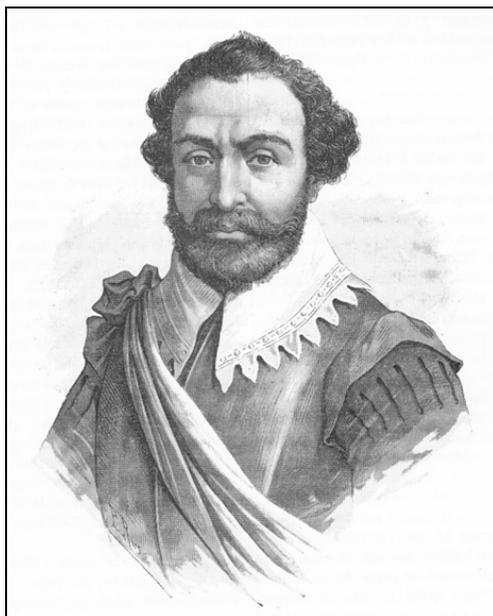


Sir Henry Morgan, pirata caribenho e funcionário público inglês

Em 1670, Espanha assinou um tratado de paz com a Inglaterra, em grande parte para se proteger de suas atividades corsárias, que comprometiam a saúde e equilíbrio do Tesouro hispânico. Ainda assim, em 1671 Morgan saqueou o Panamá, coração do império espanhol nas Américas, defendida por 1200 soldados de infantaria e 400 cavaleiros, cidade onde Morgan permaneceu por três semanas. De volta na Jamaica, Morgan foi detido e enviado à Inglaterra para ser julgado como pirata, por ter violado o tratado inglês com a Espanha. Foi, porém, recebido como um herói popular, e absolvido dos cargos imputados. O Rei Charles II nomeou-o cavaleiro e reenviou-o à Jamaica, como governador da ilha. Morgan concluiu seus dias (em 1688) como latifundiário colonial, alcoólatra crônico, funcionário da Coroa e inimigo oficial da pirataria. Como corsário (pirata) ou como governador, no entanto, foi sempre um leal funcionário de Sua Majestade Britânica (com a única exceção do episódio panamenho de 1671).

As tripulações de piratas eram formadas por todo tipo de pessoas; a maioria era de homens do mar que desejavam obter riquezas e liberdades reais. Muitos eram escravos fugitivos ou servos sem rumo. As tripulações eram normalmente “democráticas” em seus hábitos de comando. O capitão era eleito por elas e podia ser removido a qualquer momento. A pirataria preferia usar navios pequenos e rápidos, que pudessem lutar e fugir com rapidez. Preferiam o método de ataque que consistia em embarcar e realizar o ataque corpo a corpo. Saqueavam navios de mercadores levemente armados, mas ocasionalmente atacavam uma cidade ou um navio de guerra. Normalmente, não tinham qualquer tipo de disciplina, bebiam muito e terminavam mortos no mar, doentes ou enforcados, depois de uma carreira criminosa relativamente curta.

No auge de sua atividade, os piratas controlaram cidades insulares que eram paraísos para recrutar tripulações, vender mercadorias capturadas, consertar navios e gastar o que saqueavam. Várias nações, principalmente a Inglaterra, encorajavam ou faziam vista grossa à pirataria, desde que seus próprios navios não fossem atacados. Quando a colonização europeia do Caribe tornou-se mais efetiva e a região se tornou economicamente mais importante, os piratas gradualmente desapareceram, caçados por navios de guerra das potências coloniais; suas bases em terra firme foram tomadas por aquelas. No século XVIII, a decadente pirataria europeia no Atlântico desapareceu quase por completo. Sua função de “violência (estatal) pura” para a acumulação originária de capital (nas metrópoles) tinha, finalmente, se esgotado. Os aventureiros-comerciantes-criminosos de Jamaica e de Tortuga se dispersaram e desapareceram.



Sir Francis Drake, pirata internacional e paladino do capitalismo inglês

A atividade de pirataria e de corso não foi economicamente marginal: “Sem dúvida, a pilhagem trazida por Drake pode com justeza ser considerada a fonte e a origem do investimento externo britânico. Com ele, (a rainha) Elizabeth pagou a totalidade de sua dívida externa e investiu uma parte do balanço na Companhia do Levante; com os lucros extraídos dessa Companhia formou-se a Companhia das Índias Orientais, cujos lucros representaram, durante os séculos XVII e XVIII, a principal base das ligações externas da Inglaterra. Jamais houve uma oportunidade tão prolongada e tão rica para o homem de negócios, o especulador e o aproveitador. *Nesses anos de ouro, nasceu o capitalismo moderno*”,⁵⁹² que foi o filho legítimo desses “anos de ouro”, isto é, da era dos piratas, dos ladrões, dos senhores de escravos e dos estelionatários.

Durante a primeira etapa do sistema colonial, os conflitos entre o monopólio da Coroa e os interesses dos colonizadores se resolveram através de um ativo contrabando entre os últimos e as potências excluídas pelo Pacto Colonial (a Inglaterra foi particularmente ativa na América Espanhola e no Brasil) e também da pirataria, além do contrabando no comércio inter-colonial. As contradições do sistema colonial não se reduzem às que opunham os setores privilegiados, os colonizadores, à nobreza metropolitana e às monarquias. O antigo sistema colonial e seus fenômenos correlatos foram uma das bases da acumulação originária de capital.

A função *orgânica* e *necessária* do colonialismo no surgimento do modo de produção capitalista foi reconhecida no primeiro estudo abrangente do imperialismo contemporâneo: “A economia colonial deve ser encarada como uma das condições necessárias do capitalismo moderno. Seu comércio, em grande parte compulsório, foi em boa medida pouco mais do que um sistema de roubo velado, e em sentido algum um intercâmbio de mercadorias”.⁵⁹³ Na base do massacre, da destruição de inteiras civilizações americanas e africanas, da escravidão e do trabalho forçado, do roubo e do assassinato praticado entre os próprios massacradores através da bandidagem e da pirataria, a extração de mais-valia por meios puramente econômicos, o modo de produção capitalista, encontrou sua plataforma de lançamento mundial.

⁵⁹² John Maynard Keynes. *A Treatise on Money*. Nova York, Harcourt & Brace, 1930. Testemunhos contemporâneos das atividades de pirataria na América se encontram em: Alexandre Olivier Exquemelin. *Piratas de América*. Barcelona, Barral, 1971 (1ª. edição holandesa: *De Americanaensche Zee-Rovers*, Amsterdã, 1678); Daniel Defoe. *Uma História da Pirataria*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008. Cf. também: David Cordingly. *Storia della Pirateria*. Milão, Oscar Mondadori, 2003.

⁵⁹³ John A. Hobson. *L'Imperialismo*. Roma, Newton & Compton, 1996.

17. A CRISE DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL

O exclusivo metropolitano do comércio colonial consiste em suma na reserva de mercado das colônias para a metrópole, isto é, para a burguesia comercial metropolitana (Fernando Novais. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial**)

Pedir o fim da Inquisição e o livre mercado nas Índias seria como pedir os dois olhos do Rei (Alonso Cárdenas, embaixador espanhol, 1652)

A nação, como todo fenômeno histórico de grande alcance, somente pode ser compreendida a partir da dinâmica da infraestrutura econômica da sociedade, mas isto não significa eliminar suas mediações históricas, políticas e culturais. Foi em condições históricas precisas que se constituiu o fator subjetivo da nação, os movimentos nacionais, geralmente encabeçados pela burguesia, ou melhor, pela sua fração revolucionária, que fizeram das palavras "Estado", "Nação" e "Povo" quase sinônimos durante o período de emergência das nacionalidades. As tendências principais da história, por outro lado, não se verificam automaticamente, mas através da luta dos homens, com maior ou menor grau de consciência a respeito (mas *sempre* com algum grau de consciência).

Na configuração das nações modernas, a constituição de um fator subjetivo "nacional" não decorreu mecanicamente da sua base econômica; ela levou em conta também fatores históricos acumulados e sedimentados ao longo dos séculos, e também as chamadas condições estruturais do desenvolvimento capitalista. Os marxistas não compartilharam, no século XIX, o "princípio (geral) das nacionalidades" que, segundo Engels, "pretende dar direito à existência nacional independente aos numerosos resíduos de povos que apareceram no cenário histórico durante um período mais ou menos longo, e que foram absorvidos definitivamente por nações mais poderosas que, graças à sua vitalidade, venceram todos os obstáculos". O "princípio das nacionalidades" tornava as nações entes supra históricos, pressupondo a atemporalidade de sua existência.

A crise do sistema colonial no século XVIII foi o antecedente da emergência poderosa das nacionalidades no século seguinte, principalmente na Europa e na América: essa crise não afetou apenas as relações inter-metropolitanas (o que já acontecera entre os séculos XV e XVII), isto é, não foi só uma "crise de hegemonia" no sistema colonial, mas *uma crise do próprio sistema*, com projeção histórica e alcance mundial. A estrutura rígida do monopólio/oligopólio do mercado europeu, entretanto, assinala variáveis que operavam contraditoriamente ao funcionamento do sistema, por exemplo, os "tratados concedendo vantagens comerciais no ultramar a outras potências, licenças a mercadores estrangeiros, e enfim o contrabando".⁵⁹⁴

Dois séculos de política e conflitos intercontinentais acabaram por criar uma geopolítica mundial. A "Paz de Westfalia" criara um novo desenho *europeu*, a nova paz, ou o novo acordo entre potências, deveria criar um novo desenho *mundial*. Segundo H. M. Scott, o século XVIII testemunhou a transição das concepções de "equilíbrio (balança) de poder" (emergentes com a paz de Westfalia) para aquelas baseadas no conceito de "grandes potências": ou seja, a transição entre uma política internacional realizada em torno de configurações estratégicas pautadas pela competição territorial e comercial entre Estados e dinastias, e outra de afirmação das qualidades *nacionais* baseadas nos fatores internos de força e dinamismo (demografia e economia), ou seja, de procura dos fatores *internos* do poder.⁵⁹⁵ No cenário mundial, o *nacionalismo* atingiu sua maturidade histórica.

Em 1700, morreu Carlos II, o último monarca Habsburgo da Espanha: seu sucessor designado, o franco-Bourbon Felipe d'Anjou, decidiu fazer pesar (apostar) no conflito sucessório interno, e nos conflitos europeus, todo o peso do império colonial hispânico, pois de outro modo suas

⁵⁹⁴ Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, ed. cit, p. 90.

⁵⁹⁵ H. M. Scott. *The Emergence of Eastern Powers 1756-1775*. Nova York, Cambridge University Press, 2001.

chances de vitória seriam reduzidas. Operou assim a passagem da monarquia dinástica não só para a monarquia nacional, mas também para a monarquia intercontinental. Portugal, separada da Espanha a partir de 1640, reverteu suas alianças em 1703, aliando-se a Inglaterra e Holanda, em função de um conflito intra-peninsular que se projetou além-mar, em especial na América. Na guerra da sucessão espanhola (1701–1714) entraram em conflito interesses de várias potências europeias.

O trono da Espanha era pretendido pelo designado sucessor Felipe d'Anjou, neto do rei francês Luís XIV, e por Carlos, da Casa da Áustria. Quando os canhões do conflito calaram, a diplomacia redesenhou o mapa *do mundo* no *Tratado de Utrecht*, de 1713. Este reconheceu Felipe V (Felipe d'Anjou), que conservou a coroa da Espanha (1700-1746) e suas colônias, mas renunciou ao direito de sucessão ao trono francês. Mas o Tratado custou à Espanha: Flandres, suas posses italianas (que abrangiam a maior parte da península), Menorca e o estratégico penhã de Gibraltar, doravante inglês.

Portugal, por sua vez, recuperou a Colônia do Sacramento, na margem oriental do Prata (no atual Uruguai), direitos ao Norte amazonense (foi reconhecida a soberania de Portugal sobre as terras compreendidas entre os rios Amazonas e Oiapoque); e Inglaterra devolveu a Felipe os territórios conquistados na Flórida espanhola em troca de um tratado bilateral hispano-inglês garantindo à “Pérfida Albion” o princípio de “nação mais favorecida” em benefício do comércio externo inglês, garantias de que não seriam admitidas novas conquistas territoriais da França na América, o *Tratado de Asiento* (monopólio inglês para a introdução de escravos nas Índias) e o princípio do *Navio de Permiso*, autorização de um navio inglês anual de 500 toneladas para viajar à América do Sul, navio que Inglaterra transformou rapidamente em um “porto flutuante” operativo em “zonas francas” legais ou ilegais. Esse princípio legalmente estabelecido permitiu à Inglaterra montar uma gigantesca máquina internacional de contrabando, favorecedora de sua formidável expansão comercial.

Inglaterra também ganhou da França, além da Terra Nova, a baía de Hudson e St. Kitts e o reconhecimento da sucessão hannoveriana. O Sul dos Países Baixos, Milão, Nápoles e Sardenha passaram à Áustria. A França restituiu conquistas territoriais recentes, mas manteve tudo o que fora conseguido na Paz de Nijmegen, em 1679, além da cidade de Estrasburgo, ao Norte do seu país. O duque de Sabóia ganhou a Sicília e aumentou suas fronteiras do Norte da Itália. Os holandeses se asseguraram, junto ao governo austríaco, o direito de guarnecerem fortalezas no Sul dos Países Baixos. Foi a Inglaterra a que obteve conquistas navais, comerciais e coloniais mais significativas, assumindo, com base nelas, um novo papel preponderante nas questões de ordem mundial. Nascia assim a *diplomacia mundial*, que já não só falava espanhol, como nos tempos de Carlos V, mas também inglês (e francês, na Europa); o mundo todo passava a ser o teatro dos conflitos e acordos políticos entre as potências.

Em 1715 (no contexto da “Grande Guerra Nôrdica”) surgiu uma nova aliança entre Rússia, Dinamarca, Polônia, Prússia e Hannover para a partilha do “império” da Suécia: Marx a chamou de “primeiro grande ato da diplomacia moderna... premissa lógica da partição da Polônia”, assim como de alicerce da aliança estratégica anglo-russa. Rússia entrava no “concerto europeu” como potência báltica e, baseada nisso, candidatava-se ao posto de “árbitro da Europa”, tecendo uma aliança com a isolada Inglaterra, que seria a base da política contrarrevolucionária europeia no século sucessivo.⁵⁹⁶ Nesse marco histórico-geopolítico mudado, a crise política europeia do século XVIII se projetou como crise (e, parcialmente, como revolução) *mundial*.

A “vitória” diplomática portuguesa na América mal escondia a crise de seu império colonial americano, corroído externa e internamente. As principais ameaças externas provinham da

⁵⁹⁶ Karl Marx. *História de la Vida de Lord Palmerston*. Palmerston y Rusia. Buenos Aires, Rescate, 1986; *La Russie et l'Europe*. Paris, Gallimard, 1954. Cf. também Robert Payne. *El Marx Desconocido*. Barcelona, Bruguera, 1973.

Holanda e da França. A coroa portuguesa manteve, entre os séculos XVI e XVII, uma política simples em relação aos franceses que se estabeleciam na América do Sul: expulsava-os ciclicamente, freando suas iniciativas coloniais no território que reivindicava. Após a fracassada tentativa francesa de instalar uma colônia no Rio de Janeiro (a “França Antártica”), cujos colonos foram expulsos em definitivo pelos portugueses em 1567, os franceses passaram a ocupar territórios mais ao Norte e a Nordeste do Brasil, buscando manter relações comerciais com os índios. Em 1584 os portugueses desalojaram-nos da região que hoje corresponde ao estado da Paraíba, e na sequência o mesmo se passou no Sergipe, Rio Grande do Norte e Ceará. Uma nova iniciativa colonial teve vez em 1612, com o assentamento de colonos franceses na costa norte do Maranhão. Era a “França Equinocial”, que resultaria na fundação do povoado de Saint Louis, atual São Luís de Maranhão, em homenagem ao rei Luís XIII da França.

Opostos à presença francesa, os colonos portugueses da capitania de Pernambuco reuniram tropas e expulsaram os invasores do Maranhão em 1615. Tal feito deu origem à Capitulação de São Luís do Maranhão (1615), negociada pelo comandante das operações militares dos portugueses, documento por meio do qual se ajustou a transferência dos colonos franceses de volta à Europa. Os franceses fizeram novas tentativas de colonização, desta vez no Pará, junto à foz do rio Amazonas, de onde acabaram afugentados mais uma vez pelos portugueses em 1616. Disso resultou a fundação do Forte do Presépio, que deu origem à cidade de Belém do Pará. O controle da foz do Amazonas permitiu aos colonos portugueses se espalhar por toda a bacia amazônica e se interiorizar ainda mais em busca das “drogas do sertão”, dadas as facilidades de locomoção pela via fluvial. A partir de 1626, os franceses se estabeleceram em definitivo ao Norte do continente, no território da Guiana, gerando mais tarde conflitos de fronteira com Portugal (e, após 1822, com o Brasil imperial independente).

Através desses e outros episódios, a crise internacional do século XVIII se desenvolveu não só como uma crise *entre* potências coloniais, mas como uma crise *dentro* dos sistemas coloniais de cada potência: o “princípio nacional” europeu atravessou o Atlântico e se firmou também na América, tornando-se princípio *mundial*. Para Bartolomé Bennassar, “no século XVIII, a América mudou de sentido” (na Europa). Em qual sentido? A América do ouro brasileiro e da prata mexicana ou alto-peruana, da esperança dos insurgentes da América do Norte, da “Lenda Negra” da América espanhola, centro do maior império colonial do planeta, era também, para os filósofos das Luzes, a terra da vergonha e da opressão absoluta, com a escravidão e a servidão combinadas e benzidas pelas igrejas cristãs.



O antigo sistema colonial já não mais se coadunava com o desenvolvimento das novas forças produtivas na Europa, nem com as novas relações de forças entre as potências europeias, e

nem com o (incipiente) desenvolvimento econômico autônomo das próprias colônias. O “antigo sistema colonial” compreendia vários sistemas diferentes. A ênfase espanhola na América do Sul fora a extração de metais preciosos e a imposição do cristianismo às populações nativas, organizadas para o trabalho forçado. Britânicos e franceses na América do Norte tinham expulsado as populações indígenas dos territórios que ocuparam e trazido colonos (muitos deles expulsos das metrópoles por motivos religiosos ou jurídicos) que tentaram a organização de sociedades no modelo metropolitano.

No Caribe, um processo semelhante tinha sido acompanhado pela importação de numerosos escravos africanos e a criação de uma sociedade escravocrata, assim como também aconteceu na grande colônia portuguesa na América do Sul, o Brasil. Os ingleses na Índia, e os holandeses nas Índias Ocidentais ofereciam um modelo alternativo: suas colônias nessas regiões eram pouco mais que empreendimentos comerciais protegidos, reforçados e ampliados mediante a força militar.

A despeito da política reformista de Carlos III, o principal rei Bourbon, o caráter político da colonização espanhola na América persistiu: nem mesmo o processo de ruptura do pacto colonial o alteraria. Apesar do sensível declínio dos ingressos coloniais, a metrópole insistiu em preservar seu vasto império. Não levava em conta seu prejuízo financeiro, não se importava com o déficit econômico da colonização, e todo o esforço foi feito no sentido de evitar a degringolada de seu domínio colonial; ideologicamente, permanecia o ideal do estabelecimento de um grande Império Espanhol Católico. A longa duração da exploração colonial explica-se pela sua função em favor do desenvolvimento econômico centrado nas nações europeias colonizadoras. O monopólio das colônias pela metrópole definia o sistema colonial porque através dele as colônias preenchiam a sua função histórica, isto é, respondiam aos estímulos que lhes deram origem e que eram sua razão de ser.

A principal beneficiária dessa função não era a sua mandante - a Coroa - nem seus executores - os colonizadores - mas a sua intermediária, a burguesia mercantil europeia, que organizava a colonização e ficava com a maior parte de seus frutos, acelerando assim a acumulação de capital comercial. A crise das relações internacionais do século XVIII marcou a passagem para uma nova etapa histórica, cujas outras faces foram a revolução industrial inglesa e a revolução política francesa, a “dupla revolução” evocada por Eric Hobsbawm;⁵⁹⁷ o conceito de “Revolução Atlântica”, de Jacques Godechot (“1789 n'est qu'un des épisodes du mouvement qui a touché l'Occident de 1770 à 1850”),⁵⁹⁸ se refere à extensão dela nos dois lados do Oceano Atlântico, com as revoluções americanas unindo-se às europeias.

No início da expansão ultramarina, para as potências colonialistas, as posses de além-mar deviam, antes do mais, fornecer à metrópole um mercado para seus produtos; dar ocupação aos seus produtores desempregados, artesãos e marinheiros; fornecer-lhe certa quantidade dos artigos (exóticos ou essenciais) de que precisava, assim como produtos de exportação para outros países (metropolitanos ou não). As colônias deviam ser, e foram durante um longo período, fatores do enriquecimento econômico da metrópole. A crise do antigo sistema colonial derivou-se da deterioração dessa função “precípua”, devida à crise das relações entre as potências colonizadoras (com a decadência irreversível das potências colonialistas mais antigas, os países ibéricos) combinada com os atritos das novas sociedades coloniais com suas metrópoles, e o desenvolvimento interno da luta de classes nas próprias colônias, que atingiu em alguns casos dimensões revolucionárias. A crise do antigo sistema colonial integrou-se no ciclo internacional da revolução burguesa e do surgimento das nações modernas.

Nas diversas etapas do sistema colonial, só na última o colonialismo se configurou definitivamente como alicerce orgânico do capitalismo metropolitano: “As diversas etapas da acumulação originária têm seu centro, por ordem cronológica, na Espanha, Portugal, Holanda,

⁵⁹⁷ Eric J. Hobsbawm. *A Era das Revoluções 1789–1848*. São Paulo, Paz e Terra, 2005.

⁵⁹⁸ Jacques Godechot. *Les Révolutions (1770-1799)*. PUF-Nouvelle Clío, 1986.

França e Inglaterra. É aí, na Inglaterra, onde em finais do século XVII se resumem e sintetizam sistematicamente, no sistema colonial, o sistema da dívida pública, o moderno sistema tributário e o sistema protecionista”.⁵⁹⁹ Foi o desenvolvimento do capitalismo industrial que permitiu à Inglaterra transformar-se na principal potência marítima: o poder naval foi a plataforma de lançamento do império colonial da Inglaterra e, ao mesmo tempo, o elemento que lhe permitiu desagregar os sistemas coloniais de seus adversários. Mas a superioridade fundamental da Inglaterra residia nas transformações que estavam se operando simultaneamente em sua estrutura produtiva, articulando sua expansão internacional com o processo de acumulação de capital industrial.

O sistema colonial inglês não só foi importante como forma de acumulação de capital-dinheiro, mas também como periferia orgânica do crescimento industrial. Durante os séculos XVI e XVII a expansão comercial holandesa tinha ainda as características clássicas de expansão mercantil (comprar barato para vender caro) e por essa causa se especializava nos exóticos produtos tropicais. A expansão inglesa, diversamente, incorporava suas colônias como apêndice aprovisionador de matérias primas (algodão, sobretudo) e, depois, como mercado protegido para sua produção manufatureira. Na medida em que a indústria inglesa ia deitando raízes sólidas na metrópole, o monopólio colonial perdia importância como via de acumulação originária, e se transformava progressivamente em seu obstáculo. Daí que Adam Smith, embora reconhecendo as vantagens que significavam as possessões coloniais para seu país, se pronunciasse contra o monopólio colonial.⁶⁰⁰

Depois dos saques dos colonizadores, a exploração mineira foi o eixo da colonização europeia, praticamente em toda a América Latina. Seu sucesso não tinha segredos. Alexander Von Humboldt calculou os custos comparados e os lucros da produção de prata numa mina mexicana e numa mina alemã: com quatro vezes e meia mais trabalhadores, na mina mexicana o capital extraiu cinquenta vezes mais minério, minerou trinta e seis vezes mais prata, e obteve trinta e três vezes mais lucro líquido. No entanto, os proprietários de minas na América estavam, com muita frequência, à beira da bancarrota, e permanentemente em débito de capital de giro com os comerciantes e outros financiadores.

Os primeiros grandes assentamentos humanos da colônia (como o Potosí) foram produto da economia mineradora. Por que os proprietários de minas encontravam-se frequentemente à beira da bancarrota? As causas são variadas, mas todas elas vinculadas à estrutura colonial: o produto das minas estava submetido ao quinto real, ou seja, um quinto [1/5] da produção era considerado automaticamente propriedade da Coroa. Esta condição fazia parte do *Pacto Colonial*. O "exclusivo metropolitano", outro aspecto do "Pacto", significava que a Coroa (espanhola e portuguesa na América do Sul, espanhola na América Central, espanhola, inglesa e francesa na América do Norte e no Caribe) reservava para as companhias por ela designadas o monopólio do comércio colonial, tanto das manufaturas e produtos que a Colônia comprava (importação), quanto das matérias primas que esta fornecia à Europa (exportação).

A imposição de outras condições (por exemplo, a proibição do comércio das colônias entre si, ainda que dependessem do mesma metrópole, no caso das colônias espanholas) completava o Pacto, que se resumia em: - Imposição pela Coroa de pesados tributos e impostos a todas as atividades econômicas das colônias, chegando até à proibição das indústrias coloniais; - Monopólio privado do comércio colonial, tanto interno quanto externo, impondo altos preços aos produtos de importação, e baixos aos de exportação. Dessa maneira, as coroas europeias conseguiam sua parte do "bolo colonial". Para garanti-la, as potências coloniais se reservaram o direito de nomeação das máximas autoridades dos territórios colonizados (Vice-Reinados ou Capitánias Gerais na América espanhola, Capitánias na América portuguesa, Colônias Régias na América inglesa).

⁵⁹⁹ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Volume I, capítulo XXIV.

⁶⁰⁰ Héctor Alimonda. *Acumulação originária: uma revisão*. *Estudos* nº 4, São Paulo, FFLCH-USP, outubro 1986.

A Companhia de Comércio e Colonização foi a meio através do qual implantou-se a primeira colônia inglesa bem sucedida no continente norte-americano. Tais companhias dispunham de amplos poderes e outras vantagens. Para o governo inglês era mais fácil regular as atividades de uma sociedade do que as dos comerciantes dispersos. Por isso dava às companhias poderes e oportunidades que ele não assumia por temor ou morosidade. Virgínia, a primeira colônia bem sucedida da América, começou como fazenda de uma companhia mercantil. As subscrições dos acionistas investiam-se em mercadorias, no recrutamento de colonos e no pagamento de barcos para o transporte. Os produtos obtidos pelos colonos eram transportados à Inglaterra, onde a sua venda engrossava as utilidades dos acionistas.

Os produtos com os quais a Companhia esperava fazer fortuna eram os mesmos que os mercantilistas apreciavam: “As florestas forneciam a material naval que libertaria a Grã-Bretanha das importações estrangeiras, e os campos os produtos tropicais. Georgia, os estabelecimentos dos ‘peregrinos’ em Plymouth e dos puritanos em Massachussets foram outras colônias implantadas sob o sistema de Companhias (...) (Elas) foram um redondo fracasso financeiro. Não deram utilidades aos seus acionistas. A empresa de Virgínia dissipou os fundos recolhidos e, em 1621, três anos antes que perdesse a concessão, tinha arriscado na empresa mais de 100 mil libras (quantia fabulosa para a época) sem ter devolvido a menor soma em juros ou no principal. Não foi melhor sucedido o acionista das comunidades de ‘peregrinos’. (...) Até o estabelecimento da Georgia, a colonização é levada adiante sob o sistema de domínios. A Coroa concede terras, não a uma Companhia, mas a indivíduos ou grupos de indivíduos, conhecidos como proprietários. Maryland foi a primeira aplicação valiosa desse sistema (...) (Mas) as rendas que os proprietários tiravam das suas terras eram geralmente tão modestas quanto os ganhos das Companhias colonizadoras”.⁶⁰¹

O "Pacto Colonial", desde o início, criava uma contradição potencial ente os que dele usufruíam - as autoridades da nação colonizadora e a burguesia mercantil das companhias metropolitanas - e os que pagavam os tributos e as manufaturas encarecidas pelo monopólio metropolitano: os colonizadores já assentados. As mesmas limitações existentes no Pacto Colonial dos países peninsulares com suas colônias incidiram nas colônias inglesas (assim como nas francesas e holandesas), pelo menos desde que a Inglaterra começou a ocupar-se seriamente delas, com os Atos de Navegação de 1651. Um “Relatório do Comissário de Comércio e Plantações” declarava em 1699 que “a intenção de criar nossas plantações na América é a de que o povo ali se ocupe com coisas que não sejam o produto da Inglaterra, à qual pertencem”.⁶⁰²

Assim, foram tomadas medidas proibindo a manufatura colonial de mercadorias que concorressem com os produtos exportáveis da indústria inglesa, e para impedir a exportação de determinados produtos coloniais a outros mercados que não a Inglaterra. Esperava-se com isso que a metrópole ficasse com a nata do comércio colonial. Às colônias americanas da Inglaterra, uma lei de 1699 proibiu, por exemplo, que exportassem artigos de lã, enquanto o fumo e o açúcar eram “relacionados”, e só se podiam exportar para a Inglaterra e outras colônias inglesas. As colônias não demoraram a furar o monopólio real, através do contrabando, especialmente com a África e as Antilhas francesas. Um aspecto característico das treze colônias inglesas era a sua diversidade, devida às vicissitudes de seu processo de formação. Eram de três tipos: *autônomas*, *de proprietários*, e *régias*. Nas autônomas, os governadores eram eleitos, por um ano, com menos poderes que nas colônias de proprietários (cujos governadores eram nomeados pelos próprios proprietários) e nas régias (onde os governadores eram nomeados pelo rei).

A autonomia relativamente maior de que gozavam as colônias inglesas era devida à política de “Negligência Salutar” adotada pela Inglaterra - que atravessava graves crises internas e

⁶⁰¹ Edward C. Kirkland. *Historia Económica de los Estados Unidos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1941.

⁶⁰² Maurice Dobb. *Op. Cit.*

convulsões revolucionárias - durante o século XVII. Essa política foi abandonada durante o século XVIII, mas as tradições de autogoverno, junto às excepcionais características das colônias inglesas do Norte tiveram importância no processo de sua independência. A impossibilidade de reduzir o índio à condição de escravo fez com que uma característica das colônias inglesas fosse a importação de escravos africanos em grande escala (Inglaterra, por outro lado, possuía o monopólio do tráfico negreiro a partir do Tratado de Utrecht). Isto porque o tipo de produção correspondente a uma economia de exportação de matérias primas era a cultura extensiva da terra (ou *plantações*). O tipo de propriedade correspondente a essa cultura era o *latifúndio*. Numa situação de escassez de mão de obra, devida à hecatombe demográfica indígena, o latifúndio estava inseparavelmente unido às diversas formas de trabalho forçado. A escravização do negro foi a fórmula encontrada pelos colonizadores europeus para o aproveitamento das terras descobertas. Na faixa tropical, a grande propriedade monocultora e escravista tornou-se a base da economia, que girou em torno da exportação de produtos tropicais para as metrópoles, de onde, por sua vez, provinham os produtos manufaturados necessários à vida da colônia.

Nas fazendas de algodão, nos EUA, nos engenhos e canaviais das Antilhas e do Brasil, o escravo representou a principal força de trabalho. O sistema escravista esteve, desde os primórdios da colonização, vinculado à *grande lavoura*: “Escravidão e grande lavoura constituíram em muitas áreas a base sobre a qual se ergueu o sistema colonial, que vigorou por mais de três séculos”.⁶⁰³ Dai ser incorreto afirmar que a oposição entre as origens e as tendências dos pioneiros da colonização nas Américas (anglo-saxões vs. latinos; protestantes vs. católicos, e assim por diante) seria a raiz profunda e longínqua das diferenças ulteriores entre os EUA e as Américas Central e do Sul, a América Latina.

As terras americanas recebidas e ocupadas por Portugal, por sua vez, careciam de metais preciosos e de culturas indígenas desenvolvidas o suficiente para fornecer suficiente mão de obra, como sim acontecia na América espanhola. O problema para a Coroa portuguesa consistiu em encontrar o tipo de exploração que contribuísse para financiar os gastos resultantes da posse de terras tão extensas e distantes. Fatores muito especiais ensejaram o estabelecimento à base da produção de açúcar: domínio da sua técnica de produção, aprendida dos italianos e que já havia sido usada nas ilhas Açores; ruptura do monopólio comercial do açúcar, detido até então por Veneza em colaboração com os holandeses, o que abria aos portugueses os mercados do Atlântico Norte. A escravização do indígena permitiu o estabelecimento dos primeiros *engenhos*: “Sob o signo da violência contra as populações nativas, cujo direito congênito à propriedade da terra nunca foi respeitado, e muito menos exercido, nasceu e se desenvolveu o latifúndio no Brasil. Desse estigma de ilegitimidade, que é seu pecado original, jamais ele se redimiria”.⁶⁰⁴

Adquirida maior rentabilidade pelas explorações, essa mão de obra foi substituída pela do negro africano. A plantação açucareira, utilizando o trabalho escravo, constituiu a base da colonização do Nordeste do Brasil, chegando ao seu auge em fins do século XVI e começos do seguinte. Raymundo Faoro, em *Os Donos do Poder*, afirma que o açúcar destacou-se como o produto mais importante e regulador dos outros cultivos agrícolas coloniais; o trabalho do escravo negro foi a base dessa expansão econômica. Ao mostrar como funcionava a economia e o papel de cada uma das categorias sociais nos engenhos no sistema colonial, vê o colono como aquele que promove “a devastação mercantil e o desejo de retornar ao reino, para exibir as glórias da opulência”.⁶⁰⁵

E não haveria limites para sua atuação. O escravo era explorado sob uma perspectiva puramente econômica: ele devia gerar lucros e produzir o máximo que pudesse. Os espaços

⁶⁰³ Emília Viotti da Costa. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Difel, 1966.

⁶⁰⁴ Alberto Passos Guimarães. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

⁶⁰⁵ Raymundo Faoro. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Globo, Volume 1, 1976, p. 212.

destinados à lavoura de subsistência dos escravos reduziam-se à medida que aumentava a procura do açúcar nos mercados europeus. O espaço produtivo era regulado de acordo com as necessidades econômicas do momento, tendo como a menor preocupação a garantia de um mínimo de condições de sobrevivência ao negro escravo. Com essa colonização ficaram postas as bases do latifúndio brasileiro. Quando Dom João III dividiu sistematicamente o território colonial português na América em latifúndios denominados *capitanias*, já existiam *capitães-mores* nomeados para elas. O que se fez então foi demarcar o solo, atribuir-lhes ou declarar-lhes os respectivos direitos e deveres que tinham os colonos que pagar ao rei e aos donatários, com a suma dos poderes conferidos pela Coroa portuguesa autorizando-os a expedir *forais*, uma espécie de contrato em virtude do qual os *sesmeiros* ou colonos se constituíam em perpétuos tributários da Coroa e dos seus donatários ou capitães-mores. A terra dividida em senhorios, dentro do senhorio do Estado, esse foi o esboço geral do sistema administrativo na primeira fase da história colonial do Brasil.

As esferas do público e do privado estavam imbricadas: havia uma relação “confusa” entre o Estado e os particulares.⁶⁰⁶ A Coroa repassava as tarefas públicas aos particulares: a administração de territórios e cobrança de impostos e, por outro lado, as pessoas que exerciam tarefas administrativas, direta ou indiretamente ligadas ao Estado, delas se utilizavam para benefício próprio. Um alto funcionário que pretendia voltar enriquecido para a metrópole só teria problemas se mexesse no dinheiro da Coroa ou se entrasse em choque com as frações de colonos mais importantes.⁶⁰⁷ A Coroa portuguesa fez uso da iniciativa particular, e nela se apoiou para desenvolver seu projeto colonial, mas sempre sob seu controle: como parte do processo de formação do Estado, a Coroa usava recursos humanos e financeiros particulares para atingir seus projetos de colonização, sem lhe caber nenhum ônus, embora cedendo, em troca desse apoio, terras, cargos, rendas e títulos nobiliárquicos.⁶⁰⁸

A Coroa só atuava diretamente quando a situação o exigia ou quando os benefícios eram claros de antemão. Já no início do processo de colonização, a Coroa reservava para si o pau-brasil, mesmo que arrendasse sua exploração e que cedesse a exploração e extração de metais, ainda desconhecidos, guardando para si apenas a possibilidade de cobrança do *quinto*. O governo geral da colônia foi criado no momento em que a resistência indígena ameaçava a continuidade da presença portuguesa de São Vicente a Pernambuco. Dessa forma se estabelecia a relação entre a Coroa, mediada ou não pelos seus representantes na colônia - donatários, governadores gerais - e os colonos. A Coroa utilizava-se da iniciativa e dos recursos particulares, e os colonos procuravam recompensas por seus serviços, as “honras e mercês”, frequentes nos documentos coloniais. A Coroa utilizou-se largamente dessa política de concessões em troca de serviços: um projeto particular aprovado pela Coroa sempre continha promessas de honras e mercês.⁶⁰⁹ O próprio rei incentivava tal política solicitando informações sobre os colonos para possíveis mercês e, ainda, orientando os governadores para informarem os colonos do contentamento da Coroa com os serviços prestados.

Na maior parte das situações coloniais houve uma frustração do processo de acumulação capitalista originária: “A irrupção do capitalismo ocidental nos atuais países subdesenvolvidos, ao precipitar com irresistível energia o amadurecimento de algumas das condições básicas para o desenvolvimento de um sistema capitalista, bloqueou com igual força o crescimento das outras. A remoção de uma grande parte do excedente correntemente gerado e previamente acumulado pelos países afetados não podia senão causar um sério retrocesso de

⁶⁰⁶ Rodrigo Ricupero. “Honras e mercês”: as relações entre colonos e a coroa e seus representantes (1530-1630). In: Osvaldo Coggiola (org.). *História e Economia: Questões*. São Paulo, Humanitas, 2002.

⁶⁰⁷ Evaldo Cabral de Mello. *A Fronda dos Mozambos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

⁶⁰⁸ Parte dos bens confiscados dos jesuítas no século XVIII foi utilizada como mercê aos colonos. Ciro F. S. Cardoso. *Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas*. Guiana Francesa e Pará (1750-1817). Rio de Janeiro, Graal, 1984.

⁶⁰⁹ Roberto Simonsen. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia. Editora Nacional, 1978.

sua acumulação primária de capital".⁶¹⁰ Nesses países nasceu o capitalismo, mas sem que houvesse se desenvolvido plenamente a acumulação originária do capital; o capitalismo colonial nasceu sob a influência da penetração do capital internacional, com suas peculiaridades. Não se tratou do nascimento do capitalismo *in abstracto*, mas de um capitalismo *sui generis*, um capitalismo atrasado que supunha a convivência com os modos de produção pré-capitalistas. Estes não puderam ser varridos pelo desenvolvimento capitalista que "normalmente" penetraria em todos os setores da economia e acabaria com todo vestígio pré-capitalista.

A frustração da acumulação originária explica a *combinação* do capitalismo com os modos de produção pré-capitalistas na maior parte das ex-colônias e dos países periféricos às metrópoles europeias. Nestes, há nascimento do capitalismo atrasado, mas não acumulação originária, ou seja, esta não é *conditio sine qua non* daquele em cada caso particular. Na sua globalidade, o *desenvolvimento desigual e combinado* do capitalismo, globalmente considerado, é a expressão teórica mais geral do problema, e ajuda a compreender o peso respectivo dos fatores internos (ou "nacionais") e externos (mundiais) na crise do antigo sistema colonial americano. Durante três séculos, esse sistema "funcionou", manteve sua estabilidade e se desenvolveu, resolvendo suas contradições e crises através do contrabando e da pirataria, das ocupações territoriais, da exploração e do massacre cíclico das populações nativas ou dos escravos. De que maneira o sistema colonial passou a ser um entrave para o desenvolvimento das forças produtivas, tanto nas colônias quanto nas metrópoles mais dinâmicas?

O monopólio comercial exercido pelas metrópoles implicava num sistema de "porto único", tanto para a recepção quanto para a expedição de mercadorias. Isto, além de torná-las artificialmente mais caras, foi determinando uma escassez crescente. Para a América espanhola, que constituía a fração mais importante da América colonial, a Coroa criou a Casa de Contratação. No início, ela organizou e tornou mais ágil o comércio entre as colônias e a metrópole. Mas, ao fim de umas poucas décadas, converteu-se praticamente numa corporação fechada, limitada a umas quantas casas comerciais, que exerciam o monopólio do tráfico. Por seu intermédio, os comerciantes de Sevilha chegaram a controlar a natureza e o tamanho das cargas que saíam e entravam, e estabeleciam a seu critério os preços de sua venda à Coroa, frequentemente sob o peso da compulsão, ou para garantir "favores especiais" dos monarcas.

Grêmios comerciais semelhantes foram estabelecidos mais tarde na Nova Espanha (1594) e no Peru (1613), constituindo associações dos principais importadores, cujos interesses coincidiam com os da oligarquia comercial andaluza. O resultado foi diminuir o abastecimento de mercadorias europeias à América, e de produtos americanos para a Europa. As colônias viram-se sempre abastecidas aquém do normal, e tinham que pagar preços exorbitantes pelas mercadorias europeias. Isso constituiu um dos mais sérios obstáculos para o crescimento de sua indústria, sua população e seu bem-estar.

No século XVIII tanto a América espanhola quanto a América portuguesa conheceram o auge de sua população e de sua produção. A produção e o comércio se expandiram, sobretudo, nas áreas periféricas: no Norte do México, na Flórida, no Rio da Prata, em Santiago do Chile, na Nova Granada e na Venezuela. A nova conjuntura internacional do século XVII (com o surgimento de novas potências marítimas e a contestação do domínio ibérico) e a crise das relações entre metrópoles e colônias foi o pano de fundo das "guerras do açúcar" no Brasil, iniciadas com a invasão holandesa do Nordeste brasileiro em 1630. A luta entre luso-brasileiros e holandeses teve um fator de propulsão: o açúcar. Os dois lados buscavam monopolizar a produção e o comércio do produto, visto que ele continuava com intensa procura na Europa.

A ocupação holandesa do Nordeste brasileiro no século XVII teve esse intuito: com a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) Holanda reforçou seu poder naval, podendo assim invadir o litoral nordestino em 1630, tomar Olinda e Recife, sustentar uma guerra de nove

⁶¹⁰

Paul Baran. *Economía Política del Crecimiento*. México, Fondo de Cultura Económica, 1975, pp. 201-202.

anos e dominar as principais regiões produtoras de açúcar. A defesa dos luso-brasileiros foi financiada principalmente por impostos advindos da comercialização clandestina de açúcar, que faziam nas áreas não controladas pelos holandeses, visando expulsar os invasores para retomar seu acesso às principais áreas produtoras de açúcar. O objetivo holandês era somente o domínio da agricultura monocultora e de seu comércio: recuperar tais posições tornou-se questão de sobrevivência para os luso-brasileiros.

No início, a política holandesa foi de combater a escravidão, mas assim que percebeu a vantagem econômica desta, passou a adotá-la, inclusive estabelecendo seu monopólio por parte da WIC. A maior “tolerância” holandesa em relação aos indígenas foi motivada pelas revoltas índias no Maranhão e no Ceará, que os levou a promover, em abril de 1645, um acontecimento único na história do Brasil colonial: a convocatória de uma assembleia democrática de todos os povos indígenas que se encontravam dentro do seu território, realizada em Tapissericá (Goiânia), com representantes de vinte aldeias indígenas e de dois representantes oficiais da Holanda. A assembleia reivindicou, pela primeira vez nas Américas colonizadas, o fim da escravidão dos índios e a liberdade dos seus povos.⁶¹¹

Evaldo Cabral de Mello retratou os anos de 1630 a 1654 do Nordeste brasileiro, caracterizado pela dominação holandesa em Pernambuco e por duas guerras, a de Resistência (nos anos 30 do século XVII, na qual os proprietários de engenhos perdem o domínio sobre a área) e a de Restauração (quando os luso-brasileiros recuperam o comando e, principalmente, os principais engenhos açucareiros da localidade).⁶¹² A conjuntura internacional (com o surgimento de novas potências marítimas e contestação do domínio ibérico em diversos campos) e das relações entre metrópoles e colônias anteriores à invasão holandesa em 1630 é importante para entender o papel do Brasil e para a compreensão das “guerras do açúcar” e da dominação batava.

A primeira guerra, “de resistência”, durou de 1630 até 1639, ocasionando a derrota dos principais proprietários e aristocratas luso-brasileiros da região de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá (as mais destacadas capitânicas produtoras de açúcar do Brasil) e a conquista holandesa de um território que englobava as áreas citadas, bem como o Rio Grande do Norte e Sergipe. Com isso, os holandeses, por meio da Companhia das Índias Ocidentais, obtiveram o monopólio de produção, distribuição e comércio do açúcar brasileiro, inaugurando uma nova fase no Nordeste brasileiro: os engenhos, abandonados por seus antigos donos, foram negociados com novos proprietários; recursos e empréstimos foram investidos para incrementar a produção, pois o produto alcançava altos preços no mercado europeu. Tal período de glória durou apenas de 1641 a 1645 (fase em que Maurício de Nassau governou o Brasil holandês); nesse último ano, iniciou-se a guerra de Restauração, promovida pela população nativa da região (senhores de engenhos ligados à coroa portuguesa e antigos proprietários, índios e negros) a fim de expulsar os batavos.

No meio do embate inter-colonial entre holandeses e portugueses emergiu o maior episódio de resistência escrava das Américas. Os negros africanos eram necessários ao método de produção criado pelos portugueses, seguido pelos holandeses. Inicialmente, as condições dentro dos navios negreiros holandeses eram piores do que as condições nos navios portugueses. Somente depois é que passaram a usar melhores condições, que permitiram melhores lucros com a menor mortalidade dos negros transportados. A preferência dos exportadores holandeses de mão de obra era pelos angolanos, “melhor adaptados ao trabalho escravo”.

⁶¹¹ John Hemming. *Red Gold*. The conquest of the Brazilian Indians. Londres, Macmillan, 1978, p. 294.

⁶¹² Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*. Guerra e açúcar no Nordeste 1630-1654. Rio de Janeiro/São Paulo, Forense Universitária/Edusp, 1975. Cf. também: Wolfgang Lenk. *Guerra e Pacto Colonial*. A Bahia contra o Brasil holandês (1624-1654). São Paulo, Alameda/Fapesp, 2013.

Apesar disso, o tratamento dado aos escravos pelos holandeses era melhor do que o oferecido pelos portugueses, inclusive formando-se amizades entre holandeses e negros, posteriormente alforriados. Durante a guerra holandesa de 1630-1635, negros dos engenhos e das lavouras fugiram e se refugiaram em quilombos, principalmente na região de Palmares. O mais célebre episódio da resistência negra nas colônias teve sua origem numa disputa no interior do sistema colonial europeu nas Américas.

O “quilombo de Palmares” se transformou, ao longo de um século, no centro da resistência negra à escravidão na colônia portuguesa da América: “A selva acolhedora dos Palmares serviu de refúgio a milhares de negros que fugiam das plantações de café, dos engenhos de açúcar, dos currais de gado, das barracas das cidades do litoral, em busca da liberdade e da segurança, fugindo dos rigores da escravidão e da guerra contra os holandeses. Os que procediam do campo plantavam café, milho ou bananas; os que vinham das cidades e conheciam ofícios mecânicos criavam oficinas de ferragem, outros se dedicavam à caça ou à pesca, a criação de galinhas, à fabricação de cestas, chapéus, vasos ou vasilhames. Essa massa colossal de negros, que ao início só tinham como aspiração comum o desejo de liberdade e, depois, a vontade de defendê-la a qualquer custo, foi criando formas de governo. Baseando-se na atividade produtiva se constituiu uma oligarquia encabeçada pelo rei Ganga Zumba, que dominava uma intensa atividade comercial que foi se desenvolvendo na região controlada pelos quilombolas. Meia centena de expedições militares foram lançadas, contra o quilombo dos Palmares, pela coroa portuguesa e o governo holandês do Brasil (a maioria teve lugar, no entanto, depois que os holandeses fossem expulsos de Pernambuco)”.

Branco, mulatos e cafuzos, fugindo das autoridades coloniais, também viveram em Palmares, onde se desenvolveu uma estratificação social e uma economia mercantil: “Em novembro de 1678, Ganga Zumba assinou um tratado, em Recife, prevendo o abandono das terras dos Palmares em troca do respeito à liberdade dos quilombolas. Depois de luta interna, Ganga Zumba veio a ser substituído pelo “general das armas” Zumbi, chefe de mocambo, supostamente sobrinho do rei. A resistência dos negros, embora vacilante ou esporádica, conseguiu manter vivo, durante cinquenta anos de luta, o sonho de liberdade dos Palmares. Zumbi instrumentou medidas de uma verdadeira “ditadura revolucionária” para organizar a resistência negra. O quilombo dos Palmares foi um Estado negro semelhante aos numerosos que existiram na África no século XVII, Estado que tinha seu fundamento no caráter eletivo do chefe mais hábil ou mais sagaz, de maior prestígio e estrela na guerra ou no mando. O quilombo era um chamado constante, um estímulo, uma bandeira para os negros escravos que viviam nas proximidades; um incentivo à rebelião, à fuga, à luta pela liberdade”.⁶¹³

Os negros avançavam sobre os colonos brancos, queimando as plantações e destruindo os currais de gado, quando estes se aproximavam perigosamente do quilombo. Os brancos das vilas vizinhas organizavam, por sua vez, *razzias* e incêndios das aldeias e plantações quilombolas. Houve 25 expedições militares para dominar o quilombo, entre 1644 e 1677; os negros, a seu turno, se organizaram em verdadeiras fortalezas de cercados. Em um paralelogramo de sessenta léguas, ocupado pelos quilombolas, aconteceu a primeira guerra de classes nos territórios sob domínio português. A campanha militar dos Palmares se orientou no sentido de destruir as colheitas dos rebeldes. A partir de Fernando Carrilho (1676), a guerra

⁶¹³ Mario Maestri, in: Benjamin Péret; Robert Ponge; Mário José Maestri Filho. *O Quilombo dos Palmares*. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2002. Segundo o autor, a definição do escravismo colonial como modo de produção dominante em importantes regiões da América, enunciada, em forma sintética, por Ciro Flamarión, em 1973, e em forma sistemática por Jacob Gorender, em *O Escravismo Colonial*, em 1978, permitiu que as formas servis de resistência começassem a ser apreendidas em seu sentido pleno. Que o quilombo não fora particularidade exclusiva na antiga formação social brasileira, o demonstrava a ocorrência de agrupamentos similares em outras regiões envolvidas pelo escravismo colonial. Na América tivemos os *palenques* cubanos e colombianos; as agrupações de *bush negroes* no Suriname e de *marrons* na Jamaica. Caberia acrescentar os “quilombos” urbanos em Buenos Aires, onde a palavra ganhou o sentido de “bagunça” ou até de “prostíbulo”. Ao longo da costa africana, em São Tomé, cativos fugidos das plantações lusitanas aquilombavam-se nos ermos da ilha-colônia portuguesa.

teve como objetivo preliminar derrubar e devastar as florestas, os desmontes e as plantações que protegiam e defendiam a insurreição dos negros.

A expedição derradeira foi organizada pelo bandeirante Domingos Jorge Velho. A guerra foi dura, a repressão final “exemplar”. O bandeirante paulista contratado pelo governador português de Pernambuco, chefiou expedições que finalmente derrotaram e destruíram o quilombo. Zumbi, que fugiu para continuar sua luta contra as autoridades coloniais, foi preso e morto em 1695, tendo sua cabeça decapitada publicamente exposta. Para 1713, todos os remanescentes do quilombo haviam sido totalmente destruídos. A historiografia dominante preferiu descrevê-lo como uma luta sem perspectivas, porque, segundo Décio Freitas, o caráter escravocrata da sociedade colonial impedia que os quilombolas pudessem se aliar a qualquer categoria social da colônia.

Já Eduardo Astesano entendeu que “este comunismo negro”, na perspectiva histórica “se desenvolveu como uma rebelião utópica sem perspectiva. Os negros só haviam trazido da África uma tradição tribal, alheia a qualquer centralização ou planejamento estatal”,⁶¹⁴ o que supõe que uma revolta social do século XVII pudesse ter objetivos próprios do século XX. A historiografia não explorou a proximidade da rebelião quilombola com outras lutas anti-colonialistas, inclusive próximas geograficamente, como a revolta de Bekman (no Maranhão).

O quilombo materializou uma excepcional organização de resistência de caráter secular, protagonizada exclusivamente pelos “condenados da terra”. Palmares, com sua enorme população relativamente à época, dominou uma área territorial de um terço do tamanho de Portugal. Essa terra pertencia a todos os membros do quilombo, e o resultado do trabalho coletivo também era propriedade comum. Os auto-libertos africanos plantavam e colhiam uma produção agrícola diversificada, diferente da monocultura vigente na colônia; permutavam os frutos agrícolas com seus vizinhos brancos e indígenas. Eficientemente organizados tanto social quanto politicamente, em sua maneira africana tradicional, foram também altamente qualificados na arte da guerra. Palmares pôs em questão a estrutura colonial inteira: o exército, o sistema de posse da terra dos patriarcas portugueses, ou seja, o latifúndio, assim como desafiou o poder da Igreja Católica.

A presença holandesa no Brasil foi tangencial a esse embate social fundamental na colônia portuguesa. Os pastores protestantes batavos não demonstraram grande interesse com relação à evangelização dos negros, o que foi apontado como motivo das derrotas neerlandesas nas guerras brasileiras de 1645-1654. A política holandesa restringia, mais do que a portuguesa, a união entre brancos e judeus, negros e índios. Durante os 24 anos de dominação holandesa no Nordeste brasileiro houve uma grande segregação religiosa e racial. Depois da reconquista portuguesa desses territórios, muitos judeus voltaram à Holanda, outros indo para a ilha de Manhattan, onde fundaram a “Nova Amsterdã” (futura Nova York). A comunidade judaica nos EUA continuou evocando orgulhosamente os tempos de colônia em Pernambuco, onde desfrutava de liberdade religiosa impensável na época para os padrões

⁶¹⁴ Eduardo Astesano. *Historia Socialista de América*. Buenos Aires, Relevo, 1973, p. 77. Existe uma vasta bibliografia sobre a rebelião negra e escrava no Brasil e nas Américas: Vera Lucia Amaral Ferlini. *Terra, Trabalho e Poder: O mundo dos engenhos no Nordeste Colonial*. São Paulo, Brasiliense, 1988; Eugene Genovese. *Da Rebelião à Revolução*. As revoltas de escravos negros nas Américas. São Paulo, Global Editora, 1983; Eric Hobsbawm. *A Era das Revoluções 1789 – 1848*. São Paulo, Paz e Terra, 1988; István Jancsó. *Na Bahia, contra o Império*. História do ensaio de sedição de 1798. São Paulo, Hucitec/EDUFBA, 1996; Frederick Krantz. *A Outra História*. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990; Carlos Guilherme Mota. *Nordeste 1817*. Estruturas e argumentos. São Paulo, Perspectiva/ EDUSP, 1972; Clóvis Moura. *Rebeliões da Senzala*. Quilombos, insurreições, guerrilhas. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988; João José Reis. A elite baiana face aos movimentos sociais, 1824 1840. *Revista de História*, São Paulo, USP, n° 108, 1976; Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. In: *Afro-Ásia*, Salvador, CEAQ/UFBA, n° 15, abril 1992; e: *Rebelião Escrava no Brasil*. A história do levante dos Malês, 1835. São Paulo, Brasiliense, 1987; Stuart B. Schwartz. *Segredos Interno*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo, Companhia das Letras, 1988; Peter Worsley. *Al Son de la Trompeta*. Buenos Aires, Siglo Vientiuno, 1980.

europeus e católicos. Os portugueses nordestinos, apesar de dominados pelos holandeses, tinham a economia em suas mãos, ao continuarem de posse da terra pernambucana.

Em 1654 os holandeses retiraram-se do Recife, indo ao Caribe, onde com o conhecimento adquirido no Nordeste montaram uma indústria açucareira com o intuito de fazer concorrência ao produto brasileiro. Os portugueses não venceram só porque eram mais fortes em armas, mas porque sua dominação vinha desenhada nos gestos e na língua. Em 1630, os holandeses invadiram Recife porque ali viram a porta de entrada comercial para a capitania: a conquista se faria por onde rendesse dividendos, não por sua capacidade de exercer desde o início um poder político (nesse caso os holandeses teriam invadido a Bahia). Mas não podiam ultrapassar um limite próximo à cidade, temendo por emboscadas. Passavam fome até que novos provimentos (peixes da Terra Nova, pão preto, toucinho de Moscou ou cerveja) chegassem da metrópole. As primeiras coisas de valor presenteadas à metrópole foram os sinos das igrejas de Recife e Olinda, uma bagatela.

Os holandeses parecem ter sido incompetentes em dominar a nova terra e seu vasto benefício, o açúcar: por inabilidade, inapetência ou uma soma de ambas (com exceção de alguns poucos casos, como o do senhor de engenho Gaspar van Niehof van der Ley, cujo sobrenome transformou muitos pernambucanos de origem holandesa em "wanderleys") não tocaram nas plantações, dominadas pelos portugueses. "Nós governamos a terra e os portugueses, nossos haveres", escrevia um conselheiro de justiça holandês, van de Boorde, a seus chefes na Câmara da Zeelândia, em 1643.⁶¹⁵ A língua portuguesa jamais deixou os canaviais. Os holandeses utilizavam as palavras "engenho", lavrador, "bagasse" (de cana), "graep" (grapa), até incorpora-las à sua língua corrente. Assim, de 1630 a 1654, parte do Brasil viveu sob um regime social e político diverso, que foi combatido e derrotado pela classe dominante do sistema econômico-social que havia sido desmantelado.⁶¹⁶ Mas esse sistema social foi incapaz de por as bases de uma sociedade substancialmente diferente daquela criada pelo colonialismo ibérico.

Ainda assim, durante a colonização, um tecido econômico autônomo foi se desenvolvendo nas colônias ibéricas da América. Grande parte da produção colonial se assentava na subsistência e no autoconsumo, cujas relações de produção não tinham o trabalho escravizado como eixo para o seu funcionamento. No Brasil, o auge da economia mineira deu lugar a um conjunto de atividades subsidiárias (criação de gado, agricultura, artesanato). Da Costa e Pires localizaram uma policultura de gêneros alimentícios básicos, para consumo e subsistência, que se desenvolveu paralelamente e de modo contínuo ao monopólio agroexportador, na estrutura de posse dos escravos, em que se pode observar "a predominância quantitativa dos proprietários com reduzido número de cativos, cerca de quatro ou cinco digamos, os quais detinham parcela substantiva do efetivo total da escravaria, vale dizer, por volta de 30 a 40% dos cativos".⁶¹⁷

E, na América espanhola, o dinamismo de alguns itens de exportação, couros do Rio da Prata, cacau da Venezuela, prata do México, não podia ocultar a reativação de muitas indústrias artesanais que abasteciam as regiões exportadoras e os núcleos urbanos em expansão. "Driblando" o monopólio do comércio legal havia interstícios para essas primitivas atividades industriais. Se, por um lado, o contrabando não podia canalizar toda a expansão potencial do comércio, por outro, a Coroa não podia permitir seu crescimento indefinido. Por outro lado, o comércio externo das colônias experimentou uma queda desde a segunda metade do século XVII. As exportações de ouro e prata desvalorizaram esses produtos na Europa, determinando uma forte queda na sua produção (as minas do Novo México tiveram, nesse período, uma recessão de

⁶¹⁵ José Antônio Gonsalves de Mello. *Tempo dos Flamengos*. São Paulo, Topbooks-UniverCidade, 2002.

⁶¹⁶ Sérgio Buarque de Holanda. O domínio holandês na Bahia e no Nordeste. *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. 1, livro 4. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1960; Pedro Puntoni. *Guerras do Brasil (1504-1654)*. São Paulo, Brasiliense, 1992.

⁶¹⁷ Julio Manuel Pires e Iraci del Nero da Costa. *Op. Cit.*, p. 95.

21%). O transporte interoceânico espanhol declinou; o número de navios cruzando o Atlântico caiu de 1363 na década de 1620 para 722 na década de 1640. 134 mil peles eram exportadas por volta de 1580; esse número caiu para oito mil, por volta de 1660.

O sistema colonial ibérico começou a enfrentar uma crise de suas relações externas, assim como também uma crise de suas relações internas. O crescimento do potencial produtivo e comercial das colônias começou a apontar para uma diversificação do comércio com as metrópoles (feito através de contrabando), para o crescimento do comércio intercolonial, e começou a chocar-se com o “exclusivo metropolitano”: foi para remediar essa situação que se produziram os “reajustes” imperiais conhecidos como reformas borbônicas (da dinastia dos Bourbon, na Espanha), e reformas pombalinas (do marquês de Pombal, regente de Portugal), que visavam a diversificação do comércio colonial.

“Cautelosamente, passou-se à reforma da estrutura do comércio colonial. Inicialmente, na área do Caribe (1765), com a abertura de diversos portos espanhóis ao contato direto com os portos caribenhos, sem parada obrigatória em Cádiz; a seguir, permitiu-se que treze portos espanhóis comercializassem diretamente com os maiores portos coloniais (1778), à exceção de Vera Cruz e La Guayra, por fim incluídos em 1789. Esses reduzidos ajustes, aos quais se denominou ‘política do livre comércio’, representavam em verdade apenas uma liberalização do comércio dentro dos quadros imperiais. Permitia-se um limitado comércio intercolonial, e mesmo assim restrito unicamente a produtos coloniais, não se admitindo a reexportação de importações europeias. O objetivo dessas mudanças era a melhoria do contato entre a metrópole e as colônias, visando reduzir o contrabando pela ampliação da oferta, e elevando a percentagem de manufaturados espanhóis no comércio com as colônias”.⁶¹⁸

Quando da ascensão dos Bourbons ao trono espanhol, o vice-reinado do Prata ficou agitado. Preterido pelas administrações espanholas, impacientemente aguardava oportunidades, medidas governamentais que facilitassem o relacionamento comercial através do porto de Buenos Aires. Ansiava-se por soluções oficiais que acabassem com a penúria e miséria dos arraiais portenhos. Entretanto, as esperanças muito cedo foram anuladas pela nova realidade econômica, imposta pelos novos mandatários espanhóis. Estes mantiveram o porto de Buenos Aires sujeito às restrições anteriores, bem como suas relações com o *hinterland* platino prejudicadas pela Aduana Seca de Córdoba: “A salvação de Buenos Aires consistia em manter um estreito contato com o interior convertendo-se no porto de saída de seus produtos, mas para conseguí-lo teria que contar com o apoio do governo peninsular”.⁶¹⁹

Por outro lado, no Tratado de Utrecht, de acordo com seu artigo 6, Felipe V cedia para sempre a praça de Colônia à sua Majestade o Rei de Portugal, bem como a seus sucessores. A repercussão dessa medida se fez sentir na vida econômica platina. Desde sua fundação, em 1680, a Colônia do Sacramento, nos momentos de dominação portuguesa, vinha atuando como ativo foco de contrabando. Toda a política diplomática da Espanha em relação ao Prata, logo após a assinatura do tratado de Utrecht, voltara-se no sentido da recuperação da Colônia do Sacramento. Da fundação de Montevidéu, em 1723, até a criação do vice-reinado de Buenos Aires, a preocupação do governo espanhol foi a de cercear a expansão lusitana no Prata. Não obstante, Felipe V sentia-se incapaz de tomar medidas mais duras, que acarretariam certamente uma guerra contra a Inglaterra; Espanha não estava em condições de enfrentar uma campanha bélica contra os ingleses, devido ao poderio naval britânico.

A tentativa de restabelecimento do sistema de *Flotas y Galeones*, além de não atingir seus objetivos, voltava seus interesses para o Caribe. Em 1740, o “*sistema de flotas y galeones*” foi substituído pelo sistema de registros. Nessa ocasião foram suprimidas as feiras de Portobelo, bem como a via do Panamá. O provimento do Peru passou a ser atendido através da rota do Cabo Horn. Posteriormente, em 1754, foram restabelecidas as frotas tão somente para

⁶¹⁸ Stanley e Bárbara Stein. *Op. Cit.*.

⁶¹⁹ Octavio Gil Munilla. *El Rio de la Plata en la Política Internacional*. Sevilla, 1949, p. 351.

atender à Nova Espanha. Nesta altura a Espanha desenvolvia francamente uma nova política do tráfico ultramarino, a política dos *barcos de registro*. A despeito do movimento de navios de registros, severas restrições pesavam sobre o porto de Buenos Aires. Na segunda metade do século XVIII, quando as demais regiões da América espanhola sentiram a influência da nova política dos Bourbons, a dependência econômica do Prata, em relação ao Peru, estabeleceu rigorosas restrições comerciais e nenhum porto sob o domínio espanhol desfrutou de menos liberdade comercial do que o do Rio da Prata.⁶²⁰

Na América espanhola, tanto como no Brasil, a sociedade colonial ia cindindo-se em interesses de classe contrapostos. No caso do Brasil, tínhamos “de um lado, brasileiros proprietários que se consideravam a nobreza da terra, educados num regime de vida larga e de grandes gastos. De outro, o *mascate*, o imigrante enriquecido, formado numa rude escola de trabalho e parcimônia, e que vem fazer sombra com seu dinheiro à posição social daqueles. A oposição ao negociante português - *mascate*, marinheiro, pé de chumbo, o epíteto com que o tratam varia - se generaliza, porque este, empolgando o comércio da colônia, o grosso como o de retalho, exclui dele o brasileiro, que vê se lhe cercearem os meios de subsistência; o conflito assim se aprofunda e se estende”.⁶²¹

Assim, na "guerra dos mascates" (1710) se confrontaram “reinóis” e naturais da colônia. Na América espanhola, as "reformas borbônicas" também acentuaram a cisão social interna da sociedade. No Peru, os *índios forasteros*, fugidos do trabalho e do tributo forçados à administração colonial, aliaram-se com os espanhóis que ocupavam terras sem títulos, e que não queriam pagar à Coroa a regularização de sua situação. Através das oposições internas da sociedade colonial, foi processando-se a crise geral do sistema, que tinha sua causa mediata e visível no monopólio econômico e político da metrópole.

Como toda reforma em período de crise, a reforma borbônica (assim como a reforma pombalina nas colônias portuguesas) só conseguiu agravar a causa que lhe dera origem, tornando-a mais evidente, escancarada e insuportável, sem solucioná-la. Pois a liberalização do comércio dentro dos quadros imperiais chocava-se com um obstáculo insuperável: a fraca industrialização dos países ibéricos, sua incapacidade de fornecer manufaturas em quantidade suficiente às colônias: “Concebido unicamente no interesse da metrópole, o sistema colonial do antigo regime econômico era tanto mais dificilmente aplicável quanto, há mais de dois séculos, as metrópoles ibéricas eram incapazes de satisfazer as necessidades reais das suas colônias americanas. O monopólio de Sevilha, e depois o de Cádiz, que cedeu o lugar em 1765 a um monopólio mais amplo da Espanha, bem como o monopólio de Lisboa não eram, em tais condições, senão um meio de exação fiscal, isto é, mais um, com o *quinto* e o pesado aparelho da fiscalização castelhana e portuguesa que, sem proveito para a economia dos países produtores, drenava para a Europa parasita os metais preciosos que a técnica crioula e o sangue índio arrancavam às Rochosas e aos Andes”.⁶²²

Às contradições derivadas do monopólio metropolitano do comércio interoceânico cabe acrescentar aquelas nascidas das proibições e do monopólio do comércio intercolonial, que se chocavam com a incipiente expansão de um mercado interno colonial. No século XVI, o Potosí, um dos polos econômicos de América espanhola, já possuía vinte mil habitantes, cifra que só seria superada no século seguinte por Lima (Peru). No Brasil, em 1765 foi liberado o comércio intercolonial, e em 1778 acabou o sistema de porto único. Portugal também passou a perder o controle absoluto sobre suas possessões na América, através de um processo de colonização econômica inglesa da metrópole realizado por meio de uma série de acordos comerciais celebrados com a Inglaterra, que culminaram com o Tratado de Methuen, em 1703.

⁶²⁰ Cf. Emanuel Soares da Veiga Garcia. Buenos Aires e o primeiros Bourbons. *Estudos* n° 18, São Paulo, FFLCH-USP, dezembro 1990.

⁶²¹ Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1965.

⁶²² Pierre Chaunu. *História da América Latina*. São Paulo, Difel, 1978.

A formação de uma sociedade nas colônias, com um tecido social e ordem internas, incluídas a criação de escolas e universidades, começou a entrar em conflito com o que era a consequência lógica do monopólio comercial: o monopólio político em mãos da administração colonial. Em 1640, no atual Paraguai, o movimento dos *comuneros* pôs em questão esse monopólio político. A criação dos *cabildos* na América espanhola, visando dar certa representação aos setores privilegiados da sociedade colonial (o primeiro *cabildo* colonial foi criado em 1729) foi, como as reformas comerciais, um fator de complicação do problema político interno das colônias.

As necessidades elementares de governo tinham obrigado à metrópole a tolerar, junto às autoridades diretamente nomeadas por ela (Vice-Rei, Governador Geral e outras) órgãos de representação, ainda que restrita, dos colonizadores (*Cabildos* e Audiências, estes na América espanhola; Conselhos Municipais), com o qual se criavam as condições para uma *expressão política* daquela contradição. A tradição da América colonial espanhola também originou a prática dos *cabildos abertos*, assembleias populares que decidiam sobre todas as questões relativas à comunidade local. Os *cabildos* originalmente eram parte da estrutura administrativa colonial comandada pela aristocracia espanhola, fechado e com componentes fixos como escriturários, alcaides e regedores. No entanto, existiram experiências e práticas que ampliaram as características originais dos *cabildos*.

Em Peru e Charcas os *cabildos de índios*, ainda que servissem para cooptar os nativos para a administração colonial, também previam que causas civis fossem julgadas pelos próprios índios dando parte do poder de volta às comunidades. Os *cabildos abiertos* ocorriam quando participavam todos os habitantes de um lugar, e estavam previstos em casos de decisões administrativas e políticas de grande importância. Nestas ocasiões todos podiam participar, falar e votar em assembleia geral. Em numerosas cidades e circunstâncias do período colonial surgiram *cabildos abiertos* para deliberarem sobre questões locais, dando-lhes uma conotação muitas vezes perigosa para as elites, que os condenavam por seus excessos. O caráter deliberativo e democrático dos *cabildos abiertos* foi utilizado frequentemente em enfrentamentos com visitantes e governadores reais, utilizando suas prerrogativas legais.⁶²³

O sistema de capitânicas hereditárias, implantado no Brasil pela Coroa portuguesa, teria talvez agido no mesmo sentido, se não tivesse fracassado por falta de capitais (a nobreza portuguesa empobrecida, donatária das Capitânicas, carecia de recursos para colonizar suas novas posses). No caso da colonização portuguesa houve uma confluência de interesses entre a Coroa e os colonos, pelo menos até fins do século XVII e início do XVIII, quando se acentuou o fiscalismo e a centralização com a criação dos juizes de fora, surgindo as primeiras divergências entre os portugueses da América e os da Europa. As contradições "externas" tinham assim, nas colônias, uma expressão interna, consoante com a posição ocupada pelos diversos setores e classes sociais dentro do sistema colonial. No Brasil, em finais do século XVII explodiram revoltas contra o monopólio comercial português (a revolta de Bekman, no Maranhão, em 1684, por exemplo).

O catolicismo continuou a jogar seu papel na manutenção da exploração colonial, mas ele próprio viu-se envolvido na crise do sistema. Os jesuítas cumpriram um papel decisivo no aniquilamento da Revolução dos Comuneros, gestada no Paraguai entre 1721-1725 e 1730-1735. Esta revolução proclamava a soberania do povo sobre o monarca e, entre outras coisas, opunha-se às missões jesuíticas, pois estrangulavam o desenvolvimento de um setor comercial local. Quando o confronto explodiu, os jesuítas, a pedido da monarquia espanhola, organizaram e encabeçaram um poderoso exército de oito mil indígenas e derrotaram os revolucionários em março de 1735. A Companhia de Jesus continuou participando na colonização e no saque europeu da América.

Os jesuítas, porém, foram expulsos do Paraguai após a "guerra guaraníca" (1753-1756). Nas metrópoles ibéricas, os jesuítas também foram expulsos, pois entraram em choque contra o "despotismo ilustrado" de Pombal (Portugal) ou dos Bourbon (Espanha). A influência das ideias

⁶²³

Constatntino Bayle. *Los Cabildos Seculares en la América Espanhola*. La Paz, Los Amigos del Libro, 1978.

jansenistas e anglicanas progredia na península ibérica, com a atuação de Gaspar Melchor de Jovellanos na Espanha; ideias trazidas pela influência do absolutismo francês e das tendências antirromanas manifestadas por alguns setores do clero. Em 21 de julho de 1773, com o Breve *Dominus ac Redemptor*, o papa Clemente XIV suprimiu a Companhia de Jesus, que nessa época contava com aproximadamente 23 mil membros em 42 “províncias” espalhadas por todo o mundo. A *Societas Jesu*, no retrocesso e ilegalidade que lhe foram impostos, se aferrou a sua função precípua original de salvadora do Estado católico.

A abolição das *frotas de comboio* reais bianuais (transporte obrigatório do comércio colonial), em 1735 (na Espanha) e em 1756 (em Portugal), fez parte das reformas impulsionadas pelas metrópoles recentemente “ilustradas”, mas ainda despóticas. Os setores que baseavam seus lucros na exploração da população nativa conseguiram a expulsão da América dos jesuítas (considerados protetores dos indígenas) e a incorporação das missões jesuíticas ao Império espanhol. A crise do sistema colonial americano estava em andamento. A crise internacional de finais do século XVIII, e a Revolução Industrial inglesa, lhe assestaram um golpe decisivo.

A crise, no último quartel do século XVIII e no início do século XIX, abrangeu todas as metrópoles europeias e suas colônias. A dominação política sobre as colônias e a proteção ao comércio, sempre na defesa dos interesses das metrópoles, foram as principais causas das tensões. A situação se agravou quando algumas colônias (isto é, os interesses organizados de suas classes dominantes) começaram a se tornar economicamente mais fortes do que as metrópoles, como foi o caso do Brasil: a Inconfidência Mineira, em 1789, expressou a rejeição ao sistema colonial português. Outros movimentos emancipacionistas brasileiros foram a Conjuração Baiana ou “dos Alfiates”, em 1798; e a Conspiração dos Suassunas, em 1801.

A sociedade colonial espanhola, por sua vez, apresentava uma divisão interna claramente estabelecida; a origem étnica de cada estamento social determinava a divisão em classes sociais: a) Os espanhóis, membros da administração colonial (*chapetones*), vice-reis, governadores, chefes militares e religiosos, “ouvidores” dos Tribunais, etc., ocupavam o topo da pirâmide social; b) A classe proprietária das terras e das minas, e monopolizadora do grande comércio, estava composta de brancos nascidos na América (*criollos*): ainda que possuidora de riquezas, ocupava uma posição social e política inferior; c) A plebe das cidades, pequenos comerciantes ou pequenos proprietários, assim como os artesãos, estava composta majoritariamente por mestiços, e também por brancos; d) Sobre os indígenas (ou “índios”) descansava todo o edifício colonial: eles forneciam a mão de obra das minas, das fundições e das propriedades agrárias; através das obrigações impostas às suas comunidades (por exemplo, os *ayllus*, no Peru).

A aristocracia indígena (caciques ou *kurakas*) ocupava, como intermediária entre as autoridades e as comunidades nativas, uma posição privilegiada. Por outro lado, na periferia das principais cidades (Lima, Potosí) muitos índios tinham se estabelecido, fora de suas comunidades, uma vez cumpridas suas obrigações de trabalhos forçados, ou para fugir delas: eram os chamados “índios forasteiros”. As reformas dos Bourbon implicaram modificações na administração colonial, no sentido de torná-la mais eficiente. O propósito de modernizar a burocracia implicou uma ameaça para os grupos locais poderosos de cada região. Os proprietários de minas e os comerciantes deveriam agora pagar impostos. Vários destes setores achavam-se já em situação difícil devido aos altos juros cobrados pelos prestamistas.

A vida nos povoados das colônias espanholas era, por outro lado, cada vez mais insuportável para os naturais do país. Os cargos públicos estavam monopolizados pelos espanhóis. Todas as riquezas que se extraíam em Potosí e das minas do Alto Peru eram conduzidas para a metrópole, ficando seu produto como benefício para o Tesouro espanhol e para os aventureiros que haviam cruzado os mares em busca de riquezas no “novo mundo”. Os *corregidores* espanhóis se confabulavam com os *kurakas*, padres e governadores, para oprimir os naturais, prendendo-os, torturando-os e violentando as mulheres escravas.

Por esses motivos muitos índios fugiam para outras terras, outros se jogavam no vazio junto a suas famílias, ou quebravam os braços e pernas de seus filhos para que não fossem usados como escravos. Para resistir à pressão de governo central, as classes dominantes locais não tinham mais recurso senão mobilizar os setores mais baixos da população. Foi o que ocorreu na maioria das revoltas iniciadas em 1780. Os índios, rapidamente, imprimiram sua própria dinâmica ao movimento. Se os índios apoiaram inicialmente as reivindicações dos *criollos*, contra os impostos e as novas alfândegas e *gabelas*, logo dirigiram seu ódio contra os *corregidores*, ou seja, os funcionários coloniais encarregados dos *repartimientos* de indígenas.

Assim, inevitavelmente, explodiram uma série de rebeliões nas quais as comunidades indígenas americanas se mobilizaram de modo independente: a dirigida por Tomás Katari (fevereiro de 1781, em Chuquisaca, Cuzco e Potosí), a da região de La Paz, dirigida por Julián Apaza (Tupac Katari), e a mais célebre, começada na região de Tinta, que se estendeu de Cuzco até as margens do Lago Titicaca, liderada por Tupac Amaru (José Gabriel Condorcanqui, seu nome “espanhol”), descendente direto dos antigos *inkas*. Na comoção vivida pela sociedade colonial, as revoltas tiveram no início certo apoio das classes dominantes *criollas*. Mas os *criollos* viram rapidamente a maciça mobilização indígena fugir do seu controle, e reivindicar a posse da terra. Tupac Amaru viu-se então sozinho, e dirigiu-se a “todos os oprimidos da América”, chamando-os à luta. O fato de ter conquistado um apoio formidável das massas indígenas e camponesas, tirava-lhe a possibilidade de formar uma coalizão com os setores urbanos que tinham manifestado disposição para apoiar uma revolta coletiva contra os prejuízos provocados pela administração central.

Durante dois anos (1780-82) a imensa região compreendida entre a Nova Granada (Colômbia) e o Norte argentino viu-se sacudida por rebeliões camponesas, protagonizadas pelos indígenas. O fato militar mais importante da rebelião foi o cerco de La Paz (março-outubro de 1781) dirigido por Tupac Katari, durante o qual foram mortas seis mil pessoas, na maioria soldados espanhóis. Vários exércitos reais de outras regiões foram enviados, e as rebeliões, pouco coordenadas entre si, foram, finalmente, esmagadas. Para os espanhóis dominar a insurreição era questão de vida ou morte. Para os índios a sublevação constituía a recuperação de sua liberdade, território e riquezas, ou sua capitulação ante o poderio dos brancos.

Qualificar a rebelião tupacamarista de simples “rebelião dos *kurakas* privilegiados” contra as reformas (modernizantes) borbônicas, negar seu caráter de antecedente das revoluções independentistas americanas do século XIX, é absolutamente incorreto. Outra coisa é constatar que “Tupac Amaru não reclamou a devolução das fazendas confiscadas secularmente às massas indígenas, ponto chave para unificar a rebelião e atrair para ela as camadas despossuídas. O vacilo do líder rebelde se explica pela sua política de aproximação aos proprietários *criollos*. Toda sua prédica esteve dirigida a atacar os espanhóis europeus e os funcionários coloniais, para aproximar os americanos”.⁶²⁴

A repressão contra os rebeldes (os índios e a plebe das cidades) foi violentíssima, deixando um saldo de mais de 100 mil mortos. Do lado espanhol, 40 mil morreram nas revoltas ou nos combates militares: no total, 7% da população do Peru e da Bolívia (na época, as regiões mais populosas da América espanhola). Tupac Amaru foi capturado a cinco de abril de 1781, e morto de maneira atroz (foi esquartejado vivo, amarrado a quatro cavalos que tiravam em quatro direções opostas), em 18 de maio desse ano.

Na sua defesa perante o tribunal espanhol, declarou: "Os índios nada ganharam com o amor e as providências de Sua Majestade, nem com o amor dos ministros do Senhor. A razão é que depois de haver feito *mitas* e sofrido nos *obrajes*, arrendados como escravos, ou que por ficarem sumamente desamparados dos *corregidores*... os padres os deixam viver à sua vontade, e quando menos esperam lhes surpreende a morte em mau estado". Segundo

⁶²⁴

Christian Rath e Andrés Roldán. *La Revolución Clausurada*. Buenos Aires, Biblos, 2013, p. 36.

Guillermo Lora,⁶²⁵ a causa da derrota do grande levantamento chefiado por Tupac Amaru e os Kataris foi a incapacidade (a ausência de vontade) da classe dominante *criolla* (os brancos da América) das cidades de encabeçá-lo, reproduzindo a tragédia das rebeliões camponesas na Alemanha no século XVI.

Não se consumou, por isso, a aliança entre a cidade e o campo, da única maneira então possível: o levantamento camponês dirigido pelos *criollos*, porque os camponeses se apresentaram como um setor social disposto a arrastar as outras classes sociais exploradas nas cidades; os objetivos vitais dos *criollos* apareciam postos de lado. O fato dos índios não possuírem armas, ou não saberem manejá-las, foi superado com o material bélico do próprio exército real, ou com a ajuda de alguns mestiços o *criollos* que serviram na artilharia dos insurgentes. Não raro os mestiços se defrontavam violentamente com os *criollos*, mas não houve casos em que a plebe mestiça citadina formulasse a ideia de constituir-se em grupo social governante. Marchou junto aos camponeses contra os *chapetones* e/ou os *criollos*. Não tinham razões para se opor à reconquista da terra pelos seus antigos donos, mas não lutaram pela direção política e, quando os levantamentos camponeses-indígenas ganharam belicosidade, os mestiços passaram para o lado dos *criollos*.

A rebelião camponesa do final do século XVIII na América espanhola não teve, assim, uma direção jacobina (ou "jeffersoniana") nas cidades, por ausência de uma burguesia urbana capitalista (ou agindo através da pequena burguesia revolucionária, como nos casos coetâneos dos EUA ou da França): "A maior parte dos operadores econômicos mais ativos da América eram espanhóis, não *criollos*, mais fiéis à Espanha do que ao país no qual viviam mais ou menos provisoriamente. Poucos eram os que podiam ser definidos como burgueses: embora praticando atividades de comércio internacional, os bens de exportação que comercializavam eram produzidos por outros grupos sociais, através de modos e relações de produção que podem ser definidos como se quiser - escravistas, feudais, servis - mas não certamente como capitalistas. Os grupos de comerciantes internacionais, apressadamente definidos como 'burgueses', não estavam de maneira nenhuma interessados em modificar uma situação que, no nível da produção, lhes proporcionava ganhos colossais nos mercados internacionais".⁶²⁶

Pode-se traçar um paralelo entre a luta (e a derrota) dos negros quilombolas chefiados por Zumbi e Ganga Zumba no Brasil, no século XVII, com a rebelião indígena chefiada por Tupac Amaru e os Kataris no século XVIII, na América espanhola? As semelhanças saltam aos olhos, mas também algumas dessemelhanças. Os indígenas americanos, diversamente dos escravos africanos, se apoiavam em um tecido social e até formas de propriedade preexistentes à chegada dos colonialistas ibéricos. Uma vitória do movimento de Tupac Amaru teria fortalecido as comunidades indígenas e provavelmente criado uma ampla camada de pequenos proprietários rurais. O desenvolvimento ulterior do capitalismo latino-americano teria tomado base na expropriação deles, que teriam se transformado em força de trabalho suscetível de ser proletarizada. A derrota de Tupac Amaru fechou a perspectiva para um desenvolvimento capitalista autônomo na América "espanhola".⁶²⁷

Para Guillermo Lora, as revoltas camponesas do século XVIII foram o "ensaio geral" dos movimentos da independência americana, começados em 1809. Sua frustração deveu-se ao fato de não existir uma classe social urbana disposta a lutar não só contra o domínio metropolitano, mas também contra os latifundiários *criollos*, confirmando o estatuto da revolução camponesa como pano de fundo da revolução burguesa, mas carente de entidade própria, pois não seria capaz de colocar historicamente por si só a criação de uma nova sociedade. Não poderia haver uma revolução burguesa sem burguesia.

⁶²⁵ Guillermo Lora. Notas sobre el movimiento campesino del siglo XVIII. *América Índia* nº 1, Buenos Aires, janeiro 1972.

⁶²⁶ Ruggiero Romano. Le rivoluzioni del centro e sudamerica. *Le Rivoluzioni Borghesi*. Milão, Fabbri, 1973.

⁶²⁷ Guillermo Lora. *Op. Cit.*

Para Boleslao Lewin, “o espírito revolucionário das colônias espanholas sentiu-se alentado pelo exemplo norte-americano, porém sua tentativa de materialização fracassou, porque existia nelas o tremendo problema indígena que os inconfidentes criollos não souberam encarar. E ainda que as massas índias estivessem já profundamente comovidas pelo trabalho persistente e tenaz de Tupac Amaru, não se chegou à ação comum, o que retardou em vários decênios a vitória da independência e da liberdade civil”.⁶²⁸ Meio século, duas gerações, separou a independências das colônias inglesas do Norte americano da emancipação das colônias luso-espanholas das Américas. Em uma era vertiginosamente revolucionária, meio século é uma eternidade: os destinos divergentes das “duas Américas” afundou aí suas raízes.

Depois da derrota dos camponeses-indígenas, nos primórdios dos movimentos independentistas americanos, o iluminismo *criollo* compadeceu-se da situação do indígena submetido a trabalhos forçados, e criticou a violência desenfreada e horrível usada pelas autoridades espanholas para debelar o movimento tupacamarista. Os *Discursos sobre la Mita* de Victorián de Villalva, procurador da Real Audiência de Charcas, nos quais propunha a abolição da servidão dos índios, foram retomados por Mariano Moreno, advogado e precursor político/ideológico da “*Revolución de Mayo*” (1810) que iniciou o processo da independência da Argentina, na sua *Disertación sobre el servicio personal de los indios en general y sobre el particular de Yanaconas y Mitayos*, trabalho doutoral. De sujeitos independentes da revolução camponesa, os nativos americanos passavam a ser objeto, massa de manobra, da luta *criolla* pela independência americana, na qual não foram a força dirigente, mas ponto de apoio e auxílio.

Paralelamente, na segunda metade do século XVIII, o poder marítimo da Holanda entrou em declínio. Seus navios cargueiros e de guerra não eram mais os melhores, os mais potentes e velozes. Os mares se tornavam inseguros para Holanda, a defesa das rotas comerciais contra os rivais que usavam ao máximo a guerra corsária tinha um custo sempre maior. A madeira necessária para renovar a frota era cada vez mais inacessível para um país que não tinha florestas, em que cada palmo de terra suplementar era arrancado ao mar, com um trabalho cada vez mais oneroso, para ser dedicado a uma agricultura sempre mais intensiva.

O dinamismo comercial holandês não conseguiu renovar o antigo sistema colonial: “Os limites impostos ao capitalismo holandês por sua posição conciliadora diante do senhorialismo das províncias terrestres e da força obstinada das corporações, deixaram sua marca no desempenho holandês no Novo Mundo. Não surgiram grandes colônias holandesas de fazendas de escravos, apesar do papel central dos holandeses no comércio escravista e das ambições dos capitalistas que dominaram a Companhia das Índias Ocidentais. A escravidão em Nova Amsterdã permaneceu urbana e abrangia empregados domésticos, artesãos e trabalhadores semi-habilitados sob um regime suave... A conquista holandesa de Pernambuco, mesmo sob o comando do enérgico e imaginativo Conde Maurício de Nassau, apenas superimpôs a exploração comercial a uma estrutura social que continuou dominada pelos senhores de engenho portugueses”.⁶²⁹ Holanda não teve a força econômica, nem a força militar, nem a vocação político-social, para substituir o antigo sistema colonial por um sistema “modernizado”, acorde com as exigências da produção capitalista nas metrópoles.

Nesse contexto, Inglaterra, já se perfilando como a maior potência da Europa, se preparava para exercer o poder completo sobre os oceanos das duas rotas de Ocidente e de Oriente, desenvolvendo uma marinha da guerra poderosíssima, que realizava a simbiose navio-artilharia no seu nível mais alto, ao mesmo tempo em que introduzia inovações nos navios velozes menores, para vencer na guerra corsária. A hegemonia holandesa chegava, com isso, ao seu fim. Com a quarta guerra anglo-holandesa (1781-84) o remanescente da potência naval de Holanda foi neutralizado. Nessa altura, os maiores comerciantes, armadores e financistas holandeses tinham

⁶²⁸ Boleslao Lewin. *Tupac Amaru en la Independencia de América*. Buenos Aires, Plus Ultra, 1979.

⁶²⁹ Eugene D. Genovese. *Op. Cit.*, p. 51.

se retirado do comércio para dedicar-se exclusivamente à finança. Abandonaram Leida, Haarlem, Delft, e inclusive Amsterdã, seguindo os capitais que se dirigiam para a mais dinâmica Londres, onde os investimentos já eram seguros e rentáveis.

Em 1737 os capitalistas holandeses detinham 20% do débito público inglês, 10 milhões de libras esterlinas; um terço das ações do Banco da Inglaterra estava em mãos holandesas. Na véspera da Revolução Francesa, o coração do capitalismo se deslocou para Manchester e o Lancashire, onde o violento encontro entre o trabalho assalariado e capital internacional resultou na revolução produtiva que foi a base do capitalismo contemporâneo, a Revolução Industrial. Os percalços sofridos pela potência inglesa, a perda das colônias americanas (em 1776) e a derrota na guerra econômica e ideológica contra o exército revolucionário francês (1793) só a abalaram momentaneamente. Impulsionada pelo capital industrial em expansão, a agressividade inglesa não conhecia limites nem derrotas duradouras. Depois da vitória naval inglesa contra a coalizão hispano-francesa em Trafalgar (1805), a França napoleônica decretou o bloqueio comercial continental da Inglaterra. A nova potência mundial, o Reino Unido, era nesse momento, porém, impossível de ser contida.

A crise do antigo sistema colonial precedeu a vitória do capitalismo industrial, da “escravidão assalariada”. Ela não implicou, porém, uma diminuição da escravidão *sans phrase*, ao contrário: “A partir da década de 1770, o tráfico de escravos passou por uma transformação impressionante. A Coroa espanhola começou a liberalizar sua economia colonial e as comportas se abriram. Comerciantes de escravos começaram a importar africanos para o continente de todas as maneiras que podiam, trabalhando com corsários para para descarregá-los em praias vazias e enseadas escuras, transportando-os rio acima para as planícies e contrafortes do interior e levando-os em marcha forçada por terra. Os mercadores foram rápidos em adotar a nova linguagem associada à economia do *laissez-faire* para exigir o direito de importar ainda mais escravos... Dos 10.148.288 africanos de que se tem conhecimento embarcados em navios negreiros com destino às Américas entre 1514 e 1866 (de um total que historiadores estimam ser de no mínimo 12.500.000), mais da metade, 5.131.385, foram embarcados depois de 4 de julho de 1776”.⁶³⁰ Principalmente para os EUA e o Brasil: liberalismo e escravidão não eram contraditórios.

Na Inglaterra, em que pesem as repercussões sociais internas derivadas das penúrias impostas pelo bloqueio continental francês e da enorme dívida pública nacional, através de crises políticas entre aristocracia, burguesia agrária e burguesia industrial, de ampliações sucessivas do colégio eleitoral parlamentar, e de revoltas sociais, a indústria inglesa se impôs, nacional e internacionalmente, transformando o país não só no banco, mas também na fábrica do mundo. E, em que pesem a miséria e a exploração brutal da população, o proletariado começou a crescer em ritmos e níveis inexplicáveis pelos critérios da demografia malthusiana. Foi a produção de valor no sistema capitalista moderno a que resultou no aumento da população, que sobre essa premissa se transformou em sobrepopulação relativa, ou “exército industrial de reserva” do capital, fator poderoso do desenvolvimento da produção capitalista. Seu epicentro revolucionário se situou no país em que o “mais formidável dos absolutismos”, em completa decadência, engendrou na sua crise de agonia a mais formidável das revoluções.

⁶³⁰ Greg Grandin. *O Império da Necessidade*. Escravidão, liberdade e ilusão no Novo Mundo. Rio de Janeiro, Rocco, 2014, pp. 19-21.

18. A REVOLUÇÃO FRANCESA

O governo da Revolução é o despotismo da liberdade contra a tirania (Maximilien Robespierre, fevereiro de 1794)

A Revolução é o frenesi desenfreado da História (Leon Trotsky, **História da Revolução Russa**)

Dentre as transformações políticas que, do século XIII até o século XIX, varreram o sistema feudal e o Antigo Regime na Europa e no Novo Mundo, a Revolução Francesa foi o momento crítico e anunciador do futuro. Dividindo o processo da revolução democrática internacional em setores arbitrariamente isolados, autores como Hannah Arendt (e seus inúmeros seguidores) chegaram a postular dois “modelos” diversos e contraditórios de transição histórica para a “modernidade”: o “democrático” (ou anglo-saxão: Inglaterra e EUA) e o “totalitário”, centrado e inspirado na Revolução Francesa.⁶³¹ Um processo de alcance e conexões internacionais evidentes, porém, não poderia ser simplesmente cortado em fatias, ao sabor das preferências ideológicas de cada observador. Friedrich Engels elencou as três grandes e decisivas batalhas da burguesia contra o feudalismo europeu, integrando suas diversas vertentes: 1) A Reforma Protestante na Alemanha (o “grito de guerra de Lutero contra a Igreja”); 2) A explosão do calvinismo na Inglaterra, isto é, as revoluções inglesas do século XVII; 3) A Revolução Francesa, “que travou todas as batalhas no terreno político, sem as anteriores roupagens religiosas, e da qual resultou, pela primeira vez, a destruição de uma das classes combatentes, a aristocracia, e o completo triunfo da outra, a burguesia”. A radicalização ideológica francesa foi a expressão da nova radicalização social da revolução no final do século XVIII.

A Revolução Francesa almejou de modo consciente acabar com o último resquício do velho regime, alicerçado nos privilégios classistas de nascença e de sangue. Seu caráter *universal* foi mais marcado do que o de qualquer outra revolução democrática contemporânea. Na sua fase mais aguda, o período *jacobino*, foi definida como “o tempo da ideologia e da utopia”, inspirado numa radicalização do “Espírito das Luzes” (ou Iluminismo) puxado violentamente para a esquerda, uma radicalização plenamente confiante na Razão e oposta às crenças, tradições e experiências do passado, rejeitadas em bloco. A “Grande Revolução” foi, por isso, chamada de “sensualista”, “materialista” e até “cientista”, ao ponto de ter definido a felicidade como o supremo objetivo da organização social e política, esta vista não como um corpo social modelado pela história, mas como uma entidade artificial, uma espécie de mecanismo de relógio que poderia ser construído através de uma engenharia social e política baseada em princípios racionais.⁶³² Em 1792, Kant escreveu *Der Sieg des guten Prinzips über das böse und die Gründung eines Reichs Gottes auf Erden* (A vitória do princípio bom sobre o princípio mau e a constituição de um reino de Deus sobre a terra), em que afirmava que “a passagem gradual da fé eclesiástica ao domínio exclusivo da pura fé religiosa constitui a aproximação do reino de Deus”. A Revolução Francesa podia apressar a passagem da fé eclesiástica à fé racional; onde chegasse a revolução a “fé eclesiástica” seria superada e substituída pela “fé religiosa”, a “mera fé racional”.⁶³³

Para realizar isso, a Revolução devia ser absolutamente “idealista”, isto é, dar às ideias primazia absoluta no acontecer histórico. “Desvio da História”, por isso, para muitos, que não conseguem

⁶³¹ Hannah Arendt. *Essai sur la Révolution*. Paris, Gallimard, 1985.

⁶³² Jean-Louis Thireau. *Op. Cit.*, p. 271. Nesse ponto, a Revolução Francesa foi perfeita (ou consequente) expressão da filosofia de seu tempo. Hegel iniciou seus *Princípios da Filosofia do Direito* postulando a completa separação da razão em relação à história, ou seja, em relação à experiência concreta dos homens no tempo: “O estudo da origem e desenvolvimento das regras jurídicas tais como aparecem no tempo, trabalho puramente histórico, bem como a descoberta de sua coerência lógica formal com a situação jurídica já existente, constituem investigações que, no seu domínio próprio, não deixam de ter valor e interesse. Mas ficam à margem da investigação filosófica, pois o que se desenvolve sobre bases históricas não pode se confundir com o desenvolvimento a partir do conceito, nem a legitimação ou a explicação históricas atingem jamais o alcance de uma justificação em si e para si”.

⁶³³ Immanuel Kant pronunciou-se inicialmente favorável à Revolução, e sobretudo à secularização resultante; o rei da Prússia Frederico Guilherme II proibiu, em decorrência, Kant se pronunciar sobre temas religiosos.

explicar o raio temporal e espacial de influência da Revolução Francesa; ou, no extremo oposto, “esse passado que é ainda nosso presente, pois nunca, na sua projeção social, a esperança dos homens foi levada tão longe”,⁶³⁴ ao ponto de tentar mudar até o calendário, a referência básica do acontecer humano no tempo.

França era o país mais importante, e também o mais contraditório, em todos os sentidos, da Europa continental. No século XVIII era ainda um país agrário, já tendo encetado, porém, o início de uma industrialização. Que encontrava obstáculos: “Na França do século XVIII, onde os camponeses ainda constituíam a vasta maioria da população e continuavam a deter a a posse da maior parte da terra, os cargos no Estado central serviam de recurso econômico para muitos membros das classes dominantes como meio de extrair o trabalho excedente dos produtores camponeses sob a forma de impostos. Até os grandes proprietários que se apoderavam da renda da terra dependiam tipicamente de vários poderes e privilégios extra-econômicos para aumentar sua riqueza”.⁶³⁵ As relações capitalistas tinham dificuldades estatais para penetrar no campo; a revolução agrária que alicerçou o capitalismo na Inglaterra não se verificara na França.

O país tinha atingido a marca de 25 milhões de habitantes, uma população superior à de qualquer outro país da Europa Ocidental. Paris, a capital, era a cidade mais populosa do continente, e sua capital intelectual. A nova burguesia francesa pretendia ter voz ativa na política para pôr em discussão os privilégios da nobreza. Os camponeses, por sua vez, queriam se desprender de suas obrigações aos senhores. Na explícita divisão de classes existente, o “Terceiro Estado”, composto pelas classes carentes de privilégios, da burguesia até o povo miúdo, era responsável por arcar com as despesas públicas, os impostos e contribuições que beneficiavam a monarquia absolutista, o clero e a nobreza.

A representação política na sociedade francesa do século XVIII ainda mantinha a divisão em três ordens ou estados - clero ou Primeiro Estado, nobreza ou Segundo Estado, e povo ou Terceiro Estado - com um rei no topo da hierarquia. O rei tinha a última palavra sobre a justiça, a economia, a diplomacia, a paz e a guerra. França, no entanto, vivera uma evolução política e social importante no século XVIII: quase já não havia censura à imprensa, a tortura foi finalmente proibida em 1788, na véspera da revolução, e a representação do Terceiro Estado nos “Estados Gerais” acabava de ser duplicada, contrariando a nobreza e o clero que não queriam uma reforma dos impostos que fosse prejudicial aos seus interesses (ou seja, que fossem obrigados a pagar impostos). Em 14 de julho de 1789, quando a Bastilha foi tomada pelos revolucionários, a histórica prisão do Antigo Regime abrigava só sete prisioneiros. Com a exceção da nobreza rural, a riqueza das restantes classes possuidoras havia crescido nas últimas décadas.

O crescimento da indústria era também notável. No Norte e no Centro, havia uma metalurgia “moderna” (por exemplo, as siderúrgicas de Le Creusot, criadas em 1781); em Lyon havia sedas; em Rouen e em Mulhouse havia fábricas de algodão; na Lorraine havia o ferro e o sal; havia lanifícios em Castres, Sedan, Abbeville e Elbeuf; em Marselha havia fábricas de sabão; em Paris havia mobiliário, tanoaria e as indústrias de luxo, além da corte e do aparelho estatal. Mas esses progressos coexistiam com a sobrevivência de um poder absolutista simbolizado na Corte de Versalhes, mais apropriada, segundo Hyppolite Taine, para a China do que para a França (*On dirait une cour d’Orient*). Ao nascimento de sua primeira filha, a trágica (e insensível) rainha Maria Antonieta decidiu, por economia, reduzir o séquito do bebê para apenas... oitenta pessoas.⁶³⁶

No campo, a emergente burguesia questionava a sobrevivência do Antigo Regime em seus dois aspectos: as sobrevivências servis e as ainda existentes terras comunais: “As novas ideias serviram de fundamento para a pregação de uma agricultura intensiva, cuja implementação implicava uma revolução técnica. Para os adeptos das teorias econômicas não havia dúvida: o ponto de partida necessário tinha de ser a eliminação do pousio. Era, portanto, necessário eliminar as servidões

⁶³⁴ Marc Bouloiseau. *La République Jacobine*. 10 Août 1792 - 9 Thermidor An II. Paris, Seuil, 1969.

⁶³⁵ Elle Meiksins Wood. *Op. Cit.*

⁶³⁶ José Fernando Aguirre. *El Impacto de la Revolución Francesa*. Barcelona, Salvat, 2005, p. 88.

que pesavam sobre a propriedade. Aos argumentos econômicos vieram se juntar os argumentos jurídicos: se os costumes entravavam as possibilidades de crescimento da produção, eles também feriam a liberdade individual... Essas razões teóricas eram fortemente alimentadas por razões mais práticas: o crescimento demográfico que havia marcado o século XVIII abria a terrível perspectiva de uma crise de subsistências... O impacto das ideias fisiocratas e agronômicas, impulsionado pelo sucesso do sistema inglês das *enclosures*, alimentaram as críticas não apenas aos direitos de uso, mas também às propriedades coletivas. Para as novas correntes de pensamento, tratava-se de dois aspectos do mesmo problema... Para François Quesnay, ‘esses terrenos sendo possuídos pela comunidade, não produzem um quarto do que renderiam se fossem divididos’. Para os fisiocratas, na medida em que a terra era a base da riqueza nacional, era preciso encontrar meios de ampliar o espaço da produção agrícola”.⁶³⁷

A monarquia dos Bourbon costumava responder de modo favorável aos pedidos de ajuda e proteção realizados pela alta burguesia emergente. Existiam já na França uma Bolsa de Valores, grandes bancos, e uma Caixa de Desconto com um capital de cem milhões de francos, que emitia notas promissórias. França detinha, antes da revolução, metade do numerário existente na Europa. Nobres “modernos” e burgueses recentes misturavam capitais em investimentos comuns. O maior problema da indústria francesa era a falta de mão de obra. Desde a morte do rei Luís XIV, o comércio externo tinha mais do que quadruplicado: em 1788, era o equivalente de 1,061 bilhões de libras esterlinas, um valor que só seria atingido novamente depois de 1848. Os grandes portos, como Marselha, Bordeaux, Nantes, floresciam como grandes centros cosmopolitas. O comércio interno seguia uma ascensão paralela.

A ascensão da burguesia era visível, e economicamente sustentada: “A velha elite do Terceiro Estado crescia em riqueza, número e força. Suas iniciativas pareciam protegidas por uma espécie de estado de graça econômico”. Entre o segundo e o último quarto do século XVIII a produção industrial duplicou, o comércio interno e externo triplicou e, dentro dele, o comércio colonial quintuplicou. No segundo quartel do século, a população francesa aumentou entre 30% e 40%: “À inflação dos homens cabe acrescentar a inflação do ‘ouro’ (dos metais preciosos). No século XVIII se produziu (na França) tanto ouro e prata quanto desde a descoberta da América. O rápido aumento dos meios de pagamento precedeu a aceleração dos preços. O aumento dos preços em ouro estendeu-se em um mercado cada dia maior. Sob a dupla ação do aumento dos preços unitários e do aumento das quantidades vendidas, o faturamento dos empreendimentos burgueses se incrementou em proporções equivalentes, aumentando também as margens de lucro”.⁶³⁸

O poder econômico da burguesia francesa (comercial, industrial, financeira) aumentou de modo acelerado durante o século XVIII. Mas ela carecia quase totalmente de poder político, isto é, de influência no Estado. Restava também a ser solucionada a situação das *guildas*, instituições corporativas que ainda reinavam em grande parte do setor da produção industrial. O debate em torno dessa questão, que se iniciou já no *Ancien Régime*, colocou Voltaire e os financistas contra os privilégios das guildas, e grandes camadas da população trabalhadora do outro lado da barricada. A fim de tornar-se mestre-forjador ou tecelão, o indivíduo-candidato precisava fazer uma longa aprendizagem. A obra prima requerida como qualificação final poderia consumir dois anos de trabalho. A produção dominada por esses mestres era inspecionada a fim de garantir a qualidade do produto e das condições de trabalho. Nos campos de atividade que adquiriram importância na sociedade capitalista industrial - trabalhos em metal e tecelagem - já havia incentivos financeiros para a racionalização da produção e eliminação de controles. Iniciando-se o processo com Colbert, antes da Revolução, os Conselhos Reais virtualmente impediram a criação de novas categorias de guildas. Simultaneamente, foram suspensas as limitações ao número de

⁶³⁷ Laurent de Saes. Coletivismo agrário e tendências individualistas na França pré-revolucionária. *Revista de História* nº 161, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2º semestre de 2009.

⁶³⁸ Ernest Labrousse. *Esquisse du Mouvement des Prix et des Revenus en France au XVIIIè Siècle*. Paris, Dalloz, 1933.

trabalhadores que um mestre poderia empregar. Mas a política reformista não satisfazia à burguesia.

O campo também passava por importantes transformações. O imposto rural por excelência era a *taille*, base das finanças públicas do reino, recolhido com base nos sinais de riqueza dos camponeses por coletores escolhidos pelos próprios camponeses proprietários. A servidão nos campos, que ainda se mantinha em quase todos os países da Europa continental, persistia apenas em zonas recônditas da França, e sob uma forma muito mitigada, no Jura e no Bourbonnais. Em 1779, o Rei tinha apagado os últimos traços de servidão nos seus domínios, tendo sido imitado por muitos senhores. A historiografia “revisionista” da Revolução (iniciada por François Furet e Denis Richet) valeu-se desses e outros dados semelhantes para concluir na artificialidade (o caráter desnecessário) da revolução, subjazendo a ideia de que toda revolução “autêntica” (ou “legítima”) só poderia ser filha da pobreza ou da miséria extremas, não do caráter agudo das contradições sociais e do anacronismo dos regimes políticos.

As medidas reformistas, a progressiva liberalização econômica e produtiva, só tornavam mais evidentes a impropriedade e o anacronismo dos privilégios feudais e nobres remanescentes. Nessa França que progredia economicamente, e que era o país mais populoso e poderoso da Europa continental, o regime monárquico e o domínio (privilégios) da nobreza eram, por isso, mais anacrônicos do que em qualquer outro país europeu. No final do século XVIII, além disso, França passava por um período de crise financeira, que foi dando base e forma ao estopim revolucionário. A participação francesa na guerra da independência dos Estados Unidos da América, parte da sua disputa continental com a Inglaterra, sua participação (e derrota) na Guerra dos Sete Anos, os elevados custos da corte de Luís XVI, tinham deixado as finanças do país em péssimo estado. As ordens privilegiadas, a nobreza e o clero, estavam, no entanto, eximidas do pagamento de impostos, o que deixava o orçamento com um balanço negativo ante os elevados custos das sucessivas guerras, os altos encargos públicos e os supérfluos gastos da corte.

As causas econômicas da revolta do Terceiro Estado eram estruturais. As riquezas estavam concentradas; a crise manufatureira estava ligada ao sistema corporativo, que fixava a quantidade e as condições de produção em diversos setores. Outro fator desencadeante da revolução foi a crise agrícola, que ocorreu também graças ao aumento populacional. Entre 1715 e 1789, a população francesa crescera entre oito e nove milhões de habitantes. Como a quantidade de alimentos produzida era insuficiente e as geadas reduziram a produção de alimentos, a começar pelo pão, o fantasma da fome começou a pairar sobre os franceses pobres, a imensa maioria da população. Por outro lado, as guerras em que França esteve envolvida no século XVIII, a guerra da sucessão polonesa (1733-1738), a guerra da sucessão austríaca (1740-1748), e a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), deixaram, em geral, resultados negativos (na última delas, França teve que ceder o Canadá à Inglaterra, a Louisiana à Espanha, e perdeu sua influência na Índia, em proveito dos ingleses), além de comprometerem as finanças do reino.

Mais grave ainda para as finanças do reino foi o envolvimento francês na guerra de independência americana: “A Revolução derivou diretamente da crise financeira derivada, por sua vez, do débito contraído por ocasião da guerra americana. Pode-se dizer, grosso modo, que sem a guerra americana não teria havido crise financeira, nem convocação dos Estados Gerais, nem finalmente a própria Revolução. Como acontecimento histórico, a Revolução teve sua origem em um fato político, mas também em um fato econômico com derivações financeiras: a recessão. Sem a guerra não teria existido o débito ‘americano’, nem um aumento tão grande da despesa pública, em resumo, nenhum fator desencadeante; mas, com a recessão, minguaram os recursos e virou impossível aumentar as receitas ou, melhor, a localização dos recursos e dos remédios [para a crise] tornou-se muito difícil”.⁶³⁹

⁶³⁹ Enest Labrousse. *La crisi dell'economia francese alla fine dell'Antico Regime e all'inizio della Rivoluzione. Come Nascono le Rivoluzioni*. Economia e politica nella Francia del XVIII e XIX secolo. Turim, Bollati Boringhieri, 1989, p. 86.

O montante da *taille* permaneceu invariável desde 1780, apesar de que as despesas estatais haviam sido enormemente aumentadas pelas guerras. Finalmente, a Revolução Francesa, como demonstrou Ernest Labrousse,⁶⁴⁰ esteve vinculada à grande crise que em 1789 vitimou aquele país, desencadeada pelas más colheitas, o que gerou carestia alimentar, fome, desemprego nas manufaturas, queda na renda feudal e extorsão fiscal. Além das contradições objetivas, sociais, políticas e ideológicas, toda revolução precisa de um estopim, que cria uma “situação revolucionária”. Um 80%, aproximadamente, da economia francesa era ainda agrícola. Em 1788, um fator meteorológico, obviamente aleatório, as geadas invernais, se transformou no pávio (curto) de um processo com causas longamente amadurecidas, pois levou as colheitas a um verdadeiro desastre. Com a grande escassez de alimentos no campo, parte da população camponesa foi obrigada a mudar-se para as cidades, onde se transformou em proletária ou desempregada.

Nas fábricas, ainda primitivas, essa classe era explorada ao máximo, e a cada ano tornava-se mais miserável, em contraste com o crescimento visível da riqueza social. Viviam à base de pão preto e em casas de péssimas condições, sem saneamento básico e vulnerável às doenças de todo tipo. Na intelectualidade cidadina, por sua vez, era geral a crítica das bases jurídicas e ideológicas do Antigo Regime à luz do pensamento iluminista (Voltaire, Diderot, Montesquieu, Locke, Kant e, sobretudo, Rousseau), não só pela ação dos intelectuais reconhecidos, mas, sobretudo, pela enorme quantidade de pequenas publicações, caricaturas da família real e panfletos anônimos postos em circulação que atingiam e influenciavam um público bem mais vasto do que aquele mais restrito que tinha acesso à “literatura” convencional.⁶⁴¹

Luís XVI ascendeu ao trono em 1774. Sob seu reinado, entre 1774 e 1776, o Conde de Turgot, um reformador (e também um dos precursores da economia política francesa), como controlador geral das finanças, tentou pôr em prática um plano de reforma e extensão do sistema impositivo, para aumentar as receitas, que fracassou devido à resistência da aristocracia. Igual sorte correu um plano semelhante tentado, pelo banqueiro suíço Jacques Necker, novo controlador nomeado pelo rei, entre 1777 e 1781. A crise de governo, a “crise por cima”, era cada vez maior. E os aumentos gerais e acelerados de preços das décadas de 1770-1780 golpeavam principalmente às classes populares, na cidade e no campo. Em fevereiro de 1787, o novo ministro das finanças, Calonne, submeteu à Assembleia de Notáveis, composta por representantes escolhidos na nobreza, no clero, na alta burguesia e na burocracia estatal, um projeto econômico que incluía o lançamento de um novo imposto sobre a propriedade da nobreza e do clero, para sanar as finanças do reino. A Assembleia não aprovou o novo imposto, pedindo que o rei Luís XVI convocasse os Estados-Gerais: foi a chamada Revolta da Aristocracia ou dos Notáveis (1787-1789), que foi o estopim involuntário da revolução.

Os “notáveis” pediram ajuda à alta burguesia para lutar contra o poder real. Em oito de agosto de 1788, por sugestão do novo ministro dos assuntos econômicos, Loménie de Brienne, o rei concordou com a reivindicação da assembleia, convocando os Estados Gerais, instituição que não era reunida desde 1614, para maio de 1789. Fazendo parte dos trabalhos preparatórios da reunião, começaram a serem redigidos os tradicionais *cahiers de doléances*, cadernos de queixas, onde se registravam as reivindicações das três ordens. O Primeiro Estado, composto pelo alto clero, representava 0,5% da população francesa, se identificava social e politicamente com a nobreza, e era contrário a quaisquer reformas. A nobreza, ou “Segundo Estado”, era composto por uma camada palaciana- cortesã, que sobrevivia à custa do Estado, por uma camada provincial, que se mantinha com as rendas dos feudos, e a “nobreza togada”, composta por alguns juizes e altos funcionários burgueses que haviam adquirido seus títulos e cargos, transmissíveis aos herdeiros: era aproximadamente 1,5% da população. Os dois estados privilegiados não só tinham

⁶⁴⁰ Ernest Labrousse. *Fluctuaciones Económicas e Historia Social*. Madri, Tecnos, 1962.

⁶⁴¹ Robert Darnton. *Boemia Literária e Revolução*. O submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

isenção tributária como ainda usufruíam do Tesouro Real por meio de pensões e cargos públicos vitalícios.

No *Terceiro Estado* conviviam burgueses proprietários em geral, camponeses, com ou sem terra, e os *sans-culottes*, grandes protagonistas da futura revolução, uma camada social heterogênea composta por artesãos, trabalhadores e pequenos proprietários que viviam nos arredores de Paris e de outras cidades importantes, e que tinham esse nome graças às calças simples que usavam. O Parlamento de Paris proclamou que os Estados Gerais se deveriam reunir de acordo com as regras observadas na sua última reunião, em 1614. O “Clube dos Trinta”, em resposta, começou imediatamente a lançar panfletos defendendo o voto individual inorgânico - "um homem, um voto" - e a duplicação dos representantes do Terceiro Estado, esta última foi concedida pelo rei. Várias reuniões de assembleias provinciais, como a de Grenoble, já haviam feito a mudança, sem autorização real. O reconduzido Jacques Necker, ministro das finanças, manifestou sua concordância com a duplicação dos representantes do Terceiro Estado, deixando para as reuniões dos Estados a decisão quanto ao modo de votação – “orgânico” (pelas ordens) ou “inorgânico” (universal por cabeça).

Foram eleitos 291 deputados para a reunião do Primeiro Estado, 270 para a do Segundo Estado, e 578 deputados para o Terceiro Estado (originários, sobretudo, da burguesia e dos pequenos proprietários). Os deputados dos três estados eram unânimes em um ponto: desejavam limitar o poder real, à semelhança da vizinha Inglaterra, sendo a referência principal dos franceses, porém, a Constituição norte-americana de 1776. No dia 5 de maio de 1789, o rei mandou abrir a sessão inaugural dos Estados Gerais e, em seu discurso, advertiu que não se deveria tratar de política, isto é, da limitação do poder real, mas apenas da reorganização financeira do reino e do sistema tributário. O clero e a nobreza tentaram diversas manobras para conter o ímpeto reformista do Terceiro Estado, cujos representantes compareceram à Assembleia apresentando as reclamações do povo (os *cahiers de doléances*).

A maioria dos deputados da nobreza e do clero queria que as eleições fossem por estado (clero, um voto; nobreza, um voto; povo, um voto), pois assim garantiriam a continuidade de seus privilégios. O Terceiro Estado queria, ao contrário, que a votação fosse individual, por deputado, porque contando com os votos do baixo clero e da nobreza liberal, conseguiria reformar o sistema tributário do reino e impor reformas políticas. Ante a crise política, Luís XVI tentou dissolver os Estados Gerais, impedindo a entrada dos deputados das três ordens na sala das sessões. Os representantes do Terceiro Estado rebelaram-se e invadiram a sala do jogo da péla (uma espécie de tênis de quadra), em 15 de junho de 1789, e transformaram-se em Assembleia Nacional, jurando só se separar após a votação de uma Constituição para a França (*Serment du Jeu de Paume*, Juramento da Sala do Jogo da Péla). Em 9 de julho de 1789, juntamente com deputados do baixo clero e da nobreza “esclarecida”, o Terceiro Estado proclamou-se Assembleia Nacional Constituinte.

Essa decisão levou o rei a tomar medidas mais drásticas, entre as quais a demissão do ministro Necker, conhecido por suas posições reformistas. A crise política “por cima” já se havia manifestado largamente, a indisposição dos “de baixo” com a situação do país já existia, só faltava que estes últimos tomassem a iniciativa política para que uma *revolução* acontecesse. E assim foi feito: em resposta ao rei, a população de Paris, em 12 de julho, se mobilizou e tomou as ruas da cidade. Os líderes revolucionários conclamavam todos a pegar em armas. O rei decidiu reagir fechando a Assembleia, mas foi impedido pela sublevação popular de Paris, reproduzida a seguir em outras cidades e no campo. Entretanto, multiplicavam-se os panfletos, evidenciando a mobilização política de todas as classes da sociedade francesa. Nobres, como o conde d'Antraigues, e clérigos como o abade Emmanuel Sieyès, começaram a defender a ideia de que o “Terceiro Estado” era *todo* o Estado. Já tinha escrito Sieyès, em 1779 (em *Qu'est-ce que le Tiers État?*): “O que é o Terceiro Estado? Tudo. O que é que tem sido até agora na ordem política? Nada. O que é que pede? Tornar-se alguma coisa”.

A situação social era tão grave e a insatisfação popular tão grande que nas ruas começou a florescer a ideia de derrubar a monarquia. O Conde de Artois (futuro rei Carlos X, no período da Restauração monárquica) e outros nobres reacionários, diante das ameaças, fugiram do país, transformando-se no grupo dos *émigrés*. A burguesia parisiense, temendo que a população da cidade aproveitasse a queda do antigo sistema de governo para recorrer à ação direta contra a grande propriedade, apressou-se a estabelecer um governo provisório local, a Comuna, que, em 13 de julho, organizou a Guarda Nacional, uma milícia de base social burguesa, para resistir tanto a uma possível reação do rei quanto a uma eventual ação mais violenta da população civil. O comando da Guarda coube ao deputado da Assembleia e herói da independência dos Estados Unidos da América, Marie Joseph Motier, o Marquês de La Fayette. A bandeira dos Bourbon, branca com o símbolo da Flor de Lís, foi substituída pela bandeira tricolor (azul, branca e vermelha), que passou a ser denominada de *bandeira nacional*. Em toda França foram constituídas unidades da milícia e governos provisórios. Não era, como esclareceu o Duque de Liancourt a um incrédulo Luis XVI, uma *revolta*, mas uma *revolução*.⁶⁴²

Os acontecimentos precipitaram-se quando a agitação tomou conta das ruas: em 13 de julho constituíram-se as Milícias de Paris, organizações militares populares. A 14 de julho, populares armados invadiram o Arsenal dos Inválidos, à procura de munições e, em seguida, invadiram a Bastilha, a antiga fortaleza que fora outrora transformada em prisão política. Dentro da prisão, estavam, como vimos, apenas sete condenados: quatro por roubo, dois nobres por comportamento imoral (dentre eles, o célebre Marquês de Sade), e outro por assassinato. A intenção inicial dos rebeldes ao tomar a Bastilha era se apoderar da pólvora lá armazenada. Caía assim o principal símbolo do absolutismo monárquico. A queda da Bastilha causou profunda emoção nas províncias e acelerou a queda dos prefeitos reais. Organizaram-se novas municipalidades e Guardas Nacionais nas províncias. A queda da Bastilha marcou simbolicamente o início do processo revolucionário, pois a prisão era o símbolo da monarquia absoluta.



Representação do assalto à Bastilha

A revolução estendeu-se ao campo, com maior violência ainda: os camponeses endividados ou empobrecidos saquearam as propriedades feudais remanescentes, invadiram e queimaram os castelos e cartórios, para destruir os títulos de propriedade das terras. Temendo o radicalismo camponês, na noite de 4 de agosto, a Assembleia Nacional Constituinte aprovou a abolição dos direitos feudais, gradualmente e mediante amortização, além de aprovar o confisco das terras da Igreja: a igualdade jurídica seria doravante a regra, sendo também suprimido o dízimo eclesiástico. Outras leis aprovadas proibiram a venda de cargos públicos e a isenção tributária das camadas privilegiadas.

⁶⁴² “Mais alors, c’est une revolte!... Non, sire, c’est une révolution”, foi o suposto “diálogo” entre Luis XVI e o membro de sua corte versalhesa.

A medida mais importante, porém, foi a elaboração de uma Constituição. Na sua introdução, denominada “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” (*Déclaration des Droits de l’Homme et du Citoyen*) os deputados formularam os ideais da revolução, sintetizados em três princípios: “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” (*Liberté, Egalité, Fraternité*). Inspirada na “Declaração de Independência” dos EUA e divulgada em 26 de agosto, a Declaração (à qual não foi estranha a ação do embaixador dos EUA em Paris, o futuro presidente norte-americano Thomas Jefferson) foi uma síntese do pensamento iluminista liberal, defendia o direito de todos à liberdade, à propriedade, à igualdade - igualdade só jurídica, *citoyennité*, não social nem econômica - e o direito de resistência à opressão. O nascimento, a tradição e o sangue já não poderiam distinguir socialmente os homens. Na prática, tais critérios eram substituídos pelo dinheiro e pela propriedade. Todos os homens foram declarados *iguais por nascimento perante a Lei*; a França, centro da Europa moderna, foi virada de pernas para o ar, o mundo inteiro tremeu diante das “notícias francesas”.

O período da Assembleia Constituinte correu entre o nove de julho de 1789 e 30 de setembro de 1791. Acatando a proposta de dois aristocratas, o Visconde de Noailles e do Duque de Aiguillon, a Assembleia suprimiu todos os privilégios das comunidades e das pessoas, as imunidades provinciais e municipais, as banalidades e os direitos feudais sobreviventes. Em 14 de junho de 1791, se aprovou também, e não contraditoriamente com as medidas precedentes, a Lei Le Chapelier, proposta pelo deputado do mesmo nome, que proibia os sindicatos de trabalhadores e as greves, com penas que podiam ir até a morte (a lei Le Chapelier se manteve vigente até 1864). Antes, em 19 de abril de 1791, o Estado nacionalizou e passou a administrar todos os bens da Igreja Católica, sendo aprovada em julho a Constituição Civil do Clero, por intermédio da qual os padres católicos passavam a serem funcionários públicos. Pressionado pela opinião pública, Luís XVI deixou Versalhes, estabelecendo-se no Palácio das Tulherias, em Paris (em outubro de 1789), onde ficou sob a pressão direta das massas parisienses.

Abolindo os interesses feudais nas propriedades imobiliárias, a burguesia garantia seus empréstimos à velha nobreza e à coroa e lançou as bases de seu poder futuro. Jean-Baptiste Say concluiu em que a intervenção dos financistas nos Estados Gerais, a fim de forçar a criação da Assembleia Nacional, fora motivada exclusivamente por tais considerações: “Impulso decisivo foi dado ao movimento revolucionário no momento em que o poder endinheirado, *normalmente tão conservador*, levantou-se contra a velha ordem; o medo da falência agitou financistas, banqueiros, homens de negócios, e transformou-os em paladinos da causa do Terceiro Estado. Como disse Mirabeau, “o déficit (público) é o tesouro da nação””. A Revolução salvara à burguesia financeira da falência, mas também deflagrara forças históricas e políticas que não poderiam ser contidas dentro dos limites que aquela lhe queria impor.

Fervilhavam os *clubs*, de inspiração tão inglesa quanto a palavra que os designava, que foram os precursores diretos dos partidos políticos contemporâneos: a imprensa tinha também um papel cada vez maior nos acontecimentos. Jean-Paul Marat, em *L’Ami du Peuple*, e Jacques Hébert, em *L’Enragé*, escreviam artigos que incendiavam a imaginação e a coragem popular. Crescia também a “Sociedade dos Amigos da Constituição de 1789”, criada inicialmente em Versalhes pelos deputados bretões, que adotou depois o nome de *jacobinos* (cunhado pelos seus adversários, e depois admitido por eles) por causa do convento em Paris, na rua Saint Honoré, em que passou a se reunir. A sociedade era inicialmente heterogênea, compreendendo políticos monárquicos, como Antoine Barnave, o Marquês de La Fayette, Octave Mirabeau, Emmanuel Sieyès, Talleyrand; republicanos moderados, como Brissot, e democratas radicais (“roussonianos”) como os irmãos Robespierre. No decorrer da revolução, a Sociedade sofreria sucessivas cisões políticas. A nobreza conservadora e o alto clero abandonaram precipitadamente a França, refugiando-se nos países absolutistas vizinhos, de onde conspiravam contra a revolução.

Numa reação contra os privilégios do clero e buscando recursos para sanar o déficit público, o governo, depois de desapropriar os bens da Igreja, colocou-os à venda e, com o produto, emitiu bônus do tesouro, os *assignats*, que valiam como papel moeda. Esse valor monetário ficou logo

depreciado (isto é, desconsiderado pelo valor de face). As propriedades da Igreja, por sua vez, passaram majoritariamente às mãos da burguesia, mediante sua compra com esses papéis desvalorizados, restando para os camponeses as propriedades menores, que podiam ser adquiridas mediante facilidades, isto é, prestações submetidas a altas taxas de juros. Para a burguesia, esse era o limite da revolução. O abade Emmanuel Sieyès escreveu: “Todos podem desfrutar as vantagens da sociedade, mas somente aqueles que contribuem para o bem público são membros importantes da grande empresa social. Apenas eles são *cidadãos ativos*, os membros autênticos da associação”. O direito de voto ficava restrito a eles. Ou, como disse um deputado constituinte: “Não há cidadãos autênticos, exceção feita dos proprietários”.

Com a Constituição Civil do Clero ficavam separados a Igreja e o Estado; os padres deveriam prestar e jurar obediência ao Estado Civil. Determinava-se também que os bispos e padres de paróquia seriam eleitos por todos os eleitores. O Papa, claro, opôs-se a isso, pois os padres deveriam jurar fidelidade à nova Constituição. Os que o fizeram ficaram conhecidos como “juramentados”; os que se recusaram passaram a ser chamados de “refratários”, e engrossaram o campo da contrarrevolução. No palácio real, conspirava-se abertamente. O rei, a rainha, seus conselheiros, os embaixadores da Áustria e da Prússia eram os principais nomes da conspiração, oficiais ligados à nobreza conspiravam pelo malogro do exército francês. Denunciou-se então a traição da nobreza fardada na Assembleia Nacional. Em 13 de novembro de 1790, em discurso na Assembleia, o jacobino Saint-Just anunciava o destino de Luís XVI, fazendo o processo de toda monarquia: “Não deveríamos julgá-lo, mas combatê-lo. Não se pode reinar de modo inocente: a loucura disso é evidente. Todo rei é um rebelde e um usurpador. Que relação de justiça poderia existir entre a humanidade e os reis?”.

Em junho de 1791 a família real tentou fugir para a Áustria. O rei foi descoberto na fronteira, em Varennes, e obrigado a voltar. A Assembleia Nacional, contudo, acabou por absolver Luís XVI, mantendo a monarquia. Para justificar a decisão, alegou que o rei fora sequestrado. A Guarda Nacional, comandada por La Fayette, reprimiu violentamente a multidão que queria a deposição do rei. Finalmente, em setembro de 1791, foi promulgada a Constituição da França, implantando uma monarquia constitucional; o rei perdeu seus poderes absolutos e criou-se uma efetiva separação entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Além disso, foram concedidos direitos civis aos cidadãos. O primeiro documento oficial referente à guerra (o decreto de 22 de maio de 1790 da Constituinte) estabelecia (em seu artigo 4º) que “a Nação Francesa renuncia a empreender qualquer guerra com o objetivo de fazer conquistas e jamais empregará suas forças contra a liberdade de algum povo”. O decreto foi incorporado à Constituição de 1791.

A população foi dividida em cidadãos ativos e passivos, segundo pagassem ou não impostos. Somente os primeiros, que pagavam impostos e possuíam dinheiro ou propriedades, participavam da vida política: era a instituição do *voto censitário*. Os cidadãos passivos não eram votantes: a categoria incluía mulheres, trabalhadores pobres ou desempregados. E, apesar da Constituição ter limitado os poderes do rei, este tinha ainda o direito de designar seus ministros. Além de abolir o feudalismo, o novo corpo jurídico nacionalizava todos os bens eclesiásticos e reconhecia a igualdade civil e jurídica entre os cidadãos.

Em síntese, a Constituição de 1791 estabeleceu as linhas gerais para o surgimento de uma sociedade burguesa e capitalista em lugar da sociedade feudal e aristocrática. Após o término das deliberações da Assembleia Constituinte, a burguesia passou a adotar uma posição conservadora, afirmando que as mudanças necessárias já haviam sido realizadas. A maior parte das terras confiscadas à Igreja foi leiloada e adquirida pelo único grupo que dispunha de fundos para comprá-las, a burguesia. Às vésperas da Revolução, a nobreza possuía aproximadamente 25% das terras aráveis da França. Na medida em que eram executadas as hipotecas dos nobres, eles eram exilados ou tinham suas terras desapropriadas; a maior parte delas passou às mãos da burguesia, que já detinha, antes, 30% do total. Essas propriedades foram ainda aumentadas com o leilão das terras da Igreja e da Coroa. Por outro lado, em algumas áreas, os camponeses apossaram-se de terras a que seus proprietários haviam renunciado.



Georges Jacques Danton, tribuno-mor da Revolução

A situação do povo mais pobre, porém, pouco tinha mudado. A maioria dos camponeses continuava sem terra e nas cidades a situação de pobreza e fome tornava-se cada vez mais desesperadora. O decreto de 4 de agosto sancionara o levantamento gradual das restrições à liberdade contratual de camponeses e proprietários de terra. O proprietário tratava agora o camponês sem levar em conta consideração alguma, salvo seu direito de fazer com a terra o que bem entendesse: cumpria-se o ideal do direito natural. Para muitos camponeses, a situação piorara. Os setores urbanos pobres, os *sans culottes*, por sua vez, queriam continuar e aprofundar o processo revolucionário, pois a porta da revolução continuava amplamente escancarada, enquanto os nobres no exterior planejavam organizar uma revanche armada. Vozes como a de Jean-Paul Marat foram cada vez mais ouvidas: "O que foi que ganhamos com a destruição da aristocracia dos nobres e a sua substituição pela aristocracia dos ricos?". A revolução se estendeu até o sistema educacional. A Revolução Francesa chegou a fechar temporariamente as universidades, consideradas um antro da reação. Estabeleceu o princípio da educação laica, mas sem firmá-lo de modo definitivo.

Os emigrados contrarrevolucionários tinham o apoio militante (e, depois, militar) de Áustria e de Prússia, que viam, com certo instinto de classe, o movimento revolucionário francês como o início de uma revolução continental contra as monarquias e a nobreza. A frustrada tentativa de fuga em Varennes solapou qualquer possibilidade de acordo entre a Revolução e uma solução monárquico-constitucional à inglesa, uma vez que, ao manifestar a intenção de abandonar o país, o rei tornava-se incompatível com a "Nação". Foi o pretexto que faltava para que a Europa monárquica (o imperador Leopoldo II, da Áustria, e o rei Frederico-Guillherme, II da Prússia), respondesse anunciando a coalizão das tropas monárquicas com vistas a restabelecer o direito e a ordem na França e na Europa: esses países lançaram a Declaração de Pillnitz, que declarava a restauração da monarquia absoluta francesa como de interesse comum a todos os Estados europeus. A população francesa ficou enfurecida. A aristocracia destituída se recusava a aceitar qualquer compromisso. A pequena e média burguesia se sentia lesada e enganada. Os camponeses permaneciam desesperados, porque tinham de pagar valores de extorsão pela extinção dos direitos feudais, e retomaram a violência contra os senhores.

Com a monarquia constitucional em exercício, nas eleições gerais de 1791, as cadeiras da Assembleia Legislativa foram ocupadas predominantemente por elementos da alta burguesia. A Assembleia, que iniciou suas sessões em 1º de outubro, era formada por 750 membros, a maioria sem experiência política. Embora a burguesia tivesse de enfrentar, dentro dela, a oposição da aristocracia, cujos deputados ocupavam o lado direito de quem entrava no recinto de reuniões, e também dos democratas, que ocupavam o lado esquerdo, as maiores dificuldades estavam fora da Assembleia, nas ruas ocupadas pela população pobre, e nos camponeses mobilizados e revoltados. O período da Assembleia Legislativa começou a oito de outubro de 1791, data de sua primeira reunião, e se estendeu até os massacres de 2 a 7 de setembro do ano seguinte.

Apesar de todas as dificuldades, a alta burguesia se mantinha ainda no poder. Os emigrados buscavam apoio externo para restaurar a monarquia absolutista. As potências monárquicas vizinhas da França apoiavam esses movimentos, pois temiam a irradiação das ideias revolucionárias francesas para seus países, e alegavam a necessidade de se restaurar a dignidade real da França. Os acontecimentos se precipitaram. Em abril de 1792 houve a declaração de guerra à Áustria e à Prússia; os exércitos inimigos, no seu avanço, chegaram a ameaçar a cidade de Paris; a ala radical (jacobina) da revolução proclamou a “pátria em perigo” (*la patrie en danger*) e distribuiu armas à população parisiense. A Comuna de Paris assumiu o poder na capital e exigiu da Assembleia o afastamento do rei. Em 10 de agosto de 1792 os parisienses atacaram o palácio real, detiveram o soberano e exigiram que o Legislativo o suspendesse de suas funções. Esvaziada de seu poder, pela crise interna e pela ameaça externa, a Assembleia Nacional convocou a eleição de uma Convenção Nacional que, uma vez eleita, governou entre 20 de setembro de 1792 e 26 de outubro de 1795.

O povo, dividido entre o pânico e o rancor, responsabilizou os inimigos internos pela situação. Entre 2 e 6 de setembro de 1792, foram massacrados os padres refratários, os suspeitos de atividades contrarrevolucionárias e os presos de delito comum das prisões de Paris. A matança durou vários dias sem que as autoridades ousassem intervir: foram os “massacres de setembro”. E, em 20 de setembro, aconteceu o que parecia impossível: as tropas revolucionárias, famintas, mal vestidas, mas alimentadas e encorajadas por seus ideais republicanos, derrotaram a primeira coligação antifrancesa em Valmy. Graças à vitória, nascia o exército nacional de conscritos ou recrutas, baseado na *levée en masse*, o “povo em armas”. Com a República Francesa, todos os cidadãos podiam ser soldados, chegando a força armada a recrutar um milhão e 169 mil homens. Uma nova força militar aparecia na história mundial. Johann Wolfgang Goethe, testemunha da batalha, declarou: “Neste lugar, a partir de hoje, se inicia uma nova era da história do mundo, e vocês podem dizer que presenciaram esse nascimento”.

A revolução entrou, com a eleição da Convenção e a vitória de Valmy, numa fase radical. Suas primeiras medidas foram a proclamação da República e a promulgação de uma nova Constituição (a 21 de setembro de 1792). Ao ser eleita a Convenção sem a divisão dos eleitores em passivos e ativos, a alta burguesia monarquista foi eleitoralmente derrotada. Entre os revolucionários de 1789, porém, houve divisão. A grande burguesia não queria aprofundar a revolução, temendo o radicalismo popular. Aliada aos setores da nobreza liberal e do baixo clero se organizou no “Clube dos Girondinos”, nome devido ao fato de Brissot, principal líder dessa facção, representar o departamento da Gironda, e de seus principais líderes serem também daí provenientes. Eles ocupavam os bancos inferiores no salão de sessões.

Os jacobinos - assim chamados porque se reuniam no convento de Saint Jacques - queriam aprofundar a revolução, aumentando os direitos do povo e as limitações à grande propriedade, chegando até a sua expropriação, se necessário; eram liderados pela pequena burguesia rural e urbana e apoiados pelos *sans-culottes*, as massas populares de Paris. Ocupavam os assentos superiores no salão das sessões, recebendo o nome de “Montanha”. A ala esquerda da antiga “Sociedade dos Amigos da Constituição de 1789” tinha imposto sua hegemonia e excluído os monarquistas e moderados de suas fileiras, rebatizando o clube como “Sociedade dos Amigos da Liberdade e da Igualdade”. Seus principais líderes foram Danton, Marat e Maximilien Robespierre, jovem advogado de províncias, representante do distrito de Arras na Assembleia Nacional.

A facção mais radical dos jacobinos era representada pelos “raivosos”, os *enragés*, liderados por Jacques Hébert, que queriam o povo diretamente no exercício do poder. Havia um grupo de deputados sem opiniões firmes, que votavam na proposta que tinha mais chances de vencer. Eram chamados de Planície ou Pântano. Havia ainda os *cordeliers* (radicais, com Jean-Paul Marat) e os *feuillants* (representantes da burguesia financeira), cindidos dos jacobinos. A burguesia e a aristocracia queriam a guerra contra as potências absolutistas por motivos diferentes. Para a primeira, a guerra seria breve e vitoriosa; para o rei e a aristocracia ela era a esperança de retorno ao velho regime. Nas palavras de Luís XVI: “Em lugar de uma guerra civil, esta será uma guerra

política", e nas da rainha Maria Antonieta: "Os imbecis [a burguesia]! Não veem que nos servem!". A história provaria, e de maneira dolorosa para a rainha, de que lado estava a imbecilidade.

A dois de dezembro de 1792, o líder da Convenção, Maximilien Robespierre, na tribuna, fez o processo da monarquia: "Não existe processo a ser feito. O processo do tirano é a insurreição; seu julgamento, a queda de seu poder; sua pena, aquela exigida pela liberdade do povo". As modernas designações políticas de "direita", "centro" e "esquerda" surgiram nesse momento: com relação à mesa da presidência identificavam-se à direita os girondinos, que desejavam consolidar as conquistas burguesas, estancar a revolução e evitar a radicalização; ao centro, a Planície ou Pântano, baseada no oportunismo circunstancial; e à esquerda, a Montanha. Dirigida inicialmente pelos girondinos, a Convenção realizava uma política contraditória: era revolucionária na política externa - ao combater militarmente os países absolutistas - mas conservadora na política interna - ao procurar se acomodar com a nobreza, tentar salvar a vida do rei e combater os revolucionários mais radicais. Nesse momento, foram descobertos documentos secretos de Luís XVI, no Palácio das Tulherias, que provaram o seu comprometimento com o rei da Áustria.

O fato acelerou as pressões para que o rei fosse julgado como traidor. Na Convenção, a Gironda dividiu-se a respeito: alguns propunham o perdão, outros a pena de morte para o rei. No departamento de Vendeia, no oeste da França, camponeses instigados pela Igreja, pela nobreza e também pelos ingleses, tomaram o poder. Os girondinos tentaram frear a proposta de mobilização geral do povo francês, temendo a perda do poder e a radicalização da revolução, que ameaçaria inclusive as propriedades da alta burguesia. A dois de junho de 1793, a população de Paris, agitada pelos partidários de Hébert, cercou o prédio da Convenção, pedindo a prisão dos deputados girondinos. Os membros da Gironda foram expulsos da Convenção deixando uma herança de inflação, carestia e avanço da contrarrevolução, tudo isso agravado pela guerra no plano externo. Marat, Hébert, Danton, Saint-Just e Robespierre, os jacobinos, assumiram o poder, dando início ao período da Convenção Montanhesa.



Maximilien Robespierre, o "Incorruptível", inventor da política revolucionária moderna

A contrarrevolução da Vendeia e a ameaça externa colocavam a revolução à beira do abismo. Para combater essa situação, os jacobinos organizaram os *comitês populares*, as "seções" de Paris e de outras cidades, cujos objetivos eram controlar o governo, combater os contrarrevolucionários e mobilizar a França para uma guerra total em defesa da revolução. Os jacobinos, além disso, reforçados pelas manifestações populares, exigiam a execução do rei. Com o fim da supremacia girondina na Revolução, e com o apoio dos *sans-culottes* e da Comuna de Paris, os "montanheses" assumiram o poder no momento crítico da Revolução. Com a Convenção dominada pelos jacobinos, criaram-se o Comitê de Salvação Pública e o Comitê de Segurança Geral, com poucos membros e tomando decisões de urgência cotidianamente. Foi fixado o máximo de preços (que não debelou, no entanto, o mercado negro) e também o máximo de

salários, este rigorosamente cumprido. Foi proclamada, enfim, uma nova Constituição, a Constituição do ano II (1793) proclamando o sufrágio universal masculino e relativizando o direito de propriedade (chamado de inviolável na prévia “Declaração Universal dos Direitos do Homem”) em situações de emergência nacional. O texto proclamou o “direito sagrado à insurreição” contra qualquer tipo de tirania. O *whig* (liberal) inglês Edmund Burke, testemunha dos acontecimentos, disse a respeito, com aguçada consciência burguesa, que “os pretensos *direitos do homem*, que provocaram este desastre, não podem ser direitos do povo; porque ser povo, e ter direitos, são duas coisas incompatíveis; uma supõe a existência, e a outra a ausência, de um estado de sociedade civil” (grifado no original).⁶⁴³ A revolução democrática burguesa, para ser de fato uma *revolução*, marchava além dos limites da propriedade burguesa e da própria democracia representativa, virava *revolução permanente*. A Convenção jacobina fazia “andar o mundo de ponta cabeça”.

Diante da aproximação dos exércitos coligados estrangeiros, formaram-se por toda a França batalhões de voluntários. Luís XVI e Maria Antonieta foram finalmente presos, acusados de traição ao país por colaborarem com os invasores. Verdun, última defesa de Paris, foi sitiada pelos prussianos. O povo, chamado a defender a revolução, saiu às ruas e massacrou os partidários do Antigo Regime. Sob o comando de Danton, Robespierre e Marat, foram distribuídas armas ao povo e foi organizada a comuna insurrecional de Paris. As palavras de Danton ressoaram nos corações dos revolucionários e do povo: “Para vencer os inimigos, necessitamos de audácia, cada vez mais audácia, então a França estará salva”. *De l’audace, de l’audace, et encore de l’audace*. Robespierre foi o cérebro da Revolução, Marat seu agitador e jornalista principal, Danton seu tribuno popular.



Louis-Antoine de Saint-Just, o espírito da Revolução

Para financiar o Estado e, sobretudo, o novo Exército Nacional, baseado pela primeira vez no recrutamento universal de todos os homens validos, os *assignats*, títulos da dívida pública sem poder liberatório de moeda legal, foram declarados o único meio legal de pagamento, moeda de curso forçoso. Apesar de ser crime passível da pena de morte recusar *assignats* ou negociá-los abaixo do seu valor ao par, foram realizadas sucessivas e desproporcionadas emissões. Para impor sua aceitação e outras medidas de emergência, foi posta a funcionar a máquina de cortar “humana e rapidamente” cabeças (provocando apenas “uma agradável sensação de frescor no pescoço”, na frase atribuída ao seu idealizador) proposta pelo Dr. Guillotin, que marcou o período de *terror revolucionário*. Os nobres continuaram a fugir do país, e continuaram as revoltas monárquicas na Bretanha, Vendeia e Delfinado. Em 21 de janeiro de 1793, Luís XVI foi executado na guilhotina na Praça da Revolução.

As monarquias da Áustria, Prússia, Holanda, Espanha, Sardenha e Inglaterra, reagiram indignadas ao magnicídio e, temendo que o exemplo francês se refletisse em seus territórios, formaram uma

⁶⁴³ Edmund Burke. *Réflexions sur la révolution en France*. In: Frédéric Worms. *Droits de l’Homme et Philosophie*. Paris, CNRS, 2009, p. 115.

nova coligação (1793) contra a França. Inglaterra financiava os grandes exércitos continentais para conter a ascensão revolucionária na França e na Europa. A cabeça decepada do monarca mais poderoso da Europa, exposta à multidão pobre e revolucionária, em cena pintada por testemunhas e não testemunhas do fato, percorreu o mundo como símbolo da nova era revolucionária que se iniciava. A Convenção reconheceu a existência do “Ser Supremo”, um substituto “racional” de Deus, e da imortalidade da alma. A virtude seria o elemento essencial da República. Os símbolos da revolução, incluídos o novo calendário e o hino do exército, *La Marseillaise*, que em sua letra enfatizava sua origem revolucionária (*aux armes, citoyens; formez vos bataillons*), declarado hino nacional da “França una e indivisível”, se espalharam como pólvora pela Europa e pelo mundo.

As transformações revolucionárias se espalharam por todo o tecido social e institucional. A Revolução Francesa impulsionou o ensino público e/ou universal, valorizando o papel da ciência na luta contra o Antigo Regime. Um membro da Convenção afirmou: “Não esqueçamos que muito antes que nós, as ciências e a filosofia lutaram contra os tiranos. Seus constantes esforços fizeram a revolução. Como homens livres e agradecidos, devemos estabelecê-las entre nós e conservá-las sempre. Pois as ciências e a filosofia manterão a liberdade que conquistamos”. A *intellectualité*, científica ou literária, ganhou um novo estatuto social, ao qual não renunciaria no futuro. Para varrer “séculos de superstição” foi refeito o calendário francês no sistema decimal, com dez dias por semana, três semanas por mês, doze meses por ano, todos rebatizados e reorientados para o Ano I, retroativo ao equinócio outonal de 22 de setembro de 1792. O astrônomo Joseph Lalande foi convocado para resolver a disputa sobre o dia em que o século XVIII iria terminar, sem muito sucesso, pois a maioria dos franceses continuou respeitando o sábado e, sobretudo, o descanso dominical habitual.

A Revolução criou também uma nova ordem militar, de base social diversa das precedentes: “Nessa vertente política da guerra, os revolucionários estavam conscientes de que criavam uma nova ordem militar... Ao deixar que seus exércitos fossem supridos por requisições, e não por depósitos, os republicanos produziram uma revolução na logística; ao lançar em combate sua tropa mal treinada em colunas apressadas ou em linhas tênues de *tirailleurs*, que combatiam, atiravam e se abrigavam individualmente, eles fugiram do sistema de batalhões sólidos de Frederico [da Prússia] e deram ímpeto a uma revolução na tática”.⁶⁴⁴ Participação (voluntária ou não) da totalidade da população na guerra nacional, operações de guerrilha combinadas com operações regulares: uma nova guerra nascia. O ministério da guerra distribuía *Le Père Duchesne*, o jornal radical de Jacques Hébert, para as tropas revolucionárias.

Em virtude da guerra em andamento, o mesmo princípio da *levée en masse* foi aplicado ao âmbito econômico e produtivo: trabalho, técnica e ciência foram chamados ao serviço do Estado. O governo revolucionário requisitou trabalhadores metalúrgicos e pessoas com experiência neste ramo para a produção de armamentos (dispensava-os do serviço militar), bem como autorizava os agentes do exército revolucionário a confiscar os sinos, crucifixos e outros objetos metálicos das igrejas e/ou daqueles que fossem enquadrados na lei dos suspeitos, para a confecção de armas e projéteis. Os trabalhadores nos ateliês públicos passam de 633, em novembro de 1793, para 2000 no fim do ano, e, no verão de 1794, já atingiam a marca de cinco mil. Um decreto de 12 de novembro de 1793 estipulava uma jornada de trabalho de 14 horas por dia nas oficinas de defesa nacional (centralizadas em Paris devido às revoltas nas províncias), concedendo apenas um descanso diário.

Além de receber menos que os trabalhadores do setor privado, os trabalhadores alistados eram submetidos a um rigoroso controle de presença e produtividade, sob pena de serem denunciados na lei dos suspeitos (que nestes casos previa sentenças de até dois anos de prisão): desertar do trabalho nas oficinas de defesa implicava o mesmo que desertar no front de batalha. Em

⁶⁴⁴ R. R. Palmer. Da guerra dinástica à guerra nacional. In: Peter Paret. *Construtores da Estratégia Moderna*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2001, p.163.

dezembro de 1793, porém, a Convenção jacobina aboliu os exércitos revolucionários e criou um controle mais centralizado sobre as regiões do país. Devido ao predomínio da atuação popular, o período entre 1793 e 1794 caracterizou-se como o mais radical de toda a Revolução. O governo jacobino dirigia o país por meio do Comitê de Salvação Pública (*Comité de Salut Public*), responsável pela administração interna e pela defesa externa do país, de início comandado por Danton, seu criador. Abaixo dele, vinha o Comitê de Segurança Geral, que cuidava da segurança interna, e a seguir o Tribunal Revolucionário, que julgava os opositores da revolução em procedimentos sumários. Decretada a mobilização geral da população, criou-se uma economia de guerra, com o racionamento das mercadorias e o combate aos especuladores, que, aproveitando-se da situação de escassez, escondiam os produtos de primeira necessidade para aumentar os preços. Quando, em julho de 1793, Jean-Paul Marat foi assassinado pela jovem girondina Charlotte Corday, em vingança pela decapitação de sua família, os ânimos populares se exaltaram mais ainda. Representantes em missão e voluntários dos exércitos revolucionários procederam a requisições e confiscos de gado, cavalos e colheitas. O Comitê de Salvação Pública, através de sua comissão de subsistência, estabeleceu uma espécie de “corveia revolucionária”: para abrir ou reparar caminhos, consertar pontes, abrir florestas e drenar pântanos, os representantes governamentais em missão estavam autorizados a requisitar o trabalho, sem remuneração, de todos os cidadãos.



Jean-Paul Marat, o “Amigo do Povo”

Considerado moderado e corrupto, Danton foi substituído por Robespierre e expulso do “partido” jacobino. O Comitê de Salvação Pública, liderado por Robespierre, assumiu plenos poderes. Tinha início assim o Grande Terror, Terror Jacobino ou, simplesmente, Terror. Milhares de pessoas, como Antoine Lavoisier (criador da química moderna), aristocratas, clérigos, girondinos, especuladores, inimigos reais ou presumidos da revolução, foram detidas, julgadas sumariamente e guilhotinadas. Saint-Just teorizou: “Uma revolução nunca é feita pela metade. Ela é total ou irá abortar. Todas as revoluções que a história conservou na memória, assim como as que foram esboçadas em nossa época, falharam porque as pessoas queriam acomodar leis novas aos velhos costumes e dirigir instituições novas com os velhos homens”. Com os métodos mais expeditivos e violentos, o jacobinismo atingiu o ponto mais radical das revoluções democráticas, originando, para diversos autores, o totalitarismo contemporâneo, ou, ao contrário, constituindo o “farol de todas as épocas revolucionárias” (Marx). Com a revolução a perigo, *os direitos individuais foram suspensos* e, diariamente, realizavam-se, às vezes sob os entusiasmados aplausos populares, execuções públicas. Junto ao político liberal inglês Edmund Burke, testemunha direta dos acontecimentos, toda uma linhagem de teóricos políticos viu nesses episódios o nascimento do *totalitarismo*. Robespierre, sancionando as execuções sumárias, anunciou que a França “não necessitava de mais juízes, mas de mais guilhotinas”. O resultado do Terror Revolucionário foi a condenação à morte de aproximadamente 10 mil pessoas. A insurreição camponesa da Vendéia

foi esmagada. O exército francês começou a ganhar terreno nos campos de batalha em 1794, e a coalizão antifrancesa foi derrotada.

A revolução estava salva, mas o preço da salvação tinha sido muito alto. Cansada do Terror revolucionário, das execuções, do congelamento (tabelamento) de preços e dos “excessos revolucionários”, a burguesia queria paz para seus negócios, mais promissores agora, depois da eliminação total do Antigo Regime. Essa posição era defendida pela ala de Danton. Os *sans-culottes* - a plebe urbana - pretendiam radicalizar mais a revolução, posição defendida pelos “raivosos” de Hébert. Nos últimos três meses de 1793, de 395 acusados processados pela Convenção, 177 foram executados, 24 condenados à deportação, e 194 inocentados. Robespierre, declarando novamente a “pátria em perigo”, tomou uma série de medidas para evitar a radicalização política ou a decomposição do novo regime - os revolucionários e políticos mais radicais, como a ala esquerda de Hébert, e da ala direita, que tinha como seus líderes Danton e Camille Desmoulins, foram sumariamente executados na guilhotina sob a acusação de corrupção ou de provocação a serviço da reação.

O processo judicial e execução de Danton e seus camaradas, entre 2 e 5 de abril de 1794 (ou 13 Germinal do Ano II, pelo calendário revolucionário), foi uma perfeita pantomima. Acusados de corrupção no escândalo público da Companhia das Índias, eles não puderam apresentar suas numerosas testemunhas de defesa, enquanto era admitida a única testemunha da procuradoria. Ainda assim, o jurado vacilava em condenar Danton, Desmoulins, e outros prestigiosos líderes da Revolução, que usaram todo seu poder de oratória para defender-se, ainda sem que sua fala fosse autorizada pelo juiz. A condenação aconteceu, finalmente, sob a ameaça da Convenção de declarar os membros do jurado “traidores à Pátria”, o que equivaleria, nas condições reinantes, a uma condenação à morte. A sentença de morte foi promulgada pelo jurado e imediatamente executada (dia 5 de abril às 16 horas): a caminho do cadafalso, Danton pediu ao carrasco que sua “bela cabeça” fosse exibida à multidão. Camille Desmoulins, segundos antes de sua execução, declarou: “Eis como termina sua vida o primeiro apóstolo da liberdade”. A execução de Danton comprometeu moralmente o Terror revolucionário.

A facção de centro do jacobinismo, liderada por Robespierre e Saint-Just, triunfou nesse momento crucial, apelando para os métodos mais extremos, porém ficou política e socialmente isolada. Os delegados jacobinos, despachados como representantes da ditadura revolucionária pelos quatro cantos da França, começaram a experimentar as delícias e a volúpia do poder, incluída a corrupção financeira e os prazeres exclusivos da nobreza. Sem uma disciplina política baseada numa organização de classe, o poder jacobino começou a ruir nas suas próprias entranhas, no sentido figurado e também no literal. 140 anos depois, Christian Rakovsky, em um texto pioneiro sobre os “perigos profissionais do poder” nas revoluções, utilizou o exemplo da degeneração política e social do poder jacobino para explicar a degeneração da revolução soviética. Muitos girondinos que sobreviveram ao Terror, aliados aos deputados da Planície, antes (em sua maioria) aliados dos jacobinos, articularam então um golpe de Estado. Em 27 de julho (9 Termidor, de acordo com o novo calendário revolucionário francês) a Convenção, numa rápida manobra parlamentar, derrubou Robespierre e seus partidários. O centro da revolução virou o centro da contrarrevolução, em apenas 24 horas; a velocidade dos acontecimentos não perdoava nenhum de seus protagonistas.

Robespierre apelou para que as massas populares saíssem em sua defesa. Mas os que podiam mobilizá-las - como os “raivosos” (*enragés*) de Hébert - estavam mortos, e os *sans-culottes* não atenderam ao chamado. Robespierre e os dirigentes jacobinos foram guilhotinados sumariamente, na madrugada seguinte à sua destituição do governo. A Comuna de Paris e o partido jacobino deixaram de existir. O golpe de Termidor marcou a queda da pequena burguesia jacobina e a volta da grande burguesia girondina ao poder. O movimento popular entrou rapidamente em franca decadência. A *Conspiração dos Iguais*, encabeçada por Gracchus Babeuf, em 1796, que retomou e radicalizou o programa jacobino (chegando até reivindicar a propriedade

social da riqueza), foi uma conspiração de minorias audaciosas, relativamente marginal ao movimento popular.

Depois de pouco mais de dois anos de governo, e cumprida a tarefa de debelar a reação interna, ao preço de dezenas de milhares de execuções (incluindo as de numerosos revolucionários), de derrotar a reação internacional, e de massacrar também toda tentativa de ação operária ou popular independente (as “seções parisienses”, nas quais Daniel Guérin viu o embrião de uma ditadura do proletariado),⁶⁴⁵ o poder jacobino ficou suspenso no ar, com inimigos em todas as classes sociais e setores políticos.

Em 1796, a “Conspiração dos Iguais” propôs um programa de propriedade comunal, para aprofundar a revolução, uma espécie de socialismo agrário. Foi menos uma “conspiração” do que uma continuação das insurreições contra a reação anti-jacobina - o Thermidor - instalada no poder, as revoltas de Germinal e Prairial. Babeuf e seus amigos entraram em contato com os sobreviventes dessas insurreições, aprovando seus projetos de poder popular e criticando a fraqueza dessas tentativas, a sua desorganização. Os *Iguais* constituíram uma organização centralizada, cujo programa criticava “a lei bárbara ditada pelo capital”, “que faz mover uma multidão de braços, sem que aqueles que os movem recolham daí os frutos”. Para Guérin, o maquinismo e o progresso técnico estavam na base do coletivismo dos Iguais, cuja proposta política “chegou ao limiar da democracia direta, de tipo comunal e de conselhos” (dirigentes eleitos diretamente pela base e permanentemente revogáveis).

Os *Iguais* foram derrotados, seus dirigentes presos ou -como o próprio Babeuf- guilhotinados. No processo foram acusados de jacobinos e terroristas. Mas criaram uma tradição, que sobreviveu em poesias e cantos, e num programa onde se lia: “Um povo sem propriedade e sem os vícios e os crimes a que ela dá origem não teria necessidade do grande número de leis sob o qual penam as sociedades civilizadas da Europa”. A luta contra o monopólio da propriedade tinha sido proclamada pela Constituição jacobina de 1793 (embora nunca levada à prática). Aquela elevou a igualdade ao nível dos direitos naturais imprescritíveis e deixou de qualificar a propriedade de “direito inviolável e sagrado”. Em escassos três anos, os inventores da política revolucionária contemporânea (Robespierre, Danton, Saint-Just, Hébert, Marat) foram guilhotinados ou assassinados no decorrer da revolução que eles próprios lideraram, não raro matando-se uns aos outros. “A revolução devora seus filhos”. Mas, por que motivo a base social que lhes dera (aos jacobinos) tão forte apoio dois anos antes, lhes falhou no momento do recuo?

O triunfo do liberalismo político, que para Hegel aconteceu com a vitória do constitucionalismo liberal na Revolução Francesa, pouco teve a ver com a prédica doutrinária dos “pais do liberalismo”: “A Constituição de 1791 estava dominada por uma concepção de estrita separação dos poderes, que não pertence à tradição de Locke, nem à de Montesquieu, nem à de Blackstone. Sem dúvida, houve nos seus cimentos ideias teóricas e uma concepção rígida da soberania nacional, mas o fator determinante pareceu ser uma desconfiança do poder executivo que estava longe de ser injustificada”.⁶⁴⁶ O liberalismo burguês foi incapaz de resolver suas contradições no período revolucionário, o que levou a uma nova fase da revolução.

A *sans-culotterie*, com certeza, tendeu a ultrapassar o programa burguês da revolução, durante a república jacobina (1793-1794). Não o conseguiu, por estar minada de contradições internas, por não constituir uma *classe social*, não podendo, portanto, opor um projeto social alternativo à burguesia (ou à sua substituta revolucionária, a pequena burguesia jacobina, no momento em que a revolução esteve a perigo): a “massa” *sans-culotte* só era capaz de “uma insurreição impossível” (Albert Soboul); “o povo salvou a revolução, mas só podia conseguir isso enquadrado e comandado pela burguesia” (Georges Lefèvre). No entanto, o próprio Robespierre afirmara

⁶⁴⁵ Daniel Guérin. *As Lutas de Classe na França durante a I República*. Bourgeois et bras-nus. Lisboa, A Regra do Jogo, 1977.

⁶⁴⁶ André Jardin. *Histoire du Libéralisme Politique*. Paris, Hachette, 1985, p.131.

que “internamente, o perigo vem do burguês. A fim de convencer o burguês, é preciso juntar o povo”: o jacobinismo impôs a revolução à burguesia. Segundo a interpretação defendida pela maioria dos historiadores marxistas, a Revolução Francesa estava fadada a se deter no estágio burguês, pois não existia ainda uma classe social (uma classe operária) capaz de formular social e politicamente sua superação: “No final do século XVIII, no quadro de uma revolução burguesa cuja tarefa era estabelecer a dominação do capital, a ditadura dos sans culottes revelou-se possível. Não foi um episódio passageiro, essa ditadura marcou todo o século seguinte, embora tenha rapidamente fracassado devido às barreiras da Revolução Francesa, que a limitavam de todos os lados”⁶⁴⁷.

A extrema mobilização e participação popular *consciente*, que foi o diferencial da Revolução Francesa em relação às outras revoluções democráticas (ou democrático-burguesas) certamente não foi inútil ou uma simples derrapagem (pois ela salvou a revolução), mas não teve, nem poderia ter um projeto histórico próprio, segundo os principais autores marxistas. Outros autores (como o mencionado Daniel Guérin) discordaram dessa argumentação, defendendo a capacidade de auto-organização dos estratos populares, demonstrada durante os momentos álgidos da revolução nas “seções populares” e na comuna parisiense, mas brecada pelas limitações de classe da pequena burguesia jacobina, e por sua própria inexperiência política.

A historiografia da Revolução começou durante a própria Revolução, com os trabalhos (opostos) de Edmund Burke ou de Antoine Barnave: um dos projetos irrealizados do jovem Karl Marx foi o de escrever um trabalho intitulado *A Revolução Francesa: o Nascimento do Estado Moderno*, ou *História da Convenção*. A ditadura da pequena burguesia revolucionária chegou ao seu fim tão rapidamente quanto tinha acedido ao poder, onde executou mudanças (no exército, na estrutura do Estado, no modo de governo, na organização da ação política) que mudaram de modo duradouro a política europeia e mundial, demonstraram a possibilidade de um poder político dos representantes populares, e deram início a uma nova era histórica mundial (na história escolar, a “Idade Contemporânea” é geralmente datada a partir da Revolução Francesa). Durante pouco mais de cinco anos, emergiram na França revolucionária figuras políticas de projeção histórica e alcance mundial que, em outras épocas, o mundo todo teria demorado um século ou mais para produzir. E, fato decisivo e inédito na história moderna, todas elas tinham origem plebeia, em alguns casos até humilde. Simbolicamente, essas figuras extraordinárias (Danton, Marat, Robespierre, Hébert, Clotz, Roux, Desmoulins, Condorcet, Barnave, Mirabeau, Talleyrand, Babeuf, La Fayette, Saint-Just, Fouché, Brissot, e a lista está longe de ser completa) se projetaram até o presente como arquétipos políticos da contemporaneidade.



Lucie-Simplice-Camille-Benoist Desmoulins, líder jacobino guilhotinado pelo jacobinismo

Só a Revolução Russa, entre 1917 e 1923, conseguiu um feito semelhante (mas sem igualá-lo). A Revolução deu tudo de si, nas condições históricas em que aconteceu; por isso “seu resultado imediato foi um sentimento de imensa lassidão. O grande esforço feito pelas pessoas desse tempo provocou uma necessidade imperiosa de repouso. Ao lado desse sentimento de lassidão,

⁶⁴⁷

Leon Trotsky. *Balace y Perspectivas*. Buenos Aires, El Yunque, 1975.

inevitável depois de todo grande desgaste de energia, surgiu também certo ceticismo. O século XVIII acreditava firmemente na vitória da razão. *A razão acaba sempre por ter razão*, dizia Voltaire. Os acontecimentos da revolução quebraram essa fé”.⁶⁴⁸ Expressão política suprema do racionalismo, a Revolução Francesa iniciou simultaneamente a quebra do paradigma da Razão como governante absoluta do fazer humano. No início de 1793, a Montanha e a Gironda, esquerda e direita, estiveram unidas contra a monarquia. Dez meses depois, em outubro desse ano, os líderes girondinos subiram ao cadafalso, levados a ele pelos seus aliados de ontem. Depois houve o apogeu jacobino, a Festa da Razão e do Ser Supremo. Robespierre derrotou logo depois à esquerda jacobina, liderada por Hébert e Cloutz, com a ajuda da direita jacobina, liderada por Danton. O massacre dos líderes revolucionários de esquerda aconteceu em março de 1794, quando os líderes da esquerda jacobina foram decapitados. Duas semanas depois, o mesmo carrasco mostrava a cabeça decepada de Danton aos parisienses reunidos na praça do patíbulo. A “direita” jacobina, sob a acusação de corrupção, foi assim política e literalmente descabeçada.

A ditadura do “centro” jacobino, Robespierre e Saint-Just, durou, no entanto, menos de quatro meses, até 27 de julho (9 de Termidor) de 1794, quando Robespierre apareceu na Convenção e foi repentinamente desafiado pela rebelião dos “termidorianos”, a mais heterogênea das alianças “entre vítimas e carrascos, unificando extremistas da Montanha, patriotas, dantonistas, federalistas e até os *Feuillants*. Um punhado de terroristas recém arrependidos fazia o jogo junto a um punhado de monarquistas mal disfarçados. Uns só pensavam em liquidar Robespierre, outros em acabar com a Revolução, mas, naquele momento, tinham um campo de entendimento, seus projetos divergentes passavam por um ponto comum. Nenhuma amizade, afinidade ou fundamento ideológico houve para reunir essa coalizão efêmera e heteróclita, mas uma simples combinação política. A 9 Termidor não houve debate de fundo, nem debate nenhum, sobre política militar, externa, econômica ou judicial. Havia tantos ou mais montanhesees no grupo que encabeçou o ataque a Robespierre como para defende-lo... O [único] problema consistia em saber se se retornaria ao regime de Assembleia [Nacional], do qual a maioria dos deputados [da Convenção], despossuídos por eles próprios, continuava a ser partidária decidida”.⁶⁴⁹

A Convenção ainda estava marcada pela impulsão turbulenta que marcara sua criação e sua existência. Na madrugada seguinte, a guilhotina deu conta da cabeça dos dois principais líderes jacobinos e de seus aliados políticos mais próximos. Os *termidorianos* estavam apoiados por um povo saturado de terror, ao qual apelaram para derrubar os jacobinos, e por uma burguesia já satisfeita pelo fim do Antigo Regime e ansiosa para terminar com a turbulência revolucionária. O ritmo dos acontecimentos revolucionários desafiou qualquer tentativa de classificação, de apaziguamento ou de moderação política. A Revolução Francesa, certamente, foi em grande medida espontânea. Seus partidos e frações vieram à luz no seu próprio decorrer, sem programa nem ideias definidas de antemão. Suas políticas eram ditadas pela passagem de uma fase para outra da revolução. A força do jacobinismo foi sua determinação em acabar com o feudalismo e suas expressões políticas e sociais. Ofereceram à França uma utopia baseada na pequena propriedade (basicamente rural), mas a França estava na verdade passando da desigualdade (e da opressão) feudal para a desigualdade (e a opressão) burguesa. No entanto, Robespierre mandou matar os líderes burgueses, e também os líderes do “protoproletariado” parisiense. A “estabilidade” jacobina foi ultralimitada: a França burguesa livrou-se logo do ditador utópico e “incorrupível”, que lhe tinha sido, porém, necessário para livrar à sociedade francesa das algemas aristocráticas, assegurando desse modo o futuro do progresso burguês, conservador e anti-utópico *par excellence*.

Mas a França (e a Europa) pobre, e depois proletária, não esqueceria Robespierre nem o jacobinismo, cujo fantasma continuou a espantar por anos os representantes estatais, inclusive “esclarecidos” e “modernizantes” do Antigo Regime no restante da Europa, por exemplo na

⁶⁴⁸ George Plekhánov. *La Concepción Materialista de la Historia*. Buenos Aires, Dialéctica, 1937, p. 56.

⁶⁴⁹ Dominique Jamet. *Robespierre y Saint-Just*. El terror sin la virtud. Barcelona, Caralt, 1990, pp. 309-310.

Espanha monárquica: “Quem ignora que os males daquela Revolução foram efeito a imprudência de seu governo? Não foi ele quem começou, abrindo a porta à *desenfreada liberdade de imprensa*? Quem provocou e impulsionou para *tantas e tão monstruosas teorias constitucionais*? Não foi ele quem tolerou e autorizou as tumultuosas e sediciosas Juntas chamadas *clubs*, onde se fabricaram tantos horrores e tantos crimes? Porém, ao seguirmos a história da Assembleia Constituinte veremos que seu objeto não era outro, inicialmente, que a reforma de certos abusos certos e reconhecidos; que não houve classe, corpo ou indivíduo que não se prestasse generosamente a ela”.⁶⁵⁰ Derrubado o jacobinismo, os exércitos franceses passaram à ofensiva contra a coalizão continental contrarrevolucionária. Em 1795, Prússia, Holanda e Espanha, derrotadas na França, abandonaram finalmente a guerra. E, em 1796, Napoleão Bonaparte, jovem comandante de carreira militar meteórica, entrou na Itália pelas montanhas (alimentando seu exército com biscoitos, fáceis de transportar e que não exigiam cozimento), dando nascimento à sua mítica carreira militar.⁶⁵¹

A Revolução impôs também novas reviravoltas políticas à Igreja Católica. Seu impacto europeu viu a vitória temporária dos republicanos em Roma e a deportação dos sucessores de Clemente XIV: Pio VI e Pio VII, confinados ao Castel Sant’Angelo. A resistência à revolução foi assegurada por uma associação secreta, a “Amizade Cristã”, fundada em Turim pelo ex-jesuíta suíço Nikolaus Albert Von Diessbach. Com a bula *Sollicitudo omnium ecclesiarum* de agosto de 1814, o papa Pio VII revogou o *Breve* de 1773 e dispôs a reconstituição da Companhia de Jesus em todo o mundo: “Nós nos consideraríamos culpáveis diante de Deus de uma falta gravíssima, se, diante das milhares de presentes agitações que se abatem sobre as coisas públicas, fôssemos negligentes deixando de lado esta segurança de salvação (a Companhia de Jesus) que Deus, por uma providência singular, coloca em nossas mãos. Portanto, enquanto a nave de São Pedro é agitada sem cessar pelas ondas, não podemos rejeitar estes remadores fortes e experientes que se oferecem para nos ajudar a conter a força deste mar agitado, que ameaça a todo instante nos engolir em um naufrágio inevitável”. A Revolução Francesa obrigou a trazer de novo à vida legal e legítima da Igreja de Roma à *Societas Jesu*, na sua específica função contrarrevolucionária

A “lassidão” e a reação pós-revolucionária também significou reflexão, mas de um novo tipo, já não mais racional-idealista, como aquele que precedera à Revolução. Isaac Deutscher constatou “o gritante declínio, nos anos da Revolução, do Império e da Restauração, da literatura que dera ao mundo Rousseau, Voltaire e os enciclopedistas... O extraordinário esforço de energia espiritual e gênio literário foram sucedidos por uma situação de letargia e torpor”. Já não era possível um simples retorno ao otimismo iluminista. A impulsão histórica da Razão erigida em dogma tinha tocado seus limites. A revolução e seu declínio mostraram os limites históricos do racionalismo iluminista, e também impôs a necessidade de sua negação e/ou superação, representadas respectivamente, de modo oposto, pelo desencantamento romântico com a banalidade prosaica da burguesia, e pelo comunismo operário.

Desde então, “o movimento ininterrupto de controvérsias originado da interpretação da Revolução Francesa constitui por si só uma história que se encaixa estreitamente na história geral”,⁶⁵² refletindo suas novas contradições históricas. Edmund Burke, o liberal conservador inglês, criticou já no decorrer da Revolução suas ingênuas ilusões milenaristas,⁶⁵³ repudiando o Terror e a ditadura revolucionária. Karl Marx, como toda sua geração, forjou seu pensamento político estudando a Revolução Francesa. Para ele, ao contrário de Burke, o jacobinismo forneceu um modelo geral revolucionário contemporâneo, capaz de “fazer andar o mundo de ponta

⁶⁵⁰ Gaspar Melchor de Jovellanos. *Escritos Políticos y Filosóficos*. Buenos Aires, Orbis, 1982, p. 139.

⁶⁵¹ Em 1797, finalmente, Inglaterra aceitou negociar com a França revolucionária (já moderada, porém, em seu ímpeto político).

⁶⁵² Alice Gérard. *A Revolução Francesa*. Mitos e interpretações. São Paulo, Perspectiva, 1981, p. 13.

⁶⁵³ Edmund Burke. *Reflexões sobre a Revolução na França*. Brasília, Universidade de Brasília, 1980.

cabeça”,⁶⁵⁴ ao representar a “vontade” como encarnação do “princípio da política (e) do Estado”. Para Marx, “o Terror na França nada mais foi do que o método plebeu para acabar com os inimigos da burguesia, o absolutismo, o feudalismo, e o espírito pequeno-burguês”. A ditadura jacobina fora um momento de “genialidade”, em que o Terror sacrificou a sociedade burguesa (ou seja, a base material, ou econômica, da revolução) em favor de uma “concepção antiga [da Antiguidade] da vida política”, que entrou “em contradição violenta com suas próprias condições de existência, declarando *o estado permanente da revolução*” (de onde surgiu o conceito marxiano de “revolução permanente”), uma “ilusão trágica” desses homens, condenados à guilhotina por terem lutado contra a sociedade burguesa, defendendo simultaneamente, nos *direitos do homem*, o caráter sagrado dos princípios (as bases) dessa sociedade.⁶⁵⁵ Marx não vacilou em qualificar o jacobinismo de “enigma teórico e *psicológico*”. Um “enigma” ou incógnita sobre cuja interpretação estariam baseadas todas as concepções de ditadura e de partido revolucionários ulteriores.

Em diversas interpretações históricas reconheceu-se no jacobinismo, especialmente nos seus métodos e estruturas de organização centralizada, a matriz histórica dos partidos políticos modernos. O sucesso (efêmero, mas histórico) do jacobinismo foi explicado pela “atenção dada pelo organismo político à realidade física das classes sociais... A ascensão política dos jacobinos, graças à sua propaganda ativa contra os monopolizadores e parasitas de toda espécie, se configurou como momento hegemônico de todas as categorias produtivas”,⁶⁵⁶ uma definição em que a legitimidade histórica e política são sobrepostas ao paradigma da vontade revolucionária. Ao longo de um século, a interpretação socialista (e, depois, marxista) da Revolução Francesa só teve como oposto radical a interpretação de base contrarrevolucionária, com Hyppolite Taine como principal representante. A crise do “campo socialista” e da esquerda ocidental, a partir da década de 1970, junto à evolução da *École des Annales* sob a direção de Braudel, fez com que surgisse uma nova interpretação de cunho “revisionista”, originada na esquerda, que foi identificada como expressão historiográfica do neoliberalismo econômico e político.

A contraposição completa com a análise “jacobino-marxista” da Revolução Francesa foi desenvolvida, com base no Alexis de Tocqueville de *L’ Ancien Régime et la Révolution*, por François Furet, ex-marxista e principal representante do chamado “revisonismo liberal”. Para ele, a Revolução Francesa não teria sido o evento fundador de uma nova sociedade: “A revolução, na verdade, é o desabrochar de nosso passado. Ela conclui a obra da monarquia. *Longe de constituer uma ruptura, ela só pode ser compreendida na e pela continuidade histórica*. Realiza essa continuidade nos fatos, ao mesmo tempo em que representa uma ruptura nas consciências”. Para Furet: “A vulgata marxista põe o mundo às avessas: situa a ruptura revolucionária no nível econômico e social, enquanto nada se parece mais com a sociedade francesa de Luis XVI do que a sociedade francesa sob Luis Filipe [monarca empossado em 1830]”. Em resumo, a Revolução Francesa “substituiu a luta dos interesses pelo poder, pela concorrência de discursos para apropriar-se da sua legitimidade. Se só o povo tem o direito de governar, o poder estará nas mãos dos que falam em seu nome”.⁶⁵⁷

⁶⁵⁴ Expressão também usada por Christopher Hill para se referir ao período de hegemonia parlamentar dos *levellers* durante a Revolução Inglesa do século XVII (*O Mundo de Ponta Cabeça*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991).

⁶⁵⁵ Polemizando com Trotsky (que o qualificara pejorativamente de “jacobino”), Lênin definiu o social-democrata revolucionário como um “jacobino ligado indissolavelmente à organização do proletariado consciente de seus interesses de classe”. Antonio Gramsci, nos seus *Cadernos do Cárcere*, definiu o jacobinismo como o diferencial essencial entre o Estado Moderno francês nascido da Revolução e os outros Estados Modernos da Europa continental, nascidos de “revoluções passivas”, interrogando-se sobre o jacobinismo “no sentido integral que teve historicamente, e que deve ter como conceito”.

⁶⁵⁶ Bruno Bongiovanni. Jacobinismo. In: Norberto Bobbio; Nicola Matteucci; Gianfranco Pasquino. *Dicionário de Política*. Brasília, Editora UnB, 1986.

⁶⁵⁷ François Furet. *Penser la Révolution Française*. Paris, Gallimard, 1978, p. 73.

A luta de classes não teria sido, para Furet, o motor da revolução, pois "a recusa ao despotismo e a reivindicação liberal uniram no século XVIII uma grande parte da nobreza e as camadas superiores do Terceiro Estado".⁶⁵⁸ Ruptura, portanto, apenas política, a Revolução teria sido um episódio dentro de um *continuum* de "longa duração" (a constituição da nação francesa, a partir dos Capetos no século X) dentro do qual as revoluções seriam um fenômeno passageiro de agitação superficial, com um papel histórico de "inoportuno patético" (expressão usada por Fernand Braudel). Para os revisionistas "liberais", a Revolução Francesa teria conhecido um "deslize" (*dérápage*) do seu curso "natural" (liberal democrático) durante a república jacobina, período em que o tom "milenerista" ou "finalista" foi dado pela irrupção incontrolável das massas populares: onde os "jacobinos marxistas" situaram a própria essência da Revolução, os "revisionistas liberais" situaram sua negação. Chaussinand-Nogaret situou a origem do "deslize" na própria tomada da Bastilha.⁶⁵⁹ Furet chegou posteriormente a negar a noção de *dérápage*. Os historiadores anglo-saxões que anteciparam e inspiraram os trabalhos de Furet (Alfred Cobban e R. R. Palmer) chamaram a "escola jacobina" de interpretação histórica da revolução, simples e diretamente, de "historiografia comunista".⁶⁶⁰

Historiadores liberais posteriores, incluindo discípulos anglo-saxões de Furet, tentaram explicar os infelizes percalços ulteriores do liberalismo francês (e, por extensão, do liberalismo mundial, exceção feita do mundo anglo-saxão) pelas contradições do projeto revolucionário francês e suas circunstâncias históricas: "O valor inicial dos direitos e a razão pela qual os autores da Revolução puseram tanto empenho em afirmá-los, provinha de seu uso como linguagem para justificar e legitimar a criação de um novo poder soberano (em França assim como nos EUA na mesma época). Jogando esse papel de validação, os direitos perderam seu outro sentido, mais antigo, de limitação do poder. Nos EUA, os mesmos direitos do 'povo' que se fizeram valer contra os britânicos para basear a independência, foram desenvolvidos nas primeiras dez emendas da Constituição para proteger o mesmo povo contra o novo governo. Houve um fenômeno semelhante na Constituição francesa, mas, enquanto nos EUA os direitos residuais (não abordados na Constituição) foram deixados aos cidadãos, na França a lei ganhou a partida (*rattrapa le jeu*)".⁶⁶¹

O autor desenvolveu amplamente essa suposta contradição *ab ovo* da Revolução (por ele identificada como "falha") para todas as fases históricas ulteriores do mundo originado da Revolução Francesa. Daí o papel secundário ocupado pela ética pública normativa na história ulterior da França (e, por extensão, nas áreas do mundo influenciadas pela Revolução Francesa). Qualquer análise da revolução em que essa normatividade não fosse a chave interpretativa pecaria, para ele, de "historicismo". Trata-se, na verdade, de uma tentativa de dobrar a história a um liberalismo ideal, posto em prática nas terras herdeiras da tradição de Locke e Hume (e, sobretudo, de Smith e Ricardo). Para fazer isto, procede-se a uma simplificação da revolução democrática (fazendo abstração do detalhe da manutenção da escravidão nos EUA, entre outros) e da história pós-revolucionária, que teria se afastado do ideal original ("1789", para Furet; as revoluções inglesa e americana, para os *liberals* anglo-saxões). Furet viu a revolução como o fruto da (ilusória) "paixão pela igualdade" mais do que como consequência dos gargalos econômico-sociais: "Ex-comunista, queria advertir às novas gerações contra o erro fatal: ser habitado pelo espírito revolucionário".⁶⁶² Nessa concepção, era perfeitamente lógico que se considerasse que os "autores da Revolução" (sic) "inventaram" os direitos do homem e do cidadão como uma "linguagem para justificar e legitimar a criação de um novo poder".⁶⁶³ a Revolução *n'en fut pas une*, isto é, teria sido só (ou principalmente) um "novo discurso", o resultado de uma

⁶⁵⁸ François Furet e Denis Richet. *La Révolution Française*. Paris, Fayard, 1973, p. 93.

⁶⁵⁹ Guy Chaussinand-Nogaret. *A Queda da Bastilha*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.

⁶⁶⁰ Alfred Cobban. *A Interpretação Social da Revolução Francesa*. Lisboa, Gradiva, 1988.

⁶⁶¹ Tony Judt. *Un Passé Imparfait*. Paris, Fayard, 1992, p. 276.

⁶⁶² Christophe Prochasson. *François Furet*. Les chemins de la mélancolie. Paris, Stock, 2013.

⁶⁶³ Tony Judt. *Op. Cit.*

“concorrência de discursos para apropriar-se de sua (do poder) legitimidade”. Reduzir um direito de significado histórico universal, a uma simples *linguagem* é superficial e, sobretudo, contraditório vindo dos que criticam Marx exatamente por não enxergar qualquer significado transcendente nos “direitos do homem”.⁶⁶⁴

O historiador marxista Michel Vovelle confrontou-se com o revisionismo liberal, indicando que "substitui o conceito de revolução burguesa pela noção de elite, formação de caráter cultural, mais que socioeconômica", observando que o revisionismo considera "um deslize a intrusão das massas populares (durante o período jacobino-terrorista) portadoras de uma ideologia passadista", e criticando-lhe "a falta de um contributo de conhecimentos verdadeiramente novos sobre a revolução [pelo que] tem todo o ar de um exercício acadêmico em que, modificando a leitura de dados banalizados, se renova um discurso velho recorrendo a palavras mais recentes".⁶⁶⁵ O “discurso velho”, no entanto, estava a serviço de objetivos novos (não a restauração monárquica, mas o neoliberalismo rampante das décadas finais do século XX). François Furet e Denis Richet condenaram explicitamente o radicalismo popular: "O mundo das reivindicações *sans-culotte* é um mundo sem hierarquia, sem singularidade, sem prestígio da fortuna ou do talento; um mundo onde deveria desaparecer tudo que evoca a palavra maldita: aristocrata. Para além da revolução compreendida por [Jean] Jaurès, aparece outra: *a das forças obscuras da miséria e da cólera*". Por quê? Por circunstâncias supostamente exteriores à Revolução: "Em 1792, a revolução foi levada pela guerra e pela pressão da multidão parisiense fora do caminho traçado pela inteligência e pela riqueza do século XVIII"; "A guerra continua, originando todos os desvios, todas as negações do ideal de 1789".⁶⁶⁶

Mas a guerra *internacional* (europeia) da França republicana contra as coalizões contrarrevolucionárias foi uma projeção interestatal das contradições *internas* da revolução, contradições que não poderiam ser separadas abstratamente, em nome de uma divisão nacional-territorial anacrônica (para as dinastias e as aristocracias governantes no século XVIII essas divisões careciam de importância, ou só possuíam importância secundária face à solidariedade, de caráter até familiar, da nobreza). A invasão austro-prussiana visava restaurar explicitamente o pleno domínio político da monarquia francesa, provocando, em resposta, o mais poderoso fator de impulsão da revolução: a mobilização militar e o armamento geral da população (*aux armes, citoyens!*). Na Inglaterra, a Revolução Francesa provocou a cisão no interior do partido liberal (*whig*), sobretudo após Edmund Burke ter manifestado publicamente, nas suas *Reflexões sobre a Revolução em França* (publicado em novembro de 1790) sua oposição aos endossos do partido às medidas adotadas pela revolução.

Considerar, por outro lado, o ódio de classe e suas expressões políticas inclusive rudimentares só como uma *força obscura da miséria e da cólera*, é claramente um preconceito classista.⁶⁶⁷ George Rudé distinguiu o momento em que a revolta popular carecia de independência política, em relação à sua direção burguesa, daquele em que, depois da derrota do jacobinismo, nas revoltas de Germinal e Prairial do ano III, 1795, houve “o ponto alto da ideologia popular independente durante a Revolução Francesa, quando os *sans-culottes* organizaram uma *journée* política própria,

⁶⁶⁴ Para Marx, na ideia de “direitos do homem” em geral, o homem é definido pelo seu ser egoísta, enquanto partícipe do mercado: esses direitos proclamam uma emancipação exemplar no âmbito político, mas inexistente no âmbito privado (“os direitos do homem se detêm na porta da fábrica”, pois dentro dela reinam a escravidão assalariada e a extração da mais-valia).

⁶⁶⁵ Michel Vovelle. *Breve História da Revolução Francesa*. Lisboa, Presença, 1986.

⁶⁶⁶ François Furet. *Op. Cit.*

⁶⁶⁷ Para Hannah Arendt, no seu *Ensaio sobre a Revolução*, “a liberdade tem sido melhor defendida nos países onde jamais houve uma revolução”, devido a que as organizações populares revolucionárias não saberiam distinguir entre política e economia, toda vez que os “pobres” são primordialmente determinados pelas “necessidades” mais do que pela “liberdade”, isto é, por motivos econômicos, não por motivos ideológicos ou políticos. “Isto é falso”, comentou secamente Eric Hobsbawm num breve artigo crítico sobre o texto da filósofa alemã (incluído na sua coletânea *Revolucionários*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 206), em que a qualifica quase como uma ignorante em matéria histórica.

marcharam para derrubar a Assembleia com frases, bandeiras e líderes próprios, e expressaram suas exigências próprias, impregnadas de uma ideologia também própria”.⁶⁶⁸ Daniel Guérin também enfatizou a progressiva independência política e ideológica das organizações populares em relação ao jacobinismo, para cuja potencialidade não colocou os rígidos limites de classe postos por Lefebvre ou Soboul.⁶⁶⁹ Michel Vovelle aprovou Rudé, mas questionou em Daniel Guérin "a possibilidade, nos conflitos de classe da época revolucionária, de um movimento popular com objetivos autônomos", recusando, no entanto, a ideia revisionista de uma intervenção popular na revolução como portadora apenas de um obscurantismo de raízes primitivas. Ao estudar a "sensibilidade revolucionária" concluiu que as massas "realizaram uma adaptação pelo menos livre da visão da burguesia das Luzes [na qual] persistiam muitas sobrevivências tomadas de empréstimo de um fundo antigo, no qual a burguesia não se reconheceria [sem] esquecer que, também para as massas, a visão do mundo havia mudado".⁶⁷⁰ Vovelle questionou os discípulos "revisionistas" de Braudel por ocuparem-se apenas "da mobilidade do tempo das elites": "Eu não estaria absolutamente pregando um compromisso burguês se declarasse que a criatividade do episódio revolucionário me parece, a um só tempo, inegável, mas complementar, da evolução que ela realiza, acelera e exprime, frequentemente através de linguagens e formas inesperadas".

A defesa explícita do movimento popular na Revolução Francesa, contra sua negação preconceituosa, fez parte da defesa do caráter social fundador da Revolução contra sua redução a um simples (e incômodo) episódio dentro de uma "progressão secular", sem caráter de classe, e sem possibilidade de consciência fora das elites. Um evento também fechado em um estreito marco nacional que desconsidera o caráter internacional da ascensão das forças produtivas capitalistas, e da própria revolução por ela suscitada. No bicentenário da Revolução Francesa (1989) fez-se um elo, na França, entre as comemorações de 1789 e as de 1987 (ano inicial da dinastia dos Capeto, *Rex Francorum*) mítico marco do nascimento da "nação francesa", um claro anacronismo histórico de base ideológica nacionalista, e uma tentativa pouco dissimulada de conciliação retroativa da revolução democrática com o Antigo Regime.

Numa França governada em 1989 pelo Partido Socialista (em coalizão com o Partido Comunista e outros partidos na "União das Esquerdas"), a presidência da comissão organizadora dos festejos do bicentenário coube ao comunista Michel Vovelle. Diante do que, Jean Baudrillard declarou ironicamente François Furet "Rei" da celebração, uma *boutade*- constatação da vitória ideológica paralela do revisionismo liberal. Dentro da "longa duração" restrita ao marco francês, o caráter nacionalista da Revolução Francesa negou-se na sua natureza dialética, a de "uma revolução *nacional* na qual se manifesta na sua forma clássica a luta *mundial* da ordem social burguesa pelo domínio, o poder e a vitória indivisível dentro do marco nacional".⁶⁷¹ Uma vez sua memória institucionalizada, da Revolução Francesa se reteve como digno de interesse e, sobretudo, de celebração, apenas o ano de 1789, ou seja, o surgimento do regime político que foi capaz de conciliar momentaneamente povo, burguesia e monarquia, liberalismo e democracia, negando o caráter contraditório e instável desse compromisso, e a ruptura revolucionária através da qual ele foi superado. Não é só a revolução quem devora seus filhos: os filhos da revolução também devoram sua mãe, quando necessário. Com a "Grande Revolução", a França se transformou no centro *político* do mundo (e Paris na "capital do século XIX", na metáfora de Walter Benjamin), um mundo em transformação ininterrupta, cujo centro *econômico* vital se situava, no entanto, do outro lado do Canal da Mancha.

⁶⁶⁸ George Rudé. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 103.

⁶⁶⁹ Daniel Guérin. *A Luta de Classes em França na I República*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1977.

⁶⁷⁰ Michel Vovelle. Le tournant des mentalités en France: 1750-1789. *Social History* nº 5, Londres, maio 1977.

⁶⁷¹ Leon Trotsky. 1789-1848-1905. *Resultados y Perspectivas*. Buenos Aires, El Yunque, 1975, p. 28.

19. INGLATERRA E A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Trabalho, lucro e ganância parecem ser os únicos pensamentos existentes. A gente vê números, nada além de números, em todos os rostos dali (L. D. Bradshaw, **Visitors to Manchester**, 1845)

O trabalhador braçal do moinho produz a sociedade do senhor feudal; a sociedade de fábrica que utiliza o motor a vapor produz o capitalista industrial (Karl Marx e Friedrich Engels, **A Ideologia Alemã**, 1845)

O capitalismo, como vimos, só conseguiu ser vitorioso em escala histórica e mundial se apropriando da esfera da produção, isto é, mediante a transformação dos meios de produção em *capital*. O processo que levou a esse resultado teve seu ponto de partida definitivo na Inglaterra do último quartel do século XVIII: “Sem subestimar a contribuição determinante dada pelo protecionismo estatal direto e indireto, especialmente na época mercantilista, é certo que a decolagem definitiva do capitalismo aconteceu em concomitância com a chamada Revolução Industrial. Ela se iniciou primeiramente na Inglaterra na segunda metade do século XVIII, na França e nos EUA a partir dos primeiros decênios do século XIX, e somente na segunda metade do mesmo século na Alemanha”.⁶⁷²



Tear domiciliar, usado no *putting-out system*

A velha forma compulsória de exploração do trabalho foi sendo obrigada a ceder seu lugar para outra, na qual a obrigação de trabalhar para outro se baseou em uma compulsão puramente econômica: o trabalhador foi obrigado *economicamente* a vender a sua única posse ao proprietário dos meios de produção: “O desenvolvimento do capitalismo através das fases principais de sua história esteve associada a mudanças técnicas que afetaram o caráter da produção. Por esse motivo, os capitalistas vinculados a cada nova fase tenderam a ser, inicialmente, um estrato de capitalistas diferente daquele que tinha seus capitais investidos no tipo de produção mais antigo. Isto aconteceu, de modo notável, na Revolução Industrial. Os pioneiros das novas formas técnicas foram, na sua maioria, homens novos que careciam de privilégios ou de posição social, que entraram em luta contra os privilégios dos interesses mais antigos em nome do liberalismo econômico. Frequentemente, esses homens tiveram de procurar o capital de que precisavam através da associação com capitalistas mais antigos; mercadores fabricantes que antes financiavam indústrias domésticas instalaram fábricas; gradualmente o capital transferiu-se do velho para o novo, de modo que o antagonismo entre as camadas de capitalistas mais antigos e os *nouveaux riches* da nova indústria nunca foi muito profundo. A mudança na estrutura da indústria transformou as relações sociais dentro do modo de produção capitalista: mudou radicalmente a divisão do trabalho, enfraqueceu as fileiras do trabalhador-proprietário e do sub-contratista, do artesão intermediário entre o

⁶⁷² Gian Enrico Rusconi. Capitalismo. In: Norberto Bobbio *et al* (eds.). *Dicionário de Política*. Brasília, Editora UnB, 1986, p. 144.

capitalista e o assalariado, e transformou a relação do operário com o processo de produção”.⁶⁷³

A fase inicial do novo modo de produção situou-se na segunda metade do século XVI e no começo do século XVII, na Inglaterra e na Holanda, quando o capital começou a dominar a produção numa escala considerável, na forma plena de uma relação social entre capitalistas e operários assalariados, ou na forma menos desenvolvida da subordinação de artesãos domésticos, que trabalhavam em casa e com máquinas e matérias primas fornecidas pelo capitalista (sistema de encargos, ou *putting-out system*). No século XVIII, o sistema capitalista cresceu decisivamente em extensão (difundindo-se desigualmente para outros países europeus) e em profundidade, através da Revolução Industrial inicialmente centrada na Inglaterra, com a qual o capitalismo consolidou seu domínio da esfera da produção, e criou as bases da sua expansão em escala mundial. Previamente, no século XVII, as revoluções sociais e políticas na Inglaterra, destruindo as corporações de ofício privilegiadas (que detinham o monopólio da produção de mercadorias em diversos setores econômicos) e os monopólios da Coroa, criaram as condições para a expansão do sistema capitalista a todos os ramos da produção, assim como definiram a forma estatal do domínio capitalista sobre a sociedade e a economia internacional (o Estado Moderno ou Nacional).

A condição histórica da Revolução Industrial capitalista foi a expropriação dos meios de produção das mãos dos produtores individuais, com o que a própria força de trabalho se transformou em mercadoria. O *operário* produto de essa expropriação se diferenciava do trabalhador independente, pois este último podia vender os produtos de seu trabalho (ou vender o seu próprio trabalho enquanto serviço) enquanto o operário só vendia sua capacidade de trabalhar (suas aptidões e habilidades, e sua força muscular). Para que essa relação social vingasse, foi necessário que uma “revolução comercial” prévia, apoiada na força do Estado, precedesse e criasse as condições para a Revolução Industrial: “A partir de 1750, quando os ingleses estiveram em condições de impor a superioridade de suas armas e métodos de força, o prévio comércio limitado deu lugar a uma pilhagem indiscriminada... Chegava ao seu fim o período de acumulação primitiva de capital, cujo desenvolvimento contara com políticas coloniais capazes de garantir lucros fabulosos”.⁶⁷⁴

Em só dois anos as exportações da Índia para Inglaterra atingiram mais de £ 6,3 milhões, enquanto as importações mal superaram £ 600 mil, perfazendo um desnível (déficit) de quase 90% em favor da metrópole: “As riquezas da Índia afluíam para a Inglaterra e aceleraram de um só golpe a acumulação de capital, tornando possível a Revolução Industrial inglesa”.⁶⁷⁵ Uma vez esta consolidada, em 1813, a Índia se transformou de país exportador em país importador dos produtos (tecidos, principalmente) fabricados com matéria prima indiana, cuja compra em regime de vendedor exclusivo lhe impuseram os ingleses, na sua condição de colônia; no meio tempo, entre o último quarto do século XVII e as primeiras décadas do século XIX, aconteceu a transformação da base produtiva na metrópole inglesa.

O caráter do processo de industrialização, centrado na *socialização crescente da produção*, baseada numa divisão social qualitativamente superior do trabalho, foi percebido contemporaneamente aos fatos. Os ganhos de produtividade decorrentes da divisão do trabalho, segundo Adam Smith, podiam ser atribuídos aos seguintes fatores: a) à maior destreza do trabalhador na realização de suas tarefas; b) à redução dos tempos mortos; c) à maior possibilidade de invenção de máquinas e mecanismos facilitadores do trabalho: “A história das invenções não é tão somente a história das invenções senão, também, a de uma experiência coletiva que resolve progressivamente os problemas propostos por necessidades

⁶⁷³ Maurice Dobb. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

⁶⁷⁴ Bruno A. Passarelli. *Colonialismo y Acumulación Capitalista en la Europa Moderna*. Buenos Aires, Pleamar, 1973, p. 79.

⁶⁷⁵ Jacques Arnault. *Historia del Colonialismo*. Buenos Aires, Futuro, 1960, p. 38.

coletivas”.⁶⁷⁶ A mola mestra do processo era que as manufaturas viam-se cada vez menos em condições de fornecer mercadorias em quantidades suficientes. Seus proprietários procuravam, por isso, novos meios para produzir mais mercadorias mais depressa e mais baratas (e, deste modo, obterem também maiores lucros).

O processo de trabalho, tal como existia na manufatura, não comportava uma importante divisão do trabalho. O manufatureiro distribuía a matéria prima e o artesão trabalhava em casa, recebendo o pagamento combinado. Os comerciantes contratavam artesãos para dar acabamento aos tecidos; depois, tingir e tecer; e finalmente fiar. Para superar isso surgiram as primeiras *fábricas*, com trabalhadores assalariados sem nenhum controle sobre o produto de seu trabalho; cada trabalhador realizava só uma etapa da produção. Na máquina fatura (ou “maquinismo”), o trabalhador passou a estar submetido ao regime de funcionamento da máquina e à gerência direta do empresário. Os trabalhadores perderam o controle do processo produtivo, passaram a trabalhar para um patrão. Durante o período imediatamente prévio à Revolução Industrial, a necessidade de fio para as oficinas de tecelagem tornou-se particularmente urgente. Surgiu, por isso, a necessidade premente de se aperfeiçoar a técnica de fiação. Estava, assim, despertada a necessidade objetiva, o impulso material, do posterior desenvolvimento da técnica e da tecnologia da tecelagem. As etapas de transformação da organização do trabalho industrial podem ser esquematizadas como segue:

- | |
|---|
| 1. Artesanato: o artesão participa de todas as etapas do processo produtivo, da transformação da matéria prima ao produto final (não havia divisão do trabalho). Além disso, é proprietário dos meios de produção. Principal forma de produção desde a Baixa Idade Média até a metade do século XVII. |
| 2. Manufatura: os comerciantes passam a ter papel fundamental no processo produtivo, contratando os artesãos, fornecendo a matéria prima e negociando o produto final. Inicia-se a divisão social do trabalho entre os artesãos, ampliando a sua produtividade. A ampliação do consumo eleva a escala de produção. |
| 3. Fábrica (indústria moderna): comerciantes tornam-se proprietários dos meios de produção e produzem mediante a contratação da mão de obra operária, formada por antigos artesãos e camponeses. O uso de máquinas e a produção em série eliminam a participação dos trabalhadores em todas as etapas do processo produtivo. |

Antes da “liberalização econômica” (que deu origem ao “liberalismo econômico”, expressão usada por Adam Smith e seus contemporâneos para se referir ao nascente capitalismo industrial), as atividades industriais e comerciais estavam monopolizadas pelo rígido sistema de *guildas*, e por causa disso a entrada de novos competidores, e a inovação tecnológica, eram muito limitadas. Com a liberalização da indústria e do comércio ocorreu um enorme progresso tecnológico e um grande aumento da produtividade em um curto espaço de tempo. Era, nessa época, o mercado que comandava o ritmo da produção, ao contrário do que aconteceria depois, nos países industrializados, quando a produção passou a pressionar para a criação de seu próprio mercado. Cada vez mais fortalecida economicamente, a burguesia passou a investir também no campo, aproveitando os cercamentos ou *enclosures* para adquirir grandes propriedades rurais, que teriam importância decisiva na transformação do crescimento industrial em *capitalismo*.⁶⁷⁷

A Revolução Industrial foi o momento de transição da fase primitiva e imatura do capitalismo, na qual o capital crescia subordinando à pequena produção mercantil, tirando-lhe progressivamente sua independência como forma econômica, para uma fase na qual o

⁶⁷⁶ Alfred P. Usher. *History of Mechanical Invention*. Londres, Allen & Unwin, 1929.

⁶⁷⁷ O capitalismo baseia-se na competição econômica por mercados que podem expandir-se. A disputa intercapitalista é pelo controle do espaço econômico e institucional do mercado, espaço de intercâmbio de mercadorias, supostamente regido pela eficiência e pela competição orientada pelos preços. Nele, oferta e demanda se equilibram a um preço determinado, mas é o contínuo aumento da produtividade que, no longo prazo, permite a diminuição dos preços e a conquista, por parte dos concorrentes, de fatias maiores do mesmo.

capitalismo criou sua própria forma de produção na unidade produtiva em grande escala (a fábrica, ou *factory system*), na qual se consumou em definitivo a separação entre o produtor (o operário) e os meios de produção (doravante propriedade privada do capitalista). As condições históricas da Revolução Industrial foram: a existência de um amplo mercado interno (garantido pela existência de um Estado Nacional consolidado); a conquista de mercados externos, o que pressupunha a existência de um mercado mundial em expansão; e a libertação da força de trabalho dos grilhões senhoriais (agrários) ou corporativos (urbanos).⁶⁷⁸

A produção fabril substituiu a produção artesanal. O artesanato fora a forma de produção característica da Idade Média, de caráter familiar, na qual o produtor (artesão) possuía os meios de produção (era o proprietário da oficina e/ou das ferramentas) e trabalhava com a família e ajudantes em sua própria casa, realizando todas as etapas da produção, desde o preparo da matéria prima até o acabamento final. Embora tanto a mais-valia absoluta (produto da extensão alongada e/ou intensificação da jornada de trabalho) como a relativa (produto do incremento da produtividade pela inovação tecnológica) sejam encontradas em todas as fases do desenvolvimento capitalista, tendeu a haver uma mudança em suas importâncias relativas com a Revolução Industrial. As relações de produção capitalistas foram introduzidas inicialmente sobre a base de métodos de produção herdados das indústrias artesanais da sociedade feudal, que não foram, de início, alterados fundamentalmente: os trabalhadores eram simplesmente agrupados em maiores unidades de produção e sujeitos a uma mais complexa divisão de trabalho. Novas relações de produção eram enxertadas em um velho processo de trabalho.

O capitalismo manufatureiro destruiu a entrave dos monopólios corporativos de ofício ao comércio interno e externo. As novas técnicas baratearam a produção, pressionando no sentido de que as mercadorias provenientes da manufatura penetrassem em todos os mercados. Entre 1750 e 1760, a exportação britânica de tecidos de algodão aumentou dez vezes. As etapas mediante as quais as novas forças produtivas sociais e os novos métodos de produção foram incorporadas ao processo de trabalho podem ser esquematizadas como segue:

- 1) *Cooperação*: Consiste na passagem do trabalho a domicílio (*putting out system*) com matérias primas e instrumentos de trabalho fornecidos pelo capitalista, para o agrupamento dos trabalhadores sob um mesmo teto, em oficinas próprias ou alugadas. O agrupamento de um grande número de artesãos não mudou imediatamente os métodos de produção, mas criou as condições que permitiram a incorporação dos progressos técnicos à produção, levando a divisão do trabalho ao interior da própria oficina, e criando assim a *possibilidade* para o surgimento da indústria capitalista. Do ponto de vista da produtividade do trabalho, a cooperação nas oficinas possuía vantagens em relação ao trabalho domiciliar: a) permitindo um incentivo e uma nivelção “por cima” dos trabalhadores, baseando-se no trabalhador mais rápido e mais hábil; b) permitindo um controle mais direto do capitalista sobre a qualidade e o ritmo do trabalho, embora cada trabalhador continue produzindo a totalidade da mercadoria, desde a primeira até a última fase da produção e o acabamento.
- 2) *Manufatura*: corresponde a uma maior divisão do trabalho no interior da oficina ou da fábrica, consecutiva a um aperfeiçoamento das ferramentas de trabalho, que acarreta uma maior especialização do trabalhador. O processo de trabalho se divide em várias fases, e cada trabalhador executa uma fase diferente. Isto implica um aumento na velocidade e na eficiência do trabalho, possibilitando um maior controle patronal, uma

⁶⁷⁸ Em *A Riqueza das Nações*, Adam Smith queixava-se de que “o Estatuto do Aprendizado obstrui a livre circulação do trabalho de um emprego para outro, mesmo em um mesmo lugar. Os privilégios exclusivos das corporações obstruem-no de um lugar para outro, até em um mesmo emprego”.

desqualificação crescente do produtor e uma maior dependência deste do capitalista. O período de aprendizado do ofício se encurta bastante, e aumenta a mão de obra potencial no nível de qualificação exigido, começando a desaparecer as exigências individuais do operário diante do patrão, das quais os capitalistas se queixavam no período precedente. Foi na fase manufatureira que as exportações inglesas começaram a invadir, primeiro seus domínios coloniais, depois os outros países europeus.

- 3) *Maquinismo e grande indústria*: foi a grande evolução, o “salto qualitativo”, dos meios de produção, que deu origem à grande fábrica e às grandes concentrações operárias, a “Revolução Industrial”. A máquina é um aparelho, inicialmente mecânico, que possui uma série de ferramentas trabalhando simultaneamente e aproveitando uma fonte de energia, inicialmente vapor de água, depois carvão vegetal e mineral. No início do maquinismo, um observador comparou a máquina a um homem que possuiria oito braços, e a comparação não era inadequada: “O número de instrumentos de trabalho que o homem pode operar ao mesmo tempo está limitado pelo número de seus instrumentos corporais de produção, pelo número de seus próprios órgãos corporais. O número de ferramentas com as quais opera uma máquina-ferramenta libertou-se do princípio das barreiras orgânicas que restringem a ferramenta de um operário”.⁶⁷⁹ A produção de máquinas em larga escala foi produto de uma série de avanços científicos e técnicos, mas não foi esse seu fator determinante (tais avanços, em sua maioria, já existiam bem antes de seu uso amplo na produção industrial).⁶⁸⁰ O seu fator deflagrador foi, como iremos ver, a *necessidade econômica* de expandir a produção capitalista e ampliar qualitativamente a extração de mais-valia. Com a incorporação da máquina movimentada por uma fonte de energia e operando um número cada vez maior de ferramentas cada vez mais precisas, as possibilidades de desenvolvimento da força produtiva *do trabalho*, e de barateamento da força de trabalho, tornaram-se praticamente ilimitadas.

A introdução de máquinas multiplicou o rendimento do trabalho, e aumentou espetacularmente a produção global. Dentro das fábricas, cresceu rapidamente a divisão do trabalho, levando aos poucos à “produção em série”. Para maximizar o desempenho dos operários, as fábricas subdividiram a produção em várias operações, cada trabalhador executando uma única parte do processo, sempre da mesma maneira. Enquanto, na manufatura, o trabalhador produzia um produto completo, conhecendo assim todo o processo de produção, agora passava a realizar apenas parte deste, limitando seu domínio técnico sobre o próprio trabalho.

As inovações técnicas na Inglaterra começaram na indústria têxtil. Já em 1733, John Kay inventara a lançadeira volante, popularizada depois de 1760. James Hargreaves inventou a *Spinning-Jenny* (1765) que produzia oito fios ao mesmo tempo. A produtividade do trabalho têxtil aumentou, com a Jenny, de 16 a 18 vezes. Graças ao invento de Hargreaves os tecelões passaram a ter à sua disposição fio em maior quantidade do que aquela que conseguiam utilizar nos seus teares. Richard Arkwright inventou a *waterframe* (fiandeira hidráulica, 1760), capaz de produzir oito fios simultaneamente, porém só permitia a fabricação de tecidos muito grossos e de baixa qualidade. Foi Samuel Crompton que conseguiu produzir fios finos e resistentes, com a *mule* (1779). O aumento da produção de fios obrigou a tecelagem a se revolucionar para poder consumi-los produtivamente: sobravam fios, desequilíbrio corrigido

⁶⁷⁹ Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Volume 1.

⁶⁸⁰ Os antigos gregos e romanos, só para tomar exemplos tão supostamente “ocidentais” quanto a própria Revolução Industrial, já dominavam a energia de vapor e a usavam para a construção de complexos aparelhos, mas sem usá-la na escala da produção de meios de subsistência ou de produção. Esses conhecimentos subsistiram e aumentaram na Idade Média europeia, e foram nesse período pavimentando o caminho para a revolução nos meios de produção do século XVIII (Lynn White. *Medieval Technology and Social Change*. Oxford, Clarendon Press, 1962).

em 1785, quando Edmond Cartwright inventou o tear mecânico. Em apenas meio século, a inovação tecnológica conheceu um avanço vertiginoso. Eis alguns de seus feitos principais:

- **Em 1733, John Kay inventa a lançadeira volante.**
- **Em 1735, os irmãos Darby realizam a fundição de ferro com misturas de coque, que será difundida a partir de 1760.**
- **Em 1767, James Hargreaves inventa a *spinning jenny*, que permitia a um só artesão fiar 80 fios de uma única vez.**
- **Em 1768, James Watt inventa a máquina a vapor, que começa a ser utilizada em 1775.**
- **Em 1769, Richard Arkwright inventa a *water frame*.**
- **Em 1779 Samuel Crompton inventa a *mule jenny*, uma combinação da *water frame* com a *spinning jenny* com fios finos e resistentes.**
- **Em 1785 Edmond Cartwright inventa o tear mecânico**

No ramo metalúrgico, substituiu-se o carvão vegetal pelo carvão mineral (coque), inventou-se o processo de pudlagem, descoberto por Peter Onions (1783). Cada problema surgido exigia nova invenção. Para mover o tear mecânico, era necessária uma energia motora mais constante do que a hidráulica, à base de rodas d'água. Thomas Newcomen inventou a máquina a vapor (1711), aperfeiçoada por James Watt (1768), quem, aprimorando a máquina, chegou à máquina de movimento duplo, com biela e manivela, que transformava o movimento linear do pistão em movimento circular, adaptando-se ao tear. Era a primeira máquina a vapor realmente eficaz. A ideia básica era colocar o carvão em brasa para aquecer a água até que ela produzisse muito vapor. A máquina girava por causa da expansão e da contração do vapor posto dentro de um cilindro de metal.

O invento de James Watt teve como efeito direto a possibilidade de se instalar fábricas nos cinturões das cidades, liberando-as da necessidade de serem montadas à beira de rios ou riachos, muitos deles distantes do mercado consumidor. As máquinas a vapor tinham muitas utilidades: retirar a água que inundava as minas subterrâneas de ferro e carvão e movimentar os teares mecânicos, que produziam tecidos de algodão, eram as principais. A nova força motriz das máquinas (a energia a vapor) “trabalhava”, diversamente da força de origem hidráulica, em qualquer estação do ano, em qualquer local. Com o desenvolvimento da máquina a vapor, tornou-se possível, por meio da utilização de correias de transmissão entre a máquina motriz e as outras, o funcionamento simultâneo de várias máquinas de fiar e de vários teares.

O aumento da produtividade do trabalho foi o *fim econômico* de cada fase de incorporação dos novos métodos de produção; seu objetivo *social* foi o *aumento do controle patronal do processo de trabalho* e de seus executantes. Com o advento da Revolução Industrial a chamada acumulação primitiva foi substituída pela acumulação de capital, ou “reprodução ampliada” do mesmo. A mais-valia extraída do trabalhador incrementou-se qualitativamente; o capital industrial tendeu, finalmente, a deslocar o capital comercial, agrário, usurário ou financeiro, do centro da atividade econômica. Isto marcou a passagem para o modo de produção especificamente *capitalista*. Na produção mercantil, a reprodução simples do capital significava que o lucro era totalmente gasto na compra de bens de consumo, ou no entesouramento (poupança). A reprodução ampliada significa acumulação de capital: uma fração da mais-valia total é empregada para a aquisição de mais capital, variável e constante, aumentando a escala de produção. Para haver reprodução ampliada do capital, é preciso que

parte da mais-valia obtida no ciclo se converta em capital constante, possibilitando que o novo ciclo de produção ocorra numa escala maior.⁶⁸¹

Os economistas liberais não conseguiram explicar a ampliação da produção senão pela pressuposta “lei” de que “a produção cria sua própria demanda” (a “Lei de Say”), ou seja, pela lei da oferta e da demanda, que supõe que o lucro do capital se origina na esfera da circulação (ou comércio). Para gerar lucro, o valor de uma mercadoria deve ser maior do que o valor do capital constante e do capital variável empregados na sua produção. A parte do valor que “sobra”, a mais-valia, originada no sobretrabalho operário, é apropriada pelo capitalista, que a investe novamente na produção, pois a concorrência dos demais capitalistas o obriga a “modernizar-se”, produzindo mercadorias em maior quantidade e de menor valor unitário. A produção capitalista é, *por esse motivo* (e não pelo incremento da demanda) uma produção pela produção *ad infinitum*, em que o capitalista recupera o capital investido durante os ciclos de produção obtendo um lucro, reinvestido (parcialmente ou não) na produção. Sobre essa base, com a Revolução Industrial, o capital definitivamente apropriou-se da esfera da produção: o capitalista industrial substituiu o comerciante como ator dominante na economia; houve também o declínio do artesanato tradicional, das associações gremiais e dos artífices.

O aumento da demanda foi, sim, o fator *deflagrador* do processo, que adquiriu, uma vez posto em marcha, sua lógica própria. A localização geográfica (inglesa) da Revolução Industrial teve motivos objetivos. Na Inglaterra, o excedente gerado pelo aumento da agricultura comercial encorajou a mecanização da agricultura. O mercado interno, por sua vez, cresceu com o crescimento demográfico: a população inglesa aumentou 40% durante a segunda metade do século XVIII, e quase 50% nas três décadas seguintes. Isso foi possibilitado por diversos fatores: diminuição do índice geral de mortalidade infantil, controle de doenças epidêmicas, generalização de práticas higiênicas (como o tratamento da água, tornando-a potável), etc. A isso se deve acrescentar o crescimento da demanda externa, proveniente do império colonial e da expansão comercial inglesa. Para satisfazer essa demanda crescente, a Revolução Industrial

⁶⁸¹ Marx distinguiu dois tipos de reprodução do capital, a simples e a ampliada. Na reprodução simples a mais-valia (ou “lucro”) é totalmente gasta na compra de bens de consumo, isto é, D-M-D. A reprodução ampliada significa acumulação, ou seja que uma determinada fração da mais-valia total é empregada para a aquisição de mais capital, variável e constante, desta maneira aumenta a escala de produção: D'-M-M'-D''-M-M'-D'''. A produção total se divide em em três partes: capital constante, capital variável e mais-valia. A terceira parte da produção, o trabalho excedente, tanto na forma de meios de produção quanto na forma de meios de subsistência, é consumida de duas formas: a primeira, sob a forma de renda destinada à compra dos meios de subsistência e suntuários consumidos pelos capitalistas; a segunda, sob a forma de novo capital, contratação de novos trabalhadores e compra de novos meios de produção capazes de reproduzirem a produção num patamar mais elevado. A mais-valia sob a forma de meios de subsistência é consumida em parte pelos próprios capitalistas e em parte pelos novos operários contratados para aumentar a escala de produção. A mais-valia na forma de meios de produção é comprada pelas empresas capitalistas para sua expansão. Dessa forma, a produção total (meios de produção, ou capital constante, capital variável e mais-valia) é inteiramente consumida pelas duas únicas classes existentes em uma sociedade capitalista “pura”: a classe operária e a classe capitalista. A totalidade dos meios de subsistência é consumida sob três formas: como meio de subsistência dos operários já empregados pelo capital; como renda pelos próprios capitalistas, e como meio de subsistência dos novos operários contratados pelo capitalista para ampliar a escala da produção. A totalidade dos meios de produção, tanto a parte sob a forma de capital constante, necessário para a reposição do capital consumido, quanto a parte excedente, é comprada pelas próprias indústrias capitalistas. Marx demonstra, desse modo, que cabe exclusivamente aos capitalistas e aos operários adicionais realizar a totalidade da mais-valia e do excedente. Os capitalistas realizam a mais-valia de duas maneiras: pela transformação de uma parte em renda e pela transformação da outra parte em capital. Marx abstrai da sua análise da dinâmica do capital todas as relações e formas de produção não-capitalistas, pressupondo a existência de uma única relação social de produção, capitalista. Os esquemas de reprodução ampliada do capital têm como função demonstrar sob que condições a acumulação de capital e o progresso capitalista poderiam existir historicamente. A condição para isso é que a mais-valia seja constantemente capitalizada, transformada em meios de consumo e em capital pelas próprias empresas capitalistas. Os esquemas da reprodução ampliada do capital abstraem da análise qualquer possibilidade de crise e interrupção da produção, pois pressupõem um constante equilíbrio e harmonia entre produção e consumo.

criou as bases para a incorporação dos progressos técnicos à produção em grande escala, o que afetou principalmente a produção têxtil, a mineira e a metalúrgica, além dos transportes.

A *mule* de Crompton, por exemplo, operada por um só trabalhador, realizava nas fábricas têxteis o trabalho que antigamente era realizado por trezentas fiandeiras. A conversão do carvão mineral em combustível útil (o coque) permitiu o surgimento das fábricas metalúrgicas com altos fornos, substituindo o escasso carvão vegetal, que limitava a produção. O barco a vapor, por sua vez, barateou e acelerou o transporte de produtos através das redes fluviais. As novas condições econômicas permitiram o uso em grande escala dos progressos científicos e técnicos, e agiram novamente sobre a esfera da ciência e da técnica, exigindo novos progressos, para alimentar o crescimento da produção. A fábrica moderna foi filha do desenvolvimento da técnica, da tecnologia e da produção, possibilitado, por sua vez, pela expansão e unificação dos mercados internos (através da supressão dos impostos e alfândegas internas) e pela abertura dos mercados externos, nos países já submetidos ao processo de transformação capitalista (na Europa ocidental ou nas colônias inglesas da América, transformadas em 1776 nos EUA), ou nos países que ficaram na condição de colônias ou semicolônias dos países capitalistas. O sistema fabril de produção ficou caracterizado por uma complexa divisão *dentro* do processo de trabalho e pela simplificação da rotina das tarefas de trabalho.

As duas décadas situadas entre 1783 e 1802, que costumam ser apontadas como o período do “salto” industrial inglês, foram só o momento crítico de um processo bem mais longo: “O período conteve alguns desenvolvimentos significativos nas indústrias siderúrgica e algodoeira, incluiu o frenesi na construção de canais, assistiu a uma aceleração no ritmo dos cercamentos e do crescimento demográfico e, acima de tudo, foi caracterizado por uma elevação acentuada no volume do comércio internacional que entrava e saía dos portos britânicos. Cada um desses desenvolvimentos, entretanto, fazia parte de um *continuum* histórico no qual o período 1783-1802 não foi único”. A grande onda de construção de ferrovias foi, por exemplo, bem posterior: “O crescimento econômico moderno depende, mais de qualquer outro fator, de um processo contínuo de mudança técnica. O que a Revolução Industrial fez foi aumentar substancialmente o fluxo de inovações corporificadas na atividade econômica e transformá-lo num fluxo contínuo, mesmo que flutuante. Numa economia pré-industrial o progresso técnico tende a ser excepcional e intermitente”.⁶⁸²

O decisivo foi que o período mencionado alterou decisivamente o rumo político do Estado, inglês inicialmente (e depois, dos Estados europeus em concorrência com este). A política inglesa acompanhou a transformação capitalista/industrial da economia, evidenciando a influência cada vez maior da burguesia industrial no Estado. Em 1813, foram abolidas na Inglaterra as leis que regulavam os salários. O Reino Unido também abandonou sua política protecionista, já no século XIX, quando Richard Cobden e John Bright, influenciados pelo liberalismo da escola de Manchester, iniciaram um movimento por tarifas alfandegárias mais baixas. Em 1840, o Reino Unido adotou uma política econômica totalmente liberal, com a revogação das Leis do Milho (*Corn Laws*) e do Ato de Navegação cromwelliano de 1651, que pusera as bases para a supremacia naval inglesa. Os britânicos reduziram as tarifas e quotas externas e internas, se encaminhando para o livre comércio sem entraves de qualquer espécie.

Karl Polanyi argumentou que o capitalismo não surgiu até a mercantilização completa da terra, do dinheiro e do trabalho, culminando no estabelecimento de um mercado livre de trabalho generalizado no Reino Unido na década de 1830. Para Polanyi, “o alargamento do mercado para os elementos da indústria - terra, trabalho e dinheiro - foi consequência inevitável da introdução do sistema fabril numa sociedade comercial”: “Não foi senão até 1834 que existiu

⁶⁸² Phyllis Deane. *A Revolução Industrial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, pp. 141-143: “Os primórdios da industrialização, do desenvolvimento e da mudança estrutural já eram evidentes [na Inglaterra] em meados do século XVIII” (p. 30).

um mercado de trabalho competitivo, com sede na Inglaterra, portanto, não se pode dizer que o capitalismo industrial, como um sistema social, existiu antes desta data".⁶⁸³ Ora, em 1776, Adam Smith já celebrava que "antigamente, era usual cotar os salários, primeiro por leis gerais estendendo-se por todo o reino e, depois, por ordens particulares dos juizes de paz em cada condado; ambas essas práticas entraram agora [último quartel do século XVIII] em completo desuso" -⁶⁸⁴ o que abria o caminho para o progresso baseado na "emulação" (baseada, por sua vez, no terror de cair na miséria absoluta).

Datado o início da Revolução Industrial em 1780, aproximadamente, isso significa que ela consumiu meio século até modificar por completo as relações econômicas e sociais inglesas. A Revolução Industrial, por isso, não deve ser entendida só como um conjunto de inovações técnicas, novas máquinas e novos procedimentos de produção, mas como uma alteração estrutural da produção social, determinada pela substituição da ferramenta pela máquina, em um processo que concluiu na consolidação do capitalismo como modo de produção dominante. Foi responsável pela separação definitiva entre o capital e o trabalho, pela consolidação do trabalho assalariado, pelo controle da burguesia capitalista sobre a produção e pela formação de uma nova classe social, o proletariado.

Pressupostos políticos e ideológicos precederam à Revolução Industrial na Inglaterra, criando um clima propício para sua eclosão. O liberalismo econômico, nas palavras de Tawney, tornou-se, no século XVIII, "quase uma religião"; na teoria política elaborada por John Locke, que argumentava que a propriedade era um direito anterior à existência do Estado, "o poder supremo não pode tirar de qualquer homem qualquer parte de sua propriedade sem seu próprio consentimento". Nesse contexto, as origens *políticas* da Revolução Industrial, certamente, podem ser encontradas nos séculos XVI e XVII, com as políticas de incentivo ao comércio adotadas pelas monarquias absolutistas, inclusive a de Inglaterra, que tinham grandes necessidades monetárias (e, portanto, de saldos comerciais favoráveis) em função da manutenção de seus exércitos, pelo seu frequente envolvimento em conflitos bélicos de todo tipo, tanto nas suas colônias como dentro da própria Europa. Era a manifestação de um processo histórico mais profundo. A Revolução Industrial foi consequência desse processo. A indústria que dela nasceu se transformou em causa de sua mundialização. Esse momento revolucionário, de passagem da energia humana, hidráulica e animal, para a energia motriz, como base da produção social, foi também o ponto culminante da longa evolução tecnológica, social e econômica que vinha se processando na Europa desde a Baixa Idade Média.

Através da Revolução Industrial chegou-se finalmente ao *sistema capitalista*. Os grandes descobrimentos do século XVI e as viagens interoceânicas alargaram os mercados, razão pela qual aumentou, repentinamente, a procura da lã. Os senhores da terra ingleses passaram a utilizar suas terras predominantemente como áreas de pastagem para os rebanhos de ovelhas. Os camponeses "sobravam" no campo inglês, ao mesmo tempo em que faltava mão de obra nas novas manufaturas. A crescente procura de mercadorias, além disso, exigia maior produção e preços menores, que só vieram a ser satisfeitos por mudanças estruturais na esfera da produção. Essa foi a base econômica da Revolução Industrial. Ela vinculou-se também a câmbios gerais na sociedade e no Estado operados desde o século XIV; ou seja, foi a culminação de movimentos já iniciados.

Com a Revolução Industrial, a "constante revolução dos meios de produção" se transformou na norma geral do desenvolvimento histórico e econômico, com consequências para todos os aspectos da vida social: "Todas as relações fixas e enferrujadas, com o seu cortejo de vetustas representações e intuições, são dissolvidas, todas as recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo o que era estável se volatiliza, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são por fim obrigados a encarar com olhos prosaicos a sua posição na vida e suas

⁶⁸³ Karl Polanyi. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.

⁶⁸⁴ Adam Smith. *Riqueza das Nações*. São Paulo, Folha de S. Paulo, 2010.

ligações recíprocas”.⁶⁸⁵ O conceito de Revolução Industrial, no entanto, só veio a ser utilizado por ingleses e franceses por volta das décadas de 1820-1830, quando se constatou definitivamente que, a partir da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, haviam sido retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante e ilimitada, de homens, mercadorias e serviços.

Qualificada como o acontecimento histórico mais marcante da história universal desde a revolução neolítica (ou seja, desde o desenvolvimento da agricultura e do aparecimento das cidades), o debate em torno às causas da Revolução Industrial deu destaque à sua gênese na Inglaterra. Porque a primazia inglesa? O amplo debate historiográfico tornou um consenso que, para que a Revolução Industrial pudesse acontecer, foram necessárias: 1) Uma renovação técnica do aparato de produção; 2) Um incremento do capital líquido monetário e físico; 3) Uma oferta maior de força de trabalho.

Nenhuma sociedade anterior tinha sido capaz de transpor o limite que uma estrutura social pré-industrial, uma tecnologia e uma ciência insuficientes, a fome e a morte massiva, periódica e recorrente, impunham à produção: “A partir da metade do século XVIII, o processo de acumulação de velocidade para a partida é tão nítido que historiadores mais velhos tenderam a datar a revolução industrial de 1760. Mas a maioria dos estudiosos localizou como decisiva a década de 1780 e não a de 1760, pois foi então que, até onde se pode distinguir, todos os índices estatísticos relevantes deram uma guinada repentina, brusca e quase vertical para a partida. A economia voava. Chamar esse processo de Revolução Industrial é lógico e está em conformidade com uma tradição bem estabelecida. Se a transformação rápida, fundamental e qualitativa que se deu por volta da década de 1780 não foi uma revolução, então a palavra não tem qualquer significado prático”.

Sendo assim, como delimitar historicamente a Revolução Industrial? “De fato, a Revolução Industrial não foi um episódio com um princípio e um fim. Não tem sentido perguntar quando se “completou”, pois sua essência foi a de que a mudança revolucionária se tornou norma desde então. Ela ainda prossegue; quando muito podemos perguntar quando as transformações econômicas chegaram longe o bastante para estabelecer uma economia substancialmente industrializada, capaz de produzir, em termos amplos, tudo que desejasse dentro dos limites das técnicas disponíveis, uma “economia industrial amadurecida”, para usarmos o termo técnico. Na Grã-Bretanha e, portanto no mundo, este período de industrialização inicial começou com a “partida” na década de 1780, (e) pode-se dizer com certa acuidade que terminou com a construção das ferrovias e da indústria pesada na Grã-Bretanha na década de 1840”.⁶⁸⁶

“Revoluções industriais” frustradas já tinham acontecido em outros países, antes da inglesa do século XVIII. Porque a inglesa vingou, e não as precedentes? A característica marcante da Revolução Industrial inglesa no final do século XVIII foi que ela começou no campo, no país com a mais alta produtividade agrícola, a Grã-Bretanha. Inglaterra era mais e melhor alimentada do que as outras regiões europeias, exceto as áreas rurais mais prósperas, ou as classes mais abonadas dos países continentais, e tinha sido assim desde muito antes da Revolução Industrial. Os seus padrões de vida tenham melhorado durante a maior parte do século XVIII. A Revolução Industrial se alicerçou em uma profunda transformação social, em primeiro lugar na vida no campo da Inglaterra. A produtividade agrícola pré-industrial inglesa encontrava um obstáculo ao seu desenvolvimento devido ao sistema de “campos abertos” e de “terras comuns” (*commons*), utilizado pelos camponeses para o plantio e a criação de gado, desde a Idade Média, como acontecia na maioria dos países europeus. Por isso, as inovações técnicas foram acompanhadas de um grande reordenamento e redimensionamento das

⁶⁸⁵ Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto Comunista*. São Paulo, Ched, 1980.

⁶⁸⁶ Eric J. Hobsbawm. *A Era das Revoluções 1789–1848*. São Paulo, Paz e Terra, 2005, p. 51.

propriedades rurais, através da intensificação do cercamento (*enclosures*) dos campos. As *enclosures* consistiam na unificação dos lotes dos camponeses, até então dispersos em faixas pela propriedade senhorial (campos abertos), num só campo cercado por sebes e usado na criação intensiva de gado, ou nas plantações que interessavam ao proprietário. O cercamento e as novas técnicas agrícolas promoviam o aumento da oferta de mercadorias, que podiam ser vendidas a um melhor preço.

Essa prática foi legalmente utilizada e permitida pelo Parlamento Inglês desde o século XVI, e foi intensificada no século XVIII causando a eliminação dos *yeomen* (pequenos camponeses) e dos arrendatários. Com a *gentry* (pequena nobreza de origem recente) no poder, dispararam os cercamentos, autorizados pelo Parlamento. A divisão das terras coletivas beneficiou os grandes proprietários. As terras dos camponeses, os *yeomen*, foram reunidas num só lugar e eram tão poucas que não lhes garantiam a sobrevivência: eles se transformaram em proletários rurais; deixaram de serem, ao mesmo tempo, agricultores e artesãos. Com duas consequências principais: a diminuição da oferta de trabalhadores na indústria doméstica rural, no momento em que ganhava impulso o mercado, o que tornava indispensável adotar uma nova forma de produção capaz de satisfazê-lo; a proletarianização, que abriu espaço para o investimento de capital na agricultura, do que resultaram a especialização da produção, o avanço técnico e o crescimento da produtividade. A população cresceu e o mercado consumidor também; sobrou assim mão de obra para os novos centros industriais urbanos.

Os cercamentos provocaram um brutal desemprego na área rural, com os camponeses e suas famílias perdendo os lotes de onde tradicionalmente tiravam o seu sustento. A preocupação com as consequências sociais do processo não existia para aqueles que estavam maravilhados pelo progresso da produção, como era o caso de um agrônomo chamado Arthur Young: "A meu ver, a população é um objetivo secundário. Deve-se cultivar o solo de modo a fazê-lo produzir o máximo possível, sem se inquietar com a população. Em caso algum o fazendeiro deve ficar preso a métodos agrícolas superados, suceda o que suceder com a população. Uma população que, ao invés de aumentar a riqueza do país, é para ele um fardo, é uma população nociva". Em algumas paróquias inglesas, o simples anúncio de editais para o cercamento gerava revoltas e tentativas para que não fossem afixados nas portas das igrejas.

"Lamento profundamente - afirmava um comissário real - o mal que ajudei a fazer a dois mil pobres, a razão de 20 famílias por aldeia. Muitos deles, aos quais o costume permitia levar rebanhos ao pasto comum, não podem defender seus direitos, e muitos deles, pode-se dizer quase todos os que têm um pouco de terra, não têm mais de um acre; como não é o bastante para alimentar uma vaca, tanto a vaca como a terra são, em geral, vendidos aos ricos proprietários".⁶⁸⁷ Os cercamentos foram chamados de "revolução dos ricos contra os pobres". Os senhores e nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e costumes tradicionais, pela violência ou por intimidação e pressão. Eles literalmente roubavam do pobre sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por força de antigos costumes, os pobres consideravam como suas e de seus herdeiros. Aldeias abandonadas e ruínas de moradias testemunhavam a ferocidade da *revolução capitalista*.

A partir do século XVIII, a aristocracia inglesa realizou um esforço sistemático de modernização da agricultura, com o objetivo de aumentar as rendas de suas propriedades, seguindo o exemplo da burguesia que se enriquecia com as atividades comerciais e financeiras. A agricultura inglesa desenvolveu-se com a difusão de novas técnicas e instrumentos de

⁶⁸⁷ Segundo Paul Mantoux: "Não era raro ver quatro ou cinco ricos criadores se apossarem de toda uma paróquia, antes dividida entre trinta ou quarenta camponeses, tanto pequenos arrendatários quanto pequenos proprietários. Todos foram repentinamente expulsos e, ao mesmo tempo, inúmeras outras famílias, que dependiam quase que unicamente deles, para o seu trabalho e sua subsistência, as dos ferreiros, carpinteiros, carro e outros artesãos e pessoas de ofício, sem contar os jornaleiros e criados" (Paul Mantoux. *A Revolução Industrial no Século XVIII*. São Paulo, Hucitec, 1988).

cultivo.⁶⁸⁸ O fim do uso comum das terras gerou o "trabalhador livre", expulso do campo, origem do proletariado urbano e rural. A agricultura era praticada na Inglaterra, bem como no restante da Europa, através de métodos e de instrumentos ainda bastante primitivos. O cultivo do solo, realizado pelo sistema medieval do arroteamento trienal, deixava o campo improdutivo durante um ano em três, para recuperação da fertilidade. Os arados eram rudimentares e as forragens insuficientes para a alimentação dos rebanhos durante o inverno, tornando-se necessário abatê-los em grande número no outono.

O impulso modernizador agrário inicial foi dado, em 1731, com a publicação do livro de Jethro Tull, *The new horse husbandry, or an essay on the principles of tillage an vegetation*. Estudioso e observador dos métodos agrícolas praticados na Alemanha, França e Holanda, Tull (1674-1746) era proprietário de terra no Berkshire, onde se dedicou a experiências e pesquisas e foi um dos primeiros a conceber a noção de cultura intensiva. Ele sugeriu a lavra profunda dos campos; o estabelecimento contínuo da rotação de culturas, que produzia colheitas variadas sem cansar a terra e sem necessidade de descanso prolongado; mostrou a importância das forragens de inverno que proporcionavam alimento para o gado nessa estação, dispensando o abate e, conseqüentemente, aumentando a oferta de adubo animal. Os grandes proprietários de terra passaram a aplicar as teorias e invenções de Jethro Tull em seus domínios, chegando alguns deles a aperfeiçoá-las, como Lord Townshend (1674 - 1750) que desenvolveu técnicas de drenagem e adubo do solo e iniciou cultivos que se sucediam em rotações regulares (nabo, cevada, trigo, beterraba, aveia, ervilha, feijão) sem esgotar a terra e sem deixá-la improdutivo. Sir Robert Bakewell (1725 - 1795) empreendeu a melhoria de rebanhos ovinos e bovinos através de cruzamentos e da seleção artificial das espécies. Com isso, conseguiu dobrar o peso médio de bois, bezerras e carneiros. O governo inglês contribuiu nesse processo modernizador com obras públicas: estradas, canais e drenagem de pântanos. *A partir de meados do século XVIII, a agricultura moderna estava implantada na Inglaterra*, abrindo o caminho para a Revolução Industrial.

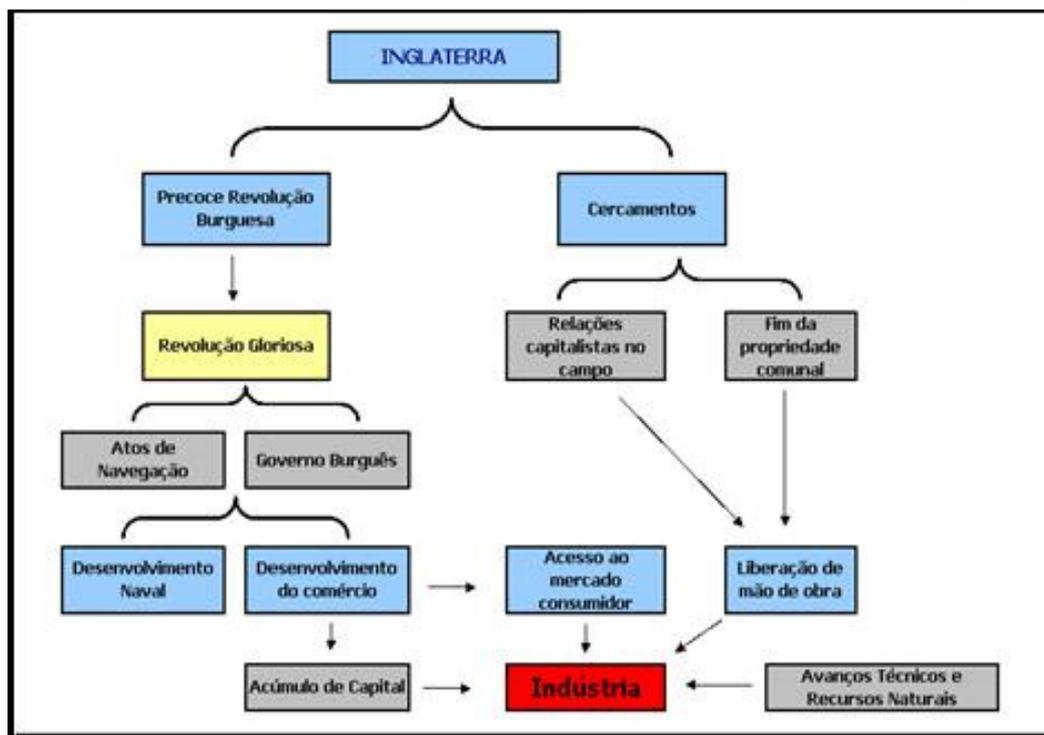
Inglaterra, além disso, já tinha, na primeira metade do século XVIII, uma importante indústria de transformação para os padrões da época. A Revolução Industrial não criou, portanto, esse setor industrial: ela transformou um setor industrial já existente, ao introduzir novas maneiras de produzir as mesmas coisas. As primeiras hipóteses para explicar o "privilégio inglês" remeteram para fatores geográficos: a Inglaterra possuía grandes reservas de carvão mineral em seu subsolo, ou seja, a principal fonte de energia para movimentar as máquinas e as locomotivas a vapor. Além da fonte de energia, os ingleses possuíam grandes reservas de minério de ferro, a principal matéria prima utilizada.⁶⁸⁹ A burguesia inglesa tinha capital suficiente para financiar as fábricas, comprar matéria prima e máquinas e contratar empregados. O alargado mercado consumidor inglês também pode ser destacado como fator que contribuiu para o pioneirismo inglês. Esses fatores logo mostraram suas limitações.

A economia capitalista tendeu para a inovação constante dos produtos e das formas de trabalho. Quanto mais sofisticados os meios de trabalho, maior a produtividade (mais unidades de mercadoria produzidas em menos tempo de trabalho), menores os custos e os preços, maior a possibilidade de vender para mais gente, conquistando mais mercados. Mas nada indica que os capitalistas, nas circunstâncias históricas dos séculos XVI ou XVII, tivessem interesse em revolucionar os meios de produção, construindo máquinas inovadoras. O tipo de

⁶⁸⁸ Eric L. Jones. Agricultura e rivoluzione industriale. In: Ciro Manca (ed.). *Formazione e Trasformazione dei Sistemi Economici in Europa dal Feudalesimo al Capitalismo*. Padua, CEDAM, 1995.

⁶⁸⁹ Na Europa, os maiores centros de desenvolvimento industrial eram as regiões mineradoras de carvão, o norte da França, os vales do Rio Sambre e Meuse; na Alemanha, o vale de Ruhr, e também algumas regiões da Bélgica. Além desses lugares, a industrialização ficou presa às principais cidades, como Paris e Berlim; aos centros de interligação viária, como Lyon, Colônia, Frankfurt, Cracóvia e Varsóvia; aos principais portos, como Hamburgo, Bremen, Roterdã, Le Havre, Marselha; a pólos têxteis, como Lille, Ruhr, Roubaix, Barmen-Elberfeld, Chemnitz, Lodz e Moscou, e a distritos siderúrgicos e regiões de indústria pesada na bacia do rio Loire, no Sarre, e na Silésia.

mercado ao qual estavam acostumados era formado em primeiro lugar por ricos, nobres e burgueses, que queriam mercadorias de luxo, caras e em pequena quantidade. A margem de lucro era alta sem que fosse preciso produzir ou comercializar muitas mercadorias. Os consumidores pobres, que satisfaziam suas necessidades exclusivamente no mercado e não com formas de autossustentação, não eram numerosos nem adeptos de produtos padronizados. Foi preciso que a própria produção mecanizada criasse o seu mercado, que um mercado potencial existisse, que capitalistas industriais e pioneiros apostassem nas inovações, que o Estado os apoiasse, e que eles quisessem de fato substituir as manufaturas da Índia, no caso do ramo têxtil, por mercadorias baratas e abundantes feitas na Inglaterra.



Essa tendência explica o “privilegio inglês”. Inglaterra tinha um Estado disposto a apoiar seus capitalistas; um mercado interno potencialmente grande; e um mercado externo igualmente grande e em crescimento, baseado num verdadeiro império, que começou a ser erguido no século XVII, com uma marinha mercante cada vez mais eficiente. A condição política que diferenciava a Inglaterra do restante do mundo (com a exceção dos Países Baixos, e com a diferença que estes possuíam poucos recursos naturais) era o fato de que a burguesia inglesa, como vimos, já havia feito uma revolução vitoriosa, exercendo o poder de maneira a criar as condições legais e institucionais favoráveis à atividade capitalista. Inglaterra possuía ainda ricas jazidas de ferro e carvão, e o fator demográfico foi importante como formador de um grande mercado consumidor interno.

Depois da epidemia de varíola (1725-1730), seguiu-se um período de estabilidade populacional, mas a partir de 1750 a população inglesa aumentou sensivelmente. Os avanços da medicina preventiva e sanitária, e o controle das epidemias, favoreceram o crescimento demográfico. Junto com a expulsão dos camponeses devida às *enclosures*, isto aumentou a oferta de trabalhadores “livres” para a indústria. Com o êxodo rural, os trabalhadores dirigiram-se para os centros urbanos em busca de trabalho nas manufaturas. A população de Londres passou os 800 mil habitantes em 1780, superando o milhão na virada do século, para mais de cinco milhões em 1880. Tratou-se de um fenômeno parecido com o acontecido na França depois da Peste Negra: a taxa de mortalidade decresceu, devido ao rejuvenescimento da população sobrevivente, a taxa de natalidade aumentou, devido à abundância de casamentos precoces, facilitados pelas heranças antecipadas (pela morte dos mais velhos).

Emmanuel Le Roy Ladurie constatou fenômenos, na França do século XVI, semelhantes aos que aconteceriam na Inglaterra do século XVIII.⁶⁹⁰ Mas, diversamente da França, além de um mercado interno em processo de ampliação, a Inglaterra pôde contar com um mercado externo (colonial) em crescimento, particularmente depois das independências dos países latino-americanos da metrópole espanhola e portuguesa e da abolição do tráfico de escravos no século XIX, além da penetração inglesa na Índia e na China. Também a Europa Oriental já à época era um mercado consumidor de produtos manufaturados ingleses.

A característica fundamental da renovação técnica na Inglaterra foi a passagem da produção baseada em um sistema de manufatura estático, para a produção de “grande indústria”, forma de organização *dinâmica* da produção e da divisão do trabalho; e também forma de organização industrial introduzida através de numerosos processos de produção e de máquinas novas; sobretudo, máquinas-ferramenta e máquinas produtoras de energia, fabricadas em número crescente desde a década de 1760. Considerando as inovações técnicas como consequência, e não causa, das transformações produtivas, elas não deixam de ser característica essencial da Revolução Industrial: “Essas substituições [de trabalho vivo por máquinas] fizeram a Revolução Industrial. Geraram uma rápida elevação da produtividade e, concomitantemente, da renda per capita. Esse crescimento, além disso, era autossustentado. Em eras passadas, melhores padrões de vida tinham sido sempre acompanhados de um aumento populacional que finalmente consumia os ganhos. Agora, e pela primeira vez na história, a economia e o conhecimento estavam crescendo com rapidez bastante para gerar um contínuo fluxo de melhorias”.⁶⁹¹

Vários elementos concorreram, portanto, para a industrialização mais rápida da Inglaterra: disposição de capital, de recursos naturais, de mercado, e transformação agrária começada previamente. Inglaterra adiantou sua industrialização em cinquenta anos em relação ao continente europeu e, em consequência, saiu na frente na expansão colonial contemporânea. Sem dúvida, na base do fenômeno encontrou-se sua história precedente, em seus aspectos sociais e políticos, que criaram as bases do Estado Nacional, mais de dois séculos antes da eclosão industrial. Inglaterra, por outro lado, foi a “ponta” de um processo que já tinha se insinuado e desenvolvido parcialmente em outras regiões da Europa ocidental. No caso inglês, é evidente a formação pioneira de um Estado moderno, que preferiu substituir a extorsão direta dos súditos, mediante a força e o confisco, por uma tributação definida pelas leis e costumes, que tornaram os impostos regulares, e deram mais segurança aos empresários capitalistas. A produtividade do trabalho passou a crescer a um ritmo mais rápido que o ritmo de crescimento demográfico, as diversas estimativas coincidem em um crescimento acelerado do produto nacional e do produto per capita em consequência da transformação industrial.

Estimativa de crescimento anual do PIB na Inglaterra (1700-1870)

Periodos	Crafts		Deane e Cole	
	Produto nacional bruto	Produto nacional bruto per capita	Produto nacional bruto	Produto nacional bruto per capita
1700-1760	0.69	0.31	0.66	0.45
1760-1780	0.70	0.01	0.65	-0.04
1780-1801	1.32	0.35	2.06	1.08
1801-1831	1.97	0.52	3.06	1.61
1830-1870	-	1.98	-	1.98

⁶⁹⁰ Emmanuel Le Roy Ladurie. *O Estado Monárquico*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

⁶⁹¹ Davis S. Landes. *Prometeu Desacorrentado*. Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até nossa época. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.

Em resumo, foram vantagens da Inglaterra na “corrida industrial”: 1) A grande disponibilidade de mão de obra para as indústrias nascentes devido ao surgimento, no século XVI, de um processo de expulsão dos camponeses de suas terras e de mudanças na estrutura agrária; 2) A instauração da monarquia parlamentar através da Revolução Gloriosa de 1688/89, que estabeleceu no país a Declaração dos Direitos (*Bill of Rights*) permitindo a supremacia do parlamento sobre a monarquia, o que significou o início do fim do absolutismo, permitindo à burguesia uma maior participação nas decisões do governo e na vida política do país; 3) A grande disponibilidade de matérias-primas de que Inglaterra desfrutava, pois não tinha dificuldades de acesso às que foram consideradas básicas para seu desenvolvimento industrial. Ela era rica em minério de carvão, lã, algodão (obtido na América) e outros insumos industriais; 4) O fato de que, por ser uma ilha de dimensões moderadas e com formato recortado, ela possuía facilidades naturais para o estabelecimento de um sistema de transportes eficientes que permitia o escoamento da produção para seus portos; 5) Possuir a maior e mais forte força marítima do mundo no período, o que permitia controlar boa parte do comércio marítimo mundial; 6) Controlar um grande império colonial que servia de mercado consumidor para seus produtos manufaturados e fornecia a matéria prima necessária para sua produção.

A historiografia deu também peso às estruturas e tradições socioculturais (religião, moral de trabalho, etc.) de modo bastante diverso. A criação de um ambiente ideológico e institucional favorável ao trabalho industrial não foi um processo automático. Nos primórdios do capitalismo inglês ainda havia fortes resistências no país contra o início de uma educação universal, base elementar para a qualificação de uma mão de obra industrial, assim como também acontecia na França e outros países da Europa.⁶⁹² Houve, por outro lado, controvérsias acerca de quais deveriam ser consideradas “ramas industriais principais”, a indústria pesada ou a leve. O peso e a significação das forças motoras da mudança (aumento da população, progresso técnico, exército industrial de reserva composto por camponeses e artesãos expropriados, oferta de capital, reforma agrária, comércio colonial e ultramarino, mercado e demanda internos, atividade estatal) receberam diversa interpretação.

A Revolução Industrial foi com certeza uma transformação social e técnico-econômica originada em avanços científicos, técnicos, sociais e políticos do mundo medieval, ou seja, já preparada por eles. Mas eles teriam sido ineficientes sem as transformações políticas. O pressuposto político mais importante foi a substituição do mercantilismo pelo liberalismo na orientação econômica estatal. Antes da liberalização econômica, as atividades industriais e comerciais estavam cartelizadas pelo rígido sistema de guildas, razão pela qual a entrada de novos competidores e a inovação tecnológica eram muito limitadas. Com a liberalização da indústria e do comércio ocorreu um enorme progresso tecnológico e um grande aumento da produtividade em um curto espaço de tempo. O liberalismo smithiano, fundamentando a ciência econômica, foi sua expressão ideológica, afirmando que quando uma pessoa buscava o mais favorável para si própria, toda a sociedade seria beneficiada.

Os capitalistas, certamente, pensavam em seus lucros, mas, para lucrar, eram obrigados a vender produtos bons e baratos, o que seria ótimo para a sociedade. E já que o individualismo era bom para toda a sociedade, o ideal seria que as pessoas pudessem atender livremente

⁶⁹² “Como podemos ser felizes se estamos rodeados por um povo que lê?”, dizia o reacionário Mr. Flosky em *Nightmare Abbey*, de Peacock. Perguntas dessa classe foram feitas no curso do século XVIII e primeira metade do século XIX. Em 1746, a Academia de Rouen debateu o seguinte problema: é vantajoso ou prejudicial para o Estado ter camponeses que saibam ler? Aproximadamente duas décadas mais tarde, De Cadadec de la Chalotais escrevia: “Nunca houve tantos estudantes como hoje. Inclusive a gente do povo quer estudar. Os irmãos da religião cristã chamados *Ignorantins* estão realizando uma política fatal. Ensinam a ler e a escrever aqueles que só deveriam aprender a desenhar e manejar instrumentos e já não querem mais fazer isso. Para o bem da sociedade, os conhecimentos do povo não podem ir além do necessário para a sua própria ocupação cotidiana. Todo homem que olhar mais longe de sua rotina diária não será nunca capaz de continuar pacientemente e atentamente essa rotina. Entre o povo baixo é necessário que saibam ler e escrever apenas os que têm ofícios que requeiram essa perícia”.

seus interesses individuais. Adam Smith aconselhava que o Estado interviesse o mínimo possível sobre a economia. Se as forças do mercado agissem livremente, a economia poderia crescer com vigor. Desse modo, cada empresário faria o que bem entendesse com seu capital, sem ter de obedecer a nenhum regulamento. Os investimentos e o comércio seriam totalmente liberados. Sem a intervenção do Estado, o mercado funcionaria automaticamente, como se houvesse uma "mão invisível" organizando tudo. O liberalismo econômico e a liberdade individual promoveriam o progresso de forma harmoniosa. David Ricardo, promotor do liberalismo econômico e continuador teórico de Adam Smith, foi também seu vitorioso continuador político.

Até a segunda metade do século XVIII, a grande indústria inglesa era a tecelagem de lã. Mas a primeira a mecanizar-se foi a do algodão, feito com matéria prima colonial (vinda dos Estados Unidos, da Índia e do Brasil). O tecido leve ajustava-se aos mercados tropicais; 90% da produção têxtil era destinada ao exterior, representando metade de toda a exportação inglesa, o que sublinha o papel também importante do mercado externo, principalmente colonial, na arrancada industrial da Inglaterra. As colônias contribuíam com matéria prima, capitais e consumo. Os capitais também provinham do tráfico de escravos e do comércio com metrópoles colonialistas, como Portugal. Metade do ouro brasileiro, por exemplo, acabou no Banco da Inglaterra, financiando estradas, portos e canais.

A disponibilidade de capital, associada a um sistema bancário eficiente, com mais de quatrocentos bancos em 1790, explica a baixa taxa de juros prevalecente na Inglaterra; havia, portanto, dinheiro barato para os empresários. Para ilustrar a relativa abundância do capital que existia na Inglaterra, a taxa de juros nesse país, no final do século XVIII, era de 5% ao ano; na China, que passou a usar papel-moeda muitos séculos antes da Inglaterra, a taxa de juros era de 30% anual. Esses fatores favoreceram o acúmulo de capitais e a expansão de seu comércio em escala mundial: os ingleses avançaram sobre os mercados externos, por meios pacíficos ou militares. A hegemonia naval lhes dava o controle dos mares. O país levou adiante uma política econômica internacional liberal a partir de meados do século XVIII: o Tratado de Methuen, em 1703, deu taxas preferenciais para seus produtos no mercado português.

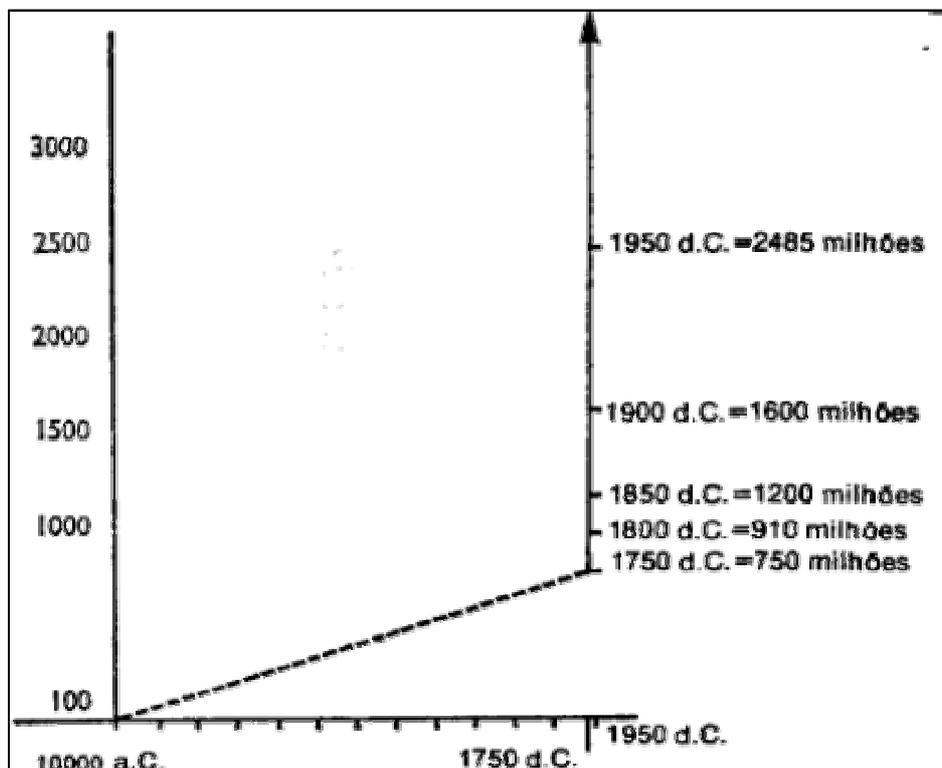
E Portugal ampliou ainda mais suas dívidas com a Inglaterra. Para pagar seu débito, viu-se forçado a utilizar os metais preciosos retirados de suas colônias (o ouro brasileiro). Os metais preciosos encheram as arcas dos bancos ingleses, criando as bases de financiamento da Revolução Industrial. A Revolução Industrial espalhou-se rapidamente, no século XIX, em outros países que também estavam revolucionando sua agricultura, especialmente na Europa Ocidental e na América do Norte. Nos países de baixa produtividade agrícola, como os da Europa central e meridional, Rússia, os países da América Latina, ou a China, que tinham setores industriais bastante pequenos, a indústria, ao contrário, progrediu lentamente. Só em 1832 alguns estabelecimentos manufatureiros da Espanha, por exemplo, vieram a adotar a energia a vapor, e depois, ainda, os primeiros altos fornos siderúrgicos.⁶⁹³ A ausência de mercado interno foi, nesses países ou regiões, um empecilho para a industrialização, devido à baixa produtividade agrícola. A falta de condições para os investimentos (disponibilidade de fundos monetários para créditos baratos ou facilitados) foi outro fator de peso.

A Revolução Industrial e sua difusão, primeiro na Europa e depois, com ritmos extremamente diferenciados, pelo restante do mundo, alterou drasticamente as condições de existência da população humana, impondo-lhe um ritmo geométrico de crescimento, superando o ritmo aritmético que tinha seguido em toda a história precedente. Entre 1500 e 1780 a população da Inglaterra aumentou de 3,5 milhões para 8,5 milhões; entre 1780 e 1880 ela saltou para 36 milhões: ela apenas *duplicou* (ou pouco mais do que isso) em quatro séculos, e *mais do que quadruplicou* no século originado-inaugurado pela Revolução Industrial. O crescimento

⁶⁹³ Jordi Nadal. *Ensayos sobre La Economía Española a Medios del Siglo XIX*. Madri. Servicio de Estudios del Banco de España, 1970.

populacional mundial anterior à revolução Industrial era, medido pelos padrões atuais, muito lento. Em 1750, a população mundial somava entre 650 e 850 milhões de habitantes. Em 1850, entre 1100 e 1300 milhões. Em 1900, 1600 milhões.⁶⁹⁴ A Revolução Industrial ensejou a maior explosão demográfica na história da civilização humana. A explosão demográfica não ocorreu simultaneamente. Começou na Europa: em 1750, a população da Europa era de 145 milhões de habitantes. Chegou a 265 milhões de habitantes em 1850, a 400 milhões de habitantes em 1900, e a 550 milhões em 1950.

População mundial (em milhares de milhões de pessoas)



O progresso econômico gerado pela industrialização demorou varias décadas até beneficiar, parcialmente e de algum modo, a população como um todo. Em média, os homens do Norte europeu, durante o início da Revolução Industrial eram 7,6 centímetros mais baixos do que os que viveram 700 anos antes, na Alta Idade Média. A altura média dos ingleses caiu continuamente durante os anos de 1100 até o início da Revolução Industrial, quando a altura média começou a subir. Foi apenas no início do século XX que essas populações voltaram a ter altura semelhante às registradas entre os séculos IX e XI. Sob a pressão demográfica interna e com a vantagem da superioridade industrial e tecnológica - ou seja, também de um poder militar superior - os europeus se espalharam por todo o mundo, pacificamente ou não, se estabelecendo nas Américas e na Austrália, e controlando África e a Ásia. O grande êxodo a partir da Europa na segunda metade de século XIX, originado na “sobrepopulação relativa” (ao capital) foi o mais importante movimento migratório de toda a história mundial.⁶⁹⁵

Na Inglaterra e em outros países europeus (França, Bélgica, Holanda, e em regiões alemãs e italianas) se produziu também a ascensão social de um conjunto novo de pessoas e grupos, ideias e instituições, que não existiam na Ásia, África, ou mesmo na América Latina (que tinha a base cultural mais próxima à europeia). O poder político, nesses países e continentes, como

⁶⁹⁴ Em 1950 se aproximou de 2500 milhões. Em 1960, havia ultrapassado três bilhões. A taxa média anual de crescimento foi de 0,7% de 1850 a 1900, de 1% entre 1900 e 1950. Foi de 1,8% na década de 1950, superou 2% na década de 1960, ultrapassando depois os 3%.

⁶⁹⁵ Carlo M. Cipolla. *História Econômica da População Mundial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

também nos países da Europa central e meridional, ainda estava concentrado nas mãos da aristocracia rural, que se beneficiava com importações baratas, e não via razão alguma para apoiar um surto industrial interno. Não havia nenhuma organização industrial; era mais fácil aproveitar a oportunidade que a Revolução Industrial anglo-europeia lhes oferecia, a exportação de produtos agrícolas, facilitada pelo barateamento dos transportes. Isso impôs, historicamente, um abismo crescente entre o desenvolvimento econômico das áreas industrializadas e aquelas chegadas tardiamente ao desenvolvimento industrial.

Antes da Revolução Industrial o progresso econômico era sempre lento (eram necessários séculos para que a renda per capita aumentasse sensivelmente); depois dela a renda e a população começaram a crescer de forma acelerada. O PIB per capita da economia inglesa cresceu, em média, 0,2% anual, entre os séculos XIV e XVII, tendo provavelmente crescido menos do que isso em todo o milênio precedente. O “crescimento econômico” era, portanto, praticamente imperceptível ou mensurável. A Revolução Industrial, entre 1780 e 1830, levou esse crescimento a 0,5% per capita anual durante o século XIX (ou seja, mais do que uma duplicação, sem considerar o salto qualitativo dado pelo crescimento demográfico), levando-o depois até quase 1% anual ao final desse século. Em dólares correntes, seria o equivalente à passagem de um PIB per capita de US\$ 3400 (em 1800) para um PIB per capita de US\$ 6300 (em 1906), em um período histórico de inflação muito baixa.⁶⁹⁶

As cifras (que hoje nos pareceriam “normais”, e até modestas) não conseguem dar conta da transformação qualitativa da existência social, propiciada pela Revolução Industrial. Nem do abismo social aberto por ela, encoberto, como hoje, pela noção de PIB (total e per capita), que não dá conta não só da chamada “concentração de renda”, mas, sobretudo, da diversa (e contraditória) apropriação da riqueza social entre as diversas classes da sociedade. Desde o início da Revolução Industrial se fez presente a contradição básica da produção capitalista: a existente entre *o caráter cada vez mais social da produção, e o caráter cada vez mais privado da apropriação da riqueza*. Segundo Solow,⁶⁹⁷ antes de 1750 não existia, no mundo todo, “crescimento econômico” perceptível ou mensurável. Paul Bairoch calculou, para 1750, o PIB dos atuais países “desenvolvidos” em 35 bilhões de dólares (de 1960), enquanto o PIB dos atuais “subdesenvolvidos” era, na mesma data, de 112 bilhões de dólares. Para 1980, o mesmo cálculo evidenciava uma inversão drástica: 3428 bilhões de dólares para os primeiros, 1227 para os segundos. Ou, aproximadamente, Europa Ocidental, EUA e Japão detinham, em 1750, 24% do PIB mundial; em 1980, essa percentagem tinha crescido até 77% (ou, invertendo, as “áreas periféricas” eram responsáveis, em 1750, por 76% do PIB mundial; tendo retrocedido, em 1980, para 23%).

Se considerarmos o PIB por habitante, também calculado por Bairoch, a distância entre países industrializados e não industrializados (ou tardiamente industrializados) se faz mais longa. Em dólares de 1960, na Europa Ocidental, esse PIB era de US\$ 213 por habitante em 1800, e de 2325 em 1976 (uma multiplicação por 10,9); nos EUA, de 270 e 4044, respectivamente (uma multiplicação por 15); no Japão, de 160 e 2716 (uma multiplicação por 17); enquanto que, na África, as cifras respectivas eram de 130 e 289 (uma multiplicação por 2,2) e, na Ásia (excluída China comunista), de 190 e 294 (uma multiplicação por 1,5). A média do mundo industrializado evidencia, em dois séculos, uma multiplicação por 14,3 do crescimento econômico; na Ásia e na África, uma multiplicação por 1,8. O crescimento econômico, nos dois séculos após a Revolução Industrial, foi 8,2 (820%) vezes maior no mundo industrializado, em relação à periferia capitalista.⁶⁹⁸ O desenvolvimento desigual, característica de toda a história humana,

⁶⁹⁶ Robert Gordon. *The Measurement of Durable Goods Prices*. Chicago, University of Chicago Press, 1990.

⁶⁹⁷ Robert M. Solow. A contribution to the theory of economic growth. *Quarterly Journal of Economics* (The MIT Press) 70 (1), 1956. Cf. também: Wei-Bin Zhang. *Economic Growth Theory*. Capital, knowledge, and economic structures. Londres, Ashgate, 2005.

⁶⁹⁸ Paul Bairoch. Europe's Gross National Product: 1800-1975. *Journal of European Economic History* n° 5 (1976). Bairoch não incluiu nos seus cálculos a América Latina. As relações entre os diversos crescimentos foram

atingiu níveis próximos ao paroxismo com a vitória do capitalismo industrial na Inglaterra e, no seu encaço, em um pequeno punhado de países (nem todos europeus).

Com a revolução produtiva determinada pela aplicação da força motriz às máquinas fabris, a mecanização se difundiu na indústria têxtil e na mineração. As fábricas passaram a produzir em série, surgindo finalmente a indústria pesada (produtora do insumo básico da indústria, o aço, e de máquinas). A invenção dos navios e locomotivas a vapor foi determinada pelas novas necessidades econômicas, e acelerou a circulação das mercadorias. A visão mercantilista, que privilegiava o comércio externo em detrimento do comércio interno, foi contestada: a riqueza de uma nação nada mais era do que um conjunto de provisões e capacidades produtivas necessárias à satisfação das necessidades humanas.

A dinâmica de acumulação se caracterizou pelo fato de que quanto maior o volume de capital, maior a capacidade de divisão e mecanização do trabalho, gerando maiores lucros, maior capital, e assim sucessivamente. A única limitação para a divisão do trabalho seria a dimensão do mercado. Cada um dos elos do processo conduziu ao seguinte, dando a impressão de um circuito fechado que, no entanto, abria possibilidades até então insuspeitadas para a produção. Generalizou-se assim a passagem da manufatura para a indústria mecânica. O aparecimento da máquina não só revolucionou o sistema de produção, como transformou os donos de forjas, de fiações e de tecelagens numa forte burguesia industrial. No Lancashire e no Yorkshire, os membros dessa nova classe eram antigos agricultores e tecelões que, com muito esforço, haviam comprado algumas *jennies* movidas à mão, mais tarde *water-frames* e teares mecânicos. Dessa maneira, conseguiram passar da atividade agrícola para a pequena indústria doméstica, desta para a manufatura, e dela para a grande indústria.

Com isso, a Inglaterra se tornou a maior exportadora mundial de tecidos. Nas primeiras décadas do século XIX, as máquinas a vapor equiparam navios e locomotivas.⁶⁹⁹ Para aumentar a resistência das máquinas, a madeira das peças foi substituída por metal, o que estimulou o avanço da siderurgia. O navio a vapor foi criado por Robert Fulton (1807) e a locomotiva a vapor foi inventada por George Stephenson (1814). Duas coisas se percebem nesse desfile de invenções: 1) Elas estimulavam o surgimento de outras, criando uma base tecnológica industrial comum; 2) As mais importantes foram realizadas pelos ingleses.

Com o deslocamento das fábricas para as proximidades das minas de carvão, pequenas aldeias transformaram-se em grandes cidades industriais. Por toda parte onde havia minas de carvão rendosas surgiram novas fábricas e grandes cidades industriais. O capitalismo mais desenvolvido, além disso, introduziu um novo método de aumentar a taxa de exploração (a mais-valia), conseguindo que os trabalhadores trabalhem mais eficientemente: "Com a produção de mais-valia relativa toda forma de produção é alterada e vem à existência uma forma de produção especificamente capitalista". A manufatura, baseada sobre "a ampla base do artesanato urbano e da indústria doméstica rural" foi "suplantada pela moderna indústria de larga escala ou maquinofatura", na qual a produção passou a ser organizada em torno de sistemas de máquinas e o processo de trabalho foi constantemente alterado pelas constantes inovações tecnológicas: "Surge um modo de produção específico tecnologicamente - produção capitalista - que transforma o processo de trabalho e suas condições existentes".⁷⁰⁰

A produção de algodão na Inglaterra, entre 1770 e 1800, multiplicou-se por doze. Havia 2.400 teares mecânicos em 1813, 55.000 em 1829, 100.000 em 1833, e 250.000 em meados do século. No fim do século XVIII surgiram também grandes fábricas metalúrgicas, como a dos

estabelecidas por nós. Não se consideraram os diversos tamanhos das economias do bloco industrializado (EUA, Europa, Japão), motivo pelo qual as médias são aproximadas.

⁶⁹⁹ As carruagens viajavam a 12 km/h, e os cavalos, quando se cansavam, tinham de ser trocados durante o percurso. Um trem da época alcançava 45 km/h e podia andar centenas de quilômetros. A Revolução Industrial tornou o mundo qualitativamente mais veloz.

⁷⁰⁰ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol. 1.

Darby em 1784, com oito altos-fornos, ou a de Creusot (na França) em 1785, que empregava 1.500 operários. Na mesma época, a energia a vapor substituiu progressivamente a força hidráulica. Após o fim das guerras napoleônicas, em 1815, a máquina a vapor difundiu-se na Europa e nos EUA, assegurando a vitória da indústria. O comércio interno e externo sustentou a empresa industrial britânica; os capitais acumulados contavam com uma sólida instituição financeira, o Banco da Inglaterra, que concedia amplos créditos aos industriais britânicos.

Por volta de 1840, a indústria inglesa já estava totalmente mecanizada, havia uma rede nacional de estradas de ferro, começava a construir ferrovias em outros países, exportava locomotivas, vagões, navios e máquinas industriais. Além de possuir grandes reservas de carvão, as jazidas inglesas estavam situadas perto de portos importantes, o que facilitava o transporte e a instalação de indústrias baseadas em carvão. Nessa época a maioria dos países europeus usava madeira e carvão vegetal como combustível. As comunicações e comércio internos foram facilitados pela instalação de redes de estradas e de canais navegáveis. Inglaterra foi também beneficiada por uma combinação inédita de ciência e tecnologia aplicada. Com a consolidação do capitalismo industrial, surgiu também uma “nova riqueza”, oriunda da produção capitalista.

Os exemplos dos pioneiros industriais são vários: Robert Peel, fabricante de fios e de tecidos estampados, deixou uma fortuna imensa feita com a indústria; Joshua Fielden, Aaron Walker, inicialmente fabricante de pregos, William Hawks e John Parker, antigos ferreiros, tornaram-se grandes industriais. Os agricultores, os ferreiros, os tecelões, os barbeiros de aldeia, que formaram a primeira geração de industriais ingleses, mais do que espíritos inventivos eram grandes organizadores empresariais, buscavam sócios, reuniam capitais e contratavam operários. No início, a atividade industrial era vista como um risco muito alto para os bancos aplicarem seus capitais; os banqueiros ingleses preferiam emprestar seu dinheiro aos comerciantes, aos agricultores e ao governo, do que investir na indústria.

Com a vitória da indústria, a extração do excedente econômico, da mais-valia, revestiu-se de natureza puramente econômica; a burguesia capitalista passou a ter a posse e a propriedade dos meios de produção ao dirigir diretamente o processo produtivo. A proteção e garantia da propriedade do capital passou a se realizar por meio de uma função diversa da direção da produção, da posse e propriedade do capital. Posse e proteção da posse dos meios de produção passaram a ser funções distintas; a extração econômica do excedente produtivo distinguiu-se da proteção da propriedade do capital pela força pública do Estado: rompeu-se assim a identidade imediata entre Estado e classe dominante. A cisão entre a propriedade efetiva e a defesa (proteção) da mesma foi realizada de maneira pioneira na Grã Bretanha, e deu a base jurídica para o nascimento do Estado Moderno.

Embora a potência da Inglaterra fosse o resultado de seu embate vitorioso com as outras nações europeias, o mercado do Velho Mundo se tornou rapidamente estreito para suas possibilidades produtivas e exportadoras. O domínio dos mares e a acumulação capitalista desenfreada impingiram à Inglaterra uma visão mais ampla do mercado. Se o mercado mundial tinha sido o impulsionador da indústria, agora virava um fator subordinado da expansão da mesma. O percentual maior das exportações inglesas tomava o caminho das ex-colônias da América do Norte, dos países latino-americanos e das colônias da Ásia. Com a Revolução Industrial, Inglaterra se encaminhou rapidamente para um imperialismo *capitalista*. A colônia propriamente dita não mais possuía a função originária de simples mercado, ela foi integrada a um sistema econômico que compreendia também os países associados no *commonwealth* e os pretensamente “livres”, mas objeto de crescente atenção por parte dos capitais metropolitanos. O domínio internacional da Inglaterra transformou o mundo definitivamente na direção da vitória *mundial* do capitalismo.

20. CIÊNCIA, URBANIZAÇÃO, NATUREZA

Em Londres, a economia capitalista não achou melhor destino para o adubo procedente de quatro milhões de homens que utilizá-lo, com gastos gigantescos, em transformar o Tamisa num foco pestilento
(Karl Marx, **O Capital**)

Os Dez Mandamentos eram, em si mesmos, um protesto contra as leis da natureza. O judeu assumira a missão de subjugar a natureza e utilizá-la de modo a que servisse aos Dez Mandamentos. Porque o judeu agia contra a natureza, ela o desprezava e vingava-se dele (Isaac B. Singer, **Amor e Exílio**)

A paisagem natural e urbana nunca mais seria a mesma, depois da Revolução Industrial: na segunda metade do século XIX, toda a paisagem natural inglesa tinha sido alterada pela ação industrial do homem, nada restando de suas florestas originais, que outrora abrigaram bandos como o do lendário e mítico Robin Hood. Inglaterra abriu um caminho que, nos séculos seguintes, seria percorrido por quase todos os países e regiões do planeta. A evolução econômica da Inglaterra, porém, não configurou um modelo econômico a partir do qual poderiam se estabelecer “desvios da norma”, mas o desenvolvimento inicial de uma tendência universal regionalmente diferenciada. A mudança acelerada das fontes energéticas e da complexidade (eficiência) dos motores era determinada pelas necessidades econômicas (oscilação dos mercados, concorrência, aumento da mais-valia extorquida da força de trabalho) e foi abrindo o caminho para a era dos motores acionados por combustíveis fósseis e outras fontes ainda mais eficientes (e, frequentemente, crescentemente destrutivas do meio natural) de obtenção de energia.

A Revolução Industrial operou a maior mudança na relação sociedade/meio natural registrada na história da humanidade, e projetou também a possibilidade de uma crise inédita, de alcance universal, nessa relação. Na base do processo, encontramos o fato de que o capitalismo industrial mudou radicalmente a natureza do trabalho humano. O trabalho produz a natureza humana na mesma medida em que a diferencia da natureza puramente animal, através de uma apropriação pelo homem do *mundo natural*: “A universalidade do homem se manifesta praticamente na universalidade pela qual *toda a natureza se transforma em seu corpo inorgânico*”.⁷⁰¹

Na história do trabalho, a Revolução Industrial marcou uma de suas três grandes rupturas: 1) As manifestações iniciais do homem na preparação e melhoramento de ferramentas seminaturais que permitiram um princípio de sobrevivência diferenciado como espécie biológica, sem que ainda surgisse uma divisão social do trabalho além daquela ditada pela diferença dos sexos; 2) A “revolução neolítica”, com a sociedade humana afincada em um terreno e que se organiza como tal na produção e nos ciclos próprios da agricultura e da criação de animais; a superação do nomadismo, possibilitado pelo domínio inicial do cultivo da terra; c) O nascimento da indústria capitalista e o deslocamento do centro da produção do campo para a cidade. Isto foi possível graças a numerosas sínteses científicas precedentes, que somente puderam se combinar sobre a base da Revolução Industrial.

O crescimento urbano com a Revolução Industrial foi espantoso. Em 1700, apenas 10 milhões dos 630 milhões de habitantes do planeta viviam em cidades. Atualmente, a população urbana é superior a população rural em praticamente todos os países, chegando, em alguns casos, a superar 90% da população total.⁷⁰² Essa mudança estava ainda fresca na memória social coletiva em meados do século XIX: “A burguesia submeteu o campo à dominação da cidade. Criou cidades enormes, aumentou num grau elevado o número da população urbana face à rural, e deste modo arrancou uma parte significativa da população à idiotia da vida rural. Assim como tornou dependente o campo da cidade, tornou dependentes os países bárbaros e

⁷⁰¹ Karl Marx. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. In: *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

⁷⁰² Erik Izraelwicz. 200 ans de statistiques. In: Jean Boissonat (ed.). *Deux Siècles de Révolution Industrielle*. Paris, Pluriel - L'Expansion, 1983.

semibárbaros dos civilizados, os povos agrícolas dos povos burgueses, o Oriente do Ocidente”.⁷⁰³

Inglaterra se tornou a primeira sociedade majoritariamente urbana da história. Birmingham, capital do *Black Country* (o país enegrecido pela fuligem do carvão) e das máquinas movidas a vapor (James Watt instalou ali sua manufatura em 1776) passou de 15 mil habitantes em 1700 para 73 mil em 1800 e 225 mil em 1850. Com os altos fornos, Glasgow passou de 77 mil habitantes em 1800 para 345 mil em 1850. Igual crescimento se registrou nos centros têxteis: Manchester, com 20 mil habitantes em 1760, 250 mil em 1830, 400 mil em 1850; e o Lancashire, onde o número de operários da indústria do algodão passou de 30 mil em 1800 para 360 mil... em 1820 (mais do que uma decuplicação em duas décadas!). Para os antigos citadinos causava estranheza e repulsa a repentina mudança que o crescimento econômico e populacional trouxe. Do dia para noite, em Londres, Paris, Berlim, Bruxelas, Milão, Manchester ou Liverpool, os cidadãos tiveram que passar a conviver com estranhos que ninguém sabia de onde vieram. Desconheciam modos urbanos, em geral eram rudes, agrupavam-se nos arrabaldes em meio à sujeira e à doença em casebres medonhos e fétidos, sem higiene alguma, e pareciam não se incomodar em conviver com esgotos ao ar livre. Manifestavam dificuldades de adaptação a uma cidade erguida com pedras e não com troncos e palha como o local de onde vieram.

A sociedade rural se converteu em sociedade urbana por causa do aumento de dimensão, densidade e heterogeneidade que das coletividades territoriais que a compõem. A partir de certo nível de desenvolvimento, a sociedade urbana produz e emite valores que acabam por se impor, inclusive nas aglomerações rurais. O rural e o urbano são os pólos opostos de um *continuum*. A definição de urbanidade comporta “quatro grandes critérios: 1) que a densidade populacional constitui característica necessária; 2) que as cidades são pontos focais, ou nódulos, que centralizam e distribuem bens, serviços e comunicações; 3) que a vida social caracteriza-se por relações complexas e especializadas; 4) que os moradores têm hábitos e interesses em comum, especialmente urbanos. Em contraste, as comunidades rurais são menos densas, contêm menores proporções de assalariados, alimentam laços sociais mais simples e mais íntimos e são menos cosmopolitas em seus pontos de vista”.⁷⁰⁴

A ideia da missão civilizadora da cidade afunda suas raízes históricas na ascensão da burguesia na Europa. Com séculos de atraso, ela chegou à América Latina onde Domingo Faustino Sarmiento continuou falando, em seu *Facundo* (de 1845), das cidades como focos civilizadores opondo-se aos campos, onde via engendrada a barbárie. Esse período de transição em direção à sociedade urbana, foi caracterizado como o das *cidades burguesas*, onde “o fenômeno social mais surpreendente e significativo das cidades que se transformavam ao calor das mudanças econômicas foi o crescimento e uma certa transmutação das classes médias. Certamente não faltavam classes médias antes. Elas eram constituídas por comerciantes, profissionais liberais, burocratas, militares, clero, e funcionários. Mas em todos esses setores houve uma expansão que criou novas possibilidades e expectativas. A cidade era, fundamentalmente, um centro intermediário, e as necessidades dessa função multiplicavam as da própria produção. Mais burocracia, mais serviços, mais polícia, mais militares e mais funcionários se faziam cada vez mais necessários”.⁷⁰⁵

Para as massas rurais, seu deslocamento para a cidade sinaliza seu ingresso no concerto da história universal: “O ritmo da história tem sido aquele da ascensão, colapso e ocasional renascer das cidades. Até recentemente as populações urbanas estiveram sujeitas às doenças e às mudanças no comércio e na tecnologia. Os reveses políticos favoreceram algumas cidades e penalizaram outras. O ritmo foi interrompido no mundo em desenvolvimento, onde as

⁷⁰³ Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto Comunista*. São Paulo, Ched, 1980.

⁷⁰⁴ Howard P. Chudacoff. *A Evolução da Sociedade Urbana*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977, p. 10.

⁷⁰⁵ José L. Romero. *Latinoamérica: las Ciudades y las Ideas*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1976, p. 273.

populações urbanas estão quase sempre em crescimento. Iludido pelo brilho ofuscante das luzes, ou expulso do campo pelos problemas políticos, econômicos, pressões populacionais e crises ecológicas, bilhões de seres humanos migraram às cidades”.⁷⁰⁶ “Onde ocorre esta metamorfose capital (da qual, muito concretamente, provêm o capital e o capitalismo)? Ocorre na indústria e na vida citadina, que se constituem paralelamente à propriedade rural e não sem dela guardarem por muito tempo vestígios e estigmas. É portanto no seio da cidade, na vida citadina e por seu intermédio, frente à natureza, à vida campestre, aos campos já modelados pelo labor agrícola, que se inicia e se desenrola um conflito de consequências incalculáveis”.⁷⁰⁷

Esse conflito é o do capital contra o trabalho: “A estrutura urbana expressa a estrutura de classes da sociedade e, ao mesmo tempo, o dinamismo urbano se faz, de forma mais ou menos mediatizada, dinamismo de luta de classes. Com efeito, a dicotomia cidade/campo como expressão da apropriação do produto, foi substituída por uma oposição intra-urbana, como contradição primária da qual depende a secundária cidade/campo”.⁷⁰⁸ Quem por primeiro usou a expressão *classes perigosas* foi H. A. Frégier, chefe de polícia francês no livro *Des classes dangereuses de la population dans les grandes villes et des moyens de les rendre meilleures* (1840), para definir setores sociais supostamente propensos à criminalidade. O medo passou a ser constante para os habitantes das classes média e alta da cidade. Assaltos e roubos tornaram-se habituais. O crime vicejou, a superpopulação em determinados bairros da periferia irradiava ondas que enchiam os habitantes mais antigos de pavor. As “classes perigosas”,⁷⁰⁹ teorizadas pelos primeiros psicólogos sociais (Cesare Lombroso, Gustave Le Bon) passaram a ser objeto de um enquadramento jurídico *ad hoc*, que fez crescer espantosamente o aparelho policial. Vistas como uma “anormalidade”, elas eram a massa do “exército industrial de reserva”, o preço a pagar pelo crescimento industrial e econômico.

A classe média urbana é o outro grande produto da urbanização especificamente capitalista. Riccardo Mariani universalizou sua existência para a cidade moderna, assim como suas fundamentais consequências sociais e políticas, que se tornariam decisivas nas revoluções francesas do século XIX: “No momento das grandes escolhas, quando se esperaria que um ou outro - burguesia ou proletariado - tomasse graves decisões, em geral ante a hegemonia, ainda jovem, mas já obsoleta, da classe dirigente, a classe média entra em campo e se apropria do poder contra uma burguesia enfraquecida e, às vezes, estéril, e um proletariado indeciso na sua vontade revolucionária. Nestes momentos, a classe média administra em seu próprio benefício tanto a revolução quanto as instituições do Estado. Com as suas mediações, arte na qual tornou-se expert com o tempo, administra o todo, tomando de tudo, sintetizando a seu modo e criando assim enormes contradições com pequenos e grandes artifícios. A classe média urbana, a partir de um certo momento, elabora determinados modelos culturais e políticos no rastro de uma formação própria, que a partir de um certo momento torna-se autônoma”.⁷¹⁰

A Revolução Industrial, por outro lado, fusionou a ciência com a produção, tornando aquela “força produtiva direta”. As futuras “ciências humanas” se desenvolveram paralela e complementarmente, com o objetivo inicial (e explícito) de estudar as causas da insegurança generalizada nas novas sociedades, e de propor uma normatividade social adequada a ela. Era uma virada histórica, pois, desde suas origens, a ciência fez de seu caráter de saber crítico uma das suas pedras basais: “No mundo grego do século VI A.C. produzir-se-ia a revolução

⁷⁰⁶ Eugene Linden. The exploding cities of the developing world. *Foreign Affairs*, vol. 75, nº 1, Washington, janeiro-fevereiro 1996.

⁷⁰⁷ Henri Lefebvre. *O Pensamento Marxista e a Cidade*. Lisboa, Ulisseia, s.d.p., p. 36.

⁷⁰⁸ Manuel Castells. *Problemas de Investigación de Sociología Urbana*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1972, p. 88.

⁷⁰⁹ Louis Chevalier. *Classes Laborieuses et Classes Dangereuses à Paris Pendant la Première Moitié du XIXe Siècle*. Paris, Perrin, 2002.

⁷¹⁰ Riccardo Mariani. *A Cidade Moderna entre a História e a Cultura*. São Paulo, Nobel, 1986, p. 132.

intelectual que possibilitaria a ciência como a conhecemos hoje: um saber crítico, objetivo, abstrato, consciente da sua própria missão e do sentido de responsabilidade que lhe impõe a exigência de verificabilidade”.⁷¹¹ A área coberta pelas ciências humanas foi sempre objeto inseparável da concepção dos grandes pensadores filosóficos e científicos (em Aristóteles, por exemplo, já encontramos a indicação, mas não o desenvolvimento, de uma “antropologia”). A vocação “técnica” (ou “utilitária”) das disciplinas científicas chamadas “duras”, não precedeu à Revolução Industrial: “A técnica, até o século XVIII, permaneceu alheia à ‘filosofia científica’”. Depois de um período de desenvolvimento paralelo, uma fecunda interação iniciou-se entre as receitas práticas e as explicações da natureza. A partir do século XIX, as principais técnicas se transformaram quase todas em simples aplicações da ciência”.⁷¹²

A revolução científica moderna precedeu à Revolução Industrial. No século XVII, o pensamento cartesiano transformou-se numa linha de reelaboração do pensamento filosófico e científico em geral. A obra de Descartes foi a base das fundamentações epistemológicas surgidas da renovação dos conhecimentos acumulados. Neste contexto, a matemática (por influência do cartesianismo) ocupou um papel de destaque. Para os filósofos do século XVII a “língua de Deus” era a matemática, fórmula proposta por Galileu (“A natureza está escrita em linguagem matemática”).⁷¹³ Porém, o pensamento cartesiano ainda tinha dificuldades para propor e elaborar a síntese entre a ciência e a tecnologia: “O progresso efetivo da ciência dependia, para Descartes, da obra dos teóricos. A técnica, enquanto tal, não trazia nenhuma contribuição para o progresso do saber científico”.⁷¹⁴

A fusão de ciência e técnica foi filha do século XVIII, era de grandes sínteses científicas em todos os campos. Elaboradas no curso do século XIX, elas encontraram uma explicação na elaboração do conceito de trabalho, tanto na sua dimensão físico-mecânica quanto na político-econômica: “Em sua construção tanto como em seu objetivo, a teoria mecânica do trabalho e a teoria do valor de Karl Marx são em efeito surpreendentemente similares. O objetivo fundamental é o mesmo: encontrar uma medida comum de valor do produto”.⁷¹⁵ Antes dessa fusão, ciência e técnica eram âmbitos que se opunham: na superação dessa dicotomia se encontra o significado revolucionário do nascimento da moderna ciência experimental. O ideal de Galileu e Descartes era o de unir íntima e definitivamente a concepção de ciência da Antiguidade com a de arte da Idade Média, edificar um saber fundado sobre as novas técnicas racionais, e válido já não somente no campo das ideias abstratas, mas também no campo mais rico das experiências concretas. No século do saber, o espírito científico casou-se com a indústria.

No século XVII na Inglaterra se desenvolveu uma revolução intelectual com a filosofia empirista, que considerava o conhecimento como produto apenas da experiência. Francis Bacon foi um dos pensadores que desenvolveram essa linha: para ele a arte (no sentido geral de “artes e ofícios”) era a materialização “do homem somando-se à natureza”, definição que

⁷¹¹ José Babini. *El Saber en la Historia*. Buenos Aires, CEAL, 1971, p. 20.

⁷¹² Vladimir Kourganoff. *La Investigación Científica*. Buenos Aires, EUDEBA, 1959, p. 22. A biologia se inscreve nesse processo: “O ponto de partida da biologia situa-se na época do racionalismo europeu, em meados do século XVIII, momento em que se pode certificar historicamente o início do predomínio do método experimental na ciência. (Os precursores) colocaram uma questão de enorme importância para a nascente ciência biológica: a relação existente entre matéria e vida” (Jean Rostand. *Introducción a la Historia de la Biología*. Barcelona, Planeta-De Agostini, 1985).

⁷¹³ “A ciência moderna, de Copérnico até Newton, levou adiante sua revolução contra o empirismo estéril de Aristóteles baseando-se na convicção de que as matemáticas são a chave da compreensão do universo” (Alexandre Koyré. *Études d’Histoire de la Pensée Scientifique*. Paris, Presses Universitaires de France, 1968, p. 67). A *medida* foi a base histórica do racionalismo científico ocidental (Cf. Alfred. W. Crosby. *Op. Cit.*): “Spinoza deu à sua doutrina a forma demonstrativa da matemática, porque esta expressa com a maior perfeição o caráter impessoal da verdade” (Carl Gebhardt. *Op. Cit.*, p. 84).

⁷¹⁴ Paolo Rossi. *Os Filósofos e as Máquinas 1400-1700*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

⁷¹⁵ François Vatin. *Op. Cit.*

teve reflexos em Descartes e nos enciclopedistas franceses. Já no século XVIII o pensamento científico se desenvolveu com o objetivo de resolver problemas práticos. Nesse século e no seguinte a tecnologia foi adquirindo seu caráter moderno de ciência aplicada. As descobertas e invenções encontravam rapidamente aplicação prática na indústria ou no desenvolvimento da ciência.

Os cientistas, muitos deles ainda autodidatas, transformaram-se em *inventores*. Em 1763, Black constatou que a quantidade de calor necessária para manter a transformação da água em vapor era igualmente grande depois da fervura da água. Foi essa constatação que levou Watt a inventar um condensador separado do cilindro, que mantinha uma temperatura constantemente elevada, diminuindo assim a perda de energia. Um exemplo entre muitos outros: Inglaterra desenvolveu várias instituições científicas, para promover e sistematizar a ciência e a tecnologia aplicada. A *Royal Society* datava dos tempos da Restauração (1660); depois se criaram a *Society for the Encouragement of Arts, Manufacture and Commerce* (1754), a *Literary and Philosophical Society* (1781) e o *College of Arts and Sciences* (1783), voltado para jovens ligados aos negócios, e com um programa que dava ênfase à mecânica e à química.

A interligação entre invenções de ramos industriais diferentes era impressionante, daí a importância da pesquisa científica em diferentes áreas do conhecimento, que abrangeram também a história econômica e a economia política: “O conceito de *trabalho* aparece verdadeiramente no momento em que a mecânica prática e a mecânica racional puderam se juntar, ou seja, quando a formalização física pôde ser posta ao serviço da economia da máquina. Essa junção se operou entre os séculos XVIII e XIX, entre 1780 e 1830, aproximadamente. Ela foi contemporânea da ‘revolução industrial’ e do nascimento da economia política ‘clássica’”.⁷¹⁶

A necessidade de generalização teórica colocou-se na base do processo histórico que gerou o *trabalho abstrato* como aquele que cria valor: “Quando a troca está restrita aos limites nacionais, o trabalho abstrato não existe em sua forma mais desenvolvida. O caráter abstrato do trabalho atinge sua inteireza quando o comércio internacional vincula e unifica todos os países, e quando o produto do trabalho nacional perde suas propriedades concretas específicas por estar destinado ao mercado mundial e igualado aos produtos do trabalho das mais variadas indústrias nacionais”.⁷¹⁷ Ao mesmo tempo em que o trabalho abstrato se constituía numa espécie de trabalho socialmente igualado, não se encontrava no mercado mundial nenhuma outra mercadoria capaz de regular o conjunto das diversas economias a não ser o próprio trabalho. Na era da generalização do trabalho abstrato para o conjunto da sociedade concebe-se um marco na elaboração da ideia de homem e de trabalho.

Segundo Rubin, “não estaríamos exagerando se disséssemos que talvez o conceito de homem em geral, e de trabalho humano em geral, surgiram sobre a base da economia mercantil. Era precisamente isto que Marx queria mostrar quando indicou que o caráter humano geral do trabalho se expressa no trabalho abstrato”. O trabalho foi o denominador comum do processo que permitiu a emergência da Revolução Industrial e, simultaneamente, da economia política clássica. Ambas foram amplamente preparadas por um processo que combinou vários elementos de síntese: a partir do século XVII se iniciou um movimento de renovação do pensamento. Nos títulos de centenas e centenas de livros científicos publicados no decorrer do século XVII, o termo *novus* é recorrente. Não se tratava apenas de uma fórmula literária; através dele, exprimiam-se significativamente as exigências, inquietações e insatisfações de uma época sensível à insuficiência dos modos tradicionais de formação e pensamento do homem.

A separação entre *ciência* e *tecnologia* se desfez no interior do processo de transformação industrial do capitalismo. Na raiz do processo esteve a elaboração do conceito de *trabalho*,

⁷¹⁶ François Vatin. *Op. Cit.*, p. 9.

⁷¹⁷ Isaak Illich Rubin. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

que foi elaborado pela ciência físico-natural em referência ao trabalho humano. Esta elaboração foi produto do trabalho intelectual de físicos-engenheiros no final do século XVIII e no início do século XIX. Isto somente foi possível devido ao processo histórico de elaboração das grandes sínteses responsáveis pelo desdobramento posterior nas novas “revoluções industriais”. Nas ciências exatas, no período de 1835 a 1880, de Faraday a Maxwell, são duas as grandes sínteses: “Elaboraram-se vastas sínteses, nomeadamente duas: por um lado, os fenômenos do calor e da energia são coordenados pela termodinâmica; por outro lado a eletricidade, o magnetismo e a luz são ligados por uma notável teoria eletromagnética. Estas duas sínteses são, sem dúvida, as mais belas aquisições da época”.⁷¹⁸

Nathan Rosenberg demonstrou, com referência aos EUA,⁷¹⁹ como uma série de invenções na indústria de armas de fogo espalhou-se para outras áreas, com uma decisiva influência no desenvolvimento da maquinaria de precisão especializada. A introdução do torno de encaixar por Thomas Blanchard (1818) para a modelagem de caixas de escopeta foi usada para modelar materiais de madeira. A indústria de armas de fogo contribuiu para o desenvolvimento de muitos acessórios dos quais dependia a produção em grande escala de peças de precisão de metal: crivos (peneiras de arames), alavancas, porcas e manômetros (aparelhos destinados a indicar a tensão do vapor e dos gases). A fresadora (contendo cortador giratório para desbastar, polir ou cortar metais e outras peças), uma máquina-ferramenta, teve origem na intenção dos fabricantes de armas de substituir custosas operações manuais que exigiam peças intercambiáveis.

O vínculo entre progresso técnico e científico e capitalismo não foi automático nem mecânico. Grandes avanços científicos e técnicos em outras regiões do mundo (na China, por exemplo) não deram origem a uma revolução industrial. Isto demonstra, também, que não foi a revolução técnico-científica a que possibilitou o surgimento do capitalismo, mas o contrário: foi o desenvolvimento das condições econômicas do capitalismo que possibilitou as mudanças (revolucionárias) científicas e tecnológicas. Como observou Adam Smith: "A invenção de tais máquinas que tanto facilitam e abreviam o trabalho, parece que se deve basicamente à própria divisão do trabalho. Tendo voltada toda a atenção da sua mente para um só objeto, um homem será capaz de descobrir os meios mais fáceis e expeditos de realizar seu objetivo, com maiores probabilidades de êxito do que se tivesse a atenção dispersa, voltada para uma grande variedade de coisas". A Revolução Industrial inglesa, filha da divisão do trabalho e da expansão mercantil, criou, simultaneamente, os instrumentos científicos, técnicos e ideológicos que lhe permitiram sua vitória a escala nacional, continental e mundial: só mediante esse “circuito fechado” ela deitou suas raízes definitivas na história; foi esse *circuito completo* que esteve ausente, nas abortadas “revoluções industriais” precedentes em outros países ou regiões.

Na Inglaterra, por volta de 1850, pela primeira vez em um grande país, havia mais pessoas vivendo em cidades do que no campo. Em 1810, Londres se tornou a segunda cidade da história em ultrapassar o milhão de habitantes (chegaria a 6,7 milhões em 1900). A vida na cidade moderna significava mudanças incessantes, a cada instante surgiam novas máquinas, novos produtos, novos gostos, novas “modas”. Nas cidades, as pessoas mais pobres se aglomeravam em subúrbios de casas velhas e desconfortáveis, e conviviam com a falta de água encanada, os ratos, e o esgoto formando riachos nas ruas esburacadas: “Não há um único vidro de janela intacto, os muros são leprosos, os batentes das portas e janelas estão quebrados, e as portas, quando existem, são feitas de pranchas pregadas. Aí moram os mais pobres dentre os pobres, os trabalhadores mal pagos misturados aos ladrões, aos escroques e às vítimas da prostituição”.⁷²⁰ Setores “esclarecidos” da burguesia reagiram chocados a essa

⁷¹⁸ Pierre Guyadier. *A História da Física*. Lisboa, Edições 70, 1984.

⁷¹⁹ Nathan Rosenberg. *Exploring the Black Box: Technology, Economics, and History*. Nova York, Cambridge University Press, 1983.

⁷²⁰ Friedrich Engels. *A Situação da Classe Operária na Inglaterra*. São Paulo, Global, 1988.

situação, preocupados com os novos riscos de epidemia e de propagação (potencialmente incontrollável) de doenças que a vizinhança das fábricas e dos dormitórios operários poderia trazer às comunidades locais. As novas cidades traziam novos riscos: a preocupação com o saneamento urbano foi uma preocupação de sobrevivência da própria burguesia capitalista.

Além da degradação das condições de vida da população, especialmente a urbana, a Revolução Industrial determinou também uma mudança qualitativa na relação da sociedade com seu entorno natural, no que respeita à produção e consumo de *energia*. Antes da Revolução Industrial o fluxo de mercadorias e serviços era limitado por gargalos nos fluxos biofísicos utilizáveis na produção e consumo. Para obter energia na forma de trabalho, calor e luz, era necessário recorrer à potência humana e natural, energia do movimento do vento ou da água e da queima de madeira, com conteúdo energético limitado e pouco flexível, o que limitava a reprodução do sistema produtivo. A dependência em relação à energia obtida pela queima de fitomassa (biomassa da vegetação terrestre) e a relativa ineficiência dos métodos de aproveitamento do calor gerado explicam o desflorestamento produzido na Inglaterra antes de 1800.



Londres no século XIX (Gustave Doré): noite sem fim

O máximo fluxo de energia mobilizável a partir da queima de fitomassa representava um obstáculo intransponível: “É apenas com o acesso sistemático a recursos energéticos de baixa entropia representados pelos combustíveis fósseis que os fluxos biofísicos naturais deixam de serem gargalos à livre circulação de bens e serviços, passando a existir uma aparente independência do sistema econômico em relação à ordem biofísica... A disponibilidade de recursos energéticos que podem ser prontamente utilizados em qualquer lugar e a qualquer momento deu ao sistema econômico uma flexibilidade que o tornou altamente independente de restrições impostas pela história natural. É a partir da Revolução Industrial que a taxa de reprodução do sistema econômico deixou de ser limitada pela taxa de reprodução orgânica dos sistemas biofísicos, tornando-se possível acelerar enormemente os fluxos de energia e materiais (em) um sistema econômico baseado num fluxo contínuo de mercadorias”. Ora, “os enormes ganhos de eficiência na utilização de recursos naturais observados desde a Revolução Industrial não estiveram associados a diminuições na demanda por estes recursos, mas a persistentes aumentos no consumo per capita de recursos, numa trajetória de mais de 200 anos”.⁷²¹

As consequências destes problemas foram consideradas pioneiramente por Marx, que não se limitou à análise das consequências da acumulação capitalista para o trabalhador, mas

⁷²¹ Nilton B. Amado. *O Papel dos Recursos Naturais na Reprodução do Processo Econômico*. São Paulo, Tese de Doutorado, Instituto de Energia e Electrotecnia IEE-USP, 2010.

também para o meio natural: “Com o predomínio sempre crescente da população urbana, acumulada em grandes centros, a produção capitalista concentra, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas, por outro, dificulta o intercâmbio entre o ser humano e a natureza, isto é, o regresso à terra dos elementos do solo gastos pelo homem na forma de meios de alimentação e vestuário, ou seja, perturba a eterna condição natural de uma fecundidade duradoura da terra. Com isso a produção capitalista destrói ao mesmo tempo a saúde física dos trabalhadores urbanos e a vida mental dos trabalhadores rurais... Todo o progresso da agricultura capitalista é um progresso não apenas da arte de depredar o trabalhador, mas também, ao mesmo tempo, da arte de depredar o solo; todo o progresso no aumento de sua fecundidade por um determinado prazo é ao mesmo tempo um progresso na ruína das fontes duradouras dessa fecundidade... Por isso a produção capitalista não desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção mais do que minando ao mesmo tempo as fontes das quais emana toda riqueza: a terra e o trabalhador”.⁷²²

Marx já alertava sobre a destruição do meio natural devida à anarquia produtiva do capitalismo (como também o fizeram outros pensadores de sua época),⁷²³ assim como Engels: “Não nos vangloriemos demais por nossas vitórias sobre a natureza. Ela se vinga de cada uma delas. Cada vitória traz consigo, primeiramente, os benefícios que dela esperávamos. Mas depois ela acarreta consequências diferentes, imprevistas, que destroem frequentemente inclusive os primeiros efeitos benéficos... E assim, os fatos nos lembram a cada passo que não reinamos sobre a natureza, como um conquistador reina sobre um povo estrangeiro, ou seja, como alguém que estivesse fora da Natureza, mas que pertencemos a ela com o nosso corpo, como nosso cérebro, que estamos no seu seio e que todo nosso domínio sobre ela reside na vantagem que possuímos, sobre o conjunto das outras criaturas, de conhecermos as suas leis e de podermos usar esse conhecimento judiciosamente. De fato, aprendemos cada dia a compreender mais corretamente essas leis, e a conhecer as consequências naturais mais longínquas de nossas ações mais correntes na área da produção e, em virtude desse conhecimento, de dominar essas consequências. Quanto mais avança esse conhecimento, mais os homens não só sentirão, mas saberão que fazem parte de uma unidade com a natureza, e mais se tornará insustentável a ideia absurda e antinatural da oposição entre o espírito e a matéria, entre o homem e a natureza, entre a alma e o corpo, ideia que difundiu na Europa depois do declínio da antiguidade clássica, e que conheceu com o cristianismo seu desenvolvimento mais amplo”.⁷²⁴

A economia política clássica iniciou um movimento que seria concluído pela crítica marxista: o do deslocamento da atenção da *troca* (circulação), que tinha caracterizado o pensamento mercantilista, para a *produção*, e a própria noção de *modo de produção* como chave de interpretação da história humana e, a partir de certo grau de desenvolvimento histórico, *também da história natural*. Marx e Engels consideraram a história humana como parte diferenciada da história natural. As diversas formações socioeconômicas que se sucedem historicamente “são diversos modos de auto mediação da natureza. Desdobrada em homem e material destinado a ser trabalhado, a natureza está sempre em si mesma apesar desse desdobramento”.⁷²⁵

Ao contrário de uma lenda divulgada em tempos recentes (Marx como suposto partidário de um desenvolvimento ilimitado das forças produtivas, sem consideração nenhuma pelos limites naturais *objetivos* desse desenvolvimento), Marx considerou os limites impostos pelo meio natural: “Toda renda fundiária é mas-valia, produto do sobre trabalho. Em sua forma não

⁷²² Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Volume 1.

⁷²³ Em especial o russo Sergej Andreevic Podolinskij (1850-1891), que Marx estudou e anotou. Cf. Sergej Andreevic Podolinskij. *Lavoro ed Energia*. Turim, PonSinMor, 2011, livro organizado por Tiziano Bagarolo, com as anotações de Marx a essa obra. Podolinskij era engenheiro civil, morto prematuramente.

⁷²⁴ Friedrich Engels. *Dialectics of Nature*. Moscou, Progress Publishers, 1966.

⁷²⁵ Alfred Schmidt. *El Concepto de Naturaleza en Marx*. México, Siglo XXI, 1976, p. 87.

desenvolvida, a da renda em espécie, ela é também diretamente sobre produto. Daí o erro de acreditar que a renda capitalista possa se explicar simplesmente remetendo-se às condições gerais de existência da mais-valia enquanto tal, isto é, que os produtores imediatos devam obrigadamente ampliar o sobre trabalho. Essa é a condição subjetiva. Mas a condição objetiva é que *possam* ampliar o sobre trabalho. Ou seja, que as condições naturais sejam tais que uma parte do tempo de trabalho disponível seja suficiente para a reprodução e autoconservação dos produtores. *A fertilidade da natureza constitui um limite. O desenvolvimento das forças produtivas sociais constitui outro*.⁷²⁶

Pelo seu caráter tendencialmente mundial, o modo de produção capitalista mudava *qualitativamente* as relações homem-natureza: “O capital eleva-se a um nível tal que faz todas as sociedades anteriores aparecerem como desenvolvimentos puramente locais da humanidade, e como uma idolatria da natureza... e a natureza se converte em objeto para o homem, em coisa útil”. A perspectiva de uma crise ecológica estava inscrita no desenvolvimento capitalista: “Também nesse campo só conseguimos adquirir gradualmente uma visão clara dos efeitos sociais indiretos, remotos, de nossa atividade produtiva, através de uma experiência longa e frequentemente dura, e através da obtenção e do crivo do material histórico, e assim nos é possível dominar também estes efeitos. Mas, para realizar esta regulamentação se necessita algo mais que o mero conhecimento. Isso requer uma alteração total do modo de produção que temos seguido até hoje e, com ela, de toda nossa atual ordem social em seu conjunto”.⁷²⁷

Marx já tinha notado que “as culturas que se desenvolvem desordenadamente e não são dirigidas conscientemente, deixam desertos na sua passagem”, e também foi partidário pioneiro da reciclagem dos resíduos industriais: “Com o trabalho em grande escala e o aperfeiçoamento da maquinaria, as matérias primas que na sua atual forma não são aproveitáveis, poderão transformar-se para serem aptas para a nova produção. É necessário que a ciência, em especial a química, realize progressos para descobrir as propriedades úteis dos desperdícios”. Marx não foi um apologista do desenvolvimento capitalista, em qualquer uma de suas fases históricas. A ciência e a técnica constituíam elementos de libertação do homem, mas não poderiam cumprir plenamente esse papel positivo senão na sociedade comunista, uma vez eliminada a propriedade privada dos meios de produção. Isso significava que a técnica deveria estar a serviço das necessidades humanas, e não da classe capitalista e, por outro lado, que deveria apoiar-se sobre a totalidade dos conhecimentos científicos. A técnica não tinha “em si” um papel positivo. No século XIX os aspectos negativos, destrutivos, da técnica, eram incomparavelmente mais reduzidos do que os seus aspectos positivos, o que explica que os marxistas tenham aparecido como defensores “incondicionais” do progresso técnico, combatendo todas as ideologias conservadoras e passadistas que se opunham a esse progresso.

Nada parece justificar a afirmação de Alain Lipietz: “Marx vê a história como uma ‘artificialização’ progressiva do mundo, liberando a humanidade dos constrangimentos externos impostos por seu inadequado domínio da natureza. Isto o leva – e aos marxistas que seguem o seu rastro – a uma tendência para subestimar o aspecto irredutível desses constrangimentos externos (os ecológicos, para ser mais exato). Nesse aspecto, Marx compartilha inteiramente da ideologia bíblico-cartesiana da conquista da natureza, como seria considerada em seus extremos, primeiro pela burguesia conquistadora e, depois, pelos aprendizes de feiticeiro da Sibéria stalinista e das estepes do Cazaquistão”.⁷²⁸ Deixando de lado o ousado voo rasante da Bíblia até Stalin, passando por Descartes, cabe dizer que,

⁷²⁶ Karl Marx. *O Capital*. Vol. III, Capítulo XXXVII.

⁷²⁷ Friedrich Engels. *Op. Cit.*

⁷²⁸ Alain Lipietz. *Political ecology and the future of marxism*. In: *Capitalism, Nature, Socialism*. Nova York, 2000.

simplesmente, não houve um Marx produtivista e cego às consequências do desenvolvimento descontrolado das forças produtivas, mas, ao contrário, houve um Marx atento às consequências negativas do capitalismo industrial para o ambiente e para a sociedade, não preocupado exclusivamente pela dinâmica social, mas considerando sempre a história social parte da história natural. John Bellamy Foster localizou o pensamento de Marx dentro da tradição materialista e dialética rastreada até Epicuro.

Os ambientalistas e ecologistas buscaram e buscam um método para relacionar as ciências físicas e naturais com as ciências sociais; Marx tinha consciência da necessidade de seu materialismo pertencer ao "processo da história natural", à *unidade metodológica* essencial e *diferenciada* entre as ciências sociais e as naturais. Sua base está no conceito de *metabolismo social*, o processo social de transformação da natureza através do qual a própria sociedade humana se transforma.⁷²⁹

Em *O Capital*, Marx não se limitou à análise das consequências da acumulação capitalista para o trabalhador, mas também para o próprio meio natural: “Com o predomínio sempre crescente da população urbana, acumulada em grandes centros, a produção capitalista concentra, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas, por outro, dificulta o intercâmbio entre o ser humano e a natureza, isto é, o regresso à terra dos elementos do solo gastos pelo homem na forma de meios de alimentação e vestuário, ou seja, perturba a eterna condição natural de uma fecundidade duradoura da terra. Com isso a produção capitalista destrói ao mesmo tempo a saúde física dos trabalhadores urbanos e a vida mental dos trabalhadores rurais... Todo o progresso da agricultura capitalista é um progresso não apenas da arte de depredar o trabalhador, mas também, ao mesmo tempo, da arte de depredar o solo; todo o progresso no aumento de sua fecundidade por um determinado prazo é ao mesmo tempo um progresso na ruína das fontes duradouras dessa fecundidade... Por isso a produção capitalista não desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção mais do que minando ao mesmo tempo as fontes das quais emana toda riqueza: a terra e o trabalhador”.⁷³⁰

Pelo seu caráter mundial e sua tendência contraditória (desenvolver ilimitadamente as forças produtivas sociais com o objetivo do lucro do capital), o capitalismo colocava a possibilidade de uma crise global nas relações entre o homem e a natureza.⁷³¹ Para a dialética materialista essa era uma constatação *obrigatória*. Essa dialética não foi só filha da tradição filosófica especulativa culminada no sistema de Hegel, da economia política inglesa e do socialismo utópico francês, mas também da revolução científica provocada pelo desenvolvimento do capitalismo, não como uma justaposição abstrata, mas como síntese superadora que, no mesmo momento em que se desenvolvia a fragmentação das ciências, repropunha a unidade das ciências, sobre a base dos avanços científicos contemporâneos: “A ciência da história se inscreve no grandioso processo de extensão da cientificidade. Mais ainda, converge com os grandes descobrimentos do século em razão de que a constituição da ciência da história é contemporânea do progresso fundamental das ciências da natureza no século XIX, de sua integração na dimensão temporal, de sua historização: cosmologia racional, teoria das formas da energia, teoria celular, teoria da evolução. Portanto, toda ciência é realista e materialista, mas implica uma forma de materialismo incompatível com a forma mecanicista dominante desde o século XVIII, desautorizada pelos progressos do XIX, que implicam a integração do tempo. Trate-se na nova biologia (Darwin), da nova energética (Mayer) ou da ciência das sociedades (Marx confirmado por Morgan enquanto às sociedades primitivas), o racionalismo

⁷²⁹ John Bellamy Foster. *Marx's Ecology*. Materialism and nature. Nova York, Monthly Review Press, 2000.

⁷³⁰ Karl Marx. *Op. Cit.*

⁷³¹ “No desenvolvimento das forças produtivas, se produz um estágio em que nascem forças produtivas e meios de circulação que não podem senão ser nefastos no quadro das relações de produção existentes, e que já não são forças produtivas, mas *forças destrutivas*” (Karl Marx e Friederich Engels. *A Ideologia Alemã*, ed. cit.).

científico caminha, na realidade, ao longo de uma mesma frente, mas de uma frente com duas vertentes, anti-idealista e anti-mecanicista”.⁷³²

A filosofia da ciência, desenvolvimento ulterior da disciplina filosófica, buscou refazer a unidade da filosofia (ou das “ciências humanas”) com as ciências exatas e as físico-naturais, mas tropeçou desde o seu nascedouro com a questão do estabelecimento de um “método único”: “A fim de chegar a este conceito unívoco, tanto filósofos quanto historiadores do método científico tiveram que selecionar um aspecto particular do procedimento científico: observação dos fatos, indução, experimentação, medição e dedução matemática, postulação hipotética, predição, e possivelmente verificação e falsificação. Tentar um conceito unívoco abarca necessariamente a exclusão de outros elementos essenciais, e a real tragédia desta univocidade, no entanto, não reside nem na exclusão de uma determinada característica particular - posto que o elemento abandonado reaparece, resgatado por algum outro autor - nem na própria perda do conceito de método”.⁷³³

O diagnóstico da crise ecológica exigiu uma abordagem pluridisciplinar: ela estava inscrita no desenvolvimento capitalista, a sua realização vinculou-se à superação da sociedade burguesa, como já o notaram os primeiros pensadores “ecológicos”, embora não usando ainda essa expressão moderna. A ciência não poderia fugir da realidade social; absorvida pelo Estado, ela acentuou sua fragmentação e sua dependência dos interesses de classe. Ainda em época do liberalismo econômico foi proposta, na Inglaterra (em 1872), a criação de um Ministério da Ciência, proposta arquivada. A oposição absoluta entre ciência e política defendida e preconizada por Max Weber, foi talvez o último suspiro de um liberalismo agonizante, superado pelo entrelaçamento crescente entre Estado e economia próprio do capital. A crise econômica da década de 1930 varreu os últimos “preconceitos”: em 1933, nos Estados Unidos, o presidente Franklin Delano Roosevelt criou o *Science Advisory Board*, para vincular os pesquisadores ao “New Deal”; a Alemanha de Hitler não deixou nem sombra da independência da ciência e da cultura. Na França, na véspera da II Guerra Mundial (em 1939) criou-se o Conselho Nacional da Investigação Científica (CNRS), que centralizou e monopolizou a investigação científica, criando um modelo que foi amplamente seguido em outras latitudes.⁷³⁴

Com seu método dialético e materialista, Marx e Engels não pretenderam certamente unificar abstratamente as diversas ciências, incluídos os métodos específicos de cada uma delas, mas superar a concepção herdada do pensamento grego que considerava a filosofia como “mãe” de todas as ciências, seja porque estas são derivadas daquela, seja porque aquela generaliza no plano da abstração seus resultados concretos. A concepção grega (e suas derivadas) refletia a ainda escassa divisão social do trabalho existente nas sociedades pré-capitalistas (se comparada com a especialização da sociedade burguesa). A Revolução Industrial fez explodir a base material dessa concepção: “Nos períodos anteriores havia íntima relação entre ciência e filosofia, ambas não se distinguiam muito bem (caso da Idade Média, quando elas eram identificadas), ou a relação era óbvia (nos grandes sistemas filosóficos do século XVII, a ciência tinha um papel de dependência). No século XVIII é que vamos encontrar a separação entre elas, pelo menos na formulação de seus problemas. Este é o século das especificações de várias disciplinas científicas, das especializações. Depois do século XIX e, sobretudo, no nosso século, encontramos uma separação radical entre ciência e filosofia, pelo menos numa visão superficial, pois se olharmos com o devido cuidado e profundidade, veremos que suas relações são muito mais fortes daquilo que aparece ou é proclamado”.⁷³⁵

⁷³² André Tosel. La elaboración de la filosofía marxista por Engels e Lenin. In: Yves Belaval. *Las Filosofías Nacionales*. Siglos XIX e XX. México, Siglo XXI, 1986, p. 292.

⁷³³ James A. Weisheipl. *La Teoría Física en la Edad Media*. Buenos Aires, Columba, 1967, p. 117.

⁷³⁴ Jean-Jacques Solomon. *Ciencia y Política*. México, Siglo XXI, 1974, pp. 35, 45 e 57.

⁷³⁵ Michel Paty. Ciência, filosofia e sociedade. In: Osvaldo Coggiola. *A Revolução Francesa e seu Impacto na América Latina*. São Paulo, Edusp-CNPq, 1990, p. 95.

O último grande sistema filosófico, o sistema hegeliano, ainda impregnado da filosofia racional-idealista, levou até suas últimas consequências metodológicas o desenvolvimento filosófico precedente, definindo o moderno *método dialético*, mais ainda persistindo na inversão idealista das relações entre ciência e filosofia (o método dialético ainda estava “de pernas para o ar”):⁷³⁶ “Foi exatamente por esse motivo que Hegel fez que sua filosofia fosse mal vista pelos cientistas. Ele se imiscuía em todas as ciências, a partir de seu sistema da lógica dialética. O que resultava daí era, na maioria das vezes, realmente ridículo. Na melhor das hipóteses, tratava-se de uma reprodução muito superficial das concepções científicas de seu tempo. Jamais conseguiu ele ir além daquilo a que a própria ciência já havia chegado. Ao contrário, as tentativas de aplicação de sua lógica na maior parte dos campos levavam a absurdos conceituais... Esse grande pensador dialético não pôde ser de qualquer proveito para as ciências naturais. Suas concepções e manifestações foram finalmente consideradas como inúteis e dispensáveis pela maioria dos cientistas da natureza. Em verdade, a dialética só pode ser apreendida concretamente. Quando separamos a dialética de seu concretismo e a transformamos em uma formalística abstrata, ela passa a ser um esquema inócuo. Petrifica-se em um sistema que, além do mais, se apresenta como o que há de mais universal, significativo e profundo que o espírito humano pode atingir. Isolada da realidade, a dialética deixa de sê-lo. Isolada da realidade, a dialética se transforma em disputa gratuita sob a forma de contradições absurdas, fantásticas e sem sentido. Tal dialética evidentemente não pode ser materialista”.⁷³⁷

A tendência para a fragmentação da ciência refletiu a tendência para a fragmentação da produção e o crescimento desordenado da divisão social do trabalho. Isto não significa a emancipação da ciência da filosofia: “Todo cientista, mesmo quando trata de problemas de sua especialidade, é sempre orientado por determinadas concepções filosóficas... Os cientistas são sempre escravos de determinada filosofia; quanto mais atacam a filosofia, tanto mais se transformam em escravos das filosofias mais atrasadas e mais limitadas. É preciso que se tenha clareza de que sempre se pensa ‘filosoficamente’”. Ao se ocupar das ciências exatas, “Marx não dispunha ainda das estritas definições dos conceitos fundamentais da análise matemática características da análise contemporânea. À primeira vista, o conteúdo de seus manuscritos pode parecer periclitante, sem sair do marco que Lagrange já conhecia em finais do século XVIII. Efetivamente, a tendência fundamental que caracteriza os manuscritos de Marx continua revestindo uma significação real em nova época. Marx desconhecia a atual definição rigorosa das noções de números reais, de limite e de continuidade. Mas, aparentemente, ainda no caso de tê-las conhecido, ditas definições não o teriam satisfeito. Marx busca um processo ‘real’ de descobrimento da função derivada”.⁷³⁸

Marx e Engels pretendiam demonstrar que o desenvolvimento científico refletia o movimento dialético da realidade material, e fizeram nesse sentido um esforço gigantesco. Engels viu em Descartes e suas “magnitudes variáveis” a porta de entrada da dialética para as matemáticas. Invertendo Hegel no sentido materialista, afirmou que “a unidade do mundo consiste na sua materialidade”. A “dialética da natureza” era o ponto crucial da ruptura do marxismo com a filosofia especulativa, incluída a hegeliana, e sua não menos especulativa “filosofia da natureza”. Engels definiu a dialética em contraste à metafísica, como “a ciência das interconexões”. Condensou essas formas de interconexão em três leis: a da transformação da quantidade em qualidade, a da interpenetração dos opostos, e a da negação da negação. Mas, como enfatizou, “já não é mais uma questão de inverter interconexões, mas sim de descubi-

⁷³⁶ Para Marx, “meu próprio método dialético é não só fundamentalmente diferente do hegeliano, mas inclusive seu oposto. Para Hegel, o processo do pensamento (que ele transforma em objeto independente, dando-lhe o nome de ideia) é o criador do real. Para ele, o real é somente a manifestação exterior da ideia. No meu enfoque, pelo contrário, o ideal não é senão o material, transferido e transposto na mente humana”.

⁷³⁷ Robert Havemann. *Dialética sem Dogma*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967, p. 164.

⁷³⁸ K. Marx e F. Engels. *Cartas sobre las Ciencias de la Naturaleza y las Matemáticas*. Barcelona, Anagrama, 1975, [Prefácio], p. 141.

las nos fatos”: o erro de Hegel “reside no fato de estas leis estarem impostas à natureza e à história como leis do pensamento, e não deduzidas das mesmas. Esta é a fonte de todo o seu tratamento forçado e até mesmo forjado... se invertermos a coisa, tudo se torna simples e as leis dialéticas que aparecem de forma tão misteriosa na filosofia idealista, imediatamente ficam simples e claras como a luz do dia”: elas revelam “um processo que ocorre todo dia e a toda hora do dia, que qualquer criança pode compreender”.

No que concerne às ciências naturais, “linhas rígidas e rápidas são incompatíveis com a teoria da evolução... o velho método metafísico não serve mais para um estágio da visão da natureza em que todas as diferenças são fundidas em degraus intermediários, e todos os opostos se penetram mutuamente por ligações imediatas. A dialética, que dessa forma não conhece linhas rígidas e rápidas, nenhuma validade universal e incondicional, e reconcilia os opostos, é o único método de pensamento apropriado no mais alto grau a este estágio”. A dialética é aquele “grande pensamento básico de que o mundo não deve ser compreendido como um complexo de coisas já prontas, mas como um complexo de processos, onde o aparentemente estável, assim como a imagem que temos dele, os conceitos, sofrem um processo ininterrupto de vir a ser e deixar de ser, onde, apesar de tudo parecer acidental, há um desenvolvimento fundamental que se impõe no final”.⁷³⁹ As leis dialéticas tinham validade universal, embora de modo diferenciado em cada campo de estudo. Para Lucien Goldmann, as ciências humanas obedeceriam a um princípio diverso daquele das ciências físico-naturais: “O processo do conhecimento científico implica, quando se trata de estudar a vida humana, a identidade parcial entre sujeito e objeto do conhecimento. Por essa razão, o problema da objetividade se apresenta de modo diferente nas ciências humanas do que na física ou na química”.⁷⁴⁰ O que significaria que elas pertencem a domínios do conhecimento inteiramente diversos.

Para Jean Piaget, pelo contrário, tanto a evolução as ciências humanas como a das ciências físico-naturais (em especial a biologia) tendeu a criar uma ponte entre os domínios aparentemente opostos de modo irreversível: “Desde a época em que se quis opor o sujeito à natureza e fazer dele um campo de estudos reservado às ciências do espírito mais vizinhas da metafísica que das chamadas ciências exatas e naturais, produziu-se um grande número de modificações na evolução das ciências em geral; as tendências atuais, embora insistam na especificidade dos problemas a todos os níveis da realidade, estão longe de ser favoráveis a uma simples dicotomia. Um primeiro fato é a evolução da biologia, cujas interpretações atuais são de grande importância para as interpretações da formação do ‘sujeito’. Uma segunda zona fundamental de ligação entre as ciências da natureza e as do homem é constituída pelo intercâmbio dos métodos. As ciências do homem são levadas a utilizar cada vez mais métodos estatísticos e probabilísticos, assim como modelos abstratos que foram desenvolvidos no campo das ciências da natureza. Lembremos as convergências entre as noções de entropia em física e em teoria da informação”.⁷⁴¹

A mais radical transformação das condições de existência da sociedade da história da humanidade, a Revolução Industrial, teve por base a radical transformação histórica do metabolismo humano/natural. Ao revolucionar as relações sociedade/natureza, o capitalismo quebrou a distinção entre ciência pura, ciência aplicada e tecnologia. Mas realizou isso a serviço dos interesses de classe dominantes, isto é, a serviço do lucro capitalista, tendendo a colocar a ciência ao serviço da técnica, e esta ao serviço da acumulação de capital, com consequências cada vez mais danosas e gravosas para a “natureza humanizada”. Doravante, a crítica do capitalismo deveria integrar também a crítica da ciência e da técnica, não para propor o retorno a um idílico passado pastoril, mas para livrar à ciência, como força produtiva

⁷³⁹ Friedrich Engels. *Op. Cit.*

⁷⁴⁰ Lucien Goldmann. *Las Ciencias Humanas y la Filosofía*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1967, p. 22.

⁷⁴¹ Jean Piaget. *A Situação das Ciências do Homem no Sistema das Ciências*. Amadora, Beltrand, 1971, pp. 104-107.

direta, do direcionamento fragmentado e destrutivo imposto pela sua submissão às necessidades do lucro e da acumulação capitalista.

Seria essa a condição não só para um equilíbrio entre uma sociedade humana, que não renunciasse ao seu desenvolvimento, e a natureza, que constitui a base de sua riqueza, mas também para o florescimento *real* da liberdade humana: “O reino da liberdade começa somente onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e por uma finalidade exterior: encontra-se, portanto, além da esfera da produção material. A liberdade neste campo somente pode consistir em que o homem socializado, isto é, os produtores associados, regulem racionalmente o seu intercâmbio orgânico com a natureza, conduzam-no sob seu controle comum, ao contrário de serem dominados por uma força cega; que eles executem seu dever com o menor emprego de energia e nas condições mais adequadas à sua natureza humana. Mas isso permanece sempre um reino da necessidade. Além disso, começa o desenvolvimento das capacidades humanas, que é um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade que, todavia, pode florescer somente sobre as bases daquele reino da necessidade”⁷⁴².

As relações de produção capitalistas, determinadas pelo predomínio da produção de valores sobre seu uso, exprimem a impossibilidade da composição entre trabalho e não trabalho, entre produção e consumo, entre consumo e preservação da natureza. Somente a reafirmação do predomínio da utilização da riqueza material sobre a produção *em si* poria as bases da identidade entre trabalho e não trabalho, entre as diversas porções do tempo, entre produção e consumo. Mas a reafirmação desse predomínio só seria possível em uma forma social de tipo superior, na qual os produtores fossem eles mesmos proprietários de seus meios de produção, e não mais a título privado. Somente nessa forma social as necessidades sociais seriam satisfeitas por uma produção que seria ela mesma imediatamente social, já que não estaria mais subordinada à mediação da apropriação privada e à necessidade da troca: “É só quando a sociedade controla eficientemente a produção, regulando-a antecipadamente, que ela cria a ligação entre a medida do tempo de trabalho social dedicada à produção de determinado artigo, e a extensão da necessidade social que tal artigo deve satisfazer”⁷⁴³. Essa necessidade social inclui a preservação da natureza (“mãe” de toda a riqueza social), preservação já colocada como tarefa para a humanidade no século XIX.

Para Thomas S. Kuhn, a história da ciência é a história das revoluções científicas, das transições de um paradigma para outro, explicadas pelo fato recorrente de que homens racionais, em virtude de serem homens e não por serem cientistas, encontram fatos que seus paradigmas não podem explicar,⁷⁴⁴ ou problemas que a ciência vigente não consegue resolver. A ecologia do século XX sublinhou a necessidade da superação das barreiras entre as disciplinas científicas e entre ciências humanas e ciências físico-naturais. A realização dessa superação não é só um processo (ou projeto) científico, mas histórico-social, que coloca a superação do que foi, simultânea e contraditoriamente, a base da emancipação humana e de sua alienação: a antiga distinção entre dois tipos de vida humana - o *homo faber* e o *homo sapiens* - orientados, o primeiro, para a criação prática da técnica produtiva e o segundo para a reflexão contemplativa e a ciência pura; ou seja, vinculados, um ao uso da mão, o outro da inteligência.⁷⁴⁵ Só na superação social da divisão entre trabalho manual e intelectual poderia encontrar base histórica suficiente a superação da contradição entre homem e natureza, entre campo e cidade, entre ciência e necessidade humana, ou seja, a alienação derivada da produção baseada na exploração do trabalho assalariado.

⁷⁴² Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Volume 1.

⁷⁴³ Karl Marx. *O Capital*, Livro III.

⁷⁴⁴ Thomas S. Kuhn. Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Perspectiva, 2006.

⁷⁴⁵ Rodolfo Mondolfo. *Verum Factum*. Desde antes de Vico hasta Marx. Buenos Aires, Siglo XXI, 1971, p. 9. Do mesmo autor: *La Comprensione del Soggetto Umano nell'Antichità Clássica*. Florença, Sansoni, 1967.

21. DA EUROPA NAPOLEÔNICA À SANTA ALIANÇA

Por menos heroica que se mostre hoje esta sociedade, foi não obstante necessário heroísmo, sacrifício, terror, guerra civil e batalhas de povos para torná-la uma realidade. Nas tradições classicamente austeras da república romana, seus gladiadores encontraram os ideais e as formas de arte, as ilusões de que necessitavam para esconderem de si próprios as limitações burguesas do conteúdo de suas lutas e para manterem seu entusiasmo no alto nível da grande tragédia histórica (Karl Marx, **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**)

Até Napoleão, os homens descobriram o espaço do universo; a partir dele, o tempo do mundo e o futuro (Albert Camus, **L'Homme Révolté**)

Os europeus não lutaram as guerras de 1618, 1814 ou 1914 como cristãos, mas como criptopagãos (David P. Goldman, **How Civilizations Die**)

Desde inícios do século XIX, os acontecimentos políticos de alcance mundial continuaram a ter por teatro central a nação convulsionada que fez da democracia e do Estado Nacional objetivos universais. Na França, à queda da Convenção seguiu-se o período do Diretório, ou da "reação termidoriana". O golpe de Estado da alta burguesia marcou o fim da participação popular independente no processo de transformações políticas e sociais. Nomeado em 1795, o novo corpo dirigente de cinco membros eleitos pelos deputados que substituiu à Convenção, pretendeu ser um eixo equidistante entre revolucionários e monarquistas, mas logo se revelou ineficaz e, sobretudo, corrupto e aliado dos especuladores e aproveitadores, favorecidos pelo liberalismo econômico possibilitado pela derrubada do Antigo Regime. Foi um período autoritário assente no exército (restabelecido na sua estrutura baseada na hierarquia, após as vitórias conseguidas nas campanhas externas).

Elaborou-se uma nova Constituição, com o propósito de manter à alta burguesia (representada pelos girondinos) livre das duas grandes ameaças: o jacobinismo (a revolução) e o *Ancien Régime*, ou seja, a nobreza desejava de retomar seu lugar dirigente, com apoio externo. A Convenção termidoriana (1794-1795) foi curta, mas permitiu a reativação do projeto político burguês com a anulação de várias decisões montanhesas, como a lei do preço máximo, e o encerramento do Comitê de Salvação Pública. Foram extintas as prisões arbitrárias e os julgamentos sumários. Todos os clubes políticos foram dissolvidos, e os jacobinos passaram a ser perseguidos. A nova constituição - a Constituição do Ano III, 1795 - suprimiu o sufrágio universal da Constituição de 1793, e resgatou o voto censitário para as eleições legislativas, marginalizando política e eleitoralmente grande parcela da população, a parcela mais pobre.

O período do Diretório (1795 a 1799) foi uma fase política conservadora, marcada pelo retorno da alta burguesia ao poder e pelo aumento do prestígio do exército, apoiado nas vitórias obtidas no exterior (na Itália inicialmente e, depois, no Egito, em 1798). Esse interregno aparentemente medíocre entre a agitação revolucionária prévia e o império posterior, foi de importância decisiva para a França e a Europa toda: "No Diretório, período mal amado da historiografia, em que pese sua curta duração, se elaborou um Estado republicano, certamente autoritário, e ilegal por momentos, mas também preocupado de preservar as conquistas mais importantes de 1789. Nessa fase se multiplicaram os contatos com os povos vizinhos e a França estendeu sua influência além de suas fronteiras naturais. A Revolução, até esse momento essencialmente nacional, virou 'supranacional'. Não somente transformou a existência dos franceses e seu marco vital, mas, através da guerra, ela se instalou por todas as partes do continente, expandindo em Europa o espírito da liberdade, e também as instituições, os códigos e as leis".⁷⁴⁶

A nova constituição "termidoriana" entregou o poder executivo ao Diretório eleito para um período de cinco anos. A nova carta constitucional previa o direito de voto masculino só para os alfabetizados. O poder legislativo era exercido por duas câmaras, o Conselho dos Anciãos e o Conselho dos Quinhentos. Era de fato a república dos proprietários, que enfrentavam uma grave crise financeira. Houve uma forte oposição interna ao governo devido à crise econômica e à

⁷⁴⁶

Annie Jourdan. *La Révolution, une Exception Française?* Paris, Flammarion, 2006, p. 14.

anulação das conquistas sociais jacobinas. Tentativas de golpes de Estado à direita (monarquistas ou realistas) e à esquerda, provenientes dos derrotados da véspera, ocorreram no período. As agitações contra o novo governo se sucediam. Aproveitando o descontentamento crescente dos *sans-culottes*, remanescentes jacobinos de esquerda organizaram em 1796, como vimos, a chamada Conjuração ou “Conspiração dos Iguais”, liderada por François Noël Babeuf (mais conhecido como Gracchus Babeuf). Seus seguidores reivindicavam não apenas igualdades de direitos políticos (igualdade perante a lei), mas também igualdade social, igualdade nas condições de vida. Babeuf postulava que a única maneira de alcançar essa igualdade era com base na abolição da propriedade privada.⁷⁴⁷



François-Noël Gracchus Babeuf, precursor do comunismo moderno

Não era, porém, a hora histórica dos pobres. Uma nova figura apareceu nesse momento no firmamento político francês, e logo também na cena europeia. Quando estourou a Revolução Francesa, Napoleão Bonaparte era apenas um simples tenente (*caporal*) do exército francês. Os oficiais oriundos da nobreza abandonaram o exército revolucionário, ou haviam sido demitidos: Napoleão, *le petit caporal*, fez por esse motivo uma carreira militar muito rápida. E sua carreira não foi só militar: em julho de 1792 publicou um panfleto republicano, *Le Souper de Beaucaire*, que lhe fez ganhar a amizade de Augustin Robespierre, irmão mais novo de Maximilien Robespierre. Bonaparte foi assim nomeado comandante da artilharia das forças republicanas no cerco de Toulon. A cidade havia se sublevado contra o governo republicano e foi ocupada por tropas britânicas. Ele usou um plano para capturar um monte que permitiria que dominassem o porto da cidade e forçassem os navios ingleses a se retirar. A ofensiva, durante a qual Napoleão foi ferido na coxa, levou à captura da cidade e à sua promoção a general de brigada, com apenas 24 anos de idade. Suas ações chamaram a atenção do Comitê de Salvação Pública, sendo encarregado da artilharia do exército francês na Itália.⁷⁴⁸

⁷⁴⁷ Cf. Maurice Dommanget. *Babeuf et la Conjuration des Égaux*. Paris, Spartacus, 1989.

⁷⁴⁸ Napoleão Bonaparte nasceu em 15 de agosto de 1769 em Ajaccio, Córsega, um ano após a ilha ser transferida para a França pela República de Gênova. Foi o segundo de oito filhos do advogado Carlo Maria Bonaparte e de Maria Letícia Ramolino, uma família descendente da pequena nobreza da Itália, que chegou à Córsega vinda da Ligúria ainda no século XVI. Foi batizado como *Napoleone di Buonaparte*. Ao completar seus estudos em Brienne, em 1784, Napoleão entrou para a Escola Militar de Paris, e ainda que sempre tenha se interessado, a princípio, em uma formação naval, acabou estudando para se tornar oficial de artilharia. Ao se formar, em setembro de 1785, Bonaparte se tornou segundo tenente do regimento de artilharia de La Fère, e serviu em Valence e Auxonne, até a eclosão da Revolução Francesa. Napoleão passou os primeiros anos da revolução em Córsega, atuando na luta entre realistas, revolucionários e nacionalistas córsegos. Apoiou os jacobinos, foi promovido a tenente-coronel e comandou um batalhão de voluntários. Em julho de 1792 conseguiu convencer as autoridades de Paris a promovê-lo a capitão. Voltou para a Córsega e entrou em conflito com o líder local Pasquale Paoli, que sabotou uma investida francesa na ilha italiana de La Maddalena. Bonaparte e sua família tiveram de fugir para a França continental.

Após seu breve período de entusiasmo pelos jacobinos, no qual chegou até ser amigo da família Robespierre, Napoleão afastou-se deles quando estavam sendo depostos. Bonaparte ganhou destaque no âmbito da Primeira República Francesa, quando liderou com sucesso as campanhas contra a Primeira Coligação e a Segunda Coligação antifrancesas. Após a queda dos Robespierre, em julho de 1794, Bonaparte foi colocado em prisão domiciliar em Nice, por sua recente associação com aqueles. Foi libertado depois de duas semanas e, devido a sua habilidade técnico-militar comprovada, foi convidado a elaborar planos para atacar as posições austríacas na Itália na guerra da França contra a Áustria. Também participou de uma expedição para retomar a Córsega dos britânicos, mas os franceses foram finalmente expulsos pela marinha britânica. Em abril de 1795, Napoleão foi designado para o exército do Oeste, que estava envolvido na Guerra da Vendéia, mas recusou a designação. Ele foi movido para o Departamento de Topografia do Comitê de Salvação Pública e tentou, sem sucesso, ser transferido para Constantinopla, a fim de oferecer seus serviços ao Sultão otomano. Em 15 de setembro, Bonaparte foi removido da lista de generais em serviço regular por sua recusa em servir na campanha de Vendéia.

A 3 de outubro de 1795, os monarquistas declararam uma rebelião contra a Convenção Nacional depois de serem excluídos do novo governo do Diretório. O líder republicano da reação termidoriana, Paul Barras, sabedor das façanhas militares de Bonaparte em Toulon, lhe deu o comando das forças improvisadas em defesa da Convenção no Palácio das Tulherias. Bonaparte havia testemunhado o massacre da Guarda Suíça naquele mesmo lugar, anos antes, e percebeu que a artilharia seria a chave para a defesa. Ele aproveitou os grandes canhões e os usou para repelir os agressores em cinco de outubro: 1.400 soldados realistas morreram, e o restante fugiu. A derrota da insurreição extinguiu a ameaça à Convenção, deu a Bonaparte fama repentina, também riqueza, e o apoio do novo Diretório. Napoleão logo foi promovido comandante do exército do interior e recebeu o comando das forças francesas na Itália; deixou Paris para assumir o comando militar na península e o liderou em uma invasão espetacularmente bem-sucedida.

Na Batalha de Lodi, Napoleão derrotou as forças austríacas e as expulsou de Lombardia. Foi derrotado em Caldiero por forças de reforço austríacas, mas recuperou a iniciativa na batalha da Ponte de Arcole e subjugou os Estados Pontifícios. Bonaparte, porém, se posicionou contra a marcha militar sobre Roma para destronar o Papa, argumentando que isso criaria um vácuo de poder na Itália, que seria explorado pelo Reino de Nápoles, da sobrevivente dinastia dos Bourbon. Em vez disso, em março de 1797, Bonaparte levou seu exército para a Áustria, forçando o país a negociar a paz. O Tratado de Leoben deu à França o controle da maior parte do norte da Itália e dos Países Baixos, mas uma cláusula secreta prometia a República de Veneza para a Áustria. Bonaparte marchou então para Veneza, forçou a sua rendição e também autorizou os franceses a saquearem os tesouros da histórica cidade.

A campanha da Itália de 1796/7 foi o primeiro passo da carreira militar externa de Napoleão Bonaparte. O jovem general republicano comandara o ataque às províncias italianas do império austríaco, conquistando-as em uma operação relâmpago. Na campanha italiana, o exército de Napoleão capturou 150 mil prisioneiros, 540 canhões e 170 bandeiras inimigas. O exército francês lutou em 67 ações e venceu 18 batalhas através da tecnologia superior de artilharia e das ousadas táticas militares de Bonaparte.⁷⁴⁹ Durante a campanha, Bonaparte tornou-se cada vez mais influente na política francesa: fundou dois jornais para as tropas do seu exército e também para circulação na França. Os realistas franceses atacaram Bonaparte pelos saques efetuados na península itálica e alertaram que ele poderia se tornar um ditador.

Bonaparte, de fato, enviou o general Pierre Augereau a Paris para liderar um golpe de Estado em 4 de setembro, o *Coûp d'État du 18 Fructidor*. O projeto golpista não avançou, mas a crise política

⁷⁴⁹ A genialidade militar de Napoleão, estudada nas academias militares até o presente, se vinculava por mais de um fio com a própria Revolução Francesa. Nas suas memórias, escreveu que, na sua última batalha, nada fez que já não soubesse antes da primeira. Afinal, *on s'engage et puis on voit*, sua máxima militar preferida, lembra muito *de l'audace, de l'audace et encore de l'audace*, a palavra de ordem de Danton, o máximo tribuno popular jacobino.

levou Barras e seus aliados republicanos novamente ao poder, cada vez mais dependentes do poder de Bonaparte, que dava continuidade às negociações de paz com a Áustria. Estas negociações resultaram no Tratado de Campo Formio, e Napoleão retornou a Paris em dezembro como um herói. Ele se encontrou com Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord, novo ministro do exterior francês (que mais tarde serviria no mesmo cargo ao imperador Napoleão) e começaram a preparar a invasão da Inglaterra. Talleyrand, antigo servidor do Antigo Regime, exilado na Inglaterra e na América, reconquistara prestígio na nova França burguesa defendendo a expansão colonial do país.

Após dois meses de planejamento, Bonaparte decidiu que o poder naval da França não era ainda suficientemente forte para enfrentar a Marinha Real Britânica no Canal da Mancha. Propôs, em troca, uma expedição militar para tomar o Egito para assim prejudicar o acesso da Inglaterra à Índia. Seu intuito ao atacar o país era atrair a Inglaterra para fora das Ilhas Britânicas, bloqueando-lhe o contato com seu império indiano. A invasão do Egito, que estava sob a tutela inglesa, buscava interferir nos negócios mundiais do império inglês, mas o exército de Napoleão, depois de ocupar boa parte do país, foi cercado pela marinha britânica. Bonaparte desejava também estabelecer a presença francesa no Oriente Médio, com a intenção de se ligar ao sultão Tipoo Sahib, inimigo da Inglaterra na Índia: garantiu ao Diretório que "logo que conquistasse o Egito, iria estabelecer relações com os príncipes indianos e, juntamente com eles, atacar os ingleses em suas posses". Um relatório do ministro republicano Talleyrand de fevereiro de 1798 dizia: "Tendo ocupado e fortificado o Egito, vamos enviar uma força de 15.000 homens de Suez para a Índia, para se juntar às forças de Tipoo Sahib e afastar os ingleses".

O Diretório concordou, no intuito de garantir uma rota de comércio segura da França para a Índia. Napoleão, naquele momento, chegou a conceber planos de um vasto império francês em todo o Oriente (já sonhando com o posto de Imperador), a exemplo do vasto império heleno-oriental efemeramente realizado por seu modelo histórico, Alexandre Magno. Assim, quando o Egito levava quase três séculos na situação anacrônica de suserania de um império decadente, o Império Otomano, foi finalmente invadido pelas tropas napoleônicas, em 1798. O chefe militar francês, o herói das vitórias das tropas revolucionárias na Itália, concebia de fato a conquista do Egito como "o início de um império mundial como a História não tinha conhecido com anterioridade; ninguém antes de Napoleão tinha pensado em semelhante escala ou tinha concebido semelhante propósito".⁷⁵⁰ Napoleão pretendia aliar-se aos chefes muçulmanos da Índia para estabelecer um império francês se estendendo pela África e o sul da Ásia. Foi o fracasso desse projeto que o levou, uma vez coroado Imperador francês, a voltar-se em direção da Europa continental, durante as primeiras duas décadas do século XIX.

A escolha napoleônica do Egito como degrau inicial de seu ambicioso projeto não devia nada ao acaso, e estava baseada menos em considerações geopolíticas do que culturais. Supunha-se que o Egito fosse o berço histórico da civilização humana, e que seus tesouros escondidos por milênios escondessem segredos científicos capazes de revolucionar a existência humana. As obras monumentais da civilização clássica (as pirâmides de Gizeh, em primeiro lugar) deviam ter alguma explicação. Pensava-se, inclusive, que os segredos egípcios estivessem escondidos nos misteriosos textos clássicos cuja escrita hieroglífica ninguém, ainda, conseguira decifrar na Europa (e que os egípcios modernos eram incapazes já de ler e traduzir). Em uma espécie de delírio utópico científico-iluminista, um navio da expedição militar francesa foi carregado com centenas dos melhores cientistas do país, equipados com os mais modernos instrumentos, para explorar e pesquisar a fundo as riquezas culturais escondidas na terra dos faraós.

Quando estes aportaram nas costas de Alexandria, ficaram desiludidos pelo estado em que se encontrava a antiga e lendária capital fundada por Alexandre, sede da maior biblioteca da Antiguidade clássica: pouco mais do que uma aldeia erigida sobre as ruínas da antigamente

⁷⁵⁰ Paul Strathern. *Napoleón en Egipto*. Barcelona, Planeta, 2009, p. 238. O modelo napoleônico era a rota de conquistas seguida pelo chefe militar macedônio Alexandre Magno, chegando até a Índia.

esplendorosa metrópole egípcio-helênica, cujos habitantes pouca atenção prestaram à chegada dos invasores europeus.

A derrota das tropas mamelucas era a condição para a conquista napoleônica do Egito: “A invasão do Egito por Napoleão em 1798 opôs os exércitos francês e mameluco com equipamento comparável. As conquistas coloniais das forças europeias haviam sido realizadas não por causa de armas milagrosas, mas devido a uma maior agressividade, crueldade e, acima de tudo, organização disciplinada”.⁷⁵¹ No final das contas, o principal resultado científico da conquista napoleônica foi a própria reunião dos cientistas franceses trabalhando *full time* em terra estrangeira, e elaborando teorias para classificar e explicar as coisas novas que viam (como espécies animais e vegetais desconhecidas para eles), dando lugar inclusive a uma primeira e ainda pouco elaborada versão da teoria da evolução das espécies (que ainda teve de esperar mais de meio século para atingir um estatuto teórico, com Charles Darwin).

O principal resultado “cultural” da investida francesa no Egito (no que também Napoleão foi pioneiro de um hábito europeu) foi a subtração (roubo) de inúmeras obras de arte do Egito clássico, muitas das quais enfeitam até hoje o Museu do Louvre, em Paris, que os franceses foram obrigados a dividir com os ingleses (que levaram boa parte delas para o Museu Britânico, onde se encontram até o presente), que estavam a espreita nas águas mediterrâneas, e que afundaram a frota francesa ancorada na baía de Abukir (com a consequente perda, entre outras coisas, de milhares de valiosos instrumentos científicos de análise e medição carregados pela numerosa equipe de cientistas franceses). A egiptologia, que teve no francês Champollion (o primeiro cientista a conseguir decifrar os hieróglifos egípcios antigos, graças à descoberta da pedra de Rossetta pelos expedicionários franceses, gravada em três idiomas diferentes) seu personagem principal, nasceu nesses conturbados episódios.

Outro resultado, certamente inesperado, foi a incipiente organização, pelas autoridades francesas, de um sistema “moderno” de contabilidade nacional, tornado necessário pela necessidade de administrar (e saquear) o país, que devia fornecer os recursos para a continuidade do projeto imperial mundial de Napoleão (o Diretório governante em Paris, sucessor da ditadura jacobina, não estava disposto a ceder nada além dos oito milhões de francos já empenhados no armamento, deslocamento e manutenção dos 50 mil soldados franceses). O administrador napoleônico Poussielgue, que poderia ser considerado o primeiro “ministro de economia” do Egito, traduziu para francos franceses as moedas e unidades de medida locais. Da combinação de resistência interna, doenças e pestes (transmitidas pelas pulgas e outros insetos) desconhecidas pelos médicos franceses, somadas ao cerco marítimo da frota inglesa, resultou a desastrosa derrota final da invasão napoleônica. Napoleão se retirou do Egito, voltando a Paris, antes da derrota final, preservando suas chances políticas futuras na metrópole.

O seu sonho imperial mundial afundou também em outro teatro, a Índia de Tipoo Sahib, quem foi atacado, derrotado e morto (em fevereiro de 1799) pelas tropas inglesas em Seringapatam, tropas em cujas fileiras já destacava o jovem coronel Wellesley, o futuro duque de Wellington, que em 1815 comandou as tropas britânicas que afundaram para sempre os projetos napoleônicos em Waterloo. Nesse vasto teatro oriental, situado entre o Egito e a Índia, começou a se decidir militarmente, entre 1798 e 1801 (retirada francesa do Egito) qual seria a potência mundial dominante no século XIX. A Grã-Bretanha, nas águas mediterrâneas do Egito, deu o pontapé inicial para sua dominação mundial. Napoleão tinha pretendido ocupar o Egito sem entrar em choque com a Sublime Porta (a sede oficial do sultanato que chefiava o Império Otomano) com a qual pretendia se aliar contra seus rivais na Europa.

Na França, porém, o governo do Diretório não era respeitado pela população. Os burgueses mais lúcidos e influentes perceberam que com o Diretório não teriam condição de resistir aos inimigos

⁷⁵¹

Eric J. Hobsbawm. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 33.

externos e internos e manter o poder, e começaram a pensar na necessidade de uma ditadura militar, uma espada salvadora, para manter a ordem, a paz, o poder e os lucros. Napoleão Bonaparte era o general francês mais popular e famoso. Abandonou, assim, seus soldados no Egito (os que foram obrigados a uma retirada vergonhosa e desastrosa pelos ingleses e, sobretudo, pela peste que assolou as tropas) e, com alguns generais fiéis, retornou à França, onde, com apoio de dois diretores girondinos e de toda a grande burguesia, derrubou o Diretório e instaurou o Consulado (forma política inspirada na antiga República Romana), em 18 Brumário (10 de novembro de 1799).

Externamente, entretanto, o exército francês acumulava vitórias contra as forças dos regimes absolutistas de Espanha, Holanda, Prússia e os reinos da Itália, que em 1799 formaram a “Segunda Coligação” contra a França revolucionária. O golpe de 18 de Brumário de 1799 pôs fim ao Diretório, iniciando-se a chamada *era napoleônica* sob a forma política do Consulado, de três membros, onde o poder concentrou-se paulatinamente nas mãos de Napoleão. O período do Consulado ajudou a consolidar as conquistas burguesas da Revolução. O Consulado pretendia possuir características republicanas, além de ser centralizado e dominado por militares. No poder executivo, apenas três pessoas eram responsáveis: os cônsules Roger Ducros, Emmanuel Sieyès e o próprio Napoleão, que foi eleito primeiro-cônsul da República. Criaram-se instituições novas, com cunho “democrático”, para disfarçar o centralismo do poder: o Senado, o Tribunal, o Corpo Legislativo e o Conselho de Estado. Mas o responsável pelo comando do exército, pela política externa, pela autoria das leis, e quem nomeava os membros da administração era o primeiro-cônsul. No centro do poder econômico estava a grande burguesia (industriais, financistas, comerciantes); mediante forte censura à imprensa, e ação violenta dos órgãos policiais, se desmantelou a oposição ao governo.

Em 1800, Bonaparte destruiu a Segunda Coalizão contra a França, com vitórias fulminantes na Itália, em Marengo, onde, segundo H. D. Bülow, “em menos de um mês decidiu-se o destino da Revolução Francesa e, portanto, da humanidade na Europa”. *Blitzkrieg* foi o termo (que faria história, no século XX, na guerra europeia do nazismo) usado por Bülow para definir a guerra napoleônica. Como os jacobinos, Napoleão adiantou-se, em termos de técnica e estratégia militares, ao seu tempo: “Apareceu uma escola ou tradição napoleônica, que enfatizava o poder dos grandes efetivos, a penetração estratégica profunda e a rápida concentração de forças no ponto decisivo. Na década de 1790, esses conceitos e práticas ainda eram estranhos; na Revolução Industrial que se aproximava, fizeram sentido... [A estratégia militar de] Napoleão assumiu condição eterna de paradigma que, em sua essência, não era afetado pelo progresso técnico. Poderia parecer que inovações tais como rodovias, telégrafos ou fuzis com carregamento pela culatra tinham tornado possíveis os projetos mais ambiciosos do Imperador, que, quando de sua concepção, talvez estivessem à frente de sua época. O nacionalismo amadurecido de final do século XIX finalmente proporcionou aos novos exércitos de massa a força motivadora confiável que o Imperador tinha conhecido somente em sua forma rudimentar”.⁷⁵²

Napoleão inventou, assim, as bases metodológicas da guerra moderna: essa constatação, depois generalizada nas academias militares, dificilmente é realizada considerando as origens socialmente revolucionárias dessa invenção. O “gênio militar” de Napoleão (assim como a “audácia política” de Danton e dos jacobinos) se tornou independente de sua real base histórica. O período napoleônico, porém, correspondeu, internamente, com a normalização e estabilização burguesa da França revolucionária. Criou-se o Banco da França, em 1800, regulando-se a emissão de moedas, e reduzindo a inflação. As tarifas externas eram protecionistas (aumento de taxas para a importação de produtos estrangeiros); o resultado geral foi uma França com comércio e indústria fortalecidos, e com estímulos à produção e ao consumo interno. Com o objetivo de usar a religião como instrumento de poder político, Napoleão assinou um acordo, a Concordata de

⁷⁵² Peter Paret. Napoleão: revolução na guerra. In: *Construtores da Estratégia Moderna*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2001, p. 196.

1801, entre a Igreja Católica e o Estado. O acordo, aprovado pelo Papa Pio VII, mantinha o direito do governo francês de confiscar as propriedades da Igreja, mas, em troca, o governo teria de amparar o clero. Napoleão reconheceu o catolicismo como religião da maioria dos franceses, mas se arrogou o direito de escolher os bispos, que mais tarde seriam aprovados pelo Papa. O conjunto das medidas e mudanças foi consolidado na Constituição do Ano X, prelúdio à proclamação do Império.



Napoleão I, idealizado no auge do Império

Estabeleceu-se, finalmente, o Código Napoleônico, ou Código Civil, em 1804, incluindo o casamento civil (separado do religioso), o respeito à propriedade privada, o direito à liberdade individual e a igualdade de todos os franceses perante a lei. Sua base se manteve em vigor por longo tempo, embora com consideráveis alterações legislativas posteriores. O Código Civil foi o ponto mais alto atingido por Napoleão na reorganização jurídica da vida social, incluindo as liberdades civis proclamadas pela Revolução Francesa, depuradas de seus aspectos mais democráticos e/ou radicais. Sua marca foi sentida em toda Europa, dominada pela França imperial, e não foi esquecida durante o período da restauração do Antigo Regime no continente, do qual foi um fator ideológico e político de dissolução.

O Código refletia o espírito da burguesia desde seus primeiros levantes urbanos antifeudais. Muitas das suas cláusulas e artigos foram adotadas, em alguns casos *ipsis litteris*, em diversos países no século XIX. Contra os trabalhadores urbanos e camponeses que haviam formado a tropa de choque da revolução, o Código proclamava o completo liberalismo econômico, proibindo a coalizão (sindical) em defesa de seus interesses. Ou, como disse Karl Renner: “O Código proclamou apenas dois mandamentos: o primeiro, material, que todos devem conservar o que têm; o segundo, pessoal, *que cada um cuide de si*”. Liberalismo e baionetas. E, se a Constituição da Revolução se propunha formar “cidadãos”, o Código Civil Napoleônico definia como objetivo a formação de “patriotas”.

Reconheceu-se a educação pública como meio fundamental de formação das pessoas. A reorganização do sistema de ensino teve o objetivo de formar uma moderna classe dirigente, para o qual foi instituído um sistema de liceus laicos sob o controle do Estado. O ensino elementar foi, ao contrário, confiado aos cuidados do clero católico, como parte da reconciliação imperial com a Igreja. Napoleão também instituiu em 1809 um Código Penal, que vigorou até muito tempo depois de sua queda. A administração ficou centralizada: indicavam-se pessoas da confiança de Napoleão para cargos administrativos. Com o apoio da grande burguesia, elevou-se Napoleão a cônsul vitalício, podendo indicar seu sucessor. Em 1803, a França vendeu seus últimos territórios na América continental para os recentemente proclamados Estados Unidos da América, que iniciaram assim sua expansão para o Oeste do continente. A maior parte do dinheiro obtido na

venda foi direcionada para o fortalecimento do exército francês com vistas à sua expansão territorial no continente europeu.

A “opinião pública” foi mobilizada pelo governo por todos os meios (incluindo não só a demagogia, mas também a perseguição política e a censura), o que levou à aprovação “popular” da implantação do Império. Em plebiscito realizado em 1804, aprovou-se o Império com quase 60% dos votos, reinstituiu-se o regime monárquico e indicou-se Napoleão para ocupar o trono. A 2 de dezembro de 1804, o agora Napoleão I, na catedral de Nôtre-Dame, num ato surpreendente, retirou a coroa das mãos do Papa Pio VII, que viajara especialmente para a cerimônia, e ele mesmo se coroou, para deixar claro que não toleraria autoridade alguma superior à dele. Logo depois também coroou sua esposa, a Imperatriz Josefina. Concederam-se títulos nobiliárquicos aos familiares de Napoleão, postos em altos cargos públicos. Formou-se uma nova corte com membros da elite militar, da alta burguesia e da antiga nobreza. Para celebrar os triunfos militares de seu governo, Napoleão I construiu monumentos grandiosos, como o Arco do Triunfo.

Inglaterra propiciou a formação de coligações internacionais para se contrapor ao Império francês e a seu expansionismo. A primeira coligação formada para deter os franceses, formada pela Inglaterra, Áustria, Rússia e Prússia, foi derrotada. Na sequência das guerras entre França e Inglaterra, só um ano depois da Paz de Amiens, em 1802, celebrada com Napoleão depois da derrota das primeiras duas coalizões antifrancesas, a guerra voltou a explodir por mar e por terra, em 1803. A França aliou-se com Espanha, na tentativa extrema de conter a frota inglesa, mas em outubro de 1805, na batalha naval de Trafalgar, a frota hispano-francesa foi aniquilada pela frota inglesa comandada pelo Almirante Nelson, uma vitória que firmou o temido poderio naval britânico. França decretou imediatamente o bloqueio continental contra as mercadorias inglesas e, naturalmente, Inglaterra bloqueou os mares contra o comércio externo francês.

A vitória de Trafalgar deu à Inglaterra o domínio absoluto dos mares. Mas a *Grande Armée* napoleônica se fez senhora absoluta da Europa continental, derrotando os austríacos em Ulm no mesmo mês da derrota naval de Trafalgar; vencendo os russos em Austerlitz em dezembro do mesmo ano; derrotando os prussianos em Jena, em outubro de 1806; derrotando novamente os russos em Friedland em junho de 1807, e novamente aos austríacos em Wagram, em julho de 1809. A três maiores potências militares da Europa concorrentes da França estavam destruídas, e desde 1806 as Ilhas Britânicas suportavam o bloqueio continental instaurado para provocar o colapso econômico da potência adversária insular do Império napoleônico. Todos os países europeus deviam fechar os portos para o comércio com a Inglaterra, debilitando as exportações desse país e causando nele uma crise industrial.

O problema era que Inglaterra, passando nesse momento pela Revolução Industrial, possuía uma consolidada produção manufatureira, e muitos países europeus dependiam da Inglaterra para importar manufaturas em troca de produtos agrícolas. França procurou beneficiar-se do bloqueio da Inglaterra com o aumento da venda dos produtos produzidos pelos franceses, ampliando suas exportações na Europa e no mundo. O único obstáculo para o Império Francês na Europa era a Inglaterra, favorecida por sua posição insular, por seu poder econômico e por sua superioridade naval. O sucesso de bloqueio, decretado a 21 de novembro de 1806, dependia de que todos os países da Europa aderissem. O Acordo de Tilsit, firmado com o czar Alexandre I da Rússia, em julho de 1807, garantiu a Napoleão o fechamento do extremo Leste da Europa para a Inglaterra.

No seu zênite, o Império Francês atingiu sua extensão máxima em 1812, com quase toda a Europa Ocidental, e grande parte da Europa Oriental, ocupadas pelas suas tropas, com 150 “departamentos” e 50 milhões de habitantes incorporadas ao Império, quase um terço da população europeia da época. A *Grande Armée* aumentou o número de armas e de combatentes, e tornou-se o mais poderoso exército de toda a Europa. Napoleão manteve a influência da França através da formação de amplas alianças e a nomeação de amigos e familiares para governar os países europeus conquistados, dependentes da França, ou transformados e departamentos da mesma (alguns oficiais nomeados por Napoleão para governarem territórios ocupados pelo exército francês acabaram criando dinastias que sobreviveram ao final do império).



A Europa napoleônica em 1812, em cor verde

O governo de Portugal relutava em concordar com o bloqueio napoleônico, pois possuía relações privilegiadas com a Inglaterra, depois da assinatura do Tratado de Methuen, em 1703, ainda graças à velha aliança entre ambos os países dos tempos da dinastia de Avis. Com a recusa da monarquia portuguesa, o exército francês começou a dirigir-se a Portugal para ocupa-lo. Napoleão forçou uma aliança com a casa real espanhola com a ideia a de dividir Portugal em três reinos distintos. Houve três expedições militares francesas a Portugal, que encontraram na península ibérica dificuldades inesperadas, isto é, uma forte resistência nacional, celebrizadas na Espanha nas pinturas de Goya. Lembremos que Espanha participara, nos tempos revolucionários “franceses”, da primeira coalizão contra a França. Depois disso tornara-se sua aliada constante.

A derrota da frota espanhola em Trafalgar, porém, motivara sentimentos antifranceses na população espanhola. Com o pretexto de enviar reforços para Portugal (que as tropas francesas haviam invadido) Napoleão invadiu a Espanha. Em 1808, tropas francesas ocuparam Madri. Aproveitando a disputa pelo trono entre o rei Carlos IV e seu filho, Fernando VII, Napoleão os prendeu na cidade de Bayonne. Fernando acedeu às exigências do imperador, iniciando uma desastrosa carreira de “estadista” que o levaria a ser ulteriormente definido como “o mais vil, covarde e corrupto de todos os reis espanhóis, o que não duvidou em vender seu reino a Napoleão em troca de uns poucos milhões de reais, e de uma luxuosa residência na França, enquanto seus compatriotas deixavam a vida lutando em seu nome e pela liberdade que ele exterminou na sua volta (ao poder)”.⁷⁵³

O irmão de Napoleão, José Bonaparte, apelidado “Pepe Botella” (devido aos seus presuntos hábitos etílicos), assumiu o trono da Espanha. O programa de José Bonaparte para o país (programa que teve apoio de boa parte da intelectualidade ibérica, os chamados “afrancesados”) previa reorganizar a política de taxas e impostos, acabar com os privilégios do Antigo Regime, secularizar a política, reformar as ordens religiosas, criar sociedades científicas, abrir um grande museu de arte em Madri com as obras artísticas expropriadas da Igreja e da nobreza, consertar as vias de comunicação entre as capitais provinciais e regionais, reestruturar a administração estatal

⁷⁵³

Manuel Villoria. *La Corrupción Política*. Madri, Síntesis, 2006.

mediante um corpo tecnocrático bem remunerado, criar uma nova polícia, melhorar os portos mediterrâneos. Era um programa de completa modernização econômica e política, que tinha o objetivo de tornar a Espanha um “país digno do Império francês” de Napoleão. No fracasso de seu irmão na tarefa de impô-lo, e pela segunda vez na sua meteórica trajetória (a primeira fora na sua expedição ao Egito, na última década do século precedente) o imperador francês fez a experiência da impossibilidade de se exportar revoluções ou democracia, ou mesmo códigos civis. Os princípios nacionalistas e democráticos, que favoreceram a Revolução Francesa, se voltaram contra a França imperial na península ibérica.



Espanha morre e renasce. Goya: *Los fusilamientos del 3 de mayo*

Pois a débacle da monarquia espanhola, contrariamente às expectativas napoleônicas, ensejou um movimento de revolução democrática na península, com o surgimento de “juntas de governo” nas principais cidades, fazendo ingressar Espanha no ciclo histórico das revoluções democráticas balizado pelas revoluções americana e francesa. Vários movimentos populares se opuseram a ocupação francesa. Na América espanhola, a prisão do rei da Espanha foi um dos detonadores dos movimentos de independência. As cidades espanholas resistiram à dominação francesa. Em 1810, um conselho de resistência convocou as cortes. A guerra de guerrilhas causou muitas baixas ao exército francês. Em 1812, José Bonaparte teve de abandonar Madri, devido às vitórias do general inglês Wellington na Espanha. A partir de então, a resistência à ocupação francesa foi comandada pelas juntas de governo, instaladas em Sevilha e Cádiz. Em 1812, as cortes promulgaram a primeira constituição da Espanha. E, devido à formação de uma nova coalizão entre a Inglaterra e a Áustria contra a França, Napoleão foi obrigado a deixar a península.

Em Portugal, por sua vez, o sentimento de revolta da população contra a ocupação francesa foi contido após a chegada das tropas francesas. O príncipe regente (o rei e sua Corte haviam fugido para o Brasil, em 1808) havia deixado instruções para que não se oferecesse resistência ou oposição aos franceses - "seria mais nociva que proveitosa, servindo só de derramar sangue". A população não pegou assim imediatamente em armas contra o invasor, mas desde a fronteira portuguesa até Castelo Branco, as tropas francesas não encontraram víveres, deparando-se com as povoações desertas. Famintos e exaustos, os soldados franceses que conseguiram chegar a Lisboa inspiravam mais pena do que medo. Ao assumir o comando do Corpo de Observação da Gironda, que deveria invadir Portugal e conquistar Lisboa, o general Junot recebera três ordens de Napoleão: 1º aprisionar o rei português; 2º desagregar o exército português, aliciando seus

quadros para combater fora do país, integrados ao exército imperial; 3º dissolver as milícias e ordenanças portuguesas. O general Junot falhou o primeiro objetivo, tentou realizar os outros dois, criando uma situação de instabilidade que se prolongou no tempo.

Nas suas *Mémoires de Sainte Hélène*, ditadas no seu exílio final aos seus partidários, Napoleão autocriticou retroativamente como seu grande erro estratégico a tentativa de dominar simultaneamente os dois países da península ibérica: *c'est ça qui m'a perdu*, foram suas palavras. A finalmente fracassada “Guerra Peninsular” debilitou decisivamente à França e consolidou a hegemonia internacional inglesa. Ao eliminar a monarquia espanhola de Carlos IV, Napoleão abriu as portas que conduziram à independência da América espanhola (com importante e calculista apoio da Grã-Bretanha à luta independentista).

O mesmo ocorreu ao permitir a saída do rei D. João VI para o Brasil, processo que criaria as precondições para a independência da América portuguesa, o futuro Brasil. Ainda em 1808, ao aportar em Salvador, na Bahia, o príncipe regente português assinou o *Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas*, e também, em 1810, os tratados que permitiram a hegemonia britânica nas relações comerciais com o Brasil, abrindo as portas de um mercado de três continentes para a potência industrial insular, com tarifas alfandegárias privilegiadas em todos eles. O governo de Portugal declarou guerra à França e à Espanha, ocupando a Guiana francesa (1809-1815) e a Banda Oriental do Rio da Prata, o Uruguai (1810-1828), pertencente ao império espanhol.

Mas a crise econômica e institucional em Portugal continental se agravou com a permanência da corte portuguesa no Brasil, conduzindo à Revolução do Porto (1820) e forçando o retorno do soberano à Europa (1821). A tentativa de recolonização do Brasil levou à independência deste, no ano seguinte (1822). Com seus fracassos externos (ibéricos, em primeiro lugar) a Europa napoleônica começou a rachar nos seus fundamentos, e também na sua cúpula. Em 1812, a aliança franco-russa foi quebrada pelo czar Alexandre I, que rompeu o bloqueio contra Inglaterra. Napoleão empreendeu então a campanha contra a Rússia, à frente de mais de 600 mil soldados, oriundos dos mais diferentes países da Europa. Rússia usou a tática de terra queimada, destruindo cidades inteiras para criar um campo de batalha favorável aos defensores. Quando Napoleão entrou em Moscou, realizando seu sonho de ocupar o Kremlin, encontrou uma cidade em chamas, queimada pelas suas próprias autoridades russas. Os defensores da cidade tinham se retirado, para esperar o inverno que castigaria as tropas francesas, que, no ínterim, se livraram a todo tipo de saques e abusos contra a população remanescente na capital imperial da “Roma do Oriente”.

Aliada com o inverno rigoroso e, novamente, com a peste e as doenças que assolaram as tropas imperiais francesas, Rússia conseguiu vencer o exército napoleônico, que retornou com apenas 120 mil homens (o restante do seu efetivo, quase meio milhão de soldados das mais variadas nacionalidades, morreu ou se dispersou pelo continente durante a retirada). A Campanha da Rússia em 1812 marcou a virada da empresa imperial napoleônica. Sua *Grande Armée* foi derrotada na campanha russa e nunca se recuperou. 675 mil homens, franceses ou ao serviço da França, invadiram a Rússia: as perdas totais do exército napoleônico (compreendidas mortes, prisões e deserções) somaram 300 mil, aproximadamente 45% do total, um verdadeiro desastre militar.

Nas guerras napoleônicas, a França perdeu de 1,4 a 1,7 milhões de homens, de uma população total de 29 milhões. No século XVIII, homens entre 17 e 49 anos constituíam 1/5 da população. O total de contingente militar humano da França napoleônica era de menos de 6 milhões de homens, o que significa que as baixas alcançaram 23-28% do total da população masculina ativa. Muitos outros de outras nações também morreram entre as centenas de milhares de soldados do exército poliglota de Napoleão que marchou para a Rússia.

Na França, o general Malet, apoiado por setores descontentes da burguesia e da antiga nobreza, armou uma conspiração para dar um golpe de Estado contra o imperador. Napoleão retornou imediatamente a Paris e dominou provisoriamente a situação. Teve início então a luta da sexta

coligação europeia (a Confederação do Reno) contra a França, na “Batalha das Nações”, que acabou com a derrota de Napoleão em Leipzig, em 1813. No ano seguinte, a coligação invadiu a França: com a capitulação de Paris, o imperador foi obrigado a abdicar. O Tratado de Fontainebleau exilou Napoleão na Ilha de Elba, mas lhe deu o direito a uma pensão e a uma escolta de 400 militares; além disso, seu título de Imperador foi mantido.

Napoleão, no entanto, escapou de Elba em 26 de fevereiro de 1815, aportando na França dois dias depois. O 5º Regimento francês foi enviado para interceptá-lo: Napoleão o encarou, dirigiu-se diretamente às tropas francesas e conquistou a viva voz seu apoio, em episódio lendário. Os soldados, enviados para detê-lo e prendê-lo, interpelados diretamente por Bonaparte, ao grito de *Vive L'Empereur!* marcharam com Napoleão até Paris, de onde Luís XVIII, o monarca restauracionista, fugiu às pressas.

No "Governo dos Cem Dias", Napoleão tentou refazer uma constituição política baseada no liberalismo econômico, contrariando as expectativas dos seus aliados republicanos, que queriam a volta da revolução e a perseguição aos nobres. A Europa coligada retomou sua luta contra o exército francês. Napoleão entrou na Bélgica em junho de 1815, mas foi derrotado no dia 18 desse mês por uma coligação anglo-prussiana chefiada pelo Duque de Wellington, na batalha de Waterloo, na Bélgica, abdicando do trono pela segunda vez. Napoleão foi preso e exilado pelos britânicos, sem direito à conservação de seu cargo imperial, na ilha de Santa Helena, na costa da África, em 15 de outubro de 1815, onde se estabeleceu com um pequeno contingente de seguidores.



Talleyrand, un homme pour toutes les circonstances

Entre eles não se contava o homem que chefiara a polícia imperial durante seu último governo, o símbolo vivo do percurso da burguesia francesa entre a revolução e a contrarrevolução: Joseph Fouché. Inicialmente conhecido como o “metralhador de Lyon”, depois de uma carnificina por ele realizada nessa cidade por conta do governo jacobino; conspirador contra esse mesmo governo e responsável pela prisão de seus titulares (1794); foi ministro de Polícia do Diretório, e também responsável pela prisão de seus membros depois do golpe de estado de 18 Brumário (1799); foi destituído do cargo de policial-mor do Império por Napoleão, depois de estabelecer por conta própria negociações secretas com a bloqueada rival Inglaterra (1809); conspirou com o futuro Charles X para derrubar o Imperador (1814); foi novamente ministro da polícia durante os “Cem Dias” de Napoleão (1815); e, finalmente, foi ministro da monarquia restaurada de Luís XVIII, até ser demitido do cargo por ter votado, quando deputado, a pena de morte para seu predecessor, Luís XVI (1816).

Ao serviço de todos os poderes e de todas as traições, cúmplice de todos e traidor de todos, sem mais ideias do que sua própria ambição, sem escrúpulos de qualquer espécie, Fouché antecipou e modelou a figura do “serviçal do Estado” contemporâneo, tão vital quanto o oxigênio para este, ou para as grandes máquinas políticas em geral.

O derradeiro exílio de Napoleão pôs fim à carreira do homem que fez da Europa um imenso território francês, que enfrentou e liderou a guerra contra sete coalizões antifrancesas (antirrevolucionárias), e que só veio a ser definitivamente derrotado pela última. A continuidade declinante da Revolução Francesa levou ao Primeiro Império, em que a *revolução permanente* do jacobinismo se transformou na *guerra permanente* de Napoleão, resultado lógico da autonomia radical da política que encarnou no Terror Revolucionário. Napoleão morreu finalmente em Santa Helena em 1821, sendo sua morte rodeada de controvérsias até hoje (doença ou assassinato?).

A derrota francesa foi consolidada com a realização do Congresso de Viena, uma conferência entre os embaixadores das grandes potências europeias antinapoleônicas, que aconteceu na capital austríaca, entre 2 de maio de 1814 e 9 de junho de 1815, cuja intenção era a de redesenhar o mapa político do continente europeu após a derrota da França napoleônica, e restaurar nos respectivos tronos as famílias reais derrotadas pelas tropas de Bonaparte. Os termos da paz foram estabelecidos com a assinatura do Tratado de Paris (30 de maio de 1814), onde se estabeleciam as indenizações a pagar pela França aos países vencedores. Mesmo diante do regresso de Napoleão I do exílio, as discussões prosseguiram.

O ato final do congresso foi assinado nove dias antes da derrota final de Napoleão na batalha de Waterloo. O objetivo foi reorganizar as fronteiras europeias, alteradas pelas conquistas de Napoleão, e restaurar a ordem do Antigo Regime. Após o fim da época napoleônica, que provocou mudanças políticas e econômicas em toda a Europa, os países vencedores (Áustria, Rússia, Prússia e Reino Unido) ainda temiam uma nova revolução. A política decidida foi a “restauração legitimista” e compensações territoriais por parte da França. Seu instrumento de ação: a *Santa Aliança* político-militar reunindo exércitos de Rússia, Prússia e Áustria, prontos para intervir em qualquer situação que ameaçasse o Antigo Regime, incluindo a hipótese de se intervir contra as lutas pela independência das Américas.

O congresso foi presidido pelo chanceler austríaco, Príncipe Klemens Wenzel Von Metternich (que também representava seu país), contando ainda com a presença do seu Ministro de Negócios Estrangeiros. Portugal foi representado por três ministros plenipotenciários; Prússia pelo príncipe Karl August Von Hardenberg e o diplomata-acadêmico erudito linguista Wilhelm Von Humboldt; o Reino Unido foi inicialmente representado pelo seu Secretário dos Negócios Estrangeiros, o Visconde de Castlereagh e, após fevereiro de 1815, por Arthur Wellesley, Duque de Wellington, o vencedor de Napoleão em Waterloo; Rússia pelo seu imperador Alexandre I; França pelo seu Ministro de Negócios Estrangeiros, Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord, ou simplesmente Talleyrand, o homem para todas as circunstâncias políticas da França (fora funcionário da nobreza liberal no Primeiro Estado, sob o reinado de Luís XVI; também funcionário do jacobinismo; depois, do Diretório; depois, do Império e, finalmente, embaixador plenipotenciário da monarquia restauracionista de Luís XVIII. O homem fora definido por Napoleão, na sua própria cara, como “merda com meias de seda”).⁷⁵⁴

A emergente era burguesa precisava da ubiquidade extrema e cínica dos Talleyrand e dos Fouché, não do heroísmo militar dos Napoleão. Talleyrand, inteligente, hábil e saudoso dos anos “antes da revolução”,⁷⁵⁵ era o protótipo do novo oportunismo político. Inicialmente, os representantes das

⁷⁵⁴ “Monsieur, vous êtes de la merde en bas de soie”. Cf. André Castelot. *La Diplomazia del Cinismo*. La vita e l'opera di Talleyrand, l'inventore della politica degli equilibri dalla Rivoluzione Francese alla Restaurazione. Milão, Rizzoli, 1982.

⁷⁵⁵ Expressão usada por Talleyrand, que inspirou o título do filme *Prima della Rivoluzione*, de Bernardo Bertolucci.

quatro potências vitoriosas pretendiam excluir os representantes franceses no Congresso de Viena, mas finalmente os admitiram.

O congresso nunca teve uma sessão plenária de fato: as sessões eram informais entre as grandes potências. Devido à maior parte dos trabalhos serem realizada pelas cinco potências (com participações esporádicas dos representantes de Espanha, Portugal, Suécia, e dos estados alemães) a maioria das delegações pouco tinha a fazer. As diretrizes fundamentais do Congresso de Viena foram: o princípio da legitimidade, a restauração monárquica, o *equilíbrio de poder* na Europa e, no plano geopolítico, a consagração do conceito de "fronteiras geográficas".

Pelo princípio da legitimidade se consideravam legítimos só os governos e as fronteiras que vigoravam antes da Revolução Francesa, garantindo com isso que os Bourbon retornassem ao poder na França com a anuência dos vencedores. O acordo atendia os interesses dos Estados vencedores na guerra contra Napoleão Bonaparte, mas ao mesmo tempo buscava salvaguardar a França de perdas territoriais, assim como da intervenção estrangeira. Os representantes dos governos mais reacionários acreditavam que poderiam restaurar o Antigo Regime e bloquear o avanço liberal em todos os países. As quatro principais potências do Congresso trataram de obter vantagens na hora de desenhar a nova organização geopolítica da Europa, e o conseguiram.



Europa redesenhada pelo Congresso de Viena

O *princípio da restauração* era a grande preocupação das monarquias absolutistas; se tratava de recolocar a Europa na mesma situação política em que se encontrava antes da Revolução Francesa. Os governos absolutistas restaurados defendiam o direito à intervenção militar externa nos reinos em que houvesse ameaça de revoltas liberais. O "princípio do equilíbrio" estabeleceu o equacionamento dos poderes reais europeus, de modo tal que nenhum deles pudesse efetivamente ameaçar outro, dividindo territórios de alguns países (por exemplo, a Confederação Alemã, que foi dividida em 39 Estados, com Prússia e Áustria como líderes), e anexando outros territórios a países adjacentes (a Bélgica foi anexada aos Países Baixos). Assim, em 1815, as

fronteiras da Europa foram refeitas, quando suas bases precedentes já haviam sido sacudidas pelos exércitos de Napoleão.

Outra decisão importante das grandes potências reunidas em Viena foi a consagração da ideia de *equilíbrio de poder*, uma reciclagem tardia da ideia matriz da Paz de Westfalia: considerava-se que só fora possível o “fenômeno Napoleão” porque ele havia juntado uma grande soma de recursos materiais e humanos aliados à sua capacidade política e militar. As potências decidiram então dividir os recursos materiais e humanos da Europa, de tal maneira que uma potência não pudesse ser mais poderosa que a outra. Isto resultou num mapa europeu em que as etnias e as nacionalidades não foram levadas em consideração, só os interesses das dinastias, tal como aconteceu com a partilha da Polônia. E, uma vez estabelecida a paz, haveria a necessidade da manutenção dos custosos exércitos? Os estadistas reunidos em Viena foram unânimes em responder afirmativamente. Tratava-se de manter forças armadas para preservar a paz alcançada. A garantia da paz residiria na preservação das fronteiras geográficas estabelecidas para evitar que qualquer potência viesse a romper o equilíbrio, anexando recursos de seus vizinhos e pondo em risco todo o “sistema de estados” europeus.

Com base no princípio geopolítico das “fronteiras geográficas”, Rússia anexou parte da Polônia, Finlândia e a Bessarábia; Áustria anexou parte da região dos Bálcãs; Inglaterra ficou com a estratégica Ilha de Malta, Gibraltar, o Ceilão e a Colônia do Cabo, o que lhe garantiu o controle das rotas marítimas mundiais; o Império Otomano manteve o controle dos povos cristãos do Sudeste da Europa; Suécia e Noruega uniram-se sob a égide da monarquia sueca; Prússia ficou com parte da Saxônia, da Westfalia, da Polônia e com as províncias do Reno; a Bélgica industrializada foi obrigada a unir-se aos Países Baixos, formando o Reino dos Países Baixos; os principados alemães formaram a Confederação Alemã; foram restabelecidos os Estados Pontifícios na Itália; Espanha e Portugal não foram recompensados com ganhos territoriais, mas tiveram restauradas suas antigas dinastias.

As potências reunidas em Viena impuseram à França o “Segundo Tratado de Paris”, pelo qual ela ficou reduzida as suas fronteiras de 1789, teve de pagar uma indenização de guerra de 700 milhões de francos, foi obrigada a restituir os tesouros artísticos roubados dos povos conquistados e aceitar a ocupação do norte do país, durante cinco anos, por tropas das potências vencedoras. Além das disposições políticas territoriais, estabeleceu-se o princípio da livre-navegação do Reno e do Meuse; a condenação do tráfico de escravos, determinando sua proibição ao norte da linha do Equador; medidas favoráveis para a melhoria das condições dos judeus; e um regulamento sobre a prática das atividades diplomáticas entre os países.

A “Santa Aliança” decorrente do congresso de 1815 foi uma tentativa da Rússia, Prússia e Áustria, as três potências vencedoras da guerra contra Napoleão, de garantir a realização prática das medidas aprovadas pelo Congresso de Viena, bem como impedir o avanço nas áreas sob sua influência das ideias liberais e constitucionalistas, que se fortaleceram com a Revolução Francesa e que haviam desestabilizado toda a Europa. O bloco militar, que durou até as revoluções europeias de 1848, combateu revoltas liberais e interferiu na política colonial, já que era a favor da recolonização.

A Aliança foi proclamada no Congresso de Viena como a união dos três ramos da família cristã europeia: os ortodoxos russos, os protestantes prussianos e os católicos austríacos. Surgiu por inspiração do Czar da Rússia Alexandre I, que propôs aos outros príncipes cristãos reunidos em Viena governarem seus países de acordo com os “preceitos da Justiça, Caridade Cristã e Paz” e a formação de um bloco de potências, cujas relações seriam reguladas pelas “elevadas verdades presentes na doutrina de Nosso Salvador”. O tratado da Santa Aliança só foi assinado por chefes de Estado, sem ser submetido a ratificação nos países assinantes. Posteriormente, os governantes dos demais Estados europeus, entre eles o da própria França, assinaram o tratado, com a exceção do príncipe regente da Grã-Bretanha, do Papa e do sultão turco representante do Império Otomano (estes dois últimos não foram, porém, sequer convidados a assiná-lo).

A Inglaterra nunca aderiu à Santa Aliança em razão da ideologia antiliberal do pacto, bem como pelos seus interesses no comércio com as jovens nações, isto é, as ex-colônias para as quais a Santa Aliança pretendia seu retorno ao estatuto colonial precedente. O *Direito de Intervenção* (externa) foi defendido pelo ministro austríaco, o príncipe Metternich, estabelecendo o princípio segundo o qual as potências europeias poderiam legitimamente intervir onde quer que as monarquias estivessem ameaçadas, ou onde fossem derrubadas. Em síntese, a Santa Aliança reduziu-se a ser um poderoso fator de manutenção de monarquias absolutistas na Europa, sem muito mais. Diversas tentativas revolucionárias e democráticas, nacionalistas ou liberais, foram derrubadas com intervenção de tropas da Santa Aliança, em nome da manutenção da ordem absolutista.

Realizava-se assim a vingança das monarquias, postas em causa desde a Revolução Francesa; buscava-se, desse modo, congelar a história, excluindo dela o fantasma da revolução. Ainda assim, em torno de 1820, uma onda revolucionária abalou novamente a Europa, repetida em 1830. Os países mais afetados foram os do sul da Europa, Espanha, Nápoles e Grécia (foi, por isso, chamado de “ciclo revolucionário mediterrâneo”). Na França, as ondas revolucionárias que começaram em 1820 acirraram o embate entre monarquistas e democratas. As revoluções de 1820 surgiram como uma reação à Restauração promovida pelo Congresso de Viena e à Santa Aliança, que conseguiu evitar a generalização das ondas revolucionárias oriundas da França e reprimiu as manifestações populares. Os revolucionários de 1820 se organizaram primordialmente através de sociedades secretas, a maçonaria ou os “carbonários”.

Movimentos revolucionários também aconteceram no Império Russo (a “revolta dezembrista” de 1825). Na Grécia, em 1821, teve início o movimento para a independência grega do Império Otomano, obtida e proclamada em 1822, depois de violenta luta que custou, entre outras, a vida de Lord Byron (democratas de toda Europa se apresentaram como voluntários para combater pela independência grega). A grega foi a única das revoluções nacional-democráticas que contou com o apoio das potências europeias. Revoluções democráticas também aconteceram em cidades da Alemanha, em Portugal (a “revolução liberal” do Porto) e na Espanha (a Revolução de Cádiz), as duas últimas com repercussões diretas na América espanhola e no Brasil.

Uma década depois, em 1830, e iniciadas na França, as revoluções democráticas novamente alastraram-se pela Europa: a Bélgica se libertou da Holanda, houve tentativas (fracassadas) de unificação da Alemanha e da Itália, e de libertação da Polônia do Império Russo. O movimento teve também repercussões em Portugal e na Espanha. No Brasil, a sete de abril de 1831, um forte movimento de oposição popular levou o Imperador Dom Pedro I à abdicação. O pano de fundo foi não só ideológico (a propagação do liberalismo e do nacionalismo); foi evidente também a influência da subprodução agrícola (acarretando alta de preços de gêneros alimentícios) e o subconsumo industrial (provocando falência de fábricas e desemprego); o descontentamento do proletariado urbano com o desemprego, os salários baixos e a alta do custo de vida; o descontentamento da burguesia, excluída do poder político e atingida pela crise econômica. Na França, nos últimos cinco anos do reinado de Luís XVIII (1815-1824) e durante todo o reinado de seu sucessor Carlos X, o conde de Artois (1824-1830), sucederam-se perturbações internas graves.

Se o governo de Luís XVIII fora marcado pela relativa moderação, a ascensão de Carlos X reviveu o absolutismo de direito divino e o favorecimento à nobreza. A chefia do governo foi confiada ao príncipe de Polignac. O novo chefe de Estado preocupou-se em galvanizar a frente interna mediante uma bem sucedida expedição à Argélia. O absolutismo exacerbado de Carlos X chocou-se claramente com os ideais democráticos da Revolução Francesa de 1789. Em 1827, as oposições, formadas por constitucionalistas e independentes, venceram as eleições legislativas e a nova Câmara dos Deputados, dominada por liberais, entrou em conflito com o rei. Em 1830, o rei dissolveu a Câmara e convocou novas eleições, também vencidas pela oposição: em 25 de julho de 1830, com a publicação das “Ordenanças de Julho” do monarca, foi suprimida a liberdade de imprensa (se impunha a censura total); foram também anuladas as últimas eleições e dissolvida a câmara recém-eleita de maioria liberal; modificaram-se os critérios para a fixação do censo

eleitoral, favorecendo a minoria nobre e rica; e permitiu-se ao rei governar através de decretos. As "Ordenanças de Julho" coincidiram com grave crise econômica e precipitaram a revolução.

De 27 a 29 de julho de 1830, nos que ficaram conhecidos como "os três dias gloriosos", o povo de Paris e as sociedades secretas republicanas, lideradas pela burguesia liberal, fizeram um levante contra Carlos X. Levantaram-se barricadas na capital francesa e generalizou-se da luta civil. As revoltas populares sucediam-se a tal ponto que a própria Guarda Nacional acabou por apoiá-las, aderindo à sedição. Após lutas nas ruas parisienses, o último Bourbon teve de partir para o exílio no começo de agosto. As lutas de Paris foram celebrizadas na pintura de Delacroix, *A Liberdade Guiando o Povo*. O clima da revolução perpassou também as páginas de *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, não apenas um romance, mas também um drama social e histórico do século XIX, um enorme espelho que refletia a sociedade humana. Temerosa do radicalismo das classes que haviam feito a revolução (a pequena burguesia e o proletariado urbano), a alta burguesia instalou no poder o primo do rei, Luís Filipe de Orleans, o "Rei Burguês", monarca constitucional e liberal de outro ramo da nobreza francesa. "De agora em diante, os banqueiros reinarão na França", afirmou Jacques Lafitte, banqueiro e político que participou das manobras para colocar Luís Filipe no trono.

Todas as facções da burguesia, industriais e comerciantes, haviam participado da luta contra o poder real e a velha aristocracia, mas quem assumiu o poder foi apenas uma parcela da burguesia - a fração do *capital financeiro*. Com ministros como Thiers e Guizot, a monarquia de Luis Filipe se estabilizou. A Revolução de 1830, na França, teve um caráter antimonárquico. Sua expansão para outras regiões da Europa, porém, assumiu também um caráter nacional, opondo-se às diretrizes do Congresso de Viena, que havia colocado várias nacionalidades sob o domínio das potências europeias. Os acontecimentos parisienses repercutiram na Bélgica que, pelo Congresso de Viena, fora submetida à Holanda no artificial Reino dos Países Baixos. Havia profundas diferenças entre os dois povos: os belgas eram católicos, de idioma valão (próximo ao francês), industrializados e partidários do protecionismo alfandegário a fim de favorecer suas nascentes indústrias contra a concorrência estrangeira; os holandeses seguiam o protestantismo, sua língua era semelhante ao alemão, viviam mais do comércio e eram adeptos do livre-câmbio.

A monarquia dos Países Baixos, adotando diretrizes que beneficiavam os holandeses, como a imposição por Guilherme I de Orange do holandês como língua oficial do reino, provocou uma "revolução belga" de matrizes fortemente nacionalistas. A monarquia de Holanda pediu ajuda à Santa Aliança para reprimir os rebeldes. O sucesso belga foi facilitado pela conjuntura internacional. França e Inglaterra, com governos (monarquias) "liberais", auxiliaram a causa belga e não permitiram a intervenção da Santa Aliança; Áustria, Prússia e Rússia, de governos conservadores e favoráveis à política de intervenção, viram-se também paralisadas por outras revoluções. A independência belga só foi reconhecida pela Holanda em 1839. A revolução da Bélgica acarretou uma dupla alteração no sistema estabelecido em Viena: o surgimento de um novo Estado Nacional e a organização de uma monarquia liberal e constitucional.

Na Polônia, a revolução também assumiu o caráter de movimento pela independência. Após o Congresso de Viena, a maior parte do país ficara submetida à Rússia. Aproveitando-se da organização de um exército para intervir na Bélgica, Varsóvia, com auxílio de franceses, se rebelou contra a dominação russa. Em pouco tempo, o movimento liberal e nacionalista atingiu todo o país. Tropas do czar Nicolau I esmagaram os patriotas poloneses. A derrota, seguida de violenta repressão, decorreu também da falta de ajuda externa, e pela cisão entre os revolucionários, divididos em republicanos (burgueses) e monarquistas (pequena nobreza). Um cenário que se repetiria, de modo dramático, duas décadas depois (1848). Nos Estados italianos, as agitações tiveram um caráter liberal em regiões aristocráticas, um caráter nacional nas áreas sob o domínio austríaco, e um caráter antipapal nos Estados Pontifícios: no Reino de Piemonte e em Nápoles foram claramente liberais e burguesas. As conquistas da breve revolução italiana foram efêmeras, pois a intervenção austríaca restaurou a ordem absolutista.

Na Alemanha verificou-se uma série de revoltas (em Hanôver, Saxe, etc.) logo abafadas pela intervenção austríaca. Na Prússia, ocorreram movimentos liberais que procuravam submeter o poder real a uma Constituição. Pretendendo reforçar o sistema repressivo, para o que se impunha contar com a colaboração da Prússia, o governo austríaco admitiu a criação do *Zollverein* (união aduaneira), concretizada por iniciativa prussiana, e conduzindo à união econômica dos Estados alemães. O *Zollverein* representava a união econômica, precedendo a unificação política e tornando-a imprescindível para assegurar a continuidade dos progressos econômicos; além do mais, acentuava a projeção da Prússia como núcleo posterior da unificação política, ao mesmo tempo em que conduzia à marginalização geopolítica da Áustria.

Em Portugal, D. Pedro IV, derrotando as forças absolutistas de seu irmão D. Miguel, garantiu a vigência de uma Constituição liberal (em 1834). A Santa Aliança não interveio militarmente em Portugal devido às objeções do governo inglês. Na Espanha, a sucessão de Isabel, herdeira de Fernando VII, foi contestada por D. Carlos, apoiado em forças absolutistas; graças à ação do general Sapatero, militar liberal, os “carlistas” foram derrotados e uma Constituição liberal foi promulgada. Todas as demais revoltas na Europa que adquiriram caráter *nacional* foram, nesse período, massacradas por tropas da Santa Aliança. O fermento revolucionário liberal, nacional e democrático, no entanto, continuou se espalhando por toda a Europa, tornando a restauração imaginada por Metternich e pelo czar Alexandre I uma obra falida: o liberalismo e o nacionalismo eram, politicamente, as forças dominantes em quase todas as capitais da Europa.

Um fermento social mais profundo amadurecia. Nos meios operários, cresciam as sociedades secretas, em especial na França, defendendo uma espécie de jacobinismo radicalizado, nos moldes do comunismo de Babeuf e da insurreição permanente apregoada por Louis-Auguste Blanqui, herdeiro do voluntarismo político jacobino; nos meios intelectuais crescia a influência de autores como Saint-Simon, Aurore Dupin, Charles Fourier, Victor Considérant e Robert Owen. Intelectuais radicais e socialistas entraram em contato com o nascente movimento operário na França e na Inglaterra.

As publicações se multiplicavam, democratizando o acesso à informação e a difusão da cultura e da protesta social. A evolução tecnológica, com o aparecimento em 1812 da rotativa Koenig (a rotativa cilíndrica) movida a vapor, e a introdução do cloro no tratamento da pasta de papel, permitiram uma mais rápida, fácil e acessível manufatura do livro e, sobretudo, dos jornais. O *The Times* de Londres começou a ser impresso por essa rotativa em 1814. Em 1815 existiam nessa cidade, que já tinha bem mais de um milhão de habitantes, oito jornais diários vespertinos e oito matutinos.



Flora Tristán, feminista e socialista, escritora e agitadora, francesa e peruana

O jornal barato, com grandes tiragens, começou a ser uma realidade em quase toda a Europa a partir de 1840. Em 1835, Flora Tristán (1803-1844, ativista social filha de um aristocrata do Peru e

de uma francesa, e residente em Paris) publicou seu primeiro folheto, dedicado à situação das mulheres estrangeiras pobres na França; em 1837, o segundo panfleto de sua autoria, em prol do divórcio; em 1838, publicou suas *Peregrinações de uma Pária*, que lhe deu renome nos meios literários parisienses, reafirmado com a novela *Mephis* ou *O Proletariado*, que a elevou a categoria de rival da célebre escritora George Sand, que usava roupas e um codinome masculinos para se apresentar nos salões de Paris e exercer uma profissão até então quase exclusivamente masculina, a de escritor(a). Flora aprofundou seu compromisso com as lutas sociais, com a emancipação da mulher e da classe operária, contra a pena de morte, o obscurantismo religioso e a escravidão. Sua ação precursora, como socialista, feminista, agitadora e propagandista antiescravagista e organizadora da classe operária, foi de enorme alcance e teve repercussão ulterior. Nos anos 1840 escreveu *A União Operária* (1843) e *A Emancipação da Mulher* (1846), de publicação póstuma, textos de conteúdo socialista revolucionário.

Ao contrário do operariado urbano e do povo miúdo de Paris, que só começavam a possuir uma consciência de classe diferenciada, a burguesia vivia o esplendor do seu poder, da usura, dos negócios e da futilidade. Daí que o termo “burguês”, utilizado pelos trabalhadores, ganhasse, nesse contexto, um sentido pejorativo, um arremesso contra os inimigos de classe (*sale bourg!*), opositores acérrimos e imorais aos interesses dos trabalhadores e do povo. Os intelectuais, mais brandos, apenas definiam o “burguês” a traço grosso, investindo sua falta de cultura, sua ignorância, sua rudeza e seu acentuado mau gosto. Surgia assim, junto ao proletariado militante, uma intelectualidade não conformista, ou de *vanguarda*. Em outro ambiente social, na *Sociedade das Quatro Estações*, o comunismo de Louis-Auguste Blanqui se tornou força politicamente atuante e conspirativa, e o próprio Blanqui um frequentador sistemático das prisões da monarquia do “rei burguês”. A temida revolução democrática esboçava seu ressurgimento na Europa, transformada em uma revolução que ultrapassaria os precedentes limites políticos, com bases e contornos sociais mais diferenciados, e com uma ideologia política mais radical do que a de 1789-1794, devido à presença crescente de uma nova classe social no cenário histórico.

22. A INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA FRANCO-HISPANO-PORTUGUESA

Romper las cadenas con que nos oprime el poder español (Juramento do Monte Sacro)

Compañeros del Ejército de los Andes.... La guerra se la tenemos de hacer del modo que podamos: sino tenemos dinero, carne y un pedazo de tabaco no nos tiene de faltar: cuando se acaben los vestuarios, nos vestiremos con la bayetilla que nos trabajen nuestras mugeres, y sino andaremos en pelota como nuestros paisanos los indios: seamos libres, y lo demás no importa nada... (José de San Martín, 27 de julio de 1819)

Lima, onde a parte não ilustrada da sociedade é tão numerosa (em especial os escravos e os negros) e, ao mesmo tempo, tão formidável... As classes baixas obtiveram um predomínio indevido e estão começando a manifestar uma predisposição revolucionária perigosa (José de San Martín, tempos depois)

O Peru não está em condições de ser governado pelo povo. Do que está composta a população, senão de índios o negros? As diversas classes de habitantes consideram que possuem direitos iguais (e) como a população de cor excede em muito à branca, a segurança desta última está ameaçada (Simón Bolívar)



América colonial espanhola em 1800

América toda foi sacudida pela instabilidade social e política europeia. A independência política da América espanhola foi precipitada pela invasão da Espanha por Napoleão em 1808, que deu ímpeto à demanda de autonomia política e emancipação econômica de suas colônias

americanas. Ao examinar suas causas, “em primeiro lugar, salta aos olhos que a independência se deu precisamente nos anos entre 1810 e 1820, época em que as guerras napoleônicas debilitaram marcadamente as relações coloniais entre as posses americanas e suas metrópoles espanhola e portuguesa, que inclusive foram ocupadas pelos exércitos napoleônicos. Mas este câmbio na relação colonial, que haveria de modificar a estrutura social na América Latina, não foi senão a culminação de um longo processo histórico que havia começado bem antes no tempo. Desde a destruição da armada espanhola pelos ingleses em 1588, e a colonização econômica e desindustrialização de Portugal através de uma série de tratados comerciais, que culminaram com o Tratado de Methuen de 1703, a Grã-Bretanha havia virtualmente eliminado os países ibéricos da participação na acumulação e no desenvolvimento capitalista mundial, que em 1817 haveria de santificar-se no exemplo do intercâmbio de produtos têxteis ingleses, um produto industrial, por vinho português, um produto primário, mediante o qual [David] Ricardo alegou justificar a exploração da segunda pela primeira, em função de uma suposta lei natural de vantagens comparativas”.⁷⁵⁶

A revolução ibérico-americana, continuação das revoluções democráticas na Europa e na América do Norte, foi, contudo, um dos principais acontecimentos mundiais do século XIX, com uma vitalidade caracterizada “pelo desenvolvimento de ideias cujo vigor manifestar-se-á ao resistir a ação de erosão do tempo”,⁷⁵⁷ e pelo seu impacto mundial, embora tardio. Um novo mundo estava nascendo, o mundo das nações independentes, dos Estados Modernos, da igualdade entre os cidadãos do ponto de vista legal.

As lutas pela independência da América espanhola, porém, não foram um movimento homogêneo, nem mesmo coordenado. Seus antecedentes haviam sido, além das revoltas indígena-camponesas andinas de finais do século XVIII, os movimentos “*comuneros*” no Paraguai (em 1640 e 1717-1735), em Corrientes, na Argentina (em 1762), na Nova Granada, futura Colômbia (em 1779-1782), todos deflagrados contra as arbitrariedades das autoridades coloniais, mas colocando também em disputa o poder político, que os “comuns” - o povo - chegaram a assumir temporariamente, nos casos mencionados, assim como aconteceu em revoltas regionais brasileiras, como a *cabanagem*.

Diferentemente das Américas de Espanha e Portugal, a colonização inglesa, sugerem diversos autores, assumiu feições de uma mudança estrutural. O capital mercantil metropolitano inglês servia às mudanças significativas nas relações de poder e nas técnicas de produção, desde o século XVII, tendo acelerado o processo de mudanças econômicas no século XVIII: “Não surpreende, pois, que, neste caso, a reprodução da mão de obra pelo tráfico – imprescindível à expansão da plantation – fosse viabilizada e permanecesse controlada pelo capital mercantil metropolitano”.⁷⁵⁸ No caso “latino”, o sistema monocultor e exportador visava à reprodução e continuidade de uma hierarquia altamente diferenciada. No caso inglês, o monopólio comercial permitiu o acúmulo de capital para empreender mudanças sociais na estrutura da metrópole europeia. Se, para Caio Prado Jr., o elemento colonizador nos trópicos era o “aventureiro”, “explorador”, que não buscava se estabelecer e construir uma sociedade nova na colônia, para esses autores a característica primordial do agente colonial era seu caráter aristocrático. Ambos, o “explorador” e o “aristocrata”, eram avessos ao trabalho, à labuta. A ambos interessava só a estratificação social e a prevalência sobre seus pares.

O sentimento antiaristocrático, portanto democrático, permeou as revoluções da independência. Na América espanhola, o crescente sentimento *criollo* antiespanhol preparou longamente a independência. Muitos dos brancos nascidos na América, cujos direitos eram inferiores aos dos brancos nascidos na Europa e radicados na América, sentiam-se superiores a

⁷⁵⁶ André Gunder Frank. *Lumpenbúrguesia: Lumpendesarrollo*. Dependencia, clase y política en Latinoamérica. Barcelona, Laia, 1979, p. 65.

⁷⁵⁷ Nelson Martínez Díaz. *La Independencia Hispanoamericana*. Madrid, Historia 16, 1999, p. 9.

⁷⁵⁸ João Fragoso e Manolo Florentino. *Op. Cit.*, p. 224.

estes, e o eram realmente do ponto de vista cultural (tinham, muitas vezes, feito estudos superiores na Europa), quando não simplesmente do ponto de vista econômico e social. A necessidade de libertar-se do colonialismo encontrou um terreno fertilizado por esses sentimentos. Nos diversos processos de independência política, iniciados em 1808, destacou-se paulatinamente a liderança da classe proprietária da sociedade colonial, composta basicamente pelos chamados *criollos*.

Inglaterra e França (até a derrota de Napoleão nas guerras europeias) não só dominavam e subordinavam o comércio intra-europeu hispano-português, mas também o comércio de suas colônias. Inglaterra não deixou de participar, por isso, principalmente através de manobras e pressões políticas, mas sem excluir a intervenção militar direta (como no caso das Províncias Unidas do Rio da Prata, em 1806-1807), da crise do colonialismo hispano-português na América: “Inglaterra estava profundamente interessada na autonomia dos povos americanos de colonização ibérica e, valendo-se da crise de autoridade que a fase napoleônica proporcionou, começou a quebrar os últimos obstáculos à conquista plena dos mercados antes vedados da América. Já em 1806, depois de atacar a colônia holandesa, antes portuguesa, do Cabo, uma esquadra britânica desembarcou forças em Buenos Aires, repetindo a operação no ano seguinte. Com a derrota inglesa, o internamento das forças desembarcadas e o recolhimento dos navios britânicos ao porto de Montevidéu, foi um episódio que não impediu que as âncoras inglesas ficassem lançadas no Rio da Prata. Enquanto isso, no Rio de Janeiro, a corte lisboeta, antes mesmo de chegar à capital da colônia, tomou a iniciativa da abertura dos portos, em 1808, e estabeleceu na colônia um governo europeu e metropolitano; o ministro inglês Strangford conseguiu não apenas o ato relativo aos portos, mas o encaminhamento dos tratados chamados de aliança e amizade, firmados finalmente em 1810, em que eram concedidas às mercadorias britânicas direitos de entrada ainda inferiores aos que incidiam sobre as mercadorias da própria metrópole [portuguesa]”.⁷⁵⁹

Os processos de independência latino-americanos tiveram um início radical e espetacular com a luta pela independência do Haiti, situado na ilha de Santo Domingo que, desde 1795, pelo Tratado de Basileia entre a França e a Espanha, pertencia totalmente à França. No esteio da Revolução Francesa e da abolição da escravidão em todos os domínios da metrópole, os escravos iniciaram um movimento independentista sob a liderança do escravo negro Toussaint L’Ouverture (1743-1803), que derrotou os invasores britânicos e também os mulatos, que pretendiam se estruturar como nova classe dominante, com a ajuda dos recém proclamados Estados Unidos da América: “Os soldados de Toussaint eram, na sua maioria, africanos nascidos fora da colônia, incapazes de falar uma palavra em francês. Os oficiais em comando eram, como Toussaint, antigos escravos. Além de Dessalines havia Christophe Pétion e o irmão de Toussaint, Paul L’Ouverture. O exército, com exceção de alguns oficiais brancos, era um exército revolucionário por completo, e esse fato constituía sua maior força”.⁷⁶⁰ Os “jacobinos negros”, assim batizados pelo historiador negro jamaicano C. L. R. James, foram a ala mais revolucionária da revolução independentista das Américas.

A Assembleia Constituinte haitiana de 1801 proclamou Toussaint L’Ouverture como chefe de governo, mas as tropas coloniais napoleônicas capturaram o líder revolucionário em 1802, enviado-o à França, onde Toussaint faleceu na prisão. Dessalines, Alexandre Pétion e Henri Christophe retomaram a liderança político-militar da luta anticolonial, proclamando em 1804 a independência da metade oriental da ilha, que tomou o nome de Haiti (a parte ocidental, atual República Dominicana, continuou sob o controle franco-espanhol). Em 1806 o Haiti adotou o regime republicano, enquanto continuava a luta entre negros, mulatos e proprietários brancos.

⁷⁵⁹ Nelson Werneck Sodré. *As Razões da Independência*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 69.

⁷⁶⁰ C. L. R. James. *Os Jacobinos Negros*. Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo, Boitempo, 2000, p. 144.

Só em 1825 a França da monarquia restaurada reconheceu a independência da ilha, recebendo uma indenização de 150 milhões de francos, que comprometeu o futuro econômico da república negra. Antes disso, o governo de Alexandre Pétion acolheu Simón Bolívar, em fuga depois do fracasso de sua primeira tentativa militar independentista contra a Espanha; o governo negro haitiano financiou e armou o novo exército bolivariano, que deu início à campanha definitiva pela independência das colônias espanholas da América do Sul.



Toussaint L'Ouverture

A revolução democrática na península ibérica, iniciada na resistência contra a invasão napoleônica, deflagrou também a crise final do sistema colonial espanhol na América. Em outubro de 1810, as Cortes Constituintes espanholas decretaram a igualdade de representação e direitos entre americanos e peninsulares, assim como a anistia para todos os que tivessem participado ou participassem na insurgência colonial contra a metrópole. Os representantes americanos nas Cortes reclamaram e obtiveram a abolição dos tributos indígenas, da *encomienda*, do *reparto*, da *mita*, da "matrícula domar", das limitações ao livre comércio, pesca e indústria, assim como o fim do tráfico de escravos e a libertação dos filhos destes.⁷⁶¹ Mas todas essas proclamações e medidas chegavam tarde demais, em relação à situação das colônias espanholas.

O primeiro grande movimento independentista nas colônias americanas da Espanha, no México de 1810, foi protagonizado por um exército indígena e camponês, dirigido primeiro pelo sacerdote Miguel Hidalgo, e depois pelo igualmente sacerdote José Maria Morelos: "Não foi a rebelião da aristocracia local contra a metrópole, mas a de povo contra a aristocracia local. Isso explica porque os revolucionários emprestaram maior importância a certas reformas do que à própria independência: Hidalgo decretou a abolição da escravatura; Morelos, a repartição das terras. Foi uma guerra de classes: compreenderemos mal o seu caráter se esquecermos que, contrariamente ao que se passou na América do Sul, nossa independência (de México) foi uma revolução agrária em gestação".⁷⁶² Esse movimento independentista acabou sendo esmagado pelas tropas fiéis à Coroa espanhola.

A crise do sistema colonial espanhol, porém, persistiu, agravada pela ocupação francesa da Espanha (que se estendeu até 1814), primeiro, e depois pela tomada do poder espanhol pelos liberais, opositores à antiga monarquia (nas Cortes Constituintes espanholas): "Uma brusca mudança se operou: diante desse novo perigo exterior, a alta cúria, os grandes proprietários, a burocracia e os militares *criollos* procuraram aliar-se aos insurretos restantes e completaram a

⁷⁶¹ Manuel Chust. Las Cortes de Cádiz y el autonomismo americano, 1808-1817. *Historia y Sociedad* nº 12, Medellín, Universidad Nacional de Colombia, novembro de 2006.

⁷⁶² Octavio Paz. *O Labirinto da Solidão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

independência. Tratou-se de um verdadeiro ato de prestidigitação: a ruptura política com a metrópole se realizou contra as classes que tinham lutado pela independência".⁷⁶³

O resultado imediato da independência no México foi que os camponeses indígenas ficaram sem proteção jurídica para defender seus direitos territoriais. Ao derrubar-se o Estado colonial desapareceram as *Leyes de Índias* que protegiam os camponeses, e estes ficaram sem o amparo legal que defendia o patrimônio mais valioso que conseguiram salvaguardar do desastre da conquista: as terras comunais: "Na época colonial, os piores inimigos dos direitos territoriais dos índios não foram os proprietários *criollos*, ou os ambiciosos mestiços que proliferavam nas cidades médias e grandes, senão outros povos de índios, vizinhos o sujeitos às *cabeceras*. No século XVIII, a pressão sobre as terras comunais incrementou-se porque os povos sujeitos decidiram tornar-se independentes de suas *cabeceras* e multiplicar o número das repúblicas autônomas. Em contraste com essa situação, no início do século XIX surgiu uma ofensiva geral contra as terras comunais".

Assim, "a certeza de que as leis da República estavam contra a propriedade comunal dos povos, deflagrou uma avalanche dos mais variados interesses, cujo denominador comum foi arremeter contra a terra indígena. Os municípios descobriram artimanhas legais que os facultavam para demandar as terras da comunidade e os *ejidos* dos *pueblos*. Os indivíduos e as instituições que arrendavam partes das terras comunais desde tempos anteriores, obtiveram o direito de prioridade para comprá-los. Os *rancheros* e *hacendados* que haviam desejado ampliar suas *fincas* com os pastos, bosques e terras de cultivo das comunidades, foram libertados do limite que os contivera antes".⁷⁶⁴

O resultado disso foi catastrófico para o índio mexicano. Transformado em "cidadão" na mesma forma jurídica que o *criollo* descendente dos colonos espanhóis, ele perdeu os privilégios outorgados pela Coroa espanhola: dispensa da *alcabala* (imposto individual), das *obvenciones* das paróquias ou dos dízimos. A tomada do poder pelos *criollos* consolidou o sistema produtivo em torno do qual girava já a economia colonial: o latifúndio: "A nova nação nasceu de um contrato social, entre indivíduos iguais. A assembleia de representantes do povo constituía a nova nação. Uma nação projetada, porque a nação real estava constituída por uma diversidade de povos, de culturas, de regiões e de grupos". Diante da heterogeneidade da nação real, um grupo de 'letrados' *criollos* e mestiços impôs sua própria ideia de nação, fazendo-a passar por um suposto contrato entre todos. Mas os povos indígenas não foram consultados, não entraram de fato no contrato social. Tiveram que aceitá-lo, uns por terem sido vencidos em combate, outros por carecerem de alternativas".⁷⁶⁵

Na América do Sul, de modo semelhante, nas regiões andinas, "as revoluções *criollas* da independência se levantaram sobre o entulho da grande revolução camponesa do século XVIII, que desgastou decisivamente o poder colonial, sem conseguir destruí-lo. Por isso foram, no relativo à questão da terra e da opressão racial, em grande parte, herdeiras do poder espanhol, não da revolução 'tupacamarista'. As diversas facções surgidas da independência boliviana, tão enfrentadas em diversas questões, uniam-se quando estavam em jogo seus interesses de classe em comum".⁷⁶⁶ Por uma via diferente, o Rio da Prata (Argentina, Uruguai) chegaria ao mesmo resultado. O poder colonial nessa área começou a desabar, de fato, com as duas invasões inglesas de 1806 e 1807.

A Inglaterra, em plena crise econômica e em plena Revolução Industrial, tinha recentemente perdido suas colônias da América do Norte. À procura de uma saída, tentou apropriar-se de uma parte do decadente império colonial espanhol. As tropas reais espanholas do Rio da Prata foram manifestamente incapazes de enfrentar a agressão inglesa. A resistência maciça da

⁷⁶³ Octavio Paz. *Op. Cit.*

⁷⁶⁴ Enrique Florescano. Luchas indígenas y campesinas. *La Jornada Semanal*, México, 1º de fevereiro de 1998.

⁷⁶⁵ Luis Villoro. El futuro de los pueblos indígenas. *La Jornada*, México, 25 de julho de 1998.

⁷⁶⁶ Augusto Céspedes. *El Dictador Suicida*. 40 años de historia de Bolívia. La Paz, Juventud, 1968, p. 32.

população, que derrotou as invasões, foi organizada pelos *criollos*, que não viam vantagem nenhuma em trocar de amo mantendo o *status* colonial, sobretudo depois de constatar que os ingleses estavam menos interessados no livre-câmbio do que no saque das riquezas da colônia ibérica.

Finda a investida inglesa, pouco tempo o Rio da Prata ficou como colônia espanhola: o novo Vice-Rei espanhol (Baltasar Hidalgo de Cisneros) só conseguiu assumir o governo em Buenos Aires garantindo a permanência dos regimentos criados pelos *criollos* na luta contra os ingleses, e a autorização para o comércio livre com a Inglaterra (estabelecida em 1809, quase simultaneamente com a “abertura dos portos” do Brasil). O que Tulio Halperin Donghi chamou de “militarização revolucionária de Buenos Aires” era irreversível: no ano seguinte (1810) os *criollos* tomaram o governo através dos próprios organismos criados pela administração colonial (o *Cabildo*): “Em maio de 1810 a Revolução mostrou a força desta nova liderança e a perda da função governamental dos representantes do poder espanhol”.⁷⁶⁷ A *Revolución de Mayo* foi o produto de uma aliança instável entre diversas frações que se opunham em comum à administração colonial espanhola: “Foi o fruto de um processo político em que convergiram os regimentos patriotas, os proprietários de terra e os comerciantes opostos ao monopólio espanhol, com apoio do capital britânico”.⁷⁶⁸

Buenos Aires aboliu rapidamente (1813) a escravidão, e foi uma das cabeças de ponte da guerra de independência contra a Espanha na América do Sul, que incluiu em certos casos a mobilização militar de quase toda a população, além do êxodo de regiões inteiras (como a da cidade de Jujuy, ao Norte do país, que foi evacuada em 1812 pelas tropas do general Belgrano, no curso da guerra de independência). Frente a Buenos Aires, a causa realista hispânica tinha seu baluarte em Montevideu, que foi auxiliada desde o Brasil imperial e resistiu nessa situação até 1814. O sucesso dos patriotas da atual Argentina foi rápido, mas fracassou em libertar o Alto Peru (atual Bolívia) e em anexar o Paraguai, que se tornaria depois uma república independente. A sua política livre-cambista permitiu um rápido crescimento das importações e das exportações, favorecendo os grandes proprietários do litoral e a burguesia comercial, mas prejudicando os setores pobres e os pequenos produtores do interior do “país” (ainda não definido, sequer nas suas fronteiras), o que alimentou uma clivagem social e política que se manifestou nas “guerras civis argentinas”, desde a década de 1820 até, com interrupções regionais e temporais breves, a década de 1860.

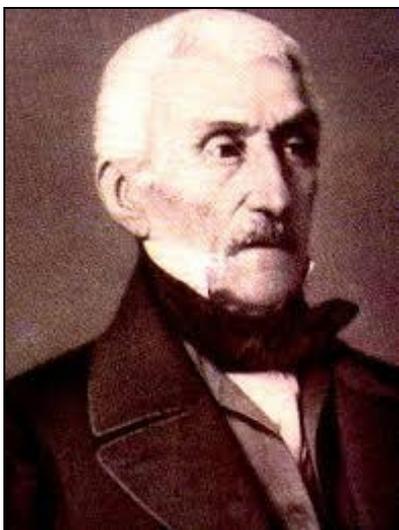
A consolidação da independência argentina se deveu em grande parte à ação de José de San Martín (1778-1850), considerado herói militar das independências da Argentina, Chile e Peru. Nascido na província de Corrientes do vice-reinado do Prata, teve sua formação militar na Espanha, como oficial do exército real espanhol, chegando-se a destacar na batalha de Baylén, no Norte da África, em 1808.⁷⁶⁹ De retorno em 1811 às já autônomas *Provincias Unidas do Sul*, assumiu o comando das tropas combatentes contra o exército espanhol, com seu batismo de fogo na batalha de San Lorenzo (1812). Organizador do “Regimento de Granadeiros a Cavallo”, San Martín se sentiu, no entanto, contrariado pela política do novo governo independente; desde a província limítrofe de Cuyo preparou a invasão ao Chile, ainda em poder dos espanhóis. Em 1817 atravessou a Cordilheira dos Andes com um pequeno exército de 4.000 homens, surpreendendo os realistas espanhóis e vencendo-os em Chacabuco, em fevereiro de

⁷⁶⁷ Tulio Halperin Donghi. *Guerra y Revolución*. La formación de una elite dirigente en la Argentina criolla. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1972.

⁷⁶⁸ Christian Rath. El carácter de la Revolución de Mayo. *En Defensa del Marxismo* n° 39, Buenos Aires, agosto-setembro 2010.

⁷⁶⁹ Ainda que história oficial indique que José de San Martín foi filho de Juan de San Martín e Gregoria Matorras, pesquisas recentes levantaram a hipótese de que fosse filho ilegítimo de Juan de San Martín e de uma índia, o que explicaria sua fisionomia “mestiça”, que foi visível para Juan Bautista Alberdi, quando este o visitou na França, pouco antes da morte do líder independentista, fato do qual deixou testemunho escrito.

1817, e em Maipú, em 1818, em batalhas que decidiram a independência do Chile, onde a luta contra as tropas espanholas vinha se desenvolvendo sob o comando de Bernardo O'Higgins.



José de San Martín, em imagem idealizada (quando jovem) e fotografia real (quando velho)

San Martín declinou o cargo de “Governador Supremo” que lhe ofereceram para entregá-lo a seu amigo e aliado O'Higgins. Desde Chile, San Martín decidiu atacar o Peru, onde o Vice-Reinado tinha conseguido conservar o poder e mantinha o maior exército espanhol da América do Sul, com 25 mil homens. Ao momento do desembarco das forças encabeçadas pelo general argentino, a situação era favorável para a causa independentista, devido ao golpe do general espanhol De la Serna contra o vice-rei Pezuela. De la Serna iniciou negociações com San Martín para implantar uma dinastia procedente da própria casa real espanhola no Peru independente. A ideia, porém, encontrou resistências entre os próprios oficiais espanhóis, influenciados pela revolução democrática em curso na metrópole, e o último vice-rei espanhol teve de retirar-se para a costa do Pacífico por falta de recursos para defender suas posições. Em julho de 1821, San Martín entrou em Lima e, no dia 28, declarou a independência do Peru, sendo proclamado seu “Protetor”.

Os exércitos organizados a partir de Buenos Aires e do interior de Argentina por San Martín foram decisivos para vencer as tropas espanholas no Chile, no Peru e no Equador e, além da sua tarefa militar, mobilizaram politicamente a população contra as tentativas de se impor um colonialismo remodelado por parte das Cortes Constitucionais da Espanha. Nas palavras do próprio San Martín aos habitantes do Peru, em discurso de 1820: “A América não pode contemplar a Constituição das Cortes senão como um meio fraudulento de com ela manter o sistema colonial, que é impossível conservar por mais tempo pela força. Se não houvesse sido

este o objetivo dos espanhóis, teriam estabelecido o direito representativo da América sobre as mesmas bases que o da Península, e pelo menos seria igual o número de deputados que aquela nomeasse, quando não fosse maior, como o exige a massa de sua população comparada com a da Espanha. Mas, que benefício podemos esperar de um Código elaborado a duas mil léguas de distância, sem a intervenção de nossos representantes, e sob o influxo do espírito do partido que dominava nas Cortes da Ilha de León? Ninguém ignora que a independência da América ocorreu então, e será sempre o pensamento que preocupa aos mesmos chefes do partido liberal de Espanha. Ainda supondo que a Constituição nos desse uma parte igual no poder legislativo, jamais poderíamos influir no destino de América, porque nossa distância do centro de impulsão, e as imediatas relações da Espanha com os chefes do departamento executivo, dariam ao governo um caráter parcial que anularia nossos direitos".

San Martín era partidário da independência mas também um conservador monarquista, o que explica parte de sua oposição às Cortes espanholas, e ao "partido liberal".⁷⁷⁰ Em que pese ter importantes defensores, incluído o próprio San Martín, o projeto de criação de monarquias nos novos países foi derrotado, impondo-se o princípio republicano, que implicava em um governo direto das classes dominantes dos novos países. A independência foi, assim, uma revolução *política* com limitações decorrentes das formas de propriedade sobre as quais os *criollos* assentavam seu poder econômico. Estas formas deviam tanto ao passado colonial, quanto à divisão internacional do trabalho, gerada pelo nascente mercado mundial, constituído principalmente em torno dos interesses do capitalismo inglês. A base material-econômica da revolução foi, à diferença da revolução norte-americana, o latifúndio.

Que era a única maneira de produzir vantajosamente para um mercado mundial já desenvolvido, onde não existia outra produção que pudesse concorrer com os produtos elaborados por potências industriais como a Grã-Bretanha. A única forma de conseguir um desenvolvimento burguês e "um lugar no mundo" foi através da exportação de couros e outros derivados da criação de gado (carnes salgadas, por exemplo, já que não existiam ainda métodos para exportá-las frescas). Para que isso fosse rentável sua produção devia ser realizada sobre grandes extensões territoriais, que foi a forma na qual se constituiu a estrutura produtiva do Rio da Prata, pelo menos aquela capaz de ingressar no mercado mundial. Se, na Argentina, o latifúndio foi decisivamente impulsionado pela independência, em outros países latino-americanos, com um grau maior de ocupação territorial (Argentina era, na época, praticamente um imenso deserto) durante a colônia, ele foi simplesmente preservado.

Esse foi o elemento de continuidade com o passado colonial que marcou a sociedade que se criou com a independência política dos países da América do Sul. Para Norbert Lechner, duas tarefas se superpuseram na construção do Estado na América Latina: a conquista da unidade territorial e a integração da "comunidade social", ou seja, das diversas classes da nova sociedade independente. As duas foram abordadas de modo contíguo à ordem colonial: respeito pela antiga divisão administrativa das regiões, e pela estrutura hierárquica das formações sociais.⁷⁷¹

A independência não foi uma luta "anti-feudal" contra uma ordem social baseada em privilégios. Não se tratava de estabelecer relações capitalistas de produção, mas sim de restabelecer a ordem da grande propriedade rural sob a forma política da república. Entretanto, o que os protagonistas realizaram como uma restauração da ordem encobriu uma mudança radical. A coação extra econômica do Pacto Colonial foi substituída, no comércio externo, por um intercâmbio entre partes livres ou iguais, no mesmo momento em que se consolidava o modo de produção capitalista na Europa. A "restauração" da ordem social

⁷⁷⁰ A revolução independentista seria, assim, "uma revolução burguesa desde uma estrutura social pré-capitalista, em oposição a uma força burguesa externa e estrangeira que buscou exportar a revolução burguesa para a periferia. Esta possibilidade se expressou nas Províncias Unidas, nas posições de Moreno e Artigas e, de maneira contraditória, no estatismo industrial do Paraguai" (Christian Rath. *Op. Cit.*).

⁷⁷¹ Norbert Lechner. *Estado y Política en América Latina*. México, Siglo Veintiuno, 1981.

tradicional se realizou dentro dos precários limites da nova divisão internacional do trabalho provocada pela Revolução Industrial.

A transformação das ex-colônias em sociedades independentes modificou a relação destas com o mercado mundial, mas também modificou as relações internas entre as classes nos novos países, pois a classe possuidora, a aristocracia *criolla*, transformou-se em *classe dominante*, usufruindo agora plenamente do poder estatal e podendo, portanto, utilizá-lo plenamente em suas relações com as classes "subalternas" (exploradas). O limitado alcance social das revoluções da independência, por outro lado, foi aproveitado pela reação espanhola ou *realista*, que chegou a mobilizar em seu favor os setores mais preteridos, o que chegou a comprometer a luta pela independência, quando arrefeceu a resistência espanhola.

Temos já mencionado dois dos três núcleos principais das guerras de independência americana: o México (um foco de resistência cuja influência estendeu-se sobre boa parte da América Central), e Buenos Aires (que influenciou diretamente, além do Vice-Reinado do Prata, a Bolívia, o Chile e o Peru). O terceiro foco independentista foi a Venezuela, que foi o eixo da luta pela independência da Grande Colômbia (as atuais Venezuela, Colômbia, Panamá e São Domingos). Desde as reformas borbônicas, o vice-reinado venezuelano conhecera um forte desenvolvimento de suas exportações (na segunda metade do século XVIII já era o maior exportador mundial de cacau) e uma prosperidade econômica que beneficiava só uma parte pequena de sua população de aproximadamente um milhão de habitantes, a grande maioria composta por negros escravos, *zambos*, mulatos e índios sendo mantida na pobreza extrema. A rebelião negra de Coro, em 1796, projetou perigosamente, para as camadas economicamente dominantes, a sombra da revolução dos escravos da vizinha Haiti na colônia espanhola.

Desde 1806, Francisco de Miranda, patriota venezuelano participante da Revolução Francesa e da guerra da independência dos EUA, organizava desde Europa ações políticas e até militares contra o domínio espanhol. Maçom, como seu lugar-tenente Simón Bolívar (e como o próprio José de San Martín, participante da "Loja Lautaro"),⁷⁷² ele foi apoiado e impulsionado pela Inglaterra, que queria desse modo prejudicar a Espanha, aliada da França desde 1795, pelo Tratado de Basileia. Bolívar, por sua vez, saiu da condição de subordinado para virar a figura central da independência na região Norte da América do Sul.⁷⁷³ Em 1797, quando ainda não tinha completado os 14 anos de idade, já estava enrolado na milícia colonial, sendo promovido para subtenente no ano seguinte.

Depois da morte de sua jovem esposa Maria Teresa, Bolívar viajou a Europa, onde manteve encontros com pensadores importantes da época. Alexander Von Humboldt disse a ele em 1804: "Teu país está pronto para a independência, mas ainda não vejo o homem que o libertará". De volta na Venezuela em 1807, sendo considerado ainda menor de idade pela lei

⁷⁷² Sobre o tema controverso da filiação de San Martín à maçonaria, ver: Gerardo Bra. San Martín, ¿fue masón? *Todo es Historia* n° 186, Buenos Aires, novembro de 1982. A questão é polêmica, pois se sabe que "de fato, a maçonaria se introduz em Hispano-América já avançado o século XIX" (José Ferrer Benimeli. *Masoneria Española Contemporánea*. Madri, Siglo XXI, 1980, p. 147). Bolívar e San Martín poderiam ter-se filiado à maçonaria na Europa. Sobre o papel da maçonaria nos movimentos da independência americana, em geral, ver: Ricardo Mário Gonçalves. A influência da maçonaria nas independências latino-americanas. In: Osvaldo Coggiola (org.). *A Revolução Francesa e seu Impacto na América Latina*. São Paulo, CNPq/Edusp, 1990. Com relação aos movimentos que precederem a independência do Brasil, chegou-se a sustentar que "a tutela da Inglaterra, e não de Portugal, sobre a maçonaria pernambucana, se revelou o fator crucial para compreender a revolução de 1817 [no Nordeste brasileiro]" (Evaldo Cabral de Mello. Entre a república e a monarquia. *Mais!* São Paulo, 4 de agosto de 2002): nesse caso, o fator fundamental da revolta pernambucana teria sido o interesse da Inglaterra.

⁷⁷³ As mais importantes dentre as numerosas biografias de Bolívar devem-se a Salcedo Bastardo, Pedro Ugalde, Tomás Polanco, Jose Gil Fortoul, Alexander Von Humboldt, Daniel O'Leary, José Antonio Páez, Andrés Bello e Mario Briceño Irigorry, assim como: Général Ducoudray-Holstein (continuée jusqu'à sa mort par Alphonse Violette). *Histoire de Bolívar*. Paris, 1831, na qual baseou-se Karl Marx para redigir seu celebre e controvertido artigo sobre Bolívar. Uma biografia muito completa e documentada é: Indalecio Liévano Aguirre. *Bolívar*. Caracas, Academia Nacional de la Historia, 1988.

espanhola, transformou-se em figura proeminente da sociedade local; as reuniões políticas importantes realizavam-se na sua casa de campo. Uma ação independentista organizou-se desde essa casa em 1808, que pretendia a criação de uma Junta Suprema baseada em um partido juvenil onde estavam incluídos todos os irmãos Bolívar, mas o complô foi descoberto e os conspiradores obrigados a sair de Caracas, incluído Simón Bolívar. No entanto, em abril de 1810 o *cabildo* da capital do vice-reinado, diante da falência da monarquia espanhola, declarou a “Junta Suprema”, estendendo o convite a unir-se à proclamação de Caracas através de emissários enviados a Maracaibo, Coro, Guayana e Colômbia; missões partiram para o exterior procurando recursos para o novo regime independente. Entre elas, a mais importante foi a encabeçada por Simón Bolívar, agora com o cargo militar de coronel. O prévio contato de Bolívar com Francisco de Miranda em Londres foi crucial, pois convenceu Miranda para voltar ao país depois de quarenta anos de exílio.

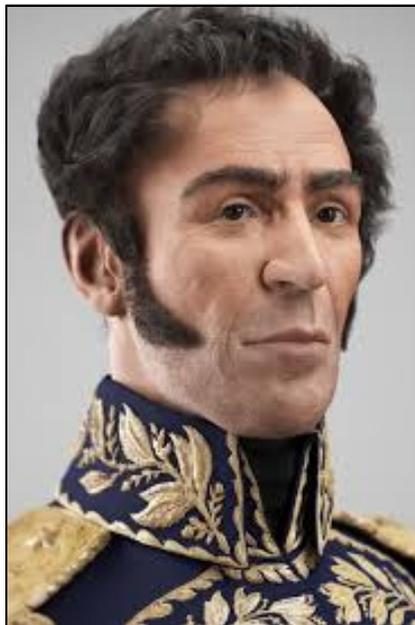
Quando Miranda chegou ao porto de La Guaira, uma manifestação acompanhou ele até Caracas, provocando sua entrada triunfal. Em julho, quando foi declarada formalmente a independência da Venezuela, Miranda assumiu a presidência com poderes ditatoriais. As forças espanholas contra-atacaram e, temendo uma derrota brutal, Miranda assinou um armistício em julho de 1812. Bolívar considerou a decisão uma traição à causa da independência, e junto a outros revolucionários frustrou sua tentativa de fuga e entregou Miranda ao Exército Real da Espanha, o que Karl Marx, décadas depois, escrevendo seu verbete sobre Bolívar para um dicionário norte-americano, considerou como uma atitude de uma vileza sem par. O homem que idealizara um grande império independente e unificado, formado pelos territórios americanos em poder de espanhóis e portugueses, morreu finalmente numa prisão espanhola em Cádiz, em 1816.

A partir de 1813, o chefe realista Monteverde, diante do rápido avanço dos patriotas levou adiante uma política de terror, fuzilando prisioneiros, e incluso simples suspeitos de simpatizar com os *criollos*. No meio de uma guerra terrível e mortífera por ambas as partes, Bolívar deu a conhecer o decreto de *Guerra a Muerte*. Seu propósito não era só intimidar o inimigo, tinha também um profundo sentido político. Tratava-se de dar a essa guerra, vista como um confronto civil, um sentido nacional. Uma ideia já esboçada no *Manifiesto de Cartagena*, que definia a guerra contra os *realistas* como uma *guerra exterior*. A partir do decreto de *Guerra a Muerte*, a luta dos patriotas era apresentada como um ato de resistência contra um ocupante estrangeiro, contra o colonialista; os *criollos*, por sua origem americana, mereciam um tratamento distinto ao peninsular, considerado como um invasor: “*Españoles y canarios, contad con la muerte, aún siendo indiferentes, si no obráis activamente en obsequio de la libertad de Venezuela. Americanos, contad con la vida, aun cuando seáis culpables*”.

A união de Simón Bolívar com o caudilho de Oriente, Santiago Nariño, se traduziu em uma série de rápidas vitórias sobre Monteverde; em agosto de 1813 os patriotas tomaram Caracas. O *Cabildo* da cidade outorgou a Bolívar o título de *Libertador*, investindo-o da autoridade suprema. O contra-ataque de Monteverde não teve êxito, e viu-se obrigado a refugiar-se em Puerto Cabello, para retornar a Espanha em 1814. Organizada novamente uma república, esta vez chefiada por Bolívar, unificadas as forças revolucionárias com os peninsulares em retirada, a independência venezuelana parecia consolidar-se.

Mas as ações militares espanholas recomeçaram. Agora também combatia em seu favor um caudilho dos *Llanos*, o asturiano José Tomás Boves, um vendedor ambulante que conseguiu mobilizar a camada pobre dos *llaneros* contra as novas autoridades *mantuanas*, representantes das classes dominantes colombianas e venezuelanas e dos grandes proprietários (e exploradores) agrários. O governo da primeira república tinha promulgado, em 1811, a *Ordenanza de los Llanos*, numa tentativa de consolidar a propriedade privada, e obrigar o registro dos negros como trabalhadores em alguma *hacienda*.

As tensões latentes em uma sociedade de dominadores e explorados afloraram com violência. Quando José Tomás Boves começou a formar seu exército, a nova regulamentação proporcionou-lhe um dos motivos para atacar uma república dominada pelos fazendeiros: “*guerra aos brandos e partilha das suas propriedades entre índios e pardos*”, declarava sua proclamação. Numa guerra social, as *montoneras* de Bové, com homens seminus e armados de lanças, arrasavam tudo que encontravam na sua passagem.⁷⁷⁴



Simón Bolívar y Ponte, em reconstrução facial fidedigna

As sucessivas vitórias de Boves sobre as forças de Bolívar feriram de morte a Segunda República de Venezuela, retomando os realistas o domínio de todo o país em 1814, ficando só o Oriente e a ilha de Margarita em mãos republicanas independentistas. Nesse momento, vendo a impossibilidade imediata de reorganizar os patriotas, Bolívar partiu para Jamaica, onde redigiu sua *Carta de Jamaica*, análise detalhada e de conjunto da situação nas Américas, e começou a elaborar o projeto de uma grande confederação americana. Chegou à conclusão de que, para alcançar a independência definitiva, os espanhóis deviam ser totalmente derrotados para impedir as tentativas de reconquista, mas também era necessário unificar os esforços dispersos dos caudilhos regionais num mandato centralizado, criando uma república única para poder enfrentar qualquer potência imperial. E agitou, contra os espanhóis, o fantasma da “revolução das cores”, a “anarquia bárbara” que provocaria uma revolução com direção e em benefício das camadas e classes despossuídas da sociedade.

Com a ajuda do governo negro independente do Haiti, Bolívar organizou em 1816 uma expedição marítima rumo a Margarita, de onde relançou as operações militares no continente. O seu primeiro objetivo era libertar Venezuela, para evitar que os realistas a utilizassem como ponto de partida de suas campanhas de reconquista. Bolívar desde Venezuela e Francisco de Paula Santander desde *Nueva Granada* (Colômbia) começaram a coordenar ações conjuntas desde suas áreas de influência para fomentar a unidade militar, tornando o avanço patriótico imparável. Desgastado pelas longas campanhas para recuperar o poder em toda América, o exército espanhol começava a enfrentar serias dificuldades para fazer frente aos embates dos patriotas. Bolívar convocou em 1819 o *Supremo Congresso da República* em Angostura, ponto de partida da República de Colômbia, conhecida como a *Grande Colômbia*, que abarcava os territórios de Cundinamarca (Bogotá), Venezuela (Caracas) e Quito, república da qual o “Libertador” foi proclamado presidente.

⁷⁷⁴

Nelson Martínez Díaz. *La Independencia Hispanoamericana*. Madri, Historia 16, 1999, pp. 114-115.

O enfrentamento decisivo com as tropas espanholas aconteceu na Batalha de Boyacá em 7 de agosto de 1819, que permitiu ao exército libertador entrar triunfalmente em Bogotá. A vitória de Antonio José de Sucre, “mão direita” de Simon Bolívar, na Batalha de Pichincha, em 24 de maio de 1822, fechou o ciclo da libertação dos territórios situados ao Norte da América do Sul. Com a influência dos exércitos de San Martín ao Sul, e os de Bolívar ao Norte, o baluarte espanhol concentrou-se no Peru. E para lá que se destinaram os esforços combinados de ambos os chefes libertadores, depois de se entrevistarem em Guayaquil, em 1822.⁷⁷⁵ Deste modo ficou superado o período (1814-1817) em que a monarquia espanhola, recuperada na metrópole, tinha também recuperado a iniciativa na América (salvo no centro revolucionário de Buenos Aires). Era relativamente fácil aos espanhóis, senhores do mar, em luta contra rebeldes desprovidos de marinha, deslocar os seus exércitos regulares, libertos para a ação pela paz contrarrevolucionária na Europa. Era-lhes relativamente fácil também esmagar sucessivamente os vários pontos de resistência.

A recuperação da iniciativa patriótica, as vitórias de Bolívar, e as de San Martín no Chile e no Sul peruano, não foram alheias à ajuda da Inglaterra; por exemplo, à frota comandada por Lorde Cochrane no Pacífico: "Nas suas simpatias interesseiras pelas jovens repúblicas, a Inglaterra, única capaz de agir, já não se sentia estorvada pela preocupação de não ferir as susceptibilidades da Espanha, sua antiga aliada contra a França. E não cessava de defender o imenso mercado que lhe oferecia a 'América Livre'. A Inglaterra, que iniciara sua revolução industrial 50 anos antes do resto da Europa, não podia deixar escapar essa ocasião única de abrir novos mercados para as suas jovens manufaturas. No momento decisivo tinha de levantar obstáculos a qualquer ajuda efetiva à metrópole contra os insurretos. A simpatia inglesa foi uma simpatia ativa: graças a ela, não faltaram armas e capitais aos *criollos* revoltados. Mais tímido a princípio, mas decisivo no momento crítico, veio a revelar-se o auxílio da jovem república norte-americana".⁷⁷⁶ A ajuda inglesa à independência, e a dos Estados Unidos da América, não era, porém, gratuita.

Os exércitos libertadores finalmente cercaram o baluarte espanhol. À proclamação da independência do Peru, por José de San Martín, em 1821, seguiu-se a tomada de Quito por Sucre. Finalmente, em 1824, os espanhóis foram vencidos no Alto Peru (a atual Bolívia, que assim se chama em homenagem a Simón Bolívar) por Sucre,⁷⁷⁷ na batalha de Ayacucho. Com a libertação da América Central, toda a América espanhola (salvo as ilhas de Cuba e Porto Rico, que permaneceram sob o jugo espanhol), ficou nas mãos dos *criollos*.

Com a derrubada do colonialismo espanhol nas Américas, o novo comércio com a Inglaterra pareceu vantajoso à burguesia exportadora latino-americana, que passou a usufruir dos benefícios econômicos derivados da direção do Estado. A única revolução de independência em que as classes exploradas tiveram um papel de primeiro plano, de força protagonista e não de força de apoio dos exploradores "nacionais", foi, como vimos, a guerra de independência

⁷⁷⁵ Ainda persistem as dúvidas acerca da retirada de San Martín da vida político-militar da América do Sul depois da sua entrevista com Bolívar, em Guayaquil. Exilou-se na França, onde passaria as suas últimas três décadas de vida, falecendo em Boulogne-sur-Mer, a 17 de agosto de 1850.

⁷⁷⁶ Pierre Chaunu. *Op. Cit.*

⁷⁷⁷ Antonio José de Sucre (1795-1830) foi filho do militar Vicente Sucre e de dona Manuela de Alcalá. Interrompeu seus estudos em 1810 para se alistar nas tropas do general Francisco de Miranda. Depois da capitulação de Miranda, emigrou para Trinidad, regressando em 1813. Em 1817 Simón Bolívar lhe outorgou o grau de coronel, e em 1821 foi nomeado por chefe do Exército do Sul da Colômbia. Dirigiu e venceu a batalha de Pichincha, no ocidente de Quito, em maio de 1822, assegurando a libertação do Equador e integrando esta província na Grã-Colômbia. No dia 9 de dezembro de 1824 Sucre enfrentou em Ayacucho, com 6.879 soldados, 10.000 soldados realistas comandados pelo general José de Canterac. Essa vitória consolidou a independência definitiva da América Hispânica, sendo reconhecida a independência do Peru e a desocupação de todos os territórios ocupados pelos realistas. Em 1825 foi proclamada no Alto Peru a República da Bolívia. Sucre exerceu a presidência até abril de 1828. De regresso à Colômbia foi nomeado interventor militar no Peru. Venceu as tropas peruanas na batalha de Tarqui no dia 27 de Fevereiro de 1829. No dia 4 de Junho de 1830, quando voltava para Quito, foi assassinado na Sierra de Berruecos.

do Haiti, entre 1791 e 1804. Na luta dos negros e dos mulatos contra os brancos colonizadores, na colônia francesa do Caribe, deu-se uma combinação única na América Latina: a luta contra a escravidão, pela terra e pela independência. Tratou-se de um caso excepcional: Haiti era a última colônia francesa de algum porte na América Latina, e sofreu diretamente a influência da Revolução Francesa na metrópole.

Mas o inédito igualitarismo da "República Negra" foi se quebrando sob a disputa entre os mulatos e negros livres contra os ex-escravos. O seu isolamento geográfico e, sobretudo, social, fez com que não pudesse romper as malhas da monocultura exportadora herdada da colônia: o ideal democrático e republicano que a animou foi degenerando-se em cruéis ditaduras, com as quais foi-se consolidando uma reduzida casta de exploradores, uma espécie de "*criollos* não-brancos". O Haiti acabaria sendo um dos países mais pobres da América, pagando o preço do isolamento da sua revolução. Mas o impulso da sua revolução foi decisivo para o continente: a primeira expedição militar de Bolívar, depois da sua derrota inicial, foi financiada e apoiada pelo presidente haitiano Alexandre Pétion, sob promessa daquele de abolir a escravidão na América espanhola; o apoio haitiano a Bolívar salvou a luta pela independência da Grande Colômbia quando a Espanha havia recuperado a iniciativa militar nessa região.

Na América portuguesa, o futuro Brasil, a independência política percorreu outros caminhos. Numa antecipação estratégica, planejada para evitar que a família real portuguesa fosse aprisionada e obrigada a abdicar, como acontecera com Fernando VII e Carlos IV de Espanha, sendo o Brasil "a pérola da coroa portuguesa", toda a corte portuguesa fugiu para o Brasil, sob a proteção da armada inglesa, instalando o governo português no Rio de Janeiro em 1808, e tornando a cidade a capital do "Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves", para o qual o rei instituiu uma nova bandeira. A saída foi precipitada, com as tropas francesas já em solo português, mas conseguiu que 15 mil pessoas saíssem para o Brasil, e atravessassem o Atlântico sob custódia e proteção da armada inglesa, transferindo praticamente todo o quadro do aparelho estatal para a colônia. Além de pessoas do governo, saíram muitos nobres, comerciantes ricos, juizes de tribunais superiores. Os democratas (chamados de "afrancesados") em Portugal chamaram a retirada da família real de "fuga para o Brasil"; estavam frustrados pelo fato das tropas de Napoleão não terem conseguido depor e deter a família real portuguesa.

Com a Corte e a capital do Reino de Portugal no Brasil, os democratas portugueses passaram a considerar-se "sem rei nem lei", pedindo de imediato ao general francês Junot que Napoleão lhes desse um novo rei e, sobretudo, uma constituição. No Brasil, a presença da família real marcou o início do processo de independência política, propiciado pela crise do sistema colonial português. As suas características conservadoras e reacionárias ficam exemplificadas no fato de que a partir da vinda da corte lusitana ao Brasil em 1808 foram decretadas as "guerras justas" contra os indígenas, permitindo matá-los ou tomá-los em regime de servidão.⁷⁷⁸ A vinda de D. João VI tornou o processo de independência brasileiro singular, pois colocou o Brasil numa situação inusitada: ao mesmo tempo em que era colônia, se tornara a sede da monarquia portuguesa. Essa função dúbia somada com o choque das forças contrárias (colonos vs. portugueses) resultou na independência do Brasil. Os portugueses haviam recebido forte ajuda da Inglaterra e como "retribuição" de tal ajuda, a Corte realizou a abertura dos portos em 1808, o que acabou com o monopólio comercial português sobre o Brasil.

Caio Prado chamou de período preparatório da "revolução brasileira" o de 1808 até 1822. O início do século XIX representou a "síntese" do período colonial, nos três séculos anteriores a ordem colonial não sofrera transformações significativas: naquele momento, as chances de modificação da sociedade começavam a fazer-se possíveis (uma maior abertura política; a abertura dos portos; a penetração de ideias liberais). Todas as classes sociais estavam

⁷⁷⁸ Fernanda Spósito. As guerras justas na crise do Antigo Regime português. *Revista de História* nº 161, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2º semestre de 2009.

insatisfeitas e enfrentando problemas: brigas entre comerciantes portugueses contra senhores de engenho devedores; estes, contendo revoltas da escravaria; revoltas da “população inorgânica” (destacadamente os mulatos, que eram sua maioria), *reinóis* e senhores brigavam a respeito dos valores comerciais da venda do açúcar e dívidas; mas se ajudavam e se aliaram contra as revoltas da população, para mantê-la controlada e não atrapalhar os negócios de ambas partes.

Com o retorno da Corte a Portugal (em 1821), o Brasil, já declarado reino, viu-se rebaixado bruscamente à antiga categoria de colônia. A reintrodução das velhas normas do Pacto Colonial configuravam uma espécie de “mercantilismo” duplamente anacrônico: 1) Porque era executado por uma potência em retrocesso, tributária econômica da Inglaterra, 2) Porque estava em contradição com a expansão do comércio mundial, devida à consolidação do capitalismo industrial na Europa. Não passou nem um ano até as classes possuidoras da colônia-reino se rebelarem contra essa situação. A convocatória das Cortes pela *Revolução do Porto* criou a ocasião para a convergência da agitação dos grandes proprietários com a da administração colonial. Na “revolução constitucionalista” de 1820: a população da cidade do Porto se levantou contra a permanência do Rei D. João VI no Rio de Janeiro. Pretendiam o retorno da Corte a Portugal, visto que havia acabado a ameaça de invasão de Napoleão; a proteção da Corte no Brasil não seria mais necessária. Buscava-se a restauração do Pacto Colonial com o Brasil, para a restauração do monopólio de comércio dos portugueses. Buscava-se também a instauração de uma constituição para o reino.

O rei não pretendia voltar a Portugal, principalmente devido à pressão dos grupos econômicos emergentes no Brasil. Porém, algumas províncias criaram governos autônomos sem ligação com a Corte do Rio de Janeiro, o que colocou o rei em uma situação irreversível, forçando-o a retornar a Portugal em abril de 1821, deixando no Brasil seu filho Pedro como Príncipe Regente. Ao chegar a Portugal, D. João foi obrigado pelos revolucionários a jurar uma Constituição que ainda estava por ser elaborada pelas Cortes do Reino. Foram então convocadas eleições por todo o “Reino Ultramarino” para que se indicassem os respectivos representantes às Cortes. Portugal foi privilegiado na divisão, tendo maioria para a elaboração da Constituição. As Cortes passaram a elaborar a Constituição com a maioria portuguesa, buscando o retorno do Pacto Colonial, visto que este privilegiava principalmente os grandes comerciantes metropolitanos. Alguns dos deputados originários do Brasil chegaram a abandonar as Cortes.

Pedro passou a ser pressionado para defender os interesses das províncias americanas, indo na contramão das Cortes. As Cortes solicitaram o retorno imediato do Príncipe Regente para a metrópole. Foi enviada uma esquadra para busca-lo no Rio de Janeiro, mas em 9 de janeiro de 1822 ele se revoltou e “ficou”. Deste momento em diante, as elites do Sul de Minas Gerais, da cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro passaram a forçar o processo de emancipação política. Com manobras políticas, tendo o príncipe regente D. Pedro como principal instrumento, os autonomistas conseguiram proclamar a independência, e fazer do príncipe regente o Imperador do Brasil.

Em 7 de setembro de 1822, as autoridades reais romperam o impasse institucional e, no “Grito de Ipiranga”, proclamaram a independência do Brasil. Ou seja, as próprias autoridades da colônia proclamaram a independência. Mas a elite brasileira tomou cuidado ao tornar um português, herdeiro da coroa de Portugal, o imperador da nova “nação”: na Constituição de 1823 foi tomado especial cuidado com os portugueses, reflexo do medo de uma possível recolonização, e também fez restrições aos estrangeiros. O projeto constitucional se centrou nas eleições dos deputados e senadores e definiu os critérios (restritos) de cidadania: uma constituição “liberal” que não aboliu a escravidão. O “Hino da Independência” teve letra escrita por Evaristo da Veiga, prócer da Independência, e a música composta pelo imperador em pessoa.

As contradições sociais do período colonial vieram à tona, e todas as questões antes postergadas explodiram. Apareceram nesse momento movimentos de massas: a reação recolonizadora também aconteceu, mas foi militarmente vencida. Os movimentos independentistas populares não se encontravam suficientemente maduros para fazer prevalecer suas reivindicações e tiveram uma posição secundária. Para Caio Prado Jr. a “revolução” foi um movimento que não conseguiu ultrapassar certas barreiras: ele só funcionou para o que o Brasil estava preparado, ou seja, a liberdade do jugo colonial e a emancipação política. A independência foi feita à revelia das classes inferiores, um movimento fruto só de uma classe.⁷⁷⁹ Houve também enfrentamento militar com as tropas que permaneceram fiéis a Portugal na Bahia, no Maranhão, no Pará e na Província Cisplatina, assim como no Piauí.

No Primeiro Império, o partido português se tornou um entrave para o desenvolvimento do processo independentista, pois queria um sistema absolutista, com o poder centralizado nas mãos do imperador. D. Pedro começou então a mostrar “seu lado português”, e se tornou um verdadeiro ditador, a ponto de fechar a Assembleia em novembro de 1823 e proclamar uma nova Constituição, redigida em dez dias, onde dava certos privilégios para os estrangeiros (como a fácil concessão da nacionalidade) e instaurava o poder moderador, um “quarto poder”, que na realidade legitimava a “ditadura” do imperador.

As classes pobres, vendo tudo aquilo, começaram a agir. Segundo Mário Maestri, a ruptura da união do Brasil com Portugal foi o movimento de independência mais atrasado e conservador das três Américas. Para tranquilizar os interesses britânicos e portugueses, as elites provinciais do Brasil aceitaram o tacão centralizador e despótico de um príncipe português que era, igualmente, o herdeiro da coroa lusitana que renegavam. Para garantir a continuidade da ordem negreira, os senhores de todo o Brasil optaram por um Estado monárquico, centralizador e anti-liberal. Em novembro de 1823, D. Pedro desferiu o primeiro golpe militar do Brasil independente, fechando a assembleia nacional constituinte e ditando a constituição anti-liberal que governou o Brasil até 1889. A independência brasileira, assim, só deu início a um processo, determinado pela crise internacional, prolongado nas lutas internas do Brasil, que se estendeu desde a ruptura com Portugal até 1850, quando consolidou-se a monarquia, sobre a base da “pacificação” das revoltas, como a Sabinada e a Balaiada, que procuraram imprimir à independência um caráter mais democrático, de oposição ao regime vigente.

A truculenta dominação portuguesa do Brasil não foi desmantelada pela proclamação da independência. Durante a adesão do Pará em 1823 ao novo governo brasileiro, a resistência popular aumentou. Em outubro, um levante militar ganhou a adesão do povo pobre, casas de portugueses foram invadidas e estabelecimentos comerciais saqueados. O governo reprimiu os revoltosos mandando prender 256 paraenses que foram jogados como lixo no porão do navio *Brique Diligente*, onde sofreram de sede, calor e falta de ar. O grito desesperado de ajuda que ecoava pelas ruas da cidade, nas proximidades da embarcação, levou o governo a ordenar o despejo de cal virgem sobre os prisioneiros, bastando três horas para que todos morressem.

A partir de 1824, a insatisfação popular passou a se tornar organização, surgindo assim lideranças como Batista Campos, os irmãos Antônio e Francisco Vinagre, e Eduardo Angelim. Os batizados como *cabanos* tomaram o Palácio do Governo em Belém em janeiro de 1835, conseguiram o controle completo da cidade em apenas seis horas, prenderam e mataram parte dos representantes da coroa, e governaram Belém por mais de um ano. Em junho os cabanos foram finalmente derrotados na capital pelas tropas do governo imperial, e se retiraram em armas para o interior: a a “Revolução Cabana” se tornou uma luta de resistência até 1840.

Os cabanos (compostos basicamente por ribeirinhos, tapuios e índios destribalizados) possuíam grande eficiência organizativa, e resistiram bravamente até o final, ganhando apoio dos nativos da região, de setores da classe média urbana e do baixo clero. Para retomar o controle da região, o

⁷⁷⁹

Caio Prado Jr. *Evolução Política do Brasil*, e outros estudos. São Paulo, Brasiliense, 1961.

exterminio imperial alcançou a população camponesa, causando a destruição e extinção de lugares, povoações e vilas habitadas por tapuios e mestiços. O processo revolucionário concluiu em março de 1840 com um saldo 30 mil mortos, cerca de um quinto da população paraense, que era de 150.000 habitantes na época.⁷⁸⁰ A independência brasileira alicerçou-se no massacre dos democratas e da população mais pobre.

Paralelamente, durante a primeira metade do século XIX, o governo imperial brasileiro envolveu-se em diversos conflitos na região do Rio da Prata. O primeiro teve início em 1817, com a ocupação do atual território uruguaio por tropas luso-brasileiras. Em 1821, a região foi anexada ao Brasil com o nome de Província Cisplatina e, no ano seguinte, passou a integrar o Estado imperial. Em 1825, as tropas “orientais” de Lavalleja invadiram a Cisplatina e proclamaram sua adesão às Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina), até o país se tornar independente em 1829 com o nome de Uruguai.

Em síntese geral, em seu conteúdo político, a revolução anticolonial latino-americana deu continuidade ao ciclo de revoluções democráticas iniciado na Europa e continuado nos EUA, mas com características específicas, social e politicamente limitadoras: “A revolução foi uma obra da aristocracia *criolla*, com ou sem apoio da população mestiça. Os índios foram quase sempre testemunhas passivas dos acontecimentos que os ultrapassavam. Isto quando não tomaram partido, primeiro, pela Espanha, senhor distante, contra o *criollo*, senhor imediato. A revolução da América Latina, a região mais aristocrática da terra, foi essencialmente um empreendimento aristocrático. Essa *elite* econômica e de inteligência, numa sociedade em que a presença do índio e do escravo conferia a todo homem branco um complexo de superioridade, sofria com a exclusão da administração real e com a desconfiança que esta lhe manifestava. Esses espanhóis de raça e cultura eram mantidos à margem dos altos cargos, das funções mais honoríficas e lucrativas. Entre os sessenta vice-reis da história colonial, houve apenas quatro *criollos*, e só quatorze entre os 602 capitães gerais. A exclusão que os afastava da alta administração laica afastava-os igualmente dos altos cargos eclesiásticos”.⁷⁸¹

Em carta a Madame de Staël, de setembro de 1816, um dos *founding fathers* da independência norte-americana, Thomas Jefferson, assim se referia à América do Sul, a partir das fragmentadas e censuradas informações de que dispunha: “O conjunto do continente meridional está mergulhado na mais profunda ignorância e fanatismo religioso, um único padre é mais do que suficiente para se opor a um exército inteiro”; embora ele também destacasse que o baixo clero, “tão pobre e oprimido como o povo, muito frequentemente aderiu à causa dos revolucionários”. Na sequência da carta, Jefferson afirmava que “a sua causa teria sido desesperada desde o início, mas quando a independência for estabelecida, a mesma ignorância e o mesmo fanatismo vai torná-los incapazes de formar e manter um bom governo, e é penoso acreditar que tudo vai terminar em despotismos militares sob os Bonapartes da região”. Jefferson finalizava assim a sua análise: “A única perspectiva reconfortante que esse horizonte sombrio oferece é que esses movimentos revolucionários, tendo absorvido o senso comum que a natureza implantou em cada indivíduo, poderão avançar em direção das luzes da razão esclarecida, se tornarão sensíveis a seus próprios poderes e, oportunamente, serão capazes de constituir padrões de liberdade e de constringer seus líderes a observá-los”.

A revolução latino-americana criava, no entanto, uma nova sociedade, contraposta à antiga sociedade colonial, uma sociedade *nacional*. As limitações políticas e sociais das lideranças da luta pela independência, os *libertadores*, se originaram na classe social (proprietária latifundiária ou intermediária comercial) da qual emergiram, ou seja, na inexistência de uma

⁷⁸⁰ Segundo Caio Prado Júnior, “fica à Cabanagem a glória de ter sido a primeira insurreição popular que passou de simples agitação a uma tomada efetiva de poder” (*Evolução Política do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012).

⁷⁸¹ Pierre Chaunu. *Op. Cit.*

classe (burguesa) revolucionária (compare-se sua atitude reacionária perante índios e negros com a atitude dos jacobinos, na Revolução Francesa, perante a escravidão ou o campesinato iletrado). Daí o vazio político no qual caíram os seus projetos “continentais”: não havia uma classe que colocasse a questão da criação de um grande Estado moderno, com vistas a um amplo desenvolvimento econômico interno, em que pese a Inglaterra não manifestar hostilidade para com esse projeto, e até simpatizar (alguns setores do Parlamento) com ele. Daí, o drama, frustração e solidão final das vidas dos libertadores (José de San Martín no exílio francês, onde morreu em 1850, depois de ter manifestado sua hostilidade à revolução de 1848; Simón Bolívar no seu “labirinto” de solidão, na metáfora de Gabriel Garcia Márquez).

E daí também o caráter não democrático (monárquico - San Martín -, ou ditatorial - Bolívar) dos seus projetos políticos, que foi retroativamente criticado por Marx no caso de Bolívar (a quem qualificou de “separatista sim, democrata não”, e de caricatura colonial do bonapartismo),⁷⁸² projetos correspondentes aos interesses conservadores de sua classe social de origem, que só se tornou “independentista” no quadro da crise mundial: “Passaram para o partido da independência só quando se correu o risco de receber da Espanha ordens demasiado liberais, e suscetíveis de trazer mudanças nítidas”,⁷⁸³ devido ao início de uma revolução democrática na metrópole (as *juntas* espanholas) contra a invasão napoleônica.

E daí, finalmente, o caráter conservador e politicamente limitado do Congresso Continental do Panamá, o *Congresso Anfictiónico*, de 1826, convocado por Simón Bolívar, ao qual poucos países compareceram, que não convocou nem o Paraguai do Dr. Francia, nem a perigosa “república negra” do Haiti, e sequer colocou na sua agenda política a questão da independência das sobrevivências coloniais espanholas de Cuba e Puerto Rico, como veremos mais adiante.⁷⁸⁴ Segundo Juan Bautista Alberdi, formulador das *Bases* da Constituição da Argentina (1852),⁷⁸⁵ Bolívar teria dito (mas não escrito) que “os novos Estados da América antes espanhola necessitam de reis com o nome de presidentes”.⁷⁸⁶

⁷⁸² Karl Marx. *Simon Bolívar*. Buenos Aires, Rafael Cedeño, 1987. A respeito das críticas (José Aricó. *Marx e América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982) e vitupérios (Jorge Abelardo Ramos, que chegou a tratar Marx de preconceituoso e favorável ao colonialismo: *Bolivarismo y Marxismo*. Buenos Aires, Peña Lillo, 1969.) de que esse texto foi objeto, cabe observar que: “Os impugnadores do texto de Marx sobre Bolívar não consideraram um ponto: Marx denunciou o caudilho da Venezuela pelas suas limitações na luta do movimento pela independência nacional, mas jamais se colocou em posição neutra ou duvidosa acerca da progressividade e legitimidade dessa luta. A crítica ao bonapartismo ou à tendência para uma ditadura civil de Bolívar não é uma crítica em si mesma, isolada, mas a crítica disso como instrumento de uma política que enfraquecia a luta pela independência. Marx contrapôs o papel que jogava na mobilização popular a instância de um congresso representativo às tendências regressivas de uma ditadura. Destacou ‘o novo entusiasmo popular’ pela independência, que se transformava em ‘insatisfação’ por causa da ditadura de Bolívar, permitindo o rearmamento da contraofensiva espanhola. Ressaltou a liberdade dos negros escravos como um dos motores da ascensão das forças independentistas, embora reconhecendo no presidente do Haiti, e não em Bolívar, a paternidade da iniciativa” (Christian Rath. Marx sobre Bolívar. *En Defensa del Marxismo* n° 39, Buenos Aires, agosto-setembro 2010).

⁷⁸³ Ruggiero Romano. *Le Rivoluzioni Borghesi*. Milão, Fratelli Fabbri, 1973.

⁷⁸⁴ José Luis Romero. El fracaso de la unidad hispanoamericana. In: *Gran Historia de Latinoamérica* n° 36, Buenos Aires, abril 1973.

⁷⁸⁵ Juan Bautista Alberdi, intelectual liberal argentino (1810-1884) procurou construir uma interpretação histórica para a crise que existia na América do Sul de seu tempo, usando como referencial teórico conceitos como o de “trabalho produtivo” desenvolvido por Adam Smith. Trata-se de um dos autores mais importantes da literatura política argentina e latino-americana de sua época, junto com Domingo Faustino Sarmiento, daquela que ficou conhecida na Argentina como a “Geração de 1837”. Para Alberdi, uma das principais causas da crise na região do Prata estava no mau uso do crédito, utilizado para financiar os conflitos entre Buenos Aires e as demais províncias do interior. Tais conflitos teriam como causa a recusa da cidade de Buenos Aires em compartilhar o poder e as receitas aduaneiras do porto com as demais regiões. Considerou a Guerra do Paraguai como uma catástrofe para o continente, um desperdício de recursos humanos, materiais e financeiros. Responsabilizou Inglaterra pelos empréstimos que foram utilizados para o financiamento dos conflitos.

⁷⁸⁶ Juan Bautista Alberdi. *Fundamentos da Organização Política da Argentina*. Campinas, Editora da Unicamp, 1994, p. 63.

Os processos independentistas americanos foram social e politicamente dirigidos por intelectuais do escalão baixo da administração colonial (no Alto Peru, a futura Bolívia), pela aristocracia crioula (em Quito e na Venezuela), ou pelas classes urbanas vinculadas a atividades mercantis (no Chile e no Rio da Prata): só o México mostrou a particularidade de uma rebelião popular protagonizada pelas massas mestiças, que cercaram a cidade de México. Miguel Hidalgo proclamou inicialmente a liberdade dos camponeses indígenas e a abolição da escravidão; derrotado pelos espanhóis, José Maria Morelos retomou o programa de Hidalgo, defendendo a abolição de toda distinção entre as classes sociais. A revolução popular mexicana foi abortada pela reação dos espanhóis com a colaboração da aristocracia e da burguesia local, as que só em 1821, e já sem a incômoda presença popular, proclamaram a independência.⁷⁸⁷ O processo de independência americana manifestou sua irreversibilidade quando, em 1823, os Estados Unidos proclamaram a “Doutrina Monroe”, opondo-se qualquer tentativa de intervenção militar, imperialista ou colonizadora, da Santa Aliança europeia no continente americano. Em 1824, como vimos, os últimos remanescentes do poder espanhol foram definitivamente derrotados pelo general Sucre. A independência do México fora proclamada pouco antes da publicização do texto de Monroe pelo general Iturbide, que se sagrou imperador do país sob o nome de Agustin I. Um ano depois, foi obrigado a abdicar e, ao tentar retomar o poder, foi executado, adotando finalmente o país o regime republicano.

As revoluções da independência latino-americana foram determinadas pela crise das metrópoles europeias, no processo originado na Revolução Francesa e nas suas consequências continentais e internacionais, e na guerra de independência norte-americana. Elas integraram também as contradições e lutas de classe já desenvolvidas nas colônias, o que as transformou em um elo, “periférico” mas não menos importante, do ciclo da revolução democrático-burguesa internacional. As “juntas de governo” americanas fizeram eco às “juntas” que, na Espanha, marcaram o início da revolução democrática. As guerras de guerrilha antifrancesas na península ibérica não estiveram desconectadas, historicamente, das guerras de guerrilha dos patriotas americanos, nos Andes, contra as tropas metropolitanas (espanholas). Roberto Breña situou as duas vertentes do liberalismo espanhol, centrado nas Cortes de Cádiz e na Constituição de 1812, a peninsular e a americana, cujos representantes, mais radicais, participaram ativamente nos debates da assembleia espanhola.⁷⁸⁸

As lutas anticolonialistas hispano-americanas combinaram contraditoriamente um arco político vasto, desde a proclamação da independência pelas próprias autoridades coloniais (como aconteceu em Guatemala) até a mobilização de massas com métodos de guerra revolucionária, como no esvaziamento popular das cidades argentinas de Salta e Tucumán pelos patriotas argentinos, depois das derrotas militares de Vilcapugio e Ayohuma perante as tropas realistas espanholas; na luta de Artigas e do “sistema de povos livres” no Uruguai e na mesopotâmia argentina; na luta dos *gauchos* de Martín Miguel de Guemes no Norte do mesmo país, ou nos revolucionários de La Paz (encabeçados por Murillo) no Alto Peru, em 1809. Os movimentos e a guerra da independência hispano-americana foram, assim, muito heterogêneos. Houve, no seu bojo, rebeliões camponesas contra as elites *criollas*, as quais tinham um fraco apoio entre os setores populares, especialmente entre negros e índios urbanos que, por vezes, tenderam a se alinhar com os espanhóis nesses conflitos. As oligarquias controlaram o processo revolucionário, evitando um confronto paralelo entre pobres e ricos; já no México a revolução, como vimos, iniciou como uma revolta geral de camponeses e índios. A classe dirigente da independência experimentava um temor paralisante em relação à potencial repetição da revolta indígena-camponesa do século XVIII, ou da bem sucedida revolta negra do Haiti. Chegada ao poder, apressou-se em abolir o *pongo* e a *mita* instituídas pelos espanhóis, instituições de trabalho forçado dos indígenas, para neutralizar, sobretudo, a possibilidade de uma revolta independente

⁷⁸⁷ Francisco Gutiérrez Contreras. *Nación, Nacionalidad, Nacionalismo*. Barcelona, Salvat, sdp, p. 20.

⁷⁸⁸ In: Iván Jaksic e Eduardo P. Carbó. *Liberalismo y Poder*. Latinoamérica en el siglo XIX. Santiago de Chile, Fondo de Cultura Económica, 2011.

dos setores mais explorados da colônia; assim como também a abolir a escravidão e a tortura do Santo Ofício (como foi feito pela Assembleia Constituinte da Argentina, em 1813).

A vertente revolucionária, plebeia, ou que tendia a se apoiar no povo, do processo independentista americano, no entanto, foi derrotada nos processos de “normalização política” posteriores, processos conservadores hegemônicos pelas classes economicamente dominantes das antigas sociedades coloniais (a oligarquia agrária e a burguesia comercial das capitais) e sobre a base dos quais surgiram as modernas nações sul e centro-americanas. No caso do Brasil, foi a própria coroa portuguesa, instalada no país devido às invasões napoleônicas, a que proclamou a independência política do país, não sem antes e durante derrotar *manu militari* os movimentos que aspiravam a uma independência sobre bases revolucionárias e populares. O jacobinismo latino-americano foi derrotado em seu nascedouro, como aconteceu com Toussaint L'Ouverture no Haiti, mas, sem sua presença e ação decidida, a independência política do continente teria sido comprometida ou simplesmente inviabilizada.

Em 1825, após as guerras de independência da América espanhola, apenas as ilhas de Cuba e Porto Rico permaneceram sob o domínio espanhol. Portugal perdeu tudo, enquanto França preservou territórios importantes (a Guiana, e as ilhas de Guadalupe e Martinica, no mar do Caribe). No Paraguai, o governo de Gaspar Rodríguez de Francia (1814-1840) criou as bases de uma economia isolada, com o seu progresso estritamente controlado pelo Estado, incluindo uma educação pública sem par na América do Sul, numa versão tardia do “despotismo ilustrado”. Os governos paraguaios posteriores de Carlos Antonio López e de seu filho, Francisco Solano López, prosseguiram a tarefa. No quadro da emergência da primeira grande potência mundial capitalista, a Inglaterra, e da crise do Antigo Regime na Europa, o antigo sistema colonial americano de base ibérica ruiu e desabou quase por completo, como um castelo de cartas. O princípio das nacionalidades atravessou vitoriosamente o Oceano Atlântico, impondo-se num território muito maior do que a própria Europa. O *mundo das nações independentes* nascia no, do e para o *mundo do capital*, como sua expressão tanto nas relações políticas internas de cada país como nas relações internacionais entre os mesmos.

23. A CLASSE OPERÁRIA

Há muito menos comunicação pessoal entre o mestre da fiação de algodão e seus operários do que entre o Duque de Wellington e o mais humilde trabalhador de sua propriedade rural (Richard Parkinson, **On the Present Condition of the Labouring Poor in Manchester**, 1841)

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente (Karl Marx, **O Capital**)

Lasciate ogni speranza, voi ch'entrate (Dante Alighieri, **Divina Commedia**)

A unidade dos trabalhadores assalariados como corpo produtivo de conjunto está fora dos trabalhadores assalariados, está no capital que os mantém juntos; aos trabalhadores assalariados a conexão entre seus trabalhos se lhe contrapõe como autoridade do capitalista, como potência de uma vontade estranha, despótica (Karl Marx, **O Capital**)

Se o trabalho assalariado é quase tão antigo quanto a sociedade humana dividida em classes, não cabe dizer o mesmo da classe operária. Nem todos os assalariados são operários, mas todos os operários são assalariados. A classe operária existe na e pela distinção entre o trabalho *fundante*, que retira da natureza os meios de produção e de subsistência, e o trabalho *abstrato*, ou seja, a totalidade das atividades assalariadas. É essa distinção a que particulariza os proletários frente aos demais assalariados: proletários (ou operários) são os trabalhadores assalariados que, ao transformarem a natureza, são os produtores do capital, quando sua força de trabalho é transformada em mercadoria. No entanto, se muitos assalariados não são operários, só a classe operária realiza, em escala histórica, o trabalho abstrato como medida do valor, expresso pela relação assalariada moderna.

O trabalho do operário do campo e da cidade produz a mais-valia através da novos produtos que, por advirem da transformação da natureza, continuam existindo após o fim do processo de trabalho. A cada instante trabalhado o proletário acrescenta um novo *quantum* de riqueza ao *quantum* já acumulado pela sociedade, ampliando a riqueza geral. Do ponto de vista da reprodução do capital, essa ampliação da riqueza da sociedade comparece como ampliação do capital social total. Ao produzir um novo meio de produção ou de subsistência, o proletariado produz um novo *quantum* de capital, e ele valoriza o capital ao produzi-lo.

Na medida em que a transformação da natureza requer a atuação da corporeidade humana, o trabalho produtor de riqueza social é necessariamente um trabalho *manual*, ou, nas palavras de Marx: “Como o homem precisa de um pulmão para respirar, ele precisa de uma 'criação da mão humana' para consumir produtivamente as forças da natureza”. No capitalismo, a classe operária é a responsável por essa criação. O seu *corpo* deve ser preparado e disciplinado para produzi-la. A classe operária só faz sua entrada na cena histórica quando, em diversas regiões ou países, a força de trabalho é transformada de modo geral em mercadoria.

Na época da formação do capitalismo, essa transformação foi marcada por uma violenta e continuada expropriação das condições de sobrevivência dos trabalhadores, incluídos seus conhecimentos adquiridos e suas formas e habilidades de/para produzir. A formação inicial do proletariado fabril na Europa aconteceu pela via da expropriação da população rural, que se estendeu desde finais do século XV até a primeira metade do século XVII, com a intervenção do Estado na expropriação das massas camponesas e também na sua proletarização efetiva, ou seja, na sua incorporação ao processo capitalista de produção. A crise do feudalismo deu ao capital os elementos para destruí-lo. Essa crise teve origem, como vimos, no auge do comércio internacional e na abertura de linhas de circulação de mercadorias de/para o Oriente e de/para a América. A necessidade de se procurar dinheiro para adquirir os novos produtos levou à nobreza feudal a uma exploração sem precedentes do campesinato sob sua “proteção”.

Quando isso não foi suficiente, passou simplesmente a expropriá-los, para converter-se ela própria em produtora de mercadorias, diretamente ou arrendando os campos para os novos

ricos das cidades, os burgueses. Na Inglaterra, a necessidade de produzir lã para exportar para as nascentes e expansivas manufaturas de Flandres implicou a transformação dos territórios feudais em campos de criação de ovelhas, com a expulsão violenta de centenas de milhares de camponeses. A isso se acrescentou o licenciamento dos exércitos feudais, inúteis depois de terem servido nas Cruzadas e nas guerras europeias. Isso deu lugar a uma enorme massa *armada* de desempregados, até ela ser afugentada e desmantelada pelos novos corpos repressivos das cidades e pelos novos exércitos profissionais dos Estados absolutistas, cujos “soldados” (termo derivado de soldo) foram a primeira expressão massiva das novas relações sociais de produção. A massa de camponeses expropriados e antigos soldados feudais licenciados foi obrigada a acorrer às cidades em busca de trabalho ou de meios de subsistência.

Mas, “os expulsos pela dissolução dos feudos e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras - esse proletariado livre como o ar – não podiam ser absorvidos pela nascente manufatura com a mesma rapidez com que eram postos no mundo. Por outro lado, as pessoas subitamente tiradas de sua órbita habitual de vida não podiam adaptar-se de maneira tão rápida à disciplina de seu novo estado. Transformaram-se massivamente em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos forçados pelas circunstâncias. Daí que em finais do século XV e durante o século XVI proliferasse em toda a Europa Ocidental uma legislação sanguinária contra a vadiagem. Os pais da atual classe operária foram castigados, no princípio, por sua transformação forçada em vagabundos e indigentes. A legislação os tratava como delinquentes voluntários; supunha-se que da boa vontade deles dependesse o fato de continuarem trabalhando sob condições velhas, já inexistentes”.⁷⁸⁹

A classe operária moderna surgiu em condições humanas atroztes no processo de transformações econômicas e sociais que culminou, na Inglaterra em primeiro lugar, com a Revolução Industrial do último quartel do século XVIII. Ela surgiu da dissolução do feudalismo, caracterizado pelas relações de vassalagem no campo, e também dos grêmios manufatureiros corporativos nas cidades. Essa dissolução se estendeu, de maneira diversificada, do século XIV até o século XIX.⁷⁹⁰ Junto à absorção/destruição da pequena produção mercantil, agrária e urbana, pelo capital, ela criou o exército de homens e mulheres despojados de toda posse, que seriam obrigados a se transformar em operários modernos. Esse “exército” originou a última condição necessária para a vitória da grande indústria: a disponibilidade imediata de uma enorme quantidade de mão de obra.

Desde o século XVI, em virtude do desemprego e do pauperismo provocados pelos cercamentos dos campos, na Inglaterra e em grande parte da Europa continental uma massa de camponeses sem terra passou a perambular por estradas e paróquias, atemorizando os proprietários e aumentando a carga de impostos necessários para mantê-los, já que pelas leis inglesas as paróquias eram responsáveis pelo auxílio aos pobres. O aumento da miséria levou à revisão da Legislação dos Pobres, existente na Inglaterra desde 1601, que organizava o auxílio público aos desvalidos.

A legislação tornou-se cada vez mais repressiva: todo indivíduo sem trabalho ou ocupação podia ser preso ou chicoteado e, em caso de furto, mesmo que fosse para matar a fome, ser marcado a ferro, ter as mãos decepadas ou ser enforcado. O bispo inglês Berkeley, observando as condições sociais da Irlanda, propôs que os mendigos sadios fosse presos e transformados em “escravos do povo” durante certo número de anos. Durante o século XVII, para evitar a entrada de desempregados em seu território, as paróquias passaram a recorrer a Lei do Domicílio (1662), que determinava que todo indivíduo que mudasse de paróquia poderia ser

⁷⁸⁹ Kar Marx. *O Capital*. Livro I, Vol.1, assim como as citações sucessivas, salvo indicação em contrário.

⁷⁹⁰ Cf. Jean-François Bergier. *Borghesia industriale e classe lavoratrice*. In: Ciro Manca (ed.). *Formazione e Trasformazione dei Sistemi Economici in Europa dal Feudalesimo al Capitalismo*. Padua, CEDAM, 1995.

expulso, privando assim o “cidadão” da liberdade de locomoção. Essa lei facilitou aos grandes proprietários a exploração ao máximo do trabalho dos camponeses de sua paróquia ou da paróquia vizinha.

Foi na Inglaterra que surgiu inicialmente a “legislação sanguinária” contra os camponeses expropriados, acompanhada de leis redutoras do salário (a legislação absolutista determinava o rebaixamento de salários, com punições para os patrões que pagassem salários acima dos estabelecidos legalmente no Estatuto de Elizabeth), de leis prolongadoras da jornada de trabalho e de proibição das organizações operárias. As classes assalariadas modernas, surgidas inicialmente em meados do século XIV, constituíam nesse momento uma diminuta fração da população, que vinha crescendo devido à acumulação de capital. O prolongamento da jornada de trabalho foi um fator fundamental da acumulação primitiva de capital. A partir do século XVI, na França, foi posto também em prática um sistema de *cercamento humano*, e de posta compulsória no trabalho fabril ou forçado de toda a população considerada “vagabunda e mendicante”: o recrutamento forçado para as “galeras” reais foi seu episódio mais conhecido (a expressão *la galère* e o verbo *galérer* foram incorporados ao francês coloquial como sinônimos para trabalhar contra a vontade e/ou em condições deploráveis).⁷⁹¹

O processo de disciplinamento da força de trabalho foi parte integrante do surgimento e consolidação do capitalismo. Ele se estendeu ao longo de séculos e compreendeu as diversas leis contra a vagabundagem e “contra a pobreza”, adotadas nos diversos países, que visavam obrigar os homens livres a ingressarem no trabalho fabril. Já em 1547 tinha sido proibida a mendicância em Londres. Um século depois, em 1662, a “Lei de Residência” dava aos juízes, a pedido do encarregado da vigilância dos pobres em cada paróquia, o poder de enviarem de volta à sua paróquia os recém-chegados.

Em 1723, as paróquias foram autorizadas a instalar “casas de trabalho”, que se transformavam em centros de trabalho forçado. Todas essas medidas visavam disciplinar para o trabalho fabril às já denominadas “classes perigosas”, mas criavam simultaneamente um tipo de sistema assistencialista, que impedia a livre oferta e circulação da mão de obra, da mercadoria força de trabalho, ou seja, do livre comércio desta. O panorama mudou radicalmente com a Revolução Industrial. No final do século XVIII, surgiu na Inglaterra uma nova “lei dos pobres”, que previa uma ajuda às famílias mais necessitadas, proporcional ao número de filhos. O dinheiro vinha de uma taxa paga pelos contribuintes cujas posses ultrapassassem um determinado valor.

Em 1795, em plena Revolução Industrial, uma legislação de proteção ao trabalhador agrícola foi estabelecida no Sul da Inglaterra. O *Speenhamland System* foi introduzido primeiramente na vila de Speen por juízes locais, ao perceberem que “o estado atual dos pobres necessita de mais assistência do que a lei geralmente tem dado a eles”. Tal estado se devia a uma série de más colheitas que reduziram a oferta de trigo (com o conseqüente aumento do preço do pão), ao aumento da população e às guerras napoleônicas, que impediam a importação de trigo da Europa. A “lei dos pobres” suplementava os salários pagos proporcionalmente ao preço do trigo e ao número de filhos da família.

O objetivo do Estado inglês era evitar as revoltas da população faminta; em 1795 o fantasma da Revolução Francesa de 1789-1793 rondava toda a Europa. Nas cidades, por sua vez, os salários eram muito baixos. O *Speenhamland* foi adotado em reunião dos juízes de Berkshire, alarmados com o pauperismo e com a crescente onda de revoltas. Por esse sistema, a paróquia deveria pagar um subsídio complementar ao salário, até o nível da subsistência. Para os proprietários de terras o sistema era vantajoso, pois transferia para todos os contribuintes os gastos com os trabalhadores na entressafra, quando o salário era cortado e os trabalhadores eram mantidos com a suplementação garantida pela lei.

⁷⁹¹

Michel Foucault. *Histoire de la Folie à l'Âge Classique*. Paris, Gallimard, 1977.

Essa dupla vantagem fez com que o sistema se ampliasse para todo o Sul da Inglaterra, ainda pouco industrializado. Assim, o auxílio aos pobres representava mais um subsídio da sociedade aos grandes proprietários, que reduziam seus gastos com salários, do que uma transferência de renda dos grandes proprietários, através do Estado, aos trabalhadores do campo. No início da Revolução Industrial, em 1782, as Leis de Gilbert haviam fechado as "casas de trabalho" reais, onde eram confinados os "vagabundos". Para evitar o retorno à servidão no campo, os homens fugiam para as cidades industriais, onde engrossavam o exército industrial de reserva. O sistema de Speenhamland estimulou os patrões a reduzirem os salários sem resistências sérias por parte dos operários, pois estes aceitavam trabalho por salários inferiores, e competiam com o trabalho não subvencionado.

O disciplinamento do trabalhador braçal se completou através de um novo controle do tempo de trabalho: "O cercamento dos campos e o progresso agrícola estavam, em certo sentido, relacionados com um governo eficaz do tempo da mão de obra. O cercamento e um progressivo excedente de mão de obra em finais do século XVIII endureceram a situação dos que estavam em um emprego fixo; se enfrentaram com as alternativas de emprego parcial e leis de pobres, ou a submissão a uma mais exigente disciplina de trabalho. Não é uma questão de técnicas, mas de um maior sentido da economia do tempo entre os patronos-capitalistas. Isto ficou patente em um debate entre os defensores da mão de obra assalariada com emprego fixo e os defensores do "trabalho contratado" (isto é, trabalhadores contratados por empreitada para certos trabalhos)".⁷⁹²

O Estatuto Elizabetiano de Artífices foi abolido em 1809, acabando com a regulamentação nacional de aprendizagens e salários: o número de aprendizes foi "liberado", assim como sua remuneração. Com a consolidação da grande indústria, por volta de 1830, completaram-se as condições para a completa transformação capitalista do mercado de trabalho, abandonando-se os últimos resquícios de "paternalismo". Em 1833, a Lei de Fábrica (*Factory Act*) permitiu o emprego de crianças nas fábricas, conquanto tivessem pelo menos nove anos, fixando um horário semanal máximo para elas de 48 horas (que legalizou, de fato, a exploração das crianças). E, em 1834, o *Speenhamland System* foi abolido, materializando a vitória completa do capitalismo e do mecanismo de livre oferta e procura de mão de obra.

Isto aconteceu exatamente no momento em que as construções ferroviárias e as de navios de ferro permitiam absorver a mão de obra desempregada, dando impulso definitiva à grande indústria. Este é o período em que se consolidou um operariado "fixo" ou hereditário. No início do século XIX, a Inglaterra era o único país no qual o mineiro era membro da classe operária já na sua segunda ou terceira geração: a formação de um "operariado hereditário" não se encontrava estendida, na Inglaterra (país mais avançado industrialmente), antes de 1820.⁷⁹³

Os custos crescentes do *Speenhamland System* foram o motivo alegado por uma Comissão Real inglesa para proibir qualquer suplementação salarial aos pobres. A prática foi condenada como "o principal mal do atual sistema", cujos efeitos "maléficos" foram tão convincentemente expostos pelos comissários reais, que nenhuma doutrina econômica ganhou tanta vigência quanto a da que a assistência pública aos pobres era um presente de auxílio aos salários, impedindo a ação da lei da oferta e da procura. No lugar do antigo sistema, a *Poor Law Amendment Act* passou a vigorar, prevendo a reconstrução das *workhouses* - as "casas de trabalho" - para onde os desempregados eram levados e obrigados a trabalhar, às vezes até 14 horas diárias. A nova lei levou a uma rápida redução dos custos assistenciais.⁷⁹⁴

⁷⁹² Edward P. Thompson. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona, Crítica, 1984, p. 268.

⁷⁹³ Jürgen Kuczynski. *Evolución de la Clase Obrera*. Madri, Guadarrama, 1976.

⁷⁹⁴ Michael E. Rose. The allowance system under the new poor law. In: *Economic History Review*, vol. 19, nº 3, Londres, 1998.

A abolição do *Speenhamland System* significou a eliminação de um patamar mínimo de remuneração da força de trabalho, que não poderia ser inferior à ajuda social. A medida contribuiu, portanto, para a criação de um mercado de força de trabalho totalmente “livre”, e foi considerada como a vitória definitiva do capital industrial sobre a aristocracia fundiária, o que garantiu a vitória do capitalismo na Inglaterra.

As “casas de trabalho” eram odiadas pelos trabalhadores; a luta contra sua implantação levou a várias revoltas no Norte da Inglaterra, sendo uma das causas do surgimento do movimento cartista, e mereceram o seguinte comentário de Marx: “É notório que na Inglaterra, onde o domínio da burguesia é o mais extenso, até a beneficência pública assumiu as formas mais nobres e ternas: as *workhouses* britânicas - hospícios nos quais o excedente da população trabalhadora vegeta a custa da sociedade civil - unem do modo mais refinado a filantropia com a vingança que a burguesia exerce sobre os desgraçados que se veem na necessidade de recorrer a seu magnânimo bolso. Não só se nutre os pobres diabos com os alimentos mais miseráveis, escassos e insuficientes até para a reprodução física, mas também suas atividades ficam limitadas a uma aparência de trabalho, um trabalho improdutivo que obstrui a mente e encolhe o corpo”.

Na verdade, o papel que a lei dos pobres cumpria para os fazendeiros no Sul, as *workhouses* deveriam cumprir para a burguesia industrial no Norte da Inglaterra: criar um exército industrial de reserva que fosse sustentado pelo Estado nas épocas de crise e desemprego em alta e que estivesse apto ao trabalho quando a atividade econômica voltasse a um ciclo de expansão. Nas primeiras décadas da Revolução Industrial, o Norte e o Oeste da Inglaterra converteram-se em pontos de concentração demográfica; as condições de vida do operariado eram terríveis, expostos à sujeira e à umidade.

Além disso, o fim da guerra contra a França deixou o país em situação de crise econômica e financeira, que teve efeitos imediatos sobre a população. O aumento dos preços e das taxas fez com que a população começasse a reivindicar a diminuição dos impostos e a reforma no Parlamento: "Durante toda a primeira Revolução Industrial, a exploração da população operária foi feita de forma inteiramente selvagem. As condições de reprodução (da população operária) eram aleatórias. O fluxo constante de camponeses desenraizados vinha substituir uma mão de obra que definhava. Para que se possa formar um operariado hereditário, é necessário antes de tudo que as crianças possam sobreviver. Ora, no começo da Revolução Industrial, os filhos dos operários morriam em massa".⁷⁹⁵

A expropriação dos pequenos produtores rurais e urbanos criou a premissa do capitalismo, a transformação industrial da produção o realizou. A mecanização da produção criou o proletariado rural e urbano, composto de homens, mulheres e crianças, submetido a um trabalho diário exaustivo, no campo ou nas fábricas. Nas fases iniciais da Revolução Industrial, os capitalistas procuraram estender a jornada de trabalho tanto quanto possível, forçando até meninos de nove anos a trabalharem três turnos de doze horas nas terríveis condições das fundições de ferro. "O capital", escreveu Marx, "é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando o trabalho vivo, e que vive quanto mais trabalho vivo chupa". Existiam, todavia, limites objetivos para aumento da jornada de trabalho. Se aumentada demais, a jornada produzia "não apenas a atrofia da força de trabalho, a qual é roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atividade", como também "a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho".

Com a Revolução Industrial surgiram como figuras dominantes da vida econômica o capital industrial e o trabalho assalariado. O capital apresenta-se sob a forma de terras, dinheiro, lojas, máquinas ou crédito. O agricultor, o comerciante, o industrial e o banqueiro, donos do capital, controlam o processo de produção, contratam ou demitem os trabalhadores, conforme sua conveniência. Os trabalhadores, que não possuem nada além de sua força de

⁷⁹⁵

Daniel Bertaux. *Destinos Pessoais e Estruturas de Classe*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

trabalho, vendem-na em troca de um salário, pois não lhes resta outra saída para sobreviverem. Mas o capital não é uma “coisa”, embora se apresente sob essa aparência, que é só o chamado capital *fixo*: esse capital não teria valor nenhum se não fosse acionado pelo trabalho para criar mercadorias que, vendidas no mercado, realizam o lucro do capitalista, o que lhe permite, por sua vez, incrementar o capital, produzir mais mercadorias, aumentar os lucros, numa perpétua concorrência com os outros capitais. O capital dito “fixo” nada mais é do que trabalho vivo coagulado, mais-valia capitalizada.

O capital considerado só como “coisa” oculta, isto é, *reifica* através dessa aparência, sua real condição: a de ser uma relação social, em cujos polos dinâmicos estão o proprietário do capital e o trabalhador assalariado. Os artesãos urbanos (produtores independentes de mercadorias) não podiam concorrer no mercado com os capitalistas, cujos capitais rapidamente se acumulavam pela extração da mais-valia: os artesãos falidos contribuíram para aumentar ainda mais a massa de proletários disponíveis para a indústria capitalista nascente. A formação, manutenção e controle (através do aparato repressivo do Estado) de uma massa de indivíduos destituídos de tudo foi condição para a acumulação do capital.

A consolidação das grandes propriedades, com a expulsão de grande número de camponeses, deu origem às massas de “homens livres”, desprovidos de qualquer propriedade e desligados da autoridade de um senhor; prontos, portanto, para se tornarem mão de obra industrial. Nas fábricas, os empresários lhes impuseram duras condições de trabalho, com baixos salários, para aumentar a mais-valia. A disciplina fabril era rigorosa, e as condições de trabalho quase nunca ofereciam a menor segurança. Em algumas fábricas a jornada de trabalho ultrapassava 15 horas, os descansos e férias não eram sequer cogitados, mulheres e crianças não tinham tratamento diferenciado.⁷⁹⁶

À desqualificação do trabalho, consequência necessária do maquinismo (pela simplificação ao extremo as operações que cada operário deveria realizar: cada operário passou a dominar uma parte cada vez menor do processo produtivo) somava-se o alongamento da jornada de trabalho, consequência paradoxal (mas logicamente capitalista) de uma revolução produtiva que acarretava uma enorme economia de trabalho humano na produção: “Se bem que as máquinas sejam o meio mais poderoso de aumentar a produtividade do trabalho, isto é, de reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria, como também são agentes do capital nas indústrias das quais primeiro se apoderam, se convertem no meio mais poderoso de prolongar a jornada de trabalho além de qualquer limite natural (...) Na maquinaria adquirem autonomia, em relação ao operário, o movimento e a atividade operativa do meio de trabalho. Este se transforma em *perpetuum mobile* industrial, que prosseguiria produzindo ininterruptamente se não tropeçasse nas barreiras naturais de seus auxiliares humanos: debilidade física e vontade própria. O capital anima-se com a tendência para reduzir as barreiras naturais humanas até as mínimas resistências, renitentes porém elásticas”.

⁷⁹⁶ “Massas de operários, comprimidos na fábrica, são organizadas como soldados. São colocadas, como soldados rasos da indústria, sob a vigilância de uma hierarquia completa de oficiais subalternos e oficiais. Não são apenas servos da classe burguesa, do Estado burguês; dia a dia, hora a hora, são feitos servos da máquina, do vigilante, e, sobretudo, dos próprios burgueses fabricantes singulares. Este despotismo é tanto mais mesquinho, mais odioso, mais exasperante, quanto mais abertamente proclama ser o lucro o seu objetivo. Quanto menos habilidade e exteriorização de força o trabalho manual exige, quanto mais a indústria moderna se desenvolve, tanto mais o trabalho dos homens é desalojado pelo das mulheres. Diferenças de sexo e de idade já não têm qualquer validade social para a classe operária. Há apenas instrumentos de trabalho que, segundo a idade e o sexo, têm custos diversos. Se a exploração do operário pelo fabricante termina na medida em que recebe o seu salário, logo lhe caem em cima as outras partes da burguesia: o senhorio, o merceiro, o penhorista, etc. As classes médias, os pequenos industriais, comerciantes e rentiers, os artesãos e camponeses, todas estas classes caem no proletariado, em parte porque seu pequeno capital não é suficiente para o empreendimento da grande indústria e sucumbe à concorrência dos capitalistas maiores, em parte porque a sua habilidade é desvalorizada por novos modos de produção. Assim, o proletariado recruta-se em todas as classes da população” (*Manifesto Comunista*, ed. cit.).

Essa “animação” burguesa sem limites humanitários de qualquer espécie chegou a por em perigo a própria reprodução social e até a segurança externa dos Estados. Na Bélgica de inícios do século XIX, foram deputados monarquistas e conservadores os que advertiram, alarmados, que o trabalho fabril estava produzindo uma geração de aleijados, incapazes de pegar e manejar armas em defesa da nação, originando assim as primeiras “leis sociais” no mais (proporcionalmente) industrializado dos países da Europa.⁷⁹⁷ “As primeiras limitações legais da jornada máxima de trabalho foram arrancadas mais pelo simples instinto de conservação da sociedade capitalista do que pela pressão dos operários”.⁷⁹⁸

Assim também aconteceu na Inglaterra, onde os “conservadores sociais” (como Disraeli), representantes da antiga aristocracia, eram mais favoráveis à legislação social do que os *whigs* (liberais), representantes da nova burguesia de negócios, e partidários da “liberdade econômica” até além da capacidade de resistência corporal dos explorados fabris. A cegueira liberal não era (só) ideológica; ela possuía bases muito sólidas na nova lógica econômica capitalista industrial: “Uma máquina que presta serviços durante dezesseis horas diárias, durante sete anos e meio, abarcará um período de produção igual, e não agregará mais valor ao produto total, do que a mesma máquina funcionando só oito horas por dia num espaço de quinze anos. Mas, no primeiro caso, o valor da máquina haverá se reproduzido (teria se transferido ao valor das mercadorias) com o dobro de rapidez do que no segundo caso, e o capitalista, através dela, teria engolido tanta mais-valia durante sete anos e meio como no outro caso em quinze”.

As máquinas, além de seu desgaste material, sofrem um desgaste “moral” (ficam obsoletas, em virtude da concorrência dos capitais entre si), com o constante aparecimento de novos meios de produção, mais baratos e aperfeiçoados. O capitalista tem interesse em “amortizá-la” o mais rapidamente que seja possível, para evitar sua desvalorização antecipada, existindo só um método para isso: fazê-la trabalhar sem parar, ou quase isso.

Contratar dois operários, em vez de um, trabalhando oito horas diárias não resolveria o problema? Matematicamente sim, economicamente (do ponto de vista capitalista), não. Pois isso implicaria em pagar dois salários em vez de um, sendo os salários determinados igualmente pelo valor dos meios de subsistência e reprodução do trabalhador, independentemente da duração de sua jornada de trabalho. Forças (políticas) externas à simples lógica econômica, primeiro conservadoras, depois operárias, deviam se interpor, e assim o fizeram, para limitar essa lógica de extermínio físico e mental.

Engels abriu *A Situação da Classe Operária na Inglaterra* com a seguinte observação: “A história das classes proletárias inglesas começa na segunda metade do século passado [o século XVIII] com a descoberta da máquina de vapor e de máquinas para a manufatura dos tecidos de algodão. Estas descobertas deram impulso à Revolução Industrial, que transformou, simultaneamente, toda a sociedade burguesa... Inglaterra constitui o cenário clássico dessa revolução, tão mais irresistível na sua progressão quanto silenciosa em seu processo, sendo, por conseguinte, o típico país onde cristaliza o resultado principal desse fenômeno, o proletariado. Só na Inglaterra cabe estudar o proletariado em todas suas relações e sob todos seus aspectos”.⁷⁹⁹ E, de fato, só a origem do proletariado inglês foi objeto, até data recente, de estudos exaustivos.⁸⁰⁰

O moderno *proletariado* derivou da vitória do trabalho mecânico sobre o manual: “A Revolução Industrial assinala a mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos. Durante um breve período ela coincidiu com a história de um único país, a Grã-

⁷⁹⁷ Cf. Daniel Bertaux. *Op. Cit.*

⁷⁹⁸ Rosa Luxemburgo. *Introducción a la Economía Política*. Córdoba, Pasado y Presente, 1972.

⁷⁹⁹ Friedrich Engels. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Boitempo, 2008.

⁸⁰⁰ Como notou Jürgen Kuczynski, *Op. Cit.*

Bretanha”.⁸⁰¹ O trabalhador “livre” foi sua consequência econômica e social. Essa “liberdade” era puramente jurídico-política, pois, social e economicamente, tratava-se de um novo tipo de escravidão (a “escravidão assalariada”, nas palavras de Marx): “É altamente verossímil que jamais, no correr de sua história, as classes laboriosas europeias estivessem tão mergulhadas na miséria como durante a primeira fase da Revolução Industrial”.⁸⁰² O surgimento do proletariado foi paralelo ao desenvolvimento urbano. Londres foi a primeira cidade ocidental da era moderna em superar o milhão de habitantes. O progresso industrial inglês, no século XIX, deslocou-se para o Norte do país; centros industriais como Manchester abrigavam massas de trabalhadores em condições miseráveis. Os artesãos, antigamente acostumados a controlar o ritmo de seu trabalho, agora tinham de submeter-se à disciplina da fábrica.

“Na mesma medida em que a burguesia, isto é, o capital se desenvolve, nessa mesma medida desenvolve-se o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto encontram trabalho e só encontram trabalho enquanto o seu trabalho aumenta o capital. Estes operários, que têm de se vender à peça, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio, e estão, por isso, igualmente expostos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as oscilações do mercado. O emprego crescente das máquinas e a divisão do trabalho, fazendo perder ao trabalho do proletário todo o caráter de autonomia, fizeram, conseqüentemente, que ele perdesse todo o atrativo para o operário. Este se converte num simples apêndice da máquina e só se lhe exige as operações mais simples, mais monótonas e de mais fácil aprendizagem. Portanto, o que custa o operário reduz-se pouco mais ou menos ao custo dos meios de subsistência indispensáveis para viver e perpetuar a sua descendência. Mas o preço do trabalho, como o de toda a mercadoria, é igual ao seu custo de produção. Por conseguinte quanto mais fastidioso é o trabalho, mais baixos são os salários. Mais ainda, quanto mais se desenvolvem a maquinaria e a divisão do trabalho, mais aumenta a quantidade de trabalho, quer mediante o prolongamento da jornada de trabalho, quer pelo aumento do trabalho exigido num tempo determinado, pela aceleração das cadências das máquinas, etc. A indústria moderna transformou a pequena oficina do mestre patriarcal na grande fábrica do capitalista industrial” (Manifesto Comunista).

Na fábrica, os homens adultos passaram a sofrer a concorrência inédita (sequer concebível na fase histórica prévia) de mulheres e crianças. Na indústria têxtil do algodão, as mulheres formavam mais de metade da massa trabalhadora. Crianças começavam a trabalhar a partir dos seis anos de idade. A simplificação das tarefas fabris permitiu a incorporação de jovens sem profissão e crianças na fábrica, com a vantagem, para o capitalista, de receberem um salário menor: “A devastação intelectual, produzida artificialmente ao transformar as pessoas que ainda não alcançaram a maturidade em simples máquinas de fabricar mais-valia, obrigou finalmente o próprio Parlamento inglês a converter o ensino elementar em condição legal para o uso ‘produtivo’ de crianças menores de catorze anos em todas as indústrias submetidas à lei fabril”. Essa medida “filantrópica” ou “humanitária” visou impedir uma reação “selvagem” contra as novas condições de exploração, mas acabou tendo o efeito de um bumerangue, ao permitir aos operários o acesso à leitura e à escritura, que seria largamente usado para a preparação de uma revolta organizada.

Nas fábricas da época da Revolução Industrial, não havia garantia contra acidente, nem indenização ou pagamento de dias parados. Havia, sim, imposição de multas por trabalhos mal executados, por matérias primas desperdiçadas, ou por instrumentos de trabalho prejudicados ou arruinados. A mecanização crescente desqualificava o trabalho, o que tendia a reduzir o salário. Havia também frequentes paradas da produção, provocando desemprego e diminuindo o salário, pois as horas ou dias não trabalhados não eram remunerados. Nas novas condições, caíam os rendimentos das famílias, contribuindo para reduzir a média de vida dos

⁸⁰¹ Eric J. Hobsbawm. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983.

⁸⁰² Daniel Bertaux. *Op. Cit.*, p.155.

operários (enquanto a media de vida das classes mais abastadas ou da “classe média” crescia vertiginosamente, graças aos avanços científicos e médicos).

Alguns trabalhadores se entregavam ao alcoolismo. Outros se rebelavam contra as máquinas e as fábricas, destruídas em Lancaster (1769) e em Lancashire (1779), anunciando o futuro movimento dos “destruidores de máquinas” (*luddites*). Proprietários e governo organizaram uma defesa militar para proteger as empresas. As fábricas pareciam prisões e o serviço era árduo, daí a dificuldade inicial em se encontrar trabalhadores em número suficiente. Foi em substituição deles que os industriais passaram a empregar maciçamente mulheres e crianças, com a conseqüente desvalorização geral da força de trabalho.

Foi dentro das fábricas (do chamado *factory system*) que surgiu a classe operária. Ela foi o produto necessário do processo econômico: a produção ocorria agora em amplas unidades organizadas em torno de máquinas, e envolvendo uma divisão de trabalho altamente complexa: “A verdadeira alavanca do processo de trabalho global é cada vez mais, não o trabalhador individual, mas a força de trabalho socialmente combinada”, criando o “trabalhador coletivo”, do qual os indivíduos são membros agrupados pelo esforço conjunto de produzir mercadorias. O propósito das constantes transformações do processo de trabalho no capitalismo é de aumentar a taxa de exploração através da produção de mais-valia relativa: “Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela [a maquinaria] se destina a baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo. A fim de alargar a outra parte da sua jornada de trabalho ela dá de graça para o capitalista. Ela [a maquinaria] é meio de produção de mais-valia”.⁸⁰³

A formação da classe operária se operou com grande rapidez, medido em escala histórica, e derrubou todas as barreiras de sexo e idade. Na Inglaterra, em 1835, havia 24.164 crianças trabalhando em fábricas. Ganhando quantias irrisórias, as crianças operárias sofriam frequentemente deformações e degenerações irreversíveis, devidas aos movimentos mecânicos aos quais eram submetidas durante seu período de crescimento. As crianças, por sua maior flexibilidade muscular e menor porte físico, eram usadas para puxar as vagonetes nos túneis das minas ou para consertar fios quebrados atrás das máquinas. As crianças submetiam-se ao trabalho com maior facilidade e eram buscadas entre aquelas amparadas pelas paróquias. Estas faziam contratos com o fabricante, que se comprometia a alimentar e educar os meninos e meninas cedidos para o trabalho.

Os “aprendizes” de paróquias ficavam confinados nas fábricas, isolados da sociedade e ao arbítrio dos patrões, um arbítrio que se estendia à toda sua existência. Nos relatos sobre o emprego de crianças nos primeiros anos da Revolução Industrial, não foram raras as denúncias sobre torturas e maus tratos dispensados a elas. Em *The Logic of Political Economy* (1844) Thomas de Quincey relatava: “Três crianças de treze anos de idade, com salários de seis a oito *shillings* por semana, substituíram na fábrica um homem maduro com um salário semanal de 45 *shillings*”. Na década seguinte, o romancista Charles Dickens (em *Oliver Twist* ou em *Tempos Difíceis*) relatou casos semelhantes ou ainda piores. A análise da situação da classe operária feita pelo militante cartista James Leach (*Stubborn facts from the Factories by a Manchester Operative*, de 1844) inspirou *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, de Friedrich Engels, que também habitava Manchester à época, trabalho publicado em 1845.

Os novos operários, notavam esses observadores, eram, basicamente, antigos camponeses - pequenos proprietários agrários ou servos - expropriados ou expulsos de suas terras, e artesãos expropriados dos seus instrumentos de produção (ferramentas). Na França, no centro têxtil de Lyon, havia, em 1828, 9.032 crianças sem lar, para uma população total de 140 mil habitantes. As mulheres dos operários cobriam seus rostos para sair a mendigar, depois de terem solicitado às autoridades (o Estado) que intervissem em seu favor contra os patrões. La *Chanson des Canuts* (os tecelões), composta depois da insurreição operária na cidade, em

⁸⁰³ Karl Marx, *O Capital*, vol. 2, capítulo 5.

1831, testemunhou a miséria operária francesa e a revolta social dos trabalhadores, e se incorporou ao cancionero popular do país, com seu refrão desafiador: *Nous sommes les canuts, nous n'irons plus nus!*

No Parlamento inglês, o deputado conservador “esclarecido” (e futuro primeiro ministro) Benjamin Disraeli descreveu assim a situação social do país em meados do século XIX, em seu ensaio *Two Nations*: “Duas nações existem (em Inglaterra) que não têm relações recíprocas nem experimentam simpatia mútua. Cada uma ignora o pensamento e os sentimentos da outra, como se habitassem em regiões ou em planetas diferentes : os ricos e os pobres”. Disraeli era representante do chamado “conservadorismo compassivo” (e também do imperialismo inglês), e descrevia uma situação que aparecia como historicamente nova, pela sua extensão inédita.

As fábricas impunham uma disciplina de trabalho mais rígida do que a antigamente existente nas oficinas manufatureiras. O operário foi obrigado a ser assíduo no trabalho e ajustado às novas necessidades da produção fabril, com ponto diário de entrada e de saída e descontos nos salários em caso de faltas ou desatenção. As extensas jornadas de trabalho se estendiam por 12 a 16 horas diárias, sem feriados ou férias, não se respeitando, às vezes, nem mesmo os domingos. Acidentes ocorriam com frequência, devido aos curtos períodos de descanso. As famílias operárias se desarticulavam, nos bairros e regiões operárias grassava o alcoolismo: em 1844, em Glasgow, se contavam trinta mil operários embriagados aos domingos; em Manchester existia um milhar de tavernas e *jerry shops*.

O trabalho do operário era muito diferente do trabalho do camponês, ainda presente na memória operária, pois era consistente em tarefas monótonas e repetitivas. A repetição mecânica e indefinida de um mesmo gesto ao longo de toda a jornada de trabalho provocava a degradação física e o embrutecimento intelectual sistemático do trabalhador, transformado em apêndice da máquina: “Pela subordinação dos homens às máquinas, os homens se apagam diante do trabalho; o pêndulo do relógio se tornou a medida exata da atividade dos operários, como também o é da velocidade das locomotivas. Já não se diz que uma hora [de trabalho] de um homem vale por uma hora de outro homem por hora. O tempo é tudo, *o homem já não é nada*; é, quando muito, apenas a carcaça do tempo”.⁸⁰⁴ A nova classe social configurava a própria negação da humanidade.



Satanic Mills: crianças na fábrica

⁸⁰⁴

Karl Marx. *Poverty of Philosophy*. Moscou, Progress Publishers, 1966.

A intervenção do poder legislativo na Grã-Bretanha, no domínio da proteção social dos trabalhadores (incluindo a segurança, a higiene e a saúde no trabalho), remonta a inícios do século XIX, e foi devida, como vimos, menos à luta organizada do movimento operário (que ainda se manifestava em forma isolada, esporádica ou incipiente) do que à influência de reformadores sociais, empregadores filantrópicos, médicos humanistas, escritores e políticos com sensibilidade social, quando não a políticos nacionalistas ou conservadores preocupados com a redução à invalidez de gerações inteiras, impossibilitando-as de servir no exército. A intervenção do legislador social em pleno triunfo do Estado liberal também não foi estranha à pressão dos segmentos da opinião pública mais “esclarecidos”, chocados com a revelação de uma nova classe de escravos e, sobretudo com a condição das mulheres e crianças nas *mills* (estabelecimentos fabris da indústria têxtil algodoeira com as primeiras máquinas movidas a energia hidráulica) do Nordeste de Inglaterra, e nas minas de carvão do País de Gales.

O consumo maciço de drogas (ópio e láudano) entre os operários nasceu nesse período. Mas não só entre os operários adultos. As mulheres operárias eram obrigadas a deixarem seus bebês sozinhos ou com vizinhos para poderem trabalhar. Para torná-los inertes ou “controláveis” dopavam-nos com xaropes feitos a base de opiláceos. *Godfrey’s Cordial* era o gentil nome do mais conhecido dentre eles. Foi o início de um infanticídio. Os médicos descobriram mais tarde a relação entre a elevada taxa infantil de mortes nos bairros operários e o uso do xarope.

Uma enquête sanitária oficial inglesa de 1861 constatou um alto grau de mortandade infantil provocado por “envenenamento intencional (de crianças) com opiláceos”: “A enquête demonstrou que as crianças morrem pela negligência devida às ocupações de suas mães, que desenvolvem uma atitude desnaturada para com os próprios filhos, não se preocupando muito com sua morte, e às vezes até tomando medidas diretas para provocá-la”. As mães eram as culpadas? O consumo (inclusive infantil) de drogas também era um negócio capitalista. Em 1864, o *Sixth Report on Public Health* declarava que: “O grande objetivo de alguns empreendedores comerciantes farmacêuticos atacadistas é o de promover a venda de opiláceos. Os farmacêuticos os consideram o artigo de mais fácil saída comercial”.

A primeira medida da era industrial inglesa relativa à proteção dos trabalhadores, de 1802, não teve efeitos práticos, por falta de instrumentos políticos para a sua aplicação efetiva. Não estabelecia restrições quanto à idade mínima de admissão para o trabalho fabril, embora limitasse a um máximo de doze as horas de trabalho diário, proibisse trabalho noturno e ordenasse a limpeza das paredes dos estabelecimentos fabris duas vezes por ano, bem como a ventilação dos dormitórios. Na lei de 1802 estava já contida a figura do inspetor do trabalho. Prevvia-se já a criação de um sistema local de inspeção voluntária das fábricas e oficinas, composto por clérigos e magistrados (*visitors*). Esse sistema nunca chegou a funcionar. Mas tratou-se, em qualquer caso, da primeira tentativa de intervenção do Estado no domínio da proteção dos trabalhadores, pondo em causa o mito do “livre” contrato de trabalho.

Procurava-se, pela primeira vez, definir por via da lei o que era um “dia normal de trabalho”, pois a jornada de trabalho começou a se estender para além dos limites do dia natural das 12 horas. Tratava-se de um retrocesso em relação ao tempo de trabalho dos antigos artesões e à regulamentação das corporações de ofícios. A lei de 1802, de resto, não incomodou os parlamentares ingleses, muitos deles poderosos empregadores, proprietários de terras (*landlords*), minas ou *mills*, que logo a contornaram: uma vez que nos artigos referidos aos menores de idade ela se referia apenas aos *aprendizes*, ficavam fora do seu âmbito os chamados *free children*. Os horários de entrada e de saída das fábricas eram marcados geralmente pelo toque dos sinos, que na cidade de Manchester começavam a tocar às quatro e meia da manhã.

No interior da fábrica, o operário tinha uma função específica e sempre repetitiva, adestrada ao ritmo da máquina e sob a supervisão do contramestre, que o ameaçava com multas e demissão do emprego pelo menor erro cometido. A fome, a miséria e a fiscalização constante

impunham disciplina no trabalho, mas outra coerção foi muito utilizada: a moral e religiosa. O metodismo, religião organizada por John Wesley (1703-1791), teólogo anglicano, teve um papel destacado ao afirmar que as consequências da indisciplina fabril poderiam ser, não apenas a demissão, mas algo muito pior, as "chamas do inferno". A salvação do homem estaria ligada aos serviços que ele prestasse a Deus, como bom cristão e, principalmente, pelo trabalho diligente.

A classe operária cresceu a um ritmo bem mais rápido do que o crescimento, já acelerado, da população em geral. O restante da Europa foi progressivamente atingido pela transformação econômica inglesa. Em Barmen (cidade natal de Friedrich Engels), no Wuppertal alemão, a população operária passou de 16 mil em 1810 para mais de 40 mil em 1840. Em Barmen e Eberfeld juntas, a classe operária somava, em 1840, 1100 tingidores, 2.000 fiadores, 12.500 tecelões variados e 16 mil tecelões de fitas, cadarços e galões. Em 1830 já havia 200 fábricas em todo o vale do Wupper: "O rio é repugnante, um esgoto a céu aberto que disfarça os vários corantes jogados nele pelos estabelecimentos de tintura com um tom indefinido de sujeira que faz o visitante estremecer ao olhar para ele", disse uma testemunha. Mas o centro do desenvolvimento fabril-industrial continuava sendo a Inglaterra, centrado na indústria têxtil.

Número de fábricas e operários têxteis na Inglaterra

Ano	Fábricas de tecidos	Teares mecânicos	Operários
1835	3156	116 776	354 684
1850	4330	298 916	595 082
1861	6338	490 866	775 534
1870	6807	610 004	907 230

A *população trabalhadora excedente* é necessária à acumulação capitalista, como força de trabalho desempregada disponível para ser explorada de acordo com as necessidades variáveis da expansão do capital. Essas massas humanas se deslocam gradativamente a outros ramos de produção, principalmente àqueles que ainda não incorporaram os avanços tecnológicos da indústria moderna: "Todo o movimento da indústria moderna nasce da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente empregados".

Com a introdução da máquina e da produção mecanizada, outros métodos de produção utilizaram formas extremas de exploração a fim de continuarem competitivos. A produção da sobre população relativa cresceu a um ritmo superior ao da transformação técnica. Os salários variam conforme a expansão ou contração da sobre população relativa que, por sua vez, se alterava de acordo com o período do ciclo industrial. O aumento do salário é determinado pelo favorecimento, num dado momento, de um ramo de produção, como elevação dos lucros, aumentando a procura por trabalho naquele setor, e também, temporariamente, os salários. O aumento do salário atrai os trabalhadores até esse ramo ficar saturado.

A consequência é a migração desses trabalhadores para outros ramos de atividade. A própria produção mecanizada cria assim um *exército industrial de reserva* e, com ele, a lei de acumulação capitalista: "O mecanismo de produção capitalista e de acumulação adapta continuamente esse número [de trabalhadores] e essas necessidades [de expansão do capital]. O começo desse ajustamento é a criação de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva, e seu fim a miséria de camadas cada vez maiores do exército ativo e o peso morto do pauperismo"⁸⁰⁵.

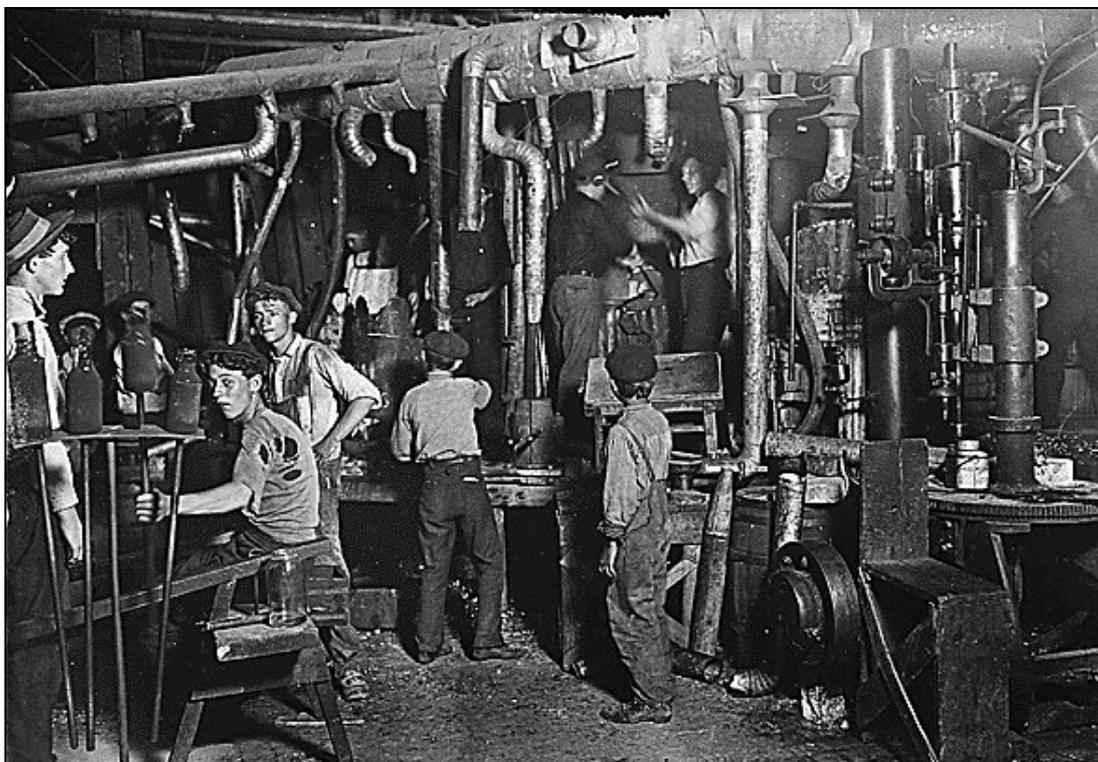
A força de trabalho, como qualquer mercadoria, tem um valor - o tempo de trabalho envolvido em sua produção, e um preço - a quantidade de dinheiro pago por ela. O preço da força de trabalho é o salário, e como todos os preços de mercado os salários flutuam em resposta aos aumentos e quedas na oferta e na demanda de força de trabalho. A existência do exército industrial de reserva fez com que se mantivesse a oferta da força de trabalho o suficiente para

⁸⁰⁵ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Volume 1.

impedir que o preço da força de trabalho aumentasse acima do seu valor: "Os movimentos gerais dos salários são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva".⁸⁰⁶

O exército industrial de reserva derrubou os mitos liberais da liberdade de trabalho (e, depois, do pleno emprego). Sua função no capitalismo é orgânica e vital; é consequência da tendência para o aumento da *composição orgânica do capital*, a relação ou proporção entre a parte constante (valor das matérias primas, máquinas, equipamentos e instalações) e a parte variável (força de trabalho, cuja remuneração é o salário) do capital. Na busca de inovações tecnológicas que lhes propiciem uma vantagem temporária sobre seus concorrentes, os capitalistas substituem mão de obra (capital variável) por máquinas (capital constante), levando a um aumento do desemprego. Com o aumento da parte constante do capital à custa de sua parte variável, devido à transformação técnica da produção, cresce o capital, mas o valor usado em força de trabalho continua sendo o mesmo, enquanto aos meios de produção se aplica um valor proporcional a esse crescimento. Ou seja, com o aumento do capital total, a força de trabalho nele incorporado cresce numa proporção cada vez menor.

Assim, a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz também os meios que a tornam uma população supérflua: "O operário moderno, longe de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais, caindo abaixo das condições da sua própria classe. O trabalhador torna-se um indigente e o pauperismo cresce mais rapidamente do que a população e a riqueza. Fica assim evidente que a burguesia é incapaz de continuar desempenhando o papel de classe dominante e de impor à sociedade, como lei suprema, as condições de existência de sua classe, não pode exercer o seu domínio porque não pode mais assegurar a existência de seu escravo, mesmo no quadro de sua escravidão... A condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este baseia-se exclusivamente na concorrência dos operários entre si".⁸⁰⁷



Fábrica e Inferno: *lasciate ogni speranza, voi ch'entrate*

806

Idem.

807

Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto Comunista*, ed. cit.

No exército industrial de reserva, além de sua forma aguda, verificada nas crises, e sua forma crônica, verificada nos períodos de paralisação ou estacionários, existem também suas formas flutuante, latente, estagnada, e também o pauperismo. Encontram-se na forma flutuante aqueles trabalhadores da indústria moderna que são excluídos em certos momentos, empregados em proporção cada vez menor. Na forma latente, durante a Revolução Industrial, estavam os trabalhadores rurais expulsos do campo com a penetração nele do modo de produção capitalista.

Na forma estagnada estavam os trabalhadores ativos de maneira irregular ou “informal”, com sua condição de vida abaixo do nível médio normal. Havia outra forma de sobre população relativa: o pauperismo, composto parcialmente de indivíduos aptos para o trabalho, e também pelos incapacitados, o “peso morto do exército industrial de reserva”. O pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, logo transferida para a classe trabalhadora e a classe média inferior, através dos impostos destinados para “gastos sociais”. A formação de um exército industrial de reserva é uma lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. Os métodos de produção da mais valia são, portanto, também os métodos de sua acumulação, e todo aumento da acumulação torna-se meio de desenvolvê-los.

Segundo levantamentos oficiais da primeira metade do século XIX, metade dos filhos dos operários têxteis ingleses morria antes dos dois anos. Ainda em 1866, a mortalidade infantil atingia 35% dos filhos dos tecelões de seda de Lyon (os *canuts*), na França. A vantagem dos sobreviventes era relativa, pois, a condição dos primeiros proletários se reproduzia nos seus filhos e nos filhos dos seus filhos. Em todos os lugares, se formava nessa época um *proletariado hereditário*. Essa era a “sociedade livre” baseada na “igualdade de oportunidades” cara aos liberais (e depois, também, a alguns supostos “filósofos”).

Nada havia melhorado com relação ao começo do século XIX, quando mais de 3/4 das crianças abandonadas à Assistência Pública na França morriam em um ano. Em 1850, não era certo que 10% delas atingissem o vigésimo ano de vida. Isto sem falar na degradação física: em 1837, na França, dentre os 10 mil jovens requisitados para o serviço militar dos dez principais departamentos manufatureiros, 8.980 eram inválidos ou deformados. Na mesma época, no entanto, um industrial de Lille escrevia: “A sorte dos operários não é má. Seu trabalho não é excessivo, já que não ultrapassa treze horas. Quem deve se lamentar é o manufatureiro, pois seus lucros são pequenos”.

O paternalismo patronal-estatal-eclésiástico não foi limite para a queda demográfica da classe operária. O limite foi posto por outros fatores (com a luta de classes em seu centro). Com o *Factory Act* se começou, timidamente e com a oposição dos empregadores, a alargar a regulamentação do trabalho infantil: na sequência das propostas de Robert Peel, a idade mínima de admissão passava legalmente a ser de nove anos, a jornada de trabalho não podia exceder as nove horas para as crianças e adolescentes entre os 9 e os 16 anos, com meia hora de intervalo para uma refeição. De qualquer modo, a lei só era aplicável ao sector algodoeiro (os *cotton mills*).

Antes do *Factory Act*, entre 1802 e 1833, o Parlamento inglês promulgou cinco leis sobre o trabalho fabril, que não passaram de letra morta. De modo geral, a Revolução Industrial acarretou uma queda, a maior parte das vezes abrupta, dos padrões de consumo do setor mais pobre da população; os padrões de vida crescentes ao longo do século XVIII deixaram de melhorar, e declinaram acentuadamente nas cidades. Segundo Sidney Webb: “Se os cartistas em 1837 tivessem pedido uma comparação do seu tempo com 1787, e tivessem obtido um relato justo da verdadeira vida social do trabalhador nos dois períodos, é quase certo que teriam registrado um declínio positivo do padrão de vida de grandes classes da população”.⁸⁰⁸

⁸⁰⁸ In: Eric J. Hobsbawm. O padrão de vida inglês de 1790 a 1850. In: *Trabalhadores*. Estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 72.

A Revolução Industrial provocou um forte declínio das condições de existência da grande maioria população trabalhadora. No campo também, quando foi atingido pela penetração das relações capitalistas, isto é, no proletariado rural e na população camponesa remanescente, as condições de vida da população pobre também pioraram e se degradaram : “A redução da concentração populacional do campo e o abandono intelectual ao qual essa população se encontra entregue associa-se, não raro, à degeneração física dessa população rural. Ela não atinge apenas os distritos fabris. A subnutrição, as habitações que constituem uma afronta aos princípios mais rudimentares de higiene, o excesso de trabalho, a sujeira e a ignorância, bem como as atividades secundárias insalubres (desenvolvidas na indústria caseira) levam frequentemente a população rural à perda total de sua saúde”,⁸⁰⁹ constatava-se ainda em 1898, tomando como referência os países europeus de maior desenvolvimento econômico e industrial.

Assim, “as carências deliberadas do Estado burguês em matéria de política social foram devidas ao fato que a classe operária permaneceu durante longo tempo à mercê da exploração capitalista, sem meios de defesa. Foi necessário esperar até o último quarto do século XIX para que se organizem as grandes confederações sindicais, os principais partidos socialistas e para que o marxismo se imponha no interior do movimento operário... Até o final do século XIX, a burguesia conseguiu gerir as relações sociais em função de seus interesses exclusivos”.⁸¹⁰



Les Fondeurs (1887), na Bélgica, de Jean-André Rixens

A classe operária moderna surgiu no meio de um mar de miséria, de opressão cotidiana, e de múltipla degradação física e social. A nova quase social era mesmo a “negação da humanidade”. A nova protesta social dos explorados pelo capital, e o *movimento operário* que dela emergiu, teve nessa deterioração geral das condições sociais de vida sua base histórica.

⁸⁰⁹ Karl Kautsky. *A Questão Agrária*. São Paulo, Nova Cultural, 1986, p. 197.

⁸¹⁰ Pierre Broué e Hubert Desvages. *La Rivoluzione*. Dalle rivoluzioni contadine alle rivoluzioni proletarie. Milão, Arnoldo Mondadori, 1979, p. 133.

24. DA CLASSE AO MOVIMENTO OPERÁRIO

Tout uniment / franchement / brusquement / c'est la manière / du prolétaire / en toute affaire / en tout lieu, en tout instant / le prolétaire / marche tambour battant (Le Prolétaire, 1835)

Perante o mundo inteiro, acuso a burguesia inglesa de assassinato, roubo e outros crimes em escala maciça (Friedrich Engels, A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, 1844)

Uma revolução se faz necessária não só porque não é possível derrubar a classe dominante de nenhuma outra maneira, mas também porque a classe que vai derrubá-la só pode ter êxito por meio da revolução, tanto para se livrar de todo o estrume tradicional quanto para se tornar capaz de reestruturar a sociedade (Karl Marx e Friedrich Engels, A Ideologia Alemã, 1845)

Com o desenvolvimento da grande indústria é retirada debaixo dos pés da burguesia a própria base sobre que ela produz e se apropria dos produtos. Ela produz, antes do mais, o seu próprio coveiro. O seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis (Karl Marx e Friedrich Engels, Manifesto Comunista, 1848)

No *Journal des Débats* francês de dezembro de 1831, imediatamente posterior à primeira insurreição operária lionesa, podia-se ler: “A sedição de Lyon revelou um grave segredo, o da *luta intestina que tem lugar na sociedade entre a classe que possui e a que não possui*. Nossa sociedade comercial e industrial tem sua praga como todas as outras sociedades. Essa praga são os operários. Mas, não existem fábricas sem operários! E com uma população de operários sempre crescente, sempre necessitada, não há repouso para a sociedade. Cada fabricante vive em sua fábrica como os plantadores das colônias no meio dos escravos, na condição de um contra cem”. A aproximação entre a moderna escravidão assalariada e a escravidão colonial não era inapropriada, ela foi também realizada por Marx em *O Capital*, três décadas depois.

A burguesia, com certo instinto, descobria a *luta de classes* própria e específica do regime capitalista: isso explicaria sua conduta política posterior às primeiras insurreições operárias (especialmente durante as revoluções de 1848). E a comparação das duas formas de escravidão (a metropolitana e a colonial) talvez fosse até em desvantagem para os escravos supostamente “livres” da metrópole. Um historiador (do século XX!) que estudou a classe operária parisiense na primeira metade do século XIX, composta por umas 63.500 pessoas, não vacilou em qualificá-la de “naturalmente criminosa”: “À margem da lei, posto que nascem, unem-se procriam e às vezes mesmo morrem sem serem reconhecidos e registrados por ela. Fora da lei, dever-se-ia dizer, e muito menos por essa criminalidade acidental que tem pelo menos a vantagem de submeter alguns dentre eles ao jugo da justiça, que por essa maneira de ser que, por definição, *e de alguma maneira biologicamente, é criminosa*” (sic).⁸¹¹

Marx e Engels valorizaram o testemunho e o ponto de vista dos trabalhadores acerca do capitalismo. Embora tais depoimentos estivessem filtrados nos relatórios de fiscais sanitários, médicos e inspetores de fábrica, tal iniciativa fomentou uma nova abordagem da história, que incluía homens e mulheres analfabetos e sem voz como sujeitos históricos. Foi Engels quem escreveu um dos primeiros livros dedicados a evidenciar e discutir a situação da classe trabalhadora, pesquisando e analisando as condições sanitárias de trabalho e de vida registradas nos relatórios de agentes públicos. Em *O Capital*, Marx examinou a constituição da divisão capitalista do trabalho como uma relação social vivida por camponeses e artesãos em contextos de violenta desestruturação de seus modos de vida e de trabalho. Anos antes, esteve entre os poucos que interpretaram os “roubos” de lenha nos bosques europeus como uma prática historicamente legítima dos camponeses que resistiam contra a expropriação de seus antigos direitos sobre a terra.

O movimento operário, o movimento de uma *classe para si* consciente, só foi possível com a prévia diferenciação social criada pelo domínio do capital na produção: “A ilusão produzida

⁸¹¹ Louis Chevalier. *Classes Laborieuses et Classes Dangereuses à Paris pendant la Première Moitié du XIXe siècle*. Paris. Editions Perrin, 2002, p. 380.

pela circulação de mercadorias desaparece quando se substitui ao capitalista individual, e a seus operários, a classe capitalista e a classe operária”.⁸¹² A expressão objetiva da exploração do trabalho assalariado e a expressão subjetiva da revolta contra a mesma formaram uma unidade histórica. Em 1849, no romance *Shirley*, a escritora inglesa (e perfeitamente burguesa) Charlotte Brontë resumiu o sentimento dos operários têxteis da Inglaterra diante da miséria e do desemprego industriais: “A miséria gera ódio”. A subjetividade operária nasceu desse *ódio*, que gerou também o sentimento de *fraternidade* e de unidade de classe. A classe operária nunca foi apenas objeto e meio do capitalismo e da Revolução Industrial. Ela foi, também, desde o início, sujeito da grande transformação social, reconhecendo-se paulatinamente como classe diferenciada da sociedade, com interesses específicos e contrários aos da classe dominante, reconhecendo-se como *proletária*.⁸¹³

Contrariamente ao que acontecia com o artesanato especializado, na época das manufaturas, os operários formavam um *proletariado* capaz de desencadear uma ação revolucionária, e interessado em fazê-lo para sacudir e mudar a ordem social existente. Economicamente, o poder do proletariado sobre a indústria moderna é bastante inferior àquele desfrutado por seu predecessor, o trabalhador manual no período manufatureiro. Mas, em termos políticos, seu poder potencial é infinitamente maior. As velhas divisões geográficas, os velhos ressentimentos, vestígios da época artesanal, ficavam minimizados ou eliminados. A natureza do trabalho na fábrica exigia organização e disciplina dos trabalhadores, preparando-os para a ação organizada e disciplinada em outros campos.⁸¹⁴ O impiedoso aumento da jornada de trabalho, os salários miseráveis, engendraram a resistência organizada de suas vítimas.

Na primeira fase da Revolução Industrial, na Inglaterra, as *Combination Laws* puseram fora da lei toda tentativa de organização operária independente, que já existia em forma embrionária e esporádica: “No acordo parlamentar de 1799, todas as associações de operários para aprimorar as condições de trabalho foram consideradas ilegais. Presumia-se que a busca individual do interesse pessoal asseguraria a justiça econômica para todos. Proibidos de unir suas forças para contraporem-se ao maior poder de barganha do empregador, os operários tentaram obter soluções para os salários baixos, as longas horas e as miseráveis condições de trabalho, apelando para o cumprimento de velhas leis, tais como o Estatuto Elizabetiano de Artífices. Mas, embora muitas dessas leis permanecessem nos livros do Parlamento, ou fossem tecnicamente válidas em varias cidades ou ramos de profissões, o espírito que as havia criado estava morto. Um número fixo de aprendizes e a regulamentação dos métodos de produção eram incompatíveis com as necessidades de uma indústria rapidamente em mutação, e com os interesses de seus proprietários e diretores. As velhas leis foram suspensas e, depois, revogadas. O ‘sistema simples de liberdade natural’ tinha prevalecido. O caráter da indústria e o status da mão de obra seriam determinados num mercado livre pela livre concorrência”.⁸¹⁵

A ação coletiva dos trabalhadores forçou os capitalistas britânicos a aceitar os *Factory Acts* (leis fabris limitando as horas de trabalho): “A regulamentação da jornada de trabalho apresenta-se na história da produção capitalista como uma luta ao redor dos limites da jornada de trabalho - uma luta entre o capitalista coletivo, isto é, a classe dos capitalistas, e o *trabalhador coletivo*, ou a classe trabalhadora”. A extrema exploração dos operários industriais privava-os de qualquer interesse na preservação da ordem social existente, pelo seu lugar nas relações de produção capitalistas. Desde cedo, os núcleos fundamentais da nova classe

⁸¹² Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Vol. 1.

⁸¹³ Na Roma Antiga, o rei Sêrvio Túlio usou o termo *proletarii* (do latim *proles*, “filho, descendência, progênie”) para descrever os cidadãos de classe mais baixa, que não tinham propriedades e cuja única utilidade para o Estado era gerar proles (filhos) para engrossar as fileiras dos exércitos do império. O termo proletário foi utilizado num sentido depreciativo, até que, no século XIX, socialistas e comunistas utilizaram-no para identificar a classe dos sem propriedade de meios de vida do capitalismo industrial.

⁸¹⁴ Paul Sweezy. *The Theory of Capitalist Development*. Nova York, Monthly Review Press, 1956.

⁸¹⁵ Elie Halévy. *The Growth of Philosophic Radicalism*. Londres, Faber & Gwyer, 1928 (cap. II).

esgotaram as expectativas em outras saídas para sua situação de miséria e opressão. Essas “saídas” existiram na forma das seitas religiosas,⁸¹⁶ do alcoolismo (que grassou entre os operários na primeira fase da Revolução Industrial), da fuga da fábrica através do trabalho independente, ou da ilegalidade (o roubo): "A alternativa para a evasão ou a derrota era a rebelião. A situação dos trabalhadores pobres, especialmente do proletariado industrial que formava seu núcleo, era tal que a rebelião se tornou não só possível, mas obrigatória. Nada mais inevitável na primeira metade do século XIX do que surgimento dos movimentos trabalhistas e socialistas, assim como o desassossego revolucionário de massas".⁸¹⁷

As primeiras lutas operárias trouxeram consigo os primórdios da organização. A passagem do artesanato para a condição operária não criava uma situação absolutamente nova. Em 1724, os operários chapeleiros de Paris declararam greve por causa da redução injustificada de seus salários. Criaram, para financiar essa ação, um "caixa de greve". A tradição das greves, já bastante desenvolvida entre os artesãos, foi retomada, ampliada e reformulada pelo proletariado moderno, até ser transformada em meio de luta capaz de abalar a sociedade como um todo.

Entre 1753 e 1757 se produziram greves espontâneas em diversas regiões da Inglaterra: pedreiros e carpinteiros em Manchester, marceneiros em outras cidades, etc. Em 1765, 100 mil marinheiros e operários do carvão declararam greve em Londres. Durante o período mais radical da Revolução Francesa (o do Terror jacobino) floresceram as greves: "Formou-se, uma coligação entre lenhadores e outros operários das diversas comunas, com vistas à obtenção de melhores salários. O Comitê de Salvação Pública decidiu que aqueles que persistissem com a exigência de um salário superior seriam considerados suspeitos e tratados como tais. Foi enviado para a região um destacamento do exército revolucionário: o Terror tinha se virado contra os trabalhadores".⁸¹⁸



John Wilkes, um dos primeiros organizadores da classe operária

As revoltas operárias precederam a organização dos sindicatos, que demoraram a aparecerem e se estabilizarem como representação unificada da classe operária. Na Inglaterra, em 1721, foi proibida a organização dos alfaiates; e em 1726, a dos marceneiros. Finalmente, as *Combination Acts* de 1799 proibiram todas as organizações operárias, condenando-as à clandestinidade ou à vida curta. Na França, em 1791, a lei proposta pelo deputado Le Chapelier havia proibido as organizações operárias. No seu texto, afirmava-se, com base no ilusionismo liberal da época, mas também com um senso de classe (burguês) muito aguçado:

⁸¹⁶ Eric Hobsbawm (*Op. Cit.*) sublinhou o papel das assembleias religiosas anabatistas na origem das primeiras e embrionárias organizações operárias independentes.

⁸¹⁷ Eric J. Hobsbawm. *A Era das Revoluções 1789–1848*. São Paulo, Paz e Terra, 2005.

⁸¹⁸ Daniel Guérin. *As Lutas de Classes durante a I República*. Bourgeois et bras-nus. Lisboa, Afrontamento, 1975. Cf. também: Eugenio Tarlé. *La Clase Obrera en la Revolución Francesa*. Buenos Aires, Futuro, 1961.

"Já não há classes de corporação no Estado. Não existe mais do que o interesse particular de cada indivíduo e o interesse geral. Pertence aos convênios livres, de indivíduo para indivíduo, fixar o jornal para cada operário. É incumbência do operário manter o acordo feito com o empregador". Os temíveis (mas burgueses, afinal) jacobinos permaneceram calados. O projeto de lei de Le Chapelier foi adotado por unanimidade pela Assembleia Nacional francesa.

A tradição e o programa igualitarista da Revolução Francesa foram transmitidos diretamente ao nascente movimento operário por um sobrevivente dos *Iguais*, Felipe Buonarroti, descendente do escultor italiano Michelangelo Buonarroti, quem escreveu a *História da Conspiração dos Iguais*: "Após 1830, o livro de Buonarroti era muito conhecido entre os operários. Pertencia à literatura popular junto com os discursos de Robespierre e os artigos de Marat".⁸¹⁹ Também na Inglaterra, os primórdios do movimento político operário vincularam-se ao movimento democrático radical, por direitos políticos iguais para todos. Novas lideranças políticas foram surgindo, inicialmente originadas nas classes abastadas. Filho de um rico comerciante, John Wilkes (1725-1797) começou sua carreira política atacando desde seu jornal, o *North Briton*, o rei George III, transformando-se no paladino das liberdades civis fundamentais. Virou líder popular em Londres, com grande apoio para seu movimento de reforma democrática. Foi perseguido e detido diversas vezes. A 10 de maio de 1768, uma multidão, composta basicamente por operários londrinos, se reuniu para exigir sua liberdade.

A repressão da manifestação provocou seis mortos e muitos feridos. Houve uma comoção social em Londres e condados vizinhos: estivadores, trabalhadores portuários, marceneiros e alfaiates declararam greve. Wilkes organizou sua campanha eleitoral de 1774 a partir de um programa que defendia um sufrágio mais equitativo e a defesa dos direitos populares na Inglaterra, na Irlanda e na América. O movimento político radical que dirigia obteve a eleição, em que pese o reduzido número de eleitores (devido ao voto censitário), de doze membros no parlamento. A influência política de Wilkes durou só até 1780, mas a luta por reformas continuou vigente: a maior parte dos candidatos a políticos ingleses se apresentava como reformadora. John Cartwright (1740-1824) publicou em 1776 uma brochura intitulada *Take Your Choice* (escolha!) na qual esboçava o programa que inspirou o movimento popular durante os setenta e cinco anos seguintes, insistindo na reforma eleitoral e no parlamento anual.

A agitação operária nas cidades inglesas e britânicas percorreu todo o século XVIII. As greves não se esgotaram em si mesmas: entre 1763 e 1768 diversas categorias se unificaram para levar petições ao rei George III. Por outro lado, ganhou corpo rapidamente a ideia de atacar diretamente o capital. Em 1768, os tecelões de Spitalfields se levantaram em massa e destruíram uma grande quantidade de teares de seda. Organizaram um fundo de greve, depositando de 2 a 5 *shillings* por tear. Os membros dos comitês operários se reuniam nas tavernas, onde deveriam comparecer armados e disfarçados.

Edward Thompson apontou a projeção social da revolta dos operários criados pela Revolução Industrial como o principal fator determinante do conservadorismo político da burguesia inglesa, que bloqueou o país para a onda revolucionária deflagrada pela Revolução Francesa (e que levou à Inglaterra "liberal" a participar da arquitetura contrarrevolucionária absolutista na Europa): "Nas décadas após 1795, houve uma profunda separação entre as classes na Inglaterra, e os trabalhadores foram lançados a um estado de *apartheid* cujos efeitos - nos detalhes da discriminação social e educacional - podem ser sentidos até hoje. É nisso que a Inglaterra diferia de outras nações europeias: o fluxo de sentimentos e disciplinas contrarrevolucionários coincidiu com o fluxo da Revolução Industrial; na medida em que avançavam novas técnicas e formas de organização industrial, recuavam os direitos sociais e políticos. A aliança "natural" entre uma burguesia industrial impaciente, com ideias radicais, e

⁸¹⁹ Arthur Rosenberg. *Democracia e Socialismo*. História política dos últimos 150 anos. São Paulo, Global, 1986.

um proletariado em formação, rompeu-se tão logo chegou a se formar. A fermentação entre os industriais e comerciantes ricos dissidentes de Birmingham e as cidades industriais do Norte pertence principalmente aos anos de 1791 e 1792; o auge da "inimizade" entre artesãos e assalariados em Londres, Norwich e Sheffield - causada seja pela fome, seja pela agitação jacobina - pertence a 1795. Esses dois momentos só coincidem por uns poucos meses”.

A burguesia industrial inglesa fugiu da revolução democrática pois, em vez de uma massa popular socialmente indiferenciada, viu desenhar-se detrás dela a ação de uma *classe* com sua própria política e métodos de organização: “Em 1792, depois dos massacres de setembro, todos os industriais manufatureiros, com exceção de uma pequena minoria, se amedrontaram com a causa da reforma. Se não houve uma revolução na Inglaterra nos anos 1790, não foi devido ao metodismo, mas à desintegração da única aliança suficientemente forte para realizá-la; depois de 1792, não havia girondinos para abrir as portas por onde poderiam passar os jacobinos. Se homens como Wedgwood, Boulton e Wilkinson tivessem atuado junto com homens como Hardy, Place e Binns - e se a pequena nobreza de Wyvill agisse com eles - Pitt (ou Fox) teriam sido obrigados a conceder uma grande parte da reforma. Mas a Revolução Francesa consolidou a Velha Corrupção, *unindo num pânico comum os proprietários de terra e os industriais manufatureiros*; as sociedades populares eram frágeis demais e por demais inexperientes para executar, por elas mesmas, a reforma ou a revolução”.⁸²⁰



John Cartwright

Em janeiro de 1792, oito operários ingleses criaram a *London Corresponding Society*, que se organizou em grupos de trinta membros, baseada em uma contribuição financeira acessível aos operários. Em finais desse ano, a sociedade contava já com três mil membros. Seus objetivos eram o sufrágio universal, a igualdade de representação, o parlamento honesto, o fim dos abusos contra os cidadãos humildes, o fim das pensões outorgadas pelo Parlamento aos membros das classes dirigentes, uma menor jornada de trabalho, a diminuição dos impostos e a entrega das terras comunais aos camponeses. Na mesma época, o livro de Tom Paine, *Os Direitos do Homem*, defendia a Revolução Francesa e a independência americana, atacando a monarquia inglesa em favor do republicanismo. Publicado em inglês, céltico e gaélico, vendeu 200 mil exemplares na Grã-Bretanha, e se transformou no “manual universal do movimento operário inglês”.

Em 1795, os dirigentes da *London Corresponding Society* foram presos e a sociedade começou a decair. Mas ela foi o antecedente da primeira grande organização política operária, o cartismo. Já prevenido pelo antecedente da sociedade operária, e lecionada pela experiência da França (que proibira toda “coalizão dos empregados”, sob o pretexto de que ela atentaria contra a “liberdade econômica”), o parlamento britânico aprovou as *Combination Laws*, que

⁸²⁰

Edward P. Thompson. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, vol. I, p. 196.

colocaram os sindicatos operários fora da lei. O governo conseguiu também impedir todas as tentativas de implantar um salário-mínimo.

Na década de 1790, a nova condição social dos trabalhadores revoltados, unida à influência da Revolução Francesa, deu um novo estatuto à repressão da protesta social: “A velha equação paternalismo-deferência perdia força inclusive antes da Revolução Francesa, embora conhecesse uma temporal reanimação nas multidões partidárias da Igreja e do Rei de inícios dos anos 1790. Os motins de Gordon presenciaram o clímax, e também a apoteose, da licença plebeia; e infringiram um trauma aos governantes, que já pode observar-se no tom cada vez mais disciplinador dos anos 1780. Mas, nesse tempo, a relação recíproca entre *gentry* e plebe, inclinando-se ora de um lado, ora do outro, havia já durado um século. Ainda sendo essa relação desigual, a *gentry* necessitava, apesar de tudo, certa classe de apoio dos pobres, e estes sentiam que eram necessários. Durante quase cem anos, os pobres não tinham sido os completos perdedores. Conservaram sua cultura tradicional; conseguiram conter parcialmente a disciplina trabalhista do primeiro industrialismo; até ampliaram o alcance das Leis de Pobres; obrigaram que se exercesse uma caridade que pôde evitar que os anos de escassez se transformassem em crise de subsistência; e desfrutaram da liberdade de sair às ruas, empurrar, bocejar e dar vivas, tirar as casas de padeiros ou dissidentes detestáveis, e de uma disposição barulhenta não vigiada que surpreendia os visitantes estrangeiros, que quase os induziu erroneamente a pensar que eram “livres””.

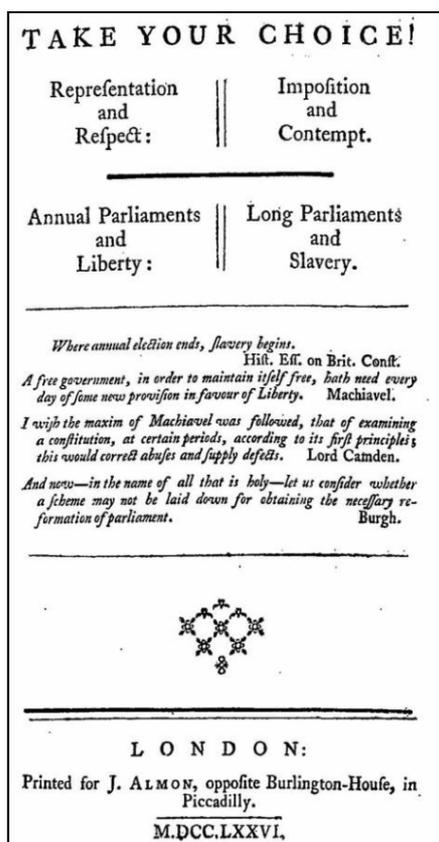
Com a influência internacional da Revolução Francesa, essa situação mudou: “Os anos 1790 eliminaram essa ilusão e, com base nas experiências desses anos, a relação de mútua reciprocidade acabou. Ao acabar, nesse exato momento, perdeu a *gentry* sua confiada hegemonia cultural. Estamos já afastados do campo de força do século XVIII, e entramos em um período em que se produz uma reorganização estrutural das relações de classe e da ideologia. Fez-se possível, pela primeira vez, analisar o processo histórico nos termos e conotações de classe do século XIX”.⁸²¹

Em finais do século XVIII, as primeiras formas de solidariedade operária vincularam-se à experiência fabril imediata, e também ao trabalho dos predicadores religiosos na primeira e terrível fase da Revolução Industrial. Os metodistas fundaram nas paróquias industriais as “escolas dominicais evangélicas”, onde se buscavam “serviçais fiéis e bons trabalhadores”. Nelas, a recreação consistia em cortar lenha, cavar o solo e aprender hinos religiosos, cujas letras falavam sempre da presença de Deus como o mais vigilante dos contramestres. Como aos ingleses pobres muito pouco restasse da antiga vida em comunidade, a Igreja oferecia uma oportunidade de convivência, de ajuda mútua e de consolo. Os cultos religiosos levavam, às vezes, à histeria, com gritos, desmaios, exorcismos. Apesar desse terrorismo religioso, o metodismo serviu de base para o surgimento de um movimento de solidariedade entre os trabalhadores na luta por melhores salários durante o século XIX.

As lutas e a organização de classe continuaram. A organização de uniões operárias (*Trade Unions*) era uma velha tendência, presente desde 1720 na Inglaterra, com a União dos Entalhadores de Londres, destinada a obter aumentos salariais através de petições ao Parlamento: “As primeiras associações permanentes de assalariados precederam em meio século o sistema manufatureiro e se localizaram em ofícios onde o trabalho manual-artesanal predominava: o sindicalismo não é filho direto do maquinismo. O fator determinante não é a transformação técnica, mas o divórcio entre o trabalho e a propriedade dos meios de produção. Onde esse divórcio se consuma, nasce o sindicato. Foi mais para defender uma situação privilegiada, do que para melhorar uma situação ruim, que se formaram os primeiros sindicatos. Seus objetivos são conservadores, não revolucionários. Pedem a manutenção da situação tradicional, contra os patrões seduzidos pelas novas teorias de liberdade

⁸²¹ Edward P. Thompson. ¿Lucha de clases sin clases? *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona, Crítica, 1984, p. 61.

econômica".⁸²² Com o aguçamento da luta contra os patrões, a forma e o conteúdo dos sindicatos se alteraram decisivamente.



Escolha! Brochura de John Cartwright, 1776

Na primeira grande greve de operários organizada de acordo com o modelo moderno, a greve geral dos fiadores de algodão de Manchester (em 1810), vários milhares de homens distribuíram entre si o *fundo de greve*, primeira instituição econômica de combate dos trabalhadores industriais, que atingiu a cifra de 1500 libras por semana. O antecedente fora a grande greve de 1804-1805 realizada pelos tecelões de Glasgow, quando 40 mil trabalhadores de toda Escócia pararam seus teares.

Em inícios do século XIX surgiu também o *ludismo* ("os destruidores de máquinas"), movimento que se insurgiu contra as profundas alterações trazidas pela Revolução Industrial. As reclamações contra as máquinas e a substituição que elas faziam da mão de obra humana eram "normais", costumeiras. Movimentos esparsos de "destruidores de máquinas" se desenvolveram a partir de meados do século XVIII, com tal força e extensão que levaram o Parlamento britânico a sancionar em 1769 uma lei que punia a destruição de fábricas e máquinas com a pena de morte. Na França, os artesãos usavam os tamancos de madeira – *sabots* – para quebrar as máquinas, donde a palavra francesa *sabotage*, depois tornada universal (sabotagem). Vários trabalhadores foram executados em virtude dessa lei, o que não impediu que o movimento ganhasse amplidão.

Foi em 1811, na Inglaterra, que o movimento de destruição de máquinas "estourou", superando o nível da revolta espontânea e local, ganhando dimensão significativa e nacional. Seu nome derivava de Ned Ludd, um dos seus líderes, quem, em Nottingham, aborrecido com seu patrão, destruiu sua oficina têxtil. Os luditas invadiam fábricas e destruíam máquinas que, por incrementarem a produtividade dos trabalhadores, tiravam também seus empregos,

⁸²²

Georges Lefranc. *La Huelga*. Historia y presente. Barcelona, Laia, 1972.

requerendo, contudo, duras horas de jornada de trabalho dos operários remanescentes.⁸²³ As fábricas eram também ambientes com péssima iluminação, abafados e sujos. Em uma carta ameaçadora que Ned Ludd endereçou a certo empresário de Huddersfield, em 1812, lia-se: "Recebemos a informação de que é dono dessas detestáveis tosquiadoras mecânicas. Fica avisado de que se elas não forem retiradas até o fim da próxima semanal eu mandarei imediatamente um de meus representantes destruí-las. E se o Senhor tiver a imprudência de disparar contra qualquer dos meus homens, eles têm ordem de matá-lo e queimar sua casa".

O ludismo teve o seu momento culminante no assalto noturno à manufatura de William Cartwright, no condado de York, em abril de 1812. No ano seguinte, na mesma cidade, teve lugar o maior processo contra os luditas: dos 64 acusados de terem atentado contra a manufatura de Cartwright, treze foram condenados à morte e dois a deportação para as colônias. Apesar da dureza das penas o movimento não amainou até 1817, refletindo as péssimas condições de vida dos operários. Finalmente, a generalização da indústria (*factory system*) e a criação das primeiras *trade unions* (sindicatos) limitaram o alcance e as possibilidades das revoltas luditas, fazendo com que entrassem em declínio. Para Eric Hobsbawm, o ludismo "foi uma mera técnica de sindicalismo no período que precedeu a Revolução Industrial e nas suas primeiras fases".⁸²⁴

Não foi essa a opinião de Karl Marx, que teve proximidade histórica com o movimento, e escreveu a respeito no *Manifesto Comunista*: "(Os operários) não se contentam com dirigir os seus ataques contra as relações burguesas de produção, e dirigem-se contra os próprios instrumentos de produção: destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as máquinas, incendeiam as fábricas, tentam reconquistar pela força a posição perdida do artesão da Idade Média". No verão de 1812, doze mil soldados foram destacados para Leicester e York, na tentativa de deter o movimento de revolta. O valor das propriedades e máquinas destruídas ultrapassou 100 mil libras esterlinas. Lord Byron, nobre e poeta, membro da Câmara Alta (a câmara dos Lordes), discursou em 1811 em defesa dos luditas e contra as inumanas condições de trabalho: "Não existem já bastantes coalhos de sangue em vossos códigos, para que ainda queirais mais, até que os céus gremem e clamem contra vós? São esses os remédios com os quais quereis curar um povo faminto e desesperado?".

Em todas essas lutas foi se impondo o princípio da organização. Os tecelões de Spitalfields criaram uma *Union* para pleitear perante a justiça, lançando a semente dos futuros sindicatos. A extraordinária "marcha da fome" sobre Londres (de 1817), ou o comício de Saint Peter's Field em 1819, que reuniu a quantidade (inusitada para a época) de oitenta mil pessoas, se produziram em meio ao clima criado pela revolta dos operários e artesãos. Em 1819, o exército inglês atacou os manifestantes, semeando de cadáveres o campo de Peterloo. Em 1824 foram criados na Inglaterra os primeiros centros de ajuda mútua e de formação profissional para operários. Não é correto, portanto, datar o nascimento do movimento operário na França e na Inglaterra entre 1832 e 1836. Ele tinha tido sua origem, pelo menos, na última década do século precedente.⁸²⁵ Na Grã-Bretanha, as tentativas para unir todos os operários em "sindicatos gerais", isto é, em entidades que superassem o isolamento local e regional dos

⁸²³ Uma canção da época refletia o espírito do movimento luddita: *Brave luddits we are, for the breaking we come! / God save Ned Ludd! / Machines to hell, we want our dignity! / Breaking is good, join us and save the Europe! / Break! Break! Break or die working! / Monsters of industrialism, we want you broken! / Machines to the ground! / Crash! Crash! Bang! Bang! The sound of freedom these are! / Break one, break two, break three, break all! All!*

⁸²⁴ O ludismo não foi um movimento exclusivamente inglês, tendo-se registrado movimentos semelhantes na Bélgica, na Renânia, na Suíça e na Silésia. Eric Hobsbawm co-redigiu, com George Rudé, um estudo sobre um movimento camponês inglês "primitivo" de revolta contra a modernização capitalista, em 1830, sob uma forma assemelhada ao "luddismo", dirigido por um lendário "Capitão Swing" (Eric Hobsbawm e George Rudé. *Capitão Swing*. São Paulo, Francisco Alves, 1982).

⁸²⁵ Edouard Dolleaus. *Histoire du Mouvement Ouvrier*. Paris, Armand Colin, 1946.

grupos particulares de trabalhadores, levando-lhes a uma solidariedade nacional e até universal da classe trabalhadora, começaram em 1818 e foram continuadas depois.

Para atender os casos de acidentes de trabalho, doenças, ou mesmo de desemprego, os operários criaram as primeiras associações de auxílio mútuo, que funcionavam por meio de cotizações. Em 1825 foi abolida a proibição do direito de associação, as *Combination Acts*, e surgiu paralelamente uma onda grevista. Foi só a partir do *Factory Act* de 1833, visando às manufaturas de algodão, lã, linho e seda, que foi fixado para a indústria um “dia normal de trabalho”. Em 1833 surgiu a primeira lei limitando a 8 horas de trabalho a jornada das crianças operárias. Em 1842 proibiu-se o trabalho de mulheres em minas. Gradativamente, as associações operárias conquistaram a proibição do trabalho infantil, a limitação do trabalho feminino, o direito de greve, e a limitação da jornada de trabalho dos adultos, o que teria efeitos decisivos: as horas de trabalho por semana para trabalhadores adultos nas indústrias têxteis eram, em 1780, em torno de 80 horas por semana; em 1820, estavam reduzidas para 67 horas por semana; em 1860, para 53 horas por semana.

A regulamentação das normas trabalhistas, que incluía a regulação dos períodos de trabalho, os horários limites e as pausas para refeições e descansos, só foi proclamada depois de longa luta, nas palavras de Marx “uma guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta entre a classe capitalista e a classe trabalhadora”, depois que o trabalhador tornou-se incapaz de resistir individualmente. A “jornada normal de trabalho”, portanto, foi “resultado de uma luta multissecular entre capitalista e trabalhador”, o que levou os trabalhadores, enquanto classe, a “conquistar uma lei estatal, uma barreira social superior, que os impedisse a si mesmos de venderem a si e à sua descendência, por meio de contrato voluntário com o capital, à noite e à escravidão”.

Com a extensão da Revolução Industrial, os núcleos mais numerosos e concentrados de operários se situaram nos setores mais desqualificados, ou seja, nos setores fabris dominados pelo maquinismo. As leis antissindicais inglesas haviam sido promulgadas em plena Revolução Industrial. Elas foram sendo derrotadas pelas greves e pelas lutas operárias, que obtiveram em 1825 a sua revogação. Em consequência, na década de 1830 os trabalhadores ingleses organizaram os primeiros sindicatos (*trade unions*) sob a forma de associações de base local, ou por ofício, para obter melhores condições de trabalho e de vida. Nesse ano, se formou o sindicato dos operários da construção (*Operative Builders Union*), e em 1834 a primeira central de trabalhadores (*Grand National Consolidated Trade Unions*). Quatro anos depois surgiu o movimento *cartista* que, a partir da organização própria da classe operária, abalou à Inglaterra.

Depois de numerosas greves organizadas pelos sindicatos, obteve-se em 1847 a redução da jornada de trabalho para dez horas em toda a Inglaterra, fato que Marx chamou de “a primeira vitória da economia política da classe operária”. Ele, porém, apontou os limites da ação sindical e suas perspectivas: “A única potência social que os operários possuem é seu número. Mas a quantidade é anulada pela desunião, que se engendra e se perpetua por uma concorrência inevitável. Os sindicatos nasceram dos esforços espontâneos dos operários ao lutarem contra as ordens despóticas do capital, para impedir ou ao menos atenuar os efeitos dessa concorrência, modificando os termos dos contratos, de forma a se colocarem acima da condição de simples escravos. Atualmente os sindicatos se ocupam, em demasia, exclusivamente das lutas locais e imediatas contra o capital. Ainda não são o suficientemente conscientes de tudo o que podem fazer contra o sistema da escravidão assalariada, e mantêm-se bastante separados dos movimentos mais gerais e das lutas políticas. Ao se considerarem e atuarem como pioneiros e representantes de toda a classe operária, conseguirão reagrupar em seu seio todos aqueles que ainda não estão organizados. Ao se ocuparem das atividades mais miseravelmente remuneradas, farão nascer, nas grandes massas operárias, a convicção

de que, em lugar de se circunscreverem a limites estreitos e egoístas, seu objetivo tende à emancipação de milhões de proletários subjugados".⁸²⁶

Os sindicatos ainda não eram chamados por esse nome genérico. Eram as *Sociétés Ouvrières* na França ou, na Alemanha, *Gewerksgenossenschaften*, mas também *Gewerkschaft* e *Arbeitergewerkschaft* (a língua alemã também possui o termo *Syndikat*) e as *Trade Unions* inglesas, nome que fazia direta referência à "barganha". Na França, onde a Revolução Industrial demorou a acontecer (determinando um predomínio relativo dos ofícios artesanais sobre os industriais durante a primeira metade do século XIX), a legislação antigrevista só veio a ser abrandada pelo Segundo Império, em 1864. Nada houve, na França, de comparável, nesse período, à central sindical inglesa, que em 1830 agrupava 150 sindicatos, 80 mil operários, e tirava 30 mil exemplares de seu jornal (*A Voz do Povo*). Apesar disso, as revoltas operárias na França tiveram um caráter ainda mais violento, acompanhando o ritmo revolucionário de toda a sociedade. A revolução democrática de 1830 não satisfaz as demandas operárias (ao contrário, a situação do operariado francês piorou depois dessa data). A resposta operária foi a insurreição dos tecelões de Lyon, em 1831.

Na capital têxtil da França, os operários exigiram nesse ano que fossem aprovadas novas tabelas para o pagamento do trabalho. O governo negou-as. Os tecelões lioneses eram em número de 40 mil. A produção era ainda semiartesanal, com fabricantes (fornecedores da matéria prima), chefes de oficina (*ateliers*) e operários (*ouvriers*). Estes careciam de domicílio próprio, dormindo e se alimentando na casa dos chefes: "Cada crise os punha na rua ou fora da cidade, à procura de problemáticas ocupações agrícolas". E ainda sem crise, "os salários eram muito baixos. Alguns não ganhavam mais do que *vingt sous* [uma esmola, NDA] por *dezesseis horas* de trabalho diário. O aluguel era descontado do salário. Os chefes de oficina eram muitas vezes tão miseráveis quanto os operários... (As crianças) ganhavam 50 centavos por jornadas de trabalho que se estendiam até 12 ou 13 horas, em que deviam permanecer permanentemente em pé... (Os velhos) eram completamente abandonados e imediatamente substituídos, sem reserva do posto de trabalho, quando seu braço se enfraquecia e sua mão se tornava menos hábil, obrigando-os a trabalhar mais lentamente, isso tudo na época de suas vidas em que mais precisavam de um provento".⁸²⁷ Essas condições de vida eram gerais em toda a França industrial e urbana, sendo em Lyon apenas mais concentradas, devido à concentração nessa cidade da indústria têxtil.

A insurreição contra essas condições de vida e de trabalho, e contra a insensibilidade das autoridades, levou os operários de Lyon a ocuparem a cidade durante dez dias, aterrorizando as autoridades, que deixaram o poder momentaneamente nas mãos operárias. A violenta repressão do movimento, com dezenas de mortes e centenas de prisões, não impediu que o processo de organização avançasse depois de sua derrota: os impressores de Nantes criaram em 1833 a Associação Tipográfica. Em setembro do mesmo ano, o movimento grevista adquiriu novas características: estendeu-se por toda a França, e mobilizou setores operários de ofícios diversos. Os líderes foram mortos pela repressão e milhares de operários foram detidos.

Mas, em janeiro de 1834 a associação mutualista dos tecelões de Lyon, formada após a insurreição, lançou a ideia de uma greve geral, para obter uma tarifa (salário) mínima para toda a classe. O movimento desaguou numa nova insurreição, em abril de 1834, realizada sob o grito de "viver trabalhando ou morrer combatendo!". Seu jornal *O Eco das Fábricas* informou e se solidarizou com as greves que paralelamente realizavam os operários de Manchester, aos que chamava de "irmãos". *Nascia o internacionalismo proletário*. As primeiras tropas enviadas pelo governo para a repressão se solidarizaram com os grevistas, e os republicanos de Paris levantaram barricadas em diversos bairros em solidariedade aos insurretos de Lyon. O exército

⁸²⁶ Karl Marx. *Sobre os Sindicatos*. São Paulo, Ched, 1980.

⁸²⁷ Benigno Cacérès. *Le Mouvement Ouvrier*. Paris, Seuil, 1967.

mobilizou suas melhores unidades para esmagar os revoltosos, o que aconteceu finalmente em 11 de abril desse ano, ao preço de um massacre. *La Chanson des Canuts*, inspirada na revolta dos tecelões lioneses, se transformou desde essa data em parte do repertório musical popular do país.

A organização operária continuou na França, mas agora, devido à repressão estatal, com características clandestinas, através de sociedades secretas, onde se destacaram as figuras de Barbès e de Louis-Auguste Blanqui. A organização através de sociedades secretas, devida à forte repressão dos governos da Santa Aliança, se estendeu por toda a Europa. Em 1844, o levantamento dos tecelões alemães da Silésia (imortalizada na peça teatral de Jürgen Hauptmann, *Os Tecelões*), provou que a agitação operária havia se estendido para todo o continente europeu. Em 1843, a organizadora operária (e lutadora feminista) franco-peruana Flora Tristán fez um chamado: "Venho propor a união geral dos operários e operárias de todo o reino [da França], sem distinção de ofícios. Esta união teria por objetivo construir a classe operária e construir estabelecimentos (os *Palácios da União Operária*) distribuídos por toda França. Seriam aí educadas crianças dos dois sexos, dos seis aos 18 anos, e seriam também recebidos os operários doentes, os feridos e os velhos. Há na França cinco milhões de operários e dois milhões de operárias".

Flora levou adiante por toda a França a tarefa de organizar a União Operária, que recorria à experiência do nascente movimento operário inglês, mas com maior ênfase internacionalista e socialista. Cinco anos depois, o *Manifesto* de Marx e Engels declarava: "O operário moderno, longe de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais, caindo abaixo das condições da sua própria classe. O trabalhador torna-se um indigente e o pauperismo cresce mais rapidamente do que a população e a riqueza. Fica assim evidente que a burguesia é incapaz de continuar desempenhando o papel de classe dominante e de impor à sociedade, como lei suprema, as condições de existência de sua classe, não pode exercer o seu domínio porque não pode mais assegurar a existência de seu escravo, mesmo no quadro de sua escravidão... A condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este se baseia exclusivamente na concorrência dos operários entre si. O progresso da indústria, de que a burguesia é agente passivo e involuntário, substitui o isolamento dos operários, resultante da competição, por sua união revolucionária resultante da associação"⁸²⁸.

Na época (década de 1840) já fazia tempo que a força social do proletariado, ainda em pleno processo de formação, não se limitava ao plano defensivo, também se projetava na ação política geral. As formas políticas e ideológicas adotadas pelo nascente movimento operário resgataram e reformularam as tradições revolucionárias das alas radicais das revoluções democráticas dos séculos precedentes. A Revolução Francesa concluíra com a derrota de sua ala de esquerda (os jacobinos), mas estes tiveram seus herdeiros radicais, a "Conspiração dos Iguais", encabeçada em 1796 por Gracchus Babeuf. Essa fração propôs um programa de propriedade comunal, para aprofundar a revolução, uma espécie de socialismo agrário. Neste período "os trabalhadores se consideravam parte das camadas populares da nação, e ficaram presos a essa ideologia. A sua privação de direitos só podia ser eliminada exigindo para todos os cidadãos o mesmo direito em determinar a atividade do poder político, de modo que não se abusasse do Estado em proveito de uns poucos. Reclamaram para si próprios os direitos de liberdade correspondentes ao *direito natural*. Mas não foram capazes de colocar exigências diferentes do pensamento dos democratas burgueses radicais"⁸²⁹.

Na prática, porém, foram além desse patamar. A consciência de classe dos trabalhadores, certamente, ainda não existia claramente em 1789, durante a Revolução Francesa. Fora da Grã-Bretanha e da França, ela era quase que totalmente inexistente. Mas nesses dois países ela certamente passou a existir entre 1815 e 1848, por volta de 1830. A expressão "classe

⁸²⁸ Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto Comunista*, ed. cit.

⁸²⁹ Wolfgang Abendroth. *Historia Social del Movimiento Obrero Europeo*. Barcelona, Laia, 1978.

trabalhadora” apareceu nos escritos trabalhistas ingleses logo após 1815. Nem todos os cidadãos eram trabalhadores, mas todos os trabalhadores conscientes pertenciam a esse movimento, as consciências “jacobina” e proletária se complementavam. A experiência da classe operária dava aos pobres as instituições para sua defesa diária, o sindicato e a sociedade de auxílio mútuo, e as armas para a luta coletiva, a solidariedade e a greve (que por sua vez implicava organização e disciplina). O complemento do sindicato era a greve geral, concebida como uma arma central da classe trabalhadora.

O conceito de “socialismo”, por sua vez, surgiu na década de 1820, adotado pelos trabalhadores, em pequena escala na França (o termo foi usado por Henri Leroux, em 1831, na década em que a “questão social” passou ao primeiro plano da cena francesa, e em escala bem maior pelos britânicos, com destaque para a atuação de Robert Owen. Por volta do início da década de 1830 já existiam, portanto, a consciência de classe proletária e suas próprias aspirações sociais, embora mais fracas e menos assentadas do que a consciência de “classe média” (situada entre a aristocracia e a população pobre) que seus patrões já possuíam. Em meados do século XIX, já era visível a expressão da nova classe trabalhadora no movimento operário; o movimento democrático, por sua vez, era a expressão prática do povo comum, proletário ou não, a quem a Revolução Francesa tinha colocado no palco da história como ator e não como simples vítima, um ator à procura de respeito, reconhecimento e igualdade.

Os primeiros representantes da escola socialista moderna foram chamados de “utopistas”: “Os três grandes utopistas: Saint-Simon, em quem ainda se manifestava a tendência burguesa, juntamente com a tendência proletária; Fourier,⁸³⁰ e Owen, que expôs de forma sistemática, no país no qual a produção capitalista estava mais desenvolvida (a Inglaterra), uma série de medidas que visavam à abolição das diferenças de classe. O traço comum entre os três estava no fato de não agirem como representantes dos interesses do proletariado que, entretanto, já havia surgido como classe social. Não se propõem emancipar primeiramente determinada classe, mas sim, de uma só vez, a humanidade toda”. O “socialismo e comunismo crítico-utópico... fracassou necessariamente não só por causa do estado embrionário do próprio proletariado, como também devido à ausência das condições materiais de sua emancipação, condições que apenas surgem como produto da época burguesa”.⁸³¹

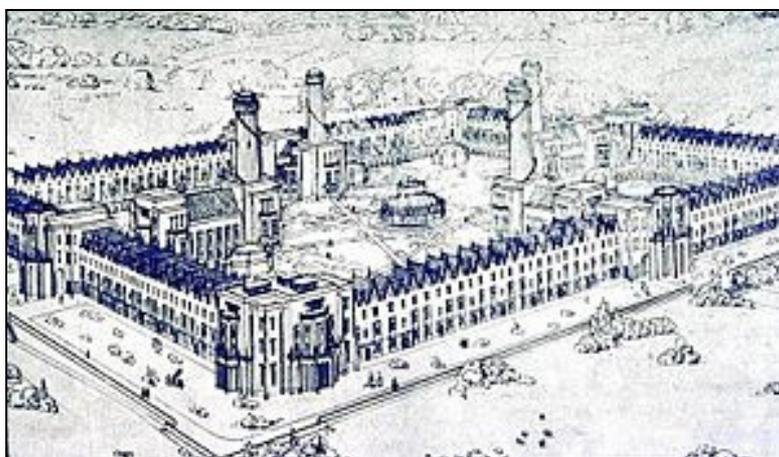
Para diferenciar-se do socialismo paternalista ou filantrópico dos intelectuais burgueses, as doutrinas que apregoavam a auto emancipação da classe operária passaram a se identificar no *comunismo*. O desenvolvimento da classe operária criou as bases sociais para a superação do socialismo semifilantrópico, tanto na França como na Inglaterra: “Se os utopistas foram utopistas é porque, numa época em que a produção capitalista estava ainda tão pouco desenvolvida, eles não podiam ser outra coisa. Se foram obrigados a tirar das suas próprias cabeças os elementos de uma nova sociedade, é porque, de uma maneira geral, estes elementos não eram ainda bem visíveis na velha sociedade; se limitaram a apelar para a razão para lançarem os fundamentos de seu novo edifício porque não podiam, ainda, fazer apelo à história contemporânea”.⁸³²

⁸³⁰ Charles Fourier constituiu uma sociedade que chegou a ter, em 1848, quase quatro mil adeptos, publicando o jornal *A Democracia Pacífica*. A partir de 1822, empreendeu a construção de comunidades (falanges), que associadas constituíam o *falanstério*. Neste, de 1600 a 1800 pessoas trabalhavam em regime comunitário, dedicadas igualmente à agricultura e à indústria, que deviam se desenvolver harmoniosamente, evitando também o embrutecimento produzido nos homens pela realização de um só tipo de trabalho. Os falanstérios, construídos na França e nos EUA, fracassaram (devido justamente à concorrência das empresas capitalistas). Alguns discípulos de Fourier, como Victor Considérant (1808-1893), convergiram com o nascente movimento operário. Considérant bateu-se, ao lado dos operários nas barricadas do bairro de Saint-Antoine, em junho de 1848: ele tinha já compreendido, por sua própria experiência, que era inútil fazer apelo à generosidade dos ricos e dos mecenas para melhorar a sorte do proletariado.

⁸³¹ Friedrich Engels. *Socialisme Utopique et Socialisme Scientifique*. Paris, Editions Sociales, 1973.

⁸³² *Idem*.

Se Saint-Simon e Fourier haviam “tirado da cabeça” o seu sistema socialista, foi, ao contrário, pela via da prática que Robert Owen (1771-1858), no país da indústria mais desenvolvida, elaborou seu próprio sistema socialista. Ele fora fortemente influenciado por Jean Jacques Rousseau e pela filosofia das luzes, e acreditava na possibilidade de educar o homem (sem distinção de classes). A sua grande ideia era a de tornar o mundo racional, e racional significava moral. Mas foi essencialmente devido à sua posição de diretor de uma fábrica, através do contato com a prática, que veio a elaborar seu socialismo. Na sua empresa, em New Lanark (Escócia), Owen (que tinha nascido num lar operário) reduziu a jornada de trabalho de 16 para 10 horas diárias. Não aceitou o trabalho de crianças menores de dez anos, e criou para elas escolas gratuitas e laicas, além de creches. Manteve a higiene da fábrica, combateu o alcoolismo, e criou casas de pensão para doença e velhice. Conseguiu fazer isso sem que minguasse a produtividade da empresa. Mas, apesar deste exemplo, os capitalistas viram nele um perigo, vindo a ser duramente criticado no Parlamento entre 1817 e 1820, e também perseguido, o que o obrigou ao exílio. Nos EUA tentou fundar, sem sucesso, colônias socialistas.



A New Harmony, projetada e desenhada por Robert Owen

De volta à Inglaterra, Robert Owen criou a *National Equitable Labour Exchange*, onde produtos fabricados pelos trabalhadores independentes eram trocados por outros que tivessem custado o mesmo tempo de trabalho. O sistema fracassou (porque muitos "inchavam" o trabalho realmente feito, e porque os produtos artesanais passaram a concorrer em desvantagem com os industriais), mas a *National Equitable* foi o antecedente *organizativo* da primeira central sindical inglesa. Robert Owen passou então a trabalhar nos sindicatos, chegando a propor, num congresso que presidiu, em 1838, a greve geral e a luta de classes. Owen morreu como militante socialista da classe operária: devido a isso, muitos dos seus antigos discípulos “filantrópicos” o abandonaram, criticando seu “radicalismo”.

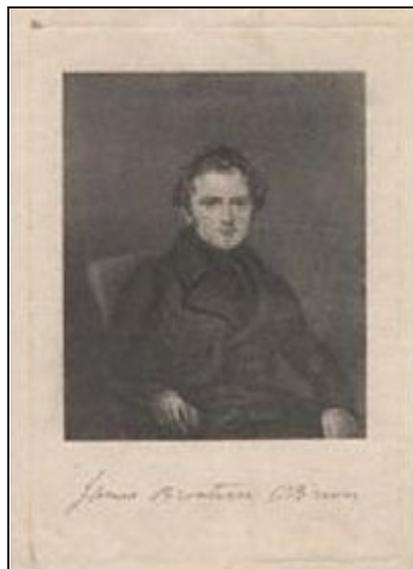
A grande virada da organização operária deu-se em finais da década de 1830, na Inglaterra, com a organização da *Carta [Charte] do Povo*. O cartismo nasceu sobre a base da experiência do movimento pela imprensa popular (chamada de imprensa “não taxada”). A iniciativa correspondeu a um grupo de artesãos londrinos que, a 16 de junho de 1836, constituíram a *London Working's Men Association*, que conquistaria apoio nacional no ano seguinte, em torno da ideia de uma petição ao Parlamento em favor da reforma política (sufrágio universal). O cartismo teve como base a Carta (*Charte*) escrita pelo radical William Lovett, intitulada “Carta do Povo”, e enviada ao Parlamento inglês. A estratégia utilizada pelos cartistas girava em torno da coleta de assinaturas, que era realizada nas oficinas, nas fábricas e em reuniões públicas, através de uma série de petições nacionais, enviadas à Câmara dos Comuns.⁸³³

⁸³³ Edouard Dolléans. *Le Chartisme (1831-1848)*. Paris, Marcel Rivière, 1949; Marc Reboul. *Naissance du Chartisme*. Paris, Bordas, 1979.

Ativistas operários mais radicais como Harney e O'Connor (irlandês), influenciados diretamente pelos exilados alemães Marx e Engels, dos que eram amigos, não foram inicialmente aceitos na sociedade, e iniciaram uma campanha independente. A reforma eleitoral de 1832 (*Reform Act*), arrancada pela burguesia industrial à monarquia, aumentara o colégio eleitoral inglês de 400 mil a 800 mil membros; o Parlamento aprovou também a reforma que suprimia as “cidades mortas” (pequenas cidades controladas pela nobreza), abaixava o censo eleitoral e aumentava o número de deputados. A reforma satisfazia os interesses da burguesia, que nelas se apoiava para ganhar espaço no poder político, mas não o operariado, pois sobrevivia o voto qualificado (ligado à propriedade), o que excluía quase toda a classe operária do exercício dos direitos políticos.

A “Carta” foi o produto de um processo de crescente organização operária independente na Inglaterra. Havia mais organização entre os trabalhadores especializados, como os penteadores de lã. Inicialmente, eles se cotizavam para pagar o enterro de associados; a associação passou a ter depois caráter reivindicatório. O processo de organização operária se acelerou e também se tornou mais denso. Em 1836 os operários condenados na Inglaterra em revoltas anteriores foram indultados, e começaram a regressar ao país. Nesse clima, a “Carta” foi proclamada e organizada nacionalmente em 1838, propondo o voto universal e secreto (através de cédula), a abolição da qualificação censitária para exercê-lo (voto por nível de renda), o pagamento aos membros do Parlamento (permitindo o ingresso nele de trabalhadores), a nivelção dos distritos eleitorais, a eleição anual dos parlamentos (permitindo assim um controle mais efetivo, e a revogabilidade, dos representantes parlamentares), retomando e radicalizando assim as propostas de John Cartwright.

O movimento *cartista* não formulou um programa político a partir de um conjunto de ideias socialistas, como se fazia já na França, mas a partir das ideias dos reformadores parlamentares radicais do passado. Os “seis pontos” da Carta estavam baseados no programa que a “Comissão da Reforma” em Westminster tinha rascunhado 58 anos antes. As reivindicações de luta pela liberdade já faziam parte da cultura dos artesãos e trabalhadores radicais antes mesmo da formação de sua consciência como uma classe trabalhadora independente. A composição do cartismo era heterogênea, com líderes radicais como William Lovett, em Londres, e Thomas Attwood, em Birmingham; moderados como Richard Oastler, ou socialistas jacobinos como Julian Harney e James Bronterre O’Brien.



James Bronterre O’Brien

O cartismo ensejou, em escala histórica, um estágio do desenvolvimento do movimento operário, o da passagem das sociedades secretas para as sociedades operárias *de massas*. Isto

teve seu epicentro na Inglaterra, onde o desenvolvimento industrial era mais avançado, e a atividade da classe operária mais aberta. A Convenção Geral das Classes Operárias da Grã-Bretanha, o “parlamento operário” convocado no início de 1839 pelos cartistas, discutiu publicamente durante meses a organização da greve geral como meio de conquista do poder político. No seio da “Associação de Operários Alemães” da Inglaterra, poucos anos depois, enfrentaram-se as duas concepções, pois um de seus membros mais influentes, Wilhelm Weitling (que era o chefe espiritual da *Liga dos Justos*, organização de operários revolucionário-comunistas, que não tardou em ser afastado da Associação) admitia apenas uma forma de propaganda, aquela das sociedades clandestinas de conspiradores, enquanto Karl Marx exigia que se pusesse fim à propaganda secreta e que se transformassem as limitadas agitações subterrâneas em um vasto e visível movimento de massas.

A preferência por sociedades secretas tinha sido favorecida pela repressão social e política reinante na fase imediata precedente: “Por causa do Congresso de Viena houve um florescimento de sociedades secretas, que minavam o solo da vida política e social do continente europeu. Na França, as associações blanquistas eram uma forma de ‘carbonarismo’. A ‘Liga dos Justos’ surgiu da ‘Liga dos Exilados’. Estes eram intelectuais emigrados de diversas nações. Alguns artesãos que haviam ingressado nessa *Ligue des Bannis* acabaram separando-se dos intelectuais e formando a ‘Liga dos Justos’. Composta quase que exclusivamente por operários, ela logo se tornou socialista, tendência que se desenvolveu por completo com o golpe de força ensaiado pelos blanquistas em 1839, no qual tomaram parte alguns membros da Liga”.⁸³⁴ “Enquanto a antiga desconfiança em relação aos ‘intelectuais’ começava a desaparecer entre os operários e seus representantes, e ‘o proletariado ia buscar suas armas intelectuais na filosofia’, os filósofos descobriam nos operários, nesses ‘bárbaros’ de nossa sociedade civilizada, o ‘elemento prático da emancipação do homem’. Depois da rebelião dos tecelões da Silésia em junho de 1844, Marx declarava, no *Vorwärts*, que a Alemanha não podia ‘encontrar o elemento ativo de sua liberação senão no proletariado’”.⁸³⁵ A fusão da ideia, da força material de classe e da organização revolucionária pavimentava seu caminho.

O vínculo entre a “Liga” (basicamente alemã) e a “Carta” (inglesa) ensejou uma nova síntese política para a luta dos trabalhadores: “Os cartistas que haviam ingressado na Liga o fizeram com a condição de que pudessem manter sua ligação com o partido. O seu intuito era organizar uma espécie de núcleo comunista no cartismo, para ali expandir o programa e os objetivos dos comunistas”.⁸³⁶ A Liga dos Justos tinha, apesar dos alemães serem preponderantes entre seus membros, um caráter internacional: “A Liga dos Justos devia alguns traços de sua organização secreta às sociedades secretas neobabeuvistas com as quais as comunas da Liga em Paris tinham estreitas relações. Os membros da Liga estavam obrigados a difundir os princípios, fazer novos recrutamentos, fundar associações oficiais de operários e artesãos... Foi somente nos grandes centros da Liga, em Paris e Londres, e mais tarde em Genebra, que as comunas tiveram uma existência e uma atividade contínuas, apoiando-se sempre em associações operárias paralelas”.⁸³⁷

Karl Marx, residente em Paris (onde ficou do final de 1843 até cinco de fevereiro de 1845, quando foi expulso por sua colaboração com o *Vorwärts* e partiu para Bruxelas) manteve-se nesse período à margem das sociedades secretas. Marx não aderiu à “Liga dos Justos”, apesar de frequentar as suas reuniões na rua Vincennes, vigiadas pela polícia prussiana, e apesar da estima que tinha pelos artesãos comunistas, enquanto homens e lutadores: “Entre eles - escreveu em 1844 - a fraternidade não é uma palavra vazia, mas uma realidade, e toda a

⁸³⁴ Emilio Frugoni. *Génesis, Esencia y Fundamentos del Socialismo*. Buenos Aires, Americalee, 1947.

⁸³⁵ Bert Andreas. *La Liga de los Comunistas*. México, Cultura Popular, 1977.

⁸³⁶ David Riazanov. *Marx y Engels*. Buenos Aires, IPS, 2012.

⁸³⁷ Bert Andreas. *Op. Cit.*

nobreza da humanidade irradia desses homens endurecidos pelo trabalho”, nos quais ele admirava “o gosto pelo estudo, a sede de conhecimentos, a energia moral, a necessidade de desenvolvimento”.

Convidado pela Liga dos Justos a aderir a ela, Marx afiliou-se só no início de 1847. Sob sua influência, e a influência ainda maior de Friedrich Engels (que aderiu à liga antes de Marx, e convidou insistentemente este a fazer o mesmo) foram estabelecidos novos estatutos, cujo primeiro artigo afirmava: “O fim da Liga é a derrubada da burguesia, o reino do proletariado, a supressão da antiga sociedade burguesa fundada no antagonismo de classes e o estabelecimento de uma nova sociedade sem classes e sem propriedade privada”. A Liga foi reorganizada depois que Marx e Engels exigiram que se suprimisse dela tudo o que favorecesse a “superstição autoritária”. Colocou-se desse modo um fim a todo tipo de conspiração, que requeria métodos ditatoriais da direção, e a atividade da Liga concentrou-se na propaganda pública, pelo menos quando isso fosse possível.

O congresso da Liga aprovou a publicação de uma revista, cujo único número apareceu em setembro de 1847, com o título de *Revista Comunista*. Nesse número apareceu como epígrafe, substituindo o antigo lema da Liga: “Todos os Homens são Irmãos”, o indicado por Engels por sugestão de Marx: “*Proletários de todos os países, uni-vos*”. O internacionalismo operário, iniciado pelos operários grevistas de Manchester e Lyon, virava *programa político*. Existia já na Inglaterra, de modo claro e visível, uma *classe* operária nascida da fábrica, que fazia valer suas reivindicações através do poderoso movimento cartista; havia liberdade de reunião e de associação; havia, além dos numerosos operários e artesãos de todos os países europeus, exilados políticos franceses, alemães, italianos e poloneses de todas as opiniões. A influência do movimento cartista foi decisiva para o surgimento do comunismo operário, impulsionado por Karl Marx e Friedrich Engels.

O cartismo testemunhou o impetuoso despertar político da classe operária no cenário social europeu. Com base no programa democrático, o cartismo organizou manifestações de massas, e até uma greve geral em 1842, que abarcou mais de cinquenta mil operários, e que inaugurou a prática dos “piquetes móveis”, depois mundialmente difundida. A ação dos cartistas foi eficiente, eles conseguiram mudanças efetivas, tais como a primeira lei de proteção ao trabalho infantil (incluída na *Factory Act*), a lei de imprensa (1836), a reforma do Código Penal (1837), a regulamentação do trabalho feminino e infantil, a lei de supressão dos direitos alfandegários sobre os cereais (esta, em aliança com os políticos liberais e a burguesia industrial) tornando-os mais baratos para o consumo do povo, a lei das associações políticas.

A luta dos trabalhadores contra a burguesia foi, portanto, em escala histórica e internacional, a consequência das contradições que, no sistema de produção capitalista, opunham o capital ao trabalho assalariado. Essa luta atravessou diversas fases: as primeiras reações anticapitalistas dos trabalhadores focalizaram os instrumentos da dominação capitalista (as máquinas, as leis contra a “ociosidade”, das quais se tentava fugir), para só depois atacarem as próprias relações sociais, baseadas na propriedade privada burguesa dos meios de produção, que forneciam sustentação a esses instrumentos. O movimento operário organizado foi o resultado da percepção, pelos trabalhadores, do caráter irreconciliável das contradições de classe.

A ideia de *organização independente de classe*, que surgiu da concentração física e social da nova classe operária criada pelo desenvolvimento capitalista, expressava a ideia de uma luta de longo prazo, onde o que estava em jogo era o próprio poder na sociedade, a sua direção política: “A exigência da apropriação de todos os meios de produção em nome da sociedade pelo proletariado elevado à direção política exclusiva”, nas palavras de Engels. Em que pesem os avanços sociais conquistados, o capitalismo apresentava a clara tendência para a diminuição da parte dos salários na totalidade da riqueza produzida: “A distribuição da riqueza social entre o capital e o trabalho tornou-se ainda mais desigual. Com o mesmo capital, o capitalista controla uma quantidade maior de trabalho. O poder da classe capitalista sobre a

classe operária cresceu, a posição social do trabalhador piorou, desceu um degrau mais abaixo da do capitalista”.⁸³⁸

A tendência para a miséria social relativa se transformava em tendência para a miséria social absoluta em períodos de crise. Qualquer luta que se limitasse a “melhoras” na condição dos trabalhadores não conseguiria inverter essa tendência: “A organização dos trabalhadores, sua sempre crescente resistência, possivelmente opere como muro de contenção ao aumento da miséria, mas o que aumenta com certeza é a insegurança da existência”.⁸³⁹ As condições de trabalho e de vida se tornavam cada vez mais incertas com o avanço do capitalismo. Essa era a base da tendência objetiva para uma luta contra as próprias bases do regime de produção do capital. Marx notara que “os efeitos de todos estes avanços sobre o salário relativo dos operários são o resultado mecânico da produção mercantil e do caráter de mercadoria da força de trabalho. E por isso que a luta contra a queda do salário relativo traz em si a luta contra o caráter de mercadoria da força de trabalho, isto é, contra a produção capitalista em seu conjunto. A luta contra a queda relativa do salário já não é uma luta que se desenvolve no terreno da economia mercantil, mas um assalto revolucionário, subversivo, contra a existência dessa economia, é o movimento socialista do proletariado”.⁸⁴⁰

Através do movimento operário, a luta inicialmente dispersa dos trabalhadores se transformou em luta de classe. O movimento operário, inicialmente, retomou as formas de luta características dos movimentos e classes oprimidas que o precederam: escravos, plebeus, artesãos, camponeses. Mas não se limitou a retomá-las: também as reformulou, de acordo com as novas condições de produção, criando formas específicas de organização. Na luta do movimento operário, porém, não houve duas fases em sequência cronológica, primeiro sindical (em defesa do valor da força de trabalho) e, só depois, política (luta pelo poder na sociedade e pela abolição da exploração capitalista). Toda luta de classes é, ou tende a ser, uma luta política. No berço histórico do movimento operário (a Inglaterra), os sindicatos, de um lado, e as organizações e reivindicações políticas (sufrágio universal, parlamento aberto aos representantes dos trabalhadores), do outro, como vimos, surgiram paralelamente. As primeiras grandes vitórias da classe operária na luta em defesa da força de trabalho foram o produto de movimentos de natureza e conotações claramente políticas.

A luta sindical e a ação política operária não estiveram separadas por períodos históricos diferenciados, nem possuíram natureza radicalmente diferente: foram duas faces de uma mesma atividade histórica de classe. O pensamento socialista contemporâneo surgiu junto com o próprio capitalismo, expressando a sensibilidade de diversos setores sociais, ou de pessoas oriundas de classes sociais diversas, em relação ao caráter dramático e destrutivo das contradições e catástrofes sociais geradas pelo sistema capitalista. A maioria dos pensadores socialistas ficou convencida de que essa desagregação social só teria fim com a abolição da propriedade privada dos meios de produção. Ao mesmo tempo, teve consciência de que as novas forças produtivas criadas pelo capitalismo (o sistema industrial) tornavam possível pela primeira vez na história a realização prática de uma sociedade socialista (baseada na propriedade coletiva dos meios de produção), ideia cuja formulação precedera em muito ao próprio capitalismo, e que fora inicialmente apresentada dentro de ideologias religiosas.

O avanço da produção e a nova legalidade relativa para a ação operária, por outro lado, criavam a possibilidade para iniciativas reformistas dentro do sistema vigente. Nas condições criadas pela expansão do mercado capitalista, por outro lado, setores de trabalhadores começaram a tentar contorná-lo, escapando ao destino cruel reservado à classe operária. Na Inglaterra, vinte e oito tecelões entraram para a história como os “Pioneiros de Rochdale”,

⁸³⁸ Karl Marx. *Trabajo Asalariado y Capital*, ed. cit.

⁸³⁹ Friedrich Engels. Crítica ao programa de Erfurt. In: Karl Marx e Friedrich Engels. *Textos*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

⁸⁴⁰ Karl Marx. *Introducción a la Crítica de la Economía Política (1857)*. Córdoba, Pasado y Presente, 1973.

iniciando o movimento que se conheceria depois como *cooperativismo*, lançado em 1844 com a constituição da primeira cooperativa de consumo. Rapidamente, o cooperativismo estendeu-se para a Europa continental. Os dirigentes cartistas mais importantes criticaram-no de forma severa, o que não impediu que o cooperativismo progredisse de maneira cada vez mais rápida.

O cooperativismo foi postulado como alternativa à luta de classes: “Marx imaginava a sociedade futura como unificada no trabalho, mas via a sociedade do seu tempo dividida em duas classes opostas, e acreditava acelerar a vinda da unidade estimulando em todos os sentidos essa cisão para provocar uma catástrofe resolutive. Com isso concluiu agravando o mal presente sem conseguir aproximar o utópico bem futuro. Das suas lições os operários aprenderam só a parte que ensinava a organizar a luta contra o adversário, esquecendo ou perdendo da vista o fato de que, por cima de qualquer contingência da luta, existiu sempre uma mais elevada solidariedade de relações entre trabalho e capital... A realidade histórica, sempre mais rica e complexa do que a imaginação, criou eventos destinados a moderar ou desviar o impulso para a catástrofe final. Da própria organização do trabalho surgiu o movimento cooperativista que unificou, ainda em zonas muito restritas, as funções de capital e trabalho, fazendo os operários participarem dos frutos do *seu* capital”.⁸⁴¹

O problema consistia em que esse capital *não era seu* e em que, com o desenvolvimento capitalista, essas “zonas” se restringiram. Seus inegáveis sucessos, no entanto, fizeram com que se afastasse da luta de classes um contingente significativo de trabalhadores, esse foi o motivo e o objeto da crítica dos socialistas cartistas ao cooperativismo. Cooperativismo, sindicalismo e cartismo (ação política) mostravam diversas faces, eventualmente divergentes ou conflitivas, da ação da classe operária.

Na sua trajetória, o cartismo inglês antecipou os debates posteriores do movimento operário, ao cindir-se em duas alas: 1) A ala partidária da força moral, confiante numa aliança com setores da burguesia e na pressão moral da justiça das suas reivindicações, que os levaria à vitória; esta ala baseava sua ação no sul da Inglaterra, onde predominavam os velhos trabalhos artesanais; 2) A ala partidária da força física, responsável pela organização das greves e convencida de que só a ação direta dos operários os levaria ao triunfo; sua base de recrutamento era o norte industrial, especialmente os operários de Manchester, núcleo da revolução industrial e do proletariado fabril moderno. A *Carta*, assim, antecipou debates ulteriores sobre reformismo e revolução. Em 1842, no auge do movimento cartista, foi feita uma petição que exigia o sufrágio universal e a resolução de problemas econômicos prementes. Apesar dos três milhões de assinaturas que a acompanharam, a petição foi recusada pelo Parlamento inglês.

Nem a reforma eleitoral, nem o desenvolvimento do movimento cartista interessaram, porém, Robert Owen, para quem o sufrágio universal era uma simples “mania popular”.⁸⁴² A pressão e a ação no Parlamento não obteriam, para Owen, alterações decisivas no sistema de produção, baseado na propriedade privada. Mas a classe operária era já uma presença incontornável no cenário político e social: na década de 1840, “a história europeia assumiu uma nova dimensão: o problema social, ou melhor, a revolução social em potência encontrava expressão típica no fenômeno do proletariado. Sobre a base de uma classe operária que crescia e se mobilizava, era agora possível uma nova e mais significativa fusão da experiência e das teorias jacobino-revolucionárias-comunistas, com as socialistas-assocacionistas”.⁸⁴³

Do outro lado do Canal da Mancha, a inquietação operária encontrava também seus veículos teórico-ideológicos. Em 1840, na França, o sapateiro Pierre-Joseph Proudhon publicou *O que é Propriedade?*, um panfleto de enorme repercussão, onde respondia à pergunta do título com

⁸⁴¹ Guido de Ruggiero. *El Concepto del Trabajo en su Génesis Histórica*. Buenos Aires, La Pléyade, 1973, p. 84.

⁸⁴² Edoardo Grendi. *Le Origini del Movimento Operaio Inglese 1815-1848*. Bari, Laterza, 1973.

⁸⁴³ Eric J. Hobsbawm. *Trabalhadores*. Estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

uma resposta simples: “É um roubo”. Baseando-se em informações históricas, jurídicas e econômicas, Proudhon procurava demonstrar que toda a propriedade tem em sua raiz um ato de roubo, atacando o conceito de renda, que seria o direito de exigir algo a troco de nada. Proudhon identificava uma parcela da população como produtores de riqueza (os trabalhadores) e outra como os usurpadores dessa riqueza (os proprietários). Concluiu que a propriedade era impossível, só podendo existir como ficção jurídica imposta pela força, através do Estado: os cidadãos só estariam livres da imposição da propriedade numa sociedade onde o Estado não existisse. Embora ele não usasse o termo, Proudhon veio a ser, por isso, considerado o pai ideológico do anarquismo. O próprio Proudhon, porém, era adversário de qualquer espécie de violência de classe (operária) e do próprio conceito de revolução.

CHARTIST DEMONSTRATION!!

“PEACE and ORDER” is our MOTTO!

TO THE WORKING MEN OF LONDON.

Fellow Men,—The Press having misrepresented and vilified us and our intentions, the Demonstration Committee therefore consider it to be their duty to state that the grievances of us (the Working Classes) are deep and our demands just. We and our families are pining in misery, want, and starvation! We demand a fair day’s wages for a fair day’s work! We are the slaves of capital—we demand protection to our labour. We are political serfs—we demand to be free. We therefore invite all well disposed to join in our peaceful procession on

MONDAY NEXT, April 10,

As it is for the good of all that we seek to remove the evils under which we groan.

The following are the places of Meeting of THE CHARTISTS, THE TRADES, THE IRISH CONFEDERATE & REPEAL BODIES:

East Division on Stepney Green at 8 o’clock; City and Finsbury Division on Clerkenwell Green at 9 o’clock; West Division in Russell Square at 9 o’clock; and the South Division in Peckham Fields at 9 o’clock, and proceed from thence to Kennington Common.

Signed on behalf of the Committee, JOHN ARNOTT, Sec.

Henry Hincham, Printer, 5, Edward Street, Hoxton Road.

Cartaz de convocação da demonstração cartista de 10 abril de 1848, em “paz e ordem”

No festival operário comemorativo da proclamação da República Francesa de 1792, celebrado em Londres em 1845, o manifesto de convocação declarou que “os democratas de todos os países desejam que a igualdade à qual aspirou a Revolução Francesa renasça na França e se estenda à toda a Europa”. No seu informe a respeito desse festival, Engels escrevia que “atualmente a democracia é o comunismo. A democracia se transformou em princípio proletário, princípio de massas”. A Liga dos Justos, que tinha organizado o festival junto aos cartistas ingleses e exilados revolucionários continentais, encarregou Marx e Engels da redação de seu programa, que se transformaria no célebre *Manifesto Comunista*. Em 1847, a última onda de atividade cartista conquistou a jornada de trabalho de 10 horas: a primeira vitória “sindical” de alcance histórico da classe operária foi produto de um movimento claramente político.

O *Ten Hour Act* culminou uma batalha de quase duas décadas (o *Ten Hour Movement*). A lei tornou-se possível graças à aliança (tácita) da burguesia industrial com a classe operária, em oposição à aristocracia latifundiária. Em troca da jornada das dez horas de trabalho, as classes trabalhadoras apoiaram os esforços dos representantes do capitalismo para abolir a proteção

cerealífera (o que era contrário aos interesses dos *landlords* e dos rendeiros capitalistas). A restrição legal à jornada de trabalho enfrentou grande resistência dos fabricantes nos primeiros momentos de sua implantação, apesar de contar com a aquiescência de outros. Muitos fabricantes colocavam-se acima da lei, além de contarem com a recomendação dos juízes (originários da própria classe capitalista) para que os inspetores de fábrica do Estado fizessem “vista grossa à (não) aplicação da lei”. A “jornada de trabalho legalmente limitada”, segundo Marx, apenas “esclarece quando termina o tempo que o trabalhador vende e quando começa o tempo que a ele mesmo pertence”.

Em finais de 1848, depois do *meeting* de Kennington Commons, o movimento cartista já estava esfacelado e derrotado. No final dessa década, o movimento dividiu-se: seus membros intelectuais e de classe média se agruparam na “Associação Nacional para a Reforma Parlamentar e Financeira”; seus membros operários, por sua vez, apoiaram a Associação Nacional da Carta (dirigida por Ernest Jones e George Harney) e a Liga Nacional da Reforma (dirigida por Bronterre O’Brien), ambas de programa socialista. Harney e Jones mantinham estreito contato com os exilados operários e artesãos alemães, junto aos que gozavam de ampla influência Marx e Engels. Com o declínio e o fim do cartismo fechou-se a primeira etapa histórica do movimento operário, iniciada em 1795 e com centro na Inglaterra, durante a qual “viveu e se desenvolveu a tradição de um radicalismo popular. Faltou a direção formativa e educativa de um partido político operário. Os frutos colhidos pelo sindicalismo só foram possíveis em razão do privilégio único (da Inglaterra) de uma economia imperial”.⁸⁴⁴

No entanto, sua importância histórica pode ser medida pelo fato de ter lançado e dado uma base de massas a duas reivindicações centrais do operariado, que teriam influência decisiva em futuros movimentos, e na própria estruturação contemporânea das sociedades capitalistas: a) a redução da jornada de trabalho; b) o sufrágio universal e secreto. Para Georges Rudé, “o cartismo foi, de fato, um movimento popular rico e multifacetado, herdeiro de uma tradição política radical, mas também filho das más colheitas e da pobreza, das habitações precárias, da falta de saúde e do emprego que acompanharam o crescimento de uma nova sociedade industrial”.⁸⁴⁵

O impacto das reivindicações cartistas, por outro lado, foi internacional, pois serviu de referência a movimentos operários de outros países. Em 1848, a questão do sufrágio universal foi um dos componentes da onda revolucionária que abrangeu toda Europa. A redução da jornada de trabalho (para oito horas), por sua vez, seria a grande campanha em que se basearia internacionalmente a estruturação de partidos operários de massa. A tentativa de usar o modelo sindicalista ou mutualista não somente para lutar por maiores salários, mas também para derrotar a sociedade existente e estabelecer uma nova, feita na Inglaterra entre 1829 e 1834, e depois durante o cartismo, no entanto, fracassou, o que destruiu na Inglaterra o movimento socialista e proletário revolucionário precocemente,⁸⁴⁶ predispondo-o daí em diante para uma atuação reformista.

A formulação programática mais transcendente do movimento operário nesse período foi, sem dúvida, o *Manifesto Comunista*, publicado em finais de fevereiro de 1848, em Londres, em língua alemã. Antes disso, Friedrich Engels tinha dado a conhecer um pequeno “catecismo” comunista conhecido como *Princípios de Comunismo*.⁸⁴⁷ Como foi estabelecido por Bert Andréas, é provável que o próprio Marx tenha levado os originais do “Manifesto” de Bruxelas, sua residência de exílio depois de expulso da Alemanha, para Londres, na última semana de fevereiro de 1848. A urgência foi ditada pela explosão da “revolução de fevereiro” na França.

⁸⁴⁴ Edoardo Grendi. *Le Origini del Movimento Operaio Inglese 1815-1848*. Bari, Laterza, 1973.

⁸⁴⁵ George Rudé. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

⁸⁴⁶ Eric J. Hobsbawm. *A Era das Revoluções 1789–1848*. São Paulo, Paz e Terra, 2005, pp. 292 - 293.

⁸⁴⁷ Friedrich Engels. *Princípios de Comunismo e Outros Textos*. São Paulo, Mandacaru, 1990.

O *Manifesto* tinha sido encomendado pela *Liga dos Justos*, organização composta basicamente por operários e artesãos alemães exilados, ao próprio Marx.

Quando o *Manifesto Comunista* foi encomendado em novembro de 1847 a opinião dominante era que Europa estava às vésperas de uma revolução. Apesar do sentimento de urgência, Marx demorou em entregar o documento. No final de janeiro de 1848 a direção da Liga, residente em Londres, enviou a Marx uma carta impaciente: “Informamos que o Comitê Regional de Bruxelas deverá prosseguir imediatamente à notificação do cidadão Marx de que se o Manifesto do Partido Comunista, cuja redação o mesmo consentiu em realizar, não chegar a Londres até terça-feira, 1º de fevereiro, maiores medidas serão tomadas contra ele. Caso o cidadão Marx não escreva o ‘Manifesto’, o Comitê Central exige a imediata devolução dos documentos que lhe foram cedidos pelo Congresso (da Liga dos Comunistas)”.



A demonstraco cartista de 1848, em daguerreotipo

A carta estava assinada por Bauer, Schapper e Moll, trs operários alemães exilados em Londres, então dirigentes da Liga. Marx se apressou em concluir o documento solicitado. A publicao do *Manifesto*, em fevereiro de 1848, coincidiu com o início da esperada revoluo. O termo “comunista” merece uma explicao. Na época, o “socialismo” era considerado uma doutrina burguesa, identificada com os vários esquemas reformistas experimentais e utópicos dos ideólogos pequeno-burgueses. Os comunistas eram aqueles que estavam claramente a favor da derrubada revolucionária da ordem existente e do estabelecimento de uma sociedade igualitária.

Em pouco mais de meio século tinha se evoluído das primeiras e pequenas organizaes operárias clandestinas até organizaes maiores e inclusive a formulao de uma doutrina revolucionária que propunha a constituio do proletariado como “classe dominante”, como expôs o *Manifesto Comunista*. O movimento operário inglês não criou um modelo geral, mas evidenciou tendências e características que estiveram presentes em todos os países com desenvolvimento capitalista industrial. Desde seus primórdios, o movimento operário (inglês, francês e alemão, nessa primeira fase de sua história moderna) teve consciência de expressar as aspiraes de uma classe *universal*. As revolues de 1848 foram seu primeiro grande teste político num cenário internacional.

25. CRISE ECONÔMICA E REVOLUÇÃO: 1848

*Se o objetivo da história é descrever o movimento da humanidade e dos povos, a primeira pergunta que, se ficar sem resposta, torna todo o resto incompreensível, é a seguinte: qual é a força que move os povos? ... Se outra força ocupou o lugar do poder divino, é preciso explicar em que consiste essa força nova, pois é precisamente nela que reside todo o interesse da história (Leon Tolstoi, **Guerra e Paz**)*

*Foi o paradigma de um tipo de “revolução mundial” com o qual, dali em diante, rebeldes poderiam sonhar e que, em raros momentos como no pós-guerra das duas conflagrações mundiais, eles pensaram poder reconhecer (Eric J. Hobsbawm, **A Era do Capital**)*

*A sociedade burguesa, com suas relações de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou. Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. Uma epidemia, que em qualquer outra época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade - a epidemia da sobre produção. A sociedade vê-se subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea (...) O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios para evitá-las (Karl Marx e Friedrich Engels, **Manifesto Comunista**)*

Em suas *Memórias* dizia o príncipe Metternich, arquiteto do Congresso de Viena de 1815, que “a política é um luxo inútil quando não esta voltada a combater os perigos sociais” (no caso, o espírito revolucionário democrático). Observava que os burgueses se afanavam para “ver garantidos seus lucros a expensas de qualquer ordem existente”, e declarava: “Me dei à tarefa, não de impedir para sempre a revolução das classes burguesas e intelectuais, o que era impossível, mas de tê-la congelada quanto pudesse”.

Qualquer redistribuição do poder - sabia Metternich - teria dado vantagens políticas à classe burguesa, com o inevitável resultado de uma subversão do equilíbrio geopolítico europeu, ameaçando a precária unidade do império austríaco dos Habsburgo, de caráter multinacional. A agitação operária da primeira metade do século XIX, por isso, não estava social nem politicamente isolada. Aconteceu no marco de uma crise social e política crescente, que abalou cada vez mais os regimes autocráticos, reinstaurados ou reforçados depois da derrota continental da França napoleônica, e da constituição da Santa Aliança, o acordo internacional entre dinastias destinado a evitar o ressurgimento do fenômeno revolucionário “francês” (que, na verdade, fora continental e, até certo ponto, mundial).

Assim, não surpreendeu ninguém que, em 1848, uma série de revoluções abalasse a Europa, com especial força. Fato notável é que “a revolução europeia de 1848 fosse essencialmente policêntrica e se expressou em uma série de variantes locais do liberalismo, mantidas juntas por significativas semelhanças quanto aos objetivos perseguidos... As notáveis analogias entre as diversas experiências revolucionárias foram significativas, em uma Europa na qual as estruturas políticas, sociais e econômicas variavam bastante de um país para outro”.⁸⁴⁸ Regimes governamentais autocráticos, crises econômicas, falta de representação política das classes médias e nacionalismo despertado nas minorias da Europa central e oriental, foram apontados como causas comuns dos movimentos que abalaram as monarquias da Europa, onde tinham fracassado previamente as tentativas de reformas políticas e econômicas.

⁸⁴⁸

Mike Rapport. 1848. L'anno della rivoluzione. Bari, Laterza, 2011, p. 518.



A República chuta o “Rei Burguês” da França; “Vai te fazer enforcar alhures!”

Também chamada de “Primavera dos Povos”, esse conjunto de revoluções de caráter democrático e nacionalista, mas onde também despontou a atividade revolucionária do operariado, foi iniciado por membros da burguesia e da nobreza liberal que exigiam governos constitucionais, e por trabalhadores e camponeses que se rebelaram contra as condições paupérrimas de vida. O caráter simultâneo da explosão revolucionária em países tão diversos não foi produto do acaso, mas da consciência revolucionária, que sabia estar enfrentando não uma soma de Estados, mas uma coalizão contrarrevolucionária internacional, um “sistema de Estados”, que tinha sido organizado em 1815, em Viena.

A partir de 1845, a situação política francesa foi agravada pela eclosão de uma crise econômica. Na França, “o perfume da Grande Revolução (de 1789) e da Revolução de Julho (de 1830) ainda está no ar”, escrevia o exilado alemão Stephen Born sobre a Paris da década de 1840. Marx, ao analisar a revolução de 1848 na França, associou-a à depressão do comércio mundial em 1847 e à crise econômica que assolou aquele país nos anos imediatamente anteriores ao conflito, provocada pela recessão e agravada pelas más colheitas. A crise acabaria se estendendo por todo o continente e esteve na origem das revoluções na Sicília, na Sardenha, na Dinamarca, no Piemonte, na França, na Prússia, na Saxônia, na Hungria, na Áustria. Não houve recanto da Europa ocidental e central que fosse poupado da onda revolucionária, em condições de crise econômica e social.

Os anos de 1845 e 1846 foram de péssimas colheitas, desencadeando uma crise agrícola em todo o continente. Na França, em Buzançais (departamento de Indre), na primavera de 1847, por iniciativa dos operários famintos e dos habitantes das aldeias vizinhas, foram assaltados armazéns de víveres pertencentes a especuladores; isto deu lugar a um sangrento choque da população com a tropa. Os acontecimentos de Buzançais provocaram uma cruel repressão governamental: quatro participantes diretos nos acontecimentos foram executados em 16 de abril de 1847, e muitos outros foram condenados a trabalhos forçados. A crise agrícola europeia iniciou-se em Flandres e na Irlanda, com as péssimas colheitas de batatas.

Na Europa ocidental, a má colheita de trigo desencadeou em 1846 uma série de revoltas camponesas. Essa crise desencadeou uma alta vertiginosa do custo de vida, atirou à miséria grandes setores da população rural e reduziu drasticamente sua capacidade de consumo de produtos manufaturados. A crise se agravou atingindo a indústria e as finanças, mas atingiu de forma diferente cada região. Foi predominantemente industrial na Inglaterra e na França, agrícola na Irlanda e na Itália. De qualquer modo, atingiu duramente a massa popular, que se tornou extremamente sensível aos apelos revolucionários difundidos pelos socialistas, que conquistaram grande audiência no cenário europeu: “Frente às escandalosas orgias da

aristocracia financeira: a luta do povo pelos bens de primeira necessidade!”, escrevia Marx, no jornal democrático radical (a “Nova Gazeta do Reno”) que dirigia na Alemanha.

A questão das crises econômicas já vinha sendo abordada há décadas pela economia política, estabelecendo a diferença entre as crises de escassez (provocadas geralmente por fenômenos naturais) e as crises de abundância, provocadas por fatores econômicos. O primeiro momento importante para a descoberta dos componentes das crises modernas veio com o maquinismo e a grande indústria que, com seus aspectos econômicos originais, introduziu uma série de alterações no regime capitalista de produção, tornando-o inédito e imprevisível. As primeiras tentativas de explicação para a ocorrência de crises e depressões periódicas nas modernas sociedades industriais vieram da escola econômica clássica. No período pré-capitalista, catástrofes naturais como geadas, enchentes, secas, pragas e epidemias ou o envolvimento dos povos em guerras provocavam queda na produção, gerando escassez e privações generalizadas. Eram “crises de subprodução”.

A amplitude dos efeitos dessas crises, contudo, dependia do modo como estavam estruturadas as relações sociais, sendo tanto mais graves quanto mais desigual fosse a distribuição da produção social: “No capitalismo, o problema da reprodução em escala ampliada não pode se separar do fenômeno da crise. Quando tem lugar a reprodução simples - como ocorreu durante séculos em estratos econômicos pré-capitalistas (tanto no Egito como na Índia, na China como na Europa e na Idade Média) - quer dizer, quando o sobre trabalho é absorvido pelo consumo pessoal da classe dos senhores, a crise específica do capitalismo resulta impossível. Quando se produzem desequilíbrios no processo econômico, estes se originavam em fatores extra econômicos”.⁸⁴⁹ Diversamente, a crise capitalista era uma crise de sobre produção de *valores*, isto é, de excessiva produção de mercadorias e de pletora de capitais.

Exemplos de crises em sociedades nas quais a produção de mercadorias não dominava o conjunto da vida social eram as crises de escassez do Antigo Regime. As crises que assolaram os países europeus, nos séculos XVII e XVIII, eram localizadas, em geral diretamente relacionadas ao setor agrícola, daí irradiando-se para outros planos da estrutura econômica, como acontecera na crise que precedeu à Revolução Francesa. Alguns autores ainda consideraram a crise de 1848 como a última do gênero referido, e a de mais graves consequências sociais e políticas.

De qualquer modo, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX, os países manufatureiros europeus em que dominava a produção têxtil, França e Inglaterra especialmente, viram surgir outro tipo de crise, que poderíamos denominar de “crises mistas”. Elas se distinguiam das crises de subprodução por não estarem inteiramente determinadas pela conjuntura agrícola, embora o “mercado dos cereais” ainda exercesse forte influência sobre os rumos e ritmos da atividade econômica como um todo, e da indústria leve de um modo particular.

Os primeiros a se ocuparem dessas crises foram os economistas clássicos, cujo campo principal de observação foi a Inglaterra e a França. Para esses economistas, que dominaram o pensamento econômico durante o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, as primeiras crises industriais observadas apareciam como acidentes de natureza conjuntural no curso da acumulação de capital.⁸⁵⁰ Na obra de Adam Smith “não estava presente o problema dos esquadros necessários para que a produção se amplie. Smith não enfrenta o problema de como a procura se forma para enfrentar uma produção aumentada, consequência de uma ulterior acumulação de capital. Na sua concepção, todo o produto bruto anual é igual à soma dos salários, lucros e rendas. A poupança está destinada a transformar-se, no mesmo período

⁸⁴⁹ Fritz Sternberg. *El Imperialismo*. México, Siglo XXI, 1979, p. 60.

⁸⁵⁰ Bernard Rosier. *Les Théories des Crises Économiques*. Paris, La Découverte, 1988, p. 28.

(um ano) em que se forma, numa procura de bens de investimentos. Em soma, não há subtração de renda a ser usada no futuro”.⁸⁵¹

Nessas condições, a *sobreprodução* de valores não encontrava um lugar teórico específico no pensamento econômico. Na perspectiva da economia política clássica, dentro da chamada “Lei de Say”, o equilíbrio era o *estado natural* da economia. Haveria um equilíbrio natural (ou automático) entre produção e demanda, ou seja, a produção criaria sua própria demanda, sendo que qualquer desequilíbrio só poderia vir de fora do sistema, da mesma forma que, de acordo com a mecânica clássica, os corpos se encontrariam sempre em equilíbrio (segundo a primeira lei de Newton) até que uma força exterior lhes demovesse deste estado. Mas o retorno à condição anterior aconteceria sem interferência de nenhuma força externa. Através do livre jogo do mercado, da concorrência enquanto mecanismo regulador da oferta e da demanda, naturalmente o sistema teria capacidade de recuperar seu equilíbrio. É preciso notar, porém, que a “Lei de Say” só se aplicaria a um sistema de oferta e demanda perfeito, sem a possibilidade da poupança individual por parte dos capitalistas.

Segundo os economistas clássicos, o mercado tenderia naturalmente para o equilíbrio, desde que nada de estranho perturbasse a ordem natural das coisas. As crises eram consideradas acidentes conjunturais que aconteciam aleatoriamente no curso do fenômeno essencial: a acumulação de capital pelos capitalistas e o aumento da riqueza nacional. Suas investigações recaíram fundamentalmente sobre as causas ou fatores que estimulavam ou, ao contrário, dificultavam a acumulação. A busca do lucro máximo fazia a economia crescer e expandir-se por meio do reinvestimento. Além disso, o lucro era considerado premissa para a melhora das condições de vida por meio do crescimento da produção e da produtividade, servindo, portanto, a toda coletividade. A livre concorrência deveria manter os interesses individuais em equilíbrio por intermédio da troca de valores equivalentes, determinada pela *quantidade de trabalho* contida nas mercadorias.

Contudo, nas primeiras décadas do século XIX, as perspectivas econômicas mostraram-se sombrias, tanto para os economistas como para os homens de negócios. Embora nas fases iniciais da era industrial, entre 1780 e 1815, as novas atividades não exigissem investimentos de capitais muito vultosos, os produtores de algodão e os industriais incipientes encontravam dificuldades para reinvestir. As classes que possuíam condições de investir - grandes proprietários de terra, grupos mercantis e financeiros - não se interessavam em fazê-lo. Os investimentos tinham por pressuposto a manutenção dos salários em um patamar baixo. Logo após o término das guerras napoleônicas, os lucros da atividade algodoeira na Inglaterra caíram a um nível tal que parecia justificar o temor dos economistas de que a sociedade poderia chegar a um “estado estacionário”.⁸⁵²

O pessimismo marcou o pensamento dos últimos economistas clássicos. Para David Ricardo, a produtividade decrescente do cultivo da terra associada ao crescimento da população elevavam de uma só vez os custos e os preços dos alimentos, conduzindo a uma correspondente elevação dos salários e dificultando ou impedindo a acumulação de capital. A tendência ao desnível entre rendimentos do trabalho industrial e agrícola causaria elevação dos salários e diminuição dos lucros. A renda da terra seria favorecida e, conseqüentemente, os proprietários de terra (aristocracia rural) também, em detrimento da acumulação de capital. Thomas Malthus, por sua vez, exacerbou o lastro pessimista, mostrando que a população crescia em uma progressão geométrica e os meios de subsistência segundo uma progressão aritmética: para ele não havia equilíbrio automático e a “lei de mercado” de Say era um mito.

⁸⁵¹ Piero Barucci. *Adam Smith e la Nascita della Scienza Economica*. Firenze, Sansoni, 1977, p. 17.

⁸⁵² Eric J. Hobsbawm. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978; Frédéric Mauro. *História Econômica Mundial, 1790-1970*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

Para Marx, os estudiosos ingleses demonstravam profunda intuição em relação ao desenvolvimento da produção capitalista, ao perceberem na queda do lucro um entrave à acumulação de capital. Contudo, a compreensão da realidade social por eles esboçada estava limitada pelas condições históricas. A produção social possuía ainda, à época, um caráter marcadamente agrário, sendo igualmente de grande importância econômica o comércio ultramarino. O capitalismo não havia desenvolvido ainda sua forma econômica plena, caracterizada pela produção industrial em larga escala e pela luta de classes cada vez mais acentuada entre capitalistas e trabalhadores. Assim, apesar de dedicarem atenção ao antagonismo dos interesses de classe, percebiam no conflito de interesses entre capitalistas e proprietários de terra a contradição central da economia capitalista. Os antagonismos de classe - como também a divisão do trabalho, as classes sociais, o mercado e a acumulação - eram vistos como uma lei natural da sociedade, não sujeita a determinações históricas.

Entretanto, os efeitos mais notáveis das inovações técnicas foram o rebaixamento dos custos e o aumento do volume da produção, mas não necessariamente o aumento da taxa de lucros. Sendo o lucro considerado como a renda da classe dominante, os fatores que o propiciavam adquiriram relevância. Qualquer alteração nos lucros poderia exercer uma grande influência sobre os acontecimentos. A taxa de lucro surgiu assim como elemento causador das crises modernas. David Ricardo, representante dos interesses dos industriais em oposição aos proprietários rurais da Inglaterra, tentou explicar o problema a partir de fatores externos ao sistema industrial, através da *lei dos rendimentos decrescentes*: o lucro dependeria da proporção de trabalho social requerido para obter a subsistência dos trabalhadores (diferença entre os salários e o valor do produto) e do custo da produção dos produtos em geral. A taxa de lucro dependeria destas duas quantidades. Qualquer alteração no lucro só poderia ser feita alterando-se a proporção entre os salários e o valor do produto.

Como as inovações técnicas rebaixaram os custos de produção, qualquer perturbação só poderia advir do aumento do custo dos gêneros de subsistência. Para aumentar os lucros era preciso rebaixar os salários, o que só poderia ser feito se os produtos de subsistência também fossem rebaixados em seus preços (principalmente através das importações, o que feria os interesses dos proprietários de terra). Ricardo também sustentava que a produção criava por si mesma sua própria demanda, isto é, o valor total dos produtos deveria corresponder ao valor da renda distribuída sendo, portanto, impossível qualquer desequilíbrio causado por fatores intrínsecos ao sistema capitalista. Ricardo admitia a tendência decrescente na taxa de lucro, como um fator capaz de provocar perturbações, mas não ia além disso: ele “converte a produção burguesa em mera produção para o valor de uso. Considera *a forma específica da riqueza burguesa como algo puramente formal que não atinge o conteúdo do modo de produção*. Por isso nega também as contradições da produção burguesa, as quais se tornam gritantes nas crises”.⁸⁵³

Em 1816, 1825, 1836, 1847, a economia do país mais industrializado (Inglaterra), e a de outros que passavam pela Revolução Industrial, conheceu uma série de acidentes recorrentes com periodicidade decenal. O novo era que não consistiam em penúrias, mas em uma sobrecarga dos mercados, agravada pela iliquidez monetária ou financeira. As mercadorias superabundavam e o dinheiro desaparecia ou era emprestado por um preço mais alto (juros). Ao invés de uma alta de preços, as novas crises eram marcadas pela sua queda violenta. Na

⁸⁵³ Karl Marx. *Teorias sobre a Mais-valia*. São Paulo, Difel, 1985, vol. 3, p. 1109. Para fazer tais afirmações, Marx citou o seguinte trecho de *On the Principles of Political Economy*, de Ricardo: “A riqueza não depende do valor. Um homem é rico ou pobre de acordo com a abundância dos meios de subsistência e bens de luxo de que pode dispor. Foi a confusão entre a ideia de valor e a abundância ou riqueza que levou à afirmação de que se pode aumentar a riqueza, reduzindo-se a quantidade de mercadorias, isto é, as coisas necessárias, úteis e agradáveis à vida. Isso seria incontestável se o valor fosse a medida da riqueza, porque o valor das mercadorias aumenta com a escassez; mas se a riqueza consiste em meios de subsistência e de luxo, não pode ser acrescida por meio de redução da quantidade.”

segunda metade do século XIX, crises industriais aconteceriam nos países mais desenvolvidos em 1857, 1865, 1873, 1882-84 e 1890-93. Não era a subprodução que afetava a atividade econômica, mas a sobreprodução e o excesso de mercadorias industriais. Também na agricultura, já mecanizada, não havia penúria mas excesso de produtos invendáveis, só que precívalos. A atenção começou a se fixar nas crises. Com a industrialização inglesa estabeleceu-se a distinção entre empregados e desempregados. O desemprego cíclico já havia golpeado a Inglaterra no século XVIII, mas só no século seguinte tomou-se consciência do fato, chamando-o de “ciclo econômico”. Na fase de ascensão, todos os elementos da conjuntura se expandiam: produção, emprego, salários, lucros e preços. O desemprego não ultrapassa 1-2%, nesta fase que durava 4-5 anos. Logo depois, a situação se estabilizava e todas as variáveis entravam em declínio. Essa fase durava 3-4 anos: produção, emprego, rendas e preços caíam, o desemprego atingia taxas de 8-10%.

Nas primeiras décadas do século XIX, com a manifestação das crises de sobre produção para as quais a teoria clássica não tinha respostas satisfatórias, o economista “neoricardiano” suíço Sismondi (Jean Charles Léonard Simonde de Sismondi) foi um dos primeiros a perceber no novo tipo de crise - a industrial - um fenômeno ligado à natureza específica do sistema econômico capitalista. Esse autor, nos *Novos Princípios de Economia Política*,⁸⁵⁴ afastava-se dos clássicos, e criticava abertamente o *laissez-faire* e a lei de Say, segundo a qual a produção criava seu próprio consumo. A anarquia da produção, sem levar em conta as necessidades sociais, provocava as crises de sobreprodução. Em outras palavras, o poder de consumo não crescia necessariamente com o aumento da produção. O consumo dependia do modo de distribuição da renda entre as classes sociais. Para Sismondi, o subconsumo das massas era a verdadeira causa das crises modernas. O problema do “excedente” de produção não foi, porém, esclarecido por ele, que deu, entretanto, grande contribuição ao estudo das crises modernas ao apontar o caráter aleatório do equilíbrio numa economia dinâmica e em crescimento, em que a repartição da renda não era coordenada com o crescimento da produção nem com a composição da mesma.

A partir das décadas de 1830 e 1840, o temor da economia política clássica mostrou-se, aparentemente, infundado. Neste período, a industrialização entrou em uma nova fase, dominada pelas estradas de ferro, carvão, ferro e produção de aço. Marx afirmou que “as ferrovias nasceram como o *couronnement de l'oeuvre* nos países em que a indústria moderna estava mais desenvolvida: Inglaterra, EUA, Bélgica, França etc. E assim a chamo nem tanto no sentido que (as ferrovias) foram (junto aos navios transoceânicos a vapor e ao telégrafo) os meios de comunicação adequados ao moderno modo de produção, mas, sobretudo, no sentido em que foram a base de imensas sociedades por ações, pontos de partida de outras sociedades, em primeiro lugar a banca. Em resumo, deram impulso insuspeito à concentração de capital e, portanto, à aceleração e à ampliação em enorme escala da atividade cosmopolita do capital de crédito”. O ritmo da acumulação de capital aumentou.

O capital estendeu seu domínio sobre toda a sociedade e a burguesia conquistou o poder político nas duas potências industriais da época: Inglaterra e França. O conflito de classes entre capitalistas e trabalhadores assumiu um caráter cada vez mais agudo e ameaçador, cujos reflexos se fizeram notar também no pensamento econômico. A economia política distanciou-se da imparcialidade e objetividade que se esperava de estudos científicos, para transformar-se em uma *ideologia* da classe dominante. Seus defensores partiam da convicção de que o capitalismo era a única economia possível, as categorias econômicas válidas para esta economia eram extensivas a todas as formas pretéritas de sociedade humana.

A teoria do valor-trabalho, desenvolvida pelos economistas clássicos, que havia servido de arma da burguesia contra os antigos privilégios da nobreza e do clero, foi abandonada,

⁸⁵⁴ Simonde de Sismondi. *Nouveaux Principes d'Économie Politique*. De la richesse dans ses rapports avec la population. Paris, Libraire Delaunay, 1827.

surgindo a teoria dos custos de produção e, depois, a teoria da utilidade marginal, baseada nos princípios filosóficos utilitaristas desenvolvidos por Jeremy Bentham. A lei do valor-trabalho não possuía nenhum interesse prático para a burguesia vitoriosa. Sua atenção voltava-se inteiramente para o mercado. A produção não os preocupava enquanto objeto de conhecimento teórico, e sim os preços estabelecidos pela concorrência, pelo jogo entre a oferta e a procura, enfim, pelo “mercado”. O problema das crises não se colocava, uma vez que toda e qualquer oscilação na economia era atribuída a um desequilíbrio passageiro do mercado, provocado quase sempre por fatores externos ou subjetivos (psicológicos). A regularidade desses fenômenos foi explicada pela existência de “ciclos econômicos”, que passaram a ser estudados, chegando-se depois à formulação de diversas teorias a respeito (Jevons, Mitchell, Marshall, Kichner).⁸⁵⁵

Se, durante certo período, as crises apareciam como fenômenos anormais e inexplicáveis, a concepção cíclica que se seguiu, ao se constatar sua repetição bastante regular, as integrava em um movimento pendular que afetava os ritmos econômicos. A crise passava a ser “normal”, integrada ao ciclo: era este que devia ser estudado, sob a forma do *trade cycle* ou *business cycle*. Sismondi e Malthus tinham sido os primeiros a notar as crises como mais que um fenômeno conjuntural, ou seja, a considerá-las como um fenômeno ligado à natureza do capitalismo. Sismondi percebeu, sobretudo, a contradição fundamental do capitalismo, entre o valor de uso e o valor de troca: a crescente acumulação “restringe cada vez mais o mercado interno, em virtude da concentração das riquezas nas mãos de um pequeno número de proprietários e a indústria é cada vez mais forçada a procurar saída para seus produtos nos mercados estrangeiros, onde os aguardam perturbações ainda maiores”.

Thomas Malthus, por sua vez, criticou David Ricardo e aceitou, como Sismondi, que as crises pudessem ser causadas por fatores intrínsecos ao capitalismo. Da mesma forma, entendia que a produção crescente com a acumulação de capital, não criaria automaticamente sua própria demanda, analisando o problema através do princípio da população, sustentando que a classe trabalhadora seria sempre excessiva em relação aos meios de subsistência. Em *An Essay on the Principle of Population* de 1798,⁸⁵⁶ sustentou que a população tendia a crescer mais rapidamente que o suprimento de alimentos disponível para atender suas necessidades. Toda vez que ocorriam ganhos relativos na produção de alimentos através do crescimento populacional, um alto crescimento proporcional da população era estimulado; por outro lado, se a população crescia mais rápido que a produção de alimentos, este crescimento acabava produzindo fome, dificuldades sociais e guerras.

A produção ultrapassava o consumo, causando uma redução de preços e lucros e gerando superabundância e depressão no comércio, se os equipamentos produtivos fossem aumentados à custa do consumo, isto é, se os capitalistas instalassem máquinas que aumentassem a produção, cortando postos de trabalho e sacrificando assim o consumo. Os salários da classe trabalhadora não representariam mais do que uma parte do valor que o assalariado produz, não poderiam, portanto, adquirir a produção adicional resultante de um processo de acumulação crescente, pois teriam a capacidade e necessidade de consumo, mas não os meios para realizá-lo. Os capitalistas, em virtude da ausência de consumo, teriam de vender os produtos aos trabalhadores a preços que seriam apenas suficientes para sua própria sobrevivência, o que levaria a uma situação de desproporção entre a oferta e a demanda. A forma de se evitar essa desproporção seria estimular o superconsumo dos segmentos

⁸⁵⁵ Entre 1890 e a I Guerra Mundial verificou-se um enorme desenvolvimento da pesquisa em torno às flutuações econômicas, vinculada aos nomes de M. Tugan-Baranovski na Rússia, de A. Spiethoff na Alemanha, de K. Wicksell na Suécia, de R. Hawtrey na Inglaterra, de A. Aftalion e J. Lescure na França, de N. Kondratiev na Rússia. Tal desenvolvimento relacionava-se com as mudanças na economia capitalista no decorrer da grande depressão dos anos 1873-1896, que tinham posto em questão o otimismo clássico.

⁸⁵⁶ Thomas Malthus. *An Essay on the Principle of Population*. The future improvements of society. Londres, J. Johnson, 1798.

localizados fora do processo produtivo industrial, tal como os proprietários de terra, através da distribuição, por diversos meios, da riqueza dos capitalistas.⁸⁵⁷

Com esses argumentos, tanto Malthus quanto Sismondi introduziram o problema do subconsumo, enfatizando a limitação da demanda efetiva causada pela rigidez da massa salarial, resultante da exploração econômica dos assalariados. De modo semelhante, em seu *Sistema de Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria* (de 1846), Pierre-Joseph Proudhon afirmou que depois de ter provocado o consumo de mercadorias pela abundância de produtos, a sociedade estimulava a escassez pelo baixo nível dos salários. Essa variante da “teoria do subconsumo” foi a primeira tentativa de se formular uma teoria das crises capitalistas como crítica do capitalismo. Marx não desprezou essas formulações teóricas, e levou em conta o fato dos economistas clássicos colocarem em evidência o caráter aleatório do equilíbrio de um sistema econômico dinâmico em crescimento, dotado de um modo de distribuição de renda que não é coordenado nem com o crescimento da produção, nem com sua composição.

Em 1842 começou a abrandar a depressão que desde 1837 pesava sobre a indústria inglesa. A procura externa de produtos industriais ingleses aumentou ainda mais nos dois anos seguintes. O período até 1845 marcou, na Inglaterra, a fase de maior prosperidade. Em 1843, a guerra do ópio abriu a China ao comércio inglês. O novo mercado constituiu novo pretexto para a expansão - que já chegara ao auge - da indústria, particularmente da indústria têxtil algodoeira. "Jamais poderíamos produzir em excesso: temos 300 milhões de seres humanos para vestir" – dizia um fabricante em Manchester. O desmoronamento econômico começou com a má colheita de 1846. Inglaterra e Irlanda precisaram importar enormes quantidades de víveres, principalmente trigo e batatas. Mas era ínfima a proporção em que os países fornecedores poderiam ser pagos em produtos ingleses; era necessário pagar com metais preciosos, e pelo menos nove milhões de libras em ouro foram remetidos da “fábrica do mundo” para o exterior. Desse ouro, mais de sete milhões saíram das reservas do Banco da Inglaterra; a capacidade dessa instituição ficou sensivelmente tolhida; os demais bancos, com suas reservas no Banco da Inglaterra confundidas de fato com as dele, tinham igualmente de reduzir os empréstimos. Além disso, a Inglaterra era também a principal importadora mundial, nesse momento principalmente de produtos europeus (os “produtos coloniais” só ganhariam importância numa fase ulterior). Pela via financeira, a crise de subprodução agrícola da Grã-Bretanha se transmitiu como um raio para a Europa continental.

Marx testemunhou diretamente a crise de 1846-1848: ela foi predominantemente agrária, seu epicentro localizou-se nas dificuldades que a agricultura europeia atravessava a partir de 1844, tendo início com a cultura de batatas na Irlanda e Inglaterra arruinada pelas pragas, ao que se seguiram dois anos de péssimas colheitas de cereais, fazendo subir os preços dos gêneros de subsistência e refletindo-se finalmente em uma queda brutal dos preços dos tecidos. Os preços dos gêneros alimentícios se elevaram, o que fez com que as classes populares despendessem uma parte cada vez maior de sua renda com alimentação, o que causou convulsões sociais por toda a Europa (as revoluções de 1848).⁸⁵⁸ O caráter orgânico (não aleatório) das crises econômicas no capitalismo, e o vínculo entre elas e as revoluções, foram claros para Marx e Engels desde a década de 1840. Marx deslocou o foco da interpretação dos economistas clássicos da esfera do consumo (a economia política clássica, só entendia a produção como criação de valores de uso) para a esfera das condições de investimento e produção (criação de valor e de mais-valia). No volume III de *O Capital* afirmou que “o volume das massas de mercadorias criadas pela produção capitalista é estabelecido pela escala dessa produção e pelo imperativo da expansão contínua dela, e não por uma órbita predeterminada

⁸⁵⁷ Cf. Jean Bouvier. *Op. Cit.*

⁸⁵⁸ Maurice Flamant ; Jacques Singer-Kerel. *Les Crises Économiques*. Paris, Presses Universitaires de France, 1993, p. 18.

da oferta e da procura, das necessidades a satisfazer”. Com isso, Marx rompeu com a noção de equilíbrio econômico estático da Lei de Say, que tornava impossível as crises de caráter endógeno e principalmente as de sobre produção de valor e mais-valor, que seriam definidas por ele como a forma natural das crises capitalistas.

Marx também estabeleceu a vinculação da crise econômica com a revolução política ou, nas palavras de Engels: “Marx extraiu, com toda clareza, dos próprios fatos, o que até então não fizera senão deduzir semi-aprioristicamente de materiais insuficientes, isto é, que a crise do comércio mundial, ocorrida em 1847, fora a verdadeira mãe das revoluções de fevereiro e de março (de 1848)”. A compreensão de Marx associou-se ao novo tipo de crise que surgia no horizonte histórico. Embora cada crise apresentasse características próprias, correspondentes às conjunturas particulares, em geral se faziam notar pela contração brutal da economia, dificuldade de escoamento da produção industrial, queda dos preços, falências de empresas, quebra da bolsa, desemprego e redução dos salários. De certa forma, a crise de 1848, primeira a influenciar os trabalhos de Marx e Engels, foi a última e pior catástrofe econômica “de escassez” do Antigo Regime. Nela, entretanto, encontravam-se presentes simultaneamente elementos de crise do moderno capitalismo: as falências industriais, o desemprego urbano.

Contradições sociais e políticas insuperáveis nos marcos político-institucionais existentes, além disso, se haviam acumulado nas décadas precedentes. A partir de 1830, com o fortalecimento das tendências republicanas, a opinião pública europeia se radicalizou. A influência do “espírito” da revolução parisiense de 1830 se fez sentir até em pontos longínquos da Europa: em Parma, Mântua e o sul da Itália; em Bruxelas; em Brünswick, Leipzig e Dresden, na Alemanha, e até em Varsóvia, capital polonesa dentro do Império Russo. Em fevereiro de 1846 foi preparada a insurreição com vistas à libertação nacional da Polônia. Os principais iniciadores da insurreição foram os democratas revolucionários polacos (Dembowski e outros). No entanto, em resultado da traição dos elementos da nobreza e da prisão dos dirigentes da insurreição pela polícia prussiana, a insurreição geral não se realizou e verificaram-se apenas explosões revolucionárias isoladas. Só em Cracóvia, submetida desde 1815 ao controle conjunto da Áustria, da Rússia e da Prússia, os insurretos conseguiram alcançar a vitória em 22 de fevereiro e criar um governo nacional, que publicou um manifesto sobre a abolição das cargas feudais. A insurreição em Cracóvia foi esmagada no começo de março de 1846. Em novembro de 1846 a Áustria, a Prússia e a Rússia subscreveram um tratado sobre a integração de Cracóvia ao Império Austríaco.

O desenvolvimento industrial e o substancial crescimento do proletariado urbano francês entre 1830 e 1850, originaram novas crises sociais e políticas. A situação dos operários era desesperadora. Em Lyon, seu levantamento ao grito de “Viver trabalhando ou morrer combatendo”, em 1834, foi duramente reprimido pelo exército francês. Depois destes levantamentos operários e populares surgiram por toda a França sociedades secretas constituídas por operários, ligadas ao movimento republicano e democrático. Uma nova geração de revolucionários, herdeiros das versões mais radicalizadas do jacobinismo, mas também sensíveis à propaganda socialista e comunista, amadureceu nesse contexto social e político. Seu mais destacado representante político foi Louis-Auguste Blanqui.⁸⁵⁹

⁸⁵⁹ Nascido em 1805 em Puget-Théniers, no departamento de Alpes-Maritimes, Louis-Auguste era filho de Jean Dominique Blanqui, um girondino eleito para a Convenção, que participou da votação da pena de morte de Luís XVI, e foi encarcerado durante o Terror, antes de se tornar subprefeito no Primeiro Império. Blanqui era de aparência frágil e doentia, mas também de caráter obstinado e violento. Foi educado em Paris no seletivo Colégio Massin, onde ensinava seu irmão sete anos mais velho, Jérôme-Adolphe (pensador liberal que se tornaria o economista mais célebre da França). Já em 1822 (com 17 anos) Blanqui militou contra o processo dos quatro sargentos da Rochelle, acusados de pertencer a uma sociedade conspirativa e de agitar na sua caserna. Jovem estudante ao tempo da restauração monárquica, Louis-Auguste aderiu em 1824 à *Charbonnerie*, os carbonários, organização revolucionária de origem italiana que lutava clandestinamente contra a monarquia dos Bourbons. Blanqui iniciou-se assim no mundo de sociedades secretas e de conspirações que o tornaram lendário no século XIX.

Jovem, ele foi ferido (por três balas) em 1827, em manifestações de estudantes no Bairro Latino. Em 1828 tentou partir para a Grécia, para ajudar na insurreição desse país contra o domínio otomano. Em 1829 entrou no jornal *Le Globe* (fundado em 1824 pelo liberal Pierre Leroux) como estenógrafo e, depois, como redator. Combateu o regime de Charles X, na revolução de julho de 1830, com as armas na mão; estudante de direito, participou do "Comitê das Escolas" que, em janeiro de 1831, manifestou contra a "monarquia de julho". Preso, foi condenado em 1832, no "Processo dos Quinze", como membro da *Sociedade dos Amigos do Povo*, onde se vinculou a outros revolucionários, como Philippe Buonarroti (1761-1837, veterano da "Conspiração dos Iguais"), François-Vincent Raspail (1794-1878) e Armand Barbès (1809-1870). Às primeiras perguntas do juiz respondeu: "Profissão, proletário; domicilio fixo, a prisão".

Acuado no interrogatório pelo magistrado insatisfeito com essas respostas, rebateu: "*Oui, Messieurs, c'est la guerre entre les riches et les pauvres : les riches l'ont voulu ainsi ; ils sont en effet les agresseurs. Seulement ils considèrent comme une action néfaste le fait que les pauvres opposent une résistance. Ils diraient volontiers, en parlant du peuple : cet animal est si féroce qu'il se défend quand il est attaqué*". Em 1836, Blanqui foi líder da Sociedade das Famílias, fundada por Barbès, sendo condenado a dois anos de prisão por fabricação de explosivos. Perdoado pela anistia de 1837, Blanqui militou na Sociedade das Estações, sociedade secreta republicano-socialista. Blanqui participou na preparação da insurreição de 12 de maio de 1839 em Paris, que fracassou, depois de tomar a Prefeitura: o saldo foi de 50 mortos e 190 feridos.

Na insurreição, os operários revolucionários desempenharam um papel principal; ela foi preparada pela Sociedade das Estações, sob a direção de Blanqui e Barbès; foi reprimida pelas tropas do exército e pela Guarda Nacional. Blanqui, detido, foi condenado à morte em janeiro de 1840 (pena não executada). Embora possuísse formação universitária (Direito, também estudou medicina), quando perguntado sobre sua profissão pelo juiz, respondia: "Proletário" – tornando popular (o julgamento era público) o termo no seu sentido contemporâneo (Marx o usaria na conclusão final do *Manifesto Comunista*: "Proletários do mundo, uni-vos!"). E completou: "É meu dever como proletário, privado dos direitos de cidadania, rejeitar a competência de uma corte em que só há membros das classes privilegiadas, que não são meus semelhantes". A pena de Blanqui foi comutada em reclusão à vida, foi internado no Monte Saint-Michel, depois na prisão-hospital de Tours, e perdoado em 1847.

A crise econômica precipitou a revolução: "A partir de 1846, a Europa dos submetidos se une no sofrimento e na esperança, a Europa dos príncipes, no terror", diz Jean Sigmann. A unificação desaguou, em 1848, naquilo que seria chamada de "primavera dos povos", ou, ulteriormente, pelos inimigos, o "ano louco": "De março a junho de 1848, os hinos à liberdade e à fraternidade ressoaram desde Paris até Poznan e Bucareste, desde Holstein até a Sicília". As tarefas colocadas para os pensadores eram as da própria revolução: "Libertar os trabalhadores da servidão econômica, os indivíduos da sujeição política, os povos da dominação estrangeira, tais foram algumas das maiores ambições de 1848. Sua realização supunha homens excepcionais surgidos simultaneamente nos quatro cantos da Europa -houve alguma vez caso semelhante?- e poderosas forças materiais para destruir o retorno ofensivo dos velhos poderes que retrocederam sem ter livrado batalha".⁸⁶⁰

No período entre 1845 e 1847, França foi assolada por más colheitas agrícolas, provocadas pela praga da batata, que teve maior incidência nesse país e na Irlanda, onde provocou uma miséria tal que suscitou a migração de quase metade da população. Em 1847 a situação agravou-se com a crise industrial, com queda do valor dos salários e fechamento de inúmeras unidades fabris. A França mergulhou em uma recessão em 1847, agravada pelas más colheitas de 1845 e 1846. Em Paris, a crise industrial e o refluxo do comércio exterior lançaram a massa de fabricantes e comerciantes ao mercado interno com grande voracidade: a competição

⁸⁶⁰ Jean Sigmann. *1848: Las Revoluciones Románticas y Democráticas de Europa*. Madri, Siglo XXI, 1985, p. 9.

repentina os arruinou e este setor da burguesia ingressou nas agitações revolucionárias de fevereiro de 1848. Marx explicou a revolução de 1848 pelo equilíbrio precário de forças de que dependia a monarquia de julho (Luís Filipe): uma parcela da burguesia (especuladores da bolsa, particularmente) levava o Estado a sucessivos déficits orçamentários que aumentavam a dívida interna mediante altas taxas de juros no mercado financeiro. Isso prejudicava tanto os operários e camponeses (estes, vítimas de pesadas exações fiscais) quanto à burguesia industrial.

A crise francesa era explosiva porque combinava crises de dois tipos, envolvendo todas as classes sociais do país: “A característica da crise (francesa) de 1847 foi dada pela sobrevivência do velho mecanismo gerador de tensões (econômicas), e também pelo aparecimento de um novo tipo de mecanismo. Produziu-se uma acumulação de desequilíbrios: o desequilíbrio ‘natural’ da velha economia dos grãos e dos têxteis, e o desequilíbrio ‘artificial’ da nova economia metalúrgica”.⁸⁶¹ Ou seja, uma crise agrária típica do velho regime, uma crise de escassez, combinada com uma crise industrial capitalista, ou seja, uma crise de sobre produção. A concentração de capital arruinava irremediavelmente à pequena burguesia. Com o estabelecimento de grandes centros comerciais urbanos, milhares de *boutiquiers* e *épiciers* iam à falência. A instabilidade econômica era internacional. A revolução esperada também: ela estourou na Suíça, espalhou-se rapidamente para a Itália e Paris, depois para a Renânia, para a Prússia, e em seguida para a Áustria e a Hungria.

O levantamento revolucionário europeu de 1848 era largamente esperado: “A catástrofe de 1846-1848 foi universal e a disposição de ânimo das massas, sempre dependente do nível de vida, tensa e apaixonada. Um cataclismo econômico europeu coincidiu com a visível erosão dos antigos regimes. Um levantamento camponês na Galitzia em 1846; a eleição de um Papa ‘liberal’ no mesmo ano; uma guerra civil entre radicais e católicos na Suíça no final de 1847, ganha pelos radicais; uma das constantes insurreições autonomistas sicilianas em Palermo no início de 1848... Tudo isso não era pó e vento, mas os primeiros rugidos da tempestade. Todos sabiam disso. Dificilmente uma revolução foi mais universalmente prognosticada, mesmo sem determinar em que país e data ela teria início. Todo um continente aguardava, pronto para transmitir as primeiras notícias da revolução, de cidade em cidade, através dos fios do telegrama elétrico”.⁸⁶² A primeira revolta do “ano louco” foi a dos rebeldes sicilianos.

Na França, a revolução havia dado sinais anunciadores nas décadas precedentes. Nos últimos anos do reinado de Luís XVIII (1814-1824) e por todo o reinado de Carlos X, o conde de Artois (1824-1830), sucederam-se perturbações internas graves. Este monarca decidiu confiar a chefia do governo ao príncipe de Polignac, que buscou fortalecer-se com uma bem sucedida expedição militar à Argélia. A publicação das “Ordenanças de Julho”, em 1830, suprimindo a liberdade de imprensa, dissolvendo a câmara, reduzindo o eleitorado, anulando as últimas eleições e permitindo-se governar através de decretos, deu origem ao levantamento de barricadas em Paris (1830) e à generalização da luta civil que conduziria à “Monarquia de Julho”. Carlos X partiu para o exílio. Sucedeu-lhe seu primo Luís Filipe I, conhecido como “o rei burguês”. No ano seguinte da insurreição operária de Lyon, em 5 e 6 de junho de 1832 teve lugar uma insurreição em Paris, contra a monarquia, na qual os operários defenderam suas barricadas contra o exército. Primeira advertência, pouco ou nada ouvida pelos ocupantes do “andar de cima”.

Os financistas estavam representados no governo de Luis Filipe, uma vez que o próprio monarca era oriundo deles. Apoiado por banqueiros como Casimire Pérère (ex-discípulo de Saint-Simon, e homem bem sucedido nos empreendimentos financeiros), a nova monarquia conseguiu impor um clima de paz e “prosperidade”, baseada no endividamento do Estado, de

⁸⁶¹ Enest Labrousse. *Come Nascono le Rivoluzioni*. Economia e politica nella Francia del XVIII e XIX secolo. Turim, Bollati Boringhieri, 1989, p. 222.

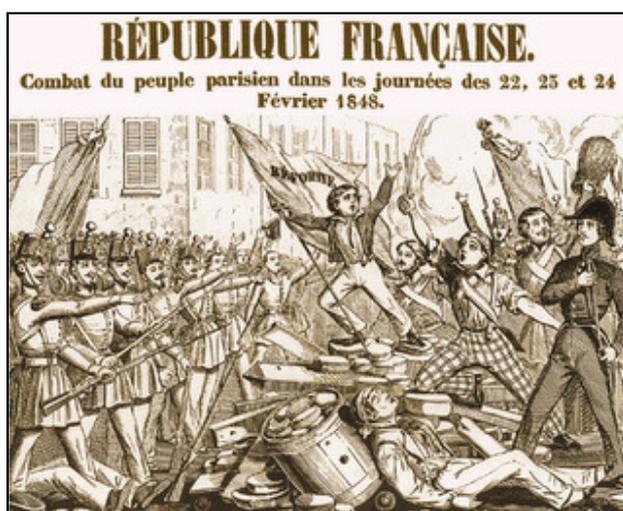
⁸⁶² Eric J. Hobsbawm. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

interesse direto da fração da burguesia que governava e legislava através das Câmaras: o déficit estatal (o *credo* do capital, chamou-o Marx), o saque das finanças estatais, era o objeto da especulação financeira e a fonte de seus lucros crescentes. As despesas estatais anuais com a dívida pública ascendiam a 400 milhões de francos, num país em que as exportações anuais não superavam 750 milhões de francos.

Sob essas condições progredia o capitalismo no continente europeu: “A adoção da estrada de ferro evidenciou o impacto da Revolução Industrial inglesa no continente, com um efeito ainda mais revolucionário do que no país de origem. Mas os trens exigiam grande quantidade de capital. Estes, por sua vez, não estavam disponíveis em quantidade suficiente, ou os potenciais investidores se negavam a investir sem garantias de lucro que só o Estado poderia proporcionar. Na maior arte dos casos, por isso, o desenvolvimento das estradas de ferro na Europa teve lugar sob os auspícios do Estado e exigiu a cooperação de financeiros e banqueiros internacionais”.⁸⁶³ Isso eliminou uma barreira fundamental para os investimentos industriais (favorecendo à burguesia industrial), ao mesmo tempo em que impulsionou a dívida pública, favorecendo os lucros da burguesia financeira.

O reinado de Luís Filipe foi também politicamente arquiconservador. O descontentamento popular contra o rei e seu ministro Guizot ganhou força desde 1846, estimulado pela crise econômica. Apesar disso, o poder julgava-se solidamente instalado, com apoio dos conservadores e, sobretudo, dos banqueiros. As revoltas, entretanto, se sucederam a tal ponto que a própria Guarda Nacional acabou por apoiá-las, em alguns casos. A revolução irrompeu na França (com antecedentes na Suíça e na Sicília e até no Vaticano, que se prevenira da explosão iminente elegendo um papa “liberal”, Pio IX),⁸⁶⁴ mas era o resultado de duas décadas de crise recorrente.

Na França preparava-se uma revolta popular que colhia alguma simpatia da burguesia “opositora” (ou seja, da sua fração não financeira). O deputado conservador Alexis de Tocqueville alertava seus colegas na Câmara dos Deputados sobre “o vulcão que já rugia sob seus pés”, sem que eles prestassem atenção. A burguesia industrial conseguira o direito de sufrágio, mas não os trabalhadores. Com a redução do censo eleitoral, os operários reclamavam a instauração de uma *República Social* baseada no sufrágio universal (masculino) e exigiam uma reforma econômica e política geral. A revolta se expressou em uma petição com cinco milhões de assinaturas. Os revoltosos combinaram diversas reuniões, entre as quais se destacou o banquete público da oposição de 22 de fevereiro de 1848, que o governo proibiu.



Paris: fevereiro de 1848

⁸⁶³ Tom Kemp. *La Revolución Industrial en la Europa del Siglo XIX*. Barcelona, Fonanella, 1974, p. 43.

⁸⁶⁴ Eric J. Hobsbawm. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

A burguesia opositora afastou-se então dos operários; contudo, estes, juntamente com artesãos e estudantes, concentraram-se no local combinado. O apelo à rebelião foi lançado por adeptos do sufrágio universal e partidários de reformas sociais, que tinham conseguido escapar às autoridades. Dezenas de milhares de insatisfeitos com o desemprego e a miséria, mas sem um programa político claro, partiram para derrubar o governo do rei Luís Filipe, seus ministros e todo o sistema econômico que os enriquecia à custa dos trabalhadores. No dia seguinte, o centro de Paris estava cheio de barricadas que assustaram os burgueses moderados da oposição. O rei demitiu Guizot na esperança de aplacar a revolta, mas a multidão voltou a protestar e, na madrugada do dia 24, foi atacada a tiros pela Guarda Nacional. Na fuzilaria morreram cerca de 500 pessoas. Os cadáveres foram colocados em carros iluminados por tochas e desfilaram pelo centro de Paris, alimentando a insurreição, e dando início a uma luta aberta que se estendeu por toda a cidade. Soldados da Guarda Nacional, enviados para reprimir os manifestantes, desta vez uniram-se a eles. O governo ensaiou oferecer reformas e mudanças ministeriais para controlar a rebelião, que aumentava assustadoramente de proporções, mas já era tarde demais.

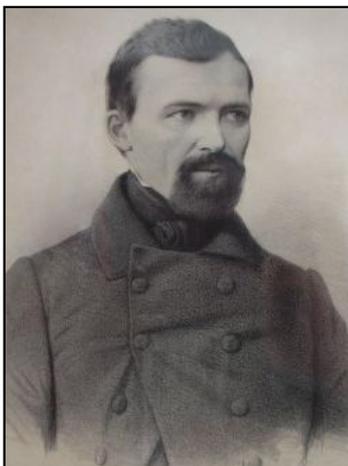
Na manhã do dia 24 de fevereiro, quando inspecionava as tropas, o rei foi vaiado. Os insurrectos já controlavam os arsenais. À tarde, já corriam proclamações republicanas pelas ruas de Paris. Incapaz de reagir, o Luís Filipe só restava abdicar do trono. O parlamento dissolveu-se. A “monarquia de julho” tinha sido destronada e nascia a Segunda República. Os grandes burgueses moderados da oposição estavam exasperados, pois o que mais temiam estava já potencialmente nas ruas: a revolução social dos pobres. As ruas de Paris foram tomadas por um contingente de 40 a 50 mil manifestantes. “A sugestão de Marx de que a revolução iminente devia abrir-se com uma fase de ‘ditadura’ proletária estava conforme às concepções preponderantes à época no campo republicano, no que diz respeito ao tipo de poder que devia ser instaurado na fase de transição do velho para o novo regime”.⁸⁶⁵

Em resposta, rapidamente formou-se um governo de coalizão entre a burguesia moderada, a pequena burguesia republicana e os socialistas. Os primeiros estavam preocupados com a ordem e a estabilidade; os republicanos, com a república e o sufrágio universal; e os socialistas, com a melhoria das condições operárias. Eles foram aceitos no governo devido à sua presença nas barricadas. Um operário identificado como “Albert” (na verdade Alexandre-Albert Martin, 1815-1895, que era operário metalúrgico) fazia parte do governo. A nova revolução era eminentemente *política*: a questão social ocupava um espaço reduzido no pensamento e nos programas revolucionários europeus de finais da década de 1840 (exceção feita de grupos como a “Liga dos Justos”, para a qual Marx e Engels redigiram o *Manifesto Comunista*). A queda de Luís Filipe foi um relâmpago: “O governo caiu como os que o precederam, por ter compreendido com um dia, uma hora ou talvez um minuto de atraso qual fosse seu interesse e seu dever”, disse *Le Constitutionnel* de 25 de fevereiro de 1848. *La Réforme* da mesma data se limitou a constatar que “os eventos acontecem rápido demais e não nos deixam sequer o tempo necessário para comentá-los”. A monarquia do “rei burguês” caiu como um fruto podre. Como veremos, não foi a única, na Europa, que correu essa sorte.

O governo provisório constituiu-se em 24 de fevereiro, com maioria de republicanos moderados. O governo reunia a oposição eleita constitucionalmente e representantes da multidão em luta, numa coalizão instável por natureza. Era visível a insatisfação popular ao ver que o ideal de igualdade defendido durante a Revolução Francesa não havia se estendido à esfera econômica. Nesse governo, onde o poeta Alphonse de Lamartine ocupava as funções de Ministro dos Assuntos Internos e os socialistas eram somente admitidos como subalternos, foram chamados a participar “Albert” e Louis-Auguste Blanqui, por imposição direta do povo. O governo provisório ditou uma proclamação em que declarava “dissolvidas” as classes sociais, devido à instauração do princípio do sufrágio universal. Em 25 de fevereiro de 1848 foi

⁸⁶⁵ Luciano Canfora. *La Democrazia*. Storia di un’ideologia. Bari, Laterza, 2010, p. 5.

implantada a Segunda República; o sufrágio universal masculino foi estabelecido e, por proposta dos socialistas, foi reduzida a jornada de trabalho de 12 para 10 horas diárias, como os operários ingleses já tinham conquistado em 1844.



“Albert”, primeiro operário industrial a fazer parte de um governo

Chegado à Paris em 25 de fevereiro de 1848, com a explosão da revolução, Blanqui fundou a Sociedade Republicana Central. Reclamou, com toda a esquerda, o adiamento das eleições, organizando as manifestações de 17 de março e 16 de abril (quando esteve à cabeça de uma manifestação de... cem mil operários!). A 22 de março enviou uma carta “Aos clubes democráticos de Paris”, afirmando que a substituição de uma monarquia por um sistema republicano no mudaria nada, se não acabasse com a exploração operária pelos patrões: “A República seria uma mentira, se fosse só a substituição de uma forma de governo por outra. A República é a emancipação dos operários, o fim do reino da exploração, a chegada de uma ordem nova que libertará o trabalho da tirania do capital”. O patriotismo popular deveria ser anti-burguês: “Guerra à morte entre as classes que compõem a nação! O partido verdadeiramente nacional, ao qual os patriotas devem se unir, é o partido das massas. Os burgueses escolhem o regime que faz funcionar o comércio, incluso se está aliado ao estrangeiro”. Em 15 de maio tentou uma nova insurreição, mas fracassou, foi detido e condenado a dez anos de prisão em Belle-Île-en-Mer.

Por pressão dos operários e socialistas, foram criadas as Oficinas Nacionais (*Ateliers Nationaux*) - fábricas com capital estatal destinadas a aliviar o desemprego, que logo se tornaram improdutivas e custosas, aumentando o déficit público - e a Comissão de Luxemburgo, cujo objetivo era a preparação de projetos de legislação social e de arbitragem de conflitos de trabalho. Nos primeiros dias de existência da República colocou-se a questão da escolha da bandeira nacional. Os operários revolucionários de Paris exigiram que se declarasse insígnia nacional a bandeira vermelha, que fora arvorada nos subúrbios operários de Paris durante a insurreição de junho de 1832. Os representantes da burguesia insistiram na bandeira tricolor (azul, branco e vermelho), que foi a bandeira da França no período da revolução de fins do século XVIII e do Império de Napoleão I. Já antes da revolução de 1848 esta bandeira tinha sido o emblema dos republicanos burgueses, agrupados em torno do jornal *Le National*. Os representantes dos operários viram-se obrigados a aceder que a bandeira tricolor fosse declarada a bandeira nacional da República Francesa. No entanto, à haste da bandeira foi acrescentada uma roseta vermelha.

O novo governo não tocou no direito à propriedade privada, mas concedeu, momentaneamente, o “direito ao trabalho”, uma medida proposta pela Comissão de Luxemburgo, presidida por Louis Blanc e Albert, mas os prometidos direitos estabelecidos pela Comissão foram finalmente negados pelo governo hegemônico pela burguesia, depois de uma crise institucional: “Quando a Assembleia de 1848 discutiu a proposta do deputado Mathieu sobre o direito ao trabalho, um importante debate (revelou) as tensões que esse

direito introduzia no interior da questão dos direitos do homem... O direito ao trabalho difere dos direitos políticos propriamente ditos, porque se apresenta como uma exigência dirigida por indivíduos ao corpo social, para a satisfação de uma necessidade. Ele repousa sobre a ideia de uma 'dívida' (como já se dizia em 1789) da sociedade para com seus membros, dotados doravante de um 'crédito' contra ela".⁸⁶⁶

O "direito ao trabalho" se contrapunha, por isso, ao direito (inviolável) à propriedade privada e, em 1848, ele foi momentaneamente satisfeito pela intervenção autoritária do poder estatal na economia. A "criatura do proletariado de Paris", nas palavras de Marx referidas à Comissão, revelava assim "o segredo da revolução social do século XIX: a emancipação do proletariado", única capaz de garantir de fato os "direitos sociais" proclamados pela Comissão.⁸⁶⁷ Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), artesão sapateiro (e autor do já célebre panfleto *O que é a Propriedade?*), do seu lado, editava o periódico *O Representante do Povo*, onde criticava as Oficinas Nacionais, que considerava economicamente inviáveis, pois baseadas em impostos crescentes sobre a população, em especial a camponesa. Propunha que em seu lugar se criasse um Banco de Crédito Popular, que remunerasse o trabalho com cheques descontáveis, para estimular o consumo. Um keynesianismo *avant la lettre*, proposto, porém, por um trabalhador que gozava de enorme prestígio entre os operários franceses. Na Comissão, e no movimento operário, havia já várias tendências, que se orientavam, em grandes linhas, em sentido cooperativista (Proudhon) ou revolucionário (Blanqui, Cabet).⁸⁶⁸

Étienne Cabet e os "coletivistas" propuseram na Comissão que cada categoria profissional dos trabalhadores tivesse sua própria representação. Philippe Bouchez (1796-1865), líder do "socialismo católico", e sua fração, se opuseram à representação profissional (por ofício ou categoria) lhe opondo a "defesa dos interesses gerais dos trabalhadores". Marx defendeu a posição de Cabet. Nessa fase da revolução, as aspirações começavam a se expressar: o debate sobre os "interesses gerais" só envolveria um punhado de "operários conscientes" e, principalmente, os intelectuais que falavam em seu nome, como Bouchez, que propunha um

⁸⁶⁶ Frédéric Worms. *Droits de l'Homme et Philosophie*. Paris, CNRS, 2009, p. 27.

⁸⁶⁷ Marx resumiu o ódio da pequena burguesia contra as "medidas sociais" do governo republicano, tornando-as o bode expiatório de sua própria miséria: "Todo o descontentamento dos pequenos burgueses dirigia-se contra as Oficinas Nacionais, o alvo comum. Com verdadeira raiva calculavam as somas que os madraços dos proletários devoravam, enquanto a sua própria situação se tornava, dia a dia, mais insustentável. Uma pensão do Estado para um trabalho fingido, eis o socialismo! - resmungavam. As oficinas nacionais, os discursos do Luxemburgo, os desfiles dos operários através de Paris - era nisso que eles procuravam as razões da sua miséria. E ninguém era mais fanático contra as pretensas maquinações dos comunistas do que o pequeno-burguês que, sem salvação, oscilava à beira do abismo da bancarrota" (*As Lutas de Classes na França*. São Paulo, Boitempo, 2012).

⁸⁶⁸ Étienne Cabet nasceu em 1788. Durante os primeiros quarenta anos de sua vida ele foi um típico jacobino radical da geração pós-revolucionária. Em 1820, em Dijon, tornou-se diretor de uma organização revolucionária conspiratória. Na revolução de 1830 ele era membro do Comitê de Insurreição. O rei Luis Filipe designou-o como Advogado Geral de Córsega, mas foi demitido do cargo por seus ataques ao governo em seu livro *Histoire de la Révolution de 1830*. Voltou a Dijon e foi eleito deputado, logo depois sendo condenado a dois anos de prisão e cinco anos de exílio. Emigrou para a Inglaterra onde se tornou discípulo de Robert Owen. Na anistia de 1839, Cabet voltou à França e no ano seguinte publicou uma *História da Revolução Francesa*, e *Voyage en Icarie*, uma ficção que descreve uma sociedade comunista, uma versão moderna da *Utopia* de Thomas More, aperfeiçoada pelas teorias econômicas de Robert Owen. *Voyage en Icarie* era uma crítica devastadora à ordem social, e tornou-se um best-seller. Com o jornal *Le Populaire* e *L'Almanach Icarienne*, Cabet constituiu um público de meio milhão de leitores. Seus seguidores pediram que ele os conduzisse em direção à comunidade do futuro. Na América, para eles, seria possível construir uma colônia comunista de dez ou vinte mil pessoas, e em alguns anos haveriam milhões de adeptos. Depois de participar na revolução de 1848, Cabet viajou para a América com quinhentos colonos, que se juntaram aos de uma experiência prévia, mal sucedida. Na sociedade comunista organizada por eles, houve, durante a primeira década, conflitos violentos, que fizeram com que a direção da comunidade votasse a expulsão de Cabet e seus seguidores: Cabet e cento e setenta fiéis foram, em 1856, a St. Louis e passaram a trabalhar individualmente como mecânicos. Cabet morreu em novembro desse ano. A *Nova Icária* durou, de uma forma ou outra, de 1848 até 1901, quando foi finalmente vendida, em uma das mais longas vidas de todas as comunidades utópicas do "Novo Mundo".

sistema de cooperativas de produção apoiado pelo Estado como solução para a miséria e o desemprego, sem que os interesses e as propriedades do capital fossem realmente atingidos.

Os políticos do novo governo eram parisienses e não possuíam nenhuma experiência administrativa, ignorando também o que ocorria nas províncias francesas, onde estradas de ferro foram destruídas, castelos foram saqueados e agiotas espancados. A revolta social se estendia ao campo e à nação inteira. Em Paris, no mês de março, no entanto, havia calma e as forças presentes no governo viviam em harmonia. A maioria dos operários confiava no governo e esperava uma solução bastante rápida para sua miséria. Mas a harmonia social não duraria muito. Os grandes burgueses das diferentes alas políticas tinham superado suas divergências para impedir qualquer ameaça à propriedade e à riqueza. A minoria socialista pressionava o governo para que promovesse “novas e ousadas” reformas sociais. Alguns deputados até falavam em abolir a propriedade privada, a hierarquia social e as tradições, o que assustava também os pequenos burgueses republicanos. Essas pressões não passavam de agitações feitas em jornais, clubes e sociedades socialistas, e não representavam real perigo para a burguesia, já que a sua força era escassa entre os meios operários parisienses. Mas não deixavam de assustar os burgueses.

Os mais preocupados com essa agitação eram a massa de camponeses, que se preparava para reagir, caso tivesse de entregar ou se taxassem ainda mais suas propriedades. Esse período inicial da revolução foi marcado pela precariedade política e pela disputa entre os diferentes interesses envolvidos na consolidação do novo poder. A política do governo não satisfazia nem as reivindicações dos mais radicais nem as inquietações dos mais conservadores. Mas era principalmente a crise econômica que agravava a inquietude geral. A falta de mercados para vender seus produtos, o aumento dos impostos, o marasmo econômico, aliado às agitações políticas e à fraqueza e hesitação do governo, provocavam pesadelos no mundo dos negócios.



Étienne Cabet, primeiro líder comunista moderno com peso político real

Diante do "perigo vermelho", a burguesia se preparou. Em 23 e 24 de abril de 1848, ocorreram eleições para a formação de uma Assembleia Constituinte. O governo provisório cessou suas funções e deu lugar a uma comissão executiva de cinco membros, onde de novo figurava Lamartine. Os socialistas e os republicanos concorriam às eleições, mas faltava-lhes organização em nível nacional e sua influência estava quase que restrita a Paris. Já o “Partido da Ordem”, que representava todos os homens preocupados com a defesa da propriedade, tinha influência nacional, pois se apoiava nos notáveis das cidades e aldeias rurais da França, um imenso país de camponeses. O “Partido da Ordem” elegeu 700 deputados, somados os favoráveis à monarquia e os republicanos moderados.

Os republicanos radicais e os socialistas não conseguiram eleger nem 100 deputados. Em junho, Proudhon foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte, onde não conseguiu se fazer ouvir. Sua experiência na Assembleia Nacional selaria sua convicção de que "o sufrágio universal é a reação", por representar a soma de interesses privados, contrários ao bem comum. A Assembleia Constituinte de 1848 foi o primeiro órgão legislativo francês que teve os membros eleitos por sufrágio universal.

Dominada pelo Partido da Ordem, a Constituinte passou a combater as ideias e propostas socialistas. Os socialistas, descontentes, reiniciaram as agitações. Em março, as Oficinas Nacionais haviam contado com o apoio dos moderados do governo, já que supostamente manteriam os operários afastados da doutrinação dos clubes e da Comissão de Luxemburgo, depois dos levantamentos de 15 de maio, que culminaram com a invasão da Assembleia Nacional. Mas as reuniões de operários aconteciam todas as noites em Paris. Com a pressão da Assembleia, a Comissão Executiva promulgou um decreto, a 21 de junho, extinguindo as Oficinas Nacionais, que empregavam 110 mil operários. Quando o decreto foi publicado, no dia 22, uma delegação de operários protestou ante a Comissão, sendo recebida com ameaças. Teve início uma forte agitação operária, culminando na madrugada do dia 23, numa grande concentração na Praça da Bastilha. Aos brados de "Liberdade ou morte", o líder Pujol, filho de operários, ex-seminarista, ex-soldado e dirigente de sociedades secretas, levou a multidão às ruas para erguer barricadas. A revolta operária tinha início, entrando para a história com o nome de *Jornadas de Junho*. A sua característica mais marcante foi a espontaneidade.

Pujol, com suas palavras de ordem, lançava uma motivação social bem concreta: os operários, que devido à crise estavam desempregados e viviam de abono público, entraram em desespero quando o abono foi suspenso e se viram entregues à própria sorte. Desempregados e sem meios de sustento, os operários revoltaram-se espontaneamente levantando barricadas e dispostos a enfrentar o novo poder estabelecido e controlado pela burguesia. "Nós queremos uma República democrática e social", dizia um cartaz afixado pelos revolucionários. Toda tentativa de pacificação foi rejeitada pelos sublevados: "O 25 de fevereiro de 1848 tinha outorgado a República à França; o 25 de junho impôs-lhe a revolução", escreveu Marx.



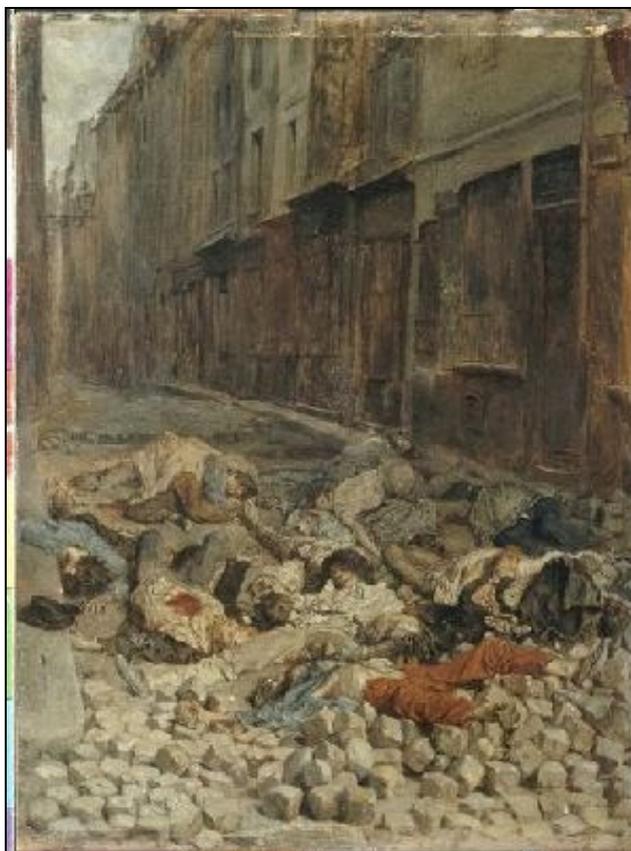
Junho de 1848 em Paris: barricada operária na rue Soufflot, com o Panteão no fundo

O governo tomou severas medidas para controlar e reprimir os operários. Contra o "desacato ao poder", a Assembleia Nacional Constituinte decretou o estado de sítio e nomeou o ministro

da Guerra, general Louis-Eugène Cavaignac, chefe do poder executivo, dando-lhe poderes ditatoriais para que reprimisse a revolta popular. Nos três dias das “jornadas de junho”, a repressão foi intensa, os “burgueses” demonstravam determinação em defender os seus mais recentes valores da ordem, da propriedade e da liberdade. Nos dias 23, 24 e 25 de junho, houve em Paris violentas lutas entre o proletariado, por um lado, e o exército e a burguesia (a Guarda Nacional, em nova reviravolta) por outro.

No dia 24 de junho a Assembleia Nacional votou pelo estado de sítio e exigiu a demissão dos Pentarcas (integrantes da Comissão Executiva). A partir daí o Executivo se confundiria com o ministério de Cavaignac, que impunha a sua preeminência. Dias depois, o mesmo seria declarado oficialmente chefe do poder executivo. Os insurretos do dia 23 tentaram mas não conseguiram tomar a Prefeitura (*Hôtel de Ville*), e na noite do dia 24 já se podia considerar a revolta operária contida e condenada ao fracasso. Na manhã do dia 25 começou a contraofensiva do exército, com o apoio da Guarda Nacional e da Guarda Nacional Móvel. As barricadas foram atacadas violentamente e os combates se multiplicaram pela cidade, multiplicando também os episódios dramáticos e os massacres.

Na noite do dia 25 e durante a manhã do dia 26, foram tomadas as últimas barricadas, houve algumas execuções sumárias e prisões em massa de suspeitos. Quinze mil homens foram presos e amontoados em cárceres improvisados, onde aguardaram o momento de serem transportados para a Argélia, conquistada pela França em 1830. A Assembleia que havia endurecido na luta contra os operários levou cada vez mais longe a sua intenção reacionária. Desde o início de julho as Oficinas Nacionais ficaram completamente desativadas. Os representantes “democráticos” começaram a impor restrições à democracia. Os acontecimentos de junho não ficaram como uma simples explosão de desobediência ao poder legal; as jornadas de junho foram vistas como um efeito da excessiva liberdade de propaganda que existia desde fevereiro. Na fala de um representante da Assembleia, com dolorosa ironia, resumia-se bem essa atitude: “Que calem os pobres!”.



Paris: o massacre operário de finais de junho de 1848

A repressão, gerada pelo ódio, vingança e medo dos proprietários, foi violenta. Após um julgamento sumário, sem nenhum direito de defesa para os condenados, 12 mil operários insurretos foram presos e quatro mil deportados para Argélia. Os jornais foram suspensos, as reuniões públicas proibidas e as associações políticas postas sob o controle da polícia. Estava afastado o perigo de uma "revolução social" e a burguesia pôde seguir em frente. A burguesia demonstrara, assim, seu caráter contrarrevolucionário num cenário histórico. O proletariado tinha tentado tomar a cabeça da revolução, nas jornadas de junho (chamadas por Marx de "primeira jornada histórica independente da classe operária") tendo sido dizimada pela reação burguesa: doravante, segundo Marx na *Circular à Liga dos Comunistas*, o grito de guerra proletário deveria ser "revolução permanente", mas com um conteúdo social diverso do jacobino-democrático de 1792-1794.⁸⁶⁹

Cavaignac foi ajudado por forças vindas espontaneamente das províncias. Nobres, burgueses, padres e camponeses marcharam ombro a ombro para ajudar Cavaignac a massacrar os insurretos de Paris. A insurreição operária parecia bem encaminhada até ser esmagada, à força de bala, pela ação implacável da reação. No combate, que durou quatro dias, morreram 1.500 insurretos. A "dinastia da república tricolor", representada pelo jornal *Le National*, suspirou aliviada. A vitória de junho fez, por um momento, toda a França burguesa saudar Cavaignac como seu salvador. O ditador militar acreditou nisso, mas o futuro imediato ainda lhe reservava surpresas.

O partido antirrepublicano (monárquico) se entusiasmou diante do retorno da "ordem", propondo imediatamente uma nova restauração monárquica, mas Cavaignac chamou-o imediatamente à... ordem (sem fuzilar, claro, nenhum de seus membros), no que foi rapidamente atendido. A Constituição francesa foi finalmente promulgada em 12 de novembro de 1848, estabelecendo a república presidencialista e o Poder Legislativo unicameral com base no sufrágio universal. O general Cavaignac foi lançado candidato às eleições presidenciais de dezembro de 1848. Apesar de ter agido brutalmente contra os operários parisienses, por ser republicano convicto ele era suspeito ao Partido da Ordem, o mais organizado nacionalmente.

No mesmo momento, surgia (ou, melhor, ressurgia) um aventureiro e aprendiz de estadista, Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte, que tinha morado durante os anos precedentes no exterior e que se apresentava publicamente como mantedor da ordem: tinha sobrenome conhecido e respeitado por milhões de franceses, especialmente os camponeses que "não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva. A influência política dos pequenos camponeses, portanto, encontra sua expressão final no fato de que o Poder Executivo submete ao seu domínio a sociedade. A tradição histórica originou nos camponeses franceses a crença no milagre de que um homem chamado Napoleão restituiria a eles toda a glória passada. E surgiu um indivíduo que se faz passar por esse homem porque carrega o nome de Napoleão, em virtude do *Code Napoléon*, que estabelece: *la recherche de la paternité est interdite*. Depois de 20 anos de vagabundagem e depois de uma série de aventuras grotescas, a lenda se consuma e o homem se torna imperador dos franceses. A ideia fixa do sobrinho realizou-se porque coincidia com a ideia fixa da classe mais numerosa do povo francês".⁸⁷⁰

E o sobrinho putativo do ilustre imperador faria história... Os operários de Paris votaram em Luis Napoleão para presidente da república, para que o massacrador general Cavaignac não

⁸⁶⁹ "Os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente até que seja eliminada a dominação das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o poder do Estado, até que a associação dos proletários se desenvolva, não só num país, mas em todos os países predominantes do mundo... e até que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado (...) Seu grito de guerra há de ser: *a revolução em permanência*".

⁸⁷⁰ Karl Marx. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo, Boitempo, 2011.

fosse eleito, e os camponeses também o fizeram em homenagem ao tio, que havia garantido suas propriedades durante o Primeiro Império, quando o clero e a nobreza ameaçavam retomá-las, depois da *Grande Révolution* de 1789-1795. O “Partido da Ordem” monárquica também descarregou seus votos em Luis Bonaparte.

Assim, Luís Napoleão foi eleito presidente da França com 5,5 milhões de votos contra 1,5 milhão de seu concorrente republicano (e repressor). Os republicanos “de esquerda” e os socialistas, que lançaram candidaturas próprias (as de Lamartine e Ledru-Rollin) obtiveram só algumas centenas de milhares de sufrágios, ficando bem longe do vencedor, praticamente plebiscitado. A revolução entrara em declínio: o outrora temido (por suas potenciais propriedades revolucionárias) sufrágio universal se transformava, de modo surpreendente (para os que o temiam como à peste) na base da estabilização política. Uma nova era da *política* se iniciava na França e, através dela, na Europa e no mundo. Os interesses das classes dominantes revelavam que podiam, e deviam, ser defendidos com base no, e em nome do, *consenso popular*.

26. O RECUO DA REVOLUÇÃO EUROPEIA E O BONAPARTISMO

A tradição de todas as gerações mortas pesa como um pesadelo sobre o cérebro dos vivos. E, precisamente, quando estes parecem ocupados em revolucionar a si e as coisas, em criar algo que ainda não existe, é precisamente nestas épocas de crise revolucionária que eles evocam temerosamente em seu favor os espíritos do passado, pedem emprestados seus nomes, suas palavras de guerra, sua roupagem, para, neste venerável disfarce tradicional e com esta linguagem emprestada, representar a nova cena na história universal (Karl Marx, O 18 Brumário de Luis Bonaparte)

Para Marx: “A derrota dos insurretos de junho preparara e aplainara o terreno sobre o qual a república burguesa podia ser fundada e edificada, mas demonstrava ao mesmo tempo que, na Europa, as questões em foco não eram apenas a República ou a Monarquia. Revelara que a república burguesa significava o despotismo ilimitado de uma classe sobre as outras”; em consequência do que: “O proletariado vai se agrupando cada vez mais em torno do socialismo revolucionário, do comunismo (que é) a declaração de permanência da revolução, da ditadura do proletariado como ponto necessário de transição para a supressão das diferenças de classe em geral, para a supressão de todas as relações de produção em que repousam tais diferenças, de todas as relações sociais que correspondem a estas relações de produção, para a subversão de todas as ideias que resultam dessas relações sociais”.⁸⁷¹

A eleição esmagadora do misto de presidente republicano e “salvador da Pátria” não resolveu os problemas políticos colocados pela revolução parisiense de 1848: “Tratava-se, em princípio, da República fundada pela Constituição de novembro de 1848, em vigência há três anos. Essa República, no entanto, tinha poucos motivos para ser realmente popular; os insurretos haviam lutado por outra República. Chamavam-na ‘a Santa’, ‘a Bela’, ‘a Boa’, autêntica e verdadeira, em oposição à república decepcionante e falsificada que existia. Subsistia a ideia de que a República era necessariamente democrática e social, pois sua lei era a do número, e o número de pobres era bem superior ao de ricos... Da ideia geral, todos partilhavam: a indissociabilidade da República como forma e o reformismo social como conteúdo”. Ora, sendo a República o promado da lei, a violência só se justificaria em defesa da própria lei e de seus representantes autorizados. Por isso a rebelião operária de junho, apesar de tão bem coadunar-se à tradição que vinha dos séculos e levava aos partidários da Comuna, pareceu tão insólita, tão alheia e em última instância tão afastada da França”.⁸⁷²

O mandato do presidente francês era de quatro anos e a Constituição proibia a reeleição. Em 1852, Luis Bonaparte teria que deixar o poder, o que não era em absoluto sua intenção. Luís Napoleão, então, articulou um golpe de Estado que restabeleceu a dignidade imperial para o novo Bonaparte, o que foi plebiscitado em 20 de novembro com 7,8 milhões de votos favoráveis, e 250 mil contrários. Era o fim definitivo, não só político, mas também histórico, da “República Social” dos *quarante huitards*. O golpe acabou com a república e tornou imperador o sobrinho do primeiro Bonaparte, mediante um verdadeiro golpe de Estado desfechado em 2 de dezembro de 1851, que queria reeditar o golpe do tio, que, com o golpe de 18 de Brumário (de 1801), acabou com a Primeira República Francesa e criou o império napoleônico.

Marx apelidou o golpe do sobrinho de *18 Brumário de Luís Bonaparte*: “Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière por Danton, Louis Blanc por Maximilien de Robespierre, a Montanha de 1845 pela Montanha de 1793, o sobrinho pelo tio”. Com o golpe de Estado de 1851, Luís Bonaparte criou o Segundo Império Francês e tornou-se o imperador Napoleão III. O maior homem de letras da França e da Europa, o romancista e dramaturgo Victor Hugo, exilou-se após o golpe de Estado de 2 de Dezembro de 1851, que condenou vigorosamente em

⁸⁷¹ Karl Marx. *As Lutas de Classes na França*. São Paulo, Boitempo, 2012.

⁸⁷² Maurice Augulhon. *1848. O aprendizado da República*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, pp. 192 e 221.

Histoire d'un Crime. Durante o Segundo Império, em oposição a Napoleão III, cuja candidatura presidencial inicial tinha apoiado, Hugo viveu em exílio em Jersey, Guernesey e Bruxelas. Foi um dos únicos proscritos a recusar a anistia decidida algum tempo depois: *Et s'il n'en reste qu'un, je serai celui-là*.

Os textos de Marx a respeito são considerados sua maior contribuição à análise da estrutura da política moderna; ele resumiu como segue a farsa do último avatar putativo da Revolução Francesa: “No umbral da Revolução de Fevereiro, a República Social apareceu como uma frase, como uma profecia. Nas jornadas de junho de 1848 foi afogada no sangue do proletariado de Paris, mas ronda os subseqüentes atos da peça como um fantasma. A república democrática anuncia o seu advento. A 13 de junho de 1849 é dispersa juntamente com sua pequena burguesia, que se pôs em fuga, mas que na corrida se vangloria com redobrada arrogância. A república parlamentar, juntamente com a burguesia, apossa-se de todo o cenário; goza a vida em toda a sua plenitude, mas o 2 de dezembro de 1851 a enterra sob o acompanhamento do grito de agonia dos monarquistas coligados: “Viva a República!””.

Todos os falatrões “republicanos” tinham sido eclipsados pelo farsante-mor. Para proteger-se do fantasma da revolução proletária, a burguesia francesa tinha aberto mão de seu próprio poder político, curvando-se (e até sofrendo) diante da espada de seu “salvador”. O *bonapartismo* se efetivava como a forma política efetiva de preservação dos interesses sociais burgueses diante da ameaça da *revolução proletária*.



Napoleão III, o pequeno

No resumo dos acontecimentos: “A burguesia francesa rebelou-se contra o domínio do proletariado trabalhador; levou ao poder o lumpem proletariado tendo à frente o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro [data da eleição presidencial vencida por Luis Napoleão]. A burguesia conservava a França resfolegando de pavor ante os futuros terrores da anarquia vermelha; Bonaparte descontou para ela esse futuro quando, a 4 de dezembro, fez com que o exército da ordem, inspirado pela aguardente, fuzilasse em suas janelas os eminentes burgueses do Boulevard Montmartre e do Boulevard des Italiens. A burguesia fez a apoteose da espada; a espada a domina. Destruiu a imprensa revolucionária; sua própria imprensa foi destruída. Colocou as reuniões populares sob a vigilância da polícia; seus salões estão sob a Guarda Nacional democrática; sua própria Guarda Nacional foi dissolvida. Impôs o estado de

sítio; o estado de sítio foi-lhe imposto. Substituiu os júris por comissões militares; seus júris são substituídos por comissões militares. Submeteu a educação pública ao domínio dos padres; os padres submetem-na à educação deles. Desterrou pessoas sem julgamento; está sendo desterrada sem julgamento. Reprimiu todos os movimentos da sociedade através do poder do Estado; todos os movimentos de sua sociedade são reprimidos pelo poder do Estado. Levada pelo amor à própria bolsa, rebelou-se contra seus políticos e homens de letras; seus políticos e homens de letras foram postos de lado, mas sua bolsa está sendo assaltada agora que sua boca foi amordaçada e sua pena quebrada. A burguesia não se cansava de gritar à revolução o que Santo Arsênio gritou aos cristãos: *Fuge, tace, quiesce!* (Foge, cala, sossega!). Agora é Bonaparte que grita à burguesia: *Fuge, tace, quiesce!*"⁸⁷³.

A revolução na França teve três períodos: o revolucionário, a partir da revolução de fevereiro de 1848; o da Assembleia Constituinte, de maio de 1848 a maio de 1849; e o da Assembleia Nacional Legislativa, de maio de 1849 ao golpe de estado. O primeiro foi um período de indecisão entre as forças momentaneamente aliadas. Ao objetivo burguês limitado de reforma eleitoral que ampliasse o círculo privilegiado do poder, se contrapôs a vontade do proletariado, que levantara as barricadas contra a monarquia e a fizera debandar. Entretanto, a vontade do proletariado – uma *República Social* que chegou a ser proclamada – não se correspondia com a real correlação de forças entre as classes. O grau de politização das massas, a força material disponível, os apoios possíveis, nenhuma das circunstâncias indispensáveis eram suficientes para a revolução proletária.

No segundo período, o da república burguesa, a burguesia industrial governou em nome do povo. Seus aliados eram a aristocracia financeira, a pequena burguesia, as camadas médias, intelectuais de prestígio, o campesinato, o exército, o clero – e, como tropa de choque, o lumpen-proletariado. As reivindicações proletárias foram barradas. A insurreição de junho de 1848 foi violentamente reprimida, com um saldo de 3 mil mortos e 15 mil deportados. O proletariado tentou, em diversos momentos, retomar a ofensiva, mas cada vez com menos força. Paris ficou sob o estado de sítio, o que influiu na redação da Constituição. Em 10 de dezembro, Luis Bonaparte foi eleito presidente. Em maio de 1849, a Assembleia Constituinte foi dissolvida antes do prazo, por pressão dos setores mais conservadores da aliança burguesa.

No terceiro período, todas as forças se enfrentaram na Assembleia Legislativa. Luis Bonaparte manobrou habilmente para aumentar seu poder, apoiado na Sociedade do 10 de Dezembro. Roubou 25 milhões de francos do Banco da França, comprou oficiais do exército, organizou seus partidários (que poderiam ser exagero merecer o nome de asseclas), dissolveu a Assembleia Nacional e prendeu os resistentes ao seu regime. O proletariado já não tinha nem força nem interesse em defender o parlamento, uma instituição desmoralizada. Luis Bonaparte assumiu o poder ditatorial, em um golpe de estado sem grandeza e sem coragem. Marx o ironizou na comparação desfavorável com os golpes de Estado anteriores de Cromwell, na Inglaterra, e do primeiro Napoleão, na França. A ditadura *bonapartista* apoiou-se no lumpen-proletariado e no campesinato, contra o proletariado urbano, e distanciando-se da burguesia, elevando-se assim “por cima” das classes e das instituições políticas, e transformando-se em uma espécie de árbitro da luta de classes.

O conceito marxiano de lumpen-proletariado foi controverso, embora muito explícito e relativo aos *bas-fonds* da sociedade parisiense de meados do século XIX: *“Les rebuts et laissés pour compte de toutes les classes sociales, vagabonds, soldats renvoyés de l’armée, échappés des casernes et des bagnes, escrocs, voleurs à la roulotte, saltimbanques, escamoteurs et pickpockets, joueurs, maqueraux, patrons de bordel, portefaix, écrivasseurs, joueurs d’orgue de barbarie, chiffonniers, soulographes sordides, rémouleurs, rétameurs, mendiants”*. Assim como o proletariado, o lumpen se recrutava em todas as classes sociais, e era produto das grandes concentrações urbanas capitalistas. Foi menos a sua colorida descrição por Marx do que sua

873

Karl Marx. *Op. Cit.*

transformação em categoria sociológica a que se transformou em objeto de controvérsias. Os conceitos de *bonapartismo* e de *lumpen-proletariado* passaram a ser centrais para a análise do Estado, da democracia e da luta de classes, o primeiro como representação político-estatal altamente independente das classes sociais fundamentais da sociedade, o segundo como classe-não-classe recrutada nas margens de todas as classes.

A ditadura neoimperial simbolizou o fracasso da revolução democrática: “Excetuados alguns capítulos, todos os parágrafos mais importantes dos anais da revolução de 1848 a 1849 têm como título: Derrota da Revolução! O que nestas derrotas sucumbiu não foi a revolução. Foram os tradicionais apêndices pré-revolucionários, produtos de relações sociais que não se tinham ainda aguçado em nítidos antagonismos de classe: pessoas, ilusões, representações, projetos, de que, antes da revolução de fevereiro, o partido revolucionário não estava livre e de que só poderia ser libertado por meio de sucessivas derrotas e não através da vitória de fevereiro. Numa palavra: o progresso revolucionário abriu caminho não pelas suas conquistas tragicômicas imediatas, mas, inversamente, por ter criado uma poderosa e coesa contrarrevolução, por ter criado um adversário na luta contra o qual é que o partido da subversão amadureceu, só então se tornando num partido verdadeiramente revolucionário”.⁸⁷⁴



Junho de 1848: vinheta das barricadas em Praga

A revolução na França teve repercussões e conexões com o restante da Europa. A crise econômica europeia ajudou a revolução de 1848 a expandir-se, atingindo também um dos pilares do absolutismo, a Áustria, onde o chanceler Metternich, arquiteto da Santa Aliança contrarrevolucionária de 1815, foi obrigado a renunciar e fugir de Viena (disfarçado de mulher). Até mesmo o Brasil pôde sentir os efeitos da onda revolucionária das barricadas francesas, que inspiraram os rebeldes pernambucanos na Revolução Praieira. O ideal predominante nos demais países europeus onde houve revoluções foi menos o liberalismo do que o nacionalismo. Os revolucionários desses países queriam libertar seus povos da dominação estrangeira imposta pelas decisões do Congresso de Viena, e/ou constituir-se como nações unificadas (Alemanha e Itália). As a atitude da burguesia diante das agitações revolucionárias esteve determinada pelo fantasma da revolução social que tinha tomado

⁸⁷⁴

Karl Marx. *Op. Cit.*

corpo em junho, em Paris, semeando o receio na burguesia liberal de todos os países europeus.

Os principais núcleos revolucionários de 1848 foram Paris, Berlim, Budapeste, Viena e Nápoles, mas a atmosfera de agitação foi igualmente sentida na região dos povos tchecos, em outras regiões da Itália, na Alemanha, na Áustria, e até mesmo em Londres, onde teve lugar a última grande manifestação operária cartista em Kennington Commons. A "primavera dos povos" marcou o despertar das nacionalidades europeias oprimidas ou postergadas - poloneses, dinamarqueses, alemães, italianos, tchecos, húngaros, croatas e romenos - que exigiram dos impérios a que estavam submetidos a concessão de suas autonomias. Por outro lado, o triunfo eleitoral de Luís Bonaparte demonstrou que a democracia, anteriormente relacionada com os ideais da revolução, prestava-se também à manutenção da ordem social. De 1848 a 1849, as revoluções e os movimentos populares tiveram impacto na Europa, mas não obtiveram o sucesso que esperavam, porque a burguesia, no momento crítico, não se posicionou do lado dos revolucionários, mas do Antigo Regime, evidenciando seu declínio como classe revolucionária contra o Antigo Regime.



Março de 1848: revolução em Berlim

O vendaval revolucionário, no âmbito dos Estados germânicos, foi iniciado com a "revolução de março" em Viena, logo disseminada pelos demais ducados e principados da confederação. As reivindicações dos insurgentes deram depois lugar ao discurso liberal que deu o tom do projeto de unificação alemã. Além da liberdade de pensamento e de imprensa, a revolução conquistou o compromisso de reis germânicos em promulgar constituições e estabelecer ministérios liberais. Em maio de 1848, com a finalidade de promulgar uma Constituição para um Estado alemão unificado, foi convocado o Parlamento de Frankfurt, que contou com a presença de delegados de todos os Estados da Confederação. Em grande parte dos Estados alemães ocorreram manifestações populares, revoltas e um movimento por um parlamento nacional eleito que projetasse uma nova Constituição em defesa de uma Alemanha unificada.

A Prússia emergira das guerras napoleônicas como uma das cinco potências europeias, e o *Zollverein* (União Aduaneira) fizera com que toda a Alemanha (ou melhor, a Confederação Germânica, que reunia quase 40 mini Estados), excetuando a Áustria germano falante, se ligasse pelo livre comércio e se desenvolvesse economicamente. A economia prussiana se desenvolvia a passos largos, mas sua política não se "modernizava", não adotava formas representativas. O rei Frederico Guilherme III prometera uma Constituição, mas morreu sem cumprir sua promessa. Seu sucessor, Frederico Guilherme IV, também não se empenhou em reformas políticas. Mas, precisando de dinheiro para construir uma ferrovia, o rei, obedecendo a uma determinação de seu antecessor, convocou a Dieta Unida, que deveria reunir-se em

Berlim em abril de 1847. Os liberais eram maioria na Dieta e decidiram aproveitar a oportunidade para pressionar em favor da convocação de um parlamento eleito pelo povo, condicionando a aprovação do empréstimo à promulgação de uma Constituição pelo rei.

Este, no entanto, mandou dissolver a Assembleia. No mesmo ano, as safras foram ruins, os preços dos alimentos subiram e o ambiente entre os trabalhadores urbanos ficou agitado. A intelectualidade se uniu aos operários que, em 3 de março de 1848, fizeram uma manifestação nas ruas de Colônia. Duas semanas mais tarde, a insurreição irrompeu em Berlim. No dia 18 de março, a população exigiu de Frederico Guilherme IV o apoio às propostas liberais e a convocação de uma assembleia nacional eleita pelo sufrágio universal. Na terceira semana de março de 1848, as manifestações e os comícios tornaram-se diários, os liberais exigiam uma Constituição, houve um choque entre soldados e manifestantes e logo surgiram barricadas por toda a cidade, lutando unidos, contra as tropas monárquicas, burgueses, pequeno-burgueses e operários. Friedrich Engels comandou uma milícia combatente no seu Wuppertal natal.

As revoltas foram imediatamente sufocadas pelas forças militares prussianas. O rei procurou eximir-se da responsabilidade pelo massacre. Retirou as tropas da cidade e a ordem passou a ser controlada por uma milícia civil. A bandeira tricolor vermelha, negra e dourada - símbolo de uma Alemanha unida e liberal - triunfava assim mesmo nas cidades prussianas. Diante da revolução inevitável, o rei identificou-se publicamente com a causa nacional alemã e convocou uma Assembleia Nacional. Foi redigida uma Constituição para a "Alemanha". Os conservadores, que queriam uma Alemanha unida, sob o domínio da Prússia, mas não liberal, começaram a articular uma reação. A burguesia liberal tentou timidamente se apoiar na revolução de março de 1848 para unificar os estados alemães. E a revolução expandiu-se por quase todos os Estados alemães.

Ao mesmo tempo em que o Parlamento se ocupava de infindáveis debates, os poderosos latifundiários e os príncipes organizavam a contrarrevolução. No mês de abril desse ano, Marx e Engels tinham retornado à Alemanha e foram se fixar na zona da Renânia. Em junho saía a *Nova Gazeta Renana*, dirigida por Karl Marx, e custeada por industriais liberais. Este periódico procurou forjar uma aliança entre socialistas e liberais em prol da democracia. Em Dresden, um reduto liberal e democrata, rebentou um movimento popular, em grande parte insuflado por periódicos como a *Gazeta de Dresden*, que publicava artigos de Mikhail Bakunin, e *Páginas Populares*, para o qual contribuía o compositor musical Richard Wagner. Mas o movimento revolucionário carecia de organização. A violenta batalha decorrente da agitação política e social foi vencida pelas tropas governamentais, mais numerosas. Engels deixou Colônia em 10 de maio de 1849 por Elberfeld, no Reno, cidade onde se ocupou da direção das barricadas. Mikhail Bakunin foi preso e condenado à morte, mas sua pena foi comutada para prisão perpétua.

Um Parlamento foi finalmente reunido em Frankfurt em 18 de maio, abrangendo todas as tendências políticas alemãs. Adotou a supressão dos direitos feudais e aumentou as liberdades políticas. Os representantes dos Estados alemães perderam-se em discussões a respeito da unificação: havia os defensores da República (com partidários do federalismo, do unitarismo e da democracia); outros defendiam a solução monárquica, havendo adeptos da participação da Áustria (no que seria a "Grande Alemanha") e outros da exclusão da Áustria e predomínio da Prússia (seria a "Pequena Alemanha"). A solução encontrada, proposta pelos representantes conservadores da burguesia, foi a de uma "monarquia federal" governada pelos Hohenzollern (dinastia prussiana), sendo a Coroa imperial da Alemanha oferecida a Frederico Guilherme IV que, pressionado pelos nobres, recusou-a e não aceitou a Constituição de Frankfurt.

Essa atitude foi repetida pelo governo dos outros Estados alemães. Embora o povo e os revolucionários quisessem ver aprovada esta Constituição, acreditando que ela poderia trazer algum progresso em termos de liberdades civis, esta também não lhes satisfazia totalmente, visto que deixava o poder nas mãos dos antigos líderes monárquicos. Começou assim a contrarrevolução da nobreza. Em novembro de 1848, a Assembleia Nacional de Frankfurt foi

dissolvida sem oposição pela Prússia, o sufrágio universal suprimido e os privilégios da nobreza restabelecidos. Os *junkers*, conservadores membros da nobreza latifundiária, retomaram pouco a pouco o controle da situação. O sonho da unificação havia fracassado. Os radicais continuaram a lutar pela “justiça social”, mas foram esmagados pelo exército prussiano.

Na contramão dos demais estados germânicos, Prússia se posicionou no sentido oposto da revolução. Em Berlim, apoiado pelos *junkers* e pela elite latifundiária, o rei prussiano dissolveu o parlamento liberal e promulgou nova Constituição que privilegiava enormemente os membros da aristocracia, estabelecendo uma câmara aristocrática nomeada pelo soberano e outra composta a partir do voto censitário. Ao passo do estabelecimento de leis que limitariam seu poder, o rei prussiano concentrava ainda mais poderes políticos, podendo nomear ministros e governar a partir de ordenanças: ao invés de obedecer a uma lei maior, o soberano prussiano criava suas próprias leis, a exemplo dos monarcas absolutistas do Antigo Regime. Em julho de 1848, a Assembleia de Frankfurt deliberou pela formação de um governo provisório para o Império, que deveria ser liderado pelo Arquiduque João de Habsburgo, tio do imperador austríaco.

A decisão se opunha aos interesses prussianos e à proposta de serem anexados ao novo Estado somente os territórios austríacos de população germânica. O impasse se desdobrou na reviravolta na Assembleia de Frankfurt, quando, em março de 1849, a coroa imperial foi oferecida ao rei prussiano. A oposição política à centralização imperial prussiana, encabeçada por Áustria e seguida pelos Estados católicos do sul, legitimava-se pela temor em se submeterem à autoridade de um Estado luterano. O desejo prussiano de unificação e de Frederico Guilherme IV em estabelecer um império sob a dinastia Hohenzollern, encontrou na possibilidade de 1849 um grave entrave: a possibilidade de unificação alemã, ainda que sob os Hohenzollern e tendo como paradigma religioso o protestantismo, num governo criado a partir, declaradamente, de uma revolução. O conflito já verificado entre Estados católicos e Estados protestantes se agravaria neste contexto, inviabilizando a incorporação no projeto dos Estados sulistas, sob a influência dos Habsburgo.

Para o rei prussiano, o que lhe era oferecido não passava de “uma coroa de pedras como a de Luís Filipe, uma coroa de quinquilharias, feita de areia e lama”. A recusa de Guilherme IV encontrou o apoio da elite política conservadora prussiana, que via na hereditariedade o princípio legitimador do poder real a partir da crença em sua origem divina: uma coroa conseguida pela via revolucionária não poderia ser legitimada desta forma. Foi o golpe final na Assembleia. Apesar de ter chegado a votar uma declaração de direitos, o tom de seu retumbante fracasso foi dado pelo emaranhado político no qual foram atados uma infinidade de nós que inviabilizaram o projeto de unificação alemã. A oposição entre monarquistas e republicanos em relação ao governo do novo Estado, com a vitória do projeto de uma monarquia limitada; a retirada dos delegados austríacos das discussões após decidir-se por incorporar ao novo Estado somente as províncias alemãs da Áustria; e a negativa de Guilherme IV em assumir o trono imperial alemão, decorrendo do abandono dos deputados prussianos; determinaram a dispersão da assembleia em Stuttgart. Tratava-se do lugar para onde a Assembleia havia se refugiado sem contabilizar nenhum resultado imediato, a não ser a percepção de um desejo de unificação por parte dos representantes parlamentares de origem germânica, que encontrava seus gargalos no jogo de interesses de elites políticas locais e na disputa entre os Hohenzollern e os Habsburgo pelo novo trono.

Após a falência da Assembleia houve insurreições de caráter democrático na Saxônia, Palatinado e Baden; mas em julho de 1849 viram, da mesma forma que em Frankfurt e em Stuttgart, seu fracasso. A integração econômica chegou a ser desenhada em Frankfurt com a supressão das barreiras aduaneiras no âmbito dos Estados germânicos; porém, após 1849 os príncipes fizeram regredir as negociações, restabelecendo seus antigos sistemas particulares de domínio. As reformas propostas e votadas pela Assembleia, em curto espaço de tempo, foram tornadas sem efeito e boa parte dos insurgentes democráticos alemães tiveram que se

refugiar nos Estados Unidos. Contabilizados os avanços e retrocessos da revolução no âmbito da Confederação Germânica, ficou evidente o grau ameaçador de organização e expressividade numérica dos operários, refletido na abolição dos direitos feudais, alarmando a burguesia que passou a se aliar à aristocracia, que no caso prussiano se tornou dirigente e politicamente ativa.

O fenômeno da oposição de classes entre burgueses e proletários, diretamente visível na França em 1848 e também em 1849 no âmbito germânico, foi atentamente observado por Karl Marx que em Colônia dirigia a *Gazeta Renana*. O fracasso da união alemã em 1849, determinado derradeiramente pela renúncia de Frederico Guilherme IV à coroa do Império, não significava a renúncia prussiana ao ideal de unificação; essa possibilidade parecia mais próxima com o recuo da Áustria diante da revolta húngara. Por iniciativa de Guilherme IV, associado aos reis da Saxônia e Hannover, foi proposta a unificação de 28 Estados, que seria consumada em congresso sediado em Erfurt. Porém, após a vitória austríaca no conflito húngaro (com ajuda das tropas russas) e sua aliança com a Rússia, Schwarzenberg (chefe do império austro-húngaro), pôs termo às negociações obrigando a retirada de Hannover e da Saxônia. Ainda assim, o Congresso de Erfurt ocorreu em março de 1850, com a Prússia encabeçando a tentativa de unificação com os Estados vizinhos do centro e do norte. Novamente a Áustria interveio, desta vez convocando a Dieta em Frankfurt.



Barricadas de Viena, 26 de maio de 1848

Primeiro na Áustria, depois na Prússia, a restauração conservadora acabou por triunfar em toda a ainda politicamente inexistente Alemanha. A *Nova Gazeta Renana* constatou esse fracasso histórico na sua última edição, inteira e simbolicamente publicada em tinta vermelha. A “velha prostituta sem dentes” (a burguesia alemã) tinha se tornado senil (conservadora) sem jamais ter conhecido a juventude. O sonho de uma Alemanha unida e democrática estava morto. A burguesia liberal alemã fracassara. A revolução na França, com a participação do proletariado nas barricadas e com as fortes agitações operárias, atemorizou decisivamente à burguesia alemã. Ela não aprofundou a revolução nem consolidou seu poder, como fizeram os burgueses ingleses em 1688, ou os franceses em 1789. Abandonou seus aliados da véspera, pequeno-burgueses democratas e operários, e recompôs-se com a nobreza restauradora. Nos diversos Estados (*lände*), as conquistas obtidas (liberdades, diversas constituições) foram anuladas e o poder dos governantes nobres restaurado em sua plenitude.

O movimento popular austríaco contra o regime absolutista de Fernando I e seu braço direito, o príncipe de Metternich, que governava havia trinta anos, eclodiu em Viena com manifestações de rua e barricadas. No dia 13 de março de 1848, mobilizações lideradas pela burguesia insuflaram a Assembleia da Baixa Áustria a marchar para o palácio de Hofburg, obrigando o chanceler Metternich (fantasiado de mulher para escapar da Viena revolucionária)

a fugir para a Inglaterra. Foi formado um governo “liberal”, com forte participação dos estudantes da Legião Acadêmica, e a Assembleia Constituinte reunida em julho votou a abolição dos direitos feudais, conforme já ocorrera na Alemanha. O imperador Fernando I foi obrigado a aceitar uma Constituição, o parlamentarismo e a emancipação do campesinato. O Parlamento passou a ser eleito por sufrágio universal, instituições feudais foram abolidas, teve fim a censura à imprensa e formou-se uma guarda nacional para a defesa das reivindicações obtidas. O movimento estudantil teve papel decisivo na revolução vienense, primeiro derrubando a monarquia, depois reprimindo as primeiras manifestações dos operários da capital austríaca.

A burguesia austríaca, entretanto, não soube e não quis conservar sua revolução, da qual abriu mão com grande facilidade. A decisão de enviar tropas contra a revolução na Hungria, em outubro, deu origem a um novo levantamento popular, reprimido em menos de um mês. O ciclo revolucionário, no entanto, só foi encerrado em 1852, com o restabelecimento pleno do absolutismo monárquico. A aristocracia retomou o poder, liderada pelo novo chanceler, o príncipe de Schwarzenberg. O exército e o chanceler retomaram Praga e Viena, e obrigaram Fernando I a abdicar em nome de seu filho Francisco José I, então com 18 anos. Dissolvido o parlamento, os liberais foram perseguidos, as reformas políticas abolidas e o absolutismo restaurado. Tchecos e húngaros, que viviam sob o domínio austríaco, aproveitando-se das modificações ocorridas na Áustria, levantaram-se em revoluções de libertação nacional, apoiadas por todas as classes sociais. Em Praga, Rieger conseguiu a aprovação de uma constituição liberal, a “Carta da Boêmia”, que reconhecia os direitos históricos do povo tcheco. A vontade de afirmar a identidade eslava face ao germanismo concretizou-se, no dia 2 de junho, com a reunião do Congresso Paneslavo em Praga, iniciativa do historiador Frantisek Palacký. O Congresso Paneslavo inspirou manifestações nacionalistas tchecas, reivindicando autonomia numa Áustria federativa. Esse congresso foi dissolvido militarmente.

Na Hungria, em fevereiro e março de 1848, as notícias sobre as insurreições em Paris e Viena deram estímulo aos liberais para desencadear a rebelião nacional pela independência. O movimento pela independência húngara, liderado pelo jornalista e patriota húngaro Lajos Kossuth, declarou a independência de todos os territórios magiares e proclamou, em março, um governo republicano separatista com sede em Budapeste. A recusa dos húngaros em considerar a independência de suas próprias minorias resultou, porém, em uma insurreição das forças croatas, sérvias e da Transilvânia (na Romênia) contra os húngaros. Em setembro, o Exército austríaco, que já conseguira sufocar a rebelião na Itália, invadiu a Hungria, e Budapeste caiu em janeiro de 1849.

A cidade foi novamente retomada pelos independentistas húngaros em maio, mas a intervenção da Rússia a favor da Áustria levou à violenta derrota dos rebeldes em agosto. Lajos Kossuth, transformado em símbolo das revoluções contra os impérios opressores (e, portanto, num dos personagens mais populares da Europa) foi obrigado a exilar-se na Turquia após o fracasso de Villagos, em 13 de agosto de 1849. Foi com o apoio militar da Rússia que a Áustria finalmente derrotou os húngaros em 1849 (quando as tropas do czar ocuparam Budapeste, a capital húngara que as tropas imperiais austríacas tinham sido incapazes de “recuperar”) e os manteve integrados ao Império Austríaco. As revoluções húngara e veneziana (na Itália) foram as últimas a ceder dentro do ciclo revolucionário deflagrado em 1848. Frederico Guilherme IV da Prússia, aproveitando-se da exaltação nacionalista, tentou promover a unificação na “Grande Alemanha” com o apoio de outros governantes, sem participação da Áustria; contudo, os dirigentes austríacos, tendo sufocado os movimentos na Itália, na Hungria e na própria Áustria, e dispondo ainda do apoio da Rússia, obrigaram o soberano prussiano a encerrar as negociações nesse sentido, em 1850.

Assim se frustraram as revoluções na Alemanha e na Áustria, não só pela divisão entre os revolucionários, mas principalmente pela debilidade do capitalismo e o raquitismo social e político a burguesia, ainda nascente na Alemanha, mas já temerosa da sombra de revolução

proletária que a revolução de junho tinha projetado desde Paris para toda a Europa. Apesar disso, o saldo das revoluções apontou o caminho a seguir, para a burguesia capitalista alemã: a unificação deveria ser promovida pela Prússia, não mais pela via revolucionária (a emergência de organizações e ideologias proletárias independentes levou a burguesia a se desvincular do proletariado), porém, sob a direção dos Hohenzollern. A revolução no império austríaco, por sua vez, fora favorecida pelo enfraquecimento da monarquia, pelo desenvolvimento de uma corrente liberal no seio da sociedade burguesa e aristocrática de Viena, e pela reivindicação do reconhecimento dos direitos dos povos de idioma não germânico: poloneses, tchecos, romenos, croatas, italianos do Norte e principalmente os húngaros, que dispunham de um governo próprio (a Dieta), e que haviam imposto sua própria língua como idioma de comunicação oficial e educacional. A resistência das nacionalidades alógenas do Império Austríaco conseguiu prorrogar o ciclo revolucionário de 1848 até o ano seguinte nessas regiões, que foram as últimas a cair diante da reação absolutista.



1848 em Bucareste: a bandeira tricolor aparecia na Romênia

A revolução também irrompeu nos domínios disputados por austríacos e otomanos. Durante o período do domínio austro-húngaro na Transilvânia e da suserania otomana sobre maior parte do resto das terras romenas, a maioria dos romenos étnicos estavam na situação de serem cidadãos de segunda classe (ou até mesmo não cidadãos) em seu próprio país. Em algumas cidades transilvanianas, tais como Braşov (naquela época a cidadela saxã de Kronstadt), os romenos étnicos não tinham sequer permissão de residir dentro das muralhas da cidade.]Progressivamente, na era romântica, uma consciência nacional surgiu entre os romenos, assim como entre muitos outros povos da Europa. Definindo a si próprios contra os eslavos, alemães e húngaros, os nacionalistas romenos buscaram modelos de nacionalidade em outros países "latinos", notavelmente na França. 1848 trouxe a revolução à Moldávia, Valáquia e Transilvânia. Sua metas - independência completa para as duas primeiras e emancipação nacional para a terceira - permaneceram irrealizadas, mas foram a base das evoluções subsequentes. Além disso, elas ajudaram a população dos três principados a reconhecer sua unidade de idioma e interesses.

Nos Estados italianos, onde a onda revolucionária europeia tivera seu foco inicial, a revolução de 1848 teve um caráter nacionalista, com uma tripla aspiração: à liberdade, à unidade e à independência italianas, retardadas de três séculos e almejadas por todos os intelectuais democráticos. O movimento não possuía coesão, pois havia três tendências políticas visando a unificação: os neoguelfistas, liderados por Gioberti, pretendiam uma confederação de Estados, cabendo a direção superior ao Papa; os monarquistas constitucionais, inspirados por Cesare Balbo e Massimo D'Azeglio, batiam-se por um Estado nacional unitário governado pela Casa de

Sabóia, reinante no Piemonte-Sardenha; e os republicanos dirigidos por Giuseppe Mazzini, além da atuação destacada de Giuseppe Garibaldi, empenhados em derrubar as dinastias e implantar uma república democrática. O papa Pio IX e o rei do Piemonte-Sardenha, Carlo Alberto, implantaram uma série de reformas liberais em seus estados, a partir de 1846, sobretudo a liberdade de imprensa, que ganhou a adesão dos patriotas, como Mazzini.

A insurreição eclodiu, na sequência, nos Estados conservadores italianos. Em janeiro de 1848, como vimos, os sicilianos se rebelaram contra o poder dos Bourbon e adotaram a Constituição espanhola de 1812. Em seguida, no reino de Nápoles, reivindicou-se a implantação das mesmas leis em seu território. Em 12 de janeiro, foi formado um governo provisório e Fernando II, sob a pressão britânica, promulgou imediatamente a Constituição, que passou a ser seguida no restante da Itália, uma vez que o Papa Pio IX se opôs à intervenção de tropas austríacas dispostas a reprimir os nacionalistas. Insurreições nacionalistas e populares ocorreram em Turim, Milão e Roma. No Reino Lombardo-Vêneto, a revolta de Milão, de 18 a 23 de março, conseguiu expulsar o governador militar austríaco, general Josef Radetzky, que depois se vingou de modo sangrento dos *cinco dias milaneses*, em que 1.500 barricadas foram erguidas da noite para o dia, tornando a cidade o palco de uma sangrenta guerra urbana contra os opressores estrangeiros.



1848: as “cinco jornadas” de Milão, sob a bandeira tricolor, ainda não “italiana”

Simultaneamente, em Veneza, onde os protestos redobram após o anúncio da queda de Metternich, lutava-se contra a dominação austríaca, e Daniele Manin e seus seguidores proclamaram a República. Em Florença, Roma e Turim, os soberanos se anteciparam à insurreição promulgando constituições. Mazzini, no norte da Itália, proclamou a República Toscana e, em 1849, o território pertencente à Igreja foi anexado, sendo proclamada a República Romana em 22 de fevereiro. Entretanto, a sonhada república unificada e democrática, almejada por Mazzini, não teve lugar, pois a intervenção francesa comandada por Luis Bonaparte pôs um fim à insurreição e permitiu a volta do Papa, que restabeleceu as instituições do passado. Em finais de 1849, as tropas estrangeiras também deram um fim violento à República de Veneza, a última a resistir em toda a Europa. Assim, apesar dos sucessos iniciais, a divisão dos revolucionários e a intervenção externa restabeleceram a ordem anterior e prorrogaram a divisão da nação italiana. A revolução foi derrotada com o

apoio de forças vindas da França e da Áustria, interessadas no restabelecimento das monarquias absolutistas e do poder do papado.

O movimento de Mazzini, apesar de outras tentativas de insurreição (em 1853), enfraqueceu. As forças que queriam construir uma Itália unificada, moderna e democrática foram vencidas. A derrota dos revolucionários provocou a restauração do absolutismo em quase todos os Estados italianos. O único reino que manteve uma constituição liberal foi o de Piemonte-Sardenha. Quase todos os partidos empenhados na unificação depositaram aí suas esperanças. E, após uma fase de estabilidade política, o rei do Piemonte-Sardenha, Carlos Alberto, contando unicamente com suas próprias forças (seu lema era "*L'Italia fara da se*"), se envolveu na guerra contra a Áustria, em março de 1849, tentando expulsar os austríacos do Reino Lombardo-Vêneto (regiões setentrionais dominadas pela Áustria). Foi vencido em Custoza e Novara, e forçado a abdicar em favor de seu filho Vittorio Emanuele II.

As revoluções italianas fracassaram em virtude da reação do absolutismo, encorajado pela Áustria, e do avanço do radicalismo social de Mazzini, que assustou as classes possuidoras, que se apressaram, como na Alemanha, a desertar das fileiras revolucionárias. Embora fracassadas, as revoluções de 1848-1849 desbravaram o caminho para concretizar a unificação italiana. O fracasso deixou evidente a necessidade de obter uma ajuda externa capaz de neutralizar o poderio austríaco, um dos obstáculos à unificação italiana. Desqualificaram ainda o neoguelfismo, devido a que o Papa Pio IX não se envolveu no processo de unificação e, ao contrário, o combateu. Puseram no tapete político da burguesia a união nacional sob o Reino da Sardenha, não só porque a dinastia de Saboia era a única fora da influência austríaca, mas também pelo esvaziamento do republicanismo, pela prisão, morte ou exílio de inúmeros dirigentes. Depois da onda revolucionária, os partidos mais moderados cresceram, promovendo a unidade italiana em bases não democráticas, sob a égide do Reino Sardo-Piemontês. Em 1849, as forças contrarrevolucionárias restauraram a ordem, mas a monarquia absolutista e os direitos feudais da aristocracia fundiária haviam sido tacitamente abandonados.

Na França, centro da revolução, “um exército de 150 mil homens, o longo arrastar da decisão, o apaziguamento da imprensa, a pusilanimidade da Montanha e dos representantes recém-eleitos, a calma majestática dos representantes pequenos burgueses, mas, sobretudo, a nova prosperidade comercial e industrial, impediram toda e qualquer tentativa de revolução da parte do proletariado”. A burguesia europeia, através da experiência francesa, apercebera-se dos perigos das revoluções, tomando consciência de que suas reivindicações políticas poderiam ser alcançadas pela via da “ordem”, sem excluir o sufrágio universal, evitando conflitos e sublevações. Assim, a revolução de 1848 foi o movimento que posicionou definitivamente burguesia e proletariado em campos sociais e políticos opostos, o que marcaria profundamente os embates políticos vindouros. Embora tenham fracassado, as revoluções alemãs e italianas de 1848 prepararam o terreno para a unificação desses países, que foi realizada entre 1860 e 1870. A Áustria, por sua vez, teve que acatar, desde 1867, o compromisso de reconhecimento da soberania húngara.

Em abril de 1848, houve também o fracasso da manifestação cartista de Kennington Commons, na Inglaterra; as revoluções de 1848 culminaram com a desmobilização proletária: “Foi um ano de desmobilização para o movimento operário em seu conjunto, dominado pelo desânimo. Em abril, a Inglaterra conheceu o fracasso da grande manifestação cartista de Kennington Common, ponto culminante da agitação política e social. Em junho, a fuzilaria da Guarda Nacional coloca, na França, um ponto final na era dos bons sentimentos, surgida na euforia da revolução de fevereiro”.⁸⁷⁵ A derrota do proletariado inglês deixou à revolução europeia, com seu centro histórico na França, carente de uma cabeça proletária: “Em França, o pequeno burguês faz aquilo que normalmente o burguês industrial devia fazer; o operário faz

⁸⁷⁵

Jean-Christian Petitfils. *Los Socialismos Utópicos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 128.

o que, normalmente, seria tarefa do pequeno burguês; e a tarefa do operário, quem a executa? Ninguém. Em França, ela não é executada, em França ela é proclamada. Em parte nenhuma ela é executada dentro dos muros nacionais, a guerra das classes no seio da sociedade francesa converte-se numa guerra mundial em que as nações se contrapõem. A sua execução só desponta no momento em que, devido à guerra mundial, o proletariado é posto à cabeça do povo que domina o mercado mundial: a Inglaterra. A revolução, que aqui encontra não o seu fim, mas o seu começo organizativo, *não é uma revolução de curto fôlego*. A atual geração assemelha-se aos judeus que Moisés conduz através do deserto. Não tem apenas que conquistar um mundo novo, *tem de soçobrar para dar lugar aos homens que estejam à altura de um mundo novo*.⁸⁷⁶

Na *Circular à Liga dos Comunistas* de 1850, um balanço do movimento revolucionário, Marx chamou a desconfiar dos “democratas pequeno-burgueses” que, numa futura (e, para Marx, próxima) revolução, iriam querer detê-la no estágio “democrático”, em que seus estreitos interesses de classe fossem satisfeitos, propondo a fórmula de “revolução em permanência”: em carta a Engels, Marx caracterizou a *Circular* como um “plano de guerra contra a democracia” (entendendo por “democracia” a corrente política pequeno burguesa da revolução).⁸⁷⁷ Quatro décadas mais tarde, Engels afirmaria que o erro da *Circular* fora de ritmo (no que diz respeito à iminência da revolução) devido a que o capitalismo europeu e mundial continha ainda importantes possibilidades de um amplo desenvolvimento das forças produtivas, mas não de método. A frustração da revolução se expressava na emergência do *bonapartismo*, um regime de governo sucedâneo de monarquias absolutistas no quadro de revoluções burguesas incompletas, que criaram formas políticas despóticas ou autoritárias em lugar de instituições democráticas “liberais”.

Marx foi pioneiro na conceituação desse tipo de regime político, para Trotsky “a única forma de governo aceitável numa época em que a burguesia perdeu a capacidade de governar o povo, e em que a classe operária ainda não adquiriu essa capacidade”. Afinal, “não é a democracia, mas, sim, o bonapartismo que representa, do ponto de vista de Marx, a fase final do poder da burguesia”. O mesmo Leon Trotsky, em *Balanço e Perspectivas*, concluiu que as revoluções de 1848 tinham chegado “tarde demais” para serem revoluções democráticas (pois a burguesia desertara definitivamente do campo revolucionário) e “cedo demais” para serem revoluções proletárias (pois o capitalismo estava ainda escassamente desenvolvido, com exceção da Inglaterra e, em consequência, também o estava o proletariado, embora já fosse capaz de ter expressões revolucionárias). O balanço histórico realizado pelos socialistas revolucionários (os comunistas) foi que, daí em diante, somente o proletariado poderia ser a classe social consequentemente revolucionária na Europa, qualquer que fosse o estágio e os objetivos iniciais da revolução.

⁸⁷⁶ Karl Marx. *As Lutas de Classe na França 1848-1850*. Moscou, Progresso, 1979.

⁸⁷⁷ Na *Circular*, prevendo que “os democratas chegarão à dominação com o próximo movimento e serão forçados a propor medidas mais ou menos socialistas”, Marx propunha: “Que medidas os operários devem propor? Estes não podem, naturalmente, propor medidas diretamente comunistas no começo do movimento. Mas podem: 1. Obrigar os democratas a intervir em tantos lados quanto possível da organização social até hoje existente, a perturbar o curso regular desta, a comprometerem-se a concentrar nas mãos do Estado o mais possível de forças produtivas, de meios de transporte, de fábricas, de ferrovias, etc.; 2. Têm de levar ao extremo as propostas dos democratas, que não se comportarão em todo o caso como revolucionários, mas como simples reformistas, e transformá-las em ataques diretos contra a propriedade privada; por exemplo, se os pequeno-burgueses propuserem comprar os estradas de ferro e as fábricas, os operários têm de exigir que essas estradas de ferro e fábricas, como propriedade dos reacionários, sejam confiscadas simplesmente e sem indenização pelo Estado. Se os democratas propuserem o imposto proporcional, os operários exigirão o progressivo; se os próprios democratas avançarem a proposta de um imposto progressivo moderado, os operários insistirão num imposto cujas taxas subam tão depressa que o grande capital seja com isso arruinado; se os democratas exigirem a regularização da dívida pública, os operários exigirão a bancarrota do Estado. As reivindicações dos operários terão, pois, de se orientar por toda a parte segundo as concessões e medidas dos democratas”. Um *programa de transição* entre a revolução democrática e a revolução socialista foi esboçado na “Circular de 1850”.

No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels postulavam que “o primeiro passo na revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia pela luta”. Essa “elevação do proletariado para classe dominante” foi clarificada em seu conteúdo político pela experiência proletária de 1848 na França: “Enquanto a luta dos diversos chefes socialistas entre si mesmos põe em evidência que cada um dos chamados sistemas se apega afincadamente a um dos pontos de trânsito da revolução social contrapondo-o aos outros, o proletariado agrupa-se cada vez mais em torno do socialismo revolucionário, em torno do comunismo, para o qual a própria burguesia tinha inventado o nome Blanqui. Este socialismo é a declaração da *permanência da revolução*, a *ditadura de classe do proletariado* como ponto de trânsito necessário para a abolição das diferenças de classes em geral, para a abolição de todas as relações de produção em que aquelas se apoiam, para a abolição de todas as relações sociais que correspondem a essas relações de produção, para a revolução de todas as ideias que decorrem destas relações sociais”.⁸⁷⁸

O regime político do proletariado na transição socialista seria uma *ditadura de classe*, tal como eram os regimes burgueses em suas diversas formas (inclusive “democráticas”). Nos artigos jornalísticos na *Nova Gazeta do Reno* e, em especial, em *A Luta de Classes na França*, diversos conceitos políticos foram precisados à luz da experiência histórica de 1848: a crítica do proudhonismo, do socialismo reformista (ou “republicano”) e, em especial, da democracia revolucionária, o que levou à elaboração do conceito de “ditadura do proletariado” como mediação política necessária entre o capitalismo e a sociedade socialista. O prognóstico do *Manifesto Comunista* (“A Alemanha se encontra às vésperas de uma revolução burguesa; e realizará essa revolução nas condições mais avançadas da civilização europeia e com um proletariado infinitamente mais desenvolvido do que o da Inglaterra no século XVII e o da França no século XVIII; a revolução burguesa alemã, por conseguinte, só poderá ser o prelúdio imediato de uma revolução proletária”) se realizou negativamente em 1848: a revolução alemã não triunfou como revolução proletária, mas, por isso mesmo, também abortou como revolução democrática (“burguesa”).

Segundo Trotsky, o erro do *Manifesto* “surgiu, por um lado, de uma subestimação das possibilidades futuras latentes no capitalismo e, por outro, de uma superestimação da maturidade revolucionária do proletariado. A revolução de 1848 não se transformou em uma revolução socialista como o *Manifesto* havia calculado, mas permitiu à Alemanha um vasto crescimento posterior de tipo capitalista”. Segundo Engels, a desgraça da revolução alemã foi ter chegado a reboque da revolução na França, tendo manifestado a burguesia alemã seu pavor a ser superada pela “revolução social” (antes de qualquer mudança revolucionária acontecer) não a partir dos acontecimentos alemães, mas das “jornadas de junho” em Paris. No balanço da derrota, os revolucionários traçaram as linhas principais de uma *teoria da revolução proletária*, até então apenas esboçada. Engels constatou que, em 1848, como no começo do século XVI com Lutero, a Alemanha só conseguiu se igualar à Europa, e até mesmo se colocar em sua dianteira, no plano do espírito, do pensamento religioso e filosófico. O processo de modernização da Prússia iniciara-se, em 1808-1813, como resposta às invasões napoleônicas, aprofundando-se, a partir de 1848, como resposta à revolução desse mesmo ano. A transformação se fazia “por cima”, pelas mãos do Estado, não da revolução.

Marx e Engels elaboraram sua teoria da revolução proletária num período “intermediário”, ou seja, num momento em que o desenvolvimento das forças produtivas e o grau de radicalização da oposição das classes burguesa e proletária não mais permitiam a revolução burguesa, e ainda não possibilitavam a revolução proletária. Na França, em 1848, a luta pela República acabou pondo frente a frente a burguesia e a classe operária. A simples reivindicação do direito ao trabalho originou a “Comissão de Luxemburgo” - que não passou de alguns intentos de cooperativização - mas a sua existência bastou para que Marx afirmasse que “a essa

⁸⁷⁸

Karl Marx. *As Lutas de Classe na França 1848-1850*, ed. cit..

criatura dos operários de Paris cabe o mérito de ter revelado do alto de uma tribuna europeia o segredo da revolução do século XIX: a emancipação do proletariado”. Até as revoluções de 1848, os comunistas, já uma tendência independente, consideravam-se, junto à “democracia”, no mesmo movimento contra a reação feudal e monárquica. “Os comunistas trabalham pela união e entendimento dos partidos democráticos em todos os países”, dizia o *Manifesto Comunista*. A democracia revolucionária (a “Montanha” na França, os *Fraternal Democrats* na Inglaterra) ainda colocava revolucionariamente as suas reivindicações, no sentido da luta das massas contra a aristocracia e de um governo independente das massas populares, sem diluí-las numa democracia formal, que só aspirava à extensão do direito do sufrágio.

O desenvolvimento revolucionário do proletariado, porém, levava à burguesia a aliar-se à reação, ao preço inclusive de suas minguadas aspirações democráticas. O liberalismo burguês traiu a revolução, e a democracia radical (a Montanha) foi uma caricatura do jacobinismo de 1792-1794. A meio caminho entre o proletariado e a burguesia - a sua velha base social, as massas pobres de *sans-culottes* tinham se cindido, do seu seio já surgira um proletariado socialmente diferenciado - teve um papel lamentável na revolução. Com a derrota desta “estava liquidada a democracia revolucionária, tal como a modelara a Revolução Francesa. Ledru-Rollin, declamando inconscientemente entre as classes, e Raveaux, levaram ao túmulo o que tinha sido fundado por Robespierre e Saint-Just”.⁸⁷⁹ E, referindo-se à derrota da revolução (de 1848) na Áustria: “Os massacres sem resultados nas jornadas de junho e outubro, a fastidiosa festa expiatória em fevereiro e março, o canibalismo da contra-revolução, convencerão os povos de que para abreviar, simplificar e concentrar a agonia mortífera da velha sociedade só existe um meio: o *terrorismo revolucionário*”.

Marx e Engels explicaram a razão do conservadorismo da burguesia alemã em 1848, que procurou se associar à nobreza feudal para se proteger da ameaça proletária surgida em meio à uma revolução nacional burguesa. Depois de apresentar um resumo da revolução de 1848, de mostrar que, nela, apesar de ter sido uma revolução burguesa fracassada, Engels constatou que “a burguesia tinha obtido uma parte - modesta certamente - do poder político, mas cada êxito político era explorado na perspectiva de um desenvolvimento industrial”; depois, Alemanha ingressou, apesar de tudo, no caminho da transformação capitalista, reformulando o problema da unificação do país, exigido por esse mesmo desenvolvimento capitalista.

As revoluções de 1848 mudaram o cenário histórico de Europa, demonstrando a caducidade do absolutismo dinástico reerguido no Congresso de Viena. Camille Cavour, o nobre piemontês que ergueu a bandeira da unificação italiana, resumiu a análise da burguesia (já não mais revolucionária) de toda a Europa: “Se tratava de salvar a ordem social de sua dissolução absoluta, de salvar os sacrossantos princípios da família e da propriedade ameaçados pelo socialismo e pela anarquia; de preservar a civilização moderna de uma nova invasão dos bárbaros. E não se tratava só da França, mas também de grande parte do continente europeu, já que se o comunismo vencesse em Paris, dificilmente Itália e Alemanha conseguiriam detê-lo por muito tempo. Os dois países seriam submetidos a uma dura prova, serem objeto das tentativas insensatas daqueles que acreditam poder violentar livremente as leis da natureza sobre as quais a civilização construiu o edifício das sociedades modernas”.⁸⁸⁰ A revolução proletária e o comunismo passavam a ser condenados, não mais em nome da velha ordem dinástica e absolutista, mas em nome da modernidade (burguesa).

A impossibilidade de uma nova revolução puramente burguesa, o caráter potencialmente proletário de 1848, foi reiterada por Engels no seu prefácio de 1893 à edição italiana do *Manifesto Comunista*: “Por toda parte a revolução de então foi obra da classe operária; foi esta que levantou as barricadas e que pagou com a vida. Mas só os operários de Paris tinham a

⁸⁷⁹ Arthur Rosenberg. *Op. Cit.*, p. 108.

⁸⁸⁰ Camillo Cavour. La rivoluzione francese del 1848 e il socialismo. In: Gastone Manacorda. *Il Socialismo nella Storia d'Italia*. Bari, Laterza, 1975, p. 22.

intenção bem definida, derrubando o governo, de derrubar o regime da burguesia. Embora profundamente conscientes do antagonismo fatal que existia entre a sua própria classe e a burguesia, nem o progresso econômico do país nem o desenvolvimento intelectual das massas operárias francesas, contudo, tinham atingido ainda o grau que teria tornado possível uma reconstrução social. Em última análise, portanto, os frutos da revolução foram colhidos pela classe capitalista. Nos outros países, na Itália, na Alemanha, na Áustria, os operários, desde o princípio, não fizeram mais do que levar a burguesia ao poder”.

A hipótese inicial de Marx - presente tanto nos textos de 1848, quanto nos textos mais radicais de 1850 - de que a burguesia seria capaz de uma oposição conseqüente ao sistema absolutista feudal, precisou ser abandonada durante o caminho à luz da experiência histórica concreta: “Marx abandonou a cláusula da revolução burguesa prévia, formulada pelo *Manifesto Comunista* a propósito da Alemanha, e desloca a problemática na direção da cena internacional. A tática de aliança com a burguesia revelou-se inaplicável e irrealista”.⁸⁸¹ A superação da ideia “etapista” exigiu uma nova formulação teórica: “A ideia da *revolução permanente* foi formulada pelos grandes comunistas dos meados do século XIX, Marx e seus discípulos, para enfrentar a ideologia burguesa que, como se sabe, pretende que, após o estabelecimento de um Estado “nacional” ou democrático, todas as questões podem ser resolvidas pela via pacífica da evolução e das reformas, Marx não considerou a revolução burguesa de 1848 senão como o prólogo imediato da revolução proletária”.

O prognóstico de Marx sobre a transformação da revolução democrática na Alemanha em revolução proletária estava, porém, errado: “Marx considerou a revolução burguesa de 1848 como o prelúdio imediato da revolução proletária. Marx ‘errou’. Porém, o seu erro tem um caráter fático e não metodológico. A revolução de 1848 não se transformou em revolução socialista. Mas é justamente por isso que não realizou a democracia”.⁸⁸² Segundo Denise Avenas⁸⁸³, Marx e Engels elaboraram a teoria da revolução proletária num período “intermediário”, ou seja, num momento em que o desenvolvimento das forças produtivas e o grau de radicalização da oposição das classes burguesa e proletária *não mais* permitia a revolução burguesa e *ainda não* possibilitava a revolução proletária. Mas passar-se-ia algum tempo antes que fosse possível tirar dessa oposição do *não mais* e *ainda não* todas as implicações teóricas e programáticas.

A burguesia já não mais queria fazer a revolução (“Sua tarefa consistia antes em - e disso ela se dava conta claramente - incluir no velho sistema as garantias necessárias, não para a sua dominação política, mas simplesmente para uma divisão do poder com as forças do passado”) o proletariado ainda não podia fazê-la, por insuficiência de desenvolvimento social e político: “Em 1848 necessitava-se de uma classe que fosse capaz de tomar o controle sobre os acontecimentos, prescindindo da burguesia e inclusive em contradição com ela, uma classe que estivesse disposta não apenas a empurrar a burguesia adiante com toda a sua força, mas inclusive a tirar do caminho, no momento decisivo, o seu cadáver político. Nem a pequena burguesia nem o campesinato eram capazes de fazê-lo... O proletariado era demasiadamente débil, encontrava-se sem organização, sem experiência e sem conhecimentos. O desenvolvimento capitalista havia avançado o suficiente para tornar necessária a abolição das velhas condições feudais, mas não o suficiente para permitir que a classe operária -o produto das novas condições de produção- se destacasse como uma força política decisiva”.

Assim, “o proletariado era ainda fraco demais: faltavam-lhe organização, experiência e conhecimentos. O capitalismo tinha se desenvolvido o suficiente para tornar necessária a abolição das velhas relações feudais, mas não o bastante para levar ao primeiro plano, como

⁸⁸¹ Michael Löwy. *Revolução permanente e revolução burguesa em Marx e Engels. Discurso* n° 9, São Paulo, novembro 1978.

⁸⁸² Leon Trotsky. *A Revolução Permanente*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

⁸⁸³ Denise Avenas. *Teoria e Política no Pensamento de Trotsky*. Lisboa, Delfos, 1973.

força política decisiva, à classe operária, nascida das novas relações industriais. Ainda no caso da Alemanha, o antagonismo entre o proletariado e a burguesia tinha ido longe demais para permitir à segunda assumir sem temor o papel de dirigente da nação, e não o suficientemente longe para permitir ao proletariado assumi-lo no seu lugar”. O erro do *Manifesto* “suruiu, por um lado, de uma subestimação das possibilidades futuras latentes no capitalismo e, por outro, de uma sobre-estimação da maturidade revolucionária do proletariado. A revolução de 1848 não se transformou em uma revolução socialista como o *Manifesto* havia calculado, mas permitiu à Alemanha um vasto crescimento posterior de tipo capitalista”.⁸⁸⁴ Não só na Alemanha, como veremos a seguir.

⁸⁸⁴ Leon Trotsky. *Balance y Perspectivas*. Buenos Aires, El Yunque, 1975. Segundo o autor, para além do erro de prognóstico, restava o fato de que os eixos *metodológicos* do *Manifesto* se revelaram corretos: “1°) A ideia de que o desenvolvimento econômico e social (a ‘civilização’), seu grau de ‘maturação revolucionária’, não podem ser medidos nos limites de um só Estado mas em escala internacional (europeia, no século XIX); 2°) A compreensão do fato de que uma revolução burguesa clássica (de tipo inglês ou francês) não se pode repetir na Alemanha em função do peso social e político que ganhou o proletariado no país; 3°) A intuição de que a revolução burguesa e a revolução proletária não são duas etapas históricas distintas, mas dois momentos de um mesmo processo revolucionário ininterrupto” (Michael Löwy, *Op. Cit.*).

27. A PEQUENA PRIMAVERA LIBERAL

Mon extravagance les blesse / Même lorsque parlant plus bas / Je plains l'ignorance qui laisse / Bras sans terre et terre sans bras / Mon souffle n'agite pas l'onde / On me répond: "Chacun pour soi! / Puis après nous la fin du monde" / Quel est le fou, le monde ou moi? (Eugène Pottier, **Quel est le Fou?**, 1850)⁸⁸⁵

“Da primavera de 1848 ao verão de 1849, quantas esperanças, quantos fracassos”, escreveu Jean Sigmann. O poeta Eugène Pottier resumiu: “A decepção de 48 e os crimes de junho abalaram minha saúde, e fiquei doente durante vinte anos de neurose e congestão cerebral”. A. J. P. Taylor chamou 1848 “a virada que a Europa não conseguiu dar”.⁸⁸⁶ Ainda assim, frustrada, a revolução (ou as revoluções) de 1848 mudaram Europa (e, por meio dela, o mundo) para sempre: “Para os poloneses, os moldavo-valacos e os sérvios, logo também para os italianos, assim como depois para os tchecos, a lembrança da França de fevereiro subsistiu. Bem depois de Luis Filipe, de Metternich ou do príncipe Frederico Guilherme, Londres podia receber a Internacional dos vencidos, cujo comitê democrático europeu, composto por Mazzini, Ledru-Rollin, Ruge e Kossuth, lançava grandiloquentes apelos à insurreição. Paris continuava sendo, tanto no Segundo Império como na III República, ‘a capital da revolução na Europa’. Com a participação da França, os principados romenos e a Itália antes de 1871, Polônia, Tchecoslováquia e Iugoslávia depois de 1918, realizariam os sonhos de 1848”.⁸⁸⁷

Mas nem França nem Europa conheceriam outro 1848, cujas condições históricas e políticas nunca se reproduziram, tanto no enfrentamento de classes dentro de cada país como nas relações internacionais. A “virada” histórica finalmente chegaria, mas não do modo sonhado e perseguido pelos *quarante-huitards*. A nova impulsão do capitalismo, depois da sua crise de 1848-1850, exigiu como condição política a derrota da revolução e a desorganização do proletariado. Na Alemanha: “Com a condenação dos comunistas de Colonia, em 1852, fecharam-se as cortinas sobre o primeiro período do movimento independente dos trabalhadores alemães. Trata-se de um período hoje quase esquecido. No entanto, estendeu-se desde 1836 até 1852, e o movimento se refletiu, com a dispersão dos trabalhadores alemães pelo estrangeiro, em quase todos os países civilizados. Isso não é tudo. O atual movimento internacional dos trabalhadores é, no fundo, uma continuação direta desse movimento alemão, que foi o primeiro movimento operário internacional, de onde saíram muitos daqueles que na Associação Internacional dos Trabalhadores tiveram um papel de liderança”.⁸⁸⁸

As consequências da derrota francesa afetavam toda Europa, pois, nas palavras de Marx, com “a vitória sobre o proletariado revolucionário, a Europa caiu novamente na sua velha dupla escravidão, a escravidão anglo-russa”. Em abril de 1856, em discurso no aniversário do jornal radical inglês *People's Paper*, Marx apontou os limites das revoluções precedentes para desenhar o futuro: “As assim chamadas revoluções de 1848 foram apenas pobres incidentes, pequenas fraturas e fissuras na crosta seca da sociedade europeia. Entretanto, elas anunciavam o abismo. Sob a aparente solidez da superfície, elas traziam oceanos de matéria líquida, que apenas esperavam a expansão para fazer em fragmentos continentes de rochas duras. Barulhenta e confusamente, proclamavam a emancipação do proletário, o *segredo* do século XIX e da revolução desse século”. A perspectiva era que a próxima revolução europeia escancararia esse “segredo”.

⁸⁸⁵ Em 1871, Eugène Pottier (1816-1887), depois da derrota da Comuna de Paris, escreveu *L'Internationale* que, musicada, se transformou em hino internacional do trabalho e do socialismo. A intenção de Pottier era a de que o poema fosse cantado ao ritmo da Marselhesa, mas em 1888, Pierre De Geyter, transformou-o poema em música.

⁸⁸⁶ A. J. P. Taylor. *The Struggle for Mastery in Europe 1848-1918*. Nova Delhi, Oxford India, 2000.

⁸⁸⁷ Jean Sigmann. *1848. Las revoluciones románticas y democráticas de Europa*. Madri, Siglo XXI, 1985, p. 290.

⁸⁸⁸ Friedrich Engels. Prefácio à Guerra Civil na França (1895). *Textos*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

Marx resumiu a situação da França com o golpe bonapartista: “Esse poder executivo, com sua imensa organização burocrática e militar, com sua engenhosa máquina do Estado, abrangendo amplas camadas com um exército de funcionários totalizando meio milhão, além de mais meio milhão de tropas regulares, esse *tremendo corpo de parasitas* que envolve como uma teia o corpo da sociedade francesa e sufoca todos os seus poros, surgiu ao tempo da monarquia absoluta, com o declínio do sistema feudal, que contribuiu para apressar. Os privilégios senhoriais dos senhores de terras e das cidades transformaram-se em outros tantos atributos do poder do Estado, os dignitários feudais em funcionários pagos e o variegado mapa dos poderes absolutos medievais em conflito entre si, no plano regular de um poder estatal cuja tarefa está dividida e centralizada como em uma fábrica. A primeira Revolução Francesa, em sua tarefa de quebrar todos os poderes independentes - locais, territoriais, urbanos e provinciais - a fim de estabelecer a unificação civil da nação, tinha forçosamente que desenvolver o que a monarquia absoluta começara: a centralização, mas ao mesmo tempo o âmbito, os atributos e os agentes do poder governamental”.



Os três (presumidos) varões Bonaparte, em retrato oficial: “*La recherche de la paternité est interdite*”

O parlamentarismo, longe de atenuar esse processo, o acentuava: “Napoleão (Primeiro) aperfeiçoara essa máquina estatal. A monarquia legitimista e a monarquia de julho nada mais fizeram do que acrescentar maior divisão do trabalho, que crescia na mesma proporção em que a divisão do trabalho dentro da sociedade burguesa criava novos grupos de interesses e, por conseguinte, novo material para a administração do Estado. Todo interesse comum (*gemeinsame*) era imediatamente cortado da sociedade, contraposto a ela como um interesse superior, geral, retirado da atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em objeto da atividade do governo, desde a ponte, o edifício da escola e a propriedade comunal de uma aldeia, até as estradas de ferro, a riqueza nacional e as universidades da França. Finalmente, em sua luta contra a revolução, a república parlamentar viu-se forçada a consolidar, juntamente com as medidas repressivas, os recursos e a centralização do poder governamental. Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, em vez de destruí-la. Os partidos que disputavam o poder encaravam a posse dessa imensa estrutura do Estado como o principal espólio do vencedor...”

Com Napoleão III, um novo tipo de poder político fazia sua entrada: “Unicamente sob o segundo Bonaparte o Estado *parece tornar-se completamente autônomo*. A máquina do Estado consolidou a tal ponto a sua posição em face da sociedade civil que lhe basta ter à frente o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro, um aventureiro surgido de fora, glorificado por uma soldadesca embriagada, comprada com aguardente e salsichas e que deve ser constantemente recheada de salsichas. Daí o pusilânime desalento, o sentimento de terrível

humilhação e degradação que oprime a França e lhe corta a respiração. A França se sente desonrada. E, não obstante, o poder estatal não está suspenso no ar. Bonaparte representa uma classe, e justamente a classe mais numerosa da sociedade francesa, os pequenos camponeses. Assim como os Bourbon representavam a grande propriedade territorial e os Orléans a dinastia do dinheiro, os Bonaparte são a dinastia dos camponeses, ou seja, da massa do povo francês. O eleito do campesinato não é o Bonaparte que se curvou ao Parlamento burguês, mas o Bonaparte que o dissolveu. Durante três anos as cidades haviam conseguido falsificar o significado da eleição de 10 de dezembro e roubar aos camponeses a restauração do Império. A eleição de 10 de dezembro de 1848 só se consumou com o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851”⁸⁸⁹.

Com esse novo tipo de regime político, no país que fora o berço das revoluções europeias abriu-se um período de “paz social” interna, e de *relativa* paz nas relações internacionais. Marx e Engels o analisaram em detalhe, produzindo mais de 350 artigos, publicados no *New York Daily Tribune* entre 1852 e 1862, que trataram do exercício do poder político, e dedicados também à análise da política interna e externa, da política econômica, da ideologia dos governos da sua época. Em *Herr Vogt* (1860), Marx reconstruiu o quadro europeu de 1849 a 1859, que envolveu as lutas nacionais pela independência da Polônia, Hungria e Itália, revelando toda trama desenvolvida pelas grandes nações europeias, Inglaterra, Prússia e Áustria, e como nela se movimentava a França de Napoleão III.

Na França, de 1852 a 1858, Napoleão III exerceu um poder político absoluto, limitando e esterilizando a oposição parlamentar, e amordaçando a imprensa. Mas a organização operária continuava em andamento. Em 1867, já existiam 5614 “sociedades de socorro mútuo”, uma associação operária em constante expansão; logo Napoleão III as submeteu a sua férula, submetendo-as, administrando seus fundos em nome do Estado, e nomeando seus presidentes, dando-lhes, enfim, um caráter oficial. As “caixas” de ajuda mútua viraram para os operários uma espécie de ratoeira, onde entrava o dinheiro do povo, que o governo transformava em papel do Estado, com a oferta de reembolsá-lo em metálico segundo a suposta vontade dos contribuintes, mas sem fazê-lo na prática.

A partir de 1860, cresceram as pressões políticas opositoras, e, de 1858 a 1867, algumas liberdades foram concedidas aos cidadãos; de 1867 a 1870, desenvolveu-se o regime do “Império Liberal”, que ampliou os poderes da Assembleia Legislativa e suspendeu algumas restrições às liberdades civis. Apoiado pela burguesia, o clero e as forças armadas, o imperador, para obter o apoio dos trabalhadores, empreendeu grandes e numerosas obras públicas, especialmente em Paris, realizadas pelo prefeito Barão Georges-Eugène Haussmann; construiu ferrovias e casas populares; abriu canais; encorajou a agricultura, a indústria e o comércio; favoreceu as instituições de crédito; fundou sociedades de ajuda mútua. O Segundo Império foi o período em que a Revolução Industrial se enraizou definitivamente na França. A remodelação de Paris, feita por Haussman, buscou eliminar o perigo das barricadas revolucionárias, abrindo um sistema de grandes avenidas para possibilitar a passagem do exército. A construção civil foi responsável por mais de 10% da criação de empregos na França. Paris virou a “cidade-luz”; seu ministro de Educação e notório puxa-saco, Victor Duruy, escreveu a Napoleão III que a França era o “centro moral do mundo”.

No exterior, Napoleão III, querendo exercer hegemonia na Europa, participou da Guerra da Crimeia (1854-1856) e presidiu o Congresso de Paris (1856), que assinalou o fim da guerra com a derrota da Rússia, assumindo o papel de árbitro político do continente que, afinal, resultou excessivo para ele. O mais importante, no plano internacional (sobretudo europeu), foi o novo papel do capital francês na transformação capitalista dos países da Europa, assumindo o papel de principal investidor externo na Rússia, em muita menor medida na Alemanha (que impulsionou sua modernização baseada em capitais internos), e em outros países: “Em 1855,

⁸⁸⁹ Karl Marx. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, ed. cit.

antes da maciça intervenção do capital francês nas estradas de ferro espanholas, Espanha possuía menos de 500 quilômetros de vias férreas. Dez anos mais tarde, tinha mais de cinco mil quilômetros, dos quais quatro quintos (80%) pertenciam a sociedades de capital inteira ou majoritariamente francês”.⁸⁹⁰ Não era o único exemplo. Na Rússia, que possuía o maior “PIB” (esse sistema de medida da riqueza nacional não era ainda usado) europeu, França assumiu a liderança do investimento industrial e financeiro.

Com a efervescência dos nacionalismos, das lutas pela independência de povos dominados desde antes do Congresso de Viena, Napoleão III passou também a defender a *política das nacionalidades*. Posicionou-se a favor da independência dos Estados romenos da Moldávia e da Valáquia, contra o Império Turco-Otomano, e pela formação do reino da Romênia (1856). Partidário de uma política “liberal” na Argélia, encontrou oposição dos colonos e interveio militarmente em 1857. Enviou, com a Inglaterra, tropas à China (1857-1860), na Segunda Guerra do Ópio, e apoderou-se da Cochinchina, sul do Vietnam (1859-1862).

Apoiou, a princípio, o *Risorgimento* na Itália, atuando nas lutas pela unificação italiana voltando-se contra os austríacos, que reinavam sobre a região desde o Congresso de Viena. Pressionado, entretanto, pela violenta campanha dos católicos franceses, que protestavam contra o ataque aos Estados da Igreja e consideravam as ambições sardo-piemontesas uma ameaça aos domínios da Igreja, e pela possibilidade da Prússia entrar no conflito em apoio ao imperador austríaco Francisco José (a Prússia concentrou poderoso exército nas fronteiras com a França), concluiu um tratado de paz com a Áustria em Villafranca em 1859. Em 1860, conquistou a Saboia e Nice, graças ao apoio da Áustria.

Napoleão III apoiou também a construção do canal de Suez (1867) e “protegeu” os cristãos maronitas na Síria, fincando o pé do Segundo Império no Oriente Médio. Entre 1862 e 1867, Bonaparte interveio no México, numa guerra que arruinou as finanças francesas. Com o objetivo de garantir o comércio francês na América e de conter a crescente hegemonia norte-americana na região, as tropas francesas invadiram e prestaram apoio à oposição ao governo do México, derrubando seu presidente Benito Juárez. Estabelecendo no México uma monarquia, Bonaparte e os monarquistas mexicanos ofereceram o trono mexicano ao arquiduque Maximiliano da Áustria. Luis Bonaparte tentou assim recuperar o prestígio de seu governo no plano externo; mas apesar da vitoriosa intervenção na Guerra da Crimeia (1853-1856) ; e do apoio dado a Piemonte nas guerras de unificação italiana, teve como contrapartida o fracasso do “grande plano do reinado” em seu efêmero império instalado no México, e também na sua incapacidade em deter o poder expansionista prussiano.

Em outubro de 1865, o primeiro ministro prussiano juntou com o próprio Napoleão III e, 15 dias depois, em Saint-Cloud, foi recebido pelo imperador. Do que resultou uma prova da ingenuidade política do soberano francês, em relação às intenções da política expansionista prussiana, o panfleto orientado pelo imperador que trazia a afirmação: “Que a Alemanha se una; a França não tem um desejo mais ardente e querido do que este. Uma Alemanha prussiana, de trinta e dois milhões de habitantes, não alarmará ninguém”. O imperador estava cego à possibilidade de as fronteiras da nação que se anunciava serem desenhadas com o sangue de seus súditos. No final da década de 1860, cercado pelos seus fracassos externos (em especial, da derrota da aventura imperial no México) e pela crescente oposição interna, a estrela de Napoleão III começou a apagar-se, projetando, depois de dois décadas de autoritarismo e corrupção ditatoriais, novamente o fantasma da revolução democrática sobre a França.⁸⁹¹

A década final do bonapartismo teve efeito duradouro sobre a estrutura do capitalismo francês. Em 1863, o Estado francês abandonou o controle das sociedades por ações; em 1867

⁸⁹⁰ Rondo Cameron. *La France et le Développement Économique de l'Europe 1800/1914*. Paris, Seuil, 1971, p. 219.

⁸⁹¹ Cf. Louis Girard. *Napoléon III*. Paris, Fayard, 1986.

cessaram quase todos os controles administrativos sobre as operações das firmas. Nasceu um sistema de bancos de depósito com filiais nas províncias (o *Crédit Lyonnais* foi fundado em 1863), França encaminhou-se para o sistema de investimento “cego” (anônimo) típico do capitalismo avançado, através do sistema bancário.⁸⁹² O caso francês foi típico do processo econômico do período na Europa continental. Na segunda metade do século XIX, a Revolução Industrial se estendeu para parte da Europa ocidental e central, ao mesmo tempo em que se desenvolveu o colonialismo europeu.

O desenvolvimento capitalista europeu experimentou importantes mudanças, com consequências para o movimento operário. Marx vinculava as explosões revolucionárias de 1848 à crise do comércio mundial; a consolidação dos regimes burgueses conservadores pós-1850 foi por ele atribuída ao fim dessa crise cíclica: “Sob esta prosperidade geral, em que as forças produtivas da sociedade burguesa se desenvolvem (tão) exuberantemente quanto podem se desenvolver dentro das condições burguesas, não se pode nem falar de uma verdadeira revolução. Semelhante revolução só pode se dar naqueles períodos em que estes dois fatores, as modernas forças produtivas e as formas burguesas de produção, incorrem em mútua contradição. Uma nova revolução só é possível como consequência de uma nova crise. Mas é tão segura quanto esta”.⁸⁹³

A etapa que se abriu em 1850 se caracterizou por um forte crescimento econômico na Europa e no comércio mundial, que cresceu em ritmos nunca antes vistos (suas taxas de crescimento entre 1860 e 1870 só seriam igualadas na década de... 1990), e foi um período de rápido desenvolvimento industrial, em especial na Alemanha. Nessa fase expansiva da economia europeia (1848-1873) o continente foi favorecido pelo avanço das comunicações por cabos submarinos intercontinentais (vários foram instalados entre 1851 e 1872) e por um novo arranjo institucional (fim de algumas barreiras legais ao comércio internacional), o que facilitou a mobilidade de capitais, informações e pessoas.

Houve uma série de desenvolvimentos dentro da indústria química, elétrica, de petróleo e de aço. Outros progressos técnicos nesse período incluem a introdução de navios de aço movidos a vapor, o início da produção em massa de bens de consumo (surgiu a linha de produção para a fabricação de produtos de consumo), o enlatamento de comidas, refrigeração mecânica e outras técnicas de preservação alimentar, e a invenção do telefone eletromagnético. Esse período marca também o advento da Alemanha e dos Estados Unidos como potências industriais, juntando-se à França e do Reino Unido.

Dai se falar em “Segunda Revolução Industrial” para o período pós-1850. Na verdade, tratou-se de uma fase da Revolução Industrial já que não houve uma clara ruptura entre as duas, mas um aprimoramento e aperfeiçoamento das tecnologias da primeira “revolução”. Tom Kemp prefere referir-se à extensão da Revolução Industrial ao continente europeu, e a alguns países além-mar (os EUA), com o crescimento de estradas de ferro, os navios a vapor e invenções cruciais como o processo de Bessemer, e o processo de produção de aço de Siemens (com o forno Siemens-Martin), que resultaram no barateamento do aço, transporte rápido e menores custos de produção.

Nos Estados Unidos a “Segunda Revolução Industrial” é comumente associada com a eletrificação das cidades e lares de Nikola Tesla, Thomas Alva Edison e George Westinghouse; e com o gerenciamento científico aplicado por Frederick Winslow Taylor, o “taylorismo”. A “segunda revolução industrial” também viu a introdução da composição tipográfica com a Linotype e a Monotype e o processo de produção através da madeira que enfim libertava as corporações dos limitados suportes de algodão e linho. Essa difusão de conhecimento, na Grã-Bretanha, foi o resultado da revogação em meados de 1870 dos impostos sobre o papel, o que encorajou o crescimento do jornalismo técnico e dos periódicos, através do barateamento da produção.

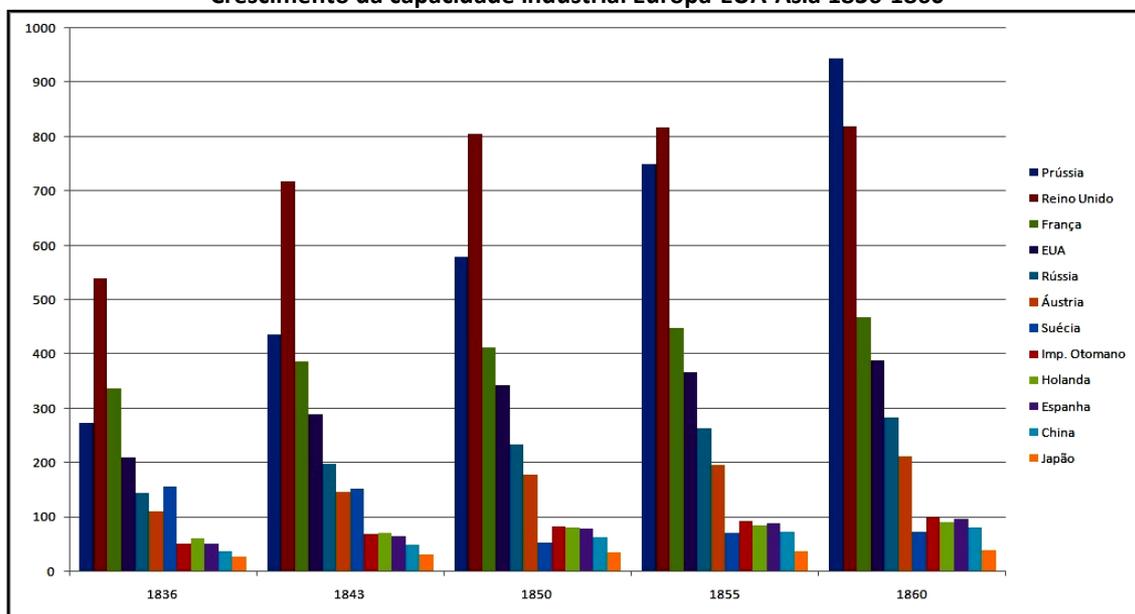
⁸⁹² Tom Kemp. *Op. Cit.*, pp. 102-103.

⁸⁹³ Karl Marx. *As Lutas de Classe na França 1848-1850*. Moscou, Progresso, 1979, p. 34.

O motor a vapor fora desenvolvido e aplicado na Grã-Bretanha durante o século XVIII e exportado com lentidão à Europa e ao resto do mundo no século XIX. Em contraste, na “Segunda Revolução Industrial”, desenvolvimentos práticos do motor de combustão interna apareceram em vários países crescentemente industrializados, e o intercâmbio de ideias e informações aconteceu de forma bastante rápida. O desenvolvimento do motor de combustão interna, a partir da invenção do motor a quatro tempos por Alphonse Beau de Rochas, foi um motivador dos automóveis primitivos na França em 1870, que nunca foram produzidos em quantidade. Foi o alemão Gottlieb Daimler que realmente conseguiu usar petróleo ao invés de gás de carvão (*coal gas*) como combustível para o *automóvel*, alguns anos depois. Em 1886, Carl Benz lançou o primeiro carro movido a petróleo: a união dos dois inventores criou a primeira companhia de automóveis, a Daimler-Benz alemã.

O sentido da expressão “era liberal”, como definição do período, cabe para o relaxamento das normas do comércio internacional e o incremento da mobilidade internacional de capitais. A industrialização da Europa continental se produziu sobre a base de um novo patamar de concentração do capital, propiciado pela crise precedente: “Essas indústrias, do mesmo modo que as estradas de ferro, exigiam grandes investimentos de capital. Devido à escala da produção e aos grandes gastos de instalação, não havia grandes possibilidades de competição; umas poucas empresas de grande envergadura tendiam a dominar toda o campo econômico. Nelas aconteceram uma série de melhoras técnicas que sublinharam a tendência para a grande envergadura e para a integração dos processos sob controle e propriedade unificados. Enquanto na Inglaterra, inclusive no caso do ferro e de aço - e ainda mais no caso das minas de carvão – a indústria tendia a se organizar sob a forma de uma grande diversificação de firmas de caráter familiar, autofinanciadas e competitivas, no continente muitas das empresas eram de maior envergadura já desde uma etapa anterior, acudiam na busca de ajuda externa e tentavam limitar a efetividade da concorrência”.

Crescimento da capacidade industrial Europa-EUA-Ásia 1836-1860



A industrialização do continente se deu sobre a base das estradas de ferro e da indústria pesada: “Em alguns aspectos, a industrialização seguiu idênticos caminhos em todos os países europeus. Havia empresas familiares autofinanciadas por toda parte, em especial nas indústrias têxteis e naquelas de produção de bens de consumo. Até na indústria pesada, as indústrias dinásticas do tipo daquelas dos Krupp ou dos Wendel, tinham uma importância sobressalente. Essas empresas não estreitaram seus vínculos com os bancos até que os processos de fabricação de aço, em finais do século XIX, exigiram enormes desembolsos de

capital, especialmente no Rühr e na Lorena. França, em geral, teve características mais próximas da Inglaterra do que Alemanha”.⁸⁹⁴ A concentração de capital aumentara enormemente, mas não era ainda a era do monopólio e do capital financeiro, embora já aparecessem claramente tendências nesse sentido.

A grande protagonista da industrialização ocidental foi a Alemanha, antes e depois de sua efetiva unificação nacional. A produção de “aço Bessemer” se inciou em 1863, e logo depois foi adotado o procedimento Martin-Siemens, que multiplicou a produtividade. Depois da introdução do procedimento Gilchrist-Thomas foi possível o uso do minério de ferro de alto teor de fósforo da Lorena, que fora previamente anexada militarmente da França, na guerra franco-prussiana. Entre 1870 e final do século a produção alemã de aço cresceu com taxas superiores ao 6 % anual: em 1895, a produção alemã igualou à inglesa, para duplicá-la menos de vinte anos depois.

Ainda antes da na guerra franco-prussiana, a unificação econômica alemã era um fato, e desde 1869 o país conhecia um salto de investimentos, produção industrial e trocas comerciais (internas e externas): “O sucesso bélico, que acrescentou 5 bilhões de francos em conceito de reparações francesas, e a proclamação do império (*Reich*), acrescentaram euforia ao boom econômico. Em 1871 forma constituídas 207 novas sociedades por ações (facilitadas pela nova e liberal legislação sobre as sociedades comerciais, proclamada em 1869 pela Confederação germânica do Norte); outras 479 foram criadas em 1872. No processo, os investidores alemães, ajudados e encorajados pelos bancos, começaram a recomprar as ações de empresas alemãs em mãos estrangeiras, e até a investir no exterior”.⁸⁹⁵

A partir de meados do século XIX houve também uma enorme movimentação de pessoas, que passaram a viajar muito mais e, principalmente, a emigrar, sobretudo, como veremos, consecutivamente à crise que abalou a economia mundial depois de 1873, semeando desemprego urbano e ruína camponesa em vários países da Europa. Os fatores que contribuíram para isso foram vários. Um deles foi o grande crescimento populacional europeu, e outro foi a revolução dos meios de transporte, que baixou os preços dos deslocamentos.

De modo geral, a revolução das técnicas do comércio acarretou a expansão econômica, a especialização e a integração. As duas últimas se deram pela necessidade para o comércio moderno de ter uma maior comunicação com o mundo para que as prateleiras se enchessem de novidades. O comércio aos poucos foi deixando de ser local, passando para provincial, logo para nacional, até chegar a ser internacional: “A transformação e expansão econômica extraordinárias dos anos entre 1848 e início da década de 1870 foi o período no qual o mundo tornou-se capitalista e uma minoria significativa de países “desenvolvidos” transformou-se em economias industriais”.⁸⁹⁶

A taxa de crescimento populacional europeia por decênio atingiu seu índice mais elevado na segunda metade do século XIX. No período 1750-1800 ela foi de 5,9%; passou a 7,4% (1800-1850); atingindo 9,1% (1850-1900). O preço das viagens caiu bastante. Em 1850 as ferrovias francesas transportaram 18 milhões de viajantes; em 1913, foram 547 milhões. Em 1841, o preço da viagem de trem de terceira classe era de 41,35 francos correntes, em 1910 era de 35 francos. O progresso da marinha a vapor foi ainda mais importante para aqueles que emigravam de um continente a outro. Cerca de 14 % do transporte fluvial era feito a vapor em 1840, percentual que pulou para 49 % em 1870. A duração do trajeto Nova York-Le Havre passou de 800 horas (1820) a uma média de 100 horas (1910). Com essas facilidades de

⁸⁹⁴ Tom Kemp. *Op. Cit.*, pp. 44-45.

⁸⁹⁵ Rondo Cameron. *Storia Economica del Mondo*. Bolonha, Il Mulino, 1993, p. 383.

⁸⁹⁶ Eric J. Hobsbawm. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. Nesta época, o Rio de Janeiro foi integrado ao mundo das comunicações internacionais, por obra do Barão de Mauá (1873), um empreendedor capitalista pioneiro no Brasil.

transporte, a Europa toda migrava. No período posterior a 1850 as mercadorias, os capitais e as pessoas rodaram cada vez mais pelo mundo.

No período 1851-1880, a emigração bruta da Europa, por decênio, foi de 2,89 milhões (em 1881-1910 esse fluxo foi de 8,49 milhões por decênio). As viagens intercontinentais foram facilitadas pela construção de canais. O canal de Suez, ligando o Mar Vermelho ao Mediterrâneo, cortando a ligação entre a África e o Oriente Médio, foi inaugurado em 1869 (o canal do Panamá, único equivalente em importância, foi inaugurado só em 1914). Tais obras não poderiam ser feitas sem a mobilização de vultosas somas de dinheiro, captados nas bolsas de valores e envolvendo numerosos grupos capitalistas, nem sempre de forma honesta (denúncias de corrupção marcaram a construção do canal do Panamá). Esses canais reduziram muito o tempo das viagens. A viagem de Liverpool (Inglaterra) até Bombaim (Índia) foi reduzida em 42% (antes era necessário circunavegar o Cabo da Boa Esperança no sul da África). O tempo de viagem de Londres até a Nova Zelândia caiu em 25%.



Utopia urbana inglesa (1860)

Os capitais também puderam viajar com mais facilidade. A proibição da usura foi revogada nos principais países: Inglaterra (1854), Holanda (1865), Prússia e Confederação da Alemanha do Norte (1867). Tributos que oneravam o transporte fluvial na Europa foram eliminados ou mitigados: Danúbio (1857), Reno (1861), Scheldt (1863), baixo Elba (1861), alto Elba (1863-1870), Sund dinamarquês e os canais entre o Báltico e o Mar do Norte (1857). Uma série de tratados comerciais e monetários sancionaram essa fase de predomínio do liberalismo econômico.

O Acordo Monetário Latino (1865) foi realizado entre França, Bélgica, Itália e Suíça. Acordos comerciais foram estabelecidos entre: Inglaterra e França (1860); França e Bélgica (1861); França e Prússia (1862); França e Zollverein (1866); Prússia e Bélgica (1863 e 1865); Prússia e Inglaterra (1865); e Prússia e Itália (1865). O “mundo periférico” do capital foi também aberto para o “livre comércio”, através da pressão diplomática, da chantagem militar ou da guerra pura e simples, como foi o caso da China, principal mercado periférico, arrasada pela armada inglesa durante as “guerras do ópio” (1840-1860) que lhe impuseram um conjunto de “tratados desiguais” favorecendo a penetração de mercadorias e capitais externos.

Com a necessidade da qualificação da mão de obra para a extensão da produção industrial, na segunda metade do século XIX floresceu também a aspiração a uma educação pública e universal. Um “sistema educacional” estatal só poderia existir com a vitória do capitalismo na esfera da produção, pois ele implicava “que a produção dos meios de existência e a produção

de seres humanos sejam institucionalmente separadas uma da outra. Isso só se produz numa medida apreciável com o capitalismo, com o nascimento da família moderna e da obrigação escolar universal. A educação constitui uma articulação família/escola”.⁸⁹⁷ O desenvolvimento da universidade moderna se deu com a criação da universidade humboldtiana, na Alemanha; na França, ela foi simbolizada pela criação em 1868 da Escola Prática de Altos Estudos (*École Pratique*) que deveria fornecer formação para a pesquisa crítica. Mas ainda se estava longe de uma educação única, laica, estatal, gratuita e obrigatória.

A emergência da nação alemã pela chamada “via prussiana”, e as aspirações hegemônicas do Segundo Império francês, provocaram fortes tensões políticas e militares na Europa, exemplificadas pela guerra de 1866 entre Prússia e Áustria, e a crise da sucessão na Espanha. Com o desenvolvimento do proletariado e de sua organização, por outro lado, novas tormentas revolucionárias começaram a se desenhar no horizonte europeu. As novas previsíveis crises políticas, nacionais e internacionais, e crises revolucionárias, teriam lugar em condições sociais e políticas diversas que as precedentes.

Nos primeiros anos da década de 1860, já repostas as energias de classe dissipadas após as derrotas de 1848, a ascensão das lutas operárias e nacionais na Europa fez com que lideranças operárias e ativistas socialistas começassem a pensar em fundar uma organização que reunisse as forças e militantes que estavam a favor da luta dos trabalhadores e das nações oprimidas. Isto resultaria na fundação da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) em 1864. A criação da AIT, ou “Primeira Internacional”, aconteceu em Londres, no St. Martin Hall, no ano de 1864, num congresso em que participaram, basicamente, associações operárias locais (inglesas) e francesas: a presença destas foi facilitada pela realização de uma exposição industrial internacional em Londres.

A AIT foi o produto, não de uma simples “convergência” de organizações operárias, mas de uma *luta teórica e política*. As divergências teóricas e práticas entre o grupo marxista e o lassalleano no socialismo alemão conduziram à fundação da AIT, por iniciativa do primeiro. A Internacional seria um prolongamento da Liga dos Comunistas, cujo objetivo principal residia no estabelecimento de “um ponto central de comunicação e de cooperação entre as sociedades operárias dos diferentes países”. A Liga fora extinta em 1852, dois anos após a cisão e expulsão da fração ultra esquerdista de Willich e Schapper, que defendiam a transformação da Liga em uma “sociedade de conspiradores”, contra a oposição de Marx e Engels. E, diferentemente da associação de Lassalle, a AIT pregava que a emancipação da classe operária, e a abolição de todo regime de classes, seria obtida através da luta independente dos trabalhadores.

O *Manifesto Inaugural* da AIT, redigido por Marx, afirmava que “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores; os esforços dos trabalhadores para conquistar sua emancipação não devem tender a constituir novos privilégios, mas a estabelecer para todos os mesmos direitos e os mesmos deveres; a submissão e a dependência do trabalhador ao capital é a fonte de toda servidão: política, moral e material; por essa razão, a emancipação econômica dos trabalhadores é o grande propósito ao qual deve se subordinar todo movimento político; todos os esforços realizados até hoje fracassaram pela falta de solidariedade entre os operários das diversas profissões em cada país, e de uma união fraternal entre os trabalhadores das diversas regiões; a emancipação dos trabalhadores não é um problema simplesmente local ou nacional, mas que interessa a todas as nações civilizadas, sendo necessariamente subordinada a solução do problema ao seu concurso teórico e prático; o movimento que se desenvolve entre os operários dos países mais industriais, fazendo nascerem novas esperanças, dá uma solene advertência de não cair em velhos erros, e aconselha combinar todos os esforços ainda isolados...”.

⁸⁹⁷

Rolf Nemitz. *Eléments d’une théorie marxiste de l’éducation. Actuel Marx*, nº 1, Paris, 1º semestre 1987.

As divergências internas presentes na AIT não eram consideradas uma ameaça à sua constituição. Ao contrário, a intenção de seus fundadores era criar uma organização democrática aberta a todos os trabalhadores, das mais diversas tendências. Esta iniciativa tinha como objetivo fazer avançar a unidade das “multiformes divisões do trabalho”. Embora a Internacional desestimulasse as práticas conspirativas e sectárias de grupos operários, colocava como principal meta prepará-los para constituírem uma frente conjunta em suas lutas pela emancipação, assumindo o papel de instrumento de impulsão das lutas dos trabalhadores. A AIT não seria a “planta de estufa de uma seita ou de uma teoria” ou “obra de um punhado de políticos hábeis”, mas uma organização que visava, a partir de um amplo e permanente debate entre uma pluralidade de tendências, delimitar um campo de ação comum, ou, nas palavras de Marx, “fundir em um só grande exército toda a classe operária combativa da Europa e da América” (os EUA). No Congresso de Bruxelas da AIT (em 1868) a aliança entre marxistas e proudhonianos de esquerda, como Eugene Varlin, futuro herói da Comuna de Paris, permitiu a adoção de um programa coletivista, que propunha a propriedade comum dos meios de produção.



O congresso da AIT, no St.Martin's Hall

Em finais de 1868, o revolucionário russo Mikhail Bakunin, ingressou na Internacional com o objetivo de criar, no seio da organização, e sob sua própria direção, outra organização, chamada de “Aliança da Democracia Socialista”. Bakunin pretendia que esta organização particular representasse a “propaganda científica” da Internacional, embora ele próprio não possuísse nenhuma formação teórica. Seu programa era um colchão de retalhos mal alinhavados: “Igualdade entre classes (!), abolição do direito de herança como ponto de partida do movimento social (tolice saint-simoneana), o ateísmo como dogma obrigatório para os membros da Internacional, etc., - e, na qualidade de dogma principal, a abstenção (proudhoniana) face ao movimento político”; assim se referiram Marx e Engels ao programa bakuninista.

Mikhail Bakunin,⁸⁹⁸ e antes dele Pierre Joseph Proudhon, principais matrizes ideológicas do *anarquismo*, conciliavam seu anti-estatismo com o nacionalismo (no caso de Bakunin, o pan-

⁸⁹⁸ Mikhail Aleksandrovitch Bakunin (1814-1876) é considerado o principal expoente histórico do anarquismo. Sua trajetória em diversos países europeus teve importante influência, em especial na Itália e na Suíça, no movimento operário. Passou também pela Ásia extremo-oriental e pela América. Em sua Rússia natal passou três anos em uma pequena cela da fortaleza de São Pedro e São Paulo, e passaria outros quatro trancafiado nas masmorras subterrâneas do castelo de Shlisselburg. Lá ele sofreu com o escorbuto e todos seus dentes cairiam como resultado da dieta. Seu aprisionamento nessas terríveis condições fizeram com que ele pedisse ao seu irmão que lhe trouxesse veneno para que desse um fim ao seu sofrimento. Saiu livre depois de controvérsias

eslavismo) e até com um antissemitismo visceral, que não renunciava (ao menos verbalmente) a qualquer meio para obter a erradicação dos judeus (identificados com o próprio capitalismo) da Europa. É um exagero dizer, como o fez Isaiah Berlin, que ambos “anarquistas” eram um par de “mata-judeus” (embora Proudhon chegasse a propor a expulsão dos judeus da Europa para a Ásia).⁸⁹⁹ Marx se solidarizou com as reivindicações nacionais polonesas. Tal reconhecimento radicava, não apenas na experiência de organização de um Estado nacional anteriormente vivida pelos poloneses, mas também no impacto que a restauração do referido Estado provocaria sobre o “sistema de poder” europeu.

Era, de qualquer modo, impossível fundar um movimento internacional de massas dos trabalhadores em cima da salada ideológica semirrevolucionária e semirreacionária bakuninista-proudhoniana.⁹⁰⁰ A corrente de Bakunin defendia a insurreição de todo o povo, a livre organização das massas trabalhadoras “de baixo para cima”. A realização do “socialismo antiautoritário”, proposto pelos anarquistas, exigiria a prévia e completa ruptura com todas as formas de política burguesa. Na crítica dirigida por Bakunin ao “marxismo” (foram os anarquistas os que, de modo polêmico, criaram o célebre termo), predominante na Internacional, ele atribuiu a concepção marxista de revolução (chamada de “socialismo alemão”) e a ideia de *ditadura do proletariado* a uma característica do temperamento do povo alemão, marcado pela “docilidade hereditária” e também pela “sede de domínio”.

Na AIT a questão da política internacional ocupou um espaço importante. Nas lutas nacionais de meados do século XIX, Marx e Engels apoiaram a destruição dos impérios multinacionais e a constituição das grandes nacionalidades (Itália, Alemanha, Hungria e Polônia). Rejeitaram em bloco as aspirações nacionais dos povos eslavos do Império Austro-Húngaro e do Império Russo (com exceção da Polônia), qualificados por Engels como “povos sem história”.

“confissões” ao Czar. Sua oposição a Marx e à ditadura do proletariado era uma oposição a qualquer ditadura revolucionária, assim fundamentada: “Sob qualquer ângulo que se esteja situado para considerar esta questão, chega-se ao mesmo resultado execrável: o governo da imensa maioria das massas populares se faz por uma minoria privilegiada. Esta minoria, porém, dizem os marxistas, compor-se-á de operários. Sim, com certeza, de antigos operários, mas que, tão logo se tornem governantes ou representantes do povo, cessarão de ser operários e se porão a observar o mundo proletário de cima do Estado; não mais representarão o povo, mas a si mesmos e suas pretensões de governá-lo. Quem duvida disso não conhece a natureza humana”, ao que opunha “uma rebelião universal de parte das pessoas e organização livre das multidões de trabalhadores de baixo para cima”. Suas opiniões radicalmente antissemitas são consideradas parte de um preconceito geral da época: “Uma seita de exploradores, um povo de sanguessugas, um único parasita devorador estreita e intimamente ligado, não só através das fronteiras nacionais, mas também em todas as divergências de opinião política ... cuja a paixão mercantil constitui um dos principais traços de seu caráter nacional” (preconceito? Dizer isso já seria grave: escrevê-lo [refletidamente] seria bastante mais do que isso). Em 2014, duzentos após seu nascimento, Bakunin voltou a “aparecer” nos noticiários graças aos esforços realizados pela Polícia Civil do Rio de Janeiro: a partir de um telefonema interceptado de uma manifestante, Mikhail Bakunin passou a figurar na lista de suspeitos procurados por praticar atos violentos nas manifestações contra a Copa do Mundo de futebol desse ano.

⁸⁹⁹ No seu texto *A Questão Judaica* Marx tentou explicar as razões da sobrevivência do judaísmo, em contraposição à destruição de suas bases históricas materiais, contrapondo-se entre outras coisas ao antissemitismo corrente na Europa em meados do século XIX.

⁹⁰⁰ O “anarquismo” contemporâneo resultou da seleção, por uma geração posterior de ativistas (incluída, a norte-americana Emma Goldman, ela própria de origem judia) de alguns dos temas desenvolvidos por Proudhon e Bakunin, que estavam longe de constituir uma doutrina coerente. Na era moderna o primeiro a empregar o termo “anarquia” com um sentido de organização social foi Louis-Armand, Barão de Lahontan, em sua obra *Nouveaux Voyages dans l'Amérique Septentrionale*, de 1703, onde descreveu os povos indígenas habitantes das Américas como sociedades sem estado, leis, prisões, padres ou propriedade privada, seres “em anarquia”. Em *A Vindication of Natural Society* (1756), Edmund Burke, um liberal radical, defendeu a abolição do governo. William Godwin comentou os escritos de Burke afirmando que neste “os males das instituições políticas existentes foram revelados com uma força de razão e capacidade de eloquência incomparáveis, enquanto a intenção do autor era mostrar que esses males deveriam ser considerados trivialidades”. A corrente anarquista no movimento operário atingiu enorme importância, na virada do século XIX para o século XX, nos países de Europa latina, sobretudo, e, através da grande imigração desse período, na América Latina e nos EUA. Nessas regiões, ele conservaria a hegemonia no movimento operário até a década de 1930, perdendo-a durante e depois da grande depressão econômica dessa década.

Esse posicionamento não foi confirmado pela história em vários casos, em especial na Tchecoslováquia, que conheceria um importante desenvolvimento capitalista nacional. Engels citava o exemplo "dos romenos da Valáquia, que nunca tiveram história nem a energia necessária para tê-la, e que teriam a mesma importância que os italianos, dotados de uma história de dois mil anos e de uma vitalidade nacional incomparável". Acompanhando Hegel na quitação, Marx e Engels distinguiram os "povos históricos" (aqueles que tiveram a energia suficiente para constituir-se em Estado nos períodos históricos pré-capitalistas) dos "povos sem história" (carentes dessa característica).

Hobsbawm desculpou Engels ("totalmente errado a respeito dos tchecos e outros povos") por ser "um puro anacronismo criticá-lo por sua postura essencial (a do direito nacional dos "povos históricos") a qual era partilhada por qualquer observador imparcial de meados do século XIX":⁹⁰¹ num trabalho crítico a respeito das análises de Engels, o marxista Roman Rosdolsky sustentou que "essa concepção (que remonta a Hegel) era insustentável e estava em contradição com a concepção materialista da história que o próprio Engels contribuiu a criar, pois em vez de derivar a essência das lutas entre nacionalidades e dos movimentos nacionais das condições materiais de vida e das relações de classe (continuamente mudadas) dos povos, encontrava sua *ultima ratio* no conceito de 'viabilidade nacional', com ressonâncias metafísicas, e que não explica absolutamente nada".⁹⁰²

Em Hegel, a noção de "povos sem história" remetia à racionalidade do devir histórico: "Na existência de um povo, o objetivo essencial é ser um Estado e manter-se como tal. Um povo sem formação política não tem propriamente história; sem história existiam os povos antes da formação do Estado, e outros também existem hoje como nações selvagens".⁹⁰³ A estatolatria hegeliana (que considerava a burocracia estatal como a "classe universal" por encarnar a moralidade social contraposta ao egoísta interesse particular) tinha já sido rejeitada por Marx.

Marx e Engels, por outro lado, acreditavam que seria relativamente rápido o ritmo histórico da passagem do período de conclusão da formação das nações para o período da sua unificação através da revolução socialista: a posição de Marx e Engels "repousava notadamente na teoria das grandes unidades nacionais, capazes de preencher um papel progressivo na história".⁹⁰⁴

"Passa-se sob silêncio um fato capital: que as elaborações teóricas marxistas, situadas até a véspera da I Guerra Mundial, se fizeram na esteira de um movimento longo e difícil, no qual operou-se o deslocamento do tema da periferia ao centro, deslocamento devido tanto à maturidade do pensamento marxista quanto à eclosão do fenômeno nacional, ao seu encaminhamento a partir de 1848".⁹⁰⁵

Na segunda metade do século XIX as posições marxistas penderam claramente na direção da luta pela independência das nações oprimidas, como no caso da Irlanda e, sobretudo, da Polônia, oprimidas pelas monarquias capitalistas (Inglaterra) e feudais (Rússia). Em carta ao seu amigo e companheiro Kugelmann, Marx afirmava: "Estou cada vez mais convencido de que a classe operária inglesa não poderá fazer nada decisivo na Inglaterra enquanto não separe sua política a respeito da Irlanda da política das classes dominantes; enquanto não faça causa comum com os irlandeses; enquanto não tome a iniciativa de dissolver a União estabelecida em 1801, substituindo-a por uma livre relação federal. Isto deve ser feito, não por simpatia com a Irlanda, mas como exigência do interesse do proletariado inglês".

⁹⁰¹ Eric J. Hobsbawm. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

⁹⁰² Roman Rosdolsky. *Friedrich Engels y el Problema de los Pueblos sin Historia*. México, Siglo XXI-Pasado y Presente, 1980. As noções de "povos históricos" e "povos sem história" tinham sentido só no período das revoluções nacionais europeias, quando ambos "tipos" de povo estavam em contato e choque diretos, nas lutas que presidiram a decomposição do feudalismo e dos impérios multinacionais.

⁹⁰³ G.W.F. Hegel. *Lecciones sobre Filosofía de la Historia Universal*. Madri, Revista de Occidente, 1974.

⁹⁰⁴ Miklós Molnár. *Marx, Engels et la Politique Internationale*. Paris, Gallimard, 1975.

⁹⁰⁵ Geroges Haupt. *L'Historien et le Mouvement Social*. Paris, François Maspéro, 1980.

Já na década de 1860, Marx viu na Irlanda, “a chave da solução da questão inglesa, a qual é, por sua vez, a chave da solução da questão europeia”.⁹⁰⁶ “Marx não aprovava a formação de Estados nacionais pequenos e isto está ilustrado pela sua atitude (contrária) à independência irlandesa (...) Confiava em que as nações maiores e avançadas, em especial Inglaterra, instaurariam o socialismo, e emancipariam depois politicamente as nações pequenas e atrasadas, conduzindo-as pelo caminho do progresso econômico e social. Esta opinião mudou nas décadas de 1850 e 1860. Não houve revolução na Inglaterra, e Marx, invertendo a ordem anterior, sentiu que a liberdade irlandesa devia preceder ao socialismo inglês”.⁹⁰⁷

Na fundação da Primeira Internacional a questão da independência da Polônia foi, para os socialistas, um divisor de águas e de princípios com a democracia burguesa e pequeno-burguesa. Nas novas condições históricas, Engels defendeu que o internacionalismo proletário passava, na Europa, também pela defesa do nacionalismo irlandês (antes, ele e Marx se opunham à independência da Irlanda em relação à Inglaterra) e polonês. O proletariado europeu se preparava para novas batalhas de classe, decisivas. Para seus porta-vozes comunistas, ele deveria doravante também se projetar como dirigente e libertador das nações oprimidas, fazendo sua entrada no mundo da *política internacional*. Para Engels, o desenvolvimento da questão nacional ao longo do século XIX deixara claro que “sem a autonomia e a unidade de cada nação, não haverá nem a união internacional do proletariado nem a tranqüila e inteligente cooperação dessas nações (...) Para um povo é historicamente impossível discutir seriamente qualquer questão enquanto fica ausente a independência nacional”: a questão nacional nunca foi a da homogeneidade étnica ou lingüística num só Estado, mas a do desenvolvimento das forças produtivas sobre a base histórica da nação e, através disso, o desenvolvimento da classe operária e de uma vida política interna, da luta de classes.

As questões nacionais não resolvidas e a opressão nacional eram obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas e da democracia (ao livre curso da luta de classes). A posição marxiana foi assim resumida: “Atitude democrática consequente perante os movimentos de emancipação nacional. Apoio incondicional a tudo que tenham de progressivo e que sirva aos interesses gerais proletariado. Afirmção, ao mesmo tempo, da unidade da classe explorada, por cima dos interesses nacionais. Todo desvio, nesse aspecto, do democratismo consequente, é considerado um desvio burguês e reacionário, assim como todo desvio dos princípios da unidade proletária é uma manifestação da influência burguesa, uma sobrevivência do nacionalismo burguês. Marx e Engels reagiram energicamente contra os que, como Proudhon, consideravam, em nome de um internacionalismo abstrato, que a questão nacional era um preconceito burguês, assim como contra aqueles que subordinavam a causa do proletariado aos interesses nacionais”.⁹⁰⁸ Foi no confronto do conjunto dos problemas (econômicos, nacionais, políticos e sociais) postos pela segunda metade do século XIX que a teoria revolucionária definiu um perfil mais acabado.

⁹⁰⁶ Vinte anos depois, em 1882, Engels escreveu: “Duas nações europeias têm não só o direito, mas o dever de serem nacionalistas antes de transformar-se em internacionalistas: Irlanda e Polônia. Estas nações atingem o máximo de internacionalismo quando são genuinamente nacionalistas”. Tratava-se da progressiva elaboração de uma estratégia internacional para a revolução proletária, que incluísse a questão crucial das nacionalidades. René Gallissot apontou a respeito que “desapareceu a distinção entre nações históricas e povos sem história, de modo tal que a revolução democrática desaguaria na libertação das nacionalidades”.

⁹⁰⁷ Solomon F. Bloom. *El Problema Nacional en Marx*. El mundo de las naciones. Buenos Aires, Siglo XXI, 1975, p. 47.

⁹⁰⁸ Andreu Nin. *Op. Cit.*

28. SOCIALISMO, COMUNISMO, MARXISMO

O povo inglês pensa ser livre, porém engana-se totalmente. É livre somente durante a eleição dos membros do Parlamento: depois que estes são eleitos é escravo, não é nada. A soberania não pode ser representada: consiste essencialmente na vontade geral e a vontade não se representa. É ela mesma ou é outra coisa: não há meio-termo (Jean-Jacques Rousseau, **O Contrato Social**)

A democracia tem como consequência inevitável o domínio político do proletariado, e esse domínio é a primeira premissa de todas as medidas comunistas (Friedrich Engels, outubro de 1847)

Os comunistas não são nenhum partido particular face aos outros partidos operários. Não têm nenhum interesse separado dos interesses do proletariado todo. Não estabelecem princípios particulares segundo os quais queriam moldar o movimento proletário. Os comunistas diferenciam-se dos demais partidos proletários apenas pelo fato de que, por um lado, nas diversas lutas nacionais dos proletários acentuam e fazem valer os interesses comuns, independentes da nacionalidade, do proletariado todo, e pelo fato de que nos diversos estádios de desenvolvimento por que a luta entre o proletariado e a burguesia passa, representam sempre o interesse do movimento total. Os comunistas são, pois, na prática, o sector mais decidido, sempre impulsionador, dos partidos operários de todos os países; na teoria, eles têm, sobre a restante massa do proletariado, a vantagem da inteligência das condições, do curso e dos resultados gerais do movimento proletário (Karl Marx e Friedrich Engels, **Manifesto Comunista**)

O ano de 1848 revelou também o socialismo e o comunismo como novas forças políticas atuantes no cenário europeu, isto é, capazes de superar seu estágio prévio de seitas iluminadas ou conspirativas. O termo *socialismo* surgiu na primeira metade do século XIX para designar àqueles que acreditavam na origem contratual de uma sociedade de homens livres e iguais. Contraposto a "individualismo", era frequentemente utilizado como sinônimo de "cooperativismo": "Antes de 1848, em todos os países, a palavra socialismo tinha um sentido absolutamente inofensivo aos ouvidos do homem".⁹⁰⁹ A elaboração de diversos sistemas socialistas, por parte de intelectuais e até de membros das classes dominantes, refletiu o abalo que a inédita miséria social criada pela transformação capitalista provocou na consciência dos elementos mais lúcidos e honestos da sociedade.

Refletiu também uma situação histórica única: "O que aconteceu no mundo ocidental, entre meados do século XVIII e meados do século XIX, foi único e carecia de antecedentes. Nunca antes acontecera a junção de um levante democrático com uma mudança técnica radical que alterava totalmente o ambiente do homem e seu modo de vida. A mudança decorrente nas instituições e nas atitudes mentais foi mais profunda do que qualquer outra que a humanidade tivesse experimentado desde a ruptura da sociedade tribal que possibilitou a vida urbana".⁹¹⁰ A perspectiva de mudar o mundo pelo avesso não era considerada utópica num mundo que estava sendo ele próprio virado pelo avesso.

O *comunismo* moderno, por sua vez, originou-se do racha da extrema esquerda do jacobinismo francês, representado por Gracchus Babeuf e Filippo Buonarroti na Revolução Francesa: "Pouco depois [do golpe antijacobino] Babeuf se deu conta de que o governo instalado no poder após o 9 Thermidor tentava encerrar a revolução, em vez de fazê-la avançar, esvaziando-a de qualquer conteúdo econômico-social. Nesse momento, ele passa a se colocar contra a direção que aqueles que estavam no poder queriam impirir à França e, ao mesmo tempo, começa a reler o processo revolucionário. ... Babeuf começa a rever o papel da violência no processo revolucionário".⁹¹¹ Na "Conspiração dos Iguais" de 1796, a política revolucionária jacobina começou a fundir-se com um programa de igualdade econômica e social. A fusão da revolução política com o antigo comunismo utópico dos círculos operários ganhou força na primeira metade do século XIX.

⁹⁰⁹ Arthur Rosenberg. *Op. Cit.*

⁹¹⁰ George Lichteim. *Los Orígenes del Socialismo*. Barcelona, Anagrama, 1970.

⁹¹¹ Alessandro Lucciola Molon. *Graco Babeuf*. O pioneiro do socialismo moderno. Rio de Janeiro, Eduerj, 2002, p. 156.

O principal representante desse “comunismo realmente atuante” na Europa de 1840, era a chamada “Liga dos Justos”. A Liga era composta por trabalhadores, principalmente artesãos alemães exilados, alocados em Londres, Bruxelas e Paris, e em algumas partes da Alemanha. Não se tratava ainda de proletários modernos trabalhando em grandes fábricas mecanizadas. A velha “Liga dos Justos” oferecia a particularidade de que, como federação, era secreta, mesmo que as suas seções (da França, Alemanha, Bélgica, e a Associação de Operários Alemães de Londres) fossem legais e atuassem em plena luz do dia. Uma corrente composta de elos contínuos, não só ideológicos mas também organizativos, levou do jacobinismo radical até o comunismo moderno e sua expressão teórica, o *marxismo*. Vejamos esse processo em suas grandes linhas. Em 1843, Marx, como editor da *Rheinische Zeitung* (“Gazeta do Reno”), polemizou contra um jornal alemão (o *Augsburger*) que atacava o comunismo: “Ele respondeu em síntese: vocês não têm o direito de atacar o comunismo. Não conheço o comunismo, mas se ele assumiu a defesa dos oprimidos não pode ser condenado sem mais. Antes de condená-lo, é preciso ter um conhecimento exato e completo dessa corrente. Quando saiu da *Rheinische Zeitung*, Marx não era ainda um comunista, mas já era um homem interessado no comunismo como tendência e como filosofia especial”.⁹¹²

A Liga, por sua vez, se fez “comunista” antes da redação do “Manifesto” redigido por Marx e Engels, cujo título completo é “Manifesto do Partido Comunista”, o que significa que era um documento destinado a balizar a ação política do proletariado revolucionário: a ineptidão revolucionária passava a se dirigir à classe operária, que já havia demonstrado sua capacidade de agir como sujeito revolucionário.⁹¹³ Segundo David Riazanov, tratava-se do “socialismo revolucionário, o comunismo, que a burguesia batizou com o nome de blanquismo, derivado de Auguste Blanqui”,⁹¹⁴ o revolucionário que encabeçara o frustrado levantamento parisiense de maio de 1839. Desde antes da sua adesão à Liga, Marx e Engels eram conhecidos como comunistas, como o revela um informe da polícia alemã, de 14 de fevereiro de 1846: “Três chefes comunistas alemães, entre os quais se encontra Karl Marx, estão preparando a edição de oito volumes sobre o comunismo, sua doutrina, suas conexões, sua situação na França e na Inglaterra. Os outros dois colaboradores são Engels e (Moses) Hess, conhecidos comunistas, o primeiro dos quais chegou aqui vindo da Suíça. A obra será publicada na gráfica do *Der Deutsche Steuermann* de Paris”.⁹¹⁵

A obra que inquietava esses policiais nunca foi publicada. O *Manifesto Comunista*, inicialmente concebido como uma simples brochura, teve um impacto mais duradouro do que a coleção projetada e nunca realizada. “Antes de 1848 a única praxis sobre a qual Marx podia refletir era a dos jacobinos e seus sucessores entre as seitas radicais de Paris; por outro lado, a sua economia (e a de Engels) era já a dos socialistas ricardianos e owenistas da Grã-Bretanha. Mas

⁹¹² David Riazanov. *Op. Cit.* A resposta concreta de Marx foi: “A Gazeta Renana (*Rheinische Zeitung*), que não pode sequer atribuir uma realidade teórica às ideias comunistas em sua atual forma, e muito menos desejar ou considerar possível a sua realização prática, submeterá essas ideias a uma crítica severa. Se o *Augsburger* quisesse e pudesse produzir mais do que frases escorregadias, ele perceberia que escritos como os de Leroux, Considérant, e sobretudo o trabalho penetrante de Proudhon, só podem ser criticados depois de longa e profundamente estudados, e não através de noções passageiras e superficiais... Devido a esse desacordo, temos que considerar com toda seriedade esses trabalhos teóricos. Estamos firmemente convencidos de que o verdadeiro problema reside não no esforço prático, mas na explicação teórica das ideias comunistas. Tentativas práticas perigosas, mesmo que realizadas em larga escala, podem ser derrubadas de um só golpe, mas as ideias conquistadas pela inteligência, incorporadas em nossa perspectiva, forjadas em nossa consciência, são amarras das quais não nos livramos sem partir nossos corações; são demônios que superamos apenas quando a eles nos submetemos”. Cf. Karl Obermann. Aux origines de la “Neue Rheinische Zeitung”. *Le Mouvement Social* n° 77, Paris, outubro-dezembro 1971.

⁹¹³ Até o século XVII, e boa parte do XVIII, isso era impossível, devido ao insuficiente desenvolvimento do proletariado: “(Spinoza) embora com plena consciência da força revolucionária de sua obra, rejeitava toda forma de demagogia e só se dirigia à camada dos intelectuais, da qual deveria surgir a revolução” (Carl Gebhardt. *Op. Cit.*, p. 84). Com Marx, a intelectualidade abdicou de sua pretensão de jogar um papel histórico autônomo.

⁹¹⁴ *Idem.*

⁹¹⁵ In: Hans Magnus Enzensberger. *Conversaciones con Marx y Engels*. Barcelona, Anagrama, 1974, p. 62.

o arsenal de instrumentos conceituais com que contribuiu para o conhecimento dos fatos compreendia um elemento que nem o racionalismo francês nem o empirismo britânico podiam prover; a filosofia da história de Hegel e a visão de que a totalidade do mundo forma um conjunto ordenado que o intelecto pode compreender e dominar”:⁹¹⁶ o *Manifesto* foi sua primeira grande síntese.

A revolução de junho de 1848, na França, carregou a palavra *socialismo* de um novo conteúdo, de caráter revolucionário. “Socialismo” e “comunismo”, claramente diferenciados antes dessa data, tenderam a se fundir. Com a forte transformação capitalista do cenário econômico europeu houve a passagem, nos movimentos populares, da democracia revolucionária para as ideologias claramente proletárias. A extraordinária trajetória de Louis-Auguste Blanqui foi a expressão viva da transição da democracia jacobina radical para o socialismo proletário, associado depois aos nomes de Marx, Lassalle e Engels (na França, por esse motivo, esse socialismo era chamado de “socialismo alemão”):⁹¹⁷ “O que fez decisivo o blanquismo no movimento revolucionário na França foram as técnicas da conspiração e da insurreição armada, e a ideia de uma breve ditadura transitória”.⁹¹⁸ Blanqui insistia na necessidade de uma etapa intermediária de “ditadura temporal”, embora não se referindo a uma “ditadura do proletariado”.

Blanqui, por outro lado, defendeu claramente a ideia de luta de classes, em clara e explícita oposição aos socialistas “utopistas” (“Não há uma comunidade, mas uma oposição, de interesses; não existe outra relação que a luta entre eles”). Blanqui foi “o primeiro que formulou – depois de Babeuf – a teoria da luta revolucionária de classes”.⁹¹⁹ Mas não o fazia sobre a base da análise da especificidade capitalista, mas sobre a lógica dos jacobinos mais radicais, que defendiam que o direito à existência devia sobrepor-se ao direito de propriedade. Uma minoria privilegiada, para Blanqui, violava o princípio de igualdade, vigente na sociedade primitiva.

Como teórico economista crítico do capitalismo, Blanqui filiava-se às doutrinas do subconsumo, entendendo que as mercadorias se vendiam uniformemente por cima de seu valor, não achando que a acumulação capitalista se devesse à exploração da classe operária (à mais-valia extorquida no processo de produção), mas ao “excesso” que os capitalistas cobravam dos consumidores. O lucro do capital, para Blanqui, não se originava na esfera da produção (a fábrica), mas na esfera da circulação (o comércio). Chegou à conclusão da necessidade de uma economia desmonetizada, em que os produtores cambiassem seus bens pelo seu exato valor de custo, uma teoria que fincava suas raízes em um país ainda eivado de pequenos produtores rurais e urbanos. Blanqui via o conteúdo básico da história no movimento que conduzia do individualismo absoluto dos selvagens, através de fases sucessivas, ao comunismo, “sociedade futura” e “coroa da civilização”. O meio para superar o individualismo seria a instrução (pública): “O trabalho é o povo; a inteligência são os homens que o dirigem”, chegou a escrever. Mas sua prédica era anticapitalista: “O capital é trabalho roubado”.

Alexis de Tocqueville, em *Souvenirs de 1848*, lembrou Blanqui como “horrível”: “Tinha suas bochechas macilentas e enrugadas, os lábios brancos, o ar doente, mau e imundo, uma palidez suja, o aspecto de um corpo decadente, sem linha visível, com uma velha levita negra grudada sobre membros esqueléticos e descarnados; parecia ter vivido em um esgoto”. Blanqui militou de novo contra o Segundo Império, agrupando estudantes e trabalhadores, sendo novamente

⁹¹⁶ George Lichteim. *El Marxismo*. Un estudio histórico y crítico. Barcelona, Anagrama, 1964.

⁹¹⁷ Jean Jaurès escreveu um texto chamado *História do Socialismo Alemão* e, ainda em finais do século XIX, Werner Sombart publicou *Le Socialisme Allemand* (Paris Payot, 1923). A expressão designava uma doutrina “realista e materialista” contraposta ao idealismo revolucionário francês: Paul Lafarge (defensor da teoria marxista) e Jean Jaurès protagonizaram um célebre debate a respeito.

⁹¹⁸ George Lichteim. *Breve Historia del Socialismo*, ed. cit.

⁹¹⁹ Arno Münster. *Ernest Bloch*. Filosofia da práxis. São Paulo Editora da Unesp, 1993.

preso; gozou de breve liberdade entre 1859 e 1861, quando foi novamente encarcerado em Belle-Île-en-Mer (desde a prisão, dirigiu uma carta-apelo ao comitê socialista de Londres, que foi publicada, prefaciada por Karl Marx). Novamente escapou e refugiou-se na Bélgica (Bruxelas), em agosto de 1865, regressando a Paris quatro anos depois, graças a uma anistia geral; continuou organizando insurreições (na verdade, putschs armados) que terminaram sempre em fracasso (e em prisão para seus organizadores, Blanqui incluído).

Para Anton Pannekoek, “vinculava-se a Blanqui, o intrépido conspirador revolucionário, o segmento do proletariado que entendia como necessária a conquista do poder político por uma minoria decidida, que, conduzindo a massa mediante sua experiência e atividade, poderia manter o poder através de uma estreita centralização”.⁹²⁰ Para Engels “os blanquistas eram, no quadro da grande massa, socialistas, dotados apenas de instinto proletário-revolucionário”: “Blanqui é essencialmente um político revolucionário. Ele é um socialista só através de sentimentos, através de sua simpatia para com o sofrimento do povo, mas ele não tem nem uma teoria socialista, nem quaisquer sugestões práticas definitivas para soluções sociais. Na sua atividade política, era essencialmente um homem de ação, acreditando que uma pequena minoria bem organizada iria tentar um golpe de força política, no momento oportuno, e poderia levar a massa do povo com eles, através de alguns êxitos e assim dar início a uma revolução vitoriosa”.⁹²¹

Marx e Engels observaram atentamente e criticaram a atividade revolucionária de Blanqui, e se colocaram a tarefa principal de transformar o “instinto revolucionário” expresso no blanquismo ou no cartismo em programa revolucionário de bases sólidas (ou “científicas”). O documento nascido desse esforço, o *Manifest der Kommunistischen Partei*, foi publicado em fevereiro de 1848, em Londres. O *Manifesto* tinha sido encomendado, entre três e quatro meses antes, pela Liga dos Justos, organização composta basicamente por operários e artesãos alemães exilados. As bases da depois batizada como “teoria marxista” foram postas conjuntamente por Marx e Engels no período imediatamente anterior e posterior às revoluções de 1848.

O período de ruptura com o grupo filosófico dos “jovens hegelianos”, com Feuerbach e com o “comunismo filosófico” de Moses Hess, e de entroncamento com as organizações do proletariado revolucionário, foi culminado com o *Manifesto*,⁹²² onde era colocado o objetivo da “elevação do proletariado à classe dominante”, simultaneamente ponto de ruptura com o socialismo filosófico e filantrópico anterior (o “socialismo utópico”) e ponto de partida para uma nova organização política da classe operária, doravante chamada *Liga dos Comunistas*, em substituição à “Liga dos Justos”.

O objetivo político do *Manifesto* era dotar de um programa a um partido cujos contornos estavam ainda pouco definidos: “O ‘partido comunista’ de que fala o *Manifesto* é um partido internacional cujos embriões são a Liga dos Comunistas e os *Fraternal Democrats*, isto é, de um lado, uma organização composta sobretudo por alemães, mas dispersa por toda a Europa e, de outro, uma organização concentrada em Londres mas composta de representantes

⁹²⁰ Anton Pannekoek et al. *Conselhos Operários*. Coimbra, Centelha, 1975.

⁹²¹ Friedrich Engels. *Princípios de Comunismo e Outros Textos*. São Paulo, Mandacarú, 1990.

⁹²² No prefácio à edição de 1872 do *Manifesto*, Marx e Engels escreveram: “A Liga dos Comunistas, associação operária internacional que, nas circunstâncias de então, só podia evidentemente ser secreta, encarregou os abaixo-assinados, no Congresso que teve lugar em Londres em novembro de 1847, de redigir um programa detalhado, simultaneamente teórico e prático, do partido e destinado à publicação. Tal é a origem deste Manifesto, cujo manuscrito foi enviado para Londres, para ser impresso, algumas semanas antes da Revolução de Fevereiro. Publicado primeiro em alemão, houve nesta língua pelo menos doze edições diferentes na Alemanha, na Inglaterra e na América do Norte. Traduzido em inglês por Miss Helen Macfarlane, apareceu em 1850, em Londres, no *Red Republican*, e, em 1871, teve na América, pelo menos, três traduções inglesas. Apareceu em francês, pela primeira vez, em Paris, pouco tempo antes da insurreição de junho de 1848, e, recentemente, em *Le Socialiste*, de Nova York”.

exilados de grupos operários e comunistas de vários países do continente”.⁹²³ Foi portanto o arremate de uma obra teórica, política e organizativa, cujos diversos aspectos são inseparáveis: “Análises da conjuntura pré-revolucionária, formação da Liga dos Comunistas, elaboração teórica, estão estreitamente entrelaçadas na atividade de Marx e Engels durante o ano de 1847 e janeiro-fevereiro de 1848, tendo o seu resultado político-organizacional no segundo congresso da Liga e sua grande síntese teórico-política no *Manifesto*”.⁹²⁴

No seio da Liga e da “Associação de Operários Alemães”, se enfrentaram duas concepções, pois um de seus membros mais influentes, Wilhelm Weitling (“chefe espiritual” da Liga, que não tardou em ser afastado da Associação) admitia apenas as sociedades clandestinas de conspiradores, enquanto Marx exigia que se transformassem as agitações subterrâneas em um vasto movimento de massas. Com a vitória de Marx e Engels no debate, se chegava ao fim do processo evolutivo desde o comunismo idealista dos artesãos alemães ou do comunismo “filosófico e sentimental” de Weitling; desde “a mistura de socialismo ou comunismo franco-inglês e de filosofia alemã que constituía a doutrina secreta da Liga”, para o que Marx chamou de “uma observação científica da estrutura econômica da sociedade burguesa, único fundamento teórico sólido” para substituir a aspiração por “um sistema utópico qualquer, por uma participação consciente no processo histórico da revolução social que se cumpria sob os nossos olhos”.



Capa da primeira edição do Manifesto Comunista (Londres, fevereiro de 1848)

A derrubada do capitalismo não seria o resultado automático das suas contradições, mas da organização consciente dos trabalhadores. A perspectiva da revolução proletária (ou

⁹²³ Michael Löwy. *A Teoria da Revolução no Jovem Marx*. São Paulo, Boitempo, 2012.

⁹²⁴ Fernando Claudin. *Marx, Engels y la Revolución de 1848*. México, Siglo XXI, 1976.

comunista) encontrava-se vinculada a: a) A maturidade social e política do proletariado para realizá-la, o que dependia: b) Das condições materiais objetivas, medidas pela própria maturidade do capitalismo, em escala internacional. Ambos os fatores têm um caráter dinâmico, determinado pela “subversão contínua da produção” própria do capitalismo. Esse dinamismo contraditório determina não só a luta política (de classe) entre o proletariado e a burguesia, mas também a luta política interna do proletariado, em que diversas frações expressam condições históricas ultrapassadas (como o “socialismo crítico-utópico”) ou pressões externas àquele (como o “socialismo burguês”, violentamente criticado no *Manifesto*).

O outro aspecto a ser levado em conta é a maturidade das condições objetivas para a revolução proletária. O *Manifesto Comunista* refere-se a elas como responsáveis (pela sua ausência) do fracasso do “socialismo e comunismo crítico-utópico”, que “fracassaram necessariamente não só por causa do estado embrionário do próprio proletariado, como também devido à ausência das condições materiais de sua emancipação, condições que apenas surgem como produto da época burguesa”. Grande parte da obra ulterior de Marx e Engels pode ser vista como uma pesquisa acerca da maturidade dessas condições materiais, de suas causas aceleradoras e compensadoras, ou seja, do desenvolvimento dos antagonismos de classe nos países capitalistas, e da expansão mundial do novo modo de produção.

A preocupação dos autores em deixar claro que não pretendiam formar uma seita de iluminados (“os comunistas não constituem um partido à parte, oposto aos outros partidos operários ...”) não significa que não quisessem formar um *partido*, isto é, uma entidade que não engloba a totalidade dos membros da sua classe, nem sequer uma maioria deles mas, no caso do proletariado, a sua “fração mais consciente e resoluta”. A revolução proletária, portanto, não foi concebida no *Manifesto Comunista* sem a mediação da *política*. A passagem das “sociedades secretas” para as sociedades operárias de massa com objetivos políticos foi determinada pelas novas condições históricas. A Liga dos Justos devia alguns traços de sua organização secreta (e seu próprio conceito de comunismo) às sociedades secretas neobabevistas com as quais as “comunas” da Liga em Paris tinham estreitas relações. Os membros da Liga estavam obrigados a difundir os princípios, fazer novos recrutamentos, fundar associações oficiais de operários e artesãos. Foi somente nos grandes centros da Liga, em Paris e Londres, e mais tarde em Genebra, que as “comunas” da Liga tiveram uma existência e uma atividade contínuas, apoiando-se sempre em associações operárias paralelas.

A mudança de orientação em direção da constituição de organizações operárias de massa, sem caráter conspirativo-autoritário, teve o seu epicentro na Inglaterra, onde o desenvolvimento industrial era mais avançado, e a atividade da classe operária mais aberta. O horizonte político dos “Justos” de Londres foi ampliado consideravelmente: existia na Inglaterra uma classe operária nascida das fábricas, que fazia valer suas reivindicações através do poderoso movimento cartista; havia liberdade de reunião e de associação; havia, além dos numerosos operários e artesãos de todos os países europeus, exilados políticos franceses, alemães, italianos e poloneses de todas as opiniões. Enquanto a antiga desconfiança em relação aos intelectuais começava a desaparecer entre os operários e seus representantes, e o proletariado ia buscar suas armas intelectuais na filosofia, os filósofos descobriam nos operários, os “bárbaros” da “sociedade civilizada”, o elemento prático e ativo da emancipação do homem.

Em finais de 1848, o movimento cartista inglês já estava esfacelado e derrotado. Com isso, fechava-se uma etapa histórica, iniciada em 1795, durante a qual viveu e se desenvolveu a tradição de um radicalismo popular democrático. Engels rastreou as origens dessa tendência nos primeiros grandes levantes contra a aristocracia, “na época da Reforma e das guerras camponesas na Alemanha, a tendência dos anabatistas e de Thomas Münzer; na grande revolução inglesa, os *levellers*; e, na grande Revolução Francesa, Babeuf. E esses levantes revolucionários de uma classe incipiente são acompanhados, por sua vez, pelas

correspondentes manifestações teóricas: nos séculos XVI e XVII, surgem as descrições utópicas de um regime ideal de sociedade; no século XVIII, teorias já declaradamente comunistas, como as de Morelly e Mably. A reivindicação da igualdade não se limitava aos direitos políticos, mas também às condições sociais de vida de cada indivíduo. Já não se tinha em mira abolir apenas os privilégios de classe, mas acabar com as próprias diferenças de classe”.⁹²⁵

Karl Marx viu na tendência descrita por Engels “o partido comunista verdadeiramente atuante” (isto é, não burguês nem utopista). Nos seus *Princípios de Comunismo*, pouco anteriores ao *Manifesto*, Engels respondia assim à pergunta “o que é comunismo?": “É um sistema segundo o qual a terra deve ser um bem comum dos homens. Cada um deve trabalhar e produzir de acordo com as suas capacidades, e gozar e consumir de acordo com as suas forças”. Diferenciando-o claramente do “socialismo”, “que deve seu nome à palavra latina *socialis*. Ocupa-se da organização da sociedade e das relações entre os homens. Mas não estabelece nenhum sistema novo: sua ocupação principal é consertar o velho edifício, esconder as suas fissuras, obra do tempo. No máximo, como os fourieristas, pretendem construir um sistema novo acima dos velhos e podres alicerces do chamado capitalismo”.⁹²⁶

Na década de 1840, a história europeia assumira uma nova dimensão: o problema social: a revolução social em potência encontrava expressão típica no proletariado. Sobre a base de uma classe operária que crescia e se mobilizava, era agora possível uma nova e mais significativa fusão da experiência e das teorias jacobino-revolucionárias com as socialistas e comunistas. E isso era objeto de um debate público e aberto. Na França, o jornal democrático *Le National* atacava, em 1847, os “comunistas”. Outro jornal democrático, situado mais à esquerda, *La Réforme*, lhe respondia: “As propostas econômicas dos comunistas estão mais próximas de nós do que as do *Le National*, porque lhes reconhecemos o direito à discussão e porque as doutrinas que vêm dos próprios operários são sempre dignas de atenção”. O comunismo era identificado com o proletariado, como uma doutrina surgida dentro dessa classe.

Poucos anos antes, Marx, como editor da *Rheinische Zeitung* (“Gazeta do Reno”), polemizara contra um jornal alemão (o *Augsburger*) que também atacava o comunismo. Ele respondeu: “Vocês não têm o direito de atacar o comunismo. Não conheço o comunismo, mas se ele assumiu a defesa dos oprimidos não pode ser condenado sem mais. Antes de condená-lo, é preciso ter um conhecimento exato e completo dessa corrente”. Quando saiu da *Rheinische Zeitung*, Marx não era ainda um comunista, mas já estava interessado no comunismo como tendência e como filosofia. No festival operário comemorativo da proclamação da República Francesa de 1792, realizado em 1845, a Liga dos Justos tinha organizado o festival junto aos cartistas ingleses e outros exilados. E, em julho de 1846, Marx e Engels dirigiram, desde Bruxelas, em nome de um grupo de emigrados alemães, uma declaração de apoio e de adesão ao líder cartista inglês, O’Connor, publicada na folha cartista *The Northern Star*, e assinada “pelos comunistas democráticos alemães de Bruxelas, o Comitê: Engels, Ph. Gigot, Marx”.

Esses “novos comunistas” traziam consigo uma bagagem teórica também nova: “Os economistas ingleses e os filósofos alemães haviam compreendido perfeitamente a essência da sociedade burguesa moderna. Marx e Engels, ao colocarem as doutrinas de Ricardo e de Hegel a serviço da revolução democrática, descobriam os fundamentos teóricos dos quais

⁹²⁵ Friedrich Engels. *Socialisme Utopique et Socialisme Scientifique*. Paris, Editions Sociales, 1973.

⁹²⁶ A forma dos *Princípios*, que foram substituídos pelo *Manifesto*, “teria, em todo caso, contribuído para torná-lo acessível a todos e não o contrário. Teria sido mais apropriado às necessidades de agitação do momento do que o *Manifesto* que o substituiu; quanto ao desenvolvimento das ideias, os dois documentos coincidem inteiramente. No entanto, Engels, mostrando até que ponto ele era escrupuloso, sacrificaria de saída as vinte-e-cinco perguntas e respostas por uma exposição histórica: o manifesto, no qual o comunismo se anunciaria como um fenômeno histórico universal, deveria - como dizia o historiador grego [Tucídides] - ser uma obra durável e não um panfleto para ser esquecido tão rapidamente quanto lido” (Franz Mehring. *Karl Marx*. A história da sua vida. São Paulo, Sundermann, 2013).

careciam Louis Blanc, O'Connor e Mazzini".⁹²⁷ Na verdade, Marx e Engels fizeram bem mais do que isso: viram-se na obrigação de superar esse fundamento teórico, isto é, a filosofia clássica alemã e a economia política inglesa, elaborando uma síntese que desse um novo fundamento ao já existente comunismo, fusionando-o com o movimento de luta das grandes massas de trabalhadores: "A democracia tem como consequência inevitável o domínio político do proletariado, e esse domínio é a primeira premissa de todas as medidas comunistas", escreveu Engels em outubro de 1847.

Não pretendia criar uma doutrina a mais, dentre as muitas que já existiam, e menos ainda que ela levasse o nome de um ou dois de seus fundadores. Isto (o batismo da "nova teoria" como *marxismo*) acabou acontecendo por razões perfeitamente objetivas, e certamente alheias à sua vontade (anos depois, Marx chegou a afirmar, em carta a seu genro franco-cubano, Paul Lafargue, irritado com certas posições defendidas em seu nome, "só posso dizer que, certamente, eu não sou marxista", e certamente não se trava só de uma *boutade*).

Todo o "profetismo" de Marx e Engels se limitava à afirmação de que, com a sociedade comunista (de cada qual segundo as suas capacidades, a cada qual segundo as suas necessidades) criar-se-iam as bases para a superação da alienação política (representação mediada pela burocracia estatal), e da separação entre a sociedade política e a sociedade civil. Nas palavras do *Manifesto*, com a supressão do fundamento dessa cisão - a propriedade privada burguesa - desapareceria o "Estado Político" e, portanto, a democracia, forma mais desenvolvida desse Estado: "Uma vez desaparecidos os antagonismos de classe no curso do desenvolvimento, e sendo concentrada toda a produção nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá o seu caráter político... Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classe, surge uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos". No *Manifesto*, Marx e Engels combateram antecipadamente a ilusão dos revolucionários de 1848, para os que na base das diferenças e antagonismos de classe encontrava-se apenas a desigualdade política.

O antecedente do *Manifesto Comunista* foram os *Princípios de Comunismo*, redigidos por Engels por encomenda da Liga dos Justos, definido como "a aprendizagem das condições de libertação do proletariado". Os *Princípios* continham um "programa de ação" em doze pontos, e definia que a revolução proletária não "será feita num só país", já que "a grande indústria, criando o mercado mundial, aproximou já tão estreitamente uns dos outros os povos da Terra, que cada povo depende estreitamente do que acontece com os outros... A revolução social não será uma revolução puramente nacional. Produzir-se-á ao mesmo tempo em todos os países civilizados". Foi Engels quem sugeriu a substituição dos *Princípios* pelo *Manifesto*, que poderia conter os elementos históricos que o "catecismo" por ele redigido não continha.

O *Manifesto*, segundo Franz Mehring, "não contém uma única ideia que Marx e Engels já não tivessem exposto anteriormente. Ele não revelava nada; ele apenas concentrava a nova concepção do mundo de seus autores em um espelho cujo vidro não poderia ser mais transparente nem o quadro mais circunscrito. A julgar pelo estilo, a forma definitiva do *Manifesto* deve-se principalmente a Marx, enquanto que Engels, como demonstra o seu projeto, conhecia com a mesma clareza as ideias que foram expostas, merecendo plenamente o título de coautor".⁹²⁸

Engels reconheceu, posteriormente, a paternidade de Marx sobre as "ideias fundamentais" do *Manifesto*. Ele, no entanto, havia tido um papel mais ativo do que Marx na "Liga", o que fez nascer uma suposta divisão de trabalho entre um Engels "prático" e um Marx "teórico", esquecendo o importante trabalho de organização feito por Marx nos três anos precedentes: "Os historiadores não levaram em consideração todo esse trabalho de organização de Marx quando fizeram dele um pensador de biblioteca. Não perceberam o papel de Marx enquanto

⁹²⁷ David Riazanov. *Op. Cit.*

⁹²⁸ Franz Mehring. *Karl Marx. A história da sua vida*. São Paulo, Sundermann, 2013.

organizador, perdendo assim um dos ângulos mais interessantes de sua fisionomia. Sem conhecer o papel que Marx exerceu entre 1846-47 como dirigente e inspirador de todo esse trabalho de organização, fica impossível compreender o grande papel que ele exerceu em seguida como organizador, entre 1848-49, na época da I Internacional”.⁹²⁹

Em 1844, Marx escreveu “para os Anais Franco-Alemães, um primeiro manifesto revolucionário, que foi chamado de ‘o germe do Manifesto Comunista’: *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie-Einleitung*. Nesse ensaio ele se refere pela primeira ao ‘proletariado’ como ‘classe’, e fala da ‘formação’ (*Bildung*) da classe operária. Esses dois conceitos já haviam sido associados concretamente em um documento publicado em Paris quatro meses antes de sua chegada: em *L’Union Ouvrière* de Flora Tristan”.⁹³⁰

O ponto de partida histórico-universal e classista, contido nos *Princípios*, e desenvolvido no *Manifesto*, permitiu a Marx e Engels superarem a filosofia da qual eram ambos tributários (o hegelianismo) na questão chave do Estado, que seu antecessor (e certamente inspirador) Hegel ainda via sob uma forma abstrata e não histórica. Para Marx e Engels, o Estado nascia dos antagonismos de classe e, na era burguesa, ele era, de acordo com o *Manifesto*, o “comitê administrativo dos interesses comuns da burguesia”. Na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Marx criticava no filósofo alemão que reclamasse “não só o ‘espírito do Estado’, mas também o ‘espírito da autoridade’, o espírito burocrático”, chegando a criticar “a inconsequência surda e o ‘espírito da autoridade’ de Hegel (que) chegam a ser verdadeiramente repugnantes” (grifo de Marx).

No mesmo momento em que Marx chegava a essas conclusões, o comunismo se tornava uma força política na Alemanha e na Europa (o “fantasma” evocado pelo *Manifesto Comunista* em seu primeiro parágrafo). O socialismo e o comunismo tinham existido como doutrina na Alemanha desde pelo menos o início da década de 1830, mas foi em 1842 que eles atraíram a atenção geral pela primeira vez. Isso se deu em parte através de Moses Hess, quem converteu tanto Engels como Bakunin ao comunismo e publicou anonimamente propaganda comunista na *Rheinische Zeitung*, e em parte graças ao livro de Lorenz Von Stein, *Sozialismus und Kommunismus des heutigen Frankreichs* (“Socialismo e Comunismo na França Contemporânea”), uma investigação acerca da difusão do socialismo entre os operários alemães imigrantes em Paris.

Em carta de Engels a Marx, de fevereiro de 1845, aquele relatava a situação em Elberfeld: “Nossa propaganda realiza um progresso extraordinário. As pessoas só falam do comunismo e todo dia recrutamos novos partidários. No vale do Wupper o comunismo já é uma realidade - melhor dito, é virtualmente uma força. Você não pode imaginar como é favorável a situação. As pessoas mais ignorantes, mais preguiçosas e mais filisteias, que há pouco não se interessavam por nada, estão praticamente gabando-se de seu comunismo. Não sei quanto tempo isso irá durar. A polícia enfrenta verdadeiras dificuldades e não sabe o que fazer”.⁹³¹

O que Marx e Engels traziam ao comunismo era uma capacidade de formular seus objetivos baseada numa síntese de conhecimentos que nenhum de seus teóricos pregressos (principalmente franceses e ingleses) possuía. Os escritos de Marx e Engels sobre as revoluções de 1848 não podem ser considerados como trabalhos incidentais ou meramente conjunturais. Sua abordagem dos processos revolucionários, e de seu declínio, delineou uma teoria da revolução, da luta de classes e da organização revolucionária, do Estado. Foi em *As Lutas de Classes na França 1848-1850*, escrito quase ao calor dos acontecimentos, que compareceu, pela primeira vez, a noção de “ditadura do proletariado”, ao mesmo tempo em que a ideia de *revolução permanente*.

⁹²⁹ David Riazanov. *Op. Cit.*

⁹³⁰ Maximilien Rubel. *Karl Marx*. Essai de biographie intellectuelle. Paris, Payot, 1977.

⁹³¹ In: Hans Magnus Enzensberger. *Conversaciones con Marx y Engels*. Barcelona, Anagrama, 1974.

Em *A Sagrada Família*, texto de 1845, Marx e Engels já declaravam como objetivo o de dotar de um programa a um movimento já existente e consciente de seus objetivos: “Não há necessidade de explicar aqui que uma grande parte do proletariado inglês e francês já está consciente de sua tarefa histórica e trabalha constantemente para desenvolver essa consciência com total clareza”. O objetivo político do *Manifesto*, portanto, era dotar de um programa a um partido já existente e atuante, mas com contornos ainda pouco definidos. O “partido comunista” de que falava o *Manifesto* era um partido internacional cujos embriões eram a Liga dos Comunistas e os *Fraternal Democrats*, isto é, de um lado, uma organização composta, sobretudo, por alemães, mas dispersa por toda a Europa e, de outro, uma organização concentrada em Londres, mas composta de representantes exilados de grupos operários e comunistas de vários países do continente.

Quinze anos, depois, em 1860, em *Herr Vogt*, Marx expôs o caminho teórico que o levou até a redação do *Manifesto* como programa para a Liga dos Justos (ou dos Comunistas, posteriormente), percorrido na década de 1840: “Publicamos ao mesmo tempo uma série de folhetos impressos ou litografados. Submetemos a uma crítica impiedosa a mistura de socialismo ou comunismo anglo-francês e de filosofia alemã, que constituía na época a doutrina secreta da Liga; estabelecemos que apenas o estudo científico da estrutura econômica da sociedade burguesa podia proporcionar uma sólida base teórica; e expusemos, por último, em forma popular, que não se tratava de colocar em vigor um sistema utópico, mas de intervir, com conhecimento de causa, no processo de transformação histórica que se efetuava na sociedade”.

Na mesma década, na França, Pierre-Joseph Proudhon, em *A Organização do Crédito*, afirmava: “O que precisamos, o que reivindicamos em nome dos trabalhadores, é a reciprocidade, a igualdade na troca, a organização do crédito”. O crédito gratuito seria a solução do problema social: com ele, os trabalhadores “comprariam” a sua liberdade do capitalista. “A propriedade é um roubo”, tinha afirmado Proudhon, propôs um sistema mutualista, baseado na gratuidade do crédito. Mas fracassaram suas tentativas de organizar um “Banco dos Trabalhadores” (pela lógica concorrência dos bancos capitalistas): “não se tratava de um sistema socialista, por carecer de planejamento central, e menos ainda era comunitário. O que era? Talvez apenas a peculiar visão que Proudhon deu do socialismo”.⁹³²

Apesar de criticá-lo, Marx viu em Proudhon, um sapateiro, a demonstração da capacidade de pensamento independente da classe operária. Outros utopistas manifestavam também indiferença em relação à política: “Na França, as oposições dinásticas e as aspirações republicanas da oposição deixaram Saint-Simon e Fourier indiferentes. Ambos saíram das provas da Revolução de 1789 bastante decepcionados, para não dizer mais, sem grandes simpatias pelos jacobinos ou pelos babeuvistas”.⁹³³

Outro socialista francês, Louis Blanc, ainda, propunha que o Estado remediasse o problema social. Em *A Organização do Trabalho*, criticava a economia individual, sustentando que a economia coletiva (a fábrica) acabaria por se impor. “O Estado Popular deve regular a produção”. Para isso, criaria *Oficinas Nacionais* mistas (privadas e estatais) a fim de que todos pudessem ter trabalho. “A concorrência levará à transformação social pacífica”, afirmava, rejeitando todo ato de violência revolucionária. E completava: “A revolução social pode ser atingida, talvez com maior facilidade, através da colaboração entre os operários e a burguesia”. Para isto, um instrumento: o sufrágio universal (Estado Popular). Foi com referência a estes dois últimos que Marx (em *Miséria da Filosofia*, de 1847) afirmou que “o ideal corretivo que gostariam de aplicar ao mundo não é senão o reflexo do mundo atual. É totalmente impossível reconstituir a sociedade sobre a base de uma sombra embelezada da

⁹³² George Lichteim. *El Marxismo*, ed. cit.

⁹³³ Jean-Christian Petitfils. *Op. Cit.*

mesma. Na medida em que a sombra vira corpo, percebe-se que o corpo, longe de ser o sonho imaginado, é apenas o corpo da sociedade atual”.

As revoluções de 1848 foram a prova de fogo e o batismo de sangue dos revolucionários da década de 1840. Embora a explosão *política* de 1848 fosse previsível, o seu alcance *social* estava longe de ser evidente antes de seu acontecimento: “A crise econômica que precedeu o 1848 - e sem a qual os movimentos insurrecionais não poderiam ter alcançado naquele ano uma amplitude muito superior àquela das conspirações tramadas ao longo das décadas precedentes, por sociedades secretas ou grupos de conspiradores, e inclusive aquela das banais ‘emoções’ populares - teve provavelmente um caráter excessivamente clássico, ‘normal’, para provocar uma peculiar inquietude em todos aqueles que fisicamente não foram vítimas dela”.⁹³⁴

Coube assim a Marx prever quase em exclusividade a amplitude e a profundidade social dos acontecimentos revolucionários iminentes, e de formular um programa de acordo com essa perspectiva, que não era enxergada pela burguesia liberal, seus ideólogos e chefes políticos: “Os chefes do movimento liberal eram professores universitários. Eles eram hostis tanto aos plutocratas da França como à aristocracia privilegiada. Eles não se ocupavam do povo, acreditavam que os problemas deste não diziam respeito ao problema político, que é o único que lhes interessava. Dahlmann afinal não gostaria de ver fechado o acesso à escola para os filhos dos pobres, para manter o volume de mão de obra? O mínimo que podemos dizer é que a burguesia compreendia mal o problema social”.⁹³⁵

O programa de Marx superava a perspectiva de uma revolução puramente democrático burguesa nos países em que a burguesia não tinha ainda ascendido ao poder político. A revolução social, no entanto, recuou na década de 1850, na “era do capital”. No prefácio à edição alemã de 1890, Engels lembrou que o *Manifesto Comunista* “foi logo colocado num segundo plano pela reação que se seguiu à derrota dos operários em Paris, em junho de 1848”, e que “com o desaparecimento do cenário público do movimento operário, que começara com a Revolução de Fevereiro, também o *Manifesto* saiu da cena política”. A geohistória do *Manifesto*, no entanto, acompanhou o desenvolvimento político da classe operária. A partir da década de 1870, se multiplicaram as edições em alemão, ao calor do surgimento de desenvolvimento do partido socialdemocrata nesse país. Entre 1880 e 1900 houve uma mudança significativa: a 18 edições do *Manifesto* em alemão, corresponderam 31 edições em russo: “Entre a morte de Marx (1883) e a de Engels (1895), ocorreu uma dupla transformação. Em primeiro lugar, o interesse pelas obras de Marx e de Engels intensificou-se com a afirmação do movimento socialista internacional. No curso desses doze anos apareceram não menos de 75 edições do Manifesto, em 15 línguas. É interessante notar que essas edições traduzidas nas línguas do Império czarista eram já mais numerosas do que as editadas no original alemão (17 contra 11)”.⁹³⁶ Era como se o *Manifesto* tivesse ganhado vida própria, independente de seus autores e acompanhando o fio geográfico da revolução.

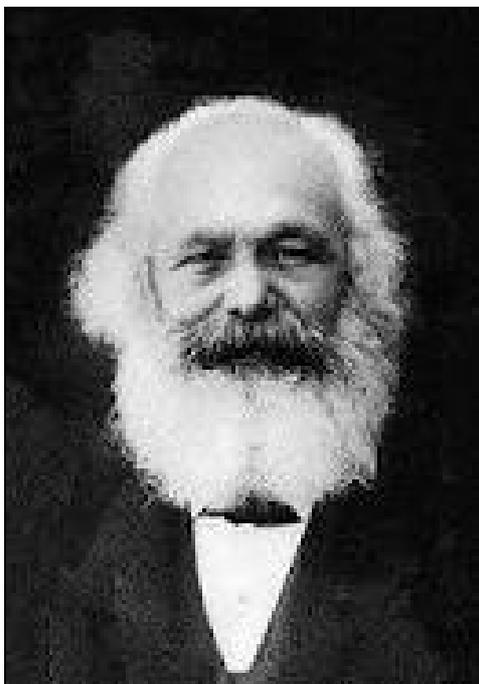
Com o retrocesso revolucionário pós-1848, o esforço fundamental de Marx centrou-se na procura, na crítica da “anatomia da sociedade burguesa” (a economia política) do fundamento científico substancial das propostas e princípios de ação política do proletariado revolucionário, que se manteriam basicamente inalterados, concluindo na redação (inacabada)

⁹³⁴ Guy Palmade. *La Época de la Burguesia*. México, Siglo XXI, 2000.

⁹³⁵ Félix Ponteil. *Les Classes Bourgeoises et l'Avènement de la Démocratie*. Paris, Gallimard, 1968. Para Karl Korsch, o prognóstico de Marx sobre 1848 ficou preso à visão dos revolucionários do passado, ao contrapor o programa da revolução social à concreta revolução democrática que se desenvolvia: “A sociedade burguesa nascida da revolução, em sua sóbria realidade, acabou por contradizer em grande medida tanto as elevadas idéias que de seus resultados haviam se formado seus participantes e espectadores entusiastas, quanto o heroísmo, o sacrifício, os horrores, a guerra civil e as matanças populares que havia necessitado para vir ao mundo” (*Dialettica e Scienza nel Marxismo*. Bari, Laterza, 1974..

⁹³⁶ Eric. J. Hobsbawm. *Como Mudar o Mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

de sua *magnum opus*, *O Capital* (“Crítica da Economia Política”), publicada em 1867. *O Capital* não alterou nenhuma das conclusões políticas a que chegara previamente, somou-se a elas (como o prova a republicação dos trabalhos de 1840-1850, prefaciados por Marx e Engels, com correções mínimas). O conjunto veio a constituir uma bagagem teórica absolutamente sem par na sua época (e, poderíamos acrescentar, até o presente). A existência de uma “corrente marxista” no interior do movimento operário e do pensamento revolucionário não foi, desse modo, uma criação artificial, mas o resultado de sucessivas escolhas estratégicas, vinculadas ao desenvolvimento de alternativas históricas diferenciadas.



Karl Marx, no final da sua vida, numa de suas últimas (e escassas) fotografias

O termo “marxismo” foi inicialmente cunhado pelos seus adversários no movimento operário, partidários de um “socialismo antiautoritário”, e se identificou pela defesa da ditadura proletária contra o bakuninismo, precursor do depois chamado *anarquismo*, identificado por Engels como a expressão de setores artesanais em vias de proletarização, que opunham a base da sua própria existência social (a pequena propriedade) ao avanço da grande propriedade capitalista, propondo uma sociedade de “produtores (independentes) associados”:⁹³⁷ a corrente “anarquista”, porém, sobreviveu ao desaparecimento da sua base social histórica, devido, segundo Lênin, aos “pecados oportunistas do movimento operário”.

Eric Hobsbawm, num balanço abrangente, tentou apontar um ponto cego na teoria marxista, que a tornaria semelhante às variantes do “voluntarismo político” criticado explicitamente por ela: “A visão do *Manifesto* sobre o desenvolvimento histórico da sociedade burguesa, que inclui a classe operária por ela gerada, não levava necessariamente à conclusão de que o proletariado derrubaria o capitalismo e, ao assim fazer, abriria o caminho para o desenvolvimento do comunismo, porque visão e conclusão não derivavam da mesma análise. A meta do comunismo, adotada antes de Marx tornar-se ‘marxista’, não foi deduzida da análise da natureza e desenvolvimento do capitalismo, mas de um argumento filosófico, na verdade escatológico, sobre a natureza e o destino humanos. A ideia - fundamental para Marx dali em diante - de que o proletariado era uma classe que não poderia libertar-se sem com isso

⁹³⁷ Cf. Engels. *Scienza e passione rivoluzionaria* (Milão, Lotta Comunista, 1985), excelente seleção de seus textos fundamentais.

libertar a sociedade como um todo, primeiro aparece como uma dedução filosófica em vez de um produto da observação”.⁹³⁸

A observação de Hobsbawm comunga de uma ideia bastante difundida a respeito da obra de Marx, segundo a qual ela consta de dois aspectos diversos e contraditórios: um deles *objetivo* (ou “científico”) na crítica das categorias da economia política (*O Capital*, e outras obras); e outro *subjetivo* (ou “ideológico”), em que Marx afirmou “sem provas” nem argumentos lógicos a missão histórico-universal do proletariado como uma sorte de fé messiânica (que alguns críticos pedestres atribuíram à influência inconsciente de sua origem judaica) num salvador terreno da humanidade adoentada.⁹³⁹ Posta em seu contexto histórico, e teórico, essa afirmação não parece correta.

Marx partiu da luta proletária em desenvolvimento (a organização dos operários na Inglaterra, a insurreição dos trabalhadores franceses em Lyon, de 1844) e de seus objetivos *conscientemente* revolucionários, para daí debruçar-se na análise do desenvolvimento contraditório do capitalismo como seu fundamento histórico: a revolução comunista não foi, para Marx, uma “dedução filosófica”, mas uma realidade histórica (enquanto Marx se manteve só no terreno da filosofia, manifestou dúvidas e ceticismo quanto ao comunismo), não uma dedução, mas uma *premissa* fundada numa realidade histórica. O papel do proletariado na derrubada do capitalismo era, no *Manifesto*, produto da observação empírica: “As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico”.

A revolução comunista, certamente, não estava certamente inscrita na “natureza e desenvolvimento do capitalismo”, pois a análise científica deste só poderia levar à conclusão de que levava à humanidade a um estado de barbárie (o “estado estacionário” de David Ricardo ou a catástrofe anunciada por Thomas Malthus): a conclusão de que esse estado poderia e deveria ser rejeitado conscientemente pela maioria da sociedade, pela população trabalhadora, em prol de uma nova ordem social, derivava de uma análise do conjunto da história humana e de seu desenvolvimento dialético, não de um argumento sobre a natureza e o destino humanos em geral.

No entanto, depois de 1848, na segunda metade do século XIX, o movimento operário foi gradualmente adotando outro tipo de direcionamento político e organizativo, ao mesmo tempo em que o capital conhecia um período de expansão mundial inédito e um ritmo de desenvolvimento que o definiu como a “era do capital”.⁹⁴⁰ Um papel fundamental no novo direcionamento da classe operária organizada foi jogado pelo movimento cooperativo, do qual já vimos o nascimento na Inglaterra ainda na década de 1840. As cooperativas eram compostas por grupos de operários que tratavam de romper o monopólio dos produtores e provedores, obtendo assim produtos mais baratos e não adulterados. Com Robert Owen fracassaram as tentativas iniciais de *produção cooperativa* e do estabelecimento de comunidades modelo. A primeira “utopia cooperativista” foi substituída por um objetivo mais limitado, a partir de 1843, quando os “Pioneiros de Rochdale” abriram uma mercearia sobre a base de repartir entre seus membros um dividendo proporcional à soma de suas compras.

Os Pioneiros de Rochdale fizeram progressos constantes, seus métodos suscitaram grande interesse e foram amplamente adotados, uma parte das energias da classe operária saiu da

⁹³⁸ Eric J. Hobsbawm. *Revolucionários*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

⁹³⁹ De modo semelhante, R. H. Tawney (*A Religião e o Surgimento de Capitalismo*) argumentou que o marxismo representava para o proletariado o que o calvinismo, com seu despuadorado elogio do enriquecimento “terrenal”, tinha sido para a burguesia ascendente. O marxismo seria, portanto, uma variante laica da religião. O que isto tem de verdade (nenhuma classe pode lutar pelo poder sem uma ideologia) esquece que o sucesso do calvinismo se deveu, justamente, não ao aspecto religioso de sua doutrina, mas ao seu aspecto mundano, o elogio da conquista da riqueza material, no qual constituía uma verdadeira novidade “religiosa”.

⁹⁴⁰ Cf., como sua síntese mais abrangente e melhor elaborada: Eric J. Hobsbawm. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

luta de classes para dirigir-se a um terreno mais limitado. Ernest Jones e outros militantes cartistas criticaram frequente e severamente a evolução das cooperativas. Vinte anos depois, porém, havia 454 cooperativas na Inglaterra, a maioria no Norte do país, com centenas de membros. Em 1863 foi criada a *Cooperative Wholesale Society* (Sociedade Cooperativa no Atacado), generalizando a atividade para todo o país. Os operários viravam *administradores*.⁹⁴¹

Surgiram também as “Sociedades de Amigos” (*amicales*, na França), cujo crescimento refletiu a melhora da situação dos operários qualificados. Sociedades desse tipo já existiam desde o século XVII, mas a sua expansão nacional na Inglaterra aconteceu em meados do século XIX. Para 1855 a *Old Fellows* tinha já 200 mil membros, e a *Ancient Order of Foresters*, 100 mil. Em 1872 tinham, respectivamente, 436.978 e 400.217 membros, e existiam muitas outras. Os operários ocupavam postos oficiais que lhes davam uma posição social reconhecida, e oportunidades para demonstrar suas capacidades de organização. Houve um estreitamento das atividades, uma limitação das perspectivas, uma divisão da classe em setores separados. A política de classe independente dos tempos cartistas já não era possível, nessas condições, com uma classe dividida, e com dirigentes que aceitavam cada vez mais “as ideias do radicalismo burguês”.⁹⁴²

As principais cooperativas eram de crédito ou de consumo. Algumas vezes formadas por pequenos artesãos que, de fato, dominavam a totalidade do processo produtivo, mas em formas primitivas pré-capitalistas. A primeira alusão importante que Marx fez à questão foi em 1866, nas “Instruções” para os delegados do Conselho Geral Provisório da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), reconhecendo o movimento cooperativista como “uma das forças transformadoras da sociedade”. Sozinho, contudo, o trabalho cooperativo era incapaz de abolir o capital e o regime político nele fundamentado. Só as mudanças sociais gerais, resumidas na conquista do poder político pelos trabalhadores, poderiam engendrar o socialismo. Marx recomendava aos operários que formassem preferencialmente cooperativas de produção, porque somente estas atacavam o alicerce do sistema capitalista. E advertia sobre o risco das “sociedades cooperativas degenerarem em vulgares *sociétés par actions* da classe média”.

Em *O Capital*, foi analisado o instituto do crédito, das sociedades por ações (“empresas de capital aberto”) e as cooperativas, considerando-os semelhantes enquanto formas de passagem para um novo modo de produção associado. Porém, tratava-se de uma abolição do capital dentro dos limites do modo de produção capitalista. O capital era superado como propriedade privada, pois a direção do processo produtivo e a propriedade do capital separavam-se. Esta se disseminava entre os acionistas, que passavam a viver de juros, ou seja, de uma parte alíquota da mais-valia criada pelos operários.

Podia-se dizer que a classe burguesa desapareceria através desse processo? Não: ela se transmutaria numa “nova aristocracia financeira, uma nova espécie de parasitas na figura de fazedores e diretores meramente nominais; todo um sistema de embuste e de fraude no tocante à incorporação de sociedades, lançamentos de ações e comércio de ações. É produção privada sem o controle da propriedade privada”.⁹⁴³ Igual método aplicava-se às cooperativas. Formalmente, elas eram pontos de passagem ou invólucros de transição para outro modo de produção, mas em sua organização real reproduziam os defeitos do sistema existente. Os trabalhadores eliminavam, no interior da empresa, a luta de classes, e assumiam a gestão da atividade produtiva, mas exteriormente atuavam, no mercado, como um “capitalista coletivo”.

Em 1871, por ocasião da Comuna de Paris, Marx retornou ao tema e considerou as sociedades cooperativas, em seu papel de reguladoras da produção nacional, como uma manifestação da

⁹⁴¹ Luc Bihl e Luc Willette. *Une Histoire du Mouvement Consommateur*. Mille ans de luttes. Paris, Aubier, 1994.

⁹⁴² A. L. Morton e G. Tate. *Historia del Movimiento Obrero Inglés*. Madri, Fundamentos, 1971, pp. 158-161.

⁹⁴³ Karl Marx. *O Capital*, vol. III.

tendência social objetiva para o planejamento econômico e para o comunismo. Embora a passagem para o capitalismo dos monopólios só estivesse se iniciando na fase final da vida de Marx e Engels, não escapou ao olhar de ambos a natureza dos novos fenômenos econômicos e políticos, nem deixaram de esboçar as matrizes teóricas que permitiriam, com base na análise das leis de movimento da economia e da sociedade burguesa, dar conta das contradições que a nova fase histórica do capitalismo colocava para o movimento operário.

As *trade unions* inglesas, por sua vez, evoluíram para os sindicatos, que tiveram uma evolução lenta em suas reivindicações. As jornadas de trabalho tinham diminuído, o poder de compra do salário tinha crescido, mas ainda a situação nos bairros operários continuava precária, como se vê numa descrição do *East End* de Londres, feita por Arthur Morrison na década de 1880: "Um lugar chocante, um diabólico emaranhado de cortiços que abrigam coisas humanas arrepiantes, onde homens e mulheres imundos vivem de dois tostões de aguardente, onde colarinhos e camisas limpas são decências desconhecidas, onde todo cidadão carrega no próprio corpo as marcas da violência e onde jamais alguém penteia os cabelos". Paralelamente, a burguesia industrial foi impondo suas reivindicações econômicas contra a velha aristocracia, na forma do liberalismo econômico. A vitória do capitalismo, na sua forma industrial, se realizava plenamente.

O "progresso", porém, só beneficiava os abastados. E isto não fugia ao autor de *O Capital*: "Em 1860 ainda morriam em média quinze homens por semana nas minas inglesas. Segundo o relatório sobre os acidentes nas minas de carvão (6 de fevereiro de 1862) morreu um total de 8.466 pessoas na década de 1852-61 [representando 847 acidentes mortais em média, por ano]. Mas este número é demasiado baixo, como o próprio relatório diz, porque nos primeiros anos, quando os inspetores acabavam de ser colocados no seus cargos e as suas circunscrições eram demasiado extensas, não era declarada uma grande quantidade de acidentes e de mortes. Apesar da insuficiência numérica e dos fracos poderes dos inspetores, o número de acidentes diminuiu muito após a organização da inspeção - e contudo continua uma verdadeira matança. Estes sacrifícios de vidas devem-se, na maior parte, à avariza sórdida dos proprietários das minas que muitas vezes mandavam abrir só um poço, de modo que não existia ventilação suficiente nem saída possível se aquela ficasse obstruída".⁹⁴⁴

No período em que o capital conheceu um auge econômico inédito (o terceiro quartel do século XIX), sentando as bases de sua expansão mundial e, simultaneamente, as formas políticas de integração da classe operária ao seu regime social (através da adaptação de suas direções políticas e sindicais), Marx e Engels, quase de modo isolado, elaboraram as bases teóricas aprofundadas da dinâmica histórica capitalista e de suas contradições insuperáveis. A doutrina que recebeu finalmente o nome de *marxismo* surgiu no quadro de uma efervescência revolucionária que não se limitou ao ativismo operário (cartismo) ou revolucionário (blanquismo), mas compreendeu também a crise as convicções otimistas a respeito do progresso ilimitado do capitalismo dito liberal; a crise da sua crítica romântica, que animava as tendências dirigentes (e fracassadas) das revoluções de 1848; e, finalmente, na sua forma mais desenvolvida, a crítica das tendências para a adaptação da classe operária e suas organizações sindicais e políticas ao regime capitalista. Daí sua força teórica e histórica, que a pôs no centro do debate teórico e político dos anos sucessivos, não como uma doutrina revolucionária a mais, mas como o centro do debate acerca das perspectivas históricas do gênero humano na sociedade dominada pelo conflito entre capital e trabalho.

⁹⁴⁴

Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Vol. 2.

29. O IMPÉRIO BRITÂNICO

Você civilizou os confins da Terra para conquistar um novo território onde sua avareza vil possa se expandir (Friedrich Engels, **Outlines of a Critique of Political Economy**, 1843)

O mundo está quase todo parcelado, e o que dele resta está sendo dividido, conquistado, colonizado. Penso nas estrelas que vemos à noite, esses vastos mundos que jamais poderemos atingir. Eu anexaria os planetas se pudesse, penso sempre nisso. Entristece-me vê-los tão claramente e ao mesmo tempo tão distantes (Cecil Rhodes, imperialista inglês)

Segundo Talleyrand (em 1797), o Império era “a primeira das ciências do governo”: “Os impérios europeus têm duas histórias, distintas e interdependentes. A primeira é a história da descoberta e colonização europeia da América. Incia-se com a primeira viagem de Colombo em 1492 e concluiu na terceira década do século XIX com a derrota final dos exércitos realistas na América do Sul. A segunda é a história da ocupação europeia da Ásia, da África do Pacífico. Começa na quarta década do século XVIII, mas se consolida só cinquenta anos depois, quando a hegemonia europeia do Atlântico se avizinha ao seu final”.⁹⁴⁵ O Império Britânico do século XIX correspondeu primordialmente a essa segunda fase.

O deslanche industrial inglês teve como um de seus pontos de apoio seu pré-existente império colonial, que lhe forneceu matérias primas e mercados. A unificação dos parlamentos de Escócia e de Inglaterra, em 1707, foi um passo decisivo para a configuração do que seria o primeiro imperialismo moderno da história. Foi o produto de um pacto estatal entre os colonizadores terratenentes das Planícies Altas da Inglaterra, que se apropriaram da Irlanda, e o capital comercial inglês, já lançado à conquista do mercado mundial. Tendo iniciado sua expansão colonial no século XVI, a partir do século XVII a Grã-Bretanha expandiu seu domínio a todas as regiões do mundo, incluindo grande parte de África, boa parte da América do Norte, a Índia e regiões vizinhas, e várias ilhas ao redor do mundo. Depois da Revolução de 1640-42, e da Revolução Gloriosa (1688), Inglaterra consolidou seu império colonial: “Gerado de uma impulsão capitalista, teve desde seu início características capitalistas que, diversamente do caso holandês, não correspondiam só ao capital comercial, mas, de modo crescente, ao capital manufatureiro”.⁹⁴⁶ Em 1607, Inglaterra se estabeleceu na Virgínia, em 1620 em Massachusets, em 1625 nas Antilhas, em 1639 na Índia, em 1667 na Costa de Marfim, em 1681 na Pensilvânia, em 1713 em Terranova, em 1763 no Canadá e na Louisiana, em 1788 na Austrália.

O pirata (e conselheiro real) Walter Raleigh, afirmava: “Quem comanda o comércio comanda a riqueza do mundo e, em consequência, o próprio mundo”. A bases do poder mundial inglês foram lançadas no século XVII: “Ao princípio da liberdade dos mares lançado pelos holandeses com Grotius, os ingleses opõem princípio do mar fechado, *Mare Clausum*, com Selten (1618-1635). À época, no Báltico, circulavam 3.000 navios holandeses contra 300 britânicos. Nos Barbados, colônia inglesa, há nove navios holandeses para cada navio inglês. As relações com Moscovia permitem aos ingleses importar parte do necessário para as construções navais: madeira, graxa, paxe. A luta violenta entre os Países Baixos e a França faz o restante: os dois rivais se esgotam na guerra, enquanto Inglaterra desenvolve seu comércio com sua marinha, e sua marinha através do comércio. Rapidamente, ela constrói navios maiores, mais bem acabados e de maior tonelagem que os holandeses, que monopolizam o comércio da metrópole com a África e a Índia”.⁹⁴⁷

No século seguinte, com a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), Inglaterra tomou colônias francesas na América, Ásia e África; assinou tratados vantajosos com Portugal (o Tratado de Methuen, em 1703) e com a Espanha (o Tratado de Utrecht, em 1713). Inglaterra assentou o seu poder colonial no domínio dos mares ao longo de quase quatro séculos, iniciados com a

⁹⁴⁵ Anthony Pagden. *Op. Cit.*, p. 22.

⁹⁴⁶ Walter Markov. *Sommario di Storia Coloniale*. Roma, Riuniti, 1972, p. 34.

⁹⁴⁷ Georges Lefranc. *Histoire du Commerce*. Paris, PUF, 1965, p. 78.

derrota da Armada Invencível espanhola, em finais do século XVI. O verdadeiro impulso imperial inglês foi dado no século XVII, em competição com franceses, espanhóis e holandeses, e devido às ambições comerciais da já poderosa burguesia industrial e comercial inglesa. Assim, em 1670 já existiam colônias inglesas estáveis na América do Norte (Nova Inglaterra, Virgínia, Carolina), em Antígua, Barbados, Belize e Jamaica, na América Central e no Caribe; bem como uma penetração comercial na Índia desde 1600, graças à Companhia das Índias Orientais.⁹⁴⁸ Na África, Inglaterra fundou desde 1660 entrepostos de captação de escravos para as plantações americanas, apossando-se, em 1787, de inúmeros territórios entre o Rio Gâmbia (encravado no Senegal francês) e a Nigéria, abarcando a Costa do Ouro e o Gana. O século XVIII foi o período de afirmação e maturação do projeto colonial britânico.

Finalmente, o avanço inglês no Atlântico Sul visou fechar um circuito *mundial* de domínio inglês das rotas marítimas como parte de um projeto estratégico de dominação global. Em 1741 o Almirante Vernon escrevia acerca da necessidade “de favorecer a emancipação dos estabelecimentos espanhóis na América, para abri-los aos comerciantes de Londres”.⁹⁴⁹ Tempos depois, começaram as investidas inglesas na região. Lord George Anson (que exercia a oficialmente nobre profissão de pirata), voltando de uma viagem de pilhagens marítimas, propôs em 1744 à coroa inglesa invadir as Ilhas Malvinas, pela importância de sua localização (para a atividade de corso). Ignorando a presença francesa nas ilhas, em 1765, John Byron (oficial naval britânico) estabeleceu uma base militar em Egmont (na ilha Malvina Ocidental), pois as ilhas possuíam importância estratégica para controlar a passagem interoceânica. A missão de Byron foi secreta, oficialmente se dirigia às Índias Orientais, e só revelou seu destino ao sair de sua escala no Rio de Janeiro. Byron tomou posse do porto e ilhas adjacentes “em nome de Sua Majestade, o Rey George III da Grã-Bretanha, e as nomeio *Falkland Islands*”. Em 1766 França vendeu sua base nas Malvinas à Espanha.⁹⁵⁰

Era o pretendido último degrau ao Sul de um império já consolidado internacionalmente. Com a expulsão dos franceses da Índia em 1763 (estabelecida no Tratado de Paris, no fim da Guerra dos Sete Anos) e a posse das principais colônias francesas na América (o Canadá, o vale do alto Mississipi, e parte das Antilhas), após a Guerra dos Sete Anos, concluída com a Paz de Paris (1763), Inglaterra se transformou na principal potência colonial mundial, superando França e Espanha.⁹⁵¹ O sistema colonial inglês, além disso, desenvolveu simultaneamente todos os tipos de colonização: a colônia comercial baseada em fatorias (Índia e África ocidental), a colônia de *plantations* com implantação de padrões externos (Virgínia, Carolina, Barbados, Jamaica), a colônia de caçadores (Hudson), a colônia penal (Sidney), a colônia de povoamento de agricultores livres (as colônias norte-americanas do Norte). No seu zênite, porém, revelou-se que “a Grã-Bretanha não tinha população suficiente para ser uma potência mundial em termos navais e militares ao mesmo tempo. A fragilidade inerente [a essa condição] se revelou, de modo irônico, por meio da magnitude do êxito da Grã-Bretanha na guerra anterior”. O chanceler britânico declarou, nesse momento, que a extensão mundial do domínio britânico havia “diminuído a segurança advinda do fato de sermos uma nação em uma ilha”.⁹⁵² A emancipação de suas principais colônias americanas, em 1776, traduziu essa precariedade estratégica.

⁹⁴⁸ O estudo mais alentado sobre o Império Britânico é: P. J. Cain.; A. G. Hopkins. *British Imperialism 1688-2000*. Edimburgo, Logman-Pearson Education, 2001.

⁹⁴⁹ Luis C. Alen Lascano. *Imperialismo y Comercio Libre*. Buenos Aires, Peña Lillo, 1963, p. 24.

⁹⁵⁰ Cf. Lowell S. Gustafson. *The Sovereignty Dispute over the Falkland (Malvinas) Islands*. Nova York, Oxford University Press, 1988. Com a independência da Argentina, essa base passou ao domínio do novo país, que a ocupou, sendo expulsa em 1833 por uma expedição naval britânica, que ocupou as Ilhas Malvinas até o presente.

⁹⁵¹ O esforço dedicado por Marx ao movimento da diplomacia inglesa na segunda metade do século XVIII, surpreendeu o prefaciador (Robert Payne) da obra *História da Vida de Lord Palmerston*, publicada originalmente em fascículos na *Free Press* de Londres, entre 1855 e 1856.

⁹⁵² Richard Middleton. *A Guerra da Independência dos Estados Unidos da América*. São Paulo, Madras, 2013, p. 373.

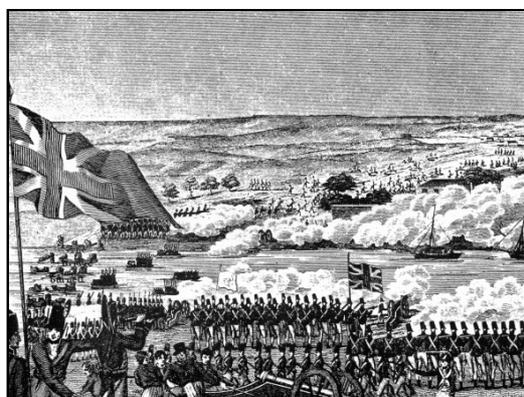
As dificuldades de um controle direto de alcance mundial fizeram com que a colonização britânica passasse a estar baseada também na penetração econômica e diplomática, sem domínio militar direto. Em finais da década de 1780, o primeiro ministro inglês, William Pitt, aceitou uma proposta do líder independentista venezuelano Francisco de Miranda, que queria constituir na América do Sul um império governado por um descendente dos incas, e solicitava o apoio de Inglaterra e dos Estados Unidos, em troca de liberdades comerciais irrestritas e do usufruto anglo-americano do istmo de Panamá para construir um canal interoceânico (que acabou sendo construído, três quartos de século depois, pela iniciativa de capitais franceses). A Convenção de Nutka em 1790, pondo fim à guerra anglo-espanhola, cancelou a expedição militar que preparava Pitt. Em 1796 o gabinete de Pitt elaborou um novo plano de intervenção militar na América do Sul. Rússia e Áustria, porém, romperam sua aliança com Londres, deixando-a exposta aos ataques de Espanha, França e Holanda, o que adiou a expedição.

Ela acabou finalmente acontecendo, uma década depois, quando houveram duas sérias tentativas inglesas de transformar os domínios espanhóis do Rio da Prata em colônias inglesas. Depois de reconhecer (pela mencionada convenção de Nutka) a soberania espanhola sobre as ilhas do Atlântico Sul, o que motivou a saída dos escassos colonos ingleses estabelecidos nas Malvinas, Inglaterra aproveitou a invasão napoleônica de Espanha, e a consequente crise (desabamento, seria melhor dizer) do império colonial espanhol para invadir o Rio da Prata, fazendo flamejar a bandeira inglesa sobre a Praça Maior de Buenos Aires por algumas semanas, em 1806.

A ascensão de Napoleão em 1799 renovou a aliança franco-espanhola, desfeita pela Revolução Francesa. Em 1802 Espanha declarou guerra a Portugal, principal aliado de Inglaterra no continente europeu. As invasões inglesas no Rio da Prata (1806-1807) foram episódios dessa guerra. A primeira tentativa colonial inglesa no Rio da Prata, comandada pelo general Beresford, à cabeça de uma das melhores unidades militares britânicas (o regimento 71 da Escócia) fracassou, não pela oposição das autoridades espanholas (que fugiram), nem da aristocracia comercial local (que a apoiou), mas pela resistência da população. Em abril de 1806, desembarcou em Quilmes o Regimento 71 de *Highlanders*, com ordens de ocupar Buenos Aires, quando toda a estrutura econômica da colônia espanhola despencava. Os 1600 soldados ingleses ocuparam Quilmes sem problemas. O vice-rei espanhol, marquês Rafael de Sobremonte, ordenou o armamento da população e dispôs suas forças na margem norte do Riachuelo, o que resultou em um fracasso. Sobremonte, que esperou na retaguarda, fugiu para Córdoba. A 27 de junho de 1806, as autoridades do vice-reinado se renderam.

Um oficial francês de Napoleão, Jacques (Santiago) de Liniers, casado com uma “argentina”, filha do comerciante espanhol Sarratea, contra-atacou, chegando com 500 homens desde Montevidéo, e recebendo em Buenos Aires o apoio de 2000 milicianos voluntários. A “aristocracia” colonial tinha abandonado o apoio a Beresford, pois as intenções deste se reduziam ao saque da colônia espanhola (pirataria), não à sua integração econômica ao *British Empire*. O Cabildo Aberto de Buenos Aires, depois da vitória militar de Liniers contra os ingleses, nomeou-o vice-rei, destituindo Sobremonte, o que antecipou a proclamação formal da autonomia do vice-reinado do Prata em relação à Espanha. Em 1807, houve uma nova tentativa militar inglesa na região, comandada pelo general Whitelocke, que experimentou um novo fracasso, muito mais sério, pois desta vez as forças inglesas empenhadas eram bem maiores e fortes do que no ano precedente, onze mil homens, o que significa que Inglaterra atribuía uma importância estratégica à ocupação do Rio da Prata e do Atlântico Sul. Montevidéo, ocupada, foi inundada com mercadorias inglesas de baixo preço, que foram contrabandeadas para Buenos Aires. Com 1300 soldados ingleses ocupando Montevidéo, mais de oito mil britânicos invadiram Buenos Aires em julho de 1807, sitiando-a. Desta vez, logo de início, toda a população portenha se armou e ofereceu resistência (para grande surpresa dos britânicos).

A invasão inglesa da cidade portuária do Atlântico Sul se transformou logo em catástrofe: só no primeiro dia, o exército inglês sofreu 1200 baixas e 1200 prisões. No dia seguinte, mais 2 mil baixas, que obrigaram Whitelocke a uma rendição humilhante. De retorno à Inglaterra, Whitelocke foi julgado e condenado (degradado) por um Conselho de Guerra, órgão de Estado. O procurador inglês (Richard Ryder) mostrou o verdadeiro alcance da derrota: “Desvaneceram-se nossas esperanças de abrir novos mercados para as nossas manufaturas”. A revolução industrial inglesa imponha novas urgências à política externa do Reino Unido, que ultrapassavam em muito a antiga pirataria (corso), tornando a conquista externa e o ataque às possessões coloniais de outros impérios uma razão de Estado. A 14 de setembro de 1807, o *Times* de Londres escrevia, a respeito da derrota inglesa no Rio da Prata, que ela era “talvez o maior desastre sofrido por este país desde a Revolução Francesa” (que concluía, Napoleão mediante, no bloqueio marítimo da Inglaterra). A rejeição popular das “invasões inglesas” de Buenos Aires foi considerada o fato político-militar que evidenciou o anacronismo do domínio colonial espanhol no Rio da Prata e deflagrou a constituição e consciência da nacionalidade argentina.



Invasão inglesa de Buenos Aires (1807)

Na metrópole inglesa, ao mesmo tempo, o crescimento do comércio colonial produziu uma enorme expansão monetária, que gerou um novo tipo de inflação, causada pela expansão de papel-moeda de curso forçoso, para além da capacidade de respaldo monetário por parte do ente emissor de moeda. Entendido como inflação todo aumento do volume da moeda, é preciso que tal aumento seja “anormal” ou “excessivo”; só se pode reconhecer esse caráter tomando-se um ponto de referência (definido como “normalidade”). No século XIX esse ponto era o depósito de metal nas mãos do ente emissor de moeda, geralmente o ouro nas arcas do Estado. A doutrina da *Currency School* firmou-se quando, em 1811, a Câmara da Inglaterra discutiu o *Bullion Report*, para determinar a causa do preço alto dos lingotes de ouro. David Ricardo, na ocasião, defendeu as conclusões do *Bullion Committee*, recomendando o retorno ao padrão metálico e a restrição da circulação de notas (propondo que a emissão da moeda de papel só acontecesse pela contrapartida de um depósito de metal, ideia final e oficialmente aceita com o *Act* de Robert Peel, de 1844), no que foi aprovado pelos parlamentares ingleses.⁹⁵³ Conversível em ouro, a libra *sterling* transformou-se em moeda de intercâmbio internacional.

A *blitz* inglesa no mundo progrediu, em que pesem as dificuldades internas e as (não poucas) derrotas externas, com destaque para América do Norte e o Atlântico Sul. Enquanto a revolução social recuava na Europa continental, Inglaterra, relativamente poupada dos abalos revolucionários europeus da década de 1840, limpava o caminho para sua hegemonia mundial. A Revolução Industrial inglesa teve projeção além-fronteiras, e não só na Europa: “Toda uma economia *mundial* foi edificada com base na Grã-Bretanha, ou antes, em torno desse país.

⁹⁵³ O padrão-ouro internacional, consolidado na Inglaterra no século XIX, sobreviveria com muitos percalços até a Segunda Guerra Mundial.

Houve um momento na história do mundo em que a Grã-Bretanha podia ser descrita como sua única oficina mecânica, seu único importador e exportador em grande escala, seu único transportador, seu único país imperialista e quase que seu único investidor estrangeiro; e, por esse motivo, sua única potência naval e o único país que possuía uma verdadeira política mundial. Grande parte desse monopólio devia-se simplesmente à solidão do pioneiro, soberano de tudo quanto se ocupa por causa da ausência de outros ocupantes".⁹⁵⁴ Havia o conceito de colônia enquanto território explorado por países onde o capital não tinha ainda se desenvolvido, predominando relações de produção pre-capitalistas. E também se entendia por colônia um território explorado por países onde o capital já se desenvolvera. Quando Wakefield, em 1815, se referia a colônia, referia-se a um lugar onde as terras não se encontravam regularizadas juridicamente, onde havia espaço para o investimento de capital e para transposição da população excedente, o que o levava a considerar, por exemplo, os Estados Unidos, ainda como uma potencial colônia

Essa foi a base de um novo tipo de império colonial, também chamado de *neocolonialismo*. Enquanto os impérios coloniais ibéricos desabavam, o império colonial inglês (com a – enorme – exceção dos EUA) se transformava na plataforma de um império ainda mais vasto, baseado em formas mais variadas de colonização e domínio. Simultaneamente, surgiu uma ideologia imperial elaborada nos altos círculos intelectuais do país, que penetrou toda a cultura metropolitana. Foi no século XIX que surgiram os termos “orientalismo” e “orientalistas” para designar os estudiosos que traduziam os textos orientais para o inglês. Essa prática era motivada pela ideia de que a conquista colonial necessitava de um conhecimento do povo conquistado.

Edward Said demonstrou que a visão (inglesa, em especial) do Oriente foi uma construção intelectual, literária e política do Ocidente, como meio deste ganhar autoridade e poder sobre o primeiro. Através da “desconstrução” de discursos, pensamentos e imagens produzidos na literatura inglesa e europeia do século XIX, Said postulou que o Ocidente construiu sua própria identidade por oposição à do Oriente. Ao longo desse processo foi consolidada a ideia de que a diferença entre o Ocidente e o Oriente seria a racionalidade, o desenvolvimento e a superioridade do primeiro. Ao segundo foram atribuídas características como aberrante, subdesenvolvido e inferior, num sistema de representações que permitiu legitimar a construção dos grandes impérios coloniais modernos.⁹⁵⁵ O motor da expansão mundial inglesa, porém, se encontrava no próprio país, na “produção pela produção” (como fonte agora principal da mais-valia) deflagrada pela Revolução Industrial capitalista. Em 1848, Inglaterra já possuía oito mil quilômetros de ferrovias. A localização do país, na parte ocidental da Europa, facilitava o acesso às mais importantes rotas de comércio internacional, e permitia conquistar mercados ultramarinos. O país possuía muitos portos e intenso comércio costeiro. Os mercados externos das exportações inglesas se diversificaram rapidamente.

<i>Regiões</i>	<i>1700-1</i>	<i>1750-1</i>	<i>1772-3</i>	<i>1797-8</i>
Europa	85%	77%	49%	30%
América do Norte	6%	11%	25%	32%
Índias Ocidentais	5%	5%	12%	25%
Índias Orientais e África	4%	7%	14%	13%

A Revolução Industrial inglesa gerou uma reação defensiva em outros países europeus, que cuidaram de proteger suas indústrias nascentes com tarifas protecionistas, e de desenvolver ou copiar tecnologias estrangeiras aplicáveis à indústria. França, Estados Unidos, alguns

⁹⁵⁴ Eric J. Hobsbawm. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983.

⁹⁵⁵ Edward Said. *Orientalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

principados alemães, algumas cidades italianas, Bélgica, Holanda e outras áreas europeias, passaram a desenvolver-se industrialmente em diferentes ritmos e momentos. França teve iniciativas pioneiras, como a primeira tentativa de fazer funcionar um tear mecânico (Gennes, 1678), a afinação e aperfeiçoamento do tear de malhas (Galantier e Blanche, 1686), a teoria da máquina a vapor e a aplicação do êmbolo no aproveitamento do vapor (Dinis Papin, 1690-91), o torno de precisão e a máquina de tecer seda (Vaucanson e Thiout, em 1741-45). E apressou-se em imitar os ingleses: em 1747, John Kay foi à França para ensinar a utilização da lançadeira volante. França, no entanto, vivia ainda sob o jugo do Antigo Regime, oprimida pelo despotismo do Rei e pelos privilégios fiscais e jurídicos da nobreza.

Entre 1780 e 1830, Inglaterra foi praticamente o único país com uma economia dominada pela indústria capitalista,⁹⁵⁶ considerada a “oficina do mundo”. O *Income Tax* foi adotado na Grã-Bretanha, de modo pioneiro, em 1798; ele revelou, logo de cara, que uma parte da renda nacional provinha de investimentos externos.⁹⁵⁷ Inglaterra era a primeira potência mundial (com seu *Foreign Office* estabelecendo as linhas de uma política mundial unificada). O império britânico foi aos poucos varrendo ou reduzindo os impérios coloniais precedentes. A expansão (colonial e econômica) de Inglaterra continuou, porém, a conhecer a concorrência de outras potências. Mas os impérios coloniais ibéricos estavam em retrocesso e decadência depois da perda de quase todas suas colônias americanas. Depois dessa perda e da derrota napoleônica na Europa, a expansão francesa foi limitada, embora começasse a ocupar o Norte da África em 1830 (Tunísia e Argélia).

Mais tardia ainda foi a expansão colonial alemã: Alemanha passou quase três quartos do século XIX a resolver seus problemas internos de unificação e hegemonia nacional, embora conseguisse depois forçar às outras potências colonialistas a negociar a partilha da África, na Conferência de Berlim (1885). E nenhuma potência colonial concorrente era páreo para a potência econômica da Inglaterra. A moderna economia mundial foi, assim, edificada em torno da potência inglesa, ao mesmo tempo em que, no país, a burguesia industrial impunha suas reivindicações econômicas e políticas contra a velha aristocracia, na forma do liberalismo econômico e político, vitorioso desde 1846, quando o Parlamento inglês aprovou as leis que eliminavam o protecionismo comercial e instituíam o livre-câmbio. No decorrer do século XIX, a cultura, os hábitos e até os esportes ingleses (futebol, rúgbi, críquete) invadiram o mundo junto com suas mercadorias e seus capitais. A expansão do mercado mundial, na segunda metade do século XIX, também deu vazão ao capital supérfluo acumulado na Inglaterra. A *Pax Britannica*, baseada na sua potência econômica e militar, que dominou o mundo durante um século (1815–1914), foi o berço do imperialismo capitalista contemporâneo.

O seu grande (não único) revés foi a independência dos EUA, em 1776, compensada com o início da colonização da Austrália em 1783 e mais tarde da Nova Zelândia a partir de 1840, países para onde enviou inicialmente criminosos comuns deportados de suas prisões (para alívio do Tesouro britânico). A guerra de independência americana (1775-1783) foi uma espécie de linha divisória entre os chamados primeiro e segundo impérios britânicos. No primeiro havia uma expansão claramente orientada para o Oceano Atlântico, que criou colônias que eram uma extensão da Grã-Bretanha. O segundo se caracterizou pelo movimento em direção à Ásia. A armada britânica confirmou sua hegemonia europeia na batalha naval de Trafalgar, em 1805, contra a frota hispano-francesa. A conquista de novas colônias inglesas era, nesse momento, constante: Malaca, desde 1795, Ceilão, Trindade e Tobago, em 1802, Malta, Santa Lúcia e Maurício, em 1815, depois da derrota napoleônica e do fim de seu bloqueio continental. Singapura foi fundada por Thomas Raffles em 1819. No Canadá

⁹⁵⁶ Peter Mathias. *The First Industrial Nation*. An economic history of Britain 1700-1914. Methuen, Cambridge University Press, 1969.

⁹⁵⁷ Mario Tiberi. *I Conti dell'Impero Britannico*. La dimensione quantitativa degli investimenti internazionali dal 1799 al 1914. Roma, Carocci, 2002, p. 78.

registrou-se o avanço para Oeste, abrindo novas frentes de colonização, o mesmo sucedendo na Índia, com a exploração do interior do Decão, de Assam e de Bengala.

Com relação à “outra América”, em 1824, o chanceler britânico Lorde Canning, declarou: “A América [Latina] é livre e, se não manejarmos mal nossos assuntos, é inglesa”. Tal declaração anunciava o período de conflitos internos do continente americano que duraria cerca de meio século, onde se enfrentaram pelo poder político os setores dominantes locais, como outro chanceler europeu - Guizot - o informou à Câmara dos Deputados francesa: “Há, nos Estados da América Latina, dois grandes partidos, o partido europeu e o partido americano. O europeu, o menos numeroso, compreende os homens mais esclarecidos, os mais familiarizados com as ideias da civilização europeia. O outro partido, mais apegado ao solo, impregnado com ideias puramente americanas, é o dos campos. Este partido deseja que a sociedade se desenvolva por si mesma, ao seu modo, sem empréstimos, sem relações com a Europa”. As tentativas de avanço colonial francês na região, porém, foram limitadas e colheram fracassos enormes (México), ficando França como uma potência colonial marginal nas Américas (com suas posses em Martinica, Guadalupe, Guiana).

As investidas inglesas na América do Sul se repetiram depois do fim das guerras napoleônicas (em 1815), chegando até as Malvinas em 1833. O duque de Wellington, vencedor de Napoleão em Waterloo, porém, havia escrito: “Revi os papéis concernentes às ilhas Falkland. De nenhum modo me fica claro que tenhamos algum dia possuído soberania sobre essas ilhas”. A ocupação inglesa das Malvinas em 1833, portanto, deve ser vista como parte das repetidas tentativas inglesas de estabelecer domínios coloniais britânicos no Atlântico Sul. Em agosto de 1832, o premiê inglês, Lord Palmerston, ordenou ao contra-almirante Thomas Baker, chefe do destacamento sul-americano da armada inglesa, que preparasse a imediata ocupação inglesa das “Falkland”. O governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas nomeou, em setembro, Esteban Mestivier governador interino das Malvinas, sem efeitos práticos: só em dezembro, um navio argentino, comandado por José Maria Pinedo, chegou às ilhas. Em 2 de janeiro de 1833, chegou também a fragata britânica *HMS Clio*, navio de guerra, comandada pelo capitão John James Onslow, que informou os argentinos que o Império Britânico iria retomar a posse das ilhas. O capitão José Maria Pinedo, considerando que não havia condições para resistência, embarcou seus homens e voltou para a Argentina.

O Reino Unido colonizou as ilhas com um reduzido número de escoceses, galeses e irlandeses (Puerto Soledad transformou-se em *Port Stanley*), expulsando os colonos argentinos, alguns dos quais resistiram chefiados pelo “gaúcho” Antonio Rivero. As ilhas passaram a ser denominadas, pelos novos colonizadores, pelo antigo nome de *Falkland*. A Argentina iniciou, então, uma longa série de protestos diplomáticos recusando formalmente a nova situação. Os novos habitantes ingleses das ilhas coexistiram por um bom período com os habitantes argentinos (“gaúchos”), que conheciam o terreno e sabiam suprir suas necessidades com o que havia no lugar (animais selvagens e gado *cimarrón*). Em março de 1833, e novamente em março de 1834, o navio *Beagle* que transportou Charles Darwin na histórica viagem que precedeu à formulação da sua teoria da evolução das espécies, ancorou na ilha Soledad. Darwin, em seu *Diário de Viagem*, deixou longas observações acerca do modo de vida dos argentinos malvinenses, cuja habilidade no cavalo e para caçar animais, com uso de *boleadoras* e *lazo*, ele admirava.

Antes disso, em 1807, devido a fortes pressões internas, e aos interesses da burguesia (“a mão de obra escrava trabalha com relutância, não é qualificada, falta-lhe versatilidade”, escrevera Adam Smith) Inglaterra aboliu a escravidão em todos seus domínios. Foram os membros de uma congregação cristã dissidente – os *quakers*– os que tiveram papel central no movimento abolicionista inglês. Ao emigrar para a “Nova Inglaterra” mantiveram os mesmos princípios *anti-slavery* ao longo do século XIX, pois o fim do comércio transoceânico de escravos não implicou no fim da escravidão. Com a proclamação do *Slave Trade Suppression Act* ou *Aberdeen Act*, mais conhecido como *Bill Aberdeen*, uma lei que autorizava os ingleses a

aprisionar qualquer navio suspeito de transportar escravos no Oceano Atlântico, Inglaterra passou assumir funções de policiamento internacional, em nome de uma causa humanitária. O movimento abolicionista era amparado, sobretudo, pelos habitantes das grandes cidades portuárias inglesas, que tinham testemunhado os horrores do tráfico, e motivado por razões, sobretudo, de ordem religiosa. Proposta pelo Parlamento, a lei, de autoria do Ministro George Hamilton-Gordon (Lord Aberdeen), visava o combate ao tráfico de escravos no Atlântico Sul, atribuindo às embarcações da *Royal Navy* o direito de apreender quaisquer navios negreiros que porventura se dirigissem ao Império do Brasil, ou alhures (Cuba), e buscava efetivar o cumprimento de tratados internacionais assinados desde a década de 1810, que definiam o tráfico de escravos como pirataria e, nessa condição, sujeito à repressão. As campanhas de rua na Inglaterra mobilizaram trabalhadores, religiosos dissidentes, marinheiros e mulheres, que obtinham milhares de assinaturas para petições antiescravistas enviadas aos parlamentares.

Durante a década de 1840, a marinha britânica aprisionou centenas de embarcações em alto mar, carregando centenas de escravos. Estes eram conduzidos de volta para a África, para cidades portuárias como Freetown em Serra Leoa, e Monróvia na Libéria, onde era tentado um repatriamento. A aplicação da lei Aberdeen criou inúmeros incidentes diplomáticos com o recalcitrante império brasileiro: entre agosto de 1845 e maio de 1851 foram abordadas, apreendidas e destruídas, pela marinha real britânica, 368 embarcações que faziam tráfico de escravos para o Brasil, muitas em águas territoriais do país sulamericano. Em fevereiro de 1864, um navio negreiro espanhol foi aprisionado na costa de Angola, quando ia apanhar escravos. Cuba, última das colônias espanholas na América, resistiu enquanto pode à abolição da escravatura (o que aconteceu em 1886, precedendo apenas em dois anos a última abolição, a brasileira de 1888).



O segundo Império Britânico

Pelo Tratado de Ashburton assinado entre a Inglaterra e os Estados Unidos, em 1842, ficou acordado que cada um destes países manteria uma esquadra na costa africana para levar a cabo a apreensão de navios negreiros. Em 1845, as operações conjuntas das forças navais da França e da Inglaterra foram substituídas pelo direito mútuo de busca. As limitações no abastecimento de escravos conduziram a alguma observância, por parte dos seus donos, das suas condições de vida nas colônias. Em 1848, os escravos franceses começaram a ser libertados, e em 1863 foi a vez dos holandeses. Mas, no conflito que opôs, nos EUA, o trabalho livre e o trabalho escravo na guerra civil da década de 1860, a classe capitalista inglesa, apesar de declarações formais em contrário, apoiou aos escravagistas do Sul, contra os partidários

nortistas da abolição da escravidão. As necessidades comerciais e estratégicas se sobrepujaram às necessidades legais e religiosas.

A luta entre os interesses mercantilistas e os do liberalismo econômico se processou de forma intensiva na Inglaterra, de 1815 a 1846, afetando drasticamente a política de todos os países coloniais diretamente relacionados com a expansão do Império Britânico baseado no comércio livre. No Oriente Médio, a expansão britânica tropeçou com o expansionismo egípcio, que ameaçava criar uma nova potência regional. Até 1827, em sucessivas campanhas, o vice-rei (*khediva*) do Egito, Mehmet Alí conquistou o Sudão, fundou a cidade de Khartum e combateu contra as potências europeias, sendo finalmente derrotado na batalha pelo controle da Grécia, em que pese o apoio dado pelo Império Otomano. Esse apoio, no entanto, acabou com a movimentação de Mehmet tendente a expandir o Egito pelo Norte, conquistando parte da Síria, sitiando Accra e ameaçando à própria Istambul. Mehmet Alí impôs sérias derrotas às tropas otomanas, e se perfilou como uma nova liderança do Oriente próximo contra a crescente ameaça europeia, especialmente inglesa.

Era o ano de 1839, e Grã-Bretanha, Rússia, Áustria e Prússia preferiam um Império Otomano debilitado (“a dificuldade está em saber o que há para colocar em seu lugar”, declarava Lord Stanley) antes que um poderoso Egito, e proteger a rota das Índias do apetite dos rivais colonialistas. A política britânica buscava manter o status quo no Próximo Oriente. Inglaterra, Rússia, Áustria e Prússia formaram uma aliança que exigiu de Mehmet Ali, apoiado pelos franceses, o abandono de suas pretensões ao Norte (na Síria e no Líbano). A resistência de Mehmet levou às forças combinadas da aliança a atacar a frota egípcia e destruí-la, pondo um fim à ocupação de Síria e o Líbano. Mehmet Alí finalmente capitulou e foi obrigado a manter a partir desse momento um exército reduzido, fazendo a promessa de não tentar expandir novamente seu território;⁹⁵⁸ Mehmet assinou o Tratado de Londres (1840), pelo qual renunciava à Síria, Áden e Creta em troca do vice-reinado hereditário do Egito, que estava ainda sob a soberania turca (otomana).

Com sua expansão multidirecional, o Império Britânico não tinha geografia claramente definida nem um regime político comum estabelecido para suas colônias. Nova Zelândia praticamente dispunha de uma democracia própria para os cidadãos brancos. A economia da Argentina, país declarado nação independente desde 1816, estava sob o controle britânico, em especial depois do empréstimo ao novo país por parte da Baring Brothers (que demorou um século para ser cancelado). As formas britânicas de exercer seu domínio eram, assim, muito variadas. A própria extensão do domínio britânico era variável, incluindo os postos avançados do Império na Europa, com bases navais como as de Gibraltar, Chipre e Malta, que permitiram à Marinha Real Britânica controlar o Mediterrâneo por um longo período. A geografia do Império não era, porém, empírica, mas estratégica: “Qual é a realização grandiosa do imperialismo britânico? É o domínio do Oceano Índico, das terras que este molha e do acesso a esse mar imperial. Todas as terras, do Cabo até Singapura, que delimitam o Oceano Índico, são britânicas, inclusive os planaltos e desertos continentais que as dominam na Ásia e na África. Os britânicos detêm os acessos solidamente, graças ao domínio do Mediterrâneo; graças também, no Extremo Oriente, ao domínio de Penang, Singapura e Hong-Kong”.⁹⁵⁹

Somas consideráveis de recursos foram movimentadas no processo de construção do Império; muitos ingleses iam para a Índia para depois retornar com uma fortuna “ilícita”, obtida ao arrepio de qualquer legislação. Os participantes mais passivos do Império – os que investiam em empresas no exterior sem sair da terra natal – também lucraram com sua expansão. Alguns

⁹⁵⁸ Cf. Gilbert Sinoué. *El Último Faraón*. Barcelona, Zeta, 2006. Mehmet Alí, no entanto, sequer falava árabe, era de origem albanesa. Foi *khediva* (vice-rei) do Egito de 1805 a 1848 na condição de governador do Império Otomano em nome do sultão. Considerado como o fundador do Egito moderno, conseguiu considerável autonomia frente ao Império Otomano e também ampliou consideravelmente suas fronteiras.

⁹⁵⁹ Jacques Crokaert. *La Méditerranée Américaine*. Paris, Payot, 1927, p. 25.

setores econômicos, entre eles os segmentos ligados à indústria naval, beneficiaram-se diretamente do imperialismo britânico. Além deles, os fornecedores de matérias primas voltadas para exportação e os fabricantes de armas e de munição também tiraram grande proveito. Unindo isso às vantagens “sociais” dos colonos nos territórios sob o domínio inglês, que criou um numeroso bando de empolados parasitas coloniais, um sentimento de identidade britânica comum foi muito forte no Império Britânico até o final do século XIX, particularmente entre pessoas brancas de origem britânica (na Austrália, no Canadá e na Nova Zelândia, além dos sul-africanos de origem inglesa). O comportamento racista desses “ingleses” de além-mar contra os não europeus nas colônias era moeda corrente: “O racismo fundamental dos colonos anglo-saxões explica porque o modelo se reproduziu em todas as partes, na Austrália, na Tasmânia (o genocídio mais completo da história) e na Nova Zelândia. Pois se os católicos espanhóis atuavam em nome da religião que devia ser imposta aos povos conquistados, os protestantes anglo-saxões derivavam de sua leitura particular da Bíblia o direito de eliminar os ‘infiéis’”.⁹⁶⁰

A segunda metade do século XIX marcou o auge do império colonial britânico, favorecido pela acumulação de capital metropolitano, que encontrava vazão nos investimentos externos, bem como pela elevada pressão demográfica interna. Durante a era vitoriana a população da Inglaterra quase duplicou, passando de 16,8 milhões em 1851 para 30,5 milhões em 1901. A população da Irlanda, ao contrário, diminuiu rapidamente, de 8,2 milhões em 1841 para menos de 4,5 milhões em 1901, devido à crise agrária nessa colônia britânica “vizinha”. A peste da batata provocou a morte por fome ou doença de mais de um milhão de pessoas, e a migração de um terço da população do país.

O século XIX testemunhou também uma nova administração e gestão das colônias inglesas, com a sucessão de diferentes modelos, o dos missionários protestantes, o dos investidores privados e o das grandes companhias investidoras. A passagem da Inglaterra liberal para a Inglaterra conservadora e imperialista deu-se na época vitoriana, que cobriu a segunda metade do século XIX até inícios do século XX. O domínio mundial inglês implicou conflitos crescentes na Europa, pelo domínio mundial bem como pela influência na própria Europa, onde o capital inglês era crescentemente investido: em 1840, por exemplo, capitalistas ingleses criaram a *Asturiana Mining Company*, que em meados do século XIX inaugurou os primeiros altos fornos de carvão de coque da Espanha.

Nesse contexto, a primeira guerra europeia contemporânea, a Guerra da Crimeia, se estendeu de 1853 a 1856, na península da Crimeia (no mar Negro, ao sul da atual Ucrânia), no sul da Rússia e nos Bálcãs. Envolveu, de um lado o Império Russo e, de outro, uma coligação integrada pelo Reino Unido, a França, o Reino da Sardenha - formando a Aliança Anglo-Franco-Sarda - e o Império Otomano. Esta coalizão, que contou ainda com o apoio do Império Austríaco, foi criada em reação às pretensões expansionistas russas. Desde o fim do século XVIII, os russos tentavam aumentar sua influência nos Bálcãs. Em 1853, o czar Nicolau I invocou o direito de proteger os lugares santos dos cristãos em Jerusalém, lugares que eram parte do Império Otomano.

Sob esse pretexto, suas tropas invadiram os principados otomanos do Danúbio (Moldávia e Valáquia, na atual Romênia). O sultão da Turquia, contando com o apoio do Reino Unido e da França, rejeitou as pretensões do czar, declarando guerra à Rússia. Depois da declaração de guerra, a frota russa destruiu a frota turca na Batalha de Sinop. O Reino Unido, sob a rainha Vitória, temia que uma possível queda de Constantinopla diante das tropas russas pudesse lhe retirar o controle estratégico dos estreitos de Bósforo e de Dardanelos, cortando-lhe as comunicações com a Índia. Por outro lado, Napoleão III da França mostrava-se ansioso para mostrar que era o legítimo sucessor de seu tio, buscando obter vitórias militares externas. Depois da derrota naval dos turcos, as duas nações declararam guerra à Rússia no ano

⁹⁶⁰

Samir Amin. *El Desarrollo Desigual*. Barcelona, Planeta-De Agostini, 1986.

seguinte, seguidos pelo Reino da Sardenha (governado por Vittorio Emanuele II e o seu primeiro-ministro, o Conde de Cavour). Em troca, o Império Otomano permitiu a entrada de capitais ocidentais. O conflito iniciou-se efetivamente em março de 1854. Em agosto, Turquia, com o auxílio de seus aliados, já havia expulsado os invasores russos dos Bálcãs.

De forma a encerrar o conflito, as frotas dos aliados convergiram sobre a península da Crimeia, desembarcando tropas a 16 de setembro de 1854, iniciando o bloqueio naval e o cerco terrestre à cidade portuária fortificada de Sebastopol, sede da frota russa no mar Negro. Embora a Rússia fosse vencida em diversas batalhas, o conflito arrastou-se com a recusa russa em aceitar os termos de paz. Entre as principais batalhas desta fase da campanha registram-se a do rio Alma; a batalha de Balaclava (cantada por Alfred Tennyson em *A Carga da Brigada Ligeira*), e a de Inkerman. Diversamente de suas espantosas vitórias coloniais, Inglaterra não confirmou sua superioridade militar na Europa, colhendo fragorosas e sangrentas derrotas na Crimeia. Friedrich Engels atribuiu o fato ao descompasso existente entre a organização industrial do país e a organização aristocrática do exército: “Como a própria Velha Inglaterra, uma grande massa de abusos gritantes, a organização do exército inglês está podre até o fundo”. O desastroso ataque da Brigada Ligeira, com milhares de baixas, devia-se “à liderança horrorosa do exército britânico, resultado inevitável do governo de uma oligarquia antiquada”.

A vitória econômica e política da burguesia no país ainda tinha deixado esferas estatais nas mãos da velha aristocracia, como aconteceu também no restante da Europa burguesa.⁹⁶¹ Durante o cerco a Sebastopol, a doença cobrou também um pesado tributo às tropas britânicas e francesas, tendo se destacado o heroico esforço da enfermeira Florence Nightingale dirigindo o atendimento hospitalar de campanha. A praça-forte, em ruínas, só caiu um ano mais tarde, em setembro de 1855. A guerra terminou com a assinatura do tratado de Paris de 30 de março de 1856. Pelos seus termos, o novo czar, Alexandre II da Rússia, devolveia o sul da Bessarábia e a embocadura do rio Danúbio para o Império Otomano e para a Moldávia, renunciava a qualquer pretensão sobre os Bálcãs e ficava proibido de manter bases ou forças navais no mar Negro. Por outro lado, o Império Otomano, representado por Ali-Pachà Emin, era admitido na comunidade das potências europeias, tendo o sultão se comprometido a tratar seus súditos cristãos de acordo com as leis europeias. A Valáquia e a Sérvia passaram a estar sob a “proteção internacional” franco-inglesa. Isso fortaleceu as ambições inglesas sobre o Oriente próximo.

Vinte anos depois, na Conferência de Londres (1875), finalmente, a Rússia obteve o direito de livre trânsito nos estreitos de Bósforo e de Dardanelos. Em 1877, iniciou nova guerra contra os otomanos, invadindo os Bálcãs em consequência da repressão turca às revoltas de eslavos balcânicos. Diante da oposição das grandes potências, os russos recuaram outra vez. O Congresso de Berlim (1878) consagrou a independência dos Estados balcânicos e a perda turca-otomana de Chipre para o Reino Unido; da Armênia e de parte do seu território asiático para a Rússia; e da Bósnia e Herzegovina para o Império Austro-Húngaro. Em 1895, o Reino Unido apresentou um plano de partilha da Turquia, rechaçado pela Alemanha, que preferia garantir para si concessões ferroviárias em exclusividade no Império Otomano. Nos Bálcãs, o crescente nacionalismo eslavo contra a presença turca levaria a região às guerras balcânicas: a região se transformou de modo crescente no calcanhar de Aquiles de todas as potências colonialistas.

No Extremo Oriente, por sua vez, as primeiras tentativas de penetração econômica dos países ocidentais na China datavam dos séculos XV-XVI. Na época, porém, tratava-se de obter apenas o intercâmbio de embaixadores com o império chinês e a permissão de exercer o comércio. Não raro os imperadores chineses negavam-se a manter relações diplomáticas com os europeus, aos quais desprezavam por suas bárbaras atividades de pirataria na Índia e no

⁹⁶¹ Cf. Arno Mayer. *A Força da Tradição*. A sobrevivência do Antigo Regime. São Paulo, Companhia das Letras, 1985.

Ceilão. O comércio internacional foi finalmente autorizado, embora com muitas restrições e sob a permanente supervisão do Império. A China fez, sem se importar muito, algumas concessões territoriais em pontos inabitados, como a ilha de Macau, que foi entregue aos portugueses. Até então, o país não corria o risco de colonização pelas potências marítimas da Europa: "Os portugueses, até 1849, pagaram regularmente um foro sobre a terra e os chineses mantiveram em Macau tanto o controle das finanças quanto o da justiça civil ou criminal. Os portugueses se encontravam em Macau em atitude de súplica. E a quem suplicavam? Nem mesmo à corte de Pequim, mas a um subcomissário qualquer de Cantão".⁹⁶²

Com o fim das guerras napoleônicas, as atividades comerciais europeias se voltaram também para o Extremo Oriente, numa pressão constante sobre a China, que mantinha ainda fortes restrições sobre o comércio estrangeiro. Cantão era o único porto importante aberto ao comércio externo. Em meados do século XIX a Grã-Bretanha já era a potência mais desenvolvida do mundo: demandava cada vez mais matérias-primas a baixos preços e mercados consumidores maiores para os seus produtos industrializados. Os países mais populosos da Ásia despertavam atenção e cobiça na burguesia britânica. O mercado indiano se encontrava já aberto ao comércio estrangeiro; China, produtora de seda, porcelana e chá (os britânicos compraram 12.700 toneladas desse produto em 1720 e... 360 mil toneladas em 1830), itens que alcançavam bons preços no mercado europeu, não mostrava interesse nos produtos europeus, o comércio com o país era deficitário para a Inglaterra. Apenas um produto parecia despertar o interesse dos chineses: o ópio, uma substância entorpecente, altamente viciante, extraída da papoula, que causa dependência química, introduzido ilegalmente na China por comerciantes ingleses e norte-americanos.

Os ingleses fomentaram o contrabando do ópio para a China. Uma vez criado o "mercado de consumo", reclamaram o direito de vendê-lo livremente em todo o território chinês (o governo chinês tinha proibido seu consumo). Produzido na Índia, e também em partes do Império Otomano no início do século XIX, os comerciantes britânicos traficavam-no ilegalmente para a China, auferindo grandes lucros e aumentando o volume do comércio em geral. Mas o governo de Pequim resolveu proibir o tráfico de ópio. Entre 1811 e 1821, o volume anual de importação de ópio na China girava em torno de 4.500 pacotes de 15 quilos cada um. Esta quantidade quadruplicou até 1835 e, quatro anos mais tarde, chegou-se ao ponto de o país importar 450 toneladas, ou seja, um grama para cada um dos habitantes do país. Em 1830, os ingleses obtiveram exclusividade das operações comerciais no porto de Cantão. Eles, claro, queriam muito mais: o comércio livre geral. Mas o imperador chinês dava-se ao luxo de responder ao rei da Inglaterra que os seus produtos não interessavam aos chineses. A partir de 1840, as coisas mudaram. A Revolução Industrial consolidada gerava urgência em abrir mercados para escoar a produção inglesa. A China, com seus 450 milhões de habitantes, representava a maior tentação mercantil mundial.

O ópio chegou a representar a metade das exportações britânicas para a China. O primeiro decreto chinês proibindo o consumo de ópio datava de 1800, mas nunca chegou a ser respeitado. Em 1839, a droga ameaçava seriamente não só a estabilidade social e financeira do país, como também a saúde dos soldados chineses. A corrupção grassava na sociedade chinesa. Para chamar a atenção do imperador, um ministro chinês descreveu a situação da seguinte maneira: "Majestade, o preço da prata está caindo por causa do pagamento da droga. Em breve, vosso império estará falido. Quanto tempo ainda vamos tolerar este jogo com o diabo? Logo não teremos mais moeda para pagar armas e munição. Pior ainda, não haverá soldados capazes de manejar uma arma porque estarão todos viciados" (sic). Em contrapartida, muitos ingleses também o estavam ou o estariam, a exemplo do personagem literário mais popular da literatura metropolitana (Sherlock Holmes), numa espécie de vingança surda da Índia (onde a papoula era plantada) contra os colonialistas britânicos.

⁹⁶²

K. M. Panikkar. *A Dominação Ocidental da Ásia*. São Paulo, Saga, 1965.

Em 18 de março de 1839 o imperador chinês lançou um novo decreto, com um forte apelo à população. Através de um panfleto, advertiu acerca do consumo de ópio. Diante do assassinato brutal de um súdito chinês por marinheiros britânicos embriagados em Cantão, o comissário imperial chinês ordenou a expulsão de todos os ingleses da cidade. As firmas estrangeiras foram cercadas pelos militares chineses, que em poucos dias apreenderam e queimaram, em Cantão, mais de 20 mil caixas da droga. Esses fatos serviram de pretexto para que a Grã-Bretanha declarasse guerra à China na chamada “primeira guerra do ópio” (1839-1842). Em 1840, o chanceler britânico, Lorde Palmerston, ordenou o envio de uma frota de 16 navios de guerra britânicos para a região. Com superioridade tecnológica inquestionável, representada por modernos navios de aço movidos a vapor, a esquadra britânica afundou boa parte dos obsoletos juncos à vela da marinha de guerra chinesa, sitiou Guangzhou (Cantão), bombardeou Nanquim e bloqueou as comunicações terrestres com a capital, Pequim.

O conflito foi encerrado em agosto de 1842 com a assinatura do Tratado de Nanquim, o primeiro dos chamados "Tratados Desiguais", pelo qual a China aceitou suprimir o sistema de Co-Hong (companhia governamental chinesa, que supervisionava o comércio), abrir cinco portos ao comércio de ópio britânico (Cantão, Amói, Fuchou, Ningpo e Xangai), pagar uma pesada indenização de guerra e entregar a ilha de Hong Kong, que ficou sob o domínio inglês por 155 anos. O Tratado favorecia os ingleses em todas as cláusulas. Como garantia do direito de comércio de ópio, um navio de guerra britânico ficaria permanentemente ancorado em cada um desses portos. Apesar do acordo, a situação continuou a não satisfazer as ambições dos ingleses. O comércio de ópio não progredia tão rapidamente como pretendido.

Ainda assim, a receita do ópio da Companhia das Índias Orientais progrediu a partir de £ 1 milhão em 1814 até atingir £ 7 milhões em 1856, lhe permitindo pagar a cada ano os juros de sua dívida, que se mantiveram estáveis em torno de £ 2 milhões anuais durante esse período: sem o lucrativo comércio opiláceo, a Companhia (peça mestra do Império Britânico na região) teria falido: “O único benefício real da aquisição de Hong Kong como resultado da guerra de 1841 foi que deu a firmas como Jardine Matheson uma base para suas operações de contrabando de ópio. *É de fato uma das ironias mais finas do sistema de valores vitoriano que a mesma marinha empregada para abolir o tráfico de escravos era também ativa na expansão do tráfico de narcóticos*”,⁹⁶³ escreveu, com cinismo inglês, um historiador para quem o Império Britânico foi o responsável por colocar o mundo inteiro “no caminho da modernidade”. A pirataria aberta dos dois séculos precedentes foi substituída pelo contrabando.



Navio inglês *Nemesis* destruindo juncos chineses em 1841

⁹⁶³

Niall Ferguson. *Império*. Como os britânicos fizeram o mundo moderno. São Paulo, Planeta, 2010, p. 185.

Quinze anos depois da guerra do ópio, em 1856, oficiais chineses abordaram e revistaram o navio de bandeira britânica *Arrow*. Novamente, Inglaterra declarou a guerra à China. Os franceses aliaram-se desta vez aos britânicos no ataque militar lançado em 1857. As forças aliadas operaram ao redor de Cantão, onde o vice-rei prosseguia uma política protecionista. Mais uma vez, a China saiu derrotada e, em 1858, as potências ocidentais exigiram que a China aceitasse o Tratado de Tianjin: onze novos portos chineses foram abertos ao comércio de ópio com o Ocidente, e foi garantida a liberdade de movimento aos traficantes europeus e aos missionários cristãos, que andavam sempre juntos ou em sequência imediata.

Quando o imperador se recusou a ratificar o acordo, a capital chinesa, Pequim, foi ocupada pelas tropas anglo-francesas. O Palácio de Verão de Pequim, símbolo do império e da própria China, foi saqueado e incendiado; as coleções de arte roubadas pelos ingleses na ocasião enfeitam até o presente o Museu Britânico. Nas guerras sucessivas, Inglaterra exerceu cruelmente sua superioridade militar, assassinando milhares de chineses, saqueando suas cidades e suas riquezas, humilhando a nação chinesa e, sobretudo, impondo tratados ultravantajosos para a Inglaterra após cada vitória. As guerras forçaram a China a permitir a importação de ópio e outros produtos europeus. Inglaterra obteve grandes concessões territoriais, com direito de "extraterritorialidade": as concessões (Hong Kong, Kowloon, Birmânia, Nepal) situavam-se, assim como os próprios ingleses residentes na China, fora do alcance das leis chinesas.

As guerras do ópio (1840-1860), no seu conjunto, permitiram à Inglaterra auferir lucros da ordem de 11 milhões de dólares anuais, com o tráfico de ópio para a cidade chinesa de Lintim, ao passo que o volume de comércio de outros produtos não ultrapassava a cifra de seis milhões de dólares. Em Cantão, o comércio estrangeiro oficial não chegava a US\$ 7 milhões, mas o comércio paralelo em Lintim atingia a quantia de US\$ 17 milhões. Com este comércio ilegal, empresas inglesas, como a *Jardine & Matheson*, contribuíram para proporcionar uma balança comercial superavitária para a Inglaterra, mantendo o uso de navios armados a fim de manter o contrabando litorâneo. Tudo isso acontecia com a aprovação declarada do parlamento inglês, que manifestou os inconvenientes da interrupção de um negócio tão rentável.⁹⁶⁴ Depois da Inglaterra, ao perceberem a fragilidade militar da China (agravada pela crise da dinastia Manchú), vieram a França, a Alemanha, os Estados Unidos e até uma nova potência asiática, o Japão.

Através de guerras e "concessões", esses países foram obtendo o controle dos pontos estratégicos da China: à medida que o litoral chinês e os portos dos seus rios iam caindo sob o

⁹⁶⁴ "A Guerra do Ópio, uma estúpida agressão comercial à China, foi apresentada ao público dos Estados Unidos pela *American Board of Commissioners for Foreign Missions* como "não tanto um negócio de ópio ou de ingleses, mas o resultado de um grandioso desígnio da Providência para fazer com que a maldade dos homens subvertesse seus propósitos de caridade para com a China, rompendo suas muralhas de exclusão e trazendo o império para um contato mais imediato com as nações ocidentais cristãs". John Quincy Adams, presidente dos EUA, numa conferência sobre a Guerra do Ópio, explicou que a política de comércio chinesa era contrária à lei da natureza e aos princípios cristãos: "A obrigação moral de intercâmbio comercial entre as nações é fundada inteira e exclusivamente no preceito cristão de amar ao próximo como a si mesmo. Mas, não sendo a China um país cristão, seus habitantes não se consideram obrigados ao preceito cristão de amar ao próximo como a si mesmos. Esse é um sistema sórdido e anti-social. O princípio fundamental do império chinês é anticomercial. Não admite a obrigação de manter intercâmbio comercial com outros. É tempo de fazer cessar esse enorme ultraje contra os direitos da natureza humana e contra os princípios básicos do direito das nações" [American Board of Commissioners for Foreign Missions, *329d Annual Report* (1841), conforme citado no livro de Richard W. Van Alstyne. *The Rising American Empire*. Chicago, Quadrangle Books, 1965, p. 171]". *Apud* Harry Magdoff. *A Era do Imperialismo*. São Paulo, Hucitec, 1978. Depois das actástrofes (caseiras) provocadas pelo consumo de drogas, Inglaterra promoveu, em 1909, uma conferência internacional em Xangai, com a participação de treze países (a *Opium Commission*). O resultado foi a Convenção Internacional do Ópio, assinada em Haia em 1912, visando o controle da produção de drogas narcóticas. Em 1914, os EUA adotaram o *Harrison Narcotic Act*, proibindo o uso da cocaína e da heroína fora de controle médico. Severas penas contra o consumo foram adotadas em convenções internacionais das décadas de 1920 e 1930: desde seu início, a repressão privilegiou o consumidor, não o traficante (e menos ainda seus aliados bancários).

domínio estrangeiro, a China passou a ser uma semicolônia, não de uma única nação, mas de todas as grandes potências industriais e navais. A imensidão do seu território impediu que fosse transformada totalmente em colônia. As revoltas contra os novos dominadores estrangeiros foram, no entanto, frequentes. As potências compreenderam que, embora fosse fácil vencer a China em uma guerra localizada, era impossível conquistá-la completamente. Após a Convenção de Pequim (1860), o Tratado de Tianjin foi aceito pelo "Império do Meio", que tomou assim consciência abrupta de sua subalternidade num mundo radicalmente mudado. A China criou um Ministério dos Negócios Estrangeiros, permitiu que se instalassem legações ocidentais na capital e renunciou ao termo "bárbaro", usado nos documentos chineses para denominar os ocidentais. Inglaterra aproveitou também o questionamento crescente da dinastia Manchú. XIX: Em meados do século XIX eclodiu a rebelião Taiping (1850-1864). Em certo sentido, ela lembra a rebelião brasileira de Canudos: os camponeses, dirigidos por um chinês convertido ao cristianismo (Hung Xiu-chuan) que se proclamava irmão mais novo de Jesus Cristo, sublevaram-se contra o poder dinástico central.

A rebelião controlou - estabelecendo temporariamente um novo poder - um vasto setor da China durante mais de dez anos, chegando até os muros de Pequim, a capital do império. Os taiping retomaram a velha tradição camponesa de reivindicação da propriedade coletiva da terra: os exércitos rebeldes participavam na produção e trabalhavam nos campos numa base comum. Mas na direção "ideológica" da revolta encontrava-se uma espécie de sincretismo místico que já denota a influência ocidental (o cristianismo, religião introduzida na China pelas potências europeias). A revolta taiping foi, segundo Perry Anderson, "o maior levantamento das massas oprimidas e exploradas do mundo em todo o século XIX". Vítimas de suas próprias contradições - Hung Xiu-chuan tentou proclamar-se imperador hereditário -, os taiping foram esmagados por chefes militares a serviço da dinastia Manchu. Mas as revoltas continuaram: no período 1864-1878, os povos muçulmanos do Sul rebelaram-se contra o domínio chinês, ocorrendo ao mesmo tempo a rebelião Nienfei (dos camponeses dessa região). Os taiping foram esmagados por chefes militares a serviço da dinastia. Os revoltosos foram derrotados, mas provaram a fragilidade da unidade do Império Chinês, mantida às custas de uma violenta opressão exercida pelo poder imperial. Mas as revoltas continuaram: no período 1864-1878, os povos muçulmanos do Sul se rebelaram contra o domínio chinês, ocorrendo ao mesmo tempo a rebelião dos camponeses de Nienfei. Os revoltosos foram derrotados, mas provaram a fragilidade da unidade do Império Chinês, mantida ao preço de uma violenta opressão exercida pelo poder imperial. Mas, na mesma época, a unidade da nação chinesa já estava muito mais ameaçada do exterior que do interior, pela submissão crescente da China às potências europeias.

Concessões territoriais, pagamento de pesadas indenizações, saques, formação de uma classe social comerciante nativa associada à exploração estrangeira (a "burguesia compradora"): eis os principais resultados da forçada penetração europeia na China. Mas o objetivo principal não foi atingido: o "negócio da China" não funcionou, porque os chineses recusaram o consumo dos produtos europeus, a exceção do ópio. O "grande mercado" sonhado pelos ingleses foi na verdade pequeno. Além disso, de tempos em tempos os colonizadores recebiam o troco: os chineses se revoltavam contra os privilégios, as humilhações impostas (um inglês que matasse um chinês era "julgado" - por assim dizer - pelos tribunais dos próprios ingleses) e contra a exploração a que eram submetidos nas concessões. Estas foram diversas vezes tomadas por assalto pela população chinesa, e não raro todos os estrangeiros presentes nelas, mortos. Aí, sim, a imprensa europeia, sobretudo a inglesa, gritava contra a "selvageria" dos "bárbaros chineses" e argumentava que era necessário aprofundar a submissão da China.

Poucos europeus tiveram a coragem de dizer publicamente o que essas revoltas significavam, ainda que nelas fossem mortas pessoas inocentes, como fez Friedrich Engels em 1857: "Em suma, em vez de alardear a crueldade dos chineses (como costuma fazer a cavalheiresca imprensa britânica), melhor faríamos se reconhecêssemos que se trata de uma guerra popular

pela sobrevivência da nação chinesa - com todos os seus arrogantes preconceitos, sua estupidez, sua ignorância doura, sua pedante barbárie, mas sempre uma guerra popular". Em 1900, o número de portos abertos ao comércio com o ocidente, chamados de "portos de tratado", chegava a mais de cinquenta, sendo que todos os países europeus, assim como os EUA, tinham concessões e privilégios comerciais.

Ao sul da China, a conquista inglesa da Índia, que se estendeu ao longo de um século (1756-1857) foi a última e mais completa de uma série de empresas coloniais no subcontinente indiano.⁹⁶⁵ "América tinha sido uma terra de imigração e conquista... A Índia Britânica, ao contrário, não deveria ser um local de instalação, mas de exploração".⁹⁶⁶ Charles de Cornwallis (1786-1793) e depois Lorde Mornington (1796-1805) derrotaram e desmontaram a confederação indiana Maharata. Sob Lorde Warren Hastings (1814-1822) e depois sob William Pitt (1823-1828), Inglaterra arremeteu também contra Birmânia. A conquista inglesa do Indostano foi uma empresa *privada*, financiada pela Companhia das Índias Orientais (EIC).⁹⁶⁷ A *East Indian Company*, em 1827, proclamou em Delhi, ex capital do Grande Mogol, seu poder independente e soberano sobre a Índia. Com Lorde William Bentick (1828-1835) o Estado inglês inaugurou sua política de posse completa da Índia, substituindo o "setor privado" (a EIC): em 1833 a EIC perdeu algumas de suas prerrogativas políticas (a Companhia, porém, só seria dissolvida em 1874).

O novo caráter, estatal, da colonização da Índia foi determinado pela necessidade de preservar suas fronteiras das ameaças internas e do perigo dos imperialismos rivais (sobretudo França e Rússia). Com Lorde Auckland (1836-1842) começou um período de guerras, que culminou com James Ramsay (1848-1856). Com a Rússia presente na Pérsia e no Afeganistão, os confins da Índia inglesa foram levados até o Sind (1843) e o Punjab (1846). Com a ocupação militar de Áden (1838), Inglaterra passou a controlar o Mar Vermelho e o Oceano Índico. Em 1840 o domínio inglês se completou com a campanha no Afeganistão e a ocupação militar das costas de Birmânia. Com as fronteiras indianas "protegidas", Inglaterra controlava as bocas do Rio Indo e todos os acessos centro-asiáticos. A "Índia britânica" se configurou assim como uma vasta colônia, que compreendia os atuais territórios da Índia, Paquistão, Bangla Desh e Birmânia: não era "uma colônia a mais", mas *a* colônia do império britânico.

Foi também na Índia que surgiu a primeira grande revolta colonial contra o domínio britânico: a revolta dos *sipais*, soldados indianos à serviço da Coroa Britânica, entre 1857 e 1858, quando houve um período prolongado de levantes armados e rebeliões na Índia setentrional e central contra a ocupação britânica. O conflito causou o fim do governo da Companhia Britânica das Índias Orientais (EIC) e o início da administração direta de grande parte do território indiano pela coroa britânica (o *Raj*) pelos noventa anos seguintes. A revolta foi considerada o primeiro movimento de independência da Índia moderna: ela não se limitou a unidades militares locais. O descontentamento na Índia tinha origem na campanha de ocidentalização imposta pela EIC.

Em 1857, diante das rebeliões coloniais indianas, Marx escreveu um artigo em que se propôs "resumir suas observações referentes à Índia". Para Marx, o domínio inglês sobre a Índia tinha cumprido uma dupla função, destruidora e regeneradora, na velha civilização indiana, a

⁹⁶⁵ O subcontinente Índiano é a região peninsular do Sul da Ásia onde se situam os estados da Índia, Paquistão, Bangladesh, Nepal, Butão, Sri Lanka e as Maldivas. Esta região do sul da Ásia foi historicamente conhecida como Hindustão, nomenclatura hoje apenas utilizada no contexto da história da relação entre os povos europeus e o subcontinente. O Hindustão político se estendia do Afeganistão até a baía de Bengala e dos Himalaias até ao rio Godavari. Com a expansão da religião islâmica, parte da população converteu-se. Composta por diversos reinos, caracterizados pelas suas alianças tribais e às vezes circunscritos apenas ao domínio de uma cidade, acabou fechando-se ao acesso de estranhos. Com a expansão do Império Russo (século XVIII) e do Império Britânico, sua estrutura e existência começaram a ser ameaçadas.

⁹⁶⁶ Anthony Pagden. *Op. Cit.*, p. 29.

⁹⁶⁷ Que, nas palavras de Marx, expressava "o despotismo europeu cultivado sobre o terreno do despotismo asiático, combinação muito mais monstruosa do que qualquer um desses monstros sagrados que nos infunden pavor em un templo de Salseta".

segunda de modo involuntário, pois “as páginas da dominação inglesa na Índia apenas oferecem algo mais que destruições”. A unidade política da Índia tinha sido imposta pela espada inglesa. As classes dominantes britânicas só haviam ansiado conquistar, saquear e submeter à Índia. Mas uma mudança estava acontecendo: “A burguesia industrial (inglesa) descobriu que seus interesses vitais reclamam a transformação da Índia em um país produtor, e que para isso é preciso lhe proporcionar vias de irrigação e de comunicação interna (estradas de ferro)”. Os novos meios de comunicação (internos e externos) tirariam as forças produtivas do país de seu estancamento. O excesso de capitais e mercadorias na metrópole poderia ser compensado pelo comércio e pelos investimentos coloniais: Marx constatou que a entrada do comércio britânico nos mercados coloniais impedira que a grande quebra londrina de 1857 se transformasse em uma comoção política revolucionária na Inglaterra (em 1858/59 a Índia foi o destino de quase 26% das exportações da Inglaterra).⁹⁶⁸



Revolta dos sipais, em ilustração da época

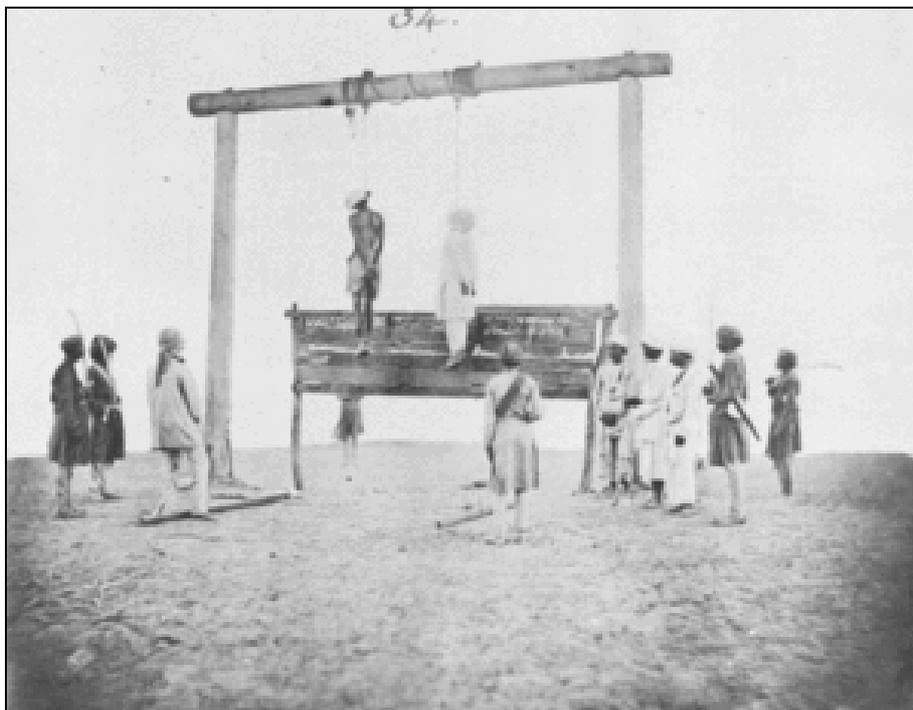
Pequenos incidentes de descontentamento foram os precursores da rebelião *sipai*. Entre suas razões estavam as intervenções inglesas na política interna dos Estados indianos sob o regime de protetorado (a doutrina de preempção [*doctrine of lapse*] impunha a convalidação, pela autoridade britânica, dos sucessores tradicionalmente adotados pelos dirigentes locais sem herdeiros do sexo masculino). Na prática, a convalidação não era dada e os territórios eram anexados pelos britânicos após a morte do dirigente. Os britânicos também proibiram o casamento de crianças e a tradição da *sati* (a viúva que se imolava na fogueira funerária de seu marido). Os indianos também rejeitavam que os missionários britânicos os convertessem ao cristianismo. Os sipais eram em número de 200 mil, numerosos se comparados aos cerca de 40 mil homens do exército britânico regular na Índia. Estavam descontentes com certos aspectos das condições da vida militar. Embora recebessem um soldo baixo, eram obrigados a pagar pelo transporte de sua bagagem quando eram deslocados para teatros de operações distantes. Em 1857, ocorreram incidentes como um ataque de um sipai contra um superior britânico. Em maio, o 11º regimento de cavalaria nativa do exército da Bengala se amotinou, exterminando todos os europeus (inclusive mulheres e crianças) e os cristãos indianos, marchando em seguida para Dehli. Nesta cidade, no dia seguinte, outros indianos juntaram-se à rebelião: os sipais massacraram todos os europeus e cristãos na cidade. Dois meses depois, tropas britânicas derrotaram o principal exército sipai nas cercanias de Dehli e, com o auxílio de forças *sikhs*,

⁹⁶⁸

John A. Hobson. *L'Imperialismo*. Roma, Newton & Compton, 1996.

pachtuns e *gurkhas*, sitiaram a cidade. Dehli foi tomada pelos britânicos após semanas de combates de rua. Os sipais foram massacrados, de modo generalizado, numa verdadeira orgia de sangue. A revolta provocou o fim da administração local da EIC. Em agosto de 1858, a coroa britânica assumiu o governo da Índia, um secretário de Estado foi designado para tratar de assuntos indianos e o vice-rei da Índia passou a ser o chefe da administração local. A Companhia Britânica das Índias Orientais foi abolida e os britânicos procuraram integrar os governantes nativos na administração colonial. A sublevação dos sipais encheu de horror, pelos seus atos “atrozes”, à “opinião pública” inglesa.

Karl Marx respondeu, nos jornais aos quais tinha acesso, que “tem razão um povo para tentar expulsar os conquistadores externos que cometeram tantos abusos contra seus súditos”: a violência da revolta colonial não deveria surpreender os colonialistas. E afirmou que a revolta *sipai* era apenas a primeira etapa de um processo revolucionário de longo alcance: “O primeiro golpe que foi dado à monarquia francesa veio da nobreza e não dos camponeses. A revolta da Índia não foi iniciada pelos *ryots*, torturados, humilhados e despojados pelos britânicos, mas pelos sipais, vestidos, alimentados, cuidados, engordados e mimados por eles”. Os “atos de valor marcial” referidos pelos oficiais ingleses eram só crueldades gratuitas, de infinita covardia, diante das quais as “barbaridades” indianas, deliberadamente exageradas pela imprensa britânica, não podiam se equiparar em matéria de selvageria: “Por mais infame que seja a conduta dos sipais, isso é apenas o reflexo da própria conduta da Inglaterra na Índia”.⁹⁶⁹



Sipais enforcados em 1857

As respostas das autoridades coloniais inglesas à revolta, além do esmagamento militar da rebelião, foram também políticas: a abolição do título, que ainda existia, de grande mogol, a retirada do governo colonial da *East India Company*, a fundação de três universidades nos mais antigos centros de domínio inglês: Madras, Bombaim e Calcutá. O vice-rei terminou a política de anexações, decretou a tolerância religiosa e admitiu indianos no serviço público. A supremacia inglesa na colônia, porém, era total: pelo censo de 1881, a população de Calcutá era de 790.286 pessoas, no topo das quais se encontrava uma elite inglesa de 13.000 pessoas, com total controle do governo e de suas agências, “a mais exclusiva e consciente casta colonial do mundo imperial”, imediatamente depois havia 16.000 anglo-indianos, “sicofantas com

⁹⁶⁹

Karl Marx e Friedrich Engels. *Acerca del Colonialismo*. Moscou, Progreso, 1981.

posições nas comunicações, transportes e alfândegas”.⁹⁷⁰ O objetivo dessas medidas era formar uma classe alta moderna de nativos da Índia, capaz de colaborar na administração colonial, e disposta a fazê-lo.

Dentre os graduados nas novas universidades, porém, se contaram os futuros fundadores do *All India National Congress* (criado em 1885), o Partido do Congresso (ou, simplesmente, “Congresso”), “para conseguir uma participação ativa dos indianos na administração do país”; foi o primeiro movimento resistente amplo em uma colônia europeia, que desaguiaria no moderno nacionalismo colonial. Um dos fundadores do Congresso foi Motilal Nehru, pai do *Pandit Jawaharlal Nehru*, procedente de uma velha família de *brahmins* com origem na Caxemira. As universidades inglesas na Índia criaram o coveiro do colonialismo inglês. O movimento nacional indiano reproduziu, modificado, mas essencialmente mantido, o sistema de castas que caracterizava a Índia desde tempos remotos. A Rainha Vitória recebeu em 1877 o título de Imperatriz da Índia, noção geopolítica que compreendia o extenso território entre a fronteira iraniano-paquistanesa e a Birmânia, e entre o Oceano Índico e o Tibete. A Índia, segundo calculou Hobson em finais do século XIX, foi o destino de 20% dos investimentos externos britânicos em todo o mundo.

O governo indiano foi posto como exemplo do “governo direto” (*direct rule*) nas colônias europeias. A Índia era governada por um número restrito de membros do *Indian Civil Service* (898 em 1893), em sua maioria ingleses, mas também indianos, que exercitavam o poder através de uma hierarquia de funcionários menores, europeus e nativos, assalariados, que chegava até o *village*. A língua do governo (do “Estado”) e das escolas superiores era o inglês, a elite indiana cultivada foi “anglicizada”. O direito civil local consuetudinário foi conservado e codificado. No final do século XIX, Hobson questionou o domínio colonial inglês na Índia, que sustentava um governo e um exército locais muito caros, sem que melhorasse (ao contrário) a situação do país. A rede ferroviária do país só servia para escoar matérias primas para a indústria metropolitana, não para desenvolver o país.⁹⁷¹

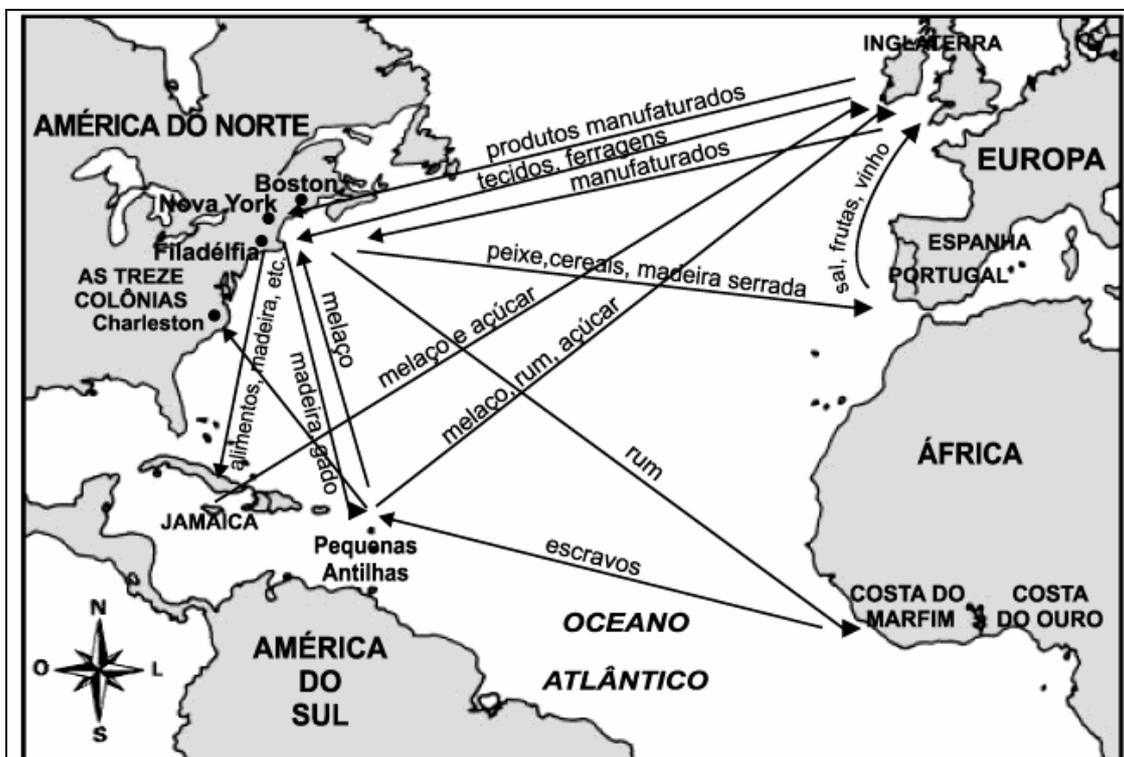
No último quartel do século XIX, a frente das guerras coloniais inglesas estendeu-se. Em 1879, Inglaterra empreendeu a segunda guerra afegã. Na China, por sua vez, os ingleses estabeleceram-se em Xangai. Na África, graças às iniciativas de Cecil Rhodes, alimentou-se cada vez mais o sonho de construir um império inglês ininterrupto entre El Cairo, no Egito, e a Cidade do Cabo, na África do Sul, o que foi parcialmente conseguido depois da Conferência de Berlim (1884-1885), que legitimou a anexação inglesa de todos os territórios ao longo desse corredor (Egito, Sudão, Quênia, Rodésia - que tomou seu nome do paladino do imperialismo britânico na África - e Transvaal). A expansão colonial-militar inglesa, porém, já suscitava reações de variado tipo na metrópole, incluídas as dos que preferiam uma forma menos humanamente custosa e mais segura de garantir os lucros advindos dos investimentos e do comércio internacional: John A. Hobson (membro do partido liberal) propôs a retirada inglesa da Índia.

⁹⁷⁰ Perry Anderson. *Op. Cit.*

⁹⁷¹ Com o surgimento do movimento hindu do Congresso, e do movimento islâmico da Liga Muçulmana, o nacionalismo indiano ganhou estatura de movimento de massas organizado. Em 1904, o Tratado de Lhasa garantiu os privilégios comerciais britânicos, ao mesmo tempo em que Bengala era dividida, com a formação de uma província de maioria muçulmana. Em 1905 houve em Bengala atentados terroristas contra as autoridades coloniais, e o Congresso lançou uma campanha de boicote aos produtos têxteis britânicos. Durante a I Guerra Mundial, os indianos vislumbraram a fragilidade imperial britânica e começaram a superar a mentalidade colonial. A Índia, porém, participou do esforço de guerra inglês com nada menos que 1.500.000 soldados. Em 1916, pelo Pacto de Lucknow, hindus e muçulmanos indianos se unificaram para exigir a autonomia del país.

30. DO COLONIALISMO AO IMPERIALISMO FINANCEIRO

O imperialismo britânico sofreu mudanças ao sabor das transformações internas da metrópole e das transformações nas relações de força (ou “geopolítica”) mundiais. No século XVIII a Inglaterra ainda se dedicava a uma atividade mercantil que, apesar de já estar em conflito com a ideologia da época, ainda era muito rentável: o tráfico negreiro no “comércio triangular” (metrópole-África-América).



O comércio marítimo triangular deu fundamental contribuição ao desenvolvimento industrial da Inglaterra. Os lucros fertilizaram todo o sistema de produção do país. Com os benefícios econômicos decorrentes da exploração colonial, os ingleses puderam injetar recursos em setores estratégicos como a siderurgia, a extração de carvão mineral, formação dos bancos e das primeiras companhias de seguro, setores que movimentaram exponencialmente sua economia. Todavia, segundo Eric Williams, o comércio triangular não foi o responsável exclusivo pelo desenvolvimento econômico. Com o crescimento do mercado interno houve o investimento na própria indústria interna, gerando capital que era novamente reinvestido. A partir daí a própria Revolução Industrial se financiava. Esse processo inovador, que fora bancado pelo capital comercial do tráfico, veio mais tarde a superar o mercantilismo e paulatinamente passou a destruí-lo. O mercantilismo britânico pautou-se na lógica do tráfico de escravos e no monopólio das companhias do tráfico. No capitalismo essas práticas evitavam o crescimento do sistema a um prazo mais distante. Os limites colocados pelo monopólio das Índias Ocidentais para o avanço das forças capitalistas na metrópole impediam que o sistema continuasse crescendo.

Quando a burguesia industrial inglesa conseguiu eliminar as *Corn Laws* em 1846 e iniciar a época do livre comércio, Marx pensou que o *free trade* seria o mecanismo característico de expansão do capitalismo a escala mundial: “O sistema protecionista nos nossos dias é conservador, enquanto o livre comércio é destruidor. Ele rompe com as antigas nacionalidades e empurra o antagonismo do proletariado e da burguesia a seus extremos. Em uma palavra, o sistema de livre-comércio acelera a revolução social. É apenas neste sentido revolucionário,

cavalheiros, que eu voto a favor do livre-comércio”.⁹⁷² A transformação agrária na Inglaterra continuou durante a Revolução Industrial. A partir de 1815, depois da paz com a França, a taxa de lucro experimentou um retrocesso, provocando até prejuízos nos investimentos agrários e industriais. Havia também uma grande quantidade de mão de obra disponível, um exército industrial de reserva sem possibilidades de uso. Alguns economistas ingleses reunidos em torno da *Colonization Society*, encabeçados por Edward Wakefield (1796-1862) formularam uma teoria *ad hoc*. A *colonização sistemática* visava substituir a prática de migração dos excedentes populacionais pela exportação de capitais. O fácil acesso a terra nas colônias representava um obstáculo para a consolidação do trabalho assalariado e para a expansão do mercado. O debate da questão colonial, a partir da contribuição de Wakefield, projetou o problema da transição para o capitalismo no espaço colonial e na sua relação com a Inglaterra.

Não bastava fomentar a emigração e a exportação de capitais se o acesso a terra não fosse circunscrito como medida inerente à criação da propriedade privada e ao advento do trabalho assalariado. Se os colonos encontrassem no local de destino terras livres não estariam dispostos a vender sua força de trabalho. Wakefield entendia que a base de todo o processo de transição para o capitalismo na colônia estava assentado na mercantilização da terra. Ao seguir esta linha discordava da ideia de Adam Smith, de que a oferta de altos salários desestimularia o colono a se apossar de terras e vender sua força de trabalho. A colonização sistemática apresentava-se como solução para a crise de estagnação porque seria capaz de criar uma demanda efetiva, aumentando exportação de mercadorias e a vazão do capital para países coloniais onde fosse possível ter uma taxa de lucro significativa, estimulando o desenvolvimento da economia metropolitana. Mas, para isso, era necessário que nestes lugares existisse o trabalho assalariado, o que não era o caso em grande parte dos países coloniais até o momento. A teoria da colonização sistemática visava criar as condições para o surgimento do trabalho assalariado nas colônias e o desenvolvimento nelas de relações capitalistas.

O fio condutor do processo de transição para o capitalismo na colônia estava fundamentado na propriedade privada da terra enquanto pressuposto para o trabalho assalariado. Era necessário que o Estado capitaneasse o processo de formação da moderna propriedade fundiária, impedindo o livre acesso a terra, incorporando-a ao domínio público, para que pudesse ditar os termos de sua aquisição, incluindo o seu preço, de forma que evitasse a constituição do campesinato nas colônias. O Estado agiria como agente do estabelecimento do capitalismo, criando, exogenamente, o mecanismo de mercado, a propriedade mercantil da terra. A vedação do acesso à propriedade da terra pela fixação de um preço tornava o salário dependente do preço da terra. O primeiro passo seria cessar as doações de terras e estabelecer um “preço suficiente” para que gerasse um “fundo de imigração”, responsável por custear os gastos com a transferência de colonos, ao mesmo tempo em que os impedissem de tornarem-se proprietários. O “preço suficiente” era, para Marx, “um eufemismo para designar o dinheiro do resgate que o trabalhador paga ao capitalista pela permissão para sair do mercado de trabalho e ir cultivar a terra”.

As ideias de Wakefield sobre a colonização sistemática ganharam popularidade na Inglaterra e em outros países a partir da década de 1840, inclusive entre os economistas liberais, apesar de sua apologia da intervenção estatal. Em 1807 Inglaterra tinha proibido o tráfico de escravos para suas colônias e pressionava outros países nesse sentido, sobretudo o Brasil. O processo de internacionalização do capital pressionou para medidas para limitar o acesso a terra nas colônias. A política de terras começou a fazer parte das agendas políticas de vários países periféricos, que recentemente tinham conquistado sua independência política e se ancoravam nas “leis de terra” para consolidar o Estado Nacional em via de transição para o capitalismo. Leis de terra foram aprovadas em vários países da América Latina, América do Norte e

⁹⁷²

Karl Marx. Discurso sobre o livre-câmbio. *Textos*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

Oceania, quase ao mesmo tempo, “configurando um processo internacional, que não pode ser entendido apenas do lado de suas determinações internas”.⁹⁷³

A depressão econômica iniciada em 1873, conhecida como a Grande Depressão, trouxe novos fenômenos vinculados, no plano interno, à necessidade da burguesia britânica de dar saída à crise colocada simultaneamente pelo capital excedente e pelas tendências do movimento operário organizado para desafiar o poder estatal. Nos anos seguintes ao colapso da Bolsa de Valores de Viena em maio 1873, contagiada aos grandes países capitalistas, uma onda de protecionismo tomou conta do mundo capitalista. A Alemanha de Bismarck abandonou a política livre-cambista em 1879; a França, que tinha aberto seu mercado durante o Segundo Império (1852-1870) voltou a fechá-lo; nos EUA a força dos grupos protecionistas começou a crescer até ganhar a presidência com Benjamin Harrison em 1888. Desde o estouro da crise, a produção industrial inglesa não voltou a alcançar o mesmo ritmo de crescimento, depois de um período de cinquenta anos de auge quase ininterrupto. O produto nacional foi se recuperando, mas através do crescimento do setor de serviços, abrindo uma época de crescentes dificuldades para a indústria manufatureira. Os preços e os benefícios diminuíram sem parar durante os seguintes vinte anos. A concorrência da Alemanha e dos Estados Unidos tinha reduzido a posição da Inglaterra como oficina do mundo; os produtos das potências concorrentes, mais baratos, estavam penetrando no próprio mercado inglês.

O colonialismo britânico dava vazão à população desempregada ou esfomeada e, mais importante, depois da “Grande Depressão”, dava vazão também ao “capital desempregado”: entre 1870 e 1913, os investimentos externos de Inglaterra atingiram, em média, 4,5% do PIB do país, atingindo picos de 7% (1872, 1890 e 1913). Em 1914, o *stock* de capital inglês investido no exterior atingiu £ 3, 8 bilhões, isto é, o dobro do investimento equivalente francês, e mais do que o triplo do investimento alemão. 6% desses investimentos eram realizados na Europa, 45% nos EUA e nas colônias de povoamento do *Commonwealth* (Austrália, Nova Zelândia, etc.), 20% na América Latina, 16% na Ásia e 13% na África.⁹⁷⁴

No mesmo período começaram a ocorrer crises políticas nas regiões que se encontravam sob o domínio da Inglaterra, que respondeu, quando as condições o permitiam, com a ocupação direta. O período chamado de “era do livre comércio” fora um estágio decisivo na expansão ultramarina britânica, em dois sentidos: 1) Foi marcado pela expansão do império formal, sobretudo na Ásia e África; 2) A “era do livre comércio” determinou a criação de um vasto império informal, isto é, zonas que não eram controladas diretamente pela Inglaterra, mas que estavam sob a influência do império britânico (o *commonwealth*). Esta última era uma forma de dominação extremamente barata, pois os custos eram mínimos e, em grande parte, ficavam a cargo das autoridades locais. As expectativas criadas com a independência da América Latina, região por excelência da expansão econômica inglesa, não acompanhada da ocupação militar, contudo, foram frustradas, a região não alcançou até o último quarto do século XIX um peso relativo importante no comércio britânico.⁹⁷⁵

Inglaterra tentou também, nesse período, ampliar seus domínios ultramarinos em áreas dominadas pelas potências colonialistas concorrentes, como aconteceu em Java (atual Indonésia). Tomada pelos holandeses dos enfraquecidos colonos portugueses e espanhóis no século XVII, a “Insulíndia” foi uma das bases mais importantes do estabelecimento holandês no Oceano Índico. Até ao final do século XVII, essas colônias comerciais foram governadas pela Companhia Geral das Índias Orientais holandesa, cuja administração tirânica suscitou revoltas dos indígenas, particularmente em Java, e recriminações por parte dos próprios colonos. Entretanto, após uma bancarrota, a Companhia viu-se na contingência de entregar seus

⁹⁷³ Roberto Smith. *Propriedade da Terra & Transição*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

⁹⁷⁴ Mario Tiberi. *Op. Cit.*

⁹⁷⁵ John Gallagher e Ronald Robinson. The imperialism of free trade. *Economic History Review*, vol. VI, nº 1, Londres, 1953.

direitos coloniais ao governo holandês. Ao abrir-se o século XIX, as colônias foram afetadas pela comoção política europeia durante o período napoleônico, quando Holanda foi “anexada” pela França, rival da Inglaterra, que tentou se apoderar dessas possessões.

Contudo, os tratados de 1814 e 1815 (e, mais tarde, de 1842), depois da derrota francesa na Europa, confirmam a posse holandesa. Durante o governo de Luís Bonaparte, o governador-geral Daendels, "o Marechal de Ferro", restabeleceu a “ordem” em Java e legislou sobre a economia, encorajando e regulamentando as culturas; seu governo foi interrompido temporariamente pelo domínio inglês (1811-1816). Seu sucessor na administração colonial holandesa, o governador-geral Johannes Van Den Bosch (1770-1844), ampliou a política de imposição de "culturas forçadas". Suas intenções, aproveitadas pelos comerciantes ingleses para levantar a população nativa contra a administração holandesa, fizeram reagir violentamente os príncipes indígenas, que se revoltaram em 1825. A rebelião foi violentamente dominada e Van Den Bosch permaneceu no cargo. Mais de um quinto do solo passou a ser obrigatória e exclusivamente cultivado por culturas reclamadas pelo mercado europeu: café, tabaco, açúcar, canela, chá, pimenta e índigo. Java cobriu-se de plantações magníficas que enriqueceram a Holanda, mas reduziram à servidão e à fome os indígenas. E Inglaterra ficou preterida na Insulíndia.

Uma mudança aconteceu na expansão mundial britânica na segunda metade do século XIX, possibilitada pelo peso determinante conquistado pelo setor financeiro na atividade econômica da metrópole. O setor de serviços, incluindo as instituições financeiras centradas em Londres, foi conquistando influência na presença ultramarina britânica após 1850. O investimento externo não ficou restrito aos entrepostos e as zonas costeiras, e as companhias ferroviárias (muitas com escritórios centrais na *City* londrina) começaram a se desenvolver em continentes que até então eram vistos como impenetráveis. Enquanto os industriais locais se preocupavam com a competição externa, a *City* londrina estendia seu quadro institucional ao mundo para agir como banqueiro do comércio mundial.

Foi especialmente depois de 1870 que a expansão do poder financeiro britânico criou um “império invisível” de dimensões mundiais, que compensou a crescente divisão da influência inglesa no mundo com os Estados Unidos e o restante da Europa colonialista. Os rendimentos invisíveis gerados e o suporte dado ao próprio comércio de exportação ajudaram a reduzir a queda de competitividade britânica em relação às demais nações industrializadas: “A importância das partidas invisíveis na afirmação da Grã-Bretanha como potência hegemônica da economia mundial no século XIX já era evidente na literatura desse período [demonstrando] não só o papel de potência industrial do país, mas também sua potência financeira e comercial, além de marítima. Sem esquecer que, ao lado de sua marinha mercantil, operava uma temível frota militar, que permite compreender a dimensão *política* do poder exercido pela Grã-Bretanha até a Primeira Guerra Mundial”.⁹⁷⁶

No âmbito interno da Grã-Bretanha, evidenciou-se a contraposição entre os capitalistas dedicados à produção manufatureira (situados principalmente em Manchester e Birmingham), diferenciados da antiga aristocracia e afastados de Londres, e outro setor da classe dirigente, os capitalistas-fidalgos (*gentlemanly capitalists*), proprietários fundiários e financistas do sul da Inglaterra que, por frequentarem os mesmos círculos sociais da aristocracia governante, compartilhavam seus valores e tinham mais influência no governo. Mesmo quando a burguesia industrial ganhava influência maior, qualquer resíduo radical devia permanecer oculto pela necessidade de alinhar-se aos interesses da fidalguia para defender a propriedade contra as ameaças derivadas da luta de classes. Comparada às emergentes potências industriais, Alemanha e os EUA, em que produção manufatureira e finanças se desenvolviam interligadas, a indústria inglesa era de pequena escala e baixos investimentos.

⁹⁷⁶ Mario Tiberi. *Investimenti Internazionali e Sviluppo del Sistema Capitalistico*. Roma, Kappa, 1992, pp. 83 e 87-88.

Essa estrutura social peculiar acabou vinculando a capacidade de exportação das manufaturas da Inglaterra ao desenvolvimento independente do setor financeiro e ao novo estímulo dado ao imperialismo econômico. O repúdio da nobreza ao trabalho braçal e ao vínculo direto entre trabalho e remuneração foi mitigado pela expansão do setor de serviços, onde os capitalistas-fidalgos podiam obter seus rendimentos sem estabelecerem vínculos diretos com o mundo da produção. Esta nova aristocracia emergiu da fusão entre seu legado "pré-capitalista" (os padrões de conduta nobiliárquicos e seus círculos de amizades) e os rendimentos provenientes do mercado, inicialmente através da agricultura comercial (levada adiante por arrendatários capitalistas) e depois pelo florescimento dos serviços financeiros na *City* e o Sul da Inglaterra. Devido à sua origem, os capitalistas fidalgos preservaram sua influência política tradicional, agora baseada em atividades progressivamente orientadas para o lucro.

Outra transformação importante da política mundial inglesa aconteceu em relação às colônias, que mudaram sua função e passaram a serem consideradas bases para a preservação da preponderância industrial britânica, sendo convertidas em produtoras de matérias primas e consumidoras de produtos manufaturados. Por essa razão, a preocupação dos políticos britânicos da era vitoriana foi com a redução da carga fiscal decorrente do Império, obtida através do abrandamento do controle sobre as colônias, às quais concederam algum grau de controle político interno e de abertura comercial. Essa política para o mundo colonial foi acompanhada pelo reforço da presença informal da Inglaterra em novas regiões, como a América Latina, o Noroeste da África e a Ásia (no que foi chamado de "imperialismo informal").



Benjamin Disraeli, reformador social na metrópole e imperialista nas colônias

A figura política inglesa central da mudança executada no período foi o primeiro-ministro conservador Benjamin Disraeli (1804-1881), de origem judia (sua família, D'Israeli, era de origem judeu-italiana, oriunda de Ferrara, e chegada à Inglaterra só cinquenta anos antes do nascimento de seu membro mais famoso), convertido ao cristianismo na adolescência e literato prolífico, além de político conservador. Disraeli soube conciliar uma política de "reforma social" interna (legislação trabalhista, reconhecimento dos sindicatos), depois de ter denunciado no Parlamento britânico as condições de pobreza extrema da classe operária, com uma política externa imperialista, o que lhe permitiu se confrontar vantajosamente com seu rival *tory* Robert Peel e com o chefe liberal William Gladstone.

Como primeiro ministro em exercício, Disraeli comprou em 1875, para Inglaterra, metade das ações da companhia que administrava o Canal de Suez. Em 1876, proclamou à Rainha Vitória

imperatriz da Índia. Impediu que a Rússia pudesse impor à Turquia um tratado humilhante, brecando a expansão russa nos Bálcãs “eslavos”, e foi recebido de modo triunfal no Congresso de Berlim de 1878. Foi sua ação que transformou, no seu próprio país, o imperialismo como uma “ideologia popular”. À sua morte, a Rainha Vitória fez questão de depositar pessoalmente uma coroa de flores no seu túmulo.⁹⁷⁷

A *blitz* econômica inglesa na América do Sul teve dois episódios marcantes nas guerras do Paraguai e do Pacífico, nas décadas de 1860 e 1870, nas quais Inglaterra agiu nos bastidores, nem sempre de modo unívoco e uniforme. Paraguai era um país dotado de um desenvolvimento econômico importante para a época e a região sul-americana (tinha uma indústria têxtil, de papel, de tinta, bélica, naval e siderúrgica); as terras do país, diversamente de seus vizinhos latifundiários, eram de propriedade do Estado; para atingir a Bacia do Rio da Prata e escoar sua produção lhe era necessário o livre uso dos rios afluentes (Paraná e Uruguai). Cidades que floresceram às margens desses rios passaram a ser seus entrepostos portuários, o comércio com o interior dos países sul americanos dependia dessas localidades. O capital inglês visava introduzir uma cunha na economia sul-americana, submetendo às burguesias comerciais do Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina e Bolívia, que tinham o domínio no comércio da região. No Paraguai, o clima de amizade que havia marcado as relações com Inglaterra até a década de 1850 foi substituído por declarações ameaçadoras. Agentes do Império Britânico passaram a tentar intermediar uma nova partilha econômica da região.



Crianças-soldados paraguaias na Guerra da Tríplice Aliança

O presidente do Paraguai, Francisco Solano López, percebeu que estava isolado na campanha internacional em prol da abertura econômica dos rios para seu país. E, em 1º de maio de 1865 foi instituído o Tratado da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai) contra o Paraguai. Estava declarada a “Guerra do Paraguai”. O objetivo explícito, o pretexto, dos aliados – o Império do Brasil, a oligarquia “mitrista” argentina e os “colorados” uruguaios - era o fim da ditadura de López. O Tratado, porém, estabelecia tirar do Paraguai a soberania sobre seus rios, lhe tirar e distribuir entre os vencedores parte de seu território, e lhe fazer pagar a dívida resultante da guerra.

⁹⁷⁷ Robert Blake. *Disraeli*. Nova York, St. Martin's Press, 1966; Royden Harrison. *Disraeli*. Buenos Aires, CEAL, 1976.

Nas cláusulas secretas do Tratado, Argentina e o Brasil dividiam entre si todos os territórios contestados no conflito com as autoridades paraguaias. Inicialmente todas as nações envolvidas na “Guerra do Paraguai” receberam investimentos (venda) de material bélico oriundos de empréstimos tomados junto a banqueiros britânicos: no decorrer da guerra, porém, o capital britânico passou a fornecer empréstimos somente aos aliados da Tríplice Aliança. Depois de cinco anos de batalhas, Brasil, Uruguai e Argentina venceram a guerra, as tropas aliadas tomaram Assunção, assassinaram todo homem maior de 12 anos, violentando as mulheres e saqueando todo o que fosse possível. Ao fim do conflito, que dizimou a nação paraguaia, exterminando a grande maioria dos indivíduos adultos de sexo masculino e destruindo suas indústrias e manufaturas, o principal patrimônio do Paraguai eram só terras, que passaram a ser de propriedade dos capitalistas ingleses como pagamento dos empréstimos contraídos durante a guerra.

Assim, o ensaio de um desenvolvimento autônomo na periferia sul americana foi abortado pela Guerra da Tríplice Aliança, em que se uniram Brasil, o Uruguai já independente e a Argentina para destruir o Paraguai, no que pode ser considerado como o último episódio da “normalização” conservadora e antirrevolucionária das revoluções independentistas da América do Sul. As razões do conflito envolveram desde disputas territoriais até, direta ou indiretamente, os interesses comerciais britânicos, e seu resultado teve consequências para a história ulterior do subcontinente, pois seus exércitos e as fronteiras de seus Estados nacionais adquiriram feição definitiva a partir desse conflito bélico. A antiga e relegada potência colonial ibérica foi definitivamente substituída pela nova potência capitalista inglesa como ator central da cena sul-americana. A “Guerra do Pacífico”, em 1879, opondo Bolívia e Peru ao Chile, e da qual nós ocupamos mais adiante, foi em certo modo complementar à Guerra do Paraguai, com os interesses da Inglaterra ocupando mais claramente um plano destacado.

O livre comércio, mantido unicamente pela Grã-Bretanha entre as grandes nações capitalistas durante a “Grande Depressão”, oferecia à *City* a oportunidade de ser o grande centro comercial e, sobretudo, financeiro do mundo com a difusão internacional da libra esterlina, o que exigia a manutenção do padrão ouro interno e de seu complemento, as baixas despesas governamentais e contas nacionais equilibradas. Os recursos financeiros oferecidos aos governos latino-americanos financiaram os débitos desses países, assim como as grandes obras públicas e os sistemas de transporte urbanos e nacionais. Essa cascata de recursos via empréstimos ou investimentos diretos sustentou uma onda de desenvolvimento capitalista, sobretudo nos países mais ricos, como Argentina, Chile, Brasil e México, os quais se tornaram em verdadeiras semicolônias econômicas (e políticas) britânicas. Essas condições determinaram um *desenvolvimento econômico deformado* nesses países, combinando as formas mais atrasadas da exploração econômica com os maiores avanços tecnológicos e produtivos, nos setores vinculados à exportação e aos interesses do imperialismo financeiro, especialmente britânico. Uma característica que não foi exclusivamente sul-americana.

Seguindo os passos da Grã-Bretanha, Alemanha e França procuraram também estreitar laços com as classes dominantes locais latino-americanas, enquanto no México os EUA começaram a ter um peso cada vez maior tanto na economia como nos assuntos políticos internos. A entrada de outras nações na corrida por mercados não foi benéfica para as pretensões econômicas da Grã Bretanha: “O Reino Unido exerceu funções de governo mundial até o fim do século XIX. De 1870 em diante, porém, começou a perder o controle do equilíbrio de poder europeu e, logo depois, do equilíbrio global. Em ambos os casos, a ascensão da Alemanha à condição de potência mundial foi um acontecimento decisivo”.⁹⁷⁸ Nas primeiras décadas do século XX, América Latina passou de ser zona de quase exclusiva influência britânica para a

⁹⁷⁸ Giovanni Arrighi. *O Longo Século XX*. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro, Contraponto/UNESP, 1996.

condição de teatro de conflitos entre velhas e novas potências, com destaque para a ampliação da influência estadunidense.⁹⁷⁹

A atenção inglesa na América do Sul concentrou-se cada vez mais na Argentina. A unificação política definitiva do país foi realizada na presidência de Bartolomé Mitre, em 1862, quando “os exércitos de Mitre avançaram por todo o interior do país, derrotando militarmente as últimas *montoneras* e estabelecendo governos de cliques aditas em praticamente todas as províncias”,⁹⁸⁰ uma unificação nacional tardia e reacionária, ao serviço dos interesses da oligarquia de Buenos Aires e da burguesia comercial portuária. O dócil Congresso argentino sentou nesse período as bases jurídicas para o fluxo do comércio e de capitais externos. O mercado nacional havia sido unificado e liberalizado, e a legislação sobre ferrovias estabeleceu o princípio da garantia estatal de lucros e concessões de terras (no Brasil, a *São Paulo Railroad* foi construída com um sistema de garantias semelhante). Todos os títulos públicos argentinos seriam, por lei, pagados em libras esterlinas, a menos que fosse explicitamente indicado o contrário; um registro público de toda a dívida pública foi estabelecido e todas as dívidas reconhecidas. Essa legislação, junto com a evidência material de que o país tinha condições de pagamento foi demonstrado com o reconhecimento dos débitos pendentes do empréstimo tomado de Londres em 1824 (com a *Baring Brothers*). Apenas numa década, pelo menos 23 milhões de libras esterlinas partiram do mercado de Londres em forma de investimentos para a Argentina, transformada num seguro mercado de investimentos financeiros.⁹⁸¹

A crise europeia, no entanto, afetou os exportadores argentinos e diminuiu os ingressos estatais derivados das tarifas de importação. Durante alguns anos, um intenso debate sobre problemas como protecionismo e diversificação econômica agitou os meios políticos do país. A classe dirigente argentina se dividiu em três blocos com relação à estratégia econômica que devia ser adotada. Por uma parte, os defensores de uma política inspirada nos modelos industrialistas da Alemanha e os Estados Unidos advertiam que, se não fosse promovida a diversificação produtiva, a Argentina acabaria no futuro sofrendo uma grande crise de dívida externa. Um segundo grupo, encabeçado pelo futuro presidente Carlos Pellegrini, defendia o protecionismo unicamente nos setores em que o país tinha vantagens comparativas, ou seja, diversificar a produção agropecuária e continuar importando artigos manufaturados. Finalmente, um terceiro grupo pretendia um livre comércio ortodoxo em que as tarifas tiveram apenas o papel de prover de recursos ao Estado. O debate (protecionistas vs. livre cambistas) ficou momentaneamente suspenso com a recuperação das exportações. O acoplamento da economia argentina com a *City* londrina teve um salto qualitativo em 1880, quando o fluxo de capitais britânicos para o país foi enorme, junto com um grande crescimento das trocas comerciais. Tendo evitado a suspensão de pagamentos da dívida, como sim acontecera com outros países latino-americanos, a Argentina ganhou reputação diante dos bancos britânicos. Com a chegada maciça dos recursos ingleses o país entrou num processo de integração plena ao mercado mundial, o que se traduziu em uma série de violentas transformações da sua estrutura interna. O desenvolvimento argentino foi paradigmaticamente desigual, se constituindo num exemplo histórico da estrutura deformada que resultava da condição semicolonial, e dos efeitos que o moderno imperialismo financeiro impôs às economias que iniciaram tardiamente seu desenvolvimento capitalista.

O exemplo argentino foi extremo, embora também paradigmático, pois seu povoamento na segunda metade do século XIX, e sua transformação capitalista, se realizaram concentrando

⁹⁷⁹ Fred Rippy. *La Rivalidad entre Estados Unidos y Gran Bretaña por América Latina, 1808-1830*. Buenos Aires, Eudeba, 1967.

⁹⁸⁰ Matias Rivas e Lucas Poy. El mitrismo y la organización nacional. *En Defensa del Marxismo* n° 39, Buenos Aires, agosto-setembro 2010: “Os anos da chamada ‘organização nacional’ consolidaram a Argentina agro-exportadora, com a consolidação do latifúndio e o estreitamento das relações com o capital externo, fundamentalmente inglês”.

⁹⁸¹ H. S. Ferns. British’s informal empire in Argentina. *Past and Present* n° 4, Londres, novembro 1953.

um terço da população total do país na cidade-porto-capital, Buenos Aires, que passou de 60 habitantes em 1580 (sua data de fundação) para 11.200 em 1744, 40 mil em 1801, 70 mil em 1823, 76 mil em 1852, 187.346 em 1869, 433.375 em 1887, 663.854 em 1895, 1.576.597 em 1914... Um crescimento vertiginoso e ultra concentrado, no meio de um país de superfície imensa, quase deserto em vastas regiões de seu território.⁹⁸² No Brasil, no mesmo período, se acentuou a concentração populacional e urbana nas regiões litorâneas.

As condições necessárias para a exploração da Argentina pela grande burguesia britânica aliada à elite oligárquica portenha foram a conquista das terras ocupadas por tribos indígenas nos setores Sul e Oeste da zona pampiana, e Norte e Oeste da região patagônica; a consolidação das estruturas nacionais, que se iniciou definitivamente em 1880; o refinamento do gado bovino, sobre todo na província de Buenos Aires, que se estendeu até finais do século; os procedimentos para o transporte a longa distancia de carne esfriada e congelada, aperfeiçoados durante o último quarto de século com as naves frigoríficas; e a imigração europeia, que começou na segunda metade da década de 1870 e se intensificou a partir de 1890.⁹⁸³ Com o uso dos navios frigoríficos, o *baby beef* argentino passou a ser o principal artigo de importação inglês, trazendo ao país platino uma prosperidade ilusória (e economicamente concentrada) baseada na dependência comercial e num endividamento crescente com a Inglaterra.

Na metrópole inglesa, além de sua atuação na *City* e no sistema britânico de crédito, a influência dos capitalistas “fidalgos” era muito forte nas zonas de influência britânica, particularmente nos novos territórios. América Latina foi uma das regiões do globo em que o novo imperialismo financeiro ganhou rapidamente um peso predominante: “A dependência das instituições financeiras, do capital e do comércio britânico na Austrália, Nova Zelândia e na colônia do Cabo, era tão grande que, a despeito das concessões ao governo responsável, essas regiões podiam ser descritas como ‘extensões de uma velha sociedade’, lugares que, nas palavras de John Stuart Mill, Grã-Bretanha achou conveniente conduzir de acordo com suas atividades financeiras e comerciais. Parte da América Latina, notadamente a Argentina e o Uruguai, assim como, em menor grau, o Brasil, eram dispostas de forma similar, o ritmo de sua vida econômica era dependente do fluxo e refluxo dos fundos de Londres. A natureza e extensão dessa dependência foi dolorosamente experimentada em 1890, quando o fluxo de capital foi cortado e Austrália e Argentina, seguida pelo Brasil, tiveram que restabelecer a confiança de crédito reformulando suas políticas econômicas para conformar o ponto de vista de Londres de princípios bancários sadios”.⁹⁸⁴

A crise econômica de 1890 no Cone Sul, o “encilhamento” brasileiro e a crise financeira na Argentina, que pôs o país em situação de leilão para o pagamento da dívida externa com a banca britânica, foram praticamente simultâneas e ensejaram mudanças políticas de grande envergadura, como a proclamação da República no Brasil e a “Revolução do Parque” na Argentina, que viu nascer a *União Cívica Radical*, partidária do sufrágio universal, que chegaria ao governo nacional por essa via em 1916. Na Argentina, país em que a maciça imigração europeia tinha feito crescer a população de Buenos Aires até 450 mil pessoas (60% das quais estrangeiras) na década de 1880, a crise foi precedida pela primeira onda de fortes greves operárias na capital e no litoral.⁹⁸⁵ em 1890 foi celebrado pela primeira vez o 1º de maio,

⁹⁸² Vicente Vazquez Presedo. *El Caso Argentino*. Migración de factores, comercio exterior y desarrollo 1875-1914. Buenos Aires, Eudeba, 1971. No Uruguai, metade da população do país se concentrou em sua capital, Montevideú.

⁹⁸³ Sergio Bagú. La estructuración económica en la etapa formativa de la Argentina moderna. *Desarrollo Económico* vol. 2 nº 1, Buenos Aires, julho-setembro 1961.

⁹⁸⁴ P. J. Cain e A. G. Hopkins. Gentlemanly capitalism and British expansion overseas: new imperialism 1850-1945. *Economic History Review*, Londres, Vol. 40, nº 1, 1987.

⁹⁸⁵ Lucas Poy. Crisis económica y huelgas en Buenos Aires (1888-1890). *En Defensa del Marxismo* nº 39, Buenos Aires, agosto-setembro 2010; Ricardo Falcón. *El Mundo del Trabajo Urbano (1890-1914)*. Buenos Aires, CEAL, 1986.

decretado o ano precedente como ata de luta operária pela II Internacional; em breve surgiriam os primeiros sindicatos nacionais (de maioria anarquista) e o Partido Socialista. A luta de classes do país ganhava um novo protagonista: o proletariado organizado.

No Oriente Médio e na Ásia Central, a expansão inglesa aproveitou, como na América Latina, a fraqueza dos governos e as cumplicidades locais das classes dominantes. O Oriente Médio, lembremos, estava submetido ao Império Otomano desde o século XVI. Em 1839, a Grã Bretanha ocupara Aden para proteger a rota das Índias, lançou seus navios contra os piratas do Golfo Pérsico para proteger a navegação comercial, chegando a exercer um domínio sobre os diferentes governadores do Golfo. Sua imperial adversária França desembarcou na Síria em 1860 para “proteger” a comunidade cristã de “conflitos religiosos” com os drusos (conflitos que o exército otomano acabava de combater e pacificar) provocados pelas potências (ficando os franceses como defensores dos cristãos maronitas, os ingleses dos drusos, os russos dos cristãos ortodoxos). O poder de Istambul teve que aceitar a criação de uma província autônoma na região do Monte Líbano – dentro do Império Otomano – dirigida por um governo cristão protegido por tropas francesas.⁹⁸⁶

Quando o governador do Egito, Mehmet Ali, ameaçou os exércitos turcos, as tropas russas acudiram em ajuda do Império Otomano. Grã-Bretanha e França obrigaram a Mehmet Alí a abandonar os territórios sírios. Depois da infrutífera tentativa do governador (*paxá*) de transformar industrialmente o Egito, o país caiu sob uma crescente dependência da Grã Bretanha. A ocupação territorial do Oriente Médio pelas potências coloniais esteve precedida por uma penetração econômica que levou a dissolução das estruturas sociais atrasadas do Império Otomano. Em 1849, o Egito (ainda formalmente parte do Império Otomano) dependia da Grã Bretanha para 41% de suas importações e 49% de suas exportações. Desde a abertura do Canal de Suez em 1869, o Egito ocupava um lugar central para a Grã Bretanha e a França.

O endividamento e a crise financeira egípcia impuseram ao neto e sucessor de Mehmet Alí, Ismael, a venda da parte egípcia do canal ao governo britânico, que se converteu assim no seu principal acionista, porém o déficit fiscal egípcio subsistiu. Dois anos mais tarde, o caixa da dívida franco-britânica tomou ao seu cargo as finanças do Egito. A base social que dava sustentação ao domínio britânico vinha dos latifundiários plantadores de algodão, que eram os principais interessados no comércio direto com a Grã-Bretanha. Lord Cromer, comissário geral inglês, tornou-se milionário explorando os algodoads. A população pobre reagia na menor oportunidade para demonstrar seu descontentamento com o destino do país, administrado por uma potência cristã. Mas o boom algodoeiro mundial deu certa estabilidade à dominação semicolonial franco-britânica aliada aos grandes proprietários de terra e à dinastia dos sucessores de Mehmet Ali. Isso se manteve até a bolha do algodão (e das matérias primas em geral) estourar com a grande depressão iniciada na Europa em meados da década de 1870, que atingiu as redes do comércio mundial, centradas na Inglaterra.

Da crise provocada, só sobraram as dívidas egípcias, que tiveram de ser pagas alienando o patrimônio nacional, incluída a participação egípcia no Canal de Suez: “A razão pela qual Saïd e Ismaïl torraram todos esses milhões era que queriam renovar a glória do Egito e deixar como herança grandes monumentos. Suez devia ser a Grande Pirâmide da era moderna; a Medjideh o núcleo de uma marinha mercantil egípcia. Os egípcios só teriam como lembrança, no entanto, o desprezo dos europeus residentes no país, a debilidade governamental diante das pretensões ocidentais, a venda as ações do Canal de Suez à Inglaterra, a bancarrota do país em 1876... Não sobrou mais nada, só amargas lembranças”.⁹⁸⁷ Em 1881, finalmente, diante da revolta iniciada por oficiais do exército egípcio, que se estendeu a todo o país, Grã Bretanha interveio bombardeando Alexandria e ocupando militarmente o Egito, ocupação devida ao

⁹⁸⁶ As tropas francesas permaneceram até 1971.

⁹⁸⁷ David S. Landes. *Banchieri e Pascià*. Finanza internazionale e imperialismo economico. Turim, Bollati Boringhieri, 1990, p. 300.

medo do governo inglês de que a França ocupasse antes o país, pressionada pelos seus investidores. A conquista do Egito foi a base para a orientação do imperialismo britânico para a África oriental, que era a porta de entrada para o Nilo. O Império Britânico decidiu-se por ocupar permanentemente o Egito, em 1882, quando o país ainda estava subordinado ao Império Otomano, devido a razões, em primeiro lugar, estratégicas: o domínio do Canal de Suez, a passagem que ligava os oceanos orientais ao mar Mediterrâneo.

A motivação econômica da ação militar era que o Egito era o maior produtor de algodão do mundo, matéria-prima fundamental para a indústria têxtil inglesa. O pretexto para que tropas inglesas desembarcassem em Alexandria, bombardeada um pouco antes pela esquadra real, e depois rumassem para o Cairo, foi um incidente envolvendo um significativo grupo de militares liderados por Urabi Pacha, ministro da guerra egípcio, contra o governo. Nos começos de 1881 eles realizaram uma marcha em direção ao palácio real exigindo o fim da submissão do *khediva* (vice-rei) aos bancos europeus, e a instituição de um sistema parlamentar de governo (Ismail Pacha, chefe do governo, acumulava uma enorme dívida resultante da construção do Canal de Suez, escavado entre 1859-1869). Os britânicos alegaram que seus interesses estavam ameaçados pela "Revolução Urabi" e bateram as forças egípcias em Tel El-Kibir. Urabi e seus oficiais foram condenados à morte por insubordinação, mas depois enviados para um desterro perpétuo no Ceilão (colônia britânica).

De 1882 em diante, assim, a região do grande rio Nilo viu-se incorporada ao Império Britânico. Num primeiro momento, a estratégia de ocupação baseou-se na velha prática colonial do *Indirect Rule*. Ao invés do país ser administrado escancaradamente por um governador britânico, decidiram manter no posto o antigo *khediva*. O primeiro dos governantes colaboracionistas foi o *khediva* Tawfiq, em 1892 sucedido por Abbas, que terminou sendo destituído pelos britânicos em 1914, por suas inclinações pró-germânicas. Em verdade, quem mandava no país eram os Altos Comissários Gerais britânicos, que acumulavam a função protocolar de cônsules gerais do Império Britânico no Egito. No período que se estendeu de 1882 até 1914, quando o estatuto da relação imperial mudou, os principais Comissários Gerais foram: Lord Cromer, que regeu os destinos do país como se fosse um autocrata (de 1883 a 1907); Sir John Eldon Gorst (1907-1911); Lord Herbert Kitchner (1911-1914) e Sir Reginald Wingate, que além de comandante militar tornou-se governador-geral até 1916.

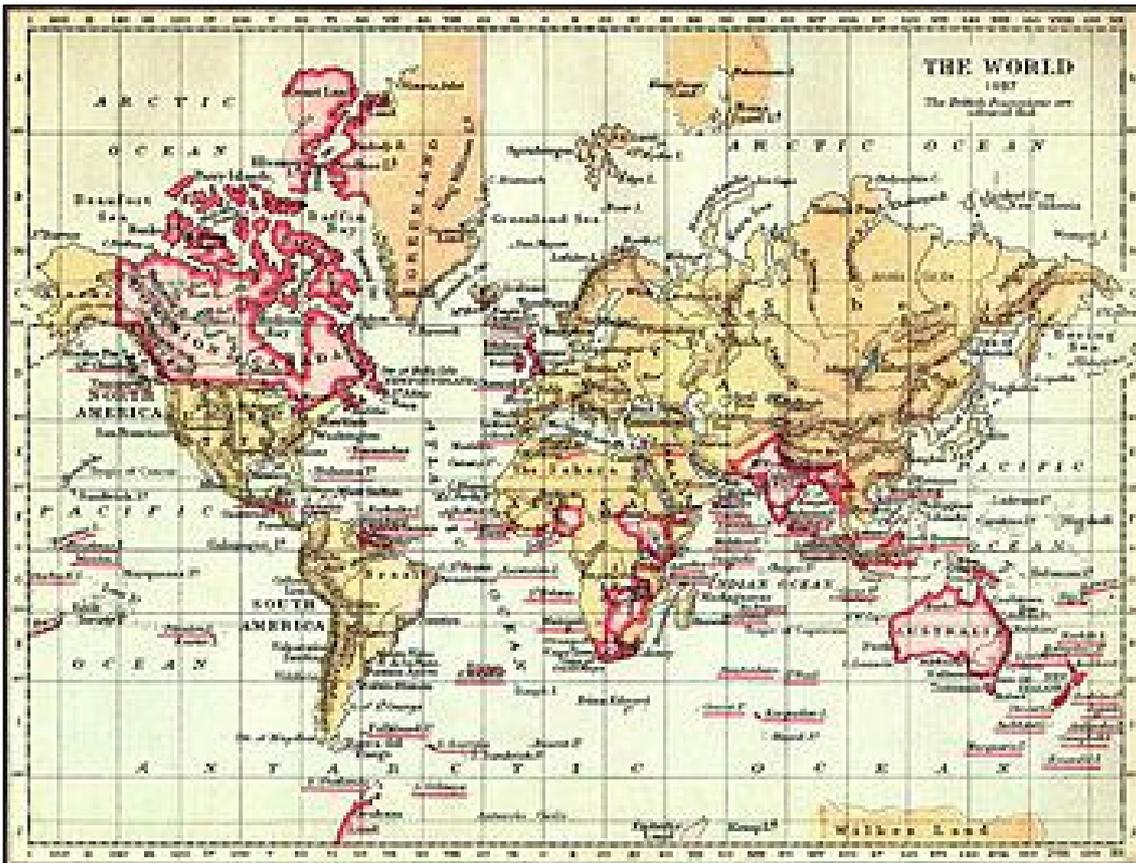
No outro extremo do Oriente Médio se encontrava o Irã (ainda chamado de Pérsia). A influência do imperialismo britânico e da Rússia czarista na Pérsia aumentou durante a segunda metade do século XIX. Em 1872 o Chá Nasir-Al-Din praticamente vendeu o país às potências europeias; ele vendeu ao barão Julius de Reuter, pioneiro das agências de notícias, o direito exclusivo de comandar as indústrias do país, irrigar suas fazendas, explorar seus recursos minerais, expandir suas estradas de ferro e linhas de bonde, criar seu banco nacional e emitir sua moeda. O Chá vivia distante de seu país e de seu povo, lhe interessavam só as mulheres de seu harém e as festas nababescas, mesmo que fosse necessário leiloar a nação. Nos anos seguintes, o Chá vendeu aos empresários ingleses o direito de prospecção de minérios, de abrir bancos, e aos russos a exclusividade na exploração do caviar. Todas as riquezas do país estavam em mãos estrangeiras.

Em 1891, afundado em dívidas, Nasir-Al-Din foi ainda mais longe: vendeu a nativa e artesanal indústria de tabaco aos ingleses. Os iranianos plantavam o tabaco em pequenas propriedades e cuidavam do beneficiamento do produto. Tomar isso dos produtores locais e entregá-lo a estrangeiros foi uma afronta que despertou o sentimento nacional iraniano. O boicote ao fumo foi geral: o país parou de fumar em protesto. A "Revolta do Tabaco" foi o começo do fim da subserviência do povo iraniano ao absolutismo monárquico. O filho de Nasir-Al-Din, assassinado em 1896, continuou a "política" do pai. Em 1901 vendeu ao londrino William Knox o direito exclusivo de procurar e explorar o petróleo que encontrasse em solo iraniano. Knox descobriu o produto, que logo chamou a atenção do governo britânico.

Uma empresa britânica, a *Anglo-Persian Oil Company*, passou a controlar os campos petrolíferos do Sul-oeste do Irã. Governos fracos com os estrangeiros, e autoritários com a população local, levaram o Irã a ser literalmente partido ao meio. A luta contra a autocracia, pela democracia, e pela unidade nacional, se fundiram. No início do século XX, a revolução democrática e nacional iraniana convergiu com a revolução popular russa contra a autocracia czarista. Em 1905, levantamentos revolucionários abalaram ambos os países e seus respectivos governos monárquicos, chegando a existir uma colaboração direta entre revolucionários de ambas fronteiras, assim como a constituição de um incipiente movimento operário binacional dos trabalhadores do petróleo russos e iranianos. Depois da derrota da revolução democrática, em 1907, Grã-Bretanha e Rússia dividiram o país entre si. Os britânicos ficaram com o sul e os russos com o norte. Uma faixa entre as duas áreas foi declarada de autonomia iraniana, limitada pelos interesses estrangeiros. O governo iraniano não foi sequer consultado, mas apenas informado desse acordo, assinado em São Petersburgo. Entre finais do século XIX e inícios do século XX houve uma onda de investimentos estrangeiros no país, junto com o aumento da participação de capitalistas locais nos setores mais modernos da produção, na construção de estradas, nas indústrias pesqueiras do Mar Cáspio e nas comunicações (telégrafo).

No Irã, a maior parte dos produtos manufaturados era fabricada pelos artesãos em minúsculas oficinas. Em 1908, descobriu-se petróleo no Kuzistão, na mesma época em que a construção de estradas de ferro favorecia a integração territorial e econômica. Dava-se o passo decisivo para a penetração das relações capitalistas no país. Estas vieram de mãos dadas com a penetração do capital inglês, que explorou a indústria petroleira iraniana, com fabulosos benefícios: entre 1912 e 1933, a *Anglo-Persian Oil Company* (APOC) conseguiu benefícios de 200 milhões de libras, das quais o governo do Irã (ainda Pérsia) só recebeu 16 milhões, menos de 10%, em comissões diretas.

Durante a década de 1890, o Império Otomano sofreu, em vários pontos do seu território, rebeliões de várias nacionalidades, que reprimiu com força e atrocidades de todo tipo. A Grã-Bretanha apoiou os povos revoltosos, destacando-se a ação do oficial inglês T. E. Lawrence, e admitiu a ideia da divisão do Império. Quando tudo fazia crer que Rússia se empenharia na causa para favorecer o ambicionado desmembramento do Império Otomano, que a levaria ao Mediterrâneo controlando os estreitos, e possibilitando sua expansão territorial para a península balcânica, o império czarista se mostrou favorável à manutenção do *statu quo*: o que levou os russos a tornarem-se defensores da integridade da Turquia foi a vontade de terem as mãos livres no Extremo-Oriente. Todo o interesse se centrava nessa parte do mundo onde o outro “gigante doente”, o império chinês, despertava as cobiças europeias. Rússia agiu, portanto, pela manutenção do *statu quo* no Império Otomano para não ter que intervir militarmente nos Bálcãs. A dominação financeira na região se materializava no endividamento crescente: a dívida otomana se elevava em fins do século XIX a 200 milhões de libras esterlinas. A princípios do século XX se constituiu o “Conselho de Administração da Dívida Pública Otomana”, dominado pelos credores europeus, que com seus nove mil funcionários (em 1912) se arrogou praticamente o arrendamento dos ingressos fiscais do Império Turco. O Império Otomano era, disse o czar da Rússia, “o gigante enfermo da Europa”, e as potências tentavam repartir seus despojos. Porém, contra os apetites da França e Rússia, a Grã Bretanha se opôs, considerando que um débil Império Otomano supunha a melhor garantia para preservar a “ordem” e a estabilidade da região. Finalmente, o Sudão foi conquistado em 1898 pelos britânicos através de invasão militar seguida de feroz repressão da população local.



O Império Britânico em 1897 (em vermelho)

O czar da Rússia, no mesmo período, multiplicou as compras de terras na Palestina. O movimento sionista, que nascera em Basileia (Suíça), mas que reunia sobretudo lideranças judias oriundas da Europa Oriental, organizou as primeiras ondas de pioneiros judeus da Europa, instalando-se no final do século XIX na Palestina com a intenção explícita – contrária à atitude da comunidade judia de 20 mil pessoas que residiam já na Palestina desde o século XIV – de colonizá-la: “Fomentar, por princípio, a colonização da Palestina por judeus operários agrícolas, trabalhadores em construção civil e de outros ofícios”, dizia a resolução do I Congresso Sionista Mundial, celebrado em Basileia em agosto de 1897. As lideranças sionistas se dirigiram ao governo britânico para obter legitimidade e legalidade para essa imigração, ainda incipiente. O movimento sionista internacional ainda era pequeno e fraco em relação a outras alternativas políticas e sociais para as massas oprimidas judias da Europa, como o Bund (partido operário socialista judeu de Rússia e Lituânia), e a emigração a outros países, como os Estados Unidos, o que se reflete nos números da emigração à Palestina na época. Durante a administração do Império Otomano, entre 1881 e 1917, de uma emigração total de 3.177.000 judeus europeus, apenas 60 mil foram à Palestina. A ocupação sionista da Palestina começou a ganhar força no final do século XIX, quando o mundo afro-asiático estava sendo partilhado pelas potências imperialistas, e no esteio desse processo. Em 1907, foi constituído em Jaffa um gabinete para estruturar a colonização, que já vinha sendo realizada lentamente com fundos provistos pelo “Fundo Nacional Judeu”, estabelecido pelo V Congresso Sionista.

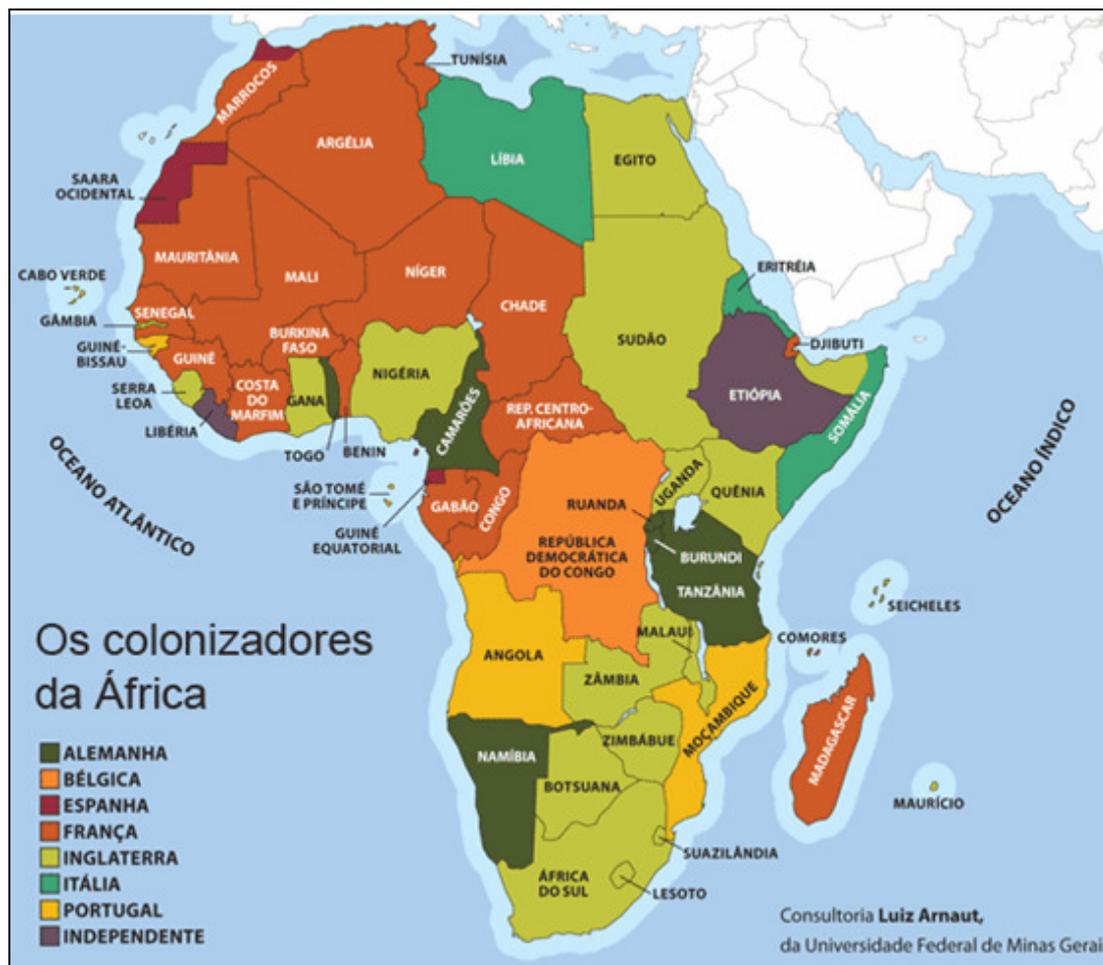
Grã-Bretanha e França assumiram o controle e dividiram a região do Médio Oriente, alimentando, em reação, o nacionalismo árabe. Em finais do século XIX, as inversões europeias na região se elevavam a 24 milhões de libras esterlinas, no caso da Grã Bretanha; 3.300 milhões de francos por parte da França, e 1800 milhões de francos da Alemanha (nesse mesmo período a dívida otomana já ultrapassava 63 milhões de libras esterlinas). Ao mesmo tempo, apareceram e se desenvolveram as organizações árabes nacionalistas que queriam libertar-se do jugo otomano e, em geral, da dominação estrangeira.

Em 1906, os britânicos, reprimiram brutalmente uma rebelião no Egito. A situação que se criava no Império Otomano exigia às potências irem mais longe. As riquezas petrolíferas do Oriente Médio desempenharam um papel determinante na atitude das potências. Já em 1908, concessionários britânicos descobriram uma bacia petrolífera no Irã e no Iraque. As negociações franco-britânicas sobre a divisão do Oriente Próximo giraram em torno a sorte da antiga *Turkish Petroleum Company*. A Grã Bretanha exercia um protetorado de fato no Egito e no Golfo Árabe-Pérsico. Lord Kitchener, amo do Egito, planejava dividir a região meridional da Síria até Haifa e Acre para criar uma unidade territorial separada, sob o controle britânico; como parte desse desenho, na ocasião de sua visita à Palestina em 1911, escrevia que seria melhor “que os judeus colonizassem o país o quanto antes possível”.⁹⁸⁸

O racismo foi uma componente orgânica da nova e cada vez mais acirrada corrida colonial das potências. Rudyard Kipling celebrou a fórmula do “fardo do homem branco”, sua suposta “obrigação moral” de levar a civilização para os povos atrasados e “incivilizados”. A expedição de Robert Livingstone em busca das nascentes do Nilo ganhou ares de epopeia civilizadora. Quando da partilha da África, no final do século XIX, a chamada “ciência das raças” encontrava-se em voga na Europa e, nos estudos sobre os povos da África Central, prevalecia a hipótese hamítica, proposta pelo explorador inglês John Hanning Speke, em 1863. Segundo ela, a civilização teria sido introduzida na região por um povo caucasóide (*branco*) mais alto, de origem etíope, descendente do Rei Davi e, portanto, superior aos negros nativos. Para Speke, essa “raça” seria de cristãos perdidos, o que permitia supor que deveriam receber educação britânica e tornarem-se superiores em tudo, exatamente como os ingleses...

Os acontecimentos imperiais africanos foram precipitados pelo avanço francês no Senegal, em 1876, que provocou uma reação da recém criada Alemanha e também da velha potência dominante na região, Inglaterra. A partilha da África pelas potências europeias desenvolveu-se na sequência da crise de Suez de 1882, quando o primeiro-ministro liberal britânico William Gladstone e seu gabinete ordenaram a invasão do Egito, na tentativa de preservar o acesso britânico para o Canal de Suez. A ocupação britânica do Egito serviu como catalisador para a partilha africana. O *scramble for Africa* foi resolvido diplomaticamente. A conquista europeia da África ocidental e equatorial se institucionalizou na Conferência de Berlim em 1885, que sancionou a partilha da África e reconheceu a colônia belga (o Congo) como propriedade do Rei Leopoldo. Na África, só a Libéria e a Etiópia permaneceram “livres”, sendo os únicos países governados, à época, por governantes negros. Em termos territoriais, Inglaterra não foi a principal potência colonizadora africana, lugar reservado à França.

⁹⁸⁸ Desde meados do século XIX havia a atuação de grupos judeus europeus interessados no “retorno” ao território palestino, em virtude das perseguições antisemitas na Europa. Em 1852, porém, só havia 11.800 judeus na Palestina. Esse número subiu um pouco nas décadas subsequentes, atingindo, em 1880, aproximadamente 24 mil, de uma população total de 500.000 habitantes. De 1880 a 1914, contudo, as migrações de judeus por todo o continente europeu aumentaram. Após a onda anti-semita na Rússia (com destaque para os pogroms czaristas) e com leis restritivas antisemitas nos países da Europa Oriental, começou a haver um maior interesse na constituição de colônias agrícolas judias na Palestina, que lentamente receberam, nessa época, grupos judeus provenientes dessas nações; paralelamente, ocorreu também uma leva migratória israelita para a Europa Ocidental e os Estados Unidos. Esse período coincidiu com a criação de diversas ligas antisemitas, com o I Congresso Anti-semita Internacional na Alemanha (1882). O movimento sionista foi criado na segunda metade da década de 1890, na Basileia, debatendo a migração judia para fora de Europa, e nomeando responsáveis por organizar a colonização agrícola da Palestina. O estabelecimento de um lar nacional nesse território não era ainda consenso dentro do sionismo: seu principal promotor, Theodor Herzl [1860-1904], encarou até a possibilidade de criá-lo na Argentina. Falou-se também de Chipre, da África Oriental e do Congo. A ideia do “retorno” estava associada, de um lado, aos preconceitos e perseguições anti-semitas na Europa, e de outro, à tentativa de construção de um “lar” onde os judeus pudessem viver sem ser atacados, e que possibilitasse a construção, posteriormente, de um Estado nacional “seguro e independente”. Quando começou a Primeira Guerra Mundial, já existiam 44 colônias agrícolas judaicas na Palestina; em 1917, quase no final do conflito na Europa, foi divulgada a Declaração Balfour do governo inglês, que garantia a colonização judia, que nesse momento já contava com aproximadamente 60 mil habitantes naquele território (Leonard Stein. *The Balfour Declaration*. Londres, Vallentine and Mitchell, 1961).



Assim, “as potências coloniais dividiram a África, rapidamente e sem dor, no decorrer dos últimos vinte anos do século XIX, pelo menos no papel. As coisas, porém, foram totalmente diferentes no próprio terreno africano. A larga difusão das armas na população local, os códigos de honra militares e uma longa tradição de hostilidade a todo controle externo, transformaram a resistência popular africana à conquista europeia muito mais temível que a da Índia. As autoridades coloniais se esforçaram em criar Estados em um continente pouco povoado mas turbulento, dispendo de vantagens técnicas: poder de fogo, transportes mecânicos, competências médicas, escrita. Os Estados assim criados não passavam de esqueletos aos quais as forças políticas africanas davam carne e vida. Cada colônia teve que desenvolver uma produção especializada em direção do mercado mundial, o que determinou uma estrutura econômica que sobreviveu a todo o século XX”.⁹⁸⁹ O desenvolvimento econômico africano não foi deformado, como na América Latina ou no Oriente, mas simplesmente afundado, ou destruído. O colonialismo africano foi o rebento tardio e final do imperialismo britânico e de seus concorrentes europeus, ou seja, um colonialismo decrépito, predador e depredador.

A concorrência entre as potências, de outro lado, não parava de originar conflitos interimperialistas: desde o início da década de 1880 até ao início do século XX, as relações anglo-francesas nunca foram serenas, tanto em relação à corrida colonial como à situação geopolítica na Europa; suas rotas chegaram quase a colidir ao ponto de deflagrar uma guerra entre os dois países. Tudo se complicou a seguir à ocupação britânica do Egito em 1882. A partir de 1884, os dois países empenharam-se numa crescente corrida naval, que do lado britânico estava associado à possível perda da sua linha mediterrânea de comunicações e aos

⁹⁸⁹

John Iliffe. *Les Africains*. Histoire d'un continent. Paris, Flammarion, 2009, p. 376.

receios de uma invasão francesa pelo Canal da Mancha. Ainda mais persistentes e ameaçadores eram os frequentes choques coloniais, em relação ao Congo em 1884-1885 e em relação à África Ocidental durante as décadas de 1880 e 1890. Em 1893, os dois países pareciam estar à beira da guerra pelo Sião (Tailândia). A crise mais grave ocorreu em 1898, quando a sua rivalidade de dezesseis anos sobre o controle do vale do Nilo chegou ao auge no confronto entre o exército de inglês de Kitchener e a pequena expedição de Marchand, em Fashoda.

No outro extremo da África, na região do Cabo, o interesse inglês era pela posição estratégica que permitia as comunicações oceânicas com a Índia. O imperialismo britânico estimulou os ingleses de Transvaal a exigir direitos políticos especiais. O avanço inglês no Sul da África concluiu com dois confrontos armados na África do Sul, que opuseram os colonos de origem holandesa e francesa, os bôers, ao exército britânico, que pretendia se apoderar das minas de diamante e ouro recentemente encontradas naquele território. Os bôers estavam sob o domínio britânico, com a promessa de futuro autogoverno. A primeira “Guerra dos Bôers” foi travada entre 1880 e 1881: a vitória dos colonos garantiu a independência da república bôer do Transvaal. A trégua bélica não durou muito. A descoberta de minas de diamantes e de ouro levou o Reino Unido a mudar de estratégia, devido aos novos interesses econômicos da região. Os ingleses renunciaram à política de celebrar tratados com os indígenas e procederam à anexação de novos territórios. Esta atitude veio ao encontro das ideias imperialistas de Cecil Rhodes, que mais tarde desempenharia o cargo de primeiro-ministro do Cabo. A belicosidade dos bôers aumentava. Esta situação degenerou numa dura luta entre as duas partes no período compreendido entre 1877 e 1881, em que as tropas inglesas foram batidas pelas do presidente bôer Paulus Kruger. Em 1881, foi negociada a Convenção de Pretória, revista em 1884, que reconheceu novamente a autonomia ao Transvaal, conservando os ingleses direitos em matéria de política externa.

Em 1895, da costa atlântica até a costa oriental, toda a África austral encontrava-se praticamente controlada pelos ingleses, à exceção das duas repúblicas bôers: a República da África do Sul (Transvaal), surgida em 1853, e a República do Estado Livre de Orange, reconhecida pelo Reino Unido em 1852. Depois do reconhecimento da independência bôer, a situação no território tinha ficado bastante comprometida. A crise econômica agravou-se pela divisão do país em duas unidades políticas opostas (repúblicas bôers e colônias inglesas). Os problemas surgidos da coabitação racial multiplicaram-se com a chegada de trabalhadores indianos e chineses, imigrantes recrutados para as minas do Transvaal. Nos anos que se seguiram, teve lugar um longo duelo político entre o líder bôer Paulus Kruger e o colonialista britânico Cecil Rhodes, pautado por negociações difíceis, hesitações e ameaças recíprocas.

O que esteve na origem da “segunda guerra dos bôers” foi o ultimato dado aos ingleses por Kruger, exigindo a dispersão das tropas britânicas que se encontravam ao longo das fronteiras das repúblicas bôers. Em outubro de 1899, o constante aumento da pressão militar e política britânica incitou o presidente do Transvaal, Kruger, a dar um ultimato exigindo garantia da independência da república e cessação da crescente presença militar britânica nas colônias do Cabo e de Natal. O ultimato não foi tido em conta pelos ingleses, e o Transvaal declarou guerra ao Reino Unido, tendo por aliado a República de Orange, dando início à guerra, travada entre 1899 e 1902. O conflito teve início a 12 de outubro de 1899 e terminou a 31 de maio de 1902, com a deposição do presidente do Transvaal.

Os britânicos tinham mobilizado quase 500.000 soldados brancos de todo o império, auxiliados por cerca de 100 mil trabalhadores não brancos. 45 mil pessoas perderam a vida na África do Sul em consequência da guerra, e mais de 100 mil mulheres e crianças foram internadas em “campos de concentração” britânicos, que assim batizaram esta nova instituição, sob condições deploráveis. 20% dos internados morreram, de modo por vezes horroroso. Lorde Kitchener, além disso, incendiou indiscriminadamente fazendas de africanos e bôers. A política de terra arrasada das autoridades coloniais chegou a provocar protestos de rua na própria

metrópole. Nos termos do tratado de paz, as duas repúblicas bôers regressaram à sua condição de colônias britânicas. O rei Eduardo VII foi reconhecido seu soberano legítimo. Estava deste modo preparada a unificação política (colonial) da África do Sul. A vitória inglesa levou à criação da União Sul-Africana através da anexação das repúblicas bôers do Transvaal e do Estado Livre de Orange às colônias britânica do Cabo e de Natal.



Mulheres e crianças bôers em campo de concentração britânico, em 1902: uma instituição cheia de futuro nascia...

Final e hodiernamente, a categorização e caracterização do império britânico foi objeto de controvérsias. Robinson e Gallagher, historiadores ingleses, enfatizaram a continuidade da política imperial britânica durante todo o século XIX, ressaltando que a estratégia dos estadistas britânicos não se alterou em nenhum momento. Crises na periferia levaram o governo britânico a intervir em defesa dos interesses econômicos e estratégicos da Grã-Bretanha, e essa seria a base do imperialismo britânico. O *scramble for Africa*, eles argumentaram, foi um resultado da defesa pela Grã-Bretanha de rotas estratégicas no continente frente à crescente rivalidade de outras potências europeias.

Segundo esses autores, o “novo imperialismo” britânico teria surgido como resultado da necessidade da Grã-Bretanha de manter os territórios que eram importantes para os seus interesses estratégicos e não, como defendido por Hobson e Lênin, e outros autores no seu esteio, para dar vazão ao excesso de capitais acumulados nas metrópoles.⁹⁹⁰ O imperialismo inglês teria tido, para esses autores, razões geopolíticas mais do que econômicas. As imbricações entre essas ordens de razões constituíram o núcleo do debate acerca do imperialismo capitalista. A existência e, sobretudo, a *resistência* temporal do império britânico foi, para diversos historiadores, principalmente ingleses, o fator decisivo para que não acontecesse na Inglaterra uma verdadeira revolução democrática burguesa nos séculos XVIII ou XIX, como a que aconteceu nos outros Estados importantes da Europa, ou seja, ele foi um fator de atraso para a própria metrópole, obrigando-a a se equilibrar contraditória e incomodamente entre uma pujante indústria capitalista e a sobrevivência de diversos aspectos da velha ordem social e política.

Para Peter Wende, “tais balanços são pouco significativos. Para um grande número de ingleses, escoceses e irlandeses, o Império foi um negócio vantajoso. Entre os beneficiados não se encontravam só os estratos social e politicamente dirigentes, mas pessoas de todos os grupos sociais, do grande comerciante ao migrante sem recursos, do detido deportado ao financista calculador, do jovem rebento de família nobre ao empregado que não possuía nenhuma oportunidade de carreira na sua pátria, e ainda ao eclesiástico que não encontrava

⁹⁹⁰

John Gallagher e Ronald Robinson. *Op. Cit.*

paróquia na sua Inglaterra natal e se mudava para Austrália ou Rhodésia. Era certamente exagerada a polêmica do radical defensor do livre câmbio, John Bright, quando definia como inútil o império colonial - um 'sistema de subsídios externos para as classes altas' - pois, para muitos membros da classe média inglesa, no além-mar se abriam oportunidades de crescimento que lhes eram vedadas na sua pátria. Joseph Chamberlain, Alfred Milner e, sobretudo, Cecil Rhodes, representantes do imperialismo britânico, encarnavam o tipo do alpinista social. O Império lhes oferecia a oportunidade e o espaço de se desenvolver seguindo as próprias ambições".⁹⁹¹

O que não significa que essas "oportunidades" não os levassem a situações humanamente limítrofes (como as descritas por Joseph Conrad nos romances *O Coração das Trevas* e *Lord Jim*), nem que a sustentação colonial do parasitismo e da futilidade cerimoniosa e empolada das "classes altas" inglesas (retratadas na obra de G. K. Chesterton, nas "aventuras do Padre Brown" e, sobretudo, na sua desopilante *Breve História de Inglaterra*),⁹⁹² não se transformasse em um peso morto sobre a nação britânica, e na rota de sua decadência. Conrad, polonês, e Chesterton, católico, porém, eram *outsiders* na Inglaterra vitoriana, onde a popularidade e o sucesso literário recaíram sobre os bem inferiores, artisticamente, Rudyard Kipling (chamado de "poeta do imperialismo britânico") ou Arthur Conan Doyle, ingleses e anglicanos. O império colonial permeou (e angustiou) toda a criação científica e cultural inglesa.

No mesmo período, em outro campo, o antropólogo inglês Charles Galton (1822-1911), primo de Charles Darwin e membro da Sociedade Geográfica Real, criou o conceito de "eugenia" para designar a melhora de uma espécie através da seleção artificial. Em *Hereditary Genius* (1869) afirmou que um homem notável teria filhos notáveis. Galton acreditava que a "raça" humana poderia ser melhorada caso fossem evitados os "cruzamentos indesejáveis". O suposto objetivo de Galton era incentivar o nascimento de indivíduos mais notáveis ou mais aptos e desencorajar o nascimento dos inaptos. Propôs o desenvolvimentos de testes de inteligência para selecionar homens e mulheres brilhantes, destinados à "reprodução seletiva". A conquista e exploração de territórios ultramarinos recebeu, com ele, um verniz "científico", sendo justificada como "ação civilizatória" destinada a melhorar os povos "não civilizados". A pseudociência da eugenia antecipou o racismo industrial do século XX.

Ao final do seu apogeu, o Império Britânico concedeu autonomia às colônias inglesas de maioria de população branca europeia, como o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia e as regiões sob a soberania inglesa da África do Sul (Cabo, Orange, Natal e Transvaal), respectivamente, em 1867, 1901, 1907 e 1910. Esses países ganharam um estatuto de *domínios*, com soberania quase total, mas com garantias de lealdade à Coroa britânica, que continuou como titular do poder político nos Estados independentes do *Commonwealth*. Em contrapartida, em 1914 o Egito passou a ser diretamente um protetorado britânico. Os diversos estatutos dentro do império (formal ou informal) britânico não foram alheios a considerações de ordem racial. O "século britânico" se baseou na expansão da principal potência capitalista do seu tempo. O império que resultou dessa expansão foi diverso e maior que todos os impérios precedentes, de todas as eras históricas. Foi, em primeiro lugar, o maior império em extensão de terras descontínuas do mundo. Era composto por domínios, colônias, protetorados, mandatos e territórios governados ou administrados pelo Reino Unido. Originou-se nas colônias ultramarinas e entrepostos estabelecidos pela Inglaterra no final do século XVI e no início do século XVII, e foi o principal responsável pela incorporação de boa parte do mundo à economia capitalista mundial, chegando a compreender um quarto da população e da superfície terrestre do planeta, sobre a base do domínio quase indisputado dos oceanos e de suas rotas principais.

⁹⁹¹ Peter Wende. *L'Impero Britannico*. Storia di una potenza mondiale. Turim, Einaudi, 2009, p. 292.

⁹⁹² G. K. Chesterton. *Breve Historia de Inglaterra*. Buenos Aires, Austral, 1944.

31. CAPITALISMO TARDIO: A ALEMANHA E A ORDEM EUROPEIA⁹⁹³

O século XIX foi o século alemão, tal como o XVIII fora britânico e o XVII francês (Charles Van Doren. **Uma Breve História do Conhecimento**)

É para a Alemanha, sobretudo, que se volta a atenção dos comunistas, porque a Alemanha se encontra às vésperas de uma revolução burguesa; e porque realizará essa revolução nas condições mais avançadas da civilização europeia e com um proletariado infinitamente mais desenvolvido do que o da Inglaterra no século XVII e o da França no século XVIII; a revolução alemã, por conseguinte só poderá ser o prelúdio imediato de uma revolução proletária (Karl Marx e Friedrich Engels, **Manifesto Comunista**)

A revolução proletária certamente não aconteceu na Alemanha de 1848, mas também não o fez a revolução burguesa. A análise histórica abstraiu três tipos básicos de transição para o capitalismo (ou “revolução burguesa”). Um deles é o “clássico”, revolucionário, tendo como modelos os processos seguidos pelas revoluções inglesas do século XVII e pela Revolução Francesa. Os “não clássicos” são a “via prussiana” e a “revolução passiva”. O primeiro serve, sobretudo, para designar os processos de transição ao capitalismo no campo, evidenciando o fato de conservarem, na nova ordem social fundada pela hegemonia do capital, sobrevivências de formas pré-capitalistas, a exemplo do uso da coerção extra econômica na extração do excedente produzido pelos trabalhadores rurais; no segundo caso, a formulação é utilizada para designar os processos de modernização promovidos “pelo alto”, nos quais a conciliação entre as diferentes frações das classes dirigentes é um recurso para afastar a participação das classes e camadas populares na passagem para a modernização capitalista. Alemanha e Itália são os paradigmas desses “modelos”. A constituição tardia de alguns grandes Estados Nacionais europeus refletiu o caráter tardio (em relação aos seus concorrentes-vizinhos) do seu desenvolvimento capitalista, e as forças centrífugas que obstaculizavam a unidade nacional. Isto determinou não só peculiaridades econômicas e políticas desses países, mas também assimetrias e contradições no mercado mundial e no sistema político internacional, que tiveram sua tradução ulterior nos conflitos e guerras mundiais.

A constituição tardia da nação alemã possui raízes históricas. Na era moderna, a Alemanha chegou tardiamente ao cenário histórico da Europa. Carlos V, senhor do maior império europeu desde Carlos Magno,⁹⁹⁴ não conseguiu impor-se na ebulição interna do país. Depois da sua abdicação, seu “império mundial” foi dividido. Os proto-estados nacionais da Europa Ocidental e os estados territoriais alemães constituíam de fato a Europa do século XVI. Na Europa, a primeira revolução burguesa, a Reforma e o Renascimento, acompanharam o aparecimento do Estado nacional e a emancipação do campesinato. Mas nem o Estado nacional, nem a emancipação do campesinato, tiveram lugar na Alemanha nos séculos XV e XVI. Engels considerou que a guerra camponesa foi um fenômeno apenas alemão: “A revolução de 1525 foi um assunto particular da Alemanha”: “O principal efeito da guerra dos camponeses foi tornar mais aguda e consolidar a divisão política da Alemanha, a mesma

⁹⁹³ Este capítulo foi redigido em conjunto com Rodrigo Medina Zagni, Doutor pelo Prolam-USP e docente de Relações Internacionais na Unifesp (Universidade Federal do Estrado de São Paulo).

⁹⁹⁴ Este tinha sido estabelecido pelo seu avô, o imperador Maximiliano I de Habsburgo, “rei dos romanos” desde 1493, eleito imperador do Sacro Império Romano-Germânico em 1508. A dispersão territorial e as diferenças entre os territórios do patrimônio dos Habsburgo obrigaram Maximiliano a unificar a ordem legal, administrativa e militar, além de realizar pactos internacionais. Morto em 1519, Maximiliano foi sucedido pelo seu neto Carlos de Gante, que encabeçaria o Império com o nome de Carlos V: “A orientação universalista própria do poder imperial alemão se manifestava na sua continua tendência à expansão: para Itália, para Oriente nas Cruzadas, na ofensiva colonizadora em direção das regiões eslavas e húngaras, e ainda no início da Idade Moderna... tal orientação inabilitou os imperadores germanos para a tarefa histórica de dar forma política à nascente nação pela monarquia absoluta” (Alfredo Bauer. *Martin Lutero*. El hombre, la nación y la humanidad. Buenos Aires, Ateneo von Humboldt, 1983, p. 11).

divisão que havia sido a causa do seu fracasso".⁹⁹⁵ Assim, Alemanha participou apenas parcialmente do primeiro ciclo ou fase inicial da revolução burguesa europeia.

Com a Paz de Westfalia (1648), Alemanha perdeu territórios para a França e a Suécia; e houve o desmembramento da Suíça e da Holanda do império germânico. "Alemanha" concedia seus aos estados membros todos os direitos essenciais de soberania em questões religiosas e seculares, permitindo-lhes até formar alianças com parceiros internacionais. A *Hansa* e as cidades alemãs do Sul, que no século XVI tinham ocupado um destacado lugar no comércio internacional, ficaram economicamente relegadas nos séculos XVII e XVIII. No século XVII, os Estados territoriais alemães, quase soberanos, adotaram o absolutismo, com um soberano com poderes ilimitados, estruturas administrativas rígidas, economia financeira organizada e a formação de exércitos permanentes. Os principais "Estados" eram Baviera, Brandemburgo, Saxônia e Hannover. Ao longo do período, os imperadores da Alemanha fracassaram em suas tentativas de criar um Estado centralizado e cederam cada vez mais autonomia a seus vassallos. Mais de 300 baronatos, cidades livres, condados, ducados, principados, e outros Estados grandes ou pequenos, tornaram-se independentes para quase todos os efeitos, incluindo sistemas monetários. No início do século XVIII, havia na Alemanha 170 sistemas monetários independentes. A maioria deles (e também os da Escandinávia) era baseada no *Thaler* ou táler, cunhado pela primeira vez no Tirol, em 1486.⁹⁹⁶

A Áustria, que conseguira conter a invasão turca e havia incorporado a Hungria e parte dos Bálcãs, tornou-se uma grande potência. No século XVIII, ela ganhou um rival, a Prússia, que se formara a partir do ducado de Brandemburgo, e se transformou numa grande potência militar durante o reinado de Frederico, o Grande (1740-1786). Frederico II da Prússia, junto a José II, foram "monarcas esclarecidos"; como imperadores, propiciaram à burguesia sua ascensão à camada social de maior influência (traço característico de monarquias protestantes). O que marcou o reinado de Frederico II, o Grande, foi a consolidação do exército prussiano como uma máquina de guerra, cunhando a expressão de que Prússia não era um Estado que possuísse um exército, mas o contrário. A máquina bélica prussiana foi posta à prova em 1740, quando Prússia invadiu a Silésia. A segunda importante atuação do exército prussiano ocorreu de 1756 a 1763, ainda sob Frederico II, na Guerra dos Sete Anos, que opôs Prússia à Áustria, Saxônia, Rússia, França e Suécia.

O fim do conflito foi determinado pela Paz de Hubertusberg, confirmando o pluralismo dos Estados germânicos. Em 1765, José II foi coroado imperador; mas a hegemonia política nos Estados germânicos já se desenhava a partir das demonstrações de superioridade militar prussianas e, em 1785, a Liga dos Príncipes Germânicos passou à chefia da Prússia, que nos seus domínios (incluindo os novos territórios adquiridos na Polônia, a partir de 1793) assumiu uma postura mais firme e absolutista que nunca, e parecia mais adversária da Áustria do que da República Francesa, vista como um peão no jogo de tabuleiro contra os Habsburgos: o exército francês era considerado muito fraco para derrotá-los, mas forte o suficiente para enfraquecer o exército austríaco.

No dia seguinte à queda da Bastilha, Goltz, primeiro-ministro prussiano, regozijava-se pelo que julgava ser a ruína de Maria Antonieta e o fim da aliança franco-austríaca. Leopoldo II, sucessor de José II, modificou o Estado de alto a baixo, distendendo a centralização de José II, e visando reconquistar as simpatias das aristocracias e magnatas das províncias do Império para uma guerra de conquista da França, mas obteve magros resultados nos Estados provinciais indóceis, como a Boêmia e a Hungria. O sucessor, Francisco II (que assumiu o trono a 14 de julho 1792)

⁹⁹⁵ Friedrich Engels. *La Guerra de Campesinos en Alemania*. Buenos Aires, Claridad, 1971.

⁹⁹⁶ O nome dessa moeda era uma abreviação de Joachimsthaler, por ter sido originalmente cunhada com prata da mina de Joachimsthal na Boêmia, anexada ao ducado da Áustria após a guerra dos 30 anos. Seu nome também deu origem ao *daler* dos países escandinavos e ao *dólar* norte-americano (equivalente ao táler, na peculiar pronúncia dos *yankees*), que na origem nada mais era do que o peso espanhol, aproximadamente equivalente ao táler.

derrogou as medidas descentralizadoras do pai e restabeleceu o Estado de centralização de José II, apenas como instrumento de reino.

A emancipação conquistada pela burguesia em relação aos príncipes viu seu processo interrompido com as guerras napoleônicas. Em 1792, tiveram início os conflitos armados entre Prússia e a França revolucionária, com consequências para o desenvolvimento político prussiano: em 1803 a deputação imperial revogou a independência de 45 das 51 cidades imperiais; em 1806, Napoleão fundou a Liga Renana. Em 1808, Prússia passou pelas reformas de Von Stein, a partir das quais foram regulamentadas as cidades e se autodeterminaram os municípios. A Revolução Francesa contribuiu para desmoronar o Sacro Império em 1806, mas seu impacto não chegou a se alastrar na Alemanha, devido à estrutura federal do Império. Atacado pelo exército de Napoleão Bonaparte, o Império sucumbiu definitivamente. A França anexou a margem esquerda do Reno.

A reorganização territorial deu-se à custa dos principados menores e dos microestados religiosos. Os estados médios foram beneficiados, unindo-se em 1806 na Liga Renana (ou Confederação do Reno), propiciada pela França revolucionária. No mesmo ano, o imperador Francisco II abdicou da coroa, pondo fim ao Sacro Império Romano-Germânico. A oposição aos franceses acabou dando asas ao “espírito nacional” alemão. A abolição da vassalagem, a liberdade profissional, a autonomia municipal, a igualdade perante a lei e o serviço militar obrigatório foram implantadas nos estados da Liga Renana e mais tarde também na Prússia.

O Congresso de Viena (1814–1815) estabeleceu uma nova ordem na Europa, após a vitória da reação aristocrática contra Napoleão. A aspiração a um Estado nacional alemão, no entanto, não se concretizou. A Liga Alemã era uma união de estados soberanos pouco coesos. O seu único órgão, a Dieta de Frankfurt, não era um parlamento eleito, e sim um congresso de delegados. A Liga só podia agir com o beneplácito das duas grandes potências, Prússia e Áustria; nas décadas seguintes, reprimiu todas as tentativas de unificação e liberdade. De 1815 a 1848 a Santa Aliança (Prússia, Rússia e Áustria, com apoio inglês) impediu os Estados confederados germânicos qualquer espécie de autodeterminação democrática. Fez seu caminho então a ideia de uma centralização do poder com a criação de um Estado germânico, sob uma única monarquia. A Tarifa Protetora Prussiana de 1818 aboliu os direitos alfandegários no interior da Prússia; em 1834 foi estabelecido o *Steuerverein* (União aduaneira, que elimina as taxas sobre a circulação interna de mercadorias).

No Congresso de Viena, a Prússia adquirira a Renânia e outros importantes territórios e, após o armistício, os príncipes puderam reconstituir seu sistema de domínio impondo novo controle sobre a burguesia, já acostumada a certa autonomia. Cercado por outros ducados germânicos, o Estado prussiano, desde 1815, com a reordenação europeia desenhada pelo Tratado de Viena, passou a compor a *Staatenbund*, Confederação Germânica composta por 38 Estados dirigidos pelo imperador da Áustria. As decisões comuns da Confederação eram submetidas à votação na Dieta estabelecida em Frankfurt; porém, as decisões práticas passaram a ser adotadas diretamente pelo imperador austríaco, relegando a Dieta à inoperância, encontrando simpatia nos príncipes dos Estados do sul, submetidos por laços de vassalagem aos Habsburgo. Em contrapartida, encontraram oposição dos movimentos unitários e nacionalistas, que tinham por objetivo pôr fim ao domínio austríaco sobre os Estados germânicos.

Apesar da organização da Confederação ter permitido relativa autonomia política aos príncipes sob o controle e vigilância da Santa Aliança, a população em geral, bem como a elite política, manifestava entusiasmo em relação à perspectiva de unificação dos reinos em um Estado nacional, e vários fatores pareciam tornar possível a realização. A relativa homogeneidade étnica, cultural e linguística deu o tom de um nacionalismo crescente, ratificado pela burguesia comercial que via na possibilidade de unificação nacional a perspectiva de prosperidade econômica, com o fim das dispendiosas tarifas para circulação de mercadorias e de capital no âmbito germânico: os interesses dominantes pareciam apontar diretamente para a centralização do poder com a criação de um Estado monárquico germânico.

O ano de 1818 foi marcado por uma intensa agitação liderada por um grupo de universitários, representantes da jovem intelectualidade alemã, que formaram a *Burschenschaft*, uma liga de estudantes luteranos que organizou demonstrações de queima de livros de Haller (pensador tido como reacionário), tradição inquisitorial que deitou fortes raízes na Alemanha, e de símbolos do militarismo, em uma festividade que comemorava os cinco anos da vitória anti-napoleônica na batalha de Leipzig. As manifestações chamaram a atenção dos soberanos da Baviera, Württemberg e Baden, levando-os a outorgar constituições, conjuntos de leis situadas acima da autoridade dos próprios reis, limitando seus poderes de atuação. Mas o assassinato do publicista antiliberal e antinacionalista August von Kotzebue serviu de pretexto para a ação dos soberanos contra a *Burschenschaft*. Metternich promoveu a reunião dos príncipes germânicos em Karlsbad, em 1819, e em Viena, em 1820, onde se deliberou pela dissolução forçosa do movimento universitário e pela revogação das constituições promulgadas, estabelecendo o controle do Estado nas universidades e a censura à imprensa. Os únicos Estados que se negaram a suprimir suas constituições foram os sulistas.

A *Burschenschaft* foi reorganizada em todas as universidades germânicas no início da década de 1830, como reflexo da revolução parisiense que repercutiu em grande escala, levando a concessões de liberdades e promulgação de constituições, como no caso da Saxônia, Baviera, Brünswick e Hesse-Cassel. Em 1832, em Hambach, 25 mil liberais se congregaram sob o emblema da bandeira preta, vermelha e dourada, conclamando para a unificação sob um único Estado bávaro.

A reação contra a reorganização da *Burschenschaft* foi encabeçada pela Prússia, que, apoiando Metternich, aprovou na Dieta de Frankfurt, em julho de 1832, a proibição de reuniões e a perseguição aos estudantes e demais líderes do movimento. A perseguição resultou em um relevante número de refugiados que fugiam em grande parte para Paris. Por meio da Assembleia de Münchengraetz, o rei prussiano, o imperador e o czar russo exigiram do governo francês a expulsão e entrega dos refugiados, condenados por crimes políticos. A reação parecia triunfar, mas um plano econômico prussiano acelerou eficazmente o processo de unificação alemã, mediante uma união econômica entre os ducados germânicos, com exceção da Áustria, a partir da supressão de todas as barreiras alfandegárias internas. Em 1834, foi assim fundada a União Alfandegária Alemã (*Zollverein*) e,⁹⁹⁷ em 1835, foi inaugurada a primeira estrada de ferro “nacional”. Em 1854 os estados que formavam o *Steuerverein* aderiram ao *Zollverein*.

Começava a industrialização e, com as fábricas, formou-se uma nova classe operária fabril. O forte crescimento demográfico já levava a um excedente de mão de obra. A massa dos operários vivia na miséria, e não demorou em se organizar. A livre circulação de mercadorias acabou facilitando a circulação de ideias e o trânsito pelos limites germânicos. Havia-se desencadeado o processo irreversível que levaria à unificação política, ao passo da já consolidada unidade econômica, advogando contra os particularismos locais que atravancavam qualquer projeto centralizador. A revolução europeia de 1848, como vimos, teve forte eco na Alemanha. Insurreições populares em todos os estados da federação

⁹⁹⁷ Era um mercado comum da Prússia com 25 outros estados do norte da Alemanha que, em 1839, adotou uma moeda chamada *Vereinthalers* (táler da união), definida como 18,5595 gramas de prata a 90%, de modo que 14 táleres faziam exatamente um marco de prata. O *Vereinthalers* passou a dividir-se em 30 *Groschen*, 360 *Pfennig* e 720 *Heller*. Alguns estados alemães do sul, liderados pela Baviera e Württemberg, formaram um mercado comum sul-alemão e adotaram como padrão um *Gulden* ou florim; 24,5 florins equivaliam a 14 táleres prussianos. Nas décadas seguintes, continuou a rivalidade entre Áustria e Prússia, mas a primeira gradualmente perdeu terreno. Em 1842, houve uma tentativa de unificar os padrões monetários do Norte e do Sul da Alemanha com uma moeda única, o *Vereinsmunze* (moeda da união) ou duplo táler, valendo 2 táleres ou 3,5 florins, mas o projeto não foi além disso. A Áustria tentou aderir ao *Zollverein*, mas foi rejeitada pela Prússia. Em 1857, houve um acordo monetário entre os três padrões vigentes na Alemanha: o *Vereinthalers* foi redefinido como 18,5186 gramas, para se adequar melhor ao sistema decimal: 30 táleres passaram a conter exatamente ½ kg de prata pura, equivalentes a 52,5 florins do Sul da Alemanha, ou 45 florins austríacos.

obrigaram os príncipes a concessões. A unificação proposta pelos democratas parecia um projeto revolucionário para renovar o *Reich*, unificando a confederação em um Estado nacional: além da liberdade de pensamento e de imprensa, a revolução conquistou o compromisso dos reis germânicos em promulgar constituições e estabelecer ministérios liberais. Em maio de 1848, para promulgar a Constituição de Estado alemão unificado, foi convocado o Parlamento de Frankfurt, com delegados de todos os Estados da Confederação.

Era, na verdade, o início do fracasso da Assembleia Nacional ou Parlamento alemão: "A sua convocação tinha sido a primeira prova de que tinha havido efetivamente uma revolução na Alemanha... Eleito sob a influência da classe capitalista por uma população rural desmembrada e dispersa, na maioria mal acordando do mutismo feudal, este Parlamento serviu para trazer para a arena política, num só órgão, todos os grandes nomes populares de 1820-1848, e depois para arruiná-los totalmente. Todas as celebridades do liberalismo da classe média estavam aí reunidas; a burguesia esperava maravilhas; colheu vergonha para si própria e para os seus representantes. O liberalismo político, o regime da burguesia, tanto sob uma forma de governo monárquica como republicana, é para sempre impossível na Alemanha".⁹⁹⁸ Em 1848, como no começo do século XVI, com Lutero, a Alemanha só conseguiu se igualar à Europa, e até mesmo se colocar em sua dianteira, no plano do espírito, do pensamento religioso e filosófico.

Em Berlim, apoiado pelos *junkers* (elite latifundiária), o rei prussiano dissolveu o parlamento e promulgou uma nova constituição, que privilegiava os membros da aristocracia, estabelecendo uma câmara aristocrática nomeada pelo soberano, e outra composta através de voto censitário. Em julho, a Assembleia de Frankfurt deliberou a formação de um governo provisório. O impasse se resolveu numa reviravolta na Assembleia que, em março de 1849, ofereceu a coroa ao rei prussiano, Frederico Guilherme IV: "A burguesia alemã, desde o princípio, bem longe de fazer a revolução, dissociou-se dela. A sua consciência dirigia-se contra as condições objetivas da sua própria dominação. A revolução não podia ser feita por ela, mas só contra ela. As instituições democráticas representavam, no seu espírito, não um objetivo pelo qual combatesse, mas uma ameaça para o seu bem-estar. O proletariado era ainda fraco demais: faltavam-lhe organização, experiência e conhecimentos. O capitalismo tinha se desenvolvido o suficiente para tornar necessária a abolição das velhas relações feudais, mas não o bastante para levar ao primeiro plano, como força política decisiva, à classe operária, nascida das novas relações industriais. No caso da Alemanha, o antagonismo entre o proletariado e a burguesia tinha ido longe demais para permitir à segunda assumir sem temor o papel de dirigente da nação, e não o suficientemente longe para permitir ao proletariado assumi-lo no seu lugar".⁹⁹⁹

Mas a nova classe social, produto do desenvolvimento industrial capitalista, já se fazia sentir no plano político. O primeiro sistema de seguridade social, o alemão, teve como antecedente o programa adotado no *Deutsche Arbeiterkongress* de agosto-setembro de 1848, em plena efervescência revolucionária no país. A *Arbeiterverbrüderung* criada a partir dele adotou um programa que previa, ao lado das reivindicações políticas revolucionárias, "a supressão dos impostos indiretos, o seguro-doença e o seguro-invalides, a redução da jornada de trabalho".

O "centro" liberal, que visava uma monarquia constitucional com direito eleitoral limitado, era a força dominante na Assembleia, dividida entre a chamada "grande solução" e a "pequena solução", ou seja, um império alemão com ou sem a Áustria. A constituição aprovada previa que o governo imperial prestasse contas ao Parlamento, e a assembleia ofereceu ao rei da Prússia a coroa hereditária do Império Alemão. Mas o soberano não quis aceitar uma dignidade concedida por uma revolução. Em 1849, nem "a pequena solução alemã" dos democratas vingou, frustrando a renovação do Reich mediante a unificação da Confederação

⁹⁹⁸ Friedrich Engels. *Violência e Economia na Instauração do Novo Império Alemão*. Porto, Escorpião, 1974.

⁹⁹⁹ Leon Totsky. *Balance y Perspectivas*. Buenos Aires, El Yunque, 1975.

em um Estado nacional. Em maio, fracassaram os levantes populares que pretendiam impor a constituição "de baixo para cima". Selada a derrota da revolução alemã, a maioria das conquistas democráticas foi anulada, e em 1850 foi restabelecida a Liga Alemã.

Ficava cada vez mais claro que qualquer proposta de unificação encabeçada pela Prússia, para garantir a hegemonia da casa Hohenzollern, teria obrigatoriamente que passar pelo enfrentamento com a Áustria. E de fato esse enfrentamento por pouco não ocorreu após a insurreição popular que destronou o Duque de Hesse, provocando o encontro entre as tropas prussianas e austríacas próximo à Fulda, mas um ultimato austríaco, datado de 25 de novembro de 1850, provocou a desistência da Prússia e a retirada, dois dias depois, de suas tropas em Olmütz. A desistência de Guilherme IV não se restringia ao embate militar, mas ao próprio projeto de unificação: a questão era que para os dirigentes políticos, bem como para o povo em geral, a Prússia havia sido humilhada em Olmütz.

O reino prussiano, no entanto, conseguira reunir os 39 Estados da Alemanha no *Zollverein* e, em 1853, com a renovação da União Aduaneira, que mais uma vez excluía a Áustria, facilitou a acelerada industrialização dos Estados da Confederação Germânica. A partir desta configuração foram criados polos industriais que se transformaram nos grandes distritos industriais da Saxônia, Renânia, Westfalia e Silésia, alterando a paisagens de cidades predominantemente agrárias e pastoris, de extensos campos de cultivo e criação de animais, para cidades urbanizadas e esfumaçadas chaminés das fábricas. A calma deu lugar à agitação dos operários indo e vindo, e o distanciamento social em relação à classe burguesa acentuou a luta de classes na conformação de um capitalismo industrial. Ainda no aspecto urbano, repercutiu o fenômeno do êxodo rural com a conversão de antigos camponeses em operários citadinos, que chegavam em grande número.

Ao passo da formação de um denso operariado deu-se a formação de uma nova burguesia empreendedora, estupefata pelas possibilidades da industrialização e que já consolidava uma nova realidade nos grandes centros. A Prússia, em 1856, contabilizava 500 milhões de francos em capital de sociedades, restabelecendo a pujança dos antes decadentes proprietários *junkers* e dos antigos nobres, que passaram de arruinados proprietários de terra à promissores administradores de explorações industriais. O desenvolvimento econômico seria estendido ao período de 1860 a 1870 com o aumento do volume de exportações e crescimento do comércio exterior. A tardia industrialização alemã aproveitou largamente a experiência e as técnicas dos países industrializados vizinhos, e até seus capitais, embora estes em menor medida (os capitais franceses, que dominavam a economia russa, não ultrapassavam 4% dos investimentos industriais e financeiros na Alemanha); como aconteceu em outras latitudes, a indústria alemã "pulou etapas".¹⁰⁰⁰

O projeto de unificação nacional, ainda assim, foi retomado somente como projeto *político* com a guerra franco-prussiana, em 1871. Os problemas políticos internos do reino de Guilherme I constituíram parte das motivações que levaram a essa guerra. O soberano ascendeu ao trono em 1861, com 64 anos de idade, substituindo seu irmão Frederico Guilherme, acometido de ataques de loucura. Entre suas primeiras medidas estava a nomeação do general Roon como Ministro de Guerra, plantando no primeiro escalão das forças armadas o ressentimento com os acontecimentos de Olmütz. O ministro nomeou como chefe do Estado-Maior central o general Helmut Von Moltke (1800-1891), antigo discípulo do general prussiano Karl Von Clausewitz (1780-1831), cuja estratégia de movimentos reconfigurou a guerra moderna: "Sem dúvida o mais importante teórico militar dos tempos modernos, cabendo-lhe o mérito pelos triunfos sem precedentes alcançados mais tarde pelo Exército prussiano".¹⁰⁰¹

¹⁰⁰⁰ Rondo Cameron. *Op. Cit.*, p. 315.

¹⁰⁰¹ Peter Paret. *Construtores da Estratégia Moderna*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2001.

Estabeleceu-se, no início da década de 1860, uma disputa interna entre o parlamento e o governo da Prússia em relação à ampliação de seu exército, entre conservadores (agrários e luteranos, respeitosos dos valores prussianos) e nacionais liberais (burgueses favoráveis a um regime parlamentarista) o que resultou em um grave impasse. Mesmo sendo concedidos, em 1861, fundos adicionais pelo parlamento para a realização das reformas militares, em 1862 condicionou-se o repasse à redução de quatro para dois anos o período de serviço militar obrigatório. O nó foi atado pela oposição política entre Guilherme I, conservador, e o parlamento, de maioria liberal.

O monarca defendia a opinião de que os soldados prussianos não estavam imbuídos de valores conservadores suficientes, explicando em parte sua intransigência em relação ao Parlamento que finalmente se negou a aprovar os créditos, decorrendo na demissão de todo o gabinete real e por pouco na abdicação de Guilherme I. Seguindo conselho de Roon, Guilherme I convocou o então embaixador prussiano em Paris, Otto von Bismarck. Imbuído do pesado fardo de pôr fim ao conflito político, o dirigente do partido conservador, político de direita, antissemita, defensor dos interesses da classe dos *junkers*, da igreja oficial e do exército, foi nomeado pelo rei, em 1862, ministro presidente da Prússia. Deu início a uma política que, uma vez desencadeada, levou o Estado prussiano inevitavelmente à guerra.

O tom do discurso de Bismarck dava clara ideia de como seriam conduzidas as negociações em relação à ampliação do exército prussiano e à unificação alemã: pela força, ou melhor, pelo fio da espada, a política do “sangue e aço”. Resolveu a questão do orçamento para a ampliação do exército por meio da imposição de um decreto, sem submeter o assunto à discussão no Parlamento, ignorando desta forma a oposição do partido liberal, encabeçado por Wirckow. Desprezava a via democrática, o parlamento e seus políticos liberais, além da Igreja Católica e sobretudo as organizações dos operários. No âmbito da política externa, o exemplo de Olmütz ainda estava muito recente: era preciso arrancar a Áustria da Confederação Germânica caso se pretendesse a hegemonia prussiana. Bismarck conquistou em 1863 a benevolência do czar russo, ajudando os exércitos imperiais contra os poloneses sublevados, e instaurando contra eles o terror em território prussiano. Sua política expansionista foi posta em prática logo após reorganizado o exército, em 1864, em um conflito armado desencadeado após a morte de Frederico VII, rei da Dinamarca, cujos candidatos à sucessão foram Cristiano de Glücksburg e Frederico de Augustenburg. Este reclamava os territórios de Holstein, Schleswig e Lauenburg, com maioria de população de origem germânica.

Holstein, desde 1815, fazia parte da Confederação Germânica; Schleswig e Lauenburg tinham expressiva maioria alemã; porém, estavam submetidas a laços de vassalagem ao rei da Dinamarca que, invocando direitos de suserania, em 1863 tentou anexar os territórios conseguindo o apoio da Dieta de Frankfurt para enviar tropas. Uma aliança de Prússia e Áustria intimou à Dinamarca a conceder independência aos territórios; mas o rei dinamarquês negou-se a fazê-lo, seguindo-se a declaração de guerra. Os demais ducados germânicos engrossaram as fileiras austro-prussianas e, num rápido movimento inicial, suas tropas conquistaram as linhas de Duppel, dando início ao que ficou conhecido como a “Guerra dos ducados contra a Dinamarca”. A guerra teve rápido fim, com uma vitória esmagadora da Prússia sobre a Dinamarca. Na Paz de Viena, de outubro de 1864, ratificada pela convenção de Gastein, Holstein foi entregue à administração austríaca e Schleswig e Lauenburgo passaram a compor o território prussiano.

Seguindo o plano que desenhava a exclusão da Áustria do projeto de unificação dos Estados germânicos, Bismarck viajou à Itália, onde perscrutou o anseio político italiano em relação à libertação de Veneza, sob domínio austríaco. A política agressiva de Bismarck e o poderio de seu exército provocaram, em 1866, os desdobramentos esperados pelo chefe prussiano. Seu objetivo era excluir a Áustria da Confederação germânica, onde mantinha evidente superioridade, mas uma guerra aberta implicaria também no enfrentamento da Prússia com os próprios ducados germânicos sob influência dos Habsburgo reinantes na Áustria, todos os

ducados meridionais e sulistas. O trunfo de Bismarck eram as relações diplomáticas ítalo-prussianas que renderam, no mesmo ano, o acordo que previa a libertação de Veneza por parte da Prússia e sua entrega à Itália, em troca de seu apoio militar em uma guerra contra a Áustria. Bismarck convocou a Dieta de Frankfurt com o objetivo de excluir a administração austríaca do ducado de Holstein.

O que não se esperava era a oposição do próprio rei Guilherme I à guerra contra os Habsburgo; contudo, o próprio rei seria vencido por seu ministro presidente; a guerra austro-prussiana já era inevitável. A “Guerra das Sete Semanas”, foi declarada a 18 de junho de 1866, opondo a Prússia, aliada à Itália e aos Estados germânicos do norte, à Áustria, aliada à Dieta e a Hannover, Saxônia, Baviera e Württemberg (Estados germânicos meridionais comprometidos com os Habsburgo). O exército prussiano iniciou as operações e rapidamente comprovou a superioridade do comando e estratégia de Von Moltke, em relação à inépcia e desorganização das forças austríacas, comandadas por Benedeck. Os combatentes prussianos contavam ainda com fuzis de tiro rápido, armamento muito superior aos austríacos.

A guerra foi de curta duração, concentrando-se em três batalhas principais: Langensalza, onde capitularam as tropas de Hannover; Kissingen, onde se dispersou o exército bávaro; e finalmente Sadowa, na Boêmia, que pôs termo ao conflito com a derrota austríaca em 3 de julho de 1866. A França chegou a ensaiar a entrada na guerra com a determinação de Napoleão III de mobilizar 50 mil homens na região do Reno; porém, logo a revogou. A coalizão ítalo-prussiana chegou a uma fácil vitória na Paz de Praga, assinada em 23 de agosto de 1866, onde Prússia conseguiu não só a anexação dos territórios sob disputa; mas também Hannover, Hesse e Frankfurt, além da prometida entrega de Veneza à Itália.

Prússia transformou o *Zollverein* numa Federação da Alemanha do Norte sob sua liderança. A vitória, que fez da Prússia um Estado com mais de 25 milhões de habitantes, ainda serviu aos interesses políticos de Bismarck, dissolvendo a Confederação Germânica, retirando à Áustria do cenário alemão. A humilhação prussiana de Olmütz havia sido devolvida com a humilhação austríaca de Praga. O movimento expansionista prussiano ficou limitado nesta fase dentro dos limites dos ducados e principados germânicos, com a criação da Federação que reuniu os Estados setentrionais do Meno, num total de 21, submetendo-os ao controle centralizador prussiano, tornando-se o rei da Prússia presidente vitalício e hereditário dela, e Bismarck seu chanceler federal. Os créditos do projeto confederal foram inteiramente atribuídos a Bismarck, que se gabava de tê-lo escrito em uma única noite. Previa a existência de uma câmara alta (um conselho federal que representava os príncipes) composta pelos governadores dos Estados da Confederação; e uma câmara baixa (o *Reichstag*), composta por membros eleitos por meio de sufrágio universal.

A Prússia passava a jurisdicionar um governo central e assim homogeneizar as relações internacionais e comerciais, mantendo inclusive uma moeda própria. O controle dos Estados da nova Federação pela Prússia deveria passar pelo controle direto da imprensa. Bismarck passou a subornar jornais e jornalistas com o chamado “fundo dos répteis”, composto pelo confisco dos dividendos das coroas de Hannover e Hesse. O projeto de unificação alemã sob a dinastia Hohenzollern ainda não era possível pela resistência dos Estados sulistas, fiéis aos Habsburgo. Para Bismarck, o fator decisivo para a adesão dos Estados do sul ao projeto de unidade alemã seria a construção do sentimento nacionalista em torno de um fator comum, ou melhor, um *inimigo comum* construído a partir de uma nova guerra.

O desenvolvimento econômico registrado a partir de meados do século XIX favoreceu a unificação nacional, tornando a Alemanha um país industrial, com destaque para a indústria pesada e a construção de máquinas. Na vanguarda desse desenvolvimento estava a Prússia. A pujança econômica, por sua vez, fortalecia a consciência política da burguesia liberal. Bismarck, por isso, governou contra o parlamento e sem um orçamento próprio. Para impor novas taxas, e assim financiar a reforma militar, recorreu a medidas repressivas, à censura da

imprensa e à restrição do direito de reunião. Os êxitos na política exterior compensaram a fraca posição de Bismarck na política nacional.

O desenvolvimento do movimento operário e socialista alemão ocorria em paralelo. Em 1864, morria o líder dos socialistas alemães, fundador da primeira organização política de trabalhadores na Alemanha (a *Allgemeinen Deutschen Arbeitervereins*), Ferdinand Lassalle.¹⁰⁰²

Na sua *Crítica do Programa de Gotha* (programa de inspiração lassalleana com o qual fora fundada a associação), Marx escreveu que “Lassalle sabia de cor o *Manifesto Comunista*, da mesma forma que seus fiéis conhecem as Santas Escrituras de sua lavra. Se o falsificava tão grosseiramente era apenas para escamotear sua aliança com os adversários absolutistas e senhores feudais contra a burguesia”. Lassalle foi autor de *Que é uma Constituição?* e de outros textos de grande impacto na sua época. Após a morte de Lassalle, esse primeiro “partido socialista” alemão continuou a reivindicar sua memória e defender seus princípios. Lassalle combinava princípios de um socialismo vulgar (como o “direito dos trabalhadores ao produto íntegro de seu trabalho”, o que significava eliminar todo fundo de acumulação, capitalista ou socialista) com manobras políticas em que seu anti liberalismo flertava com o absolutismo bismarckiano.

A tara política “estatólatra” do socialismo alemão já tinha provocado as iras de Marx contra o socialismo alemão, no *Manifesto Comunista*.¹⁰⁰³ Na década de 1860, Marx e Engels passaram a dirigir críticas e alertar para o “caminho falso” trilhado pela organização de inspiração lassalleana. Esta, para Marx, “era, simplesmente, uma organização sectária”. Seu apego à política realista (*Realpolitik*) culminaria na acomodação à situação existente, em que, nas palavras de Marx, “o movimento operário na Prússia (e, em consequência, no resto da Alemanha) só existe por uma concessão da polícia. Querem, por isso, tomar as coisas como são e evitar provocar o governo”.

De fato, existia uma aliança “por baixo do pano” entre Bismarck e Lassalle. Mas, vinte anos depois do *Manifesto*, o socialismo alemão achou aos poucos uma sólida base operária. Os sucessores de Lassalle na presidência do partido socialista, Bernhard Becker (entre 1864 e 1867) e Johann Baptist Von Schweitzer (de 1867 a 1871), conseguiram expandir a organização

¹⁰⁰² Ferdinand Lassalle (1825–1864), nascido em Breslau, Alemanha (posteriormente anexada à Polônia com o nome de Wrocław) foi organizador do movimento operário alemão, inspirado no socialismo, mas com um viés nacionalista, em contraste com o internacionalismo marxista. De personalidade irascível e contraditória, cursou a escola superior na cidade natal. Estudou comércio em Leipzig e regressou a Breslau, onde iniciou estudos de filosofia na Universidade de Breslau, entrando em contato com as ideias socialistas. Mudou-se depois para Paris, a fim de preparar a tese de doutorado, conheceu ali Pierre-Joseph Proudhon e o poeta Heinrich Heine. O êxito como advogado, na defesa da condessa Hatzfeld num escandaloso processo de divórcio, proporcionou-lhe uma pensão anual que lhe permitiu viver sem preocupações financeiras. Teve participação ativa na revolução de 1848 em Düsseldorf, foi preso várias vezes, até se estabelecer em Berlim como jornalista político (1857). Sua participação no movimento revolucionário aproximou-o dos círculos socialistas e de Karl Marx. Lassalle foi economista, agitador e grande orador. Partidário da unificação alemã e do sufrágio universal, em 1863 criou a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães. Depois mudou-se para a Suíça, onde morreu em duelo, perto de Genebra. Foi considerado o principal precursor da socialdemocracia alemã. Defendia, no entanto, a colaboração de classes para a implementação de medidas sociais, tendo colaborado com o chanceler prussiano, Otto von Bismarck. Lassalle advogava o estabelecimento de cooperativas de trabalhadores para a “recuperação” dos lucros.

¹⁰⁰³ “A literatura socialista e comunista de França, que nasceu sob o jugo de uma burguesia dominante e é a expressão literária da revolta contra esta dominação, foi introduzida na Alemanha no momento em que a burguesia começava a sua luta contra o absolutismo feudal. Filósofos, semifilósofos e diletantes alemães lançaram-se avidamente sobre esta literatura, mas esqueceram que com a importação da literatura francesa para a Alemanha não foram importadas, ao mesmo tempo, as condições sociais da França. Nas condições alemãs, a literatura francesa perdeu toda a sua significação prática imediata e tomou um caráter puramente literário... Para os filósofos alemães do século XVIII, as reivindicações da primeira Revolução Francesa não eram mais do que as reivindicações da “razão prática” em geral, e as manifestações da vontade da burguesia revolucionária de França não exprimiam aos seus olhos mais do que as leis da vontade pura, da vontade tal como deve ser, da vontade verdadeiramente humana. Todo o trabalho dos literatos alemães reduziu-se unicamente a pôr as novas ideias francesas de acordo com a sua velha consciência filosófica ou, mais exatamente, a assimilar as ideias francesas partindo do seu ponto de vista filosófico. E assimilaram-nas como se assimila em geral uma língua estrangeira: pela tradução...”.

(que em 1864 possuía 4.600 membros, espalhados em 50 agrupamentos; em 1875 o número de membros chegou a 15.322) através do trabalho de divulgação e propaganda, no qual o jornal *Sozialdemokrat* teve um importante papel.

Na França, o desgastado governo bonapartista buscava, em 1870, recuperar prestígio no plano internacional. Invocando dívidas antigas, Napoleão III passou a negociar com a Prússia tentando obter de volta a região da Renânia, sem sucesso. Em seguida voltou sua atenção sobre a Bélgica, contra o que Bismarck alegou não estar interessado em desencadear um conflito com a Inglaterra. O imperador francês propôs ainda a compra do Luxemburgo ao rei holandês, porém o território pertencia à Confederação Germânica do Norte e estava ocupado por tropas prussianas. Os ânimos se acirraram e por meio de uma conferência internacional foi decidido que Luxemburgo deveria constituir território neutro, sendo dali retiradas as tropas prussianas.

A crise diplomática deflagrada servia inteiramente aos interesses de Bismarck em unificar a Alemanha. Sua proposta era suscitar o entusiasmo que adviria de um conflito armado com a França, que era anunciada pelas investidas francesas para ganhar territórios confederados; o conflito significaria o passo final na consecução da unidade alemã, ou, nas palavras do próprio Bismarck: “A Nação não podia unir-se estreitamente, a não ser num movimento de cólera comum”. A unificação alemã sob hegemonia prussiana encontrava resistência, além dos Estados germânicos do Meno e do Sul, dentro da própria Federação Germânica do Norte. Havia conflito de interesses com o rei de Württemberg e hostilidades manifestas por parte de Schleswig, Hannover e Hesse, por tratarem-se de territórios recém-conquistados em guerras, que nunca passaram por um plebiscito que legitimasse sua ocupação, bem como da Baviera. Politicamente, Bismarck encontrava oposição apenas do Partido Patriótico, que conquistara maioria na Câmara dos Deputados de Munique. Somente uma guerra poderia provocar entre os habitantes do Sul um entusiasmo nacional capaz de afogar as resistências.

A causa imediata (ou formal) do conflito franco-prussiano foi a vacância do trono espanhol após a batalha de Alcolea (o primeiro passo rumo a revolução de 1868 na Espanha) e a consequente abdicação da rainha Isabel II (1830-1904). Candidatava-se ao trono o príncipe Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen, primo do rei Guilherme I da Prússia, apesar de a linha de sucessão apontar diretamente para Afonso XII (filho da rainha destronada). As ambições do Hohenzollern, que desenhavam a aliança hispano-prussiana, alarmaram o Império francês com a possibilidade de seu estrangulamento pelos domínios prussianos. Uma guerra com a França era o melhor meio de estimular um nacionalismo alemão na Baviera e no Württemberg, e também nos demais estados do sul do Meno. O estratagema de Bismarck baseava-se em que seu contato pessoal com Napoleão III, no período em que fora embaixador na França (1862), já o havia convencido de tratar-se de um político ingênuo. Em junho de 1870, Leopoldo declarou sua disposição em assumir o trono da Espanha e, em resposta, o governo francês expressou seu repúdio à possibilidade de um estrangeiro subir ao trono de Carlos V. O conflito armado se anunciava a partir da ameaça prussiana de estrangular, geograficamente, o império francês. Mas a relutância de Guilherme I em conduzir seu Estado a uma guerra contra a França levou à declaração de seu primo Leopoldo renunciando a sua candidatura ao trono da Espanha.

A crise diplomática parecia ter chegado a um fim, não fosse a intenção de Napoleão III em conseguir garantias de Guilherme I no sentido de que jamais um Hohenzollern, novamente, se candidataria ao trono espanhol. Como essas garantias não fossem satisfeitas, Bismarck achou o pretexto diplomático para a ação bélica que almejava. Em 15 de julho de 1870, o rei prussiano decretou a mobilização geral de suas tropas, mais de um milhão de homens, metade dos quais já eram militares experimentados em outros conflitos. Foram mobilizados três corpos de exército para guarnecer as fronteiras com Áustria e Dinamarca, prevendo uma provável aliança destes países com a França (o que não ocorreu). Em decorrência, no dia 19 de julho de 1870, a França declarou guerra à Prússia. Napoleão III teve que se deparar com a declaração de neutralidade da Áustria, Itália e Rússia; e do lado prussiano, todos os Estados germânicos

aderiram ao conflito. A intenção de Bismarck em cooptar os Estados reticentes ainda sob influência austríaca foi bem sucedida, pois logo no início da guerra a Prússia contou com o apoio incondicional de todos os Estados germânicos meridionais. Desenhava-se a unificação alemã nos termos de Bismarck. Ambas as forças estavam em mãos de experientados estrategistas. A Prússia contava com o conde Von Moltke, que havia ocupado o cargo de Marechal Chefe do Estado Maior por 30 anos, durante os quais liderou as tropas prussianas na “Guerra dos Ducados contra a Dinamarca” e na Guerra das Sete Semanas de 1866. As tropas francesas estavam entregues às ordens de Patrice-Maurice MacMahon.

Em 2 de agosto de 1870, os combates franco-prussianos começaram. A superioridade do armamento, do treinamento e do comando da tropa prussiana não demorou em ser comprovada. A ineficácia das tropas francesas se deparou com a eficiência e disciplina da máquina prussiana e sua guerra de movimentos, evidenciando uma superioridade que desde o início do conflito já determinava quem sairia vencedor. A Prússia dispunha do efetivo militar mais numeroso da Europa, após as reformas empreendidas por Bismarck entre 1862 e 1863. As forças francesas, compostas pelo exército do Segundo Império e pelas tropas improvisadas do Governo de Defesa Nacional, que não contava com veteranos, não somavam mais que 264 mil homens contra um milhão de prussianos. A concepção clauzewitziniana de guerra de movimentos confrontou-se com a arcaica mentalidade militar francesa, que remontava ainda às guerras napoleônicas de 1792. Os suprimentos das tropas de Napoleão III eram deploravelmente impróprios, e um de seus generais em certa ocasião foi incapaz de localizar um exército que presumia comandar. As armas ofensivas utilizadas por ambas as forças eram muito superiores aos mosquetes do período napoleônico, mas o canhão prussiano tinha alcance de tiro três vezes maior que o francês. Assim como os demais conflitos militares do século XIX, a guerra franco-prussiana teve curta duração e rápida decisão, pois sua lógica militar previa o enfrentamento do grosso das forças militares logo nos primeiros embates.

A ofensiva inicial foi desencadeada pelo exército prussiano, partindo do Sarre e penetrando, com três exércitos, na Alsácia e na Lorena, impondo esmagadoras vitórias iniciais em Wissemburg (no dia 4 de agosto) e em Froeschwiller (em 6 de agosto), tendo sido os cavaleiros coraçados franceses obrigados a recuar. Em 16 e 18 de agosto as forças prussianas, lideradas pessoalmente por Von Moltke, se enfrentaram em Saint-Privat e em Gravelotte com o marechal Bazaine, incumbido de guarnecer Metz, onde ficou encurralado junto de cinco corpos de seu exército. A batalha mais sangrenta de 1870 foi, além de Saint-Privat, a de Rezonville, que contabilizaram, cada uma, cerca de 33 mil mortes. Em outubro de 1870, assistiu-se ainda ao êxodo de Saint-Cloud, em virtude da violência dos enfrentamentos e das consecutivas derrotas francesas. Mas a destruição total das tropas imperiais foi impedida por MacMahon, que conseguiu recuar até Chalons, onde recompôs suas tropas com reforços vindos de Paris. Sua intenção era libertar as tropas de Bazaine em Metz; porém, foram encurralados pelos alemães e obrigados a travar o mais decisivo combate da guerra.

A batalha de Sedan, travada no dia 1º de setembro de 1870, efetivamente decidiu a guerra franco-prussiana. As tropas francesas, comandadas pelo conde MacMahon, substituído no próprio campo de batalha pelo general Manuel Félix de Wimpffen, se defrontaram com a força prussiana que obedecia às ordens diretas de Von Moltke. Em 2 de setembro, apenas um dia depois, houve a capitulação francesa, incondicional. No dia seguinte, um emissário de Napoleão III levou mensagem ao rei da Prússia: “Meu irmão: já que não me foi concedido morrer em meio às minhas tropas, não me resta outro remédio senão depor minhas armas em suas mãos”. No dia 3 de setembro, Napoleão III foi publicamente humilhado e levado ao cativeiro, iniciando seu desterro definitivo. A ocupação prussiana de boa parte do território francês foi vivida como uma suprema humilhação, da qual deixou testemunho a literatura (*Boule de Suif* de Guy de Maupassant).

Para maior humilhação francesa, foi em Versalhes, o histórico palácio real da França, que o rei Guilherme I da Prússia foi proclamado imperador (*Kaiser*) da Alemanha, em janeiro de 1871:

“A unidade alemã é um acontecimento mais importante do que a Revolução Francesa do século passado”, disse então o premiê britânico Benjamin Disraeli. A unidade alemã, no entanto, não resultou da vontade expressa do povo, mas de um pacto entre os príncipes, isto é, foi realizada "de cima para baixo" e com a supremacia esmagadora da Prússia. Depois de derrotar a França, Prússia tornou-se a maior potência militar da Europa continental e impôs aos outros estados alemães (exceto Áustria, Luxemburgo e Liechtenstein), a unificação num novo Império Alemão (o II Reich) liderado pelo rei da Prússia, completando a unificação da Alemanha no sentido da "pequena solução", e conquistando a Alsácia e a Lorena da França.¹⁰⁰⁴

Ao fim do conflito, a guerra franco-prussiana contabilizou um total de mais de 600 mil mortos. Para a Prússia, o fim da guerra foi associado à maior realização política de Otto von Bismarck: a unificação alemã. Seu plano político teve êxito com a inclusão dos Estados do Sul no projeto que substituiu a Federação Germânica do Norte, convertendo o rei da Prússia, Guilherme I, em Kaiser da Alemanha. A guerra desencadeou um surto de entusiasmo patriótico, conforme esperado por Bismarck e, ao longo do conflito armado, foram sendo lavrados tratados tanto com os Estados da Federação como aqueles que resistiam ao projeto centralizador prussiano, no qual se desenhou finalmente o projeto político de unificação alemã em um império sob a dinastia dos Hohenzollern. O projeto de unificação alemã encontrou oposição, novamente, do próprio soberano prussiano que, satisfeito com a Federação Germânica do Norte, aceitou a coroa somente depois de sofrer pressões por parte dos príncipes e dos Estados que se incorporariam ao novo império.

Para o soberano, a unificação não tinha o sabor de vitória como para Bismarck; chegou a afirmar ao seu filho que se tratava de “uma cruz que haveria de pesar sobre suas costas e sobre a Casa Real da Prússia”. As negociações que levaram à efetivação do Império passaram ainda por discussões com os soberanos de Württemberg, Hesse, Baden e Baviera. A este último (Luis II) foi concedido o comando supremo do exército, na barganha pela aceitação do projeto. Todos os acordos firmados durante o período de guerra foram submetidos à votação no *Reichstag*, onde a união dos Estados do Norte e do Sul foi ratificada por 102 votos contra 48. O *Reichstag* era eleito por sufrágio censitário, mas tinha influência limitada pelo poder imperial. O chanceler do Império, embora só prestasse contas ao imperador, era obrigado a procurar apoio para a sua política no parlamento. Tratava-se de um aparelho de Estado centralizado na figura do Kaiser. A estrutura política do império permaneceria inalterada até o término da Primeira Guerra Mundial.

Prússia manteve a hegemonia na condução do novo império, não apenas por ter liderado a Federação Germânica do Norte, possuir o mais poderoso exército da Europa e por ter liderado a vitória militar sobre a França: Prússia compreendia 351 mil quilômetros quadrados dos 541 mil que compunham o império, com mais de 5 milhões de habitantes, do total de 41 milhões de alemães. Além disso, Guilherme I, além de Kaiser, continuaria sendo rei da Prússia. A Constituição promulgada para a Federação Germânica do Norte, após modificações, foi aceita para a nova nação. O novo Reich, pouco mais extenso que a França, abrangia a Alemanha do Sul, particularista, sobretudo agrícola, a Alemanha média, fracionada, montanhosa, mineira e florestal, a Alemanha renana, que alcançara recentemente uma fortuna industrial e comercial de primeira ordem, a Saxônia, de uma grande riqueza rural e industrial, a vasta planície do Norte, muito mais pobre, mas com costas para dois mares e controlada em grande parte pela Prússia. Do ponto de vista religioso, a Oeste e ao Sul prevaleciam os católicos, ao Norte a ao centro, os protestantes. Havia três claras minorias: a polonesa e católica a Leste; Alsácia e

¹⁰⁰⁴ Monetariamente, a ruptura com o passado foi simbolizada pela adoção de uma nova moeda, o marco de 100 *Pfennig*, cujo valor era sustentado em boa parte por ouro obtido através das indenizações de guerra pagas pela França: um marco passou a ser equivalente a 0,3982 gramas de ouro com título de 90%. Os táleres continuaram a circular, como moedas de três marcos. A Áustria ficou fora dessa unificação, mas também redefiniu seu *Gulden* segundo o padrão ouro, 0,80645 gramas de ouro a 90% até 1892, quando criou uma nova moeda chamada *Krone* ou coroa.

Lorena a Oeste, sobretudo católica; a dinamarquesa ao Norte. A grande propriedade dominava o Norte, a média e a pequena o Sul e o Oeste. Ao todo, uma grande diversidade, muitos arcaísmos, o respeito à farda, à função pública, à autoridade em geral, o acatamento a um paternalismo atuante, o orgulho popular da tarefa cumprida em comum. O Reich passou a comportar em sua estrutura política o *Bundesrath*, que designava o conjunto dos Estados que compunham o império, e o *Reichstag*. Apesar de ser composto por meio do sufrágio universal, Bismarck concedeu poderes limitados aos parlamentares, concentrando poderes muito mais amplos nas mãos do imperador.



Tratava-se de um aparelho de Estado centralizado na figura do Kaiser. Essa era a resposta à pergunta de Engels: “Mas como unir as forças de toda a nação [alemã]? Três vias se apresentavam após o malogro das tentativas de 1848 – que, embora muitas vezes nebulosas, contribuíram não obstante para dissipar algumas nuvens”. Depois de tecer considerações sobre as duas primeiras vias, “a abertamente revolucionária” (como a unificação italiana, que Engels, equivocada ou exageradamente, considerou como tendo “enveredado por esse caminho”) e “a unificação sob a égide da Áustria”, deteve-se sobre a terceira, “a unificação sob a égide da Prússia”. Com esta última, a que efetivamente se verificou, descemos, afirmava Engels, “do domínio da especulação para o terreno mais sólido, embora bastante sórdido, da política realista que foi praticada”.

Do conjunto do processo, Engels concluiu: "A desgraça da burguesia alemã consiste em que, seguindo o costume favorito alemão, chegou demasiado tarde... Desse modo à Prússia correspondeu o peculiar destino de culminar no final deste século, e na forma agradável do bonapartismo, sua revolução burguesa que se iniciou em 1808-1813, e que deu um passo à frente em 1848. E se tudo caminha bem, se o mundo permanece quieto e tranquilo, e nós chegarmos à velhice, talvez em 1900 vejamos que o governo prussiano acabou realmente com as instituições feudais e que a Prússia alcançou por fim a situação em que se encontrava a França em 1792".¹⁰⁰⁵ Ou ainda: “Bismarck realizou a vontade da burguesia alemã contra a vontade desta. Os burgueses alemães continuavam a mover-se na sua famosa contradição: por

1005

Friedrich Engels. Prefácio. *La Guerra de Campesinos en Alemania*. Buenos Aires, Claridad, 1971.

um lado, reivindicavam o poder político para si sós. Por outro lado, reclamavam uma transformação revolucionária das estruturas da Alemanha - o que só era possível com o recurso à violência, logo com uma verdadeira ditadura. Ora, desde 1848, a burguesia, em todos os momentos decisivos, deu sempre a prova de que não possuía nem sombra da energia necessária para realizar uma dessas tarefas, quanto mais as duas! Nas condições alemãs de 1871, Bismarck estava efetivamente voltado a conduzir uma política de tergiversação entre as diversas classes. A única coisa que importava era saber que objetivo prosseguia a sua política. Se, qualquer que fosse o seu ritmo, ela se dirigisse, conscientemente e resolutamente, para o reinado final da burguesia, estaria em harmonia com a evolução histórica - até ao ponto, evidentemente, que esta fosse compatível com a existência de classes possuidoras. Se a sua política se propunha a conservação do velho Estado prussiano e a prussificação gradual da Alemanha, era reacionária e acabaria por fracassar”.¹⁰⁰⁶

No âmbito interno, Bismarck perseguiu todos aqueles que se opuseram a sua política, em especial os católicos, contra os quais liderou em 1872 a *Kulturkampf*, sustentada pelos luteranos e nacionais-liberais, cujo alvo era a Igreja em razão de seu apoio aos ainda descontentes Estados do sul, alsacianos-lorenos e poloneses. Outro importante fator que opunha a política de Bismarck aos interesses da Igreja remontava ao dogma da infalibilidade papal (promulgado em 1871), por ter inaugurado uma fase de intervenções diretas da autoridade católica em assuntos seculares. Perseguiu ainda os socialistas bem como os liberais, aos quais acusou de “apátridas”. Além disso, uma série de leis promulgadas entre 1872 e 1875 resultou na expulsão dos jesuítas de todo o país e no controle total dos seminários por parte do Estado, incluindo as nomeações de padres e bispos, por meio das “Leis de Maio”. Instalado o período de perseguições aos clérigos, seis dos dez bispos católicos no Estado da Prússia foram presos e centenas de padres expulsos da Alemanha. Bismarck teve que se defrontar com a maior resistência que havia encontrado até ali: o Partido Católico ou *Zentrum*, que imediatamente correu em socorro dos religiosos perseguidos pelo Império. Tornou-se o maior partido político da Alemanha, conseguindo eleger um quarto das cadeiras para as eleições do Reichstag, em 1874.

Paralelamente, crescia também o partido socialdemocrata. O termo “socialdemocracia”, que se identificou com o socialismo alemão, foi cunhado na época do nascimento do movimento político operário na Europa. Originalmente, expressava o esforço dos democratas para obter reformas políticas e sociais. Nesse sentido já se falava na França de *démocratie sociale* na década de 1840. Durante a revolução de 1848-49, a expressão ganhou à Alemanha. Os democratas do Sul oeste de Alemanha que se agruparam ao redor de Gustav Von Struve e Friedrich Hecker se chamaram de “socialdemocratas” em março de 1848. Durante a revolução alemã, o movimento operário reivindicou a expressão para sua própria organização. Marx e Engels questionaram em março de 1850 o uso do termo “socialdemocrata” pelos “pequenos burgueses republicanos”, defendendo seu conteúdo proletário-revolucionário. Nas décadas de 1850 e 1860, o termo representou, para a burocracia reacionária do Estado prussiano, a quintessência das tendências subversivas.

Johann Baptist von Schweitzer tornou a reivindicar o termo para o movimento operário, dando ao jornal que fundou em 1874 o nome de *Der Sozial Demokrat* e impulsionando a criação do “partido socialdemocrata”. Em 1875, no Congresso de Gotha, as duas organizações políticas dos operários socialistas da Alemanha, os eisenachianos (marxistas) e lassallianos, fundiram-se em um único partido. Nasceu assim o Partido Socialdemocrata da Alemanha (*Sozialistische Partei Deutschland*, SPD). Apesar das críticas da Marx e Engels ao programa aprovado, no qual os socialistas internacionalistas (isto é, os “marxistas”) haviam feito concessões “injustificáveis” às ideias cooperativistas de Lassalle, ele representou um importante acontecimento para o proletariado alemão, que agora dispunha de um forte instrumento para

¹⁰⁰⁶

Friedrich Engels. *Violência e Economia na Instauração do Novo Império Alemão*. Porto, Escorpião, 1974.

se lançar na luta política. “Mais vale um passo adiante do movimento real do que uma dúzia de programas”, foi a sentença de Marx a respeito. A Associação Geral dos Operários Alemães de Lassalle tinha sido o grupo mais numeroso na fusão que deu origem à socialdemocracia alemã. As leis eleitorais alemãs não eram uniformes: em onze estados existia o sistema eleitoral por classes, dependente dos impostos pagos pelo eleitor e, em outros quatro, mantinha-se a representação por corporações. Bismarck combateu, no interior, a ala esquerda da burguesia liberal, os políticos católicos e, principalmente, o movimento operário organizado, que reprimiu tanto quanto pode. A partir da mediação e resolução de assuntos internacionais destacou-se a atuação do chanceler alemão como “árbitro da Europa”. Bismarck governou o Império por 19 anos, fortalecendo sua posição na Europa através de uma política de paz (armada) e de alianças.

Em 1878, Bismarck teve papel decisivo no Congresso de Berlim, que pôs fim ao conflito entre Rússia e Turquia; em 1882, definiu a Tríplice Aliança com a Áustria e a Itália (cujo objetivo era isolar a França e conter a Rússia, desenhando ainda a reconciliação nas relações austro-prussianas); e, em 1887, sua atuação levou ao “Tratado de Reasseguro” com a Rússia. Porém, no âmbito interno o político prussiano estava em franca decadência. O “chanceler de ferro”, frio, calculista, carente de escrúpulos e disseminador da ideia do “inimigo hereditário”, ruía, no entanto ao passo da construção de uma política externa que conquistava progressivamente inimigos poderosos. Com Bismarck, a Alemanha procurou recuperar o terreno perdido na corrida imperialista das grandes potências na Ásia e África (as Américas nada mais eram do que um destino migratório, em especial os EUA), e sediou a Conferência de Berlim, que, entre novembro de 1885 e fevereiro de 1886, procedeu à partilha europeia da África, graças à preponderância de Bismarck nas relações internacionais intra-europeias: “Foi a intervenção da Alemanha na África Oriental que precipitou o movimento [de partilha]”.¹⁰⁰⁷ A participação do país no movimento colonial africano, porém, deu-se em proporções modestas, no Togo, Camarões, o Sudoeste Africano e os territórios da África Oriental Alemã. E Bismarck não conseguiu manter sob seu controle seus próprios agentes colonialistas, que ignoravam as fronteiras acordadas com as outras potências, impondo despesas inesperadas ao Estado alemão. A política africana de Bismarck estava mais determinada pela conjuntura europeia, mas teve o efeito (nefasto) duradouro de impor unidades políticas baseadas em fronteiras artificiais na África.

Fracassado relativamente da África (no objetivo vital de constituir um império colonial alemão no continente), em crise na sua política intra-europeia (pela oposição crescente e cada vez mais organizada da França e da Inglaterra, rivais históricas que se aproximaram diante da emergência alemã), e cada vez com maior oposição política interna (católica, liberal e socialista), a posição política de Bismarck, outrora sólida e poderosa, começou a enfraquecer. Os antagonismos da política do “sangue e aço” inviabilizaram a própria existência política de Bismarck. A morte de Guilherme I, com 91 anos, no dia 9 de março de 1888, levou ao trono Frederico III (Frederico III da Prússia) que, já arrasado pelo câncer, ocupou apenas por dois meses de trono. O novo Kaiser, Guilherme II, adversário da política de Bismarck, demitiu-o no dia 20 de março de 1890. A queda de Bismarck provocou o desmembramento da rede de alianças construída no cenário internacional; o tratado de resseguro com a Rússia não foi mais renovado. Bismarck terminou vítima do seu próprio sistema, não sem antes ter dado a impulsão decisiva para a criação da Alemanha e de um novo sistema político de equilíbrio político europeu.

Da multiplicidade de particularismos feudais e regionais que a compunham, Alemanha nasceu, no século XIX, a partir do processo de modernização da Prússia, que se iniciou em 1808-1813 como resposta às invasões napoleônicas; se aprofundou, a partir de 1848, como resposta à revolução desse mesmo ano, e culminou na unificação em 1871. A questão da servidão agrária

¹⁰⁰⁷

Henri Brunschwig. *Le Partage de l’Afrique Noire*. Paris, Flammarion, 1971, p. 83.

foi resolvida através de reformas sucessivas. No Sul e no Oeste do país, predominou a pequena propriedade; já no Leste a agricultura *junker* (baseada nas antigas grades propriedades) tendeu a transformar os antigos camponeses subordinados a ela em assalariados do campo.

Nos três momentos mencionados, a transformação se fez sempre "por cima", pelas mãos do Estado. Alemanha ingressara, apesar de tudo, no caminho da transformação capitalista, através da "unificação sob a égide da Prússia" evocada por Engels. Durante o último quartel do século XIX, o espantoso desenvolvimento econômico alemão levou a um aumento da população (de 41 milhões, em 1871, para 61 milhões, em 1910), não afetada pela grande migração alemã para as Américas, e com grande aumento da exportação. A siderurgia desenvolveu-se com firmas poderosas, como Krupp e Thyssen. Na indústria química, os fertilizantes melhoravam a agricultura e os explosivos repercutiam no campo militar, ampliando a produção armamentista. A indústria se organizou com base em monopólios (*konzern*) nascidos com base na rápida monopolização industrial, que pulara a etapa das oficinas artesanais e da manufatura. As ferrovias mais do que triplicaram em 40 anos, até atingir 61 mil quilômetros em 1910; a interligação ferroviária com outros países colocou a Alemanha no centro de uma rede europeia. A construção de canais melhorou a rede fluvial e houve grande ampliação das linhas marítimas e da marinha mercante. A produção de carvão na Alemanha era, em 1860, de pouco mais de 15 milhões de toneladas anuais (contra 85 milhões na Grã-Bretanha); em 1900, a produção alemã quase decuplicara (110,7 milhões de toneladas anuais) enquanto a inglesa (226,8 milhões de toneladas anuais) nem sequer triplicara. A produção de aço passou de 0,3 milhões de toneladas anuais em 1870 para espantosos 7,3 milhões de toneladas anuais em 1900, em um ritmo de crescimento bem superior ao de todos os outros países da Europa (mas inferior ao experimentado, no mesmo período, pelos EUA).¹⁰⁰⁸

De 1781 a 1900 houve, na Alemanha, um forte decréscimo da taxa de mortalidade e aumento da natalidade, representando um aumento populacional, como resultado da relativa estabilidade econômica e prosperidade material, possibilitada entre outras medidas pelos estímulos à imigração. O crescimento dos grandes centros provocou um esvaziamento dos campos e a mudança das antigas atividades agrárias e pastoris (como exportação de cereais e criação de gado bovino) para a consolidação de uma economia predominantemente industrial. Logo se esboçou a fisionomia de um mundo de negócios organizado em cartéis visando a venda maciça de produtos tanto no exterior como no interior: têxteis, metalurgia, química e construção, distribuídos principalmente entre a Renânia, a Saxônia, Berlim e os portos do Mar do Norte, graças a uma rede ferroviária e navegável de primeira ordem, e a um movimento marítimo em constante expansão. Todo o aparelho político do Reich foi mobilizado no intuito de consolidar a economia nacional do império. Três medidas foram determinantes: a criação de um sistema único de pesos e medidas; a criação do *mark* (a moeda federal alemã); e a unificação da legislação comercial, a *Reichsrecht bricht Landesrecht*. Paralelamente, cresceu enormemente a rede bancária. O novo *capital financeiro* resultante da fusão entre capital bancário e industrial teve seu centro de expansão na Alemanha.

Em 1871, ano no qual a França foi derrotada na guerra franco-prussiana e em que nasceu a Alemanha unificada, começou uma nova época nas relações internacionais que terminaria em 1914-1918, com a catástrofe da Europa na Primeira Guerra Mundial. A fundação do Império Alemão, realizada em três guerras de unificação e acompanhada de uma industrialização muito veloz, completou a reestruturação do sistema europeu de Estados. Esses processos transformaram o antigo "vácuo de poder" no centro da Europa em uma superpotência continental. Entre 1871 e 1914, o Império Alemão influenciou o caráter das relações internacionais mais fortemente do que todos os outros grandes países. A Alemanha passou a exercer sua hegemonia sobre o continente e, depois de 1897, agiu como uma potência

¹⁰⁰⁸

William Ashworth. *Breve Storia dell'Economia Mondiale*. Bari, Laterza, 1976.

mundial não satisfeita. O medo frente ao domínio alemão da Europa e às ambições alemãs em escala mundial superou as rivalidades; as linhas de conflito tradicionais entre Inglaterra, França e Rússia, ficaram subordinadas, concentrando a orientação da política exterior desses Estados numa aliança defensiva contra a Alemanha.

O triunfo dos nacionalismos, na Alemanha e na Itália, dissolveu vários pequenos países que, até aquela época, desempenhavam o papel de Estados-tampão entre as grandes potências, subtraindo destas últimas o campo de expansão dentro da própria Europa. Da mesma forma, a parte europeia do decadente Império Otomano deixou de ser, para as grandes nações, uma área de expansão moderadora de conflitos, e transformou-se em uma região explosiva (que acabaria por produzir a centelha inicial da Primeira Guerra Mundial). Depois de 1871, o sistema de Estados não retomou os objetivos do “concerto europeu”, com suas bases no equilíbrio de poder westfaliano, baseado em normas e consensos, e não na ameaça; a partir de 1890, o consenso foi destruído. A ausência de alianças permanentes no “sistema de Viena”, e as alianças frouxas e ocasionais das grandes potências, em tempos de crise, cederam lugar, após 1879, a um sistema de alianças permanentes, mesmo em tempos de paz. Essas alianças transformaram-se, até 1907, na bipolaridade de dois blocos de poder (Tríplice Aliança: Alemanha, Áustria-Hungria, Itália; Tríplice Entente: França, Rússia, Grã-Bretanha).

No âmbito mundial, o período entre 1871 e 1914-1918 caracterizou-se pelo apogeu da hegemonia global europeia. O novo imperialismo forçou a entrada no sistema internacional europeu daquelas partes do mundo que ainda se encontravam fora. Com isso, completou-se a construção da rede global de relações econômicas, estratégicas e políticas que foram dominadas pelos principais Estados da Europa. Isso ocorreu de forma violenta, principalmente na partilha da África, da ocupação territorial de grande parte da Ásia e da abertura da China. Após essa segunda onda de expansão colonial, não havia mais no mundo qualquer “vácuo de poder”. Com exceção da Áustria-Hungria, todas as grandes potências europeias, bem como os Estados Unidos e o Japão, entraram no círculo das potências coloniais. Durante o período de 1871 até 1914, as potências principais alcançaram sua hegemonia, direta ou indireta, com relativa facilidade. Nunca, na história mundial, a brecha militar, tecnológica e econômica entre os Estados industrializados da Europa e o resto do mundo foi ou seria maior. Esta supremacia uniu-se, no final do século XIX, com uma decidida vontade europeia de dominar o mundo. Os limites do poder europeu em escala mundial, porém, já eram perceptíveis.

Internamente, o sistema europeu de Estados manteve, após 1871, sua hierarquia e estratificação entre, de um lado, as cinco grandes potências (Alemanha, França, Grã-Bretanha, Rússia e Áustria-Hungria) e, de outro, as potências de segunda e terceira categoria. Embora as grandes potências fossem as mesmas da primeira metade do século XIX, a balança de poder entre elas alterou-se significativamente. A Prússia, inicialmente a mais fraca das cinco, catapultou-se (com o Império Alemão) para uma posição de potência hegemônica no continente. A França perdeu em 1870-1871 seu potencial de hegemonia. A monarquia austro-húngara correu o perigo de deixar o círculo das grandes potências, devido a problemas internos, originados na heterogeneidade nacional-étnica do Estado e no atraso econômico. A Rússia combinou sua força de país mais populoso da Europa com a fraqueza do seu atraso industrial.

O teste decisivo para o status de grande potência continuou sendo a capacidade de fazer a guerra. Tal capacidade, porém, não mais correspondia apenas à força populacional de um Estado, vale dizer, ao número de soldados de infantaria, mas dependia crescentemente da força industrial. A dinâmica diferenciada na industrialização dos diversos Estados europeus, desde a segunda metade do século XIX, refletia-se na sua posição relativa de poder no sistema de Estados. Da mesma forma, a vantagem na industrialização da Europa (e dos Estados Unidos) embasava o seu domínio no sistema mundial. A origem social das pessoas imediatamente envolvidas nas relações internacionais (diplomatas, ministros), durante todo o século XIX,

apresentava uma continuidade: com exceção parcial dos franceses, elas vinham quase que exclusivamente da nobreza.

A maioria dos historiadores subdividiu as relações internacionais entre 1871 e 1918 em dois períodos, cuja dinâmica é derivada da política externa alemã. O primeiro estende-se de 1871 a 1890, quando a diplomacia da Europa e as relações internacionais foram dominadas pelas alianças do sistema de Bismarck. O segundo período vai da renúncia forçada de Bismarck (em 1890) até 1918; inicia-se com ofensivas alemãs na política externa e caracteriza-se por tensões crescentes, pela polarização em blocos de poder permanentes e pela Primeira Guerra Mundial. Sobre os princípios básicos que governaram o funcionamento do sistema europeu de Estados nessa época, existem duas visões. A primeira supõe a existência de um equilíbrio de poder entre as potências. A segunda abordagem encara a hegemonia alemã como característica das relações internacionais no continente. Argumenta-se que o equilíbrio de poder (isto é, o princípio básico de que nenhuma potência poderia dominar o continente) teria tido real validade nas relações internacionais, mesmo no último quartel do século XIX, com um equilíbrio instável e tenso entre os dois blocos de poder em formação. Esse equilíbrio teria sido seriamente ameaçado pela Alemanha e seus aliados apenas a partir de 1905.

Contrariamente, argumenta-se que a ideia de equilíbrio de poder entre as grandes potências continentais corresponderia somente aos interesses britânicos, tendo pouca relevância prática no continente como princípio básico consensual. A *segurança* teria sido o conceito dominante. A paz depois de 1871 não se fundamentou no “consenso moral” precedente, mas na superioridade militar alemã sobre a França. A definição britânica de equilíbrio seria unilateral, uma vez que se relacionaria só com a Europa, sem levar em conta o poder britânico além-mar. Os alemães tentaram substituir essa definição britânica pela sua própria, que possibilitaria à Alemanha estabelecer-se como potência mundial: a Alemanha tornou-se potência europeia hegemônica após a vitória sobre a França, mas Bismarck manteve o *statu quo ante* mediante sua diplomacia.¹⁰⁰⁹ Embora fosse a maior potência militar e industrial do continente depois de 1871 e tivesse potencial hegemônico (entendido como “a habilidade do mais poderoso dos Estados para determinar a natureza da sociedade e seu exercício”),¹⁰¹⁰ Alemanha não chegou a transformar esse potencial em uma prática política imperialista consistente. A política exterior da Alemanha, até 1890, era guiada mais pela pressuposta vulnerabilidade do país a coalizões inimigas do que por seu poder como primeira potência no continente. Embora o potencial militar e econômico permitisse uma predominância do Império Alemão, sua cautelosa política e as relações entre os outros países fizeram que as relações internacionais até 1890 fossem relativamente equilibradas.

Em outubro de 1873, Bismarck negociou a “Liga dos Três Imperadores” (*Dreikaiserbund*) entre os monarcas da Áustria-Hungria, Rússia e Alemanha. Este acordo falhou porque a Áustria-Hungria e a Rússia tinham interesses conflitantes nos Bálcãs, o que fez com que a Alemanha e Áustria-Hungria formassem uma aliança em 1879, chamada de Aliança Dupla. Isto foi visto como uma forma de combater a influência russa nos Bálcãs, enquanto o Império Otomano continuava a se enfraquecer. Em 1882, esta aliança foi ampliada para incluir a Itália, no que se tornou a Tríplice Aliança. Depois de 1870, um conflito europeu foi evitado em grande parte através de uma rede de tratados cuidadosamente planejada entre o Império Alemão e o resto da Europa, orquestrada por Bismarck. Ele trabalhou especialmente para manter a Rússia ao lado da Alemanha, para evitar uma guerra de duas frentes com a França e a Rússia. O poder industrial e econômico dos alemães havia crescido muito. Desde meados da metade dos anos 1890, o governo de Guilherme II usou essa base para dedicar significativos recursos

¹⁰⁰⁹ Adam Watson. *A Evolução da Sociedade Internacional*. Uma análise histórica comparativa. Brasília, UnB, 2004.

¹⁰¹⁰ Adam Watson. *The Limits of Independence*. Relations between states in the modern world. Londres, Routledge, 1997.

econômicos para a edificação do *Kaiserliche Marine* criada pelo almirante Alfred von Tirpitz, em rivalidade com a Marinha Real Britânica na supremacia naval mundial.



Otto von Bismarck, o “chanceler de ferro”, fotografado no seu apogeu

Depois de 1890, a Alemanha reivindicou um status político internacional correspondente ao seu poderio econômico e, ao mesmo tempo, França conseguiu quebrar seu isolamento, concluindo uma aliança com a Rússia em 1894. Entre esses blocos em formação, estabeleceu-se uma espécie de equilíbrio, que não pode ser visto como parte da tradição dos princípios do “Concerto Europeu”: era mais um equilíbrio inspirado por medo mútuo - uma “paz armada”; desafiado desde o início, mais parecido com uma situação de guerra latente do que com o “consenso” da tradição anti-hegemônica europeia. Durante o século XIX, graças à impulsão produtiva, comercial e financeira pós-unificação nacional, o crescimento econômico da Alemanha foi, com grande vantagem, o maior da Europa, deixando atrás à Inglaterra.¹⁰¹¹

PIB dos países europeus no século XIX (em bilhões de dólares de 1960)

	Alemanha	Inglaterra	Rússia	Áustria	França	Itália
1830	7,235	8,245	10,550	7,210	8,582	5,570
1840	8,320	10,431	11,200	8,315	10,335	5,951
1850	10,395	12,591	12,700	9,190	11,870	6,666
1860	12,771	16,072	14,400	9,996	13,326	7,466
1870	16,697	19,628	22,920	11,380	16,800	8,273
1880	19,993	23,551	23,250	12,297	17,381	8,745
1890	26,454	29,441	21,180	15,380	19,758	9,435
1900	35,800	36,273	32,000	19,400	23,500	10,820
1910	45,523	40,623	43,830	23,970	26,869	12,598
1913	49,760	44,074	52,420	26,050	27,401	15,624
1830-1913	688%	535%	497%	361%	319%	281%

¹⁰¹¹ Paul Bairoch. Europe's Gross National Product: 1800-1975. *Journal of European Economic History* nº 5, Londres, 1976.

A peculiaridade do desenvolvimento industrial alemão consistiu em que “por ser muito mais atrasada, devia criar toda sua indústria *ex novo*; foram os banqueiros e outros promotores os que as desenvolveram dentro do sistema das ações. A relação entre indústria e fazenda se estreitou, em setores como a mineração, metalurgia, construção de máquinas, química e material elétrico, que exigiam capitais e direitos de entrada mais elevados. Não era só que os bancos emitissem os valores das empresas novas, ou que se desenvolvessem, mas também que tinham interesse na transmissão dessas ações e exerciam uma influência contínua, inclusive controle, sobre as operações de câmbio. Ao aumentar a concentração financeira, alguns bancos importantes – os quatro D (*Deutsche Bank, Dresdner Bank, Darmstadter Bank, Discontogesellschaft*) chegaram a dominar setores inteiros da indústria e do comércio. Em nenhum outro país da Europa ocidental, exceto na Áustria com seu *Creditanstalt*, existia semelhante fenômeno”.¹⁰¹²

O capitalismo alemão atingiu com velocidade recorde, na Europa, seu estágio monopolista, privado, no entanto, de um grande sistema colonial próprio, e carregando ainda o fardo de uma ordem política nobiliária anacrônica: “As tradições da vida parasitária perduram e se mantêm bem vivas na Europa Oriental: o *junker* alemão sabe gritar tão alto quanto o populacho esfarrapado da Roma Antiga”,¹⁰¹³ dizia um observador na virada para o século XX. Na classe burguesa e nas classes médias um intenso nacionalismo se expandiu. A produção de armamentos foi se intensificando a ritmos cada vez mais velozes. O novo imperador alemão definiu assim a “vocaçãõ alemã”: “Política mundial como missão, potência mundial como objetivo, esquadra como meio”. A ênfase dada à marinha decorria da concorrência com a Inglaterra e da intensificação dos interesses coloniais germânicos que, no entanto, ficaram atrasados em relação a um desenvolvimento capitalista interno que se potenciou graças a um forte estímulo e intervenção estatal (crédito industrial direcionado, estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico através das universidades humboldtianas).

No final do século XIX, a Alemanha industrial já tinha superado à Inglaterra, com um crescimento econômico que duplicara o da França e triplicara o da Itália. Seus expertos “geopolíticos”, assim chamados pelo nome dessa nova disciplina nascida na própria Alemanha imperial, começaram a invocar a necessidade de um “espaço vital” (*Lebensraum*) para o gigante econômico da Europa continental, um espaço que não podia se limitar a um império colonial. Segundo o fabiano inglês H.G. Wells, o sucesso alemão se devia à devoção à educação. Alemanha era “de modo geral, a nação de maior serviço educacional do mundo”: “A mesquinha inveja da classe dominante britânica, que nenhum orgulho patriótico nem impulso generoso jamais conseguiu vencer e que impedira a educação do homem na Inglaterra, foi destruída ante o crescente temor da eficiência germânica. Com efeito, a Alemanha entregara-se à organização da pesquisa científica e à aplicação do método científico ao desenvolvimento industrial e social, com fé e energia que jamais, em tamanho e grau, demonstrara antes qualquer outra comunidade... Alemanha liderou também o mundo em muitos aspectos de legislação social. A Alemanha compreendeu que a classe trabalhadora é um dos valores nacionais, que se corrompe com o desemprego e que, para o bem comum, deve ser objeto de cuidado dentro e fora das fábricas”.

Em contraste, “o empregador britânico estava ainda sob a ilusão de que a classe trabalhadora não existia fora do seu trabalho nas fábricas, e quanto pior fosse a sua existência exterior tanto melhor de algum modo para ele”.¹⁰¹⁴ Previdência social universal e universidade humboldtiana, marcas distintas da “civilização germânica”, iriam ser usadas como argumento para uma expansão geopolítica e bélica alemã. “Quase como se obedecesse à alguma lei

¹⁰¹² David S. Landes. La estructura de la empresa em el siglo XIX. In: Pierre Vilar et al. *Estudios sobre el Nacimiento y Desarrollo del Capitalismo*. Madrid, Ayuso, 1978, p. 144.

¹⁰¹³ Karl Kautsky. *Op. Cit.*, p. 127.

¹⁰¹⁴ H. G. Wells. *Uma Breve História do Mundo*. Porto Alegre, L&PM, 2010.

natural, em cada século parece emergir um país com o poder, a vontade, e o ímpeto intelectual e moral para moldar o sistema internacional inteiro conforme a seus próprios valores... No século XIX, a Áustria de Metternich reconstruiu o Concerto da Europa e a Alemanha de Bismarck o desmantelou, transformando a diplomacia europeia num jogo a sangue-frio de política de poder”.¹⁰¹⁵ o maior pensador do “partido da ordem” do século XX assim constatou a instabilidade política crônica, derivada de sua incontornável concorrência interna, da ordem internacional capitalista. Politicamente, o fim da era de Bismarck deixou como legado a unificação do Estado alemão sob a égide de um nacionalismo belicista, do expansionismo, da perseguição à qualquer oposição e da construção de fronteiras políticas riscadas com o fio da espada e a bala dos fuzis e dos canhões. O declínio da ordem europeia de Bismarck assumiu, desse modo, contornos bélicos explosivos.

¹⁰¹⁵

Henry Kissinger. *Diplomacy*. Nova York, Simon&Schuster, 1994.

32. UNIFICAÇÃO NACIONAL TARDIA: A ITÁLIA

Noi siamo con voi e noi non chiediamo altro che la liberazione della nostra terra. Tutti uniti, l'opera sarà facile e breve. All'armi dunque! Chi non impugna un'arma è un codardo o un traditore della patria. Noi avremo fucili, ma per ora un'arma qualunque basta, impugnata dalla destra d'un valoroso. I Municipi provvederanno ai bimbi, alle donne ed ai vecchi. All'armi tutti! E la Sicilia insegnerà ancora una volta come si libera un paese dagli oppressori, colla potente volontà di un popolo unito! (Giuseppe Garibaldi, **Ai Siciliani**, 1860)

A unificação nacional italiana foi marcada pela heterogeneidade econômica e social dos territórios do futuro país. A partir do século X, as cidades da ainda apenas idealizada "Itália" passaram a ser mais independentes entre si, tornando-se centros políticos independentes. Transformadas em cidades-estados, especialmente ao longo de suas costas, ao longo da Idade Média e do Renascimento exerceram grande influência sobre o panorama cultural e econômico do continente europeu. O segundo império "italiano" não foi o Sacro Império "Romano" germanizado, mas o império das repúblicas marinheiras, que fizeram do Mar Negro um "lago genovês" e iniciaram a reconquista das rotas do Mediterrâneo, que permanecera durante séculos como um "lago do Islã" (dominado pelos *sarraceni*).



A península itálica, em 1494

Durante a Idade Média, a Itália estava dividida em vários reinos e cidades-estados, como o Reino da Sardenha, o Reino das Duas Sicílias e o Ducado de Milão. Em que pese seu papel na dinamização do comércio europeu com Oriente, de um lado, e a participação de genoveses e florentinos na realização (em todos os sentidos) das viagens interoceânicas que conduziram à América, do outro, Itália entrou na "modernidade" sem chegar a constituir um Estado absolutista unificado: "Itália, desde o século XVI, não chegou a realizar a evolução que se operava em torno dela. Não chegou a ser um grande Estado, como já o eram a França, a Espanha e a Inglaterra. Não chegou a substituir o regime dividido da Idade Média por aquele que fez a força de seus vizinhos, consistente em ter um vasto território unificado sob as mesmas leis. Era impotente, não só para fundar uma unidade política através de um grande

reinado, mas também para a realização do nexos mais flexível de uma federação de Estados soberanos entre os que se disputava sua supremacia interna. Isto foi para Itália uma grande desgraça que teve de sofrer durante três séculos”.¹⁰¹⁶

A ideia de “Itália” se reforçou com uma catástrofe. Em 1494, Carlos VIII da França invadiu Itália para reivindicar o trono de Nápoles, arrasando o que encontrava no caminho: “Desfez-se a ilusão da vaidade italiana. Gerações e gerações de italianos consideraram-se política, militar e culturalmente superiores aos ‘bárbaros’ do Norte da Europa. O instável equilíbrio entre o papado, Nápoles, Veneza, Milão e Florença fora de uma hora para outra destruído. Tudo virara de cabeça para baixo, pois aos franceses seguiram-se os espanhóis e a imperial armada e, o pior de tudo, as temidas infantarias suíça e alemã introduzindo o terrorismo e a dedicação à carnificina que aterrorizava seus anfitriões compulsórios”.¹⁰¹⁷ A consciência dessa queda surgiu na obra de Maquiavel, pois a dependência de combatentes contratados (mercenários), só preocupados com lucros e vantagens pessoais foi, para ele, a maldição do país: os mercenários eram a origem da covardia e pusilanimidade italianas. A precocidade comercial italiana foi esmagada pelo “formidável absolutismo francês”.

Na ausência de unidade nacional, os precoces embriões capitalistas italianos, não só comerciais mas também produtivos, ficaram no estado embrionário. Entre a segunda e a terceira década do século XVII, uma série de fatores, como a queda nas importações espanholas em decorrência da queda na produção de metais preciosos na América, a eclosão de diversas guerras na Europa, e o surto da peste no Norte da Itália, comprometeu ainda mais a competitividade italiana. No século XVIII, o Tratado de Utrecht (1713) submeteu o país à dominação dos Habsburgo da Áustria. Na Toscana e no reino de Nápoles, que, com Parma, retornaram às mãos dos Bourbon da Espanha (em 1734), implantou-se uma política reformista (“despotismo ilustrado”). Entre 1792 e 1799, a “proto Itália” permaneceu sob a influência da França, que anexou Saboia e Nizza (Nice, em francês) e ocupou a República de Gênova. Foram instituídas efêmeras “repúblicas irmãs” peninsulares.

Entre 1802 e 1804, Napoleão Bonaparte conquistou o a península e instituiu, no Norte, a “República Italiana”. Entre 1805 e 1814, esta se tornou Reino de Itália, tendo Napoleão Bonaparte como soberano; o reino de Nápoles, ocupado em 1806, foi confiado a José Bonaparte, irmão do Imperador, e depois (1808) a Joaquin Murat. Em maio de 1804, após a proclamação do Primeiro Império francês, Napoleão foi coroado rei em Milão e anexou Parma ao Império. Ameaçadas de perderem a independência, as principais cidades tentaram juntar-se a uma coalizão anglo-austro-russa, mas depois de várias derrotas foram forçadas a reconhecer a presença de Napoleão, a entrega da Veneza austríaca ao rei da Itália e a ocupação da Ístria e da Dalmácia. Em 1808, após divergências com o papado, Napoleão ocupou Roma e proclamou o fim do poder temporal do papa. Roma foi anexada ao Império como sua segunda cidade. Logo em seguida, reformas políticas instituíram o código napoleônico, um sistema comum de administração, rudimentos de educação pública e o serviço militar obrigatório.

A partir da batalha de Leipzig, em 1813, começou a invasão austríaca, com a ajuda de grupos patrióticos que, como acontecera na Alemanha, acreditavam na independência após a derrota dos franceses. Em 1814, com a derrota napoleônica, Itália reassumiu a divisão anterior, em doze Estados. Na expressão despectiva do príncipe Von Metternich, arquiteto da Santa Aliança, Itália “não passava de uma expressão geográfica”. A dominação austríaca foi restaurada no norte e no centro. Os austríacos ocuparam a Lombardia, mas não entregaram o poder aos patriotas. A oposição dos italianos ao domínio austríaco manifestou-se em um sentimento cada vez mais forte em favor da unidade nacional e da independência, cujo

¹⁰¹⁶ Georges Renard. *Op. Cit.*, p. 257.

¹⁰¹⁷ Sidney Anglo. A anatomia da decadência política e militar. In: Brian Redhead (ed.). *O Pensamento Político de Platão à OTAN*. Rio de Janeiro, Imago, 1989, p. 76.

primeiro sintoma foi o nascimento de uma rede de sociedades que desempenharam um papel de vital importância no transcurso das revoluções em Nápoles e Palermo (1820) e no Piemonte (1821), quando as insurreições organizadas pelas sociedades secretas foram duramente reprimidas pela Áustria.

Com a restauração, os estados que haviam formado o Reino da Itália foram tomados pela agitação revolucionária, organizada em sociedades secretas, como a dos carbonários e a dos federados, que foram sufocados pelos austríacos. A influência da *Jovem Itália*, fundada em 1831 por Giuseppe Mazzini, espalhou-se rapidamente, propondo uma insurreição nacional que unificasse a Itália como uma república. Entre 1831 e 1833, eclodiram revoltas patrióticas em diversas regiões, inspiradas por Mazzini e seus partidários e, desde 1839, se celebraram na Itália “congressos anuais de *scienziati* que, além do pretexto científico, serviam de lugar de discussão política dos partidários intelectuais do Risorgimento, atraindo as iras dos soberanos”.¹⁰¹⁸ 120 novos jornais foram criados entre 1815 e 1847, “reduzindo ao mínimo os laços existentes entre Itália e os países da área alemã em favor de novos laços com as potências da Europa ocidental e liberal... Foi neste período que começou a tomar forma uma burguesia setentrional, mais moderna e segura de si, a mesmo tempo com a perda de privilégios, em termos de acesso ao poder político, dos tradicionais estratos regionais”.¹⁰¹⁹ As novas forças do *Risorgimento* criaram renovadas esperanças de independência nacional. O Reino da Sardenha, finalmente, assumiu sua direção política e obteve o apoio da França.



Com a eleição do papa Pio IX, em 1846, começou a crise do *Risorgimento*. O novo papa aprovou reformas liberais que ameaçavam os austríacos e deram exemplo para outros estados, e até para os revolucionários: “Em junho de 1846 foi eleito pontífice Giovanni Mastai Ferretti com o nome de Pio IX. Pouco depois emanou o famoso *Editto del Perdono* (uma ampla anistia aos condenados políticos) e nomeou a 8 de agosto como secretário de Estado o

¹⁰¹⁸ Christophe Charle. *Los Intelectuales en el Siglo XIX*. Madrid, Siglo XXI, 2000, p. 34.

¹⁰¹⁹ Derek Beales e Eugenio Biagini. *Il Risorgimento e l'Unificazione dell'Italia*. Bolonha, Il Mulino, 2005, pp. 90-91.

cardeal Pasquale Gizzi, bem acolhido pelos liberais (pois tinha) fama de ser favorável às reformas. A ele se deveram as reformas ministeriais e a concessão da liberdade de imprensa. O impacto das iniciativas papais, na Itália e no exterior, foi vastíssimo. Difundiu-se a convicção de que finalmente chegara o grande papa auspiciado por Gioberti, e enquanto em toda a península se multiplicavam as manifestações sob o grito de ‘Viva Pio IX’; Mazzini, de Londres, o incitava a se pôr na cabeça do movimento nacional italiano, e Garibaldi, do Uruguai, lhe oferecia sua espada”.¹⁰²⁰ Em menos de dois anos, Ferretti-Pio desiludiria todos eles, incluído Garibaldi, ao renovar sua aliança com os inimigos da unificação.

Mas logo depois da eleição papal de 1846. a Toscana, a Sardenha e o Piemonte fizeram concessões democráticas, como a liberdade de imprensa. O surto de liberalismo encorajou a revolução na Sicília, que em 1848 se proclamou independente da monarquia Bourbon. Logo depois, os soberanos da Toscana e do Piemonte outorgaram constituições a seus estados. Milão se rebelou e expulsou o exército austríaco; outra revolução, em Veneza, restaurou a república. Carlos Alberto, rei do Piemonte, acuou os austríacos e lhes declarou guerra. O monarca abdicou em 1849, e seu sucessor, Vittorio Emanuele II, apressou-se em firmar a paz. A Itália ficava, novamente, à disposição dos austríacos. O exército popular de Giuseppe Garibaldi resistiu por algum tempo às forças francesas enviadas para restaurar o poder papal em Roma, mas a cidade foi logo tomada. O levante na Sicília foi esmagado. Foi o fim da onda revolucionária de 1848 na Itália, mais prolongada que no restante do continente, pois só em 1849 a República de Veneza também capitulou. Ainda em 1849, um tratado de paz entre Áustria e Piemonte completou a pacificação contrarrevolucionária.

A Itália agrária e atrasada derrotava mais uma vez a Itália moderna das cidades. Em 1848, Milão tinha 180 mil habitantes, Torino 160 mil, a Florença do Dante 95 mil, e Roma chegava apenas a 150 mil (só Nápoles superava os 400 mil habitantes, devido “mais a uma decomposição social [agrária] do que a uma vitalidade produtiva”, nas palavras de Lucio Villari). Na mesma época, Paris já superava o milhão de habitantes e Londres os dois milhões, Manchester tinha 400 mil, assim como Berlim, até Marselha tinha já mais de 200 mil habitantes, superando qualquer cidade italiana, com a exceção de Nápoles. A burguesia industrial e a classe média urbana eram, na Itália, ainda raquíticas. Nesse quadro social, segundo Antonio Gramsci, “o *Risorgimento* foi um desenvolvimento histórico complexo e contraditório, que se tornou um todo a partir de todos os seus elementos antitéticos, de seus protagonistas e de seus antagonistas, de suas lutas, das modificações recíprocas que as próprias lutas determinam e até mesmo da função das forças passivas e latentes, como as grandes massas agrícolas, além, naturalmente, da função eminente das relações internacionais”. Ele “se realizou sem ‘Terror’, como ‘revolução sem revolução’, ou seja, como ‘revolução passiva’”, gerando um ‘Estado moderno bastardo’ e um ‘transformismo molecular’”.¹⁰²¹

Rosario Romeo, posteriormente, criticou a tese gramsciana sobre a revolução agrária não realizada no *Risorgimento* como expressão do fracasso da revolução democrática burguesa na Itália, sugerindo que, se esta tivesse ocorrido, a via italiana para o capitalismo teria sido ainda mais lenta e retardada, pois, sem a exploração dos camponeses, a acumulação capitalista ficaria bloqueada. Romeo adaptou ao *Risorgimento* as interpretações dos historiadores conservadores ingleses (Hugh Trevor-Roper e Alfred Cobban), segundo as quais a revolução inglesa de 1640 e a francesa de 1789, em vez de terem tornado possível o desenvolvimento capitalista, não fizeram mais do que retardá-lo, visto que o capitalismo já estava em curso desde antes dessas datas em ambos os países.¹⁰²²

¹⁰²⁰ Lucio Villari. *Bella e Perduta. L'Italia del Risorgimento*. Roma-Bari, Laterza, 2012, p. 119.

¹⁰²¹ Antonio Gramsci. *Il Risorgimento*. Roma, Riuniti, 1979.

¹⁰²² Rosario Romeo. *Risorgimento e Capitalismo*. Bari, Laterza, 1959.

Os principais protagonistas ulteriores da batalha pela unificação foram Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi, líderes republicanos, e a Casa dos Saboia, com o primeiro ministro Cavour. Garibaldi ficou conhecido como "herói de dois mundos" por ter participado de conflitos pela independência e a república na Itália e na América do Sul, e dedicou sua vida à luta contra a tirania estrangeira. Ainda menino, tornou-se marinheiro e conheceu a vida no mar. Aos 25 anos chegou ao posto de capitão da marinha mercante, ao mesmo tempo em que se aproximava do movimento mazziniano da *Jovem Itália*. Foi condenado à morte e fugiu para a América do Sul, desembarcando no Rio de Janeiro em 1835; seguiu para o Rio Grande do Sul e se juntou aos republicanos da Revolução Farroupilha, ou "Guerra dos Farrapos", destacando-se nos combates contra as forças imperiais. Juntamente com o general Davi Canabarro, tomou o porto de Laguna, em Santa Catarina, onde proclamaram a República Juliana.



Giuseppe Garibaldi, o "herói de dois mundos"

Pouco antes do fim da Guerra de Farrapos, foi dispensado por Bento Gonçalves de suas missões e mudou-se para o Uruguai. Naquele país, em 1842, foi nomeado capitão da frota uruguaia na luta contra o governo argentino de Juan Manuel de Rosas. No ano seguinte, exerceu papel fundamental na defesa de Montevideú, impedindo que a cidade fosse tomada pelos argentinos. Em 1848, Garibaldi voltou à Itália para combater os exércitos austríacos na Lombardia (norte da Itália) e dar início à luta pela unificação italiana. Fracassou na tentativa de expulsar os austríacos e foi forçado a refugiar-se primeiro na Suíça e depois em Nizza. Visando conquistar Roma do papado, os republicanos italianos marcharam contra aquela cidade e a tomaram. Garibaldi participou da campanha com um corpo de voluntários e foi eleito deputado na assembleia constituinte da República Romana.

Contudo, os franceses e os napolitanos cercaram a cidade, visando a restabelecer a autoridade papal. A cidade caiu em 1º de julho de 1849. Garibaldi recusou um salvo-conduto do embaixador americano e empreendeu uma retirada com quatro mil soldados, sendo perseguido por três exércitos (franceses, espanhóis e napolitanos), que somavam dez vezes o seu número de homens. Ao norte da Itália, o exército austríaco, com 15 mil soldados, também aguardava Garibaldi. Durante os combates, Anita Garibaldi, sua esposa brasileira, foi morta, em agosto de 1849. Condenado ao exílio, Garibaldi morou na África, em Nova York e no Peru. Entretanto, voltou à Itália em 1854, participando da segunda guerra de independência contra os austríacos.

Alas radicais ("jacobinas" ou protosocialistas) se manifestaram e agiram na luta pela unificação italiana. Suas limitações ficaram exemplificadas na excepcional trajetória de Carlo Pisacane (1818-1857), jovem napolitano e patriota italiano. Filho de família aristocrática decadente (seu pai era Gennaro Pisacane, *duca di San Giovanni*) estudou na Escola Militar. Pisacane tinha uma personalidade idealista e visionária, sendo considerado um dos primeiros socialistas italianos defensores de uma "utopia igualitária". Em 1839 foi alferes do 5º regimento, iniciando uma brilhante carreira militar. Em 1840 foi enviado a Gaeta, como coordenador da construção da

ferrovia Nápoles-Caserta; em 1841 foi transferido ao quartel de Civitella del Tronto, condenado por... adultério. Abandonou a carreira militar e fugiu, com sua namorada, Enrichetta De Lorenzo, de Nápoles a Marselha, depois a Londres e Paris, onde conheceu Alexandre Dumas (que escreveu uma biografia de Garibaldi), Victor Hugo, Lamartine e George Sand. Engajou-se na Legião Estrangeira em 1847, indo para Argélia, onde tinha sido recentemente derrotada a guerrilha antifrancesa dirigida pelo Emir Abd el-Qader. Pisacane ficou impressionado pelos sucessos militares dos guerrilheiros árabes.

Voltou à Itália em 1848, com a revolução europeia desse ano, combatendo os austríacos no Vêneto e em Lombardia. Foi voluntário no exército piemontês, participando na primeira guerra da independência. Derrotado, Pisacane foi a Roma, onde, com Goffredo Mameli, Giuseppe Garibaldi, Aurelio Saffi e Giuseppe Mazzini, fundou a República Romana, defendendo-a dos ataques dos franceses, chamados pelo Papa Pio IX para reprimir o levantamento instigado pela maçonaria anticlerical. Preso em julho de 1848, foi confinado no Castel Sant'Angelo. Liberado, foi a Londres, onde elaborou seu próprio projeto político, considerado a primeira manifestação de um núcleo italiano de pensamento socialista, aliando a ideia nacional com as aspirações da plebe camponesa num projeto de reforma agrária.

A experiência conduziu Pisacane para ideias revolucionárias distantes do socialismo filantrópico ou utópico: *“È profonda mia convinzione di essere la propaganda dell'idea una chimera e l'istruzione popolare un'assurdità. Le idee nascono dai fatti e non questi da quelle, ed il popolo non sarà libero perché sarà istruito, ma sarà ben tosto istruito quando sarà libero”*. Itália só seria vitoriosa quando o camponês trocasse “a foice pelo fuzil”. A revolução nacional “burguesa” enganava o povo: *“La dominazione della casa Savoia e la dominazione della casa d'Austria sono precisamente la stessa cosa”*, e ainda *“il regime costituzionale del Piemonte é più nocivo all'Italia di quello che lo sia la tirannia di Ferdinando II”*.

Pisacane se distanciava, com seu radicalismo, de seu mestre Mazzini, partidário da colaboração nacionalista de classes. Em Gênova frequentou o filósofo russo Alexander Herzen, defensor do potencial revolucionário das massas oprimidas, devidamente educadas previamente. Autor de *Guerra combattuta in Italia negli anni 1848-49*, e de *Saggi storici-politici-militari sull'Italia* (1854), Pisacane fundou em 1856 o jornal *La Parola Libera*, e começou a organizar uma ação militar-insurrecional que partisse do “profundo Sul”, implicando a grande massa de camponeses; passou a organizá-la com Nicola Fabrizi, Giuseppe Fanelli, ex-combatente da *Repubblica Romana*, Luigi Dragone e sua mulher Rosa, Nicola Mignogna, buscado como cúmplice do atentado contra Pio IX de setembro de 1849; Giovanni Nicotera, futuro ministro do governo da Itália unificada; Giovan Battista Falcone, Rosalino Pilo.



Carlo Pisacane

A tropa organizada por Pisacane partiu em direção ao Sul para dar início ao levantamento nacional. O “Granma” italiano partiu de Gênova e desembarcou em Ponza, em junho de 1857. Depois de alguns fracassos, a guerrilha libertou 323 detidos. Em julho, foram cercados em Padula, onde 25 combatentes foram massacrados, e 150 detidos. Pisacane, com Nicotera,

Falcone e outros, fugiu para Sanza, onde foram agredidos pela população (83 de seus homens foram mortos). Pisacane e Falcone, cercados e desiludidos com a reação popular, se suicidaram com suas pistolas. Os sobreviventes, incluído Nicotera, foram processados em janeiro de 1858, condenados à morte, pena comutada pelo rei napolitano Ferdinando II, permanecendo em prisão. Inglaterra interveio contra a fúria repressiva do rei, que se abatia também sobre dois súditos do Reino Unido, colaboradores de Pisacane. Garibaldi, depois, liberou os presos, e Nicotera iniciou uma bem sucedida carreira política.

No seu testamento político, Pisacane defendeu o ideal mazziniano do *“sacrificio senza speranza di premio”*: *“ogni mia ricompensa io la troverò nel fondo della mia coscienza e nell'animo di questi cari e generosi amici... che se il nostro sacrificio non apporta alcun bene all'Italia, sarà almeno una gloria per essa aver prodotto figli che vollero immolarsi al suo avvenire”*. O sacrifício de Pisacane e seus companheiros recolocou a *“Questione Napoletana”*, a libertação do *Mezzogiorno* do governo dos Bourbon, que o primeiro ministro inglês (liberal) Gladstone definiu como *“a negação de Deus elevada a sistema de governo”*. Pisacane virou um ícone do *Risorgimento* italiano: sua vida e sua obra o elevaram ulteriormente à condição de herói nacional. A ação *“suicida”* de Carlo Pisacane foi o símbolo da frustração de toda uma geração de democratas revolucionários, considerados antecedentes de uma radicalização socialista do movimento democrático e nacional do *Risorgimento*, com a obra de Pisacane, *Ensaio sobre a Revolução*; embora Pisacane escrevesse sob a influência de Rousseau, foi muito mais longe do que este nas suas conclusões sobre a igualdade social. Pisacane tirou conceitualmente o *Risorgimento* da questão das disputas dinásticas e nacionais, mostrando a força que adquiria na Itália a questão social, como pano de fundo dessas disputas. Sua obra foi retomada pelos socialistas ulteriores.

Em 1850 tornou-se primeiro-ministro do Piemonte o Conde Camillo Benso di Cavour, cuja carreira política confundiu-se com a marcha para a unificação da Itália. O Piemonte era o único estado italiano a possuir uma constituição liberal, e Cavour conseguiu o apoio francês no secreto Tratado de Plombières e, em abril de 1859, forçou uma aliança franco-piemontesa contra a Áustria. Cavour nomeou Garibaldi comandante das forças piemontesas; sob seu comando a Lombardia foi tomada à Áustria. Após as derrotas de Magenta e Solferino (numa batalha tão sangrenta que inspirou a um observador suíço a fundação da Cruz Vermelha, para recolher e dar assistência aos feridos com a anuência comum dos beligerantes), a Áustria assinou a paz em Villafranca e cedeu a Lombardia, com a exceção de Mantova e Peschiera, à França, que se comprometeu a repassar o território ao Piemonte. Com isso, a Itália do Norte estava unificada.

Garibaldi voltou-se então para o centro do país, com o apoio de Vittorio Emanuele II, rei do Piemonte, e de Cavour. Em 1860 Cavour ofereceu Nice e a Saboia à França em troca da unificação das províncias do norte e assegurou por plebiscito a união das províncias do centro e sul (exceto Roma e a Sicília) ao Piemonte. A França recuperou assim Nice e a Saboia. A política e a diplomacia prevaleceram sobre as armas; os acordos com que Cavour e o rei piemontês cederam Nice e Saboia foram considerados uma traição por Garibaldi, que decidiu agir por conta própria. Seguiu para o Sul, onde conquistaria a Sicília e o reino de Nápoles. Governante absoluto do sul da península, Garibaldi ficou na expectativa e promoveu um encontro de suas tropas com as do monarca piemontês.

O arquiteto político da unificação foi o Conde de Cavour, Camillo Benso, ministro-chefe do rei da Casa de Saboia, usando (a palavra é essa) Garibaldi como seu braço militar. Roma ficaria sob o comando do Papado por mais uma década, até 1870. A Toscana, a Emilia-Romagna e os ducados de Parma e Modena somaram-se voluntariamente ao novo reino. Enquanto isso era *“cozinhado”*, Garibaldi invadia a Sicília à frente de um grupo de voluntários e expulsava de Nápoles o rei Francisco II. A chegada dos *“camisas vermelhas”* garibaldinos (a cor lhe tinha sido inspirada pela sua observação dos trabalhadores dos matadouros de gado em Buenos Aires) semeou o terror na conservadora e reacionária sociedade sulista, cuja classe dirigente optou

por uma política “transformista” (“mudar tudo para tudo ficar igual”) celebrizada pelo romance de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, *Il Gattopardo*, que emprestou seu título a esse tipo de política. Alarmado com o êxito do caudilho militar e popular, Cavour ocupou as Marcas e a Úmbria e convenceu Napoleão III a fazer apenas um protesto formal. Concordeu que Roma e o Lácio continuassem sob o poder papal, enquanto o restante da Itália se tornava uma monarquia constitucional.

Sem poder contar com o esperado apoio popular, Garibaldi foi forçado a entregar Nápoles e a Sicília ao rei piemontês, a quem reconheceu como o novo monarca da Itália. Vittorio Emanuele se tornou o primeiro rei da Itália “quase” unificada. Em 1861 foi proclamado o Reino da Itália (em 17 de março de 1861, o Parlamento reunido em Turim proclamou formalmente o Reino), tendo Vittorio Emanuele como soberano e Turim (substituída por Florença a partir de 1865) como capital: a maior parte das antigas cidades-estados foi unida sob o comando do rei da Sardenha-Piemonte. Ainda faltava libertar Veneza dos austríacos, e Roma do Vaticano, o que Garibaldi tentou em vão em 1869, sendo derrotado mais uma vez pelos franceses.¹⁰²³



¹⁰²³ Ainda assim, em 1871, uniu-se a eles na guerra franco-prussiana, onde venceu algumas batalhas. Não havendo aceitado o título de nobreza e a pensão vitalícia que o rei Vittorio Emanuele lhe ofereceu, Garibaldi retirou-se para sua casinha na ilha de Caprera, onde permaneceu até o fim da sua vida, em 2 de junho de 1882.

Por que acabou sendo o Estado da Casa dos Saboia o núcleo hegemônico das forças nacionalistas italianas? “Os grandes feudos norte ocidentais da península experimentaram desde bem cedo o paulatino enfraquecimento de seus privilégios políticos em favor do crescente poder da Casa dos Saboia desde meados do século XVI (quando) o domínio sabaudo se transformou em monarquia absoluta, que permaneceu intocada nos séculos ulteriores, quando o Norte da Itália experimentou as dominações espanhola e austríaca”. O Estado piemontês possuía o exército mais forte dentre todos os Estados italianos.

Conquistada a unidade nacional “era natural (na ausência de uma presença política burguesa capaz de imprimir outro rumo) que a política econômica da nova Itália não fosse senão a extensão para todo o país da estrutura administrativa e fiscal assim como das orientações econômicas do Estado piemontês”. Sua potencial adversária, a casa dos Bourbon, “só muito tardiamente, entre 1806 e 1815, pôde desenvolver tentativas de dismantelar suas antigas estruturas feudais”,¹⁰²⁴ no Reino das Duas Sicílias, tentativas abortadas pela derrota napoleônica e a restauração francesa. As décadas ulteriores, 1830-1850, como vimos, testemunharam a derrota das alas democráticas e jacobinas que lutavam pela unificação revolucionária da nação italiana.



Camillo Benso conde di Cavour, piemontês francófono e unificador político da Itália

Em 1866, o novo reino, agora italiano, ampliou-se com a inclusão do Vêneto, graças à ajuda prussiana. A unificação completa do país, entretanto, foi concluída apenas em setembro de 1870, quando Roma foi conquistada, tornando-se a capital do país. O movimento operário dava seus primeiros passos, cindido principalmente entre bakuninistas (anarquistas) e mazzinianos. O outrora incendiário chefe destes últimos apontava suas armas em novas direções: “Falo da Internacional [a AIT, Associação Internacional dos Trabalhadores]. Esta Associação, fundada há alguns anos em Londres, à qual recusei minha colaboração desde seu início, é dirigida por um Conselho, cuja alma é Karl Marx, alemão, homem de inteligência aguda, mas, como Proudhon, dissolvente, de temperamento dominante, cioso da influência alheia, sem crenças filosóficas ou religiosas e, temo, com mais ira, inclusive justa, do que amor no seu coração”.¹⁰²⁵ No seu longo discurso, Mazzini acusava Marx e a AIT de “negação de Deus, da Pátria, da Nação, e de toda propriedade individual”.

A Lei de Garantias (1871) assegurou ao papa romano completa liberdade eclesiástica, frustrando os republicanos. O papa aproveitou a concessão: a infalibilidade papal foi tornada

¹⁰²⁴ Ugo Pipitone. Italia: el costo de la renuncia a las reformas. *La Salida del Atraso*. Un estudio histórico comparativo. México, Fondo de Cultura Económica, 1995, pp. 187-195. Cf. también: Giorgio Candeloro. *Le Origini del Risorgimento*. Milão, Feltrinelli, 1961.

¹⁰²⁵ Giuseppe Mazzini. Contro l'Internazionale. In: Gastone Manacorda. *Il Socialismo nella Storia d'Italia*. Bari, Laterza, 1975, p. 96 e ss.

dogma em 1871 pelo papa Pio IX, o ex “liberal”, derrotado pela guerra de unificação italiana. Do que resultou um Estado (o Vaticano) cuja cidadania era apenas masculina, sem qualquer forma de democracia, que representa uma religião mundial e recebe reconhecimento oficial no que restou de um imenso território pontifical que a independência da Itália terminou de expropriar, exigindo, até a “Concordata” de 1929, que o papa permanecesse confinado no Vaticano.

Nessa Itália unificada existiam, em 1860, 281 sociedades anônimas de “capital aberto”, e 96 sociedades em comandita, cujo capital total se elevava a 1,35 bilhão de liras, a maioria e as mais importantes instaladas no Piemonte durante a década precedente, e a maioria produtos da iniciativa empresarial e dos capitais franceses: “Os capitalistas franceses compraram títulos públicos italianos bem antes da constituição de um governo italiano, mas limitaram seus primeiros investimentos quase que exclusivamente aos fundos públicos dos adversários mais resolutos da unidade italiana: o Reino das Duas Sicílias, os Estados Pontifícios, os pequenos principados da Itália central e, sobretudo, o Império Austríaco”.¹⁰²⁶ A conservadora política italiana do regime bonapartista francês seguia as pisadas do capital de seu país. O mercado nacional e o capitalismo italiano nasciam sobre a base do raquitismo econômico e da profunda desigualdade de desenvolvimento regional. O “PIB” italiano não atingia metade do PIB francês, inglês ou mesmo alemão.



Entrada de Garibaldi em Nápoles, 1860, por um desenhista a bordo de um navio inglês

Mesmo após a conquista de Roma em 1870, existiam ainda as chamadas terras irredentas: o Trentino, Trieste, a Áustria e a Dalmácia, que os nacionalistas clamavam como pertencentes à Itália (estas regiões seriam anexadas à Itália depois dos tratados de paz que concluíram a I Guerra Mundial). A unificação italiana, pensada já por Maquiavel (1469-1527) ocorreu, assim, tardiamente, com a criação do Reino da Itália sob a monarquia piemontesa. O Piemonte, no norte da península, região na qual o capitalismo mais se desenvolvia, desempenhou o papel central na unificação, feita a expensas do sul, agrário, onde a burguesia capitalista primava pela ausência.

¹⁰²⁶

Rondo Cameron. *Op. Cit.*, p. 337.

O processo exemplificou o que Gramsci chamou de “revolução passiva”, “revolução pelo alto”, ou “revolução sem revolução”, em que as mudanças se deram sob a égide dos moderados, com a subordinação das forças efetivamente democráticas, ou seja, populares; um processo em que o então moderno, o capitalismo, se desenvolveu com a integração de forças econômico-sociais e históricas arcaicas, contra mudanças substancialmente democráticas. Na Itália enfim unificada, embora de maneira precária, dada a fragmentação nacional anterior, se consolidou e cristalizou “a questão meridional”: perpetuava-se o atraso do sul para subsidiar a acumulação capitalista no norte. Os interesses capitalistas hegemônicos continuaram e, de certo modo, pioraram as tensões que envolviam a unidade italiana.

De 1870 a 1914, os sucessivos governos italianos trataram de implantar um programa de modernização econômica, administrativa e militar, sem tocar nas relações de propriedade existentes. Escassez de matérias primas e de capitais foram os elementos que dificultaram a decolagem industrial italiana após a unificação. Desde a unificação nacional do país a economia capitalista desenvolveu-se se apoiando na intervenção do estado e na participação do capital estrangeiro através dos bancos mistos (*Banca Commerciale* e *Credito Italiano*). A *Banca Commerciale Italiana* (Comit) foi a protagonista principal do desenvolvimento econômico italiano, o artífice do processo de soldagem entre capital bancário e capital industrial (siderurgia e metalurgia, construção e indústria naval foram as indústrias mais beneficiadas), e o bloco agrário-latifundiário. O entrelaçar-se de capital bancário e capital industrial tornou-se a partir de então generalizado. Comit deu vida a uma moderna indústria siderúrgica que cresceu em função da demanda dos setores da construção e da indústria naval.

A Comit em breve passou a ter o controle sobre esses três setores que, favorecidos por uma política protecionista, possibilitaram finalmente o despegue industrial italiano. A Itália foi a única, entre as grandes potências, que realizou sua decolagem industrial através de investimentos de capital estrangeiro, francês principalmente, e também inglês, e que buscou uma inserção entre as potências imperialistas sem ter amadurecido o desenvolvimento capitalista. O processo de concentração e a formação de monopólios dirigidos por bancos mistos dominados pelo capital alemão acabaram, inevitavelmente, direcionando o desenvolvimento industrial italiano. Essas “ilhas” constituídas por setores industriais avançados, com formas de organização da produção avançadas, aliadas à permanência de vastas áreas, sobretudo no setor agrário, de atraso e arcaísmo social e econômico, refletir-se-ão sobre a formação da classe trabalhadora e sobre a luta de classes.

Para equilibrar a situação financeira, o ministério formado em 1869 por Giovanni Lanza e Quintino Sella tratou de diminuir os gastos públicos e aumentar os impostos. Com a queda de Sella em 1873, assumiu a chefia do governo Marco Minghetti, que buscou principalmente combater a inflação. A ele seguiu-se Agostino Depretis, antigo líder do *Risorgimento*, que dominou a vida política italiana de 1876 até 1887, e conseguiu realizar um governo estável apesar dos antagonismos, graças ao chamado *transformismo*, que visava incluir nos grupos parlamentares e no gabinete elementos de extrema esquerda e extrema direita. Precavendo-se contra a possibilidade de um ataque da França, Depretis assinou a Tríplice Aliança, que uniu Itália, Alemanha e Áustria-Hungria, mas o fracasso da expedição colonizadora à Etiópia em 1887, na qual morreram 500 soldados italianos, determinou sua renúncia.

Depretis foi sucedido por Francesco Crispi, em 1876, cujo governo inaugurou uma nova fase na política italiana, caracterizada por uma linha autoritária no plano interno e por uma ideologia expansionista que se expressou no estabelecimento de protetorados na África, por uma crescente hostilidade à França e por uma progressiva aproximação com a Alemanha. Foi substituído por Antonio di Rudinì, que renovou por mais doze anos a Tríplice Aliança. Vittorio Emanuele II foi sucedido por Humberto I (em 1878), assassinado em 1900, seguido por Vittorio Emanuele III. Num esforço para juntar-se à escalada colonial para a África, Itália reivindicou a colônia da Eritreia (1889), mas o malogrado avanço para a Etiópia culminou em uma derrota decisiva em 1896, na batalha de Adua.

A expansão imperialista italiana nasceu atabalhoadamente, sem ter vivenciado a fase liberal do capitalismo, ou fazendo-o apenas parcial e tardiamente, e “fora de contexto”, ou seja, quando os mecanismos do liberalismo econômico e político mostravam-se já incapazes de responder ao novo padrão de acumulação capitalista. A primeira fase de expansão colonial deu-se e foi permitida no contexto dos equilíbrios e desequilíbrios entre as grandes potências europeias, dentro do qual a Itália – ainda não industrializada – ocupava uma posição subalterna: a intervenção da Inglaterra favoreceu a Itália em chave antifrancesa no Mar Vermelho (Assab, 1882; Massaua, 1885), e em chave antialemã na Somália (Benadir, 1886).

Nesse contexto de “expansão permitida”, emergia a ausência de um plano e de um planejamento acerca do uso e da forma de exploração dos territórios ocupados. Pensou-se, por exemplo, nas colônias como instrumento para solucionar o problema da emigração: pensava-se, nesse sentido, no caso da Eritreia, numa terra de povoamento, destinada às massas camponesas do Sul que neste período abandonavam a Itália; a discussão no parlamento sobre as possibilidades e modalidades par viabilizar tal projeto protelou-se por mais de uma década sem êxito: a ideia de criar colônias de povoamento, em particular em um território cujas características físicas demandavam um forte investimento de capitais em infraestruturas, para um país como a Itália que carecia de capitais, tornou-se inviável.

Os camponeses e os desempregados italianos “vomitados” pela depressão econômica do último quartel do século XIX acabaram rumando em condições em extremo modestas para a Argentina, o Brasil e os Estados Unidos, principalmente. Foi um êxodo social sem paralelos na Europa: no início do século XXI foi calculado que, somados os italianos de nacionalidade e os *oriundi* espalhados pelo mundo, estes perfaziam 63,5 milhões de pessoas, uma soma equivalente à população da própria Itália. Boa parte do mundo se “italianizou”, suas tradições culturais, musicais, literárias e até culinárias (a pizza...) se tornaram internacionais, espalhando-se principalmente nas Américas.¹⁰²⁷

Itália emergiu como país capitalista no bojo da primeira grande crise mundial de superprodução do capitalismo e da gestação e afirmação da sua forma imperialista. Vivenciou seu “despique” entre os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX, segundo características que foram próprias do imperialismo capitalista: soube aproveitar de alguns espaços oferecidos justamente pela “grande depressão”, que acabaram canalizando no país investimentos de capitais estrangeiros, e com a intervenção do Estado e dos bancos mistos conseguiu alcançar rapidamente a industrialização, sobretudo em alguns setores estratégicos, não somente recuperando o atraso inicial, como tendo também as condições para competir internacionalmente.

Tratou-se, porém, de uma saída do atraso que trazia consigo uma série de contradições e desequilíbrios internos: Itália formou-se com uma estrutura macrocéfala – tal estrutura nunca foi superada – com uma indústria de ponta e moderna que a aproximava aos países mais avançados e com os quais podia competir, e ao mesmo tempo com a permanência de diversos setores atrasados que incluíam tanto a pequena indústria como o setor agrícola, setor no conjunto dominante e ainda amplamente pré-capitalista.

A Itália unificada qualificou-se fracamente como potência, dado seu atraso econômico e sua insuficiência militar. Depois de 1871, ela foi chamada várias vezes a integrar o clube exclusivo europeu das grandes potências, mas principalmente por razões de cortesia. Caracterizada por agudos conflitos sociais internos que se arrastavam sem solução, a não ser pela repressão social desde a unificação do país, e por um fenômeno que no período assumia dimensões de massa, a emigração de ultramar, a Itália liberal lançou-se na corrida internacional de conquista daquilo que ainda restava disponível para a partilha colonial. O fez não somente sem um projeto político claro de colonização, mas, sobretudo, sem a existência das condições

¹⁰²⁷ Cf. Ludovico Incisa di Camerana. *El Gran Éxodo*. Historia de las migraciones italianas en el mundo. Buenos Aires, Alianza, 2005.

econômicas fundamentais que haviam dado base a corrida em pós da partilha colonial pelas potências europeias. Possuir territórios na África representava, para as classes dirigentes liberais, uma questão de prestígio internacional; impulsionada, sobretudo, pelos interesses econômicos de limitados segmentos da sociedade italiana, companhias marítimas e comerciantes que, à procura de bases comerciais para ampliar seus negócios, mas com escassos capitais, demandavam ao Estado a intervenção direta e garantias financeiras.

A presença italiana na África possuía antecedentes recuados no período moderno, mas só como presença comercial, cultural e humana, não de investimento de capitais industriais ou financeiros. Durante o período expansionista do Egito moderno, Itália (ainda não unificada politicamente) conquistou, em boa parte pela proximidade geográfica, influência importante no país. No Egito *khedival* o italiano era a língua franca usada na administração pública. Um tipógrafo de Livorno, Pietro Michele Meratti, fundou em 1828 o primeiro serviço de correios privado do país, a “*Posta Europeia*”, depois transformado em monopólio público. Os primeiros selos do Egito moderno usavam a língua italiana. Dezenas de milhares de italianos, incluídos muitos judeus, habitavam El Cairo e Alexandria. Da influência e ação (comercial) italiana resultou o fato de que o Museu de Turim fosse até o presente o segundo depositário de riquezas artísticas do Egito antigo, depois do Museu do Cairo.

Depois de sua unificação, Itália se orientou para um colonialismo clássico. No final do século XIX - inícios do século XX, emergiu sua tendência à mais tradicional exploração de matérias-primas do território ocupado, destacando-se, em primeiro lugar, o espírito de pura especulação das primeiras iniciativas de tipo privado. Tanto na Eritreia, onde o Estado interveio diretamente, como na Somália, onde se tentou aplicar um tipo de administração no modelo inglês, confiando a administração do protetorado a uma companhia privada apoiada pelo Banco de Roma, as primeiras experiências de gestão colonial, resultaram em fracasso e refletiam uma atitude voltada mais à especulação do que à valorização econômica. A conquista colonial italiana, além de tardia, não correspondia a uma expansão econômica interna e registrava a ausência das condições fundamentais para a manifestação do imperialismo: mercados internos homogêneos, saturação do mercado financeiro, ausência no mercado nacional de investimentos rentáveis.

A frustrada expansão bélica colonial da Itália acentuou a desigualdade de seu desenvolvimento econômico capitalista, agravando a “questão meridional”. Segundo Gramsci: “A nova Itália encontrará em condições absolutamente antitéticas os dois troncos da península, meridional e setentrional, que se reuniam depois de mais de mil anos. No Norte, a tradição de certa autonomia criara uma burguesia audaz e cheia de iniciativas; e existia uma organização econômica similar à dos outros Estados da Europa, propícia ao ulterior desenvolvimento do capitalismo e da indústria. Na outra, as administrações paternalistas da Espanha e dos Bourbon nada criaram: a burguesia não existia, a agricultura era primitiva e não era sequer suficiente para abastecer o mercado local; não havia estradas, nem portos, nem utilização das poucas águas que a região, pela sua especial conformação geológica, possuía. A unificação pôs em íntimo contato as duas partes da península. A centralização bestial confundiu suas exigências e necessidades, e o efeito foi a emigração de todo dinheiro líquido do Sul para o Norte, com o fim de encontrar rendimentos maiores e mais imediatos na indústria, bem como a emigração dos homens para o exterior, a fim de encontrar o trabalho que faltava no próprio país. O protecionismo industrial elevava o custo de vida do camponês da Calábria, sem que o protecionismo agrário, inútil para ele, que produzia, e nem sempre sequer isso, só o mínimo que era necessário ao seu consumo, conseguisse restabelecer o equilíbrio”.

“A política exterior dos últimos trinta anos tornou quase estéreis os efeitos benéficos da emigração. As guerras eritreias, a da Líbia, levaram à emissão de empréstimos internos que absorviam as poupanças dos emigrados. Fala-se frequentemente da falta de iniciativa dos sulistas. É uma acusação injusta. O fato é que o capital busca sempre as formas mais seguras e mais rentáveis de investimento, e o governo ofereceu, com demasiada insistência, a dos bônus

quinquenais. Onde já existe uma fábrica, essa continua a se desenvolver através da poupança; mas onde toda forma de capitalismo é incerta e aleatória, a poupança suada e acumulada com dificuldade não confia e vai se colocar onde encontra imediatamente um lucro tangível. Assim, o latifúndio, que em dado período tendia a se fragmentar naturalmente entre os americanos que voltavam ricos, continuará ainda a ser por algum tempo a chaga da economia italiana, ao passo que as empresas industriais do Norte encontram na guerra uma fonte de lucros colossais, e toda a potencialidade nacional dirigida para a indústria de guerra se circunscreve cada vez mais ao Piemonte, à Lombardia, à Emília, à Ligúria, fazendo enlanguescer o pouco de vida que existia nas regiões do Sul”.¹⁰²⁸

As unificações nacionais da Itália e da Alemanha (concretizadas de fato na década de 1870) foram *tardias* em relação ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas que se acumulavam em seu interior, as quais pugnavam por um mercado nacional unificado, e até por uma projeção além dele, no caso alemão. Itália e Alemanha conseguiram superar só tardiamente os particularismos regionais, que se refletiam nos debates e embates internos acerca das fronteiras e do território nacional, e que sobreviveram à própria unificação nacional (numa conhecida sentença, Massimo D’Azeglio chegou a afirmar que, uma vez criada a Itália, faltava agora “criar os italianos”, frase atribuída atualmente a Fernando Martini). A constituição da Itália e da Alemanha enquanto Estados nacionais unificados foi realizada quando a burguesia europeia, em geral, fugia dos movimentos revolucionários, preferindo aliar-se às sobrevivências do Antigo Regime contra eles.¹⁰²⁹ Daí que adotassem, politicamente, formas políticas bonapartistas (ou “bismarckianas”) e regimes monárquicos.

O desenvolvimento capitalista, que essas unificações nacionais suscitaram pela unificação do mercado interno, rapidamente transbordou as fronteiras nacionais, acrescentando-lhe um problema suplementar: o longo período e as forças consumidas na unificação nacional, as fortes desigualdades regionais (marcantes no caso italiano), assim como o atraso de sua transformação capitalista, deixaram esses países sem um espaço e mercados internacionais à altura de sua expansão econômica. Isto não se explica só por fatores geográficos: Itália, por exemplo, estava geograficamente melhor situada do que a França para expandir-se em direção do Norte da África, expansão que a França iniciara já na primeira metade do século XIX, quando a Itália ainda se consumia em batalhas intestinas pela sua unidade nacional. O atraso na unificação nacional desses países determinou o atraso na corrida pela expansão internacional, em forte contraste com o desenvolvimento da luta de classes interna, em especial na Alemanha.

Segundo uma corrente de interpretação, a finalidade da política imperialista alemã e italiana foi a estabilização interna de um sistema ultrapassado, baseado na oposição das elites governantes ao processo “liberador” da sociedade industrial: o imperialismo alemão e o italiano (posterior), nessa interpretação, aparecem como um desvio das tensões políticas internas; a expansão colonialista seria irrelevante em si mesma. A política mundial guilhermina (do Káiser Guilherme II da Alemanha) teria sido uma “política interna”; e a marcha para a guerra mundial uma fuga para a frente, tentada pelas elites, que se sentiram, interna e externamente, num beco sem saída.

¹⁰²⁸ Antonio Gramsci tirou dessa análise conclusões histórico-políticas: “A burguesia setentrional subjugou a Itália meridional e as ilhas reduzindo-as a colônias de exploração. O proletário setentrional, emancipando a si mesmo da exploração capitalista, emancipará as massas camponesas meridionais subjugadas pelos bancos e pelo industrialismo parasitário do Norte. A regeneração econômica e política dos camponeses não deve ser buscada numa divisão das terras incultas ou mal cultivadas, mas na solidariedade com o proletário industrial, que precisa, por sua vez, da solidariedade dos camponeses, que tem interesse em que o capitalismo não renasça economicamente a partir da propriedade fundiária, e tem interesse em que a Itália meridional e as ilhas não se tornem uma base militar da contrarrevolução capitalista” (*Il Risorgimento*. Roma, Riuniti, 1979).

¹⁰²⁹ Cf. Arno J. Mayer. *A Força da Tradição*. A persistência do Antigo Regime. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

Na Itália, a dissolução das antigas relações agrárias e o atraso e desigualdade do desenvolvimento capitalista interno criaram uma sobrepopulação excedente crônica, que motivaram uma enorme e desproporcional (em relação à totalidade de sua população) migração de mão de obra italiana para o exterior, em especial no meio século compreendido entre 1880 e 1930, quando mais de dez milhões de italianos abandonaram não só seu país mas também a própria Europa, atravessando mares e oceanos. Na primeira década do século XX, Itália, com uma migração para fora de Europa de bem mais de 3,6 milhões de trabalhadores, na sua maioria de origem camponesa, forneceu o mais importante contingente de migração intercontinental\década do maior movimento migratório da história mundial,¹⁰³⁰ e isso sem possuir um verdadeiro império colonial (como sim era o caso da Grã-Bretanha, que forneceu o maior contingente migratório intercontinental para o conjunto do período).

Segundo a interpretação citada, as elites alemãs, italianas e outras teriam procurado evitar as consequências sociais e políticas do processo geral (universal) de modernização, mesmo às custas de uma guerra. Esse paradigma baseado no primado da política interna se contrapôs às interpretações que alegaram a relativa independência da política externa, que emancipa o imperialismo das contradições capitalistas e ecoa a ideia do conflito arcaísmo/modernidade capitalista como motivo fundante da conflagração mundial. Não havia lugar no mercado mundial dominado e parcialmente colonizado pela Grã-Bretanha (e, em segundo lugar, pela França) para os capitalismo tardios das nações retardatárias da Europa; no entanto, esse lugar lhes era necessário e até condição de sobrevivência. As bases históricas para um conflito europeu de alcance mundial estavam já lançadas em finais do século XIX.

¹⁰³⁰ Paola Conti. *Storia delle Migrazioni Internazionali*. Bari, Laterza, 2007: “No início, a migração transoceânica foi o apanágio quase exclusivo de grupos mais ou menos numerosos de deportados ou de aventureiros. A partir de 1830, esses fluxos migratórios não mais tiveram um caráter marginal, mas assumiram dimensões de massa, afetando, sobretudo, a Europa norocidental, para estender-se depois, na segunda metade do século XX, e especialmente na última década do século, para a Europa meridional e oriental” (p. 26).

33. O CAPITALISMO NA ÁSIA: O JAPÃO

O desenvolvimento capitalista não foi uma peculiaridade europeia ou “ocidental”. A ideia de um “Oriente” refratário à “modernização” foi (e é) um mito eurocêntrico que afundou suas raízes, em parte, no Iluminismo, e, sobretudo, na empresa colonizadora europeia. O conceito genérico de “Oriente” englobou realidades regionais, nacionais e socioeconômicas muito diversas. Certamente, a Ásia, que era responsável por mais de 60% da produção mundial em 1700, tinha reduzido esse percentual para menos de 40% em 1870.¹⁰³¹ Na Ásia extremo-oriental, porém, o Japão conheceu um desenvolvimento econômico e político diferenciado.

O país insular se constituiu como entidade unificada a partir do século VIII. Durante o século IV, o Japão foi governado por uma forte autoridade política centralizada em Yamato (hoje Nara). A sociedade estava dividida em três classes básicas: os *uji* (nobres, membros dos clãs), os *be* (homens livres e servos de clãs) e os *yatsuko* (escravos, derrotados em guerras, e seus descendentes). Os *uji* ocupavam os cargos de confiança e os altos postos da administração. Os *be* eram os trabalhadores dos campos e também funcionários especializados, como escreventes; os *yatsuko* faziam os trabalhos mais pesados, perigosos e degradantes. Os primeiros eram o “povo bom”, os últimos o “povo vil”.

Cabe falar de feudalismo no Japão? Não no sentido literal da palavra. No país não existiram vassalagem ou colonato, instituições típicas do feudalismo europeu, nem Igreja Cristã dominante. No final do período Yamato (400-538) houve um golpe palaciano, que mudou a dinastia imperial. Foram iniciadas reformas políticas (*ritsuryo*), com a transformação de todas as propriedades agrárias em terras estatais, como forma de o Imperador retirar poder dos *uji*. Mas sobreviveu uma constante luta entre o poder local dos grandes proprietários rurais, e o poder central dos imperadores, que governaram o país desde o período *Nara* (710-794); até então a sede do trono deslocava-se em torno das cidades de Nara, Kyoto e Osaka: o poder central manteve uma forte dependência dos proprietários rurais.

Uma nova capital, cujo modelo foi a capital chinesa, foi construída em Kyoto, em 794, permanecendo como sede do trono por quase mil anos. Essa transferência marcou o início do período Heian, que durou até 1192. Por volta do século IX, a influência chinesa no país começou a diminuir, tendo início o processo de “niponização”. Na mesma época o poder da família imperial se reduziu, embora o imperador mantivesse sua posição simbólica, enquanto por todo o país progredia uma espécie de feudalização. O Japão foi protegido, por sua posição insular, da invasão dos mongóis, povo que no século XIII havia subjugado a China e a Coreia.

Para neutralizar os *uji*, o imperador foi obrigado a conceder isenção de impostos sobre suas terras, mas estas continuavam sujeitas a redistribuição no final de cada geração. Aos mosteiros budistas foi concedida a posse das terras sem sujeição a redistribuição. Os grandes clãs passaram a pressionar os imperadores para que lhes conferissem o mesmo direito dado aos mosteiros (membros desses clãs fingiram uma vida monástica, para não perderem suas terras). Durante o período *Nara*, a concessão solicitada pelos *uji* foi concedida. A concentração de terras nas mãos de um único proprietário continuava vedada, salvo por autorização imperial (os lotes de terra deveriam ser iguais para todos os proprietários).

As famílias mais próximas do Imperador conseguiram assim açambarcar grandes propriedades, denominadas de *shoen*. Não eram de fato propriedades, pois só a posse das terras estava nas mãos do clã, ou do templo, sendo sua propriedade estatal. Quando uma *shoen* se encontrava abandonada, era invadida por agricultores mais pobres, mas, submetidos a impostos, acabavam devolvendo-a ao governo. Este dava ao agricultor uma parte da terra, em caráter definitivo: a terra deixava de pertencer ao Estado. Desse tipo de propriedades, as *shiki*, uma mesma pessoa ou instituição podia possuir um número ilimitado, em terras contínuas ou não.

¹⁰³¹

Thomas Piketty. *Le Capital au XXI^e Siècle*. Paris, Seuil, 2012.

As instituições chinesas haviam sido adotadas no Japão, mas não a tradição chinesa das nomeações para cargos importantes por mérito, não por descendência: no Japão, as qualificações do indivíduo não importavam, mas sim sua descendência. O clã Fujiwara assumiu a preponderância sobre os demais clãs, apenas seus membros eram indicados para cargos importantes. O país estava dividido em províncias, distritos e aldeias. Os campos eram divididos em lotes e distribuídos aos cidadãos, que pagavam um imposto sobre seu lote. Este sistema facilitava a cobrança de impostos. À aristocracia, bem como aos templos e monges budistas, era permitido possuir grandes lotes de terra e isenção de impostos. Os nobres e os monges começaram a ocupar, com administradores, as suas terras espalhadas.

Os administradores trabalhavam para os proprietários das *shoen*, recebendo uma participação nos lucros. Os templos e nobres rapidamente compraram as *shiki*, engrossando suas propriedades. A *shoen* foi se tornando uma propriedade real, sem pagar impostos. Os nobres viviam nas cidades, os monges ficavam nos mosteiros, e ambas as classes eram sustentadas pelo rendimento de suas terras. Estas se tornaram um celeiro de guerreiros, os *bushidan*. Os maiores senhores de terras eram a família imperial, a família Fujiwara e o mosteiro Todaiji. Os grandes clãs e mosteiros passaram a possuir contingentes de guerreiros. As terras eram em geral descontínuas, seus senhores não residiam nelas, mas nas cidades.

No século XII surgiu o *xogunato*, como uma espécie de governo militar. O título de *Xogun* fora dado aos comandantes militares responsáveis por derrotar os povos das ilhas do Norte que tentaram invadir o Império desde o século VII. Em 1192, Yoritomo, chefe da vitoriosa família Minamoto, estabeleceu o xogunato em Kamakura, próximo a Tóquio, assumindo poderes administrativos que antes eram exercidos pelos imperadores. O Xogun era comparável ao rei da Europa medieval, detendo grandes poderes, mas era na verdade um “generalíssimo”, embora o cargo possuísse caráter hereditário. A associação com a monarquia absolutista da Europa vem imediatamente à memória. Mas o *xogun* não era rei.

O imperador continuou em Kyoto, com a corte imperial e pouco poder real. No século XIII, a cultura guerreira do xogunato prevalecia sobre a elegante e “chinesa” cultura de Kyoto. O budismo, além disso, adquiriu formas especificamente japonesas, militantes e até agressivas, que chegaram a deflagrar guerras e repressões violentas contra as regiões cristianizadas a partir do século XVI. Em reação contra a “decadência” de Kyoto, o xogunato em Kamakura encorajou a austeridade e as artes marciais, para restaurar o controle efetivo em todo o país, em especial sobre os clãs rebeldes nas províncias mais distantes.

O segundo xogunato (da família Ashikaga) estendeu-se entre 1338 e 1573. As disputas políticas entre o xogunato e os *Xugo* (protetor), criaram espaço para grandes revoltas camponesas, dada a pobreza e a opressão que afetava à maior parte da sociedade. Os *Xugo* eram proprietários e líderes militares locais. Nas eras Ashikaga e Sengoku as cidades autônomas foram eliminadas e a classe dos mercadores proibida de comprar terra (os samurais foram excluídos do comércio). As praças-fortes dos senhores da terra “feudais” cresceram durante esse período. O comércio desenvolveu-se rapidamente, sob a proteção dos *daimyo*, cujos castelos constituíam os núcleos centrais de uma rede de cidades alargada.

Os chefes samurais, já sem vínculo de fidelidade ao poder central, receberam o nome de *sengoku daimyo* (senhores feudais do tempo das guerras entre feudos), travaram embates mortais entre si, na disputa por terras (e pela submissão de seus habitantes). Esse período, o mais sangrento de toda a história do país, prolongou-se por mais de um século. Houve uma intensa agitação social - com frequentes levantamentos camponeses - só encerrada depois das grandes campanhas de reunificação nacional, que tiveram lugar segunda metade do século XVI (fase final das guerras feudais). Tais campanhas foram conduzidas por três chefes militares chamados Nobunaga Oda (que derrubou o já decrépito Muromachi Bakufu em 1573), Hideyoshi Toyotomi e, sobretudo, Ieyasu Tokugawa.

Nobunaga iniciou a unificação, Hideyoshi a concluiu, e Ieyasu a consolidou, no mesmo momento em que o Japão era "descoberto" por portugueses (em 1543), tendo início o intercâmbio comercial com a Europa: primeiro com Portugal, depois com Espanha, Holanda e Inglaterra (o missionário jesuíta Francisco Xavier chegou em 1549, e depois centenas de milhares de súditos japoneses se converteram ao cristianismo). Os primeiros ocidentais chegaram às costas do Japão durante o período Muromachi. Os comerciantes portugueses se estabeleceram em uma ilha no sudoeste do Japão, introduzindo as armas de fogo no país. Foram logo seguidos por grupos de espanhóis. Meio século depois, comerciantes holandeses e ingleses também se estabeleceram em solo japonês.



Samurai

O comércio exterior do Japão entrou em fase de grande crescimento, alcançando níveis jamais vistos anteriormente. Comerciantes e tratantes japoneses emigravam, e bairros japoneses surgiram em vários países do sudeste asiático (Filipinas, Java, Sião, Cochinchina, Camboja), como consequência da expansão comercial. À morte de Hideyoshi, o poder supremo foi para as mãos do Tokugawa Ieyasu, um *daimyo*, que mobilizou uma nova coligação de senhores para derrotar os seus rivais, em 1600, e se tornou Xogun em 1603. Tokugawa Ieyasu, fundador do xogunato de Tokugawa, depois de ter se estabelecido como governante efetivo de todo o Japão, fundou seu governo em Edo, atual Tóquio.

Foi uma virada na história japonesa, pois criou o modelo pelo qual foram moldadas todas as instituições políticas e sociais pelos próximos 265 anos, até 1868. Com sua vitória na batalha de Sekigahara, em 1600, Tokugawa Ieyasu pôs fim a um século de sangrentos levantamentos dos senhores feudais, inaugurando uma era de paz interna baseada no equilíbrio político entre quase 300 clãs e na manutenção da ordem. Em 1614, o decreto anticristão do xogun Tokugawa fechou o país às influências e contatos europeus, uma situação que se prolongaria ao longo de dois séculos e meio.¹⁰³²

Nesse período, a massa camponesa era considerada como simples instrumento apto para trabalhar a terra e pagar tributos em benefício dos senhores, em troca de um mínimo de segurança econômica e estabilidade política. Para conservar esse sistema, o xogunato dos Tokugawa foi responsável por fechar os portos do país ao comércio estrangeiro, a exceção dos navios chineses e holandeses, em 1639. Ninguém podia abandonar o país nem construir navios de ultramar, proibiu-se o comércio externo, debilitando a burguesia mercantil. A sociedade japonesa ficou como que "congelada".

O Imperador passou a ser uma figura obscura e distante, o Xogun detinha o poder através de um regime de autoridade burocrática centralizada desde o topo de um sistema hierárquico,

¹⁰³²

Xavier de Castro. *La Découverte du Japon par les Européens (1543-1551)*. Paris, Chandeigne, 2013.

embora nunca conseguisse superar por completo a fragmentação feudal. Imediatamente abaixo do Xogun estava a nobreza cortesã e os senhores feudais (*daimyo*), dos quais dependiam os guerreiros ou *samurai*. Estes recebiam uma cota anual de arroz em troca de seus serviços militares. Com essa espécie de “assalariamento”, o Xogun separou os samurai da terra, privando-os das bases de seu poder independente, eliminando a raiz de uma das fontes de instabilidade política da era precedente, e suprimindo a função específica dos samurai na sociedade japonesa. Os *daimyo*, rodeados de seus *samurai*, habitavam cidades-fortaleza que funcionavam como castelos.

O xogunato Tokugawa impôs no Japão uma unidade sem centralismo. Estabeleceu uma espécie de condomínio entre o regime suserano do Xogun, com base na capital Edo, e os governos *daimyo* autônomos nos feudos das províncias. Os historiadores japoneses batizaram sua época de dominação de período Baku-han, combinação do governo de *bakufu* (o complexo governamental Tokugawa) e de *han*, as casas dos barões nos seus domínios. Este sistema híbrido era integrado pelos fundamentos dualistas do próprio poder do xogunato. Por um lado, o xogunato possuía os seus próprios domínios Tokugawa, as terras chamadas *tenryo* que abrangiam cerca de 20 a 25 % do país - um território muito mais vasto do que o de qualquer outra linhagem feudal - com o comando estratégico das planícies centrais e das costas do Japão oriental.

A economia observou certo crescimento na era Tokugawa, desenhada sobre um mercado nacional bem desenvolvido que encorajava a especialização e estimulava a produção. Grande número de famílias estava engajada em parte do seu tempo em atividades não agrícolas, como as pequenas indústrias caseiras. Essas indústrias surgiram influenciadas por um bom ritmo de crescimento da produção agrícola, que gerava poder de compra. A implantação do sistema *sankin-kotai*, segundo o qual o *daimyo* e sua família deveriam viver pelo menos seis meses por ano em Edo, servia ao Xogun como forma de manter o controle sobre eles; essas estadias costumavam ser caras, dado o grande número de empregados dos senhores feudais. A cidade se tornou mercado consumidor, tanto dos produtos agrícolas quanto dos industriais e manufaturados. Desenvolveu-se também uma infraestrutura de transportes para permitir tanto essas viagens anuais como também para ligar a produção industrial e agrícola a esses centros.

No período Edo, o sistema Xogun atingiu seu apogeu. O Xogunato (*bakufu*) podia ser definido como um governo militar de caráter hereditário, dentro do qual o governante supremo tinha ao seu serviço os diversos *daimyo*, cada qual administrando uma porção do território, com autonomia administrativa, mas sempre respondendo ao Xogun por laços de suserania e vassalagem. Os senhores dos feudos (*han*) administravam seus domínios sob rigorosa fiscalização do poder central. Para manter a ordem e evitar revoltas dos antigos inimigos da casa Tokugawa, o Xogun fez uma redistribuição dos feudos, fazendo com que os seus aliados ficassem com as regiões mais próximas a capital e com os pontos estratégicos. Aos inimigos restaram os locais mais afastados da capital, em que eles teriam menores chances de incitar rebeliões. Os partidários do imperador se localizavam em regiões periféricas, como os feudos de Satsuma e Choshu. Além de fiscalizar os *daimyo* espalhados por todo o país, o governo baixava regulamentos para controlar as atividades de todas as classes sociais.

O *bakufu* reforçou e consolidou a divisão da sociedade em classes rígidas: samurai, lavrador, artífice e comerciante, nessa ordem hierárquica. Em Kyoto, o imperador era uma figura decorativa, apesar de deter formalmente o poder, pois era completamente despojado de autoridade política, dependendo, inclusive, de ajuda financeira do Xogun. É preciso distinguir entre *daimyos* (terra tenentes) e samurais, seus vassallos, com amplas diferenciações de poder e riqueza. No regime Tokugawa, todos os camponeses foram obrigados a entregar as armas, e os únicos legitimados a mantê-las, isto é, a dispor do “direito da espada”, foram os profissionais – os samurais - que se foram convertendo paulatinamente em uma autêntica classe social. O controle centralizado do Xogun se baseava na implantação de um sistema

burocrático de intendentess em uma fragmentação nunca superada de uma feudalidade desarmada e com poderes limitados (os senhores não podiam, nos limites de seus feudos, erigir castelos, cunhar moedas, construir barcos de guerra, nem realizar casamentos, sem seu consentimento). Enquanto os samurais serviram de elemento de controle social entre feudatários e camponeses, tiveram um papel privilegiado no seio da sociedade unida pela lealdade ao poder central como relação preeminente sobreposta à debilidade do vínculo contratual entre senhor e vassalo.

A economia da era Edo chegou ao seu limite de desenvolvimento no início do século XIX, quando as fissuras do regime começariam a vir à tona. Primeiramente, o anacrônico sistema feudal não mais permitia um desenvolvimento econômico no país; em segundo lugar, uma série de catástrofes naturais e os crescentes impostos tornavam a vida dos camponeses mais difícil. Com isso a população parou de crescer, gerando uma queda no nível de arrecadação. Os nobres começavam a ter seu nível de vida alterado. Muitos samurais precisavam agora exercer alguma atividade produtiva, e muitos *daimyo* não tinham mais condições de manter seus feudos. Iniciava-se assim o processo de queda do regime Xogun. A diferenciação de classes ia diminuindo, já que os samurais tinham agora de exercer as mesmas atividades que os cidadãos comuns.

Os próprios *daimyos* incitavam por mudanças, principalmente os dos feudos mais fortes, como Satsuma e Choshu que viam agora a oportunidade de angariar maiores poderes. Esses fatores seriam agravados com a chegada dos estrangeiros ao país, o que serviu para desestabilizar ainda mais o regime. Em vista do frequente aparecimento de embarcações estrangeiras nas costas nipônicas, o *bakufu* reforçou a defesa costeira. Em 1825, baixou ordem a todos os feudos para que atacassem e expulsassem navios estrangeiros que surgissem nas águas territoriais nacionais, quaisquer que fossem os motivos e as circunstâncias do aparecimento. Os *rangakusha* Kazan Watanabe e Choei Takano se opuseram a essa política, declarando que ela resultava da ignorância a respeito da situação mundial, recebendo severo castigo (ambos se suicidaram depois de perseguidos pelo governo).

Crescia também a revolta camponesa e popular. Depois de 1830, a carestia levou os camponeses a se revoltarem contra as corporações urbanas, que detinham o monopólio e praticavam preços abusivos. Em 1837, a revolta de Oshio Heihachiro em Osaka foi bem organizada, dirigida por um *samurai*, e reivindicou o fim do corrupto sistema feudal, para ser substituído pelo "governo justo do Imperador". A restauração da monarquia, com poderes plenos, entrava na agenda histórica e política. Em 1840, a China (sob a dinastia Ching) entrou em guerra com a Inglaterra devido à questão da importação de ópio. Derrotada, firmou um tratado de paz, pelo qual cedia Hong-Kong à Inglaterra e abria os portos de Tientsin e Cantão ao comércio internacional. Ao ter conhecimento do resultado da "guerra do ópio", o governo Tokugawa resolveu abrandar as severas ordens relativas à entrada de navios estrangeiros. Mas, apegado à tradição característica do regime feudal, o Xogun não mudou a política isolacionista, enquanto os demais países orientais se abriam (pela força, certamente) às nações ocidentais. Já se tornava impossível ficar o Japão sozinho.

O xogunato vinha se debilitando, velhas regras sociais começaram a ser deixadas de lado. Em 1853 uma missão diplomática norte-americana, comandada por Matthew Perry, foi recebida pelo Xogun. Ela exigia um tratamento mais humano aos náufragos, a abertura dos portos para abastecimento e também para o comércio, deixando claro que os americanos lançariam mão da força para impor esses objetivos. No ano seguinte Perry retornou ao Japão com uma esquadra de nove navios. O governo japonês concedeu as exigências: frente a ameaças de retaliação assinou em março de 1854 o Tratado de Kanagawa, que abria os portos de Hokkaido e Shimoda aos norte-americanos. Depois de mais de dois séculos de isolamento frente ao ocidente, o Japão restabelecia contato e relações comerciais com as potências ocidentais. Inglaterra, Rússia, França e Holanda receberam depois concessões similares à americana. O Japão mantivera-se isolado por cerca de 200 anos, mas quando foi visitado pelas frotas navais

norte-americanas e russas, em meados do século XIX, constatou que os navios destes visitantes navegavam sem auxílio de velas e contra o vento. O Japão precisava “despertar” do “longo sono” que o havia mantido voltado para si mesmo enquanto as potências ocidentais se forjavam.

A posição japonesa a respeito dos estrangeiros era de extrema desconfiança, uma vez que recebiam notícias a respeito da “guerra do ópio” e dos “tratados desiguais” impostos pelas potências europeias ao governo chinês, produzindo um reflexo de ainda maior retração das políticas externas. Porém, devido às ameaças de uma forte retaliação militar, os japoneses concluíram cedendo, aos poucos. No ano de 1856, chegou ao Japão o primeiro-cônsul norte-americano, Townsend Harris, com o objetivo de firmar um tratado formal de comércio (o Tratado de Kanagawa apenas abria os portos, não havia referência ao comércio). O *bakufu*, com vistas a legitimar a possível aceitação do tratado, o encaminhou a aprovação do Imperador, que o rejeitou, ganhando um novo papel político independente. No entanto, mesmo sem a aprovação imperial, Li Naosuke, ocupando o cargo de *tairō* (grão-conselheiro), firmou o acordo.

Foi, finalmente, por volta da década de 1860 que amadureceu o processo de desagregação feudal e de modernização capitalista do Japão, acelerado e determinado pela intrusão estrangeira (com o bombardeio de Chôschû em 1864 pelas tropas dos EUA) e pela competição dos comerciantes estrangeiros, cada vez mais fortes. O Japão dos Tokugawa decaiu porque sofria uma crise político-institucional oriunda da incapacidade de manter a autonomia nacional frente às investidas de ingleses e norte-americanos. Em meados do século XIX não era mais possível ao Japão manter-se numa política de isolamento tradicional. Sua saída era modernizar-se (no sentido capitalista do termo) ou integrar-se de forma dependente (como foi o caso da China).¹⁰³³ A própria burguesia agrária requeria um governo central e uma administração pública moderna.



Tokugawa Yoshunobu, o último Xogun

Numa primeira fase da queda do “Antigo Regime”, reforçaram-se os privilégios do Xogun, com a insistência por parte de Li Naosuke na ratificação do tratado comercial negociado com Townsend Harris em 1858. Opositores da política de Tokugawa juntaram-se à corte imperial e tentaram usar a sua autoridade para associar a ratificação desse tratado à candidatura de

¹⁰³³

Edwin O. Reichsauer. *Histoire du Japon et des Japonais*. Paris, Seuil, 1973, p. 138.

Hitotsubashi Keiki, numa disputa pela sucessão dentro do xogunato. Os métodos violentos de Li Naosuke, na fase seguinte, levaram ao seu assassinato, em 1860. Os líderes Tokugawa vacilaram ao tentarem uma política de consenso através da conciliação e da associação de alguns grandes senhores que se encontravam em posições opostas. Em 1860, Satsuma, Choshu e Tosa fizeram sucessivas propostas para a reconstrução do país, favorecendo cada vez mais a corte imperial - e a si próprios. Com as demonstrações de lealdade por parte dos oficiais xoguns para com a corte imperial, e com a punição de Choshu por se ter atrevido a transpor os portões do palácio imperial, em 1864, a supremacia Tokugawa entrou na contagem regressiva.



Os últimos dias do samurai

A oposição ao regime cresceu enormemente, proveniente principalmente dos *daimyos* da região de Tozama, Satsuma e Choshu. Os pedidos dos xoguns para restaurar o sistema de serviços *sankin-kotai*, que em 1862 tinha sido descurado, não obtiveram resposta e o movimento contra Choshu, que surgira em 1864-65, extinguiu-se em 1866. A necessidade de incluir a corte imperial numa ação de mudança de regime parecia clara, e quando o Xogun foi aconselhado a render-se, em 1867, acedeu a isso na esperança de continuar a manter a sua relativa importância numa nova estrutura política colegial. Os acontecimentos provaram-lhe que não tinha razão, visto que os seus rivais o manobraram a fim de obterem uma autorização imperial para castigá-lo como inimigo da corte.

Uma aliança da região de Tozama conseguiu em janeiro de 1868 chegar ao palácio imperial e declarar a “restauração imperial”. O novo Imperador, com apenas 16 anos de idade, Mutshuhito (depois conhecido como “Meiji”) assumiu o poder: em abril prometeu que assembleias seriam instituídas e que costumes feudais “ruins” seriam abolidos. Derrubado o *bakufu*, com a corte já empossada, o poder imperial se transferiu para Edo, e como prelúdio das grandes mudanças que traria, mudou o nome da cidade para Tóquio (Capital do Oriente), e a transformou em capital. A guerra civil de Boshin, durante a qual os exércitos imperiais de Satsuma, Choshu e Tosa marcharam sobre os domínios de Tokugawa, terminou na primavera de 1869: era o fim definitivo do xogunato, e o início da *Revolução Meiji* (que foi chamada de “restauração”, por restaurar a monarquia).

Na verdade, a Restauração Meiji pôs o Japão na rota da modernização de forma gradativa e não completa. Primeiro operou-se uma revisão dos cadastros de contribuintes, com o escopo de combater a quase total imunidade fiscal que os setores feudais gozavam anteriormente. Em seguida, encetou-se a eliminação das rendas parasitárias feudais. Ideias “constitucionais” começaram a circular amplamente.

Em 1868 o Japão iniciou assim um rigoroso programa da modernização denominado *fukoken kyohei*, “País Rico, Exército Forte”. Tratava-se não só de modernização econômica mas também de um grande esforço para forjar um forte sentimento nacionalista. As políticas domésticas foram condicionadas com as preocupações da política externa. Os japoneses não chamaram esse processo de revolução, preferindo chamá-lo de restauração, um “regresso à normalidade”. Antes da *Meiji Ishin*, o Xogun (como líder do exército) exercia o poder em lugar do Imperador, enclausurado com um poder meramente simbólico. Mas a existência de um imperador, um governante legítimo, situado formalmente acima do governante *de facto*, possibilitou aos inimigos do xogunato Tokugawa considerarem uma alternativa “honrosa” para sua substituição, que permitiu ao Japão realizar uma espécie de “revolução não revolucionária”.

A abertura forçada do país provocou uma violenta reação entre os que defendiam o desenvolvimento de relações com o exterior e os partidários de uma política isolacionista. Nesse período de violenta ocidentalização do país, surgiu uma corrente que tinha como objetivo a manutenção dos valores tradicionais japoneses, como o ensino das artes clássicas e a afirmação do caráter divino do imperador, nos moldes dos ensinamentos de Hirata Atsutana, baseados numa filosofia de nacionalismo xintoísta. O país, politicamente enfraquecido, já não dispunha de recursos para fazer frente às imposições externas.

O primeiro documento publicado em nome do imperador foi a “Declaração dos Cinco Artigos”, de abril de 1868; a proclamação tratava da diretriz geral que o novo governo deveria seguir e de suas metas gerais: 1º) Convocar amplas assembleias para resolver assuntos de Estado; 2º) União de todas as classes, de alto a baixo, para se promover uma ativa estratégia política; 3º) Fazer com que o governo, os militares e o povo em geral realizassem suas aspirações, impedindo o relaxamento do espírito popular; 4º) Destruir os maus hábitos obsoletos e adotar outros com base os costumes seguidos no mundo; 5º) Buscar o saber em toda parte do mundo, com o objetivo de fortalecer os fundamentos do regime imperial.

A faceta mais visível da Restauração Meiji foi a centralização administrativa. A adoção do nome *Meiji* (“governo iluminado”) e a proclamação de uma capital nacional na cidade fortificada de Edo eram o prenúncio de um plano para modernizar as instituições políticas. A afirmação do poder pelo imperador era um passo significativo para a centralização, visto que punha fim à política compartimentada do sistema *bakufu* Tokugawa. O destaque dado ao problema das relações externas também serviu para reforçar o sentimento de um só Japão, que tinha de se confrontar com os países estrangeiros.

O grupo mais descontente com a Restauração era o dos samurais, que se viram privados de suas funções e com os seus estímulos suspensos, gerando incidentes políticos. A vitória na Guerra de Boshin, ou “Guerra do Ano do Dragão” (1868), contra o antigo exército do Xogun, não levou a uma centralização política imediata. Essa vitória eliminou a casa Tokugawa da competição política. Os vassalos Tokugawa dissociaram-se da causa *xogun* e rivalizaram com os *daimyos* em declarações solenes de lealdade à casa imperial. A supremacia militar de Satsuma e Choshu e a restauração dos feudos do sudoeste levantaram suspeitas em relação às suas próprias ambições como xoguns. A Restauração Meiji, portanto, não destruiu as instituições da última época do feudalismo Tokugawa.

A rápida modernização japonesa conseguiu-se mediante a imposição imperial do emprego de mais três mil especialistas estrangeiros, que foram contratados para criar uma nova estrutura que se aproximasse mais dos padrões ocidentais, assim como pelo envio de muitos estudantes

japoneses para a Europa e América, para que pudessem aprender as novas técnicas, baseado no quinto artigo da citada "Carta de Oath", "a procura de novos saberes para o fortalecimento do império". Vencida a primeira adversidade, faltava a segunda e mais difícil, o controle sobre os *daimyo*. A mudança de regime não tirou automaticamente o controle dos antigos senhores feudais sobre os seus domínios. Apenas os domínios dos Tokugawa e alguns feudos ao norte que haviam resistido ao novo governo tiveram suas propriedades dominadas. Existiam, no entanto, cerca de 270 grandes e pequenos feudos que mantinham sua autoridade autônoma. Tornava-se imperioso acabar com essa situação. Takayoshi Kido, de comum acordo com Toshimichi Okubo, conseguiu fazer com que os poderosos feudos de Satsuma, Choshu, Doshu e Hizen se decidissem a ceder seus territórios, com toda a sua população, à coroa. Os outros *daimyo* acabam por seguir o mesmo exemplo.



Missão militar francesa ao Japão (1867-1868)

O governo imperial utilizou a tradição para justificar o processo de modernização. Com o regresso dos registros em agosto de 1869, estabeleceu-se uma estrutura semelhante à do século VIII, do período Nara. O *Dajokan* (Conselho de Estado), criado nessa época, permaneceu até ao sistema moderno ser implantado em 1885. As solicitações que rodeavam o imperador no que respeita à religião xintoísta levaram à criação de uma religião oficial, tendo-se criado um conselho *xinto*, como prova dos laços existentes entre a deusa do Sol e o seu descendente imperial, e conferindo ao regime e às suas declarações um caráter teocrático; de 1869 a 1871, este conselho esteve acima do próprio Conselho de Estado. No entanto, com a modernização administrativa, foi perdendo importância e acabou como uma subdivisão do Ministério dos Assuntos Internos, em 1877, na última fase em que o regime foi seriamente ameaçado por uma rebelião samurai.

Em janeiro de 1871, os líderes militares dos feudos juntaram suas forças armadas, de 10 mil homens, para formar a guarda imperial. Oito meses mais tarde, declarou-se a abolição dos domínios e proclamaram-se as novas unidades administrativas, em número consideravelmente menor, e com uma área maior, que foram denominadas prefeituras. À medida que se avançava, aumentava a responsabilidade do governo central. Surgiu uma nova classe social designada como "pequena nobreza" (*shizoku*) e os militares de patente mais baixa foram chamados de *sotsu*. Os *sotsu* se misturaram com os *shizoku*, formando uma enorme e dispendiosa classe militar improdutiva, que se tornou um grande problema para o novo regime.

O poder, teoricamente, se encontrava nas mãos do jovem Imperador, mas era na verdade exercido por um grupo de aristocratas, concentrados ao redor do trono, e representantes dos *han* que desempenharam um papel na derrubada do *bakufu*: Takamori e Toshimichi de Satsuma; Inoue Kaoru, Yamagata Aritomo, Kido Takayoshi e Ito Hirobumi de Choshu; Okuma Shigenobu de Hizen; e Itagaki Taisuke e Goto de Tosa; muitos dos cargos públicos eram ocupados por membros da aliança *Sat-cho* (Satsuma - Choshu).

O que marcou o começo da *Meiji Ishin* foi a formação da aliança entre Saigo Takamori, líder do feudo de Satsuma, e Kido Takayoshi, líder do feudo de Choshu. Apesar desses dois feudos possuírem uma histórica rivalidade, eles entraram em aliança graças a políticos como Sakamoto Ryôma, cuja figura política foi fundamental para a “Revolução Meiji”. O novo governo adotou medidas visando reforçar seu poder e sua estrutura, além de aumentar o poderio de suas tropas. Com muitas limitações, as fronteiras rígidas entre as classes sociais foram sendo destruídas, sendo estabelecida a liberdade de religião em 1873. O processo de eliminação das castas baseadas na propriedade da terra - iniciado com o confucionismo, portador silencioso de progressiva igualdade social de base cultural - prosseguiu sem solução de continuidade com o capitalismo, que acabou proletarizando não apenas o mundo produtivo, mas a totalidade do aparato burocrático-militar.



O Imperador da Era Meiji, Mutshuhito, com farda militar ocidental

Se o conceito de *Tennô* (o imperador enquanto “deus revelado” – *arahito gami*) não admitia a possibilidade de revoluções e separava até o infinito, com base no direito divino, a estirpe imperial do povo, este, conseqüentemente, se tornava em cada um de seus indivíduos *igual*, quando posto em relação ao imperador. A linhagem cedia naturalmente lugar às capacidades e ao caráter, que davam acesso a funções que deviam reger a realização da harmonia entre os membros da sociedade. Eliminada ideologicamente a base legal da nobreza, privada também do uso das armas delegadas a classe dos samurais, a introdução da ciência e da técnica preparou o terreno para a primazia dos papéis sobre os indivíduos, que caracterizou a história do Japão moderno.

O sistema educacional foi reformado tendo como parâmetro o sistema francês, e mais tarde o alemão; o ensino das crianças passou a ser obrigatório. Não se tratava de uma simples imitação de modelos estrangeiros: “Os japoneses sabiam que eram superiores e, porque o sabiam, eram capazes de reconhecer a superioridade de outros”,¹⁰³⁴ pelo menos em alguns aspectos. Contrataram então peritos e técnicos estrangeiros, bem como enviavam agentes ao exterior para trazer novos conhecimentos da Europa e dos EUA. Essas informações serviram de fundamento para escolhas políticas, através de métodos comparativos: adotou-se primeiramente o modelo francês de exército, entretanto, com a derrota da França na guerra franco-prussiana (em 1871), o Japão passou a adotar o “modelo prussiano”.

A especificidade do desenvolvimento japonês reside em ter obtido: a) A separação cultural com o maior império de toda a Ásia, o chinês, mas introduzindo a ideologia confuciana no aparato de poder que se mantinha até então na religião xintoísta; b) Após o período Tokugawa, a distância em relação ao Ocidente, mas com a penetração das relações capitalistas, como saída necessária da organização burocrático-militar, interessada na importação de ciência e tecnologia dos países ocidentais. Nos países de industrialização tardia a busca pela modernidade criou fortes contradições, com o Estado assumindo poderes burocráticos e administrativos, no esforço de industrialização: os imperativos econômicos e militares requeriam uma poderosa iniciativa de um Estado centralizado, ao mesmo tempo em que surgia uma consciência e aspiração políticas crescentes dentro de uma sociedade em mudança.

No Japão, diferentemente da Rússia e da China, essa tensão não deu origem a um processo revolucionário *sui generis*, devido à preocupação das grandes potências com a China, e também à vantagem histórica e cultural do Japão para se adaptar à superioridade tecnológica do Ocidente: a condição insular (isolamento relativo), a posição superior dada ao poder militar, a forte tradição do sincretismo filosófico. A oligarquia Meiji misturou novos e velhos elementos da sociedade japonesa para criar um mito nacional, a concepção de família *kokutai* (de Estado), propagada para o corpo político e social por meio do sistema de educação nacional. Isto limitou o apelo das ideologias liberais e individualistas, como também do socialismo.

A partir de 1869 se determinou a igualdade das classes sociais, no sentido da abolição das barreiras comerciais e de comunicação, e da liberdade individual de converter-se em proprietários rurais. Os antigos senhores feudais (os *daimyos*) foram obrigados a devolver suas terras ao imperador na década de 1870. Em 1873 tomou-se a decisão de se criar um exército nacional e se introduziu o serviço militar obrigatório, nivelador das diferenças sociais. Identificou-se no modelo ocidental de democracia liberal o aparato técnico formal para obter um consenso totalitário, indispensável para a adequação da organização política à acumulação de capital.

A exigência individual de liberdade, trazida pelo capitalismo, traduziu-se no Japão - após 220 anos de isolamento - no sacrifício da vida individual pelo Estado nacional, moderno e unificado pela língua e pelos modos de pensar e atuar. A cobertura protecionista das indústrias nacionais de base e manufatureiras determinou uma facilidade não apenas na industrialização originária, mas também no desenvolvimento da tecnologia ocidental, tendo esta se incrustado numa substancial disciplina militar do trabalho. A pressão do capital internacional pela abertura do mercado japonês e a relativa competitividade esperada da economia do país, exigiam a imediata constituição de um sistema financeiro, escolar, militar (marinha, exército, polícia) que impulsionou a aglutinação nacional.

Cada indivíduo foi chamado a fazer alguma coisa pela sociedade, impulsionando um forte sentido de dever encaminhado à coesão nacional, representada sempre pelo símbolo religioso

¹⁰³⁴ David S. Landes. *A Riqueza e a Pobreza das Nações*. Por que algumas são tão ricas e outras tão pobres. Rio de Janeiro, Campus, 1998.

e político do imperador, que personificava a continuidade da tradição dentro da inovação ocidentalizante da introdução científica e tecnológica ao serviço da nação. O Estado, em cada setor, utilizou modelos ocidentais para reorganizar a coletividade do melhor modo (por exemplo, o sistema educativo de 1872 foi modelado segundo o sistema francês dos distritos escolares, assim como o código penal e o exército; enquanto a marinha, o telégrafo, as estradas de ferro, o foram segundo o modelo britânico; as universidades segundo o modelo americano...) convertendo-se assim em uma espécie de colônia cultural composta.

No setor produtivo, por sua vez, a utilização da força de trabalho permitiu alcançar níveis máximos de desenvolvimento e competitividade. Nas fábricas modelo do setor têxtil (seda) foram utilizadas como operárias, por exemplo, as filhas dos samurais, as que melhor correspondiam a estas características de ordem e lei, indispensáveis para o capitalismo, voltado já para o expansionismo. O Japão sustentaria mais de dez guerras desde 1868 a 1945. No mercado nacional da força de trabalho punha-se em marcha todo tipo de meios ilegais para minimizar os custos sociais (roubo de mão de obra, venda e prostituição de crianças, como alternativa ao seu ingresso no trabalho fabril onde estavam obrigadas a viver como que em uma prisão, e até o decreto do congelamento salarial).

O controle centralizado próprio do antigo xogunato não foi simplesmente eliminado: ele se baseava na implantação de um sistema burocrático de intendentess em uma fragmentação nunca realmente superada. A partir de tal centralização colocou-se em marcha a constituição de grandes empresas “públicas” (*zaibatsu*) fundadas nos clãs dominantes. A *Mitsui*, por exemplo, era uma das quatro *zaibatsu* com o monopólio financeiro de três quartos da riqueza japonesa: misto de corporação familiar e *trust* moderno, dispunha de uma cadeia de 120 sociedades de navegação, seguros, manufaturas têxteis, casas comerciais, que criavam 15% da riqueza japonesa. Como era incapaz de fazer escoar os seus produtos para os mercados europeus e o americano (os produtos japoneses eram de fraca qualidade e a clientela destes mercados exigente), virou-se para os mercados do continente asiático, especialmente o da China, onde os baixos preços praticados pela sua indústria tinham a possibilidade de atrair a população.

Para a formação dos seus oficiais mais promissores o Japão investiu enviando-os para escolas na Prússia. O general prussiano Von Meckel foi quem, em 1885, iniciou o Exército Japonês e permitiu a organização de um competente e profissional Estado-Maior. Em 1904 estava criado um corpo de oficiais altamente competente. Japão converteu-se com grande rapidez na terceira potência naval do mundo, e na quinta no terreno militar. O exército teve a função de proteger os grupos de poder econômico. O Japão moderno abriu-se também ao crescimento espetacular do capital financeiro. A criação de uma atividade bancária moderna e a centralização de serviços comerciais contribuiu para uma maior separação do capital das atividades agrárias. Mas, em 1880, 44% das ações dos bancos nacionais ainda pertencia aos antigos *daimyos*, e quase um terço a antigos samurais.

Por fim, a reestruturação financeira de Matsukata, culminada em 1885 (quando o governo privatizou a quase totalidade das empresas públicas em condições vantajosas para os compradores), permitiu um grande desenvolvimento do capital industrial urbano doméstico. Três grupos políticos-culturais tiveram grande impacto no período, todos originados na classe dos samurais: um era o dos “intelectuais iluminados” do antigo regime Tokugawa que, confucianos em sua origem, perceberam a necessidade de uma modernização por meio de reformas internas e da absorção de elementos da civilização ocidental (estes foram identificados como o grupo *Meiroku*). Eram filósofos, educadores, juristas e economistas, que começaram suas carreiras na escola Tokugawa de estudos ocidentais; seus debates eram publicados no *Meiji Six Journal*, e introduziram as teorias democráticas no Japão.

Houve também um diferente segmento de samurais, o *shishi*: eram a classe baixa dos samurais, descontente, mas com grandes aspirações. A estratégia política deste grupo era a de influenciar na política e na corte dos nobres, que eram tradicionalmente hostis ao xogunato.

Mobilizaram a tradição japonesa de orgulho de serem descendentes do sol, apontando a falha do *Xogun* em salvar a nação da humilhação diante dos ocidentais “bárbaros”. O terceiro grupo emergiu dentre os jovens *shishi*, como Ito Hirobumi, Yamanagata e Katsubara, que se tornaram lideranças no regime Meiji. Dos *shishi* antigos, poucos sobreviveram para chegar ao poder após a restauração monárquica: os jovens menos conhecidos do *shishi* tomaram então a direção do novo Japão. A filosofia do antigo *shishi* prevaleceu nos primeiros anos da Era Meiji: houve, por exemplo, a adoção do xintoísmo como religião oficial. Mas isso durou pouco. Os jovens líderes eram a favor de um desenvolvimento econômico doméstico em detrimento de aventuras militares heroicas no exterior. Até 1877, a Restauração Meiji foi muito mais uma regressão do que uma modernização, embora alimentada por armas modernas.

A supressão da rebelião armada dos velhos samurais pelo novo exército nacional composto de soldados voluntários, provou que o desafio ao velho poder deveria ser feito com base em uma nova ideologia: os novos líderes no governo teriam que buscar novas teorias políticas para legitimar seus poderes. As teorias democráticas passaram a ser utilizadas pelos jovens *shishi* depois de 1877, na sua luta pelo poder contra a oligarquia restauracionista. Mas apenas fragmentos das teorias democráticas eram utilizados: justificou-se o direito de eleger representantes políticos em separado, concedido à nobreza, como recompensa por suas contribuições no sucesso da Restauração.

A teoria democrática, no Japão *Meiji*, era útil não pelo seu valor normativo, mas pela sua utilidade em atingir determinado objetivo. Desse modo, usada pelos guerreiros descontentes, a política constitucional tornou-se nacionalista. Oi Kentaro (1843-1922) planejou a invasão da Coreia, por exemplo, em nome da democracia. Os samurais descontentes lançavam mão de ideias democráticas para atacar a ordem oligárquica, e esta, por sua vez, encontrou na antiga arma dos *shishi*, o nacionalismo defensivo, a melhor forma de justificar a modernização “feita por cima”. O medo de uma intervenção estrangeira fez com a democracia parecesse um luxo dentro do processo de modernização. Era um caso de “ideias fora de lugar (teórico)”, mas muito dentro da história real.

O imperador havia sido privado de seu poder efetivo, ele não possuía sua própria burocracia para organizar o Estado, nem mesmo forças para defendê-lo. Deu-se a ruptura do Conselho da Corte, em 1873, sobre a questão da invasão da Coreia: a invasão trazia a esperança de que o problema do desemprego dos samurais, causado pelo fim do sistema feudal, seria resolvido. Conselheiros defensores da invasão apresentaram em janeiro de 1874 uma petição ao governo pedindo a instalação de uma assembleia eleita. Tratava-se do início do Movimento da Liberdade e Direitos Populares (*Jiyu Minken Undo*) que teve enorme destaque. Este movimento não tinha, inicialmente, a aspiração de ganhar as liberdades políticas, era uma forma de oposição de alguns membros descontentes do *han*, que haviam sido privados de poder, contra a política de outros membros do estrato dominante.¹⁰³⁵ O movimento ganhou projeção nacional, provocando um edito imperial: “Nós desejamos estabelecer gradualmente um governo constitucional e dividir seus benefícios com o nosso povo”. Em 1881, o governo imperial declarou que uma Assembleia Nacional seria instituída em 1890.

Em 1882, Ito Hirobumi, um membro do grupo dos jovens *shishi*, foi à Europa com a missão de encontrar uma teoria moderna para justificar a conclusão de um governo central forte e modernizador. Em 1889, finalmente, foi promulgada a primeira constituição japonesa. Um parlamento foi instituído, o imperador foi normativamente colocado no topo do Estado. Os seus parentes mais velhos detinham o poder real. Os partidos políticos, devido à sua falta de coesão, não gozavam ainda de um poder real. A coleta de impostos sobre a terra tornou-se mais extensiva, e permitiu criar uma camada de camponeses, com diferenciações sociais internas. Houve a reestruturação do país em prefeituras, que prefigurou a administração

¹⁰³⁵ Ben-Ami Shillony. The Meiji Restoration: Japan's attempt to inherit China. In: Ian Neary. *War Revolution & Japan*. Londres, Bookmark, 1992.

política moderna do Japão. A Constituição representava o compromisso entre o ímpeto nacionalista em fortalecer o poder do novo Estado, tendo o imperador como figura central, e a luta popular por liberdade e direitos. De um lado, a Constituição garantia a separação dos três poderes e as garantias para as liberdades civis, mas de outro mantinha a prerrogativa do Imperador, sozinho, de declarar a guerra e a paz, assinar tratados externos, e de conduzir assuntos militares fora do parlamento.

O híbrido resultante desse processo foi o Império Japonês, baseado numa monarquia hereditária e divinizada, e enxertado de constitucionalismo moderno. O Japão cresceu vertiginosamente a partir da Restauração Meiji, mas a situação interna limitou a “modernização” na área política e social, ou seja, a instauração de uma democracia burguesa. A Era Meiji trouxe ao Japão elementos da cultura dos EUA, Grã-Bretanha, França e Alemanha. O paradoxo foi que se desenvolveu dentro do governo um ponto de vista “germânico”, enquanto a sociedade adotava um modo de vida assemelhado ao britânico e norte-americano: no mundo dos negócios as tendências seguiam as linhas americana e britânica, mas as leis que regulavam os negócios eram influenciadas pelo modelo alemão. O pensamento político era dominado por ideias do liberalismo empírico de Bentham, além do republicanismo francês, mas o princípio alemão de centralidade do Estado vigorava no governo.

Houve um pesado investimento estatal em ferrovias e sistemas de comunicação: iniciou-se uma política de ajuda governamental às empresas, que favoreceu a formação dos conglomerados empresariais (os *zaibatsu*). Mas tudo ficou limitado pela arcaica estrutura econômica. O capitalismo não estava difundido igualmente entre todas as regiões e classes sociais, uma disparidade surgiu entre a agricultura e a indústria. Empresas não governamentais e governamentais recebiam auxílio financeiro e tecnológico. O setor agrícola manteve-se sob bases e métodos tradicionais, não acompanhando o desenvolvimento da indústria. O capitalismo (baseado no trabalho assalariado) se desenvolveu nos setores de mineração, comércio, transportes e finanças. O elemento servil sobrevivia no setor agrícola, que abrangia metade da população japonesa. A acumulação de capital era limitada. Os métodos produtivos modernos não se propagavam a todos os ramos econômicos.

Mas o Japão tivera a “humildade” de adotar a tecnologia e a cultura ocidentais, reconhecendo o atraso das suas, e assim pode aproveitar em poucos anos a tecnologia que havia demorado séculos para ser desenvolvida no Ocidente. A máquina a vapor não precisava ser inventada uma segunda vez. O desenvolvimento econômico japonês se deu “aos saltos”, favorecido e impulsionado pelo Estado. O capitalismo industrial e as modernas técnicas de produção não precisavam ser reinventadas no Japão. Segundo Hobsbawm, “de todos os países não europeus, apenas um foi bem-sucedido em encontrar e derrotar o Ocidente no terreno inimigo. Este país foi o Japão, para surpresa dos observadores da época, já que em meados do século XIX, o país não parecia diferente de qualquer outro país oriental (e) estava igualmente destinado ao atraso econômico e à inferioridade militar, para tornar-se vítima do capitalismo”.

Ao contrário da China, o Japão não sofreu durante muito tempo com o colonialismo do Ocidente: “O cadáver vasto e prostrado da China serviu como escudo do Japão diante da cobiça mercantil e colonial das potências europeias”.¹⁰³⁶ A China era demasiadamente grande, demasiadamente autossuficiente e demasiadamente acostumada a se considerar o centro do universo; ela não teve nem a percepção, nem a humildade japonesas para adotar os meios ocidentais. O resultado foi um grande atraso chinês, uma economia rural crescentemente estancada e uma dominação por parte das potências, inclusive do próprio Japão.

A tentativas tardias de dominação externa deveram-se às limitações de mercado e de recursos internos do Japão. Em pouco tempo o país se apresentou como um rival ao mundo ocidental através de uma agressiva política de expansão regional. A Restauração Meiji, ao abolir as

¹⁰³⁶ E. Herbert Norman. *Japan's Emergence as a Modern State*. Political and economic problems of the Meiji period. Toronto, Institute of Pacific Relations, 1940.

antigas estruturas feudais sem, todavia, alterar profundamente as bases da sociedade japonesa, permitiu aos privilegiados da antiga ordem reciclar-se como homens de negócios (capitalistas), mantendo a crença social nas fortes tradições ancestrais. Num dos primeiros estudos marxistas sobre o Japão, escrito em 1920, se afirmava: "Podemos concluir que o Japão, tendo mudado sua estrutura econômica, ainda não possuía o tipo de burguesia que pudesse assumir o domínio do país. A classe dos senhores feudais manteve o poder. Ela reconheceu os câmbios que tinham ocorrido no Japão, rejeitou as normas feudais já condenadas, e começou o rápido desenvolvimento do capitalismo. O termo "revolução" pode se aplicar à Restauração Meiji só de modo convencional. Pode chamar-se de "burguesa" só do ponto de vista de seus resultados, o que não significa que a burguesia desempenhara o papel mais importante nesse momento".¹⁰³⁷

Em síntese: o ponto de partida para as grandes transformações econômicas do Japão foi o ano de 1868, com a Revolução Meiji. Com apoio estrangeiro, o imperador tomou o poder do xogunato e passou a incorporar tecnologia ocidental, para modernizar o Japão. A Revolução Meiji aboliu o feudalismo, menos com a finalidade de melhorar a vida dos camponeses, e mais com a de torná-los mais produtivos. A fortuna dos grandes comerciantes e proprietários aumentou, em prejuízo dos aposentados e pequenos lavradores. A criação de um exército de trabalhadores, devido ao crescimento populacional, permitiu uma política de preços baixos, favorável à competição no mercado externo. Um aspecto importante foi a acumulação de capital nacional, decorrente da forte atuação do Estado, que concedeu patentes e exclusividades e integrou os investimentos. Depois de desenvolver as indústrias, o Estado as transferiu para particulares em condições vantajosas de pagamento.

Formaram-se assim as grandes concentrações industriais, os *zaibatsu*, de base familiar; 40% de todos os depósitos bancários, 60% da indústria têxtil, 60% da indústria militar, a maior parte da energia elétrica, a indústria de papel e a de construção naval eram controlados por apenas quatro famílias: Sumitomo, Mitsubishi, Yasuda e Mitsui. A indústria pesada avançou lentamente pela falta de carvão e ferro. Os recursos hidrelétricos foram explorados a partir de 1891. No início do século XX, a siderurgia deu um salto, criando a base para a expansão da indústria naval. O Estado, assentado na burguesia mercantil e na classe dos proprietários, tinha apoio dos militares, que pretendiam construir o "Grande Japão". O pequeno mercado interno impôs a busca de mercados externos e uma política agressiva, iniciada com a guerra contra a China (1894-1895), que proporcionou enorme indenização ao Japão. O mesmo aconteceu após a guerra contra a Rússia (1904-1905).

Na Coreia, o Japão quis mais do que "influência nos negócios", e "criou" tumultos, mediante agentes provocadores, enviou suas tropas ao país peninsular e, sem aviso a Pequim, substituiu o rei coreano por um regente para ser o instrumento do seu domínio do país. Em revide, Pequim enviou tropas à península coreana. Dava-se início à guerra sino-japonesa. A guerra foi ganha pelo Japão com relativa facilidade, graças ao investimento que nos últimos anos tinha feito na tecnologia que equipava o seu exército e sua marinha, bem como na doutrina que os articulava e permitia o seu emprego eficaz. Com a vitória na guerra sino-japonesa e com a assinatura do Tratado de Shimonoseki a 17 de abril de 1895, o Japão conseguiu conquistas territoriais que assustaram as potências europeias, ao ponto destas o pressionarem no sentido de renunciar a elas, coisa que o Japão não aceitou.

Dez anos depois, o novo poder imperial japonês ganhou projeção mundial com sua vitória sobre a Rússia na guerra que pôs em disputa a presença de ambos os países na Coreia e na Manchúria. O Tratado de Portsmouth, em agosto de 1905, deu fim à guerra: Japão ganhou a parte sul da Ilha Sakalin, Port Arthur (Coreia), e concessões ferroviárias na Manchúria, além de reconhecer seu protetorado sobre a Coreia, depois anexada. A vitória sobre a Rússia permitiu

¹⁰³⁷ O. V. Pletner. The history of the Meiji Era. *Apud* Ian Neary. *War Revolution & Japan*. Londres, Bookmark, 1992.

ao Japão ascender à categoria de potência mundial. O governo investiu na indústria militar; o imperialismo japonês se desenvolveu ainda mais. O prestígio das forças armadas aumentou, mas desta vez não havia indenizações para custear as despesas. O aumento das despesas militares tomou impopular o Tratado de Portsmouth no próprio Japão, e surgiram revoltas quando o seu resultado se tomou conhecido. A crise financeira do pós-guerra fez explodir greves nas indústrias de armamentos e nas minas. A tentativa do Japão em conquistar o estatuto de nação poderosa, ao contrário, foi bem sucedida.

O imperador (que morreu em 1912) atingiu estatuto de divindade. Com as armadas chinesa e russa ao largo no Pacífico, a marinha japonesa não teria inimigos à vista enquanto durasse a aliança com a Inglaterra. Até a Primeira Guerra Mundial, o crescimento do PIB per capita do Japão foi o maior do mundo industrializado, depois de consolidadas as mudanças produzidas pela “Revolução Meiji”.

Taxa de crescimento do PIB e do PIB per capita (%) entre 1860 e 1913

País	PIB (%)	PIB per capita (%)
EUA	4,50	2,50
Japão ¹	4,00	3,00
Alemanha	3,00	2,00
Rússia	2,50	1,00
Grã-Bretanha	2,25	***
França	1,75	***
Itália	1,50	***
Canadá	***	2,50
Suécia	***	2,50

¹ 1878-1912.

Formalmente, o fim do período Meiji aconteceu em 1912 com a morte do á velho Imperador que o impulsionou. As estruturas econômica e produtiva do país, que ainda possuíam fortes bases feudais em meados do século XIX, se desenvolveram para os parâmetros de uma potência mundial em apenas pouco mais de 50 anos, com velocidade assombrosa.

O lado sombrio da modernidade no Japão tornou-se evidente com a emergência do totalitarismo estatal, que conduziu o arquipélago nipônico a duas guerras mundiais. A democracia não se desenvolveu efetivamente no Japão. A modernização do Japão foi *yamu-onnai* (sem alternativa) e *namida-ononde* (“engolir as lágrimas”), não proporcionou nenhum aumento na liberdade das pessoas. O capitalismo japonês se ergueu sobre as bases criadas pelo absolutismo.¹⁰³⁸ E transformou-se em potência regional e, depois, mundial, sobre essas bases inalteradas.

¹⁰³⁸ Claudio Zanier. *Accumulazione e Sviluppo Economico in Giappone dalla Fine del XVI alla Fine del XIX Secolo*. Turim, Einaudi, 1975.

34. AS ORIGENS DO CAPITALISMO NORTE-AMERICANO

Nós, o Povo dos Estados Unidos, a fim de formar uma União mais perfeita, estabelecer a Justiça, assegurar a tranquilidade interna, prover a defesa comum, promover o bem estar geral e garantir para nós e para os nossos descendentes os benefícios da Liberdade, promulgamos e estabelecemos esta Constituição para os Estados Unidos da América (Declaração da Constituição dos EUA, 1776)

Os americanos são um povo fraco que deve ser protegido por uma potência naval durante vários séculos ainda (Declaração do governo inglês perante a revolta de suas colônias na América do Norte)

Existem espíritos especulativos que levam sua visão além do possível, e que gostariam de nos fazer crer que a América será algum dia uma potência temível. Mas a sua Constituição exclui toda coalizão com outros países. Além disso, passarão muitos anos, talvez séculos, antes que os 'novos ingleses' ocupem todos os seus territórios virgens (Vergennes, ministro de Louis XVI, justificando o apoio francês aos norte-americanos na guerra de independência contra a Inglaterra)

Os Treze Estados estão vinculados por uma união estreita e indissolúvel, e concorrem para erigir um grande e extenso sistema americano para controlar todas as forças transatlânticas e para influenciar e ditar os termos das relações entre o Velho e Novo Mundo (Alexander Hamilton. **O Federalista**, 1788)¹⁰³⁹

O anacronismo de algumas declarações citadas acima se deve à completa ignorância, da parte de seus autores, das forças históricas postas mundialmente em movimento pelo capitalismo. Nos Estados Unidos da América, o capitalismo nasceu sem entraves feudais, isto é, praticamente sem relações sociais próprias do Antigo Regime a serem derrubadas além de uma administração colonial contaminada pelas práticas senhoriais inglesas. A escravidão, principalmente sulista, estava adaptada a um empreendimento de natureza comercial (grande lavoura) vinculado ao mercado mundial. O capitalismo norte-americano, por outro lado, nasceu com uma fronteira de expansão quase ilimitada, diversamente de outras colônias de povoamento da colonização europeia (como Austrália, Canadá ou Nova Zelândia), onde essas fronteiras encontraram obstáculos geográficos ou naturais. No início da colonização inglesa na América do Norte, no século XVII, as ideias defendidas pelos puritanos radicais ingleses foram introduzidas pelos colonos; nas colônias os dissidentes da Igreja da Inglaterra encontrariam o espaço para fazer suas experiências de uma "sociedade modelo". As colônias inglesas na América surgiram como iniciativas privadas, como um contrato individual e coletivo a fim de fundar um Estado eclesiástico igualitário. A trajetória dos colonos envolvidos no projeto de uma nação para a glória de Deus - o antigo sonho calvinista - levou a formulação de uma religiosidade civil que permeou o pensamento norte-americano.

Menos de dois séculos depois, a independência dos Estados Unidos da América precedeu em três décadas e meia à independência das Américas de colonização ibérica. A independência norte-americana foi inicialmente considerada como um atrito político de projeções limitadas dentro do Império Britânico. Para a Inglaterra, tratava-se de mais uma rebelião no seu Império colonial. Para a França, cujo apoio militar aos rebeldes norte-americanos foi decisivo, de mais uma carta no jogo da política europeia, na disputa contra a Inglaterra. Para os colonos que começaram a protestar contra os impostos crescentes da Coroa, e contra as suas proibições (Lei do Selo, monopólio do comércio e de certas manufaturas) da reivindicação de uma consideração maior, da parte da Coroa, do bem-estar econômico das colônias. O "atrito", porém, liberou forças sociais e históricas que mudaram a face do planeta.

¹⁰³⁹ "O Federalista" (*Federalist Papers*) é uma série de 85 artigos argumentando a ratificação da Constituição dos Estados Unidos; é o resultado de reuniões que ocorreram na Filadélfia em 1787 para a elaboração da Constituição Americana. Essas reuniões renderam vários artigos publicados em Nova York com o intuito de ratificar a Constituição Americana. A reunião de todos esses artigos deu origem ao livro. Depois da promulgação da Constituição, os autores continuaram totalmente envolvidos na política. James Madison foi um dos fundadores do Partido Republicano, junto com Thomas Jefferson (que foi eleito presidente dos EUA em 1808). Alexander Hamilton foi o primeiro secretário do Tesouro dos Estados Unidos e como John Jay foi conselheiro de George Washington, presidente dos EUA em 1789. John Jay também foi o presidente da Corte Suprema.

Essas forças preexistiram ao atrito: as colônias inglesas do Norte de seus domínios americanos constituíam o único caso na América de conformação de uma economia não voltada para a exportação de produtos primários. Uma importante (para a época) produção capitalista já existia nessas *colônias de povoamento*, ainda na era colonial. No Norte das Américas (os atuais EUA e Canadá), “a existência de uma terra virgem, de vastas dimensões e pouco habitada, possuidora de extraordinários recursos, situada geograficamente em posição favorável face à Europa e desfrutando de condições climáticas comparáveis àquelas encontradas em solos europeus representava, em realidade, condição fortemente potencial para o desenvolvimento, inexistente em qualquer outra área do Novo Mundo. As colônias inglesas do Norte desenvolveram a construção náutica e as atividades mercantis, estas últimas particularmente após 1763, na região do Caribe; por seu turno, as colônias do Sul estabeleceram as bases para uma agricultura de exportação que utilizava mão de obra escrava”.¹⁰⁴⁰ Esta excepcionalidade vincula-se ao processo social e político na metrópole inglesa.

Nas colônias inglesas que cumpriram o papel que lhes fora adjudicado no sistema colonial pela Coroa, as situadas no Sul dos atuais EUA (a Virgínia, Maryland, Geórgia, as duas Carolinas), a exploração colonial seguiu padrões semelhantes aos da América espanhola e portuguesa. Elas conheceram, com a produção e exportação de tabaco, uma prosperidade enorme, que quase fez esquecer a existência de outras colônias inglesas ao Norte. Prósperos, os fazendeiros do Sul mandavam trazer quase todas as manufaturas que consumiam da Inglaterra; os barcos de ultramar chegavam a penetrar o continente até suas fazendas pelos rios interiores.

A realização do sistema colonial, especializando as colônias na produção e na exportação primárias, produzia em toda parte efeitos equivalentes: “O fazendeiro sulista descobriu que para produzir o melhor fumo teria que desbastar mais matas e começar de novo no solo virgem. A terra era barata, era necessário ter mais terra, e assim as plantações continuaram crescendo (...) Uma das dificuldades do fazendeiro era fazer frente à falta de braços (...) A primeira carga de negros chegara a Jamestown em 1619, e em 1690 havia cerca de 20 mil espalhados por todas as colônias [inglesas]. Tinham sido experimentados como trabalhadores no Norte mas, a não ser como domésticos, não se adaptaram ao trabalho ali. Mas eram adequados para o trabalho nas fazendas do Sul, e no século XVIII foram sendo trazidos aos milhares. Já não era tão fácil, para o pequeno fazendeiro, ou para o trabalhador livre, arrumarem sua vida. As terras aumentaram de preço e foram açambarcadas pelos fazendeiros ricos”.¹⁰⁴¹

Passado mais de um século do início da colonização americana pela Inglaterra, as perseguições políticas e sociais que coincidiram com o nascimento das primeiras manufaturas e precederam o período das “grandes revoluções” burguesas (1640 e 1688), fez com que fossem deportados da ilha britânica opositores políticos e os dissidentes religiosos (puritanos, presbiterianos, *quakers*, católicos), muitas vezes burgueses ou nobres. A população sem ocupação, ou a perseguida, foi encaminhada para as colônias, onde a partir do início do século XVII (1620) criaram as primeiras colônias “de povoamento” - diferentes das “colônias de exploração” (da população nativa) dos reinos ibéricos - no Norte da América.

Configurou-se desse modo um amplo fenômeno dentro da chamada “colonização moderna”: “A colonização de povoamento que se iniciou na América [do Norte] no século XVII constituiu, seja uma operação com objetivos políticos, seja uma forma de exploração de mão de obra europeia, que um conjunto de circunstâncias tornara relativamente barata nas Ilhas Britânicas. Ao contrário do que ocorrera com Espanha e Portugal, que se haviam visto afligidas por uma permanente escassez de mão de obra quando iniciaram a ocupação da América, a Inglaterra do século XVII apresentava um considerável excedente da população graças às profundas modificações de sua agricultura iniciadas no século anterior. Essa população sobrando vivia em

¹⁰⁴⁰ Stanley e Bárbara Stein. *Op. Cit.*, p. 100.

¹⁰⁴¹ Leo Huberman. *História da Riqueza dos EUA*. São Paulo, Brasiliense, 1978.

condições suficientemente precárias para submeter-se a um regime de servidão por tempo limitado, com o fim de acumular um pequeno patrimônio. A pessoa interessada assinava um contrato na Inglaterra, pelo qual se comprometia a trabalhar para outra por um prazo de cinco a sete anos, recebendo em compensação o pagamento da passagem, manutenção e, no final do contrato, um pedaço de terra. Tudo indica que essa gente recebia um tratamento igual ou pior ao dado aos escravos africanos. O início dessa colonização de povoamento abre uma etapa nova na história da América”.¹⁰⁴²

A colônias de povoamento foram uma exceção, não só em relação ao conjunto da colonização americana, mas também dentro da colonização inglesa do continente (e muito mais se considerarmos também as colônias africanas desse país). Foram, ao que tudo indica, as *condições naturais* as que determinaram que as colônias do Norte da América de colonização inglesa (chamadas de *Nova Inglaterra*) se desenvolvessem de maneira diferente das colônias inglesas do Sul, e do resto das colônias americanas em geral (com a provável exceção de Costa Rica e de certas regiões do Oeste do Vice-Reinado do Rio da Prata).

“Era a geografia que determinava a grande diferença entre as culturas da Nova Inglaterra e as do Sul. Não havia fazendas enormes, nem braço negro, nem colheitas básicas; na Nova Inglaterra as plantações eram pequenas, lavradas pelo proprietário, e produziam grande variedade de colheitas. O habitante tirava um sustento da terra com trabalho exaustivo, e esse trabalho esgotava todas as suas forças; por isso procurou uma ocupação mais adequada, e encontrou-a. A algumas milhas ao Leste desta região ficava a Costa da Terra Nova, talvez o melhor lugar para se pescar no mundo. Os futuros fazendeiros voltaram-se para o mar. Logo as águas da costa encheram-se de barcos pesqueiros voltando carregados de bacalhau, salmão, arenques e cavalas. Os países católicos da Europa eram um mercado permanente para os peixes de melhor qualidade, e os fazendeiros das Índias Ocidentais compravam os de qualidade pior, para alimentar seus escravos. Os habitantes da Nova Inglaterra não dependiam da terra natal para conseguir seus barcos. Tudo o que era necessário para a construção de navios estava ali à mão. Os homens da Nova Inglaterra conseguiam fabricar mais barato que qualquer outro país construtor de navios no mundo. Ao contrário dos sulistas, eles não dispunham de culturas básicas que fossem avidamente procuradas no Velho Mundo; mas podiam transportar o produto dessas culturas em seus navios, pois os sulistas dedicavam-se exclusivamente à plantação de fumo e arroz, sem se preocupar com o carreto. Logo o Atlântico ficou coberto de embarcações pertencentes a esses ianques empreendedores, que farejavam o comércio em qualquer lugar”.

Segundo o mesmo autor: “O cenário da Nova Inglaterra até 1760: solo inóspito e pedregoso, pequenas lavouras trabalhadas pelos proprietários e seus filhos, produzindo culturas variadas, muitos povoados pequenos, diversas cidades grandes ao longo de costa. O som do martelo construtor de navios, os trabalhadores especializados, artesanato doméstico, alguns teares e forjas industriais, poucos negros escravos, em primeiro lugar o trabalho do homem branco livre, a natureza forçando os pioneiros a trabalhar duro, embarcações resistentes fabricadas pelos próprios habitantes, homens que procuravam negócios rendosos em todos os mercados do mundo”.¹⁰⁴³

Foi nessas condições que não vingaram na Nova Inglaterra nem o trabalho servil nem o trabalho escravo, apesar de não existir nos futuros *ianques* nenhuma oposição de princípios a essas formas de trabalho. O mais importante, porém, é que o meio geográfico e o tipo de produção determinaram, na Nova Inglaterra, um tipo diferente na *estrutura da propriedade da terra*, que era, na economia colonial, o principal *meio de produção*: “Em Nova Inglaterra, as terras que tinham sido concedidas inicialmente a um grupo de colonos, para permitir o estabelecimento de uma nova cidade, foram divididas, após 1635, pelas próprias cidades, em

¹⁰⁴²

Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.

¹⁰⁴³

Leo Huberman. *Op. Cit.*

lotes residenciais. Alguns desses lotes não passavam de meio acre, enquanto outros chegavam a 22 acres. A Nova Inglaterra era um território de pequenas propriedades e de fazendas familiares, e em parte alguma se viam os extensos domínios ou latifúndios das colônias do centro e do Sul. Nessas últimas colônias os pequenos sítios alternavam-se com as grandes propriedades, consequência do sistema de transmissão da terra mediante venda, o qual preparou o caminho para a difusão da especulação e do açambarcamento".¹⁰⁴⁴

O precoce desenvolvimento industrial da Nova Inglaterra foi determinado por dois fatores principais: 1) A existência de mão de obra categorizada e abundante; 2) A concentração urbana e a sociedade de pequenos granjeiros formavam um mercado local, sem poder aquisitivo para comprar os produtos ingleses, mas podendo comprar produtos locais mais baratos. Além disso, existia o mercado das Antilhas.

A indústria de exportação (sustentada na construção de navios) da Nova Inglaterra desenvolveu-se ao ponto de, no fim do período colonial, um terço da marinha mercante britânica (a maior do mundo) estar constituída de navios construídos na América. Por outro lado, o pouco caso que a Inglaterra fez dessas colônias durante a maior parte do século XVII, fez com que uma tradição de auto-governo fosse sendo criada na Nova Inglaterra, incluindo lutas políticas internas contra o totalitarismo religioso dos puritanos: essas levaram à criação, em 1636, da colônia de Rhode Island, sob a divisa "Deus não exige que se decrete nem se imponha em qualquer sociedade civil uma uniformidade religiosa". Tudo isso convergiu para que na Nova Inglaterra se estabelecessem as bases para um desenvolvimento econômico diferente, em relação ao Sul e às colônias americanas dos países ibéricos.

Nas colônias inglesas mais vinculadas economicamente à metrópole a base da produção era o trabalho escravo. Entre 1698 em 1807 chegaram entre 25 mil e 100.000 escravos por ano aos futuros EUA. O primeiro carregamento de escravos africanos chegou a Jamestown, na Virgínia, em 1619, pelas mãos de senhores ingleses com destino, principalmente, às plantações de tabaco. Os escravos africanos tinham um estatuto de *limited servitude*, semelhante ao dos nativos americanos. O estatuto que reconhecia a escravatura veio a ser adotado no Massachusetts em 1641, e depois, no estado de Connecticut em 1650, e na Virgínia em 1661.

Esses estatutos diziam respeito, sobretudo, a escravos fugitivos. Com o desenvolvimento das plantações de algodão e tabaco nas colônias do Sul, na segunda metade do século XVII, aumentou consideravelmente o número de escravos importados para serem canalizados para os trabalhos agrícolas. Esse incremento do tráfico motivou a transformação de algumas cidades costeiras do Norte em grandes mercados de escravos. Nas colônias do Norte, os escravos eram normalmente usados como criados domésticos e no comércio. Nas colônias do Atlântico Central eram encaminhados para a agricultura (*plantation*).

Os escravos se tornaram uma peça fundamental para o desenvolvimento das colônias inglesas da América do Norte, em especial as do Sul do território. Na altura da guerra da independência americana (1775-1783), não eram vistos como servos, mas como escravos no sentido exato do termo, e as leis determinavam o seu estatuto em correlação direta com o seu dono. As colônias do Norte e do Sul estavam baseadas em sistemas de produção diferentes e sua relação com o sistema comercial inglês também era diferente. As colônias do Norte representavam um concorrente potencial para Inglaterra capitalista; o Sul era fornecedor de matérias-primas e importador de produtos manufaturados da metrópole. Mas tanto Sul como o Norte estavam unidos na projetada expansão para tomar as terras dos índios no Oeste. A virada política nas relações entre as colônias americanas e a metrópole ocorreu em 1763 quando a Inglaterra decretou que a expansão nessa direção era ilegal. Isto colocava em xeque tanto o Norte quanto o Sul, o que os uniu contra a coroa inglesa.

¹⁰⁴⁴

Stuart Bruchey. *As Origens do Crescimento Econômico Americano*. Rio de Janeiro, Record, 1966.

O Estado que nasceu da independência das colônias foi concebido para continuar a conquista do Oeste e preservar os modos de produção diferentes do Sul e do Norte. A nova constituição saída da revolução da independência garantiria simultaneamente a manutenção da escravidão e a expansão para o Oeste. A oposição aos impostos britânicos, em especial a Stamp Act de 1765, que impôs a taxação de muitos produtos impressos, catalisou o movimento pela independência das treze colônias inglesas da América. Qual foi a raiz da rápida independência dessas colônias, e das diferenças de seu desenvolvimento ulterior, em relação à América Latina e outras colônias americanas? A aspiração à constituição de nações independentes era semelhante nos setores economicamente dominantes das “duas Américas”. Para certos autores, “uma grande diferença que particulariza os EUA e as outras ex-colônias inglesas é sua dominação colonial: constituindo espaços relativamente vazios frente ao capital, e subordinados a uma metrópole que era a vanguarda do capitalismo, esses países realizaram sua acumulação originária durante o período colonial, isto é, nasceram para a independência política como capitalismo já constituídos, e essa é sua grande diferença com a América ibérica”.¹⁰⁴⁵ Foi o trabalho servil de boa parte dos primeiros colonos a fonte da acumulação originária de capital no Norte das colônias inglesas? Ou foi a “troca desigual” (transferência de valor) de produtos manufaturados do Norte com o Sul, e com as Antilhas escravocratas? Provavelmente uma combinação de ambas.

A tese que explica o nascimento do capitalismo na “Nova Inglaterra” pelo “determinismo geográfico”, ou pelo diverso caráter ou “espírito” (capitalista) da sua potência colonizadora (em relação às colônias ibéricas) deixa obscura a questão do período e os mecanismos de sua acumulação originária. O essencial para o desenvolvimento do futuro capitalismo norte-americano não foi a “colonização livre” (que produzia uma economia baseada na pequena produção mercantil), mas os excedentes econômicos criados pelo trabalho escravo, quaisquer que tenham sido os mecanismos de sua capitalização, incluído o “intercâmbio desigual” entre as colônias livres e as escravocratas. O desenvolvimento do capitalismo é o contrário da “colonização livre”, ou seja, da propriedade fundada no próprio trabalho. Para a sociedade colonial de granjeiros e artesãos, a luta pela independência era uma luta de sobrevivência, isto é, de *expansão*. O monopólio comercial inglês afetava todas as colônias e todas as camadas sociais de suas posses ultramarinas. A diversidade dessas forças exprimiu-se na constituição de dois partidos americanos que, formalmente, reproduziam os já existentes na Inglaterra: os *tories* (legalistas, partidários de um entendimento com a Coroa) e os *whigs* (liberais ou radicais, independentistas). Sob o comando dos últimos, os “novos ingleses” iriam bem mais longe do que o mundo pensava que fosse possível. Para começar, deixaram de ser ingleses.

A disputa econômica em torno aos impostos transformou-se logo em disputa política, na qual os coloniais reclamavam (1765) a aplicação de um princípio democrático vigente na Inglaterra: “*No taxation without representation*” (nenhum imposto sem representação no Parlamento). A questão étnica teve importância no conflito deflagrado, pois “se os ingleses se recusaram a pagarem impostos a um autocrata real, seus descendentes da América podiam agora utilizar os mesmos argumentos, e discutir o preceito de que o comércio colonial devia beneficiar apenas à Inglaterra. Tal atitude prevaleceu na Índia até meados do século XX, mas em colônias também povoadas por pessoas de origem inglesa, que não se achavam em nada inferiores a seus governantes britânicos, ela só viria a gerar grande conflito”.¹⁰⁴⁶

O aspecto decisivo da independência dos EUA deveu-se ao fato das colônias inglesas do Norte terem sido “colônias de povoamento”.¹⁰⁴⁷ A reivindicação dos colonos foi rejeitada pela Coroa,

¹⁰⁴⁵ Héctor Alimonda. *Op. Cit.*

¹⁰⁴⁶ Raymond Crossman. *Biografía del Estado Moderno*. México, Fondo de Cultura Económica, 1973.

¹⁰⁴⁷ Marx apontou: “A expropriação do povo de sua base fundiária constitui o fundamento do modo de produção capitalista. A essência de uma colônia livre consiste, pelo contrário, em que a maior parte do solo ainda é propriedade do povo e cada povoador, portanto, pode transformar parte dele em sua propriedade privada e em meio de produção individual, sem impedir os povoadores que chegam depois de executarem essa mesma operação.

a qual, além das suas necessidades financeiras, estava exasperada pelo fato das colônias terem comerciado ativamente com a França em plena guerra desta contra a Inglaterra (concluída em 1763). Mas isso mostrava o abismo já existente entre os interesses das colônias os da metrópole. Seguiu-se a repressão contra os coloniais (Boston, 1770). A reação inglesa fez prevalecer, nas colônias, as teses dos "radicais", partidários da independência. Um dos motivos que levou ao início da luta contra os ingleses foi a Lei de Quebec - parte das "Leis Intoleráveis", de 1774 -, que proibia a ocupação de terras entre os Apaches e o Mississipi pelos colonos americanos. A guerra contra a metrópole explodiu em 1775, quando o Congresso Continental, com representação de doze das treze colônias inglesas, chamou a pegar em armas contra a metrópole.

O confronto entre radicais e *tories* encobria, na verdade, uma luta social, pois os *tories* estavam dirigidos por boa parte dos grandes fazendeiros abastados. Suas teses conciliadoras, na guerra, significavam, no longo prazo, uma *entente* com os ingleses. Foi assim que a luta pela independência foi, na prática, uma luta simultânea contra os exércitos metropolitanos e contra os grandes proprietários, na qual, em nome da democracia, apelou-se para a mais dura ditadura sobre os contrarrevolucionários. Foi graças a isso que a população engajou-se maciçamente na luta, e esse foi o fator chave da sustentação dos exércitos libertadores liderados por George Washington: "O sucesso da Revolução teria sido impossível sem um governo revolucionário capaz de cumprir suas determinações. A luta dos patriotas contra os legalistas era uma luta pela sobrevivência: o exército de Washington mantinha uma existência precária frente às tropas britânicas, porém, se o governo civil fracassasse na sua retaguarda, não teria restado coisa alguma".¹⁰⁴⁸ George Washington tinha 44 anos em 1776: as probabilidades de vitória dos ingleses contra os patriotas eram esmagadoras. Nenhum patriota tinha experiência alguma em fazer revoluções ou em participar de guerras, estavam empreendendo uma tentativa não apenas de triunfar sobre o exército e a marinha britânicos, mas também de fundar uma nação inteiramente nova.

Havia, além disso, poucos meios disponíveis para combater numa guerra: quase nenhuma pólvora, nenhuma força naval, nem dinheiro. Havia poucos oficiais preparados. O próprio Washington nunca comandara um exército em combate. Tão desencorajador quanto quase tudo o mais era a falta de apoio popular para a independência. Embora a guerra tivesse irrompido perto de Boston no ano anterior, na primavera de 1775, os americanos que combateram em Lexington, Concord e Bunker Hill estavam defendendo seus direitos como ingleses, não lutavam pela independência. Quando, no fim do verão de 1775, Jefferson confessou a um parente que ainda alimentava a esperança de uma reconciliação com a Grã-Bretanha, estava apenas expressando o que em geral se sentia: só um terço da população norte-americana era, em 1776, favorável à independência.

A democracia direta do povo revolucionário era a única forma em que este podia exercer sua ditadura contra os opressores: nos EUA nascentes prefigurou-se assim a Convenção da Revolução Francesa. As bases originais da campanha contra os *tories* vieram da tomada do poder pelos comitês e convenções que se espalhavam por todo o Continente. Na recomendação baixada pelo Congresso Continental (de outubro de 1775) estabelecia-se que os Comitês de Segurança "tomassem em custódia todas as pessoas que possam com suas opiniões pôr em risco a segurança das colônias ou a liberdade da América". Em novembro de 1777 o Congresso recomendou aos Estados que confiscassem a propriedade de todos os *tories*: "Houve cruzeza na Revolução Americana. Porém, esse aspecto foi obscurecido. A

Esse é o segredo tanto do florescimento das colônias quanto de seu câncer – sua resistência ao enraizamento do capital. Onde a terra é muito barata e todos os homens são livres, onde cada um à vontade pode obter uma parcela de terra, o trabalho não somente é muito caro, no que diz respeito à participação do trabalhador em seu produto, mas a dificuldade está em conseguir trabalho a qualquer preço".

¹⁰⁴⁸ Richard C. Haskett. Prosecuting the Revolution. *The American Historical Review*. Nova York, Oxford University Press, abril 1954.

natureza limitada do programa revolucionário, em termos da população nativa e de sua economia, e o auxílio esmagador dado à Revolução, serviram para suavizar o aspecto civil da guerra na luta".¹⁰⁴⁹

As grandes propriedades *tories*, confiscadas, foram vendidas em pequenas parcelas, pois assim entendia-se fechar o caminho para a formação de uma nova classe de "traidores". Boa parte dos grandes proprietários sulistas, porém, aderiu à luta pela independência (o próprio George Washington era um deles). A disputa continuou no campo norte-americano. A Declaração de Independência dos EUA (de 1776), que definiu o alcance da revolução em marcha, significou um compromisso entre radicais e grandes proprietários: o projeto inicial continha dura crítica à escravidão, que foi eliminada do texto final. O parágrafo inicial do texto constitucional afirmava: "Assumimos como evidentes as seguintes verdades: todos os homens nascem iguais dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis: entre esses direitos estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Os governos são estabelecidos pelos homens para garantirem esses direitos e o seu justo poder emana do *consentimento dos governados*". As colônias gozariam de grande autonomia entre elas, o que permitiu às colônias do Norte e do centro aprovarem legislações anti-escravocratas, anti-latifundiárias e anti-monopolistas, ao mesmo tempo em que os líderes radicais, em plena guerra, não deixaram de sublinhar o conteúdo social da revolução e de anunciar planos para o desenvolvimento da futura nação independente.

A Constituição revolucionária de Maryland denunciou os monopólios como "odiosos e contrários aos princípios do governo livre e do comércio": "A posse de imensas propriedades por parte de uns poucos indivíduos é perigosa para os direitos e prejudicial à felicidade comum da humanidade. Por isso cada Estado livre tem o dever de desaprovar a posse de tais propriedades" (*Carta de Direitos de Constituição de Pensilvânia*, de 1776). Em 1777, John Adams afirmaria que "padrões de liberdade como jamais foram vistos no mundo prevalecerão na América. Aquele orgulho excessivo que resultou numa dominação insolente de umas poucas, muito poucas, famílias insolentes e monopolizadoras de riquezas, será levado muito em breve aos confins de razão e da moderação, de uma forma que nem sequer podem imaginar".

Ao mesmo tempo, os Estados do Sul intensificaram, durante a revolução, sua máquina de controle escravo. Na Carolina do Sul, em 1780, foi sancionada uma lei concedendo um escravo jovem aos voluntários a serviço da guerra de independência. Os germes de um conflito futuro no interior da nova nação cresciam. Com o apoio da França aos rebeldes, o conflito norte-americano ganhou projeção mundial, além de tornar-se definitivamente desfavorável à Inglaterra. Em 1781, as tropas inglesas renderam-se; a Paz de Versalhes (1783) concedeu aos Estados Unidos de América a independência. Mas a revolução não parou aí. O movimento democrático nos Estados nortistas pretendia impor sua hegemonia ao Sul latifundiário e para isso precisava afetar as bases econômicas do seu poder: "É muito cedo, em nosso país, para dizer-se que os homens que não podem encontrar emprego, mas que podem encontrar terra para trabalhar, têm toda a liberdade para cultivá-la, mediante o pagamento de uma pequena renda; porém, não é demasiado cedo para providenciar-se, por todos os meios disponíveis, para que o menor número de pessoas fique sem um pedaço de terra. As pequenas propriedades são a parcela mais preciosa do Estado", escreveu Thomas Jefferson a Madison, em outubro de 1785.

No terreno político, o conflito travou-se em torno da definição da Constituição. O movimento democrático exprimiu-se através do partido nacionalista ou "anti-federalista" (chefiado por Thomas Jefferson) que procurava um forte poder central, para impor limitações crescentes ao poder dos grandes proprietários. Os "federalistas" (com Hamilton), pelo contrário, buscavam

¹⁰⁴⁹ Herbert Aptheker. *Uma Nova História dos EUA*. A revolução americana. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.

preservar as autonomias (e, com elas, os privilégios dos fazendeiros) fazendo das treze ex-colônias inglesas países quase independentes entre si, embora vinculados formalmente, objetivo para o qual chegaram a propor um regime semi-monárquico (com um Presidente e um Senado vitalícios): "Grande proporção da América é propriedade de latifundiários; eles monopolizam a terra e não a cultivam, não estão dispostos a fazer nenhum dispêndio em dinheiro ou serviço pessoal para a defenderem e, mantendo altos os preços através do monopólio, impedem a colonização e o cultivo do país", disse o representante anti-federalista Robert Morris no Congresso Continental dos EUA, em 1782. Antes de se resolver no fórum constitucional, o conflito foi dirimindo-se na prática.

A revolução foi varrendo o velho regime colonial, quebrando os reacionários internos: "Só depois da guerra o problema da unidade nacional norte-americana se solucionou, e o movimento democrático bastante fortalecido nos Estados nortistas pôde destruir as características feudais que tinham sido impostas pela Inglaterra. Os privilégios reais desapareceram ou transferiram-se às assembleias locais. A propriedade dos *tories* foi confiscada, e dividida em pequenas parcelas, anulando-se os direitos de primogenitura e de mão morta. Se efetivou um ataque contra as igrejas, localizadas nas colônias. Em cinco delas, a Igreja Anglicana perdeu os privilégios anteriormente concedidos. Em dez anos, os norte-americanos destruíram até os vestígios das antigas práticas feudais existentes. A nova força do nacionalismo, unida às necessidades essenciais da comunidade proprietária, conseguiu estabelecer um verdadeiro governo civil, ou seja, um governo fundado na sociedade livre, composta de comerciantes e de latifundiários voltados ao gozo de sua riqueza e de seus caprichos".¹⁰⁵⁰ O Tratado de Paris de 1783 com a Grã-Bretanha definiu as fronteiras originais dos Estados Unidos: a Inglaterra reconheceu a independência das "Treze Colônias" e lhes entregou o território compreendido entre os Grandes Lagos, os rios Ohio e Mississippi e os Montes Apalaches.

Os EUA se organizaram com um sistema presidencialista através da Constituição de 1787, baseada no direito público inglês, na Constituição de Nova York (1777) e na de Massachusetts (1780), em que se postulava a independência do poder executivo. As ideias de Locke, Montesquieu e Gladstone influenciaram os principais definidores na nova entidade política. No plano social, outro movimento nasceu. A guerra arruinou muitos granjeiros, deixando uma grande dívida pública, que o governo descarregou sobre eles, aumentando os impostos. Os granjeiros e os pobres das cidades, principalmente os artesãos do norte, deflagraram uma revolta em 1786, encabeçada por Daniel Shays, que participara da guerra da independência. Custou muito trabalho às tropas regulares esmagá-la. A potencialidade dessas revoltas obrigou à burguesia industrial do Norte e os donos de plantações e de escravos do Sul, a unirem-se contra a rebelião social, e possibilitou o compromisso conservador da Constituição de 1787.

Uma forte depressão econômica teve lugar em 1785-86. A causa imediata foi a excessiva emissão monetária (cada Estado podia emitir moeda), o que acabou tornando a moeda sem valor, dificultando as trocas. Assim manifestou-se o caráter anacrônico do projeto semi-separatista dos federalistas: os EUA tendiam a constituir um mercado nacional único (incompatível com a separação de cada Estado) graças ao desenvolvimento econômico alcançado na época colonial, sobretudo no Norte. Na Convenção da Filadélfia, a Lei do Noroeste (1787) estabeleceu as bases para a ocupação das terras a Oeste e a integração dos novos territórios surgidos à União - ao definir que, quando a população atingisse 5.000 habitantes do sexo masculino em idade de votar, poderia organizar um Legislativo bicameral e passaria a ter o direito de um representante no Congresso, sem direito a voto; caso constituísse uma população livre de 60.000 habitantes, o território seria incorporado à União como Estado.

¹⁰⁵⁰

Raymond Crossman. *Op. Cit.*

O território francês da Louisiana ocupava a região do lado Oeste do rio Mississipi, a posse francesa do porto de Nova Orleans que ficava próximo a sua foz foi definida pelos americanos como “uma ameaça aos direitos de comércio e á segurança de todo o interior do país”. Os EUA compraram o território da França, debilitada pelas guerras napoleônicas na Europa e desistente de investir na colonização da América por causa das dificuldades em dominar o Haiti. A aquisição foi concluída por Robert Livingston durante a presidência de Thomas Jefferson pelo valor de 15 milhões de dólares, incorporando ao território estadunidense mais de 2.600.000 quilômetros quadrados de terra, o que dobrou a extensão territorial original do país. A Constituição americana não autorizava a compra de territórios estrangeiros, diversos grupos políticos questionaram a validade da compra. Napoleão Bonaparte - devido às guerras na Europa e nas Antilhas, no Haiti - negociou com os norte-americanos a Louisiana por 15 milhões de dólares, em 1803. A Flórida foi comprada dos espanhóis, em 1819, por cinco milhões de dólares (quase meio século depois, a Rússia vendeu o Alasca aos Estados Unidos por ... sete milhões de dólares).

As companhias loteadoras incorporaram essas terras e passaram a comercializá-las junto aos pioneiros por um preço reduzido (aproximadamente dois dólares por hectare). Os pioneiros eram granjeiros, caçadores ou grandes latifundiários sulistas que estavam interessados em expandir a cultura algodoeira ou seu rebanho. A “democracia oligárquica”, resultante da Constituição, reconheceu importantes pontos ao projeto federalista: ficaram sem direito ao voto as mulheres, os negros (escravos) e os trabalhadores manuais (por não possuir renda suficiente para exercê-lo). O Senado não reconheceu a representação proporcional: cada Estado possuiria um número igual de representantes, independentemente da sua população. Os nacionalistas (os futuros "republicanos") conquistaram a representação proporcional na Câmara de Deputados, medida em relação à totalidade da população (*inclusive os escravos*) e um forte poder presidencial, de mandato limitado.

O desenvolvimento industrial do Norte foi favorecido pelas guerras napoleônicas e pela segunda guerra de independência (1812-1814); as importações diminuíram e o mercado interno passou a consumir as manufaturas locais. Essa incipiente indústria, por volta de 1810, beneficiou-se também de grande disponibilidade de ferro, carvão e energia hidráulica do Norte. O mesmo processo não atingiu a região Sudeste, que permanecia com uma economia marcadamente colonial, cuja produção ainda se fazia no interior da grande propriedade monocultora, voltada para o mercado externo e baseada na exploração do trabalho escravo. Enquanto no Norte-Nordeste formava-se uma sociedade industrial, dominada por uma forte burguesia, no Sul-Sudeste, a sociedade permanecia como que inalterada desde o período colonial.

Escrevia um observador francês, em 1834: "Entre os objetos novos que, durante a minha demora nos Estados Unidos atraíram a minha atenção, nenhum me impressionou mais vivamente do que a igualdade de condições. Não me custou perceber a influência prodigiosa que essa realidade primária exerce sobre a marcha da sociedade; ela dá à opinião pública uma direção definida, uma tendência certa às leis, máximas novas aos governos e hábitos peculiares aos governados. Logo reconheci que esse mesmo fato estendia a sua influência para muito além dos costumes políticos e das leis, e que não tem menos domínio sobre a sociedade civil do que sobre o governo; cria opiniões, faz nascer sentimentos, sugere práticas e modifica tudo aquilo que ele mesmo não produz. A medida que estudava a sociedade americana, via cada vez mais, na igualdade de condições, o fato essencial, do qual parecia descender cada fato particular".¹⁰⁵¹

As relações igualitárias na sociedade civil (excluídos os escravos) serviam de base às práticas políticas democráticas: a Constituição teve, até certo ponto, uma elasticidade capaz de adaptá-la às mudanças sociais. Como toda revolução, a americana criou um corpo próprio de ideias.

¹⁰⁵¹

Aléxis de Tocqueville. *A Democracia na América*. São Paulo, EDUSP, 1977.

No terreno institucional, a originalidade delas consistia na independência e no equilíbrio entre os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), e na combinação do poder central com o federalismo dos Estados: "Pela primeira vez na história, um grupo de homens enfrentou a tarefa de construir de novo o órgão central da autoridade coercitiva, precisando resguardar ao mesmo tempo a relativa independência das autoridades locais existentes, que eram as assembleias estaduais. A Constituição devia ser produto do talento do homem, conquistando a aprovação de Estados livres e independentes".¹⁰⁵² Ao mesmo tempo, "demasiado democrática aos olhos dos possuidores, a Constituição não o é suficientemente para o gosto popular. Os notáveis, no entanto, vão pedir ao povo que a respeite, enquanto eles próprios a farão sofrer graves entorses: tal é o preço do triunfo do projeto capitalista".¹⁰⁵³

A vitória do projeto capitalista apoiou-se (como aconteceu também na Revolução Francesa) na derrota da fração democrático-revolucionária, que liderou a Revolução Americana, e de seu projeto de uma sociedade baseada num oceano de pequenos proprietários (que teria sido a única base social possível para uma democracia prolongada, combinada com a propriedade privada). Essa era a ideologia da pequena produção mercantil, destruída pelo avanço da burguesia capitalista, que se aliou aos proprietários escravistas do Sul: "Nos EUA, de fato, não houve nenhum Termidor. O partido republicano não foi derrotado por nenhuma contrarrevolução: governou o Estado mesmo depois de 1815, e venceu as eleições: contudo, foi corroído impiedosamente pelo espírito burguês capitalista de sua época. Sua luta, iniciada com muitas ilusões em 1793, perdeu totalmente seus ideais 25 anos depois. Robespierre tombou em combate no campo de batalha da revolução e da contrarrevolução. Jefferson morreu como um ancião pacífico, e pai da pátria, mas que em seus últimos anos dificilmente poderia ocultar o fracasso de sua obra. Viveu ainda muito tempo para ver as dimensões que tinha adquirido o problema da escravidão, e de que forma este punha em crise a existência da União".¹⁰⁵⁴



Primeira expansão territorial dos EUA (1782-1802)

¹⁰⁵² Raymond Crossman. *Op. Cit.*

¹⁰⁵³ Claude Julien. *O Sonho e a História*. Lisboa, Arcádia, 1976.

¹⁰⁵⁴ Arthur Rosenberg. *Op. Cit.*

A primeira metade do século XIX foi marcada pela conquista de territórios em direção ao Oceano Pacífico. A população passou de 3.900.000 em 1790 para 7.200.000 em 1810, compondo uma sociedade essencialmente agrária, formada por granjas no Nordeste e grandes latifúndios exportadores no Sudeste. A imigração nesse período foi muito intensa, vinda principalmente da Alemanha, Irlanda e Inglaterra. O equilíbrio instável entre os dois modos de produção do país foi mantido durante três quartos de século, graças aos eixos do desenvolvimento econômico do novo país: a) A expansão em direção aos territórios virgens do Oeste; b) A expansão em direção do exterior, ou seja, de possessões alheias; c) O rápido e profundo desenvolvimento industrial no Norte.

A dinâmica do equilíbrio, no entanto, favorecia no longo prazo à burguesia industrial nortista: "A nova nação tentou, antes do mais, dotar-se de uma economia autossuficiente. A melhora das comunicações, através de empresas tais como a construção do canal de Erie entre 1817 e 1825, implicavam um importante passo na integração continental, ao permitir uma drástica redução dos preços pagos no norte pelos produtos agrícolas do oeste. Teve também importantes consequências políticas: o incremento das relações entre o Norte e o Oeste em detrimento do Sul".¹⁰⁵⁵ O Estatuto do Noroeste, de 1787, estabelecia que nenhum Estado poderia, individualmente, fixar colônias nos territórios do Oeste, considerados territórios federais (terras devolutas do Estado) até estes atingirem um certo número de eleitores, quando seriam admitidos nos EUA.

O "milénarismo americano" constituiu uma das componentes da identidade da nova nação. Ele se encontrava presente na pregação de Jonathan Edwards, defensor do "grande despertar" protestante em 1740-1744: "O grande renascimento espiritual de Cristo e a mais gloriosa aplicação da Redenção devem começar aqui. O outro continente matou Cristo, e de geração em geração derramou o sangue dos santos e dos mártires de Jesus. Foi como que inundado pelo sangue da Igreja. Por isso Deus, provavelmente reservou a honra de edificar o glorioso templo à filha (a América) que não derramou tanto sangue, no momento em que vai começar esse tempo de paz, de prosperidade e de glória denotado outrora pelo reinado de Salomão. Diversos fatos me parecem indicar que o sol se levantará no Oeste".

A ideologia milenarista deixou sua marca no *Manifest Destiny*, que presidiu a vigorosa expansão norte-americana. Em 1785, o neto de Jonathan Edwards, Timothy Dwight, publicou um poema, *The Conquest of Canaan*, onde os soldados tombados durante a guerra da independência eram comparados aos hebreus conduzidos por Josué para a Terra Prometida. O quinto império anunciado por Daniel iria surgir nos EUA, um "império de paz, de justiça e de liberdade". A nova república seria o agente e o motor do *millenium*. Um pregador garantiu em 1795 que os habitantes dos Estados Unidos podiam "dizer uns aos outros com alegria no rosto, 'Nós somos um povo favorecido pelo céu. Os EUA são agora a vinha do senhor'". Para outro pregador, David Austin, a pedra que, segundo a profecia de Daniel, se desprende da montanha para encher toda a Terra anunciava, com toda a evidencia, a Declaração de Independência de julho de 1776, acontecimento a partir do qual mil anos de felicidade poderiam começar.

Os EUA estenderam seu domínio do Atlântico até o Pacífico, sua população aumentou para 10 milhões em 1820. Ao mesmo tempo se desenvolviam as instituições de crédito (para financiar a colonização) das quais os pequenos agricultores acabaram se tornando dependentes, e que favoreceram uma fantástica expansão dos negócios capitalistas. A ocupação de territórios situados fora dos limites das antigas treze colônias seguiu as linhas já anteriormente traçadas pelo colonialismo inglês, em detrimento dos decadentes impérios coloniais da França e da Espanha. Pelo dinheiro ou pela força, geralmente o primeiro complementando a obra da segunda, os EUA ocuparam a Florida dos espanhóis, a Louisiana e a bacia de Mississipi dos franceses, o Oregon e parte do Canadá dos ingleses, e nada menos do que metade do

¹⁰⁵⁵ Francisco Ramírez Ezparza e Alfonso B. de Mendoza. Los Estados Unidos de América en el siglo XIX. In: Demetrio R. Pérez (ed.). *Historia de América*. Madri, Nájera, 1987.

território de antiga colônia espanhola - já independente - do México (os Estados do Texas, Novo México, Califórnia, Colorado e Arizona).

Em 1812, os EUA iniciaram uma nova guerra contra a Inglaterra, devido aos interesses dos grupos expansionistas estadunidenses, os *warhawks* (“falcões de guerra”), que desejavam tomar o Canadá da Grã-Bretanha; e também foi motivada pelos ataques da Grã-Bretanha aos navios estadunidenses que tentavam romper o bloqueio naval britânico imposto à França durante as guerras napoleônicas. Alegou-se para a deflagração da guerra a invasão de navios estadunidenses por ingleses, supostamente em busca de desertores, mas que acabavam levando também marinheiros americanos para trabalhos forçados (em 1812 já havia 6.057 casos registrados). Os EUA invadiram o Sul do Canadá; a campanha militar foi finalmente um fracasso: os ingleses ocuparam Detroit, invadiram a costa Leste, incendiaram Washington (inclusive a Casa Branca e o Capitólio) e se retiraram.

A costa Sul foi também atacada e Nova Orleans cercada, mas as forças britânicas acabaram sendo expulsas. Diante de o impasse militar e da impopularidade do conflito, EUA e Grã-Bretanha assinaram um acordo de paz, o Tratado de Gante (1814), que restabeleceu o *status quo ante bellum*. A convenção de 1818 entre EUA e Grã-Bretanha estabeleceu a fronteira entre os EUA e o Canadá, ao Oeste dos Grandes Lagos, no paralelo 49 N, e o controle conjunto anglo-americano do território do Oregon, no Noroeste, por 10 anos; os Estados Unidos também passaram a controlar a Bacia do rio Red, ao Norte do território de Louisiana.

A Flórida, por sua vez, era uma colônia espanhola desde a década de 1560. Com a guerra da independência, os espanhóis aliaram-se com os colonos rebeldes, juntamente com a França e os Países Baixos, contra o Reino Unido. Porém, as relações entre a Espanha e os EUA logo se deterioraram. Estadunidenses, legal ou ilegalmente, passaram a colonizar a região Nordeste da Flórida. Uma rebelião de assentados estadunidenses em 1812 foi derrotada pelos espanhóis. Espanha ficou neutra durante a guerra contra Inglaterra, mas permitiu aos britânicos o uso do porto de Pensacola, em Flórida, o que enfureceu a opinião pública norte-americana. Após o fim da guerra, os Estados Unidos invadiram a Flórida duas vezes, a primeira vez em 1814.

Pelo Tratado Adams-Onís, realizado em 1819, Espanha vendeu a Flórida aos Estados Unidos pelo valor de 5 milhões de dólares. No mesmo ano, os EUA conheceram seu primeiro craque financeiro pós-independência. A Flórida passou oficialmente ao controle estadunidense em 1821. Outras tensões haviam se desenvolvido entre os Estados Unidos e o Reino Unido, quanto ao Território de Oregon, durante o início da década de 1840. Em 1846, ambos os países chegaram a um acordo. Todos os territórios do território de Oregon ao Sul do paralelo 49 fariam parte dos Estados Unidos, enquanto os territórios ao Norte continuariam a ser administrados pelo Reino Unido, com exceção da Ilha de Vancouver, que deixou de ser controlada pelos ingleses. Nesse contexto fronteiriço ainda conflitivo, a "Doutrina Monroe" foi formulada em 1823 pelo presidente James Monroe, quando os EUA ainda eram, segundo Karl Marx, “uma colônia econômica da Inglaterra”).

A doutrina seria posteriormente (com o seu “corolário Roosevelt”, de 1904) base e política do intervencionismo norte-americano na América Latina, mas, à época, segundo Ruggiero Romano, atendeu primariamente os interesses ingleses: “A doutrina Monroe constituiu de fato um instrumento que ajudou notavelmente a política inglesa na América (não por acaso, a declaração americana foi adotada graças à pressão do primeiro-ministro inglês), pois serviu para manter longe do continente americano todos os que não estavam subordinados aos interesses ingleses, mas não certamente estes últimos. A doutrina não jogou seu papel contra a Inglaterra quando esta interveio entre 1830 e 1840 na América Central para alargar as fronteiras do Honduras britânico. Igualmente, quando em 1833 a Inglaterra ocupou as Ilhas Malvinas, nem quando em 1845 o Rio da Prata foi bloqueado pela frota anglo-francesa. Na primeira metade do século XIX, os EUA estavam essencialmente interessados em sistematizar sua fronteira meridional: o primeiro passo foi dado com a compra da Louisiana à França (em 1803), e com a Flórida comprada à Espanha em 1819. Em 1845 anexou-se o Texas, que em

1836 separou-se do México. Só em 1845 os EUA começaram uma política de franca agressão, tirando do México, através da guerra, o Novo México, o Arizona, a Califórnia, o Nevada e o Colorado. Mas, até meados do século XIX, a Inglaterra se encontrou sem rivais nem oposição".¹⁰⁵⁶

A doutrina baseava-se no princípio de "América para os americanos": os EUA deixavam claro que não tolerariam a influência ou intervenção de potências europeias (Espanha e França, sobretudo) na América. A Doutrina Monroe tinha ainda outros objetivos: dar suporte ideológico ao expansionismo territorial dos EUA, que adquiriram terras pertencentes à Rússia, França, Inglaterra, Espanha, México e, principalmente, ocuparam as terras à Oeste pertencentes aos indígenas, seus primitivos habitantes. A descoberta de ouro - tardia para ironia do destino e para remorso de ingleses e espanhóis - na Califórnia, em 1848, favoreceu a corrida em direção dos novos territórios, e aumentou enormemente a massa imigratória de quase todos os países europeus. A contínua expansão territorial favoreceu o compromisso social e político interno, pois, bem que executada por uma imposição do Estado, ela minimizou o poder estatal no interior do país, tornando relativamente menos importantes os conflitos pela hegemonia política.

Doze novos Estados, entre 1791 e 1845, juntaram-se aos treze Estados iniciais: Vermont (1791), Kentucky (1792), Tennessee (1796), Ohio (1803), Louisiana (1812), Indiana (1816), Mississippi (1817), Illinois (1818), Alabama (1819), Maine (1820), Missouri (1821) e Flórida (1845). O poder central era limitado, era um *Estado em construção*: "Para que um Estado adquira as condições de existência de um verdadeiro Estado é preciso que não se veja obrigado a uma emigração constante, e que a classe agricultora, impossibilitada de se expandir ao exterior, tenha que se concentrar em cidades e indústrias urbanas. Só assim pode-se produzir um sistema civil, e esta é a condição para que exista um estado organizado".¹⁰⁵⁷

Para Friedrich Engels, "a força pública existe em todo Estado, é formada não só de homens armados como, ainda, de acessórios materiais, os cárceres e as instituições coercitivas de todo gênero. Ela pode ser pouco importante, ou até quase nula, nas sociedades em que ainda não se desenvolveram os antagonismos de classe, ou em lugares distantes, como sucedeu em certas regiões e *em certas épocas nos Estados Unidos de América*. Mas se fortalece na medida em que se exacerbam os antagonismos de classe dentro do Estado, e na medida em que os Estados contíguos crescem e aumentam de população".¹⁰⁵⁸ Engels referia-se ao período compreendido entre a independência e meados do século XIX. A força da expansão nacional e a minimização do poder do Estado formaram, nos EUA, aspectos complementares de seu desenvolvimento.

Os EUA, "já antes da emancipação exerciam um próspero comércio com base nas suas matérias primas e contavam com importante frota. O avanço técnico dos EUA era evidente graças a invenções tais como o moinho automático de Evans (1785); as máquinas de fiar de Slater (1790), as técnicas de Whitney para separar a fibra do algodão das sementes (1794), e a construção de armas (1800). A proibição comercial de 1807, e a guerra anglo-americana de 1812, arruinaram o comércio ultramarino, embora, em contrapartida, possibilitassem o deslanchar da incipiente indústria do Norte, e assim, em 1813, Francis Lowell fundou a primeira grande fábrica estadunidense. A onda de produtos britânicos, após a paz de Gante, foi contida progressivamente pelas tarifas aduaneiras de 1816, 1818, 1824, 1828, 1832, que elevaram os direitos de 25% a 45%, no caso dos produtos mais marcados. Paralelamente, foi se desenvolvendo uma forte indústria

¹⁰⁵⁶ Ruggiero Romano. Le rivoluzioni del centro e sudamerica, in: *Le Rivoluzioni Borghesi*. Milão, Fratelli Fabbri, 1973. Cf. também: Dexter Perkins. *Historia de la Doctrina Monroe*. Buenos Aires, Eudeba, 1964; e, Wayne S. Smith. The United States and South América: beyond the Monroe Doctrine. *Current History* nº 553 (90), Nova York, fevereiro 1991.

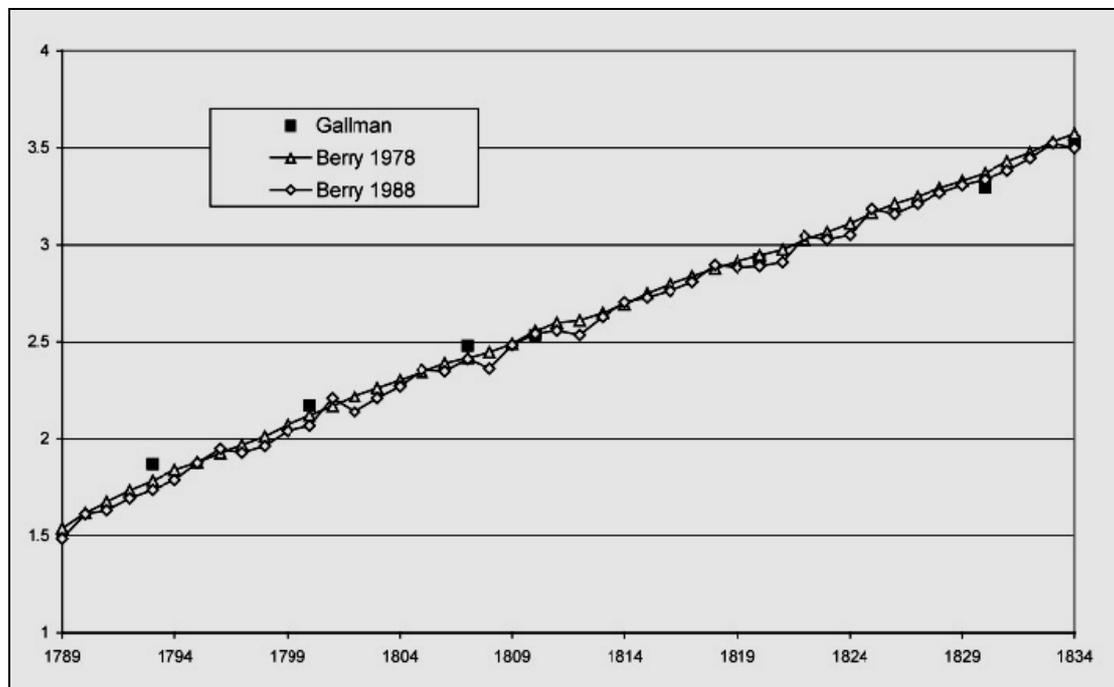
¹⁰⁵⁷ G.W.F. Hegel. *Lecciones sobre Filosofia de la Historia Universal*. Madri, Revista de Occidente, 1974.

¹⁰⁵⁸ Friedrich Engels. *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro, Vitória, 1962.

nacional. Assim, por volta de 1840, a importação têxtil se fez desnecessária. O país já contava nessa época com mais de 1.200 fábricas de gêneros de algodão".¹⁰⁵⁹

O projeto capitalista mostrou sinais de consistência e sustentabilidade econômica desde a própria independência dos EUA.

Três estimativas da taxa de crescimento do PIB dos EUA 1789-1834 (base 1859=100)¹⁰⁶⁰



Quando o presidente Andrew Jackson permitiu que a licença do *Second Bank of the United States* caducasse em 1836, os Estados Unidos ficaram sem qualquer tipo de banco central; a oferta de dinheiro em Nova York fluía ao sabor dos ciclos agrícolas anuais do país. Em cada outono o dinheiro fluía para fora da cidade à medida que as colheitas eram compradas e - num esforço para atrair o dinheiro de volta - as taxas de juro subiam.

Os investidores estrangeiros enviavam o seu dinheiro para Nova York para aproveitar a vantagem das taxas mais elevadas. O reexame do crescimento econômico norte-americano demonstrou as raízes do capitalismo no país. A partir da crise econômica de 1837, o trabalho independente de tipo artesanal foi sendo progressivamente substituído por uma produção manufatureira baseada em trabalho não especializado e assalariado.¹⁰⁶¹ Um efêmero "Partido dos Trabalhadores" (*Working Men's Party*), inclusive, viu a luz nos EUA em 1829.

Robert Gallman levou adiante e completou o trabalho pioneiro de Simon Kuznets sobre a estimativa do PIB dos EUA em 1840, estendendo-a para todo o século. Da extrapolação de sua estimativa para o ano de 1800, com dados de censos populacionais de anos precedentes, construiu um registro que mostrou que a origem do alto padrão de vida americano antecedeu o começo da industrialização: não há evidência de uma descontinuidade no índice de crescimento econômico no século XIX.¹⁰⁶²

¹⁰⁵⁹ Francisco Ramírez Esparza e Alfonso B. de Mendoza. Los Estados Unidos de América en el siglo XIX. *Op. Cit.*, p. 123.

¹⁰⁶⁰ In: Paul W. Rhode. Gallman's annual output series for the United States, 1834-1909. *NBER Working Paper* n° 8860, Washington, National Bureau of Economic Research, março 2002.

¹⁰⁶¹ Roberto Elisalde. Orígenes y formación de la clase obrera norteamericana. In: Pablo Pozzi et al. *Op. Cit.*

¹⁰⁶² Cf. Robert E. Gallman. Gross National Product in the United States, 1834-1909. In: Dorothy S. Brady. *Output, Employment, and Productivity in the United States after 1800*. Washington, NBER, 1966; e também *American Economic Growth and Standards of Living before the Civil War*. Chicago, University of Chicago Press, 1993..

Não era correto, portanto, falar dos Estados Unidos de 1840 como um país “subdesenvolvido”, e também não era correto falar de um *take-off* naquela data.¹⁰⁶³ Na medida em que a expansão geográfica tendia a se esgotar, porém, os antagonismos de classe internos aos EUA tendiam a crescer, com o desenvolvimento da concentração agrícola e industrial. De 1820 a 1860, o capital investido na indústria passou de 50 para 1000 milhões de dólares.

A *Homestead Act*, de 1862, consolidou o processo expansionista interno, doando terras aos que as desejassem e pudessem ocupá-las (foram distribuídas em poucos anos 100 milhões de hectares para um milhão de famílias, nada menos que 100 hectares para cada uma, em média). Lincoln concedeu 160 acres gratuitamente a todos aqueles que cultivassem a terra durante cinco anos. O objetivo dessa lei era aumentar os suprimentos agrícolas da União, em plena guerra civil. Assim absorveu-se a massa imigratória (de 1820 a 1870, ingressaram nos EUA mais de cinco milhões de pessoas, a maioria vindas da Europa).

Os Estados Unidos de América, porém, mantiveram-se economicamente e culturalmente dependentes da Grã-Bretanha durante grande parte do século XIX. Com a mecanização, a agricultura progrediu rapidamente: na época de Washington, os plantadores do sul produziam 2 milhões de libras de algodão, enquanto que em 1860 produziram mil vezes mais. Ao mesmo tempo, e apesar da contribuição das máquinas, aumentaram o seu "rebanho" de 700 mil para 4 milhões de escravos. Isso significava entre 1/7 e 1/8 de população total, e uma proporção bem maior da força de trabalho, situada fora dos mercados de trabalho e de consumo.

Ao mesmo tempo colocava-se a questão de que tipo de sociedade, e que tipo de economia - a escravocrata do Sul ou a fundada no trabalho livre do Norte - iria assentar-se com a ocupação definitiva do Oeste. Estavam aí dadas as bases de um conflito social e político de grande magnitude, preparado pelo desenvolvimento do capitalismo nos EUA, que demonstrou que as forças sociais, políticas e ideológicas libertadas pela revolução independentista americana continuavam em ação.

¹⁰⁶³

Robert W. Fogel e G. R. Elton. *Wich Road to the Past?* New Haven, Yale University Press, 1983.

35. A FRUSTRAÇÃO DO ESTADO LATINO-AMERICANO

É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma única nação, em que todas as partes sejam unidas entre si e em conjunto por um mesmo elo. A origem é uma, assim como a língua, os costumes e a religião. Não deveriam, pois, obedecer a um só governo, que confederasse os diversos Estados? Sim. Mas não é possível, porque o afastamento dos países, a diversidade das situações, a dessemelhança dos caracteres, fazem a América dividir-se (Simón Bolívar, **Mensagem de Angostura**, 1819)

Se, nos EUA, a revolução independentista abriu um processo de expansão territorial e unificação nacional, na futura América Latina ocorreu, gradativa e paulatinamente, o contrário. A figura de Simón Bolívar y Ponte (1783-1839) resumiu em suas aspirações e contradições o conteúdo das revoluções da independência hispano-americana. Conhecido como *El Libertador*, Bolívar foi o primeiro líder a defender explicitamente uma unidade política latino-americana. Filho de comerciantes que residiam na Venezuela, Bolívar teve uma vida cercada de luxos e conforto. Ainda jovem, foi enviado à Europa para estudar, tomou contato com os ideais libertários da Revolução Francesa e, em 1807, voltou à Venezuela, disposto a organizar batalhões militares para promover a independência da colônia.



América Latina em 1830

Após combates de dois anos, favorecidos pela fraqueza do exército espanhol, cuja maioria fora enviada para lutar contra a invasão napoleônica na Espanha, Bolívar tornou independente a Venezuela. Formou novos exércitos e aliou-se a militares que já promoviam movimentos de libertação em outras comarcas. Mas os interesses das elites econômicas *criollas* de cada comarca falaram mais alto, e a fragmentação da América se tornou inevitável. Cada oligarquia não quis perder o controle da área onde se desenvolvia sua riqueza para um processo de unificação. Os interesses localistas das oligarquias agrárias e comerciais acabaram prevalecendo. O exemplo mais claro ocorreu na antiga Grã-Colômbia, libertada e governada pelo general venezuelano. Os oligarcas da região não aceitaram a decisão de Bolívar de manter a região unificada num único país, promovendo praticamente uma guerra para tirá-lo do poder. Após a vitória militar contra Espanha, exilaram o militar e concluíram por dividir o território em três novos países: Venezuela, Colômbia e Equador.

Bolívar morreu em 1830, acometido pela tuberculose (a hipótese do envenenamento também foi levantada). No final da sua vida, reconheceu que a elite latino-americana se identificou com sua luta apenas para se libertar da tutela política espanhola, mas não para formar um novo país independente e unificado. Desiludido, prognosticou que a história do continente seria marcada por ditadores, mortes e submissão econômica: "A América cairá infalivelmente nas mãos de um bando desenfreado de tiranos mesquinhos de todas as raças e cores, que não merecem consideração". Sua *Carta de Jamaica*, datada em Kingston, setembro 6 de 1815, resumiu sua ideologia política, inclusive nos seus aspectos claramente opostos à democracia, devido à suposta imaturidade do povo da América espanhola.¹⁰⁶⁴

Da leitura do texto se depreende que Bolívar possuía uma visão histórica e política ampla e abrangente do destino das Américas, não acreditava na sua futura unidade e, sobretudo, que o próprio Bolívar carecia de qualquer estratégia política para realizá-la. A frustração bolivariana começou na sua própria "casa". A atual Colômbia, que começou a vida republicana em 1831, com o nome de *Nova Granada*, foi o produto de um longo e paciente trabalho desenvolvido por um amigo dos ingleses e norte-americanos: Francisco de Paula Santander, cujo papel na história foi retratado por Gabriel García Márquez em sua novela *O general em seu labirinto*. Santander aglutinou o mais retrógrado da nobreza *mantuana*,¹⁰⁶⁵ para opor-se a Bolívar. Em 1824, enquanto o *Libertador* organizava as batalhas finais contra Espanha em Junín e Ayacucho, Santander manobrava no Senado para retirar de Bolívar as faculdades extraordinárias do chefe militar em campanha.

Quando Bolívar convocou o Congresso Anfictiónico do Panamá, Santander começou suas manobras de desestabilização na Colômbia. Partidários de Santander provavelmente forjaram uma conjura para assassinar o *Libertador*. Bolívar, que sabia da deslealdade de seu vice-presidente, escreveu ao general Soublette: "Já não podendo mais suportar a pérfida ingratidão de Santander, hoje lhe escrevi para que não me escrevesse mais, porque não quero lhe responder nem dar-lhe o título de amigo". Santander, depois morte do Libertador, escreveria:

¹⁰⁶⁴ Simon Bolívar. *L'Unité Impossible*. Textes choisis et présentés par Charles Minguet et Annie Morvan. Paris, François Maspéro, 1983. Na "Carta de Jamaica", lia-se, notadamente: "*Las provincias americanas se hallan lidiando por emanciparse; al fin obtendrán el suceso; algunas se constituirán de un modo regular en repúblicas federales y centrales; se fundarán monarquías casi inevitablemente en las grandes secciones, y algunas serán tan infelices que devorarán sus elementos, ya en la actual, ya en las futuras revoluciones; que una gran monarquía no será fácil consolidar; una gran república imposible. Es una idea grandiosa pretender formar de todo el mundo nuevo una sola nación con un solo vínculo que ligue sus partes entre sí y con el todo. Ya que tiene un origen, una lengua, unas costumbres y una religión, debería por consiguiente tener un solo gobierno que confederase los diferentes Estados que hayan de formarse; mas no es posible porque climas remotos, situaciones diversas, intereses opuestos, caracteres desemejantes, dividen a la América. ¡Qué bello sería que el Istmo de Panamá fuese para nosotros lo que el de Corinto para los griegos!*".

¹⁰⁶⁵ As mulheres das castas aristocráticas eram as únicas, nas atuais Venezuela e Colômbia, que podiam usar mantos longos: daí o nome de "mantuanas".

“Com que sentido morreu ao final don Simón? O tempo nos dirá se sua morte foi ou não útil para a paz e a liberdade. Tenho comigo que foi não apenas útil como necessária”.¹⁰⁶⁶

As peripécias do “Congresso Anfictiónico” de Panamá evidenciaram as dificuldades e contradições insuperáveis do projeto bolivariano. Depois da vitória de Ayacucho, Bolívar enviou convites aos governos americanos para reunir seus deputados em um magno congresso, para o qual oferecia como sede a cidade de Panamá “colocada como está no centro do globo, vendo por um lado a Ásia, e pelo outro a África e a Europa”. Quatro temas propunha Bolívar para o Congresso: estabelecer uma política externa comum, constituir um grande exército para a defesa comum e criar uma confederação de nações americanas. Os convites enviados por Bolívar e pelo governo grã-colombiano, excluíram o Paraguai - país isolado na sua tentativa de desenvolvimento autônomo -, o Haiti, uma “república negra” que era considerada um potencial mau exemplo para os negros dos outros países americanos, e as Províncias Unidas do Sul (a Argentina) devido a força que nestas últimas possuía o “partido da independência”.

O Brasil, apesar de ser um império - não uma república - foi também convidado, embora finalmente não assistisse; também não assistiu o Chile, então no limiar de uma guerra civil. Os governos desses dois países designaram finalmente delegados, mas quando isto aconteceu já fazia tempo que o Congresso cessara de funcionar. Bolívia, governada pelo marechal Sucre, enviou representantes tão logo se constituiu como nação, mas estes não chegaram em tempo hábil. Assistiram em definitiva ao Congresso só os representantes colombianos, peruanos, mexicanos e centro-americanos. Também convidou Bolívar representantes dos Estados Unidos, da Inglaterra e dos Países Baixos, que tinham colônias na América: já entrara em crise a relação entre Inglaterra e as demais potências europeias, que dez anos antes integravam a “Santa Aliança”. A convocação bolivariana era, simultaneamente, unificadora, conciliadora com as potências internacionais em expansão e antirrevolucionária (contra o perigo ou mesmo a perspectiva de uma revolução democrática ou popular).

Era propósito de Inglaterra fechar os caminhos para uma eventual reestruturação do domínio hispânico na América; meses antes do Congresso, em finais de 1824, a Inglaterra dera o golpe de graça às aspirações espanholas - respaldadas pelas demais potências absolutistas - ao reconhecer a independência do México e da Colômbia. Solucionado esse problema, iniciava-se a disputa entre Inglaterra e o outro incipiente aspirante a tutor das nações hispano-americanas: os Estados Unidos. Este país havia proclamado, em 1823, a “Doutrina Monroe”, que rejeitava a intervenção de qualquer estado europeu na América; esta política, porém, encontrava reticências em muitos setores dos EUA, pois significava comprometer militarmente o jovem país nos problemas das jovens repúblicas do Sul: o presidente John Adams encontrou no Senado uma forte oposição ao seu projeto de enviar deputados a Panamá. Finalmente Adams conseguiu a autorização, mas os dois enviados dos EUA nunca chegaram; um deles morreu em Cartagena, vítima de uma febre tropical, o outro chegou quando o Congresso finalizava. Inglaterra, por sua vez, enviou um delegado, o ministro Dawkinson, com instruções de sondar o ambiente no relativo à situação dos Estados Unidos, insinuando eventualmente que Inglaterra estava disposta a apoiar uma ação comum dos novos Estados americanos para libertar Cuba e Puerto Rico do domínio espanhol, sabendo também que os Estados Unidos não acompanharia essa ação.

A 22 de junho de 1826 inaugurou-se o Congresso, em Panamá: os oito deputados e três secretários se reuniram em um dos salões do Convento de Panamá, situado frente ao Pacífico. Além do clima, difícil de suportar, a localização geográfica era desfavorável: Pedro Gual, delegado colombiano, demorara dois meses e meio para chegar desde Bogotá (a inauguração do Congresso tinha sido inicialmente fixada para outubro de 1825). O delegado inglês

¹⁰⁶⁶ Francisco de Paula Santander. *Cartas y Mensajes de Santander*. Bogotá, Academia Colombiana de Historia, 1955, Tomo VIII, p. 116.

Dawkinson tinha ido para ganhar “amigos” para o seu país entre as nações hispano-americanas, e para deslocar os Estados Unidos de uma possível área de influência e expansão. Agiu com muito tato, disse a cada um o que esperava ouvir e, embora não pudesse impor seus pontos de vista a respeito da legislação marítima - um tema fundamental para a Grã Bretanha - pelo menos conseguiu que nada de concreto saísse do Congresso. Quando a 15 de julho firmou-se o tratado final, o colombiano Pedro Gual passou a Dawkinson a redação preliminar, ainda secreta, para que a comentasse. Dawkinson ficou satisfeito porque, em virtude especialmente das cláusulas referidas à Espanha, Estados Unidos não poderia assiná-lo, pois tentava manter boas relações com a península ibérica.

Os resultados finais do tratado foram muito fracos. Os assuntos econômicos foram contornados, não se falou da paz com a Espanha, nem da libertação de Cuba e Porto Rico; tampouco se sancionou a arbitragem obrigatória para as disputas internacionais. Só conseguiu-se dar caráter multilateral aos acordos bilaterais firmados quatro anos antes, mas sem avançar para uma real unidade latino-americana. No máximo anunciou-se o propósito de "cooperar para a completa abolição do tráfico de escravos da África". Apenas assinado o tratado, os deputados se despediram; coincidiram em tornar a reunir-se em Tacubaya, México, mas poucos dos presentes se deslocaram até aí; Dawkinson, que achava cumprida a sua missão, retornou para Londres. Vidaurre, o peruano, não conseguiu chegar de volta ao seu país devido à guerra peruano-colombiana (o governador colombiano Carrillo não o deixou passar). Depois de Panamá, os delegados de Colômbia, Centro América e México celebraram finalmente uma única reunião, em outubro de 1828, à qual se somou, tardiamente, o delegado norte-americano, chegando à conclusão de que, tendo sido aprovados os acordos de Panamá só pelo governo da Colômbia, não fazia sentido continuar a reunir-se.

A primeira tentativa de união latino-americana concluiu desse modo sem nenhum resultado e sem nenhuma glória. Pouco depois escrevia Bolívar ao general Páez: "O Congresso de Panamá, que deveria ser uma instituição admirável, se tivesse mais eficácia, se assemelha àquele louco grego que pretendia dirigir desde um rochedo os barcos que navegavam. Seu poder será uma sombra, e seus decretos serão meros conselhos". A nova elite política hispano-americana fracassara na tarefa de deitar as bases de uma grande nação. Com a direção ditatorial de Andrés de Santa Cruz, a Confederação Peruano-Boliviana foi a tentativa mais séria para concretizar a criação de um grande Estado americano: o caudilho alto-peruano pôde organizar uma federação das duas nações, que desintegrou-se com o enfrentamento armado ulterior contra o Chile.

A divisão da Grã-Colômbia antecipou o fracasso de outras tentativas unificadoras e a crise final dos projetos bolivarianos. Quando Bolívar chegou a Bogotá em 1826, depois de uma fria recepção, inteirou-se de que na Venezuela o general Páez se rebelara: Bolívar viajou imediatamente, chegando a um acordo com o caudilho, e entrando triunfante, mais uma vez, a última, em Caracas. Mas também havia explodido no Peru um revolta localista, apoiada pelas tropas colombianas estacionadas na região. Suprimiu-se o regime presidencial vitalício, e foi escolhido para a presidência um inimigo de Bolívar, o general La Mar. A deterioração da figura política do *Libertador* parecia inevitável, e em 1829 intentou-se assassiná-lo. O general Sucre foi deposto na Bolívia, e uma guerra fronteiriça entre Colômbia e o Peru culminou com a separação definitiva de ambos os países. Na própria Colômbia, em finais de 1829, estalou uma revolta, no Sul, com seu centro em Popayán, e pouco depois Páez proclamou na Venezuela a secessão do país.

Meses mais tarde explodiu em Quito, Equador, um movimento semelhante. A Grã-Colômbia dissolveu-se de vez, Bolívar renunciou definitivamente a seus cargos: pouco tempo depois morreria em Santa Marta. Andrés Santa Cruz, filho de um oficial realista e de uma indígena, destacado chefe do exército de Bolívar, tentara dar continuidade ao projeto unificador como encarregado do governo do Peru, depois que o *Libertador* abandonara Lima. Posteriormente assumiu também o governo da Bolívia, tentando resolver os conflitos criados depois da

renúncia de Sucre como presidente vitalício.¹⁰⁶⁷ Conseguiu modernizar rapidamente o jovem Estado boliviano, para torná-lo apto para a unificação com Peru, organizando uma confederação entre os dois países. Mas as disputas regionais e as brigas internas frustraram a tentativa, obrigando Santa Cruz a retirar-se: foram os últimos atos militares de uma longa corrente de acontecimentos vinculados à ideia de manter a unidade hispano-americana, que nunca foi realizada na prática: sobre seus escombros floresceram as diversas nacionalidades latino-americanas, em número finalmente superior a vinte.

Consumada a dissolução da Grã-Colômbia, a Nova Granada se encontrou com uma economia submersa no atraso: a agricultura apresentava as mesmas formas vigentes desde o processo colonial; a indústria, a manufatura e o setor artesanal não conseguiam recuperar-se dos golpes recebidos com as reformas borbônicas; o comércio interno era incipiente pela ausência de vias de comunicação que integrassem o enorme país; o comércio internacional era praticamente inexistente. A tarefa que se apresentou à classe no poder era criar as condições para impulsionar o desenvolvimento econômico. O protecionismo estatal, que se praticou entre 1831 e 1845, permitiu o desenvolvimento de “algumas fábricas de louça, porcelana, papel, vidro e cristal, tecidos de algodão e inclusive substâncias químicas, como chumbo e ácido sulfúrico”.¹⁰⁶⁸ Adicionalmente, a exploração do ouro da Antioquia, na qual se introduziram novas formas de organização do trabalho e técnicas de exploração, se mantinha como o principal produto de exportação. Com uma base econômica tão incipiente, o Estado gastava quase 50% do orçamento no pagamento da dívida externa e na manutenção do seu exército. Em 1835 havia 690 escolas primárias e uma matrícula de 20.123 alunos, que equivaliam a 4% das crianças em idade escolar. Oito anos depois, em 1843, a porcentagem de escolaridade havia aumentado apenas para 4,5%.

A Nova Granada proclamou-se uma nação de cidadãos, mas tinham direito ao voto apenas os homens, maiores de idade, que sabiam ler e escrever, e que dispunham de uma propriedade, isto é, menos de 10% da população masculina: a “democracia” era uma ficção. O Estado era manejado por políticos conservadores que mantinham uma férrea aliança com a Igreja católica e os militares. Neste ambiente de asfixia, não obstante, foi-se desenvolvendo um nacionalismo modernizador impulsionado por comerciantes, empregados públicos, artesãos, advogados e proprietários rurais de regiões postergadas. Estes novos grupos políticos se propunham consumir os objetivos da revolução de 1810, que haviam sido postergados, segundo seus ideólogos, até 1849, porque os próceres da independência haviam se deixado guiar mais pela ambição de poder do que pela liberdade e seus efeitos positivos. Então começaria “realmente a revolução que haverá de nos dar a liberdade, emancipando-nos do fanatismo, das instituições, hábitos e preocupações coloniais”.¹⁰⁶⁹

Instituiu-se o tratamento obrigatório, entre as pessoas, de “cidadão”, mas os índios não foram levados em conta em seus direitos políticos e civis, as mulheres tampouco, e os artesãos, que haviam dado um grande apoio aos reformistas, advogando por uma política protecionista, logo viram traídas as suas expectativas por uma política livre-cambista que favoreceu os interesses dos grandes comerciantes e proprietários de terra. Os artesãos se tornaram conservadores e os índios foram lançados ao “livre mercado” da força de trabalho por uma reforma liberal que lhes despojou de suas terras comunais e dos *ejidos*. O nacionalismo anticolonial e modernizador se transformou em um projeto de elites que deixou inconclusa a tarefa de formar a nação *granadina* ou colombiana.

¹⁰⁶⁷ Nas palavras de Ernesto J. Fitte, a segregação do Alto Peru “cometida na indiferença dos dirigentes argentinos, rompeu o harmônico esquema geopolítico do antigo vice-reinado. Nascia um país mediterrâneo [Bolívia], isolado, escravizado a um só tipo de produção. As Provincias Unidas perdiam o complemento mineiro da sua economia. Nada disso foi compreendido nesse momento” (Ernesto J. Fitte. *Después de Ayacucho: la segregación de las provincias del Alto Perú. Todo es Historia* n° 96, Buenos Aires, maio 1975).

¹⁰⁶⁸ Hans-Joachim König. *En el Camino Hacia la Nación*. Bogotá, Banco de la República, 1988, p. 428.

¹⁰⁶⁹ *Idem*, p. 450.

Era isso a continuidade ou a negação do projeto independentista original? Karl Marx pintou, em um verbete enciclopédico, um retrato totalmente desfavorável de Bolívar. O texto só veio a conhecimento da América Latina em 1935, quando foi publicado e comentado por Aníbal Ponce na revista *Dialéctica*, de Buenos Aires. Para Marx, os projetos continentais de Bolívar não passavam de “fraseologia vazia”, o Código Bolivariano não teria sido mais que uma imitação do código civil napoleônico (o próprio Bolívar, como chefe militar, teria merecido o apelido de “Napoleão das retiradas”), a aspiração última de Bolívar fora, na verdade, a de unir toda América “em uma república federal da qual ele seria o ditador”. Ponce sublinhou que as afirmações de Marx estavam confirmadas pelos biógrafos defensores de Bolívar, só deixando entrever algum distanciamento crítico referindo-se “à situação excepcional que dava ao biógrafo [Marx] sua qualidade de alheio ao ambiente americano”.¹⁰⁷⁰

O retrato de Bolívar redigido por Marx apresenta um Bolívar sem contradições, apenas animado pela ambição de poder, e destacado do contraditório panorama da crise mundial que provocou a independência ibero-americana. Abunda em descrições desfavoráveis ao líder da independência, descrito como “personagem medíocre e grotesco”, covarde, incapaz de qualquer iniciativa de maior alento, péssimo estrategista, atribuindo a condução das guerras de independência aos militares estrangeiros a seu serviço. O tom do artigo é de pouco respeito por Bolívar, tratado quase como personagem de opereta: “Como a maioria de seus compatriotas [Bolívar] era incapaz de todo esforço de longo prazo e sua ditadura degenerou rapidamente em uma anarquia militar na qual o assuntos mais importantes ficavam nas mãos de favoritos que arruinavam as finanças públicas e logo recorriam a meios odiosos para reorganizá-las”. O uso da expressão “maioria” em vez de “todos” parece cláusula de estilo. Marx admitiu, numa carta a Engels, que havia saído um pouco do tom enciclopédico, mas que seria ultrapassar os limites querer apresentar como equivalente a Napoleão Bonaparte “o mais covarde, brutal e miserável dos canalhas”, Simón Bolívar. José Aricó situou a “unilateralidade” de Marx no contexto da questionada noção teórica (de Engels, tomada, por sua vez, de Hegel) de “povos sem história”, segundo ele implicitamente usada por Marx para os povos sul-americanos (sem nenhuma evidência nesse sentido).¹⁰⁷¹ Aricó buscou compreender por que Marx escreveu pouco sobre o continente americano, e que razões o levaram a construir uma interpretação preconceituosa e nada positiva sobre as sociedades latino-americanas. Aricó chegou a ser criticado por divulgar textos de Marx e Engels sobre a América Latina que, na opinião de muitos, deveriam ter permanecido onde antes se encontravam, isto é, no esquecimento.

Nos textos de Marx e Engels sobre a guerra entre os Estados Unidos e o México, os autores assumiram posição favorável aos EUA, entendendo a invasão norte-americana sobre o território mexicano como uma vitória do progresso sobre o atraso, que colaborava para o avanço do capitalismo contra as estruturas arcaicas da antiga colônia espanhola. A tese que Aricó sustentou, em seu *Marx e a América Latina*, é que não caberia aceitar que Marx escreveu pouco - por falta de conhecimento ou de interesse - sobre a América Latina devido a uma visão eurocêntrica, igual a de tantos outros seus contemporâneos: era preciso ir mais longe. O conhecimento de Marx sobre a América Latina foi maior do que imaginamos:¹⁰⁷² a pergunta que permanece é a de por que Marx não usou, no exame da realidade latino-americana, uma série de observações extraídas da análise de outras sociedades semelhantes, que eram da

¹⁰⁷⁰ Aníbal Ponce. Comentarios marginales. In Karl Marx. *Simón Bolívar*. Buenos Aires, Rafael Cedeño, 1987, p. 43. O artigo original de Marx foi publicado no tomo III de *The New American Cyclopedia*, tendo sido escrito em janeiro de 1858. Foi reproduzido na edição alemã de MEW (*Marx-Engels Werke*), tomo XIV, pp. 217-231.

¹⁰⁷¹ Cf. Roman Rosdolsky. *Friedrich Engels y el Problema de los “Pueblos sin Historia”*. México, Pasado y Presente, 1980.

¹⁰⁷² Karl Marx & Friedrich Engels. *Materiales para la Historia de América Latina*. Córdoba, Pasado y Presente, 1974.

mesma forma "atrasadas" em relação ao capitalismo europeu, apesar de ter conhecimento adequado para fazê-lo, e de dispor de meios para complementar suas informações.

Aricó partiu da premissa de que Marx teve dificuldades de abandonar por completo sua herança hegeliana. Para Hegel, a América não tinha um lugar autônomo na história universal do espírito humano, constituindo-se em espaço dos "povos sem história". Hegel e sua filosofia da história - supostamente superados por Marx - emergiam "como um substrato cultural vivo", como uma componente inseparável dos preconceitos originados na formação ideológica e cultural do pensamento marxiano. O segundo ponto da análise de Aricó foi o de mostrar que foi o exacerbado anti-bonapartismo de Marx o que provocou a rejeição de Bolívar, depois que Marx estabeleceu uma identificação das repúblicas latino-americanas com o projeto bonapartista. Isto teria conduzido Marx a menosprezar a dinâmica histórica própria das sociedades nacionais latino-americanas: a América Latina era uma inexplicável multiplicação de Estados débeis, manejados por restritas oligarquias carentes de espírito nacional, ou por caudilhos, geralmente militares, incapazes de impedir a fragmentação territorial e de assegurar a presença de um poder nacional, a não ser através de ferozes ditaduras, quase sempre efêmeras.

A América Latina era, ainda, composta por países frágeis, sujeitos à dominação econômica externa. As formações nacionais se apresentavam como meras construções estatais impostas sobre um vazio institucional e sobre a ausência de uma vontade popular, incapazes de se constituírem completamente devido à falta de consistência do tecido social. A independência política não havia trazido um movimento de renovação social. A presença de uma classe dirigente cada vez mais inclinada a identificar a nação com o Estado e a incapacidade manifesta das classes populares de serem portadoras de um projeto de regeneração social, teriam sido outros elementos que compuseram a interpretação marxiana sobre a América Latina. Dessa maneira, o continente foi quase que excluído de seu pensamento, constituindo uma realidade que se apresentava diante de seus olhos como a potenciação, sem contrapartida, do bonapartismo e da reação europeia.

Aricó se perguntou, ainda, se as opiniões de Marx a respeito de Bolívar se deviam a uma falta de conhecimento sobre o venezuelano. Concluiu que Marx, no Museu Britânico, poderia ter tido acesso ao material que necessitasse para esclarecer dúvidas, e que sua posição sobre Bolívar tem explicações bem mais complexas: a crítica severa que fez a Bolívar passava por seu repúdio às posições autoritárias defendidas por Bolívar, como a de que o Estado deve organizar a sociedade, de cima para baixo. Marx não podia aceitar as posições de Bolívar e daí sua aversão à figura do líder da independência. Fora, segundo Aricó, incapaz de visualizar no processo histórico latino-americano a presença de uma luta de classes que fosse expressão do movimento real das forças sociais e que, portanto, firmasse sua sistematização lógico-histórica. Sua visão privilegiava o caráter arbitrário, absurdo e irracional do processo latino-americano - não teria sido capaz de compreender as outras dimensões presentes - o que o obrigou a recolocar a noção de "povos sem história" para se referir aos sul-americanos.¹⁰⁷³

¹⁰⁷³

Tal noção não aparece no artigo de Marx (que nunca a usou em qualquer texto), que conclui assim: "Uma tentativa de assassiná-lo, em seu próprio quarto, em Bogotá, da qual só se safou porque pulou por uma janela, em plena noite, e permaneceu escondido debaixo de uma ponte, permitiu-lhe exercer durante algum tempo uma espécie de terror militar. Bolívar, porém, evitou pôr a mão sobre Santander, apesar de que este participara da conjura, enquanto mandou matar o general Padilla, cuja culpabilidade não havia sido demonstrada em absoluto, mas pelo fato de ser homem de cor, não podia oferecer resistência alguma. Em 1829, a encarniçada luta entre as facções dilacerava a república e Bolívar, em um novo apelo à cidadania, exortou-a a expressar sem receios seus desejos a respeito de possíveis modificações na constituição. Como resposta a este manifesto, uma Assembleia de notáveis, reunida em Caracas, reprovou publicamente suas ambições, pôs a descoberto as deficiências de seu governo, proclamou a separação da Venezuela em relação à Colômbia, e colocou à frente da primeira o general Páez. O Senado da Colômbia apoiou Bolívar, porém novas insurreições estouraram em diversos lugares. Após demitir-se pela quinta vez, em janeiro de 1830, Bolívar aceitou de novo a presidência e abandonou Bogotá para guerrear contra Páez em nome do congresso colombiano. Em fins de março de 1830 avançou à frente de 8.000

O Bolívar que Marx construiu se constituía no herdeiro arbitrário e despótico da tradição político-estatal que ele havia sempre combatido desde uma dupla perspectiva teórica e política. Portanto, concluiu Aricó, era natural que tal interpretação - países onde o peso da constituição por cima da sociedade civil era tão notável - inaugurasse uma zona de sombras na reflexão marxiana. Para Marx, havia uma "incapacidade congênita" do estado bolivariano de ordenar o mundo da sociedade civil. O caráter essencialmente estatal de suas formações nacionais, o prematuro isolamento ou destruição de processos matizados por uma forte mobilização de massas, foram elementos que compuseram sua interpretação e fizeram com que ele olhasse para a América Latina como um continente singular. Ao apresentar as explicações dos motivos que levaram Marx a construir interpretações tão negativas e preconceituosas sobre a América Latina, Aricó insistiu, no entanto, em que o pensamento marxiano não era composto apenas desses elementos.¹⁰⁷⁴

A questão do bonapartismo (ou do monarquismo) sul-americano, porém, embora vinculada aos desenvolvimentos europeus coetâneos, possuía sua especificidade: "No caso da América Latina, as tendências ao bonapartismo não foram produto de um Termidor que buscasse encerrar uma experiência revolucionária burguesa histórica, consolidando o advento de um novo regime social. Trata-se de um Termidor sem revolução burguesa, a expressão da regressão do processo revolucionário aberto com a revolução na Espanha (1808) e nas suas colônias (1809-1811), regressão alentada pelas metrópoles de Europa e da América do Norte. Grã-Bretanha, a potência que com maior audácia interveio diante dos movimentos pela independência, desenvolveu uma estratégia baseada em que a emancipação da América espanhola poderia ser um risco grave se se produzisse uma afirmação do sistema republicano... Essa política combinou-se com a neutralidade dos EUA, orientada para a coexistência com Espanha e com a Santa Aliança. O ângulo de Marx nos seus escritos sobre América Latina é a defesa dos processos de independência nacional, no sentido em que as questões nacionais não resolvidas e a opressão nacional significam bloqueios ao desenvolvimento das forças produtivas e da democracia, o livre desenvolvimento da luta de classes... A reivindicação (hodierna) de Bolívar serve para confundir acerca da natureza da guerra de independência no Norte da América do Sul, um processo de confisco do levantamento das massas realizado por grandes proprietários e comerciantes, e o fracasso reiterado do nacionalismo para dar à luz uma nação independente".¹⁰⁷⁵

De fato, historicamente, só na escala de uma grande nação latino-americana, América Latina poderia ter se firmado como uma sociedade política e economicamente independente. O que o impediu foi, em primeiro lugar, a ausência de um esboço de desenvolvimento econômico comum (mercado interno continental pré-existente, que existia sim nas colônias inglesas do norte do território americano controlado por Inglaterra). Segundo Milcíades Peña, "ninguém pode dizer seriamente que a América colonial fosse uma grande nação latino-americana, pois seria o mesmo que dizer que a Índia e a América do Norte eram uma nação só, pois ambas pertenciam à Coroa britânica. As colônias americanas da Espanha tinham em comum o fato de

homens, tomou Caracuta, que havia se sublevado, e se dirigiu até a província de Maracaibo, onde Páez o esperava com 12.000 homens fortemente posicionados. Assim que Bolívar soube que Páez projetava combater seriamente, fraquejou. Por um momento, inclusive, pensou em submeter-se a Páez e pronunciar-se contra o Congresso. Porém decresceu a ascendência de seus partidários e Bolívar se viu obrigado a apresentar sua demissão, já que se lhe deu a entender que desta vez teria que manter sua palavra e que, com a condição de que se retirasse para o estrangeiro, ser-lhe-ia concedida uma pensão anual. Em 27 de abril de 1830, por conseguinte, apresentou sua renúncia ao Congresso. Com a esperança, porém, de recuperar o poder graças à influência de seus adeptos, e devido ao fato de que já se iniciara um movimento de reação contra Joaquim Mosquera, o novo presidente da Colômbia, Bolívar foi postergando sua partida de Bogotá e arrumou um jeito de prolongar sua estada em San Pedro até fins de 1830, momento em que faleceu repentinamente". A análise marxiana é totalmente centrada na figura de Bolívar.

¹⁰⁷⁴ Cf. Maria Lygia Prado. Marx e a América Latina. In: Osvaldo Coggiola (org.). *Marx & Engels na História*. São Paulo, Humanitas, 1996.

¹⁰⁷⁵ Christian Rath. Marx sobre Bolívar. *En Defensa del Marxismo* n° 39, Buenos Aires, agosto-setembro 2010.

pertencerem à mesma monarquia, e possuírem uma língua e uma religião comuns. Mas não existia unidade econômica - base substancial da nação, sem a qual a língua e outros elementos subjetivos são impotentes - e nem sequer unidade administrativa. A 'unidade existente no Império hispano-americano' era, do ponto de vista da unidade nacional, praticamente nula. A Espanha não conseguiu fundar um governo só, nas suas colônias americanas, nem fazer delas um só vice-reinado, pois a enorme extensão e variedade do território impediu-a de fazê-lo".¹⁰⁷⁶

O autor polemizava, na ocasião, com Jorge Abelardo Ramos, que sustentara que a história e a economia sugeriam a unificação do "continente latino-americano" (sic), depois das independências, assim como que sua indústria artesanal "tendia a criar um estado histórico e economicamente nacional".¹⁰⁷⁷ Peña combateu essa ideia descabida, no entanto, não explicou a base e o contexto históricos em que os *libertadores* formularam a ideia de uma "unidade americana" (o termo América Latina não existia então, só vindo a aparecer em finais do século XIX, popularizando-se nas primeiras décadas do século XX graças aos jornalistas e cientistas políticos franceses).¹⁰⁷⁸

Diz José Carlos Chiaramonte que "no início dos movimentos da independência na América Latina, predominava no plano político o sentimento de espanhol americano, não o correspondente a alguma das futuras nações. Esse sentimento americano entrou rapidamente em declínio, pela impossibilidade de se construir um organismo político das dimensões do continente ou da América do Sul. Paralelamente, começaram a circular projetos de unidades políticas menores, que derivariam nas futuras nações latino-americanas".¹⁰⁷⁹ Sua conclusão remete à tardia configuração das nacionalidades na América Latina, as quais seriam *resultado*, e não *fundamento*, dos movimentos independentistas. E, de fato, foi depois da independência que autores como o peruano José Manuel Dávalos, o chileno Manuel de Sales, ou o colombiano Francisco José de Caldas, defenderam uma vaga "nacionalidade americana" baseada na vastidão do território e de suas riquezas naturais, e condenaram o saque e a exploração dos povos originários por parte dos colonizadores; contrapondo-se às teses da "inferioridade americana" diante do Velho Mundo, expostas precedentemente por cientistas europeus como Buffon ou De Pauw, contrapondo-lhes a grandeza do hemisfério ocidental para a humanidade.

Qual foi, então, o fundamento dos movimentos da independência? A fragmentação da América espanhola não se limitou à não-constituição de uma ou duas grandes nações do México até a Argentina. As unidades nacionais projetadas durante a luta pela independência - a Federação Centro-americana, a Grã Colômbia de Bolívar, a Confederação Peruano-Boliviana, as Províncias Unidas da Argentina e do Uruguai - também se dividiram. A tendência para a constituição de grandes unidades nacionais foi vencida durante e após a luta pela independência. A ausência de base econômica não era tudo, pois se existisse o projeto histórico, e a liderança disposta a executá-lo, esta poderia, em tese, impô-lo ditatorialmente

¹⁰⁷⁶ Milciades Peña. *El Paraíso Terrateniente*. Federales y unitarios forjan la civilización del cuero. Buenos Aires, Fichas, 1972, p. 7.

¹⁰⁷⁷ Jorge Abelardo Ramos. *América Latina: un País*. Su historia, su economía, su revolución. Buenos Aires, Ediciones Octubre, 1949, pp. 49 e 68. Do mesmo autor, com uma explicação e desenvolvimento mais amplos desse ponto de vista, ver: *Historia de la Nación Latinoamericana*. Buenos Aires, Peña Lillo, 1968.

¹⁰⁷⁸ Cf. André Sigfried. *Amérique Latine*. Paris, 1932. O autor foi o fundador da *Fondation Nationale des Sciences Politiques*. Dentre os jornalistas que popularizaram no mundo a noção de "América Latina", cabe citar principalmente Tibor Mende (*Amérique Latine entre en Scène*).

¹⁰⁷⁹ José Carlos Chiaramonte. Em torno de la identidad nacional: elogio de la diversidad. *Encrucijadas* n° 15, Buenos Aires, UBA, janeiro 2002; do mesmo autor: *El Mito de los Orígenes en la Historiografía Latinoamericana*. Buenos Aires, Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, sdp; assim como: Francisco José Lyra Silva. Natureza e identidade nacional na América nos séculos XVIII e XIX. *Múltipla* n° 9, Brasília, UPIS, dezembro 2000.

(como o Norte dos EUA impôs a unidade e a luta pela independência das treze colônias inglesas aos *tories* e ao Sul).

A liderança político-militar da independência latino-americana sofria das limitações históricas da classe que lhe deu origem, a aristocracia crioula, ainda que estivesse um passo à frente daquela: manifestou-se incapaz de passar a apoiar-se em outras classes sociais, as mesmas classes que em diversos momentos da guerra pela independência tenderam a dar-lhe um conteúdo social, a “república negra” de Haiti, o México de 1810, o Paraguai ou o Uruguai de José Gervasio de Artigas. Em 1810 o Uruguai não existia: foi a solidariedade com a *Revolución de la Junta de Mayo*, quando ela se abriu para as províncias do vice-reinado, em finais de 1810, transformando-se na “Junta Grande”, que iniciou sua libertação da Espanha. Artigas foi a Buenos Aires, e voltou apoiado pelas tropas da Junta, sitiando Montevidéu. Havia três jurisdições distintas no atual território do Uruguai: a *gobernación* de Montevidéu e seus arredores; a da maior parte do Río Negro -desde Rocha até a Colônia – que se encontrava na jurisdição de Buenos Aires, e uma terceira do Río Negro até Yapeyú.

No processo revolucionário entre 1811 e 1813, Artigas reuniu essas três partes e fundou a Província Oriental, que nasceu junto com outras províncias fundadas entre maio de 1810 e a Assembleia Constituinte de 1813. Os *Treinta y Tres Orientales* de Lavalleja, depois, vieram libertar à Província Oriental: Lavalleja era chefe dos exércitos argentinos do Rio da Prata. Os “uruguayos” eram os rio-platenses ocidentais ou “argentinos orientais”, como afirmava o próprio Lavalleja. Em 1828, com o Tratado de Paz entre Argentina e Brasil, sob a mediação diplomática inglesa, nasceu o Estado de Montevidéu, sobre cuja base criou-se a independência do Uruguai.

A tendência para a fragmentação política se impôs através de diversos processos semelhantes. Disse José Aricó: “Não fracassaram os planos de Bolívar simplesmente porque não contaram com uma poderosa classe social que os assumisse, mas porque, não existindo tal classe, as forças sociais que se aglutinavam em torno do projeto bolivariano, e que deveriam ter preenchido essa ausência, careciam de suficiente vontade revolucionária para fazer avançar o processo até onde se tornasse impossível um provável retorno à situação anterior. Tornou-se irrealizável pela própria debilidade das forças que deveriam encarná-lo, e pelo profundo temor que sentiam ante a violência destrutiva das massas populares. A lembrança traumatizante das rebeliões da época colonial, a reação conservadora e realista provocada na elite crioula pela ameaçadora presença de massas dispostas a serem agitadas por qualquer demagogo, e lançadas contra os centros da ordem, da cultura e das finanças, corroíam o jacobinismo que caracterizou os mais radicais representantes do movimento revolucionário. A perspectiva de fazer depender do aprofundamento da mobilização popular o triunfo da nova ordem, era temida não só pelos indivíduos de mentalidade conservadora, mas também por muitos de formação liberal, como Bolívar, que viam que a massa popular tinha mais capacidade destrutiva que construtiva”.¹⁰⁸⁰

A “falta de vontade revolucionária” (que, analisada isoladamente, remeteria a uma espécie de carência cultural) remete à ausência de uma classe revolucionária, capaz não só de opor revolucionariamente seus interesses ao antigo regime, mas também de modelar uma nova sociedade, de acordo com esses interesses. As burguesias francesa e inglesa realizaram as suas revoluções não diretamente, mas através das ditaduras revolucionárias de Oliver Cromwell e dos jacobinos. Mas Cromwell e Robespierre exprimiram a vontade da burguesia de mobilizar revolucionariamente a nação para varrer com o Antigo Regime em todos os planos (não certamente para beneficiar as massas populares): “As Revoluções Francesa e Americana ocorreram em um mundo anterior à Revolução Industrial; um mundo em que o capital continuava a ser basicamente comercial ou agrário. Por este motivo apenas, as elites da cada setor eram capazes de mobilizar produtores diretos na cidade ou no campo, isto é, as massas

¹⁰⁸⁰

José Aricó. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

populares compostas principalmente de artesão ou agricultores. Ainda não havia, enquanto fato social geral, aquele abismo social entre manufatureiros e trabalhadores mais tarde aberto pelas indústrias. Uma única categoria podia abarcar tudo, classes altas e subordinadas, o patriotismo. Militantes nas lutas dos futuros Estados Unidos e da França se denominavam ‘patriotas’, um termo inspirado pelas imagens e lendas das repúblicas da Antiguidade clássica: Atenas, Esparta, Roma”.¹⁰⁸¹

Nesse sentido houve, na América Latina, ausência de uma burguesia revolucionária, interessada em por fim às formas pré-capitalistas de exploração do trabalho e ao latifúndio, criando um amplo mercado interno: portanto, a revolução democrática realizou-se de maneira incompleta e inacabada. Os líderes revolucionários traduziram, no seu drama e contradições, a impotência da burguesia *criolla*. Francisco de Miranda disse, diante da revolta negro-escrava do Haiti e das rebeliões camponesas: "Melhor seria que as colônias ficassem mais um século sob a opressão bárbara e vergonhosa da Espanha".¹⁰⁸² E Miranda, lembremos, foi o precursor da independência. Bolívar, mais ousado que seu mentor inicial, herdou dele o medo à “revolução das cores” (preta, mulata e mestiça): "O medo que da emancipação dos escravos nascesse um Haiti continental paralisou a maioria da oposição *criolla*".¹⁰⁸³

Prevaleceram, então, os interesses localistas da aristocracia *criolla*, voltados para a monocultura agrário-mineira primária, dirigida para o mercado mundial, e sem interesse na constituição de fortes unidades nacionais baseadas no mercado interno (como era o caso da burguesia nortista nos EUA). Mas a fragmentação política foi um fator de crise das novas nações. Era do interesse dos novos senhores do mercado mundial, como já ocorrera no passado, obter dinheiro líquido, e não simplesmente produtos. Ora, a fragmentação do antigo império colonial isolava regiões inteiras de suas fontes de metal precioso (esse foi, por exemplo, o caso do Rio da Prata, privado de quase todo metal circulante durante quase quinze anos, logo depois da independência das “Províncias Unidas do Sul”). Também nas zonas de produção, o ritmo de exportação era mais rápido do que o ciclo produtivo, o que só podia levar ao mesmo resultado: assim ocorreu no Chile depois da independência do país. O novo Estado, produtor de prata e de ouro, não conseguia conservar o volume de dinheiro líquido (ainda que modesto) de que necessitava para seu comércio interno. A crise econômica e financeira acirrou as disputas internas, o que facilitou a intervenção, não já da exaurida Espanha, mas da dinâmica Inglaterra, na conformação e no mapa político definitivo da América Latina.

No entanto, e contra a lenda nacionalista que atribui à Inglaterra, exclusivamente, a responsabilidade pela divisão (ou “balcanização”) da América Latina (lenda que tende a inocentar à aristocracia *criolla* e as lideranças da luta pela independência por esse resultado) é bem provável que a intervenção inglesa buscasse às vezes evitar uma maior divisão dos novos países. Segundo Leon Pomer, pouco depois da queda de Rosas na Argentina [em 1852] chegou ao país Sir Charles Hotham, primeiro enviado britânico na nova etapa política que se abria no país; este comprovou de imediato a necessidade de evitar a desagregação do território argentino em insignificantes republiquetas. Tratar e discutir em separado - alegava ele a seus superiores - com os governantes que surgiriam em cada uma delas, era oneroso, pesado o fatigante. Fazia-se necessário – argumentava - apoiar a unidade do país em torno de um pólo que merecesse confiança. Em consequência, a política britânica primeiro apoiou o general Urquiza. Os propósitos separatistas de caudilhos regionais foram desaprovados, assim como toda ingerência excessiva do Império do Brasil nos assuntos argentinos.¹⁰⁸⁴

¹⁰⁸¹ Perry Anderson. Internationalism: a breviary. *New Left Review* n° 14, Londres, março-abril 2002.

¹⁰⁸² Carta a Turnbull, 12 de janeiro de 1798.

¹⁰⁸³ Manfred Kossok. El contenido burgués de las revoluciones de independencia en América Latina. *Historia y Sociedad* n° 4, México, 1974.

¹⁰⁸⁴ Leon Pomer. *As Independências da América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

A razão disso é simples e resumida por Tulio Halperin Donghi: "A aspiração da Grã-Bretanha não era obter um domínio político direto, que implicaria em despesas administrativas e a comprometeria nas violentas lutas das facções locais. Ao contrário: propõe-se deixar em mãos dos americanos, juntamente com a produção e boa parte do comércio local, as honras e os ônus de governar aquelas vastas extensões de terras. Tudo isso não quer dizer falta de pontos de vista bem claros e firmes, nem timidez na imposição da sua vontade".¹⁰⁸⁵ No entanto, a "energia" inglesa foi mais necessária quando tratou-se de se opor à constituição de unidades nacionais potencialmente fortes. Foi o caso da acima citada separação do Uruguai da Argentina, devida à influência inglesa, em ocasião da Guerra Cisplatina (1828) entre Argentina e Brasil. Segundo o mesmo autor: "A atitude britânica diante do conflito entre Argentina e Brasil foi diversa: a Inglaterra impôs uma outra solução, apoiando a constituição de um Estado-tampão, que retirava ao governo de Buenos Aires o controle político do sistema fluvial mais importante da América do Sul".

E assim nasceu o Uruguai "independente"; não por acaso duas vezes (em 1838 e 1846) a frota inglesa bloqueou Buenos Aires para impor, "sem timidez", seus pontos de vista (no que, nas duas ocasiões, fracassou, devido à resistência do governo de Juan Manuel de Rosas, que recebeu, pelo feito, o sabre usado na guerra da independência por José de San Martín, doado pelo próprio, já no seu exílio francês). A intervenção inglesa, invadindo Georgetown na Nicarágua (em 1848) foi também decisiva para impedir a formação de uma unidade nacional mais ampla na América Central. Em qualquer um dos casos mencionados, e à diferença do que acontecera no processo da independência dos EUA, vemos na Hispano-América independente uma potência europeia intervindo abertamente e conseguindo em boa medida determinar a conformação dos futuros espaços nacionais. A Inglaterra compreendeu bem e cedo que as mudanças introduzidas pelas revoluções da independência eram irreversíveis (só a Espanha e a França, em meados do século XIX, tentaram recompor parcialmente seus impérios coloniais americanos) e se dispôs a impor seus interesses econômicos na América adaptando-os à nova situação.

A posição dos EUA diante da fragmentação latino-americana foi uma questão mais complexa. Os "Pais Fundadores" (dos EUA) consideraram a América do Sul como uma região que, assim como os Estados Unidos, buscava sua libertação das nações totalitárias da Europa. Jefferson, Madison, Monroe e John Quincy Adams, todos eles consideraram os sul-americanos como irmãos na luta contra a tirania. Cada um destes presidentes foi um diplomata experiente: Jefferson foi Secretário de Estado de Washington; Madison foi Secretário de Estado de Jefferson, Monroe foi Secretário de Estado de Madison e John Quincy Adams foi Secretário de Estado de Monroe. De modo que quando cada um deles chegou à presidência, havia conhecido muito bem as lutas de poder das relações internacionais, e os Estados Unidos desfrutaram de uma continuidade de prática política que foi rara desde então.

Por isso, quando Monroe foi Secretário de Estado em 1811, enviou Joel Barlow como ministro para a França. As instruções de Monroe a Barlow incluíam o seguinte: "Uma revolução nas províncias espanholas, ao Sul dos Estados Unidos, está avançando rapidamente. As províncias de Venezuela declararam sua independência e anunciaram o ocorrido a nosso governo. Dizem que o mesmo caminho será seguido em breve por Buenos Aires (sic) e outras zonas. As províncias da Venezuela propuseram ao presidente o reconhecimento de sua independência e a aceitação de um ministro; e ainda que dito reconhecimento formal não tenha sido ainda efetuado, a resposta foi muito amigável e conciliadora. O Sr. não deve hesitar em atender esta questão, devido tanto aos justos reclamos de nossos irmãos do Sul, com os quais os Estados Unidos não podem ser indiferentes, quanto ao que concerne os melhores interesses de nosso país".

¹⁰⁸⁵

Tulio Halperin Donghi. *Historia Contemporánea de América Latina*. Madrid, Alianza, 1976.

Quando Monroe assumiu a presidência, um de seus primeiros atos foi autorizar uma missão à América do Sul a fim de avaliar a situação daqueles lugares que haviam se proclamado independentes. Com o retorno dos comissionados, Monroe iniciou as operações destinadas ao reconhecimento diplomático. Em um memorandum de 1819 ao Secretário de Estado John Quincy Adams, propondo o envio de um agente à América do Sul, Monroe escreveu: “Posto que as colônias (espanholas) são nossas vizinhas, e necessariamente devemos sustentar intercâmbios com elas, especialmente se se tornam independentes, como presumimos, em um futuro próximo, é de suma importância que nossas relações sejam de natureza amigável”.

Em 1822 Monroe enviou uma mensagem ao Congresso solicitando o reconhecimento diplomático dos países da América Latina: “O movimento revolucionário nas províncias espanholas deste hemisfério atraiu a atenção e a simpatia de nossos cidadãos desde seus inícios”. Somente um membro do Congresso votou contra a proposta. Logo depois, em 1823, o ministro inglês de Relações Externas, George Canning, subitamente propôs que a Grã Bretanha e os Estados Unidos se unissem para opor-se aos esforços da “Santa Aliança” – França, Espanha e Rússia – para restabelecer as colônias espanholas na América da Sul.

Canning considerava conveniente bloquear seus rivais europeus; mas perdeu seu interesse na medida em que mudou a situação internacional. No entanto, Monroe decidiu continuar sem o apoio britânico, e declarar às autoritárias nações europeias que os povos independentes da América do Sul estavam fora de seu domínio. Em outubro de 1823 Monroe enviou um rascunho de sua mensagem ao Congresso para Thomas Jefferson em Monticello e para James Madison em Montpelier, pedindo-lhes sua opinião. Ambos responderam de imediato. Disse Jefferson: “O tema das cartas que nos enviou é o mais transcendente que já contemplei desde a independência. Aquele nos tornou uma nação. Este ajusta nossa bússola e assinala o caminho que devemos recorrer no oceano do tempo que se abre diante de nós, e não poderíamos embarcar em condições mais auspiciosas”. Também Madison concordou com a oposição às maquinações dos europeus, pelas “declarações que fizemos a nossos vizinhos, nossa simpatia por suas liberdades e independência, os profundos interesses que temos em manter as mais amigáveis relações com eles”.

Em 2 de dezembro de 1823, Monroe enviou ao Congresso uma mensagem, que continha o que veio a ser chamado de “Doutrina Monroe”: “Os continentes americanos, pela livre e independente condição que assumiram e mantiveram, não deverão ser considerados como suscetíveis de futura colonização por qualquer das potências europeias. A sinceridade e relações amistosas que existem entre os Estados Unidos e aquelas potências, nos obrigam a declarar que consideráramos perigoso para nossa paz e segurança qualquer tentativa por parte delas que tenha como objeto estender seu sistema a uma porção deste hemisfério, seja qual for. Não intervimos nem interviremos nas colônias ou dependências de qualquer potência europeia: mas quando se trata de governos que tenham declarado e mantido sua independência, e que depois de muita consideração, e de acordo com justos princípios, tenham sido reconhecidos como independentes pelo governo dos Estados Unidos, qualquer intervenção de uma potência europeia, com o objeto de oprimi-los ou de dirigir de alguma maneira seus destinos, não poderá ser vista por nós senão como a manifestação de uma disposição hostil em relação aos Estados Unidos”.

Observando que os Estados Unidos já haviam estabelecido, ou se encontravam no processo de estabelecer, relações diplomáticas com a Colômbia, Argentina, Chile e México, Monroe advertiu bruscamente os europeus de que a liberdade da América do Sul devia florescer: “Nunca tomamos parte nas guerras das potências europeias por questões relacionadas com elas mesmas, nem tem a ver com nossa política fazê-lo. Somente quando nossos direitos são avassalados ou seriamente ameaçados devolvemos as injúrias ou nos preparamos para nossa defesa. Com os movimentos deste hemisfério nos encontramos necessariamente conectados de modo imediato, e por razões que deveriam ser óbvias para todo observador atento e imparcial. O sistema político das potências aliadas é neste sentido essencialmente diferente

daquele das Américas. Esta diferença deriva daquela que existe em seus respectivos governos; e em defesa nossa, que se conseguiu mediante a perda de tanto sangue e bens, e amadurecido pela sabedoria de seus cidadãos mais iluminados, e sob o qual temos gozado de uma felicidade sem igual, toda a nação está empenhada. Por isso devemos, pela sinceridade e relações amistosas existentes entre os Estados Unidos e aqueles poderes, declarar que consideraremos qualquer tentativa de sua parte para estender seu sistema a qualquer porção deste hemisfério como perigoso para nossa paz e segurança”.

Na América Central, o processo de fragmentação nacional atingiu seus níveis mais profundos, e o intervencionismo inglês sua feição mais descarada. Nos últimos episódios da guerra de independência na região, produziu-se uma quase fusão entre a *elite criolla* e a administração colonial: "Espanha se desembarçou da Capitania Geral de Guatemala em um dos ciclos econômicos mais críticos da região. O trânsito da Colônia à República se fez pacífica e surpreendentemente, através de uma virtual declaração formal que deixou intacta, inclusive, na pessoa física do último capitão geral e primeiro chefe do Estado independente, a estrutura administrativa da Colônia".¹⁰⁸⁶ Nessa região americana, o processo que conduziu em direção da constituição de uma miríade de pequenas “repúblicas”, transformadas em ditaduras que viraram símbolos mundiais do mais brutal autoritarismo militar (chamadas, com ironia, de “repúblicas bananeiras”) não teve nada de um “ciclo histórico natural” ou “fatal” (se é que isso existe) e menos ainda se correspondeu com um suposto “caráter nacional” de seus habitantes, já designados, em meados do século XIX, como “irresponsáveis latinos relutantes em pagar suas dívidas aos seus credores ingleses”, pelo intendente britânico para América Central, Macdonald, ao seu superior, o chanceler Lorde Palmerston, personagem central da diplomacia secreta na Europa (e no mundo) do século XIX.¹⁰⁸⁷

Nos últimos anos da dominação espanhola na América Central, a região chamada de Reino de Guatemala incluía as províncias de Honduras, Guatemala, Chiapas, El Salvador, Nicarágua y Costa Rica. Na cidade de Guatemala, capital do Reino, foi declarada a independência em setembro de 1821, e poucos meses depois, esses territórios foram incorporados ao México. Com a exceção de Chiapas e Soconusco, logo o resto das províncias se separou para formar a Federação de América Central.¹⁰⁸⁸ Em junho de 1823 foi declarada a emancipação do México, e em novembro de 1824 foi promulgada a Constituição das Províncias Unidas da América Central, com Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador como seus estados integrantes. Moldada no exemplo da “carta magna” dos Estados Unidos e sob a influência da Constituição de Cádiz de 1812, ela foi resultado da conciliação de interesses divergentes, e a definição ambígua de alguns pontos fundamentais levaram a problemas insolúveis na sua aplicação.

A República Federal teve curta vida: apenas um ano depois de eleito o primeiro presidente em abril de 1825, Manuel José de Arce, a guerra civil explodiu, para acabar só em 1829 com a vitória do grupo liberal encabeçado pelo general Francisco Morazán. Os liberais vitoriosos reprimiram os conservadores, expulsando o arcebispo de Guatemala, desapropriando os bens das ordens religiosas e empurrando os monges ao exílio. Morazán decidiu centralizar os recursos dos estados, como rendas de aduana e o monopólio do tabaco, para enfrentar os problemas financeiros herdados da República Federal. As contradições entre o poder central e as regiões acabaram desatando uma nova guerra civil em grande escala em 1837, agora iniciada sob a forma de uma insurreição indígena na Guatemala, dirigida (e manipulada) por interesses conservadores liderados por Rafael Carrera, e favorecida pelas brigas internas nas

¹⁰⁸⁶ Edelberto Torres Rivas. *Historia General de Centroamérica*. Madri, Comisión Estatal para el Quinto Centenario-FLACSO-Comunidades Europeas, 1993.

¹⁰⁸⁷ Cf. o retrato de: Karl Marx. *Historia de la Vida de Lord Palmerston*. Buenos Aires, Rescate, 1985 (publicado inicialmente no *New York Daily Tribune* de 1853).

¹⁰⁸⁸ Existem evidências de que houve fraude na contagem dos votos no referendo convocado em Chiapas para decidir se a província permaneceria conectada ao México ou se uniria ao novo estado de América Central.

fileiras liberais. O conflito pôs fim à Federação, com a renúncia de Morazán em 1839 e a derrota definitiva dos liberais na batalha de Guatemala em 1840.¹⁰⁸⁹

A instabilidade política dominante na região e a luta tenaz dos conservadores para impedir o sucesso das reformas criaram um quadro que ofereceu aos ingleses uma oportunidade para impor seus interesses, entre os quais estava já a perspectiva de construir uma passagem interoceânica para unir o Atlântico e o Pacífico. A presença britânica na América Central tinha crescido nas últimas décadas do período colonial com o comércio ilegal e o contrabando, principalmente na Costa Rica, controlado a partir de Belize e as colônias no Caribe.¹⁰⁹⁰ A partir da independência, o interesse britânico respondia mais a questões estratégicas do que a um interesse econômico direto no istmo. Além da rota interoceânica, pesava a busca pelo controle dos circuitos comerciais no resto da América Latina. Havia apenas entre 16 e 20 residentes britânicos na América Central nesse período, exercendo o comércio de exportação e importação. As sucessivas colonizações europeias determinaram a existência de um tipo étnico peculiar na região, que evoluiria para um problema nacional.

A modalidade dominante exercida pelos ingleses usou a norma do *indirect rule*, em aliança com os indígenas, que desta forma se transformaram em instrumento político-militar para consolidar a presença colonial de Inglaterra, dominados mas também dominadores do restante dos grupos étnicos vizinhos (*sumu, rama, matagalpa e créoles*), constituídos em uma ameaça para as propriedades e interesses da coroa espanhola. Miskitos estenderam sua presença militar beligerante nas costas atlânticas da América Central, derrotando os intentos das autoridades peninsulares para sua *reducción*. O modelo colonizador que deu vida à presença inglesa no istmo centro-americano foi mais elaborado e “estratégico”, sobrevivendo depois com mais força, como o demonstram os casos de Belize e da costa atlântica de Nicarágua, assim como de outras regiões do Caribe insular. Na época independente, o cônsul general inglês Chatfield, que inicialmente apostava na vitória dos unionistas, a partir de 1838 se tornaria o grande inimigo da União Centro-americana.

A organização de uma república forte poderia questionar as possessões territoriais e as pretensões inglesas na área. A missão que o *Foreign Office* britânico encarregou ao cônsul foi a de estender a influência inglesa sobre toda América Central. Chatfield substituiu Macdonald, que chegara a sequestrar o comandante nicaraguense Quijano durante um percurso pelo golfo de Mosquito, ambicionado pela coroa britânica. O novo cônsul soube que centro-americanos partidários da reunificação regional tinham entrado em contato com agentes dos Estados Unidos buscando ajuda para enfrentar a coroa britânica: inclusive haviam oferecido uma faixa de terra para a construção de uma futura passagem interoceânica, já sugerida por cientistas no início do século, que uniria os dois grandes mares do mundo. Chatfield inquietou-se: via a urgência de contrabalançar o “Pacto de Chinandega” que os três estados centrais, Nicarágua, Honduras e El Salvador, haviam assinado para enfrentar a política inglesa na América Central.

A ingerência inglesa havia reavivado o movimento unificador: baseada no Pacto de Chinandega, de 1842, formou-se a Confederação da América Central, presidida pelo nicaraguense Frutos Chamorro. Entre outras coisas buscava a adesão de todos os estados e o reconhecimento da aliança pelas principais potências europeias. Em geral, a Confederação fracassou em seus objetivos: os estados enviaram delegados, mas não se comprometeram com um programa de ação em comum; as potências europeias se abstiveram de tomar qualquer medida, talvez porque sua política externa não diferisse demais da britânica. Por isso a vida da Confederação foi efêmera: durou apenas pouco mais de um ano, entre 1844 e 1845.

¹⁰⁸⁹ Para algumas análises das causas do fracasso da Federação, consultar: Rodrigo Facio. *Trayectoria y Crisis de la Federación Centroamericana*, San José, Imprenta Nacional, 1949; Thomas Karnes. *The Failure of Union, Central America, 1824-1960*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1961; Mario Rodríguez. *Chatfield Cónsul Británico en Centroamérica*. Tegucigalpa, Banco Central de Honduras, 1970.

¹⁰⁹⁰ Ciro F.S. Cardoso e Héctor Pérez Brignoli. *Centro América y la Economía Occidental (1520-1930)*. San José, Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1983.

O cônsul Chatfield teve muito a ver com o fracasso: manobrando habilmente atacou os estados confederados em seu elo mais fraco: Honduras. Ameaçando com desenterrar velhas reclamações financeiras obrigou os hondurenhos a retirar-se do pacto. Depois fez uma série de cargos contra Nicarágua, para calar seus protestos pela captura do Golfo de Mosquito e, como os cargos fossem rejeitados, ordenou o bloqueio de seus portos pela frota britânica. Sem meios para resistirem, os nicaraguenses cederam às pressões, desertando da Confederação. Em resposta, os confederados enviaram uma missão à Inglaterra, solicitando a destituição e castigo de Chatfield. Lorde Aberdeen, ministro de Assuntos Externos britânico, ouviu os delegados, mas se negou a aplicar sanções a um funcionário que simplesmente cumpria estritamente suas ordens.

Outra estratégia utilizada por Chatfield para destruir a tentativa unionista chamou-se Confederação Guatemalteca: consistia em uma associação de estados centro-americanos cujo núcleo seria a Guatemala, a partir da qual Inglaterra, através de seus representantes, se propunha manejar os outros estados. Entretanto, tomou estado público a negativa da Grã-Bretanha de castigar Chatfield, e uma vez mais os setores unionistas aproveitaram a conjuntura para impulsionar a unidade, aceitando que o cônsul geral não agia por conta própria, mas de acordo com um plano perfeitamente aceito pelo Império Britânico. Assim, em Sonsonate, El Salvador, em 1846, e em Nacaome, Honduras, em 1847, os unionistas suplicaram aos estados que esquecessem suas antigas diferenças, e se aliassem contra o inimigo comum. Os governos centro-americanos, pressionados, enviaram delegados a essas convenções, mas em nenhum momento demonstraram um autêntico entusiasmo em apoiar o movimento, que marchou inevitavelmente para o fracasso. As convenções, no entanto, inquietaram Chatfield, quem tratou de apressar a constituição da Confederação Guatemalteca, conseguindo que Guatemala declarasse sua independência - a 21 de março de 1847 - e firmasse um tratado de comércio com a Grã Bretanha.

Depois conseguiu que Costa Rica aceitasse um ato de *Advenimiento* a esse tratado, mas os outros estados se mostraram reticentes. O cônsul decidiu tomar algumas medidas para convencê-los: a 19 de janeiro de 1848, uma força combinada de britânicos e *mosquitos* - ou *miskitos*, habitantes da zona homônima - ocupou San Juan de Nicarágua, batizando-a de Greytown. A ideia não foi aceita pela maioria dos estados centro-americanos, e inclusive Lorde Palmerston vetou a incorporação de Costa Rica à Confederação Guatemalteca, preferindo reconhecê-la como um estado autônomo, insistindo na necessidade de buscar a independência de cada nação em particular.

O cônsul britânico enterrou a ideia da Confederação Guatemalteca e preparou-se para enfrentar o perigo nascente que vinha do norte: os Estados Unidos. Estes, desde pouco depois de sua independência da Inglaterra, consideraram a possibilidade de estender seus domínios ao México, à América Central e às Antilhas. Essa "abertura" interessava especialmente aos estados do Sul. Na verdade, muitos políticos do país a viam como uma forma de transformar o mar do Caribe numa espécie de "mar particular (ou interior)", de acordo com o "Destino Manifesto", que entendia que algumas nações, por características raciais, históricas ou geográficas, estavam destinadas a uma preponderância particular, que desbordava necessariamente seus limites originais. O sábio Humboldt, em 1804, fez notar a urgência de abrir uma estrada fluvial interoceânica através do Panamá - então província colombiana - ou de Nicarágua.

Em 1826, os norte-americanos tentaram, sem sucesso, o segundo projeto, mas não perderam as esperanças. Vinte anos depois, os financeiros norte-americanos White e Vanderbilt buscaram contatos com o governo nicaraguense para fazer uma nova tentativa, contatos que coincidiram com o rejuvenescimento de algumas velhas inquietudes unionistas, destinadas a se contrapor efetivamente à ação do Chatfield. O grande auge do comércio internacional no período tinha renovado a carreira pelo canal interoceânico. Os "novos unionistas" centro-americanos pensavam que obter a proteção dos EUA, em troca de uma simples faixa de terra,

era uma perspectiva aceitável. Entre 1848 e 1849 foram assinados quatro tratados entre o país do Norte e Nicarágua, Honduras, Colômbia e um grupo de “liberais unionistas” de Guatemala. As condições eram sempre as mesmas: reconhecer direitos aos Estados Unidos sobre uma faixa de terreno para a construção do canal, em troca de apoio contra a ingerência inglesa.

Em 1849, Inglaterra ocupou parte de Honduras, forçando então os EUA à assinatura do Tratado Clayton-Bulwer, totalmente contrário à “Doutrina Monroe”, na medida em que reconhecia direitos territoriais ingleses sobre a América Central. Os unionistas enviaram tropas à Guatemala, que foram derrotadas pelo “homem forte” do país, Rafael Carrera, sustentado pelos ingleses. Trinidad Cabaña, eleito presidente de Honduras em 1852, tentou convencer seus vizinhos a se manter fiéis ao tratado “unionista” de 1849: foi derrocado pelas forças conjuntas de El Salvador, Guatemala e Nicarágua. O Tratado EUA-Inglaterra estabeleceu o compromisso de ambas as potências de respeitar a liberdade de navegação, renunciando a qualquer aspiração de domínio absoluto sobre a futura via interoceânica, a colonizar qualquer zona da América Central e a apoiar conjuntamente a companhia que assumisse a construção. O próprio chanceler Palmerston instou os banqueiros ingleses a apoiar a companhia do *yankee* Cornelius Vanderbilt, mas um incidente na costa do Mosquito entre um navio da companhia norte-americana (o *Prometheus*, no qual viajava o próprio Vanderbilt) e um navio de guerra britânico pôs fim ao idílio, desatando uma crise política na Inglaterra que precipitou a renúncia de *Old Palm* (Palmerston) e deu cabo também do vice-reinado de Chatfield na América Central. Com os unionistas derrotados (e fuzilados) ou domesticados, os conservadores, com Carrera na cabeça, ficaram no poder nos diversos países.

O conflito interno nos EUA, entre os *yankees* do Norte e o Sul escravocrata, veio jogar nova lenha na fogueira centro-americana: os sulistas encorajaram a aventura de uma caricatura colonial do velho pirata inglês Francis Drake: William Walker (1824-1858). Este pirata norte-americano (que havia estudado jurisprudência e medicina, e chegou a ser jornalista) invadiu Nicarágua e se autoproclamou presidente do país, em 1855. Depois, o *filibustero* submeteu a guatemaltecos, salvadorenos e costa-ricenses. No entanto, estes últimos reagiram, e em 1856 destroçaram as tropas do invasor: disposto a submetê-lo, o presidente de Costa Rica, Juan José Mora, formou o Exército Nacional de Libertação. Encorajado por seus triunfos anteriores, Walker o enfrentou, mas depois de algumas vitórias parciais foi derrotado, preso e finalmente enforcado em San José de Costa Rica, em setembro de 1858. A era da pirataria já tinha concluído muito tempo atrás, os ingleses (que a encabeçaram) o sabiam, os escravocratas do Sul dos EUA ainda não. Ao amparo da euforia consecutiva à derrota do pirata estrangeiro, houve um entendimento entre os chefes conservadores Mora, de Costa Rica, e Tomás Martínez, da Nicarágua, com os liberais unionistas Máximo Jérez y Gerardo Barrios; tudo contribuía a que se esperasse o nascimento de uma nova era de cooperação nacional na América Central. Em 1862, Barrios, que dois anos antes havia sido eleito presidente de El Salvador, propôs reunir uma convenção para formar um governo geral dos três estados centrais: Nicarágua, Costa Rica e El Salvador. As negociações progrediram até que Tomás Martínez sugeriu incorporar a Guatemala, e nomear presidente provisório a Rafael Carrera.

Barrios rejeitou a iniciativa e Carrera fez o mesmo, e em pouco tempo atacou El Salvador e derrubou Barrios, quem se exilou em Costa Rica. Prosseguindo sua campanha, Carrera derrocou as autoridades unionistas de Honduras, estendendo seu poder aos cinco estados de América Central. Barrios foi posto diante de um pelotão de fuzilamento a 29 de agosto de 1865. Rafael Carrera já havia morrido, no seu lugar governava o general Vicente Serna, quem continuou aplicando o mesmo regime político que seu predecessor, uma ditadura de ferro das famílias tradicionais, a burocracia e a Igreja. Com o fim de Gerardo Barrios e de Rafael Carrera chegou ao seu fim o período de formação da América Central, uma época violenta caracterizada pelo predomínio dos interesses regionais, que somados à agressiva intervenção de agentes ingleses e norte-americanos, contribuiu para dividir geográfica e politicamente toda a região.

Espanha, que conservara seus domínios coloniais em Cuba e Porto Rico, foi testemunha impotente da disputa, em região vizinha, pelas suas ex colônias. Na antiga metrópole verificava-se a outra face da resolução reacionária dos conflitos nacionais e de classe nos novos estados da América hispano-portuguesa: em meados do século XIX, situou-se o fracasso da revolução democrática na metrópole peninsular, o que veio a alimentar a lenda da suposta “inferioridade histórica” dos povos latinos (incluídos os latino-americanos) no quadro histórico da ascensão e consolidação mundial do capitalismo e do liberalismo.¹⁰⁹¹

No quase meio século que se estendeu entre o início da guerra de independência norte-americana e a derrota do exército colonial espanhol em Ayacucho (1776-1824), Espanha perdeu um império continental, sem assimilar por isso os requisitos necessários para conseguir o progresso econômico e político.¹⁰⁹² A combinação de interesses históricos regressivos e progressivos, além de imprimir sua marca às revoluções que se sucederam permanentemente na Espanha do século XIX, neutralizaram as classes industriais enquanto motoras da revolução burguesa, e criaram uma situação na qual os interesses combinados das classes possuidoras acabaram por estancar o desenvolvimento e perpetuar o atraso econômico. Extemporaneamente, a burguesia espanhola tentou promover sua revolução, entretanto, seu fracasso se uniu à frustração da revolução democrática no seu principal domínio colonial, dominado na era independente pela aristocracia *criolla* que a própria colonização espanhola criara.

Quase simultaneamente à Guerra de Secessão norte-americana, que definiria o rumo histórico dos EUA, a Guerra do Paraguai, ou Guerra da Tríplice Aliança, definiu a configuração histórica os principais Estados da América do Sul, e quebrou, ao mesmo tempo, a única tentativa de desenvolvimento não baseado na produção primária para exportação no continente, tendo, por isso, consagrado o caráter periférico e dependente do capitalismo sul-americano. A guerra começou com a declaração de guerra pelo Paraguai em primeiro lugar ao Brasil e depois à Argentina, seguida por uma invasão aos territórios desses dois países, e acabou por se tornar uma guerra travada entre Brasil, Argentina e Uruguai para a destruição do Paraguai. Foi sem dúvida a mais prolongada e a mais violenta guerra inter-estados já ocorrida em qualquer parte do mundo entre 1815 e 1914. Durou mais de cinco anos (de outubro/novembro de 1864 a março de 1870) e abateu mais de 300 mil vidas.¹⁰⁹³

A longa guerra civil entre *blancos* e *colorados*, no Uruguai (a rebelião do general Venâncio Flores [do Partido Colorado] contra o governo *blanco* do presidente Bernardo Berro, em abril de 1863) detonou a sequência de eventos que culminou com a invasão do Brasil e da Argentina pelo Paraguai e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Em 1828, após a mediação britânica, tinha sido criada a República do Uruguai, estabelecida como um estado intermédio entre a Argentina e o Brasil. E, em 1851-52, o governo argentino de Juan Manuel de Rosas, adversário do Uruguai, havia sido derrotado por uma aliança liderada por Entre Rios e seu caudilho, o general Justo José de Urquiza, que reunia o Uruguai, o Brasil e as províncias argentinas que se opunham a Rosas.

¹⁰⁹¹ Ana Lúcia Gomes Muniz. Marx y Engels y la revolución española de 1854-1856. *En Defensa del Marxismo* nº 11, Buenos Aires, abril 1996.

¹⁰⁹² Sobre o século XIX espanhol, ver: C.W. Anderson. *The Political Economy of Modern Spain*. Londres, University of Wisconsin Press, 1970; Raymond Carr. *Spain 1808-1939*. Londres, Oxford University Press, 1966; Josep Fontana. *La Revolución Liberal*. Política y hacienda 1833-1845. Madri, Instituto de Estudios Fiscales, 1977; Juan J. Linz. A century of politics and interests in Spain, in: H. Berger (ed.). *Organising Interests in Western Europe*. Cambridge, Cambridge University Press, 1981; F. Maravall. *Economía y Política Industrial en España*. Madrid, Ediciones Pirámide, 1987; Nicolás Sanchez Albornoz. *The Economic Modernization of Spain 1830-1930*. Nova York, New York University Press, 1987; Guillermo Tortella. *El Desarrollo de la España Contemporánea*. Historia económica de los siglos XIX y XX. Madri, Alianza Universidad, 1994.

¹⁰⁹³ Cf. Maria Eduarda de Castro Magalhães Marques. *A Guerra do Paraguai: 130 Anos*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

Após uma década, durante a qual Buenos Aires tinha ficado independente, as províncias do Rio da Prata haviam finalmente sido unificadas, em 1861. Na decisiva batalha de Pavón, o general Bartolomé Mitre – o governador de Buenos Aires, que, em 1862, se tornou o primeiro presidente eleito da Argentina – tinha recebido apoio do general Flores e dos colorados (liberais) uruguaios. Em abril de 1863, por sua vez, Mitre apoiou Flores em sua tentativa de derrubar o governo *blanco* (conservador) em Montevidéu. A principal preocupação de Mitre era garantir que o Uruguai não voltasse, mais uma vez, a concentrar um possível foco de oposição residual federalista nas províncias, ameaçando uma Argentina unificada sob a hegemonia de Buenos Aires.

Durante a década de 1850, o Brasil havia aumentado enormemente os seus interesses econômicos e financeiros bem como sua influência política no Uruguai. No final dessa década, mais de 20 mil brasileiros, na maioria gaúchos, juntamente com seus escravos, ali se haviam estabelecido. Os brasileiros constituíam mais de 10% da população uruguia. Eles possuíam 30% da terra, incluindo algumas das melhores propriedades, e transportavam livremente o seu gado para as charqueadas no Rio Grande do Sul. Mas a administração de Berro, eleita em 1860, tinha começado a adotar uma linha mais dura, tentando restringir o assentamento de brasileiros (e o direito de possuir escravos) e procurando taxar o comércio feito através da fronteira.

O Rio Grande do Sul, que havia só 15 anos tinha desistido da luta para se tornar independente julgou que o governo imperial do Rio de Janeiro fosse proteger os seus interesses no Uruguai. Os governos brasileiros foram se tornando cada vez mais sensíveis a essas pressões: o Brasil, a exemplo da Argentina, apoiou a rebelião colorada no Uruguai, em abril de 1863. Foi nessas circunstâncias que o governo branco voltou-se para o Paraguai como seu único possível aliado contra os colorados, apoiados tanto pela Argentina como pelo Brasil. Em 1863-1864, Argentina e Brasil, pela primeira vez na era independente, estavam do mesmo lado numa crise. O Paraguai, uma província de fronteira do Vice-Reinado do Rio da Prata, havia conseguido separar-se tanto da Espanha como de Buenos Aires, em 1811-1813. O país era geograficamente isolado (era o único Estado latino-americano cercado só por terra), e uma nação que falava predominantemente uma língua local, a língua guarani. O “Estado guarani” era dono de quase 90% do território nacional, controlando 80% do comércio interno e externo. Sob a ditadura de José Gaspar Rodríguez de Francia (1813-1840) e sob o seu sucessor, Carlos Antonio López, o Paraguai tinha se isolado política e economicamente de seus vizinhos.

Seu papel fora pouco significativo nas guerras civis do Rio da Prata durante a primeira metade do século XIX. As Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina) e o Brasil, por sua vez, tinham pendências envolvendo domínio territorial contra o Paraguai. A Argentina reconhecera a independência do Paraguai em 1852. Havia pontos de atrito com os dois países sobre a liberdade de navegação no sistema hidroviário Paraguai-Paraná. O Brasil pediu ao Paraguai que desse à província de Mato Grosso acesso ao rio Paraná e, portanto, ao Atlântico, via rio Paraguai. A Argentina deveria dar ao Paraguai acesso ao Atlântico através do Paraná. Durante a década de 1850, o governo de Carlos Antonio López passou a implementar, com crescente empenho, uma política de modernização econômica e militar, passando então a fazer uso efetivo de tecnologia e técnicos britânicos.

Francisco Solano López assumiu o poder no Paraguai, em outubro de 1862, depois da morte do pai. Inicialmente hesitante em estabelecer uma aliança formal com os blancos – seus aliados naturais – contra os colorados, no Uruguai, agora que estes últimos contavam com o apoio tanto do Brasil como da Argentina, López começou, numa espiral ascendente, a advertir a Argentina e o Brasil contra o que ele considerava uma ameaça crescente ao equilíbrio de poderes existente no Rio da Prata, que garantia a segurança, a integridade territorial e a independência do Paraguai. Ele também vislumbrou uma oportunidade de firmar sua presença na região, de desempenhar um papel que estivesse à altura do poder econômico e militar do Paraguai. No início de 1864, López começou a se mobilizar em vista uma possível guerra.

Depois que toda diplomacia havia fracassado nas tentativas de resolver as diferenças com o governo uruguaio, a administração de Zacarias, no Rio de Janeiro, acabou por expedir, em agosto de 1864, um ultimato ao Uruguai, com ameaças de retaliação em resposta a pretensas ofensas sofridas por súditos brasileiros, bem como uma intervenção direta em favor dos rebeldes colorados. López enviou um ultimato ao Brasil, em 30 de agosto, contra qualquer intervenção no Uruguai. Quando o aviso foi ignorado e as tropas brasileiras invadiram o Uruguai, em 16 de outubro, López tomou a decisão de declarar guerra ao Brasil, capturando o navio Marquês de Olinda, que rumava para o Mato Grosso através do rio Paraguai e, em dezembro de 1864, invadiu a província brasileira. A Argentina recusou permissão para que o exército paraguaio atravessasse o território das Missões e invadisse o Rio Grande do Sul e o Uruguai. López declarou guerra também à Argentina e, em abril de 1865, invadiu a província argentina de Corrientes. López agia em defesa de interesses nacionais ameaçados, e até em defesa da sobrevivência do seu país. Mas superestimou o poder econômico e militar do Paraguai, e subestimou o potencial do poder militar brasileiro. Enganou-se ao imaginar que a Argentina ficaria neutra numa guerra entre Paraguai e Brasil. Mitre não acreditou que os interesses argentinos, inclusive a independência do Uruguai, estivessem ameaçados por uma breve intervenção cirúrgica do Brasil no Uruguai, em defesa de seus interesses. López também exagerou na avaliação das contradições internas da Argentina e na possibilidade de que Entre Rios (ainda sob a liderança de Urquiza) e Corrientes impedissem a Argentina de entrar na guerra contra o Paraguai, ou que ficassem do lado paraguaio e contra Buenos Aires.

No Brasil e na Argentina, a guerra não contava com o apoio popular. Na verdade, a guerra provou ser impopular nos dois países, sobretudo na Argentina. Mas a necessidade de se defender contra a “agressão” paraguaia ofereceu aos dois países uma oportunidade de fazer um “acerto de contas” e destruir um poder emergente preocupante dentro de sua região. Mitre agarrou essa oportunidade de remover um regime que ele encarava como um foco de resistência federalista para Buenos Aires. D. Pedro aproveitou a chance de afirmar a hegemonia brasileira na região e, sobretudo, de estabelecer uma hegemonia sobre o Paraguai, em lugar de uma potencial hegemonia argentina.

Os empréstimos britânicos para a Argentina e para o Brasil, antes e durante a guerra, assim como a venda de armas britânicas, sem dúvida foram uma contribuição muito importante para a vitória dos aliados sobre o Paraguai. Em maio de 1865, o Brasil, a Argentina e o Uruguai assinaram o tratado de Aliança contra o Paraguai. Os objetivos eram: acabar com a ditadura de López; garantir a livre navegação nos rios Paraguai e Paraná; e, secretamente, conquistar definitivamente para o Brasil o território situado no Noroeste do Paraguai, e, para a Argentina, o território que ela reclamava para si no Leste e Oeste do Paraguai. Invocou-se a luta pela civilização contra a barbárie, apesar do Brasil ser (junto a colônia espanhola de Cuba) o único Estado em todo o hemisfério ocidental a ainda abrigar a escravidão.

A guerra contra o Paraguai foi o acontecimento central da história brasileira da segunda metade do século XIX. Dos 140 mil soldados brasileiros convocados para o confronto, 50 mil morreram nos combates ou devido a ferimentos e doenças. O financiamento do enorme esforço militar comprometeu por mais de uma década as frágeis finanças brasileiras. A guerra tensionou política, social e economicamente o Brasil, desvelando o profundo anacronismo do Estado imperial escravista, despreparado e inadaptado para um esforço militar nacional. As consequências políticas do conflito foram profundas. Durante a guerra, a luta abolicionista, principal questão política e social nacional, imobilizou-se sob a retórica da união diante do inimigo externo. Liberais e conservadores apoiaram uma intervenção rejeitada pelas classes oprimidas, sem que qualquer força política nacional se opusesse a ela.

A “Guerra do Paraguai” foi uma luta desigual. O Brasil (sua população era de quase 10 milhões de pessoas, com entre 1,5 e 2 milhões de escravos), a Argentina (com uma população de 1,5 milhão) e o Uruguai (população de 250 mil a 300 mil) uniram forças contra o Paraguai (população de 300 mil a 400 mil). No início da guerra, o Paraguai tinha superioridade militar, o

exército regular paraguaio tinha entre 28 mil e 57 mil homens, mais os reservistas (entre 20 mil e 28 mil); virtualmente, toda a população masculina adulta estava pronta para combate. O exército argentino contava de 25 mil a 30 mil homens (dos quais somente 10 ou 15 mil estavam disponíveis no caso de uma guerra externa); o exército do Uruguai era de cinco mil homens, e o do Brasil, de 17 mil a 20 mil (também contava com os corpos policiais das províncias e uma ampla reserva de 200 mil homens, na forma da Guarda Nacional).

No decorrer da guerra, o Paraguai mobilizou de 70 mil a 80 mil homens. Podia mobilizar entre 30 e 40 mil a qualquer momento, mas após a derrota de Tuyuti, em maio de 1866, raramente enviou para o campo de batalha mais de 20 mil homens. Depois que as forças paraguaias foram expulsas do seu território, a Argentina reduziu o seu envolvimento com o esforço de guerra aliado, de maneira que, por volta do final da guerra, havia somente um contingente de cerca de quatro mil homens no solo paraguaio. O Brasil foi assumindo responsabilidades cada vez maiores; em agosto de 1867, havia de 40 mil a 45 mil soldados da Aliança no campo de batalha (3/4 brasileiros) –, expandiu seu exército regular para 60 mil ou 70 mil homens durante o primeiro ano das hostilidades, lançando mão de recrutamento forçado, do uso de escravos (que recebiam alforria em troca do serviço na guerra) e de unidades militares formadas por voluntários (os Voluntários da Pátria). Ao longo da guerra, estima-se que o Brasil tenha mobilizado entre 130 mil e 150 mil homens; a proporção de tropas recrutadas da Guarda Nacional caiu de cerca de 75%, em 1866, para menos de 45%, em 1869.

Ao contrário do Paraguai, que tinha que confiar em seu próprio arsenal e estaleiros, os aliados tinham acesso a armas e navios de guerra fabricados e comprados no exterior, na Europa, bem como a empréstimos levantados na City de Londres para ajudar no pagamento. Os aliados possuíam uma superioridade naval absoluta. No início da guerra, o Brasil já dispunha da maior e mais poderosa marinha da região (33 embarcações a vapor e doze a vela); e, em dezembro de 1865, o primeiro de uma série de encouraçados entrou em cena. A primeira fase da guerra teve início com a ofensiva paraguaia contra o Mato Grosso, em dezembro de 1864, e Corrientes, em abril de 1865. Em maio de 1865, o exército paraguaio finalmente atravessou as Missões e invadiu o Rio Grande do Sul. No começo muito bem-sucedida, a invasão acabou sendo contida pelas forças aliadas. Os paraguaios nunca chegaram a alcançar o Uruguai. O comandante paraguaio, Estigarribia, rendeu-se em Uruguaiana, em 14 de setembro. Seu exército recuou, atravessando o rio Paraná, e preparou-se para defender a fronteira sul do país. No final do primeiro ano de guerra, as únicas tropas paraguaias que permaneciam em solo aliado eram umas poucas unidades localizadas em Mato Grosso. Em 11 de junho, em Riachuelo, no rio Paraná, na única batalha naval importante da guerra, a Marinha Imperial destruiu a esquadra paraguaia e instituiu um bloqueio do Paraguai, mantido até o final da guerra.

A segunda fase começou quando os aliados finalmente invadiram o Paraguai, em abril de 1866, e estabeleceram seu quartel-general em Tuyuti, acima da confluência dos rios Paraná e Paraguai. Em maio rechaçaram uma violenta investida paraguaia e ganharam a primeira grande batalha terrestre da guerra. Contudo, passaram-se mais de três meses até que os exércitos aliados comesçassem a avançar, subindo o rio Paraguai. Em Curupaytí, em setembro, dez dias depois de um encontro pessoal entre Mitre e López, no qual López ofereceu vantagens que incluíam concessões territoriais para que a guerra pudesse chegar ao fim, contanto que ele próprio fosse poupado e que o Paraguai não fosse desmembrado e ocupado, proposta rejeitada, os aliados sofreram a sua pior derrota na guerra.

Eles não renovaram seus esforços de avanço até julho de 1867, quando foi iniciado um movimento para cercar a fortaleza fluvial de Humaitá, que bloqueou o acesso ao rio Paraguai e a Assunção. Mesmo assim, foi preciso mais de um ano (agosto de 1868) até que Humaitá fosse finalmente ocupada, e mais uns cinco meses (janeiro de 1869) até que, após uma derrota decisiva e a destruição do exército paraguaio em Lomas Valentinas, as tropas aliadas (a maior parte brasileiras) invadiram Assunção e colocaram ponto final na guerra. López constituiu um

novo exército a Leste de Assunção e liderou uma campanha de guerrilha, limitada mas bem sucedida, contra as forças aliadas. Finalmente foi derrotado e teve suas tropas massacradas, em 16 de agosto de 1869, na última grande batalha, em Campo Grande ou Acosta Nhu. O próprio López escapou novamente. López foi finalmente encurralado e morto em Cerro Corá, na região Nordeste do Paraguai, em 1º de março de 1870.

No início da guerra, Mitre tinha declarado que os aliados estariam dentro de Assunção em um período de três meses. Na verdade, foram necessários quase quatro anos para que os aliados chegassem à capital paraguaia, e a guerra ainda se arrastou por mais um ano. Brasil enfrentou enormes problemas logísticos, para organizar seus contingentes e transportá-los os por milhares de quilômetros (por terra, mar e vias fluviais), e para abastecer suas tropas. Os comandantes aliados demonstraram um elevado grau de falta de aptidão. As tropas paraguaias - o povo paraguaio - permaneceram fiéis a López e lutaram com uma tenacidade extraordinária, inclusive no final, quando a sobrevivência nacional estava em jogo. O confronto, por isso, foi sangrento, e dizimou a população paraguaia.

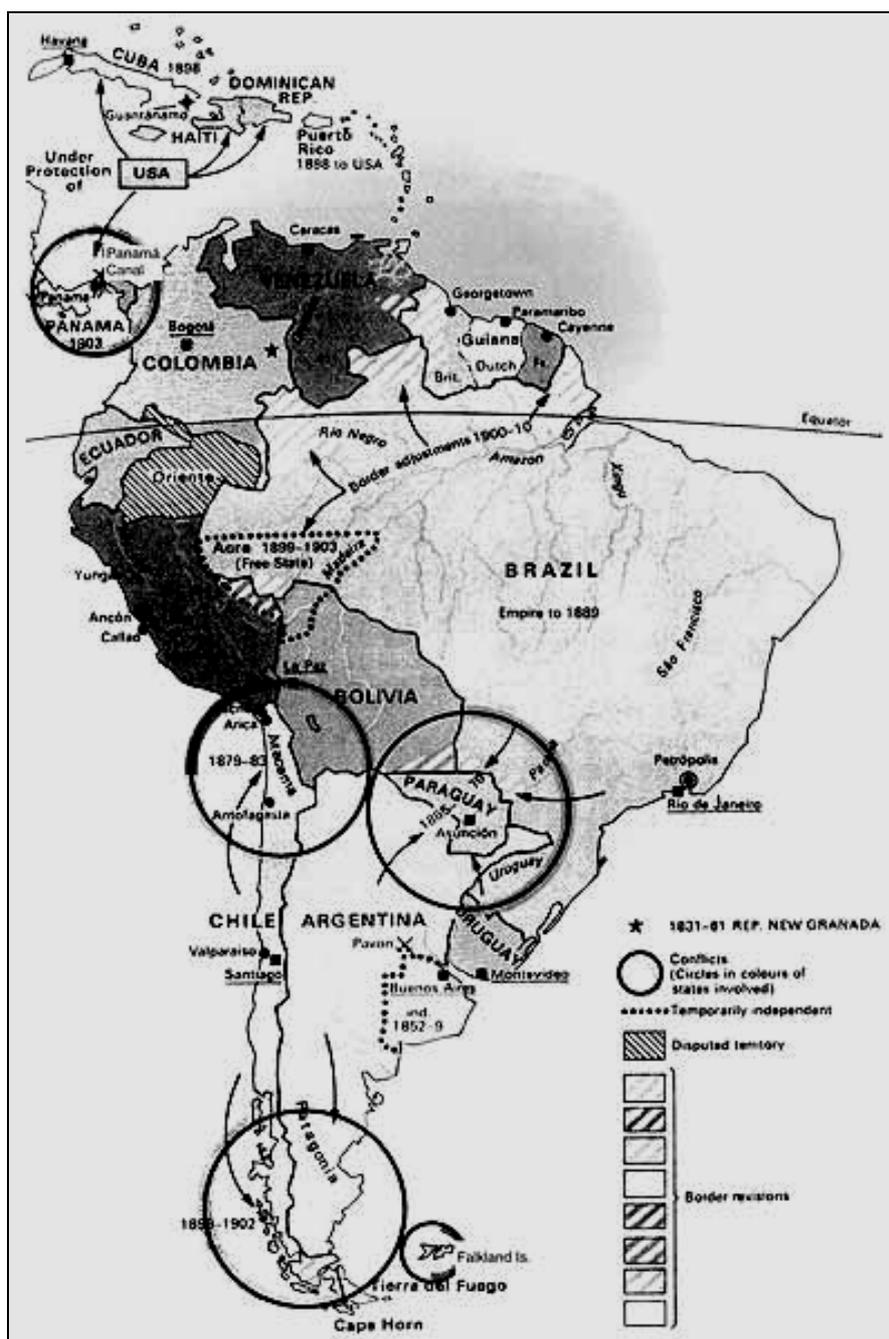
A guerra foi, para o Paraguai, um desastre absoluto. No final, ele sobreviveu como um Estado independente (no período imediatamente pós-guerra ficou sob a tutela do Brasil). Seu desmembramento total foi evitado por causa da rivalidade entre os vencedores. Seu território foi reduzido em cerca de 40%. A perda populacional foi de entre 15% a 20% da população de pré-guerra, entre 50 mil e 80 mil mortes, tanto nos campos de batalha quanto por doenças (sarampo, varíola, febre amarela e cólera). A economia do Paraguai ficou em ruínas, suas bases de produção e de infraestrutura foram destruídas. Uma indenização vultosa foi imposta pelos vencedores, embora acabasse sendo revista (muito tardiamente no caso do Brasil). O que sobrou do exército paraguaio foram tropas desprovidas de armamentos; as fortificações fluviais ficaram permanentemente inutilizadas. Tropas brasileiras (e algumas argentinas) mantiveram posição no Paraguai por quase uma década.

A Argentina sofreu perdas estimadas de 18 mil homens em batalhas, cinco mil em “distúrbios internos” (resistência popular) provocados pela guerra, e 12 mil na epidemia de cólera. O território que conseguiu conquistar ficou aquém das ambições da oligarquia dirigente – a diplomacia brasileira manteve a Argentina fora do Norte do Chaco. Mas ela conseguiu conquistar as Missões e o Chaco Central, até o rio Pilcomayo. O Paraguai era erradicado da política do Rio da Prata. A guerra contribuiu para a definitiva formação (reacionária e oligárquica) do Estado nacional. Entre-Rios e Corrientes mantiveram a união. As rebeliões das *montoneras*, em diversas províncias, foram finalmente derrotadas. Buenos Aires foi imposta como capital da República Argentina.

No caso do Brasil, a quem coube o principal esforço de guerra, os custos, mas também os benefícios da vitória, foram maiores. As perdas humanas totalizaram-se situaram entre 25 ou 50 mil soldados em combates, acrescidas das mortes por doenças. Brasil conquistou do Paraguai todo o território que reivindicava, entre o rio Apa e o rio Branco. O Paraguai ficou firmemente sob a influência e o controle brasileiros. O custo da guerra deixou um buraco nas finanças públicas do país. A guerra, porém, estimulou a indústria brasileira, as fábricas de produtos têxteis (para uniformes do exército) e o arsenal do Rio de Janeiro, e modernizou a infraestrutura do país. O recrutamento, o treinamento, o fornecimento de vestuário, de armamentos e o transporte para o exército desenvolveram a organização do Estado brasileiro.

A guerra também aguçou as tensões sociais do Brasil, pela imposição de taxas e sistemas de medidas em todo o território nacional (a revolta dos quebra-quilos, no Nordeste, vinculou-se desse modo com a guerra). Em maio de 1867 D. Pedro anunciou que, após guerra, seriam tomadas medidas no sentido de emancipar os escravos brasileiros. A Lei do Ventre Livre (1871) foi a legislação mais importante prévia à abolição final da escravatura, em 1888. A guerra também estimulou a discussão sobre a reforma política no Brasil; no último ano da guerra nasceu o Partido Republicano. Finalmente, a guerra produziu um exército moderno e profissional interessado em desempenhar um papel político. A ligação entre a guerra e o golpe

militar de 1889, que estabeleceu a república no Brasil, foi direta: para o Império Brasileiro, baseado sobre a escravidão, a vitória na “Guerra do Paraguai” foi uma vitória de Pirro.¹⁰⁹⁴



A “balcanização” da América Latina no século XIX

1094

Sobre a Guerra do Paraguai, existe vasta bibliografia: Dionísio Cerqueira. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980; George Thompson. *Guerra del Paraguay*. Assunção, RP Ediciones, 1992 [1ª Edição 1869]; Max von Versen. *História da Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte/ São Paulo, Editora Itatiaia/ Editora da USP, 1976; León Pomer. *Guerra do Paraguai. A grande tragédia rioplatense*. São Paulo, Global Editora, 1981; Leon Pomer. *Guerra do Paraguai: Nossa Guerra contra Esse Soldado*. São Paulo, Global Editora, 2001; Júlio José Chivenatto. *Genocídio Americano. A verdadeira história da guerra do Paraguai*. São Paulo, Brasiliense, 1979; Paulo Miceli. *O Mito do Herói Nacional*. São Paulo, Contexto, 1988; Acyr Vaz Guimarães. *Guerra do Paraguai: Verdades e Mentiras*. Campo Grande, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2000; Alfredo da Mota Menezes. *Guerra do Paraguai. Como construímos o conflito*. São Paulo/ Cuiabá, Contexto/ Editora da UFMT, 1998; Ricardo Salles. *Guerra do Paraguai. Escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990; Francisco F. Monteoliva Doratioto. *Maldita Guerra. Nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

A “Guerra do Pacífico” definiu as fronteiras nacionais que vigorariam na América do Sul no século XX. A também chamada “Guerra do Salitre” confrontou, entre 1879 e 1884, o Chile às forças conjuntas da Bolívia e do Peru. Na Bolívia, a ainda sobrevivente produção indígena comunitária foi sendo desagregada na segunda metade do século XIX, ao compasso da penetração dos monopólios anglo-chilenos, com a conivência das classes dominantes locais, oligarquias que estavam seduzidas pelas possibilidades de sua inserção no mercado mundial. A partir de 1840 empresas inglesas e “chilenas” - de capital inglês e francês - se interessaram pela colonização e exploração da costa pacífica boliviana com o objetivo de explorar cobre e os depósitos do guano (salitre). As terras litorâneas ainda eram de propriedade indígena; para estimular a desapropriação, os capitalistas ingleses forneceram ao governo boliviano sucessivos empréstimos que foram pagos em lotes de terra na região.

A desapropriação das terras começou em 1857 com a promulgação de uma lei em que as propriedades indígenas foram transformadas em “propriedades do Estado cedidas aos índios”. A partir de 1860, os exportadores de guano de Lima e Santiago viram seus lucros diminuírem: a comercialização desses produtos na Europa ficara sob o controle de uma série de firmas comerciais ultramarinas com sede em Londres. Para aumentar os lucros, os exportadores buscaram a ampliação das terras exploradas. A possibilidade de escassez de empréstimos e a invasão de empresas estrangeiras de guano na Bolívia elevaram a pressão sobre seu governo, que promulgou em 1874 a *Ley de Exvinculación*. Essa lei abolia a existência jurídica das comunidades indígenas livres e declarava que as terras seriam de posse dos membros das comunidades sob a forma de usufruto. Os governos chileno e boliviano se enfrentaram a respeito de uma parte do deserto de Atacama, rica em recursos minerais. O território em disputa era explorado por empresas “chilenas” de capital britânico.

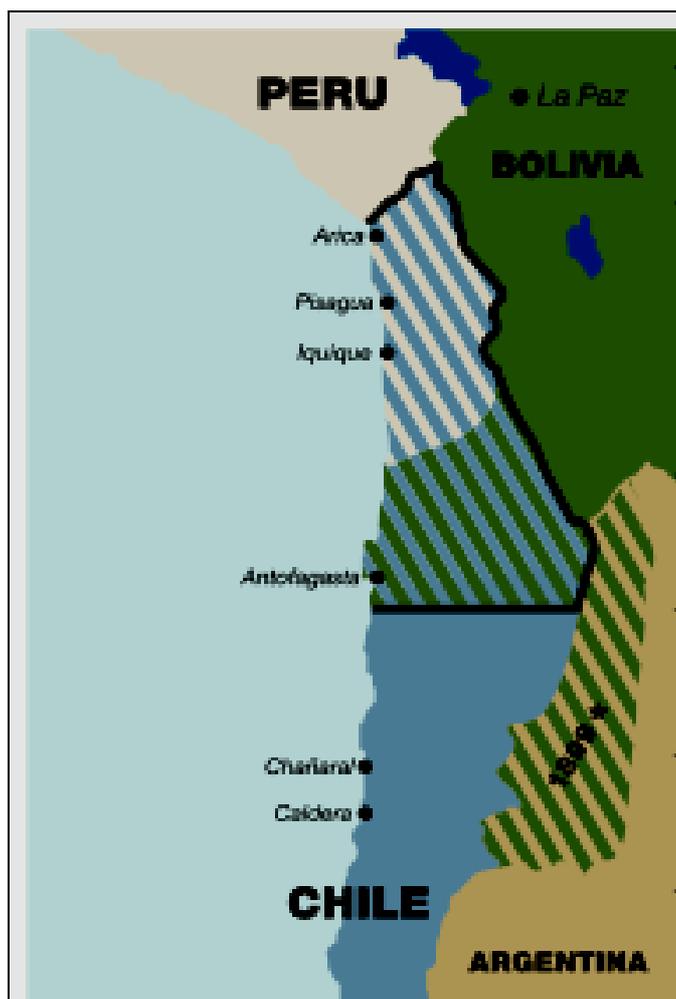
A Inglaterra descobrira que o excremento acumulado por certas aves marinhas, nas ilhas da costa peruana, era um excelente fertilizante. Diariamente, os barcos ingleses saíam do Peru carregados de esterco. A companhia *Gibbs and Sons* era a encarregada do traslado. Depois de quarenta anos de extração do material, as ilhas peruanas estavam destruídas. Quando o esterco acabou, os ingleses encontraram outro fertilizante eficaz: o salitre. Durante séculos, os grãos de nitrato depositaram-se pelo grande deserto ao sul do Peru. Os barcos ingleses passaram a transportar toneladas de salitre até Europa. As famílias tradicionais da aristocracia peruana gastavam na Europa e esbanjavam no Peru o dinheiro fácil da venda do salitre. A exploração do salitre se estendeu rapidamente pela província de Antofagasta, que pertencia, até então, à Bolívia.

Em 1878, o presidente boliviano Hilarión Daza decretou um aumento de taxas sobre as companhias chilenas que exploravam o litoral pacífico boliviano, aumento retroativo ao ano de 1874, sob os protestos do governo chileno. O presidente da Bolívia estabeleceu um imposto de 10 centavos para cada cem gramas que saísse de Antofagasta. Os governantes (e empresários) chilenos se indignaram, e a Inglaterra se indignou ainda mais. Quando a empresa *Antofagasta Nitrate & Railway Company* se recusou a pagar a sobretaxa, o governo boliviano ameaçou confiscar todas as suas propriedades. O Chile respondeu enviando um navio de guerra ao local, em dezembro de 1878. Bolívia declarou então o sequestro dos bens da empresa, anunciando seu leilão para fevereiro de 1879: soldados bolivianos invadiram as empresas localizadas em seus territórios e se apropriaram de seus equipamentos.

No dia do leilão, 200 soldados chilenos desembarcaram e ocuparam a cidade portuária boliviana de Antofagasta, sem resistência. O aumento de taxas sobre a exploração mineral se transformara em disputa comercial, crise diplomática e, por fim, em guerra. O presidente chileno Aníbal Pinto ordenou que suas tropas ocupassem militarmente o porto de Antofagasta. Peru e Bolívia se uniram. Mas o Chile avançou rapidamente pela costa até chegar a Lima. Muitos cadáveres de combatentes ficaram apodrecendo nas arenas de batalha. Bolívia, depois de uma série de golpes militares e governos transitórios, estava claramente despreparada, além de carecer de uma marinha de guerra; o Peru se via diante de um colapso econômico que

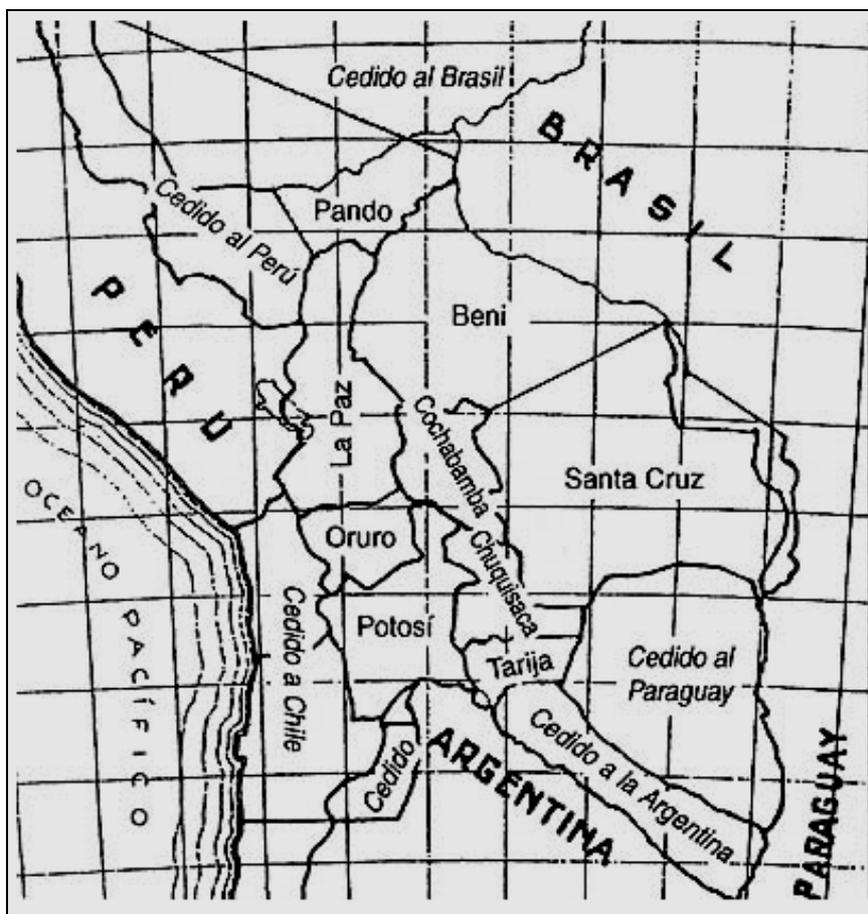
deixara sua marinha e exército também despreparados. A maioria dos navios de guerra peruanos estava obsoleta e avariada. A superioridade marítima chilena virou rapidamente superioridade terrestre: Chile ocupou os territórios em disputa com Bolívia e invadiu o Peru, ocupando as províncias de Tacna (que só seria recuperada em 1929 pelo Peru) e Arica (que virou chilena). O vencedor da guerra, o Chile, anexou ricas áreas em recursos naturais de ambos os países derrotados. O Peru perdeu a província de Tarapacá e Bolívia teve de ceder a província de Antofagasta, ficando sem saída soberana para o mar. O capital inglês dividiu-se, inicialmente, no financiamento dos beligerantes. O principal parceiro econômico da Grã-Bretanha na região era, no entanto, o Chile, que recebeu maior volume de capital, venceu a guerra e entregou a exploração de guano e nitrato às companhias inglesas.

Em 1884, Bolívia assinou uma trégua que deu total controle da costa pacífica ao Chile, com suas valiosas reservas de cobre e nitratos. Chile ganhou a guerra, mas perdeu o salitre. Todo o negócio ficou na mão dos capitais ingleses. Peru perdeu o morro de Arica e Tacna. Bolívia perdeu muito mais. Chile ficou com sua província de Antofagasta, única saída para o oceano Pacífico. O Tratado de 1904 marcou a foga o desenvolvimento político do país: "Pelo presente Tratado ficam reconhecidos como de domínio absoluto e perpétuo do Chile, os territórios ocupados por este em virtude do artículo 2º do pacto de Trégua de abril de 1884...". Esse é o teor do artigo II do Tratado de Paz e Amizade firmado entre Chile e Bolívia a 20 de outubro de 1904, que significou o isolamento definitivo da república boliviana da saída própria para o oceano. Os confrontos bélicos sul-americanos da segunda metade do século XIX, assim, consolidaram os interesses comerciais e financeiros ingleses na região.



Limites atuais e limites precedentes à Guerra do Pacífico entre Bolívia, Chile e Peru

Na sua parte amazônica, Bolívia igualmente foi constrangida a ceder território quando o Brasil resolveu reconhecer a independência do Acre, proclamado república em 1902 pelo gaúcho Plácido de Castro (1873-1908). Ele foi o líder da revolta feita para apoiar os seringueiros brasileiros, originados do Ceará, que lá estavam desde 1877/9, e que se rebelaram contra o *Bolivian Syndicate of New York*, que recebera os direitos da exploração da borracha na região (concessão feita, em 1901, pelo governo de La Paz aos norte-americanos para que os EUA assegurassem proteção à Bolívia). Pelo Tratado de Petrópolis, assinado em 1903, Bolívia, em troca da cessão de um território de mais de 142.800 km² para o Brasil, recebeu uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas, e a promessa (que ficou só nisso) de ter um acesso ao oceano Atlântico pela construção da futura estrada de ferro Madeira-Mamoré. A “Estrada do Diabo” ou “Estrada do Inferno”, pelo número impressionante de mortes que sua obra provocou, foi construída entre 1907 e 1912, ligando Porto Velho e Guajará-Mirim, com 366 km de extensão, e nunca alcançou os resultados de integração do mercado nacional pretendidos.



Perdas territoriais bolivianas nos conflitos do século XIX

Na segunda metade do século XIX o capitalismo se desenvolveu em alguns polos da América Latina, menos por um desenvolvimento e diferenciação internas das forças produtivas locais, do que por impulsão externa, através da importação de capitais das metrópoles para as áreas periféricas. Inglaterra tomou a dianteira continental, para ser, no século XX, progressivamente substituída pelos EUA como principal investidor externo na América Latina. O processo de absorção de capitais externos pela América Latina teve, desde o início, características parasitárias em benefício das metrópoles. Depois da frustração da tarefa da construção de um grande Estado nacional, os países latino-americanos foram se transformando crescentemente em semicolônias.

36. OS EUA: EXPANSÃO TERRITORIAL, GUERRA CIVIL E CAPITALISMO

Nossos antepassados fundaram, neste continente, uma nova nação cuja base é a proposição de que todos os homens são criados iguais. Agora estamos envolvidos numa guerra civil a fim de provar se esta nação, ou qualquer outra assim fundada, pode ser duradoura. Normalmente, as nações fundadas com base nessa proposição foram, no passado, destruídas, quer devido a conflitos externos, quer a conflitos internos. Não podemos deixar que o mesmo aconteça à nossa. Em vez disso, em honra dos homens corajosos que aqui lutaram e, sobretudo, dos que aqui pereceram, temos de nos dedicar à tarefa que deixaram incompleta quando faleceram. Essa tarefa é garantir a perpetuação nesta terra de um governo do povo, pelo povo, para o povo (Abraham Lincoln, Discurso em Gettysburg, Pensilvânia, 1863)

Nos EUA, após a independência e até a década de 1850, as diferenças entre o Norte, cada vez mais industrializado, e o Sul agropecuário aumentaram gradativamente. No final da década de 1850, os Estados Unidos já haviam se expandido até seus atuais limites territoriais. Posteriormente, adquiriu o Alasca, da Rússia, Havaí e outros territórios ultramarinos. Os Estados Unidos já estavam em fase de rápida industrialização. O rápido crescimento econômico do país esteve concentrado primariamente nos Estados do Norte. Esse crescimento causou o rápido crescimento populacional das cidades da região, gerando grandes avanços na área de transportes e comunicações.

A guerra de ocupação de terras empreendida pelos Estados Unidos contra o México se estendeu de 1845 a 1848. Desde as primeiras décadas do século XIX, os EUA se transformaram num fator de cerceamento territorial e econômico do México. Os primeiros passos foram dados em 1819 quando o banqueiro Moses Austin foi autorizado pelo governo do México para se estabelecer no país, com 300 famílias. Em 1821, os colonos americanos passaram a colonizar o território do Texas com autorização do governo mexicano, que lhes exigiu a lealdade política e a adoção da religião católica por parte dos pioneiros. Em 1835, os colonos norte-americanos domiciliados no rico território texano ultrapassavam a cifra de 60 mil. Muitos norte-americanos sulistas, atraídos pela desorganização mexicana e pelas facilidades de ocupação, instalaram no Texas uma produção algodoeira baseada no trabalho escravo. Vários atritos ocorreram, pois a escravidão já havia sido abolida no México em 1829 e os imigrantes norte-americanos insistiam na utilização do braço escravo. Em 1836, os norte-americanos rebelaram-se contra o governo mexicano e criaram a República Independente do Texas. A fruta estava madura e, alentados por Washington, proclamaram a independência como pretexto para que os voluntários norte-americanos intervissem.

Em 1836, desencadeou-se a guerra do Texas. Os colonos do Sul dos Estados Unidos, estabelecidos na região e, embora bem acolhidos pelas autoridades mexicanas, não aceitaram submeter-se a elas. O general Santa Anna tentou submetê-los e, após ter vencido a resistência norte-americana no forte de El Álamo, foi derrotado pelos “gringos” em San Jacinto. A independência do Texas era uma realidade, mas não foi reconhecida pelo México, ao arrepio do parecer do presidente Alamán, que era favorável à formação de um Estado independente, sob a proteção da Grã-Bretanha, capaz de obstaculizar o avanço do expansionismo estadunidense. A guerra era uma consequência da política interna dos Estados Unidos; só não ocorreu antes porque os estados do Norte não desejavam fortalecer o bloco dos estados escravistas do Sul anexando um novo Estado à União. O avanço para o Ocidente, mesmo antes da descoberta das minas de ouro na Califórnia, tornava possível a manutenção do equilíbrio, compensando a anexação do Texas com a de outros territórios estranhos às instituições do Sul dos Estados Unidos. Em 1846, o Congresso dos EUA aprovou a anexação texana; ao mesmo tempo tropas norte-americanas atacaram o México, atravessando o Rio Grande, ocupando Veracruz e posteriormente a Cidade do México.

A guerra durou dois anos (1846-1848). A resistência mexicana foi responsável por essa longa duração. Logo após a conquista da Cidade do México pelas tropas norte-americanas, os

habitantes da região da Califórnia fundaram a República da Bandeira do Urso. A agressão, qualificada por José Martí como guerra humilhante, terminou com o Tratado de Guadalupe-Hidalgo, em virtude do qual o México foi despojado dos territórios que hoje compreendem os estados do Texas, Califórnia (os mais extensos dos atuais EUA), Arizona, Novo México, Utah, Nevada e partes de Colorado e Wyoming. Mais de dois milhões de quilômetros quadrados, 40% do território mexicano, equivalentes à superfície conjunta da Inglaterra, França, Itália, Espanha, Portugal, Holanda, Dinamarca e Suécia. As perdas econômicas do México foram inestimáveis se observarmos que somente a Califórnia produziu muito mais ouro do que o produzido pelos Estados Unidos nas seis décadas anteriores.

O Tratado de Guadalupe-Hidalgo estabelecia o Rio Grande como linha fronteira entre o México e o Texas. A guerra contra o México fora finalmente vencida – e muito facilmente – pelos Estados Unidos. O exército mexicano não havia sido organizado para enfrentar conflitos internacionais; e, além disso, as dilacerações provocadas por décadas de lutas internas no México estavam longe de ter sido eliminadas. A derrota, apesar do heroísmo dos defensores da capital mexicana, alcançou seu ponto culminante e humilhante com a queda da Cidade do México. Em troca de uma indenização de 15 milhões de dólares, a mesma quantia paga à França em troca da Louisiana, o México perdeu todos os territórios em disputa. Logo depois da assinatura do Tratado, o ouro da Califórnia, provocou a corrida humana que povoou, no decorrer de poucos anos, esse extenso território situado à beira do Pacífico. Toda a região teve um rápido desenvolvimento e acabou anexada aos Estados Unidos em 1850.

Em 1853, foi completada a anexação de territórios do México com a incorporação de Gadsden. A “Compra Gadsden” incorporou aos Estados Unidos territórios com uma área total de aproximadamente 77.770 km², situados no Sul dos Estados do Arizona e Novo México. Incluía territórios a Norte do Rio Gila e a Oeste do Rio Grande. Os Estados Unidos pagaram ao México 10 milhões de dólares em troca da nova cessão territorial. Havia ainda a questão remanescente dos limites com a Inglaterra sobre a fronteira do Oregon (estado situado ao Nordeste dos EUA). A solução encontrada foi pacífica, por meio do Tratado de Oregon: o governo do presidente Polk temia uma aproximação entre a Inglaterra e o México contra os EUA.

O território dos EUA crescia, não só em direção ao Sul, mas em todas as direções, criando as bases de um caso único: “Economicamente, os EUA foram um país colonial durante os primeiros três séculos da sua existência, mas no fim do século XIX e começo do século XX, efetuaram uma transição quase direta de colônia para país imperialista (devido à) maneira em que o regime de propriedade da terra (a assim chamada ‘fronteira’) afetou o desenvolvimento do capitalismo, no que propriamente deve ser chamado o período colonial da história americana”.¹⁰⁹⁵ Em dezembro de 1845, o editor do *New York Morning News* afirmou que era o “Destino Manifesto” dos EUA “se espalhar e tomar posse de todo o continente”. Mas, nesse momento, esse destino estava ainda longe de se realizar: Oregon era ainda um território britânico na prática, destacamento mais remoto da *Hudson’s Bay Company*; e dois terços do atual território dos EUA, as montanhas do Oeste, ainda eram território dos americanos nativos, com a presença de alguns poucos missionários e de algumas centenas de “homens da montanha”.

Depois da descoberta do ouro na Califórnia começou uma grande migração para o Oeste: em 12 anos 300 mil pessoas se deslocaram para Califórnia, Oregon e para a cidade mórmon de Utah; antes da “corrida do ouro” apenas 200 mil pessoas tinham se deslocado para o Oeste, na maioria pertencentes às classes médias. Os ricos não precisavam viajar para o Oeste, e os membros das classes pobres não podiam fazê-lo (era necessário dinheiro para equipar-se com

¹⁰⁹⁵ Daniel Gaido. The American path of bourgeois development. *The Journal of Peasant Studies* Vol. 29, nº 2. Londres, janeiro de 2002.

farinha, bacon, café açúcar, uma charrete e animais de tração, além de pagar guias índios).¹⁰⁹⁶ A corrida para o Oeste acabou por configurar o território nacional dos EUA. A mineração atraiu milhares de pessoas, incentivadas pela possibilidade de fácil enriquecimento. Mesmo com o esgotamento dos filões auríferos, áreas desconhecidas foram desbravadas, abrindo caminho para a posterior ocupação através da agropecuária. A construção de ferrovias precedeu o povoamento e forçou a tomada de terras indígenas, com o extermínio de inúmeras tribos. As estradas de ferro uniram o Leste com o Pacífico e asseguraram o escoamento dos produtos no mercado interno, que agora assumia dimensões continentais.

A lendária "Conquista do Oeste" - contra a natureza e contra os índios, cujos direitos foram mil vezes estabelecidos e 1001 vezes violentados ("Fizeram-nos muitas promessas, mais do que posso me lembrar, mas eles nunca as cumpriram, menos uma: prometeram tomar a nossa terra e a tomaram", sintetizou Nuvem Vermelha, cacique dos *sioux*) -¹⁰⁹⁷ foi favorecida por uma série de circunstâncias: 1) Completar a ocupação territorial, antecipando-se ao mesmo tempo a ocupações de outros países (a Inglaterra, por exemplo, reivindicou o Oregon até meados do século XIX); 2) Assentar o enorme contingente imigratório, cuja permanência, sem emprego e sem posses, nas cidades do leste, avivava o fantasma da revolta social, já visto em outras ocasiões; 3) Procurar, através da criação de uma vasta camada de pequenos proprietários, um mercado consumidor para as indústrias em rápido desenvolvimento.

Todos os governos norte-americanos favoreceram esse processo expansionista e industrialista. As tribos indígenas do Sul, mais desenvolvidas economicamente, ofereceram uma resistência maior à ocupação dos pioneiros brancos. Derrotadas, a única opção das tribos indígenas foi a ocupação de terras inférteis em direção ao Pacífico, até o seu extermínio quase total. Foi o general Armstrong Custer, o "grande matador de índios", que afirmou "o único índio bom é o índio morto". O massacre dos povos indígenas nos EUA foi o mais sistemático e violento da América. Calcula-se que, no início do século XVI, os grupos indígenas que habitavam a área que hoje é ocupada pelos EUA somassem mais de 12 milhões de pessoas. Com o avanço da colonização "branca", essa massa populacional foi diminuindo até ser quase extinta.

O jovem Friedrich Engels se expressou acerca da anexação da Califórnia pelos EUA: "Os Estados Unidos e o México são duas repúblicas: nas duas o povo é soberano. Como acontece a eclosão de uma guerra, a propósito do Texas, entre estas duas repúblicas que, conforme a teoria moral, deveriam ser "fraternas" e "federadas"? Como acontece que a "Vontade Soberana" do povo americano, apoiada na bravura dos voluntários americanos, tenha expandido a uma centena de milhas ao sul a fronteira traçada pela natureza em função de "necessidades geográficas, comerciais e estratégicas"? Bakunin culpará os americanos de uma "guerra de conquista" que, se traz um sério golpe à sua teoria fundada na "justiça e na humanidade", foi contudo feita unicamente no interesse da civilização? Ou será um mal que a bela Califórnia seja arrebatada aos preguiçosos mexicanos, que não sabem o que fazer dela? Que os enérgicos *yankees* aumentem a moeda em circulação explorando prontamente as minas de ouro que aí se encontram, que em poucos anos eles concentrem, no melhor litoral do Oceano Pacífico, uma densa população e um comércio desenvolvido, que criem grandes cidades, estabeleçam linhas de barcos a vapor, uma estrada de ferro de Nova York a São Francisco, que pela primeira vez abram verdadeiramente o Oceano Pacífico à civilização, dando assim, pela terceira vez na História, uma nova orientação ao comércio mundial? A "independência" de alguns californianos e texanos espanhóis deverá sofrer com isto, a "justiça" e outros princípios morais serão prejudicados aqui e acolá, mas o que representa isto comparado a estes acontecimentos de alcance mundial?"¹⁰⁹⁸

¹⁰⁹⁶ Frank McLynn. *Wagons West*. The epic story of America's overland trials. Nova York, Jonathan Cape, 2002.

¹⁰⁹⁷ Cf. Helen H. Jackson. *Op. Cit.* Trata-se de um extraordinário relato do extermínio dos índios da América do Norte, redigido pela esposa de um capitão do exército da União.

¹⁰⁹⁸ *Neue Rheinische Zeitung*, março de 1849 (o artigo fora escrito em 15 e 16 de fevereiro do mesmo ano).

Em 1848 Engels tinha escrito, acerca da guerra mexicano-americana: “Presenciamos também, com a devida satisfação, a derrota do México pelos Estados Unidos. Também isto representa um avanço, pois quando um país emburrado nos seus próprios negócios, perpetuamente desgarrado por guerras civis e sem saída para seu desenvolvimento, um país cuja perspectiva melhor teria sido sua submissão industrial à Inglaterra, quando este país se vê arrastado forçadamente para o progresso histórico, não temos mais possibilidade que considerar isso como um passo adiante. Em interesse de seu próprio desenvolvimento, convinha que México caísse sob a tutela dos EUA. Quem ganharia com isto? A resposta é sempre a mesma, a burguesia e só a burguesia”.¹⁰⁹⁹



Barcos abandonados no porto de San Francisco, em 1850, durante a “corrida ao ouro”

Doze anos mais tarde, quando da tríplice intervenção da Inglaterra, Espanha e França no México, Marx se opôs sem dúvidas à invasão: “A intervenção no México, preparada por Inglaterra, Espanha e França, é, no meu entendimento, uma das empresas mais monstruosas que registram os anais da história internacional. É uma maquinação no mais puro estilo palmerstoniano”.¹¹⁰⁰ Este último juízo (de 1861) não é contraditório com os anteriores, como fez notar Miklós Molnar: “Em nenhum momento, os artigos escritos [por Marx e Engels] contra a intervenção anglo-franco-espanhola postulam a defesa da revolução nacional mexicana. Marx e Engels deixavam México onde o tinham posto: sob a tutela dos EUA, embora isso só desse proveito aos armadores, industriais e outros capitalistas norte-americanos”.

Esses posicionamentos dos fundadores do marxismo suscitaram amplas controvérsias entre marxistas e socialistas latino-americanos, alguns chegando a fazer de Marx e Engels defensores inconscientes do colonialismo (pelo menos em certos casos). Jorge Abelardo Ramos, por exemplo, afirmou: “Os grandes mestres do socialismo não puderam emancipar-se, sob certos aspectos, das ideias dominantes de seu tempo. Só assim pode conceber-se que Engels aplaudisse a pilhagem das minas de ouro da Califórnia pertencentes ao México. Engels tinha só 27 anos quando escrevia esse apressado réquiem ao desenvolvimento burguês. Seu erro era inevitável, pois a burguesia não era esperada ainda por seu carrasco, o proletariado, mas por suas vítimas, os povos do mundo colonial, e ainda contava com um longo período de ininterrupta expansão. Os desafortunados juízos de Marx sobre Bolívar estavam sem dúvida

¹⁰⁹⁹ Friedrich Engels. Los movimientos revolucionarios de 1847. *Manifiesto Comunista*. Apéndice. Madri, Cenit, 1932.

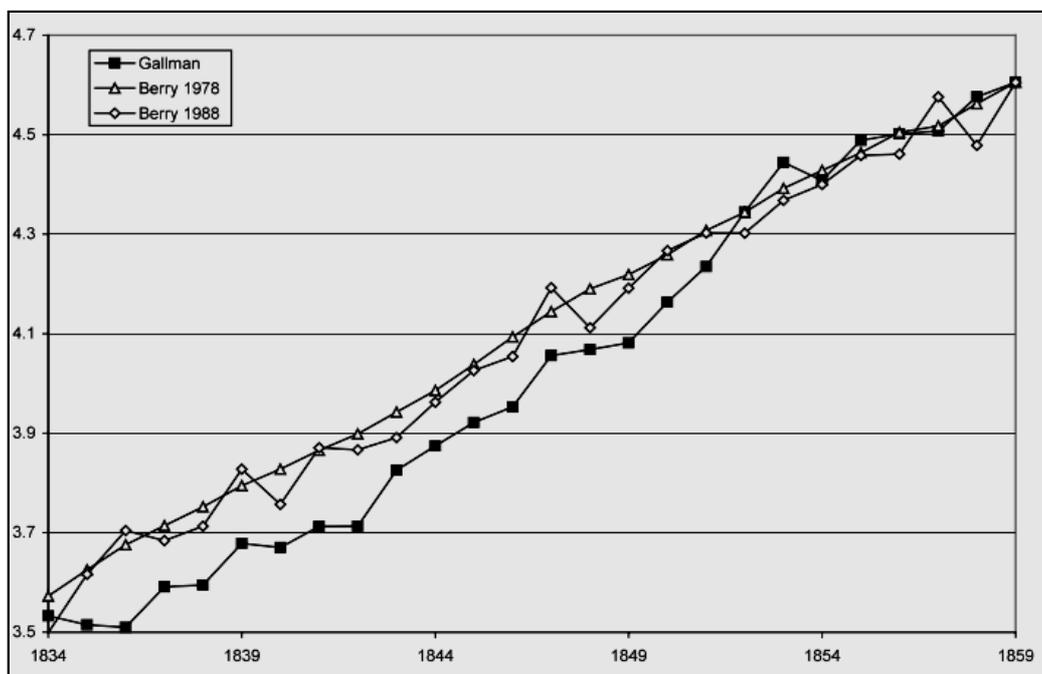
¹¹⁰⁰ Apud Miklós Molnár. *Marx, Engels et la Politique Internationale*. Paris, Gallimard, 1975, p. 310.

influídos pela tradição antiespanhola prevalecente na Inglaterra, onde vivia Marx, e pelo comum desprezo europeu pelo Novo Mundo, cujas origens remontam às filosofias da Ilustração e às observações olímpicas de Hegel na sua *Filosofia da História Universal*".¹¹⁰¹

Já o mexicano Gastón Garcia Cantú preferiu apoiar-se no último escrito citado de Marx, para realizar uma interpretação favorável a este: "A trama da intervenção contra o México serviu a Marx para demonstrar que em toda nação, por marginal que fosse respeito a todo o processo capitalista de Europa, havia duas forças opostas: uma nacional e outra subordinada aos intervencionistas; uma partidária do progresso econômico e social, ainda nas linhas da democracia burguesa, e outra inspirada nas ambições estrangeiras. O partido liberal representava um passo adiante; o partido da intervenção, o mesmo espírito reacionário da Santa Aliança e os escravistas norte-americanos (...) Para México, Marx exhibe a confabulação internacional para repartir seu território como butim de guerra; sua análise mais geral, no caso de nosso país [e da] Irlanda, permite advertir que a política internacional defendida [por Marx] era que o proletariado de todos os países apoiasse as nações ameaçadas ou invadidas quando estas, como México, procurassem levar adiante uma política progressiva e popular. [Ao contrário] contraditório e esquemático originou-se em Engels o problema nacional. Neste como em outros casos, é impossível calcular o que a ciência histórica deve a Marx".¹¹⁰²

Miklós Molnár argumentou que seria artificial opor Marx e Engels nesse ponto e, além disso, citar Engels como testemunha de acusação contra si próprio: a "política progressiva e popular" do governo mexicano, suposta razão do posicionamento de Marx de 1861, é uma invenção retroativa do historiador mexicano (Marx jamais se referiu a ela). A base da posição de Marx era sua análise da política europeia, e do papel que a invasão do México pelas potências do Velho Mundo jogava na política externa de Inglaterra: aquela não podia ser comparada à ação dos EUA no Nordeste mexicano (pouco depois, Marx denunciou o apoio envergonhado da Inglaterra ao Sul escravocrata, contra os *ianques*, na guerra de secessão norte-americana, pouco depois de Inglaterra ter abolido e proibido o tráfico negreiro). A expansão para o Sul, por outro lado, acirrou os conflitos internos dos EUA, que progredia economicamente com taxas de crescimento dobradas em relação ao período precedente.

Três estimativas da taxa de crescimento do PIB dos EUA 1834-1859 (base 1859=100)



¹¹⁰¹ Jorge Abelardo Ramos. *Historia de la Nación Latinoamericana*. Buenos Aires, Peña Lillo, 1968, p. 494.

¹¹⁰² Gastón Garcia Cantú. *El Socialismo en México*. Siglo XIX. México, ERA, 1974, p. 187.

Em 1850, um conjunto de Atos, reunidos num compromisso, foram aprovados pelo congresso norte-americano, numa tentativa de solucionar os atritos entre o Norte e o Sul. Os compromissos permitiram a continuação da escravidão, mas proibiram-na no Distrito de Columbia. O compromisso também admitia a entrada da Califórnia na União como um estado livre (onde a escravidão seria proibida), mas permitiria a escravidão em territórios recentemente adquiridos ou criados, bem como o direito de decisão entre a permissão ou a proibição da escravidão. Em 1854, o Ato de Kansas-Nebraska foi aprovado pelo Congresso, novamente, numa tentativa do governo americano de tentar solucionar os atritos entre o Norte e o Sul. O Ato criou os territórios de Kansas e de Nebraska, e permitia a escravidão nestes dois territórios. O Ato também especificava que, caso um território fosse elevado à categoria de Estado, a sua população teria o direito de votar a favor ou contra a continuação da escravidão. Políticos nortistas se opuseram a esse Ato, alegando que, uma vez que a escravidão estivesse fincada num território, estaria ali para ficar.

Em 1856, a população de Kansas votou contra a escravidão, mas grupos pró-escravidão recusaram-se a aceitar a decisão, e, logo, revoltas surgiram no estado. Em 1858, Kansas e Nebraska foram admitidos na União com base em constituições estaduais que proibiam a escravidão. A escravidão era um obstáculo à formação de um proletariado estável e as terras disponíveis representavam outro obstáculo, na medida em que terras disponíveis encareciam o trabalho operário. Os imigrantes ofereciam a mão de obra que era necessária e escassa aos capitalistas do Norte, mesmo com a disponibilidade de terras no Oeste. Mas, enquanto as fileiras da pequena burguesia agrária aumentassem através da pilhagem de terras indígenas no Oeste, não poderiam fornecer os exércitos de trabalhadores livres necessários para a consolidação do capitalismo industrial.

Desde 1860 os EUA tinham uma classe operária cada vez mais numerosa, com salários elevados em relação à média salarial europeia (devido à escassez de mão de obra industrial), e quase toda composta de homens brancos. Esses trabalhadores se opunham à concorrência de trabalhadores negros livres tanto quanto à de escravos e índios. Quase 55% das exportações do país eram ainda compostas por algodão não industrializado. A expansão e as disputas por terras novas no Oeste avançavam. Uma série de acordos entre o Norte e o Sul adiou o conflito iminente entre os dois regimes sociais coexistentes nos EUA. Desde a independência norte-americana coube aos grandes proprietários rurais sulistas e à burguesia nortista, através do Partido Democrata, o controle da vida política nacional. A maior população dos estados do Norte fez com que esta passasse a dominar a Câmara de Representantes. O equilíbrio político era mantido pelo igual número de estados pró-escravidão e pró-abolição no Senado. Em 1854, foi criado no Norte o Partido Republicano, que continha em seu programa a intenção de lutar a favor do abolicionismo e de manter a União contra as tentativas secessionistas.

As eleições presidenciais de 1860, extremamente tensas, encontraram o Partido Democrata dividido em torno de dois candidatos, John Breckinridge e Stephen Douglas, um a favor da escravidão e outro contrário. O Partido Republicano uniu-se em torno da candidatura de Abraham Lincoln. Pelo seu posicionamento favorável ao fim da escravidão, no Sul ele foi apelidado de "republicano negro". Lincoln, em sua campanha eleitoral, afirmou que os Estados Unidos não podiam viver eternamente, "metade livre, metade escrava", desencadeando sentimentos havia muito reprimidos pelos sulistas e nortistas. Lincoln acabou vencendo as eleições em todos os estados livres com exceção de Nova Jersey. Porém, apenas 39% da população do país havia votado em Lincoln, tendo vencido por ter os votos necessários do colégio eleitoral. Quase nenhum dos seus votos no colégio era procedente do Sul. Lincoln, ademais, considerava que manter a União era mais importante do que a questão da escravidão. Depois de eleito chegou a pronunciar-se sobre a questão nos seguintes termos: "se pudesse salvar a União sem libertar nenhum escravo, eu o faria. Se pudesse salvar a União libertando os escravos, eu o faria".

Lincoln não foi sequer apresentado para a votação presidencial em nove Estados da região Sul. A eleição de Lincoln, em um momento de grande divisão das diferentes frações das classes dominantes, deflagrou a guerra: os republicanos, liderados por Abraham Lincoln, se opunham à expansão da escravidão em territórios sob a jurisdição dos Estados Unidos. Lincoln vencera a eleição, mas antes de sua posse em 4 de março de 1861, sete estados escravistas com economias baseadas na produção de algodão formaram a Confederação. O presidente democrata, James Buchanan, e os republicanos rejeitaram a secessão do Sul como ilegal. Em seu discurso de posse, Lincoln declarou que sua administração não iria iniciar uma guerra civil. Os oito estados escravistas restantes continuaram a rejeitar os pedidos de secessão. Até 1860, a escravidão progredia sistematicamente nos EUA: em milhões de indivíduos, o número de escravos era de 0,7 (1790), 0,9 (1800), 1,2 (1810), 1,5 (1820), 2 (1830), 2,5 (1840), 3,2 (1850), 4 (1860). Uma sextuplicação do número de escravos em apenas setenta anos, uma progressão em muito superior ao crescimento demográfico geral: a população escrava perfazia em 1860 um terço da população total dos Estados do Sul.



Fotografia de escravo norte-americano chicoteado, usada na propaganda dos abolicionistas contra os escravagistas

A posição de Lincoln expressava as contradições dos capitalistas norte-americanos: “O meu objetivo supremo nesta luta é salvar a União e não salvar ou destruir a escravatura. Se pudesse salvar a União sem libertar qualquer escravo, eu o faria. Se pudesse salvá-la libertando todos os escravos, também o faria. E se pudesse salvá-la libertando alguns escravos e deixando outros, eu também o faria”, escreveu em 1862. O capitalismo do Norte estava ligado à escravidão por inúmeros laços: comerciais, familiares e financeiros. A população negra livre do Norte constituía um subproduto da escravidão, formava uma casta de párias no interior da classe operária. Sua existência permitia não aumentar o salários dos trabalhadores brancos. Os trabalhadores negros eram utilizados para quebrar as greves e rebaixar os direitos dos trabalhadores brancos. A abolição da escravatura representava não apenas uma ameaça para os laços que existiam entre os setores do capital nortista e a aristocracia escravocrata, mas

também poderia acabar com a divisão que separava operários brancos de negros no norte e fortalecer a luta de classes.

Isso explica porque não havia unidade entre os nortistas capitalistas sobre o fim da escravidão. A proclamação da emancipação dos negros de 1863 (em plena guerra civil) só se aplicou aos escravos que viviam atrás das linhas inimigas. No Norte industrializado houve conflitos raciais em que operários e pequenos comerciantes brancos organizaram grupos para linchar negros, os primeiros os recusaram em seus sindicatos. A questão do protecionismo alfandegário foi outro fator para a eclosão da guerra civil. Os Estados do Norte, em processo de industrialização, reivindicavam altas tarifas de importação como mecanismo de manutenção de seu desenvolvimento industrial, pois não conseguiam competir com os preços dos produtos ingleses. O Sul, por outro lado, dependia economicamente do Norte, exportando para lá parte de sua produção algodoeira e importando manufatura. Para sua sobrevivência defendia a liberdade de comércio, preferindo importar as manufaturas inglesas, de melhor qualidade e mais baratas do que as produzidas pelo Norte.

A guerra foi travada entre 1861 e 1865 depois de vários estados escravistas do sul declararem sua secessão e formarem os Estados Confederados da América (conhecidos como "Confederação" ou "Sul"), encabeçados por Jefferson Davis, defensor do "direito dos Estados". Os estados que compunham a Confederação eram o Alabama, Arkansas, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Flórida, Geórgia, Louisiana, Mississippi, Tennessee, Texas e Virgínia. Os Estados de Kentucky, Delaware, Maryland e Missouri declararam-se neutros. As hostilidades começaram com o ataque da artilharia confederada, no dia 12 de abril de 1861, ao Forte Sumter, uma guarnição federal. Inicialmente as vitórias pertenceram aos sulistas. A correlação de forças foi mudando à medida que se desenrolavam as batalhas.

O Norte contava com o apoio de 25 Estados, uma população de cerca de 22 milhões de habitantes, uma economia industrial diversificada e uma marinha de guerra. O Sul obteve o apoio de 11 Estados, uma população de 9,5 milhões de habitantes, dos quais 4 milhões eram escravos, e uma economia de base agrária, o que o fez dependente de recursos exteriores para o desenvolvimento da guerra. Uma conferência de paz em 1861 não alcançou qualquer resultado, e ambos os lados prepararam-se para a guerra. Os confederados assumiram que os países europeus eram tão dependentes do comércio de algodão que iriam acabar por intervir no conflito; no entanto, nenhum país interveio ou reconheceu a existência dos novos Estados Confederados da América.



Abraham Lincoln

A guerra civil teve como característica a luta total contra o inimigo em todos os campos: militar, econômico e psicológico. Os efeitos econômicos e sociais foram devastadores: 360.000 mortos no norte e 258.000 no sul. Porém a guerra civil permitiu a consolidação da hegemonia dos capitalistas com a unificação do mercado nacional e fez muitas fortunas. John D. Rockefeller, que vendia alimentos aos exércitos do Norte, passou ainda durante o conflito a investir em petróleo. A guerra civil americana foi, assim, uma das primeiras “guerras industriais”. Estradas de ferro, o telégrafo, navios a vapor e armas produzidas em massa foram utilizados extensivamente. Houve a mobilização de fábricas, minas, estaleiros, bancos, transportes e alimentos civis. O conflito foi a guerra mais mortal na história dos Estados Unidos, e a mais mortífera de todo o mundo no século XIX, resultando na morte de cerca de 750 mil soldados e um número indeterminado de vítimas civis. John Huddleston estimou o número de mortos em 10% de todos os homens do Norte com idade entre os 20 e 45 anos e 30% de todos os homens brancos do sul com idades entre 18 e 40 anos. Como parte do esforço para manter coesas as forças que apoiavam a União, Lincoln baixou decreto (mais tarde incorporado à constituição como a 13ª emenda) libertando os escravos. A 14ª emenda estendeu os direitos civis a todas as pessoas nascidas nos Estados Unidos ou naturalizadas. Essa norma incluía os negros, antes considerados como “coisas” (objetos). A 15ª emenda, que implantou o sufrágio universal, veio mais tarde, com o presidente Ulysses Grant. A vantagem militar do Norte se apoiou em vantagens econômicas, militares e demográficas preexistentes:

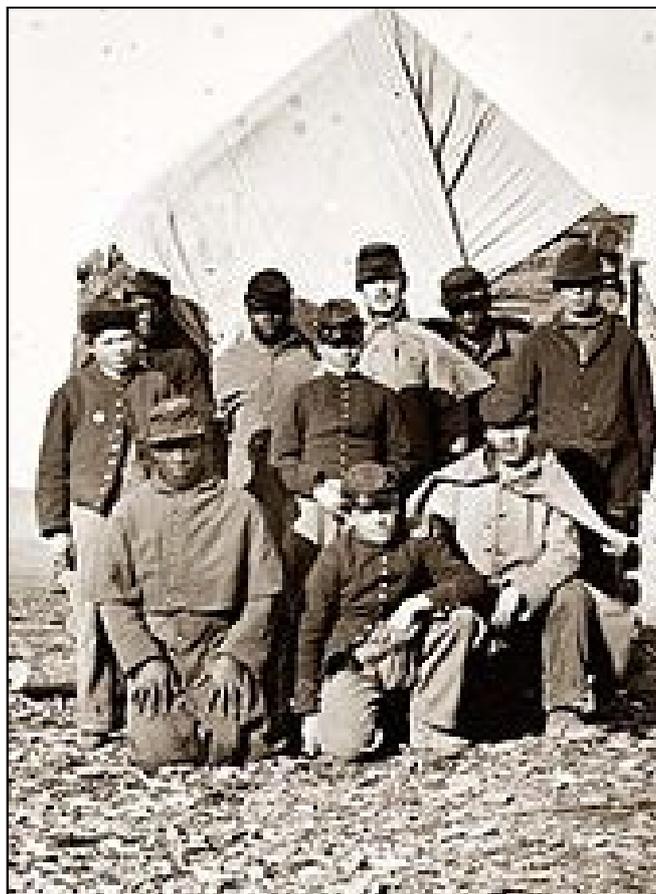
Comparação das forças da União e da Confederação		
	União	Confederação
População total	22.100.000 (71%)	9.100.000 (29%)
População livre	21.700.000	5.600.000
Escravos em estados de fronteira em 1860	400.000	N/A
Escravos sulistas em 1860	N/A	3.500.000
Soldados	2.100.000 (67%)	1.064.000 (33%)
Ferrovias	31.064 km (71%)	14.223.km (29%)
Manufatura	90%	10%
Produção de armas	97%	3%
Produção de algodão em 1860	Negligível	4.500.000
Produção de algodão em 1864	Negligível	300.000
Exportações no pré-guerra	30%	70%

A União dispunha de uma grande vantagem desde o início da guerra, que era o controle da Marinha americana. No início da guerra, alguns navios da União atracados ou fundeados em portos confederados foram capturados, mas a grande maioria permaneceu sob controle da União. A capacidade industrial da União, além disso, permitiu que esta construísse rápida e eficientemente vários navios de guerra. Na Confederação, o alistamento forçado foi instituído em abril de 1862, forçando todas as pessoas brancas do sexo masculino entre 18 a 35 anos de idade e em boas condições de saúde a servirem no exército por três anos. Em fevereiro de 1864, tais limites haviam sido estendidos de 17 para 50 anos. Já a União instituiu o alistamento forçado em março de 1863, para pessoas, sem distinção de raça, do sexo masculino, entre 20 a 45 anos de idade. Mulheres, em momento algum, foram autorizadas a lutar em ambos os lados, embora algumas tivessem se disfarçado como homens e lutado por suas federações.

A guerra foi chamada por muitos soldados como "a guerra entre homens ricos, travada através de lutas entre homens pobres". Porque o recrutamento forçado possuía suas exceções. Em ambos os lados, homens que, pelas regras do recrutamento forçado, teriam de servir no exército, poderiam contratar um substituto - geralmente, um homem pobre e sem trabalho - para lutar em seu lugar. Na União, pessoas podiam pagar ao governo 300 dólares (uma grande soma de dinheiro, à época) para não ser forçado a alistar-se. Na cidade de Nova York, em julho de 1863, alguns meses após o alistamento militar forçado ter sido instituído, houve uma grande revolta popular. Os revoltados estavam armados, e exigiam o fim do alistamento

forçado. Esta revolta foi suprimida com o uso de força policial e militar. Apesar dos problemas, o recrutamento forçado em ambos os lados foi bem sucedido. O número de soldados no exército da União cresceu espantosamente desde o início da guerra. O exército da União tinha apenas pouco mais de 13 mil homens em atividade quando a guerra se iniciou em abril de 1861.

No final da guerra, o exército da União tinha cerca de 1,12 milhão de soldados. O exército da Confederação atingiu seu máximo em 1863, quando o número de soldados chegou a quase 500 mil. A partir de 1863, esse número passou a diminuir gradativamente. No final da guerra, o exército da Confederação tinha menos de 200 mil soldados. Altas taxas de deserção foram a principal causa desta diminuição - especialmente nos meses finais da guerra, quando a Confederação não tinha mais nenhuma hipótese de vitória. O salário de um soldado branco da União era de 13 dólares mensais, mais um incentivo anual de 42 dólares, para a compra de roupas. O salário mensal de soldados da Confederação, até 1864, era de 11 dólares mensais. A Proclamação de Emancipação de Lincoln aprovou o uso de afro-americanos no exército da União - todos os homens do Norte, que tinham entre 20 a 45 anos de idade, incluindo afro-americanos, foram obrigados a lutar pela União. Cerca de 180 mil afro-americanos lutaram pela União, e cerca de dois terços deles eram escravos sulistas que fugiram para o Norte, em busca de liberdade. Mais 25 mil afro-americanos atuaram na marinha de guerra da União, aberta aos afro-americanos anos antes da guerra da secessão.



Soldados negros e brancos unidos no Exército da União

Na decisiva batalha de Gettysburg, 72 mil soldados confederados enfrentaram 90 mil soldados *yankees*, que venceram o confronto com 23 mil baixas, contra 28 mil baixas dos sulistas. Após quatro anos de sangrentos combates que destruíram grande parte da infraestrutura do sul do país, a Confederação entrou em colapso: em 6 de abril de 1865, o general Lee, comandante das tropas sulistas, pediu os termos de rendição. A escravidão foi abolida em todo o país; um

processo de reconstrução começou, a unidade nacional retornou e a garantia de direitos civis aos escravos libertos, supostamente, também começou. A guerra civil marcou a vitória definitiva do capitalismo industrial e da burguesia dos EUA. Na base dessa guerra esteve o conflito entre dois modos de produção distintos para estabelecer a hegemonia de classe e o controle do conjunto do mercado nacional unificado. Ao destruir a escravidão, a guerra eliminou o principal obstáculo à formação do proletariado livre. Ela colocou o Estado plenamente ao serviço do capitalismo nascente. Mas manteve os escravos negros excluídos de direitos civis, submetidos a uma segregação institucionalizada, e subjugados nas regiões do Sul. O fim da guerra não uniu brancos e escravos no mercado de trabalho livre. Surgiu uma classe operária heterogênea, refratária aos trabalhadores negros, e dividida por questões nacionais e raciais.

E continuou existindo socialmente intacta uma casta operária branca e “aristocrática”, reacionária e conservadora no interior da própria classe operária. Isto se deveu em grande medida ao fato de que a “Reconstrução do Sul”, um período de ocupação e intervenção militar nos antigos estados sulistas derrotados, não assegurou, como se previa inicialmente, aos negros o direito de voto, nem o de frequentarem as escolas, ou os mesmos empregos que os brancos. Os trabalhadores brancos temiam, influenciados pela burguesia em seu propósito de dividir os trabalhadores, que os quatro milhões de negros ex-escravos invadissem o Norte em busca de trabalho como mão de obra barata, o que rebaixaria os salários. As divisões de raça da classe operária fizeram surgir uma força reacionária no interior dos próprios operários.

No Sul, a sociedade racista Ku-Klux-Klan nasceu em 1867, com conivência dos mandantes locais. Os negros que se uniram para destruir a escravidão tanto no Sul como no Norte, foram relegados ao estatuto de casta oprimida no interior da classe operária, sem empregos qualificados e excluídos de praticamente todas as organizações operárias. O resultado final foi que mais de quatro milhões de escravos, quase todos analfabetos, foram libertados mas deixados sem casas, sem terras, sem profissão e sem nenhum preparo para assumir responsabilidades independentes dos seus antigos proprietários. Os abolicionistas ganharam a guerra mas perderam a paz. Os negros “livres” continuaram subjugados, mesmo após a aprovação da 13ª emenda que abolia a escravidão, e não se “integraram” como trabalhadores assalariados e livres: tornaram-se sua maioria arrendatários e peões endividados dos aristocratas do sul.

O debate sobre a situação dos negros após a guerra começou antes mesmo do seu fim. Lincoln propôs que cada estado regulamentasse a questão negra como julgasse conveniente. Os abolicionistas foram contra essa proposta mas seu projeto - o *Bill Wade Davis* - que impunha ao Sul penalidades mais severas foi vetado. Os estados do Sul foram divididos em cinco distritos militares e foi proclamada a lei marcial. Os negros ganharam o direito de votar e os antigos rebeldes brancos foram privados dos seus direitos cívicos. Cada Estado deveria convocar uma assembleia constituinte eleita mediante sufrágio universal. Os Estados seriam admitidos na União individualmente e quando sua constituição fosse aceita pelo congresso nacional.

A ofensiva parlamentar dos defensores dos negros teve início em 1865, quando foram adotadas duas leis “negras”. Uma delas criava o Departamento dos Libertos, destinado a ajudar os negros após a guerra. A segunda lei dava aos negros direitos civis completos. Abriu-se um breve período de avanço dos direitos dos negros. Os nortistas instalaram nos Estados e nas principais cidades e condados do Sul governos comandados por republicanos, protegidos pelas tropas nortistas. A população do Sul ressentia a presença tanto dos republicanos quanto das tropas. Entre os políticos instalados no poder nestas subdivisões, estiveram diversos afro-americanos, colocados no poder pelo governo americano com o propósito de humilhar a população branca sulista. Apesar da presença de tropas federais nos Estados do sul e da adoção de leis antissegregacionistas em vários Estados, o núcleo duro dos sulistas segregacionistas jamais cedeu terreno.

Finda a guerra, em abril de 1865, o presidente Abraham Lincoln foi assassinado, no Teatro Ford, em Washington, pouco depois da rendição final das tropas sulistas e de sua reeleição como presidente: “O morto não foi o Lincoln vencedor [da guerra], mas o Lincoln que poderia encampar outra luta, a da emancipação real dos humildes, de todos os humildes. Todo o país vira e vivera as etapas de sua trajetória ascendente: de lenhador para presidente; de moderado partidário de suprimir a escravidão mediante o voto, para inflexível legislador; de diplomata à procura de soluções para não ir à guerra para finalmente levá-la adiante até as últimas conseqüências. Todos aqueles que tinham pressa em organizar a União em seu próprio interesse – entrar no Sul para saqueá-lo, explorando os negros recém-libertados – mesmo pensando que no longo prazo poderiam derrotá-lo, preferiram-no morto. E tinham pressa”.¹¹⁰³ Um ator, John Wilkes Booth, foi seu instrumento; uma representação teatral, seu teatro. A França burguesa ergueu-se sobre o cadáver decapitado de seu desbravador, Maximilien Robespierre; os EUA da burguesia vitoriosa o fizeram sobre o cadáver de quem a trouxe ao mundo.

A escravidão foi definitivamente abolida nos EUA pelo Congresso, ao adotar em 1865 a 13ª emenda à Constituição, depois do fim da guerra civil e da morte de Lincoln. Havia interesses econômicos poderosos em jogo na questão da emancipação dos escravos. A “liberdade” dos negros caminhou para o precipício. O presidente Andrew Johnson vetou as duas “leis negras”. A proposta de 1866 de uma 14ª emenda à Constituição que garantia direitos políticos aos negros foi atacada por Johnson e dez estados sulistas, que não a ratificaram. Foram colocados em vigor os “códigos negros”, séries de leis que reduziam os negros ao estado de virtuais escravos livres. Em 1870 a Corte Suprema dos EUA decidiu que a 14ª emenda não dava o direito de votar, mas previa somente que eles não poderiam ser discriminados nas urnas, posição que encorajou os bandos segregacionistas do Sul, armados para perseguir e assassinar os negros com a conivência das autoridades locais. A ofensiva se tornou violenta e cada vez mais segregacionista. Foram adotados vários procedimentos ilegais para dificultar e mesmo impedir o voto dos negros. Eles eram intimidados nas ruas, forçados a trabalhar sob ameaça, presos por qualquer argumento, sendo completamente privados de direitos, inclusive o de votar e ser votado.

A guerra civil drenou os recursos financeiros do Norte e arruinou completamente a economia do Sul. O custo total da guerra foi de 11,5 bilhões de dólares. Grande destruição ocorreu no Sul por causa da guerra. Inúmeras fábricas, estabelecimentos comerciais e residências foram destruídos, e campos foram queimados, pelos soldados do Norte. O monopólio mundial do algodão sulista foi destruído. Ainda assim, a guerra civil possibilitou aos EUA se industrializarem mais rapidamente. *First Transcontinental Railroad* foi o nome popular da linha ferroviária dos EUA (a *Pacific Railroad*) completada em 1869 entre Council Bluffs, Iowa/Omaha, Nebraska (via Ogden, no Utah, e Sacramento, na Califórnia) e Alameda, Califórnia. Essa ligação conectou as costas do Atlântico e Pacífico por via ferroviária pela primeira vez na história. Aberta ao tráfego em 10 de maio de 1869, a rota estabeleceu uma rede de transportes transcontinental mecanizada que revolucionou a população e a economia do Oeste. Autorizada pelo Ato Ferroviário do Pacífico de 1862 e sustentada pelo governo, ela foi a culminação de um movimento de longas décadas, completada quatro anos após a morte de Abraham Lincoln, seu incentivador final. A construção da ferrovia requereu enormes feitos da engenharia e do trabalho na passagem de planícies e altas montanhas pela *Union Pacific Railroad* e a *Central Pacific Railroad*. A ferrovia foi considerada o maior feito tecnológico estadunidense do século XIX. Em fins do século XIX a quantidade de quilômetros de linhas férreas nos Estados Unidos era maior que a soma de todos os países europeus.

A partir da segunda metade do século XIX a pecuária chegou a ocupar um quarto do território americano, em terras que se estendiam do Texas ao Canadá. A barganha de 1877 entre os

¹¹⁰³

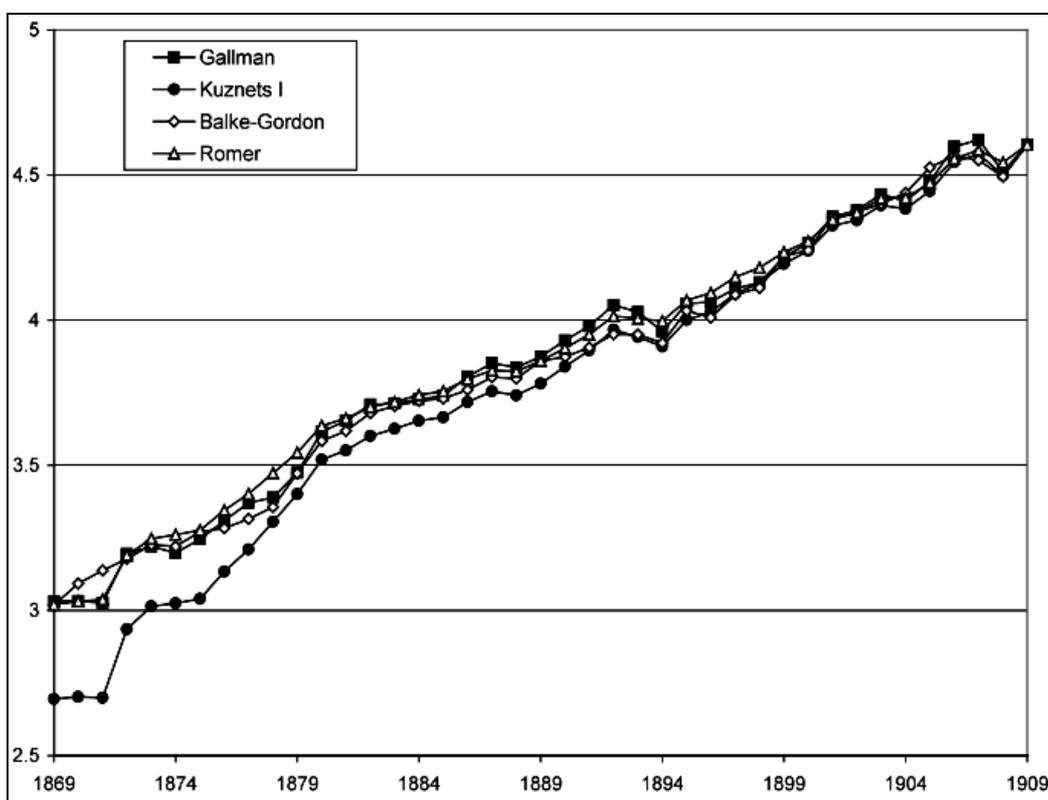
Isaac Hernández Moreno. *Abraham Lincoln*. Barcelona, Folio, 2004, p. 139.

capitalistas do Norte e a aristocracia do Sul deixou os antigos escravos vivendo e trabalhando sob um sistema de castas tão brutal quanto a própria escravidão. Esse acordo permitiu que o Norte continuasse recebendo algodão para sua industrialização em troca do Sul manter os negros submetidos. O antigo partido republicano que defendia as posições a favor dos negros perdeu terreno para o partido democrata que tinha como principal bandeira terminar com o período da reconstrução do Sul. Na eleição do candidato republicano Rutherford B. Hayes, um conflito impediu sua plena eleição, que só foi resolvida por uma comissão eleitoral do Congresso. Ele teve que obter apoio dos democratas com a promessa de retirar do Sul as últimas tropas federais. Foi o golpe de misericórdia, encorajando os democratas sulistas em sua tarefa de destruir o que eles chamavam de "republicanismo negro". Houve aperfeiçoamentos nos vários procedimentos eleitorais para anular o voto dos negros.

A expansão para o Oeste terminou de modelar o mercado e o espaço nacional geográfico dos EUA. Ao contrário da época de ocupação colonial, quando os colonos produziam para sua subsistência, os pioneiros do Oeste foram obrigados a se especializarem para atender à demanda crescente das áreas mais desenvolvidas. Embora a mão de obra fosse escassa, a produtividade aumentou graças à mecanização da produção agrícola e aos progressos técnicos. Alguns colonos, entretanto, ao hipotecarem suas terras para a compra de máquinas e insumos (matéria-prima, adubo, energia, etc.), acabaram arruinados, perdendo suas propriedades para grandes grupos financeiros.

Foi no período pós-guerra civil que se consolidaram os grandes grupos financeiros. Estes aumentaram seu patrimônio explorando a agricultura com a cobrança de juros exorbitantes e canalizando esses ganhos para investimentos nas indústrias concentradas no Nordeste dos Estados Unidos. Além de submetida aos banqueiros, a agricultura também estava sujeita a outros tipos de exploração: 1) As indústrias cobravam altos preços pelas máquinas agrícolas; 2) Os comerciantes, por possuírem armazéns, compravam a produção a baixos preços ou cobravam pela estocagem dos produtos; 3) As companhias ferroviárias cobravam elevados preços pelos fretes, diminuindo o lucro dos fazendeiros.

Quatro estimativas da taxa de crescimento do PIB dos EUA 1869-1909 (base 1859=100)



Com a crise econômica de 1870 houve uma divisão entre os brancos até então unidos nas políticas de segregação. Em 1873 milhares de pobres brancos perderam suas terras em hipotecas e apelaram aos governos, aos bancos, às firmas, exigindo proteção. Os Estados confederados em conjunto (com exceção da Flórida e do Texas) sofreram em conjunto um decréscimo populacional de cerca de 300 mil habitantes na década de 1870, 450 mil habitantes na década de 1880 e 550 mil habitantes na década de 1890. Muitos dos confederados que abandonaram o Sul americano emigraram para outros países, buscando fugir da recessão econômica e da perseguição e discriminação contra a população confederada. Essa fuga foi o maior êxodo populacional da história dos Estados Unidos. Houve uma ruptura de classe entre os brancos pobres e os ricos.

Abriu-se um terreno para uma aliança dos trabalhadores acima das divisões raciais. Essa situação permitiu o surgimento de uma aliança de pequenos proprietários negros e brancos empobrecidos pela crise e que formam o movimento em defesa da reforma agrária. Um dos líderes desse movimento, Tom Watson, lançou o Partido Populista às eleições de 1892 com uma campanha em favor do voto para os negros. Porém, os brancos do partido democrata agiram com violência e 15 candidatos populistas negros foram assassinados no estado da Geórgia durante as eleições. Durante esse período e até 1895 a proposta de reforma agrária obteve algum sucesso. Mas a luta era completamente desigual e a burguesia branca aplicou leis para retirar completamente os direitos civis dos negros e assegurar uma coalizão que impedisse a união dos trabalhadores independentemente das raças. Nos tribunais de justiça, as políticas de segregação não foram melhores, constituindo-se em verdadeiras máquinas para subjugar os negros e os brancos pobres.

O financiamento da guerra consumiu quase todos os recursos de ambos os lados. Ao longo da guerra, a União gastou cerca de 2,16 bilhões de dólares. Cerca de 20% deste total foram arrecadados através de impostos já existentes. Papéis governamentais - comprados a um preço fixo, que seriam, após a guerra, reembolsados juntamente com os juros - arrecadaram 40%. 30% foram tomados emprestados de instituições financeiras. Os 10% restantes foram impressos como papel moeda, o que causou grande inflação, na ordem de 40% ao ano. O crescimento dos salários dos trabalhadores não acompanhava o crescimento da inflação, resultando em greves e revoltas por melhores salários. Muitas destas revoltas foram iniciadas por sindicatos dominados por brancos, que se opunham à contratação de afro-americanos não filiados aos sindicatos por parte das fábricas.

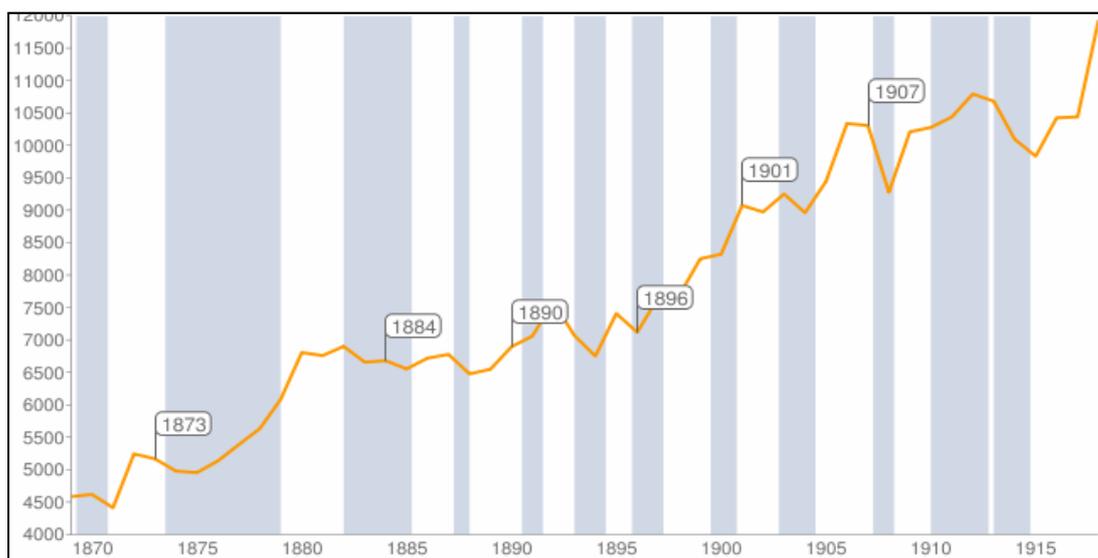
A guerra civil trouxe prosperidade econômica para a burguesia capitalista do Norte. As necessidades de guerra - armas, roupas, alimentos - estimularam a agricultura e a indústria manufatureira. A indústria de mineração cresceu drasticamente - a produção de carvão e ferro, especialmente - bem como a produção de aço. O crescimento da produção agropecuária da União - primariamente lã, algodão, milho, trigo e carne - fez com que exportações para países europeus dobrassem - à época, a produção de alimentos na Europa estava em queda, devido a sucessivas colheitas mal sucedidas - assim compensando a drástica queda nas exportações destes produtos por parte da Confederação, que estava sob bloqueio por terra e mar durante a guerra. Alguns atos econômicos do governo da União ajudaram no crescimento econômico, estabelecendo um banco central, uma moeda padrão e o Departamento Governamental de Agricultura, em 1861. Os atos governamentais de 1862 foram os responsáveis pela aprovação da construção da primeira ferrovia transcontinental americana, pelo fornecimento de lotes de terras no oeste americano a preços nulos ou muito baixos, e pelo estabelecimento de instituições de ensino superior. Em 1863, o primeiro imposto de renda nacional foi instituído.

Quinze anos depois da guerra civil americana, Marx e Engels escreviam: "Foi justamente a imigração europeia que possibilitou à América do Norte a produção agrícola em proporções gigantescas, cuja concorrência está abalando os alicerces da propriedade rural europeia - a grande como a pequena. Ao mesmo tempo, deu aos Estados Unidos a oportunidade de

explorar seus imensos recursos industriais, com tal energia e em tais proporções que, dentro em breve, arruinarão o monopólio industrial da Europa ocidental, especialmente o da Inglaterra. Essas duas circunstâncias repercutem de maneira revolucionária na própria América do Norte. Pouco a pouco, a pequena e a média propriedade rural, a base do regime político em sua totalidade, sucumbe diante da competição das fazendas gigantescas; ao mesmo tempo formam-se, pela primeira vez nas regiões industriais, um numeroso proletariado e uma concentração fabulosa de capitais”.

A forte economia da União não somente foi um dos motivos primários da sua vitória sobre a Confederação, mas também o principal motivo do grande crescimento econômico dos EUA, que fez do país a maior potência industrial mundial já na década de 1890. Em 1900, os EUA possuíam 223,5 mil milhas de estradas de ferro, das 491 mil milhas existentes no mundo todo (*toda* a Europa tinha 176,2 mil milhas de vias férreas). Na mesma época, *toda* a América do Sul não chegava às 26,5 mil milhas, *toda* a África às 12,5 mil milhas. Em 1912 conclui-se o processo de formação da União, com a incorporação do Arizona como Estado. Além disso, mais de 25 milhões de novos imigrantes instalaram-se nos Estados Unidos, entre 1870 e 1916, causando grande crescimento populacional - de 40 milhões de habitantes em 1870 para mais de 100 milhões em 1916. Os principais motivos foram a rápida industrialização do Norte, a substituição de mão de obra escrava por mão de obra imigrante no Sul, e a concessão de lotes de terra no Oeste americano com baixo ou nenhum custo, incentivando assim o povoamento da enorme região. O desempenho econômico dos EUA pós-guerra civil manteve seu caráter sustentado. Depois de digladiar-se na guerra mais mortífera do século XIX, que custou a vida de 5% de sua população, os EUA se situaram à cabeça do mundo capitalista.

Crescimento do PIB per capita nos EUA (1869-1918) (em dólares de 2009)

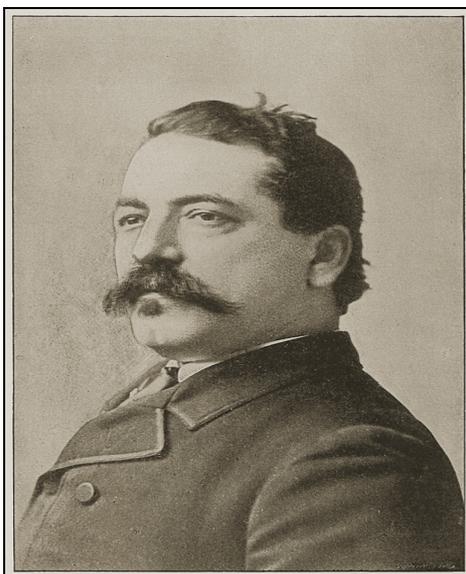


Durante a fase de capitalismo competitivo, caracterizada pela abolição da escravatura e a emergência de organização capitalista de produção, os trabalhadores assalariados foram dominando o mercado de trabalho em todo o território norte-americano, sobrepujando os tradicionais artesãos. A proletarização se consolidou em meados dos anos 1840, com vários sistemas de organização dos trabalhadores coexistindo. A escassa oferta inicial de trabalhadores assalariados obrigou os patrões a dependerem de uma diversidade de grupos heterogêneos para compor a força de trabalho: fazendeiros brancos, mulheres, crianças e artesãos. O processo de trabalho se mantinha diversificado nas fábricas, em vários casos continuando como no período anterior, com os artesãos ainda controlando a organização do trabalho.

A inclusão dos negros como força de trabalho assalariada, e a crescente utilização de mulheres, crianças e imigrantes em sistemas de trabalho sem regulamentação igual para todas

as fábricas, marcaram o período de competição intercapitalista, que conheceu, nos anos 1870, uma crise de grande alcance: “A intensa competição contribuiu para a queda das margens de lucro durante a fase de relativa estagnação, mas a resistência generalizada dos trabalhadores, o crescimento do sindicalismo, e o controle tradicional dos ofícios sobre o processo de trabalho inibiram tentativas dos patrões de aumentar a produtividade ou cortar salários reais”.¹¹⁰⁴ O crescimento da competição intercapitalista levou aos primeiros grandes abalos do mercado, especialmente após a depressão internacional de 1873. Em 1866, foi organizada a *National Labor Union*, e em 1867, a *Grange*, que se tornou um importante instrumento de defesa dos direitos e interesses dos fazendeiros. Em 1877, ocorreram diversos distúrbios e conflitos de trabalhadores ferroviários em várias cidades dos Estados Unidos, controlados por tropas federais. Em setembro de 1882 foi assinada a “Lei de Exclusão dos Chineses”, após pressões de trabalhadores brancos que temiam a competição por empregos.

Em 1886, durante uma manifestação pacífica a favor do regime de 8 horas de trabalho, uma bomba estourou junto ao local onde policiais estavam posicionados, matando um e ferindo outros 7 que morreram mais tarde. A polícia imediatamente abriu fogo contra os manifestantes, ferindo dezenas e matando onze. Os oito organizadores da manifestação, militantes anarquistas, foram presos e incriminados pelo acontecimento, mesmo na ausência de evidências que os conectassem com o lançamento da bomba. Uma grande campanha foi organizada para salvar os “mártires de Chicago”. Finalmente, quatro deles foram executados, um cometeu suicídio antes do enforcamento, e os três remanescentes receberam sentenças de prisão que foram revogadas em 1893, quando o governador concluiu que todos os oito acusados eram inocentes. O episódio dos *Haymarket's Martyrs* deu origem ao 1º de Maio como *Dia Internacional dos Trabalhadores*. No mesmo ano foi criada a AFL (*American Federation of Labor*), com Samuel Gompers na sua direção, cuja trajetória o transformaria no exemplo internacional de sindicalista conservador e conciliador.¹¹⁰⁵



Samuel Gompers

A fase monopolista do capitalismo norte-americano foi atingida nas décadas finais do século XIX, a partir da emergência de enorme concentração de capital. No estágio anterior, os patrões haviam começado a procurar mecanismos que inibissem a competição, através de associações,

¹¹⁰⁴ David Brody. The new labor history. In: Eileen Boris e Nelson Lichtenstein (orgs.). *Major Problems in the History of American Workers*. Lexington, D. C. Heath and Company, 1991.

¹¹⁰⁵ Bernard Mandel. *Samuel Gompers: a Biography*. Yellow Springs, Antioch Press, 1963. Gompers, nascido no Reino Unido, emigrou para os EUA em 1863. Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Fábricas de Cigarros (*Cigarmakers' Union*) e fundador da Federação Americana do Trabalho (*American Federation of Labor - AFL*) em 1886, na cidade de Columbo, no estado de Ohio, a qual presidiu até sua morte.

políticas tarifárias e redução do poder dos artesãos. Este período teve sua fase exploratória nos anos 1870, sua consolidação nos anos 1880-90. Era necessária a reorganização do local de trabalho para resolver os problemas de produtividade.

Para isso foi criado o *drive system*, uma reorganização baseada na mecanização, na maior supervisão direta dos trabalhadores, e numa menor utilização dos trabalhadores especializados. As novas políticas tinham como objetivo minar a oposição dos trabalhadores ao *drive system*. Se caracterizavam pela criação de departamentos de pessoal centralizados, cooperação com ou cooptação de sindicatos, e manipulação de diferenças étnicas e raciais entre os trabalhadores.¹¹⁰⁶ Foi a atitude racista da AFL a que empurrou os negros a romper com o movimento operário. Explicitamente ou não, as uniões de ofícios atuavam de modo discriminatório, e a AFL aprovava tal atitude. Desde 1890 havia-se negado a condenar as práticas racistas de seus sindicatos e, além disso, tratava de organizar os negros separadamente, em fracos sindicatos por cidade, dependentes da mesma federação e sem conexão com os sindicatos locais. Assim, os negros não podiam sentir solidariedade ante semelhantes sindicatos, e sua oposição era tanto maior quanto maior fosse a sua consciência de classe.¹¹⁰⁷ A reorganização do trabalho nos anos 1890 chegou a tal ponto que, por exemplo, uma máquina escavadora, controlada por um homem e um assistente, fazia o mesmo serviço feito antes por 44 trabalhadores com pás. A luta de classes típica da sociedade capitalista passou a ganhar um lugar central no cenário social da nova potência mundial.

¹¹⁰⁶ Luiz B. Pericás. Sobre o movimento operário nos EUA (1870-1914). *Entre Passado & Futuro* nº 3, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2002.

¹¹⁰⁷ Cf. Daniel Guérin. *La Descolonización del Negro Americano*. Madri, Tecnos, 1968.

37. A INTERNACIONAL OPERÁRIA E A COMUNA DE 1871

A revolução vai ao fundo das coisas. Atualmente, o seu caminho passa ainda pelo purgatório. Faz a sua obra metodicamente. Até 2 de dezembro de 1851, só havia executado metade do seu trabalho preparatório; ocupa-se, agora, da outra metade. Começou por aperfeiçoar o poder parlamentar, para que fosse possível derrubá-lo. Atingido esse objetivo, passa a aperfeiçoar o poder executivo, reduzindo-o à expressão mais simples, fazendo dele o único culpado para poder concentrar contra ele todas as suas forças de destruição. E, quando tiver concluído a segunda metade da sua obra preparatória, a Europa se erguerá para gritar-lhe com entusiasmo: "Bem cavado, velha toupeira!" (Karl Marx, **18 Brumário de Luis Bonaparte**)

A Comuna era essencialmente um governo da classe operária, o resultado da luta da classe dos produtores contra a classe dos apropriadores, a forma política enfim encontrada que permitia realizar a emancipação econômica do trabalho (Karl Marx, **A Guerra Civil na França**)

A Comuna foi uma negação audaciosa e bem clara do Estado e a exaltação da ação espontânea e comum das massas, dos grupos de associações populares, porque as massas têm, eminentemente, o instinto socialista (Mikhail Bakunin, **A Comuna e o Estado**)

A guerra civil americana precedeu e foi o prólogo de uma nova fase de ascensão das lutas de classe no Velho Mundo. Em maio de 1869, quatro anos após o encerramento da guerra de secessão, Marx enviou, em nome da AIT, uma mensagem à União Operária Nacional dos Estados Unidos conclamando seus filiados a impedir um conflito armado dos EUA *versus* Inglaterra. A beligerância seria estimulada pela Rússia: "Não foi a sabedoria das classes dominantes, mas a resistência heroica das classes operárias de Inglaterra à sua loucura criminosa, que salvou o Ocidente da Europa de mergulhar de cabeça numa cruzada infame pela perpetuação e propagação da escravatura do outro lado do Atlântico. Chegou agora a vossa vez de impedir uma guerra cujo resultado mais claro seria fazer recuar, por um período indefinido, o movimento ascendente da classe operária de ambos os lados do Atlântico. Quase não precisamos vos dizer que existem potências europeias ansiosamente determinadas a arrastar os Estados Unidos para uma guerra com a Inglaterra... Em mensagem de congratulações ao Sr. Lincoln pela sua reeleição como presidente,¹¹⁰⁸ expressamos nossa convicção de que a guerra civil americana se mostraria de tão grande importância para o avanço da classe operária como a guerra da independência americana se mostrou para o avanço da classe média. E, em matéria de fato, a conclusão vitoriosa da guerra contra a escravatura abriu uma nova época nos anais da classe operária. Nos próprios Estados Unidos, ganhou vida desde essa data um movimento operário independente, mal visto pelos vossos velhos partidos e pelos seus políticos profissionais. Para frutificar, ele requer anos de paz".

Seis anos depois do fim da guerra civil americana, a classe operária europeia protagonizou, de fato, uma batalha inédita, de projeções internacionais e seculares, como símbolo, como exemplo e como fornecedora de novas bases históricas à teoria e ao programa revolucionário. "As concepções teóricas dos comunistas não fazem senão expressar em termos gerais as condições reais de uma luta de classes, de um movimento histórico que se desenvolve sob os nossos olhos", dizia o *Manifesto Comunista*. O progresso dessas concepções, portanto, se encontrava unido ao progresso do movimento que expressava. No *Manifesto*, Marx colocou em forma geral, algébrica, "a constituição do proletariado como classe dominante", a fórmula de poder que expressava a etapa da revolução que a sociedade deveria sofrer para a sua transformação socialista. O conteúdo aritmético dessa fórmula foi despejado por um movimento de luta prático do proletariado.

¹¹⁰⁸ Em cujo texto se lia: "Senhor, felicitamos o povo americano pela sua reeleição por uma larga maioria. Se a palavra de ordem reservada da sua primeira eleição foi resistência ao Poder dos Escravistas [*Slave Power*], o grito de guerra triunfante da sua reeleição é 'Morte à Escravatura'. Desde o começo da titânica contenda americana, os operários da Europa sentiram instintivamente que a bandeira das estrelas carregava o destino da sua classe. A luta por territórios que desencadeou a dura epopeia não foi para decidir se o solo virgem de regiões imensas seria desposado pelo trabalho do emigrante ou substituído pelo passo do capataz de escravos?".

Quando, em 1871, surgiu a Comuna de Paris, Marx a caracterizou como a “forma afinal descoberta” da ditadura do proletariado. A ação dos *communards* bem como a análise e a crítica de que foi objeto incorporaram-se como prolongamento e concretização dos objetivos expostos em *O Capital* e no *Manifesto Comunista*. A Comuna de Paris foi, simultaneamente, produto de uma *crise internacional* (a luta pela hegemonia europeia, que culminou na guerra franco-prussiana), de uma *crise nacional* (a deterioração política do Segundo Império e a crise do regime bonapartista) e, decisivamente, do desenvolvimento político e ideológico do proletariado europeu nas décadas precedentes, que resultou na organização da Internacional Operária, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). O evento francês de 1871 teve repercussões de longo prazo para toda a política de Europa, e além dela: a Comuna de Paris teve repercussões até em regiões longínquas, como Portugal, Brasil, Argentina e México.

Na França, a partir do final dos anos 1850, nas bases sociais e políticas de apoio de Napoleão III começam a surgir dissensos e questionamentos à sua política; estes desacordos facilitaram o renascimento de oposições, tanto republicanas como socialistas, que o Imperador procurava esvaziar com algumas medidas de cunho liberalizante. No decorrer dos anos 1860, as dificuldades do império francês cresceram no terreno econômico. Para baixar os preços dos alimentos (favorecendo à burguesia industrial, através da queda ou congelamento dos salários) Napoleão abaxou as tarifas de importação, desgostando a burguesia agrária e os camponeses. Na política externa e militar da França aconteceram reveses graves (Itália e, sobretudo, o México, onde fracassou uma tentativa de colonização imperial); o Império deixara de ser o regime da paz. E houve uma primeira grande onda de greves operárias em 1864, ano de outras medidas liberalizantes (entre as quais, o reconhecimento do direito de coalizão, inclusive sindical; o direito de reunião seria reconhecido apenas em 1868).

Crescia a oposição liberal e republicana; crescia também, mas em outro compasso, menos impetuoso, mais cauteloso, a organização do movimento operário. Em 1867, houve nova grande onda de greves, que se repetiu em 1869-70. Nas eleições de 1869 (24 de maio), as oposições antibonapartistas conseguiram obter mais de 40% dos votos: uma autêntica vitória, celebrada com manifestações em Paris. Novas medidas liberalizantes foram adotadas por Napoleão III (em 6 de setembro, foram aumentados os poderes das duas Assembleias), que também negociava a formação de um novo governo, dirigido pelo ex-oposicionista moderado Émile Ollivier; este assumiu a função de primeiro ministro em 2 de janeiro de 1870. Em 10 de janeiro, Victor Noir, jornalista do *La Marseillaise*, o periódico dos republicanos mais radicais, foi assassinado pelo príncipe Pierre Bonaparte, primo do Imperador; uma multidão de duzentas mil pessoas compareceu a seu enterro, numa imponente manifestação política.

Crescia também, nos meios populares, a influência de Blanqui, a voz sobrevivente da revolução de 1848. Blanqui reapareceu em Paris em 1870: a 12 de janeiro tentou uma insurreição armada (novamente fracassada) durante o funeral de Victor Noir. Procurando retomar a iniciativa política, Napoleão III decidiu antecipar-se à crise política. Em 21 de março de 1870, anunciou uma profunda reforma constitucional; concedida em 20 de abril, esta transformava o regime político numa espécie de monarquia parlamentar. O novo curso liberalizante do regime não o impediu, entretanto, de recorrer novamente à repressão: em 30 de abril, sob o pretexto de controlar supostos “complôs”, o governo mandou prender e processar todos os membros da Internacional Operária (AIT) na França. Em 8 de maio, as reformas foram submetidas a um plebiscito e maciçamente aprovadas (sim: 7.350.000; não: 1.538.000), embora Paris, oposicionista, tivesse votado contra. As oposições ficaram, no momento, desmoteadas.

A política internacional era o outro fator de crise do regime bonapartista. Desde 1864 vinham se deteriorando as relações entre os governos da Prússia e da França, em decorrência da política de unidade alemã desenvolvida por Bismarck e das mal sucedidas tentativas de Napoleão III de obter dele algumas vantagens territoriais (a chamada “política das gorjetas”). Finalmente, por ocasião da sucessão ao trono da Espanha, como vimos, Bismarck montou uma armadilha política, na qual Napoleão apressou-se em cair: apesar dos alertas, o governo

francês declarou, sob o pretexto do conflito dinástico espanhol, a guerra à Prússia em 19 de julho de 1870. Apoiada pela imprensa, cujo lema era "a Berlim!", a decisão recebeu um amplo apoio da opinião pública, e provocou cenas entusiásticas de chauvinismo popular, inclusive em setores do movimento operário. Durante o transcorrer da guerra franco-prussiana, as províncias francesas elegeram para a Assembleia Nacional Francesa uma maioria de deputados monarquistas. Contrariamente às expectativas, porém, a guerra culminaria, simultânea e paralelamente, com a criação formal da nação alemã e a explosão da Comuna de Paris. Como foi possível essa mudança súbita, social e política?



Setembro de 1870: barricadas em Paris

A tradição política, continuadora das revoluções de 1789 e da primeira metade do século XIX (1820, 1830, 1848), já existia: “As reuniões dos clubes políticos do norte de Paris, os mais revolucionários, começavam e se encerravam aos gritos de ‘Viva a Comuna!’, e as expressões ‘República Universal’ e ‘República dos Trabalhadores’ eram empregadas indistintamente. Esses encontros criaram e desenvolveram a ideia de uma comuna social: o desejo de substituir um governo de traidores e incompetentes pela cooperação direta de todas as energias e inteligências. O termo ‘Comuna’ exprimia a preocupação da escala da ação, o desejo de autonomia local, a autossuficiência de unidades sociais pequenas e humanas o bastante para que cada um se sentisse diretamente ligado aos detalhes da vida cotidiana. A noção de ‘República Universal’ representava o horizonte internacionalista. Juntas, as duas palavras de ordem desenhavam os contornos de um imaginário poderosamente não nacional”.¹¹⁰⁹

A crise internacional, a guerra franco-prussiana, por sua vez, foi curta, e concluiu com um desastre para as tropas francesas, definitivamente derrotadas na batalha de Sedan, em inícios de setembro. As cifras provisórias do desastre militar francês eram: três mil soldados mortos, 14 mil feridos, mais de oitenta mil prisioneiros, entre os quais 39 generais e o próprio Imperador. Em *Le Désastre*, Émile Zola resumiu o fim da batalha de Sedan: “Como uma torrente turva fluía a multidão para os fossos de Sedan, fazendo pensar nos montões de lama e pedras que a corrente arrasta do alto das montanhas e leva à profundidade dos vales... Acaso era possível censurar algo a esses infelizes que tinham permanecido imóveis, esperando durante doze horas consecutivas, sob os projéteis de um inimigo invisível e frente ao qual se sabiam impotentes? Agora, as baterias inimigas os dizimavam de frente, dos flancos e pela retaguarda; o fogo cruzado era cada vez mais denso à medida que o exército fugia em procura da cidade. *O extermínio, que tinha lugar no fundo do sujo fosso para o qual ia sendo precipitada essa massa humana, era total*”.

¹¹⁰⁹

Kristin Ross. O internacionalismo no tempo da Comuna. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, maio 2015.

A derrota de Sedan implicava, cedo ou tarde, na perda do exército refugiado em Metz e o sítio de Paris. A ocupação de parte do território francês pelas tropas prussianas era vista como uma humilhação sem precedentes. A derrota na batalha de Sedan levou à prisão Luís Bonaparte e marcou ainda o fim de seu governo. A notícia do desastre de Sedan levantou a população de Paris; no dia 3 de setembro explodiu uma insurreição popular indignada, que continuou a 4 de setembro, quando o povo invadiu a câmara de representantes, exigindo a queda do regime; sob a pressão popular, o Império foi derrubado, a II República proclamada, a Assembleia Legislativa dissolvida, sendo formado um *Governo de Defesa Nacional*. Léon Gambetta (1838-1882), líder da revolta que proclamou a República, foi nomeado ministro do interior e chefe do governo provisório. Com a proximidade das tropas alemãs, teve que deixar Paris de balão e se refugiar apressadamente em Tours, no Oeste da França, onde estabeleceu um governo provisório.

As tropas prussianas mobilizavam-se para atacar Paris, enquanto o novo governo tentava negociar com Bismarck que, irredutível, só aceitava o fim da guerra depois da entrega da Alsácia e de Metz, onde ainda permaneciam as tropas francesas de Bazaine, cercadas pelo exército prussiano. A guerra ainda estava condenada a perdurar por mais longos e sangrentos quatro meses. Sem tentar tomar Metz, as tropas prussianas empreenderam um cerco de cinco meses à capital francesa, impondo bloqueio de alimentos, fome e constantes bombardeios. Durante o cerco, Bismarck ainda a propor a execução da população civil parisiense. Em Tours, Gambetta mobilizou mais de 600 mil homens, organizando 36 missões militares com a finalidade de libertar Paris do sítio prussiano e restabelecer a soberania francesa em seu próprio território; porém, uma a uma, as incursões fracassaram.

Em dezembro de 1870, o exército de Loire foi disperso em Loigny e, em janeiro de 1871, sofreu nova derrota em Le Mans. Outros dois exércitos franceses, um do Norte e outro do Leste, foram rechaçados respectivamente em Saint-Quentin e na Suíça. No meio das derrotas catastróficas houve a rendição apresentada pelo marechal Bazaine, no comando de 173 mil soldados, em Metz, no dia 27 de outubro de 1870. A rendição militar de Bazaine foi considerada por Gambetta um ato de traição à República, levando-o a abandonar o governo provisório. Seguiu-se um período infernal de bombardeios à Paris e, durante 15 dias, casas e fortes situados à margem esquerda do rio Sena foram impiedosamente castigadas pelos pesados projéteis da artilharia prussiana.

A capitulação de Paris aconteceu a 28 de janeiro de 1871, antecedendo o pacto do armistício. Os erros militares franceses encadeiram-se numa sucessão de derrotas, que levaram à derrubada do governo de Ollivier e seu ministério, sacrificados como bodes expiatórios. A maioria monarquista da assembleia era francamente favorável à capitulação ante a Prússia. Apesar da evidente disposição do povo parisiense em resistir, a Assembleia acabou assinando a paz com os alemães. As negociações de paz foram encampadas pela Assembleia Nacional Francesa, reunida no dia 12 de fevereiro de 1871 em Bordeaux. No dia 13, Grévy foi nomeado presidente da III República e Adolphe Thiers (1797-1877), político e historiador, ascendeu ao cargo de chefe do poder executivo. Liderando o governo provisório, Thiers se opôs a dar continuidade à guerra e passou a negociar a paz nos termos prussianos. As negociações de paz foram iniciadas em Versalhes no dia 21 de fevereiro e, no dia 26, os preliminares da paz já haviam sido assinados. No dia 1º de março, as tropas prussianas adentraram simbolicamente à Paris, que já não mais oferecia resistência, deixando a cidade no dia seguinte.

O que era a classe operária francesa, em 1870? Ela estava concentrada nas grandes fábricas e em algumas regiões, mas a pequena indústria e o artesanato eram numérica e socialmente predominantes; França continuava a ser um país predominantemente rural. Grandes impérios industriais, no entanto, já existiam: Schneider ocupava 10 mil operários na indústria metalúrgica no Creusot; Wendel ocupava cerca de 10 mil em suas fábricas siderúrgicas da Lorena. As minas de Anzin ocupavam mais de 10 mil mineiros. A concentração era forte nas grandes empresas metalúrgicas, siderúrgicas, têxteis e químicas. Os canteiros navais de Paris

tinham mais de 70 mil operários, grande parte vinda da província, num fluxo migratório de proporções enormes, resultado do processo de concentração da terra dos anos precedentes. Em 1866 havia, oficialmente, 4.715.084 pessoas empregadas nas fábricas e na indústria, mas só 1,5 milhão de operários trabalhavam em empresas com mais de dez pessoas.

A concentração industrial fora rápida e brutal durante o regime bonapartista, mas limitada a alguns ramos industriais e em algumas regiões geográficas (Paris, Norte, Lorena, Sena-inferior e Lyon). Dos 37 milhões de habitantes da França, mais de 25 milhões eram ainda rurais. As pequenas empresas eram maioria na indústria. Paris tinha uma população de dois milhões de habitantes: a nova divisão administrativa, de 1859, os agrupava em 20 bairros (*arrondissements*) com 442 mil operários na cidade em 1866 e 550 mil em 1872. Seu número crescia, e também sua concentração: o número de patrões diminuiu de 65 mil em 1847 para 39 mil em 1872; a relação patrão/operário passou de 1:5 em 1847 para 1:14 em 1872: havia inclusive algumas empresas com mais de 5 mil empregados. Cail, na metalurgia, empregava mais de dois mil operários. Gouin (construção de locomotivas), mais de 1.500, assim como Gevelot. A maior parte das empresas da metalurgia, contudo, ocupava de 10 a 50 operários. Nas profissões tradicionais de Paris (têxtil, calçados, artesanato) predominava a pequena indústria artesanal: havia na cidade três grandes casas de produção de calçados.

A guerra, incubadora e aceleradora social, gerou a revolução; os prazos e ritmos políticos e sociais precipitaram-se violentamente. Depois da derrota francesa na guerra, Blanqui criou um jornal, *La Patrie en Danger*, para apoiar a resistência de Gambetta contra os prussianos. Participou do motim de 31 de outubro de 1870, ocupando a Prefeitura de Paris durante algumas horas: detido, por isso, na véspera da Comuna de março de 1871, e condenado à deportação pelo governo de Adolphe Thiers, foi internado em Clairvaux em razão de sua idade (66 anos). Blanqui viveu o episódio da Comuna na prisão (os *communards* tentaram trocar a sua liberdade pela de vários prisioneiros dos revolucionários, sem sucesso: o governo de Thiers foi inflexível em manter Blanqui preso).

A 4 de setembro, no mesmo dia da proclamação da II República, a seção parisiense da AIT realizou uma reunião com a Câmara Federal das Sociedades Operárias, que não decidiu pela derrubada imediata do governo republicano, mas definiu a luta por uma série de reivindicações, entre elas a abolição imediata da polícia imperial, a supressão da chefatura governamental de polícia em Paris, a organização da polícia municipal, a revogação de todas as leis contra a imprensa e contra os direitos de reunião e de associação, o armamento imediato dos trabalhadores e o alistamento em massa para fazer frente à ofensiva da Prússia. Para garantir a luta e vigiar o governo, propunham a formação do “Comitê Central Republicano de Defesa Nacional das Vinte Regiões de Paris”, que passaria a existir lado a lado com o governo. As resoluções operárias de setembro anteciparam os desenvolvimentos iminentes.

A 28 de janeiro de 1871 o chanceler prussiano Bismarck e Jules Favre, representante do “Governo de Defesa Nacional” da França, assinaram uma “Convenção sobre o Armistício e a Capitulação de Paris”: Favre aceitou as humilhantes exigências apresentadas pelos prussianos: o pagamento no prazo de duas semanas de uma indenização de 200 milhões de francos, a rendição de uma grande parte dos fortes de Paris, a entrega da artilharia de campanha e das munições do exército de Paris. Adolphe Thiers, chefe de governo, “esse gnomo monstruoso que seduziu a burguesia francesa durante cerca de meio século porque é a expressão intelectual mais acabada da sua própria corrupção de classe”, na definição de Karl Marx, diante do fato de Paris estar pesadamente armada, e cumprindo o acordo celebrado com a Prússia vencedora, ordenou que os soldados franceses confiscassem toda a munição que havia na cidade capital. Pelo tratado entre França e Alemanha, subscrito em Versalhes em 26 de fevereiro de 1871 por Thiers e Favre, pela França, e pelo chanceler Bismarck, pela Alemanha, França cedia à Alemanha a Alsácia e a Lorena Oriental e pagaria uma indenização de *cinco mil milhões de francos*. O esforço e o excedente nacional francês ficariam comprometidos por mais de uma década.

Em Paris, antes do fim do cerco prussiano, tentou-se realizar uma nova organização política da Guarda Nacional. A Guarda, na prática, era o povo armado de Paris (300 a 350 mil homens em armas desde que o alistamento geral fora convocado em 1870, após as derrotas francesas). Ela nomeava seus oficiais em cada batalhão, mas o comando geral era nomeado pelo governo. A 15 de fevereiro de 1871 se reuniram em uma grande sala parisiense os delegados dos batalhões de 18 bairros parisienses. Uma comissão de 20 membros foi designada e encarregada de elaborar um projeto de estatuto: uma declaração de princípio reconheceu como único governo a "Comuna Revolucionária da Cidade".¹¹¹⁰

O comitê de delegados dos bairros elaborou uma "Declaração de Princípios", na noite de 22 a 23 de fevereiro de 1871: "Todo membro do comitê de vigilância declara pertencer ao partido socialista revolucionário. Em consequência, busca com todos os meios suprimir os privilégios da burguesia, seu fim como casta dirigente e o poder dos trabalhadores. Em uma palavra, a igualdade social. Não mais patrões, não mais proletários, não mais classes (...) O produto integral do trabalho deve pertencer aos trabalhadores (...) Impedir-se-á, em caso de necessidade com a força, a convocação de qualquer Constituinte ou outro tipo de Assembleia Nacional, antes que a base do atual quadro social seja mudada por meio de uma liquidação revolucionária política e social. Na espera desta revolução definitiva não reconhece como governo da cidade mais que a Comuna revolucionária formada por delegados dos grupos revolucionários desta mesma cidade. Reconhece como governo do país apenas o governo formado por delegados da Comuna revolucionária do país e dos principais centros operários. Empenha-se no combate por esta ideia e a divulgará, formando, onde não existem, grupos socialistas revolucionários. Articulará estes grupos entre si e com a Delegação Central. Porá todos os meios de que dispõe ao serviço da propaganda pela Associação Internacional dos Trabalhadores".

E concluía: "Não haverá mais opressores e oprimidos, fim da distinção de classes entre os cidadãos, fim das barreiras entre os povos. A família é a primeira forma de associação e todas as famílias unir-se-ão em uma maior, a pátria — nesta personalidade coletiva superior, a humanidade". Em sequência, a 3 de março, uma assembleia dos delegados de 200 batalhões da Guarda Nacional fundou a *Federação Republicana da Guarda Nacional*, votando seus estatutos e nomeando uma Comissão Executiva. Seu Comitê Central foi constituído com um programa: "A República, sendo o único governo de direito e de justiça, não pode estar subordinada ao sufrágio universal... A Guarda Nacional tem o direito absoluto de nomear todos os seus chefes e de revogá-los assim que perderem a confiança de quem os elegeu; entretanto, [apenas] depois de uma investigação preliminar destinada a salvaguardar os direitos sagrados da justiça".

Paralelamente, um manifesto foi afixado nas ruas da capital: "Somos a barreira inexoravelmente erguida contra qualquer tentativa de derrubada da República. Não queremos mais as alienações, as monarquias, os exploradores nem os opressores de todo tipo que, chegando a considerar seus semelhantes como de sua propriedade, fazem-nos servir à satisfação suas paixões mais criminosas. Pela República Francesa e, depois, pela República Universal. Chega de opressão, de escravidão ou de ditadura de qualquer tipo; pela nação soberana, com cidadãos livres, governando-se conforme sua vontade. *Então, o lema sublime: Liberdade, Igualdade, Fraternidade, não será mais uma vã palavra*".¹¹¹¹ No ventre da grave crise nacional, nascia a revolução social.

Paris estava fortemente armada: cerca de 500 mil fuzis e 417 peças de artilharia de diversos calibres, 146 metralhadoras, 271 canhões. Como desarmá-la? Como livrar-se da Federação e de seu Comitê Central? Como controlar a Guarda Nacional? O governo já fizera algumas

¹¹¹⁰ Cf. Alain Dalotel. *Aux Origines de la Commune*. Le mouvement des réunions publiques a Paris 1868-1870. Paris, François Maspero, 1980.

¹¹¹¹ N. Priollaud. *1871: la Commune de Paris*. Textes réunis. Paris, Levi & Messinger, 1983.

tentativas localizadas de tirar os canhões das mãos da Guarda Nacional, sem outro resultado que provocar a irritação da população que considerava os canhões como seus: haviam sido fundidos graças às subscrições populares.

No dia 17 de março, o governo afixou um apelo à população parisiense, alertando-a contra certos "homens mal intencionados" que "roubaram canhões do Estado", "constituíram-se em senhores de uma parte da cidade", exerciam sua ditadura através de um "comitê oculto", tendo a pretensão de "formar um governo em oposição ao governo legal instituído pelo sufrágio universal"; o manifesto encerrava-se chamando os "bons cidadãos" a "separar-se dos maus". Durante a noite de 17 para 18 de março, o governo afixou outro apelo, de conteúdo similar, dirigido especificamente à Guarda Nacional; ao mesmo tempo, empreendeu uma operação de grande envergadura, com quinze mil soldados, com a missão específica de retomar os canhões guardados nos bairros de Montmartre e de Belleville (o "bastião vermelho" de Paris) e na ocupação dos bairros de Saint-Antoine e da Bastilha.

A população parisiense lançou um grito de alarme, tomou conta das ruas, cercou a tropa; pressionada, esta confraternizou com o povo e recusou-se a atirar nele. O governo decidira apropriar-se de uma vez por todas dos canhões que defendiam Paris, provocando a revolta popular que encarou e dividiu às tropas que deviam executar a tarefa; dois generais foram imediatamente fuzilados. Thiers recolheu-se, com todo seu gabinete administrativo, para o Palácio de Versalhes, deixando um vácuo de poder. À meia-noite do mesmo dia, o Comitê Central da Guarda Nacional reuniu-se no *Hôtel de Ville* (sede da prefeitura de Paris). Com a recusa da população parisiense de entregar os canhões de Montmartre e com a grande mobilização que ela suscitou, um governo revolucionário foi formado pelos representantes de bairro da Guarda Nacional. Sua primeira proclamação foi em favor da "abolição do sistema da escravidão do salário de uma vez por todas". O Comitê Central da federação dos bairros ocupou o lugar de autoridade abandonado, e se instalou no prédio da prefeitura. Na insurreição de março, as categorias de trabalhadores parisienses mais atuantes foram as da metalurgia e a construção, e os jornalistas.



Os canhões de Montmartre protegidos por comuneiros

Com a jornada de 18 de março de 1871, a revolução democrática iniciada em setembro de 1870 retomou e aprofundou seu curso, abrindo uma nova fase, claramente social. O Comitê

Central começou por abolir o estado de sítio na cidade, suprimir os tribunais militares, decretar anistia geral dos delitos políticos e a imediata libertação dos presos, restabelecer a liberdade de imprensa, nomear responsáveis pelos ministérios e pelos serviços administrativos e militares essenciais. Na sua proclamação de dia 18, lia-se: “Os proletários da capital, em meio aos desfalecimentos e traições das classes governantes, compreenderam que para eles tinha chegado a hora de salvar a situação tomando em mãos a direção dos negócios públicos [...] compreenderam que era seu dever imperioso e seu direito absoluto tomar em mãos os seus destinos e assegurar-lhes o triunfo conquistando o poder”. No dia 19 de março, fixaram-se para o dia 22 as eleições para a Comuna.

O Comitê Central da Guarda Nacional era formado por “blanquistas”, por membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, por “proudhonianos” e por indivíduos não filiados politicamente; a maioria era composta por trabalhadores braçais, escritores e artistas: “O caráter de classe do movimento de Paris, que antes ficara relegado a segundo plano pela luta contra os invasores estrangeiros, ocorreu do dia 18 de março em diante com traços enérgicos e claros. Como os membros da Comuna eram todos, quase sem exceção, operários ou representantes reconhecidos dos operários, suas decisões distinguiam-se por um marcado caráter proletário. Estas decisões decretavam reformas que a burguesia republicana apenas tinha renunciado a implantar por covardia, e constituíam uma base indispensável para a livre ação da classe operária (como, por exemplo, a implantação do princípio de que, no que diz respeito ao Estado, a religião é um assunto puramente privado) ou iam diretamente ao encontro do interesse da classe operária e, em parte, abriam profundas fendas na velha ordem social”¹¹¹².

A *Comuna de Paris* fora proclamada, como no momento álgido da Revolução Francesa do final do século XVIII: ela foi o ponto alto e também de virada do movimento organizado do proletariado na Europa, e foi um teste decisivo para a Associação Internacional dos Trabalhadores, que teve papel de destaque desde os primeiros momentos. A denominação de “Comuna” tinha raízes na Revolução Francesa; já houvera uma Comuna de Paris entre 1789 e 1795, sob o controle político dos jacobinos, que se recusara a obedecer as ordens do governo central depois de 1792, e fora a base da ditadura revolucionária do partido de Robespierre. A Comuna foi heterogênea: aderiram a ela os patriotas (nacionalistas) na esperança de que a Comuna retomasse a guerra contra os alemães e a levasse a bom termo. Apoiaram-na igualmente os pequenos comerciantes ameaçados de ruína se o pagamento das letras e das rendas não fosse suspenso (o que o governo recusara a Comuna concedeu). Também os republicanos simpatizaram de início com a Comuna, temendo que a reacionária Assembleia Nacional restabelecesse a monarquia. Contudo o papel fundamental no movimento foi desempenhado pelos operários.

A Comuna de 1871, todavia, nasceu sitiada pelas tropas prussianas, o que tornou urgente e necessário distribuir comida, dinheiro e armas entre os *communards*. O Comitê Central da Guarda Nacional lançou um apelo geral, em 25 de março: “Nossa missão terminou. Vamos ceder o lugar no *Hôtel de Ville* a nossos novos eleitos, nossos mandatários regulares”. No *11ème arrondissement* de Paris foi formado um comitê central republicano, que apresentou um programa mais definido: direito de viver, liberdade individual, liberdade de consciência, liberdade de reunião e associação, liberdade de palavra, de imprensa e de todos os modos de expressão do pensamento, liberdade de sufrágio: “O Estado é o povo se governando a si próprio, composto de mandatários revogáveis, eleitos pelo sufrágio universal direto e organizado. O trabalho coletivo deverá ser organizado, o objetivo da vida é o desenvolvimento indefinido de nosso ser físico, intelectual e moral; a propriedade não deve ser mais que o

¹¹¹² Friedrich Engels. A guerra civil na França, introdução de 1891. In Osvaldo Coggiola (org.) *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo, Xamã, 2003.

direito de cada um participar, em razão da cooperação individual, no fruto coletivo do trabalho de todos, que é a forma da riqueza social”.

Em 29 de março, a primeira medida da Comuna foi suprimir o alistamento militar obrigatório e diferenciado: "Todos os cidadãos válidos fazem parte da Guarda Nacional"; extinguiu assim o exército profissional permanente, substituindo-o pelo povo armado. Em 2 de abril, aboliu o orçamento dos cultos e decretou a separação entre a Igreja e o Estado, "considerando que a liberdade de consciência é a primeira das liberdades; e que o clero tem sido o cúmplice dos crimes da monarquia contra a liberdade". Suprimiu o juramento político-profissional que os funcionários públicos deviam prestar e, "considerando que sua bandeira é a da República Universal", reconheceu os direitos políticos dos estrangeiros, que foram numerosos (o húngaro Frankel, os poloneses Dombrowski e Wroblewski, o italiano Cipriani, etc.), presentes e atuantes na Paris revolucionária; alguns foram até eleitos para a própria Comuna. A Comuna não descuidou do terreno do simbólico: derrubou a Coluna de Vendôme (cujo bronze provinha de canhões tomados ao inimigo por Napoleão I) por ser "um símbolo de chauvinismo e de ódio contra os povos"; também, substituiu a bandeira tricolor pela bandeira vermelha, queimou a guilhotina e decidiu pela demolição da Capela Expiatória erguida à memória do rei Luís XVI (deposto e executado pela Revolução Francesa).

No terreno social, a Comuna começou (através de um decreto de 2 de abril) por fixar em seis mil francos anuais o teto do ordenado dos funcionários e membros do governo, igualando-o com o salário operário; também proibiu a acumulação de cargos; um decreto de 20 de abril proibiu o trabalho noturno nas padarias, outro, de 27 de abril, proibiu, tanto nas empresas particulares como na administração pública, as multas e deduções sobre o salário dos trabalhadores. A Comuna também se preocupou em anular o decreto do Parlamento que havia, no início de março, extinguido as moratórias relativas aos aluguéis e aos contratos comerciais; considerando "justo que a propriedade assumisse sua parcela dos sacrifícios"; o decreto de 30 de março suprimiu, de maneira total e geral, os aluguéis para o período de outubro de 1870 a abril de 1871; outro decreto, de 17 de abril, concedeu a moratória até o 15 de julho dos contratos comerciais vencidos, e um prazo de três anos para seu pagamento.

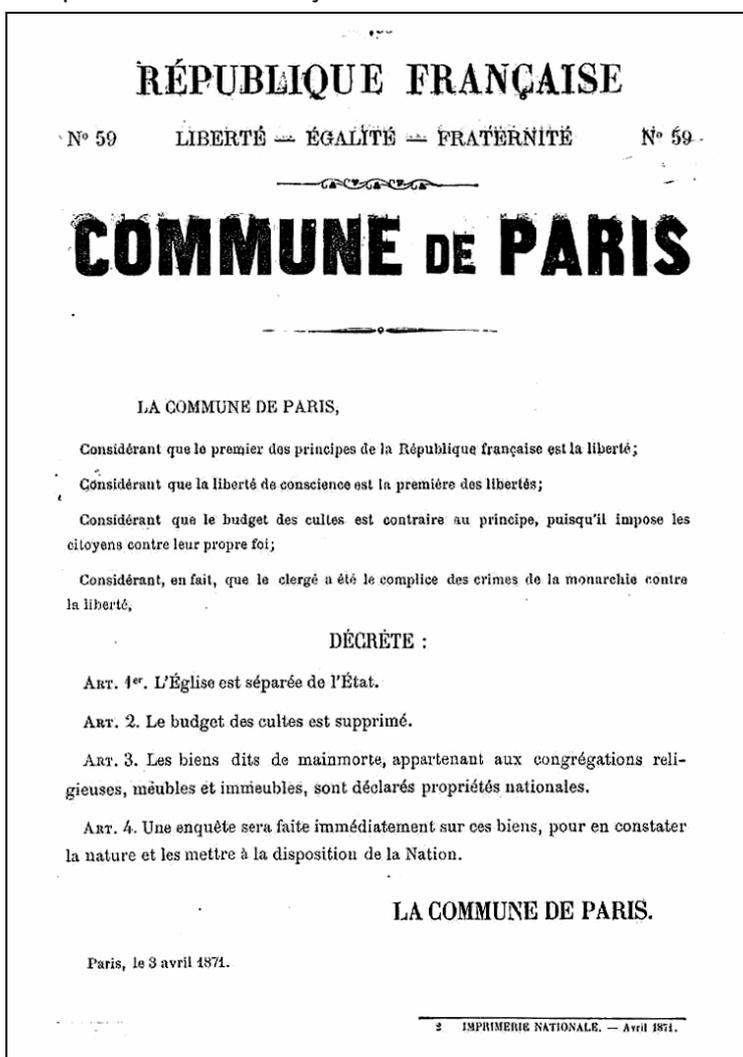


A Comuna anuncia o fim do exército permanente e o armamento de todos os cidadãos

Um decreto de 7 de maio obrigou a Caixa de Penhores à restituição gratuita de certos objetos (roupas, móveis, livros, etc.) e dos instrumentos de trabalho penhorados (entre 12 e 25 de maio foram restituídos 41.928 itens, no valor total de 323.407,80 francos). Cabe, finalmente, destacar que, em 16 de abril, foi promulgado um decreto que obrigou à reabertura e

funcionamento das oficinas e fábricas abandonadas pelos seus donos; estudou-se a forma de viabilizar sua entrega aos trabalhadores organizados em cooperativas: “uma indenização foi prevista para os donos; mesmo assim, tratou-se de uma espécie de ataque à propriedade individual, cabendo admitir que a Comuna deu, então, um passo na via do comunismo”.¹¹¹³

As eleições para a Comuna foram finalmente realizadas a 26 de março, obedecendo à democracia direta em todos os níveis da administração pública: um governo e representantes revogáveis a qualquer momento, constituindo um governo que fosse *ao mesmo tempo legislativo e executivo*, com o mínimo de burocracia. A polícia foi substituída pela Guarda Nacional. A educação foi secularizada, a previdência social universal foi instituída, uma comissão de inquérito sobre o governo anterior foi formada. 86 representantes de bairro foram eleitos para a Comuna, dos quais só 25 eram de fato trabalhadores manuais. A Comuna, porém, era um organismo proletário: nas eleições, a abstenção nos bairros burgueses foi superior a 60%. Seus membros eleitos formavam um único coletivo sem presidente e eram revogáveis a qualquer momento. Dividiam-se em nove comissões; de cada uma saía um delegado. No dia a dia, os batalhões da Guarda Nacional e uma multiplicidade de organismos e coletivos que surgiam (inclusive uma União de Mulheres criada em 8 de abril, que teve um papel fundamental na defesa da Comuna e no início da construção de um ensino laico e universal) levavam à prática as determinações da Comuna.



A Comuna expropria as propriedades da Igreja, a 3 de abril de 1871

¹¹¹³

Georges Bourgin. *La Commune 1870-1871*. Paris, Les Éditions Nationales, 1939.

A Comuna era uma forma estatal "expansiva" (o Estado se abria para toda a sociedade), que permitia a liberação das energias e da criatividade da sociedade. Além das mencionadas, entre as medidas adotadas pela Comuna, contidas na "Proclamação da Comuna ao Povo Trabalhador de Paris", se encontravam: a organização de conselhos operários nas fábricas abandonadas pelos patrões; a redução da jornada de trabalho para dez horas; a eleição da direção das fábricas pelos trabalhadores; a reforma do ensino. Karl Marx a caracterizou como um *regime político proletário*, apontando como seus traços essenciais: a elegibilidade e revogabilidade permanente de todos os representantes políticos, seu salário não superior ao salário de um operário qualificado (ou seja, a supressão da burocracia estatal ou civil), a supressão dos corpos repressivos e militares permanentes e sua substituição pelo armamento geral da população (ou seja, a supressão da burocracia militar). Foram abolidas todas as antigas autoridades: juízes, tribunais, câmara municipal, policia, estabelecendo a gestão popular de todos os meios de vida coletiva, bem como foi declarado gratuito tudo o necessário à sobrevivência, assim como os serviços públicos. Foram expropriados os solos em geral: a habitação seria um direito de todos, residências secundárias não utilizadas foram ocupadas, meios de transporte declarados gratuitos. As ruas passaram a ser propriedades dos pedestres, os veículos só poderiam ser usados nas regiões periféricas da cidade. O tempo de trabalho diminuiu, o sistema de multas que era aplicado aos operários foi abolido, estabeleceu-se a aposentadoria aos 55 anos de idade .

A 16 de abril, um decreto conclamou: "A Comuna de Paris: considerando que uma quantidade de fábricas foi abandonada por seus patrões para escapar às obrigações cívicas e sem levar em conta os interesses dos trabalhadores; considerando que, devido a este covarde abandono, numerosos trabalhos essenciais à vida comunal estão interrompidos e a existência dos trabalhadores comprometida; Decreta: As câmaras sindicais operárias estão convocadas a constituir uma comissão que tem por objetivo: 1) Fazer uma estatística das fábricas abandonadas e um inventário exato do estado em que se encontram e os instrumentos de trabalho existentes; 2) Apresentar um relatório sobre a rápida ativação destas fábricas, não mais pelos desertores que as abandonaram, mas pela associação cooperativa dos trabalhadores nelas empregados; 3) Elaborar um projeto de formação das sociedades cooperativas operárias; 4) Constituir um júri para fundamentar em estatuto, quando do retorno dos patrões, as condições de cessão definitiva destas fábricas para as sociedades operárias e a cota de indenização que se deve pagar aos patrões".

"O decreto tinha por objetivo buscar nas organizações operárias algumas fábricas onde pudessem iniciar o movimento (de socialização)".¹¹¹⁴ Desde o dia 24 de abril, o delegado na Comissão do Trabalho e de Trocas, Léo Frankel, convocou uma reunião dos representantes sindicais. No dia 25, foi convocado o sindicato que iria ficar à frente do movimento, o dos metalúrgicos. Outros sindicatos atenderam à convocação (no dia 4 de maio, pouco antes do fim da Comuna, foi constituída uma comissão executiva permanente dos sindicatos). Apesar do escasso tempo de duração da experiência, a operação teve resultados importantes: uma dezena de fábricas foi confiscada, especialmente nas áreas que interessavam à defesa militar, com recuperação de armas, fabricação de cartuchos e balas de canhão. Cinco empresas haviam feito o recenseamento das fábricas antes do confisco. A Comuna tinha igualmente a sua disposição os estabelecimentos pertencentes ao Estado (a Casa da Moeda, a Imprensa Nacional, serviços de manutenção das vias públicas, manufaturas de tabacos, algumas empresas de fabricação de armas) e tinha confiado sua gestão a seus trabalhadores.

Os sindicatos estavam se reorganizando: "O que breçou os sindicatos foi sua desorganização consecutiva à repressão do fim do Império e ao cerco de Paris. Restavam apenas três sindicatos fortes: metalúrgicos, alfaiates, sapateiros. O sindicato dos metalúrgicos, um dos

¹¹¹⁴ Jacques Rougerie. *Dix-Huit Cent Soixante et Onze*. Jalons pour une histoire de la Commune de Paris. Paris, Presses Universitaires de France, 1972.

mais influentes e numerosos, com cinco ou seis mil filiados, controlava 20 fábricas de recuperação e de fabricação de armas, uma por bairro, a mais importante era a das oficinas Louvre. Às vésperas da derrota, os metalúrgicos tentaram tomar uma das maiores fábricas metalúrgicas da capital, a fábrica Barriquand, que tinha conhecido durante o Império greves violentas. Em tomo de um sólido núcleo de fábricas, algumas com mais de 100 trabalhadores, os metalúrgicos pensavam conquistar o controle da produção. Os alfaiates obtiveram da Comuna a preferência sobre as empresas privadas e, em maio, tinham o monopólio da vestimenta da Guarda Nacional para suas fábricas. Os sapateiros não tiveram a mesma oportunidade: Godilot detinha o monopólio da fabricação de calçados para a Comuna, o que impediu o confisco de sua empresa, mas gerou protestos violentos na categoria. As outras categorias eram menos ativas e menores, exceto a siderurgia, os gráficos, os serralheiros. A Comuna foi um momento de intensa retomada sindical, com o apoio da Comissão do Trabalho e Trocas. Organizaram-se, sempre como fim de confiscar e gerir a produção: papeleiros, cozinheiros, garçons de café e porteiros de edifícios”.¹¹¹⁵ A revolução popular gerou um impressionante movimento de organização operária para gerir a produção, que foi abortado pelo massacre da Comuna.

Nas fábricas expropriadas foi implantada a gestão operária. Eis os artigos principais do regulamento interno dos operários da fábrica de armas do Louvre (onde houve uma disputa pela gestão com um diretor autoritário nomeado pela Comuna): “Art. 1. A fábrica fica sob a direção de um delegado da Comuna. O delegado para a direção será eleito pelos operários reunidos e revogável toda vez que não cumprir seu dever; Art. 2. O diretor da empresa e os chefes de setor serão igualmente eleitos pelos operários reunidos; serão responsáveis de seus atos e também revogáveis [...] Art. 6. Um conselho será reunido obrigatoriamente todo dia, às 5 h, com meia hora de tolerância, para deliberar sobre as ações do dia seguinte e sobre as relações e propostas feitas, seja pelo delegado na direção, seja pelo diretor da empresa, o chefe de setor ou os operários delegados. Art. 7. O conselho compõe-se do delegado na direção, do chefe de empresa, dos chefes de setor e de um operário por cada setor, eleito como delegado. Art. 8. Os delegados são renováveis a cada 15 dias; a renovação será feita pela metade, a cada oito dias, e por função. Art. 9. Os delegados deverão prestar contas aos operários; serão seus representantes diante do conselho da direção, e deverão levar suas observações e reivindicações. (...) Art. 13. A contratação de operários seguirá o seguinte: por proposta do chefe da empresa, o conselho decidirá se há vagas para empregar os operários e determinará os nomes. Os candidatos às vagas poderão ser apresentados por todos os operários. O conselho será o único a fazer a avaliação. Art. 14. A demissão de um operário só poderá ocorrer por decisão do conselho, com um relatório do chefe da empresa. Art. 15. A duração da jornada é fixada em dez horas”.

Na Comuna havia delegados radicais, moderados e conservadores; a maioria não seguia qualquer linha partidária; os “líderes” consumiam tempo precioso em infundáveis discussões, quando o mais urgente seria agir contra a mobilização dos soldados de Thiers em Versalhes: a respeito da defesa da Comuna só se produziu “legislação insignificante, sem plano militar, sem programa, deixando-se arrastar em discussões em que nada se decide e a partir das quais nada se faz”,¹¹¹⁶ segundo um dos combatentes da Comuna, depois historiador da mesma.

Em diversos e variados planos, porém, a Comuna de Paris introduziu reformas sociais e políticas radicais: 1. O trabalho noturno foi extinto; 2. Oficinas que estavam fechadas foram reabertas para que cooperativas fossem instaladas; 3. Residências vazias foram desapropriadas e reocupadas; 4. Em cada residência oficial foi instalado um comitê para organizar a ocupação de moradias; 5. Todos os descontos nos salários foram abolidos; 6. A jornada de trabalho foi reduzida, e chegou-se a propor a jornada de oito horas; 7. Os sindicatos foram legalizados; 8.

¹¹¹⁵ Jacques Rougerie. *Paris Libre 1871*. Paris, Seuil, 1971.

¹¹¹⁶ Prosper-Olivier Lissagary. *Histoire de la Commune de 1871*. Paris, François Maspero, 1983.

Instituiu-se a igualdade entre os sexos; 9. Projetou-se a gestão operária das fábricas (sem, no entanto, implantá-la por completo); 10. O monopólio da lei pelos advogados, o juramento judicial e os honorários foram abolidos; 11. Testamentos, adoções e a contratação de advogados se tornaram gratuitos; 12. O casamento se tornou gratuito e simplificado; 13. A pena de morte foi abolida; 14. O cargo de juiz se tornou eletivo; 15. O calendário revolucionário de 1793 foi novamente adotado; 16. O Estado e a Igreja foram separados; a Igreja deixou de ser subvencionada pelo Estado; os espólios sem herdeiros passaram a ser confiscados pelo Estado; 17. A educação se tornou gratuita, secular, e compulsória. Escolas noturnas foram criadas e todas as escolas passaram a ser de sexo misto; 18. Imagens santas foram derretidas e sociedades de discussão foram criadas nas igrejas; 19. A Igreja de Brea, erguida em memória dos homens envolvidos na repressão da Revolução de 1848 foi demolida. O confessionário de Luís XVI e a coluna Vendôme também; 20. A bandeira vermelha foi adotada como símbolo da “unidade federal da humanidade”.



Barricada dos *communards*: a Comuna de 1871 foi a primeira revolução fotografada da história

Analisando essas medidas e seu conteúdo, Marx concluiu que se estava produzindo a transição em direção de um novo tipo de Estado, caracterizado pela sua tendência à extinção, ou seja, que "a classe operária não podia limitar-se a tomar tal qual a máquina do Estado e fazê-la funcionar em proveito próprio", devia *destruir* essa máquina através da implantação da "forma política enfim encontrada da ditadura do proletariado": "A Comuna devia ser, não um órgão parlamentar, mas um corpo ativo, executivo e legislativo ao mesmo tempo". Lênin resumiu, em *O Estado e a Revolução*, as conclusões de Marx e Engels: "A Comuna parece apenas substituir a máquina do Estado que destruiu por uma democracia mais completa: supressão do exército permanente, elegibilidade e revogabilidade de todos os funcionários sem exceção. Porém, na verdade, isto apenas representa a gigantesca substituição de certas instituições por outras de um tipo absolutamente diferente. Trata-se justamente de um caso de transformação de quantidade em qualidade: realizada da maneira mais completa e conseqüente que se possa imaginar, a democracia burguesa converteu-se em democracia proletária; o Estado (força especial de repressão de uma classe determinada) transformou-se em algo que *já não era mais um Estado propriamente dito*".

As iniciativas dos membros da Internacional Operária marcaram os passos da revolução, mas na eleição interna da Comuna eles ficaram em minoria. Os membros das seções parisienses da Internacional que fizeram parte da Comuna, eram Assi, Avrial, Beslay, Chalain, Clémence, Lefrançais, Malon, Pindy, Theisz, Vaillant, Amouroux e Géresme. A estes se somariam outros

eleitos no decorrer da Comuna, como Serrailleur, eleito a 16 de abril. A política da “maioria” na Comuna coube aos adeptos de Blanqui: o “partido blanquista” era uma realidade, organizado em “seções”, segundo a tradição jacobino-radical da I República: “Os membros da Comuna dividiram-se em uma maioria, os blanquistas, que predominaram no Comitê Central da Guarda Nacional, e uma minoria, os membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, que compunham a escola socialista preponderantemente formada por adeptos dos proudhonistas”.¹¹¹⁷ Edouard Vaillant, responsável educacional da Comuna, era membro do “partido blanquista” (no entanto, segundo Engels, “conhecia o socialismo científico alemão”).

Os blanquistas, que não faziam parte da AIT, foram desde o início maioria no Comitê Central da Guarda Nacional, e haviam buscado desde o início derrubar o governo burguês de Trochu e, depois, de Thiers. Por duas vezes antes de 18 de março de 1871, em outubro de 1870 e janeiro de 1871, haviam organizado insurreições que tinham como objetivo a instauração da Comuna, porém foram malsucedidas. Os blanquistas cultivavam uma teoria ultra conspirativa e “vanguardista” da revolução, julgavam o proletariado incapaz de desenvolver, sob o domínio do capital, a consciência de classe necessária, e por isso julgavam que a revolução seria conduzida no início pela ditadura de um pequeno grupo de revolucionários dedicados, nos moldes dos jacobinos da Revolução Francesa de final do século XVIII.

Porque foram os blanquistas, ainda assim, a corrente “hegemônica” na Comuna, sendo esta uma clara negação de suas práticas conspirativistas? Porque, mantendo uma organização clandestina e coesa de militantes disciplinados e dedicados, os blanquistas puderam, antes da Comuna, fazer um amplo trabalho de divulgação revolucionária no proletariado, mesmo sob as repressivas condições do regime de Napoleão III, e forjaram um conjunto de lutadores que se conheciam mutuamente e eram reconhecidos pelos demais operários por sua honestidade e abnegação. Esse conjunto de militantes pôde, quando a situação revolucionária se estabeleceu, tomar decisões rápidas e decisivas, bastante afinadas com o estado de ânimo do conjunto da classe. A ligação concreta e viva com a vida da classe acabou suprimindo as debilidades de sua ideologia. O mesmo se pode dizer dos seguidores das ideias de Proudhon, que eram maioria entre os membros da AIT, e que cultivavam as ideias econômicas mutualistas de seu mestre, uma espécie de socialismo de pequenos produtores, mas que acabaram impulsionando na prática as medidas na Comuna que apontavam para uma economia coletivista gerida por associações proletárias.

O outro setor da AIT, aquele mais próximo das posições de Marx e Engels, foi o que mais claramente percebeu as características únicas da Comuna, bem como suas debilidades, e registrou tudo isso através de Marx, em sua mensagem ao Conselho Geral da AIT, *A Guerra Civil na França*, escrita no calor da revolução, e publicada em junho de 1871. *Der Bürgerkrieg in Frankreich* foi escrita por Karl Marx com o objetivo de disseminar entre os trabalhadores de todos os países um entendimento claro do caráter e do significado mundial da luta da Comuna: o livro teve grande circulação. A Comuna de 1871 assinalou o nascimento de um novo tipo de revolução: o proletariado, para exercer o poder político e dissolver a sociedade de classes, não poderia se limitar a se apropriar a máquina do Estado existente, devia, ao contrário, destruí-la. O Estado-Comuna seria um Estado em vias de autodissolução. Pela primeira vez, a partir da experiência da Comuna de Paris, foi elaborada uma teoria do Estado na passagem para uma sociedade sem classes.

Foi a Comuna uma revolta “artesanal” e dos lojistas, “plebeia”, ou seja, a última revolta de camadas sociais fadadas a desaparecer por influência do desenvolvimento capitalista, ou o último degrau do ciclo revolucionário que conheceu seu esplendor nos séculos XVII e XVIII? Georges Rudé ponderou que já “em fins da década de 1820, o ouvrier substituíra o sans-culotte de orientação pequeno-burguesa como o principal protagonista do protesto social, e os assalariados, mesmo os que trabalhavam como compagnons em pequenas oficinas, já não

¹¹¹⁷

Friedrich Engels. *Op. Cit.*

estavam tão presos aos cordões do avental de seus mestres-artesãos”. Aos revolucionários de 1848 (e, com mais razão, aos de 1871) “no vocabulário francês da época (embora talvez não no nosso) é razoável chamá-los de prolétaires ...apesar do crescimento lento das fábricas em Paris, eles agora se consideravam proletários, e não mais *ouvriers*, e muito menos *sans-culottes*. O capitalista, como antítese do *prolétaire*, era o inimigo”.¹¹¹⁸ “Contra a opinião contemporânea de seus inimigos conservadores, a Comuna de Paris de 1871 não foi só uma sublevação das massas descontentes de pequeno-burgueses e proletários, condicionada pelas circunstâncias críticas da capital francesa. Do mesmo modo que os movimentos paralelos de Lyon, Saint-Étienne e Marselha, a Comuna teve um caráter marcadamente revolucionário e aspirava a uma total transformação da organização social e política da França”.¹¹¹⁹ A experiência revolucionária foi, porém, de breve duração.

¹¹¹⁸ George Rudé. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

¹¹¹⁹ Hans Mommsen. “Commune” de Paris. In: C. D. Kernig. *Marxismo y Democracia*. História 2. Madri, Rioduero, 1975, p. 75. Sobre a dinâmica nacional da Comuna: Jeanne Gaillard. *Communes de Province, Commune de Paris, 1870-1871*. Paris, Flammarion, 1971.

38. A DERROTA DA COMUNA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Tínhamos por trás de nós a heroica Comuna de Paris, de cuja queda havíamos tirado a dedução de que aos revolucionários compete prever os acontecimentos e preparar-se para eles (Leon Trotsky, **A Comuna de Paris e a Rússia dos Sovietes**)

Os teóricos que reconstituem a história deste movimento, colocando-se do ponto de vista onisciente de Deus que caracterizava o romance clássico, mostram sem dificuldade que a Comuna estaria objetivamente condenada, que não teria superação possível. Mas para os que viveram o acontecimento, a superação estava ali (Guy Debord, **14 Teses sobre a Comuna de Paris**)

Quand ils auront tari leurs chiques / Comment agir, ô coeur volé ? / Ce seront des hoquets bachiques / Quand ils auront tari leurs chiques / J'aurai des sursauts stomachiques / Moi, si mon coeur est ravalé / Quand ils auront tari leurs chiques / Comment agir, ô coeur volé ? (Arthur Rimbaud, **Le Coeur Volé**, maio de 1871, em Paris)

Porque a Comuna foi derrotada? O primeiro erro da Comuna, "decisivo" segundo Marx, aconteceu no seu dia inicial, 18 de março de 1871, quando o governo de Thiers evacuou Paris. O Comitê Central parisiense deveria, sem demora, ter ordenado à Guarda Nacional marchar sobre Versalhes, inteiramente indefesa. Também deixou o exército regular abandonar Paris depois deste fracassar em Montmartre; suas tropas haviam confraternizado com a população parisiense, mas foram posteriormente retomadas pela oficialidade e utilizadas contra Paris. Por que a Comuna não perseguiu Thiers, seu governo e suas tropas desmoralizadas? Pierre Luquet opinou que foi principalmente pela crença ilusória na possibilidade de chegar a um acordo com o governo francês "legal": "O decreto de morte da Comuna foi pronunciado no próprio dia de sua vitória, pelo Comitê Central".¹¹²⁰

O Comitê Central da Guarda Nacional, contrariamente a sua declaração antimilitarista de 29 de março, não abdicou de sua vontade de dirigir militarmente o movimento, concorrendo de fato com a Comuna. A desunião entre o Comitê Central e o Conselho Executivo da Comuna se tornou afinal pública, enfraquecendo a revolução. A Comuna, ainda assim, garantiu o funcionamento da máquina administrativa parisiense, abandonada por muitos funcionários públicos, sobretudo pelas chefias. Os correios, os trens, a gráfica nacional, a receita, as escolas etc. continuaram a funcionar. E conseguiu manter a Guarda Nacional com os soldos em dia e equipada. Também proibiu a acumulação de cargos remunerados.



Barricada com cidadãos da Guarda Nacional

¹¹²⁰

P. Luquet, A. Dunois et al. *A Comuna de Paris*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1968.

A Comuna recuou em apossar-se do Banco Central da França, limitando-se a tomar emprestado do mesmo, enquanto o governo de Thiers continuou usando-o tranquilamente. “Naqueles cofres há 4,6 milhões de francos” - lamentava Lissagaray - “mas as chaves estão em Versalhes; e, dada a tendência do movimento para conciliar-se com os prefeitos, ninguém se atreve a arrombar os ferrolhos e fechaduras”. O arrombamento (medida que caracterizaria os *communards* como ladrões perante a “opinião pública”) poderia também ser visto como uma apropriação indébita dos depósitos dos camponeses.

Para Engels, “os proudhonistas foram, em primeira linha, os responsáveis pelos decretos econômicos da Comuna, tanto pelos seus aspectos gloriosos quanto inglórios, tais como os blanquistas, por suas ações e omissões políticas. E, em ambos os casos, quis a ironia da história – tal como, de costume, quando doutrinadores assumem o timão do navio – que uns e outros fizessem o contrário daquilo que prescrevia sua doutrina de escola”: os blanquistas, “educados na Escola da Conspiração, mantidos coesos pela disciplina férrea que a esta corresponde, partiam da concepção de que um número relativamente pequeno de homens decididos e bem organizados seria capaz de, em certo momento favorável, não apenas assumir o timão do Estado, como também de, mediante a dinamização de grande e implacável energia, mantê-lo o tempo necessário, até que conseguissem arrastar a massa do povo para a revolução, agrupada em torno do pequeno grupo dirigente. Para tanto, seria indispensável a mais severa e ditatorial centralização de todo o poder nas mãos do novo governo revolucionário”.

E, “o que fez a Comuna cuja maioria era composta precisamente por esses blanquistas? Em todas as suas proclamações, dirigidas aos franceses da província, conclamou estes à formação de uma Federação Livre de Todas as Comunas Francesas com Paris, à formação de uma organização nacional que, pela primeira vez, devia ser criada verdadeiramente pela própria nação. Precisamente o poder opressor do governo centralista existente - as forças armadas, a polícia política, a burocracia, criadas por Napoleão em 1798, e que, desde então, foram assumidas por todos os novos governos como instrumentos a serem utilizados contra seus adversários – precisamente esse poder havia de sucumbir, por todos os lados, tal como em Paris já havia sucumbido”.¹¹²¹

Também se criticou à Comuna por ter descuidado do apoio às lutas operárias da província e, particularmente, das Comunas que surgiram em algumas grandes cidades do interior (“para levantar a França, foi alocado no máximo cem mil francos”, queixou-se Lissagaray); a Comuna não conseguiu compreender o papel eminentemente impulsionador e centralizador que poderiam desempenhar suas diretivas: ela poderia tentar promover uma coalizão dos diversos movimentos municipais contra o governo de Versalhes; nem mesmo percebeu o que representaria a busca de atividades e movimentos de solidariedade: a possibilidade de abertura de novos focos de luta; a possibilidade de esclarecer e desfazer as mentiras de Versalhes, sobretudo junto ao campesinato (a grande maioria da população da França). Também foi apontado o descuido da Comuna para com o movimento operário internacional: havia uma comissão encarregada de manter as relações com o exterior, mas esta esqueceu quase totalmente o resto do mundo.

Prosper-Olivier Lissagaray apontou que, por toda a Europa, a classe operária bebia avidamente as novas de Paris, combatia com a grande cidade, multiplicava os comícios, as passeatas, os apelos. Seus jornais lutavam corajosamente contra as calúnias da imprensa burguesa. O dever da comissão para o exterior era de alimentar estes auxiliares. Alguns jornais estrangeiros endividaram-se até a falência para defender a mesma Comuna de Paris que deixava seus defensores perecerem por falta de apoio econômico. Desde o primeiro instante, as velhas classes possuidoras, ao contrario, reagrupadas em Versalhes (com Thiers e a Assembleia Nacional), organizaram-se para esmagar a Comuna, obtendo inclusive da Prússia a libertação de centenas de milhares de soldados presos na guerra.

¹¹²¹

Friedrich Engels. *Op. Cit.*



A derrubada da coluna de Vendôme pelos *communards*

A Comuna, tendo proclamado a separação da Igreja do Estado, não podia senão excluir a instituição religiosa do ensino público que, por sua vez, devia ser organizado. Mas a Comuna não ficou só nesse plano : deu-se por tarefa inicial erradicar da escola, em todos os níveis, tanto a influência clerical-religiosa, que incitava os homens, desde a sua infância, a submeter-se ao seu destino, quanto à influência da moral burguesa. O ensino religioso nas escolas tinha sido reforçado depois do fracasso da Revolução de 1848: "Não se pode salvar a propriedade senão através da religião, que ensina a carregar docilmente a cruz", diziam os governantes franceses Montalambert, Falloux e Thiers. Charles Fourier havia criticado duramente a falsidade do ensino que inculcava nas crianças o "amor ao próximo", enquanto a indústria e o comércio os lançavam à concorrência desenfreada, assim como a moral que defendia a "virtude", enquanto a sociedade ensinava-lhes a ignorá-la.

Tendo levantado a bandeira da República do Trabalho, a Comuna tentou levar adiante uma verdadeira revolução cultural, que eliminasse: 1) a divisão entre trabalho manual e intelectual; 2) a opressão das mulheres pelos homens; 3) a opressão das crianças pelos adultos. A Comuna esforçou-se em providenciar aos professores "uma remuneração condizente com suas importantes funções" e, pela primeira vez, proclamou a isonomia salarial e de trabalho entre docentes, independente de seu sexo. Além de suprimir o ensino da religião, a Comuna ainda procurou criar o "ensino gratuito, laico e obrigatório"; uma Comissão foi instituída para transformar o ensino privado confessional em ensino laico, bem como para organizar e desenvolver o ensino profissional. A Comuna conseguiu abrir duas escolas profissionais: uma para moços e outra para moças.

A Delegação do Ensino da Comuna proclamou, a 17 de maio de 1871, sob a assinatura de Edouard Vaillant: "Considerando importante que a Revolução Comunal afirme seu caráter essencialmente socialista por uma reforma do ensino, assegurando a todos a verdadeira base da igualdade social, a instrução integral a que cada um tem direito e facilitando-lhe a aprendizagem e o exercício da profissão para a qual o dirigem seus gostos e aptidões. Considerando, por outro lado, que enquanto se espera que um plano completo de ensino integral possa ser formulado e executado, é preciso decretar as reformas imediatas que garantam, num futuro próximo, essa transformação radical do ensino. A Delegação do Ensino convida as municipalidades distritais a enviar, no mais breve prazo possível, para o doravante Ministério da Instrução Pública, as indicações e as informações sobre os locais e estabelecimentos melhor apropriados à pronta instituição de escolas profissionais, onde os

alunos, ao mesmo tempo em que farão a aprendizagem de uma profissão, completarão sua instrução científica e literária.”

Por causa de sua prematura derrota, a Comuna de Paris não teve o tempo histórico de dar sua medida nos mais diversos campos, incluído o escolar. A Circular Vaillant indicava, contudo, que ela pretendia realizar uma reforma socialista da escola. A instrução integral, tendendo a fazer homens completos, a desenvolver harmoniosamente todas as faculdades, a ligar a cultura intelectual à cultura física e ao ensino técnico, era uma das reivindicações da Associação Internacional dos Trabalhadores, votada no seu Congresso de Genebra de 1866, e na resolução do Congresso da AIT de Lausanne, 1867. A 9 de maio de 1871, a seção parisiense da Internacional havia pedido à Comuna para perseverar na via do progresso do espírito humano, decretando a instrução laica, primária e profissional, obrigatória e gratuita em todos os graus. No “Jornal Oficial” de 13 de abril, um manifesto do cidadão Rama, referendado por Benoît Malon, desenvolvia, sobre o ensino primário, opiniões inspiradas principalmente num espírito laico e irreligioso. Por pouco que tenham podido fazer, nem por isso os *communards* deixaram de entrar no caminho de uma reorganização completa do ensino.



Louis-Auguste Blanqui, nos tempos da Comuna

A Comuna realizou assim, na sua breve existência, uma obra notável de democratização e laicização do ensino para pô-lo a serviço da “República do Trabalho”. Marx comentou que “dessa maneira, não somente a instrução tornou-se acessível a todos, mas também a própria ciência foi libertada dos grilhões que lhe tinham sido impostos pelos preconceitos de classe e a força governamental”.¹¹²² “A Delegação da Educação tinha por obrigação uma das mais belas páginas da Comuna. Após tantos anos de estudo e experiência, essa questão devia surgir inteiramente elaborada de um cérebro realmente revolucionário. A Delegação nada deixou como testemunho para o futuro. No entanto, o delegado era um homem dos mais instruídos. Contentou-se em eliminar os crucifixos das salas de aula e em fazer um apelo a todos os que haviam estudado as questões da educação. Uma comissão foi encarregada de organizar o ensino primário e a formação profissional; todo seu trabalho foi anunciar, em 6 de maio, a inauguração de uma escola. Outra comissão, para a educação das mulheres, foi nomeada no dia da entrada dos versalheses. O papel administrativo dessa delegação restringiu-se a

¹¹²² Marx e Engels defendiam uma “educação comunista” que, superando as contradições da sociedade de classe, deveria ser “intelectual, física e politécnica”: esta última deveria ser ao mesmo tempo ser teórica (‘transmitir os princípios gerais de todos os processos de produção’) e prática (‘iniciação ao uso prático e ao manejos instrumentos básicos de todos os ramos do trabalho’). Essa dupla formação era julgada indispensável para que os trabalhadores dominassem as bases científicas da tecnologia, o que lhes permitiria organizar e controlar a produção uma vez conquistado o poder político (sob o reino da burguesia, eles possuíam apenas “a sombra do ensino profissional”).

decretos pouco viáveis e a algumas nomeações. Dois homens dedicados e talentosos, Elisée Reclus e Benjamin Gastineau, foram encarregados de reorganizar a Biblioteca Nacional. Proibiram o empréstimo de livros, pondo fim ao escândalo de privilegiados que constituíam bibliotecas à custa das coleções públicas. A Federação dos Artistas, cujo presidente era Courbet - nomeado membro da Comuna em 16 de abril - e que contava entre seus integrantes com o escultor Dalou, ocupou-se da reabertura e da fiscalização dos museus”.

Enfim, “nada se saberia dessa revolução em matéria de educação sem as circulares das municipalidades. Várias haviam reaberto as escolas abandonadas pelas congregações e pelos professores primários da cidade, ou tinham expulsado os padres que lá restavam. A do XX Distrito vestiu e alimentou as crianças, lançando assim as primeiras bases das Caixas Escolares, tão prósperas a partir de então. A delegação do IV Distrito dizia: ‘Ensinar a criança a amar e a respeitar seu semelhante, inspirar-lhe o amor à justiça, ensinar-lhe que deve se instruir tendo em vista o interesse de todos: eis os princípios morais em que doravante repousará a educação comunal’. ‘Os professores das escolas primárias e das creches’, prescrevia a delegação do XVII Distrito, ‘empregarão exclusivamente o método experimental e científico, que parte sempre da exposição dos fatos físicos, morais e intelectuais’. Ainda se estava longe de um programa completo”.¹¹²³

Considerou-se instituir uma Escola Nacional de Serviço Público (uma ideia da qual, ironicamente, surgiria a ENA, *École Nationale d’Administration*, centro de formação por excelência da burocracia estatal francesa, que a Comuna pretendia destruir). Em apenas dois meses, era impossível levar plenamente à prática todos os planos. Mas ficou claro que a Comuna pretendia programar um sistema de ensino integral, a todos os níveis, que unisse trabalho manual e intelectual, através de um ensino simultaneamente científico e profissionalizante. A Comuna, por outro lado, combateu a opressão das mulheres baseada na ignorância. Um artigo de 9 de abril de 1871 do jornal revolucionário *Père Duchêne* advertia: “Se vocês soubessem, cidadãos, o quanto a Revolução depende das mulheres. Nesse caso, estariam atentos para a educação das meninas. E não as deixariam, como se fez até agora, na ignorância!”.¹¹²⁴ A derrota da Comuna impôs um retrocesso social e cultural extraordinário. Mas a semente deixada pela Comuna - a escola pública, laica, gratuita e obrigatória; a libertação feminina - floresceu novamente nas lutas sociais, antes que o século XIX concluísse.

A destruição do caráter de classe do ensino e da escola, da elitização da universidade, foram postas pela Comuna através do único meio possível: a destruição do Estado opressor e o fim do caráter classista da sociedade toda. Mas a Comuna de Paris não podia ser mais do que uma primeira tentativa. Iniciada ao término de uma guerra, espremida entre dois exércitos prontos a dar as mãos para esmagá-la, ela não se atreveu a enveredar plenamente pelo caminho da revolução econômica. Não iniciou um processo de expropriação do capital ou de organização do trabalho. Não soube ao menos avaliar os recursos da cidade. Também não conseguiu romper com a tradição de um governo representativo. No dia 29 de março, a Comuna se havia organizado em dez comissões, tendo como base de referência os ministérios até então existentes (menos o ministério dos cultos, que foi suprimido): Militar, Finanças, Justiça, Segurança, Trabalho, Subsistência, Indústria e Trocas, Serviços Públicos, Ensino — coroadas por uma Comissão Executiva.

Os *communards* não organizaram, como vimos, o ataque a Versalhes logo depois de 18 de março. No meio tempo, o governo de Versalhes não ficou inativo. Trouxe para a região parisiense tropas oriundas do interior. O armistício autorizava a França a manter apenas quarenta mil soldados na região parisiense; o governo Thiers negociou com os alemães a autorização para concentrar mais tropas, com o fim de “restabelecer a ordem”. Bismarck foi

¹¹²³ Prosper-Olivier Lissagaray. *Op. Cit.*, p. 170. Lissagaray, nesse seu livro publicado em 1876, visava a combater “as mentiras e calúnias burguesas” que se seguiram à supressão da Comuna.

¹¹²⁴ In: Raoul Dubois. *À l’Assaut du Ciel*. La Commune racontée. Paris, Les Éditions Ouvrières, 1991, p. 164.

muito compreensivo: o acordo de 28 de março autorizou oitenta mil homens. Após outras negociações, Versalhes obteve a autorização de concentrar 170 mil homens, dos quais cerca de cem mil eram prisioneiros franceses libertados pelos alemães para esse fim específico.

Enquanto isso, a Comuna preparou desastrosamente sua defesa militar: “Muitos batalhões estavam sem chefes desde 18 de março; os guardas nacionais, sem quadros; os generais improvisados, que assumiam a responsabilidade de liderar quarenta mil homens, não tinham qualquer conhecimento militar, nem jamais haviam conduzido um batalhão ao combate. Não tomaram as providências mais elementares, não reuniram nem artilharia, nem carregamento de munição, nem ambulâncias, esqueceram-se de fazer uma ordem do dia, deixaram os homens sem víveres por várias horas numa bruma que lhes penetrava os ossos. Cada federado seguiu o chefe que quis. Muitos não tinham cartuchos, pois acreditavam, como diziam os jornais, que se tratava de um simples passeio militar”.¹¹²⁵

No dia 30 de março, o governo de Versalhes começou a investir contra Paris, apoderando-se inicialmente do município fronteiriço de La Courbevoie. Em 2 de abril, ocorreu o primeiro confronto entre as tropas de Paris e as de Versalhes, ainda furiosas pela derrota da França na guerra franco-prussiana e pelo acordo punitivo de janeiro de 1871. O confronto concluiu com o revés dos parisienses; os prisioneiros *communards* foram fuzilados pelos versalheses. A notícia agitou Paris. Cedendo à pressão popular, a Comuna decidiu enviar tropas contra Versalhes. Mal organizada, com ilusões de que os soldados de Versalhes não ousariam atirar contra a Guarda Nacional, a iniciativa resultou em uma séria derrota. Em 5 de abril, a Comuna tomou a decisão de executar três reféns por cada federado executado por Versalhes (o decreto só seria aplicado, no entanto, nos últimos dias da Comuna). A luta militar entrou numa fase de guerra de bombardeios à distância, com escaramuças de vez em quando. Versalhes afirmou várias vezes que não aceitava qualquer pacificação ou conciliação, apenas a rendição pura e simples de Paris.

O fim dramático da Comuna se precipitou: em 19 de abril a Comuna votou, quase por unanimidade, uma *Declaração ao Povo Francês*, que apresentava seu programa e sua proposta de Constituição Comunalista que, segundo Marx, teria “começado a regeneração da França”. Em 21 de abril, houve uma reestruturação das Comissões, que passaram a ser encabeçadas por um delegado, os nove delegados constituindo a Comissão Executiva. Como isto não bastasse para fortalecer e agilizar a ação da Comuna, foi criado um Comitê de Salvação Pública, de cinco membros, “responsável apenas diante da Comuna” (proposta que encontrou a oposição de uma importante minoria, entre os quais os membros da AIT). O novo comitê, que pretendia reproduzir o método e, sobretudo, o fantasma do *Comité de Salut Public* da “Grande Revolução” do século XVIII, não teve o efeito mágico esperado por seus proponentes. A decisão de instalar barricadas era pouco mais que uma ameaça, pois elas já haviam sido tornadas inúteis depois que o Barão Haussmann reformara Paris nos anos 1860, dotando-a de largas avenidas para permitir a passagem das tropas.

A partir de 26 de abril, os federados começaram a perder posições militares: Les Moulineaux naquele dia; as fortificações de Moulin-Saquet em 4 de maio; perda de Clamart no dia seguinte; revés de Vanves, em 6 de maio; perda das fortificações de Issy no dia 8, dia em que Thiers lançou um ultimato aos parisienses. Em 9 de maio, o Comitê de Salvação Pública sofreu uma renovação, na esperança de melhorar sua ação efetiva. No dia 10, o governo de Thiers assinou o tratado de paz definitivo entre França e Alemanha em Frankfurt am Main. No dia 20 de maio, finalmente, os versalheses entraram em Paris: um traidor lhes abriu uma porta; 130 mil homens começaram a penetrar na cidade. O alerta foi dado; iniciativas de resistência foram tomadas.

No dia 22 de maio, o Comitê de Salvação Pública lançou um apelo geral às armas. Os bairros populares encheram-se de barricadas. Praticava-se a guerra de ruas; para dificultar o avanço

¹¹²⁵

Prosper-Olivier Lissagaray. *Op.Cit.*, p. 143

do adversário, incendiaram os edifícios na hora de abandoná-los. As tropas dos versalheses foram obrigados a conquistar a cidade quarteirão por quarteirão, casa por casa. Em 24 de maio, a Comuna abandonou o *Hôtel-de-Ville*, sede do governo parisiense, para instalar-se na Prefeitura da 11ª região administrativa. No dia 25 de maio, aconteceu sua última reunião. No dia seguinte, resistia apenas um bolsão no bairro Saint-Antoine e arredores. A última barricada, na rua Oberkampf, foi tomada pelos versalheses às 13 horas do dia 28 de maio.

Um total de 877 homens das forças militares de Thiers morreram durante os enfrentamentos. Quatro mil *communards*, em troca, morreram na batalha; e mais 20 mil foram executados sumariamente nos dias que se seguiram; 10 mil conseguiram fugir para o exílio; mais de 40 mil foram presos, destes, 91 condenados à morte, quatro mil à deportação e cinco mil a penas diversas. Um total, entre presos, exilados e mortos, de cerca de 100 mil pessoas, mais de 5% da população da cidade. Desde uma plataforma de observação elevada nos arredores da cidade, o jovem (e nobre) tenente prussiano Paul Ludwig Hans Anton Von Beneckendorff und Von *Hindenburg*, comandante de uma unidade militar alemã em situação de prontidão para auxiliar eventualmente às tropas francesas (que ele combatera até poucos dias antes na guerra franco-prussiana), contemplou impressionado o sangrento desfecho da maior batalha de classe da era moderna. Quarenta e cinco anos depois, membro do Estado Maior alemão, ele seria condecorado como herói de guerra alemão na Primeira Guerra Mundial. E pouco mais de sessenta anos depois, como presidente da República de Weimar e já bem ancião, mas provavelmente com as imagens da Comuna de 1871 ainda na memória, ele nomeou para chefiar o governo do país um líder político chamado Adolf Hitler,

Entre os 38.578 presos da Comuna julgados em janeiro de 1872, 36.909 eram homens, 1.054 mulheres, e 615 crianças com menos de 16 anos. Só 1.090 foram liberados depois dos interrogatórios. Os presos e exilados, por sua vez, só vieram a ser anistiados em julho de 1880. Um dos chefes militares da Comuna, um oficial francês que nada tinha de “internacionalista” ou de “comunista”, mas que entendeu ser seu dever combater junto à Comuna “francesa” contra as orquestrações dos “prussianos” e dos “traidores”, disse aos que o julgavam pelo seu “crime”: “Vocês estão vendo, legisladores imbecis, que é preciso abrir a sociedade para a horda que a sitia: sem isso, essa horda far-se-á uma sociedade fora da vossa. Se as nações não abrem suas portas à classe operária, a classe operária se precipitará em direção da Internacional”. E acrescentava: “Não tenho nenhum preconceito em favor dos *communards*: ainda assim, em que pesem todas as vergonhas da Comuna, reivindico ter combatido junto a esses vencidos do que junto aos vencedores... Se devesse recomeçar, talvez não servisse à Comuna, mas com certeza não iria servir a Versalhes”. O oficial, chamado Cluseret, foi fuzilado. Junto com Roussel, outro oficial condecorado do exército francês, ele tinha sido responsável pela defesa militar da Comuna.

A política derrotista do governo de Thiers culminou no término oficial da guerra franco-prussiana, com a assinatura do Tratado de Frankfurt, que confirmou as negociações prévias de Versalhes, totalmente favoráveis à Alemanha. No documento, estabeleceu-se a entrega dos territórios da Alsácia (separada geograficamente da Prússia pelo Reno), e parte da Lorena (incluindo Metz) ao domínio do Império Alemão, ou seja, a cessão três departamentos povoados com um milhão e meio de pessoas. No prazo de um ano, os alsacianos poderiam optar entre a nacionalidade francesa ou alemã. 50 mil deles instalaram-se na mãe pátria, a França, ao passo que vários milhares emigraram para a Argélia, que tinha sido previamente declarada “perpetuamente francesa”. O restante adotou a recentemente criada cidadania alemã.

Lênin, quase meio século depois, nas suas conclusões acerca da derrota da Comuna, assinalou que "para que uma revolução social possa ser vitoriosa, duas condições ao menos são necessárias: as forças produtivas altamente desenvolvidas e um proletariado bem preparado. Mas, em 1871, estas duas condições faziam falta. O capitalismo francês era ainda pouco desenvolvido, e a França era sobretudo um país de pequeno-burgueses (artesãos,

camponeses, comerciantes, etc.). O que fez falta à Comuna foi o tempo e a possibilidade de se orientar e de abordar a realização de seu programa". Depois de mais um meio século, Guy Debord afirmou que "a Comuna de Paris foi vencida menos pela força das armas que pela força do hábito. O exemplo prático mais escandaloso foi a recusa em recorrer ao canhão para tomar o Banco de França, quando o dinheiro fazia tanta falta. Enquanto durou o poder da Comuna, a banca permaneceu como um enclave em Paris, defendida por algumas espingardas e pelo mito da propriedade e do roubo. Os restantes hábitos ideológicos foram desastrosos sob todos os pontos de vista (a ressurreição do jacobinismo, a estratégia derrotista das barricadas em memória de 1848, etc.)".¹¹²⁶ O passado continuava sugando o cérebro dos vivos.

A derrota da Comuna iniciou um período de declínio conjuntural do movimento operário europeu e suas organizações. A AIT já era teatro de disputas internas desde antes de 1870, opondo fundamentalmente Bakunin e Marx. As divergências redobram de intensidade após a derrota da Comuna, com manobras de bastidores envolvendo todas as partes. A AIT, que protagonizara episódios grandiosos em 1870 e 1871, não sobreviveu à derrota dos proletários de Paris. A influência da Internacional na Comuna foi mais potencial que real, e por isso tanto mais temida. Karl Marx deu uma entrevista a respeito, reproduzida *in extenso* a seguir.

ENTREVISTA COM KARL MARX, PUBLICADA NO JORNAL *THE WORLD*, DOS EUA, A 18 DE JULHO DE 1871

(A conversa entre Marx e o jornalista R. Landor, segundo relatos da época, teve como testemunha Friedrich Engels)

Pediram-me para descobrir algo sobre a Associação Internacional dos Trabalhadores, e eu tentei. No momento, a tarefa é difícil. Londres é, sem dúvida, a sede da Associação; os ingleses estão assustados e sentem o cheiro da Internacional em tudo, assim como o rei James sentia cheiro de pólvora após a famosa conspiração. A cautela da Associação aumentou com a suspeita do público, e os seus líderes são pessoas que sabem guardar um segredo quando necessário. Visitei dois dirigentes, conversei com um deles livremente, e aqui está o resultado dessa conversa. Convenci-me de que a Associação é uma autêntica agremiação de trabalhadores, mas esses trabalhadores são liderados por teóricos políticos e sociais de outra classe. Um dos homens que encontrei, um líder do Conselho, estava sentado em sua bancada de trabalho durante a nossa entrevista e parava de falar comigo de vez em quando para receber uma reclamação, feita de maneira pouco cortês, de um dos muitos patrões que o empregavam. Vi aquele mesmo homem fazer discursos eloquentes e totalmente inspirados pelo ódio às classes dos que se denominavam seus governantes. Compreendi os discursos depois de entrar em contato com a vida pessoal do orador. Ele devia perceber que era inteligente e bastante para organizar um governo trabalhista e, mesmo assim, ali estava ele, obrigado a dedicar a vida à tarefa revoltante que é uma profissão mecânica. Era orgulhoso e sensível e, ainda assim, tinha que retribuir um resmungo com uma inclinação da cabeça ou com um sorriso, uma ordem, que, em uma escala de civilidade, encontrava-se no mesmo nível de um chamado que o caçador dirige ao próprio cão. Esse homem ajudou-me a entrar em contato com um dos lados da natureza da Internacional, a revolta do trabalho contra o capital, do trabalhador que produz contra o intermediário que usufrui. Nesta minha entrevista com o doutor Karl Marx, vi os punhos que atacariam quando necessário e também a mente que planeja.

O doutor Karl Marx é um alemão doutorado em filosofia com um amplo conhecimento derivado tanto da observação do mundo quanto dos livros. Devo concluir que ele nunca foi um trabalhador no sentido comum da palavra. Seu ambiente e aparência são os de um próspero homem de classe média. A sala de visitas, para a qual fui conduzido na noite da minha entrevista, poderia ser parte da casa confortável de um corretor de valores bem-sucedido que estivesse começando a enriquecer. Era o apartamento de um homem de bom gosto e de posses, mas sem nenhuma característica particular do seu dono. Um fino álbum com paisagens do Reno sobre a mesa, entretanto, era uma pista para a sua nacionalidade. Olhei com cautela dentro de um vaso sobre uma mesinha de canto, procurando por uma bomba. Esperava sentir cheiro de gasolina, mas o cheiro era de rosas. Voltei em silêncio para o meu lugar e, melancólico, esperei pelo pior.

Ele entrou, cumprimentou-me com cordialidade, e nós nos sentamos frente a frente. Sim, estou *tête-à-tête* com a encarnação da revolução, com o verdadeiro fundador e líder da Associação Internacional, com o autor do discurso no qual dizia que, se o capital lutava contra o trabalho, deveria estar preparado para ter sua própria casa queimada – em resumo, com o apologista da Comuna de Paris. Lembrem-se do busto de Sócrates, o homem que preferiu morrer a dizer que acreditava nos deuses de sua época – o homem de perfil fino, cuja fronte terminava em um pequeno traço arrebitado, parecendo-se com um gancho dividido ao meio, que formava o nariz? Fixem-se nesse busto, mudem a cor da barba para o preto com alguns tufois grisalhos; coloquem essa cabeça sobre um tipo corpulento de estatura mediana e terão a imagem do doutor à minha frente. Coloque uma mantilha sobre a parte superior do rosto e poderá estar na companhia de um membro nato de um conselho paroquial. Descubra o traço

¹¹²⁶

Guy Debord. 14 thèses sur la Commune de Paris. *Internationale Situationiste* n° 7, Paris, abril de 1962.

essencial, as imensas sobranceiras, e saberá imediatamente que o senhor está lidando com a mais formidável de todas as forças compostas – um sonhador que pensa e um pensador que sonha.

Outro senhor acompanhava o doutor Marx, acho que também era um alemão, embora não pudesse afirmar com certeza devido a sua familiaridade com a nossa língua. Será que era uma testemunha a favor do doutor? Acho que sim. O “Conselho”, ao ouvir falar da entrevista, talvez o visitasse e pedisse explicações sobre a entrevista, pois a Revolução está acima de todas as atitudes suspeitas de seus agentes. Aquele outro senhor talvez fosse a testemunha de defesa.

Fui direto ao assunto. O mundo, disse eu, parecia não entender a Internacional, odiando-a, mas incapaz de dizer com clareza do que sentia ódio. Alguns declararam ter visto nela uma cabeça de Jano com o sorriso honesto e franco de um trabalhador em um de seus rostos e, no outro, uma carranca assassina e conspiradora. Ele poderia esclarecer o mistério em que estava imersa a teoria? O professor riu, acho que divertiu-se um pouco ao pensar que sentíamos tanto medo dele. “Não há mistério nenhum para solucionar, caro senhor,” começou ele, em uma forma muito educada do dialeto de Hans Breitmann, “exceto, talvez, o mistério da ignorância humana naqueles que não sabem que nossa Associação é pública e tem os relatórios completos de seus procedimentos publicados para todos aqueles que estiverem interessados em lê-los. O senhor pode comprar o nosso estatuto por uma ninharia e, se gastar o mesmo em panfletos, saberá quase tanto sobre nós quanto nós mesmos sabemos”.

R. Landor: Quase – é, talvez sim, mas o mais importante não seria justamente aquilo que permanecerá reservado, escondido? Para ser bastante franco e colocar o caso como ele se apresenta a um observador de fora, essa manifestação geral de desprezo pelos senhores deve significar mais do que o menosprezo ignorante da multidão. E acho apropriado perguntar, mesmo depois do que o senhor me disse, o que é a Associação Internacional dos Trabalhadores?

K. Marx: O senhor só precisa olhar para os indivíduos que fazem parte dela – os trabalhadores.

R. Landor: É verdade, mas o soldado não precisa ser nenhum expoente da política que o coloca em ação. Conheço alguns dos membros da Associação e acredito que eles não sejam do tipo conspiratório. Além disso, um segredo compartilhado por milhões de homens não é um segredo. Mas e se eles fossem só instrumentos nas mãos de um grupo corajoso e, espero que o senhor me perdoe por acrescentar, pouco escrupuloso?

K. Marx: Não há nada que prove isso.

R. Landor: A última revolta de Paris?

K. Marx: Primeiro, exijo provas de que houve uma conspiração – de que algum acontecimento não tenha sido efeito legítimo das circunstâncias do momento, ou, caso a conspiração seja admitida, exijo provas da participação da Associação Internacional.

R. Landor: A presença na Comuna de tantos membros da Associação.

K. Marx: Sendo assim, ela também foi uma conspiração dos maçons, já que a participação individual deles não foi pequena. Não ficaria nem um pouco surpreso se o papa os culpasse por toda a revolta. Mas tente outra explicação. A revolta de Paris foi feita pelos trabalhadores parisienses. Os trabalhadores mais capazes devem ter sido os líderes e administradores, mas, por acaso, os trabalhadores mais capazes também são membros da Associação Internacional. No entanto a Associação não pode de jeito nenhum ser responsabilizada pela ação desses membros.

R. Landor: A opinião pública pensa o contrário. As pessoas falam em instruções secretas de Londres e até em doações em dinheiro. Pode-se afirmar que a alegada transparência das atas da Associação exclui todas as comunicações secretas?

K. Marx: Que associação formada até então levou adiante seu trabalho sem atividades públicas e particulares? Mas falar em instruções secretas de Londres, bem como de decretos relativos à fé e à moral de algum centro de conspiração e dominação papal, só serve para a formação de um conceito errôneo da natureza da Internacional. Isso implicaria uma forma centralizada de governo da Internacional, quando a forma real é intencionalmente aquela que deixa a ação a cargo da independência e da energia locais. Na verdade, a Internacional não é propriamente um governo para as classes trabalhadoras. Ela é um elo de união, não uma força controladora.

R. Landor: E que propósitos tem essa união?

K. Marx: A emancipação econômica da classe trabalhadora pela conquista do poder político. O uso desse poder político para fins sociais. Assim, é necessário que nossas metas sejam abrangentes para que incluam todas as formas de atividades exercidas pela classe trabalhadora. Restringi-las seria adaptá-las às necessidades de apenas um grupo – apenas uma nação de trabalhadores. Mas como pedir que todos os homens se unam para atingir os objetivos de uns poucos? Se assim o fizesse, a Associação perderia seu título de Internacional. A Associação não determina a forma dos movimentos políticos; só exige uma garantia no que diz respeito aos objetivos desses movimentos. Ela é uma rede de sociedades afiliadas, espalhadas por todo o mundo trabalhista. Em cada parte do mundo, surge um aspecto particular do problema, e os trabalhadores locais tratam desse aspecto à maneira deles. As associações de trabalhadores não podem ser idênticas em Newcastle e em Barcelona, em Londres e em Berlim. Na Inglaterra, por exemplo, a maneira de demonstrar poder político é óbvia para a classe trabalhadora. A rebelião seria uma loucura enquanto a agitação pacífica seria uma solução rápida e certa para o problema. Na França, uma centena de leis de repressão e um antagonismo moral entre as classes parece precisar de uma solução violenta para

a luta social. A escolha dessa solução é um assunto das classes trabalhadoras daquele país. A Internacional não pretende aconselhar ou tomar decisões a respeito do assunto. Mas, para cada movimento, ela concede auxílio e solidariedade dentro dos limites designados por suas próprias leis.

R. Landor: E qual é a natureza desse auxílio?

K. Marx: Para dar-lhe um exemplo, uma das formas mais comuns de movimento pela emancipação são as greves. Antes, quando havia uma greve em um país, ela era derrotada pela importação de trabalhadores estrangeiros. A Internacional quase conseguiu fazer com que isso parasse. Ela recebe informações antecipadas da greve, difunde essas informações entre seus membros que, imediatamente, decidem não tomar parte naquele movimento. Assim os patrões sozinhos têm que ajustar contas com os seus homens. Em muitos casos, esses homens não necessitam de nenhum outro auxílio. As suas próprias contribuições para as sociedades a que estão diretamente afiliados fornecem os fundos necessários, mas se a pressão sobre eles tornar-se muito grande e a Associação aprovar a greve, as necessidades serão supridas pelos fundos comuns. Com esses métodos, outro dia, uma greve dos trabalhadores da indústria de charutos de Barcelona foi vitoriosa. Mas a sociedade não tem interesse em greves, embora as apoie sob certas condições. Ela não ganha nada com essas greves do ponto de vista pecuniário, mas pode perder com facilidade. Vamos resumir tudo em poucas palavras. As classes trabalhadoras permanecem pobres em meio ao aumento da riqueza e do luxo. As privações materiais que sofrem diminuem tanto o ânimo quanto a estatura física desses trabalhadores. Eles não podem depender de mais ninguém. Assim, resolver seu próprio problema tomou-se para eles uma necessidade imperativa. Eles têm que rever as relações que têm com os capitalistas e os proprietários de terras, e isso quer dizer que eles precisam transformar a sociedade. Esse é o objetivo geral de qualquer organização de trabalhadores conhecida; ligas trabalhistas e rurais, sociedades comerciais e recreativas, produção e venda cooperativa não são nada mais do que meios de atingir tal objetivo. Estabelecer uma solidariedade perfeita entre essas organizações é o trabalho da Associação Internacional. Sua influência começa a ser sentida em toda parte. Dois jornais difundem seus pontos de vista na Espanha, três na Alemanha, três na Áustria e na Holanda, seis na Bélgica e seis na Suíça. Agora que expliquei-lhe o que é a Internacional, talvez o senhor esteja preparado para formar a sua própria opinião a respeito das nossas supostas conspirações.

R. Landor: Eu não entendi muito bem o senhor.

K. Marx: O senhor não entende que a velha sociedade, em busca de força para enfrentar a Internacional e com as armas do debate e da associação características desta, é obrigada a recorrer à fraude de uma acusação de conspiração?

R. Landor: Mas a polícia francesa declarou estar em condições de provar a cumplicidade da Associação nos últimos acontecimentos, para não falar naqueles que os precederam.

K. Marx: Vamos dizer-lhe uma coisa sobre aqueles atentados, se o senhor nos permitir, porque ela servirá para melhor atestar a gravidade de todas as acusações de conspiração levantadas contra a Internacional. O senhor lembra-se da penúltima “conspiração”. Havia sido anunciado um plebiscito. Muitos eleitores estavam hesitantes. Eles já não tinham mais um forte senso do valor do governo imperial, passando a não mais acreditar naqueles perigos ameaçadores da sociedade dos quais tal governo os tinha salvado. Era necessário um novo bicho papão. A polícia encarregou-se de encontrar um. Como todas as associações de trabalhadores odiavam a polícia, eles naturalmente queriam desferrar-se da Internacional. Então tiveram uma ideia. E se eles escolhessem a Internacional como bicho-papão e assim desacreditassem a associação e agradassem a causa imperial? Daquela ideia surgiu a ridícula “conspiração” contra a vida do imperador – como se nós quiséssemos matar o pobre velho. Eles prenderam os líderes da Internacional. Fabricaram provas. Prepararam o caso para levar ao tribunal e, nesse meio tempo, fizeram o plebiscito. Mas era óbvio que a comédia encenada não passava de uma farsa grosseira. Os europeus inteligentes, que assistiram ao espetáculo, não foram enganados nem por um minuto; só os eleitores camponeses franceses foram feitos de tolos. Os seus jornais ingleses noticiaram o início do infeliz incidente; esqueceram de noticiar o fim. Os juízes franceses, admitindo a existência da conspiração por cortesia oficial, foram obrigados a declarar que nada provava a cumplicidade da Internacional. Acredite-me, a segunda conspiração é igual à primeira. Os burocratas do governo francês estão em ação mais uma vez. Foram chamados a prestar contas pelo maior movimento civil que o mundo já viu. Uma centena de sinais dos tempos deveria apontar para a explicação certa – a conscientização crescente dos trabalhadores, o aumento do luxo e da incompetência dos seus governantes, o processo histórico, que acontece no momento, de transferência de poder de uma classe para o povo, a aparente conveniência da hora, do lugar e das circunstâncias para o grande movimento de emancipação. Mas para ver isso o burocrata precisa ser um filósofo, e ele é apenas um *mouchard* (delator). Devido à sua natureza, portanto, ele foi obrigado a recorrer à explicação de um *mouchard* uma “conspiração”. A sua velha pasta de documentos forjados fornecerá as provas, e, desta vez, a Europa, com seus medos, acreditará na estória.

R. Landor: Será difícil para a Europa evitar essa impressão, vendo todos os jornais franceses espalharem a notícia.

K. Marx: Todos os jornais franceses! Veja, aqui está um deles (pegando um exemplar do *La Situation*) e julgue o senhor mesmo o valor das evidências. (Lê) “O doutor Karl Marx, da Internacional, foi preso na Bélgica, tentando abrir caminho para a França. A polícia de Londres já vem observando a associação a que ele está ligado e, no momento, está tomando providências para acabar com ela.” Duas frases e duas mentiras. O senhor pode comprovar as evidências com os seus próprios olhos. Como vê, ao invés de estar preso na Bélgica, estou em casa na

Inglaterra. O senhor também deve saber que a polícia da Inglaterra não tem poderes para interferir na Associação Internacional, assim como a Associação não pode interferir na polícia. Ainda assim, o pior nisso tudo é que a notícia continuará a se espalhar através da imprensa do continente sem um desmentido, e não mudaria mesmo que, de onde estou, eu avisasse a todos os jornais da Europa.

R. Landor: O senhor tentou contradizer muitas dessas falsas notícias?

K. Marx: Tentei até me cansar. Para mostrar-lhe o quanto eles são descuidados com o que tramam, posso mencionar que vi, em um desses jornais, Félix Pyat ser considerado um membro da Internacional.

R. Landor: E ele não é?

K. Marx: A Associação não teria espaço para um homem tão louco. Certa vez, ele foi atrevido a ponto de publicar uma declaração ousada em nosso nome, mas ela foi desmentida imediatamente, embora, como era de se esperar, a imprensa, é claro, tenha ignorado o desmentido.

R. Landor: E Mazzini, ele é membro da associação?

K. Marx: (Rindo) Não. Não teríamos feito muitos progressos se não tivéssemos ido além de suas ideias.

R. Landor: Fico surpreso. Pensei que ele fosse representante das ideias mais avançadas.

K. Marx: Ele não representa nada além das velhas ideias de uma república de classe média. Não buscamos uma associação com a classe média. Ele está tão atrasado em relação ao movimento moderno quanto os mestres alemães que, no entanto, ainda são considerados os apóstolos do democratismo, culto do futuro na Europa. Eles já o foram no passado – antes de 1848, talvez, quando a classe média alemã, no sentido inglês da expressão, ainda estava longe de atingir o desenvolvimento apropriado. Mas agora eles passaram em massa para o lado da reação, e o proletariado não os reconhece mais.

R. Landor: Algumas pessoas dizem ter visto sinais de um elemento positivista na sua organização.

K. Marx: Não é verdade. Há positivistas entre nós, e há outros que não pertencem à organização, mas também trabalham. Mas isso não se deve à filosofia deles que não tem nenhuma relação com os governos populares, como nós os entendemos, e que busca apenas uma nova hierarquia para substituir a antiga.

R. Landor: Parece que os líderes do novo movimento internacional tiveram que criar não apenas uma associação, mas também uma filosofia.

K. Marx: Exato. Seria bastante improvável, por exemplo, que nós esperássemos ganhar essa guerra contra o capital se baseássemos nossas táticas, digamos, na economia política de Mill. Ele traçou um tipo de relação entre o trabalho e o capital. Esperamos poder demonstrar que é possível estabelecer outra relação.

R. Landor: E no que diz respeito à religião?

K. Marx: Nesse assunto, eu não posso falar em nome da Associação. Eu pessoalmente sou ateu. É, sem dúvida, chocante ouvir uma confissão dessas na Inglaterra, mas é um consolo saber que ela não precisa ser sussurrada na Alemanha ou na França.

R. Landor: E mesmo assim o senhor estabeleceu seu quartel general neste país?

K. Marx: Por razões óbvias; aqui, o direito a associação é algo estabelecido. Na verdade, ele existe na Alemanha, mas é cerceado por inúmeras dificuldades; na França, ele não existe há muitos anos.

R. Landor: E nos Estados Unidos?

K. Marx: Os mais importantes centros das nossas atividades atualmente estão entre as velhas sociedades da Europa. Muitas circunstâncias têm, até hoje, evitado que o problema trabalhista assuma grande importância nos Estados Unidos. Mas elas estão desaparecendo com rapidez, e o problema está vindo à tona com o crescimento, como na Europa, de uma classe trabalhadora diferente do resto da comunidade e divorciada do capital.

R. Landor: Parece que, neste país, a solução tão esperada, seja ela qual for, será obtida sem que se recorra à revolução. O sistema inglês de agitação através dos comícios e da imprensa, até que as minorias se transformem em maiorias, é um bom sinal.

K. Marx: Não sou tão otimista quanto o senhor nesse ponto. A classe média inglesa tem se mostrado inclinada a aceitar o veredito da maioria desde que conquistou o monopólio do poder de voto. Mas preste atenção, assim que ela perder uma votação em um assunto que considerar vital, nós veremos aqui uma nova guerra de proprietários de escravos.

Relato aqui da melhor maneira possível os assuntos que foram abordados durante a minha conversa com esse homem extraordinário. Deixo para os leitores tirarem suas próprias conclusões. Seja lá o que for dito a favor ou contra a probabilidade de sua cumplicidade com o movimento da Comuna, podemos ter certeza de que, no centro da Associação Internacional, o mundo civilizado tem um novo poder com o qual terá, em breve, que ajustar contas, para o bem ou para o mal.

No parágrafo final de *A Guerra Civil na França*, Marx enfatizou: “A mente burguesa tingida de polícia imagina naturalmente, para si mesma, a Associação Internacional dos Trabalhadores agindo à maneira de uma conspiração secreta, com o seu corpo central ordenando, de tempos

a tempos, explosões em diferentes países. A nossa Associação não é, de fato, senão o elo internacional entre os operários mais avançados nos vários países do mundo civilizado. Onde quer que seja, sob que forma e sob que condições for que a luta de classe ganhe qualquer consistência, só é natural que membros da nossa Associação estejam na primeira linha. O solo a partir do qual ela cresce é a própria sociedade moderna. Ela não pode ser esmagada pela maior das carnificinas. Para a esmagarem, os governos teriam de esmagar o despotismo do capital sobre o trabalho - a condição da própria existência parasitária que é a deles. A Paris operária com a sua Comuna será sempre celebrada como o arauto glorioso de uma nova sociedade. Os seus mártires estão guardados como relíquia no grande coração da classe operária. E aos seus exterminadores, já a história os amarrou àquele pelourinho eterno de onde todas as orações dos seus padres não os conseguirão redimir”.¹¹²⁷



Communards mortos, publicamente expostos

A forma da derrota da Comuna teve importância para sua projeção ulterior. No relato do Dr. José Falcão, em Portugal, consecutivo ao massacre parisiense, se afirmava: “A luta em Paris durou oito dias, encarniçada, sanguinolenta, terrível, nos fortes, nas muralhas, nas barricadas, nas praças, nas ruas, nas casas, nas adegas, nos subterrâneos. As tropas de Versalhes tiveram de tomar Paris bairro por bairro, largo por largo, casa por casa, palmo a palmo”.¹¹²⁸ Isto é típico da defesa de uma revolução, não de uma combinação política momentaneamente vitoriosa através de um golpe de mão. A Comuna teve, no entanto, para o desenvolvimento posterior do movimento proletário francês e europeu, efeitos contraditórios. Os blanquistas, a grande maioria presos ou exilados, acabaram aderindo à AIT nos seus derradeiros anos de

¹¹²⁷ Karl Marx. *A Guerra Civil na França*. São Paulo, Boitempo, 2011. A análise da dinâmica da revolução *communard* constitui a força da interpretação de Marx. *A Guerra Civil na França* foi elaborada como um informe para a AIT, o opúsculo resultante foi o texto de Marx de maior impacto político em vida deste (superior, nessa época, ao próprio *Manifesto Comunista*). O trabalho não é muito extenso, mas a edição completa do texto, acompanhada pelo material de pesquisa usado por Marx, assim como pelos dois primeiros ensaios de redação (só o terceiro foi publicado em vida de Marx) mostram o *souci* extremo de Marx para a composição da obra final: Karl Marx. *La Guerre Civile en France*. Édition accompagnée des travaux préliminaires de Karl Marx. Paris, Éditions Sociales, 1953. O conceito poderia ser estendido às análises de Engels (que chegou a elaborar um plano de defesa militar da Comuna) a respeito da guerra franco-prussiana, que precedeu à Comuna de Paris: Friedrich Engels. *Note Sulla Guerra Franco-Prussiana del 1870/71*. Milão, Pantarei, 1996.

¹¹²⁸ *Apud* Alexandre Cabral. *Notas Oitocentistas*. Lousã, Platano Editora, 1973.

existência, mas não superaram suas ideias, embora elas tivessem sido contrariadas pela experiência da Comuna, e desapareceram enquanto corrente do movimento operário nas décadas seguintes. Entre os anarquistas, a Comuna teve a consequência de enfraquecer as primitivas concepções proudhonistas e reforçar as tendências bakuninistas. A França pós-Comuna foi o berço das correntes que se tornaram predominantes no anarquismo europeu nas décadas seguintes: o anarco-sindicalismo e o terrorismo individual, em cujo corpo de ideias as lições da revolução parisiense tinham pouco espaço.

Blanqui, por sua vez, nem anarquista nem marxista, mas sempre “blanquista”, escreveu depois da Comuna centenas de artigos e, em seu livro *L'Eternité par les Astres* (de 1872, escrito logo depois da Comuna) defendeu a teoria do “eterno retorno”, e também que os átomos de que estamos compostos se reproduzem uma infinidade de vezes em infinitos lugares, de modo tal que todos teríamos uma infinidade de sócias...¹¹²⁹ Até o final de sua vida, pouco mais de uma década depois, seria um agitador revolucionário e socialista. Em 1871, quando caíram os últimos *communards* atingidos pelas balas da reação francesa, encerrou-se um capítulo da história do movimento operário e socialista internacional. Uma cortina de violência desceu sobre o cenário político europeu. Liberais e conservadores, republicanos e monarquistas se uniram numa nova santa aliança contra o proletariado revolucionário e sua representante, a Internacional.

Eleito deputado em Bordeaux em abril de 1879, Blanqui teve sua eleição invalidada, por se encontrar ainda detido; não pode assumir a cadeira, mas foi indultado e liberado em junho. Em 1880, lançou o jornal *Ni Dieu ni Maître*, que dirigiu até sua morte, vítima de derrame cerebral, depois de pronunciar um discurso em Paris, a 1º de janeiro de 1881. Foi enterrado no cemitério de Père Lachaise, em um túmulo criado pelo artista plástico Jules Dalou, ouro combatente da Comuna. Seu principal livro, *Crítica Social*, de 1885, na verdade uma vasta coletânea de artigos, foi de publicação póstuma. Morto Blanqui, acabou o “blanquismo”?

Como epíteto político pejorativo, ele sobreviveu em muito à pessoa que o inspirou. O blanquismo influenciou fortemente os populistas russos (*narodniki*). Nos primórdios do socialismo russo, e ainda muito depois, não faltaram os que quiseram contrapor o “espontaneísmo democrático” do jovem Trotsky (ou de Rosa Luxemburgo) ao “blanquismo ditatorial” de Lênin, com sua teoria do partido centralizado e profissional, embora o próprio Lênin afirmasse que os blanquistas acreditavam que “a humanidade se libertaria da escravatura assalariada não por meio da luta de classe do proletariado, mas graças à conspiração de uma pequena minoria de intelectuais”. Ainda depois da vitória soviética de 1917, os bolcheviques continuaram sendo acusados de “blanquismo”, tanto pelos seus adversários à direita (socialdemocratas) como à esquerda (os “comunistas conselhistas”).

Em *Il Popolo d'Italia*, o jornal fascista fundado e editado por Benito Mussolini em 1915, o epígrafe era uma sentença de Blanqui: “*Chi ha del ferro ha del pane*” (“Quem tem ferro [armas] tem pão”). Walter Benjamin considerou Blanqui, nas suas “Teses sobre a História”, como o personagem mais intimamente ligado ao seu século (a seu tempo) do século XIX. Blanqui foi finalmente “recuperado” pela iconografia oficial. Revolucionário francês, talvez o maior de todos, Blanqui não superou, doutrinal ou politicamente, as condições históricas, econômicas e políticas de seu meio. Sua política prática e sua teoria (no seu caso, praticamente uma coisa só) não resistiram à passagem do tempo (embora no curto prazo a corrente blanquista subsistisse até final do século XX, conseguindo eleger vários deputados durante o período da III República). Mas marcaram decisivamente seu tempo.¹¹³⁰

¹¹²⁹ Jorge Luis Borges foi assíduo leitor de Blanqui, em quem reconheceu uma fonte de inspiração (ficcional).

¹¹³⁰ As salas da Clinique Blanqui, em Lorient (na Bretanha), foram compradas pelo Centro Hospitalar Charcot, em 1992. Uma parte dessas salas foi transformada em centros de consulta e hospitais ambulatoriais. O anexo do centro hospitalar, que abriu suas portas em outubro de 2001, conservou o nome da clínica, “Centro Blanqui”. É um dos poucos personagens históricos que deixaram o seu nome a uma estrutura sanitária, sem ter sido médico.

Depois da derrota da Comuna, o pensamento contrarrevolucionário e elitista elaborou os argumentos para uma formidável literatura reacionária “científica” que conheceu seu apogeu no final do século XIX. Coube ao sociólogo e psicólogo francês Gustave Le Bon, no seu ensaio *La Psychologie des Foules* (de 1895), demonizar as massas insurretas. Para ele, contemporâneo e testemunha da Comuna de 1871, os imensos ajuntamentos humanos que se decidiam a marchar e a protestar nada mais eram que o irracionalismo posto em ação. Mesmo quando se mobilizavam por uma causa patriótica ou altruísta nada traziam de bom, a não ser a depredação e a desordem, quando não a subversão social. A Igreja, fazendo *pendant*, proclamou a infalibilidade do Papa exatamente em 1871. Os fiéis foram conclamados (e ameaçados) a nunca mais desobedecer.

A Comuna de 1871, suas realizações e sua derrota, assim como as divergentes e contraditórias conclusões tiradas a respeito, foram a base de desenvolvimento das correntes revolucionárias e reformistas no movimento operário francês e europeu até 1914. Na França, a organização operária progrediu lentamente durante a III República, marcada pela experiência recente da Comuna: “A III República tirava sua legitimidade de sua aptidão para limitar as divisões; depois, deveu-a simplesmente à sua capacidade de se manter em pé. Os republicanos e os monarquistas dos anos 1870 estavam igualmente interessados em reduzir ao mínimo toda referência a projetos sociais e históricos; os republicanos, em especial, queriam se demarcar dos fracassos passados e, mais recentemente, da experiência e objetivos do republicanismo social extremo manifestado e fracassado na Comuna de Paris”.¹¹³¹

O fantasma da Comuna continuou a pairar por décadas. O republicanismo e o laicismo educacional baseado na educação cívica (defendida por Jules Ferry e Gambetta), estavam marcados pela ideia de que os cidadãos faziam parte de um corpo (a Nação) “único e indivisível”, representado na Assembleia Nacional eleita por sufrágio universal (masculino), erguida sobre os escombros da Paris revolucionária. No prefácio à *A Guerra Civil na França*, reeditado em 1895, Engels escreveu: “O sufrágio universal é o índice que permite medir a maturidade da classe operária. *No Estado atual, não pode, nem poderá jamais, ir além disso, mas é o suficiente.* No dia em que o termômetro do sufrágio universal registrar para os trabalhadores o ponto de ebulição, eles saberão -tanto quanto os capitalistas- o que lhes resta a fazer”.

A “capital laica do mundo” (contraposta a Roma, capital do mundo cristão) ficou dominada em seu ponto mais alto, a colina de Montmartre, por uma igreja monumental, a *Sacré Coeur*, construída em desagravo aos “excessos anticlericais” (ateus, na verdade) da Comuna de 1871. A ousadia da Comuna em atacar a burocracia estatal foi respondida com um crescimento monstruoso da mesma: França contava com dois funcionários estatais para cada cem habitantes em 1870; em 1900, esse número tinha crescido para quatro (mais do que uma duplicação, havida conta do forte crescimento demográfico).¹¹³² É claro que as divisões e enfrentamentos de classe continuaram malgrado a repressão e a ideologia oficial. Eles tomaram sua forma mais aguda na greve dos mineiros de Carmaux, imortalizada no romance *Germinal* de Émile Zola, que projetou nacionalmente a figura de seu representante parlamentar, o republicano social Jean Jaurès, que levaria para o socialismo francês (e europeu), do qual se tornou principal representante, toda a carga de um republicanismo desgarrado em sua luta antimonárquica pelas experiências jacobina e *communard*.

No terreno europeu do movimento operário, o fator decisivo da dissolução da Internacional Operária (AIT) foram suas complicações políticas internas (que refletiam seu isolamento externo). Segundo Miklós Molnár, Engels padeceu de um otimismo que não havia previsto as

¹¹³¹ Tony Judt. *Op. Cit.*, p. 282.

¹¹³² Guy Thuillier. *Bureaucratie et Bureaucrates em France au XIXè Siècle*. Ginebra, Droz, 1980. Em 1930, a “jiboia” tinha crescido até perfazer sete funcionários estatais para cada cem habitantes, crianças incluídas. Cf. Alfred Sauvy. *La Burocracia*. Buenos Aires, Eudeba, 1976, p. 28.

consequências da predisposição dos operários em favor do anarquismo, em especial na Espanha e na Itália. O Conselho Geral da AIT estava composto por ingleses e emigrados residentes em Londres. Depois da Comuna, não possuía laços vivos com as seções nacionais. A correspondência não substituiu o confronto permanente e pessoal de opiniões e informações. Os correspondentes do Conselho Geral na Alemanha eram Liebknecht, Bebel, Kugelmann e Bracke, os “expertos” alemães no Conselho Geral eram Marx e Engels.

Na verdade, a Internacional andava no vazio: “Nascida do movimento real, não lhe restava, em 1872, um ano depois da derrota da Comuna, nenhuma base sólida no continente europeu. O programa adotado na Conferência de Londres privou o Conselho Geral do apoio dos federalistas e dos coletivistas, bases do futuro anarquismo, sem lhe trazer o sustento ativo dos socialdemocratas. Estes aprovaram o programa do Conselho, mas não se interessavam pela Internacional; os primeiros, ao contrário, ficaram fiéis à Associação Internacional, mas reprovavam seu programa político. Durante oito anos (1864-1872), os interesses internacionais da classe operária triunfaram sobre a diversidade de tendências reunidas ao redor da bandeira da Internacional. Mas, mudadas as condições históricas e políticas, os elementos que garantiam a coesão se debilitaram. A diversidade venceu à unidade. A distância entre as tendências era demasiadamente grande para permitir que o Conselho Geral pudesse seguir uma política conforme as aspirações e o grau de desenvolvimento de cada uma delas. O Conselho teve que escolher entre elas, aceitando assim o perigo de provocar seu próprio fim”¹¹³³.

Paralelamente à derrota da Comuna, um fato decisivo alterou o equilíbrio geopolítico europeu. A proclamação formal da nação alemã deu-se com a derrota da França na guerra franco-prussiana: as peculiaridades da unificação alemã marcariam decisivamente o destino da Europa até o século XX e, em decorrência, a configuração do movimento operário no continente. No desenvolvimento político da classe operária consecutivo à derrota da Comuna de Paris, e dada a situação existente na França e também na Inglaterra (onde se verificava a ausência de independência política do movimento proletário depois da derrota do cartismo em 1848), só Alemanha poderia servir de base e de centro para o movimento operário internacional: Marx foi o primeiro a admitir essa situação. A política do Conselho Geral da AIT se modelou, a partir de 1871, tendo como base o partido socialdemocrata alemão: foi uma transformação radical, de acordo com o modo de organização e o programa da socialdemocracia alemã, reputada para ser o centro de atração europeia e a força motriz da Internacional renovada. Quando fundada a Internacional Socialista, a II Internacional, em 1889, a socialdemocracia alemã foi considerada uma sorte de “partido-guia”.

Em 1872, reuniu-se em Haia o último congresso da I Internacional em solo europeu. Por proposta de Karl Marx, o Conselho Geral da AIT foi transferido para os Estados Unidos. Ele queria com isto protegê-lo dos ataques da reação, e também da ação desagregadora dos anarquistas, que ameaçavam tomar por assalto a direção da organização. Os anarquistas, considerando-se os verdadeiros seguidores dos fundadores da Internacional, reagiram imediatamente, celebrando em Zurique uma reunião, e se deslocando imediatamente a Saint Imier, na Suíça, onde aconteceu, por iniciativa dos italianos, um congresso que decidiu a continuidade europeia da AIT, que seria depois conhecida como a “Internacional antiautoritária”. Havia quatro delegados espanhóis, seis italianos e dois franceses, dois pela Federação Jurassiana e um pelos Estados Unidos. Um total de quinze delegados decidiu por unanimidade não reconhecer o congresso de Haia, e deliberou resoluções sobre o “pacto de amizade, solidariedade e defesa mútua entre as federações livres”, “a natureza da ação política do proletariado”, a “organização da resistência do trabalho”.

Os anarquistas fixaram sua condição “antipolítica e antiautoritária” afirmando: “1º, Que a destruição de todo poder político é o primeiro dever do proletariado; 2º, Que toda organização

¹¹³³

Miklós Molnár. *El Declive de la I Internacional*. Madri, Edicusa, 1974.

de um poder político pretensamente provisório e revolucionário, para trazer essa destruição, não pode ser mais que um engano, e seria tão perigoso para o proletariado como todos os governos que existem hoje; 3º, Que, rejeitando todo compromisso para chegar à realização da Revolução Social, os proletários de todos os países devem estabelecer, fora de toda política burguesa, a solidariedade da ação revolucionária”. Os marxistas chamaram os bakuninistas de “divisionistas”. Estes finalmente celebraram seu Congresso em Genebra, em 1873, organizado pela Seção de Propaganda Socialista e Revolucionária de Genebra, com a presença de 26 delegados. Os estatutos da AIT foram modificados de acordo com os princípios defendidos pelos bakuninistas.

A Internacional “de Haia” (ou “marxista”) ainda viveu debilmente por mais alguns anos.¹¹³⁴ “Estava ainda profundamente enraizada na mentalidade dos operários a forma de pensar utopista própria da infância do movimento proletário que, segundo Marx, tinha sido superada pela Internacional, assim como a ciência tinha superado as antigas concepções dos astrólogos e dos alquimistas. A era do socialismo utópico não estava ainda tão ultrapassada quando os autores das resoluções de Londres tentaram transformar a Associação em uma organização política militante adaptada às necessidades do proletariado moderno. Muitos eram ainda os que tinham conhecido os habitantes do *New Harmony* de Owen, e entre os membros da Internacional ainda se encontravam velhos icarianos da colônia texana de Considérant... A Internacional continuava profundamente marcada pelo utopismo. Só era viável como organização ampla composta por elementos heterogêneos... Se tivesse continuado a ser o que era em 1864 (data de sua fundação) teria podido sobreviver algum tempo, embora de forma mais ou menos anacrônica. Ao sair de sua velha esfera condenou-se à distorção produzida pela força centrífuga de suas diversas tendências liberadas daquele contexto, assim como seria denunciado o compromisso de seu pacto fundamental”.¹¹³⁵



Mikhail Bakunin, precursor do anarquismo (e pan-eslavista)

Em Filadélfia (EUA), em julho de 1876, se acordou “suspender por tempo indeterminado a Associação Internacional dos Trabalhadores”. Engels escreveu a Sorge, com motivo da demissão deste do cargo de secretário da organização, se diz: “Com sua demissão, a velha Internacional fica definitivamente ferida de morte e chega ao seu fim. Isso é bom. Pertencia ao

¹¹³⁴ A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) sobreviveu somente na sua dissidência anarquista, que se considerou como herdeira daquela que foi fundada em Londres, em 1864. A sua existência, no entanto, foi tornando-se principalmente simbólica.

¹¹³⁵ Miklós Molnar. *Op. Cit.*, pp. 255-258.

período do Segundo Império”. Na Inglaterra, berço inicial da Internacional, as *trade unions* evoluíram para a forma definitiva dos sindicatos, que tiveram uma evolução lenta em suas reivindicações. As jornadas de trabalho tinham diminuído, o poder de compra do salário tinha crescido, mas ainda a situação nos bairros operários continuava muito precária. As *trade unions* inglesas foram reconhecidas como sindicatos da classe operária justamente em 1871, o ano da Comuna de Paris.

No plano dos direitos *políticos* dos trabalhadores, as conquistas foram mais lentas: foi só com a reforma eleitoral de Benjamin Disraeli (1867) e depois com a reforma parlamentar de William Gladstone (1884), que a maioria dos operários ingleses obteve o direito de sufrágio. Na França, o sufrágio universal foi instaurado depois da derrota da Comuna, na Terceira República: a vigência da chamada “democracia representativa” exigiu, como condição, o esmagamento físico da classe operária. Essa vigência alteraria por um longo período o terreno em que foi livrada a luta política da classe operária e seus partidos. Com o parlamento “representativo” posto no primeiro plano do palco político europeu, a cisão entre reformistas e revolucionários no interior do movimento operário tornou-se inevitável, e passou a dominar os debates políticos dos socialistas.

Os exilados da Comuna na Nova Caledônia constituíram uma “comunidade” que, notadamente, ficou do lado das autoridades francesas quando se produziu um levantamento anticolonial da população *kanak* local.¹¹³⁶ Os condenados da Comuna foram finalmente anistiados; no início do século XX, um grupo cultural de anarquistas franceses realizou um modesto filme (mudo) sobre a Comuna, no qual alguns sobreviventes de 1871 tiveram participação, em sua comovente cena final. Oficialmente o último *communard* vivo reconhecido, Adrien Lejeune, morreu em 1942 na União Soviética; foi enterrado no Kremlin (durante a guerra) e descansa atualmente no cemitério do Père Lachaise de Paris, em face do “Muro dos Federados” (local de fuzilamento de combatentes da Comuna pelas tropas de Thiers).

Na França, a 30 de janeiro de 1875 foi proclamada a nova Constituição, sobre bases republicanas, ou seja, não monarquistas; nas eleições de 1876 saíram vitoriosos os republicanos, vencendo finalmente os monarquistas em eleições. Em 1879 foi reeleito o republicano Jules Grévy para presidente da República; os republicanos, entre os quais muitos maçons, uniram-se no combate ao clero; não só pretendiam tirar das congregações o ensino, mas também fazer da escola nova e laica uma escola gratuita e obrigatória como base do regime político. O período de 1880-82 ficou conhecido como a “República Oportunista”, marcada pela influência de políticos ligados aos grandes negócios, como Jules Ferry, que obrigaram a grandes despesas no equipamento das forças armadas (abrindo uma via de negócios de dimensões inéditas e insuspeitas, baseada na dívida pública, nas comandas do Estado e na especulação com títulos públicos) e a uma *política colonial*.

Em 1888 explodiu o “escândalo do Canal de Panamá”: um bilhão de francos foram perdidos quando o governo escondeu subornos para manter o silêncio sobre os problemas financeiros da Companhia do Canal do Panamá, no que foi considerado o maior escândalo mundial de corrupção estatal do século XIX, implicando personalidades e altos funcionários do governo e da imprensa francesa. O *affaire* estava diretamente ligado à Companhia Universal do Canal Interoceânico de Panamá, fundada em 1879 por iniciativa do engenheiro e homem de negócios Ferdinand de Lesseps, com vista à abertura para navegação do istmo do Panamá.

No final de 1888, a Companhia faliu, arruinando numerosos pequenos acionistas e provocando múltiplas bancarrotas. Em 1892, soube-se que para encobrir sua verdadeira situação financeira e os seus abusos, a Companhia tinha recorrido à corrupção e luvas “repassadas” a funcionários do Estado. Antigos presidentes do Conselho de Ministros da França, Freycinet, Rouvier, Floquet e outras personalidades foram implicadas no escândalo. O “negócio” do Panamá foi

¹¹³⁶

Umberto Calamita. Il tempo delle ciliegie. *La Contraddizione* n° 135, Roma, abril-junho 2011.

abafado pela justiça francesa, que se limitou a condenar personagens de segundo plano, além de Lesseps que, contudo, não chegou a ser preso, tendo sua sentença à prisão anulada. E o Canal acabou funcionando, embora favorecendo menos os interesses franceses do que os de outra potência.

O segundo ministério de Jules Ferry (1883-85) aboliu os cargos inamovíveis (vitalícios) dos senadores, instituiu a eleição por sufrágio universal dos conselheiros municipais, a liberdade de imprensa, o direito de reunião, o direito à greve (pela lei Waldeck-Rousseau) e votou a lei do divórcio. O nome de Jules Ferry ficou associado à escola universal, laica, gratuita e obrigatória, uma reivindicação que tinha sido lançada, de modo pioneiro, pela Comuna de 1871, e que era agora realizada pela República que emergira de seu massacre. A III República estabeleceu o serviço militar obrigatório, esforçando-se por direcionar para a expansão colonial os sentimentos populares de guerra de vingança contra a Alemanha.



14 de julho, festa nacional francesa, na rua Saint-Denis de Paris (Claude Monet, 1878)

O renascente nacionalismo-revanchismo francês, exacerbado pelas derrotas externas, levou à crise boulangista (1886-1889),¹¹³⁷ e ao caso Dreyfus (1894-99),¹¹³⁸ onde se revelou que um

¹¹³⁷ Do general Georges Boulanger, que se lançou na política em 1866 (obtendo enormes sucessos eleitorais) com propostas revanchistas (contra a Alemanha), antiparlamentares, populistas (apoiou diversas greves) e veladamente antirrepublicanas: radicais e republicanos o acusaram de preparar um golpe e uma ditadura. Recebeu apoio de homens de esquerda, de blanquistas, de nacionalistas direitistas, como Maurice Barrès, e de monarquistas (os Orléans e os Bonaparte, que até o financiaram). Pela sua mistura de propostas nacionalistas, populistas e socialistas, Zeev Sternhell considerou-o como um precursor do fascismo, interpretação muito polêmica (Zeev Sternhell. *La Droite Révolutionnaire*, 1885-1914. Les origines françaises du fascisme. Paris, Gallimard, 1997). O *boulangisme* expressou as bases frágeis da III República. Boulanger, acusado de complô contra a segurança do Estado em 1889, fugiu para Bélgica, e se suicidou em 1891 junto ao túmulo de sua amante recentemente morta.

¹¹³⁸ Escândalo político que abalou e dividiu a França durante a década final do século XIX. Centrava-se na condenação por alta traição de Alfred Dreyfus em 1894. Dreyfus era um oficial de artilharia do exército francês, de origem judaica. O acusado sofreu um processo fraudulento conduzido a portas fechadas. Dreyfus era, em verdade, inocente: a condenação baseava-se em documentos falsos. Quando os oficiais franceses se aperceberam, tentaram ocultar o erro judicial. A farsa foi acobertada por uma onda de nacionalismo e xenofobia que invadiu Europa no final do século XIX. Dreyfus permaneceu em prisão, na “Ilha do Diabo” (Cayenne) por cinco anos. Para McNall Burns, “o

século de “revolução democrática” não tinha extirpado o cancro antissemita, que continuava firmemente ancorado nos mais altos círculos militares, intelectuais e políticos do país (e da Europa), o mesmo cancro que os revolucionários de 1789 tinham acreditado jogar para sempre, junto com a Inquisição católica e os instrumentos de tortura, na lata de lixo da história. O I Congresso Antissemita Internacional se reuniu na Alemanha, em 1882.

Não se tratava, porém, da volta das velhas formas de preconceito racial medieval, mas de formas modernas de reação contra essa modernidade. Em plena “república democrática”, e burguesa, o passado voltava, modernizado, anunciando uma onda racista “científica” (antecipada pelas pseudoteorias de “superioridade racial” do Conde de Gobineau, um charlatão pseudo-antropólogo que proclamou à época a superioridade da raça ariano-germânica e a inferioridade de negros e judeus) e, sobretudo, *política* que, no século sucessivo, faria corar de vergonha os mais fanáticos discípulos de Torquemada.

A política externa da III República levou à conclusão de uma aliança com a Rússia (1894), de uma *entente cordiale* com a velha inimiga Inglaterra (1904) e para uma expansão colonial reclamada pelas elites burguesas. A França participou da Conferência de Berlim (1884) sobre a partilha da África; em 1914 dominava Marrocos, Tunísia, Madagascar e grandes áreas da África ocidental e equatorial. A derrota da Comuna foi a derrota da potencial regeneração da França, e o início de um século de miséria, morte e humilhações para os povos coloniais dominados pela nação outrora porta-voz da liberdade.

efeito do caso Dreyfus foi dismantelar por completo o movimento monarquista na França" (*História da Civilização Ocidental*. São Paulo, Globo, 1995). Émile Zola, com seu artigo "J'accuse" publicado no *Aurore*, foi figura central na defesa de Dreyfus, sendo também condenado à prisão (e depois reabilitado).

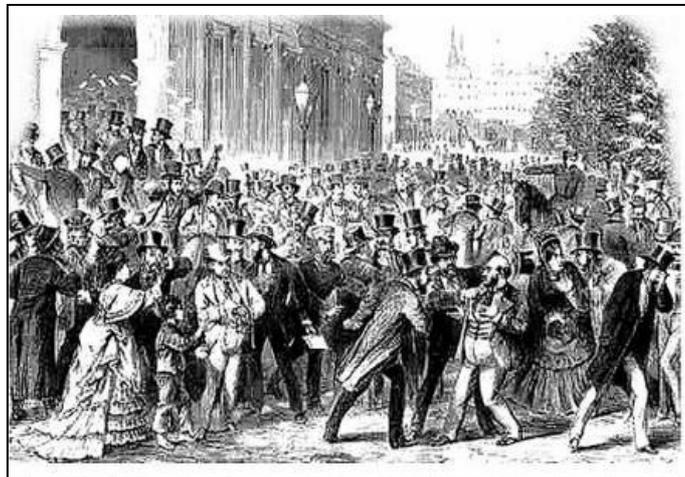
39. A “GRANDE DEPRESSÃO” E AS CRISES CAPITALISTAS

A enorme capacidade de expansão aos saltos do sistema fabril e sua dependência do mercado mundial produzem necessariamente produção febril e consequente saturação dos mercados, cuja concentração provoca estagnação. A vida da indústria se transforma numa sequência de períodos de vitalidade média, prosperidade, sobreprodução, crise e estagnação (Karl Marx, **O Capital**)

O capitalismo vive de crises e booms, assim como os seres humanos vivem de inspiração e expiração. As crises e booms são inerentes ao capitalismo desde o seu nascimento e o acompanharão até o seu túmulo (Leon Trotsky, **A Curva do Desenvolvimento Capitalista**)

A Comuna de Paris e sua derrota precederam em pouco tempo à primeira grande crise *mundial* do capitalismo. Após vinte e dois anos de prosperidade (com algumas interrupções) entre 1850 e 1873, o capitalismo conheceu uma depressão de grandes proporções, que durou (com surtos econômicos “prósperos” intermediários) até, aproximadamente, 1895. As décadas de 1860 e 1870 tinham sido um período de rápido crescimento econômico internacional, que deflagrou uma onda poderosa de otimismo liberal.

No entanto, no *post-scriptum* à segunda edição de *O Capital*, Marx antecipara: “O movimento contraditório da sociedade capitalista se manifesta de forma mais notável nas modificações do ciclo periódico a que está sujeita a indústria moderna, cujo ponto culminante será a crise geral. A crise se aproxima novamente, embora ainda em fase preliminar; pela universalidade de seu teatro e pela intensidade de sua ação, conseguirá meter a dialética até mesmo na cabeça dos teimosos carreiristas do novo e santo império prusso-germânico”. Assim também o fez Engels: “A ausência de crises a partir de 1868 baseia-se na extensão do mercado mundial, que redistribuiu o capital supérfluo inglês e europeu em investimentos e circulação no mundo todo em diversos ramos de inversão. Por isso uma crise por super-especulação nas estradas de ferro, bancos, ou em investimentos especiais na América ou nos negócios da Índia seria impossível, enquanto crises pequenas, como a da Argentina, de três anos a esta parte viraram possíveis. Mas isto tudo demonstra que se prepara uma crise gigantesca”.¹¹³⁹



O pânico da “sexta feira negra” de 9 de maio de 1873, nos arredores da Bolsa de Valores de Viena

Entre 1870 e 1914 vigorou no mundo capitalista o padrão-ouro, que indexava o preço da moeda nacional ao metal, podendo-se converter a moeda em ouro ou vice-versa: “Em termos teóricos, o padrão-ouro criava um mecanismo automático de eliminação dos eventuais desequilíbrios no comércio internacional e, não menos importante, promovia os investimentos externos, uma vez que a estabilidade das taxas de câmbio dava aos investidores a segurança

¹¹³⁹ Apud Franco Andreucci. *Socialdemocrazia e Imperialismo*. I marxisti tedeschi e la politica mondiale 1884-1914. Roma, Riuniti, 1988, p. 105.

de que os valores dos seus investimentos externos seriam preservados".¹¹⁴⁰ Isto foi decisivo em uma era dominada pela exportação de capitais. A expansão mundial da produção capitalista foi ampliando o escopo e a profundidade das crises comerciais e financeiras. A crise econômica iniciada em 1873, com o craque da Bolsa de Viena, atingiu dimensões mundiais ao atingir a economia inglesa, centro indiscutido do capitalismo mundial.

O craque austríaco da Bolsa foi seguido de falências bancárias na Áustria e depois na Alemanha; a indústria pesada alemã acabava de conhecer, devido ao esforço econômico provocado pela guerra franco-prussiana, com a construção de estradas de ferro e de navios, uma forte ascensão. Os altos dividendos da indústria alemã incrementaram a especulação, que se alastrou para as ferrovias e os imóveis, beneficiada pela grande oferta de crédito. Porém, os custos aumentaram e a rentabilidade começou a cair: o ciclo econômico se emperrou com a elevação dos custos e com a baixa da rentabilidade; a produção de ferro fundido caiu em 21% em 1874, seu preço teve uma queda de 37%. Houve falências de bancos de financiamento austríacos, alemães e norte-americanos. Nos Estados Unidos, a depressão econômica esteve ligada à especulação ferroviária, da qual participavam capitais europeus. O desemprego acarretou, na Alemanha, a volta de muitos novos operários industriais ao campo.

A intensidade da crise foi proporcional ao eufórico crescimento precedente. A grande prosperidade do terceiro quartel do século XIX foi o prólogo ilusório para a grande depressão econômica do quarto, uma "depressão de preços, de juros e de lucros", na expressão de Alfred Marshall, fundador da economia acadêmica nos EUA: "O que se tornou conhecido como Grande Depressão, iniciada em 1873, com o colapso da Bolsa de Valores de Viena em maio, contagiada rapidamente para Alemanha e os EUA, e finalmente para a Bolsa de Londres, interrompida por surtos de recuperação em 1880 e 1888, e continuada até meados da década de 1890, passou a ser encarada como um divisor de águas entre dois estágios do capitalismo: aquele inicial e vigoroso, próspero e cheio de otimismo aventureiro, e o posterior, mais embaraçado, hesitante e mostrando já as marcas de senilidade e decadência".¹¹⁴¹

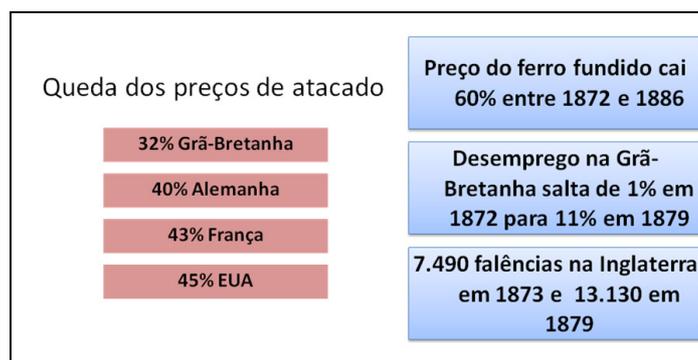
Se a crise não teve, de saída, um caráter agudo na Grã-Bretanha, a prosperidade industrial não demorou a se interromper nesse país, iniciando-se aí também um longo período de depressão. O número de falências aumentou progressivamente na Inglaterra: de 7.490 em 1873, para 13.130 em 1879. Em 1878 muitos estabelecimentos bancários decretaram a suspensão de pagamentos; as quebras bancárias, em vez de preceder à crise industrial, se produziram no próprio decorrer da depressão. Os preços caíram, as exportações inglesas se reduziram em 25% entre 1872 e 1879, o desemprego cresceu de modo inédito no país.

A simultaneidade na aparição de dificuldades, de um lado como de outro da Mancha e do Atlântico, ilustrava a integração das economias industriais em matéria comercial, e mais ainda em matéria de movimentos de capitais. Com consequências políticas: durante a "Grande Depressão", uma onda conservadora substituiu na Europa os ares liberais até então dominantes, manifesta pela adoção de políticas protecionistas e pela volta de partidos conservadores antiliberais ao poder, excetuando-se a Inglaterra e a Holanda. Áustria (1874-1875), Rússia (1877), Espanha (1877 e 1891), Itália (1887), França (1892), adotaram tarifas de importação altas. O mesmo fez a Prússia de Bismarck (1878) e os Estados Unidos com o presidente MacKinley. Foi a chamada "contrarrevolução protecionista". Japão se fechou comercialmente, Alemanha desenvolveu uma poderosa indústria química com bases protecionistas. Foi uma *mudança de época*. A enorme quantidade de quebras e falências empresariais levou a uma inédita concentração de capitais que levou Lênin a afirmar que "em 1876 concluiu na Europa Ocidental o desenvolvimento capitalista em sua fase pré-

¹¹⁴⁰ Barry Eichengreen. *A Globalização do Capital*. Uma história do sistema monetário internacional. São Paulo, Editora 34, 2000.

¹¹⁴¹ Maurice Dobb. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974, p. 300.

monopolista”.¹¹⁴² A “grande depressão” provocou também mudanças nas tendências principais das relações internacionais.



A crise originou-se nos países que experimentavam um intenso desenvolvimento industrial devido, em parte, às indenizações pagas pela França em virtude da sua derrota na guerra franco-prussiana. A prosperidade cobrava seu preço. Vejamos uma cronologia de seus principais acontecimentos.¹¹⁴³

- **1873** – Craque da bolsa de valores de Viena (Áustria): queda súbita na cotação da bolsa → redução dos investimentos produtivos na Áustria e na Alemanha;
- **1882** – Craque da bolsa de Lyon (França): redução da participação pública nos investimentos paralisa as obras nos setores de construção;
- **1884** – “Pânico das estardas de ferro”, nos Estados Unidos. Redução do ritmo de crescimento das sociedades de construção civil → Queda nas ações ligadas aos valores ferroviários;
- **1889** – Nova crise na bolsa de Lyon: Especulação com o cobre → Quebra da empresa responsável pela construção de Canal no Panamá, em Paris;
- **1890** – O banco inglês Baring Brothers suspende seus pagamentos → A crise atinge os Estados Unidos, a Argentina, o Brasil e a Austrália: redução do comércio internacional;
- **1893** – Queda da rentabilidade das sociedades de construção de estradas de ferro, nos Estados Unidos.

O liberalismo econômico sofria um golpe rude. A taxa de rendimento (taxa de lucro) do capital, depois de perdas (falências e déficits) e impostos, caiu de 5% para 1% anual real entre 1820 e 1913, com a maior queda sendo registrada durante o período conhecido como “Grande Depressão”, e foi acompanhada de uma desaceleração do ritmo de crescimento.¹¹⁴⁴ Na base do fenômeno, uma lógica aparente: os custos se elevavam (pela alta dos salários, ou por aumento dos preços dos trilhos para as estradas de ferro americanas), os mercados de venda se reduziam (diminuição do poder de compra rural e daquele dos trabalhadores de outros setores, redução dos investimentos públicos, dificuldades nos mercados estrangeiros), os preços de venda baixavam (concorrência nos preços, guerra de tarifas nas estradas de ferro norte-americanas); a rentabilidade declinava ou caía brutalmente, a realização do valor produzido por cada empresa se tornava mais difícil, a concorrência ficava acirrada, a situação das empresas se tornava cada vez mais precária. Tudo podia desencadear a crise: um rumor na bolsa, um mercado perdido, uma empresa ou um banco que interrompia os pagamentos, bastavam para deflagrar uma engrenagem incontrolável.

Como explicar a queda geral da lucratividade? Na análise de Marx, a acumulação capitalista e a queda tendencial da taxa de lucro eram processos complementares, que se supunham mutuamente: “Queda da taxa de lucro e aceleração da acumulação são expressões diversas de um mesmo processo, ambos indicando o desenvolvimento da força produtiva. A acumulação

¹¹⁴² V. I. Lênin. *Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*. Campinas, Navegando Publicações, 2011.

¹¹⁴³ B. Marcel e J.Taïeb. *Crises d’Hier, Crise d’Aujourd’hui*. Paris, Nathan, 1996, p. 191.

¹¹⁴⁴ Thomas Piketty. *Le Capital au XXI^e Siècle*. Paris, Seuil, 2012.

acelera a queda da taxa de lucro, ao causar a concentração do trabalho em grande escala e, em consequência, uma composição superior do capital. Por outro lado, a diminuição da taxa de lucro acelera a concentração de capital, sua centralização via expropriação dos pequenos capitalistas, dos produtores diretos sobreviventes que conservem alguma coisa a ser expropriada. A acumulação como massa se acelera, enquanto a taxa de acumulação diminui junto à taxa de lucro”.

A consequente desvalorização do capital, tendência *orgânica* da acumulação capitalista, provoca o reajuste periódico da economia capitalista através de *crises*: “A depreciação periódica do capital existente, um dos meios especiais do modo de produção capitalista para deter a queda da taxa de lucro e acelerar a acumulação de valor-capital pela formação de novo capital, desordena as condições nas quais se cumpre o processo de circulação e reprodução do capital, e é acompanhada de bruscas detenções e crises do processo de produção”.¹¹⁴⁵ No último quartel do século XIX, pela primeira vez, essa tendência adquiriu um caráter *mundial*.



Crise e pânico: assalto à *Fourth National Bank* de Nova York pelos seus depositantes, a 4 de outubro de 1873

A baixa dos preços já era conhecida, acompanhando a compressão e a redução da produção. Mas essa baixa constituiu uma tendência no decorrer desses pouco mais de vinte anos; assim, de 1873 a 1896, a baixa dos preços de atacado foi de 32% na Grã-Bretanha, de 40% na Alemanha, de 43 % na França e de 45 % nos Estados Unidos. Esse movimento envolveu mais alguns produtos, como o ferro fundido, que caiu em 60% entre 1872 e 1886. Houve também crescimento do desemprego: na Grã-Bretanha, a taxa de desemprego se elevou brutalmente, de 1 % em 1872 para mais de 11 % em 1879 (medida considerando só o universo de operários sindicalizados atingidos, o desemprego real era bem maior). Nos salários reais, houve uma tendência à baixa nos setores atingidos pela crise.

A organização dos trabalhadores, o surgimento dos primeiros sindicatos nacionais ingleses, resultara em aumento real de salários entre 1860 e 1874. Por isso, os empresários preferiam investir em tecnologia, para aumentar a produção com menos trabalhadores. De um lado, produção e lucros se mantiveram; de outro lado, porém, declinou a massa global de salários pagos, determinando a recessão do mercado consumidor. Os capitais disponíveis não poderiam ser investidos na Grã-Bretanha, pois a produção aumentaria e os preços cairiam ainda mais. Tinham de ser aplicados fora do país, ou do continente, através de empréstimos

¹¹⁴⁵

Karl Marx. *O Capital*. Livro III.

com juros elevados, na construção de ferrovias ou no financiamento de obras públicas. A crise evidenciou uma grave sobreprodução de mercadorias e de capitais nas economias capitalistas centrais, em relação ao mercado nacional e mundial da época. A ampliação, intensiva e extensiva, desse mercado, colocou-se como um imperativo: ela não seria atingida, no entanto, de modo pacífico e harmonioso, mas a través da concorrência econômica, de contradições e crises políticas e, finalmente, de enfrentamentos bélicos.

Ao mesmo tempo, entrou-se, de modo acelerado e passando pela crise, em uma nova era tecnológica, determinada, não pelas invenções e métodos da primeira Revolução Industrial, mas por novos ramos industriais. Surgiram novas fontes de energia (eletricidade e petróleo, turbinas, motor a explosão), uma nova maquinaria baseada em novos materiais (ferro, ligas, metais não ferrosos), indústrias baseadas em novas ciências, como a química orgânica. E também se entrou numa era de mercado de consumo doméstico, iniciada nos EUA, e desenvolvida pela crescente renda acumulada das massas trabalhadoras, potenciada pelo substancial aumento demográfico. De 1870 a 1910, a população de Europa cresceu de 290 para 435 milhões, a dos EUA de 38,5 para 92 milhões. Surgiu, nesse contexto, o período da produção de massa, incluindo alguns bens de consumo duráveis.

A “depressão do comércio” foi, certamente, universal, mas foi uma queda de seu crescimento, não um retrocesso absoluto. A produção mundial, longe de estagnar, continuou a aumentar. Entre 1870 e 1890, a produção de ferro dos cinco principais países produtores mais do que duplicou (de 11 para 23 milhões de toneladas); a produção de aço, que agora passava a ser o indicador mais adequado da industrialização, multiplicou-se por vinte (de 500 mil para 11 milhões de toneladas). O crescimento do comércio internacional continuou a ser impressionante, embora com taxas menos vertiginosas que antes. Foi exatamente nessas décadas que as economias industriais americana e alemã avançaram a passos agigantados, e que a Revolução Industrial se estendeu a novos países, como a Suécia e a Rússia. Muitos dos países ultramarinos recentemente integrados à economia mundial conheceram um surto de desenvolvimento: “O que estava em questão não era a produção, mas a sua lucratividade”.¹¹⁴⁶

A queda da lucratividade nos centros históricos do capital provocou um acelerado deslocamento espacial do capital à procura de setores novos em que essa taxa pudesse ser reconstituída, fora de suas fronteiras nacionais originais. As taxas de crescimento econômico dos países mais recentemente industrializados igualaram ou superaram às dos países de industrialização precedente, como se pode ver na tabela que segue:

Crescimento decenal do PIB (em dólares de 1960)¹¹⁴⁷

Ano	Rússia	França	Inglaterra	Alemanha	Áustria	Itália
1830	10,5	8,5	8,2	7,2	7,2	5,5
1840	11,2	10,3	10,4	8,3	8,3	5,9
1850	12,7	11,8	12,5	10,3	9,1	6,6
1860	14,4	13,3	16,0	12,7	9,9	7,4
1870	22,9	16,8	19,6	16,6	11,3	8,2
1880	23,2	17,3	23,5	19,9	12,2	8,7
1890	21,1	19,7	29,4	26,4	15,3	9,4

¹¹⁴⁶ Eric J. Hobsbawm. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

¹¹⁴⁷ Paul Kennedy. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro, Elsevier/Campus, 1989.

O liberalismo econômico sofreu um grande abalo na sua credibilidade nos centros históricos da produção capitalista. A teoria do *laissez-faire* vicejou enquanto perduraram as condições históricas favoráveis à adoção de uma política e uma economia liberais. Na Grã-Bretanha essas condições se fizeram presentes até que a depressão dos anos 1873-1895 a atingiu, depois de ter atingido todos os demais países integrantes da economia capitalista mundial. Em virtude do abalo, o economista liberal John Hobson aplicou a teoria de Sismondi à questão posta pela crise: a demanda de bens de consumo caía em função da distribuição desigual da renda e da acumulação crescente de capital. Parte do lucro acumulado não podia ser reinvestida, resultando improdutiva e fazendo cair a taxa de acumulação do capital. Para fazer frente à superprodução derivada do consumo insuficiente, fazia-se necessária a conquista de mercados externos, o que explicava a expansão imperialista que se produziu durante a depressão. Hobson era favorável à intervenção estatal, através da adoção de medidas que estimulassem o consumo.

A insistência geral no subconsumo levou a que se considerasse a existência de duas teorias da crise: “A primeira delas atribui ênfase à limitação da procura efetiva (rigidez da massa salarial resultante da exploração econômica dos assalariados). A segunda encontra a maior causa da crise na existência de uma propensão à superprodução, propensão que reflete a luta entre produtores que se opõem à tendência de baixa da taxa de lucro, procurando ganhar nas quantidades vendidas o que perdem por unidade: de onde decorreria a hipertrofia do aparelho de produção e também a superabundância de mercadorias”.¹¹⁴⁸

Marx já tinha se debruçado sobre esse problema. Para ele era “mera tautologia dizer que as crises decorrem da carência de consumo solvente ou de consumidores capazes de pagar. O sistema capitalista não conhece outra espécie de consumo além do solvente, excetuando-se os casos do indigente e do gatuno. Tornarem-se as mercadorias invendáveis significa apenas que não encontraram compradores capazes de pagar, isto é, consumidores. Mas, se para dar a essa tautologia uma aparente justificação mais profunda, diz-se que a classe trabalhadora recebe parte demasiadamente pequena do próprio produto e que o mal seria remediado logo que recebesse parte maior com o aumento de salários - bastará então observar que as crises são sempre preparadas justamente em um período em que os salários geralmente sobem e a classe trabalhadora tem de maneira efetiva uma participação maior na fração do produto anual destinado ao consumo. Esse período, do ponto de vista destes cavalheiros do mero bom-senso teria, ao contrário, de afastar as crises. A produção capitalista, portanto, independentemente da boa ou má vontade dos homens, implica condições que permitem a relativa prosperidade da classe trabalhadora apenas momentaneamente, e como sinal prenunciador de uma crise”.¹¹⁴⁹

O subconsumo “popular”, por outro lado, é característico de toda sociedade de classes, não específico da sociedade capitalista. A explicação da crise como motivada exclusiva ou primariamente por um excesso (relativo) de oferta, ou como insuficiência (relativa) de demanda (duas caras da mesma moeda), só poderia ser reivindicada por aqueles que privilegiam a análise baseada oferta e na demanda, mas não pelos que demonstram que a oferta e a procura não explicam nada em si mesmas, e que elas têm que ser explicadas pela acumulação de capital. A consequência da crise finissecular foi o incremento inédito da exportação de capital, o redimensionamento do mapa industrial e econômico do mundo, a consequente redistribuição do poder político e militar, e a redefinição do sistema monetário internacional, no quadro do surgimento do capital financeiro como figura dominante do capital. A expansão da base territorial do capitalismo e a nova exploração dos mercados externos foram a transitória solução encontrada para a crise.

¹¹⁴⁸ Jean Bouvier. As crises econômicas. In: Jacques Le Goff ; Pierre Nora, P. *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988, p. 24.

¹¹⁴⁹ Karl Marx. *O Capital*. Livro III, Vol. II.

A economia mundial testemunhou a marcha acelerada para uma etapa de tensões sem precedentes: “A vantagem comparativa na construção de indústrias novas (aço, química, energia e máquinas elétricas) passou da Inglaterra para o Estados Unidos e Alemanha, que puderam desfrutar de uma economia externa, já utilizada pela Inglaterra no século XIX: uma enorme ampliação do mercado interno. Os elementos decisivos foram a unificação alemã e o grande crescimento de sua população, e a emigração em massa para os EUA... A Inglaterra não conseguiu, em 1890-1914, responder ao desafio da segunda revolução industrial: sua indústria continua ligada aos produtos velhos, não aos novos... No mesmo período, o sistema financeiro se desenvolveu de modo semelhante ao industrial e comercial. A Inglaterra perdeu importância em relação ao período 1870-90, em que Londres dominava absolutamente os mercados financeiros: devido à sua derrota (militar) Paris havia desaparecido e Berlim ainda não era candidata a centro financeiro internacional. Nova York, capital financeira dos países devedores, era ainda pouco desenvolvida nesse sentido. Contrariamente, nos vinte anos seguintes, grandes instituições se desenvolveram nos principais países europeus e no Estados Unidos. O sistema-ouro se estendeu às nações ‘civilizadas’... Nesses anos, assistimos à transformação de um sistema monetário internacional baseado na certeza da paz, em outro que exprime a espera da explosão de uma guerra de dimensões mundiais”.¹¹⁵⁰

O debate econômico sobre as crises refletiu a expectativa quanto a esse conflito, e muitas das posições expostas a respeito refletiram o radicalismo das opções colocadas pela própria história. Os marxistas da geração posterior a Marx, “influenciados pela aceleração do ritmo histórico a partir da virada do século, estavam voltados para duas direções: em primeiro lugar, para as evidentes transformações do modo de produção capitalista, que haviam gerado a monopolização e o imperialismo, e exigiam contínua análise e explicação econômica. Além disso, o trabalho de Marx começava, pela primeira vez, a ser objeto de crítica profissional”.¹¹⁵¹ A “grande depressão” finissecular levou a questão da crise ao centro do debate econômico na Europa. Mas o debate sobre as crises já tinha se aberto caminho nas décadas precedentes.

Em capítulo precedente, referimo-nos à crise de 1847 e à sua influência sobre as revoluções de 1848. A primeira crise posterior a 1848 aconteceu em 1857 e esteve ligada ao incremento da quantidade de ouro em circulação no mercado mundial, elevada em cerca de um terço entre 1848 e 1856 devido à descoberta e exploração de jazidas desse mineral na Califórnia (EUA) e na Austrália. As taxas de juros sofreram forte queda, condicionando o movimento internacional de capitais e mercadorias, e provocando falências empresariais. A crise teve início nos EUA, que havia recebido grande quantidade de população imigrante e grande quantidade de capitais, utilizados na especulação com terras e com ferrovias. O primeiro sintoma da crise apareceu com a falência, em julho de 1857, do banco *The Ohio Life Insurance and Trust Company*, empenhado na especulação ferroviária, causando pânico financeiro nas bolsas americanas, que se espalhou pelas bolsas de valores da Europa, afetando as indústrias têxteis e siderúrgicas e causando desemprego. Em 1859 seus efeitos se reduziram, o desemprego parou de crescer e os preços começaram a se elevar novamente. Essa crise foi acompanhada com grande interesse por Marx e Engels. Quando foi superada, “a revolução europeia, tão próxima no grande ano de esperança e desapontamento [1848], desapareceu de vista. Marx e Engels tinham depositado esperanças no seu reaparecimento nos anos imediatamente subsequentes. Eles olharam seriamente para uma nova explosão geral em sequência à (e em consequência da) grande depressão global econômica de 1857. Quando isso não aconteceu, eles não a esperaram mais em um futuro previsível”.¹¹⁵²

¹¹⁵⁰ Marcello De Cecco. *Economia e Finanza Internazionale del 1890 al 1914*. Bari, Laterza, 1971, pp. 41, 63, 145 e 172.

¹¹⁵¹ Perry Anderson. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 24.

¹¹⁵² Eric J. Hobsbawm. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 174.

O que não impediu Marx de teorizar as crises, de modo mais desenvolvido, em *O Capital*, de 1867, graças aos novos materiais disponíveis: “A primeira análise sistemática do ciclo econômico vincula-se ao nome de Marx. Ricardo e a escola clássica não tinham enfrentado, além de observações marginais, o problema das flutuações da acumulação capitalista: consideravam-no um fenômeno secundário, irregular e acidental, e devido a fatores externos ao processo capitalista”.¹¹⁵³ Persistia ainda à época uma ligação entre a alta dos preços do trigo e as dificuldades na venda de tecidos, visível na crise de 1861. Depois dessa data, esse vínculo não mais existiu, e a chamada “crise têxtil” (pois essa indústria ainda aparecia como símbolo do novo modo de produção) passou a ter autonomia em relação à conjuntura agrícola. A partir de 1870 os mecanismos de ligação entre preços agrícolas e crises industriais desapareceram definitivamente. As penúrias alimentares foram substituídas pelas sobreproduções relativas. Tiveram início definitivo então as “crises modernas”, ordenadas por um ritmo cíclico interno próprio, determinado econômica e não mais naturalmente.

Ficou claro que o caráter *capitalista* da produção engendrava as crises modernas, cuja raiz se situava na própria produção capitalista: “O desenvolvimento da força produtiva do trabalho produz, na baixa da taxa de lucro, uma lei que se opõe a esse desenvolvimento e provoca necessariamente crises... O elemento decisivo, para a expansão ou redução da produção, não é a relação entre a produção e as necessidades sociais, mas a apropriação de trabalho não pago e a relação entre ele e o trabalho materializado ou, para empregar a linguagem capitalista, o lucro e a relação entre esse lucro e o capital empregado, por fim certo montante da taxa de lucro. A produção encontra limites, enquanto do outro ponto de vista ela pareceria insuficiente. Detém-se não no ponto que fixa a satisfação das necessidades, e sim a produção e realização do lucro”.¹¹⁵⁴

As crises já são *potenciais* na circulação simples de mercadorias (M-D-M, ou mercadoria-dinheiro-mercadoria), ou seja, na produção mercantil simples. A fonte das crises é, portanto e em última instância, o caráter não planejado da produção mercantil. No entanto, a análise da circulação simples apenas mostrava que as crises eram *possíveis* (pela separação dos atos de comprar e vender, que podem gerar sua interrupção). Na crise capitalista, diversamente, uma parte das forças produtivas é destruída e, de forma violenta, recompõe-se na unidade perdida entre a produção material (processo de trabalho, produção de valores de uso) e o seu caráter capitalista (processo de valorização, produção de valor). A definição mais geral da crise capitalista é que ela consiste na recomposição violenta da unidade entre processo de trabalho e processo de valorização, entre as esferas da produção e da circulação da mais-valia, separadas contraditoriamente e reunificadas pela própria lei de movimento econômico do capital.

A determinação do caráter *orgânico* da *crise* na dinâmica econômica capitalista foi realizada por Marx em *O Capital*. Num primeiro momento - que compreende os esquemas gerais da reprodução do capital - ele fez numerosas hipóteses simplificadoras da realidade: a oferta e a demanda coincidem, as mercadorias se trocam pelos seus equivalentes em valor, anula-se a concorrência, a luta de classes, etc. Marx atendeu de modo exclusivo o "processo direto de produção", para observar o comportamento das categorias de valor e mais-valia em toda sua pureza. Fez abstração das contingências que determinam sua distribuição; deixou de lado os eventos da esfera da circulação que operam sobre essas categorias globais e as dividem em fenômenos ou formas concretas como salário, lucro industrial, lucro comercial, juros bancários e renda da terra.

Os esquemas de *reprodução simples* de Marx estavam instalados na abstração teórica de que as mercadorias produzidas pelos distintos setores econômicos se trocavam segundo seus

¹¹⁵³ Paolo Guerrieri. Flutuazioni. In: M. Carmagnani e A. Vercelli. (eds.). *Economia e Storia*. Firenze, La Nuova Italia, 1978, p. 222.

¹¹⁵⁴ Karl Marx. *Op. Cit.*

valores respectivos, se mantendo em cada sector uma composição orgânica do capital constante, com a acumulação progredindo por meio de uma simples adição de capital produtivo sobre uma base técnica invariável. No volume I de *O Capital* Marx tratou da análise do processo de produção. Na medida em que o capitalismo é um sistema de produção generalizada de mercadorias, o capitalista obteria a mais-valia que ele extraiu do trabalhador somente se ele conseguisse vender as mercadorias que corporificam esse valor. A realização do valor criado na produção - sua transformação em dinheiro - depende da circulação de mercadorias. Aqui é necessário também considerar as mediações no tratamento do valor e a mais-valia, em especial a transformação dos valores em preços de produção, a relação destes com os preços de mercado, pela interação das distintas frações do capital na esfera da circulação.

O volume II de *O Capital* trata do processo de circulação, examinando suas implicações em dois modos. Marx considera os diferentes circuitos de capital, as sucessivas transformações de, por exemplo, capital-dinheiro em força de trabalho e meios de produção que são usados para produzir mercadorias, e então em uma soma de dinheiro maior caso essas mercadorias sejam vendidas pelo seu valor. Marx considera o modo no qual os circuitos de capitais individuais se entrelaçam para dar lugar a reprodução da economia toda. É somente no volume III de *O Capital* que a análise da concorrência entre capitais se torna relevante.

Nele, Marx tratou da produção capitalista como um todo, em que a realização do valor gerado na produção depende da circulação (venda) de mercadorias: “No primeiro livro se investigaram os fenômenos apresentados pelo processo de produção capitalista, considerado para si como processo de produção direta, e nele se prescindiu ainda de todas as influências secundárias de circunstâncias que lhe são alheias. Mas este processo direto de produção não esgota a trajetória vital do capital. No mundo real, o processo de circulação o complementa, e este constituiu o objeto das investigações do livro segundo. Ali se revelou, ao examinar o processo de circulação como mediação do processo de reprodução social (capitalista), que o processo capitalista de produção, considerado em seu conjunto, é uma unidade dos processos de produção e circulação”.

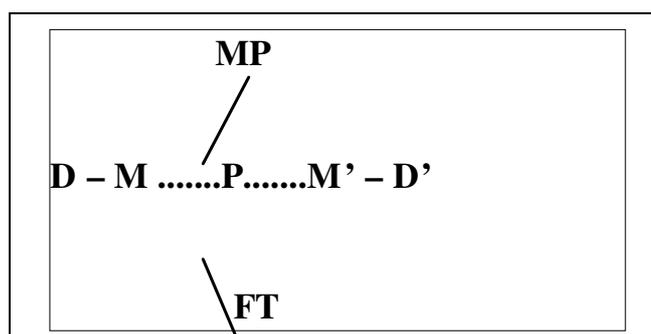
“Por isso, não pode ser nosso objetivo formular reflexões gerais sobre esta unidade. Trata-se sim de descobrir e descrever as formas concretas que surgem do processo de movimento do capital considerado em seu conjunto. Em seu movimento real (enquanto unidade de essência e aparência), os capitais se enfrentam em formas concretas (lucro industrial, taxa de juros, lucro comercial, renda territorial) tais que para elas a figura do capital no processo direto de produção, assim como sua figura no processo de circulação, somente aparecem como fases particulares. As configurações do capital se aproximam, portanto, paulatinamente à forma com que se manifestam na superfície da sociedade, na ação recíproca dos diversos capitais entre si, na concorrência e na consciência habitual dos próprios agentes da produção”.¹¹⁵⁵

Devia-se, portanto, partir das hipóteses mais simples, e evidenciar nelas a *possibilidade* da crise, para só depois passar à sua realidade: “Nada do que existe potencialmente passa ao ato senão através de algo que já existe em ato” (Aristóteles). O estudo da *reprodução simples* (isto é, sem acumulação de capital) possui relevância metodológica para a análise das crises: “A crítica marxiana ao teorema da economia política clássica, de que na circulação simples de mercadorias não poderia haver um desequilíbrio geral entre compras e vendas, tem como suposto a concepção específica da circulação enquanto *metamorfose* da mercadoria por Marx e, ao mesmo tempo, revela o que significa essa concepção... A metamorfose é ‘a possibilidade de um *general glut* [entupimento geral] justamente por ser ‘tanto a separação da compra e venda quanto a sua unidade’”.¹¹⁵⁶

¹¹⁵⁵ Karl Marx. *O Capital*. Livro III, seção I, capítulo I.

¹¹⁵⁶ Jorge Grespan. *O Negativo do Capital*. São Paulo, Expressão Popular, 2012, p. 72.

Quando Marx analisou a reprodução simples no volume primeiro de *O Capital* (capítulos XXI e XXII) ainda não apresentou o processo de circulação do capital, sendo-lhe desnecessário desenvolver a análise da reprodução do capital de um ponto de vista social e investigar o pressuposto da acumulação. Apenas na reprodução simples é possível solucionar previamente os pressupostos teóricos do estudo da acumulação pois, naquela, a “renda líquida” (como a chamava Adam Smith) aparecia nitidamente diferenciada da parte somente reproduzida do capital inicial. Seguindo Marx: “As dificuldades principais aparecem não no exame da acumulação, mas no da reprodução simples. Por isso tanto Adam Smith, como anteriormente Quesnay (no *Tableau Économique*), partem da reprodução simples, quando se trata do movimento do produto anual da sociedade e de sua reprodução mediada pela circulação”. A forma absoluta em que se apresenta a possibilidade formal ou abstrata das crises capitalistas é a fórmula geral do capital desenvolvida:



Onde D representa o dinheiro, M a mercadoria [fatores da produção: FT (força de trabalho) e MP (meios de produção)], e P o momento da produção. A *possibilidade geral* das crises é a metamorfose formal do capital, baseada na dissociação no tempo e no espaço da compra e da venda. Mas isto não é nunca a *causa* da crise. Não é outra coisa que a *forma mais geral da crise* e, portanto, a crise na sua *expressão mais geral*. Não se pode dizer, porém, que a *forma abstrata da crise* (abstraida de todas as mediações concretas ou fenômenos que ocorrem no processo de produção e circulação da mais-valia no seu conjunto) fosse a causa dela: “Quando perguntamos por sua causa, tratamos precisamente de saber por que *sua forma abstrata*, a forma de sua possibilidade, se transforma de possibilidade em *realidade*”.¹¹⁵⁷

Vejamos os efeitos a concorrência entre capitais diversos. Como já vimos, o capital se divide em partes constante e variável. Quando tratou da rotação do *capital variável*,¹¹⁵⁸ Marx propôs a comparação de dois modelos teóricos de inversão de capital produtivo, distintos em virtude do número de rotações realizadas pelo capital adiantado em um ano. Com a mesma taxa de mais-valia e igual valor desembolsado a cada determinado número de semanas, um capital “A” que gira dez vezes mais que um capital “B”, pode movimentar a mesma massa de trabalho, auferindo uma taxa anual de mais-valia dez vezes maior. Imagine-se que “A” adianta 500 libras esterlinas a um prazo de cinco semanas quando o seu capital reflui acrescido de 500 libras esterlinas de mais-valia; o capital “B” que gira só uma vez ao ano e não dez vezes como “A”, precisa reinvestir 500 libras sempre novas após cinco semanas e que não tenham refluído do emprego produtivo da força de trabalho. Só depois de 50 semanas (um ano) refluirão 5.000 libras esterlinas que são o adiantamento do capital “B” (500 x 10, sendo 10 o número de rotações de “A”).

¹¹⁵⁷ Karl Marx. *Teorias sobre a Mais-valia*. São Paulo, Difel, 1985, cap. XVII, Ap. 11.

¹¹⁵⁸ A vinculação entre os ciclos e o tempo de rotação do capital *fixo* foi uma tentativa abandonada por Marx “pelo fato de o período de vida dos diversos capitais não ser coincidente e porque estes não se renovam ao mesmo tempo, mas em correspondência com o seu ponto de partida individual, enquanto o ciclo é um movimento que afeta ao mesmo tempo a sociedade no seu conjunto” (Paul Mattick. *Crisis y Teorias de las Crisis*. Barcelona. Península, 1977.).

Note-se que, enquanto “A” obtêm em um ano as mesmas 5.000 libras repostas, necessita adiantar inicialmente para todo ano apenas 500 libras (estamos sempre abstraindo o capital constante e considerando as taxas de mais-valia em “A” e “B” idênticas, iguais a 100%). Para o capital “A”, a taxa anual de mais-valia (m'/ano) é igual ao quociente obtido através da divisão da massa anual de mais-valia ($M/\text{ano}=5.000$) pelo capital variável adiantado ($v=500$), ou seja, igual a 1.000% (mil por cento). Para “B” temos (considerando-se $m'/\text{ano}=100\%$): $m'/\text{ano} = m'/v = 5.000/5.000 = 100\%$. A diferença provém dos diferentes números de rotações dos capitais “A” e “B” em um ano; logo, a taxa de mais-valia é maior de acordo com o número de rotações do capital variável em um ano.

O exposto permite compreender a *possibilidade da crise* proveniente da irracionalidade do modo de produção capitalista quando a rotação do capital variável é considerada socialmente (não se considera aqui a parte constante do capital por não agregar valor novo ao capital, sendo irrelevante para o cálculo da mais-valia e da taxa de mais-valia; além disso, a parcela fixa do capital constante - que perdura por diversos processos produtivos - não é renovada em prazos menores, como o é a força de trabalho).

Observe-se agora, do ponto de vista da sociedade, os capitais “A” e “B” (cabe recordar que é imprescindível para a continuidade da acumulação capitalista a reprodução do capital variável em prazos não muito dilatados): depois de cinco semanas, os trabalhadores sob o capital “A” não só repõem em mercadorias o valor da sua força de trabalho (isto é, podem comprar um valor em mercadorias necessárias igual ao valor do seu salário) como também uma mais-valia de 100% desse valor. O mesmo ocorre ao final das outras nove rotações do capital “A” em um ano. Por outro lado, “B” também paga os salários dos seus trabalhadores depois de cinco semanas, e eles lançarão seus salários no mercado para a compra de seus meios de subsistência; contudo, sem nada pôr no lugar além de dinheiro, ou seja, retiram do produto social o que ainda não deram na forma concreta de mercadorias que possam ser consumidas produtivamente, seja por outros trabalhadores, seja por processos produtivos das unidades empresariais capitalistas (no caso de “A”, os trabalhadores comprarão mercadorias por eles já repostas no mercado - do ponto de vista da divisão social do trabalho, pouco importa se produzem bens de capital que eles mesmos não consomem, ou bens de consumo).

Os trabalhadores postos sob o capital “B” repuseram em cinco semanas o valor da sua força de trabalho, mas como as mercadorias só estarão prontas e vendáveis após 50 semanas, a sua forma valor ainda não foi realizada: recebem dinheiro que só terá equivalente em mercadorias, do ponto de vista da reprodução do capital social, depois de 50 semanas (abstraindo-se o tempo de circulação): “Seu valor certamente está repostado por novo valor, portanto renovado, mas sua forma de valor (aqui a forma de valor absoluta, sua forma-dinheiro) não está renovada”. Os trabalhadores sob o capital “B” podem, de acordo com o maior tempo de rotação deste capital, retirar do produto social mais do que a sociedade pode fornecer como reserva para isto.

Disse a respeito Marx: “A coisa se reduz simplesmente ao fato de que a sociedade precisaria calcular de antemão quanto trabalho, meios de produção e meios de subsistência ela poderia, sem qualquer quebra, aplicar em ramos de atividades que, como a construção de ferrovias, não fornecem por um tempo mais longo, um ano ou até mais, meios de produção nem meios de subsistência, nem efeito útil, mas retiram trabalho, meios de produção e meios de subsistência do produto total anual. Na sociedade capitalista, ao contrário, onde a racionalidade social só se faz valer *post festum*, podem e têm de ocorrer constantemente grandes perturbações. Por um lado, a pressão sobre o mercado de dinheiro enquanto, inversamente, a folga no mercado de dinheiro provoca, por sua vez, o surgimento em massa de tais empreendimentos, portanto, exatamente as circunstâncias que mais tarde provocam a pressão sobre o mercado de dinheiro. O mercado de dinheiro é pressionado porque o adiantamento de capital monetário em grande escala aqui se torna constantemente necessário por longos períodos. O capital monetário necessário para a operação dos negócios

é reposto por empréstimos tomados no mercado de dinheiro. Por outro lado, há pressão sobre o capital produtivo disponível da sociedade. Partes do capital produtivo são retirados constantemente do mercado, apenas um equivalente monetário é aí lançado, subindo, portanto, a demanda solvente sem fornecer por si mesma nenhum elemento de oferta. Sobem os preços, portanto, tanto dos meios de subsistência quanto dos materiais de produção”.¹¹⁵⁹

Essa alta geral dos preços afeta todos os trabalhadores, reduzindo os salários relativamente, de maneira que as perturbações oriundas das contradições iminentes da produção capitalista têm seus efeitos visíveis na deterioração do valor da força de trabalho - trata-se aqui da contradição entre a lógica de acumulação do capital individual e a acumulação do capital em seu conjunto. A reprodução do capital individual pode ser entendida exclusivamente em termos de valor e, por isso, as crises só aparecem virtualmente no processo de circulação devidas a fatores exógenos (como a demora na realização da mais-valia). É preciso demonstrá-lo equilibrando os intercâmbios entre os diversos capitais individuais e entre os dois departamentos da produção social, a saber: o departamento I (que produz meios de produção) e o departamento II (que produz meios de subsistência). Marx assumiu como pressuposto a ausência de perturbações (crises) na circulação, abstraindo o desgaste dos meios de trabalho (elementos constitutivos do capital fixo) e elaborou o seguinte esquema:

$$\text{I: } 4.000 \text{ c} + 1.000 \text{ v} + 1.000 \text{ m} = 6.000 \text{ (valor dos meios de produção)}$$

$$\text{II: } 2.000 \text{ c} + 500 \text{ v} + 500 \text{ m} = 3.000 \text{ (valor dos bens de consumo)}$$

Sendo *c* o capital constante investido em meios de produção; *v*, o capital variável adiantado na contratação da força de trabalho; *m*, a mais-valia (a taxa de mais-valia, constante, é $m' = 100\%$ nos dois departamentos). No departamento II, o valor agregado $1.000 \text{ II} (v+m)$, ou seja, $500v + 500m$, deve ser reposto por meios de consumo para manter vivos os operários II_v e os capitalistas II_m (na reprodução simples, a mais-valia é consumida improdutivamente pela classe capitalista). Resultado: salários II_v e mais-valia II_m são trocados pelo produto do próprio departamento II e se “evaporam”. O departamento I, porém, precisa realizar $1.000v + 1.000m$ ou $2.000 \text{ I}(v+m)$ em meios de consumo do departamento II. Este possui bens de consumo corporificando um capital constante de 2.000 IIc , que são cedidos para realizar os $2.000 \text{ I}(v+m)$. Em contrapartida, II recebe elementos de capital constante (meios de produção) de I nos quais se materializavam $2.000 \text{ I}(v+m)$ antes da troca.

Os 4.000 Ic apenas repõem o capital constante de I e se liquidam em trocas mútuas entre os capitais individuais do departamento I. Eis então a equação do equilíbrio do sistema na reprodução simples: $\text{I} (v+m) = \text{IIc}$, o que “não é a expressão, do ponto de vista econômico, de um estado de equilíbrio, mas sim de uma crise”, porque implicaria uma paralisação da acumulação, se fossem simplesmente transcendidos os limites da reprodução simples. Os resultados atingidos: 1) Marx equaciona (estabelece igualdades) no intercâmbio social; 2) A reprodução simples é o pressuposto da acumulação; 3) Na acumulação, ela é um momento particular de crise. No esquema de reprodução simples, onde a escala da produção e a relação de valor entre as componentes constante e variável do capital nos dois setores não muda, toda a mais-valia obtida se consome improdutivamente.

	Capital constante	Capital variável	Taxa de mais-valia	mais-valia	Valor do produto	Taxa de lucro
I)	$4.000C_c$	$1000C_v$	100%	1000	6000	20%
II)	$2.000C_c$	$1.000C_v$	100%	1000	4000	33%

Para que se mantenha a situação de equilíbrio entre os dois setores (I e II), a soma do valor e da mais-valia do setor I (produção de bens de consumo produtivo) deve ser igual ao valor do capital constante empregado pelo setor II (produção de bens de consumo final ou individual).

¹¹⁵⁹

Karl Marx. *O Capital*. Livro III, seção I, assim como as citações seguintes.

Tudo muda quando passamos para a *reprodução ampliada*, onde os capitalistas destinam parte da mais-valia obtida para ser capitalizada. O problema se traslada para o setor II, onde as seções produtoras de bens de consumo devem realizar ou vender a mais-valia contida em seus respectivos produtos, ou seja, transformá-la em dinheiro, antes de poder ampliar cada um deles a escala de sua produção. Na acumulação de capital, ou reprodução ampliada, a renda líquida não é consumida improdutivamente como na reprodução simples, mas investida em conjunto com o resto do capital reproduzido. A reprodução ampliada pressupõe $I(v+m) > IIc$, variando as formas em que se divide “m” em “v” e “c” e a taxa de acumulação. Apesar disso, IIc poderia ser igual ou maior que $I(v+m)$ momentaneamente (crise de superprodução em II): “Isso seria uma superprodução em II, e apenas poderia ser compensada por uma crise, em consequência da qual se transferisse capital de II para I”.

Desse modo, em seus esquemas de reprodução Marx estabeleceu as relações entre os setores (ou departamentos) básicos da produção capitalista, o de bens de consumo e de bens de produção, bem como seu ponto de equilíbrio, localizando aí o *mecanismo gerador da sobreprodução*. Para Marx, “a realidade da acumulação capitalista *exclui a igualdade* entre IIc e $I(V+m)$.”¹¹⁶⁰ Entretanto, na acumulação capitalista pode ocorrer que, em virtude da marcha dos processos de acumulação efetuados no decurso de períodos de produção anteriores, IIc seja igual ou mesmo superior a $I(V+m)$. Assim, haverá em II sobreprodução que só poderia ser liquidada por um grande craque, em virtude do qual se transferisse capital de II para I. Visto de outro ângulo, esta propensão à sobreprodução refletiria a luta entre os produtores que, opondo-se à tendência decrescente da taxa de lucros, procurariam ganhar nas quantidades vendidas o que perderiam por unidade, de onde decorreria a hipertrofia do aparelho de produção e a superabundância de mercadorias”.

Devemos aqui acrescentar um novo elemento. A competição entre capitais - sejam capitalistas individuais, companhias ou mesmo nações - cada um tentando abocanhar a maior porção da mais-valia, leva à formação de uma taxa geral de lucro e, portanto, a uma modificação na teoria do valor-trabalho. As taxas de lucro variam de um setor para outro, resultando em uma *taxa média de lucro*, resultado da equalização das diversas taxas: “Os capitalistas, como irmãos hostis, dividem entre si o saque do trabalho de outras pessoas, recebendo assim, em média, a mesma quantidade de trabalho não pago... Aqui temos uma prova matematicamente precisa de porque os capitalistas formam uma verdadeira sociedade maçônica diante de toda a classe trabalhadora, enquanto que há pouco amor entre eles na concorrência entre si”.

Uma consequência da *equalização da taxa de lucro* é que a lei do valor, que rege toda sociedade mercantil, deve ser modificada, ou melhor, concretizada, no caso da sociedade capitalista: “É evidente que a emergência da taxa geral de lucro necessita da transformação de valores em preços de custo que são diferentes desses valores”. Marx chamou esses valores convertidos que refletem a taxa geral de lucro de *preços de produção*. Sua formação é uma consequência inevitável do fato de que “o capital existe e só pode existir como muitos capitais”: “O que a concorrência, primeiro e em uma única esfera [de produção] consegue é um único valor de mercado e um único preço de mercado derivados dos vários valores individuais de mercadoria. E é a competição de capitais em diferentes esferas que primeiro faz surgir o preço de produção, equalizando as taxas de lucro nas diferentes esferas”.

A conversão de valores em preços de produção é parte do processo da formação dos próprios valores: “É evidente que a emergência da taxa geral de lucro necessita da transformação de valores em preços de custo que são diferentes desses valores”. Pois é a concorrência em indústrias particulares que leva as mercadorias a serem vendidas pelo tempo de trabalho socialmente necessário. A transformação de valores em preços de produção *completa* a teoria

¹¹⁶⁰ Condição de equilíbrio entre os dois setores no esquema de reprodução simples, num sistema fechado, sem variações. IIc é o capital constante do setor de bens de consumo; IV é o capital variável do setor de bens de produção e IM é a mais-valia no setor de bens de produção.

do valor. Marx assinalou que os desvios dos preços de produção em relação aos valores "sempre se resolvem com uma mercadoria recebendo muito pouco da mais-valia enquanto outra recebe muito, e desse modo os desvios dos valores que estão corporificados nos preços de produção compensam um ao outro... A soma dos preços de produção de todas as mercadorias produzidas na sociedade é igual à soma dos seus valores".

Nas instâncias da concorrência intercapitalista e do movimento de capitais de um setor da produção para outro, segundo as diversas taxas de lucro individuais ou setoriais, os valores se transformam em *preços de produção* a instâncias de uma *taxa de lucro média*, que determina distintas *massas de lucro* segundo a magnitude do capital comprometido.

Capital	Constante	Variável	Mais-valia	Preço de custo	Valor	Taxa de lucro	Preço de produção	Desvio do preço respeito do valor
I	4.000	1.000	1.000	5.000	6.000	25%	6.250	+250
II	2.000	1.000	1.000	3.000	4.000	25%	3.750	-250

A reprodução ampliada do capital, contudo, se realiza segundo as exigências da lei do valor. No caso exposto, na sociedade havia mais-valia demais produzida no setor I e, portanto, demasiados bens de consumo finais, não porque a demanda solvente fosse insuficiente, mas porque a massa de lucro nesse setor excedia as magnitudes do capital comprometido.

O preço de produção das mercadorias produzidas pelo setor II deverá descer até por baixo de seu valor individual em 250 unidades monetárias, e em 250 por cima de seu valor nas indústrias do setor I. Tudo para que a parte da mais-valia produzida em excesso pela indústria do setor II possa transferir-se para o setor I que, desse modo, acumulará mais capital e crescerá desigualmente respeito ao setor II. A diferença de mais-valia capitalizada por cada setor traduz as diversas magnitudes de capital investidas em um e no outro, em virtude da taxa de lucro média comum aos dois, o que se opera por meio do mercado, às costas dos agentes da produção capitalista. O movimento do capital produtivo determina os preços de produção que permitem distribuir os benefícios entre os capitalistas segundo o montante do capital investido por cada um deles, resultado que depende de três fatores: 1) a massa de mais-valia produzida pelo capital global; 2) a taxa geral ou média de lucro, isto é, a relação entre essa massa total de mais-valia e o capital global; 3) a concorrência entre os capitais particulares pela procura do máximo benefício.

A *taxa de lucro média* fixa os *preços de produção* e a composição orgânica média, ou seja, o *tempo de trabalho socialmente necessário*, conceito que, desse modo, aparece em sua determinação plena. O grau de desenvolvimento específico da força social produtiva do trabalho é diferente em cada esfera particular da produção, sendo maior ou menor na mesma proporção em que seja maior ou menor a quantidade de meios de produção ou "trabalho morto" (máquinas, matérias primas) posta em movimento por determinada quantidade de trabalho vivo. Os capitais de composição orgânica média são aqueles cuja massa de mais-valia produzida coincide com a realizada segundo a *quota de lucro média*, com preços de produção que não diferem de seus valores (no caso exposto em baixo, o capital "b"):

Capital a)	$90c_c + 10c_v + 10p_v = 110$	(preço de produção= 120)
Capital b)	$80c_c + 20c_v + 20p_v = 120$	(preço de produção = 120)
Capital c)	$70c_c + 30c_v + 30p_v = 130$	(preço de produção = 120)

A *taxa geral (média) de lucro* é a força impulsora da produção capitalista, e constitui a lei reguladora da sociedade capitalista. Pela mesma razão, para Marx, a lei fundamental da concorrência capitalista não é a lei da oferta e a demanda entre mercadorias (os preços de

mercado) mas a lei que rege a concorrência entre capitalistas (a taxa de lucro média e os preços de produção), que regula a distribuição da mais-valia entre eles, de acordo com a massa de capital com que cada um participa no comum negócio de explorar trabalho assalariado.

Numa situação com tendência para o aumento da taxa de lucro, a inversão em capital fixo e circulante aumenta, e o desemprego cai diante da conseqüente maior oferta de emprego. Não há crise, mas expansão. O capital está, além disso, em condições econômicas de conceder melhorias transitórias aos trabalhadores. No ponto mais alto da fase expansiva, e imediatamente depois da crise, quando a economia capitalista entra na fase de crescimento lento, parte do capital adicional começa a ser expulso da produção porque a taxa média de lucro não compensa seu investimento, o desemprego aumenta na mesma proporção em que a inversão cai. É o momento, por outro lado, em que os capitalistas costumam iniciar nova e mais pesada ofensiva sobre as condições de vida e de trabalho dos assalariados. As crises, que aparecem como *possibilidade* (teórica) na reprodução simples, aparecem como *necessidade* na reprodução ampliada, ou seja, como componente orgânica da *acumulação de capital*.¹¹⁶¹

Em resumo, e recapitulando: a estrutura lógica das crises foi definida por Marx em *O Capital*, desde sua forma mais simples (nas formas mercadoria e dinheiro, na circulação simples) até as crises “desenvolvidas” na reprodução ampliada. A potenciação das crises na circulação simples explica-se pelo fato que a compra e venda de mercadorias perfaz uma unidade interna, pois se um vende, outro compra, o que é óbvio. Entretanto, a circulação de mercadorias rompe paulatina e historicamente as amarras da troca natural, da preponderância da produção voltada para o valor de uso, e abrange espaços econômicos maiores, suscitando tempos de realização das mercadorias díspares e imprevisíveis para cada unidade produtora.

Tal fato implica que a unidade interna da *compra e venda* só se faz valer em antíteses, porque se elimina a identidade imediata entre compra e venda, que existe no ato puro da troca natural, direta, sem a mediação da forma do valor de troca. *Ipsa facto* a própria contradição imanente da produção capitalista se expressa no aparente paradoxo de que um trabalho concreto, específico, privado, precise ser representado como trabalho abstrato, geral e social, ou seja, a crescente dissociação do valor da materialidade sensível do produto orienta a produção exclusivamente em termos monetários e qualquer impossibilidade circunstancial de realização das mercadorias resolve-se por meio de uma crise que destrói as forças produtivas.

A reprodução do capital individual pode ser entendida exclusivamente em termos de valor e por essa razão as crises só aparecem potencializadas no processo de circulação em virtude de fatores apenas indiretamente vinculados à produção. Quando se considera a reprodução do capital social, na qual se explicita a diversificada divisão social do trabalho, a reprodução deve ser vista não só a partir do ciclo do capital monetário (D - D'), mas também no ciclo do capital-mercadoria (M' - M'), onde M' já aparece prenhe de mais-valia e pressupõe a valorização do capital: “O movimento, repleto de contradições, da sociedade capitalista faz-se sentir ao burguês prático de modo mais contundente nos vaivéns do ciclo periódico que a indústria moderna percorre e em seu ponto culminante - a crise geral”. A visão que não ultrapassa a mera constatação dos “vaivéns do ciclo periódico” industrial, identifica-se com a “ideologia do

¹¹⁶¹ No *Manifesto Comunista* Marx já concebia as crises como manifestação concentrada do caráter contraditório e da temporalidade do modo de produção capitalista: “A sociedade burguesa, com suas relações de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou. Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a produção contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e de seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que ao se repetir periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados como também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. Uma epidemia, que em qualquer época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade - a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea”. A sobreprodução estava já indicada como motivo fundamental da crise.

burguês prático”. A visão que abarca o movimento real, pleno de contradições, cujas manifestações fenomênicas são as crises, é a abordagem totalizadora, na qual as crises aparecem ligadas organicamente a uma estrutura, compreendida em seu movimento de produção e reprodução, e em sua lógica interna, o que permite ver as crises em toda a sua potencialidade de ingerência em toda a vida social.

A distinção entre crise *potencial* e crise *real* foi feita por Marx. A crise “real” é *mundial* pela sua própria natureza. Em sua forma mais desenvolvida, “as crises do mercado mundial devem ser concebidas como a condensação real e o violento nivelamento de todas as contradições da economia burguesa. Os aspectos distintos que se condensam nestas crises deverão, portanto, manifestar-se e desenvolver-se em todas as esferas da economia burguesa e, quanto mais nos aprofundemos nela, mais teremos que investigar, por um lado, novos aspectos desta contradição e, por outro, manifestar as suas formas mais abstratas como formas que reaparecem e estão contidas em outras mais concretas”.

As diversas modalidades da crise respondem, no entanto, a um *padrão comum*: “Onde o processo de reprodução se estanca e o processo de trabalho se restringe ou, em parte, se detém, destrói-se um capital efetivo. O maquinário que não se emprega não é capital. O trabalho que não se explora equivale a uma produção perdida. As matérias primas que ficam inúteis não são capital. Os valores de uso (assim como o maquinário recém-construído) que não são empregados ou que ficam por terminar, as mercadorias que apodrecem nos armazéns: tudo isso é destruição de capital. Tudo isso se traduz em um estancamento do processo de reprodução e no fato de que os meios de produção não entram em jogo com este caráter. Tanto seu valor de uso como seu valor de troca se perdem. Em segundo lugar, existe destruição de capital nas crises, pela depreciação de massas de valor, que as impede de voltar a se renovar mais tarde, na mesma escala, em seu processo de reprodução como capital. É a queda ruínosa dos preços das mercadorias. Não se destrói valores de uso. O que perdem alguns, ganham outros. Mas, consideradas como massa de valor que atuam como capitais, vêm-se impossibilitadas de se renovar nas mesmas mãos como capital. Os antigos capitalistas se arruinam”.¹¹⁶²

Marx colocava a questão *geral concreta* das crises da seguinte forma: “A produção em massa só pode ter por comprador imediato, além de outro capitalista industrial, o comerciante por atacado. Até certo ponto, pode dar-se o processo de reprodução na mesma escala ou em escala ampliada, embora as mercadorias dele oriundas não entrem realmente no consumo individual ou produtivo. O consumo das mercadorias não está incluído no ciclo do capital do qual sai. Do ponto de vista do produtor capitalista, tudo segue o seu curso normal desde que se venda o produto. Não se interrompe o ciclo do valor-capital que ele representa. Se esse processo é ampliado, o que implica em consumo ampliado nos meios de produção, pode acompanhar essa reprodução do capital maior consumo (de natureza individual), e conseqüentemente procura, da parte dos trabalhadores, uma vez que o consumo produtivo instaura e possibilita o processo”.

“Assim, pode aumentar a produção da mais-valia e com ela o consumo individual do capitalista, encontrar-se em pleno progresso todo o processo de reprodução, e, a pesar disso, grande parte das mercadorias ter entrado na esfera da circulação apenas na aparência, continuando na realidade armazenada nas mãos dos revendedores sem ser vendida, retida portanto no mercado. Uma remessa de mercadoria sucede a outra, para se verificar no fim que a remessa anterior apenas aparentemente foi absorvida pelo consumo. Os capitais-mercadorias disputam entre si um lugar no mercado. Os retardatários, para vender, vendem abaixo do preço. As remessas anteriores de mercadorias não foram ainda liquidadas, mas já venceram os prazos de pagá-las. Quem detém as mercadorias invendáveis tem de declara-se insolvente ou vendê-las a qualquer preço, para pagá-las. Essa venda nada tem a ver com a

¹¹⁶²

Karl Marx. *Teorias sobre a Mais-Valia*, ed. cit.

verdadeira situação da procura, está relacionada apenas com a procura de meios de pagamento, com a necessidade absoluta de converter mercadoria em dinheiro. Estala então a crise. Torna-se visível não na queda imediata da procura de mercadorias de consumo, da procura relacionada com o consumo individual, e sim na diminuição da troca entre os capitais, do processo de reprodução do capital”.

A origem do episódio de crise no capitalismo se encontra na dificuldade de valorização do capital.¹¹⁶³ O subconsumo - e as crises ocasionadas por ele - é decorrente desta particularidade do sistema, não a sua causa. A irrupção de um episódio de crise se manifesta da interrupção ou desaceleração do circuito D—M...P...M’—D’. Ambas, interrupção e desaceleração são derivadas da dificuldade do capital cumprir níveis satisfatórios de rentabilidade, o que impede que se alcance de maneira fluida e contínua sua valorização. Por sua vez, é a sólida e persistente e valorização do capital que dá sentido à acumulação ampliada.

No *modo de produção capitalista* as crises são inerentes ao próprio funcionamento do sistema, pois é no processo de acumulação de capital que se incita contradição crucial que as suscitam. No processo da crescente substituição da *força de trabalho por meios de produção* – ou, em outras palavras, o aumento da importância relativa de c em detrimento de v no capital global – a única fonte criadora de valor, o trabalho vivo, é preterida em razão do maquinário, o que leva a compressão da *taxa de lucro*. Este fenômeno se apresenta em forma de tendência. As crises, inevitáveis e incontornáveis, constituem *o limite à expansão da acumulação*, o ponto onde esta expansão não se dá mais de forma lucrativa, ou tão lucrativa quanto antes. É a *contradição entre a expansão da produção e a criação de valor*, que se expressa na impossibilidade do mercado assimilar a produção excedente.

A periodicidade das crises é determinada pelo movimento de rotação do capital, cada vez mais intenso conforme as necessidades do ritmo da acumulação: “A crise desnuda a discrepância entre a produção material e a produção de valor: sua proximidade se anuncia com uma debilidade na taxa de acumulação, uma superprodução de mercadorias e um aumento de desemprego. Assim, o caminho para sair da depressão consiste em fechar a brecha entre expansão e rentabilidade, por meio de novos investimentos, e a “normalização” dos mercados de bens e mercadorias. A crise não começa simplesmente. Começa em indústrias específicas, por mais que tenha sido causada pela situação global. Como a crise, também a ascensão começa em indústrias específicas e afeta cumulativamente o total da economia. Como a acumulação de capital é a reprodução ampliada dos meios de produção, a ascensão e a queda, mesmo que gerais, são observáveis primeiro e antes de tudo na manufatura de bens de produção”.¹¹⁶⁴

Por isso, as crises periódicas foram consideradas por Marx como a regra, não como a exceção, dentro da dinâmica do capitalismo; não um acidente, mas seu elemento determinante. É a partir da definição mais geral da produção capitalista como produção de *valor*, que Marx determinou o caráter *orgânico* das crises *capitalistas*: “De um lado, desenvolvimento irrestrito da produtividade e aumento da riqueza que, ao mesmo tempo, consiste em mercadorias e tem de se converter em dinheiro; do outro, a base econômica restringe a massa de produtores aos meios de subsistência. Por isso, as crises, em vez de acidentes, como pensava Ricardo, são *erupções essenciais*, em grande escala e em períodos determinados, das contradições imanentes”.¹¹⁶⁵ Isto devido a que “periodicamente, a produção de meios de trabalho e de subsistência é tal que não se pode fazê-los funcionar como meios de exploração dos operários

¹¹⁶³ “À medida que a taxa de valorização do capital global, a taxa de lucro, é o agulhão da produção capitalista (assim como a acumulação de capital é a sua finalidade) sua queda retarda a formação de novos capitais autônomos, e assim aparece como ameaça para o desenvolvimento do processo de produção capitalista; ela promove superprodução, especulação, crises, capital supérfluo, ao lado de população supérflua” (Karl Marx. *O Capital*. Livro II).

¹¹⁶⁴ Paul Mattick. *Op. Cit.*

¹¹⁶⁵ Karl Marx. *Op. Cit.*

sob certa taxa de lucro. Produzem-se mercadorias demais para que se possa realizar e converter em novo capital, nas condições de repartição e consumo dadas pela produção capitalista, o valor e a mais-valia que elas contém. Não é que se tenha produzido riquezas em demasia. Mas, *periodicamente*, se produz riqueza em demasia sob sua forma capitalista, oposta uma à outra”.¹¹⁶⁶ Com sua teoria das crises, Marx completou, e foi o primeiro a consegui-lo, o desvendamento das leis de funcionamento e *caducidade* do modo de produção capitalista.

Vejamos o “lado prático” (ou político) da questão. Em que medida podem ciclos e crises serem expressos quantitativamente (matematicamente) e em que medida se pode estabelecer correlações entre crise econômica e crise política (incluída a crise revolucionária)? Para Marx, a primeira tarefa era possível. Em uma carta sua a Engels, de maio de 1875, escreveu: “O problema é o seguinte: você conhece as tabelas que representam preços, taxas de desconto etc., sob a forma de curvas que flutuam para cima e para baixo. Tentei repetidamente computar esses *up and downs* - com o objetivo de fazer uma análise dos ciclos econômicos - como curvas irregulares e, assim, calcular matematicamente as principais leis das crises econômicas. Acredito que a tarefa ainda pode ser realizada com base em material estatístico criticamente selecionado”.

Quanto à segunda tarefa, ela seria bem mais difícil. Nas palavras de Engels: “Na história contemporânea corrente, seremos forçados com muita frequência a considerar este fator, o mais decisivo, como um fator constante, a considerar como dada para todo o período e como invariável a situação econômica na qual nos encontramos no início do período em questão, ou a não considerar mais que aquelas trocas operadas nesta situação, que por derivar de acontecimentos patentes sejam também patentes e claros. Por essa razão, o método materialista tenderá, com muita frequência, a se limitar a reduzir os conflitos políticos às lutas de interesses das classes sociais e frações de classes existentes, determinadas pelo desenvolvimento econômico, e a manifestar que os partidos políticos são a expressão política mais ou menos adequada destas mesmas classes e frações de classes. Falta dizer que *esta subestimação inevitável das mudanças que operam ao mesmo tempo na situação econômica - verdadeira base de todos os acontecimentos que se investigam- tem que ser necessariamente uma fonte de erros*”.¹¹⁶⁷

Só bem mais tarde foi reconhecido que Marx foi pioneiro da análise das crises modernas *do modo de produção capitalista*, que, como tais, não foram objeto de análise de seus predecessores smith-ricardianos: “Pelo que se refere à escola ricardiana e a seus herdeiros, pode-se dizer que as crises não ocuparam lugar algum dentro de seu sistema: as depressões deviam ser atribuídas à interferência do exterior que impediam o livre jogo das forças econômicas ou o processo da acumulação de capital, melhor que aos efeitos de um mal crônico interno da sociedade capitalista. Os sucessores desta escola estavam suficientemente obcecados com esta ideia para buscar outra explicação fundada em causas naturais (como as flutuações das colheitas) ou no “véu monetário”. Para Marx, entretanto, era evidente que as crises estavam associadas às características essenciais da economia capitalista em si mesma”.¹¹⁶⁸

Não poderia existir, por outro lado, a exposição de uma “teoria das crises” separada da teoria geral da acumulação capitalista. No plano original de Marx, a exposição das crises estava diretamente vinculada com o mercado mundial, *locus* específico da acumulação *de capital*, pois sua mútua relação, nas palavras de Marx, “saltava aos olhos”. Marx e Engels, por outro lado, foram extremamente cuidadosos e prudentes no estudo das mediações entre crise econômica e crise política, estabelecendo, de um lado, a existência de uma relação entre

¹¹⁶⁶ Karl Marx. *O Capital*. Livro III, seção I.

¹¹⁶⁷ Karl Marx; Friedrich Engels. *Obras Escogidas*. Moscou, Lenguas Extranjeras, s.d.p., vol. I, p. 114.

¹¹⁶⁸ Maurice Dobb. *Economía Política y Capitalismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1961, p. 59.

ambas e, de outro, o caráter não automático dessa relação e, até certo ponto, a impossibilidade de conhecê-la imediatamente em toda sua magnitude e detalhamento, *embora essa relação necessariamente existisse*.

Do ponto de vista do capital, as crises são períodos em que o sistema capitalista é reorganizado e reformulado para restaurar a taxa de lucro num nível no qual ocorrerão novos investimentos. A expansão do sistema capitalista conviveu com crises econômicas que ocorreram com certa regularidade no século XIX, vistas como “naturais” pelos economistas liberais. Elas seguiam um padrão ou “ciclo”: uma fase de alta de preços, salários, taxas de juros e lucros, era seguida da falência de uma ou de várias empresas e bancos incapazes de saldar seus compromissos. A falência afetava a confiança do público e dos acionistas de outras empresas e bancos, reduzindo o consumo e o investimento.

As indústrias diminuam o ritmo da produção, caíam o emprego e o poder de compra da população, acarretando novas baixas de preços, lucros e mais falências. Quando os estoques de produtos esgotavam-se, a produção retomava lentamente o crescimento, com um menor número de empresas e maior concentração do capital, restabelecendo o “equilíbrio” do sistema. As empresas mais débeis e menos eficientes e aquelas com um maquinário ultrapassado eram levadas à falência. Os capitais mais fortes e mais eficientes sobreviviam e emergiam da “recessão econômica” *relativamente* mais fortes (relativamente aos outros capitais), capazes de comprar terras e instrumentos de produção a melhores preços, e de forçar modificações no processo de trabalho que aumentavam a taxa de mais-valia.

Trotsky tentou uma periodização geral do capitalismo seguindo esse critério, situando nele a “grande depressão”: “A curva do progresso econômico põe em evidência dois tipos de movimento: um, fundamental, que expressa a elevação geral; outro, secundário, que corresponde às flutuações periódicas constantes, relativas aos dezesseis ciclos de um período de 138 anos. Nesse tempo, o capitalismo viveu aspirando e expirando de maneira diferente, de acordo com as épocas. Desde o ponto de vista do movimento de base, quer dizer, desde o ponto de vista do progresso e decadência do capitalismo, a época de 138 pode dividir-se em cinco períodos: de 1783 a 1815, o capitalismo se desenvolve lentamente, a curva sobe penosamente; depois da revolução de 1848, que amplia os limites do mercado europeu, assistimos a uma volta muito brusca. Entre 1851 e 1873, a curva sobe de repente. Em 1873, as forças produtivas desenvolvidas chocam-se com os limites do mercado. Produz-se um pânico financeiro. Em seguida, começa um período de depressão que se prolonga até 1894. As flutuações cíclicas têm lugar durante esse tempo; porém a curva básica cai aproximadamente no mesmo nível. A partir de 1894, começa uma época nova de prosperidade capitalista, e até a guerra, a curva vai subindo com vertiginosa rapidez. No fim, o fracasso da economia capitalista no curso do quinto período tem efeito a partir de 1914”¹¹⁶⁹.

As teorias da crise baseadas no subconsumo ou na desproporcionalidade entre os diversos setores da economia ignoravam que a base e o objetivo da produção capitalista é a produção de valor e mais-valia (acumulação ou reprodução ampliada do capital). A teoria do subconsumo é baseada numa tautologia. A desproporcionalidade, por outro lado, é consubstancial a todo sistema econômico (inclusive a um sistema imaginariamente socialista), pois não existe possibilidade de transmissão instantânea das informações da “demanda efetiva” e, mesmo que existisse, não existiria a possibilidade da realocação instantânea dos fatores de produção. No regime de produção capitalista, isto se agrava qualitativamente, porque os investimentos são realizados por cada capitalista individual, de acordo com seus interesses particulares e imediatos, apostando no ramo de produção que mais lhe assegure

¹¹⁶⁹ Leon Trotsky. La curva del desarrollo capitalista. In: *Una Escuela de Estrategia Revolucionaria*. Buenos Aires, Ediciones del Siglo, 1973.

um retorno positivo, ou seja, uma mais elevada taxa de lucro. Investem sem que, para tanto, uma demanda efetiva seja assegurada para as mercadorias produzidas.

Se a venda das mercadorias pelo seu valor não se verifica, ou apenas se verifica só em parte, os capitalistas não podem recomeçar imediatamente o processo de reprodução em escala ampliada. A reprodução do capital é momentaneamente interrompida, possibilitando a *erupção* da crise. Para que a produção ampliada se efetue sem interrupção, é preciso que sejam constantemente reproduzidas certas condições de equilíbrio; é preciso que a oferta e a demanda recíproca de mercadorias sejam iguais entre os dois setores básicos da produção capitalista (produção de bens de consumo e produção de bens de produção).

Essa condição de equilíbrio, contudo, jamais se verifica na prática, exatamente por esbarrar na contradição apontada: o caráter da produção é social, porém as decisões de investir são tomadas individualmente, sem que haja coordenação ou planejamento entre a produção e a demanda efetiva. Isto agrava um problema que, marginalmente, existiu nos sistemas de produção do passado, deslocando-o da margem para o centro da atividade econômica, isto é, para a produção e reprodução da vida social (que é a única vida que existe).

Em *A Questão dos Mercados*, redigido contra os “subconsumistas” russos, Lênin sintetizou duas teorias da crise: “A primeira a explica como a contradição entre a produção e o consumo da classe operária, a segunda como a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação. A primeira vê a raiz do fenômeno fora da produção (por exemplo, Sismondi, quem censurava aos clássicos se ocupar só da produção, ignorando o consumo); a segunda, vê as raízes do fenômeno nas próprias condições produtivas. Em outras palavras: a primeira explica a crise pelo subconsumo (*Unterkonsumation*), e segunda, pela análise da produção. As duas explicam a crise por uma contradição da própria estrutura da economia, mas diferem ao individualizar essa contradição. Mas a segunda nega a existência de uma contradição entre produção e consumo, do subconsumo? Naturalmente não. Reconhece plenamente que ele existe, mas o põe num plano subordinado, que diz respeito só a um setor da totalidade da produção capitalista. E explica que o subconsumo não pode explicar as crises, que são provocadas por outra, mais profunda e fundamental, contradição do sistema econômico contemporâneo, entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação”.

O desenvolvimento dos mercados, segundo explica Lênin nesse parágrafo, é até certo ponto separado do desenvolvimento da demanda da população trabalhadora, já que se baseia mais no consumo de meios de produção do que de meios de subsistência, portanto, a maior parte da demanda é *intersectorial*. Em cada novo ciclo aberto depois de uma crise esgotar suas possibilidades, as contradições postas em movimento são maiores; o ciclo do capital, através das crises periódicas, se decompõe e recompõe por etapas. A teoria marxista é, em seu núcleo, uma *teoria da crise*, enquanto as teorias econômicas burguesas são em geral, e no máximo, *teorias conjunturais ou do ciclo*, nas quais as crises aparecem como acidentes aleatórios e momentâneos, devidos ao afastamento de uma condição ideal e/ou natural de equilíbrio econômico. Desse modo, a teoria marxista completou a reversão completa do eixo da investigação econômica, abrindo simultaneamente um novo campo para a pesquisa histórica e para o pensamento político.

40. O IMPERIALISMO CAPITALISTA

O povo que mais coloniza é o primeiro. Se não o for hoje, se-lo-á amanhã (Paulo Leroy-Beaulieu. **De la Colonisation chez les Peuples Modernes**, 1874)

O crescimento das grandes companhias é meramente a sobrevivência do mais apto (John Davison Rockefeller, capitalista monopolista norte-americano)

Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido (V. I. Lênin, **O Imperialismo, Fase Superior do capitalismo**)

A grande depressão de finais do século XIX e suas consequências deram origem a um novo “sistema” econômico e político internacional, o imperialismo capitalista. O imperialismo colonialista não era fenômeno novo. A primeira expansão colonial europeia se produziu no alvorecer da época moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa, configurando o antigo sistema colonial da era mercantilista, com um sistema específico de relações internacionais adequadas à expansão colonizadora europeia. A vitória do capitalismo industrial, primeiro na Inglaterra, questionou esse sistema, em nome do livre-câmbio, sem chegar a destruí-lo, mas substituindo-o por outro, adequado e específico à colonização capitalista, que não pode ser visto como uma simples continuidade da chamada europeização e “ocidentalização” do mundo iniciada no século XVI. A primeira metade do século XIX foi caracterizada pelo capitalismo liberal e pelo *laissez-faire* (liberdade de comércio internacional). A Inglaterra, pioneira no processo de industrialização, defendia a liberdade de vender seus produtos em qualquer país, sem barreiras alfandegárias, bem como o (seu) livre acesso às fontes de matérias primas.

A partir de meados do século XIX, o desenvolvimento tecnológico levou ao surgimento de novos métodos de obtenção do aço, além de novas fontes de energia, como o gás e a eletricidade - que substituíram gradativamente o vapor - e do aperfeiçoamento dos meios de transporte. Desenvolveram-se as indústrias siderúrgicas, a metalurgia, a indústria petrolífera, o setor ferroviário e de comunicação. O aumento da mecanização e da divisão do trabalho nas fábricas permitiu a produção em massa, que reduzia os custos por unidade e incentivava o consumo. Os países industrializados alargavam o mercado interno e conquistavam novos mercados externos. A riqueza acumulava-se nas mãos da burguesia industrial, comercial e financeira desses países. Os trabalhadores continuavam submetidos a baixos salários.

Os avanços técnico-científicos exigiam aplicação de capitais em larga escala, produzindo fortes modificações na organização e na administração das empresas. As pequenas e médias firmas de tipo individual e familiar cederam lugar aos grandes complexos industriais. Multiplicaram-se as empresas de capital aberto, as “sociedades anônimas” de capital dividido entre milhares de acionistas, o que permitia associações e fusões entre empresas. Nos bancos, o processo era semelhante: um pequeno número deles foi substituindo o antes grande número de pequenas casas bancárias. Paralelamente a isso, ocorria também uma aproximação das indústrias com os bancos, pela necessidade de créditos para investimentos e pela transformação das empresas em sociedades anônimas, cujas ações eram negociadas pelos bancos. O capital industrial, associado ao capital bancário, transformou-se em *capital financeiro*, controlado por poucas grandes organizações.

Internacionalmente, a “era vitoriana”, começada em meados do século XIX, testemunhou a unificação econômica e logística do mundo, através de um sistema interconectado de transportes. Ela foi acompanhada por um movimento de colonização, que se viu acentuado no último quartel do século: a ideia de resgatar para a “luz da civilização” os povos “atrasados”

tinha, como pano de fundo, ambições econômicas. Por volta de 1875, os continentes não europeus eram bem mais conhecidos do que três décadas antes, devido à interligação proporcionada pelas novas vias de comunicação, que permitiam maior velocidade e regularidade de deslocação de pessoas e mercadorias. As estradas de ferro, a navegação a vapor e o telégrafo possibilitaram esse processo. Na periferia capitalista o comboio tornou-se o complemento ideal da marinha mercante. Estabeleceu a ligação entre as áreas produtoras de produtos primários (por exemplo, carne do Uruguai e lã da Austrália) com os portos marítimos, nos quais as poderosas marinhas europeias embarcavam esses produtos em troca de manufaturas industriais. O aumento das ferrovias e o desenvolvimento da navegação constituíram os instrumentos na formação do comércio marítimo internacional.

O telégrafo revolucionou as comunicações, permitindo um fluxo de informações contínuo e eficiente entre as metrópoles e as colônias, auxiliando na vigia e na administração dos postos comerciais. Esta apertada rede de comunicações introduziu relações diretas entre o mundo europeu e zonas remotas, tornando a interdependência da economia mundial um marco histórico. Assistiu-se à criação de um novo mundo econômico, constituído por um único complexo de interligações. Esta unidade econômica teve como consequência a rivalidade entre os Estados europeus. As movimentações isoladas de cada nação afetavam, direta ou indiretamente, outros países, e nasciam conflitos de interesses entre as grandes potências. O sistema mundial do capitalismo baseou-se na rivalidade entre países. A concorrência econômica acentuada foi o antecedente para o novo imperialismo. As vantagens do imperialismo capitalista derivavam-se das próprias contradições do capitalismo metropolitano. É impossível retirar da explicação da divisão imperialista do mundo sua dimensão econômica.

Fazendo uso da rede de transportes e de comunicações, os países europeus transformaram zonas atrasadas e marginalizadas em extensões da sua "civilização", expulsando os nativos do controle da sua própria terra. A "divisão do globo" tinha sua motivação, em primeiro lugar, na procura de novos mercados. Com a depressão econômica gerou-se a crença generalizada de que a superprodução poderia ser resolvida com um aumento das exportações. Sendo a necessidade de mercados comum aos vários Estados desenvolvidos, verificou-se a "corrida" aos territórios ultramarinos. Com a obtenção das possessões coloniais, as potências metropolitanas garantiam o monopólio comercial para a economia nacional correspondente, impedindo a intromissão estrangeira (protecionismo colonial), no marco de uma economia internacional baseada na concorrência econômica e comercial de várias potências (Inglaterra, Alemanha, França, EUA, Japão, Rússia, na primeira linha). No último quartel do século XIX, tornou-se comum a ideia de que cada país devia transformar-se em uma potência mundial, vinculada com o prestígio da nação, o equilíbrio político europeu, e a influência que a nação podia e devia exercer no mundo.

Desde 1870, quando Itália e Alemanha concluíram sua unificação nacional, a concorrência internacional e as relações entre os países se tornaram mais complexas. Surgiram grandes blocos de poder. A supremacia europeia, em termos militares, sobre os países não industrializados, não significou que o planeta se tivesse tornado mero objeto dos desenhos colonialistas europeus, sem nenhuma capacidade de defesa ou iniciativa própria daqueles. A África e a Ásia resistiram, às vezes veementemente, à conquista europeia. Embora as resistências raramente conseguissem seu alvo, a expulsão dos europeus, elas tiveram repercussões importantes no exercício da dominação colonial que, muitas vezes, aceitou compromissos com os interesses de setores sociais privilegiados dos países colonizados. E as resistências contra a conquista europeia fundaram uma tradição de oposição contra o colonialismo que se desdobrou nas lutas de descolonização do século XX.

O crescimento do consumo de massas nos países metropolitanos originou a explosão do mercado de produtos alimentares ultramarinos. Para satisfazer a procura, os Estados capitalistas especializaram regiões remotas (controladas por colonos brancos) para a produção de produtos alimentares a baixo custo. O setor dos tradicionais produtos tropicais (café, chá,

açúcar, cacau, frutos tropicais), de que o Ocidente se tornara dependente, sofreu um forte impulso. Criaram-se áreas especializadas na produção de matérias-primas destinadas à máquina industrial europeia (por exemplo, a Nova Zelândia - produtora quase exclusiva de lã). Finalmente, em consequência desses fatores ("especialização" e novos mercados), a civilização industrial avançada tornou-se dependente de produtos exóticos. O novo desenvolvimento tecnológico baseava-se também, em grande parte, em matérias primas provenientes de regiões remotas. Face à grande procura, os empresários europeus, em paralelo às plantações agrícolas, abriram uma rede imensa de minas nas colônias, em busca desses insumos. As explorações agrícolas e minerais coloniais podem ser consideradas como os símbolos práticos do imperialismo capitalista: o "poder branco" explorava a riqueza e a mão de obra locais, atingindo lucros sensacionais, exploração perpetuada pelos negociantes da metrópole, que tinham nas colônias os mensageiros e peões da lógica imperial: os colonos brancos. O capitalismo mundial passou a consistir num complexo jogo de rivalidades econômicas entre "economias nacionais politizadas", que transpunham essa rivalidade para as terras anexadas.

A "era liberal" tinha sido a do monopólio industrial inglês, dentro do qual os lucros eram garantidos na competição entre pequenas e médias empresas. A crise eliminou as empresas mais fracas. As mais fortes dominaram o mercado e tiveram de racionalizar a produção: o capitalismo entrou em nova fase, a fase monopolista (não concorrencial). A era "pós-liberal" caracterizou-se por uma competição internacional entre economias industriais nacionais rivais - a inglesa, a alemã, a norte-americana, a francesa, principalmente; uma competição acirrada pelas dificuldades que as firmas dentro de cada um destes países enfrentavam para fazer lucros adequados. A competição levou à concentração econômica e ao controle do mercado por poucas empresas, e à sua expansão internacional. A totalidade do mercado mundial concretizou as leis de movimento do capital, na sua máxima escala e em sua forma última. O mercado mundial de capitais foi uma realidade desde finais do século XIX. A inovação consistia na modalidade de seu funcionamento: a maior incidência dos investimentos diretos externos, por parte de um capital mais móvel, que determinava sua estruturação, caracterizada por um completo processo de centralização internacional estratégica, articulada e desarticulada em uma concatenação de unidades operativas descentralizadas em todo o planeta. *O modo de existência do capital se tornou definitivamente adequado ao seu conceito.*

Condição e produto desse processo foi a concentração do capital industrial (em cartéis ou *konzern*), com papel dominante da banca de negócios, as *big five banks* da Inglaterra (Barclays, Lloyds, Midland, National, Provincial), o *Deutsche Bank* e o *Dresdner Bank* na Alemanha, a BFCI na França, a *Société Générale* na Bélgica, a *Kreditanstalt* na Áustria; e as exportações de capital: 3,7 bilhões de libras pela Inglaterra (47% no Império, 41% nas Américas, 6% na Europa); 23 bilhões de marcos pela Alemanha (53% na Europa); 120 bilhões de francos-ouro pela França (12% na Rússia; 3,3% na Turquia; 4,7% na Europa central; 8% nas colônias). Como consequência da exportação de capital, os países "independentes" da periferia tornaram-se semicolônias do "centro", com limitações nas suas taxas de alfândega e propriedade estrangeira da indústria, das obras públicas e das comunicações. O crescimento econômico do capital era agora também luta econômica entre empresas monopólicas e nações imperialistas. O otimismo acerca de um futuro de progresso infinito dava lugar à incerteza.

Tudo isso fortalecia e era fortalecido pelas crescentes rivalidades políticas, as duas formas de competição fundindo-se na luta por territórios e na caça de "esferas de influência", que foi chamada de *imperialismo*. O uso do termo tornou-se corrente no último quartel do século XIX, para descrever tanto o processo quanto a conclusão da partilha do "mundo colonial" pelas potências europeias. Baseava-se numa analogia formal com os impérios precedentes da história da Europa. O imperialismo capitalista, porém, possuía outra significação histórica. Lênin sintetizou esse significado: "O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava

plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital”.¹¹⁷⁰

O processo deixou abertas, nas últimas décadas do século XIX, as primeiras contradições financeiras e bancárias internacionais, marcando também o início do declínio do domínio inglês sobre a economia mundial. A nova estrutura da organização econômica resultante da crise foi denominada de "capitalismo monopolista", devido à presença dominante das grandes empresas. A crise abriu espaço para a crescente monopolização das economias nacionais, e permitiu a intensificação da sua expansão mundial, acirrando a tensão entre as grandes potências capitalistas. Os limites do liberalismo econômico apareceram: num ambiente deflacionário, a concorrência capitalista na Europa tendeu a se acirrar. Além de uma tendência para o protecionismo econômico (com a exceção, importante, da Grã Bretanha) desenvolveu-se o surto de conquista colonial, em direção da Ásia e da África. A rivalidade levou às potências a dividir o globo entre reservas formais ou informais para seus próprios negócios, mercados e exportações de capital, processo também devido à não disponibilidade de matérias primas estratégicas na maioria dos próprios países desenvolvidos. As novas indústrias demandavam petróleo, borracha, metais não ferrosos. A nova “economia de consumo” demandava quantidades crescentes não apenas de matérias primas produzidas nos países desenvolvidos, mas também daquelas que não podia produzir.

O período compreendido entre o final do século XIX e 1914, conhecido como a *belle époque*, assinalou mudanças significativas na organização e relações internas da economia capitalista. No plano tecnológico, houve a chamada “segunda Revolução Industrial”, baseada no motor a explosão, na telefonia, no rádio e na química. Na esfera econômica, houve o aparecimento das grandes empresas múltiplas, em substituição daquelas que operavam num só ramo da economia. No cenário internacional, a novidade foi a emergência da Alemanha como uma grande potência (anteriormente, a Inglaterra reinava praticamente sozinha) e, em seguida, os Estados Unidos surgiram como a maior potência industrial. Também o Japão começava a despontar com um poderio econômico e militar ponderável. Por fim, foi o período de uma mudança drástica na forma de organização do trabalho, com a introdução de “métodos científicos de gerência”, do *taylorismo* e, depois, do fordismo (linha de montagem usada inicialmente nos estabelecimentos Ford, de Detroit). Junto ao surgimento da empresa múltipla de negócios, houve enorme crescimento da população, aumento contínuo da renda per capita média (nos EUA e na Europa) e integração dos mercados nacionais e internacionais pela ferrovia.

Esse ambiente econômico não permitia pequenas escalas de produção, a concorrência era feroz e levava à centralização e concentração de capitais, os derrotados eram engolidos. Na indústria automobilística não foi diferente. A empresa clássica, de propriedade individual ou familiar, cedeu lugar à empresa multidivisional, que internalizou uma série de atividades antes regidas pelo mercado, substituindo a “mão invisível” deste pela mão visível do *staff* que comandava as grandes empresas múltiplas. A concorrência clássica foi substituída pela concorrência oligopolista, baseada na constante diferenciação de produtos. Os oligopólios conquistaram amplas fatias do mercado e a gestão antes “instintiva” passou a ser planejada estrategicamente. Países antes afastados do convívio das nações que se consideravam civilizadas foram obrigados a vincular suas economias a interesses externos. Na América, os Estados Unidos passaram a dominar economicamente todo o continente. Se fosse preciso e possível, estabelecia protetorados de fato, como na América Central (Haiti, Nicarágua). A Europa retalhou o continente africano. Controlou direta ou indiretamente vastas porções da Ásia. O Japão conquistou territórios à Rússia e à China.

A “partilha colonial” do século XIX vinculou-se à *exportação de capital*. O “novo imperialismo de investimento” era, de fato, *novo*, mas também continuidade de um processo precedente.

¹¹⁷⁰

V. I. Lênin. *Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*. Campinas, Navegando Publicações, 2011.

Na primeira onda colonizadora, à época da “revolução comercial” mercantilista, os colonizadores europeus concentraram-se sobre o continente americano. Já o imperialismo do século XIX concentrou-se na Ásia e na África. O novo imperialismo não mais buscava enriquecer principalmente o Estado e seus exércitos pela acumulação de ouro e prata, e beneficiava diretamente a alta burguesia metropolitana, a partir do monopólio dos novos mercados, para onde era destinado o excedente de capital metropolitano. Outros tipos de matérias primas eram priorizados na exploração colonial: ferro, cobre, petróleo e manganês, que eram os produtos requisitados pela a nova indústria. A África, em primeiro lugar, perdeu qualquer independência política, e foi quase totalmente colonizada.



Os países europeus se lançaram à “aventura africana”. A França, em 1830, invadiu e colonizou a Argélia. O estabelecimento de um protetorado na Tunísia data de 1881. No meio-tempo, os franceses expandiram-se para o interior e para Sul, formando, em 1880, a colônia do Sudão Francês (actual Mali) e, nos anos que se seguiram, ocuparam grande parte do Norte de África e da África ocidental e central. Em 1867, o rei Leopoldo II da Bélgica deu novo impulso ao colonialismo ao reunir em Bruxelas um congresso de presidentes de sociedades geográficas, para “difundir a civilização ocidental”. Dali resultaram a Associação Internacional Africana e o Grupo de Estudos do Alto Congo, que iniciaram a exploração e a conquista do Congo. Leopoldo era um dos principais contribuintes das entidades, financiadas por capitais particulares. Em 1912, os franceses obrigaram o sultão de Marrocos a assinar o Tratado de Fez, tornando-o outro protetorado. As colônias e posses francesas compreendiam Argélia, Tunísia, a África Ocidental Francesa, a África Equatorial Francesa, a Costa dos Somalis e Madagascar. Entre final do século XVIII e meados do século XIX, os ingleses, com enorme poder naval e econômico, assumiram a liderança da colonização africana: a Inglaterra dominou o Egito, o Sudão Anglo-Egípcio, a África Oriental Inglesa, a Rhodésia (Zimbábue), a União Sul Africana (o Cabo), a Nigéria, a Costa do Ouro e a Serra Leoa. A Alemanha tomou Camarões, o Sudoeste africano e

África Oriental Alemã. A Itália conquistou Eritreia, a Somália e o litoral da Líbia. Porções reduzidas couberam aos antigos colonizadores: a Espanha ficou com o Marrocos Espanhol, Rio de Ouro e a Guiné Espanhola; Portugal, com Moçambique, Angola e a Guiné Portuguesa.

A Ásia, em pouco tempo, transformou-se em zona abastecedora de produtos primários para a Europa, e teve a maior parte de sua indústria artesanal destruída. A Índia, depois de séculos de dominação, já havia se transformado num protetorado inglês. A China foi pouco a pouco "domesticada" ao comércio com os europeus, não sem dificuldades. Conseguiu, diferentemente da Índia, sempre manter-se como unidade política independente. No século XIX, no entanto, o poder central imperial praticamente já não detinha autoridade sobre seu território; o comércio entre Europa e China foi tornando-se cada vez mais desigual. A Inglaterra obteve grandes concessões territoriais, enclaves com direito de "extraterritorialidade": as concessões (Hong Kong, Kowloon, Birmânia, Nepal) situavam-se, assim como os próprios ingleses residentes na China, fora do alcance das leis chinesas.

A depressão capitalista mundial, por outro lado, foi a base para crises políticas internacionais, que marcaram suas consequências históricas: "Na velha estrada do capital, o cartaz da livre-concorrência, que queria evidenciar as forças autorreguladoras do sistema, indicava uma via morta, enquanto outro cartaz indicava que os tempos corriam em direção ao 'monopólio' e para um novo sistema de privilégios. O termo 'neocapitalismo' assinalou, num primeiro momento, um complexo de fenômenos que os conservadores chamavam e ainda chamam 'pontos obscuros do industrialismo ou capitalismo': o surgimento das crises de sobreprodução, sobretudo a fundamental, desse período, que se estende depois de 1870, e a de 1907, ou melhor, a evidência da existência de um ciclo econômico; a concentração da produção industrial e o surgimento de coalizões monopólicas domésticas e internacionais; a nova onda de protecionismo; o acirramento do colonialismo; a ampliação do mercado financeiro internacional e da exportação de capitais; a perigosa expansão do crédito mobiliário e a posição dominante assumida pelos bancos mistos em diversos setores industriais, berço de graves crises financeiras para alguns países; a ampliação e endurecimento das associações operárias, o reforço dos partidos socialistas".¹¹⁷¹

A conquista colonial foi também encarada como um antídoto à revolução social: o motivo essencial do imperialismo capitalista encontrava-se no aguçamento das contradições sociais, ou seja, da luta de classes, nas metrópoles capitalistas. O imperialista (ele não teria considerado o qualificativo como um insulto) inglês Cecil Rhodes afirmou: "*A ideia que mais me acode ao espírito é a solução do problema social, a saber: nós, os colonizadores, devemos, para salvar os 40 milhões de habitantes do Reino Unido de uma mortífera guerra civil, conquistar novas terras a fim de aí instalarmos o excedente da nossa população, e aí encontrarmos novos mercados para os produtos das nossas fábricas e das nossas minas. O Império, como sempre tenho dito, é uma questão de estômago. Se quereis evitar a guerra civil, é necessário que vos torneis imperialistas*". O imperialismo inglês premiou Rhodes permitindo-lhe batizar com seu sobrenome uma inteira colônia, a Rodésia. A enorme migração europeia em direção da periferia colonial desmontou os exércitos multitudinários de potenciais revoltados das metrópoles. No período 1881-1910 o fluxo migratório a partir de Europa para o restante do mundo chegou até 8,49 milhões de pessoas por década, como consequência da crise e de sua seqüela de desemprego industrial, declínio dos preços agrários e ruína dos camponeses.¹¹⁷²

A questão do *monopólio* já fora objeto da análise marxiana, nas observações de Marx sobre o surgimento da empresa comercial e os "empresários" das sociedades anônimas, e sobre o

¹¹⁷¹ Giulio Pietranera. *Il Capitalismo Monopolistico Finanziario*. Napoles, La Città del Sole, 1998.

¹¹⁷² Em grande parte, pela "concorrência dos produtos de subsistência ultramarinos", como foi apontado por Karl Kautsky em 1898, em texto pioneiro em que analisou as consequências da crônica crise de sobreprodução do setor agrário, em consequência da penetração das relações capitalistas de produção no campo e da expansão mundial do capital (*A Questão Agrária*. São Paulo, Nova Cultural, 1986).

novo papel das bolsas de valores e dos bancos. Engels também tratou dessas tendências no *Anti-Dühring*, e no resumo dessa obra, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, onde as sociedades anônimas foram caracterizadas como o ponto mais alto da organização capitalista da produção, e como antessala de um novo modo de produção. Em *O Capital*, a concentração e centralização do capital como resultado inevitável da luta competitiva foram relacionados com as mudanças estruturais já visíveis no capitalismo, que estavam preparando o caminho para o capitalismo monopolista.

O Capital também analisava os superbenefícios obtidos pelo capital monopolista da exploração das nações atrasadas, baseada nos diversos e desiguais níveis de desenvolvimento das forças produtivas: “Conforme a produção capitalista se desenvolve em um país, a intensidade e a produtividade do trabalho dentro dele vai remontando-se sobre o nível internacional. Por conseguinte, as diversas mercadorias da mesma classe produzidas em países distintos durante o mesmo tempo de trabalho têm valores internacionais distintos expressos em preços distintos, quer dizer, em somas de dinheiro que variam segundo os valores internacionais... De acordo com isto, o valor relativo do dinheiro será menor nos países em que impere um regime progressivo de produção capitalista do que naqueles em que impere um regime capitalista de produção mais atrasado. Daqui se segue igualmente que o salário nominal, o equivalente de força de trabalho expresso em dinheiro, tem que ser também maior nos primeiros países que nos segundos: o que não quer dizer, de modo algum, que este critério seja também aplicável ao salário real. Mas ainda prescindindo destas diferenças relativas que em relação ao valor relativo do dinheiro nos diferentes países, encontramos com frequência que o salário diário ou semanal é maior nos primeiros países do que nos segundos, enquanto que o preço relativo do trabalho, isto é, o preço do trabalho em relação tanto com a mais-valia como com o valor do produto, é maior nos segundos países do que nos primeiros”.¹¹⁷³

Marx chegou à conclusão de que se produzia um movimento de capitais desde os países mais adiantados para os mais atrasados, em busca de taxas de lucro superiores. Criava-se uma *taxa de lucro média internacional*, em relação à qual as taxas de lucro dos países ricos estavam abaixo da média e a dos pobres, acima, o que constituía a base do superbenefício derivado da exportação de capital, elevando sua taxa de lucro geral. O capital monopolista expressava as leis básicas de movimento de capital em condições históricas concretas: “Essa mudança é devida ao desenvolvimento, ampliação e extensão das tendências mais profundas e essenciais do capitalismo e da produção mercantil em geral. As trocas comerciais crescem, a produção aumenta. Estas tendências marcantes foram observadas ao longo dos séculos no mundo todo. Ora, em certo nível do desenvolvimento das trocas, em certo grau de desenvolvimento da grande produção, atingido mais ou menos na virada para o século XX, o movimento comercial determinou uma internacionalização das relações econômicas e do capital; a grande produção adquiriu proporções tais que os monopólios substituíram a livre concorrência”.¹¹⁷⁴

Considerar o imperialismo como um fenômeno econômico vinculado à fase monopolista do capital não significa afirmar que não fosse, também, um fenômeno político internacional, vinculado: 1) ao entrelaçamento inédito entre o capital e o Estado; 2) à desigual força dos Estados a escala mundial, que chega ao seu extremo as relações entre as metrópoles e as colônias. Mas isto se traduz sempre em resultados econômicos. A caracterização do imperialismo como etapa histórica, portanto, não tem um caráter conjuntural, mas marca um ponto de inflexão histórico em que, de acordo com as suas próprias leis e tendências de desenvolvimento, a livre-concorrência se transformou em seu contrário, o monopólio. A monopolização do ramo bancário possibilitou e acelerou esse processo, mediante uma política de depósitos e créditos que permitiu eliminar os competidores dos monopólios em formação. Surgiu assim a que seria, doravante, a forma predominante do capital: o *capital financeiro*,

¹¹⁷³ Kal Marx. *O Capital*. Livro III, Vol.1.

¹¹⁷⁴ V. I. Lênin. *Op. Cit.*

resultado da fusão do capital bancário com o capital industrial: “A união pessoal dos bancos e as indústrias completa-se com a união pessoal destes com o governo”,¹¹⁷⁵ trazendo mudanças decisivas à estrutura do Estado e à vida política e social.

A exportação de capitais substituiu relativamente a exportação de mercadorias, típica do século XIX, como saída necessária para a sobreprodução de capitais, resultante da monopolização e sobre acumulação de capital nos principais ramos industriais, nos países avançados. Ao investir nos países chamados periféricos, o capital obtinha taxas de lucro superiores, elevando a taxa de lucro geral devido à menor composição orgânica do capital nesses países, devida, por sua vez, ao menor custo das matérias primas e da mão de obra, e a outras vantagens. Os países centrais passam a descarregar sua crise nos países atrasados, transformando-os crescentemente em colônias econômicas, inclusive quando a independência política destes foi preservada. A partilha econômica e política do mundo se completou, incluindo as últimas zonas não ocupadas.

Começou então a luta pela sua redistribuição entre as associações monopolistas e seus Estados, na procura de novos mercados e fontes de matérias primas. A síntese dessas características (exploração das ações atrasadas, tendência para as guerras mundiais e para a militarização do Estado, aliança dos monopólios com o Estado, tendência geral à dominação e à subordinação da liberdade) levou Lênin a definir a nova etapa histórica como a era da “reação em toda a linha, e da exacerbação da opressão nacional”. O enorme desenvolvimento das forças produtivas, a concentração da produção, a acumulação sem precedentes do capital, passaram a tornar a produção cada vez mais social nos ramos econômicos decisivos. Isto entrava cada vez mais em contradição com o modo de apropriação, ou seja, com a propriedade privada nas mãos de um número cada vez menor de capitalistas, o que marcava o sintoma da transição para um novo regime social de produção.

Pela concentração de capital, o capitalismo experimentou um notável aumento de sua capacidade de produção, resultante das novas tecnologias desenvolvidas a partir de novas fontes de energia como o petróleo e a eletricidade: “A produção mundial, longe de estagnar, continuou a aumentar acentuadamente entre 1870 e 1890, a produção de ferro dos cinco principais países produtores mais do que duplicou (de 11 para 23 milhões de toneladas); a produção de aço multiplicou-se por vinte (de 500 mil para onze milhões de toneladas). O crescimento do comércio internacional continuou a ser impressionante, embora a taxas reconhecidamente menos vertiginosas que antes”.¹¹⁷⁶ Entre 1848 e 1875, as exportações de mercadorias europeias tinham mais que quadruplicado, ao passo que entre 1875 e 1914, elas “só” duplicaram. A expansão mundial do capital tinha também um efeito deletério sobre a troca comercial entre os países capitalistas e as regiões periféricas como fator de estabilidade da Europa, ela foi substituída pela exportação de capital.

A grande expansão econômica do século XIX viu surgirem, ao lado da Grã-Bretanha, novos parceiros capitalistas que se preparavam para a partilha do mundo. Estados Unidos e Alemanha foram os mais significativos. Mas também a França e, em menor medida, a Rússia e o Japão tentaram fazer o mesmo. Nessa concorrência pelo mercado mundial se preparavam as grandes linhas dos conflitos militares interimperialistas do século XX. O “novo capitalismo” se baseava em sociedades por ações, forma mais plástica do capital; essa forma permitiu que a circulação de capitais atingisse níveis até então desconhecidos, com a exportação de capitais para financiar obras e o débito público da periferia capitalista do “mundo desenvolvido”. Para Engels “a Bolsa modifica a distribuição no sentido da centralização, acelera enormemente a concentração de capitais e, nesse sentido, é tão revolucionária quanto a máquina a vapor”. Ele sublinhou a necessidade de “identificar na conquista colonial o interesse da especulação na Bolsa”; a nova expansão do capital tinha relação com a expansão dos interesses financeiros:

¹¹⁷⁵ *Idem.*

¹¹⁷⁶ Eric J. Hobsbawm. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 58.

em 1843, quando era o único país exportador de capital, a Inglaterra possuía títulos da dívida pública dos países da América Latina por valor de 120 milhões de libras esterlinas (vinte vezes mais que o montante dos investimentos britânicos nas maiores 24 companhias mineiras alémar). Em 1880, o montante desses mesmos títulos, da América Latina, dos EUA e do Oriente, de posse da Inglaterra, já ascendia a 820 milhões de libras esterlinas.

Era essa a base do *imperialismo capitalista*: “O imperialismo capitalista foi o resultado do processo de concentração-centralização dos capitais nos países de capitalismo mais avançado, onde o monopólio tendeu a substituir à livre concorrência, assim como a exportação de capitais a exportação de mercadorias, inclusive em direção ao mundo atrasado, mudança que deu lugar ao imperialismo como fase superior do desenvolvimento do capitalismo. Nos países avançados o capital ultrapassou o marco dos Estados Nacionais, substituiu a concorrência pelo monopólio, criando todas as premissas objetivas para a realização do socialismo”.¹¹⁷⁷ O termo “imperialismo” não tinha, inicialmente, qualquer sentido pejorativo. E a relação entre protecionismo econômico e conquista colonial demorou algum tempo para ser estabelecida. Na década de 1890, Friedrich Engels, no prólogo aos volumes II e III de *O Capital*, procurou situá-los no contexto do desenvolvimento histórico geral do capitalismo: “A colonização é hoje uma efetiva filial da Bolsa, no interesse da qual as potencias europeias partilharam a África, entregue diretamente como botim às suas companhias”.

Não era uma colonização semelhante à do antigo sistema colonial. O seu ritmo de expansão (560 mil km² por ano) também não tinha precedentes. O capital vinculou a conquista colonial com o novo papel da Bolsa. A expansão do mercado mundial, na segunda metade do século XIX, deu vazão ao capital supérfluo inglês, em investimentos e circulação em diversos ramos de inversão. A base desse processo era a maturidade atingida pelo capitalismo metropolitano: o capitalismo se afirmou como modo de produção dominante, destruindo as formas pré-capitalistas sobreviventes em diversos países europeus, de modo desigual. Penetrou países com escasso desenvolvimento industrial, mas que conservaram sua soberania nacional (Rússia, ou a maior parte da América Latina), mas também territórios - na Ásia e na África, principalmente - que se transformaram em colônias. Finalmente, penetrou territórios vazios, ou esvaziados (através de genocídios) nas Américas e na Oceania.

O “neocolonialismo” não era mais, como o colonialismo mercantilista do passado, uma alavanca da acumulação originária de capital, mas instrumento de um capitalismo desenvolvido até o estágio do monopólio nas metrópoles: “A teoria do imperialismo trata da forma fenomênica especial que adota o processo (capitalista) em uma etapa particular do desenvolvimento do modo de produção capitalista”.¹¹⁷⁸ Trotsky caracterizou que a mudança histórica propiciada por essa “etapa particular” se contrapunha à perspectiva inicialmente traçada por Marx (“O país mais desenvolvido industrialmente - escreveu Marx no prefácio da primeira edição de *O Capital* - não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido”): “Somente uma minoria de países realizou completamente a evolução sistemática e lógica desde a mão de obra, através da manufatura doméstica até a fábrica, que Marx submeteu à uma análise detalhada. O capital comercial, industrial e financeiro invadiu, desde o exterior, os países atrasados, destruindo em parte as formas primitivas da economia nativa e, em parte, sujeitando-os ao sistema industrial e banqueiro do Oeste. Sob a imensa pressão do imperialismo, as colônias e semicolônias se viram obrigadas a abrir mão das etapas intermediárias, apoiando-se ao mesmo tempo artificialmente em um nível ou em outro. O desenvolvimento da Índia não duplicou o desenvolvimento da Inglaterra; *não foi para ela mais que um complemento*”.¹¹⁷⁹

¹¹⁷⁷ V. I. Lênin. *Op. Cit.*

¹¹⁷⁸ Tom Kemp. *Teorie dell'Imperialismo*. De Marx a oggi. Turim, Einaudi, 1969, p. 29.

¹¹⁷⁹ Leon Trotsky. *Naturaleza y Dinámica del Capitalismo y la Economía de Transición*. Buenos Aires, Ceip, 1999.

DIMENSÃO DAS POSSESSÕES COLONIAIS¹¹⁸⁰

Anos	Inglaterra		França		Alemanha	
	Superfície (em milhões de milhas quadradas)	Populaçã o (em milhões)	Superfície (em milhões de milhas quadradas)	Populaçã o (em milhões)	Superfície (em milhões de milhas quadradas)	Populaçã o (em milhões)
1815- 1830	?	126,4	0,02	0,5	--	--
1860	2,5	145,1	0,2	3,4	--	--
1880	7,7	267,9	3,4	7,5	--	--
1899	9,3	309,0	7,5	56,4	1,0	14,7

PERCENTUAL DE TERRITÓRIO PERTENCENTE ÀS POTÊNCIAS EUROPEIAS E AOS EUA

	1876	1900	Diferença
África	10,8%	90,4%	79,6%
Polinésia	56,8%	98,9%	42,1%
Ásia	51,5%	56,6%	5,1%
Austrália	100%	100%	--
América	27,5%	27,2%	0,3%

Jules Ferry, em *Le Tonkin et la Mère Patrie*, de 1890, escreveu: “Um movimento irresistível se apoderou das grandes potências europeias por conquistar novos territórios. Foi como uma imensa carreira de obstáculos na rota para o desconhecido. Esta *course au clocher* [corrida até o campanário] tem apenas cinco anos e se movimenta por inércia de um ano para outro”. Em 1884, Charles Faure tinha usado a mesma expressão comentando a Conferência de Berlim: “O movimento tomou o caráter de uma verdadeira *course au clocher*. Parece que o vencedor será aquele que primeiro chegue e hasteie a bandeira de seu país em qualquer lugar da costa da África que ainda não esteja sob a dominação de uma nação europeia”.



Cecil Rhodes, agente oficial da colonização inglesa, em representação da época

A África foi o grande teatro da nova expansão colonial (na América, as possessões coloniais até diminuíram), o que levou alguns autores a opinarem que: “O imperialismo tendeu

¹¹⁸⁰

Este quadro, e os que seguem, foram extraídos de V. I. Lênin, *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*.

particularmente a transformar-se em colonialismo nas áreas onde a organização política nativa não podia, por razões locais, exercer sua autoridade com eficácia”.¹¹⁸¹ Ideia questionável, pois a expansão colonial na África se apoiou no fato de que nesse continente o antigo sistema colonial e o “novo imperialismo” não conheceram solução de continuidade. Na virada para o século XX, mais da metade da superfície terrestre, e mais de um terço da população do planeta, se encontrava nas colônias:

POSSESSÕES COLONIAIS DAS GRANDES POTÊNCIAS
(Em milhões de quilômetros quadrados e de habitantes)

	Colônias				Metrópoles		Total	
	1876		1914		1914		1914	
	Km2	Hab.	Km2	Hab.	Km2	Hab.	Km2	Hab.
Inglaterra	22,5	251,9	33,5	393,5	0,3	46,5	33,8	440,0
Rússia	17,0	15,9	17,4	33,2	5,4	136,2	22,8	169,4
França	0,9	6,0	10,6	55,5	0,5	9,6	11,1	95,1
Alemanha	--	--	2,9	12,3	0,5	64,9	3,4	77,2
Estados Unidos	--	--	0,3	0,4	9,4	97,0	9,7	106,7
Japão	--	--	0,3	19,2	0,4	53,0	0,7	72,2
Total para as seis grandes potências	40,4	273,8	65,0	523,4	16,5	437,2	81,5	960,6
Colônias de outras potências (Bélgica, Holanda, etc.)							9,9	45,3
Outros países							14,5	361,2
Total na Terra							133,9	1.657,0

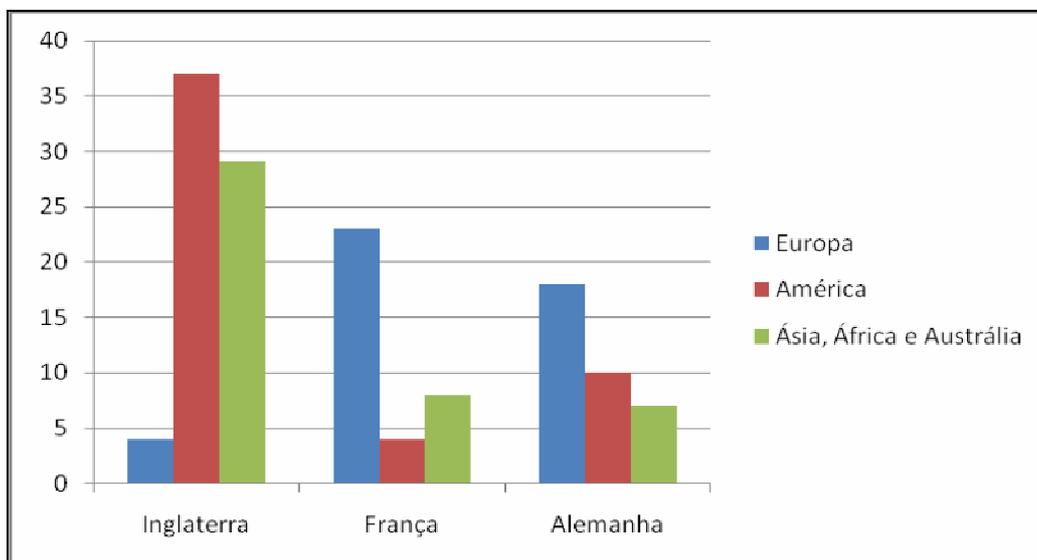
A corrida das potências europeias por colônias era uma busca por supremacia mundial, mas era apresentada como uma busca por sobrevivência. Em 1800, os europeus ocupavam ou controlavam 35% da superfície terrestre do mundo; em 1878, esse percentual tinha aumentado para 67%, e em 1914, para 84%: “Entre 1876 e 1915, cerca de um quarto da superfície continental do globo foi distribuído ou redistribuído, como colônia, entre meia dúzia de Estados. A Grã-Bretanha aumentou seus territórios em cerca de dez milhões de quilômetros quadrados, a França em cerca de nove, a Alemanha conquistou mais de dois milhões e meio, a Bélgica e a Itália pouco menos que essa extensão cada uma. Os EUA conquistaram cerca de 250 mil, principalmente da Espanha, o Japão algo em torno da mesma quantidade à custa da China, da Rússia e da Coreia. As antigas colônias africanas de Portugal se ampliaram em cerca de 750 mil quilômetros quadrados; a Espanha, mesmo sendo uma perdedora líquida (para os EUA), ainda conseguiu tomar alguns territórios pedregosos no Marrocos e no Saara ocidental. O crescimento da Rússia imperial é mais difícil de avaliar, pois todo ele se deu em territórios adjacentes e constituiu o prosseguimento de alguns séculos de expansão territorial do Estado czarista; ademais, a Rússia perdeu algum território para o Japão. Dentre os principais impérios coloniais, apenas o holandês não conseguiu, ou não quis, adquirir novos territórios, salvo por meio da extensão de seu controle efetivo às ilhas indonésias, que há muito “possuía” formalmente. Dentre os menores, a Suécia liquidou a única colônia que lhe restava, uma ilha das Índias Ocidentais, vendendo-a à França, e a Dinamarca estava prestes a fazer o mesmo, conservando apenas a Islândia e a Groenlândia como territórios dependentes”.¹¹⁸²

¹¹⁸¹ Neil Smith. *O Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1988, p. 104.

¹¹⁸² Eric J. Hobsbawm. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

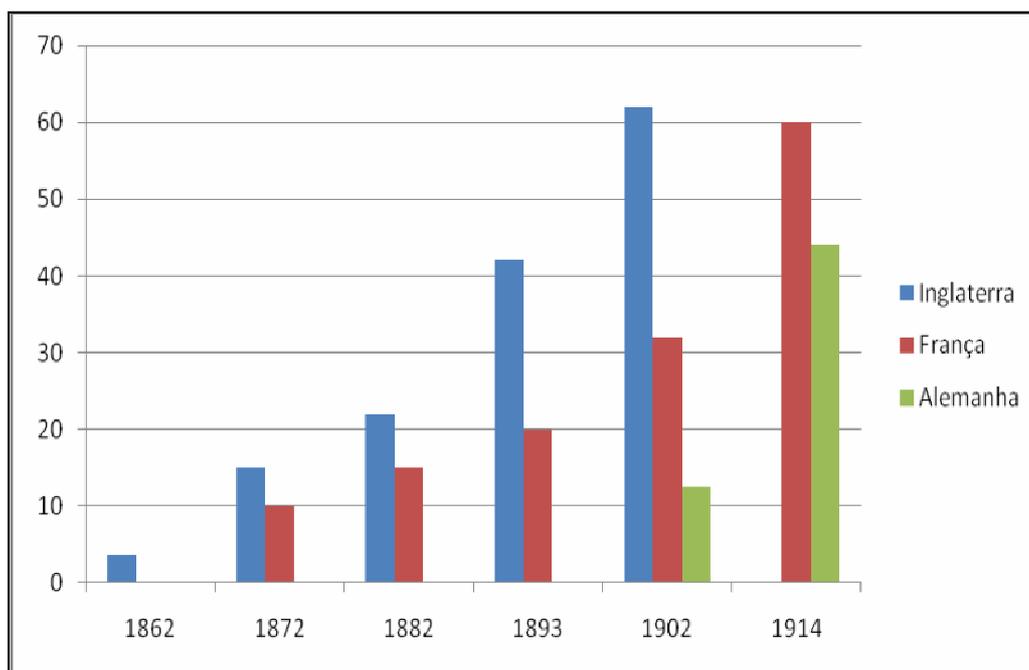
DISTRIBUIÇÃO DOS CAPITAIS INVESTIDOS NO ESTRANGEIRO (1910: em bilhões de marcos)

	Inglaterra	França	Alemanha	Total
Europa	4	23	18	55
América	37	4	10	51
Ásia, África e Austrália	29	8	7	44
Total	70	35	35	140

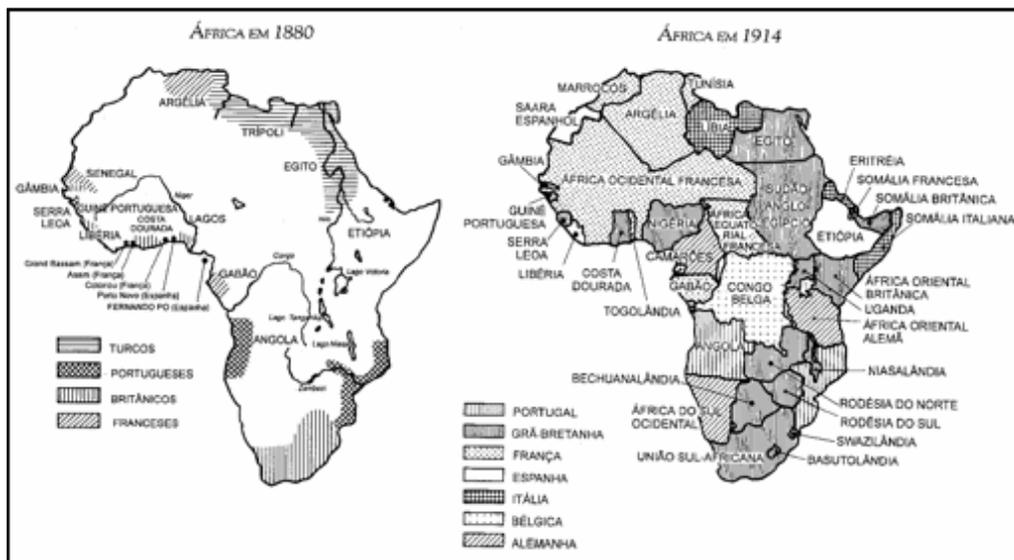


CAPITAL INVESTIDO NO ESTRANGEIRO (Em bilhões de francos)

Anos	Inglaterra	França	Alemanha
1862	3,6	--	--
1872	15	10	--
1882	22	15	?
1893	42	20	?
1902	62	27-37	12,5
1914	75-100	60	44



A moderna colonização da África começou com o próprio século XIX. A partir de 1880, a competição entre as metrópoles pelo domínio dos territórios africanos intensifica-se. A corrida para a África foi “regulamentada” na Conferência de Berlim (1884-1885), proposta por Bismarck e Jules Ferry, que legalizou a posse do Congo por Leopoldo II. A Conferência instituiu normas para a ocupação, as potências coloniais negociaram a divisão da África, e acordaram não invadirem áreas ocupadas por outras potências. Os únicos países africanos que não foram transformados em colônias foram a Etiópia (que apenas foi brevemente invadida pela Itália, durante a Segunda Guerra Mundial) e a Libéria, que tinha sido recentemente formada por escravos libertos dos Estados Unidos da América. No início da Primeira Guerra Mundial, 90% das terras africanas já estavam sob domínio da Europa. A partilha foi feita de maneira arbitrária, não respeitando as características étnicas e culturais de cada povo.



Ao cabo do processo, 56% da superfície do planeta (75 milhões de km², para um total de 134 milhões) estava colonizado por potências cuja superfície (16,5 milhões de km²) mal ultrapassava 12% do total das terras emergidas, isto em que pese às potências colonizadoras incluírem dois países de dimensões continentais (os EUA e a Rússia). Nos territórios diretamente colonizados habitava mais de 34% da população da Terra, não incluindo a população das chamadas semicolônias (China, Argentina, ou Brasil, por exemplo). Sobre a base do enorme desenvolvimento do comércio mundial, o movimento foi desigual e contraditório: nos países avançados a indústria avançou, sobretudo a pesada; os países se urbanizaram, a renda nacional progrediu, assim como a percentagem dos trabalhadores industriais na população total. Nos outros países houve também “modernização” capitalista, mas em ritmo mais lento, aumentando a sua distancia econômica em relação aos países adiantados, havendo, em alguns casos, estagnação, e até regressão. O capitalismo industrial se expandiu em extensão e profundidade. A produção mundial de carvão já era de 1215 milhões de toneladas em 1913 (contra 240 milhões em 1870), 82% dos quais extraídos pelos EUA, Inglaterra e Alemanha. A produção de petróleo, central a partir da invenção do motor a explosão, passou de 700 mil toneladas em 1871 para 20 milhões em 1900, e para 52 milhões em 1913.

A indústria metropolitana modificou a sua fisionomia, deslocando para a periferia os setores menos intensivos em capital: Europa só produzia 42% dos têxteis que consumia, importando o restante das colônias e semicolônias. A indústria química progrediu com a invenção do plástico, da nitroglicerina e das indústrias sintéticas: seus centros eram os EUA e a Alemanha. A metalúrgica era a indústria principal: 500 mil toneladas de aço foram produzidas em 1875, 74 milhões em 1913; 13 toneladas foi a produção de alumínio em 1885, 65 mil em 1913. A agricultura se transformou em função do progresso industrial, de modo desigual, pois o

rendimento era muito maior nos países em que se industrializou e se praticou a especialização das terras. As comunicações terrestres experimentaram também uma explosão, com 209 mil quilômetros de estradas de ferro em 1870, e mais de um milhão em 1913. As carreiras experimentaram crescimento semelhante, especialmente nos EUA, com a produção industrial do automóvel. A estrada ressuscitou com o automóvel: 2 milhões em 1913 (63% nos EUA). A navegação marítima explode com o barco em metal e o encurtamento das distâncias através dos canais (Suez, Corinto, Panamá, Kiel). Começou a navegação aérea: Blériot atravessou o Canal da Mancha em 1909; Roland Garros, o Mediterrâneo em 1913. Surgiu também a aviação militar.

Dentro da Europa, o velho monopólio industrial da Inglaterra enfraqueceu no último quartel do século XIX, pois outros países metropolitanos, por meio de políticas alfandegárias protecionistas, tinham-se transformado em Estados capitalistas independentes, que concorriam vantajosamente com Inglaterra nos ramos de produção mais importantes: o carvão, principal fonte de energia, tinha um rendimento anual de 900 kg/trabalhador na França, 1100 na Inglaterra, 1200 na Alemanha e... 3800 nos EUA. As exportações da periferia semicapitalista acompanharam a tendência: em 1860, metade do total das exportações da Ásia, África e América Latina se dirigiu a um só país, a Grã-Bretanha. Por volta de 1900, a participação britânica nas exportações desses continentes caíra para um quarto do total, e as exportações periféricas para outros países da Europa ocidental já superavam as destinadas à Grã-Bretanha (totalizando 31%, contra 25% britânicos). Os países industriais importavam crescentemente matérias primas dos países atrasados: só conseguiam fazer face ao seu próprio consumo via importação da Europa oriental, Ásia, África, América e Oceania.

Com a formação de uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido e o crescente monopólio mundial de uns poucos países ricos, nos quais a acumulação do capital alcançara proporções gigantescas, constituiu-se um enorme "excedente de capital" nos países avançados. O capitalismo gerou uma "poupança excedente", as oportunidades de investimento ficaram mais raras nos países capitalistas metropolitanos, surgindo três alternativas para superar a depressão dos negócios: 1) Aumentar os salários reais para ampliar o mercado interno, fazendo cair ainda mais a taxa de lucro; 2) Manter os salários iguais e canalizar toda a acumulação para o progresso técnico, aumentando a parte constante do capital; 3) Investir no exterior, onde a taxa de lucro do capital era maior. A terceira alternativa era a "melhor" para os capitais excedentes: investir em espaços econômicos vazios, mão de obra e matérias primas baratas e em abundância, apresentava vantagens. A tendência do movimento do capital foi definida pela diferença da taxa de lucro de região para região, de país para país. Até que, finalmente, a partilha econômica e política do mundo se completou, incluindo as últimas zonas não ocupadas. Começou então a luta pela sua redistribuição entre as associações monopolistas e seus Estados, na procura de novos mercados e fontes de matérias primas. Para que isso acontecesse, foi necessária uma fusão inédita entre o capital monopolista, o interesse privado, e o Estado, suposto representante do interesse público, subordinando o segundo ao primeiro, e transformando *qualitativamente* a função do Estado.

A "estatização da vida social", com o Estado absorvendo novas funções disciplinadoras da sociedade, foi estudada por Nikolai Bukhárin em *O Imperialismo e a Economia Mundial* (em que usou a imagem do "novo Leviatã" para referir-se ao Estado imperialista). O fortalecimento do Estado era ditado pela nova fase *mundial* do desenvolvimento do capital: "As etapas de repartição pacífica são sucedidas pelo impasse em que nada resta para distribuir. Os monopólios e seus Estados procedem então a uma repartição pela força. As *guerras mundiais* interimperialistas se transformam em uma componente orgânica do imperialismo".¹¹⁸³ O recurso às guerras, regionais ou internacionais, era ditado pela magnitude dos interesses econômicos em jogo. Em 1915, calculava-se em 40 bilhões de dólares (200 bilhões de francos),

1183

V. I. Lênin. *Op. Cit.*

os capitais exportados pela Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica e Holanda. Num relatório do cônsul austro-húngaro em São Paulo dizia-se: "A construção das estradas de ferro brasileiras realiza-se, na sua maior parte, com capitais franceses, belgas, britânicos e alemães; os referidos países, ao efetuarem-se as operações financeiras relacionadas com a construção, reservam-se as encomendas de materiais de construção ferroviária". O novo *capital financeiro* estendia assim as suas redes em todos os países do mundo, desempenhando um papel importante os bancos, bem como suas filiais coloniais.¹¹⁸⁴

Os investimentos externos intra-europeus perderam terreno diante dos investimentos nas regiões periféricas ou no mundo colonial: por volta de 1850, Europa e os EUA ainda recebiam cerca de metade das exportações de capital inglês, mas, entre 1860 e 1890, os investimentos externos britânicos para Europa caíram sensivelmente (de 25% para 8% do total); os investimentos diretos para os EUA passaram a declinar até sofrerem uma brusca queda (passaram de 19% para 5,5% dos investimentos externos britânicos, quando Inglaterra era ainda a principal investidora do mundo). Em 1885, os quatro maiores investidores mundiais - Grã-Bretanha, França, Alemanha e Estados Unidos - haviam colocado no exterior £ 2.681 milhões. Em 1914, essa cifra já era de £ 7.659 milhões. No total, o estoque de investimentos externos da Europa passou de US\$ 0,7 bilhões (1825), para US\$ 4,3 bilhões (1855), US\$ 13 bilhões (1885) e US\$ 46,2 bilhões (1915). O maior crescimento (33 bilhões para um total de 46 bilhões, ou pouco mais de 70% do total) se produziu durante as três décadas compreendidas entre 1885 e 1915.

Investimentos externos das grandes potências 1870 -1914 (em milhões de dólares)¹¹⁸⁵

País/Ano	1870	1900	1914
Grã-Bretanha	4.900	12.000	20.000
França	2.500	5.800	9.050
Alemanha	s/d	4.800	5.800
EUA	100	500	3.500
Outros	500	1.100	7.100
Total	8.000	24.200	45.450

No decorrer de 45 anos, os investimentos externos de capital quase sextuplicaram. Inglaterra manteve a dianteira até a Primeira Guerra Mundial, mas seus investimentos, assim como os da França, quadruplicaram no período, enquanto os da Alemanha multiplicaram-se por 50, os dos EUA por 35 (os dos "outros países", principalmente europeus, por 14). O declínio econômico relativo do Império Britânico foi compensado pela manutenção de sua sua posição política. Devido à sua primazia política internacional, o capitalismo britânico pôde, durante longo tempo, ter uma balança comercial deficitária; suas exportações de produtos industriais manufaturados eram cronicamente inferiores às suas importações de matérias-primas. Esse déficit era mais que compensado pelos ingressos ditos "invisíveis" provenientes dos lucros dos capitais britânicos investidos no estrangeiro. Alemanha, por sua vez, considerava impróprio que o seu poder industrial não encontrasse reflexo nas possessões territoriais, muito inferiores em relação às inglesas. O imperialismo detinha maior importância na velha Inglaterra: sua hegemonia tinha como base à capacidade de dominar os mercados internacionais e as fontes de matérias primas, através da sua marinha mercante. Preservar o acesso privilegiado ao espaço não europeu foi a bandeira da política econômica britânica.

¹¹⁸⁴ A Inglaterra tinha em 1904 um total de 50 bancos coloniais com 2279 filiais (em 1910 eram 72 bancos com 5449 filiais); a França tinha 20 com 136 filiais; a Holanda possuía 16 com 68; enquanto a Alemanha tinha 13, com 70 filiais.

¹¹⁸⁵ Sidney Pollard. Capital exports 1870-1914. *The Economic History Review* XXXVII (4), Nova York, 1985.

Conscientes disso, os governantes da Inglaterra vitoriana empreenderam uma campanha de conquistas, conseguindo governar 25% da superfície do globo terrestre (incluindo Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Índia, Birmânia, África do Sul, etc.). A chave para o sucesso britânico estava, em primeiro lugar, na exploração das possessões anteriores, sobretudo da Índia, sua colônia mais importante e o pilar de toda sua estratégia global. A política imperial inglesa tinha em grande consideração a proteção das rotas para o subcontinente indiano. Para além do controle absoluto do Oceano Índico (verdadeiro "lago" inglês), os britânicos controlavam a antiga "Rota do Cabo" (África do Sul; e parcelas da costa oriental africana), bem como as rotas interoceânicas mais diretas (Egito - canal do Suez; Mar Vermelho; Omã - Golfo Pérsico). A aquisição de novos territórios africanos pode ser vista como uma medida defensiva dos interesses orientais ingleses, que agora sofriam o ataque de outras potências.

A especificidade da Grã-Bretanha também se pode medir pela sua capacidade de continuar a manter sua posição privilegiada de parceiro econômico único de certas regiões independentes (Uruguai, Argentina, Brasil, Portugal). A Inglaterra tornou-se o principal importador de produtos primários, constituindo o "mercado mundial" de grande parte dos produtos alimentares produzidos em outros lugares. Em troca, os ingleses exportavam seus produtos industrializados. Aqui reside à base da ligação Grã-Bretanha - mundo subdesenvolvido: o abandono da agricultura por parte dos ingleses originou a total dependência dos países "atrasados" em relação à Inglaterra. Por fim, o terceiro alicerce inglês foi a sua tradicional capacidade de investimento. Os britânicos investiram fortemente no seu império (como a expansão das ferrovias) garantindo um relativo desenvolvimento econômico-industrial das colônias e, como consequência, grandes lucros para os capitalistas ingleses.

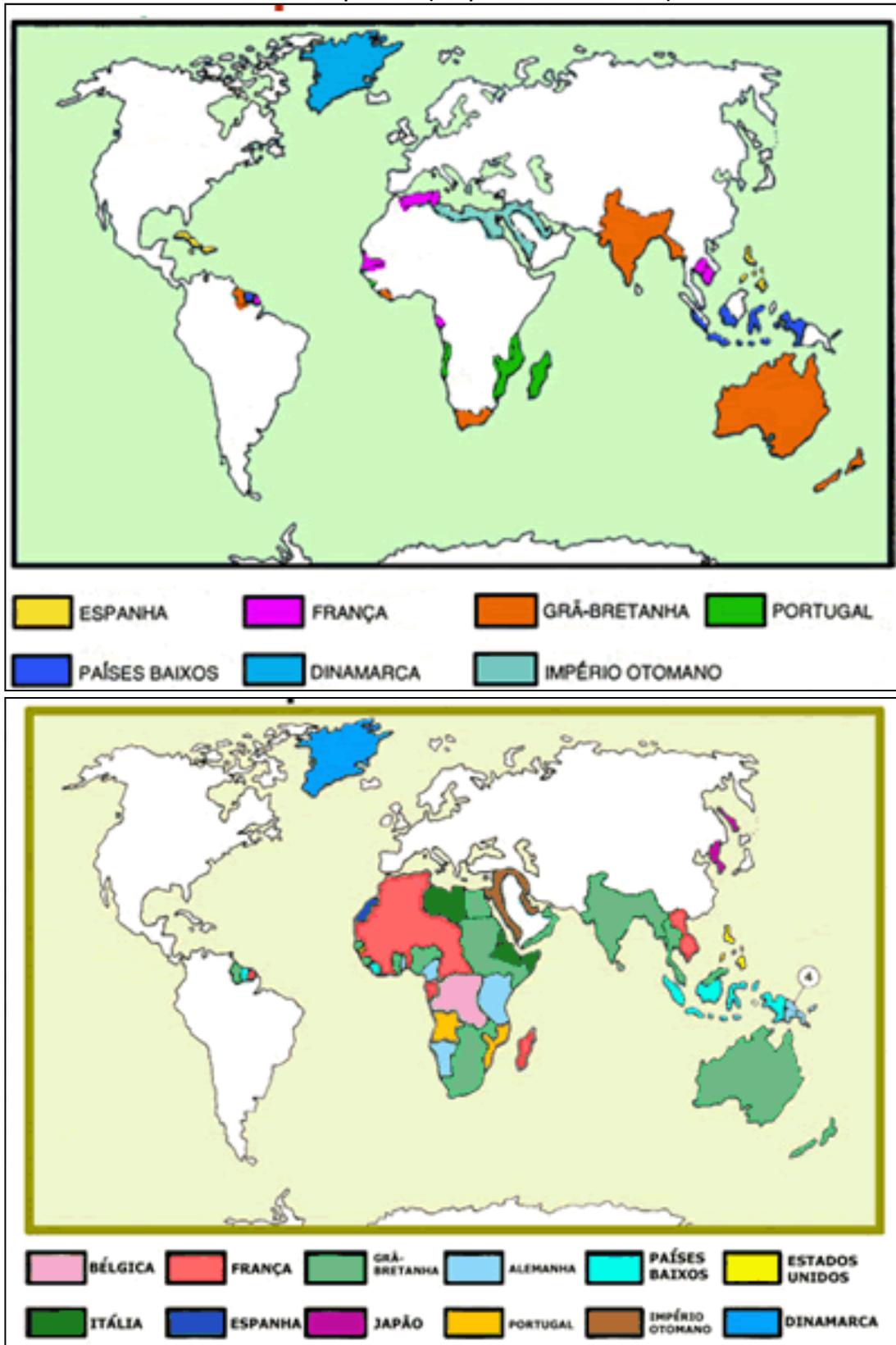
Por todas essas razões a Inglaterra mantinha-se fiel ao liberalismo econômico (em contraste com a Europa continental protecionista) e, acima de tudo, continuava no centro da economia mundial. Apesar da perda da hegemonia industrial, os ingleses conseguiram manter a liderança mundial, pois constituíam a única nação capaz de retirar o máximo partido das suas possessões coloniais: o capitalismo industrial da Alemanha e dos EUA não pôde superar, nesse plano, o capitalismo financeiro britânico. Em contraste, para os países europeus menos desenvolvidos (França, Itália), as colônias transformaram-se progressivamente em pesos mortos, pois com a falta de investimento de capitais (escassos nas metrópoles) a produção e o comércio colonial desses países não cresceu em comparação com o crescimento do comércio total; era o fracasso do colonialismo protecionista diante do colonialismo "liberal" (embora protecionista e exclusivista nas suas colônias) inglês.

O mundo não europeu (com exceção do Japão) encontrava-se indefeso face ao ímpeto europeu, grande parte do mundo foi conquistada pela força. Importa também assinalar a queda dos antigos impérios pré-industriais de Portugal e Espanha, incapazes de resistir à máquina industrial moderna dos seus vizinhos europeus. Na Ásia, apesar da sobrevivência independente dos seus impérios (China, Japão, Turquia, Sião), os europeus consolidaram grandes áreas de influência (Índia, Birmânia, Tibete, Pérsia - Inglaterra; Indochina - França; Indonésia - Holanda). Mesmo os países tradicionalmente mais fechados, como China e Japão, abriram a suas economias à influência e aos capitais estrangeiros. Perante a investida europeia, apenas a América se manteve "intacta" na sua independência política (com a exceção do Canadá); além do nacionalismo proveniente das guerras de independência estar ainda vivo nas Américas, os EUA surgiram como potência industrial e iniciaram um processo de expansão da sua esfera de influência no continente.

Os europeus compreenderam, pela observação ou pela força, que o "Novo Mundo" era inacessível em termos coloniais, devido à influência dos EUA, que já se expressava na ideologia do primeiro pan-americanismo, herdeiro da "Doutrina Monroe" proclamada em 1823. Mas era muito acessível em termos comerciais e financeiros: Brasil e Argentina, principais países da América do Sul, se transformaram por esse motivo em semicolônias do capital britânico. O

imperialismo capitalista completou a unificação econômica do mundo, iniciada no século XVI, sob a égide do capital financeiro.

Colônias das potências (comparativo de 1870 a 1914)



41. IMPERIALISMO, TEORIAS E IDEOLOGIAS

Tomai o fardo do Homem Branco / Enviai vossos melhores filhos / Ide, condenai seus filhos ao exílio / Para servirem aos seus cativos / Para esperar, com arreios / Com agitadores e selváticos / Seus cativos, servos obstinados / Metade demônios, metade crianças (Rudyard Kipling, **O Fardo do Homem Branco**, 1899)

Temos o objetivo de precisar o significado de uma palavra que está na boca de todos, usada para designar o mais importante movimento existente na política do mundo ocidental contemporâneo (John A. Hobson, **O Imperialismo**, 1902)

O objetivo do socialismo não é somente a eliminação do particularismo estatal e de todo isolamento das nações, mas também a sua fusão. Mas para atingir esse objetivo devemos exigir a libertação das nações oprimidas. Assim como a humanidade só pode chegar até a abolição das classes através do período de transição da ditadura da classe oprimida, só se pode chegar até a inevitável fusão das nações através do período de transição da completa libertação, isto é, a liberdade de secessão de todas as nações oprimidas (V. I. Lênin, **Sobre a Autodeterminação Nacional**, 1919)

No terreno da economia contemporânea, internacional pelas suas relações e impessoal pelos seus métodos, o princípio da raça parece surgido de um cemitério medieval (...) Para elevar a nação por cima da história, dá-se-lhe o apoio da raça (Leon Trotsky, **O Que é o Nacional-Socialismo?**, 1933)

The separation of the races is not a disease of colored people. It is a disease of white people. I do not intend to be quiet about it (Albert Einstein, 1946)

A teoria do imperialismo capitalista se originou e inseriu no quadro de um amplo debate com a participação de autores marxistas e não marxistas (Lênin, Bukhárin, Kaustsky, Hobson, Hilferding, Rosa Luxemburgo, Trotsky, entre outros) e da discussão no interior do movimento socialista internacional, tendo como eixos interpretativos o papel decisivo do monopólio, o surgimento do capital financeiro como produto da fusão do capital bancário e industrial, o predomínio da exportação do capital sobre a exportação de mercadorias, a divisão do mercado mundial entre os monopólios capitalistas competidores, a conclusão da divisão territorial do mundo. O debate afinou na busca de uma interpretação global, que vinculasse, em um todo coerente e estrutural, depressão econômica, expansão colonial, exportação de capital, disputas geopolíticas, nacionalismo xenófobo, racismo, nacionalismo anti-imperialista e, finalmente, guerra mundial.

John A. Hobson, economista liberal “heterodoxo”, dizia em livro seminal publicado em 1902: “Nação atrás de nação entra na máquina econômica e adota métodos avançados industriais e, com isso, se torna mais e mais difícil para seus produtores e mercadores venderem com lucro seus produtos. Aumenta a tentação de que pressionem seus governos para lhes conseguir a dominação de algum Estado subdesenvolvido distante. Em toda parte, há excesso de produção, excesso de capital à procura de investimento lucrativo. Todos os homens de negócios reconhecem que a produtividade em seus países excede a capacidade de absorção do consumidor nacional, assim como há capital sobrando que precisa encontrar investimento remunerativo além-fronteiras. São essas condições econômicas que geram o imperialismo”.¹¹⁸⁶ As bases econômicas do imperialismo residiam, para ele, no “excesso de capital em busca de investimento” e nos “recorrentes estrangulamentos do mercado”.

O imperialismo europeu transformara Europa em uma área dominada por “um pequeno grupo de aristocratas ricos, que tiram suas rendas e dividendos do Extremo Oriente, junto com um grupo um pouco mais numeroso de funcionários e comerciantes, e um grupo maior ainda de criados, trabalhadores de transportes e operários das indústrias manufatureiras. Desaparecem então os mais importantes ramos industriais, e os alimentos e semielaborados chegam como tributo da Ásia e África”. Ele considerava que a perspectiva de uma federação europeia “não apenas não faria avançar a obra da civilização mundial, como apresentaria o gravíssimo risco

¹¹⁸⁶

John A. Hobson. *Op. Cit.*

de um parasitismo ocidental, sob o controle de uma nova aristocracia financeira”. Hobson também se referiu ao novo imperialismo japonês. Em inícios do século XX já era clara a percepção do fato de que o crescimento da potência imperialista do Japão ia incidir profundamente no curso da história, com suas próprias características específicas e muito além das convencionais considerações militaristas ou ideológicas: “Este novo capítulo da história mundial muito depende da capacidade japonesa de manter sua própria independência financeira”. Superada uma primeira fase de dependência, “a grande potência industrial do Extremo Oriente pode rapidamente lançar-se sobre o mercado mundial como o maior e mais válido competidor na grande indústria mecânica, conquistando primeiro o mercado asiático e pacífico e logo invadindo os mercados ocidentais - empurrando assim estas nações a um protecionismo mais rígido, como corolário de uma proteção diminuída”.

O monopólio, o processo de fusão de empresas, contribuíra para colocar o poder na mão de poucos empresários industriais e uma enorme quantidade de riquezas, criando uma *poupança automática*. O investimento dessa poupança em outras indústrias contribuiu para concentrá-la sob controle das primeiras empresas fusionadas. Paralelamente, o desenvolvimento da sociedade industrial elevava a demanda da população, com novas necessidades sociais. O problema surgia quando o aumento do consumo nacional era proporcionalmente menor que o aumento do índice de poupança, resultando numa capacidade de produção superior ao consumo. A solução seria a redução contínua dos preços até que as empresas menores quebrassem, privilegiando as empresas de melhor instalação, provocando mais acumulação de capital, aumento do nível de riqueza e, conseqüentemente, maior poupança. Isso induziria os capitalistas a buscarem outros investimentos, para dar destino à poupança gerada, já que o mercado não podia absorver tal excesso, restando ao capitalista exportar mercadorias para onde não houvesse concorrência, ou investir capital em áreas mais lucrativas. Para Hobson, desde David Ricardo e John Stuart Mill, a economia centrava suas atenções na produção e acumulação de riquezas, negligenciando o consumo e a utilização das riquezas já acumuladas. Hobson rechaçava a essência econômica do imperialismo; via como a sua força motora o patriotismo, a aventura, o espírito militar, a ambição política; mas não concebia o imperialismo como um negócio rentável para nenhuma nação, a não ser para os grupos financeiros, especuladores de bolsas de valores e investidores, que chamou de "parasitas econômicos do imperialismo", por colocarem no exterior o excedente ocioso de capital que não podiam investir mais lucrativamente em seu país, obtendo com isso inúmeras vantagens.

Hobson propunha uma reforma social, com elevação dos salários e aumento dos impostos e gastos públicos. Ele considerava o “fenômeno imperialista” como um desajuste temporal e uma doença curável do capitalismo da época, associando a expansão colonial e o desenvolvimento capitalista das metrópoles ao excesso de poupança e ao subconsumo, em conjunto com os aspectos políticos, ideológicos e morais da época. Para Hobson, as anexações novas da Grã-Bretanha tinham sido de alto custo e só capazes de proporcionar mercados “pobres e inseguros”. Também classificava como imperialismo a submissão das colônias ao poder absoluto das metrópoles. Funcionários, mercadores e industriais exerciam seu poder econômico sobre “as raças inferiores”, consideradas como incapazes de autogoverno. A única vantagem real do imperialismo, segundo Hobson, era o escoamento da sobre população industrial da Inglaterra; o movimento migratório para as colônias poupava a grande potência de “uma revolução social”. Nesse ponto, não havia diferenças entre o liberal Hobson e o imperialista Rhodes.

Hobson explicou as “contradições do imperialismo” a partir das “recorrentes crises do capitalismo, quando a superprodução se manifesta nas principais indústrias”. Hobson não escondeu que o novo imperialismo capitalista, apesar de ser um “mau negócio para a nação”, era um bom negócio para certas classes, cujos “bem organizados interesses de negócios são capazes de sufocar o débil e difuso interesse da comunidade” e de “usar os recursos nacionais para seus lucros privados”. Por outro lado, assinalava que “os termos *credor* e *devedor*,

aplicados aos países, mascaram a principal característica deste imperialismo. Já que, se as dívidas são ‘públicas’, o crédito é quase sempre privado”. Dentro da classe capitalista tendia a predominar a figura do *rentier* desvinculado da produção;¹¹⁸⁷ o capital financeiro passava a comportar-se como um prestamista e, finalmente, como um agiota internacional, criando um sistema internacional de dívidas cada vez maior. Por trás dessas classes estava o grande “capital cosmopolita”, em primeiro lugar a indústria pesada, direta e indiretamente interessada nos gastos *de armamento*: “O imperialismo agressivo, que custa caro ao contribuinte, é fonte de grandes lucros para o investidor que não encontra no interior um emprego lucrativo para o seu capital”. O desenvolvimento *armamentista* tinha, para ele, razões *econômicas* e consequências *políticas*. Levava a que “malvados demagogos políticos controlem a imprensa, as escolas e se necessário as igrejas, para impor o capitalismo às massas”. Para Hobson, “a essência do imperialismo consiste no desenvolvimento dos mercados para o investimento e não para o comércio”, e não em “missões de civilização” (o estilo ideológico europeu) ou “manifestações de destino” (o estilo norte-americano).

Os autores marxistas privilegiaram as relações econômicas e suas consequências políticas na sua análise. A definição mais breve possível do imperialismo era, segundo Lênin, “a fase monopolista do capitalismo”.¹¹⁸⁸ A relação entre a Bolsa (as companhias capitalistas), a partilha colonial, e o desenvolvimento do capital bancário, foi o eixo da interpretação feita por Lênin, que associou as noções de capital monopolista, capital financeiro e imperialismo: “Os bancos se transformam e, de modestos intermediários, viram poderosos monopólios, que dispõem da quase totalidade do capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e dos pequenos proprietários, assim como da maior parte dos meios de produção, e das fontes de matérias primas de um dado país, ou de vários países”. Lênin se opôs a ideia de Kautsky, para quem o imperialismo consistia, basicamente, na colonização dos países agrários pelos países industriais, um processo inexorável do “progresso”: o imperialismo era o produto da monopolização e contradições do capitalismo nas metrópoles.

Bukhárin, em obra prefaciada por Lênin, resumiu as características do imperialismo capitalista, tirando conclusões históricas e políticas: “O desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo mundial deu um salto gigantesco nas últimas décadas. No processo de luta pela concorrência, a grande produção saiu vitoriosa em todas as partes, agrupando os magnatas do capital em uma férrea organização que estendeu sua ação à totalidade da vida econômica. Uma oligarquia financeira instalou-se no poder e dirige a produção, que se encontra reunida em uma só feixe por meio dos bancos. Este processo de organização partiu de baixo para se consolidar no marco dos Estados modernos, que se converteram nos intérpretes fiéis dos interesses do capital financeiro. Cada uma das economias nacionais desenvolvidas, no sentido capitalista da palavra, transformou-se em uma espécie de truste nacional de Estado...

As contradições da fase precedente não se anulavam, ao contrário, atingiam seu paroxismo, pois: “O processo de organização das partes economicamente avançadas da economia mundial é acompanhada de um agravamento extremo da concorrência mútua. A superprodução de mercadorias, inerente ao desenvolvimento das grandes empresas, a política de exportação dos cartéis e a redução dos mercados por causa da política colonial e aduaneira das potências capitalistas; a desproporção crescente entre a indústria, de desenvolvimento formidável, e a agricultura, atrasada; enfim, a imensa proporção da exportação de capital e a

¹¹⁸⁷ Cf. Nikolai Bukhárin. *Economia Política del Rentista*. Barcelona, Laia, 1974. Nesse texto, Bukhárin se ocupou pioneiramente da “revolução marginalista” na teoria econômica como expressão “teórica” do parasitismo financeiro do capital monopolista.

¹¹⁸⁸ A concepção mais claramente antitética à de Lenin foi posta posteriormente por Joseph A. Schumpeter, para quem o imperialismo não era componente orgânica do capitalismo, mas fruto de ressábios pré-capitalistas: situados em diversas esferas (política, cultural, econômica) esses ressábios se contraporiam à lógica do capital, mas seriam capazes de se impor politicamente, gerando a política imperialista (Joseph A. Schumpeter. *Imperialismo e Classes Sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961).

submissão econômica de países inteiros por consórcios de bancos nacionais, levam o antagonismo entre os interesses dos grupos nacionais do capital até o paroxismo. Estes grupos confiam, como último recurso, na força e potência da organização do Estado e em primeiro lutar da sua frota e de seus exércitos... Uma unidade econômica e nacional, autossuficiente, aumentando sem fim sua força até governar o mundo em um império universal, tal é o ideal sonhado pelo capital financeiro”.¹¹⁸⁹

Lênin caracterizou o imperialismo pela hegemonia do *capital financeiro* (fruto da fusão do capital bancário e do capital industrial, como analisou também pioneiramente Rudolf Hilferding);¹¹⁹⁰ pela nova função dos bancos e pela exportação de capitais. Isso gerava a necessidade de uma nova partilha do mundo entre os grupos capitalistas, tendo à testa seus respectivos Estados Nacionais: “O imperialismo, como fase superior do capitalismo na América do Norte e na Europa, e depois na Ásia, formou-se plenamente no período 1898-1914. As guerras hispano-americana (1898), anglo-bôer (1899-1902) e russo-japonesa (1904-1905), e a crise econômica de Europa em 1900, são os principais marcos históricos dessa nova época de história mundial”.¹¹⁹¹

O que se fechava era o ciclo histórico do capitalismo de livre concorrência e definitiva passagem para uma nova época marcada por cinco traços fundamentais: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que cria os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

O imperialismo era por isso uma *era de guerras e revoluções*. Na medida em que amadureciam as contradições do processo de acumulação nacional nos países capitalistas avançados, os aparelhos, principalmente bélicos, do Estado passaram a ser usados para garantir a exportação de capital, ou seja, para garantir a “receptividade” do capital internacional nas regiões “menos desenvolvidas” e se contrapor aos adversários metropolitanos. O grau de “receptividade” das regiões subdesenvolvidas à exploração externa estava diretamente relacionado ao tamanho do interesse do capital internacional - e, portanto, das classes dominantes dos países de capitalismo adiantado - pelas regiões cobiçadas.

Esses interesses provinham das necessidades de exportações de capital crescidas da necessidade de insumos e matérias-primas a preços mais baixos: “A exportação de capital influi sobre o desenvolvimento do capitalismo nos países onde o capital é aplicado, acelerando-o extraordinariamente. Se por esta razão, tal exportação pode ocasionar, até certo ponto, uma determinada estagnação do desenvolvimento dos países exportadores, isto só pode ser produzido à custa da ampliação e do aprofundamento do desenvolvimento do capitalismo no mundo todo”.¹¹⁹²

Bukhárin caracterizou o imperialismo como “a reprodução ampliada da concorrência capitalista” e concluiu que “não é pelo fato de constituir a época do capitalismo financeiro um fenômeno historicamente limitado que se pode, entretanto, concluir que ela tenha surgido como um *deus ex machina*. Na realidade, ela é a sequência histórica da época do capital industrial, da mesma forma que esta última representa a continuidade da fase comercial capitalista. Esta é a razão pela qual as contradições fundamentais do capitalismo - que, com

¹¹⁸⁹ Nikolai Bukhárin. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. São Paulo, Nova Cultural, 1986.

¹¹⁹⁰ Rudolf Hilferding. *O Capital Financeiro*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

¹¹⁹¹ V. I. Lênin, *El imperialismo y la escisión del socialismo* (1916). *Obras Completas*, vol. 30, Moscú, 1963. p.

180.

¹¹⁹² V. I. Lênin. *Op. Cit.*

seu desenvolvimento, se reproduzem em ritmo crescente - encontram, em nossa época, expressão particularmente violenta”.¹¹⁹³

Para Rosa Luxemburgo, o imperialismo era uma necessidade inelutável do capital, de qualquer capital e não necessariamente do capital monopolista ou financeiro; era a forma concreta que adotava o capital para poder continuar sua expansão, iniciada nos seus próprios países de origem, e levada, por sua própria dinâmica, ao plano internacional, no qual se criavam as bases de seu próprio desmoronamento: “Deste modo o capital prepara duplamente sua derrubada: por um lado, ao estender-se à custa das formas de produção não capitalistas, aproxima-se o momento em que toda a humanidade se comporá efetivamente de operários e capitalistas, situação em que a expansão ulterior e, portanto, a acumulação, se farão impossíveis. Por outro lado, na medida em que avança, exaspera os antagonismo de classe e a anarquia econômica e política internacional a tal ponto que provocará uma rebelião do proletariado mundial contra seu domínio muito antes que a evolução econômica tenha chegado até suas últimas consequências: a dominação absoluta e exclusiva do capitalismo no mundo”.¹¹⁹⁴

Rosa Luxemburgo defendia que a acumulação de capital, na medida em que saturava os mercados capitalistas, exigia a conquista periódica e constante de espaços de expansão não capitalistas: na medida em que estes se esgotassem, a acumulação capitalista tornar-se-ia impossível, uma análise que foi objeto de críticas de todo tipo: “Se os partidários da teoria de Rosa Luxemburgo querem reforçar essa teoria mediante a alusão à crescente importância dos mercados coloniais; se eles se remetem ao fato de que a participação colonial no valor global das exportações da Inglaterra representava em 1904 pouco mais de um terço, enquanto que em 1913 esta participação se aproximava de 40%, então a argumentação que sustentam a favor daquela concepção carece de valor, e, mais do que isto, com ela conseguem o contrário do que pretendem obter. Pois estes territórios coloniais têm realmente cada vez mais importância como áreas de colocação, mas só na medida em que se industrializam; ou seja, na medida em que abandonam o seu caráter não capitalista”.¹¹⁹⁵

Rosa chegava à conclusão de uma tendência incontornável para a uniformização econômica do mundo capitalista. Ficavam assim obviadas na sua análise as diferenças nacionais no interior do sistema capitalista mundial, que exprimem seu *desenvolvimento desigual e combinado*; países inteiros foram forçados a se integrar ao capitalismo de maneira dependente e associada, outros se impuseram como dominantes e expropriadores de nações.

O imperialismo capitalista foi a mais completa ilustração dessa tendência: “O capitalismo surgiu com muito mais força na Europa e nos Estados Unidos do que na Ásia e na África. Estes foram fenômenos interdependentes, lados opostos de um mesmo processo. O baixo desenvolvimento capitalista nas colônias foi um produto e uma condição do superdesenvolvimento das áreas metropolitanas, que se realizou a expensas das primeiras. A participação de várias nações no desenvolvimento capitalista não foi menos irregular. Holanda e Inglaterra tomaram a dianteira no estabelecimento de formas e forças capitalistas no século XVI e XVII, enquanto a América do Norte estava ainda em grande medida em posse dos indígenas. Entretanto, na fase final do capitalismo, no século XX, os Estados Unidos superaram amplamente a Inglaterra e a Holanda. Na medida em que o capitalismo ia envolvendo em sua órbita um país atrás do outro, aumentavam as diferenças mútuas. Esta crescente interdependência não significa que sigam idênticas pautas ou possuam as mesmas características. Quanto mais se estreitam suas relações econômicas surgem profundas diferenças que os separam. Seu desenvolvimento nacional não se realiza, sob muitos aspectos,

¹¹⁹³ Nikolai Bukhárin. *Op. Cit.*

¹¹⁹⁴ Rosa Luxemburgo. *La Acumulación del Capital*. Havana, Ciencias Sociales, 1968, p. 430.

¹¹⁹⁵ Henryk Grossman. *Las Leyes de la Acumulación y el Derrumbe del Sistema Capitalista*. México, Siglo XXI, 1977.

através de linhas paralelas, mas através de ângulos algumas vezes divergentes como ângulos retos. Adquirem traços desiguais, mas complementares”.¹¹⁹⁶

A teoria do “super-imperialismo” de Karl Kautsky, por sua vez, supunha a possibilidade de um grau máximo de monopolização econômica que levaria à eliminação das contradições internas do capitalismo, ou seja, à eliminação da concorrência entre capitais (empresas) e nações; isso era equivalente a conceber um processo de concentração e centralização (estatal) do capital *sem contradições*, isolando uma tendência *real* daquelas que a contrabalançavam: “O processo de internacionalização dos interesses capitalistas obriga imperiosamente à formação de um truste capitalista estatal mundial. Qualquer que seja, entretanto, seu vigor, este processo se vê contrariado por uma tendência *mais forte* à nacionalização de capital e ao fechamento de fronteiras”.¹¹⁹⁷

Os anos que precederam à Primeira Guerra Mundial ilustraram essa tendência contraditória: eles se destacaram pela concorrência desenfreada por mercados espalhados pelo mundo inteiro. O neocolonialismo surgiu nesse momento com o intuito de submeter regiões menos desenvolvidas aos interesses econômicos dos países mais desenvolvidos da Europa, mas também de “fechar” essas regiões à penetração econômica das potências concorrentes.

A questão do imperialismo demorou em ser vista do ângulo de suas vítimas mais diretas, os povos coloniais. Os números da colonização não expressam cabalmente sua realidade humana espantosa, em especial na África. A história colonial de Leopoldo II, rei da Bélgica (1835-1909), no Congo, expõe um dos genocídios mais sangrentos da era contemporânea. Na Europa, Leopoldo disfarçava sua “obra” colonial exploradora de uma aureola de altruísmo, defesa do livre comércio e luta contra o comércio de escravos, mas, na África, expropriava os povos locais de todas suas terras e recursos, com seu exército privado, que submetia à população a trabalhos forçados. A crueldade repressiva incluía assassinatos, violações, mutilações e decapitações. Dez milhões de congolezes, estimadamente, perderam a vida entre 1885 (ano do reconhecimento internacional do “Livre Estado do Congo”) até 1908 (alguns autores elevam a cifra até 20 milhões). Leopoldo II morreu em 1909; durante seu reinado a população do Congo se reduziu em dois terços (de trinta para nove milhões de habitantes nativos).

A devastação da população do mundo colonial e semicolonial combinou a violência direta e a indireta (a dizimação populacional como resultado da depreciação espetacular das condições de vida ou da marginalização social), o que levou Mike Davis a se perguntar pela razão pela qual, no século em que a fome desapareceu para sempre da Europa ocidental, ela “aumentou de forma tão devastadora em grande parte do mundo colonial? Do mesmo modo, como pesarmos as presunçosas afirmações sobre os benefícios vitais do transporte a vapor e dos modernos mercados de grãos, quando tantos milhões, sobretudo na Índia britânica, morreram ao lado dos trilhos das ferrovias ou nos degraus dos depósitos de grãos? E como explicarmos, no caso da China, o drástico declínio na capacidade do Estado de proporcionar assistência social popular, em especial no socorro à fome, que pareceu seguir a passo travado a forçada “abertura” do império para a modernidade pela Grã-Bretanha e as outras potências... Não estamos tratando de “terras de fome” paradas nas águas estagnadas da história mundial, mas do destino da humanidade tropical no exato momento (1870-1914) em que sua mão de obra e seus produtos eram dinamicamente recrutados para uma economia mundial centralizada em Londres. Milhões morreram, não fora do “sistema mundial moderno”, mas exatamente no processo de violenta incorporação nas estruturas econômicas e políticas desse sistema.

¹¹⁹⁶ George Novack. *El Desarrollo Desigual y Combinado en la Historia Mundial*. La Paz, El Viejo Topo, sdp., p. 35.

¹¹⁹⁷ Nikolai Bukhárin. *Op. Cit.*, p. 106.

Morreram na idade de ouro do capitalismo liberal; na verdade, muitos foram assassinados, como veremos, pela aplicação teológica dos princípios sagrados de Smith, Bentham e Mill".¹¹⁹⁸

A fúria da conquista colonial teve em considerações de "superioridade civilizacional" seu principal alicerce ideológico,¹¹⁹⁹ e produziu vítimas em número maior aos holocaustos europeus do século XX: "Cada seca global foi o sinal verde para uma corrida imperialista pela terra. Se a seca sul-africana de 1877, por exemplo, foi a oportunidade de Carnarvon para atacar a independência zulu, a fome etíope de 1889-91 foi o aval de Crispi para construir um novo Império Romano no Chifre da África. Também a Alemanha guilhermina explorou as inundações e a seca que devastaram Shandong no final da década de 1890 para expandir agressivamente sua esfera de influência no norte da China, enquanto os Estados Unidos, ao mesmo tempo, usaram a fome e a doença causadas pela seca como armas para esmagar a República das Filipinas de Aguinaldo. Mas as populações agrícolas de Ásia, África e América do Sul não entraram tranquilamente na nova Ordem Imperial. As fomes são guerras pelo direito de existência. Embora a resistência à fome na década de 1870 (à parte o sul da África) fosse esmagadoramente local e turbulenta, com poucos casos de organização insurrecional mais ambiciosa, sem a menor dúvida teve muito a ver com as recentes lembranças do terror de estado da repressão do Motim Indiano e da Revolução de Taiping. A década de 1890 foi uma história inteiramente diferente, e os historiadores modernos têm estabelecido com muita clareza a contribuição da seca/fome na Rebelião dos Boxers, no movimento coreano de Tonghak, na sublevação do Extremismo Indiano e na Guerra de Canudos brasileira, além de inúmeras revoltas no leste e no sul da África. Os movimentos milenaristas que varreram o futuro "Terceiro Mundo" em fins do século XIX extraíram grande parte de sua ferocidade escatológica da agudeza dessas crises de subsistência e ambientais".¹²⁰⁰

Na "era do imperialismo", no entanto, não houve convergência entre a resistência dos povos coloniais e a luta do proletariado metropolitano. A maioria da classe operária das metrópoles achava que poderia tirar vantagem da conquista colonial (e, de fato, tirava-as, pelo menos suas camadas mais bem posicionadas, a chamada "aristocracia operária"). A maior parte da população dos países imperialistas acreditava que a dominação colonial era justa e até benéfica à humanidade, em nome de uma "ideologia do progresso" etnocêntrica, baseada na ideia de que existiam povos – os europeus – superiores a outros; o racismo rasteiro e o darwinismo social pseudocientífico interpretavam a teoria da evolução a sua maneira, afirmando a hegemonia de alguns pela seleção natural biológica aplicada à sociedade. De modo geral, com a consolidação social da forma capital na era dos monopólios, a visão *mecanicista* do mundo típica dos séculos XVII e XVIII foi sendo substituída pelo biologismo, que tendeu a substituir a mecânica estática, através de formas de pensamento como a teoria organicista do Estado (Spencer) e as diversas teorias raciais, assim como o darwinismo social.

O darwinismo social justificava a subjugação de determinados povos por outros, tal como na natureza se passava com os seres vivos. A derrota chinesa na guerra de 1894-95 contra o Japão, a humilhação da Espanha pelos Estados Unidos no conflito hispano-americano de 1898, e o recuo francês frente à Grã-Bretanha no incidente de Fashoda, no Alto Nilo (1898-99), foram todos interpretados como provas de que a sobrevivência do mais capaz ditava a sorte das nações tal como nas espécies animais. As lutas das grandes potências já não focavam

¹¹⁹⁸ Segundo Davis, "o único historiador do século XX que parece ter claramente compreendido que as grandes fomes vitorianas (pelo menos, no caso indiano) eram capítulos integrais na história da modernidade capitalista foi Karl Polanyi, em seu livro de 1944, *The Great Transformation*. "A verdadeira origem das fomes nos últimos cinquenta anos", escreveu, "foi a livre comercialização de grãos, combinada com a falta de rendimentos locais". A observação não é verdadeira, pois ignora numerosos estudos e denúncias sobre a barbárie colonial produzidos antes dessa data.

¹¹⁹⁹ Alguns socialistas metropolitanos admitiam a expansão colonial em nome da "obra civilizadora" de seus países, e se definiam, como o alemão Eduard David, "social-imperialistas".

¹²⁰⁰ Mike Davis. *Holocaustos Coloniais*. Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, Record, 2002.

apenas questões europeias, mas também mercados e territórios que se estendiam por todo o mundo. Os Estados alimentavam um sentimento nacionalista que afetava não só a mentalidade coletiva dos povos subjugados a uma dominação estrangeira, mas também os Estados com uma população homogênea. Nestes últimos, essa ideologia traduzia-se pela vontade de afirmar o poder do Estado e de aumentar seu prestígio e influência no mundo.

Os “darwinistas sociais” eram a variante mais resoluta daqueles que, com Herbert Spencer, transpunham para a sociedade as supostas leis da evolução biológica. Presumiam que a sociedade estava condenada à luta eterna: “Com o renascimento do estatismo, a ênfase da fórmula sincrética social-darwinista se deslocou da santificação da competição desregrada da economia e da política do *laissez-faire* para a justificação das lutas disciplinadas do imperialismo social, tanto a nível interno como externo. No final do século XIX, a luta organizada pela sobrevivência entre as nações eclipsou os conflitos desordenados no interior da sociedade. Essa transposição da disputa permanente da esfera nacional para a internacional coincidiu com uma grande transformação na concepção de mundo das classes dominantes e governantes: de um tradicionalismo confiante e flexível para um conservadorismo, para não dizer reação, pessimista e rígido”.

Desse modo, “as antigas elites estavam preparadas para empregar a supremacia ressurgente da política exterior e imperial para reforçar suas posições internas. Apoiadas pela casta guerreira poderiam, até, se declarar especialmente qualificadas para dirigir a guerra de todos contra todos na arena mundial, onde a vitória militar constituiria a suprema prova de aptidão. A segunda metade do século XIX foi rica em lições para as poucas grandes potências determinadas a lutar pela supremacia, mais do que pela mera sobrevivência. A conquista das Alemanhas pela Prússia, a ascendência do Piemonte na Itália e o triunfo do norte na guerra civil americana haviam validado recentemente a lei dos fortes. Por sua vez, a derrota da França em 1870, a rendição da Espanha em 1898 e os malogros da Inglaterra na guerra dos bôers mostraram as consequências da fragilidade e decadência nacionais. Os conflitos sociais, outrora glorificados como fonte e sinal de vigor, agora eram acusados de roubar a força externa da nação”.¹²⁰¹

Por trás dessas manifestações ideológicas havia um processo econômico de consequências sociais e políticas que marcavam uma virada de época. A era da ilusão liberal do livre entrelaçamento econômico dos indivíduos foi substituída pela era das relações entre monopólios. O imperialismo caracterizou-se pela *produção multinacional*. A mistificação capitalista da livre concorrência entre indivíduos independentes cedeu lugar à produção em larga escala e à concentração e centralização de capitais. A absorção dos indivíduos às leis do modo de produção capitalista poderia (e deveria) agora exprimir-se diretamente como

¹²⁰¹ Arno Mayer. *Op. Cit.* Não faltou ao darwinismo social uma expressão filosófica sofisticada, como constatou o autor: “O darwinismo social justificou mais do que provocou o realinhamento europeu quanto a perspectivas e políticas. Proporcionou um apoio pseudocientífico para as antigas classes dominantes e governantes que vinham se reafirmando. O darwinismo social se adequava à sua mentalidade elitista, onde a ideia de desigualdade estava profundamente enraizada. Em sua concepção, homens eram desiguais por natureza, e o mesmo ocorria quanto à estrutura da sociedade, para sempre destinada a ser dirigida pela minoria dos mais aptos a governá-la. O darwinismo social e o elitismo brotaram de um único e mesmo solo. Ambos desafiavam e criticavam o Iluminismo do século XIX, e mais particularmente as pressões pela democratização social e política. O termo *elite*, carregado de valores, só se definiu como tal de forma plena no final do século XIX, e recebeu sua mais ampla e corrente aceitação em sociedades ainda dominadas pelo elemento feudal. Mas, por toda a Europa, as teorias da elite espelhavam e racionalizavam práticas predominantes correntes, ao mesmo tempo em que serviam como arma na batalha contra o nivelamento político, social e cultural. Nietzsche foi o menestrel-mor dessa batalha. Não obstante as contradições e elipses propositadamente provocadoras de seus textos, seu pensamento era coerente e consistentemente antiliberal, antidemocrático e anti-socialista. Nietzsche era um social darwinista inveterado, do tipo pessimista e brutal. Para ele, o mundo era um lugar de luta permanente, não só pela mera existência ou sobrevivência, mas também pela dominação, exploração e subjugação criativas”. Leon Trotsky criticou as teorias elitistas nietzscheanas, em especial as bobagens acerca do “super-homem”, cujo sucesso no mundo intelectual Trotsky qualificou de expressão passageira de uma pequena burguesia metropolitana em vias de lumpenização.

subordinação de uma classe a outra, não mais aparecendo como relação entre indivíduos singulares. A alteração sofrida pelo conceito de Estado acompanhou o fim do capitalismo de livre concorrência. No capitalismo monopolista a ideologia prevalecente passou a ser a que assegurava à própria nação o domínio internacional, “ambição esta tão ilimitada quanto a própria ambição do capital por conquistar o lucro”.¹²⁰²

Embutida nessa afirmação surgiu a noção de *realidade natural*, fundamentada na afirmação “científica” da superioridade racial. Seu grande teórico do século XIX foi o pseudointelectual francês Conde de Gobineau (leitura de cabeceira de Mussolini e Hitler). A “nação” imperialista pavimentava o caminho do Estado racista, ou, como disse Trotsky, “para elevar à nação por cima da história, deu-se-lhe o apoio da raça. A história passou a ser considerada como uma emanção da raça. E as qualidades da raça são construídas de modo independente das condições sociais”. A ideologia nacional-imperialista tinha dois gumes, dirigidos respectivamente contra os povos coloniais e contra os concorrentes imperialistas. A principal consequência do imperialismo foi acirrar as disputas internacionais entre as potências europeias. Até 1870, a única potência realmente *mundial* fora a Inglaterra, que possuía um império que começara a ser erguido no século XVII, com uma marinha cada vez mais eficiente, e uma política econômica liberal a partir de meados do século XVIII. No último quartel do século XIX, tornou-se comum na Europa a ideia de que cada país deveria transformar-se em uma potência mundial, vinculada com o prestígio da nação, o equilíbrio político europeu, e a influência que a nação podia e devia exercer no mundo.

A formação de um império colonial por parte de um país foi vista como instrumento de força e prestígio que podia romper o equilíbrio entre as potências. Um exemplo disto foi a disputa pelo Egito entre Grã-Bretanha e França. Os Estados, levados a uma concorrência política crescente com os vizinhos, estabeleceram alianças para evitar o isolamento. A primeira aliança internacional foi a austro-alemã de 1879, que se transformou em *Triplíce Aliança* em 1882, com o ingresso da Itália. A França, isolada, buscou seus próprios aliados: primeiro a Rússia, com a qual firmou uma aliança em 1894, e em seguida, em 1904, a Grã-Bretanha. Finalmente o acordo anglo-russo de 1907 fez surgir a *Entente Cordiale*. Os blocos beligerantes da Primeira Guerra Mundial estavam já formados.

As potências econômicas chegadas tardiamente na corrida colonial enfatizaram a ideia de sua superioridade nacional. Em 1894 criou-se a Liga Pangermânica (*All-Deutscher Verband*). Começou por reivindicar os territórios em que se falava alemão, ou um dialeto germânico, a teoria da *Muttersprache* (língua materna) e, depois, os territórios que no passado tinham sido “alemães” (teoria da “Grande Alemanha”), mas já se manifestava também outra teoria: “Somos o povo mais capaz em todos os domínios do saber e das belas artes. Somos os melhores colonos, os melhores marinheiros, e mesmo os melhores comerciantes; e, todavia, não conseguimos alcançar a nossa parcela na herança do mundo, porque não queremos aprender a ir buscar à história as lições salutares. Que o Império Alemão seja, não o fim, mas o início do nosso desenvolvimento nacional!”, escrevia Fritz Sely, em *Die Weltstellung des Deutschtums* (A Situação Mundial do Poder Alemão), panfleto popular de 1897. O “povo superior” não era ainda a “raça superior”, mas a distância entre ambos os conceitos era pequena.

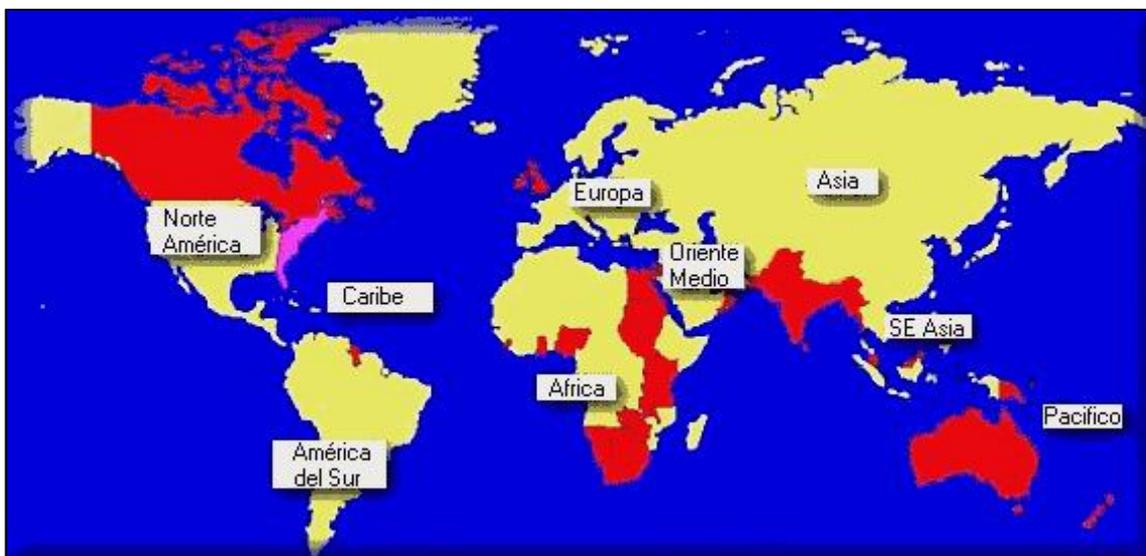
O primeiro plano da cena mundial tendia a ser ocupado pelas contradições “interimperialistas”, em especial entre as velhas potências e as novas em processo de expansão (Alemanha e EUA): “O coração da Europa estava ocupado por um país que, em poucas décadas, tornou-se o mais industrializado, cuja velocidade de desenvolvimento industrial e comercial ultrapassa à dos países industriais mais antigos, que apareceu nos mercados mundiais no momento em que os territórios antes livres da dominação europeia já estavam todos ocupados, como colônias ou semicolônias dos Estados industriais mais

¹²⁰²

Rudolf Hilferding. *Op. Cit.*, p. 314.

antigos”.¹²⁰³ Para a Alemanha só restavam duas possibilidades: a constituição de um bloco colonial fora da Europa, ou uma expansão em direção da Turquia, ao longo da linha Berlim-Belgrado. Ambas as possibilidades se chocavam diretamente com as posições britânicas. O conjunto das contradições acumuladas provocou crises internacionais a partir dos últimos anos do século XIX e dos primeiros do século XX (guerra hispano-americana, guerra dos bôers, guerra russo-japonesa) até literalmente explodirem na Primeira Guerra Mundial.

Os conflitos interimperialistas não aconteceram só entre potências capitalistas antigas e novas, isto é, não pouparam as antigas potências coloniais dominantes. A principal rivalidade anglo-francesa ocorreu na Indochina. Os ingleses, procurando garantir seu império indiano, avançaram para o leste (Birmânia), e na Malásia para o norte. Os franceses, tentando chegar à China, ocuparam sucessivamente o Camboja, a Cochinchina, o Anã, o Tonquim e o Laos; à medida que se instalavam, seus interesses fixaram-se na exploração dos recursos naturais: minerais, carvão, seda, arroz, etc. Os rivais defrontaram-se no Sião (Tailândia), sendo a disputa resolvida pelos acordos de 1896 e 1907, que estabeleceram áreas de influência na região. O Império Britânico, no seu auge final, que precedeu em algumas décadas sua queda, dominava 458 milhões de pessoas, mais de um quarto da população do mundo à época, e abrangia mais de 33,7 milhões de km², quase um quarto da área total da Terra, e era invejado pelos imperialismos rivais.



O último Império Britânico (em vermelho)

A rivalidade anglo-russa, por sua vez, tinha sido uma constante na questão relativa ao Império Otomano. Essa rivalidade se refletiu na Ásia devido à decisão russa de expandir-se na Ásia Central (Turquestão) na década de 1880, aproximando-se assim das fronteiras da Índia, principal colônia inglesa. Em reação, Inglaterra impôs um quase protetorado ao Afeganistão, que se constituiu assim num Estado-tampão entre as duas potências. A tensão levou à iminência de uma guerra anglo-russa, provisoriamente sufocada. A rivalidade russo-japonesa pela supremacia na bacia do Pacífico eclodiu na guerra russo-japonesa de 1905, vencida de modo surpreendente pelo Japão. A guerra concluiu com o Tratado de Portsmouth (em New Hampshire, nos EUA), a 5 de agosto de 1905. A vitória sobre a Rússia permitiu ao Japão ascender à categoria de potência mundial: seu governo investiu na indústria militar; o imperialismo japonês se desenvolveu ainda mais.

Na Europa, contra Alemanha, França agitava a questão da Alsácia-Lorena, cedida à Alemanha pelo acordo que deu fim à guerra franco-prussiana, para preparar sua opinião pública para uma guerra (que era, no fundo, uma disputa franco-germânica pelo Norte da África). A

¹²⁰³

Fritz Strenberg. *El Imperialismo*. México, Siglo XXI, 1979.

Inglaterra, principal potência colonial, pretendia manter o *statu quo*, aparecendo como defensor da paz (britânica). A Rússia advogava a questão nacional nos Bálcãs, de olho no iminente desmembramento do obsoleto Império Otomano. Itália, potência menor, reivindicava territórios do decadente império austríaco dos Habsburgo, e alguns despojos do próprio Império Otomano (a *Entente* lhe ofereceu o Trentino, Trieste e a Valônia, para garantir sua participação na coalizão).

A perspectiva de uma guerra europeia (que, pela extensão dos interesses coloniais das potências, seria mundial) era já visível em finais do século XIX, sendo denunciada em março de 1897 no parlamento francês pelo deputado republicano-socialista Jean Jaurès: “Por toda parte os orçamentos da guerra expandem-se e crescem de ano para ano; e a guerra, por todos amaldiçoada, por todos temida, por todos condenada, pode rebentar sobre todos de um momento para o outro”. Embora potente, a voz de Jaurès era quase isolada (e foi silenciada pela bala de um nacionalista francês em 1914).¹²⁰⁴ A *belle époque* foi uma *fuite en avant* diante das perspectivas sombrias que se desenhavam no horizonte histórico.

O apelo à identidade nacional, ao nacionalismo, foi um elemento central para transformar a participação política em “psicose de massa”. Nacionalismo não significava apenas a manipulação da consciência das massas, com o propósito de desviar as contradições sociais internas e a “ameaça” dos trabalhadores para xenófobas imagens de supostos inimigos externos. O nacionalismo do final do século XIX, num sentido amplo, refletia a tentativa de encontrar novas identidades e novos pontos de referência para os mais diversos grupos sociais e classes. As principais correntes do nacionalismo na Europa alteraram o seu caráter: na Itália, o nacionalismo do *risorgimento*, liberal e libertário, cedeu lugar a um nacionalismo integrista, militante, expansionista e chauvinista. Na primeira metade do século XIX, o nacionalismo associava-se à autodeterminação democrática dos povos e dos indivíduos, assim como à luta contra o domínio aristocrático.

A partir da década de 1880, a direita política metropolitana reivindicou o monopólio do patriotismo, expurgado de ideais democráticos. Como fenômeno de massas, o nacionalismo direitista caracterizou especialmente países como a Alemanha, com a oferta compensatória de grandeza nacional. A emergência de um nacionalismo integrista foi um fenômeno geral na Europa, e chegou também aos Estados Unidos. Na França, assumiu a forma do chauvinismo francês, na Grã-Bretanha a do jingoísmo e, nos Estados Unidos, a do chamado “novo imperialismo”. Tais ideologias, que colocavam suas próprias nações acima de tudo o mais, se tornaram forças políticas efetivas na virada para o século XX. O nacionalismo integrista francês, por exemplo, foi politicamente periférico durante muito tempo, não representava qualquer movimento de massa. Ele se popularizou após a segunda crise marroquina, em 1911, unindo duas correntes - a do revanchismo antialemão e a do imperialismo colonial.

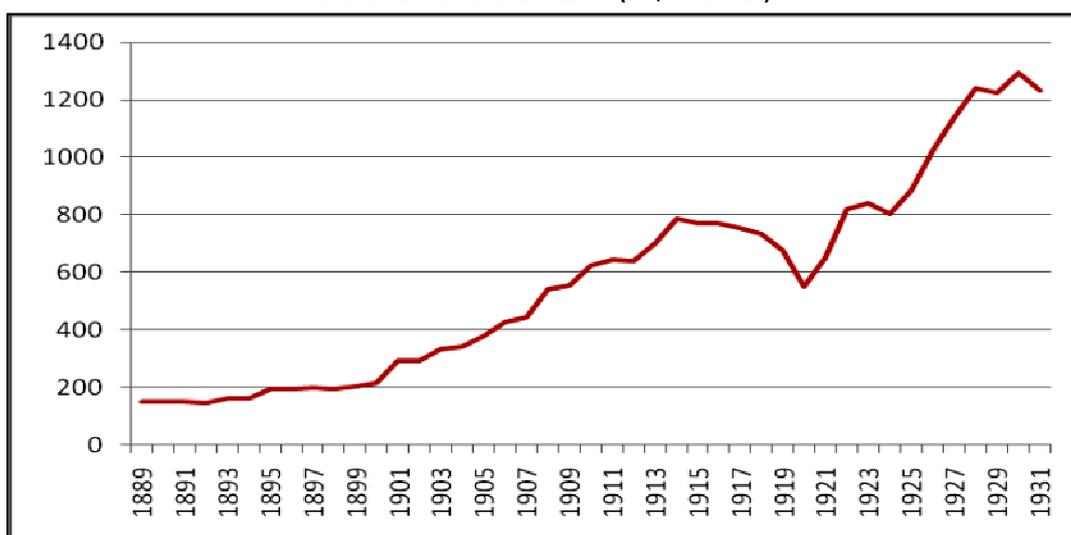
Como resultado do avanço do nacionalismo, o pensamento social-darwinista influenciou a percepção das relações internacionais de modo cada vez mais forte: os Estados estariam em posições opostas entre eles mesmos, permanentemente, numa luta pela sobrevivência, e o crescimento do poder de um Estado ocorreria apenas à custa da perda de poder de outro, numa lógica de soma-zero. Contemporaneamente à emergência dos nacionalismos integristas nos principais Estados europeus, no último quartel do século XIX, continuaram os nacionalismos irredentistas na parte europeia do Império Otomano e no Estado multiétnico da Áustria-Hungria. Nos Bálcãs, esses nacionalismos irredentistas produziram grandes tensões entre Estados, com os nacionalismos sérvio e bósnio, e no contexto internacional um conflito iminente e agudo entre Rússia e Áustria-Hungria. O planejamento militar ganhou uma dinâmica própria e demarcou os limites das decisões políticas.

¹²⁰⁴ O “pacifismo” inglês era a defesa do *statu quo ante*, e era puramente verbal (pois a Inglaterra, tanto quanto as outras potências europeias, armava-se até os dentes).

A expansão mundial do capital financeiro mudou também a estrutura econômica, social e cultural das áreas periféricas. O imperialismo provocou, mediante a exportação de capitais, o desenvolvimento do comércio e das forças produtivas de vários países periféricos, incluindo o Brasil (ou mais especificamente São Paulo e Rio de Janeiro) e a Argentina (ou, mais especificamente, Buenos Aires), e sua “europeização” econômica e cultural. No Brasil, os primeiros investimentos ingleses em serviços urbanos datam do começo da década de 1860, com a instalação de companhias de iluminação pública a gás, de transporte urbano e de água e esgoto. A partir da segunda metade do século XIX a capital do Brasil se consolidou como centro financeiro, comercial e portuário, com a maior concentração operária do país - sendo superada por São Paulo somente na década de 1920 -, pois detinha 57% do capital industrial brasileiro, com os maiores investimentos em transporte, ferrovias e no setor manufatureiro. No início do século XX, no entanto, a participação maior no mercado brasileiro já era, em primeiro lugar, de produtos norte-americanos, seguida de produtos ingleses, italianos e franceses. Cidades como Rio de Janeiro e Buenos Aires eram “cosmopolitas”. Consumiam-se as últimas modas de Paris e se convivia com inúmeras empresas de capital estrangeiro, que controlavam quase todas as empresas fornecedoras de serviços públicos (transporte, energia, água potável encanada).

O Brasil entrou na era das ferrovias nos anos 1850, com forte presença do Estado. Políticos imperiais preferiram, para construí-los, mobilizar capitais privados externos garantindo retornos de 7% ao ano sobre o capital investido. Em 1893, todas as empresas estrangeiras com garantia de lucros, excetuando-se a próspera *São Paulo Railroad*, obtiveram uma média de rentabilidade de apenas 0,3% antes do subsídio. A maioria das empresas não poderia depender da própria rentabilidade, pois ela vinha exclusivamente das garantias de pagamento de taxas fixas. Em 1898, o peso das garantias de rentabilidade comprometeu um terço do orçamento da União, motivando em 1901 o governo Campos Salles, a contragosto, à expropriação de doze companhias. As aquisições de ferrovias estrangeiras em dificuldades cresceram. Em 1898, o governo detinha 34% das ferrovias diretamente, e indiretamente bancava sua rentabilidade: a estatização estava ligada a salvação do patrimônio privado. A captura financeira do Estado brasileiro continuou a todo vapor, assim como em outros países da região.

DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA (US\$ MILHÕES)



O caso argentino ilustra melhor as consequências da expansão mundial do capital na sua periferia. No século XIX (até a grande imigração) Argentina era um dos países menos povoados da América do Sul e, com certeza, o menos denso do ponto de vista populacional: no período da sua independência, sua população mal atingia um milhão de habitantes; o Alto Peru (a atual Bolívia) possuía então quatro milhões. Na década de 1880 concluiu a “Campanha do Deserto”,

ou seja, a ocupação do território argentino; houve também a eclosão da grande imigração; Buenos Aires transformou-se na capital da República. A “geração de 80” é considerada a efetiva forjadora da nacionalidade argentina. Em 1869, a população urbana não chegava a 33% do total, mas ela atingiu 42% em 1895 e 58% em 1914. A título de comparação, a população rural na França girava em torno de 50% ainda em 1946.

A Argentina moderna, resultado da ocupação do seu território atual, foi um produto do século XIX, em especial do processo de imigração europeia, que levou ao país milhões de trabalhadores europeus - 160.000 estrangeiros aportaram entre 1861 e 1870; o número de imigrantes chegou a 841.000 de 1881 a 1890, e a 1.764.000 de 1901 a 1910. No total, de 1857 a 1930, o “deserto argentino” recebeu 6.330.000 imigrantes; levando-se em conta o retorno dos trabalhadores sazonais (ou “andorinhas”), deixou um saldo de 3.385.000 imigrantes. A Argentina contava, no seu primeiro recenseamento em 1869, com 1.737.000 habitantes: a Argentina moderna resultou de uma transfusão de população que foi, em termos relativos, a mais intensa do Novo Mundo (incluindo os Estados Unidos). Desde o início, a urbanização esteve marcada pela sua extrema concentração em Buenos Aires, que absorveu um terço da sua população total. A questão da posição política de Buenos Aires, por isso, dominou o período da formação da nacionalidade, e foi o problema que esteve por trás de mais de meio século de guerras civis ao longo do século XIX. Proclamada a Confederação Argentina em 1852, ainda seria necessária uma década para superar a cisão política Buenos Aires-interior: “Logo depois da derrota de Buenos Aires na batalha de Cepeda em 1859, iniciou-se o processo que levaria à definitiva constituição do Estado nacional. O Pacto de San José de Flores, em novembro desse ano, significou o primeiro passo dado ao longo de um caminho que terminaria em 1880 com a federalização da cidade de Buenos Aires. As rendas da aduana portenha deixaram então de pertencer ao Estado provincial e passaram a engrossar os fundos nacionais. Concluía-se um ciclo”.¹²⁰⁵

A década de 1880 foi um período de acelerada expansão econômica na Argentina. O volume de investimento de capitais ultrapassou nesses anos o de todos os anos anteriores, especialmente quanto aos capitais britânicos. Os investimentos do Império Britânico em empresas de ações da Argentina, que antes da presidência de Roca chegavam à soma de 25 milhões de libras, aumentaram, em 1885, para 45 milhões, e em 1890 atingiam 150 milhões. Cabe destacar que em 1889 a Argentina absorveu entre 40 e 50% de todos os investimentos externos britânicos: “No final do século XIX e início do XX, estamos em pleno período de formação da Argentina moderna. Nessa conjuntura combina-se desde o triunfo dos grupos liberais com a chamada ‘geração de 80’ até a penetração do capital estrangeiro na formação dos laços de dependência financeira através das pautas que fixam o novo mecanismo de relação imperialista a nível internacional. Ao longo de todo esse processo corre o impacto de uma imigração massiva (especialmente italiana e espanhola), o boom de uma atividade cerealista como característica nova de uma Argentina tradicionalmente saladeirista, e a formação industrial com o aparecimento de oficinas e indústrias novas, o que implica o surgimento de um proletariado urbano enquanto um novo tipo de fenômeno social na sociedade rio-platense”.¹²⁰⁶

A crise econômica de 1890 foi responsável pela deflagração de mudanças políticas, debilitando o antigo caudilhismo, preparando o nascimento da UCR e, pouco depois, do Partido Socialista; ao mesmo tempo, estimulando um revigoramento do sindicalismo operário, tudo num quadro de crise do processo de urbanização centralizado em Buenos Aires: “Suspenderam-se momentaneamente as obras públicas; entre elas, a do porto de Buenos Aires, a de abertura da Avenida de Maio, os edifícios do Congresso e do Correio, e importantes obras ferroviárias.

¹²⁰⁵ Maria D. Bejar. *Buenos Aires y la Aduana 1809-1862*. Buenos Aires, CEAL, 1984, p. 96.

¹²⁰⁶ Alberto J. Plá. Prólogo a: Bialet Massé. *Las Clases Obreras a Comienzos del Siglo*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1973, p. 7.

Quanto às obras sanitárias, que durante a gestão de Juárez Celman foram arrendadas para a exploração de uma empresa privada, rescindiu-se o contrato, retornando-as ao domínio do Estado”.¹²⁰⁷

Mudou também a situação do país no contexto internacional. Mal consolidada a nação, a crise de 1890 inaugurou o ciclo crônico de dependência financeira da Argentina, em especial com relação à Grã-Bretanha. Numa denúncia parlamentar da última década do século XIX, caracterizou-se a posição dos ingleses: “Agora dominarão a crise com 41.000.000 de pesos das estradas de ferro de Buenos Aires, o que significa entregar perpetuamente ao estrangeiro três ou quatro milhões de pesos que anualmente terão que suar os filhos desse país; com os 45.000.000 de um empréstimo nacional; com 20.000.000 de um empréstimo municipal, e quem sabe com quantos milhões de papéis de crédito. Apenas no mês de março saíram para a Inglaterra 6.500.000 de pesos em ações do Banco Nacional, dos Muelles das Catalinas e Cédulas Hipotecárias. Com esses 150 ou 200 milhões de pesos, dominarão a crise”.

Paralelamente ao crescimento das classes médias, a configuração da força de trabalho urbana deu-se sob o impacto da imigração, o que lhe conferiu características especiais, posto que essa imigração foi vista como “disposta a aceitar qualquer tipo de trabalho, a trabalhar em qualquer tipo de condições e com qualquer salário. Como se dizia na época, só os índios era capazes de trabalhar em condições piores do que aquelas aceitas pelos italianos. Mas diferentemente dos índios, o que levava boa parte dos italianos a aceitarem qualquer trabalho era a tendência à ‘autodisciplina’ do trabalho motivada pela expectativas de ascensão social. Efetivamente, graças a essa atitude, aceitando as piores condições de trabalho e uma situação de quase subconsumo, alguns desses imigrantes conseguiram forjar pequenas economias que lhes permitiram adquirir outra posição social”.¹²⁰⁸ A transição para o urbano teve características sui generis na Argentina, devido ao paradoxo de tratar-se de um país rural urbanizado: a economia girando em torno do campo, a população em torno das cidades.

Data desse período a formação do *conventillo* (espécie de cortiço), habitação típica da nova força de trabalho, de origem imigratória ou rural, cujas condições espantaram os observadores, e serviram de base para a elaboração de novas manifestações culturais. Paralelamente, desenvolveu-se um amplo sistema dedicado à contravenção e ao crime, que aos poucos foi penetrando nos centros nervosos do Estado e da economia: “Inclusive as maiores organizações delitivas tinham as suas relações com o Estado político e com o sistema social e econômico imperante. O trust da prostituição e o tráfico de brancas exercido pela Zwi Migdal se efetuava com a cumplicidade da Direção de Imigração, da Polícia e da Municipalidade, de alguns membros do Poder Judicial e Legislativo e dos grandes jornais, que mantinham o silêncio (...). Milhares de mulheres eram trazidas da França, Polônia e Áustria para exercer a prostituição. A Direção de Imigração apenas exigia uma pequena formalidade: o cafetão que tinha feito a viagem com a mulher seguia rumo a Buenos Aires, enquanto a mulher desembarcava em Montevideú, onde a esperava uma suposta parente, outra mulher do cafetão, e um par de dias depois as duas iam para Buenos Aires num barco de carreira”.¹²⁰⁹

Numa cidade majoritariamente estrangeira desenvolveu-se a xenofobia - contra as manifestações classistas dos trabalhadores estrangeiros -, e ao mesmo tempo, a cumplicidade com o crime importado: “O processo de intranquilidade, xenofobia e retrocesso que vinha se produzindo na Argentina de 1910: “incomodam aos criollos de pura cepa as novas ideias, a preponderância na vida pública do elemento operário, estrangeiro ou de estirpe estrangeira, mas argentino de alma”. A passagem do enfrentamento racial para o classista e o político foi se

¹²⁰⁷ José Panettieri. *La Crisis de 1890*. Buenos Aires, CEAL, 1984, p. 14.

¹²⁰⁸ Ricardo Falcón. *El Mundo del Trabajo Urbano*. Buenos Aires, CEAL, 1986, p. 115.

¹²⁰⁹ Juan J. Sebrelli. *Buenos Aires: Vida Cotidiana y Alienación*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1990, pp. 117-132.

tornando evidente: sempre foi mal vista toda manifestação operária, o que significa estrangeira”.¹²¹⁰

O grande protagonista cultural da vida da cidade-porto/escoadouro-capital, e talvez a maior contribuição de Buenos Aires à cultura popular universal, foi o tango. Seu surgimento é inexplicável sem considerar as mudanças urbanas trazidas pela federalização de Buenos Aires e a construção do Porto Novo: “O porto moderno desloca o bairro rico do sul ao norte da cidade. Pontos antes *orilleros* (dos bairros baixos) e depreciáveis como Retiro e Recoleta, passam a ser ocupados por propriedades aristocráticas e palácios afrancesados. O bairro alto (San Telmo), antigo centro residencial da classe alta, fica bloqueado como quase todo o sul da cidade - empobrece e envelhece de inanição. O novíssimo porto atrai a imigração, que vem de longe e fica enraizada na cidade, por falta de um destino próprio. A esta população recente e instável somam-se os militares sem ocupação, que recém fizeram a guerra da Tríplice Aliança e lutaram pela nação contra os últimos caudillos (Peñaloza, López Jordán, os Varela). Migrantes e imigrantes se juntam nas orillas (zona baixa) da grande cidade, que passa a ser a Capital Federal. O porto aumenta o seu volume de trabalho com as crescentes exportações de produtos agrícolas. A classe que os produz se enriquece rapidamente e se encerra em seus bairros exclusivos, vivendo em seus castelos a ilusão de uma nobreza inexistente. Ao redor dessa urbe luxuosa se estende o subúrbio: Boca, Corrales Velhos, Miserere, Baixo Belgrano, Palermo. A sua população é em grande parte masculina: soldados sem ocupação, mutilados de guerra e mendigos, imigrantes gringos solitários. Uma grande indústria se vislumbra: o prostíbulo, o local de reunião dos homens solitários que não têm onde se reunir. O prostíbulo portenho, o quilombo, organizado como uma grande empresa por europeus a partir da década de 1870, requer a sua música, que toma emprestada dos antigos pequenos locais de diversão *orillera*”.¹²¹¹

O tango nasceu na década de 1880: o primeiro tango assinado (*El Entrerriano*) data de 1896. As características do tango como música de prostíbulos (significativamente chamados de quilombos em Buenos Aires, onde, na primeira metade do século XIX, o termo tinha o mesmo significado que o brasileiro) são evidentes. Mas o tango é, sobretudo, *tristeza*, tristeza urbana da perspectiva perdida no meio da opulenta Buenos Aires criada pelo porto, o mesmo porto em torno do qual florescia a miséria: “Tivemos em Porto Novo uma dessas cidades e sociedades marginais. Levantaram habitações de folhas de alumínio e madeira, como as que Clemenceau viu vinte anos antes nos bairros de Ranas e Nova Pompeya, altos e amplos o suficiente apenas para uma pessoa sentada. Não eram as covas primitivas de quando a cidade não tinha construído mais do que os porões, eram mais uma espécie de barraco de madeira e zinco. Ali havia doenças de todos os tipos, como houvera na cadeia do Cabildo. Imagine o que mil ou cinco mil homens arrancados de suas famílias, demembrados, podem fazer em tais condições de existência”.

Jorge Luis Borges não esqueceu as origens do tango para elevá-lo à altura de expressão cultural típica de Buenos Aires e, através dela, de arte universal: “Tangos de recriminação, tangos de ódio, tangos de desprezo e de rancor foram escritos, obstinados na transcrição e na lembrança. Todo o perfil da cidade foi entrando no tango; o subúrbio e a vida marginal não foram os únicos temas. No prólogo das sátiras, Juvenal memoravelmente escreveu que tudo aquilo que move os homens - o desejo, o medo, a ira, o prazer carnal, as intrigas, a felicidade - seria matéria de seu livro; exagerando-se, mas não demasiadamente, poderíamos aplicar o seu *quidquid agut homines* ao conjunto das letras de tango. Também poderíamos dizer que estas foram uma desconexa e vasta *comédie humaine* da vida de Buenos Aires”.¹²¹²

¹²¹⁰ Gladys Onega. *La Inmigración en la Literatura Argentina (1880-1910)*. Buenos Aires, CEAL, 1982, p. 140.

¹²¹¹ Blas Matamoro. *Historia del Tango*. Buenos Aires, CEAL, 1971, pp. 5-6.

¹²¹² Jorge L. Borges. História del tango. In: *Prosa Completa*, vol. 1. Barcelona, Bruguera, s.d.p., p. 93.

O grande escritor de Buenos Aires no século XX foi a expressão na arte erudita daquilo que o tango expressava na arte popular: "Nossa realidade vital é grandiosa e nossa realidade pensada é mendiga. Aqui não se engendrou nenhuma ideia que se pareça à minha Buenos Aires... Mais do que uma cidade, Buenos Aires é um país que exige poesia e música", disse o bardo. Se o porto (as exportações dirigidas às metrópoles) varreu os restos da Argentina colonial e os remanescentes de Buenos Aires como "grande aldeia", a industrialização varreu a Buenos Aires cosmopolita e *conventillera* do tango. O tango sobreviveu à perda da sua base social original, quando a *urbs* portuária e imigratória foi substituída pela *urbs* industrial. Impiedosamente, o capital varreu na sua expansão mundial as velhas configurações e culturas, fazendo nascer outras, que também se projetaram mundialmente.

Não havia país onde substanciais garantias não foram oferecidas ao capital externo. Nos Estados Unidos o procedimento era mais sofisticado: o Estado comprava as ações das empresas ferroviárias mesmo sabendo da baixa rentabilidade. Por trás da exportação de capital para os países coloniais, não estava não a aventura de capitalista "empreendedores", mas a certeza do risco zero. O capital fora justificado historicamente pelo risco assumido ao imobilizar capital para conseguir, ou não, a rentabilidade desejada, e assim gerar empregos. Na exportação de capital metropolitano, no entanto, tratava-se de um capital totalmente avesso a risco e dependente da intervenção do Estado. Apesar de se tratar de "capital produtivo", sua remuneração com garantia de rentabilidade não era diferente daquela do capital dinheiro aplicado nos títulos da dívida pública.

Nas economias atrasadas, a penetração do capital industrial monopolista determinou seu caráter combinado, por combinarem a última palavra da ciência e da técnica com formas pré-capitalistas de exploração do trabalho. A coexistência do atraso e do avanço permitia aos monopólios embolsarem superbenefícios, pois os preços do mercado (a diferença dos preços de produção) são fixados pelos setores que produzem mais caro (pois, se assim não fosse, se retirariam do mercado), enquanto os custos de produção dos monopólios são mais baixos. A penetração imperialista consistiu na exploração da diferença no nível de desenvolvimento das forças produtivas entre países centrais (ou "avançados") e atrasados, que permite aos monopólios garantir uma quota maior da mais-valia monopolizada.

Ao mesmo tempo, o capital monopolista dissolvia as velhas relações produtivas e acelerava o desenvolvimento capitalista nos países atrasados, mas sob a forma do monopólio, ou seja, sem conhecer as vantagens da livre-concorrência: os países atrasados conheceram do capitalismo só as desvantagens da sua maturidade, sem chegar a conhecer as virtudes da sua juventude. O proletariado industrial que surgiu dessa penetração capitalista teve um desenvolvimento forte, que não guardava relação com o raquitismo da burguesia nacional dos países retratados, o que determinou o curso e as formas políticas adotadas por estes no século XX.

Com o frequente uso da tecnologia de produção na composição de novos produtos com novos materiais, as possibilidades do uso de componentes ainda não desenvolvidos evidenciaram a necessidade de reservas territoriais. Em função disso, o capital financeiro não restringiu seus interesses apenas às fontes de matérias primas já conhecidas, passando a interessar-se igualmente por fontes possivelmente existentes em regiões aleatoriamente diversas. A expansão dos domínios do capital financeiro se deu não apenas pela necessidade de manutenção de excedentes crescentes e influência sobre fontes de produção de mercadorias de baixo valor agregado (matérias primas), mas, principalmente, pela garantia estratégica da possibilidade constante de exploração de novos recursos: "Donde a inevitável tendência do capital financeiro para alargar o seu território econômico".¹²¹³

A "receptividade" das regiões subdesenvolvidas relacionou-se com a formação política e econômica do território ou país "hospedeiro"; a maneira como se processava a expansão de capital variava de acordo com o nível de desenvolvimento do capitalismo dessas regiões. Os

¹²¹³

Rudolf Hilferding. *Op. Cit.*

Estados “independentes” da periferia estavam fadados à subordinação ao capital financeiro, assim como os países semicoloniais e coloniais.

A expansão mundial do capital foi justificada ideologicamente pelo novo conceito de nação, onde uma poderia sobrepujar outras por considerar-se “eleita” entre as demais, fundamentada na afirmação da sua superioridade: “Para manter e ampliar sua superioridade, [o capital monopolista] precisa do Estado que lhe assegure o mercado interno mediante a política aduaneira e de tarifa, que deve facilitar a conquista de mercados estrangeiros. Precisa de um Estado politicamente poderoso que, na sua política comercial, não tenha necessidade de respeitar os interesses opostos de outros Estados. Necessita, em definitivo, de um Estado forte que faça valer seus interesses financeiros no exterior, que entregue seu poder político para extorquir dos Estados menores vantajosos contratos de fornecimento e tratados comerciais. Um Estado que possa intervir em toda parte do mundo para converter o mundo inteiro em área de investimento para seu capital financeiro”.¹²¹⁴

O conceito de Estado modificou-se para acrescentar o papel de “agregador” de sociedades inferiores ou atrasadas, para “ajudá-las em seu desenvolvimento”.¹²¹⁵ O papel do Estado permaneceu basicamente o mesmo, assegurando a hegemonia de uma classe social na manutenção de um conjunto de relações de propriedade e de estruturas de classe, mas agora no mundo inteiro. Este último aspecto refere-se a estrutura social desses países, ou seja, à forma de suas relações internas de propriedade, assim como à influência exercida pelas relações de propriedade das classes sociais dominantes dos países de capitalismo desenvolvido. A “questão nacional” não foi eliminada pelo imperialismo, foi, ao contrário, aguçada e levada a um plano superior, mundial, em que a característica central passou a ser *a divisão do mundo entre nações opressoras e nações oprimidas*.

A teoria marxista do imperialismo foi objeto de inúmeras controvérsias. No conjunto, porém, elas se resumem basicamente em duas. Uma variante da “teoria do intercâmbio desigual” postulou que o proletariado metropolitano estaria objetivamente interessado na exploração das nações atrasadas, porque compartilharia com “sua” burguesia os frutos da exploração dos operários e camponeses da periferia. A “troca desigual” de produtos com preços de produção diferentes configuraria uma nova “acumulação primitiva”, noção baseada na identificação da *troca* com a *expropriação* compulsória e violenta, características da acumulação originária, que se um assalto a mão armada constituísse uma “troca” entre o ladrão e sua vítima.¹²¹⁶

¹²¹⁴

Idem.

¹²¹⁵

No século XX afirmou-se que um país, para alcançar a modernidade capitalista, deveria passar pelos mesmos estágios evolutivos pelos quais teriam passado previamente os países capitalistas desenvolvidos, através do livre comércio (Walt W. Rostow. *Les Étapes de la Croissance Économique*. Paris, Seuil, 1962). No seu *Sistema Nacional de Economia Política*, Friedrich List já afirmava que os países que se industrializavam em seguida “tiravam a escada” para que outros não conseguissem chegar ao mesmo lugar, combatendo o princípio da teoria das vantagens comparativas.

¹²¹⁶

Cf., por exemplo, o que segue: “O imperialismo, no sentido leninista do termo, aparece quando as possibilidades do desenvolvimento capitalista se esgotam, depois de terminada a primeira revolução industrial na Europa e América do Norte. Então se impõe uma nova extensão geográfica. Surge a periferia, em sua forma contemporânea, amparada pela conquista colonial. Esta volta a pôr em contato - ainda que sob formas novas - formações sociais diferentes: as do capitalismo central e as do capitalismo periférico em vias de constituição. O mecanismo de acumulação primitiva em benefício do centro reaparece. *O próprio da acumulação primitiva, por oposição à reprodução ampliada normal, é precisamente o intercâmbio desigual*, quer dizer, o intercâmbio de produtos cujos preços de produção, no sentido marxista, são desiguais. A partir deste momento, a remuneração do trabalho começará também a ser desigual. Esta nova especialização internacional constituirá a base de intercâmbio das mercadorias (produtos de base por produtos manufaturados, fazendo uma descrição superficial) e o movimento de capitais, posto que as possibilidades da primeira revolução industrial se esgotaram precisamente quando se constituíram os monopólios, que tornaram possível esta exportação de capital” (Samir Amin. *El Desarrollo Desigual*. Barcelona, Planeta-De Agostini, 1986). A acumulação primitiva, baseada na expropriação, no entanto, se opõe tanto a reprodução simples como à reprodução ampliada de capital.

A desigualdade da troca (ou “deterioração dos termos de troca”, como postulou a escola cepalina na década de 1950) baseia-se na desigualdade de desenvolvimento capitalista, que provoca o *desenvolvimento combinado* dos países atrasados. O caráter *combinado* da economia dos países atrasados foi a principal consequência econômica (e também social, política e cultural) do desenvolvimento desigual do capitalismo em escala mundial: naqueles “o capitalismo nasce sem que tivesse podido se desenvolver plenamente a acumulação originária (mas) sob a influência da penetração do capital financeiro internacional”: “A frustração da acumulação originária (nos países atrasados) explica essa obrigada combinação do capitalismo com modos de produção pré-capitalistas (...) O fundo do erro [da concepção de uma acumulação primitiva permanente baseada na troca desigual] consiste em não levar em conta a unidade mundial da economia capitalista, que tem suas próprias leis e atua sobre cada uma de suas partes”.¹²¹⁷

O imperialismo não expressou uma “segunda infância” do capital. Diversos autores demonstraram que, devido à diferença da produtividade do trabalho, a taxa de mais-valia nos países metropolitanos poderia ser maior do que nos países atrasados (ou seja, que a produção de mais-valia relativa é maior naqueles). A exploração econômica (taxa de exploração) do trabalho é diretamente proporcional à taxa de mais-valia. Ernest Mandel propôs, em sua análise da troca desigual, um exemplo no qual dois países - A (desenvolvido) e B (subdesenvolvido) - importam e exportam mercadorias entre si. O valor do pacote de mercadorias exportado por A corresponde a $5.000c + 4.000v + 4.000s = 13.000$, onde c corresponde ao capital constante, v ao capital variável e s o mais-valor, a taxa de lucro ($s/[c+v]$) é igual a 44% e a taxa de mais-valor (s/v) igual a 100%.¹²¹⁸

O valor do pacote de mercadorias exportado por B corresponde a $200c + 2.000v + 1.800s = 4.000$, a taxa de lucro é igual a 82% e a taxa de mais-valor igual a 90%. Perceba-se que nesse caso, embora a taxa de lucro de B seja quase o dobro de A, a taxa de mais-valor (taxa de exploração) de A é maior do que a taxa de mais-valor de B. Nessa situação, que pressupõe diferentes taxas de lucro nacionais, a equivalência de valores internacionais em uma situação na qual B exporta 4.000 unidades monetárias é a seguinte: $1.538c^A + 1.231v^A + 1.231s^A = 200c^B + 2.000v^B + 1.800s^B$. Assim, embora valores internacionais sejam trocados por seus equivalentes esses valores iguais representam quantidades desiguais de trabalho decorrentes das diferenças de produtividade entre as diferentes nações: $1.231v^A < 2.000v^B$.

Embora Mandel assumisse como pressuposto que não existisse um nivelamento internacional das taxas de lucro, a troca desigual persistiria mesmo na hipótese de que ocorresse esse nivelamento. Dividindo a massa total de mais-valor pela massa total de capital adiantado ($5.800/11.200$), obtém-se uma taxa de lucro do conjunto do sistema igual a aproximadamente 52%. Equalizadas nesse índice as taxas de lucro tem-se que para A o preço de produção do pacote de mercadorias seria $5.000c + 4.000v + 4.661pr = 13.661$ e para B esse preço seria de $200c + 2.000v + 1.139pr = 3.339$. Nesse caso a troca se daria nos seguintes termos: $1.222c^A + 978v^A + 1.139pr^A = 200c^B + 2.000v^B + 1.139pr^B$, portanto, $978v^A < 2.000v^B$, uma diferença ainda maior.

A troca de quantidades desiguais de trabalho permaneceria, assim, como fundamento da troca desigual. Marx descreveu esse processo em *O Capital*: “Os capitais investidos no comércio exterior podem levantar uma quota mais elevada de lucro, em primeiro lugar porque competem com mercadorias produzidas por com facilidades de produção menos desenvolvidas, por isso o país mais adiantado vende suas mercadorias acima de seu valor, ainda que mais baratas do que os países competidores. (...) O país mais favorecido obtém uma quantidade maior de trabalho em troca de uma menor, ainda que a diferença, o excedente,

¹²¹⁷ Juan Pablo Bacherer. Sobre la acumulación originaria de capital. *En Defensa del Marxismo* nº 16, Buenos Aires, março 1997.

¹²¹⁸ Ernest Mandel. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

seja embolsado por uma determinada classe, como ocorre em geral com o intercâmbio ente capital e trabalho”.

No extremo oposto ao exposto acima, a teoria do “capital transnacional” sustentou que a exploração das nações atrasadas pelas potências capitalistas seria ilusória, em função da emancipação das empresas multinacionais de toda base nacional: “Os dados simplesmente não mantêm as teses de Lênin. O capital não corre avassaladoramente dos países capitalistas maduros para os países em desenvolvimento. Pelo contrário, os investimentos estrangeiros são crescentemente realizados entre os próprios países desenvolvidos. Isto se passa de acordo com a lógica, pois se nos recordarmos das razões que Lênin apresenta para a exportação de capital, veremos que elas não se mantêm... Por mais que fossem importantes os países atrasados para absorver a expansão descontrolada e desproporcional deste ou daquele ramo ou setor da economia, no ápice da supremacia industrial britânica e do *laissez faire* clássico, o seu papel é secundário [na era contemporânea]”.¹²¹⁹

Trata-se do caso da contraposição de uma análise conjuntural a uma caracterização estrutural: assim como os superbenefícios monopólicos não anulam - podem até acentuar - a exploração dos trabalhadores metropolitanos, o crescimento do fluxo de capitais entre países imperialistas não elimina - até acentua - a exploração das regiões atrasadas. A industrialização artificial das regiões atrasadas não diminuiu a dependência delas em relação às metrópoles, aumentando também sua exploração, devido à crescente dependência tecnológica (industrial) e financeira, o que é facilmente comprovável através do aumento das remessas de lucros e da dívida externa. A internacionalização crescente do capital nos países metropolitanos teve por base uma acumulação sem precedentes de superbenefícios monopólicos originados na exploração das nações atrasadas; isto não parece ter sido levado em conta por Ernest Mandel ao se referir aos “trustes do Estado monopolista (que) deram lugar não só a cartéis internacionais como a negócios multinacionais (transnacionais) que, no que diz respeito aos recursos da produção e, em menor grau, à propriedade, não estão mais ligados aos países de origem e estão fora de controle dos Estados imperialistas mais poderosos”.¹²²⁰

Um modo de produção obsoleto, isto é, chegado aos limites de sua função e progressividade históricas, tende a desenvolver prevalentemente suas tendências parasitas: a possibilidade de fixação de preços de monopólio, por exemplo, fez desaparecer, até certo ponto, a tendência para o progresso científico e técnico (inclusive quando isto se expressou, não como estagnação científica ou tecnológica, mas como *ratio* cada vez menor de uso do fundo acumulado de conhecimentos científicos e potenciais inovações tecnológicas, ou como uso improdutivo/destrutivo dos mesmos, através dos gastos armamentistas ou da irracionalidade destrutiva do meio ambiente); outra manifestação da mesma tendência é que nos países atrasados a pobreza e o desemprego tenderam a piorar, incrementando o fosso da desigualdade entre países “ricos” e “pobres”; o desenvolvimento anárquico da produção provocou também um saque crescente dos recursos naturais que criou uma tendência para a destruição crescente do meio natural.

Ao realizar a unificação da economia mundial sob a égide do capital financeiro, o imperialismo fez nascer, como consequência da exacerbação de suas contradições e da tendência para a intervenção estatal, a ideia de uma *ordem mundial* a ser preservada por *meios políticos supranacionais*. A existência de uma “ordem mundial”, que subordinava as situações nacionais, derivava-se diretamente do papel do mercado mundial na dinâmica do capitalismo: se o mercado mundial não se limitava à soma das economias nacionais, a “ordem mundial” não poderia consistir só nos acordos entre os diversos Estados nacionais.¹²²¹ As soluções

¹²¹⁹ Michael Kidron. *Capitalismo e Teoria*. Lisboa, Iniciativas, 1976.

¹²²⁰ Ernest Mandel. *Trotsky como Alternativa*. São Paulo, Xamã, 1996, p. 36.

¹²²¹ Norberto Bobbio realçou a ligação entre a “concepção marxista do Estado” e a teoria leninista do imperialismo, reivindicando sua complementaridade e denunciando suas implicações deterministas e reducionistas: “Com efeito há um vínculo muito estreito entre a teoria do Estado, como instrumento do domínio de classe nas

precárias das crises diplomáticas não evitaram a constituição e o aprofundamento das grandes linhas fundamentais de conflito descarregadas a partir de agosto de 1914. Os anos entre 1871 e 1914 foram um período marcante na história das relações internacionais.

O novo imperialismo e a partilha da África tornam-se inteligíveis também no contexto de uma longa continuidade da expansão colonial. Não foi só a partir de 1871, mas já no primeiro quartel do século XIX, que os processos diferenciados de industrialização e desenvolvimento econômico influenciaram a divisão de poder no sistema mundial. O “Concerto Europeu” ainda funcionou na partilha da África em 1885, na intervenção conjunta na China contra as revoltas internas, e, finalmente, em 1912, na conferencia londrina dos embaixadores que evitou a escalada das tensões entre Áustria-Hungria e a Rússia no contexto das guerras balcânicas.



Navio negreiro... em 1882 (Marc Ferrez)

As continuidades desse período não podem, no entanto, ocultar as peculiaridades significativas das relações internacionais, que marcaram o período de 1871 a 1914. Os principais debates acerca desse período concentraram-se em: a) O caráter do sistema internacional e das relações internacionais; a existência de um equilíbrio de poder ou de uma hegemonia da Alemanha após 1871; b) O problema da nova expansão imperial europeia, depois de 1870; c) A explicação das causas profundas da Primeira Guerra Mundial. A caracterização do imperialismo se constituiu como a pedra de toque das opções políticas prementes, incluídas as revolucionárias.

relações internas e a teoria econômica do imperialismo nas relações internacionais. As duas teorias estão associadas positivamente, pois ambas se baseiam na tese central do primado do econômico. Mas estão ligadas também, e ainda mais num sentido negativo, no que concerne à crítica da sociedade existente. Para as duas os aspectos negativos do Estado (ditadura internamente; imperialismo externamente) dependeriam de uma só causa determinante - a divisão da sociedade em classes antagônicas, os proprietários dos meios de produção e os que só dispõem de força de trabalho. Não importa se estamos considerando a sociedade nacional ou internacional". Certamente, o reducionismo é um perigo, mas neste caso ele se refere mais à ideia de Bobbio acerca da teoria de Lênin, do que as ideias do próprio Lênin.

42. O NOVO MOVIMENTO OPERÁRIO E A INTERNACIONAL SOCIALISTA

Depois de ter sido inicialmente reacionário, o sistema conservador mascara-se de socialismo reformista. A contradição que se oculta sob esta teoria, que a primeira vista parece ter alguma coisa de sedutora, de prático, de racional, significaria fazer um apelo à filantropia do capital, como se o capital enquanto tal pudesse ser filantropo (Karl Marx, Miséria da Filosofia)

A concentração de capital de finais do século XIX forjou uma classe operária numerosa e com elevado espírito de organização e de luta. Só nas Fábricas Krupp, em Hessen (Alemanha), concentravam-se mais de 45 mil operários. Ao mesmo tempo se produziu o surgimento de uma “aristocracia operária” (conceito mais amplo que o de “burocracia sindical”) nos países imperialistas. Assim como o intercâmbio comercial com as regiões periféricas tinha sido, ao longo do século XIX, um pilar da ordem europeia (ao rebaixar os preços dos artigos de consumo), os superbenefícios monopolistas cumpriram um papel semelhante, ao permitir à burguesia dos países imperialistas a elevação do nível de vida de uma camada da classe operária metropolitana, pondo um obstáculo ao seu desenvolvimento revolucionário: “O proletariado inglês - constatou Engels - está-se tornando cada vez mais burguês; de modo que, ao que parece, esta nação mais burguesa que todas as demais tende a ter, em última instância, tanto uma aristocracia operária, como uma burguesia. Certamente, isto se explica até certo ponto no caso de uma nação que explora o mundo inteiro”.

Segundo Eric Hobsbawm: “No que se refere ao século XIX britânico, o conceito (de aristocracia operária) apoia-se sobre bases econômicas e políticas sólidas”. Mas Engels ainda “afirmava que esta aristocracia operária se tornara possível graças ao monopólio industrial da Inglaterra e que, portanto, desapareceria ou se confundiria com o resto do proletariado com o fim daquele monopólio”.¹²²² O processo de formação de uma “aristocracia do trabalho”, que se beneficiou da expansão imperialista da economia inglesa, colhendo migalhas dos superbenefícios obtidos pelo capital inglês no ultramar, não foi um processo rápido, menos ainda consciente, e foi baseado tanto na expansão mundial do capital quanto no aumento da produtividade do trabalho. Entre 1850 e 1875 os salários reais subiram apenas para aqueles cuja renda em dinheiro podia ser elevada mais depressa do que os preços. Só os trabalhadores com recursos substanciais podiam - individualmente, ou através de corpos coletivos como as emergentes cooperativas iniciadas pelos “Pioneiros de Rochdale” - ter acesso aos artigos de consumo de boa linha e qualidade, que estivessem nos níveis de preço do consumo da classe média. Para o resto, os trapos e artigos adulterados “baratos e sórdidos”, tinham que bastar; os alimentos baratos de ultramar não começaram a chegar senão na década de 1870 e, com algumas exceções, a produção de artigos de consumo para o mercado barato de massa (roupas feitas, por exemplo) não começara.

As novas condições das negociações salariais e de condições de trabalho na Inglaterra emergiram da barganha cada vez mais desenvolvida nos inumeráveis mercados de trabalho. Em geral, elas não foram, pelo menos inicialmente, consequência de uma política “consciente”. Os patrões eram inicialmente hostis aos sindicatos, exceto quando forçados a negociar com eles. Não foi senão até as décadas de 1860 e 1870 que descobriram que os mecanismos para facilitar as relações trabalhistas eram desejáveis de um ponto de vista comercial, e que a negociação de corpos de trabalhadores com corpos de patrões recebia vários graus de reconhecimento e legitimação perante o Estado e a classe operária, que a tornava conveniente para os negócios. Foi o período da legislação sindical de 1867-1875 na Grã-Bretanha, com a criação de vários corpos estatais ou privados para a conciliação obrigatória dos conflitos, de acordos de reajuste de salários, e finalmente de reconhecimento

¹²²²

Eric J. Hobsbawm. *Trabalhadores*. Estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

dos sindicatos pelos comerciantes e industriais, como meio para evitar “perturbações sociais” (greves e paralisações, manifestações, etc.).

Isso foi um reconhecimento de fatos estabelecidos, embora fosse apressado pelo medo da força política dos trabalhadores, que obtiveram o voto parlamentar na Inglaterra em 1867, com o conservador Benjamin Disraeli no governo. A transformação dos trabalhadores militantes em aristocratas do trabalho “respeitáveis”, teve lugar, aparentemente, de modo espontâneo e sem qualquer mudança importante da política patronal. Com o reconhecimento oficial do sindicalismo e a chegada da depressão na década de 1870, a colaboração das classes, consciente e deliberada, fez-se abertamente.¹²²³ Nesse período, nos países metropolitanos, o capital atingiu um grau de concentração inédito, com a formação dos monopólios (que receberam nomes diversos em cada país: *cartels*, *trusts*, *konzern*, etc.). A organização do movimento operário acompanhou, rápida ou tardiamente, essa concentração. A monopolização industrial mudou a composição e a organização da classe operária, assim como sua composição política. A classe operária transformou-se numa força social politicamente incontornável. A política nas metrópoles capitalistas mudou de modo definitivo.

Em 1883, o Estado alemão adotou o que foi chamado de "sistema de seguro-doença mais completo existente no mundo", prevendo um seguro, garantido pelo Estado, vigente a partir do primeiro dia da doença ou da invalidez temporária ou definitiva causada por acidente de trabalho. O seguro foi logo depois estendido aos parentes (viúva ou filhos) dos trabalhadores: a patronal devia pagar um terço do "fundo" (ou "caixa") e administra-lo mas, em caso de conflito, uma comissão de arbitragem, paritária (dois representantes dos trabalhadores e dois dos patrões, com um representante do Estado) intervinha: o seguro foi estendido ao tratamento médico, ao período de maternidade e ao seguro desemprego (quando causado por acidente ou doença), sendo supervisionado por um ente estatal com representação independente dos trabalhadores: nada de semelhante existia então no mundo.

Essas iniciativas foram um aspecto da luta contra a “socialdemocracia subversiva”. Bismarck estava decidido a oferecer aos trabalhadores medidas que, pensava, os levariam para a aceitação da ordem, melhorada pelo Estado. Segundo um informe do Banco Mundial: "Em 1889 o chanceler alemão Otto Von Bismarck aproveitou a oportunidade política que se lhe oferecia para apaziguar os trabalhadores industriais e distanciá-los dos socialistas e criou o primeiro plano nacional participativo de seguridade econômica para a velhice, dando assim aos trabalhadores um interesse econômico no governo central". Ou seja, o velho (então novo) princípio de fazer a revolução, antes que o povo a fizesse.

Em finais do século XIX, Gumercindo Azcárate, catedrático espanhol de Direito, já o compreendera: "As leis chamadas operárias ou sociais são expressão da aspiração ou desejo de resolver a antítese existente entre o Direito privado e o público, de empreender o lento caminho das reformas para evitar o violento das revoluções". Por esse motivo se diz que a previdência social nasceu "como uma conquista dos operários alemães". Nos outros países, os chamados "benefícios sociais" foram arrancados pelo movimento operário ao longo de décadas de luta. Na Inglaterra, sob a influência da Sociedade Fabiana e, finalmente, do Partido Trabalhista, a conquista da seguridade social foi um dos principais elementos da vida inglesa. Em 1897, o *Workmen's Compensation Act* introduziu o seguro para acidentes de trabalho, ao qual se seguiu, na primeira década do século XX, uma série de leis ampliando a seguridade social às doenças, invalidez, desemprego e velhice.

Na segunda metade do século XIX, a industrialização avançou enormemente na Europa Ocidental. Desenvolveram-se as indústrias de bens de capital, produzindo em larga escala equipamentos, máquinas, navios, produtos químicos, empregando uma grande massa de trabalhadores. Segundo Anton Pannekoek : “A história do trabalho mostra-nos, por outro lado,

¹²²³ Eric J. Hobsbawm. Tendências do movimento trabalhista inglês desde 1850. In: *Trabalhadores*. Estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pp. 319-347.

que há, na luta incessante da classe operária, altos e baixos que correspondem na sua maioria às variações da prosperidade industrial. No começo do desenvolvimento industrial, cada crise trazia a miséria e movimentos de revolta; a revolução de 1848 no continente era a seqüela de uma grande depressão econômica combinada com as más colheitas. A depressão industrial dos anos 1867 originou um renovar da agitação política em Inglaterra, a grande crise dos anos 1880, o desemprego enorme que se lhe seguiu, suscitaram ações de massas, a subida da socialdemocracia no continente e o novo sindicalismo em Inglaterra. Mas nos períodos de prosperidade industrial, como por exemplo entre 1850 e 1870, 1895 e 1914, todo esse espírito de revolta desapareceu”.¹²²⁴

O aumento da riqueza e o acentuado crescimento das organizações operárias permitiram que a classe operária europeia alcançasse melhores condições de vida, com elevação dos salários e do consumo, e obtivesse maiores direitos políticos, como a extensão do direito de voto a praticamente todos os homens. Nos anos seguintes às reformas eleitorais europeias, que ampliaram os colégios de votantes, foram fundados partidos socialistas na França, na Áustria, na Espanha, na Itália, nos EUA, na Inglaterra e na Rússia. Deve-se também fazer notar a criação, em 1876, da Associação de Trabalhadores Judeus, em Londres, por iniciativa de Aaron Liberman (“não somos judeus; somos socialistas que falamos iídiche”, foi uma de suas conhecidas frases).¹²²⁵

Na Espanha, o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) foi fundado em maio de 1879, e a União Geral de Trabalhadores (UGT), em 1888. O operário Pablo Iglesias teve um papel central em ambos os eventos. Durante o chamado “Sexênio Revolucionário” (1869-1875) a Primeira Internacional promovera uma série de debates em Madri, que Pablo Iglesias frequentou, ingressando na seção de tipógrafos da Internacional em 1870. O PSOE foi fundado com a participação de 25 delegados operários; Friedrich Engels chegou a representá-lo na Internacional Socialista. Em 1886 foi publicado o primeiro número da revista *El Socialista*, órgão do PSOE. Pablo Iglesias representou o PSOE no congresso de fundação da Segunda Internacional, em 1889. Em 1890 houve a primeira manifestação do 1º de maio na Espanha, em que se exigia jornada de trabalho de 8 horas e o fim do emprego de menores em atividades laborais. Nesse mesmo ano aconteceu o segundo congresso do PSOE, que decidiu pela participação nas eleições. Em 1905 Pablo Iglesias, Largo Caballero e García Ormaechea foram eleitos representantes junto ao conselho municipal de Madri. Em 1910 o PSOE conseguiu seu primeiro deputado no parlamento espanhol, vaga que foi ocupada por Iglesias; o partido, depois, foi aumentando sua representação parlamentar.

Na Bélgica, o país relativamente mais industrializado da Europa continental, Bakunin e Blanqui ainda acharam eco entre os operários francófonos (valões), mas a socialdemocracia alemã tinha muito mais influência entre os flamencos, de fala germânica. A unificação aconteceu em 1889, dando nascimento ao Partido Socialista Belga, com Emil Vandervelde e Edouard Anseele na sua direção. O partido começou a conquistar bancas no Parlamento a partir de 1894, graças à ampliação do sufrágio obtida depois de uma longa série de greves gerais. Na Dinamarca se constituiu em 1880 um Partido Socialista sobre a base das organizações sindicais e políticas locais, que em 1889 agrupavam 20.000 filiados.

Em 1889, sob a influência do partido dinamarquês, surgiu um partido operário na Suécia. Em Noruega, em 1883, surgiu a federação sindical e, em 1887, o Partido Socialdemocrata. Na

¹²²⁴ Apud Serge Bricianer. *Anton Pannekoek y los Consejos Obreros*. Buenos Aires, Schapire, 1975.

¹²²⁵ A iniciativa não vingou, pois os operários judeus na Inglaterra e na Europa ocidental continental eram muito escassos, não assim na Rússia e na Europa oriental. Liberman (1844-1880) foi considerado, junto com Moses Hess, um dos primeiros “socialistas judeus”. O manifesto da Associação de Trabalhadores Judeus foi publicado inicialmente e inusitadamente, em hebraico (língua “cultura”, mas não falada popularmente) e só depois traduzido para o iídiche, língua considerada dialectal pelos judeus ocidentais. Liberman pertencia a uma geração de intelectuais judeus influenciados pela *aufklärung*, cujo berço intelectual fora a escola rabínica de Viena. Liberman morreu jovem, suicidando-se, aparentemente por uma desilusão sentimental, nos EUA.

Suíça, os sindicatos se uniram em 1873, formando a Federação Suíça de Trabalhadores; em 1888, se fundou o Partido Socialdemocrata Suíço. Finalmente, em 1892 se formou na Polônia o Partido Socialdemocrata da Polônia Russa e de Lituânia, com Leo Jogiches,¹²²⁶ e Adolf Warski como principais dirigentes. Em 1893, Rosa Luxemburgo representou o partido no Congresso de Zurique da Segunda Internacional. E, em 1883, os socialistas marxistas russos Giorgi Plekhánov, Pável Axelrod, Vera Zassulich e Leo Deutsch constituíram, na Suíça, o primeiro grupo russo marxista que rompeu com o populismo, chamado de “Emancipação do Trabalho”. O movimento de organização sindical e política da classe operária se estendeu com velocidade fulminante na Europa oriental, central e do Norte.

Na França, o movimento operário experimentou grandes dificuldades, pois a organização do socialismo em partido sofreu as consequências da violenta repressão da Comuna de Paris. Centenas de dirigentes e quadros socialistas tinham sido mortos, muitos foram presos na “Ilha do Diabo” (em Cayenne, na Guiana francesa), onde não poucos morreram, outros tantos ficaram longos anos no exílio, em países tão longínquos quanto Argentina (onde participaram da organização dos primeiros sindicatos), México, Brasil. A anistia de 1879 permitiu o retorno de muitos socialistas, como Jules Dumas (exilado na Argentina), que virou deputado socialista na Segunda República. Ao redor de Jules Guesde,¹²²⁷ marxista, se formou a Federação de Trabalhadores Socialistas, com um programa semelhante ao “programa de Erfurt” dos socialdemocratas alemães. Os guesdistas tentavam promover uma política que permitisse ao proletariado se pôr na frente de uma aliança com o campesinato e a pequena burguesia urbana, e sublinhavam o papel determinante da luta de classes.

Os guesdistas ficaram sob o fogo cruzado de socialistas moderados e de “sindicalistas”, estes dirigidos por Fernand Pelloutier, pai do “sindicalismo de ação direta” e das Bolsas de Trabalho. Estas correntes rejeitavam as alianças com camadas não proletárias. Em 1881, Paul Brousse se pôs na cabeça dos opositores a Guesde. Brousse propunha lutar por reformas imediatas dentro do capitalismo, levando adiante uma política que *possibilitasse* a conquista dos municípios, através de uma organização não centralizada, com alto grau de autonomia local.

¹²²⁶ Leo Jogiches (1867-1919), chamado de *Tychko*, ou de Leon Tyszka, foi um dos fundadores da socialdemocracia polaca e lituana. Filho de um rico comerciante, nasceu em Vilna, Rússia, onde foi contemporâneo de Felix Dzerzhinsky e Arkadi Kremer, futuros quadros bolcheviques. Em 1890, mudou-se para Suíça, onde encontrou Rosa Luxemburgo, Alexandra Kollontai, Giorgi Plekhánov e Karl Kautsky. Em 1892 fundou o Partido Social-Democrata da Polônia juntamente com Rosa Luxemburgo, publicando o jornal *Sprawa Robotnicza* (A Causa Operária) em Paris, devido à ilegalidade do partido em seu país. Depois da revolução de 1905, Jogiches e Rosa Luxemburgo, já em relação marital, mudaram-se para Varsóvia, onde foram detidos, sendo obrigados a viver na Alemanha. Alinhados com os mencheviques, opunham-se a Lênin, que passou a apoiar a fração da socialdemocracia polonesa dirigida por Karl Radek. Em 1914 criou, dentro do Partido Social Democrata Alemão, junto com Karl Liebknecht, Franz Mehring, Rosa Luxemburgo, Paul Levi, Ernest Meyer, Franz Mehring, Clara Zetkin e outros, o núcleo de esquerda *Spartakusbund* (Liga Spartacus), orientado por um programa conhecido como “Princípios Diretores”, redigido por Rosa Luxemburgo. Devido à manifestação pública contra a Primeira Guerra Mundial do *Spartakusbund*, Rosa Luxemburgo, Liebknecht e outros espartacistas foram detidos até o final da guerra, quando o governo de Max von Baden outorgou uma anistia política. O governo do socialdemocrata Friedrich Ebert, em janeiro de 1919, passou a perseguir, deter e eliminar novamente os espartacistas, nessa altura já membros do KPD (Partido Comunista da Alemanha). Leo Jogiches foi assassinado na prisão em 10 de março de 1919, cerca de um mês após o assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, que ele investigou e denunciou publicamente como obra do conluio entre a socialdemocracia e o Estado Maior do exército alemão.

¹²²⁷ Jules Bazile, dito Jules Guesde, (1845-1922), foi um político socialista francês, considerado, com Paul Lafargue, como representante das ideias de Marx nos inícios do movimento socialista da França. Por intermédio de seu jornal *L'Égalité* (1877-1883), difundiu na França as ideias marxistas. Dirigiu outras revistas, como *Prolétaire* e a *Revue Socialiste*. Deliberada a criação de um partido de trabalhadores (*Parti Ouvrier*), na França, em 1879, no Congresso Socialista ocorrido em Marselha, seus dirigentes, encabeçados por Guesde, resolveram dirigir-se a Marx e Engels, através de Paul Lafargue, com vistas a que ajudassem a elaborar um projeto de programa. Marx e Engels declararam-se dispostos a colaborar. Em maio de 1880, Guesde dirigiu-se a Londres, onde juntamente com Marx, Engels e Lafargue, elaboraram o Programa do *Parti Ouvrier*. O programa compõe-se de uma introdução teórica e de uma parte prática, denominada “Programa Mínimo”. A introdução teórica foi ditada por Marx a Guesde, que a redigiu em língua francesa. Durante a Primeira Guerra Mundial, Guesde assumiu uma posição “social-patriótica”.

Brousse se contrapunha a Guesde, defensor de um esquema político centralizado, semelhante ao do Partido Socialdemocrata Alemão. A divisão entre as duas correntes se concretizou em 1882, no congresso socialista de St. Etienne. Brousse, dirigente dos "possibilistas", conquistou a maioria, e formou o Partido Operário Socialista Revolucionário, mantendo o controle da Federação de Trabalhadores Socialistas. Os guesdistas se retiraram e constituíram o Partido Operário Francês. Em 1884, os guesdistas deram origem à Federação Nacional de Sindicatos, inicialmente muito bem sucedida. Em seu primeiro congresso, em 1886, a Federação colocou um problema que fez polêmica : a questão da greve geral como arma de luta. Os partidos dos outros países oscilaram durante esta etapa entre a férrea unidade socialista, defendida e praticada pelos alemães, e o constante fracionamento dos franceses.

Na Áustria, onde se tinha obtido o direito de associação operária em 1869, a socialdemocracia se constituiu como partido em 1872. A partir desse momento cresceu rapidamente, embora sofrendo divisões. O espinhoso problema das múltiplas nacionalidades do Império Austríaco foi abordado no seu programa, reivindicando a autodeterminação política e cultural dos diversos povos. Desde o início da história da socialdemocracia na Áustria, esta se dividiu em uma ala que buscava pôr o movimento ao lado da burguesia liberal, e outra que pugnava por uma luta independente do proletariado. Em 1888, com Víctor Adler na direção, a socialdemocracia da Áustria se unificou sob o Programa de Hainfeld, que era uma declaração marxista de princípios, e começou uma nova etapa de crescimento. Na Hungria, que fazia parte ainda do Império Austríaco, não surgiu um partido operário até 1890.

O atraso econômico da Itália conspirou contra a existência de um partido operário. Por volta de 1872, os partidários de Bakunin tinham conquistado a direção do movimento operário organizado. Foi necessário esperar que se desenvolvesse o processo de industrialização do Norte de Itália para que se pudesse constituir um partido socialista baseado na classe operária industrial. Lançado o processo de organização operária e socialista na península, este adquiriu, como em outros países, um caráter vertiginoso. Andrea Costa e Carlo Cafiero (que escreveu um muito divulgado resumo de *O Capital*) fundaram a associação "*Il Fascio Operaio*". Em 1872 foi fundada a Federação Italiana da Associação Internacional dos Trabalhadores. Em 1880, Ermino Pescatore fundou em Milão os "*Figli di Lavoro*", até que, em 1882, em Milão, com Constantino Lazzari e Giuseppe Croce, surgiu o Partido Operário Italiano (*Partito Operaio Italiano*).

Em 1883, se celebrou em Varese o primeiro congresso nacional operário. Em 1886, o governo italiano dissolveu os "*Figli di Lavoro*", e o *Partito Operaio Italiano*, pondo na prisão seus dirigentes. Mas em 1891 se celebrou em Milão o segundo congresso do partido, refundado para a ocasião. Em 1892 se fundou em Gênova o "*Partito dei Lavoratori Italiani*", ao qual se somaram boa parte dos membros do *Partito Operaio Italiano*. Foram decisivos, nesse congresso, Filippo Turati, Anna Kulischoff e Enrico Ferri. Em 1895, no Congresso de Parma, se mudou o nome do partido para o de *Partido Socialista Italiano*, PSI, que seria o definitivo. Em 1898, o Partido Socialista e a maior parte das Câmaras de Trabalho foram objeto de outra medida de dissolução governamental. Foram presos numerosos dirigentes do movimento operário, e outros tiveram que fugir para o estrangeiro. Em 1900, superada essa etapa, no Congresso de Roma, a ala socialista reformista, sob a liderança de Filippo Turati, se integrou ao renascido Partido Socialista.

Em 1903, no congresso de Bolonha, as alas de esquerda do partido italiano obtiveram preponderância. Reprovou-se a política de apoio ao governo liberal seguida até esse momento. Em 1906, em Milão, se fundou a Confederação Geral de Trabalhadores (CGL), e estabeleceu-se uma íntima colaboração entre a CGL e o PSI. Em 1910, Filippo Turati sucedeu, no cargo, o falecido presidente do partido, Andrea Costa. Entre 1911 e 1912, a guerra de Itália contra Líbia e Turquia provocou intensas discrepâncias no interior do partido. A maioria do PSI se pronunciou contra a guerra e contra a anexação de Líbia. No mesmo ano, no congresso de Reggio Emilia, o grupo formado ao redor de Bissolati, Bonomi e Cabrini, que apoiavam a

guerra, foi expulso do partido. Bissolati fundou então um partido socialista reformista. Certo Benito Mussolini, pertencente à ala esquerda do PSI, assumiu então a redação de *Avanti*, jornal do partido, no lugar do afastado dirigente reformista Claudio Treves.

A maioria das organizações socialistas de Europa nasceu sob o influxo da teoria marxista, que foi se transformando numa espécie de programa oficial da socialdemocracia. Nos EUA, também, surgiu o *Socialist Labour Party*, liderado por Daniel de Leon.¹²²⁸ O SLP foi o primeiro partido político socialista de caráter nacional no país, e sua atuação inicial tentou inviabilizar o enquadramento do movimento operário no "sindicalismo de negócios", que caracterizou a atuação da *American Federation of Labor* (AFL), fundada em 1886. O SLP atuou dentro da AFL antes que se consolidasse a tendência predominante do sindicalismo norte-americano de luta apenas por conquistas materiais imediatas e de organização de sindicatos por ofício, sem uma articulação com a luta política. O jornal dessa agremiação, *The People*, circulou desde 1891.

Na Inglaterra, os sindicatos formados na expansão econômica do fim da década de 1880 recrutaram trabalhadores de todos os graus e setores, e adotaram numerosas formas de organização. O "novo sindicalismo" foi associado com as grandes "sociedades gerais", os grandes corpos organizados originados pelo movimento operário: estivadores, trabalhadores do gás, Sindicato Trabalhista do Tyneside, e outros. Muitos destes sindicatos se fundiram para formar os sindicatos dos *Trabalhadores Gerais em Transportes* e dos *Trabalhadores Gerais e Municipais*, que incluíram um quarto do total dos membros dos sindicatos ingleses. Sua força era grande, mas, como muitos sindicatos do *new unionism*, eles entraram em colapso durante a depressão da década de 1890; não se recuperaram completamente até depois da expansão renovada de 1911-1914.¹²²⁹

Foi no auge do imperialismo inglês que surgiu, antes do que na Europa continental, o primeiro movimento político socialista reformista, que renunciava e se opunha à via revolucionária para se opor ao capitalismo. A *Fabian Society*, baseada no nome do cônsul reformador da antiga Roma (Quinto Fábio Máximo, chamado "o contemporizador") foi fundada em Londres em 1884, por um grupo de intelectuais entre os que se destacavam o escritor George Bernard Shaw e o casal Sidney e Beatrice Webb. O gradualismo reformista dos "fabianos" se contrapunha explicitamente ao socialismo revolucionário marxista: ele discordava de Marx em relação à natureza e ao papel do Estado, pois acreditava ser possível, numa democracia parlamentar baseada no sufrágio universal, chegar à igualdade social e até à supressão da propriedade privada.

Os Fabianos se engajaram em numerosas lutas pela melhora material e moral da classe operária. Mas fizeram isto chegando a apoiar, declaradamente, a política imperialista da Inglaterra, que era, para eles, benéfica para a economia inglesa no seu conjunto e, portanto, também para as camadas populares. Junto com as *trade-unions* (sindicatos), a *Fabian Society* foi um ponto de apoio para a criação do *Labour Party* (Partido Trabalhista) em 1906. Os

¹²²⁸ Daniel De Leon (1852-1914) foi o primeiro *American socialist leader*. Nascido na ilha de Curaçao de pais hispano-americanos, foi educado na Alemanha e na Holanda antes de ir (1872) para Nova York, onde editou um jornal em espanhol, e estudou direito na Columbia University (1876). Exerceu a advocacia alguns anos, voltando a Columbia (1883-89) para se especializar em diplomacia latino-americana. Interessado nas questões trabalhistas e no socialismo, uniu-se aos *Knights of Labor* (1888), ao movimento de Edward Bellamy (1889) e, finalmente, ao *Socialist Labor Party* (1890). Candidatou-se pelo *Socialist Labor* ao governo de Nova York em 1891, e por muito tempo editou o semanário *The People*. Adotou clara e explicitamente a teoria marxista, o que o distanciou das lideranças *liberals*. Liderou o grupo que formou a *Socialist Trade and Labor Alliance*, mas entrou em choque com dirigentes mais moderados (especialmente Morris Hillquit, que representou o socialismo norte-americano na Segunda Internacional): estes saíram da Aliança em 1899 para formar o *Socialist Party of America* (SPA). A audiência política de De Leon caiu depois disso. Ajudou a fundar o *Industrial Workers of the World* em 1905, mas, partidário da ação política (o IWW era anarco-sindicalista) acabou sendo excluído. Formou então a *Workers' International Industrial Union*, que não progrediu. Escreveu muitos textos socialistas e traduziu pioneiramente Karl Marx para o inglês.

¹²²⁹ Eric J. Hobsbawm. Os sindicatos trabalhistas gerais na Inglaterra, 1889-1914. In: *Trabalhadores*. Estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pp. 184-208.

trabalhadores deixaram de apoiar o Partido Liberal (*whig*), que já entrara em decadência; com a criação do Partido Trabalhista configurou-se o sistema bipartidário que dominou posteriormente a política inglesa, opondo o Partido Conservador (*tory*) ao *Labour Party*. Os Fabianos não foram, porém, os inspiradores e pioneiros do Partido Trabalhista. Em face dos outros grupos socialistas e trabalhistas, na maioria das vezes se opuseram à fundação de um partido independente da classe trabalhadora, e até onde não se opuseram, o Partido Trabalhista Independente (ILP, antecedente do *Labour Party*) e o Partido Trabalhista teriam, segundo Hobsbawm, existido sem a assistência deles. A sua contribuição para a formação do ILP foi menor do que a do pequeno grupo de Friedrich Engels (o mesmo valendo para o Partido Trabalhista), e menor também do que a da Federação Marxista Social Democrática de Hyndman.

Antes de 1914, quando Sidney Webb, principal dirigente fabiano, assumiu o cargo de administrador do Partido Trabalhista, os Fabianos tomaram parte na nova organização só porque, tendo sido destruídos todos os seus outros projetos políticos, eles não tinham outra escolha. Não há nenhuma evidência de que as críticas específicas dos Fabianos ao marxismo fossem eficazes. A sua alternativa à economia política marxista, incluindo o marginalismo neoclássico recentemente originado, apresentada por Shaw nos *Ensaio Fabianos*, não deixou qualquer marca sobre o resto dos socialistas reformistas ingleses. Eles podem sim ter lançado os fundamentos do depois chamado “Estado do bem-estar”, porque os Fabianos exerceram sua influência mais direta como redatores de material de propaganda para o movimento trabalhista, e de várias propostas concretas de reforma social.¹²³⁰

Pela sua composição majoritária de membros da chamada “nova classe média” (jornalistas, professores, funcionários, profissionais liberais), os Fabianos parecem ter expressado mais cabalmente as aspirações desta nova classe (que já existia, no entanto, em países como a Alemanha ou a França), do que propriamente os desejos da aristocracia trabalhista da classe operária. Essa especificidade “nacional” (inglesa) dos Fabianos nada lhes tira da sua importância como formuladores do *Welfare State* que, em anos vindouros, materializaria uma política orgânica de colaboração de classes não só na Grã-Bretanha, mas também na maioria dos países europeus; os benefícios extraordinários obtidos pela burguesia da exploração colonial repercutiram no movimento operário metropolitano, tanto na Inglaterra como nos outros países para onde a Revolução Industrial tinha se expandido.

O surgimento de uma aristocracia operária, que conquistou uma posição dirigente nas organizações operárias, e a mudança da orientação política destas, imprimiu um caráter reformista a um movimento que tinha nascido sob o signo revolucionário. A mudança foi gradual e crescentemente consciente. A crise do liberalismo, junto ao crescimento do poder econômico e social da classe operária, fez com que a nova perspectiva reformista fosse impulsionada a partir das organizações políticas próprias da classe operária, e não mais como apêndice de um liberalismo declinante, que ainda venceu as eleições britânicas de 1906, nas quais o Partido Trabalhista, em sua primeira contenda eleitoral, obteve nada menos que 29 deputados.

Finalmente, de especial importância foi a criação do Partido Operário Socialdemocrata (POSDR) na Rússia, país agitado por fortes convulsões sociais e políticas na segunda metade do século XIX, que tinham atraído a especial atenção de Marx nos seus últimos anos de vida. A atividade terrorista foi especialmente importante na Rússia czarista, caracterizada por uma forte opressão social, e onde o regime autocrático interditava toda ação ou expressão política. As reformas executadas pelo czar Alexandre II (entre 1861 e 1865), a abolição da servidão da gleba, a criação das câmaras municipais (*zemstvos*), a atenuação da censura na imprensa e nas universidades, foram provocadas pela crescente agitação interna e o fracasso da política

¹²³⁰ Eric J. Hobsbawm. Os Fabianos reconsiderados. In: *Trabalhadores*. Estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 198, pp. 254 – 275.

externa do czarismo. A era das reformas na Rússia, devido sua timidez, gerou um descontentamento ainda mais amplo. Desgostou a nobreza porque tornou os camponeses "insolentes", e a estes, porque tiveram que se endividar para obter sua autonomia produtiva; à *intelligentsia* porque as reformas haviam sido insuficientemente profundas, não mudando a essência autocrática do regime czarista.

Foi das camadas esclarecidas da população, que partiu a primeira tentativa de derrubar o regime por um movimento não palaciano, com os populistas (*narodniks*).¹²³¹ O fracasso dessa tentativa, e a repressão que se seguiu, levou-os a se embrenharem no caminho do terrorismo político. Acreditavam que, abatendo as figuras exponenciais do regime czarista, provocariam a rebelião popular. As ondas de atentados anarquistas na Europa Ocidental e América do Norte se produziram depois de alguma atrocidade cometida pelo governo, como fuzilamentos de grevistas ou execuções de opositores políticos. A fonte mais importante do terrorismo, que vingou nos mais diversos países em finais do século XIX, era o sentimento de vingança. O anarco-individualismo (diverso e contraposto ao anarco-sindicalismo), onde grassou a prática do terrorismo individual, se transformou no principal adversário do socialismo (marxista revolucionário ou reformista) nos mais diversos países.

Na década de 1880 foi surgindo a necessidade de agrupar todos os partidos operários e socialistas em uma nova organização de caráter internacional, que pudesse unificar e direcionar as diversas lutas nacionais no sentido de derrubar a dominação e a exploração capitalista em escala mundial. É nesse contexto que a luta dos trabalhadores se materializou numa grande manifestação em Chicago (EUA), em 1º de maio de 1886. A polícia norte-americana, instrumento do patronato, reprimiu brutalmente a manifestação; os trabalhadores se defenderam e atacaram os policiais, mas a força repressiva foi muito maior. O número de mortos nunca pôde ser apurado, muitos foram enterrados clandestinamente e inúmeras prisões foram efetuadas.

Líderes operários (e anarquistas), Albert Parsons, Georg Engel, Adolph Fischer, Louis Lingg e August Spies, os *Haymarket Martyrs*, foram condenados à morte e executados, outros foram condenados à prisão perpétua ou a penas de longos períodos. A repressão em Chicago foi o ponto alto de um processo de ataques aos trabalhadores nos grandes centros industriais mundiais da época. Se, por um lado, inexistiam leis de proteção ao trabalho, por outro, o capital contava com leis para impedir a organização dos trabalhadores. Em muitos países, sindicatos e partidos eram proibidos ou fortemente controlados, e quem tentasse organizar os trabalhadores era considerado criminoso. Na Alemanha, o partido socialista, sindicatos e a imprensa operária foram proibidos. Nos EUA, os sindicatos sofreram um duro golpe, que só foi superado no começo do século seguinte.

O progresso mais espetacular da socialdemocracia europeia foi o registrado na Alemanha, onde o partido socialista (SPD) se sobrepôs à severa repressão do governo de Bismarck. Em 1871, nas primeiras eleições "alemãs", já houve 102.000 votos socialdemocratas, obtendo 12 cadeiras no parlamento federal, incluída a de seu dirigente August Bebel, em que pese o fato do partido aparecer como adversário da unidade nacional alemã recentemente conquistada, e também de que a maioria de seus eleitores potenciais ainda se achava sob bandeira de guerra,

¹²³¹ Cabe notar que parte da intelectualidade russa judia ocidentalizada e vinculada com a socialdemocracia alemã, nas décadas de 1870 e 1880, engajou-se e teve um papel dirigente no movimento *narodniki* da Rússia. Danielson foi o principal correspondente de Marx na Rússia. O primeiro grupo de socialistas populistas judeu surgiu em Vilna na antiga escola rabínica que em 1873 transformou-se no instituto de professores. Desse grupo saiu uma fileira de importantes ativistas para o *Narodnaia Volya*, como Aron Zundevitch, Vladimir Jochelson, Leib Davidovitch contando entre seus líderes o *maskil* Aron Liberman, que acabou emigrando para a Inglaterra. De início, esses revolucionários judeus entregaram-se a uma atividade voltada à população oprimida russa sem qualquer referência à condição específica das massas judias. O mais importante, politicamente, foi Marc Nathanson, um dos fundadores do movimento populista *Zemlia i Volia* (Terra e Liberdade). Na geração posterior, a intelectualidade judia de esquerda da Rússia incorporou-se em grande parte ao POSDR, tendo um papel de destaque e dirigente nas diversas frações do partido (bolcheviques, mencheviques, etc.).

na França invadida pela Prússia. Os votos socialdemocratas pularam, em 1874, três anos depois da criação do Império Alemão, para 372.000; em 1877, para 493.000. O “reconhecimento” desses progressos pelo governo Bismarck foi a “lei contra os socialistas”, dissolvendo as organizações centrais e locais do SPD, assim como proibindo a circulação dos jornais do partido. Os socialdemocratas alemães foram postos na ilegalidade por decreto imperial quando Bismarck dissolveu o parlamento. O partido foi momentaneamente destruído. Em 1881, concorrendo às eleições de modo mutilado, seu número de votos desceu até 312.000. Mas o SPD se recuperou e, ainda sob o peso da “Lei de Exceção” contra ele, sem imprensa, sem organização legal, sem direito de associação e de reunião, recomeçou a difundir-se com rapidez, obtendo novas vitórias eleitorais: em 1884, 550.000 votos; em 1887, 763.000; em 1890, 1.427.000. A socialdemocracia se transformou no maior partido político da Alemanha, e em exemplo mundial para o movimento operário. Suportando a dupla ofensiva da repressão e da legislação social promovida pelo governo (entre outras coisas, o primeiro sistema europeu estatal de previdência social) para silenciar a classe operária militante, o SPD sobreviveu e cresceu através de suas organizações sociais - esportivas, de lazer, culturais de todo tipo -, de um jornal impresso no exterior e de congressos realizados fora da Alemanha. E emergiu da ilegalidade, quando da revogação das leis repressivas, mais forte do que nunca, chegando a 18% do total de votantes.

O desenvolvimento econômico europeu criara condições favoráveis para a formação de uma camada de operários melhor remunerada e com maiores direitos sociais. Esta, ao lado da pequena-burguesia urbana, foi a base social em que se assentou o reformismo socialdemocrata. O desenvolvimento do capitalismo europeu só foi possível graças à superexploração das colônias e dos países periféricos. A guerra colonial era uma maneira de manter os privilégios das grandes burguesias nacionais e a condição para que se mantivesse o nível de vida de parcelas privilegiadas do proletariado europeu. A ascensão social de camadas do operariado, seu desenvolvimento político e sindical, geraram também novos agrupamentos políticos da burguesia.

O mundo hierarquizado que começava a desmoronar a partir do último quartel do século XIX, recuava com acumulação de ressentimentos por parte dos inconformados com a "subversão dos valores" trazida pelas reformas eleitorais, pelas leis trabalhistas, pela extensão da educação primária gratuita e, principalmente, pela perspectiva de revolução social, levantada pelos que haviam alcançado tais conquistas.¹²³² Enquanto na Itália o Vaticano centralizava a reação conservadora, na França, após a anistia dos *communards* (1879-1880), a legalização das associações operárias (1881) e a instituição do ensino primário estatal (1882), a reação monárquico-clerical organizava-se nas Ligas Patrióticas e na *Action Française*, criada em 1890; enquanto na Grã-Bretanha, com a ampliação do direito de voto em 1883, a burguesia inglesa iniciava uma migração em direção do Partido Conservador, que se acelerou após a fundação do *Independent Labour Party*, em 1893; no restante da Europa, movimentos reacionários de formas variadas foram tomando corpo, sempre com características defensivas de velhas prerrogativas ameaçadas.

Essa situação modificou o movimento operário, dividindo-o em diversas tendências conflitantes. A derrota da Comuna de Paris, afogada em sangue, agiu como um fator de moderação em alguns setores; em outros, ao contrário, produziu uma tendência para a radicalização política. Ao lado dos grupos marxistas que insistiam na via revolucionária para o socialismo, surgiu outra tendência, que postulava que se poderia caminhar para o socialismo pela via parlamentar, utilizando-se das instituições democráticas para derrotar o capitalismo. Essa corrente moderada, que se posicionou também contra as greves gerais e as revoluções violentas, ganhou apoio entre os trabalhadores melhor posicionados no mercado de trabalho e na “nova classe média”.

¹²³²

Cf. Peter Laslett. *O Mundo que Nós Perdemos*. Lisboa, Cosmos, 1975.

Nada disso impediu que o contato entre os movimentos operários dos diversos países europeus amadurecesse a ideia da criação de uma nova Associação Internacional de Trabalhadores. As questões levantadas pelas conquistas políticas e econômicas do proletariado, e as de como se posicionar frente ao imperialismo europeu, marcaram seu debate político. A expansão da organização operária não fora homogênea, acontecendo de forma diferente em cada região, dependendo da tradição sindical e partidária de cada país: na Inglaterra, os sindicatos dos trabalhadores fabris (*Trade Unions*) foram o veículo pelo qual o socialismo se organizou politicamente; na Alemanha, o partido socialdemocrata dirigia as organizações sindicais; na França, o socialismo e sindicalismo se desenvolveram paralelamente. A partir de 1876 ressurgiu e se fortaleceu a ideia de ligações internacionais entre as organizações nacionais. Em 1888, apesar da resistência da socialdemocracia alemã, planejou-se a organização de um Congresso Internacional para o ano seguinte em Paris, comemorando o centenário da queda da Bastilha. Houve finalmente dois congressos distintos, um predominantemente “marxista” e outro sindicalista. O Congresso marxista foi organizado por Engels e pela socialdemocracia alemã, juntamente como o partido operário francês.

Engels foi o principal incentivador do conclave. Durante todo o primeiro semestre daquele ano ele se concentrou na tarefa de garantir uma maioria “marxista” no congresso internacional: “Este maldito congresso e tudo que a ele se relaciona já vem a três meses tomando todo o meu tempo: escrevinhadoras, correrias, um rebuliço dos diabos”. Em 14 de julho de 1889 (centésimo aniversário da Revolução Francesa) reuniu-se o Congresso Operário e Socialista Internacional. Este contou com a participação de 300 delegados, representando cerca de 20 países, era o congresso internacional mais representativo já realizado pelo movimento socialista até então. Estavam presentes, entre outros, August Bebel,¹²³³ Eduard Bernstein, Jules Guesde, Clara Zetkin, Charles Longuet (genro de Marx), Paul Lafargue, Giorgui Plekhánov, Pablo Iglesias,¹²³⁴ entre outros. Engels, o principal expoente do movimento, não pode comparecer. Após ter garantido a participação de uma folgada maioria de delegados afinados

¹²³³ August Ferdinand Bebel (1840 -1913) foi um dos principais dirigentes socialistas alemães, um dos fundadores do Partido Socialdemocrata da Alemanha (SPD). Foi o fundador do *Sächsische Volkspartei* (Partido Popular da Saxônia) em 1867 junto com Wilhelm Liebknecht, e do SDAP (*Sozialdemokratische Arbeiterpartei*, Partido dos Trabalhadores Social Democratas da Alemanha) em 1869, que se fundiu com o ADAV (*Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein*, Associação Geral dos Trabalhadores Alemães) em 1875 para formar o SAPD (*Sozialistische Arbeiterpartei Deutschlands*, Partido dos Trabalhadores Socialistas da Alemanha), que renomeou-se Partido Social Democrata da Alemanha em 1890. Em 1871 foi eleito deputado no *Reichstag*, mandato que renovou por diversas vezes. Depois de viver em Berlim-Schöneberg (onde há uma placa em sua homenagem localizada na Hauptstraße 97) por muitos anos, morreu no dia 18 de março de 1913 durante uma internação em um sanatório na Suíça; foi enterrado em Zurique.

¹²³⁴ Pablo Iglesias Posse (1850-1925) liderou o movimento socialista espanhol. Foi co-fundador do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), em 1879, e da União Geral de Trabalhadores (UGT) em 1888. Iglesias nasceu em uma família humilde, frequentou a escola entre os seis e os nove anos, quando seu pai, funcionário público, morreu. Pablo, seu irmão mais novo Manuel (que morreria logo de tuberculose) e sua mãe emigraram para Madri. A mãe vivia como pedinte, e ambos os garotos foram recolhidos ao Hospício de São Fernando. Pablo completou os estudos primários ali, e aprendeu o ofício da tipografia. Aos doze anos, o futuro líder sindical deixou o hospício e foi trabalhar como impressor para ajudar sua mãe; à noite tomava aulas de francês. Iglesias começou a sofrer perseguições e demissões por parte de diversas oficinas de impressão até 1874, quando chegou à presidência da *Asociación General del Arte de Imprimir*. Daí em diante começou a preparar clandestinamente um novo partido político de orientação operário-sindicalista, que culminou em 1879 com a fundação do PSOE. Em 1885, após abandonar a presidência da *Asociación*, conseguiu chegar ao posto máximo na *Federación Tipográfica Española*. Em 1886 publicou o primeiro número da revista *El Socialista*, fundada por ele mesmo. Dois anos depois fundou a União Geral dos Trabalhadores, chegando a sua presidência em 1889. Em 1890 encabeçou a primeira manifestação do 1º de maio na Espanha. Foi eleito representante do PSOE junto ao conselho municipal de Madri, depois foi seu primeiro deputado no parlamento espanhol. No entanto, em 1919 ele foi forçado a cessar parcialmente suas atividades políticas por causa de uma pneumonia, e uma saúde cada vez mais abalada. Em 1921 o Partido Comunista da Espanha surgiu como uma dissidência do PSOE. Pablo Iglesias faleceu em 9 de dezembro de 1925, em Madri. Havia sido eleito deputado pela última vez em 1923. Seu cadáver foi exposto na capela da Casa do Povo de Madri; mais de 150 mil pessoas compareceram ao seu funeral.

com as teses marxistas no Congresso, dedicou-se a outra tarefa: preparar para publicação dos volumes restantes de *O Capital*.

O primeiro ano da nova Internacional testemunhou a abolição da lei antissocialista na Alemanha e o surpreendente êxito eleitoral da socialdemocracia alemã, que depois de doze anos de perseguição conseguiu quase um milhão e meio de votos nas eleições do Reich. Engels ainda pôde ver as eleições de 1893, nas quais a socialdemocracia conquistou centenas de milhares de votos suplementares. A socialdemocracia parecia crescer devido à progressão automática de uma lei natural. O governo imperial já não se atrevia, exceto por pequenas extorsões, a proibir o partido dos trabalhadores. Engels afirmou que um governo que permitia, dentro do âmbito da lei, a atividade de um movimento inimigo que trabalha para derrubá-la, estava condenado a desaparecer. A socialdemocracia internacional, já apelidada de *Segunda Internacional*, se consolidava, mas só em 1900 se dotou de órgãos dirigentes. Em alguns países, na Alemanha em primeiro lugar, já era considerada, com seus parlamentares, sindicatos, e toda uma rede de associações culturais, teatros, clubes esportivos, associações juvenis e infantis, uma “sociedade dentro da sociedade”, uma sociedade paralela que prefigurava a sociedade socialista do futuro. O principal teórico da socialdemocracia alemã era o marxista tcheco Karl Kautsky, considerado executor testamentário da obra de Marx e Engels.¹²³⁵

No mesmo ano de 1889 em que foi fundada a nova Internacional, pela primeira vez o proletariado europeu comemorou o *1º de Maio*, data do massacre dos trabalhadores de Chicago, como Dia Internacional dos Trabalhadores. Entre as resoluções práticas do Congresso fundador da Internacional Socialista, estavam os apoios à iniciativa da *American Federation of Labour* (Federação Americana do Trabalho), a AFL, que pretendia realizar uma grande manifestação no 1º de maio de 1890, para lembrar a morte dos operários de Chicago. A Internacional Socialista aprovou a ideia e instituiu a data como *Dia Internacional dos Trabalhadores*, adotando como programa fundamental a luta pelas oito horas. Essa deveria ser uma grande manifestação internacional, com data fixa, de maneira que, em todos os países, e em todas as cidades, ao mesmo tempo, os trabalhadores se mobilizariam. No final, foi decidido que os trabalhadores das diversas nações teriam que “realizar esta manifestação nas condições que lhes são impostas pela situação especial de cada país”. Nascia uma tradição secular.

Engels, impressionado com a gigantesca manifestação realizada pelos operários ingleses nesse 1º de maio, escreveu : “Até onde meus olhos viam um mar de cabeças, 250 mil ou 300 mil pessoas, das quais três quartos eram operários. Foi a assembleia mais gigantesca de todas as

¹²³⁵ Nascido em Praga, Karl Kautsky (1854-1938) foi uma das mais importantes figuras da história do marxismo, tendo editado o “quarto volume” do *Das Kapital*, de Karl Marx, as *Teorias de Mais-Valia*, que continha a avaliação crítica de Marx às teorias econômicas dos seus predecessores. Kautsky estudou história e filosofia na Universidade de Viena em 1874, e se tornou membro do Partido Social Democrático da Áustria (SPÖ) em 1875. Em 1882, Kautsky fundou a revista *Die Neue Zeit* (“Tempo Novo”), da qual foi editor até 1917. De 1885 a 1890, ele viveu em Londres, onde ele se tornou amigo de Friedrich Engels. Em 1891 ele co-autorou o Programa de Erfurt do Partido Social Democrata da Alemanha (SPD) com August Bebel e Eduard Bernstein. Após a morte de Friedrich Engels em 1895, Kautsky se tornou um dos mais importantes e influentes teóricos do socialismo. Mais tarde, no entanto, adotou uma posição de centro no interior da socialdemocracia alemã, quando Rosa Luxemburgo e a esquerda do partido se separaram em 1916 devido ao apoio do partido à participação da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. No entanto, diferentemente da direita do seu partido, não sustentou esta posição patriótica até o fim da guerra. Em 1917 Kautsky mudou de opinião, deixando o SPD brevemente até 1922, quando se filiou ao Partido Social Democrata Independente da Alemanha (USPD). Pelo seu apoio à entrada na Alemanha na Primeira Guerra Mundial, e pelas suas posições crescentemente reformistas e anti-revolucionárias, Kautsky acabou qualificado de “renegado” por Lênin. Após a guerra, Kautsky escreveu várias críticas ao bolchevismo, *Comunismo e Terrorismo* (que foi respondida por Trotsky) e uma monografia em 1934, *Bolchevismo: Democracia e Ditadura*. No entanto, tendeu a perder cada vez mais importância política concreta, e no primeiro pós-guerra concluiu como uma relíquia de um tempo morto mais do que como um líder político ativo.

que alguma vez se realizaram aqui. O que eu não daria para que Marx tivesse vivido este despertar”.

Na Federação Social Democrática, que agrupava a ala marxista do trabalhismo inglês, militavam Edward Aveling (outro genro de Marx), H. M. Hyndman, Ernest Belfort Bax, Eleanor Marx (filha de Karl Marx), John Burns, Tom Mann (fundador do *new unionism*), Henry Hyde Champion, Margaret McMillan, Charlotte Despard, William Morris, John Bruce Glasier, Henry Quelch. A irrupção do *Labour Party* mudou definitivamente a política do país que detinha ainda um império em que habitava um quarto da humanidade (400 milhões de pessoas). O gabinete liberal, com Herbert Asquit e Lloyd George, iniciou, sob pressão trabalhista, uma política de reforma social (especialmente de aposentadorias e sistema público de saúde), reduziu o poder da Câmara Alta (antirreformista) e inaugurou a primazia da Câmara dos Comuns, pelo *Parliament Act* de 1911. Isto não impediu a decadência do liberalismo, mas mudou a estrutura de poder interna do principal Estado imperialista.

Na década de 1890 a Internacional decidiu ainda a exclusão dos anarquistas, dadas as divergências ideológicas em relação à ação política, pois para eles a Internacional não deveria participar de eleições, nem participar em qualquer cargo dos aparelhos estatais. No Congresso de Zurique, em 1893, foi aprovada uma resolução que praticamente excluiu da Internacional as organizações que não fossem partidárias da ação política visando à conquista do poder político pelo proletariado. No congresso de Londres de 1896, por proposta de Liebknecht, os anarquistas foram definitivamente expulsos das fileiras da Internacional (na qual muitos deles nunca tinham ingressado). O contencioso entre marxismo e anarquismo foi um dos elementos que reacenderam o debate sobre a autonomia da classe operária. Engels morrera em 1895, com 75 anos de idade. No final da sua vida, em polémica com os anarquistas italianos, em seu texto *Da Autoridade*, Engels dissociou a questão da propriedade coletiva dos meios de produção (axioma básico de um modo de produção socialista ou comunista) da direção do processo de trabalho. Os operários deveriam ser os legítimos donos das fábricas, mas não necessariamente comandá-las diretamente em cada local, em assembleias democráticas e morosas. Argumentou que as condições da moderna indústria exigiam autoridade e disciplina. Mas de onde esta emanaria? Foi entre 1880 e 1914 que as primeiras respostas foram testadas. Excluídos da Internacional Socialista, os anarquistas continuaram ativos e fortemente organizados, em especial na Itália e na Europa do Sul e, através da grande imigração proveniente dessas regiões, na América do Sul. A Federação Espanhola dos Trabalhadores fundada em 1881 foi o primeiro grande movimento anarco-sindicalista; as federações sindicais eram de especial importância na Espanha (a CNT-FAI, posterior, foi a expressão maior da influência anarquista no movimento operário peninsular). Nas Américas, a forte imigração europeia estendeu mundialmente a influência anarquista no operariado. Na Argentina, onde chegaram a ser publicados dois jornais anarquistas diários (*La Batalla* e *La Protesta*) a FORA (Federação Operária da Região Argentina) foi a principal organização sindical na virada entre os dois séculos, organizando numerosas greves em Buenos Aires e outras cidades, reprimidas com violência: o governo promulgou (1904) uma “Lei de Residência” que lhe permitia expulsar do país qualquer “estrangeiro indesejável”, lei que foi utilizada basicamente para deportar ativistas operários anarquistas. Na mesma época, dirigentes anarquistas europeus (como os italianos Pietro Gori e Errico Malatesta, ou o catalão Pellicier Paraire) visitaram ou se refugiaram na Argentina, fugindo da repressão em seus próprios países de origem.¹²³⁶

Em 1907, o Congresso Internacional Anarquista de Amsterdã reuniu delegados de quatorze países diferentes, entre os quais importantes figuras do movimento anarquista, como Errico Malatesta, Pierre Monatte, Luigi Fabbri, Benoît Broutchoux, Emma Goldman, Rudolf Rocker, e Christian Cornelissen. Vários temas foram tratados durante o Congresso, em particular as publicações de educação popular, a greve geral ou o antimilitarismo. Um debate central foi

¹²³⁶

Cf. Iacov Oved. *El Anarquismo y el Movimiento Obrero Argentino*. México, Siglo XXI, 1980.

sobre a relação entre o anarquismo e o sindicalismo. Malatesta e Monatte discordaram sobre o assunto, já que o segundo pensava que o sindicalismo era revolucionário e criaria condições para uma revolução social, enquanto Malatesta considerava o movimento sindical reformista e até mesmo conservador, criticando como burgueses e antioperários os dirigentes sindicais. Malatesta alertou que o objetivo dos sindicalistas eram perpetuar o sindicalismo, enquanto os anarquistas deviam sempre ter a anarquia como o seu fim e, conseqüentemente, abster-se de se comprometer com qualquer método particular de alcançá-la.

Alguns anarquistas defenderam atos violentos de retaliação contra os responsáveis pela repressão antioperária, ou contra expoentes dos regimes políticos monárquicos ou burgueses. Johann Most declarou que "nós proclamamos não apenas ação em e para si mesma, mas também ação como propaganda". Por volta dos anos 1880, a frase "propaganda pelo ato" tinha começado e ser utilizada tanto dentro quanto fora do movimento anarquista para se referir a bombardeios individuais, regicídios e tiranicídios. Entretanto, em 1887, figuras importantes no movimento anarquista distanciaram-se de tais atos individuais. Piotr Kropotkin escreveu em *Le Révolté* que "uma estrutura baseada em séculos de história não pode ser destruída com alguns quilos de dinamite". A repressão do Estado (incluindo as *lois scélérates* francesas de 1894) contra o operariado também contribuiu, forçosamente, para o abandono da prática. Uma corrente importante de anarquistas advogou o abandono desse tipo de táticas em favor de uma ação coletiva revolucionária, através do movimento sindical.

O anarco-sindicalista francês Fernand Pelloutier defendeu em 1895 o envolvimento dos anarquistas no movimento operário através do "sindicalismo de ação direta".¹²³⁷ Pelloutier criticou a estratégia terrorista de Ravachol e seus partidários, e se dedicou a desenvolvimento de "Bolsas de Trabalho" a partir dos sindicatos. Sob sua inspiração, as Bolsas passaram de 33 em 1894 para 81 em 1901; elas começaram a ser mais bem sucedidas que os "sindicatos de ofício" então existentes, pois atendiam também aos operários pouco ou não qualificados, dotando-se de escritórios de colocação em empregos, caixas de solidariedade, fundos para desempregados, para doentes, e até para financiamento de enterros.

Pelloutier chamou "sua" criação de "sindicalismo integral", organizando também bibliotecas e cursos de formação; retomou, reformulando-as, as ideias de Proudhon e Bakunin, pelo que foi considerado como um atualizador do anarquismo e um inspirador do anarco-sindicalismo, mas morreu prematuramente na miséria em 1901, não sem deixar montado uma estrutura que teve enorme importância na organização da classe operária francesa nas décadas sucessivas.



Fernand Pelloutier

¹²³⁷

Jacques Julliard. *Fernand Pelloutier et les Origines du Syndicalisme d'Action Directe*. Paris, Seuil, 1971.

No extremo oposto do arco político, a partir de 1896 ganhou corpo na Alemanha a corrente socialista liderada por Eduard Bernstein,¹²³⁸ que propunha uma *revisão* dos pontos básicos do marxismo. Ele afirmou que o avanço do capitalismo não estava levando a um aprofundamento das diferenças entre as classes; que o sistema capitalista não iria entrar nas crises sucessivas que o destruiriam e abririam caminho ao socialismo; e que a democracia política permitiria que os partidos operários conseguissem todas as reformas necessárias para assegurar o bem-estar dos trabalhadores, sem necessidade de uma ditadura do proletariado. A conquista de uma legislação social avançada para a época, e de um nível considerável de liberdades políticas, fizeram progredir no SPD os chamados “revisionistas”, que argumentavam que os operários haviam-se tornado cidadãos plenos. Através do voto eles conquistariam a maioria do parlamento, e através de uma nova legislação reformariam e superariam, lenta, gradual e pacificamente, o capitalismo. As opiniões de Bernstein, apresentadas com detalhamento e sofisticação teórica em *Socialismo Teórico e Socialismo Prático*,¹²³⁹ não iam, porém, muito além da constatação da melhora da situação econômica da classe operária metropolitana e do caráter mais complexo da dominação política burguesa através de métodos democráticos. Essas ideias eram fortes no interior do partido, sobretudo entre as lideranças sindicais.



Eduard Bernstein

Vejamos algumas opiniões de Bernstein sobre temas-chave da época. Sobre liberalismo e socialismo: “Em relação ao liberalismo, como grande movimento histórico, o socialismo é seu legítimo herdeiro, não só por lhe suceder no tempo, mas também pelas qualidades de seu espírito, como o demonstra toda questão de princípios acerca da qual tenha que adotar uma

¹²³⁸ Eduard Bernstein (1850-1932), político e teórico socialista, foi o primeiro grande revisionista da teoria marxista e um dos principais teóricos da socialdemocracia alemã. Bernstein colocou em causa algumas teses marxistas: a doutrina do materialismo histórico, ao considerar que haveria outros fatores para além dos económicos que determinariam os fenómenos sociais; atacou a dialéctica por não conseguir explicar todas as mudanças em organismos complexos, como as sociedades humanas; a teoria do valor, ao considerar que aquele vem da utilidade das mercadorias, teoria defendida paralelamente pelos economistas académicos neoclássicos. Colocou também em causa as “leis” da inevitabilidade da concentração capitalista e do empobrecimento crescente do proletariado. Portanto, atacou a ideia da inevitabilidade histórica do socialismo por motivos económicos: o socialismo chegaria mais tarde ou mais cedo, sim, mas por motivos morais, por ser o sistema político mais justo e solidário. E atacou a ideia da existência de apenas duas classes sociais, uma opressora e uma oprimida, reivindicando a existência de várias classes intermediárias interligadas e de um interesse nacional superior a todas elas. Em alternativa às teses marxistas que criticava, Bernstein defendia a melhora gradual e constante das condições de vida dos trabalhadores (dar-lhes os meios para ascender até a classe média), tinha dúvidas quanto à necessidade de nacionalizações de empresas e recusava a violência revolucionária.

¹²³⁹ Eduard Bernstein. *Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

atitude a socialdemocracia". Sobre o evolucionismo histórico: "O feudalismo, com suas organizações e corporações inflexíveis, teve que ser destruído quase em toda parte mediante a violência. As organizações liberais da sociedade moderna se diferenciam daquelas do feudalismo precisamente por serem flexíveis e, portanto, capazes de mudança e desenvolvimento. Não precisam ser destruídas, mas somente serem desenvolvidas".

Acerca do nacionalismo alemão: "Da mesma maneira que não é desejável que nenhuma outra das grandes nações civilizadas perca sua independência, também não pode ser indiferente para a socialdemocracia alemã que Alemanha, que tomou e toma parte honrosa na obra de civilização do mundo, não seja aceita como igual no concílio das nações". E, finalmente, sobre o colonialismo: "Tem justificativa, quando foram adquiridas colônias, que se examine cuidadosamente seu valor e seu porvir, e que se controle a situação e o trato dado aos indígenas, como também outras questões de sua administração; mas isso não é razão para pensar, *a priori*, que essa aquisição seja censurável". Da constatação da melhora da situação da classe operária metropolitana passava-se para a apologia de sua base de sustentação, a expansão imperialista.

Bernstein não colocava apenas problemas novos, mas traduzia também o espírito de relativa satisfação com o desenvolvimento do capitalismo e do colonialismo europeu, sem nenhuma análise de suas contradições, e de maneira simplista, embora pusesse o dedo na ferida dos novos métodos de organização e dominação do capitalismo, sobretudo nas metrópoles. A resposta "ortodoxa" de Kautsky a Bernstein explorou suas fraquezas. Rosa Luxemburgo, em *Reforma ou Revolução Social?*, explorou também certa pobreza intelectual, o espírito pequeno burguês e burocrático, e deu expressão a uma verdadeira indignação moral diante da autossuficiência intelectual bernsteiniana. Lembremos, por outro lado, que Bernstein, em artigo dedicado ao julgamento do escritor irlandês Oscar Wilde na Inglaterra vitoriana, foi o primeiro socialista a levantar a questão da repressão ao homossexualismo como reacionária (e a não se referir aos "uranianos", como na época eram chamados, como simples doentes).¹²⁴⁰

Em 1899, o SPD foi palco da acirrada controvérsia política e teórica suscitada pelo revisionismo. Bernstein apregoava que o desenvolvimento do capitalismo levava a democratização da sociedade capitalista, através do aumento do número de proprietários, graças à introdução das sociedades por ações. Os revisionistas apresentaram uma nova tática, que privilegiava a luta parlamentar e sindical. A luta por melhores condições de trabalho e salários seria o instrumento privilegiado para conduzir a sociedade capitalista, através das reformas econômicas, para o socialismo. Na verdade estas reformas já seriam a realização molecular da nova sociedade socialista: "O movimento é tudo e o fim nada significa".

As teses revisionistas foram criticadas e condenadas nos congressos da socialdemocracia alemã de Hannover (1899), de Lübeck (1901) e de Dresden (1903). O principal crítico foi August Bebel, o principal expoente do socialismo alemão: "O congresso - afirmou a resolução proposta por Bebel - condena de maneira mais decidida o intento revisionista de alterar a nossa tática, posta a prova várias vezes e vitoriosa, baseada na luta de classes. Se adotarmos a política revisionista nos constituiríamos em um partido que se conformaria apenas com a reforma da sociedade burguesa. Condenamos qualquer tentativa de converter o nosso partido em um satélite dos partidos burgueses".

Paralelamente, na Europa continental, onde a influência marxista era decisiva na Internacional, procurou-se fazer de Marx e, sobretudo, de Engels, um antecedente de conclusões "fabianas". Foi por conta da enorme influência exercida, pessoalmente e através dos seus textos, por Engels, na camada dirigente dos partidos operários que conformavam a Segunda Internacional, que diversos autores responsabilizaram-no posteriormente por ter sentado as bases de sua ulterior degeneração reformista. O extremo foi atingido pelos dirigentes

¹²⁴⁰ Cf. Eduard Bernstein. O julgamento de Oscar Wilde. *Entre Passado & Futuro* n° 3, São Paulo, CNPq-Xamã, janeiro 2003.

socialdemocratas alemães, que exibiram textos de Engels em apoio à Alemanha no início da guerra franco-prussiana de 1870, para justificar seu apoio aos créditos de guerra solicitados pelo Kaiser nas vésperas da guerra de 1914-1918. Não somente omitiram o apoio dado por Engels à França a partir do surgimento da Comuna de Paris, como chegaram a destruir, nos papéis pessoais deixados por Engels, um plano militar por ele mesmo elaborado, de defesa de Paris contra o iminente ataque do exército prussiano.

Toda a operação pretensamente destinada a fazer de Engels um “pai do reformismo” baseou-se numa omissão, mutilação ou destruição de textos. A imagem de um Engels partidário da transição pacífica ao socialismo, através do sufrágio universal, foi introduzida pela socialdemocracia alemã. A introdução de Engels (de 1895) da *Guerra Civil na França* de Marx foi publicada com mutilações pela socialdemocracia alemã, para apresentar Engels apoiando uma via na revolucionária, parlamentar, de transição ao socialismo. Engels protestou vivamente contra a mutilação do texto, e exigiu a sua publicação por inteiro.

Nesse prefácio Engels elogiava a utilização do sufrágio universal pelo partido operário alemão, que “aumenta, pela ascensão regularmente verificada e rápida do número de votos, a certeza dos operários na vitória... fornece-nos um critério superior a qualquer outro para calcular o alcance de nossa atuação”, permite ao partido operário levar sua propaganda a todas as camadas dos explorados, oferece-lhe uma tribuna de alcance nacional e internacional, etc., mas nada de que o sufrágio universal tivesse mudado a natureza social do Estado e do regime político (os “fundamentos sociais” - burgueses - do regime, ou seja, a raiz de classe do Estado). O sufrágio universal mostrava que “as instituições estatais, nas quais se organiza o domínio político da burguesia, ainda oferecem possibilidades novas de utilização que permitem à classe operária combatê-las”.

Engels não só considerava que as instituições estatais continuavam organizando o domínio político da burguesia, mas que o proletariado devia combatê-las, utilizando-as quando fosse possível; chamou a república democrático-burguesa de “forma lógica do domínio burguês”: “A república democrática, a mais elevada das formas de Estado, que nas condições sociais modernas vai aparecendo como uma necessidade cada vez mais incontornável, não mais reconhece oficialmente as diferenças de fortuna. Nela, a riqueza exerce seu poder de modo indireto, embora mais seguro. De um lado, sob a forma direta de corrupção dos funcionários de Estado e, na América vamos encontrar o exemplo clássico disso; de outro lado, sob a forma da aliança entre o governo e a Bolsa”. A lógica econômica do capital coincidia com o seu *optimum* político, mas “a república democrática não é imprescindível para essa fraternal união entre Bolsa e governo”. Na república “é diretamente através do sufrágio universal que a classe possuidora domina. Enquanto a classe oprimida - o proletariado - não está madura para promover ela mesma a sua emancipação, a maioria dos seus membros considera a ordem social existente como a única possível e, politicamente, forma a cauda da classe capitalista, sua ala de extrema esquerda”.

Não é no legado teórico de Engels, portanto, que se encontravam as bases do reformismo socialdemocrata. No ano seguinte à morte de Engels (1896) realizou-se em Londres um congresso da Internacional Socialista, que consolidou, como vimos, a expulsão dos anarquistas: a resolução acentuava o que se vinha esboçando desde o Congresso de Zurique, realizado três anos antes, que havia determinado uma tática que exigisse aos seus aderentes uma posição clara diante da luta política, inclusive parlamentar, que ia radicalmente contra os princípios anarquistas. Também foi reconhecido programaticamente o direito das nações à autodeterminação, criticando os socialdemocratas das grandes potências colonizadoras que não defendiam esse direito das colônias oprimidas pelos seus países.¹²⁴¹ Na Inglaterra, porém,

¹²⁴¹ Azedo Gneco representou o Partido Socialista Português nesse congresso, realizado em Londres. Gneco era um operário e foi secretário geral do Partido Socialista em substituição de José Fontana. Não aderiu inteiramente às teses deste congresso, recusando aceitar que o problema da classe operária passasse pela

os socialistas agiam de outro modo. Em 1902 explodiu, na África do Sul, a “guerra dos bôers”, opondo o colonialismo britânico aos colonos holandeses: quando estalou a guerra, apareceu um manifesto “fabiano” em que se declarava que o conflito era uma questão “que o socialismo não poderia resolver, e que não lhe dizia respeito”. George Bernard Shaw publicou uma brochura, *Fabianism and the Empire*, na qual justificava o imperialismo, apoiando-se no argumento de que as nações “adiantadas” tinham o direito a conquistar os povos atrasados, em nome do progresso destes.

O socialismo virava, na concepção fabiana, uma técnica de reformas legislativas no marco do capitalismo. A tarefa dos socialistas, para eles como para Bernstein, não consistiria em derrubar a sociedade burguesa, mas em acelerar, com reformas graduais, sua marcha para o “coletivismo”. A análise marxista das tendências da evolução do capitalismo não lhes impressionava. Os fabianos opinavam que Marx havia errado em quase todos seus prognósticos. Rejeitavam a tese de que o capitalismo desaguardaria de forma necessária em uma série de guerras e de crises econômicas catastróficas. Embora a Sociedade Fabiana nunca fosse numerosa (em 1906 rejeitou a proposta feita por H. G. Wells para que a sociedade abrangesse âmbito nacional, com um grande número de membros) conseguiu impor seus critérios e ideias a um setor cada vez mais importante do Partido Trabalhista. Em 1906, o secretário do partido, Ramsay MacDonald,¹²⁴² expôs os princípios do *Labour Party* em termos que refletiam a influência dos fabianos: o partido deveria opor-se a qualquer tentativa de apresentá-lo como um movimento só dos trabalhadores, dizia MacDonald, dado que os princípios nos quais se baseava não eram resultado “de um processo de raciocínios econômicos ou de experiências da classe trabalhadora”.

Lênin resumiu, no seu texto *Duas Épocas na Vida da II Internacional*, que “os trabalhos que conduziram à constituição da II Internacional tiveram lugar entre 1885 e 1890. O renascimento da organização internacional de trabalhadores depois da ruína da I Internacional se produziu na linha de demarcação de duas épocas. Porque os anos de 1880-1890 foram um período de

substituição da monarquia pela república, nem aderindo às teses marxistas. Apenas no que respeita à autodeterminação das colônias era mais flexível, preconizando algumas “melhorias” na situação dos povos coloniais. Em 1897 houve uma cisão dentro do Partido Socialista de Portugal, quando Ernesto Silva e Teodoro Ribeiro fizeram aprovar uma aliança com o Partido Republicano, tendo surgido uma aliança republicano-socialista.

¹²⁴² James Ramsay MacDonald (1866-1937), foi um dos fundadores e dirigentes do Partido Trabalhista Independente e do Partido Trabalhista (*Labour Party*); foi o primeiro trabalhista a se tornar primeiro-ministro do Reino Unido, no reinado de George V. Era filho ilegítimo de John MacDonald, um trabalhador rural, e de Anne Ramsay, uma servidora doméstica. Recebeu sua instrução elementar na igreja livre da escola de Lossiemouth, e depois, em 1875, na escola local da paróquia de Drainie. Em 1881, tornou-se professor em Drainie. Ficou nesse trabalho até 1885, tomando assistente de clérigo em Bristol. Em 1866, seguiu para Londres, ainda desempregado. Mas, em pouco tempo, conseguiu um emprego como caixeiro. Nessa época associou-se à União Socialista, de C.L. Fitzgerald, que lutava para fazer avançar as reformas “socialistas” através do sistema parlamentar inglês. Em 13 de novembro de 1887, MacDonald presenciou o Domingo Sangrento (*Bloody Sunday*), no Trafalgar Square, e escreveu o panfleto *Remember Trafalgar Square: Tory Terrorism in 1887*. Em consequência de uma dieta deficitária, sua saúde foi afetada e acabou forçado a abandonar a carreira acadêmica. Em 1888, curado, MacDonald fez concurso de emprego para assessor de Thomas Lough, comerciante de chá e político, eleito deputado por West Islington, em 1892, pelo Partido Liberal. Passou a ter acesso ao clube liberal nacional bem como aos escritórios editoriais de jornais liberais e radicais. MacDonald ganhou a experiência do funcionamento das eleições. Em 1892, transformou-se em jornalista. Em 1893, junto a outros socialistas, criou o Partido dos Trabalhadores Independente. Candidatou-se nas eleições de 1894, por Southampton, sem êxito. Durante a campanha conheceu Margaret Gladstone; já casados, ela passou a financiar as campanhas de MacDonald, seu pai era muito rico. A família Gladstone era ligada aos liberais, membros importantes da família de William Gladstone, ex-primeiro-ministro liberal, e de Herbert Gladstone, líder do Partido Liberal. Os dois viajaram por vários países, dando a MacDonald a oportunidade de encontrar-se com líderes socialistas de outros países, desenvolvendo uma visão internacional. Candidatou-se em 1900, por Leicester, também sendo derrotado. Recandidatou-se em 1906, sendo eleito para o parlamento pelo Partido Trabalhista, que já havia incorporado o Partido Trabalhista Independente. Em 1911 transformou-se em líder do grupo trabalhista no Parlamento. MacDonald perdeu seu assento parlamentar em 1918, mas retornou mais tarde, em 1922. Transformou-se em líder do partido e líder da oposição, com fortes críticas ao governo conservador. Em 1924, foi convidado pelo rei George V para formar governo, quando a maioria conservadora de Stanley Baldwin faliu: se iniciava assim o primeiro mandato trabalhista do Reino Unido.

crise e de transformação em numerosos aspectos; foi nesses anos quando se abriu a era do imperialismo moderno, que atingiu seu apogeu no decorrer dos dez primeiros anos do século XX. A história da II Internacional pode também ser dividida em dois períodos. O primeiro vai do Congresso de Paris (1889) ao de Amsterdã (1904). O segundo período se estende entre (os Congressos de) Stuttgart e Basileia. É o sentido da ação da II Internacional no primeiro período de seu desenvolvimento. *Contra o imperialismo* foi a principal consigna da Internacional em seu segundo período”.

Lênin procurava de esse modo resgatar os elementos revolucionários do desenvolvimento inicial da II Internacional, para alicerçar a continuidade revolucionária do movimento operário, e projetá-la para o futuro. O desenvolvimento do capital monopolista – que fez Bernstein afirmar que o capitalismo poderia resolver suas contradições através de um “capitalismo organizado” – e da exportação de capital já tinham sido antevistos, por Marx e Engels, como fatores que conduziam a um aprofundamento das contradições capitalistas. Lênin avançou uma hipótese para explicar porque, longe de desaparecer, a aristocracia operária estendia-se, com o desenvolvimento do capital monopolista, para outros países europeus, embora rejeitasse, até 1914, a hipótese de uma degeneração da Internacional Socialista.

Além do revisionismo bernsteiniano, de influência sobretudo ideológica, o movimento cooperativista (nas suas duas vertentes, de produção ou de consumo) era o alicerce material da emergência do reformismo socialista. A nova etapa monopolista e imperialista do capitalismo repercutia e dividia o movimento operário. A Internacional Socialista era, por causa disso, politicamente heterogênea. A presença nela da Sociedade Fabiana inglesa era um exemplo: eles defendiam não a mudança do regime pela força ou evolutivamente, mas a implantação de uma "democracia industrial", alcançada através de um "socialismo administrativo". No caso dos *possibilistas* franceses, isto é, da tendência de Paul Brousse, o que pretendiam era a "nacionalização dos diversos serviços públicos pela Comuna". Os sindicalistas ingleses ou franceses, estes com Alemanha, tinham posições próximas às dos possibilistas que, além de defenderem a primazia da ação sindical, privilegiavam a luta econômica sobre a luta política. No extremo oposto, Edouard Vaillant, veterano da Comuna parisiense de 1871, era partidário da ação direta blanquista. Outros eram a favor do "socialismo integral", "síntese de todas as atividades progressivas da humanidade, aspirante a se tornar um humanismo ético e social", como pensava o francês Benoît Malon, outro veterano da Comuna de 1871.

A diversidade de posições não pode ser menosprezada para a análise da Internacional. Cada agremiação refletia os anos de existência de cada partido, o desenvolvimento industrial do país, o nível de concentração operária, a especificidade do regime político do país, a delimitação política e a vontade revolucionária. De 1889 até 1895, período de crescimento da burguesia europeia, com a conseqüente ampliação numérica e organizativa do operariado, dominou a ideia da mudança gradativa, "natural" do movimento operário, que levaria à extinção do regime da burguesia. Depois da crise de 1893, superada em 1895, a prosperidade econômica e a alta dos preços fizeram pensar que a classe burguesa teria condições de sobreviver durante muito tempo; foi o momento em que Bernstein formulou a teoria revisionista. As guerras internacionais do início do século XX e a revolução russa de 1905 anunciaram uma nova fase revolucionária, aparecendo lideranças mais radicais na Alemanha (Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo),¹²⁴³ na Holanda (Anton Pannekoek), na Rússia (Vladimir Lênin e Leon Trotsky) e os anarco-sindicalistas na França e Itália.

¹²⁴³ Rosa Luxemburgo, em polaco Róża Luksemburg (1871-1919), protótipo da militante marxista revolucionária, nasceu num vilarejo de Zamość, perto de Lublin, que hoje faz parte da Polónia. Desde muito jovem já possuía um espírito livre e libertário. Aos treze anos entrou na escola secundária para mulheres em Varsóvia, onde concluiu seus estudos e iniciou sua militância política. Em 1889 fugiu para a Suíça, evitando uma detenção iminente. Lá, permaneceu por nove anos e frequentou a Universidade de Zurique juntamente com outros militantes socialistas como Anatoli Lunacharsky e Leo Jogiches (seu marido por mais de 15 anos). Participou da fundação do

A diversidade não era só política, era também social e de gênero. A militante sufragista francesa Hubertine Auclert usou, em 1880, o termo “feminismo” no jornal *La Citoyenne*, e definiu-se como feminista em 1890. O termo se estendeu para Inglaterra e outros países europeus e, no século XX, para os EUA, conclamando às mulheres, em primeiro lugar, a se organizar e lutar para obter o direito ao sufrágio. A Internacional Socialista abriu-se para o movimento das mulheres, que deixou de ter o conteúdo de revoltas individuais para transformar-se em um movimento *coletivo* e *de classe*: foi da II Internacional que surgiu a iniciativa de declarar o dia 8 de março como “dia internacional da mulher trabalhadora”. O movimento e a própria data chegariam a ter, como veremos, uma importância decisiva na eclosão da revolução russa.



Passeata reivindicando o voto feminino em Nova York, 1912

Em 1893, a Nova Zelândia se tornou o primeiro país a garantir o sufrágio feminino, graças ao movimento liderado por Kate Sheppard. As "suffragettes" iniciaram um movimento no Reino Unido a favor da concessão do direito ao voto em 1897, com a fundação da União Nacional pelo Sufrágio Feminino por Millicent Fawcett (1847-1929), uma educadora. As leis do Reino Unido, argumentavam, eram aplicáveis às mulheres, mas elas não eram consultadas ou convidadas a participar de seu processo de elaboração. Obtiveram um limitado sucesso em sua empreitada - a conversão de alguns membros do Partido Trabalhista Britânico para a causa dos

Partido Socialista Polaco (PSP) em 1892. Dois anos depois, rompeu com o PSP e em conjunto com Leo Jogiches e Julian Marchlewski fundou a Socialdemocracia do Reino da Polónia como reação ao nacionalismo do Partido Socialista Polaco dirigido por Pilsudski. Rosa defendia que a independência da Polónia só seria possível através de uma revolução nos impérios da Alemanha, Áustria e Rússia, e que o combate ao capitalismo era prioritário em relação à independência nacional. Rosa casou-se, em abril de 1897, com Gustav Lueck, filho de um amigo alemão, a fim de conquistar a cidadania alemã. O falso casamento durou cinco anos, tempo mínimo estabelecido pela legislação do país. Após fixar-se em Berlim, Rosa tornou-se uma figura-chave entre os socialistas europeus, militando no Partido Social Democrata Alemão. Escreveu obras polêmicas e defendeu uma posição voltada para a defesa da espontaneidade revolucionária do proletariado, que se manifestava, segundo ela, através das greves de massas, bem como dos conselhos operários, e tentando fixar o papel do partido revolucionário, em polêmica com a burocracia socialdemocrata e, por momentos, também com o bolchevismo. Com a guerra mundial, Rosa criou, junto com Karl Liebknecht, a Liga Spártacus (*Spartakusbund*) que, depois do assassinato de Rosa, formaria, junto com uma fração do Partido Socialdemocrata Independente (USPD), o KPD (Partido Comunista da Alemanha). Seu assassinato pelos Corpos Francos (*Freikorps*) do exército, a mando do ministro socialdemocrata Noske, aconteceu em janeiro de 1919.

direitos das mulheres. Filósofos britânicos como John Locke e David Hume tinham escrito que as mulheres eram incapazes de compreender o funcionamento do Parlamento Britânico, portanto de gozar de direitos políticos. O movimento feminino ganhou as ruas com a *Women's Social and Political Union* – WSPU, fundada por Emmeline Pankhurst (1858-1928).¹²⁴⁴ Após ser detida repetidas vezes inspirou membros do grupo a fazer greves de fome. Ao ficarem doentes, as ativistas chamaram a atenção da opinião pública pela brutalidade do sistema legal, com situações de confronto entre sufragistas e policiais e com a morte de uma manifestante, Emily Wilding Davison (1872-1913), que se atirou à frente do cavalo do rei da Inglaterra. As ações de protesto empreendidas pelas sufragistas, contudo, apenas obtiveram um parcial sucesso com a aprovação do *Representation of the People Act* de 1918, que estabeleceu o voto feminino no Reino Unido.

Que tipos de socialismo existiam na Segunda Internacional? Na análise proposta por Edgar Carone,¹²⁴⁵ existiam quatro modalidades:

1) O Partido Socialdemocrata Alemão servia de modelo para os Países Baixos, Finlândia, os países escandinavos, Áustria, e tinha um modelo organizador bastante dinâmico; também se impunha pela disciplina e pelo progresso eleitoral; era capaz de aceitar no seu quadro a corrente reformista de Bernstein e a revolucionária de Rosa Luxemburgo, impondo a mesma disciplina ao seu quadro de militantes;

2) O socialismo francês era composto de linhas diversificadas. Suas origens vinham das correntes revolucionárias do século XIX, das correntes “utópicas”, de uma superficial herança marxista, todas elas conflitantes entre si. Os revisionistas estavam ligados à ideia de contínua progressão eleitoral e da ascensão “ministerialista”, como se deu com o caso Millerand (socialista que participou de um gabinete “radical” francês), em 1899. O anarco-sindicalismo representava também uma importante força política no país;

3) O socialismo inglês estava ligado a movimentos amplos e a uma tradição de luta operária; o marxismo era defendido por algumas de suas correntes, mas encontrava a oposição dos fabianos, e era minoritário politicamente: ao lado da corrente sindicalista tradicional - *tradeunionista* -, surgira no país um movimento operário de caráter político - o Partido Trabalhista - que unia a ação reivindicatória tradicional, por salários e melhores condições de trabalho, com medidas nacionalizantes;

4) Na Rússia, país onde era diminuta a classe operária, e no qual a classe camponesa era maioria, o operariado estava inicialmente ligado ao populismo, que defendia a ideia de que na Rússia o movimento revolucionário seria de origem camponesa e percorreria vias diversas e até opostas às ocidentais. Contra esse pensamento levantou-se o marxismo nascente: Plekhánov, com o destaque que deu à nascente classe operária; e Lênin, que colocou a necessidade de um partido centralizado, forte e estruturado.

Na Segunda Internacional surgiram, portanto, várias correntes político-estratégicas: mesmo que todos os partidos se dissessem marxistas e que pretendessem derrubar a sociedade capitalista e implantar o socialismo, e ainda que o vocabulário marxista fosse empregado corriqueiramente, algumas das características do comportamento das lideranças permitem distinguir conservadores de revolucionários, e também de centristas. Faziam parte destes Kautsky e sua revista, *Die Neue Zeit*, os “austromarxistas” vienenses que mantinham o vocabulário e a ortodoxia marxistas, especulavam, porém, sobre o caráter inevitável da evolução histórica para predizer a revolução, e se limitavam à prática de um quietismo de espera.¹²⁴⁶

¹²⁴⁴ Sylvia Pankhurst. *The Suffragette*. The history of the women's militant suffrage movement, 1905-1910. Nova York, Sturgis & Walton Co., 1911.

¹²⁴⁵ Edgar Carone. *A II Internacional*. São Paulo, Edusp-Anita Garibaldi, 1993.

¹²⁴⁶ Trotsky relatou o choque produzido pela sua descoberta dos principais dirigentes da social democracia austríaca, os *austro-marxistas*: Otto Bauer, Karl Renner, Max Adler e Victor Adler. “Eram pessoas

Intelectualmente, porém, os austromarxistas foram a corrente mais sofisticada da Segunda Internacional, abrindo o campo da pesquisa e da reflexão marxista para terrenos ainda não explorados, realizaram um confronto produtivo com a cultura da Viena das primeiras décadas do século XX. No campo do direito, com as teorias jurídicas de Hans Kelsen, que teve discussões com os socialistas Otto Bauer e Victor Adler; no campo da economia com a *Wiener Schule* de Carl Menger, Böhm-Bawerk e Wieser. No campo lógico-científico, os austromarxistas estiveram em contato e confronto com Ludwig Wittgenstein, que estabeleceu uma ponte entre a cultura vienense e a ciência do mundo anglo-saxão, e também com a *Wiener Kreis* de Carnap, Hahn, Neurath e Schlick, influenciada pelo pensamento de Ernst Mach; no campo da literatura com Hofmannsthal, Kraus, Musil, Roth, Zweig, Schnitzler, Bahr, Altenberg, etc.; no campo da música com Mahler, Schönberg e Richard Strauss; no campo da arquitetura com Hoffmann, Loos, Wagner, etc.; e, finalmente, no campo da psicanálise com seu fundador, Sigmund Freud, do qual Otto Bauer era amigo.

Talvez, como disse José Aricó, “unicamente na relação com as questões da alta cultura contemporânea o marxismo poderia dar respostas aos interrogantes colocados pela crise provocada por Bernstein. No centro da iniciativa austro marxista dos *Marx-Studien*, assim como no projeto mais vasto de *Der Kampf* estava o propósito de encontrar uma saída ao debate artificial entre ortodoxia e revisionismo, e de estabelecer uma confrontação política não só com Bernstein, mas também com Kautsky”. De fato, a socialdemocracia austríaca não conseguiu elaborar uma alternativa superadora do reformismo da socialdemocracia alemã, em que pese estar situada à sua esquerda. A Internacional comportava três tendências políticas básicas: à direita o grupo revisionista de Bernstein, no centro os marxistas moderados de Kautsky e à esquerda os marxistas revolucionários, com Rosa Luxemburgo, Lênin, Trotsky e outros dirigentes.

A tendência revisionista ou adaptacionista, por sua vez, se desenvolveu principalmente nos grandes partidos; na Alemanha sob uma forma teórica, na França e Itália pelo “ministerialismo” (participação ou apoio crítico aos governos liberais), na Rússia através do “marxismo legal” e do economicismo. A variedade de posições estratégicas e ideológicas se evidenciava em todos os eventos e congressos, assim como nos organismos da Internacional Socialista. A Internacional Socialista era bem organizada, com órgãos dirigentes como o “Bureau Socialista Internacional” (BSI) e a “Comissão Socialista Interparlamentar” (CIS). Na transição do século XIX para o século XX, ela exercia uma autoridade política enorme sobre o movimento operário mundial, tendo só por adversária, em muitos e diversos países, a corrente anarquista ou anarco-sindicalista.

extraordinariamente cultas, que sabiam bastante mais do que eu de muitas coisas”, escreveu Trotsky. Na primeira reunião em que participou com eles no Café Central de Viena, sua sensação foi de deslumbramento. Acompanhou a conversa com «devoção». Mas, depois, o interesse foi superado pelo assombro. Percebeu que aqueles talentosos intelectuais não eram revolucionários: «encarnavam o tipo de homem que é precisamente o oposto do revolucionário». Os austro-marxistas eram “narcisos que se contemplavam com orgulho”; vibravam com o esforço teórico produzido. Conhecedores profundos das obras de Marx e Engels, exegetas de *O Capital*, os marxistas vienenses eram «completamente incapazes de aplicar o método de Marx aos grandes problemas políticos e, sobretudo, ao seu aspecto revolucionário». Escreviam magníficos artigos, reveladores da sua erudição, mas não iam além da assimilação passiva do sistema: «Estes austro-marxistas não passavam em geral de uns bons senhores burgueses que se dedicavam a estudar esta ou aquela parcela da teoria marxista como podiam estudar a carreira do Direito, vivendo agradavelmente dos juro de *O Capital*». Nos anos que precederam a guerra começaram a sentir-se mal quando a possibilidade de ruptura da velha ordem que combatiam com palavras deixou de ser encarada como utopia. Que diferença, comentou Trotsky, entre aqueles senhores, aristocratas do pensamento, que gostavam de ser tratados pelos operários por «camarada *Herr Doktor*» e a simplicidade revolucionária de Marx e Engels, que «sentiam um sereno desprezo por tudo o que fosse brilho aparente, pelos títulos, pelas hierarquias». Em Berlim, Trotsky registou que a socialdemocracia alemã diferia da austríaca. Naquela, fazia-se ainda sentir o peso de personalidades como Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e mesmo o velho August Bebel. Mas Kautsky, o «papa da II Internacional», envelhecera, acomodara-se. Tratava de vulgarizar o marxismo como um mestre-escola, impondo-se já como única missão conciliar o reformismo com a revolução. Não escondia “sua aversão orgânica a tudo o que significasse transplantar métodos revolucionários para o solo alemão”.

43. A GESTAÇÃO DE UM NOVO CENÁRIO MUNDIAL

A burguesia, em todos os cantos, revelou uma capacidade espantosa de não prestar atenção ao que estava claramente à frente de seu nariz (Charles Van Doren. Uma Breve História do Conhecimento)

As delegações aos congressos da Internacional Socialista (entre 1889 e 1912), dão ideia de sua extensão geográfica:

NÚMERO DE DELEGADOS POR PAÍS QUE PARTICIPARAM EM CONGRESSOS DA SEGUNDA INTERNACIONAL									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
África do Sul							1		
Alemanha	81	42	92	48	57	68	289	189	75
Alsácia Lorena	1								
Argentina	1				1	2	3	1	
Austrália					1	1		1	1
Áustria	9	11	27	6	10	10	75	65	59
Bélgica	14	147	17	19	37	38	27	26	32
Boêmia	1		7	1	2		41	44	60
Brasil			2						
Bulgária	1		2	4	3	2	5	7	3
Canadá						1			
Dinamarca	3	3	2	7	19	7	17	146	3
Espanha	2	1	2	6	6	5	6	5	2
Estados Unidos	5	6	3	7	6	11	22	24	5
Finlândia	1						2	19	2
França	221	69	41	129	1073	82	78	49	127
Grã-Bretanha	20	23	65	475	95	101	123	84	13
Grécia	1								
Holanda	4	9	6	13	3	31	9	14	9
Hungria	3	2	9	3	1	3	25	14	20
Itália	13	4	21	13	15	5	13	9	11
Irlanda					3				
Japão						1	1		
Luxemburgo									1
Noruega	3	1			1	2	8	31	3
Polônia	4	7	11	13	20	20	30	34	20
Portugal	1			1	1				2
Romênia	5	5	5	1			4	2	2
Rússia	6		1	7	24	37	63	39	36
Sérvia			1			1	1	3	
Suécia	2	1		2	3	5	19	86	8
Suíça	6	6	101	12	10	7	1	13	49
Turquia-Armênia								2	

I: Congresso de Paris. 14-21 de julho de 1889.
 II: Congresso de Bruxelas, 16-23 de agosto de 1891.
 III: Congresso de Zurique, 6-12 de agosto de 1893.
 IV: Congresso de Londres. 26 de julho-2 de agosto de 1896.
 V: Congresso de Paris. 23-27 de setembro de 1900.
 VI: Congresso de Amsterdam. 14-20 de agosto de 1904.
 VII: Congresso de Stuttgart. 16-24 de agosto de 1907.
 VIII: Congresso de Copenhague. 28 de agosto-3 de setembro de 1910.
 IX: Congresso Extraordinário da Basileia. 24-25 de novembro de 1912.

A Internacional Socialista era essencialmente europeia, com as parciais exceções do Japão, de três países americanos (EUA, Canadá, Argentina), e da excepcional participação de representantes de um enclave europeu na África (África do Sul).¹²⁴⁷ Nos três países americanos presentes nos congressos, e também em outros (Brasil, México), pelo menos no início da implantação do socialismo, a representação se compunha basicamente de trabalhadores europeus imigrantes, ou de ativistas fugidos da repressão antissocialista na Europa. Isto refletia a composição da classe operária nesses países nas primeiras fases da industrialização. Na fase seguinte, os partidos socialistas deitaram lentamente raízes no operariado e na intelectualidade local. No Brasil, num ambiente urbano em constante transformação, surgiram ambientes comuns de trabalho entre trabalhadores escravos e livres, protestos coletivos, formas associativas compartilhadas, um processo gradual de formação da classe trabalhadora a partir das lutas e organizações que surgiram em meados do século XIX e perduraram até as primeiras décadas do século XX. Em 1910, a “Revolta da Chibata”, movimento que contestou a aplicação de castigos e punições aos marinheiros como instrumento de controle e coerção, foi um marco desse processo, e evidenciou uma situação nas relações e trabalho que passou a pautar a agenda das entidades de representação dos trabalhadores, sindicatos e partidos..

A tendência de esquerda da Internacional era composta de grupos heterogêneos e dispersos, nos quais se destacavam os partidários de Rosa Luxemburgo na Alemanha, de Lênin na Rússia, dos "tribunistas" na Holanda, dos "estritos" (*tesnjaki*) na Bulgária. Fora do campo do socialismo marxista e da própria Internacional, os anarquistas e anarco-sindicalistas possuíam força, por vezes maior à da Internacional, em diversos países, em especial os países latinos do Sul da Europa e em países sul-americanos, onde o anarquismo foi o primeiro fator de organização sindical do proletariado.

Outro concorrente importante, na verdade decisivo, da Internacional Socialista, surgiu em finais do século XIX com o chamado “catolicismo social”, referenciado na encíclica *Rerum Novarum* do papa Leon XIII (datada de 1º de maio de 1891, numa tentativa de expropriar o monopólio socialista dessa data simbólica, apenas dois anos depois de proclamada) que, pela primeira vez “deu à Igreja uma doutrina social”, explicitamente oposta (na verdade, concorrente) ao socialismo organizado na Segunda Internacional. Ela foi o produto de lutas, “arbitragens e compromissos”, no interior da Igreja de Roma, e compactuava com a já incontornável organização da classe operária, pois, segundo seu texto, “com a laicização e a destruição das corporações, os trabalhadores isolados e indefesos foram livrados à ação de patrões desumanos e à cupidez de uma concorrência desenfreada”. O socialismo, porém, não era uma solução para a miséria social, pois atacava à propriedade, “um direito natural”, e à família, “substituindo a providência paterna pela providência do Estado”. No esteio desta mudança política da Igreja se constituíram correntes “católicas sociais” em diversos países, e até os primeiros partidos políticos com essa orientação, como o “partido católico” de Montalembert na França.¹²⁴⁸



Karl Kautsky, apelidado pela direita europeia de “papa da Internacional”, que o papa verdadeiro temia

¹²⁴⁷

Eugène Varga. *Les Partis Social-Démocrates*. Paris, Bureau d'Éditions, sdp.

¹²⁴⁸

Cf. Jean-Marie Mayeur. *Des Partis Catholiques à la Démocratie Chrétienne*. Paris, Armand Colin, 1980.

Com a autoridade conquistada pelos congressos e a ressonância mundial de suas deliberações, a nova Internacional afirmou-se como uma organização universalmente reconhecida e consolidou sua força. O perfil de suas divergências internas ficou definido em 1899, quando o socialista francês Alexandre Millerand ingressou no gabinete do governo liberal encabeçado por Pierre Waldeck-Rousseau, dividindo o partido francês entre reformistas (defensores desse ingresso), encabeçados por Jean Jaurès, chamados de “ministerialistas”, e a “linha dura” encabeçada por Jules Guesde. O debate francês dividiu o socialismo internacional, com alinhamentos nem sempre mecânicos ou óbvios (Rosa Luxemburgo, da esquerda do SPD alemão, por exemplo, alinou-se com os defensores de Millerand, pois o convite para integrar o governo feito pelo governo radical à SFIO – *Section Française de l'Internationale Ouvrière*, o nome do partido socialista francês – era um desafio político que não podia ser simplesmente ignorado).

No Congresso Internacional de Paris (1900), foi decidida a criação da Organização Socialista Internacional (OSI): composta por dois delegados por país, com sede em Bruxelas, dispo de um secretariado permanente, enquanto a delegação belga - Vandervelde,¹²⁴⁹ Servy - funcionava como Comitê Executivo da Internacional. A nomeação de Camille Huysmans para o cargo de secretário, em 1905, garantiu a continuidade das atividades nos intervalos dos congressos; nas suas reuniões anuais participaram os principais dirigentes do socialismo na época: Jaurès, Vaillant, Guesde, pela França; Kautsky, Singer, Haase (Alemanha); Plekhánov,¹²⁵⁰ Lênin, pelos socialdemocratas russos, Rubanovitch, pelos socialistas-revolucionários da Rússia; Rosa Luxemburgo (Polônia); Branting (Suécia); Rakovsky (Romênia); Keir-Hardie, Hyndman (Inglaterra); Sen Katayama (Japão); Victor Adler (Áustria); Knudsen, Stauning (Dinamarca); Turati, Morgari (Itália); Hillquit (EUA).

A composição da Internacional era heterogênea até socialmente, chegando a atrair “homens de consciência dolorida pertencentes às classes altas, como o americano Robert Hunter, casado com uma filha do banqueiro e filantropo Anson Phelps Stokes. Como outros da sua classe, Hunter ficara estarecido com os artigos sobre a corrupção e se dispôs a procurar um remédio para a injustiça social”.¹²⁵¹ Mas estes eram exceções. Na Alemanha, onde o partido havia combinado nas mesmas lideranças seus chefes políticos e seus teóricos, seus principais dirigentes foram recolhidos nas profissões liberais e nas universidades, com a exceção importante de August Bebel (1840-1913), que era operário e de uma geração anterior, e outra exceção surpreendente, o bancário filho de um maquinista ferroviário judeu, Eduard Bernstein. O tcheco-germânico Karl Kautsky estudara história, filosofia e economia. Entre os mais jovens, que nasceram depois de 1870, e para os quais a Comuna de Paris já era história, Rosa Luxemburgo (1871-1919) iniciara seus estudos em matemática e ciências naturais antes de obter seu doutorado em economia política na Suíça. Na Áustria, onde a socialdemocracia teve os maiores intelectuais socialistas do período, seus líderes estavam (ou tendiam a estar) bem estabelecidos no partido ou em sólidas carreiras. Rudolf Hilferding (1877-1941) era

¹²⁴⁹ Emile Vandervelde (1866-1938) foi um dos dirigentes do Partido Operário Belga e presidente do Bureau Socialista Internacional (BSI) da II Internacional. Parlemtar em seu país desde 1894. “Social-chauvinista” durante a Primeira Guerra Mundial, fez parte do governo belga em 1918-1921, como ministro da Justiça, entre 1925 e 1927, como ministro das Relações Externas, e em 1935-1937, como vice *premier* e ministro de Saúde. Renunciou quando o gabinete, encabeçado por Paul van Zeeland, reconheceu o governo de Franco na guerra civil espanhola. Teve sucesso literário internacional com um livro sobre “o matrimônio perfeito”.

¹²⁵⁰ Giorgui Valentinovitch Plekhánov (1856-1918) pertenceu à primeira geração de marxistas russos. Foi o principal propagandista do materialismo histórico em sua geração, e seus textos tiveram grande influência junto aos socialistas do século XX. Sua obra *O Papel do Indivíduo na História* foi publicada em 1898. Aliado dos mencheviques, a partir do II Congresso do POSDR, no entanto, para Lênin, “a melhor exposição da filosofia do marxismo e do materialismo histórico é a feita por Plekhánov”: “Penso que não é demais observar aos jovens membros do partido que não é possível tornar-se um verdadeiro comunista, dotado de consciência de classe, sem estudar - friso estudar - tudo o que Plekhánov escreveu sobre filosofia, pois é o que há de melhor na literatura internacional do marxismo”.

¹²⁵¹ Barbara W. Tuchman. *Op. Cit.*, p. 416.

médico em Viena, antes de se tornar economista. Karl Renner (1870-1950), Max Adler (1873-1937) e Otto Bauer (1881-1938) eram advogados.

Anton Pannekoek (1873-1960), dirigente socialista holandês, era um astrônomo que viveu sempre de sua profissão, num observatório, até tornar-se professor da Universidade de Amsterdã. Outros viviam relativamente à margem da sociedade estabelecida, como o poeta holandês Herman Gorter (1864-1927), e o agitador e escritor judeu-alemão Erich Muhsam (1878-1934). Gustav Landauer (1870-1919) era um romancista judeu que havia enveredado pelos estudos da linguagem e da mística judaica, embora fosse ateu. Alguns, como o médico polonês Jan Wacław Makhaiski (1866-1926) eram críticos acerbos da interferência dos intelectuais no movimento operário, ou ao menos numa estrutura partidária e sindical onde eles costumavam se tornar burocratas. Na Rússia, onde a *intelligentsia* era mais radicalizada, Lênin (1870-1924) e Trotsky (1879-1940) se destacaram a partir da experiência de 1905, e nunca deixaram de ser militantes profissionais. Vários dirigentes socialistas russos exilados do regime czarista na Europa Ocidental sobreviviam de pequenos expedientes: Pável Axelrod, um dos veteranos da fundação do POSDR, fabricava leite para consumo e seus derivados.

A concorrência mais importante dos socialistas no movimento operário era a dos anarquistas, que criticavam todas as maneiras pacíficas e eleitorais de fazer política. Mas o anarquismo ficou circunscrito a algumas regiões da Itália, França e Portugal, talvez ainda à Ucrânia e, em menor escala, a outras áreas da Rússia czarista. O caso sueco também foi expressivo, na mesma proporção em que foi efêmero: os anarquistas dirigiram grande parte dos 290 mil trabalhadores na greve geral de 1909, mas depois que romperam com a única central sindical existente, formando uma central anarquista, sua influência declinou (em 1924, eles tinham só 37 mil membros). Certamente, o caso foi diferente na Espanha, onde o socialismo “libertário” teve vida longa.

A Internacional Socialista entrava, no alvorecer do novo século, no segundo período da sua história: reunia grandes partidos nacionais, politicamente influentes, numericamente poderosos, progresso que foi a origem de um otimismo exagerado: na prática, determinou mudanças profundas na implantação, estrutura institucional e orientação da Internacional. Além disso, o socialismo saía do Velho Continente; acentuou-se sua penetração nas Américas, na Austrália e mesmo na Ásia; contudo, continuava sendo um fenômeno predominantemente europeu. Mas o SPA (*Socialist Party of América*) obteve 6% dos votos nas eleições presidenciais dos EUA, em 1912. Os IWW (*Industrial Workers of the World*), com forte composição anarco-sindicalista e maior influência que o SPA na classe operária, organizavam principalmente as lutas do operariado de imigração recente.

Na Argentina, era ativo o Partido Socialista, fundado em 1896 por Juan B. Justo (primeiro tradutor para o espanhol de *O Capital*), com José Ingenieros e outros importantes nomes políticos e intelectuais locais, associados a operários estrangeiros (foi especialmente influente a imigração socialista alemã, agrupada em torno do periódico *Vörrwärts*).¹²⁵² As lutas sindicais

¹²⁵² Levando-se em conta sua situação “periférica”, foi precocemente que surgiu o socialismo argentino. Em 1882 nasceu o clube *Vorwärts*, onde se encontravam exilados socialdemocratas alemães que escaparam à repressão bismarckiana. Seus militantes tomaram a iniciativa de convocar o ato do Primeiro de Maio de 1890, respondendo ao chamado do Congresso Operário Internacional realizado em Paris, em 1889. A partir dessa proposta surgiu o Comitê Operário Internacional, que reunia vários grupos socialistas. Logo depois do ato o Comitê se propôs a tarefa de reagrupar às sociedades de diversos ofícios em uma central operária. Em princípios de janeiro de 1891 foi criada a Federação de Trabalhadores da República Argentina. A maioria dos historiadores atribui o fracasso deste intento federativo à imobilidade que se apoderou do movimento como produto da crise econômica de 1890 e à oposição do anarquismo. Dissolveu-se alguns anos depois. Os socialistas, principais protagonistas da maioria dos intentos para criar organismos federativos do movimento operário durante a década de 1890, pretendiam dotar o movimento de definições políticas programáticas, organizações sindicais e direitos políticos, inclusive para os operários estrangeiros (promoveram a entrega de abaixo-assinados com essa proposta). Os anarquistas rejeitaram estas posturas e boicotaram sistematicamente as iniciativas político-eleitorais dos socialistas.

operárias, características da recente urbanização capitalista, teriam sido vítimas, numa opinião já clássica na Argentina, de uma miragem, posto que “os proletários e intelectuais europeus que formaram o primeiro contingente do socialismo argentino (com predomínio de alemães e franceses sobre italianos e espanhóis, que eram bem mais anarquistas) acreditaram que Buenos Aires, com os seus atributos de cidade europeia, era o país inteiro, e que a estratégia de luta revolucionária repetiria o aprendido na realidade europeia”.¹²⁵³ A questão era, porém, bem mais complexa.

Em visita a Buenos Aires, em setembro de 1911, o deputado socialista francês Jean Jaurès confrontou-se com a realidade portenha, suspeitando que ela não expressava cabalmente a realidade do país: “Buenos Aires é como eu a imaginava, ainda que um pouco maior. Na verdade, não tive tempo de formar uma opinião sobre o país e provavelmente não terei esse tempo, pois devo partir logo à Europa. Confesso que quase celebro tal obrigação, pois me parece que deve ser falsa ou mal fundada a ideia que um viajante pode fazer da Argentina a partir de Buenos Aires, sem chegar ao interior”. As lutas sindicais na Argentina cresceram espetacularmente durante a primeira década do século XX, até chegarem às grandes demonstrações operárias de 1910 (por ocasião das festas oficiais do centenário da independência argentina), década que também testemunhou o desenvolvimento das primeiras lutas urbanas propriamente ditas, como a greve dos aluguéis, de 1907: “Após quarenta anos de sérios problemas habitacionais para os setores populares - superlotação, falta de higiene e aluguéis elevados -, os inquilinos decidiram realizar em 1907 uma greve que se traduziu em: 1) não pagar os aluguéis até que os mesmos fossem reduzidos em 30%; 2) conseguir melhorias sanitárias; 3) eliminar os três meses de depósito”.¹²⁵⁴

Em 1904, o PS argentino conseguira fazer eleger, como representante de Buenos Aires, pelo bairro da Boca (berço do popular time de *Boca Juniors*), o “primeiro deputado socialista das Américas”, o advogado trabalhista Alfredo L. Palacios.¹²⁵⁵ Este sucesso eleitoral se deveu mais às lutas e realinhamentos que se produziam entre frações da classe dominante argentina do que a um verdadeiro salto na força partidária. Um setor do governo e da oposição *mitrista* (do general Mitre) favoreceu a participação do socialismo nas instituições do Estado, através do parlamento e da cooptação política. De qualquer modo, o Partido Socialista se constituiu como uma importante força eleitoral, com uma bancada parlamentar muito atuante (onde se destacou, além de Palacios, impulsor de importantes leis trabalhistas, o já mencionado médico Juan B. Justo, cujos funerais, em 1928, levaram uma multidão às ruas de Buenos Aires), no entanto restrita às cidades do litoral argentino (Buenos Aires, a capital que reunia um terço da população do país e Mar del Plata, em especial).

As vitórias eleitorais do socialismo argentino, no entanto, eram limitadas e com uma base social em grande parte oriunda das classes médias. O operariado, majoritariamente estrangeiro, era ainda numericamente fraco, e com maioria anarquista nos seus setores

¹²⁵³ Jorge E. Spilimbergo. *El Socialismo en Argentina*. Buenos Aires, Octubre, 1974, p. 27.

¹²⁵⁴ Juan Suriano. *La Huelga de Inquilinos de 1907*. Buenos Aires, CEAL, 1983, p. 56.

¹²⁵⁵ Alfredo Luis Palacios (1880-1965) foi o mais popular líder socialista argentino. Nascido em Buenos Aires, estudou direito na Universidade de Buenos Aires, exercendo a advocacia e chegando a tornar-se “decano” (diretor) da Faculdade de Direito da UBA. Em 1902 foi eleito para a Legislatura de Buenos Aires, e em 1904, para a Câmara de Deputados, pelo distrito operário de La Boca, sendo o primeiro deputado socialista da Argentina e das Américas. Sua atuação legislativa foi intensa, incluindo a “Ley Palacios” contra a exploração sexual, e muitas outras, contra a exploração de crianças e mulheres, pela redução da jornada de trabalho e o descanso dominical. Foi expulso temporariamente do Partido Socialista pelo seu hábito de batir-se em duelo contra seus adversários, prática condenada pelo partido. Seu poncho *criollo*, e seus bigodes, se tornaram um símbolo da política socialista na Argentina. Foi eleito senador por Buenos Aires em 1932, cargo que exerceu até 1943, quando houve um golpe militar. Com a ascensão do peronismo, exilou-se em Montevideú. Apoiou a “Revolução Libertadora” (1955), golpe militar “gorila” contra o governo de Perón, sendo premiado com a embaixada argentina no Uruguai. Em 1960, Palacios foi novamente eleito senador, com base numa campanha em defesa da Revolução Cubana. E foi novamente eleito deputado em 1963, cargo que exerceu até a sua morte.

militantes. Os dirigentes do socialismo argentino tentaram sair do problema de sua fraca base social promovendo o desenvolvimento do que chamavam de “capitalismo sadio” (incluindo o capital estrangeiro nessa categoria) contra o “capitalismo espúrio”, ou seja, o capitalismo *criollo* realmente existente. Entediavam assim promover o bem-estar e progresso da classe operária e seu futuro desenvolvimento social, o que daria chances ao socialismo argentino de contar com uma força social semelhante aos seus pares da Europa. O teórico do socialismo argentino, Juan B. Justo,¹²⁵⁶ qualificou, sem meias palavras, como “idiotices” as teorias de Lênin acerca do imperialismo capitalista.

Problemas semelhantes enfrentava o socialismo no outro grande país da América do Sul, o Brasil. Um dos seus primeiros dirigentes, o italiano Antonio Piccarollo, chegou a escrever: "Sendo o movimento atual da economia agrícola dirigido para a pequena propriedade, os socialistas favorecerão e propugnarão tudo o que sirva para aumentar o número destes trabalhadores independentes (...) Olhando com simpatia o desenvolvimento industrial que carrega nas suas entranhas o proletariado socialista, esforçar-se-ão para dar aos operários uma consciência clara e exata o que eles serão amanhã... Tudo isso não é rigorosamente socialismo, mas é tudo o que de bom e prático podem fazer aqui os socialistas, se não querem perder seu tempo em discussões teóricas, prematuras e de nenhum valor". O *Partido Operário* dirigiu-se em 1890 à Internacional Socialista, mostrando a intenção de vincular o proletariado brasileiro ao processo que percorria então o movimento operário europeu. Na medida em que os diversos "partidos socialistas" estaduais criados no país na virada do século se propunham uma progressão no plano eleitoral como via para a sua implantação, não podiam superar por si sós a fragmentação geográfica da vida política brasileira. As tentativas de se criar um Partido Socialista aumentaram nos primeiros anos da República.

No Chile, o socialismo deu seus primeiros passos sob o nome de “Partido Demócrata”, sob impulsão de Luis Emilio Recabarren (depois um dos fundadores do Partido Comunista Chileno).¹²⁵⁷ No Uruguai, também obteve sucessos eleitorais o Partido Socialista,

¹²⁵⁶ Juan Bautista Justo (1865-1928) foi médico, jornalista, político, parlamentar e escritor, fundador do Partido Socialista de Argentina, que presidiu até sua morte, do jornal *La Vanguardia* e da Cooperativa *El Hogar Obrero*. Foi deputado e senador nacional. Juan B. Justo realizou seus estudos de medicina na Universidade de Buenos Aires, trabalhando como jornalista, formando-se em 1888 com diploma de honra. Viajou a Europa, onde tomou contato com as ideias socialistas. Na Argentina, foi cirurgião no *Hospital de Crónicos*. Na década de 1890 começou a escrever no periódico socialista *El Obrero*. Em 1894, junto a Augusto Kühn e Esteban Jiménez fundou o jornal *La Vanguardia* que, com a fundação do Partido Socialista, seria seu órgão oficial. Em setembro de 1905 *La Vanguardia* passou a ser publicado diariamente, transformando-se em importante meio de difusão cultural. Justo também fundou a cooperativa *El Hogar Obrero*, a *Biblioteca Obrera* e a *Sociedad Luz*. Participou dos congressos da Internacional Socialista realizados em Copenhague e Berna. Criticou a “dialética” de Marx, culpada, segundo ele, por tê-lo feito antever, no *Manifesto Comunista*, revoluções proletárias no horizonte de 1848. Em 1921 casou com a feminista argentina Alicia Moreau de Justo. Como deputado e senador, sempre pela Capital Federal (Buenos Aires), presidiu a comissão investigadora dos *trusts*, participou dos debates que levaram à Reforma Universitaria (1918), e defendeu numerosos projetos de lei sociais, contra o jogo e o alcoolismo, e para eliminar o analfabetismo.

¹²⁵⁷ Luis Emilio Recabarren Serrano (1876-1924) foi dirigente operário e fundador do Partido Comunista do Chile. Nasceu em Valparaíso. Em 1894 integrou o Partido Democrático do Chile, única organização política popular daquele tempo. Nesse partido, Recabarren representava o setor socialista. Tendo estado à frente do jornal *O Trabalho*, ao fazer artigo criticando a situação da classe operária no país, foi preso por oito meses. Eleito deputado, em 1905, não pode tomar posse porque se negou a jurar seu cargo por Deus. Depois, fundou o Partido Democrático Doutrinário, que se declarou democrata e socialista. Ainda em 1905, os tribunais o condenaram à prisão: Recabarren fugiu para a Argentina, integrando as fileiras do Partido Socialista. Depois de alguns anos, retornou ao Chile, tendo sido levado para a prisão durante 18 meses. Após várias atividades em seu país, em 1918 retornou à Argentina, participando da fundação do Partido Comunista Argentino (nascido como Partido Socialista Internacional), fazendo parte de sua primeira direção. De volta ao Chile, Recabarren participou do Terceiro Congresso do Partido Operário-Socialista, contribuindo para a mudança de nome do POS para Partido Comunista do Chile. Típico líder de massas, acostumado às tribunas, os discursos de Recabarren eram inflamados: "A data gloriosa da emancipação do povo ainda não chegou. As classes populares ainda vivem escravizadas, presas à ordem política, com as correntes do salário, que é sua miséria; à ordem política, com as correntes da coerção, da fraude e da intervenção, que anula toda ação, toda expressão popular; e à ordem social, com as correntes da ignorância e de

transformando seu dirigente, Emilio Frugoni, em destacado parlamentar e dirigente político. A tese do exotismo da ideologia socialista "europeia" na fase inicial de formação da classe operária latino-americana insistiu no caráter "europeu" ou "europeísta" do velho socialismo: "O problema não é tanto a origem europeia dos precursores (alemães, italianos, espanhóis) mas sim o espelhismo, a assimilação mimética da experiência europeia pelos primeiros dirigentes socialistas autóctones, que não perceberam as particularidades próprias das formações sociais do continente, enquanto países dependentes, explorados e dominados pelo imperialismo (...) Foi bem compreensível que - com a exceção da Argentina, o país mais "europeu" da América Latina - esse tipo de corrente socialdemocrata tenha tido pouca penetração ao sul do Rio Grande, onde muito cedo a reivindicação nacional, em sua dimensão anti-imperialista, tem sido um eixo essencial das lutas populares".¹²⁵⁸

Diversa foi a opinião de Evaristo de Moraes Filho: "Não concordamos com os que enxergam nos programas e manifestos socialistas reivindicações estranhas à realidade brasileira, como se fossem meras traduções ou ecos das exigências alienígenas. Inspirados, embora, nas doutrinas e nas teorias que se haviam formado nos países europeus com maior ou menor ênfase, jamais deixaram esses partidos de levar em conta as necessidades do trabalhador nacional. Mergulhados até o pescoço no dia-a-dia da vida miserável que levava o operário brasileiro, faziam-se porta-vozes das suas angústias e anseios. Reformistas em sua maioria, esperando que a conquista do poder se viesse a dar indiretamente, pela conquista do Congresso, pelo voto, pelas leis, pelas mudanças institucionais, pela pressão popular; nem por isso deixavam outros de chegar a apelos revolucionários ou à própria ação direta, pela greve e demais instrumentos de fato correlatos".¹²⁵⁹

O "Manifesto" do Partido Socialista Brasileiro, de 1902, de fato reclamava: "O Conselho Geral do Partido faz um apelo às duas diferentes classes, a dos possidentes e a dos despossuídos, em que a população deste país se acha dividida, como em toda parte, para que se compenetrem da urgente e indeclinável necessidade de atender ao que se passa nos outros países civilizados com referência à questão social (...) Aos dirigentes, aos que compõem a classe possidente e opressora, neste país, cumpre não cerrar os olhos à miséria, que transparece por toda parte, nem obturar os ouvidos ao clamor, que a toda parte se levanta". A diferenciação de classe ainda era escassa, e o socialismo brasileiro, não podia elevar-se por cima dessa realidade: suas bases sociais eram ainda muito fracas.

Não é de se estranhar que a insistência no caráter europeu e não adaptado à "realidade nacional" do socialismo da II Internacional fosse maior no caso de Brasil. Nesse país, a base imigratória do operariado estendeu-se mais no tempo do que nos outros países da América Latina, o que se refletiu na imprensa operária em língua estrangeira vigente durante um período maior no tempo. Essa imprensa, e inclusive as organizações operárias baseadas em minorias nacionais, cumpriam no entanto uma função necessária: a de unir e defender uma comunidade que sofria uma dupla exploração: a "normal" do trabalho assalariado, e a exclusão dos direitos políticos e sociais devido a sua condição de estrangeiros - uma legislação especificamente discriminatória contra os estrangeiros foi usada no início do século contra os socialistas e os anarquistas, principalmente na Argentina e no Brasil. Na Argentina, as

seus vícios, que as anulam e não permitem que sejam consideradas úteis para a sociedade em que vivemos". Recabarren, aos 50 anos, suicidou-se.

¹²⁵⁸ Michael Löwy. *O Marxismo na América Latina*. São Paulo, Perseu Abramo, 2000. Victor Alba, tentando estabelecer uma teoria sobre o conjunto da história do movimento operário latino-americano, distinguiu quatro etapas na formação das "ideologias operárias" na América Latina: a) A importação (socialistas utópicos), b) A imigração (exilados das revoluções europeias), c) A naturalização ("*las distintas organizaciones obreras, aunque emplean la retórica importada por los exilados europeos aprendida en las obras de algunos liberales, adaptan esas ideas, en sus programas y en su acción, para utilizarlas en la realidad latino americana*"), d) a formação da doutrina própria ("*surge la necesidad de una interpretación propia de la realidad latinoamericana*").

¹²⁵⁹ Evaristo de Moraes Filho. *O Problema do Sindicato Único no Brasil*. Seus fundamentos sociológicos. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.

sociedades operárias organizaram sua propaganda e agitação em castelhano e também no idioma das principais nacionalidades presentes no país. Os anarquistas foram os que mais folhas em idiomas diversos publicaram, e seu principal diário levou durante certos períodos colunas em italiano e em iídiche. Os socialistas argentinos mantiveram, até 1914, grupos e jornais de propaganda idiomática para as comunidades italianas, alemã e judia-russa.

No mundo árabe-islâmico e no Extremo Oriente, o início da industrialização foi mais tardio, exceção feita do Japão. Esses países foram submetidos a uma ofensiva colonizadora na segunda metade do século XIX, que determinou sua história ulterior, dando um peso decisivo à questão da libertação nacional. Isso se refletiu tanto na organização operária quanto na penetração da Internacional. As guerras do ópio na China, a dominação colonial na Birmânia, as expedições coloniais contra o Sudão ou a Cirenaica reavivaram a consciência nacional, e também as esperanças populares de justiça, devido à brutalidade dos abalos impostos às sociedades orientais tanto quanto à sobrevivência nelas dos regimes autocratas. Os intelectuais “coloniais” queriam romper com uma sociedade fundada na rotina, e procuravam no Ocidente a solução para os problemas de seus países. Modernistas e “ocidentalistas” foram numerosos no Oriente, a partir do final do século XIX. Auxiliares subalternos da administração nos países coloniais, escritores, docentes e estudantes das universidades modernas, médicos, engenheiros, jornalistas, essa nova *intelligentsia* fornecia às ideias socialistas vindas do Ocidente uma zona de influência favorável. Os intelectuais modernos do Oriente viajavam para o Ocidente, liam as línguas ocidentais, mantinham relações com os dirigentes socialistas europeus, escreviam na imprensa ocidental.

Esses intelectuais “modernos” das colônias eram, ao mesmo tempo, patriotas nacionalistas. Não aceitavam o estado de miséria e de dependência de seus países. Não aceitavam a dominação imperialista que se estabeleceu em quase todo o mundo árabe e asiático, excetuando o Japão. Tratava-se de dominação colonial propriamente dita: espanhola e depois norte-americana nas Filipinas, holandesa na Indonésia, francesa no Vietnã, russa na Ásia central e na Transcaucásia, inglesa nas Índias e no Egito. E também de um controle político e financeiro no caso das semicolônias (China, Pérsia-Irã, Turquia). Em todos esses países, o socialismo cresceu paralelo às aspirações dos democratas revolucionários, organizados como a “Jovem China”, o “Jovem Irã”, os “Jovens Turcos”, os “congressistas” da Índia. Mas a penetração imperialista tinha provocado um movimento de industrialização extremamente restrito. A classe operária só começava a aparecer. Mesmo nos lugares em que ela já era importante, nas fábricas de Bombaim ou de Xangai, nas primeiras redes ferroviárias da Índia ou da China, nas docas dos grandes portos coloniais da Ásia, ela só começava a libertar-se do agrarismo; não tinha qualquer experiência de organização e só conduzia lutas económicas. Os socialistas árabes e asiáticos tendiam a considerar o operariado só como uma força auxiliar das forças nacionalistas e republicanas.

As coisas começaram a mudar com a revolução russa de 1905, o que se acentuou com a queda da monarquia chinesa em 1911. Se Sun Yat-Sen, o líder democrático chinês, gravitava em torno das ideias do reformador norte-americano Henry George (que preconizava a “igualação dos direitos sobre a terra”); seus discípulos (Hu Han-Min, Liao Zhong-Kai) tenderam para o *Manifesto Comunista* e a Segunda Internacional. No operariado asiático também começou a se fazer presente o anarquismo. E uma extrema esquerda surgiu também entre os socialistas do Japão (o *Kotoku*). Nos países de oriente, de modo geral, anarquismo, socialismo e republicanismo formavam uma tendência comum.

No Irã começaram a atuar sociedades secretas, que distribuíram panfletos em 1900 e 1901, motivando uma onda de repressão. Surgiu uma nova coalizão política com dirigentes religiosos, membros da corte, e progressistas laicos, que lutava para derrubar o Chá, acusado de vender o Irã aos russos. Surgiu também o partido socialista turco, Edalet, fundado na clandestinidade. Ganhou peso político importante Ahmed Sultan Zadeh (Sultanzadé), agitador que havia vivido na Rússia e era membro do partido socialdemocrata desse país. O grupo

Hemmat (“Ambição”), formado por exilados iranianos em 1904, relacionados com a socialdemocracia russa (POSDR), passou também a atuar no país. Uma cisão formou o grupo *Mujahideen* (Lutador), reivindicando um *majilis* (parlamento), direito ao voto universal, liberdade de imprensa e reforma agrária. Os velhos exilados, junto com o *Mujahideen* formaram o *Hezb-e-adalat* (“Partido da Justiça”), que deu origem, depois, ao Partido Comunista do Irã. A organização, sindical e política, da classe operária, tendeu a se generalizar nos grandes centros operários da Ásia. O internacionalismo proletário ganhava uma base inédita.

Na primeira década do século XX, na Europa, os dirigentes socialistas afirmavam que, no plano institucional, o socialismo ultrapassara o “estado declarativo”, o mero discurso. Disse Jean Jaurès,¹²⁶⁰ em 1902: “Quando o socialismo estava, sobretudo, preocupado em preparar as suas formas gerais, pôde ser útil fazer em qualquer congresso internacional uma revisão dos princípios. Porém, o socialismo já ultrapassou este período. É necessário que ele proceda, para cada problema, à sua análise exata e minuciosa, à crítica precisa das ideias, à procura conscienciosa de soluções”. Durante a *Belle Époque*, entre os estertores do século XIX e os anos que antecederam à Primeira Guerra Mundial, o otimismo da classe operária num progresso que a levaria a um novo mundo, traduziu-se no desenvolvimento de formas alternativas de organização e de atividade política, que seriam para seus protagonistas os embriões de uma sociedade socialista. A autoconfiança da classe operária era visível nas suas manifestações de massa, entre as quais o Primeiro de Maio assumiu a primazia no mundo inteiro; nas suas associações e sindicatos muito mais organizados e institucionalizados; nos seus partidos políticos, chamados de socialistas nos países europeus de língua latina, de socialdemocratas na Alemanha, na Rússia e outros países, ou ainda de “trabalhistas” nos países de língua inglesa.

As iniciativas de greve de todo tipo aumentaram. Nos dois últimos decênios do século XIX estabeleceu-se na Dinamarca uma verdadeira rede sindical nacional promovendo uma luta de classes sem par, que só arrefeceu depois do grande *lock out* de 1899 e do pacto social que se seguiu. Nos anos 1889-1890 houve, na Inglaterra, 2.400 greves. Às vésperas da guerra, em 1911-1913, houve 3.165 movimentos paredistas, mas o número de homens-dia perdidos multiplicou-se por seis vezes. O objetivo primordial dos trabalhadores, a redução da jornada

¹²⁶⁰ Jean Léon Jaurès (1859-1914) foi um dos principais líderes socialistas franceses e europeus. Filho de um negociante frustrado, Jaurès nasceu no departamento do Tarn, e foi educado no liceu Louis-le-Grand e na *École Normale Supérieure* (ENS), em Paris, escolas da elite intelectual francesa. Ingressou nesta última em 1876 (como segundo classificado no concurso de admissão) e obteve sua *agrégation* em filosofia em 1881. Depois de ensinar filosofia por dois anos no liceu de Albi, tornou-se conferencista na Universidade de Toulouse. Foi eleito deputado republicano pelo departamento de Tarn em 1885. Seguiu para Toulouse em 1889, onde ajudou a fundar a faculdade de medicina. Preparou duas teses de doutorado em filosofia: *De primis socialismi germanici lineamentis apud Lutherum, Kant, Fichte et Hegel* (1891), e *De la réalité du monde sensible*. Em 1902 deu apoio enérgico aos mineiros de Carmaux, que entraram em greve como consequência da demissão de um operário socialista, Calvignac; e no ano seguinte foi reeleito para a cadeira de deputado por Albi. Apesar de ter sido derrotado na eleição de 1898 e ter ficado quatro anos sem mandato, seus discursos eloquentes fizeram de Jaurès a figura simbólica do socialismo em toda Europa. Editou o jornal *Petite République*. Em 1898 defendeu energicamente Alfred Dreyfus. Jaurès retornou à Assembleia Nacional como deputado por Albi em 1902, e durante a administração de Combes sua influência parlamentar assegurou a coerência da coalizão radical-socialista conhecida como “o bloco”. Em 1904 fundou o histórico jornal *L'Humanité*. Os socialistas franceses promoveram um congresso em Rouen no mês de março de 1905, que resultou em uma nova correlação de forças; o novo partido, liderado por Jaurès e Guesde, parou de cooperar com os radicais e com os radicais-socialistas, seus membros tornaram-se conhecidos como “socialistas unificados”. Nas eleições de 1906 Jaurès foi novamente eleito deputado por Tarn. Sua popularidade individual já era notória, mas a força do partido socialista ainda necessitava ser avaliada, frente à popularidade de Georges Clemenceau. Jaurès publicou também *Les Preuves* (1900), *Affaire Dreyfus* (1900), *Action Socialiste* (1899), *Etudes Socialistes* (1902), e, com colaboradores, a monumental *Histoire Socialiste de la Révolution Française* (1901). Em inícios da década de 1910, Jaurès viajou pela América do Sul, vindo a fazer célebres conferências em Buenos Aires. Pacifista, Jean Jaurès foi assassinado em um café de Paris, no dia 31 de julho de 1914, por Raoul Villain, um jovem nacionalista francês que desejava a guerra com a Alemanha. No dia seguinte iniciaram-se as mobilizações de guerra. Com Jaurès, morreu a principal voz que, na Europa, se opunha pública e abertamente à Primeira Guerra Mundial.

de trabalho para oito horas, foi atingido em vários países. Entre 1890 e 1913, as horas trabalhadas por pessoa ao ano na Alemanha, França, Inglaterra e Holanda diminuíram de um número que variava de 2.770 a 2.807 para algo entre 2.584 e 2.624. A Inglaterra era o país que tinha as maiores jornadas de trabalho naqueles países, superiores até mesmo a países não europeus como Japão e Estados Unidos. Nessa fase o movimento socialista sentia-se já forte o suficiente para empreender greves gerais políticas, ainda que seus objetivos fossem o de alargar a legalidade, como o tentou fazer a grande greve de 1893 pelo direito universal de voto na Bélgica.

Essas conquistas refletiam duas tendências: o crescimento econômico e industrial, e o incremento da força numérica dos sindicatos operários. Por volta de 1910-1911, a participação do setor industrial na composição da força de trabalho chegava à metade dos trabalhadores belgas ou mais da metade na Grã-Bretanha e na Suíça. Era de 41% na Noruega, 39% na França, 36% na Itália e 30% na Suécia.¹²⁶¹ Entre 1905 e 1913, as inscrições nos sindicatos socialdemocratas, nos países ligados à Internacional Sindical de Amsterdam, passaram de três para quase seis milhões. Apenas na Alemanha, os chamados sindicatos livres haviam crescido de 50 mil a 200 mil inscritos durante as leis antissocialistas (1878-1890) de Bismarck, e depois de sua abolição multiplicaram em mais de três vezes o número de seus filiados no último decênio do século XIX, atingindo 680 mil, um número semelhante àquele obtido pelos sindicatos ingleses.

O crescimento dos sindicatos foi espetacular em quase todos os países. Nos países mais industrializados (Inglaterra, Alemanha, França, EUA) o número de sindicalizados passou de 2,2 milhões em 1893, para 5,6 milhões em 1905, 9,6 milhões em 1913, e 22 milhões em 1920: os efetivos sindicais decuplicaram em menos de três décadas, um ritmo de crescimento bem superior ao da própria classe operária. Na Inglaterra, entre 1893 e 1920, o número de sindicalizados passou de 1,6 milhões para 8,3 milhões. Na França, mais lenta, de 0,2 milhões para 1,8 milhões. Nos EUA, em que a industrialização bateu todos os recordes de velocidade, de 0,2 milhões para 4,1 milhões. Mas o crescimento mais rápido foi na Alemanha, onde os sindicalizados eram 0,2 milhões em 1893, para situar-se na casa dos 7,8 milhões em 1920, um crescimento de 4.000%. Nos manuais acadêmicos de economia, o sindicalismo operário começou a aparecer como uma “força econômica”, ao lado dos conceitos tradicionalmente considerados (técnica e ciência, crescimento demográfico, movimentos migratórios, mão de obra, estruturas políticas, crédito, relações entre indústria e agricultura, distribuição do produto e da renda, etc.). A *luta de classes*, expulsa pela porta do pensamento oficial como um conceito “ideológico”, reingressava pela janela...

As cooperativas, por sua vez, experimentaram um incremento sensacional na Inglaterra. O número de seus membros subiu de meio milhão, em 1880, para três milhões, em 1914. Isso já provocava debates no último ano do século XIX. Foi em 1900, no V Congresso Internacional Socialista, que Paul Lafargue,¹²⁶² propôs que as cooperativas não fossem um meio de

¹²⁶¹ Simon Kuznets. *Crescimento Econômico Moderno*. São Paulo, Abril Cultural, 1986.

¹²⁶² Paul Lafargue (1842-1911) nasceu em Santiago de Cuba, filho de uma família francesa de antigos plantadores. Com nove anos chegou à França. Aos 18 anos se declarava republicano, socialista, materialista e ateu. Sua ideologia política inicial era uma mistura de positivismo e proudhonismo. Depois de visitar Londres, onde conheceu Marx, aderiu à Primeira Internacional, integrando seu Conselho Geral a partir de 1866. Enviado à Espanha, lutou contra a influência de Bakunin no movimento operário da península ibérica. Em 1868 casou-se com Laura, filha menor de Marx. Este resistira inicialmente a esse matrimônio, desconfiando do grau de responsabilidade (ou de irresponsabilidade) do potencial genro (de fato, depois de ter ajudado financeiramente Marx durante toda a vida deste, Friedrich Engels, já aposentado, teve que arcar com boa parte dos gastos do casal Lafargue). Em 1872, de novo na Espanha, fundou con Mesa, Mora e Pablo Iglesias o jornal *La Emancipación*, órgão de luta da I Internacional. Lafargue participou da Comuna de Paris, refugiando-se em Londres depois da sua derrota. Passou a acompanhar a atuação de Jules Guesde na França. Anistiado em 1882, regressou à França, onde junto com Guesde liderou o Partido Operário Francês (POF), opondo-se ao anarquismo e ao revisionismo. Eleito parlamentar em 1891, lutou pela unidade do movimento socialista francês, buscando alianças entre blanquistas, guesdistas e outras tendências. Escreveu diversos textos de difusão do socialismo marxista, em especial da crítica da economia

expropriação da classe capitalista, mas de recrutamento e educação socialistas. Condenou as cooperativas de produção e defendeu as de consumo, porque aquelas seguiriam os princípios da concorrência capitalista. Mas suas propostas foram derrotadas.

A Segunda Internacional passou a valorizar também a participação de “intelectuais tradicionais”, membros das “profissões liberais”, no interior dos partidos operários. Estes atraíram alguns cientistas, filósofos e advogados, quando ainda as universidades eram, na maior parte dos casos, impermeáveis ao pensamento marxista. A socialdemocracia, por outro lado, tornava-se cada vez mais envolvida nas instituições de Estado e, portanto, gerava uma vasta burocracia. As oportunidades de carreira política atraíram muitos intelectuais, quando não transformavam trabalhadores em administradores ou parlamentares. Na Inglaterra, onde a votação do Partido Trabalhista aumentara de 500 mil votos para quatro milhões, os líderes sindicais abraçavam cada vez mais a carreira parlamentar. Na Itália, onde os socialistas somavam 50 parlamentares no início da guerra (1914) e já eram 150 em 1920, também cresceu a influência sindical: a CGIL, central sindical dominada pelos socialistas, passou de 500 mil para dois milhões de filiados no mesmo período.

Para o setor de esquerda radicalizado da Internacional era preciso superar o crescente burocratismo dos partidos e dos sindicatos. Novos experimentos de intervenção operária na produção pareciam indicar os elementos que superariam o sindicalismo, restrito à negociação do preço da força de trabalho, e o cooperativismo, cujos dirigentes estavam, no curto prazo, limitados a um horizonte de concorrência dentro do mercado capitalista. Em 1904 surgiram, na Itália, as *comissioni interne* que transitaram, com o tempo, da negociação contratual para a pretensão da gestão direta da produção. A atitude dos partidos socialistas em relação ao parlamentarismo, por sua vez, consistia originariamente em utilizar os parlamentos para a agitação política operária. Considerava-se a participação da ação parlamentar do ponto de vista do desenvolvimento da consciência de classe, isto é, da possibilidade e da oportunidade de despertar a hostilidade das classes proletárias contra as classes dirigentes. Essa atitude se modificou, não sob a influência de uma teoria, mas da prática empírica. A adaptação da tática parlamentar dos partidos socialistas à ação legislativa “orgânica” dos parlamentos e a importância sempre crescente da luta pela introdução de reformas nos limites do capitalismo, a predominância do programa mínimo dos partidos socialistas, a transformação do programa máximo numa plataforma destinada às discussões sobre um “objetivo final” distanciado, configuraram a base sobre a qual se desenvolveram o arrivismo parlamentar, a corrupção, o abandono dos interesses históricos da classe operária.

No congresso da Internacional Socialista realizado em Amsterdã, em 1904, a polêmica revisionista “alemã” teve ainda centralidade. Desta vez o “revisionismo” foi condenado por um “tribunal internacional”. Mas Bernstein e os revisionistas permaneceram nos partidos socialistas e na Internacional, inclusive na sua direção. O congresso aprovou, por unanimidade, a proposta de que em todos os países deveria ser buscada a unidade dos partidos operários e socialistas em uma única organização “visto que existia apenas um proletariado”, mas aconselhava que esta unidade deveria realizar-se “sob as bases dos princípios estabelecidos pelo congresso da Internacional e nos interesses do proletariado mundial”.

No início de século XX, agravaram-se as rivalidades entre os países europeus devido à competição imperialista, abrindo a possibilidade de uma guerra. O mundo colonial também começou a experimentar abalos revolucionários. Em 1898, durante cem dias, um movimento reformador pacífico ocupou o poder em Pequim, no lugar da dinastia Manchú (os “Cem Dias de Pequim”). O fracasso deste movimento sintetizou o drama e a impotência da democracia

política, mas o mais célebre seria um opúsculo editado e reeditado nas mais diversas línguas, *O Direito à Preguiça*, com o qual a memória póstuma de Lafargue seria identificada, para o melhor e para o pior. A 26 de novembro de 1911, Paul Lafargue, e sua esposa Laura, se suicidaram, incinerando-se, e deixando uma nota relativa à “implacável velhice” e à decisão comum do casal de não «transformar-se em carga para si e para os outros». A nota concluía com uma afirmação da próxima vitória do socialismo.

chinesa. A agitação nacionalista voltou a percorrer a China desde inícios do século XX: em 1902 aconteceu a “revolta dos boxers”, uma sociedade secreta que conseguiu organizar e levar à luta anticolonial vastas camadas populares, até ser derrotada por uma intervenção conjunta de vários exércitos imperialistas, que promoveram um autêntico massacre. Em 1905 houve a fusão da Sociedade ou Liga pelo Renascimento da China (Xin Zhong Hui) e da Sociedade ou Liga pela Regeneração da China (Guang Fu Hui), dando vida à Liga Revolucionária de China (Dong Meng Hui), ou Liga Jurada, sob a direção do Dr. Sun Yat-sen. Seu objetivo: livrar a China do duplo jugo representado pela dinastia Qing (manchú) e pelas potências imperialistas, que haviam retalhado a China em concessões territoriais, alfandegárias, comerciais, de transporte, financeiras, e enclaves de extraterritorialidade.

A onda revolucionária que percorria o país teve um ponto alto com o desabamento da monarquia da dinastia Manchú, em outubro de 1911. O edifício imperial estava em ruínas, mas a dominação estrangeira continuava. Era preciso varrer os detritos: essa era a tarefa que cabia ao partido nacionalista encabeçado por Sun Yat-sen,¹²⁶³ nomeado presidente da República Chinesa após a queda da monarquia. A Liga Jurada, encabeçada por Sun, transformou-se então num partido político, o *Kuomintang* (KMT). Em fevereiro de 1912, Sun renunciou à presidência da República em favor de Luã Chi-kai, marechal do império, desde que este se pronunciasse em favor do princípio republicano. O KMT acreditava que a aliança com o exército imperial podia garantir a unidade nacional e a estabilidade política. Luã aceitou, mas em agosto de 1914 dissolveu o Parlamento recém-eleito e tentou, em vão, transformar-se em um novo imperador. Em 1915, o Japão lembrou à China sua verdadeira situação, apresentando as “21 exigências”, apoiadas numa chantagem militar, que transformaram o país numa espécie de semicolônia japonesa. Luã morreu no ano seguinte, e um golpe militar em Cantão chamou novamente Sun Yat-sen para exercer a presidência. Mas a situação do governo central estava muito deteriorada.

O governo de Sun não controlava mais do que uma porção reduzida do território. O controle das outras regiões deslocou-se para as tradicionais elites rurais, que se agrupavam em torno de chefes militares. Várias províncias reivindicavam autonomia, e determinados territórios foram retalhados em “feudos” independentes. Os chefes militares locais (os “senhores da guerra”) lutavam constantemente entre si e impunham todo tipo de arbitrariedades ao povo, como impostos e paralisação de colheitas e trabalhos públicos. O desmembramento da China

¹²⁶³ Sun Yat-sen (1866-1925), fundou em 1894 em Hong Kong a “Sociedade para a Regeneração da China”, para promover o renascimento político da China e fomentar a revolta contra a dinastia Qing e instalar um governo democrático no país. Participou em um levante em Guangzhou em setembro de 1895, uma tentativa fracassada de golpe de estado, pela qual teve que se exilar no Japão. Passou vários anos no exílio naquele país e também na Europa, Estados Unidos e Canadá. Em Londres foi sequestrado em 11 de outubro de 1896 por membros da embaixada imperial chinesa. Ao conseguir libertar-se, passou a ser reconhecido no Reino Unido como líder revolucionário chinês. Em 1905, durante o período japonês de seu exílio, funda em Tóquio a Sociedade da Aliança Unida, a Liga Jurada. Esta sociedade seria o embrião do Kuomintang, o partido nacionalista chinês. Em 10 de outubro de 1911 encontrava-se em Denver (Estados Unidos) quando ocorreu o levante de Wuchang, na província de Hubei, que provocou a queda da última dinastia imperial. Sun voltou à China, dirigindo-se a Nanquim, onde foi designado presidente provisório da nova República da China, em 29 de dezembro. O governo provisório de Nanquim controlava apenas uma parte reduzida do país. Sun chegou a um acordo com Luã Shikai para que este, que controlava o exército no Norte da China, derrotasse finalmente o imperador. Sun permitiu a Luã Shikai converter-se em Presidente da República. Em 1913 Sun tentou afastá-lo do poder, sem êxito, o que levou-o novamente a exilar-se no Japão. Em 1917 voltou à China, estabelecendo-se em Guangzhou, onde foi nomeado presidente do autoproclamado Governo Nacional. Ali, fundou a Academia Militar de Whampoa, dirigida por Chiang Kai-shek, de onde tentou organizar um exército para conquistar o norte da China, ainda em poder de Yuan Shikai. Organizou o Kuomintang como um partido de estilo leninista, mesmo não sendo comunista, o que lhe valeu o apoio do Komintern, que alentou a primeira Frente Unida dos nacionalistas do Kuomintang com o recém criado Partido Comunista Chinês. Em 12 de março de 1925, Sun Yat-sen, aos 60 anos de idade e enfermo de câncer, morreu em viagem a Beijing (Pequim), para onde se dirigia a fim de entabular negociações com os dirigentes do Norte da China em uma tentativa de reunificação nacional. Como principal pioneiro da China republicana, Sun é referido até hoje no país como o “Pai da Nação”.

favorecia a manutenção do poder das potências estrangeiras. O país mergulhou no caos. O fracasso da primeira república chinesa deveu-se à tentativa de unificar e democratizar o país sem afetar os interesses sociais das classes possuidoras (agrárias e comerciais), associadas às potências estrangeiras. As mudanças políticas não resolveram o problema da unidade nacional. A partir de então, a questão da unidade chinesa esteve indissolavelmente ligada aos problemas sociais. A reconstituição da nação não poderia ser feita sem luta frontal contra os “senhores da guerra” e os grandes proprietários, e contra as potências estrangeiras e seus associados nativos.

Os processos revolucionários do século XX, na América Latina, se iniciaram através da substituição da burguesia no comando da nação e na direção das massas revoltadas contra a dominação externa (imperialista). A revolução da América Latina teve seu primeiro grande episódio na Revolução Mexicana de 1910-1919. Liderados por Emiliano Zapata, os camponeses do estado de Morelos levantaram-se contra os latifundiários da região e toda a exploração que estes representavam. Logo o exército do país foi chamado para conter a revolta, que não demorou a espalhar-se para todo o território mexicano.

Em combates sangrentos, com numerosas mortes em ambos os lados, o exército de camponeses comandado por Emiliano Zapata e por seu aliado Pancho Villa foi conquistando os principais estados e cidades do país, minando o poder da grande propriedade agrícola mexicana e a própria força política do ditador Porfirio Díaz, a “tirania latifundiária”. No final de 1910, Díaz foi derrubado para permitir a ascensão de Francisco Madero ao governo. Este, apesar de ter a confiança de Emiliano Zapata, representava os interesses da nascente burguesia mexicana: pouco lhe importava tocar na estrutura agrária latifundiária do país. Na Revolução Mexicana, a influência do socialismo correu paralela à revolta camponesa, através da *Casa del Obrero Mundial* e da atividade dos irmãos Flores Magón, anarquistas e fundadores do Partido Liberal.¹²⁶⁴

A reforma agrária que estava na promessa revolucionária não se realizou, e Zapata voltou ao combate. Reuniu os camponeses, tomou para si mesmo o governo do México em 1914 e iniciou um gradual processo de divisão agrária e reorganização da produção agrícola em pequenas propriedades. Inclusive convocou uma Assembleia Constituinte em 1917, na qual foi aprovada a Lei da Reforma Agrária. No entanto, a burocracia do governo atrapalhava a execução da lei, e a repartição de terras não era executada. A ascensão de governos burgueses, que buscavam a industrialização do Estado; a morte de Zapata numa emboscada em 1919, e a de Pancho Villa quatro anos depois, congelaram o processo revolucionário e a revolta camponesa.¹²⁶⁵ A Revolução Mexicana, porém, impactou toda a América Latina, em especial a América Central, e foi o início de uma série de revoltas anti-imperialistas em diversos países, sacudidos também por crises políticas de seus governos ditatoriais.

A guerra hispano-americana (EUA vs. Espanha) abalou também a América Central e o Caribe, e destruiu os últimos alicerces do império espanhol nas Américas (Cuba e Porto Rico). A perspectiva de uma guerra de alcance mundial abriu-se passo lentamente. A revolução democrática que eclodiu na Rússia czarista em fevereiro de 1905 teve como força dirigente o proletariado, e reacendeu o debate sobre o problema do reformismo e da revolução no

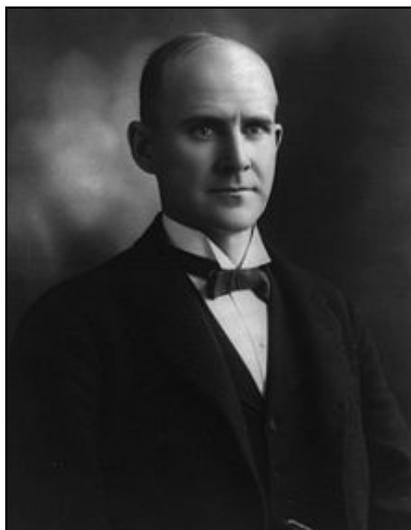
¹²⁶⁴ Cipriano Ricardo Flores Magón (1874-1922) foi um dos mais notáveis anarquistas nascidos no México. Possuía vasto conhecimento das reflexões propostas pelos teóricos do século XIX, Mikhail Bakunin, Pierre-Joseph Proudhon, Max Stirner e Elisée Reclus, bem como da obra de Karl Marx, inspirando-se, sobretudo, nas ideias de Piotr Kropotkin na construção de sua própria concepção de luta revolucionária. Dialogou diretamente com Charles Malato, Errico Malatesta, Anselmo Lorenzo, Emma Goldman e Fernando Tarrida del Mármol, dos quais era contemporâneo. Junto com seus irmãos, Jesús e Enrique Flores Magón, foi fundador e redator do periódico libertário *Regeneración*, bem como do movimento revolucionário conhecido como Partido Liberal Mexicano. Suas ideias tiveram profundo impacto no contexto em que viveu. Atribuiu grande valor ao senso de comunidade e de autonomia existente entre os povos indígenas, sempre militando em seu favor (Cf. Salvador Hernández Padilla. *El Magonismo. Historia de una pasión libertaria, 1900-1922*. México, Ediciones Era, 1984).

¹²⁶⁵ Adolfo Gilly. *La Revolución Interrumpida*. México, ERA, 1994.

movimento socialista internacional. Na Rússia, as consequências da derrota do país na guerra russo-japonesa foram imensas: a revolução de 1905 surgiu diretamente da guerra russo-japonesa. Na ascensão do movimento revolucionário no Império Czarista, a classe média começou a fazer manifestações públicas contra o regime. Ao mesmo tempo, a vitória japonesa fortaleceu as aspirações democráticas (e, sobretudo, anti-imperialistas) na Ásia, incluído o Oriente Médio. Para além das suas consequências políticas imediatas, ela marcou uma virada cultural no maior continente do planeta. A “revolução constitucional” iraniana, por exemplo, começou em dezembro de 1905: os opositores ao regime imperial sabiam que, em outras circunstâncias, Rússia interviria contra qualquer tentativa de derrubar ou ameaçar o governo, mas agora ela estava ocupada com a guerra (e depois com a revolução).

Testemunhar e constatar como o único poder constitucional asiático (o Japão) derrotava à única grande potência europeia não constitucional criou uma nova imagem da Ásia; o Japão vencendo o aparentemente onipotente Ocidente, fazia surgir no Irã, e em outros lugares da Ásia, o conceito de constituição como “segredo da força”. A queda da monarquia na China, em 1911, abriu um processo de revolução nacional e democrática no país de maior população do planeta, com consequências históricas continentais.

Nos países avançados, a burguesia via-se obrigada a ensaiar novos agrupamentos políticos em virtude da ascensão dos partidos operários (socialistas), que se estruturavam como verdadeiras “sociedades dentro da sociedade”, com um imenso sistema de clubes esportivos, associações culturais e outras “organizações colaterais”: na Alemanha, o SPD tinha 4 milhões de eleitores, 111 deputados, uma rede de sindicatos, cooperativas, escolas, assim como também as tinham o “trabalhismo” (*Labour Party*) na Inglaterra ou a SFIO (partido socialista, *Section Française de l'Internationale Ouvrière*) na França. O socialismo começava a se desenvolver fora da Europa: na Rússia, nos EUA (6 % dos votos para o candidato socialista Eugene Debs nas presidenciais de 1912), no Japão. Nos países periféricos, em troca, reforçava-se a concentração agrária e o atraso rural, que se combinava em alguns deles com uma forte concentração industrial, dominada pelo capital estrangeiro, provocando um aguçamento cada vez mais insuportável das contradições de classe.



Eugene V. Debs, *wasp* norte-americano e líder socialista, duas condições em princípio incompatíveis

O primeiro plano, porém, tendia a ser ocupado pelas contradições “inter-imperialistas”, em especial entre as velhas potências (França e Inglaterra, Rússia, Holanda e Bélgica em menor medida) e as novas potências em expansão (Alemanha e EUA): “O coração da Europa estava ocupado por um país que, em poucas décadas, tornou-se o mais industrializado, cuja velocidade de desenvolvimento industrial e comercial ultrapassa à dos países industriais mais antigos, que apareceu nos mercados mundiais no momento em que os territórios antes livres da dominação europeia já estavam todos ocupados, como colônias ou semi-colônias dos

Estados industriais mais antigos”.¹²⁶⁶ Nessa situação, para a Alemanha só restavam duas possibilidades: a constituição de um bloco colonial fora da Europa, ou uma expansão territorial em direção da Turquia, ao longo da linha Berlim-Belgrado. Ambas possibilidades se chocavam diretamente com as posições britânicas. O centro do mundo capitalista abrigava contradições explosivas.

Os abalos na China, Rússia, Oriente Médio e Ásia Central, América Latina, definiam uma nova época: a periferia do mundo capitalista, que era a maior parte do planeta, também entrava em convulsão, pouco após a penetração do capitalismo em todas suas esferas econômicas e sociais. Uma nova era histórica se perfilava no horizonte do mundo: Kautsky podia constatar que “quando Marx e Engels escreviam o *Manifesto Comunista*, o teatro da revolução proletária se limitava para eles à Europa ocidental. Hoje abarca o mundo inteiro”.¹²⁶⁷ A revolução russa de 1905, ocupando o centro do palco político europeu, ajudou a demarcar mais claramente os campos em que se dividia o socialismo internacional: os reformistas e os revolucionários. O lugar onde essa cisão se desenvolveu mais profundamente, em todos os sentidos, estava situado exatamente a cavalo entre a Europa e a Ásia, e era nada menos do que o maior país do planeta.

¹²⁶⁶ Fritz Sternberg. *El Imperialismo*. México, Siglo XXI, 1979.

¹²⁶⁷ Karl Kautsky. *O Caminho do Poder*. São Paulo, Hucitec, 1979, p. 107.

44. CAPITALISMO PERIFÉRICO: A RÚSSIA

*Para eles (os pedantes), a história de uma nação capitalista repete, com divergências um pouco maiores ou menores, a história de outra. O que eles não veem é que o mundo hoje sofre um processo unificado de desenvolvimento capitalista que absorve todos os países que encontra no seu caminho e cria neles um amálgama social combinando as condições locais e gerais do capitalismo cuja natureza não pode ser definida por clichês históricos, mas apenas através de uma análise materialista (Leon Trotsky, **História da Revolução Russa**)*

*A nova Rússia tomou um caráter particular em consequência do fato de que ela recebeu o batismo capitalista, na segunda metade do século XIX, do capital europeu que se apresentou sob sua forma mais concentrada e mais abstrata, como capital financeiro (Leon Trotsky, **1905**)*

A exportação de capitais, um dos meios encontrados para sair da plethora (e consequente falência) de capitais provocada pela “grande depressão” nas metrópoles capitalistas, criando um sistema imperialista especificamente capitalista,¹²⁶⁸ incorporou rápida e violentamente diversos países e regiões à economia capitalista mundial, introduzindo também de modo rápido as relações capitalistas de produção em suas economias e sociedades. Os principais teatros da expansão capitalista foram, como já vimos, a América (os EUA) e também a Rússia: “Ambos os países proviam a Europa de matérias-primas sendo ao mesmo tempo mercado para a venda de seus produtos industriais. De uma maneira ou de outra, eram, portanto, pilares da ordem europeia vigente”.

Isto mudou na segunda metade do século XIX. A exportação de capital alterou decisivamente as relações entre as classes, e as relações internacionais, em primeiro lugar na própria Europa. Marx e Engels, no prefácio à edição russa do *Manifesto Comunista*, de 1882, constatavam: “E a Rússia? Durante a revolução de 1848-49, os príncipes e a burguesia europeia viam na intervenção russa a única maneira de escapar do proletariado que despertava. O Czar foi proclamado chefe da reação europeia. Hoje ele é, em Gatchina, prisioneiro de guerra da revolução, e a Rússia forma a vanguarda da ação revolucionária na Europa”. *O Capital*, publicado inicialmente em 1867 na Alemanha, recebeu sua primeira tradução no estrangeiro na Rússia, em 1872.

A diferença fundamental entre a Rússia e a Europa Ocidental era a estrutura econômica primitiva e a lentidão da evolução social da primeira. O Estado russo, governado por uma autocracia que se aproximava do despotismo asiático, esteve, desde a sua origem, sob a pressão das potências ocidentais. O Império Russo, maior império e maior Estado de todos os tempos em área contínua, foi fundado no século XIV, com a derrota dos ocupantes tártaros. Sua raiz foi principado de Moscou, que liderou o processo de formação do futuro Estado russo. Expandiu-se até ao Oceano Pacífico entre os séculos XVII e XIX. Enquanto o comércio entre as nações era ainda pouco considerável, foram as relações militares as que exerceram a influência externa principal sobre a Rússia. Não foram os impulsos procedentes da própria sociedade russa, mas a pressão militar das potências europeias a que deu forma e natureza ao Estado russo. A necessidade de se manter contra inimigos melhor armados (no começo, principalmente a Lituânia, a Polônia e a Suécia) forçou o Estado russo a criar uma indústria militar. Isso não impediu que, na guerra da Crimeia (1853-1858), Rússia fosse derrotada pelos corpos expedicionários franco-britânicos, que a impediram de atingir Constantinopla e ter acesso ao Mediterrâneo. O primeiro grande fracasso do expansionismo russo teve enormes repercussões na sua política interna.

O Estado importou técnicos e especialistas na arte militar estrangeiros, até começar a formá-los tardiamente no século XIX, assim como também quadros para a crescente burocracia estatal. Os recursos materiais para isso eram extraídos do próprio país, o que significava

¹²⁶⁸

Cf. Victor Testa. *El Capital Imperialista*. Buenos Aires, Fichas, 1975.

cobrança de impostos enormes às classes burguesas em vias de formação, e principalmente aos camponeses e pequenos comerciantes que se viram em grande medida forçados a escolher entre a fome e a fuga, o que levou a que se registrasse, durante o século XVII, uma diminuição da população russa. No final século XIX ainda, entre 1885 e 1913, verificou-se um aumento bruto na tributação: houve um aumento de 1,78 vezes da incidência de impostos totais per capita. No imposto indireto, o imposto sobre consumo, o aumento foi de mais de três vezes. Durante esses 30 anos, houve uma política de substituição de impostos diretos por impostos indiretos. Se em 1885, os impostos indiretos eram 37,91% do total, em 1913, perfaziam 64,22%, onerando a população trabalhadora, em especial os camponeses.

A percentagem das receitas do Estado destinados ao setor militar foi sempre, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, superior a 50%, chegando até 85%. Quando, sob a czarina Catarina II, *a Grande*, o Estado encontrou a possibilidade de completar seu financiamento através de empréstimos externos, somou-se à pressão militar a pressão financeira da Europa ocidental: “O financiamento da industrialização russa diferiu do Japão; na Rússia foi maciça a entrada de capital estrangeiro, não somente por meio de empréstimos oficiais e na construção ferroviária, mas também por investimentos diretos na indústria e por empréstimos aos bancos russos”.¹²⁶⁹ Essa é a diferença entre o capitalismo “tardio” (Japão) e o capitalismo “periférico” (Rússia). Ao lado da inflação desenfreada da dívida pública devido aos empréstimos, o Estado russo continuava absorvendo, comparado ao Ocidente capitalista, uma porção relativamente muito maior da fortuna pública, minando as bases de desenvolvimento das classes possuidoras e retardando o processo já lento de diferenciação social, configurando “um Estado forte, centralizado e burocrático, carente de mediação de qualquer grupo social capaz de constituir uma ponte social, econômica e política entre ele e as massas camponesas”.¹²⁷⁰

Esse mesmo Estado, que retardava o desenvolvimento de classes burguesas, procurava simultaneamente apressar sua formação, de cujo apoio necessitava: “Para existir e dominar, o Estado tinha necessidade de uma organização hierárquica de estados (grupos da sociedade pré-capitalista que possuem direitos e deveres particulares definidos por lei). Daí porque, apesar de minar as bases econômicas que teriam permitido a hierarquização, o Estado procurava impô-la através de medidas governamentais”.¹²⁷¹ A intenção do Estado era aproveitar o desenvolvimento dos grupos econômicos para seus próprios fins específicos, militares e financeiros; a dos grupos econômicos dominantes era utilizar o Estado para consolidar suas vantagens sob a forma de “privilégios de Estado”. A resultante desse jogo de forças foi bem mais favorável ao poder do Estado do que o foi na Europa ocidental, o que explicou a elevação do Estado russo acima da sociedade e a manutenção das forças produtivas em um nível baixo, dificultando a acumulação e, conseqüentemente, o crescimento da divisão do trabalho.

Não havia na Rússia uma separação clara entre a agricultura e o artesanato, que se encontrava tão disperso pelo campo quanto a própria produção agrícola. Sem se separar da agricultura, o artesanato conservou seu caráter de pequena indústria local e jamais chegou a formar, como no Ocidente medieval, cidades comerciais dedicadas ao artesanato. O comerciante nômade russo - intermediário entre produtores e consumidores igualmente dispersos, que exercia um papel importante na economia - não realizava a concentração do capital comercial em grandes centros e nunca ocupou um lugar análogo ao do comerciante europeu ocidental. O comércio russo mal chegara a se desenvolver e já se encontrava sob a ação direta do capital comercial europeu, dando um caráter semicolonial a todo o movimento de negócios, no qual o comércio russo era intermediário entre as cidades do Ocidente e os vilarejos russos. Do início do século

¹²⁶⁹ Carlos A. Barbosa de Oliveira. *Processo de Industrialização*. Do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo, Editora Unesp, 2003, p. 254.

¹²⁷⁰ Eric J. Hobsbawm. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

¹²⁷¹ Leon Trotsky. *1905*. Paris, Seuil, 1969, p. 20.

XVIII até meados do século XIX, o Império Russo tinha 95% da sua população no campo. Houve uma queda acentuada da população rural no período entre 1859 e 1897 (depois da abolição da servidão) quando, ainda assim, o campo ainda abrigava 87,4% da população.

Ao atraso e opressão da enorme população rural-camponesa (os *mukhiks*), a autocracia czarista acrescentava o jugo sobre as populações alógenas conquistadas que faziam parte do Império, as quais constituíam nacionalidades à parte, oprimidas pelos “grandes russos”, tendo algumas delas conhecido no passado um importante desenvolvimento estatal autônomo. Em seu apogeu o Império Russo incluía, além do território “eticamente” russo, os Estados bálticos (Lituânia, Letônia e Estônia), a Finlândia, o Cáucaso, a Ucrânia, a Bielorrússia, boa parte da Polônia (ou seja, do antigo reino da Polônia), a Moldávia (Bessarábia) e quase toda a Ásia Central. Também contava com zonas de influência no Irã, Mongólia e norte da China.

O Império Russo estava dividido em 81 províncias (*guberniyas*) e 20 regiões (*oblasts*). Vassallos e protetorados do Império incluía os khanatos de Khiva, Bukhara e Tuva. A maior população judia do mundo, além disso, se encontrava na Rússia, onde vivia segregada e marginalizada em zonas de residência (*pale*), e era frequentemente submetida a massacres (*pogroms*) das “Centúrias Negras”, alentados pelo czarismo para desviar em sentido antissemita a revolta camponesa contra as condições de vida. O Império Russo foi o primeiro a praticar o antissemitismo como política de Estado (foi um membro da polícia política czarista quem redigiu os apócrifos *Protocolos dos Sábios de Sião*, peça maior da literatura antissemita mundial). Na segunda metade do século XIX, por sua vez, a independência da Polônia era para os democratas europeus uma causa tão sagrada quanto a fora a independência da Grécia do Império otomano na primeira metade.

As cidades russas modernas surgiram na segunda metade do século XIX, com a transformação completa de seu papel econômico e de sua estrutura interna de classes. No início do século XVIII, a população urbana russa somava em torno de 3% do total do país. No final do século XIX, essa população já somava aproximadamente 13%. O recenseamento de 1897 mostrou que nos 12 anos precedentes o número de habitantes das cidades havia aumentado 33,8%, enquanto que nos vilarejos rurais, apenas 12,7%. Até o século XIX, as cidades russas tinham exercido só o papel de centros administrativos e militares sustentados pelo dinheiro público. Sem gerar recursos, a não ser uma escassa concentração de capital comercial, a cidade russa medieval consumia aquilo que lhe era fornecido.

Assim como as cidades, a indústria e as classes capitalistas se formaram em apenas algumas décadas, passando por alto todas as etapas que caracterizaram o processo de formação do capitalismo no Ocidente, como o surgimento do pequeno empreendimento e o crescimento progressivo do “Terceiro Estado”. A diferença entre os processos de industrialização na Europa ocidental e na Rússia aparecia claramente: se na Europa a manufatura havia crescido sobre a base do artesanato, com a participação deste em todo o processo, na Rússia o artesanato rural continuou produzindo para o consumo imediato da população, não para a indústria capitalista, enquanto a indústria era estabelecida utilizando-se da única mão de obra disponível, a dos servos, para trabalhar para o Estado e, em parte, para as altas camadas da sociedade.

Não foi, portanto, nem o artesão nem o pequeno ou grande comerciante que sentiu a necessidade de se criar uma forte e vasta indústria, mas o Estado, que buscou a instalação de manufaturas nacionais a serviço do exército e da frota. A introdução do capital, da técnica e do saber ocidentais conduziu ao fortalecimento da autocracia czarista, freando o desenvolvimento econômico do país e acentuando a servidão como forma de organização do trabalho. A servidão, na medida em que excluía qualquer possibilidade de modernização da produção, foi a causa principal do marasmo que persistia na indústria desde Pedro o Grande. A sua abolição se impôs como necessidade econômica em meados do século XIX. Na medida em que a nobreza agrária era contrária à abolição, a burguesia, ainda muito fraca para defendê-la, e os camponeses mal organizados para impô-la, ficou para o próprio Estado (que tinha sido até o momento o perpetuador do regime de servidão), apoiado pelos burocratas nobres e os

proprietários industriais, a tarefa de levar a cabo a reforma social abolicionista, a “emancipação”.

Em 1861, por esse motivo, e após os desastres militares e políticos da guerra da Crimeia, o czarismo decidiu, por interesses próprios, colocar diante do capital a rota do progresso através da “libertação” dos servos. De 1796 a 1859 a população total dobrara (de 36 a 74 milhões), mas a população de servos permaneceu praticamente a mesma (de 20 a 22,7 milhões). A sua participação percentual diminuiu nesse período de 55,5% a 30,7% do total, ou seja, de metade a um terço da população. Isso significa que os a maioria dos 38 milhões de indivíduos incorporados à população russa entre 1796 e 1859 não integraram a população de servos, e que já existia uma tendência para a queda antes da emancipação em 1861.¹²⁷² A abolição foi um exemplo das *combinações* próprias dos países capitalistas atrasados, isto é, a resolução por uma classe dos problemas que são de interesse objetivo de outra classe social.¹²⁷³



Alexander Nicolaievitch Romanov, Alexandre II da Rússia (1855-1881), o czar “modernizador”

A burguesia liberal, inexpressiva social e politicamente, a tudo assistiu docilmente: “O atraso do conjunto do processo está suficientemente caracterizado pelo fato de a lei da servidão, nascida no final do século XVI, e estabelecida no XVII, atingir seu auge no XVIII, e ser juridicamente abolida apenas em 1861”:¹²⁷⁴ “A partir desse momento abriu-se um novo período de desenvolvimento econômico do país, caracterizado pela rápida formação de uma reserva de trabalho ‘livre’, pelo rápido alastramento do sistema ferroviário, construção de portos, afluxo incessante de capitais europeus, europeização da técnica industrial, crescimento dos incentivos e do crédito, o aparecimento do ouro no mercado, um forte protecionismo e a

¹²⁷² Paul R. Gregory. Economic growth and structural change in Czarist Russia: a case of modern economic growth? *Soviet Studies* vol. 23, nº. 3, Londres, 1972.

¹²⁷³ A resolução por uma classe dos problemas que são próprios de outra, é um dos fenômenos típicos do desenvolvimento desigual e combinado em um país atrasado. O desenvolvimento desigual pode ser observado tanto dentro de fronteiras nacionais, e nesse caso significa a ocorrência de diferentes taxas de crescimento dos ramos da economia, da sociedade e suas instituições, e a presença de traços culturais completamente contraditórios, constituindo a base para a formação das “particularidades nacionais”, ou então entre nações. Daí a razão para se falar num desenvolvimento desigual espacial: expressão geográfica do desenvolvimento desigual. Neil Smith dedicou seu livro *Desenvolvimento Desigual* ao estudo da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista, onde conclui que a desigualdade espacial apenas faz sentido como parte de um todo que é o desenvolvimento contraditório do capitalismo. A lei do desenvolvimento desigual demonstra, acima de tudo, a capacidade de coexistência dos elementos mais díspares e até mesmo contraditórios, remanescentes de etapas históricas passadas, como expressão própria do desequilíbrio e da dinâmica de uma sociedade. Ela explica a fusão de elementos desigualmente desenvolvidos, como forma de superação da desigualdade pré-existente: “Os países atrasados, escreveu Trotsky, assimilam as conquistas materiais e ideológicas das nações avançadas. Mas isto não significa que sigam estas últimas servilmente, reproduzindo todas as etapas de seu passado... Forçado a seguir os países avançados, o país atrasado não se conforma à ordem de sucessão... O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada leva necessariamente a uma combinação original de diversas fases do processo histórico. Aqui, o ciclo apresenta, enfocado em sua totalidade, um caráter irregular, complexo, combinado” (Leon Trotsky. *Histoire de la Révolution Russe*. Paris, Seuil, 1950).

¹²⁷⁴ Leon Trotsky. *Histoire de la Révolution Russe*, ed. cit., p. 42.

inflação da dívida pública”¹²⁷⁵ - tudo isso sob o forte controle burocrático e policial do Estado. A economia russa continuou sob a influência e pressão imediata da economia europeia.

No entanto, o caráter dessa influência se alterava de acordo com o modo de produção dominante na Europa. Na época da produção artesanal e manufatureira no Ocidente, a Rússia havia tomado emprestado da Europa técnicos, arquitetos, contramestres, e artesãos experientes em geral. Quando a manufatura foi substituída pela fábrica, a Rússia se concentrou principalmente em importar máquinas. Finalmente, quando, sob a influência direta das necessidades do Estado, a servidão foi abolida, dando lugar ao trabalho livre, a Rússia abriu as fronteiras para a ação direta do capital industrial. A escassa qualificação da população local levou a grandes migrações, que fizeram com que os russos de origem alemã, por exemplo, se transformassem em uma importante minoria étnica do Império, com um papel destacado nas atividades industriais e como profissionais liberais.

Durante o século XIX, Rússia quase quadruplicou a sua população. De 36 milhões em 1796 passou para 129 milhões em 1897, sendo superada em ritmo de crescimento, no mesmo período, apenas pelos EUA. A partir de 1861, o crescimento populacional da Rússia seguiu o mesmo padrão de crescimento da população das economias capitalistas avançadas. Até o ano de 1897, o avanço imperialista da Rússia rumo a possessões no Ocidente e no Extremo Oriente também mudou a composição populacional do Império em relação ao seu território original. Se, no final do século XVII, apenas 19% da população russa pertencia a territórios conquistados, em 1897, a população do território original e a daquele conquistado perfaziam cada uma 50% de sua população total. O crescimento populacional não se traduziu na transferência da população do campo para as cidades, mostrando apenas no final do século uma leve tendência de diminuição da população rural.

População da Rússia (milhões), 1722-1897									
Incluindo a Polônia, o Báltico e a Finlândia									
Ano	Território Original	%	Territórios Anexos	%	Total	Rural		Servos	
						milhões	%	milhões	%
1722	14	100%	***	***	14	13,5	96,4	***	***
1762	19	100%	***	***	19	14,5 ¹	***	7,6	52,4 ²
1796	29	81%	7	19%	36	34,7	96,4	20	55,5
1815	30,5	68%	14,5	32%	45	43,3	96,2	20,8	46,2
1851	39	58%	28	42%	67	63,6	95	21,7	31,5
1859	45	61%	29	39%	74	69,8	94,3	22,7	30,7
1897	65	50%	64	50%	129	112,7	87,4	0	0

A dependência econômica russa se acentuou assim que as relações capitalistas de produção passaram a predominar na Europa. O resultado da forma particular da evolução industrial na Rússia que, no seu conjunto, “saltou” os períodos do artesanato corporativo e da manufatura,¹²⁷⁶ assim como vários de seus ramos industriais também saltaram parcialmente certas etapas da técnica que no Ocidente haviam exigido décadas para se desenvolver, foi a concentração das forças produtivas na indústria de grande porte: em 1902, 53,6% dos operários estavam alocados em indústrias com mais de 500 operários cada uma, enquanto que na Bélgica apenas 28% deles estavam nessa condição, percentagem esta que não diferia muito das demais nações avançadas; o percentual de operários trabalhando em grandes fábricas (de

¹²⁷⁵ Leon Trotsky. 1905, ed. cit., pp. 26-27.

¹²⁷⁶ Nas palavras de Trotsky: ““O capitalismo não se desenvolveu na Rússia a partir do sistema artesanal. Ele realizou a conquista da Rússia tendo atrás de si o desenvolvimento econômica de toda a Europa. Reduzindo à escravidão econômica este país atrasado, o capital europeu liberava os seus principais ramos da produção e os seus principais meios de comunicação de toda uma série de etapas técnicas e econômicas intermediárias, pelas quais eles tinham tido que passar nos seus países de origem”.

mais de mil empregados) era de 38,5% na Rússia, em comparação com apenas 10% na Alemanha. Isto produzia a ausência de uma hierarquia intermediária entre os grandes dirigentes do capital e as massas populares. A grande indústria não se desenvolveu “normalmente”, organicamente, passando pelas etapas do pequeno artesanato e da manufatura.

O *desenvolvimento desigual e combinado* da sociedade se manifestou, desse modo, com vigor na economia russa; a agricultura russa permanecia praticamente estagnada ao nível do século XVII, a indústria russa, pelo contrário, por sua técnica e estrutura se encontrava ao nível dos países avançados, e em alguns aspectos os ultrapassava: “A característica marcante do processo de modernização da Rússia foi a incrível mistura e a qualidade *caleidoscópica* do cenário econômico em mutação”.¹²⁷⁷ na Rússia coexistiam “todos os estágios da civilização; desde a selvageria primitiva das florestas setentrionais onde os habitantes alimentavam-se de peixe cru e faziam suas preces diante de um pedaço de madeira, até as novas condições sociais da vida capitalista, onde o operário socialista se considera participante ativo da política mundial e segue atentamente os debates do *Reichstag*. A indústria mais concentrada da Europa sobre a base da agricultura mais primitiva”.¹²⁷⁸

O resultado, na política, da insignificância do artesanato e da pequena produção em geral, e do caráter extremamente desenvolvido da grande indústria, foi o afastamento da democracia burguesa para o segundo plano. O artesanato russo, à margem do processo de industrialização, não chegou a constituir, como no Ocidente europeu, o terreno social sobre o qual a democracia burguesa poderia ter se apoiado. A ausência de qualquer espécie de democracia levou por isso à pequena burguesia, sua base social natural na Europa, a adotar métodos clandestinos, conspiratórios e, finalmente, terroristas de oposição política. Em 1825, já, a revolta dos oficiais de baixa patente, os “dezembristas”, duramente reprimida depois de sua derrota, evidenciou o ingresso da Rússia em uma era (um século) de instabilidade política crônica e revoltas sociais e políticas de todo tipo. As revoltas foram mudando paulatinamente de caráter à medida que o capitalismo penetrava na economia e nas relações sociais russas.

A afirmação de que os países atrasados estariam fadados a reproduzir a sucessão das etapas que marcaram a evolução do capitalismo nos países avançados não levava em conta nem a análise das implicações econômicas do capitalismo imperialista, nem a afirmação do próprio Marx a respeito, respondendo à indagação da líder populista russa Vera Zassulitch, quanto à teoria que pretendia que todas as nações do mundo estavam constrangidas pela necessidade histórica a percorrer todas as fases da produção social, escrevendo que “a fatalidade histórica deste movimento está expressamente restringida aos países da Europa ocidental”. As generalizações abstratas sobre um suposto desenvolvimento capitalista mundial uniforme baseavam-se na universalização do “modelo europeu”. A concepção predominante entre os marxistas europeus do final do século XIX e início do XX, que estabelecia que a revolução ocorreria em primeiro lugar nos países capitalistas mais avançados, através da união de condições objetivas e subjetivas que só estariam presentes na Europa industrializada, significava também que as categorias de “revolução burguesa” ou “democrática” e “revolução proletária” eram inconciliáveis e separadas por um muro histórico. A revolução proletária só poderia ocorrer em um país que tivesse passado por uma revolução burguesa, e preparado o terreno para a revolução posterior. Ela não poderia evoluir a partir da revolução burguesa num processo revolucionário contínuo.

Na Rússia, porém, o socialismo de base proletária inexistia, por carecer de base social própria. O *populismo* (*Narodnaia Volia*) surgiu na Rússia por volta de 1870, seus prosélitos eram intelectuais militantes que pretendiam instaurar o poder e o controle coletivos da economia

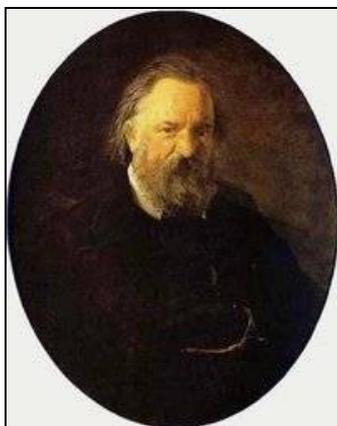
¹²⁷⁷ Herbert J. Ellison. Economic modernization in Imperial Russia: purposes and achievements. *Journal of Economic History*, vol. 25, nº 4, Cambridge, 1965.

¹²⁷⁸ Leon Trotsky. 1905. Paris, Seuil, 1969.

agrária pelas comunidades rurais, derrubando a burocracia e o autoritarismo czarista. O objetivo comum dos populistas era promover a justiça e acabar com as desigualdades sociais existentes. O seu movimento ficou conhecido como o *narodnichestvo*; o termo derivava da expressão russa "*Khojdenie v narod*", "ir para o povo".

Os populistas provinham em geral da classe média-alta: inspiravam-se nos anarquistas ocidentais, pensando poder levar a Rússia ao socialismo devido à existência de comunidades rurais organizadas em torno do *mir* (unidade de produção comunal agrária) que facilitariam sua implantação. A maior parte deles não tinha qualquer afinidade social com os lavradores russos e sua cultura, e muitas vezes nem sequer falavam sua língua, mas tinham a certeza de que no campesinato, na comunidade aldeã, estava a base para uma nova sociedade mais justa e harmônica, pois os camponeses ainda não haviam sido atingidos pela corrupção moral e material advinda do capitalismo industrializado.

Os populistas se inspiravam nas teorias de Jean-Jacques Rousseau, que inspiraram a Revolução Francesa: o homem era bom em sua essência, a sociedade é o que o corrompia. Além da busca pela justiça social e da esperança no campesinato, havia muitas divergências entre os populistas. Um setor mais radical do movimento, que via urgência na revolução, pensava que o povo deveria ser forçado, se preciso fosse, a se revoltar. Propunham a destruição violenta do Estado czarista e depois conduzir eles próprios o processo que levaria a sociedade a um mundo melhor, era uma espécie de blanquismo de base pequeno burguesa e de escopo agrário. Outro setor, mais moderado, condenava essa postura. Alexander Herzen fazia parte da segunda ala. Pensador da geração dos anos de 1840/1850, não compartilhava a ideia de um movimento violento, o povo deveria ser educado e conscientizado da necessidade da revolução. Temia que o processo revolucionário, conduzido por uma minoria de homens mais esclarecidos, independentemente de suas boas intenções, levasse à ditadura de uma elite intelectual, "tão inaceitável quanto àquela do czar".¹²⁷⁹ Tchernichevski, um dos mais influentes pensadores da democracia revolucionária russa do século XIX, também se indagava sobre a questão.¹²⁸⁰



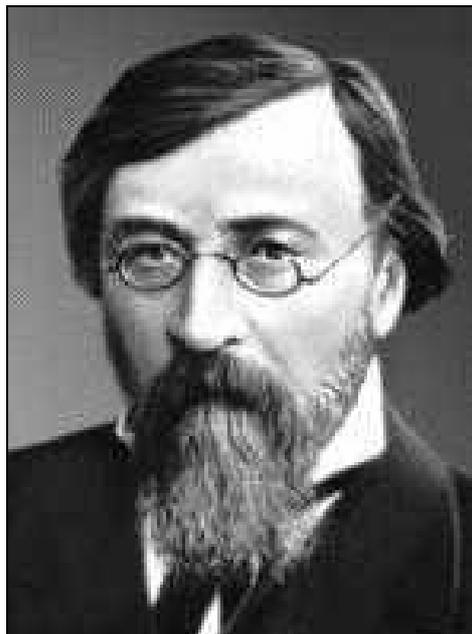
Alexander Herzen

¹²⁷⁹ “Por que a liberdade é valiosa? Porque constitui um fim em si, porque é o que é. Reduzi-la a um sacrifício a algo mais significa simplesmente realizar um ato de sacrifício humano”. “Quem terminará conosco? A senil barbárie do centro ou a selvagem barbárie do comunismo, o sabre sangrento ou a barbárie vermelha?”. “O comunismo varrerá nossas instituições, que serão, como diz delicadamente Proudhon, liquidadas. Lamento (a morte da civilização). Mas as massas não a lamentarão, as massas a quem ela não trouxe nada além de lágrimas, penúria, ignorância e humilhação”.

¹²⁸⁰ “A história ama seus netos, pois lhes oferece o tutano dos ossos, com os quais a geração precedente machucou as mãos, ao tentar quebrá-los”. “Durante nosso século haverá outras batalhas; veremos seus potenciais de êxito. Para o resto, qualquer que seja o resultado, precisamos perceber que mesmo que percamos, nós meramente voltaremos à situação (anterior), o que inevitavelmente dará motivo para novas batalhas. E mesmo se tivermos êxito, não só na primeira batalha- e quem sabe o que irá acontecer? – mas também na segunda, na terceira, talvez na décima, nós ainda não vamos ter alcançando a vitória final, porque os interesses que são defendidos por nossa presente organização social são extremamente fortes”.

Na tentativa de se aproximar dos camponeses, os intelectuais populistas aprenderam a falar como eles; aprenderam também a vestir-se como camponeses e a dançar com eles. Ao chegar às vilas do campo, vestidos apropriadamente como lavradores, cantando e dançando aquilo que tinham aprendido, chegaram mesmo a ser tomados por bruxos pelos camponeses russos. Muitos destes infelizes intelectuais citadinos foram maltratados pelos camponeses. Alguns foram julgados em improvisados tribunais locais. A *Okhrana* (polícia secreta czarista) respondeu também com repressão à agitação populista: revolucionários e camponeses foram espancados, presos e exilados. Ainda assim, os estudantes populistas continuavam a sentir-se responsabilizados pela situação social iníqua do país e achavam que precisavam agir para libertar os camponeses das desigualdades sociais que lhes eram impostas. Esta forma de pensar, de criticar moralmente a sociedade foi “a principal contribuição dos russos à mudança social no mundo”.¹²⁸¹

Milhares de estudantes urbanos se deslocaram para o campo, com vistas a organizar a revolta camponesa, que periodicamente sacudia diversas regiões russas, permanecendo no entanto isoladas entre si. Em breve eles foram confrontados com uma realidade rural que era bem diferente da idealizada. Os *narodniks* tentaram ensinar aos lavradores o imperativo moral da revolta. Porém, não encontraram quase nenhum apoio. Os intelectuais idealizadores deste movimento concluíram que os camponeses russos não eram seus aliados numa revolta vindoura, pois se manifestaram refratários à sua propaganda e às suas doutrinas. Terminado o capítulo de agitação no campo, alguns destes intelectuais enveredaram por uma nova estratégia: o terror político, com a criação do movimento “Terra e Liberdade” (*Zemlia i Volia*) em 1876. A 6 de dezembro de 1876, o movimento populista organizou a primeira manifestação pública da história da Rússia.



Nikolai Tchernitchevsky, autor do primeiro “*Que Fazer?*”

O auge do movimento foi vivido em 1877. Um líder *narodnik*, Stepniak, no entanto, escrevia em 1876 a seu amigo Lavrov: “Não conseguimos nem sequer mudar o pensamento de um entre 600 camponeses, quanto mais de um em sessenta”. “O resultado foi a criação de uma estrutura partidária nesse mesmo ano, que estava mais centralizada do que os círculos frouxos dos anos 1860. Ela recebeu o nome de *Terra e Liberdade*, e deu menos importância à propaganda aberta, para se concentrar nas atividades conspirativas clandestinas”.¹²⁸² Depois

¹²⁸¹ Isaiah Berlin. *Pensadores Russos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

¹²⁸² Orlando Figes. *La Revolución Rusa*. La tragedia de un pueblo (1891-1924). Madri, Edhasa, 2006.

dos métodos da revolução social, os *narodniks* viravam-se agora para os métodos jacobinos da conspiração, do terror e do golpe de Estado em nome do povo. Os escritos do populista Piotr Tkatchov marcaram esta transição.¹²⁸³ O açoitamento dos presos políticos levou a *narodniki* Vera Zassulich a buscar expressar a indignação geral com um atentado contra o general Trepov, responsável principal e visível pela repressão política.¹²⁸⁴

Seu exemplo repercutiu entre a intelectualidade revolucionária, desprovida de apoio de massas. O que começou como um ato de vingança foi elevado a todo um sistema em 1879-1881. Em 1881 o czar Alexandre II foi fatalmente vitimado por uma jovem militante russa, Sofia Perovskaia. O terrorismo, no entanto, apenas reforçou ainda mais o aparato estatal e justificou a intensificação da opressão e da censura. É neste contexto que o marxismo surgiu como alternativa política. Engels chegou a escrever a Plekhánov (considerado o fundador do marxismo russo), em 1895: “Um *narodnik*, um ex terrorista, poderia terminar facilmente como partidário do czarismo”.

As *Memórias de um Terrorista*, de Boris Savinkov, compendiam a maior apologia do terrorismo jamais escrita. No prólogo de sua publicação póstuma, o marxista catalão Andreu Nin explicava que, no autor, “a devoção pelo procedimento, a fé cega na força todo-poderosa do terror, atingiram seu grau máximo”. O livro concluía relatando, de modo detalhado, a descoberta de que o chefe da Organização de Combate dos social-revolucionários russos (SRs), o “partido” dos populistas – e a maior organização terrorista de sua época - Azev, era na verdade um agente policial (que entregara boa parte da organização à repressão da *Okhrana*, a polícia política secreta do Czar). A penetração da polícia acabou dizimando as organizações terroristas. Savinkov concluiu sua trajetória como aliado das forças contrarrevolucionárias (“brancas”) na Rússia dos Soviets: preso pelos bocheviques, suicidou-se na prisão. O “terrorista russo” se transformou em um personagem do imaginário e a literatura mundial (por exemplo, *O Agente Secreto*, de Joseph Conrad).¹²⁸⁵ O manual definitivo do terrorismo, em que o revolucionário era caracterizado como um “morto em sursis”, pois havia renunciado a toda e qualquer recompensa ou aspiração neste mundo, foi redigido pelo anarquista russo Serguei Netchaev (1847-1882) em 1869.¹²⁸⁶

O fracasso de duas décadas de agitação entre os camponeses e, depois, dos atentados terroristas que só conseguiram, mesmo obtendo alguns sucessos ressonantes, endurecer ainda mais o regime czarista sem alentarem ou suscitarem uma rebelião popular contra ele, levou alguns núcleos populistas (Giorgui Plekhánov, Vera Zassulich,¹²⁸⁷ Pavel Axelrod, eram seus

¹²⁸³ Cf. Franco Venturi. *Il Populismo Russo*. Turim, Einaudi, 1952.

¹²⁸⁴ Vera Ivánovna Zassulich (1849-1919) foi militante destacada do movimento populista e, mais tarde, pioneira do movimento socialdemocrata na Rússia. Em 1878 atentou contra Trepov, governador de São Petersburgo. Em 1883, exilada na Suíça, fundou o grupo “Emancipação do Trabalho”, junto com Plekhánov e Axelrod, primeiro grupo marxista russo. Colaborou com Lênin no jornal *Iskra*, mas, no II Congresso do POSDR (1903), aderiu aos mencheviques, dos quais foi um dos máximos representantes até a revolução de 1917.

¹²⁸⁵ No seu romance (escrito em 1907) *O Agente Secreto*, Joseph Conrad tinha como protagonista um grupo terrorista que não possuía outro objetivo que o de cometer atentados. O romance lhe fora inspirado por uma fracassada (real) tentativa de explodir, em Londres, o Observatório de Greenwich, e ele o apresentava como um “simples relato do século XIX”. No grupo não faltava a inevitável presença do agente policial infiltrado, mas o atentado fracassava devido a uma atrapalhão dos próprios executantes. O enredo era, para Conrad, uma reflexão (uma parábola) acerca da “criminal inutilidade (do terrorismo), da sua doutrina, ação e mentalidade, e sobre o desprezível aspecto de uma atitude semidemente, que explora as desgraças patéticas e as apaixonadas credulidades de uma humanidade sempre tão tragicamente disposta a se autodestruir”.

¹²⁸⁶ René Cannac. *Netchaïev, du Nihilisme au Terrorisme*. Aux sources de la révolution russe. Paris, Payot, 1961.

¹²⁸⁷ Foi em resposta a uma carta de Vera Zassulich que Marx incluiu (em carta de 16 de fevereiro de 1881), no prefácio à primeira edição em russo do *Manifesto Comunista* (1881) o seguinte parágrafo: “[Na Rússia], graças a uma excepcional combinação de circunstâncias, a comuna rural, estabelecida em escala nacional, pode ir-se desprendendo de suas características primitivas e se desenvolvendo como elemento da produção coletiva em escala nacional. É precisamente graças à contemporaneidade da produção capitalista que pode apropriar-se de todas as suas aquisições positivas sem passar por suas espantosas peripécias”.

principais representantes) a questionarem a doutrina e a atividade *narodniki* e o terrorismo individual em geral, o que os levou a aderir à doutrina marxista e a dar os primeiros passos na organização de um partido operário (socialista) “nos moldes europeus”, organizando-se inicialmente no grupo “Emancipação do Trabalho”. Que trabalhadores industriais eles pretendiam organizar? Os operários das indústrias que constituíam a classe social que surgiu na Rússia na segunda metade do século XIX se encontravam em condições extremas de exploração: péssimos salários, nenhuma legislação trabalhista nem sindicatos, falta de segurança no trabalho e uma carga horária diária de 12 a 16 horas. A rapidez do crescimento industrial durante alguns períodos (desde 1905 até a Primeira Guerra Mundial a indústria russa quase dobrou de tamanho), longe de constituir prova contra a teoria do atraso russo, comprovava esse atraso ou, nas palavras de Trotsky, “completava-o dialeticamente”.



Serguei Netchaev

Em 1898, houve a primeira tentativa de se fundar um partido socialista, num pequeno congresso, com apenas nove representantes, dos quais seis representavam o *Bund* (“união”), União Judaica Trabalhista de Rússia, Polônia e Lituânia, chamada em iídiche de *Algemeyner Yidisher Arbeter Bund in Lite, Poyln un Rusland*, ou simplesmente *Bund*.¹²⁸⁸ Ao mesmo tempo,

¹²⁸⁸ Em 1882, Leo Pinsker, socialista judeu vinculado ao populismo, diante da extensão e brutalidade dos *pogroms* no Império Russo, passou a defender um Estado (com território) próprio para os judeus, antecipando a ideia do sionismo, fundado só quinze anos mais tarde em congresso internacional em Basileia. O Bund foi organizado em 1897 no congresso constituinte dos grupos socialdemocratas judeus em Vilna, na Lituânia, chamada de “Jerusalém do Leste”; agrupava principalmente os elementos semiproletários dos artesãos judeus das regiões ocidentais da Rússia. Os seus principais líderes eram Arkadi Kramer e Vladimir Medem. No I Congresso do POSDR, o Bund passou a fazer parte do POSDR como «uma organização autónoma, independente nas questões referentes especificamente ao proletariado judeu». No II Congresso do POSDR, tendo este rejeitado as exigências do Bund de ser reconhecido como único representante do proletariado judeu, o Bund abandonou o partido. Foi Leon Trotsky, ele próprio de origem judaica, quem falou contra a pretensão do Bund de se atribuir a representação do proletariado judeu, separado do restante do proletariado do Império russo. O povo judeu, obrigado a viver em províncias periféricas pelo regime czarista, com escassos direitos trabalhistas e educacionais, confinado em pequenas aldeias (*shtetls*), desempenhava tarefas, sobretudo, como artesãos, vendedores ambulantes, domésticos e ouros, de mera sobrevivência. Sete milhões de judeus de Europa do Leste, que falavam iiddische, viviam sua pobreza em uma situação de isolamento cultural. Dessa situação surgiu o que se chamou de “socialismo judeu”, a partir de uma vasta classe trabalhadora oprimida, e de uma intelligentsia aculturada, mas não necessariamente assimilada, influenciada pelo socialismo russo, e depois também pelo nacionalismo judeu sionista. As primeiras organizações socialistas judias apareceram na década de 1870, buscando sintetizar os princípios gerais do socialismo com as necessidades particulares da sociedade judia. Os internacionalistas, inclusive judeus, propugnavam a assimilação dos judeus, as diferenças nacionais desapareceriam na luta de classes. Seus antecedentes eram os judeus que em meados do século XIX questionavam os valores tradicionais, interessando-se pelas ideias constitucionistas de Ocidente e simpatizando com o movimento “dezembrista”, no qual havia ideias socialistas com forte cor jacobina. Foram judeus alguns dos introdutores do marxismo na Rússia, como Pavel Axelrod. Martov, líder dos mencheviques, provinha do Bund, influenciou sobre Lênin e combateu o Bund, criticando-o por nacionalista. A esquerda sionista se desenvolveu na virada do século, propugnando a migração para a Palestina,

importantes greves aconteciam, empreendidas pelos operários têxteis de São Petersburgo, entre 1896 e 1897. O movimento refluíu, e o partido ficou inicialmente no papel, desarticulado pela repressão. Seus principais dirigentes e alguns organizadores buscaram refúgio no estrangeiro, de onde continuaram sua atividade propagandística em direção da Rússia, publicando notadamente o jornal *Iskra* (A Faisca), introduzido e distribuído clandestinamente na Rússia.



Vladimir Ilitch Ulianov, "Lênin"

Já aparecia com destaque o trabalho político e a polêmica teórica de Lênin (codinome de V. I. Ulianov), membro da segunda geração marxista, e irmão mais novo de Alexander Ulianov, que tinha sido enforcado por participar de uma conspiração para assassinar o Czar, desmantelada, como várias outras, pela infiltração policial, fato que marcou decisivamente a vida do futuro dirigente revolucionário, um adolescente no momento em que seu irmão foi vítima da sangrenta repressão czarista, vítima fatal por causa de um atentado que sequer chegara a ser realizado. Lênin, já a partir de 1893 livrava uma batalha em dois fronts: contra o "marxismo legal" (Piotr Struve e o já mencionado Tugan-Baranovski, destacadamente) e, sobretudo, contra os teóricos populistas, partidários de uma variante local da teoria do subconsumo, que justificava uma via diversa para a revolução na Rússia, dado que o capitalismo não teria possibilidades de se desenvolver no país por ausência de mercados de consumo: a velha comuna rural seria, para eles, a base da revolução russa, que daria origem a uma espécie de socialismo agrário.

Em 1895, Lênin foi preso pela polícia czarista e passou um ano na prisão, onde deu forma final ao seu texto *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, que, com análises estatísticas e metodológicas extremamente detalhadas, resumiu e compendiou a polêmica do marxismo russo contra o populismo e o "marxismo liberal" (ou "legal"), aliado autodeclarado da fantasmagórica burguesia liberal russa, defendendo a perspectiva de organizar um partido operário e socialista para tornar independente a política do proletariado na futura e inevitável revolução democrática russa. Objetivamente, ele já deslocara Plekhánov da condição de

com grupos como Hashomer Hatzair, constituído por jovens de classe média "semi-assimilados", destacando-se os nomes de Meir Yaari e David Horovitz. Em 1906, de acordo com a resolução do IV Congresso (de unificação) do partido, o Bund voltou a fazer parte do POSDR. A ambiguidade do Bund foi seu drama: defendia que os trabalhadores judeus pertenciam à terra onde haviam nascido e vivido, mas exigia "autonomia nacional e cultural" para os judeus, uma "autonomia" em que o iiddische seria o idioma nacional. Baseavam-se nas teorias do austro-marxista Otto Bauer a respeito da "autonomia cultural", mas o próprio Bauer, na sua principal obra (*A Questão Nacional e a Socialdemocracia*) negava todo caráter nacional ao judaísmo. O Bund combateu o "territorialismo" (a reivindicação de um "Estado Judeu", com território próprio), o que o enfrentou ao sionismo, considerando-o um movimento utópico liderado por forças reacionárias..

teórico principal da revolução russa, em breve também o deslocaria como seu principal líder político.

Lênin criticou os populistas, que, no tocante ao mercado interno e ao desenvolvimento do capitalismo na Rússia, afirmavam que a mais-valia não podia realizar-se no país, dado que não existiam os pequenos produtores que constituiriam o mercado interno (nem existia o mercado externo), demonstrando que num país onde se desenvolve o capitalismo se produz uma diferenciação entre os pequenos agricultores, transformados em parte em empresários agrícolas ou, a maioria, em proletários assalariados: o capitalismo criava para si o mercado interno. O regime de posse de terras russo ainda tinha características feudais em primeiro plano — apesar do avanço lento, mas consistente, do capitalismo no campo russo desde meados do século anterior. Essa base feudal no campo — latifúndios feudais que obtinham rendimentos a partir da exploração de trabalho em moldes medievais — estava intimamente ligada à superestrutura política czarista, igualmente permeada por elementos feudais ou “asiáticos”.¹²⁸⁹ Varrer o czarismo era condição para o desenvolvimento das forças produtivas, não só para conquistar liberdade política.

Em *A propósito da chamada questão dos mercados*, Lênin afirmava: “O crescimento da produção capitalista e, conseqüentemente, do mercado interno não se faz tanto por conta dos bens de consumo que por conta dos meios de produção... O capital constante existente nos bens de consumo é trocado pelo capital variável e a mais-valia contidas nos meios de produção. Mas de acordo com a lei geral da acumulação capitalista, o capital constante cresce mais rapidamente que o capital variável... O setor da produção social que fabrica meios de produção deve então crescer mais rapidamente do que aquele que fabrica bens de consumo. Assim, o crescimento do mercado interno do capital é, até certo ponto, independente da expansão do consumo individual, e mais dependente do consumo produtivo. Mas seria errado interpretar isso no sentido de uma completa separação de consumo produtivo e individual: o primeiro pode e deve aumentar mais rápido que o segundo (é só nisso que consiste sua ‘independência’) mas, em última instância, o consumo produtivo vincula-se ao consumo individual”.

A produção agrária em bases feudais, na Rússia, seria inexoravelmente substituída por uma produção em moldes capitalistas. Tal processo dava seus passos decisivos no campo, mas o desenvolvimento poderia se realizar por duas vias: “reformista” ou “revolucionária”. O desenvolvimento burguês podia verificar-se tendo à frente as grandes propriedades dos latifundiários, que paulatinamente se tornariam cada vez mais capitalistas e substituiriam os métodos feudais de exploração pelos métodos burgueses; e, também, pode verificar-se tendo à frente as pequenas explorações camponesas, que, por via revolucionária, extirpariam do organismo social a excrescência dos latifúndios feudais e, sem eles, se desenvolveriam livremente pelo caminho da agricultura capitalista dos granjeiros.

A primeira via era inspirada pelo desenvolvimento “prussiano” do capitalismo, no qual os latifúndios feudais alemães se metamorfosearam lentamente em capitalistas, enquanto se produzia a expropriação camponesa com apoio estatal. A segunda via era inspirada no desenvolvimento norte-americano do capitalismo, no qual os grandes latifúndios do Sul foram expropriados pelo Estado durante a guerra civil de 1861-1865, prevalecendo assim o camponês lentamente metamorfoseado em granjeiro capitalista. A Rússia naquele momento ainda estava diante das duas possibilidades. Lênin pretendia combater os programas agrários reformistas de diversas forças políticas russas, que, ainda que não defendessem abertamente os grandes interesses latifundiários, propunham soluções como a partilha de terras, o controle das terras por instituições comunais da velha Rússia agrária, ou a municipalização. Qualquer uma dessas propostas seria incompleta, reformista, antirrevolucionária. A primeira somente

¹²⁸⁹

Vladimir I. Lênin. *El Desarrollo del Capitalismo en Rusia*. Barcelona, Ariel, 1974.

cristalizaria relações de dependência feudais.¹²⁹⁰ A segunda congelaria formas sociais e instituições de velha Rússia. A terceira depositaria a não resolução do problema agrário russo em suas instituições locais e não colocaria em questão a tomada do poder.

Lênin argumentou que a Rússia caminhava de conjunto para o capitalismo: “Com respeito à lentidão ou a rapidez do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, tudo depende com que comparamos este desenvolvimento. Se compararmos com a época pré-capitalista deveremos reconhecer que o desenvolvimento da economia nacional é extraordinariamente rápido com o capitalismo. Se, em troca, compararmos a rapidez do desenvolvimento com o que entendemos ser o nível moderno da técnica e da cultura em geral, devemos admitir que o desenvolvimento do capitalismo na Rússia é, com efeito lento. E não poderia ser de outro modo, pois em nenhum país capitalista sobreviveram com tanta abundância instituições do passado, incompatíveis com o capitalismo, e que freiam o seu desenvolvimento e dificultam a situação dos produtores, os quais sofrem do capitalismo e do insuficiente desenvolvimento do capitalismo”.¹²⁹¹

A proposta de basear a futura sociedade socialista em torno da comuna aldeã e no trabalho artesanal dos *kustari* era, por isso, puro passadismo, um ranço de romantismo conservador no seio do movimento revolucionário. Ainda assim, em *O Programa Agrário da Socialdemocracia*, Lênin afirmava: “O erro de certos marxistas consiste em que, ao criticar a teoria dos populistas, perdem de vista seu conteúdo historicamente real e historicamente legítimo na luta contra o feudalismo. Criticam, e com razão, o ‘princípio do trabalho’ e o ‘igualitarismo’ como socialismo atrasado, reacionário, pequeno-burguês e esquecem-se de que essas teorias exprimem o democratismo pequeno-burguês avançado, revolucionário, e de que essas teorias servem de bandeira à mais decidida das lutas contra a velha Rússia, a Rússia feudal. A ideia de igualdade é a ideia mais revolucionária na luta contra a velha ordem de coisas do absolutismo em geral e contra o velho regime feudal e latifundiário de posse da terra em particular. A ideia de igualdade é legítima e progressista no pequeno-burguês camponês, porque expressa a aspiração à repartição”.

O avanço do capitalismo não só era irreversível como apresentava um fenômeno transcendental: formava a classe operária na Rússia. Existiam já no país quase quatro mil fábricas e meio milhão de trabalhadores industriais em finais do século XIX, com a característica de estarem agregados em torno de Moscou, na província de Vladmir e em São Petersburgo. A industrialização ocorreu basicamente em duas cidades, São Petersburgo e Moscou, que se encontravam na parte ocidental do Império. Com a rápida modernização (urbanização e industrialização) implantada na segunda metade do século XIX e com a abolição da servidão aconteceu uma migração para as cidades, camponeses foram trabalhar como operários nas indústrias, outros continuaram sendo explorados no campo. Com a recuperação econômica mundial da última década do século e o incremento dos investimentos externos, a indústria russa e o proletariado cresceram a passos cada vez mais largos. O proletário russo era, ainda assim, um “anfíbio econômico”, pois não perdera seus laços com a vida rural, à qual voltava nos períodos de desemprego, ou da qual não se afastava quando desempenhava tarefas industriais de caráter sazonal (temporárias).¹²⁹²

No lugar da quase inexistente pequena burguesia russa surgia uma nova classe média, os chamados “profissionais da inteligência”, composta por advogados, jornalistas, médicos, engenheiros, professores e mestres de escola: “No início do século XIX, o sistema universitário

¹²⁹⁰ “O que é nossa “grande” reforma camponesa, o arrebatamento da terra dos camponeses, o estabelecimento dos camponeses em terras medíocres, a implantação do novo regime agrário mediante a força militar, os fuzilamentos e castigos corporais? É a violência exercida pela primeira vez em massa contra os camponeses, em favor do capitalismo nascente na agricultura. É a ‘limpeza das terras’ pelos latifundiários para o capitalismo”, afirmava Lênin, em *Dois Táticas da Socialdemocracia na Revolução Democrática*.

¹²⁹¹ Vladimir I. Lênin. *Op. Cit.*

¹²⁹² Oskar Anweiler. *Los Soviets en Rusia 1905-1921*. Madri, Zero, 1977.

foi criado para suprir o Estado com uma classe dirigente especializada conforme a ciência europeia. Em 1809, a legislação tornou obrigatórios exames de nível universitário para fins de promoção na hierarquia da burocracia civil criada por Pedro, o Grande, em 1720. O decreto de 1834 classificou os oficiais do Estado conforme os três níveis educacionais europeus. Depois de 1864, os *zemstva* competiam com a burocracia do Estado (aumentada em parte para supervisionar os *zemstva*) por médicos, advogados, professores e cientistas graduados das universidades em expansão”.¹²⁹³ Essa camada social, relativamente pouco numerosa e sem independência econômica, apoiada sobre o Estado e incapaz de qualquer oposição política real à autocracia, encontrava seu aliado social não na burguesia mas nos proprietários fundiários, aos quais estava estreitamente vinculada através do serviço do Estado: “Na Rússia, os filhos dos proprietários nobres procuraram cargos na burocracia civil e militar, para compensar a deterioração de suas fortunas agrárias. Após a abolição da servidão em 1861, houve um influxo de fidalgos decadentes para o serviço do Estado”.¹²⁹⁴

A nascente sociedade burguesa russa nunca fora capaz de impor suas reivindicações políticas, e quando ela começou a sentir necessidade de instituições análogas às da Europa ocidental, o Estado czarista já havia assumido a forma de um grande empresário capitalista, apoiado sobre um aparelho burocrático fortemente centralizado. O czarismo, ao se tornar o instrumento da capitalização da Rússia, fortalecia antes de tudo a si mesmo. A incapacidade política da burguesia estava também diretamente determinada pelo caráter de suas relações com o proletariado e os camponeses. Por um lado, ela não podia conquistar o apoio dos operários, que se encontravam em oposição direta a ela na vida cotidiana; por outro, ela foi incapaz de conquistar o apoio da classe camponesa, já que, assim como os proprietários fundiários, rejeitava a transformação (expropriação) da propriedade privada, qualquer que fosse a forma pela qual ela se apresentasse.

A hostilidade das massas em relação à burguesia eliminava quaisquer pretensões burguesas de liderança de uma luta nacional-camponesa contra o czarismo. Se era verdade que a burguesia tinha interesse em obter “um sólido status de ordem civil”, ela tinha ainda mais necessidade do Estado fortemente centralizado que lhe garantia vantagens e privilégios. A revolução democrático-burguesa russa demorou em acontecer exatamente devido à estrutura social da nação. O capital estrangeiro exercia o papel principal na economia russa que, sob o impulso do ministro Witte (1892-1903), se modernizou a um ritmo acelerado, levando adiante uma política sistemática de empréstimos externos e de apelo ao investimento estrangeiro (no início do século XX, mais de um terço das ações das sociedades anônimas russas estavam nas mãos do capital ocidental); o governo desenvolvia os caminhos de ferro e a frota fluvial, fomentava novas regiões industriais, protegia a indústria russa por meio de tarifas protecionistas, criava escolas profissionais, estabilizava a moeda, ligando o rublo ao padrão ouro.

Seu objetivo, incrementar o mercado interno, visava o fortalecimento financeiro *do Estado*. Nas palavras de Witte: “O orçamento do Estado francês é de 1,26 bilhão de rublos para uma população de 38 milhões; o orçamento austríaco é de 1,1 bilhão de rublos para uma população de 43 milhões. Se os nossos contribuintes fosse tão prósperos como os franceses, nosso orçamento seria de 4,2 bilhões de rublos ao invés do atual 1,4 bilhão, e se alcançássemos os austríacos, nosso orçamento seria de 3,3 bilhões de rublos. Por que não podemos o alcançar? A principal razão é a pobre condição de nosso campesinato”. Com a adoção do padrão ouro pela Rússia, os investimentos estrangeiros nas companhias privadas do país passaram de 750 milhões de rublos, entre 1881 e 1897, para 1,85 bilhão, entre 1898 e 1913 (aumentaram 2,5 vezes). A participação do capital estrangeiro no governo e municípios passou de 1,05 bilhão de rublos no primeiro período, para 2,38 bilhões (aumentou 2,3 vezes). Do início ao final do ciclo

¹²⁹³ Patrick L. Alston. The dynamics of educational expansion in Russia. In: *The Transformation of Higher Learning 1860-1930*. Stuttgart, Klett-Cotta, 1982.

¹²⁹⁴ Arno Mayer. *Op. Cit.*, p. 183.

do padrão ouro, que foi abolido em 1914, a participação do capital estrangeiro nas companhias de capital aberto russas passou de 25 para 43%. O ritmo de construção de estradas de ferro contribuiu não apenas na instalação de uma indústria pesada no Império como também para uma maior dinamização de seus mercados interno e externo. Entre 1850 e 1910, a malha ferroviária russa saltou de 488 quilômetros para... 54.752 quilômetros, crescendo em ritmo “norte-americano”.

Somando-se isso ao quadro social interno, a situação trouxe consequências fatais para a política da burguesia russa: “Devido às dívidas contraídas pelo Estado, uma parte considerável do produto nacional era enviado todos os anos ao exterior, enriquecendo e consolidando a burguesia financeira europeia. A aristocracia da bolsa que, nos países europeus, detinha a hegemonia e não tinha o menor escrúpulo em transformar o governo do czar em um vassalo no plano financeiro, não podia e não queria se aliar à oposição burguesa russa, pela ‘boa’ razão de que nenhum outro governo nacional jamais havia lhe concedido tamanhos benefícios usurários como era o caso do czarismo. Assim como o capital financeiro, o capital industrial estrangeiro, explorando as riquezas e mão de obra russas, realizava à força a sua política fora das fronteiras russas, nos parlamentos franceses, ingleses ou belgas”.¹²⁹⁵ O capital industrial que na Europa Ocidental havia erguido a bandeira do liberalismo, na Rússia preocupava-se apenas com a sorte seus investimentos, que lhe parecia melhor assegurada pelo governo absolutista. Nos investidores externos, a França se destacava dos outros. A aliança militar franco-russa acabou se impondo. A 27 de agosto de 1891 foi assinado um primeiro acordo político e depois, a 17 de agosto de 1892, foi assinada uma convenção militar. Mesmo assim, ainda foram precisos cerca de dezoito meses para que os dois governos ratificassem a última convenção.

O liberalismo (expresso pelo Partido Cadete, KDT, composto pelos intelectuais e membros dos *zemstvos*, representações municipais de poder político limitado) sustentava que a prodigiosa preponderância do Estado russo eliminava qualquer possibilidade de revolução democrática, devido à força militar e financeira do absolutismo: “Quanto maior a centralização do Estado e independência em relação às classes privilegiadas, mais rápida será a sua transformação em organização absoluta, elevada acima da sociedade. Quanto maiores forem as forças militares e financeiras de uma organização desse tipo, maiores serão as chances dela prolongar a sua existência. O Estado (russo) centralizado... com um exército permanente de um milhão de homens pôde continuar existindo por muito tempo depois de ter deixado de satisfazer as exigências mais elementares do desenvolvimento social (...) O poder administrativo, militar e financeiro do absolutismo, que lhe possibilitou existir a despeito da evolução social, longe de impedir toda revolução, como acreditava o liberalismo, fazia da revolução, ao contrário, a única questão admissível, sendo que, quanto maior o abismo entre o poder e as massas populares engajadas no novo movimento econômico, mais radical deveria ser o caráter dessa revolução”.¹²⁹⁶

Assim, “o proletariado deu seus primeiros passos nas condições políticas de um Estado despótico. Greves interditas pela lei, círculos clandestinos, proclamações ilegais, manifestações de rua, choques com a polícia - foi essa a escola criada pela combinação de um capitalismo em rápido desenvolvimento e um absolutismo que cedia lentamente as suas posições. A concentração dos operários em empresas gigantescas, o caráter igualmente concentrado da opressão exercida pelo Estado, enfim, toda a força impulsiva de um proletariado jovem e *de plein fraîcheur*, fizeram da greve política, tão rara no Ocidente, o método essencial de luta na Rússia”. Os números das greves operárias desde o início do século eram os indícios mais instrutivos da história política da Rússia: um milhão e meio de operários

¹²⁹⁵ Leon Trotsky. 1905, ed. cit., p. 48.

¹²⁹⁶ *Idem*, pp. 20-23.

em greve em 1905 num país atrasado onde o proletariado era pouco numeroso - “o movimento de greve assume uma amplitude que jamais teve em nenhum lugar do mundo”.¹²⁹⁷

A virada do século testemunhou uma forte crise social de bases econômicas: “O grande surto industrial dos anos 1890 terminou com a depressão de 1900. A crise tem sido amplamente reportada como uma crise de superprodução, como um crash financeiro ou como resultado de condições desfavoráveis fora da Rússia... Qualquer dessas explicações estariam incompletas e de fato bastante superficiais sem se levar em consideração a exaustão da capacidade de pagamento de tributos dos camponeses. Pela primeira vez desde os dias da emancipação, a agitação camponesa assumiu maiores proporções”.¹²⁹⁸ As condições para uma inédita (na história russa) aliança operário-camponesa, se preparavam. Em 1899, Lênin escrevia: “Nos últimos anos, as greves operárias são extraordinariamente frequentes na Rússia. Não existe nenhuma província industrial onde não tenha havido várias greves. Quanto às grandes cidades, as greves não cessam. Compreende-se, pois, que os operários conscientes e os socialistas se colocam cada vez mais amiúde a questão do significado das greves, das maneiras de realizá-las e das tarefas que os socialistas se propõem ao participarem nelas”.

Depois da dispersão dos grupos que haviam se unificado formalmente no congresso de fundação do POSDR, uma espécie de “unidade” existia através da referência comum aos socialistas russos exilados, liderados por Plekhánov: “Até então o grupo de Plekhánov havia se preocupado principalmente do problema de orientação teórica, pelo motivo de não existir nenhum partido político que se identificasse com a teoria de Marx e que procurasse difundir essa doutrina entre as massas populares”.¹²⁹⁹ Em *Nossa Tarefa Imediata*, Lênin definia que “o partido não deixou de existir; apenas se recolheu em si mesmo, para reunir forças e encarar a tarefa de unificar a todos os socialdemocratas russos em um terreno firme. Realizar essa unificação, elaborar as formas convenientes, deixar de lado definitivamente o fracionado trabalho local: tais são as mais imediatas e essenciais tarefas dos socialdemocratas russos”.

Quando se celebrou o Congresso do POSDR (Partido Operário Socialdemocrata da Rússia) de 1903 (chamado de “segundo congresso”), celebrado no exterior (Bruxelas e Londres) para fugir da repressão, três batalhas ideológicas já haviam sido travadas e resolvidas pelos socialistas russos, e formaram a base do programa do partido, unanimemente adotado. Frente aos *narodniki*, o POSDR considerava o proletariado e não os camponeses como a classe dirigente da revolução futura; frente aos “marxistas legais”, predicava a ação revolucionária e negava qualquer compromisso político estratégico com a burguesia; frente aos “economicistas”, ala do socialismo russo que pretendia limitar a ação do proletariado à luta econômica (por falta de condições para a agitação política legal), sublinhava o caráter essencialmente *político* do programa do partido: “*Pressuposto indispensável da revolução social é a ditadura do proletariado, a conquista de um poder político pelo proletariado que lhe permita reprimir toda e qualquer resistência, oposta pelos exploradores. A Socialdemocracia Internacional que coloca a si mesma a tarefa de capacitar o proletariado a cumprir sua missão histórica, organiza-o em um partido político independente, oposto a todos os partidos burgueses, dirige todas as expressões de sua luta de classes, revelando-lhe o antagonismo inconciliável existente entre os interesses dos exploradores e os dos explorados e esclarecendo-lhe o significado histórico, bem como os pressupostos necessários da revolução social vindoura*”.

O programa aprovado era extremamente detalhado no que concernia às reivindicações agrárias e camponesas: 1. a abolição dos pagamentos nobiliários e dos juros fundiários, bem como de todos os deveres que oneram, atualmente, o campesinato, enquanto estamento tributável ; 2. a supressão de todas as leis que restrinjam a utilização pelos camponeses de sua

¹²⁹⁷ Leon Trotsky. *Histoire de la Révolution Russe*, ed. cit., p. 72.

¹²⁹⁸ Alexander Gerschenkron. *Economic Backwardness in Historical Perspective*. Washington, Frederick Praeger Publisher, 1962.

¹²⁹⁹ Christopher Hill. *Lênin*. Buenos Aires, CEAL, 1987, p. 8.

terra ; 3. a restituição dos valores pecuniários aos camponeses que lhes foram subtraídos na forma de pagamentos nobiliários e juros fundiários. Confiscação da propriedade e da posse dos mosteiros e da Igreja, como também dos bens dos senhores feudais e das pessoas pertencentes à família do Czar e ao seu gabinete e, ao mesmo tempo, a ocupação dos latifúndios da nobreza que se valeram de empréstimos nobiliários, com base na instituição de impostos sobre a terra. Transferência das somas obtidas dessa forma para um fundo nacional especial destinado à satisfação das necessidades culturais e beneficentes das comunidades dos vilarejos; 4. a constituição de comitês de camponeses : a. visando à devolução à comunidade do vilarejo (mediante expropriação ou – caso a terra tenha sido transmitida de mão em mão – mediante a recompra pelo Estado, às custas do proprietário fundiário nobiliário) das parcelas de terra que, na supressão da servidão, foram destacadas da terra do camponês e servem, nas mãos dos proprietários fundiários como meio de sua submissão; b. visando à transmissão daquele solo à propriedade dos camponeses no Cáucaso que o utilizam enquanto obrigação transitória, *khisanen*, etc. ; c. visando à supressão dos resquícios das relações de servidão que, permaneceram mantidas nos Urais, no Altai, na região ocidental e em outras regiões do Estado; 5. a autorização para os tribunais reduzirem valores excessivamente elevados de arrendamento e declararem nulos os contratos com caráter de vassalagem.

O Congresso de 1903 dividiu-se politicamente, o que fez surgir o *bolchevismo* (“maioria”). Depois que sete delegados abandonaram o Congresso, ficaram 44 delegados com direito a voto: Lênin passou a constituir uma maioria de 24 contra 20, contra a inicial maioria (27x24) de seus adversários, conseguindo a admissão de sua própria lista candidatos ao Comitê Central. Houvera uma divergência entre Lênin e Martov no Congresso, a respeito do primeiro artigo do estatuto partidário. Martov (líder dos *mencheviques*, ou “minoría”) propunha: “É membro do POSDR quem aceita o seu programa e sustenta o partido, materialmente ou mediante uma cooperação regular desenvolvida sob a direção de um de seus organismos”. Ao que Lênin respondeu propondo: “É membro do partido quem aceita seu programa e sustenta o partido, materialmente ou através da sua *participação pessoal* na atividade de um de seus organismos”.

Duas correntes, duas concepções de partido, vinculadas a duas concepções da revolução, se manifestavam: “O caráter burguês da revolução não deixava, porém, prever que classes deveriam realizar as tarefas da revolução democrática e que forma tomariam então, as relações entre as classes. Era esse, no entanto, o ponto de partida de todos os problemas estratégicos fundamentais. Plekhánov, Axelrod, Zassulitch, Martov e, com eles, todos os mencheviques russos, partiam do ponto de vista de que o papel dirigente numa revolução burguesa só podia pertencer à burguesia liberal, na qualidade de pretendente natural do poder. Segundo esse esquema, cabia ao partido do proletariado o papel de ala esquerda da frente democrática: a socialdemocracia devia sustentar a burguesia liberal na luta contra a reação, mas defender, ao mesmo tempo, os interesses do proletariado contra a burguesia liberal. Em outras palavras, os mencheviques consideravam a revolução burguesa, sobretudo, como uma reforma liberal e constitucional”.

Do outro lado: “Lênin formulava o problema de modo inteiramente diverso. A libertação das forças produtivas da sociedade burguesa do jugo da servidão significava antes de tudo, para ele, a solução radical do problema agrário, no sentido de uma liquidação definitiva da classe dos grandes proprietários fundiários e de uma transformação revolucionária no domínio da propriedade fundiária. Tudo isso estava indissolúvelmente ligado à abolição da monarquia. Lênin colocara o problema agrário, que tocava nos interesses vitais da enorme maioria da população e que constituía, ao mesmo tempo, a base do problema do mercado capitalista, com uma audácia verdadeiramente revolucionária. Uma vez que a burguesia liberal, que se opunha aos operários, estava ligada à grande propriedade fundiária por laços numerosos, a libertação verdadeiramente democrática da classe camponesa só podia realizar-se pela cooperação revolucionária dos operários e camponeses. Em caso de vitória, essa revolta

comum contra o antigo regime devia acarretar, segundo Lênin, a instauração da "ditadura democrática do proletariado e dos camponeses"¹³⁰⁰.

Em decorrência, Lênin propunha uma organização política de revolucionários profissionais, conspirativa e centralizada, que fosse ao mesmo tempo uma organização operária, com ampla margem para o debate interno (mas com plena unidade de ação). Se o primeiro aspecto foi enfatizado, foi por entrar em choque com os partidários de um partido "laxo", que os bolcheviques não consideravam adaptado às condições russas. Para Lênin, o revolucionário "não deve ter por ideal o secretário do sindicato, mas o tribuno popular, que sabe reagir contra toda manifestação de arbitrariedade e de opressão, onde quer que se produza, qualquer que seja a classe ou camada social atingida, que sabe generalizar todos os fatos para compor um quadro completo da violência policial e da exploração capitalista, que sabe aproveitar a menor ocasião para expor diante de todos suas convicções socialistas e suas reivindicações democráticas, para explicar a todos e a cada um o alcance histórico da luta emancipadora do proletariado".

No texto citado acima, *Que Fazer?* (1902), cujo título "expropriava" o título de um romance social do democrata revolucionário Tchernichevski, Lênin afirmava que "o desenvolvimento espontâneo do movimento operário marcha precisamente para sua subordinação à ideologia burguesa. Porque o movimento operário espontâneo é trade-unionista (sindicalista). Tudo o que inclinar-se perante a espontaneidade do movimento operário, tudo o que seja diminuir o papel do 'elemento consciente', o papel da socialdemocracia, significa - independentemente da vontade de quem o faz - fortalecer a influência da ideologia burguesa sobre os operários". Mas, ao mesmo tempo, definia que "o elemento espontâneo não mais do que a forma embrionária do consciente. E os motins primitivos refletiam já certo despertar consciente": "A classe operária tende espontaneamente para o socialismo, mas a ideologia burguesa, a mais difundida (e constantemente ressuscitada sob as formas mais diversas) é contudo aquela que mais se impõe espontaneamente aos operários".

Em 1904, Rosa Luxemburgo criticou o "ultra centralismo" leninista em *Questões de Organização da Socialdemocracia Russa*, afirmando: "Não é partindo da disciplina nele inculcada pelo Estado capitalista, com a mera transferência da batuta da mão da burguesia para a de um comitê central socialdemocrata, mas pela quebra, pela extinção desse espírito de disciplina servil, que o proletariado pode ser educado para a nova disciplina, a autodisciplina voluntária da socialdemocracia". Acrescentando que "o ultra centralismo preconizado por Lênin parece-nos, em toda a sua essência, ser portador, não de um espírito positivo e criador, mas do espírito estéril do guarda noturno. Sua preocupação consiste, sobretudo, em controlar a atividade partidária e não em fecundá-la, em restringir o movimento e não em desenvolvê-lo, em importuná-lo e não em unificá-lo".

Lênin¹³⁰¹ respondeu às críticas de Rosa polidamente, afirmando que "o que o artigo de Rosa Luxemburgo, publicado em *Die Neue Zeit*, dá a conhecer ao leitor, não é meu livro, mas outra coisa distinta", e dizendo que "o que defendo ao longo de todo o livro, desde a primeira página até a última, são os princípios elementares de qualquer organização de partido que se possa imaginar; (não) um sistema de organização contra qualquer outro"¹³⁰².

Em 1904, o jovem agitador do POSDR Leon Trotsky, que participara do congresso partidário em nome da organização siberiana (por sua agitação política em Odessa tinha sido preso e confinado à Sibéria, de onde fugira para o exterior da Rússia) publicou um trabalho (*Nossas*

¹³⁰⁰ Leon Trotsky. *A Revolução Permanente*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

¹³⁰¹ Em artigo enviado a Kautsky para ser publicado no *Die Neue Zeit*, órgão da socialdemocracia alemã, sendo recusado, e só dado a conhecer em 1930. Depois da revolução de 1917 Lênin ironizou seus críticos: "Afirmar que a Iskra (de 1901 e 1902!) exagerou na ideia de uma organização de revolucionários profissionais é como dizer, depois da guerra russo-japonesa, que os japoneses se faziam uma ideia exagerada das forças militares russas, e que se preocuparam demais, antes da guerra, em lutar contra essas forças".

¹³⁰² V. I. Lênin e Rosa Luxemburgo. *Partido de Massas ou Partido de Vanguarda?* São Paulo, Ched, 1980.

Tarefas Políticas), no qual acusava Lênin de propor “a ditadura do partido sobre a classe operária” (e do Comitê Central sobre o próprio partido). Trotsky havia rompido com Lênin, por esse motivo, no Congresso de 1903. Alguns historiadores viram em *Nossas Tarefas Políticas* uma antecipação profética sobre o destino do bolchevismo e da própria revolução russa,¹³⁰³ o que foi negado por Trotsky, embora nunca abjurasse explicitamente desse texto (e chegasse até a resgatá-lo parcialmente).

Lênin havia sustentado que, historicamente, a intelectualidade revolucionária desempenhava um papel especial no movimento revolucionário, dotando-o da perspectiva marxista que os operários não haviam alcançado, nem poderiam alcançar, por si mesmos. Trotsky via nessa opinião uma negação das capacidades revolucionárias da classe operária e uma aspiração da intelectualidade, cujo porta-voz era Lênin, a manter o movimento operário sob a sua tutela. Na mesma época, o socialista polonês Makhavski sustentava opinião semelhante sobre o “socialismo russo”.¹³⁰⁴ À acusação de Trotsky de praticar um “jacobinismo” Lênin respondeu: “O jacobino ligado indissolúvelmente à organização do proletariado que tem consciência dos seus interesses de classe, é justamente o socialdemocrata revolucionário”. Na concepção de Rosa Luxemburgo, ao contrário, “a socialdemocracia não está ligada à organização da classe operária: ela é o próprio movimento da classe operária”.¹³⁰⁵

Depois da ruptura entre ambos de 1903, Lênin afirmou que “Trotsky esqueceu que o partido deve ser apenas um destacamento da vanguarda, o dirigente da imensa massa da classe operária, que no seu conjunto (ou quase) trabalha ‘sob o controle e sob a direção’ das organizações do Partido, mas que não entra inteiramente, e nem deve, no ‘Partido’”. A respeito do controverso *Que Fazer?*, escrevendo posteriormente, Lênin criticou os exegetas desse texto, que “separam completamente esse trabalho de seu contexto em uma situação histórica definida - um período definido e há muito tempo ultrapassado pelo desenvolvimento do partido”, precisando que “nenhuma outra organização senão aquela liderada pela Iskra podia, nas circunstâncias históricas da Rússia de 1900-1905, ter criado um partido operário socialdemocrata tal como aquele que foi criado... *Que Fazer?* é um resumo da tática e da política de organização do grupo da Iskra em 1901 e 1902. Nada mais que um resumo, nada mais e nada menos”.

Depois do II Congresso do POSDR, os postos dirigentes da *Iskra* logo retornaram a homens que eram adversários ideológicos de Lênin, novamente posto em minoria. Lênin preparou então a fundação de seu próprio periódico, *Vperiod* (Avante), lançado no final de 1904. Logo depois, os bolcheviques constituíram a sua própria fração e convocaram o seu próprio Congresso, ao que chamaram de III Congresso do POSDR, realizado em 1905. Lênin percorria, com métodos que suscitavam forte polêmica e muitas críticas (de Trotsky, na Rússia, e de Rosa Luxemburgo, no exterior, por exemplo) o caminho que o levaria a ser, segundo Eric Hobsbawm, “o homem com o maior impacto individual na história do século XX”. Pela estratégia proposta por Lênin, o partido deveria promover uma revolução de operários e camponeses, e esta, ao realizar uma revolução burguesa, ainda que preparando o terreno para a revolução socialista, não poderia escapar, pelo menos por algum tempo, ao destino da revolução exclusivamente burguesa.

¹³⁰³ Para Isaac Deutscher, que criticou os ataques pessoais contidos no trabalho, este era também “assombroso” por conter “grandes ideias” e “sutil perspicácia histórica”. Para E. H. Carr, “o processo (futuro) foi previsto muito detalhadamente por Trotsky (de todos os revolucionários nenhum era mais ditatorial do que ele, por temperamento e ambição), que em um brilhante panfleto publicado em 1904 anunciou uma situação em que ‘o partido é substituído pela organização do partido, a organização pelo comitê central e finalmente o comitê central pelo ditador’”. Pierre Broué criticou o “pedantismo” de *Nossas Tarefas*, suas invectivas contra “Maximilien Lênin”, e afirmou que Trotsky considerou, mais tarde, o trabalho como “um documento terrivelmente molesto acerca do qual observou a maior discrição”.

¹³⁰⁴ Jan W. Makhavski. *Le Socialisme des Intellectuels*. Paris, Seuil, 1978.

¹³⁰⁵ Rosa Luxemburgo. *Op. Cit.*, p. 18. Sobre o “jacobinismo” leninista, cf. Jean P. Joubert. Lénine et le jacobinisme. *Cahiers Leon Trotsky*, n° 30, Saint Martin d’Hères, junho 1987.

Trotsky, pelo contrário, entendia que o proletariado não poderia deixar de buscar o apoio dos camponeses, mas não poderia ficar só nisso: ao completar a revolução burguesa, o proletariado seria inevitavelmente induzido a realizar a sua própria revolução, sem solução de continuidade. Lênin mudou, não uma, mas várias vezes a sua concepção acerca da natureza da revolução russa, mas nunca a ideia de que seu protagonista central seria o proletariado industrial, elaborada já na década de 1890 e reafirmada diversas vezes depois: “A classe operária é o inimigo coerente e declarado do absolutismo, e só entre a classe operária e o absolutismo não é possível qualquer compromisso. A hostilidade de todas as outras classes, grupos e estratos da população em relação à autocracia não é absoluta: sua democracia está sempre olhando para trás”. Ou ainda, “o operário russo é o único e natural representante de toda a população trabalhadora e explorada da Rússia. É seu representante natural porque, por sua própria natureza, a exploração dos trabalhadores na Rússia é em toda parte capitalista se deixarmos de lado os restos, agora quase extintos, da economia servil”.

Rússia estava mudando: houvera uma greve geral, em 1904, em Baku, centro petrolífero do país, no Cáucaso. Ela foi precedida por outras greves que aconteceram entre 1903 e 1904, no sul da Rússia, que tiveram como antecessora a greve de 1902, em Batum, outro centro petrolífero. O proletariado, segundo Trotsky, estava em posição de assumir a liderança revolucionária do país devido, por um lado, a sua permeabilidade às deduções mais ousadas do pensamento revolucionário como resultado de sua rápida formação. O operariado russo fora transportado diretamente do meio rural para a indústria capitalista de grande porte.

Sem passar pela fase da produção corporativa, o operário defrontava-se com a grande indústria sem a carga de preconceitos de uma pequena burguesia da qual ele poderia bem ter feito parte em algum país capitalista ocidental. O nível cultural e educacional do operariado e dos assalariados em geral era bem superior ao dos camponeses. A taxa de alfabetização era 2,6 vezes maior entre a população urbana, e também era maior a da população masculina em relação à feminina. Entre os assalariados, a taxa de alfabetização era 2,5 vezes maior que a da população em geral: os homens assalariados representavam o maior contingente de alfabetizados na Rússia em finais do século XIX.

Taxas de alfabetização da população russa em 1897 (%)

	Total	Homens	Mulheres
População Total	21,1	29,3	13,1
Urbana	45,3	54,0	35,6
Rural	17,4	25,2	9,8
Assalariados¹	40,2	47,2	25,8
Trabalhadores ²	53,6	57,8	28,4
Trabalhadores fabris	50,3	56,5	21,3

O processo de rápida formação social da classe operária teve também o efeito de afastar as chances de cristalização de uma burocracia sindical a serviço do patronato. Contribuiu para isso também a pouca expressividade numérica e econômica da burguesia nacional, o que vinha acompanhado da predominância do capital estrangeiro nos negócios russos. A transformação acelerada do país rumo ao capitalismo fazia com que o problema agrário fosse inevitavelmente um problema “de revolução” (isto é, não “de reforma”). No entanto, os camponeses, disseminados pelo vasto território da Rússia europeia, jamais haviam experimentado a união política. Todas as suas revoltas permaneciam parciais, isoladas nos limites da propriedade, do vilarejo ou do cantão. A heterogeneidade da composição social do campesinato e a sua situação intermediária entre a burguesia e o proletariado impediam-no de assumir um papel

político independente na revolução. Para Lênin, a questão agrária constituía a base da revolução burguesa na Rússia, e determinava sua particularidade *nacional*.

Os objetivos que Lênin propunha para a revolução burguesa eram: a república democrática, a assembleia constituinte e o governo revolucionário provisório, num regime da ditadura democrática dos operários e camponeses. O meio para realizar tais objetivos seria a insurreição popular armada. Trotsky, por sua vez, era adversário da fórmula leninista de “ditadura democrática dos operários e camponeses”, que não explicitava a clara hegemonia operária no regime revolucionário. As peculiaridades históricas da sociedade russa estavam refletidas e ao mesmo tempo distorcidas e tornadas absolutas, unilateralmente, nas ilusões messiânicas eslavófilas desenvolvidas pelos *narodniks*. O marxismo de Plekhánov rejeitou o particularismo *narodniki* tornando absoluta a via histórica seguida pelo capitalismo ocidental, e identificando-o mecanicamente como o caminho a ser seguido pela Rússia. Aderindo a essa concepção os mencheviques viram a revolução russa como mera repetição das revoluções burguesas da Europa Ocidental, concebidas unicamente sob a liderança da burguesia liberal e levando ao estabelecimento de seu próprio poder.

A perspectiva de Lenin da “ditadura democrática do proletariado e do campesinato” era uma negação do marxismo ossificado de Plekhánov. Lênin enfatizou que a atrasada burguesia russa era incapaz de liderar sua própria revolução até o fim. O papel de sujeito da revolução seria transferido para o proletariado e para o campesinato. A ditadura democrático-burguesa exercida por essas duas forças “tirá o país do medievalismo”, desenvolveria rapidamente o capitalismo russo, fortaleceria as posições do proletariado e abriria enormes possibilidades para a luta pelo socialismo. Seria um poderoso impulso para a revolução socialista no Ocidente, o que evitaria uma restauração contrarrevolucionária e permitiria ao proletariado russo chegar ao poder num curto intervalo histórico.

A perspectiva da *revolução permanente*, desenvolvida por Trotsky em 1905, estava de acordo com a concepção de Lênin no que tange à rejeição da perspectiva menchevique-liberal mas se opunha resolutamente a ela quanto ao caráter social e às tarefas da ditadura originada na revolução.¹³⁰⁶ Segundo Trotsky não havia dois sujeitos revolucionários politicamente independentes - o proletariado e o campesinato - com o segundo impondo limites à atividade revolucionária autônoma do primeiro. A vitória da revolução democrática na Rússia só era concebível na forma de uma ditadura do proletariado, apoiada pelo campesinato. Uma vez no poder, o proletariado não poderia limitar-se às tarefas democráticas; pela lógica de sua posição social, seria obrigado a introduzir medidas socialistas, impulsionando a revolução socialista mundial, cuja vitória era a única garantia da implantação do socialismo. A teoria de

¹³⁰⁶ A “teoria da revolução permanente” (que explica a extensão do processo revolucionário em escala mundial, a transição ininterrupta da revolução democrática para a socialista e a realização das tarefas democrático-burguesas pelo proletariado no poder) deriva da lei do desenvolvimento combinado, que constitui o fundamento da teoria da revolução permanente. Mas o desenvolvimento desigual e combinado e a teoria da revolução permanente não são um só conceito. Uma crítica à lei deveria tentar provar a falsidade do “salto histórico”. Uma crítica da teoria da revolução permanente deveria atacar não apenas a conclusão (que a revolução proletária pode ocorrer em primeiro lugar em um país atrasado) mas também a ideia de que a revolução de um país atrasado se viabiliza pela expansão da revolução para os países avançados. Jon Elster chegou a atribuir a Trotsky um conceito que expressa o oposto do seu pensamento: seu conceito central seria “aquilo que Thorstein Veblen chamou de as vantagens do atraso, com a ideia concomitante do castigo por tomar a dianteira” (*Making Sense of Marx*. Cambridge, Harvard University Press, 1985). A noção de “vantagem do atraso” ocupa um lugar central na elaboração de Trotsky. Mas jamais deixou transparecer qualquer coisa parecida com um suposto “castigo por tomar a dianteira”. O ponto central do pensamento de Trotsky era a ideia de que a revolução proletária ocorreria provavelmente em primeiro lugar na Rússia atrasada. Mas os países europeus avançados deveriam, em seguida, entrar no caminho revolucionário influenciados pelos acontecimentos na Rússia. A revolução russa dependeria para sua consolidação da revolução nos países avançados. A condição de atraso da Rússia proporcionava uma vantagem momentânea, que pouco significava em termos de realização do socialismo sem a revolução dos países capitalistas desenvolvidos que, longe de serem castigados pelo seu avanço, possuíam uma vantagem histórica sobre os atrasados para o sucesso da revolução socialista.

Trotsky negava tanto o particularismo dos *narodiks* quanto o universalismo formal do marxismo de Plekhánov.

O potencial revolucionário do campesinato, explicava Trotsky, sempre recebera sua canalização através de outra classe, urbana. Assim sucedera nas grandes revoluções europeias, quando o campesinato emprestou o seu potencial de luta revolucionária à burguesia e assim sucederia na Rússia onde, no entanto, a classe que serviria aos interesses democráticos dos camponeses não era a burguesia. Era na medida em que o campesinato não se apresentava apto a centralizar as suas próprias forças revolucionárias, que o proletariado aparecia-lhe como a classe libertadora: “Pela primeira vez na história universal, o camponês encontraria o seu guia na pessoa do operário. *Isso é essencialmente e, podemos dizer, integralmente, o que distingue a Revolução Russa de todas aquelas que a precederam*”.¹³⁰⁷

Na medida em que o campesinato encontrasse sua direção política no operariado, a democracia não poderia ser instaurada senão por meio da *ditadura do proletariado*. Este prognóstico determinou a singularidade de Trotsky no cenário do marxismo russo: “Plekhánov, o brilhante fundador do marxismo russo, considerava como louca a ideia da possibilidade de uma ditadura proletária na Rússia contemporânea. Este ponto de vista era compartilhado não somente pelos mencheviques, mas também pela esmagadora maioria dos dirigentes bolcheviques”.¹³⁰⁸ Seu mais celebre biógrafo, o historiador polonês Isaac Deutscher, chamou Trotsky de “profeta da revolução”, usando um termo com uma (pouco apropriada) ressonância religiosa.¹³⁰⁹

Em síntese, uma nação atrasada, como a Rússia, estava obrigada a incorporar as conquistas técnicas das nações avançadas para poder se manter como força autônoma, e não ser incorporada sob a forma de colônia de uma potência vizinha, da Europa avançada. Da mesma maneira, mesmo que sobre bases distintas, as colônias também passariam por um processo de incorporação da técnica avançada de seus dominadores. A técnica incorporada, por sua vez, exigiria a criação de relações de produção que lhe correspondessem, o que significava a instauração brusca, acelerada, de formas de organização social condizentes. O processo todo ocorreria por meio de “saltos históricos”,¹³¹⁰ eliminando-se as etapas que caracterizam a

¹³⁰⁷ Leon Trotsky. *Histoire de la Révolution Russe*, ed. cit., p. 88.

¹³⁰⁸ Leon Trotsky. *A Revolução Permanente*, ed. cit.

¹³⁰⁹ Isaac Deutscher. *Trotsky*. El profeta armado. México, ERA, 1976.

¹³¹⁰ O que coloca a questão de esses “saltos” serem possíveis. Maximilien Rubel (*Marx, Critique du Marxisme*. Paris, Payot, 1974) atribuiu as “modificações realizadas por Trotsky à teoria marxista” ao fato dos escritos de Marx serem marcados por “uma curiosidade intelectual livre de toda finalidade política, (onde) suas hesitações e interrogações permitem a crítica fácil tanto quanto interpretações abusivas”. Michael Löwy (Revolução permanente e revolução burguesa em Marx e Engels. *Discurso* nº 9, São Paulo, FFLCH-USP, novembro 1978), ao contrário, assinalou no pensamento de Marx e Engels - “livre de quaisquer preconceções” - tanto “elementos, ideias e hipóteses que preparavam o terreno para a teoria da revolução permanente (tal como Trotsky a formulou)”, quanto “uma perspectiva ‘etapista’, onde se pressupõe uma ordem rígida de sucessão de etapas históricas”. Porém, mesmo a fundamentação socio-econômica “rígida”, apresentada por Marx e Engels, recebeu em Trotsky uma interpretação diferente daquela que era o comum em sua época. A fundamentação socio-econômica, escreveu Löwy, “situa-se no plano exclusivo das forças produtivas e faz do esgotamento das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo uma condição indispensável para colocar na ordem do dia sua abolição”. Ela se expressaria na frase de Marx: “nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém”. Trotsky interpretava essa afirmação como relacionada aos grandes sistemas produtivos em escala histórico-mundial (feudalismo, capitalismo...) e de forma alguma uma referência a nações isoladas. Vista desse ângulo, a teoria da revolução permanente poderia ser considerada, segundo Denise Avenas (*Teoria e Política no Pensamento de Trotsky*. Lisboa, Delfos, 1973), como “a expressão de uma nova compreensão da teoria das etapas, entendida como o processo histórico geral da humanidade”. A etapa democrático-burguesa já se realizara a nível mundial, fazendo necessário que se abrisse, a partir da Rússia, uma nova via revolucionária. Por outro lado, o atraso é uma noção que exige parâmetros. E se a Rússia estava atrasada em relação à Europa ocidental, a Europa como um todo, Rússia incluída, estava historicamente mais avançada do que as demais regiões do globo, o que significa que a revolução partiria da porção capitalista mundial mais avançada. O grau do desenvolvimento combinado e a possibilidade de salto histórico estão determinados tanto pela persistência dos elementos do atraso quanto pelo grau de introdução dos elementos do avanço. Löwy encontra de fato “a ideia de que o proletariado poderia tomar o poder e suprimir o

evolução dos países pioneiros no processo histórico capitalista. Mas a nova estrutura sócio-econômica apresentada pela nação atrasada não reproduziria simplesmente uma etapa histórica precedente do país avançado.

A técnica, as relações de produção e as formações sociais capitalistas incorporadas, em sua forma acabada, sobre uma base arcaica semi-feudal, como no caso da Rússia, criavam um quadro completamente novo que não podia ser comparado ao de uma nação capitalista “antiga”. Trotsky ressaltou, portanto, o caráter particular e diferenciado do desenvolvimento das nações, mesmo que governadas pelo processo comum e universalizante do capitalismo, e extraiu desses pressupostos teóricos as tarefas imediatas e estratégicas da revolução na Rússia. Os teóricos democrático-burgueses (Pável Miliukov, o principal dentre eles), os mencheviques (Martov, Plekhánov, em especial), os bolcheviques (Lênin, Bukhárin) representavam outras variantes, extremamente diferenciadas. Os debates sobre a estratégia revolucionária na socialdemocracia russa não tiveram paralelo nem equivalente, em qualidade, virulência e profundidade, no restante do socialismo internacional, nos primeiros anos do século XX. Afirmar que “para a Rússia, à beira da modernidade burguesa, o socialismo era um substituto mais ou menos adequado dos elementos constitutivos religiosos do modo de produção capitalista na Europa ocidental, desde a Reforma”,¹³¹¹ é fazer tabula rasa da história real, substituindo-a por uma construção ideológica *ex post facto*.

capitalismo (ao longo de um processo revolucionário ininterrupto) mesmo nos países periféricos, atrasados e semi-feudais da Europa”, em vários textos de Marx e Engels, incluído o *Manifesto Comunista* (na referência deste à possível revolução proletária na Alemanha).

¹³¹¹ Robert Kurz. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 23. Segundo Immanuel Wallerstein: “O movimento socialista mundial, na verdade todas as formas de movimento anti-sistema, assim como todos os Estados revolucionários e/ou socialistas, são eles próprios produtos integrais do capitalismo histórico. Não são estruturas externas ao sistema histórico, mas a excreção de processos internos ao sistema. Por isso, têm refletido todas as contradições e todas as limitações do sistema. Não podiam nem podem agir de outra maneira. Suas falhas, suas limitações, seus efeitos negativos fazem parte do balanço do capitalismo histórico, e não um hipotético sistema histórico, o de uma ordem socialista mundial, que ainda nem existe” (*O Capitalismo Histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1995). Para estes autores, o “socialismo russo” foi só o invólucro ideológico de uma revolução que, pelas suas tarefas objetivas num país atrasado, só poderia ter um caráter capitalista tardio, fortemente estatal.

45. GUERRA E REVOLUÇÃO SOCIAL

*A primeira revolução russa irrompeu pouco mais de meio século após a época das revoluções burguesas na Europa e trinta e cinco anos depois da insurreição da Comuna de Paris. A Europa já havia perdido o hábito das revoluções. A Rússia as desconhecia completamente. Todos os problemas da revolução se formulavam em novos termos. É fácil compreender que a revolução que se aproximava representava para nós uma massa de elementos desconhecidos ou duvidosos. As fórmulas de todos os grupos não passavam de hipóteses de trabalho (Leon Trotsky, **A Revolução Permanente**)*

*O partido revolucionário da Rússia, que colocaria o seu selo sobre toda uma época, procurou uma fórmula para os problemas da revolução não na Bíblia, como os ingleses do século XVII que empreenderam uma revolução burguesa sob a roupagem de uma reforma religiosa, nem no cristianismo secularizado de uma democracia 'pura' (como a Revolução Francesa), mas nas relações materiais existentes entre as classes (Leon Trotsky, **História da Revolução Russa**)*

A crise econômica e política interna do regime czarista buscou uma via de saída através de uma iniciativa bélica externa (procedimento em absoluto original, vide Napoleão III). Impedida de continuar sua expansão territorial pelos Bálcãs (principalmente pela pressão da Alemanha, que possuía interesses expansionistas próprios na região), Rússia tinha concluído a conquista da Sibéria (iniciada no século XVI) e ocupado a região da Manchúria, dirigindo também sua atenção para a Coreia. Para o ministro da guerra, Aleksei Kuropatkin, o “grande vizinho oriental” causava pesadelos, os muitos milhões de chineses poderiam ser uma “torrente irresistível amarela” (sic) que poderia rapidamente engolir os poucos milhões de russos brancos que viviam na Sibéria russa. O Japão, que tinha a pretensão de consolidar sua hegemonia no Extremo Oriente, entrou em conflito com Rússia pela região da Manchúria.

Transcorrida entre 1904 e 1905, a guerra russo-japonesa foi um dos conflitos regionais mais sangrentos do século XX, com 300 mil mortos (só a batalha terrestre de Mukden fez mais de 100 mil mortos, havendo estimativas ainda maiores), e teve consequências decisivas no fortalecimento do imperialismo nipônico, assim como na eclosão da revolução russa, ao iniciar a conta regressiva do plurissecular regime czarista. A guerra russo-japonesa foi também o primeiro conflito relatado nos jornais diários de todo o mundo, que recebiam informações via Austrália e Rússia pelo telégrafo, transmitidas pelos cabos submarinos já existentes. A rebelião dos *boxers* (na China), a dos *boers* em África do Sul, e a guerra russo-japonesa constituíram o palco que tornou famosos os correspondentes de guerra.

Depois da guerra com a China, o imperialismo japonês continuou a crescer aceleradamente. Lênin o qualificou de “imperialismo militar-feudal”, pois nele o capitalismo monopolista se inseria numa rede de relações feudais pré-capitalistas. O mercado consumidor nacional era exíguo, obrigando o país a lançar-se na luta por novos mercados no exterior. Os interesses japoneses na Ásia esbarravam na presença russa na Manchúria e na Coreia. O Japão começou a se preparar para a guerra contra o império czarista. Em 1900, participou do esmagamento da revolta dos *boxers* na China. Em 1902, fez uma aliança com a Inglaterra, com uma cláusula expressa de que numa eventual guerra contra a Rússia, o Japão seria auxiliado pelos ingleses, caso outra potência europeia se imiscuisse. A Rússia já estava presente na China (Manchúria) e na Coreia desde o fim da guerra sino - japonesa.

O Japão fora obrigado pela pressão ocidental a abdicar de suas conquistas na China da guerra de 1895. As regiões da China com presença russa pareciam o ponto ideal para continuar a expansão imperial. A Manchúria, com seus vastos recursos minerais inexplorados, se tornou o foco da rivalidade russo-japonesa. Em 1903, o Japão já tinha uma importante força naval, tendo acrescentado à sua marinha de guerra quatro novos couraçados, 16 cruzadores, 23 contra-torpedeiros, além de numerosas unidades pequenas. Queria obter o domínio da Coreia e conquistar a península de Kwuantung com a cidade fortaleza de Port Arthur que lhe tinha sido retirada pelo Tratado de Shimonoseki, no fim da guerra sino-japonesa. Loshun, chamada de Port Arthur pelos russos, ao contrário de Vladivostok, mais a Norte e a oriente da península

coreana, era um porto aberto todo o ano; o único de águas quentes, com saída oceânica, para o imenso império continental da Rússia.¹³¹²

Os russos tinham em Port Arthur e Vladivostok sete couraçados, quatro cruzadores couraçados, catorze cruzadores pesados e ligeiros, duas canhoneiras couraçadas e 27 contratorpedeiros e torpedeiros de alto mar. A guarnição de Port Arthur era de 38 mil homens e mais de 90 mil militares russos se encontravam na fronteira com a Manchúria. Mas lhes faltava quase tudo: espingardas, munições e comida. A estrada de ferro transiberiana tinha ainda uma só via e um intervalo de 100 milhas no lago Baikal, que tinha de ser atravessado de barco. Um batalhão completo levava mais de um mês para chegar ao Extremo Oriente russo. Uma empresa russa iniciara a exploração e corte de árvores a sul do rio Yalu, dentro da zona que os japoneses consideravam de sua influência. O próprio Czar Nicolau II era um importante acionista da companhia. Pouco antes do início da guerra, o governo japonês tentou negociar com a Rússia uma delimitação de zonas de influência no Extremo Oriente. A Manchúria, com a Península de Kwuantung e Port Arthur, ficariam sob a influência russa, enquanto a Coreia, ao sul do rio Yalu, passaria para a esfera japonesa. A proposta não foi aceita.

Em 1904, antes que os russos terminassem o ramal da estrada de ferro transiberiana, que chegaria a Port Arthur, os japoneses atacaram a posição russa. A 6 de janeiro, um pequeno vapor japonês atracou em um dos canais de Port Arthur, para embarcar o pessoal consular e informar-se das posições dos navios russos. A 13 de janeiro, o Japão exigiu da Rússia o reconhecimento da integridade da Manchúria, recebendo como resposta o silêncio de São Petersburgo. O embaixador japonês na Rússia entregou um ultimato e declarou cortadas as relações diplomáticas entre os dois países, enquanto a esquadra japonesa já estava no mar. O almirante russo Stark tinha pedido ao governador para enviar alguns cruzadores em exploração para verificar se havia movimentos de navios de guerra japoneses. O general-almirante Alexeiev limitou-se a autorizar a saída de dois torpedeiros para vigiarem ao largo, mas sem fazerem uma verdadeira exploração.

Para restaurar a moral do regime czarista, e tentar acalmar as crescentes revoltas sociais, o czar Nicolau II resolveu disputar militarmente a região. A posse japonesa da península de Liaotung (incluído Port Arthur) era um golpe para as aspirações da Rússia na Manchúria. Mas não era só a Rússia que estava preocupada com o domínio crescente dos japoneses na China. A chancelaria de São Petersburgo foi capaz de convencer a França e a Alemanha acerca do “perigo japonês” na região (invocando, claro, os próprios interesses imperialistas das duas nações ocidentais). O Japão, ao contrário, não tinha aliados externos e, com a ameaça de uma intervenção militar estrangeira, foi convencido a fazer concessões: em troca de um aumento da indenização chinesa obtida em 1895, devolveu a península de Liaotung. Com o controle da península e a penetração na Manchúria, Rússia substituiu à China como ameaça principal ao Japão, porque estava doravante em condições de dominar a Coreia e daí ameaçar o próprio Japão.

A pesada indenização cobrada pelo Japão aos chineses acabou por ser usada em sua contra. Pela incapacidade de pagá-la, a China aceitou a “colaboração” russa. Em troca, a Rússia poderia construir a estrada de ferro transiberiana pela Manchúria, bem como proceder à instalação de um exército de proteção na região. Estavam criadas as condições para o domínio russo da China do Norte. O Japão ficou muito ressentido com a intervenção externa das potências em “sua área”. Grã-Bretanha não participou da pressão feita ao Japão para devolver suas conquistas territoriais, pois começava a ver que o Japão podia ser seu aliado contra a Rússia no Extremo Oriente.

¹³¹² A Rússia de 1904 tinha mais de 145 milhões de habitantes, e estendia-se desde a Polônia ao Estreito de Behring, incluindo a Finlândia, os países bálticos, a Ucrânia, Bielo-Rússia, Moldávia e vários outros países orientais. Os japoneses, por sua vez, não eram mais de trinta milhões, seu território era uma ínfima parte do russo.

Grã-Bretanha observava o avanço da Rússia em direção do Sul, através da Ásia Central, e via com receio sua aproximação ao subcontinente indiano. Ao longo das fronteiras afgã e persa, Grã-Bretanha via ameaçados seus interesses. A aliança anglo-japonesa materializou o fim do isolamento externo da Grã-Bretanha e do Japão. O tratado defensivo entre ambos os países fora assinado a 30 de janeiro de 1902 em Londres, e publicado 10 dias mais tarde. Surgia assim uma política para o Extremo Oriente em que os concorrentes imperialistas da Europa – os Estados Unidos e o Japão, apoiando-se na Grã-Bretanha, manifestavam a sua vontade de partilhar os mercados comerciais mundiais e as vantagens económicas com as potências do velho continente.

As atividades da Rússia na Manchúria ameaçavam também a posição predominante que Inglaterra detinha no comércio da China. A abstenção inglesa no conflito russo-japonês foi determinante na opção do Japão em escolher a via militar para travar o expansionismo russo na Manchúria, deflagrando a guerra, que não só influiria no equilíbrio de poderes entre as potências internacionais dominantes, como serviria de ensaio para um tipo de conflito militar que, dotado de novas tecnologias, eclodiria mais tarde na Europa com combates que produziram milhões de mortes. A aliança anglo-japonesa significou também uma estreita parceria técnica e tática. No domínio técnico, nas transmissões sem fios, a tecnologia fornecida pelos britânicos constituiu o equipamento standard introduzido no exército japonês antes da guerra, com permanente atenção de observadores navais britânicos a bordo dos navios de guerra japoneses.

Depois de cortar, a 6 de fevereiro de 1904, suas relações diplomáticas com a Rússia, na noite de 8 para 9 de fevereiro, sem qualquer declaração de guerra, o Japão atacou a esquadra russa em Port Arthur. No dia seguinte afundou dois navios russos em Inchon, na Coreia. Apesar das elevadas perdas russas, a frota russa continuava a constituir uma ameaça para o Japão, que a bloqueou inicialmente para que os japoneses pudessem transportar seus exércitos para a península coreana. Este desembarque foi o início de uma operação ofensiva terrestre em direção a Norte que foi obrigando os russos a sucessivas retiradas. As doutrinas propostas pelo Almirante Fisher para derrotar a frota russa do Mar Negro com torpedeiros foram usadas pelos japoneses no ataque surpresa a Port Arthur.

No início do conflito com o Japão, Rússia tinha o maior exército em armas do mundo - 1.350.000 homens - mas a maior parte do efetivo militar estava na Europa. No Extremo Oriente só tinha 98.000 homens mais 24.000 tropas locais, e 198 peças de artilharia. O Japão, muito mais próximo do teatro de operações, tinha um exército de 375.000 homens com 1.140 peças de artilharia e 147 metralhadoras. A marinha de guerra da Rússia era muito maior do que a do Japão, mas estava dividida entre o Mar Báltico, o Mar Negro e o Oceano Pacífico, enquanto a do Japão estava concentrada nas suas águas. O tempo que cada uma dedicava ao treino viria a ser determinante nos resultados. Os navios russos passavam pouco tempo no mar e dedicavam poucas munições ao treino das peças de bordo. A marinha japonesa, sob instrução britânica, passava muito mais tempo no mar e treinava com mais intensidade. Os marinheiros japoneses tinham nascido na costa ou perto dela, muitos eram pescadores de baleias, e até mesmo piratas.

O ataque nipônico foi feito por vários torpedeiros na noite escura. O couraçado russo Tsarevitch, um navio de construção francesa que deslocava 12915 toneladas, armado com quatro peças de 305 mm, 12 de 152 mm e 40 outros canhões de artilharia secundária, além de quatro tubos lança-torpedos, foi atingido por um torpedo na zona do leme, fazendo entrar muita água que fez o navio inclinar-se para bombordo. Só depois do cruzador Retwisan ser torpedeado é que os 13 navios da esquadra russa começaram a abrir fogo em resposta ao ataque surpresa. No dia seguinte surgiu no horizonte o grosso da moderna esquadra japonesa do almirante Heihachiro Togo. As peças de 305 mm dos novos couraçados Mikasa, Shikishima e Hatsuse, no entanto, tinham um alcance inferior ao da artilharia de costa da fortaleza de Port Arthur.

Após os primeiros ataques, a esquadra japonesa passou a bloquear Port Arthur, sem se aproximar muito por causa das minas russas. O novo comandante russo, almirante Makarov, encontrou uma esquadra com bons navios, mas com tripulação desqualificada, sem domínio das evoluções táticas. A 10 de março travou-se o combate mais violento, os torpedeiros russos atacaram a primeira divisão de contra-torpedeiros japoneses. A chegada da segunda divisão japonesa proporcionou uma forte superioridade ao Japão. O seu navio *Steregutchi*, de 220 toneladas, estava armado com dois tubos lança-torpedos e artilharia ligeira. A esquadra do almirante japonês Deva tinha entretanto chegado à distância de tiro, os russos retiraram-se então para a zona de abrigo das suas poderosas baterias de costa, para neutralizar navios como o poderoso couraçado *Fuji*, um dos orgulhos da nova marinha de guerra do Império do Sol Nascente.

Construído nos estaleiros britânicos, o *Fuji* deslocava 12320 toneladas, armado com 4 peças de 254 mm, além de 34 outros canhões. Houve mais encontros bélicos, mas sem grandes resultados de parte a parte, pelo que os japoneses começaram também a minar as águas ao largo de Port Arthur. Em maio, o navio-almirante russo *Petropavlosk*, armado com quatro peças de 305 mm, chocou-se com uma mina e afundou rapidamente, levando para o fundo do mar o almirante Makarov com 32 oficiais e 600 homens da guarnição. O couraçado *Probieda* também bateu numa mina: os russos ficaram reduzidos a três couraçados em estado de combater e dois em reparação. O czar Nicolau II tomou nesse momento a decisão de enviar ao Oriente a esquadra do Mar Báltico, para derrotar de vez o almirante Togo. Era uma viagem de mais de vinte mil milhas sem portos de apoio, obrigando à frota a se abastecer no alto-mar. A ordem do Czar foi tornada pública com uma antecedência de meses à chegada da esquadra do Báltico ao Mar Amarelo, ficando os japoneses avisados dos planos russos.

Pois, se de um lado, para os japoneses eram claros os propósitos da guerra, para os russos não era o mesmo, sendo o território em disputa bem longínquo de seu território nacional. Se para os comandantes japoneses o dia a dia era o continuar de um espírito empreendedor dirigido por forte iniciativa individual, começado décadas antes e consolidado em combate na guerra sino-japonesa, para os russos era o arrastar de um espírito burocrático e de muito pouco arrojo. No início de setembro de 1904 os russos já tinham seu exército da Manchúria com um efetivo de 214.000 homens contra 170.000 japoneses, e 758 peças de artilharia contra 648. Mas a contraofensiva lançada em *Shah-ho* não foi decisiva e deu lugar a uma batalha de posições que se estendeu por uma frente de 60 quilómetros. Os japoneses decidiram então tomar Port Arthur, que estava bloqueado desde o início do conflito. Os russos ainda tentaram por duas vezes furar, por mar, o bloqueio, sem sucesso. A 2 de janeiro de 1905, finalmente, a guarnição russa de Port Arthur rendia-se, sem deixar de reivindicar para sua glória a responsabilidade de 60.000 baixas do lado japonês. Uma semana depois, a 9 de janeiro, como veremos, explodia a primeira revolução russa.

E ainda havia o risco de uma intervenção direta da Inglaterra junto ao Japão. Um incidente, ou melhor, uma trapalhada, levava ao afundamento de navios de pesca britânicos pela frota russa do Báltico, na noite de 21 para 22 de outubro de 1904. Tomados por torpedeiros japoneses, a frota russa alvejou-os, afundando-os no Mar do Norte. O sentimento antirruso na Grã-Bretanha foi de tal dimensão que quase a arrastou para a participação no conflito militar oriental. A diplomacia britânica exigiu que os russos assumissem a culpa e compensassem os proprietários dos navios e as famílias das vítimas. Relutantes em aceitar estas imposições, só a vigilância por perto da frota russa pela *Royal Navy*, e uma pressão diplomática constante, levaram os russos a aceitar um tribunal internacional para resolver o problema.

No fim do mês de janeiro de 1905, em *San-de-pu*, os russos ainda tentaram, numa operação ofensiva, flanquear os japoneses, mais uma vez mais sem sucesso. Um mês mais tarde, em *Mukden*, o Marechal Oyama tentou infligir uma derrota decisiva aos russos, que se retiraram após enormes perdas humanas. Ambos os comandantes tentaram, à moda napoleónica - mas em vão - destruir o exército adversário. O número de baixas foi colossal. Aproximadamente

59.800 para os russos e 53.500 para os japoneses, embora outras estimativas apontem para 156.000 para os russos e cerca de 70.000 para os japoneses. A batalha de Mukden representou para o exército japonês o pico no esforço, em pessoal e em material, deixando-o numa posição enfraquecida face aos russos. Restava também uma esperança aos russos: voltar a conseguir a supremacia naval para cortar as linhas de abastecimento japonesas. A frota do Báltico comandada pelo almirante Rojdestvensky, recebera, em outubro, ordem para navegar para o Extremo Oriente. A frota russa do Mar Cáspio estava impedida de atravessar o estreito de Dardanelos por imposição do tratado de paz após a derrota russa na Guerra da Crimeia (1856), o último recurso naval russo era a frota do Báltico.

Depois de uma longa viagem de sete meses, a frota russa do Báltico chegou, em maio de 1905, às águas japonesas. Com falta de carvão, Rojdestvensky decidiu ir a Vladivostok, passando pelo estreito da Coreia. Lá o esperava a frota do almirante Togo. A 27 de maio, deu-se a batalha, perto das ilhas Tsushima. A frota russa era composta de 8 couraçados, 8 cruzadores, 9 destróieres e 13 navios auxiliares, comandada pelo Almirante Rojdestvensky. O Japão contava com 4 couraçados, 8 cruzadores, 16 cruzadores leves e 21 destróieres. Com navios menores, mas com grande mobilidade e poder de fogo, muito superiores aos pesados e antigos navios russos, a marinha japonesa impôs uma derrota humilhante à Rússia. A frota russa, esgotada devido à longa viagem e equipada com um armamento menos moderno, foi completamente esmagada; de 37 navios, 19 foram afundados e cinco capturados. Também afundaram, com isso, as últimas esperanças políticas do czar.¹³¹³

Das 38 belonaves russas que entraram no Estreito de Tsushima, na manhã de 27 de maio de 1905, um total de vinte e sete haviam sido afundadas ou capturadas pelos japoneses, no entardecer do dia 28, com muitas perdas humanas: os russos tiveram 4380 mortos, 1862 feridos e 5917 prisioneiros. As perdas do Japão foram insignificantes: alguns navios pequenos afundados ou avariados, 117 mortos e 583 feridos. Pela primeira vez na história moderna uma força militar asiática derrotava o exército e a marinha de uma potência imperial ocidental. Para os japoneses as vitórias de 1904, especialmente a Batalha naval de Tsushima, fizeram daquele um ano de milagres. O vencedor de Tsushima, Almirante Togo, deliberadamente retornou a Tóquio no aniversário da vitória inglesa em Trafalgar.

Mas, se a batalha de Tsushima foi decisiva no mar, o mesmo não se pode dizer de nenhuma das batalhas travadas em terra. O Japão foi o vitorioso em todas elas, mas o preço de cada uma, em recursos humanos, financeiros e materiais, o aproximava a passos largos para o esgotamento dos recursos bélicos disponíveis. Mas os recursos do adversário se esgotaram mais rápido, sobretudo os recursos políticos. No mar, a questão das minas era o grande problema para ambas as esquadras. Num dia de nevoeiro, 14 de maio, a terceira divisão japonesa perdeu os cruzadores Kasuga e Yoshimo por abalroamento, enquanto o pequeno cruzador Mikayo foi pelos ares ao chocar numa mina. O *Hatsuse* explodiu como se fosse todo ele um paiol de dinamite, enquanto o *Yashima* ficou tão avariado que afundou em águas pouco profundas.

No entanto, a enorme distância do centro do império czarista do foco do conflito inviabilizou o envio de tropas terrestres e suprimentos para o Extremo Oriente. Ao contrário, o Japão entrou em cena totalmente pronto para uma guerra longa. A infantaria japonesa penetrou pela Coreia e obteve uma ressonante vitória em Liaoyang. A sua marinha venceu a frota russa de Vladivostok em agosto de 1904. Mal preparado e mal comandado, o exército russo estava em grande parte composto por recrutas provenientes das regiões orientais do Império Czarista. Os russos subestimaram os japoneses (os ocidentais em geral subestimavam os orientais), e ficaram surpresos ao vê-los chegarem rapidamente à península de Liautum, e fazerem o cerco a Port Arthur, por mar e terra. O forte de Port Arthur resistiu por onze meses, e antes que

¹³¹³ Cf. Denis e Peggy Warner. *The Tide at Sunrise*. A history of the Russo-Japanese war 1904-05. Nova York, Charterhouse, 1974.

chegasse o reforço da frota russa do Báltico, o general alemão Stoessel (um mercenário que comandava as tropas russas) entregou a base russa aos japoneses em janeiro de 1905.

A Batalha de Yalu pôs 40 mil japoneses frente a sete mil russos, que protegiam o sul da Manchúria. Por terra, como vimos acima, o exército russo fora derrotado em Mukden pela infantaria japonesa em março de 1905. Na guerra em terra, 80 mil soldados russos mal equipados enfrentaram cerca de 270 mil japoneses, bem treinados e motivados. O Japão possuía a vantagem de um exército profissional moderno de 300 mil soldados, treinado por instrutores alemães, com uma reserva de 400 mil recrutas. O exército czarista no Oriente, composto por soldados mal treinados e desmotivados, somava 80 mil homens no início de 1904, sendo reforçado lentamente até um máximo de 250 mil em dezembro de 1904.



Naves da frota russa destruídas na guerra russo-japonesa

No meio tempo, o visconde-embaixador plenipotenciário do Japão, Kaneko Kentaro, tinha ido aos Estados Unidos com o objetivo de persuadir o presidente Roosevelt para servir de mediador. Depois da queda de Port Arthur em janeiro de 1905 e da batalha de Mukden em março, o momento da mediação chegou. A 20 de março Kaneko voltou a encontrar-se com o presidente Roosevelt e este transmitiu-lhe o seu desejo de atuar como mediador no processo de paz, que consolidaria *relativamente* a vitória militar do Japão.

O tratado de paz foi finalmente assinado a 5 de setembro de 1905, em Portsmouth, New Hampshire, nos EUA. Foi reconhecido o papel principal do Japão na Coreia, a evacuação de ambos os países da Manchúria e a devolução de Port Arthur e da península de Liaotung para o Japão. Não menos importante foi a renovação da aliança anglo-japonesa por um período de dez anos. A Grã-Bretanha deu, explicitamente, “rédea larga” para o Japão na Coreia, salvaguardando somente, para todas as nações imperialistas, a possibilidade de comércio no país. A aliança anterior era meramente defensiva; a nova aliança foi além, e requeria a cooperação militar de ambos os países.

A solução foi de compromisso no tocante às ilhas Sakhalin, que perfazem um arco marítimo entre Sibéria e Japão, e que este pretendia controlar integralmente. O tratado de paz também estabeleceu o não pagamento de indenização da Rússia ao Japão. Derrotados nos campos de batalha, os russos tiveram assim razões para estarem satisfeitos com seu desempenho na paz. Os japoneses receberam, incrédulos e com o sentimento de terem sido traídos, os resultados dos acordos de paz: o Japão tinha atacado vitoriosamente a frota russa do Pacífico; os russos sofreram uma série ininterrupta de derrotas que levaram à desocupação da Manchúria; não havia razões para que não se estabelecesse sua condição de derrotados.

Nos dez anos sucessivos, porém, os japoneses transformaram a Manchúria meridional num país de 25 milhões de habitantes, aos quais se juntaram 50 mil colonos japoneses. Além das vantagens conseguidas com o tratado de Portsmouth, ratificadas alguns meses mais tarde pelo governo chinês, o Japão conseguiu, entre 1907 e 1913, novas concessões que lhe permitiram alargar a sua ação a zonas situadas fora do território da “zona da via férrea” de Port Arthur.

A consequência mais importante da guerra, e da vitória japonesa, foi que, depois de séculos, pela primeira vez um país asiático derrotara uma potência “ocidental” em uma guerra aberta. Isto foi considerado como o início de uma nova atitude política e do início da rebelião asiática contra o imperialismo ocidental que conheceria seu epicentro na rebelião, e posterior revolução, chinesa. O fracasso da Rússia na guerra, por sua vez, refletiu a completa incompetência militar do governo czarista, o estado deplorável de seu exército, reflexos todos do total anacronismo do seu regime social e político em todas as ordens.

A revolta de 1905 da frota do Mar Negro, em Odessa, simbolizou, através da decrepitude e das condições horrorosas da marinha russa, a decrepitude de um regime: os marinheiros se revoltaram contra as condições espantosas de vida a bordo dos navios e contra o autoritarismo feudal dos oficiais de origem nobre. A revolta foi momentaneamente vitoriosa e recebeu o apoio dos habitantes do porto de Odessa, até ser esmagada pelo exército de terra: o episódio, símbolo do início da revolução contra a autocracia russa, foi celebrado pelo filme de Serguei Eisenstein, *O Encouraçado Potemkin*, marco inaugural do cinema contemporâneo.

Na Rússia, as consequências da derrota militar foram imensas. Apesar de terem matado 84 mil japoneses e ferido 143 mil, a derrota foi um humilhante desastre, ressaltando a fraqueza interna e internacional do regime czarista. Segundo Leon Trotsky, “a revolução de 1905 surgiu diretamente da guerra russo-japonesa, assim como a revolução de 1917 foi a consequência direta do grande massacre imperialista [da Primeira Guerra Mundial]”. Na ascensão do movimento revolucionário no seio do império, até a classe média começou a fazer manifestações públicas contra o regime. Por isso a Rússia apressou-se em assinar a paz com os japoneses. O Barão do Rio Branco, embaixador brasileiro, observou, em despacho à representação brasileira na capital americana: “A verdade é que só havia grandes potências na Europa, e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma grande e poderosa nação com que devem contar”. Os EUA inauguraram, com a mediação de Theodore Roosevelt na ocasião, sua ascensão como potência com aspirações mundiais.

A guerra mudou definitivamente a história dos dois países envolvidos: a vitória sobre a Rússia permitiu ao Japão ascender à categoria de potência mundial. O governo investiu na indústria militar; o imperialismo japonês se desenvolveu ainda mais. O prestígio e as finanças das forças armadas aumentaram, mas desta vez não havia indenizações para custear as despesas. O aumento das despesas militares tomou impopular o Tratado de Portsmouth no próprio Japão, e surgiram várias revoltas quando o seu resultado se tomou conhecido. A crise financeira de pós-guerra fez explodir violentas greves nas indústrias de armamentos e nas minas. A tentativa do Japão em conquistar o estatuto de nação poderosa, pelo contrário, foi bem sucedida. O imperador (que morreria em 1912) encontrava-se agora muito próximo do estatuto de divindade e a sua fotografia, de uniforme, aparecia pendurada até nos lares mais humildes. Com as armadas chinesa e russa ao largo no Pacífico, a marinha não teria inimigos à vista enquanto durasse a aliança com a Inglaterra.

Ao mesmo tempo, contraditoriamente, a vitória japonesa fortaleceu as aspirações democráticas (e, sobretudo, antiimperialistas) na Ásia, incluído o Oriente Médio. Para além das suas consequências imediatas, ela marcou uma verdadeira virada político-cultural no maior continente do planeta. A “revolução constitucional” iraniana, por exemplo, começou em dezembro de 1905: os opositores ao regime imperial persa sabiam que Rússia, em condições “normais”, interviria contra qualquer tentativa de derrubar ou ameaçar o governo autocrático, mas a Rússia estava ocupada com a guerra (e depois com a revolução).

Ver como o único poder constitucional asiático derrotava à única grande potência europeia não constitucional criou uma nova imagem da Ásia, o Japão vencendo o aparentemente onipotente Ocidente, fazendo surgir no Irã, como em outros lugares da Ásia, o conceito de constituição como “segredo da força”. A política colonialista do Japão, no entanto, desiludiu os que esperavam uma vasta luta continental contra o imperialismo europeu, encabeçada pelo próprio Japão. O marquês Ito Hirobumi se mudou para a Coreia como general residente, onde

dirigiu operações de “modernização” (de colonização econômica e humilhação política e social pelo Japão), até o seu assassinato por um nacionalista coreano, em 1909; o Japão anexou, finalmente, a Coreia, em 1910.

Na Rússia, a situação social e a situação política do regime se agravaram durante, e sobretudo depois, da derrota na guerra russo-japonesa, cujo resultado negativo foi um dos fatores que precipitaram a iminente revolução contra a autocracia czarista. A curva das greves foi ascendente de 1904 a 1905, período em que passaram a predominar as greves políticas. No domingo 22 de Janeiro de 1905 (9 de janeiro, segundo o calendário juliano vigente no país), foi realizada uma manifestação pacífica e em marcha lenta de um milhão e meio de pessoas, liderada pelo padre ortodoxo (e membro da *Okhrana*) Gregori Gapone, com destino ao Palácio de Inverno do czar Nicolau II, em São Petersburgo. A manifestação tinha o objetivo de entregar uma petição, assinada por 135 mil trabalhadores, reivindicando direitos ao povo, reforma agrária, tolerância religiosa, fim da censura, a presença de representantes do povo no governo e melhores condições de vida e, sobretudo, de trabalho nas fábricas.



A revolução de 1905, em São Petersburgo

Durante a caminhada eram cantadas músicas religiosas, e também o hino nacional “Deus Salve o Czar”. A petição começava assim: *“Senhor – Nós, operários residentes da cidade de São Petersburgo, de várias classes e condições sociais, nossas esposas, nossos filhos e nossos desamparados velhos pais, viemos a Vós, Senhor, para buscar justiça e proteção. Nós nos tornamos indigentes; estamos oprimidos e sobrecarregados de trabalho, além de nossas forças; não somos reconhecidos como seres humanos, mas tratados como escravos que devem suportar em silêncio seu amargo destino. Nós o temos suportado e estamos sendo empurrados mais e mais para as profundezas da miséria, injustiça e ignorância. Estamos sendo tão sufocados pela justiça e lei arbitrária que não mais podemos respirar. Senhor, não temos mais forças! Nossas resistências estão no fim. Chegamos ao terrível momento em que é preferível a morte a prosseguir neste intolerável sofrimento”*.

Sergei Alexandrovitch, o grão-duque, ordenou à guarda do czar que não permitisse que os trabalhadores e suas famílias se aproximassem do palácio real e que se dispersasse a manifestação. Entretanto, a massa trabalhadora não recuou. A guarda, então, disparou contra a multidão. A manifestação rapidamente se dispersou, a repressão violenta terminou num massacre que custou centenas de mortes, incluídas mulheres, velhos e crianças: “Uma época da história russa havia concluído abruptamente e uma revolução começara... As camadas menos preparadas e mais atrasadas da classe operária, que acreditavam ingenuamente no czar e desejavam com sinceridade entregar pacificamente “ao próprio czar” as reivindicações do martirizado povo, todas elas receberam uma lição da força militar dirigida pelo czar ou pelo seu tio, o grão-duque”.¹³¹⁴ A população indignou-se com a atitude do czar que, até então, era visto como alheio e desinformado em relação ao sofrimento da população. O episódio ficou conhecido como o "Domingo Sangrento" e foi o estopim para o início da revolução.

As várias classes e grupos sociais descontentes se mobilizaram para protestar. Cada setor tinha seus próprios objetivos, e mesmo dentro de uma mesma classe social, não havia direção geral. Os principais grupos descontentes eram os camponeses; os trabalhadores urbanos; os intelectuais liberais, que reivindicavam direitos civis; e até membros do exército e das nacionalidades minoritárias, que reivindicavam liberdade cultural e política. A revolução se estendeu por todo o ano, atingindo picos de agitação no início do verão e no outono, culminando em outubro com a greve geral. Arrendatários queriam aluguéis mais baixos; trabalhadores contratados exigiam melhores salários; camponeses queriam terras; pequenos proprietários agrários queriam mais terras. As ações revolucionárias no campo variaram desde ocupações de terra, algumas vezes seguidas de violência e incêndio, pilhagem das grandes propriedades, e caça e desmatamento em áreas proibidas. Na região de Samara os camponeses criaram sua própria república, que foi sufocada por tropas do governo. O nível de animosidade de cada região era diretamente proporcional às condições dos camponeses.

Os camponeses de Livland e Kurland atacaram e queimaram as propriedades dos senhores, enquanto outros, que viviam nos distúrbios de Grodno, Kovno e Minsk, com melhores condições de vida, foram menos violentos. No total, 3.228 rebeliões agrárias necessitaram de intervenção militar para restaurar a “ordem”, e os proprietários sofreram prejuízos alegados de aproximadamente 29 milhões de rublos. Mas o epicentro da revolução localizou-se nas cidades. Os trabalhadores urbanos usaram sistematicamente a greve como instrumento de luta. Houve imensas greves em São Petersburgo, imediatamente após o Domingo Sangrento. Mais de 400.000 trabalhadores estavam parados na cidade no final de janeiro de 1905.

A ação rapidamente se alastrou para outros centros industriais na Polônia, Finlândia e na costa báltica. A ação dos trabalhadores ferroviários e de seu sindicato, o único de alcance nacional, foi decisiva para espalhar a revolução por todo o vasto território do império. Em Riga 80 militantes foram mortos em 13 de janeiro e alguns dias depois, em Varsóvia, 100 grevistas foram alvejados nas ruas. Em fevereiro havia greves no Cáucaso e, em abril, nos Urais e mesmo além. Em março todas as instituições acadêmicas foram obrigadas a fechar as portas pelo restante do ano, fazendo com que muitos estudantes radicais se juntassem aos trabalhadores grevistas. Uma greve dos ferroviários, no dia 8 de outubro, rapidamente se transformou em greve geral, em São Petersburgo e em Moscou. A 13 de outubro, mais de 2 milhões de trabalhadores estavam em greve e praticamente não havia mais estradas de ferro em funcionamento.

Diante da situação revolucionária, no Congresso de Londres do POSDR de 1905, Lênin, ainda exilado, empreendeu a batalha pelo recrutamento para o partido de operários que não eram - nem podiam ser - “revolucionários profissionais”, mas apenas militantes operários revolucionários, e para que eles, nas novas condições revolucionárias, ocupassem postos dirigentes no partido. Os *komitetchiki*, dirigentes clandestinos do partido na Rússia, se

¹³¹⁴

V. I. Lênin. 1905. Jornadas revolucionárias. São Paulo, Editora História, 1980.

opunham explicitamente a isso. Krupskaiã, esposa de Lênin, relatou em suas memórias a batalha entre Lênin e Rykov, porta-voz dos “clandestinos”: “O *komitetchiki* era um homem cheio de segurança... não admitia nenhuma democracia no interior do partido... não gostava de inovações”. Lênin mal conseguiu se conter ouvindo dizer que não havia operários capazes de formar parte dos comitês: propôs incluir obrigatoriamente nos comitês uma maioria de operários (a proposição de Lênin foi derrotada no Congresso). Manifestava-se o “espírito de seita” que deixou os bolcheviques longe dos primeiros *sovietes*, na revolução de 1905, nos quais muitos deles recebavam uma organização adversária.



Lev Davidovitch Bronstein, “Trotsky”

Como surgiram os soviets (termo russo para “conselho operário”)? Dada a amplitude da luta e a substituição das greves econômicas pelas políticas, surgiu a necessidade de se criar uma organização operária própria e independente, capaz de centralizar e dar voz a todas as reivindicações populares: a ideia de se criar conselhos operários como forma, inicialmente, de coordenar as várias greves, nasceu durante as reuniões de trabalhadores, inicialmente no centro têxtil de Ekaterinoslav. Pouco tempo depois nasceu o soviete de São Petersburgo, cujo primeiro presidente foi Khrustalyov-Nossar (1877-1918), advogado liberal.¹³¹⁵ Durante a greve geral, o conselho passou a ser conhecido como o “Soviete de Representantes Operários”.

A sua reunião constituinte aconteceu no prédio do Instituto Tecnológico de São Petersburgo e contou com quarenta representantes. O soviete da cidade chegou a ter de 400 a 500 membros, eleitos por aproximadamente 200 mil trabalhadores, representando cinco sindicatos e 96 fábricas da região. Surgido no âmbito de uma nação atrasada, como uma organização revolucionária especial, com a capacidade de englobar as massas populares e de lhes tornar capazes de uma ação revolucionária sob a direção dos operários, o soviete era o primeiro exemplo “prático” do *desenvolvimento político combinado*, capaz de saltar etapas históricas, da Rússia.

¹³¹⁵

Oskar Anweiler. *Op. Cit.*

Entretanto, Leon Trotsky,¹³¹⁶ formulador dessa ideia, voltara do exílio europeu, acompanhado de Helphand-Parvus, militante russo estabelecido na Alemanha, que comprou (suas habilidades financeiras eram lendárias, e o levaram a ser moralmente desqualificado anos mais tarde, no socialismo internacional, quando se dedicou ao comércio internacional de armas) um jornal falido, *Aurora*, que se transformou num veículo de massas das ideias e propostas revolucionárias, chegando a atingir a fantástica tiragem, para a época, de 500 mil exemplares diários. Através do jornal, seu principal redator, Leon Trotsky, ganhou, com seus muitos artigos e seus inspirados discursos no soviete de São Petersburgo, dimensões de dirigente revolucionário de massas.¹³¹⁷

Quando Khrustalyov-Nossar foi preso pela polícia, Trotsky assumiu seu lugar na presidência do soviete de São Petersburgo, e rapidamente alterou a agenda política da organização, transformando-a num centro de organização e agitação política, do qual participavam também os partidos políticos revolucionários com representações designadas pelos próprios partidos, além dos representantes dos trabalhadores e de outros grupos e camadas sociais: ainda assim, “mesmo quando do segundo congresso (dos sovietes), a 28 de outubro, nenhum membro dessa assembleia sabia muito bem a sua função, se eles constituíam um comitê central de greve ou um novo tipo de organização, semelhante a um organismo de autoadministração revolucionária”.¹³¹⁸

Foi só depois da revolução que Trotsky afirmou que “o conselho de deputados operários nasceu para a realização de um objetivo: no curso dos acontecimentos criar uma organização que representasse a autoridade, livre da tradição, uma organização que pudesse abarcar de uma vez por todas as massas disgregadas sem a imposição de demasiados obstáculos organizativos, uma organização que pudesse unir as correntes revolucionárias no interior do proletariado e controlar por si própria uma iniciativa de maneira capaz e automática e, o que é

¹³¹⁶ Leon Trotsky (1879-1940) foi, desde os inícios da sua carreira política, uma figura polêmica. Nascido Lev Davidovich Bronstein em novembro de 1879 em Iánovka (sul da Ucrânia) em família judaica (não praticante) dedicada à agricultura, vinculou-se ao movimento revolucionário clandestino da Rússia czarista ainda muito jovem. Em 1898, Trotsky foi encarcerado e, no final do ano seguinte, condenado a quatro anos de exílio. No cárcere de Odessa aderiu ao marxismo, mas leu pela primeira vez Marx só no posterior exílio siberiano. Fugido da Sibéria, exilou-se em Londres, onde, a partir de finais de 1902, colaborou diretamente com o órgão da socialdemocracia, o *Iskra* (“faísca”). Apesar da sua proximidade com Lenin, afastou-se dele no II Congresso do POSDR (Partido Operário Socialdemocrata da Rússia), em 1903, quando ficou configurada a fração (futuro partido) bolchevique, encabeçada pelo próprio Lenin. Sua proximidade com a outra fração, a menchevique, encabeçada por Julius Martov, foi efêmera. Em 1905, voltou à Rússia, onde tomou parte ativa na revolução; foi o último presidente do soviet dos trabalhadores de São Petersburgo. Em 1906, foi deportado pela segunda vez para a Sibéria; escapou novamente e, entre 1907 e 1914, viveu com sua segunda esposa, Natalia Sedova, em Viena onde, de 1908 a 1912, editou o *Pravda*. Depois de desenvolver a teoria da revolução permanente, aproximou-se ideologicamente dos bolcheviques, aos quais se uniria em 1917, para ser, com Lênin, um dos principais dirigentes da Revolução de Outubro. Lendário responsável pela sua defesa militar, como organizador e chefe do Exército Vermelho, em 1923 passou a organizar a Oposição de Esquerda contra a nascente burocracia stalinista. Depois de dura batalha, foi expulso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), desterrado para o interior da URSS e finalmente expulso do país (1927-1929), que o privaria mais tarde da própria cidadania. No exterior continuou organizando os “bolchevique-leninistas” em fração da Internacional Comunista; em 1933 (depois da vitória sem batalha do nazismo na Alemanha) chamou a fundar a IV Internacional, declarando à Internacional Comunista “morta para a revolução” (a IV Internacional seria fundada em 1938, em congresso celebrado em Paris). Escreveu no exílio, e sob perseguição, suas principais obras (*História da Revolução Russa*, *A Revolução Traída*, *A Revolução Permanente*, *A III Internacional depois de Lênin*). Exilado em diversos países, encontrou finalmente (1936) temporário refúgio no México, onde foi assassinado por um agente stalinista infiltrado em seu entorno imediato, Ramón Mercader Del Rio, a 21 de agosto de 1940.

¹³¹⁷ Pierre Broué. *Trotsky*. Paris, Fayard, 1994.

¹³¹⁸ Avraham Yassour. *Leçons de 1905: Parti ou Soviet? Le Mouvement Social* n° 62, Paris, janeiro-março 1968. Logo depois da revolução, no entanto, Trotsky já dizia que “o conselho de deputados operários nasceu para a realização de um objetivo: no curso dos acontecimentos criar uma organização que represente a autoridade, livre da tradição, uma organização que possa abarcar de uma vez por todas as massas disgregadas sem a imposição de demasiados obstáculos organizativos, uma organização que possa unir as correntes revolucionárias no interior do proletariado e controlar por si própria uma iniciativa de maneira capaz e automática e, o que é mais fundamental, uma organização à qual se poderia dar vida em 24 horas”.

mais fundamental, uma organização à qual se pudesse dar vida em 24 horas”. Os sovietes eram organismos eleitos pelos trabalhadores nos próprios locais de trabalho. Os delegados aos sovietes eram em todo momento revogáveis pelos seus eleitores.

Sindicalizados ou não, politicamente organizados ou desorganizados, os proletários de Petersburgo, Moscou, Kiev, Kharkov, Tula, Odessa e de outras aglomerações industriais do império criaram uma nova forma de organização de massa. Os sovietes apareceram como o contrário das assembleias parlamentárias através das quais a burguesia exercia a sua dominação de classe. Em 1905, depois de algum vacilo e receio inicial em relação ao soviete, o bolchevismo ultrapassou seu caráter de organização basicamente composta por intelectuais, para passar a ser de fato um partido da vanguarda operária (que era a proposta e a intenção de Lênin), como o demonstrava a sua composição: quase 62% de operários (e 5% de camponeses).

O problema da atitude a ser adotada perante os sovietes afetou não só os bolcheviques, mas todas as frações do POSDR na revolução: “Sem atender à cooperação de muitos operários bolcheviques nos conselhos, a posição de princípio dos órgãos dirigentes bolcheviques variava entre uma rejeição radical e uma aceitação meio desgostosa desses ‘corpos alheios’ à revolução. A posição dos bolcheviques com respeito aos sovietes da primeira revolução era diferente segundo os locais e estava sofrendo transformações; o próprio Lênin não chegou a um juízo definitivo sobre seu papel e importância, apesar de ter sido o único que, entre os bolcheviques, se esforçou para examinar a fundo esse novo fenômeno revolucionário e agregá-lo a sua teoria e tática revolucionárias. Durante a greve de outubro os operários bolcheviques participaram na formação do Conselho de Deputados Operários de Petersburgo, assim como os outros operários. O comitê do partido que, no início, diferenciando-se dos mencheviques, não havia chamado à eleição de deputados, enviou seus representantes ao comitê executivo do soviete”.

E, paradoxalmente, o partido da futura revolução soviética se opôs inicialmente a essa nova criatura política: “Nos primeiros dias de existência do soviete, quando este atuava como comitê de greve e ninguém sabia realmente que papel ele desempenharia no futuro, os bolcheviques a ele se opunham de forma benévola. Isso mudou quando, ao terminar a greve de outubro, o soviete permaneceu em pé e começou a evoluir no sentido de um órgão de direção política da classe operária da capital. A partir daí a maior parte dos bolcheviques petersburguenses fixou abertamente a sua oposição ao soviete. Os bolcheviques conseguiram elaborar, nos comitês federativos formados por representantes de ambas as frações do POSDR uma resolução na qual se recomendava a aceitação oficial do programa da socialdemocracia, já que organizações independentes não poderiam guiar uma orientação política clara e, portanto, seriam perniciosas”.¹³¹⁹

Não se tratava (ainda) de uma teoria do “partido único da revolução”; a questão da relação entre o partido e os órgãos das massas em luta não estava clara para os socialdemocratas russos (para os numerosos anarquistas russos, por sua vez, a questão do partido, da direção política unificada da classe operária e das massas exploradas, sequer se colocava), e a experiência da socialdemocracia ocidental, centrada já exclusivamente na ação parlamentar e sindical, alheia à revolução, não os ajudava para esclarecer a questão. A própria teoria sobre a natureza da revolução russa, iniciada como revolução *política* e rapidamente desdobrada em revolução *social*, sofreu abalos devido à ação revolucionária do proletariado e ao nascimento dos sovietes. Durante a revolução, Lênin afirmou que “da revolução democrática começaremos logo a passar, na medida mesmo das nossas forças, das forças do proletariado consciente e organizado, à revolução socialista. Somos pela *revolução ininterrupta*. Não nos deteremos a meio caminho”. Embora a ideia de “revolução permanente” não fosse

¹³¹⁹

Oskar Anweiler. *Op. Cit.* p. 83.

explicitamente mencionada, ela abriu, implicitamente, seu caminho *organizativo* no POSDR através do bolchevismo.

As concepções políticas de Lênin iam mudando ao calor dos acontecimentos: “Desde a sua obra escrita no exílio siberiano, Lênin tinha a tendência de ver capitalismo atrás de cada carreta russa. Mas a revolução de 1905 o levou a matizar suas ideias: o capitalismo estava ainda fracamente desenvolvido, as forças liberais eram embrionárias e tímidas”.¹³²⁰ A revolução burguesa carecia de bases econômicas e sociais próprias. Ainda assim, para Lênin a revolução seria “burguesa no sentido de seu conteúdo econômico-social. O que significa: as tarefas da revolução que está ocorrendo na Rússia não ultrapassam o âmbito da sociedade burguesa. Nem mesmo a mais plena vitória da atual revolução, isto é, a conquista da república mais democrática e a confiscação de toda a terra dos proprietários pelos camponeses, abalará os fundamentos da ordem social burguesa”.

Mas disso “não derivava absolutamente a conclusão segundo a qual o motor principal ou guia da revolução será a burguesia” como queriam os mencheviques. Isto porque a revolução ocorria no momento em que “o proletariado já começou a tomar consciência de si como uma classe particular e a se unir numa organização de classe autônoma”. As divergências e as ásperas polêmicas com Trotsky, no entanto, se mantinham. As divergências com os mencheviques também se aprofundaram, as duas frações atuavam de fato como partidos independentes. Por outro lado, uma convergência de alcance internacional se desenhou desde o V Congresso de 1905 (de Londres) do POSDR: “O fato mais notável do congresso foi o isolamento dos mencheviques diante da convergência de posições de Lênin, Rosa Luxemburgo e Trotsky. Naturalmente, tratava-se de uma convergência objetiva, sem qualquer acordo, e não isenta de consideráveis discrepâncias, entre Lênin e os bolcheviques, por um lado, e Rosa e Trotsky, por outro”.¹³²¹

O trabalho do soviete na revolução consistiu basicamente na impulsão das greves e na organização da vida social e política nos bairros operários, incluído o fornecimento de suprimentos para os trabalhadores, chegando a praticamente substituir os órgãos administrativos da autocracia czarista em bairros e cidades inteiras; fez um apelo aos trabalhadores para que se recusassem a pagar impostos e que sacassem seu dinheiro dos bancos. A greve geral de outubro de 1905, no entanto, ocorreu espontaneamente, sem a decretação do soviete, que tentou sim organizá-la; sua tentativa de convocar uma nova greve geral em novembro falhou.

As atividades do soviete voltaram a cessar em 3 de dezembro, quando seus líderes, incluído Trotsky, foram presos acusados de preparar uma rebelião armada. Postos em julgamento público, a defesa realizada por Trotsky das atividades do soviete contra as acusações dos procuradores foram transcritas pelos jornais russos (e do exterior), transformando Trotsky numa celebridade revolucionária, cuja fama transcendeu, pela primeira vez, as fronteiras da Rússia. A revolução estava momentaneamente suspensa, mas já projetara uma liderança revolucionária de estatura nacional e potencialmente internacional.

Para conter os ânimos ainda aquecidos, inclusive dentro da burguesia, em inícios de 1906 o governo czarista resolveu atender (isto é, deturpar) uma das reivindicações que a revolução havia posto na ordem do dia: a criação de um parlamento, a *Duma*, que teve sua função muito limitada pela autocracia; esta manteve um regime totalmente centralizado e autoritário nas mãos do czar. O POSDR, ainda assim, participou diversas vezes as eleições parlamentares da *Duma* (outras vezes as boicotou) para usá-las como tribuna de agitação política, enquanto os principais líderes do partido e de suas diversas frações (Lenin, Martov, Plekhánov e Trotsky, fugido novamente da prisão) voltaram para o exílio.

¹³²⁰ Moshe Lewin. Illusion communiste ou réalité soviétique? *Le Monde Diplomatique*. Paris, dezembro 1996.

¹³²¹ Vittorio Strada. A polêmica entre bolcheviques e mencheviques sobre a revolução de 1905. In: E. J. Hobsbawm (org.). *História do Marxismo*. Vol. 3, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 164.

Em pleno período de reação pós-1905, Trotsky precisou o alcance das divergências no interior do POSDR: “Se os mencheviques, partindo da seguinte concepção abstrata: ‘nossa revolução é burguesa’, chegam à ideia de adaptar toda a tática do proletariado à conduta da burguesia liberal até a conquista do poder pela mesma, os bolcheviques, partindo de uma concepção não menos abstrata, ‘a ditadura democrática mas não socialista’, chegam à ideia de uma autolimitação do proletariado, que detém o poder num regime de democracia burguesa. É verdade que entre mencheviques e bolcheviques há uma diferença essencial: enquanto os aspectos antirrevolucionários do menchevismo se manifestam desde o presente, aquilo que há de antirrevolucionário no bolchevismo não nos ameaça - mas a ameaça não é menos séria - senão no caso de uma vitória revolucionária”. Trotsky se aproximava, assim, do bolchevismo, mas mantinha também suas distâncias. Suas polêmicas com Lênin se tornaram ainda mais ásperas: elas atingiram seu cume em 1912, quando Trotsky propiciou a formação do “Bloco de Agosto” procurando reunir novamente todas as frações do POSDR, ou a maioria delas, provocando a violenta reação de Lênin e os bolcheviques, para os quais a cisão entre revolucionários e oportunistas já tinha sido consumada.

Durante a reação posterior à revolução de 1905, bolcheviques e mencheviques dividiram-se em três sub-frações de cada fração: os “liquidadores” (Potressov, Zassulich), o “centro” (Martov, Dan) e os “mencheviques de partido” (Plekhánov) entre os segundos; os “vperiodistas” (Bogdanov), os “leninistas”, e os “conciliadores” ou “bolcheviques de partido” (Rykov, Nogin), entre os primeiros. Em 1906 Lênin declarou que até a revolução social, a socialdemocracia apresentaria inevitavelmente uma ala oportunista e uma ala revolucionária.

Lênin se reconciliou depois com Plekhánov, e formou um bloco no POSDR com os “mencheviques do partido” contra os liquidadores, com o objetivo da manutenção de um partido dotado de aparato clandestino. É sobre essa base que se constituiu definitivamente a fração bolchevique.¹³²² Lênin aceitou, no Congresso de reunificação (bolcheviques + mencheviques) de 1906, a redação menchevique do artigo 1º dos estatutos do partido. É, portanto, hagiográfica e deturpada a visão retrospectiva do bolchevique Zinoviev: “Em 1903 já tínhamos dois grupos claramente separados, duas organizações *e dois partidos*. Bolchevismo e menchevismo, como tendências ideológicas, já estavam formadas com o seu perfil característico, depois evidenciado na tormenta revolucionária”.¹³²³

O desenvolvimento capitalista do campo russo se acelerou após 1906, quando se promulgou uma lei possibilitando que um pequeno número de camponeses, contra a vontade da maioria, estabelecesse, através da compra, lotes independentes nas terras comunais. A medida significou, por um lado, a ascensão da categoria superior dos camponeses ao status de fazendeiros capitalistas e, por outro, a proletarianização de grandes massas camponesas. O efeito dessa medida, que, ao criar uma nova camada pequeno-burguesa, visava fortalecer a camada mais antiga de proprietários, fugiu em grande medida do esperado. Os novos proprietários, longe de servirem de apoio aos antigos, ganhando a adesão das massas camponesas que lhe estavam, ou deveriam estar, mais próximas, encontraram-se desde o início em estado de hostilidade declarada em relação àqueles. As massas camponesas proletarianizadas, por sua vez, aumentaram consideravelmente a reserva revolucionária.

A burguesia fortaleceu-se economicamente, mas seu crescimento repousava sobre uma maior concentração da indústria e sobre a intensificação do papel do capital estrangeiro. Influenciada pelos acontecimentos de 1905, a burguesia tornou-se ainda mais conservadora e cautelosa. O peso social da pequena e média burguesia, que já era insignificante, diminuiu mais ainda. Os intelectuais democratas, por sua vez, não possuíam uma base social estável. Eles podiam

¹³²² Pierre Broué. Observaciones sobre la historia del partido bolchevique, in: M. Rubel et al. *Partido y Revolución*. Buenos Aires, Rodolfo Alonso, 1971, p. 84.

¹³²³ Grigorii Zinoviev. *History of the Bolshevik Party*. From the beginnings to February 1917. Londres, New Park, 1973, p. 96.

exercer provisoriamente certa influência política, mas não chegavam a exercer um papel político independente. A questão agrária permanecia sem solução; a modernização do campo, impulsionada em dois momentos, 1861 e 1906, pesava tremendamente sobre as massas camponesas devido ao caráter desigual do processo, isto é, ao fato de a modernização prosseguir, lentamente, com a predominância do papel do dinheiro na economia rural, que impunha ao primitivo trabalho rural exigências que só poderiam ser respondidas por tratores.

A questão agrária se esboçava como o fator determinante do rumo que deveria tomar a futura etapa da revolução russa. Que a situação de atraso econômico do campo tivesse persistido após o nascimento da indústria significava, não que a revolução deveria consolidar a burguesia no poder para liquidar com os restos feudais na Rússia, mas que a revolução seria provavelmente proletária, porque apenas o proletariado estava em condições de realizar a tarefa burguesa de varrer os restos feudais pertencentes a um período anterior ao da existência da própria burguesia.

Trotsky atribuiu à questão agrária a chave da revolução russa, enquanto produto de um desenvolvimento combinado, uma combinação original de elementos atrasados com os fatores modernos: “A aproximação e a penetração mútua de dois fatores de natureza histórica completamente diferentes: uma guerra camponesa, isto é, um movimento que caracteriza o auge do desenvolvimento burguês, e uma insurreição proletária, isto é, um movimento que assinala o declínio da sociedade burguesa”.¹³²⁴ A revolução na Rússia deveria ser *proletária*, por seus métodos, ao mesmo tempo em que *burguesa*, por suas tarefas diretas e imediatas – fenômeno este que Trotsky descreveu como a *expressão mais extrema da lei do desenvolvimento combinado*: “Começando pela derrubada do edifício medieval podre, a revolução leva ao poder, em apenas alguns meses, ao proletariado”.

Para aqueles que só conseguiam entender o papel do proletariado russo através de analogias formais, a fusão de tarefas históricas diversas e opostas em uma única revolução era inaceitável. Para eles, apenas a burguesia poderia realizar o caráter burguês da revolução. A combinação é um dos fatores que explicavam a não repetição das revoluções na sociedade burguesa, revoluções que traziam novas etapas da sociedade burguesa e novos aspectos da consciência de suas classes, sentidos inclusive nas regiões mais remotamente tocadas pelo capital. O caminho percorrido pelo capital na Europa ocidental não guardava semelhança com o desenvolvimento das forças produtivas russas.

Não havia, portanto, analogia possível entre um país capitalista de primeira linha e as colônias, bem como com as nações que, sem serem colônias, receberam do capital externo sua influência determinante: “Quando o capital inglês ou francês, quintessência da obra histórica de séculos, é transportado para as estepes do Donetz, ele é absolutamente incapaz de manifestar as forças sociais, as paixões, os valores por ele absorvidos progressivamente. Sobre um território novo, ele não pode repetir o desenvolvimento que já cumpriu. Ele retoma a sua obra do ponto onde a deixou em seu país. Em torno das máquinas que trouxe consigo pelos mares e aduanas, ele reúne rapidamente, sem etapas intermediárias, as massas proletárias, e injeta nessa classe a energia revolucionária que trazia congelada dentro de si, das velhas gerações burguesas”: “A condição de atraso que leva o proletariado russo ao poder coloca diante desse poder problemas que, por sua essência, não podem ser resolvidos dentro das fronteiras de um Estado isolado. O destino deste está assim inteiramente ligado à marcha ulterior da história mundial”.¹³²⁵

A concepção de que o destino da revolução proletária, num país atrasado, estava diretamente influenciado pelo caminho da revolução mundial, revelou-se o eixo de toda uma estratégia revolucionária para o século XX. Trotsky se libertou das amarras do fatalismo econômico, da afirmação da total dependência do político em relação ao econômico no âmbito da teoria, em

¹³²⁴ Leon Trotsky. *Histoire de la Révolution Russe*, ed. cit., p. 88-89.

¹³²⁵ Leon Trotsky. *Histoire de la Révolution Russe*, ed. cit., p. 510.

que a dominação econômica da burguesia deveria ser seguida pela sua dominação política antes que ambas pudessem ser superadas, graças à percepção das implicações internacionais da expansão mundial do capital financeiro. O caminho percorrido pelo capitalismo desde a morte de Marx exigia uma reinterpretação das possibilidades revolucionárias do proletariado, e da relação entre política nacional e economia internacional. A transformação econômica da Rússia tinha sido impressionante nos anos precedentes, com um crescimento econômico centrado principalmente na indústria, nos meios de transporte modernos (estradas de ferro) e no emprego industrial como percentual do emprego total.

Rússia: indicadores econômicos 1890-1913

	1890	1913	Varição
População	117.787.000	161.723.000	37,30%
População Urbana	11.774.000	18.604.000	58,01%
Produção per capita de grãos (rublos de 1913)	20,60	27,88	35,34%
Produção industrial bruta per capita (rublos de 1913)	19,16	42,91	123,96%
Volume de Comércio per capita (rublos correntes)	34,24	72,68	112,27%
Exportações per capita (rublos correntes)	5,84	9,06	55,14%
Preços por atacado (1913=100)	76,70	100,00	30,38%
Empregos na manufatura, mineração e ferrovias	1.682.100	3.844.000	128,52%
Extensão da malha ferroviária (km)	30.596	70.990	132,02%
Moeda em circulação per capita (rublos)	7,88	13,88	76,14%
Gasto orçamentário per capita (rublos)	8,97	20,92	133,22%
Dívida Pública per capita (rublos)	50,14	77,18	53,93%

A produção industrial, o comércio em dinheiro, o emprego industrial e os meios mecânicos de transporte e comunicação cresceram, durante o quarto de século precedente à “Grande Guerra”, em ritmos que quadruplicavam o crescimento demográfico e duplicavam o crescimento da população urbana. Restava uma última linha de defesa para as concepções “etapistas”: a consciência de classe proletária se ressentia, para os “marxistas legais” e os mencheviques, do fato que a Rússia agrária e semi-industrial não conhecera o desenvolvimento capitalista nem as modificações sociais, políticas e culturais decorrentes (a *modernização*) para que se pudesse falar de proletariado consciente e de socialismo.

A transformação cultural e ideológica da sociedade russa, não apenas de sua economia, seria, desse modo, condição prévia absolutamente necessária para a possibilidade de uma ditadura do proletariado. O raciocínio esquecia que toda a modernização e progresso do capitalismo - necessários para o surgimento de um proletariado consciente e revolucionário - não resultaram no próprio Ocidente europeu, no início do século XX, em qualquer movimento que se assemelhasse em combatividade e envergadura ao 1905 russo. Não se tratava, por outro lado, no caso da Rússia, de um proletariado tão ignorante quanto às suas reivindicações, nem tão inexperiente.

Quanto à consciência socialista propriamente dita: “É verdade, naturalmente, que o progresso da consciência depende do crescimento do número de proletários conscientes, e que a ditadura do proletariado pressupõe que estes tenham se tornado numerosos o suficiente para se impor diante da resistência da contrarrevolução burguesa. Mas isso de forma alguma significa que ‘a grande maioria’ da população deve se tornar proletária; nem ‘a grande maioria’ do proletariado, socialista consciente”. O exército conscientemente revolucionário do proletariado devia ser mais forte do que o exército contrarrevolucionário do capital; enquanto que as camadas intermediárias da população, receosas ou indiferentes, deviam se encontrar em uma situação tal que a ditadura do proletariado as atraísse para o lado da revolução ao invés de repeli-las para o lado de seus inimigos; o que a política proletária deveria levar em consideração. Tudo isso pressupunha a hegemonia da indústria sobre a agricultura, e o domínio da cidade sobre o campo, um processo que já se verificava objetivamente no desenvolvimento capitalista russo.¹³²⁶

Taxa Média Anual de Crescimento da Produção da Agricultura, Indústria e Serviços na Rússia, 1860-1913 (%)			
	1860-1883	1883-1913	1860-1913
Lavoura ¹	1,6	2,3	1,75-2,25
Pecuária	***	***	1,0-1,25
Agricultura Total	***	***	1,75-2,0
Indústria Fabril	5,5-6,0	5,0-5,5	5,25-5,75
Indústria Total	5,0-5,5	4,5-5,0	4,75-5,25
Serviços	***	***	2,0 ²
Global	2,25	2,75	2,25-2,75
<i>per capita</i>	0,75	1,25	1,0

A agricultura russa, mesmo que ainda majoritária em termos numéricos *sociais* absolutos, não possuía a importância *econômica* ou o peso da indústria russa. A essa altura, a antiga hegemonia do campo já havia cedido lugar ao domínio econômico da indústria e da cidade, responsável pelo espantoso crescimento produtivo russo no século XIX (quase 500%, uma taxa quase equivalente à inglesa, e muito superior à francesa, austríaca ou italiana). As taxas de crescimento da agricultura e da indústria russas, entre 1860 e 1913, estavam na média ou acima da média do padrão europeu no mesmo período, mesmo entre os países mais avançados da Europa Ocidental.

No crescimento econômico global do país, no entanto, fazia-se sentir o peso do setor agrícola, que ainda respondia por mais de 74% da produção total em 1880. A baixa produtividade deste setor indicava que o crescimento econômico da agricultura no período não se deu por mais eficiência no trabalho, mas preponderantemente pela incorporação de novos trabalhadores. O atraso também se fazia sentir na indústria russa, embora cada vez menos. Em 1887, 82,4% da produção industrial russa era composta por produtos básicos e de baixo valor agregado; em 1900, esse valor tinha caído para 73,4 %, e em 1908 para 71,6 %. Na virada do século XIX, a Rússia era ainda conhecida como “o celeiro da Europa”; *socialmente*, continuava existindo um predomínio do trabalho rural sobre o urbano.

¹³²⁶

Leon Trotsky. *Balance y Perspectivas*. Buenos Aires, El Yunque, 1975.

Estimativas da Estrutura Industrial Russa e da Produtividade Setorial – 1860, 1880, 1900, 1913 (Para os 50 Estados da Rússia Europeia)			
	Agricultura	Indústria	Serviços
1860			
Participação na Força de Trabalho	91 ¹	9	***1
1880			
Participação na Força de Trabalho	74	13	13
Participação na Produção ²	66-71	14-15	20-14
Produção por Trabalhador	0.89-0.96	1.27-1.34	1.00-1.41
1900			
Participação na Força de Trabalho	71	18	11
Participação na Produção	60-63	24-26	16-11
Produção por Trabalhador	0.85-0.89	1.33-1.44	1.00-1.41
1913			
Participação na Força de Trabalho	72	18	10
Participação na Produção	58-60	28-30	14-10
Produção por Trabalhador	0.81-0.83	1.56-1.67	1.00-1.41

Trotsky reconhecia que a consciência socialista do proletariado russo estava longe de ser “plenamente desenvolvida”; que o proletariado não estava composto integralmente por “socialistas conscientes”. Mas também rejeitava a ideia de que fosse preciso que a maioria dos operários fosse socialistas conscientes. Bastava que houvesse um núcleo consciente - bem entendido, de operários, e não simplesmente de revolucionários profissionais. Trotsky alertava para o fato de que a ausência de um proletariado composto majoritariamente por socialistas conscientes era uma característica não apenas da Rússia, mas também das sociedades capitalistas: “De fato, não podia ser de outro modo, já que a própria existência do capitalismo infecta e distorce a consciência das massas. Uma ‘regeneração moral’ completa, objetivo do socialismo, era impossível no interior de uma sociedade não socialista; aqueles que pregavam que a natureza humana tem que ser transformada antes que o socialismo possa ser alcançado, faziam apenas ‘prorrogar o socialismo por vários séculos’”.¹³²⁷

No plano do socialismo internacional, a revolução russa de 1905 foi o sinal de que a era do desenvolvimento pacífico do capitalismo estava chegando ao fim e se fazia necessário preparar o proletariado para os novos tempos – que exigiam uma nova tática. A maioria dos socialistas não conseguiu compreender isto. Começou a se constituir lentamente uma ala esquerda da Internacional que foi encabeçada pelos bolcheviques e pela esquerda da social democracia alemã, dirigida por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Na luta política interna na II Internacional, Lênin conseguiu ser reconhecido como representante do POSDR (junto com Plekhánov), desde 1905, no Bureau Socialista Internacional (BSI) cargo que manteve até a explosão da I Guerra Mundial.

Em 1907, no Congresso Socialista Internacional de Stuttgart, a moção sobre a atitude e o dever dos socialistas em caso de guerra (“utilizar a crise provocada pela guerra para precipitar a queda da burguesia”), foi apresentada conjuntamente por Lênin, Rosa Luxemburgo e o menchevique Martov. Durante o período que Massimo Salvadori chamou de “radicalização de Kautsky”, o da revolução russa de 1905 e sua influência europeia,¹³²⁸ o ideólogo da Internacional Socialista esteve entre os primeiros socialdemocratas europeus a alertar acerca da significação revolucionária internacional dos acontecimentos russos, a partir da guerra russo-japonesa de 1904, assim como acerca do papel de vanguarda que caberia ao proletariado na revolução russa.

¹³²⁷ Baruch Knei-Paz. *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*. Oxford, Clarendon Press, 1979, p. 126.

¹³²⁸ Massimo L. Salvadori. *Kautsky e la Rivoluzione Socialista*. Milão, Feltrinelli, 1978.

Para Kautsky: “Uma revolução não poderia estabelecer imediatamente na Rússia um regime socialista, pois as condições estão ali demasiado atrasadas. Não poderia estabelecer, portanto, mais do que um regime democrático; este, porém, estaria submetido ao impulso de um proletariado enérgico e impetuoso que arrancaria por sua própria conta concessões importantes. Uma constituição semelhante não deixaria de influir poderosamente nos países vizinhos: desde logo estimularia e atiçaria nelas o movimento operário, que receberia assim um impulso vigoroso que lhe permitiria entregar-se ao assalto às instituições políticas que se opõem ao advento de uma verdadeira democracia - antes de mais nada, na Prússia, o sufrágio das três classes. Logo desencadearia as múltiplas questões nacionais da Europa Oriental”.¹³²⁹ Kautsky limitava o horizonte revolucionário russo a uma “verdadeira democracia”.

Trotsky, no entanto, levou em conta a posição à esquerda que o veterano dirigente socialista ocupava nesse momento na Internacional, e reivindicou as análises de Kautsky como confirmatórias do seu próprio balanço da revolução de 1905: “Segundo Kautsky, a Rússia está caracterizada no terreno econômico por um nível relativamente baixo de desenvolvimento capitalista, e na esfera política pela falta de importância da burguesia capitalista e pelo poder do proletariado revolucionário. Esta análise conduz a que a ‘luta pelos interesses de toda Rússia corresponda à *única classe forte atualmente existente*, o proletariado industrial’. Tudo isto, não nos dá o direito de concluir que o ‘servo’ russo pode chegar ao poder antes de seus ‘amos’?”. Karl Kautsky agiu como uma espécie de catalisador do impacto da revolução russa no socialismo ocidental: “Intervindo repetidamente sobre a ‘natureza’ da revolução russa, ele traçou uma análise das tarefas da socialdemocracia russa que lhe valeu a admiração e o aplauso de Lênin. Revendo as conclusões a que chegara em *Die Soziale Revolution*, sob a influência das ‘lições’ da insurreição armada de Moscou (dezembro de 1905) - chegou a afirmar que não era de excluir que, também no Ocidente, a luta armada adquirisse um papel na fase do choque frontal entre o proletariado e o Estado capitalista”.¹³³⁰

Outros militantes de projeção internacional intervinham nesse debate. Já antes de 1905, “intervindo no debate sobre a greve geral, Parvus teorizou - em antes do desencadeamento da revolução na Rússia e, portanto, das ‘lições’ fornecidas pelos grandes movimentos de massa russos - que a greve geral representava a forma específica na qual estava destinada a ter início o processo revolucionário proletário... A revolução russa era vista por Parvus no interior desse processo internacional, dessa dialética entre imperialismo e revolução em escala mundial. Ela se apresentava como aspecto particular de um fenômeno geral”.¹³³¹ Mas, embora Parvus afirmasse que “a revolução russa abala o mundo capitalista em seus fundamentos políticos, e o proletariado russo pode adquirir o papel de vanguarda da revolução social”, ele limitava a projeção dessa revolução: “Não se trata ainda da ditadura do proletariado, cuja tarefa é mudar pela raiz as relações de produção no país; todavia, já dá um passo além da democracia burguesa. Não podemos considerar ainda como nossa tarefa a transformação da revolução burguesa em socialista. Mas consideramos ainda menos necessário nos submetermos à revolução burguesa. Nossa tarefa consiste em ampliar os limites da revolução burguesa, no interior dessa impulsionarmos os interesses do proletariado, e no âmbito da constituição burguesa criar a base mais ampla possível para a transformação revolucionária da sociedade”.¹³³²

¹³²⁹ Karl Kautsky. *O Caminho do Poder*. São Paulo, Hucitec, 1979, pp. 12-13.

¹³³⁰ Massimo L. Salvadori. Kautsky entre ortodoxia e revisionismo. In: E.J. Hobsbawm. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, vol. 2, p. 324.

¹³³¹ Massimo L. Salvadori. A socialdemocracia alemã e a revolução russa de 1905. In: E.J. Hobsbawm. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, vol. 3, p. 278-279.

¹³³² *Die Neue Zeit*, XXIV, 1905-1906, vol. I. Parvus foi o autor do prefácio do folheto *Antes de 9 de janeiro* de Trotsky, publicado em 1905 em Genebra, onde este expôs pela primeira vez a tese da “revolução permanente”. Embora nesse prefácio Parvus já adiantasse alguns dos temas da análise do desenvolvimento histórico da Rússia que Trotsky expôs depois em *1905* e, sobretudo, na *História da Revolução Russa* (especialmente o caráter “asiático” e não “europeu” do desenvolvimento urbano russo, tema que Parvus retomou da obra do historiador e político

Já para Trotsky, o comportamento das classes sociais e de seus partidos durante a revolução de 1905 confirmava a perspectiva da revolução permanente, isto é, da revolução democrática que se transformava em proletária em um processo ininterrupto: “Sob a dominação política do proletariado, a introdução do dia de trabalho de oito horas teria que conduzir a consequências muito diferentes. O fechamento de fábricas e empresas pelos capitalistas naturalmente não pode ser motivo para prolongar a jornada de trabalho por parte de um governo que se quer apoiar no proletariado e não no capital - como o liberalismo - e que não quer desempenhar o papel de intermediário “imparcial” da democracia burguesa. Para um governo operário só há uma saída: a expropriação das fábricas e empresas fechadas e a organização de sua produção sobre a base da gestão coletiva”.

Não só histórica, mas também politicamente, esta perspectiva da revolução implicava expectativas completamente diversas às imaginadas até então, não só pelos socialistas, mas pelo conjunto das frações políticas da “sociedade civil” russa: “Agora, e por muito tempo, a revolução russa encerrou o caminho da edificação de qualquer ordem burguesa constitucional que pudesse solucionar mesmo que só as tarefas mais simples da democracia. No que se refere aos burocratas reformistas do estilo de Witte e Stolypin, todos seus esforços ‘ilustrados’ vão água abaixo, o que se comprova com o simples fato de que eles mesmos se vêm obrigados a lutar por sua própria existência... Nossa opinião é que a revolução russa criará as condições sob as quais o poder pode passar para as mãos do proletariado (e, em caso de uma vitória da revolução, assim tem que ser) antes que os políticos do liberalismo burguês tenham a oportunidade de fazer um desdobramento completo de seu gênio político”.¹³³³



Nicolau II, último czar da Rússia

Os anos de 1908 a 1911 corresponderam, na Rússia, a um período de contrarrevolução vitoriosa. O crescimento industrial começou a se reaquecer a partir de 1910, dando novo ímpeto ao movimento operário. Quando em janeiro de 1912 a conferência do POSDR de Praga consumou de vez a cisão dos bolcheviques com as outras correntes da socialdemocracia russa, Lênin não a apresentou como a ruptura entre reformistas e revolucionários, mas dos defensores do “verdadeiro partido operário” contra os “liquidadores”. Anos depois, Trotsky recapitulou o processo partidário de conjunto: “Em 1903 teve lugar a cisão entre

liberal Pável Miliukov) ele chegou só a formular que “o conceito de um governo revolucionário provisório e uma república democrática, até agora utópicos, adquirem (na Rússia) um caráter de realidade política” (Cf. Piotr Zveretemich. *Il Grande Parvus*. Milão, Garzanti, 1988, p. 88-89).

¹³³³

Leon Trotsky. *Resultados y Perspectivas*. Buenos Aires, El Yunque, 1975 (1a edição, 1906).

mencheviques e bolcheviques. Em 1912 a fração bolchevique tornou-se definitivamente um partido independente. Ensinou-nos durante doze anos (1905-1917) reconhecer a mecânica de classe da sociedade nas lutas e nos grandiosos acontecimentos. Educou quadros capazes, quer de iniciativa quer de disciplina. A disciplina da ação revolucionária apoiava-se na unidade da doutrina, nas tradições de lutas comuns e na confiança numa direção experimentada”.

Em 1914 (pouco antes da guerra), devido ao isolamento internacional dos bolcheviques (inclusive em relação à ala esquerda da Internacional Socialista, cuja dirigente Rosa Luxemburgo se aliara aos mencheviques e ao “Bloco de Agosto” liderado por Trotsky), os bolcheviques admitiram uma nova e infrutuosa “conferência de unificação” da socialdemocracia russa. Entre 1912 e 1914, sobre bases históricas mais desenvolvidas e um proletariado mais concentrado e numeroso, o movimento de greve na Rússia cresceu novamente. Uma nova ofensiva proletária foi lançada, brutalmente interrompida pela Primeira Guerra Mundial. A guerra teve o efeito imediato de desorientar politicamente as massas e fornecer aos diretores de fábricas a oportunidade de “falar uma linguagem patriótica em nome de suas empresas”.

A guerra mudou também a composição da classe operária russa: em Petrogrado, principal centro econômico do país, os efetivos da mão de obra industrial foram renovados com a guerra e com o recrutamento de operários para o *front* em quase 40%. Mas, rapidamente, já em 1915, o aumento do custo de vida e o agravamento das condições de trabalho, com o ressurgimento dos traços da exploração mais gritante, fez com que surgissem novas greves econômicas que, não obstante, possuíam um limitado alcance político. A liderança operária estava desorientada, e muitos de seus líderes presos, com o agravante de que nesse período ocorreu um fluxo de uma mão de obra pouco qualificada e politicamente inexperiente para dentro das fábricas, que substituiu os operários enviados para o front bélico. Os efeitos catastróficos da guerra para os trabalhadores industriais e para os camponeses russos, e até para a “classe média”, porém, mudaram em termos relativamente rápidos a situação de retrocesso político.

46. O NOVO IMPERIALISMO: OS EUA

O primeiro país a se industrializar e desenvolver o capitalismo fora da Europa foram os EUA, depois da conquista do Oeste, da valorização crescente de um território continental com costas nos dois oceanos e dos enormes recursos materiais e econômicos daí advindos. Diversos autores preferiram situar o marco da industrialização dos EUA na chamada “segunda revolução americana”, a guerra de secessão entre 1860 e 1865, quando a classe capitalista do Norte aumentou sua fortuna financiando o governo federal, fornecendo provisões aos exércitos e desenvolvendo a indústria ligada às necessidades do conflito. O resultado da guerra foi a consolidação do capitalismo industrial, representado politicamente pelos republicanos. Enquanto a abolição da escravatura destruía a economia sulista, o protecionismo alfandegário, a legislação bancária e a construção de estradas de ferro garantiam a supremacia do Norte e de sua economia industrial. Depois da guerra, o país tinha território unificado, rede de transportes em expansão, população crescente, e relativamente poucas diferenças sociais. Isso permitiu uma produção para o consumo de massa, facilitando a modernização da economia.

A economia do país dependia de seu próprio mercado; exportava apenas 10% do que produzia (Inglaterra, ao contrário, exportava 52% de sua produção). O dinamismo econômico atraiu capitais europeus voltados para setores estratégicos, como as ferrovias. A descoberta do ouro californiano acelerou ainda mais a economia capitalista. Ainda assim, em 1890, algodão, trigo, carne e petróleo (produção primária) contribuíam com 75 % das exportações. O beneficiamento de produtos agrícolas foi a primeira grande indústria norte-americana; as fábricas siderúrgicas e as indústrias mecânicas superaram o setor agrícola apenas no início do século XX. A característica foi a formação de enormes empresas, que produziam ferro, carvão, produtos siderúrgicos e ferroviários. Na segunda metade do século XIX o capitalismo norte-americano teve o ritmo de desenvolvimento mais rápido do mundo. O número de manufaturas nos EUA passou de 123 mil para 354 mil em pouco mais de vinte anos, entre 1848 e 1870.

A produção de carvão (combustível principal dos transportes e, ainda, da indústria) era, em 1860, de 85 milhões de toneladas anuais na Grã-Bretanha, contra pouco mais de 16 milhões nos EUA; em 1900, os EUA atingiram uma produção de 281 milhões de toneladas anuais, contra menos de 227 milhões na sua antiga potência colonizadora. As estatísticas da produção de aço mostraram índices ainda mais estonteantes: entre 1870 e 1900, a produção do Reino Unido multiplicou-se por pouco menos de dez (de 0,5 para 4,9 milhões de toneladas anuais); já a dos EUA o fez por... 134! (de 0,1 para 13,4 milhões de toneladas anuais).¹³³⁴ “Entre a guerra civil e 1900, o vapor e a eletricidade substituíram a força de trabalho humana, o ferro substituiu à madeira, e o aço, o ferro. As ferramentas passaram a ser de aço, o petróleo iluminou fábricas e lares. Pessoas e bens puderam ser transportados em estradas de ferro através do continente por máquina movidas a vapor e sobre vias férreas; a câmara frigorífica garantiu o transporte de alimentos até quase qualquer local da nação. O telefone, a máquina de calcular e a de escrever aceleraram o trabalho”.¹³³⁵

A monopolização da produção e da economia contou com o apoio direto do Estado: “Grande parte dos melhores terrenos minerais dos EUA foi transferida para mãos privadas fora dos procedimentos previstos pela lei federal. Seis milhões de acres de carvão foram privatizados entre 1873 e 1906, na sua maioria disfarçados de terras agrícolas. Os terrenos de ferro do norte de Minnesota e Wisconsin foram obtidos de modo fraudulento, de acordo com as disposições do *Homestead Act*”.¹³³⁶

¹³³⁴ William Ashworth. *Breve Storia dell'Economia Mondiale*. Bari, Laterza, 1976.

¹³³⁵ Claudio G. Chiaramonte. El desarrollo norteamericano desde la guerra civil. In: Pablo Pozzi et al. *Trabajadores y Conciencia de Clase en los Estados Unidos*. Buenos Aires, Cántaro, 1990.

¹³³⁶ Gavin Wright; Jesse Czelusta. The myth of the resource curse. *Challenge* nº 47, Nova York, marzo-abril de 2004.

Em 1913, finalmente, os EUA assumiram a liderança mundial na produção de ferro, carvão, aço, cobre, chumbo, zinco e alumínio. A indústria mecânica avançou, sobretudo a automobilística, com métodos “racionais”, com destaque para a linha de montagem desenvolvida pela Ford em Detroit, constituindo o chamado “fordismo”. A indústria têxtil, mais intensiva em mão de obra, deslocou-se para o Sul, aproveitando as diferenças salariais regionais. A indústria elétrica, estimulada pelas investigações científicas, que resultaram na fundação da *Edison Electric Company*, criou filiais em vários países, como Itália e Alemanha.

Outro fator decisivo foi o espetacular crescimento do mercado de trabalho. Entre 1861 e 1920, o movimento migratório mundial (o maior de todas as épocas históricas) abrangeu mais de 45,5 milhões de pessoas, das quais 28,6 milhões se dirigiram para os EUA (seguidos, de bem longe, pelo Canadá e a Argentina, como países receptores). As sucessivas levadas de imigrantes para os EUA (quase cinco milhões entre 1850 e 1870), eram compostas principalmente por pessoas vindas da Grã-Bretanha, a França, os Países Baixos, a Escandinávia, os territórios germânicos e eslavos. Na grande migração mundial acontecida entre 1820 e 1930 (ano em que ela sofreu uma queda brutal, devida à depressão econômica) os EUA receberam 61,4% dos migrantes de todo o mundo, seguidos pelo Canadá (com 11,5%) e a Argentina (com 10,1%).

O *Homestead Act* de 1862, que deu 65 hectares de terra arável no Oeste para quem nela vivesse e plantasse por cinco anos, fez com que, até o final do século XIX, 600 mil fazendeiros recebessem mais de 800 milhões de acres na região. Sobre a base da colossal mão de obra nova, incorporada ao trabalho assalariado ou ao exército industrial de reserva, e ao oceano de pequenos e médios proprietários rurais, ergueu-se um mercado nacional (interno) de dimensões inéditas na história do capitalismo. A formação do proletariado norte-americano esteve vinculada ao processo de industrialização, imigração e expansão territorial nas regiões Norte e Noroeste do país.

Bem antes de sua intervenção na arena política mundial (iniciada na virada do século XIX para o século XX, no Oriente, na China revoltada contra a exploração estrangeira, e na guerra-russo japonesa), o novo colosso capitalista já abalava as relações econômicas internacionais, o que repercutia nas economias dos países que haviam sido o berço histórico do capital. Sua repercussão política (e militar) mundial era só questão de tempo, e adotou formas peculiares, derivadas de sua (recente) história pregressa: “Os EUA provêm da mais duradoura das revoluções da história da era moderna, impulsionada pelas esperanças laicas da Ilustração do século XVIII. Para poder assumir uma missão imperial, esta devia basear-se na mensagem messiânica e na convicção básica de que sua sociedade livre era superior a todas as outras e estava destinada a se transformar em modelo para todas elas. Sua política, como previu Alexis de Tocqueville, seria inevitavelmente populista e antielitista”.¹³³⁷

No cerne da mais extensa e duradoura das revoluções capitalistas jazia o embrião do mais puro dos imperialismos capitalistas. Suas raízes deitavam nas peculiaridades do desenvolvimento prévio dos EUA. Sua forma foi determinada pelas tradições políticas e ideológicas postas por essas peculiaridades: “A evolução dos EUA como nação foi diferente da evolução das nações europeias e menos orgânica; falta-lhe até um nome nacional. Seu povo foi, inicialmente, formado por colonos; depois, por rebeldes; depois, por uma mistura de todos os povos da Europa.”¹³³⁸ Um país assim não podia ser considerado garantido, necessitava de ideias, convicções e especulações para crescer completo, bem como de um poder para guiá-lo... O resto da humanidade era considerado apenas uma matéria prima passiva, barro a ser moldado pelas mãos do oleiro. Essa pressuposição de superioridade pode ser considerada um legado da condição insular da Grã-Bretanha, ampliado pela riqueza e pelo tamanho dos EUA.

¹³³⁷

Eric J. Hobsbawm. *Guerra y Paz en el Siglo XXI*. Buenos Aires, Pensamiento Crítico, 2012, p. 79.

¹³³⁸

E da África, não é, Hobsbawm?

Isso pode ter contribuído para o hábito de ver o resto do mundo de forma tolerante ou com indiferença desdenhosa”.¹³³⁹

A depressão econômica do último quartel do século XIX redefiniu as relações econômicas internacionais. O colapso dos investimentos britânicos na Austrália, na África do Sul e na Argentina levou à falência da casa financeira Baring Brothers em novembro de 1890. No ano seguinte, o comércio estagnou em toda Europa, com quedas gerais de preços e na produção industrial. Grã-Bretanha e Alemanha, as maiores potências econômicas europeias, entraram em depressão, da qual não saíram até 1895. A crise europeia teve repercussões nos Estados Unidos, onde o centro financeiro de Nova York entrou em pane, com os investidores britânicos se livrando de seus ativos norte-americanos para obter fundos destinados às suas necessidades caseiras. Os investimentos externos, dos quais os Estados Unidos eram fortemente dependentes, deixaram de fluir. Esses recursos eram indispensáveis para compensar o contínuo déficit do balanço de pagamentos, o que forçou à exportação contínua de ouro entre 1892 e 1896. O democrata Grover Cleveland venceu as eleições de 1892, interrompendo uma longa hegemonia republicana, defendendo a redução das tarifas e o fim da cunhagem de prata. O protecionismo e a liberação parcial do padrão prata tinham estabelecido as piores condições para enfrentar uma crise internacional dessas dimensões. O *Silver Purchase Act* obrigava ao Estado a comprar limitadamente prata, medida adotada em 1890 em troca do apoio dos representantes do Oeste.

O precário remédio monetário não deteve a queda do preço da prata nem dos produtos agrícolas. Seu principal efeito foi o de colocar em circulação um grande volume de moeda; com a depreciação da prata o ouro começou a escassear. As reservas de ouro do Tesouro tinham caído em 1892 abaixo do mínimo legal. Rapidamente estendeu-se o temor de que o Estado não pudesse reembolsar os títulos públicos, salvo em prata. A cunhagem de prata foi então suspensa, mas os efeitos das turbulências foram profundos e, junto aos tremores provocados pela depressão europeia, abriram uma crise econômica. Em maio de 1893, um grande truste financeiro dedicado à comercialização de títulos e ações, a *National Cordage Company*, faliu, provocando uma reação em cadeia. Empurrada pela crise financeira internacional, a situação agravou-se. 600 bancos, mais de 11 mil empresas e numerosas empresas ferroviárias foram à falência.¹³⁴⁰ Era a maior crise econômica que os EUA tinham conhecido, e ninguém era capaz de prever as consequências políticas que poderia acarretar. Consequências que mudaram a face do mundo até o presente.

As repercussões da crise se sentiram na indústria do carvão, do ferro e dos transportes ferroviários. Em todas as partes os salários foram reduzidos, e muito operários foram demitidos. Uma massa de desempregados de um milhão de pessoas enfrentou o inverno de 1894. O desemprego passou de 3% em 1892 para mais de 18% em 1894. Explodiram conflitos sociais no campo, seguidos por uma grande greve no polo industrial de Chicago. A revolta dos *farmers* ganhou fôlego, dando início ao movimento populista, que depois de mobilizar os agricultores contra as empresas ferroviárias e os bancos, chegou a tentar uma aliança com os operários.

A greve da metalúrgica *Homestead* em 1892, levada à derrota pelo poderoso lobby do aço que buscava destruir os sindicatos, tinha criado consciência entre os trabalhadores acerca do poder dos trustes e da necessidade de construir organizações sindicais fortes. Eugene Debs criou a *American Railway Union*, que debutou nas lutas da linha *Great Northern* e, sobretudo, na histórica greve da fábrica de vagões Pullman, em 1894. O conflito, causado por uma tentativa de redução salarial, assumiu características de greve política, com a solidariedade dos

¹³³⁹ Eric J. Hobsbawm. Prefácio, in: V. G. Kiernan. *Estados Unidos, o Novo Imperialismo*. Da colonização branca à hegemonia mundial. Rio de Janeiro, Record, 2009, p. 16.

¹³⁴⁰ Marianne Debouzy. *El Capitalismo Salvaje en Estados Unidos*. Buenos Aires, Ediciones de la Flor, 1974, p. 110.

trabalhadores de todo o país, que se negaram a trabalhar com os produtos da empresa, levando a um massivo apoio popular aos grevistas, e ao pânico dos capitalistas.¹³⁴¹

A precoce “estrangeirização” da classe operária norte-americana afundou suas raízes nas peculiaridades do capitalismo no país: “A mão de obra norte-americana formou uma das classes trabalhadoras mais heterogêneas que existem: nos aspectos étnico, linguístico, religioso e cultural. Com uma classe trabalhadora de semelhante composição, fazer do socialismo e do comunismo o ‘ismo’ oficial do movimento significaria - ainda que as demais condições o permitissem - expulsar deliberadamente do movimento operário os católicos, que talvez fossem a maioria na Federação Americana do Trabalho (AFL, *American Federation of Labor*), já que sua composição irreconciliável com o socialismo é uma questão religiosa de princípio. Consequentemente, a única ‘consciência’ aceitável para os trabalhadores norte-americanos em seu conjunto era uma ‘consciência do emprego’ com um objetivo limitado de ‘controle de salários e empregos’”.¹³⁴² O sociólogo alemão Werner Sombart se expressou em termos semelhantes.¹³⁴³ Como se o massacre de Haymarket (Chicago), em 1886, que deu origem ao 1º de maio como “dia internacional do trabalhador”, não tivesse acontecido.

Foram muitos os meios empregados contra o sindicalismo. A cumplicidade dos tribunais de justiça brindava a possibilidade da interpretação distorcida das leis. Aplicavam-se leis contra os operários como a “Lei Sherman”, originalmente sancionada para evitar as práticas monopolistas. O método não era novo, mas a frequência com que foi usado fez com que praticamente não houvesse greves que fossem legais, e nas quais os dirigentes que as liderassem não corressem perigo de ser presos. A falta de legislação trabalhista também permitia a política de open shop (oficina aberta), pela qual cada fábrica tinha o direito de contratar operários não pertencentes a sindicatos, e a prática dos contratos de não filiação (*yellow dogs contracts*), que impediam legalmente a seus assinantes a filiação aos sindicatos.

As uniões de ofícios atuavam de modo discriminatório, e a AFL aprovava tal atitude. Desde 1890 havia-se negado a condenar as práticas racistas de seus grêmios e, além disso, tratava de organizar os negros separadamente, em fracos sindicatos por cidade, dependentes da mesma federação e sem conexão com os grêmios locais. Assim, os negros não podiam sentir solidariedade ante semelhantes sindicatos, e sua oposição era tanto maior quanto maior fosse sua consciência de classe. A tendência corporativa (e xenófoba) no movimento operário coexistiu e combateu a dos IWW (*Industrial Workers of the World*) que organizavam todos os trabalhadores que a AFL rejeitava: negros e imigrantes judeus, italianos, poloneses, húngaros, escandinavos (um trabalhador braçal sueco, loiro até a raiz dos cabelos, era considerado, pela AFL, como “não branco”...). A IWW defendia abertamente: “Deixem-nos entrar na América, nós vamos organizá-los”. Os trabalhadores estrangeiros (e a IWW) foram a vanguarda das primeiras greves de massa do século XX: Lawrence (1912) e Patterson (1913). Bryan, Debs e Haywood, líderes do IWW, eram norte-americanos, de família norte-americana. Esse processo de organização operária independente foi cortado abruptamente pela Primeira Guerra Mundial.

¹³⁴¹ Eugene Debs (1855-1926), que foi preso durante o conflito, fundou depois o Partido Socialista dos Estados Unidos (SPA). Foi também fundador dos IWW (*Industrial Workers of the World*) e cinco vezes candidato à presidência dos EUA: 1900, 1904, 1908, 1912 e 1920, as quatro últimas pelo SPA. Em junho de 1918 foi detido por pronunciar discursos que “obstaculizavam o recrutamento” para a guerra, segundo a lei federal de 1917, chamada de *Espionage Act*. Foi condenado por isso a dez anos de prisão, o que não lhe impediu se candidatar novamente à presidência do país, ainda que prisioneiro no cárcere de Atlanta, obtendo 913.664 votos (3,4% do total). Em que pesem suas precárias condições de saúde, o presidente Woodrow Wilson recusou seu indulto (graça), que só veio a ser acordado pelo presidente Warren G. Harding em 1921.

¹³⁴² Selig Perlman. *A Theory of the Labor Movement*. Nova York, s/p, 1928.

¹³⁴³ Werner Sombart. *Why is There no Socialism in the United States?* Londres, Macmillan, 1976.

Entre 1870 e 1929, o produto industrial dos EUA quadruplicou: massas enormes de capitais e tecnologia avançada explicam parte desse sucesso; também o explica a excepcional disposição de força de trabalho, primeiro de origem rural (devido às crescentes dificuldades da pequena produção agrícola que provocou a migração para as cidades); depois graças à imigração externa. A chegada de estrangeiros foi de 700 mil (1820-1840); 4,2 milhões (1840-1860); 2,81 milhões (1870-1880, na década depois da “guerra de secessão”); 5,43 milhões (1880-1890) e 3,69 milhões (1890-1900). O movimento atingiu seu ápice com a chegada do século XX: 8,8 milhões (1900-1910); 5,74 milhões (1910-1920). Na véspera da Primeira Guerra Mundial, 60% da mão de obra era estrangeira. Na siderúrgica Carnegie, por exemplo, em 1907, de 14.360 peões, 11.700 eram leste-europeus. Em 1910, em Lawrence (Massachusetts), só 14% dos 86.000 habitantes eram norte-americanos....

As repercussões da depressão mundial levaram a um reordenamento extremamente rápido dos negócios do país, levando à ruína inúmeras pequenas e médias empresas e possibilitando o surgimento de outras, algumas das quais se transformaram, com velocidade alucinante, em autênticos monopólios. John D. Rockefeller, com 18 anos e simples empregado de comércio, se associou a Maurice Clark para abrir uma loja de venda no atacado. Pouco depois (1862) ambos decidiram participar de uma pequena empresa de refino de petróleo na sua cidade, Cleveland. Em 1865, Rockefeller trocou com Clark sua participação no empreendimento comercial em comum pela participação petroleira, na qual se associou com Samuel Andrews, mecânico inteligente e com iniciativa, mas sem um tostão no bolso.

Depois de muito esforço, a inicialmente microempresa conseguiu refinar 3% do petróleo do país. Pouco mais de dez anos depois, em 1879, a *Standard Oil Company* de Ohio já refinava 95% da produção total de petróleo dos EUA: o estratégico “capitalismo petroleiro” do país nasceu, assim, praticamente monopolizado. Foi um exemplo entre outros (não muitos):¹³⁴⁴ Rockefeller possuía muita iniciativa e nenhum escrúpulo – seu exemplo excepcional (e o de outros poucos) fez nascer o mito dos EUA como a “terra de todas as oportunidades”. Deixando de lado a mitologia, o resultado econômico foi que o monopólio entrou “de sola” em um capitalismo que, diversamente do europeu, não possuía séculos, mas apenas décadas, atrás de si.

As turbulências econômicas e sociais afetaram o sistema político, ameaçando o bipartidarismo tradicional com o surgimento do “Partido do Povo”. O Partido Republicano era o partido da burguesia industrial vencedora da guerra civil, apoiado pelos negros sulistas que haviam sido libertos. O Partido Democrata representava o “homem comum” do Norte, os brancos do Sul, e recebia também votos dos trabalhadores urbanos, em reação contra seus patronos republicanos. O novo Partido do Povo também representava e mobilizava interesses burgueses, mas fazendo concessões às necessidades e ideologia do estrato plebeu da população branca, sobretudo os pequenos produtores rurais. A batalha dos agricultores e pequenos empresários, depois da crise de 1893, no entanto, acabou numa derrota. O movimento de concentração econômica se acentuou, modificando especialmente as estruturas financeiras. Os EUA, pela primeira vez, configuraram um grande mercado nacional de capitais, deixando atrás a necessidade de sempre buscar na Europa seus empréstimos de longo prazo. Os capitais das grandes companhias de seguros e dos grandes bancos comerciais, sob a direção dos bancos de inversão, passaram a estar disponíveis para a reorganização das antigas companhias e a promoção das novas: com a liquidação dos grupos menos competitivos se multiplicaram os trustes em todos os setores industriais.¹³⁴⁵

A tradição jeffersoniana de exaltação da pequena propriedade sofreu um abalo profundo com o surgimento e proliferação dos trustes. Em 1889, quatro estados aprovaram uma legislação

¹³⁴⁴ Marianne Debouzy. *Op. Cit.*

¹³⁴⁵ Cf. Charles R. Morris. *Os Magnatas*. Como Andrew Carnegie, John D. Rockefeller, Jay Gould e J. P. Morgan inventaram a supereconomia americana. Porto Alegre, L&PM, 2010.

antimonopólio; em 1890, outros dois seguiram o exemplo.; no final desse ano, o Congresso federal, pressionado, aprovou a “Lei Sherman Anti-Truste”,¹³⁴⁶ para controlar as novas e impetuosas formas de combinação industrial, que já faziam sentir seus efeitos econômicos sobre os pequenos proprietários rurais e urbanos. Tarde demais, a velocidade dos monopólios já tinha se antecipado à lei em pelo menos uma década: “Em 1879, quando Rockefeller já controlava umas trinta companhias, surgiu o problema de sua administração coordenada. Um astucioso advogado de uma delas resolveu o problema mediante um acordo de fideicomisso; nove fideicomissários teriam em suas mãos e administrariam a propriedade dos indivíduos associados à *Standard Oil*, emitindo certificados de fideicomisso em proporção ao valor do investimento de cada pessoa. Os dividendos para cada pessoa seriam distribuídos segundo critérios exclusivos e discretionais dos fideicomissários. Este procedimento de controle foi imitado rapidamente nas outras indústrias. O movimento dos trustes se difundiu para todo o país”.¹³⁴⁷ Nenhuma lei era violada, e a Lei Sherman não conseguiu atingir esse “movimento”. Com “laranjas” e fideicomissários ao seu serviço, a monopolização da economia norte-americana continuou *de plus belle*. O lucro (e, sobretudo, a taxa de lucro) dos monopólios capitalistas ignoravam ou contornavam qualquer lei.

Nesse quadro, no início de 1895, na segunda metade da administração democrata, jornais e congressistas lançaram uma ofensiva contra a política externa do governo. Em cada ponto em debate - a questão da construção do Canal de Panamá, o Hawaii, as crises políticas em Nicarágua, no Brasil e no Chile - o foco estava colocado no papel de Grã-Bretanha. A responsabilidade atribuída à fuga dos capitais britânicos pela crise de 1893, e os movimentos de Grã-Bretanha para reafirmar suas posições na América Latina, foram o pano de fundo que incentivou as tendências para medir forças com o imperialismo europeu.

A administração Cleveland conseguiu estabelecer a base naval de Pearl Harbor no Pacífico, com a finalidade de equilibrar o controle alemão sobre Samoa. O Congresso norte-americano, por sua vez, declarou sua oposição às demandas territoriais britânicas na Venezuela: por um tratado celebrado com os Países Baixos em 1814, Grã-Bretanha havia adquirido o território da Guiana, e durante meio século manteve uma disputa com Venezuela sobre sua fronteira ocidental, aspirando a uma porção cada vez maior de território. Venezuela tinha apelado várias vezes aos Estados Unidos, que em 1887 ofereceram seus serviços à Grã-Bretanha, propondo submeter a diferença a uma arbitragem. Os britânicos rejeitaram a proposta.

Entre as aspirações territoriais de Grã-Bretanha, a que mais preocupava os EUA era seu pretendido controle da desembocadura do rio Orinoco. Os venezuelanos alimentaram os temores sublinhando em nota oficial que não só a “Doutrina Monroe” (“América para os americanos”) estava em jogo, mas que “o controle inglês sobre a desembocadura de nossa grande artéria fluvial, e sobre alguns dos seus tributários, será a causa de permanente perigo para a indústria e o comércio de uma grande porção do Novo Mundo”. Um panfleto oficioso nos EUA afirmava que as demandas britânicas eram ilegais, e que se prosperassem poderiam alterar radicalmente as relações comerciais e políticas de pelo menos três países sul-americanos. O senador expansionista Henry Cabot Lodge disse que o controle sobre o Orinoco poderia converter o Caribe num “lago britânico”. Richard Olney, advogado das empresas ferroviárias, em rápida ascensão política pelo seu papel na crise da Pullman (e consciente, portanto, da crise social que atravessava o país), chegou nesse momento ao comando da política externa.

Para Olney, a expansão para o exterior era a principal saída para os problemas do capitalismo norte-americano. Durante a greve da Pullman em 1894, ele usou todos os meios repressivos, e

¹³⁴⁶ Que declarava, entre outras coisas: “É ilegal todo contrato, combinação em forma de truste ou outra, ou *conspiração* (sic), que limite a livre atividade ou o livre comércio entre os diversos estados ou com nações estrangeiras”. Para desgraça do deputado Sherman, os “conspiradores” já estavam mais organizados do que qualquer “combinação” que ele pudesse imaginar.

¹³⁴⁷ E. A. G. Robinson. *Monopolio*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 200.

estava disposto a fazê-lo também no âmbito da política externa norte-americana.¹³⁴⁸ Seu primeiro pronunciamento público foi uma reinterpretação do discurso de despedida de George Washington, que pregava o isolamento dos Estados Unidos, arguindo que na verdade o *founding father* tinha dito só que o país deveria se manter longe dos assuntos mundiais até alcançar poder suficiente para comandar seu destino. O momento era chegado para firmar uma posição de liderança entre as potências mundiais. Venezuela pretendia submeter *todas* as questões limítrofes em conflito a um tribunal de arbitragem; Grã-Bretanha queria deixar fora de arbitragem as áreas ocupadas por colonos britânicos.

O Departamento de Estado dos EUA emitiu uma nota reclamando o restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, afirmando que os únicos termos em que os EUA poderiam intervir seria exercendo pressão sobre os europeus para submeter o problema à arbitragem, com negociações diretas entre Venezuela e Grã-Bretanha. A entrada de Olney em cena marcou não só uma mudança de gabinete, mas uma reviravolta de política externa norte-americana. Em 20 de julho de 1895, Olney explicou a seu par inglês (Lord Salisbury) que a Doutrina Monroe era parte do direito público norte-americano; ela obrigava os EUA a considerar uma ofensa qualquer interferência de um Estado europeu nos assuntos políticos de um país americano. Na medida em que as negociações diretas entre as partes não resolvessem o problema, e devido à disparidade de poder entre os países em disputa, que impedia uma definição por meios militares, o único caminho aceitável para as três partes era submeter a disputa a uma arbitragem, um posicionamento “que dificilmente poderia ser descrito como outra coisa do que como um ultimato”.¹³⁴⁹

Olney exigiu uma definição da Grã-Bretanha nos seus próprios termos: Estados Unidos resgatava a Doutrina Monroe, formulação de caráter unilateral datada de 1823, para reivindicar uma intervenção supostamente “imparcial”: “Os Estados Unidos são praticamente soberanos nesse continente e sua decisão é lei no tocante aos assuntos aos que circunscreve sua interposição. Não meramente pelo seu elevado caráter de Estado civilizado, nem porque a sabedoria, a justiça e a equidade são características invariáveis da conduta dos Estados Unidos. É porque, além das outras razões, seus infinitos recursos, unidos à sua posição isolada, o fazem árbitro da situação e praticamente invulnerável por uma ou todas as outras potências juntas”. Depois de citar novamente a Doutrina Monroe, declarou: “O governo dos Estados Unidos tem significado claramente à Grã-Bretanha e ao mundo que a controvérsia é das que afetam a um tempo sua honra e seus interesses, e cuja prolongação não podem olhar com indiferença... Nenhuma potência europeia nem aliança de potências poderá privar pela força a um Estado americano do direito e da faculdade de se governar livremente e de lavar sua própria fortuna e destino político”.¹³⁵⁰

A resposta de Salisbury, o chanceler britânico, quatro meses depois, rejeitou a arbitragem incondicional, e expôs as implicações da posição norte-americana. O governo britânico, sublinhava, não poderia aceitar a “nova” interpretação da Doutrina Monroe, que significava implicitamente a afirmação de um protetorado ianque sobre os países americanos. Ao insistir em que todas as disputas entre Europa e os países da América do Sul deveriam ser submetidas a arbitragem, concluía, deveria impor também aos Estados Unidos o dever de responder pela condutas desses países (Estados), e conseqüentemente a responsabilidade de controlá-los, duas obrigações que Olney, obviamente, rejeitava. Salisbury rejeitava a Doutrina Monroe

¹³⁴⁸ Walter Lafeber. *The New Empire. An interpretation of American expansion 1860-1898*. Ithaca, Cornell University Press, 1963, p. 256.

¹³⁴⁹ George B. Young. Intervention under the Monroe Doctrine: the Olney Corollary. *Political Science Quarterly*, Vol. 57, n° 2, Washington, junho 1942.

¹³⁵⁰ Enrique Gil. *Evolución del Panamericanismo*. Buenos Aires, Librería y Casa Editora de Jesús Menéndez, 1933, p. 166.

como sendo parte do Direito Internacional, e rejeitava também a pretensão de uma jurisdição norte-americana na disputa com a Venezuela.¹³⁵¹

Em 17 de dezembro, o presidente Cleveland enviou uma mensagem ao Congresso dando apoio à posição de Olney, levando o episódio a um ponto crítico. O presidente reafirmou a extensão da Doutrina Monroe e solicitou fundos para a criação de uma comissão encarregada de investigar e decidir a disputa de limites em tela. Unilateralmente, Washington assumia a posição de que o direito estava do seu lado, e que no haveria lugar para compromissos. A Doutrina Monroe passava a ser interpretada em termos do interesse nacional norte-americano, sua ratificação foi definida como “importante para nossa paz e segurança como nação, e essencial para a integridade de nossas instituições livres e a tranquila manutenção de nossa distintiva forma de governo”. Os EUA tinham o dever de resistir a “uma agressão intencional contra seus direitos e interesses”. Cleveland concluiu sua mensagem afirmando ser consciente de “todas as consequências que poderiam se seguir”. Na Venezuela, a mensagem presidencial dos EUA foi recebida com entusiasmo.

A tensão política internacional chegou ao ponto da Bolsa de Wall Street sofrer forte queda em 20 de dezembro, com perdas por valor de 170 milhões de dólares. A recuperação foi, no entanto, quase que imediata: os investidores britânicos podiam abandonar suas posições, os americanos poderiam manter a situação sob controle. Foi uma prova de que o capital financeiro norte-americano poderia doravante jogar um papel autônomo nas finanças internacionais. O posicionamento do presidente evitou toda consulta a Venezuela, que se limitou a testemunhar o desenrolar de acontecimentos que a implicavam diretamente: o governo venezuelano só soube do conteúdo da nota de julho do Secretário de Estado dos EUA em dezembro de 1895, quando ela foi publicada pelos jornais. A última fase da crise internacional começou em janeiro de 1896, quando o governo britânico, apreensivo com os violentos sentimentos no governo e no público norte-americanos, reabriu a possibilidade da arbitragem. Olney e o embaixador britânico em Washington iniciaram negociações bilaterais. Por sugestão do Secretário de Estado, foi criado um grupo de trabalho, que culminou no estabelecimento de um tribunal de arbitragem formado por dois norte-americanos, dois britânicos e um experto russo em direito internacional.

Olney pediu para não citar nos trabalhos do grupo o pacto de 1850, no qual Venezuela e Grã-Bretanha se comprometiam a não ocupar o território em disputa, pacto que os ingleses não respeitaram: se esse pacto fosse citado, disse, isso “nos envolveria num prolongado debate que posporia indefinidamente a obtenção do objetivo que agora temos em mente”. A reaproximação implícita com os ingleses cimentava a “especial relação” que desenvolveriam Inglaterra e os EUA durante o século seguinte. Um tratado foi finalmente assinado em novembro, concedendo aos britânicos grande parte do território reclamado, com exceção das terras situadas na foz do Orinoco. Em troca, Grã-Bretanha reconheceu pela primeira vez a Doutrina Monroe e a hegemonia dos EUA no Hemisfério Sul. Venezuela, não convidada nem como convidada de pedra, conheceu o conteúdo do acordo apenas em dezembro, quando foi publicado. O governo de Caracas ratificou o acordo só depois de impedir com força policial manifestações de rua na cidade.¹³⁵² O chanceler venezuelano afirmou que “só as perigosas consequências do desamparo em que a negativa colocaria a Venezuela” forçaram o país a reconhecer o tratado.

Argentina e Chile manifestaram sua negativa a aceitar a interpretação intervencionista dada por Cleveland à Doutrina Monroe. México, vítima recente do expansionismo norte-americano, convocou uma reunião da qual participaram representantes do Caribe e da América Central, que redigiram um informe afirmando que os princípios de 1823 estavam se tornando

¹³⁵¹ Joseph Smith. *Illusions of Conflict*. Anglo-American diplomacy toward Latin America, 1865-1896. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1979, p. 207.

¹³⁵² Walter Lafeber. *Op. Cit.*, p. 278.

perigosamente amplos e vagos: “A novidade jurídica, de tão extraordinária importância política, de tão imensa significação para o futuro, contida nas afirmações não incluídas no texto primitivo da Doutrina Monroe, nem no seu espírito”, era tal que devia ser convocada “imperativamente” uma grande conferência americana para definir e fixar num tratado os verdadeiros alcances da Doutrina.¹³⁵³ No Brasil da Primeira República, ainda com a memória fresca do episódio do levante naval de 1894, o parlamento aprovou resoluções de apoio à atitude norte-americana. A animosidade despertada entre os venezuelanos, como consequência do tratamento humilhante que receberam, levou a Caracas a se posicionar contra os EUA na guerra hispano-americana, dois anos depois.¹³⁵⁴

O episódio mostrou o potencial da visão que começava a firmar-se entre as lideranças políticas e econômicas da burguesia norte-americana: que a expansão comercial no exterior poderia resolver os problemas da estagnação econômica interna, e debelar as revoltas sociais. O “corolário Olney” interpretou a Doutrina Monroe no sentido de que o Hemisfério Ocidental estava naturalmente sob controle econômico e político norte-americano: a crise venezuelana foi administrada para favorecer os interesses norte-americanos sem atender senão secundariamente as demandas venezuelanas. A disputa de limites tinha se alastrado por cinquenta anos, sem que os EUA tomassem qualquer atitude. Foi no contexto da sua crise interna e da intensificação das lutas das grandes potências por zonas de influência no mundo que os EUA decidiram intervir agressivamente. O expansionismo norte-americano tinha sido proposto por alguns setores desde 1890, ganhando formulações antecipatórias. O tema que concentrou os debates sobre qual deveria ser a saída para as crescentes tensões sociais internas era o do fim do ciclo de expansão da fronteira agrária, apontado por diversos escritores e políticos. Em 1893, a exposição sistemática desse fato como chave da compreensão da história pregressa dos Estados Unidos, realizada pelo historiador Frederick Jackson Turner, teve impacto profundo, ao ponto de se incorporar à consciência intelectual norte-americana como chave para os novos tempos. Para apresentar a expansão da fronteira como o catalisador fundamental da história do país, Turner chamou a atenção sobre um dado do censo de abril de 1891.

Até 1880, o mapa político dos Estados Unidos chegava até a linha de fronteira da colonização, além da qual os padrões da civilização não contavam. O Bureau de Censos noticiava que esse mundo além fronteira tinha se dissolvido em “corpos isolados de colonização, ao ponto que dificilmente possa se dizer que exista uma linha de fronteira”. A fronteira tinha sumido de fato como de direito. A proposta de Frederick Turner se baseava na tese de que o poderio econômico norte-americano havia sido gerado pela disponibilidade inicialmente inesgotável de terra disponível. Os “valores norte-americanos”, individualismo, nacionalismo, instituições políticas, democracia, dependiam disso. Enquanto existisse terra disponível para ser ocupada, as oportunidades e a competência existiriam, e o poder econômico garantiria o poder político. Sem a energia criada pela expansão da fronteira, as instituições econômicas e políticas norte-americanas entravam num impasse. A conclusão era que para não sucumbir, os Estados Unidos deviam se expandir ainda mais. Na análise das possibilidades de expansão que se apresentavam ao país no cenário mundial, Turner destacava que não estava longe que o caminho natural para a expansão comercial conduzia. Uma das opções mais importantes estava em “nossas presentes e futuras relações com América do Sul, acompanhadas da Doutrina Monroe. É uma máxima estabelecida do Direito Internacional que o governo de um Estado cujos indivíduos emprestam dinheiro a outro Estado pode interferir para proteger o

¹³⁵³ Dexter Perkins. *Historia de la Doctrina Monroe*. Buenos Aires, Eudeba, 1964, p. 160.

¹³⁵⁴ Dexter Perkins afirmou que “nunca foram os Estados Unidos menos movidos pelo benefício econômico ou a ambição territorial, nem sequer por uma sensação de perigo para sua segurança, que na controvérsia da Venezuela”. Para Perkins, a razão pela qual houve latino-americanos que não “agradeceram” o “braço protetor” dos EUA foi seu “delicado orgulho”: “Nesse cínico mundo nosso é sempre fácil acreditar o pior dos outros”.

dinheiro dos investidores, se eles são ameaçados pelo Estado devedor”.¹³⁵⁵ Outro curso possível para a energia expansiva rumo ao Leste da história norte-americana estava além mar, através do Oceano Pacífico; as demandas para fortalecer a presença do país nos mares e para a abertura do canal istmico do Panamá eram a consequência inevitável desse desenvolvimento.

O livro de Turner estava orientado para a definição dos fundamentos do abandono do isolacionismo dos Estados Unidos, o que era ressaltado pelo autor no seu prefácio: “Devemos estudar a transformação do ermo norte-americano, longe da Europa, e como seus recursos e sua liberdade de oportunidades produziram as condições sob as quais um novo povo, com tipos e ideais sociais e políticos novos, pôde surgir para ter seu próprio papel no mundo, e influenciar à Europa”. Coube a outro historiador e estrategista norte-americano traçar um programa com objetivos e métodos específicos para a ação expansionista que deveria ser empreendida. Alfred T. Mahan, um marinheiro mais afeiçoado aos livros que à vida no mar, tinha sido convidado em 1886 na Escola de Guerra para explicar os princípios da moderna guerra naval. Durante a guerra civil, barcos de aço movidos a vapor tinham lutado nos dois lados, mas não existia um cânone de referência sobre a tática e os métodos do tipo de luta naval que dominaria nos próximos anos. Mahan expôs que o controle do mar era um fator histórico que não tinha sido apreciado e exposto prévia e sistematicamente.

Apontando às condições econômicas dos Estados Unidos, um complexo industrial capaz de produzir grandes excedentes, Mahan se voltou para o exemplo da Inglaterra do século XVII, nos começos do seu império naval. Seis características principais definiam o passado inglês, vitais para o desenvolvimento de uma potência naval e mundial moderna, e forneciam um modelo a ser seguido. Em primeiro lugar, a geografia estratégica. A diferença de outros Estados marítimos, a França ou os Países Baixos, os Estados Unidos não precisavam se preocupar em proteger a fronteira terrestre, que drenava recursos humanos e materiais que seriam mais bem utilizados na expansão de ultramar. Em segundo lugar, a geografia física: uma nação em caminho de se tornar um poder marítimo precisa grandes costas, portos profundos e protegidos, e um interior fértil. Os Estados Unidos tinham isso em abundância. Outro requisito era uma população “navegante” com um “inato amor pelo mar”. Até a crise marítima posterior à guerra civil, os EUA tinham sido uma grande nação navegante, e era o momento de revitalizar esse espírito. O quarto elemento era o estabelecimento de uma grande marinha mercante. O transporte de mercadorias norte-americano já tinha rivalizado com a Grã-Bretanha em tonelagem e em prestígio, mas isso tinha acabado também com a guerra civil.¹³⁵⁶

A importância do caráter nacional era colocada em quinto lugar. O povo de um Estado marítimo devia ser materialmente expansivo, com gosto pelos lucros do comércio exterior e pelo dinheiro. Os Estados Unidos contavam também com esses atributos, em grande proporção. Para Mahan, o florescimento completo de estas qualidades nacionais fora posto em xeque pelos “obstáculos legislativos” dos políticos pouco dispostos a ampliar as possessões de ultramar. Finalmente, e com a máxima importância, estava a questão do caráter do governo. Os governos de alguns grandes poderes marítimos, como Cartago e Espanha, tinham sido despóticos, e era muito mais desejável ter uma estrutura política participativa, em que os líderes estivessem imbuídos do espírito do povo. No século XVII, Inglaterra possuía o germe desse ideal, que os EUA o levaram ainda mais longe.

O que diferenciava as necessidades norte-americanas em relação aos poderes marítimos da era mercantilista era que o real valor das colônias, em finais do século XIX, era sua função

¹³⁵⁵ Walter Lafeber. *Op. Cit.*, p. 70. Frederick Jackson Turner. *The Frontier In American History*. Charlottesville, University of Virginia, 1997.

¹³⁵⁶ Alfred T. Mahan. *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*. Mahan entendeu depois que uma nação não precisava carregar seus produtos sob sua própria bandeira para ser comercialmente próspera, mas precisava sim de uma marinha de guerra poderosa capaz de proteger os bens e os navios que os transportavam. Cf. William E. Livezey. *Mahan on Sea Power*. Norman, University of Oklahoma Press, 1981.

como bases navais estratégicas. Mahan definiria uma série de objetivos que deviam ser atingidos para garantir a presença norte-americana nos mares. Os EUA precisavam construir um canal interoceânico para permitir à costa Leste competir em igualdade de condições com Europa nos mercados asiáticos e na costa ocidental da América Latina. Hawaii cumpriria o papel de evitar o predomínio britânico no Pacífico, seu controle seria um passo fundamental na marcha norte-americana para aquela região. Nas Filipinas, os Estados Unidos deveriam ocupar as ilhas Ladrões e Luzon, sem necessidade de expulsar os espanhóis que ainda as colonizavam (o que de fato aconteceu). Mahan também sublinhou a importância estratégica do Caribe, não menor que a do Mediterrâneo, outrora centro do poder naval. Sem o domínio do Caribe e o controle absoluto do canal e do istmo de Panamá, e sem a posse de estações navais no Pacífico, inclusive nos mares da China, para amparar o comércio e os interesses norte-americanos na Ásia, os Estados Unidos não poderiam garantir a segurança da sua posição internacional, nem continuar o desenvolvimento da nação.¹³⁵⁷

Na mesma época, um intelectual cubano correspondente nos EUA do jornal argentino *La Nación*, nomeado cônsul plenipotenciário nos Estados Unidos pelos governos de Argentina e Uruguai, José Martí, caracterizava, desde o lado oposto, a vocação imperialista norte-americana em relação ao restante da América: “De um lado, há na América um povo que proclama seu direito, por auto-proclamação, de reger, pela moralidade geográfica, o continente, e que anuncia, pela boca de seus estadistas, na imprensa e no púlpito, no banquete e no congresso, enquanto põe a mão sobre uma ilha e tenta comprar outra, que todo o norte da América deve ser seu e que se lhe deve reconhecer o direito imperial do istmo para baixo; e, do outro, estão os povos de origens e fins diversos, cada dia mais ocupados e menos receosos, que não possuem outro inimigo real que sua própria ambição e a do vizinho que os convida a que poupem o trabalho de lhes tirar amanhã, pela força, o que lhe podem dar, com agrado, agora”. No ano seguinte, Martí representou vários países de América do Sul na Conferência Monetária hemisférica, na qual utilizou seus conhecimentos das divergências internas no Partido Republicano para levar a reunião ao fracasso, incluindo uma batalha política cara a cara com Blaine, idealizador do movimento pan-americanista, que pagou o preço de perder adeptos no seu partido e com isso seu sonho de se candidatar para a presidência dos EUA. Segundo Ricaurte Soler, os textos de Martí da década de 1890 são os que iniciam em toda América Latina o desenvolvimento de uma consciência oposta ao imperialismo econômico dos EUA desde uma posição democrático-revolucionária.¹³⁵⁸

O Departamento de Marinha dos EUA não levou muito a sério suas propostas, mas o livro de Mahan foi traduzido para doze línguas, despertando grande interesse na Grã-Bretanha, Alemanha e Japão, e em alguns círculos influentes na política do seu país. Depois de um tempo, congressistas dos dois grandes partidos se apropriaram de passagens do livro. Ao finalizar a guerra civil, a Armada norte-americana estava entre as primeiras do mundo. Com a paz, o país dirigira seus esforços à expansão da fronteira e à reconstrução econômica interna. Durante anos não houve quase investimentos para a Armada, que caiu para a 12ª posição mundial, ficando atrás da China e até do Chile.

O Congresso norte-americano finalmente autorizou a construção de 25 navios, mas o poderio da Armada continuou inferior ao das potências europeias. Quando a tensão com a Grã-Bretanha fez acreditar que o conflito poderia acabar num confronto militar, o presidente democrata lamentou que a política externa tivesse que correr em desvantagem pela falta de condições para “reforçar os termos ditados pelo seu senso do dever e justiça”.¹³⁵⁹ Como tinha

¹³⁵⁷ Ramiro Guerra y Sánchez. *La Expansión Territorial de los Estados Unidos*. La Habana, Editora Cultural, 1935, p.370.

¹³⁵⁸ Ricaurte Soler. *Idea y Cuestión Nacional Latinoamericanas*. México, Siglo XXI, 1980.

¹³⁵⁹ Robert Seager. Ten years before Mahan: the unofficial case for the New Navy, 1880-1890. *The Mississippi Valley Historical Review*, Vol 40 nº 3, dezembro 1953. Cf. também: Jacques Crokaert. *La Méditerranée Américaine*. Paris, Payot, 1927.

acontecido na procura de criar novas rotas comerciais com a América do Sul, a reivindicação de uma poderosa frota naval ia ao encontro dos interesses do poderoso lobby do aço, liderado por Andrew Carnegie, que havia centralizado o setor num gigantesco monopólio que, desde 1890, estava em condições de produzir muito mais do que demandava o mercado interno

As sugestões de Turner e Mahan encontraram sua expressão política em Theodore Roosevelt, encarnação das mudanças políticas que se desenvolviam no Partido Republicano depois do fim da reconstrução pós-guerra civil. Na sua juventude, Roosevelt tinha escrito um estudo da batalha marítima contra Inglaterra de 1812, tópico também tratado por Mahan, em que demonstrava que o elemento decisivo do seu desfecho tinha sido a preparação das frotas beligerantes. Escrevera também um volumoso livro sobre a conquista do Oeste, exaltando os valores da prevalência dos mais fortes na colonização, assim como laudatórias resenhas de *A Significação da Fronteira na História Americana* (de Turner) e de *A Influência do Poder Marítimo na História* (de Mahan), que contribuíram para a repercussão de ambos os livros na elite política norte-americana.

Roosevelt mantinha estreita relação com personagens como o senador expansionista de Boston, Henry Cabot Lodge, e outros políticos “nacionalistas”. O futuro idealizador da política do *Big Stick* tinha sua origem em um meio social que desprezava a nova burguesia capitalista e sua conduta orientada exclusivamente pela sede de lucros. Essa elite de intelectuais aristocráticos, afastados do prosaico mundo dos negócios, percebia que a tradicional liderança espiritual da sua linhagem, que provinha dos *founding fathers*, estava ameaçada, o que era a causa principal das incertezas políticas. A crise histórica que atravessava o país avivou o inconformismo da velha elite, e a induziu a pensar que estava na hora de retomar as rédeas do país.¹³⁶⁰

Brooke Adams, bisneto de John Adams, segundo presidente dos EUA (1797-1801), neto do John Quincy Adams, sexto presidente do país (1825-1829), e inspirador intelectual da Doutrina Monroe, fazia parte dessa elite. A crise econômica de 1893 levou sua dinastia familiar à falência, e Brooke sentiu desmoronarem-se suas convicções precedentes: se tornou um defensor do bimetalismo, próximo das posições populistas, mas a irresistível ascensão dos trustes e da luta de classes o fizeram admitir que a mudança nas relações internas e externas do país precisava de um rumo. Assumindo o papel de estrategista político que lhe facilitava e impunha seu passado familiar, Adams delineou um programa. A centralização econômica devia ser encorajada para dar aos EUA o poder necessário para competir com seus rivais; era necessário também disputar o cenário asiático com as outras potências; e, finalmente, encontrar o homem providencial cujas qualidades marciais o fizessem capaz de liderar a nação nessa cruzada.

Esse homem foi seu colega de estudos (e de loja estudantil, na *Harvard University*) Theodore Roosevelt: juntos fizeram uma ardente campanha para intervir em Cuba, vista como a grande oportunidade que se oferecia para sufocar o drama da divisão nacional, e afogar na embriaguez guerreira as forças fora de controle na sociedade (a luta de classes). Um dos temas preferidos de Roosevelt era a superioridade dos valores militares sobre os econômicos. O estado de ânimo mais perigoso para a nação não era o belicismo, mas o pacifismo, ao qual tendiam todas as nações ricas, se distanciando “das mais valiosas de todas as qualidades, as virtudes militares”: “Esse Heraldo do militarismo e do imperialismo dos Estados Unidos imprimiu à sua atuação política muitas das características típicas de recentes autoritarismos: nacionalismo romântico; desprezo pelos motivos materialistas; culto da força e do líder; apelo aos setores médios da sociedade; postura ideal de manter sua visão por cima das classes e dos

¹³⁶⁰ Edgardo Loguercio. *Panamericanismo versus Latinoamericanismo*. Um debate na virada do século XIX para o século XX. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Prolam-USP, 2007.

interesses de classe; sentimento de ser um eleito do destino, e até um matiz de racismo”,¹³⁶¹ escreveu o decano dos “historiadores progressistas” dos EUA.

As turbulências dos anos 1890 criavam um caldo de cultura para que as fantasias expansionistas penetrassem nos mais diversos setores sociais. A depressão econômica pusera à pequena burguesia e também à aristocracia tradicional numa situação desconfortável, de um lado pela proliferação dos trustes e do outro pelo crescimento do movimento operário e do populismo. Para essas classes e setores sociais a guerra poderia representar uma reafirmação da personalidade e unidade nacionais, e lhes oferecer a sensação de que o país não tinha perdido sua capacidade de crescimento e mudança. Os brancos nativos foram exaltados, com a criação do mito do *lonely cowboy* de origem anglo-saxã, armado e desafiador da morte, em oposição aos novos ricos pusilânimes, e também ao perigoso proletariado das cidades, com sua praga de imigrantes e “socialistas lunáticos”, explorando a popularidade da posse individual de armas entre a população espalhada pelo interior do país.¹³⁶²

Mas, esse mito pretensamente fundador da identidade nacional norte-americana era demasiado frágil e recente (embora a nascente indústria cinematográfica tentasse viabilizá-lo através do *western*, fazendo dele seu alicerce popular), e de força incomparavelmente menor ao romanticismo europeu, com seus mitos da França e da Alemanha etnicamente “eternas” (do “caubói” ou do pioneiro de fronteira poderia se dizer qualquer coisa, menos que fosse eterno ou racial-etnicamente homogêneo). Os EUA permaneciam sendo essencialmente uma construção político-ideológica contemporânea, não podendo pretenderem ser uma força originada no alvorecer dos tempos: “O nacionalismo oficial dos Estados Unidos não é tribal mas essencialmente político, precisando, portanto, de constantes injeções intravenosas para sobreviver à anemia”.¹³⁶³

A substância contida nessas injeções devia ter, necessariamente, um princípio ativo supostamente histórico-científico. A propagação do darwinismo social elaborado na Europa, ecoada pela imprensa reacionária e traduzida em obscuras doutrinas religiosas divulgadas por predicadores fanáticos, foi desse modo o marco para a ofensiva ideológica dos expansionistas. Em *A Conquista do Oeste*, Roosevelt afirmou que “a expansão dos povos de língua inglesa sobre a superfície do globo” era a gesta “mais assombrosa e importante da história universal”. A denominação que recebeu essa nova ideologia de cunho implicitamente racista retomou o termo utilizado para definir a propaganda antirrusa espalhada pelo imperialismo inglês, a partir de 1870: *jingoísmo*.

Alarmado pelo retrocesso na vida civil provocado pelo patriotismo imperialista, John Hobson escreveu: “O jingoísmo é meramente o anseio do espectador, despojado de todo esforço, risco, ou sacrifício pessoal, regozijando-se nos perigos, nas dores, e na matança de homens que não conhece, mas cuja destruição ele deseja numa cega e artificial paixão de ódio e vingança. No *Jingo* tudo é concentrado no perigo e na fúria cega da batalha”.¹³⁶⁴ Roosevelt assumiu sem vacilações o epíteto: “Se fala muito de ‘jingoísmo’. Se ‘jingoísmo’ significa uma política em virtude da qual os norte-americanos insistem com resolução e sentido comum em seus direitos com relação aos poderes estrangeiros, então nós somos ‘jingos’”, declarou ao *New York Times* em outubro de 1895.

Por pressão de um grupo de congressistas sobre o novo presidente eleito em 1897, o republicano William McKinley, Roosevelt foi nomeado Secretário de Estado da Marinha. Confesso e convicto partidário da guerra contra a Espanha em Cuba, encabeçou a tendência belicista dentro do governo, vencendo as resistências do próprio presidente, e virou o principal porta voz da histeria expansionista. A tendência dos Estados Unidos para se impor mediante a

¹³⁶¹ Richard Hofstadter. *La Tradición Política Norteamericana*. Barcelona, Seix Barral, 1972, p. 259.

¹³⁶² Eric J. Hobsbawm. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

¹³⁶³ Yuri Slezkine. *Op. Cit.*, p. 499.

¹³⁶⁴ John A Hobson. *L’Imperialismo*. Roma, Newton & Compton, 1996.

força militar tinha se manifestado já uma década antes da vitória eleitoral do republicano, quando, por primeira vez depois da expansão nos territórios mexicanos, Washington decidiu intervir nos assuntos internos de um país latino-americano em 1885: um milhar de *marines* (fuzileiros navais) desembarcou na Colômbia para “ajudar” o governo a suprimir uma rebelião na região de Panamá. Isso ocorreu no contexto da previamente fracassada tentativa norte-americana de estabelecer direitos exclusivos para a construção de um canal a través do istmo panamenho, e de obter concessões para construir bases navais nas costas da Colômbia.

Nesse período começou a ser promovida a política de portas abertas na Ásia (*Open Door Policy*), com o envio do embaixador Charles Denby à China, procurando obter concessões especiais para o comércio e as inversões norte-americanas. Durante a administração Harrison (1889-1893) houve intervenções militares norte-americanas no Haiti e no Chile. Washington começou a negociar em 1891 com uma das facções beligerantes na guerra civil no Haiti a instalação de uma base naval, o monopólio comercial em certos produtos, e o estabelecimento do que teria sido virtualmente um protetorado no Caribe. Ainda que a facção haitiana de Hyppolite vencesse o conflito com o apoio norte-americano, o novo regime negou-se a ceder às pretensões dos seus aliados.

O episódio chileno teve consequências mais duradouras, porque feriu o orgulho nacional norte-americano e deu argumentos aos que reclamavam acelerar a ampliação dos recursos para construir uma poderosa Armada. Quando explodiu a revolução contra o presidente chileno Balmaceda em 1891, navios de guerra norte-americanos saquearam o navio rebelde *Itata*, e a *US Navy* informou ao governo chileno a localização da frota rebelde. Balmaceda era explicitamente favorável aos interesses norte-americanos, enquanto os rebeldes, que finalmente conseguiram ficar com o poder, tinham o apoio da Grã-Bretanha. Em outubro, dois marinheiros norte-americanos foram assassinados quando se encontravam em terra na cidade de Valparaíso, e outros trinta e seis foram detidos pela polícia chilena.

A notícia foi recebida como um insulto nacional nos Estados Unidos, onde a imprensa reclamou uma declaração de guerra, que esteve a ponto de ser apoiada pelo presidente Harrison. O conflito foi evitado depois de uma desculpa dos chilenos, que indenizaram às famílias dos mortos. E, em 1894, a revolução monarquista no Brasil, apoiada principalmente na Marinha (com o aval britânico) esteve perto de triunfar contra o presidente Floriano Peixoto, simpatizante dos Estados Unidos. Rompendo o bloqueio do Rio de Janeiro imposto pelas forças monarquistas, a frota norte-americana acompanhou navios comerciais, entrou na Bahia de Guanabara e abriu fogo contra os barcos rebeldes, o que evitou a queda da Primeira República. Esses episódios eram relativamente marginais com relação ao eixo principal da política externa norte-americana.

As vozes favoráveis à expansão haviam se tornado dominantes no Partido Republicano durante a campanha eleitoral precedente. A plataforma eleitoral republicana em 1896 propunha um “monroísmo” agressivo, explorando o orgulho nacionalista já agitado na crise venezuelana, propondo o controle norte-americano das ilhas do Hawaii e do projetado canal interoceânico em Panamá, e se pronunciava em defesa dos independentistas cubanos: *“Ratificamos a Doutrina Monroe em toda sua extensão, e reafirmamos o direito dos Estados Unidos a lhe dar efeito em resposta à solicitude de qualquer Estado americano de uma intervenção amistosa no caso de intervenção europeia. Observamos com profundo e permanente interesse as heroicas lutas dos patriotas cubanos contra a crueldade e a opressão. Esperamos com ilusão a futura retirada das potências europeias de este hemisfério”*. Theodore Roosevelt evocava Rudyard Kipling, o poeta do imperialismo britânico, e surgiam até comparações dos EUA com o Império Romano. O jornalista Henry Watterson afirmava, em 1896: “Somos uma grande República Imperial, destinada a exercer uma influência controladora sobre as ações da humanidade”...

Segundo Walter Lafeber, a elite que assumiu o poder em março de 1897 com McKinley era um grupo ilustrado “cosmopolita”, que concentrou a tomada de decisões no topo de uma aliança

organizada em função da construção de um império. A aliança integrava grupos de interesse que incluíam o lobby naval, o capital comercial, aventureiros financeiros e produtores de bens de consumo. Com a autoridade de seu passado militar na guerra civil, como experimentado membro do Congresso e especialista em política tarifária e acordos de reciprocidade, o presidente procedeu à modernização da estrutura diplomática, criando o primeiro sistema de comunicações eficiente, subordinando o Congresso às determinações do Poder Executivo nessa área. O compromisso com a Doutrina Monroe estava condicionado pela tradição monroísta republicana, pela defesa de sua plataforma eleitoral e pelas suas declarações de 1895 em apoio à política da administração Cleveland-Olney.

McKinley atuou, porém, como um expansionista pragmático. Nos posicionamentos em favor da intervenção dos EUA em Cuba, ou nos debates no Congresso, a Doutrina Monroe não foi citada. A referência era evitada em virtude da nova aproximação com a Grã-Bretanha, devido as colônias inglesas sobreviventes na América, especialmente o Canadá. Em troca disso, os britânicos se declararam neutrais na ações externas decididas pela Casa Branca, dando aos norte-americanos uma grande liberdade de ação tanto no Caribe quanto no Pacífico: “A rejeição por McKinley do recurso à Doutrina Monroe em 1898 se explica, fundamentalmente, porque havia três motivos que desaconselhavam sua utilização: seu reconhecimento como norma de conduta era muito discutida na opinião pública doméstica e internacional; carecia de utilidade tática na previsível luta com o Congresso pela direção da política exterior; e poderia comprometer a nova cordialidade anglo-americana e o importantíssimo apoio britânico”.¹³⁶⁵

Condições internacionais cambiantes facilitaram a intervenção norte-americana em Cuba, em 1898. Os planos norte-americanos para ocupar Cuba e Porto Rico durante o decorrer do século XIX haviam sido arquivados depois dos levantamentos independentistas nas duas ilhas, em 1868. Espanha conseguira manter as ilhas do Caribe como colônias até o final do século XIX porque as ambições britânicas e norte-americanas tinham se neutralizado mutuamente. A aproximação entre as duas potências, a partir e depois da disputa de limites na Venezuela, deixou exposta a fragilidade da posição espanhola. Majoritariamente, o sentimento da “comunidade de negócios” norte-americana, em particular na costa Leste, era contra a intervenção em Cuba. Os presságios de guerra provocaram quedas de cotação em Wall Street, enquanto as informações que previam a manutenção da paz impulsionavam tendências à valorização no mercado de ações.

A imprensa financeira norte-americana desenvolvia intensa campanha contra o “jingoísmo” e publicava, com frequência, editoriais pacifistas. A razão principal era o temor de que um conflito bélico abortasse a recuperação econômica, que tinha sido ameaçada em 1895 pela crise venezuelana, e em 1896 pela ameaça de liberalização da prata em caso de vitória eleitoral democrata. Em 1897 a economia dava sinais de uma recuperação firme, sustentada pelo aumento das exportações. O volume de vendas ao exterior ascendia a níveis nunca vistos, com um saldo comercial favorável de 286 milhões de dólares, e notáveis desempenhos nas manufaturas de ferro, aço e cobre; os Estados Unidos iniciavam uma fase sem precedentes de expansão no mercado mundial. Muitos temiam que a entrada na guerra provocasse uma desvalorização do dólar e um retorno dos defensores da prata livre. Só alguns setores do empresariado, vinculados à indústria do açúcar em Cuba, se manifestavam claramente em favor da intervenção. Inclusive quando, em março de 1898, a participação no conflito cubano parecia inevitável, muitos dos jornais mais influentes continuaram a se opor a ela.

Em que pese a convicção geral de que o futuro da economia norte-americana dependia de garantir seus mercados externos, os capitalistas ianques não eram favoráveis à aquisição de colônias. O que começava a ganhar adesões era uma nova política de livre comércio, almejando a abertura de novos destinos para o a produção do país. No entanto, em 1897, dois

¹³⁶⁵ Sylva Hilton e Steve Ickringill. La doctrina Monroe y el presidente McKinley en 1898. *Cuadernos de Historia Contemporánea*, n° 20, Buenos Aires, 1998.

eventos sugeriram que o mundo podia não ser muito hospitaleiro para com os produtos *made in USA*. O primeiro foi o pronunciamento do ministro de relações externas da Áustria-Hungria, o conde Goluchowsky, que advogou em favor de um acordo entre os países europeus para fechar fileiras contra a “concorrência destrutiva de países transoceânicos”, augurando que o século XX seria “um período marcado pela luta pela existência na esfera político-comercial”.¹³⁶⁶

O *Journal of Commerce* de Nova York alertou que o discurso apontava ao fechamento não só dos mercados europeus, mas também do comércio norte-americano na Ásia. A suspeita pareceu confirmar-se em novembro do mesmo ano, quando se conheceu a notícia de que Alemanha tinha ocupado o porto de Tsingtau, na China, reclamando a seguir a instalação de uma base naval na Bahia de Kiaochow e concessões para instalar ferrovias. Os alemães conseguiram também do governo imperial chinês a cessão do Port Arthur, e outros territórios na península de Liaotung (que, oito anos depois, estiveram no centro da guerra russo-japonesa). Em compensação, França e Grã-Bretanha reclamaram e receberam vantagens comerciais. O temor nos Estados Unidos era que, com esses movimentos, os europeus estavam iniciando a partilha da China, um imenso mercado potencial de 400 milhões de habitantes.

O *Journal of Commerce*, tradicionalmente pacifista, anti-imperialista e promotor do livre comércio, declarou que Washington não só devia exigir aos chineses igualdade de direitos, como defendeu a construção do canal no istmo centro-americano, a aquisição de Hawaii e o aumento da frota de guerra, três medidas às quais tinha antes se oposto. Do seu lado, os empresários vinculados ao comércio através do Oceano Pacífico criaram, em junho de 1898, a Associação Asiático-Americana, para salvaguardar os negócios e cidadãos norte-americanos na China e Japão, e para centralizar a informação sobre os problemas naquela região, estabelecendo laços com o Departamento de Estado. A rápida vitória do almirante George Dewey na Bahia de Manila, nas Filipinas, despertou o entusiasmo dos capitalistas. A ação tinha sido ordenada pelo Roosevelt, sem o consentimento prévio do presidente e violando todos os procedimentos legais (McKinley deu depois seu aval a Roosevelt). A 1º de maio de 1898, a frota norte-americana destruiu a frota espanhola no Pacífico, o que fortaleceu as demandas pela anexação de Hawaii.

No Caribe, isso se traduziu no objetivo de dominar Porto Rico, pela sua posição estratégica, alimentando o debate nacional sobre os benefícios da intervenção na guerra cubana e inclusive, para os mais extremistas, de uma anexação de Cuba. A imprensa sensacionalista de William Randolph Hearst completou o trabalho político com sua propaganda imperial-chauvinista, exaltando a “missão libertadora” da nação, numa grosseira mistura de altruísmo e sede de sangue. Grande parte daqueles que defendiam a liberdade e a democracia ficaram consolados com o verniz de “internacionalismo filantrópico” com que se cobria a empreitada em Cuba. O golpe final contra a autonomia econômica de Cuba foi dado por McKinley, com o aumento das tarifas para a entrada de açúcar de melhor qualidade nos Estados Unidos; ante as “vantagens” fiscais (que não passavam de pressão dos *trusts* sobre o governo norte-americano), só restava aos produtores cubanos exportarem açúcar bruto.

As relações econômicas entre Cuba e Espanha e Cuba e Estados Unidos baseavam-se nas peculiaridades da transição do antigo colonialismo para o novo imperialismo. Em finais do século XIX, já apontava a expansão dos EUA para o Sul. O termo *pan-americanismo* foi utilizado pela primeira vez nas colunas do jornal *The New York Evening Post* em 1882, durante a ação do Secretario de Estado James Blaine para organizar um congresso das nações americanas em Washington, com o objetivo de conformar uma espécie de *zollverein* comercial de todo o hemisfério. O conceito reproduzia as ideologias espalhadas desde meados do século para definir os projetos de unificação de nações no contexto do crescente poder colonial das

¹³⁶⁶ Julius Pratt. American business and the Spanish-American War. *The Hispanic American Historical Review*, Vol 14 n° 2, maio 1934.

potências capitalistas europeias: o pan-helenismo, o pangermanismo, o pan-islamismo, o pancelticismo, e outras denominações similares, designavam movimentos que se voltavam para o passado no intuito de justificar estratégias de construção de grandes espaços econômicos e políticos. No caso norte-americano, o conceito de pan-americanismo não se tornou corrente de imediato, ressurgindo na Conferência de Washington de 1889, e ganhando força nas primeiras décadas do século XX.

Os interesses norte-americanos em Cuba, ainda colônia espanhola, haviam crescido nas décadas precedentes. A partir de 1880 começaram os investimentos na indústria açucareira cubana, no mesmo período em que ocorria a concentração da indústria de refino no Leste dos Estados Unidos, orientando-se a obter de Cuba o açúcar cru, sua matéria prima. Aproveitando o desgaste econômico provocado em Cuba pela “Guerra dos Dez Anos”, acompanhada pela crise internacional do açúcar, a burguesia norte-americana assumiu o controle dos engenhos cubanos. A crise de 1883 deu fim à agonizante aristocracia cubana do açúcar, suplantada pelo capital estrangeiro. As plantações da *Atkins and Co.* tornaram-se “uma sociedade dentro da sociedade”, e pressionaram o congresso norte-americano para conseguir benefícios tarifários, o que levou Espanha a abandonar o protecionismo para converter Cuba em apêndice econômico dos Estados Unidos. Junto aos investimentos açucareiros havia os mineiros.

Os interesses da indústria norte-americana se vinculavam aos interesses dos investidores norte-americanos em Cuba, se aliando com os interesses dos fabricantes de artigos exportados para Cuba. Entre 1880 e 1886, enquanto Espanha exportava 30% da sua produção para Cuba e importava dela apenas 3% de sua produção, os Estados Unidos exportavam 20% e compravam 62% dos bens exportáveis da ilha: os interesses norte-americanos, aliados aos interesses das elites locais, se expandiam sobre Cuba pela via da dependência econômica, forma de dominação mais efetiva que a dominação militar, único recurso de que dispunha a Coroa espanhola. No começo da “segunda guerra de independência” cubana, os norte-americanos tinham inversões em Cuba por cerca de 50 milhões de dólares.¹³⁶⁷ A insurreição rebelde de 1895 em Cuba provocou uma grande expectativa em Washington, que evitou reconhecer imediatamente os insurgentes, mas via com bons olhos a desestabilização do poder espanhol.

Edward Atkins, magnata do açúcar cubano, solicitou ao governo de Cleveland o apoio para a autonomia de Cuba, mantendo esta porém seu vínculo com Espanha, contra o programa dos rebeldes. Havemeyer, homem de negócios e cabeça do grande truste açucareiro norte-americano, chegou a afirmar que os acionistas da empresa seriam suficientes para pôr Cuba sob a dominação norte-americana. A campanha político-militar do povo cubano em rebelião virava uma campanha em favor dos grupos norte-americanos decididos a subjugar a ilha. A cobiça pelo controle desse negócio mobilizou uma fração do novo capital monopolista norte-americano, fator que favoreceu o apoio à intervenção militar. O grupo de John Rockefeller, proprietário do truste petrolífero da Standard Oil, também ativo no setor financeiro, tinha uma forte presença no governo republicano: no fim do conflito, seu *National City Bank* ficou com o controle total da indústria do açúcar em Cuba.¹³⁶⁸

O afundamento do navio de guerra norte-americano *Maine* em 16 de fevereiro de 1898, depois de uma misteriosa explosão, com a morte de 260 marinheiros ianques, foi utilizado como justificativa para exaltar os ânimos belicistas. Em 21 de abril o governo norte-americano declarou guerra a Espanha pela independência de Cuba, Porto Rico e as Ilhas Filipinas. O chefe das tropas rebeldes cubanas, depois das mortes em combate de Martí e Maceo, Máximo Gómez, considerava que o conflito punha a Bolívar e Washington de um mesmo lado contra o poder colonial europeu. Com a chegada das tropas norte-americanas, a guerra se definiu

¹³⁶⁷ Julio Le Riverend. *Historia Económica de Cuba*. Barcelona, Ariel, 1972, p. 189.

¹³⁶⁸ Rockefeller contribuiu com 250 mil dólares para a candidatura de McKinley em 1900, financiando a décima parte dos gastos de sua campanha eleitoral.

rapidamente. Na Espanha, o regime republicano tinha sido abolido em 1874, e o regime monárquico restaurado por meio de uma aliança com os liberais. A preocupação principal do governo espanhol em relação à questão cubana era que pudesse incitar um golpe de estado na península. Como a Coroa era identificada com a unidade de país, incluídas as colônias, aceitar a derrota diante dos independentistas significaria uma perda de legitimidade diante das próprias classes dominantes, do exército espanhol e da Igreja. A entrada dos Estados Unidos no conflito permitia uma saída honrosa e rápida, compreensível pelo poderio do novo inimigo.

Quando o governo norte-americano entrou no conflito, McKinley tirou os líderes cubanos da tomada de decisões militares e, depois, das negociações políticas de paz. Roosevelt, lançado à primeira linha da política norte-americana, popularizou a guerra e criou um corpo de voluntários, os *Rough Riders*, que ganhou destaque na única batalha terrestre que houve na ilha. O desenlace da guerra se resumiu a um ataque por terra aos quartéis de Santiago, e a uma batalha naval na baía dessa cidade, que acabou com toda esperança de recuperação das forças espanholas. Estados Unidos procurou de imediato impedir a transferência da soberania política para os cubanos, especialmente aos rebeldes independentistas, dos quais temiam uma revolução que questionasse a propriedade e os interesses dos capitalistas norte-americanos na ilha. A motivação dos EUA para evitar uma revolução social em Cuba estava diretamente ligada ao temor do *establishment* a um levante popular interno. A decisão de entrar na guerra chegou precisamente quando, no momento crítico do conflito, as partes beligerantes (cubanos vs. espanhóis) rejeitaram as propostas diplomáticas para chegar a um compromisso.

As forças militares norte-americanas, com a ajuda militar dos cubanos, que desde a morte de José Martí se encontravam divididos, foram conseguindo a rendição dos chefes do exército espanhol. Os Estados Unidos, porém, não reconheceram o Partido Revolucionário Cubano (PRC) e sua delegação estabelecida em Nova York, nem o Conselho de Governo presidido pelo general Bartolomé Masó, nem o Comandante Maior do exército cubano. O chefe das forças estadunidenses não permitiu nem que as forças cubanas entrassem na capital do Oriente após a vitória. Essa conduta provocou protestos, renúncia de chefes militares e divisão do Exército Revolucionário. Os governos de Estados Unidos e de Espanha se reuniram em Paris e assinaram a 10 de dezembro de 1898 o tratado de paz que reconheceu a independência de Cuba, sem permitir a presença de representantes dos rebeldes cubanos.

Pelo tratado, Espanha cedeu aos Estados Unidos a ilha de Porto Rico, Guam e as Filipinas, por 20 milhões de dólares. Com uma força de ocupação estadunidense foi instalado na ilha um governo militar em janeiro de 1899. Suas primeiras providências foram desarmar política e militarmente os rebeldes: desfizeram o Exército Libertador e a Assembleia Revolucionária, formada por representantes eleitos. Ainda assim, em 1899 e 1900 o espírito patriótico cubano se intensificou, com resistência às tentativas de anexação ianques. Washington mudou sua política: tomou o caminho de submeter Cuba ao seu domínio, porém sem anexá-la, aparentando satisfazer os desejos de independência do povo cubano. Nos Estados Unidos, Estrada Palma dissolveu o PRC, desagregando e deixando acéfalas às forças que lutaram pela independência. O secretário de Estado John Hay disse que havia sido uma "esplêndida pequena guerra", pois ao preço de 289 feridos e/ou mortos em combate se apoderaram de quatro nações.

Nascia um novo, poderoso e estruturalmente inédito imperialismo capitalista, oficial e ideologicamente *anticolonial*. O uso do termo *imperialismo* em relação aos EUA ganhou aceitação graças ao trabalho da *American Anti-Imperialist League*, fundada em 1898 por um grupo de intelectuais opostos à guerra hispano-americana e à ocupação militar das Filipinas. O *Banker and Trademan* relatava, na véspera do ano novo de 1899, que tinha acontecido "uma mudança completa no temperamento e nas aspirações do povo norte-americano", as ideias sobre "o trabalho que temos à nossa frente tem aumentado enormemente, e começamos a ser conscientes do campo de desenvolvimento no qual essa nação está evidentemente destinada a ingressar".



Capa de revista popular norte-americana (abril de 1901) retratando Columbia - personificação do país - com um chapéu no formato de um navio de guerra carregando as palavras "potência mundial" e "expansão"

Em Cuba foi convocada uma Assembleia Constituinte em 1901. Enquanto isso, no senado dos Estados Unidos foi aprovada a “Emenda Platt” (do nome do senador que a propôs), que estabelecia os vínculos jurídicos do país com Cuba, proporcionando direitos de intervenção aos EUA nos assuntos internos de Cuba. A emenda foi imposta aos delegados constituintes cubanos para aprovação sem modificações, como apêndice da Constituição do país “independente”. A maioria dos representantes se negou a aprová-la, mas o governo norte-americano, por meio do general Wood, ameaçou com manter a ocupação militar da ilha. Esta pressão obrigou a que se aceitasse o apêndice. A Constituição de 1901 da República de Cuba estabeleceu assim que os EUA poderiam de fato pôr ou tirar governos no país, obter toda classe de privilégios para suas inversões em Cuba, e explorar os seus recursos naturais.

A transformação das relações internacionais que supunha o ingresso dos Estados Unidos no seleto clube das nações lançadas na disputa pela hegemonia no cenário mundial foi percebida pelos observadores; os desenvolvimentos da política externa norte-americana representavam uma mudança qualitativa na situação mundial: “A recente incursão da poderosa e progressiva nação dos Estados Unidos de América no imperialismo pela anexação da Hawaii e a ocupação das relíquias do antigo império espanhol não só acrescenta um novo e formidável competidor por comércio e território, como muda e complica a situação mundial. O foco das atenções e ações volta-se para as ilhas do Pacífico e a costa asiática; as mesmas forças que estão conduzindo aos Estados europeus no caminho da expansão territorial parecem atuar sobre os Estados Unidos, levando-os ao virtual abandono do princípio de isolamento que até agora dominara sua política”.¹³⁶⁹

Os EUA inauguraram, com a mediação do presidente Theodore Roosevelt (eleito em 1901), na guerra russo-japonesa (concluída com o tratado de paz celebrado em Portsmouth, nos EUA), sua ascensão como potência com aspirações políticas mundiais. Com sua intervenção na guerra hispano-americana (1898), com a ocupação das Filipinas, com seu papel na repressão à revolta *boxer* na China (1902), e com sua arbitragem no conflito russo-japonês, desenharam-se as bases do formidável imperialismo norte-americano, que iria alterar todas as relações políticas mundiais, sepultando para sempre aquelas nascidas dos tratados do século XVI entre as potências europeias, assim como as resultantes da Paz de Westfalia ou do Tratado de Utrecht. As relações geopolíticas internacionais mudaram para sempre com a emergência de uma nova potência com costas, simultaneamente, para os oceanos Atlântico e Pacífico, e com

¹³⁶⁹

J. A. Hobson, *Op. Cit.*, p. 273.

interesses econômicos crescentemente mundiais. Até a Primeira Guerra Mundial, os EUA multiplicaram as intervenções externas.

- 1891 - **Chile** - Fuzileiros navais dos EUA esmagam forças militares rebeldes.
- 1891 - **Haiti** - Tropas norte-americanas debelam a revolta de operários negros na ilha de Navassa, reclamada pelos EUA.
- 1893 - **Hawái** - Marinha dos EUA enviada para suprimir o reinado independente e anexar a ilha aos EUA.
- 1894 - **Nicarágua** - Tropas dos EUA ocupam Bluefields, cidade do mar do Caribe, durante um mês.
- 1894 - 1895 - **China** - Marinha, exército e fuzileiros dos EUA desembarcam no país durante a guerra sino-japonesa.
- 1894 - 1896 - **Coreia** - Tropas norte-americanas permanecem em Seul durante a guerra sino-japonesa.
- 1895 - **Panamá** - Tropas dos EUA desembarcam no porto de Corinto, província colombiana.
- 1898 - 1900 - **China** - Tropas norte-americanas ocupam a capital durante a “rebelião boxer”.
- 1898 - 1910 - **Filipinas** – Intervenção dos EUA na luta pela independência do país da Espanha: massacres de Balangica, Samar, e Bud Bagsak, Sulu.
- 1898 - 1902 - **Cuba** - Tropas norte-americanas bloqueiam o país durante a guerra hispano-americana.
- 1898 - **Porto Rico** - Tropas dos EUA sitiaram a ilha na guerra hispano-americana.
- 1898 - **Guam** - Marinha norte-americana desembarca na ilha e instala base naval permanente.
- 1898 - **Nicarágua** - Fuzileiros navais dos EUA invadem o porto de San Juan del Sur.
- 1899 - **Samoa** - Tropas ianques desembarcam para intervir no conflito interno pela sucessão do trono.
- 1899 - **Nicarágua** - Tropas dos EUA desembarcam no porto de Bluefields, pela segunda vez.
- 1901 - 1914 - **Panamá** - Marinha dos EUA apoia a secessão do território da Colômbia; tropas americanas ocupam a zona do canal desde 1901, quando teve início sua construção.
- 1903 - **Honduras** - Fuzileiros navais dos EUA desembarcam e intervêm na guerra civil.
- 1903 - 1904 - **República Dominicana** - Tropas dos EUA invadem o país para “proteger interesses americanos”.
- 1904 - 1905 - **Coreia** - Fuzileiros navais desembarcam durante a guerra russo-japonesa.
- 1906 - 1909 - **Cuba** - Tropas dos EUA desembarcam durante período de eleições.
- 1907 - **Nicarágua** - Tropas norte-americanas invadem o país e impõem um protetorado de fato.
- 1907 - **Honduras** - Fuzileiros navais desembarcam durante a guerra de Honduras contra a Nicarágua.
- 1908 - **Panamá** - Fuzileiros navais são enviados durante o período de eleições.
- 1910 - **Nicarágua** - Fuzileiros navais norte-americanos desembarcam novamente em Bluefields e Corinto.
- 1911 - **Honduras** - Tropas enviadas para “proteger interesses americanos” durante a guerra civil.
- 1911 - **China** - Marinha e tropas de terra enviadas durante período de combates internos.
- 1912 - **Cuba** - Tropas dos EUA enviadas para “proteger interesses americanos” em Havana.
- 1912 - **Panamá** - Fuzileiros navais ocupam o país durante as eleições.
- 1912 - **Honduras** - Tropas enviadas ao país para “proteger interesses americanos”.
- 1912 - 1933 - **Nicarágua** - Tropas dos EUA ocupam o país para combater os insurgentes de Sandino durante os vinte anos de guerra civil.

Na América Central, os EUA aproveitaram a *Guerra de los Mil Días*, uma guerra civil que devastou a República da Colômbia (incluído o Panamá, que era então um departamento da Colômbia), entre 1899 e 1902. O conflito opôs os membros do Partido Liberal contra o governo exercido por uma facção do Partido Conservador. A mudança causada pela revogação da Constituição de Rionegro de 1863 (que estabeleceu um sistema federal) pela centralista Constituição da Colômbia de 1886 (criada no governo de Rafael Núñez) provocou a reação violenta dos liberais. Em 1899, os conservadores foram acusados de manter o poder através de eleições fraudulentas. A situação foi agravada por uma crise econômica causada pela queda dos preços do café no mercado internacional. A guerra civil, com muitas frentes de guerrilha, terminou em 1902 depois de causar a morte de cerca de cem mil pessoas ou 3,5% da população colombiana da época. A questão panamenha esteve no centro da crise colombiana:

entre 1850 e 1900, o Panamá teve 40 administrações, 50 revoltas, 5 tentativas de secessão e 13 intervenções americanas.



Crianças *poor whites* nos EUA (foto de Lewis Hine)

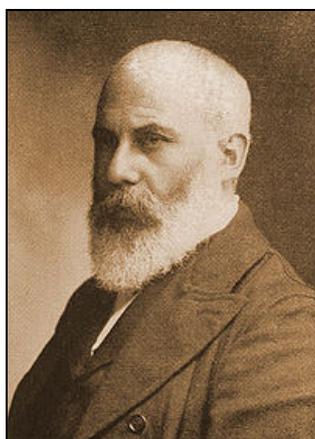
Em 1903, os EUA impuseram, através de subornos a parlamentares e intervenção militar direta o Tratado Hay-Bunau Varilla pelo qual tiraram do país a província de Panamá, que proclamou sua independência. Os EUA conquistaram, assim, a zona sobre a qual se iniciara já a construção do Canal do Panamá. Através da secessão do Panamá foi definido um novo marco de expansão imperial. O canal interoceânico desenhava a perspectiva de hegemonia naval norte-americana no Atlântico e no Pacífico. Os EUA se aproveitaram da falência da antiga companhia francesa (Lesseps) do canal, cuja construção já tinha consumido US\$ 250 milhões, e compraram suas ações por US\$ 40 milhões. A independência do país foi proclamada em 1903 com o apoio dos EUA. Em 1904, durante o governo de “Teddy” Roosevelt foi retomada a reconstrução do canal, inaugurado em 1914, após um gasto de US\$ 360 milhões, através de uma empresa estatal montada para esta finalidade. Pelo direito à propriedade do Canal do Panamá, os EUA pagaram 10 milhões de dólares e concordaram em pagar 25.000 dólares por ano, valor que foi aumentado para 430.000 em 1933 e 1.930.000 em 1955.¹³⁷⁰ As condições “logísticas” para uma hegemonia geopolítica mundial estavam lançadas.

No mesmo ano de 1904, na sua mensagem anual ao Congresso, o presidente Theodor Roosevelt completou a doutrina Monroe, formulando o seguinte corolário: "Se uma nação demonstra que sabe atuar com uma eficácia razoável e com o sentido das conveniências em matéria social e política, mantém-se a ordem e se respeitam suas obrigações, sem motivo para temer uma intervenção dos Estados Unidos. A injustiça crônica ou a importância que resulta de um relaxamento geral das regras de uma sociedade civilizada podem exigir no final das contas, na América ou fora dela, a intervenção de uma nação civilizada e, no hemisfério ocidental, a adesão dos Estados Unidos à doutrina de Monroe pode obrigar os Estados Unidos, ainda que contra seus desejos, em casos flagrantes de injustiça ou de impotência, a exercer um poder de polícia internacional".

¹³⁷⁰ Durante a construção do Canal de Panamá, entre 1904 e 1914, a companhia norte-americana responsável pela obra contratou 100 mil trabalhadores estrangeiros. E também chegou à região um número semelhante de imigrantes. 60% dos trabalhadores contratados eram nativos das ilhas caribenhas ainda sob mandato francês, britânico ou holandês. Também foram contratados 20 mil trabalhadores da Europa (espanhóis, italianos e gregos). A população de Panamá se multiplicou várias vezes nas primeiras duas décadas do século XX. Os EUA segregaram uma área para construir e operar a via marítima, a “Zona do Canal de Panamá” (com mais de mil km²), onde moravam 60 mil pessoas controladas estreitamente pelas autoridades militares norte-americanas, além de uma população militar flutuante. Os EUA criaram um sistema de remuneração para os trabalhadores baseado em critérios étnicos. Aos trabalhadores norte-americanos (brancos originários do Sul dos EUA) se lhes pagava salários em ouro e se lhes dava condições de trabalho que incluíam casas e clubes. Aos trabalhadores de origem africana das Antilhas se lhes pagava em prata, e não tinham benefícios trabalhistas.

Em plena euforia imperialista ianque, só algumas vozes isoladas se fizeram ouvir nos EUA. Mark Twain, autor de *Tom Sawyer* e *As Aventuras de Huckleberry Finn*, respondeu com um artigo quando os norte-americanos abriam garrafas de champanhe pela anexação das ilhas do Havaí, de Samoa e das Filipinas, de Cuba, Porto Rico e da ilha chamada de “Ladrões”. Mark Twain pediu que se mudasse a bandeira nacional: que sejam negras, disse, as listas brancas, e que umas caveiras com tíbias cruzadas substituam as estrelas, e o país assuma a verdadeira identidade de pirata.

Paralelamente a essas mudanças, as contradições e crises econômicas que já tinham afetado os EUA durante a expansão ferroviária continental (afetando, nessa ocasião, principalmente os investidores externos) se fizeram sentir com nova força na nova potência mundial. Desde o fim da guerra civil, tinham ocorrido nos EUA vários “pânicos financeiros” com gravidade variável. Os piores pânicos foram os que conduziram a suspensões de atividades bancárias generalizadas, os de 1873 e 1893. Suspensões generalizadas foram evitadas por meio de ações coordenadas dos bancos durante os pânicos de 1884 e de 1890. A crise bancária de 1896 foi também classificada como “pânico”.



Daniel de Leon, líder do *Socialist Labor Party of America*, fundado em 1876

A nova crise avançou sub-repticiamente, a partir de sinais anunciadores internos e externos. Em 1893, a queda de rentabilidade das empresas de construção de ferrovias implicou em falência bancárias e industriais, reforçando, em consequência, a concentração econômica em torno dos grandes trustes, Rockefeller, Carnegie e Morgan, principalmente. No início do século XX, as sociedades fiduciárias norte-americanas, centradas em Nova York, estavam em franco crescimento; seus ativos haviam crescido 244% em uma década. Durante o mesmo período os ativos dos bancos cresceram 97%, os bancos estaduais de Nova York cresceram 82%. Os líderes das sociedades fiduciárias eram sobretudo membros proeminentes dos círculos financeiros de Nova York. A *Knickerbocker Trust Company* era a terceira maior sociedade fiduciária. A partir do valor máximo de 103 pontos em janeiro de 1906 da *Dow Jones Industrial Average*, o “mercado” iniciou uma correção modesta que continuou ao longo desse ano.

O terremoto de abril de 1906 que arrasou San Francisco contribuiu para a instabilidade financeira, desencadeando um fluxo de dinheiro de Nova York para ajudar à reconstrução da cidade. Uma pressão acrescida sobre a oferta monetária ocorreu no final de 1906, quando o Banco da Inglaterra subiu suas taxas de juros, em resposta ao fato das companhias seguradoras britânicas terem de pagar avultadas somas aos seus segurados nos Estados Unidos, pelo que permaneceram em Londres mais fundos do que o esperado. Desde o seu máximo em janeiro, os preços das ações haviam decrescido 18% até julho de 1906. Em finais de setembro, porém, as ações haviam recuperado cerca de metade das suas perdas. A Lei Hepburn, que deu à *Interstate Commerce Commission* dos EUA o poder de fixar as tarifas máximas nos serviços ferroviários, entrou em vigor em julho de 1906.

Isto depreciou os valores mobiliários das companhias ferroviárias. Entre setembro de 1906 e inícios de março de 1907, o mercado de ações perdeu 7,7% de sua capitalização. Entre nove e 26 de março de 1907, as ações caíram 9,8%, um colapso por vezes referido como o "pânico de homem rico". A economia permaneceu volátil ao longo do verão boreal. Vários choques abalaram o sistema: as ações da *Union Pacific*, que estavam entre as mais usadas como garantia, caíram 50 pontos; no mês de junho uma oferta de venda de obrigações da cidade de Nova York falhou; em julho o mercado do cobre entrou em colapso; em agosto a *Standard Oil Company* foi multada em 29 milhões de dólares por violações das leis antimonopólio. Nos primeiros meses de 1907 as ações haviam perdido 24,4% do seu valor.

Em 27 de julho, o jornal *The Commercial & Financial Chronicle* notava que "o mercado permanece instável; tão logo surgem sinais de vida nova, uma sugestão de uma nova saída de ouro para Paris, por exemplo, faz tremer tudo, e o ganho em valores e esperança perde-se". Várias corridas internacionais aos bancos ocorreram em 1907: no Egito em abril e maio; no Japão em maio e junho; em Hamburgo e no Chile no início de outubro... No mesmo mês teve início o "pânico dos banqueiros de 1907", quando a Bolsa de Valores de Nova York caiu quase 50% relativamente ao seu pico no ano anterior. Depois da euforia que acompanhara à passagem de século, eram tempos de recessão econômica, com numerosas corridas aos bancos e às sociedades fiduciárias. O pânico de 1907 se espalhou por todo o país, provocando a falência de muitos bancos e empresas estaduais e locais. Entre suas causas imediatas (e aparentes) se encontraram a retração da liquidez do mercado por alguns bancos de Nova York, e a "perda de confiança" entre os depositantes, exacerbada pelas apostas paralelas na Bolsa e nas *bucket shops* não regulamentadas.

O pânico começou com um esquema de manipulação de ações para "encurralar" o mercado na *United Copper Company* de F. Augustus Heinze. Heinze havia feito fortuna como magnata do cobre em Butte (Montana). Em 1906 mudou-se para Nova York, onde travou relação com o banqueiro Charles Morse, que havia conseguido encurralar o mercado do gelo de Nova York, e junto com Heinze ganhou o controle de muitos bancos. A dinâmica dupla estava ligada a pelo menos seis bancos nacionais, dez bancos estaduais, cinco sociedades fiduciárias e quatro companhias seguradoras. O irmão de Augustus, Otto, criou o esquema para encurralar a *United Copper*, acreditando que os Heinze detinham uma posição majoritária na empresa. Acreditava também que um número significativo das ações dos Heinze haviam sido emprestadas, e vendidas a descoberto, por especuladores que apostavam que o valor da empresa cairia, e que eles poderiam recomprar mais baratas as ações emprestadas, embolsando a diferença.

Otto propôs um *short squeeze*, em que os Heinze comprariam agressivamente tantas das ações remanescentes quanto fosse possível, e então forçariam os vendedores a descoberto a pagar pelas suas ações emprestadas. A compra agressiva faria subir o preço de cada ação, e, incapazes de encontrar ações, os vendedores a descoberto não teriam outra opção senão voltar-se para os Heinze, que poderiam então "fazer o seu preço". Para financiar o esquema, Otto, Augustus e Charles Morse recorreram a Charles Barney, presidente da *Knickerbocker Trust Company*. Barney havia providenciado financiamento para os esquemas anteriores de Morse. Morse avisou Otto que precisaria muito mais dinheiro do que tinha para o *squeeze*; Barney recusou, no entanto, providenciar mais financiamento. Otto decidiu ainda assim tentar o encurralamento; chamou os vendedores a descoberto para que devolvessem as ações emprestadas. O preço por ação subiu para 60 dólares na segunda-feira, mas os vendedores a descoberto conseguiram encontrar bastantes ações da *United Copper* em outras fontes.

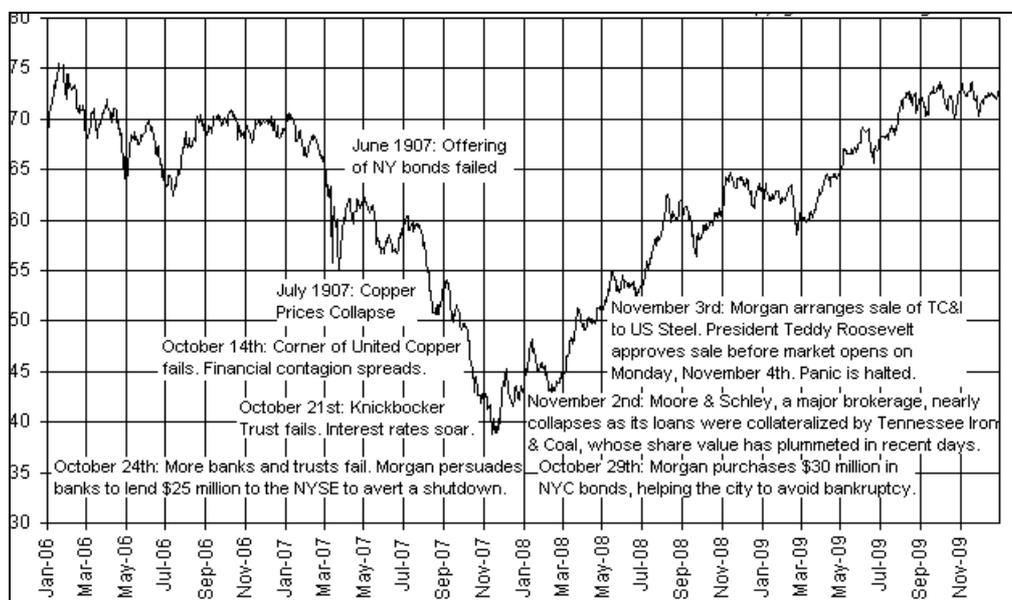
Otto Heinze havia "lido" mal o mercado, os Heinze não possuíam o suposto controle, o preço das ações da *United Copper* desceu a pique. As ações fecharam a 30 dólares na terça-feira e caíram para dez dólares na quarta-feira. Otto Heinze estava arruinado. As ações da *United Copper* eram comercializadas fora da sala da Bolsa de Nova York, num mercado ao ar livre (que se tornou depois a *American Stock Exchange*). O *Wall Street Journal* relatou: "Nunca se viram

cenas tão selvagens no Passeio". A queda deixou Otto incapaz de cumprir suas obrigações e levou sua firma de corretagem, *Gross & Kleeberg*, à falência. O *State Savings Bank* de Montana, de propriedade dos Heinze, anunciou também sua insolvência. À medida que as notícias do colapso se espalhavam, os depositantes acorreram em massa para levantar dinheiro dos bancos. A *New York Clearing House* (consórcio dos bancos da cidade) forçou Morse e Heinze a demitirem-se de todos os seus bancos.

Os fundos eram levantados dos bancos associados a Heinze, apenas para serem depositados em outros bancos da cidade. Quando a tentativa de encurralamento falhou, os bancos que haviam emprestado dinheiro para o esquema foram também alvo de corridas aos depósitos, que se estenderam aos bancos e sociedades fiduciárias associadas, levando em só uma semana à ruína à *Knickerbocker Trust Company*. O colapso da Knickerbocker espalhou o medo à medida que os bancos regionais levantavam suas reservas nos bancos de Nova York. E o pânico estendeu-se pelo país todo à medida que grande número de pessoas levantava seus depósitos nos bancos regionais. O elo mais fraco (ou aventureiro) da especulação tinha feito estourar a bolha da especulação toda, provocando uma crise financeira geral.

O pânico poderia ter-se aprofundado ainda mais caso não tivesse ocorrido a intervenção do financeiro John Pierpont Morgan, que ofereceu como garantia grandes quantias do seu próprio dinheiro, e convenceu outros banqueiros de Nova York a fazerem o mesmo, para reforçar o sistema bancário. Morgan não era só o banqueiro mais rico e mais bem relacionado da cidade; ele tinha experiência em crises, pois ajudara a resgatar o Tesouro dos Estados Unidos durante o pânico de 1893. Morgan convocou os presidentes dos bancos ao seu escritório: informou-os que até 50 casas corretoras faliriam se não se conseguisse angariar 25 milhões de dólares em... dez minutos. Nesse prazo, catorze presidentes de bancos prometeram 23,6 milhões de dólares para manter a Bolsa à tona (lembre-se que Porto Rico, Guam e as Filipinas tinham sido "adquiridas" pelos EUA, menos de dez anos antes, por 20 milhões de dólares). O dinheiro chegou ao mercado a tempo de terminar os negócios do dia. O desastre fora evitado.

Cotação diária do índice Dow Industrial antes e depois do pânico de 1907

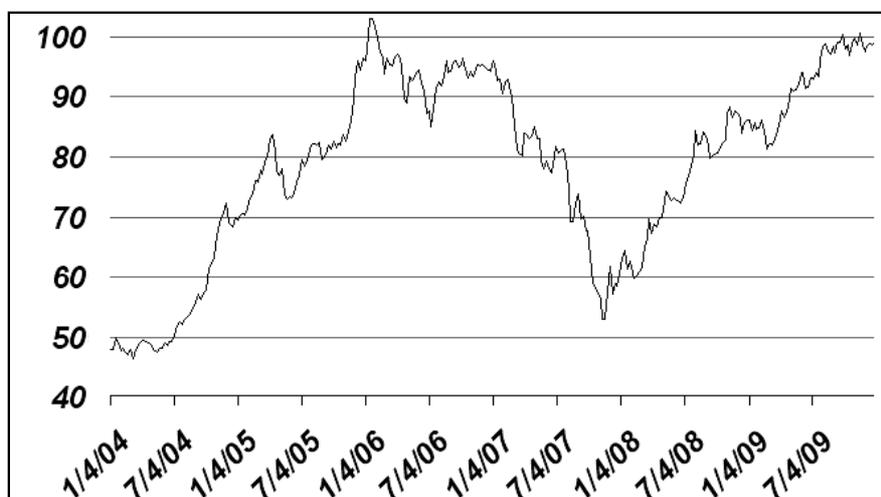


Na sexta-feira sucessiva, porém, houve mais pânico na Bolsa de Valores de Nova York. Morgan abordou novamente os presidentes dos bancos, mas desta vez só conseguiu convencê-los a comprometerem-se com 9,7 milhões de dólares. Morgan, Stillman, Baker e os outros banqueiros da cidade já não conseguiam angariar mais fundos indefinidamente. Até o Tesouro dos Estados Unidos tinha pouca liquidez. *End of the line*. Em situação de emergência, os

banqueiros formaram dois comitês - um para persuadir o clero (protestante) a acalmar suas congregações no domingo, e o segundo para explicar à imprensa os vários aspectos do pacote de resgate financeiro.

Os EUA, porém, não tinham um Banco Central para injetar liquidez no mercado. Chegado o mês de novembro o contágio financeiro havia sido detido pelos “pacotes”; contudo, uma nova crise emergiu quando uma grande empresa de corretagem contraiu grandes somas por empréstimo usando ações da *Tennessee Coal, Iron and Railroad Company* (TC&I) como garantia. O colapso do preço dessas ações foi evitado por meio da oferta pública de aquisição de emergência feita pela *US Steel Corporation* de Morgan, com a aprovação do presidente supostamente “antimonopolista” Theodore Roosevelt. A 4 de novembro, o presidente aprovou a oferta pública de aquisição da *US Steel* sobre a TC&I; a 6 de novembro a *US Steel* completou a aquisição da TC&I. Os mercados iniciaram a recuperação; as corridas às companhias fiduciárias cessaram.

A especulação desenfreada, e seu inevitável estouro, porém, eram a expressão de uma crise econômica mais profunda, vinculada à queda da taxa geral de lucro da economia norte-americana toda. No entanto, a pesquisa ulterior sobre a crise de 1907 se focou sobre as condições institucionais e até psicológicas que provocaram o “estouro da boiada” em direção aos bancos: “Em um sistema econômico, a turbulência se espalha a menos que existam fatores absorventes do choque. Em 1907, eles existiam na forma das companhias de seguro, ocupadas com os pagamentos derivados do terremoto e incêndio de San Francisco; do Banco da Inglaterra, do Tesouro dos EUA, que buscaram fornecer um suprimento suficiente de liquidez; e os bancos regionais (*local clearing houses*). Hoje, poderíamos incluir no staff de segurança a Fed (reserva Federal), o FMI, o Banco Mundial e os bancos centrais do mundo todo”. O terremoto real teria facilitado as condições para o terremoto financeiro? “Não existe ‘bala de prata’, uma explicação única para as crises financeiras. As pessoas esclarecidas devem admitir um conjunto de fatores coadjuvantes para explicar as crises”.¹³⁷¹ As pessoas mais esclarecidas ainda deveriam ir além, hierarquizando mutuamente tais “fatores coadjuvantes” (sete, segundo os autores citados) e determinando, se possível, o fator estrutural deflagrador.



Valores de fechamento do *Dow Jones Industrial Average* entre janeiro de 1904 e dezembro de 1909. O valor mais baixo registrou-se a 15 de novembro de 1907

A investigação econômica revelou que o pânico de 1907 ocorreu durante um período de contração econômica, situado entre maio de 1907 e junho de 1908. A relação entre contração econômica (queda da produção, ou seja, crise de sobreprodução), pânico bancário e mercado de ações em queda criou uma situação explosiva. Mas só a primeira era um fator de alcance

¹³⁷¹ Robert F. Bruner; Sean D. Carr. *The Panic of 1907. Lessons learned from the market's perfect storm*. Nova Jersey, John Wiley & Sons, 2007, pp. 162 e 188.

estrutural. Em consequência, em 1907 a produção industrial diminuiu mais do que em qualquer corrida aos bancos precedente; 1907 foi também o segundo ano com maior volume de falências empresariais nos EUA. A produção diminuiu 11%, as importações 26%, e o desemprego aumentou de menos de 3% para 8%. A imigração baixou para 750.000 pessoas ingressadas no país em 1909, contra 1,2 milhões registradas apenas dois anos antes. O “sonho americano” foi abalado em seus alicerces. E, provavelmente, também o foi o sonho imperial-bonapartista rooseveltiano de um poder executivo capaz de subordinar crescente e irreversivelmente o poder legislativo para as questões internas e, sobretudo, para as cruzadas militares externas (o que teria grande importância, uma década mais tarde, na questão da participação, ou não, dos EUA na Primeira Guerra Mundial).

Os responsáveis políticos e parlamentares se concentraram nos déficits institucionais revelados pela crise, pois essa é sua função precípua. A frequência das crises precedentes e a gravidade do pânico de 1907 levaram em direção de um debate nacional sobre uma reforma financeira. Em maio de 1908, o Congresso passou a Lei Aldrich-Vreeland, que criou a *National Monetary Commission* para investigar o pânico e propor uma legislação para regulamentar a atividade dos bancos. O senador Nelson Aldrich, seu presidente, ficou na Europa durante quase dois anos para estudar os sistemas bancários.

Uma diferença significativa com o sistema financeiro europeu, constatada por Aldrich, era a inexistência de um Banco Central nos Estados Unidos. Os Estados europeus eram capazes de aumentar a oferta de dinheiro durante períodos de baixas reservas monetárias. A crença de que a economia dos Estados Unidos era vulnerável sem um banco central não era nova. De retorno à terrinha, Aldrich convocou uma conferência secreta com vários líderes financeiros do país para discutir a política monetária e o sistema bancário, que elaborou a concepção de um *National Reserve Bank*.

B. C. Forbes (criador da célebre revista que leva até hoje seu sobrenome) escreveu: “Imagine-se um grupo dos maiores banqueiros da nação fugindo às escondidas numa carruagem de trem privada, a coberto da escuridão, viajando furtivamente por centenas de milhas em direção ao Sul, embarcando numa lancha misteriosa, desembarcando sorrateiramente numa ilha abandonada por todos exceto alguns criados, vivendo ali durante uma semana completa sob um secreto tão rigoroso que não foi mencionado o nome de um só deles, não fosse os criados saberem quem ali se encontrava e dar a conhecer ao mundo a mais estranha e secreta expedição da finança americana. Não romanceio; dou a conhecer ao mundo, pela primeira vez, a verdadeira história sobre como foi redigido o famoso relatório monetário Aldrich, a fundação do nosso novo sistema monetário”.¹³⁷²

O relatório final da *National Monetary Commission* foi publicado em janeiro de 1911. Durante quase dois anos os legisladores debateram a proposta; em 23 de dezembro de 1913 o Congresso aprovou finalmente a lei criadora da *Fed*. O novo presidente Woodrow Wilson assinou a lei imediatamente e a legislação foi posta em prática nesse mesmo dia, sendo criada a Reserva Federal (*Federal Reserve*) dos Estados Unidos da América. Charles Hamlin tornou-se seu primeiro presidente; o lugar-tenente de J. P. Morgan, Benjamin Strong, tornou-se presidente do *Federal Reserve Bank of New York*, o mais importante banco regional, com assento permanente na Comissão Federal do Mercado Aberto.

O Poder Executivo dos aristocratas conquistadores-expansionistas tinha assistido a tudo sem mais função do que “dar palpites” (solenemente ignorados) e aprovar as iniciativas adotadas em autonomia pela nova (e desprezada) oligarquia financeira e, depois, pelo poder legislativo. Embora Morgan fosse brevemente visto como um herói da pátria, receios generalizados de plutocracia financeira e concentração de riqueza rapidamente desgastaram essa percepção. O

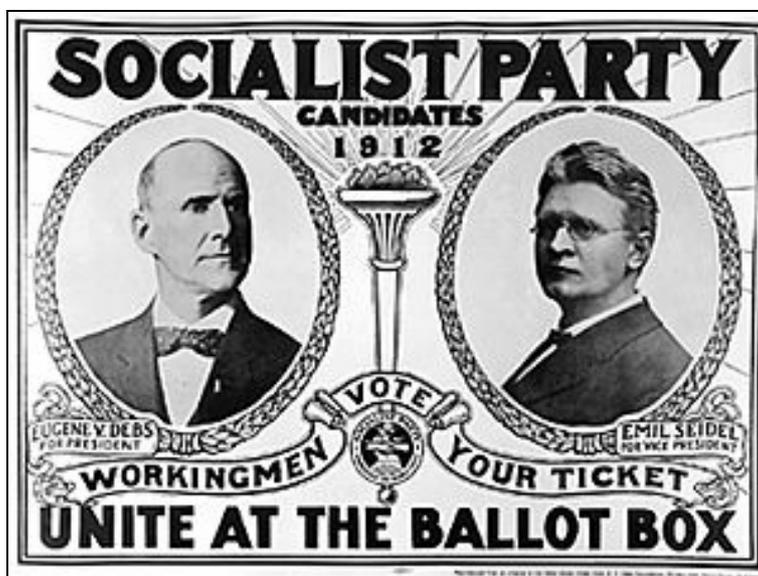
¹³⁷²

Daniel Gross. *Forbes*. As maiores histórias do mundo dos negócios. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

banco de Morgan havia sobrevivido, mas as sociedades fiduciárias que eram cada vez mais rivais dos bancos tradicionais sofreram grandes danos econômicos e de imagem pública.

O presidente do *House Committee on Banking and Currency*, o democrata Arsène Pujo, conseguiu reunir uma comissão especial para investigar o "truste do dinheiro", ou seja, o monopólio financeiro de fato de Morgan e de outros banqueiros poderosos. A comissão publicou um relatório rigoroso sobre os negócios bancários, e descobriu que funcionários da J.P. Morgan & Co. tinham também assento em conselhos diretivos de 112 empresas com capitalização no mercado, no valor de 22,5 bilhões de dólares (a capitalização total da Bolsa estava estimada em 26,5 bilhões de dólares, Morgan & Co. controlava financeiramente quase 80% das grandes empresas e *mais de mil vezes* o valor da primeira expansão imperialista dos EUA).¹³⁷³

Em quarenta anos (os anos transcorridos depois da guerra de secessão) uma reduzida plutocracia financeira tinha literalmente tomado conta da economia dos EUA. Os monopólios industriais e financeiros europeus, estudados por Hobson e Hilferding, tinham sido postos no chinelo pelos monopólios norte-americanos, em que pese existir uma legislação especificamente anti-monopólica nos EUA.



Chapa socialista nas eleições presidenciais de 1912

John Pierpont Morgan morreu a 3 de março de 1913, com a saúde abalada pelos acontecimentos recentes, nove meses antes do "truste do dinheiro", que ele encabeçava, ser substituído pela Reserva Federal (Fed) como "emprestador em última instância" nos EUA. O capital norte-americano se expandia mundialmente em nome da "liberdade" e começava a abandonar o liberalismo em suas próprias fronteiras.

¹³⁷³

J.P. Morgan testemunhou perante a "Comissão Pujo", e enfrentou vários dias de questionamentos realizados pelo deputado Samuel Untermyer. Entre outros: "Untermyer: *Não está o crédito comercial baseado em primeiro lugar no dinheiro ou nos bens?* Morgan: *Não, senhor. A primeira coisa é o caráter.* Untermyer: *Antes do dinheiro ou dos bens?* Morgan: *Antes do dinheiro ou de qualquer outra coisa. O dinheiro não o pode comprar ... Um homem em quem não confio não conseguiria de mim qualquer dinheiro sobre todas as obrigações da cristandade*". O diálogo passou a ser usado em manuais universitários de economia para demonstrar a sua suposta "base psicológica" como determinante decisiva do comportamento do mercado financeiro.

47. GRANDE GUERRA, “SOCIAL-PATRIOTISMO” E INTERNACIONALISMO

*Transmutar os invasores bárbaros que infestavam o arruinado império dos romanos em cristãos foi, talvez, o mais notável feito político de toda a história mundial, mas requereu muita lábia, que teria consequências assustadoras, chocantes, no longo prazo. Os restos das imundícies do velho paganismo europeu acumularam-se nos enroscados intestinos da Europa, até que os terríveis eventos de 1914-1915 puseram tudo para fora (David P. Goldman, **How Civilizations Die**)*

A guerra mundial iniciada em 1914 assinalou o fim da *Pax Britannica*, que dominou o mundo durante um século (1815-1914), e foi o berço do imperialismo contemporâneo. A busca das raízes das catástrofes humanas em tempos imemoriais conduz a apresentá-los como produto de comportamentos atávicos, portanto inevitáveis. O palco histórico do novo conflito bélico europeu era novo, e desaguou numa guerra perante a qual todas as atrocidades precedentes de pagãos, bárbaros e cristãos teriam parecido humanitárias. Na Primeira Guerra Mundial (ou “Grande Guerra”), “os confrontos que tiveram lugar no front durante as primeiras jornadas tiveram como protagonistas heróis anacrônicos” que, colhendo resultados desastrosos e mortais, “não haviam tido tempo de compreender que nos campos da Grande Guerra estava morrendo não só um certo estilo guerreiro, mas também uma visão do mundo, uma época inteira”.¹³⁷⁴ Os quase vinte milhões de mortos (civis e militares) na Europa em guerra não só foram um preço inédito para um conflito internacional, mas também um preço, um horror, inesperado por todos seus protagonistas.

Desde os primeiros conflitos armados coloniais entre as potências europeias, na virada do século XIX para o século XX, um confronto armado mundial era pressentido e temido na Europa: “Se os civis podiam imaginar que a guerra fosse uma espécie de edificante aventura de cavalheiros, os militares percebiam que o incremento espetacular da potência de fogo era a garantia de um aumento correspondente do número de vítimas. Esperavam um conflito terrível mas, como o restante da população, acreditavam que seria de curta duração e o concebiam como uma prova de caráter”.¹³⁷⁵ Coube às organizações operárias e socialistas a insistência sobre o perigo de catástrofe mortal provocado pela instabilidade político-militar no continente e pela corrida colonial. No início do século XX multiplicaram-se os conflitos regionais no mundo colonial, que traduziam os interesses em choque das grandes nações capitalistas: a questão de Tanager, a guerra dos Bálcãs, as questões coloniais controversas na África e na Ásia. Os congressos internacionais socialistas tiveram papel de relevo na denúncia da expansão imperialista e de suas decorrências militaristas e bélicas.

Em 1900, uma nova lei naval dobrava o poderio marítimo alemão. Não só se aguçava a rivalidade econômica anglo-alemã, mas também surgiam preparativos militares, que caracterizaram o ano 1913, em que se definiram os que seriam os principais adversários do conflito mundial: Alemanha e Áustria, contra Inglaterra, França e Rússia. O assassinato do sucessor do trono austríaco, em junho de 1914, desencadeou a Primeira Guerra Mundial. A aquiescência do SPD foi decisiva para evitar uma crise política interna (e internacional) pela deflagração da guerra. Ela acompanhou a capitulação da Internacional Socialista. A orientação dos dirigentes da Internacional Socialista, nos Congressos realizados a partir de 1907, era que os trabalhadores tentassem ao máximo, em seus países, evitar a deflagração do conflito. Caso isso não fosse possível, como vimos, deveriam aproveitar o momento “para precipitar a queda do capitalismo”.

Até 1914 o SPD crescera com o capitalismo alemão. Nas eleições de 1912, alcançou cerca de 4,3 milhões de votos, 34,8% do total - 49,3% nas grandes cidades -, e elegeu a bancada mais numerosa no parlamento (110 deputados). Às vésperas da guerra, o SPD tinha pouco mais de

¹³⁷⁴ Pietro Melograni. *Storia Politica della Grande Guerra*. Milão, Arnoldo Mondadori, 1998, p. 36.

¹³⁷⁵ Stuart Robson. *La Prima Guerra Mondiale*. Bolonha, Il Mulino, 2002, p. 10.

um milhão de filiados, 30 mil quadros profissionalizados, 10 mil funcionários, 203 jornais com 1,5 milhão de assinantes, dezenas de associações esportivas e culturais, movimentos de juventude e a principal central sindical. A confederação geral dos trabalhadores alemães, sob sua direção, tinha 3 milhões de filiados. Mas esta força impressionante não foi posta na balança para evitar a guerra, contrariando as decisões prévias da Internacional Socialista.

Para a campeã socialista da luta contra o belicismo, Rosa Luxemburgo, “as guerras entre Estados capitalistas são em geral consequências de sua concorrência sobre o mercado mundial, pois cada Estado não tende unicamente a assegurar mercados, mas a adquirir novos, principalmente pela servidão dos povos estrangeiros e a conquista de suas terras. As guerras são favorecidas pelos preconceitos nacionalistas, que se cultivam sistematicamente no interesse das classes dominantes, a fim de afastar a massa proletária de seus deveres de solidariedade internacional. Elas são, pois, da essência do capitalismo, e não cessarão senão pela supressão do sistema capitalista”. A situação ambígua da Internacional Socialista, seu precário equilíbrio interno entre reformistas, centristas e revolucionários, ficou “difícil de sustentar, e passou a sofrer cada vez mais ataques da ‘direita’ reformista dentro do partido [socialdemocrata], que promovia agitação para que se abandonasse completamente a revolução, e também de uma esquerda radical, que acreditava que a socialdemocracia estava sofrendo um debilitante processo de aburguesamento. A partir da década de 1890, embora o marxismo parecesse estar no auge de seu poder na Europa Ocidental, mostrava-se cada vez mais dividido, tanto entre a elite do partido como entre a massa de seus membros... O equilíbrio entre a esquerda e a direita ficou muito difícil de ser mantido”.¹³⁷⁶

Em agosto de 1907, reuniu-se o congresso de Stuttgart da Internacional, no qual a frágil maioria interna antirreformista e antirrevisionista começou a se desfazer. O problema da guerra começou a tomar o centro da agenda internacional do movimento operário e socialista. No mesmo ano, a Conferência de Paz de Haia, organizada por diversos governos europeus, havia fracassado por completo. O governo imperial alemão havia recusado as propostas de limitação da produção de armamentos feitas pela “democrática” Inglaterra. O imperialismo inglês, dominante no mundo, defendia através delas o *statu quo ante*: o “pacifismo” burguês era a arma dos exploradores do mundo para manter sua dominação. O fracasso de Haia desatou furiosas campanhas na Inglaterra em favor da construção de navios de guerra, que não tardou em ser levada adiante. Rússia, depois de sua derrota para o Japão, estava fora de combate, mas França e Inglaterra apoiaram Rússia, com meios financeiros, para facilitar o programa de reformas econômicas do ministro Stolypin; se configurava uma antecipação do futuro enfrentamento entre a Tríplice Aliança e a Entente.

No mesmo Congresso de Stuttgart da II Internacional, o debate sobre a questão colonial foi mais do que revelador. Um setor da socialdemocracia alemã (Vollmar e David) não vacilava em autodesignar-se como “social-imperialista”. O pensamento dessa corrente se refletiu na intervenção do dirigente holandês Van Kol, quem afirmou que o anticolonialismo dos congressos socialistas precedentes não havia servido para nada, que os socialdemocratas deveriam reconhecer a existência indiscutível dos impérios coloniais e apresentar propostas concretas para melhorar o tratamento aos indígenas, o desenvolvimento dos seus recursos naturais, e o aproveitamento desses recursos em benefício de toda a raça humana. Perguntou aos opositores ao colonialismo se seus países estavam realmente preparados para prescindir dos recursos das colônias. Recordou que Bebel havia dito que nada era “mau” no desenvolvimento colonial como tal, e se referiu aos sucessos dos socialistas holandeses ao conseguirem melhoras nas condições dos indígenas das colônias de sua metrópole.

¹³⁷⁶

David Priestland. *Op. Cit.*, p. 84.



Rosa Luxemburgo

A comissão do Congresso encarregada da questão colonial apresentou a seguinte posição: “O Congresso não rechaça por princípio em toda ocasião uma política colonial, que sob um regime socialista possa oferecer uma influência civilizadora”. Lênin qualificou de “monstruosa” a posição e, com Rosa Luxemburgo, apresentou uma moção anticolonialista. O resultado da votação foi uma amostra da divisão existente: a posição colonialista foi rejeitada por 128 votos contra 108: “Neste caso marcou-se a presença de traço negativo do movimento operário europeu, traço que pode ocasionar não poucos danos à causa do proletariado. A vasta política colonial levou, em parte, ao proletariado europeu a uma situação pela qual não é seu trabalho o que mantém toda a sociedade, mas o trabalho dos indígenas quase totalmente subjugados das colônias. A burguesia inglesa, por exemplo, obtém mais ingressos da exploração de centenas de milhões de habitantes da Índia e de outras colônias, do que dos operários ingleses. Tais condições criam em certos países uma base material, uma base econômica, para contaminar o chauvinismo colonial ao proletariado desses países”.¹³⁷⁷

As divergências manifestadas faziam parte dos motivos que levariam quase todos os partidos da II Internacional a adotar uma posição social-patriótica (pro imperialista) em 1914. Na verdade, as divergências sobre a questão colonial eram um aspecto do desacordo mais geral sobre a atitude que deveria adotar-se perante uma guerra entre as potências: “A guerra, quando estalasse, devia ser utilizada como uma oportunidade para a destruição total do capitalismo por meio da revolução mundial. Esta insistência correspondia ao que se havia estabelecido no conhecido parágrafo final da resolução de Stuttgart adotada em 1907 pela Segunda Internacional, ante a insistência de Lênin e Rosa Luxemburgo, e contra a oposição inicial dos socialdemocratas alemães, que somente a haviam aceito sob pressão. Mas a política aceita nominalmente nunca havia sido, na realidade, a política dos partidos constituintes da Internacional, e o deslanche da Internacional em 1914 lhe poria fim, efetivamente, no que se refere às maiorias dos principais partidos dos países beligerantes”.¹³⁷⁸

Com a perspectiva da guerra mundial no horizonte, a hora da verdade também se apresentou para o único partido socialista latino-americano presente no Congresso de Stuttgart, o Partido

¹³⁷⁷

V. I. Lênin. *Los Socialistas y la Guerra*. México, Editorial América, 1939.

¹³⁷⁸

G. D. H. Cole. *Historia del Pensamiento Socialista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1976, vol. VII.

Socialista Argentino. O delegado do PSA, Manuel Ugarte, votou a favor da moção anticolonialista e anti-imperialista de Lênin, mas poucos anos depois foi expulso do Partido, sob a acusação de nacionalismo. O comentário que a resolução anticolonialista de Stuttgart mereceu da parte do principal dirigente do PSA, Juan B. Justo foi: “As declarações socialistas internacionais sobre as colônias, salvo algumas frases sobre a sorte dos nativos, se limitaram a negações insinceras e estéreis. Não mencionaram sequer a liberdade de comércio, que teria sido a melhor garantia para os nativos, e reduzido a questão colonial ao que devia ser”... O PSA, cuja reivindicação central era o livre-câmbio, contra toda barreira protecionista (sob o pretexto de que tal medida tornaria mais baratas as mercadorias, beneficiando os operários) concluiu como aliado direto do imperialismo neste e em outros episódios, na Argentina.

O Congresso de 1907 deu prioridade às questões práticas da ação socialista para evitar a guerra, mais do que a querela teórica suscitada pela polêmica entre Bernstein e Kautsky uma década antes. O congresso celebrou-se em território alemão, suscitando receios entre os delegados socialistas, pelo caráter repressivo do governo imperial. Mas, segundo Cole, o governo alemão não ficou desgostoso das conclusões do congresso, ficando-lhe a impressão de que, em caso de guerra, as classes operárias de França e Rússia perturbariam mais seus governos do que o proletariado alemão o faria com relação ao governo imperial.

Manifestaram-se no congresso quatro posições, defendidas respectivamente por Vaillant e Jaurès, pela maioria do Partido Socialista Francês; Jules Guesde pela minoria do mesmo partido; Bebel pelo partido socialdemocrata alemão, e Gustave Hervé pela extrema esquerda do socialismo francês. Vaillant e Jaurès defenderam o recurso à greve geral, e incluso a resistência armada, em caso de guerra, mas também manifestaram a legitimidade da defesa de um país em caso de agressão por outro. Guesde se opunha a qualquer tipo de campanha antimilitarista que afastasse à classe operária de seu objetivo fundamental: apoderar-se do poder político para expropriar os capitalistas e socializar a propriedade dos meios de produção. Este abstencionismo tinha precedentes: Guesde já tinha se proclamado neutral no recente *affaire* Dreyfus.

August Bebel, principal dirigente do SPD alemão, depois de uma declaração teórica sobre as raízes da guerra, considerou que era dever dos trabalhadores e de seus representantes parlamentares lutar contra os armamentos navais e de terra, e negar apoio financeiro às políticas de armamento. Declarou-se também em favor de uma organização democrática do sistema de defesa nacional. Disse finalmente que diante da ameaça de guerra se devia fazer o possível para evitá-la, usando os meios mais eficazes e, em caso de conflito em andamento, lutar para lhe dar o fim mais rápido. Mas não disse como. Significativamente, Bebel disse que o governo alemão não desejava a guerra, e que todo apelo à deserção deflagraria, da parte do governo, uma repressão que provocaria o aniquilamento do partido socialdemocrata alemão. A ambiguidade pairava sobre os posicionamentos dos socialistas.

A resolução final sobre a guerra teve como base a moção apresentada por August Bebel; afirmava que “as guerras eram próprias da essência do capitalismo e só cessariam com o seu fim” e que “os trabalhadores era as principais vítimas do conflito, portanto seus inimigos naturais”. A resolução contra a guerra proposta por Lênin, Rosa Luxemburgo e o menchevique de esquerda Martov, afirmava: “Se a guerra eclodir, os socialistas têm o dever de intervir para sustá-la prontamente, e de utilizar a crise econômica com todas suas forças, assim como a política gerada pela guerra, para agitar os estratos populares mais profundos e precipitar a queda do capitalismo”.

No Congresso de 1907, esse texto passou como um compromisso entre as posições irredutíveis dos delegados franceses Jaurès e Vaillant, que propunham a greve geral como meio de luta contra a guerra, e os delegados alemães, que se opunham a essa proposta. Mas, como alertava Lênin, presente no congresso, as resoluções “não continham qualquer indicação concreta sobre quais deveriam ser as tarefas da luta do proletariado”. Já se podia sentir que eram

poucos aqueles que estavam realmente dispostos a levar até as últimas consequências a resolução aprovada.



Karl Liebknecht

O cenário europeu e mundial era explosivo. Se na Europa Central e nos Bálcãs o problema derivava do expansionismo à custa de países e povos vizinhos, na Europa Ocidental a raiz do antagonismo se alimentava da competição por colônias e mercados. No centro do conflito europeu estava a questão das nacionalidades oprimidas no Império Austro-Húngaro: sérvios, croatas, eslovenos, tchecos, eslovacos, búlgaros. As causas geopolíticas europeias da guerra eram claras: – Com a população estagnada, França não esperava reconquistar as províncias da Alsácia e Lorena, que perdera para a Alemanha em 1870 – nem vencer qualquer guerra futura. Da paridade populacional existente em meados do século XIX, se evoluira para uma situação em que, em 1914, a população alemã já era 1,5 vezes maior que a da França; – A Alemanha não poderia concentrar seu exército num ataque esmagador contra a França, se esperasse até Rússia ter construído sua rede ferroviária interna, o que já estava acontecendo; – O Império Austro-Húngaro não conseguiria manter as etnias fracionadas em seu interior, sem castigar a Sérvia. Não poderia garantir direitos iguais aos sérvios, sem provocar os húngaros, que tinham posição privilegiada; só lhe restava, portanto, suprimir os primeiros; – A Rússia não poderia manter o controle sobre a parte Oeste industrializada do seu império – Polônia, Ucrânia, os estados do Báltico e a Finlândia – se a Áustria humilhasse seu aliado sérvio, e a Rússia dependia dessas províncias para o grosso dos impostos que arrecadava; – A Inglaterra não poderia manter o equilíbrio de poder na Europa, se a Alemanha esmagasse a França.

Nenhuma dessas potências conseguia prosseguir no statu quo sem encarar risco para sua própria existência: no caso da França, uma posição enfraquecida, sem esperanças, diante da Alemanha; no caso da Alemanha, uma eventual ameaça por uma Rússia industrializada; no caso da Áustria, o esfacelamento do Império Austro-Húngaro, por efeito da agitação eslavófila; no caso da Rússia, a perda das províncias do Oeste, que cairiam na órbita teutônica; e no caso da Inglaterra, a irrelevância no continente, com desafio inevitável contra seu poderio nos mares.¹³⁷⁹ Na Europa Central o "pequeno imperialismo" se amparava no fato de ser o Império Austro-Húngaro uma entidade multinacional com alguns dos seus grupos étnicos tendo um país fora do império, como os romenos e sérvios, outros com seu país situado dentro das fronteiras do império, como os croatas e os tchecos. Os inimigos locais do império, contudo, não formavam um bloco sólido. Croatas e sérvios competiam entre si para reunir os “eslavos do Sul” sob seu próprio domínio. O marco histórico geral era a corrida pelas colônias no mundo todo, ou pela manutenção e expansão dos impérios na Europa, ou ambas as coisas simultaneamente.

¹³⁷⁹ Christopher Clark. *Les Somnabules*. Eté 1914: comment l'Europe a marché vers la guerre. Paris, Flammarion, 2014.

Nessa situação, os países da Europa investiam crescentemente em tecnologia de guerra, engrossando as verbas e os equipamentos dos exércitos. Além disso, foram assinados acordos militares que dividiram os países europeus em dois blocos, de um lado a Alemanha, a Itália e o Império Austro-Húngaro, que formavam a Tríplice Aliança, e do outro a Rússia, França e Inglaterra, compondo a Tríplice Entente. Não podemos esquecer o revanchismo que existia entre a França e a Alemanha em relação à guerra franco-prussiana e à questão da posse da região da Alsácia-Lorena, ocupada pela Alemanha nessa guerra. A corrida armamentista entre o Reino Unido e a Alemanha, ampliada ao resto da Europa, com todas as grandes potências dedicando boa parte da sua base industrial para produzir o equipamento e as armas necessárias para um conflito europeu, determinou que, entre 1908 e 1913, os gastos militares das potências europeias aumentassem em 50%.

Os problemas políticos suscitados na Internacional pelo pacifismo não se limitavam à questão bélica: “Os partidos socialistas só falavam, nesse período, de paz e fraternidade entre os povos e se alinhavam contra qualquer política de potência nacional, o que os isolou nitidamente dos estratos populares restantes. A infeliz contraposição entre a minoria socialista e a chamada maioria “burguesa” da nação adquiriu um significado particular pelo fato de que os socialistas eram “antinacionalistas”, enquanto os burgueses eram “nacionalistas”. E na medida em que o sentimento nacional é, no momento correto, uma arma inacreditavelmente poderosa na luta política, os socialistas se viram relegados ao terreno no qual teriam que sofrer as derrotas mais sérias. De fato, o movimento nacional arrasta consigo, no momento crítico, não só as classes médias, mas também a maioria dos trabalhadores. O pacifismo abstrato não tem qualquer força de resistência quando está verdadeiramente em jogo a vida da nação. A democracia revolucionária do período de 1848 pôde utilizar o sentimento nacional. A Segunda Internacional, ao contrário, deixou-se dominar, em quase todos os países, por um isolamento no qual a ideologia profissional dos operários e o pacifismo constituíam posições destinadas a serem derrotadas. O congresso da Internacional, realizado em Copenhague em 1910, manifestou-se com indignação contra os socialistas tchecos, alinhados em favor da política de defesa de sua nacionalidade. Porém, a história deu razão aos separatistas tchecos”¹³⁸⁰.

A Internacional Socialista, porém, parecia concordar com a democracia liberal em relação a alguns grandes problemas internacionais. Ambas eram favoráveis à paz europeia, ao livre comércio, ao sufrágio universal, às instituições parlamentares, à política social, e contrárias ao capital monopolista e aos trustes. Haveria algo mais fácil do que uma aliança entre os democratas liberais e os socialistas contra o imperialismo belicista? No interior da Internacional havia uma corrente que defendia tal iniciativa: a dos revisionistas (bersteinianos ou não), que pediam à Internacional Socialista que abandonasse os *slogans* revolucionários vazios e que se colocasse no terreno das realidades factuais, que buscasse resultados práticos no terreno da democracia burguesa e da política social, e que aceitasse de bom grado a colaboração de qualquer aliado que estivesse disposto a percorrer o mesmo caminho. No congresso socialista de Copenhague reforçaram-se as posições reformistas, e o problema da manutenção da paz ficou quase que reduzido às pressões parlamentares, em detrimento da mobilização das massas e da preparação da luta revolucionária.

As nuvens de uma guerra geral ameaçavam à Europa. A Áustria-Hungria precipitara a crise da Bósnia de 1908-1909 para anexar oficialmente o antigo território otomano de Bósnia e Herzegovina, que ocupava desde 1878. Isto irritou o Reino da Sérvia e seu patrono, o pan-eslavista e ortodoxo Império Russo. As manobras políticas e bélicas russas na região desestabilizaram os precários acordos prévios de paz, que já estavam enfraquecidos. Em 1912 e 1913, a “primeira guerra balcânica” foi travada entre a Liga Balcânica e o fragmentado Império Otomano. O Tratado de Londres resultante dela encolheu o Império Otomano, com a

¹³⁸⁰ Arthur Rosenberg. *Democracia e Socialismo*. História política dos últimos 150 anos. São Paulo, Global, 1986.

criação de um Estado independente albanês, enquanto ampliou territorialmente a Bulgária, a Sérvia, o Montenegro e a Grécia. Quando a Bulgária atacou Sérvia e Grécia, em junho de 1913, aquela acabou perdendo a maior parte da Macedônia para os países atacados, e Dobruja do Sul para a Romênia, durante a chamada “segunda guerra balcânica”, desestabilizando ainda mais a região. Em geral, a década de 1910 viu agravar-se a situação internacional, alimentada pelas contradições interimperialistas através da crise marroquina (1911), que quase levou a uma guerra entre França e Alemanha, da guerra ítalo-turca pela Líbia (1911) e das guerras balcânicas. Os conflitos localizados eram já vistos como prenúncios da guerra mundial que se aproximava.

No congresso socialista de Copenhague, a questão da greve geral foi recolocada em pauta, com uma moção do francês Vaillant, associado ao líder trabalhista inglês Keir-Hardie: “Entre os meios para evitar e impedir a guerra, este Congresso considera particularmente eficaz a greve geral operária”. Decidiu-se adiar a decisão e continuar a discussão no próximo congresso em Viena, previsto para 1913. Jean Jaurès apresentou uma emenda preconizando “a greve geral organizada simultaneamente e internacionalmente”. E, em 1912, dois anos depois de Copenhague e em meio ao clima denso de guerra iminente, reuniu-se um congresso extraordinário da Internacional na Basileia, que tomou o caráter de uma manifestação pública antibélica. Os discursos contra os preparativos da guerra foram tão eloquentes quanto vazios de propostas. Falava-se da utilização de “todos os meios apropriados” para a conjuração do conflito, e do suposto “medo das classes governantes da revolução proletária, pois qualquer guerra pode tornar-se perigosa para elas. Que lembrem que a guerra franco-prussiana provocou a explosão revolucionária da Comuna”.

O principal dirigente público europeu da Internacional Socialista nesse momento era Jean Jaurès, desde a morte de August Bebel em 1913. Preservar a paz, que ele sabia ameaçada pelas rivalidades internacionais intercapitalistas, já era há muito sua maior preocupação. Em 1895, na Câmara dos Deputados, ele tinha pronunciado um célebre discurso, com uma frase que correu o mundo: “O capitalismo traz em si a guerra, como as nuvens silenciosas trazem a tempestade”. Jaurès tinha a convicção de que a união do proletariado internacional seria capaz de afastar “esse horrível pesadelo”. Dois dias antes de seu assassinato, em 29 de julho de 1914, no ato internacional contra a guerra realizado no *Cirque Royal* de Bruxelas, declarou: “Sabem o que é o proletariado? São massas de homens que têm, coletivamente, amor à paz e horror à guerra”.

No dia 28 de junho de 1914 foi assassinado o arquiduque Francisco Fernando, príncipe herdeiro do trono austro-húngaro, em Sarajevo, na Bósnia-Herzegovina. Seus executores eram dois nacionalistas sérvios, entre os quais Gavrilo Princip, um jovem que pertencia ao grupo nacionalista sérvio “Mão Negra”, contrário à intervenção da Áustria-Hungria na região dos Bálcãs. Declarando-se insatisfeita com sua reação ao magnicídio, Áustria-Hungria declarou guerra a Sérvia em 28 de julho de 1914. Nesse mesmo dia, Rússia entrou no conflito em defesa da Sérvia “ameaçada”. O Império Russo, não disposto a permitir que a Áustria-Hungria eliminasse a sua influência nos Bálcãs, e em apoio aos “seus” sérvios protegidos de longa data, ordenou uma mobilização parcial. O Império Alemão, por sua vez, mobilizou-se em 30 de julho, pronto para aplicar o “Plano Schlieffen”, elaborado em 1905, prevendo que Alemanha deveria derrotar a França antes que a mobilização russa se completasse. Assim, após a provocação de incidentes fronteiriços, a declaração germânica de guerra chegou a Paris. Simultaneamente, a Alemanha declarou considerar também a Bélgica território de operações militares.

O desrespeito da neutralidade belga significava que a guerra não se limitaria ao continente. A integridade da Bélgica, pelos britânicos, era vinculada à segurança da própria Grã-Bretanha. O Reich previa uma invasão rápida e massiva à França para eliminar o exército francês e, em seguida, virar sua atenção para o Leste contra a Rússia; tendo garantido apoio ao Império Austro-Húngaro no caso de uma guerra, mandou um ultimato ao governo do Império Russo

para parar sua mobilização de tropas dentro de doze horas, no dia 31. No primeiro dia de agosto o ultimato tinha expirado sem qualquer reação russa. A Alemanha então lhe declarou guerra. A 2 de agosto a Alemanha ocupou Luxemburgo, como passo inicial para a invasão à Bélgica. O gabinete francês resistiu à pressão militar para iniciar a mobilização imediata e ordenou que suas tropas recuassem a 10 quilômetros da fronteira, para evitar qualquer incidente. A França só se mobilizou na noite de 2 de agosto, quando a Alemanha invadiu a Bélgica e atacou tropas francesas. O Império Alemão declarou guerra à Rússia no mesmo dia. O Reino Unido declarou guerra à Alemanha e à Áustria-Hungria em 4 de agosto de 1914, após uma "resposta insatisfatória" para o ultimato britânico de que a Bélgica deveria ser mantida neutra. Todos os integrantes dos blocos europeus declararam guerra, era o início do maior conflito bélico que a humanidade havia visto até então.

No início das operações, a coalizão liderada pela Alemanha contava com um contingente armado de quatro milhões de soldados contra seis milhões de soldados da Entente Cordiale (Grã-Bretanha, França, e aliados). A Alemanha combateu a guerra sob o estandarte da *Kultur*. Em 1915, 93 dos principais intelectuais e artistas alemães (incluído Thomas Mann, seu mais célebre escritor) assinaram um manifesto em que justificavam o clamor da Alemanha por guerra, em nome da superioridade cultural. Os exércitos de ambos os lados tinham à disposição todas as conquistas tecnológicas modernas no armamento, no transporte e na comunicação. O esforço bélico se apoderava de toda a capacidade produtiva do país e todos os seus recursos.

Quando a guerra explodiu, não era, portanto, sobre terreno virgem que Lênin caminhava para afirmar: "A guerra europeia, preparada durante dezenas de anos pelos governos e partidos burgueses de todos os países, rebentou. O crescimento dos armamentos; a exacerbação da luta pelos mercados, no atual estágio imperialista de desenvolvimento dos países capitalistas avançados, os interesses dinásticos das monarquias mais atrasadas - as da Europa Oriental - tinham de, inevitavelmente, conduzir à guerra, e conduziram. Apoderar-se de territórios, e subjugar nações estrangeiras, arruinar a nação concorrente, pilhar as suas riquezas, desviar a atenção das massas laboriosas das crises políticas internas da Rússia, da Alemanha, da Inglaterra e de outros países, dividir e iludir os operários com a mentira nacionalista, dizimar a sua vanguarda para enfraquecer o movimento revolucionário do proletariado; tal é o único conteúdo real, o verdadeiro significado da guerra atual. A burguesia alemã encontra-se à cabeça de um dos grupos de nações beligerantes. Engana à classe operária e às massas trabalhadoras, garantindo que faz a guerra para defender a pátria, a liberdade e a cultura, para libertar os povos oprimidos pelo czarismo, para destruir o czarismo reacionário".¹³⁸¹

No meio da explosão bélica, em 29 de julho, reuniu-se extraordinariamente o Comitê Executivo da Internacional Socialista. Na reunião, o representante alemão ratificou suas posições anteriores, de oposição à intervenção alemã, e declarou que o partido socialdemocrata não votaria a favor dos créditos para a guerra imperialista solicitados pelo Káiser. Dois dias depois, no dia 1º de agosto e no congresso do Partido Socialista Francês, o representante alemão ratificou suas posições antibélicas. A realidade, porém, era bem outra. As massas operárias e o partido socialista alemão vinham sendo, pouco a pouco, dominados pelo espírito chauvinista. No dia seguinte ao atentado de Sarajevo, o SPD alemão reuniu-se para analisar as consequências que ele poderia ter para o congresso da Internacional que devia se realizar a 23 de agosto de 1914. Decidiu solicitar que se reunisse o Bureau Socialista Internacional (BSI). Os socialdemocratas austríacos responderam que não era necessário, que a situação não era alarmante, e que as preocupações dos socialistas alemães eram infundadas. O congresso da Internacional Socialista foi finalmente adiado para 28-29 de agosto de 1914, e na prática nunca se realizou: em 31 de julho, Jean Jaurès foi assassinado; em 3 de agosto estourou a guerra. No dia 4 de agosto, para surpresa de muitos socialistas, inclusive de Lênin,

¹³⁸¹

V. I. Lênin. *Op. Cit.*

os deputados socialistas alemães do *Reichstag* votaram a favor da liberação dos créditos de guerra. Karl Liebknecht,¹³⁸² foi o único a votar contra, na nova votação do dia 3 de dezembro de 1914. Otto Rühle também votou contra, juntando-se a Liebknecht, na votação do dia 20 de março de 1915. A maioria dos socialistas alemães punha uma pedra sobre seu passado revolucionário e internacionalista. Em 1914, a socialdemocracia alemã era poderosa. Com um orçamento de dois milhões de marcos, contava com mais de um milhão de filiados, depois de se recuperar da forte repressão do regime imperial alemão. Era a vitória do pragmatismo socialista de direita e do oportunismo, quer tinha se manifestando nos anos precedentes.¹³⁸³ “Desde 4 de agosto - afirmou Rosa Luxemburgo - a socialdemocracia alemã é um cadáver putrefato”. E completou afirmando que a verdadeira bandeira da Internacional falida devia ser: “Proletários do mundo, uni-vos em tempos de paz, e assassinai-vos em tempos de guerra”. Os socialistas franceses, por sua vez, uniram-se à burguesia francesa em defesa da “pátria ameaçada”. A mesma coisa fizeram os socialistas austro-húngaros, os belgas, os ingleses. Até Plekhánov, pai do marxismo russo, aderiu às teses doravante chamadas de *social-patrióticas*. Em diversos países os socialistas formaram alianças políticas e blocos governamentais com suas respectivas burguesias (imperialistas), na política chamada de “união sagrada”. A guerra revelou finalmente para amplos setores do proletariado os limites das suas antigas direções. Abriu-se um novo período na história da sua luta: “A II Internacional está morta, vencida pelos oportunistas”, afirmou Lênin, dirigente da fração revolucionária do socialismo russo e da Internacional.

Não apenas não foi desencadeada a prometida greve geral, mas a classe operária, petrificada e desguarnecida, viu seus dirigentes se alinharem à política de guerra da burguesia e propugnarem a “união sagrada”. Na França, o principal fundador do socialismo marxista, Jules Guesde, tornou-se membro do governo de união nacional, e Leon Jouhaux, dirigente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), anunciou sua adesão à guerra renegando suas posições anteriores, pronunciadas dois dias antes apenas, no seu discurso no enterro de Jaurès, à beira do túmulo ainda aberto do grande inimigo da guerra... Juntava-se assim aos deputados socialdemocratas alemães que votaram no parlamento os créditos de guerra, alinhando-se à política belicista de Guilherme II. A verve de Lênin se descarregou com toda força contra seus antigos companheiros da Internacional falida.

Em texto de finais de setembro de 1914, *A Guerra e a Socialdemocracia Russa*, o dirigente russo afirmou: “Os oportunistas prepararam de longa data esta falência, repudiando a revolução socialista e substituindo-a pelo reformismo burguês; repudiando a luta de classes e a necessidade de transformá-la, se necessário, em guerra civil, fazendo-se os apóstolos da conciliação de classes; preconizando o chauvinismo burguês sob o nome de patriotismo e de defesa da pátria, desconhecendo ou negando a verdade fundamental dos socialismo, já exposta no Manifesto Comunista, a saber, que os operários não têm pátria; se limitando, na luta contra o militarismo, a um ponto de vista sentimental pequeno-burguês; fazendo um

¹³⁸² Karl Liebknecht (1871-1919), filho de Wilhelm Liebknecht, companheiro de lutas e amigo pessoal de Marx e Engels, estudou direito nas Universidades de Leipzig e Berlim, concluindo seu doutorado na Universidade de Würzburg, em 1897. Abriu um escritório de advocacia e passou a defender causas trabalhistas. Em 1900 aderiu ao Partido Socialdemocrata da Alemanha. Passou a ter intensa militância política e fundou em 1915, juntamente com Rosa Luxemburgo e outros militantes internacionalistas, a Liga Spártacus, sendo expulso do SPD em 1916. A Liga, junto com uma fração socialista de esquerda, acabou fundando o Partido Comunista da Alemanha em 1918. Em 15 de janeiro de 1919, após o governo socialdemocrata alemão ter colocado as cabeças dos “extremistas da esquerda” a prêmio, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo foram assassinados em Berlim. A 13 de janeiro de 2008, uma passeata com 70 mil pessoas dirigiu-se ao cemitério de Friedrichsfelde, em Berlim, para homenagear Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo.

¹³⁸³ Numa resolução posterior da Internacional Comunista, lembrou-se que “no começo da guerra imperialista de 1914, os partidos socialistas de todos os países, sustentando suas respectivas burguesias, não esqueceram de justificar sua conduta invocando a vontade da classe operária. Fazendo isso, eles esqueceram que a tarefa do partido proletário deveria ser reagir contra a mentalidade operária geral e defender os interesses históricos do proletariado”.

fetichismo da legalidade e do parlamentarismo burguês, esquecendo que nas épocas de crise as formas ilegais de organização e de agitação se tornam indispensáveis”.¹³⁸⁴

O conflito desenvolveu-se com a invasão austro-húngara da Sérvia, seguida pela invasão alemã da Bélgica, Luxemburgo e França, e um ataque russo contra a Alemanha. Após invadir o território belga, o exército alemão encontrou resistência na fortificada cidade de Liège. Apesar de ter continuado sua rápida marcha rumo à França, a invasão germânica tinha provocado a decisão britânica de intervir em ajuda a Tríplice Entente. Como signatário do Tratado de Londres, o Império Britânico estava comprometido a preservar a soberania belga. Segundo Max Hastings: “A Alemanha tinha a capacidade de evitar que o conflito se espalhasse. Em julho de 1914, se os alemães tivessem dito aos austríacos ‘parem, este conflito está ficando grave demais, vocês precisam parar a invasão da Sérvia e se retirar do país’, não teria havido guerra. Não digo que não houvesse um conflito europeu, mas a crise de julho eles poderiam ter evitado. Por que não evitaram? Porque os estadistas germânicos, principalmente os generais e o Kaiser, acreditavam que a guerra aconteceria cedo ou tarde – e preferiam que fosse cedo, enquanto tinham um poder econômico inigualável”. Para a Grã-Bretanha os portos de Antuérpia e Oostende eram importantes demais para cair nas mãos de uma potência continental hostil ao país: enviou um exército para a Bélgica, atrasando o avanço alemão. A Rússia atacou a Prússia Oriental, o que obrigou ao deslocamento das tropas alemãs que estavam previstas para lutar na frente ocidental.

A Alemanha, porém, derrotou a Rússia em uma série de confrontos (a “segunda batalha de Tannenberg”). O deslocamento imprevisto dos alemães para combater os russos acabou permitindo uma contraofensiva em conjunto das forças francesas e inglesas, que conseguiram parar os alemães em seu caminho para Paris, na batalha do Marne (setembro de 1914), forçando o exército alemão a lutar em duas frentes, postando-se numa posição defensiva dentro da França, e provocando 230 mil baixas a franceses e britânicos. Depois da marcha alemã em direção de Paris ter chegado a um impasse, a frente ocidental estabeleceu-se em uma batalha de atrito estático, com uma linha de trincheiras que pouco mudou até 1917. Na frente oriental, o exército russo lutou com sucesso contra as forças austro-húngaras, mas foi forçado a recuar da Prússia Oriental e da Polônia pelo exército alemão. Frentes de batalha adicionais abriram-se depois que o Império Otomano entrou na guerra junto aos impérios centrais, em 1914; Itália e Bulgária em 1915, e Romênia em 1916, entraram na guerra: em virtude disso, a Tríplice Aliança ganhou dois aliados, a Bulgária e a Turquia; e a Tríplice Entente a adesão da Romênia, de Portugal e do Japão.

A primeira fase da guerra ficou conhecida como “guerra de movimento”. A capital e o governo francês foram transferidos para Bordeaux; os franceses e ingleses conseguiram conter os ataques dos alemães, que brecharam seu avanço em território francês em setembro de 1914: “Durante quatro anos, os dois exércitos, que eram de milhões de homens, cavaram trincheiras e buracos no chão a 800 metros uns dos outros e mataram-se uns aos outros com espingardas, metralhadoras e artilharia que, à medida que o tempo passava, se tornava cada vez mais assustadora... A guerra tornou-se uma máquina terrível para desfazer seres humanos em pedaços de carne depredada. As batalhas mais famosas duraram meses, não horas ou dias, e as baixas não foram aos milhares, mas aos milhões”.¹³⁸⁵ A situação se manteve até o fim da guerra, em novembro de 1918. Era uma nova guerra, muito mais mortífera do que as precedentes, em uma nova fase histórica. Guillaume Apollinaire, poeta e oficial de artilharia da França, qualificou a nova espantosa “realidade” de *sur-realité*, impossível de ser assimilada pelos padrões intelectuais até então existentes (o termo deu lugar ao surgimento do *surrealismo* no pós-guerra).

¹³⁸⁴

V. I. Lênin. *Los Socialistas y la Guerra*. México, Editorial América, 1939.

¹³⁸⁵

Charles Van Doren. *Op. Cit.*, pp. 331-332.

Outros episódios bélicos aconteceram no continente africano e no Oceano Pacífico, onde havia numerosas colônias e territórios ocupados pelos países europeus envolvidos no conflito. A África do Sul foi atacada pelas forças alemãs em 10 de agosto, pois pertencia ao Império Britânico. A Nova Zelândia invadiu Samoa, que pertencia à Alemanha, e a força naval expedicionária australiana desembarcou na ilha de New Pommern, que na época fazia parte da chamada Nova Guiné Alemã, e que viria a se tornar a “Nova Bretanha”. Coube ao Japão invadir as colônias micronésias e o porto alemão de Qingdao, que abastecia carvão à Tríplice Aliança, na península chinesa de Shandog. Todos esses ataques fizeram com que em pouco tempo a Tríplice Entente tivesse dominado todos os territórios alemães no Pacífico.

A segunda fase da guerra se iniciou em novembro de 1914, e ficou conhecida como “guerra de posições”; foi a fase em que ocorreram os maiores estragos humanos (os avanços dos exércitos custavam milhares de vidas cotidianamente). Nesse momento, teve início a guerra de trincheiras, com os exércitos cavando e se protegendo em valas com a finalidade de dar proteção às posições defendidas. A ofensiva alemã contra a França foi, inicialmente, como vimos, bem-sucedida. As tropas alemãs chegaram até 50 quilômetros de distância de Paris, mas foram detidas, frustrando os planos de uma rápida vitória na França. Em solo francês, a frente se detivera em trincheiras. Os austro-húngaros foram obrigados a aliviar a frente sérvia para enfrentar as tropas russas na Galícia. Deter o avanço dos russos à custa de grandes perdas territoriais foi a única coisa que as potências centrais de fato conseguiram no primeiro ano do conflito. Na Sérvia, na Prússia Oriental e na Galícia, até o final do ano, as forças combatentes registraram um total de três milhões de baixas (mortos, feridos ou prisioneiros).

Em 1915 as potências centrais conseguiram algum sucesso. Entretanto, a Itália passou para o lado da Entente ao receber promessas de ganhos territoriais, obrigando os austro-húngaros a lutar em mais uma frente, desta vez em território italiano. A Sérvia colapsou diante dos alemães, austro-húngaros e búlgaros. A Romênia, traíndo seus aliados, passou para o lado da Entente, em troca de promessas de ganhos territoriais com a submissão de outras etnias. Depois de três anos de combates sangrentos na Europa e de impasse militar, em 1917, finalmente, os Estados Unidos entraram na guerra, depois de quebrar a resistência da maioria parlamentar e forçar a aprovação dessa atitude através do minigolpe conhecido como “telegrama Zimmermann”, a revelação pública de uma comunicação do governo alemão ao seu embaixador no México, informando-lhe o início de uma guerra marítima por todos os meios, inclusive submarinos, contra a Entente, e propondo ao México uma aliança contra os EUA (caso estes não permanecessem neutros), oferecendo em troca a devolução ao México dos territórios conquistados pelos EUA em 1848, mediante o Tratado Guadalupe-Hidalgo.¹³⁸⁶ Na campanha eleitoral de 1916, o presidente eleito Woodrow Wilson tinha jurado e perjurado que os EUA nunca entrariam na “guerra europeia”.

Os EUA se posicionaram belicamente, assim, ao lado da Tríplice Entente; tinham acordos comerciais milionários com países que faziam parte dela, como Inglaterra e França, mas

¹³⁸⁶ Era um telegrama codificado despachado pelo ministro do exterior do Império Alemão, Arthur Zimmermann, em 16 de janeiro de 1917, para o embaixador alemão no México, Heinrich von Eckardt, que instruiu o embaixador para se aproximar com o governo mexicano com a proposta de formar uma aliança militar contra os Estados Unidos. O telegrama foi interceptado e decodificado por britânicos: "No começo de fevereiro nós planejamos começar um irrestrita guerra submarina. A despeito disso, é nossa intenção nos empenharmos em manter os Estados Unidos da América neutros. No caso disso não ser bem sucedido, nós propomos uma aliança com as seguintes bases ao México: Que nós façamos guerra juntos e façamos paz juntos. Nós forneceremos um generoso suporte financeiro, e no nosso entendimento o México virá a reconquistar os territórios perdidos do Novo México, Texas e Arizona. Os detalhes do assentamento são deixados para você. Você está instruído a informar o Presidente [do México] sobre acima na maior confidência assim que for certo que irá haver uma deflagração de guerra nos Estados Unidos e sugerir ao Presidente, em sua própria iniciativa, o convite ao Japão para imediatamente aderir a esse plano; ao mesmo tempo, oferecer-se para mediar as conversas entre Japão e nós mesmos. Por favor chame a atenção do Presidente que o emprego implacável de nossos submarinos agora oferecem a perspectiva de forçar a Inglaterra a declarar paz em alguns meses" (Barbara W. Tuchman. *O Telegrama Zimmermann*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1982).

também tinham uma importante minoria étnica alemã na sua população (na verdade, a sua “segunda minoria”, depois da inglesa), oposta à guerra contra o Império do Kaiser e possuidora de fortes meios e apoios políticos: o “golpe Zimmermann” foi, por isso, necessário para derrotá-la. O governo não possuía os meios políticos para a aprovação parlamentar da quebra da histórica posição isolacionista dos EUA. Durante os primeiros anos da guerra, não diretamente implicados no conflito, divididos em função da origem nacional da sua população, impedidos de comerciar com os impérios centrais devido ao bloqueio britânico, os EUA triplicaram seu comércio exterior entre 1914 e 1917, como abastecedores não só de alimentos, mas também de manufaturas, armas e munição aos futuros aliados bélicos. A banca americana tinha sido autorizada a realizar empréstimos à Entente desde outubro de 1914: em 1917 a dívida da Entente com os EUA já atingia 2,7 bilhões de dólares. A entrada dos EUA na guerra, e o próprio fim da guerra, não alteraram essa situação: os EUA saíram da guerra como o grande credor de todo o mundo capitalista.

Na guerra, Alemanha viu-se obrigada a lutar em duas frentes: a rápida derrota da França, como previa o plano de guerra dos alemães, não teve lugar; depois da derrota alemã na batalha do Marne, a luta estagnou. Uma guerra de trincheiras culminou em batalhas sem sentido, no oeste, com enormes perdas de material e de vidas. Desde o começo da guerra, o imperador e os primeiros-ministros passaram ao segundo plano, com os militares (o marechal Paul von Hindenburg e o general Erich Luddendorf, sobretudo) dando as cartas.

Foi durante a guerra mundial que teve início a descontrolada emissão monetária na Alemanha, que concluiu na hiperinflação de inícios da década de 1920. Segundo Adam Ferguson, “os primeiros passos da inflação tiveram lugar sob os auspícios de Karl Helfferich, secretário de Estado para as Finanças de 1915 a 1917”. Até 1914, a política de crédito do *Reichsbank* fora regida pela lei bancária de 1875, que obrigava a que não menos de um terço das notas emitidas estivesse respaldado por ouro, e o restante por promissórias emitidas para três meses, adequadamente garantidas. Em agosto de 1914 foram tomadas medidas para financiar a guerra e evitar a perda das reservas de ouro: suprimiu-se a conversibilidade em ouro das notas emitidas pelo Banco Central (e conclamou-se à população a entregar todo o ouro que possuísse – jóias, enfeites, etc. – ao Banco Central).

Para financiar a guerra, Alemanha recorreu a empréstimos bancários, cujos fundos eram fornecidos pelo sistema de fazer funcionar a máquina de imprimir notas. Os bancos podiam emprestar às empresas, aos estados federados, às prefeituras e às novas corporações de guerra, e podiam até antecipar dinheiro, alavancado em futuras emissões de bônus de guerra. No período da crise bélica, o *Reichsbank*, banco central alemão, como todos os outros bancos centrais, suspendeu o lastro do marco alemão em ouro com o intuito de impedir a pulverização de suas reservas. O governo alemão preferiu pedir emprestadas as quantias necessárias para seu funcionamento ao *Reichsbank*, que simplesmente passou a comprar a maior parte dos títulos do Tesouro, ao invés de ter de aumentar substancialmente os impostos. Só depois de 1916 os impostos começaram a ser usados para o esforço bélico.

A guerra decidiu-se com a entrada dos Estados Unidos, em 1917. Luddendorf, comandante militar alemão, contudo, ignorou que o país estava completamente exaurido, insistindo, até setembro de 1918, numa “paz vitoriosa”. O sentido profundo da guerra aparecia em fatos e processos situados fora da dimensão puramente militar ou geopolítica: nas ilusões nacionalistas de combatentes e populações, transformadas, depois de quatro anos de sofrimento inéditos, em desejo de vingança. O fim da guerra foi precipitado pelo “grande medo” provocado, nos dois lados do conflito, pela explosão da revolução russa e, sobretudo, pelo início da revolução na Alemanha, com sua capital e suas principais cidades governadas por conselhos operários, e com motins nas próprias tropas do front. A entrada dos EUA na guerra mundial foi, junto com a revolução russa, que retirou o império czarista da guerra e da Entente, o fator fundamental de mudança e desfecho do conflito bélico, e das relações econômicas e políticas mundiais que dele emergiram. A intervenção norte-americana foi

decisiva para o resultado final da guerra, seu primeiro resultado foi a realização (atuando sobre as nações neutras) do bloqueio da Alemanha, que a partir desse momento viu-se condenada à asfixia econômica. Os motivos alegados para a entrada dos EUA no conflito foram a promessa de apoio aos países europeus que compravam mercadorias das indústrias norte-americanas, e os ataques dos submarinos alemães à marinha mercante dos EUA.

A guerra submarina alemã, que ameaçava os parceiros comerciais dos EUA, decidiu a intervenção norte-americana. A 6 de abril de 1917, os EUA declararam guerra à Alemanha: a situação bélica começou a alterar-se, quer com a entrada em cena de novos meios, como o carro de combate e a aviação militar, quer com a chegada ao teatro de operações europeu das forças norte-americanas, ou com a substituição de alguns comandantes por outros com uma nova visão da guerra e das táticas e estratégias mais adequadas; lançaram-se, de um lado e de outro, grandes ofensivas terrestres e navais. Os gregos declararam guerra às potências centrais. Na frente oriental os soldados húngaros e russos, de origem operária e camponesa, reconhecendo seu destino comum, começaram a se confraternizar nas trincheiras. Ocorreram grandes greves na Hungria. Chegaram os primeiros soldados americanos à França.

As ofensivas de 1918 se constituíram como a terceira fase da guerra. Novas armas foram utilizadas no conflito, incluídos os letais gases binários, além do uso de tanques e aviões para bombardeios, e também a chegada à Europa do contingente militar norte-americano (aproximadamente 1,2 milhão de soldados). A entrada dos EUA reforçou a capacidade bélica da Entente, que conseguiu vitórias fundamentais sobre a Tríplice Aliança em territórios franceses. Com a presença norte-americana na Europa, a vitória da Entente passou a ser um fato previsível. Também o era a transformação dos EUA em principal potência econômica do planeta no pós-guerra: entre 1914 e 1918, o PIB dos EUA aumentou 15%, a produção mineira 30%, a produção industrial em geral 35%. Para atingir esses resultados, os EUA perderam “só” 50 mil soldados (28 vezes menos do que a França): a intervenção americana na guerra foi “uma empresa colonial em grande escala levada adiante em território estrangeiro”.¹³⁸⁷

A guerra imperialista encobriu a continuidade da guerra de classes em cada país. A guerra forneceu o alibi que as classes dominantes ianques esperavam para “limpar” o movimento operário norte-americano, com dois alvos fundamentais: o cada vez mais influente SPA (*Socialist Party of America*), e os IWW (*Industrial Workers of the World*) que organizavam as lutas do operariado de imigração recente. O chauvinismo nacionalista foi o grande pretexto para a ofensiva antioperária: um senador democrata chamou os IWW de “Imperial Wilhelm’s Warriors” (“Guerreiros do Imperador Guilherme [da Alemanha]”). Leis “contra a espionagem” foram aprovadas e usadas em larga escala contra os ativistas operários estrangeiros. Os IWW, porém, não organizaram movimentos contra a guerra: a *green corn rebellion* de Oklahoma (agosto 1917), por exemplo, não foi obra deles. Em setembro, no entanto, 165 dirigentes dos IWW (o lendário *wobblie* Bill Haywood, entre outros) foram inculcados por “conspiração para a insubordinação militar”: em 1918, 15 deles foram condenados a 20 anos de prisão e a 30 mil dólares de multa, 33 a dez anos de cárcere, 35 a cinco anos.

Paralelamente, aconteceram linchamentos e assassinatos de ativistas operários, como os de Frank Little e Joe Hill, realizados por agentes provocadores, como os operadores da agência privada de detetives Continental, que costumava fornecer fura-greves às patronais. O declínio ulterior dos *wobblies* deveu-se à intensa repressão de que foram objeto. O SPA fez campanha contra a guerra, e obteve bons sucessos eleitorais graças a isso (21% dos votos em Nova York, 34% em Chicago): os *raids* da direita militante destroçaram 1500 das suas cinco mil sedes partidárias, o boicote oficial e o fim das franquias postais asfixiou seus jornais, seu dirigente Eugene Debs (candidato presidencial em 1912, com 6% dos votos) foi condenado em setembro de 1918 a dez anos de prisão.

¹³⁸⁷

Fritz Sternberg. *El Imperialismo*. México, Siglo XXI, 1979.

Paralelamente, o presidente Woodrow Wilson, reeleito em novembro de 1916, formulou seus “14 pontos” para a paz: fim da diplomacia secreta, liberdade internacional de navegação, fim das barreiras comerciais, desarmamento geral, autonomia para as nacionalidades do Império Austro-Húngaro, entre outras pautas. A guerra, na sua ótica, era uma luta “pela democracia” e “contra a guerra”, por uma “paz sem vitória”. Ao redor dos 14 pontos de Wilson se reagrupou, na Europa, a antiga socialdemocracia que se aliara à burguesia belicista, os “social-patriotas”: o “wilsonismo” marcou o início de uma aliança estratégica de longo prazo entre os dirigentes políticos do *establishment* norte-americano, apoiados pelo sindicalismo conservador (em especial a AFL de Samuel Gompers) e a socialdemocracia europeia.

Depois de uma ofensiva alemã em 1918 ao longo da frente ocidental, a Entente forçou o recuo dos exércitos alemães em uma série de ofensivas de sucesso, e as forças dos Estados Unidos começaram a entrar nas trincheiras germânicas. A Alemanha concordou com um cessar-fogo em 11 de novembro de 1918, episódio mais tarde conhecido como “Dia do Armistício”. No final de 1918, a Alemanha não tinha mais possibilidade de vencer a guerra, o que forçou o imperador Guilherme II a abdicar do trono para facilitar a rendição imperial. O sentido profundo do desfecho da guerra apareceu em fatos e processos situados fora da dimensão puramente militar ou geopolítica: nas ilusões nacionalistas frustradas de combatentes e populações, transformadas, depois de quatro anos de sofrimento inédito, em simples desejo de vingança. No primeiro Natal da guerra, houveram cenas de confraternização entre soldados dos exércitos inimigos, há relatos de soldados de ambos os lados cessarem as hostilidades, saírem das trincheiras e cumprimentarem-se na “trégua de Natal”. Isto ocorreu, claro, sem o consentimento do comando militar dos exércitos; no final da guerra, os massacres cruéis e sem piedade se transformaram na norma geral.

E houve o “grande medo” provocado, nos dois lados do conflito, pela explosão da revolução russa contra o czarismo e, sobretudo, pelo início da revolução na Alemanha, com a chamada “revolução dos marinheiros” seguida pela criação na capital do país e em suas principais cidades de conselhos operários (*räte*) semelhantes aos soviets russos, além de motins nas tropas alemãs do *front*. Foi esse o fator que precipitou e forçou uma “paz” não inteiramente lógica em termos militares ou diplomáticos, uma paz que consagrava a derrota alemã (e dos Impérios Centrais), uma derrota que ainda não era clara no campo de batalha. E uma vitória mesquinha dos “aliados” (a Tríplice Entente mais os EUA), que alguns dos seus generais, notadamente o comandante das tropas norte-americanas na Europa, o general Pershing, pretendiam transformar em vitória total. Ao contrário, foi evitada a rendição incondicional do Reich e a ocupação militar da Alemanha, em especial de sua capital, Berlim, como pretendia Pershing, para evitar uma humilhação alemã que poderia produzir futuras guerras.

A rebelião popular transformada em revolução na Rússia; a queda do Káiser e a proclamação improvisada da República da Alemanha, se impuseram sobre a razão diplomática tradicional, suscitando reações contraditórias nos políticos, nos chefes militares e nos simples combatentes. O chefe da delegação alemã que assinou o armistício com a Entente, Mathias Erzberger, foi assassinado pouco tempo depois por militares nacionalistas. Assim concluía o conflito em que 70 milhões de militares, incluindo 60 milhões de europeus, haviam sido mobilizados, mais de nove milhões de combatentes foram mortos, em grande parte por causa de avanços tecnológicos que determinaram um crescimento enorme na letalidade de armas, mas sem melhorias correspondentes em proteção ou mobilidade dos exércitos ou da população civil. A guerra, além disso, incapacitou e aleijou para sempre aproximadamente 20 milhões de soldados ou civis.

Os avanços na tecnologia militar significaram a criação de um poder de fogo defensivo mais poderoso do que as capacidades ofensivas, tornando a guerra extremamente mortífera, pela dificuldade em conquistar novas posições contra o inimigo. O arame farpado era um constante obstáculo para os avanços da infantaria; a artilharia era muito mais letal do que no século XIX, armada com poderosas metralhadoras. Os alemães começaram a usar gás tóxico em 1915, e

logo depois, ambos os lados os usavam. Nenhum dos lados ganhou a guerra pelo uso de tal artifício, mas eles tornaram a vida nas trincheiras ainda mais terrível num dos mais lembrados horrores de guerra.

No total, as mortes provocadas pela guerra atingiram quase vinte milhões de seres humanos: “socialismo ou barbárie”, foi o grito de guerra antibelicista e anticapitalista lançado desde a prisão por Rosa Luxemburgo. O deslocamento forçado de populações em virtude de questões “nacionais” também teve sua origem na “grande guerra”: “A partir da Primeira Guerra Mundial, o nexo nascimento-nação deixou de exercer sua função legitimante no interior do Estado Nacional. Junto ao afluxo de refugiados e apátridas na cena europeia... o fenômeno mais significativo foi a introdução contemporânea na ordem jurídica de muitos Estados europeus de normas que permitiram a desnaturalização e desnacionalização em massa de seus próprios cidadãos”.¹³⁸⁸ França aproveitou o novo instituto jurídico-legal desde 1915 para tirar a nacionalidade francesa de milhares de cidadãos de “origem inimiga”.

Vinte anos depois, o recurso seria usado na Alemanha numa escala bem maior, por um regime chefiado por um ex cabo mensageiro alemão (austríaco, na verdade), ainda anônimo, ferido em 1918 no leito de um hospital militar, mas muito mais “ferido” interiormente pela notícia da capitulação do Estado Maior alemão, e que tomava nesse momento a decisão de se dedicar à política para mudar o desenlace da guerra. Os “políticos judeus” já apareciam na cabeça do cabo Adolf Hitler (e na de outros soldados e oficiais alemães) como o bode expiatório ideal para uma derrota que, aparentemente, carecia de lógica política e, sobretudo, militar: a Tríplice Entente sofrera mais baixas civis ou militares do que a Tríplice Aliança. Ao final da guerra, quase vinte milhões de pessoas, em grande parte jovens, tombaram mortos, a monarquia austro-húngara desaparecera, e três - os Habsburgo, os Hohenzollern e os Romanov - das quatro dinastias reinantes na Europa foram destronadas.

Mortes durante a Primeira Guerra Mundial (em milhões, M, arredondados)

	Tríplice Entente	Impérios Centrais
MORTES CIVIS	6M	4M
MORTES MILITARES	5M	4M
TOTAL	11M	8M

Hobsbawm explicou o aumento da dimensão dos massacres no século XX a partir da disseminação de uma “cultura da violência” e do desprezo pela vida dos outros, que teria sido gerada pela Primeira Guerra Mundial, que teria acostumado à população europeia a ser indiferente às carnificinas sistemáticas e, também, a ser tão profundamente pacifista que não se dispunha a enfrentar atentados violentos à própria “legalidade civil”, criando também uma massa de veteranos de guerra dispostos a guiar os seus povos para renovadas hecatombes. A principal causa da reprodução desse imaginário da indiferença e da brutalidade teria sido a invenção de meios assépticos e impessoais de matar, como o bombardeiro e o rifle de longo alcance, os quais facilitaram a aceitação da violência através da impessoalidade da guerra.¹³⁸⁹ A observação pode explicar os massacres mútuos a que se livraram os povos ditos “civilizados” (e deveria questionar o caráter dessa “civilização”), pois a opinião pública europeia já estava bem acostumada aos morticínios em massa dos povos coloniais.

O que acontecia, entretanto, no movimento operário europeu e na Internacional Socialista? Rosa Luxemburgo sublinhou o caráter “popular” dessa guerra, desde que os líderes políticos mobilizaram as massas através da demagogia nacionalista e da demonização de seus inimigos.

¹³⁸⁸ Giorgio Agamben. *Homo Sacer*. Il potere sovrano e la nuda vita. Turim, Einaudi, 2005, p. 146.

¹³⁸⁹ Eric J. Hobsbawm. *Era dos Extremos*. O curto século XX. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

Lênin, por sua vez, depois da capitulação dos principais partidos da Internacional Socialista, e diante da explosão da guerra em agosto de 1914, proclamou desde finais desse ano a luta por uma nova Internacional Operária.¹³⁹⁰ Diante da carnificina generalizada, só uma pequena minoria socialista internacional não se curvou ao nacionalismo e manteve erguida, apesar da repressão, a bandeira do internacionalismo proletário: na França, um punhado de militantes sindicalistas em torno de Alfred Rosmer, amigo de Leon Trotsky; uns poucos na Alemanha, com o deputado Karl Liebknecht defendendo a célebre palavra de ordem: “o inimigo está dentro do nosso país”. A submissão de cada partido ao governo de sua própria burguesia acarretara o desaparecimento prático da Internacional Socialista.

Lênin procurou entender as razões dessa falência, e precisar ao mesmo tempo as posições dos marxistas sobre a guerra, em resumo:¹³⁹¹ - O capitalismo entrara, nos primeiros anos do século XX, num novo período histórico; sua evolução para o imperialismo abriu “a época das guerras e revoluções”; - Retomando a ideia do *Manifesto do Partido Comunista*: “Os proletários não têm pátria”, Lênin constatou que a guerra não dizia respeito à classe operária; ela não tinha nenhum interesse em comum com a burguesia no conflito; - Fez um alerta para combater a confiança, que poderia se desenvolver, na possibilidade de evitar os conflitos graças a arbitragens internacionais; - Só a eliminação da causa profunda da guerra poderia conduzir à paz, e essa causa era conhecida: a própria existência do capitalismo. Ou seja, só a revolução social podia ser colocada como oposição alternativa à guerra.

Em 1915, na prisão real da Prússia onde estava presa por suas atividades antimilitaristas, Rosa Luxemburgo também estigmatizou a capitulação do socialismo alemão ao votar os créditos de guerra, e defendeu uma posição semelhante à de Lênin, em seu panfleto *A Crise da Social Democracia*: “Os interesses nacionais não passam de uma mistificação que tem por objetivo colocar as massas populares e trabalhadoras a serviço de seu inimigo mortal: o imperialismo. A paz mundial não pode ser preservada por planos utópicos ou francamente reacionários, tais como tribunais internacionais de diplomatas capitalistas, por convenções diplomáticas sobre “desarmamento”, “liberdade marítima”, supressão do direito de captura marítima, por “alianças políticas europeias”, por “uniões aduaneiras na Europa Central”, por Estados-tampões nacionais, etc. O proletariado socialista não pode renunciar à luta de classe e à solidariedade internacional, nem em tempos de paz, nem em tempos de guerra: isso equivaleria a um suicídio. (...) O objetivo final do socialismo só será atingido pelo proletariado internacional se este enfrentar em toda a linha o imperialismo, e fizer da palavra de ordem

¹³⁹⁰ Cf. Georges Haupt. Lénine, les bolchéviques et la II^e Internationale. *L’Historien et le Mouvement Social*. Paris, François Maspéro, 1980, pp. 108-150.

¹³⁹¹ Lênin, Vladímir Ilitch Ulianov (1870-1924) foi o principal revolucionário russo, líder da Revolução de Outubro de 1917, líder do Partido Comunista, e primeiro presidente do Conselho dos Comissários do Povo da Rússia Soviética. Seu codinome de Lênin provinha de seu exílio para uma terra das margens do Rio Lena. Seu pai Ilya Ulianov foi um funcionário liberal, apolítico. Era inspetor das escolas da província de Simbirsk, e um homem extremamente religioso, que apoiava as reformas do czar Alexandre II e aconselhava os jovens a não caírem no radicalismo. Maria Alexandrovna, mãe de Lenin, era filha de Alexánder Blank, um judeu converso, médico e dono de terras em Kazan. O irmão mais velho de Lênin, Alexandre Ulianov, estudante em São Petersburgo, com 21 anos envolveu-se no grupo terrorista *Pervomartovtsi* e foi um dos participantes de uma das tentativas de assassinar Alexandre II. Preso, foi condenado à morte em 1887, e executado. Isto teve grandes consequências para o irmão, muito afetado por essa morte. Em 1887, Lênin, com 17 anos de idade, foi estudar direito em Kazan, onde tomou contacto com um grupo de revolucionários socialdemocratas. Ainda nesse ano, foi preso numa manifestação de estudantes movida por reivindicações de cunho acadêmico. Como consequência, foi-lhe proibida a continuação dos estudos. Em 1890 foi readmitido na Universidade, porém apenas como estudante “externo” autorizado a prestar exames anuais, mas não a frequentar a universidade. Foi nesses anos que Lênin se tornou marxista. A associação da modernidade ao desenvolvimento do capitalismo industrial já se encontrava nas obras do fundador do marxismo russo, Plekhánov, ao qual Lênin se associou no seu primeiro exílio, no início do século XX, como redator do jornal da emigração socialdemocrata russa no exílio, o *Iskra*. Líder da socialdemocracia russa (POSDR) e da sua fração bolchevique, o restante da sua vida, como líder da Revolução de Outubro, até sua morte em janeiro de 1924, já pertence ao domínio público e à história.

“guerra à guerra” a regra de conduta de sua prática política, empenhando aí toda a sua energia e toda a sua coragem”.

No entanto, o movimento operário poderia e estava de fato atrasado em relação aos prazos históricos, ficando na situação de não conseguir impedir a eclosão da guerra. Nesse, que era justamente o caso, Lênin, retomando o grito de Karl Liebknecht - “o inimigo está dentro do nosso país” - pronunciou-se pela derrota do próprio governo na guerra imperialista, explicando que a fraqueza da burguesia nacional vencida oferecia, para o proletariado, melhores possibilidades revolucionárias. Nessas condições, a palavra de ordem de “paz” podia se tornar revolucionária, superando o pacifismo burguês; era essa a tática que recebeu o nome de “derrotismo revolucionário”. A proposta de Rosa Luxemburgo, “guerra à guerra”, tomou forma mais precisa e aguda em Lênin, e tornou-se: “a transformação da guerra imperialista em guerra civil contra sua própria burguesia”.

A orientação dos dirigentes da Internacional Socialista, em todos os congressos mundiais realizados a partir de 1907, era a de que os trabalhadores tentassem ao máximo, em seus países, evitar a deflagração do conflito. Caso isso não fosse possível, como vimos, deveriam aproveitar o momento bélico para precipitar a queda do capitalismo. Entretanto, quando em 1914 teve início a Primeira Guerra Mundial, os principais partidos filiados à II Internacional apoiaram seus respectivos governos e, em nome do nacionalismo, apoiaram a ofensiva bélica de cada país, provocando o colapso da Internacional. Somente os partidos russo, sérvio e húngaro, além do Partido Socialista Italiano - juntamente com pequenos grupos dentro de outros partidos socialistas - permaneceram fiéis aos princípios internacionalistas proletários repetidamente enaltecidos pela Internacional no passado. Lênin, já em finais de 1914, conclamou os marxistas revolucionários a se reunirem numa nova Internacional, a Internacional Comunista.

Os povos se chacinavam mutuamente nos campos de batalha europeus e coloniais. A linha divisória até ali estabelecida, baseada na luta de classes, foi deslocada e posta à mercê dos interesses dos imperialismos em luta. Ao receber tal choque, a Segunda Internacional desmoronou, ela nem sequer tentou lutar. O nacionalismo e o revisionismo que a infestavam ligaram-na intimamente ao regime existente, atrelaram-na ao carro do capitalismo com o qual ela foi arrastada para a guerra. A capitulação da Internacional Socialista teve lugar em condições nas quais o suposto “realismo” de seus dirigentes escondia uma cegueira quase voluntária frente à realidade da crise capitalista: “A reunião do Bureau Socialista Internacional de 29 a 30 de julho de 1914 (na véspera imediata da guerra) revelou que os dirigentes estavam convictos de que a guerra era impossível, e que a crise teria uma saída pacífica”.¹³⁹²

Nas semanas seguintes, já declarada a guerra, os dirigentes da Internacional elaboraram um comunicado dizendo ter feito o possível para evitá-la, sem sucesso, e fechando o guichê internacional “socialista” por tempo indefinido. Era o naufrágio de quatro décadas de ação política, e de um quarto de século de existência da Internacional. Era a porta aberta para a carnificina imperialista com benção “socialista”. Era a frustração histórica, não de uma, mas de várias gerações de operários, intelectuais, lutadores. Nos anos vindouros, toda uma geração de socialistas consumiu-se no esforço de destrinchar suas causas sociais, políticas, filosóficas e até culturais, esforço no qual se configurou o pensamento socialista e o marxismo contemporâneo. Contra o prognóstico do dirigente reformista mais combativo, Jean Jaurès (assassinado, como vimos, na véspera imediata da guerra) - “a guerra será o ponto de partida da revolução internacional” -, se confirmou a caracterização de Otto Bauer:¹³⁹³ “A revolução

¹³⁹² Georges Haupt. *Socialism and the Great War*. The collapse of the Second International. Londres, Oxford University Press, 1973.

¹³⁹³ Otto Bauer (1882-1938) foi um dos dirigentes da social-democracia austríaca e da II Internacional, um dos ideólogos do “austro-marxismo”, autor da teoria da «autonomia cultural nacional»; em 1918-1919, foi ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Áustria. Seu livro *A Questão das Nacionalidades e a Socialdemocracia*, de 1907, foi um dos textos mais influentes no debate sobre a questão nacional desenvolvido na Segunda Internacional.

proletária não é nunca menos possível do que no início de uma guerra, quando a força concentrada do poder estatal e toda a potência das paixões nacionais desencadeadas se opõem a ela". Ou, como disse Trotsky no começo da guerra: "Logo depois de anunciada a mobilização militar, a socialdemocracia encontrou-se diante da força de um poder concentrado, baseado em um poderoso aparato militar pronto para derrubar, com ajuda de todos os partidos e instituições burguesas, todos os obstáculos que aparecessem em seu caminho".

Em 1916, Lênin, por sua vez, tentou chegar a uma conclusão acerca das razões da conduta da Internacional Socialista, analisando as bases sociais do fenômeno do "social-patriotismo" oportunista: "O imperialismo tem a tendência de formar categorias privilegiadas também entre os operários, e de divorciá-las da grande massa do proletariado. A ideologia imperialista penetra inclusive na classe operária, que não está separada das outras classes sociais por uma muralha chinesa. Os chefes do partido socialdemocrata da Alemanha foram com justiça qualificados de social-imperialistas, isto é, socialistas de palavra e imperialistas de fato".¹³⁹⁴ No entanto, a reação antibélica dentro da Internacional não se fez esperar.

A guerra e a evidência da capitulação socialdemocrata dividiram e maior ou menor grau os partidos operários, provocando cisões políticas em diversos países. Internacionalmente, a reação contra a guerra se expressou inicialmente no CRR (Comité pela Retomada das Relações Internacionais) formado por um conjunto heterogêneo de grupos e militantes da Segunda Internacional. Os socialistas revolucionários estavam obrigados a intervir neste movimento majoritariamente "social-pacifista", cujos princípios políticos não compartilhavam, na medida em que suscitava um interesse político na vanguarda operária revolucionária (e, potencialmente, nas amplas massas trabalhadoras). A base do movimento não era circunstancial nem improvisada, pois se apoiava na antiga esquerda da Internacional Socialista. *Vorbote* (Precursor) era o órgão alemão da "esquerda de Zimmerwald", assim batizada pelo nome da cidade suíça em que se reuniu pela primeira vez, sob os auspícios do dirigente socialista Fritz Platten.

Parte da Bélgica havia sido ocupada pelos exércitos alemães no mês de agosto de 1914 e, por isso, o Bureau Socialista Internacional não podia continuar a funcionar em Bruxelas. Seu secretário, Huysmans, partiu para Haia e lá reorganizou o Bureau com os membros dirigentes do Partido Socialista Holandês. A Internacional Socialista entrava em letargia vegetativa. Parecia um reflexo político da constatação de um artigo da *Rivista Internazionale di Scienze Sociali* de 1916, que afirmava que a guerra "estava revelando uma humanidade capaz de sobreviver à destruição de seus melhores elementos e de se reconstruir com reservas humanas e materiais inesgotáveis: as raízes da vida social não somente não tinham sido erodidas em meio a tanta destruição, mas também haviam feito germinar novos organismos dotados de maior resistência... nas camadas mais humildes da sociedade se havia formado uma mentalidade relativista, que fazia parecer totalmente naturais as consequências mais desagradáveis da guerra"¹³⁹⁵.

De fato, as primeiras reação antibélicas na Europa não foram sociais, mas políticas. Os primeiros sintomas da cisão no campo socialista internacional foram as conferências de Zimmerwald e de Kienthal, ambas as cidades situadas na Suíça neutra. Em setembro de 1915, os socialistas revolucionários russos (Lênin, Trotsky, Zinoviev, Radek), alemães (Ledebour, Hoffmann), franceses (Blanc, Brizon, Loriot), italianos (Modigliani), romenos como Christian Rakovsky, assim como os representantes do movimento socialista de alguns países neutros,

Definia a nação como o produto nunca consumado de um processo histórico constantemente em curso, rejeitando a fetichização do "fato nacional", e os mitos reacionários da "nação eterna". O seu programa de "autonomia nacional cultural" levava, para Lênin e os bolcheviques, a um beco sem saída na luta pelo direito democrático de cada nação a se separar e constituir um Estado independente.

¹³⁹⁴ V. I. Lênin. *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, ed. cit.

¹³⁹⁵ Pietro Melograni. *Op. Cit.*, p. 152.

reuniram-se na Suíça neutra, denunciaram energicamente o caráter imperialista da guerra mundial, a traição dos “socialistas de guerra”, e exigiram a aplicação prática das decisões dos congressos internacionais da II Internacional. Eram 38 delegados de 12 países, incluídos os das nações beligerantes. Uma conferência análoga reuniu-se em Kienthal (também na Suíça), no mês de abril de 1916. Esta conferência lançou um apelo aos trabalhadores dos países beligerantes, convidando-os a lutar para pôr termo à guerra. Os delegados ingleses não compareceram a nenhuma dessas conferências: o governo inglês lhes recusou os passaportes necessários.

Segundo uma de suas animadoras (a socialista pacifista holandesa Agnès Blandorf), o "movimento de Zimmerwald" tinha por objetivo "reviver a IIª Internacional sob os velhos princípios do marxismo socialista de antes da guerra", ou seja, que seu objetivo era "mais a restauração do que a transformação", o que não impediu que "concebido para criar um fundamento para a unidade socialista, a conferência de Zimmerwald, ao contrário, abriu a porta para uma cisão cujas consequências dominariam a paisagem política do século XX".¹³⁹⁶ Nessas condições, Lênin teve sucesso em reunir uma pequena fração para dar um passo adiante como líder de uma alternativa socialista revolucionária internacional. Marcel Martinet, poeta revolucionário francês que participou do movimento, escreveu: “Depois de Zimmerwald, sabemos que sob as cinzas o fogo continua vivo”. Grigori Zinoviev relatou, alguns anos mais tarde: “Foi para nós uma grande satisfação moral receber, na primeira conferência de Zimmerwald, uma carta de Karl Liebknecht que terminava assim: ‘a guerra civil e não a paz civil, esta é a nossa palavra-de-ordem’”.¹³⁹⁷ O *Manifesto de Zimmerwald* dirigiu-se aos “Trabalhadores da Europa” nos termos que transcrevemos a seguir.

A guerra já dura mais de um ano. Há milhares de corpos sobre os campos de batalha; milhares de homens mutilados para toda a vida. A Europa tornou-se um gigantesco matadouro humano. Toda a ciência, o trabalho de várias gerações, está voltada para a destruição. A barbárie mais selvagem está celebrando o seu triunfo sobre tudo que era anteriormente o orgulho da humanidade.

Seja qual for a verdade sobre a responsabilidade imediata pelo início da guerra, uma coisa é certa: a guerra que ocasionou este caos é resultado do imperialismo, dos feitos das classes capitalistas de toda nação para satisfazer sua sede de lucro através da exploração do trabalho humano e dos tesouros da natureza. As nações economicamente atrasadas ou politicamente fracas são ameaçadas e subjugadas pelas grandes potências, que com ferro e fogo tentam mudar o mapa do mundo de acordo com os seus interesses de exploração. Países e povos inteiros, como Bélgica, Polônia, os Estados balcânicos, Armênia, estão sob a ameaça de serem anexados como espólio de guerra na barganha por compensações.

À medida que a guerra avança, suas verdadeiras forças motrizes se revelam em toda a sua baixeza. Está caindo, peça por peça, o véu que escondia o sentido desta catástrofe mundial da compreensão dos povos. Os capitalistas de todos os países, que extraem os lucros da guerra do sangue do povo, estão declarando que a guerra é pela defesa nacional, democracia, e libertação das nacionalidades oprimidas. ELES MENTEM. Na realidade, eles estão enterrando nos campos da devastação as liberdades dos seus próprios povos, junto com a independência de outras nações. Novos sofrimentos, novas correntes, novas cargas estão sendo criadas, e os trabalhadores de todos os países, dos vencedores assim como dos vencidos, terão de portá-las. O objetivo anunciado ao início da guerra era elevar a civilização a um nível mais alto: miséria e privação, desemprego e carência, fome e doenças são os verdadeiros resultados. Os custos da guerra irão, por décadas e décadas, consumir as energias dos povos, ameaçar o trabalho pela reforma social e esmagar cada passo no caminho do progresso.

¹³⁹⁶ R. Craig Nation. *War on War*. Lenin, the Zimmerwald left and the origins of communist internationalism. Durham, Duke University Press, 1989.

¹³⁹⁷ Grigori Zinoviev. *History of the Bolshevik Party*. From the beginnings to February 1917. Londres, New Park, 1973.

O desolamento moral e intelectual, o desastre econômico, a reação política - tais são as bênçãos desta batalha horrenda entre as nações. Assim, a guerra revela a crueza do capitalismo moderno, que se tornou irreconciliável não apenas com os interesses das massas trabalhadoras, não apenas com as circunstâncias do desenvolvimento histórico, mas inclusive com as condições básicas da existência humana comunitária. As forças reinantes da sociedade capitalista, em cujas mãos se encontra o destino das nações, os governos monárquicos e republicanos, a diplomacia secreta, as grandes organizações patronais, os partidos da classe média, a imprensa capitalista, a Igreja - todas estas forças devem arcar com todo o peso da responsabilidade por esta guerra, produzida pela ordem social que os alimenta e os protege e que está sendo conduzida de acordo com os seus interesses.

Trabalhadores! Explorados, privados de seus direitos, desprezados - vocês eram irmãos e companheiros no início da guerra, antes de serem recrutados para marchar para a morte. Agora, depois que o militarismo os mutilou, dilacerou, degradou, e destruiu, os governantes lhes exigem o abandono de seus interesses, objetivos, e ideais - em uma palavra, a submissão completa ao "jugo nacional". Vocês não podem expressar os seus pontos de vista, seus sentimentos, sua dor; vocês não podem avançar suas demandas e lutar por elas. A imprensa está calada, são pisoteados os direitos políticos e liberdades - esta é a ditadura militar que hoje reina com mão de ferro.

Não podemos, não nos atrevemos, a permanecer inativos diante de um estado de coisas que ameaça o futuro de toda a Europa e a humanidade. A classe operária socialista conduziu a luta contra o militarismo por várias décadas. Com ansiedade crescente, os seus representantes nas conferências nacionais e internacionais se devotaram à ameaça de guerra, o resultado de um imperialismo que se tornava cada vez mais ameaçador. Em Stuttgart, Copenhague e Basle, o Congresso Socialista Internacional indicou o caminho que os trabalhadores deveriam seguir. Mas desde o início da guerra os partidos socialistas e organizações da classe operária que tomamos parte na determinação deste passo, nos esquecemos das obrigações que dele derivavam. Os seus representantes chamaram pela suspensão da luta de classe, o único meio possível e eficaz para a emancipação da classe operária, e votaram os créditos de guerra para a classe governante. Colocaram-se à disposição de seus governantes para os mais diversos serviços. Através da sua imprensa e representantes, tentaram conquistar o apoio dos setores neutros para a política governamental de seus respectivos países. Entregaram os ministros socialistas aos seus respectivos governos, como reféns no cumprimento do jugo nacional, assumindo assim a responsabilidade por esta guerra, seus objetivos, seus métodos. Os partidos socialistas falharam separadamente, assim como falhou o maior representante e responsável dos socialistas de todos os países, o Bureau Socialista Internacional.

Estes fatos constituem um dos motivos pelos quais o movimento operário internacional, falhou, inclusive ali onde suas seções não sucumbiram ao pânico nacional do primeiro período da guerra ou onde se ergueram acima dele, e mesmo agora durante o segundo ano do massacre das nações, a se erguer simultaneamente em todos os países numa luta ativa pela paz.

Reunimos-nos agora nesta situação intolerável, nós representantes de partidos socialistas e sindicatos, ou minorias deles, nós alemães, franceses, italianos, russos, poloneses, letões, romenos, búlgaros, suecos, noruegueses, holandeses e suíços, nós que pisamos o terreno não da solidariedade nacional com a classe exploradora, mas da solidariedade internacional da luta dos trabalhadores e da classe operária. Reunimos-nos para reatar os laços rompidos das relações internacionais e convocar a classe operária para se reorganizar e começar a luta pela paz. Esta luta também é pela liberdade, pela irmandade das nações, pelo socialismo. A tarefa é empreender esta luta pela paz, por uma paz sem anexações ou compensações de guerra. Esta paz só é possível se for condenada toda violação dos direitos e liberdades das nações. Não deve haver anexação forçada de territórios ocupados parcial ou totalmente. Sem anexações abertas ou acobertadas, sem uniões econômicas forçadas, tornadas ainda mais intoleráveis pela supressão de direitos políticos. O direito das nações de selecionar os seus próprios governos deve ser o princípio fundamental inalterável das relações internacionais.

Trabalhadores Organizem-se! Desde o início da guerra vocês entregaram suas energias, coragem e determinação ao serviço da classe governante. Agora a tarefa é ingressar nas listas por sua própria

causa, pelos objetivos sagrados do socialismo, pela salvação das nações oprimidas e classes escravizadas, através da inconciliável luta de classes. É tarefa e dever dos socialistas dos países beligerantes começar esta luta com todo o seu poder. É tarefa e dever dos socialistas dos países neutros apoiar seus irmãos através de todos os meios concretos possíveis nesta luta contra a barbárie sangrenta. Nunca na história do mundo houve tarefa mais urgente, mais nobre e mais sublime, por cujo cumprimento devemos trabalhar em conjunto. Nenhum sacrifício é grande demais, nenhuma carga é pesada demais para atingir este fim: o estabelecimento da paz entre as nações.

Homens e mulheres trabalhadoras! Mães e pais! Viúvas e órfãos! Feridos e mutilados! Para todos que sofrem por consequência direta ou indireta da guerra, gritamos sobre as fronteiras, sobre os campos de batalha arrasados, sobre as cidades e vilarejos devastados: Uni-vos trabalhadores do mundo!

Assinavam, em nome da Conferência Socialista Internacional: George Ledebour e Adolph Hoffman (Alemanha); A. Merrheim e Bourderon (França); G. E. Modigliani e Constantino Lazzari (Itália); N. Lênin, Pável Axelrod e M. Bobrov (Rússia); St. Lapinski, A. Warski e Jacob Hanecki (Polônia); Christian Rakovsky (Romênia); Vasil Kolarov (Bulgária); Z. Hogiund e Ture Nerman (Suécia e Noruega); Henriette Roland-Host (Holanda); Robert Grimm (Suécia).

Na reunião realizada em setembro de 1915, foram feitas duas declarações sobre o *Manifesto de Zimmerwald*. Na primeira lia-se: "O manifesto adotado pela conferência não nos satisfaz plenamente. Ele não faz menção nem ao oportunismo aberto, nem ao oportunismo que se esconde por trás do palavreado radical, oportunismo este que não apenas é a principal causa do colapso da Internacional, mas que procura perpetuar o seu colapso. O manifesto não contém nenhum pronunciamento claro sobre os métodos para lutar contra esta guerra. Continuaremos, como fizemos até o momento, a defender, na imprensa socialista e nas reuniões da Internacional, a posição marxista em relação às tarefas postas ao proletariado pela época do imperialismo. Votamos a favor do manifesto na medida em que o vemos como um chamado para a luta, e nesta luta estamos ansiosos para marchar lado a lado com as outras seções da Internacional. Requeremos que a presente declaração seja incluída nas atas oficiais".

Assinavam: Lênin, Zinoviev, Radek, Nerman, Hogiund, Winter, isto é, a fração bolchevique internacional. A outra declaração-emenda, assinada pelo grupo que redigiu a resolução, com Henriette Roland Host e Leon Trotsky, afirmava: "Na medida em que a adoção da nossa emenda (ao Manifesto) exigindo o voto contra as apropriações de guerra pode de alguma forma colocar em perigo o sucesso da conferência retiramos, sob protesto, nossa emenda e aceitamos a declaração de Ledebour na comissão, na medida em que o Manifesto contém tudo o que implica a nossa proposição". Ledebour lançou um ultimato exigindo a rejeição da emenda, caso contrário se recusaria a assinar o manifesto. Foi atendido.

As *Sete Teses sobre a Guerra*, de Lênin, sintetizaram os conceitos seguintes: a guerra tem um caráter burguês, imperialista, reacionário e dinástico; a postura patriótica da Internacional Socialista é uma traição ao socialismo, que marca o colapso político e ideológico da Internacional; a luta contra a autocracia czarista continua sendo o primeiro dever do socialista russo; todos os autênticos socialistas devem romper com o oportunismo pequeno burguês da Internacional Socialista, e desenvolver um trabalho entre as massas para acabar com a guerra através da revolução, e devia se lutar por uma nova Internacional. O bolchevismo teve um papel dirigente na fração chamada de "Esquerda de Zimmerwald", que foi a base, depois da Revolução de Outubro na Rússia, da Internacional Comunista, apesar de suas sérias divergências com outros componentes dessa fração (os mencheviques internacionalistas de Martov, Karl Radek, Rosa Luxemburgo, Leon Trotsky).

O vértice político das divergências entre os leninistas e os outros militantes internacionalistas se situava na palavra de ordem bolchevique de "transformar a guerra imperialista em guerra civil", e sua consequência lógica, o "derrotismo revolucionário", considerada como uma "provocação" pela ala "moderada" de Zimmerwald (que incluía alguns futuros ministros

burgueses). E também na questão da necessidade da IIIª Internacional, defendida só pelos bolcheviques. O socialismo russo foi o *fer de lance* da luta contra a guerra, e pela revolução internacional, nas condições criadas pela própria guerra.

Dentro da emigração russa havia múltiplas posições, situadas entre o defensismo patrótico de Plekhánov e o derrotismo de Lênin. Martov e outros mencheviques se negavam a admitir que a vitória dos Habsburgos ou dos Hohenzollern constituísse um fator favorável para a causa do socialismo. Denunciaram o caráter imperialista da guerra, o séquito de atrozidades sofrimentos que significava para os trabalhadores de todos os países, e afirmaram que os socialistas deviam acabar com a guerra mediante a luta por uma paz democrática e sem anexações; sobre esta base se podia reconstruir a unidade dos socialistas de todos os países, cuja condição prévia seria a negativa a apoiar os créditos de guerra nos países beligerantes. E paravam por aí. Leon Trotsky, que estava politicamente próximo de Martov, em 1914 atacou violentamente os socialdemocratas patróticos alemães e franceses em um folheto chamado *A Internacional e a Guerra*: “Nas atuais condições históricas, o proletariado não tem interesse algum em defender uma pátria nacional anacrônica que se converteu no principal obstáculo ao desenvolvimento econômico. Ao contrário, deseja criar uma nova pátria mais poderosa e estável, os Estados Unidos republicanos da Europa, como base dos Estados Unidos do mundo. Na prática, ao beco sem saída imperialista do capitalismo, o proletariado só pode opor, como programa do momento, a reorganização socialista da economia mundial”. Os mencheviques internacionalistas de Martov e os amigos de Trotsky se uniram, junto com alguns antigos bolcheviques, em *Nashe Slovo*, jornal russo que se editava em Paris sob a direção de Antónov-Ovseenko.

As posturas das diversas correntes antibélicas se definiram através das polêmicas. Desde novembro de 1914, Trotsky afirmava: “O socialismo reformista não tem nenhum futuro porque se converteu em parte integrante da antiga ordem e no cúmplice de seus crimes. Aqueles que esperam reconstruir a antiga Internacional, supondo que seus dirigentes poderão fazer esquecer sua traição ao internacionalismo com uma mútua anistia, estão obstaculizando de fato o ressurgimento do movimento operário”. Em sua opinião, a tarefa imediata era “reunir as forças da III Internacional”. Rosa Luxemburgo adotou uma postura análoga. Martov, ao contrário, não acreditava que uma nova Internacional pudesse aspirar a um papel que não o de seita impotente.

Em fevereiro de 1915, Trotsky externou, em *Nashe Slovo*, seus desacordos com os mencheviques. *Nashe Slovo* se converteu no principal núcleo porta-voz do internacionalismo socialista, situado na encruzilhada de todas as correntes internacionalistas russas: antigos bolcheviques como Manuilsky, antigos conciliadores como Sokólnikov, ex mencheviques como Chicherin e Alexandra Kollontai, Abraham Ioffe, internacionalistas como o búlgaro-romeno Christian Rakovsky, Sobelsön, chamado Karl Rádek, oriundo da Galitzia, meio polaco, meio alemão, e também a ativista italo-russa Angélica Balabanova. Trotsky sofreu repetidas decepções quanto ao menchevismo - ao qual pertencera - quando antigos quadros como Vera Zasulich, Potressov e Plekhanov se pronunciaram a favor da defesa da Rússia na “Grande Guerra”.

Trotsky pressionava Martov para que rompesse com os “social-chauvinistas”. Lênin acusava Trotsky de querer preservar os vínculos que o uniam a eles. Trotsky admitiu que os bolcheviques constituíam o núcleo do internacionalismo russo. Martov rompeu então com ele. Na reunião de Zimmerwald, Lênin defendeu a tese derrotista: a transformação da guerra imperialista em guerra civil, e a constituição de uma nova Internacional. A maioria do movimento, que era mais pacifista que revolucionária, não o acompanhou; se adotou, por unanimidade, o *Manifesto* redigido por Trotsky, em que se chamava a todos os trabalhadores para por fim à guerra. Em 1915, quando os deputados bolcheviques russos se encontravam encarcerados, os mencheviques aceitaram finalmente apoiar à Entente, ou seja, participar na “Santa Aliança” em torno do governo do czar; o líder menchevique Chjeidze retratou-se dos

acordos realizados em Zimmerwald. Vera Zassulich e Potrêssov, os velhos chefes mencheviques, apoiaram essa política, comandada por Plekhánov. Trotsky seguia titubeando e se perguntava, em maio de 1916, se os revolucionários “que não contam com o apoio das massas” não se viam, por isso, “obrigados a constituir durante certo período (ainda) a ala esquerda da (Segunda) Internacional”.

Lênin e Trotsky continuaram polemizando em torno do “derrotismo”, que Trotsky não aceitava; também discutiam a propósito dos “Estados Unidos da Europa”, palavra de ordem lançada por Trotsky, que Lênin considerava temporizadora, e que corria o risco de frear a luta revolucionária que se levava a cabo em cada país, ao implicar, aparentemente, que a revolução só poderia triunfar se realizada simultaneamente em todos os países da Europa. O jornal diário socialista russo de Nova York, *Novy Mir*, em que, junto com Trotsky, colaboravam a antiga menchevique Alexandra Kollontáï, o bolchevique Nikolai Bukhárin e o revolucionário russo-americano Volodarsky, era, a princípios de 1917, um expoente da fusão de todos os internacionalistas russos - incluídos os bolcheviques -, que Bukharin, em oposição a Lênin dentro do bolchevismo, queria transformar na primeira pedra para a edificação de uma nova Internacional.

No meio da guerra, livrou-se em paralelo uma batalha feroz nos partidos da II Internacional. Lênin descrevia assim a situação: “Vejam os dez Estados europeus: Alemanha, Inglaterra, Rússia, Itália, Holanda, Suécia, Bulgária, Suíça, Bélgica e França. Nos oito primeiros países a divisão entre tendência oportunista e tendência revolucionária coincide com a divisão entre social-chauvinistas e internacionalistas. Na Alemanha, os pontos de apoio do social-chauvinismo são os *Sozialistische Monatshefte* e Legien e companhia;¹³⁹⁸ na Inglaterra, os Fabianos e o Partido Trabalhista (o ILP, Partido Trabalhista Independente sempre formou bloco com eles, apoiando sua imprensa, mas sendo sempre, neste bloco, mais fraco que os social-chauvinistas, enquanto no BSP, Partido Socialista Britânico, os internacionalistas constituem 3/7 partes); na Rússia representam essa corrente [social-patriota] *Nasha Zãria* (agora *Nashe Delo*), o Comitê de Organização e a minoria da Duma sob a direção de Chjeízde; na Itália, os reformistas com Bissolati na cabeça; na Holanda, o partido de Troelstra; na Suécia, a maioria do partido, dirigida por Branting; na Bulgária, o partido dos “amplos”,¹³⁹⁹ e na Suíça, Greulich e companhia. Em todos estes países já se deixaram ouvir protestos mais ou menos consequentes contra o social-chauvinismo, procedentes do campo oposto, o campo radical. Na França e na Bélgica, o internacionalismo é ainda muito débil”. Lênin mapeava detalhadamente o campo político da Internacional, e preparava meticulosamente sua cisão.

O desfecho da crise política e social desencadeada pela guerra mundial assumiu contornos revolucionários na Europa. Não só as mobilizações civis pela paz, os motins militares e as votações massivas na esquerda nas eleições de 1917-1918 indicavam isso. O número de greves era assustador para qualquer “homem de negócios” nas democracias europeias, Inglaterra inclusive. Era necessário se adaptar à nova situação: “[A democracia] pode ter, no momento da revolução, importância como a mais extrema tendência da burguesia, forma sob a qual já se apresentou na Assembleia de Frankfurt [em 1848-1849] e que possa converter-se na última tábua de salvação de toda a economia burguesa e ainda a feudal. Nesse momento, toda a massa reacionária se coloca por trás dela e a fortalece. Tudo o que é reacionário comporta-se

¹³⁹⁸ Karl Legien (1861-1920), militante de origem operária, foi líder sindical e socialdemocrata na Alemanha, chefe histórico da “direita” do SPD, chegando a se alinhar com os revisionistas na crise interna do partido na década de 1890. Entre 1893 e 1920, de modo quase ininterrupto, foi deputado no *Reichstag*. Foi o símbolo internacional da ala social-patriota da Segunda Internacional na guerra 1914-1918.

¹³⁹⁹ Os socialistas “amplos” da Bulgária (*obsfedeletsi*) eram uma corrente na socialdemocracia desse país. Em 1903 passaram a editar a revista *Obshte Delo* (Causa Comum). Com a cisão da socialdemocracia búlgara em 1903, no seu X Congresso, formaram o “PSB dos socialistas amplos”. Social-patriotas em 1914, a eles se opunham os *tesnjaki* (literalmente “estreitos”, mas seria melhor traduzir para “estritos” ou “rigorosos”), que conquistaram ampla maioria no movimento operário búlgaro, e que seriam, depois da Revolução de Outubro, a base do Partido Comunista da Bulgária.

então como democrático. Nosso único inimigo, no dia da crise e no dia seguinte, é essa reação total, que se agrupa em torno da democracia pura”, tinha escrito Friedrich Engels em 1884. Três décadas e meia depois, esse prognóstico se realizava.

Onde os trabalhadores viviam sob regimes políticos restritivos e violadores das liberdades democráticas, a tendência para a radicalização foi ainda maior. Isto também ocorreu nos países onde uma parcela grande da classe operária estava destituída legalmente de quaisquer direitos por ser estrangeira, como em algumas cidades dos EUA. Na América do Sul, esse foi o caso de São Paulo, onde se concentrava uma classe operária majoritariamente italiana, portuguesa, espanhola, e onde a influência do anarquismo era predominante: a greve geral paulista de 1917 marcou a primeira grande jornada da classe operária no imenso país sul-americano. Em Buenos Aires, uma nutrida classe operária majoritariamente estrangeira, de imigração recente, realizava greves e lutas sistemáticas, embora dividida em três centrais sindicais (respectivamente anarquista, anarco-sindicalista e socialista) chegando a provocar declarações de estado de sítio pelo governo. Mesmo na pacífica e ordeira Suíça surgiu durante a guerra um efêmero “partido comunista” de tendência antiparlamentar, próximo do anarco-sindicalismo: em Genebra ocorreu uma greve geral em 1918. Esta cidade era marcada pela presença de uma numerosa população estrangeira: eles eram 70 mil para uma população total de 170 mil habitantes no ano de 1913.

Em março de 1917, seu antigo secretário executivo Huysmans convidou à Segunda Internacional para se reunir em uma conferência em Estocolmo. Os governos francês e inglês não forneceram passaportes aos delegados de seus países; a conferência, por esse motivo, não se realizou. As correntes socialistas opositoras, no entanto, reforçavam-se cada vez mais nos países beligerantes. Na Alemanha, os deputados socialistas revolucionários Karl Liebknecht e Otto Rühle tinham sido os primeiros a se pronunciarem em parlamento contra a “União Sagrada” e a se erguerem contra a política guerreira do partido socialdemocrata. Eram apoiados por Rosa Luxemburgo, Leo Jogiches e Franz Mehring, que, em março de 1915 fundaram a revista *A Internacional* e, pouco depois, a Liga Espártaco (*Spartakusbund*).

Um ano decorrido, o Partido Socialdemocrata alemão cindiu-se abertamente. Dezoito deputados da fração parlamentar, dirigidos por Haase, fundaram a Comunidade de Trabalho Socialista, que em abril de 1917 deu origem ao Partido Socialista Independente (USPD). Este, em colaboração com a Liga Espártaco, trabalhou para mobilizar as massas contra a política de guerra do velho partido. Entretanto, o líder da Internacional Socialista Émile Vandervelde (médico de profissão, e que qualificara Lênin de “energúmeno sem domicílio fixo”) entrava no governo burguês belga. Na conferência da Segunda Internacional, que se reuniu finalmente em finais de 1917, em Copenhague, só compareceram representantes dos países neutros, que dirigiram aos países beligerantes um apelo em favor da paz, e voltaram para casa.

O ano de 1917 foi chamado de “ano terrível”, o terceiro da guerra, depois de um inverno espantoso. Para milhões de homens, foi o fim das ilusões patrióticas de 1914, esmagadas pela realidade: massacres de combatentes em “ofensivas” que custavam centenas de milhares de vidas; dificuldades de abastecimento, com aumentos de preços não compensados pelos reajustes dos salários, o que atingia moralmente o operariado. A política de “paz civil”, defendida durante a guerra mundial por sindicatos e partidos operários dos países beligerantes, resultara em um questionamento de todas as conquistas do movimento operário (ritmos de produção, horários, condições de trabalho, direitos reivindicativos); o desgaste do material, das máquinas, do próprio aparelho econômico, provocaram uma crise econômica generalizada. Nos sindicatos e partidos socialistas europeus, a pequena minoria internacionalista, isolada em 1914, começava a ser ouvida com atenção, e vários dirigentes operários partidários da “união sagrada” se viram pressionados pela base para adotar posições revolucionárias ou, ao menos, pacifistas. O vento da história mudava de direção.

Rússia sofreu as piores consequências da guerra (inclusive em número de baixas militares), o que tornava mais agudas suas contradições históricas:

1) Um imenso império multinacional com 174 milhões de habitantes, com uma sociedade caracterizada pelo declínio da Igreja e da aristocracia rural, base do oficialato militar, e pela debilidade das classes médias, o que provocava um vazio entre os grandes proprietários e a massa operária e camponesa. A indústria, principalmente estrangeira, instalada em algumas cidades e muito concentrada, agrupava três milhões de operários. O problema central era a terra: só 5% dos camponeses eram proprietários da sua terra e, no máximo, 12% eram “abastados”, os *kulaki*; 40% não tinha meios suficientes para sobreviver;

2) Nessas condições, em virtude do desenvolvimento combinado da economia e da sociedade russas, mais acentuado do que em qualquer outro país da Europa ou do mundo, criava-se a combinação potencial da revolta camponesa com uma insurreição proletária;

3) A guerra agiu como o catalisador da crise social russa, pois o Estado czarista não conseguia armar nem alimentar seus 16 milhões de mobilizados, o que o punha no centro da mira da revolta social. A tática militar russa das “ondas humanas” multiplicava as baixas, que se elevaram até quatro milhões de soldados em três anos, uma perda humana sem comparação com a dos outros países beligerantes. No outono de 1916 começaram as deserções em grande escala. Os pequenos camponeses eram golpeados pela mobilização militar e a requisição do gado, os salários dos trabalhadores industriais pelo arrocho e pela queda do poder aquisitivo. O sistema econômico ficara bloqueado;

4) Diferentemente da Europa ocidental, existia na Rússia um partido revolucionário organizado, o POSDR “bolchevique”, contrário à “revolução por etapas” limitada à democracia parlamentar; era também o único partido russo que enfrentara à “união sagrada” de 1914.

No império dos czares, se o efeito da guerra fora desastroso para a tendência combativa e revolucionária do operariado revelada nos anos que a precederam, a partir do final de 1916 a própria guerra passou a se constituir em fator de radicalização e aceleração do ritmo das greves. Os industriais se recusavam cada vez mais a fazer concessões aos trabalhadores, e o governo continuava a responder a cada greve com uma forte repressão, o que fazia renascer no proletariado a ideia de uma greve geral para dar cabo de uma situação social cada dia mais insuportável. O processo de radicalização política das massas trabalhadoras se exprimia de maneira convincente pela estatística crescente das greves, e pela sua natureza: nos primeiros dois meses de 1917, as greves políticas compreendiam seis vezes mais operários do que as greves econômicas. Rússia voltava a ser o maior centro europeu e mundial da luta e do ativismo operário, da luta de classes. A maior tormenta revolucionária da era do capitalismo se anunciava no horizonte da Ásia, da Europa, do mundo.

A síntese das características do imperialismo (exploração das ações atrasadas, tendência para as guerras mundiais e para a militarização do Estado, aliança dos monopólios com o Estado, tendência geral à dominação e à subordinação da liberdade) levou Lênin a definir a nova etapa histórica como a época da “reação em toda a linha, e da exacerbação da opressão nacional”. Em contrapartida, o enorme desenvolvimento das forças produtivas, a concentração da produção, a acumulação sem precedentes de capital, tornavam a produção cada vez mais social nos ramos econômicos decisivos. Isto entrava cada vez mais em contradição com o modo de apropriação, ou seja, a propriedade privada nas mãos de um número cada vez menor de capitalistas, o que marcava o sintoma da transição para um novo regime social de produção. A Guerra Mundial só poderia ser entendida, portanto, como revolta das forças produtivas sociais contra o quadro, tornado historicamente estreito, das relações capitalistas de produção e dos Estados nacionais, que abria a era histórica da revolução socialista.

Bem depois, ao lado dessa interpretação, e em concorrência com ela, desenvolveu-se uma literatura e uma historiografia que enfatizaram as responsabilidades alemãs (ou francesas) na deflagração da guerra, deslocando a análise objetiva da estrutura histórica para a análise subjetiva dos motivos imediatos (reais ou imaginários) de seus protagonistas. Esse tipo de interpretações, de caráter principalmente jurídico, foi a base para uma abundante história

diplomática e militar, que não deixou de dar contribuições importantes sobre aspectos parciais, mas que não foi capaz de apresentar uma interpretação global, que vinculasse, em um todo coerente (estrutural), crise (depressão) econômica, expansão colonial, exportação de capital, disputas geopolíticas, nacionalismo racista e guerra mundial.

48. A QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO

Genericamente, quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho exigido na produção de um artigo, tanto menor a massa de trabalho nele cristalizado, tanto menor o seu valor
(Karl Marx, **O Capital**)

Ao progredir o modo capitalista de produção, o desenvolvimento da produtividade social do trabalho se configura na tendência à baixa progressiva da taxa de lucro e, além disso, no aumento absoluto da massa de mais-valia ou lucro extraído (Karl Marx, **O Capital**)

O imperialismo capitalista, como vimos, foi o resultado do processo de concentração e centralização de capital nos países de capitalismo avançado, onde o monopólio tendeu a substituir à livre concorrência, assim como a exportação de capitais à exportação de mercadorias. O capital ultrapassou definitivamente o marco dos Estados Nacionais, criando “todas as premissas objetivas para a realização do socialismo” (Lênin). O nacionalismo dos países imperialistas se armou contra a perspectiva da revolução socialista, antevista no avanço da organização e da consciência do movimento operário. O imperialismo adquiriu um caráter agressivo e eventualmente racista, que conduziu à guerra contra as nacionalidades e países oprimidos e, finalmente, à Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto, determinado pela crise capitalista e pela perspectiva internacional da revolução socialista, uma questão central da teoria econômica, até então relegada a um plano secundário, foi reposta na primeira linha da atenção dos socialistas.

Em movimentos paralelos se produziram o surgimento da teoria “revisonista” de Bernstein, por volta de 1896, no campo socialista, e o surgimento de teorias sobre o imperialismo (o livro do liberal Hobson foi publicado em 1902) e sobre a crise, explicada pelo “excesso de investimento” no pré-keynesiano Spiethoff, ou pelo “subconsumo” em Hobson, teorias que tiveram grande influência no pensamento marxista: “A exata consideração do contexto do fim do século XIX, com a prolongada primeira crise de alcance mundial do capitalismo clássico inglês, resultada na concentração monopolista e na chegada da fase superior do imperialismo, permitiu a Hobson, como bom liberal inglês adiantar-se e analisá-lo com maior riqueza que os ‘marxistas’ da social-democracia alemã. Faltava-lhe, tanto quanto aos social-democratas revisionistas, a força teórica derivada da admissão do caráter imanentemente contraditório do modo de produção capitalista: foi disso que derivaram todas as tergiversações que tentaram em vão sanar os ‘erros’ de um sistema, substituindo-o por outro julgado ‘são e bom’: panaceias utópicas e cheias de frases que, de Proudhon a Duhring continuaram até chegar a Webb, Keynes e outros. Não foi devido a um jogo de disputas acadêmicas que, no campo da teoria econômica, nasceu, logo depois de 1870, a reação e a ilusão marginalista, que encantou os ‘marxistas’ da II Internacional e toda classe de socialistas burgueses, mais ou menos liberal-trabalhistas. Todos eles se demonstraram, desde então até hoje, incapazes de compreender as novas características do capital”.¹⁴⁰⁰

Na ausência de uma teoria marxista geral sobre a era aberta pelos monopólios, que não faltava a autores liberais como Hobson, coube a Rudolf Hilferding formulá-la no seu *Capital Financeiro*, de 1910, onde analisou a nova figura dominante do capital, resultante da fusão entre o capital bancário e o capital industrial. Hilferding sustentou que, se a produção capitalista se realizasse nas proporções corretas, ela poderia se ampliar indefinidamente sem conduzir à sobreprodução. As crises não poderiam ser explicadas pelo consumo escasso: Hilferding atribuiu importância tanto aos movimentos cumulativos como aos efeitos dos desequilíbrios parciais nas diferentes trocas de preços, e aos fatores institucionais. Observou, por exemplo, o efeito de aumentos irregulares da oferta, atribuídos aos longos prazos de maturação dos investimentos, que multiplicavam, por sua vez, o perigo de investimentos exagerados quanto mais o desequilíbrio entre oferta e demanda durasse.

¹⁴⁰⁰ Gianfranco Pala. La formazione del capitale monopolistico finanziario. *La Contraddizione* nº 68, Roma, setembro 1998.

Era (é) possível estabelecer o elo entre a tendência recorrente e periódica às crises econômicas e a tendência *histórica* da acumulação capitalista? Marx o fez, embora seus textos relevantes a respeito não se encontrassem sistematizados em *O Capital*, mas dispersos no conjunto de sua obra, sabidamente inconclusa. A relevância da questão cresceu, de um lado, com a própria magnitude das crises e, de outro, com o aumento e diferenciação social crescente da classe operária, e com sua constituição crescente em *classe para si*. Uma evidência está dada pelo fato de que, no século XIX, as polêmicas em torno à teoria marxista se concentraram em torno da validade e pertinência da *lei do valor*; no século XX elas se alinharam mais em torno à validade da *tendência decrescente da taxa de lucro*. A análise teórica de Marx não foi singularizada, como já vimos, pelo uso de categorias como valor ou mais-valia, que já existiam bem antes dela, mas pela determinação do modo de produção capitalista como produção de mais-valia para valorizar o capital, e de suas "leis de movimento" a partir dessa premissa.

Mercadorias são, no capitalismo, o "produto do capital": o capitalista investe na produção de mercadorias não como um fim em si mesmo, mas para produzir mais-valia. A fonte de mais-valia é o capital variável, os trabalhadores (a força de trabalho) que o capitalista emprega em troca de salários. Mas o capitalista não emprega o dinheiro apenas para pagar esses salários; ele também desembolsa dinheiro para maquinário, prédios, matérias-primas e em tudo o que for necessário para a produção de mercadorias. O que conta para o capitalista não é simplesmente o retorno que ele faz sobre o capital variável, mas sobre seu investimento total (capital variável + capital constante). Marx distinguiu, por isso, entre *taxa de mais-valia* e *taxa de lucro*. A taxa de mais-valia é a razão entre mais-valia e capital variável. A taxa de lucro é a razão entre mais-valia e capital total (variável e constante). A taxa de mais-valia é mais importante, do ponto de vista da produção capitalista, porque a força de trabalho é a *única* fonte de valor.

Mas o que importa ao capitalista é a taxa de lucro, porque precisa de um retorno adequado sobre o seu investimento total, não só sobre o que gasta com salários. A concorrência capitalista, por sua vez, oculta as verdadeiras relações de produção. A taxa de lucro é a que os capitalistas usam em seus cálculos cotidianos. O conceito relaciona a mais-valia ao capital total: o fato de que a força de trabalho é a fonte da mais-valia (lucro) fica oculto. *Parece* como se o capital constante investido nos meios de produção fosse também responsável por criar valor e mais-valia, exemplo do fetichismo do capital, do modo como a economia capitalista leva a acreditar que as relações sociais, são, de algum modo, governadas por objetos físicos - valores de uso e a maquinário. Seu papel social e ideológico é justificar a existência do lucro capitalista.

A taxa de lucro difere de indústria para indústria e de setor para setor, dependendo das condições de produção predominantes, determinadas pela *composição orgânica de capital*, a razão recíproca do capital constante ao capital variável, que reflete (em termos de valor) o montante de maquinário, matérias-primas e tudo que é necessário para produzir uma dada mercadoria em relação à força de trabalho necessária. Isto é, de fato, uma medida da produtividade do trabalho. Pois quanto mais eficiente a força de trabalho, mais o trabalhador produzirá com um determinado maquinário, mais matérias-primas serão utilizadas pelo trabalhador, e assim por diante. Quanto mais alta for a produtividade do trabalho, maior é a composição orgânica do capital.

Os capitais se deslocam constantemente à procura de taxas de lucro mais elevadas: "Esse incessante fluxo e influxo", através do qual o capital é constantemente redistribuído entre as diferentes esferas de produção, dependendo da sua relativa lucratividade, continua até que "ele crie tal razão de oferta e procura, que o lucro médio nas esferas de produção se torne o mesmo, e os valores sejam convertidos em preços de produção". O equilíbrio é alcançado quando os preços de diferentes bens se situam em níveis que possibilitem a cada capital a mesma taxa de lucro, como se toda a mais-valia extraída dos trabalhadores, em todos os

empregos, fluísse para um único fundo comum, do qual os capitalistas tirassem lucros em proporção às somas de seus investimentos.

A origem da mais-valia é desse modo mistificada mais ainda, já que os lucros obtidos por cada capitalista não parecem possuir qualquer relação com o montante de trabalho realizado pelos trabalhadores. "Todos esses fenômenos parecem contradizer a determinação do valor pelo tempo de trabalho. Assim, tudo aparece invertido em condições de competição". O problema da transformação dos valores em preços de produção surge somente ao se considerar as diferenças entre capitais. É somente quando se considera a esfera de muitos capitais, e a concorrência entre eles, que é obrigado deixar de lado a suposição de que as mercadorias são trocadas pelos seus valores respectivos. Isso é necessário se quisermos "encontrar e expor as formas concretas que surgem do processo de movimento do capital considerado como um todo".¹⁴⁰¹ Só é possível fazer isso com sucesso, porém, graças à abstração inicial, a de presumir que as mercadorias são trocadas pelos seus valores, suposição necessária para analisar o "capital em geral".

Desvendando a inversão ideológica provocada pela concorrência, no Livro III de *O Capital* Marx tratou da "lei da queda tendencial da taxa de lucro", que determina o *limite* da acumulação capitalista. A tendência decrescente da taxa de lucro "alimenta a sobreprodução, a especulação, as crises, a existência de capital excedente junto a uma população excedente", e revela "que o regime de produção capitalista tropeça no desenvolvimento das forças produtivas com um obstáculo que não guarda a menor relação com a produção da riqueza enquanto tal. Este peculiar obstáculo evidencia precisamente a limitação e o caráter puramente histórico, transitório, do regime capitalista de produção": "Embora vários fatores possam, temporariamente, neutralizar essa tendência, eles operam dentro de limites estreitos, de modo que a queda, ao longo do século, da taxa de lucro surge como a *tendência dominante*".¹⁴⁰²

O aumento da *composição orgânica do capital* no processo de acumulação capitalista é reflexo do aumento da produtividade. Ele deriva do diferencial do crescimento de c em relação a v e significa que a mesma quantidade de trabalhadores põe em marcha um maior volume de *meios de produção*. Ou, o que é equivalente, que existe uma redução do número de trabalhadores em relação aos *meios de produção* sobre os quais eles atuam. A chave para o entendimento do fenômeno da *lei da tendência declinante da taxa de lucro* tem, no aumento da *composição orgânica do capital* - que é tendência dominante no desenvolvimento capitalista - seu elemento crucial. Marx classificou a *tendência para a queda da taxa de lucro* como a lei fundamental para o entendimento crítico do capitalismo. A contradição se deve ao fato de que cada capitalista, agindo individualmente, na busca de maximizar seu lucro próprio, aciona uma série de mecanismos que levam à queda tendencial da *taxa média de lucro*. Se o funcionamento normal do sistema capitalista acarreta o declínio da *taxa de lucro*, tem-se que no próprio processo de acumulação capitalista se engendram as limitações do modo de produção. Simultaneamente ao desenvolvimento das forças produtivas se gesta o primordial componente de sua extinção.

A inovação no processo produtivo é buscada pelo capitalista individual uma vez que, no contexto de competição intercapitalista, o aumento da produtividade do trabalho - e o conseqüente barateamento das mercadorias - assegura não só uma renda extraordinária como também maior espaço no mercado ao capitalista que introduziu o novo maquinário. Assim, o aumento da *composição orgânica do capital* individual, que depois se converte em aumento da *composição orgânica do capital* como um todo no processo produtivo social, é o resultado esperado da busca de maximização da *taxa de lucro* individual pelo capitalista. O aumento da *composição orgânica do capital* significa o aumento do *capital constante* proporcionalmente

¹⁴⁰¹ Karl Marx. *O Capital*. Livro III, Vol. 1.

¹⁴⁰² Tom Bottomore. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988, p. 88.

ao aumento da *força de trabalho* no processo produtivo. Daí é fácil inferir que o denominador da *taxa de lucro* (C) aumente mais rapidamente do que o seu numerador, a massa de *mais-valia* (M). Ou seja, considerando-se a *taxa de lucro* (π) como a relação da massa de *mais-valia* com o capital global adiantado pelo capitalista, se observa que esta cai à medida que o *capital constante* é utilizado de maneira mais intensiva do que o *capital variável* no processo produtivo.

Da motivação do capitalista individual para abocanhar uma porção maior do excedente econômico geral resulta o uso mais intensivo de maquinário. Isto se reflete no aumento da *composição orgânica do capital* socialmente considerado e conseqüentemente na queda geral da *taxa de lucro*. Aqui se constata a contradição básica do modo de produção capitalista: da motivação individual de cada capitalista se aciona um mecanismo que atinge o objetivo primordial do modo de produção, se sabota a valorização crescente e contínua do capital. No interior deste modo de produção se inocula aquilo que é a negação deste, sua própria restrição, pois a queda da taxa de lucro é equivalente à queda da rentabilidade do capital que mina as bases da acumulação capitalista: “O progressivo decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante, gera, uma composição orgânica crescentemente superior do capital global, cuja consequência imediata é que a taxa de mais-valia com grau constante e até mesmo crescente da exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro em queda contínua”.¹⁴⁰³

Antes de Marx, ninguém conseguira expor os limites da produção capitalista como algo que lhe fosse imanente, e lhe denunciasse a historicidade e transitoriedade: a auto expansão do capital possui contradições incuráveis e intransponíveis: “O verdadeiro limite da produção capitalista é o próprio capital, isto significa que o capital e o aumento do seu valor surgem como o ponto de partida e o termo, a causa e a finalidade da produção. A produção não passa de uma produção para o capital e não o contrário; os meios de produção não são apenas meios para alargar constantemente o processo vital da sociedade dos produtores, os limites fora dos quais não se pode realizar a conservação e o aumento do capital - valor - assente na expropriação e no empobrecimento de vastas massas de produtores, e entram constantemente em conflito com os métodos de produção aos quais o capital recorreu para atingir os seus fins, métodos que continuam o alargamento ilimitado da produção que reduzem esta última a ser a sua própria finalidade, e que também tendem para o desenvolvimento absoluto da produtividade social do trabalho. O meio – o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas - entra em conflito permanente com a finalidade – o crescimento do valor do capital existente”.¹⁴⁰⁴

A lei da tendência decrescente da taxa de lucro não era estritamente uma “descoberta” marxiana, pois fora antevista pelas escolas do pensamento econômico prévias a Marx (David Ricardo, por exemplo, com sua análise da tendência histórica para o estágio econômico estacionário). Seria possível, com base nisso, afirmar que Marx “elaborou sua teoria da decrescente cota de benefícios baseada no princípio da crescente composição orgânica do capital (no entanto) no tomo III *d’O Capital* esta teoria está indissolúvelmente mesclada com a teoria do baixo consumo (sendo que) ambas as ordens de ideias não são colocadas em uma relação clara”?¹⁴⁰⁵

Somente a partir de uma leitura pouco atenta. Dos esquemas de reprodução do capital, só poderíamos deduzir crises cíclicas que periodicamente perturbariam a acumulação de capital. A crise, considerada como manifestação da tendência para o colapso do sistema, surge na análise teórica quando se observam as potencialidades dos resultados do progresso técnico, e sua influência sobre a queda tendencial da taxa de lucro. A incompreensão dessa lei está

¹⁴⁰³ Karl Marx. *O Capital*. Livro III.

¹⁴⁰⁴ Karl Marx. *Op. Cit.*

¹⁴⁰⁵ Joan Robinson. *Ensayo sobre la Economía Marxista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1942, p. 60.

geralmente vinculada à sua discussão com base nas categorias vulgares de “preço” e “lucro” que são “uma forma transmutada derivada da mais-valia... uma forma burguesa, na qual se apagaram as marcas de sua origem”. Sob essas formas, a lei do valor continua imperando, mas “desaparece” da superfície dos acontecimentos, onde a *mais-valia* e o *valor* foram ocultos pelo *lucro* e pelos *preços*.

Ao capitalista, no entanto, o cálculo de preços é o único que lhe parece válido, e deixa para os que queiram perder seu tempo as especulações teóricas, as noções de “fonte de valor”, “origem da mais-valia” etc. Ele e os “economistas” ao seu serviço só estão preocupados com o lucro. Mas o fato de não saber onde este lucro tem origem lhe reserva as maiores surpresas. Certamente, “seria um achatamento inimaginável da teoria marxista lhe atribuir a derivação das leis de movimento e desenvolvimento da sociedade burguesa só do setor da produção e das suas contradições e lutas, prescindindo do processo de circulação e das formações que resultam da síntese dos dois setores no processo completo”.¹⁴⁰⁶ Não só isso: também deve ser levada em conta a *multiplicidade dos capitais*, a forma *concreta* de existência do capital, sob pena de eliminar as contradições *reais* do capital através de uma “robinsonada” (a elaboração de uma teoria econômica partindo da suposta existência de um único capital).

Vejamos o funcionamento da lei através de exemplos matemáticos. Para o capitalista individual existe uma maneira simples de burlar a taxa média de lucro e obter um lucro superior (o que é forçado a fazer antes que outro o faça em seu lugar e o tire do mercado): reduzir *os custos de produção* e continuar vendendo conforme os preços determinados pela taxa média de lucro. Para isso, deverá aumentar a *produtividade do trabalho*, com o que reduzirá o custo de cada mercadoria produzida. Mas, para conseguir isso é necessário investir em novas máquinas, mais aperfeiçoadas, e com isso não fará mais do que aumentar a proporção do *capital constante* em relação ao *capital variável*.

Os outros capitalistas, alarmados pela audácia de seu adversário, farão a mesma coisa; isso se não se retirarem, vencidos, do mercado. O resultado final do movimento *total* será que no conjunto de um ramo de produção, ou no conjunto da economia, terá se alterado a relação entre *capital variável* e *capital constante* a favor deste último. Sabemos que a mais-valia provém do trabalho vivo, é equivalente à parte variável do capital (salários) e isso não deixa de ter consequências para a *taxa média de lucro*. Esta é igual a $1 = m / (c + v)$ ou, o que é o mesmo, m / K , sendo K a totalidade dos capitais investidos ($c + v$). Imaginemos várias situações nas quais aumentou c (capital constante) e uma taxa de mais-valia (de exploração) igual a 100%:

$$\text{Se } c = 50, v = 100, m = 100 \text{ } 1' = 100 / 150 = 67\%$$

$$\text{Se } c = 100, v = 100, m = 100 \text{ } 1' = 100 / 200 = 50\%$$

$$\text{Se } c = 200, v = 100, m = 100 \text{ } 1' = 100 / 300 = 33\%$$

$$\text{Se } c = 300, v = 100, m = 100 \text{ } 1' = 100 / 400 = 25\%$$

Com igual capital variável e idêntico grau de exploração, o aumento de capital constante (ou, o que é o mesmo, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social) produziu uma *queda da taxa média de lucro, 1'*, que evoluiu, no exemplo imaginado, de 67% para 25%. Note-se que o capital variável (ou seja, o número de operários empregados) e a mais-valia poderiam até serem aumentados, sem que isso impedisse a taxa de lucro de baixar. Com os mesmos números do exemplo anterior:

$$\text{Se } c = 50, v = 100, m = 100 \text{ } 1' = 100 / 150 = 67\%$$

$$\text{Se } c = 100, v = 150, m = 150 \text{ } 1' = 150 / 250 = 60\%$$

Ou seja, teria aumentado a *massa* de lucro, mas baixado a *taxa* de lucro, isto é, do lucro obtido por unidade de capital investida: “A massa absoluta de lucro pode aumentar então, e fazê-lo de forma progressiva, apesar da baixa também progressiva de lucro. Este não só pode ser o

¹⁴⁰⁶

Karl Korsch. *Op. cit.*

caso. *Deve sê-lo sobre a base da produção capitalista*".¹⁴⁰⁷ O objetivo dos capitalistas em seu conjunto (o rendimento do capital investido) seria cada vez menor, embora pudessem obter, individualmente (através da concorrência) um aumento da massa do lucro.

Como o aumento do capital constante - o aumento da produtividade do trabalho - é o único meio ilimitado que cada capitalista dispõe para aumentar seus lucros e vencer na concorrência com outros capitalistas (antes de ser vencido por estes),¹⁴⁰⁸ tudo isso significa que o interesse de cada capitalista encontra-se em contradição com o interesse do capital em seu conjunto, já que o aumento do lucro individual provoca uma queda do lucro do conjunto do capital. Ao incrementar a produtividade do trabalho, o capitalista individual se beneficia com um aumento da *mais-valia relativa*, mas o capital social se ressentido da queda da taxa de lucro. Para chegar a esse resultado, o capitalista individual aumenta o capital constante em relação ao variável, sendo que "a taxa de lucro está em proporção inversa ao aumento da mais-valia relativa ou do sobretrabalho relativo, ao desenvolvimento das forças produtivas e, ao mesmo tempo, à magnitude do capital empregado na produção como capital constante. Quanto mais cresce a mais-valia relativa - a força criadora do valor, própria do capital - tanto mais cairá a taxa de lucro".

Assim, o resultado *objetivo* de todas as ações dos capitalistas visando aumentar a quantidade de mais-valia e superar seus concorrentes é reduzir a *taxa geral de lucro*: "Nenhum capitalista jamais introduz voluntariamente um novo método de produção, não importa o quão produtivo ele possa ser e o quanto ele possa aumentar a taxa de mais-valia, supondo que ele reduz a taxa de lucro. Contudo cada novo método de produção barateia as mercadorias. Portanto o capitalista vende-as originalmente por um valor maior que os seus preços de produção, ou, talvez, acima do seu valor. Ele embolsa a diferença entre seus custos de produção e os preços de mercado das mesmas mercadorias produzidas com custos de produção mais elevados. Ele pode fazer isso porque seu método de produção está acima da média social. Mas a concorrência torna-o geral e sujeito à lei geral. Segue-se uma queda na taxa de lucro - talvez primeiro nessa esfera de produção, que finalmente atinge um equilíbrio com o resto - que ocorre, portanto, de modo totalmente independente da vontade do capitalista".

Em resumo, a maior produtividade do trabalho, que reflete o crescente poder do trabalho social sobre a natureza, toma a forma, no interior das relações de produção capitalistas, de uma crescente composição orgânica de capital, e por isso de uma taxa de lucro decrescente. É este processo que subjaz às crises econômicas: "A crescente incompatibilidade entre o desenvolvimento produtivo da sociedade e as relações de produção existentes se expressa em contradições mais amargas, crises, espasmos". O objetivo (o móvel) do capital tende desse modo para sua autodestruição: o lucro *tende para zero*, o *capital tende a abolir a si mesmo*: "Na medida em que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza efetiva torna-se menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregado, assim como dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que por sua vez não guarda nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas depende muito mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção".

O tempo de trabalho (que, como sobretrabalho apropriado pelo capital, é a fonte única e exclusiva da mais-valia) deixa crescentemente de ser a medida do valor, quanto mais aumenta a produção (de qualquer tipo), o capital social total e a composição orgânica do capital: "A crescente composição técnica do capital se reflete, em termos de valor, no aumento de sua composição orgânica. A dinâmica da acumulação, governada pelo afã de ampliar os lucros, mina esse processo estreitando a base da acumulação, cuja fonte de progresso é o uso de

¹⁴⁰⁷ Karl Marx. *O Capital*. Livro III, vol. 3.

¹⁴⁰⁸ O aumento da mais-valia absoluta (alongamento da jornada, ou aumento da intensidade, do trabalho) esbarra nos intransponíveis limites físicos do trabalhador ou da própria duração da jornada.

trabalho vivo, a exploração de trabalho assalariado. Ao se multiplicarem o número de bens enviados ao mercado com possibilidades decrescentes de gerar lucros, aumentam as dificuldades para valorizar o capital. Fica assim evidente que a nova composição orgânica do capital, resultante da acumulação, não faz aumentar o benefício o suficiente para prosseguir a acumulação sob as condições de produção dadas ou, o que é a mesma coisa, que foi acumulado demasiado capital em relação à taxa de exploração existente”.¹⁴⁰⁹

A lei que assim o comprova, segundo Marx, “é, do ponto de vista histórico, a lei mais importante (da economia). Dessa forma, torna-se evidente que a força produtiva material já disponível e elaborada, existente sob a forma de capital, tal como a ciência, a população etc. em suma, as condições para a reprodução da riqueza, ou seja, o rico desenvolvimento do indivíduo social; que o progresso das forças produtivas, motivado pelo capital em seu desenvolvimento histórico, uma vez que chega a determinado ponto, *anula a autovalorização do capital ao invés de impulsioná-la*”. Essa lei, no entanto, não se cumpre de modo *absoluto*, mas *tendencialmente*, como todas as leis econômicas: “Na teoria pressupõe-se que as leis do modo capitalista de produção se desenvolvem de maneira pura. Na realidade, sempre há apenas uma aproximação; mas essa aproximação é tanto maior quanto mais desenvolvido for o modo capitalista de produção e quanto mais tenha eliminado sua contaminação e amálgama com restos de situações econômicas anteriores”.¹⁴¹⁰ Marx enumerou uma série de causas que contrabalançam a lei principal (“As mesmas influências que produzem uma tendência para a queda da taxa de lucro, também fazem surgir os contra efeitos que dificultam, retardam e paralisam parcialmente essa queda”):

1. *Aumento do grau de exploração do trabalho*: em nosso caso, isso ocorreria se passássemos da primeira situação exemplificada acima ($c = 50$, $v = 100$, $m = 150$, $1' = 67\%$) para outra, na qual: $c = 100$, $v = 100$, $m = 150$ e, portanto, $1' = 75\%$. Aumentou o capital constante, no entanto, a mais-valia aumentou em uma proporção tal que compensou o aumento de capital constante e, ainda, a taxa de lucro cresceu. Sabemos, porém, que o aumento da mais-valia tem um limite (o da própria jornada de trabalho, uma parte da qual será consagrada à reprodução do operário) e, além disso, “posto que as mesmas causas que elevam a taxa de mais-valia (o grau de exploração do trabalho) tendem a reduzir a força de trabalho empregada por um dado capital, assim tendem essas mesmas causas a diminuir a taxa de lucro”: “A tendência à queda da taxa de lucro está estritamente ligada a uma tendência ao aumento da taxa de mais-valia. Nada é mais absurdo, por essa razão, do que explicar a queda da taxa de lucro por um aumento da taxa de salários, embora isso possa ser o caso de alguma exceção. A taxa de lucro não cai porque o trabalho se torna menos produtivo, mas porque se torna mais produtivo. Tanto o aumento na taxa de mais-valia como a queda na taxa de lucro não são senão formas específicas através das quais a crescente produtividade do trabalho é expressa no capitalismo”.

2. *Redução do salário abaixo do seu valor*: ocorre da mesma *forma* que a anterior, também com limites precisos: os operários não podem morrer de fome, e também se organizam para que o capital não os condene a tal sorte. Esse fator só pode operar de modo temporalmente limitado, por exemplo através da redução dos salários para o limite da sobrevivência biológica da força de trabalho, pois sua extensão indefinida comprometeria a própria reprodução da força de trabalho, que é parte da reprodução do próprio capital.

3. *Barateamento dos elementos do capital constante*: ainda que este aumente em volume, pode ser que seu valor se mantenha constante e também a sua proporção em relação ao capital variável (por exemplo, quando um ramo produtivo de um país metropolitano começa a importar matéria prima mais barata de um país atrasado e/ou colonial ou semicolonial). Uma

¹⁴⁰⁹ Pablo Heller. Tasa de ganancia y descomposición capitalista. *En Defensa del Marxismo* n° 30, Buenos Aires, abril 2003.

¹⁴¹⁰ Karl Marx. *O Capital*. Livro III, vol. 3, assim como as citações precedentes e as imediatamente sucessivas.

produtividade crescente no Setor I, o da produção dos meios de produção, significa que o valor do edifício, maquinário e dos elementos que formam o capital constante, cairia: "Com o crescimento na proporção do capital constante ao capital variável, cresce também a produtividade do trabalho, as forças produtivas trazidas à existência, com as quais o trabalho social opera. Todavia, como resultado dessa crescente produtividade do trabalho, uma parte do capital constante existente é continuamente depreciada em valor, pois seu valor depende, não do tempo de trabalho que ela custou originalmente, mas do tempo de trabalho com o qual pode ser reproduzida, e este está continuamente diminuindo tanto quanto cresce a produtividade do trabalho".

A obsolescência do capital "fixo" se acelera acompanhando a aceleração da acumulação capitalista, provocando sua destruição antes da amortização. A destruição de capital é, durante as crises, literal - máquinas enferrujam, estoques de bens apodrecem ou são destruídos. Mas os preços em queda também destroem uma grande parte do valor dos meios de produção: "A destruição de capital através das crises significa a depreciação de valores, a qual os impede de renovar seu processo de reprodução como capital na mesma escala". É através das crises econômicas que o valor do capital constante é equiparado, não com o tempo de trabalho originalmente gasto para produzi-lo, mas com o que custaria nas novas condições produtivas para reproduzi-lo. Dessa maneira, a composição orgânica de capital é reduzida, e a taxa de lucro se recupera.

4. *Superpopulação relativa*: ela permite abrir novos ramos produtivos com menor composição orgânica de capital, ou seja, com maior proporção de capital variável do que constante, o que eleva a taxa de lucro média em todos os ramos. A acumulação de capital implica na constante expulsão de trabalhadores da produção, o que Marx chamou de "superpopulação relativa". Não é, como Malthus e seus seguidores postulavam, que existem mais pessoas do que alimentos para mantê-los vivos: existem mais pessoas do que o capital necessita, o excedente de força de trabalho é privado dos salários de que os trabalhadores dependem para a sua existência. A economia capitalista gera, como vimos, um "exército industrial de reserva" de trabalhadores desempregados, que cumpre um papel crucial no processo de acumulação. Os desempregados não proporcionam somente uma reserva de trabalhadores que podem ser lançados a novos ramos ou células de produção. Eles também ajudam a impedir que os salários aumentem demais.

5. *Comércio exterior*: o comércio entre países industriais, e entre estes e as colônias e semicolônias, tende a baratear tanto o capital constante (incluídas as matérias primas) como também o capital variável (a produção e reprodução dos operários) através, por exemplo, da importação de alimentos ou vestimentas mais baratos/as. Nessa medida, baixa o valor do capital constante e/ou do capital variável, e aumenta a taxa de mais-valia.

O conjunto das causas enumeradas tem limites precisos e opera como um alento para a expansão do capital. Na medida em que essas causas de contra tendência atuam, porém, a própria lei da queda tendencial da taxa de lucro tende a atuar mais vigorosamente, e melhor atua como uma tendência que não tem outro limite além da própria abolição do capital: "A tendência [do capitalismo] é sempre, por um lado, a de criar tempo disponível e, por outro, a de convertê-lo em sobretrabalho. Se consegue o primeiro demasiado bem, experimenta uma sobreprodução, e então se interrompe o trabalho necessário, porque o capital não pode valorizar mais sobretrabalho algum. Quanto mais se desenvolve essa contradição, tanto mais evidente é que o crescimento das forças produtivas já não pode estar confinado à apropriação do sobretrabalho alheio, mas que a própria massa operária deve apoderar-se de seu sobretrabalho".¹⁴¹¹

Os problemas encontrados pela discussão dessa lei remontam ao próprio Marx. Um dos problemas que emanam dos esquemas de reprodução do capital (a desproporção entre os

¹⁴¹¹ Karl Marx. *Introdução à Crítica da Economia Política*, ed. cit.

dois departamentos básicos da produção) pode ser assim descrito: se os capitalistas do departamento (ou setor) I decidem diminuir o consumo improdutivo de sua mais-valia com o objetivo de incrementar a parcela destinada à acumulação, decrescerá a demanda destes por bens de consumo produzidos no departamento II, o qual terá que diminuir a sua produção fazendo, simultaneamente, reduzir a sua demanda pelos meios de produção gerados no departamento I: uma crise paralisa então a acumulação. Uma das saídas provisórias imaginadas para esse problema foi a conquista de mercados externos, que permitiria realizar a mais-valia acumulada, mas não resolveria o problema dos bens de consumo invendáveis.

Outro elemento contraditório no processo de acumulação é o aumento da composição orgânica do capital. O excesso de capitais que podem operar sob certa taxa de lucro se expressa para os operários como um excesso de pobreza que os impede de participar da riqueza. As crises de sobreprodução manifestam a existência de um capital excedente para uma tendência decrescente da taxa de lucro. As crises são o modo convulsivo pelo qual o capital tenta colocar um freio a essa tendência e reconstituir uma situação de equilíbrio (uma taxa de lucro “aceitável”). Depreciado o capital, liquidada uma parte deste sob a forma de mercadorias invendáveis (máquinas ou artigos de consumo) que se estragam ou são jogadas fora, é possível encontrar uma nova relação entre o capital constante e o capital variável, e reconstituir a taxa de lucro para um novo ciclo de acumulação. O processo de acumulação recomeça, mas para dar lugar mais adiante a uma crise ainda mais profunda, pela maior magnitude (em volume e em valor) do capital existente. O que falta não são condições sociais para absorver os produtos, para satisfazer as necessidades da população: estamos bem longe da satisfação real de todas as necessidades das massas. O que falta são condições *capitalistas* para que os produtos-mercadorias sejam vendidos a *preços* que garantam lucro aos capitalistas que os fizeram produzir. A subprodução se apresenta, no capitalismo, como *sobreprodução generalizada* de mercadorias.

O que a crise expressa, considerada historicamente? “A partir de certo momento, o desenvolvimento das forças produtivas torna-se um obstáculo para o capital; portanto, a relação do capital torna-se uma barreira para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Em agudas contrações, crises, convulsões, se expressa a crescente inadequação do desenvolvimento produtivo da sociedade e suas relações de produção vigentes. A violenta aniquilação do capital, não por circunstâncias alheias a ele mesmo, mas como condição de sua auto conservação, é a forma mais contundente na qual se lhe dá o conselho de que se vá embora e dê lugar para um estágio superior de produção social”.¹⁴¹² E, em resumo: “O aumento da produtividade do trabalho é sinônimo de: a) Aumento da mais-valia relativa, ou do tempo de mais-valor relativo que o operário cede ao capital, b) Diminuição da parte do capital que em geral se troca por trabalho vivo, em relação à parte que participa no processo de produção como trabalho objetivado e valor pressuposto. A taxa de lucro é, por isso, inversamente proporcional ao aumento da mais-valia relativa, ao desenvolvimento das forças produtivas e à magnitude do capital empregado na produção sob a forma de capital constante... Na mesma relação na qual, no processo de produção, o capital como capital ocupa um espaço maior em relação ao trabalho imediato, quanto mais cresce a mais-valia relativa - isto é, a força criadora do valor do capital - mais *cai a taxa de lucro*”.¹⁴¹³

Ou ainda: “A taxa de lucro cai - embora a taxa de mais-valia permaneça invariável ou cresça - porque, com o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, o capital variável diminui em relação ao capital constante. Aquele cai, não porque o trabalho é menos produtivo, mas porque é mais produtivo. Não porque o operário seja menos explorado, mas porque é mais explorado, seja porque a mais-valia absoluta cresce ou, se o Estado o impede, porque o valor

¹⁴¹² Karl Marx. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo, Edições Populares, sdp. p.122.

¹⁴¹³ Karl Marx. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. México, Siglo XXI, 1987.

relativo do trabalho diminui, crescendo a mais-valia relativa, o que é idêntico na produção capitalista”. O *mesmo motivo* provoca a sobreprodução: “Todo o processo da acumulação deságua assim em *sobreprodução*, que corresponde por um lado ao natural aumento da população, e pelo outro constitui a base imanente dos fenômenos que se manifestam na *crise*. A medida da superprodução é o próprio *capital*, o nível das condições da produção, e a desmedida impulsão ao enriquecimento e à capitalização dos capitalistas, não o consumo, que *a priori* é limitado, porque a maioria da população “a operária” não pode aumentar seu consumo senão dentro de limites muito estreitos, e por outro lado, na medida em que o capitalismo se desenvolve, a procura de trabalho diminui *relativamente*, embora cresça *absolutamente*”.¹⁴¹⁴

Os três fragmentos citados correspondem a textos diferentes de Karl Marx. Acumulação, sobreprodução, crise e queda tendencial da taxa de lucro são faces diversas da mesma moeda ou “queda da taxa de lucro e aceleração da acumulação são só expressões diversas de um mesmo processo, ambos indicando o desenvolvimento da força produtiva. A acumulação acelera a queda da taxa de lucro, ao causar a concentração do trabalho em grande escala e, em consequência, uma composição superior do capital. Por outro lado, a diminuição da taxa de lucro acelera a concentração de capital, sua centralização via expropriação dos pequenos capitalistas, dos produtores diretos sobreviventes que conservem alguma coisa a ser expropriada. A acumulação como massa se acelera, enquanto a taxa de acumulação diminui junto à taxa de lucro”.¹⁴¹⁵

A vinculação orgânica da queda tendencial da taxa de lucro à sobreprodução de capital e à crise, se encontra exposta de maneira mais clara e desenvolvida em *O Capital*, derivada da lei geral da acumulação do capital: “A diminuição do capital variável em relação ao capital constante, determina uma composição orgânica crescente do capital total, resultando daí que quer o grau de exploração do trabalho permaneça inalterável, quer aumente, a taxa da mais-valia se exprime numa taxa geral de lucro sempre decrescente (manifesta-se de uma forma tendencial e não absoluta). A *tendência permanente para a diminuição da taxa geral do lucro* é apenas a expressão do desenvolvimento progressivo da produtividade social do trabalho, *expressão que corresponde ao modo de produção capitalista...*

“Uma mesma taxa de mais-valia, mantendo-se inalterável o grau de exploração do trabalho, exprime-se numa taxa de lucro decrescente, porque o aumento das dimensões materiais do capital constante é acompanhado por um aumento do valor deste último e, por conseguinte, embora não nas mesmas proporções, também do capital social. Se admitirmos que esta modificação gradual na composição do capital se efetua não só em alguns ramos da produção, mas em quase todos, ou pelo menos nas esferas determinantes da produção, que deste modo equivale a uma modificação da composição orgânica média do capital total pertencente a uma determinada sociedade, semelhante crescimento progressivo do capital constante relativamente ao capital variável, tem, como consequência inevitável, uma diminuição gradual da taxa geral do lucro, se a taxa de mais-valia ou o grau de exploração do trabalho pelo capital se mantiver invariável”.

As crises econômicas capitalistas, para além de suas causas imediatas (ou deflagradoras), “apresentam-nos sempre uma solução temporária e violenta das condições existentes, das explosões violentas que restabelecem por um instante o equilíbrio perturbado... A contradição pode exprimir-se sob a sua forma mais geral da seguinte maneira: o modo de produção capitalista tem tendências a desenvolver de uma forma absoluta as forças produtivas, independentemente do valor da mais-valia que este último contém, independentemente das relações sociais dentro das quais a produção capitalista se efetua. Enquanto, por um lado, põe como finalidade a conservação do valor capital existente e o seu máximo crescimento possível

¹⁴¹⁴ Karl Marx. *Teorias sobre a Mais-Valia*. São Paulo, Difel, 1985.

¹⁴¹⁵ *Idem*.

(isto é, o aumento cada vez mais rápido desse valor). A característica específica deste modo de produção é o fato de se servir do valor capital existente como de um meio para aumentar esse valor ao máximo. Os métodos graças aos quais chega a este resultado acarretam a diminuição da taxa de lucro, a depreciação do capital existente e o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho à custa das forças produtivas já produzidas”.¹⁴¹⁶

A exposição de Marx sobre o comportamento da taxa média de lucro e sua queda sublinhou seu caráter tendencial, sua realização através de ciclos em que, apesar das tendências compensadoras, a tendência geral se impunha, por meio de crises cada vez maiores. O *locus* histórico da *realização* da crise é o mercado mundial. A constituição do mercado mundial é a missão de desenvolvimento da produção social que o capital realiza historicamente; a crise no mercado mundial indica a maturidade das condições para a substituição daquele: “O mercado mundial constitui simultaneamente a premissa e a sustentação de tudo. As crises representam então o sintoma geral da superação da premissa, e a impulsão para o nascimento de uma nova forma histórica”. A teoria de Marx conectou todos os elos da corrente, do nascimento, desenvolvimento e extinção do modo de produção capitalista.

O desenvolvimento do capitalismo é *cíclico* exatamente pela sua tendência *permanente* para a crise (embora a própria crise não seja permanente): é a crise a que explica o ciclo, e não o contrário. A crise repõe as condições necessárias para um novo período de acumulação capitalista. Neste sentido, não se pode falar em crise permanente do capitalismo, mas de crise *periódica* em permanência. Isto acontece, de um lado, pela destruição de parte das forças produtivas, que leva a uma maior concentração econômica e industrial, uma vez que as empresas que operavam em desvantagem foram sancionadas pelo mercado, e ocorre também a redução da taxa do salário, comprimido pela depressão. De outro lado, pelo incremento da taxa da mais-valia a um nível tal que seja suficiente para compensar a queda da taxa de lucro.¹⁴¹⁷

Inicia-se, então, um novo ciclo de acumulação: “Na mesma medida em que se amplia, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, a magnitude e a duração da vida do capital fixo aplicado, prolonga-se por muitos anos, digamos 10 anos em média, para cada investimento particular, a vida da indústria e do capital industrial. Se o desenvolvimento do capital fixo, por um lado, prolonga esta vida, por outro a encurta por meio da revolução constante dos meios de produção, sempre intensificada com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Daí a mutação dos meios de produção, e a necessidade de sua constante substituição em virtude do desgaste moral, antes de se esgotarem fisicamente (...) Está claro que, em virtude desse ciclo de rotações conexas, que abarca uma série de anos e no qual o capital está preso por uma parte fixa, tornam-se uma base material para as crises periódicas em que os negócios passam por fases sucessivas de depressão, animação média, auge, crise. São bem diversos e díspares os períodos em que se aplica capital. Entretanto, a crise constitui sempre o ponto de partida de grandes investimentos novos que formam, do ponto de vista de toda a sociedade, com maior ou menor amplitude, uma nova base material para o novo ciclo de rotações”.¹⁴¹⁸

¹⁴¹⁶ Karl Marx. *O Capital*. Livro III.

¹⁴¹⁷ Em *Zwischen zwei Weltkriege?* (1936), Otto Bauer vinculou a queda da taxa de lucro à taxa de mais-valia: “Quando a taxa de mais-valia já não aumenta, ou não aumenta o suficientemente rápido como para compensar o aumento da composição orgânica do capital, começa a descender a taxa de lucro social. Tão logo os capitalistas descobrem que a taxa de lucro desce, que os dividendos das sociedades por ações começam a baixar, se apresenta o desastre financeiro. A crise é verificada apenas quando começa a descer a taxa de lucro, tão logo ela tem que descer devido a que o aumento da composição orgânica do capital não pode ser já compensado pelo aumento de mais-valia” (*apud* Natalie Moszkowska. *Contribución a la Dinámica del Capitalismo Tardío*. México, Passado y Presente, 1981, p.20).

¹⁴¹⁸ Karl Marx. *O Capital*. Livro III.

Vejamos outras controvérsias a esse respeito. A possibilidade de sair das crises através do crédito (já criticada por Marx em 1847, em *Miséria da Filosofia*) esquece que o capital-dinheiro nunca pode emancipar-se totalmente do capital-mercadoria, ou que “na fase de crise do ciclo industrial, a queda geral dos preços das mercadorias se expressa como aumento do valor relativo do dinheiro, e na fase de prosperidade, o aumento geral dos preços das mercadorias se expressa como queda do valor relativo do dinheiro”. Os máximos resultados que “o capital consegue, nessa linha, são de um lado o *capital fictício*, e de outro o crédito só como novo elemento de *concentração*, de dissolução dos capitais em capitais isolados e centralizadores”. O crédito, na verdade, “é também a forma na qual o capital procura diferenciar-se dos capitais isolados”, e na qual o caráter social da produção capitalista encontra sua expressão mais decidida. E “o capital puramente fictício, títulos de Estado, ações etc. - sempre e quando não leve à bancarrota do Estado ou às sociedades anônimas, ou não entorpeça em termos gerais a reprodução, minando o crédito dos capitalistas industriais que retém estes valores - não é mais que uma simples transferência de riqueza de umas mãos para outras e, em conjunto, se traduzirá em resultados favoráveis no que se refere à produção, já que os *parvenus* que adquirem por preço baixo estas ações ou títulos são, em geral, mais ativos e empreendedores do que aqueles que anteriormente os possuíam”.¹⁴¹⁹



Antonio Gramsci

No início do século XX, o filósofo italiano Benedetto Croce julgou criticamente a teoria econômica marxista, em especial a lei da queda tendencial da taxa de lucro,¹⁴²⁰ o que foi respondido por Antonio Gramsci: “(Croce) parte do pressuposto que cada progresso técnico determina imediatamente uma queda da taxa de lucro, o que está errado, pois *O Capital* afirma só que o progresso técnico determina um processo de desenvolvimento contraditório, um de cujos aspectos é a queda tendencial. Afirma levar em conta todas as premissas teóricas da economia crítica e esquece a lei do trabalho socialmente necessário. Esquece por completo a parte dessa questão abordada no I volume, o que o teria poupado toda uma série de erros, esquecimento tanto mais grave na medida em que reconhece que no III volume a seção dedicada à lei da queda tendencial é incompleta, só esboçada, uma razão peremptória para estudar tudo que o mesmo autor escreveu sobre o mesmo assunto em outros lugares”. A

¹⁴¹⁹

Karl Marx. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*, ed. cit.

¹⁴²⁰

Benedetto Croce. *Materialismo Histórico e Economía Marxista*. São Paulo, Centauro, 2011.

“dispersão” dos materiais marxistas a respeito era, inclusive, bem maior do que Gramsci poderia ter imaginado na década de 1930, quando redigiu essas linhas.

Gramsci concluía: “Toda lei em economia política só pode ser tendencial, o que se obtém isolando alguns elementos e ignorando as forças que a contrabalançam, só restando distinguir graus maiores ou menores de tendencialidade, que será óbvia até o ponto em que seja um caráter organicamente relevante, como nesse caso, em que a queda tendencial da taxa de lucro é apresentada como o aspecto contraditório de outra lei, a da produção da mais-valia relativa, em que uma tende a contrapor-se à outra com a previsão de que a primeira prevalecerá. Quando se poderá pensar que a contradição atingirá o nó górdio, insolúvel e requerente da intervenção da espada de Alexandre? Quando toda a economia mundial será capitalista com certo grau de desenvolvimento, quando então a fronteira móvel do mundo econômico capitalista terá chegado a suas colunas de Hércules. As forças compensadoras da lei tendencial, que se resumem na produção sempre maior de mais-valia relativa, têm limites, dados, por exemplo, tecnicamente pela extensão e a resistência elástica da matéria e socialmente da medida suportável de desemprego em determinada sociedade. A contradição econômica vira contradição política, e se resolve politicamente em uma práxis virada pelo avesso”.¹⁴²¹

Giulio Pietranera aprofundou a crítica marxista a Benedetto Croce, demonstrando o parentesco da sua crítica “burguesa” de Marx com a crítica “socialista” de Bernstein, Graziadei e outros teóricos do “capitalismo organizado”, com uma observação metodológica: “Para que o capital constante diminuísse em valor, depois do progresso técnico, seria necessário que este levasse a um aumento da produtividade e, portanto, diminuição do valor unitário, que repercutisse instantaneamente sobre a massa de capital investido com o novo equipamento técnico. Essa possibilidade de repercussão supõe, porém, a hipótese de uma economia que passasse, sempre instantaneamente, de um equilíbrio para outro (ou seja, que mudasse instantaneamente por equilíbrios sucessivos); a teoria marxista, no entanto, é ‘dinâmica’, e segue a queda tendencial da taxa de lucro através dos diversos estágios do desenvolvimento dinâmico (por equilíbrios sucessivos, mas divididos no tempo)”.¹⁴²² A tendência decrescente da taxa de lucro constituiu um fator *crônico* (estrutural) de desequilíbrio para a acumulação de capital.

¹⁴²¹ Antonio Gramsci. *Il Materialismo Storico e la Filosofia di Benedetto Croce*. Turim, Einaudi, 1953.

¹⁴²² Giulio Pietranera. *Capitalismo ed Economia*. Turim, Einaudi, 1966.

49. O LIMITE HISTÓRICO DO CAPITAL

A reprodução em escala ampliada e o fenômeno das crises estão separados na obra que Marx nos deixou, e separados também, para grande prejuízo do assunto, nos autores marxistas que o defendem ou o atacam (Fritz Sternberg, O Imperialismo)

A tendência decrescente da taxa de lucro alimenta a sobreprodução, a especulação, as crises, a existência de capital excedente junto a uma população excedente. Quais são as implicações históricas dessa tendência? Seus efeitos cumulativos perfazem uma tendência para a *extinção* do modo de produção capitalista, mas eles devem ser comprovados empiricamente. O debate sobre o *colapso* do capitalismo, iniciado com a publicação, em 1913, de *A Acumulação do Capital* de Rosa Luxemburgo, teve por efeito situar novamente a questão no centro da discussão teórica marxista. Foi Heinrich Cunow quem, em 1898 em *Die Neue Zeit* (órgão teórico da socialdemocracia alemã) formulou pela primeira vez uma teoria do colapso inevitável do capitalismo. Karl Kautsky, em 1906, num prefácio ao *Socialismo Utópico e Socialismo Científico* de Engels, anunciou a iminente “crise mortal” do sistema capitalista, para o qual “não existe agora nenhuma perspectiva de um sossego que possa abrir uma nova era de prosperidade com bases capitalistas”. Vejamos sinteticamente as grandes linhas do debate.

A queda tendencial da taxa de lucro tem um significado histórico para o capital. Com o avanço técnico, e o aumento da produtividade da força de trabalho, diminui, mantidas as condições postas, o valor unitário de cada mercadoria, *tendencialmente* até o limite matemático do uso de 100 % de capital constante (e de 0 % de capital variável); a produtividade (P) tende ao infinito ($P \rightarrow \infty$), implicando numa tendência para a produção de valores de uso destituídos de qualquer valor de troca, desaparecendo a escassez de produtos e, com isso, a lei do valor; considerando-se que o capital constante agregado a uma unidade de mercadoria também se reduz progressivamente;¹⁴²³ nessas condições cessariam de existir as bases da valorização do capital e do modo de produção correspondente. Tal tendência, real e constatável na depreciação do valor das mercadorias produzidas com uma base tecnológica que tende a dispensar a força de trabalho humana, e a desgastar muito lentamente o capital constante, não se realiza plenamente, ou de forma pura, porque a própria crise capitalista destrói forças produtivas, através de guerras, desastres não naturais e outros meios, ou recria formas antediluvianas de extração da mais-valia absoluta.

O capital, assim, não só possui contradições incuráveis, mas também traz em si seus próprios limites; não desaparece em si e por si mesmo, pois aquelas contradições podem condicionar tanto o recrudescimento bárbaro da dominação capitalista quanto a vitória da revolução proletária. As leis do capitalismo fazem com que seus *meios* (a perseguição do lucro) se tornem contraditórios com seu *fim* (a manutenção e elevação da taxa de lucro). Na lei exposta se expressa de modo desenvolvido a contradição da forma mais simples da riqueza capitalista (a mercadoria, valor de uso e valor) pois, criando a riqueza material (valores de uso) o capital vai minando as condições de criação da riqueza social (os valores, cuja fonte é o trabalho vivo, que tende a ser uma proporção cada vez menor do capital empregado na produção). Essa contradição vai se desenvolvendo em uma *tendência para o colapso*, que vai se realizando através de crises periódicas cada vez mais profundas do capitalismo. Essas crises expressam, periódica, recorrente e aprofundadamente, os *limites* do capitalismo. Enquanto para a grande maioria da sociedade se produz uma brusca queda do poder de compra que joga na miséria milhões de pessoas, para os capitalistas o problema consiste em ter produzido mercadorias demais, que não podem ser vendidas deixando um lucro razoável.

¹⁴²³ “Se, com a maior produtividade, tiver aumentado a massa de mercadorias, o mesmo ocorrerá com o seu número, ao passo que o preço da mercadoria singular terá baixado” (Karl Marx. *Capítulo VI Inédito d’O Capital*. Porto, Escorpião, 1975, p. 144).

No período histórico do qual nos ocupamos aqui, do ponto de vista político, a figura mais significativa do debate sobre as crises e o colapso capitalista foi a de Eduard Bernstein, que vinha publicando artigos sobre o tema no *Die Neue Zeit* desde 1896, dando forma definitiva ao “revisionismo” com a publicação, em inícios de 1899, dos *Pressupostos do Socialismo e as Tarefas da Socialdemocracia*. Partindo da afirmação de Marx no livro III de *O Capital* (“A última causa de todas as crises continua sendo sempre a pobreza e o consumo limitado por parte das massas, em comparação com a tendência da produção capitalista de desenvolver as forças produtivas de tal modo que somente o poder absoluto de consumo de toda a sociedade seja seu limite”), e isolando-a do restante da teoria marxista, Bernstein fez de Marx um partidário tardio da teoria do subconsumo de Sismondi e Rodbertus, considerando-o inadequado para o “novo” capitalismo, no qual “fenômenos de depressão local e parcial são inevitáveis: não porém uma queda geral, dada a organização e extensão atuais do mercado internacional, e principalmente a expansão da produção de meios de subsistência”.

A sobre acumulação do capital como causa motora das crises, e o aumento tendencialmente indefinido do capital constante como base dinâmica da tendência para a extinção do valor mercantil, não encontravam lugar nenhum na teoria bernsteiniana. Em 1899, no *Die Neue Zeit*, Heinrich Cunow afirmou que “se, como Bernstein reconhece, a situação atual é consequência da ampliação dos mercados nos últimos anos, a pergunta é: essa expansão extensiva e intensiva continuará do mesmo modo nos próximos anos? Este interrogante vincula-se a outro: esse desenvolvimento leva a um colapso? Sem dúvida, o poder aquisitivo de alguns mercados ainda pode aumentar: o Extremo Oriente, a África e a Oceania podem absorver uma quantidade de mercadorias superior à atual. Mas já se pode prever um limite certo, sobretudo porque já não estamos falando apenas da indústria e do capital financeiro da Inglaterra”.

Noutra vertente, um representante da corrente “marxista legal” russa, Mikhail Tugan-Baranovsky publicou em 1905 seus *Fundamentos Teóricos do Marxismo*, livro em que deu forma acabada à desvinculação do fim do capitalismo de qualquer tendência econômica objetiva: “A humanidade não terá o socialismo como um produto de forças econômicas cegas e elementares (mas) de um esforço consciente da humanidade, de uma conquista”. Tugan-Baranovsky teve como ponto de partida os esquemas de reprodução de Marx: levou ao extremo a separação entre produção e consumo, chegando à conclusão que, sob determinadas condições (mantidas as proporções entre os setores de bens de consumo e bens de produção), a substituição do trabalho humano pelo trabalho mecânico poderia se dar até o limite, reduzindo de forma radical o número de trabalhadores, o que resultaria, em primeiro lugar, na ausência de problemas com o consumo, e em segundo, na possibilidade da ausência de crises e na reprodução infinita do capitalismo.

Em síntese, Tugan-Baranovsky propôs que: 1) O sistema capitalista não enfrentaria problemas de realização da mais-valia e, portanto, poderia reproduzir-se de maneira ampliada de modo indefinido; 2) Posto que não existem problemas de realização, as crises e os desequilíbrios deveriam ser interpretados como simples “desproporções”; 3) Se o sistema se desenvolve indefinidamente, devem ser consideradas também falsas as outras teorias da crise contidas na obra de Marx, a saber, a teoria da baixa tendencial da taxa de lucro e a teoria do subconsumo.

A crítica básica a essa proposição foi que “os esquemas de reprodução ampliada de Marx demonstram a possibilidade de que o sistema exista e funcione, realizando a mais-valia produzida. Esses esquemas não podem ser isolados do conjunto de *O Capital*, em especial do Livro III, onde o tratamento da queda tendencial da taxa de lucro, a análise da concorrência e as considerações sobre a crise mostram em que sentido a reprodução ampliada da totalidade do capital social e, portanto, o próprio desenvolvimento do sistema, é ao mesmo tempo o desenvolvimento e a reprodução ampliada de todas as suas contradições”.¹⁴²⁴

¹⁴²⁴

Claudio Napoleoni. *Smith, Ricardo, Marx*. Rio de Janeiro, Graal, 1978, p. 299.

Tugan-Baranovsky teve uma influência decisiva em toda uma geração de economistas marxistas, ao deduzir o equilíbrio tendencial do capitalismo da modificação dos esquemas de reprodução ampliada de Marx (considerando os próprios esquemas como arbitrários): “Teria podido Marx desenhar as condições de equilíbrio da reprodução ampliada na hipótese de um modo de produção em constante mudança? Isto era impossível, e as tendências falhas de solução de Tugan-Baranovsky o confirmam. Logo que se introduz nos esquemas o fator do progresso técnico, as condições de equilíbrio se transformam em condições de desequilíbrio, e todos os esquemas que se possam construir para acompanhar o fenômeno não passariam de simples exercícios matemáticos, privados de todo conteúdo econômico”.¹⁴²⁵

Conrad Schmidt criticou Tugan-Baranovsky, lhe contrapondo o subconsumo como explicação das crises, afirmando no *Sozialistische Monatshefte* (1901) que “se fosse justa sua opinião segundo a qual toda superprodução deriva só do investimento não proporcional do novo capital, não se entenderia por que o capitalismo, como pensam Marx e os marxistas, cava-se a fossa com seu desenvolvimento. A miséria provocada pelas crises, se só fosse derivada da ausência de proporcionalidade das inversões, não deveria tornar-se mais aguda necessariamente com o desenvolvimento capitalista. As coisas se apresentam diversamente se a expansão da produção, além de riscos parciais de crise e até prescindindo deles, encontra um obstáculo, embora elástico, na procura de bens de consumo”.

A posição de Tugan-Baranovsky encontrou, no entanto, variados partidários. Para Otto Bauer, a anarquia da produção (a ausência de plano, no regime do capital) era a causa responsável pelas crises, que seriam sempre crises de desproporcionalidade. Em *Kapitalismus und Sozialismus nach dem Weltkrieg* (de 1931) afirmou: “Nenhum aperfeiçoamento das investigações sobre a conjuntura, das análises de mercado, da planificação no quadro de cada fábrica, pode estancar semelhante fonte, de onde emana uma enorme quantidade de elementos antieconômicos; pelo menos enquanto a própria sociedade não dirigir seus aparelhos produtivos e não regular sua renovação, ampliação e o próprio termo, com base num plano social, uniformemente repartido por cada ano e proporcionalmente redistribuído por cada um dos ramos da produção”. Radicalizando essa linha, a economista marxista polonesa Natalie Moszkowska sustentou, em *Das Marxsche System* (de 1929), que a queda tendencial da taxa de lucro simplesmente não existia, pois não era empiricamente evidente.¹⁴²⁶

Em 1924, Erich Preiser argumentou que, independentemente de citações isoladas, a estrutura interna da argumentação de Marx sobre as crises refere-se à queda da taxa de lucro, que decorre das contradições da reprodução do capital.¹⁴²⁷ Para demonstrar a possibilidade teórica de um equilíbrio *ad infinitum* do capitalismo (impossível na prática devido à inviabilidade política do “plano” no regime capitalista) Bauer construiu um esquema “que tende a demonstrar como pode haver um progresso inalterado da acumulação ainda no caso de um crescimento constante da composição orgânica do capital. Para consegui-lo, teve que ignorar uma das hipóteses fundamentais do esquema marxista, supondo que a única relação entre os departamentos I e II consistia no intercâmbio recíproco de produtos, e que o departamento II, estrangido pelas mudanças técnicas causadas pelo aumento da composição orgânica a se encontrar cada vez com um excedente de mercadorias, invista cada ano no departamento I uma soma correspondente ao valor desse excedente, de modo que o departamento I expanda

¹⁴²⁵ Roman Rosdolsky. *Genesi e Struttura del “Capitale” di Marx*. Bari, Laterza, 1975, p. 578.

¹⁴²⁶ Natalie Moszkowska. *Contribución a la Dinámica del Capitalismo Tardío*. México, Passado y Presente, 1981. Uma tentativa de quantificar historicamente a queda tendencial da taxa de lucro foi realizada pelo norte-americano Joseph Gillman (*La Baisse du Taux de Profit*. Paris. EDI, 1980) com resultados, segundo algumas opiniões, pouco convincentes.

¹⁴²⁷ *Nationalökonomie Heute*. Eine Einführung in die Volkswirtschaftslehre. Munique, C.H. Beck, 1992; cf. Detlef J. Blesgen. *Erich Preiser. Wirken und wirtschaftspolitische Wirkungen eines deutschen Nationalökonomens (1900-1967)*. Berlim, Springer, 2000.

sua produção, absorvendo no ano seguinte as mercadorias não vendidas do departamento II: assim, ambos os setores da produção social podem dilatar-se e acumular, sem que nunca se verifique uma discrepância nos valores dos produtos intercambiados, sem que o *perpetuum mobile* da acumulação capitalista sofra qualquer ameaça de parar”, o que foi chamado de “aplicação neo-harmonicista dos esquemas de Marx”.¹⁴²⁸

O máximo que seria possível afirmar, nessa linha de pensamento, é que a economia capitalista está em equilíbrio quando a produção de bens de produção suscita uma demanda de bens de consumo igual à demanda de bens de produção suscitada pela produção de bens de consumo, o que tem um valor puramente lógico. Em vários artigos na *Die Neue Zeit* de 1901-1902, Karl Kautsky atacou as teorias de Tugan-Baranovsky, lhes opondo um princípio metodológico: “Em várias passagens de *O Capital* Marx examinou algumas das causas das crises. É um erro, no entanto, pensar que essas passagens diversas tentam explicar o mesmo fenômeno. Quem vai fundo descobre que o que ele explica de modo diverso são fenômenos diversos. As crises periódicas são uma criatura do último século: nascem só depois que a produção de mercadorias desenvolveu em alto nível sua forma mais elevada, a capitalista”.¹⁴²⁹

Kautsky não atacou, porém, a “teoria da desproporcionalidade”, assinalando só que toda produção tem por objetivo final a produção de bens de consumo. O equilíbrio, em si, careceria de significado prático, pois “os capitalistas, e os trabalhadores que eles exploram, proporcionam, com o crescimento da riqueza dos primeiros e do número dos segundos, o que constitui certamente um mercado para os meios de consumo produzidos pela indústria capitalista; o mercado cresce, porém, menos rapidamente do que a acumulação de capital e o aumento da produtividade do trabalho. A indústria capitalista deve, portanto, procurar um mercado adicional fora de seu domínio nas nações não capitalistas e nas camadas da população em situação idêntica. Encontra tal mercado e se expande cada vez mais, porém não com a necessária velocidade... Dessa forma, cada período de prosperidade, que segue uma significativa ampliação do mercado, está destinado a uma vida breve, e a crise se torna seu fim necessário”.

Chegaria, então, uma época em que “a superprodução será crônica para todas as nações industriais. Mesmo então, os altos e baixos da vida econômica são possíveis e prováveis; uma série de revoluções técnicas, que desvalorizam a massa dos meios de produção existentes exigem a criação em larga escala de novos meios de produção, a descoberta de novos campos auríferos ricos, etc., podem mesmo então, durante certo tempo, estimular o ritmo dos negócios. Mas a produção capitalista exige uma expansão ininterrupta, rápida, para que o desemprego e a pobreza dos operários, de um lado, e a insegurança do pequeno capitalista, de outro, não atinjam a uma tensão extrema. A existência continuada da produção capitalista perdura mesmo nesse estado de depressão crônica, mas se torna completamente intolerável para a massa da população; esta é forçada a procurar uma saída da miséria geral, e só pode encontrá-la no socialismo”. Esboçada essa teoria de uma “depressão crônica” como futuro provável do capitalismo, “Kautsky foi pouco além da repetição dos conceitos de Marx sobre a dependência geral em que a produção está do mercado para os bens de consumo”.¹⁴³⁰

Um *outsider* dentro da socialdemocracia alemã, o russo Helphand (de codinome *Parvus*), apontou, no final do século XIX, a contradição entre o desenvolvimento do mercado mundial e dos monopólios e a sobrevivência dos Estados Nacionais e da concorrência internacional entre eles: “O mercado mundial tem seu próprio moto de expansão e queda, que não pode ser perturbado, alterado, dificultado ou acelerado pela política de um só Estado. Este movimento age sobre o desenvolvimento industrial de cada país de modo frutífero, embora paralisante, regulador, perturbador... Embora brechado, o mercado mundial progrediu com potência. O

¹⁴²⁸ Roman Rosdolsky. *Op. Cit.*

¹⁴²⁹ Karl Kautsky. *Teorie delle Crise*. Florença, Guaraldi, 1976.

¹⁴³⁰ Paul M. Sweezy. *The Theory of Capitalist Development*. Nova York, Monthly Review Press, 1956.

resultado é que a concorrência entre os países europeus deslocou-se a uma parte inteira do mundo. Para encarar esta enorme luta mundial, o livre comércio é uma condição *sine qua non* para a Europa Ocidental. O capital europeu não é só mesquinho com a sua classe operária, mas também na sua política comercial, perseguindo só objetivos fragmentados e momentâneos. Daí a rixa política interna. Europa sofre mais do que nunca da *Kleinstateerei*. Embora os Estados sejam maiores, seu valor histórico total supera as suas dimensões. É a maldição da tradição política. O livre comércio varrerá finalmente isso tudo, criando grandes complexos nacionais e conduzindo para os Estados Unidos da Europa”.

A contradição entre o desenvolvimento mundial das forças produtivas capitalistas e o estreito marco dos Estados nacionais era, para Parvus-Helphand, a forma em que a crise capitalista assumia dimensões mundiais. Ela não dizia respeito, porém, apenas aos “pequenos Estados” (*Kleinstateerei*), mas sobretudo aos grandes: a guerra “europeia” seria, por isso, a primeira guerra mundial. A tendência básica da crise do capital (a superprodução de mercadorias e capitais) tende a ser contrabalançada pela exportação de capitais: com o entrelaçamento crescente entre monopólios e Estado, a concorrência capitalista, no plano mundial, se transformava numa concorrência entre Estados e na sua decorrência lógica, a guerra.

Parvus captou a dinâmica da crise capitalista no mercado mundial, como *locus* específico da sua manifestação plena: “Existem momentos nos quais o desenvolvimento da economia capitalista amadureceu tanto em todos os terrenos –na técnica, no mercado monetário, no comércio, nas colônias- que deve verificar-se uma iminente expansão do mercado mundial, a totalidade da produção mundial é levada a uma nova base, muito mais ampla. Então se inicia um período de embate e luta (*Sturm und Drang*) para o capital. A mudança periódica de auge e crise não é suprimida por isso, porém o auge se desenvolve em uma progressão maior, a crise é mais aguda, porém de menor duração. Assim se segue até que as tendências do desenvolvimento acumuladas alcançam seu completo desenvolvimento. Então se produz a explosão mais aguda da crise comercial, que finalmente se transforma em depressão econômica. Esta está caracterizada por um retardo no desenvolvimento da produção, que encurta a magnitude do auge e seu espaço, porém estende, pelo contrário, a crise comercial, que ganha vigor. Quase se tem a impressão de que a produção já não se poderia levantar”.¹⁴³¹

Rosa Luxemburgo, por sua vez, retomou o tema do *subconsumo* para elaborar uma teoria abrangente da crise (Paul Sweezy chamou-a de “rainha dos subconsumistas”). O esquema da acumulação capitalista do livro II de *O Capital* coloca, segundo ela, um problema: não se pode explicar o mecanismo da acumulação ampliada sem que haja uma demanda adicional, isto é, adicional em relação às necessidades da reprodução simples do capital; esta demanda adicional não pode ser originada do seio das relações de produção capitalistas. Ela deve, portanto, situar-se na esfera extracapitalista.¹⁴³²

Rosa tentou demonstrar que a acumulação de capital seria impossível num sistema fechado, e no âmago do problema estaria a questão da mais-valia: “O valor de todas as mercadorias, e portanto do capital social total, consiste no capital constante mais o capital variável mais a mais-valia. O capital constante é realizado através das compras de reposição dos próprios

¹⁴³¹ Apud Pietro Zveteremich. *Il Grande Parvus*. Milão, Garzanti, 1988.

¹⁴³² “Para que a acumulação possa ter lugar, os capitalistas devem encontrar em outros lugares os compradores para a porção de mercadorias que porta o lucro destinado à acumulação; esses compradores devem ter os meios de pagamento provenientes de uma fonte autônoma e não impregnada pelas relações capitalistas... Deve tratar-se de compradores que procuram meios de pagamento graças a um sistema de troca de mercadorias, por conseguinte, sobre uma base de produção de mercadorias, e esta produção deve necessariamente se encontrar no exterior do sistema capitalista de produção”, disse Rosa Luxemburgo, em *A Acumulação do Capital*. Marx retirou de sua análise as trocas com os setores não-capitalistas, considerando um sistema exclusivamente composto de operários e capitalistas, demonstrando que essas trocas não são necessárias para compreender a acumulação ampliada; nem são verdadeiramente indispensáveis, senão na fase da acumulação primitiva, a gênese do capital; e que a crise, a “tendência à superprodução”, não advém da insuficiência dos mercados extracapitalistas, mas, antes de tudo, “da relação imediata do capital” no seio do “capitalismo puro”.

capitalistas; o capital variável é realizado através dos gastos que os operários fazem de seus salários; até aí tudo claro. Mas o que ocorre com a mais-valia? Uma parte é adquirida pelo capitalista para seu consumo, outra parte ele deseja acumular, e nisso está a dificuldade: 'onde está a procura pela mais-valia acumulada?' Os capitalistas certamente não podem realizar a mais-valia que desejam acumular vendendo-a aos trabalhadores, pois estes já esgotam seus salários na realização do capital variável. Não podem vendê-la a si mesmos, para consumo, porque estaríamos de volta à reprodução simples. 'Quem então pode ser o receptor ou consumidor da porção social das mercadorias, cuja venda é um pré-requisito necessário da acumulação de capital?'

A conclusão de Rosa Luxemburgo foi que a realização da mais-valia só seria possível na medida em que se abrissem ao modo de produção capitalista mercados não capitalistas. Com boa parte do globo ainda fora do sistema capitalista, a "crise final" só poderia acontecer no futuro, quando o mundo inteiro fosse submetido ao capitalismo. Isto não significa que Rosa propusesse uma espera passiva do colapso, pois, segundo ela, "quanto mais violentamente o capital - através de métodos militares no mundo externo, e também internamente - afasta os elementos não capitalistas e deprime as condições de vida de toda a classe trabalhadora, tanto mais a história diária da acumulação de capital no cenário mundial se transforma numa cadeia contínua de catástrofes sociais e políticas e de convulsões que, juntamente com catástrofes econômicas periódicas na forma de crises, tornarão impossível a continuação da acumulação e farão necessária a rebelião da classe operária internacional contra o domínio do capital, antes mesmo que este se choque contra as barreiras econômicas por ele mesmo criadas".

Rosa Luxemburgo reivindicava que se considerasse a existência em diversos países capitalistas de microempresas artesanais e camponesas baseadas na produção mercantil simples; e que se considerassem ainda os países em que essa produção era dominante, com todas as formas pré-capitalistas possíveis. Se dentro de uma economia capitalista "pura" a realização total da mais-valia era impossível, a procura necessária devia estar fora dela, na venda aos estratos não capitalistas dos países industriais, ou aos outros países. O capital precisaria ampliar o mercado mundial, incluindo nele as economias não capitalistas. O intercâmbio com estes se chocaria com as barreiras criadas pela economia natural, pelas relações sociais arcaicas, e pela procura estreita das economias camponesas, artesanais e patriarcais. Para vencê-las, o capital recorreria então aos métodos da "acumulação primitiva", abrindo esses países para a produção e troca de mercadorias, transformando seus habitantes em consumidores de mercadorias e, parcialmente, também em proletários, e apropriando-se das matérias primas e das riquezas acumuladas por esses povos. O confronto com a economia capitalista desagregaria as formas pré-capitalistas e induziria a expansão do próprio capital.¹⁴³³

Bukhárin criticou os argumentos de Rosa Luxemburgo, e insistiu em que a economia mundial possuía uma estrutura que repousava sobre a divisão internacional do trabalho e as trocas internacionais: um sistema caracterizado pelo desenvolvimento desigual e pelo antagonismo entre cidade e campo, contradição ampliada pelos monopólios da economia nacional para a mundial: "Os países industriais são agora a cidade, e as regiões agrárias, o campo... a

¹⁴³³ Rosa Luxemburgo. *La Acumulación del Capital*. Havana, Ciencias Sociales, 1968, assim como as citações precedentes. Ernest Mandel criticou Rosa Luxemburgo por tratar a classe capitalista mundial como um todo, sem levar em consideração a concorrência, e por ter mantido para a reprodução ampliada as premissas da reprodução simples, através do dogma de que o consumo dos trabalhadores não poderia realizar a mais-valia, o que implica em que a quantidade total de capital variável e, portanto, também o consumo dos trabalhadores deveriam permanecer fixos e constantes (*El Capital*. Cien años de controversias en torno a la obra de Marx. México, Siglo XXI, 1985). Segundo Paul Sweezy, "na discussão da reprodução ampliada, Rosa mantém implicitamente a hipótese da reprodução simples. O dogma não posto em dúvida de que o consumo operário não pode realizar nenhuma porção da mais-valia, implica que o montante total do capital variável, e portanto o consumo operário, deva permanecer fixo e constante, como na reprodução simples. Mas é típico da acumulação o aumento do capital variável, que quando gasto realiza uma parte da mais-valia sob a forma de bens de consumo" (*The Theory of Capitalist Development*. Nova York, Monthly Review Press, 1956).

totalidade do trabalho mundial está dividida entre vários países, o trabalho de cada país se transforma em parte do conjunto do trabalho social através do intercâmbio internacional”. Bukhárin ilustrou com dados a tendência para a ampliação do mercado mundial, e a crescente interdependência das economias nacionais. Contra a teoria de Rosa Luxemburgo, apresentou o argumento do mercado capitalista que se auto amplia, e da natureza cíclica da superprodução: “Os limites do consumo são ampliados pela tensão do mesmo processo de reprodução; por um lado, multiplica o consumo da renda por parte dos trabalhadores e dos capitalistas e, por outro, é idêntica à tensão do consumo produtivo”.¹⁴³⁴

Claudio Napoleoni, depois, também criticou os pressupostos teóricos de Rosa, em especial que “a tese da crise pelo subconsumo está demonstrada através de um argumento que, se fosse válido, demonstraria outra coisa... Se os salários são reduzidos ao nível da subsistência, e os capitalistas reduzem ao máximo o seu próprio consumo, o consumo não consegue sustentar a expansão da economia capitalista. Isto não tem solução através da acumulação porque esta, ao incrementar a produção, reproduz em escala maior a dificuldade inicial. Como se pode ver, o raciocínio da Luxemburgo, consciente ou inconscientemente, é semelhante ao de Malthus”. À crítica dos esquemas de reprodução ampliada, propostos por Marx para uma economia capitalista “pura”, feita por Rosa Luxemburgo, ele objetou que : “1) O fato de que o desequilíbrio se verifique como excesso de oferta de bens de consumo, e excesso de procura de bens de produção, depende só da particularidade do exemplo numérico escolhido por Rosa; na realidade, poderia acontecer o contrário; 2) No seu modelo se verifica um desequilíbrio, mas devido ao fato de que, sem motivo algum, Luxemburgo continua mantendo a hipótese de que toda mais-valia é capitalizada no interior do setor no qual se forma. Sua ideia de que esta hipótese é necessária, por causa dos obstáculos técnicos que se oporiam à transferência da mais-valia de um setor a outro, não tem realmente nenhuma validade”.¹⁴³⁵

O erro de Rosa Luxemburgo, para esse autor, teria consistido em considerar os esquemas da reprodução do Livro II de *O Capital* como expressão da realidade concreta e acabada do capitalismo. A queda tendencial da taxa de lucro explicaria as crises periódicas como interrupções na marcha para a derrubada do processo de acumulação, não como a expressão dessa mesma marcha. Um teórico marxista alemão, vinculado à “Escola de Frankfurt”, tomou para si o desafio de Rosa Luxemburgo. Henryk Grossman sustentou que a cota de mais-valia ($m : v$) se tornava cada vez mais insuficiente para a cota de acumulação necessária, a qual é dada, de maneira exógena, por uma cota de aumento da estrutura orgânica do capital ($c : v$); assim, o capitalismo passaria à estagnação, que seria possível antecipar matematicamente.

Se era verdade que “sob determinadas circunstâncias, o colapso do capitalismo resulta objetivamente necessário, podendo-se calcular o momento exato em que deverá ocorrer, o que não significa que se derrubará em determinado momento ‘por si mesmo’, automaticamente, e que, portanto, o que resta é esperar passivamente. Sua irrupção, na realidade, e dentro de certos limites, está sujeita à influência de enfrentamentos conscientes das classes consideradas. Posto que os pressupostos variam e sob os quais sua erupção é de se esperar, então resulta também modificado, como é natural, o curso da acumulação e seu final”.¹⁴³⁶

¹⁴³⁴ *Imperialismo e Acumulação de Capital*. Lisboa, Edições 70, 1976. A crítica a Rosa Luxemburgo feita por Bukhárin foi excepcional, pois “a reação dos porta-vozes oficiais da socialdemocracia ao livro não trouxe qualquer contribuição teórica de significação e é interessante principalmente pelo estado de espírito que revela. No movimento alemão, o receio da revolução se havia tornado, na época, uma característica tanto dos «ortodoxos» como dos revisionistas” (Paul Sweezy. *Op. Cit.*).

¹⁴³⁵ Claudio Napoleoni, in: Lucio Colletti (org.). *El Marxismo y el Derrumbe del Capitalismo*. México, Siglo XXI, 1978.

¹⁴³⁶ Henryk Grossman. *Las Leyes de la Acumulación y el Derrumbe del Sistema Capitalista*. México, Siglo XXI, 1978, p. 388.

Rosa Luxemburgo sustentara a impossibilidade da reprodução ampliada num capitalismo “puro”, não vinculado com, ou “contaminado” por, setores econômicos não capitalistas. Grossman pretendeu demonstrar que a tendência para o colapso subsistiria inclusive em caso de proporcionalidade entre os departamentos I e II no esquema de reprodução, e inclusive no caso em que se realizasse a totalidade da mais-valia produzida. Grossman, por sua vez, aceitou os esquemas de reprodução elaborados por Otto Bauer contra Rosa Luxemburgo, mas calculando seus efeitos para um período mais longo daquele considerado por Bauer. O resultado final foi que com o aumento da composição orgânica do capital diminuía tanto a taxa de lucro quanto, a partir de dado momento, a própria massa de mais-valia e do lucro, tornando impossível a valorização do capital: isto estendendo o período calculado por Bauer (4 anos) para 35 anos. No ano 21, o montante da mais-valia começava a diminuir, e no ano 34 não existia mais, o que tornava inviável a acumulação de capital.

Grossman isolou o aumento da composição (estrutura) orgânica do capital da taxa de mais-valia, o que levou a contradições insuperáveis: “Sua variante fundamental, em relação a Marx é que, neste, a queda da taxa de lucro é acompanhada por um aumento da massa de mais-valia... Em Grossman, os dois caem, ao ponto que, como demonstrou Moszkowska em *Zur Dynamik der Spätkapitalismus*, estamos [com Grossman] diante de uma teoria da pauperização dos capitalistas”.¹⁴³⁷

A reflexão sobre a questão chegou a um impasse, constatando-se também que “a maioria dos intérpretes de Marx descuidaram, em suas análises, do papel central da tendência para a queda da taxa de lucros. Tenderam mais a um resumo livre dos elementos de uma teoria das crises encontradas em Marx, e com isto chegaram em escassa medida a profundas conclusões teóricas”.¹⁴³⁸ Alguns, como Maurice Dobb, acharam que a escassez da mão de obra seria o fator fundamental que reduz periodicamente a taxa de lucro. De acordo com isto, a escassez da mão de obra durante a expansão produz investimentos que economizam trabalho, os quais reduzem, por sua vez, a taxa de lucro, por meio do aumento da relação entre capital constante e capital variável.

A lógica da teorização subconsumista das crises realizada por Rosa Luxemburgo foi adotada - entre outras - pela corrente neo-marxista encabeçada por Paul A. Baran e Paul M. Sweezy. Segundo eles, a impossibilidade crescente de realizar a mais-valia contida nos excedentes não-escoáveis se expressa sob a forma de uma dinâmica estagnacionista permanente do capitalismo em sua fase monopolista. Dizem: “Os capitalistas empregam uma parte da mais-valia extraída do trabalho excedente de seus assalariados em seu fundo pessoal de consumo, outra parte na capitalização ou re-investimento, e outra nos gastos de circulação, impostos e outras atividades necessárias porém improdutivas. Na medida em que o emprego destes excedentes não basta para realizar a mais-valia contida na oferta global de produtos, porque sua produção excede à demanda efetiva, esse excedente tende a deixar de ser produzido. Em condições como esta, a base material do sistema se posiciona na paralisação permanente”.

E acrescentam: “Por mais voltas que lhe dêem não há como evitar a conclusão de que o capitalismo monopolista é um sistema contraditório em si mesmo. Tende a criar ainda mais excedentes, e no entanto é incapaz de proporcionar ao consumo e ao investimento as saídas necessárias para a absorção dos crescentes excedentes e portanto para o funcionamento uniforme do sistema. Como o excedente que não se pode absorver não será produzido, a consequência é que o estado normal da economia capitalista monopolista é a paralisação. Com uma existência dada de capital e uma estrutura de custos e preços determinada, a taxa de operação do sistema não pode ascender por cima do ponto no qual a quantidade de

¹⁴³⁷ Claudio Napoleoni. *Op. Cit.*, p. 443. Com base nisto, Napoleoni descartou a teoria do colapso do capitalismo, baseado-se num ponto fraco de um de seus defensores. Sobre a contribuição de Grossman, ver: Robert Kuhn. *Henryk Grossman and the Recovery of Marxism*. Chicago, University of Illinois Press, 2007.

¹⁴³⁸ G. Haberler e V. Holesovsky. *Coyuntura y crisis*. In: C. D. Kiernig. *Marxismo y Democracia*. Economía 3, Madri, Rioduero, 1975, p. 38.

excedente produzido possa encontrar as saídas (realização ou vendas) necessárias. E isto significa um sub-aproveitamento crônico de recursos humanos e materiais disponíveis (...) Se deixada a si mesma, isto é, na ausência de forças contrárias, que não são parte do que se pode chamar 'lógica elementar do sistema', o capitalismo monopolista se afundaria cada vez mais em um pântano de depressão crônica".¹⁴³⁹

Ecoo nessa análise o conceito schumpeteriano da iniciativa empresarial, dos grandes conglomerados econômicos, com capacidade de estender a taxa de mais-valia além do limite fixado pelo valor histórico do salário. Se isto fosse assim, a iniciativa empresarial monopólica poderia fazer crescer a mais-valia por cima do aumento do capital constante e, em consequência, a lei tendencial da queda da taxa de lucro estaria impugnada. Tal seria o segredo da chamada «campanha de vendas» e da «criação dos preços» por parte do capital monopólico. As instancias da publicidade massiva, os grandes capitais modificariam a estrutura da demanda efetiva: açambarcando uma quota maior do mercado, venderiam mais, aumentariam a produção, a produtividade e os lucros. O aumento da publicidade aumentaria o consumo até o gasto (publicitário) se transformar em ingresso: "O impacto direto da campanha de vendas sobre a estrutura do ingresso da economia é por isso semelhante ao dos gastos do governo financiados pelos ingressos tributários". Mas nenhuma publicidade está em condições de aumentar a demanda efetiva, objetivamente determinada pelo trabalho social agregado da sociedade, isto é, pela massa de valor constituída pelos salários e a mais-valia.

Sweezy e Baran liberaram o excedente econômico dos limites objetivos da jornada de trabalho média, sem levar em conta que o desenvolvimento da força produtiva do trabalho na sociedade capitalista supõe um aumento da composição orgânica do capital, ou seja, uma diminuição no emprego de capital variável respeito ao capital adiantado, do que não pode senão resultar um aumento absoluto da mais-valia historicamente decrescente, ou, o que dá na mesma, um aumento menor ao incremento da massa de capital acumulada, o que deriva numa queda do lucro como percentagem da relação entre a mais-valia e o capital social global. Para efeito da acumulação capitalista e da disponibilidade de capital adicional para os fins da reprodução ampliada e, portanto, do aumento da demanda efetiva por parte de assalariados e capitalistas, a taxa de lucro é, mais uma vez, decisiva também neste caso. O capital monopólico segue tão sujeito às leis da acumulação capitalista como na sua infância, do mesmo modo que nenhum ser vivo muda de natureza específica em virtude de seu crescimento.

O capital se baseia na produção de mais-valia, que tem seu fundamento, na circulação, não na segunda metamorfose formal: $M' - D'$, mas na primeira: $M - D$. Sem o prévio ato da compra-venda de trabalho não pode haver mais-valia nem acumulação de capital. O aumento da mais-valia (neste caso absoluta), portanto, tem por condição que se multipliquem os atos de compra-venda da força de trabalho, ou seja, que se estenda constantemente a esfera da circulação de mercadorias em sua segunda metamorfose. Quanto mais contratos de trabalho, mais valores produzidos, mais salários, mais mercadorias em circulação e mais valores realizados no mercado: "Uma condição da produção baseada sobre o capital é, portanto, a produção de um círculo da produção continuamente ampliado (...) Se a circulação se apresentava ao princípio (na sociedade pré-capitalista) como uma magnitude dada, aqui se apresenta como uma magnitude variável, e como uma magnitude que se expande mediante a própria produção (...) Consequentemente a circulação se apresenta como um momento da produção. Da mesma forma que o capital tem por um lado a tendência a criar continuamente mais trabalho excedente, também tem por outro a tendência complementar de criar mais pontos de troca".

A etapa do capitalismo monopolista está mais compreendida no processo de produção da "mais-valia relativa", no momento da acumulação baseado na exploração intensiva do

¹⁴³⁹

Paul A. Baran e Paul M. Sweezy. *El Capital Monopolista*. México, Siglo XXI, 1976, cap. IV.

trabalho social, no aumento incessante e acelerado da composição técnica e orgânica do capital. Como a circulação está determinada pela produção, seu incremento pressiona para um aumento do consumo global e deságua diretamente não só em um alargamento da esfera do intercâmbio, mas também provoca uma mudança qualitativa do consumo, com a criação de novas necessidades. O fundamento do que Marx chamou de "salário histórico" se encontra nisso: "A produção de mais-valia relativa, isto é, a produção de mais-valia baseada no aumento e desenvolvimento das forças produtivas, requer a produção de novo consumo; exige, portanto, que se amplie o círculo de consumo dentro da circulação, da mesma forma que antes exigia a ampliação do círculo produtivo. Primeiro a ampliação quantitativa do consumo existente; segundo a criação de novas necessidades, mediante a propagação das necessidades já existentes em um círculo mais amplo; terceiro: a produção de novas necessidades e criação de novos valores de uso".¹⁴⁴⁰

Do balanço desse debate temos que, independentemente dos meios de que dispõe o capital para ampliar a esfera do consumo, em extensão ou em profundidade (e poderíamos ser levados a conceber infinitas maneiras de fazê-lo), a sobreprodução de valor se manifesta de modo cada vez mais agudo, e perfaz a tendência, não só para a crise, mas também *para a extinção da produção de valores baseados na extração de mais-valia*: "Ao desenvolver-se a produção capitalista, a escala de produção se determina em grau cada vez menor pela demanda direta do produto, e em grau cada vez maior pelo volume de capital de que dispõe o capitalista individual, pela tendência de valorização de seu capital e a necessidade de que seu processo de produção seja contínuo e se estenda. Com isso cresce necessariamente, em cada ramo particular da produção, a massa de produtos que se encontram como mercadorias no mercado ou que buscam saída. Cresce a massa de capital fixada durante mais ou menos tempo sob a forma de capital mercantil. Aumenta, pois, a acumulação de mercadorias".¹⁴⁴¹

A crise econômica é uma queda da expansão da produção, uma interrupção da acumulação de capital ou, em outras palavras, uma queda dos investimentos devido à sua baixa rentabilidade. Devido a isso: "A crise desnuda a discrepância entre a produção material e a produção de valor: sua proximidade se anuncia com uma debilidade na taxa de acumulação, uma superprodução de mercadorias e um aumento de desemprego". O caminho para sair da depressão consiste em fechar a brecha entre expansão e rentabilidade, por meio de novos investimentos e da "normalização" dos mercados de bens e mercadorias: "A crise não começa simplesmente. Começa em indústrias específicas, por mais que tenha sido causada pela situação global. Como a crise, também a ascensão começa em indústrias específicas e afeta cumulativamente o total da economia. Como a acumulação de capital é a reprodução ampliada dos meios de produção, a ascensão e a queda, mesmo que gerais, são observáveis primeiro e antes de tudo na manufatura de bens de produção".¹⁴⁴²

O aumento da concorrência, como resultado da tendência à queda da taxa de lucro, toma uma forma impiedosa e, em alguns negócios, os preços baixam forçosamente até um ponto ruinoso. Os valores do capital se depreciam rapidamente, se perdem fortunas e as utilidades desaparecem. A demanda social decresce progressivamente a medida que aumenta o número de desempregados: o excesso de mercadorias é controlado unicamente pela queda ainda mais rápida da produção. A crise se estende a todas as esferas e ramos da produção. Sua forma geral revela a interdependência social do modo de produção capitalista, apesar das relações de propriedade privada que o dominam.

Na base do processo se encontra a tendência fundamental da produção capitalista, assim resumida em *O Capital*: "A criação de mais-valia é o objeto do processo de produção direta. Tão logo uma quantidade de mais-valia se materializa nas mercadorias, a mais-valia foi

¹⁴⁴⁰ Karl Marx. *O Capital*. Livro III, Vol. 1.

¹⁴⁴¹ *Idem*.

¹⁴⁴² Paul Mattick. *Marx y Keynes*. Los limites de la economía mixta. México, ERA, 1975, pp. 86-87.

produzida. Vem então o segundo ato do processo. Toda a massa de mercadorias deve ser vendida. Se isso não for feito, ou só parcialmente, ou só a preços abaixo dos preços de produção, o trabalhador não terá sido menos explorado, e sim sua exploração não se consubstancia como tal para o capitalista. Poderá não lhe proporcionar qualquer mais-valia, ou realizar apenas parte da mais-valia produzida, ou significar mesmo uma perda parcial ou total de seu capital. As condições da exploração direta e as da realização da mais-valia não são idênticas. São preparadas logicamente, bem como pelo tempo e espaço. As primeiras são limitadas apenas pela capacidade produtiva da sociedade, as últimas pelas reações proporcionais das várias linhas de produção e pela capacidade de consumo da sociedade. Essa última capacidade não é determinada pela capacidade produtiva absoluta ou pela capacidade consumidora absoluta, e sim pela capacidade de consumo baseada em condições antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da população a um mínimo variável dentro de limites mais ou menos estreitos”.

O subconsumo é resultante da acumulação de capital e da miséria social relativa, sendo, portanto, consequência e não causa das suas crises: “A capacidade de consumo é ainda mais restrita pela tendência a acumular, pela ambição da expansão do capital e da produção da mais-valia em escala ampliada. Essa lei da produção capitalista é imposta pelas revoluções incessantes nos métodos de produção, pela resultante depreciação do capital existente, a luta geral da competição e a necessidade de melhorar o produto e expandir a escala de produção para a autopreservação e sob pena de falência. O mercado deve, portanto, ampliar-se continuamente, de forma que suas inter-relações e as condições que as regulam assumem mais e mais a forma de lei natural independente dos produtores e se tornam cada vez mais incontrolláveis. Essa contradição interna procura seu equilíbrio numa expansão dos campos externos de produção. Mas, à medida que a capacidade produtiva se desenvolve, encontra-se em desacordo com a estreita base na qual a condição de consumo repousa. Nessa base contraditória, não será uma contradição a existência de um excesso de capital simultaneamente com um excesso de população. Pois, embora uma combinação desses dois aumente realmente a massa da mais-valia produzida, ao mesmo tempo intensifica a contradição entre as condições sob as quais essa mais-valia é produzida e as condições em que é realizada”.¹⁴⁴³

Afirmar que as crises capitalistas se produzem pela sobreprodução de mercadorias respeito da demanda solvente dos trabalhadores levaria logicamente a concluir que o estado normal do capitalismo seria de crise permanente. As crises se produzem, na verdade, não porque haja meios de consumo demais sem realizar no mercado capitalista, mas porque a mais-valia se produz sob condições de rentabilidade que não justificam que se continue produzindo: “O que na realidade produzem os trabalhadores é mais-valia. Enquanto a produzem (em condições em que a taxa de lucro permitir) terão algo para comer. Assim que deixam de produzir termina seu consumo ao terminar sua produção (...) Cabe perguntar-se, se o capital enquanto tal é também o limite em que tropeça o consumo. Ele o é certamente em um sentido negativo, já que não se pode consumir mais do que se produz. Mas o problema está em saber se o é também em sentido positivo, se tomando como base a produção capitalista se pode e se deve consumir tanto quanto se produz. Se o analisamos certamente, não se produz com vistas aos limites do consumo existente; a produção só se encontra limitada pelo próprio capital”.¹⁴⁴⁴ Ajustes da marcha cíclica da reprodução capitalista são ajustes da oferta, cuja expansão, não sendo acompanhada pela demanda (expansão dos mercados) não conhece outros limites senão os que a própria crise impõe, ao se acumularem os estoques invendáveis

O aumento do capital constante em relação ao variável, que origina a queda da taxa média de lucro, deriva da concorrência capitalista. Marx, lembremos, definiu a concorrência como *a*

¹⁴⁴³ Karl Marx. *O Capital*. Livro III.

¹⁴⁴⁴ Karl Marx. *Teorias sobre a Mais-valia*. Livro II, Cap. XVII, Ap. 12.

contradição do capital consigo mesmo. Quando a economia política discorre sobre concorrência e competitividade pressupõe o concurso não conflitivo entre as múltiplas unidades de decisão contempladas. Postula-se, portanto, que essa multiplicidade funcione logicamente sempre e só como unidade. A luta entre os diversos capitais para açambarcar o máximo lucro individual é suprimida. Em seu lugar, se supõe que a "concorrência" harmônica consiga conduzir a taxa de lucro ao equilíbrio ideal. Da mesma maneira desaparece a disputa incessante entre lucro bancário (interesse monetário) e lucro industrial, supostos em perene condição de igualdade. Com a unicidade do capital no lugar da sua multiplicidade, se esconde a contradição dos capitais individuais, seu real enfrentamento. A exceção se transforma na norma, o conflito se transforma em colusão. O antagonismo é substituído pela harmonia, a crise cede passagem à tendência ao equilíbrio, o múltiplo vira único. Cada contradição é suprimida, as crises passam a serem vistas como acontecimentos aleatórios.

É a partir da definição mais geral da produção capitalista como produção de *valor*, que Marx determinou o caráter *orgânico* das crises capitalistas, como expressão da tendência histórica para a autodissolução do capital. Na medida em que se desenvolve a produção capitalista, e com ela a produtividade do trabalho, o *valor* da riqueza social tende a diminuir, pois se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir as mercadorias. Chegado certo ponto dessa tendência histórica descendente, o valor se transforma em uma base demasiadamente estreita para a riqueza social concreta, sua "miserável base burguesa", independente das necessidades elementares não satisfeitas da imensa maioria da sociedade.

A tendência para a *extinção da lei do valor* é a manifestação do caráter transitório do capitalismo: "'Desde que o trabalho, na sua forma imediata, deixou de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem que deixar, de ser a sua medida, e o valor de troca deixa também de ser a medida do valor de uso. O trabalho excedente da massa deixou de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o não trabalho de poucos deixou de ser a condição do desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano. Por essa razão se desmorona a produção baseada no valor de troca, e o processo de produção material imediato perde também a forma da miséria e do antagonismo. Ocorre então o livre desenvolvimento da individualidade (...) O capital é uma contradição em processo, pelo fato de que tende a reduzir o tempo de trabalho ao mínimo, enquanto, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza (...) As forças produtivas e as relações – simples faces diferentes do desenvolvimento do individuo social – aparecem ao capital unicamente como meios para produzir a partir de sua base limitada. Mas, de fato, são estas condições materiais que fazem explodir esta base".¹⁴⁴⁵

O capital, no entanto, transforma seu limite histórico em uma barreira a ser transposta. Tenta contrabalançar a tendência para a extinção do valor como medida universal da riqueza social através da ampliação continuada de sua fronteira histórica, pela extensão das necessidades sociais, ou pela ampliação de seu campo espacial, criando uma massa de valor maior, criação que, por sua vez, sofre uma cada vez mais violenta interrupção nas crises. Através do crédito e da especulação, o capital busca a possibilidade ilusória de separar a criação da riqueza social do trabalho social, superando a barreira de lei do valor, só para finalmente descobrir a inutilidade desse propósito através de crises financeiras, que derrubam os valores criados de forma fictícia, sacudindo toda a economia capitalista. O desenvolvimento do armamentismo e de todas as formas improdutivas e parasitas da produção capitalista ilustra o caráter do incentivo às necessidades realizadas crescentemente pelo capital, sendo um índice de sua decomposição, do mesmo modo que a criação de produtos "novos" que perdem vigência (mercado) em um período curto de tempo. O esforço do capital para ir além de seu limite histórico resulta em uma ampliação gigantesca de suas contradições.

¹⁴⁴⁵

Karl Marx. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*, ed. cit .

O desenvolvimento financeiro facilita a passagem do capital de um ramo de produção superexpandido ou não rentável a outro desenvolvimento, o que oferece maiores benefícios; mobiliza com maior rapidez esses capitais; ajuda a superar dentro de seus próprios limites a contradição entre a criação e a destruição de capitais; extingue os limites do consumo para além dos salários que paga à população trabalhadora; desenvolve uma acumulação própria de capital (fictícia) que atua como crédito *sui generis* tanto para a produção como para o consumo. O desenvolvimento do sistema de crédito e lucro a partir dos juros “reproduz nova aristocracia financeira, nova espécie de parasitas, na figura de projetadores, fundadores e diretores puramente nominais; um sistema completo de especulação e embuste no tocante à incorporação das sociedades, lançamento e comércio de ações”; “Se o sistema de crédito é o propulsor principal da superprodução e da especulação excessiva... acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial... Ao mesmo tempo, o crédito acelera as erupções violentas dessa contradição, as crises, levando a um sistema puro e gigantesco de especulação e jogo”.¹⁴⁴⁶

Esse desenvolvimento (parasitário, porque não cria valor) atua como fator contra a crise capitalista, até se transformar no principal fator de sua irrupção. Isto ocorre quando a superacumulação de capital que não assume uma forma produtiva direta, e que se superacumulou para contrabalançar os limites impostos pela superacumulação do capital produtivo, alcança proporções incompatíveis com a mais-valia total que este último pode arrancar da força de trabalho. Percebe-se que o capital financeiro, em suas diversas formas, se transforma em uma gigantesca hipoteca que impede a reprodução do capital em geral. Sua derrubada constitui, por isso mesmo, a etapa final da crise, assim como a condição destrutiva para iniciar uma nova etapa.

O desenvolvimento da produtividade de trabalho cria, simultaneamente, a premissa material da economia socialista e a base para a extinção da lei do valor, que rege o movimento da economia capitalista. O aprofundamento da contradição da mercadoria evidencia o distanciamento crescente entre a potencialidade de desenvolvimento da riqueza, que permitiria o melhoramento das condições de vida e de trabalho da humanidade como um todo, e a sua base capitalista, baseada na propriedade privada dos meios de produção: “O furto do tempo de trabalho alheio, sobre o qual se apoia a riqueza hodierna, apresenta-se como uma base miserável” (em relação a essa riqueza).¹⁴⁴⁷

A substituição crescente de trabalho vivo (base da extração da mais-valia) por trabalho morto (“capital constante”) configura a base material para a extinção da lei do valor, pois a medição do valor da mercadoria pelo *quantum* de trabalho contido nela se torna um anacronismo sem base material.¹⁴⁴⁸ Sobre a base de uma economia de abundância, baseada na propriedade social dos meios de produção, se encerraria também a necessidade da divisão entre concepção e execução do processo de produção (ou entre dirigentes e dirigidos na produção) e, finalmente, entre trabalho manual e trabalho intelectual.

A redução relativa do valor criado obriga o capital a reforçar sua base de existência: a exploração do trabalho assalariado, a geração de mais-valia. Não é correto identificar a tendência para a extinção da lei do valor com a seguinte tese: “Tendencialmente, o capitalismo tornou-se ‘incapaz de explorar’, isto é, pela primeira vez na história capitalista está diminuindo também em termos absolutos -independentemente do movimento conjuntural- a massa global do trabalho abstrato produtivamente explorado, e isso em virtude da intensificação permanente da força produtiva”.¹⁴⁴⁹

¹⁴⁴⁶ Karl Marx. *O Capital*. Livro III.

¹⁴⁴⁷ Karl Marx. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*, ed. cit.

¹⁴⁴⁸ Cf. Roman Rosdolsky. *Op. Cit.*

¹⁴⁴⁹ Robert Kurz. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

A intensificação da força produtiva através do incremento relativo do capital constante em relação ao variável torna absurda a medida do valor pelo tempo de trabalho vivo, não porque este desaparece, mas porque seu peso relativo comparado com o trabalho “morto” tende para uma magnitude insignificante. A tese citada acima assemelha-se com a utopia de Tugan-Baranovski (uma sociedade sem operários, portanto sem consumo, a não ser o consumo de luxo dos capitalistas), resultante de uma radicalização unilateral das teorias “subconsumistas”.

O autor citado foi fundo nessa tese, chegando a uma conclusão central: “Uma vez que essa crise consiste precisamente na eliminação tendencial do trabalho produtivo e, com isso, na supressão negativa do trabalho abstrato pelo capital e dentro do capital, ela já não pode ser criticada ou até superada a partir de um ponto de vista ontológico do ‘trabalho’, da ‘classe trabalhadora’, ou da ‘luta das classes trabalhadoras’. Nessa crise, e em virtude dela, revela-se todo o marxismo da história como parte integrante do mundo burguês da mercadoria moderna, sendo por isso atingido ele próprio pela crise”.¹⁴⁵⁰ De fato, numa sociedade sem trabalhadores, uma “revolução proletária” é impensável. A coisa muda de cor quando se observa que o crescimento do “exército industrial de reserva” não serve só para deixar desempregados ociosos, mas também e sobretudo para achatá-los, introduzir a “flexibilização laboral” sob todas as formas, quebrar todas as conquistas sociais e reintroduzir as formas mais arcaicas e bárbaras de exploração do “trabalho livre”, incluídos o trabalho “informal”, a escravidão e o trabalho infantil.

Devido a isso, a tendência para a extinção do valor não diminui, ao contrário potencia, a tendência para a exploração da força de trabalho. A redução relativa do valor da riqueza capitalista não amplia o valor relativo da força de trabalho, a capacidade de aquisição de mercadorias pelos assalariados, pois a força de trabalho é, ela própria, uma mercadoria que se deprecia com o próprio capital. Para defender sua taxa de benefício em um universo de diminuição do valor relativo das mercadorias, o capital necessita explorar mais ainda a força de trabalho, mediante a superexploração, a destruição das conquistas sociais e trabalhistas. Isto implica um aguçamento da luta de classes, na qual os trabalhadores podem obter importantes conquistas, inclusive a ampliação de seu salário relativo e de seu poder de compra, e a ampliação das necessidades sociais universalmente reconhecidas.

As crises estão associadas ao desenvolvimento capitalista pelas discrepâncias características em tempo, espaço e alcances, dos momentos constitutivos da reprodução do capital, levando às suas interrupções periódicas: acumulação (investimento), produção e venda (das mercadorias) ou realização da mais-valia. Nas crises, processam-se os ajustamentos (neutralização) dessas discrepâncias (que inicialmente sempre aparecem sob a forma de sobreprodução) na marcha da reprodução. De outro lado, crise, recessão e depressão, tanto quanto recuperação, prosperidade e auge são estados, momentos ou fases da conjuntura capitalista. Apresentam-se ciclicamente na reprodução capitalista, representando, por sua vez, estágios, evoluções e transformações da massa e da taxa de lucro.

Crises são as formas pelas quais se manifestam as quedas periódicas da taxa de lucros, impondo-se, por esta via, a sua queda tendencial, enquanto recuperação, expansão e auge são as formas pelas quais se manifestam a neutralização, recuperação e novo crescimento da mesma. Se o estado da taxa de lucros (crise, recuperação, prosperidade e auge) encontram-se em correspondência aos estados ou conjunturas do ciclo de negócios (expressando, por sua vez, os estados de investimentos, produção e vendas), estes estados de negócios, por sua vez, têm nos estados da renovação (ampliação e transformação) dos elementos do capital constante, em particular, seu componente fixo, em suas características, dimensões e alcances, seu indicador mais importante. Se o momento mais febril da conjuntura (auge de investimentos, produção e vendas) é aquele em que, sob taxas de lucros crescentes, se processa a renovação do capital constante, inversamente, o momento de crise mais profunda

¹⁴⁵⁰

Idem.

é aquele em que, sob taxas de lucros decrescentes, processam-se os níveis mais baixos de investimentos, produção e vendas.

“O capitalismo não se caracteriza *somente* pela periódica recorrência dos ciclos, caso contrário a história seria uma repetição complexa e não um desenvolvimento dinâmico. Os ciclos comerciais e industriais são de diferente caráter em diferentes períodos. A principal diferença entre eles está determinada pelas inter-relações quantitativas entre o período de crise e o de auge de cada ciclo considerado. Se o auge restaura com um excedente a destruição ou a austeridade do período precedente, então o desenvolvimento capitalista está em ascensão. Se a crise, que significa destruição, ou em todo caso tensão das forças produtivas, ultrapassa em intensidade o auge correspondente, então obtemos como resultado uma contração da economia. Finalmente, se a crise e o auge se aproximam entre si em magnitude, obtemos um equilíbrio temporário - uma estagnação - da economia. Este é o esquema quanto ao fundamental. Observamos na história que os ciclos homogêneos estão agrupados em séries. Épocas inteiras de desenvolvimento capitalista existem quando certo número de ciclos estão caracterizados por auges agudamente delineados e crises débeis e de vida curta. Como resultado, obtemos um agudo movimento ascendente da curva básica do desenvolvimento capitalista. Obtemos épocas de estagnação quando esta curva, mesmo que passando por oscilações cíclicas parciais, permanece aproximadamente no mesmo nível durante décadas. E finalmente, durante certos períodos históricos, a curva básica, mesmo passando como sempre por de oscilações cíclicas, em seu conjunto inclina-se para baixo, assinalando a declinação das forças produtivas”.¹⁴⁵¹

Queda tendencial da taxa de lucro e tendência para a extinção da lei do valor são fenômenos *tendencias*, que se realizam, não de modo linear e uniforme, mas através de avanços e retrocesso, de saltos, em soma, de *ciclos*. Na reprodução capitalista, encontram-se associadas à sua marcha duas fórmulas básicas de periodicidade. Uma é a associada às mudanças *quantitativas* do capital constante, com ampliação da capacidade produtiva, ampliação de equipamentos, bases e matrizes tecnológicas qualitativamente semelhantes. Nesta fórmula se encontram os ciclos “normais” da conjuntura. Outra é a associada às mudanças *qualitativas* do capital constante, verificando-se nas revoluções tecnológicas nas bases ou matrizes produtivas que, combinadas com a ampliação do mercado, levam à geração de “longas ondas” de desenvolvimento econômico.

As “fases longas” de acumulação apresentam-se quando os fatores que provocam a queda da taxa de lucros (aumento da composição orgânica do capital, taxa de mais-valia, rotação do capital, etc.), revertem-se numa tal dimensão que, elevando extraordinariamente a taxa de lucros, abrem longos períodos de afluxo massivo de capitais na reprodução capitalista, transformando as bases produtivas, revolucionando o capital constante e seus elementos, e abrindo um longo período de expansão das bases produtivas do capital.¹⁴⁵² A teoria das “ondas longas” foi formulada pelo economista soviético Nikolai Kondratiev. Para ele, Marx tinha estudado os ciclos da produção capitalista, concluindo que as crises produzidas a cada período de sete a onze anos deviam-se às contradições próprias desse modo de produção, que geravam superacumulação de mercadorias e capitais. A estes ciclos médios, Kondratiev sobrepôs as ondas longas, vinculadas a inovações tecnológicas em grande escala dependentes, por sua vez, do período de vida dos bens de capital duradouros (calculado por ele em aproximadamente 50 anos).

O capitalismo conhece, assim, ciclos longos de expansão e contração a longo prazo, ao lado dos ciclos «curtos», interrompidos por crises rápidas; as ondas longas durariam vários

¹⁴⁵¹ Leon Trotsky. La curva del desarrollo capitalista. In: *Una Escuela de Estrategia Revolucionaria*. Buenos Aires, Ediciones del Siglo, 1973.

¹⁴⁵² Lincoln Secco. Ciclos longos e renovação tecnológica no capitalismo. *Práxis* nº 5, Belo Horizonte, 1996; Osvaldo Coggiola. Ciclos longos e crises econômicas. *Estudos* nº 34, São Paulo, USP-FFLCH, novembro 1992.

decênios, marcadas por fases de ascensão (Fase A), seguidas por lentas e persistentes depressões (Fase B). Essas ideias começaram, de algum modo, a aparecer em *Parvus* (Helphand) e Van Gelderen, no início do século XX, mas só encontraram tradução teórica e estatística superior no trabalho de Kondratiev. Segundo ele, a economia mundial tinha seguido ondas longas de acordo com o seguinte esquema:

CICLO	FASE	PERÍODO
1	A	1789 a 1814
1	B	1814 a 1849
2	A	1849 a 1873
2	B	1873 a 1896
3	A	1896 a 1920
3	B	1920 a ?

As ondas longas não tinham, segundo Kondratiev, duração idêntica, pois oscilavam entre 47 e 60 anos, sendo a primeira a mais longa. Os anos em que se iniciam ou terminam as primeiras ondas podem variar um pouco de acordo com o autor e em geral coincidem com fatos políticos importantes, como a Revolução Francesa de 1789 e as revoluções europeias de 1848. Embora seu trabalho tenha sido criticado por pequenos erros ou insuficiências estatísticas, sua hipótese de trabalho se tornou útil depois que historiadores econômicos concordaram com a existência de ondas longas na economia mundial.

Kondratiev estudou as condições econômicas para a realização das mudanças do padrão tecnológico: “Os grandes investimentos requerem importantes somas de capital para empréstimos. Daí que as seguintes condições devam cumprir-se necessariamente antes que se possa iniciar a ascensão de uma onda longa: 1) uma propensão à poupança; 2) oferta relativamente grande de capital de empréstimo a baixos juros”. Kondratiev chegou a teorizar que as invenções (condições para a renovação tecnológica) também se produziam por ondas: o par inovação tecnológica/condições econômicas para tanto, condicionaria a totalidade do desenvolvimento social. Para comprovar tais teses, Kondratiev elaborou longas séries estatísticas (salários, poupanças, preços, produção de matérias-primas, ouro, comércio exterior etc.) nacionais e internacionais, as quais julgou suficientes para dar base científica à sua teoria, identificando “ondas de crescimento” nos períodos 1789-1823, 1848-1873 e 1894-1914: os intervalos corresponderiam a “ondas decadentes”.¹⁴⁵³

A maioria dos economistas soviéticos da década de 1920 rejeitou tanto a teoria como a sua base empírica. Oparin criticou os critérios matemáticos utilizados por Kondratiev, assim como a sua escolha arbitrária das séries estatísticas (que ignorava deliberadamente outras séries disponíveis). Eventov insistiu na unidade do processo econômico e na influência recíproca entre flutuações de diversas durações: questionou que se pudesse separar os ciclos médios de Marx e as «tendências evolutivas» de Kondratiev (às quais se atribuía caráter qualitativamente diferente), considerando inadmissível determinar pontos de equilíbrio com base em dados quantitativos. Goberman concluiu que, a partir das séries de Kondratiev, “só resta para ser explicado, como fenômeno independente, o movimento dos preços nos séculos XIX e XX». Gerzstein foi mais longe, demonstrando que a fase depressiva de Kondratiev entre 1815-1840 (queda tendencial de preços) foi um período de desenvolvimento sem precedentes das forças produtivas, o verdadeiro período da Revolução Industrial.

Oparin também achou incompatível as melhorias técnicas propiciadas pelas invenções, com a alta dos preços típica da onda ascendente. Se nenhum dos críticos questionou a existência de ondas longas para determinados processos econômicos, todos negaram a existência das mesmas com caráter geral e periódico para o conjunto do capitalismo. Segundo Sujanov, o capitalismo mudava constantemente desde o feudalismo em crise até a etapa monopolista

¹⁴⁵³

Nikolai Kondratiev et al. *Las Ondas Largas de la Economía*. Madri, Revista de Occidente, 1946.

(período coberto pelas “ondas de Kondratiev”). As oscilações por ele descobertas, como desvios de uma normalidade teórica do capitalismo, não eram senão o reflexo das diversas fases capitalistas. As teorias de Kondratiev foram expostas em uma série de artigos no início dos anos vinte, e apresentadas ao III Congresso da Internacional Comunista em 1922. Em 1924 Kondratiev publicou um artigo, *A estatística e a concepção dinâmica das flutuações econômicas*.¹⁴⁵⁴

O valor principal do trabalho de Kondratiev se encontrava em demonstrar que, além do ciclo normal boom-recessão (ciclo econômico ou conjuntural), característico do capitalismo, existiam períodos históricos mais longos na história do capitalismo. Mas Kondratiev foi mais longe, pois sustentou que esses períodos tinham um caráter cíclico recorrente, e que isso podia ser explicado em termos rigorosamente econômicos, vinculados ao ciclo dos investimentos. Sucessivamente, Kondratiev modificou as datas de seus ciclos como segue: 1) de 1790 a 1810-17, expansão (primeiro ciclo longo); 2) de 1810-17 a 1844-51, fase descendente; 3) de 1844-51 a 1870-75, expansão; 4) de 1870-75 a 1890-96, fase descendente; 5) de 1890-96 a 1914-20, expansão.

A investigação dos ciclos longos chegou a resultados importantes do ponto de vista da história econômica: “Os resultados atingidos não são idênticos, mas as teses que sustentam a existência de uma concordância entre os movimentos dos preços e os da produção parecem ser mais sólidos do que aquelas que a negam ou as que afirmam que ambos os movimentos são divergentes”.¹⁴⁵⁵ Não conseguiu, no entanto, formular uma teoria que lhe permitisse estabelecer leis para o desenvolvimento capitalista com base nos ciclos longos,¹⁴⁵⁶ embora uma maioria de pesquisadores se inclinasse para a existência de regularidades de longo prazo.

A teoria de Kondratiev, porém, supunha também um eterno ajuste do capitalismo em torno de si mesmo, o que, para muitos, significaria admitir a sua eternidade: “A fisiologia de um organismo em evolução é diversa em cada uma das etapas sucessivas. A evolução capitalista é um processo orgânico com etapas bem definidas: juventude, maturidade, decadência... e morte”, disse o economista soviético Sujanov. Para Bogdanov, as ondas longas tinham causas exógenas ao sistema capitalista: “A evolução histórica do capitalismo está determinada por certos fatores externos. Estes devem ser considerados acidentais e até certo ponto independentes do ritmo interno da economia capitalista”.

Este último ponto constitui o eixo da crítica feita por Trotsky a Kondratiev: “No que diz respeito às fases longas (50 anos) da tendência da evolução capitalista, para as quais Kondratiev sugere, sem fundamento, o nome de ciclos (ou ondas), cabe destacar que o seu caráter e duração estão determinados, não pela dinâmica interna da economia sob o capitalismo, mas pelas condições externas que constituem a estrutura da evolução capitalista”. Trotsky propôs elaborar a curva do desenvolvimento capitalista (com início, meio e fim), “incorporando seus elementos não periódicos (tendências básicas) e periódicos (recorrentes). Temos de fazer isso para que os países que nos interessam e para o conjunto da economia mundial”.

¹⁴⁵⁴ George Garvy. Los ciclos largos de Kondratiev. In: *Las Ondas Largas de la Economía*. Madrid, Revista de Occidente, 1946. O autor sustenta que “a análise do trabalho estatístico de Kondratiev nos leva à conclusão de que não consegue demonstrar a existência de ciclos longos na vida econômica”.

¹⁴⁵⁵ Maurice Niveau. *Historia de los Hechos Económicos Contemporáneos*. Barcelona, Ariel, 1974, p. 129.

¹⁴⁵⁶ Alguns estudiosos da questão concluíram, ao contrário, que as “séries longas devem ser construídas de alguma maneira para serem explicadas, e mais ainda devem ser explicadas para poderem ser construídas”, enfatizando que o fator decisivo unanimemente invocado, “o progresso técnico, não é um fenômeno unívoco, derivado de uma lógica imanente, independentemente do contexto histórico em que se produz, e universal” (Bernard Rosier. *Les Théories des Crises Économiques*. Paris, La Découverte, 1988, pp. 101-105), ou que “o modelo teórico elaborado [a partir dos ciclos longos] está ainda bem longe de ser completo” (Andrew Tylecote. *The Long Wave in the World Economy*. Londres, Routledge, 1992, p. 27)..

Para Trotsky, “ao se tentar estabelecer um ciclo longo para cada país separadamente, toda a coisa viraria pó. O ciclo de Marx, pelo contrário, pode ser confirmado como um todo para cada país separadamente”. Marx teve sucesso em discernir a regularidade no padrão de ciclos curtos, toda vez que eles eram consequência das contradições internas do capitalismo. Antes de se falar em ciclos longos regulares dever-se-ia lembrar da existência de um regulador interno: sem isto, os ciclos longos obscureceriam a diferença entre ciclos periódicos e períodos históricos separados, negando a entrada do capitalismo num período de decadência histórica e colocando a sua infinitude através de uma suposta tendência para a auto-regulação a longo prazo. A tarefa teórica (a curva) permitiria entender mais profundamente “os saltos mais críticos da história: as guerras e as revoluções. Mas nenhuma tentativa nesse sentido pode equivaler a uma antecipação ingênua de resultados que devem surgir de uma completa e dolorosa investigação, ainda não realizada”. Em qualquer hipótese, “essa aproximação à história moderna promete enriquecer a teoria do materialismo histórico, com conquistas bem mais preciosas do que extremamente duvidosos malabarismos especulativos que, na pena de alguns de nossos marxistas, usam os conceitos e termos do método materialista, transplantando o método formalista ao domínio do materialismo dialético”.¹⁴⁵⁷

Kondratiev tinha apresentado sua teoria de maneira prudente: “Acreditamos que os dados disponíveis são suficientes para tornar muito provável esse caráter cíclico”. Diante das críticas, não se defendeu nem aprofundou sua tese inicial: escreveu dois artigos contra eventuais interpretações errôneas. O frustrado debate¹⁴⁵⁸ sobre as teorias de Kondratiev voltou a colocar a questão dos ciclos e limites históricos do capital.

A periodização do capitalismo surge da história da reprodução do capital em escala mundial, de suas fases e dos fatores que a configuram. As alterações da massa e da taxa de lucros, baseadas nas mudanças da composição orgânica do capital (seus componentes constantes fixo e circulante), da taxa de mais-valia e do tempo de rotação do capital, acabaram convergindo para a conformação de movimentos de longa duração de elevação ou queda da taxa de lucros. Um período revolucionário é aquele em que as bases do equilíbrio capitalista são abaladas nas suas bases. Esse equilíbrio é um fenômeno complexo, pois o regime capitalista o constrói, o quebra, o reconstitui e o quebra novamente, ampliando de passagem os limites da sua expansão. No terreno econômico, as crises e as retomadas da atividade constituem as rupturas e o restabelecimento do equilíbrio. No terreno social, a ruptura do equilíbrio se manifesta em greves, boicotes patronais, revoluções. No domínio das relações interestatais, a ruptura do equilíbrio é a guerra aberta ou, mais dissimuladamente, a guerra comercial e econômica.

O capitalismo tem um equilíbrio instável que, de tempos em tempos, se quebra e recompõe, mas o equilíbrio possui uma grande força de resistência: “Qual é a correspondência entre o movimento fundamental e as flutuações cíclicas? Durante os períodos de desenvolvimento rápido do capitalismo, as crises são breves e de caráter superficial, enquanto os períodos de crescimento são prolongados. No período de decadência, as crises duram longo tempo, enquanto os sucessos são momentâneos, superficiais e baseados na especulação. No período

¹⁴⁵⁷ Leon Trotsky. *Op. Cit.*

¹⁴⁵⁸ O debate fechou-se abruptamente, com o exílio e morte de seus participantes (Kondratiev e seus críticos, principalmente Trotsky) pela ditadura stalinista. O programa de pesquisas proposto pelo dirigente da Revolução de Outubro foi substituído, na URSS, por uma vulgata esquemático-idealista da pior espécie. Num balanço das investigações tendentes a comprovar os ciclos longos, economistas favoráveis a essa teoria reconheceram que “não acreditamos que a existência de ondas longas tenha sido demonstrada, a partir do fato de que a interpretação dos dados supõe a intervenção de juízos de valor, e não a aplicação de um teste de comprovação universalmente aceito” (David Gordon. *Trabajo Segmentado, Trabajadores Divididos*. Madri, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1986, p. 46). O “ciclo dos negócios” de Schumpeter não escapa a essa caracterização, apesar da trilogia proposta por este autor para caracterizar os ciclos econômicos ter-se tornado para muitos um artigo de fé: os ciclos Kitchner (40 meses), Juglar (dez anos) e Kondratiev (50 anos) (Joseph A. Schumpeter. *The analysis of economic change. Readings in Business Cycle Theory* n° 2, Philadelphia, 1948).

de estagnação, as oscilações se produzem ao redor do mesmo nível. Eis como determinar o estado geral do capitalismo”.¹⁴⁵⁹

A tendência do capitalismo para a extração cada vez maior de mais-valia como mecanismo compensatório contra a tendência à queda da taxa média de lucro, e em direção da extinção do valor como medida da riqueza social (isto é, para a extinção das relações sociais capitalistas) determina que a criação de valor e a extração de mais-valia se desloquem historicamente em sentido antagônico, e em contradição cada vez mais aguda. Na medida em que o capital tende ao colapso através de crises econômicas internacionais de magnitude crescente e de caráter inédito, a luta entre capital e trabalho se acentua, como consequência da intensificação da tendência do capital para defender e aprofundar sua vigência mediante a extração crescente do mais-valor criado pelo trabalho assalariado.

O debate acerca da teoria das crises, dos limites e do colapso do capitalismo é, também, histórico: para todos seus contemporâneos, a Primeira Guerra Mundial não foi só um episódio bélico a mais, embora de maiores dimensões que os precedentes, mas a abertura de uma nova época histórica. Para Lênin, uma “era de guerras e revoluções” e de “agonia do capitalismo”. As filosofias da história, por sua vez, reintroduziram o conceito de “decadência das civilizações”, que nos dois séculos precedentes tinha sido eclipsado pela filosofia do progresso. Jacques Le Goff analisou essa tendência, referindo-se a três autores marcantes desse período: Oswald Spengler, Arnold Toynbee e Györg Lukács (que se transformou num dos principais filósofos marxistas): “Parece que os três, a diversos títulos e a partir de situações muito diferentes, ficaram marcados pelo trauma da Primeira Guerra Mundial (desde sua aproximação, em 1911, com a crise marroquina, em Spengler) e da ideia de vulnerabilidade das civilizações”.¹⁴⁶⁰ Fim da civilização *ocidental* ou declínio histórico do capitalismo *mundial*? O debate marcou a história intelectual do século XX.

Na medida em que toda teoria deve submeter-se constantemente à confrontação com seu objeto mutante, o debate acerca das tendências do capitalismo leva em conta o período histórico em que ele se encontra, pois este pode tornar reais elementos que nos períodos precedentes só se encontravam presentes de modo virtual. Na história contemporânea, a natureza e a política do movimento operário e do movimento geral dos explorados foram sendo condicionadas pelas tendências cada vez mais contraditórias, parasitas e destrutivas do capitalismo, assim como também o foi a reação política do capital em face delas, o que foi verificado pela história do século XX (e pela ainda curta história do século XXI).

¹⁴⁵⁹ Leon Trotsky. *Op. Cit.*

¹⁴⁶⁰ Jacques Le Goff. *Decadência. História & Memória*. Ed. Cit., p. 360.

BIBLIOGRAFIA

- ABBOTT, John. *Life of Napoleon Bonaparte*. Nova York, Kessinger Publishing, 2005.
- ABENDROTH, Wolfgang. *Historia Social del Movimiento Obrero Europeo*. Barcelona, Laia, 1978.
- ABRAMSKY, Chimen; COLLINS, Henry. *Marx and the British Labour Movement*. Londres, Macmillan, 1965.
- ABU-LUGHOD, Janet L. *Before European Hegemony*. The world system 1250-1350. Nova York, Oxford University Press, 1989.
- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. *Why Nations Fail*. The origins of power, prosperity and poverty. Nova York, Crown Books, 2012.
- ACOSTA SANCHEZ, José. *El Imperialismo Capitalista*. Barcelona, Blume, 1977.
- ACOT, Pascal. *Historia del Clima*. Buenos Aires, El Ateneo, 2005.
- ADAMS, Willi P. *Los Estados Unidos de América*. México, Siglo XXI, 1986.
- ADDA, Jacques. *La Mondialisation de l'Économie*. Paris, La Découverte, 1996.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer*. Il potere sovrano e la nuda vita. Turim, Einaudi, 2005.
- AGAMBEN, Giorgio. *Il Regno e la Gloria*. Per una genealogia teologica dell'economia e del governo. Turim, Bollati Boringhieri, 2009.
- AGARWALA, A. N.; SINGH, S.P. *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2010.
- AGNEW, John; KNOX, Paul. *Geografía Económica Mundial*. Buenos Aires, Docencia, 1999.
- AGUIRRE, Carlos A. (ed.). *Primeras Jornadas Braudelianas*. Buenos Aires, Instituto Mora, sdp.
- AGUIRRE, José F. et al. *Asia y África Negra*. Siglos V al XV. Lima, Salvat, 2005.
- AGUIRRE, José F. et al. *El Impacto de la Revolución Francesa*. Barcelona, Salvat, 2005.
- ALBERDI, Juan Bautista. *Fundamentos da Organização Política da Argentina*. Campinas, Editora da Unicamp, 1994.
- ALBORNOZ, Susana. *O que é Trabalho*. São Paulo, Cortez, 1998.
- ALBUQUERQUE, Luís de. *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1991.
- ALEN LASCANO, Luis C. *Imperialismo y Comercio Libre*. Buenos Aires, Peña Lillo, 1963.
- ALENCASTRE, Amílcar. *A Rebelião dos Povos Coloniais*. Rio de Janeiro, Livraria Prado, sdp.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- ALEXANDRE, Isabel. A colonização científica: algumas considerações. *Estudos* n° 4, São Paulo, FFLCH-USP, outubro 1986.
- ALFANI, Guido. Crisi demografiche, politiche di popolazione e mortalità differenziale (1400-1630). *Popolazione e Storia* 1/2009, Udine, 2009.
- ALIGHIERI, Dante. *Tutte le Opere*. Roma, Newton & Compton, 2012.
- ALIMONDA, Héctor. Acumulação originária: uma revisão. *Estudos* n° 4, São Paulo, FFLCH-USP, outubro 1986.
- ALSTON, Patrick L. *The Transformation of Higher Learning 1860-1930*. Stuttgart, Klett-Cotta, 1982.
- ALTER, Peter. *Unity and Diversity in European Culture*. Nova York, Oxford University Press, 2006.
- ALTVATER, Elmar. *O Preço da Riqueza*. São Paulo, Unesp, 1995.
- ALVAREZ, Alejandro. *The Monroe Doctrine*. Nova York, Oxford University Press, 1924.
- ALVES, João L. *Rousseau, Hegel e Marx*. Lisboa, Horizonte, 1983.
- AMADO, Nilton B. *O Papel dos Recursos Naturais na Reprodução do Processo Econômico*. São Paulo, Tese de Doutorado, Instituto de Energia e Electrotecnia IEE-USP, 2010.
- AMARAL FERLINI, Vera L. *Terra, Trabalho e Poder*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- AMBROSI, Christian. *L'Apogée de l'Europe 1871-1918*. Paris, Masson, 1987.
- AMEAL, João. *História de Portugal*. Porto, Livraria Tavares Martins, 1942.
- AMIN, Samir. *El Desarrollo Desigual*. Barcelona, Planeta-De Agostini, 1986.
- AMIN, Samir. *L'Accumulation à l'Échelle Mondiale*. Paris, Anthropos, 1988.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México, Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ANDERSON, C. W. *The Political Economy of Modern Spain*. Londres, University of Wisconsin Press, 1970.
- ANDERSON, James Maxwell. *The History of Portugal*. Westport, Greenwood Publishing Group, 2000.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- ANDERSON, Perry. Internationalism: a breviary. *New Left Review* n° 14, Londres, março-abril 2002.
- ANDERSON, Perry. *La Pensée Tiède*. Un regard critique sur la culture française. Paris, Seuil, 2005.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto, Afrontamento, 1984.
- ANDERSON, Perry. *O Fim da História*. De Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.
- ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- ANDRADE ARRUDA, José J. A *Grande Revolução Inglesa, 1640-1780*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- ANDRADE ARRUDA, José J. A. *O Brasil no Comércio Colonial (1796-1808)*. São Paulo, Ática, 1980.
- ANDRADE ARRUDA, José J. *Revolução Industrial e Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

ANDRÉANI, Tony. *De la Société à l'Histoire*. Paris, Méridiens Klincksieck, 1989.

ANDREANO, Ralph L. *La Nuova Storia Economica*. Problemi e metodi. Turim, Einaudi, 1975.

ANDREAS, Bert. *La Liga de los Comunistas*. México, Cultura Popular, 1977.

ANDREUCCI, Franco. *Socialdemocrazia e Imperialismo*. I marxisti tedeschi e la politica mondiale 1884-1914. Roma, Riuniti, 1988.

ANDRIEU, Jules. *Notes pour Servir à l'Histoire de la Commune de Paris de 1871*. Paris, Payot, 1971.

ANGELL, Norman. *The Story of Money*. Nova York, Frederick A. Stokes Co., 1929.

ANGHIE, Anthony. *Imperialism, Sovereignty and the Making of International Law*. Cambridge, Cambridge University Press, 2005.

ANGOULEVENT, Anne-Laure. *Hobbes e a Moral Política*. Campinas, Papirus, 1996.

ANTONIELLI, M. et al. *Sindacato e Classe Operaia nell'Età della Seconda Internazionale*. Florença, Sansoni, 1983.

ANWEILER, Oskar. *Los Soviets en Rusia 1905-1921*. Madri, Zero, 1977.

APTHEIKER, Herbert. *Uma Nova História dos EUA*. A revolução americana. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.

ARANTES, Paulo. *Hegel*. São Paulo, Nova Cultural, 2005.

ARCHER, Christon. *World History of Warfare*. Nova York, University of Nebraska Press, 2002.

ARCINIEGAS, Germán. *Biografía del Caribe*. Buenos Aires, Sudamericana, 1973.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2004.

ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

ARENDT, Hannah. *Essai sur la Révolution*. Paris, Gallimard, 1985.

ARICÓ, José. *Marx e América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

ARMSTRONG, Karen. *A History of God*. Londres, Vintage Books, 1999.

ARNAULT, Jacques. *Historia del Colonialismo*. Buenos Aires, Futuro, 1960.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília, Universidade de Brasília, 1986.

ARON, Raymond. *Plaidoyer pour l'Europe Décadente*. Paris, Robert Laffont, 1977.

ARRANZ MÁRQUEZ, Luis. *Alonso del Espinar y las Leyes de 1512-1513*. Madri, Alianza, 1987.

ARRIGHI, Giovanni. *A Ilusão do Desenvolvimento*. São Paulo, Vozes, 1997.

ARRIGHI, Giovanni. *La Geometría del Imperialismo*. México, Siglo XXI, 1978.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro, Contraponto/UNESP, 1996.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*. Rio de Janeiro, Contraponto-UFRJ, 2001.

ARRU, Angiolina. *Clase y Partido en la I Internacional*. El debate sobre la organización entre Marx, Bakunin y Blanqui 1871-1872. Madri, Comunicación, 1974.

ARTOUS, Antoine. *Marx, l'État et la Politique*. Paris, Syllepse, 1999.

ARUFFO, Alessandro. *Il Colonialismo Italiano da Crispi a Mussolini*. Roma, Datanews, 2010.

ASHTON, T. S. *La Revolución Industrial*. México, Fondo de Cultura Económica, 1959.

ASHWORTH, William. *Breve Storia dell'Economia Mondiale*. Bari, Laterza, 1976.

ASPREY, Robert. *The Rise of Napoleon Bonaparte*. Nova York, Basic Books, 2000.

ASSADOURIAN, Carlos S. et al. *Modos de Producción en América Latina*. Córdoba, Pasado y Presente, 1973.

ASTARITA, Carlos. O conflito social no feudalismo. *História & Luta de Classes* nº 14, Cândido Rondon, setembro 2012.

ASTARITA, Tommaso. *Between Salt Water and Holy Water*. A history of Southern Italy. Nova York, W. W. Norton, 2005.

ASTESANO, Eduardo. *Historia Ecológica y Social de la Humanidad*. Buenos Aires, Castañeda, 1979.

ASTESANO, Eduardo. *Historia Socialista de América*. Buenos Aires, Relevo, 1973.

ASTON, T. H.; PHILPIN, C. H. E. (eds.). *Il Dibattito Brenner*. Agricultura e sviluppo economico nell'Europa preindustriale. Turim, Einaudi, 1989.

ASTRADA, Carlos. *Dialéctica e Historia*. Buenos Aires, Juárez Editor, 1969.

ATKINSON, Dorothy. *The End of the Russian Land Commune 1905-1930*. Stanford, Stanford University Press, 1983.

AUBRY, Octave. *Le Second Empire*. Paris, Fayard, 1939.

AUGULHON, Maurice. *1848*. O aprendizado da República. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

AVENAS, Denise. *Teoria e Política no Pensamento de Trotsky*. Lisboa, Delfos, 1973.

AVINERI, Shlomo. *Hegel's Theory of the Modern State*. Londres, Cambridge University Press, 1974.

AVONTO, Luigi. La sierra de la Plata: contributo italiano alla formazione di un mito della conquista americana. *Quaderni* nº 5, São Paulo, Instituto Italiano di Cultura, outubro 1993).

AYAD, Christophe. *Géopolitique de l'Égypte*. Bruxelas, Complexe, 2002.

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo, Editora da Unesp, 2002.

AZÉMA, Jean Pierre; WINOCK, Michel. *Les Communards*. Paris, Seuil, 1964.

- AZEVEDO, J. Lúcio d'. *O Marquês de Pombal e a sua Época*. Lisboa, Seara Nova, 1922.
- BABELON, Jean. *Carlos V*. Barcelona, Vitae, 2003.
- BABINI, José. *El Saber en la Historia*. Buenos Aires, CEAL, 1971.
- BACHERER, Juan Pablo. Sobre la acumulación originaria de capital. *En Defensa del Marxismo* nº 16, Buenos Aires, março 1997.
- BACKHAUS, Jürgen. Sombart's modern capitalism. *Kylos* Vol. 42, nº 4, Nova York, 1989.
- BADIA, Gilbert. *Histoire de l'Allemagne Contemporaine*. Paris, Éditions Sociales, 1962.
- BADIA, Gilbert. *Los Espartaquistas*. Barcelona, Mateu, 1971.
- BAGLIONI, Guido. *L'ideologia della Borghesia Industriale nell'Italia Liberale*. Turim, Einaudi, 1973.
- BAGÚ, Sergio. La estructuración económica en la etapa formativa de la Argentina moderna. *Desarrollo Económico* Vol. 2 nº 1, Buenos Aires, julho-setembro 1961.
- BAGÚ, Sergio. *La Sociedad Colonial*. Buenos Aires, Emecé, 1950.
- BAIROCH, Paul. Europe's Gross National Product: 1800-1975. *Journal of European Economic History* nº 5, 1976.
- BAIROCH, Paul. *Mythes et Paradoxes de l'Histoire Économique*. Paris, La Découverte, 1999.
- BAIROCH, Paul. *Victoires et Déboires*. Histoire économique et sociale du monde. Pais, Gallimard, 1997.
- BAK, Janos (ed.). *The German Peasant War of 1525*. Nova York, Routledge, 2013.
- BAKUNIN, Michael. *Selected Writings*. Nova York, Grove Press, 1974.
- BAKUNIN, Mikhail Alexandrovich. *Textos Anarquistas*. Porto Alegre, L&PM, 1999.
- BAKUNIN, Mikhail et al. *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo, Xamã, 2003.
- BALLESTEROS-GAIBROIS, Maurice et al. *La Découverte de l'Amérique*. Esquisse d'une synthèse. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1968.
- BANDINI, Franco. *Gli Italiani in Africa*. Storia delle guerre coloniali (1882-1943). Milão, Mondadori, 1980.
- BANTI, Alberto Mario. *Il Risorgimento Italiano*. Bari, Laterza, 2011.
- BANTI, Alberto Mario. *Storia della Borghesia Italiana*. Roma, Donzelli, 1996.
- BARAN, Paul A.; SWEZZY, Paul M. *El Capital Monopolista*. México, Siglo XXI, 1976.
- BARAN, Paul. *Economía Política del Crecimiento*. México, Fondo de Cultura Económica, 1975.
- BARBERO, Maria Inés et al. *Historia Económica Mundial*. Buenos Aires, Emecé, 2010.
- BARBOSA DE OLVEIRA, Carlos A. *Processo de Industrialização*. Do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo, Editora Unesp, 2003.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil*. São Paulo, Alameda, 2008.
- BARCLAY, Harold. *People Without Government*. An anthropology of anarchism. Londres, Kahn & Averill, 1982.
- BARNAVE, Antoine. *Introduction à la Révolution Française*. Paris, Association Marc Bloch, 1977.
- BARNES, Barry. *T.S. Kuhn and Social Sciences*. Londres, Macmillan Press, 1982.
- BARNES, H.; KEPNER, C; SOOTHILL, J. *El Imperio del Banano*. Buenos Aires, Instituto de Estudios Latinoamericanos, 1957.
- BARNETT, Vincent. *Marx*. Buenos Aires, Javier Vergara, 2010.
- BARNEY, William L. *Battleground for the Union: the Era of the Civil War and Reconstruction*. Nova York, Prentice Hall, 1990.
- BARREIRA, Aníbal. *Rumos da História*. Porto, Edições ASA, 2003.
- BARRENECHEA, Mariano Antonio. *Historia Estética de la Música*. Buenos Aires, Claridad, 1944
- BARROS ALMEIDA, Néri de. *Que vêm os Historiadores que Estudam a Violência Guerreira Medieval?* Texto apresentado no Simpósio "Guerra e História", realizado no Departamento de História da USP, setembro de 2010.
- BARUCCI, Piero. *Adam Smith e la Nascita della Scienza Economica*. Florença, Sansoni, 1977.
- BASCHET, Jérôme. *La Civilisation Féodale*. De l'an mil à la colonisation de l'Amérique. Paris, Champs Histoire, 2006.
- BASTIDE, Roger. *As Américas Negras*. As civilizações africanas no Novo Mundo. São Paulo, Difel/Edusp, 1974
- BATES, Robert H.; MUDIME, V. Y.; O'BARR, Jean. *Africa and the Disciplines*. The contributions of research in Africa. Chicago, University of Chicago Press, 1993.
- BATTILOSSI, Stefano. *Le Rivoluzioni Industriali*. Roma, Carocci, 2007.
- BATTINI, Michele. *L'Ordine della Gerarchia*. Turim, Bollati Boringhieri, 1995.
- BAUER, Alfredo. *Martin Lutero*. El hombre, la nación y la humanidad. Buenos Aires, Ateneo von Humboldt, 1983.
- BAUER, Otto. *La Cuestión de las Nacionalidades y la Socialdemocracia*. México, Siglo XXI, 1979.
- BAUSANI, Alessandro. *Mahoma*. Buenos Aires, CEAL-Página 12, 1984.
- BAYLE, Constatntino. *Los Cabildos Seculares en la América Espanhola*. La Paz, Los Amigos del Libro, 1978.
- BAYLIN, Bernard. *The Ideological Origins of American Revolution*. Cambridge, Harvard University Press, 1992.
- BEALES, Derek; BIAGINI, Eugenio. *Il Risorgimento e l'Unificazione dell'Italia*. Bolonha, Il Mulino, 2005.
- BEARD, Charles A. *Una Interpretación Económica de la Constitución de los Estados Unidos*. Buenos Aires, Emecé, 1953.
- BEAUD, Michel. *Histoire du Capitalisme*. Paris, Seuil, 1981.
- BEAUDREAU, Bernard C. *How the Second Industrial Revolution Passed Great Britain By*. Nova York, Universe, 2006.

BEAUJARD, Philippe et al. *Histoire Globale, Mondialisations et Capitalisme*. Paris, La Découverte, 2009.

BECKOUICHE, Pierre. *Industrie: un Seul Monde*. Paris, Hatier, 1993.

BEDAYEV, A. Y. *Bolsheviks in the Tsarist Duma*. London, Bookmarks, 1987.

BEER, Max. *História do Socialismo e das Lutas Sociais*. Rio de Janeiro, Laemert, 1968.

BEJAR, Maria D. *Buenos Aires y la Aduana 1809-1862*. Buenos Aires: CEAL, 1984.

BELAVAL, Yves. *Las Filosofías Nacionales. Siglos XIX e XX*. México, Siglo XXI, 1986.

BELENGUER, Ernest. *El Imperio de Carlos V. Las coronas y sus territorios*. Barcelona, Península, 2012.

BELL, David. *Total War*. Nova York, Houghton Mifflin Harcourt, 2007.

BÉLY, Lucien. *Les Relations Internationales em Europe. XVIIè-XVIIIè siècles*. Paris, Presses Universitaires de France, 1992.

BENDIX, Reinhard. *Nation-Building and Citizenship*. Londres, John Wiley & Sons, 1964.

BENEYTO, Juan. *Historia de las Doctrinas Políticas*. Madri, Aguilar, 1950.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BENNASSAR, Bartolomé e Lucile. *1492. Un monde nouveau?* Paris, Perrin, 1991.

BÉNOIT, Francis-Paul. *Aux Origines du Libéralisme et du Capitalisme en France et en Angleterre*. Paris, Dalloz, 2006.

BENOT, Yves. *As Ideologias Políticas Africanas*. Lisboa, Sá da Costa, 1980.

BENSIMON, Fabrice; ENDERS, Armelle. *Le Siècle Britannique. Variations sur une suprématie globale au XIXè siècle*. Paris, Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2012.

BENTHAM, Jeremy. Article on utilitarianism. In: GOLDWORTH, Amnon. *Deontology*. Oxford, Clarendon Press, 1983.

BENTHAM, Jeremy. *Manuel de Sophismes Politiques*. Paris, LGDJ, 1996.

BERENGER, Jean et al. *L'Europe à la Fin du XVIIIè Siècle*. Paris, Sedes, 1985.

BERGER, H. *Organising Interests in Western Europe*. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

BERGERON, Louis et al. *La Época de las Revoluciones Europeas 1780-1848*. México, Siglo XXI, 1989.

BERGERON, Louis. *Les Révolutions Européennes et le Partage du Monde*. Paris, Bordas-Laffont, 1968.

BERLIN, Isaiah. *Pensadores Russos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

BERNAL, J. D. *Science and Industry in the Nineteenth Century*. Bloomington, Indiana University Press, 1970.

BERNARD, Claude; GRUZINSKI, Serge. *Histoire du Nouveau Monde*. Paris, Fayard, 1991.

BERNSTEIN, Eduard. *Ferdinand Lassalle. Le réformateur social*. Paris, Marcel Rivière, 1913.

BERNSTEIN, Eduard. O julgamento de Oscar Wilde. *Entre Passado & Futuro* nº 3, São Paulo, CNPq-Xamã, janeiro 2003.

BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo Teórico y Socialismo Práctico*. Buenos Aires, Claridad, 1966.

BERNSTEIN, Michael. *The Great Depression*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

BERNSTEIN, Peter. *The Power of Gold. The history of an obsession*. Nova York, John Willey & Sons, 2000.

BERNSTEIN, Samuel. *Blanqui*. Paris, François Maspéro, 1970.

BERNSTEIN, William J. *Uma Mudança Extraordinária. Como o comércio revolucionou o mundo*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2009.

BERR, Henri. *L'Histoire Traditionnelle et la Synthèse Historique*. Paris, Librairie Félix Alcan, 1921.

BERTAUX, Daniel. *Destinos Pessoais e Estruturas de Classe*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

BEST, Nicholas. *O Maior Dia da História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

BETHELL, Leslie (ed.). *Historia de América Latina*. Barcelona, Crítica, 1990.

BIANQUIS, Genevieve. *Vida Quotidiana na Alemanha na Epoca Romântica*. Lisboa, Livros do Brasil, 1973.

BIBL, Victor. *Metternich*. Paris, Payot, 1935.

BIENZEBAS CASTAÑO, Enrique. *Rusia en el Siglo XX*. Madri, Akal, 1994.

BIHL, Luc; WILLETTE, Luc. *Une Histoire du Mouvement Consommateur. Mille ans de luttés*. Paris, Aubier, 1994.

BILSKY, Edgardo; COGGIOLA, Osvaldo. *História do Movimento Operário Argentino*. São Paulo, Xamã, 1998.

BIRMINGHAM, David. *A África Central até 1870*. Luanda, ENDIPU, 1992.

BLACKBOURN, David; ELEY, Geoff. *The Peculiarities of German History*. Londres, Oxford University Press, 1984.

BLACKBURN, Robin. *A Queda do Escravismo Colonial, 1776-1848*. Rio de Janeiro, Record, 2002

BLAKE, Robert. *Disraeli*. Nova York, St. Martin's Press, 1966.

BLANQUI, Adolphe-Jerôme. *Histoire de l'Économie Politique en Europe. Depuis les anciens jusqu'à nos jours*. Paris, Librairie Guillaumin, 1882.

BLANQUI, Louis-Auguste. *Écrits sur la Révolution. Textes politiques et lettres de prison*. Paris, Galilée, 1977.

BLANQUI, Louis-Auguste. *Textes Choisis*. Paris, Éditions Sociales, 1955.

BLAUG, Mark. *François Quesnay*. Cheltenham, Elgar Edward, 1991.

BLEANEY, Michael. *Underconsumption Theories*. Nova York, McGraw-Hill, 1976.

BLEGENSEN, Detlef J. *Erich Preiser. Wirken und wirtschaftspolitische Wirkungen eines deutschen Nationalökonomens (1900-1967)*. Berlim, Springer, 2000.

BLOCH, Ernst. *Thomas Münzer, Teólogo da Revolução*. São Paulo, Tempo Brasileiro, 1973.

BLOCH, Marc. *La Société Féodale*. Paris, Payot, 1939.

BLOCH, Marc. *Les Rois Thaumaturges*. Paris, Gallimard, 1983.

BLOOM, Harold. *Shakespeare*. La invención de lo humano. Bogotá, Norma, 2001.

BLOOM, Solomon F. *El Problema Nacional en Marx*. El mundo de las naciones. Buenos Aires, Siglo XXI, 1975.

BLUCHE, Frédéric. *Revolução Francesa*. Porto Alegre, L&PM, 2011.

BLUCHE, Frédéric. *Le Bonapartisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1981.

BOBBIO, Norberto. *Ensaíos Escolhidos*. Sao Paulo, Cardim Editora, sdp.

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo, Brasiliense, 2006.

BOBBIO, Norberto. *O Conceito de Sociedade Civil*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília, Editora UnB, 1986.

BOBBITT, Philip. *A Guerra e a Paz na História Moderna*. Rio de Janeiro, Campus, 2003.

BODIN, Jean. *I Sei Libri dello Stato*. Turim, UTET, 1988.

BOGGS, James. *A Revolução Americana*. São Paulo, Brasiliense, 1969.

BOISSONAT, Jean (ed.). *Deux Siècles de Révolution Industrielle*. Paris, Pluriel - L'Expansion, 1983.

BOLÍVAR, Simon. *L'Unité Impossible*. Textes choisis et présentés par Charles Minguet et Annie Morvan. Paris, François Maspéro, 1983.

BOLÍVAR, Simón. *Obras Completas*. La Habana, Editorial Lex, 1950.

BOND, Rosana; YAZBEK, Mustafá. *Oriente Médio*. São Paulo, Ática, 1997.

BONEFELD, Werner. La permanencia de la acumulación primitiva: fetichismo de la mercancía y constitución social. *Theoria* nº 26, Buenos Aires, julho-dezembro de 2012.

BONELLI, Franco. *La Crisi del 1907*. Turim, Einaudi, 1971.

BONILLA, Heraclio. *El Sistema Colonial en la América Española*. Barcelona, Crítica, 1991.

BONILLA, Heraclio. *Los Conquistados*. 1492 y la población indígena de las Américas. Bogotá, FLACSO, 1992.

BONNELL, Victoria. *Roots of Rebellion*. Worker's politics and organizations in St. Petersburg and Moscow 1900-1914. Berkeley, University of California Press, 1983.

BORGES, Jorge L. *Prosa Completa*. Barcelona, Bruguera, s.d.p.

BORIS, Eileen; LICHTENSTEIN, Nelson (orgs.). *Major Problems in the History of American Workers*. Lexington, D. C. Heath and Company, 1991.

BORISOVICH, Vladimir L. *História Moderna dos Países Árabes*. Moscou, Instituto dos Povos da Ásia, 1969.

BORRIE, W. D. *Historia y Estructura de la Población Mundial*. Madri, Istmo, 1972.

BOSCO-NAITZA, Giovanni. *Il Colonialismo nella Storia d'Italia (1882-1949)*. Florença, La Nuova Italia, 1975.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

BOTTOMORE, Tom; RUBEL, Maximilien. *Sociologia e Filosofia Social de Karl Marx*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

BOUDIN, Louis. *Socialism and War*. Nova York, New Review Publishing Association, 1916.

BOULOISEAU, Marc. *La République Jacobine*. 10 Août 1792 - 9 Thermidor An II. Paris, Seuil, 1969.

BOULOUX, Nathalie. *Culture et Savoirs Géographiques dans l'Italie du XIVe Siècle*. Turnhout, Brepols, 2001.

BOURDÉ, Guy. *L'Industrialisation des Pays de la Plata*. Paris, Université de Paris III, 1980.

BOURGIN, Georges ; RIMBERT, Pierre. *Le Socialisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1986.

BOURGIN, Georges. *La Commune 1870-1871*. Paris, Les Éditions Nationales, 1939.

BOXER, Charles R. *Four Centuries of Portuguese Expansion, 1415-1825*. Berkeley, University of California Press, 1969.

BOXER, Charles R. *The Dutch Seaborne Empire 1600-1800*. Londres, Penguin Books, 1990.

BOXER, Charles R. *The Golden Age of Brazil 1695-1750*. Los Angeles, University of California Press, 1973.

BOYER, Robert. Cinquante ans de relations entre économistes et historiens. *Le Mouvement Social* nº 155. Paris, abril-junho de 1991.

BOYER, Robert; MISTRAL, Jacques. *Accumulazione, Inflazione, Crisi*. Bologna, Il Mulino, 1985.

BRADY, Dorothy S. *Output, Employment, and Productivity in the United States after 1800*. Washington, NBER, 1966.

BRANDÃO, Claudio et al. *História do Direito e do Pensamento Jurídico em Perspectiva*. São Paulo, Atlas, 2012.

BRAUDEL, Fernand. *Civiltà Materiale, Economia e Capitalismo*. Milão, Einaudi, 1982.

BRAUDEL, Fernand. *El Mediterráneo y el Mundo Mediterráneo en la Época de Felipe II*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992.

BRAUDEL, Fernand. *Espansione Europea e Capitalismo 1450-1650*. Bolonha, Il Mulino, 1999.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. *Revista de História*, São Paulo, Universidade de São Paulo, XXXI, (62), 1965.

BRAUDEL, Fernand. *La Dynamique du Capitalisme*. Paris, Arthaud, 1985.

BRAUNTHAL, Julius. *Geschichte der Internationale*. Hannover, Dietz Verlag, 1961.

BRAVERMAN, Harry. *Labor and Monopoly Capital*. Nova York, Monthly Review Press, 1974.

BRAVO, Gian Mario. *História do Socialismo*. Lisboa, Europa-América, 1977.

BRAVO, Gian Mario. *Marx e la Prima Internazionale*. Bari, Laterza, 1979.

BRÉCY, Robert. *La Grève Générale en France*. Paris, EDI, 1969.

BRESCIANI-TURRONI, Constantino. *Economia da Inflação*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1989.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. *Lucro, Acumulação e Crise*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

BRETONE, Mario. *Derecho y Tiempo en la Tradición Europea*. México, Fondo de Cultura Económica, 2000.

BRICIANER, Serge. *Anton Pannekoek y los Consejos Obreros*. Buenos Aires, Schapire, 1975.

BRIGGS, Asa. *Chartist Studies*. Londres, s.n., 1959.

BRIGNOLI, Maurizio. Capitalismo e protestantesimo. *La Contraddizione* nº 135, Roma, abril-junho 2011.

BRIGNOLI, Maurizio. Dio, proprietà, povertà e lavoro: etica protestante e assetti capitalistici. *La Contraddizione* nº 137. Roma, outubro-dezembro 2011.

BRIGNOLI, Maurizio. *Storia dell'Imperialismo*. Naples, La Città del Sole, 2012.

BRINTON, Crane. *Los Jacobinos*. Buenos Aires, Huemul, 1962.

BROADBERRY, Stephen et al. *British Economic Growth 1270-1870*. Londres, University of Warwick, 2012.

BROERS, Michael. *Europe after Napoleon*. Revolution, reaction and romanticism, 1814-1848. Manchester, Manchester University Press, 1996.

BROM, Juan. *Esbozo de Historia de México*. México, Grijalbo, 2003.

BROOK, Timothy. *O Chapéu de Vermeer*. O século XVII e o começo do mundo globalizado. Rio de Janeiro, Record, 2012.

BROTTON, Jerry. *A History of the World in Twelve Maps*. Londres, Penguin Books, 2011.

BROUÉ, Pierre. *Histoire de l'Internationale Communiste*. Paris, Fayard, 1997.

BROUÉ, Pierre. *Le Mouvement Syndical aux États-Unis*. Paris, UNEF-IEP, 1974.

BROUÉ, Pierre. *Le Parti Bolchévique*. Paris, Minuit, 1963.

BROUÉ, Pierre. *Trotsky*. Paris, Fayard, 1994.

BROUÉ, Pierre; DESVAGES, Hubert. *La Rivoluzione*. Dalle rivoluzioni contadine alle rivoluzioni proletarie. Milão, Arnoldo Mondadori, 1979.

BRUCHEY, Stuart. *As Origens do Crescimento Econômico Americano*. Rio de Janeiro, Record, 1966.

BRUHAT, Jean et al. *La Commune de 1871*. Paris, Éditions Sociales, 1960.

BRUIT, Héctor H. América Latina: 500 anos entre a resistência e a revolução. *Revista Brasileira de História* nº 20, São Paulo, março 1990.

BRUIT, Héctor H. Visão ou simulação dos vencidos? A historiografia sobre os índios na conquista da América. *Anais V Congresso ADHILAC*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1990.

BRUNER, Robert F.; CARR, Sean D. *The Panic of 1907*. Lessons learned from the market's perfect storm. Nova Jersey, John Wiley & Sons, 2007.

BRUNHOFF, Suzanne de. *A Moeda em Marx*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

BRUNSCHWIG, Henri. *Le Partage de l'Afrique Noire*. Paris, Flammarion, 1971.

BRUSCHINI-VINCENZINI, Loretta. *Storia della Borsa*. Roma, Newton & Compton, 1998.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (ed.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1960.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

BUCHAN, James. *Desejo Congelado*. Uma investigação sobre o significado do dinheiro. Rio de Janeiro, Record, 2000.

BUHLE, Paul. *Marxism in the United States*. Londres, Verso, 1991.

BUKHÁRIN, Nikolai. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. São Paulo, Nova Cultural, 1986.

BUKHÁRIN, Nikolai. *Economia Política del Rentista*. Barcelona, Laia, 1974.

BUKHÁRIN, Nikolai. *Teoria do Materialismo Histórico*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1970.

BULNES, Gonzalo. *Guerra del Pacífico*. Valparaíso, Sociedad Imprenta Litografía Universo, 1911.

BURCKHARDT, Jacob. *La Civiltà del Rinascimento in Italia*. Roma, Newton & Compton, 1994.

BURGELIN, Henri. *La Société Allemande*. Paris, Arthaud, 1969.

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução na França*. Brasília, Universidade de Brasília, 1980.

BURLEIGH, Nina. *Miragem*. Os cientistas de Napoleão e suas descobertas no Egito. São Paulo, Landscape, 2008.

BURNETT, C.; CONTADINI, A. *Islam and the Italian Renaissance*. Londres, Warburg Institute, 1999.

BURNS, Edward McNall. *História da Civilização Ocidental*. São Paulo, Globo, 1995.

BURY, John. *La Idea del Progreso*. Madri, Alianza, 1973.

CABRAL DE MELLO, Evaldo. *A Fronda dos Mozambos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

CABRAL DE MELLO, Evaldo. *Olinda Restaurada*. Guerra e açúcar no Nordeste 1630-1654. Rio de Janeiro/São Paulo, Forense Universitária/Edusp, 1975.

CABRAL, Alexandre. *Notas Oitocentistas*. Lousã, Platano Editora, 1973.

CACÉRÈS, Benigno. *Le Mouvement Ouvrier*. Paris, Seuil, 1967.

CAIN, P. J.; HOPKINS, A. G. *British Imperialism 1688-2000*. Edimburgo, Logman-Pearson Education, 2001.

CAIN, P.J.; HOPKINS, A.G. Gentlemanly capitalism and British expansion overseas: new imperialism 1850-1945. *Economic History Review*, Londres, Vol. 40, nº 1, 1987.

CAIRE, Guy. *Les Syndicats Ouvriers*. Paris, Presses Universitaires de France, 1971.

CALAMITA, Umberto. Il tempo delle ciliegie. *La Contraddizione* nº 135, Roma, abril-junho 2011.

CALLAEY, Eduardo. *Il Mito della Rivoluzione Massonica*. Milão, Marco Tropea, 2010.

CALMETTE, Jean. *História Breve do Feudalismo*. Lisboa, Verbo, 1968.

CAMERON, Rondo. *La France et le Développement Économique de l'Europe 1800-1914*. Paris, Seuil, 1971.

CAMERON, Rondo. *Storia Economica del Mondo*. Bolonha, Il Mulino, 1993.

CAMPANELLA, Francesco (ed.). *I Difficili Rapporti tra Economia e Storia*. Como, Íbis, 1989.

CAMPANINI, Massimo. *Storia del Medio Oriente*. Bolonha, Il Mulino, 2006.

CAMUS, Albert. *L'Homme Révolté*. Paris, Gallimard, 1951.

CANCLINI, Arnaldo. *Leyendas de la Patagonia*. Buenos Aires, Planeta, 1998.

CANDELORO, Giorgio. *Le Origini del Risorgimento*. Milão, Feltrinelli, 1961.

CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. Brasília, Universidade de Brasília-Melhoramentos, 1981.

CANFORA, Luciano. *1914*. Palermo, Sellerio, 2006.

CANFORA, Luciano. *La Democrazia*. Storia di un'ideologia. Bari, Laterza, 2010.

CANNAC, René. *Netchaïev, du Nihilisme au Terrorisme*. Aux sources de la Révolution Russe. Paris, Payot, 1961.

CAPELA, José. *O Imposto da Palhota e a Introdução do Modo de Produção Capitalista nas Colônias*. Porto, Afrontamento, 1977.

CARDOSO, Ciro F. S. *Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas*. Guiana Francesa e Pará (1750-1817). Rio de Janeiro, Graal, 1984.

CARDOSO, Ciro F. S. Porque os seres humanos agem como agem? As respostas baseadas na natureza humana e seus críticos. *Revista de História* nº 167, São Paulo, FFLCH-USPP, julho/dezembro 2012.

CARDOSO, Ciro F.S.; PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. *Centro América y la Economía Occidental (1520-1930)*. San José, Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1983.

CAREW, Jan. Columbus and the origins of racism in America. *Race and Class* nº 4, Londres, 1988.

CARMAGNANI, M.; VERCELLI, A. (eds.). *Economia e Storia*. Firenze, La Nuova Italia, 1978.

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. São Paulo, Papirus, 2011.

CAROCCI, Giampiero. *L'Età dell'Imperialismo (1870-1918)*. Bolonha, Il Mulino, 1979.

CAROCCI, Giampiero. *Storia d'Italia dall'Unità ad Oggi*. Milão, Feltrinelli, 1989.

CAROLI, R.; GATTI, F. *Storia del Giappone*. Bari, Laterza, 2006.

CARON, Jean-Claude. *1848, le Printemps des Peuples*. Paris, Le Monde, 2012.

CARONE, Edgar. *A Il Internacional*. São Paulo, Edusp-Anita Garibaldi, 1993.

CARONE, Edgar. *A Internacional Comunista*. *Entre Passado & Futuro* nº 2, São Paulo, Universidade de São Paulo, setembro 2002.

CARR, E. H. *The Bolshevik Revolution*. Londres, Pelikan Books, 1977.

CARR, Raymond. *Spain 1808-1939*. Londres, Oxford University Press, 1966.

CARRASCO, Raphaël. *L'Espagne Classique 1474-1814*. Paris, Hachette, 1992.

CARRÉ, Olivier. *Le Nationalisme Arabe*. Paris, Fayard, 1993.

CARRÈRE D'ENCAUSSE, Hélène; SCHRAM, Stuart. *Le Marxisme et l'Asie*. Paris, Armand Colin, 1965.

CARSTEN, Francis L. *Le Origini della Prussia*. Bolonha, Il Mulino, 1982.

CASABLANCA, Adolfo. *La Crisis del 90*. Buenos Aires, Editora Abril, 1989.

CASSOLA, Carlo. *La Lezione della Storia*. Milão, Rizzoli, 1978.

CASTEL, Robert. *Les Métamorphoses de la Question Sociale*. Paris, Fayard, 1995.

CASTELLS, Manuel. *La Teoria Marxista de las Crisis y las Transformaciones del Capitalismo*. México, Siglo XXI, 1978.

CASTELLS, Manuel. *Problemas de Investigación de Sociología Urbana*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1972.

CASTELOT, André. *La Diplomazia del Cinismo*. La vita e l'opera di Talleyrand l'inventore della politica degli equilibri dalla Rivoluzione Francese alla Restaurazione. Milão, Rizzoli, 1982.

CASTIGLIONE, Marta. *Alemania en 1848*. Revolución y contrarrevolución. Buenos Aires, CEAL, 1973.

CASTRONOVO, Valerio (ed.). *Storia della Economia Mondiale*. Roma-Bari, Laterza, 2009.

CASTRONOVO, Valerio. *L'Industria italiana dall'Ottocento a Oggi*. Milão, Oscar Mondadori, 1980.

CATHERWOOD, Christopher. *A Loucura de Churchill*. Os interesses britânicos e a criação do Iraque moderno. Rio de Janeiro, Record, 2006.

CATTON, Bruce. *Reflections on the Civil War*. Nova York, Doubleday Books, 1981.

CATTON, Bruce. *Short History of the Civil War*. Nova York, Dell, 1972.

CAZADERO, Manuel. *Desarrollo, Crisis e Ideologia en la Formación del Capitalismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986.

CEM/RS. *Os Trabalhos e os Dias*. Ensaios de interpretação marxista. Passo Fundo, UPS, 2000.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980.

CERRONI, Umberto. *Introducción a la Ciencia de la Sociedad*. Barcelona, Crítica, 1978.

CÉSPEDES, Augusto. *El Dictador Suicida*. 40 años de historia de Bolívia. La Paz, Juventud, 1968.

CHABOD, Federico. *Storia dell' Idea d'Europa*. Roma-Bari, Laterza, 2010.

CHADWICK, Owen. *The Secularization of the European Mind in the 19th Century*. Nova York/Melbourne, Cambridge University Press, 1993.

CHAMBERLAIN, H. S. *La Génèse du XIXè Siècle*. Paris, Payot, 1913.

CHANCELLOR, Edward. *Devil Take the Hindmost*. A history of financial speculation. Nova York, Plume, 2000.

CHANDA, Nayan. *Sem Fronteira*. Os comerciantes, missionários, aventureiros e soldados que moldaram a globalização. Rio de Janeiro, Record, 2011.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada*. São Paulo, Unesp, 2003.

CHARLE, Christophe. *História das Universidades*. São Paulo, Unesp, 1996.

CHARLE, Christophe. *Los Intelectuales en el Siglo XIX*. Madri, Siglo XXI, 2000.

CHARTIER, Roger. *Origens Culturais da Revolução Francesa*. São Paulo, Editora Unesp, 2001.

CHATELET, François (ed.). *História da Filosofia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo, Ática, 1994.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. *Crítica y Emancipación* nº 1, Buenos Aires, CLACSO, junho 2008.

CHAUNU, Pierre. *Expansão Europeia do Século XIII ao XV*. São Paulo, Pioneira, 1975.

CHAUNU, Pierre. *História da América Latina*. São Paulo, Difel, 1981.

CHAUSSINAND-NOUGARET, Guy. *A Queda da Bastilha*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.

CHESNEAUX, Jean. *I Movimenti Contadini in Cina nel XIX e nel XX Secolo*. Bari, Laterza, 1973.

CHESNEAUX, Jean. *La Cina*. Turim, Einaudi, 1974.

CHESTERTON, G. K. *Breve Historia de Inglaterra*. Buenos Aires, Austral, 1944.

CHEVALIER, Louis. *Classes Laborieuses et Classes Dangereuses à Paris pendant la Première Moitié du XIXe Siècle*. Paris, Édition Perrin, 2002.

CHIARAMONTE, José Carlos. *El Mito de los Orígenes en la Historiografía Latinoamericana*. Buenos Aires, Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, sdp.

CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano*. A verdadeira história da guerra do Paraguai. São Paulo, Brasiliense, 1979.

CHIBBER, Vivek. O que vive e o que está morto na teoria marxista da história. *Crítica Marxista* nº 35, São Paulo, outubro 2012.

CHICKERING, Roger. *Imperial Germany and the Great War 1914-1918*. Nova York, Cambridge University Press, 2001.

CHIVILÓ, Matias (org). *Programas del Movimiento Obrero y Socialista*. Desde el Manifiesto Comunista hasta nuestros días. Buenos Aires, Rumbos, 2013.

CHOMSKY, Noam. *Hegemonía o Supervivencia*. La estrategia imperialista de EE. UU. Barcelona, Ediciones B, 2005.

CHUDACOFF, Howard P. *A Evolução da Sociedade Urbana*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

CHUST, Manuel. Las Cortes de Cádiz y el autonomismo americano, 1808-1817. *Historia y Sociedad* nº 12, Medellín, Universidad Nacional de Colombia, novembro 2006.

CIPOLLA, Carlo et al. *La Decadencia Económica de los Imperios*. Madri, Alianza, 1989.

CIPOLLA, Carlo M. *Conquistadores, Piratas, Mercaderes*. México, Fondo de Cultura Económica, 2001.

CIPOLLA, Carlo M. *História Econômica da Europa Pré-Industrial*. Lisboa, Edições 70, 1974.

CIPOLLA, Carlo M. *História Econômica da População Mundial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

CIUFOLETTI, Zeffiro, *L'Emigrazione nella Storia d'Italia dal 1868 al 1914*. Florença, Vallecchi, 1978.

CLARK, Christopher. *Les Somnabules*. Eté 1914: comment l'Europe a marché vers la guerre. Paris, Flammarion, 2014.

CLARK, Victor Selden. *Studies in the Latin of the Middle Ages and the Renaissance*. Lancaster, The New Era Printing Company, 1900.

CLASTRES, Pierre. *La Sociedad contra el Estado*. Buenos Aires, Tierra del Sur, 2011.

CLAUDIN, Fernando. *Marx, Engels y la Revolución de 1848*. México, Siglo XXI, 1976.

CLAUSEWITZ, Carl von. *A Campanha de 1812 na Rússia*. São Paulo, Martins Fontes, 1994.

CLAUSEWITZ, Karl von. *De la Guerra*. Barcelona, Labor, 1984.

CLEMENTI, Hebe. *La Abolición de La Esclavitud em Norteamérica*. Buenos Aires, La Pléyade, 1974.

CLIFF, Nigel. *Guerra Santa*. Como as viagens de Vasco da Gama transformaram o mundo. São Paulo, Globo, 2012.

CLOUGH, Shepard B. ; RAPP, Richard T. *Storia Economica d'Europa*. Roma, Riuniti, 1984.

CLYDESDALE, Greg. *Cargas*. A história do transporte de mercadorias de 618 até hoje. Rio de Janeiro, Record, 2012.

COBBAN, Alfred. *A Interpretação Social da Revolução Francesa*. Lisboa, Gradiva, 1988.

COGGIOLA, Osvaldo (org). *Economia e História: Questões*. São Paulo, Humanitas, 2002.

COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Marx & Engels na História*. São Paulo, Humanitas, 1996.

COGGIOLA, Osvaldo. 1492-1992: el capitalismo festeja su senilidad. *En Defensa del Marxismo* nº 3, Buenos Aires, abril 1992.

COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Chinesa*. São Paulo, Moderna, 1984.

COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Francesa e seu Impacto na América Latina*. São Paulo, Edusp-CNPq, 1990.

COGGIOLA, Osvaldo. Ciclos longos e crises econômicas. *Estudos* n° 34, São Paulo, USP-FFLCH, novembro 1992.

COGGIOLA, Osvaldo. *Da Revolução industrial ao Movimento Operário*. As origens do mundo contemporâneo, Porto Alegre, Pradense, 2010.

COGGIOLA, Osvaldo. História e contemporaneidade. *Entre Passado & Futuro* n° 1, São Paulo, CNPq-Xamã, julho 2002.

COGGIOLA, Osvaldo. *Introdução à Teoria Econômica Marxista*. São Paulo, Boitempo, 1998.

COGGIOLA, Osvaldo. *Islã Histórico e Islamismo Político*. Porto Alegre, Editora Pradense, 2011.

COGGIOLA, Osvaldo. La crisis de 1873 y la Gran Depresión. *En Defensa del Marxismo* n° 39, Buenos Aires, agosto-setembro 2010.

COGGIOLA, Osvaldo. *O Capital Contra a História*. São Paulo, Pulsar, 2003.

COHEN, Gerald A. *Karl Marx's Theory of History: a Defense*. Princeton, Princeton University Press, 1978.

COLAJANNI, Napoleone. *Storia della Banca in Italia da Cavour a Ciampi*. Roma, Newton & Compton, 1995.

COLARIZZI, Simona. *Storia del Novecento Italiano*. Milão, BUR, 2007.

COLE, G. D. H. *Historia del Pensamiento Socialista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1976.

COLE, G. D. H. *Introducción a la Historia Económica*. México, Fondo de Cultura Económica, 1973.

COLE, J. R. I. *Colonialism and Revolution in the Middle East*. Nova York, Princeton University Press, 1992.

COLEMAN, Stephen. *Daniel De Leon*. Manchester, Manchester University Press, 1990.

COLL, Steve. *Los Bin Laden*. Una família árabe en un mundo sin fronteras. Barcelona, RBA, 2008.

COLLETTI, Lucio (org.). *El Marxismo y el Derrumbe del Capitalismo*. México, Siglo XXI, 1978.

COLLOTTI PISCHEL, Enrica. *Storia dell'Asia Orientale 1850-1949*. Roma, Carocci, 2004.

COLLOTTI PISCHEL, Enrica. *Storia della Rivoluzione Cinese*. Roma, Carocci, 2002.

COLOMBO, Cristóvão. *Diários da Descoberta da América*. Porto Alegre, L&PM, 1998.

COMELLAS, José Luis. *Historia de España Moderna y Contemporánea*. Madri, Rialp, 1979.

CONTE, Giuliano. *Da Crise do Feudalismo ao Nascimento do Capitalismo*. Lisboa, Presença, 1979.

CONTI, Paola. *Storia delle Migrazioni Internazionali*. Bari, Laterza, 2007.

COPELAND, Dale C. Economic interdependence and war. *International Security*, Vol. 20, n° 4, MIT-Harvard, primavera 1996.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine; MONIOT, Henri. *África Negra de 1800 a Nuestros Dias*. Barcelona, Labor, 1985.

COQUIN, François-Xavier. *1905 : la Révolution Russe Manquée*. Bruxelas, Complexe, 1985.

CORBISIER, Roland. *Enciclopédia Filosófica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987.

CORDINGLY, David. *Storia della Pirateria*. Milão, Oscar Mondadori, 2003.

CORTEZ, Hernan. *O Fim de Montezuma*. Relatos da conquista do México. Porto Alegre, L&PM, 1996.

COSIO VILLEGAS, Daniel et al. *Historia Mínima de México*. México, El Colegio de México, 2001.

COSSÍO DEL POMAR, Felipe. *El Mundo de los Incas*. México, Fondo de Cultura Económica, 1969.

COSTANTINI, Pablo. *Inglaterra: Laborismo y Sindicatos*. Buenos Aires, CEAL, 1974.

COTTA, Alain. *Le Capitalisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1977.

COTTRET, Bernard. *Calvin: A Biography*. Grand Rapids, B. Eerdmans, 2000.

COURT, W. H. B. *A Concise Economic History of Britain*. Londres, Cambridge University Press, 1954.

CRAFTS, N. F. R. Industrial Revolution in England and France: some thoughts on the question "Why was England First?" *The Economic History Review* Vol. 30, n° 3. Londres, agosto de 1977.

CRAIG NATION, R. *War on War*. Lenin, the Zimmerwald left and the origins of communist internationalism. Durham, Duke University Press, 1989.

CRAIG, Gordon. *Storia della Germania 1866-1945*. Roma, Riuniti, 1983.

CRANKSHAW, Edward. *The Shadow of the Winter Palace*. The drift to revolution 1825-1917. Londres, Papermac, 1986.

CROCE, Benedetto. *Materialismo Histórico e Economia Marxista*. São Paulo, Centauro, 2011.

CROCE, Benedetto. *Storia d'Europa nel Secolo Decimonono*. Roma, Adelphi, 1993.

CROKAERT, Jacques. *La Méditerranée Américaine*. Paris, Payot, 1927.

CROSBY, Alfred. W. *A Mensuração da Realidade*. A quantificação e a sociedade ocidental 1250-1600. São Paulo, Unesp-Cambridge University Press, 1999.

CROSSMAN, Raymond. *Biografia del Estado Moderno*. México, Fondo de Cultura Económica, 1973.

CROUCHELY, A. E. *The Economic Development of Modern Egypt*. Londres, Penguin, 1938.

CROUZET, Maurice (ed.). *História Geral das Civilizações*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1958.

CROWLEY, Roger. *Impérios do Mar*. A batalha final entre cristãos e muçulmanos pelo controle do Mediterrâneo 1521-1580. São Paulo, Três Estrelas, 2014.

CRUZ HERNÁNDEZ, Manuel. *Historia del Pensamiento en el Mundo Islámico*. Madri, Alianza, 1996.

CUEVAS, Joaquín. *Negación y Reafirmación de la Ley de Tendencia Decreciente de la Tasa de Ganancia*. Slp, 2012.

CUSIN, Fabio. *Antistoria d'Italia*. Milão, Oscar Mondadori, 1972.

- D'ALBERGO, Salvatore. Imperialismo e istituzioni. *La Contraddizione* nº 36, Roma, 1993.
- DALLA ZUANA, Giampiero; ROSINA, Alessandro. Differenze demografiche all'alba dell'era moderna. *Popolazione e Storia* 1/2009, Udine, 2009.
- DALLEMAGNE, Jean-Luc et al. *L'Inflation*. Paris, François Maspéro, 1976.
- DALOTEL, Alain. *Aux Origines de la Commune*. Le mouvement des réunions publiques a Paris 1868-1870. Paris, François Maspéro, 1980.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *La Nouvelle Raison du Monde*. Essai sur la société néolibérale. Paris, La Découverte, 2010.
- DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução*. O submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- DAUPHIN-MEUNIER, Albert. *Histoire de la Banque*. Paris, PUF, 1968.
- DAUZAT, Albert. *L'Europe Linguistique*. Paris, Payot, 1940.
- DAVID, Marcel. *Los Trabajadores y el Sentido de su Historia*. Madri, Zero, 1976.
- DAVIS, David Brion. *The Problem of Slavery in the Age of Revolution 1770-1823*. Londres, Cornell University Press, 1975.
- DAVIS, Mike. *Holocaustos Coloniais*. Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, Record, 2002.
- DAVIS, Ralph. *La Europa Atlántica*. Desde los descubrimientos hasta la industrialización. Mexico, Siglo XXI, 1989.
- DE CASTRO, Xavier. *La Découverte du Japon par les Européens (1543-1551)*. Paris, Chandeigne, 2013.
- DE CECCO, Marcello. *Economia e Finanza Internazionale del 1890 al 1914*. Bari, Laterza, 1971.
- DE CECCO, Marcello. *The International Gold Standard: Money and Empire*. Londres, Francis Pinter, 1984.
- DE MICHELI, Mario. *Las Vanguardias Artísticas del Siglo XX*. Madri, Alianza, 1980.
- DE RAMÓN, Armando et al. *La Gestión del Mundo Hispanoamericano*. Santiago de Chile, Andrés Bello, 1992.
- DE ROOVER, Raymond. *Money, Banking, and Credit in Medieval Bruges*. Italian merchant-bankers, lombards, and money-changers, a study in the origins of banking. Cambridge, The Medieval Academy of America, 2007.
- DE RUGGIERO, Guido *El Concepto del Trabajo en su Génesis Histórica*. Buenos Aires, La Pléyade, 1973.
- DE SAES, Laurent. Coletivismo agrário e tendências individualistas na França pré-revolucionária. *Revista de História* nº 161, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2º semestre 2009.
- DE VRIES, Jan. *La Urbanización de Europa 1500-1800*. Barcelona, Crítica, 1987.
- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo, Edusp, 1971.
- DEANE, Phyllis. *A Evolução das Ideias Econômicas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- DEANE, Phyllis. *A Revolução Industrial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- DEBORD, Guy. 14 thèses sur la Commune de Paris. *Internationale Situationniste* nº 7, Paris, abril 1962.
- DEBOUZY, Marianne. *El Capitalismo Salvaje en Estados Unidos*. Buenos Aires, Ediciones de la Flor, 1974.
- DEBOUZY, Marianne. *Travail et Travailleurs aux États-Unis*. Paris, La Découverte, 1990.
- DEFOE, Daniel. *Uma História da Pirataria*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.
- DEL BOCA, Angelo. *La Storia Negata*. Vicenza, Neri Pozza, 2009.
- DEL ROSAL, Amaro. *Los Congresos Obreros Internacionales en el Siglo XIX*. Barcelona, Grijalbo, 1975.
- DEL TESTA, David W. (Ed.). *Global History*. Cultural encounters from Antiquity to the Present. Nova York, Sharpe, 2004.
- DEL VALLE DE SILES, Maria Eugenia. *Historia de la Rebelión de Tupac Catari*. La Paz, Don Bosco, 1990.
- DELANNOI, Gil; TAGUIEFF, Pierre-André. *Nationalismes en Perspective*. Paris, Berg International, 2001.
- DELAS, Jean-Pierre. *Le Mouvement Ouvrier*. Naissance et reconnaissance (XIX-XX siècles). Paris, Nathan, 1991.
- DELAUNAY, Jacques. *La Diplomacia Secreta Durante las Dos Guerras Mundiales*. Buenos Aires, Norma, 2009.
- DELGADO, Gloria. *Historia de México*. México, Logman de México, 1996.
- DELMAS, Philippe. *Le Maître des Horloges*. Paris, Odile Jacob, 1991.
- DENIS, Henri. *Storia del Pensiero Economico*. Milão, Mondadori, 1980.
- DESANTI, Dominique. *Flora Tristan, la Femme Revoltée*. Paris, Hachette 1980.
- DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky*. El profeta armado. México, ERA, 1976.
- DEVOTO, Fernando. *Braudel y la Renovación Histórica*. Buenos Aires, CEAL, 1991.
- DIAMOND, Jared. *Armi, Acciaio e Malattie*. Breve storia del mondo negli ultimi tredicimila anni. Turim, Einaudi, 2000.
- DIAS, Jill; ALEXANDRE, Valentim. *O Império Africano (1825-1890)*. Lisboa, Estampa, 1998.
- DÍAZ DEL CASTILLO, Bernal. *Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España*. México, Porrúa, 1955.
- DÍAZ, Hernán. La independencia de Cuba y el imperialismo norteamericano. *En Defensa del Marxismo* nº 20, Buenos Aires, maio 1998.
- DICKINSON, H. T. *Libertad y Propiedad*. Ideología política británica del siglo XVIII. Buenos Aires, Eudeba, 1981.
- DIFFIE, Bailey W. *Foundations of the Portuguese Empire, 1415-1580*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1977.

DILLON SOARES, Gláucio Ary. *A Questão Agrária na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

DISNEY, A. R. *A History of Portugal and the Portuguese Empire*. Nova York, Cambridge University Press, 2009.

DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

DOBB, Maurice. *Economía Política y Capitalismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1961.

DOBYNS, H. F. *The Number Become Thinned*. Knoxville, University of Tennessee Press, 2004.

DOLLÉANS, Edouard. *Histoire du Mouvement Ouvrier*. Paris, Armand Colin, 1946.

DOLLÉANS, Edouard. *Le Chartisme (1831-1848)*. Paris, Marcel Rivière, 1949.

DOMMANGET, Maurice. *Babeuf et la Conjuración des Égaux*. Paris, Spartacus, 1989.

DOMMANGET, Maurice. *Blanqui*. Paris, EDI, 1970.

DONATO, Maurizio. La relazione nascosta. Sulla natura materiale del salario e dello sfruttamento. *Dialettica e Filosofia*, Teramo, 2013.

DONGHI, Tulio Halperin. *Guerra y Revolución*. La formación de una elite dirigente en la Argentina criolla. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1972.

DONGHI, Túlio Halperin. *Historia Contemporânea de América Latina*. Madri, Alianza, 1976.

DONINI, Ambrogio. *Breve Storia delle Religioni*. Roma, Newton Compton, 1994.

DORATIOTO, Francisco F. *Maldita Guerra*. Nova história da guerra do Paraguai. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

DORFMAN, Adolfo. *Historia de la Industria Argentina*. Buenos Aires, Hyspamérica, 1986.

DOSTALLER, Gilles. *Marx, la Valeur et l'Économie Politique*. Paris, Anthropos, 1978.

DOTTI, Ugo. *Storia degli Intelletuali in Italia*. Roma, Riuniti, 1999.

DOWD, Douglas. *Storia del Capitalismo Americano dal 1776*. Milão, Mazzotta, 1976.

DOWIDAR, M. H. *L'Économie Politique*. Une science sociale. Paris, François Maspéro, 1981.

DOYON, Pierre. *Le Mercantilisme*. Paris, Flammarion, 1963.

DOZER, Donald Marquand. *América Latina: uma Perspectiva Histórica*. Porto Alegre, Globo, 1974.

DRAPER, Hal. Marx y Simón Bolívar. *Desarrollo Económico* n° 30-31, Buenos Aires, dezembro 1968.

DROZ, Jacques. *Histoire Générale du Socialisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1974.

DUBOIS, Raoul. *A l'Assaut du Ciel*. Paris, Les Éditions Ouvrières, 1991.

DUBY, Georges. *L'Europe Pré-industrielle XIe-XIIIe Siècles*. Paris, Mouton, 1968.

DUFOUR, Jean-Louis. *Les Crises Internationales*. Bruxelles, Complexe, 2000.

DUMAS, Veronique. Crise: les leçons de l'histoire. *Historia* n° 229, Paris, janeiro 2013.

DUMONT, Fernand. *La Dialéctica del Objeto Económico*. Barcelona, Península, 1972.

DUNN, John. *Setting the People Free*. The story of democracy. Londres, Atlantic Books, 2005.

DUNN, John. *The Political Thought of John Locke*. Londres-Nova York, Cambridge University Press, 1969.

DUNN, Ross E. *The Adventures of Ibn Battuta*. Los Angeles, University of California Press, 2005.

DUPUY, Aimé: *1870/1871. La Guerra, la Comune e la Stampa*. Roma, Samonà e Savelli, 1970.

DUROSELLE, Jean Baptiste. *A Europa de 1815 aos Nossos Dias*. São Paulo, Pioneira, 1985.

DUROSELLE, Jean Baptiste; RENOUVIN, Pierre. *Introducción a la Historia de las Relaciones Internacionales*. México, Fondo de Cultura Económica, 2001.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Tudo Império Perecerá*. Teoria das relações internacionais. Brasília, UnB, 2000.

DUSSEL, Enrique. *A Produção Teórica de Marx*. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

DUSSEL, Enrique. *El Encubrimiento del Outro*. Hacia el origen del mito de la modernidad. México, Cambio XXI, 1994.

DUSSEL, Enrique. *El Último Marx (1863-1882) y la Liberación Latinoamericana*. México, Siglo XXI, 1990.

DUSSEL, Enrique. *Política de la Liberación*. Historia mundial y crítica. Madri, Trotta, 2007.

DUVEAU, Georges. *1848*. Paris, Gallimard, 1965.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo, Unesp/Boitempo, 1997.

EATWELL, John; ROBINSON, Joan. *Introducción a la Economía Moderna*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992.

EDWARDS, Stewart (ed.). *Selected Writings of Pierre-Joseph Proudhon*. Londres, Anchor Books, 1969.

EDWARDS, Stewart. *The Paris Commune: 1871*. Devon, Victorian & Modern History Book Club, 1971.

EHRENBURG, Ilya. *La Conspiración de los Iguales*. Buenos Aires, Cauce, 1956.

EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do Capital*. Uma história do sistema monetário internacional. São Paulo, Editora 34, 2000.

EIDELMAN, Ariel. El joven Marx y el debate del Estado moderno. *Hic Rhodus* n° 4, Buenos Aires, Universidade de Buenos Aires, junho 2013.

ELLEINSTEIN, Jean. *Reflexions sur la Commune de 1871*. Paris, Julliard, 1971.

ELLIOTT, John H. et al. *Revoluciones y Rebeliones en la Europa Moderna*. Madri, Alianza, 1984.

ELLIOTT, John H. *La Spagna Imperiale 1469-1716*. Bolonha, Il Mulino, 2012.

ELLISON, Herbert J. Economic modernization in Imperial Russia: purposes and achievements. *Journal of Economic History*, Vol. 25, n° 4, Cambridge, 1965.

ELLSWORTH, P. T. *Economía Internacional*. São Paulo-Brasília, Atlas-INL, 1973.

ELSTER, Jon. *Making Sense of Marx*. Cambridge, Harvard University Press, 1985

EMMANUEL, Arghiri et al. *Imperialismo y Comercio Internacional*. El intercambio desigual. Córdoba, Pasado y Presente, 1971.

EMMANUEL, Arghiri. *O Intercâmbio Desigual*. São Paulo, Globo, 1977.

ENDRESS, Gerhard. *Introduzione alla Storia del Mondo Muçulmano*. Venezia, Marsilio Editori, 1996.

ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Boitempo, 2008.

ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Buenos Aires, Claridad, 1967.

ENGELS, Friedrich. *Dialectics of Nature*. Moscou, Progress Publishers, 1966.

ENGELS, Friedrich. *La Guerra de Campesinos en Alemania*. Buenos Aires, Claridad, 1971.

ENGELS, Friedrich. *Note sulla Guerra Franco-Prussiana del 1870/71*. Milão, Pantarei, 1996.

ENGELS, Friedrich. *O Socialismo Jurídico*. São Paulo, Ensaio, 1991.

ENGELS, Friedrich. *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro, Vitória, 1962.

ENGELS, Friedrich. *Princípios de Comunismo e Outros Textos*. São Paulo, Mandacaru, 1990.

ENGELS, Friedrich. *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*. Lisboa, Avante, 1981.

ENGELS, Friedrich. *Socialisme Utopique et Socialisme Scientifique*. Paris, Editions Sociales, 1973.

ENGELS, Friedrich. *Violência e Economia na Instauração do Novo Império Alemão*. Porto, Escorpião, 1974.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Conversaciones con Marx y Engels*. Barcelona, Anagrama, 1974.

ERLANGER, Philippe. *Carlos V*. Barcelona, Salvat, 1986.

ERUSALIMSKIJ, Arcadij Samsonovic. *Da Bismarck a Hitler*. L'imperialismo tedesco. Roma, Riuniti, 1967.

ESCALANTE, Pablo et al. *Nueva Historia Mínima de México*. México, El Colegio de México, 2004.

ESTEY, J. A. *Tratado sobre los Ciclos Económicos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1948.

EXQUEMELIN, Alexandre Olivier. *Piratas de América*. Barcelona, Barral, 1971.

FACIO, Rodrigo. *Trayectoria y Crisis de la Federación Centroamericana*. San José, Imprenta Nacional, 1949.

FAGE, J.D. *História da África*. Lisboa, Edições 70, 1995.

FAIRBANKS, John K. *China, una Nueva Historia*. Barcelona, Andrés Bello, 1996.

FALCON, Francisco J. C. *A Época Pombalina*. Política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo, Ática, 1982.

FALCÓN, Ricardo. *El Mundo del Trabajo Urbano (1890-1914)*. Buenos Aires, CEAL, 1986.

FANN, K. T.; HODGES, D. C. *Readings in US Imperialism*. Boston, Porter Sargent, 1971.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Globo, 1976.

FAROQHI, Suraiya et al. *An Economic and Social History of the Ottoman Empire*. Nova York, Cambridge University Press, 1994.

FAURE, Alan; RANCIÈRE, Jacques. *La Parole Ouvrière 1830-1851*. Paris, UGE, 1976.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura Global*. Petrópolis, Vozes, 1994.

FEBVRE, Lucien. *L'Europa*. Storia di una civiltà. Milão, Feltrinelli, 1999.

FEJTŐ, François. *Réquiem pour un Empire Défunt*. Histoire de la destruction de l'Autriche-Hongrie. Paris, Lieu Commun, 1988.

FERACINE, Luiz. *Erasmus de Rotterdam*. São Paulo, Escala, 2011.

FERGUSON, J. Halcro. *El Equilibrio Racial em América Latina*. Buenos Aires, EUDEBA, 1963.

FERGUSON, Neil. *Marxist History of the World*. Londres, Pluto Press, 2013.

FERGUSON, Niall. *A Ascensão do Dinheiro*. A história financeira do mundo. São Paulo, Planeta, 2009.

FERGUSON, Niall. *A Lógica do Dinheiro*. Riqueza e poder no mundo moderno 1700-2000. Rio de Janeiro, Record, 2007.

FERGUSON, Niall. *Civilização*. Ocidente x Oriente. São Paulo, Planeta, 2012.

FERGUSON, Niall. *Colossus*. The rise and fall of American empire. Londres, Allen Lane, 2004.

FERGUSON, Niall. *Império*. Como os britânicos fizeram o mundo moderno. São Paulo, Planeta, 2010.

FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado*. São Paulo, Hucitec, 1977.

FERNANDES, Fúlvio. Inflação e capitalismo. *Estudos* nº 38, São Paulo, FFLCH-USP, novembro 1993.

FERNÁNDEZ LIRIA, C.; ALEGRE ZAHONERO, L. *El Orden de El Capital*. Madri, Akal, 2010.

FERNÁNDEZ-ARRESTO, Felipe. *Cristóbal Colón*. Barcelona, Folio, 2004.

FERNÁNDEZ-ARRESTO, Felipe. *Esploratori*. Dai popoli cacciatori alla civiltà globale. Turim, Bruno Mondadori, 2011.

FERNES, H. S. British's informal empire in Argentina. *Past and Present* nº 4, Londres, novembro de 1953.

FERNES, H. S. *Gran Bretaña y Argentina en el Siglo XIX*. Buenos Aires, Solar/Hachette, 1968.

FERREIRA, Assuero. *Limites da Acumulação Capitalista*. São Paulo, Hucitec, 1996.

FERREIRA, Pinto. *A Inflação*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1993.

FERRER BENIMELI, José. *Masoneria Española Contemporánea*. Madri, Siglo XXI, 1980.

FERRO, Marc (org.). *O Livro Negro do Colonialismo*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.

FERRO, Marc. *A Primeira Guerra Mundial*. São Paulo, Ática, 1996.

FERRO, Marc. *História das Colonizações*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

FERRO, Marc. *Storia della Francia*. Milão, Bompiani, 2003.

FICHTENAU, Heinrich von. *L'Impero Carolingio*. Bari, Laterza, 1972.

FIELDHOUSE, David K. *Política ed Economia del Colonialismo (1870-1945)*. Roma-Bari, Laterza, 1979.

FIGES, Orlando. *La Revolución Rusa*. La tragedia de un pueblo (1891-1924). Madri, EDHASA, 2006.

FIGES, Orlando. *The Crimean War*. A history. Nova York, Picador, 2012.

FILLOUX, Jean-Claude; MAISONNEUVE, Jean. *Anthologie des Sciences de l'Homme*. Paris, Dunod, 1991.

FINESCHI, Roberto. Concetti hegeliani e materialismo storico. *La Contraddizione* nº 140, Roma, julho-setembro 2012.

FIORILLO, Mario. *Guerra e Direito*. Texto apresentado no Simpósio "Guerra e História", realizado no Departamento de História da USP, São Paulo, setembro 2010.

FIORITO, Riccardo. *Divisione del Lavoro e Teoria del Valore*. Bari, Donato, 1971.

FITTE, Ernesto J. Después de Ayacucho: la segregación de las provincias del Alto Perú. *Todo es Historia* nº 96, Buenos Aires, maio 1975.

FLAMANT, M.; SINGER-KEREL, J. *Les Crises Économiques*. Paris, Presses Universitaires de France, 1993.

FLAMANT, Maurice. *Les Fluctuations Économiques*. Paris, Presses Universitaires de France, 1986.

FLETCHER, Richard. *Moorish Spain*. Los Angeles, University of California Press, 2006.

FOGEL, Robert et al. *Political Arithmetic: Simon Kuznets and the Empirical Tradition in Economics*. Chicago, University of Chicago Press, 2000.

FOGEL, Robert W.; ELTON, G. R. *Wich Road to the Past?* New Haven, Yale University Press, 1983.

FOHLEN, Claude. *O Trabalho no Século XIX*. Lisboa, Estúdios Cor, 1974.

FONER, Philip S. *La Guerra Hispano-Americana y el Surgimiento del Imperialismo Norteamericano (1895-1902)*. Madri, Akal, 1975.

FONTANA, Josep. *A Europa diante do Espelho*. Bauru, Edusc, 2005.

FONTANA, Josep. *Historia: Análisis del Pasado y Proyecto Social*. Barcelona, Crítica, 1982.

FONTANA, Josep. *Introdução ao Estudo da História Geral*. Bauru, Edusc, 2000.

FONTANA, Josep. *La Revolución Liberal*. Política y hacienda 1833-1845. Madri, Instituto de Estudios Fiscales, 1977.

FORD, Franklin. *Europa 1780-1830*. Madri, Aguilar, 1973.

FOREMAN-PECK, James. *Historia de la Economía Mundial*. Las relaciones económicas internacionales desde 1850. Barcelona, Ariel, 1985.

FOSSAERT, Robert. *La Société*. Paris, Seuil, 1978.

FOSSIER, Robert. *Storia del Medioevo*. Turim, Einaudi, 1985.

FOSTER, John Bellamy. *Marx's Ecology*. Materialism and nature. Nova York, Monthly Review Press, 2000.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo, Martins Fontes, 1981.

FOUCAULT, Michel. *Histoire de la Folie à l'Âge Classique*. Paris, Gallimard, 1977.

FOUCAULT, Michel. *Nascita della Biopolitica*. Milão, Feltrinelli, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Sorvegliare e Punire*. Nascita della prigionia. Turim, Einaudi, 2005.

FOUGEYROLLAS, Pierre. *L'Obscurantisme Contemporain*. Lacan, Lévi-Strauss, Althusser. Paris, SPAG-Papyrus, 1983.

FOUGEYROLLAS, Pierre. *La Nation*. Essor et déclin des sociétés modernes. Paris, Payot, 1987

FOUGEYROLLAS, Pierre. *Los Procesos Sociales Contemporáneos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1993.

FOUGEYROLLAS, Pierre. *Sciences Sociales et Marxisme*. Paris, Payot, 1979.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto*. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; GOUVÉA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos*. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FRANKO, L. G.. *The Other Multinationals*. The international firms of continental Europe (1870-1970). Genebra, CEI, 1973.

FREDERICO, Celso. *O Jovem Marx*. São Paulo, Cortez, 1995.

FREDIANI, Andrea. *Guerre, Battaglie e Rivolte nel Mondo Arabo*. Roma, Newton Compton, 2011.

FRÉMEAUX, Jacques. *Les Empires Coloniaux dans le Processus de Mondialisation*. Paris, Maisonneuve & Larose, 2002.

FREUND, Julian. *Sociologia di Max Weber*. Introdução al "Marx della borghesia". Milão, Alberto Mondadori, 1968.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo, Círculo do Livro, 1933.

FRIED, Albert; SANDERS, Ronald. *Socialist Thought*. A documentary history. Nova York, Garden City - Doubleday Anchor, 1964.

FRIED, Ferdinand. *La Fin du Capitalisme*. Paris, Grasset, 1931.

FRIEDLÄNDER, H.E. *Historia Económica de Europa Moderna*. México, Fondo de Cultura Económica, 1957.

FRIEDMAN, Milton. *A Monetary History of the United States 1867-1960*. Princeton, Princeton University Press, 1963.

FRIEDMAN, Milton. *Episódios de História Monetária*. Rio de Janeiro, Record, 1994.

FRIEDMAN, Milton. *The Quantity Theory of Money and Other Essays*. Chicago, Aldine, 1969.

FRIEDMANN, Georges. *La Crise du Progrès*. Paris, Gallimard, 1936.

FRÖLICH, Paul. *1789 La Grande Svolta*. Roma, Pantarei, 1995.

FRÖLICH, Paul. *Guerra e Política in Germania 1914-1918*. Milão, Pantarei, 1995.

FRUGONI, Emilio. *Génesis, Esencia y Fundamentos del Socialismo*. Buenos Aires, Americalee, 1947.

FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. Nova York, Avon Books, 1992.

FURET, François. *Marx et la Révolution Française*. Paris, Flammarion, 1986.

FURET, François. *Penser la Révolution Française*. Paris, Gallimard, 1978.

FURET, François. *L'Héritage de la Révolution Française*. Paris, Hachette, 1989.

FURET, François; RICHET, Denis. *La Révolution Française*. Paris, Fayard, 1973.

FURTADO, Celso. *A Economia Latino-americana*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. *Desarrollo y Subdesarrollo*. Buenos Aires, Eudeba, 1964.

FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.

FURTADO, Celso. *Raízes do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FUSARO, Maria. *Reti Commerciali e Traffici Globali in Età Moderna*. Bari, Laterza, 2008.

FUSFELD, Daniel R. *La Época del Economista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1978.

GABRIELLI, Francesco. *Maometto e le Grande Conquiste Arabe*. Roma, Newton & Compton, 1996.

GAIDO, Daniel. The American path of bourgeois development. *The Journal of Peasant Studies*, Vol. 29, nº 2, Londres, janeiro 2002.

GAIDO, Daniel. The populist interpretation of American History: a materialist revision. *Science and Society*, Vol. 65, Nova York, outono 2001.

GAILLARD, Jeanne. *Communes de Province, Commune de Paris, 1870-1871*. Paris, Flammarion, 1971.

GALBRAITH, John Kenneth. *A Short History of Financial Euphoria*. Londres, Penguin Books, 1990.

GALBRAITH, John Kenneth. *Moeda. De onde veio, para onde foi*. São Paulo, Pioneira, 1977.

GALCERON HUGUET, Montserrat. *La Invención del Marxismo*. Madri, Iepala, 1997.

GALENSONI, Walter. Why the American labor movement is not socialist. *American Review*, Nova York, Vol. 1, nº 2, inverno 1961.

GALIMBERTI, Fabrizio. *Economia e Pazzia. Crisi finanziarie di ieri e di oggi*. Bari, Laterza, 2003.

GALLAGHER, John; ROBINSON, Ronald. The imperialism of free trade. *Economic History Review*. Londres, Vol. VI, nº 1, 1953.

GALLMAN, Robert E. *American Economic Growth and Standards of Living before the Civil War*. Chicago, University of Chicago Press, 1993.

GARCIA CANTÚ, Gastón. *El Socialismo en México. Siglo XIX*. México, ERA, 1974.

GARCIA MARTIN, Pedro. *El Mundo Rural en La Europa Moderna*. Madri, Historia 16, 1989.

GARCIA VILLOSLADA, Ricardo. *Santo Inácio de Loyola*. São Paulo, Loyola, 1991.

GARCIA, Victor. *La Internacional Obrera*. Madri, Júcar, 1978.

GARVY, George. Los ciclos largos de Kondratiev. In: *Las Ondas Largas de la Economía*. Madri, Revista de Occidente, 1946

GAUCHET, Marcel. *La Révolution des Droits de l'Homme*. Paris, Gallimard, 1989.

GAUCHET, Marcel. *Le Désenchantement du Monde. Une histoire politique de la religion*. Paris, Gallimard, 1985.

GEBARA, Ademir. *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

GEBHARDT, Carl. *Spinoza*. Buenos Aires, Losada, 1977.

GELLNER, Ernest. *Nations et Nationalisme*. Paris, Payot, 1989.

GEMELLI, Giuliana. *Fernand Braudel e l'Europa Universale*. Veneza, Marsilio Editore, 1990.

GENOVESE, Eugene D. *A Terra Prometida. O mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

GENOVESE, Eugene. *Da Rebelião à Revolução. As revoltas de escravos negros nas Américas*. São Paulo, Global Editora, 1983.

GENOVESE, Eugene. *L'Économie Politique de l'Esclavage*. Paris, François Maspéro, 1968.

GENOVESE, Eugene. *O Mundo dos Senhores de Escravos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

GENTY, Maurice. *L'Apprentissage de la Citoyenneté. Paris 1789-1795*. Paris, Messidor, 1987.

GEORGE, Pierre. *Les Grands Marchés du Monde*. Paris, Presses Universitaires de France, 1961.

GÉRARD, Alice. *A Revolução Francesa. Mitos e interpretações*. São Paulo, Perspectiva, 1981.

GERHARD, Léo. *Flora Tristan: la Révolte d'une Paria*. Paris, Les Éditions de l'Atelier, 1994.

GERRATANA, Valentino et al. *Consejos Obreros y Democracia Socialista*. México, Pasado y Presente, 1977.

GERSCHENKRON, Alexander. *Atraso Económico e Industrialización*. Barcelona, Ariel, 1970.

GERSCHENKRON, Alexander. *Economic Backwardness in Historical Perspective*. Washington, Frederick Praeger Publisher, 1962.

GERSHONI, I.; JANKOWSKI, J. R. *Egypt, Islam and the Arabs*. The search for Egyptian nationhood 1900-1930. Nova York, Longman, 1986.

GIANNETTI, Renato. *Crisis Económicas: el Siglo XIX*. Barcelona, Oikos-Tau, 1988.

GIDE, Charles. *Principes d'Économie Politique*. Paris, Librairie de la Société du Recueil Sirey, 1916.

GIL MUNILLA, Octavio. *El Rio de la Plata en la Política Internacional*. Sevilla, slp, 1949.

GIL, Enrique. *Evolución del Panamericanismo*. Buenos Aires, Librería y Casa Editora de Jesús Menéndez, 1933.

GILL, Louis. *Fundamentos y Límites del Capitalismo*. Madrid, Trotta, 2002.

GILLMAN, Joseph. *La Baisse du Taux de Profit*. Paris, EDI, 1980.

GILLY, Adolfo. *La Revolución Interrumpida*. México, ERA, 1994.

GINDRO, Sandro; MELOTTI, Umberto. *Il Mondo delle Diversità*. Roma, Psicoanalisi Contro, 1991.

GINGER, Ray. *The Bending Cross*. A biography of Eugene V. Debs. Nova York, Russell & Russell, 1949.

GIORGETTI, Giorgio. *Capitalismo e Agricoltura in Italia*. Roma, Riuniti, 1977.

GIRARD, Louis. *Napoléon III*. Paris, Fayard, 1986.

GIUDICI, Ernesto. *Imperialismo Inglés y Liberación Nacional*. Buenos Aires, CEAL, 1984.

GIUSTI, Wolf. *Storia della Russia*. Roma, Abete, 1975.

GOBETTI, Piero. *La Rivoluzione Liberale*. Turim, Einaudi, 2008.

GOBETTI, Piero. *Risorgimento Senza Eroi*. Roma, Storia e Letteratura, 2011.

GODECHOT, Jacques. *Les Révolutions (1770-1799)*. PUF-Nouvelle Clío, 1986.

GODECHOT, Jacques. *Talleyrand*. Buenos Aires, CEAL, 1978.

GODELIER, Maurice. *Racionalidade e Irracionalidade na Economia*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, sdp.

GODIO, Julio. *Historia del Movimiento Obrero Latinoamericano*. Buenos Aires, El Cid Editor, 1979.

GOLDBERG, Ellis Jay (ed). *The Social History of Labor in the Middle East*. Boulder, Westview Press, 1996.

GOLDMAN, David P. *How Civilizations Die*. Washington, Regnery Publishing, 2011.

GOLDMANN, Lucien. *Las Ciencias Humanas y la Filosofía*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1967.

GOLDSTEIN, Joshua S. *Long Cycles*. Prosperity and war in the Modern Age. New Haven, Yale University Press, 1988.

GOLLWITZER, Heinz. *O Imperialismo Europeu, 1880-1914*. Lisboa, Editorial Verbo, 1969.

GOMES CORREA, Priscila. *História, Política e Revolução em Eric Hobsbawm e François Furet*. São Paulo, Fapesp-Annablume, 2008.

GOMES MUNIZ, Ana Lúcia. Marx y Engels y la revolución española de 1854-1856. *En Defensa del Marxismo* nº 11, Buenos Aires, abril 1996.

GONÇALVES FERREIRA, Muniz. *Engels, Marx e a História Mundial de seu Tempo*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 1996.

GONSALVES DE MELLO, José Antônio. *Tempo dos Flamengos*. São Paulo, Topbooks-UniverCidade, 2002.

GOODFELLOW, Robin. *Aux Fondements des Crises*. Le marxisme de la chaire et les crises. In: www..robingoodfellow.info.

GOODY, Jack. *O Roubo da História*. Como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente. São Paulo, Contexto, 2008.

GOODY, Jack. *Rinascimenti*. Uno o molti? Roma, Donzelli, 2010.

GORDON CHILDE, Vere. *A Evolução Cultural do Homem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.

GORDON, David M. *Trabajo Segmentado, Trabajadores Divididos*. Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1986.

GORDON, Robert. *The Measurement of Durable Goods Prices*. Chicago, University of Chicago Press, 1990.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ática, 1994.

GORSKOVA, G. L. et al. *Engels y el Materialismo Histórico*. Buenos Aires, Paidós, 1976.

GORZ, André. *Les Chemins du Paradis*. Paris, Galilée, 1983.

GORZ, André. *Metamorfosi del Lavoro*. Turim, Bollati Boringhieri, 1992.

GOSSE, Philip. *Historia de la Piratería*. Sevilla, Renacimiento, 2008.

GOULD, J. D. *Storia e Sviluppo Economico*. Bari, Laterza, 1972.

GOUREVITCH, Peter. *La Política in Tempi Difficili*. Il governo delle crise economiche 1870-1980. Venezia, Marsilio Editore, 1991.

GRAMSCI, Antonio. *Il Materialismo Storico e la Filosofia di Benedetto Croce*. Turim, Einaudi, 1953.

GRAMSCI, Antonio. *Il Risorgimento*. Roma, Riuniti, 1979.

GRAMSCI, Antonio. *Le Opere*. Roma, Riuniti, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Turim, Einaudi, 1975.

GRAMSCI, Antonio. *Scritti di Economia Politica*. Turim, Bollati Boringhieri, 1994.

GRAMSCI, Antonio. *Scritti Politici*. Roma, Riuniti, 1973.

GRANDIN, Greg. *O Império da Necessidade*. Escravatura, liberdade e ilusão no Novo Mundo. Rio de Janeiro, Rocco, 2014.

GRAY, Alexander. *The Development of Economic Doctrine*. Londres, Logman, 1948

GREGORY, Paul R. Economic growth and structural change in Czarist Russia: a case of modern economic growth? *Soviet Studies* Vol. 23, n° 3, Londres, 1972.

GRENDI, Edoardo. *Le Origini del Movimento Operaio Inglese 1815 - 1848*. Bari, Laterza, 1973.

GRESPLAN, Jorge. *O Negativo do Capital*. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

GRIMBERG, Carl. *Les Grandes Découvertes et les Réformes*. Paris, Marabout Université, 1974.

GRINBERG, Carl. *La Hegemonia Española*. Madri, Daimon, 1968.

GRJEBINE, André. *Théories de la Crise et Politiques Économiques*. Paris, Seuil, 1986.

GROETHUYSEN, Bernard. *Origines de l'Esprit Bourgeois en France*. Paris, Gallimard, 1927.

GROSS, Daniel. *Forbes*. As maiores histórias do mundo dos negócios. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

GROSSMANN, Henryk. *Las Leyes de la Acumulación y el Derrumbe del Sistema Capitalista*. México, Siglo XXI, 1978.

GROUSSET, René. *Historia de Asia*. Buenos Aires, Eudeba, 1962.

GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

GUAITA, Enrico. Imperialismo e ricerca storica. *Studi Storici* n° 2, Roma, abril-junho 1980.

GUARRACINO, Scipione. *Il Novecento e le sue Storie*. Milão, Mondadori, 1997.

GUÉRIN, Daniel. *As Lutas de Classe na França durante a I República*. Bourgeois et bras-nus. Lisboa, A Regra do Jogo, 1977.

GUÉRIN, Daniel. *Estados Unidos 1880-1950*. Movimiento obrero y campesino. Buenos Aires, CEAL, 1972.

GUÉRIN, Daniel. *La Descolonización del Negro Americano*. Madri, Tecnos, 1968.

GUÉRIN, Daniel. *Rosa Luxemburgo e a Espontaneidade Revolucionária*. São Paulo, Perspectiva, 1982.

GUERRA Y SÁNCHEZ, Ramiro. *La Expansión Territorial de los Estados Unidos*. Havana, Editora Cultural, 1935.

GUILLAUME, Alan. *Los Jesuitas*. Barcelona, Oikos-Tau, 1970.

GUILLAUME, James. *A Internacional*. São Paulo, Imaginário, 2009.

GUILLÉN ROMO, Hector. *Lecciones de Economía Marxista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1988.

GUIZOT, François. *Histoire de la Civilisation en Europe*. Paris, Didier, 1864.

GULLICKSON, Gay. *Unruly Women of Paris*. Ithaca, Cornell University Press, 1996.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As Funções da Retórica Parlamentar na Revolução Francesa*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1989.

GUNDER FRANK, André. *Acumulação Mundial 1492-1789*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

GUNDER FRANK, André. *Lumpenburogesia: Lumpendesarrollo*. Dependencia, clase y política en Latinoamérica. Barcelona, Laia, 1979.

GUNN, Geoffrey C. *First Globalization*. The eurasian exchange 1500-1800. Lanham, Rowman & Littlefield, 2003.

GUSTAFSSON, Bo. *Marxismo y Revisionismo*. Barcelona, Grijalbo, 1978.

GUSTAFSON, Lowell S. *The Sovereignty Dispute over the Falkland (Malvinas) Islands*. Nova York, Oxford University Press, 1988.

GUTIÉRREZ CONTRERAS, Francisco. *Nación, Nacionalidad, Nacionalismo*. Barcelona, Salvat, sdp.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Dieu ou l'Or des Indes Occidentales*. Las Casas et la conscience chrétienne. Paris, Cerf, 1992.

GUTIÉRREZ DE BENITO, Eduardo; CONDE, Angel León. *Alemania desde la Unificación hasta 1914*. Madri, Akal, 1994.

GUYADIER, Pierre. *A História da Física*. Lisboa, Edições 70, 1984.

HABERMAS, Jürgen. *Per la Ricostruzione del Materialismo Storico*. Milão, Etas Libri, 1979.

HACKER, Louis M. *El Capitalismo*. Buenos Aires, Ágora, 1958.

HALE, John. *La Civiltà del Rinascimento in Europa 1450-1620*. Milão, Arnoldo Mondadori, 1994.

HALÉVY, Élie. *Histoire du Socialisme Européen*. Paris, Gallimard, 1948.

HALÉVY, Elie. *The Growth of Philosophic Radicalism*. Londres, Faber & Gwyer, 1928.

HALL, Catherine; ROSE, Sonya O. *At Home with the Empire*. Metropolitan culture and the imperial world. Cambridge, Cambridge University Press, 2006.

HALL, Robert. *Inflation: Causes and Effects*. Chicago, University of Chicago Press, 1982.

HAMILTON, Earl J. *El Tesoro Americano y la Revolución de los Precios en España 1501-1650*. Barcelona, Crítica, 2000.

HANISCH, Erdmann. *Historia de Rusia*. Madri, Espasa-Calpe, 1944.

HARRISON, Royden. *Disraeli*. Buenos Aires, CEAL, 1976.

HARTWELL, Ronald Max. *La Rivoluzione Industriale Inglese*. Bari, Laterza, 1973.

HARVEY, David. *Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1990.

HARVEY, David. *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*. São Paulo, Boitempo, 2012.

HARVEY, David. *Para Entender "O Capital"*. São Paulo, Boitempo, 2014.

HARVEY, David. *Spaces of Capital*. Nova York, Routledge, 2001.

HASKETT, Richard C. Prosecuting the Revolution. *The American Historical Review*, Nova York, Oxford University Press, abril 1954.

HASTINGS, Max. *Catástrofe*. 1914: a Europa vai à guerra. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2014.

HAUPT, Georges. *L'Historien et le Mouvement Social*. Paris, François Maspéro, 1980.

HAUPT, Georges. *L'Internazionale Socialista dalla Comune a Lenin*. Turim, Einaudi, 1978.

HAUPT, Georges. *Socialism and the Great War*. The collapse of the Second International. Londres, Oxford University Press, 1973.

HAUSER, Henri. *Les Débuts du Capitalisme*. Paris, Félix Alcan, 1931.

HAUSER, Henri. *Les Origines du Capitalisme Moderne en France*. Paris, L. Larose, 1902.

HAVEMANN, Robert. *Dialética sem Dogma*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

HAWTHORN, Geoffrey. *Iluminismo e Desespero*. Uma história da sociologia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil: Culture, Identity, and the Atlantic Slave Trade, 1600-1830*. Nova York, Cambridge University Press, 2010.

HAYEK, Friedrich A. *Individualism and Economic Order*. Londres, Routledge Press, 1949.

HAYEK, Friedrich A. *The Road to Serfdom*. Chicago, University of Chicago Press, 1980.

HAZAREESINGH, Sudhic. *From Subject to Citizen*. The Second Empire and the emergence of modern French democracy. Nova Jersey, Princeton University Press, 1998.

HEERS, Jacques. *Marco Polo*. Barcelona, Folio, 2004.

HEERS, Marie-Louise. *El Mundo Contemporáneo (1848-1914)*. Madri, Sarpe, 1981.

HEFFER, Jean. *La Nouvelle Histoire Économique*. Paris, Gallimard, 1977.

HEGEL, G.W.F. *La Constitución de Alemania*. Madri, Aguilar, 1972.

HEGEL, G.W.F. *Lecciones sobre Filosofía de la Historia Universal*. Madri, Revista de Occidente, 1974.

HEGEL, G.W.F. *Princípios de Filosofia do Direito*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

HEIMAN, Eduard. *História das Doutrinas Econômicas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

HELLER, Pablo. Tasa de ganancia y descomposición capitalista. *En Defensa del Marxismo* n° 30, Buenos Aires, abril 2003

HEMMING, John. *Red Gold*. The conquest of the Brazilian indians. Londres, Macmillan, 1978

HENDERSON, W. O. *A Revolução Industrial*. São Paulo, Edusp, 1968.

HENRY, Louis. *Historia General del Trabajo*. Barcelona, Grijalbo, 1964.

HENSHALL, Kenneth. *Storia del Giappone*. Milão, Oscar Mondadori, 2004.

HERMAN, Arthur. *A Ideia de Decadência na História Ocidental*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

HERMET, Guy. *Histoire des Nations et du Nationalisme en Europe*. Paris, Seuil, 1996.

HERNANDEZ MORENO, Isaac. *Abraham Lincoln*. Barcelona, Folio, 2004.

HERNÁNDEZ PADILLA, Salvador. *El Magonismo*. Historia de una pasión libertaria, 1900-1922. México, ERA, 1984.

HERNANDEZ, Jesús. *Primeira Guerra Mundial*. São Paulo, Madras, 2008.

HERRING, George C. *From Colony to Superpower*. US foreign relations since 1776. Nova York, Oxford University Press, 2008.

HERTNER, Peter. *Il Capitale Tedesco in Italia dall'Unità alla Prima Guerra Mondiale*. Bolonha, Il Mulino, 1984.

HERZEN, Aleksandr. *El Desarrollo de las Ideas Revolucionarias en Rusia*. México, Siglo XXI, 1979.

HIBBERT, Christopher. *The Story of England*. Londres, Phaidon Press, 1997.

HILFERDING, Rudolf. *Economía Burguesa y Economía Socialista*. México, Pasado y Presente, 1978.

HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

HILL, Christopher. *A Bíblia Inglesa e as Revoluções do Século XVII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa, Presença, 1985.

HILL, Christopher. *Lênin*. Buenos Aires, CEAL, 1987.

HILL, Christopher. *O Mundo de Ponta Cabeça*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

HILL, Christopher. *O Século das Revoluções 1603-1714*. São Paulo, Editora Unesp 2012.

HILL, Christopher. *Origens Intelectuais da Revolução Inglesa*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

HILL, Christopher. *Puritanism and Revolution*. Londres, Panther, 1968.

HILL, Christopher. *Reformation to Industrial Revolution*. Londres, Penguin Books, 1967.

HILLQUIT, Morris. *History of Socialism in the United States*. Nova York, Dover Publications, 1971.

HILTON, Rodney et al. *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

HILTON, Sylvia; ICKRINGILL, Steve. La doctrina Monroe y el presidente McKinley en 1898. *Cuadernos de Historia Contemporánea* n° 20, Buenos Aires, 1998.

HINRICHS, Ernst. *Alle Origine dell'Età Moderna*. Roma-Bari, Laterza 2005.

HIRSCH, Joachim. *Teoria Materialista do Estado*. Rio de Janeiro, Revan, 2010.

HOBBES, Thomas. *O Leviatã*. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

HOBSBAWM, Eric J. (org.) *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982-1985.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções 1789-1848*. São Paulo, Paz e Terra, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

HOBSBAWM, Eric J. *Como Mudar o Mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983.

HOBSBAWM, Eric J. *En Torno a los Origenes de la Revolución Industrial*. Madri, Siglo XXI, 1990.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos*. O curto século XX. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho*. Novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

HOBBSAWM, Eric J. *Revolucionários*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

HOBBSAWM, Eric J. *Trabalhadores*. Estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

HOBBSAWM, Eric J.; RUDÉ, George. *Capitão Swing*. São Paulo, Francisco Alves, 1982.

HOBSON, J. M. *The Eastern Origins of Western Civilization*. Nova York-Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

HOBSON, John A. *A Evolução do Capitalismo Moderno*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

HOBSON, John A. *L'Imperialismo*. Roma, Newton & Compton, 1996.

HOFDSTADER, Richard. *La Tradición Política Norteamericana*. Barcelona, Seix Barral, 1972.

HOLMES, George. *Europa: Jerarquia y Revuelta 1320-1450*. Madri, Siglo XXI, 1978.

HORRUT, Claude. *Ibn Khaldûn, um Islam des "Lumières"?* Bruxelas, Complexe, 2006.

HOURANI, Albert. *Historia de los Pueblos Árabes*. Barcelona, Ariel, 1992.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. São Paulo, LTC, 1986.

HUBERMAN, Leo. *Nós, o Povo*. História da riqueza dos EUA. São Paulo, Brasiliense, 1978.

HUFTON, Olwen. *Europa: Privilegio e Protesta 1730-1789*. Madri, Siglo XXI, 1983.

HUMBOLDT, Wilhelm Von. *La Diversità delle Lingue*. Bari, Laterza, 1991.

HUNT, Lynn. *Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

HUNT, Tristram. *Comunista de Casaca*. A vida revolucionária de Friedrich Engels. Rio de Janeiro, Record, 2010.

HUNTINGTON, Samuel P. *Lo Scontro delle Civiltà e il Nuovo Ordine Mondiale*. Roma, Gli Elefanti Saggi, 1998.

HUTTON, Patrick H. *The Cult of the Revolutionary Tradition*. The blanquists in French politics 1864-1893. Berkeley, University of California Press, 1981.

HYPOLITE, Jean. *Introducción a la Filosofía de la Historia de Hegel*. Montevideo, Caldén, 1981.

IANNI, Octavio. *Enigmas da Modernidade-Mundo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

IANNONE, Roberto A. *A Revolução Industrial*. São Paulo, Moderna, 1992.

IGLESIAS, Francisco. *A Revolução Industrial*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

ILBERT, Courtenay; CARR, Cecil. *Parliament*. Londres, Oxford University Press, 1956.

ILIFFE, John. *Les Africains*. Histoire d'un continent. Paris, Flammarion, 2009.

INCISA DI CAMERANA, Ludovico. *El Gran Éxodo*. Historia de las migraciones italianas em el mundo. Buenos Aires, Alianza, 2005.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernization, Cultural Change and Democracy*. Nova York, Cambridge University Press, 2005.

IZARD, Miquel. Perpetuar el embezeo o recordar lo ocurrido. *Boletín Americanista* n° 46, Barcelona, Universitat de Barcelona Publicacions, 1996.

JACKSON, Helen H. *Un Siècle de Dishonneur*. Paris, UGE, 1972.

JACKSON, J.H. *Marx, Proudhon e o Socialismo Europeu*. Rio de Janeiro, Zahar, 1963.

JAFFE, Hosea. *Sudafrica Storia Politica*. Milão, Jaca Book, 1997.

JAGUARIBE, Hélio. *Um Estudo Crítico da História*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

JAKSIC, Iván; CARBÓ, Eduardo P. *Liberalismo y Poder*. Latinoamérica en el siglo XIX. Santiago de Chile, Fondo de Cultura Económica, 2011.

JALDÚN, Ibn. *Introducción a la Historia Universal*. Al-Muqaddimah. México, Fondo de Cultura Económica, 1997.

JAMES, C. L. R. *Os Jacobinos Negros*. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo, Boitempo, 2000.

JAMES, Lawrence. *Raj*. The making and unmaking of British India. Londres, Abacus, 2001.

JAMESON, Frederic. *A Cultura do Dinheiro*. Petrópolis, Vozes, 2001.

JAMET, Dominique. *Robespierre y Saint-Just*. El terror sin la virtud. Barcelona, Caralt, 1990.

JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o Império*. História do ensaio de sedição de 1798. São Paulo, Hucitec/EDUFBA, 1996.

JANOTTI, Maria de Lourdes. *A Primeira Guerra Mundial*. O confronto de imperialismos. São Paulo, Atual, 1992.

JARDIN, André. *Histoire du Libéralisme Politique*. Paris, Hachette, 1985.

JÁUREGUI, Aníbal. La lenta agonía del Tahuantinsuyu. *Todo es Historia* n° 213, Buenos Aires, janeiro 1985.

JAURÈS, Jean. *Histoire Socialiste de la Révolution Française*. Paris, Les Éditions Sociales, 2014.

JAY, Peter. *A Riqueza do Homem*. Uma história econômica. Rio de Janeiro, Record, 2002.

JEAN, Carlo. *Geopolítica*. Bari, Laterza, 1995.

JELLINEK, F. *The Paris Commune of 1871*. Nova York, Grosset and Dunlap, 1965.

JENKINS, Brian. *Nation and Identity in Contemporary Europe*. Oxon, Routledge, 1996.

JENKINS, Philip. *Guerras Santas*. Rio de Janeiro, LeYa, 2013.

JESSOP, Bob. O Estado e a construção de Estados. *Outubro* nº 15, São Paulo, 2007.

JIFE, Gabriel. El desarrollo de los monopolios y la tendencia al estancamiento. *Críticas de la Economía Política* nº 3, México, abril 1977.

JOHNSON, Paul M. *A History of the American People*. Nova York, Harper Perennial, 1999.

JOLL, James. *A Europa desde 1870*. Lisboa, Dom Quixote, 1982.

JOLL, James. *The Second International 1889-1914*. Nova York, Praeger, 1956.

JONES, Eric. *Agricoltura e Rivoluzione Industriale*. Roma, Riuniti, 1982.

JONES, Maldwyn A. *Storia degli Stati Uniti da America*. Milão, Bompiani, 2005.

JOUBERT, Jean P. Lénine et le jacobinisme. *Cahiers Leon Trotsky* nº 30, Saint Martin d'Hères, junho 1987.

JOURCIN, Albert. *Prólogo ao Nosso Século, 1871-1918*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1981.

JOURDAN, Annie. *La Révolution, une Exception Française?* Paris, Flammarion, 2006.

JOUVENEL, Bertrand de. *As Origens do Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

JOVELLANOS, Gaspar Melchor de. *Escritos Políticos y Filosóficos*. Buenos Aires, Orbis, 1982.

JUKES, Geoffrey. *The Russo-Japanese War*. Nova York, Osprey Publishing, 2002.

JULLIARD, Jacques. *Fernand Pelloutier et les Origines du Syndicalisme d'Action Directe*. Paris, Seuil, 1971.

JUSTO, Liborio. *Pampas y Lanzas*. Buenos Aires, Palestra, 1962.

KAGAN, Donald. *On the Origins of War*. Londres, Pimlico, 1997.

KANT, Immanuel. *A Paz Perpétua*. Porto Alegre, L&PM, 2010.

KARADY, Victor. *Los Judíos en la Modernidad Europea*. Madri, Siglo XXI, 2000.

KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos*. Das origens ao século XX. São Paulo, Contexto, 2007.

KARNES, Thomas. *The Failure of Union*. Central America, 1824-1960. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1961.

KARSH, Efraim. *Islamic Imperialism: a History*. Nova York, Yale University Press, 2005.

KARSON, Marc. *American Labor Unions and Politics, 1900-1918*. Boston, Beacon Press, 1965.

KASPI, André. *Les Américains*. Paris, Seuil, 1986.

KATOZIAN, Homa. *Ideology and Method in Economics*. Londres, MacMillan Press, 1980.

KAUSTKY, Karl. Der amerikanische Arbeiter. *Die Neue Zeit* nº 24, Berlim, 1906.

KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. São Paulo, Nova Cultural, 1986.

KAUTSKY, Karl. *La Doctrina Socialista*. Buenos Aires, Claridad, 1966.

KAUTSKY, Karl. *O Caminho do Poder*. São Paulo, Hucitec, 1980.

KAUTSKY, Karl. *Teorie delle Crise*. Florença, Guaraldi, 1976.

KEEGAN, John. *A Batalha e a História*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2006.

KEEGAN, John. *La Grande Storia della Guerra*. Milão, Oscar Mondadori, 1996.

KEEGAN, John. *The First World War*. Nova York, Vintage Books, 1998.

KELLER, Pierre. *La Question Arabe*. Paris, Presses Universitaires de France, 1948.

KEMP, Tom. *La Revolución Industrial en la Europa del Siglo XIX*. Barcelona, Fonanella, 1974.

KEMP, Tom. *Teorie dell'Imperialismo*. De Marx a oggi. Turim, Einaudi, 1969.

KEMPF, Hervé. *L'Économie à l'Épreuve de l'Écologie*. Paris, Hatier, 1991.

KEMPLE, Thomas. *Reading Marx's Writing*. Stanford, Stanford University Press, 1995.

KENNAN, George F. *A Rússia e o Ocidente*. Rio de Janeiro, Forense, 1966.

KENNAN, George F. *O Declínio da Ordem Europeia de Bismarck*. Brasília, Universidade de Brasília, 1983.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro, Elsevier/Campus, 1989.

KENWOOD, A. G.; LOUGHEED, A. L. *Historia del Desarrollo Económico Internacional*. Madri, Istmo, 1973.

KENWORTHY, Lane. *Social Democratic America*. Nova York, Oxford University Press, 2014.

KESSEL, Patrick. *1871: la Commune et la Question Militaire (Cluseret-Rossel)*. Paris, UGE, 1971.

KEYNES, John Maynard. *A Treatise on Money*. Nova York, Harcourt & Brace, 1930.

KEYNES, John Maynard. *Essays in Persuasion*. Nova York, Harcourt & Brace, 1932.

KEYNES, John Maynard. *Indian Currency and Finance*. Londres, Macmillan & Co., 1913.

KEYNES, John Maynard. *The General Theory of Employment, Interest, and Money*. Nova York, Harcourt & Brace, 1964.

KIDRON, Michael. *Capitalismo e Teoria*. Lisboa, Iniciativas, 1976.

KIERNAN, V. G. *Colonial Empires and Armies 1815-1960*. Gloucestershire, Sutton Publishing, 1998.

KIERNAN, V. G. *Estados Unidos, o Novo Imperialismo*. Da colonização branca à hegemonia mundial. Rio de Janeiro, Record, 2009.

KIERNAN, V. G. *Marxism and Imperialism*. Londres, Edward Arnold, 1979.

KIERNIG, C. D. (ed.). *Marxismo y Democracia*. Madri, Rioduero, 1975.

KINDLEBERGER, Charles P. *Manias, Panics and Crashes*. A history of financial crises. Nova York, Palgrave, 2005.

KIRCHBERGER, Joe H. *Civil War and Reconstruction*. An eyewitness history. Washington, Facts on File, 1991.

KIRK, George E. *História do Oriente Médio*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

KIRKLAND, Edward C. *Historia Económica de los Estados Unidos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1941.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Nova York, Simon&Schuster, 1994.

KISSINGER, Henry. *O Mundo Restaurado*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Lisboa, Europa-América, 1991.

KLEIN, Claude. *De los Espartaquistas al Nazismo*. Barcelona, Península, 1970.

KLEIN, Herbert S. *Escravidão Africana*. América Latina e Caribe. São Paulo, Brasiliense, 1987.

KNEI-PAZ, Baruch. *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*. Oxford, Clarendon Press, 1979.

KNOCK, Thomas J. *To End All Wars*. Woodrow Wilson and the quest for a new world order. Nova York, Oxford University Press, 1992.

KNUTSEN, Torbjørn L. *The Rise and Fall of World Orders*. Manchester, Manchester University Press, 1999.

KOCHAN, Lionel. *Rusia en Revolución*. Madri, Alianza, 1968.

KOCKA, Jürgen. *Lohnarbeit und Klassenbildung*. Arbeiter und arbeitervbewegung in Deutschland. Berlin, Dietz Verlag, 1983.

KOCKA, Jürgen. Losses, gains and opportunities: social history today. *Journal of Social History*, Vol. 37, nº 1, outono 2003.

KOENIGSBERGER, H. G.; MOSSE, George L. *Europe in the Sixteenth Century*. Londres, Longman, 1968.

KOHN, Hans. *A Era do Nacionalismo*. Rio de Janeiro / São Paulo, Fundo de Cultura, 1962.

KOLAKOWSKI, Leszek. *Las Principales Corrientes del Marxismo*. Madri, Alianza, 1980.

KONDRATIEV, Nikolai et al. *Las Ondas Largas de la Economía*. Madri, Revista de Occidente, 1946.

KONETZKE, Richard. *América Latina*. La época colonial. Madri, Siglo XXI, 1979.

KONIG, Hans-Joachim. *En el Camino Hacia la Nación*. Bogotá, Banco de la República, 1988.

KONZELMANN, Gerhard. *O Canal de Suez*. São Paulo, Melhoramentos, 1997.

KORSCH, Karl et al. *Derrumbe del Capitalismo o Sujeto Revolucionario?* México, Pasado y Presente, 1978

KORSCH, Karl. *Dialettica e Scienza nel Marxismo*. Bari, Laterza, 1974.

KORSCH, Karl. *Karl Marx*. Barcelona, Folio, 2004.

KORSCH, Karl. *Lucha de Clases y Derecho del Trabajo*. Barcelona, Ariel, 1980.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise*. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro, EDUERJ-Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.

KOSSIS, Costas. Japanese capitalism and the world economy. *International Socialism* nº 54, Londres, março 1992.

KOSSOK, Manfred. El contenido burgués de las revoluciones de independencia en América Latina. *Historia y Sociedad* nº 4, México, 1974.

KOTZ, David M. Long waves and the social structure of accumulation. *Review of Radical Political Economics*, nº 19 (4), 1987.

KOURGANOFF, Vladimir. *La Investigación Científica*. Buenos Aires, EUDEBA, 1959.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem*. A origem do trabalho livre no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

KOYRÉ, Alexandre. *Études d'Histoire de la Pensée Scientifique*. Paris, Presses Universitaires de France, 1968.

KRANTZ, Frederick. *A Outra História*. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.

KRANZBERG, Melvin; PURSELL, Carroll W. *Technology in Western Civilization*. Nova York, Oxford University Press, 1967.

KRIEDTE, Peter. *Feudalismo Tardío y Capital Mercantil*. Líneas maestras de la historia económica europea desde el siglo XVI hasta finales del XVIII. Barcelona, Crítica, 1982.

KRIEGEL, Annie. *As Internacionais Operárias*. Amadora, Bertrand, 1974.

KRIPPENDORF, Ekkehart. *História das Relações Internacionais*. Lisboa, Antídoto, 1979.

KROENKER, Diana; ROSENBERG William. *Strikes and Revolution in Russia*. Nova Jersey, Princeton University Press, 1989.

KROPOTKIN, Piotr. *The Conquest of Bread*. Nova York, G. P. Putnam's Sons, 1906.

KUCZYNSKI, Jurgen. *Evolución de la Clase Obrera*. Madri, Guadarrama, 1976.

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Perspectiva, 2006.

KÜHNE, Karl. *Economia y Marxismo*. Barcelona, Grijalbo, 1977.

KULA, Witold. *Problemas y Métodos de la Historia Económica*. Barcelona, Península, 1974.

KULA, Witold. *Teoria Econômica do Sistema Feudal*. Lisboa, Presença-Martins Fontes, 1994.

KURZ, Robert. Canhões e capitalismo. *Controvérsia* nº 84, São Paulo, 16 de janeiro 2013.

KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

KUZNETS, Simon. *Crescimento Económico Moderno*. São Paulo, Abril Cultural, 1986.

- LA BOËTIE, Étienne de. *Discours de la Servitude Volontaire*. Paris, Flammarion, 2010.
- LABICA, G.; BENSOUSSAN, G. (eds.). *Dictionnaire Critique du Marxisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1982.
- LABROUSSE, Enest. *Come Nascono le Rivoluzioni*. Economia e politica nella Francia del XVIII e XIX secolo. Turim, Bollati Boringhieri, 1989.
- LABROUSSE, Ernest. *Esquisse du Mouvement des Prix et des Revenus en France au XVIIIè Siècle*. Paris, Dalloz, 1933.
- LABROUSSE, Ernest. *Fluctuaciones Económicas e Historia Social*. Madri, Tecnos, 1962.
- LACOSTE, Yves. *Ibn Jaldún*. El nacimiento del Tercer Mundo. Barcelona, Península, 1971.
- LACOSTE, Yves. *Ler Braudel*. Campinas, Papirus, 1989.
- LACOTOURE, Jean. *Jésuites*. Paris, Seuil, 1991.
- LACY, Dan. *The Meaning of the American Revolution*. Nova York, Mentor, 1966.
- LAFEBER, Walter. *The New Empire*. An interpretation of American expansion 1860-1898. Ithaca, Cornell University Press, 1963.
- LAFUE, Pierre. *Histoire de l'Allemagne*. Paris, Flammarion, 1958.
- LAGARDELLE, Hubert (ed). *Huelga General y Socialismo*. Córdoba, Pasado y Presente, 1975.
- LAMBERT, Jacques. *América Latina*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979.
- LAMBERT, Jean-Marie. *História da África Negra*. São Paulo, Kelps, 2001
- LANDER, Edgardo. *A Colonialidade do Saber*. Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires, CLACSO, 2005.
- LANDES, David S. *A Riqueza e a Pobreza das Nações*. Por que algumas são tão ricas e outras tão pobres. Rio de Janeiro, Campus, 1998.
- LANDES, David S. et al. *Las Dimensiones del Pasado*. Estudios de historia cuantitativa. Madri, Alianza, 1974.
- LANDES, David. *L'Orologio nella Storia*. Milão, Mondadori, 2009.
- LANDES, Davis S. *Prometeu Desacorrentado*. Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até nossa época. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.
- LANDHEER, Bartholomew. *A Holanda*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1947.
- LANE, Frederic. *Storia di Veneza*. Turim, Einaudi, 1978.
- LANGE, Oskar. *Economia Política*. México, Fondo de Cultura Econômica, 1976.
- LANZMANN, Claude. *El Hombre de Izquierda*. Buenos Aires, La Pléyade, 1971.
- LARRIQUETA, Daniel. *La Argentina Renegada*. Buenos Aires, Debolsillo, 2004.
- LAS CASAS, Bartolomé de. *O Paraíso Destruído*. A sangrenta história da conquista da América. Porto Alegre, L&PM, 2001.
- LASH, Scott; URRY, John. Capitalism. In: *The Penguin Dictionary of Sociology*. Londres, Penguin, 2000.
- LASKI, Harold J. *Introducción a la Política*. Buenos Aires, Siglo Veinte, 1957.
- LASLETT, Peter. *O Mundo que Nós Perdemos*. Lisboa, Cosmos, 1975.
- LE BON, Gustave. *Psicologia della Folla*. Roma, Edizione Clandestine, 2013.
- LE GOFF, J.; NORA, P. *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.
- LE GOFF, Jacques. *A Bolsa e a Vida*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- LE GOFF, Jacques. *A Idade Média e o Dinheiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993.
- LE GOFF, Jacques. *História & Memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 2013.
- LE GOFF, Jacques. *L'Europa Medievale e il Mondo Moderno*. Bari, Laterza, 1994.
- LE GOFF, Jacques. *Os Intelectuais na Idade Média*. Lisboa, Estúdios Cor, 1973.
- LE GOFF, Jacques. *Para uma Outra Idade Média*. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Rio de Janeiro, Vozes, 2013.
- LE MENÉ, Michel. *A Economia Medieval*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- LE RIVEREND, Julio. *Historia Económica de Cuba*. Ariel, Barcelona, 1972.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. *História dos Camponeses Franceses*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. *O Estado Monárquico*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- LEAF, Murray. *Uma História da Antropologia*. Rio de Janeiro/São Paulo, Zahar/Edusp, 1981.
- LECHNER, Norbert. *Estado y Política en América Latina*. Mexico, Siglo Veintiuno, 1981.
- LEE, Maurice W. *Fluctuaciones Económicas*. Buenos Aires, Eudeba, 1967.
- LEFEBVRE, Georges. *1789 - O Surgimento da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- LEFEBVRE, Georges. *El Nacimiento de la Historiografía Moderna*. Barcelona, Martínez Roca, 1974.
- LEFEBVRE, Georges. *La Revolución Francesa y el Imperio*. México, Fondo de Cultura Económica, 1968.
- LEFEBVRE, Henri. *O Pensamento Marxista e a Cidade*. Lisboa, Ulisseia, s.d.p.
- LEFEBVRE, Jean P.; MACHÉREY, Pierre. *Hegel et la Société*. Paris, Presses Universitaires de France, 1987.
- LEFRANC, Georges. *Histoire du Commerce*. Paris, PUF, 1965.
- LEFRANC, Georges. *La Huelga*. Historia y presente. Barcelona, Laia, 1972.
- LEFRANC, Georges. *Le Socialisme Réformiste*. Paris, Presses Universitaires de France, 1971.
- LEFRANC, Georges. *Le Syndicalisme en France*. Paris, Presses Universitaires de France, 1973.

LEFRANCAIS, Gustave-Adolphe. *Étude sur le Mouvement Communaliste a Paris en 1871*. Paris, Éditions d'Histoire Sociale, 1968.

LEMOS VIEIRA, Júlia. Marx crítico de Hegel. *Dialectus* nº 3, slp, julho-dezembro 2013.

LENCI, Marco. *Corsari*. Guerra, schiavi, rinnegati nel Mediterraneo. Roma, Carocci, 2006.

LENIN, V. I. 1905. Jornadas revolucionárias. São Paulo, Editora História, 1980.

LENIN, V. I. *El Desarrollo del Capitalismo en Rusia*. Barcelona, Ariel, 1974.

LENIN, V. I. *Estado e Revolução*. Campinas, Navegando Publicações, 2011.

LENIN, V. I. *Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*. Campinas, Navegando Publicações, 2011.

LENIN, V. I. *Los Socialistas y la Guerra*. México, Editorial América, 1939.

LÊNIN, V. I.. *Quienes son los Amigos del Pueblo y como Luchan contra los Socialdemócratas*. Pequim, Ediciones en Lenguas Extranjeras 1978.

LENIN, V.I. *Obras Escogidas*. Buenos Aires, Cartago, 1973.

LENK, Wolfgang. *Guerra e Pacto Colonial*. A Bahia contra o Brasil holandês (1624-1654). São Paulo, Alameda/Fapesp, 2013.

KUHN, Robert. *Henryk Grossman and the Recovery of Marxism*. Chicago, University of Illinois Press, 2007.

LENS, Sidney. *The Labor Wars*. Nova York, Anchor Books, 1974

LÉON, Pierre (ed.). *Histoire Économique et Sociale du Monde*. Paris, Armand Colin, 1977.

LEON-PORTILLA, Miguel. *Visión de los Vencidos*. Relaciones indígenas de la conquista. México, UNAM, 1992.

LEROI-GOURHAN, André. *Le Geste et la Parole*. Paris, Albin Michel, 1964.

LESCURE, Jean. *Des Crises Générales et Périodiques de Surproduction*. Paris, Sirey, 1923.

LEUCHTENBURG, William E. (org.). *O Século Inacabado*. A América desde 1900. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

LEVENE, Ricardo. *El Pensamiento Vivo de Moreno*. Uenos Aires, Losada, 1942.

LÉVI, Catherine. *La Crise Jusqu'ou?* Paris, Hatier, 1994.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Histoire de Lynx*. Paris, Plon, 1991.

LEWIN, Boleslao. *La Insurrección de Tupac Amaru*. Buenos Aires, Eudeba, 1963.

LEWIN, Boleslao. *La Rebelión de Tupac Amaru y los Orígenes de la Emancipación Americana*. Buenos Aires, Hachette, 1957.

LEWIN, Boleslao. *Tupac Amaru en la Independencia de América*. Buenos Aires, Plus Ultra, 1979.

LICHTEIM, George. *Breve Historia del Socialismo*. Madri, Alianza, 1979.

LICHTEIM, George. *El Marxismo*. Un estudio histórico y crítico. Barcelona, Anagrama, 1964.

LICHTEIM, George. *Los Orígenes del Socialismo*. Barcelona, Anagrama, 1970.

LIDSKY, Paul. *Los Escritores contra la Comuna*. México, Siglo XXI, 1971.

LIÉVANO AGUIRRE, Indalecio. *Bolívar*. Caracas, Academia Nacional de la Historia, 1988.

LINDBERG, Christopher. *As Reformas na Europa*. São Leopoldo, Sinodal, 2001.

LINDEN, Eugene. The exploding cities of the developing world. *Foreign Affairs* vol. 75, nº 1, Washington, janeiro-fevereiro 1996.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A Hidra de Muitas Cabeças*. Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

LINHARES, Maria Yedda. *O Oriente Médio e o Mundo Árabe*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

LIPIETZ, Alain. *Capitalism, Nature, Socialism*. Nova York, Bookmark, 2000.

LIPSET, Seymour M. *La Primera Nación Nueva*. Buenos Aires, Eudeba, 1992.

LISANTI, Nicola. *Il Movimento Operaio in Italia*. Roma, Riuniti, 1986.

LISSAGARAY, Prosper-Olivier. *Histoire de la Commune de 1871*. Paris, François Maspero, 1983.

LIST, Friedrich. *Sistema Nacional de Economía Política*. México, Fondo de Cultura Económica, 1997.

LIVET, Georges. *Las Guerras de Religión (1559-1598)*. Barcelona, Oikos-Tau, 1971.

LIVEZEY, William E. *Mahan on Sea Power*. Norman, University of Oklahoma Press, 1981.

LIVI BACCI, Massimo. *Conquista*. La destruzione degli indios americani. Bolonha, Il Mulino, 2005.

LOBO, M^a. Eulalia L. *História do Rio de Janeiro*. Do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.

LOCHNER, Louis P. *A Alemanha por Dentro*. São Paulo, Editora Nacional, 1944.

LOCKE, John. *Dois Tratados sobre o Governo Civil*. Lisboa, Edições 70, 1984.

LOGUERCIO, Edgardo. *Panamericanismo versus Latinoamericanismo*. Um debate na virada do século XIX para o século XX. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Prolam-USP, 2007.

LOMAX, Louis. *La Révolte Noire*. Paris, Seuil, 1963.

LOMBARDI, Franco. *Naissance du Monde Moderne*. Paris, Flammarion, 1958.

LONDON, Jack. *Escritos Políticos*. São Paulo, Xamã, 2003.

LOPES DIAS, Antonio F. A natureza antidemocrática do Estado na filosofia do direito de Hegel. *Dialectus* nº 3, slp, julho-dezembro 2013.

LÓPEZ PIÑERO, José María. *La Medicina en la Historia*. Madri, La Esfera de los Libros, 2002.

LORA, Guillermo. Notas sobre el movimiento campesino del siglo XVIII. *América Índia* nº 1, Buenos Aires, janeiro 1972.

LORENZO, Anselmo. *El Proletariado Militante*. Madri, Alianza, 1974.

LOSURDO, Domenico. *Contra-História do Liberalismo*. São Paulo, Ideias & Letras, 2006.

LOSURDO, Domenico. *Democracia e Bonapartismo*. Turim, Boringhieri, 1993.

LOVEJOY, Paul. *A Escravidão na África*. Uma história de suas transformações. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

LÖWY, Michael. *A Teoria da Revolução no Jovem Marx*. São Paulo, Boitempo, 2012.

LÖWY, Michael. *O Marxismo na América Latina*. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.

LÖWY, Michael. *Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980.

LÖWY, Michael. Revolução permanente e revolução burguesa em Marx e Engels. *Discurso* nº 9, São Paulo, FFLCH-USP, novembro 1978.

LÖWY, Michael. *The Politics of Uneven and Combined Development*. Londres, Verso Books, 1981.

LUCCIOLA MOLON, Alessandro. *Graco Babeuf*. O pioneiro do socialismo moderno. Rio de Janeiro, Eduerj, 2002.

LUKÁCS, Györg. *El Joven Hegel y los Problemas de la Sociedad Capitalista*. México, Grijalbo, 1969.

LUKÁCS, Györg. *Historia y Conciencia de Clase*. México, Grijalbo, 1968.

LUNA, Félix. *Buenos Aires Capital*. Buenos Aires, Editora Abril, 1988.

LUPORINI, Cesare; SERENI, Emilio. *El Concepto de Formación Económico-Social*. México, Pasado y Presente, 1976.

LUQUET, Pierre; DUNOIS, André. *A Comuna de Paris*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1968.

LURAGHI, Raimondo. *Storia della Guerra Civile Americana*. Milão, Rizzoli, 1998.

LUTAUD, Olivier. *Les Deux Révolutions d'Angleterre*. Paris, Aubier, 1978.

LUXEMBURGO, Rosa. *Introducción a la Economía Política*. Córdoba, Pasado y Presente, 1972.

LUXEMBURGO, Rosa. *La Acumulación del Capital*. Havana, Ciencias Sociales, 1968.

LUXEMBURGO, Rosa. *Obras Escogidas*. Bogotá, Pluma, 1978.

LUXEMBURGO, Rosa; BUKHARIN, Nikolai. *Imperialismo e Acumulação de Capital*. Lisboa, Edições 70, 1976.

LUXEMBURGO, Rosa; LÊNIN, V. I. *Partido de Massas ou Partido de Vanguarda?* São Paulo, Ched, 1980.

LYNCH, John. *Las Revoluciones Hispanoamericanas*. Barcelona, Ariel, 1980.

LYNCH, John. *Simón Bolívar*. Barcelona, Crítica, 2006.

LYRA SILVA, Francisco José. Natureza e identidade nacional na América nos séculos XVIII e XIX. *Múltipla* nº 9, Brasília, UPIS, dezembro 2000.

MACAULAY, Thomas Babington. *The History of England*. Londres, Penguin Classics, 1986.

MACKENZIE, Norman. *Breve Historia del Socialismo*. Barcelona, Labor, 1969.

MACKINDER, H. J. The geographical pivot of History. *The Geographical Journal* Vol. 23, nº 4, Londres, abril 1904.

MACMILLAN, Margaret. *Peacemakers*. Londres, John Murray, 2002.

MADDISON, Angus. A comparison of levels of GDP per capita in developed and developing countries, 1700-1980. *Journal of Economic History* nº 43, Londres, 1983.

MADDISON, Angus. *Monitoring the World Economy 1820-1992*. Paris, OECD Development Center, 1995.

MADDISON, Angus. *Phases of Capitalist Development*. Nova York, Oxford University Press, 1982.

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. *Os Artigos Federalistas*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.

MAGALHÃES GODINHO, Vitorio. *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa, Arcádia, 1971.

MAGALHÃES MARQUES, Maria Eduarda C. *A Guerra do Paraguai: 130 Anos*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

MAGDOFF, Harry. *A Era do Imperialismo*. São Paulo, Hucitec, 1978.

MAGDOFF, Harry. *Ensayos sobre el Imperialismo*. México, Editorial Nuestro Tiempo, 1982.

MAGNOLI, Demétrio (org.) *Uma História das Guerras*. São Paulo, Contexto, 2008.

MAHN-LOT, Marianne. *La Découverte de l'Amérique*. Paris, Flammarion, 1970.

MAIONE, Giuseppe. *L'imperialismo Straccione*. Bolonha, Il Mulino, 1979.

MAKHAIWSKI, Jan W. *Le Socialisme des Intellectuels*. Paris, Seuil, 1978.

MALAMUD, Carlos. *Cádiz y Saint Malô en el Comercio Colonial Peruano (1698-1725)*. Madri, Universidad Complutense, 1986.

MALTHUS, Thomas. *Essai sur le Principe de Population*. Paris, Flammarion, 2010.

MANACORDA, Gastone. *Il Socialismo nella Storia d'Italia*. Bari, Laterza, 1975.

MANCA, Ciro (ed.). *Formazione e Trasformazione dei Sistemi Economici in Europa dal Feudalesimo al Capitalismo*. Padua, CEDAM, 1995.

MANCINI, Vittorio. *La Comune di Parigi*. Storia della prima rivoluzione proletaria. Milão, Savelli, 1975.

MANDEL, Bernard. *Samuel Gompers: a Biography*. Yellow Springs, Antioch Press, 1963.

MANDEL, Ernest. *A Formação do Pensamento Econômico de Marx*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

MANDEL, Ernest. *El Capital*. Cien años de controversias en torno a la obra de Marx. México, Siglo XXI, 1985.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

MANDEL, Ernest. *Traité d'Économie Marxiste*. Paris, UGE, 1962.

MANDEL, Ernest. *Trotsky como Alternativa*. São Paulo, Xamã, 1996.

MANDROU, Robert. *La France au XVIII^e et XVIII^e Siècle*. Paris, Presses Universitaires de France/Nouvelle Clío, 1974.

MANN, Michael. *The Sources of Social Power*. Nova York, Cambridge University Press, 1986.

MANNING, Roberta. *The Crisis of the Old Order in Russia: Gentry and Government*. Nova Jersey, Princeton University Press, 1982.

MANTOUX, Paul. *A Revolução Industrial no Século XVIII*. São Paulo, Hucitec, 1988.

MAO Jr, José Rodrigues. *A Revolução Cubana e a Questão Nacional (1858-1961)*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 2004.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Porto Alegre, L&PM, 1998.

MARAVALL, F. *Economía y Política Industrial en España*. Madrid, Ediciones Pirámide, 1987.

MARAZZITA, Giuseppe (ed.). *Il Processo di Integrazione Europea dopo il Trattato di Lisbona*. Roma, Edizioni Scientifiche Italiane, 2012.

MARCEL, Bruno; TAÏEB, Jacques. *Crises d'Hier, Crise d'Aujourd'Hui*. Paris, Nathan, 1997.

MARCHETTI, Silmara. *Potosí: Central Produtora de Prata e Geradora de Intercâmbios (1560-1570)*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1997.

MARCOLIN, Neldson. Os reis dos mares. *Pesquisa Fapesp* n° 212, São Paulo, outubro 2013.

MARIANI, Riccardo. *A Cidade Moderna entre a História e a Cultura*. São Paulo, Nobel, 1986.

MARION, Jean-Luc et al. *Les Maîtres de la Raison*. Paris, Le Point, 2012.

MARIUTTI, Eduardo Barros. *Balanço do Debate: a Transição do Feudalismo ao Capitalismo*. São Paulo, Hucitec, 2004.

MARKOV, Anton. *Sommario di Storia Coloniale*. Roma, Riuniti, 1972.

MARKS, Robert B. *Origins of the Modern World*. A global and ecological narrative. Lanham, Rowman & Littlefield, 2004.

MÁRMORA, Leopoldo (ed.). *La Segunda Internacional y el Problema Nacional y Colonial*. México, Pasado y Presente - Siglo XXI, 1978.

MARQUES, Alfredo P. *Portugal e o Descobrimento Europeu da América*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992.

MARSHALL, Alfred. *Principles of Economics*. Nova York, Amherst, 1997.

MARTINEZ ALIER, Joan; SCHUPMANN, Karl. *La Economía y la Ecología*. México, Fondo de Cultura Económica, 1991.

MARTINEZ DIAZ, Nelson. *La Independencia Hispanoamericana*. Madri, Historia 16, 1999.

MARTINEZ ESTRADA, Ezequiel. *La Cabeza de Goliath*. Buenos Aires, CEAL, 1968.

MARTÍNEZ SALINAS, Maria L. *Las Leyes de Burgos de 1512*. Burgos, Imprensa, 1991.

MARTÍNEZ, José Luis. *Pasajeros de Indias*. Viajes transatlánticos en el siglo XVI. Madri, Alianza, 1983.

MARX, Eleanor; AVELING, Edward. *The Working-Class Movement in America*. Nova York, Humanity Books, 2000.

MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo, Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *A Questão Judaica*. São Paulo, Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *As Lutas de Classes na França*. São Paulo, Boitempo, 2012.

MARX, Karl. *Capítulo VI Inédito d'O Capital*. Porto, Escorpião, 1975.

MARX, Karl. *Consequências Sociais do Avanço Tecnológico*. São Paulo, Edições Populares, 1980.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo, Edições Populares, sdp.

MARX, Karl. Critique de la philosophie de l'État de Hegel. *Oeuvres Philosophiques*. Paris, Costes Éditeur, 1948.

MARX, Karl. *Diferenças entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro*. São Paulo, Global Editora, sdp.

MARX, Karl. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. México, Siglo XXI, 1987.

MARX, Karl. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

MARX, Karl. *Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social" (1844)*. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. *História de la Vida de Lord Palmerston*. Palmerston y Rusia. Buenos Aires, Rescate, 1986.

MARX, Karl. *Introducción a la Crítica de la Economía Política (1857)*. Córdoba, Pasado y Presente, 1973.

MARX, Karl. *La Russie et l'Europe*. Paris, Gallimard, 1954.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. In: *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo, Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987.

MARX, Karl. *Poverty of Philosophy*. Moscou, Progress Publishers, 1966.

MARX, Karl. *Simon Bolívar*. Buenos Aires, Rafael Cedeño, 1987.

MARX, Karl. *Sobre os Sindicatos*. São Paulo, Ched, 1980.

MARX, Karl. *Teorias sobre a Mais-Valia*. São Paulo, Difel, 1985.

MARX, Karl. *Trabajo Asalariado y Capital*. Pequim, Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Historia Diplomática Secreta del Siglo XVIII*. México, Siglo XXI, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Textes sur l'Organisation*. Paris, Spartacus, 1970.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *A Sagrada Família*. São Paulo, Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Materiales para la Historia de América Latina*. Córdoba, Pasado y Presente, 1974.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Acerca del Colonialismo*. Moscou, Progreso, 1981.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Cartas sobre las Ciencias de la Naturaleza y las Matemáticas*. Barcelona, Anagrama, 1975.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *La Crise*. Paris, Union Générale d'Éditions, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *La España Revolucionaria*. Moscou, Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1972.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Lutas de Classes na Alemanha*. São Paulo, Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Manifesto Comunista*. São Paulo, Ched, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Selected Correspondance*. Londres, 1934.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Textos*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

MARX, Ronald. *Le Déclin de l'Économie Britannique (1870-1929)*. Paris, Armand Colin, 1972.

MASINI, Pier Carlo. *Storia degli Anarchici Italiani*. Da Bakunin a Malatesta. Milão, Rizzoli, 1969.

MASSARO DE GÓES, Camila. A Índia na obra de Marx e Engels. *História & Luta de Classes* nº 14, Cândido Rondon, setembro 2012.

MASSÉ, Biale. *Las Clases Obreras a Comienzos del Siglo*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1973.

MASSOULIÉ, François. *Os Conflitos do Oriente Médio*. São Paulo, Ática, 1997.

MATAMORO, Blas. *História del Tango*. Buenos Aires, CEAL, 1971.

MATHIAS, Peter. *The First Industrial Nation*. An economic history of Britain 1700-1914. Methuen, Cambridge University Press, 1969.

MATHIEZ, Albert. *Robespierre*. Roma, Erre.emme, 1989.

MATTICK, Paul. *Crisis y Teorías de las Crisis*. Barcelona. Península, 1977.

MATTICK, Paul. *Crítica de la Teoría Económica Contemporánea*. México, ERA, 1980.

MATTICK, Paul. *Crítica de los Neomarxistas*. Barcelona, Península, 1977.

MATTICK, Paul. *Economics, Politics and the Age of Inflation*. Londres, Merlin Press, 1978.

MATTICK, Paul. *Marx y Keynes*. Los límites de la economía mixta. México, ERA, 1975.

MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.

MAURO, Frédéric. *História Econômica Mundial 1790-1970*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

MAURO, Frédéric. *L'Expansion Européenne 1600-1870*. Paris, Presses Universitaires de France, 1964.

MAUROIS, André. *Historia de Inglaterra*. Santiago de Chile, Ercilla, 1960.

MAUZARIC, Claude. *Babeuf*. Paris, Messidor, 1988.

MAYER, Arno J. *A Força da Tradição*. A persistência do Antigo Regime. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

MAYEUR, Jean-Marie. *Des Partis Catholiques à la Démocratie Chrétienne*. Paris, Armand Colin, 1980.

MAZZONE, Alessandro. Il fetichismo del capitale: una struttura storico formale. *Problemi Teorici del Marxismo*. Roma Editori Riuniti, 1976.

MAZZONE, Alessandro. La temporalità specifica del modo di produzione capitalistico. *Marx e i Suoi Critici*. Urbino, Quattroventi, 1987.

McCRAW, Thomas. *O Profeta da Inovação*. Joseph Schumpeter e a destruição criativa. Rio de Janeiro, Record, 2012.

MCLAUGHLIN, Paul. *Mikhail Bakunin: The Philosophical Basis of his Anarchism*. Nova York, Algora Publishing, 2002.

McLYNN, Frank. *Wagons West*. The epic story of America's overland trials. Nova York, Jonathan Cape, 2002.

McNEILL, William. *The Pursuit of Power*. Technology, armed force, and society since A.D. 1000. Chicago, University of Chicago Press, 1982.

MEEK, Ronald. *Economia e Ideologia*. O desenvolvimento do pensamento econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

MEEK, Ronald. *Los Orígenes de la Ciencia Social*. Madrid, Siglo XXI, 1981.

MEEK, Ronald. *Smith, Marx, and After*. Londres, Chapman & Hall, 1977.

MEEK, Ronald. *Studi sulla Teoria del Valore-Lavoro*. Milão, Feltrinelli, 1973.

MEEK, Ronald. *The Economics of Physiocracy*. Londres, Allen & Unwin, 1962.

MEHRING, Franz. *Absolutism and Revolution in Germany 1525-1848*. Londres, New Park, 1975.

MEHRING, Franz. *Karl Marx*. A história da sua vida. São Paulo, Sundermann, 2013.

MELGAR BAO, Ricardo. *El Movimiento Obrero Latinoamericano*. Madri, Alianza, 1988.

MELLO, João Manuel Cardoso. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Editora UNESP, 2009.

MELOGRANI, Pietro. *Storia Politica della Grande Guerra*. Milão, Arnoldo Mondadori, 1998.

MELTZER, Alan. *Why Capitalism?* Nova York, Oxford University Press, 2012.

MEMMI, Albert. *Retrato do Colonizado Precedido pelo Retrato do Colonizador*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

MENZIES, Gavin. *1421*. O ano em que a China descobriu o mundo. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

MERCIER, Paul. *Historia de la Antropologia*. Barcelona, Península, 1989.

MERKER, Nicolao. *Karl Marx*. Vita e opere. Roma-Bari, Laterza, 2010.

MERRIMAN, John. *A Comuna de Paris – 1871. Origens e massacre*. Rio de Janeiro, Rocco, 2015.

MESNARD, Pierre. *L'Essor de la Philosophie Politique au XVI^e Siècle*. Paris, Vrin, 1977.

MÉSZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. São Paulo, Ensaio, 1996.

METCALF, Barbara e Thomas. *Storia dell'India Moderna*. Milão, Oscar Mondadori, 2010.

MÉTHIVIER, Hubert. *La Fin de l'Ancien Régime*. Paris, Presses Universitaires de France, 1996.

MÉTHIVIER, Hubert. *Le Siècle de Louis XIV*. Paris, Presses Universitaires de France, 1998.

METRAUX, Daniel A. *The White Peril in the Far East. An interpretation of the significance of the Russo-Japanese war*. Nova York, Writers Club Press, 1989.

MEYER, Jean. *Les Capitalismes*. Paris, Presses Universitaires de France, 1981.

MEYER, Karl; BRYSAK, Shareen. *Tournement of Shadows. The race for empire in Asia*. Londres, Abacus, 2001.

MICELI, Paulo. *O Mito do Herói Nacional*. São Paulo, Contexto, 1988.

MICHALET, Charles-Albert. *Le Capitalisme Mondial*. Paris, Presses Universitaires de France, 1976.

MICHEL, Louise. *La Commune*. Paris, Stock, 1970.

MICHELS, Robert. *L'Imperialismo Italiano*. Milão, Società Editrice Libreria, 1914.

MICHIE, R. C. *The London and New York Stock Exchanges 1850-1914*. Londres, Allen & Unwin, 1987.

MIDDLETON, Richard. *A Guerra da Independência dos Estados Unidos da América*. São Paulo, Madras, 2013.

MILZA, Pierre. *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*. Lisboa, Edições 70, 1995.

MINCZELES, Henri. *Histoire du Bund. Um mouvement révolutionnaire juif*. Paris, Denöel, 1999.

MINGAY, G. E. *The Agricultural Revolution (1750-1880)*. Londres, Penguin Books, 1967.

MINTON, Bruce; STUART, John. *Men Who Lead Labor*. Nova York, Modern Age Books, 1937.

MITCHELL, Wesley C. *Os Ciclos Econômicos e suas Causas*. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

MÖLLER, Jean. *Traité des Études Historiques*. Louvain, Librairie de Ch. Peeters, 1887.

MOLNÁR, Miklós. *El Declive de la Primera Internacional*. Madri, Edicusa, 1974.

MOLNÁR, Miklós. *Marx, Engels et la Politique Internationale*. Paris, Gallimard, 1975.

MOMMSEN, Wolfgang. *Imperial Germany 1867-1918*. London, Arnold, 1995.

MOMMSEN, Wolfgang. *La Época del Imperialismo. Europa 1885-1918. México, Siglo XXI, 1971*.

MONDIN, Battista. *Curso de Filosofia*. São Paulo, Paulus, 1982.

MONDOLFO, Rodolfo. *La Comprensione del Soggetto Umano nell'Antichità Clássica*. Florença, Sansoni, 1967.

MONDOLFO, Rodolfo. *Verum Factum. Desde antes de Vico hasta Marx*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1971.

MONGE, Emiliano. *Alienación y revolución: la escritura de los Manuscritos de 1844 de Marx. Hic Rhodus n° 4*, Buenos Aires, Universidade de Buenos Aires, junho 2013.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formação do Império Americano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

MONTAIGNE, Michel de. *Essais*. Paris, InLibroVeritas, 2005.

MONTEIRO, John M.; AZEVEDO, Francisca L. N. (orgs.). *Raízes da América Latina*. São Paulo, Edusp, 1996.

MONTELEONE, Renato. *Le Radici dell'Odio. Nord e Sud a un bivio della storia*. Bari, Dedalo, 2002.

MONTESQUIEU, Charles de. *O Espírito das Leis*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

MOORE Jr, Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa, Cosmos, 1975.

MORAES FILHO, Evaristo de. *O Problema do Sindicato Único no Brasil. Seus fundamentos sociológicos*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.

MORAL SANTIN, José A.; RAIMOND, Henry. *La Acumulación del Capital y sus Crisis*. Madri, Akal, 1986.

MORAZÉ, Charles. *Introdução à História Econômica*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.

MORAZÉ, Charles. *Lógica da História*. São Paulo, Difel, 1970.

MOREAU, Maurice. *La Economía del Japón*. Buenos Aires, Eudeba, 1964.

MORGENTHAU, Hans J. *A Política entre as Nações*. Brasília/São Paulo, IOESP/UnB/IPRI, 2003.

MORI, Giorgio (ed.). *L'Industrializzazione in Italia (1861-1900)*. Bolonha, Il Mulino, 1977.

MORI, Giorgio. *Il Capitalismo Industriale in Italia*. Roma, Riuniti, 1977.

MORI, Giorgio. *La Revolución Industrial*. Barcelona, Crítica, 1982.

MORICEAU, Jean-Marc. *Les paysans sont le moteur de l'histoire. L'Histoire n° 380*, Paris, outubro 2012.

MORIN, Edgar. *O Mundo Moderno e a Questão Judaica*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

MORRIS, Charles R. *Os Magnatas. Como Andrew Carnegie, John D. Rockefeller, Jay Gould e J. P. Morgan inventaram a supereconomia americana*. Porto Alegre, L&PM, 2010.

MORRIS, Jan. *Pax Britannica*. Londres, Faber & Faber, 1979.

MORRIS, Richard B. *A History of the American Worker*. Nova York, Princeton University Press, 1983.

MORRISON, Samuel Eliot. *El Almirante de la Mar Océano. Vida de Cristóbal Colón*. Buenos Aires, Hachette, 1945.

MORTON, A. L.; TATE, G. *Historia del Movimiento Obrero Inglés*. Madri, Fundamentos, 1971.

MORTON, A.L. *A História do Povo Inglês*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

MOSS, Walter G. *A History of Russia*. Londres, Anthem Press, 2002.

MOSZKOWSKA, Natalie. *Contribución a la Dinámica del Capitalismo Tardío*. México, Passado y Presente, 1981.

MOTA MENEZES, Alfredo. *Guerra do Paraguai*. Como construímos o conflito. São Paulo/Cuiabá, Contexto/Editora da UFMT, 1998.

MOTA, Carlos Guilherme. *1789-1799 - A Revolução Francesa*. São Paulo, Perspectiva, 1998.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817*. Estruturas e argumentos. São Paulo, Perspectiva/ EDUSP, 1972.

MOURA, Clóvis. *As Injustiças de Cló*. O negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. Quilombos, insurreições, guerrilhas. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

MOURÃO FERREIRA, David; SEIXO, Maria Alzira. *Portugal*. A terra e o homem. Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1980.

MULLER-ARMACK, Alfred. *Genealogia de los Estilos Económicos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986.

MUMFORD, Lewis. *Technics and Civilization*. Chicago, University of Chicago Press, 2010.

MUÑOZ, Jacobo. *Filosofía de la Historia*. Origen y desarrollo de la conciencia histórica. Madri, Biblioteca Nueva, 2010.

MÜNSTER, Arno. *Ernest Bloch*. Filosofia da práxis. São Paulo, Editora da Unesp, 1993.

MURRA, John V. *La Organización Económica del Estado Inca*. México, Siglo XXI, 1980.

MURRAY, Alexander. *Ragione e Società nel Medioevo*. Roma, Riuniti, 2002.

MUSSO, Stefano. *Il Sindacalismo Italiano*. Milão, Fenice 2000, 1995.

MUSTO, Marcello (ed.). *Tras las Huellas de um Fantasma*. La actualidad de Karl Marx. México, Siglo XXI, 2011.

MUSTO, Marcello. A formação da crítica de Marx à economia política. *Crítica Marxista* n° 33, São Paulo, 2011.

NADA, Narciso. *Metternich*. Buenos Aires, CEAL, 1969.

NADAL, Jordi. *Ensayos sobre La Economía Española a Medios del Siglo XIX*. Madri. Servicio de Estudios del Banco de España, 1970.

NAPOLEONI, Claudio. *O Valor na Ciência Econômica*. Lisboa, Presença, 1980.

NAPOLEONI, Claudio. *Smith, Ricardo, Marx*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

NAREDO, J. M. *La Economía en Evolución*. Madri, Siglo XXI, 1987.

NEARY, Ian. *War Revolution & Japan*. Londres, Bookmark, 1992.

NEHER-BERNHEIM, Renée. *Histoire Juive de la Révolution à l'État d'Israel*. Paris, Seuil, 2007.

NEMITZ, Rolf. Eléments d'une théorie marxiste de l'éducation. *Actuel Marx*, n° 1, Paris, 1º semestre 1987.

NETTLAU, Max. *La Anarquía a Través de los Tiempos*. Barcelona, sep, 1935.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

NEVINS, Allan; COMMAGER, Henry Steele. *Storia degli Stati Uniti*. Turim, Einaudi 1960.

NICHOLS, John. *The S Word*. A short history of an American tradition. Londres, Verso, 2011

NIN, Andreu. *Los Movimientos de Emancipación Nacional*. Barcelona, Fontamara, 1977.

NISBET, Robert. *History of the Idea of Progress*. New Brunswick, Transaction, 1998.

NIVEAU, Maurice. *Historia de los Hechos Económicos Contemporáneos*. Barcelona, Ariel, 1974.

NOËL, Jean-Philippe et al. L'homme et la machine. *Les Cahiers Science & Vie* n° 132, Paris, outubro 2012.

NOLAN, Peter. Imperial archipelagos. *New Left Review* n° 80, Londres, março-abril 2013.

NOREL, Philippe. *L'Histoire Économique Globale*. Paris, Seuil, 2009.

NOREL, Philippe; TESTOT, Laurent (eds.). *Une Histoire du Monde Global*. Auxerre, Sciences Humaines, 2012.

NORMAN, E. Herbert. *Ando Shoeki and the Anatomy of Japanese Feudalism*. Tóquio, Asiatic Society of Japan, 1949.

NORMAN, E. Herbert. *Japan's Emergence as a Modern State*. Political and economic problems of the Meiji period. Toronto, Institute of Pacific Relations, 1940.

NORWICH, John Julius. *A History of Venice*. Londres, Penguin Books, 1983.

NOVACK, George. *El Desarrollo Desigual y Combinado en la Historia Mundial*. La Paz, Trinchera, sdp.

NOVACK, George. *Introducción a la Lógica Dialéctica*. Bogotá, Pluma, 1976.

NOVACK, George. *Understanding History*. Nova York, Pathfinder Press, 1972.

NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e Dinâmica do Sistema Colonial*. Séculos XVI-XVII. Lisboa, Livros Horizonte, sdp.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Sao Paulo, Hucitec, 1979.

NOYA PINTO, Virgilio. *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979.

NUNES, Américo. *As Revoluções do México*. São Paulo, Perspectiva, 1980.

NYE, Joseph S. *Compreender os Conflitos Internacionais*. Lisboa, Gradiva, 2002.

O'GORMAN, Edmundo. *La Invención de América*. México, Fondo de Cultura Económica, 2001.

OBERMANN, Karl. Aux origines de la "Neue Rheinische Zeitung". *Le Mouvement Social* n° 77, Paris, outubro-dezembro 1971.

OBRINSKY, Mark. *Profit Theory and Capitalism*. Nova York, University of Pennsylvania Press, 1983.

OFFENSTADT, Nicolas et al. La guerre de cent ans. *L'Histoire* n° 380, Paris, outubro 2012.

ONEGA, Gladys. *La Inmigración en la Literatura Argentina (1880-1910)*. Buenos Aires, CEAL, 1982.

OSORIO SILVA, Ligia M. Lênin: a questão agrária na Rússia. *Crítica Marxista* n° 35, São Paulo, 2012.

OSTROGORSKY, Georg. *Storia dell'Impero Bizantino*. Turim, Einaudi, 2005.

OVED, Iacov. *El Anarquismo y el Movimiento Obrero Argentino*. México, Siglo XXI, 1980.

PAGDEN, Anthony. *Signori del Mondo*. Ideologie dell'Impero in Spagna, Gran Bretagna e Francia 1500-1800. Bolonha, Il Mulino, 2005.

PAGE, Martin. *The First Global Village*. How Portugal changed the world. Lisboa, Casa das Letras, 2006.

PALA, Gianfranco. *Economia Nazionale e Mercato Mondiale*. Napoles, Laboratorio Politico, 1995.

PALA, Gianfranco. Il salario: le fonte delle concezione scientifiche marx-engelsiane. *La Contraddizione* n° 46, Roma, 1995.

PALA, Gianfranco. *L'Ultima Crisi*. Milão, Franco Angeli, 1982.

PALA, Gianfranco. La formazione del capitale monopolistico finanziario. *La Contraddizione* n° 68, Roma, setembro 1998.

PALA, Gianfranco. La pietra vagante. Considerazioni sulla mondiale erraticità di Wallerstein. *Invarianti* n° 25, Roma, 1993.

PALA, Gianfranco. *Zibaldone del Tempo di Lavoro*. Milão, Franco Angeli, 2000.

PALMADE, Guy. *La Época de la Burguesia*. México, Siglo XXI, 2000.

PALMER, R. R.; COLTON, Joel. *A History of the Modern World*. Nova York, Alfred A. Knopf, 1983.

PANETTIERI, José. *La Crisis de 1873*. Buenos Aires, CEAL, 1984.

Panettieri, José. *La Crisis de 1890*. Buenos Aires, CEAL, 1984.

PANIKKAR, K. M. *A Dominação Ocidental da Ásia*. São Paulo, Saga, 1965.

PANKHURST, Sylvia. *The Suffragette*. The history of the women's militant suffrage movement, 1905-1910. Nova York, Sturgis & Walton Co., 1911.

PANNEKOEK, Anton et al. *Conselhos Operários*. Coimbra, Centelha, 1975.

PAPAIOANNOU, Kostas. *De Marx y del Marxismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1991.

PARAIN, Charles et al. *Capitalismo Transição*. São Paulo, Moraes, sdp.

PARAIN, Charles. *La Méditerranée: les Hommes et Leurs Travaux*. Paris, Gallimard, 1936.

PARRET, Peter. *Construtores da Estratégia Moderna*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2001.

PARKER, Geoffrey. *La Guerra de los Treinta Años*. Madri, A. Machado Libros, 2003.

PARKER, Geoffrey. *La Revolución Militar*. Las innovaciones militares y el apogeo de Occidente 1500-1800. Barcelona, Crítica, 1990.

PARRY, J. H. *El Imperio Español de Ultramar*. Madri, Aguilar, 1970.

PARVUS et al. *Debate sobre la Huelga de Masas*. Córdoba, Pasado y Presente, 1975.

PASSARELLI, Bruno A. *Colonialismo y Acumulación Capitalista en la Europa Moderna*. Buenos Aires, Pleamar, 1973.

PASSETTI, Gabriel. Interligando a colônia: a ação dos tropeiros no Brasil dos séculos XVIII e XIX. *Klepsidra* n° 4, São Paulo, FFLCH-USP, outubro 2000.

PASSOS GUIMARÃES, Alberto. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

PASUKANIS, E. B. *A Teoria Geral do Direito e o Marxismo*. Rio de Janeiro, Renovar, 1989.

PAYNE, Robert J. *El Marx Desconocido*. Barcelona, Bruguera, 1973.

PAZ, Maurice. *Un Révolutionnaire Professionnel*. Auguste Blanqui. Paris, Fayard, 1984.

PAZ, Octavio. *O Labirinto da Solidão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

PECEQUILO, Cristina S. *A Política Externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre, UFRGS, 2005.

PELLETIER, Antoine; GOBLOT, Jean-Jacques. *Materialismo Histórico e História das Civilizações*. Lisboa, Estampa, 1970.

PELLING, Henry. *Histoire du Syndicalisme Britannique*. Paris, Seuil, 1967.

PELZ, William A. *Eugene V. Debs Reader*. Socialism and the class struggle. Londres, Merlin Books, 2014.

PEÑA, Milciades. *Antes de Mayo*. Formas sociales del transplante español para el Nuevo Mundo. Buenos Aires, Fichas, 1973.

PEÑA, Milciades. *El Paraíso Terrateniente*. Federales y unitarios forjan la civilización del cuero. Buenos Aires, Fichas, 1972.

PEÑALOZA, Luis. *Historia Económica de Bolivia*. La Paz, Los Amigos del Libro, 1955.

PÉRET, Benjamin et al. *O Quilombo dos Palmares*. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2002.

PÉREZ, Demetrio R. (ed.). *Historia de América*. Madri, Nájera, 1987.

PERICÁS, Luiz B. Sobre o movimento operário nos EUA (1870-1914). *Entre Passado & Futuro* n° 3, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2002.

PERKINS, Dexter. *Historia de la Doctrina Monroe*. Buenos Aires, Eudeba, 1964.

PERLMAN, Selig. *A Theory of the Labor Movement*. Nova York, s/p, 1928.

PERLO, Victor. *El Imperialismo Norteamericano*. Buenos Aires, Platina, 1961.

PERNOUD, Regine. *As Origens da Burguesia*. Lisboa, Europa-América, 1973.

PERRET, Bryan. *The Battle Book*. Londres, Arms and Armour Press, 1992.

PERRONE, Nico. *Progetto di un Impero*. 1823. Napoles, La Città del Sole, 2013.

PESSOA, Fernando. *Sociologia do Comercio*. Lisboa, CEP, 1946.

PETITEAU, Natalie. *Napoléon de la Mythologie à l'Histoire*. Paris, Seuil, 2004.

PETITFILS, Jean-Christian. *Os Socialismos Utópicos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

PHILLIPS, William; RAHN, Carla. *The Worlds of Christopher Columbus*. Nova York, Cambridge University Press, 1992.

PIAGET, Jean. *A Situação das Ciências do Homem no Sistema das Ciências*. Amadora, Beltrand, 1971.

PIERENKEMPER, Toni. *La Industrialización en el Siglo XIX*. Madri, Siglo XXI, 2001.

PIERI, Piero. *Formazione e Sviluppo delle Grande Monarchie Europee*. Milão, Marzorati, 1964.

PIETRANERA, Giulio. *Capitalismo ed Economia*. Turim, Einaudi, 1966.

PIETRANERA, Giulio. *Il Capitalismo Monopolistico Finanziario*. Napoles, La Città del Sole, 1998.

PIKETTY, Thomas. *Le Capital au XXIè Siècle*. Paris, Seuil, 2012.

PINARD, Rolande. *La Révolution du Travail*. De l'artisan au manager. Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2000.

PINHEIRO, Milton (org.). *140 Anos da Comuna de Paris*. São Paulo, Outras Expressões, 2011.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. *A Classe Operária no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.

PINSKY, Jaime (org.). *O Modo de Produção Feudal*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

PINSKY, Jaime (org.). *Questão Nacional e Marxismo*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

PINZANI, Carlo. *Bismarck*. Buenos Aires, CEAL, 1969.

PIORE, Michael; SABEL, C. F. *La Segunda Ruptura Industrial*. Madri, Alianza, 1990.

PIPES, Richard. *Russia under the Old Regime*. Nova York Collier-Macmillan, 1992.

PIPITONE, Ugo. *La Salida del Atraso*. Um estudio histórico comparativo. México, Fondo de Cultura Económica, 1995.

PIRENNE, Henri. *História Econômica e Social da Idade Média*. São Paulo, Mestre Jou, 1966.

PIRES, Julio Manuel; COSTA, Iraci del Nero da. *O Capital Escravista-Mercantil e a Escravidão nas Américas*. São Paulo, EDUC, 2010.

PLÁ, Alberto J. *Introducción a la Historia General del Movimiento Obrero*. México, Editorial Tierra del Fuego, 1984.

PLEKHÁNOV, George. *Introduction à l'Histoire de la Russie*. Paris, Rossard, 1926.

PLEKHÁNOV, George. *La Concepción Materialista de la Historia*. Benos Aires, Biblioteca Dialéctica, 1937.

PLESSIS, Alain. *De la Fête Impériale au Mur des Fédérés*. Paris, Seuil, 1976.

PODOLINSKI, Sergej Andreevic. *Lavoro ed Energia*. Turim, PonSinMor, 2011.

POGGI, Gianfranco. *A Evolução do Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

POKROVSKY, M. N. *Historia de la Cultura Rusa*. Buenos Aires, Suma, 1943.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.

POLLARD, Sidney. Capital exports 1870-1914. *The Economic History Review* XXXVII (4), Nova York, 1985.

POLO, Marco. *O Livro das Maravilhas*. Porto Alegre, L&PM, 1985.

POMER, Leon. *As Independências da América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

POMER, Leon. *Guerra do Paraguai*. A grande tragédia rioplatense. São Paulo, Global Editora, 1981.

POMER, Leon. *O Surgimento das Nações*. São Paulo, Atual, 1994.

POMER, Leon. *Paraguai: Nossa Guerra contra Esse Soldado*. São Paulo, Global-História Popular, 1982.

POMERANZ, Kenneth. *The Great Divergence*. China, Europe and the making of the modern world economy. Nova Jersey, Princeton University Press, 2000.

POMIAN, Krzysztof. *L'Europa e le sue Nazioni*. Milão, Arnoldo Mondadori, 1990.

PONGE, Robert. A Comuna de 1871. *O Olho da História*, nº 4, Salvador, UFBA, 1996.

PONTEIL, Félix. *Les Classes Bourgeoises et l'Avènement de la Démocratie*. Paris, Gallimard, 1968.

PONTING, Clive. *World History*. A new perspective. Nova York, Chatto & Windus, 2000.

POSTAN, Michael M. *Storia e Scienze Sociali*. Turim, Einaudi, 1976.

POY, Lucas. Crisis económica y huelgas en Buenos Aires (1888-1890). *En Defensa del Marxismo* nº 39, Buenos Aires, agosto-setembro 2010.

POZZI, Pablo et al. *Trabajadores y Conciencia de Clase en los Estados Unidos*. Buenos Aires, Cántaro, 1990.

PRADO Jr, Caio. *Evolução Política do Brasil*. E outros estudos. São Paulo, Brasiliense, 1961.

PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1971.

PRADO, Luiz Carlos. *Desenvolvimento Econômico e Crise*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2012.

PRATT, Julius. American business and the Spanish-American War. *The Hispanic American Historical Review* Vol. 14, nº 2, Nova York, maio 1934.

PREISER, Erich. *Nationalökonomie Heute*. Eine Einführung in die Volkswirtschaftslehre. Munique, C.H. Beck, 1992.

PRÉLOT, Marcel. *As Doutrinas Políticas*. Lisboa, Presença-Martins Fontes, 1974.

PREOBRAZHENSKI, Evgeni. *La Nueva Economía*. Barcelona, Ariel, 1970.

PRESCOTT, William Hickling. *História da Conquista do Peru*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1946.

PRESCOTT, William Hickling. *Historia de la Conquista de México*. Madri, Ediciones Mercurio, 1900.

PRIESTLAND, David. *A Bandeira Vermelha*. A história do comunismo. São Paulo, Leya, 2012.

PRIOLLAUD, N. *1871: la Commune de Paris*. Textes réunis. Paris, Levi & Messinger, 1983.

PROCHASSON, Christophe. *François Furet. Les chemins de la mélancolie*. Paris, Stock, 2013.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalism and Social Democracy*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

PUNTONI, Pedro. *Guerras do Brasil (1504-1654)*. São Paulo, Brasiliense, 1992.

PURDY, Sean et al. *História dos Estados Unidos. Das origens ao século XXI*. São Paulo, Contexto, 2008.

QUATAERT, Donald. *The Ottoman Empire*. Nova York, Cambridge University Press, 2000.

RABAUT, Jean. *1914 Jaurès Assassiné*. Bruxelas, Complexe, 2005.

RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

RAMISCH, Guillermo. La cuestión agrária en los clásicos del marxismo. *En Defensa del Marxismo* n° 40, Buenos Aires, setembro 2012.

RAMOS, Jorge Abelardo. *América Latina: un País. Su historia, su economía, su revolución*. Buenos Aires, Ediciones Octubre, 1949.

RAMOS, Jorge Abelardo. *Bolivarismo y Marxismo*. Buenos Aires, Peña Lillo, 1969.

RAMOS, Jorge Abelardo. *Historia de la Nación Latinoamericana*. Buenos Aires, Peña Lillo, 1968.

RANCIÈRE, Jacques. *La Nuit des Prolétaires*. Paris, Fayard, 1981.

RAPPORT, Mike. *1848. L'anno della rivoluzione*. Bari, Laterza, 2011.

RATH, Christian. El carácter de la Revolución de Mayo. *En Defensa del Marxismo* n° 39, Buenos Aires, agosto-setembro 2010.

RATH, Christian. Marx sobre Bolívar. *En Defensa del Marxismo* n° 39, Buenos Aires, agosto-setembro 2010.

RATH, Christian; ROLDÁN, Andrés. *La Revolución Clausurada*. Buenos Aires, Biblos, 2013.

RAWLS, John. *O Direito dos Povos*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

RAYBACK, Joseph G. *A History of American Labor*. Nova York, Free Press, 1966.

REBÉRIOUX, Madeleine. *Jaurès*. Buenos Aires, CEAL, 1970.

REBOUL, Marc. *Naissance du Chartisme*. Paris, Bordas, 1979.

REDHEAD, Brian. *O Pensamento Político de Platão à OTAN*. Rio de Janeiro, Imago, 1989.

REICHEL, Helmuth. *Sobre a Estrutura Lógica do Conceito de Capital em Karl Marx*. Campinas, Editora da Unicamp, 2013.

REICHMAN, Henry. *Railway Men and Revolution: Russia 1905*. Berkeley, University of California Press, sdp.

REIS, João José. A elite baiana face aos movimentos sociais, 1824-1840. *Revista de História* n° 108, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1976.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil. A história do levante dos Malês, 1835*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

REIS, João José. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. In: *Afro-Ásia*, Salvador, CEAO/UFBA, n° 15, abril 1992.

REISCHAUER, Edwin O. *Histoire du Japon et des Japonais*. Paris, Seuil, 1973.

RÉMOND, René. *Introdução à História do Nosso Tempo*. Lisboa, Gradiva, 2003.

RÉMOND, René. *O Século XIX*. São Paulo, Cultrix, 1976.

RENARD, G.; WEULERSE, G. *Historia Económica de la Europa Moderna*. Buenos Aires, Argos, 1949.

RENARD, Georges. *Historia del Trabajo en Florencia*. Buenos Aires, Heliasta, 1980.

RENDINA, Claudio. *L'Oro del Vaticano*. Roma, Newton & Compton, 2013.

RENOUARD, Yves. *Le Città Italiane dal X al XIV Secolo*. Milão, Rizzoli, 1975.

RENOUVIN, Pierre. *La Crise Européene et la Grande Guerre*. Paris, Félix Alcan, 1931.

REZENDE F°, Cyro B. *Guerra e Poder na Sociedade Feudal*. São Paulo, Ática, 1999.

RHODE, Paul W. Gallman's annual output series for the United States, 1834-1909. *NBER Working Paper* n° 8860, Washington, National Bureau of Economic Research, março 2002.

RIALL, Lucy. *Il Risorgimento. Storia e interpretazioni*. Roma, Donzelli, 1997.

RIASANOVSKY, Nicholas V; STEINBERG, Mark. *A History of Russia*. Nova York, Oxford University Press, 2004.

RIAZANOV, David. *Marx y Engels*. Buenos Aires, IPS, 2012.

RIBARD, André. *Imperialismo e Socialismo*. Turim, Einaudi, 1953.

RIBEIRO, Darcy. *Las Americas y la Civilización*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1985.

RICARDO, David. *Principles of Political Economy*. Londres, Evereyman's Edition, 1933.

RIEZNICK, Pablo. Trabalho, economia e antropologia. *Entre Passado & Futuro* n° 2, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2002.

RIMBERT, Pierre. *La Révolution Communiste de Paris 1871*. Paris, Spartacus, 1971.

RIOUX, Jean-Pierre. *La Révolution Industrielle*. Paris, Seuil, 1979.

RIPPY, Fred. *La Rivalidad entre Estados Unidos y Gran Bretaña por América Latina, 1808-1830*. Buenos Aires, Eudeba, 1967.

RIVAS, Matias; POY, Lucas. El mitrismo y la organización nacional. *En Defensa del Marxismo* n° 39, Buenos Aires, agosto-setembro 2010.

RIVIALE, Philippe. *La Ballade du Temps Passé. Guerre et insurrection de Baboeuf à la Commune*. Paris, Anthropos, 1977.

ROBERTSON, H. M. *Aspects of the Rise of Economic Individualism*. Nova York, Cambridge University Press, 1933.

ROBERTSON, Ross M. *História Econômica Americana*. Rio de Janeiro, Record, 1967.

ROBERTSON, Stuart. *La Vida de los Piratas*. Barcelona, Crítica, 2010.

ROBINSON, E. A. G. *Monopolio*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986.

ROBINSON, Joan. *Ensayo sobre la Economía Marxista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1942.

ROBINSON, Joan. *Filosofia Econômica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

ROBLES, Laureano (ed.). *E la Filosofía Scopri l'America*. L'incontro-scontro tra filosofia europea e culture precolombiane. Milão, Jaca Book, 2003.

ROBSON, Stuart. *La Prima Guerra Mondiale*. Bolonha, Il Mulino, 2002.

ROCHA, Ronald. *O Movimento Socialista no Limir dos Impérios Financeiros*. Crônica da Segunda Internacional. Belo Horizonte, O Lutador, 2006.

ROCHAT, Giorgio. *Il Colonialismo Italiano*. Turim, Loescher, 1973.

ROCHE, Jean-Jacques. *Le Relazione Internazionali*. Bolonha, Il Mulino, 2000.

RODINSON, Maxime. *Islam y Capitalismo*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1973.

RODRIGUEZ GONZÁLEZ, Agustín R. *Drake y la "Invencible"*. Madri, Sekotia, 2011.

RODRIGUEZ RAMOS, José Maria. *Contribuição para a Metodologia da Economia*. São Paulo, Edusp, 1993.

RODRÍGUEZ, Mario. *Chatfield Cónsul Británico en Centroamérica*. Tegucigalpa, Banco Central de Honduras, 1970.

RODRÍGUEZ, Pablo. Testamentos de indígenas americanos, siglos XVI-XVII. *Revista de História* n° 154, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1º semestre 2006.

ROEMER, John. *A General Theory of Exploitation and Class*. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

ROEMER, John. *Analytical Marxism*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

ROGAN, Eugene. *The Arabs. A history*. Londres, Allen Lane, 2009.

ROLDÁN, Andrés. Artigas: el gran caudillo de la revolución. *En Defensa del Marxismo* n° 39, Buenos Aires, agosto-setembro 2010.

ROMANO, Aldo. *L'Unità Italiana e la Prima Internazionale (1861-1871)*. Bari, Laterza, 1966.

ROMANO, Ruggiero. *Le Rivoluzioni Borghesi*. Milão, Fratelli Fabbri, 1973.

ROMANO, Ruggiero. *Mecanismos da Conquista Colonial*. São Paulo, Perspectiva, 1973.

ROMANO, Ruggiero. *Tra Storici ed Economisti*. Turim, Einaudi, 1982.

ROMANO, Ruggiero; TENENTI, Alberto. *Los Fundamentos del Mundo Moderno*. México, Siglo XXI, 1992.

ROMANO, Sergio. *La Francia dal 1870 ai Nostri Giorni*. Milão, Oscar Mondadori, 1989.

ROMEO, Rosario. *Breve Storia della Grande Industria In Italia 1861-1961*. Milão, Mondadori, 1988.

ROMEO, Rosario. *Cavour e il suo Tempo*. Roma-Bari, Laterza, 1977.

ROMEO, Rosario. *Dal Risorgimento alla Repubblica*. Firenze, Le Monnier, 1986.

ROMEO, Rosario. *Il Giudizio Storico sul Risorgimento*. Acireale, Bonanno, 1987.

ROMEO, Rosario. *Il Problema Nazionale tra 19º e 20º secolo*. Roma, Bulzoni, 1977.

ROMEO, Rosario. *Risorgimento e Capitalismo*. Bari, Laterza, 1959.

ROMERO, José L. Latinoamérica: las Ciudades y las Ideas. Buenos Aires, Siglo XXI, 1976.

ROMERO, José Luis. *¿Quién es el Burgués?* Buenos Aires, CEAL, 1984.

ROMERO, José Luis. El fracaso de la unidad hispanoamericana. *Gran Historia de Latinoamérica* n° 36, Buenos Aires, abril de 1973.

ROMERO, José Luis. *Estudio de la Mentalidad Burguesa*. Madri, Alianza, 1987.

ROMERO, José Luis. *La Cultura Occidental*. Buenos Aires, Legasa, 1986.

ROMERO, José Luis. *La Revolución Burguesa en el Mundo Feudal*. Buenos Aires, Sudamericana, 1967.

ROMERO, Luis A. *Breve Historia de Argentina*. México, Fondo de Cultura Económica, 1988.

RONCAGLIA, Alessandro. *La Ricchezza delle Idee*. Storia del pensiero economico. Bari, Laterza, 2011.

RONCAYOLO, Marcel. *Le Monde Contemporain*. Paris, Robert Laffont, 1990.

ROONEY, Anne. *A História da Física*. São Paulo, M. Books, 2013.

ROSANVALLON, Pierre. *Le Moment Guizot*. Paris, Gallimard, 1985.

ROSDOLSKY, Roman. *Friedrich Engels y el Problema de los Pueblos sin Historia*. México, Siglo XXI-Pasado y Presente, 1980.

ROSDOLSKY, Roman. *Genesi e struttura del "Capitale" di Marx*. Bari, Laterza, 1975.

ROSE, Michael E. The allowance system under the new poor law. *Economic History Review* Vol. 19, n° 3, Londres, 1998.

ROSENBERG, Arthur. *Democracia e Socialismo*. História política dos últimos 150 anos. São Paulo, Global, 1986.

ROSENBERG, Nathan. *Exploring the Black Box: Technology, Economics, and History*. Nova York, Cambridge University Press, 1983.

ROSENBERG, Nathan. *Tecnología y Economía*. Barcelona, Gustavo Gilli, 1979.

ROSENBERG, Nathan; BIRDZELL, L. E. *How the West Grew Rich*. The economic transformation of the industrial world. Nova York, Basic Books, 1986.

ROSENBERG, Peter Louis. *A Guerra Civil Americana*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

ROSIER, Bernard. *Croissance et Crise Capitalistes*. Paris, Presses Universitaires de France, 1975.

ROSIER, Bernard. *Les Théories des Crises Économiques*. Paris, La Découverte, 1988.

ROSMER, Alfred. *Le Mouvement Ouvrier Pendant la Première Guerre Mondiale*. Paris, Mouton & Co., 1959.

ROSS, Ian Simpson. *Adam Smith*. Uma biografia. Rio de Janeiro, Record, 1999.

ROSS, Kristin. O internacionalismo no tempo da Comuna. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, maio 2015.

ROSSI, Paolo. *Os Filósofos e as Máquinas 1400-1700*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

ROSSI, Paolo. *Os Sinais do Tempo*. História da terra e história das nações de Hooke a Vico. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

ROSTAND, Jean. *Introducción a la Historia de la Biología*. Barcelona, Planeta-De Agostini, 1985.

ROSTOW, Walt W. *Les Étapes de la Croissance Économique*. Paris, Seuil, 1962.

ROTH, Cecil. *História dos Marranos*. Os judeus secretos da península ibérica. Porto, Civilização, 2001.

ROTHARD, Murray N. Down with primitivism: a thorough critique of Polanyi. *Mises Daily*, Londres, setembro 2004.

ROUGERIE, Jacques. *Dix-Huit Cent Soixante et Onze*. Jalons pour une histoire de la Commune de Paris. Paris, Presses Universitaires de France, 1972.

ROUGERIE, Jacques. *Paris Libre 1871*. Paris, Seuil, 1971.

ROUGIER, Louis. *Le Génie de l'Occident*. Paris, Robert Laffont, 1969.

ROUQUIÉ, Alain. *L'État Militaire en Amérique Latine*. Paris, Seuil, 1982.

ROUQUIÉ, Alain. *L'Argentine*. Paris, PUF, 1984.

ROUVILLOIS, Frédéric. *L'Invention du Progrès 1680-1730*. Paris, CNRS, 2010.

ROVAN, Joseph. *Geschichte der Deutschen Sozialdemokratie*. Frankfurt, Fischer Verlag, 1980.

ROY, M. N. Historical role of Islam: an essay on islamic culture. In: Marxists Internet Archive, www.marxists.org.

ROYLE, Trevor. *The Great Crimean War 1854-1856*. Londres, Palgrave Macmillan, 2004.

RUBEL, Maximilien et al. *Partido y Revolución*. Buenos Aires, Rodolfo Alonso, 1971.

RUBEL, Maximilien. *Karl Marx*. Essai de biographie intellectuelle. Paris, Payot, 1977.

RUBEL, Maximilien. *Marx, Critique du Marxisme*. Paris, Payot, 1974.

RUBIN, Isaak Illich. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

RUBIO, Vincent. *Psychologie des foules*, de Gustave Le Bon. Un savoir d'arrière-plan. *Sociétés* n° 100, Paris, fevereiro 2008.

RUDÉ, George. *A Multidão na História*. Estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848. Rio de Janeiro, Campus, 1991.

RUDÉ, George. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

RUDÉ, George. *Robespierre*. Roma, Riuniti, 1979.

RUGGIU, Luigi. *Genese dello Spazio Economico*. Napoles, Guida Editori, 1982.

RUSS, Jacqueline. *La Marche des Idées Contemporaines*. Un panorama de la modernité. Paris, Armand Colin, 1994.

RUSS, Jacqueline. *Les Précurseurs de Marx*. Paris, Bordas, 1973.

SACCHI, Hugo M. *El Movimiento Obrero en America Latina*. Benos Aires, CEAL, 1972.

SAHLINS, Marshall. *Evolution and Culture*. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1960.

SAID, Edward. *Orientalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

SAID, Edward. *The Question of Palestine*. Nova York, Vintage Books, 1980.

SAINT-SIMON, Conde de [Claude Henri de Rouvroy]. *Catecismo Político de los Industriales*. Buenos Aires, Aguilar, 1964.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai*. Escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

SALVADORI, Massimo (ed.). *Enciclopedia Storica*. Bologna, Zanichelli, 2005.

SALVADORI, Massimo. *Kautsky e la Rivoluzione Socialista*. Milão, Feltrinelli, 1978.

SALVADORI, Massimo. *La Sinistra nella Storia Italiana*. Roma-Bari,-Laterza, 2001.

SANCHEZ ALBORNOZ, Nicolás. *The Economic Modernization of Spain 1830-1930*. Nova York, New York University Press, 1987.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *Filosofia da Práxis*. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

SANCHEZ, Gonzalo J. *Organizing Independence*. The artists federation of the Paris Commune and its legacy 1871-1889. Lincoln, University of Nebraska Press, 1997.

SANCHEZ-ALBORNOZ, Claudio. *Espanoles ante la Historia*. Buenos Aires, Losada, 1977.

SANCHEZ-ALBORNOZ, Sonsoles C. *Los Movimientos Revolucionarios de 1820, 1830 y 1848*. Barcelona, Ariel, 1998.

SANDOZ, Gérard. *La Izquierda Alemana*. De Karl Marx a Willy Brandt. Barcelona, Península, 1971.

SANTANDER, Francisco de Paula. *Cartas y Mensajes de Santander*. Bogotá, Academia Colombiana de Historia, 1955.

SANTARELLI, Enzo. *Storia Sociale del Mondo Contemporaneo*. Milão, Feltrinelli, 1982.

SANTI, Paolo et al. *Teoria Marxista del Imperialismo*. México, Pasado y Presente-Siglo XXI, 1977.

SANTIAGO, Theo (org.). *Do Feudalismo ao Capitalismo*. São Paulo, Contexto, 1992.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo, Hucitec, 1996.

SAUVY, Alfred. *La Burocracia*. Buenos Aires, Eudeba, 1976.

SCHETTINO, Ferdinando. *Medio Oriente*. L'epicentro della storia. Roma, Idea, 2008.

SCHMIDT, Alfred. *El Concepto de Naturaleza en Marx*. México, Siglo XXI, 1976.

SCHMIDT-GLINZER, Helwig. *Storia della Cina*. Milão, Oscar Mondadori, 2005.

SCHOELL, Frank L. *Historia de los Estados Unidos*. Bilbao, Moreton, 1968.

SCHULTZ, Helga. *Historia Económica de Europa 1500-1800*. Artesanos, mercaderes y banqueros. Madri, Siglo XXI, 2001.

SCHULZE, Hagen. *Estado y Nación en Europa*. Barcelona, Grijalbo-Crítica, 1997.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

SCHUMPETER, Joseph A. *Fundamentos do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

SCHUMPETER, Joseph A. *Imperialismo e Classes Sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

SCHUMPETER, Joseph A. The analysis of economic change. *Readings in Business Cycle Theory* n° 2, Philadelphia, 1948.

SCHWARTZ, S.; LOCKHART, J. *A América Latina na Época Colonial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo, Companhia das Letras, 1985.

SCHWARZ, Hillel. *Fim de Século*. São Paulo, Cultura, 1992.

SCOTT, H. M. *The Emergence of Eastern Powers 1756-1775*. Nova York, Cambridge University Press, 2001.

SEAGER, Robert. Ten years before Mahan: the unofficial case for the New Navy, 1880-1890. *The Missisipi Valley Historical Review* Vol. 40, n° 3, dezembro 1953.

SEBRELLI, Juan J. *Buenos Aires: Vida Cotidiana y Alienación*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1990.

SECCO, Lincoln. Ciclos longos e renovação tecnológica no capitalismo. *Práxis* n° 5, Belo Horizonte, 1996.

SECCO, Lincoln. O destino do trabalho. *Universidade e Sociedade* n° 11, S.Paulo, junho de 1996.

SECCO, Lincoln. Terceiro Império em Portugal (1825-1926). *Entre Passado & Futuro* n° 1, São Paulo, Universidade de São Paulo, junho 2002.

SÉE, Henri. *Le XVIè Siècle*. Paris, Presses Universitaires de France, 1934.

SÉE, Henri. *Les Origines du Capitalisme Moderne*. Paris, Armand Colin, 1940.

SÉGUR, Conde de. *La Derrota de Napoleón en Rusia*. Barcelona, Duomo, 2010.

SEIGNOBOS, Charles. *Histoire Politique de l'Europe Contemporaine*. Paris, Armand Colin, 1926.

SELDON, Arthur. *Capitalismo*. Barcelona, Folio, 1994.

SENNHOLZ, Hans F. *The Age of Inflation*. Nova York, Makron Books, 1979.

SETON-WATSON, Hugh. *The Decline of Imperial Russia 1855-1914*. Nova York, Praeger Publishers, 1975.

SHAIKH, Anwar M. Introduction to story of crisis theory. *US Capitalism in Crisis*. Nova York, URPE, 1978.

SHAIKH, Anwar M. *Measuring the Wealth of Nations*. The political economy of national accounts. Nova York-Londres, Cambridge University Press, 1994.

SHEEHAN, Sean. *Anarchism*. Londres, Reaktion Books, 2004.

SHERRILL, Charles H. *Bismarck e Mussolini*. Bolonha, Zanichelli, 1932.

SIGFRIED, André. *Amérique Latine*. Paris, Gallimard, 1932.

SIGMANN, Jean. *1848*. Las revoluciones románticas y democráticas de Europa. Madri, Siglo XXI, 1985.

SILVA DE OLIVEIRA, Arilson. O historiador Max Weber: indologia e historicismo na obra weberiana. *Revista de História* n° 162, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1º semestre 2010.

SIMMEL, Georg. *Zur Philosophie der Kunst*. Potsdam, Kiepenheuer, 1922.

SIMMS, Brendan. *Europe*. The struggle for supremacy, 1453 to the present. Londres, Penguin Books, 2014.

SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo, Companhia. Editora Nacional, 1978.

SINOUE, Gilbert. *El Último Faraón*. Barcelona, Zeta, 2006.

SISMONDI, Simonde de. *Nouveaux Principes d'Économie Politique*. De la richesse dans ses rapports avec la population. Paris, Libraire Delaunay, 1827.

SKINNER, Quentin. *El Nacimiento del Estado*. Buens Aires, Gorla, 2003.

SKLAR, Martin J. *Studies in US History in the Progressive Era and the 1920s*. Cambridge, Cambridge University Press, 1992.

SKOCPOL, Theda. *States and Social Revolutions*. A comparative analysis of France, Russia, and China. Nova York, Cambridge University Press, 1988.

SLEZKINE, Yuri. *Le Siècle Juif*. Paris, La Découverte, 2009.

SLOTERDIJK, Peter. *Colère et Temps*. Paris, Libella-Maren Sell, 2007.

SMITH, Adam. *Riqueza das Nações*. São Paulo, Folha de S. Paulo, 2010.

SMITH, Joseph. *Illusions of Conflict*. Anglo-American diplomacy toward Latin America 1865-1896. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1979.

SMITH, Neil. *O Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1988.

SMITH, Roberto. *Propriedade da Terra & Transição*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

SMITH, Tony. *Los Modelos del Imperialismo*. Estados Unidos, Gran Bretaña y el mundo tardíamente industrializado desde 1815. México, Fondo de Cultura Económica, 1984.

SMITH, Wayne S. The United States and South America: beyond the Monroe Doctrine. *Current History* nº 553 (90), Nova York, fevereiro de 1991.

SOBOUL, Albert. *A História Social*. Problemas, fontes e métodos. Lisboa, Presença, 1972.

SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*. São Paulo, Difel, 1978.

SOBOUL, Albert. *Comprendre la Révolution Française*. Paris, François Maspéro, 1981.

SOBOUL, Albert. *Feudalismo e Stato Rivoluzionario*. Napoles, Guida, 1973.

SOBRINHO, Antonio E. A luta dos trabalhadores no tempo de Marx. *História & Luta de Classes* nº 14, Cândido Rondon, setembro 2012.

SODRÉ, Nelson W. *As Razões da Independência*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

SODRÉ, Nelson W. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1963.

SOLÉ, Jacques. *A Revolução Francesa em Questões*. Rio de Janeiro, Zahar, 1989.

SOLER, Ricarte. *Idea y Cuestión Nacional Latinoamericanas*. México, Siglo XXI, 1980.

SOLOMON, Jean-Jacques. *Ciencia y Política*. México, Siglo XXI, 1974.

SOLOW, Robert M. A contribution to the theory of economic growth. *Quarterly Journal of Economics* nº 70 (1), Massachusetts, 1956.

SOMBART, Werner. *El Apogeo del Capitalismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1984.

SOMBART, Werner. *El Burgués*. Contribución a la historia espiritual del hombre económico moderno. Madri, Alianza, 1993.

SOMBART, Werner. *Krieg und Kapitalismus*. Munique, Duncker & Humblot, 1913.

SOMBART, Werner. *Le Capitalisme Moderne*. Paris, Payot, 1932.

SOMBART, Werner. *Le Socialisme Allemand*. Paris, Payot, 1923.

SOMBART, Werner. *Les Juifs et la Vie Économique*. Paris, Payot, 1926.

SOMBART, Werner. *Socialism and the Social Movement in the 19th Century*. Nova York, G.P. Putnam's Sons, 1898.

SOMBART, Werner. *Why is There no Socialism in the United States?* Londres, Macmillan, 1976.

SOMERVELL, D. C. *Disraeli e Gladstone*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1947.

SONDHAUS, Lawrence. *A Primeira Guerra Mundial: História Completa*. São Paulo, Contexto, 2013.

SOREL, Albert. *L'Europe et la Révolution Française*. Paris, Nourrit et Cie, 1887-1904.

SOREL, Georges. *Scritti Politici*. Turim, UTET, 2006.

SOTELO, Ignacio. *Sociologia da América Latina*. Rio de Janeiro, Pallas, 1975.

SOULE, Guy. *Introducción a la Economía Contemporánea*. México, Fondo de Cultura Económica, 1970.

SOUYRI, Pierre. *La Dynamique du Capitalisme au XXè Siècle*. Paris, Payot, 1983.

SOUZA, Nilson A. *Teoria Marxista das Crises*. Rio de Janeiro, Global-UFMS, 1992.

SPIEKERMAN, Tim. *Shakespeare's Political Realism*. Nova York, State University of New York Press, 2001.

SPIILIMBERGO, Jorge E. *El Socialismo en Argentina*. Buenos Aires, Octubre, 1974.

SPINOZA, Benedict de. *A Theologico-Political Treatise. A Political Treatise*. Nova York, Dover Publications, 1951.

SPÓSITO, Fernanda. As guerras justas na crise do Antigo Regime português. *Revista de História* nº 161, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2º semestre 2009.

SPYKMAN, Nicholas J. *Los EEUU frente al Mundo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1994.

STAUFFER, Richard. *La Reforma*. Barcelona, Oikos-Tau, 1974.

STEIN, Leonard. *The Balfour Declaration*. Londres, Vallentine and Mitchell, 1961.

STEIN, Stanley e Bárbara. *A Herança Colonial da América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

STERN, Alfred. *Cromwell*. La Spezia, Fratelli Melitta, 1990.

STERN, Randolph et al. *El Concepto de Crisis*. Buenos Aires, Megápolis, 1979.

STERNBERG, Fritz. *El Imperialismo*. México, Siglo XXI, 1979.

STERNHELL, Zeev. *La Droite Révolutionnaire, 1885-1914*. Les origines françaises du fascisme. Paris, Gallimard, 1997.

STERNHELL, Zeev. *Naissance de l'Idéologie Fasciste*. Paris, Fayard, 1989.

STEVENSON, David. *La Grande Guerra*. Milão, RCS Libri, 2004.

STEWART, Michael. *Keynes*. Paris, Seuil, 1978.

STOYE, John. *Europe Unfolding 1648-1688*. Londres, Collins Sons & Co., 1969.

STRACHEY, John. *La Naturaleza de las Crisis*. México, Fondo de Cultura Económica, 1939.

STRACHEY, Lytton. *Victoria I*. Barcelona, Salvat, 1995.

STRADLING, R. A. *Europa y el Declive de la Estructura Imperial Española*. Madri, Cátedra, 1983.

STRATHERN, Paul. *Napoleón en Egipto*. Barcelona, Planeta, 2009.

SURIANO, Juan. *La Huelga de Inquilinos de 1907*. Buenos Aires, CEAL, 1983.

SUTCLIFFE, Bob; OWEN, Roger. *Estudios sobre la Teoría del Imperialismo*. México, ERA, 1978.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira*. Origem e desenvolvimento. São Paulo, Brasiliense, 1986.

SWAIN, Dan. *Alienation*. An introduction to Marx's theory. Londres, Radical Publishing, 2012.

SWEDERG, Richard. *Une Histoire de la Sociologie Économique*. Paris, Desclée de Brouwer, 1994.

SWEEZY, Paul M. et al. *Do Feudalismo ao Capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

SWEEZY, Paul M. *The Theory of Capitalist Development*. Nova York, Monthly Review Press, 1956.

TAINE, Hyppolite. *Les Origines de la France Contemporaine*. Paris, Robert Laffont, 1990.

TAMAMES, Ramon. *Economía y Desarrollo*. Madri, Alianza, 1979.

TANDETER, Enrique. *Coacción y Mercado*. La minería de la plata en el Potosí colonial 1692-1826. Madri, Siglo XXI, 1992.

TAPIÉ, Victor-Lucien. *El Barroco*. Buenos Aires, Eudeba, 1981.

TARLÉ, Eugenio. *La Clase Obrera en la Revolución Francesa*. Buenos Aires, Futuro, 1961.

TARLÉ, Evgenij Viktorovic. *Storia d'Europa 1871-1919*. Roma, Riuniti, 1968.

TATAKIS, Basil. *Byzantine Philosophy*. Indianapolis, Hackett Publishing, 1984.

TAWNEY, R. H. *A Religião e o Surgimento do Capitalismo*. São Paulo, Perspectiva, 1971.

TAYLOR, A. J. P. *From Napoleon to the Second International*. Essays on nineteenth-century Europe. Harmondsworth, Penguin Books, 1995.

TAYLOR, A. J. P. *The First World War*. Nova York, Capricorn Books, 1972.

TAYLOR, A. J. P. *The Struggle for Mastery in Europe 1848-1918*. Nova Delhi, Oxford India, 2000.

TAYLOR, George. *The Transportation Revolution 1815-1860*. Nova York, Simon & Schuster, 1951.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. *Sociedade Feudal*. Guerreiros, sacerdotes e trabalhadores. São Paulo, Brasiliense, 1982.

TERRAY, Emmanuel. *O Marxismo diante das Sociedades Primitivas*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

TESTA, Victor. *El Capital Imperialista*. Buenos Aires, Fichas, 1975.

THIESSE, Anne-Marie. A criação das identidades nacionais na Europa. *Entre Passado e Futuro* nº 5, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003.

THIREAU, Jean-Louis. *Introduction Historique au Droit*. Paris, Flammarion, 2009.

THOMAS, Hugh. *El Imperio Español de Carlos V*. Buenos Aires, Planeta, 2011.

THOMAS, Olivier. Le monde aux mains des cartographes. *L'Histoire* nº 379, Paris, setembro 2012.

THOMAS, Dale W. *Through the Prism of Slavery*. Labor, capital and world economy. Lanham, Rowman & Littlefield, 2004.

THOMPSON, E.P. *Senhores & Caçadores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase*. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona, Crítica, 1984.

THOMPSON, George. *Guerra del Paraguay*. Assunção, RP Ediciones, 1992 [1ª Edição 1869].

THOMSON, David. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

THORNDIKE, Guillermo. *La Guerra del Salitre*. Santiago, Promoinvest, 1979.

THORNTON, John. *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico*. Rio de Janeiro, Campus Elsevier, 2003

THUILLIER, Guy. *Bureaucratie et Bureaucrates em France au XIXè Siècle*. Ginebra, Droz, 1980.

TIBERI, Mario. *I Conti dell'Impero Britannico*. La dimensione quantitativa degli investimenti internazionali dal 1799 al 1914. Roma, Carocci, 2002.

TIBERI, Mario. *Investimenti Internazionali e Sviluppo del Sistema Capitalistico*. Roma, Kappa, 1992.

TIGAR, Michael; LEVY, Madeleine. *O Direito e a Ascensão do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

TILLY, Charles. *Coercion, Capital and European States*. Nova York, Basil Blackwell, 1991.

TILLY, Charles. *The Formation of National States in Western Europe*. Nova Jersey, Princeton University Press, 1975.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. São Paulo, EDUSP, 1977.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Souvenirs de 1848*. Paris, Gallimard, 1964.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América*. A questão do Outro. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

TOMICICH, Dale W. *Pelo Prisma da Escravidão*. Trabalho, capital e economia mundial. São Paulo, Edusp, 2011.

TOMICHE, Nada. *L'Égypte Moderne*. Paris, Presses Universitaires de France, 1966.

TONINELLI, Pier Angelo. *Lo Sviluppo Economico Moderno*. Veneza, Marsilio, 2002.

TORRES RIVAS, Edelberto (ed.). *Historia General de Centroamérica*. Madri, Comisión Estatal para el Quinto Centenario-FLACSO-Comunidades Europeas, 1993.

TORTELLA, Guillermo. *Historia Económica de los Siglos XIX y XX*. Madri, Alianza Universidad, 1994.

TOYNBEE, Arnold. *Lectures on the Industrial Revolution in England*. Londres, Penguin Books, 1937.

TREUE, Wilhelm. *Historia de Alemania 1648-1740*. México, Uteha, 1964.

TREVELYAN, George Macaulay. *History of England*. Londres, Longman, 1956.

TRIAS, Vivian. *Historia del Imperialismo Norteamericano*. Buenos Aires, Peña Lillo, 1977.

TRIAS, Vivian. *Imperialismo y Geopolítica en América Latina*. Buenos Aires, Carlos Pérez, 1967.

TROELTSCH, E. *Protestantisme et Modernité*. Paris, Gallimard, 1991.

TROTSKY, Leon. *1905*. Paris, Seuil, 1969.

TROTSKY, Leon. *A Revolução Permanente*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

TROTSKY, Leon. *Balance y Perspectivas*. Buenos Aires, El Yunque, 1975.

TROTSKY, Leon. *Europa y America*. Buenos Aires, El Yunque, 1974.

TROTSKY, Leon. *Histoire de la Révolution Russe*. Paris, Seuil, 1950.

TROTSKY, Leon. *Mi Vida*. Bogotá, Editorial Pluma, 1980.

TROTSKY, Leon. *Naturaleza y Dinámica del Capitalismo y la Economía de Transición*. Buenos Aires, Ceip, 1999.

TROTSKY, Leon. *Una Escuela de Estrategia Revolucionaria*. Buenos Aires, Ediciones del Siglo, 1973.

TSURU, Shigeto. *Japan's Capitalism*. Nova York-Londres, Cambridge University Press, 1996.

TUCHMAN, Barbara W. *A Prática da História*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1995.

TUCHMAN, Barbara W. *La Torre del Orgullo 1890-1914*. Barcelona, Península, 2007.

TUCHMAN, Barbara W. *O Telegrama Zimmermann*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1982.

TUGAN-BARANOVSKY, Mikhail. *Les Crises Industrielles en Angleterre*. Paris, Giard, 1913.

TUGENDHAT, Christopher. *The Multinationals*. Londres, Penguin Books, 1971.

TULARD, J.; FAYARD, J. *História da Revolução Francesa*. Lisboa, Livros do Brasil, 1989.

TULARD, Jean. *Napoléon*. Paris, Fayard, 1973.

TUÑÓN DE LARA, Manuel. *El Movimiento Obrero en la Historia de España*. Madri, SARPE, 1985.

TURNER, Frederick Jackson. *The Frontier In American History*. Charlottesville, University of Virginia Press, 1997.

TVARDOVSKAIA, Valentina A. *El Populismo Ruso*. Madri, Siglo XXI, 1978.

TYLECOTE, Andrew. *The Long Wave in the World Economy*. Londres, Routledge, 1992.

URVOY, Dominique. *Les Penseurs Libres dans l'islam Classique*. Paris, Flammarion, 1996.

USHER, Alfred P. *History of Mechanical Invention*. Londres, Allen & Unwin, 1929.

UTECHIN, S. V. *Historia del Pensamiento Político Ruso*. Madri, Revista de Occidente, 1968.

VALLÈS, Jules et al. *Crônicas da Comuna*. São Paulo, Ensaio, 1992.

VALTA MANNUCCI, Loretta. *La Genesi della Potenza Americana*. Roma, Bruno Mondadori, 2007.

VAN ALSTYNE, Richard W. *The Rising American Empire*. Chicago, Quadrangle Books, 1965.

VAN BATH, H. Licher. *História Agrária da Europa Ocidental (500-1850)*. Lisboa, Presença, 1984.

VAN DER OYE, David. *Toward the Rising Sun*. Russian ideologies and the path to war with Japan. Chicago, Northern Illinois University Press, 2001.

VAN DOREN, Charles. *Uma Breve História do Conhecimento*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2012.

VAN GELDEREN, Martin. *The Dutch Revolt*. Nova York, Cambridge University Press, 1993.

VARGA, Eugène. *Les Partis Social-Démocrates*. Paris, Bureau d'Éditions, sdp.

VATIN, François. *Le Travail*. Économie et physique 1780-1830. Paris, Presses Universitaires de France, 1993.

VAZ GUIMARÃES, Acyr. *Guerra do Paraguai: Verdades e Mentiras*. Campo Grande, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2000.

VAZQUEZ DE PRADA, Valentin. *Historia Económica Mundial*. Madri, Rialp, 1964.

VAZQUEZ PRESEDO, Vicente. *El Caso Argentino*. Migración de factores, comercio exterior y desarrollo 1875-1914. Buenos Aires, Eudeba, 1971.

VEGETTI, Mario. *Marxismo e Società Antica*. Milão, Feltrinelli, 1981.

VEIGA GARCIA, Emanuel S. Buenos Aires e o primeiros Bourbons. *Estudos* n° 18, São Paulo, FFLCH-USP, dezembro 1990.

VEIGA GARCIA, Emanuel S. Buenos Aires no século XVII. *Estudos* n° 15, São Paulo, FFLCH-USP, dezembro 1989.

VENTURI, Franco. *Il Populismo Russo*. Turim, Einaudi, 1952.

VENTURI, Franco. *Los Orígenes de la Enciclopedia*. Barcelona, Crítica, 1980.

VERNANT, Jean-Pierre. *As Origens do Pensamento Grego*. São Paulo, Difel, 1986).

VERSEN, Max von. *História da Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte/ São Paulo, Editora Itatiaia/ Editora da USP, 1976.

VICENS VIVES, Jaume. *Historia de España y América*. Económica y social. Barcelona, Vicens Vives, 1974.

VIDAL VILLA, J. M. *Teorías del Imperialismo*. Barcelona, Anagrama, 1976.

VIDONI, Ferdinando; MAZZOLA, Luciano. *1845-1850: Lotta Proletaria in Inghilterra*. Milão, Lavoro Liberato, 1978.

VILAR, Pierre et al. *Estudios sobre el Nacimiento y Desarrollo del Capitalismo*. Madri, Ayuso, 1978.

VILAR, Pierre. *Crecimiento y Desarrollo*. Barcelona, Ariel, 1993.

VILAR, Pierre. *Historia de España*. Paris, Librairie Espagnole, 1971.

VILAR, Pierre. *Iniciación al Vocabulario del Análisis Histórico*. Barcelona, Crítica, 1982.

VILAR, Pierre. *Ouro e Moeda na História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

VILAR, Pierre. *Sviluppo Economico e Analise Storica*. Bari, Laterza, 1978.

VILLARI, Lucio. *Bella e Perduta*. L'Italia del Risorgimento. Roma-Bari, Laterza, 2012.

VILLORIA, Manuel. *La Corrupción Política*. Madri, Síntesis, 2006.

VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Monarquia à República*. São Paulo, Editora da Unesp, 1998.

VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Difel, 1966.

VIROLI, Maurizio. *Nicolás Maquiavel*. Barcelona, Tusquets, 2002.

VOINEA, S. *En Partant du Capital*. Paris, Anthropos, 1968.

VOLKOV, Mijail. *Pedro el Grande*. Buenos Aires, CEAL, 1969.

VOLPE, Gioacchino. *Italia Moderna, 1815-1914*. Florença, Sansoni, 1977.

VON BORTKIEWICKZ, Ladislau. *La Teoria Economica di Marx*. Turim, Einaudi, 1971.

VON FREYBERG, Jutta. *Geschichte der Deutschen Sozial-Demokratie 1863-1975*. Dusseldorf, Pahl-Rugenstein, 1977.

VON GRUNWALD, Konstantin. *Histoire de la Russie*. Paris, Éditions Minerva, 1978.

VON MISES, Ludwig. *Ação Humana*. Um tratado de economia. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1990.

VOVELLE, Michel. *Breve História da Revolução Francesa*. Lisboa, Presença, 1986.

VOVELLE, Michel. *França Revolucionária*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

VOVELLE, Michel. Le tournant des mentalités en France: 1750-1789. *Social History* nº 5, Londres, maio 1977.

VRANICKI, Predrag. *Storia del Marxismo*. Roma, Editori Riuniti, 1973.

WAGEMANN, Ernest. *Estructura y Ritmo de la Economía Mundial*. Madri, Labor, 1937.

WAISMAN, Carlos. *Modernización y Legitimación*. La incorporación de la clase obrera al sistema político. Madri, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1980.

WALICKI, Andrzej. *Populismo y Marxismo en Rusia*. Madri, Estela, 1971.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El Moderno Sistema Mundial*. La agricultura capitalista y los orígenes de la economía mundo europea en el siglo XVI. México, Siglo XXI, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Geopolítica y Geocultura*. Madri, Kairós, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Islam, the West, and the World*. Lecture in series "Islam and World System," Oxford Centre for Islamic Studies, outubro de 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O Capitalismo Histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Capitalist World Economy*. Nova York, Cambridge University Press, 1979.

WALRAS, M. E. L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

WALZER, Michael. *Just and Unjust Wars*. A moral argument with historical illustrations. Nova York, Basic Books, 1992.

WARNER, Denis e Peggy. *The Tide at Sunrise*. A history of the Russo-Japanese war 1904-05. Nova York, Charterhouse, 1974.

WARSHOW, Robert I. *Wall Street*. São Paulo, Cultura Brasileira, sdp.

WATSON, Adam. *A Evolução da Sociedade Internacional*. Uma análise histórica comparativa. Brasília, Universidade de Brasília, 2004.

WATSON, Adam. *The Limits of Independence*. Relations between states in the modern world. Londres, Routledge, 1997.

WEBER, Eugen. *La Fin des Terroirs*. Paris, Fayard, 1983.

WEBER, Eugen. *Une Histoire de l'Europe*. Paris, Fayard, 1987.

WEBER, Henri. *Marxismo e Consciência de Classe*. São Paulo, Moraes, 1977.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1976.

WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica, 1997.

WEBER, Max. *Historia Económica General*. México, Fondo de Cultura Económica, 1997.

WEHLING, Arno e Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. São Paulo, Nova Fronteira, 1994.

WEIL, Eric. *Hegel y el Estado*. Córdoba, Nagelkop, 1970.

WEILLER, J. H. H. *Un'Europa Cristiana*. Milão, Oscar Mondadori, 2003.

WELLER, Jac. *Wellington in the Peninsula*. Londres, Greenhill Books, 1992.

WELLS, Herbert George. *Uma Breve História do Mundo*. Porto Alegre, L&PM, 2010.

WENDE, Peter. *L'Impero Britannico*. Storia di una potenza mondiale. Turim, Einaudi, 2009.

WERNER, Karl Ferdinand. *Nascita della Nobiltà*. Lo sviluppo delle élite politiche in Europa. Turim, Einaudi, 2000.

WESSELING, Henri L. *Dividir para Reinar*. A partilha da África 1880-1914. Rio de Janeiro, Revan, 1998.

WESTWOOD, J.N. *Russia against Japan 1904-05*. Nova York, State University of New York, 1986.

WHEEN, Francis. *Il Capitale*. Una biografia. Roma, Newton & Compton, 2007.

WHEEN, Francis. *Karl Marx*. Madri, Debate, 2000.

WHITE, Lynn. *Medieval Technology and Social Change*. Oxford, Clarendon Press, 1962.

WICKHAM, Sylvain. *L'Économie Mondiale*. Paris, Presses Universitaires de France, 1984.

WILLIAMS, Basil. *The Whig Supremacy 1714-1760*. Oxford, Clarendon Press, 1939.

WILSON, Charles. *La Repubblica Olandese*. Roma, Il Saggiatore, 1968.

WILSON, Peter. *The Thirty Years War*. Europe's tragedy. Londres, Belknap Press, 2011.

WINOCK, Michel. *Nationalisme, Antisémitisme et Fascisme en France*. Paris, Seuil, 1982.

- WOLF, Eric. *Europa y la Gente sin Historia*. México, Fondo de Cultura Económica, 1994.
- WOLF, Eric. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- WOLFF, Larry. *Inventing Eastern Europe*. The map of civilization on the mind of Enlightenment. Stanford, Stanford University Press, 1994.
- WOLPERT, Stanley. *Storia dell'India*. Roma, Bompiani, 2004.
- WOODCOCK, George. *História das Ideias e Movimentos Anarquistas*. Porto Alegre, L&PM, 2004.
- WOODS, Ellen Meiksins. *A Trumpet of Sedition*. Political theory and the rise of capitalism, 1509-1688. Londres, Pluto Press, 1997.
- WOODS, Ellen Meiksins. *The Origins of Capitalism*. A longer view. Londres, Verso Books, 2002.
- WORMS, Frédéric. *Droits de l'Homme et Philosophie*. Paris, CNRS, 2009.
- WORSLEY, Peter. *Al Son de la Trompeta*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1980.
- WRIGHT, D. G. *Popular Radicalism*. The working-class experience. Londres, Longman, 1988.
- WRIGHT, Gavin; CZELUSTA, Jesse. The myth of the resource curse. *Challenge* nº 47, Nova York, março-abril de 2004.
- YAFEE, Norman. *Mitos do Estado Arcaico*. São Paulo, Edusp, 2013.
- YASSOUR, Avraham. Leçons de 1905: parti ou soviet? *Le Mouvement Social* nº 62, Paris, janeiro-março 1968.
- YOUNG, George B. Intervention under the Monroe Doctrine: the Olney Corollary. *Political Science Quarterly* Vol. 57, nº 2, Washington, junho 1942.
- ZAMOYSKI, Adam. 1812. La trágica marcha de Napoleón sobre Moscú. *Madri, Debate*, 2005.
- ZANIER, Claudio. *Accumulazione e Sviluppo Economico in Giappone dalla Fine del XVI alla Fine del XIX Secolo*. Turim, Einaudi, 1975.
- ZEMELLA, Mafalda P. *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo, Hucitec-Edusp, 1990.
- ZEMON DAVIS, Natalie. *Sociedad y Cultura en la Francia Moderna*. Barcelona, Crítica, 1993.
- ZEPPA, Juan C. *La Socialdemocracia Alemana: ¿Reforma o Revolución?* Buenos Aires, CEAL, 1973.
- ZERON, Carlos A. M. R. A outra face da Lua. *Revista de História* nº 170, São Paulo, FFLCH-USP, janeiro-junho 2014.
- ZERON, Carlos A. M. R. *Linha de Fé*. A Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial. São Paulo, Edusp, 2011.
- ZHANG, Wei-Bin. *Economic Growth Theory*. Capital, knowledge, and economic structures. Londres, Ashgate, 2005.
- ZIEGLER, Charles E. *The History of Russia*. Nova York, Greenwood Press, 1999.
- ZIEGLER, Jean. *Ódio ao Ocidente*. São Paulo, Cortez, 2011.
- ZINN, Howard. *A People's History of the United States*. Nova York, Harper Collins Publishers/Harper Perennial, 1995.
- ZINOVIEV, Grigorii. *History of the Bolshevik Party*. From the beginnings to February 1917. Londres, New Park, 1973.
- ZORRILLA, Rubén. *Historia Social de Occidente*. Origen y formación de la sociedad moderna. Buenos Aires, Need, 1997.
- ZVERETEMICH, Piotr. *Il Grande Parvus*. Milão, Garzanti, 1988.